

COMISSÃO ESTADUAL

DA VERDADE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

agosto 2013/abril 2016

VOLUME 2

ÍNTEGRA DOS DEPOIMENTOS

**Resgatando
nossa
história.**



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
agosto 2013/abril 2016
VOLUME 2
ÍNTEGRA DOS DEPOIMENTOS



Governo do Estado da Bahia

Rui Costa dos Santos – 01 de Janeiro de 2015

Jaques Wagner - 01 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2014

Chefe de Gabinete

Cícero Monteiro - 01 de Janeiro de 2015

Edmon Lopes Lucas - Maio de 2011 a Dezembro de 2014

Casa Civil

Bruno Dauster Magalhães e Silva - 27/08/2015

Chefe de Gabinete

Carlos Palma de Mello - 27/08/2015

Secretaria para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia

Fernando Roth Schmidt - Maio/2011 a Setembro/2013

Chefe de Gabinete

Suzana Matutino Sá Maio/2011 a Março/2014

Comissão Estadual da Verdade - Bahia:

Amábíla Vilaronga de Pinho Almeida

Antônio Walter Pinheiro

Carlos Navarro Filho

Dulce Tamara Lamego Silva e Aquino

Jackson Chaves de Azevêdo

Joviniano Soares de Carvalho Neto

Vera Christina Leonelli

Grupo de Trabalho/Subcomissão de Feira de Santana-BA:

Antônio Albertino Carneiro

Celso Pereira

Eurelino Teixeira Coelho Neto

Hosannah de Oliveira Leite Figueiredo (faleceu em 14 de Fevereiro/2016)

Monsenhor Luiz Rodrigues Oliveira de Jesus

Pr. João Dias de Araújo (faleceu em 09/02/2014)

Pr. Jorge Luís Nery de Santana - início em Fevereiro/2014

Sinval Galeão dos Santos – Coordenador

Assessoria:

Iara Souza Farias - Julho/Outubro 2013

Einar Lima - Julho/Outubro 2013

Uirá Menezes de Azevêdo - 2013/2014

Fábio A. S. Reis - Agosto/Novembro 2013

Maria das Graças Miranda Ribeiro - Outubro/2013 - Junho/2015

Rosamaria Sampaio d'Almeida Couto - início em Agosto/2013

Equipe Técnica: 09/06/2014 a 31/12/2015

Andréa Alves de Sá - 09/06/2014 a 30/09/2014

Clarissa Cunha Felix Agra Figueiredo

Francisco Ribeiro Neto

Isadora Browne Porciúncula de Moraes Ribeiro

Italo de Jesus Souza

Michele Paixão dos Santos

Sandra Regina Barbosa da Silva Souza - 09/06/2014 a 30/06/2015

Tatiane de Almeida Lima

Estagiárias:

Gabriela Machado Bacelar Rodrigues

Juliana Paiva Freitas Pinto

Lorena Santana Silva

Consultoria:

Einar Lima - Julho/2015 a abril/2016

Programação Visual/Diagramação: Einar Lima, Marcela Assis

SUMÁRIO

Apresentação	07
Registro Fotográfico	09
Depoentes:	
01 - Antônio Pinto dos Santos	15
02 - Luciano Ribeiro Santos	27
03 - Hosannah de Oliveira Leite Figueredo	35
04 - Beraldo Alves Boaventura Neto	47
05 - Celso Pereira	67
06 - Estevão Moreira	79
07 - Luís Ernesto Ferreira Santa Bárbara	83
08 - Sinval Galeão dos Santos	91
09 - Virgildásio de Senna	101
10 - Theodomiro Romeiro dos Santos	107
11 - Luiz Fernando Contreiras de Almeida	117
12 - Juarez Paraíso	125
13 - Eliana Bellini Rolemberg	157
14 - Olderico Campos Barreto	169
15 - Mariluce Silva Moura	187
16 - Emiliano José da Silva Filho	199
17 - Marival Nogueira Caldas	215
18 - Teódulo Pereira Portugal	225
19 - Yara Maria Cunha Pires	235
20 - Raimundo Alves Rocha Martinez Fernandez	249
21 - Marco Antônio Rocha Medeiros	267
22 - Diva Soares Santana.....	283
23 - Aurélio Miguel Pinto Dórea	305
24 - José Virgínio dos Santos	325
25 - Neuza Behrmann Estrela	335
26 - Paulo Soares da Silva	347
27 - Wilson Mário Pinheiro Silva	361
28 - Maria Natalice Junqueira Brito	379
29 - Edivaldo de Oliveira Rios	385
30 - José Carlos Zanetti	395
31 - Sara Silva de Brito	421
32 - Nelson Cerqueira.....	435
33- Oldack de Miranda	465
34 - Maria de Jesus Santos.....	465
35 - Valdeis Daltro Ribeiro (Dona Pombinha)	477
36 - Moacir Costa Cerqueira	487
37 - Antônio Carlos Daltro Coelho	497
38 - Jaime Almeida da Cunha	511
39 - Carlos Antônio Melgaço Valadares	529

40 - Luiz Cayres Tunes	547
41 - Luzia Reis Ribeiro	559
42 - Araken Vaz Galvão	569
43 - Ana Maria do Nascimento	581
44 - Luiz Roberto de Jesus	591
45 - Fidelmário Barberino Cerqueira	599
46 - Antônio Albertino Carneiro	611
47 - Raimundo Ramos dos Reis	631
48 - Celso Loula Dourado	641
49 - João Gomes Barroso Neto.....	667
50 - Osvaldo Ventura de Cerqueira	679
51 - Alfeu Gonçalves Costa Sobrinho	691
52 - Jairo Cedraz de Oliveira.....	695
53 - Luiz Rodrigues Oliveira de Jesus	703
54 - José Cassiano Pereira da Silva	721
55 - Hildete Galeão Santos	721
56 - Zélia Alves Mattos	749
57 - Celso Ribeiro Daltro	759
58 - Terezinha Dantas Menezes	771
59 - Jorge Luis Nery de Santana	791
60 - Eliabe Alves Barbosa Gomes	795
61 - Elizete da Silva	807
62 - José Antônio de Carvalho	825
63 - Carlos Augusto da Silva	835
64 - Antônio Gomes Trigueiros	841
65 - Siginaldo da Costa Vigas	853
66 - Laurindo Pedro Gomes	855
67 - Odyrceo da Costa Vigas	863
68 - Aloisio Pitombo do Lago	869
69 - João Carlos Teixeira Gomes	879
70 - Waldemar Almeida de Oliveira	913
71 - Keila Simpson	927
72 - Maurício Correia Silva	941
73 - Rose Meire dos Santos Silva	951
74 - Florivaldo de Oliveira Mello	963



Apresentação

A primeira Audiência Pública promovida pela Comissão Estadual da Verdade, no dia 31 de outubro de 2013, foi realizada no município de Feira de Santana, sertão da Bahia, região que foi alvo privilegiado da ditadura civil-militar, que tentou esmagar o processo de democratização em curso antes de 1964. Na sequência ocorreu a Audiência Pública de Salvador, nos dias 03 e 04 de dezembro de 2013 e a partir daí muitas outras oitivas num total de 18 audiências, 13 tomadas de depoimentos individuais e de representantes de instituições e 13 entrevistas, totalizando 93 depoimentos que aqui estão transcritos na íntegra. Foram feitas apenas, quando necessário, correções de concordância verbal.

A CEV-BA procurou reconstituir, objetivamente, as violações ocorridas na Bahia, e com os baianos presos, torturados e mortos fora do estado. Ao reconstituir as violações dos direitos humanos, feitas pelo regime militar, contribuímos para reconstruir ou construir a memória e a verdadeira história da Bahia e do Brasil, a história que sofremos, a história que mudamos, a história que aqui e agora estamos fazendo.

Os depoentes são pessoas eminentemente representativas dos atingidos pela repressão na Bahia: intelectuais, sindicalistas, estudantes, artistas, operários, exilados, familiares de vítimas. Pessoas que continuaram lutando até hoje contra a ditadura, pela democracia e pelas transformações sociais. Seus depoimentos, aqui transcritos, ajudarão a esclarecer o que ocorreu na ditadura civil-militar trazendo à luz informações que a censura, à época, não deixou passar.

Com a escuta e a divulgação dos depoimentos cumprimos uma tríplice função libertadora. A primeira é: libertar as vítimas e os familiares da sua busca pelo esclarecimento dos fatos e pelo reconhecimento social de sua luta; a segunda: libertar as instituições, inclusive as militares de se sentirem na obrigação de manter versões que hoje sabemos serem falsas e de tentarem negar as evidências e a terceira função: libertar a sociedade e o povo brasileiro do medo de enfrentar temas e pessoas “que seriam perigosas”, coisas que deveriam ser mantidas na ignorância do povo, fora da sua memória e da sua identidade. A identidade nacional se faz com memórias, memórias que precisam ser conhecidas, para que nunca se esqueçam e nunca mais aconteçam.

Comissão Estadual da Verdade

Amábíla Vilaronga de Pinho Almeida
Antônio Walter Pinheiro
Carlos Navarro Filho
Dulce Tamara Lamego Silva e Aquino
Jackson Chaves de Azevêdo
Joviniano Soares de Carvalho Neto
Vera Christina Leonelli



Fotos: Carla Ornelas/Secom Bahia



Pessoas atentas e interessadas em conhecer ou contar a história como aconteceu na vida de cada um que participou da luta contra a ditadura civil-militar na Bahia. Esse foi o público da primeira Audiência Pública promovida pela CEV-BA, no dia 31 de outubro de 2013, no Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, em Feira de Santana. Em muitos momentos não foi possível conter a emoção de relembrar os horrores dos crimes cometidos no período.



Em Salvador, a Audiência Pública da CEV-Ba, realizada nos dias 03 e 04 de dezembro de 2013, levou ao Salão Nobre da Reitoria da Universidade Federal da Bahia, no Canela, cerca de 250 pessoas que ouviram nove depoimentos que contribuíram para reconstituir fatos, preenchendo lacunas da nossa História.

No saguão da Reitoria, uma exposição com fotos dos repórteres fotográficos Manu Dias, Manuel Porto, Milton Mendes e Rejane Carneiro retratou cenas das violências praticadas pelos agentes da ditadura civil-militar e da resistência da sociedade.





Em Salvador, foram oito audiências públicas, a maioria na Sala do Conselho de Cultura (fotos acima); uma na Associação Bahiana de Imprensa, ao lado e oito tomadas de depoimentos no auditório da antiga Sucab, no Centro Administrativo da Bahia, abaixo.





Audiência Pública na Universidade Estadual de Feira de Santana, em 15/10/2014.



Tomada de depoimento na casa de D. Pombinha (esq.) e Audiência Pública no CUCA.



Acima, Audiência Pública na OAB - Feira de Santana, abaixo, em Santo Amaro.



CONFIDENCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA
31 de outubro de 2013
Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães
Feira de Santana - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA
31 de outubro 2013 - Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: ANTÔNIO PINTO

Antônio Pinto dos Santos, ex-Vereador de Feira de Santana, Juiz de Direito aposentado, relatou na Audiência Pública os fatos que vivenciou durante o golpe militar e a ditadura, focando principalmente na perseguição ao governo popular do seu irmão, o ex-Prefeito Chico Pinto, cassado e preso.

**Texto revisado pelo depoente.*

***Antônio Pinto**

Declaro que há 49 anos esperava esse momento de falar a verdade do que aconteceu em Feira de Santana, as torturas que sofremos aqui em Feira de Santana. As maiores torturas se passaram em Feira de Santana, dentro do estado da Bahia. Inicialmente eu peço desculpas à Comissão da Verdade, porque eu não estou enxergando bem, tenho que fazer uma cirurgia e tenho dificuldade em ler, mas mesmo assim vou tentar. Senhores componentes da mesa, meus senhores, minhas senhoras, quero prestar uma homenagem especial à ex-deputada Amábília Almeida, essa grande dama da sociedade baiana e defensora da liberdade.

A vida política de Francisco Pinto começou muito cedo exatamente no curso ginasial, ocupou os mais variados cargos do grêmio do colégio, era considerando um dos líderes do movimento secundarista de Salvador, foi eleito orador da turma no Colégio Carneiro Ribeiro, ao concluir o curso, na época denominado formatura de bacharel em Ciências e Letras, ingressou na Faculdade de Direito na Universidade Federal da Bahia, graduando-se em 8 de dezembro de 1954.

Em 1950, Getúlio Vargas esteve em Feira de Santana, em campanha eleitoral disputando a Presidência da República, hospedou-se na residência de mamãe, Inácia Pinto dos Santos, casarão da Avenida Senhor dos Passos, onde almoçou e passou parte do dia. Existe uma placa comemorativa registrando a efeméride. Seu comício abalou emocionalmente a cidade,

os getulistas apaixonados e uma minoria agressiva da UDN tentando tumultuar o ato político. Getúlio Vargas, apesar disso, venceu as eleições em Feira por maioria absoluta. Neste ano, Francisco Pinto disputou uma vaga na câmara pelo PSD - ala progressista. A família Pinto votou em Getúlio e Francisco Pinto foi um dos vereadores mais votados na cidade.

Em companhia de outros jovens e alguns profissionais liberais ainda no início de 1950, Francisco Pinto articulou a criação de um novo partido na cidade, começou a fazer eleitores, como se dizia, isto é, trabalhando no alistamento eleitoral, já havia inscrito mais de uma centena de eleitores quando foi procurado pelo deputado federal constituinte de 1946 e ex-prefeito desse município, Dr. Eduardo Fróes da Mota, convidando-o para ser candidato a vereador pelo PSD. Respondeu que pensava em criar um novo partido em Feira. Paternalmente, desaconselhou dizendo que seria uma aventura, pois o partido não alcançaria coeficiente eleitoral, fato verdadeiro, constatado posteriormente nas eleições. Afirmou conhecer seu trabalho e também se beneficiaria com apoio de alguns correligionários do meu pai, sobretudo, no distrito de Humildes.

Não foi fácil conciliar o estudo e o exercício do mandato em duas cidades diferentes interligadas por uma péssima estrada, o que facilitava é que a Câmara dos Vereadores se reunia duas vezes por semana à noite, permitindo comparecer com assiduidade às sessões e ainda ser considerado o melhor vereador da cidade.

Um fato marcante que serviu de exemplo para Francisco Pinto e alguns

jovens foi o discurso de Vargas defendendo a soberania e o patrimônio nacional. Prometeu, afinal, que eleito instalaria serviço de água encanada na cidade, uma das maiores reivindicações do povo feirense. Ao assumir o mandato de vereador, Francisco Pinto, eleito primeiro secretário da Câmara, apresentou requerimento solicitando a designação de uma comissão de vereadores para cobrar do presidente Vargas, pessoalmente, no Rio de Janeiro, antiga sede do governo federal, a promessa do candidato em praça pública. Constituída oficialmente a comissão integrada pelos vereadores Antônio Araújo – PSD, Wilson Falcão

– UDN, Hamilton Cohn – PTB, Renato Santos Silva – PR e Francisco Pinto – PSD. Os vereadores compraram passagem de avião com os próprios recursos, além de pagamento em hotel na então capital da República. É de salientar que o mandato era gratuito, sem qualquer espécie de vantagem pecuniária, subsídios, ajuda de custo, nada! Esse fato relatado parece nos dias de hoje inacreditável, diante dos exemplos que os atuais políticos oferecem à população.

Na audiência, o presidente Vargas reconheceu Francisco Pinto, lembrou-se do comício tumultuado ressaltando, porém, a vitória que alcançou no município, expostas as razões da presença dos vereadores, o presidente confirmou a promessa e encaminhou os vereadores, por intermédio do deputado federal Carlos Valadares, do PSD, ao ministro da Educação, o baiano Simões Filho, a cujo ministério estava subordinado o SESP, e encerrou a audiência: “Agora só depende do Simões e ele vai fazer”. No dia seguinte, os vereadores citados estiveram com o ministro que, entusiasmado, dissera

“Francisco Pinto ganhou as eleições e colocou em prática o slogan da campanha: Francisco Pinto na prefeitura é o povo governando. Inicialmente, Francisco Pinto organizou a população em associações de bairro, ainda inexistentes no município, e criando a Federação das Associações Nascentes”.

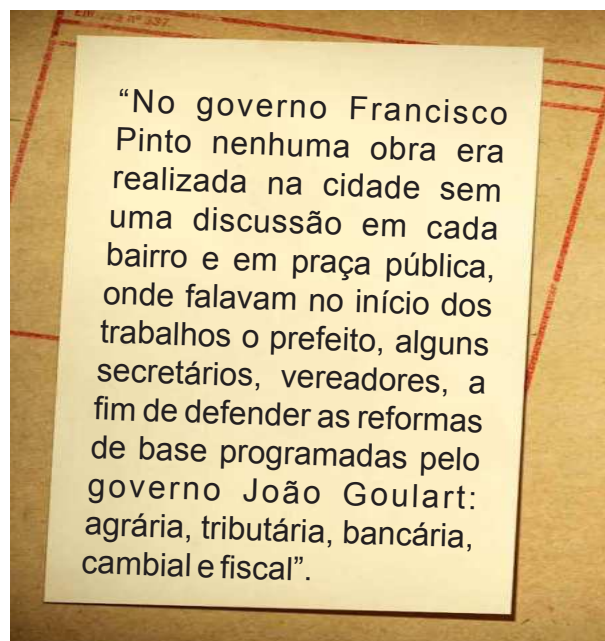
ser o responsável pela instalação da energia elétrica em Feira de Santana quando moço, e que canalizaria a água para a cidade e isso aconteceu.

Francisco Pinto começou a advogar em Feira e na região no início de 1955 e o fato de ter sido um vereador atuante contribuiu para que clientes aparecessem. Tornou-se advogado dos sindicatos da construção civil, fumageiro, metalúrgicos, feirantes e comerciantes. Chegou a ter a maior banca de advocacia da cidade, embora não a mais rendosa.

No ano de 1962, depois de seguidas derrotas do PSD no município, Francisco Pinto foi convocado pelo partido para disputar a prefeitura de Feira de Santana. O desalento entre os correligionários era grande, não só pelas sucessivas derrotas, mas porque o PTB, tradicional aliado do PSD, coligara-se com a UDN local. Além do PSD e de todos os sindicatos, Francisco Pinto contou com o apoio do Partido Comunista, na clandestinidade, contra os três maiores partidos do município, UDN e PR que detinham o poder na prefeitura há muitos anos e mais o PTB. Saliente-se que foi a primeira vez que o Partido Comunista na clandestinidade apoiou o PSD, sempre apoiou a UDN.

Ressalto o trabalho do Comitê Estudantil pró-candidatura de Francisco Pinto, organizado por Celso Daltro, Antônio Carlos Coelho, Nilton Belas Vieiras, Nilton Melo, Manoel de Sá Moraes, Raimundo de Sá Moraes, Celso Pereira, Normando Leão, Luciano Cunha, Silvério Silva, conhecido como Nozinho, hoje consagrado radialista feirense. Francisco Pinto ganhou as eleições e colocou em prática o slogan da campanha: Francisco Pinto na prefeitura é o povo governando. Inicialmente, Francisco Pinto organizou a população em associações de bairro, ainda inexistentes no município, e criando a Federação das Associações Nascentes.

No governo Francisco Pinto nenhuma obra era realizada na cidade sem



uma discussão em cada bairro e em praça pública, onde falavam no início dos trabalhos o prefeito, alguns secretários, vereadores, a fim de defender as reformas de base programadas pelo governo João Goulart: agrária, tributária, bancária, cambial e fiscal. Os moradores apresentavam as suas propostas sem nenhuma interferência e depois eram votadas. No dia imediato era iniciada a obra aprovada.

Fundado e inaugurado o "Ginásio Municipal de Feira de Santana", nomeados os professores fundadores e o primeiro diretor, Coronel Alfredo Coelho. Com urgência da instituição de ensino, foram construídas, em ritmo acelerado, salas de aula e adaptado um imóvel erguido há muitos anos pelo ex-prefeito Heráclito Dias de Carvalho. Lavrou-se a respectiva ata de instalação. Guardo ainda, entre muitos documentos, a cópia da ata de instalação de funcionamento do Ginásio Municipal gestão Francisco Pinto, como também guardo fotocópia das declarações que prestei na Quarta Região policial, fotocópia fornecida pelo Superior Tribunal Militar, diretoria judiciária.

Construído e instalado um centro de abastecimento fixo e outros volantes num caminhão apropriado que vendia em cada bairro, somente aos filiados e associados

sindicalizados, produtos básicos pela metade do preço de mercado. Foi montada a Farmácia do Povo e criado o Orçamento Municipal, uma abstração que a população ignorava. Fato pioneiro no país, a alocação de verbas passou a ser discutida e o orçamento elaborado pela comunidade nos bairros e levado à praça pública. Os técnicos só davam feição exigida pelas normas legais. Francisco Pinto fez isso em 1963, há 50 anos.

O comprometimento da população com o orçamento foi de tal ordem que ao ser submetido à apreciação da Câmara de Vereadores e rejeitado - o prefeito tinha minoria na Câmara - a população revoltada destruiu as dependências da Câmara, galerias lotadas e muitas pessoas concentradas na praça. O prefeito Francisco Pinto reafirmou ao povo de Feira de Santana que cumpriria o seu programa de governo, mesmo contra a vontade dos vereadores de oposição.

Quando o golpe estourou em abril de 64, o prefeito foi acusado de ser o responsável pelo quebra-quebra da Câmara, como ficou conhecido. Respondeu, entre outros processos, por mais este. Vereadores que o prefeito salvou a vida foram as testemunhas de acusação. Em convênio com o Governo Federal - Ministério da Educação - foi implantado em Feira o método de alfabetização de Paulo Freire, muitos foram alfabetizados e conscientizados politicamente. No golpe de 64 vários monitores foram presos ou fugiram.

Dezenas de prédios escolares foram construídos. No município, não existia um Código Tributário e um único fiscal de rendas. A sonegação era monstruosa e o contrabando institucionalizado. Foi elaborado um Código Tributário, foi feita uma

reforma administrativa, foram contratados fiscais competentes na capital do estado e intensificada a fiscalização.

“Fato pioneiro no país, a alocação de verbas passou a ser discutida e o orçamento elaborado pela comunidade, nos bairros, e levado à praça pública. Os técnicos só davam feição exigida pelas normas legais. Francisco Pinto fez isso em 1963, há 50 anos”.

No final de 1963, o prefeito convocou um encontro de prefeitos para discutir a criação de um banco municipal para atender aos pequenos e médios agricultores. Estiveram presentes ao evento 170 prefeitos e centenas de vereadores, em um universo de cerca de 280 prefeituras. Nesse clima de entusiasmo, inúmeras obras foram realizadas, em um ano que arrebentou o golpe

de 64. Os adversários do prefeito levavam diariamente ao Quartel General da 6ª Região Militar denúncias contra o prefeito Francisco Pinto. A bem da justiça, convém registrar que o Exército enviou a Feira de Santana o coronel Luiz Arthur de Carvalho para comprovar as denúncias feitas. Como a maioria era falsa e a administração eficiente, o coronel reuniu a Câmara de Vereadores e declarou “em nome do Exército, a revolução não foi feita para destruir prefeitos capazes e realizadores”. Aconselhou ainda aos vereadores a “unirem-se em benefício da cidade e abandonarem a politicagem que nada constrói”. O coronel Humberto Melo, Chefe do Estado Maior da 6ª Região Militar, chegou a enviar um rádio para o tenente chefe do Tiro de Guerra do município confirmando que “o prefeito deveria ser mantido e apoiado, nos primeiros dias do golpe”.

Os adversários sabiam que dispunham de trunfos maiores a serem utilizados e o fizeram. Amigos e correligionários do general Juracy Magalhães solicitaram que apelasse ao presidente Castelo Branco para destituir e prender o prefeito Francisco Pinto. A ordem superior foi cumprida. O próprio coronel Humberto de Melo, antes de

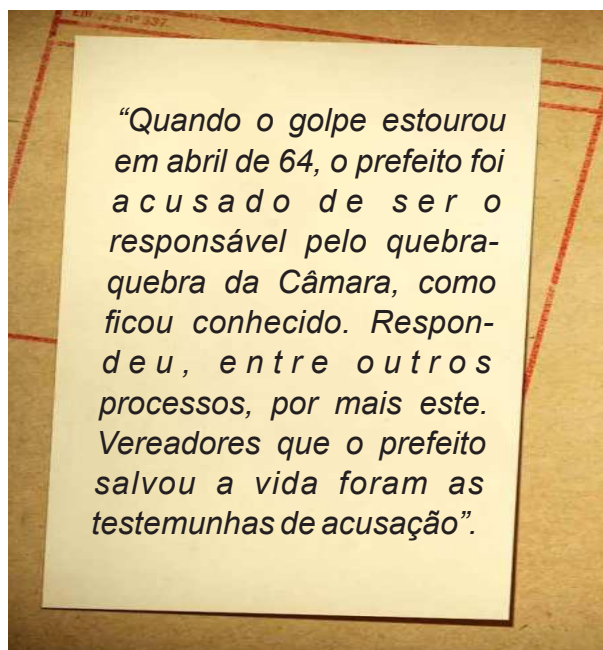
ser transferido de Salvador e promovido a general, confirmou posteriormente a Francisco Pinto o fato.

As tropas do Exército, sob o comando do major Elvio Moreira, chegaram a Feira de Santana e se alojaram em um armazém de fumo, prenderam o prefeito Francisco Pinto. Naquele armazém, as torturas foram monstruosas, dezenas de pessoas, uma de cada vez, eram arrochadas em uma prensa para enfardar fumo sob ameaça de nela continuar se não confirmassem que o prefeito era comunista.

Tomando conhecimento da prisão de Francisco, imediatamente me desloquei juntamente com meu irmão José e Dr. José Falcão a Salvador procurando o vice-governador, Dr. Orlando Moscozo, e o general Graça Lessa pedindo aos mesmos para saber onde se encontrava preso o Francisco, porém todas as tentativas foram inúteis, apesar do empenho do general a pedido de sua filha Vera, que dizia: “papai, temos que localizar onde se encontra Pinto”.

Enquanto nos encontrávamos em Salvador, a residência de mamãe foi cercada por todas as tropas do golpe militar, com soldados com metralhadoras em punho impedindo que mamãe saísse de sua residência. Ficou mamãe ilhada, como uma prisioneira, sem poder se comunicar com o exterior sem notícias de seu filho preso, e ainda as tropas tentando invadir sua residência para me prender. A invasão não se consumou, porque a professora Maria Antônia da Costa informou que eu me encontrava em Salvador, oferecendo-se para ficar presa em meu lugar até a minha chegada. Eles deram um prazo até meia noite, caso eu não chegasse invadiriam a casa de qualquer maneira. As tropas procuraram saber da casa vizinha se eu havia fugido para lá, fato que foi negado pelos familiares do Sr. Antônio Faustino de Oliveira.

Quando retornei, fui conduzido ao quartel improvisado que era ao mesmo tempo um armazém de fumo e a casa de tortura de muitos líderes feirenses.



Permaneci, por algumas horas, entre os fardos de fumo até o momento de ser ouvido pelos militares que declararam que eu estava preso e exigiam que lhes entregasse o discurso que Francisco iria pronunciar no dia 1º de abril. Afirmar que não guardava nenhum discurso, esclarecendo ainda que Francisco era um homem culto e político que sempre falava de improviso. Várias perguntas foram formuladas, inclusive para que mencionasse os nomes dos comunistas de Feira. Respondi que não era comunista e nunca participei de reuniões do Partido Comunista, não podendo citar nomes. Em várias oportunidades afirmar que aceitava a liderança de Francisco Pinto, não pelos vínculos de sangue, mas porque via nele qualidades que rareiam na maioria dos homens públicos do presente: honestidade absoluta e eficácia na administração da coisa pública.

No dia imediato, enquanto o prefeito se encontrava preso no porão do quartel da Polícia Militar, mas a família não sabia, o major convocou a Câmara de Vereadores para votar no impeachment. Os vereadores foram conduzidos por soldados e a Câmara cercada. A votação que deveria ser secreta foi aberta e apesar de tudo não conseguiram os dois terços necessários para destituir o prefeito. Encerrada a sessão, prenderam o vereador Antônio Antunes dos Santos

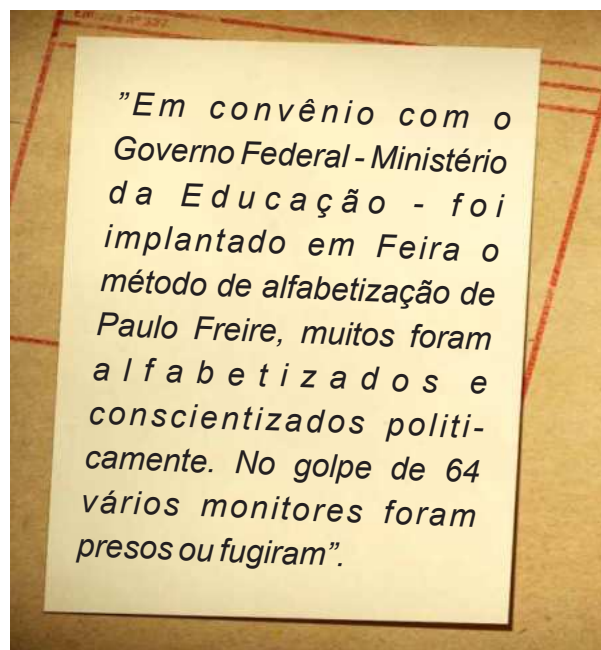
("tenente Aranha") por desobediência à ordem do seu superior, pois votou contra o impeachment.

Convocaram nova reunião da Câmara, com o suplente do vereador preso. O resultado da votação, porém, não mudou. Ao contrário, ganhamos mais um voto de um companheiro que fraquejou na primeira votação. No próprio plenário, os vereadores tiveram as metralhadoras apontadas a fim de atemorizá-los. Em determinado momento, as luzes apagaram no plenário, e os vereadores aliados ao prefeito atiraram-se ao chão protegendo-se de um possível atentado. Diante do impasse, os oficiais decidiram decretar por sua conta o impeachment. Não conhecemos no Brasil um caso idêntico de bravura e lealdade como da Câmara de Vereadores de Feira de Santana. A bancada da resistência democrática era composta pelos vereadores Theódulo Bastos de Carvalho Junior, Jackson do Amaury, Colbert Martins, Antônio Pinto, Antônio Araújo e Antônio Antunes dos Santos ("tenente Aranha").

No dia seguinte o prefeito foi levado para Salvador, ficando preso no forte do Barbalho, local onde mais se torturou na Bahia. Os presos dormiam no chão sobre o cimento sem colchão, sem lençol, sem coberta ou travesseiro. A chuva inundava e negavam a vassoura para retirar a água. Uma vez por dia os presos iam ao sanitário, um buraco.

Posteriormente, Francisco Pinto foi transferido para o 19º Batalhão de Caçadores e após sessenta dias foi liberado, com a obrigação de apresentar-se duas vezes por semana ao chefe do Inquérito Policial Militar. Logo depois, decretaram domicílio coacto em Salvador, de onde não poderia sair, o que demorou até abril de 1965.

Ao deixar a prisão, Francisco Pinto denunciou pessoalmente, e posteriormente por escrito, ao chefe do Estado Maior do Exército, coronel Humberto de Melo, as



violências e torturas que viu e viveu nas prisões. Ele condenou a violência e prometeu providências, o que não ocorreu. Francisco Pinto fez o mesmo quando assumiu o comando do Quarto Exército o general Mourão Filho.

Depois de readquirir a liberdade física, continuou a luta pelo direito individual da população de reaver o mandato que lhe foi outorgado. Requereu através do Dr. Raul Chaves, professor de Direito Penal da Universidade Federal da Bahia, mandado de segurança para readquirir o mandato que lhe foi roubado, ganhou na primeira instância, em Feira de Santana, através de sentença do juiz José Ribeiro.

A história é longa. Em síntese, o presidente da Câmara de Vereadores requereu junto ao presidente do Tribunal de Justiça da Bahia a suspensão da sentença. Após a suspensão da sentença, a decisão final caberia a uma das câmaras cíveis do Tribunal de Justiça da Bahia. Foi denegado o mandado de segurança por dois votos a um, cuja defesa em plenário foi feita pelo professor doutor Milton Tavares, professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Francisco Pinto recorreu para o Supremo Tribunal Federal. Houve demora

no julgamento e o Ato Institucional número 2 retirou do Judiciário a atribuição de apreciar os atos praticados pela revolução. Francisco Pinto continuou lutando, o caso estava afeito a um Conselho Militar Revolucionário. Na primeira audiência no Conselho de Justiça Militar para o Exército, ao ser convocado para sentar-se no banco dos réus ao lado de outros companheiros do mesmo processo, levantou uma questão de ordem, esclarecendo que nos autos existia uma procuração para o doutor Inácio Gomes, reservando-lhe iguais poderes, afirmando que era advogado em causa própria e que, em obediência às normas do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, não poderia sentar nos bancos dos réus. O promotor, Dr. Rui Pessoa, manifestou-se favoravelmente, contudo, solicitou um pronunciamento oficial da instituição, que defendeu a prerrogativa que ele arguia tendo, assim, Francisco Pinto ocupado a bancada reservada aos advogados.

Francisco Pinto respondeu a inúmeros processos cíveis e criminais sempre fazendo a sua própria defesa. No dia do julgamento pela Justiça Militar, auditório repleto de populares tensos e preocupados, os advogados Dr. Jaime Guimarães, Ronilda Noblat e Inácio Gomes insistiram para que a defesa fosse feita por eles e não por Francisco, este, no entanto, permaneceu irredutível.

O primeiro e único atrito ocorrido durante o julgamento ocorreu quando o promotor fazia a acusação. Como não nominava aos réus com a qualificação de doutor àqueles que possuíam esse título, distinguiu Francisco com esse tratamento da seguinte

forma: “sei que o doutor Francisco Pinto não é comunista, sei que foi um bom administrador, sei que cercou-se na prefeitura de muitos comunistas, sei que foi um inocente útil

“No final de 1963, o prefeito convocou um encontro de prefeitos para discutir a criação de um banco municipal para atender aos pequenos e médios agricultores. Estiveram presentes ao evento 170 prefeitos e centenas de vereadores, em um universo de cerca de 280 prefeituras. Nesse clima de entusiasmo, inúmeras obras foram realizadas, em um ano que arrebentou o golpe de 64. Os adversários do prefeito levavam diariamente ao Quartel General da 6ª Região Militar denúncias contra o prefeito Francisco Pinto”.

dos comunistas no governo, mas na verdade, era mesmo um oportunista político”. Neste momento, Francisco perdeu as estribeiras e respondeu: “é a puta que lhe pariu!” Francisco, com esse gesto, poderia ter posto tudo a perder. Ironicamente, quem o salvou foi o próprio promotor que fez que não ouviu. Porém, os militares registraram e o presidente do Conselho, major Bendochi Alves, não só ouviu como desceu do alto do estrado onde coordenava a sessão, dirigiu-se à bancada dos

advogados enquanto o promotor prosseguia na acusação e disse aos demais advogados o seguinte: “ouvi o que este moço disse, é bom que ele saiba logo, votarei pela condenação dele”.

Francisco Pinto verificou que com aquela atitude incontida poderia prejudicar seu julgamento com os demais réus. Analisou o papel das Forças Armadas ao longo da nossa história. Exaltou o seu patriotismo e suas preocupações sociais na defesa da Abolição da Escravatura, na recusa em capturar escravos fugitivos, na Proclamação da República, a luta contra as oligarquias dominantes que o Marechal Floriano combatia e sua atitude audaciosa de enfrentar o imperialismo inglês, entre outras considerações.

Localizou os verdadeiros inimigos do país, passando a examinar as provas contidas nos autos, mostrando as razões do ódio dos sonegadores de impostos, contrabandistas e corruptos pelo combate que Francisco declarou no governo. Citou

as testemunhas suspeitas porque comprometidas com a corrupção. Acusou o método de tortura utilizado pelo encarregado do inquérito para coagir e arrancar depoimentos contra Francisco e que, em outras circunstâncias, não teriam mantido nem falseado a verdade, descrevendo também com detalhes as violências e as torturas sofridas.

Em determinado instante passou a defender o doutor Valdemar Matos, ex-secretário de Agricultura do seu governo que declarou no seu depoimento ser comunista, embora não fosse militante. Outra prova que pesava contra ele também era o fato de ter organizado o chamado “grupo dos treze”. O doutor Valdemar Matos negou este fato, porém testemunhas o acusaram. Francisco Pinto tentou salvá-lo utilizando uma linguagem e postura militar: “Senhor presidente, no meu governo o comandante sou eu, o chefe sou eu. No meu governo, como em uma instituição militar, o superior é responsável pelos atos dos seus subordinados, se o subordinado errou pune-se, se não pune é conivente com o erro. Portanto, senhor presidente, se alguma pena tiver que recair sobre Dr. Valdemar Matos, que recaia sobre mim, seu chefe, seu comandante”.

E terminou a defesa oral, de uma hora, proclamando: “Sei, senhor presidente, que vossa excelência é um durão. Contudo, gosto de durões, porque durão também sou. Sei que vossa excelência é rigoroso e disciplinador. Também o sou. Sei que vossa excelência é um patriota e um nacionalista que defende a sua pátria acima de tudo, mas saiba que sou tão patriota quanto vossa excelência. Sei que vossa excelência é

capaz de sacrificar sua própria vida em defesa dessa pátria, sobretudo em momentos como o que estamos vivendo, com a interferência indevida do FMI em nossos negócios internos e nossa pátria submetida a diretrizes de outras pátrias. Sei, senhor presidente, que esta pátria ainda haverá de convocar seus filhos para defendê-la e ninguém melhor do que vossa excelência para comandar essa revolução nacionalista, e quando isso ocorrer, no cárcere ou fora dele, estarei à sua disposição”. Nesse instante, bateu os dois calcanhares, um contra o outro, ficou em posição de sentido, bateu continência e se apresentou: “Pronto meu comandante, vamos à luta”.

As palmas estrugiram no auditório, Francisco Pinto foi absolvido por unanimidade. A carreira política de Francisco Pinto foi toda ela voltada para os deveres e o bem servir à causa pública, sob a inspiração dos postulados da honra, da dignidade, do trabalho e da dedicação ao legítimo interesse do povo brasileiro.

Feira de Santana, 31 de outubro de 2013.

Antônio Pinto dos Santos, ex-vereador de Feira de Santana, Juiz de direito aposentado.

Jackson Azevêdo

A Comissão da Verdade agradece muito ao senhor a sua colaboração e solicita ao senhor, se concordar, deixar conosco uma cópia do seu depoimento.

Antônio Pinto

Com muito prazer.



Após o depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade, transcrito nas páginas anteriores, Dr. Antônio Pinto enviou o complemento que reproduzimos a seguir.

O promotor apelou da absolvição. Naquela época, quem estivesse enquadrado na "Lei de Segurança Nacional", o recurso era obrigatório no caso de absolvição, mesmo que por decisão unânime.

O Supremo Tribunal Militar, com sede no Rio de Janeiro, julgou o recurso, em 30 de julho de 1970.

Francisco Pinto permaneceu na determinação de falar aos altos escalões das Forças Armadas.

A linha de defesa foi a mesma que adotou perante o "Conselho Permanente da Justiça Militar para Exército", em Salvador, defendeu o nacionalismo, denunciou as torturas utilizadas para arrancar provas, enfim não alterou a conduta anterior. Foi absolvido por unanimidade.

Candidato a Deputado Federal, logo que foi registrado, sofreu, pedido de impugnação pela ARENA, perante o Tribunal Eleitoral da Bahia. Felizmente foi rejeitado. Finalmente, chegou a Câmara dos Deputados entre os deputados mais votados na Bahia.

Depois de discursos que proferiu na Câmara Federal, teve, por diversas vezes, o mandato ameaçado de cassação.

Quando chegou ao Brasil, oficialmente homenageado, um dos ditadores mais sanguinários da América Latina, o General Pinochet.

Pinto



Entendeu Francisco Pinto que devia denunciar sua presença no país. Atendeu a resolução da Comissão Interparlamentar que reunida em Genebra recomendava aos congressistas de todo mundo, que denunciassem o clima de crueldade instituído no Chile afirmando: "Pinochet é um violentador dos Direitos Humanos, execrado no consenso quase inânime das nações". Mas, porque o acusou foi processado pelo Executivo como caluniador. O judiciário condenou-o a seis meses de prisão, por crime de calúnia, suspendendo os direitos políticos. Por sua vez, a Câmara dos Deputados, através de sua Mesa Diretora cassou o seu mandato. Ainda, em 1974, foi submetido a novo processo, por haver, em entrevista à Rádio Cultura de Feira de Santana, reafirmado o teor daquele mesmo discurso. O governo suspendeu a emissora por 15 dias e, logo após, cassou-lhe, em definitivo, a licença de funcionamento.

Na prisão, pretendeu o governo conceder o indulto. Do quartel onde cumpria pena Francisco Pinto escreveu ao Presidente da República recusando o pretendido perdão: "Rogo a Vossa Excelência que me livre de mais esse constrangimento - o de um perdão que não solicitei, por crime que não pratiquei e de cujo fato gerador não me arrependo e nem tenho porque me arrepender..."

Pinto



A carreira política de Francisco Pinto
foi toda ela voltada para os deveres e o bem servir
a causa pública, sob a inspiração dos postulados
da honra, da dignidade, do trabalho e o da
dedicação ao legítimo interesse do povo brasileiro.

Feira de Santana, 31 de outubro de 2013
Antônio Pinto dos Santos, ex-vereador de
Feira de Santana, juiz de Direito aposentado



AUDIÊNCIA PÚBLICA
31 de outubro de 2013 - Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: LUCIANO RIBEIRO SANTOS

Luciano Ribeiro, nascido em 1944, no município de Paripiranga, morou em Cícero Dantas até os dezoito anos quando, em 1962, mudou-se, com a família, para Feira de Santana. Participou ativamente do movimento estudantil integrando a Associação Feirense de Estudantes Secundaristas e do governo de Chico Pinto. Foi coordenador da Campanha de Alfabetização pelo método Paulo Freire. Durante a ditadura foi preso, julgado e condenado a dois anos de prisão. Perdeu o emprego no Banco Econômico - e de professor de Português no Colégio de Santo Antônio. Em 1966 foi eleito vereador de Feira de Santana, onde hoje é vice-prefeito.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Luciano Ribeiro**

Eu quero saudar a mesa e agradecer a Joviniano. Quando ele falou “meu jovem”, ele me colocou como um jovem e, olha, é muito bom a gente ouvir isso mais de 50 anos depois, ainda sou considerado um jovem, muito obrigado eu acho que é muita gentileza de sua parte.

Olha, sou filho de Paripiranga, lá perto de Sergipe, apenas 6 km de Sergipe, eu sempre digo que eu nasci na Bahia, mas um pé eu estava em Sergipe, mas quando eu vim para Feira eu morava em Cícero Dantas. Lá em Cícero Dantas o meu pai era da UDN, uma figura, claro todo pai é bom, mas o meu era melhor ainda, agora reacionário até a alma. Já o país conversando sobre o comunismo ele dizia sempre: “se eu tiver um filho comunista em casa, não vai sobreviver” e eu já dizia, o que será que pode vir, será uma profecia, será que...mas aí o que é que nos trouxe para Feira de Santana?

A campanha de 62 que elegeu Chico Pinto aqui, lá em Cícero Dantas ela foi disputada pelo meu pai, pela UDN, e pelo PSD padre Renato Galvão, que aqui conosco Monsenhor Galvão, foi um negócio bem interessante, porque ninguém, há 50 anos, quem poderia enfrentar um padre como candidato, ele tinha unanimidade.

Mas meu pai pelo reacionarismo tão grande resolveu enfrentar o PSD e, claro, perdeu a eleição, mas não perderia tão feio se não fosse um episódio que padre Galvão fez: havia um distrito em Paripiranga, só um aparte antes de eu começar meu depoimento, no qual meu pai ganhava, era porteira de meu pai, era porteira fechada como se dizia, e Monsenhor Galvão estava

sabendo dessa história, aí faltando oito dias para a eleição Monsenhor Galvão marcou uma missa lá nesse distrito e a certa altura da missa ele pegou a Nossa Senhora da Conceição que era padroeira do local, total reverência daquele povo, diversas procissões, e disse: “olhe, a padroeira de vocês ficará de costas para vocês, só olhará para vocês de frente se eu ganhar a eleição aqui”. Meu pai perdeu todos os votos que tinha lá. Tentou ir lá e disseram: “não, o senhor não vem aqui!” até os compadres: “por favor, o senhor não apareça aqui que a coisa aqui está feia!”

Então daí ele perdeu as eleições e a gente veio embora para Feira de Santana. Nisso a gente veio para Feira, a gente chegou em 62, justamente Monsenhor Galvão depois chegava tornamos amigos e aqui encontrei o governo de Chico Pinto, e eu creio que aquele ranço de política, embora tivesse totalmente enganado, e aquela vontade de fazer política já deixou em mim uma semente e aqui eu comecei a fazer política justamente na...no movimento estudantil na chamada AFES – Associação Feirense de Estudantes Secundaristas - e tive participação muito grande no governo Pinto.

Quase todos os dirigentes da AFES estavam no governo, como chefe de gabinete e tal, alguns presentes aqui: Hosannah, Celso Pereira, e outros que não estão aqui já participaram desse governo. Eu, como estudante, ainda meio sem entender muito bem as coisas, mas eu confesso que, dentro de mim, aquilo que meu pai também deixou e minha mãe, embora que ele fosse bem reacionário, mas ele era de um humanismo muito grande, também era muito católico e a igreja também passava por lá por nossa casa em Feira de Santana.

Bom, e aí veio o golpe de 64 e nos pegou, a nós jovens, nós não fazíamos outra coisa a não ser, naquela época, fazer política estudantil, estudávamos, tínhamos grupos de estudos, eu recordo que nós não tínhamos grupo de futebol o que fazíamos era estudar, e de repente de um dia para a noite, acaba tudo, né? A gente não sabia o que fazer, porque não sabia fazer outra coisa e tudo foi retirado de nossas mãos, e eu comecei, aí começou a perseguição a mim nesse momento. Essa campanha de Paulo Freire que o doutor Antônio falou aqui em Feira de Santana, eu fui um dos coordenadores, nós éramos cinco em Feira e um era eu.

Em 64, quando estourou o golpe, o meu quarto estava cheio de projetor de slide, todo o material da campanha estava lá e a polícia foi buscar, e a partir daí comecei a ser chamado para depor, sobre essas coisas e outras até eu confesso que não sabia, por não estar muito envolvido ainda, por exemplo, quem era comunista quem não era, se Pinto era comunista e tal..., coisas que eu não sabia da campanha de Paulo Freire e do movimento estudantil.

Pois bem, essa campanha de Paulo Freire para se registrar, sou professor hoje e já tem muitos anos, tenho faculdade, tenho escolas, sei o que é educação...é o melhor método que eu já vi até hoje para alfabetizar alunos. Era na campanha de Paulo Freire que foi sepultada no Brasil, mas acabou indo para a África. Tornou-se internacional essa campanha, pela beleza que era e é. E aí eu não respondi muito sobre esses temas. Não era preso, eu era detido, me levavam para o quartel onde Chico Pinto foi preso aqui em Feira e era ouvido e liberado.

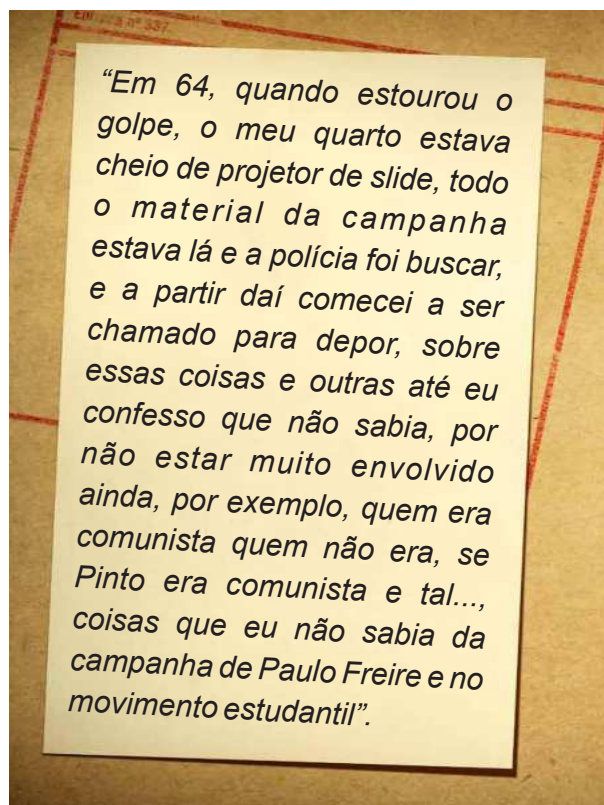
Naquela época eu era também bancário, Banco Econômico...era um

“Bom, e aí veio o golpe de 64 e nos pegou, a nós jovens, nós não fazíamos outra coisa a não ser, naquela época, fazer política estudantil, estudávamos, tínhamos grupos de estudos, eu recordo que nós não tínhamos grupo de futebol o que fazíamos era estudar, e de repente de um dia para a noite, acaba tudo, né?”

transtorno para o banco, volta e meia o carro parava lá da polícia ou do Exército e me levava para depor e me trazia de volta e o gerente do banco querendo ser solidário comigo, mas também louco para que eu fosse embora e não voltasse nunca mais, porque estava perturbando o andamento das funções do banco. Cada vez que chegava a polícia era aquele transtorno, toda a vez que chegava a polícia era...e assim por diante. Até que um dia saí do banco.

Em 66, a primeira eleição em Feira de Santana, após o golpe, nós estudantes no grupo, resolvemos que eu sairia candidato a vereador, interessante este episódio. Fizemos campanha, mas os registros da época eram feitos na Região Militar, tanto que aqui nossa candidatura foi para o normal, para o tribunal para registrar, não sei...mas Salvador não, os militares não permitiram que eu saísse candidato a vereador. Mesmo assim, nós vamos lá para Salvador brigando lá no julgamento que teve e tal. Quando chegou mais ou menos umas 18 horas o pessoal disse: “olha Luciano, volte para Feira enquanto é tempo e anuncie lá que você não é mais candidato porque eles vão votar em você e amanhã o MDB vai acabar perdendo esses votos que vão para canalizar para alguém.” E eu voltei. Como começamos a fazer o trabalho de casa em casa para tirar os meus votos já chegava a notícia: “não, eles liberaram, você agora é candidato!” isso já era mais de meia-noite. Então você vai tentar reverter, então revertermos e eu fui eleito vereador, talvez um dos mais novos de Feira de Santana, e o meu mandato foi assim: foi na ditadura mesmo, eu não negligencieei em nenhum momento, pronunciamento eu fiz todos eles.

Quando necessário, eu protestava contra a ditadura, inclusive esses discursos, todos os que eles conseguiram, serviram como peça de acusação, e Nilson sabe disso, ele me mostrou algumas peças de acusação no julgamento que teve depois comigo, após o mandato encerrado aí começou realmente o processo, ele e mais



umas oito pessoas de Feira de Santana, era um inquérito IPM, chamado Inquérito Policial Militar, nós respondemos, comparecemos às audiências até que veio o julgamento lá em Salvador.

Joviniano Neto – É... Luciano, você tem como lembrar as datas?

Luciano Ribeiro – Olha, aí eu não tenho muita lembrança, tenho que lhe dizer que tenho que pesquisar isso foi ano 70, 71. Mas eu prometo entregar à comissão essas datas. Eu quero um parêntese para homenagear a mulher. Desse período que eu fui preso aqui no quartel, aqui no 5º BI por cinco dias. É uma mulher chamada dona Maria Pureza Santos, que é, era a minha mãe, minha mãe era entendida de religião, ela era exatamente contra o comunismo, mas de repente o filho é preso.

Veja bem, ela era contra o comunismo, mas nossa casa era pequena o meu quarto ficava pegado com o dela e o de meu pai, e era ali que nós imprimíamos tudo – eu tinha um mimeógrafo a álcool - e quando eles dormiam a gente imprimia aqueles panfletos para jogar nas ruas e

depois esconder debaixo da cama, e um dia ela pegou na rua e trouxe, “mas esses comunistas...Olhe que miséria eles estão fazendo, deviam ir todos para a cadeia, não estão apanhando direito e por isso estão assim”. É minha mãe...tá vendo como está!?

Mas quando eu fui preso, aí a pergunta que fazem: “Ah! mas você foi torturado?” Não, não fui torturado! Fisicamente não, mas você chegar de manhã, bater na porta você abrir a porta de sua casa, já está um jipe esperando você “Entra aqui!” e me levou. Eu não sabia para onde ia e não sabia o que iria acontecer, não pude nem voltar para dizer aos meus familiares que estava sendo preso, isso é uma tortura, não é? Se for psicológico ou não, é uma tortura!

Quando eu fui preso minha mãe também não sabia, sabia que eu sumi da porta e foi aquela confusão. Uma vizinha disse: “olha tinha um jipe na porta do Exército aqui” então ela disse: “sei onde ele está!” Então foi atrás lá no 5ºBI, aí que eu faço a grande homenagem, ela foi falar ao comandante, ele disse: “olha o seu filho não está aqui!” ela: “não está? tá! e eu quero vê-lo.” ele: “não, a senhora não pode vê-lo; “ela”: “bom”. Se a senhora não pode vê-lo é porque está.” Aí pegou nesse pé, aí ela disse: “bom, então vou dizer na rua o seguinte, vou dizer na rua, que vai acontecer com meu filho o que aconteceu com os filhos de muita gente, vem pra cá que os senhores prendem, depois some, morre e ninguém sabe.” “Não! a senhora não pode dizer isso!” “pode sim!”. E aí aquela psicologia de interior né? Qual é a mãe que não pode ver o filho? O senhor tem filho, comandante? Tenho. O senhor já pensou, se seu filho sumir e você não puder vê-lo? Eu quero ver meu filho. A senhora não vai ver. A minha mãe, sertaneja brava

“Pois bem, essa campanha de Paulo Freire para se registrar, sou professor hoje e já tem muitos anos, tenho faculdade, tenho escolas, sei o que é educação...é o melhor método que eu já vi até hoje para alfabetizar alunos. Era na campanha de Paulo Freire que foi sepultada no Brasil, mas acabou indo para a África. Tornou-se internacional essa campanha, pela beleza que era e é”.

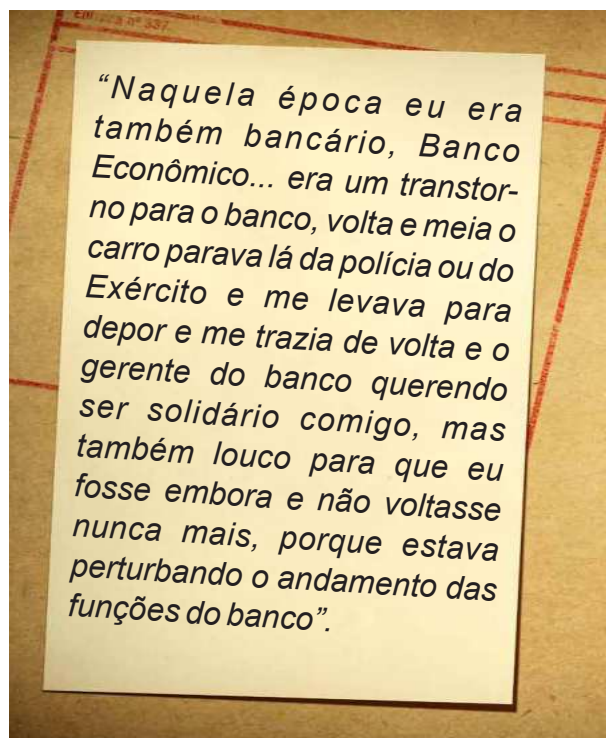
disse: “olhe doutor - é doutor, né? - doutor, eu criei esses meninos lá no sertão varrendo terreiro, lavando roupa, passando necessidade para criá-los e não é agora que o senhor que vai destruir meu filho”. “Mas a senhora vai embora, amanhã a senhora volta que eu vou liberar.” “Não senhor, eu quero ver agora!”. “Então a senhora não vai ver.” “Tá certo, eu me sento aqui na porta e espero até amanhã.” “Olha, a senhora está nos constangendo.” “E vou ainda mais, porque eu não saio daqui, a não ser que vocês me prendam.”

E foi aquela...e acabou vendo, quando ela me abraçou...Ela no ouvido disse: “meu filho, venha cá... tem alguma coisa para jogar fora? para tacar fogo?” A reacionária né? Mas mãe é mãe. Eu disse: “tem! Embaixo da minha cama. Tem uma caixa com uns livros, depois enterramos alguns na casa de Hosannah também. Lembra que Hosannah tinha uma caixa maior? Cheia de livros... A senhora pode pegar e tacar fogo, não perca tempo!”

Diz minhas irmãs que ela sentada no quintal as lágrimas descendo... “Manifesto do Partido Comunista! ah! moleque! ele não vai apanhar lá, vai apanhar feio quando ele chegar aqui, ele vai apanhar é aqui em casa”. Aí pronto, só que foi um livro, uma gramática que eu tinha, gostava muito de Português, mas a capa era vermelha, não quis nem ler, era vermelho pode ir para a fogueira! Aí o resultado...Minha mãe fez e ía lá. Depois passou a levar outras mães, já tinha outros militantes presos também, “Vamos lá!” Minha mãe foi essa grande mulher que fez essas coisas todas. Tá registrada a presença dela em nossas vidas, hoje ela deve estar, deve estar não, está no céu talvez dando risada dessas maluquices que estou falando aqui.

Pois bem, bom, nesse julgamento em Salvador fui condenado por dois anos, foi o IPM de Feira de Santana, porque teve esse IPM de Feira de Santana. Qual é a análise que nós fazemos? Veja bem, Pinto foi preso, Colbert foi preso, aquelas séries de prisões e tal, mas tinha tido ainda em Feira de Santana algo concreto instalado que mostrasse a comunidade como é que processa tudo aquilo, então cria-se um processo. Baseados em coisas tão pequenas que não justificaria IPM, então foram cinco ou seis pessoas com processo, com audiência, com advogado, formalizando uma coisa que também iria servir de exemplo para os outros, para que as pessoas se calassem, porque estavam começando a falar contra a ditadura.

Bom. Fomos julgados e condenados em Salvador, no mesmo local onde Chico Pinto tinha sido antes julgado e condenado, e eu fui condenado a dois anos de prisão. Foi a pena maior, mas depois nós apelamos para o Supremo Tribunal Militar em Brasília, e interessante...Fomos absolvidos por unanimidade. Aí a pergunta ficou e fica: ninguém responde por esses oito meses, é preso, é absolvido e ninguém responde por ele, perdi dois empregos. O de bancário perdi logo naquela época, na minha prisão eu já era professor de português, estudava na faculdade, professor de português do Colégio de Santo Antônio. Aqui eu registro a coragem, hoje já falecido, do Frei Felix de Pacatuba, que era diretor do colégio. Marcou que ia lá me ver, foi aconselhado pela ordem dele, dos capuchinhos para que não fosse à casa de detenção, a casa ia ser queimada, mesmo assim ele foi. Quando eu fui solto, oito meses depois, dessa absolvição, eu estava em minha casa, ele chegou e fez: “amanhã você voltará a dar aula no colégio!” Eu disse “não faça isso com o senhor!”. Ele disse “não! Você vai voltar e dar aula!” E eu voltei e dei aula. Foi uma coragem muito grande dele para aquele período, registro também aqui. Sofremos discriminação sim, o interessante, é...Muitas delas pela própria sociedade. Então era comum os pais dizerem aos seus filhos: “Olhe, não ande



com Luciano, é perigoso, não ande com Luciano”, e se diziam aos filhos e imagine as filhas né? “Não namore com o Luciano”, eu tinha restrições até nesse aspecto, porque era um cara visado, era um cara perigoso. São essas marcas que ficam por muitos anos.

Geralmente me convidam em universidades para depor detalhes da prisão, por exemplo, o que acontece na prisão, quais as condições da prisão. A primeira foi nossa prisão foi aos quatro meses mais ou menos, é no Santo Antônio, na Casa de Detenção que era dentro da prisão que Pinto ficava, não era prisão de tortura, mas era uma prisão e depois fomos para a Penitenciária Lemos de Brito, e aí a coisa ficou meio ruim, porque nós ficávamos presos no mesmo prédio de presos comuns, embora eles reservassem uma ala. O que a gente pensava, em uma ala reservada para nós, seria uma forma de nos dar uma coisa melhor? Não. Era a forma de nós não mantermos contato com os presos comuns para que nós não passássemos para esses presos comuns as ideologias, marxistas, socialistas...Então, inclusive, o seguinte: a gente percebia que esses presos comuns faziam a cabeça deles contra os

comunistas, porque à noite quando estávamos dormindo, era uma circunferência e ficávamos na parte de cima, e eles gritavam em baixo os presos comuns, até uns já amalucados...Olha, quando eu sair daqui eu vou matar um comunista! E eu segure viu...? E aí quando não diziam certas outras coisas que eu não vou dizer aqui publicamente o que eles diziam que iam fazer com a gente imagine né? Então, e eles diziam aos presos comuns: "hoje vocês não vão tomar banho de sol hoje, porque o banho de sol hoje é para os comunistas, então vocês vão perder o banho de sol."

Nós começamos a ter um trato com esses presos comuns, quando passávamos pelas celas deles e dávamos as maçãs que a gente recebia, dávamos cigarros e amenizamos mais as coisas. Mas teve um preso que ficou completamente louco e esse nos causou, aí sim, nos causou um profundo dissabor porque a penitenciária era grade uma parte até tinha porta e ele sentava na que tinha grade e ficava batendo os calcanhares onde tinha a porta que era de zinco, esse não era fechado né? E ele dizia, batia, batia, batia, depois parava aí eu dizia: "João, - João Almeida foi depois deputado e teve preso com a gente, - dá para a gente dormir agora um pouquinho..." aí passava meia hora e dali a pouco o doido dizia: "pensam que eu estou dormindo? Ah não! comunista aqui não dorme não! Vamos de novo começar!" e pou, pou, pou. Resultado, a gente começou a protestar aí que registraram né? Os advogados que foram citados aqui, aí entraram com uma ação e retiraram... Deslocaram o doido para onde ele deveria ter ido, devia estar.

Então esse é o meu testemunho, por que eu aceitei vir para aqui, porque eu

aceitei dar o meu testemunho aqui, porque eu tenho dito desde o meu convite, tenho dito à imprensa: "não vou lá deixar de dizer as coisas por receio ou por medo, nem também vou aumentá-las para querer ser herói agora que as coisas estão melhores". Vou dizer a verdade, e é isso que eu tenho a

dizer. Agora para que isso fique registrado, eu faço questão de dizer em escolas, onde eu sou chamado, que a grande coisa que nós conseguimos é fazer com que esses jovens, que Dom Itamar falou que realmente acontece, eles não têm muita noção do que aconteceu, é uma referência histórica, para que a gente possa evitar que isso aconteça; e não nos iludamos, eu me lembro de que em 62 perguntaram a Leonel Brizola: "Brizola você não acha que o americano poderá patrocinar um golpe no Brasil"? Não esqueço nunca em ouvir

a voz de Brizola: "jamais haverá o golpe no Brasil, as forças estão armadas, as forças operárias, quem tentar um golpe no Brasil será esmagado pelos operários e pelos camponeses em união e vem de Pernambuco", resultado, e veio o golpe. Então, a vigília deverá ser sempre e continuará sempre.

Para encerrar, quero registrar Amábília, que está aqui circulando, agradecer sempre a nossa amiga, sempre nos prestigiou, sempre teve consideração para conosco. Ah sim! Margarida foi minha irmã, que também estava no processo, nós fomos...ela foi, ela estudava em Salvador, fazia teatro e foi para o congresso da UNE, foi presa em Ibiúna, voltou e ficou no processo nesse período que eu respondi, mas só que ela faleceu de acidente, aqui na...perto do colégio estadual. Confesso, a bem da verdade, que o acidente nada tem a

"Ela no ouvido disse: 'meu filho, venha cá... tem alguma coisa para jogar fora? para tacar fogo?' A reacionária né? Mas mãe é mãe. Eu disse: 'tem! Embaixo da minha cama. Tem uma caixa com uns livros ... A senhora pode pegar e tacar fogo, não perca tempo!' Diz minhas irmãs que ela sentada no quintal as lágrimas descendo... 'Manifesto do Partido Comunista! ah! moleque! ele não vai apanhar lá, vai apanhar feio quando ele chegar aqui, ele vai apanhar é aqui em casa.'"

ver com a ditadura, interessante...e ela continua no processo, quer dizer, foi o caso de uma morta sendo processada, mas eles perceberam que as coisas iam ficar muito ridículas e lá para tantas decidiram retirar Margarida do processo, ela não ia ser julgada, mas foi denunciada e quase cometem esse desleixo de julgar e condenar uma pessoa que estava morta. Prestar essa homenagem a minha irmã. Interessante como é que Margarida chegava em casa e meu pai pegava os jornais...eu tinha a obrigação de acordar cedo e esconder os jornais porque meu pai gostava de ler, e nos jornais estava a relação de estudantes presos em Ibiúna, e meu pai jamais podia saber que ela estava nesse lote. Ela era uma mulher muito boa, muito retada, uma mulher muito valente, muito corajosa e esse é o registro que eu faço que Wilson me lembra. Muito obrigado à comissão, eu estou sempre à disposição para qualquer outra intervenção que vocês precisem.

Joviniano Neto – Luciano, o senhor não sofreu tortura física pessoal, pelo o que o senhor declarou, sofreu a intimidação psicológica, aquele clima, mas o senhor tem conhecimento, o senhor chegou a ser, quando o senhor saía do banco, o senhor ia para o local que era a casa de fumo? Era lá que levavam o senhor?

Luciano Ribeiro – Não, não. Essa casa armazém foi em 64 mesmo, eu já fui depois, essa minha prisão não era lá, era onde ficava a Polícia Militar.

Joviniano Neto – Onde ficava a Polícia Militar? Lá onde ficava a Polícia Militar o senhor chegou a ter o conhecimento, ouviu

ou alguém falou da prática de outras violações de direitos humanos lá com perseguidos políticos?

Luciano Ribeiro – Não, lá não. Aliás, o que nós sabemos é que essa tortura foi lá no armazém de fumo, eram apenas depoimentos, mas não tive conhecimento e não vi nenhum ato de tortura lá dentro.

Joviniano Neto – Professor, o senhor está informado de que essa condenação que o senhor sofreu, dos empregos que o senhor perdeu por força desse processo que depois foi absolvido pelo Superior Tribunal, o senhor pode pleitear reparação desses danos?

Luciano Ribeiro – Eu já pleiteei. Inclusive, ganhei uma questão: a primeira que me deram foi por danos morais, mas eu continuo com o processo lá por esses dois empregos que eu perdi, até pediu... O advogado pediu uma relação de quanto eu ganhava como professor e quanto eu ganhava como bancário e tal. Já tá encaminhado, já foi encaminhado, já tá em Brasília.

Joviniano Neto – Eu não sei o que dizer ao senhor sobre a sua informação e da importância do seu depoimento para o trabalho da Comissão da Verdade. Agradecer enormemente sua colaboração e dizer ao senhor que nós iremos fortalecer com isso o relatório final da Comissão da Verdade, muito obrigado pela relevante contribuição.

Luciano Ribeiro – Muito obrigado. Muito obrigado a vocês por terem me ouvido.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
31 de outubro de 2013 - Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães
Feira de Santana - Bahia



***Hosannah Leite**

Eu queria cumprimentar a todos, cumprimentar o presidente da Comissão da Verdade no Estado da Bahia, professor Joviniano Neto, Dr. Joviniano. Saudar a todos aqueles que aqui se fazem presentes, especialmente aqueles que ao meu tempo e ao meu lado também souberam resistir à ditadura e lutar pela liberdade e pela democracia.

Sou filho de Feira de Santana, nascido no distrito de Bonfim de Feira, formei-me em Feira de Santana na primeira turma da UEFS, no curso de Economia. Estudei na escola de professora Nena, estudei no colégio estadual, e hoje estou aqui para dar o meu testemunho resgatando efetivamente a posição, a minha contribuição para resgatar a posição daqueles perseguidos e sofridos durante o período da Ditadura, para que a história não se suceda simplesmente pelo lado da “verdade” passada pelas elites.

Eu comecei a minha militância no movimento de esquerda no ano 1960, estive durante a campanha ao lado de Marechal Lott e, infelizmente, ganhou Jânio Quadros. Estive e participei também da campanha de Francisco Pinto em 62. Logo nos idos de 1960 filiei-me ao então partido clandestino da época, conhecido como partidão: PCB.

Durante todo esse período pré 64, estivemos nas ruas com estudantes, estivemos também com os bancários e nas lutas sindicais e, ao ocorrer 64, a nossa situação passou a ser uma situação relativamente muito difícil de combater a ditadura, contudo, em Feira de Santana os

DEPOENTE: HOSANNAH LEITE

Hosannah de Oliveira Leite Figueiredo nasceu em Bonfim de Feira em 02/11/1945. Formou-se em Ciências Econômicas na UEFS e lá também fez pós graduação em Gestão Pública e Economia. Foi funcionário do Banco do Brasil, afastado em 1968.

Foi Secretário Municipal em Feira de Santana, de Expansão Econômica, Abastecimento, Obras, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo, em quatro administrações diferentes da Prefeitura. Foi Superintendente Federal da Previdência Social - IAPAS, Diretor do Cedic (hoje Sudic) e Vereador em Feira de Santana (1989 a 1992).

Foi Professor de Ciência Política e Administração Pública. Anistiado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça integrou a Comissão Estadual da Verdade - Feira de Santana-Bahia. Faleceu em 14/02/2016.

**Texto revisado pelo depoente.*

movimentos de esquerdas organizadas e aí que quero fazer referência à existência não só do PCB, não só do PC do B, não só da POLOP, mas também do Grupo dos Treze que em Feira de Santana ficou conhecido e representado na figura de Moacir Cerqueira, Osvaldo Ventura...desculpe! Grupo dos Onze. Pois bem, esses ainda são sobreviventes daquela época que também se alinhavam à luta pela resistência de conquistas de dias melhores para o país.

Ocorre em 64, eu era estudante, era bancário e em 64 nós somos chamados ao batalhão de polícia, que ficava vizinho à praça Padre Ovídio, lá passei um tempo esperando para ser ouvido. Não pode ser ouvido agora, volte depois. Isso após aconselhamento do diretor do Colégio Santanópolis que dizia: “olha vá se apresentar, já que você é presidente do grêmio Honorato Bonfim, você é membro da AFES, pelo menos é uma forma espontânea de que repressão maior não venha sobre você”.

Passadas umas duas vezes que lá fui chamado e não me ouviram, eu resolvi cair fora de Feira, pagar pra ver, a melhor coisa que faz é ver de longe como estão acontecendo as coisas, já que tinha sido esfacelado totalmente todo o movimento de esquerda ligado ao sindicato, ligado aos trabalhadores, ligado aos estudantes.

E logo nos primeiros dias, dia 4, dia 3, dia 5 eu saí de Feira de Santana, e pasmem! Vou para o local aqui ao lado de Serrinha, conhecido como a cidade de Biritinga e lá ao passar por ali levado por um primo que trabalhava - era um campo de petróleo de um lado e do outro uns carros tanques, uns carros parados - quando eu chego lá no vilarejo onde ficava sediado o pessoal da Petrobras é que eu venho saber

que estavam esperando, que dizem que estão deslocando para aqui um grupo do Exército para poder acabar com a greve dos petroleiros; saí do fogo e venho para dentro de um vulcão. Pois bem, em verdade essas ocorrências eram sempre constantes.

Em 64, o relato do Dr. Antônio Pinto aqui faz referências ao quebra-quebra da Câmara onde eu estive presente, em 63, Celso Pereira estava presente, e outros tantos também lá estavam, lideranças estudantis. É de se recordar que naquele momento ali, o povo na rua, e não foram poucos não, Dr. Antônio, eram milhares de pessoas que estavam lá, ao pé da prefeitura, manifestando seu apoio a Chico Pinto e que precisou do testemunho de Chico Pinto, para poder

garantir a descida dos vereadores com segurança, inclusive fala-se de vereadores que sentavam até no colo de vereadores para poder fugir o mais rápido possível da manifestação.

Pois bem, esse era o clima que precedia o golpe de 64. Durante essa ebulição, nós fomos para Jequié para trabalhar no Banco do Brasil. Passamos dois anos em Jequié, lá deixamos as bases organizadas do partidão e para aqui retornamos em 67 ainda encontramos, aqui em Feira de Santana, o partido todo esfacelado. Primeiro, porque toda a direção do PCB de Feira de Santana foi totalmente dissolvida, muita gente presa, muitos fugiram e estavam fora de Feira de Santana.

Ainda na tenra idade, juntamente com outros companheiros, nós tivemos a orientação de uma pessoa que quero prestar minha reverência: Antoniel Queiroz,

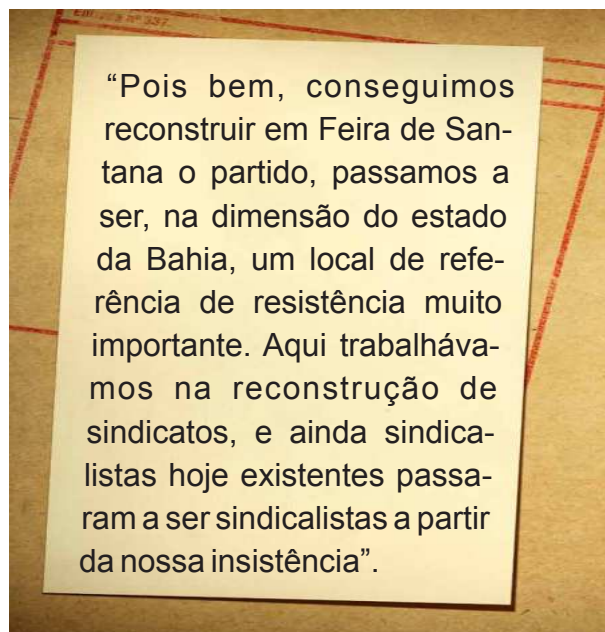
“Quando eu chego lá no vilarejo onde ficava sediado o pessoal da Petrobras é que eu venho saber que estavam esperando, que dizem que estão deslocando para aqui um grupo do Exército para poder acabar com a greve dos petroleiros; saí do fogo e venho para dentro de um vulcão”.

companheiro do passado, hoje já falecido, mas que em momento algum... mesmo com prisões e perseguições com perda do seu emprego no Banco do Nordeste, soube continuar a luta permanente e constante e com o estado de saúde agravado por conta das perseguições da ditadura.

Afastado que foi do Banco do Nordeste, ele passou sérias dificuldades materiais para criar vários filhos, já que ele tinha uma prole vasta, mas ele sabia com muita altivez passar pra gente ensinamentos que ele tinha do passado e nos vimos em determinados momentos, jovens que éramos, guindados à possibilidade de ter que recompor um partido clandestino em Feira de Santana e soubemos, com muita altivez, passar esse período. Reconstruímos já durante a passeata que ficou conhecida no Brasil, dos cem mil.

Aqui em Feira de Santana a gente também já fazia as nossas manifestações nas ruas, os colégios municipais e estaduais já davam as suas demonstrações de altivez e de garra. Muitas lideranças estudantis foram às ruas, época em que surge também, uma liderança jovem, pequena no tamanho, mas muito aguerrida, que depois veio a ser morto pela ditadura. Foi a época em que surge Luiz Antônio Santa Bárbara. Ele surge na efervescência dessas lutas, ainda como filiado e membro de participação no partidão (PCB), só depois de algum tempo, após ele tomar uma postura, rompe com o partido e vai fazer o seu alinhamento às bases lideradas por Carlos Lamarca.

Pois bem, conseguimos reconstruir em Feira de Santana o partido, passamos a ser, na dimensão do estado da Bahia, um local de referência de resistência muito importante. Aqui trabalhávamos na reconstrução de sindicatos, e ainda sindicalistas hoje existentes passaram a ser sindicalistas a partir da nossa insistência. Sinval Galeão bem sabe disso: que nós estivemos ombreados na sua loja, para poder convencer às pessoas que titubea-



vam, não queriam participar de lutas sindicais com o temor e o receio.

A mesma coisa com o sindicato dos bancários e o testemunho de Beraldo Boaventura será prestado logo depois ou à tarde, e também nós precisamos incentivar muito para que um presidente, tido como “desqueimado”, pudesse assumir a direção do sindicato, onde nós também pudéssemos participar. Pois bem, assim conseguimos reconstruir esse movimento.

Mas as perseguições eram muitas, eram intensas, perseguições não somente em local de trabalho, perseguições não somente nos agrupamentos em que vivíamos na sociedade. Afinal, ser tido como homem de esquerda, ser tido como subversivo, ser tido como comunista, era uma pecha. Se hoje pode orgulhar a sociedade brasileira que naquele momento nós soubemos resistir, tínhamos e tivemos como para-choque naquela luta o nosso peito, pois naquela época era extremamente difícil.

Professor Luciano Ribeiro fala da perda dos dois empregos dele, mas uma coisa que a gente precisa resgatar: alçar-se a um emprego naquela época, necessariamente, você tinha de ser portador de um atestado da polícia de que inexistia qualquer tipo de ação, qualquer tipo de registro, especialmente no campo

político, para que a pessoa pudesse ter o seu emprego garantido, em empresa privada, ou mesmo empresa pública.

Pois bem, essas pressões nos levaram também a sair do Banco do Brasil. Passei dois anos no exterior; depois retornamos ao Brasil e nos inserimos na luta, agora não mais tão somente na luta municipal, já estávamos também ingressando na luta estadual em que começamos a fazer parte do Comitê Estadual do partidão na Bahia. A partir daí as nossas responsabilidades claro que dobraram e somos acometidos em 1972, às vésperas da posse do prefeito José Falcão, com muitos companheiros nossos sendo presos.

Para ser mais preciso, todo o Comitê Municipal do partidão em Feira de Santana foi preso naquela época e, mais uma vez, volta o partidão a não ter uma direção, mesmo clandestina, mas a sua organização foi absolutamente afastada, fomos presos, alguns de imediato foram libertados, outros semanas depois.

Naquele momento nós fomos presos; a princípio, fomos levados para o 35º BI; durante a madrugada, saímos ainda sem comer, porque passaram a tarde toda comigo dentro da minha casa. Há um fato curiosíssimo em que estavam vasculhando meus livros e lá encontraram um exemplar de Fernando Sabino, do livro – O Homem Nu – aí começaram a fazer gozação com a minha cara: “nós sabíamos que você era pederasta, olha aqui o testemunho!” e aí levaram uma porção de livros, livros marxistas, de Lenin, de Marx... eram livros que falavam sobre a teoria marxista e nos deslocaram pela madrugada, com duas viaturas conhecidas como “Amazonas”,

eram aqueles carros grandes, “Veraneios”; a informação que depois viemos saber na Polícia Federal é que estavam prendendo um perigoso comunista, um elemento perigoso que poderia até resistir a nível armado. Bom, até hoje eu não sei direito como é que é dar um tiro.

“... mas naquela época começamos a tomar tapas de mão aberta na cara, joelhadas, pressões, pressões psicológicas que eu considero, sobretudo, as mais violentas, porque da tortura física, passado o momento, você pode se recuperar, mas as psicológicas perduram, perduram por muito tempo e muitos companheiros nossos que sofreram torturas psicológicas, até hoje sofrem as consequências”.

Pois bem, lá com os companheiros, todos daqui de Feira de Santana, fomos deslocados, primeiro para a prisão dos fuzileiros navais. Quem já leu o romance – O Conde de Monte Cristo – sabe a imagem que era uma prisão naquela época medieval. Pois bem, era típica: correntes caindo de uma parede, com um lastro de madeira, colchão sujo de suor, de esperma, de coisas mais... e você tinha que ficar ali deitado. Passamos uma noite praticamente em claro, porque tinha um militar

embriagado, preso ao lado, que a noite inteira chamava o cabo da guarda, e isso amanheceu.

Quando o pessoal do DOI-CODI nos chama para ser ouvido. Começamos a sofrer aquelas sessões. Eu diria que tortura não é tão somente no pau de arara, não tão somente a cadeira do dragão, ou outras formas mais sofisticadas; mas naquela época começamos a tomar tapas de mão aberta na cara, joelhadas, pressões, pressões psicológicas que eu considero, sobretudo, as mais violentas, porque da tortura física, passado o momento, você pode se recuperar, mas as psicológicas perduram, perduram por muito tempo e muitos companheiros nossos que sofreram torturas psicológicas, até hoje sofrem as consequências.

Pois bem, eu não quero fazer muita

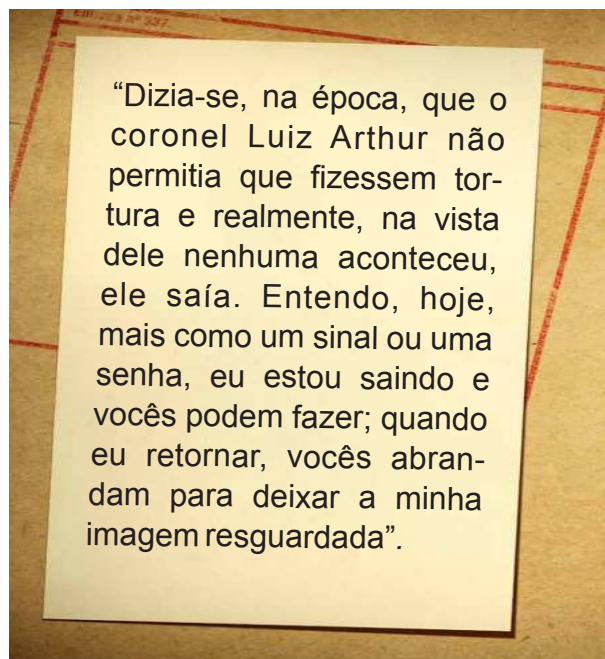
referência ao período de Francisco Pinto, que sempre foi um período em que a luta legal do MDB permitia que essas forças que tinham suas atividades clandestinas se abrigassem naquele grande guarda-chuva da época, com Francisco Pinto, com Colbert Martins e outros companheiros mais. Nós tivemos sempre a oportunidade de estarmos ombreados nas lutas legais, e também nos momentos de apoio nas lutas ilegais, como Francisco Pinto fez, como Colbert Martins fez.

Eu queria aqui fazer uma referência a uma pessoa muito idosa, ainda viva, que nos deu, e permitiu a possibilidade de em sua fazendazinha no distrito de Maria Quitéria, conhecido como São José, pudéssemos realizar a Conferência Estadual, preparatória para o VII Congresso do PCB, que todos conhecem.

Antes disso, realizamos também numa chácara, no fundo da “Pneus Tropical”, ali existia uma pessoa, uma família de pessoas amigas que abriram suas portas para que nós pudéssemos realizar, a Conferência Municipal, preparatória para a Conferência Estadual. Essa pessoa que quero referenciar fez aniversário uma semana atrás, o senhor José Fróes da Mota, pessoa que não era comunista, não tinha uma militância de esquerda, mas tinha um compromisso com a luta pela democracia, e lá na chácara que era dele, na fazendazinha chamada Amaralina, nós realizamos a Conferência Estadual do Partido na Bahia.

Nós temos aqui o Wilson Mário, o filho de Valter Livramento com sua esposa, pessoas simpaticíssimas, que abriram as portas e lá realizamos em 1967 a Conferência Municipal Preparativa para Conferência Estadual. Pois bem, continuamos a nossa luta, o nosso testemunho.

Preso em 70, repetidas vezes - Luciano Ribeiro dizia aqui que o convite sempre era feito para comparecer na área militar onde ele deveria ser ouvido para



algum esclarecimento que desse na telha - mas era muito mais para poder continuar com a pressão. Em 1972 quando passamos dias presos e lá recebemos joelhadas nas costas, na altura dos rins, recebemos bofetadas, coronhadas de um revólver que foi apreendido com um dos companheiros que foi preso, Beraldo Boaventura, e recebemos algumas coronhadas na altura da nuca, além das tapas no rosto, coronhadas e murros na barriga, além do mais, tinham umas sessões curiosas; eu me recordo muito de um cidadão chamado tenente Ari, alcunhado de Ari, não sei o nome dele.

Aconteciam essas sessões de pancadarias no gabinete do coronel Luiz Arthur da Polícia Federal, onde fomos transferidos depois dos fuzileiros navais. Dizia-se, na época, que o coronel Luiz Arthur não permitia que fizessem tortura e realmente, na vista dele nenhuma aconteceu, ele saía. Entendo, hoje, mais como um sinal ou uma senha, eu estou saindo e vocês podem fazer; quando eu retornar, vocês abrandam para deixar a minha imagem resguardada, e assim ocorria, não somente comigo, mas com outros companheiros também.

Agora, primeiro vinha à tortura, que era aquela com uma pressão intensa do

pessoal do DOI CODI e ali você tinha de tudo: algumas informações que eles tinham na mão com o argumento: “rapaz, não adianta você calar, nós queremos saber de vocês, porque nós já sabemos... você é filho de tal lugar, você esteve em tal lugar...”. Enfim, algumas informações eram verdadeiras e outras que queriam saber, e aí colocavam um livro em nossa frente. Pessoas ligadas ao Comitê Central do PCB, ligadas à Direção Estadual do partido, se nós conhecíamos, em que circunstâncias que nós passamos a conhecer...

Lembro-me bem que o primeiro deles era uma pessoa que nós conhecíamos com codinome de Arthur, aqui na Bahia, era o responsável do Comitê Central pela condução do partido aqui na Bahia, e o nome dele era Agliberto Vieira, ele era um militar fugido, perseguido pela ditadura que não tinha sido preso e que eles tinham uma ânsia impressionante para por a mão nele. E ele estava na Bahia. Curiosamente, por forças das circunstâncias, eu sabia até onde ele residia, por encontro casual passando por uma rua e ele ia saindo daquela localidade, umas das transversais da Rua Carlos Gomes.

Pois bem, a parte mais importante que você tinha num procedimento desse era negar, era não reconhecer: “olha, deve ter feito alguma plástica que não estou reconhecendo, deve ter pintado o cabelo, deve ter tirado a barba, deve ter colocado a barba...” e você sempre tinha uma desculpa.

Nesse momento, quero resgatar o depoimento da Dilma quando foi acusada

de mentir durante os testemunhos; mentir era a arma mais importante que um revolucionário tinha naquele momento, porque, o que a repressão mais queria era transformar em uma corrente, onde pessoas que eram presas denunciassem e indicassem pessoas que estavam em direção superior, e que eles pudessem fazer aquele cordão para poder chegar ao objetivo maior que era o esfacelamento da organização a nível nacional; assim ocorreu muito.

«... o Comitê Municipal de Feira de Santana, do partidão, em 1972, caiu por um fato que ocorreu no Ceará; o partido mantinha uma gráfica para o Nordeste no Ceará, e essa gráfica caiu e nessa queda pegaram o nome de um companheiro que recebia os jornais em Feira de Santana, do partido, que era impresso nessa gráfica, para que fosse distribuído para a Bahia, e eles vieram em cima desse companheiro e a primeira coisa que esse companheiro fez foi abrir, colocar quem eram as pessoas membros do Comitê Municipal do qual ele fazia parte; e assim, caímos nós aqui em Feira de Santana, de um evento que ocorreu no Ceará».

Eu gostaria, em nível de testemunho, dizer que o Comitê Municipal de Feira de Santana, do partidão, em 1972, caiu por um fato que ocorreu no Ceará; o partido mantinha uma gráfica para o Nordeste no Ceará, e essa gráfica caiu e nessa queda pegaram o nome de um companheiro que recebia os jornais em Feira de Santana, do partido, que era impresso nessa gráfica, para que fosse distribuído para a Bahia, e eles vieram em cima desse companheiro e a primeira coisa que esse companheiro fez foi abrir, colocar quem eram as pessoas membros do

Comitê Municipal do qual ele fazia parte; e assim, caímos nós aqui em Feira de Santana, de um evento que ocorreu no Ceará. E é essa cadeia, são esses elos da corrente que eles querem buscar durante o momento da repressão, é atingir sempre as instâncias superiores; afinal de contas, o corpo todo funciona, mas é preciso suprimir a cabeça para que não possa comandá-lo. Ocorreram essas situações.

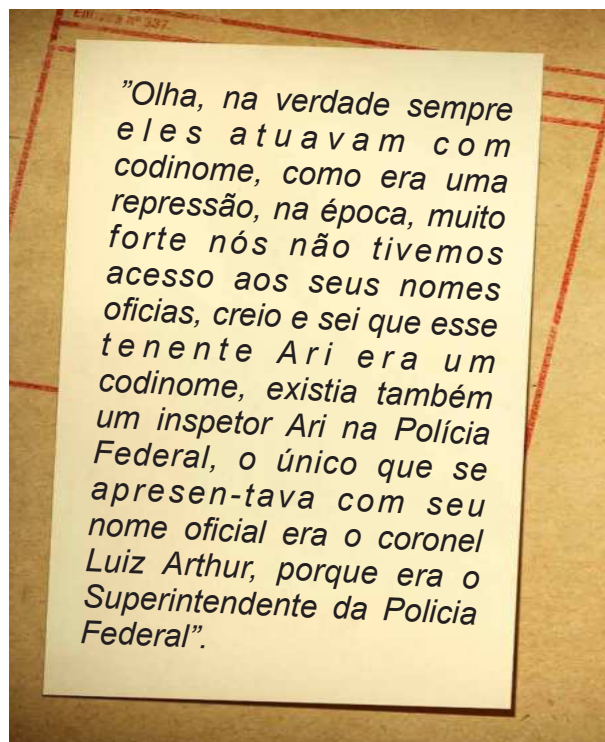
Quando retornei a Feira de Santana logo nos idos de 72, a princípio fui viver um pouco de táxi, depois eu resolvi, por

coincidências da vida, ter um escritório de contabilidade; uma pessoa próxima deixou de ter um escritório, abandonou o escritório de contabilidade com cerca de meia dúzia de inscritas, como eu era técnico em contabilidade, eu assumi, e aqui outra referência que eu quero fazer: apesar de ter recebido algumas recomendações, ele teve, pelo menos, a hombridade e a honradez de manter-me com um escritório de contabilidade dentro de sua empresa. Aqui mais uma vez, já fiz referências antes, Almir Miranda Fernandes, soube me abrigar na sua empresa para que eu continuasse trabalhando, não só sendo seu contador, mas dentro da sua empresa sendo contador de outras empresas, porque a repressão era muito forte e a pressão era muito grande, especialmente, sobre a família, sobre os amigos e sobre os companheiros.

Aos companheiros de 1972 que foram presos, em torno de 10, entre eles Sinval Galeão também, a esses companheiros eu rendo a minha homenagem, porque nenhum partido, mesmo clandestino, é fruto e decorrência da atividade de um só, mas fruto e decorrência das poucas atividades de cada um, que no somatório resultava naquilo que se pode chamar de uma luta coletiva e nós soubemos viver essa época, soubemos fazer isso, e ficamos até a época em que findou a ditadura em 85, onde ela é derrotada totalmente.

Durante todo esse período, soubemos, ao lado de companheiros como Francisco Pinto, que na Tribuna do Congresso Nacional era porta voz daqueles excluídos. Era uma pessoa que lá na Tribuna da Câmara, ou com suas atitudes, ele ajudava, ele ombreava-se com aqueles que faziam sua militância, com posicionamentos de esquerda intransigente, posicionamento socialista. Chico Pinto nunca foi marxista nem comunista, mas sempre foi uma pessoa democrata, uma pessoa com absoluta e total consciência dos valores do socialismo.

Bem, companheiros, eu quero findar



aqui; sem dúvida nenhuma, relatos mais detalhados, maiores, em outros momentos, poderemos retornar, afinal vamos ter aqui a oitava, de algumas dezenas de pessoas, mais que meia centena de pessoas passarão nessa Comissão da Verdade.

Tenho orgulho de estar participando da Sub-Comissão da Verdade em Feira de Santana, ao lado de Celso Pereira, indicado pela OAB e ao lado do pastor João Dias, que ali está sentado, representando CONIC que é a organização das igrejas cristãs ligados à área protestante. Ao representante monsenhor Luiz Rodrigues, da Arquidiocese de Feira de Santana, ao doutor Albertino Carneiro, representante do MOC, ao professor Eurelino Coelho, representando a UEFS aqui nessa comissão, por indicação da sua Reitoria e da comissão diretiva daquela instituição.

Temos, ainda, na figura do companheiro Sinval Galeão a representação indicada pela Comissão Estadual para que coordenasse nossos trabalhos e eu tenho a honra de estar nessa Comissão representando os anistiados de Feira e da região. Eu sou um deles e participo dessa Comissão na busca do resgate efetivo da

verdade, na busca da reconstituição da história para que nós, através de nossos testemunhos, possamos deixar escrito aquilo que os nossos antecedentes fizeram, mas que ainda somos sobreviventes e queremos deixar aqui os nossos testemunhos daquela época.

Como sobrevivente daquela época, eu quero dizer: soube resistir à ditadura, soube participar das lutas pela liberdade e democracia, e, continuo, ainda, com o mesmo pensamento, mesmo alinhamento na luta por um dia com situações sociais mais prósperas e alvissareiras para nossa população.

Fiz um resumo muito rápido, companheiros, afinal de contas, as doze horas já chegaram. Atrasamos um pouco essa instalação da Comissão da Verdade nessa parte da manhã, mas, de qualquer sorte, resgatamos o programado de serem ouvidas, aqui hoje de manhã, pelo menos três pessoas. No período da tarde, eu gostaria não em nome da Comissão, mas fazer um apelo a vocês todos, à tarde, vocês vão ter importantes depoimentos, aqui nessa sessão, seria bom que todos estivessem, porque aqui vocês estão ouvindo o testemunho do resgate da história de pessoas sobreviventes de uma época. Muito obrigado a todos vocês.

Joviniano Neto – Hosannah, por gentileza, caso o senhor se sinta à vontade, se o senhor puder, senão, o compreendemos, não tem problema nenhum! Se o senhor puder, e o que achar importante, dar algum esclarecimento sobre o período que o senhor foi para o exterior, se o senhor não tiver nada contra...

Hosannah Leite – De 1968 a 1970, passei

pela Europa Ocidental e depois fui para a Europa Oriental, passei cerca de dois anos na União Soviética. Era um país, na época, que abrigava, pelo menos, aqueles que eram perseguidos políticos por ditaduras na América Latina, em que existia uma gama de países que assim procediam:

Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile...eram países, ao lado do Brasil, Bolívia, também, que praticavam a ditadura e a perseguição àqueles que lutavam pela democracia e pela justiça social.

Joviniano Neto – Sr. Hosannah, com agentes da repressão da qual o senhor se confrontou além do tenente Ari, talvez fosse esse o nome, o senhor lembra algum nome de algum outro que tenha...

Hosannah Leite – Olha, na verdade sempre eles atuavam

com codinome, como era uma repressão, na época, muito forte nós não tivemos acesso aos seus nomes oficiais, creio e sei que esse tenente Ari era um codinome, existia também um inspetor Ari na Polícia Federal, o único que se apresentava com seu nome oficial era o coronel Luiz Arthur, porque era o Superintendente da Polícia Federal, cujo prédio já desapareceu, que era ali em frente ao Mercado Modelo.

Joviniano Neto – Era o que eu iria perguntar. Antigo Armazém número 1?

Hosannah Leite – Isso. Era ali no armazém número 1, e era a Polícia Federal, exato. Foi demolido, mas era ali e muitos passaram por aquele lugar, eu passei, (o que, Wilson Mário? Quem?); Sim, aqui em Feira de Santana, tinha um agente conhecido também como Macedo. Agora

“... chegava fim de semana mandava para o quartel de Amaralina. Enfim, no quartel, nós passamos momentos vexatórios, primeiro que nos tiravam toda a roupa, ficávamos somente de cueca e camisa, e passava sempre um oficial, um capitão, e quando ele passava ele queria que nós ficassemos de pé, perfilados, enquanto ele passava. Era uma forma de demonstrar autoridade”.

queria dizer a vocês que além do quartel do 35º BI onde nós fomos presos, passamos alguns dias, cerca de seis dias na Polícia Federal, a princípio.

Joviniano Neto – Quartel 35º BI aqui em Feira.

Hosannah Leite - Daqui fomos recambiados para os Fuzileiros Navais na cidade baixa.

Joviniano Neto – Salvador

Hosannah Leite – Salvador. Depois fomos para a Polícia Federal.

Joviniano Neto – Ali no Terminal da França, não?

Hosannah Leite – Isso!

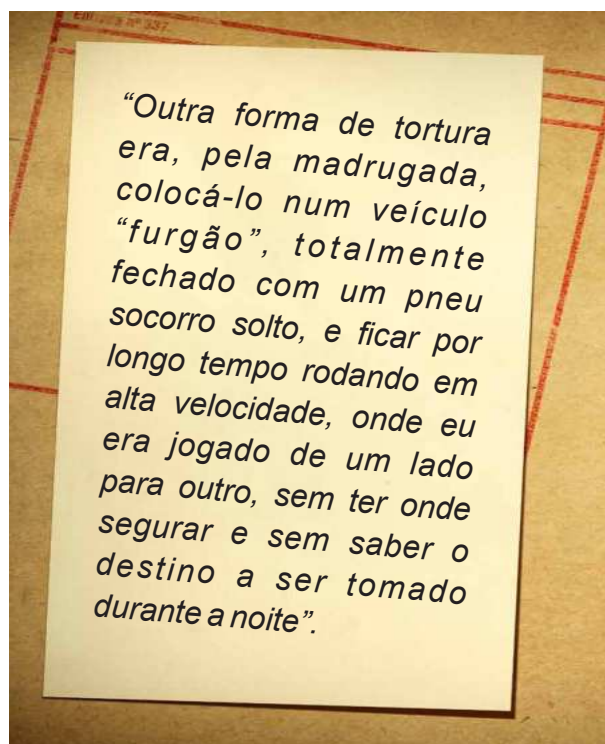
Joviniano Neto – Ou aquela escola em frente a Nossa Senhora da Conceição?

Hosannah Leite – É. Onde existe até hoje.

Joviniano Neto – É onde existe até hoje, tá!

Hosannah Leite – Ali purgamos por dois dias, dali fomos para a Polícia Federal. No final de semana a Polícia Federal também entrava em seu recesso. Fomos para o quartel de Amaralina, depois do quartel de Amaralina retornamos para a Federal, volta e meia chegava fim de semana mandava para o quartel de Amaralina. Enfim, no quartel, nós passamos momentos vexatórios, primeiro que nos tirávamos toda a roupa, ficávamos somente de cueca e camisa, e passava sempre um oficial, um capitão, e quando ele passava ele queria que nós ficássemos de pé, perfilados, enquanto ele passava. Era uma forma de demonstrar autoridade.

Eu me recordo, só lembrando um pouco dos episódios que o professor Luciano contou da vida dele, um episódio que me ocorreu no primeiro dia, quando nós chegamos aos Fuzileiros Navais, ao estar sentado defronte às pessoas do DOI CODI,



já que a operação foi comandada pelo DOI CODI, pelo CENIMAR e, a partir de um determinado momento, ocorreu um episódio vexatório. Eu tenho uma herança, e comungo com Celso Pereira desde a juventude, é ser portador de asma (quem conhece todo asmático tem uma bombinha) eu tive, em determinado momento de perguntar: “o senhor sabe onde está aquela bombinha minha?”

Aí foi um vexame, bomba onde que tem bomba? E aí toma tapa e ter que dizer que bomba é, como é que é, até esclarecer que a bombinha era uma que asmáticos usam. Nós passamos e tomamos uma série de porradas, de joelhadas e de murros na barriga, enfim, até esclarecer qual era a bombinha, e eu estava passando por um processo, naquela hora, de uma insuficiência respiratória e queria usar para poder, pelo menos, ver se melhorava um pouco. No sofrimento da hora, passou a parte de insuficiência respiratória através da porrada. Meus companheiros, muito obrigado pela atenção de vocês.

Joviniano Neto - Se o senhor não se importar, é que aí interessa também à Comissão a reconstituição dos lugares

onde as coisas aconteceram, por isso, a pergunta que eu fiz ao senhor e agradeço as suas respostas. O senhor identificou a fuzilaria naval, no Terminal da França, o Armazém número 1 das Docas, Quartel de Amaralina, e o senhor foi, o senhor...

Hosannah Leite – Era sede, esse das Docas era sede da Polícia Federal.

Joviniano Neto – Era sede da Polícia Federal esse Armazém numero1, perto da rampa do Mercado.

Hosannah Leite – Logo junto à rampa, onde os barcos aportavam.

Jackson Azevedo – Conhecemos. O senhor lembra, em algum desses lugares, se o senhor teve conhecimento ou ouviu comentários de outras pessoas, ainda que ligadas a organizações diferentes que não o partidão, que tivessem sofrido também lá, o senhor poderia ajudar a recompor essa...

Hosannah Leite – Não. Em verdade, durante o início da década de 70...

Joviniano Neto – Desculpe. Para não interromper o senhor de novo, em qualquer um desses lugares, o senhor chegou ao Forte do Barbalho também?

Hosannah Leite – Não, não cheguei. Não fui.

Joviniano Neto – E então, se o senhor tiver conhecimento de fato lá em Amaralina, que lá ficou como sede do DOI CODI praticamente...

Hosannah Leite – Sim, sim era o lugar que mais se torturava na Bahia.

Joviniano Neto – Exatamente.

Hosannah Leite – Eu só vim saber disso depois de dias que passei lá abrigado e que me retornaram para a Polícia Federal, senão seriam dias de vexames passados ali dentro, esperando a hora.

Joviniano Neto – Se o senhor lembrar-se de outros fatos ocorridos nesses locais, e o senhor quiser relatar, nós agradecemos.

“E que esse cidadão, curiosamente, tinha uma autoridade muito grande dentro da Polícia Federal. Pois bem, ele conseguia me tirar, já vinha com anzol ficamos ali na murada na Polícia Federal, ali onde aportavam aqueles barcos pescando, com autoridade, e ele disse uma coisa curiosíssima: “tire somente daqui o coronel Luiz Arthur, mas todos os demais estão no meu bolso”, foi uma afirmação que ele disse naquela época”.

Hosannah Leite – Sim, sim. Quem estava junto comigo, preso numa cela contígua - tempos depois que eu vim a saber -, foi o Poli, ele que é dirigente hoje, parece do PPS; ele esteve comigo preso numa cela contígua, e eu só vim saber quem era ele anos depois em alguma conversa informal que nós nos identificamos como tais. Na época em que eu estive na Polícia Federal, por exemplo, aconteceu fato, sobretudo curioso. Era a época da repressão da chamada quadrilha de Quadros e lá estava preso um cidadão por nome Jacó, que era o proprietário da

chácara onde informavam na época que ele enterrava os corpos.

Joviniano Neto – Era a desova, Guilherme Jacó, era a desova.

Hosannah Leite – E que esse cidadão, curiosamente, apesar de estar lá aprisionado, como uma pessoa alinhada à estrutura, à atividade marginal da polícia, ele tinha uma autoridade muito grande dentro da Polícia Federal. Eu estava em certa noite num final de semana e ele chega para o camarada que estava lá de plantão: “olha vou precisar pegar o rapaz aí que nós vamos pescar aqui do lado”. “Mas ele não pode, ele tá preso, não pode fazer.” Pois bem, ele conseguia me tirar, já vinha com

anzol ficamos ali na murada na Polícia Federal, ali onde aportavam aqueles barcos pescando, com autoridade, e ele disse uma coisa curiosíssima: “tire somente daqui o coronel Luiz Arthur, mas todos os demais estão no meu bolso”, foi uma afirmação que ele disse naquela época.

Joviniano Neto – E uma curiosidade, que não é mórbida é só para comentar, aquele documentário, aquele capitão do quartel de Amaralina que queria que os presos ficassem perfilados, é só uma coisa, perfilados nus como estavam ou eram vestidos?

Hosannah Leite – Sim, tínhamos que ficar de cueca ali e com a camisa, está certo, e ali o cidadão disse: “Está passando um oficial, quando o oficial passa qualquer um, militar ou não, tem que ficar em pé para poder recepcioná-lo”. Enfim, e ali eu fiquei em pé, ele ficou lá dando um sermão, fazendo um discurso daqueles que já se conhece, até depois estar dispensado e poder sentar, a gente de cueca, fazendo posição de soldado, porque estava diante de si um oficial.

Joviniano Neto – E a alimentação nesses locais? Dos presos o senhor tinha alguma?

Hosannah Leite – Olha, você toca num assunto interessante. Primeiro dia, chegamos altas horas da noite já com fome no quartel dos Fuzileiros Navais. Ali, naquela época, a porta era uma de... sei lá 10, 20, 25 cm de madeira e por baixo abria uma portinha que passava a alimentação. Pela manhã cedo me passaram uma alimentação: um pão duro, numa meia lata

de óleo com café frio, que você olhava para o café ainda via aquela nata assim, algumas bolhas de óleo... Adivinha o que é que eu fiz? Sem comer, desde o dia anterior, comi tudo, tomei o café e comi o pão duro. Infelizmente passei por isso também, apesar disso o melhor de cardápio que eu tive foi na Polícia Federal, sem dúvida nenhuma, foi o melhor cardápio em nível de alimentação, apesar de também ser o local que maiores sofrimentos eu passei. Mais alguma coisa?

Joviniano Neto – Não, obrigado.

Hosannah Leite – Por favor, obrigado a vocês.

Joviniano Neto – O senhor já se dispôs em outros momentos voltar?

Hosannah Leite – Qualquer momento que vocês queiram, estarei à disposição. Eu faço parte dessa Comissão da Verdade de Feira de Santana.

Em tempo, para complementar informações:

Para ilustrar, outra forma de tortura era, pela madrugada, colocá-lo num veículo “furgão”, totalmente fechado com um pneu socorro solto, e ficar por longo tempo rodando em alta velocidade, onde eu era jogado de um lado para outro, sem ter onde segurar e sem saber o destino a ser tomado durante a noite. Eram momentos de apreensão e de dúvidas: o que irão fazer agora! Depois se voltava para a origem. A informação, na saída, era de que iríamos fazer uma viagem.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
31 de outubro de 2013 - Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães
Feira de Santana - Bahia



***Beraldo Boaventura**

Meus cumprimentos formais à mesa, Joviniano, Sinval, companheiros e companheiras. Acho que nenhum de nós que viemos aqui depor deve ter considerado essa uma tarefa fácil. Não é fácil lembrar daquele tempo, tanto pela angústia que traz de volta, quanto pela multiplicidade de fatos que nós vivenciamos e que não é fácil resgatar, concatenar tudo para fazer uma exposição.

Eu próprio, ao longo desses últimos 20 anos, sempre tive muita dificuldade de ler qualquer coisa sobre aquele tempo. Porque à medida que eu começava a ler, nunca encontrei nada que refletisse toda a angústia dos aspectos sinistros daqueles anos que foram muito bem definidos como os Anos de Chumbo. E é muito difícil lembrar daquele tempo mas, talvez, frustrando um pouco a sugestão de Joviniano, fico com a sensação de que não tenho como dar conta da multiplicidade dos fatos, a não ser numa reflexão muito mais demorada.

Mas uma coisa me traz uma indagação, uma preocupação muito forte na hora de dar um depoimento nessa reconstrução da Comissão da Verdade. E a coisa que mais considero, mais me parece difícil, de fazer é focar nas torturas, no crime específico de ser torturado um preso político. Quando eu me pergunto – e não encontro outra resposta – senão a de que se havia ali um débil mental, um psicopata, torturando é porque havia uma rede de cumplicidade muito grande que instrumentalizou aquele psicopata para torturar uma pessoa. Ele não fez isso no

DEPOENTE: BERALDO BOAVENTURA

Beraldo Boaventura. De 1965 a 75 trabalhou em Feira de Santana, no Banco do Brasil. Participou da reabertura do Sindicato dos Bancários local, fechado por ação da ditadura. Foi dirigente do clandestino Comitê Municipal do PCB. Integrou o Diretório municipal do MDB. Militante ativo dos movimentos populares.

A partir de 1976, em Salvador, cursou Comunicação na UFBA, líder sindical, dirigiu o Sindicato dos Bancários da Bahia. Foi deputado federal entre 1991 e 1994. Hoje coordena o Instituto Berimbau, ONG dedicada ao desenvolvimento de ações comunitárias no Litoral Norte da Bahia.

*Texto revisado pelo depoente.

meio do mato ou na periferia da cidade, isso era feito nos quartéis do Exército, da Polícia Federal, das Forças Armadas.

Então – é um lugar comum – quando um pistoleiro mata uma pessoa, seja por crime político, seja por crime comum, pergunta-se, investiga-se, busca-se a identificação e a condenação de quem mandou fazer, quem foi que planejou aquele crime, quem foi que mandou e instrumentalizou aqueles débeis mentais, tornando-os aptos e capazes, instrumentalizados, para torturar pessoas.

Então, fico até com receio de que esse foco no pistoleiro acaba sendo involuntariamente uma forma de esquecer as cúmplices maiores que na verdade geraram aquela situação específica. Quando houve o golpe de 64, nós que éramos militantes de algum viés marxista, de algum viés comunista, já sabíamos que vivíamos numa ditadura, uma ditadura que tinha outros aspectos, a ditadura do capital, a ditadura do coronel da terra, a ditadura do delegado na cidadezinha do interior. A sociedade brasileira sempre foi uma sociedade muito opressiva, a começar da escravidão. Quando o Brasil nasceu, já nasceu torturando os escravos.

Aquele momento nos anos 60 - os primeiros anos da década de 60 - foram anos de mobilização popular intensa. Eu tenho a sorte de ter vivido um pouco aquele período anterior a 64. Era um momento inédito, nunca mais o Brasil viveu algo parecido, em termos de mobilização popular, em termos de debate nas escolas, de debates nos sindicatos, de debates políticos pela transformação democrática da sociedade brasileira – e o golpe veio exatamente para impedir que essa sociedade fosse democratizada. Então, o

golpe era um momento de uma sequência histórica já muito forte na sociedade brasileira, a de torturar, a de explorar, a de oprimir. E a ditadura apenas deu um viés particular e ainda mais cruel a tudo isso.

E o que fez a ditadura? A ditadura tinha um programa antinacional, um programa antipopular, um programa anti-trabalhador, um programa contra a Reforma Agrária, um programa contra tudo o que precisava existir de forma consistente para termos um Brasil melhor. E a ditadura fez muito isso, arrochou salários, torturou pessoas, censurou. E a tortura, a censura, a repressão não existia isolada de uma rede de cúmplices, uma rede de cumplicidade, uma rede de interesses que apenas usavam aquele regime militar para se manter no poder e usufruir todas as vantagens ilícitas e ilegítimas desse poder.

Então... o que foi o golpe? Por exemplo, em 64, o que foi a ditadura militar em Feira de Santana? E quem fomos nós no combate - nessa luta - a essa ditadura em Feira de Santana? O combate a essa ditadura em Feira de Santana foi um combate a políticos que eram prepostos da ditadura, integrantes da ditadura, cúmplices.

Pegando dois ou três casos específicos de Feira de Santana: Estevão - era um contador bem estabelecido na cidade – foi obrigado a fechar o seu escritório, a sair da sua profissão, a ir tentar começar vida nova em outra cidade, porque aqui ele não conseguia ser contador. E quem oprimia? quem cerceava essa possibilidade? Era o capelão? Não era o capelão. Eram agentes da sociedade civil, prepostos da ditadura, que perseguiam os democratas e os

“E a tortura, a censura, a repressão não existia isolada de uma rede de cúmplices, uma rede de cumplicidade, uma rede de interesses que apenas usavam aquele regime militar para se manter no poder e usufruir todas as vantagens ilícitas e ilegítimas desse poder”.

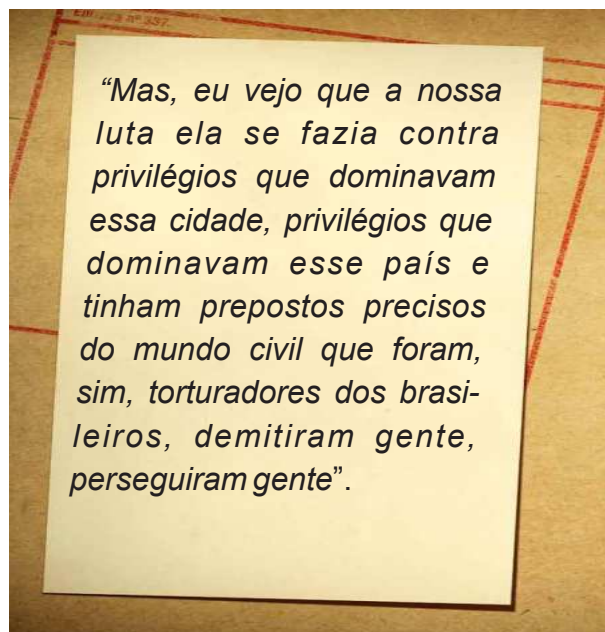
homens de bem que identificavam a sua vida com o bem estar da vida social. Quem foi que impediu Estevão de exercer a sua profissão? Foram gerentes dos bancos - sei lá quem - mas era do corpo da sociedade civil que vinha essa repressão, que procurava tirar das pessoas a condição de sobrevivência.

Juvenal – foi demitido do emprego, muitos foram demitidos do emprego, eu lembro, o próprio Hosannah, na década de 70, não teve mais condições de manter o seu escritório de contabilidade porque as pessoas tinham medo, as pessoas tinham medo de tudo – e aí é que ocorria realmente o chumbo daqueles anos. Era o medo, o medo que dominava o ar, a gente sentia no ar. Quando a gente entrava numa estação rodoviária estavam lá os cartazes: Procuram-se!

Quem eram os que estavam sendo procurados? Pessoas do bem, jovens idealistas, pessoas que não roubaram ninguém, que não mataram ninguém, que não prejudicaram ninguém, pessoas que queriam um Brasil melhor, então esse era o medo. E esse medo acontecia nos interstícios menores da sociedade e nas coisas grandes da sociedade e se há uma coisa que nós fizemos de bom - aqui nessa cidade - foi enfrentar o medo.

Yara Cunha nesse filme [As Águas de Março] - passou ali um trecho - tem uma frase que eu acho que melhor reflete o que nós conseguimos fazer naquela época, nós não tivemos medo, nós enfrentamos o medo, nós contestamos, nós brigamos, nós denunciemos. Mas, eu vejo que a nossa luta ela se fazia contra privilégios que dominavam essa cidade, privilégios que dominavam esse país e tinham prepostos precisos do mundo civil que foram, sim, torturadores dos brasileiros, demitiram gente, perseguiram gente.

Depois do golpe de 64, qual foi o grande momento que nós tivemos na vida política de Feira de Santana? A vitória eleitoral em 1972 quando o MDB derrotou a



ARENA e derrotou o que era à época o preposto maior da ditadura em Feira de Santana, que era o Sr. João Durval Carneiro. Nós derrotamos João Durval com o povo na rua sabendo que estavam derrotando a ditadura militar em Feira de Santana.

Eu posso contar uma historinha. Eu e Hosannah, praticamente - não apenas eu e Hosannah - mas eu, Hosannah e mais alguns companheiros, mas naquele momento específico, praticamente fizemos a coordenação da campanha de José Falcão em 72 - não a de 70, a de 72 - ganhamos as eleições. No dia da posse de José Falcão, na véspera da posse, fomos todos presos - eu, Hosannah, Humberto [Mascarenhas], mais um conjunto de companheiros. José Falcão tomou posse com as pessoas que coordenaram a campanha dele, muitas delas na cadeia.

Eu sempre gostei muito de José Falcão, a vida toda, mas eu que coordenei a campanha de José Falcão - no último dia da campanha ele leu um discurso que eu escrevi - eu só consegui voltar a falar com José Falcão um ano depois. Porque ele teve medo, tanto medo que ele abandonou o MDB e foi pro PDS, se alinhou à ditadura. Longe de mim querer julgar uma personalidade complexa e interessante,

como foi José Falcão, só por esse episódio.

Mas esse episódio reflete o que era o medo, depois da prisão - era uma coisa surpreendente - o clima, pessoas de quem eu julgaria que teria o maior apoio atravessavam a rua para não ser vista falando comigo - e pelo outro lado - pessoas, de quem eu não esperava nada, iam na minha casa prestar solidariedade. Então, se há alguma coisa que me traz à tona aqueles anos de chumbo era a atmosfera de medo que dominava a cidade, o clima e a sociedade.

E o que nós fizemos de melhor em Feira de Santana foi não ceder a este medo, foi derrotar esse medo em alguns momentos. Quando Chico Pinto chegou da prisão em Feira de Santana - depois de preso e perder o mandato por causa do discurso denunciando a ditadura de Pinochet - e a ditadura brasileira foi tão covarde e o congresso nacional foi tão covarde que permitiu Chico Pinto ser preso e perder o mandato porque denunciou um ditador sanguinário na América Latina. Quem cassou Chico Pinto foram os congressistas. Então, eu não consigo absolver - e não consigo achar bom focar, dentre os crimes da ditadura, nos psicopatas que torturaram presos políticos. Eram bandidos a serviço de um regime que tinha uma base civil, que tinha uma cara [tanto civil quanto militar] e que tentava se impor à sociedade brasileira. Então - se precisamos resgatar as injustiças, as grandes vítimas da ditadura não foram apenas os presos políticos. Isso talvez, do ponto de vista histórico, é importante! É importante corrigir injustiças, é importante conseguir cicatrizar algumas poucas feridas, mas eu não fico satisfeito com isso.

Eu citei aqui o caso de Estevão que

fechou o escritório de contabilidade porque não podia trabalhar, porque não eram [apenas] os militares, eram os cúmplices [civis] da ditadura que perseguiram as pessoas. Estevão foi obrigado a deixar a cidade, Hosannah foi obrigado a fechar o escritório de contabilidade, Antoniel Queiroz! Antoniel Queiroz - na minha

avaliação - foi assassinado pela ditadura e pelos cúmplices civis da ditadura, porque fizeram a mesma coisa com Antoniel. Antoniel não conseguiu emprego, não conseguia um serviço. A empresa de prestação de serviços que ele tentou criar não conseguia um cliente, porque o medo era grande e porque haviam figuras covardes que perseguiram e impediam aquele cidadão de bem de ganhar o seu sustento, porque faziam parte daquela rede

política que compunha a ditadura no Brasil.

Enquanto alguns companheiros sofreram essa pressão e conseguiram sobreviver, a pressão sobre Antoniel foi tão violenta, tão completa, tão esmagadora que lhe provocou, lhe acentuou, lhe agravou problemas cardíacos e ele morreu no momento que sofria essa pressão violenta dos cúmplices da sociedade civil à ditadura militar. Antoniel foi uma vítima da ditadura, assassinado, - assassinado! por esses cúmplices, por essa rede de cumplicidades.

Então - eu vejo... - naquele período, havia momentos que dava até para rir de tão ridículos. Por exemplo, me lembro de um dia, fui preso, me pegaram de manhã cedo em casa - como Luciano contou aqui - bateram na porta, eu fui abrir, tava preso! Algemado, me enfiaram na Veraneio, me levaram para Salvador. Quando cheguei lá na Polícia Federal, era uma cela grande -

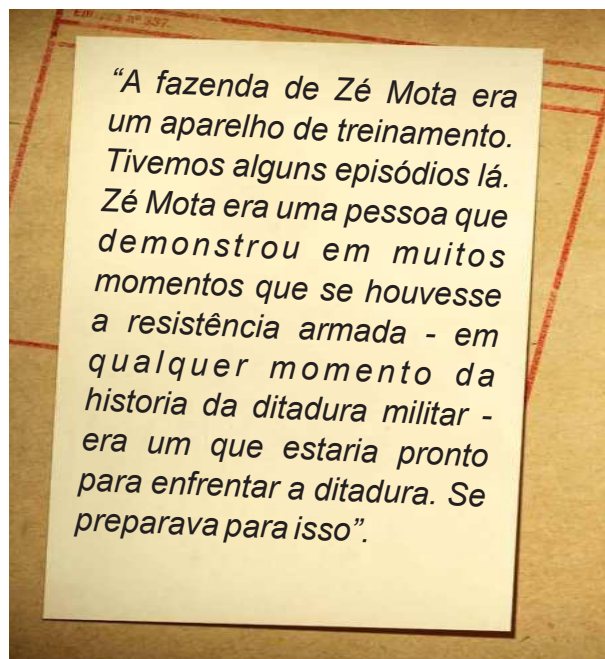
“... a pressão sobre Antoniel foi tão violenta, tão completa, tão esmagadora que lhe provocou, lhe acentuou, lhe agravou problemas cardíacos e ele morreu no momento que sofria essa pressão violenta dos cúmplices da sociedade civil à ditadura militar. Antoniel foi uma vítima da ditadura, assassinado, - assassinado! por esses cúmplices, por essa rede de cumplicidades”.

como daqui e lá - estreita e grande, aquela haste de ferro que está sustentando ali aquele banner é mais fina do que as barras de ferro que tinha lá na Polícia Federal. Era barra de ferro para prender leão ou elefante, aquelas barras de ferro, aquela cela enorme vazia e lá no meio da cela, em pé, sozinho, magrinho, seco: Juvenal! Juvenal Carvalho, muitos de vocês conhecem Juvenal.

Juvenal é o homem mais pacífico que pode existir na face da terra, sequinho, magrinho em pé, naquela coisa horrorosa, com aquelas barras de ferro imensas. Eu vinha chegando, tinham acabado de me tirar as algemas, entrei no saguão das celas - e vejo lá - aquela cena grotesca, aquelas barras de ferro gigantescas para prender um homem pacífico. Eu caí na risada - eu ri - caí na gargalhada, não podia ser verdade. Até hoje, Juvenal reclama de mim desse negócio - eu morrendo de rir: - Juvenal, o que você está fazendo aí? E ele: - eu estou querendo saber, o que é que eu estou fazendo aqui, porque não sei e não sei por que é que você está dando risada?

Mas, o passo seguinte foi... Eu entrar na cela e ficar trancafiado lá eu e ele - e... mais ridículo ainda - nós soubemos depois que nesse dia nós fomos presos - acho que Hosannah também foi nesse dia, mais alguns - nós fomos presos pra quê? Pra treinar interrogador - não tinham uma razão para nos prender. Eles queriam dar um treinamento a uns interrogadores novos e nós fomos presos para treinar interrogador, tal era a desfaçatez, a violência com que agiam. Engraçado, não tinha ninguém fardado nessas prisões, era tudo Polícia Federal.

Então, tinham coisas ridículas como essa, como um dia que eu estava pichando um muro ao lado do irmão de Celso Pereira - o Luiz Pereira, já faleceu - e aí, baixou um caminhão do Exército com soldados em baionetas embaladas. Um pulou para nos prender, saímos correndo e entramos no carro que já estava esperando - caímos fora - e o cara que estava ali para nos prender



estatelou no chão, tomou uma queda, foi correr atrás da gente e caiu com aquele armamento todo e permitiu que nós caíssemos fora. Então, há coisas até que, anos depois, tem até como rir desse negócio, mas ocorreram pessoas assassinadas, ocorreram as pessoas danificadas.

Joviniano Neto – Beraldo.

Beraldo Boaventura – Já encerrou meu tempo?

Joviniano Neto – Não, tenho umas perguntinhas ainda.

Beraldo Boaventura – Tá. É... eu acho que... Eu não consigo dar conta dessa história, ela é muito longa tem muito detalhe, tem muitos aspectos sinistros, tem muitos aspectos interessantes, mas eu quero também lembrar figuras que tiveram um papel importante nessa corrente que não se dobrou, não aceitou o medo, que lutou o tempo todo, mesmo sabendo dos riscos que corriam. Hosannah lembrou aqui uma figura que eu já tinha registrado na memória para falar dessa pessoa, o papel importante que teve - no apoio à militância revolucionária em Feira de Santana- o velho Zé Mota

A fazenda de Zé Mota era um aparelho de treinamento. Tivemos alguns episódios lá. Zé Mota era uma pessoa que demonstrou em muitos momentos que se houvesse a resistência armada - em qualquer momento da história da ditadura militar - era um que estaria pronto para enfrentar a ditadura. Se preparava para isso. - Não sei se eu posso contar isso, mas eu lembro uma vez que chegamos na casa dele e ele nos mostrou uma caixa com cinco ou seis metralhadoras novinhas que estavam à disposição da gente na hora que a gente quisesse. Mas lembro também de Luizinho - velho Luizinho...

Em relação ao filme que passou, queria destacar uma coisa que me parecia curiosa também naquela época. Há um trecho do filme [As Águas de Março] em que Luciano faz referência à moda do ateísmo entre os jovens revolucionários. Ele deve ter razão para dizer isso - eu cheguei em Feira de Santana em 1965, mas havia um grupo político um grupo político com o qual eu interagia de forma permanente na programação das atividades políticas na cidade. Nós éramos pequenos, mas funcionamos muito como catalisadores dos grandes movimentos que essa cidade protagonizou.

Nada disso teria acontecido, em Feira de Santana, se não fosse a coragem pessoal - incomparável - a coragem incomparável que tinha Chico Pinto. Não existiria se não tivesse os comunistas, não existiria se não tivesse as pessoas dispostas a enfrentar aquela situação, como dizia Yara Cunha, "nós não tivemos medo". E no grupo político, com o qual eu interagia muito, estava: um Zé Pereira, que

não era o Zé Pereira referido em maior parte das vezes, mas Zé Pereira era um ubandista, pai de santo, tinha um Candomblé, nos termos dele, era um homem religioso; tinha o carteiro Genaro, espírita e socialista que era militante de todos os dias; tinha um bancário Raimundo Pina de Menezes que era presbiteriano, evangélico, ecumênico.

"Será que a ditadura acabou? Eu acho que... do ponto de vista formal sim, do ponto de vista de algumas questões substantivas sim, mas ainda tem muita coisa que se exerce da mesma maneira injusta e perversa.

.....A contaminação química do chumbo leva anos e anos produzindo efeitos, danifica, destrói pessoas 30 anos depois e o chumbo da ditadura também persiste agindo na sociedade brasileira. A contaminação química do chumbo leva anos e anos produzindo efeitos, danifica, destrói pessoas 30 anos depois e o chumbo da ditadura também persiste agindo na sociedade brasileira".

Eram pessoas que, independentemente do posicionamento religioso, tínhamos um traço comum de amor ao próximo, de combatividade, de sentimento, de urgência, de fazer aquelas coisas - às quais a questão religiosa nunca nos atrapalhou, no sentido de agirmos de forma comum e unificada, catalisando aquele movimento social que mobilizava Feira de Santana. Esse caráter ecumenista da luta também para nós, pra mim, é muito importante, porque me faço uma outra pergunta - a pergunta que eu me faço ainda para encerrar esse depoimento e me colocar à disposição de qualquer um outro, é uma pergunta que me faço que vai

talvez chocar vocês. Será que a ditadura acabou? Eu acho que... do ponto de vista formal sim, do ponto de vista de algumas questões substantivas sim, mas ainda tem muita coisa que se exerce da mesma maneira injusta e perversa.

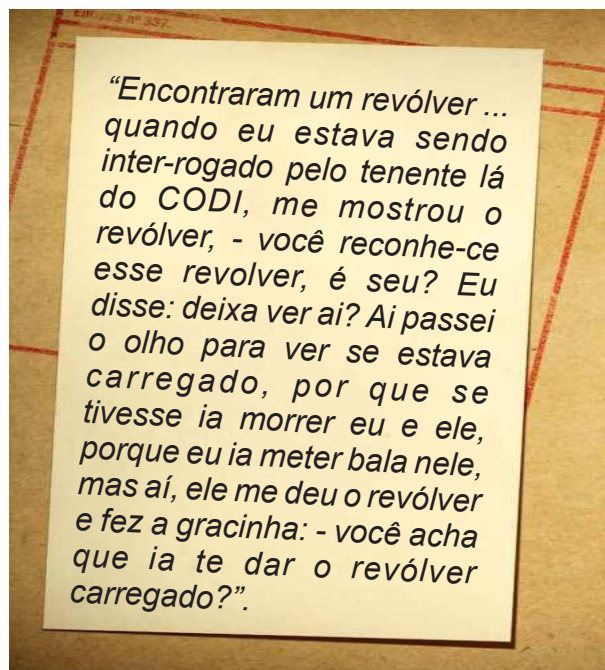
Eu faço um trabalho social há muitos anos no Litoral Norte da Bahia, região próxima do mundo civilizado, lido com agricultura familiar, com reciclagem do lixo, com pescadores, com povão, com o povo miúdo da roça e ainda encontro com muita frequência pessoas que não têm o que

comer, que não têm dinheiro para comprar um pão, que não têm nenhuma assistência médica, que não têm onde cair morto. Enquanto nós tivermos esse tipo de coisa acho que ainda existem muitos aspectos da ditadura que precisam ser superados. E muitos efeitos da ditadura persistem até hoje. A contaminação química do chumbo leva anos e anos produzindo efeitos, danifica, destrói pessoas 30 anos depois e o chumbo da ditadura também persiste agindo na sociedade brasileira.

Outro dia peguei um táxi em Salvador, estava no centro da cidade e ia para o aeroporto, o motorista era um jovem, uma pessoa de uns 22 anos. E aí – ele conversador – comecei a conversar com ele, era de Feira de Santana, nasceu e cresceu em Feira de Santana - nunca soube - não sabia quem era Chico Pinto. Não sabia quem era Chico Pinto! nascido e criado em Feira de Santana, isso tem três anos atrás, uma pessoa muito jovem, não sabia de acontecimentos muito recentes, ele não sabia quem era Chico Pinto. A gente conversa com a juventude aí fora, não sabem de nada. O esforço grande que a ditadura fez foi para tirar da consciência dos brasileiros a consciência de si, para esquecer a história, para não ter compromisso com nada. Essa censura, essa ignorância política eu acho que é um efeito da ditadura.

Então, ainda há muito pelo que lutar, como dizia nosso velho amigo Leonelli, parece que a ditadura acabou, mas a necessidade é a mesma, a luta precisa continuar, nossas experiências, nossa firmeza, os nossos cabelos brancos não nos podem fazer esquecer que ainda falta muito para mudar esse país. Obrigado.

Joviniano Neto – Beraldo, eu estou fazendo um esforço para tentar comprimir as falas em 30 minutos para tentar ouvir a todos, e quero deixar um espaço para algumas perguntas que no papel - de interrogador - ou de entrevistador. Você foi preso em 72, quanto tempo ficou preso? E se foi preso outras vezes - em outros momentos em sua vida?



Beraldo Boaventura – Joviniano, me desculpe, mas eu vou lhe fazer a mesma coisa que eu fazia quando a televisão me entrevistava quando eu estava comandando uma greve. Eles me perguntavam uma coisa eu respondia outra, mas eu vou responder sua pergunta rapidamente, comentando algo mais que tem a ver com essa sua pergunta. Uma das primeiras atividades políticas que eu desenvolvi em Feira de Santana foi um movimento para resgatar o sindicato dos bancários da intervenção que sofreu em 64.

Em 64, o sindicato dos bancários foi depredado, metralhado, destruído, não sobrou pedra sobre pedra, não sobrou página de papel inteira no sindicato dos bancários em Feira de Santana. Quando nós recuperamos o sindicato - que abrimos a porta do sindicato em 1967, três anos depois, ainda encontramos pedaços de baionetas, paredes metralhadas, cápsula de bala. Então, nesse movimento de recuperar o sindicato dos bancários em Feira de Santana foi – minha primeira... - meu primeiro convite a comparecer ao 35º Batalhão de Infantaria para prestar um depoimento sobre as atividades sindicais, depois disso, fui preso em 1972, quando foi preso o Comitê Municipal do Partido

Comunista Brasileiro do qual eu fazia parte, fui preso.

Joviniano Neto – Quanto tempo o senhor ficou preso em 72?

Beraldo Boaventura – Eu fiquei preso três dias

Joviniano Neto – Mas só conseguiu encontrar, conseguiu conversar com João Falcão, um ano depois?

Beraldo Boaventura – Um ano depois... e assim mesmo porque teve uma reunião do diretório municipal do MDB, onde ele teve que nos engolir, a mim e a Hosannah. O que aconteceu é que ele ficou em pânico, a verdade é essa. Em 72, fui preso, meio dia, tinha acabado de almoçar, a casa foi invadida por quatro ou cinco homens da Polícia Federal – gigantes – me convidaram a acompanhá-los, me botaram numa veraneio, me algemaram, e voltaram para revistar a casa toda.

Encontraram um revólver – que Hosannah conheceu bem esse revólver depois – quando eu estava sendo interrogado pelo tenente lá do CODI, me mostrou o revólver, – você reconhece esse revólver, é seu? – eu disse: – deixa ver aí? Aí passei o olho para ver se estava carregado, porque se tivesse ia morrer eu e ele, por que eu ia meter bala nele, mas aí, ele me deu o revólver e fez a gracinha: – você acha que ia te dar o revólver carregado? – eu disse: – está bom, é meu.

Mas aí, me levaram para o 35BI, cheguei lá tinha uma cela enorme, tinha umas almofadas, deitei, dormi até meia-noite. Meia-noite me tiraram e eu fui algemado com Hosannah, meia-noite para uma hora da manhã, levados para o quartel

dos Fuzileiros Navais em Salvador. Também lá, quando chegamos tinha uma fila de fuzileiros com metralhadora em punho, para a gente passar no meio... era engraçado.

Joviniano Neto – Você foi preso outras vezes depois? Outros anos depois?

Beraldo Boaventura – É... Teve a prisão em que eu fui preso para treinar interrogador. No sindicato, em Salvador, também teve uma greve onde teve um quebra-quebra e eu fui preso...

Joviniano Neto – Setenta... Setenta...

Beraldo Boaventura – Aí eu já não me lembro o ano.

Joviniano Neto – Depois a gente checa o ano, mas você falou

também que teve muitos casos. [...] vou perguntar se você sofreu, pessoalmente, violência ou tortura. – E se conhece... – assistiu depoimentos ou conhece pessoas que tem certeza que foram torturadas. Você falou aqui que tem muitos momentos para rir, casos para rir e eu gostaria de perguntar se lembra de alguns casos para chorar? Casos para sofrer? – Que você... – você, companheiros ou pessoas que você conheceu sofreram.

Beraldo Boaventura – Eu lembro Joviniano. Citei aqui o caso que eu enfatizo, que é muito emblemático, o caso do Antoniel. Antoniel sofreu uma tortura física? Não! Mas, mataram Antoniel. Mataram! Quem matou Antoniel? Não foi nenhum torturador psicopata, foram os cúmplices da ditadura em Feira de Santana. Tem nome? Dá para investigar? Provavelmente

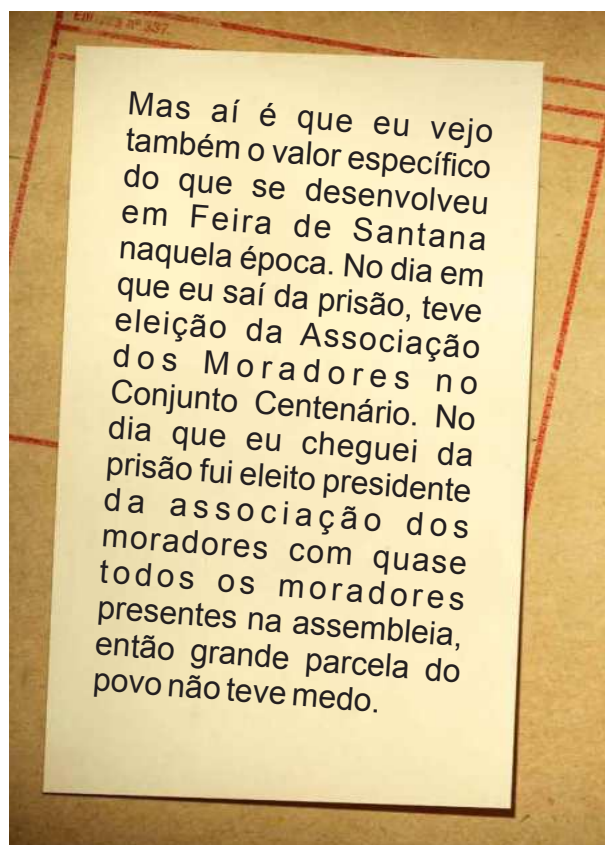
“Depois do golpe de 64, qual foi o grande momento que nós tivemos na vida política de Feira de Santana? A vitória eleitoral em 1972 quando o MDB derrotou a ARENA e derrotou o que era à época o preposto maior da ditadura em Feira de Santana, que era o Sr. João Durval Carneiro. Nós derrotamos João Durval com o povo na rua sabendo que estavam derrotando a ditadura militar em Feira de Santana”.

não. Mas, o fato é que eu vi pessoas danificadas, eu citei o caso do Luizinho, um homem simples era a maior dificuldade de encontrar como trabalhar, Lourival alfaiate, Batata, pessoas que não conse-guiam sobreviver porque a perseguição era todo dia, toda hora. Se alguém se relacionava com essas pessoas havia a pressão, - esse cara é comunista, esse cara é perigoso, não encosta não que você pode sofrer as conseqüências – Então, eu vi pessoas sofreram esse tipo de tortura, esse tipo de restrição, esse tipo de opressão, para mim isso caracterizava o que eu chamo os Anos de Chumbo.

Eu me lembro da época que nós rodamos noite a dentro - não sei se vocês lembram o que é o reco-reco - ficava eu, Hosannah, Santa Bárbara, mais outros companheiros, as noites rodando boletim. Quer dizer... era um negócio complicado – tira, bota...- [...] e depois para sair distribuindo nas cidades os panfletos contra a ditadura.

Então... Santa Bárbara, conheci na infância, conheci na militância política. Uma das primeiras prisões que Santa Bárbara sofreu foi uma prisão de um grupo de estudantes, numa manifestação estudantil. Santa Bárbara foi preso, ele tinha no bolso um panfleto do POC - Partido Operário Comunista - era um panfleto de papel jornal, devia ter umas 15 folhas. Ele foi preso, jogado na cela com aquele papel [no bolso], o que foi que ele fez? Comeu o papel todo, comeu 15 folhas de papel jornal, de noite, se sentiu mal, soltaram Santa Bárbara no meio da rua, que ele tava se sentindo mal. Santa Barbara foi gradativamente conduzido à luta clandestina, era tanta pressão, tanta perseguição, tanta falta de espaço.

Durante muito tempo durante do movimento sindical se eu ía para uma reunião sindical, a Polícia Federal me intimava para saber porque eu tinha ido para a reunião. Então se eu for contar prisões de sair algemado, carregado pela a polícia, foram três, mas intimações abusivas -



completamente abusivas - foram muitas. Eu era diretor do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana, renunciei ao sindicato depois da prisão para evitar uma intervenção no sindicato, renunciei à direção de uma cooperativa habitacional para evitar uma intervenção na cooperativa. Era continuamente intimado para prestar depoimento por que, que eu fui para uma reunião?

Mas aí é que eu vejo também o valor específico do que se desenvolveu em Feira de Santana naquela época. No dia em que eu saí da prisão, teve eleição da Associação dos Moradores no Conjunto Centenário. No dia que eu cheguei da prisão fui eleito presidente da associação dos moradores com quase todos os moradores presentes na assembleia, então grande parcela do povo não teve medo.

Joviniano Neto – Com esse momento de falta de medo, nós encerramos o depoimento de Beraldo Boaventura.

Beraldo Boaventura – Estou à sua disposição.

***Em outubro de 2015, Beraldo Alves Boaventura Neto encaminhou
à Comissão Estadual da Verdade, por escrito,
o seguinte adendo ao seu depoimento, ao qual intitulou
O INTERROGATÓRIO***

A ditadura que se implantou no Brasil em 1º de abril de 1964 usou, para se consolidar, sobretudo da arrogância e da violência. Contava também com o medo como instrumento da guerra psicossocial que punha em prática contra os brasileiros.

No meu depoimento (31.10.2013) destaquei, acompanhando outros depoimentos, que não tivemos medo, ou melhor, não nos deixamos vencer, nem pela arrogância, nem pela violência, nem pelo medo. Mas, sem dúvida, houve momentos em que passava um frio no estômago e na alma. Frio e chumbo que não nos derrotaram. Refiro-me aos vários militantes de esquerda que viviam e atuavam em Feira de Santana. Alguns que passaram, outros que ficaram e desenvolveram na cidade inúmeros atos de uma extraordinária luta democrática.

Em 31 de janeiro de 1973 uma operação da Polícia Federal, num ato político, ilegal e violento, sequestrou vários militantes da esquerda em Feira de Santana, todos membros do Comitê Municipal do clandestino PCB. Foi uma ação política da ditadura em pelo menos três sentidos:

(1) o aprisionamento arbitrário de cidadãos pacíficos, de endereço conhecido, que exerciam regularmente suas atividades profissionais, todos amplamente reconhecidos na cidade como pessoas de bem, presos, não, sequestrados, sem qualquer mandato judicial – e levados para lugar, à época, desconhecido;

(2) era uma ação da ditadura contra militantes de um partido político a que se negava direito à legalidade e contra quem desenvolviam uma ação militar e paramilitar brutal e muitas vezes assassina;

(3) este sequestro aconteceu às vésperas da posse do prefeito eleito pelo

MDB, cuja campanha tinha sido estruturada e sustentada em grande parte por aqueles militantes sequestrados. O prefeito, sim, à época, tomou posse num clima de grande medo instaurado na cidade.

Da parte que me toca, fui sequestrado em minha residência, por quatro ou cinco agentes da Polícia Federal, armados, logo após o almoço, que invadiram a casa, me algemaram e, após revistar a casa e levar livros e um revólver (muniado), me levaram para o quartel do 35º B.I. do Exército, de onde me tiraram perto de uma hora da manhã, juntamente com Hosannah, e nos levaram, com todos os lances de uma fuga clandestina, para o quartel dos fuzileiros navais em Salvador, no Comércio. Lá fiquei numa cela exígua (uns 6 m²), de onde fui retirado na noite do dia seguinte, para o primeiro interrogatório, na sede da Polícia Federal, próximo à Pça. Cairu.

O interrogatório começou com cinco policiais sentados na minha frente, tentando me confundir, cada qual me perguntando quase simultaneamente coisas diferentes. Meu estado de espírito era calmo por fora e intensamente indignado por dentro. O chefe do interrogatório, que se dizia do CODI, mostrou-me o revólver que tinha sido apreendido em minha casa e me perguntou se de fato aquela arma me pertencia. Pedi para pegar a arma para poder reconhecê-la. Ele me passou o revólver. Pelo canto do olho tentei ver pela fresta do tambor se estava carregado. Minha intenção era passar fogo no interrogador. Claro que eu ia ser morto se fizesse isso. Mas minha única intenção naquele momento era passar fogo naquele bandido. Ele percebeu o meu olhar. Riu-se e perguntou ironicamente: você acha que eu iria lhe passar essa arma se estivesse carregada? Paradoxalmente, a ironia dele me acalmou. Peguei a arma,

reconheci e a devolvi.

Este episódio me alertou para que assumisse outra atitude. Me acalmei e refleti, considerando a gravidade da situação. Ao longo da vida tive apenas um momento de vício, por cerca de um ano, entre os 18 e 19 anos, fui muito viciado em jogo de pôquer. Um jogo que, mais do que com as cartas, se joga com as emoções e com a observação dos adversários. Foi o que me veio à cabeça naquele momento: calma, agora é um jogo de pôquer, a sério, com a minha vida – e talvez a de outros – em jogo.

O interrogatório continuou por mais umas três horas, a mesma saraivada de perguntas, uma contínua tática de me confundir. O quadro era de que eles já tinham em mãos toda a situação do Comitê Municipal. Queriam mais informações sobre “o velho Artur” e sobre a viagem de Hosannah à Europa, além de mais detalhes sobre minhas atividades no sindicato dos bancários, na cooperativa habitacional e nas atividades do partido, na cidade.

No dia seguinte passei por novo interrogatório. Desta vez também eu estava sozinho e fui interrogado apenas pelo Coronel Luiz Arthur (salvo engano era este o nome). Insistiu mais sobre três temas: os contatos com “o velho Artur”, a viagem de Hosannah e as atividades de outros grupos de esquerda no meio dos bancários, tema a respeito do qual tinham pelo menos um informante (suspeito quem, mas com pouca convicção). O coronel fazia o papel do policial bonzinho: ou eu colaborava ou iria para as mãos “desse pessoal do CODI”, quando não sabia “o que poderia acontecer”. Não obstante jogou muito duro. Depois o interrogatório continuou com o tal oficial do CODI, referido acima. Um típico interrogatório de cinema, com ameaças veladas, gritos no pé do ouvido e ameaças explícitas.

Para mim, naquele momento, se descortinavam dois cenários: (1) ou eu os convencia de que só sabia aquilo que eles

já sabiam, ou (2) a coisa realmente iria ficar feia, entrando para o plano do interrogatório fisicamente mais violento. Neste último cenário (o da possível tortura) eu, naquele momento, via também dois cenários: (1) eu entrar num paroxismo de resistência, não abrir nada, e sair dali, se saísse, arrebeitado; (2) eu não resistir à tortura e abrir informações que me pareciam muito graves.

Três temas me preocupavam seriamente: (1) os contatos com “o velho Artur”; (2) os contatos que eu tinha com o pessoal do Comitê Estadual; e (3) as viagens de dois companheiros do nosso Comitê à União Soviética, para cursos do partido.

(1) Eu sabia que “o velho Artur” era considerado peixe grande, eu conversara bastante com ele, algumas vezes; participara de encontros com ele, em Feira e em Salvador; algumas das muitas vezes que passou em Feira de Santana dormiu em minha casa; era já idoso, com grande conhecimento da vida do partido (depois vim a saber que se tratava de Agliberto Vieira de Azevedo, um ex-militar, odiado pela ditadura, certamente seria torturado e morto se fosse apanhado); “o velho Artur” já não estava na Bahia, mas compreendi ali, naquele momento, que relatar uma maior proximidade com “o velho Artur” seria nitroglicerina pura.

(2) Eu mantinha alguns contatos, regulares uns e esporádicos outros, com membros do Comitê Estadual do partido (principalmente com o prof. A., o engo. L.C. e outros). Cerca de um ano após o Comitê Estadual também foi todo preso, mas quando daquela nossa prisão parecia claro que os órgãos de repressão não tinham os seus nomes.

(3) Dois companheiros do nosso Comitê Municipal, por conta de um envolvimento mais amplo com a estrutura e os planos do partido, em momentos diferentes, tinham ido fazer cursos do partido na União Soviética. Eu tinha pleno

conhecimento disto e, com relação a um dos casos, dispunha de um leque de informações que poderia complicar muito a vida deste e de vários outros companheiros. Era seguramente uma situação que poderia levar a tortura e morte.

Nos demais temas do interrogatório a pressão era pela confirmação de informações que eles claramente já tinham com detalhes. No caso destes três temas acima destacados, eles não tinham informações. A lógica que, naquelas circunstâncias, tentei colocar em ação foi, confirmando o que me pareceu claro que eram informações que eles já tinham, fazê-los acreditar que aquilo era tudo que eu sabia. E, desta forma, escapar do risco de ser considerado uma fonte de informações que levasse a um patamar mais agudo de violência. Pelo visto, deu certo. Aliás, parece-me, que esta tática foi utilizada por quase todos os presos naquela operação, com a exceção do primeiro interrogado (um companheiro, sem maior formação política, pobre, com família e filhos pequenos, que não tinha como fazer papel de herói daquela causa, naquele momento). A partir daí nos soltaram. Hosannah permaneceu preso por mais algum tempo, mas, pelo visto, também conseguiu convencê-los de que não tinha a alta periculosidade subversiva que imaginavam (em que pese que, na realidade, tinha).

Alguns dias após o meu retorno procurei Osvaldo Ventura e lhe relatei que ele tinha sido alvo de muitas pressões e perguntas. Alertei que se prevenisse porque algo poderia estar passível de acontecer. Achei que não tinha, naquele momento, como lhe contextualizar tudo quanto tinha se passado, tentei preveni-lo para que tomasse cuidado.

Também alguns dias após a minha soltura, tivemos eleições na Associação dos Moradores do Conjunto Centenário e, numa assembléia em que estavam presentes a maioria dos moradores, fui eleito por unanimidade presidente da

Associação. Havia muita gente que não tinha medo.

Mas, havia também muita gente que morria de medo. Nas semanas seguintes à prisão passei a viver uma situação para mim impactante. Pessoas que imaginava estariam firmemente ao meu lado fugiam de mim, mudando o lado da rua para não serem vistas falando comigo. Para muitos o medo prevalecia assustador. Pessoas outras, de quem nada esperava, me visitavam, iam à minha casa me prestar solidariedade. Pelo olhar das pessoas, passei a identificar quem me via com um tipo de pânico e quem tinha segurança suficiente para me dizer, mesmo com um simples olhar, que estava do nosso lado.

Nas semanas seguintes, talvez por alguns poucos meses, entrei numa espécie de confusão mental. Antes da prisão eu era Secretário Geral do Sindicato dos Bancários, Diretor Administrativo da Cooperativa Habitacional, ativista destacado do MDB, além de Secretário de Agitação e Propaganda do clandestino PCB. Pelas pressões que recebi – e pelas que continuei recebendo após a prisão, renunciei ao Sindicato – para evitar uma intervenção ditatorial na entidade, renunciei à diretoria da Cooperativa Habitacional, pelo mesmo motivo. De uma vida social extremamente dinâmica passei a sentir o peso da atmosfera de chumbo da ditadura em tudo que fazia e no que estava impelido a não fazer. Como disse, entrei numa espécie de confusão mental, não era dominado pelo medo, mas não conseguia raciocinar, não conseguia agir, não conseguia ler uma página de um livro, muito mal conseguia cumprir a jornada de seis horas no banco, talvez estivesse a viver um choque de stress ou uma espécie de depressão.

Por indicação de alguém do partido, procurei o psiquiatra Dr. Rubim de Pinho. Acho que ele me salvou. Não me fez qualquer psicoterapia, me colocou para dormir. Fiz um mês e pouco de sonoterapia. Praticamente dormi um mês inteiro. Acordei bom. Voltou a lucidez e a coragem de

continuar a luta.

Iniciei minha participação na luta política contra a ditadura no dia seguinte ao golpe. Primeiro no movimento estudantil, no Colégio Estadual João Florêncio Gomes, em Salvador, agindo contra o fechamento do grêmio estudantil, de cuja diretoria recém-eleita eu fazia parte. Foram ações da mais ingênua indignação. Em Feira de Santana meu envolvimento nesta luta foi ganhando consistência, na retomada do Sindicato dos Bancários das mãos do interventor e, a partir de 1967, na militância no MDB e, paralelamente, no PCB. Tudo com intenso envolvimento. A partir desta prisão em 1973, tudo ganhou um caráter diferenciado, já era sério antes, mas a partir daí, a compreensão dos efeitos da ditadura tornou-se mais denso.

Mesmo quando não matava ou torturava fisicamente a ditadura impactava toda a vida. Lutar contra aquele regime nefasto era uma exigência ética da qual não podíamos nos afastar. Já era bem mais do que uma indignação individual. Aquela prisão e, depois da prisão, o decorrer do processo, marcava ainda mais todos os aspectos da nossa vida, o que fazíamos, o que não fazíamos, o que sentíamos, o que sonhávamos, o trabalho, a cidadania constrangida, os relacionamentos, todos os aspectos da vida. Aquela prisão e aquele processo nos atingiu, provocou um atordoamento momentâneo, mas não conseguiu nos afastar nem da resistência nem da luta mais ativa. No que me toca, continuei com intenso envolvimento principalmente no sindicalismo e nas campanhas cívicas de muitas modalidades, inclusive mesmo na luta clandestina. Aqui e agora quis apenas registrar aspectos daquela prisão e daquele momento sinistro.

Ao longo de minha militância, variada, tive conhecimento de casos de tortura de brutalidades inacreditáveis. Um deles foi o caso de um militante que teve a pele do abdômen cortada como se fosse uma janela, de modo que o torturado olhasse as suas entranhas expostas. Este

militante, depois, se recuperou parcialmente, chegando a ser professor universitário, mas, não obstante sua aparente recuperação, anos depois suicidou-se. Este sem dúvida foi um caso extremo. Mas ocorreram inúmeros outros casos menos extremos que, mesmo assim, conseguiu destruir e danificar vidas. Testemunhei o caso do irmão de um assassinado pela ditadura que, inteiramente impactado pela morte do irmão, viveu atormentado e morreu cedo, de aparente morte natural. Testemunhei o caso da irmã de um sindicalista morto (ou desaparecido) que desenvolveu uma aguda síndrome de pânico que transtornava toda a sua família. Testemunhei casos de pessoas perseguidas pelos adeptos civis da ditadura que destroçaram vidas profissionais e levaram a tormentos e a mortes prematuras. Muitos dos casos de pessoas destruídas ou danificadas pela ditadura não tiveram torturadores manifestos.

A ditadura em si era um sistema de tortura e dano, cujas dimensões históricas estarão sempre muito longe de se identificarem com a denúncia dos psicopatas torturadores dos quartéis.

Todos nós que lutamos, em Feira de Santana, em Salvador, pelo Brasil afora – até no exílio – nenhum de nós foi perfeito, esta é uma condição que não pertence aos humanos. Tivemos todos os nossos erros e as nossas fragilidades, muitas não tão expostas quanto as do militante ao qual me referi acima, mas todos nós fomos duramente atingidos. Os anos de chumbo nunca deixarão de ser uma sombra em nossas vidas. Mas, se algum dia uma história verdadeira for contada sobre aqueles tempos de desgraça, os companheiros de Feira de Santana, todos eles, todos nós, estaremos na lista dos que lutaram sempre.

Salvador (BA) – outubro de 2015.

Beraldo Boaventura

***Em novembro de 2015, Beraldo Alves Boaventura Neto encaminhou
à Comissão Estadual da Verdade, por escrito,
novo adendo ao seu depoimento, intitulado
OS BANCÁRIOS NA LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO***

O sindicalismo dos bancários, desde a década de 30, se apresentou como um componente dos mais ativos nas lutas dos assalariados e nas lutas populares no Brasil. Um dos marcos principais desta forte presença foi a conquista, por parte dos bancários, da jornada de seis horas, já na década de 30. Esta conquista esteve sempre sob a pressão dos banqueiros, mas a forte resistência dos sindicatos conseguiu, mesmo que com altos e baixos, manter este dispositivo, salvo engano, único na legislação trabalhista brasileira.

O golpe civil-militar de 1964 abateu-se com uma fúria especial sobre os sindicatos de bancários de todo o país. Foram muitas as sedes invadidas pelas tropas da repressão, instalações depredadas, sindicalistas presos, espancados e alguns desaparecidos. Esta repressão particularizada prosseguiu ao longo de todo o período ditatorial, afinal tratava-se do setor sempre hiperprivilegiado dos banqueiros – que tinha que ser especialmente protegido.

A resistência dos bancários às políticas neoliberais, ao arrocho salarial, à precarização do trabalho, ao cerceamento das liberdades civis e políticas foi ininterrupta, uma luta contínua, em todo o período da ditadura. A história completa dessa resistência e do ativismo político desta categoria ainda está para ser contada.

Há vários relatos parciais. Mas como se tratou de inúmeros episódios de resistência e de luta que se desdobrou por praticamente todos os centros urbanos do país, há certamente ainda muito por contar. Falta, até onde sei, uma história contada com todas as suas conexões nacionais e suas implicações humanas, econômicas e sociológicas envolvidas.

Não disponho de condições de

tentar sequer esboçar essa história de modo mais consistente e completo, como será bom, algum dia, alguém tentar. Mas eu participei desta luta, em boa medida, em todos os seus aspectos. Talvez tenha algo para contar. Vou tentar aqui, de modo sumário, relatar alguns episódios, não exatamente pela importância histórica dos fatos, mas pela oportunidade do meu testemunho.

O Sindicato dos Bancários de Feira de Santana

1. Em abril de 64 a sede do sindicato foi invadida e depredada por forças militares. Arrebataram tudo. Os dirigentes passaram por prisões, intimidações e pressões diversas. O dirigente Antoniel Queiroz, funcionário do Banco do Nordeste, foi particularmente perseguido. Demitido, não conseguiu, pela perseguição civil que sofreu na cidade, se estabelecer em nenhum dos inúmeros negócios que tentou. Estressado e perseguido, o coração não resistiu e morreu, numa mesa de cirurgia.

2. Institucionalmente o Sindicato sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, nomeando interventor um funcionário do Banco do Brasil, se não me falha a memória, Francisco Viana de Melo, advogado. Este interventor não tocou no Sindicato, sequer abriu a porta. Manteve a entidade fechada até 1967. Neste ano, um conjunto de meia dúzia de bancários, instigados por Hosannah Leite, começou a luta para reabrir a instituição. Conseguiram marcar eleições. Assumiu uma diretoria de bancários sem maior envolvimento político, mas que queria a reativação da entidade. Eu participei do movimento, que foi pequeno, e das negociações, mas não pude integrar a nova diretoria porque ainda não era associado (entrei no Banco do Brasil ainda durante o período da interven-

ção). A primeira tarefa da nova diretoria foi limpar a sede das cápsulas de bala, dos pedaços de baioneta, rebocar e pintar as paredes metralhadas, refazer o sanitário arrebitado, reconstituir toda a documentação.

3. Salvo engano, em 1970 ocorreram eleições para renovação da diretoria. Elegeu-se Presidente Sílvio Pedra Cruz, eu fiquei como Secretário, ainda que despontasse como o militante mais ativo àquela época (eu já militava no PCB e a tática era não aparecer muito). A partir daí o sindicato passou a ter uma postura mais ativa. A luta era para gerar participação, produzir um boletim que estimulava conscientização, apoiar outras lutas sociais na cidade, fazer a defesa jurídica dos bancários.

4. Por essa época o Ministério do Trabalho inventou um sistema de empréstimo aos trabalhadores que poderia ser acessado através das entidades sindicais que aderissem ao programa. O Sindicato seria uma espécie de intermediário financeiro para os trabalhadores que quisessem o dinheiro emprestado, dentro do limite estabelecido. Convocamos os bancários da cidade para uma assembléia para discutir o assunto. A maioria da diretoria era a favor de aderir ao modelo. Fui contra, propus uma moção que recusava nossa adesão ao programa e enviava uma manifestação ao Ministério do Trabalho recusando a oferta. A Assembléia aprovou a moção e foi passado telegrama ao Ministério comunicando a decisão da Assembléia. Dias depois, Sílvio Pedra e eu fomos intimados a comparecer ao quartel do 35º Batalhão de Infantaria do Exército, sediado em Feira de Santana, para prestarmos esclarecimentos sobre o assunto. Passamos lá uma tarde sendo interrogados por um oficial que se nos apresentou como agente do SNI. O episódio não teve outras consequências, mas visivelmente passamos a ser mais vigiados.

5. Ainda em 1970 ocorreu em Araxá (MG) um Encontro Nacional dos

Bancários, promovido pela CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), franquizado a dirigentes sindicais, indicados em assembleias de suas respectivas entidades. De Feira de Santana fomos eu e Sílvio Pedra. Apesar de ser um encontro de dirigentes não deixava de ser um passo importante na reorganização nacional do sindicalismo bancário. O presidente da CONTEC era Ruy Brito de Oliveira Pedroza, um ativo democrata-cristão. No ano seguinte, 1971, a CONTEC convocou, para Porto Alegre, um CONGRESSO NACIONAL DE BANCÁRIOS, também com o mesmo critério de dirigentes referendados em suas respectivas assembleias. Por minha insistência, a recém-formada Federação dos Bancários de Bahia e Sergipe coordenou o aluguel de um ônibus para levar os delegados de todos os sindicatos da Bahia e Sergipe (Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Salvador, cuja base era todo o Estado, exceto os municípios que tinham sindicato próprio, e Aracaju/Sergipe). O quadro político na categoria era o seguinte: 1) o Sindicato do Rio de Janeiro estava sob intervenção; 2) a maioria dos sindicatos sob o comando de pelegos aliados da ditadura, resultantes das inúmeras intervenções de 64; 3) os sindicatos de Porto Alegre, Curitiba e São Paulo já tinham sido retomados por militantes de esquerda; 4) Ruy Brito, na CONTEC, esforçava-se por construir uma corrente democrata-cristã, apoiando-se na pelegada no seu embate com as esquerdas mais tradicionais. O embate político nos três dias do Congresso de Porto Alegre fora intenso e de bom nível. Como eu era praticamente o único dirigente sindical de esquerda em todo o Nordeste e do RJ para cima, acabei tendo algum destaque no Congresso, aliado ao pessoal do Sindicato e da Federação de São Paulo. Logo após este Congresso, o Ministério do Trabalho entrevistou nos Sindicatos de Porto Alegre, Curitiba e São Paulo, destituindo dirigentes seletivamente. Inclusive impediu a continuidade de Ruy Brito e de sua equipe na CONTEC. À esta época eu e Sílvio Pedra fomos impedidos de tomar posse

nos cargos da diretoria da Federação dos Bancários de Bahia e Sergipe, para os quais tínhamos sido eleitos.

6. À esta época, também, o Sindicato de Feira de Santana liderava convenções e encontros estaduais. Numa destas reuniões, quando viajávamos e ficávamos hospedados em pequenas pousadas, um dos dirigentes dos sindicatos do interior escarafunchou documentos de um dos dirigentes da Federação (Luciano Bezerra) e lá encontrou um documento de identidade do mesmo emitido pelo CENIMAR (Centro de Informação da Marinha). Não estávamos lidando com conservadores ingênuos.

7. Em fins de 1972 o MDB em Feira de Santana derrotou o candidato da Arena, numa eleição de extraordinária participação popular, que foi um dos pontos altos da luta contra a ditadura naquela cidade. Era no tempo de Chico Pinto, ex-prefeito cassado pelo golpe em 64, o mais destacado líder anti-ditadura da Bahia. O candidato da ARENA foi João Durval Carneiro, aliado íntimo de Antonio Carlos Magalhães. O candidato do MDB foi José Falcão da Silva, cuja campanha foi coordenada principalmente por mim e Hosannah Leite, também com a ajuda de Clóvis Lima (que depois veio a ser o 1º Chefe de Gabinete do novo prefeito). José Falcão, eu e Clóvis Lima, éramos bancários, do Banco do Brasil.

8. À época tinham também destaque na vida política da cidade os ex-bancários Luciano Ribeiro e Hosannah Leite, cada qual com seu estilo próprio de atuação.

9. Em janeiro de 73 eu e outros fomos presos, e passamos a responder um IPM (Inquérito Policial Militar). Para evitar uma possível intervenção no Sindicato, renunciei ao mandato de Secretário que tinha na entidade, que liderava. Fiz o mesmo em relação à Cooperativa Habitacional dos Operários Feirenses (COHOFE) criada pelo Sindicato, onde eu

era Diretor Administrativo. Logo a seguir assumi a presidência da Associação dos Moradores do Conjunto Centenário, que tinha sido construído por essa cooperativa, criada pelo Sindicato dos Bancários.

A Oposição Sindical Bancária –

1. Em dezembro de 75 consegui, pelo Banco, transferência para Salvador. Nos primeiros anos não participei de nenhum movimento no Sindicato. Tentei me filiar e a Diretoria recusou minha filiação. Como, na época, estava com muitos outros problemas, de ordem pessoal, não reagi a esta recusa. Havia um grupo fazendo oposição à diretoria pelega, mas pareceu-me um grupo bem intencionado mas limitado, mais um grupo de amigos, que não conseguia ampliar a militância. Em 1978 este grupo formou uma chapa para concorrer à diretoria do sindicato, mas não obteve sucesso. Foram muito amadores diante do profissionalismo delinquente do grupo que ocupava a entidade. Em uma assembléia, que ocorreu depois desta eleição, compareci e denunciei a recusa de minha filiação. Estavam presentes uma centena de bancários, uma assembléia mobilizada pela oposição, para a campanha salarial. Salvo engano, foi Pedro Barboza quem propôs que minha filiação fosse aceita pela Assembléia, o que ocorreu. A partir daí passei a participar do grupo da Oposição. Também por esta época aderiu ao grupo Osvaldo Laranjeira, baiano, funcionário do Banespa, militante sindical recém-transferido de São Paulo para Salvador.

2. O Sindicato, não lembro bem o ano, provavelmente 1975, inaugurara uma sede nova (que ainda é a sede atual, na Av. Sete). Ainda como dirigente do Sindicato de Feira de Santana, compareci à inauguração. O ponto alto deste evento foi a inauguração do auditório que levava o nome de Auditório Presidente Emílio Garrastazu Médici, com uma grande foto oficial do general. Neste ato, o primeiro realizado naquele auditório, estavam de

corpo presente o Ministro do Trabalho, Júlio Barata, o governador indicado Antonio Carlos Magalhães e o comandante da 6ª. Região Militar, o General Adyr Fiúza de Castro. Estas presenças davam uma medida do entrosamento dos dirigentes sindicais de então com o sistema da ditadura. Em 1981, quando a oposição sindical retomou o sindicato, este retrato e a placa correspondente foram jogados no lixo.

3. Em 1978 o Sindicato dos Bancários de São Paulo estava sob intervenção. Era impressionante a desfaçatez com que o Ministério do Trabalho intervinha nas entidades sindicais e destituía seus dirigentes eleitos. Ao fim deste ano (ou no início de 1979) o movimento da oposição sindical retomou o sindicato em SP. Pouco depois da sua posse, a nova diretoria convocou um primeiro Encontro Nacional das Oposições Sindicais Bancárias. Este encontro, pelo que me lembro, realizou-se em julho de 1979 (tenho certeza do ano, não exatamente do mês). Compareci a este encontro representando a Oposição Sindical Bancária da Bahia (fomos eu e Antonio, outro colega do Banco do Brasil). Além dos companheiros de São Paulo, lá estavam representantes do Rio, de Minas e de uma meia dúzia de outros Estados. Foi um encontro pequeno, mas de muita importância para a articulação nacional da luta a partir daí.

4. Uma das decisões deste Encontro das Oposições bancárias foi realizar, em setembro do mesmo ano, um primeiro encontro nacional de funcionários do Banco do Brasil, para abrir negociações sindicais com este Banco, inexistentes há décadas. Os sindicatos e/ou as oposições deveriam realizar assembleias para eleger delegados para este fim. No dia marcado chegamos a Brasília, na sede da CONTEC, que vetara o Encontro, apenas cinco delegados: dois diretores do Sindicato de São Paulo (Sandra Cajazeira e um outro), Ciro Garcia pelo RJ, Elias pelo Ceará e eu, pela Bahia. O Sindicato de São Paulo tinha

pedido, para o dia seguinte, audiência com Oswaldo Colin, presidente do Banco do Brasil. Colin nos recebeu, nos apresentamos como uma comissão eleita no Encontro (que se limitara a nós próprios). A partir daí tivemos negociações continuadas com o BB.

5. A mobilização efetiva dos bancários da Bahia começou nesta época, neste ano de 1979, na campanha pelo retorno da data base para setembro. Todos os bancários do país tinham setembro como data base dos acordos e convenções coletivas, menos a Bahia cuja data base, por negligência do Sindicato ocupado pelos prepostos patronais, tinha sido transferida para fevereiro. A Oposição Sindical conseguiu deflagrar uma mobilização efetiva. Tivemos assembleias que não mais se media pelas dezenas de participantes, mas pelas centenas. Elegemos uma Comissão de Negociação para acompanhar a diretoria da entidade nas negociações com os banqueiros. Depois de intenso debate na categoria e de belas assembleias, conseguimos a retroação da data base para setembro, sem ganhos econômicos contudo. As assembleias desta época tinham sempre nas imediações, ostensivamente, tropas de choque da PM para impedir os bancários de fazer passeatas.

6. Numa das negociações marcadas com os representantes dos Bancos, tínhamos uma Comissão de Negociação eleita em assembleia, para acompanhar a diretoria do sindicato. No dia e hora marcados estávamos lá, uns 10 de nós, no saguão do prédio onde se daria a negociação. Chegam então os diretores do Sindicato, também uns 10. Quando passaram por nós, em direção ao elevador, um deles me deu um encontrão, perguntei-lhe que palhaçada era aquela, ele partiu para cima de mim de murro engatilhado. Um outro membro da oposição deu-lhe uma rasteira. Outro diretor, um truculento que se chamava Magalhães, também partiu para cima de nós de punho erguido. Fechou o tempo. Ficamos ali nos esmur-

rando e exercitando a capoeira por uns dez minutos. Alguém gritou que já estava na hora da reunião com os Bancos, que eram espartanamente pontuais. A briga acabou. Subimos todos, revezando no mesmo elevador. Chegamos à frente dos banqueiros ajeitando os cabelos desgrehados e as camisas rasgadas. Deu-se a negociação como esperávamos. Estávamos aprendendo a negociar.

7. Durante os anos de 79, 80 e 81 nos preparamos para enfrentar as eleições. Fizemos uma bela campanha, inclusive com apoio jurídico de um advogado colocado à nossa disposição pelo Sindicato de São Paulo. Também tivemos apoio logístico de diversos segmentos, personalidades e entidades da sociedade civil em Salvador. A negociação interna para formar a chapa não foi fácil. Pedro Barboza, Osvaldo Laranjeira e eu éramos, objetivamente, os principais nomes. Olívio Dutra veio de Porto Alegre para debater conosco esta composição. Prevaleceu a clara compreensão de ter uma chapa forte e unida. Laranjeira encabeçou a chapa. Vencemos as eleições, para o mandato de três anos que começaria em fins de 1981.

Sindicato é pra lutar

1. Este era um dos nossos motes de campanha durante todo o tempo da Oposição Sindical: Sindicato é pra lutar. O Sindicato dos Bancários da Bahia, a partir desta eleição de 1981 ganharia uma dinâmica inédita. Tínhamos uma militância de 24 diretores e muitos outros voluntários nos momentos de mobilização. Osvaldo Laranjeira, Pedro Barboza, Valdimiro Lustosa e eu próprio éramos bons negociadores. Soubemos conduzir o sindicato com firmeza e equilíbrio, ainda que não faltassem momentos de grandes divergências. Outros diretores, a maioria de jovens e com pouca experiência. Alguns outros, de menos destaque ostensivo, eram figuras amadurecidas e competentes. O mandato começou com muitos debates e muita ação. Principalmente identificando

abusos que ocorriam nas agências, por parte de gerentes. Tivemos intensas lutas pontuais, que nos ensinavam a ser dirigentes sindicais ativos, combativos e responsáveis. O Sindicato foi crescendo em capacidade de mobilização e confiança da categoria.

2. O viés ideológico de nosso debate interno, contudo, beirava a ultrapassagem dos limites do bom senso. Os núcleos partidários queriam crescer a partir da atividade do sindicato. Isso, ainda que pudesse ser justo e/ou inevitável, não raro nos atrapalhava e plantava a cizânia.

3. Uma das primeiras disputas, quase amarga, se deu sobre como conduzir a imprensa do Sindicato. Convocamos uma assembléia para debater o assunto, compareceram perto de cem bancários, mobilizados pela militância mais partidarizada. Propus uma Comissão e um Plano de Imprensa, que foram aprovados, com representantes de todas as correntes, mas que limitava a instância de decisão. Funcionou. Só voltamos a ter problemas nessa área anos depois, quando as disputas partidárias desmantelaram a unidade que nos fizera vitoriosos.

4. Outra divergência pontual importante se deu sobre a participação numa greve geral marcada, salva engano, para julho de 1983. Eu próprio, com outros companheiros, me posicionei claramente contra a greve neste momento por achar que não havia amadurecimento suficiente para esta proposta. Entendi que era uma proposta de greve como um blefe e não me dispus a concordar com aquilo. Tivemos forte debate dentro da diretoria e nos setores mais ativos da categoria sobre como conduzir aquela proposta. A assembléia convocada para esta decisão, contudo, decidiu quase por unanimidade não tentar aquele movimento.

5. Durante este mandato (fins de 81 a fins de 84) o Sindicato dos Bancários da Bahia cresceu bastante em

credibilidade na categoria. Denunciávamos o arrocho salarial, os abusos de poder dentro das agências, fazíamos campanhas cada vez mais participativas, instituíamos a prática de eleger delegados sindicais dentro das agências sempre que possível, estimulávamos com êxito os bancários e as bancárias a se posicionarem com altivez ante os abusos de poder, defendíamos ferozmente a jornada de seis horas e o não-trabalho aos sábados. Interagíamos ativamente com outros sindicatos na cidade e nacionalmente. Participávamos das lutas trabalhistas, operárias e democráticas.

6. Contraditoriamente, à medida que o Sindicato se fortalecia aumentavam as divergências internas. Não conseguimos manter a unidade para as eleições na entidade que se aproximavam. Duas chapas se apresentaram para as eleições em fins de 1984 quando, disputando com Osvaldo Laranjeira (que encabeçava uma chapa formada em sua maioria por integrantes do PT), me elegi presidente da entidade, encabeçando uma chapa que reunia um conjunto de militantes sem opção partidária ostensiva aliados aos integrantes do PCB e do PCdoB.

7. Durante o ano de 1985 se deu o ápice do processo de organização e mobilização que, todos nós, havíamos implantando no sindicato e na categoria. Todos os itens da nossa agenda se intensificaram. Realizávamos reuniões agência por agência, elegemos delegados nos locais de trabalho, fazíamos grandes convenções e assembleias. Nosso ativismo e nossa pregação trabalhista se fazia colada às reivindicações pela redemocratização do país.

8. Tivemos papel importante na organização da greve nacional dos bancários de 1985. O Sindicato dos Bancários da Bahia era considerado como um dos mais ativos, organizados e respeitados dos sindicatos de bancários, junto com os Sindicatos de Brasília, Porto Alegre, Natal, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro.

9. A mobilização da categoria era ativada em cada local de trabalho. Realizávamos encontros com delegados eleitos agência por agência. Em nenhum outro período de sua história o Sindicato teve assembleias tão grandes e participativas. Os bancários presentes em nossas assembleias deixaram de ser contados pelas centenas, agora eram contados aos milhares. Na preparação da greve de 85 as assembleias se iniciavam com o Hino da Internacional Socialista e se encerravam com o Hino Nacional. A diretoria do Sindicato – e o expressivo corpo de militantes – atuavam unidos, as marcas partidárias e ideológicas, naquele momento, ficaram em terceiro plano. Os líderes do movimento, no plano nacional e estadual, tinham total clareza que a mobilização em curso tinha grandes objetivos: derrotar o arrocho salarial, fortalecer a presença ativa dos trabalhadores na vida política nacional e desgastar a ditadura até a sua derrota final.

10. A greve na Bahia, deflagrada definitivamente por milhares de bancários presentes na assembleia do dia 10 de setembro, realizada no Estacionamento Apolo. Encerrada a assembleia descemos em grande passeata, até o Comércio, para fechar os setores de compensação bancária que funcionavam à noite. Descemos a Ladeira da Montanha caminhando e cantando. Pelo meio da ladeira, Bete Wagner passou por mim, na carona de uma moto, e avisou que o Comércio estava cheio de polícia. Seguimos em frente. Quando chegamos no Comércio, já não tinha polícia nenhuma. As ruas desertas sendo ocupadas pelos bancários, das janelas iluminadas dos diversos prédios caía uma profusão papéis picados. No dia seguinte cedo os bancários ocupavam as ruas. A orientação dada pelo Sindicato era que os bancários de um banco, em massa, fariam o piquete em outro banco, foi designada uma escala desse cruzamento. Mas não havia necessidade de piquete, a adesão foi praticamente total. Depois de anos de ditadura os bancários recuperavam o

direito de greve, a massa de jovens que estava nas ruas não estava tanto preocupada com alguns pontos percentuais a mais no salário, estava decidida a criar um Brasil novo, aquela ditadura acabara, agora era só a luta de classes.

11. Há que se registrar a entrega e a participação de dezenas, se não centenas, de militantes sindicais que, pela quantidade, fica difícil citar nome por nome. Mas os anos de luta, a construção deste Brasil novo, não se faria sem eles. Na memória de tantos que de algum modo

lideraram esses movimentos eles figuram importantes e indelévels.

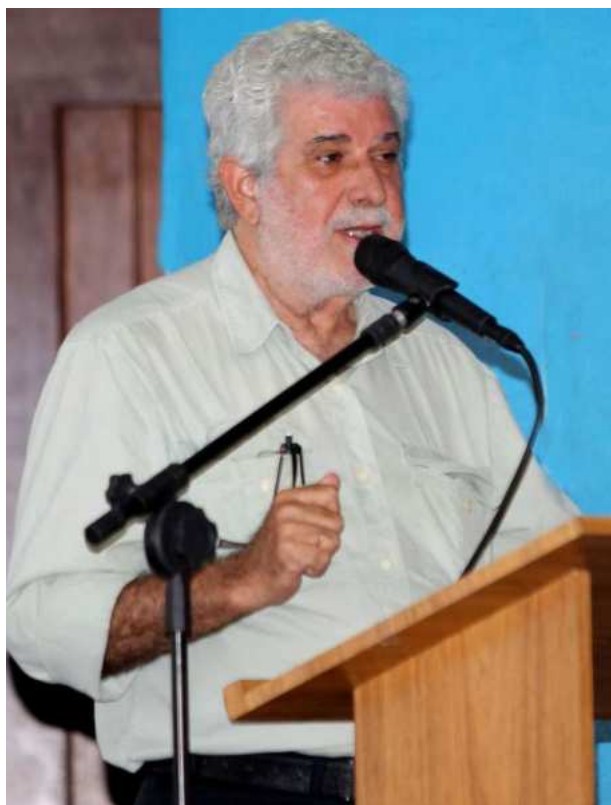
12. Quando se contar de forma completa e detalhada a história das lutas contra os atos e as políticas da ditadura civil e militar de 64-85, os bancários do Brasil – e da Bahia – sem dúvida terão lugar de destaque.

Salvador, novembro de 2015,

Beraldo Boaventura



AUDIÊNCIA PÚBLICA
31 de outubro de 2013 - Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: CELSO PEREIRA

Em 1964, Celso Pereira era estudante e Oficial de Gabinete da Secretaria de Saúde do Governo Chico Pinto, de cuja campanha, em 1962, participou ativamente. Atuou intensamente no movimento estudantil.

Após várias prisões e torturas, mudou-se para Salvador onde cursou Direito na Universidade Federal da Bahia. Voltou para Feira de Santana e continuou na vida política elegendo-se vereador por dois mandatos consecutivos. Hoje, atua como advogado e preside a Subseção Feira de Santana da Ordem dos Advogados do Brasil - Bahia.

**Texto revisado pelo depoente.*

***Celso Pereira**

Meu caro presidente da Comissão da Verdade do Estado da Bahia, Joviniano Neto, permita que eu saúde a todos na pessoa de Amábilia, com quem temos convivido esses últimos dias no trabalho, feito formiga, para resgatar, com esses depoimentos, a verdade em Feira de Santana. E saudando a todos eu então até para relaxar um pouco, eu gostaria de começar dizendo presidente, de que eu pretendo falar só por 30 minutos, mas que se não conseguir, seja concedente tal qual...

Joviniano Neto – Beraldo falou 47min, você fala 37min.

Celso Pereira – Bom, é... eu acho extraordinária a razão de nós termos em Feira de Santana uma Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade e a primeira, porque não me canso de repetir, nas entrevistas que me pedem para dar - e eu vou dizer aqui também para registrar, - é que em nenhum registro escrito a nível nacional ou estadual, Feira de Santana foi tratada com a dimensão e a importância que teve antes, durante e depois do golpe militar.

A vida de Chico Pinto, é verdade, essa tem tido e tem ganhado espaços merecidos - de forma merecida,- mas não Feira de Santana e sua gente nesse momento. Esse é o primeiro registro que eu queria fazer e que a Comissão vindo para Feira resgata isto. A segunda é de que a Audiência Pública, só aqui pela manhã e agora novamente à tarde eu vim ter a

certeza da importância, Joviniano, porque os depoentes têm visões, enfoques, elaboração verbal diferenciadas, e devem, é lógico, ser sempre assim para enriquecer o resgate da verdade e o registro histórico. De modo que eu não quero repetir, se possível, os anteriores.

Nem quero também ir pelas provocações de Beraldo que fez aqui colocações muito mais discursivas, - lógico que deu seu depoimento também com fatos - mas que caberia um, vamos dizer, um momento de avaliação crítica sobre tudo isso, até porque, - não que eu discorde, vale lembrar - de que não se pega o mandante sem antes se prender ou identificar o criminoso. Então é necessário que a gente identifique o criminoso, é necessário que ele seja conhecido para nós chegarmos aos mandantes.

Eu sou filho de Saúde, uma pequena cidade no Piemonte das Lavras Diamantinas, ali perto de Senhor do Bonfim, de Jacobina. Em razão de meu pai ser funcionário público, no ano 60 nós desembarcamos em Feira de Santana, muito jovens, eu e mais seis irmãos, meu pai e minha mãe. Tínhamos já na família um viés político em razão de um tio que foi deputado estadual e era deputado federal e se reelegeu algumas vezes, Edgar Pereira. E... então meu pai já tinha vindo para aqui, por força desta... vamos dizer, militância política porque quando perdia o governo ele como funcionário público *era...* era, se chamava na época removido.

E foi assim que nós saímos de Saúde, fomos para Jacobina, meu pai veio trabalhar em Pedrão - instalar a coletoria estadual de Pedrão -, trabalhar depois em Coração de Maria. Em 62, eu tinha 16 anos

de idade. Hosannah disse que em 60 já participou de movimento político e eu acredito, porque na época começávamos nos movimentos estudantis muito novos. Então em 62, eu participei da campanha de Chico Pinto ativamente e devo até aqui confessar uma ilicitude, na época eu já dirigia um jipe que meu pai tinha, fazendo propaganda política, aos 16 anos, foi assim que me engajei na política estudantil e na política partidária e participei de comícios que me seduziram.

Na época, Joviniano, Feira de Santana perdia dois distritos e ganhava dois municípios vizinhos, eram três, aliás, me desculpem, eram: Santa Bárbara, Tanquinho e Anguera. Em Anguera, nós tínhamos um candidato do PSD e outro da UDN e para lá foi trabalhar a juventude para seu Chiquinho "das armas", antes chamava de

Almas, aqui tem um neto de seu Chiquinho presente, e nós íamos para lá ajudar, o velho PSD. E começamos assim a nos interessar pela vida política, a vida partidária, até as eleições de Chico Pinto.

No governo de Chico Pinto, eu fui o último oficial de gabinete a ser nomeado, porque só em dezembro de 63 eu fiz 18 anos. Era magro, asmático e engajado na política estudantil. Aí, fui ser oficial de gabinete da Secretaria de Saúde com o saudoso Jackson do Amaury, político de nome e prestígio em Feira que se elegeu vereador enquanto quis e que foi citado inclusive hoje aqui por Dr. Antonio Pinto, como tendo sido um dos vereadores que resistiram.

Aí, aquela história de colocar a mão no arado, como dizia a Bíblia, eu já não tinha retorno, eu já estava no movimento

"Então em 62, eu participei da campanha de Chico Pinto ativamente e devo até aqui confessar uma ilicitude, na época eu já dirigia um jipe que meu pai tinha, fazendo propaganda política aos 16 anos, foi assim que me engajei na política estudantil e na política partidária e participei de comícios que me seduziram".

estudantil, no movimento político partidário e agora no movimento de reformas e de conquistas e de operacionalizar um governo democrático e popular. E foi assim que comecei em 1962, 1963 e 1964. Em 1964, recebemos o golpe militar, em 31, em 1º de abril, que se diz que foi na madrugada para evitar o 1º de abril, que é o dia da mentira, mas foi em 1º de abril. Nós já tínhamos aqui participações outras quando houve também em 62, em 63 salvo engano, a renúncia de Jânio Quadros em 61 e a posse de Jango em...61.

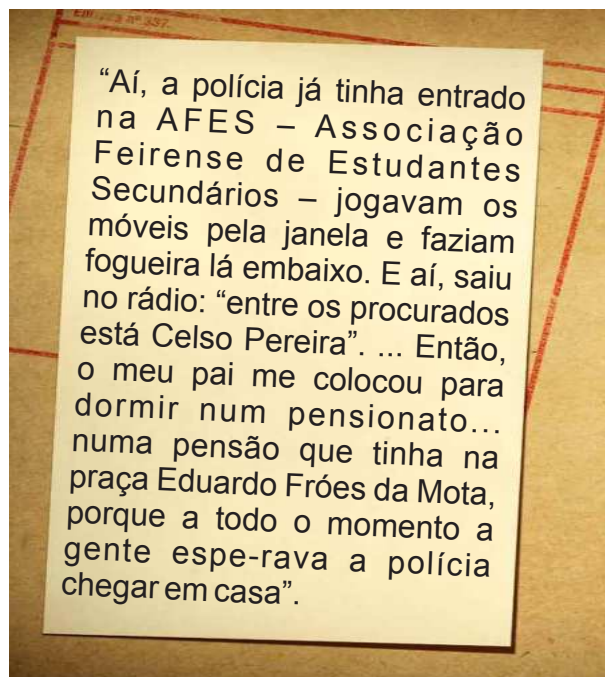
Joviniano Neto – Em 61 a campanha pela legalidade.

Celso Pereira – E depois a campanha pela legalidade, parlamentarismo e depois o plebiscito

Joviniano Neto – Plebiscito em 63

Celso Pereira – Muito bem... então nós já tínhamos essa participação. O golpe ocorreu e... nós recebemos algumas tarefas. Nós nos reuníamos e uma reunião que o grupo de estudantes fez, foi numa casa onde funcionava o movimento de cultura popular e de alfabetização do método de Paulo Freire, na casa de dona Pomba na Galiléia, junto das Baraúnas. Fizemos uma reunião lá, rápida porque disseram “o Exército já tomou conta de tudo, vão ser derrubados o governador da Bahia, prefeito de Feira de Santana” e as prisões a todo o momento – a todo momento - e nós fizemos uma reunião lá..., alguns estudantes, e aí, o que disseram: “olha, alguns são eleitos com a tarefa de continuar, outros tantos, por serem, como dizíamos na época, menos queimados, vão para Feira de Santana para informar a nossa gente e dar a notícia à família.

Eu me lembro que foi Luciano Ribeiro que dessa reunião ficou encarregado de dar a notícia lá em casa, onde é que eu estava, porque nós íamos nos reunir no mato para resistir. Eu achei, Beraldo, sua colocação extraordinária, em Feira de Santana não houve momento de covardia, foi muita coragem - muita



coragem - às vezes até... uma coragem irresponsável, mas pela indignação dos justos. Então, lá para as tantas eu carregando um mimeógrafo que nós íamos para a casa de Zé Mota, Sinval Galeão salvo engano ficou encarregado de levar papel. Enfim, nós íamos nos organizar, recebemos a notícia: “nada!” Chico Pinto continua na prefeitura e nada ocorreu até agora, voltamos.

Só que quando acabamos de chegar em Feira, começou a sair no jornal Folha do Norte e na rádio Sociedade o nome de quem estava sendo procurado pela polícia e na relação já tinha os estudantes. Aí, a polícia já tinha entrado na AFES – Associação Feirense de Estudantes Secundários – jogavam os móveis pela janela e faziam fogueira lá em baixo. E aí, saiu no rádio: “entre os procurados está Celso Pereira”. Meu pai me colocou... - eu tô contando isso para mostrar de que a tortura, como bem disse Beraldo - não foram atos apenas de prisão. Ela ocorreu a partir da instalação do terror e do medo. Então, o meu pai me colocou para dormir num pensionato... numa pensão que tinha na praça Eduardo Fróis da Mota, porque a todo o momento a gente esperava a polícia chegar em casa. Então... aí, minha mãe

desarrumava minha cama pra dizer que eu tinha saído muito cedo e eu dormia numa pensão no fundo. De manhã meu pai ia lá e dizia: “não chegou ninguém”.

Até que começou a chegar, aí chegaram lá em casa polícia inicialmente, comandada por Major Diógenes Cohin e outros que não me ocorrem. Na época, o comandante da polícia chamava-se Valter e tinha um cacoete que o tornava conhecido - ele era gago - E essa polícia por várias vezes entrou lá em nossa casa, rasgava colchões, arrancou o fundo de um guarda-roupa onde eu dormia com meus irmãos procurando livros e armas. Foi então que eu deixei de dormir na pensão onde meu pai me colocava e ia me buscar de manhã e com essa ameaça real me botou em um caminhão para eu ir para a casa de meus avós em Saúde, no sertão da Bahia e ficaram aqui sem saber como eu chegaria.

Há um episódio até interessante, o primeiro caminhão que eu saí foi à noite, o caminhoneiro chegou ali onde é hoje a Polícia Rodoviária, onde hoje é uma universidade, tinha umas pensões, ali o caminhoneiro parou. E meu pai tinha pedido apenas para ele me dar uma carona e lá para as tantas ele jantou e disse: “olha, ô... Pereira, eu resolvi dormir aqui você se incomoda da gente sair de manhã cedo?” eu disse: “não, vou procurar outro caminhão.” E aí, desci... a estrada passava pela Baraúna e de madrugada quase cheguei novamente em casa, na Av. Senhor dos Passos, onde meu pai morava, bati na janela foi o maior susto.

No outro dia, meu pai novamente foi pegar um outro carro, parou na porta de casa e eu desci com um chapéu, um blusão

e saí correndo e fui parar em Saúde. Fiquei lá alguns dias e a notícia, Chico Pinto continua, a Sexta Região não entrou em Feira de Santana, só a polícia. Até que um dado dia, não foram muitos dias, de tanto a polícia ir lá em casa, meu pai foi ao... batalhão de polícia e disse ao comandante: “olha, eu fui aconselhado vir conversar com o senhor porque meu filho está viajando”. “Não, o senhor pode trazer ele porque nós queremos apenas é tomar o depoimento dele, pode trazer.” “Posso trazer?” “Pode”.

E esta dor meu pai carrega até hoje, mandou me buscar na casa da minha avó e me levou para o quartel, me entregou! Aí, estava já em Feira o famigerado Capelão da Polícia Militar do Estado e eu fui ouvido então pela primeira vez.

Joviniano Neto – Você sabe o nome desse célebre Capelão?

Celso Pereira – Edmundo... com um nome estrangeiro, Juskevics, alguma coisa dessa, mas era Edmun-

do – Edmundo... Capelão, que era quem interrogava, interrogava, batia. Este..., este Capelão foi quem me interrogou e me fez ficar lá dois dias preso, meu pai voltou só para casa e lá... ele batendo com um cipó que ele andava, me interrogou. Inclusive com coisas assim inacreditáveis de tão... - tão loucas.

Uma das vezes que ele suspendeu o chicote que ele tinha para me bater, foi porque ele me perguntava, “Você é do grêmio Francisco Pinto?” “Sou” “Quem era o secretário do grêmio?” e eu disse: “Não tem.” “Como não tem?” e aí... com aquela fúria em cima de mim, “não tem”, então ele perguntava “e quem é Egberto Costa?” e eu disse: “é porque o senhor falando secretário a gente entende como Secretário Geral. Egberto era Secretário da

“Não, o senhor pode trazer ele porque nós queremos apenas é tomar o depoimento dele, pode trazer.” “Posso trazer?” “Pode”. E esta dor meu pai carrega até hoje, mandou me buscar na casa da minha avó e me levou para o quartel, me entregou! Aí, estava já em Feira o famigerado capelão da Polícia Militar do Estado e eu fui ouvido então pela primeira vez”.

Cultura e Comunicações.” [Argh] esbravejou e tal.

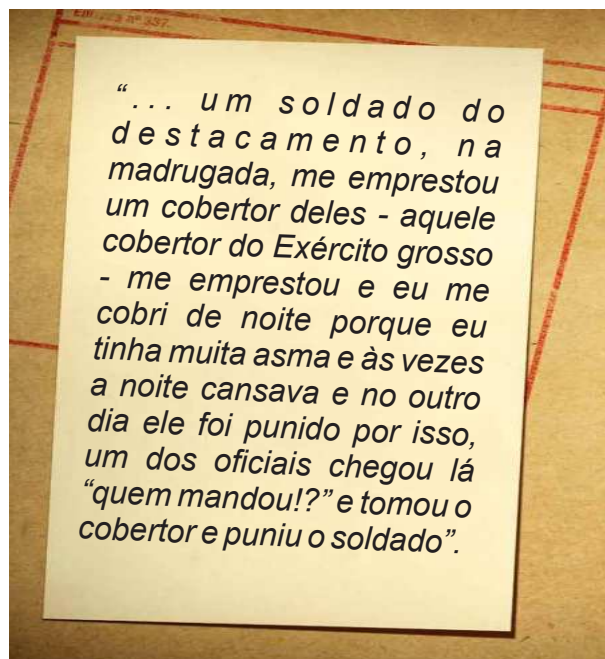
Dois dias depois me soltou e eu fiquei com o compromisso de não sair de casa. Então, eu ficava no quarto, na sala, ouvindo rádio sem sair até que prenderam Chico Pinto levaram para Salvador e me prenderam, prenderam alguns outros companheiros. Aí... já foi quando houve em Feira de Santana a procissão que a igreja fez com a família, propriedade e sei lá o que, foi feita esta passeata em Feira.

Joviniano Neto – Família com Deus pela Liberdade.

Celso Pereira – pela liberdade, por um tal de padre Peyton, que dizia: “eita, que agora vão botar os peitos para fora” porque as esquerdas queriam se organizar e botar o padre para voltar para os Estados Unidos. Enfim, houve aí em Feira de Santana esta passeata, promovida pelas senhoras da sociedade e logo em seguida Pinto foi preso, alguns companheiros, e eu fui preso. Fiquei no galpão, no *galpão*... onde antes se enfardava fumo para exportar que enricou grandes dos... muitos dos burgueses de Feira, exportando fumos durante a guerra.

Esse... esse galpão estava desativado, mas tinha lá inclusive uma prensa de fardar fumo. Foi lá que se alojou o destacamento de Alagoas, comandado pelo major Hêlvio (Moreira) e que tinha um capitão chamado Rubião que além do mais obrigava a gente a se ajoelhar e pedir perdão capitão Rubianowisk, numa alusão de que nós éramos comunistas russos. Era assim que devia ser feito.

Eu fui preso a primeira vez, meu pai me levava a refeição, me soltaram em poucos dias. Mas, numa dessas vezes que eu estava lá eu assisti Theopisto, antes que você me pergunte Joviniano, Theopisto que era bancário, depois advogado, hoje colega, ser interrogado à base... faleceu?



Que Deus o tenha. Ser interrogado à base de banho frio no mês de abril em Feira de Santana na madrugada – na madrugada. Botavam Theopisto para tomar banho, tiravam e botavam sentado e interrogavam. Eu assistia numa cama e fazia muito frio. Durante a noite em que também assisti, um soldado do destacamento, na madrugada, me emprestou um cobertor deles - *aquele cobertor do Exército, grosso* - me emprestou e eu me cobri de noite porque eu tinha muita asma e às vezes à noite cansava e no outro dia ele foi punido por isso, um dos oficiais chegou lá “quem mandou!?” e tomou o cobertor e puniu o soldado.

Eu fui solto e... com a recomendação de não viajar, de não sair. Não levaram oito dias *aí*... o jipe do Exército chegou lá em casa fazendo primeiro uma tremenda de uma algazarra, cercou toda a casa que a casa tem entradas laterais, me pegaram, me botaram num jipe e ninguém sabia para onde eu ia. A verdade é que de lá foram para uma loja de tecido que tinha em Feira de Santana onde hoje é o calçadão da Sales Barbosa e lá pegaram Sinval Galeão que era comerciante e era do sindicato e fomos os dois juntos para esse galpão de volta. *Você queria falar?*

Joviniano Neto – Você estava voltando ao armazém de fumo?

Celso Pereira – Aí... eu voltei para o armazém de fumo.

Joviniano Neto – É nesse armazém de fumo que você e Sinval tiveram contato com a prensa?

Celso Pereira – Desta feita, eu não tinha sido ainda interrogado, senão pelo Capelão. Desta feita eu fui interrogado, eu e Sinval, dentro da prensa de fumo e como a prensa que passou (referindo-se a filme exibido no início da Audiência) - *aqui dá para ver* - eram de madeiras rústicas, o capitão que interrogava mandava os soldados soprarem fumaça de cigarro, fumar e ficar soprando dentro e futucando com sabres, eu até conto isso, o Beraldo disse que tem coisas para dar risada e você não quis perguntar, então antes de perguntar eu vou dizer, eu digo sempre que eu levei vantagens por causa de minha altura, ou melhor, Sinval levou vantagens por causa de minha altura, porque o peso maior da tampa da prensa estava em minhas costas, tiraram-nos dessa prensa.

Joviniano Neto – Um momentinho que nós temos aqui um bocado de pessoas aqui da nova geração. Alguns viram a fotografia da prensa com a parte de cima lá em baixo, o modus operandis era botar a prensa lá em cima e...

Celso Pereira – Entravam na caixa e a tampa que... tem uma rosca para apertar ia sendo apertada e interrogando, apertando e interrogando. [...] É no final do filme que nós mostramos aí...

Joviniano Neto – Vamos tentar providenciar.

Celso Pereira – É no final do filme, então... quando nós saímos daí é...- *quando nós saímos daí* - eu fiquei no fundo do galpão um tempo e... - *aliás, não* - logo depois que

eu saí dessa prensa de fumo - *eu até explicava e o pessoal não entendia bem* - Sinval também, porque nos botaram juntos, em pé, dentro de um pneu de manhã até de noite e de vez em quando chegava um e futucava, às vezes, até com cigarro. Passamos o dia em pé dentro de um pneu, dentro de um pneu dos carros do Exército, e não foi eu dentro de um pneu e ele em outro, não, foram os dois de frente dentro de um pneu.

Quando foi à tardinha - escurecendo - apareceram com Antônio Carlos Daltro Coelho que estava lá no fundo do galpão e tinha o olho roxo que tinha tomado um murro de um sargento que segundo diziam lá, que ele tinha quebrado um braço porque o sargento tinha tentado dar um murro nele e ele levantou o joelho e quebrou o braço do sargento. E aí... depois espancaram. Então, Coelho estava nessas condições e deste jeito, apenas

tiraram de mim os sapatos e eu então fui algemado no jipe para Salvador, para o quartel general, junto com Antônio Carlos Daltro Coelho, lá fui fotografado, - como, aliás, Chico Pinto falou, de todo o jeito.

E nisso me dá às vezes uma indignação porque é... fui fotografado de todo o jeito, ouvido várias vezes e quando entrei com meu processo na Comissão de Anistia a ABIN que substituiu o SNI e que recebeu esse material [...] Olha, essa era a prensa de fumo. Esta prensa nós fomos encontrar lá em Cruz das Almas, porque em Feira não tinha mais e eu consegui e nós fomos lá filmar como era a prensa de fumo.

Sinval Galeão - Era tipo um caixão tinha uma tampa de madeira. Nós dois entramos aqui dentro, em baixo, nessa parte de baixo aqui, não é... , e eles iam descendo essa prancha e nos imprensando, sendo

"E desta feita a primeira pessoa que encontrei, quando entrei na cela que me botaram junto com os sindicalistas, foi Antoniel Queiroz, falo isso sempre para que minha família não esqueça, porque eu cheguei lá e já estava descalço, sem cinto, sem roupa, sem nada... E Antoniel Queiroz me emprestou uma sandália, porque tinha recebido, duas e uma bermuda".

massacrado dentro dessa repartição de madeira.

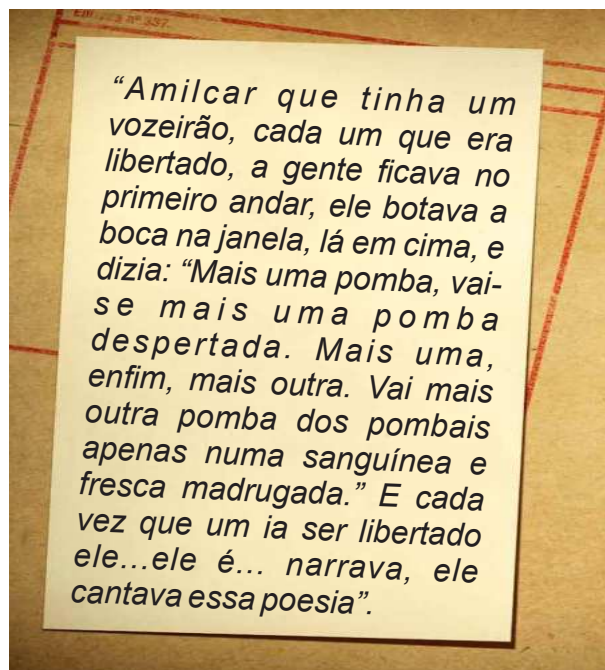
Celso Pereira – Então, como eu digo, é... a ABIN informou na Comissão de Justiça que nada existia com relação a Celso Pereira. Eu tenho certeza de que aqueles arquivos queimados no aeroporto, né... a 6ª Região deve ter botado inclusive os nossos, né...? A outra coisa é alguns da nova geração dos... dos, como é que você chamou Beraldo? Os... os cúmplices, as novas gerações dos cúmplices que hoje dizem à gente, “em Feira não houve tortura, em Feira não houve tortura.” E nós fomos para lá, é... para Salvador de lá eu soube que Coelho foi para o Barbalho eu fui para o 19 BC. Quando cheguei lá Chico Pinto chegou no outro dia, saindo do Barbalho.

Joviniano Neto – Celso, afunilar.

Celso Pereira – E aí tô fechando já. Então veja, lá estava preso, onde nós tomávamos banho de sol, uma vez por semana, alguns galpões, uns de estudantes, uns de trabalhadores operários sindicalistas e outros de profissionais liberais e quem tinha mandato.

Então, estes em cima, Joviniano, tinha Seixas Dórias governador de Sergipe, logo abaixo, Milton Santos e Auto de Castro e logo embaixo... parecendo uma casa, Chico Pinto, Pedral Sampaio, Dr. Nelson Oliveira, prefeito de Itaberaba, mais um promotor de Itaberaba e um advogado de Itaberaba que esqueço o nome agora. Mas, não posso esquecer Dr. Nelson porque ele era médico e por muitas noites foi chamado pra me dar remédio e massagem nas costas, eu tinha muitas crises de asma, e eu passei 69 dias nesta prisão.

E desta feita a primeira pessoa que encontrei, quando entrei na cela que me botaram junto com os sindicalistas, foi Antoniel Queiroz, falo isso sempre para que minha família não esqueça, porque eu cheguei lá e já estava descalço, sem cinto,



sem roupa, sem nada. Minha família levou cerca de oito dias para me localizar porque eles não queriam dizer, não diziam, certo? E Antoniel Queiroz me emprestou uma sandália, porque tinha recebido duas, e uma bermuda.

Dois ou três dias depois eu fui transferido para o galpão que ficava no 1º andar dos estudantes e lá... eu convivi a maior parte do período da minha prisão com Amilcar Baiardi, com Sergio Gaudenzi, com Fernando Schmidt e muitos outros que fizeram lá inclusive uma organização, nós líamos textos de Bíblia, ou de literatura, discutíamos para passar o tempo e eles me apelidaram lá de caçula e realmente eu era, tinha acabado de fazer 18 anos, eu era muito raquítico.

É... me lembro até hoje, Joviniano, só para registrar que tinha Amilcar que tinha um vozeirão, cada um que era libertado, a gente ficava no primeiro andar ele botava a boca na janela, lá em cima, e dizia: “Mais uma pomba, vai-se mais uma pomba despertada. Mais uma, enfim, mais outra. Vai mais outra pomba dos pombais apenas numa sanguínea e fresca madrugada.” E cada vez que um ia ser libertado ele...ele é... narrava, ele cantava essa poesia.

Um dia, eu estou tomando sol e... na quadra, onde nós não podíamos conversar a dois, principalmente do mesmo lugar tinha que ficar individualmente. E aí... apareceu lá o major Hívio e disse assim: “ô menino de Feira?! Ô menino de Feira?!” Eu aponte para mim, “por que você ainda está aqui?” Dava vontade de...eu disse: “não sei coronel Eu vou saber no QG.”

E *aí...é que...* eu quero contar uma coisa contando esse fato, com a estupidez e a irresponsabilidade, porque depois dois dias eu fui solto, ou seja, não tinha nada porque me prenderem e me manter preso. Era irresponsabilidade de olhar lá até os nomes que mandaram. Minha família é um episódio para mim inestimável de sofrimento pela ditadura, causado pela ditadura, inclusive antes de eu ser solto, *eu...*

a última visita de meu pai eu não recebi porque ele não suportou a notícia que saiu nos jornais. O general Taurino Resende presidiu no Brasil o inquérito... a CPI sobre o Partido Comunista Brasileiro [...] sobre o Partido Comunista?

Joviniano Neto – Sobre o Partido Comunista, Taurino era subchefe do Comitê Geral de Investigação no Brasil.

Celso Pereira – E quando estive aqui, em Recife principalmente, ele declarou e a imprensa publicou de que todo preso que - *não...* - que tivesse mais de 50 dias ia ser libertado, salvo os que tivessem prisão preventiva decretada. Um dia, dois dias depois dessa declaração, Chico Pinto saiu e eu não saí. *Aí...* meu pai [*puh*] foi para a cama, “meu filho deve estar numa situação pior que a de Chico Pinto”, e aí eu não recebi a última visita, *é...* lá, de meu pai. A outra questão lá também - eu tô contando

isso para dar um toque diferente nos depoimentos que às vezes foram muito conceituais - foram muito históricos.

Joviniano Neto – Quanto mais factuais melhor no depoimento.

Celso Pereira– Eu estou fazendo um depoimento pessoal. Porque a avaliação, os amigos fizeram, os amigos antecessores aqui fizeram e o fizeram muito bem e os que falaram também sobre o futuro também. Teve uma vez, Hosannah disse que foi para me provocar, vou contar o fato meu da bomba, - *é muito rápido Joviniano*. Eu sofria de asma e mandei um bilhete que passou pelo comando do quartel, para meu pai, minha mãe me mandar a minha bomba de dispneia que eu estava tendo crise de asma.

E aí... meu pai que me visitava às quintas, no domingo mesmo que recebeu por alguém acho que *era...*, tinha um dia, parece *que...* sexta-feira que tinha um tio meu que era advogado que conseguiu também me visitar e aí levou isso. E no domingo de manhã meu pai chegou lá. Agora, por que eu sei que ele chegou lá? Porque domingo de noite, cerca de sete horas da noite mandaram me chamar e eu sempre assustado – *lógico, todos*. Quando eu cheguei lá estava meu pai, tinha passado o dia todo lá porque eles não liberavam enquanto o capitão médico, que estava de folga, não comparecesse lá no quartel para examinar o que era bomba de dispneia que foi liberada e só assim que eu vi meu pai nessa semana por duas vezes.

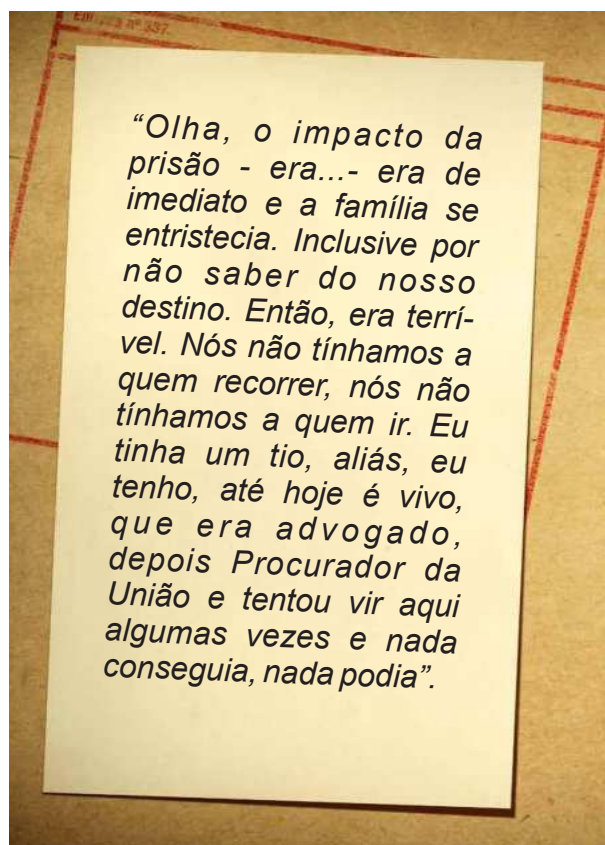
Conto também outra tortura que merece registro, minha mãe! Minha mãe que sofreu muito com isso, aliás, qual mãe

não sofreu? Minha mãe foi um dia me visitar e chegou lá, não deixaram que me visitasse porque o cartão de visita era em nome de meu pai e *aí...* eu tenho uma gratidão muito grande ao Sr Alberto Schmidt, já falecido, pai de Fernando Schmidt que tinha feito amizade com o comandante recém chegado no 19 BC que era um gaúcho, e ele foi lá e visitou o gaúcho e disse assim: “tá acontecendo isso, a mãe de um preso chegou e o pai que tem um cartão.” E, em razão disso, o comandante foi lá em cima, me pegou e me trouxe e eu pude ver minha mãe.

Fui solto numa noite chuvosa, cerca de nove horas da noite e recebi a notícia junto com dois companheiros, com Antoniel Queiroz e Teódulo Portugal. Todo mundo se perguntava: “você vai querer sair agora?” Porque chamaram e mandaram arrumar as malas. Quem vai ficar aqui para dormir? Em Narandiba, 19BC há quase 50 anos atrás, nós saímos, cada um com uma mala na mão, até a estação rodoviária. Lá na estação rodoviária, eu telefonei para Fernando Schmidt que nos arranhou dinheiro, nós fomos dormir no hotel São Bento - se é que alguém dormiu.

No outro dia seis horas da manhã, nós estávamos na rodoviária e cheguei em casa. E *aí...* para dizer porque quanto tempo que eu fiquei sem falar sobre isso e falar de maneira tão fluente como agora o faço, é porque quando eu cheguei em casa o meu irmão mais novo era muito pequeno, *tá* aqui Marcos! Marcos Pereira era muito pequeno, mal falava e eles me chamavam de Teto e quando ele me viu que cheguei que bati na porta e ele disse assim: “e Teto nem morreu *hein*, mãe?!” Claro que minha mãe caiu em prantos e eu fiquei me apresentando durante muitos meses, duas vezes por semana, no quartel general.

E de tal ordem era o abuso que eu fui solto num dia de noite, vim para aqui de manhã quando era dez horas da manhã, eu peguei um ônibus para Salvador porque já era o



dia. Por que disseram assim - *vamos te dizer* - terça e quinta e já era uma terça-feira. Eu já tinha que me apresentar, e *aí...* tinha terça e quinta, terça e quinta, terça e quinta por muito tempo até *que...* passei a me apresentar aqui no tiro de guerra ao capitão Arlindo.

Olha, eu digo agora como velhos companheiros aqui tiveram, se fosse para contar detalhes, o que me ocorreu, como foram as nossas lutas, o que eu sei. Minha mulher me perguntava às vezes, quando você tava preso e nessas lutas o que você pensava? A gente não pensava, a gente só fazia, porque o pensamento estava completamente tomado pelo desejo da consciência - da consciência de que nós estávamos construindo alguma coisa boa, construindo o bem, construindo a igualdade, construindo uma sociedade mais justa e era o que nos movia.

Para encerrar, Joviniano, eu fui beneficiado, enfim pela ditadura. Em razão de minha participação política e minhas

prisões removeram meu pai para Irecê e meu pai resolveu não sair daqui e resolveu me mandar estudar em Salvador. E aí, eu fui o primeiro irmão a ir estudar em Salvador, fazer o curso ainda do Segundo Grau e fazer Direito, onde lá terminei.

Mas, lá em Salvador, eu fiz parte da célula do partido no Colégio Central por várias vezes, com vários amigos voltei para aqui e meu pai pagava o hotel vizinho, para a gente dormir com os colegas, que eu chegava corrido da invasão que fizemos no restaurante universitário, das vezes que saía e dormia no mosteiro de São Bento, mas depois não podia ir para o colégio. *Aí... vinha pra cá e dormia no hotel Barlam - vizinho lá de casa*, com Hamilton Celestino e outros grandes companheiros que sempre corriam para aqui, inclusive um hoje é desembargador, Olegário Monção Caldas, também meu velho amigo.

Foi assim minha vida. Em troca disto, minha vida pública, Feira de Santana, me deu reconhecimento. Me elegi vereador por duas vezes, mas não me candidatei apenas a... vice-prefeito não é votado e resolvi ir para minha entidade de classe e presidi por dois mandatos, fui conselheiro e hoje honrosamente faço parte da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos em nome de minha entidade, a Ordem dos Advogados do Brasil

Joviniano Neto – Eu fico com uma pena danada de não poder ouvir mais. Mas, você vai detalhar - colocar mais esses detalhes. Eu só tenho uma pergunta de um assunto que você introduziu aqui e que... tem sido chave fundamental de estudo sobre a ditadura militar - o impacto da ditadura militar é o impacto de sofrimento

não apenas das pessoas mas dos familiares. Quando alguém foi preso, foi torturado, foi desaparecido - *desa*-parecido ele morreu. O impacto não é só sobre aquela pessoa. E, é por isso que no Brasil estão se implantando as Comissões da Verdade, para ouvir testemunhos *para analisar...* Alguns desses traumas ficam nas vítimas, nos familiares, nos filhos, por muitos anos. Você gostaria de acrescentar alguma coisa sobre o impacto que as prisões, as perseguições resultaram na sua família, no seu pai, na sua mãe, nos seus irmãos? Foi talvez com exceção o menor que achou - *de você...* - ficou surpreso.

Celso Pereira – Olha, o impacto da prisão - *era...* - era de imediato e a família se entristecia. Inclusive por não saber do nosso destino. Então, era terrível. Nós não tínhamos a quem recorrer, nós não tínhamos a quem ir. Eu tinha um tio, aliás, eu tenho, até hoje é vivo que era advogado, depois Procurador da União e tentou vir aqui algumas vezes e nada conseguia, nada podia. Então, a impotência da família frente a essas situações de arbítrio é que era o pior. E em segundo lugar a discriminação que a família sofria.

Minhas irmãs estudavam no Gastão Guimarães e contavam que eram apontadas - eram apontadas - apontadas como irmã do comunista, irmão do que está preso, irmão do que está sendo julgado, era assim. E meu pai que teve que sair daqui, ser removido em razão destas questões. Agora a dor da... da...a tragédia que eu digo, das pancadas, da tortura, estas... muitas famílias não assistiram.

Esse fato que eu contei com meu pai

é o único e meu pai se recusa a contar até hoje. E eu falei até algumas vezes com alguns companheiros. Eu levei alguns anos que não conversava sobre isso e não entendia porque e não me ocorria, não é dizer que eu não pensava. Então, meu pai ter me assistido, ter me levado para o quartel e depois ter assistido o Capelão me espancar deve ter sido de uma dor inimaginável! Inimaginável. Eu sempre fui de tal ordem - *vamos dizer* - visto como um ativista e com algum grau de periculosidade que uma vez eu estava já prestes a me casar, quando eu fui para Salvador.

Além de ter ido, ter o grande benefício de estudar na capital, eu tive a grande ventura de encontrar minha companheira, *né...?* Beatriz. *É...* mas veja, então uma vez nós já estávamos próximos a casar e eu recebi uma notificação da Polícia Federal e falei com ela: “olha,

amanhã eu tenho que ir na Polícia Federal, não sei o que é que eles ainda estão querendo comigo”.

E na segunda-feira eu compareci à Polícia Federal e qual não foi... isso já deve ter sido em 72, 72. Qual não foi a grande surpresa, chega lá fui interrogado, “o senhor conhece Franklin Romão?” “Conheço”. Franklin Romão era um desses colegas extraordinariamente hippie, *sei lá...* o que mais, poeta, marxista como ele *se...* psicodélico como ele se denominava. “O que é que o senhor me diz disso aqui?” Franklin Romão tinha publicado um livro e dedicou o livro assim: “ao suave marxista Celso Pereira”, e a Polícia Federal me chamou para explicar o que era aquilo, deve ser por causa de minha suavidade.

Às ordens sempre.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
31 de outubro de 2013 - Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães
Feira de Santana - Bahia



***Estêvão Moreira**

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a honra que vocês estão me dando de falar nessa assembleia. Eu ouvi com a maior atenção as palavras dos oradores que me antecederam e notei um fato que eu gostaria de me referir. Nós, em Feira de Santana, o movimento popular socialista de luta pela democracia, representada pelo Partido Comunista do Brasil, aqui... o comitê de departamento de Feira de Santana, praticamente sempre foi comandada por dois grupos, o grupo estudantil muito dinâmico e que tinha mais campo de trabalho, tinha mais oportunidades para levar o nome do socialismo... – do partido à frente e também o grupo representante de operários em que eu me enquadrei, estava mais a frente. O companheiro Galeão foi um dos nossos companheiros, é... foi não, é, quem era a ligação desses dois grupos.

DEPOENTE: ESTÊVÃO MOREIRA

Em 1964 Estêvão Moreira era contador e dirigente do Partido Comunista Brasileiro, com forte atuação no movimento operário em Feira de Santana.

Preso, torturado, foi perseguido mesmo depois de libertado, forçado a fechar seu escritório de contabilidade e deixar Feira de Santana para refazer a clientela em Salvador. Aos 88 anos, aposentado, depôs para a Comissão Estadual da Verdade.

*Texto não revisado pelo depoente.

Então... eu noto que nessa assembleia não tem um representante que falasse aqui sobre o movimento operário, sobre o movimento dos sindicatos dos fumageiros, sindicato da construção civil e outros sindicatos de Feira de Santana. Eu posso dizer o seguinte..., quero lembrar aqui o nome dos grandes companheiros que lutaram conosco aqui no comitê de Feira de Santana, Lourival Santos, José Pereira, Antoniel - esse... - e outros que pela minha velhice, não estou lembrado muito bem, mas representavam mais ou menos o grupo de comunistas da classe operária... - representando a classe operária -, isto eu não quero desmerecer de maneira nenhuma o trabalho que teve e tem a classe estudantil de Feira de Santana e talvez do Brasil todo, na luta pelo progresso e pelo

socialismo no Brasil. Bom..., passando à segunda parte do meu pronunciamento eu quero fazer um pequeno relato de alguma coisa sobre... - eu fiz um resumo aqui - sobre o período..., o que eu sofri de tortura e perseguições no período que fui preso, então eu anotei...

Na noite do dia 31 de março, ou 1º de abril - que eu não me lembro bem. Nós reunimos a diretoria do partido e já sabendo que se tinha concretizado o golpe militar, então, nós decidimos que todos os companheiros da diretoria seríamos presos, não teríamos dúvidas. E então, era... cada um devia escolher a sua opção, ou se apresentar voluntariamente, que representava um benefício, ou ficar na clandestinidade. Então, ficamos cada um para decidir, então eu decidi que eu ia me apresentar, mas como contador responsável por um escritório e o mês de abril é mês de declaração de imposto de renda, então... eu iria ficar foragido por uns dias preparando os balanços e a declaração de imposto de renda dos meus clientes. E depois, me apresentaria voluntariamente. Consegui esse objetivo até dia - quatro... - a noite do dia quatro de abril, quando a polícia me descobriu na casa de minha tia Vitória, irmã de minha mãe e onde eu estava trabalhando preparando meus balancetes. Fui preso nessa noite e fui levado da casa da minha tia para minha casa e lá... vamos dizer, minha esposa, Célia Márcio Moreira, que está aqui presente, tinha... para evitar complicações jogou todos os meus documentos, livros de contabilidade sobre tudo isso na.. sentina, na coisa, para que não fosse pegado na minha literatura. Fui levado para casa e lá... depois, fui levado para a prisão. Minha mulher, Célia que está aqui presente, ela confessou que sofreu muito pensando que eu não voltaria mais. Bom, fui espancado naquela noite pelo sargento de plantão que me fazia perguntas acusatórias sobre a, b

“Na noite do dia 31 de março, ou 1º de abril - que eu não me lembro bem. Nós reunimos a diretoria do partido e já sabendo que se tinha concretizado o golpe militar, então, nós decidimos que todos os companheiros da diretoria seríamos presos, não teríamos dúvidas. E então, era... cada um devia escolher a sua opção, ou se apresentar voluntariamente, que representava um benefício, ou ficar na clandestinidade”.

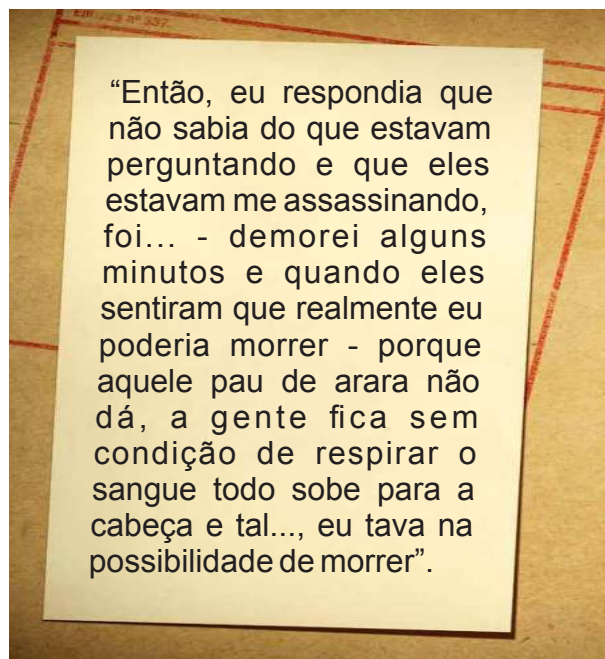
ou c dos companheiros e eu dizia... respondia que não sabia e eles me bofeteavam. Entretanto, o capitão e policiais da delegacia suspenderam o espancamento, perdi aí alguns dentes e fui levado então... fui..., fiquei preso ali, na sala mesmo, até pela manhã quando o carro me levou aqui para..., me levou para Salvador, para o Quartel dos Aflitos. Lá encontrei vários amigos correligionários presos. Então, todos tivemos que ficar o dia todo em pé, não tinha direito de sentar. Quando foi à tardinha nos transferiram para o Quartel dos Dendezeiros, dois ou três dias depois eu fui chamado para..., - eu fui acordado à noite, às dez horas - e me levaram algemado para o Quartel dos Aflitos e lá sofri um interrogatório. Eles queriam que eu denunciasse que o prefeito Francisco Pinto estava organizando uma resistência e eu dizia que não tinha conhecimento nenhum disto. E então, porque não estava respondendo as perguntas deles, nessa ocasião... - nesse dia foi só para acusar Francisco Pinto, o prefeito que todos nós lembramos dele. Então, eles me puseram num pau de arara. Os senhores sabem o que é um pau de arara? É... a gente fica amarrado pés e mãos numa barra de ferro e posto horizontalmente sobre dois cavaletes e a gente fica naquele desconforto terrível e eles continuam o processo de perguntas, o interrogatório. Então, eu respondia que não sabia do que estavam perguntando e que eles estavam me assassinando, foi... - demorei alguns minutos e quando eles sentiram que realmente eu poderia morrer - porque aquele pau de arara não dá, a gente fica sem condição de respirar o sangue todo sobe para a cabeça e tal..., eu tava na possibilidade de morrer. Eles me tiraram do pau de arara e me botaram no chão e no fim do interrogatório me deixaram lá amarrado também e fiquei lá..., quando foi pela manhã me transferiram novamente para o Quartel

do... o Quartel Geral lá... da polícia eu quero fazer também o registro de que na prisão lá... dos Dendezeiros, nem eu e nem nenhum dos presos sofreram violências. Apenas o almoço era para..., vamos dizer... não era para humano era gordura pura e tudo mais. Tanto assim que o companheiro Inocêncio Pereira Alves – companheiro nosso de Feira de Santana - não aguentou o problema da alimentação, quando ele foi libertado ele teve um mal intestinal e morreu. E eu acho que foi consequência porque foi logo depois que ele foi libertado.

Eu quero também fazer uma referência de que..., é uma referência muito importante, é de que a minha prisão, durante mais ou menos 50 dias no Quartel dos Dendezeiros eu fui muito bem tratado, tanto assim... que mês de abril, mês de declaração de imposto de renda, as minhas sobrinhas que dirigiam lá o meu escritório. Então elas..., eles concederam que elas fossem lá... viessem lá... e fossem lá em Salvador levar o balanço para eu conferir e me concederam inclusive uma carteira lá no... no escritório do... do quartel para eu trabalhar. Eu agradeço muito o tratamento que eu tive pelos policiais do... da... dos Dendezeiros.

Meu filho, Fernando, nasceu depois da revolução, ele me fez uma pergunta de que... se eu acharia que os criminosos da ditadura fossem punidos? Eu respondi a ele que o nosso objetivo à Comissão da Verdade é outro. É para evitar, criar uma consciência, de que esses fatos acontecidos não se repitam. E, portanto, nós temos que educar politicamente a nossa..., o nosso povo, organizar... organizarmos politicamente, defender a democracia a fim de que esses fatos horríveis de tortura não se repitam.

Nós..., eu sou um homem pacifista de índole, eu nasci pacifista e morrerei pacifista, por que... Eu posso declarar aqui, eu tenho 88 anos e não tenho inimigos na vida, a não ser que seja gratuito, a não ser aqueles inimigos políticos que participaram e me denunciaram e me levaram à tortura e tudo mais. Entretanto, o objetivo dessa



campanha resgatando a nossa história pela verdade tem o objetivo, Fernando, meu filho, de evitar que esses excessos, esses erros não se repitam no Brasil, era isso o que eu queria dizer.

Joviniano Neto – É, seu Estevão, só uma pergunta. Aparentemente... é ingênua provavelmente, só para documentar, para registrar. Como é que as pessoas, os policiais impediam que as pessoas sentassem? Disse que o senhor ficou no Quartel dos Aflitos preso de manhã e não deixavam as pessoas sentarem, o que, que eles faziam..., não deixar sentar, eles cercavam?

Estêvão Moreira – É, ficavam os policiais em pé e impediam que a gente..., às vezes nem se encostasse, nem sentasse no chão, era uma tortura...

Joviniano Neto - Faziam como, empurravam?

Estêvão Moreira – Faziam com que a gente ficasse em pé, se a gente sentasse eles obrigavam a levantar.

Joviniano Neto – Era isso que eu queria explicar. Eram vários policiais?

Estêvão Moreira – Os policiais ficavam na ronda...



AUDIÊNCIA PÚBLICA
31 de outubro de 2013 - Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE:
LUIS ERNESTO FERREIRA SANTA BÁRBARA

Formado em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana e Pós Graduado em Economia e Gestão Pública e Direito Previdenciário, Luis Ernesto Ferreira Santa Bárbara trabalha no Instituto Nacional de Seguridade Social.

Na Comissão Estadual da Verdade depôs sobre as violências praticadas contra sua família, em especial contra seu irmão, Luiz Antônio Santa Bárbara, assassinado pela ditadura, durante a Operação Pajussara.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Ernesto Santa Bárbara**

Boa tarde, em nome do... sociólogo Joviniano Neto, eu saúdo a Comissão Estadual da Verdade e os presentes aqui nessa... nesta audiência. Bem, eu não... não vou ter condições talvez de dar muita contribuição à comissão em função de não ter vivido, não ter vivenciado diretamente aquele período. Já que o... Luiz Antônio Santa Bárbara ele foi assassinado em agosto de 1971 - e assassinado mesmo porque a família ela não aceita essa versão de suicídio - existem inclusive situações que indicam que houve mesmo um assassinato de... não só de Luiz Antônio como Otoniel, Zequinha e Lamarca lá em Buriti Cristalino em 1971.

Então, Luiz... ele faleceu em agosto de 71 e eu nasci em dezembro de 72, um ano e quatro meses após. Então, não... vivi aquele período e por isso talvez não tenha condições de dar uma... [...], um depoimento mais efetivo assim e que irá contribuir. Mas, também vai ser uma fala de improviso, não preparei também nada, foi uma coisa que aconteceu assim também, um aviso de última hora e não foi possível preparar algum depoimento. Minha mãe, como já falou... Ela não tem condição né...?, Talvez, seria a pessoa mais adequada; ideal para estar dando essa declaração, mas infelizmente isso não é possível agora. Mas, o que a gente sabe é que foi um momento muito difícil para as famílias brasileiras, em especial para a minha família. A família sofreu bastante naquele período, porque enquanto... Meu irmão assumiu essa postura de sujeito da história e enveredou por esse caminho de resistência ao regime militar. Os milicos, a

ditadura perseguiu a família nessa condição de buscar, enfim, informações sobre o Luiz Antônio, então..., enquanto ele estava na clandestinidade a família sofreu bastante, porque teve casa invadida. Meus pais sempre contaram - meu pai é falecido, faleceu em 93 - mas eles sempre diziam que as casas onde moravam era... eram invadidas constantemente pela..., pelos militares, pelo Exército nessa busca de informações acerca do Luiz Antonio. Então, vejam vocês que no mínimo uma tortura psicológica, foi um momento terrível, muito difícil mesmo para a minha família.

Então, o Luiz - como disse - ele estabeleceu esse contato. Então, houve... pelo o que a gente leu, pelo que os meus pais falavam e que irmãos que conviveram mais próximo, tiveram a oportunidade de conviver mais próximo dele, ele encampou essa luta aqui em Feira de Santana através do movimento estudantil primeiro, lá no Colégio Municipal, onde inclusive eu também tive até a oportunidade de estudar lá durante quatro anos, mas que já naquela época não tinha muitas informações também, o grêmio estudantil não tinha muitos documentos, acerca daquela passagem lá... de Luiz no Colégio Municipal. Então, houve todo esse movimento estudantil, encampou esse movimento no colégio - estadual - municipal, estadual, depois.

Enfim, e aí, abraçou essa luta de resistência à ditadura - não lembro bem agora se inicialmente por PCB, não lembro - sei que quando ele estava..., quando ele estava... quando foi assassinado em agosto de 71 lá em Brotas de Macaúbas ele estava militando no MR-8 né? No MR-8 que era... então... onde o Carlos Lamarca...o

capitão Carlos Lamarca militava e também o Zequinha e os irmãos, Olderico e... especialmente Otoniel. Mas, é... Eles estavam então naquele momento na clandestinidade militando no MR-8 e se destacou até a região de Brotas de Macaúbas, mais precisamente no povoado de Buriti de Cristalino onde ele foi... onde ele esteve na casa..., manteve-se na casa do Barreto que era o pai do Zequinha, Olderico e Otoniel.

“A família sofreu bastante naquele período ... Meu irmão assumiu essa postura de sujeito da história e enveredou por esse caminho de resistência ao regime militar. Os milicos... a ditadura perseguiu a família nessa condição de buscar, enfim, informações sobre o Luiz Antônio, então..., enquanto ele estava na clandestinidade a família sofreu bastante, porque teve casa invadida constantemente pelos militares, pelo Exército nessa busca de informações acerca do Luiz Antonio. Então, vejam vocês que no mínimo uma tortura psicológica, foi um momento terrível, muito difícil mesmo para a minha família”.

Eu tive a oportunidade de ir, até..., - eu e minha mãe - Nós fomos em 2001, até Brotas de Macaúbas, porque a Arquidiocese lá... através do Bispo Dom Cappio, eles fazem todo o ano uma festividade né... para os Mártires, em 2001 nós fomos convidados e eu fui com minha mãe e eu achei... uma coisa que me impressionou bastante é que a figura de Luiz Antônio para aqueles jovens - jovens na época lá, contemporâneos dele em Buriti Cristalino.

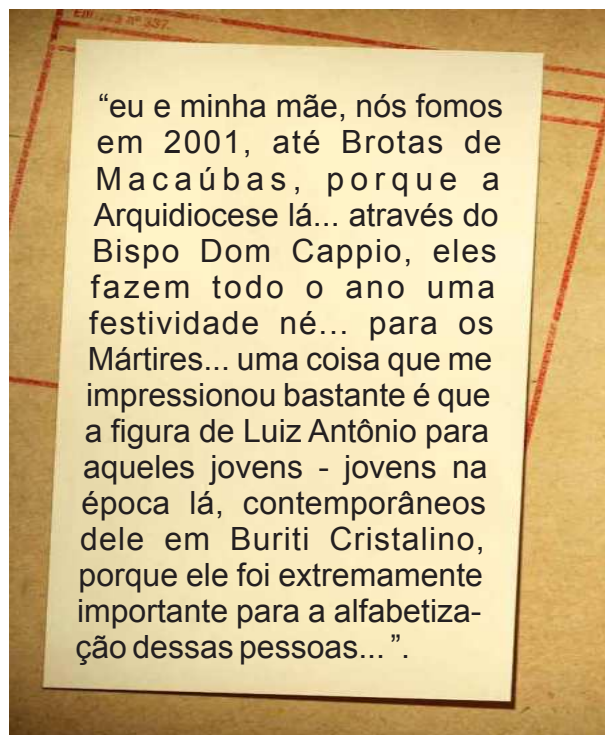
Porque ele foi extremamente importante para a alfabetização dessas pessoas, desses jovens. A gente tem muito depoimento nesse sentido: como ele foi importante. Como as pessoas lá... os contemporâneos, eles ressaltam isso e colocam isso de forma muito positiva porque o Estado não chegava, né? Infelizmente, aliás, hoje ainda não chega a determinadas regiões em termos de educação e o Luiz Antônio prestou esse papel - pra mim - fundamental e importante. Como já falei, reforçando a sua situação de sujeito na história de estar levando aulas de português, matemática, é... fazendo manifestações - organizando manifestações - festa de dia das mães, festas juninas, enfim... Naquele pouco período em que ele ficou, mas é... isso me chamou a

atenção. Eu fui em 2001, depois retornei em...dois mil e..., não sei se foi em 2011, eu não lembro exatamente. 2009! Pronto, é isso.

Em 2009, retornei com minha mãe também em 2009, e da mesma forma. Da mesma forma os depoimentos eram nesse sentido. Lá no povoado de Buriti Cristalino e Brotas de Macaúbas também. Como toda essa coisa... essa importância que ele teve para a alfabetização desses jovens lá... Na época em que ele – em que ele...- nesse curto período na verdade – eu não sei, mas talvez não teria sido nem um ano que ele tenha ficado lá em Buriti Cristalino – mas ele prestou esse papel - que repito - importante para a história do Brasil.

E no mais...é dizer que a família se orgulha muito. Meu pai, eu lembro que lá em casa tinha uma foto, na sala, na sala lá... Nós morávamos no fundo da Biblioteca Municipal, tinha uma foto dele, eu acho... salvo engano, tinha a foto de meu pai e essa fotografia também do Luiz no livro de Lamarca, o capitão da guerrilha - eu acho que é isso - e essa foto... muita gente visitava lá em casa e meu pai sempre dizia, sempre apontava reverenciando né..., dizendo que ele foi um herói e que tinha sido assassinado pelo Exército. Meu pai sempre dizia isso, ele foi assassinado pelo Exército. Tanto é, que eu... eu... Nesse momento, a informação que eu tinha era exatamente essa, que ele foi assassinado pelos milicos. Depois, é que veio o livro e contou a história de suicídio, enfim, que na verdade o livro colaborou com a versão, né? Com a versão dos militares. Mas que tem... - como já falei - tem escritos aí..., documentos que comprovam que de fato houve um assassinato.

Queria falar também sobre..., a gente tava até comentando, o repórter tava comentando sobre o filme, é... do Lamarca, importante até..., não tenha dúvidas. Mas, a passagem do filme do..., a trajetória do Luiz Antônio no filme pra gente foi muito ruim, por que...?, Primeiro por começar pelo personagem que é mais velho. O Luiz



quando faleceu tinha 24, 23 anos, 24, então, o personagem ali - que retratavam no filme - já foi mais velho. E pelo o que a gente ouviu, esteve lá em Buriti - como eu já falei - por duas vezes, ouviu das pessoas, o Luiz não representou aquilo ali, ali o... filme, o filme de qualquer sorte tratou o Luiz um pouco retraído e medroso, e não era isso que a gente... que eu ouvi das pessoas lá em Buriti Cristalino, muito pelo contrário, então eu acho até que... Possivelmente, haveria a necessidade de fazer uma retratação em relação a essa..., a esse personagem que foi caracterizado nesse filme..., não sei se isso veio do livro do Emiliano José que trata o Lamarca, capitão da guerrilha, ele fala que..., ele coloca a versão de suicídio, enfim..., o livro foi retirado daí. Eu não sei realmente de que forma foi feita, mas eu achei, eu achava interessante colocar essa... isso para a comissão, não sei se seria o caso de retratação - eu acho que não - mas de qualquer forma a gente não considera que aquele Luiz tenha sido esse personagem - muito pelo contrário - pelo histórico que a gente tem, pelo o que a gente já ouviu falar tanto aqui quanto em Buriti Cristalino ele exerceu o mesmo papel muito importante pra aquela comunidade e pra sociedade brasileira de modo geral.

Eu acho que é basicamente isso, assim, tem uma coisa aqui que eu gostaria de solicitar à Comissão, se permite sociólogo Joviniano Neto, é em relação à lei 9.140 de 04 de dezembro de 1995, que estabelece...

Joviniano Neto – Lei de Mortos e Desaparecidos.

Ernesto Santa Bárbara – Exatamente. Que estabelece, então, a emissão da certidão de óbito para os casos nela especificados. Solicito à família, em nome de minha mãe, solicito então esse registro para que se proceda à emissão de certidão de óbito do Luiz Antônio Santa Bárbara.

Joviniano Neto – Muito obrigado Ernesto, é um dos pontos que eu iria exatamente colocar aqui. Eu ia colocar aqui dois pontos. Um dos objetivos da Comissão Nacional da Verdade, das comissões estaduais, da própria Comissão Especial da Lei de Mortos e Desaparecidos é a retificação da certidão de óbito. No caso de desaparecidos políticos, nós fizemos inclusive no Comitê Baiano pela Verdade um cartaz que eu acho muito importante retirar as reticências... As certidões de óbito dado como base na Lei de Morte e Desaparecidos que ele falou em 95/96, ela não dá o local da morte a causa da morte, o médico. No final, a causa é lei...lei...não dá o número da lei, é uma certidão de óbito cheia de reticências, xizinho, xizinho, xizinho e foi objeto de uma luta muito grande obtido..., uma luta muito grande dos familiares em setenta e... na década de 70 até 95 para conseguir que saísse uma certidão de óbito - ainda só com reticências. Dando o nome da pessoa que morreu, os pais e o resto em branco... branco com reticências. No caso dos mortos... no caso dos mortos e há... Uma parte da luta para retificar certidões de

óbito que é o caso de certidão de óbito de Vladimir Herzog que já foi retificada, onde deixou de ser suicídio para ser morto nas dependências do Doi-Codi, de tortura. É o caso que está acontecendo em vários lugares do Brasil, corrigir as certidões de óbito. No caso de Santa Bárbara, parece que estamos em um caso meio diferente. Ele foi enterrado sem certidão de óbito, então nós não precisaríamos lutar para retificar a certidão de óbito errada dizendo que ele se suicidou, nós teríamos de entrar

com o pedido para que seja emitida a certidão de óbito com a causa real da morte - fuzilamento pelo Exército, assassinado pelo Exército - e o que você colocou foi o pedido -... apoiar...- da certidão de óbito. Nós devemos organizar o pedido de uma certidão de óbito correta. Essa é que é a questão que a Comissão Estadual da Verdade deve assumir. A outra questão que é uma questão que você colocou - você não falou explicitamente, mas

você demonstrou pessoalmente, e eu gostaria de perguntar a você com todo o cuidado necessário, é o impacto permanente sobre a família, sobre as gerações seguintes da morte de um familiar. Você nasceu depois, você é um herdeiro - você é um... Você é um herdeiro dessa história. Já duas vezes visitou o Memorial dos Mártires pra sempre reencontrar a história, mas você viu também o sofrimento de sua mãe, o sofrimento dos familiares em relação a essa história. É uma coisa que você se orgulha, sua família se orgulha, mas é uma coisa que vocês sofreram. Se você puder dizer alguma coisa, com detalhamento com caso concreto e com o cuidado necessário sobre esse sofrimento e honra, você completaria o seu depoimento.

Ernesto Santa Bárbara – Bem, é...

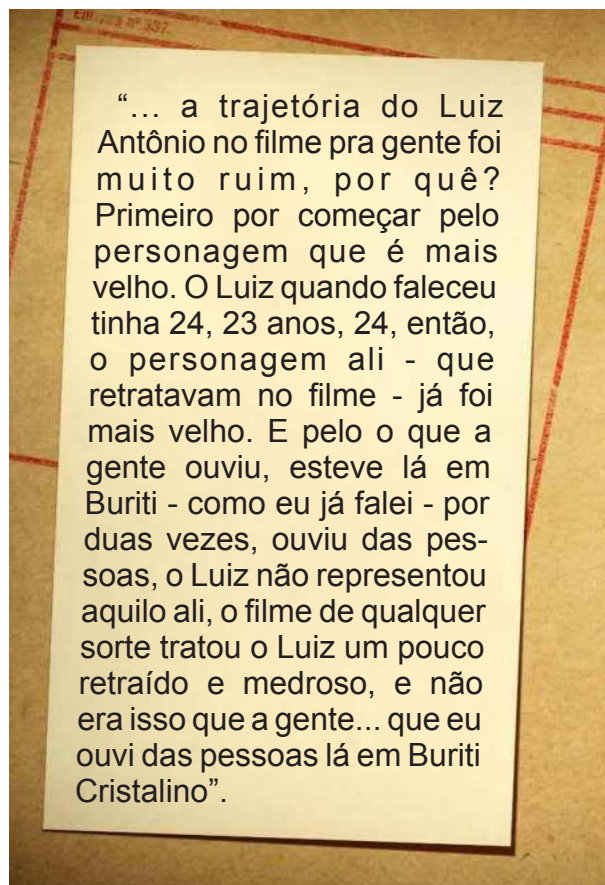
“Em 2009, retornei com minha mãe... e da mesma forma os depoimentos eram nesse sentido. Lá no povoado de Buriti Cristalino e Brotas de Macaúbas também... essa importância que ele teve para a alfabetização desses jovens lá... eu não sei, mas talvez não teria sido nem um ano que ele tenha ficado lá em Buriti Cristalino – mas ele prestou esse papel - que repito - importante para a história do Brasil. E no mais...é dizer que a família se orgulha muito”.

Joviniano Neto – Albertino, fale. Albertino quer fazer uma pergunta. É uma exceção na comissão, mas... você merece.

Albertino Carneiro – Eu fui consultado por um irmão dele - de Santa Bárbara - na época, se eu tinha coragem de celebrar uma missa por ele, a missa de 30º dia, porque a de 7º dia já tinha passado, porque cinco dias o corpo dele ficou lá em Salvador e nem a família sabia, isso é o que o irmão me passou, o Zé Carlos. Então, não queriam que celebrasse a de 7º dia porque proibiram a família. Isso eu quero saber da família se isso é verdade? Que eles autorizaram o enterro de Santa Bárbara aqui em Feira, mas não podia fazer acompanhamento, era só para a família. Mas, já tinha enterrado, se eu podia celebrar a missa de 30º dia, eu disse que sim e celebrei. Olha..., eu quero saber se houve mesmo esse aspecto de não poder dizer em Feira de Santana que Santa Bárbara estava morto, porque passou oito dias, cinco dias lá em Salvador e eu não podia celebrar a missa de 7º dia, só de 30º.

Joviniano Neto – O senhor tem condições de responder isso e também a questão de como a família enfrentou, sofreu, tem superado esse sofrimento?

Ernesto Santa Barbara – Tá certo, de fato o meu irmão José Carlos, que faleceu em 2006, ele colocava sim essa situação e sempre dizia, eu lembro, de que houve essa dificuldade mesmo para que ocorresse o sepultamento e eu não sei se foi cinco dias, talvez tenha sido até mais tempo né? Provavelmente, cinco dias seria o mínimo. Um mês e alguns dias né, Wilson? É... de fato houve e pelo que ele..., meus pais, meu pai, minha mãe e José Carlos colocavam é que aqui foi mesmo difícil para..., quando o corpo foi removido para aqui e meus pais moravam, parece que no Nagé, na rua de Aurora, e houve uma dificuldade para que as pessoas fizessem visita. Não deixaram, havia militares, o Exército praticamente cercou, pelo o que os meus pais falam e meu irmão também, José Carlos - eu lembro muito



bem disso - cercou aquela área. E... praticamente, meus pais não tiveram nem acesso a essa visita. Nesse momento do..., diria velório, mas esse momento que o corpo ficou lá na casa onde eles moravam. Então, houve sim essa dificuldade, esse tempo para a liberação do corpo lá... do Nina [Rodrigues] e depois essa dificuldade aqui também pra o sepultamento em si, já que os restos mortais hoje estão aqui no cemitério Piedade. Quanto a esse... ao caso concreto Joviniano, eu não lembro exatamente o que eu posso dizer é que foram muitas feridas, né... na minha família. A lembrança até hoje é muito forte do Luiz, mesmo porque ele exercia, posso dizer, uma função de arrimo de família. Então, existia um laço muito forte, a nossa família existe dentro dela uma integração muito grande, então... foi um momento muito difícil, não é nem difícil a palavra né..., difícil até colocar uma palavra para um contexto que foi e que não só aquele momento ali mais que durou por décadas e tem durado ainda. Então... foi muito difícil... esse período. Não tenho

exatamente um caso concreto que me recordo agora que pudesse aproximar mais essa intenção de falar algo nesse sentido da sua pergunta. Mas é..., que foram momentos muito difíceis é... aqueles vividos e momentos... anos posteriores e com certeza tem sido, pois é uma lembrança dele é sempre muito grande, sempre muito forte, como de fato um herói da nossa sociedade.

Joviniano Neto – Bom, Ivan Braga, do Comitê Baiano pela Verdade.

Ivan Braga – A referência que ele faz aí... em Buriti Cristalino, eu estive lá na época - não me lembro de você, talvez - me lembro da senhora e os depoimentos lá foram muito elucidativos. Eu, então, pergunto a você, se você tem conhecimento dos detalhes da Operação Pajussara e o que é que motivou ele ir para o local, se você tem conhecimento disso? Se não tem, é importante que procure mais se inteirar disso, que é uma coisa muito representativa de todo desse movimento que houve de repressão que foi esse acontecimento em... basicamente em Buriti Cristalino.

Joviniano Neto – O grau de conhecimento da Operação Pajussara.

Ernesto Santa Bárbara – O grau de conhecimento que a gente tem é do que... a leitura que fizemos e das informações que pudemos recolher lá na região nessas duas vezes que eu estive, 2001 e 2009. E que, é... foi assustador para a população de Brotas de Macaúbas e Buriti Cristalino e no município vizinho, Pintadas, porque a repressão era muito grande. As pessoas de fato eram torturadas para que pudessem dar informações sobre o que estava ocorrendo naquela região, já que existiam

informações dos militares de que ali provavelmente o MR-8 estivesse montando o foco de resistência ao regime, aí as pessoas falam em helicóptero até hoje, até aquele momento (2001/2009) era impressionante como as pessoas tinham um certo receio de falar. Eu percebi isso que muita gente tinha ainda..., muito receio apesar de estarmos a muito tempo da abertura, mas as pessoas tinham muito receio ainda..., muita resistência de comentar, de falar sobre os episódios que

viveram - que vivenciaram - naquele período. Então, o que a gente sabe..., o que eu li... Na verdade, - que a gente... - em termos de leitura, já sabe exatamente o que ocorreu, é importante o vivenciar. Eu vivenciei de fato essa situação, esse medo, essa resistência das pessoas em informar algo sobre o período, mesmo em 2001, mesmo agora da última vez que fui em 2009. Então, o que eu poderia relatar é isso e até mesmo lá em Buriti Cristalino é um pouco difícil até você conseguir um depoimento mais

preciso, enfim sobre aquela..., o que ocorreu de fato, porque as pessoas, como eu falei - repito - têm ainda medo, né... Mas, você tem depoimento no sentido do que representou ele - do que representou o Luiz - e... de qualquer sorte do que foi aquela ação, aquela operação lá dos militares que redundou no assassinato de forma impiedosa e brutal, inicialmente do Otoniel e do Luiz Antônio e em seguida em setembro, acho que um mês depois, do Carlos Lamarca e do Zequinha.

[Voz não identificada] - Presidente, eu gostaria que o Luis explicasse - esclarecesse para as pessoas que não têm o conhecimento o porquê do nome dele Luis Ernesto.

“quando o corpo foi removido para aqui e meus pais moravam, parece que no Nagé, na rua de Aurora, e houve uma dificuldade para que as pessoas fizessem visita. Não deixaram, havia militares, o Exército praticamente cercou, pelo o que os meus pais falam e meu irmão também, José Carlos - eu lembro muito bem disso - cercou aquela área. E... praticamente, meus pais não tiveram nem acesso a essa visita nesse momento do... velório, esse momento que o corpo ficou lá na casa onde eles moravam”.

Ernesto Santa Bárbara – Foi uma homenagem ao meu irmão Luiz, para não colocar então Luiz Antônio - essa foi uma ideia do meu irmão José Carlos - então colocou Luis em homenagem ao Luiz Antônio e o Ernesto em homenagem ao Che Guevara e que eu tenho muito orgulho de me chamar Luis Ernesto Ferreira Santa Bárbara.

Joviniano Neto – Pronto.

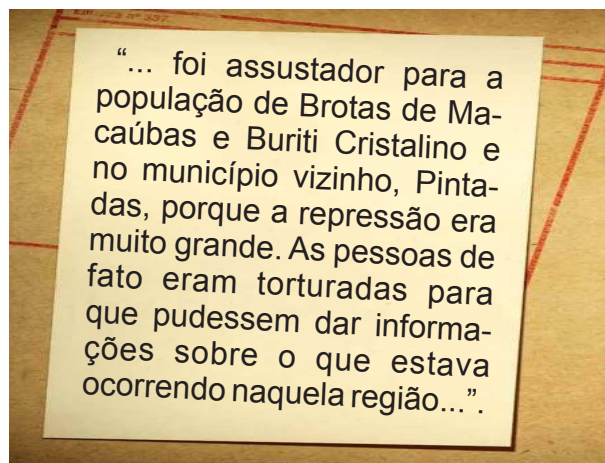
[Voz não identificada] – Eu só queria fazer um complemento. Já que... nessa época quando eu fui a Brotas de Macaúbas, eles estavam - foi em uma manifestação Zequinha principalmente - a fundação do Instituto Zequinha Barreto lá em Brotas de Macaúbas e o prefeito de Macaúbas tava fazendo um trabalho muito importante sobre esse esclarecimento à população, os acontecimentos da região etc. O papel também do bispo que fez aquele memorial, aquela coisa. E uma coisa muito importante é que... o prefeito introduziu nas escolas uma matéria ou dentro de uma matéria um capítulo sobre o problema da região da Pajussara e aí... tem o todo desenvolver de todo o país né..., que é um trabalho que ainda nós fomos comunicados lá uma vez que estava se fundando um comitê.

Joviniano Neto – Tem - existe um comitê em Brotas de Macaúbas.

[Voz não identificada] - Lá em Brotas de Macaúbas que fora da Bahia, somente em Brotas de Macaúbas tava fazendo isso, quer dizer existe... tortura lá.

Joviniano Neto – Fora de Salvador. O Comitê de Brotas de Macaúbas pela Verdade é um comitê da sociedade civil, surge paralelamente ao Comitê Baiano pela Verdade, com sede em Salvador. Ernesto, muito obrigado, sim, quer dizer...

Ernesto Santa Bárbara – Sim, nós fomos... inclusive no ano passado teve a inauguração do Memorial dos Mártires, fomos convidados até a comparecer, não pudemos ir desta vez. Mas o Roque Aparecido e a



Sena que estão envolvidos na coordenação junto com o Bispo né..., com Dom Cappio. Eles solicitaram que a família autorizasse a remoção dos restos mortais do Luiz Antônio para esse memorial.

Joviniano Neto – Certo, nós estamos abrindo uma série de exceções à regra da comissão, mas Beraldo quer falar, fale rápido para nós ouvirmos o último depoimento, sendo o último não é o menos importante.

Beraldo Boaventura – Eu quero dar um depoimento sobre o outro Santa Bárbara, o Zé Carlos. Zé Carlos era muito parecido fisicamente com Santa Bárbara, inquieto como ele. Eu conheci o Zé Carlos como militante operário em Salvador, militante sindicalista, militante importante no setor dos gráficos. Então, se vocês, seguramente têm orgulho de ter, ser a família de Santa Bárbara, eu tenho certeza que podem se orgulhar muito também do militante corajoso, inquieto, aguerrido, que era o Zé Carlos Santa Bárbara.

Joviniano Neto – Nós acabamos de ouvir com a fala de Ernesto, se a ditadura tentou apagar a memória, as sementes da memória rebrotam, estão vivas, a memória tá viva. Rebrotam em Memorial dos Mártires, rebrotam em movimentos, está viva aqui. Nós estamos reconstruindo a história do Brasil, nós estamos reconstruindo a verdadeira identidade nacional que não tenha medo de enfrentar o que o Brasil é, o que o Brasil tem sido para ele poder ser melhor. Muito obrigado, Ernesto.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
31 de outubro de 2013 - Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: SINVAL GALEÃO

Sinval Galeão, nascido e criado em Feira de Santana. Trabalhou no comércio desde os 14 anos de idade e sempre atuou na política. Nos anos que antecederam 64, criou sindicatos, associações de bairros, organizou ligas camponesas, participou da frente de mobilização popular pelas Reformas de Base e foi coordenador do Sistema Paulo Freire de Alfabetização. Após o golpe militar, ingressou no PCB. Exilou-se na França e em seguida na Rússia, onde estudou Ciências Políticas e Sociais. Voltou ao Brasil em 1973, passou um período em Salvador onde concluiu o curso de Contabilidade. Sofreu perseguições políticas e várias detenções. Kursou Economia na UEFS. Em 2008, recebeu da Câmara Municipal de Feira a Comenda de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social Deputado Francisco Pinto.

**Texto revisado pelo depoente.*

***Sinval Galeão:**

Companheiros e companheiras, em primeiro lugar eu quero agradecer à Comissão Estadual da Verdade por ter escolhido Feira de Santana para o começo dessa jornada em busca da verdade e do bem estar do nosso povo, com aquilo que foi a noite - *como eu sempre disse* - a noite mais negra que o Brasil já viu que foi o golpe de 64. Começamos tarde, mas nunca é tarde para a verdade.

Quero também agradecer a escolha do meu nome para coordenar essa valorosa comissão, que se formou em Feira onde temos companheiros valiosos e valorosos que dedicaram toda a sua vida e seu trabalho em defesa da liberdade democrática.

Eu começaria um pouco é... falando de minha trajetória antes de 64. Eu tive um caminho diferente de todos os companheiros. Aqui quem tocou um pouco no assunto foi o companheiro Estevão Moreira que falou sobre os dois grupos, o operário e o estudante.

Naquela época, eu fazia política, me dava muito bem com o grupo dos estudantes, saía com a turma, mas trabalhava com o grupo dos operários, sindicato dos fumageiros, sindicato de construção civil, dos sapateiros, do nosso amigo Torquato [...] e alguns sindicatos que nós acompanhávamos. Eu digo a Estevão que nós aqui relatamos os nomes desses companheiros todos e que eles serão ouvidos, os que estão vivos e as famílias dos mortos.

Eu queria também, antes de come-

çar meu relato, pedir aos companheiros, quem não assinou o livro de presença, ao sair fazer essa assinatura que é muito importante para a gente registrar a presença de todos vocês.

Mas antes de 64, eu praticamente comecei minha vida política em 1956 quando teve a primeira greve dos caminhoneiros no Brasil, que os caminhoneiros pararam o país por causa do aumento de 20 centavos no preço da gasolina. Eu fazia parte do grêmio do ginásio Santanópolis e convoquei uma turma de estudantes, companheiros e fizemos um movimento pra arrecadar recursos e levar dinheiro para as famílias, as crianças dos caminhoneiros que estavam nas estradas, parados, fazendo a greve.

“Eu poderia ter caído fora, não caí, porque eu sentia..., eu senti que estar foragido é tão penoso, é tão doloroso como você tá sendo torturado. Você não podia ver uma buzina, não podia ver uma zoada diferente, não podia ver nada, você tremia, você tomava choque com qualquer coisa. Eu resolvi ficar”.

Depois, desenvolvi outros trabalhos e... já trabalhava no comércio com 14 anos, eu comecei a trabalhar no comércio com carteira assinada com 14 anos. Hoje não é possível né? Participei de reuniões políticas com meu pai e cheguei ao período de 60/64.

Nesse período, havia uma dicotomia entre mim e o partido comunista. Eu conhecia todo mundo, trabalhava com quase todo mundo, mas eles não confiavam em mim porque meu pai era integralista e eu sem saber muito bem, ainda, estava acompanhando e seguindo o caminho dos comunistas. Mas aquilo, eu fazia de consciência porque eu via, nas lutas dos comunistas, a luta por uma sociedade justa, por mais empregos, pela reforma no campo.

Cheguei a criar com o companheiro, Moacir Cerqueira, aqui presente, a Frente de Mobilização Popular pelas Reformas de Base da qual eu fui eleito presidente, começamos a correr os bairros e os distritos

de Feira fazendo e pregando as reformas. Por causa disso, eu fui envolvido, em 64. Participei também do governo de Pinto, não como funcionário nem como nomeado, mas de espontânea vontade. Ajudei com os companheiros comunistas e outros companheiros a criar várias sociedades nos bairros de Feira de Santana que foi a base do governo de Chico Pinto.

Essa luta nossa foi crescendo e isso, em 64, com o golpe que teve aqui que assolou nosso país, eu fui atingido. No início, no primeiro período que tava aquela indecisão, o que fazer ou não fazer em Feira. O general Mendes Pereira não queria que o Exército tirasse o prefeito de Feira e os políticos de Feira da UDN forçando e pedindo a Juracy a queda de Chico Pinto.

Eu parei... passei um período de vinte dias fora de Feira também em um lugarejo chamado Pirajuí, acho que pouca gente aqui conhece, perto da Ilha de Itaparica, fiquei lá. Pouco tempo depois, meu pai manda meu irmão me buscar porque ele tinha conversado com o major Diógenes Cohim que foi um dos que comandou... que comandava o golpe em Feira, Diógenes Cohim com o capitão Arlindo, com o Major Valter e com o Capelão, eles como eram amigos lá... conseguiram que eu viesse de volta para não ter problemas. Dava o depoimento e acabou.

E aconteceu. Eu voltei, dei meu depoimento, entreguei o material que eu tinha da campanha da alfabetização do sistema Paulo Freire e voltei a trabalhar na loja. Fui surpreso porque a loja que eu trabalhava era uma loja grande de grupos capitalistas, mas tiveram a decência de, quando eu cheguei lá, meu salário tá separado num envelope e me aceitaram de

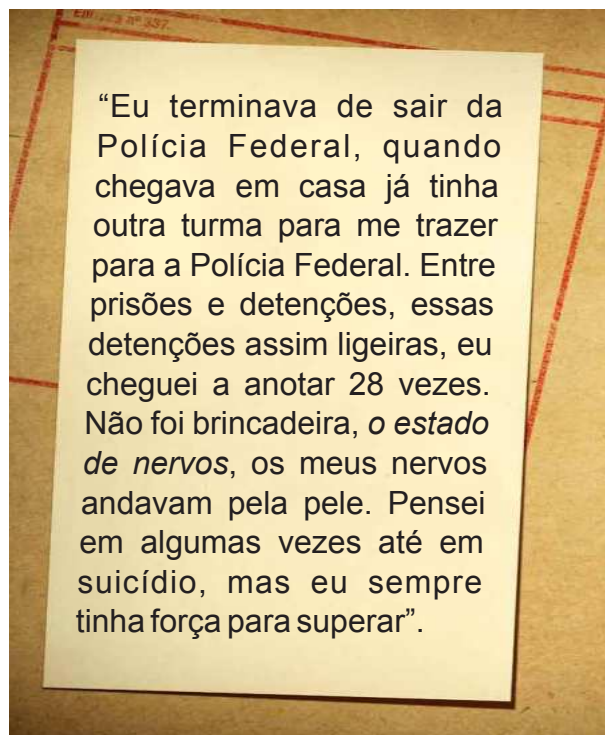
braços abertos. Voltei a trabalhar.

Pouco tempo depois, talvez dez ou doze dias, Feira de Santana é invadida pelo Exército de Alagoas, - uma tropa de Alagoas - que veio a mando do Costa e Silva - Costa e Silva não - do Castelo Branco a pedido do General Juracy Magalhães. Eu poderia ter caído fora, não caí, porque eu *sentia...*, eu senti que estar foragido é tão penoso, é tão doloroso como você *tá* sendo torturado. Você não podia ver uma buzina, não podia ver uma zoadá diferente, não podia ver nada, você tremia, você tomava choque com qualquer coisa. Eu resolvi ficar. *Pra* surpresa nossa, esse Exército começou a prender companheiros, a torturar companheiros e depuseram Chico Pinto como Dr. Antônio Pinto, hoje aqui, relatou pela manhã.

Vou contar um caso também pra gente dar um pouco de risada porque é bom que a gente relaxe. Uma tropa do Exército cercou minha casa, todo mundo de metralhadora, tinha uns 20 policiais, soldados, mais ou menos e buzinaaram lá em casa.

Lá em casa tinha uma velha que Celso conheceu, muita gente aqui conheceu, chamava Felipa. A preta Felipa que morreu com 123 anos, essa época ela devia estar com uns 100 anos, mais ou menos e quando o Rubião - o capitão ou major, não sei que diabos era - chegou lá em casa com as tropas e buzinou, ela saiu, veio e atendeu, ela perguntou: “o que é que o senhor deseja?” *aí...* o Rubião disse para ela: “eu *tô* com uma ordem de prisão para ele” ela disse: “aguarde um pouquinho que eu já volto, eu vou chamar ele” *aí* entrou.

Quando voltou, ela trouxe uma peixeira desse tamanho de cortar carne, aqui atrás nas costas, chegando junto do capitão... major não sei que diabo é..., colocou a faca nos queixos dele e disse: “se o senhor é homem e garante essas calças que veste entre aqui para prender meu filho”. O militar viu que a situação não era brincadeira, começou a levar com calma e



retirou a tropa.

Eu não estava em casa, eu estava trabalhando. *Aí* minha mãe mandou me avisar e eu fui até o batalhão e me apresentei. Eles anotaram lá e me liberaram, logo depois, um dia depois ou dois voltei a ser preso com o Celso - como já Celso relatou - eu não vou relatar porque Celso contou aqui muito bem, a nossa prisão, a nossa tortura.

E nós continuamos essa luta, fomos presos, Celso disse que passou de 8 a 10 dias sem ninguém saber, eu passei quase 30 dias sumido. Nem a 6ª região, nem o quartel que eu estava preso sabia que eu estava lá. Eu ferido, tendo febre, todo espancado, a minha salvação vamos dizer salvação é que tava preso *aonde* eu fiquei o Luiz Avena, médico, cunhado de Waldir Pires, tinha um advogado, Rubens Macedo, que ainda é advogado em Salvador e algumas pessoas de elevado nível cultural e político que me deram cobertura, imediatamente.

Joviniano Neto – Essa prisão *aonde* foi?

Sinval Galeão – Foi em 64.

Joviniano Neto – Não, o local?

Sinval Galeão – Eu fui preso aqui no armazém de fumo torturado e depois levado para Salvador fiquei no CPOR lá em Água de Meninos.

Joviniano Neto – Água de Meninos. CPOR o local que ficava ao lado da Corregedoria Militar.

Sinval Galeão – É onde funcionou a Auditoria Militar. Então, companheiros, depois de quase 30 dias no CPOR tinha um tenente, uma pessoa excelente uma pessoa muito humana que, vendo a minha situação, conseguiu pedir a uma pessoa dele que desse um telefonema para minha casa e falassem com meus pais onde eu estava.

Minha Irmã, que hoje teve aqui pela manhã, seguiu imediatamente para Salvador e com o Capitão Valadares, que era da aeronáutica, saiu correndo, foi ao comando, o comando negou a prisão, ameaçou ela de prisão porque disse que ela tava mentindo e ela saiu com o capitão Valadares.

Valadares pediu *uma pessoa para ir* com eles correndo os quartéis, até que chegaram no CPOR e (...) conseguiram me localizar. Isso quase um mês depois de eu preso e sumido para minha família, para todo mundo. Passado esse período, voltamos para Feira e continuamos a trabalhar no comércio, a estudar de noite e fazer política. – Tivemos – Criamos novas associações, criamos sindicatos, sindicatos dos comerciários, daí fui eu que criei. Tive uma grande participação, com outros amigos. Teve o sindicato dos funcionários de prefeitura - uma série-. Tivemos o trabalho na zona rural, no tempo que o Hosannah era de expansão econômica. Tereza trabalhou comigo; eu, Tereza e outros companheiros, criando associações comunitárias na zona rural.

Isso tudo nos deu o processo em 68

para 69 - em 68, quando o Garrastazu Médici começou a desaparecer com gente no Brasil, começaram a me informar que meu nome tava numa lista bem não sei o que. Terminei conversando com o partido e tive que me retirar do país. Fui também para França e depois fui para Moscou, onde estudei, só regressando em 73.

Eu fiquei em Salvador um período, mas tive que voltar para Feira porque eu não aguentava. Eu terminava de sair da Polícia Federal, quando chegava em casa já tinha outra turma para me trazer para a Polícia Federal. Entre prisões e detenções, essas detenções assim ligeiras, eu cheguei a anotar 28 vezes.

Não foi brincadeira, -o *estado de nervos* - os meus nervos andavam pela pele. Pensei em algumas vezes até em suicídio, mas eu sempre tinha força para superar toda essa questão

quando eu pensava na nossa luta, quando eu sabia e pensava e dizia que o que eu estava fazendo e os que nossos companheiros estavam fazendo era o certo, era para o bem do país, era contra os exploradores. E continuamos a luta.

Em 73 para 74 fomos presos, denunciados pela reorganização do partido comunista. Estivemos presos, respondemos processos, fomos julgados e absolvidos. Bem, companheiros, além disso, nós tivemos uma série de problemas, por exemplo, falta de oportunidade de trabalho melhor. Eu me inscrevi para fazer concurso na Petrobras e não receberam minha inscrição, não sei porque.

Tive aqui em Feira, trabalhei na prefeitura, Dr. Colbert me nomeou como funcionário da prefeitura - *naquela época não tinha concurso*. Foi aí que eu criei o sindicato dos funcionários públicos. Logo

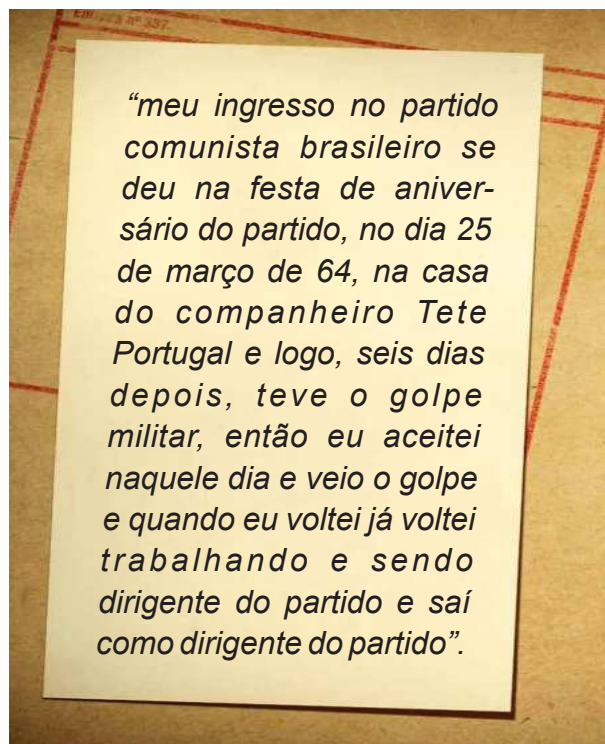
“Terminei conversando com o partido e tive que me retirar do país. Fui também para a França e depois para Moscou, onde estudei, só regressando em 73. De 73 pra cá, eu fiquei em Salvador um período, mas tive que voltar para Feira porque eu não aguentava”.

depois mudou o governo, entrou o de Zé Falcão e Zé Falcão, que era nosso, nós que elegemos ele da primeira vez, dessa vez ele estava com a ditadura, com Antônio Carlos Magalhães, e me colocou fora da prefeitura, cometendo dois atos: primeiro me demite por questões políticas, por determinação da cúpula da UDN, que naquela época já não era mais a UDN, era... não me lembro bem; e outra, que era pior, eu fui demitido sendo presidente de sindicato e isso aí a lei não permitia, a demissão, mas na ditadura tudo podia.

Esse caso, por exemplo, da prefeitura, eu entrei com questão, agora tá na justiça, tem 30 anos rolando, talvez agora em dezembro o juiz marcou uma audiência de conciliação. Depois de 30 anos, eu pedindo meu reingresso à prefeitura e os danos causados pela recessão, pela ditadura e, principalmente, pelos políticos de Feira que comandavam aqui a política, a reação.

Zé Falcão depois voltou, foi eleito prefeito novamente, mas aí já tinha deixado Antônio Carlos Magalhães e me disse que que eu retornaria à prefeitura, mas logo depois ele morreu. No meu caso, tiveram vários casos: Albertino também foi demitido, mas foi reintegrado, ele e mais 18 -19- companheiros que militavam no PT. O caso de Celso Pereira também, está no mesmo caso que o meu, até hoje não foi julgado. O caso de Marcos Miranda –*não é isso?*–, são os três casos que ainda dependem e que está na justiça se enrolando há 30 anos.

São essas coisas, companheiros, –*apesar da declaração*– são essas coisas que não me intimidam. Muita gente, quando vê uma pressão dessa, cai fora, vai procurar uma coisa melhor. Eu não, eu tenho mais força para continuar lutando e é por isso que hoje eu estou aqui, convidado de Amabilia, para coordenar esse trabalho em Feira de Santana, porque eu acredito no que eu faço, eu acredito em toda a luta de nossos companheiros, eu acredito que ninguém aqui, ninguém aqui é bandido, é ladrão, é salteador ou seja o que for. São



todas pessoas honestas e que se viram perseguidos pela a Polícia Federal e pela a ditadura, quando esses mesmos órgãos davam cobertura aos corruptos, aos safados, aos ladrões.

Eu te digo uma coisa que eu presenciei e peço para que faça parte do relatório: quando eu tava na Polícia Federal, esperando para depor, algumas vezes eu via entrar uns hippies com a sacola do lado e tinha assim uma porta escrita “proibido a entrada até de funcionários da Polícia Federal”. Só esses hippies entravam. Depois, cansei de ver esses mesmos que estavam lá, –*por que marcou, eu vi e marquei a fisionomia deles*– em ônibus, com a carteirinha de passe livre, e o pior, na porta de colégio – *do central e outras em Salvador* – distribuindo drogas para desviar a nossa juventude do seu caminho revolucionário que, naquela época, corria no sangue de cada um. Isso é uma denúncia que eu faço e que eu assisti, eu identifiquei essas pessoas.

Companheiros, teria muita coisa para a gente falar aqui, – *eu acho que todos vocês* – mas não quero me alongar porque eu tenho muita coisa já escrito, que eu vou passar para a comissão. Faço um apelo a

todos vocês, que quem queira depor preencha a ficha, que nós iremos chamar para novos depoimentos ou mande documentos por escrito, ou mande documentos que tenham da época, para que a gente possa fazer um memorial da resistência e da verdade aqui na Bahia. Obrigado!

Joviniano Neto – Você pode responder lá ou aqui, que você é da coordenação, tudo bem. Das falas de Sinval, tenho duas questões que eu gostaria de checar: ele disse que estava todo ferido, machucado. “Eu estava ferido e espancado”, quando foi preso na CPOR, quando passou quase 30 dias sumido. Esse ferimento e esse espancamento não me parece tenha sido apenas da prensa de fumo?

Sinval Galeão – não, não.

Joviniano Neto – O que é que aconteceu mais que levou a ferimento, espancamento?

Sinval Galeão – além da prensa de fumo que já foi aqui relatada e do pneu, eu era cortado com faca, com facão, era queimado com charuto, cigarro, apanhava, pancadas nas costas com facão que chegava e dar talhos. Eu não tinha aonde dormir, eles me botavam para dormir num desses barrotes de telhado, de madeira, com 15cm de largura e mais uns 20 ou 25 de altura e eu tinha que ficar ali deitado a noite toda, –*não podia vir para o chão*– não podia vir para o chão, senão tomava porrada, e isso nas minhas costas, –*né*– além dos cortes do facão, sabe, essas coisas.

Joviniano Neto – Bom, uma outra pergunta é o seguinte: você falou que inicialmente você tinha um distanciamento com o partido comunista. Você organizou inclusive uma frente de mobilização popular, que

era uma coisa que envolvia Brizolista, nacionalista. Mas depois você fala que em 68 você conversou com o partido e pelo partido você foi para a Europa. Então, em algum momento, antes de 64 e 68, você entrou no partido. Quando?

Sinval Galeão – Olha, eu sempre brinco e falo com os meus companheiros do partido comunista que eu acho que eu fui o único militante que já entrei no partido para ser dirigente e sai como dirigente. Eu não tive

um período em minha vida no PCB que não tivesse na direção ou do comitê municipal, ou do comitê estadual ou do comitê nacional. Isso, se deu logo em 64, logo depois que eu fui solto e comecei a organizar a minha vida já em Feira, nós começamos a procurar companheiros a reunir com companheiros e coisa para tentar essa luta de organização do partido. *Aí*, eu já aceitava ser do partido, porque meu ingresso no partido comunista brasileiro se deu na festa de

aniversário do partido, no dia 25 de março de 64, na casa do companheiro Teté Portugal e logo, seis dias depois, teve o golpe militar, então eu aceitei naquele dia e veio o golpe e quando eu voltei já voltei trabalhando e sendo dirigente do partido e saí como dirigente do partido.

Joviniano Neto – São dois esclarecimentos factuais. Nossa mentora quer fazer uma pergunta. A maior responsável por essa audiência e a nossa inspiração e mentora vai fazer uma pergunta a Sinval.

Amábilia Almeida - Obrigada companheiro Galeão, primeiro obrigada ao nosso coordenador educado, tão gentil, por essas referências que faz à minha pessoa. Eu quero dizer a todos que eu não estou fazendo nada além da minha obrigação

“eu era cortado com faca, com facão, era queimado com charuto, cigarro, apanhava, pancadas nas costas com facão que chegava a dar talhos. Eu não tinha aonde dormir, eles me botavam para dormir num desses barrotes de telhado, de madeira, com 15cm de largura e mais uns 20 ou 25 de altura e eu tinha que ficar ali deitado a noite toda, não podia vir para o chão, senão tomava porrada”..

cívica eu quero continuar sendo simplesmente uma cidadã brasileira cumpridora dos seus deveres para com a pátria.

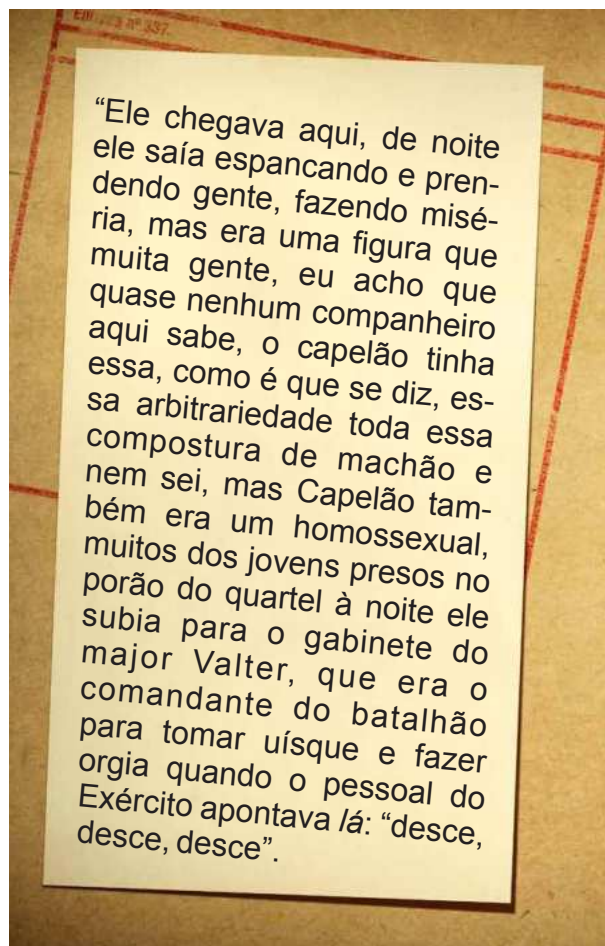
Galeão, existe nesse episódio de Feira de Santana, uma leitura emblemática, que em vários depoimentos essa figura apareceu e eu queria pedir a você companheiro que detalhasse qual é o papel dessa figura que vocês se referem, qual era a função desse Capelão e como era o comportamento desse Capelão em relação a vocês para que a juventude de Feira de Santana saiba que existiu um determinado Capelão e qual foi o papel dele no golpe de 64?

Sinval Galeão – O capelão veio para aqui na época da ditadura. Comandou - como eu já coloquei - aqui com aqueles três nomes de militares... era a chefia da repressão em Feira de Santana. O capelão era polonês era um neurótico de guerra e... muito arbitrário.

Ele chegava aqui, de noite ele saía espancando e prendendo gente, fazendo miséria, mas era uma figura que muita gente, eu acho que quase nenhum companheiro aqui sabe, o capelão tinha essa, como é que se diz, essa arbitrariedade toda, essa compostura de machão e nem sei mas Capelão também era um homossexual. Muitos dos jovens presos no porão do quartel à noite ele subia para o gabinete do major Valter, que era o comandante do batalhão, para tomar uísque e fazer orgia quando o pessoal do Exército apontava lá: “desce, desce, desce”. Mas, foi uma pessoa que assombrou Feira pela atrocidade, pela truculência, e ele, eu acho que não tinha nada a ver com o golpe militar, ele fazia aquilo por sadismo.

Joviniano Neto – Ele misturava também a questão política com comportamento moral na cidade, mandava o pessoal voltar para a casa cedo, as ruas, esse tipo, né..?

Sinval Galeão – Ele era muito sádico. Eu



queria registrar aqui. Eu recebi aqui agora do companheiro Osvaldo Ventura, um livro de sua autoria, “Sombras do passado, a dor nos tempos da ditadura” Osvaldo Ventura que participou com a gente, nesse tempo todo de 64 e que nós iremos também convidar para depor em nossa comissão.

Joviniano Neto – Bom, nós terminamos a Primeira Audiência Pública da Comissão da Verdade o local vocês viram como nós acertamos, vocês viram a importância do que aconteceu em Feira para entender a História da Bahia e do Brasil. O que..., nós estamos num colégio, num colégio que é modelo o quanto que a juventude desse colégio em Feira de Santana, tô vendo alguns jovens *ali..*, poucos, puderem saber e acompanhar a História, nós estaremos reconstruindo a memória e a identidade do Brasil para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteçam essas coisas.

Muito obrigado e está encerrada a sessão!

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA
03 e 04 de dezembro de 2013
Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA
03 de dezembro de 2013 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia



*** Virgildásio de Senna**

Senhoras e senhores. Minhas amigas e meus amigos, eu penso que não vou destoar da grandeza da importância desta Comissão da Verdade ao fazer uma pequena introdução sobre os motivos que nos levaram a todos a participar do processo político que terminou com o golpe militar de 64. Eu tenho uma grande expectativa em relação à Comissão da Verdade. Lembro-me que no discurso de posse de Euclides da Cunha, da Academia Brasileira de Letras, ele disse: "O Brasil não tem história, tem anais como os chineses". Queria dizer que a história não era um instrumento de análise nem a mãe dos procedimentos que iriam suceder. Os anais registram ou focam num determinado ponto sem antecedentes nem consequentes.

DEPOENTE: VIRGILDÁSIO DE SENNA

Virgildásio de Senna nasceu em Santo Amaro da Purificação, em 3 de novembro de 1923, filho de Virgílio Diniz de Senna e Adalgisa Almeida Senna. Engenheiro formado pela Escola Politécnica da UFBA, atuou no Serviço de Obras da Secretaria Estadual de Educação entre 1948 e 1951, como Superintendente de Urbanização da Capital, em Salvador em 1959, e Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas de 1959 a 1961. Foi eleito prefeito de Salvador em 1962, permanecendo no cargo até abril de 1964, quando foi deposto arbitrariamente pelo golpe militar. Com a redemocratização, foi eleito deputado federal por dois mandatos consecutivos pelo PMDB. Na Câmara dos Deputados, participou com destaque e como titular de diversas comissões permanentes. Aos 90 anos, lúcido como sempre, prestou depoimento à CEV-Ba.

**Texto não revisado pelo depoente.*

A Comissão da Verdade tem antecedentes que está estudando e registrando, e tem um futuro enorme que é levar à população. Primeiro aqueles que eram jovens em 64, depois aqueles que são hoje, aqueles que serão no futuro precisam conhecer integralmente o que aconteceu e tirar desses fatos informações precisas e claras acerca do comportamento que a sociedade brasileira deseja, quer e precisa ter. O que é que aconteceu? Na cabeça do império, lá, a partir dos anos 60, os fatos se aceleraram. A Guerra Fria levou a que a humanidade passasse por um período, como ainda passa de algum modo, um período de dificuldades, falta de entendimentos. Nós todos percebemos que o país, agora, sofre de uma deficiência de gestão e sofre de uma indisciplina social que precisa ser contida. O caminho para isso é a democracia.

Os males da democracia se curam com mais democracia no sentido de que a Constituição da República prescreve um entendimento, o pluralismo como forma de convivência em todos nós, foi o que não havia em 64. O radicalismo: esta praga da democracia! O radicalismo: essa lepra dos processos políticos! Passou em grande parte a dominar a assenhorear-se do comando das ruas e das praças.

A Comissão da Verdade vai colher em todo o Brasil, de todos e de cada um que quiser dar o seu testemunho, a verdade tal como a viu, a entendeu e a interpreta. Voltando, não devemos fazer vez que outra, mas sempre, a lição bíblica "A verdade conhecereis e por ela serei salva". Eu espero que a Comissão da Verdade, contrariando Euclides da Cunha, mostre que o Brasil tem história e que esta comissão vai se unir, um conjunto enorme e em todos os estados e em quase todas as cidades dos acontecimentos que levaram o Brasil à aventura da violência como princípio. Da tortura, como caminho. Do desrespeito à dignidade humana como modo de proceder na condução dos seus próprios interesses.

Permita-me agora dizer algumas palavras do que vi e senti pessoalmente. Eleito prefeito em 1962, assumi a prefeitura de Salvador após a gestão de um homem digno, sério, honesto, trabalhador, o prefeito Heitor Dias. E assumi em 7 de abril de 63, porque assim dizia que deveria ser não só a Constituição do Estado, mas também a Lei Orgânica do município de Salvador. Foi um período de grandes dificuldades. A prefeitura pobre como era e como ainda é. Um enorme acervo de serviços a prestar à sua população e o jovem engenheiro, naquela época jovem, agora senecto. O jovem engenheiro deu mão a vários companheiros, arquitetos,

engenheiros, advogados, homens simples do povo que constituíram a Câmara de Vereadores que à unanimidade aprovava a gestão do prefeito. A Guerra Fria esquentou. Compromissos foram assumidos e a violência assumiu o país.

O prefeito foi preso no dia 5 de abril de 64, depois de 60 dias incomunicável na Base Backer, comandada naquela época pelo comandante Beirute. Beirute, para conduzir esta prisão, transmitida a mim pelo senhor general Mendes Pereira, não havia nenhum fato. Nada que justificasse. No dia 5 de abril, ao voltar para casa, tinha um clube na estrada, um camping. Eu descobri na porta de casa, do apartamento em que morava, aqui pertinho, no Campo Grande, Edifício Guilhermina, que a minha casa estava cercada por tropa, canhão. Dois canhões na porta de casa! Um desses holofotes enormes também instalados com a luz dirigida para o prédio onde eu morava. Eu ouvi aquilo, estava num automóvel e perguntei: "o que é isto? Tão prendendo o prefeito. Querendo prender o prefeito?". Eu mandei que o carro fizesse uma volta. Entrou no quartel general da Mouraria.

Ao chegar encontrei o quartel já cercado. Fitas, cordas! Aproximei e mandei chamar o oficial de dia. Ao vir, disse: "sou Virgildásio Senna, estou sabendo que o senhor está a minha procura". "O senhor me acompanhe!". Eu acompanhei para a sala do quartel general, onde estava o Mendes Pereira. Ele havia me visitado quando foi nomeado e assumiu a Região, foi lá visitar-me, conversou comigo, me diz que tinha sido promovido por Jânio Quadros e me disse apenas o seguinte: "O senhor está preso porque nós somos cristãos". Eu não entendi o que ele queria dizer com isso, mas guardei de memória. Imediatamente mandou chamar um oficial,

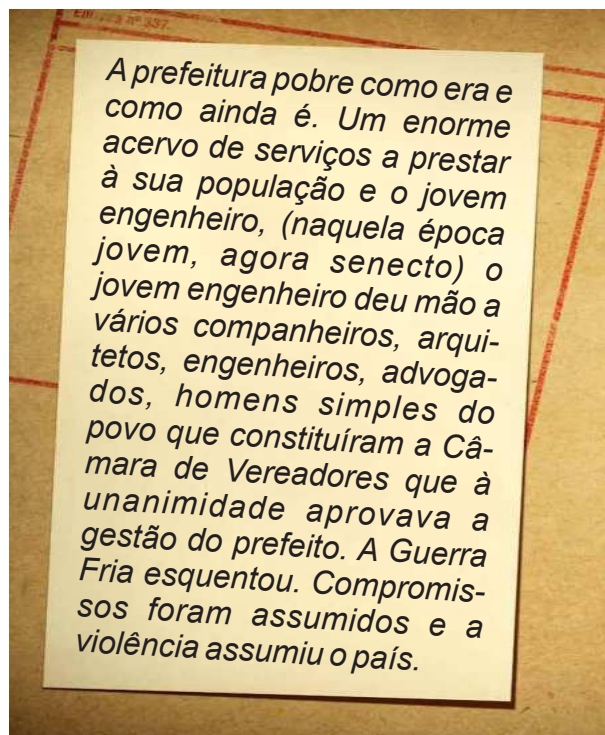
Primeiro aqueles que eram jovens em 64, depois aqueles que são hoje, aqueles que serão no futuro precisam conhecer integralmente o que aconteceu e tirar desses fatos informações precisas e claras acerca do comportamento que a sociedade brasileira deseja, quer e precisa ter.

um coronel, que me levou para a Base Backer, onde fiquei num alojamento durante 60 dias incomunicável. Nesse período nada foi arguido contra mim, nada apontado, não houve o menor gesto!

Eu trouxe hoje aqui alguns exemplares - que peço que sejam distribuídos os poucos que ainda existem - dando uma prestação de contas dos oito ou dez meses de minha passagem pela prefeitura. Mostra, primeiro, a pobreza com que se realizava o que se chama hoje publicidade, propaganda rica e cara. É um folheto sintetizando as obras principais e os serviços principais realizados naqueles últimos dez meses. E lá fiquei 60 dias, quando fui solto.

Procurando saber porque é que eu fui preso, o oficial, responsável pela comunicação, disse o seguinte, pela televisão: "Por que que foi preso o prefeito Virgildásio? Foi preso porque podia ser preso e foi solto porque devia ser solto. E temos explicado tudo. Não temos satisfação a dar a ninguém". O ato se concretizou através de um bilhete, porque não é ofício, não é nada. Era um mero bilhete do general Mendes Pereira ao presidente da Câmara dizendo o seguinte: "Comunico a Vsa. senhoria que o engenheiro Virgildásio de Senna não mais se encontra à frente da prefeitura", ponto, assinado. É a base desse documento que a Câmara infelizmente resolveu considerar vago o cargo.

Aí foi uma trapalhada de coisas, o cargo está vago. Mas como está vago? Havia ainda uma constituição em vigor porque o ato de 64, de abril, de 64 e primeiro de abril, de 64, não afastou o exercício da Constituição em vigor no país, nos seus primeiros meses de vida. Então não pode estar vago porque a vacância só se realiza de duas formas: ou morte ou renúncia. E o prefeito nem renunciou nem morreu, por conseguinte esse ato não existe. É um ato nulo. - Desculpe, eu falei mais afastado do microfone. A Câmara então resolveu que o prefeito estava impedido. E realizou então uma sessão especial para declarar o impeachment. Sessão na qual se distingui-



ram duas figuras que a Bahia deve guardar na memória. Luiz Sampaio, vereador, e Luiz Leal, também vereador. Essas duas pessoas foram as únicas que sustentaram, na Câmara dos Vereadores de Salvador, que o mandato do prefeito não podia ser cassado daquela maneira e que o impeachment daquele tipo não tinha prevalência nenhuma.

Fez-se então uma sessão especial para eleger provisoriamente um prefeito, tudo sobre a pressão mais...me falta até a palavra, sabe? Mais irritante, mais absurdo, mais desmoralizante, forçando então que o mandato do prefeito em exercício, Virgildásio de Senna, não fosse respeitado. Mas não foi só este ato não. A hora... De meia em meia hora, de quinze em quinze minutos, um vereador era chamado no quartel general para ouvir coisas, etc. E há um outro fato, que registra-se não por desrespeito à Câmara, mas para mostrar como é que essa gente se comportava. Mourão Filho foi nomeado comandante do 4º Exército e foi anunciada a sua vinda para Pernambuco, passando pela Bahia. A Câmara de Vereadores então, influenciada por não sei quem, mas certamente sob influência estranha, decidiu conceder-lhe o título de cidadania, cidadão da cidade de Salvador.

Chegando aqui, a Câmara marcou sessão para que ele lá fosse receber o título. Ele hospedava-se no Hotel da Bahia, aqui no Campo Grande, mandou dizer que não ia não, que a Câmara fosse lá levar o título e a Câmara se deslocou então para o Hotel da Bahia, hoje Sheraton, e foi anunciado: os vereadores haviam chegado e que o general viesse receber o título. Ele disse que não ia descer não, que subissem. E os recebeu no hall do andar para ser empossado na honraria de cidadão da cidade de Salvador.

Após isso, essas coisas todas, quando saí da prisão, sabia que não tinha condições materiais de continuar morando aqui na Bahia porque eu havia extinguido a minha empresa e tudo que tinha... e fiz essa parte é pouco importante, mas eu fui para o Rio de Janeiro onde reassumi minha profissão de engenheiro, passei a trabalhar. Trabalhava no Rio, trabalhava em São Paulo, Paraná... até que fui cassado em 68. Em que condições? Nenhuma. Simplesmente cassado. Processado pela Justiça Militar, o Tribunal... acusado das coisas mais diversas! Uma delas era potência estrangeira, (rindo) conluio com potência estrangeira era um deles, é... Por quê? Porque um conterrâneo meu que estudava cinema na Polônia me fez uma carta, fez uma carta ao prefeito dizendo que a universidade onde ele estudava gostaria de fazer um filme sobre Salvador. Recebida a carta, eu mandei para o procurador geral da prefeitura, que me aconselhou a remetê-la para o Itamaraty, porque era um acordo internacional e tal... Então essa carta (rindo) para fazer vistas das belezas da Bahia foi considerada pelo processo como entendimento com potência estrangeira, mas no mais é coisa desse tipo, ligado a

crimes de opinião, nomeou fulano de tal, não nomeei para a prefeitura durante o período em que lá estive, como podia nomear, nomeei um engenheiro especialista em asfalto. Nada mais, nenhum emprego a mais porque a prefeitura não tinha condições para tanto. Isso mostra a natureza desses processos.

Agora, no caso particular, e esse é bom que se registre, o Superior Tribunal Militar, que era o coroamento jurídico des-

sas providências todas, considerou que o processo movido contra mim era inepto, não tinha justa causa. Não podia ter prosseguimento e aceitação naquele Tribunal. Pois bem, cinco ou seis meses depois, a chamada revolução gloriosa - entre aspas, resolveu me cassar. Eu não fui cassado em 64. Eu fui cassado após ser julgado pelo Superior Tribunal Militar, que declarou a minha inocência daquelas coisas que me acusavam.

Enfim, senhores, fiquei eu então impedido de qualquer atividade política, às claras, durante vários anos, cerca de 18 anos. A minha cassação não foi de 10 anos não, foi

de 18 porque assim, essa gente, cuja motivação eu desconheço, desconheço completamente. Não há em minha atividade, e aí está o resumo: o mais simples e o mais compreensível possível do quanto foi feito e como foi feita a administração de 63 até abril de 64. De 7 de abril de 1963 a 7 de abril de 1964. Era um pequeno, uma pequena prestação de contas, que eu entregaria no dia 7 de abril, completaria um ano no exercício do cargo, eu iria distribuir, produzido por amigos e companheiros de trabalho.

O que eu espero desta comissão é

"Ao chegar encontrei o quartel já cercado. Fitas, cordas! Aproximei e mandei chamar o oficial de dia. Ao vir, disse: 'sou Virgildasio Senna, estou sabendo que o senhor está à minha procura'. 'O senhor me acompanhe!'. Eu acompanhei para a sala do quartel general, onde estava o Mendes Pereira. Ele havia me visitado quando foi nomeado e assumiu a Região, foi lá visitar-me, conversou comigo, ... e me disse apenas o seguinte: 'O senhor está preso porque nós somos cristãos'. Eu não entendi o que ele queria dizer com isso, mas guardei de memória".

que ela exponha toda a verdade sem radicalismo, sem revanchismo, mas castigando com a verdade aquilo que foi escondido pela malícia, pela violência, pela tortura! Que a Comissão da Verdade seja um instrumento para que a história não seja simples anais, mas seja a mestra do povo brasileiro, a herança da nossa geração, a essa gente, para que o radicalismo, a luta, a violência, a truculência, não seja mais senhor do campo político e da ação política dos homens. Muito obrigado.

Joviniano Neto: Primeiro agradecemos o resumo de sua gestão, que o Sr. está entregando agora. Nos 60 dias que o Sr. esteve preso e incomunicável, o que aconteceu, que tipo de assédio, de constrangimento, o que aconteceu com o senhor nos 60 dias que esteve preso?

Virgildásio de Senna - Constrangimento de estar preso.

Joviniano Neto - Sim...

Virgildásio de Senna - Mas fui tratado respeitosamente. Não sofri violência física. Além da violência inaceitável de uma prisão imotivada, injustificável. Nada do ponto de vista de violência física (é interrompido).

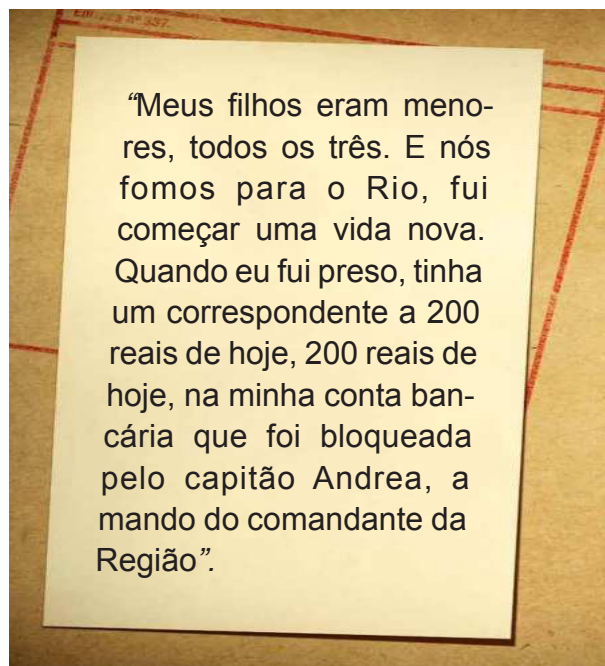
Joviniano Neto - Sim... uma outra questão que nós sempre fazemos é o impacto que a prisão, a mudança da Bahia é... teve na sua família, com sua esposa e com seus filhos, que sofreram também essa situação.

Virgildásio de Senna - Meus filhos eram menores, todos os três. E nós fomos para o Rio, fui começar uma vida nova. Quando eu fui preso, tinha um correspondente a 200 reais de hoje, 200 reais de hoje, na minha conta bancária que foi bloqueada pelo capitão Andrea, a mando do comandante da Região (é interrompido)

Joviniano Neto - Capitão Antero? Como era o nome do capitão?

Virgildásio de Senna - Andrea!

Joviniano Neto - Andrea!



Virgildásio de Senna - Era um capitão médico que foi escolhido para essas coisas. É... mudei-me pro Rio para começar uma vida nova. Fui trabalhar em engenharia, em estradas, enfim, na profissão que eu conhecia.

Joviniano Neto - Bom, uma última pergunta: o senhor sucedeu ao prefeito Heitor Dias, a quem você definiu como um homem trabalhador, honesto, é... foi inclusive o candidato do prefeito Heitor Dias, que era ligado à UDN, e que, era da UDN, e que depois inclusive foi ser, foi ser... chegou a senador pela Arena.

Virgildásio de Senna - Senador!

Joviniano Neto - Bom, como é que... o que é que explicaria o fato de um prefeito apoiado pelo anterior da UDN ser destituído e considerado inimigo da revolução?!

Virgildásio de Senna - Não... O Heitor Dias foi eleito pela UDN.

Joviniano Neto - Sei...

Virgildásio de Senna - Heitor Dias foi eleito pela UDN. E eu também fui eleito com a participação da UDN.

Joviniano Neto - Sei...exato!

Virgildásio de Senna - Agora, não tenho nada com os milicos, nada! (é interrompido)

Joviniano Neto: Isso não torna mais estranho?

Virgildásio de Senna - Ah! Torna mais inexplicável, inexplicável, inaceitável a ação dessa gente que deu o golpe de 64.

Joviniano Neto - Nós podemos considerar que o tipo de administração que o senhor estava fazendo, que envolvia mais participação e mais atuação, levou a desencadear esse radicalismo?

Virgildásio de Senna - É possível, tinha unanimidade da Câmara, tinha aceitação

da população. Não é, não é por vanglória e por vaidade que eu digo, mas por ser a verdade. Estou na Comissão da Verdade, eu tinha... eu me senti apoiado pela sociedade. O clima é de auto... auto-confiança de que a cidade passava por momento de mudança, de respeito à cidadania, de cumprimento, enfim, o testemunho mostrará o que é que foi possível fazer nesse período.

Joviniano Neto - Bom, muito obrigado, doutor Virgildásio. Os baianos e a Bahia não esqueceram, e em 1986, mostrando isso, lhe levaram à Assembleia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
03 de dezembro de 2013 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia



***Theodomiromi Romeiro**

Bom, em primeiro lugar eu queria agradecer muitíssimo o convite que me foi feito e que me permitiu vir aqui prestar um depoimento sobre uma fase da minha vida em que estive ligado muito intensamente à Bahia que é a terra do meu coração. Então, voltar aqui, rever meus companheiros, rever a terra é muito bom do ponto de vista afetivo. Prestar esse depoimento para a Comissão da Anistia, da Verdade, perdão, é muito importante do ponto de vista político. Eu reputo que esse trabalho que está sendo feito pelas Comissões da Verdade e eu já dei um depoimento para a Comissão de Pernambuco, é um trabalho relevantíssimo para resgate da história verdadeira do país durante o período da ditadura militar.

DEPOENTE:
THEODOMIRO ROMEIRO DOS SANTOS

Theodomiromi Romeiro de Santos foi um ativo militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Preso em outubro de 1970, em Salvador, reagiu à prisão com três tiros, acertando dois dos agentes, um sargento da Aeronáutica que morreu e um agente da Polícia Federal que saiu ferido. Foi condenado à morte naquele mesmo ano, mas teve essa pena comutada para prisão perpétua em 1971. Em agosto de 79 fugiu da prisão e exilou-se na França, ao retornar ao Brasil foi servidor da Celpe dos anos de 1987 a 1989, do Tribunal Regional Federal da 5ª região entre 1989 e 1993 quando foi aprovado no concurso para Juiz do Trabalho da 6ª Região. Foi presidente da Associação de Magistrados Trabalhistas de 2000 a 2002 e permaneceu na magistratura trabalhista do regional pernambucano por quase duas décadas. Em novembro de 2013 o pleno do TRT aprovou sua aposentadoria após averbação de tempo de serviço na condição de anistiado político referente ao período de 10/1970 a 10/1985.

*Texto não revisado pelo depoente.

Eu talvez não precise dos trinta minutos concedidos generosamente pelo presidente, para fazer o relato dessa minha passagem um pouquinho antes da minha passagem e da minha chegada pela Bahia. Eu sou filho de pais extremamente conservadores, meu pai era militar do Exército e minha mãe era funcionária civil da Aeronáutica e eu me aproximei das tendências mais à esquerda, do movimento político através da Igreja Católica, na época do Papa João XXIII, quando houve a grande abertura da Igreja Católica pro mundo. Então, através desses movimentos, eu comecei a minha militância junto com irmãos Maristas em Natal. E ao mesmo tempo me aproximei do movimento estudantil secundarista.

Eu nasci em 51, na época do golpe

militar de abril de 64 eu ainda tinha 12 anos, percebi assim a movimentação mas não compreendi exatamente o que estava acontecendo. Somente depois que me aproximei do movimento estudantil e dos partidos políticos que lá militavam, na época eles eram praticamente o PCB, o PC do B e a POLOP. Então comecei a me interessar verdadeiramente por política, depois veio 68, o AI-5 e como eu tinha já alguma participação em um movimento secundarista lá em Natal, eu saí de lá e vim para Salvador para terminar o científico, eu terminei o científico no Colégio Nossa Senhora da Vitória. E aqui, no Colégio Nossa Senhora da Vitória, eu acabei me vinculando às pessoas que promoviam processo de luta interna no PCB, sob o abrigo de uma denominação genérica que era de Corrente Revolucionária e que em seguida deu origem, depois do rompimento com o PCB, deu origem a diversas organizações de esquerda, mais radicais e adeptas da forma de resistência à ditadura militar através da luta armada. Eu me filiei ao PCBR, mas também várias outras organizações foram formadas a partir de então, como ALN, como a VPR, como a VAR-Palmares, a história que nós todos conhecemos. Então comecei minha militância aqui em Salvador em 1969, no fim de 69.

No início de 70, um militante da ALN que tinha ficado hospedado na minha casa e depois tinha ido para Pernambuco foi preso lá, aí eu tive que sair da casa que morava legalmente e entrar na clandestinidade, isso foi no início do ano de 1970. Então a partir daí, eu comecei a militar diariamente e profissionalmente para o partido. E começamos então um projeto de criar, acumular meios para o lançamento da guerrilha rural como forma de acumular forças para depois tomar a cidade, essa era

em resumo a ideia do PCBR. Nessa tarefa eu participei de discussões de trabalho de massa que a gente chamava com estudantes e depois fui deslocado para o setor militar do partido.

No setor militar do partido, eu participei de um assalto ao Banco da Bahia, agência Liberdade, foi um evento naquela época porque não tinha acontecido nada ainda na Bahia naqueles moldes e o assalto deu meio errado, porque no dia choveu, as pessoas perceberam que estava havendo alguma anormalidade ali, chamaram a Polícia, houve um tiroteio enorme e foi um horror, parecia um filme de faroeste.

Pois bem, depois disso nós continuamos aqui em Salvador com duas tarefas, a primeira libertar alguns companheiros que haviam sido presos, e aí a repressão já estava começando a desarticular as organizações de esquerda e entre elas o PCBR. E havia muitos tantos presos e alguns já tinham sido assassinados, como é o caso de Mário Alves, da Direção Nacional. É, e nós também resolvemos fazer um sequestro para libertar os militantes presos tanto do PCBR, quanto os de outra organização. E nós então elaboramos um plano diferente, que tinha sido feito anteriormente pelo MR-8, ALN e VAR-Palmares, nós íamos sequestrar três cônsules americano, um em Recife, um em Salvador e um Porto Alegre. Mas não deu certo também essa iniciativa porque prenderam um em Recife, as pessoas que iriam participar da ação lá, então descobriram qual era o plano e ele teve que ser interrompido.

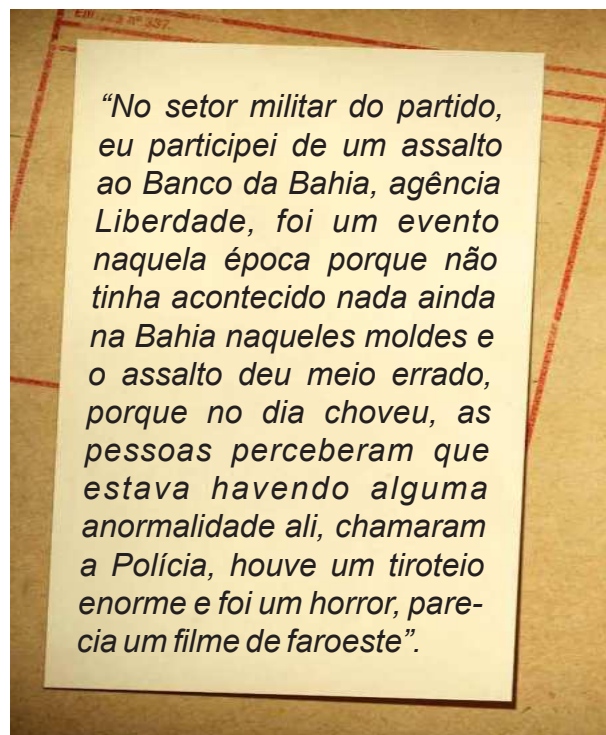
Pouco tempo depois disso, em outubro de 1970 a repressão, por algum motivo que a gente não identificou exatamente, e que havia uma versão de

“Eu sou filho de pais extremamente conservadores, meu pai era militar do Exército e minha mãe era funcionária civil da Aeronáutica e eu me aproximei das tendências mais à esquerda, do movimento político através da Igreja Católica, na época do Papa João XXIII, quando houve a grande abertura da Igreja Católica pro mundo”.

que uma pessoa teria colocado umas balas para secar no quintal de casa e os vizinhos teriam visto e denunciado a Polícia, o clima naquela época era um clima de terror completo, todo mundo via terrorista, inimigo da pátria em qualquer esquina, então uma das versões é que aconteceu dessas balas terem sido colocadas ao sol para secar e a partir daí o DOI-CODI passou a fazer o levantamento das pessoas que moravam naquela casa e através delas chegaram a outros militantes que moravam em outras residências.

No meio da investigação a gente soube através do pai de um militante do MR-8, que depois também esteve preso conosco na Penitenciária Lemos Brito, Edinho, o pai dele se chamava Temístocles, que era motorista da Polícia Federal, que essa investigação estava sendo feita. E aí nós resolvemos mandar todo mundo para fora do Estado. Ficamos apenas quatro pessoas para acertar os últimos contatos, depois nós iríamos sair. Nesse dia que nós íamos acertar os últimos contatos, essas quatro pessoas éramos eu, Paulo Pontes, Dirceu Régis Ribeiro e Getúlio Cabral, nós nos encontramos com Dirceu Régis num determinado local, ele foi embora para Remanso, que era a terra dele, e nós marcamos um reencontro para seis meses depois e depois nós três nos dirigimos para o Dique do Tororó, onde a gente ia pegar o ônibus.

No Dique do Tororó, enquanto nós estávamos em pé conversando, pára um carro, descem três pessoas e me prendem, eu e Paulo Pontes nós estávamos de costas para a rua, então ele nos imobiliza e nos prende. E algema minha mão direita na mão esquerda de Paulo e Getúlio Cabral corre, as pessoas da minha idade sabem que naquela época existia um pontilhão no Dique do Tororó, de madeira, um pontilhãozinho, e as pessoas atravessavam de um lado por outro no pontilhão de madeira. Getúlio Cabral saiu correndo para atravessar aquele pontilhão, os policiais que estavam dentro do carro, os dois que estavam no banco de trás dentro do carro,



ficaram do lado de fora trocando tiro com Getúlio Cabral, os três que estavam na frente nos jogaram eu e Paulo Pontes no banco de trás. Entraram no carro e saíram para pegar Getúlio atravessando o pontilhão, nessa confusão, um deles que tinha pegado a minha pasta que tinha uma arma dentro me devolve a pasta e quando ele parou o carro para descer, para atirar em Getúlio, eu aí puxei o revólver e atirei neles. Acertei dois e errei um, um eu matei, o primeiro, o segundo teve um ferimento levíssimo, três horas depois ele estava na Polícia Federal me torturando.

Então eu comecei a ser espancado ali no próprio jipe, a gente foi sendo espancado do Dique do Tororó até a Polícia Federal, eu não sei onde é atualmente, mas antigamente era ali junto da rampa do Mercado Modelo, Terminal Marítimo, era ali. Então nós fomos, chegando lá nós fomos colocados em cela, tinha carceragem, formou-se uma roda de policiais e militares, porque naquela época eles tinham patrulhas mistas do DOI-CODI, tinha gente do Exército, da Marinha, e da Aeronáutica, da Polícia Federal e da Polícia Militar e eles foram nos espancando com coronhada de fuzil, com cassetete, com chutes, com pontapés. Isso durou um

tempo, é muito difícil fazer essa descrição porque nessas horas você perde a noção de tempo, você não consegue medir, não é como a gente estar na situação normal que a gente diz isso durou mais ou menos duas horas, não faz assim dessa forma.

Então o tempo é muito complicado, quando chegou em um determinado momento, eu estava sangrando muito porque eu levei muita pancada na cabeça, e o coronel Luis Artur de Carvalho, que era o chefe das torturas aqui na Bahia, era superintendente da Polícia Federal na Bahia e Sergipe, naquela época era uma superintendência só para os dois estados, mandou chamar um enfermeiro dos Fuzileiros Navais para examinar como eu estava, para saber se eu aguentava ainda se eu continuasse sendo torturado ou se tinha necessidade de fazer alguma coisa mais séria, então veio esse enfermeiro cortou o meu cabelo, viu que os ferimentos eram profundos, tanto é que eu tenho marca deles até hoje, mas que não trazia riscos de vida, pelo menos assim evidente, e aí pegou um vidro de éter, que trazia dentro de uma maletinha e derramou na minha cabeça, essa é uma dor terrível, não nos cortes, o éter dói quando bate nos cortes, qualquer um que já colocou merthiolate, éter, sabe que arde, queima os olhos da pessoa, quando desce e bate nos olhos, aí você pensa que está incendiando seus olhos.

Então a gente continuou a ser espancado, depois eu sofri um desmaio que eu não percebi, só depois conversando com Paulo Pontes, eu pensava que a gente tinha passado só um dia na Polícia Federal, mas não foi, nós passamos dois dias, só depois eu descobri que eu tinha desmaiado e que tinha sido reanimado. E aí a tortura

começou de uma forma mais metódica, sistemática, mais científica, mais dirigida. Até então tinha sido a violência cega, brutal, de uma forma tal que as paredes todas da cela ficaram todas manchadas de sangue e durante muito tempo o pessoal que chegava lá, preso depois da gente, diziam “olhe aí como ficou o Theodomiro e o Paulo Pontes, ou você fala, ou vai ficar assim com seu sangue também”, ficou realmente toda decorada. Aí levaram a gente para o primeiro andar, e aí começaram a colocar a gente no pau-de-arara e a dar choque elétrico, isso durou dois dias.

“... um deles que tinha pegado a minha pasta que tinha uma arma dentro me devolve a pasta e quando ele parou o carro para descer, para atirar em Getúlio, eu aí puxei o revólver e atirei neles. Acertei dois e errei um, um eu matei, o primeiro, o segundo teve um ferimento levíssimo, três horas depois ele estava na Polícia Federal me torturando”.

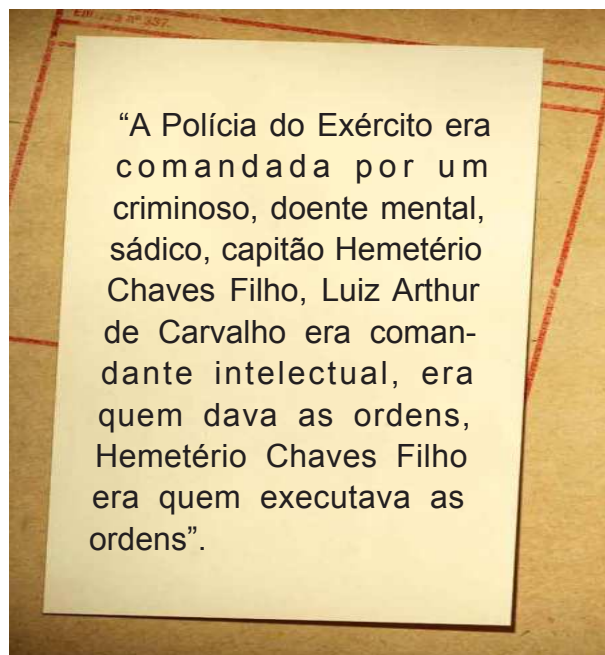
Depois, no dia seguinte, nós fomos transferidos para o Forte do Barbalho, porque a Polícia Federal não era um lugar destinado à prática da tortura, a prática da tortura era no Forte do Barbalho, era nos Fuzileiros Navais e no comando da Aeronáutica acho, o comando da Aeronáutica também tinha prática da tortura. Então nós fomos para lá, para o Forte do Barbalho, onde funcionavam duas guarnições militares, a

Polícia do Exército e a 4ª Companhia de Guardas. A Polícia do Exército era comandada por um criminoso, doente mental, sádico, capitão Hemetério Chaves Filho, Luiz Arthur de Carvalho era comandante intelectual, era quem dava as ordens, Hemetério Chaves Filho era quem executava as ordens.

A tortura no Forte do Barbalho, ela era praticada na sala do comando que fica na frente do Forte, na parede de frente do forte que dá para um colégio, lá em cima tinha a sala do comando, tem umas cisternas onde eles faziam afogamentos e as sessões de espancamento, de choque, de pau-de-arara, eram todas feitas em uma sala lateral, a sala do capitão Hemetério.

Nós continuamos sendo torturados mais ou menos dez dias por aí, nesse período eu presenciei Paulo Pontes ser torturado, Emiliano José, Dirceu Régis Ribeiro. Depois desses dias a tortura física, violenta terminou, parou. E aí começa um outro tipo de tortura que poucas pessoas mencionam, mas que é muito dura de enfrentar, talvez seja um dos tipos de tortura que mais exige da resistência do preso político porque ela se prolonga no tempo. Gramsci tem aquele livro Cartas do Cárcere, ele menciona que a prisão é como uma gigantesca klepsidra, como uma ampulheta muito grande, e aquela ampulheta vai deixando aquela areia cair em cima de você que está embaixo, o preso, e vai lhe enterrando e vai lhe esmagando e aquilo é todo dia, toda hora, todo minuto, você está lá sempre, sempre, sempre, sempre, durante anos sofrendo aquele processo de desgaste. Então essa é pouca mencionada, eu ouvi poucas menções a esse respeito. Li isso em Gramsci e depois eu vi Emiliano fazendo uma palestra e ele mencionou também esse fato.

Mas é preciso então registrar que a manutenção da pessoa encarcerada em condições terríveis, nós tivemos diretores de prisão que se compraziam em criar sofrimento e dor e pesar para os presos, por exemplo, Dr. Osmundo Tosta foi um. Além de se apropriar do dinheiro que deveria ser destinado a comprar a comida dos presos, ele tinha o prazer todo especial em criar problemas para a gente, um dia ele disse que a gente tinha direito a não usar farda, aí chegava lá aborrecido com alguma coisa, “não, a partir de hoje todo mundo aqui vai usar farda”, “mas a gente não tem obrigação de usar farda”, “mas eu quero que seja assim, vai ser assim”. Aí pronto, começava greve de fome, confronto, quer dizer a penitenciária que já era uma coisa ruim, mesmo porque na penitenciária durante muito anos, nós cumprimos um regime carcerário para os presos comuns que estavam de castigo, a gente passou anos isolados um por cela, dentro da cela tinha uma cama, com um colchão de palha



e um balde de água que a gente recebia um por dia que era para beber, tomar banho e lavar roupa e dar descarga. Sem rádio, sem jornal, sem livro, sem televisão, sem nada, nada, a gente passava o dia inteiro trancado, sem nada para fazer, duas vezes por semana a gente podia descer duas horas para o banho de sol, assim nós passamos anos na penitenciária, não foi à toa que alguns companheiros desenvolveram problemas que já tinham, que esquizofrenia não aparece por conta disso, mas tiveram o primeiro surto de esquizofrenia dentro da penitenciária porque não conseguiram enfrentar a dureza das condições de prisão.

Mas isso foi só um parêntese que eu fiz, a última vez que eu fui torturado foi no dia 27 de novembro de 1970, aniversário da gloriosa insurreição de 1935, o cabo Dalmar Caribé que era da Companhia de Guardas chegou na frente da minha cela com mais três pessoas. Eu estava reduzido a um estado deplorável, e tinha levado muita pancada no joelho direito, o joelho tava dessa grossura assim, não conseguia quase andar, então passava a maior parte do tempo deitado. Ele chegou na frente, campeão de karatê Dalmar Caribé, chegou na frente da minha cela, não teve coragem de entrar, sozinho, ficou esperando que

chegassem mais três colegas, amigos, sei lá quem eram, eu não sei quem são essas pessoas, não conheço, nunca mais vi de novo e aí entraram, não disseram uma palavra e passaram uma meia hora, talvez quarenta minutos, me dando chute e pontapé, levantando não conseguia ficar em pé, aí caía, aparentemente, só pela maldade, pela crueldade, não perguntaram nada e informação, não disseram coisa nenhuma, não me deram explicação porque estavam fazendo aquilo, então esse foi o último dia que eu fui torturado no Forte do Barbalho. Pouco tempo depois nós fomos transferidos para a penitenciária Lemos Brito e lá o desgaste que a gente sofria foi esse que eu acabei de narrar para vocês.

Eu fui condenado em três processos, eu fui condenado à pena de morte porque matei o sargento da Aeronáutica, eu fui condenado a 17 anos pelo assalto ao Banco da Bahia e fui condenado a mais três anos, se eu não estou enganado, por ser militante do PCBR, direitos políticos cassados por 30 anos. Toda vez que eles te condenavam eles cassavam seus direitos políticos por dez anos, aí ia juntando 10 mais 10 mais 10 para você ficar sem atividade política, eles pensavam realmente que eles iam ficar aí uns 100 anos, pelas penas que eles aplicavam. E aí depois essas penas foram sendo reduzidas, uma apelação no STM, é, com readequação da Lei de Segurança Nacional já na véspera da Anistia, a Anistia estava quase para ser aprovada e minhas penas baixaram muito.

Mas ocorreu uma situação muito particular na penitenciária, no fim só tinham três presos políticos lá na Lemos Brito. Paulino Vieira, do PCB, era um relojoeiro gente muito boa, Haroldo Lima do PCdoB,

meu amigo queridíssimo, e eu. Paulino Vieira e Haroldo Lima seriam soltos na Anistia, eu não, porque o juiz auditor aqui de Salvador, apesar de ter reunido todas as condições para obter liberdade condicional depois que minha pena foi reduzida e juntada em uma só, disse que não ia me dar a condicional porque não queria assumir sozinho a responsabilidade de me devolver para o convívio social, então eu ia ter que recorrer para o STM para obter, e isso demora um tempo porque tem a burocracia toda da justiça e lá vai. O pessoal ia sair e eu ficar sozinho na penitenciária.

Em uma conversa em off com os jornalistas, Antônio Carlos Magalhães, meio a sério, meio de gozação, disse que poderia ser que eu não saísse da penitenciária porque briga de preso era uma coisa muito comum, apesar de nos meus nove, quase dez anos de cadeia, eu não ter brigado, nunca com preso nenhum. Mas ele sugeriu que poderia

acontecer isso. Então eu conversei com algumas pessoas, alguns amigos meus ligados, muito ligados, à Igreja Católica, padre Renzo e o padre Cláudio Perani e mais companheiros mais próximos e tal para conversar sobre o assunto, chegamos à conclusão de que o mais prudente seria eu fugir e eu não queria, eu queria ser solto e ficar, mas aí eu tive que fugir, fui abrigado pela Nunciatura Apostólica, em Brasília.

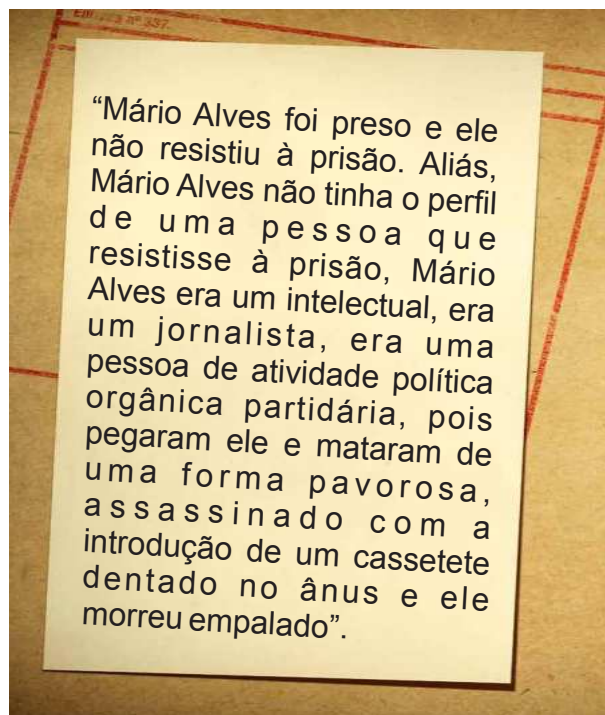
A fuga foi em 17 de agosto de 1979, eu saí do Brasil em dezembro fui para a cidade do México, passei 10 dias na cidade do México e lá eu fui para Paris, cheguei no dia 24 de dezembro de 79 e voltei no dia 5 de setembro de 85, quando houve a remissão da minha pena. Ainda não tinha sido naquela época pela Lei da Anistia mais favorável. Aí pronto, o restante estava no currículo cuja leitura vocês ouviram, eu fiz

“A fuga foi em 17 de agosto de 1979, eu saí do Brasil em dezembro fui para a cidade do México, passei 10 dias na cidade do México e lá eu fui para Paris, cheguei no dia 24 de dezembro de 79 e voltei no dia 5 de setembro de 85, quando houve a remissão da minha pena. Ainda não tinha sido naquela época pela Lei da Anistia mais favorável”.

dois concursos um para a Celpe (Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco) outro para a Justiça Federal, de nível médio, porque eu só tinha estudado até os 17 anos, eu acabei o terceiro científico com 17 anos. Aí quando cheguei aqui tive que fazer novo vestibular, fiz vestibular para Direito, os dois concursos que eu fiz foram nível médio. Eu trabalhei primeiro na Celpe seis ou sete meses e depois na Justiça Federal por cinco anos, e aí terminei o curso de Direito, fiz concurso para Juiz do Trabalho, passei e passei 20 anos trabalhando como Juiz do Trabalho. Esse é um resumo dos fatos da minha vida.

Joviano Neto – Theodomiro, nós iremos fazer algumas perguntas para qualificar algumas coisas, preliminarmente eu acho simbólico que você tenha se motivado a entrar na política na época do Concílio Vaticano II, quando nós estamos agora - o padre Zé Carlos - nós estamos em um tempo de florescimento, o papa Francisco está reativando a memória do Vaticano II. Mas eu queria fazer a primeira pergunta, é o seguinte: Mário Alves se apresentou e se entregou sem resistência à Polícia e foi barbaramente torturado, circulou, correu que a partir daí o PCBR tinha dado orientação a todos os militantes para tentar reagir caso fossem presos, isso faria parte da explicação de você estar armado e ter reagido?

Theodomiro Romeiro - É verdade, eu mencionei realmente a prisão dos companheiros do PCBR no Rio de Janeiro e falei de Mário Alves e não falei dessa decisão. Mário Alves foi preso e ele não resistiu à prisão. Aliás, Mário Alves não tinha o perfil de uma pessoa que resistisse à prisão, Mário Alves era um intelectual, era um jornalista, era uma pessoa de atividade política orgânica partidária, pois pegaram ele e mataram de uma forma pavorosa, assassinado com a introdução de um cassete dentado no ânus e ele morreu empalado, eu conversei com a Dilma Alves aqui na penitenciária Lemos Brito, uma época ela veio visitar a gente (Dilma Alves era esposa de Mário). E depois desse



episódio o PCBR decidiu que era dever dos militantes reagir à prisão, porque a ser assassinado de uma forma dessa, era muito mais humano morrer com um tiro porque você não sofre. Então foi deliberado que os militantes do PCBR desde então deveriam reagir à prisão quando fossem alvo de investida da repressão.

Agora eu queria pedir licença só um minutinho, presidente, para acrescentar uma coisa aqui que me esqueci, um fato importante e que me marcou muito. Eu militei aqui em Salvador com várias pessoas como Maria de Lourdes Vanderlei Pontes, a ex-mulher de Paulo Pontes, Getúlio Cabral, esse que estava comigo na hora que eu fui preso e que escapou pelo pontilhão do Dique do Tororó, Fernando Augusto da Fonseca e Valdir Sales Saboia, que moravam comigo no mesmo aparelho, moravam os três e mais uma mulher no mesmo aparelho ali na avenida Vasco da Gama. Além desses, Bartolomeu, que era um que eu nunca tive muita ligação e o último deles José Cilton Pinheiro que era meu amigo de infância, conheci Cilton quando ele tinha cinco anos de idade, a gente estudou junto, a gente fez política junto no Colégio Marista, eu participei, foi presidente do colégio, era como se fosse

um irmão para mim. Pois bem, eu faço aniversário no dia 29 de dezembro, eu sou de 29 de dezembro de 51, no dia 29 de dezembro de 1972 no programa que Ibrahim Sued tinha na Rede Globo mais tarde, assim à noite, ele divulgou assim com um júbilo, você via contente porque estava dando aquela notícia, assassinato dessas seis pessoas no dia do meu aniversário num carro que foi explodido por granada na rua Valder Xavier de Lima, o nome do oficial da Aeronáutica que eu matei, essas pessoas tinham sido presas em diversos locais do país, Fernando Augusto da Fonseca foi preso em Recife, alguns foram presos no Rio de Janeiro. Alguns já tinham sido assassinados por tortura, como Fernando Augusto da Fonseca, tanto é que a Comissão da Verdade de Pernambuco investigou e ele foi assassinado lá. Então essas pessoas todas mortas e depois explodidas com granada no dia do meu aniversário, na rua Valder Xavier de Lima em 1972, isso foi uma coisa que...

“... no dia 29 de dezembro de 1972 no programa que Ibrahim Sued tinha na Rede Globo mais tarde, assim à noite, ele divulgou assim com um júbilo, você via contente porque estava dando aquela notícia, assassinato dessas seis pessoas no dia do meu aniversário num carro que foi explodido por granada na rua Valder Xavier de Lima...”.

Joviniano Neto - É uma das perguntas que eu iria fazer exatamente, uma outra questão, o julgamento da condenação de pena de morte do Theodomirom foi todo montado, a Aeronáutica, que foi quem fez o julgamento, convidou a imprensa avisando que sairia a primeira condenação à pena de morte. Foi apresentado ao Brasil o fato de que ele teria matado um sargento da Aeronáutica, um elemento que faltou nessas explicações, nesse mito construído, foi o fato que o sargento não só estava em atividade policial, como não estava fardado e estava a paisana, por isso, inclusive, a foto dele publicada no Jornal da Bahia implicou em cerco ao Jornal da Bahia. Mas o que estou colocando é muito mais uma confirmação, no momento que era preso era uma ação policial onde todos eram

policiais, né isso?

Theodomirom Romeiro - Paulo Pontes, inclusive, é testemunha desse fato que vou narrar aqui. Quando a gente ainda estava no Barbalho, antes de ser transferido, eu só fui condenado à pena de morte quando eu já estava na penitenciária. Antes de a gente ser transferido para a penitenciária, a gente tinha sido reunidos em celas, se lembra disso Emiliano? Em cada cela, naquela masmorra que tem ali no Forte do Barbalho,

que parece aquelas celas de forte medieval. E eu estava junto com Paulo, Hemetério chegou na frente da cela da gente com mais duas pessoas, ele gostava de levar as pessoas como se fosse para exibir os bichos na cela, então ele virou e disse “Theodomirom, você vai pegar pena de morte, e você, Paulo, vai ser melhor, vai pegar pena perpétua”, e ficou rindo da história. E assim foi porque Paulo foi condenado à prisão perpétua e três meses

depois foi absolvido, vejam o absurdo da condenação que foi essa aqui na Bahia. A pessoa ser condenada à prisão perpétua, por resto da vida em tese, e três meses depois ser absolvido. Ele disse isso antes da gente sair do Forte do Barbalho, essa decisão estava tomada há muito tempo.

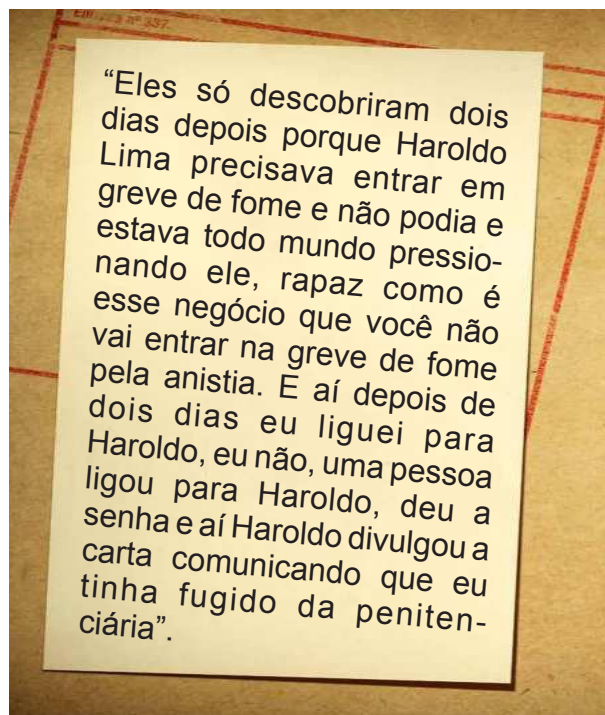
Joviniano Neto - Bom, eu acho que, eu tirei umas outras perguntas, nós temos o tempo e outros dois depoentes, mas a densidade, o tamanho, a qualidade de depoimento já o próprio silêncio do auditório mostra o quanto foi forte e importante, gostaria que você autorizasse a divulgação do depoimento. O Jackson Azevêdo, que é sub-coordenador da Comissão, está perguntando se você poderia dar detalhe da fuga? Nós temos um relatório, nós temos um estudo comparativo da fuga. É, no qual a coisa mais interessante, tem duas

coisas interessantes, primeiro o fato da fuga ter sido toda montada e ele ter sido acolhido em Conquista no Mosteiro Rainha da Paz das Monjas, uma divergência até se era dentro da clausura ou não era, Padre Cláudio disse que era num quarto um pouco fora, depois ir de novo para o oeste, para Bom Jesus da Lapa também acolhido pela igreja e entrar vestido de padre na Nunciatura Apostólica do Vaticano, se você quiser acrescentar alguma coisa.

Theodomiro Romeiro - Só complementando, Emiliano José escreveu um trabalho sobre esse assunto, foi publicado no primeiro número da Caros Amigos e muita coisa da minha fuga eu soube pelo que Emiliano contou, que eu não sabia.

Joviniano Neto - Muita coisa da fuga dele, eu soube em uma mesa de dissertação de mestrado, lendo e citando Emiliano e depois completando com entrevista de algumas pessoas daqui. A outra coisa interessante na fuga dele e que acho para quem estuda imprensa é a grande divergência entre o que saía na imprensa e o que realmente estava sendo feito, em grande parte como operação de despistes feito pelos seus companheiros, pelos seus aliados. Enquanto a imprensa disse que ele já estava em Paris, onde ele estava aqui no interior. Mas é uma coisa, que ele sofreu tanta violação de direitos que ele sofreu.

Theodomiro Romeiro – Pouquinho antes de todo mundo sair da penitenciária, inclusive eu, houve assim uma liberalização muito grande de prisão, porque todo mundo seria solto ou anistiado ou por liberdade condicional, então ninguém ia ficar mais preso, então a vigilância sobre os presos políticos que eram três se lembrem disso era eu, Paulinho Vieira e Haroldo Lima, foi muito reduzida. Então a gente recebeu autorização para circular na área externa da penitenciária, a gente ficou com a chave das nossas celas. Então a gente ficava muito disciplinado, a hora de abrir a porta 6 horas, a gente espera até 6:05 aí abria a porta, a hora de fechar 8 horas, 7:30 a gente fechava. Eles perderam a preocupação



com a gente, perderam o controle porque na penitenciária eram três guardas, os turnos eram de 24 por 48, então um guarda trabalhava um dia, folgava dois, o guarda que me via sair da penitenciária era rendido pelo substituto duas horas depois, o que chegava não sabia que eu tinha saído, ele só sabia quando eu voltava e ia dormir, então foi assim que eu fugi, um dia eu saía tudo prontinho do lado de fora, tinha comprado roupa o pessoal que visitava a gente, tinha comprado roupa nova, um óculos novo, que eu usava um óculos já de propósito de plástico bem grosso, comprei um de metal assim fininho, raspei a barba. Saí meio diferente, aí pronto, peguei um carro, tava ali atrás da penitenciária na Mata Escura, esse carro me levou para o Campo Santo, lá peguei outro carro e fui para uma fazenda de cacau, no interior do estado. Eles só descobriram dois dias depois porque Haroldo Lima precisava entrar em greve de fome e não podia e estava todo mundo pressionando ele, rapaz como é esse negócio que você não vai entrar na greve de fome pela anistia. E aí depois de dois dias eu liguei para Haroldo, eu não, uma pessoa ligou para Haroldo, deu a senha e aí Haroldo divulgou a carta comunicando que eu tinha fugido da penitenciária.

Joviniano Neto - Bom, você já poderia teoricamente ter saído antes quando entrou na lista que foi sequestrado o embaixador alemão, por que você não saiu naquela época?

Theodomiro Romeiro - Não saí, fui inclusive todo preparado, me cortaram o cabelo, me deram um banho, deixaram todo arrumadinho para ir embora com umas cicatrizes, não saí porque na época o governo se recusou em soltar todas as pessoas que estivessem envolvidas com crime de morte, de assalto, de não sei o que, umas definições que tinha lá na Lei de Segurança Nacional. E aí o pessoal que era responsável pelo sequestro aceitou, a gente ficou.

Joviniano Neto - Uma outra pergunta, também o seguinte, como tem muita pergunta e eu estou pressionado pelo tempo, você foi, só voltou depois do regime militar. Fez concurso mesmo assim, ainda sofreu algumas perseguições? Algumas pressões?

Theodomiro Romeiro - Sofri problemas. Quando a gente faz concurso para Juiz do Trabalho a gente passa pela fase de análise da vida pregressa da pessoa, aí me pediram certidão negativa da Polícia, das

varas criminais, só que na época em que fiz o concurso foi em 93, não estava, a informática não era como é hoje. Aí eu fui na Auditoria Militar pra me darem uma certidão negativa. “Pois não, amanhã tá pronta”. No outro dia fui lá e estava pronta. Nas varas criminais não teve problema nenhum. Quando cheguei na Polícia Federal, já estava informatizado, o delegado colocou meu nome no computador e saiu aquela lista com não sei quantos metros de tamanho. Aí o delegado disse: “Ah, não vou poder lhe dar a certidão negativa, não, vou dar a certidão positiva”. Aí eu disse: “o senhor não vai fazer isso, porque eu fui anistiado”. Aí eu era funcionário da Justiça Federal e falei com um juiz federal, uma pessoa muito querida, muito influente. Ele ligou pro delegado e disse: “delegado, não faça isso, não, porque ele pode entrar com uma ação de indenização por dano moral contra a União, e se ele entrar com a ação quem vai acabar pagando esse negócio é o senhor”. Aí, pronto, no outro dia ele me deu.

Joviniano Neto – Nós pegamos uma parte da história da Bahia e do Brasil muito densa, muito dramática, mas pelo visto com o exemplo de Celso Pereira e Hosannah Leite, mostramos que se vence e supera e você é um vitorioso.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
03 de dezembro de 2013 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia



DEPOENTE:
LUIZ FERNANDO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Luiz Fernando Contreiras de Almeida é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Nasceu em 06 de julho de 1923, em Mundo Novo, Bahia. Desde 52, é casado com a professora e ex-deputada estadual (Constituinte) Amábíla Almeida, com quem tem 3 filhos: Liana, Luiz e Lis-Anete (Bisa).

Militante histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luiz Contreiras participou ativamente das principais lutas políticas do povo brasileiro, do final dos anos 40 do século passado para cá. Pela sua militância política, foi preso três vezes. A prisão mais dramática ocorreu em meados dos anos 70, quando a ditadura militar o prendeu, torturou e condenou junto com companheiros de partido.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Luiz Fernando Contreiras de Almeida**

Meus senhores e minhas senhoras. É com grande prazer e emoção que me encontro aqui neste momento. Vejo aqui pessoas e amigos que foram companheiros nessa jornada que estamos juntos. Tomei aqui algumas notas porque na minha idade, com 90 anos, não posso puxar muito da memória.

Nasci na cidade de Mundo Novo, na Bahia, em 1921. E aos seis meses de idade, fui morar em Rio de Contas, onde permaneci e passei a minha infância e a minha adolescência. O fato mais importante dessa minha infância, porque tinha mais ou menos uns quatro anos, foi quando a Coluna Prestes atravessou a cidade. Vale aqui lembrar que tempos depois, tendo eu encontrado com Luiz Carlos Prestes, aqui em Salvador, perguntei da sua extraordinária caminhada à frente da Coluna, ao que ele modestamente me respondeu “Isso é um arrobo da juventude”.

Quero aqui lembrar que, ao vir para a Bahia, ingressei no Ginásio da Bahia e posteriormente na Escola Politécnica, onde me formei em engenharia civil. Sou funcionário aposentado do DNOCS. Tive também uma firma que eu, tendo me especializado em fundações de edifícios e de açudes quando trabalhava no DNOCS, essa firma minha, quando eu fui preso, eu tive que fechar porque não tinha condições de dar assistência.

Fui preso - não sei se já disse isso -

fui preso três vezes. A primeira vez, quando armava um palanque na Praça da Sé para a realização de um comício pela volta à legalidade do PCB. Fui preso ao armar esse palanque. E, a segunda vez, quando me dirigia da Cidade Baixa e me dirigia para casa, fui novamente preso. A terceira vez foi a prisão mais demorada, fui preso quando me dirigia para casa.

Na prisão, houve um episódio que alterou muito a minha condição. Quando eu estava preso, lá, não sei muito bem, no Barbalho, me apareceu um cidadão que tinha sido do partido. O nome dele era Venceslau Moraes, que era um dirigente do partido, mas, ele acabou se bandeando para o lado dos torturadores. E veio me aconselhar que eu não resistisse. E eu, nascido naquela batalha, eles queriam que eu dissesse as coisas que eles estavam me inquirindo. Eu me senti muito revoltado e dei uma cusparada no Venceslau. Os meus captores, quando perceberam que estava doendo, aí intensificaram os choques elétricos e depois mergulharam minha cabeça num tanque e quase me afogo. Essas são as coisas que eu tenho aqui a declarar, mais importantes.

Eu passei 26 meses preso. Quero aqui agradecer aos meus familiares pela maneira corajosa, em especial Amábilia, pela maneira corajosa com que me assistiram durante toda essa temporada. Não quero me alongar muito. Quero dizer que, como militante do PCB, defendemos sempre uma tese que era travar a luta política para derrotar a ditadura. Nunca acreditamos, respeitamos, mas nunca acreditamos que a luta armada resolvesse o problema. Porque partíamos do princípio de que a luta armada era você ir para o

terreno em que o inimigo era mais forte. Então, fizemos a luta com a sociedade e essa luta mostrou-se realmente a vitoriosa.

Quero, aqui, encerrando as minhas palavras, dizer que a luta pela democracia é fundamental. Ditadura de nenhuma espécie. Nem a do proletariado deu certo, porque acabou caindo. Outro dia, lendo alguma coisa sobre justamente essa situação, vi uma declaração de Rosa Luxemburgo, uma grande militante daquela época, que ela condenava, um ano depois, em 1918, um ano depois da vitória da tomada do poder lá na Rússia, ela condenava, dizendo que aquela ditadura também ruiria porque não tinha uma fundamentação democrática. E isso aconteceu.

Quero aqui relembrar o nome de quatro pessoas, advogados que, em plena ditadura, tiveram a coragem de me defender. Porque, para ser advogado de preso político, é preciso ter coragem. Esses nomes foram de Jaime Guimarães, Ronilda Noblat, Inácio Gomes e Pedreira Lapa. Esses quatro advogados. Jaime Guimarães foi uma figura extraordinária. Eu encerro aqui as minhas palavras, e quero dizer que devemos, cada vez mais lutar para que a democracia, como valor universal, se fortaleça, porque só dentro do regime democrático podemos avançar e progredir para o sucesso de nosso Brasil. Era o que eu tinha a dizer.

Joviniano Neto - Contreiras, nós temos algumas perguntas para complementar a história. Primeiro, a questão de datas. Você disse que foi preso três vezes. A primeira, montando palanque para a volta da legalidade do PCB.

Luiz Contreiras - 1948

Joviniano Neto - Isso. A segunda prisão?

Luiz Contreiras - A segunda prisão foi na campanha "O Petróleo é Nosso", que foi uma campanha realmente extraordinária. Essa campanha do petróleo, naquela época, era tida como subversiva. Para você ver a que ponto vai a ditadura. A campanha do "O petróleo é nosso" era de uma amplitude tal, que reuniu homens como Prestes e Getúlio.

Joviniano Neto - Então foi entre 48 e 53. Tem uma outra questão. A terceira prisão foi na década de 70, 1975, Operação Radar. Nessa história, tem algumas outras coisas. Primeiro, parece que você foi levado para uma chamada Fazendinha, em Alagoinhas.

Luiz Contreiras - Exato.

Joviniano Neto - Depois, lá, você teve alguma coisa aí com formiga, com Cooper com Fleury...

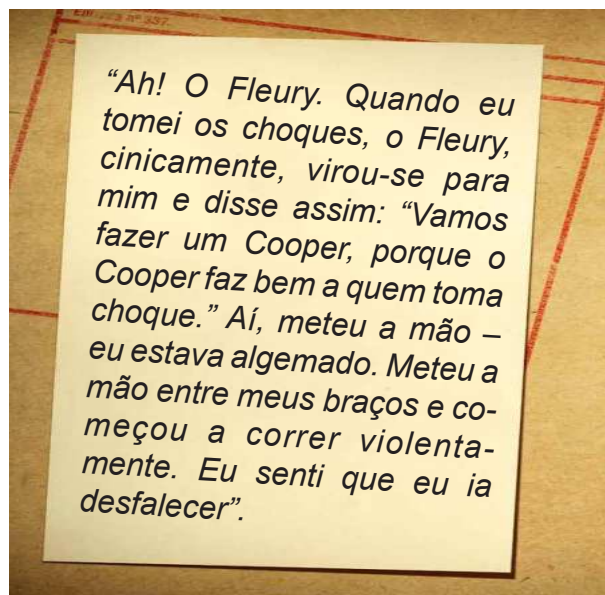
Luiz Contreiras - Repare. Nesta prisão, vieram aqui para a Bahia dois algozes. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Fleury. Quando eu estava preso, apareceu lá – não sei se já disse isso, já? Eu acho que não. Apareceu lá um ex-companheiro que me insinuou que eu também falasse

Joviniano Neto – isso você já falou.

Luiz Contreiras - Já falei?

Joviniano Neto - Já. Mas e a questão das formigas?

Luiz Contreiras - Então, eu não resisti, dei a cusparada no Venceslau, e isso me complicou bastante, eu fui torturado, não só pelo Brilhante Ustra, como também pelo Fleury. O negócio das formigas, eu me lembro bem que nós, todos nós, dormimos amarrados, céu aberto, num banco, e uma



corda passava aqui entre nós, então, você não podia se movimentar. Mas, na verdade, eu não me lembro deste detalhe das formigas. Porque, diante daquela emergência, naquela situação, as formigas eram uma coisa mais ou menos desprezível.

Joviniano Neto - Uma outra questão é o Cooper que você andou correndo junto com Fleury.

Luiz Contreiras - Ah! O Fleury. Quando eu tomei os choques, o Fleury, cinicamente, virou-se para mim e disse assim: "Vamos fazer um Cooper, porque o Cooper faz bem a quem toma choque." Aí, meteu a mão – eu estava algemado. Meteu a mão entre meus braços e começou a correr violentamente. Eu senti que eu ia desfalecer. Eu já tinha passado por tudo aquilo, eu então joguei meu corpo em cima do Fleury e caí com ele. Ele me deu uma série de pontapés, que eu desmaiei e só voltei a mim quando já estava novamente lá na cela.

Joviniano Neto – Certo. Os 26 meses presos foi primeiro em Alagoinhas, na tal Fazendinha, depois no quartel do Barbalho, e depois?

Luiz Contreiras - No de Santo Antônio.

Joviniano Neto - Em relação ao impacto. A

prisão, a tortura não impacta apenas a pessoa que é atingida diretamente. Impacta também a família. Nós sabemos, por exemplo, que Amábília, logo no começo, foi demitida do cargo. É claro que Amábília deu a volta por cima e criou a Escola Experimental, o que é uma grande vitória. Quais os tipos de impacto que Amábília, seus filhos, sua família sofreram com essas perseguições e essa demissão?

Luiz Contreiras - Esse impacto, esse sofrimento, foi muito grande. Entendeu? Inclusive, eu sou engenheiro civil. No DNOCS, a verdade se diga, eu não fui demitido, mas tinha uma firma chamada Engel, que nós fazíamos estudos de solo não só para açudes como também para fundação de edifícios. E eu abandonei isso e não tive como continuar com a Engel. Esse foi assim um grande prejuízo, do ponto de vista profissional, que eu sofri. Quanto à minha família, a minha família sofreu muito com isso. Mas, como Amábília é uma lutadora, em nenhum momento ela se arrependeu de ter se juntado a mim. Lutou bravamente, pela minha soltura e deu a volta por cima criando a Escola Experimental porque ela também foi punida

com aposentadoria.

Joviniano Neto - Bom. Para terminar, dois elementos da lenda de Luiz Contreiras, um elemento ele já confirmou aqui: a cuspada na cara do Venceslau. Existe uma outra história que circula muito, é que alguém, tipo Venceslau ou outra pessoa que colaborou com o regime teria dito a você: Mas você sabe, nós precisamos sobreviver. E você teria respondido: para quê?

Luiz Contreiras - Exato. Isso é verdade. Eu, ao chegar lá no quartel, fui recebido com pontapés, e recebi aqui, na omoplata, um soco tão violento que me quebrou uma costela. E eu passo a mão aqui de vez em quando e me lembro. Tem um calo aqui decorrente desse soco que aquele miserável – eu não digo outra coisa em respeito ao povo que está aqui – me deu aqui em meu peito.

Joviniano Neto - Mas alguém lhe disse aquilo?

Luiz Contreiras - Isso sim. Mas eu não estou lembrando de quem foi.



Luiz Contreras.

1

1. Dados pessoais

Nasci na cidade de Ilhéus, Ba. em 1923 e aos 06 anos de idade fui enviado com minha família para Minas do Rio de Contas, onde passei a minha infância e adolescência, considerando-me um verdadeiro rio contense.

O fato mais importante deste período foi a passagem da coluna Prestes, na minha cidade, comandada por Luiz Carlos Prestes "o cavaleiro da esperança", em 1923.

Aos 13 anos me deslocar para Salvador e ingressar no Ginásio da Bahia. Aos 18 prestei vestibular para a Escola Politécnica (Engenharia) que funcionava na Av. São de Setembro, defronte ao Colégio de São Pedro.

Em 1962, encontro com Prestes aqui em Salvador e ao relembrar da sua passagem por Rio de Contas a frente da coluna, diz-me tratar-se de arrebores da juventude.

Em Fevereiro de 1948 recebi a tarefa de acompanhar a armação de um palanque na Praça da Sé, onde deveria realizar-se o comício comemorativo pela volta do PCB à legalidade.

Cumprindo a tarefa, chega um caminhão da polícia que leva o palanque e eu pegado sou preso. Esta foi a minha 1ª prisão. A 2ª se deu durante a

campanha do "O Petróleo é nosso". Fazia eu parte do "Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da economia nacional".

A 3ª se deu em plena ditadura militar. 2
Era 1975, mês de julho, quando eu estava
numa rua da cidade baixa, próxima ao
Plano inclinado, no término do expediente na
minha empresa de engenharia a "Enges".
Fui preso, levado para um centro clandesti-
no de prisão que ficou conhecido como "A
Faxendinha", em Plaquinhos, onde fui vítima
de todo tipo de arbitrariedades cometidas por
agentes do Estado. Um dos interrogatórios,
fomos surpreendidos com a presença do Tenente
Divina Moraes, dirigente nacional do P.C.B.,
que acovardou-se e aderindo aos torturadores,
começa a arrolhar aos seus ex-companheiros
a falar, dizendo que "tínhamos perdido a ba-
talha". Não resisti ao cinismo. Instintivamente
dei-lhe uma esparada, chamando de verme
nojo.

Em decorrência desta minha atitude,
recebi logo um murro de um preposto
policial que me arrependeu uma costela
próxima ao peito. Ai então os tortura-
dores Brilhante Ulstra e Carlos Roberto Skury
me massacraram. Levaram-me para uma
sessão de choques elétricos. O choque
elétrico é uma tortura terrível, ~~devastadora~~
Colocam um dos terminais nos pontos mais
sensíveis do seu corpo. Na ponta da orelha, nos

pés, em cima do coração e ligam³ a chave.
O resultado é devastador, ainda mais com o
corpo molhado. A sensação é que colocar um
uma bomba em você e o seu coração pare-
ce que vai estourar a qualquer momento.
Após os choques elétricos fui levado para
a sala de afogamento que consiste
em ser colocado de cabeça para baixo e
seguidamente enfiado num tanque de água,
algemado, sem qualquer possibilidade de respirar.
O desejo dos facínoras é liquidar com a pessoa
afogada.

O Delegado Fleury, cinicamente dizia que
depois do choque elétrico era muito bom, fazia
bem um "cooper". Eu, algemado com as mãos
para trás do corpo e o infame enfiava
o braço no meu, obrigando-me a correr
com ele, testando minha resistência. Desmaiei
e só acordei quando já estava na cela.

Posteriormente fui levado para o quartel de
Amatolina quando minha família tomou
conhecimento onde eu me encontrava após
dias incommunicavel. Do quartel de

Amatolina fui levado para a casa
de Detenção em São Antonio, onde permane-
ci 26 meses preso, em julgamento.
Fui libertado por força da Anistia



AUDIÊNCIA PÚBLICA
03 de dezembro de 2013 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia



DEPOENTE: JUAREZ PARAÍSO

***Juarez Paraíso**

Eu peço desculpa aos senhores pela minha necessidade de fazer uma leitura de alguns trechos do meu depoimento. Eu, na verdade, iria abordar vários acontecimentos, as agressões sofridas pelos artistas durante esse período da ditadura militar, dando ênfase à minha prisão. Pelo adiantado do tempo, eu vou iniciar pela minha prisão e abordar alguns aspectos, resumidamente, dos demais itens. Antes de tudo, quero dizer que sou artista plástico, primeiramente, e fui professor da Universidade durante 32 anos na Escola de Belas Artes e na Faculdade de Arquitetura. Fui realmente participante dos principais acontecimentos culturais dentro das artes plásticas na década de 60, principalmente, e até hoje não fujo, de forma alguma, das solicitações que me fazem para participar de eventos sobre essa época.

Juarez Paraíso nasceu em 1934, na pequena Arapiranga. Com seus pais mudou-se para Salvador na década de 30. Aos 16 anos entrou na Escola de Belas Artes e se formou em Pintura, Gravura e Escultura. Começou a ensinar na UFBA. Em 1992 passou a ser diretor da Escola de Belas Artes da UFBA. Amado por seus alunos, Juarez Paraíso faz parte da segunda geração de artistas baianos modernos. Fez duas bienais nacionais de artes plásticas em 1966 e 1968. Participou da luta pela criação de uma associação de artistas modernos e conseguiu a regulamentação da profissão.

*Texto não revisado pelo depoente.

1º) Em relação à minha prisão, queria falar primeiro do Ato Institucional nº 1. Realizei concurso para a Cátedra de Desenho de Modelo Vivo da Escola de Belas Artes da UFBA em 1963. Como presidente da República eleito pelo regime democrático brasileiro, Jango Goulart oficializou o meu concurso de Professor Catedrático da UFBA com cargo vitalício. O AI-1 anulou a vitaliciedade dos magistrados e dos professores.

2º) O Ato Institucional nº 5. Coerente com o contexto em que foram criadas, as obras de arte da II Bienal Nacional de Artes Plásticas (BNAP) representaram as experiências e pesquisas plásticas desenvol-

vidas em todo o País impregnadas com as tensões e protestos gerados pela situação política da época. O clima da II BNAP era de forte expectativa. Estava em vigor o AI-5 e, às vésperas da inauguração da Bienal, o caminhão carregado de obras rejeitadas pelo Júri de Seleção, por serem primárias e destituídas de expressão estética, foi apreendido pela Polícia Federal quando retornava pela Rua do Bispo em direção às dependências da Secretaria Geral, na Academia de Letras da Bahia, no Terreiro. Embora o seu destino fosse o recolhimento pela não aceitação do júri, para a Polícia Federal as obras eram ofensivas ao regime.

A partir daí, sucederam-se vários acontecimentos, muitas interpretações confusas e equívocas:

1º) Às vésperas da inauguração da II BNAP fomos entrevistados pelo jornalista Anísio Félix, do Jornal da Bahia, quando declaramos, dentre outras cousas, ser o AI-5 inconcebível, inaceitável e um verdadeiro atentado à democracia e à liberdade criativa.

2º) Antes da inauguração da Bienal, fomos procurados por alto funcionário da Secretaria de Educação dando ordens para que certas obras, consideradas por ele e, na verdade, por muita gente que estava à frente da Bienal, consideradas “subversivas”, fossem retiradas da Bienal, o que obviamente não fizemos, porque aceitar a sua ordem seria negar a nossa própria vida como professor e artista e um imperdoável desrespeito aos colegas e ao Júri de Seleção. A Bienal foi inaugurada com todas as obras selecionadas.

3º) A II Bienal Nacional de Artes Plásticas não foi fechada pela Polícia

Federal, como se espalhou pelo Brasil afora, e sim pelo próprio Governo receoso de maiores represálias. Na verdade, a pior coisa que a Censura pode causar é a autocensura. As pessoas se antecipam à Censura, por medo.

“A II Bienal Nacional de Artes Plásticas não foi fechada pela Polícia Federal, como se espalhou pelo Brasil afora, e sim pelo próprio Governo receoso de maiores represálias. Na verdade, a pior coisa que a Censura pode causar é a autocensura. As pessoas se antecipam à Censura, por medo”.

4º) Foram apreendidas como “subversivas”, por incrível que pareça, diante do estardalhaço que se fez, apenas 10 de um conjunto de 1.005 obras, sendo com isto toda a Bienal tachada de “comunista”, buscando-se também com isto justificar as nossas prisões. Os artistas excluídos foram Lênio Braga (três trabalhos), Antônio Manuel (um trabalho), Manuel Henrique (um trabalho) e um desenho de Farnese Andrade, representante do Brasil na Bienal de Veneza.

5º) Durante quase um mês da Bienal fechada nunca houve “problemas técnicos”, como alegavam funcionários do Governo, e sim precaução e medo da repressão. A reabertura da Bienal, já sob a responsabilidade do professor Remy de Souza, só se deu por pressões da sociedade, artistas e intelectuais.

6º) A Bienal Nacional de Artes Plásticas foi “suspensa” por decreto do governador Luiz Viana Filho, o que significou, na prática, o seu sepultamento.

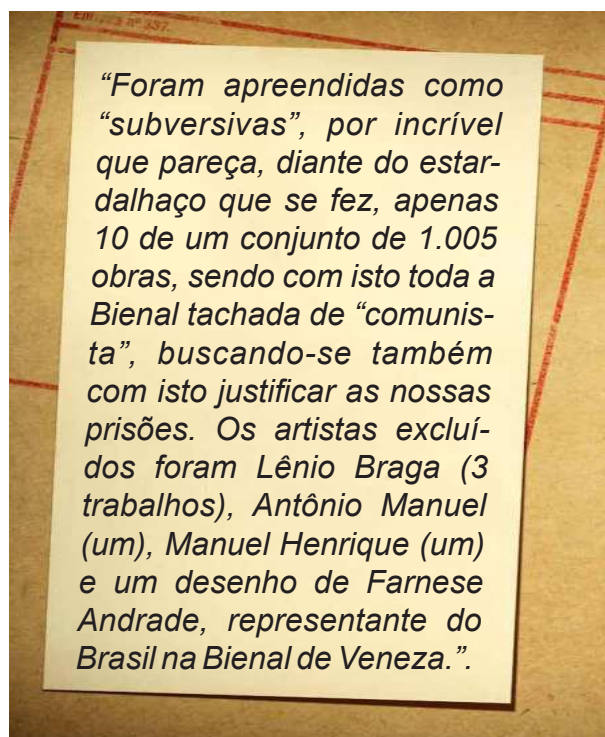
Na inauguração da II Bienal Nacional de Artes Plásticas foi notável a presença de artistas e de críticos de vários estados do País. Mas notável mesmo foi o discurso do governador Luiz Viana Filho, digno de um imortal da Academia de Letras do Brasil, falando sobre as nobres funções da arte como força propulsora do crescimento humano e sua relação com a juventude e a liberdade de expressão. Exal-

tando o sucesso da II Bienal, o governador deu por inaugurada a grande Mostra de Artes Plásticas, que logo em seguida já estava fechada pelos funcionários do próprio governo, justamente pelos artistas terem praticado o conteúdo do seu discurso.

A prisão – Dos 17 Atos Institucionais e seus 104 Atos Complementares, o AI-5 foi o mais implacável. Surgiram para legalizar os atos de exceção do regime militar, explicitando o seu caráter ditatorial e antidemocrático. No dia seguinte à publicação do AI-5, o jornalista do Jornal da Bahia Anísio Félix foi à minha procura onde estava sendo realizada a Bienal e, diante de vários artistas, entrevistou-me para que eu declarasse o que achava do referido Ato Institucional. Declarei, como já disse anteriormente, que se tratava de algo inconcebível, monstruoso e um verdadeiro atentado à Democracia.

Logo no dia seguinte apareceram dois agentes da Polícia Federal na minha casa, na Rua Aristides Ático, antiga Rua do Gado – ali atrás do Forte do Barbalho; da minha casa eu ouvia os gritos dos torturados - intimando-me a comparecer à sede da Polícia Federal. Interrogado pelo coronel Luiz Arthur se realmente aquelas afirmações eram da minha autoria, respondi que sim. O coronel Luiz Arthur, que hoje tem nome de rua em Salvador, declarou que o Alto Comando do Exército estava muito contrariado e já que eu confirmava o que estava escrito na entrevista, ele me dava ordem de prisão e que logo eu seria conduzido para outro lugar. Depois de uma longa e angustiante espera, cerca de seis horas sentado e com dormência de vários membros, fui conduzido juntamente com outros presos e com uma escolta de soldados armados para o Quartel do 19 BC, no Cabula. Na época, o comandante era o coronel Irineu Fernandes.

Na prisão, que durou cerca de intermináveis 30 dias, vivenciei o que significa a privação da liberdade e o sentimento de impotência diante da bruta-



lidade do poder militar. Só tive uma visita, a do arquiteto Pasqualino Magnavita, mesmo porque visitar um preso político despertava suspeitas e a exigência de uma entrevista no quartel general para a licença necessária. Muito pouca gente gostaria de correr esse risco.

Quando fui preso já estava com uma fratura no dedo indicador e devido a fortes dores fui escoltado com soldados armados para ser medicado no COT da Avenida Joana Angélica. Fui forçado a tirar a barba, porque barba era sinônimo de subversão. Compareci escoltado ao quartel general da Mouraria para ser interrogado pelo major Bendocchi Filho. O propósito era que eu confessasse ter sido a Bienal um empreendimento ideologicamente comprometido e ser o secretário da Educação e Cultura, Navarro de Brito, e o professor Luiz Henrique Dias Tavares comunistas, e dizer que a Bienal tinha sido financiada com dinheiro do Partido Comunista.

Diante das minhas negativas, apresentaram-me uma fotografia do meu carro ocupado com supostos membros do MR-8. Quer dizer: eu já estava sendo observado há muito tempo pela Polícia

Federal. Também como forma de persuasão, apresentaram uma gravação com uma declaração de um alto funcionário do governo dizendo que tudo era culpa minha, porque a ordem era de que eu não deveria expor os quadros anteriormente apontados por ele como subversivos.

Tudo indicava que queriam apenas um pretexto para a prisão do secretário Navarro de Brito e do próprio governador Luiz Viana Filho. O governador tinha sido ministro no governo do general Castelo Branco. Como sempre negava o comprometimento da Bienal e qualquer interesse fora da área estética por parte do secretário e do professor Luiz Henrique Tavares, fui dispensado dos interrogatórios. Os quadros ditos subversivos sumiram.

Isso foi o que aconteceu comigo, depois eu fui solto. Trabalhei pelo movimento da anistia, fui muito amigo de Ronilda Noblat e destaque também outros advogados pela competência, integridade, de uma coragem incrível, como Pedreira Lapa e Jaime Guimarães.

Houve vários fatos ocorridos ainda na época, com relação às artes plásticas. Um deles foi a agressão sofrida pelo artista plástico Riolan Coutinho, extraordinário artista. No auge das manifestações estudantis, os cavalos perseguindo estudantes, as bolas de gude, as correrias, o Riolan, passando ali pela Praça Castro Alves, se misturou com uma passeata de estudantes, foi preso, levado para o Quartel dos Aflitos, espancado a noite toda e no outro dia jogado na porta do cemitério do Campo Santo. Ele pediu demissão da comissão da Bienal. O apelo dos artistas, o desagravo ao professor Riolan Coutinho feito pelo

secretário de Educação, professor Navarro de Brito, e o pronunciamento público de apoio ao colega e de repulsa à atitude policial, de autoria da Associação dos Artistas Plásticos Modernos da Bahia, fizeram-no retornar aos trabalhos.

Outro fato foi o julgamento do artista plástico Francisco Liberato. Simplesmente porque Liberato fez um quadro colocando o rosto de Che Guevara no lugar de Jesus

Cristo na pintura conhecida como “Coração de Jesus”, isso custou ao artista um prolongado e angustiante processo. Eu assisti de madrugada o julgamento dele, com um camarada todo vestido de preto, um promotor chamado Kleber, que de dedo em riste ameaçava Liberato, numa dramaticidade incrível, diante da família dele, dos amigos. E o Liberato foi absolvido por um voto apenas, escapou dessa.

O caso de Renato da Silveira. Renato da Silveira, um dos mais

importantes artistas plásticos da Bahia, fez um livro fantástico sobre “O Candomblé da Barroquinha”, professor da Escola de Comunicação, um homem absolutamente íntegro, corretíssimo em todos os aspectos, artista de vanguarda desde a década de 60. O seu pioneiro trabalho artístico de realismo mágico e de denúncia política e social reúne obras de inestimável valor estético. Um homem de grande coragem. Foi preso, torturado, ele foi do MR-8, mas não tenho autorização a dar detalhes da sua prisão.

Na época, a ditadura militar encontrou muitos aliados. A Universidade Federal da Bahia fez um próprio movimento de apoio integral à revolução, apoiando Caste-

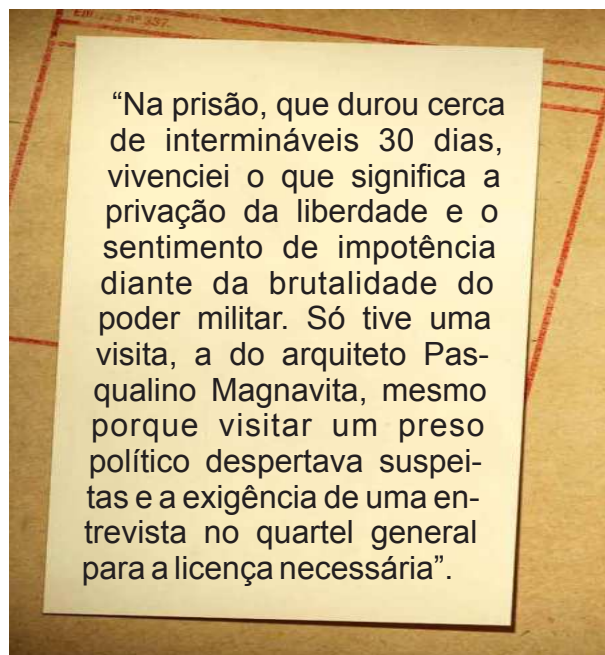
“No dia seguinte à publicação do AI-5, o jornalista do Jornal da Bahia, Anísio Félix, foi à minha procura onde estava sendo realizada a Bienal e, diante de vários artistas, entrevistou-me para que eu declarasse o que achava do referido Ato Institucional. Declarei, como já disse anteriormente, que se tratava de algo inconcebível, monstruoso e um verdadeiro atentado à Democracia. Logo no dia seguinte apareceram dois agentes da Polícia Federal na minha casa...”

lo Branco. Eu presenciei essa solidariedade ao governo militar. E a Universidade tinha agentes infiltrados. Na minha sala tinha um agente, que por sinal se chamava Jesus. Ele foi desmascarado no dia em que perdeu a carteirinha de agente no sanitário.

Eu participei de uma exposição, em 1974, na Galeria Canizares da Escola de Belas Artes, quando coloquei uma maçã com uma vagina no centro. Meus trabalhos sempre foram censurados e muitas vezes pelo seu caráter erótico na busca da desmistificação do sexo considerado pecado pela Igreja Católica, principalmente quando sem compromisso com a procriação. A diretora da escola comunicou-me que a Polícia Federal tinha visto a escultura e proibido a sua exposição por considerá-la indecorosa, indecente.

Querendo proibir a presença da escultura na exposição e insensível aos meus protestos, a diretora designou uma comissão para avaliar a procedência da acusação da Polícia Federal. Esta comissão era composta dos professores Romano Gallefi e Antonio Pinho. A comissão concordou com a Polícia Federal, concluindo que o meu trabalho era imoral, um atentado ao pudor e que não deveria ser exposto. Retruquei que se tratava de um trabalho hiper realista e que a imoralidade estava na mente e no preconceito dos seus julgadores. Recusados os meus argumentos e a exposição da obra, os outros expositores retiraram os seus trabalhos e não houve a exposição. O fato é que a Universidade estava contaminada de agentes da Polícia Federal e as delações eram constantes. Eu mesmo fui vítima de muitas. Coisas desse tipo aconteceram em muitos espaços do Brasil e em muitas partes da Bahia.

Nesse meu texto que entreguei, faço algumas considerações sobre o início dessa revolução cultural que sofreu a Bahia a partir da década de 40, com uma plêiade de intelectuais de incrível competência, isso principalmente ligado ao foco da Universidade, dirigida pelo reitor Edgar



Santos, que foi um dos maiores reitores que esta Universidade já teve. Faço essa análise a partir da década de 40 e até as vésperas da revolução, revolução, não, perdão, do golpe militar.

E falo também sobre a saída grosseira, absolutamente inconsequente, de Lina Bo Bardi da Bahia. Lina Bardi trouxe muita luz para a Bahia. Foi professora da Escola de Belas Artes, em 1958, por indicação do arquiteto Diógenes Rebouças, um dos mais importantes arquitetos da Bahia, e o endosso do pintor e diretor Mendonça Filho, que apoiava essas inovações pedagógicas na escola, controlando os seus colegas da arte acadêmica e, como era muito amigo de Edgar Santos, conseguiu muita coisa, inclusive mudar todo o quadro docente da Escola de Belas Artes com os melhores artistas e profissionais do Brasil. Essa reviravolta na escola, de um conceito acadêmico para uma escola de vanguarda, foi feita através de Mendonça Filho com o apoio de Edgar Santos.

Lina Bo Bardi veio para ensinar Filosofia e Teoria da Arquitetura na Escola de Belas Artes. Arquitetura era um dos cursos de Belas Artes, eu não gosto muito de lembrar isso, não, porque, ao contrário de outros países, o arquiteto aqui preferiu a

arte tecnológica, que é mais “abençoada” do ponto de vista dos recursos. Em outros países, o cara tem o orgulho de dizer que arquitetura é arte. Bom, a vinda de Lina Bo Bardi foi extraordinária para a Bahia. Ela foi diretora do Museu de Arte Moderna, quando fez um trabalho excelente. Em completo desacordo com uma exposição organizada pelo Exército à sua revelia, nas dependências do Museu de Arte Moderna, a arquiteta Lina Bo Bardi demitiu-se, finalizando a sua prodigiosa estadia entre nós, o que significou uma perda lamentável para a vida cultural da Bahia.

Eu considero a segunda geração de artistas baianos, todos advindos da Escola de Belas Artes, como sendo responsável pela internacionalização da arte moderna na Bahia. Com a Bienal e com o trabalho dessa segunda geração, nós trouxemos para a Bahia toda a arte de vanguarda do Brasil. A Bienal foi o maior acontecimento artístico ocorrido na Bahia. Eu faço um relato sucinto da Bienal e aqui tem um catatau enorme (exibe o texto que está anexo) que vou deixar para vocês. Tudo o que presenciei está anotado aqui, em detalhes, e deixo um resumo também. Espero que seja útil para alguma coisa.

Pelo adiantado da hora, digo apenas que a Bienal trouxe para a Bahia, em 1966, todos os principais críticos e artistas do Brasil. De repente, transformamos a Bahia numa meca das artes plásticas brasileiras, toda a convergência desse setor para a Bahia. Nós fizemos a primeira Bienal Nacional de Artes Plásticas por acaso, porque Riolan Coutinho era irmão de Alaor Coutinho, que era secretário de Educação. Alaor virou pra ele e disse: “Riolan, você vai ter uma boa oportunidade”, porque a Bahia tem esse grupo modernista, que era Mário Cravo, Carlos Bastos, Genaro de Carvalho

e Jenner Augusto. Esses artistas tinham toda uma estrutura de sobrevivência econômica, política, social, porque eram ligados ao governo e ainda mais com o beneplácito e o apoio de Jorge Amado. Os demais artistas eram emergentes e precisavam de uma oportunidade. E justamente era esta a ideia da Bienal, um evento de âmbito nacional. “Mas quem vai fazer essa Bienal?”, perguntou Alaor Coutinho. “Vamos fazer eu, o Juarez Para-

íso e os amigos que nós temos”, disse Riolan. “Mas vocês são dois artistas emergentes, dois jovens sem nenhuma experiência, como vão fazer isso?”, disse Alaor. “Vamos fazer com coragem, vontade e inteligência”, disse Riolan. Pela nossa inexperiência, buscamos os homens mais experientes, mais inteligentes do que nós. Tivemos o apoio do Clari-val do Prado Valadares. Toda a turma de vanguarda do Rio estava apoiando. E buscamos

constituir uma comissão com pessoas da maior competência no âmbito das artes plásticas no país. E fizemos uma Bienal com milhares de artistas, centenas de intelectuais e entusiastas. E fizemos essa Bienal pela primeira vez com grande sucesso, com a participação dos grandes artistas brasileiros, como Lígia Clark e Rubens Gerchmann. Um dos fatos mais relevantes na seleção dos artistas baianos para a Bienal foi a aprovação de todos os gravadores inscritos, despertando a admiração de Harry Laus e Mário Schemberg, principalmente pela unidade das gravuras apresentadas.

Para a realização da segunda Bienal, tivemos um mar de dificuldades. A Bahia tinha um feudo cultural, com os artistas ligados a Odorico Tavares. E esses artistas não queriam perder o seu mercado.

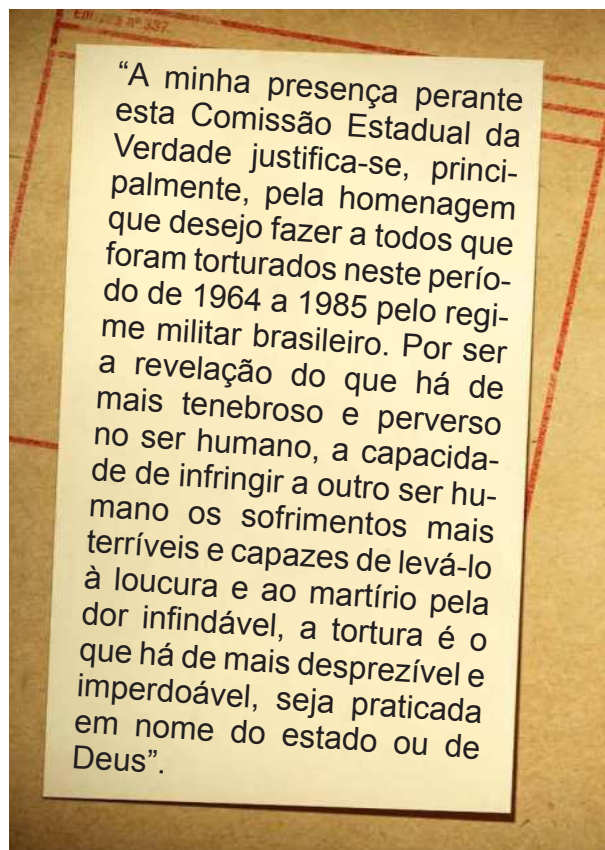
“Quando fui preso já estava com uma fratura no dedo indicador e devido a fortes dores fui escoltado com soldados armados para ser medicado no COT da Avenida Joana Angélica. Fui forçado a tirar a barba, porque barba era sinônimo de subversão”.

E a Bienal foi isso, foi uma oposição a esse feudo, com uma outra percepção artística na Bahia. Fizemos vários cursos de arte aqui, formamos vários pintores.

Quando chegou o AI-5, o sonho acabou. Porque as restrições foram tanto da ditadura quanto dos artistas alinhados à direita. E no Diário de Notícias saiu uma página contra a Bienal na Bahia. A nossa ideia era trazer para a Bahia a importância que ela merecia. A Bahia só era conhecida pelo seu folclore, o azeite de dendê, porque o que se fazia aqui era explorar o candomblé, a cultura popular, se esquecendo de que o mundo das artes era muito maior. É por isso que eu digo que a segunda geração de artistas plásticos, advindos da Universidade, tinha uma outra cabeça, outra visão da cultura, e fez essa internacionalização da arte moderna. Isso contrariou muita gente.

Nossa busca não era de mercado, nossa busca era de divulgar culturalmente as artes plásticas, com exposições, feiras de arte, palestras nas escolas secundárias. Estávamos fora dessa luta de mercado. A Bienal queria isso: dar a todos essa visão geral do que se faz no Brasil e do que se faz no mundo. Pois bem, acabou a Bienal. Luiz Viana fez a sua autocensura, com medo da repressão militar, fez o decreto suspendendo. Já são 45 anos. Acabou. Agora tá se falando na terceira Bienal. Acho ótimo, concordei plenamente. Querem fazer a terceira Bienal como continuidade da segunda, no sentido de dar a todos nós uma recompensa, uma recuperação da memória.

Por último, eu falo sobre Roland Schaffner e falo muito bem. Foi uma abertura que nós tivemos no Instituto Cultural Brasil-Alemanha, o ICBA, uma área de trabalho que ele nos ofereceu. Aí falo muito do que ele ofereceu à Bahia em todas as artes. Falo de Dulce Aquino, de Ernst Widmer, em todos que contaram com o ombro do amigo forte. O ICBA, por ser território alemão, era mais ou menos res-



peitado pela Polícia Federal. Está tudo aqui (mostra o documento que entregou à Comissão da Verdade), tudo que eu falei sobre Schaffner.

Agora, uma coisa que eu não posso realmente deixar de falar, é o mínimo que eu poderia dizer. Tortura nunca mais. A minha presença perante esta Comissão Estadual da Verdade justifica-se, principalmente, pela homenagem que desejo fazer a todos que foram torturados neste período de 1964 a 1985 pelo regime militar brasileiro. Por ser a revelação do que há de mais tenebroso e perverso no ser humano, a capacidade de infringir a outro ser humano os sofrimentos mais terríveis e capazes de levá-lo à loucura e ao martírio pela dor infindável, a tortura é o que há de mais desprezível e imperdoável, seja praticada em nome do estado ou de deus. “Brasil Nunca Mais”, esse livro devia ser distribuído para todos os brasileiros. Tortura Nunca Mais.

Joviniano Neto – Juarez, contribuindo para a construção da história da Bahia, já

entregou, inclusive, um texto que vai ser incorporado a esse trabalho. Agora, uma questão: você falou que nos interrogatórios queriam atingir Luiz Viana e Navarro de Brito. Eles perguntavam o quê, como é que eles apresentavam esse tipo de questão?

Juarez Paraíso – Eu realmente não posso repetir os termos com os quais eles se referiam a Luiz Viana, Navarro de Brito e Luiz Henrique. Não citavam realmente referências lógicas, apenas perguntavam com nomes feios se referindo a eles, com ênfase: são comunistas, "papapá e popopô", entendeu? "Você está preso porque você é pobre, entendeu?" Eles são isso e aquilo e aí vem uma carreada de nomes feios. Se você quiser ser solto, você tem que realmente aqui assinar que a proposta era subversão, que a Bienal foi feita com esse intuito, seria uma das ferramentas desses fulanos de tais, aí vinha os nomes feios novamente, entende? "Se você quiser ir pra casa, você diga logo".

Evidentemente, jamais emiti qualquer palavra concordando com eles. "Mas você tem que falar, olha aqui, um deles mesmo veio aqui", aí veio um gravador, aí eu tive que ouvir aquilo e engolir porque realmente havia um camarada dizendo que eu era o culpado do que estava acontecendo, porque eu tive ordem do governo de retirar os quadros considerados subversivos. Eram apenas dez entre mil e tantos quadros. Eu disse: "tudo bem, vamos tirar!" "A Bienal não será aberta se você não tirar". No dia botei todos os quadros. Eu tive colegas, inclusive, que até hoje eu não sei o porquê, chegaram pra mim e falaram: "você sabe o que você está fazendo? Você sabe qual é a consequência que vai ter?" Eu digo: olha rapaz, eu imagino que sim e aconteceu realmente.

Joviniano Neto - Você falou que a Bienal foi reaberta sob a responsabilidade do professor Remy de Souza, mas se a Bienal estava fechada com o decreto suspenso, como é que ficou?

Juarez Paraíso - Exatamente, ficou aberta e fechada, aberta e fechada. Quando eu fui preso, o professor Riolan Coutinho foi a Navarro de Brito e disse: "é incongruente, é incoerente, o professor Juarez está preso, o professor Luiz Henrique, e a Bienal está aberta". Aí o Navarro falou que realmente a ideia era prendê-los. Ele e o governador e tal, entrou mais ou menos num quadro de temor, não é? E de autocensura, e de noite, com o governador, ele teve o acordo de fechar a Bienal, aí fechou.

Joviniano Neto - E Remy apareceu como nessa história?

Juarez Paraíso - Depois da pressão dos intelectuais, dos artistas, de muita gente, abriram já com Remy de Souza. Remy é aliado à direita, não é? Todo mundo sabe disso e aí a Bienal foi aberta com Remy de Souza e logo depois que terminou o prazo da Bienal, o governador fez um decreto suspendendo, acabou!

Joviniano Neto - Certo, bom, outra coisa, só um registro: ele colocou aqui que foi visitado por Pasqualino Magnavita, que para nossa alegria continua vivo, atuante, é do Grupo Tortura Nunca Mais e foi, inclusive, o responsável pela elaboração do projeto arquitetônico básico do que deverá ser o memorial da resistência Carlos Marighella, que o governador do Estado se comprometeu e espero que aconteça, se comprometeu a instalar no Pelourinho para contar a história de toda a resistência política na Bahia.

"No auge das manifestações estudantis, os cavalos perseguindo estudantes, as bolas de gude, as correrias, o Riolan, passando ali pela Praça Castro Alves, se misturou com uma passeata de estudantes, foi preso, levado para o Quartel dos Aflitos, espancado a noite toda e no outro dia jogado na porta do cemitério do Campo Santo. Ele pediu demissão da comissão da Bienal".

Juarez Paraíso - Eu só queria dizer que Pasqualino Magnavita - eu sou muito amigo de Pasqualino - mas independente disso é um dos homens mais íntegros que eu conheço. De uma dignidade incrível. É um dos intelectuais que mais produz aqui na Bahia e politicamente é um dos mais coerentes. É como aqui o nosso amigo Luiz e tantos outros.

Joviniano Neto - Bom, a comissão contra a exposição foi em 74...

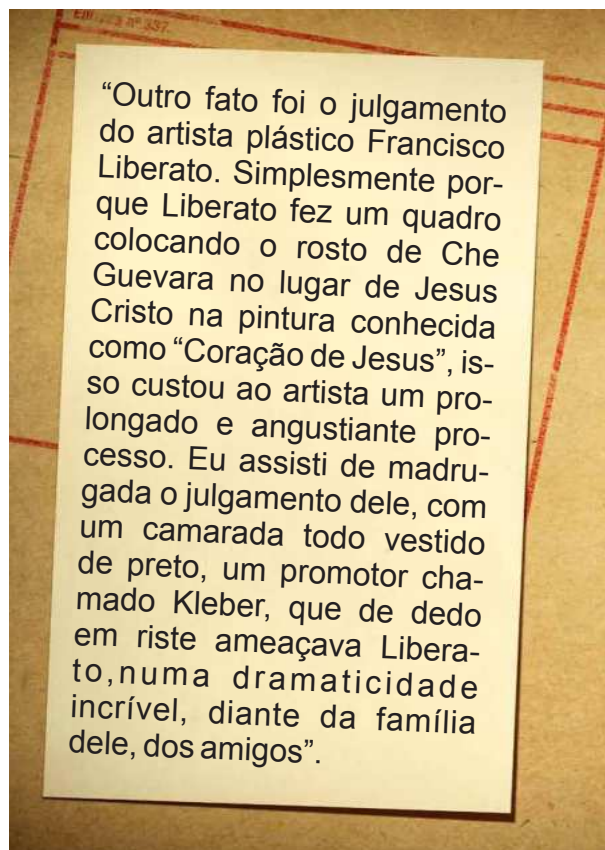
Juarez Paraíso - O que vai ser fácil identificar quem era a diretora.

Joviniano Neto - Quem era a diretora?

Juarez Paraíso - Eu não digo o nome dela, não.

Joviniano Neto - No texto está detalhado a data e os componentes. Bom, não ficou muito claro, Juarez, a questão do fechamento, porque está claro que o governador num determinado momento suspendeu. Mas está claro também que foram obras apreendidas, que foram dirigentes presos, que teve funcionário dizendo pra retirar obras consideradas subversivas. Então haveria uma pressão tanto dos militares da linha dura, quanto alguns aliados à direita. No final há uma outra questão que você colocou muito claramente aqui é a reação não só dos apoiadores à ditadura, mas também ao setor da elite cultural e local, de pessoas que se aproveitaram e se beneficiaram do regime. Pessoas que tiraram partido do regime.

Juarez Paraíso - Todos os meios de comunicação de massa, inclusive a Globo, eram a favor da ditadura militar, apoiaram o golpe militar, todos! Depois é que pediram perdão, a Globo agora que reconheceu que



não foi...(interrompido).

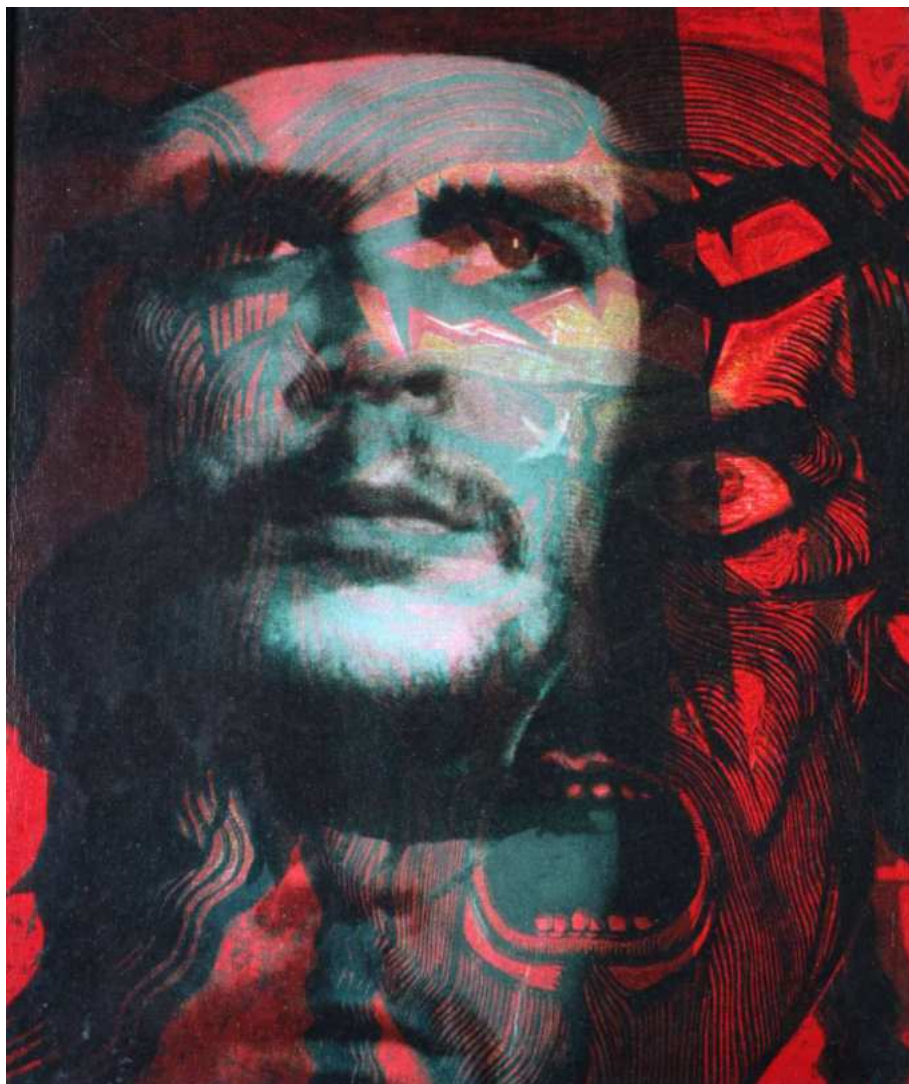
Joviniano Neto - Na verdade, é por esse tipo de reação que nós costumamos dizer que as palavras da ditadura, não é só a ditadura militar, é uma ditadura civil-militar.

Juarez Paraíso - Haja vista a procissão que se teve aqui, com o padre Patrick Peyton. A adesão que se teve à ditadura no Rio de Janeiro, aquelas passeatas dos católicos, do Brasil religioso, porque como diziam naquela época: comia ainda criancinha e enforcava todos os padres. (risos.)

Joviniano Neto - Com isso nós agradecemos a Juarez, que completou com habilidade e arte a construção, na manhã, da história da Bahia e do Brasil. Muito obrigado.

Depoimento de Juarez Paraiso sobre a sua prisão e outros acontecimentos na área das artes plásticas da Bahia durante o governo militar, 1964 - 1985.

O documento a seguir foi entregue por escrito à CEV-BA. As obras que ilustram o depoimento foram fotografadas por Haroldo Abrantes, no atelier de Juarez Paraiso.



1 - Interrupção do movimento cultural baiano pela ditadura militar de 1964 - 1985.

A Escola de Belas Artes não participou diretamente da grande revolução modernista da Bahia da década de 1950, quando surge uma nova geração de artistas e intelectuais da estirpe de Milton Santos, Pierre Verger, Walter da Silveira, Vivaldo Costa Lima, Agostinho da Silva, Mario Cravo Jr. Carlos Bastos, Genaro de Carvalho, Rubem Valentim, Koellreutter, Ernest Widmer, Smetak, Yanka Rudzka, dentre outros. Nesta época tornou-se notável a presença do magnífico Reitor Edgar Santos, criando os seminários de música em 1954, com Hans Joachim Koellreutter, a escola de dança com Yanka Rudzka e a escola de teatro com Martim

Gonçalves em 1956. Mas também na década de 1960 foi fundamental a contribuição de Edgar Santos para as transformações que iriam ocorrer na EBA, pois dando continuidade ao pioneirismo modernista de Maria Célia Calmon, foram realizados de 1948 a 1962, na gestão de Mendonça Filho, novos concursos e contratações para a admissão de importantes artistas modernos como professores. Edgar Santos, que foi Reitor de 1946 a 1962, até material de artes plásticas mandou importar da França para a Escola, apoiou e referendou a presença de artistas como Mário Cravo Jr., João José Rescála do modernista Núcleo Bernadelli, Jacyra de Carvalho Oswald, Henrique Oswald, Karl Hans Hansen, Adam Firnekaes. Reforçando mais ainda esse

grupo modernista inicial, destacou-se a presença de Clarival do Prado Valladares, Lina Bo Bardi, Diógenes Rebouças e Bina Fonyat. A partir deste período formou-se na escola uma nova mentalidade artística e pedagógica com os artistas professores Riolan Coutinho, Zélia Maria, Jacyra Oswald, Henrique Oswald, Juarez Paraiso, Giselia Figueiredo, Adele Salgado Góes, Mercedes Kruschewsky, Augusto Bandeira, Udo Knoff, dentre outros. Grande parte da segunda geração de artistas modernos da Bahia são oriundos da Escola de Belas Artes. Aos artistas professores já citados, acrescente-se Yeda Maria Oliveira, Manoel Araújo, Edison Benício da Luz, Gley Melo, Marlene Cardoso, José Maria de Souza, Hilda Oliveira, Edizio Coelho, Elizabeth Rhoters, Liana Bloise, Sante Scaldaferrì, Edsolêda Santos, Jamison Pedra, Vera Lima, Gilberto Oliveira, Sônia Castro, Ângelo Roberto. Com liderança da Escola, esta segunda geração de artistas modernos foi um dos grandes responsáveis pela internacionalização da arte moderna na Bahia, através de debates, palestras, revistas, exposições individuais e coletivas, exposições itinerantes, painéis didáticos, feiras de arte, etc. Através dos seus artistas e professores, a presença da EBA foi constante em todas as atividades de renovação e criação na área das artes plásticas da Bahia na década de 1960 com destaque para a Revista da Bahia, da Galeria Convivium e da Bienal Nacional de Artes Plásticas da Bahia (Bienal da Bahia).

2 - A saída de Lina Bo Bardi do Museu de Arte Moderna da Bahia.

Do ponto de vista cultural, a década de 1960 tem início com a inauguração do Museu de Arte Moderna da Bahia e termina com a realização da II Bienal Nacional de Artes Plásticas. Criado e dirigido pela arquiteta Lina Bo Bardi até 1964, quando teve que sair de Salvador, o Museu de Arte Moderna da Bahia foi de extraordinária importância para o crescimento dos artistas baianos, pelas 27 exposições realizadas, nacionais e internacionais, mas principalmente pelo apoio concedido aos artistas jovens. Com o seu peculiar talento,

Lina Bo Bardi restaurou o Solar do Unhão e construiu uma escada que se tornou antológica pelo seu design e encaixes no sistema dos carros de boi. Lina Bo Bardi deixou para a Bahia um notável legado de realizações. Inaugurado em 6 de janeiro de 1960, no foyer do Teatro Castro Alves, o Museu de Arte Moderna da Bahia viria a ter a sua sede definitiva em 1963 no Conjunto Arquitetônico do Solar do Unhão, juntamente com a inauguração do Museu de Arte Popular, extraordinário empreendimento de Lina Bo Bardi. Nesta inauguração, as duas exposições, Artistas do Nordeste e Civilização do Nordeste, explicitavam os conceitos de Lina Bo Bardi pela interação entre arte erudita e arte popular e uma forte referência cultural nordestina. Por indicação do arquiteto Diógenes Rebouças e aceitação do pintor e diretor Mendonça Filho, a contratação de Lina Bo Bardi para ensinar Filosofia da Arquitetura na Escola de Belas Artes da UFBA foi um acontecimento extraordinário.

Em completo desacordo com uma exposição organizada pelo Exército à sua revelia, nas dependências do Museu de Arte Moderna, a arquiteta Lina Bo Bardi demitiu-se, finalizando a sua prodigiosa estadia entre nós, o que significou uma perda irreparável.

3 - A importância da Bienal da Bahia e o seu fechamento.

A Bienal Nacional de Artes Plásticas, ou simplesmente Bienal da Bahia como ficou conhecida, foi concebida pelo professor Alaor Coutinho, Secretário de Educação e Cultura do Governo de Lomanto Júnior, constituindo-se em um dos mais importantes acontecimentos culturais de Salvador, um marco para a década de 1960. No quadro dramático de isolamento cultural em que se encontram as diversas regiões do país, o Norte, o Nordeste, o extremo Sul e o centro, sempre dependentes do Rio de Janeiro e São Paulo, as Bienais da Bahia foram exemplos de redução do problema, fornecendo para os artistas principalmente do Norte e Nordeste uma visão excepcional do que

“Eu participei de uma exposição, em 1974, na Galeria Canizares da Escola de Belas Artes, quando coloquei uma maçã com uma vagina no centro. Meus trabalhos sempre foram censurados e muitas vezes pelo seu caráter erótico na busca da desmistificação do sexo considerado pecado pela Igreja Católica, principalmente quando sem compromisso com a procriação. A diretora da escola comunicou-me que a Polícia Federal tinha visto a escultura e proibido a sua exposição por considerá-la indecorosa, indecente”.



estava sendo produzido no Brasil, destacadamente nos setores de vanguarda das Artes Plásticas.

Logo após a inauguração da I Bienal da Bahia, Frederico Moraes, crítico de Arte do Diário de Notícias da Guanabara, declarava que “A I Bienal Nacional de Artes Plásticas promoverá, fundamentalmente, a síntese entre a cultura artística do Norte e Sul do Brasil entre o folclore rural e urbano, desregionalizando e desfolclorizando a arte brasileira sediada na Bahia, que a meu ver, folcloriza em demasia restringindo a sua arte.” (1)

Estiveram presentes na I BNAP os estados da Bahia, Ceará, Guanabara, São Paulo, Amazonas, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Brasília, Estado do Rio, Goiás, Paraíba, Santa Catarina e Sergipe, com um total de 2653 obras de arte de 683 artistas selecionados por uma média de cortes correspondente a 71%.

Enfatizando a consagração de artistas de grande importância crítica e histórica, as Bienais da Bahia cumpriram a sua função pedagógica junto ao grande público, tanto quanto ofereceram uma excelente oportunidade de estudo aos especialistas de Artes Plásticas. Revelou novos valores, consagrando artistas emergentes. Transformou Salvador na capital artística do país e foi o único acontecimento artístico - cultural capaz de quebrar a hegemonia do eixo Rio - São Paulo que tanto tem desequilibrado o desenvolvimento dos demais estados do Brasil. Salão Nacional de Belas Artes, (atualmente de Artes Plásticas) nunca foi nacional, confinando-se aos interesses dos estados do Sul.

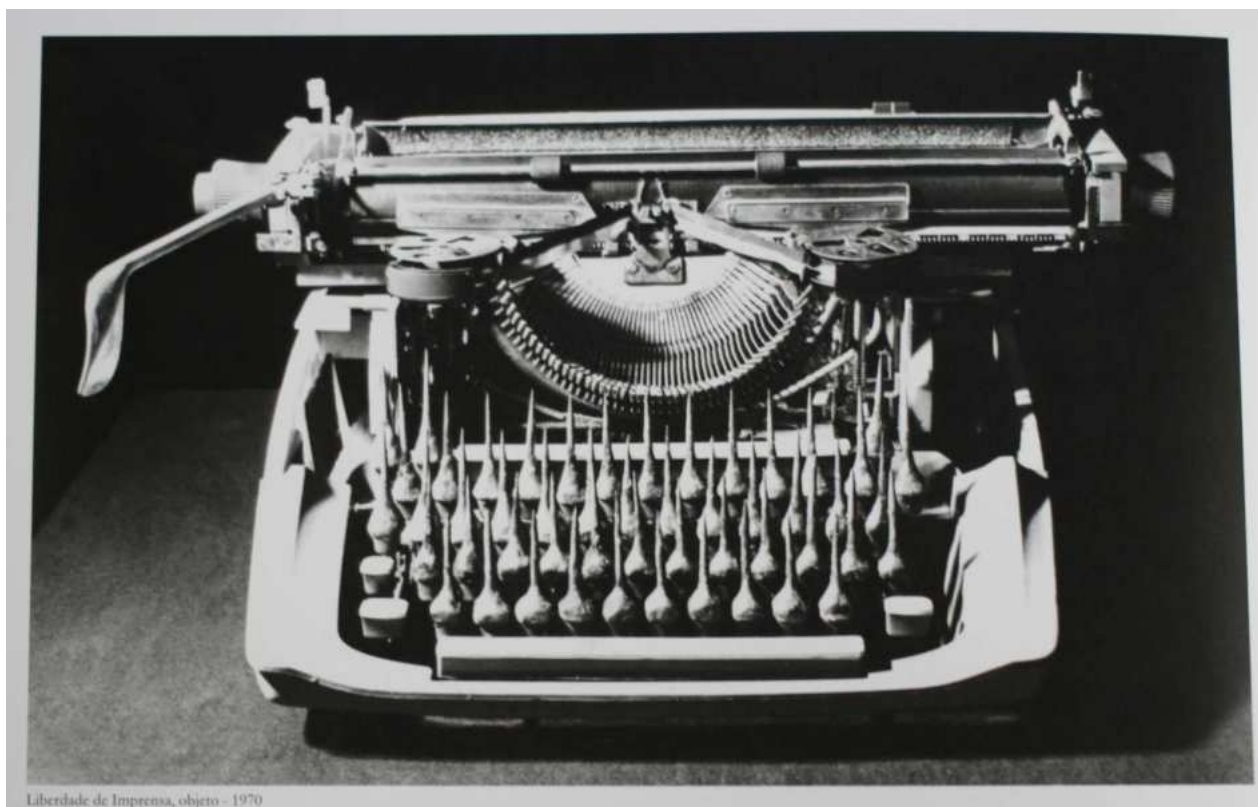
Harry Laus, crítico de Artes Plásticas do Jornal do Brasil, sintetizou muito bem a importância da Bienal de Artes Plásticas quando declarou que "Tendo perdido sua posição de capital política do Brasil, a Bahia assume o lugar de Capital das Artes, pela realização da I Bienal Nacional de Artes

Plásticas. Com efeito, a Bienal Baiana é a maior exposição de arte brasileira jamais realizada no país, mesmo considerando a Bienal de São Paulo, cuja indiscutível importância prende-se muito mais às representações estrangeiras. A Bahia conseguiu reunir 162 obras de 79 artistas de São Paulo, 234 trabalhos de 98 autores da Guanabara, 221 obras de 109 artistas baianos, mais 138 criações de 60 artistas dos demais Estados, num total de 756 obras de arte de 342 artistas de todo o País. Some-se a isto a representação especial de 22 artistas consagrados do Rio, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e da própria Bahia, mais as Salas de homenagens, e teremos um total muito superior a um milheiro de obras que refletem o poder criador do artista brasileiro, dentro das normas de manifestações da arte moderna". (2) A criação da Bienal da Bahia foi tempestiva, preenchendo o vazio entre as Bienais Internacionais de São Paulo, tanto assim que após o reinado solitário de quinze anos de Bienal, somente no ano seguinte à inauguração da Bienal da Bahia Francisco Matarazzo Sobrinho lançou a sua Bienal Nacional e, mais do que evidente, na tentativa de recuperar-se do cochilo e, se possível, anular a Bienal Baiana. Infelizmente, Matarazzo não poderia conformar-se com a inteligência e necessária iniciativa baiana e, muito menos, compreender e aceitar a natural interdependência entre as duas Bienais, contribuindo para um verdadeiro trabalho de integração nacional.

Assumindo o compromisso de organizar e executar a I BNAP, aceitamos um verdadeiro desafio diante da complexidade e amplitude do evento, mas antes de tudo, aceitamos enfrentar uma corrida contra o tempo. A resolução de nº 255, que dispõe sobre a organização da I BNAP, foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação e Cultura, em 2ª discussão, no dia doze de março de 1966. A iniciativa proposta estava fundamentada na lei em vigor que determinava a obrigatoriedade do poder público de amparar e incentivar as

atividades artísticas visando o desenvolvimento cultural. Juntamente com Riolan Coutinho, iniciamos o planejamento da I BNAP, no mês de abril ocupando o cargo de Secretário Geral e Riolan o de 1º Secretário, formamos o "Grupo de Trabalho da Bienal" com Leonardo Alencar (Divulgação), Lúcia Marques (Relações Públicas), Mercedes Rosa (Material da Exposição), Newton Sobral e Humberto Rosa (Transporte e Montagem), contando ainda com Adam Firnekaes como assessor, mas que infelizmente veio logo depois a falecer, interrompendo a sua prestimosa colaboração. A Secretaria Geral teve a sua sede na rua da Graça nº 21, onde funcionava o Conselho de Cultura do Estado da Bahia.

Para alguns era um absurdo a criação de uma Bienal na Bahia e mais ainda quando entregue a dois jovens artistas inexperientes e desconhecidos nacionalmente. Porém o que mais incomodou aqueles que apostaram no fracasso da I BNAP foi sem dúvida o seu grande sucesso, o que não significa que não tenha tido as suas falhas. Antônio Celestino, colecionador e cronista de Artes Plásticas, logo em seguida à inauguração da Bienal declarava que "a primeira Bienal Nacional de Artes Plásticas instalada no Convento do Carmo está realmente fabulosa, dignificando a sedimentação da cultura e das Artes Plásticas da Bahia" (3). Já Theon Spanudis, crítico de arte carioca, manifestou-se dizendo que "a magnífica obra da realização da primeira Bienal de Artes Plásticas em Salvador deve-se à sabedoria e generosidade do Governo baiano e à iniciativa e esforço incansável de dois jovens artistas baianos (aliás muito sérios e de muito boa qualidade) senhores JUAREZ PARAISO e RIOLAN COUTINHO. Sem dúvida o coroamento do Governo Lomanto Júnior, esta Bienal abre amplas perspectivas para o futuro artístico do país. Principalmente os jovens artistas de todas as áreas deste vasto Brasil terão a oportunidade de mostrar seus esforços e receber crítica ou reconhecimento de acordo com seus méritos". (4) visitados por



Liberdade de Imprensa, objeto - 1970

Crítica à censura, da década de 70, obra de Juarez Paraiso.

milhares de pessoas, as Bienais da Bahia foram comentadas e analisadas nacionalmente por dezenas de críticos de arte e centenas de artistas nos mais importantes jornais do País. No entanto, um dos estudos mais completos sobre a I Bienal de Salvador foi de autoria de Maria Eugênia Franco, publicado no Estado de São Paulo, em três longos capítulos (21/04, 06/05 e 13/05 de 1967).

Trabalhando em regime de três turnos, a equipe de trabalho da Bienal desenvolveu um esforço contínuo e incansável. Representávamos a Segunda geração de artistas modernos da Bahia e a realização das Bienais significava a culminância de um trabalho que já tinha sido iniciado desde o início da década, no natural processo de consolidação e reconhecimento da crítica especializada e do público. Na sua maioria, os artistas da década de 1960 eram oriundos da Escola de Belas Artes que se renovava e abandonava a tradição

acadêmica de mais de 90 anos. São artistas que optaram por um trabalho mais coletivo e didático e as suas realizações mais marcantes convergiam para uma maior expansão da Arte Moderna e pelo crescimento do número de artistas, o que bem comprovam a Revista da Bahia, a Galeria Convivium, a Associação dos Artistas Plásticos Modernos da Bahia, as Feiras de Arte Moderna em Praça Pública, os cursos, palestras, debates, simpósios e encontros da época. A força e a unidade da geração de artistas da década de 1960 puderam ser devidamente comprovadas com a exposição que a museóloga Sra. Silvia Athaide organizou recentemente para o Núcleo de Arte do DESENBANCO, sem dúvida, uma das mais significativas já realizadas em Salvador, pela quantidade de artistas, pela diversidade de técnicas, pela unidade dos trabalhos e pelo seu conteúdo estético, embora não ter sido feito sequer um registro sobre esta exposição, nem catálogo, livro, ou coisa alguma,

enquanto, em contrapartida, todos sabem que dentre outros objetivos, o NÚCLEO de Arte do DESENBANCO foi principalmente projetado para abrigar e consagrar a memória dos primeiros artistas modernos da Bahia.

Na época das Bienais da Bahia, existia em Salvador uma espécie de feudo cultural assentado nos Diários Associados e não foi por menos que a Presidência de Honra da I B NAP foi concedida a ASSIS CHATEAUBRIAND. E embora a ideia da Bienal tenha partido de uma área do Governo, de uma decisão política governamental, a sua organização e execução não dependeram de nenhum sistema de poder e dominação existente em Salvador, daí ser fácil deduzir o porquê das inúmeras dificuldades enfrentadas para a sua consecução. Também é necessário entender a realização e o fechamento da Bienal em função do contexto cultural e político dos anos 60. As conquistas culturais da época favoreceram o seu afloramento, tanto quanto a repressão da censura do governo militar o seu sepultamento. Os anos 60 representaram uma espécie de anos dourados, embora também de pesadelo, pelo menos para o terceiro mundo. Eram tempos de happenings, da pop art, da inauguração de Brasília, do psicodelismo, do LSD, das comunicações por satélites, do 1º vôo tripulado, da viagem à luz, dos discos voadores, do cinema novo, da copa do Chile, da Palma de Ouro em Cannes, da bossa nova, do Santos e de Pelé, de Roberto Carlos, dos Beatles, de Glauber Rocha, de Chico Buarque, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, do Tropicalismo, da Nova Objetividade Brasileira, da pílula anticoncepcional e da mini-saia, de Marshall McLuhan descobrindo que o mundo estava menor. Mas também eram tempos da guerra fria e ameaças da 3ª guerra mundial, do Muro de Berlim, do assassinato de Kennedy, Martin Luther King, Che Guevara, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, da extinção da UNE, da criação dos Atos Institucionais, da censura e da repressão violenta, da Guerra

do Vietnã, da revolta dos estudantes de Paris, da invasão da Tchecoslováquia, do fechamento do Congresso, do esquadrão da morte, da fome e da guerra de Biafra, da renúncia de Jânio Quadros e da deposição de João Goulart. E muito mais. Revolucionando o cinema, Glauber Rocha realiza em 1964 Deus e o Diabo na Terra do Sol e em 1967 Terra em transe. Caetano Veloso e Gilberto Gil lideram a vanguarda nacional na música e tem início o Tropicalismo em 1967. A Bahia brilha no cenário nacional, mas, no entanto, as Artes Plásticas tinham uma tímida participação e o último Salão Baiano de Belas Artes, criado graças a José Valadares e Anísio Teixeira, em 1949, tinha sido realizado em 1956. A nível regional, no entanto, os artistas baianos estavam em ebulição, conhecendo e praticando a internacionalização da Arte Moderna. A Escola de Belas Artes era em grande parte responsável pela formação de novos Artistas Modernos, realizando um notável trabalho na área de Gravura. Um dos fatos mais relevantes na seleção dos artistas baianos para a I B NAP foi a aprovação de todos os gravadores inscritos, despertando a admiração de Harry Laus e Mário Schemberg, principalmente pela unidade das gravuras apresentadas. Muitas eram as galerias existentes na época das Bienais da Bahia, gerando uma heterogênea proliferação de artistas, destacando-se a Galeria da USIS, Galeria dos Novos, Sodré Galeria, Galeria Bahiarte, Le Dome Galeria de Arte. Mas, contribuindo e acelerando a atualização do meio artístico no setor da Arte Moderna, sobressaíam-se duas galerias: a Galeria Querino, que contava com o apoio dos Diários Associados e a Galeria Convivium. Ambas organizaram importantes experiências, mas, no entanto, a Galeria Convivium, de propriedade de Albertoni e Liana Bloisi e por nós dirigida não fazia concessões, não participando da promoção em larga escala de artistas primitivos, característica da época, ou da exploração do folclore baiano como recurso para vender quadros. A Galeria Convivium faliu por dedicar-se principalmente à arte de vanguarda e por promover acontecimentos

Fig. 10 - Arte ambiental do Cine Tupy, visão parcial do teto, das colunas, murais e painéis de espelhos



Exemplar da obra de Juarez Paraiso, instalada em 1968 no hall do antigo Cine Tupy,

não lucrativos, ao contrário, onerosos pela sua complexidade, como a exposição "Tempo Brasileiro em Arte" com artistas que participaram do Grupo Opinião e Proposta 65, seguindo a linha do realismo crítico. Foi a primeira exposição realizada em Salvador situando vários caminhos estilísticos da Nova Figuração, com trabalhos de Gerchmann, Francisco Liberato, Antônio Dias, Adriano D'Aquino, Carlos Vergara, Dilenny Campos, Maria do Carmo Seco, Pedro Escosteguy, Renato Landim, Vera Sansigolo, Roberto Magalhães, Suzana Lôbo e outros. Mas seria injusto não citar a Galeria Bazarte e o Instituto Cultural Brasil - Alemanha neste trabalho de formação e atualização da estrutura artística de Salvador nesta época. A Bazarte com a generosidade do Sr. Castro ajudando a dezenas de jovens artistas como hóspedes de sua Galeria, com a realização de exposições, debates e palestras e o ICBA com o trabalho de Adam

Finnekaes à frente do Curso de Pintura Experimental para leigos. O ICBA viria a ser com a direção de Roland Schaffner o mais importante centro de resistência cultural ao marasmo e à esterilidade imposta pela censura do AI5.

Na área de informação e da comunicação pelos jornais foi muito oportuno a coluna de Artes Plásticas do Jornal A Tarde assinada por Lidia Borja, sempre erudita e requintada, apresentando temas atuais e significativos. Havia também a coluna de Artes Plásticas, quase sempre polêmica, de Newton Sobral no Jornal da Bahia e a coluna de nossa autoria, no Diário de Notícias, onde procuramos acrescentar a informação sobre a arte moderna e os movimentos de vanguarda um cunho mais didático, para melhor esclarecer o grande público. Apenas de caráter informativo releve-se as colunas sociais e Artes & Shows de Carlos Pinto. Em 1967, Petit

substitui Lidia Borja.

Do ponto de vista cultural, a década de 1960 tem início com a inauguração do Museu de Arte Moderna da Bahia e termina com a realização da II Bienal Nacional de Artes Plásticas. Criado e dirigido pela arquiteta Lina Bo Bardi até 1964, quando teve que sair de Salvador, o Museu de Arte Moderna da Bahia foi de extraordinária importância para o crescimento dos artistas baianos, pelas exposições realizadas, mas principalmente pelo apoio concedido aos artistas jovens. O Museu de Arte Moderna da Bahia viria a ter a sua sede definitiva em 1963 no Conjunto Arquitetônico do Solar do Unhão, juntamente com a inauguração do Museu de Arte Popular, extraordinário empreendimento de Lina Bo Bardi. Eventos do porte da Bienal certamente que encontrariam em Salvador, a partir da segunda metade da década de 1960, um contexto propiciatório. Neste ano de realização da I BNAP Agnaldo dos Santos, já falecido, estava sendo consagrado com prêmio Internacional do 1º Festival de Arte Negra realizado em Dakar, Senegal. A Galeria Bazarte estava lançando o seu 3º álbum de gravuras, com Adam Firnekaes, Ângelo Hodick, Eckenberger, Édson da Luz, Edvaldo Souza, Eduardo Reis, Estivalet, Gilberto Oliveira, Gley, Jamison Pedra, Kabá, Sônia Castro, Terciliano Júnior e Tereza. Foram realizadas inúmeras exposições como as de Carlos Bastos, tapeçaria infantil da Escola Parque, gravadores baianos, desenhistas da Bahia, Ivan Serpa, José Assumpção de Souza, Edsolêda Santos (Galeria Convivium), Eraldo, Geraldo Rocha, Fernando Martins, Gilson Ferreira, Sante Scaldaferrri (Galeria Querino), José Bandeira na USIS, Arnaldo Bento na Le Dome Galeria de Arte, Hansen Bahia no ICBA. Inúmeros artistas baianos estavam expondo no sul do País, dentre eles Francisco Liberato, Calasans Neto, Mário Cravo Jr. (Galeria Bonino), Emanuel Araújo, Caribé (Galeria Astreia), Terciliano Jr. (Galeria Vernon), Mario Campello (Galeria Solarium), Manoel do Bonfim (Galeria Montmartre Jorge), Nacif Ganem, Fernando Coelho. No início de setembro os

artistas se reuniram no Instituto de Arquitetos da Bahia para estabelecerem as normas para a criação de um órgão de classe intitulado "Associação dos Artistas Plásticos Modernos da Bahia - ARPLAMN", tendo como comissão de redação do seu anteprojeto Adam Firnekaes, Ligia Milton, Juarez Paraíso, Jorge Costa Pinto, Pasqualino Magnavita e Sante Scaldaferrri. Neste ano, no dia 10 de novembro, foi inaugurada uma exposição em homenagem à memória do Mestre Mendonça Filho, Diretor da Escola de Belas Artes de 1947 a 1961, inaugurando a nova sede da EBA, situada à rua Araujo Pinho, no Canela.

A I Bienal da Bahia contou com o apoio irrestrito de Jorge Amado e de Genaro de Carvalho que em todas as oportunidades manifestaram o seu entusiasmo e solidariedade. Contou também com a expectativa e o incentivo de intelectuais e artistas como Carlos Bastos que se colocando francamente favorável à realização da Bienal declarou: "é uma grata surpresa para mim e creio que para todos os amantes da arte em nossa terra. Para o artista que vive na província é uma ótima oportunidade de entrar em contacto com o que há de novo no resto do mundo. Para o povo em geral, também a realização da Bienal é muito boa, pois enriquecerá os conhecimentos daqueles que gostam da Arte".(5) Reinaldo Eckenberger, um dos mais lúcidos artistas da Bahia deu a sua opinião declarando: "Acho ótima ideia. Poderemos ver o que se faz nos outros Estados, travando conhecimento com grandes nomes da Arte do Brasil".(6)

Para a realização da I BNAP foi destinada uma verba de 200 milhões de cruzeiros a serem aplicados em premiação, montagem, catálogos, divulgação e transporte. Esta verba foi suplementada por outras já existentes e destinadas ao fomento cultural. A Bienal da Bahia foi o único exemplo de uma mostra oficial nacional que se responsabilizou pela onerosa carga de transporte das obras, na remessa e devolução, trazendo alívio para os artistas.

Principalmente pelo pouco tempo disponível para a realização da Bienal, foi montado um esquema de divulgação com auxílio dos principais críticos e jornais de repercussão do País, um concurso nacional de cartaz e um programa local de TV. O cartaz da Bienal foi escolhido no mês de agosto, dentre 190 peças de concorrentes de vários estados do Brasil, por um júri composto por João José Rescala (Diretor da Escola de Belas Artes), Carlos Eduardo Rocha (Diretor do Museu do Estado), Riolan Coutinho e Pasqualino Magnavita. O cartaz vencedor foi de autoria dos baianos Emanuel Araújo e Sônia Castro, tendo sido utilizado na sua concepção o logotipo da Bienal criado pelo fotógrafo e artista gráfico Humberto Aquino Rocha, um dos componentes da Secretaria Geral. A idéia do programa de TV que serviu de apoio para a divulgação da Bienal na Bahia foi bastante interessante, principalmente pelo seu cunho pedagógico, esclarecendo e informando sobre os artistas, técnicos e tendências, através de slides, apresentação ao vivo, textos analíticos etc. Oficialmente a I BNAP estava sob a responsabilidade da Superintendência da Divisão Cultural da Secretaria de Educação Superior e a II BNAP foi promovida pelo Departamento de Educação Superior e da Cultura da SEC, respectivamente dirigidos pelos professores Antônio Loureiro de Souza e Luiz Henrique Dias Tavares, ambos aptos e competentes, e que fizeram um excelente trabalho de base e de apoio.

Iniciando no mês de setembro, o programa era realizado todas as quartas-feiras, às 19h20min, dirigido e produzido por Leonel Nunes, e tinha a nossa supervisão técnica e apresentação. Pela primeira vez foi apresentado um programa de tal porte na televisão baiana inteiramente dedicado às Artes Plásticas.

Desde o início dos nossos trabalhos contamos com a ajuda competente e inestimável do crítico de arte Clarival do Prado Valladares, companheiro de todas as

horas, no aconselhamento preciso e na árdua rotina da organização e execução de um certame do porte de uma Bienal. O seu envolvimento com a Bienal era apaixonado e total, o que deixa transparecer em todas as entrevistas concedidas e no seu esmero em trazer para a Bahia os artistas brasileiros mais significativos e de maior reconhecimento crítico.

A cobertura política e social de um empreendimento tão ousado como a Bienal foi resolvida pelo Prof. Alaor Coutinho escolhendo para o Conselho Consultivo da I BNAP personalidades do meio cultural artístico e econômico do porte de Geraldo Dannemann, Clemente Mariani, Miguel Calmon Sobrinho, Jorge Amado, Odorico Tavares, Jorge Calmon, João José Rescala, Godofredo Filho, Carlos Eduardo da Rocha, Milton Tavares, D. Clemente Nigra, Antônio Celestino e Gumerindo Dórea. No dia 14 de outubro o conselho teve a sua primeira reunião, sob a presidência do Secretário de Educação e Cultura.

Em vista do curto tempo para a preparação da I BNAP o plano concebido pela Secretaria Geral com o assessoramento de Clarival Valladares, discutido e aprovado pelo Prof. Alaor Coutinho, foi baseado no seguinte esquema: 1º) Prestigiar e homenagear os artistas locais já consagrados, Mário Cravo Jr., Carlos Bastos, Genaro de Carvalho, Caribé e Jenner Augusto, pelo seu valor pessoal e pela contribuição histórica na implantação da Arte Moderna na Bahia; 2º) Uma Sala Especial dedicada à Gravura na Bahia e Salas "Hors Concours" como homenagem póstuma a Pancetti, Agnaldo dos Santos, Henrique Oswald, Raimundo Oliveira e Adam Firnekaes; 3º) Salas Especiais para os nomes de maior destaque nacional, pela contribuição individual e criativa, cobrindo várias gerações e tendências, sendo escolhidos Francisco Stockinger, Frans Krajcberg, Ligia Clark, Ivan Serpa, Rubem Valentim, Iberé Camargo (Guanabara), Waldemar Cordeiro, Nicolas Vlavianos, Mirian Chiaverine, Maria Bonomi, Fayga

Ostrower, Marcelo Grasmann (São Paulo); 4º) Artistas concorrentes, tentando inscrições de todos os Estados do Brasil.

O elevado número de Salas Especiais, 23 ao todo, incluindo as homenagens, tinha como objetivo assegurar de antemão uma indiscutível qualidade para a IBNAP, o que naturalmente seria reforçado pela qualidade dos artistas a serem selecionados pelo Júri de Seleção composto por Wilson Rocha, Riolan Coutinho, Henry Laus, Clarival do Prado Valladares e Mario Schenberg. Mário Pedrosa substituiu Henry Laus para a premiação. Diversas são as opiniões concordantes quanto ao acerto deste esquema, como a de Maria Eugênia Franco, crítica de arte do Jornal Estado de São Paulo. "O princípio de organização das Salas Especiais permitiu à crítica especializada o reexame de artistas cuja obra se destaca pelo valor individual. Levou ao Nordeste o conhecimento de alguns aspectos mais criativos de nossa Arte Contemporânea. E ali mostrou tendências estéticas as mais variadas, em seu melhor Índice Nacional de qualidade, o que sem dúvida foi de importante valor cultural e didático." (7) Pertinente à contribuição pedagógica da Bienal, realizamos também um curso de 30 dias consecutivos sobre a Arte Moderna e de vanguarda, sem precedentes na Bahia. O curso visava a formação de Monitores para a IBNAP e funcionou de 16 de novembro a 16 de dezembro, inteiramente gratuito, com 387 alunos. A primeira parte do curso foi dedicada à Arte Moderna e os movimentos de vanguarda da década de 1960, como a Pop-art, a Op-art, a Nova Figuração e a arte cinética. Outra parte versou especificamente sobre o material da Bienal, especialmente as Salas Especiais e "Hors-Concours". As aulas foram tecnicamente muito bem ministradas por Frederico Moraes, Theon Spanudius, Roberto Teixeira Leite e Genaro de Carvalho. O curso funcionou na sede da Associação dos Funcionários Públicos, das 20 às 22 horas, e no seu término foram escolhidos 25 dos melhores alunos para serem contratados

como Monitores da Bienal. Durante dois meses, portanto, o grande público foi devidamente orientado para melhor assimilar e perceber centenas de formas e conteúdos tão diversificados, atenuando o natural impacto e incompreensões. Os monitores escolhidos formaram um grupo aguerrido e de maior competência e sensibilidade, dentre eles Renato da Silveira, Luciano Figueiredo.

Sistematizando a correspondência com centenas de artistas de todo o país, com associações de classe, críticos de arte, jornalistas, jornais e revistas, Escolas de Belas Artes etc., tivemos inúmeros contatos pessoais com as mais importantes personalidades artísticas na área das Artes Plásticas.

Em Salvador, Riolan Coutinho, Mercedes Rosa e eu próprio enfrentamos uma verdadeira maratona junto aos colecionadores para a consecução das homenagens póstumas, o que só foi possível diante da colaboração de todos e do alto seguro feito para as obras de arte. Em 1º de setembro já estava elaborado o plano de viagens para contatos pessoais no Rio de Janeiro, São Paulo, Guanabara e Recife. Neste mesmo mês o Prof. Antônio Loureiro já tinha mantido entendimentos pessoais com os críticos Harry Laus, Antônio Bento, Mário Pedrosa, a jornalista Edila Mangabeira e dezenas de outras pessoas. Viajaram também com o mesmo propósito a Profa. Lúcia Marques e a artista Yeda Maria em colaboração com a Secretaria Geral. A minha viagem com Riolan Coutinho ao Rio de Janeiro e São Paulo foi bastante proveitosa, pelos acertos com a vanguarda jovem, com o grupo ligado a Francisco Liberato, Vergara, Gerchman, Antônio Dias, Roberto Magalhães etc., com os artistas de Salas Especiais como Ligia Clarck, Ivan Serpa, Iberé Camargo e com os críticos mais representativos, como Walmir Ayala, Jaime Maurício, Theon Spanudis, Harry Laus, Mário Pedrosa, Roberto Teixeira Leite, Frederico Moraes, todos receptivos e muito entusiasmados com a ideia da Bienal da Bahia. Na capital

paulista, onde os artistas eram menos calorosos, embora mais profissionais, foram também realizadas dezenas de contatos pessoais, principalmente com Mário Schenberg, cientista e crítica de Arte Maria Bonomi, Lourdes Cedran, Walter Zanini, Ivo Zanini, Nicolas Vlavianos, Mirian Schiaverine, Waldemar Cordeiro e dezenas de jovens artistas.

A primeira seleção deu-se no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, quando tivemos oportunidade de constatar o enorme interesse despertado pela Bienal da Bahia, com a inscrição de 204 artistas com 946 obras, sendo aprovadas 234 de autoria de 98 artistas. Foi feita também uma seleção em São Paulo, no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, registrando-se a inscrição de 183 artistas com 641 obras, aprovadas 162 de 79 concorrentes. Na Bahia, na sede da Secretaria Geral fizemos outra grande seleção, sendo que, independente dos demais estados, somente dos artistas locais registramos 695 trabalhos de 194 artistas, tendo sido aprovadas 221 obras de 109 concorrentes. Ao todo foram inscritas 2.653 obras de 683 artistas, sendo aprovadas 755 obras de 342 concorrentes, uma média, portanto de 71% de corte, o que é bastante sintomático pela excelente qualidade do que foi exposto. Naquela época das Bienais da Bahia Os artistas selecionados mais representativos eram os seguintes: Rio de Janeiro - Rubens Gerchmann, Maurício Salgueiro, Ana Bela Geiger, Antônio Maia, Ivan Freitas, Solange Escosteguy, Vilma Pasqualini, Vera Chaves Barcelos, Newton Cavalcanti, Caio Mourão, Ana Maria Maiolino, Wanda Pimentel, Helena Wong, Adão Pinheiro, Sami Mattar, Montez Magno, Solange Palatnik, Ângelo de Aquino, José Maria de Souza, Regina Vater, Carlos Vergara, Raul Cordula, Maria do Carmo Seco; São Paulo - Efisio Putzolo, Yolanda Mohaly, Lothar Charoux, Kazuo Wakabayashi, Lourdes Cedran, Antônio Henrique Amaral, Ismenia Coaracy, Tikashi Fukushima, Tomie Ohtake, Niobe Xando, Parise Filho, Aldir Mendes de Souza, Tomio Tanaka; Bahia Didi, Walter

Smetak, Mário Cravo Neto, Manuel do Bonfim, Mercedes Kruschewsky, Betty King, Edsolêda Santos, Floriano Teixeira, Humberto Velame, Lenio Braga, Marlene Cardoso, Nacife Ganem, Roberto Mendez y Mendez, Waldeloir Rêgo, Renato Passos, Sante Scaldaferri, Yêda Maria, Francisco Liberato, João José Rescala, Elizabeth Rother, Ângelo Roberto, Ramiro Bernabó, Udo Knoff, Antônio Rebouças, Chico Diabo, Mirabeau Sampaio, Eduardo Reis (Duda), Gilberto Oliveira, Gilson Matos, Adelson do Prado, Carmen Carvalho, Luziades Belford, Cardoso e Silva, Carlos Augusto Bandeira, Célia Azevedo, Domingos Terciliano, Arnaldo Brito, Edson Luz, Marisa Gusmão, Exedito Nogueira Bastos, Fernando Coelho, Reinaldo Eckbenberg, Odete Valente, Geraldo Rocha, Humberto Aquino Rocha, Jamison Prazeres Pedra, Joaquim Pedroso, João Alves, Jorge Costa Pinto, Ligya Milton, Luciano Figuerêdo, Maria Helena Flexor, Rômulo Serrano, Gley, Edvaldo Gato. Na representação de Pernambuco destacavam-se João Câmara Filho, Wellington Virgolino, Tiago S. Amorim, Guita Charifker; no Rio Grande do Sul - Vasco Prado e Henrique Leo Fuhro.

O local inicialmente imaginado pelo Prof. Alaor Coutinho para a realização da I BNAP foi o Instituto Normal da Bahia pelas suas dimensões e disponibilidade nas férias. No entanto, foi dado à Secretaria Geral o privilégio de optar entre aquele e a utilização de um espaço alternativo do Patrimônio Artístico e Histórico de Salvador, como o Convento do Carmo. Não obstante o trabalho de restauração, limpeza e adaptação que deveríamos enfrentar em tão pouco tempo, fascinou a todos a ideia de recuperar uma obra do porte do Convento do Carmo para sede da Bienal, uma jóia do estilo colonial baiano de 1624, independente de ter sido o lugar onde foi assinado o termo de rendição dos Holandeses. Foi realizado um Convênio entre o Governo do Estado e os Carmelitas do Convento do Carmo, ficando assentado, inclusive, para gáudio do seu Diretor, que logo após a I BNAP o acervo do Museu de

Arte do Estado da Bahia iria ser transferido de suas dependências, já completamente deterioradas, para o convento restaurado. Após o excepcional trabalho do arquiteto Pasqualini Magnavita, de dois meses e meio de dedicação em três turnos à frente de 130 operários, o resultado foi aquele extraordinário impacto e admiração que a todos causaram o inusitado contraste entre a inabalável qualidade estética do antigo e a instigante inventiva dos artistas modernos. "Outro aspecto superiormente positivo do planejamento da Bienal baiana é terem sabido os seus organizadores utilizar os fundamentos culturais e arquitetônicos da civilização do Nordeste, situando-a no Convento do Carmo, uma das melhores peças da arquitetura colonial da Bahia. Sua escolha também se explicaria através da sociologia da arte, pois o início das obras do Carmo, pelos anos quinhentos, marca o momento em que nosso País passava do 'estado de natureza' para o 'estado de cultura' como diria Arnold Hauser. O requinte de inteligência e bom gosto, o acerto e a qualidade da montagem da exposição naquele palco excepcional fizeram da Bienal de Salvador cousa ainda mais válida de atração e interesse".(8)

Sob as arcadas do Claustro desfilavam os bichos e os plásticos com água e pedra de Lygia Clark, esculturas de participação e concepção concretista, competindo com o Labirinto de Hélio Oiticica, provocando a admiração de todos, e ainda mais as Salas Especiais de Maria Bonomi, Waldemar Cordeiro, Mirian Chiaverine, Francisco Stockinger, Frans Krajcberge, Ivã Serpa. Ainda em redor do pátio, nas salas interiores, foram montadas as demais Salas Especiais, Marcelo Grasman, Francisco Brennand, Iberê Camargo, Fayga Ostrower e os baianos Jenner Augusto, Carybé, Mário Cravo Jr., Genaro de Carvalho, Carlos Bastos e uma sala reunindo todos os artistas primitivos, Volpi e Milton da Costa, expondo na qualidade de "Hors Concours".

No subsolo todas as homenagens

póstumas e uma sala dedicada à gravura baiana, e nas salas e corredores os artistas concorrentes, distribuídos pelas seções de Pintura, Escultura, objetos, gravura e desenhos. Com a realização das Bienais transferimos também para Salvador as grandes polêmicas entre Rio e São Paulo, as brigas e satisfações entre os concretistas liderados por Mário Pedrosa e os neo-concretistas de Waldemar Cordeiro que publicou na nossa coluna de Artes Plásticas no Diário de Notícias (31.12.66) um longo libelo contra as decisões do Júri. Naturalmente, como era de se esperar, a grande polêmica deu-se com a premiação. Enquanto a maioria exultava pelas premiações obtidas, alguns, insatisfeitos, protestavam contra as decisões do Júri. Krajcberg, num ato de absoluta descortesia para com o povo baiano, que realmente foi o único prejudicado com a sua atitude, dizendo-se traído por Mário Schenberg e principalmente por Mário Pedrosa, retirou os seus trabalhos, 6 gravuras e 7 esculturas, protestando por não ter obtido o grande prêmio da IBNAP de Cr\$ 5 milhões, atribuído a LYGIA CLARK. O prêmio de Cr\$ 2 milhões que o artista recusou, declarando ser humilhante para alguém já premiado internacionalmente, foi imediatamente dividido em 6 de 300 mil e 1 de 200 mil, sete novos prêmios portanto, e distribuídos pelo Júri, dentre outros, com os artistas Lourdes Cedran e Aldair Mendes de Souza (São Paulo), Maristela Tristão e Álvaro Apocalypse (M. Gerais) e Edísio Coelho da Bahia.

Os prêmios Nacionais de Cr\$ 3 milhões cada, foram distribuídos a: Pintura - Lênio Braga (Bahia); Escultura - Eféio Putzulo (S. Paulo); Desenho - João Parisi Filho (S. Paulo) e Gravura - Zoravia Betiol (R. G. do Sul). O prêmio de Cr\$ 3 milhões de Arte Decorativa foi dividido entre a paulista Erika Izsack e o baiano Waldeloir Régio. O prêmio pesquisa também de Cr\$ 3 milhões coube a Rubens Gerchmann, da Guanabara. O grande Prêmio Estadual teve como vencedores Floriano Teixeira e Bety King, com 1 milhão e meio de cruzeiros cada.

Os outros Prêmios Estaduais tiveram como vencedores: Pintura - Eckenberg; Escultura - Mário Cravo Neto; Gravura - Emanuel Araújo; Desenho - Edsolêda Santos; Arte Decorativa - Deoscoredes Maximiano dos Santos. Os prêmios especiais, denominados Prêmios Banco do Estado da Bahia, no valor de Cr\$ 10 milhões tiveram a seguinte distribuição: Rubem Valentim, Cr\$ 4 milhões pela sua contribuição à pintura brasileira; Cr\$ 2 milhões para Hélio Oiticica, pelas pesquisas ambientais; Vlavianos, pela sua reformulação figurativa, Cr\$ 2 milhões. Smetak ganhou um prêmio especial de pesquisa, denominado Norberto Odebrecht, no valor de Cr\$ 1 milhão, pela forma dos seus instrumentos. Foram os seguintes os Prêmios de Aquisição: Banco Nacional de Minas Gerais – Maurício Nogueira; Banco Comercial do Nordeste - João Câmara Filho; Orlando Gomes (2) - Jorge Tavares e Maria Carmen de Queiros Bastos; Orlando Moscoso - José Roberto Aguilar; Banco Nacional de Minas Gerais - Anabela Geiger; Banco Baiano da Produção - Édson Luz; Cia. de Seguros Aliança da Bahia - Francisco Liberato; Comercial da Bahia - Antônio Henrique Amaral; Banco de Administração - Maria Polo; Banco do Comércio da Bahia - Neri Yochimoto; Banco do Estado da Bahia - Maurício Salgueiro; Clemente Mariani - Genaro de Carvalho; Banco Baiano de Produção - Valandro Keating; SESI - Tomie Ohtake; Fernando Goes - Rubem Lodof; Banco da Bahia - Iberê Camargo; Csmel e Ulisses Barbosa Filho - Francisco Brennand; Federação das Indústrias - Stokinger; Banco de Crédito da Bahia - Vicio Decio Gerhard; Banco de Administração - Newton Cavalcanti; Fernando Góes (2) - Sônia Castro e Sérgio Ribeiro.

A inauguração da I Bienal Nacional de Artes Plásticas da Bahia foi um acontecimento sem precedentes na história artístico-cultural de Salvador. Instalada às 19 horas do dia 28 de dezembro de 1966, até 3 horas antes ainda estava sendo ultimada pela Secretaria Geral e operários. Em clima de festa, com a presença da banda militar

discursaram o Secretário da Educação, Prof. Alaor Coutinho, a Sra. Hildete Lomanto, presidente do certame, a Sra. Iolanda Penteado, de São Paulo, o Governador Lomanto Júnior e o embaixador Assis Chateaubriand, presidente de Honra. Compareceram centenas de pessoas, artistas, intelectuais, autoridades civis, religiosas e militares, destacando-se o Núncio Apostólico, D. Sebastião Baggio, o Administrador Apostólico, D. Eugênio Sales, o comandante do II Distrito Naval, o embaixador da Rússia no Brasil, Sr. Serguei Mikhailov, o embaixador do Japão, Sr. Kieuchi Tatsuke, o adido cultural do Japão, Sr. Tadashi Iwase, o adido cultural da França no Brasil Sr. Zavivien, o embaixador da Finlândia, Sr. Eikki Léppo, o príncipe D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, o segundo Secretário da República Popular da Polônia, Sr. Czeslaw Limoni, o Governador da Bahia eleito, Sr. Luiz Viana Filho, o Prefeito Nelson de Oliveira, o Vice-Governador Sr. Orlando Moscozo, Deputados Sacramento Neto, José Carlos Facó, Presidente do Banco Baiano de Desenvolvimento, Sr. Vitor Gradim, Secretário Boris Tabacoff, comandante da VI Região Militar, General Augusto Tinoco, Comandante do IV Exército, General Rafael de Souza Aguiar, comandante do II Distrito Naval, Almirante Ernesto de Mello Júnior, D. Clemente da Silva Nigra, Diretor do Museu de Arte Sacra, Jorge Amado, Flávio Costa, Secretário da Manchete, dezenas de jornalistas do Sul do País e centenas de artistas de Salvador e de outros Estados do Brasil. À noite foi oferecido um coquetel a todos os participantes da exposição no Palácio de Ondina.

A I BNAP foi comentada nos principais jornais do Brasil e milhares de pessoas conheceram, pela primeira vez, obras tão estranhas e diversificadas mas cujo mistério foi desaparecendo, principalmente pela orientação oportuna dos 22 monitores que permaneceram de 28 de dezembro de 1966 a 28 de fevereiro de 1967.

Não obstante as falhas registradas, o saldo

desta I BNAP foi bastante positivo, registrando a importância e historicidade da Bahia no cenário artístico e cultural do País. Representou também para o artista baiano e nordestino um significativo momento de reflexão e atualização de sua linguagem técnica e expressional, uma autêntica opção para a recusa ao folclore e ao regionalismo.

O caminho para a II Bienal Nacional de Artes Plásticas foi penoso e cheio de dúvidas pela mudança de governo, pela morosidade e incertezas das decisões políticas naquele momento de transição. Acreditamos que não obstante as pressões contrárias, pois o usual é não prestigiar iniciativas de governos passados, o governo Luiz Viana Filho foi sensível ao projeto da Bienal da Bahia, a magnitude da I BNAP que teve a oportunidade de conhecer pessoalmente, quando compareceu à sua inauguração. "Não é demais acentuar que esta II Bienal resulta da atenção pessoal do Senhor Governador Luiz Viana Filho, às iniciativas culturais e artísticas da Bahia". Posso dar testemunho do quanto foi com o seu cuidado que se tornou possível a realização desta Bienal. E não somente porque a sua autoridade de Governador garantiu os recursos necessários a uma exposição dessa envergadura e qualidade. Mais que isso, a sua autoridade de Governador se fez presente quando colocaram em dúvida a validade da Bienal".(9) Até a 2ª quinzena de fevereiro de 1968 não se sabia quem iria organizar a II BNAP e foi criada a Pré-Bienal de São Paulo para concorrer com a Bienal Baiana, pelo inconformismo dos responsáveis pela Bienal de São Paulo, por ter a Bahia se intrometido no eixo artístico Rio- São Paulo. Somente no mês de fevereiro de 1968 é que se teve notícias sobre a II Bienal. "A II BNAP já se encontrava em fase de organização e os seus estatutos definidos, segundo informações do Secretário de Educação, Sr. Navarro de Brito, serão por estes dias publicados no Diário Oficial. Reuniões preliminares para composição da equipe que montará a II BNAP estão sendo realizadas, tudo levando a crer que a

iniciativa obterá total êxito, superando a mostra anterior".(10) No mês de março a nossa presença à frente da organização da II BNAP foi confirmada, ficando a sua Diretoria assim constituída: Presidente de Honra, Josué Montello (Presidente do Conselho Nacional de Cultura); Presidente, Navarro de Brito (Secretário de Educação); Vice-Presidente, Godofredo Filho; 1º Secretário Juarez Paraiso (Secretário Geral); 2º Secretário Riolan Coutinho; Assessores: Humberto Aquino Rocha, Marisa Gusmão Fernandes, Newton Sobral; Montagem: Pasqualino Magnavita.

Após marchas e contra-marchas, passo a passo, a II BNAP foi tomando corpo, ainda com dúvidas quanto à sua realização e uma verba restrita de Ncr\$ 200.000,00 (nesta época já cruzeiro novo). O entusiasmo, no entanto, era generalizado, principalmente por parte dos artistas jovens como Solon Barreto. "Acredito na Bienal como um dos acontecimentos artísticos mais importantes do Brasil e, sem dúvida alguma, o mais relevante do Norte do País, considerando-se, principalmente, o que ela significa em incentivo para o jovem artista dessa injustiçada região, sempre tolhida através dos seus incontestáveis valores na Bienal de São Paulo e nos Salões e Galerias do Sul. Além desses aspectos, que considero os mais importantes, deve-se observar também o valor didático, ou melhor de experiência que a BNAP oferece ao artista desligado dos grandes centros. Depois da I Bienal da Bahia sentiu-se entre os nossos artistas um impetuoso avanço em qualidade e atualidade". (11) Em vista dos muitos rumores de sabotagem contra a realização da II BNAP os artistas demonstraram total solidariedade e aprovação. Francisco Liberato que acabava de representar o Brasil na Bienal de Paris e de expor em Edimburgo, na Escócia, em Decca, no Paquistão e na Slovenia, na Iugoslávia, dando apoio integral à II BNAP, oferecendo os seus préstimos para a realização de uma Bienal Independente em Salvador, caso o Governo cedesse à pressão dos que não desejavam a Bienal. "Acredito que tenho

bastante entrosamento com os artistas nacionais e estes colaborarão com o movimento da cultura baiana e faremos aqui neste ano uma grande reunião de artistas Nacionais a qual poderá ter o nome de II Bienal da Bahia, ou no caso II Bienal Nacional de Artes Plásticas.” (12) Luciano Figueiredo e dezenas de outros artistas do seu nível e talento confirmavam o seu apoio e, no mês de março, o pintor paulista Hans Haundenschild, um dos organizadores da exposição Nova Objetividade Brasileira no MAM do Rio em 1967, prometendo a participação de artistas como Nelson Leirner, Flavio Mota, Luiz Gonzaga, Flavio Tozzi, Marcelo Nietche e Samuel Spiegel declarava: “A Bienal Nacional de Artes Plásticas situa a Bahia como o terceiro centro artístico do país, ao tempo em que abre perspectivas para uma análise mais isenta da produção artística nacional, vez que as iniciativas similares do Sul já estão de certo modo viciadas e absorvidas por grupos que limitam o seu raio de ação seletiva”.

Os trabalhos efetivos para a organização e montagem da II BNAP tiveram início com uma reunião na Academia Baiana de Letras, no Terreiro de Jesus, em virtude dos emperramentos burocráticos a que estávamos sujeitos a realização da mostra. Novamente estávamos diante de um prazo curtíssimo para empreendimento tão gigantesco, e no mês de agosto o regulamento da II BNAP estava sendo publicado nos jornais de Salvador.

Aprendemos com as críticas, as opiniões, os longos artigos realizados sobre a I BNAP. Assimilamos as recomendações para se nacionalizar mais ainda a Bienal, eliminando-se os prêmios estaduais. Eliminamos também a Seção de Artes Decorativas, e diminuimos o número de Salas Especiais, incorporando outras de grande importância como a de Arquitetura-comunidade habitação, fotografia e de Arte Popular. A Sala Especial de Artesanato, da Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social, contendo toda a produção artesanal baiana, notadamente a cerâmica de

Maragogipinho e os produtos de couro de Feira de Santana e do Sertão baiano. As Salas Especiais, por modificação do planejamento, não concorriam aos prêmios.

A época das Bienais era de grandes tensões políticas e de constantes repressões policiais. Riolan Coutinho, artista plástico, professor e um dos principais organizadores da I e da II BNAP, no dia 8 de agosto, quando se dirigia a um consultório médico, transitando pela Ladeira de São Bento no momento de uma passeata estudantil, foi preso e espancado posteriormente no Quartel dos Aflitos. Demitiu-se da organização da Bienal sendo que, em solidariedade, seguimos o mesmo exemplo. O desagravo ao Prof. Riolan Coutinho feito pelo Secretário de Educação, Prof. Navarro de Brito e o pronunciamento público de apoio ao colega agredido e de repulsa à atitude policial de autoria da Associação dos Artistas Plásticos Modernos da Bahia e o apelo dos artistas fizeram-no retornar aos trabalhos. No final do mês de agosto repetiu-se o mesmo da I BNAP, viagem para o Sul do País, em busca de acertos para a Seleção no Rio e São Paulo. Nesta altura já estavam definidas as Salas Especiais, não se concretizando, por problemas técnicos, as de Djanira, Guinard, Luís Pisa, Cícero Dias, Teófilo de Jesus e José Joaquim da Rocha, não obstante o grande esforço desenvolvido. Confirmadas e montadas foram as de Antônio Bandeira (Ceará), Ana Letícia, Roberto Magalhães (Guanabara), Fernando Jackson (Paraíba), João Câmara, Gilvan Samico (Pernambuco), Carlos Scliar (R. G. do Sul), Nelson Leirner (São Paulo). A Sala Especial de Fotografia contou com a representação da Bahia, Lázaro Torres, Silvio Roberto, Paulo Guimarães, Anísio de Carvalho, Albérico Motta e Grupo UM de Fotografia (Antônio Carlos Mascarenhas, Armando Corrêa Ribeiro e Jamison Pedra; representação Guanabara Fernando Goldgaber, David Usurpator, Clarival do Prado Valladares, Max Naumberg; representação de São Paulo Herros Capello, João Minharro, Novo

Ângulo Grupo de Fotógrafos (Alberto Juan Martinez, Carlos Antônio Moreira e José dos Reis Filho). Os júris da II BNAP foram os seguintes: Júri de Seleção e Premiação Walter Zanini (São Paulo); Mário Barata (Guanabara); Reginaldo Esteves (Pernambuco), Juarez Paraíso e Genaro de Carvalho, sendo substituído na seleção da Bahia por Riolan Coutinho (Bahia); Júri Especial de Arquitetura, Reginaldo Esteves (Pernambuco); Edgard Graeff (Distrito Federal), Walter Velloso Gordilho, Ary Penna Costa e Pasqualino Romano Magnavita (Bahia); Júri Especial de Fotografia, composto dos baianos Riolan Coutinho, Godofredo Filho, Luiz Júlio Silveira, Carlos Alberto Gaudenzi e José Mário Costa Filho.

No mês de agosto surge um fator complicador quando o diretor do Museu de Arte do Estado da Bahia e também Tesoureiro da II BNAP, recusou a sua realização na sede provisória do Museu, justamente no Convento do Carmo, local completamente restaurado pela I BNAP. Diante da intransigência do Diretor a solução foi novamente enfrentar outra maratona, outra corrida contra o tempo, partindo para recuperar outro monumento histórico e arquitetônico, desta vez o Convento da Lapa, de estética e história tão dignificante quanto o Convento do Carmo. Na verdade o resultado foi positivo, repetindo-se com Pasqualino Magnavita, a mesma "performance" da I BNAP, ganhando a Bahia mais uma restauração para um dos seus inestimáveis monumentos, o Convento de N. S. da Conceição da Lapa, construção do século dezoito, onde tombou transpassada pelas baionetas dos soldados portugueses a Abadessa Madre Joana Angélica de Jesus no dia 20 de fevereiro de 1823. O resultado estético e material destes encontros entre o antigo e o novo já tinha a todos convencido da adoção do princípio de se aproveitar a realização da Bienal para sempre restaurar um monumento arquitetônico do acervo Artístico e Histórico de Salvador, principalmente quando já tínhamos convicção de sua continuidade. "Podemos

ter, portanto, a certeza de que o Governo da II Bienal terá mais empenho para a III Bienal, já desde agora marcada para dezembro de 1970".(13)

A Bienal da Bahia sofreu outro revés com o pronunciamento do escultor Mário Cravo Jr., em carta aberta dirigida ao governador Luiz Viana Filho (publicada no Diário de Notícias de 7.10.68 e em outros jornais) manifestando-se radicalmente contra a Bienal Nacional de Artes Plásticas da Bahia e apresentando sua demissão incondicional do cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura, por não concordar com a realização da Bienal.

Neste ano da II BNAP já se faziam notar as mudanças na produção dos artistas plásticos da Bahia, na modernização da linguagem. Pela primeira vez sentimos a presença de "uma certa consciência de classe" motivada pela recém criada Associação dos Artistas Modernos da Bahia. Os artistas jovens trocavam ideias e se preparavam para a Bienal, sendo as referências maiores Lenio Braga, pelo prêmio da I BNAP com um dos trabalhos que mais chamaram a atenção "Monalisa e Moneyleague" o colecionador de Primitivos e pode-se tocar, Reinaldo Eckenberger como 1º artista pop de Salvador, Luciano Figueirêdo, Carlos Estivalett, Edsolêda Santos, Marlene Cardoso, Liana Bloise com suas experiências de Arte Ambiental e objetos, Jamison Pedra e Renato da Silveira pela pintura que iria apresentar, intitulada O Astronauta, Nobreza Semi-Morta e Nobreza Morta-Viva. Neste ano de II BNAP foi realizada a I Feira Baiana de Arte Moderna, na Piedade, com a participação de 40 artistas, uma exposição coletiva de grande alcance, organizada por nós da ARLAMB e promovida pela Secretaria de Educação, pela SUTURSA e pelo Departamento Cultural da UFBA, então dirigida pelo Prof. Valentim Calderon de La Vara. No MAMB estavam expondo Lauzzier e a Jovem Gravura nacional, no Museu do Estado Gravuras Tchecas, enquanto que no ICBA João José Rescala, Solon Barreto e Liana Bloise como um dos

pioneiros na Arte Ambiental Vivaldo Santos e Onias Camardelli estavam expondo no Panorama Galeria de Arte, Hansenn Bahia lançando o seu álbum Portas e Janelas com texto de Jorge Amado.

A Galeria 114 estava sendo inaugurada (no lugar da Convivium) com 22 artistas, apresentando logo depois fotografias de Lázaro Torres e o 1º happening de Salvador com Francisco Liberato, Juárez Paraiso, Áureo Abílio, Eckenberg, Maria Ângela Di Carlo, Pedro Ivo e outros artistas. Fora da Bahia estavam expondo Carlos Bastos, Mário Cravo Jr., Calasans Neto, Floriano Teixeira, Sante Scaldaferrì, Madalena Rocha, Aurelino Santos, Adilson, Zú Campos, Emanuel Araújo na "Galeria" de Waldemar Szaniecki (S.P.) Eckenberg na Bonino (R.J.). A X Bienal Internacional de São Paulo estava sendo preparada e foi o ano da morte de Herbert Read. A II BNAP teve aprovados nas seções oficiais, 131 concorrentes com 817 trabalhos, 10 na seção de Arquitetura com 12 projetos e contou com 18 fotógrafos, apresentando-se com dezenas de fotos. Nas 11 Salas Especiais desta II BNAP, 12 a menos que a primeira Bienal, registramos 176 trabalhos. Ao todo, portanto, a II BNAP contou com a presença de 27 artistas com 1.005 obras, sem contar com os trabalhos da Sala de Artesanato e Arte Popular, tendo concorrido aos prêmios 141 artistas com 993 obras.

Com apenas 7 prêmios, número bastante reduzido em relação aos 46 prêmios da I BNAP, no dia 19 de dezembro o júri da II BNAP, reunido no Convento da Lapa procedeu da seguinte forma: Prêmio Governo do Estado, no valor de NCr\$ 10.000,00 - Yutaka Toyota (S.P.), pelo melhor conjunto apresentado com votação unânime em função do rigor artesanal das construções pictóricas baseadas em brancos puros e um mínimo de cor; Prêmio de Pesquisa, no valor de NCr\$ 5.000,00 concedido à artista Sulamita Mareines (S.P.); Pintura - Arcângelo Ianelli (S.P.); Gravura - Sônia Castro; Desenho - Abelardo Zaluar (G.Rj); Objeto - Francisco Liberato. Não havendo, por falta de verba,

possibilidades de conceder prêmios de Aquisição o júri, por unanimidade, resolveu conceder Reverências Especiais aos seguintes artistas, por terem merecido destaques: Liana Bloise (BA), Humberto Spíndola (MT), Renato da Silveira (BA), Jardel Oliveira (PE), Lívio Levi (SP), Décio Noviello (MG) e Carmela Gross (SP). Na seção de Arquitetura o júri concedeu, por unanimidade, ao trabalho apresentado pelo arquiteto João Velanova Artigas sobre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, resolvendo também conceder menção honrosa aos trabalhos apresentados pelos arquitetos Joaquim Guedes, Alberto Hoisel Júnior, Guarany de Araripe e Yoshiakira Katsuki.

Segundo Ivo Zanine, crítico da Folha de São Paulo: "Uma síntese do melhor que se faz no Brasil pode ser visto no Convento da Lapa: quadros de Toyota (o grande laureado), objetos e esculturas de Gerchman, Liberato, Gastão Manuel Henrique, Victor Decio Gehard, Mareines Sulamita, Hesao Ohara, Eckenberger, Luiz Fernando Martins, Jarbas Juárez, Wilma Pasqualini, Montez Magno ou Humberto A. Spinola; Gravuras de Odetto Guersoni, Evandro Carlos Jardim, Sônia Castro, Raphael Samu, Danúbio Gonçalves, Ruth Courvoisier, Ana Bela Geiger, Vilma Martins ou Vera Mindlin, e desenho de Italo Cencini, Sara Ávila de Oliveira, Yesquelurita, João Batista Costa Aguiar, Lenio Braga, Guita-Charifker, José de Lima, Fernese de Andrade, Abelardo Zaluar, Regina Vater, Maria do Carmo Secco, Sergio Campos Mello etc."(14)

À semelhança do que aconteceu na I BNAP, para esta II BNAP estava também programado uma série de acontecimentos paralelos na área do Cinema, Dança, Teatro e Folclore, com a colaboração de várias pessoas, grupos, entidades e instituições como o Clube do Cinema da Bahia, da UFBA etc.

Para muitos, a II Bienal da Bahia foi considerada superior à primeira em qualidade, pela seleção mais rigorosa,

tendo sido o corte muito grande: 80 por cento da Bahia, 60 por cento de São Paulo, 45 por cento de Pernambuco, 40 por cento da Guanabara etc. Não houve tanta polêmica quanto aos prêmios, como na I BNAP, mas sim pelos cortes dos concorrentes, havendo muita reclamação e naturalmente, como sempre, muita gente inconformada querendo reunir os cortados em outra exposição "para que o público fizesse melhor julgamento". Embora relativamente regionalizado pelas Salas Especiais locais e pelos Prêmios Estaduais, a I BNAP nos pareceu mais rica do ponto de vista pedagógico, cumprindo a sua função de trazer para os artistas e para o povo baiano uma visão mais completa do que estava sendo realizado nos diversos Estados do Brasil, principalmente no Rio e São Paulo. Deu também aos artistas baianos, tão discriminados e injustiçados nos Salões Oficiais, como a Bienal Internacional de São Paulo e o Salão Nacional de Belas Artes, uma motivação a mais com os Prêmios Estaduais, deixando inclusive os artistas de outros Estados mais livres, sem a concorrência local. Mas a II BNAP ficou realmente mais enxuta, totalmente nacionalizada, e eliminando as Salas Especiais da competição do Grande Prêmio consagrou o próprio convite como um verdadeiro prêmio, deixando mais oportunidades para os artistas concorrentes. Coerente com o contexto em que foram produzidas, as obras de arte da II BNAP representaram as experiências e pesquisas plásticas desenvolvidas em todo o País, mas também as tensões e protestos diante da situação política da época. O clima da II BNAP era de forte tensão e expectativa. Estava em pleno vigor o AI5 e às vésperas da inauguração da Bienal, o caminhão carregado de obras rejeitadas pelo Júri de Seleção por serem primárias e destituídas de expressão estética, foi apreendido pela Polícia Federal, quando retornava pela rua do Bispo em direção às dependências da Secretaria Geral, na Academia de Letras da Bahia, no Terreiro. Embora o seu destino fosse o recolhimento pela não aceitação do júri, para a Polícia Federal as obras continuavam sendo

ofensivas. A partir daí, sucederam-se vários acontecimentos, muitas interpretações confusas e equívocas: 1º) Às vésperas da inauguração da I BNAP fomos entrevistados pelo jornalista Anísio Félix do Jornal da Bahia, quando declaramos, entre outras coisas, ser a censura inconcebível e monstruosa; 2º) Antes da inauguração da Bienal fomos procurados por alto funcionário da Secretaria de Educação dando ordens para que certas obras, por ele consideradas "subversivas", fossem retiradas da Bienal, o que obviamente não fizemos porque aceitar a sua ordem seria negar a nossa própria vida como professor e artista, e um imperdoável desrespeito aos colegas e ao Júri de Seleção; 3º) A II Bienal Nacional de Artes Plásticas não foi fechada pela Polícia Federal, como se espalhou pelo Brasil afora e sim pelo próprio Governo receoso de maiores represálias; 4º) Foram apreendidas, como "subversivas", por incrível que pareça, diante do estardalhaço que se fez apenas 10 obras de um conjunto de 1.005 obras sendo com isto toda a Bienal tachada de "Comunista" buscando-se justificar as nossas prisões. Os artistas excluídos foram Lenio Braga (3 trabalhos), Antônio Manuel (1 trabalho), Manuel Henrique (3 trabalhos) e um desenho de Farnese Andrade, representante do Brasil na Bienal de Veneza; 5º) Durante quase um mês da Bienal fechada nunca houve "problemas técnicos" como alegavam funcionários do Governo e sim precaução e medo da repressão. A reabertura da Bienal, já sob a responsabilidade do Prof. Remy de Souza, só se deu por pressões da sociedade, artistas e intelectuais; 6º) A Bienal Nacional de Artes Plásticas foi "suspensa" por decreto do governador Luiz Vianna Filho, o que significou, na prática, a sua lamentável extinção.

A inauguração da II BNAP foi, embora com menos brilho, uma repetição da primeira. Ainda se trabalhando horas antes da chegada das autoridades e o espaço pequeno para conter tanta gente. Foi muito notada a presença de artistas e de críticos da maioria dos estados do País. Mas notável mesmo foi o discurso do Governador

dor Luiz Vianna Filho, digno de um acadêmico, já falando sobre as nobres funções da arte e sua relação com a juventude e a liberdade. Prefigurando o sucesso da II BNAP, o governador deu por inaugurada a grande Mostra de Artes Plásticas, que logo no dia imediato já estava fechada pelos funcionários da Secretaria da Educação, justamente por existir artistas que praticam o conteúdo do seu discurso.

Logo em seguida ao fechamento da II BNAP pelo próprio Governador do Estado, fomos presos eu e o Prof. Luiz Henrique Dias Tavares, e recolhidos ao 19° BC, no Cabula, onde permanecemos cerca de 30 dias.

Após as Bienais da Bahia, durante décadas, predominou a inércia e o marasmo cultural, sem nenhum grande movimento regional ou nacional capaz de salvar os baianos do imobilismo e da mesmice cultural na área das Artes Plásticas e Visuais. A luz no túnel surgiu com o Instituto Cultural Brasil-Alemanha dirigido por Roland Schaffner.

4—A Prisão de Juarez Paraiso.

Primeiro, o AI-1.

Realizei concurso para a Cátedra de Desenho de Modelo Vivo da Escola de Belas Artes da UFBA em 1963. Como Presidente da República eleito pelo regime democrático brasileiro, Jango Goulart assinou o meu diploma de Professor Catedrático da UFBA como cargo vitalício, o AI-1 anulou a vitaliciedade dos Magistrados e dos Professores.

Segundo, o AI-5

Coerente com o contexto em que foram, as obras de arte da II BNAP representaram as experiências e pesquisas plásticas desenvolvidas em todo o País impregnadas com as tensões e protestos gerados pela situação política da época. O clima da II BNAP era de forte expectativa. Estava em vigor o AI-5 e, às vésperas da inauguração da Bienal, o caminhão carregado de obras rejeitadas pelo Júri de Seleção por serem primárias e destituídas de expressão

estética, foi apreendido pela Polícia Federal, quando retornava pela rua do Bispo em direção às dependências da Secretaria Geral, na Academia de Letras da Bahia, no Terreiro. Embora o seu destino fosse o recolhimento pela não aceitação do júri, para a Polícia Federal as obras continuavam sendo ofensivas. A partir daí sucederam-se vários acontecimentos, muitas interpretações confusas e equívocas: 1°) Às vésperas da inauguração da II BNAP fomos entrevistados pelo jornalista Anísio Félix do Jornal da Bahia, quando declaramos, dentre outras coisas, ser o AI-5 inconcebível, inaceitável e um verdadeiro atentado à democracia e à liberdade criativa; 2°) Antes da inauguração da Bienal fomos procurados por alto funcionário da Secretaria de Educação dando ordens para que certas obras, por ele consideradas "subversivas", fossem retiradas da Bienal, o que obviamente não fizemos porque aceitar a sua ordem seria negar a nossa própria vida como professor e artista, e um imperdoável desrespeito aos colegas e ao Júri de Seleção. A Bienal foi inaugurada com todas as obras selecionadas; 3°) A II Bienal Nacional de Artes Plásticas não foi fechada pela Polícia Federal, como se espalhou pelo Brasil afora, e sim pelo próprio Governo receoso de maiores represálias; 4°) Foram apreendidas, como "subversivas", por incrível que pareça, diante do estardalhaço que se fez, apenas 10 obras de um conjunto de 1.005 obras, sendo com isto toda a Bienal tachada de "Comunista", buscando-se também com isto justificar as nossas prisões. Os artistas excluídos foram Lenio Braga (3 trabalhos), Antônio Manuel (1 trabalho), Manuel Henrique (3 trabalhos) e um desenho de Farnese Andrade, representante do Brasil na Bienal de Veneza; 5°) Durante quase um mês da Bienal fechada nunca houve "problemas técnicos" como alegavam funcionários do Governo e sim precaução e medo da repressão. A reabertura da Bienal, já sob a responsabilidade do Prof. Remy de Souza, só se deu por pressões da sociedade, artistas e intelectuais; 6°) A Bienal Nacional de Artes Plásticas foi "suspensa" por

decreto do governador Luiz Vianna Filho, o que significou, na prática, a sua lamentável extinção.

Na inauguração da II BNAP foi notável a presença de artistas e de críticos de vários estados do País. Mas notável mesmo foi o discurso do Governador Luiz Vianna Filho, digno de um imortal da Academia de Letras do Brasil, falando sobre as nobres funções da arte, como força propulsora do crescimento humano e sua relação com a juventude e a liberdade de expressão. Exaltando o sucesso da II BNAP, o governador deu por inaugurada a grande Mostra de Artes Plásticas, que logo em seguida já estava fechada pelos funcionários do próprio governo, justamente pelos artistas terem praticado o conteúdo do seu discurso.

A PRISÃO - Dos 17 Atos Institucionais e seus 104 Atos Complementares, o AI-5 foi o mais implacável. Surgiu para legalizar os atos de exceção do regime militar, explicitando o seu caráter ditatorial e antidemocrático.

No dia seguinte à publicação do AI-5, o jornalista do Jornal da Bahia, Anísio Félix, foi à minha procura, onde estava sendo realizada a Bienal, e diante de inúmeros artistas entrevistou-me para que eu declarasse o que achava do referido Ato Institucional. Declarei, dentre outras coisas, que se tratava de algo inconcebível, monstruoso e um verdadeiro atentado à democracia. Logo, no dia seguinte, compareceram 2 agentes da Polícia Federal na minha casa, rua Aristides Ático, antiga ma do Gado, intimando-me a comparecer à sede da Polícia Federal. Interrogado pelo Coronel Luiz Arthur se realmente aquelas afirmações eram da minha autoria respondi que sim. O Coronel Luiz Arthur, que hoje tem rua com o seu nome, declarou que o alto comando do Exército estava muito contrariado e já que eu confirmava o que estava escrito na entrevista ele me dava ordem de prisão e que logo eu seria conduzido para outro lugar. Depois de uma longa e angustiante espera, cerca de 6 horas sentado e com

dormência de vários membros, fui conduzido, juntamente com outros presos e com uma escolta de soldados armados, para o quartel do 19BC, no Cabula, cujo Comandante era o Coronel Irineu Fernandes. Na prisão, que durou cerca de intermináveis 30 dias, vivenciei o que significa a privação da liberdade e o sentimento de impotência diante da brutalidade do poder militar. Só tive uma visita, a do arquiteto Pasqualino Magnavita, mesmo porque visitar o preso político despertava suspeitas e a exigência de uma entrevista no quartel general para a licença necessária. Quando fui preso já estava com uma fratura no dedo indicador e devido a fortes dores fui escoltado com soldados armados para ser medicado no COT da Avenida Joana Angélica. Fui forçado a tirar a barba, porque barba era sinônimo de subversão. Compareci escoltado ao quartel general da Mouraria para ser interrogado pelo Major Bendochi Filho. O propósito era de que eu confessasse ter sido a Bienal um empreendimento ideologicamente comprometido e o secretário da Educação e Cultura Navarro de Brito e o professor Luiz Henrique Dias Tavares eram comunistas. Tudo indicava que queriam apenas um pretexto para a prisão do Secretário e do próprio governador Luiz Viana Filho que tinha sido inclusive Ministro no governo do general Castelo Branco.

5 - Agressão sofrida pelo artista plástico Riolan Coutinho.

A época das Bienais era de grandes tensões políticas e de constantes repressões policiais. Riolan Coutinho, artista plástico, professor e um dos principais organizadores da I e da II BNAP, no dia 8 de agosto, quando se dirigia a um consultório médico, transitando pela Ladeira de São Bento no momento de uma passeata estudantil, foi preso e, posteriormente, espancado no Quartel dos Aflitos. Depois de uma madrugada de horror e intimidações foi abandonado junto aos portões do cemitério do Campo Santo, na Federação. Demitiu-se da organização da Bienal sendo que, em solidariedade

seguir o seu exemplo. O apelo dos artistas, o desagravo ao Prof. Riolan Coutinho feito pelo Secretário de Educação Prof. Navarro de Brito e o pronunciamento público de apoio ao colega e de repulsa à atitude policial de autoria da Associação dos Artistas Plásticos Modernos da Bahia, fizeram-no retornar aos trabalhos.

6 - Julgamento de Francisco Liberato.

Em 1968 aconteceu a I Feira Baiana de Arte Moderna na Praça da Piedade, organizada por Valentim Calderon De La Vara e com a minha coordenação. Francisco Liberato, um dos mais prestigiados artistas da vanguarda nacional e um dos mais consagrados pela crítica especializada, esteve presente nesta exposição com uma recriação do quadro bastante conhecido como "Coração de Jesus".

O quadro criado pelo artista plástico Francisco Liberato retratando Che Guevara no lugar de Jesus Cristo na pintura conhecida como "Coração de Jesus", custou ao artista um prolongado e angustiante processo. Che Guevara era considerado um dos símbolos da revolução comunista de Cuba e retratá-lo era um desafio para o governo da época. Inclusive, já o Salão de Arte Moderna do Distrito Federal - Brasília foi extinto porque na sua prevista quinta existência, em 1968, um grande número de artistas homenagearam Che Guevara, protestando contra o seu assassinato. Também participei deste Salão cujos trabalhos nunca foram expostos e muito menos devolvidos.

O processo contra Francisco Liberato culminou com um julgamento militar público que atravessou a madrugada, com lances dramáticos de acusação por parte de um promotor de nome Kleber, que de dedo em riste o chamava de comunista subversivo. Na contagem do julgamento do júri militar Liberato foi absolvido apenas por um voto. Certamente, um lamentável episódio carregado de sofrimento para si e para a sua família. E o quadro também não foi devolvido.

7 - A prisão do artista plástico Renato da Silveira.

No caso do artista Renato da Silveira, pelo que me consta, houve condenação, prisão prolongada e tortura. Renato da Silveira é um intelectual e um artista extraordinário que tem atuação diferenciada desde a década de 1960. O seu pioneiro trabalho artístico de Realismo Mágico e de denúncia política e social são obras de inestimável valor estético. No acervo do Museu de Arte Moderna da Bahia existem excelentes pinturas de sua autoria. É um dos artistas que mais admiro e respeito, pelo seu talento, comportamento político e integridade moral, mas não estou autorizado a falar sobre a sua prisão.

8 - Censura à exposição de Juarez Paraiso na Galeria Canizares da EBA.

Meus trabalhos sempre foram censurados e muitas vezes pelo seu caráter erótico na busca da desmistificação do sexo considerado pecado pela igreja católica, principalmente quando sem compromisso com a procriação. Quando participei de uma mostra coletiva, em 1973, na Galeria Canizares da Escola de Belas Artes, com uma maçã de grandes dimensões contendo uma vagina no seu centro, a diretora da escola comunicou-me que a Polícia Federal tinha visto a escultura e proibido a sua exposição por considerá-la indecorosa, indecente. Querendo proibir a presença da escultura na exposição e insensível aos meus protestos, a Diretora designou uma comissão para avaliar a procedência da acusação da Polícia Federal. Esta comissão era composta dos professores Romano Gallefi e Antônio Pinho. A comissão concordou com a Polícia Federal concluindo que o meu trabalho era imoral, um atentado ao pudor e que não deveria ser exposto. Retruquei que se tratava de um trabalho hiper-realista e que a imoralidade estava na mente e no preconceito dos seus julgadores. Recusados os meus argumentos e a exposição da obra, os outros expositores retiraram os seus trabalhos e não houve a exposição. O fato é a Universidade estava contaminada de agentes da Polícia Federal

e as delações eram constantes. Eu mesmo fui vítima de muitas.

9 - Roland Schaffner e o espaço de resistência cultural do ICBA.

Todos nós das gerações 60, 70 e 80, vivemos as consequências da ditadura militar e especialmente do Ato Institucional nº 5, (AI-5) que franqueava ao governo militar o exercício da censura e até mesmo o direito de decretar a pena de morte. Para todos que ansiavam por novos horizontes, novas oportunidades, mas principalmente para os artistas da segunda geração de artistas modernos da Bahia, década de 60, que viveram o trauma do fechamento da Bienal da Bahia, Roland Schaffner possibilitou inúmeras oportunidades para a prática da livre expressão estética. Conquistou o nosso respeito e admiração pela sua ímpar universalidade, mas também a nossa gratidão, devido à sua coragem moral e política com que soube trazer a esperança e a reconquista da liberdade de expressão, não obstante os enfrentamentos com os órgãos de repressão local, com a estrutura diplomática alemã, e com a hierarquia administrativa do Instituto Goethe. A sua presença foi capaz de promover a criação estética em todas as áreas, teatral, literária, cenográfica, das artes plásticas, cinematográfica, etc., transformando o espaço do ICBA em espaço de resistência cultural, artística e também política pela indivisibilidade de suas ações. O ICBA foi o lugar certo, pela sua espacialidade, estrutura física e administrativa, e principalmente pela relativa imunidade diplomática que possuía, contendo, inibindo, grande parte das ações policiais e repressoras do governo. Pela primeira e única vez a Bahia contou com um espaço de encontro, de franca efervescência cultural, um espaço de experimentações artísticas, e de apresentação e reflexão da arte contemporânea local, nacional e internacional. Tudo acontecendo nas suas oficinas, auditórios, salas de exposição, no seu Cinerante, no seu pátio, no seu teatro. O ICBA teve a sua fase áurea com Roland Schaffner. Nos anos setenta tornou-se universidade, a vanguarda da cultura e da arte da Bahia e o

seu valor foi incomensurável por tornar-se espaço de reflexão crítica e de gestação de obras de arte, em um dos piores momentos políticos e culturais da vida brasileira, e, em especial, da vida baiana. ICBA ficou nacionalmente conhecido como um espaço de livre expressão artística, um santuário cultural e político, refratário à censura e à proibição. O ICBA de Roland Schaffner deu guarida a artistas e grupos nacionais e internacionais, inibidos ou perseguidos em seus locais de origem e atuação. A Jornada Internacional de Cinema da Bahia, coordenada por Guido Araújo, nos seus primeiros anos, (1972), justamente um dos mais críticos, teve o estímulo e a oportuna ajuda de Roland Schaffner, transformando-se de Jornada de Curta Metragem para Jornada Nordestina de Curta Metragem. Da mesma forma aconteceu com Dulce Aquino, na sua incansável trajetória para o desenvolvimento e valorização da Dança, coordenando o Festival e os Seminários de Dança Contemporânea. A parceria do ICBA com o grupo "Intercena de Dança-teatro" de Carmen Paternostro e Reginaldo Flores possibilitou a realização de um extraordinário trabalho na área da dança contemporânea. Através de uma fantástica realização de festivais, encontros, conferências, palestras, seminários, mesas redondas, cursos, oficinas, exposições, feiras, a presença de Roland Schaffner na direção do ICBA possibilitou a atualização artística e cultural dos artistas baianos e do público em geral. Com Schaffner o ICBA interagiu em todas as áreas da criação artística e a sua contribuição às escolas de arte da UFBA foi altamente positiva, sem precedentes. Na área das Artes Plásticas tudo começou com o apoio de Schaffner a Francisco Liberato, um dos primeiros artistas da vanguarda baiana. Coordenadas por Liberato e Alba, com a colaboração de Iza e Humberto Magno, nos espaços do ICBA foram realizadas as primeiras instalações na Bahia (Salvador). Estas instalações, realizadas com barro e varas, pano, arame e outros materiais, em "processo contínuo de criação", foram incorporando mais e mais artistas e absorvendo todos os espaços do ICBA. E

não se pode deixar de mencionar a inestimável participação da dançarina e coreógrafa Lia Robatto, legitimando o conceito de interatividade artística. Foi o início da Interarte, que se prolongou por mais dois anos, com Interarte II e III. Francisco Liberato criou com a moviola e a filmadora fornecidas por Schaffner os quatro primeiros curtas de desenho animado da Bahia, contando com a participação do trabalho de pesquisa musical de Hufo Herrera e Djalma Correa. Liberato participou também com Hufo Herrera e Clyde Morgan de vários trabalhos cênico-musicais de Djalma Correa e seu grupo Baiafro. Na área das artes plásticas foram inúmeros os cursos, exposições, oficinas e concursos promovidos pelo ICBA. Concursos como o comemorativo dos 500 anos de "Durer" e o concurso "Bahia Década 70". Os artistas alemães Bode Boden e Egon Eppich, independente do curso de serigrafia fotográfica, desenvolveram com os artistas baianos projetos criativos, individuais e coletivos. O curso experimental de arte foi coordenado por Francisco Liberato e Juarez Paraiso. Dieter Jung apresentou pela primeira vez em nosso meio a técnica da holografia.

Foram realizadas várias exposições de artistas baianos e de outros estados, como a "Expo Bahia 71", "Artistas do Rio" e importantes exposições de Bené Fonteles, de Fortaleza, Porém, mais importante ainda foi a criação da Cooperarte. Com galeria própria e oficina de Serigrafia, coordenada por Renato da Silveira. Álbuns de gravura, exposições e feiras foram consequência desta cooperativa, concebida e concretizada por Roland Schaffner.

10 - Tortura nunca mais.

A minha presença perante esta Comissão Estadual da Verdade justifica-se, principalmente, pela homenagem que desejo fazer a todos que foram torturados neste período de 1964 a 1985 pelo regime militar brasileiro. Por ser a revelação do que há de mais tenebroso e perverso no ser humano, a capacidade de infringir a outro ser humano os sofrimentos mais terríveis e capazes de levá-lo à loucura e ao martírio pela dor infindável, a tortura é o que há de mais desprezível e imperdoável, seja praticada em nome do estado ou de deus. "Brasil Nunca Mais", Tortura Nunca Mais. 03/12/2013)



AUDIÊNCIA PÚBLICA
03 de dezembro de 2013 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia



DEPOENTE: ELIANA ROLEMBERG

Eliana Rolemberg, Socióloga pela PUC-SP, durante a ditadura militar, nos anos 70 e 71, foi presa e posteriormente exilou-se, até 1979, na França, onde trabalhou junto à divisão da juventude da UNESCO e foi do setor de migrantes e refugiados do Serviço Civil Internacional (SCI), seção francesa. De volta ao Brasil, trabalhou na Comissão Pastoral da Terra, Secretariado Regional Bahia e Sergipe. Foi diretora executiva da Coordenadoria Ecumênica de Serviços de 2000 até 2013. Participa de várias instituições internacionais. No final de 2011, passou a integrar o grupo de trabalho, instituído pelo decreto 7.568 de 16-09-2011, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, para, entre outros pontos, definir um novo marco regulatório das relações das organizações da sociedade civil com o governo.

**Texto não revisado pela depoente.*

***Eliana Rolemberg**

Só posso agradecer, e dizer que tem muito exagero nessas qualificações e, por outro lado, queria dizer também, que, para mim, quando recebi o convite, eu vi que era irrecusável e me senti à vontade, porque tem pessoas, como a professora Amábília, que foi a primeira que recebeu a minha filha, quando a gente voltou do exílio, na Escola Experimental; Joviniano, que não existe pessoa que tenha sido mais solidária e mais companheiro, em todo aquele momento que a gente viveu, para mim, sobretudo, na fase de semiclandestinidade, e até hoje, em tudo que a gente vem participando junto, como sociólogos. Então, eu queria dizer isso, eu me sinto muito bem, sendo ouvida por esta comissão. E, sem duvida nenhuma, eu me coloco à disposição porque é claro que vocês, e a Amábília principalmente, que está encarregada de me entrevistar, terão perguntas. E eu me disponho a responder o que vocês acharem que seja importante para o registro da nossa história.

Considero que essa questão da memória, ela é fundamental. E inclusive, conversando com Vera, que falou que poderia, talvez, ter alguma coisa projetada, eu fiquei me perguntando o que seria, tem muitas coisas. Não é a primeira vez que eu tenho que dar um depoimento, mas eu busquei um momento, que foi no meu julgamento da Comissão de Anistia, que foi a décima primeira caravana, em Brasília, onde foi organizada uma sessão com pessoas que foram presas, de alguma maneira, ligadas com igrejas. Foi na CNBB, no salão Dom Hélder Câmara e no momento, em que se celebrava o centenário de

Dom Hélder. E foi então aí, que foi iniciado um memorial. Então, já na fase de convocação da caravana, tem essa entrega de material, que eu pedi, aqui, ao nosso companheiro, que mostrasse um pouquinho, e talvez seja, me desculpe se demora um pouco, mas é rapidinho, eu marquei bem o lugar, para a gente não demorar muito.

Aí, foi a mesa, toda composta por representantes da CNBB, do CONIC, da Igreja Metodista, da Comissão Justiça e Paz, mas não dá para ouvir. Bom. Se a gente conseguisse aquela primeira parte, que essa já seria a segunda, e essa segunda foi muito significativa. Não vai dar, infelizmente, para a gente ouvir.

A segunda parte foi o bispo metodista, que estava presente, pedindo perdão pelo que a igreja fez, e também pelas omissões da Igreja Metodista, particularmente com uma pessoa que é metodista e que estava sendo julgada, e comigo, que fui presa com jovens metodistas, denunciados, nós, pelo pastor metodista. Então, isso, para mim, teve um grande significado. Mas em outro momento, quero até dizer, que os DVDs desse julgamento, onde Nilmário, irmão de Oldack, também foi julgado, neste mesmo dia, eles estão à disposição. São seis DVDs que têm toda a parte da reconstituição, da memória, o material que foi entregue e o julgamento e, no caso, o pronunciamento foi no dia seguinte.

Bom. quando ele conseguir colocar o bispo metodista seria bom (o defeito técnico não foi solucionado e o trecho do vídeo não foi apresentado). Mas é muito interessante a gente pensar no que foi tudo isso. Para mim, cada vez que eu tenho que falar do que foi a prisão, depois, também, o que foi encarar toda a situação com uma filha que eu tinha, uma filha de quase nove

“Um momento muito difícil, eu tinha 26 anos, um momento em que, é claro que nós tínhamos uma opção – tanto eu quanto meu marido – muito clara, de estar na luta contra tudo que acontecia, naquele momento, de desrespeito total aos direitos humanos, um momento de uma ditadura feroz, ditadura militar”.

meses na época, é muito doloroso. Mas, ao mesmo tempo, é algo que eu sinto como um estímulo para continuar. E acho que foi, também, vou demonstrar a vocês, o que o relator do meu processo disse no final do meu julgamento que, por coincidência, esse relator, ele era um advogado do movimento sem terra. O movimento sem terra é uma das organizações que a CESE mais apoia, nesses anos todos. E ele, fazendo a relação, com o que foi aquela luta, e a luta que continua hoje.

Bom, eu trago, também, como um presente para a Comissão, um livro que foi lançado dia 16 de novembro, aqui na Bahia, que é de um pastor presbiteriano, que escreve sobre Jaime Wright. E aqui dentro tem o meu depoimento, que

eu prestei no momento em que o Conselho Mundial de Igrejas trouxe para o Brasil, para a Procuradoria da República, em São Paulo, o arquivo do “Brasil Nunca Mais”. É um arquivo imenso, que agora já é virtual, está à disposição de todos, e que o Conselho Mundial de Igrejas guardou durante todos esses anos, para que fosse preservado, e pudesse, no momento oportuno, ser devolvido ao nosso povo brasileiro. Então, está aqui, tem o meu depoimento também aí dentro, e onde ele fala de várias questões.

Mas, eu volto agora, então, ao que eu acho que interessa mais diretamente para nossa Comissão Estadual da Verdade. E, me preparei muito para não ficar muito emocionada. Peço que me desculpem, se isso acontecer.

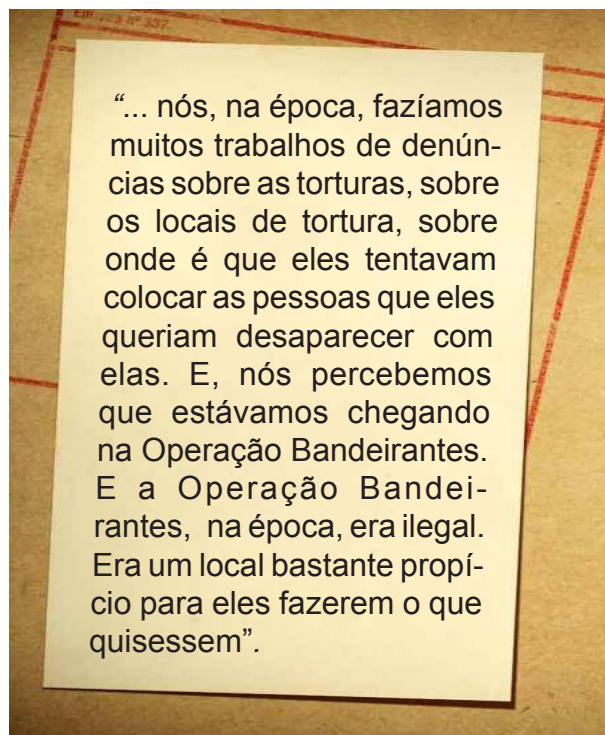
Bom. Um momento muito difícil, eu tinha 26 anos, um momento em que, é claro que nós tínhamos uma opção – tanto eu quanto meu marido – muito clara, de estar na luta contra tudo que acontecia, naquele

momento, de desrespeito total aos direitos humanos, um momento de uma ditadura feroz, ditadura militar. E, que nós deixamos tudo que tínhamos em Aracajú, para irmos a uma semiclandestinidade, viver, eu, durante um tempo, na área do petróleo, em Candeias.

Depois nós tivemos que ir para São Paulo. E, em São Paulo, chegamos, mais ou menos, no momento em que estava acontecendo o assassinato de Marighella, e algum tempo depois, então, em fevereiro, eu fui presa. Eu e mais um companheiro jovem, que nós tínhamos um trabalho com a juventude, e esse jovem era um jovem metodista que tinha participado, junto com outros, de uma ocupação da faculdade metodista, e que questionava muito a relação dos metodistas com os Estados Unidos, o compromisso com aquela ideologia. E, nós estávamos sendo muito procurados, eu só vim a saber depois, numa das vezes em que eu estava no DOPS, mas nós chegamos numa casa, que era exatamente desse pastor metodista que eu não conhecia, e fomos buscar um pacote que a gente tinha com anotações nossas, eu, já como socióloga, fazendo uma pesquisa a fundo. Todo esse material foi pego por eles, considerado altamente subversivo. Fomos colocados em um carro, e eu não tive, praticamente, tempo de dizer nada. Essa outra pessoa que foi presa comigo é o Anivaldo Padilha, também o depoimento dele consta neste livro. Ele é o pai do ministro da Saúde de hoje.

E, nós fomos nesse carro, e foi uma loucura, porque quando a gente chega, a gente imaginava, porque nós, na época, fazíamos muitos trabalhos de denúncias sobre as torturas, sobre os locais de tortura, sobre onde é que eles tentavam colocar as pessoas que eles queriam desaparecer com elas. E, nós percebemos que estávamos chegando na Operação Bandeirantes. E a Operação Bandeirantes, na época, era ilegal. Era um local bastante propício para eles fazerem o que quisessem.

E, nós chegamos, e fomos direta-



mente jogados em um corredor polonês, levando tapa, socos, tudo, até que eu não vi para onde ele foi, e eu fui jogada, é difícil chamar de cela, era tipo um quarto minúsculo, onde tinha uma senhora. Uma senhora que, ela teve muito medo de mim, e eu, muito medo dela. Porque, na época, a gente não sabia, às vezes eles colocavam pessoas para tentar saber informações. Então, ela não queria falar nada, nem eu. Mas aí, logo ela percebeu que tinha que ter alguma confiança, porque imediatamente fui levada para as torturas, e ela ficava lá.

Me lembro do dia que ela disse: “Você vai me desculpar, mas para mim foi um alívio você ter chegado, porque eles me esquecem. Agora é só você”. E, o tempo todo, eram três equipes de tortura, e eu passava de uma para outra. Todas as vezes que eles vinham, já a tortura era muito grande, vinham com um molho de chaves para tentar abrir a porta. A gente não sabia o que iria acontecer, inclusive vontade que a gente tinha, às vezes necessidades físicas, a gente não tinha nem coragem de pedir para ir ao banheiro, de medo que eles lembrassem que a gente existia. Mas eles lembravam o tempo todo. E com aquelas chaves, até que eles acertassem, chamavam, era eu.

E, bom, eu passei vinte dias na Operação Bandeirantes. Foram vinte dias em que eu não conseguia comer. Na época, eles davam uma comida uma vez por dia. Mas eu não conseguia, não tinha condição. Me torturavam mais, porque diziam que eu estava fazendo greve de fome. E não era greve de fome. Eu não conseguia comer. A única coisa que a gente pensava era – eu não sei o que os outros pensavam – eu pensava: “ainda bem que fui eu. Ainda bem que não foi meu marido. Ainda bem que não pegaram a minha filha”. Eu tão pouco sabia dela, não sabia dele, não sabia nada.

Eu passei mais de um dia negando que eu era eu. E, então, essa negação de que eu não era eu foi muito complicada, porque, por um lado, meu irmão tentou fazer o melhor que ele podia, porque, quando o meu marido percebeu que eu não voltava, ele entregou a nossa filha para meu irmão. Acontece que meu irmão tinha um amigo que era do Exército, e ele achou que era um grande amigo e podia ajudar. E, realmente, quando ele falou, esse amigo disse: “Eu posso saber onde ela está, vou te levar lá”. E levou na Operação Bandeirantes. Acontece que, meu irmão chegando lá, não tinha mais como eles duvidarem que eu era eu. Porque meu irmão, claro, não sabia que eu estava negando. Então, aquilo foi terrível. Para ele, então, foi pior ainda. Porque ele ficou fora, não deixaram ele entrar, de repente, ele escutava os guardas comentarem: “Olha, aí chegou mais uma que eles vão matar.” E ele começou a desesperar sem poder dizer nada, inventou que o rapaz tinha mandado ele entrar e, quando ele entrou, escutou as minhas torturas, e escutou, e não entendia porque eu estava dizendo que eu não era eu. Eu tinha um codinome, que era Alice, e eu dizia

““Olha, aí chegou mais uma que eles vão matar.” E ele começou a desesperar sem poder dizer nada, inventou que o rapaz tinha mandado ele entrar e, quando ele entrou, escutou as minhas torturas, e escutou, e não entendia porque eu estava dizendo que eu não era eu. Eu tinha um codinome, que era Alice, e eu dizia que eu era Alice, que eu não era Eliana Tadei Belinni, que era meu nome de solteira e que estava nesse pacote”.

que eu era Alice, que eu não era Eliana Tadei Belinni, que era meu nome de solteira e que estava nesse pacote.

Redobram as torturas, e tudo. E meu irmão, então, ficou, de um lado acho, que foi uma coisa incrível, porque ele não acreditava que existissem torturas. Ele não acreditava no assassinato de Marighella. E aí, para ele, ficou muito evidente, tudo que acontecia. Bom, tentou ajudar.

Eu tive momento, claro, que eram assim, de muito choque elétrico, para mim era a pior coisa, tudo que era com choque elétrico, cadeira do dragão, choque direto, ameaça de te fuzilar, fuzilamento simulado, que esse, eu até pedia que me fuzilasse de uma vez, mas só que vinha junto, logo, choque elétrico. Choques o tempo todo, parece que tudo deles era baseado em choque, pau de arara era com choque, tudo era choque.

E, as equipes se revezavam. E teve um dia, inclusive, que um dos torturadores, que ficou comigo até tarde, ele já estava penalizado, e ele me disse: “Grite, grite. Porque enquanto você não grita, o major não vai embora. Ele só vai embora depois de escutar seus gritos.” Eu entendi que tinha que fazer isso, e que tinha também que encontrar formas de poder sair um pouco. Eu então inventava pontos que não existiam, para encontrar algum companheiro que também não tinha marcado nada. E foi uma experiência difícil porque, a cada vez que eu saía, na saída era melhor, mas na volta, eles viam que era mentira, então, redobravam tudo. E, como eu tinha feito muitas denúncias das torturas, então eles diziam: “Olha, a gente vai te ensinar novas torturas. Porque as outras, você já

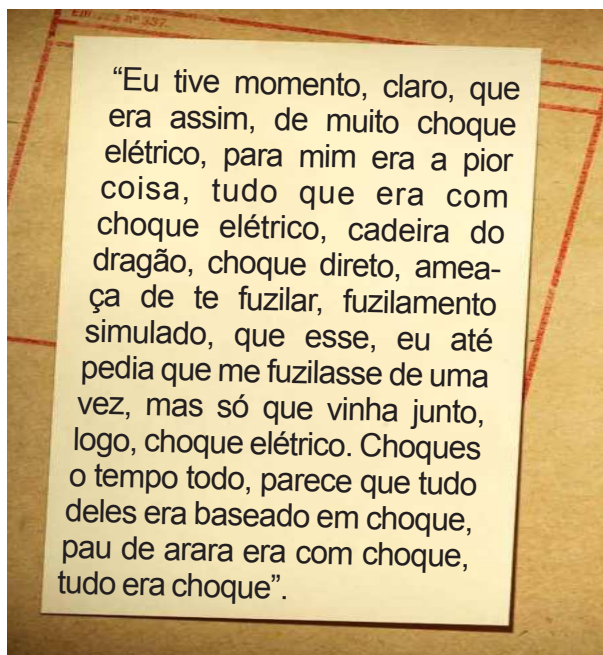
conhece todas”.

Então, foram vinte dias muito duros e, ao mesmo tempo, essa companheira que estava comigo, Damares, era uma senhora que a repressão tinha matado o marido dela, era conhecido com o codinome de Doutor da VPR, e matou o marido, na frente das crianças. Então, ela tinha assim aquela coisa de o tempo todo querer saber onde era que estavam as crianças, com quem iriam ficar, se iriam ficar com a polícia, era muito difícil.

E teve um momento em que eu fui chamada e que eu percebi que estava havendo alguma coisa diferente, e eles começaram a me perguntar muito sobre os japoneses, se eu conhecia japoneses. Depois, eu fiquei sabendo que tinha tido o sequestro do cônsul japonês e, por incrível coincidência, a primeira carta do sequestro foi deixada na rua em que a gente foi preso.

Então, eu imaginei, porque ela era da VPR, e estava preso, também, o Mário Japa, que também era da VPR e que encontramos juntos lá nos corredores, e ele vomitando sangue. Ele estava muito mal. Aí, eu tive certeza de que ela ia sair, que ele iria sair nesse sequestro. E, ela tinha me dito que, se ela soubesse, iria denunciar onde eu estava, ia dizer que eu tinha essa criança. Eles tinham ameaçado muito, de pegar a minha filha. E isso para mim foi o pior, que eu imaginava que uma coisa é a minha opção. Mas uma criança de nove meses não fez opção nenhuma, e não tem como aguentar. E eles diziam de um pau de arara da Trol, falavam muito sobre a relação com a Trol. Aliás, várias empresas tinham relação com os torturadores. Era a Trol, era a Super Gel, que dava os alimentos congelados.

E, uma noite, a gente estava... eu tinha voltado para a cela, e achei incrível, porque o pior dos torturadores, chamava capitão Albernaz, eu não sei quem é, eu sei o nome dele, capitão Albernaz, ele era o pior das três equipes. Ele foi no quarto, como se ele fosse um velho conhecido,



sentou, a gente só tinha colchão no chão, sentou do lado, e começou a perguntar, que, se um dia a situação mudasse, se a gente faria com ele o que ele fazia com a gente. E, a gente disse: nós não somos revanchistas. Não é isso. A gente gostaria sim, que mudasse, que vocês fossem julgados. Que infelizmente, até hoje, nenhum deles é julgado.

Tinha esse Albernaz, tinha um outro chamado Gaeta, e nunca foram julgados. A única pessoa deles, que era um capitão Maurício, ele era um estudante de geografia, e pertencia ao esquadrão da morte. Era ele e o Otavinho. A gente conhecia como Otavinho, que era um dos que tinha aquele soco inglês, e ele vinha para mim falando da minha filha, e se eu não queria um pedaço de bolo, que ele ia num aniversário, e as torturas dele eram sempre se relacionando com a criança. Esse Otavinho, já eu estava na França depois, e eu soube que uma companheira da ALN encontrou com ele no Rio, ele estava de folga, a paisano, e eles justificaram. O Otavinho foi justificado pelos próprios companheiros nossos. Mas não julgado. Se estivesse aqui, continuaria sem ser punido, infelizmente, com essa lei que nós temos.

Bom, a Damares, eu percebi, que as crianças dela, no dia seguinte estavam lá

no pátio, a gente não tinha como alcançar, só tinha uma seteira bem alta, mas eu consegui dar um pulo e consegui ver que tinha criança. E, ela ficou mais desesperada ainda, mas eu disse: “olha, fique calma, porque você vai sair daqui.” Ela foi, inclusive, ela conta isso sempre, ela foi com uma roupa minha. Porque numa das minhas saídas, eles já sabiam onde era a casa que eu morava, me levaram lá e pegaram uma roupa e ela foi com essa roupa.

Eu devo a minha vida a ela. Porque ela saiu para o sequestro, e eu fui chamada para o CENIMAR, no mesmo dia, para ser novamente torturada, novamente perguntada. E aí, eles já tinham mais dados, inclusive sobre a minha organização, Ação Popular, dados inclusive de pessoas da Bahia. E, foi muito duro, mas depois que o CENIMAR foi embora, eu fui chamada novamente e eles me interrogaram muito sobre as minhas relações com a Anistia Internacional. Eu não tinha nenhuma. Mas, depois eu soube que foi quando a Damares chegou no México, e ela colocou a boca no mundo, falando de mim do que eu estava passando, falando da minha filha, da ameaça que tinha se eu continuasse na Operação Bandeirantes. E a Anistia Internacional também lançou essa denúncia, e daí, eu, esse companheiro que foi preso comigo, e mais dois outros jovens metodistas que também foram presos em seguida, fomos, então, transferidos para o DOPS.

Foi... É que é duro lembrar desses dois companheiros, porque eles já morreram. Um deles desenvolveu uma doença a partir de tudo que aconteceu na prisão, o outro morreu depois. Mas, nós fomos para o DOPS e, com isso, então, no DOPS, ficamos mais tempo, ainda. Esses companheiros acabaram sendo liberados, embora o Anivaldo Padilha, ele voltasse para a

Operação Bandeirantes, e o advogado resolveu colocá-los como minhas testemunhas de acusação. Com o que eu concordei. Porque eles não tinham por que me acusar, o que eles acusariam seria bom, eles seriam mais liberados e eu fiquei como a mentora, que tinha desviado esses jovens.

E eu voltei, depois que eu saí do DOPS, e fui para a prisão Tiradentes, que hoje não existe mais, a Tiradentes, hoje, é um monumento. Era uma torre que é conhecida como a torre das donzelas. Eu fui para essa prisão, e mesmo *sub judice*, que eu já estava sendo julgada, eu voltei oito vezes para o DOPS. Eles não conseguiam me situar e, uma das vezes, eu fiquei sabendo que o delegado Fleury e a Operação Bandeirantes tinham feito campana nessa rua que a gente foi preso, para ver quem é que conseguia pegar primeiro.

E eram coisas incríveis. Uma dessas vezes que eu voltei para o DOPS, eles me acusavam de uma relação com o Betinho e com outras pessoas da AP, de algo que tinha ocorrido depois que eu já estava presa há mais de um ano. Eu não poderia ter cometido nada, inclusive cheguei a dizer para eles. Consegui coragem para dizer: “olha, acho que vocês, além de tudo, perderam a cabeça. Porque, se eu participei de alguma coisa nessa época, é porque vocês me soltaram, me deixaram fazer o que eu quisesse, e me prenderam de novo. É ridículo”.

E, sempre muito difícil. Um dos momentos que, pra mim, foi mais complicado na minha vida, foi quando meu irmão foi me visitar, logo que eu cheguei no presídio Tiradentes, e ele me disse: “Não me fale nada de tortura. Quem fala sou eu. Eu sei de tudo. Eu não duvido mais. E eu espero que você entenda que eu não tenho

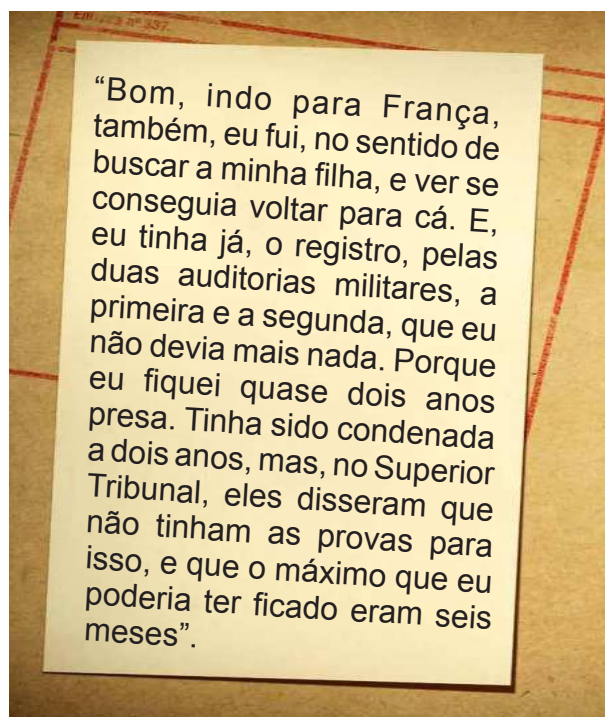
“E, eram coisas incríveis. Uma dessas vezes que eu voltei para o DOPS, eles me acusavam de uma relação com o Betinho e com outras pessoas da AP, de algo que tinha ocorrido depois que eu já estava presa há mais de um ano”.

condição de ficar no Brasil, cuidando de sua filha. Se você quer que ela fique comigo, eu estou indo para a Noruega. Eu vou fazer um curso, e posso levar, mas aqui no Brasil, eu não tenho mais condições". E, para mim, foi muito duro, porque eu não sabia quanto tempo eu ia ficar presa. Naquela época, podia ser seis meses, podia ser dois anos, podia ser quinze anos. Tinham vários artigos da lei que eu poderia ser colocada. Mas, pensado em tudo, eu resolvi que era melhor que ela fosse. Foi muito difícil, porque eu sabia que eu ia perder tudo, tudo. dela começar a falar, começar a andar, e que ela me reconhecesse depois.

Era difícil, tentava mandar algumas cartinhas para ela. E eles pegavam as cartas, achando que aquilo era código. Então, também não dava pra fazer até na linguagem de criança, porque eles achavam que era código. E, eu sei que ela tentava, com a ajuda do meu marido, ajuda da minha cunhada que foi para lá, ela me mostrava, quando ela aprendeu a andar de velocípede, ela botava minha foto, para que eu visse. Tudo isso eu ficava sabendo, foi difícil.

Foi difícil também depois, o reencontro. Porque ela foi acostumada a lembrar de todas as coisas. E eu fiz um esforço para distanciar, que era a maneira de eu conseguir continuar vivendo. E nesse distanciamento, eu tinha dificuldade de restabelecer toda a relação depois.

Mas foram coisas... eu falo mais dela, porque pra mim foi o que mais me marcou. Eu tive momentos, também, que eu não me entendo muito, mas coisas que acontecem. Quando eu cheguei no DOPS, eu não sabia dela, não sabia onde estava e, de repente, eles me colocaram em uma solitária, e veio toda uma tropa de médicos e disseram que precisavam me examinar, por causa das denúncias. Mas daí, um deles fez todos os outros saírem. E ele, muito rapidamente, me disse: "eu sou marido de fulana", que era amiga de meu irmão, "eu quero te dizer que sua filha está bem". Só isso. Era, para mim, uma coisa incrível, no meio daquela coisa



toda do DOPS, alguém que chega, e alguém que está com eles. E que me diz isso.

Bom, indo para França, também, eu fui, no sentido de buscar a minha filha, e ver se conseguia voltar para cá. E, eu tinha já, o registro, pelas duas auditorias militares, a primeira e a segunda, que eu não devia mais nada. Porque eu fiquei quase dois anos presa. Tinha sido condenada a dois anos, mas, no Superior Tribunal, eles disseram que não tinham as provas para isso, e que o máximo que eu poderia ter ficado eram seis meses. Muito tarde para reconhecer isso. E, com esses documentos, eu fui para a França, porque meu marido pegou minha filha, que não ficou na Noruega, ficou com ele na França, só que, chegando lá, eu não conseguia que nenhum dos consulados recebesse e me desse a possibilidade de voltar para cá.

Em um dos consulados, já foi em Paris, eu reencontrei uma pessoa que me conhecia muito, e que eu, no primeiro momento, tive muito medo, que ele disse: "vamos lá para dentro. Você não está lembrando de mim, Eliana Tadei Belinni." Ele disse meu nome de solteira. Aí, eu fui, e ele disse: nós tínhamos sido companheiros de movimento estudantil. E embora a gente

estivesse em facções diferentes, mas ele respeitava muito todo comprometimento que tinha tido na faculdade, e ele me disse: “olha, se você voltar agora, eles não vão de prender novamente. Você vai ser morta na chegada. Tem outros dados, que eles tiveram, então quero dizer que eu não vou deixar você voltar. Você vai sair daqui, e vai pedir o seu estatuto de refugiada, mas a sua filha pode continuar com o passaporte brasileiro, que eu posso conceder”.

Então, foram coisas assim. Eu estou misturando um pouco o depois e o antes, mas é que eram coisas muito ligadas. E depois, eu acho que talvez esteja falando muito, mas, momentos de minha filha, onde ela perguntava: “Por que você foi presa, se meu pai conseguiu fugir, se eu pequenininha fugi, por quê”? E ela não achava resposta. Até que um dia a gente estava andando, e ela falou: “Já sei. Você foi presa porque você fala o que você pensa. Você não pode falar”. Ela tinha cinco anos. Ela falou: “Eu não tenho mais medo de ir para o Brasil. Eu vou para lá, porque eles podem me perguntar o que quiserem, mas eu não vou falar, eu vou brincar”. E, foi assim que ela superou este momento tão difícil que ela tinha. Veio para cá, várias vezes, com meus amigos que me diziam: “ela não conta nada de vocês, nada”. E era isso.

E, agora, quando eu fui julgada pela Anistia, e quando, então, já, o meu relator disse que o governo tinha que pedir perdão, eu contei a ela. Porque, novamente como hoje eu pedi que ela não viesse, pedi que ela não fosse no meu julgamento da Anistia. E eu contei e mostrei para ela o que tinha sido o veredito. E ela chorando muito, me abraçando, disse assim: “Acho que agora,

eu vou conseguir ser brasileira”. Isso foi muito significativo. Porque ela me disse que não conseguia, mesmo fazendo psicologia, que ela é psicóloga, mesmo tendo trabalhado muito essas coisas, ela não conseguia aceitar que o Brasil que fez o que tinha feito com a mãe, fosse o país dela. Mas que agora, que eles tinham pedido perdão, ela iria tentar ser brasileira. E eu espero que ela seja uma brasileira muito combatente. Porque eu continuo acreditando muito na luta. A única coisa que eu não consegui

superar foi essa questão de que a gente tivesse outros filhos. Porque eu sempre pensava que uma criança, que não fez a opção, ela não pode ser pega, ela não pode ser torturada. Então, estou à disposição, se vocês quiserem saber mais coisas.

Amábíla Almeida - Bem amigos, diante da riqueza de detalhes deste depoimento, eu penso que devemos adotar a metodologia que tem nos recomendado o nosso coordenador da Comissão, de que devemos compartilhar o momento das

perguntas com quem desejar fazê-lo à Dr^a Eliana. Então, nós decidimos, na Comissão da Verdade, que, quem tiver alguma pergunta a fazer, que a encaminhe por escrito. Enquanto isso, eu quero dizer a você, Eliana, que o que você trouxe a essa Comissão... é por demais valiosa a sua contribuição. De depoimentos como este, é que a Comissão da Verdade precisa, para que a gente possa contar a história que pessoas como você, e tantas outras, passaram neste nosso país, nesse período negro da ditadura militar.

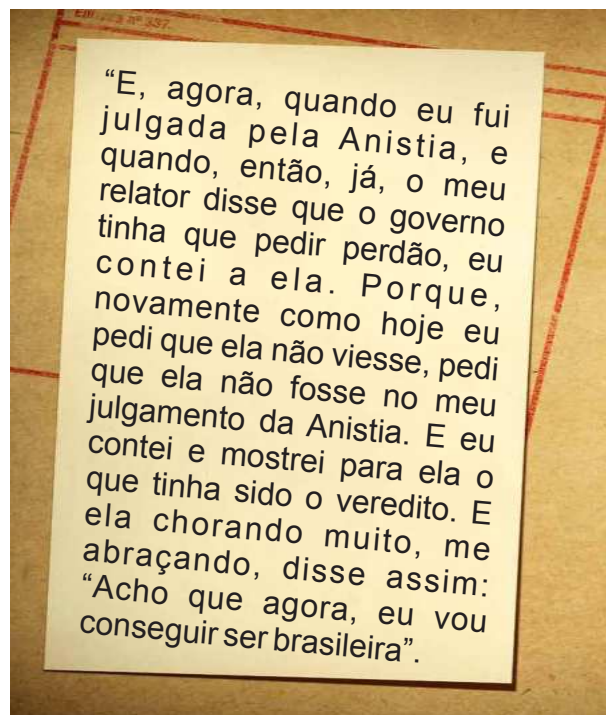
Você fala da solidariedade que você recebeu dos seus companheiros, dos seus familiares, de tanta gente que trabalhava

com você, dos que estavam do lado de fora sabendo do que você estava passando. Você coloca os DVDs, no número de seis, das entrevistas, julgamento etc. do seu trabalho à disposição da nossa Comissão, o que é, sem dúvida, de um valor inestimável. Nem quero falar, nem voltar a tratar do que você passou em relação a sua menina. Qualquer mãe, qualquer pai pode imaginar o que isso representa. A separação da mãe de um filho é uma coisa dolorosíssima, principalmente nas circunstâncias que você se encontrava e que você não sabia nem qual era o seu destino, nem o destino do seu rebento.

Nós queremos lhe agradecer pela contribuição que você nos dá, também, nos trazendo esse livro do pastor dos torturados. Assim como nós tivemos no Brasil, principalmente na Bahia, a solidariedade da igreja católica, através da pessoa do saudoso padre Renzo, vocês, também, tiveram, tivemos nós todos, de tantos pastores da igreja cristã. Aqui na Bahia, mais publicamente representado pelo pastor Celso Dourado, da Igreja Presbiteriana. Pelo que estou percebendo, esse livro, também, se refere a um pastor dos torturados da igreja também Presbiteriana, assim como outras igrejas também.

É muito difícil falar de tortura. Você já falou de todas que você já passou, citou nome de seus algozes: capitão, quero ser assim, quero que fique bem claro. Você falou de um capitão chamado Albernaz, você falou de uma outra figura chamada Gaeta, também de um capitão Maurício, e tem o nome de um que foi justificado, chamado Otavinho. Pois bem, eu vou ficando por aqui. A minha emoção é grande. Eliana é dessas figuras raras, que são assim, que passaram por essa vivência, infelizmente, e que é uma testemunha ocular da história que tantos outros, tantas outras companheiras, mulheres, viveram nesse país, na época terrível da ditadura militar.

Tantas entradas, tantas saídas que você teve, Eliana, em ambientes que só significavam dor, tortura, repressão, medo.



Imaginamos o quanto isso fez você sofrer. Então, para concluir, eu acho que a história lhe deve, quem sabe, imaginariamente, um pedestal onde você ficasse, bem lá no alto, representando toda a bravura, representando toda a glória das mulheres brasileiras, pelo que você passou. Em nome de nós todas, um abraço dessa comissão, Eliana.

Eliana Rolemberg - Bom, eu recebi uma pergunta, mas depois de escutar Amabília, tão querida, acho que tem uma coisa que eu não falo muito, mas...

Amabília Almeida - Um minutinho. Eu só queria agradecer aqui, na presença de todos, a confiança que Eliana teve, quando retornou ao nosso país, que confiou a educação da sua menina – essa menina que ela tanto amava, parece que quando a gente está separado ama muito mais – e ela confiou à Escola Experimental, para que a gente a ajudasse na complementação formal da sua educação. E a gente, quando recebia os filhos de nossos companheiros, parece que a gente tinha uma obrigação moral, humana de tratar com muito mais amor, e com muito mais carinho, proporcionando-lhe tudo que fosse possível para, de certa forma, recompensar aquilo que seus

pais e essas próprias crianças tinham sofrido.

Eliana Rolemberg - Obrigada, Amábíla. Eu recebi uma pergunta bastante, talvez a mais difícil de responder. Antes de responder essa pergunta, eu preciso fazer uma homenagem a uma companheira. Nós estivemos na mesma cela. Aliás, são várias pessoas que estiveram na mesma cela minha. Uma delas, foi a atual presidente. Mas a minha homenagem não é a ela. É a Elenir Guariba. Elenir é uma pessoa que era de uma organização, Var-Palmares, ela fez teatro, uma pessoa inteligentíssima, inclusive, era do serviço de inteligência, e ela foi liberada. Ninguém entendia porque ela estava sendo liberada, se muitas outras de nós éramos menos visadas do que ela. Claro, que ela foi liberada pra ser morta. Ela é uma das desaparecidas. Mas, pelo que tudo indica, que ela foi uma das vítimas de um famoso traidor, do cabo Anselmo. Ela tinha dito que, se ela não voltasse, ela tinha já uma suspeita que ele tinha passado para a repressão. Ela nunca mais voltou, e a gente sabe que ela está desaparecida.

Bom, eu recebi uma pergunta que eu preferia não responder, mas eu vou responder. Diz que eu falei muito da relação com a minha filha, mas eu não falei da relação com a minha mãe.

Quero dizer a vocês que eu sempre tive um profundo respeito às diferenças. E nesse respeito é que eu tenho que dizer a vocês que minha mãe nunca aceitou a minha militância. Minha mãe não conseguia entender aquilo que a gente tinha resolvido abraçar como luta e, por isso mesmo, quando eu fui presa, eu já tinha dito ao meu irmão que se eu fosse presa um dia que ele cuidasse da minha filha porque eu

não queria que ela ficasse com a minha mãe. Gosto da minha mãe, ela tem hoje 97 anos, hoje já não responde por ela, mas é uma questão que eu tive que carregar, porque ela tinha vergonha da minha opção, ela tinha vergonha que eu tivesse sido presa, vergonha de sair na rua, e que as pessoas dissessem: “Olha, ela é a mãe daquela”. É isso. Por isso que eu não falei. Prefiro respeitar que ela tinha a ideia dela, a ideologia dela, que não era a minha. Nem por isso, eu deixo de ter um amor de filha, por ela, até hoje.

Amábíla Almeida - Bem, parece que nós chegamos ao fim do depoimento da Dr^a Eliana. Se mais alguém quiser solicitar, ainda temos tempo.

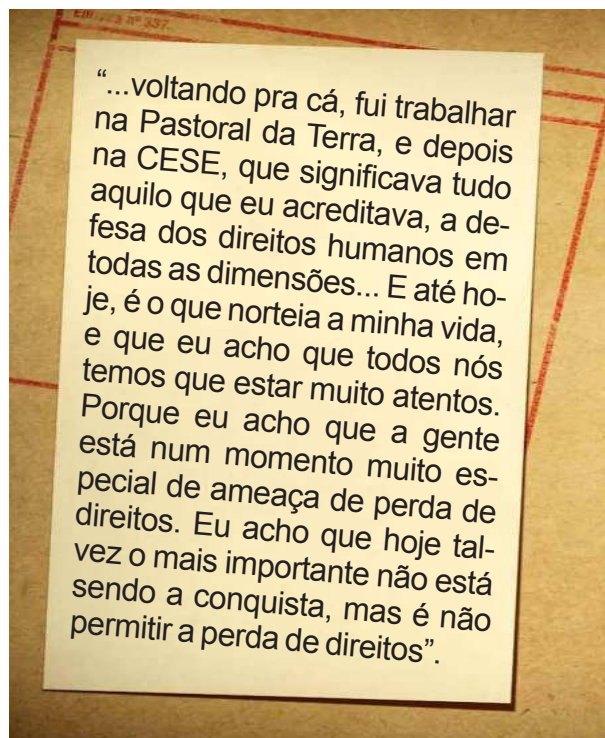
Jackson Azevêdo - Por gentileza, professora Amábíla, eu gostaria que, se a Eliana pudesse e desejasse falar sobre isso, eu gostaria de saber o que é que a atraiu, na vida dela, na adolescência dela, no começo da vida adulta dela, para essa sensibilidade de generosidade, de solidariedade com a problemática dos direitos humanos. Como é que ela se envolveu com isso, como é que foi essa história dela. Claro que, fique inteiramente à vontade para esclarecer ou não. Obrigado.

Eliana Rolemberg - É, essa não é uma pergunta difícil. É fácil. Que bom! Agradeço, viu, Jaquinho. Eu me lembro de que, na minha infância, na minha adolescência eu não tive uma formação voltada para a questão dos direitos. Eu era uma pianista, eu tocava violão, eu era uma boa aluna, mas eu fui para a faculdade. E na faculdade, eu realmente descobri muita coisa. Eu fiz Ciências Sociais, descobri o mundo, descobri as possibilidades de organização, enquanto movimento estudantil. Participei muito ativamente do movimento estudantil,

ocupação de faculdade. Foi quando aquele cônsul me conheceu, ele questionava a ocupação, eu ocupava, e que nós discutíamos muito. E eu, também, na época eu era da Igreja Católica, eu fui da JUC, que é a Juventude Universitária Católica, e muito da minha formação política veio dessa época.

Nós tínhamos participação no diretório acadêmico, tínhamos participação na juventude universitária, muito envolvimento, também, com outras questões, foi quando nós iniciamos o TUCA em São Paulo, que é o Teatro da Universidade Católica, e apresentamos a peça “Morte e Vida Severina”. E muito interesse ocasionava, lembro das discussões depois da peça, Chico Buarque cantava com a gente na época, eu lembro que ele não falava, mas ele cantava bastante. E, nós tivemos convivência em vários grupos, e eu até passei a militar em várias coisas, movimento estudantil, teatro da universidade, juventude católica, eram tantas coisas, e eu fui me interessando também pelas diferenças existentes no Brasil.

Foi quando eu fiz um concurso para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, para trabalhar no Nordeste ou no Norte. E fui encaminhada para Sergipe, onde eu acabei formando um setor de planejamento na Secretaria de Educação. E trabalhando lá, inclusive, fora do trabalho institucional, com todo o movimento de bairro e também com o movimento rural, em que eu comecei a me identificar muito, na beira do São Francisco, e já começando a correr risco em função de todas as perseguições que existiam na época ao movimento camponês. E com isso, eu cada vez me interessava mais com essa questão dos direitos, da conquista de direitos, de não perder direitos já conquistados, de conhecer de perto a questão da liga camponesa, Paulo Freire. Em um dos meus depoimentos eu falo dele. Eu nunca conheci pessoalmente Paulo Freire, mas ele sempre teve, ou como uma justificativa da repressão para me vigiar, que achava que eu era muito ligada com ele no exterior, ou, no Brasil, que eu aproveitava muito, dos



ensinamentos dele para mudar todo um sistema de educação, no estado de Sergipe.

Bom, indo para o exílio, continuei a trabalhar, também, nessa área. A gente tinha publicações, que nós fazíamos, e, voltando pra cá, fui trabalhar na Pastoral da Terra, e depois na CESE, que significava tudo aquilo que eu acreditava, a defesa dos direitos humanos em todas as dimensões, não só direitos de pessoa física, mas todos os direitos, econômicos, sociais, políticos, culturais. E até hoje, é o que norteia a minha vida, e que eu acho que todos nós temos que estar muito atentos. Porque eu acho que a gente está num momento muito especial de ameaça de perda de direitos. Eu acho que hoje talvez o mais importante não está sendo a conquista, mas é não permitir a perda de direitos. Não sei se te respondi, Jackson.

Joviniano Neto - Eliana, na sua resposta a Jackson, você abriu uma outra perspectiva, e me lembrou uma coisa. Em Sergipe, você virou Rolemberg, a primeira coisa. A segunda coisa, você falou que era vigiada no exterior. Esse ponto de como os exilados eram vigiados no exterior seria interessante você complementar.

Eliana Rolemberg - Não só vigiada no exterior, mas aqui também. Eu estava contando para o Carlos de que eu fui retomar os depoimentos, inclusive da Comissão de Anistia, e vi lá de que um dos relatores me disse que tinha um documento mostrando que eu fui monitorada pelo SNI até março de 87. E faz sentido. Eu trabalhei na região do café, aqui, na luta dos trabalhadores do café, e eu fui ameaçada várias vezes, tive até que saltar de ônibus, porque eu estava sendo perseguida aqui. E, lá no exterior, a gente sentia muito claramente. Porque havia uma ligação da repressão com o controle do que se fazia lá fora, e tanto que, durante um bom tempo, a gente não queria divulgar muito que a gente estava na França, mas era inevitável, porque sabiam. E, eu acho que a colaboração das polícias, ela é grande.

Eu recebi na internet, não faz nem um mês, uma denúncia da colaboração da França com a ditadura militar brasileira, quando a gente fala muito é da colaboração das polícias do Cone Sul. Mas existia essa, também. Bom, dos Estados Unidos, nem se fala. Mas da França não era tão conhecida.

Agora, claro que lá, a gente se organizou muito, nós tínhamos um comitê Brasil Anistia, que era um comitê forte, um comitê que teve também apoio de grupos franceses de solidariedade. E, eu acho que isso foi a questão mais importante para permitir que a gente chegasse a ter essa visão, enquanto brasileiros. Eu sentia a diferença. Por exemplo, os chilenos, quando eles poderiam voltar para o Chile, não foram muitos os que voltaram logo. Brasileiros não. Brasileiros foram poucos os que ficaram, quase todos queriam vir embora.

Amábíla Almeida - Bem, parece que chegamos ao fim do depoimento da Dr^a Eliana Rolemberg. Então, Eliana, em nome da Comissão Estadual da Verdade, eu lhe pergunto se você autoriza a utilização das imagens colhidas neste ambiente, e a utilização do seu depoimento, para o trabalho da Comissão da Verdade, com destino ao relatório final do trabalho da nossa comissão. Se você autoriza, nós pediríamos, que você assinasse esse documento de declaração sobre o relato. Boa tarde para todos.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
03 de dezembro de 2013 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia



DEPOENTE: OLDERICO CAMPOS BARRETO

Olderico Campos Barreto nasceu em Pé do Morro e aos três anos foi, com a família, para Brotas de Macaúbas. É irmão do operário metalúrgico José Campos Barreto, o Zequinha, com quem participou, em São Paulo e na Bahia, da luta clandestina contra a ditadura. Vinculados à Var-Palmares e ao MR8, atuaram na região de Brotas de Macaúbas com João Lopes Salgado e o capitão Carlos Lamarca. Aos vinte e três anos foi ferido e preso no ataque à casa do seu pai, José Barreto, em Buriti Cristalino, povoado de Brotas de Macaúbas. Ficou preso quatro anos. Hoje continua participando da vida política e econômica da região, e gerencia a cooperativa de garimpeiros de cristal de rocha, em Buriti Cristalino.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Olderico Campos Barreto**

O fato de ser irmão de José Campos Barreto já diz tudo, e nós não teríamos nada a esconder. Além de autorizar, nós assinamos embaixo do que estamos dizendo, do que vamos dizer, e estaremos permanentemente à disposição dessa Comissão da Verdade e, se ela quiser descer, de fato, os pilares da verdade, para buscar toda a verdade, porque o que mais nos sacrificou, o que levou a todas as mortes, todas as perdas que nós tivemos foram tramadas com mentiras, e dessas mentiras foram, em cadeia, desencadeando morte, e mortes, e mortes e mortes. E, nós estamos aqui, com uma clara, um claro espírito, de buscar essa verdade.

A minha vida inteira, inclusive após esta, antes, durante e depois da operação Pajussara, é a busca da verdade, inclusive a verdade lá, lá em Buriti Cristalino, lá em Brotas de Macaúbas, lá em Ibotirama, lá onde os nossos companheiros, as lideranças das mais respeitadas deste país, homens que morreram ali, por causa da mentira. Foram utilizadas todas as formas de mentira, para poder jogar uma população contra duas pessoas, dois homens que todos dois tinham capacidade de chegar, capacidade, hombridade e compromisso para chegar a presidente da República e por isso, eram jogados como pessoas perigosas. Pintam essas pessoas como se fossem pessoas terroristas e como outras coisas.

Eu gostaria, Jackson, eu gostaria de pedir a permissão da Comissão para, antes de entrar em nosso depoimento, de prestar uma homenagem a duas pessoas que, em

se tratando, aqui, da Comissão da Verdade, eu não poderia esquecê-las. Eu queria inserir, no meu depoimento, uma homenagem a duas grandes pessoas que são, realmente, verdadeiras, e que eu não poderia deixar esse momento, e a Comissão da Verdade. Eu peço, e peço uma anuência da Comissão, pode ser na pessoa da própria Comissão, se tiver alguma pessoa que tenha alguma coisa contra essa Comissão, nos dê essa anuência, ou nos negue se for o caso, o coordenador Joviano, eu queria a permissão para registrar uma homenagem a duas pessoas, verdadeiramente verdadeiras, fora do natural. Posso fazer? Muito obrigado, então.

Pessoal, essas duas pessoas, tem muito a ver, com isso aqui, tem muito a ver com a verdade. Eu queria, primeiro, homenagear Dr. Luís Humberto Agle, que pegou o meu caso, como um advogado de ofício, e eu não conhecia aquele homem, nunca transitou um centavo de cruzeiros ou de cruzados novos, da minha mão, da minha família, para a mão desse Luís Humberto, Dr. Luís Humberto Agle. E esse homem pegou, como um advogado de ofício, colocado pela própria auditoria, porque a família não tinha condições de colocar um advogado.

Com a família mutilada, os jovens, os mais velhos, lideranças que tinham consciência, mutiladas, como meu pai preso, com a família toda, esse homem, vendo isso, ele tratou de cavar a verdade e fez uma inversão de valores, uma reversão, que eu gostaria de estar aqui neste palco, os estudantes de Direito da Universidade Federal da Bahia, todos aqui para um compromisso com ele, de ir buscar o Dr. Luís Humberto Agle e buscar qual foi,

porque eu tinha um curso primário, e eu não conseguia poder captar e trazer as manobras que esse homem fez para extrair a verdade, dentro de uma auditoria militar, no meio de um círculo de metralhadoras e fuzis que me cercavam, e esse homem conseguir buscar a verdade.

“Eu tinha uma orientação dos companheiros... E a orientação deles era essa: “Guarde essa porqueira desse revólver que você tem”. Porque era um revólver trinta e dois, que a gente era obrigado a ter, porque a gente andava a pés, nós não tínhamos estrada de carro em Buriti Cristalino, nós enfrentávamos, na noite, e naquela estrada tem, teve e sempre terá onças, que sempre ameaçam garimpeiros”.

É tanto, que o Dr. Luís Humberto Agle conseguiu transformar os depoimentos das minhas testemunhas de acusação, de lá de Brotas de Macaúbas, em testemunhas de defesa. E só desse ato, eu que já estava com um processo, que tinha uma previsão mínima de treze a trinta anos, já foi desqualificado para de dois a cinco. E o primeiro jato de benefício já foi.

Mas isso não foi só, isso foi tudo, porque na verdade, não cabia nenhum processo a Olderico Campos Barreto, que apenas defendeu a sua família, e que rejeitou a entrar na sua casa, e não deixou o Delegado Sérgio Paranhos Fleury entrar na nossa casa, no Buriti Cristalino. E ele não entrou, porque, ele não entrou como um cidadão fardado do Exército, ou de qualquer coisa. Ele não entrou, porque ele tinha uma japona, tinha barba, e pegou Otoniel Campos Barreto, meu irmão de vinte anos, e deu uma coronhada nele, e puxou para fora, e ele não entrou na nossa casa por isso.

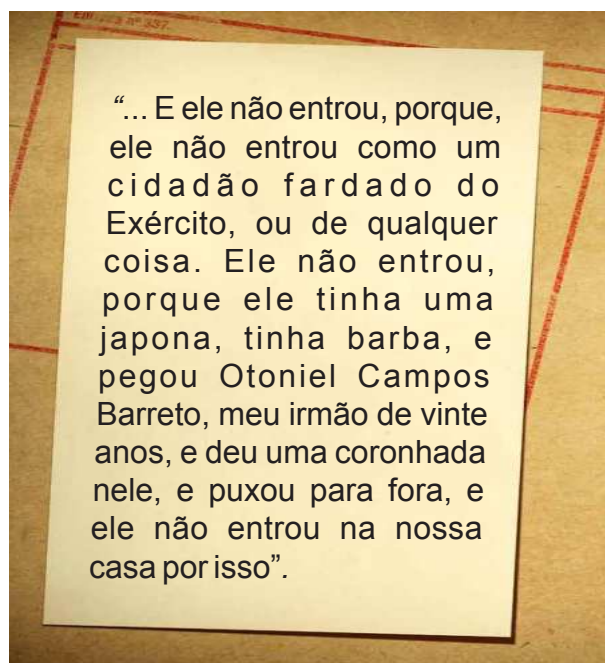
Minha saúde mental, gente, diz isso. Eu tinha uma orientação dos companheiros, até a meia noite tivemos com José Campos Barreto e Carlos Lamarca. E a orientação deles era essa: “Guarde essa porqueira desse revólver que você tem”. Porque era um revólver trinta e dois, que a gente era obrigado a ter, porque a gente andava a pés, nós não tínhamos estrada de

carro em Buriti Cristalino, nós enfrentávamos, na noite, e naquela estrada tem, teve e sempre terá onças, que sempre ameaçam garimpeiros e que sempre está oferecendo perigo para a vida da gente. E esse revólvinho, eu tinha adquirido, de um senhor ordeiro, muito ordeiro, um senhor que quando bebia, ele tinha um processo, acelerava um processo de valentia, e ele trancava as ruas de Brotas. E a filha dele, namorada de Otoniel, menino com vinte anos, me pediu: “Olderico, você que convence meu pai, tira aquele revólver da mão de pai, que quando ele bebe a gente tudo se sente, ameaçado”. Eu disse para ela, “vou tentar, vou tentar nesse revólver”.

E fui a seu Antônio Mateiro, que aparece no livro “Lamarca o Capitão da Guerrilha”, fui a seu Antônio Mateiro, e falei: “seu Antônio, o senhor não sabe quem tem um revólvinho para me vender? Eu estou precisando de uma arma. Até porque eu estou com uma pretensão de comprar um carro e preciso dela para me segurar nessas coisas e também viagem.” Fiz um monte de... “Moço, eu tenho um. Eu te vendo, e te vendo barato, porque eu comprei ele, e eu não uso e essa porqueira está lá.” Então eu disse: “Seu Antônio, quanto o senhor quer por ele?” Ele me deu o preço e eu paguei, e fiquei com esse revólvinho.

E, foi essa porqueira desse revólvinho de calibre trinta e dois, que eu não tinha guardado, não tinha, ainda, obedecido aos companheiros José Campos Barreto, Carlos Lamarca e Luiz Antônio Santa Bárbara, que estavam na reunião, e nem Otoniel também, que tinha um revólver, que nem tinha capa e que estava no bolso de traz da coisa. E nós tínhamos apenas uma missão de levar informações, se necessário, porque, já estava cercado Buriti, já estava cercada a região, cerco tático, estratégico, estava fechando tudo.

Mas, eu queria botar um comercial nisso aí, um plim plim para a gente poder terminar a minha homenagem. Perdão aos senhores do plenário. Não terminei minha



homenagem, e vou continuar, e estou vendendo meus amigos aqui, Theo e o Emiliano, que muito poderão interagir neste processo com a gente. É um depoimento pessoal, mas que tem tudo a ver com todo o Brasil, com todos vocês, isso eu tenho certeza.

Pessoal, eu queria voltar, e vocês me segurem. Até poderia ter sido uma ajuda divina, de ter parado na primeira homenagem, eu disse que faria duas, e vendo, a figura de Theo, alí e o pessoal de Emiliano, e todo esse pessoal, eu me refiz, e queria dizer a vocês uma coisa. A segunda homenagem, que eu não poderia deixar de fazer, jamais, eu queria fazer a uma mulher, que pelo seu comportamento, pelo seu profissionalismo, pela sua visão humana de mundo, dentro do mesmo espírito do Dr. Luís Humberto Agle, também tomou uma atitude que não me surpreendeu, mas me fez gerar lágrimas nos olhos, numa situação daquelas. Ela resumiu para mim, Dr^a Ronilda disse: “Olderico, quando eu vi aquilo tudo, eu não me agüentei, eu explodi”.

Eu não estava presente, quando ela explodiu, mas depois, eu tive alguns detalhes da explosão dela, o porquê que essa mulher explodiu. Essa mulher explodiu porque o representante do Ministério

Público Militar, Dr. Antônio Brandão Andrade, pegava uma fotografia de Lara Lavelberg nua, bandeava essa fotografia e insinuava as mais terríveis situações humilhantes. E Dr^a Ronilda, sentada em uma cadeira à margem esquerda desse, e ouvindo aquilo calada, e esse homem tripudiou, com uma mulher nua em sua mão, mas de uma roupa tirada depois de morta.

E a Dr^a Ronilda ouviu tudo isso calada, em silêncio, como manda a lei, e ela não era imune à prisão, como ninguém era imune à prisão, mas essa mulher, quando o microfone chegou na mão dela, essa mulher pediu ao excelente, a vossa excelência, companheiro dela, que ele tivesse um pouco de respeito pela mulher, pela mulher brasileira; que ele tivesse um pouco de respeito, pelas mulheres, e que ele tivesse um pouco de respeito por Lara Lavelberg, que não tirou aquela roupa. Aquela roupa foi fora tirada, dentro do IML. E, que pedia um respeito, também por ela, como mulher, como ser humano, e provocou um silêncio profundo, onde não houve réplica e nem tréplica, desta terrível fera, que seria, aquele cara, que dizia que iria à rua combater o terrorista, ele dizia para todos nós ouvirmos, inúmeras vezes.

Voltando um pouquinho, ao Dr. Luís Humberto Agle, esse, um dia, chegou ao ponto de perguntar a ele, que ele fez tantas acusações a mim, que ele perguntou, se ele tirou na loteria. Que tanta fartura daquela, só poderia ter acertado num prêmio de tanta fartura de acusações. Então pessoal, eu queria, em homenagem a Dr^a Ronilda, em homenagem póstuma, que aonde ela estiver, que nós, família Barreto, por mim representada e sentida, nós queremos que

memorialmente, ela seja representante da mulher brasileira em todo o planeta, onde ela estiver. Porque, ela foi digna, seu comportamento, foi um comportamento digno. A isto, eu peço a vocês, a ela, uma salva de palmas a Dr^a Ronilda Noblat, e ao Dr. Luís Humberto Agle.

Jackson Azevêdo - Olderico, só para ajudar a nossa conversa, mas você não está obrigado a seguir as coisas que vou lhe perguntar, você é livre para dizer o que você quiser. Mas eu queria começar, Olderico, se você pudesse nos falar um pouquinho sobre Brotas de Macaúbas e especialmente Buriti Cristalino, nessa época, dos anos 60 e anos 70, como é que era a situação, como é que se estava lá, como é que se vivia ali, antes da gente chegar às coisas que nos interessam de perto.

Olderico Barreto - Buriti Cristalino, eu cheguei com três anos de idade, e comecei a participar da vida daquilo ali, ali, onde eu fui analfabetizado, posso dizer isso com toda a certeza. Me ensinaram a chamar Washington de "Vazinguetom", e assim por diante. A gente foi, analfabetizado numa escolinha de leigos, porque não havia escolas. Meu pai, tinha feito curso, aprendido a ler e escrever, com um canteiro de alho, que ele cultivou e comprou os instrumentos, que eram da educação na época. Que era uma pedra com grafite, e eles faziam uma bolsa, e levavam isso para a escola. Cada aluno tinha uma bolsa, de tara de palmeira, e uma pedra dentro, um pedaço da mesma pedra ou um grafite, que servia para escrever e fazer as contas, e tal.

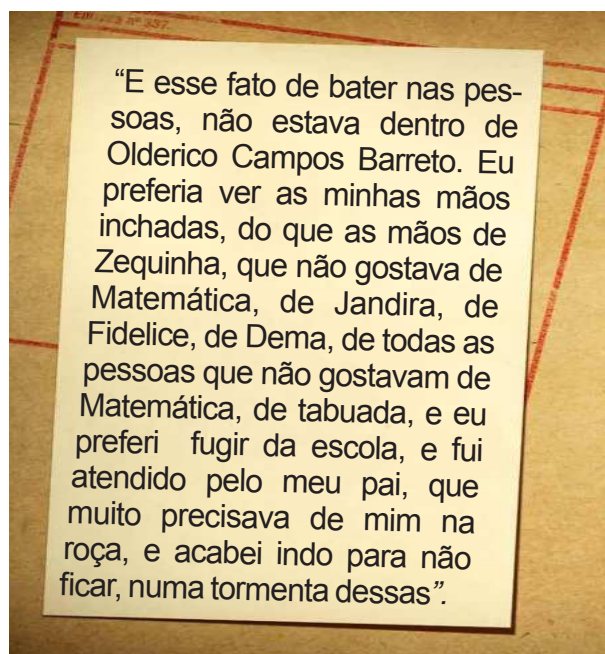
O que eu, acompanhei foi um

processo desses, de alfabetização, dentro do Buriti, e uma palmatória na mesa que, a cada erro que cada aluno tinha, ela entrava em ação. E, essa palmatória, ela me afastou da mesa, da escola, e daí, a minha não conclusão, do meu curso primário. Não cheguei a concluir o curso primário ali, porque essa palmatória, a gente tinha que bater em quem errasse. Vamos simular uma classe, todo mundo em pé, três vezes oito, não disse, não, disse, não disse e o outro falou vinte e quatro, aí a palmatória corria, mas se essa palmatória batesse de leve, a professora pegava, e rachava a mão de quem bateu.

Então, você tinha que bater nas pessoas. E esse fato de bater nas pessoas, não estava dentro de Olderico Campos Barreto. Eu preferia ver as minhas mãos inchadas, do que as mãos de Zequinha, que não gostava de Matemática, de Jandira, de Fidelice, de Dema, de todas as pessoas que não gostavam de Matemática, de tabuada, e eu preferi fugir da escola, e fui atendido pelo meu pai, que muito precisava de mim na roça, e acabei indo para não ficar, numa tormenta dessas.

Então, isso era um processo educativo, que era massacrante, e eu poderia, até, para esfriar esse espírito, para vocês terem uma ideia, lá na comunidade vizinha, que era tudo a mesma coisa, a pressão da palmatória chegou a um ponto... Repara essa: as pessoas iam soletrar o nome. As pessoas estavam alfabetizando, então, um cara que ia, você botava e ele, Ji-o-vi-ni-ano, Jioviniano, certo? E, assim, vai. Todo mundo soletrando o nome. Isso era no Português e na Matemática. A ponto de uma pessoa, que não conseguiu entender muito essa coisa, chegou um, de um vizinho, falou E-li-as, Elias, virou para o outro e ele disse, E-li-as, Manoel. O nome do outro era Manoel, ele não sabia, como tecer essas coisas.

E, eu quero só, gente, dizer que não é na marra, que não é na força que se ensinam as coisas. E a tirada dessa palmatória, que esse sistema hoje, que tirou dali,



é um grande alívio para as crianças. E eu vejo muitas crianças hoje, dentro de faculdades, graças a um novo processo, uma nova coisa. Que a gente poderia dar, o parabéns, por essa quebra de paradigma.

Jackson Azevêdo - Olderico, eu acho que a gente pode, passando um pouquinho dessa fase aí, chegando nos anos 60, antes de Lamarca chegar lá. Como é que era a vida, lá em Buriti Cristalino, se você, lembrar um pouquinho, final dos anos 60, começo dos anos 70, na época que teve o golpe civil militar, como é que era a vida lá?

Oderico Barreto - Eu vou retroagir e vou pegar uma figura central dessa história, compadre. Eu não estaria aqui, se não fosse Zeca Campos Barreto, o Zequinha. Zequinha, inclusive, eu me lembro, de um dia, ele na escola, por um motivo não disciplinar da escola, mas por um motivo alheio, particular, porque ele não tinha dado água a um animal, ou uma coisa dessas, ele foi condenado a ficar sem o almoço. E ele ficou embaixo de uma prensa, que segurava a tampa, e ele ficou preso nisso, enquanto se almoçava. Para a punição deste jovem, que tinha menos de doze anos. E esse suplício, graças, a logo, logo aos doze anos, aí ele sai de Brotas de Macaúbas, e vai para um seminário, inicialmente em Garanhuns, em Pernambuco. E

lá vem um Zequinha, todo ano, diferente, um Zequinha acrescido, um Zequinha, cada vez mais Zequinha. Um violão, que não tinha quem não viesse para pegar, que não tinha quem não deixasse a sua roça para ouvir aquele violão. E, um homem que vinha acompanhado, de cada ano, de uma carta do diretor do seminário, uma carta que, nós gostaríamos, da Comissão da Verdade, que se vocês conseguissem arrancar uma delas, mas tenho certeza que foram queimadas, que nos trouxessem. Porque a família não tem direito a nada de Zequinha, nada, absolutamente nada.

Essas cartas que vinham de lá, vinham dizendo, no primeiro ano, eu tenho alguma coisa do teor, mas não a íntegra daquelas cartas, que eram feitas por quem sabia escrever, tinha o dom de escrever e passava a minha mãe o resultado de cada ano de Zequinha.

No primeiro ano, a carta dizia, nos seus termos, eu não tenho esses termos, mas ela dizia que Zequinha tinha sido submetido a um exame de admissão, que ele não foi para lá com nenhuma escola formal, que ele não tinha, ele não levou nada, que ele havia passado em primeiro lugar no seminário. Essa, notícia, trouxe, a minha mãe, o maior orgulho, trouxe a nós, essas cartas que chegavam, era, a gente via um Zequinha, e via o outro, que trazia uma carta, lacrada, que só minha mãe abria, e ela passava para nós, quem foi Zequinha.

Eu vou deixar as do meio, porque elas são, a última carta que chegou, disse o diretor do seminário, já em Campina Grande, porque ele estudou, dois anos em Garanhuns, e você vê que nós estamos queimando etapas, porque eu não tenho todas essas cartas. Disse o Diretor que, no final do ano, no processo comemorativo de cola-

ção de grau, das provas de final do ano, que Zequinha, como todos alunos, todos os alunos tinham, que falar uma lauda, mínima, em outro idioma, que não o Português. Todos teriam que falar esse mínimo, e isso, todo mundo, tinha que ocupar a tribuna de honra e falar em outro idioma, porque todos eles estudavam esses idiomas. E o padre diretor disse que, para grande surpresa e alegria, José Campos Barreto, falou em Português, em alto e bom som, o seguinte: “Em qual idioma vocês querem que eu fale”? Ele não escolheu. Ele preferiu que o plenário sentisse, qual a facilidade que ele tinha, e botou isso em votação, para ver com o que ele atendia a maioria. Isso, ele

diz e ressalta, e sublinha os termos, que ele ficou, da forma que ele ficou arrepiado, de ver aquele fenômeno.

E, eu queria ainda, dizer, que no decorrer desses quatro anos, as cartas de Zequinha chegavam, e a minha mãe era a única que lia, porque ele tinha uma letra garrancho, que só a minha mãe lia, e vinham lembranças, recomendações para todas aquelas pessoas, e mesmo, as

mais deficientes, pessoas mudas, que não tinham audição, que não conseguiam falar, Zequinha perguntava por elas, mandava recomendações, para aqueles velhinhos, para todas as pessoas.

Então, nas cartas de Zequinha, na hora que chegava uma carta de Zequinha, era uma busca de notícia, uma busca, na comunidade inteira, pelas notícias de Zequinha, e com recomendação a minha mãe, “Quando a senhora for escrever, eu quero estar aqui para retribuir isso, mandar também as nossas notícias”.

E, outra coisa me que marcou, foram as famílias, traduzindo o que os mudos diziam, o que a gente não conseguia

“Então, nas cartas de Zequinha, na hora que chegava uma carta de Zequinha, era uma busca de notícia, uma busca, na comunidade inteira, pelas notícias de Zequinha, e com recomendação a minha mãe, “Quando a senhora for escrever, eu quero estar aqui, para retribuir isso, mandar também as nossas notícias”.

entender, para Zequinha. E, é por isso, minha gente, que eu comecei a seguir Zequinha, de uma forma ilimitada, de uma forma, eu comecei a acompanhar esse Zequinha, e, eu não saberia, aonde, mais tarde, esse Zequinha iria chegar, mas nós iríamos chegar juntos, com certeza.

Jackson Azevêdo - Olderico, e, você conheceu Roque Aparecido da Silva, conheceu Santa Bárbara?

Olderico Barreto - Rapaz, eu conheci.

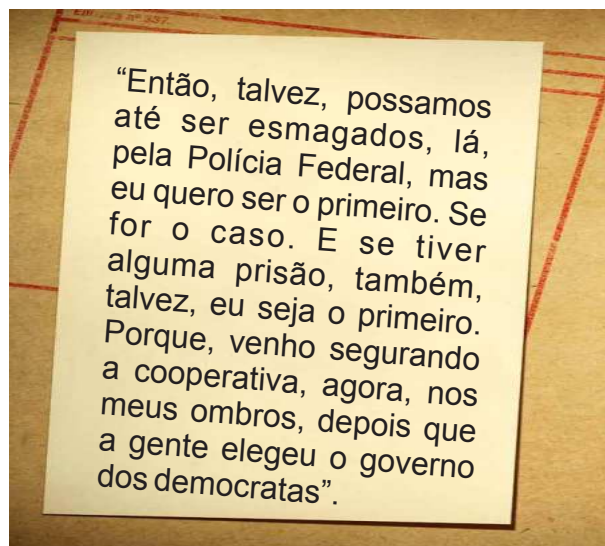
Jackson Azevêdo - Através de Zequinha?

Olderico Barreto - Não, infelizmente. Roque, eu conheci após, na Operação Pajussara, inclusive no final dessa apresentação, eu tenho um protesto sobre ele. Não vou falar de Roque agora, vou falar de Luiz Antônio Santa Bárbara, porque, quando nós montamos a área para levar os companheiros que não queriam se exilar, e que às vezes é difícil a gente entender, porque as pessoas relutam ao exílio.

E hoje mesmo, a gente está na mesma situação. Eu estou na cooperativa, eu recebi, como gerente da cooperativa, o meu último salário, em 30 de abril de 2000. E, a partir de então, nunca mais recebi salário. E nem por isso, eu posso deixar nosso povo, nossos companheiros sem os seus garimpos, que não chove lá, e eles vivem daquilo. Então, talvez, possamos até ser esmagados, lá, pela Polícia Federal, mas eu quero ser o primeiro. Se for o caso. E se tiver alguma prisão, também, talvez, eu seja o primeiro. Porque, venho segurando a cooperativa, agora, nos meus ombros, depois que a gente elegeu o governo dos democratas.

Jackson Azevêdo - E, como vocês, conheceram Lamarca?

Olderico Barreto - Bom, Lamarca, eu fui conhecer ele, no dia 28 de agosto, ah, desculpa, no dia 28 de junho de 1971, quando ele ali chegou, no fundo da nossa roça no Boqueirão, que eu encontrei com



ele, e Zequinha me pediu um local que ele pudesse acampar. E, aí, tive aquele contato, e fui trabalhar a mente para onde, para ele não ser visto. Lamarca não era pra ser visto, por ninguém. E, em uma área onde havia garimpo, onde havia caça, onde havia extração de madeira, uma área onde havia circulação de garimpeiros à procura de tudo, me deixou com uma missão de buscar um local para Carlos Lamarca ficar. Que, na realidade, não era Lamarca, era Cirilo, e nós o tratamos como Cirilo, e nós tínhamos uma indução clara, que seria Lamarca, mas o chamávamos de Cirilo. Era proibido falar a palavra Lamarca. Não podia.

Então, Lamarca chega ali, eu aloco ele, inicialmente, em um acampamento confortável. Vou botar bem o que é “confortável”: embaixo de uma sombra de jatoba-zeiro, e próximo a uma fonte de água, onde ele poderia tomar banho, e, tomar banho, facilitar para pegar água. Então, esse acampamento inicial foi muito generoso. E, ele foi visto, no segundo dia, que ele sai para tomar água, uma pessoa passa por dentro do riacho, e o vê, e ele queixa-se a Zequinha imediatamente, e Zequinha me pede novamente para arranjar outro ponto para acampamento.

Aí, com isso, eu subi o morro, com muitos e muitos metros de morro, e consegui botar ele atrás de umas pedras, e arrumei outro acampamento, mas em um

lugar, que só havia pernilongos, unha de gato, e que não tinha nenhuma coisa.

Jackson Azevêdo - E, você já sabia, já tinha alguma informação, sobre Cirilo, nesta época? Você já sabia quem era, o que ele queria? Quem que lhe contou essas coisas?

Olderico Barreto - Perfeitamente, sem a menor dúvida. Olha. Nós tínhamos atividade, diária, na roça. Zequinha, Santa Bárbara, Otoniel, pai, eu, trabalhávamos todos os dias na roça. O nosso prato era a discussão política, eram questões nacionais, mundial, eram essas questões de perigo de pessoas, era como estava a vida, isso. Eu perdi o gancho, vamos voltar lá.

Quando Zequinha me chamou para Brotas de Macaúbas, veja, eu fui com ele. Vamos voltar um pouquinho no tempo. É difícil trabalhar essas coisas, mas vamos lá. Eu não sei se volto para o acampamento, é duro, muito gancho para gente pegar. Eu gostaria de voltar um pouquinho, mas não dá, não dá, vamos continuar.

Vou para o acampamento, lá era íngreme, e apenas havia um banheiro, que tem uns caldeirões dentro de nossa propriedade, e trouxemos Lamarca, e ensinamos. “Olha. Você vai ficar tomando banho a partir das nove da noite, naquele banheiro.” Então, esse homem ficou em cima de uma serra, no bico de serra, bem íngreme, e dali, sem poder fazer grandes picadas, ele ficou ali.

Ali, vem Salgado, um dia, acessar esse acampamento, acessa o acampamento, e, nas suas andadas ali, ele é visto por um menino, que pegava animal, o menino, primo nosso. Quando, ele é visto

por esse menino, levanta outra vez, e pede a Zequinha que volta outra vez a pedir mais um acampamento para Cirilo.

Aí, eu saí, utilizei esse que já estava, e adentrei mais alguns metros, numa, muitos metros, dentro dessa terra, num ponto que até hoje eu não achei. E nem Salgado, e nós estamos numa expectativa de Salgado ver se consegue. Só sei que nós colocamos Lamarca dentro de um local que eu mesmo não consegui mais encontrar.

Jackson Azevêdo - Mas tem uma coisa que até agora eu não entendi, Olderico. Por que Lamarca procurou vocês? Como é que foi o conhecimento? Foi ele com Zequinha, foi ele com você, por que ele procurou vocês e não outros?

Olderico Barreto - José Campos Barreto era um homem, que tinha, uma profunda admiração...

Jackson Azevêdo - Zé Campos Barreto, seu pai?

Olderico Barreto - Zequinha! A partir de que ele ingressou na vida operária em São Paulo, a partir de que ele teve também, passou pela vida estudantil, e assim que passou, que entrou para a vida operária, depois até de ter passado pelo quartel, Zequinha tinha uma sensibilidade imensa, e o recrudescimento do regime acabou fazendo com que eles se encontrassem. E, por tudo que diz a história, o primeiro contato deles fora na greve de Osasco, onde um tinha missão de reprimir e o outro de fazer aquela greve, e ele não.

Jackson Azevêdo - Então, em Buriti Cristalino houve um reencontro?

Olderico Barreto - Não. É provável, provável que sim, é presumido, é presumido, porque...

Jackson Azevêdo - Quando Lamarca chega em Buriti, já conhecia Zequinha.

Olderico Barreto - Isso era um segredo de estado.

Jackson Azevêdo - Ah, então tá. Vamos respeitar.

Olderico Barreto - Não tínhamos nenhuma intimidade para fazer isso. O que a gente tem hoje, digamos, a gente presume alguma coisa. O que pode ter acontecido, seria isso. Zequinha, já preso, com uma notória participação na greve de Osasco em 68, e Lamarca, uma vez que já tinha sido militar, poderia ter evitado qualquer repressão à coisa. É tanto que uma das coisas, a gente pode ver isso, é que a COBRASMA não foi invadida, quando Zequinha ameaçou de queimar o tanque, se as tropas invadissem, e essas tropas recuaram, que elas poderiam, brutalmente, invadir. Eu não sei, mas isso são presunções, que podem haver ou não, de Lamarca estar nesse período.

Jackson Azevêdo - Uma vez, em Buriti, Lamarca e Zequinha, o que vocês faziam lá, você, Otoniel, Lamarca, Zequinha?

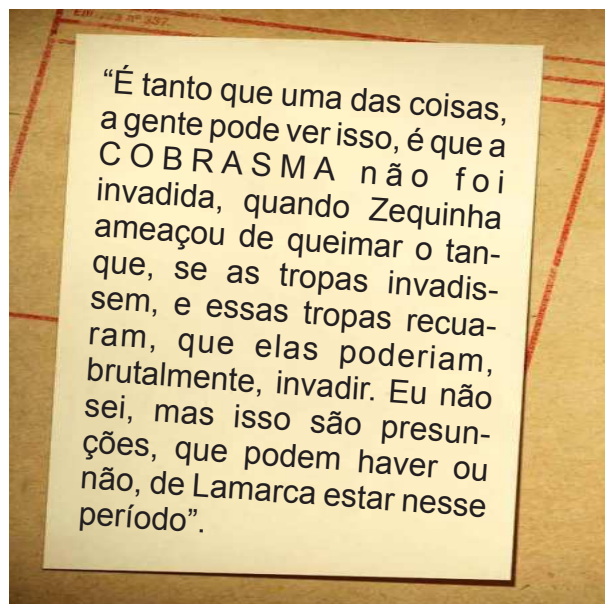
Olderico Barreto - Rapaz, nós éramos eminentemente agricultores, Otoniel, eu, nós trabalhávamos ali, na atividade. Antes até, eu iria até o garimpo. O primeiro dinheiro que eu coloquei em meu bolso foi do garimpo de Buriti Cristalino.

Jackson Azevêdo - E, quando Lamarca chega lá?

Olderico Barreto - Lamarca chega lá, e nossa vida vira uma vida política, e nós trabalhamos e nos dedicamos a isso.

Jackson Azevêdo - E, o que era essa vida política?

Olderico Barreto - Essa vida política, rapaz, nós tínhamos reuniões, constantes, durante a semana. Nós saíamos, tomávamos café no Buriti, descíamos pra roça com



o suprimento de Lamarca e apenas entregávamos nesse horário e descíamos para roça, para ir trabalhar, arrancar mandioca, fazer farinha. Nós fizemos, ele demonstrava, dizia-se invejoso, e dizia que a pior parte da vida dele, ali, era não poder entrar com a gente, ele se sentia...

Jackson Azevêdo -E, isso fica mais ou menos tranquilo até 71?

Olderico Barreto - Isso é apenas de dois meses de Lamarca. Nós convivemos com ele, apenas sessenta dias contados.

Jackson Azevêdo - Em 71. Quando chega em agosto de 71, o que é que acontece?

Olderico Barreto - Quando chega em agosto de 71, o que acontece? A repressão localiza Lamarca na Bahia, o pente fino da repressão localiza, e monta a famigerada operação Pajussara, que leva a uma operação de guerra.

Jackson Azevêdo - Quem coordenava essa operação, Olderico? Você sabe?

Olderico Barreto - Quem invadiu nossa casa foi o esquadrão da morte, aqui de São Paulo, chefiado por Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Esse grupo cercou a nossa casa e, no primeiro soco, no primeiro dia, nessa invasão, ceifaram a vida de

Otoniel, a de Santa Bárbara, e já me fizeram ferido e preso.

Jackson Azevêdo - Vocês já tinham alguma ideia de como reagir se um dia a repressão chegasse? Era uma coisa já combinada entre vocês?

Olderico Barreto - Olha, eu posso aproveitar isso e dizer, em alto e bom som: Lamarca, não nos instruiu a atirar. Eu tenho e lembro da força de Lamarca nas reuniões, ele tinha uma missão, era quem menos falava, ele tinha uma missão de secretariar. Lamarca calado, todos nós, quando ele não entendia o espírito de uma conversa, ele pedia para repetir, ou ver se foi aquilo que ele entendeu. Mas Lamarca trabalhava em silêncio, enquanto todos falavam, a reunião tinha uma pauta, e essa pauta era digerida por todos, e ele, quando terminava essa reunião, então, ele confirmava se já tinha terminado, e ele lia tudo que foi dito, naquela coisa. Aquilo nos levava, a ter a maior admiração por aquele cara. A ter uma profunda admiração por aquele homem, que pouco falava.

Jackson Azevêdo - Quando Fleury chega em sua casa, e cerca a sua casa, quem estava lá? Seu pai, você, Otoniel, Zequinha, quem estava lá?

Olderico Barreto - Rapaz, nós tínhamos estado, até à meia noite, na serra, com Lamarca, com Zequinha, com Santa Bárbara, com Otoniel, e definindo, já clara a coisa, a situação já estava clara. Chega um portador, e nós já levamos a informação que o Olho D'Água, que é uma comunidade em Oliveira dos Brejinhos, uma comunidade onde havia carro, que chegava carro mais próximo de Buriti Cristalino, era no pé da serra de Olho D'Água, aproximadamente 11, 12 quilômetros, era o local mais próximo de que o carro se aproximava do

Buriti Cristalino. E naquela reunião do dia 27 de agosto, até a meia noite, quando nós fomos à tarde, nós já fomos com a informação de que várias caminhonetes haviam chegado e embrenhado homens armados na serra.

Jackson Azevêdo - O que, vocês estavam discutindo na serra, dia 27? Pode dizer? Vocês discutiam o quê, na serra, antes de vocês saberem, que a repressão tinha chegado?

“Quem invadiu nossa casa foi o esquadrão da morte, aqui de São Paulo, chefiado por Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Esse grupo cercou a nossa casa e, no primeiro soco, no primeiro dia, nessa invasão, ceifaram a vida de Otoniel, a de Santa Bárbara, e já me fizeram ferido e preso”.

Olderico Barreto - Rapaz, eu poderia, e quero chamar, e estive até, falando com Theo hoje. Nós temos um sobrevivente dessa causa, que é João Lopes Salgado, que chegou a essa região, e que também, participou de algumas reuniões. Nesse dia, por exemplo, no que a gente discutia, foi relatado pra nós o Vale da Ribeira. Lamarca não foi procurado, não foi perseguido, no Vale da Ribeira?

Então, essa experiência, do Vale da Ribeira foi repassada para a gente, e repassada por uma pessoa que não participou do Vale da Ribeira, que é João Lopes Salgado. Ele foi o relator do Vale da Ribeira, e Lamarca apenas calado ouvindo aquele depoimento de João Lopes Salgado, e nós ouvindo atentamente. Este fato me leva, inclusive, aproveitando aqui a presença de todos, de Theo, até já falei disso hoje, eu gostaria, diante do que nós ouvimos, e ter uma pessoa viva, que nós buscássemos, recursos, de alguma maneira, e trazer isso de volta, para a gente documentar isso, porque os jovens precisam saber o quanto, quantas dificuldades e tudo como foi relatado em Ribeira, que eu nada vou adiantar disso. Gostaria de ver Salgado, cercado de câmeras e microfones, falando isso, eu iria fazer o papel de Carlos Lamarca, com a minha curta memória, de ver se realmente ele reproduziu o que ele

disse naquele dia ou não. Eu acho que a gente ainda tem uma condição pra isso.

Jackson Azevêdo - Vocês estavam organizando algum grupo de resistência à ditadura? Qual era o conteúdo político desse grupo que se reunia?

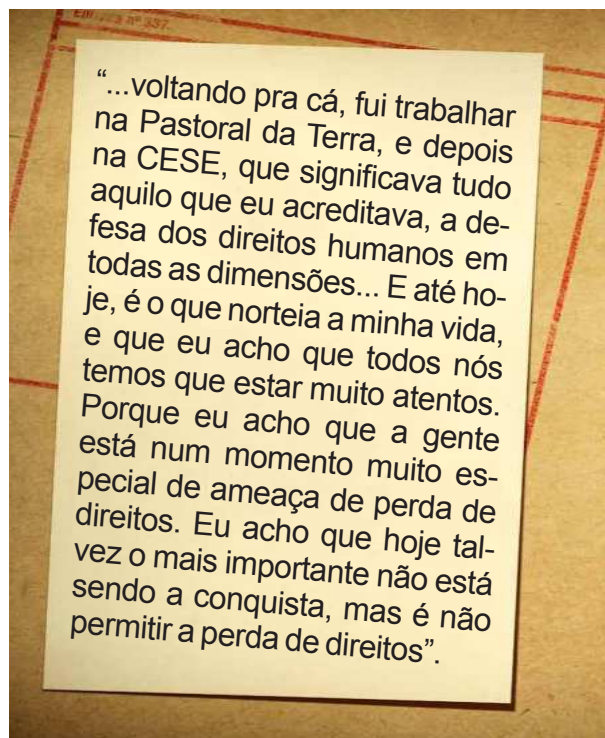
Olderico Barreto - Rapaz, olha, uma coisa eu lhe digo: a forte simpatia que tinham Zequinha e Lamarca por Che Guevara nos levou a nos tratarmos lá de MR8. Então, inspirados na figura de Che Guevara, que fora assassinado no dia oito de outubro de 68. Então, as inspirações, aliás, o único instrumento que nós tínhamos também de comunicação era um rádio grande, que pegava as emissoras da Albânia, de vários países, inclusive a cubana, aonde, havia transmissões em português, e em cada término de transmissão dizia: “estamos transmitindo de Cuba, território livre na América.”

Jackson Azevêdo - E, o que acontece, na sua casa, no dia que a repressão chega e cerca a casa, sob o comando do Fleury, quem estava na casa, e o que é que acontece na casa?

Olderico Barreto - Na minha casa, estava, quando anoiteceu, aliás, nós chegamos depois da meia noite, eu e Otoniel, Deixamos Santa Bárbara no acampamento; e dormia a minha irmã Maria Dolores, Olival Campos Barreto, o meu pai, mais nós. E, minha irmã, Maria Dolores, de dezesseis anos, saiu madrugada, muito madrugada, que era costume dela, para poder levar roupa para a fonte, para quarar, para lavar. Ela às vezes se levantava muito cedo, para ir a uma fonte distante onde ela lavava roupa. No momento em que eles chegaram, estava meu pai, eu, Otoniel e Olival, ainda dormindo.

Jackson Azevedo - E aí, o que é que acontece?

Olderico Barreto - O que acontece é, que nós, eu deitado no quarto do meio, Santa Bárbara dormia em um da frente, e eu dormia no do meio E entra um primo meu



que levanta, também, muito cedo, chega e me acorda. Ele me chamava de Deli, “Deli, o Buriti está cheio de homens armados até os dentes, mas eu vi eles lá na porta de Chica de Zé Viúvo e na porta da igreja”. A porta de Chica de Zé Viúvo era uma saída do Buriti, que já estava fechada, e a outra estava na igreja. E quando ele me diz isso, eu levanto e vou acordar Otoniel, que viemos de lá, e vamos ver o que a gente fazia daquelas armas, para não nos causar transtornos, perdê-las ou tem outras.

Vou buscar Otoniel no outro quarto, na sobreloja, onde ele dormia, e chego para Otoniel, e digo: “O Buriti, está cheio de homens, vamos desfazer das nossas armas?” Ele falou: “vamos”, falei: “você guarda a sua em um lugar e eu vou guardar a minha em outro, porque se achar, não acha as duas.” Pense você, crie, imagine. Otoniel e eu chegamos em uma mesa, aqui no centro, e Otoniel pensou, saiu e andou em direção à porta, mais ou menos como está aquela porta lá. Era o fundo do quintal e abriu, a porta era cortada horizontalmente, abriu a parte de cima e já levanta, três metralhadoras e um fuzil naquela porta, e já o imobiliza, e já dão uma coronhada com o fuzil e jogam ele para fora. Otoniel é

arrastado e jogado para o meu lado esquerdo, para o lado lá, e essa porta se fecha e vira um apoio para as armas, e essas armas todas se voltam pra mim, numa mesa no centro, e “venha você também” foi a ordem que recebi, para seguir na direção daqueles homens.

Jackson Azevêdo - Aí, o que você faz?

Olderico Barreto - Eu, evidentemente, não tinha guardado a minha arma, estava aqui, e resolvi, que já que eles insistiam que eu fosse, eu saí em direção a eles, pensando em duas opções de saídas para mim decidir o que iria fazer. Mas naquelas condições não dava pra fazer nada. Então, “venha você também”, eu obedeci e fiquei entre duas portas. Havia um quarto com a porta à esquerda, e a nossa cozinha, como uma porta também à esquerda, aí, eu resolvo, vou andando como em direção deles, e entro na cozinha, e ali vou meditar no que tenho que fazer, e qual é a decisão que eu devo tomar. E, ali parei, e assim que eu entrei, começou uma barulheira em volta, de gritos. E aí, começou uma correria, em volta, que na minha cozinha, na nossa cozinha, tinha um tampo de janela arrancado que permitia ver a rua. Coturnos começaram a rodar correndo, rodar por toda.

Jackson Azevêdo - E teve troca de tiros nesta ocasião? Houve troca de tiros, neste momento?

Olderico Barreto - Ainda, não. Aí eu resolvo, decido avisar aos companheiros que ali estava perigoso, que estava o comando, que estava o esquadrão da morte, no Buriti Cristalino. E isto, porque nós tínhamos, nessa reunião, a expectativa da chegada de uma Polícia Federal ou militar para apurar um cartório, apurar uma queima de um cartório em Oliveira dos Brejinhos. E

como esse grupo não tinha arma, eu resolvo avisar os companheiros com barulho, tanto que eu resolvi dar esse tiro. Até engatilhei a minha arma, botei ela, e lá na porta estava quase que invisível, à distância, muito à distância, as quatro bocas das metralhadoras e as miras para o lado de cá. E aí, eu atirei, dei um tiro, e esse pessoal limpou a porta. Mas, imediatamente, já começaram duas fontes de fogo, nos dois cantos do muro, pra cá. E também, logo em seguida, assim que eu fiz isso, eu fiquei reto dentro da porta, era uma parede de adobe, uma parede larga que me permitiu, com essa magreza, ficar dentro dela e esses homens começaram a atirar de lá, e retomaram essa bateria de fogo aí do meio, também.

Jackson Azevêdo - Você não foi atingido?

Olderico Barreto - Não, não e fiquei...

Jackson Azevêdo - E alguém foi atingido pelos tiros? Otoniel, Santa Bárbara?

Olderico Barreto - Até o minuto não, não sabia de Santa Bárbara.

Jackson Azevêdo - Ah, Santa Bárbara não estava em casa.

Olderico Barreto - Nesse instante, eu fiquei achando que as balas eram de borracha. Não me tocou em nada, e achava que estava. E aí, eu digo eu quero aumentar esse volume para acordar. Olha gente! A distância de Carlos Lamarca do Buriti era dois quilômetros para chegar no acampamento, e de linha reta era, no mínimo, 1500 metros. Imagina você fazer um barulho aqui para acordar alguém quase que na Praça da Sé. Então, era barulho que eu queria, para fazer isso, lá.

E, é tanto, que quando dei esse

“Quem invadiu nossa casa foi o esquadrão da morte, aqui de São Paulo, chefiado por Sergio Fernando Paranhos Fleury. Esse grupo cercou a nossa casa e, no primeiro soco, no primeiro dia, nessa invasão, ceifaram a vida de Otoniel, a de Santa Bárbara, e já me fizeram ferido e preso”.

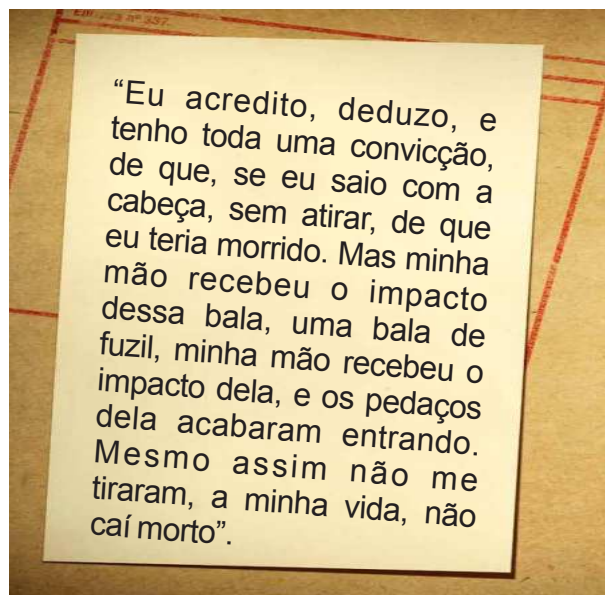
primeiro tiro, e que fizeram aquelas rajadas, rajadas e rajadas, que pararam, quando eles pararam, eu achei que estava pouco. E saí com o revólver engatilhado para incentivar esse barulho. E quando eu saio lá vem o chefe do esquadrão da morte, que nem nessa coisa aqui, vem com a metralhadora na mão, que era costume dele chegar e atirar nas vítimas, como ele sempre fez e fizeram com Otoniel, segundo eles mesmos narram. Vem ele, achando que com aquele barulho eu já tinha sido morto, e aí, eu dou de cara com ele, com o revólver já engatilhado, esse homem, quando vê essa arma, ele pulou que nem um felino, mas, mesmo assim, eu atirei, mas ele se esquivou e daí, começou a fuzilaria novamente. Aí a fuzilaria começou, e minha preocupação só com os decibéis, eu gostaria de barulho mesmo para acordar, e ter certeza, que as pessoas acordaram. Esse foi o sentimento, durante toda a minha ação.

Jackson Azevêdo - Ninguém foi atingido nesse tiroteio?

Olderico Barreto - Até o momento, não. Na terceira vez, a ingenuidade faz você sair sempre em pé. Eles tinham atiradores de elite e, no botar da minha cabeça, eu recebi uma rajada e a bala acertou a minha mão, e aqui no rosto. Eu acredito, deduzo, e tenho toda uma convicção, de que, se eu saio com a cabeça, sem atirar, de que eu teria morrido. Mas minha mão recebeu o impacto dessa bala, uma bala de fuzil, minha mão recebeu o impacto dela, e os pedaços dela acabaram entrando. Mesmo assim não me tiraram, a minha vida, não caí morto.

Jackson Azevêdo - E alguém tombou neste dia, além de você ter sido ferido? Alguém mais foi ferido?

Olderico Barreto - Eu, então, caio, e não sei por quanto tempo, e quando acordo, ferido, sem saber do que tinha acontecido. Oh! Jackson, eu queria pedir, nós temos um livro, Lamarca, que poderia ser incorporado a essa coisa. Eu gostaria de não ficar falando de Olderico. Eu vim aqui com o



espírito de falar da família do velho.

Jackson Azevêdo - Mas sabe o que é, querido? Você ajuda a gente a reconstruir essa história, porque você é um personagem vivo dessa história. Mas vamos então objetivar. Aí você, quando lembra, você desmaiou por causa da lesão que sofreu, o golpe, aí você encontra que situação?

Olderico Barreto - Eu acordo e descubro que estou ferido, porque no passar da minha mão por aqui, bateu, esguichou sangue na minha mão. E eu ainda fiquei surpreso. O que é isso? Quando eu vi, até utilizei uma expressão, muito paulista. Falei bem baixinho, para ver se tinha fala, “estou ferido”.

Jackson Azevêdo - Aí, você vê o que aconteceu com Otoniel nesta hora?

Olderico Barreto - Bom, Otoniel estava fora. Assim que eu saí percebi, eu não tinha mais condições. Então, me dominaram, e me levaram, pediram para eu sair com a mão na cabeça. Quando eu botei, foi uma farra. Quando eu botei a cara na tela, “saia, saia, saia com as mãos na cabeça”. Eu saí com minhas mãos nem na cabeça. Saí com elas na direção, porque eu estava ferido, e sangrando, eu saí com elas na direção do meu corpo mesmo, da minha cintura. E, aí, eles já trouxeram Otoniel, juntaram com a

gente, nós tínhamos uma saída lateral da nossa casa, juntaram Otoniel, e pegaram meu pai, que estava preso lá na frente e juntaram todos no pé da parede.

Jackson Azevêdo - Juntaram Otoniel, Zé Barreto e você.

Olderico Barreto - E, começaram o interrogatório.

Jackson Azevêdo - E Otoniel, portanto, vivo nessa hora?

Olderico Barreto - Vivo.

Jackson Azevêdo - E Santa Bárbara?

Olderico Barreto - Não estava.

Jackson Azevêdo - É só para confirmar. Nem Zequinha?

Olderico Barreto - Não. Zequinha eu tentei acordar.

Jackson Azevêdo - Você, Otoniel e seu pai. Aí, o que acontece?

Olderico Barreto - Interrogam. Aí, a primeira pergunta foi feita a Otoniel, que ficou na extremidade de lá: cadê Cirilo? Otoniel disse: "Eu não conheço". Otoniel não havia oferecido resistência. Virou para mim: "cadê Cirilo?" Eu fui enfático: "não conheço ninguém com esse nome!" Esses homens já me derrubaram, e me chutaram tanto na região dos rins, chutaram que eu já fiquei deitado, e não mais levantei. Meu pai só vendo.

Jackson Azevêdo - Aí bateram em você, espancaram Otoniel e Zé Barreto, também? Seu pai só vendo, poupado das porradas.

Olderico Barreto - Quando, então, eu fiquei deitado no chão, aí eles pegaram o velho. "Agora, seu velho descarado, você vai dizer, seu velho terrorista, onde está seu filho." Aí, o velho, que nada tinha a dizer,

nada sabia, eles pegaram e arrastaram. Arrastaram o velho e saíram com ele, para pendurar na rua, na frente do barracão, na frente das pessoas do barracão.

Jackson Azevêdo - Pendurar como? As mãos em cima.

Olderico Barreto - Pendurar no pau de arara, lá na frente. Aí, começaram gritos do velho, deles batendo no velho e Otoniel me faz perceber que o revólvinho dele ainda estava no bolso, e Otoniel, quando viu o velho dentro desse suplício, pegou esse revólver, e aí, nessa hora, eles todos se juntaram para o velho, e ficou uma metralhadora vigiando a gente. Otoniel pega e levanta e, ao levantar, ele atira e corre. Não acertou ninguém, nós não tínhamos treinamento para matar ninguém, Otoniel corre, esse homem do susto cai, mas toda a repres-

são que tinha lá, mais de 60 homens, sai correndo de metralhadora e atirando em Otoniel.

Atirava, trocava o pente, deitava e outro continuava, e Otoniel foi prosseguindo e a gente ouvindo, as rajadas, rajadas, rajadas, até que silenciaram. Quando silenciaram, tive que admitir duas coisas, duas hipóteses. Ou mataram meu irmão, ou ele saiu, entrou nesse morro e foi embora. Tinha um morro do lado esquerdo, muito, muito bem vegetado, um morro que apesar da seca, cheio de pedras, que você correndo, e fazendo zig zag você muito se distanciaria. E aí, fiquei com essa hipótese, por poucos segundos, quando vem a equipe de lá, dando risada: "Tá vendo, a minha está lá, a minha está lá, a outra está lá".

Jackson Azevêdo - Que idade tinha Otoniel, nesse dia?

Olderico Barreto - 20 anos.

Jackson Azevêdo - 20 anos. E você,

"Agora, seu velho descarado, você vai dizer, seu velho terrorista, onde está seu filho." Aí, o velho, que nada tinha a dizer, nada sabia, eles pegaram e arrastaram. Arrastaram o velho e saíram com ele, para pendurar na rua, na frente do barracão, na frente das pessoas do barracão".

tinha?

Olderico Barreto - 22 anos, 23 anos.

Jackson Azevêdo - Aí, você fica sabendo que o Otoniel, tombou? Aí você ficou sabendo que o Otoniel tinha morrido, neste momento. Aí, o que fazem com o seu pai e com você?

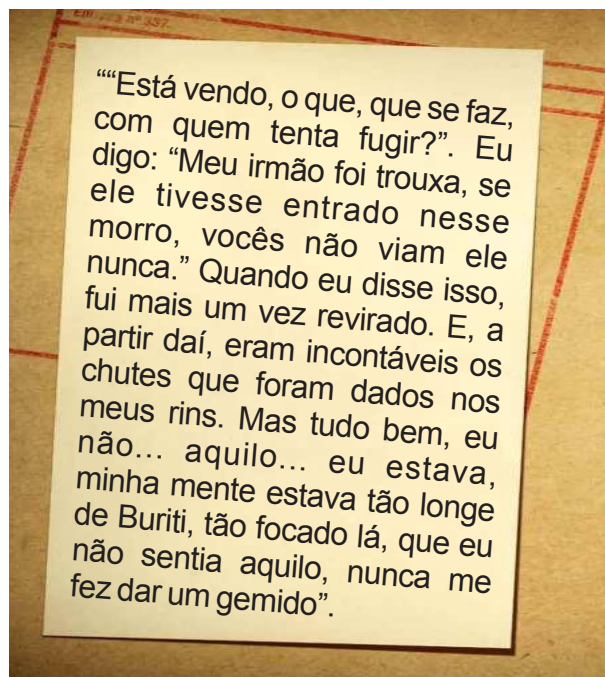
Olderico Barreto - Bem. Essa primeira reação do grupo, que eles chegaram, eu já fui dizendo para eles, quando eles me disseram: “Está vendo, o que, que se faz, com quem tenta fugir?”. Eu digo: “Meu irmão foi trouxa, se ele tivesse entrado nesse morro, vocês não viam ele nunca.” Quando eu disse isso, fui mais um vez revirado. E, a partir daí, eram incontáveis os chutes que foram dados nos meus rins. Mas tudo bem, eu não... aquilo... eu estava, minha mente estava tão longe de Buriti, tão focado lá, que eu não sentia aquilo, nunca me fez dar um gemido. Eu acredito que, eu não me lembro, não tenho recordação de sentir dores.

Jackson Azevêdo - Além de sua família, você sabe dizer se outros trabalhadores rurais, outros camponeses, outras famílias, outras pessoas da comunidade foram, também, vítimas de violência, por parte da equipe do Fleury?

Olderico Barreto - Mas, no mesmo dia. No mesmo dia.

Jackson Azevêdo - O que é, que eles buscavam, torturando?

Olderico Barreto - Não. Vejam só! Eu tenho um compadre de São João, quando menino a gente fazia compadre, ficava chamando de compadre, tinha o compadre Manoel, que o nome dele é Manoel José da Silva, mas a gente só trata de compadre Manoel e compadre Olderico. O compadre Manoel era homem do time nosso, uma pessoa que jogava bola com a gente, o compadre Manoel, ele veio, naquela tarde, visitar sua namorada que mora no Buriti, e ficou ali, por que eles proibiram andar à



noite, esse compadre ficou na casa do lado, próximo ao Buriti, porque havia uma ordem do comando.

Jackson Azevêdo - Só uma curiosidade, o padre via a namorada dele, era?

Olderico Barreto - Não, o compadre Manoel. Veio ver a namorada dele no Buriti. E, não pode voltar para sua casa.

Jackson Azevêdo - Era um padre que namorava! Ah, não era um padre, era um compadre. Eu estava achando legal, que era um padre que namorava, mas não era o caso.

Olderico Barreto - Compadre, era um compadre. Lá é comum padre namorar e casar, mas era um compadre. Então, compadre Manoel não pôde ir à noite para a sua casa, e ele ficou, dormiu e a hora que o dia amanheceu, que o sol começou a sair, ele montou no animal e pegou, saiu da estrada, e quando ele entra na estrada, uma árvore muito grossa, estava o pessoal entrincheirado, e ele foi saindo na estrada, e foi recebendo uma voz de parar. O animal dele espanta, um animal novo, e avança, e recebe uma rajada de metralhadora.

Jackson Azevêdo - Mas o que era que a

repressão queria, violentando essas pessoas da comunidade, que não tinham nada a ver com o grupo?

Olderico Barreto - Todas pessoas teriam que ajudar a repressão a encontrar Lamarca.

Jackson Azevêdo - Então, esse era o objetivo: encontrar Lamarca.

Olderico Barreto - Depois que mataram o jumento, ele passou pelo interrogatório: Cadê Zequinha? Cadê Cirilo?

Jackson Azevêdo - E nessa época, o major Nilton Cerqueira, já estava por lá?

Olderico Barreto - Bom, eu acredito que ele chegou no mesmo dia. Porque, no período da manhã, eu fui torturado pelo grupo de São Paulo e, à tarde, assim que chegou o primeiro helicóptero, eles já vieram, o pessoal do Rio. Mas esses estavam na sombra neste momento, porque a competência de invadir a área era chefia de Fleury.

Jackson Azevêdo - Era o Nilton, e você ouviu falar, também, do cabo Dalmar Caribé?

Olderico Barreto - Olha, essas apurações, foi de Emiliano, que está no livro "Lamarca". Inclusive hoje foi citado aqui.

Jackson Azevêdo - Mas você teve conhecimento desses nomes, você conheceu essas pessoas?

Olderico Barreto - Não. Naquele dia, eu só tinha por jornal, clareza de Fleury. Os demais, eu não tinha. Os que a gente conhecia por fotografia, eu tinha clareza de Fleury, mas os demais da equipe, eu não sabia o nome.

Eu queria aproveitar isso para registrar um nome interessante. Recentemente, um cara do esquadrão da morte, veja, isso faz parte. O meu pai, preso na mão deles, que passava todas as noites durante a Operação Pajussara pendurado, ele, durante o dia, saíam com ele para todas as casas, e levando o velho como escudo, para procurar o filho. É bom dizer o seguinte: que no dia que eu fui ferido e preso, eu saí, naquela tarde, e deixei sepultando Otoniel e Santa Bárbara, que nós não chegamos neles ainda. Na história do Rio, do pessoal do Rio, ia entrar Santa Bárbara, e é uma complicação para mim e para o nosso tempo. Porque nós não chegamos ainda neste caso.

Então, veja. O que eu queria registrar é que eles, fazendo a propaganda militar, no Boqueirão, em nossa roça, eles mataram um mico, um macaco pequeno, e mandavam meu pai segurar, e ele segurava na cauda do bichinho e eles atiravam à distância, e cada tiro que era deflagrado, o meu pai via balançando o bichinho. Então, eles faziam uma propaganda.

Recentemente, o Fininho, do esquadrão da morte, deu uma entrevista, cinco anos para trás, dizendo que Fleury não fazia nenhuma incursão sem ele. Que ele era o melhor atirador do Brasil, e que na frente dele só tinha o Carlos Lamarca. Então, com certeza, era esse cara que atirava na mão do meu pai.

Jackson Azevêdo - Olderico, nós gostaríamos muito de continuar conversando com você, por muito mais tempo, mas tem outras pessoas que também vão colaborar. Eu só queria, já que você concordou com a divulgação, que você assinasse esse termo. É uma declaração sobre o seu relato nos autorizando a usar a documentação. Agora, se você pudesse, enquanto assina,

"Recentemente, o Fininho, do esquadrão da morte, deu uma entrevista, cinco anos para trás, dizendo que Fleury não fazia nenhuma incursão sem ele. Que ele era o melhor atirador do Brasil, e que na frente dele só tinha o Carlos Lamarca. Então, com certeza, era esse cara que atirava na mão do meu pai."

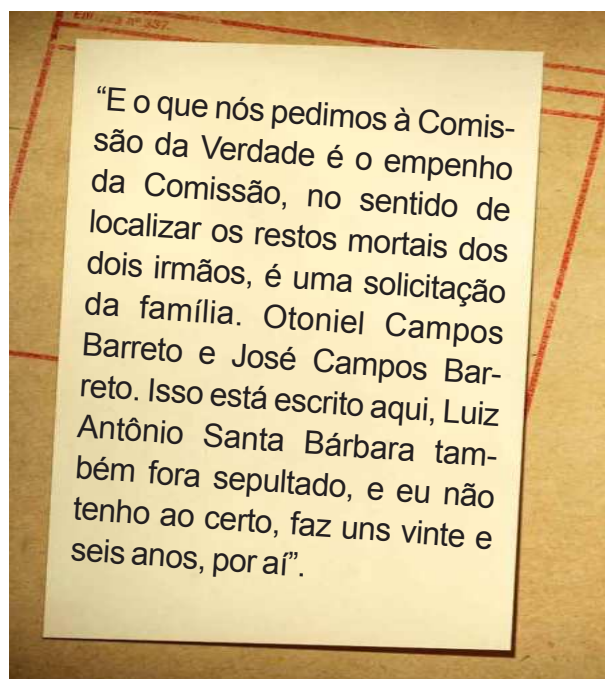
completar um pensamento que você tinha começado e não terminou, se você pudesse falar um pouco, sobre Lamarca, qual a sua opinião sobre esse homem, que você conheceu.

Olderico Barreto - Apesar de toda exiguidade, eu queria fazer um pedido à Comissão, uma solicitação da família, apesar de toda exiguidade, e depois cumprirei esse ritual. Mas eu gostaria de atender isso aqui, que eu coloquei na minha... Eu queria fazer uma solicitação à Comissão da Verdade, e registrar isso daqui, que é o seguinte. Otoniel e Santa Bárbara foram sepultados, naquela tarde de 28 de agosto, lá no Buriti Cristalino e, na manhã seguinte, eles viajaram comigo para Salvador, em um avião da FAB, que me trouxeram aqui para Salvador. E foram sepultados aqui, segundo os jornais – nós não acompanhamos – no cemitério do Araçá, junto com José Campos Barreto, também, que teria sido sepultado aqui.

E o que nós pedimos à Comissão da Verdade é o empenho da Comissão, no sentido de localizar os restos mortais dos dois irmãos, é uma solicitação da família. Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto. Isso está escrito aqui, Luís Antônio Santa Bárbara também fora sepultado, e eu não tenho ao certo, faz uns vinte e seis anos, por aí.

Eu só queria dizer, dentro desse espírito, o seguinte: que nós pedimos à Comissão, não só a localização desses restos mortais, no caso nosso, nós não podemos estar pedindo de outros, mas da família, em nome da família, ter os restos mortais de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto, e o traslado. Que a Comissão pudesse também ajudar no traslado desses restos mortais. Do cemitério do Araçá, segundo os anais, foi sepultado no cemitério do Araçá, aqui em Salvador.

O que nos paira dúvida, muita dúvida, é se eles, até hoje, estão no mesmo lugar ou se já foram removidos, se foram retirados, ou que fim deram. Então, eu acho



que a localização deles – é por isso que a gente pede empenho dessa Comissão – é mais difícil do que o próprio traslado. No cemitério do Campo Santo – eu falei Araçá, estou em São Paulo, porque tem tantas pessoas enterradas em tanto lugar, que entra outro cemitério. Então, esse é um pedido da família, de traslado.

Agora, me permita a Comissão, eu gostaria de fazer, de registrar, um protesto como Olderico, como familiar, como cidadão, como gerente da cooperativa Água Mineral sem Fronteiras, que atua naquela região há 25 anos, e que é a única esperança daquele povo ali ter um meio de produção para sobreviver, já que não chove, que são os garimpos, que estão todos em perigo. Eu gostaria de registrar um protesto contra a criação de um instituto que leva o nome de José Campos Barreto e que não tem outra finalidade conhecida que não seja colidir e destruir a cooperativa e a organização desses garimpeiros, desses 20 anos que se passaram, e que resistiram à ditadura ali. Então, eu queria registrar esse protesto, da criação e queria, se possível, se a Comissão puder nos ajudar, também, no sentido de descredenciamento do senhor Roque Aparecido, e do senhor Vladmir Alganausca de representar José Campos Barreto, nesse território nacional.

Fica, esse o nosso pedido final e gostaríamos de ser atendidos pela Comissão Estadual e pela Nacional, é o apelo e o sentimento da família, que não resiste mais a tanta perseguição, todos esses anos, chegamos ao pior estado do posto, politicamente, depois que nós

construímos os governos, com sacrifício, que construímos.

Jackson Azevêdo - Pedindo desculpa a todos nós pela ultrapassagem do tempo, se alguém quisesse se dirigir a Olderico, o microfone está aberto. Se não, nós agradecemos a atenção.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
04 de dezembro de 2013 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia



DEPOENTE: MARILUCE DE SOUZA MOURA

Mariluce de Souza Moura é graduada em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia, Mestra e Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1971, no Jornal da Bahia, cobriu a morte de Lamarca em Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina, trouxe de lá além das reportagens os cartuchos de balas deflagradas no confronto, fumo de corda usado pelo guerrilheiro e um embornal que Lamarca tinha nos ombros quando foi morto. Casada com Gildo Macedo Lacerda, membro da Ação Popular marxista-leninista foi presa junto com o marido em 1973, grávida de dois meses. Em 1982 publicou o livro “A Revolta das Visceras”, que trata da morte de Gildo e do terror vivido.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Mariluce Moura**

Dulce Aquino - Boa tarde a todos. Vamos ouvir o relato de Mariluce Moura. Para mim, Mariluce, que eu conheço há tanto tempo e por quem tenho profunda admiração, é uma honra. Hoje, dou minha contribuição como membro dessa Comissão, mas sinto-me pequena, pequenininha diante de sua grandeza, de sua luta, de sua dor. Vamos ouvir provavelmente uma história de amor, de heroísmo e pulsão de vida. Uma história triste de amor que no final o herói morre, jovem de 24 anos, ao dar sua vida pelo seu ideal e pela pátria. Uma história de heroísmo, pelo seu exemplo de vida e de superação da dor. Uma história de pulsão de vida, a mãe que salva a filha ainda na barriga com dois meses de gestação, mãe hoje orgulhosa, provavelmente, da jovem brilhante, a brilhante intelectual Tessa Moura Lacerda, professora de Filosofia da USP, aquela que lhe acompanhou nos momentos mais cruéis e dolorosos de sua prisão e quando soube da morte de Gildo. Aquela presença, como vocês escreveram em recente artigo: “ainda sutil, oculta e embrionária”. Seu depoimento será de grande importância não só para a memória da história de nosso país, mas para fortalecer a ideia de que não podemos mais retornar a viver os tempos de monstruosidades como foram os da ditadura.

Mariluce Moura – Muito obrigada, Dulce, por suas palavras fortes, emocionantes. Me sinto extremamente responsabilizada nesse depoimento aqui diante dessa sua apreciação. Eu, na verdade, conheço Dulce desde que eu entrei no Colégio Aplicação em 1962, ela estava no Clássico, no 1º Clássico, e depois a gente teve muitas

oportunidades de convívio na Universidade, na extensão, etc. E Dulce era uma das pessoas que despertou em mim grande prazer pela dança contemporânea, que, aliás, eu pratico até hoje com Ivaldo Bertazzo. Eu gostaria de saudar e agradecer a Joviniano Neto, que nos tempos da Comissão da Anistia aqui na Bahia, no Comitê da Anistia, já tinha oferecido um imenso apoio pra divulgação da história da prisão, minha e de outros companheiros da Ação Popular, e da morte de Gildo.

Gostaria de agradecer também a presença dos meus familiares. Estão ali Antônio Jorge, Suzana, Pedro, Solange. Essa família, as meninas Suzana e Solange, fez parte daquele apoio fundamental para poder criar Tessa ali, no começo da vida. Gostaria de agradecer o convite da Comissão para depor aqui e gostaria de agradecer a presença de todos os meus amigos e saudar o governador Waldir Pires, que eu tive a oportunidade de entrevistar quando ainda era ministro da Previdência e eu trabalhava, não sei se eu tava no Rio ou em Brasília trabalhando, mas eu tive a oportunidade de entrevistar antes dele ser governador da Bahia.

Vou eleger dois amigos, em nome dos quais eu agradeço a todos os amigos que foram suporte fundamental pra mim nesta batalha, que já dura 40 anos, de contar a verdade dos fatos acontecidos e das pesadas consequências desses fatos acontecidos em outubro de 73. Eu me refiro a Emiliano José e a José Sérgio Gabrielli, meu desejado ex-governador, a essa altura...

Dulce Aquino – Ex-futuro governador...

Mariluce Moura – Ex-futuro governador,

me corrige aqui a Dulce. Mas através dos dois, que acompanharam sempre toda a minha batalha, que foram companheiros de Ação Popular, foram figuras-chaves na minha formação política, eu agradeço a todos os amigos baianos aqui presentes. Eu queria agradecer também a quem está aqui e quem está assistindo fora daqui pelo

link disponibilizado pela UFBA, pela capacidade de ouvir generosamente, numa tarde luminosa, ensolarada, histórias tristes pela promoção da memória, da verdade e da justiça em nosso país.

Eu queria lembrar aqui que eu já depus para a Comissão Nacional da Verdade em Minas, depois tive um depoimento grande para a Comissão Nacional da Verdade em São Paulo, e duas vezes estive depondo na Comissão Estadual da Verdade em São Paulo, uma das vezes mais recentemente no dia 25 de outubro,

numa sessão que a Comissão generosamente fez pelos 40 anos do assassinato de Gildo, ato comandado pelo deputado Adriano Diogo, que preside a Comissão.

No entanto, pra mim parece mais difícil falar aqui em Salvador sobre esses fatos do que falar em Brasília, no Rio, em Recife, se eu tiver que falar, porque não apenas porque aqui em Salvador onde os fatos aconteceram, mas porque aqui é o lugar da minha formação. Eu sou baiana, a minha família, os valores liberais da minha família a consistência do pensamento democrático, essa matriz que me formou é aqui em Salvador, o meu pai, pequeno comerciante na periferia de Salvador, no Bairro de Santa Luzia, era um leitor persistente e insistente de filósofos e acreditava profundamente nas raízes gregas da democracia, por isso a leitura dos filósofos.

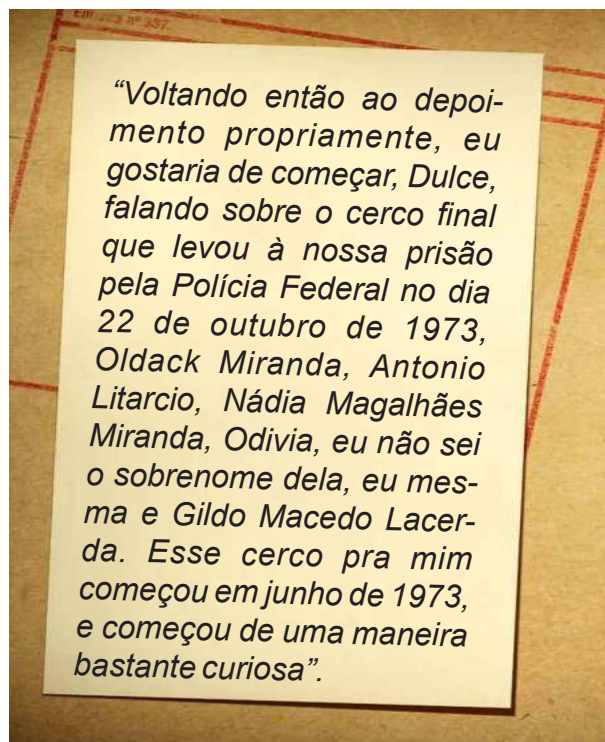
“No entanto, pra mim parece mais difícil falar aqui em Salvador sobre esses fatos do que falar em Brasília, no Rio, em Recife, se eu tiver que falar, porque não apenas porque aqui em Salvador onde os fatos aconteceram, mas porque aqui é o lugar da minha formação. Eu sou baiana, a minha família, os valores liberais da minha família a consistência do pensamento democrático, essa matriz que me formou é aqui em Salvador...”

Era engraçado um homem que passava o dia inteiro num armazém, lá perto do Lobato trabalhando, e que de noite ficava me dando lições sobre Sócrates. Eu acho que isso enquanto a minha mãe que era uma leoa para formar dez filhos, na melhor escola democrática e tal, só podia resultar naquilo em que, enfim, no que eu me tornei, e meus irmãos também. Pessoas assim absolutamente comprometidas com os ideais da democracia e da liberdade.

Nessa matriz da minha formação, quero lembrar aqui também o Colégio de Aplicação, que foi assim uma escola fundamental em minha vida dos 11 aos quase 18 anos, e aproveito para homenagear todos os bons professores que eu tive, eu queria lembrar Zuleica Barreto, minha professora de Literatura da quarta série do ginásio e no curso clássico, que foi, assim, uma pessoa fundamental na minha formação nos meus hábitos de leitura junto com minha família.

E lembrar depois que eu sou fundamentalmente baiana, não importa que eu esteja há 30 anos trabalhando fora da Bahia, porque também na minha fase de formação a matriz da minha formação como jornalista é uma matriz baiana. Os meus professores na Escola de Biblioteconomia e Comunicação, que depois virou a Facom, Florisvaldo Matos, Joca e etc... Os meus primeiros chefes no Jornal da Bahia e depois na Tribuna da Bahia, é essa a matriz do jornalismo, é essa a raiz que me faz praticar até hoje um jornalismo que acho que é sério, consistente e eu diria reconhecido.

Eu acho, evidentemente, que eu tenho grandes agradecimentos a fazer, a acolhida que eu tive em São Paulo. E as oportunidades todas que recebi pra fazer um trabalho decente que eu acho que traz alguma contribuição para esse país. Feitos esses agradecimentos a todos vocês e lamentando o calor que vocês estão sentindo aí, eu vou pedir licença pra exibir um vídeo de 10 minutos e depois tem mais 2 minutos, esse vídeo é uma colagem de



imagens feitas ao longo do tempo. E quem fez foi a TV Assembleia lá de São Paulo junto com a Comissão da Verdade.

(Trecho do filme “Anistia”)

(Trecho da fala de Tessa Moura Lacerda na Assembleia de São Paulo)

(Trecho do filme “15 Filhos”)

Eu ia finalizar esse vídeo com dois minutos da Nara, filha da Tessa, lendo na Comissão da Verdade de São Paulo uma biografia do Gildo, mas como não deu vamos deixar assim mesmo. A minha intenção com essa colagem finalizando com a Nara era mostrar que na verdade a gente tá falando de uma luta de quatro gerações. Porque ali está seu Agostinho, pai de Gildo, estou eu nessa batalha, a Tessa e a Nara, que tem dez anos e quis participar da homenagem e leu quatro minutos de uma biografia de um texto preparado por Tessa. Vou aproveitar aqui pra agradecer a presença de Walter Pinheiro, presidente da Associação Bahiana de Imprensa e membro da Comissão Estadual da Verdade.

Voltando então ao depoimento propriamente, eu gostaria de começar, Dulce, falando sobre o cerco final que levou à nossa prisão pela Polícia Federal no dia

22 de outubro de 1973, Oldack Miranda, Antonio Litarcio, Nádia Magalhães Miranda, Odivia, eu não sei o sobrenome dela, eu mesma e Gildo Macedo Lacerda. Esse cerco pra mim começou em junho de 1973, e começou de uma maneira bastante curiosa.

Eu trabalhava no Jornal da Bahia e Albenice, que era recepcionista do Jornal da Bahia, nos avisou que eu e Gildo estávamos sendo seguidos e então eu, conversando com Gildo, resolvi procurar a direção do Jornal da Bahia e pedir que tentasse saber se era verdade que estávamos sendo seguidos, porque os dois agentes que nos seguiam ficavam, inclusive, no bar defronte ao Jornal da Bahia, na Barroquinha.

Então eu conversei com Gustavo Tapioca, que era um dos diretores do jornal na época, e Gustavo falou com João Falcão, falou com Bráulio, eu não lembro o sobrenome do Bráulio, Emiliano, me ajude. Sim, Bráulio Ribeiro, diretor do Jornal da Bahia e na minha frente, na sala da diretoria do jornal da Bahia, o Bráulio ligou para a Polícia Federal, chamou o coronel Luiz Arthur no telefone e disse que o jornal gostaria de saber qual era o problema que estava acontecendo com uma profissional, uma repórter do jornal, que estava sendo seguida e isso estava sendo constrangedor, porque eu estava sendo seguida inclusive durante as atividades de trabalho, inclusive na frente do jornal. E o coronel Luiz Arthur respondeu pro Bráulio, na frente de João Falcão, Gustavo e eu mesma, e respondeu: “esse dois devem ser malandros, moleques e quando eles dois aparecerem ligue que a gente manda prender, mandamos buscar pra evitar constrangimentos à moça”.

Depois desse telefonema e dessa resposta pela tangente do coronel Luiz Arthur, superintendente da Polícia Federal, nós percebemos que continuamos sendo seguidos por alguns dias, eu e Gildo, mas pareceu se acalmar depois de um mês. Bom, só pra esclarecer a vocês, eu tinha conhecido o Gildo como foi relatado aqui, eu já o conhecia de nome, mas conheci pessoalmente em 11 de junho de 1972, eu sei a data com tanta precisão porque era data de aniversário de Antônio Jorge, meu

irmão, e nós estávamos fazendo uma festinha e a gente precisava se encontrar e eu combinei que Gildo fosse até minha casa, a casa dos meus pais, me encontrar. Pra não me alongar muito, nós namoramos, isso foi em junho e em agosto nós começamos a namorar. Em 28 de outubro de 1972 a gente casou na igreja, isso, quer dizer, na casa dos meus pais, o padre foi lá.

Eu acho que é importante observar aqui que a Ação Popular, e era engraçado, eu quis tanto pegar o trecho final da fala de Nara, porque é uma graça ela lendo a

história de cisão de Ação Popular, ali, com menos de dez anos, ela explicando as duas diferentes linhas que estavam motivando o racha, como a gente dizia, de AP, então era uma cisão que tinha como fundamentos a visão sobre o caráter da sociedade brasileira, e com base nesse caráter da sociedade brasileira os caminhos da luta política que se deveria traçar, no auge da repressão pós AI-5, né, então uma parte de Ação Popular maior se ligou ao PCdoB e a outra parte de Ação Popular, chamada a esquerda de AP, ficou como um partido independente marxista-leninista, acreditando que a sociedade brasileira era capitalista e que, portanto, a luta pelo socialismo tinha

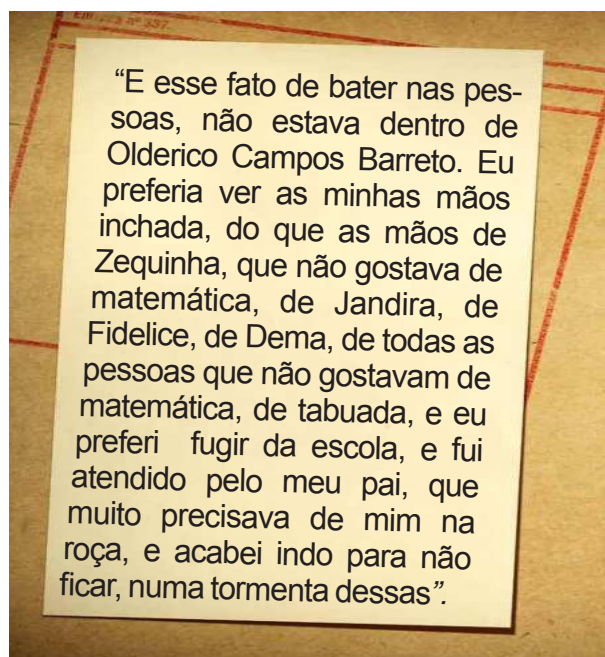
“Eu fui presa na frente do Elevador Lacerda, Gildo foi preso ao sair de casa, na avenida Luís Tarquínio, Oldack foi preso na ladeira do Bonfim, o Antonio Litarcio eu não lembro onde foi preso, nem a Odívia, Nadia e a irmã dela, Fátima, que era menor, foram presas na Daniel Lisboa, em Brotas, e dessa forma às três da tarde estávamos todos no pátio da Polícia Federal, numa sala de onde nós víamos o pátio e o mar, ali tão perto, o Mercado Modelo e o mar parecia aquela coisa ali, tão falante de liberdade”.

que ser uma luta vendo com clareza se tinha essa sociedade, nada do campo para a cidade, mas muito diferentemente.

O que nós não sabíamos àquela altura era que em 1972, possivelmente, Gildo não sabia também que em novembro de 1971 a repressão obteve um quadro absolutamente completo do partido. No final de 1971 um militante de AP chamado Hugo Ramos de Faria fez um relato, deu um depoimento e traçou um organograma da organização, que, pra mim, ler esse relato no último domingo foi uma coisa absolutamente chocante. Porque havia ali relatos e esclarecimentos sobre os militantes que certamente nem o Fleury, que estava ouvindo o Hugo, estava sabendo e podendo inquirir naquele grau de detalhe o que era o partido, qual era sua organização, como era sua direção e como eram suas divisões, a questão regional e tudo mais. Nesse processo, o nome de duzentos militantes mais ou menos foram abertos, incluindo o nome de Gildo, isso foi em novembro de 1971.

É muito provável que com o processo de divisão da AP essas informações não chegassem, embora os companheiros que estivessem presos em São Paulo e que souberam dessa delação toda tentassem fazer chegar pra fora todo esse conhecimento que a repressão tinha acumulado sobre o partido e, como a AP estava em processo de divisão, é bem possível que a chamada esquerda de AP jamais tivesse sido informada desse grau de conhecimento que a repressão já tinha do partido.

Bom, nós não sabíamos nesses anos, nesse momento, nesses meses do que eu chamei o cerco final, nós não sabíamos e só fomos saber muitos anos depois, que uma outra traição levaria à identificação completa do trabalho que a esquerda de AP tinha tentado manter no nordeste do Brasil. É Recife, Salvador, Gildo aqui em Salvador, porque acho, eu não vou me lembrar a data precisamente, eu tenho isso em documentos, mas foi só entre os anos 80 e 90 que nós sabemos que Gilberto Prata Soares, irmão da Madalena



Prata Soares, que aparece comigo naquele vídeo, cunhado de José Carlos Novaes da Mata Machado, tinha desde junho de 1973 passado a colaborar com a repressão e vindo aqui a Salvador, morando ali na ladeira da Independência, fez uma entrega completa, porque se a repressão sabia quem eram os quadros ela não tinha exatamente a localização de onde estava Gildo, onde estava José Carlos, onde estava, enfim... Onde as pessoas estavam, mas com o trabalho de delação do Gilberto, esse quadro se completou absolutamente.

Nós não sabíamos, eu tenho certeza, embora isso esteja sendo alvo de bastante levantamento, investigações, estudos, nós não sabíamos até que ponto nossas posições já eram frágeis, e eu me lembro de, apesar de não ter noção da gravidade das coisas, numa discussão com Gildo, eu perguntei por que que nós não dávamos um jeito de sair do Brasil e ir pro exterior. E Gildo dizia que achava que se ele fosse preso, como o enquadramento dele em termos da Lei de Segurança Nacional e etc, provavelmente seria reorganização de partido clandestino etc, ele tinha a esperança de que ele não ficasse preso mais de dois anos. E um pouco cansado de uma clandestinidade que ele estava obrigado desde 1970, ele via ali a oportunidade de, depois da prisão, voltar a uma vida

legal, talvez voltar a estudar Economia, de onde ele tinha sido cassado, do curso do qual ele havia sido cassado pelo decreto nº 477 na Federal de Minas Gerais.

Então, ele preferia apostar que nós não estávamos ameaçados de coisas muito dramáticas, como a morte. Há quem discorde disso, que acha que não, que Gildo sabia, mas eu, que conversava com ele diariamente, meu depoimento é no sentido de não, ele não tinha noção da gravidade dos acontecimentos. Quando, em setembro, nós viajamos pro Rio, porque eu ia me inscrever no mestrado da UFRJ e também porque Gildo queria visitar a família em Uberaba, em Veríssimo, e me apresentar pra família dele e tal. Quando nós chegamos no Rio, em setembro de 1973, é que, no encontro na UFRJ com alguns antigos companheiros nós fomos informados das quedas que estavam acontecendo dramaticamente desde setembro com a Ação Popular.

Nós fomos até Minas visitar os pais de Gildo e voltamos para Salvador, e foi um momento muito tenso da viagem de volta de ônibus para Salvador, porque Gildo temia ser preso ao entrar em Salvador, coisa que não aconteceu, nossas prisões só aconteceriam alguns dias depois. Sobre essa questão das prisões, eu queria deixar com a Comissão aqui alguns documentos. Eu fiquei realmente perdida entre documentos no fim de semana, mas eu escolhi alguns que acho que podem auxiliar um pouco mais o restabelecimento da verdade dos fatos e qual foi a responsabilidade efetiva da Polícia Federal nessas quedas.

Eu gostaria de, se tiver tempo hábil, eu gostaria de ler um pequeno trecho de um desses documentos ligados à Polícia

Federal, na verdade eu tenho todos, a prisão de um por um, a narrativa da prisão de Oldack, porque nós fomos presos, eu acredito que entre onze horas e meio dia, começo da tarde, todos fomos presos. Eu fui presa na frente do Elevador Lacerda, Gildo foi preso ao sair de casa, na avenida Luís Tarquínio, Oldack foi preso na ladeira do Bonfim, o Antonio Litárcio eu não lembro onde foi preso, nem a Odívia, Nadia e a irmã dela, Fátima, que era menor, foram presas na Daniel Lisboa, em Brotas, e dessa forma às três da tarde estávamos todos no pátio da Polícia Federal, numa sala de onde nós víamos o pátio e o mar, ali tão perto, o Mercado Modelo e o mar parecia aquela coisa ali, tão falante de liberdade. E nós presos ali sem poder trocar nenhuma palavra. Foi o último dia que eu vi Gildo, aliás, a noite de 22 de outubro de 1973 foi a última vez.

É, eu gostaria só de observar o seguinte: num desses documentos que eu estou deixando, o Departamento da Polícia Federal, Delegacia Regional da Bahia, quando o Antônio Pinheiro Lemos encaminha à Justiça Militar no dia 12 de novembro de 1973, enfim, encaminha um relatório,

eu não sou muito versada nessas coisas de Direito, um relatório sobre as investigações, como eles dizem, relacionadas com a desarticulação das organizações subversivas de cunho marxista e leninista que vinham sendo processadas desde junho de 73, nesta área sob responsabilidade e condução direta do CIE, aquele órgão delegou ao COD 6 o prosseguimento de ações e prisões no dia 22 de outubro dos elementos abaixo citados: Gildo Macedo Lacerda, e aí ele vai citar todos os outros.

Mas o interessante é que neste

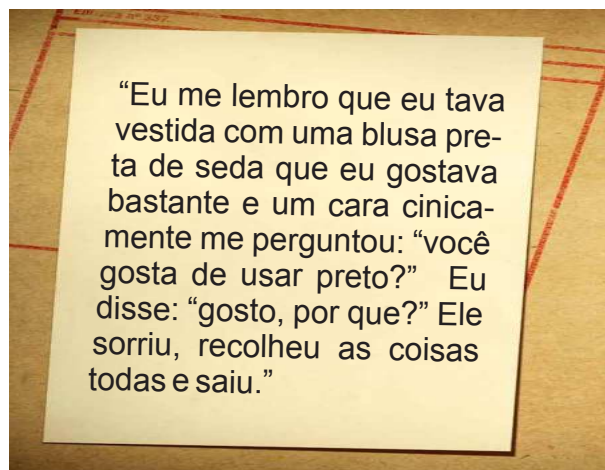
“... no dia 25 enquanto eles estavam me torturando, e eu informando que estava grávida, naquela situação triste de tortura que a Glenda Mezarobba, que está na Comissão da Verdade, acha que, inclusive, isso envolve violência sexual, né, porque deixar uma mulher nua sendo torturada etc por um bando de homens que você não está vendo etc... É também, além de todas as outras formas de violência, uma violência de caráter sexual”.

documento que é mandado, cujo ofício é do Ministério do Exército e é juntado com o Departamento da Polícia Federal, está dito:

“o nominado Gildo Macedo Lacerda foi entregue a uma equipe do CIE no dia 26 de outubro de 1973, para prosseguimento dos interrogatórios”. No domingo à noite eu tinha achado o documento assinado pelo coronel Luiz Arthur, uma cópia do documento onde ele de fato encaminha Gildo pro CIE. Na loucura de ligar pra Tessa e dizer achei esse documento, eu não sabia que a gente tinha e tal, perdida entre tantos documentos, na segunda-feira eu não consegui mais achar o documento. Mas eu prometo continuar a procurá-lo no meio da minha papelada pra juntar aqui.

Isso realmente comprova, esse documento, que Gildo ficou preso no quartel do Barbalho até o dia 25 à noite, pelo menos, e que no dia 26, na madrugada de 25 para 26, foi entregue pelo coronel Luiz Arthur para o Exército brasileiro pra ser finalmente executado em Recife no dia 28. Mas voltando aqui à ordem que estou tentando dar a este caos, eu queria observar que, no quartel do Barbalho, todos nós fomos muito torturados, Oldack, Gildo, eu. Eu sei que Gildo e Oldack estavam presos no quartel do Barbalho, eu fiquei, no dia 23 eu fui conduzida para o Forte de São Pedro onde permaneci até 3 de dezembro, fez quarenta anos ontem que eu fui liberada.

Eu tava presa no quartel do Forte de São Pedro e eu era tirada do Forte de São Pedro, encapuzada, algemada e etc para um lugar que pelo tanto que eles rodavam, e pelo meu conhecimento e pela ladeira que a caminhonete subia, eu suponho que também era o quartel do Barbalho, no dia 25 enquanto eles estavam me torturando, e eu informando que estava grávida, naquela situação triste de tortura que a Glenda Mezarobba, que está na Comissão da Verdade, acha que, inclusive, isso envolve violência sexual, né, porque deixar uma mulher nua sendo torturada e etc.. Por um bando de homens que você não está vendo etc.. É também, além de todas as outras



formas de violência, uma violência de caráter sexual. Naquela situação, foi que um dos torturadores me disse: “você está querendo saber do Gildão? Mas eu devo lhe informar que ele foi para uma longa viagem e dela eu não sei se ele volta”, e depois de uma longa noite de tortura eles me devolveram de novo para o quartel do Forte de São Pedro.

Eu queria dizer que, embora a prisão seja sempre uma coisa muito impactante, a tortura seja uma coisa indescritível, eu diria que os pesados impactos que eu sofri de fato começaram no dia 1º de novembro. Até então, eu era uma pessoa com muitas esperanças, eu achava que eu ia ser liberada, que Gildo seria preso depois liberado e foi que no dia 31 de outubro à tarde, eu me lembro que eu estava sentada naquele quarto amarelo do quartel do Forte de São Pedro quando dois agentes entraram e começaram a procurar cinto, cadarço de tênis, prato, colher, enfim, qualquer objeto afora os meus livros e as minhas roupas. Eu me lembro que eu tava vestida com uma blusa preta de seda que eu gostava bastante e um cara cinicamente me perguntou: “você gosta de usar preto?” Eu disse: “gosto, por que?” Ele sorriu, recolheu as coisas todas e saiu.

No dia seguinte pela manhã eu estava lá normal e tal, tinha tomado café e tava esperando e aí entrou neste quarto um cara que se apresentou como capelão do Exército, eu não sei o nome dele, eu sei que

era um cara bastante branco, cabelo alourado, meio gordinho, e ele disse: “eu estava vindo pra cá muito contente, querendo lhe trazer boas notícias, mas no caminho eu fui informado que eu não poderia lhe dar boas notícias. Daí ele me deu o Jornal da Bahia com a mesma notícia que saiu em todos os jornais sobre o assassinato de Gildo e Zé Carlos, com uma versão fantasiosa e mentirosa, uma versão que, como diz a Tessa, para além de Gildo ter sido morto tenta assassinar a reputação de Gildo. Porque a história que contam a gente já repetiu isso muitas vezes, e é engraçado porque essa história é mantida inclusive nos documentos oficiais que transitam entre o Exército, a Polícia Federal, a Marinha, Auditoria Militar etc..

É uma história que Gildo e José Carlos, que estavam presos em Recife, abriram que eles teriam um encontro, um ponto marcado com um outro militante e com um outro quadro do partido, na esquina da avenida Caxangá, a rua Caxangá, com a avenida General Polidoro, uma é avenida, outra é rua, eu sempre erro isso, e que os agentes levaram Gildo e José Carlos para esse ponto e aí este militante, que eles fazem plena questão de caracterizar como um homem loiro, branco, tem várias descrições assim, tentando caracterizar, seguramente caracterizar o Paulo Stuart Wright, esse militante, ao ver os dois e ver que tem movimentação de agentes, atira e mata Gildo, tem um tiroteio porque os agentes respondem, daí o Zé Carlos é ferido e o próprio militante que seria o Paulo Wright também é ferido, mas consegue fugir.

Essa é a história absolutamente fantasiosa que foi publicada em todos os jornais e que foi, essa notícia foi dada no dia 31 de outubro também no Jornal Nacional, foi assim que a irmã de Gildo,

Márcia, em Belo Horizonte, soube, ouvindo o Jornal Nacional ela soube que o irmão dela tinha sido assassinado.

Bom, na verdade, como Gildo morreu é uma história já descrita não com o nome dele, mas certamente é ele por aqueles que testemunharam a agonia final lá em Recife. Eu trouxe também para vocês, pra comissão, uma pasta onde escolhi alguns documentos sobre Gildo eu peguei esse termo de assentada da

Secretaria de Justiça, 6 de novembro de 1995, Assistência Judiciária do estado, Rua Marques de Amorim, eu acho que isso é Recife, 06 novembro de 1995, onde é dado este depoimento. Na verdade, já em plena democracia se fazendo no país, tudo isso, o Carlúcio de Souza Castanha Júnior vai à Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados de Recife e relata. Ele diz o seguinte: “teve início a oitiva de testemunhas que presenciaram os atos de tortura ocorridos no período de

“... testemunhas que presenciaram os atos de tortura ocorridos no período de outubro a novembro de 1973, nos quais estiveram envolvidos os militares que compunham o DOI-CODI da época ... e que culminaram com a tortura e morte de dois militantes da Ação Popular, movimento que se opõe ao regime político imposto pelo movimento militar e que foram José Carlos Novaes da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda”.”

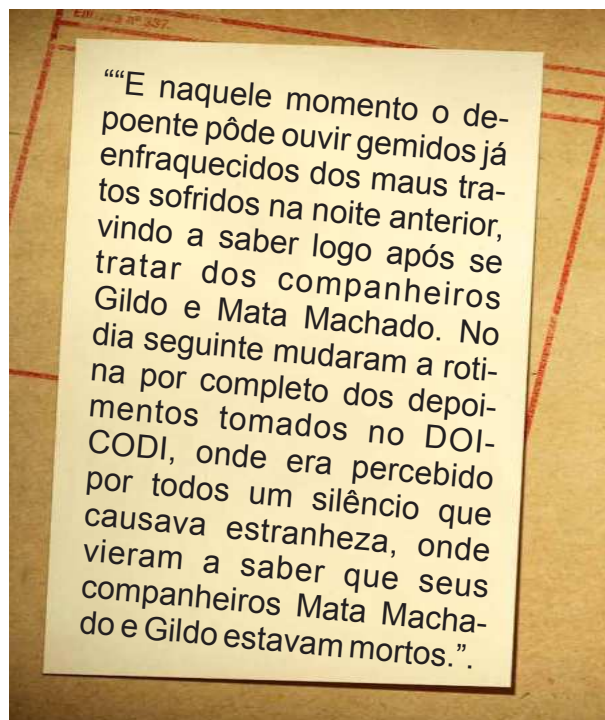
outubro a novembro de 1973, nos quais estiveram envolvidos os militares que compunham o DOI-CODI da época e que se situava em dependência do quartel do Quarto Exército, situado entre a Rua do Príncipe e Riachuelo, nesta capital, que culminaram com a tortura e morte de dois militantes da Ação Popular, movimento que se opõe ao regime político imposto pelo movimento militar e que foram José Carlos Novaes da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda”.

Então, Carlúcio de Souza Castanha Junior residente em São Paulo e de passagem por essa capital, e Custódio Feitosa Amorim, professor licenciado em Música e residente em Recife, dizem o seguinte: “instado em dizer a verdade sobre o

compromisso legal, a testemunha supramencionada, o Carlucio se comprometeu com a verdade a dizer o seguinte:

“Que o depoente foi preso em data do dia 18/10/1973, quando saía de sua residência em direção à fábrica Iolanda, localizada na Rua José Rufino, Jiquiá, deste município, onde exercia a sua função, que foi levado encapuzado às dependências do DOI-CODI, que posteriormente veio a saber que tais dependências ficavam localizadas na sede do quartel do Exército ao lado da Faculdade de Direito. Quando lá se encontrava o depoente nas dependências do DOI-CODI, assistiu quando chegaram vários companheiros algemados, encapuzados, as mãos para trás, lembra-se muito bem o depoente que teve conhecimento que os companheiros Mata Machado e Gildo se encontravam permanentemente na sala de interrogatório e que uns três dias depois da chegada deles, nem o depoente nem os seus companheiros conseguiam dormir com os gritos que vinham dessa sala de interrogatório, e que na madrugada do dia 27 de outubro de 1973 o depoente fora algemado com as mãos para trás, encapuzado e levado a essa mesma sala de interrogatório, lembrando-se o depoente, como se fosse hoje, o cheiro horripilante de criolina que se misturava com vômitos, fezes e sangue”.

“E naquele momento o depoente pôde ouvir gemidos já enfraquecidos dos maus tratos sofridos na noite anterior, vindo a saber logo após se tratar dos companheiros Gildo e Mata Machado. No dia seguinte, mudaram a rotina por completo dos depoimentos tomados no DOI-CODI, onde era percebido por todos um silêncio que causava estranheza, onde vieram a saber que seus companheiros Mata Machado e Gildo estavam mortos. O depoente tem certeza contundente de que seus companheiros presos no DOI-CODI vieram a morrer pelos maus tratos físicos e psicológicos causados pelos seus torturadores. Que no dia primeiro de novembro de 1973 o depoente foi posto em liberdade e tal e tal.”



“Dada a palavra à defensoria, ele respondeu que na madrugada de 26 para 27 de outubro, quando foi retirado de sua cela para prestar depoimento, o depoente afirma que por baixo de sua venda ficaram frestas que lhe possibilitavam a vista do chão, e viu companheiros ali deitados e pelo movimento que fizera o seu carcereiro, percebeu os companheiros deitados no chão agonizantes”. E aí ele confirma que eram José Carlos e Gildo.

Mais do que isso, eu acho que tem um trecho um pouco mais sério do depoimento do Rubens Manoel Lemos. O Rubens diz o seguinte: “José Carlos Novaes da Mata Machado foi assassinado nos porões da ditadura militar, mais precisamente no DOI-CODI em Recife, Pernambuco, fato ocorrido em outubro de 1973, na condição de preso político, torturado e vítima da ditadura militar, nas mesmas dependências do DOI-CODI em Recife. Cumpre-me dizer o seguinte: levado que fui, naquele período e momento, para uma sessão de torturas, encontrei um jovem de cuecas sangrando pela boca e ouvidos, que debruçado sobre uma mesa, tendo ao lado um outro jovem que me pareceu já estar morto, dirigiu-se a mim com extrema dificuldade e falou:

companheiro, meu nome é Mata Machado, sou dirigente nacional da AP, estou morrendo. Se puder, avise aos companheiros que eu não abri nada. Isso foi o que vi e ouvi e reafirmarei diante de qualquer instância, seja ela de ordem político ou congressual, jurídico ou militar”. O Rubens já morreu e esse outro companheiro o Rubens não garantiu que era o Gildo, mas que pela descrição, pelo jeito e por todas as coisas, seria o Gildo.

Bom, eu vou deixar com vocês também os dados do cemitério da Várzea, onde foram enterrados homens de identidades desconhecidas, sexo masculino, idade de 25 anos, aí vem um outro enterro: idade, 30 anos, são três corpos enterrados e entre os três tem a anotação do que foi exumado e transladado pra Minas, que foi o José Carlos. Então, eu acho que em termos da comprovação de que Gildo foi morto sob tortura, não falta nada, né, isso já é hoje, se de 1980 a 82, quando eu escrevi A Revolta das Visceras, eu não podia ter nenhuma noção disso, hoje eu já não tenho nenhuma dúvida de que foi assim.

Neste quadro, com o marido assassinado, eu grávida, tendo que enfrentar só com o suporte da família e dos amigos essa fase, correndo alto risco de depressão, suicídio até, eu acho que a força fundamental que eu recebi pra me manter viva foi mesmo da minha gravidez. Eu acho que eu consegui me manter viva, em segundo lugar foi pela minha família, a quem eu não podia infringir mais um sofrimento, e aos meus amigos e a mim mesma, mas em primeiríssimo lugar foi porque eu tava grávida e eu sentia que eu tinha um compromisso fundamental com a pessoa, com o filho, eu achava que era um filho e era uma filha que iria nascer. Eu acho que a minha história, o que aconteceu depois, a

minha demissão da universidade, é, eu trouxe pra vocês também o documento em que o Ministério da Educação, em novembro de 75, avisa à universidade que a minha contratação como auxiliar de ensino, concursada que eu tinha sido, não era recomendável, não disse que era pra me demitir, mas diz que não é recomendável, a universidade segura e em fevereiro me manda um telegrama me demitindo.

Então tudo isso pra mim é muito menor do que... se Gildo não tivesse morrido, essas coisas seriam enormes na minha vida, mas como houve um assassinato de um companheiro, eu precisei lidar a vida inteira com a ausência do corpo, com este buraco na constituição da personalidade da minha filha, como eu tinha que lidar com isso todo o tempo. Aquilo que aconteceu comigo pra mim sempre ficou um pouco na sombra.

Só depois de décadas de análise eu fui compreender que também eu era uma sobrevivente, eu fui compreender que eu também fui profundamente impactada a cada passo e não só pela morte de Gildo, mas também pela minha própria prisão, pela minha própria tortura, por todas as consequências que a gente tem que enfrentar após uma história desse tipo.

Em linhas gerais, eu acho que é isso que eu posso dizer pra vocês. Só acrescentar o seguinte: a certidão de nascimento da Tessa com o nome do pai levou quinze anos pra sair. Estão ali José Sérgio Gabrielli e Emiliano, mais uma vez foram testemunhas preciosas no processo pra dizer: “sim, Mariluce estava grávida; sim, Mariluce era casada com Gildo”, porque como a minha certidão de casamento era Gildo com o nome de Cássio de Oliveira Alves e eu não tinha nenhuma certidão de óbito do Gildo, até hoje a certidão de óbito é uma ficção. Porque morto nos termos da lei não

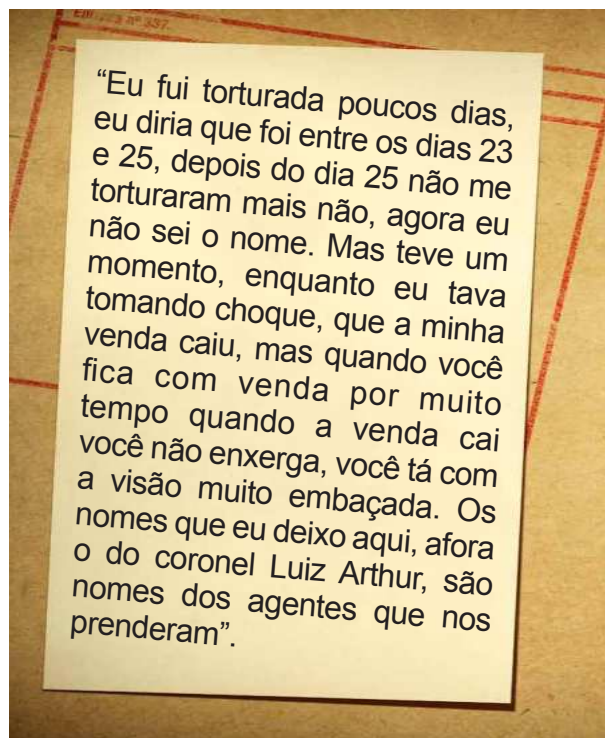
“Neste quadro, com o marido assassinado, eu grávida, tendo que enfrentar só com o suporte da família e dos amigos essa fase, correndo alto risco de depressão, suicídio até, eu acho que a força fundamental que eu recebi pra me manter viva foi mesmo da minha gravidez...”

sei das quantas, ninguém é morto nos termos da lei, alguém é morto por alguma razão, nós ainda precisamos de uma certidão de óbito real, então essa é a história da longa ausência de uma certidão de nascimento pra Tessa, pra mim o que encerra este depoimento. E agradeço e muito a possibilidade de contar tudo isso aqui nesta reitoria onde eu participei de tantas assembleias em 68 e onde eu ouvi tantos concertos até 1972. Obrigada.

Dulce Aquino - Uma coisa: ainda hoje você, quando fala da sua tortura, não se detém tanto, pelo menos me pareceu, eu fiquei querendo saber alguma coisa mais assim, no sentido dos seus torturadores, se você tem o nome de algum desses torturadores, se depois chegou a ter visto estes torturadores e quanto tempo você ficou sob tortura?

Mariluce Moura - Eu fui torturada poucos dias, eu diria que foi entre os dias 23 e 25, depois do dia 25 não me torturaram mais não, agora eu não sei o nome. Mas teve um momento, enquanto eu tava tomando choque, que a minha venda caiu, mas quando você fica com venda por muito tempo quando a venda cai você não enxerga, você tá com a visão muito embaçada. Os nomes que eu deixo aqui, afora o do coronel Luiz Arthur, são nomes dos agentes que nos prenderam.

Todos estes nomes estão nessa documentação, porque nos depoimentos que eles têm que fazer na Auditoria Militar eles contam que horas e como nos prenderam e tal, e aí tem o nome deles todos, mas eu não sei, eu sei que existe um documento aqui relativo ao Oldack, que é o seguinte, talvez um dia quando o Oldack resolver depor aqui, não sei se ele já depôs. Talvez ele tenha algum nome, eu não sei, entre os meus documentos eu achei uma solicitação do general Heitor Fontoura de Moraes, comandante da Sexta Região Militar: "solicito a competente autorização do 5º Exército a fim de que Oldack de Miranda, presentemente preso em organização militar desta Região Militar como indiciado



em inquérito a cargo da Superintendência do Departamento da Polícia Federal da Bahia, seja remetido ao QG da 4ª alguma coisa militar em Recife, para prestar depoimento de interesse da respectiva agência de informações. Aproveito a oportunidade para apresentar a vossa senhoria elevados protestos de estima e consideração". Esse é já em 29 de novembro de 1973, que o general Fontoura de Moraes solicita que Oldack seja levado para Recife. Portanto, Oldack ficou preso no quartel do Barbalho, se isso aqui foi atendido, do dia 22 de outubro até o dia 30 de novembro, ele deve ter ficado no Barbalho sob tortura o tempo todo, não sei se ele conseguiu ver alguém.

Eu estou passando esse documento também para a comissão, mas também não sei, e uma das coisas que eu como jornalista lamento profundamente é que o único nome que posso reiterar é o nome do coronel Luiz Arthur todo o tempo.

Joviniano Neto - Eu vou fazer uma pergunta de um tema meio desagradável. Você colocou que tempos depois você percebeu que poderia ter conotação sexual pelo fato de ser torturada nua, por sinal era

uma das técnicas utilizadas para homens e pra mulheres para quebrar a autoestima, quebrar a defesa, colocar os interrogados nus. Além desse desnudamento, o tipo de tortura que você sofreu foi espancamento, pau de arara, foi isso?

Mariluce Moura - Eu, na verdade, afora o desnudamento, eu sofri choques elétricos bastante e espancamento, fundamentalmente isso.

Joviniano Neto – O fato de estar grávida pode ter lhe ajudado?

Mariluce Moura - O fato de eu estar grávida talvez tenha ajudado na continuidade, porque teve um momento que queriam que eu fizesse um exame médico, e uma das coisas pedidas foi que eu tirasse um raio X do tórax, eu não sei exatamente porque, e eu recusei, porque eu disse que não posso fazer um raio X de tórax porque eu estou grávida e eu não vou ameaçar a vida do meu filho, e daí me levaram pra constatar se eu estava grávida mesmo, me levaram para aquele hospital que fica no alto da ladeira dos Galés.

Eu me lembro que foi um momento extremamente, muito difícil, porque eu já sabia que Gildo tinha morrido, e eles tinham me levado de novo vendada, algemada e etc. Eu tinha a esperança que, nesse hospital, eu iria fazer um exame ginecológico, e eu tinha esperança de encontrar alguns dos colegas, eu sabia que meu irmão que era médico e tava estudando Medicina servia em um quartel da Marinha, ele dava plantão também. E eu tinha esperança de encontrar algum colega conhecido dele neste hospital no alto da ladeira dos Galés, mas eu não encontrei ninguém e me deixaram numa sala isolada não, uma sala onde tinha outras mulheres

grávidas, só que eu estava algemada, pois então era uma situação muito constrangedora ali, né. E aí devem ter constatado que eu estava grávida mesmo e por alguma razão devem ter decidido que eu não seria mais torturada.

Mariluce Moura - (Lê uma pergunta que recebeu da plateia): A pergunta é: lembra ou identifica mais órgãos militares que fizeram parte de sua prisão? Não, não lembro, pra mim é assim: eu sabia, por exemplo, que a Ação Popular era um partido da especialidade do CENIMAR, serviço de informação da Marinha, mas pra mim sempre

que eu vi farda foi do Exército, quartel do Barbalho, quartel ali do Forte de São Pedro, era tudo do Exército. Então eu não lembro, eu só lembro dos agentes da Polícia Federal, lembro do coronel, até porque o Gildo quando tava preso estava com uma infecção no pé e eu não podia falar com ele. Sempre que o coronel Luiz Arthur entrava na sala eu dizia: por favor, mande ele pro médico, ele está com febre e o

Luiz Artur dizia: “se acalme, se acalme que vou mandar”, com aquele jeitão dele lá. Eu não lembro, pra mim é uma coisa muito localizada na minha experiência ali, entre gente do DOI-CODI, eu acho que a tortura no Barbalho é agente do DOI-CODI mesmo e Exército e Polícia Federal da Bahia.

Dulce Aquino - Alguma pergunta mais? Não. Então, Mariluce, fico com a certeza que precisamos dar um salto de qualidade e buscar também justiça quando terminar-mos os trabalhos destas comissões da verdade, quando os seus porquês forem, os seus quatros porquês do seu trabalho forem respondidos e quando fizerem justiça, eu acho que a resposta do para quê nós vamos ter. Para que serviu tudo isso, eu acho que é para termos uma pátria verdadeiramente livre, soberana e democrática.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
04 de dezembro de 2013 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia



DEPOENTE: EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

Emiliano José nasceu em Jacareí (SP) em 05/02/1946, é doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia, professor aposentado da Faculdade de Comunicação, jornalista de carreira e escritor. Iniciou a luta contra a ditadura civil-militar em São Paulo, na União Brasileira dos Estudantes. Perseguido, viveu na clandestinidade e se mudou para a Bahia nos anos 70. Em Salvador, foi preso, torturado e condenado a quatro anos de prisão, com suspensão dos direitos políticos. Anistiado em 1979, recuperou seus direitos políticos e foi vereador de Salvador, deputado estadual e exerceu o mandato de deputado federal em dois períodos: entre 2009 e 2010 e 2011-2014. Em 2015 assumiu a Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério da Comunicação.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Emiliano José da Silva Filho**

Eu creio que nós, eu ouvi Mariluce com muita atenção e carinho, pela amizade profunda que me liga a ela, ouvi ontem vários depoimentos de companheiros, destaco o de Theodomiro Romeiro dos Santos que teve de sair porque ia pra Pernambuco agora, tinha uma viagem marcada e eu digo que os nossos depoimentos, eles não são meros relatos individuais. Quando Mariluce fala, ela fala de um tempo de sonho e de morte. Nós somos – é duro e é forte dizer isso – nós somos a voz dos nossos mortos e assassinados. Nós não somos apenas cada um de nós individualmente. Nós somos a voz daqueles que lá atrás plantaram sonhos junto conosco. E digo que aqui na Comissão da Verdade impõe-se sempre uma reflexão entre o passado, o presente e o futuro.

Mariluce falava dos dias de horrores pelos quais ela passou lá em outubro de 1973, eu estava preso, registrei esse outubro sangrento no meu último livro, registrei agora, segunda-feira, a dor de Tessa, sua filha, que nunca teve a possibilidade de chorar, de alisar, de colocar uma flor no túmulo do pai. Nunca teve essa chance, Tessa. Ouvi Tessa falar, hoje uma professora de filosofia, não por acaso uma professora de filosofia, ouvi Tessa falar em São Paulo, ler um belíssimo texto, um emocionante texto que ela fez, chorando o tempo inteiro. Essas dores, elas não se dissiparam e nem se dissiparão com facilidade. Essas dores persistem em cada um de nós.

Eu ontem fui, à tarde, com Theodomiro, ao quartel do Barbalho, fazer algumas

gravações lá. Eu conheço Theo muito, meu filho também Theo está aqui, conheço Theo demais, eu nunca vi Theo derramar uma lágrima. E olhe que eu vi Theo nas condições mais duras que se pode imaginar e ele me conheceu em cima de uma maca saindo, desmaiado, da tortura. Nós somos amigos neste grau, amigos de sangue, no sentido amplo da palavra, meta-fórico, e no sentido verda-deiro da palavra. Eu on-tem, à tarde, quando fo-mos fazer as filmagens no Quartel do Barbalho, a uma pergunta do Jorge Felipe, eu vi Theo tremer e chorar. Até a mim me sur-preendeu. Mas a demons-trar que nós não passamos por isso impunemente, ou seja, as marcas no nosso espírito, elas permane-cem, elas estão presentes, e digo mais, nós não que-remos esquecer, nós não temos jeito de esquecer, e não vamos esquecer, porque é impossível es-quecer o que aconteceu.

Não apenas com cada um de nós, também com cada um de nós, mas com centenas de companheiros e companheiras que foram assassinados, sempre covardemente, porque sempre pela tortura, em combate os casos são eu nem sei quais. A ditadura matou sempre de maneira covarde. A ditadura prendia e matava. A ditadura prendia e torturava. A ditadura não perguntava, sequer. Primeiro lhe botava no pau-de-arara, no choque elétrico, no afogamento, e depois começava a perguntar. Não tinha essa pergunta que está girando aí: vamos conversar? Não, não tinha vamos conversar. Era tortura para depois, então, começar a conversar, se a palavra coubesse, porque não cabe.

Temos centenas de companheiros mortos assim. De mulheres que foram mortas, de mulheres que foram estupradas. Há o caso recente – por isso que eu digo:

“Nós somos – é duro e é forte dizer isso – nós somos a voz dos nossos mortos e assassinados. Nós não somos apenas cada um de nós individualmente. Nós somos a voz daqueles que lá atrás plantaram sonhos junto conosco. E digo que aqui na Comissão da Verdade impõe-se sempre uma reflexão entre o passado, o presente e o futuro”.

não se trata de um relato individual, apenas. Há o caso recente de Inês Etiene Romeu, recente porque vou contar aqui. Inês Etiene Romeu foi a única sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis, no Rio de Janeiro. A única pessoa – uma mulher – que sobreviveu à Casa da Morte, em Petrópolis,

onde foram assassina-das dezenas de pes-soas, e desaparecidas e Inês Etiene Romeu foi torturada de todas as maneiras, foi estuprada centenas de vezes pelos seus torturadores, ela era um trapo humano, e seus torturadores já tinham matado tanto, deixe esse traste aí, iam estu-prando a menina, jovem, bonita, mas arrebetada de tudo quanto é jeito que se possa imaginar, essa moça foi a única sobrevivente. Pois bem, só por isso, porque ela

sobreviveu, foi possível conhecer o que foi a casa da morte.

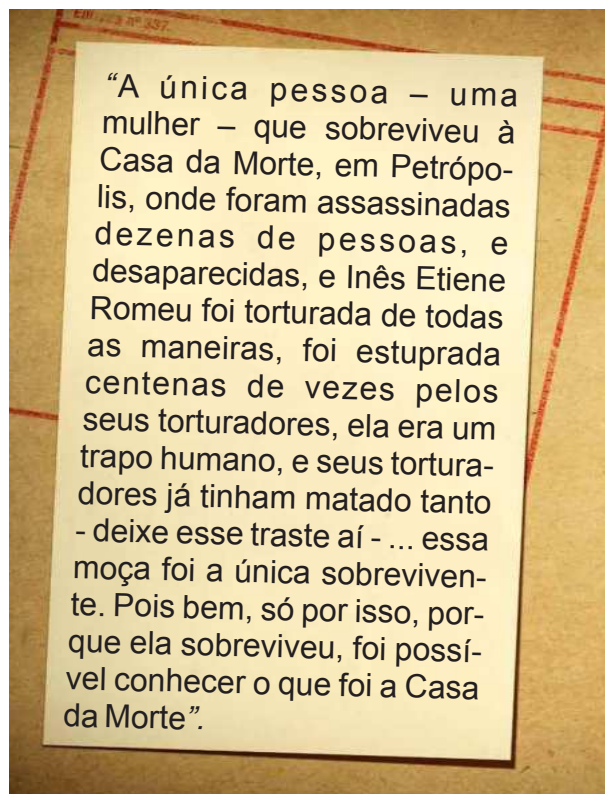
Recentemente, há um livro chamado Seu Amigo Esteve Aqui que conta a história do assassinato lá do Carlos Alberto Soares de Freitas, que vem a ser um dos principais dirigentes do COLINA, do Comando de Libertação Nacional, depois dirigente da VAR-PALMARES, e que vem a ser o sujeito mais decisivo na formação da revolucio-nária Dilma Rousseff, que, como sabemos, foi torturada por 22 dias pelos torturadores. Dilma Rousseff, nossa presidente.

E a Inês foi essencial na revelação do que foi a Casa da Morte e na localização, o local exato onde é a Casa da Morte em Petrópolis. Foi uma, foram duas vezes, neste livro a que estou me referindo, Seu Amigo Esteve Aqui, vocês poderão localizar isso. Tentaram uma vez, tentaram duas vezes, sempre com ela, e ela acabou achando exatamente o local e permitiu que isso fosse conhecido no país inteiro, o que foi a Casa da Morte em Petrópolis. Tou

dizendo tudo isso, rapidamente, para lembrar um episódio recente. A família não quer nem que se fale muito nisso. Ela chamou um encanador no Rio de Janeiro à sua casa, agora, recentemente. Foi violentamente golpeada na cabeça e ficou lá semi-morta. Agora. Porque ela revelou uma coisa que era segredo, como se fosse possível manter isso em segredo. Agora. Eu tentei até checar, mas a família não quer falar, eu chequei os grupos dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro, eles disseram: “a gente não pode dizer que foram os homens da repressão que fizeram, porque a família não quer tratar do assunto,” E é natural. Depois do que essa moça passou, e eu contei aqui, ela vai ainda e agora já em uma fase difícil da vida com dificuldades para falar e tudo. Mataram essa moça em vida e isso infelizmente há tantos casos que não é exceção.

Por isso que eu digo que nós ao falar aqui, Mariluce ao falar como falou hoje, nós falamos por muita gente, por milhares e milhares de pessoas que foram perseguidas, violentadas, assassinadas pela ditadura. Eu aproveito, porque Mariluce falou aqui nisso, não dá pra gente, há já um manancial imenso de documentos e livros que falam dos nossos mortos e desaparecidos. Eu queria homenagear os nossos mortos e desaparecidos nas pessoas dos meus companheiros de Ação Popular que foram mortos e desaparecidos exatamente naquele momento do que eu chamei de outbro sangrento a que Mariluce se referiu.

Homenagear os dirigentes da Ação Popular que foram mortos exatamente naquele período. Paulo Stuart Wright, Gildo Macedo Lacerda, José Carlos Mata Machado, Fernando Santa Cruz, Eduardo Collier, que foi aluno desta Universidade Federal da Bahia, Honestino Guimarães, Humberto Câmara Neto, todos dirigentes de AP. Para lembrar os nossos mortos. E queria, antes de tratar da minha própria experiência de prisão e tortura aqui, lembrar, como estava falando de Inês Etiene Romeu, eu queria lembrar que o passado, ele nos revisita sob duplo aspecto. Como tomando de lá os



sonhos que foram plantados pelos nossos companheiros – é uma reflexão que Walter Benjamin faz sobre isso, sempre, como o passado tem elementos para alimentar os nossos sonhos atuais e aqueles companheiros que se foram nos deixaram exemplos extraordinários de vida que alimentam nossos sonhos, ele nos revisita dessa forma; e nos revisita também com esse episódio da Inês Etiene Romeu, ou, no meu caso, recentemente um pastor acusado de ser torturador, chamado Átila Brandão, resolveu me processar porque duas fontes o apontaram como torturador do professor Renato Afonso de Carvalho. E me processou. Fez uma queixa crime e um outro processo na área cível pedindo dois milhões de indenização.

Ele não processou Renato Afonso de Carvalho que está aí vivo e que é a fonte absolutamente presente com documento assinado e tudo dizendo que o então oficial da PM o torturou. Não, ele processa a mim. É muito comum diante dos artigos que eu escrevo, muitos deles voltados a esta fase, os certamente torturadores ou parceiros de torturadores escrevem ali naquela coluna d'ATARDE, na carta do leitor, defendendo a

ditadura. O passado também nos revisita sob este ângulo.

Eu tenho que enfrentar, no momento de justiça da transição, como uma comissão desta está comprovando. É uma fase da justiça de transição. Eu tenho que enfrentar dois processos de um cidadão, acusado de ser torturador do professor Renato Afonso de Carvalho, acusado pelo próprio Renato, e a mim me basta, à larga, a palavra do Renato Afonso; acusado pela mãe de Renato Afonso, que já morreu, tenho testemunha, tenho várias testemunhas, mas de um juiz que me disse "Emiliano, eu estou me prontificando a ser sua testemunha para dizer que isso é verdade", eu tive a ventura de, o presidente da Ordem, Luiz Viana, se oferecer para ser meu advogado, o criminalista Maurício Vasconcelos que se ofereceu para ser meu advogado, eu não estou gastando nenhum tostão com advogado, são advogados da melhor qualidade, se eu fosse pagar realmente eu ia gastar um bom dinheiro, como tenho Jerônimo Mesquita, que esse advoga pra mim como amigo e companheiro, mas eu só estou dizendo isso para dizer: o passado nos revisita também sob este ângulo.

Eu pude, inclusive, com este episódio, conhecer... Zé Sérgio Gabrielli conheceu isso, o momento da luta da Faculdade de Direito em 1968 contra ele e contra mais dois tiras infiltrados e aí fui conhecer outros episódios da Faculdade de Direito que eu estava contando ao meu querido amigo, o governador Waldir Pires, mas que não é o objeto aqui da nossa discussão, eu estou integrando a partir de hoje a Comissão da Verdade da UFBA e nós vamos tratar de derrubar vestais dessa Universidade, algumas delas se passavam por progressistas na história e que foram

absolutamente covardes e pusilânimes nos momentos decisivos da ditadura. Mas esta é outra discussão.

Eu queria agora, feita esta fala e dizendo de como eu me situo nessa questão, sempre me considerando, como sou, um sobrevivente entre tantos companheiros, esteve aqui Theodomiro, Ivan Alves Braga está aqui, Marival foi meu companheiro de cadeia também, Zé Sérgio que também foi meu companheiro de prisão, Contreiras que foi companheiro depois, em outro momento, mas que foi preso e torturado pelo Ustra e pelo Fleury, está aqui o companheiro Waldir Pires que sofreu as dores do exílio, está aqui Diva Santana que sabe o que é a dor de perder pessoas queridas, tantos outros, Mariluce já disse aqui da sua dor.

Eu cheguei à Bahia no início de 1970. Eu conheci Mariluce desde lá, desde 1970. Ela era universitária e eu secundarista dirigente da AP, Como conheci Zé Sérgio, ele era universitário já longo e eu secundarista. Eu era militante da AP como os dois, e militância que no final eu não preciso relatar. Eu era já um perseguido, já tinha sido preso rapidamente em São Paulo, depois solto, consegui escapar de outra prisão em Santa Catarina, o cara errou todos os tiros que deu, e eu estava aqui clandestino, mas era semi-clandestino.

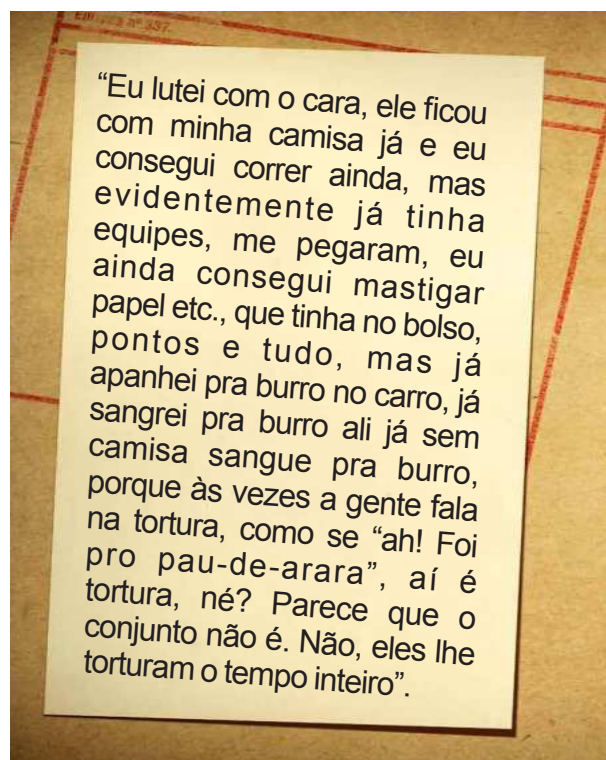
Eu me lembro de reuniões que eu participava com Zé Sérgio na sede do DCE ali na Carlos Gomes, como aqui na Reitoria eu tive manifestações na Reitoria em 1970, mas era clandestino, eu tinha outro nome, uma carteira falsa com o nome de Pedro Luiz Vian e, no final, sem pretender muito me alongar, no final de 1970, creio que 23 de novembro de 1970, eu fui preso ali no

"Eu era militante da AP como os dois, e militância que no final eu não preciso relatar. Eu era já um perseguido, já tinha sido preso rapidamente em São Paulo, depois solto, consegui escapar de outra prisão em Santa Catarina, o cara errou todos os tiros que deu, e eu estava aqui clandestino, mas era semi-clandestino".

ponto final na praia da Ribeira, quando estava subindo no ônibus. Nós fizemos uma reunião na praia, não tínhamos muitos aparelhos, às vezes éramos obrigados a reunir na praia. Nós nos reunimos na praia eu – eu não tenho os nomes verdadeiros, não é difícil levantar, mas eu não tenho – nos reunimos eu, Zeca e Vera. Vera, essa era a ponte através da qual a repressão chegou, Vera era mulher de Tibério Canuto de Queiroz Portela. Tibério era dirigente regional da AP então. Eles já tinham localizado a casa onde Tibério morava em São Caetano, lá numa ribanceira onde ele morava, já tinham localizado. Vera saiu de manhã para encontrar-se comigo e com Zeca para fazer uma reunião, e nós fizemos a reunião, terminou essa reunião, eu então fui o primeiro a sair, os três saíram mas eu fui à frente e subi no ônibus, de repente um gigante lá me pegou e puxou, lá fui eu pro chão mas aí eu não, naquele momento eu não me entregava de jeito nenhum.

Às vezes as pessoas perguntam “mas Theodomiro deu um tiro”. Se eu tivesse armado eu dava tiro com toda tranquilidade também. Sem dúvida nenhuma. Você sabia o que ia acontecer com você, se você fosse preso. Você tinha plena noção de que não tinha choro nem vela, você ia cair no pau. Eu lutei com o cara, ele ficou com minha camisa já e eu consegui correr ainda, mas evidentemente já tinha equipes, me pegaram, eu ainda consegui mastigar papel etc., que tinha no bolso, pontos e tudo, mas já apanhei pra burro no carro, já sangrei pra burro ali já sem camisa sangue pra burro, porque às vezes a gente fala na tortura, como se “ah! Foi pro pau-de-arara”, aí é tortura, né? Parece que o conjunto não é. Não, eles lhe torturam o tempo inteiro.

Eu ajudei esses dias muito uma querida amiga e companheira, Maria José Malheiros, que passou por 42 anos clandestina. Zezé agora está lá, nesse momento, dando uma entrevista na TV Assembleia porque ganhou celebridade agora. Eu convenci Zezé a vir à vida legal com tudo revelado, agora, e eu digo Zezé sofreu estes 42 anos o que eu não sofri



porque já tinha passado. Já disse que ninguém termina com isso. Agente mantém na alma estas dores, mas Zezé sofria muito mais. Foi torturada durante 42 anos com o medo, medo até os dias de hoje. No dia 24 de outubro, quando a Caravana da Cidadania, em São Paulo, a anistiou, ela disse: “pela primeira vez na vida – agora, 24 de outubro – pela primeira vez na vida eu andei em São Paulo sem medo.”

Ela teve que ser três marias: primeiro o nome dela Maria Neide, o segundo, filha de Zé Novaes lá em Conquista e o terceiro Maria José Malheiros, nome falso com o qual ela fez a vida inteira dela, mestrado, doutorado, funcionária da prefeitura de Paris, tudo com aquele nome falso. Agora, o Ministério da Justiça anistiou-a, a Comissão de Anistia, e ela poderá assumir este nome que usava. Mas eu fui testemunha.

O que eu estou querendo dizer é que ela foi torturada esses anos todos, porque as pessoas imaginam que a tortura seja só – embora dizer só seja uma coisa cruel também – seja só o momento no pau de arara, do choque elétrico, do afogamento, das porradas de variada natureza. Eu já fui

preso sendo torturado. Porrada sem dó nem piedade. Isso não existe em cadeia. Eu cheguei à Polícia Federal, à qual Mariluce se referiu também, que era ali encostado ao Mercado Modelo, encostado no mar, confrontei-me imediatamente com o Coronel Luiz Arthur de Carvalho. Nós tínhamos uma noção, eu diria um pouco suicida, a AP, porque nós defendíamos; “não pode falar”. Simplesmente. Não era como a resistência francesa, que dizia assim: “Aguenta 24 horas”. Não, não pode falar, era esta a nossa orientação. Você tinha que morrer, tem que morrer. Eu perguntei muito ousadamente, meu nome era Pedro Luiz Vian. “Por que eu estou preso?” Ele disse: “Você vai saber no pau daqui a pouco, seu filho da puta.” Às vezes, as pessoas dizem: “não fale palavrão, não” Ora, o palavrão é parte da vida e ele me falou assim, tem que ficar registrado assim. O coronel Luiz Arthur de Carvalho é o responsável direto pela ordem para minha tortura. “Daqui a pouco você vai saber porque que você está preso.” Não era pra discutir não. Era pra ir pro pau. Pronto. Nem me perguntou nada.

Bom, claro que eu também não falei nada. Porque eu podia ali: “então vamos logo conversar, que eu lhe dou isso, lhe dou aquilo”, mas eu não falei nada. Encontrei ainda Benjamim Ferreira de Souza, tava preso antes de mim claro que nós dissemos, e ele confirmou e eu também, que nós não nos conhecíamos, eu o sabia militante da AP, Benjamim é personagem do livro do padre Renzo. Nós dois dissemos que não nos conhecíamos.

De alguma forma eu tive a ventura de cair sozinho. Cair sozinho naquele período era muito... é sempre difícil dizer bom, mas era bom de alguma forma,

porque você tinha, eu raciocinava, meu raciocínio era: “eu dependo só de mim. Eu não dependo de mais ninguém. Agora, se eu fraquejar, é um problema meu. Mas eu é que tenho que enfrentar esses caras.” Essa noção eu tive desde o primeiro momento. “Eu é comigo, não é com mais ninguém.” Eu nunca tive a pretensão gratuita de dizer: “Eu não falo.” Muita gente que eu vi assim, na hora que a porca torceu o rabo, falou rapidamente. Eu dizia: “Eu não sei. Vai depender de muita coisa, de como eu esteja.”

É claro que depende, falar ou não falar, falar mais, falar menos, e olhe que eu tenho uma noção amplíssima disso, convivi com companheiros que falaram um pouco mais, um pouco menos, e o culpado disso é a ditadura, não é o companheiro que falou. A não ser que o companheiro ou a companheira passe para o lado de lá. Aí, já é outra coisa. Mas falar, quem é que sabe o limite pra dor? Quem é que sabe? Pode ser gigantesco o limite.

Mário Alves. Ele é morto com o cassete dentedo entrando no ânus e perfurando-lhe o intestino. É assim que Mário Alves é assassinado. Por isso que eu digo sempre: teve terrorismo no Brasil, sim. Terrorismo foi exclusivamente da ditadura. Que episódios houve que a esquerda matou dezenas de pessoas em algum local público? Não! agora a ditadura matou desse jeito. A ditadura estuprou Madre Maurina, sabido, conhecido, eles não tinham qualquer respeito pelas coisas essenciais.

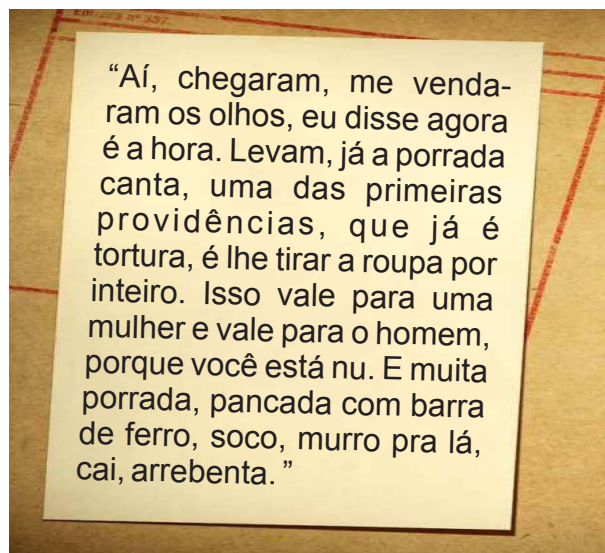
Eu estou concluindo um texto, curiosamente, nem sei porque a CNBB me pediu, mas a CNBB me pediu um texto

sobre a resistência religiosa na Bahia e eu estou fazendo. E aí vi a grandeza de Dom Timóteo, lendo mais, a extraordinária grandeza de um D. Timóteo, e ali sim, eles pretendiam matar aquele cara mas não tinha jeito. Tem um Tenente Fábio Muller, não sei se é coronel, não sei quem é nem sei se está vivo, mas foi um dos principais caras que invadiram o Mosteiro de São Bento e que disse: eu ainda pego aquele Abade comunista. Mas em muitos casos não respeitaram nada. D. Timóteo não deu, D. Timóteo salvou vidas. Eu chego então à Polícia Federal com essa consciência. A minha noção era um pouco dimitroviana. Era assim. Era Dimitrov, o que resistiu a tudo, e tal, o que enfrentava a repressão. A minha noção era: se morrer, está tudo bem.

Não é muito a vida que conta nesses momentos, eu digo com toda tranquilidade isto. Eu estava com aquela postura: não falo não tem conversa. Aí, eu sabia quando entrei no camburão, e um dos momentos mais terríveis da tortura é você ser levado de um canto a outro, porque não sabe qual o destino quando lhe chamam. Isso aconteceu comigo algumas vezes. Aí me botaram no camburão. Eu digo bom, chegou a hora. Lá vou eu para... eu não sabia. Não. O coronel Luiz Arthur de Carvalho, naquele xingamento, me falou: você vai saber daqui a pouco, seu filho da puta, no Barbalho. Ele já me avisou, o coronel torturador.

Mais tarde, depois, eu me tornei jornalista, ele dizia que eu o perseguia. Eu escrevia e eu denunciava. Eu nunca deixei de fazer isso. Não. Me pedirem para eu não denunciar, não me peçam. Vereador em Salvador, eu fui a uma sessão no quartel de Amaralina. Aí, estavam lá os oficiais, e aí, me deram a palavra – não faça isso – que aí eu disse: eu me lembrei de uma estória da Casa dos Mortos de Dostoyevsky. Lembrei: isso aqui é a casa da morte. Sorte que hoje nós podemos dizer isso. Aqui estive preso Othon Jambeiro, estive preso este, estive preso aquele. Foi um constrangimento para a Câmara, que não acabava mais.

Terminada essa sessão, um vereaa-



dor de esquerda, eu não vou dar o nome, me chamou e disse: Emiliano, você criou um problema pra nós, não faça mais isso. Eu disse a ele: não me peça isso nunca mais, para eu não falar sobre o que foi a tortura no Brasil. Isso eu vou continuar falando até os últimos dias da minha vida. Porque é uma obrigação minha como sobrevivente. É o que todos nós estamos fazendo aqui.

Fui pra o Barbalho, cheguei lá fui colocado num salão grande, num tatame, porque lá, os karatekas treinavam muito no Barbalho. O capitão Emetério Chaves Filho, comandante da PE, gostava muito dos karatekas e do karatê. Não sei se mais dos karatekas ou se mais do karatê, mas gostava muito. E tinha um espírito sádico muito desenvolvido e eu disse a ele, depois. Aí, chegaram, me vendaram os olhos, eu disse agora é a hora. Levam já, a porrada canta, uma das primeiras providências, que já é tortura, é lhe tirar a roupa por inteiro. Isso vale para uma mulher e vale para o homem, porque você está nu. E muita porrada, pancada com barra de ferro, soco, murro pra lá, cai, arrebenta.

Eu confesso pra vocês que eu ia... a cabeça nessa hora é um turbilhão. E eu pensava, porque você não pára de pensar, eu pensava: com isso aí, eles não me tiram uma palavra, eles vão me matar de porrada e eu não vou falar. Estava bem pra mim até

ali. Eu digo: não tem possibilidade de me fazerem falar com porrada. Aí, eles abriram o tanque de água. Eles pegam você, de cabeça pra baixo, enfiam ali, tiram. Eu digo: bom, eles não vão... Eu ia pensando, era uma corrida de obstáculos. Eles não vão me matar aqui agora não. E tiravam, bebia água pra burro, e saía, voltava, saía, voltava. Depois saía, porrada de novo. E eu digo: bom, aqui eles não me tiram nada. Volto a dizer que não era nenhuma predisposição heróica. Era uma atitude de coragem, face aos meus companheiros. Mas eu não posso, porque tem sempre a tentação: eu vou abrir um endereço. Mas, se você abrir um, começa a cascata, não tem jeito, era o meu raciocínio ao menos.

Eu não podia dar um endereço na Bahia, e não dei um. Não dei um nome, porque o meu raciocínio era: não tem jeito, se eu der um nome, cai fulano, cai sicrano, eu não posso. A morte pra mim era dar um nome, se eu desse, estava destruído. Aí, a sequência foi o pau-de-arara. Aí, a barra pesa. Pau-de-arara não é uma coisa simples. E tortura a gente fala, mas ela é indescritível. As palavras não têm força para definir a tortura porque o impacto dela na alma mais que no corpo depende de cada um e do momento que você viva e da força que você tenha ou não tenha.

Porque você pode estar fragilizado, também, por variadas razões que sejam, ou você pode estar mais forte. Eu confesso que naquele momento eu estava forte, não é forte fisicamente, embora um cara com 24 anos, que era a minha idade, era um sujeito forte, muito mais que hoje eu. Aí, me botaram no pau-de-arara, aí aquela minha chamada corrida de obstáculos, fica ali, suportando, suportando, mas não foi brincadeira não. E eu ainda dizia: tem que aguentar. Nesse primeiro dia, desmaiei já. Mas

depois do pau-de-arara, vieram os choques. É muito pior do que o pau-de-arara, os choques no pau-de-arara, você no pau-de-arara tomando choque. Os torturadores, para dar nomes, além do coronel Luiz Arthur de Carvalho, essas coisas têm que ficar registradas, que me mandou pra tortura, ele confessou vou lhe mandar pra tortura, você vai ver no pau agora, ele, o Capitão Gildo Ribeiro, da Polícia Militar, que já morreu, e o capitão Emetério Chaves Filho, comandante da PE, esse que eu

disse que ele gostava dos irmãos Caribé, muito, era muito amigo dos irmãos Caribé, do Dalmário e do Dorival, que eram grandes mestres do karatê, e Dalmário é um dos que mataram o Lamarca. Eles tinham uma relação muito grande, o Capitão Emetério, esse não sei se está vivo ou está morto, os dois comandavam a minha tortura, o Emetério com muito gosto.

A tortura sob a ditadura era uma rotina. O capitão Gildo Ribeiro, ao me torturar, eu no pau-de-arara e ele no choque, tinha momentos que ele me dizia: Pedro, ô Pedro, dê algum nome que eu desço você e lhe dou uma coca-cola. Ele queria me subornar com uma coca-cola, ou então, pra falar da banalidade do mal, ele discou o telefone e disse: Ih, minha mulher vai ser operada agora, estou muito preocupado, minha mulher não está bem. Quer dizer, tá torturando um cara ali, mas aquilo tanto faz para ele, está exercendo um ofício, mas tá preocupado com a mulher que vai experimentar uma cirurgia.

Ontem Theodomiro revelou, e isso eu assisti, o Dalmar Caribé entrou na cela de Theo (Teodomiro Ribeiro dos Santos) e deu porrada em Theo até cansar. Theo até disse a ele: se fosse lá fora eu lhe matava. Oldack foi levado para Recife, pra ser torturado, não era pra obter mais nada, é

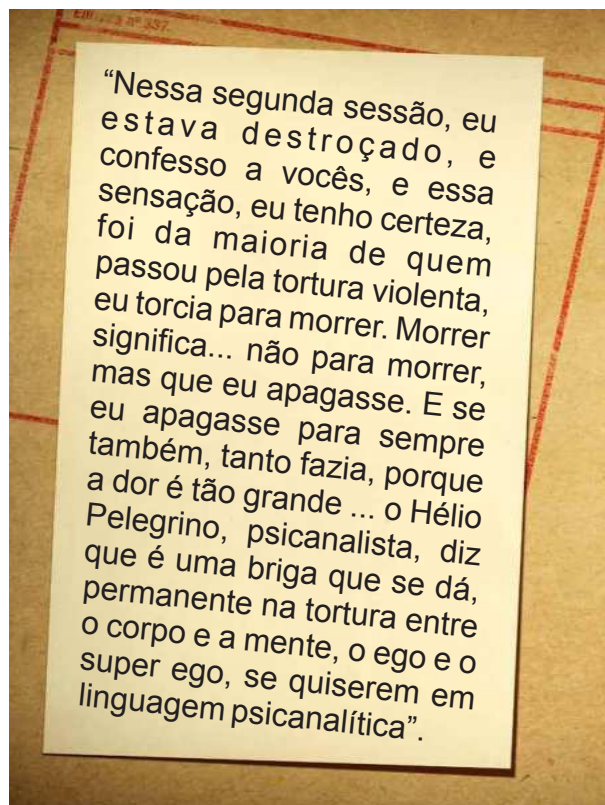
“Aí, a sequência foi o pau-de-arara. Aí, a barra pesa. Pau-de-arara não é uma coisa simples. E tortura a gente fala, mas ela é indescritível. As palavras não têm força para definir a tortura porque o impacto dela na alma mais que no corpo depende de cada um e do momento que você viva e da força que você tenha ou não tenha”.

porque na fase anterior quando ele já havia cumprido seis meses de pena, ele não tinha dito nada, não tinha falado que tinha estado no Vale de Pindaré Mirim lá junto com Manoel da Conceição, eles disseram: agora nós vamos bater em você, torturar você, e torturaram pra valer, Oldack, em Recife, por vingança. Você não falou lá, agora nós vamos torturar você, e torturaram Oldack por vingança.

A tortura, nessa primeira noite, eu saí da tortura já, segundo Theodomiro, porque essas lembranças também, a gente mesmo precisa se vigiar com relação a elas. Pra minha lembrança, eu saí da tortura ainda consciente. Essas coisas têm um limite muito tênue também entre, naqueles momentos, a consciência e a inconsciência, Theo diz: você veio desmaiado. Eu acho que não. Eu me lembro que eles tiraram minha venda, e perguntaram a Theo e a Paulo Pontes da Silva que estavam lá, se eles me conheciam, eu nu e desmaiado. Eu acho que não estava desmaiado não. Eu acho que eu estava pelo menos com um grau de consciência.

Depois, no outro dia, não tinha movimento nas pernas, eu fui levado de maca porque o pau-de-arara, depois de um número de horas (não me perguntem o número de horas que eu passei no pau-de-arara que eu não sei), as pernas ficam gigantes, e não se movimentam. Aí, no segundo dia, foi do meio-dia até não sei que hora da noite, outra sessão destas, não me perguntem onde é que eu fui arrumar forças, volto a dizer que eu não tenho nenhuma sensação de heroísmo, só me pergunto onde é que eu fui arrumar forças para não dizer nem o meu nome. Eu não disse nem meu nome.

Eu dizia: se eu disser o meu nome, vai cair coisa também, porque só eu já era relativamente conhecido nas rodas da malandragem ou da subversão, ou na luta contra a ditadura. Já era fichado em São Paulo, meu pai já tinha sido preso sem ter nada com isso, minha família sofreu o diabo. Então veio a segunda sessão, violentís-



sima, e eu não dei um endereço, não dei o meu nome, fiquei com o nome de Pedro, eu era o Pedro Luis Vian e acabou. “E em que casa você ficava?” “Eu não sei”. Eu também parti, como eu disse, George Dimitrov, eu parti para uma visão, eu li um livrinho, à época, de Dimitrov, da resistência na Alemanha, e eu mantinha aquilo: olha, qualquer absurdo que eu disser – eu pensava assim – é menor do que o absurdo que é esta ditadura. Eu não admitia nada. “Como é que você não sabe endereço?” “Eu cheguei na Bahia fiquei na casa de estudantes, de amigos” E ficava com essa conversa o tempo inteiro.

Nessa segunda sessão, eu estava destroçado, e confesso a vocês, e essa sensação, eu tenho certeza, foi da maioria de quem passou pela tortura violenta, eu torcia para morrer. Morrer significa, não para morrer, mas que eu apagasse. E se eu apagasse para sempre também, tanto fazia, porque a dor é tão grande ... o Hélio Pelegrino, psicanalista, diz que é uma briga que se dá, permanente na tortura entre o corpo e a mente, o ego e o super ego, se quiserem em linguagem psicanalítica. O

corpo lhe pede por tudo que você ceda, que você pare com isso, pra parar essa dor que lhe aflige, o corpo pede mesmo, e é assim que eles atuam. Eles querem lhe desintegrar, pra que você então entregue tudo. Mas a cabeça diz, os ideais dizem: mas você não pode entregar seus companheiros; um ou outro pode vacilar. Ou o corpo, que vai ceder, ou então a firmeza dos ideais que dizem: não, você não pode entregar. Eu não sei onde arrumei forças para suportar. Aí eu fui levado pra cela, dali a pouco veio febre pesada e tudo, eles se preocuparam, me deram remédio, e no dia seguinte eles preferiram uma outra estratégia.

De repente chega um sujeito preso. Um cara bravo. Quando um cara chega muito bravo lá, você desconfia: "esses filhos da puta, não sei o quê". Aí eu disse: aí tem cheiro de tira, Depois de muita conversa, "você tem endereço?, por-que eu não vou demorar muito aqui não, eu vou ficar pouco tempo aqui, aí eu vou procurar seu pessoal e tal, pra dizer que você está aqui preso". Eu disse: tenho sim, o endereço da minha família em São Paulo. Minha família já estava absolutamente sabendo de tudo. Eu dou o endereço, você vai e avisa a minha mãe, a meu pai que eu estou preso.

Claro eu não dei endereço de ninguém aqui na Bahia. Se eu não tinha dado na tortura, eu ia dar aqui, na manha? Depois confirmou que esse cara era um policial, um policial federal. Eles tentaram outro caminho comigo. Bom, a partir daí não houve mais a tortura. Salvo, uma coisa que Theo falou ontem, que a cadeia ela mesma é uma tortura. A melhor cadeia do mundo é uma tortura permanente. Aquilo que o Gramsci fala, a gigantesca clepsidra, o grão de areia que cai dia a dia, os dias que se repetem, não por acaso a minha série se chama Lembranças do Mar Cinzento. Por que Mar Cinzento? Porque ali tudo era cin-

za, naquela cadeia, na Lemos Brito. A primeira fase, Theo falou ontem, quando nós fomos transferidos pra Lemos de Brito, finalzinho de janeiro de 1971, quando nós chegamos, nós não sabíamos pra onde iríamos. Eu, Theodomiro, Dirceu Régis, Paulo Pontes da Silva e Wellington Freitas. Nós não sabíamos. Como disse, à medida que colocam a gente pra sair, é um terror absoluto, é uma outra tortura, sem nenhuma dúvida, porque tudo pode acontecer, vamos parar aqui na estrada e fuzilar esses

caras, porque naquela época não era nenhum absurdo. Mas daí a gente percebeu, e chegou na Lemos de Brito. Acreditem, há momentos como este, de felicidade, lá dentro.

Chegar ali e encontrar uma galeria só para prisioneiros políticos, encontrar outros companheiros que lhe acolhem com carinho, que já estão lá cumprindo pena, lembro de Getúlio Gouveia que estava lá preso, Fernando Mesquita, creio que Sarno também, Nemésio Garcia, Rui Patterson, e me jogaram na cela lá, um em cada cela, e foi um momento, acreditem, de felicidade.

Antes, também pra falar, porque tudo isso, cada grão de areia de felicidade é contado, na experiência da prisão, que continua sendo tortura. Quando me tiraram do Barbalho para prestar depoimento na Polícia Federal, foi um dia de felicidade também porque é quando você se legaliza. Ao fazer inquérito na Polícia Federal, você foi autenticado, ou seja, lhe fizeram existir. Porque até ali eu não existia, podia morrer, e pronto.

Aí, quando ele me fez as perguntas, reafirmei tudo, falei contra a ditadura, podem dizer que eu era louco, naquele momento, naquelas circunstâncias dizer contra a ditadura. Falei lá e falei no tribunal. O sujeito que me ouviu, aí já sabiam meu

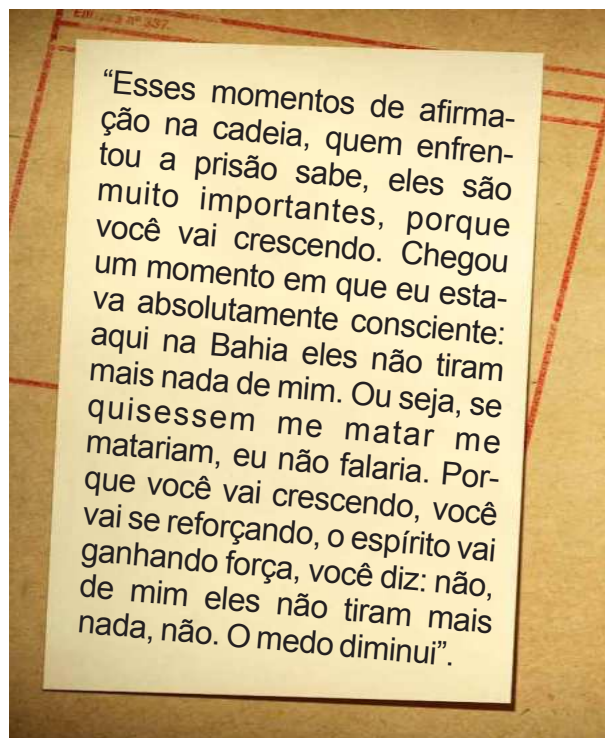
"Como disse, à medida que colocam a gente pra sair, é um terror absoluto, é uma outra tortura, sem nenhuma dúvida, porque tudo pode acontecer, vamos parar aqui na estrada e fuzilar esses caras, porque naquela época não era nenhum absurdo".

nome, ele me disse: “Emiliano, está decidido, você vai passar alguns anos na cadeia”, e isto ainda no inquérito, “você vai passar alguns anos aqui, porque um quadro como você não se forma rapidamente.” Acho que eles estavam me medindo mais pela resistência à tortura do que qualquer outra coisa. “Você vai ficar alguns anos aqui. Pode voltar para sua cela, lá. Isso já está decidido.” Eu não estava nem aí. Foi um dia de felicidade: Bom, agora eles não vão me matar mais. Seguro. São os pequenos momentos que a gente se lembra, da cadeia.

Como é que eles me descobriram como Emiliano? Os companheiros aqui fora, Zé Sérgio, Eduardo Kruschewsky, os da AP, alguns poucos, fizeram uma guerrilha pela cidade, picharam a cidade, até bem, “libertem Emiliano”. Aí, o CENIMAR veio pra cá. Isto está no filme “Eu me lembro” do Edgard Navarro. O CENIMAR desembarcou lá no quartel do Barbalho, subi pra sala do comando, com Emetério, aí o CENIMAR disse: “olha Emiliano, a gente já sabe tudo, você é você, não adianta vir com essa conversa de Pedro, a gente queria saber o que é que você tem a dizer”, “eu não tenho a dizer mais nada”. Mas aí, não me botaram no pau-de-arara nem nada. Foi uma conversa, acabou.

Esses momentos de afirmação na cadeia, quem enfrentou a prisão sabe, eles são muito importantes, porque você vai crescendo. Chegou um momento em que eu estava absolutamente consciente: aqui na Bahia eles não tiram mais nada de mim. Ou seja, se quisessem me matar me matariam, eu não falaria. Porque você vai crescendo, você vai se reforçando, o espírito vai ganhando força, você diz: não, de mim eles não tiram mais nada, não. O medo diminui.

E eu sempre digo, não é que o medo não exista, não. O medo é fortíssimo. Mas é você enfrentar o próprio medo, suplantá-lo. Medo é algo permanente pra gente, pra quem está preso. A dor é permanente pra quem está preso, sem dúvida nenhuma. Mas o CENIMAR então descobriu pela



pichação. Mas, ao mesmo tempo, a pichação era importante no raciocínio da AP porque era a maneira de salvar minha vida. Vamos denunciar a prisão de Emiliano para garantir que ele viva, e era uma atitude acertada. Eu fui pra Lemos de Brito, final de janeiro de 1971, ainda as celas eram todas fechadas, a gente em celas individuais, uma comida podre, ruim, tudo isso é da tortura, que eu chamo. Mas também, nesses primeiros momentos, a gente enfrenta isso até com uma certa tranquilidade. Eu me lembro que na primeira noite que eu cheguei, na Galeria F, eu não tinha roupa, não tinha nada, estava sem nada, uma cama, na cela, um lençol bem puído, e Getúlio Gouveia, que já estava lá, já fechado, ele pôde ficar solto só para ver a gente, depois ia ser trancado de novo, ele me perguntou: Emiliano, o que falta aí? Eu olhei a cela vazia e disse: não, aqui não falta nada. Porque também as necessidades que você tem numa prisão reduzem-se a quase nada.

Perto do Barbalho, onde eu ficava numa cela que não tinha sanitário privado, esses luxos, não. Era uma lata de querosene, que depois a gente pegava e nós mesmos tínhamos que levar para jogar

fora. A gente ficava numa cela péssima, ali, dormia no chão, de repente, eu estava lá na Galeria F, na Penitenciária, tinha uma cama, tinha um colchão. O que eu quero mais? As exigências diminuem muito.

Eu fiquei lá entre agosto e setembro de 1971, na Galeria F, no mesmo período que eles desembarcam aqui para tentar matar o Lamarca. A primeira investida, como se sabe, não foi bem sucedida, a que o Fleury tentou comandar. De repente, eu estou na Galeria F e anunciam: Emiliano, você vai viajar. Aí, você respira fundo. Pensei: eu vou cair na mão da OBAN. Que o terror de todo mundo era cair na mão da OBAN ou na mão de Fleury, que morreu em 1979 num acidente estranhíssimo.

Fui viajar, mas eu não sabia para onde. Me levaram, me botaram num camburão e de repente eu estava desembarcando ali na Base Aérea. Entro num avião que eles me indicam, um avião militar, e lá tava Fleury e tava Jesus Cristo também, que era Dirceu Gravina, um cruel torturador da OBAN, que se chamava Jesus Cristo. Eu fui pra São Paulo, mas não era outra sessão de tortura, não. Eram dois processos que eu tinha que responder em São Paulo.

Porque minha formação política começou em São Paulo, foi lá que eu iniciei minha vida política na AP, depois vim pra cá corrido. Acabei caindo aqui. E aí, eu respondi, fiquei, creio que dois meses e meio em São Paulo e voltei pra cá no final de 1971, para a mesma Galeria F, que era, evidentemente, onde eu pretendia cumprir pena. A Galeria F é uma experiência muito rica de política coletiva, se um coletivo que decidia tudo pela democracia direta, experiência riquíssima onde nós trocamos muito conhecimento.

Houve muita fraternidade, muita

compreensão mútua, muita ajuda mútua, o que não quer dizer que não haja divergência. Houve divergência pra burro, discussões às vezes duras. Era um coletivo, não tinha liderança nominada, era tudo discutido no coletivo, chegávamos a punir companheiros quando fosse o caso.

Me lembro de uma briga que tiveram, num baba, o Paulo Pontes e o Eduardo Kuschevski, eles trocaram porrada num jogo de futebol e nós punimos os dois, no coletivo, por seis meses. Por seis meses eles ficaram sem jogar bola. Os presos comuns pediram anistia para eles, e nós não demos anistia não. Porque nós não queríamos dar mau exemplo para os presos comuns, que tinham muito respeito por nós. Mas nunca é uma relação fácil. Você tinha realmente que granjear respeito, para que não houvesse nenhuma tentação de confronto conosco.

Na linha do que eles diziam: não, a moçada lá em cima é muito unida. Então, não pode mexer.

Houve uma rebelião, uma vez, creio que no final de 1972, eles quebraram tudo. A cadeia inteira. Eu via grades e grades caírem como se fossem folhas de papel. E a gente via os colchões jogados pro centro ali, e o presídio é redondo, e eles vieram perguntar pra gente se deviam mexer com a nossa galeria, se deviam quebrar. Eu disse: Não. Aqui não mexam não. Não mexeram em nada. E ainda assim, nós fomos acusados de termos liderado, preparado o motim. Imagine se tivessem quebrado, e eles respeitaram tudo.

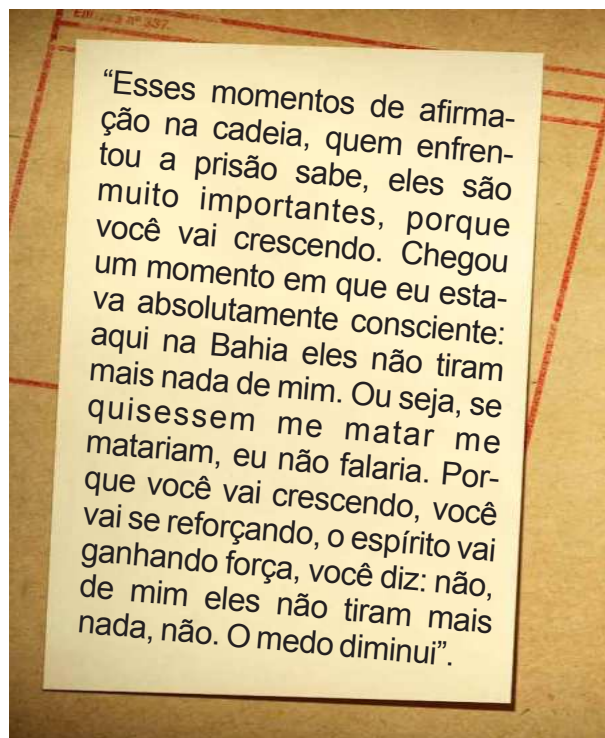
Então, nós tínhamos excelente relação com eles. Nós tínhamos um coletivo que fez estudos, que tinha grupos de estudo variados, tinha artesanatos, dois times de futebol, tínhamos um coletivo que era bastante solidário e firme. Tivemos

“Houve muita fraternidade, muita compreensão mútua, muita ajuda mútua, o que não quer dizer que não haja divergência. Houve divergência pra burro, discussões às vezes duras. Era um coletivo, não tinha liderança nominada, era tudo discutido no coletivo, chegávamos a punir companheiros quando fosse o caso”.

algumas experiências – eu, uma – de greves de fome, foi fruto de uma otite que eu tive, uma otite muito forte, Theodomiro era o que ministrava os analgésicos assim de meia em meia hora, mas aí fizeram uma carta ao diretor porque eu não era atendido. O diretor Osmundo Tosca então me tirou da galeria, me colocou na enfermaria, que era muito pior do que a galeria e trancou os outros. Nós já estávamos abertos. A partir daí, entramos todos, inclusive eu, em greve de fome de 11 dias só bebendo água.

Eu saio da prisão no final de 1974, em liberdade condicional, e sou anistiado em 1979. Porque todo dia 30 tinha que ir na Auditoria para assinar lá, para dizer que estava aqui, não podia sair do estado. Muito resumidamente é esta a minha história, agradecer profundamente à Comissão da Verdade pela chance que dá a este testemunho e volto a dizer que ele é oferecido àqueles que entregaram suas vidas às causas profundas da liberdade, da democracia, do socialismo e do comunismo.

Jackson Azevêdo – Emiliano, nós queremos agradecer enormemente a sua contribuição, mas eu tenho três questões rápidas para submeter à sua apreciação, se você quiser se manifestar sobre elas. Primeiro, uma curiosidade: como e quando se dá a sua aproximação e envolvimento pessoal com a política? Sabemos que mais ou menos em 68 você ingressa na AP, não sei se pelas mãos de Atura. E a gente queria, se você pudesse dar uma panorâmica rapidinha dessa sua história pessoal com a política. A segunda é: você revelou que no time dos torturadores havia o capitão Gildo Ribeiro, Emetério Chaves Filho, o Ustra e o coronel Luiz Arthur. Há muitos anos já que se tenta formar uma imagem de Luiz Arthur de uma pessoa humanitária, um espírito convicto, leal aos preceitos de Alan Kardec, e, por isso mesmo, muito sensível, que não compactuava com qualquer ato de violência e os depoimentos de Theo e seu meio que contrastam: Luiz Arthur era diretamente envolvido com essas ordens de tortura. Podia ser o responsável direto, mas você nun-



ca o viu participar diretamente de nenhuma sessão de tortura, ou o viu ou sabe que ele participou? E o Adir Fiuza de Castro, que era comandante da 6ª Região Militar, se ele também pode ser alinhado nesse grupo de pessoas responsáveis pela tortura? Nós sabemos da atuação de padre Renzo, de Claudio Perani, Paulo Tonucci, D. Timóteo, mas sabemos também que a CNBB, pelo menos no primeiro momento, teve uma atitude de apoio ao golpe militar, ou pelo menos simpática ao golpe militar, e que havia, portanto, uma ala da Igreja mais tendendo a apoiar o golpe, embora houvesse setores de resistência. Não sei se você teria algum esclarecimento a prestar a esse respeito.

Emiliano José – Bem, minha aproximação com a política começou, a minha “Estrada de Damasco” foi um pequeno círculo que a gente formou no Jaçanã, onde fiz minha juventude, cheguei à idade adulta. Jaçanã, em São Paulo. Um círculo que envolveu um grupo pequeno, que envolveu a mim, Pedro Oliveira que foi de AP comigo depois, depois foi para o PC do B; Flávio, outro menino, Toninho, colegas de escola, salvo Pedro que não era da escola e a casa de Pedro, lá na rua Dr. Juquinha Santana, que era uma casa de pais cultos, de uma mãe

muito dedicada e revolucionária, Ada Oliveira, uma figura extraordinária e, neste ambiente, eu acabei me aproximando da esquerda, eu e os outros companheiros juntos. Me lembro de um livro, “A História da Riqueza do Homem” de Leo Huberman, que o impacto que ele teve sobre mim foi extraordinário do ponto de vista do descobrimento da política e das funções estruturais do mundo.

Eu era um cristão conservador, ligado aos camilianos e este livro me abriu e aquela igreja ficou bem distante de mim. E a partir dali eu embarquei numa velocidade impressionante na luta revolucionária. Meu rito de iniciação foi o 1º de maio em São Paulo, aquele que nós expulsamos o Abreu Sodré do palanque – eu já era de AP – tomamos o palanque, tocamos fogo, depois saímos em passeata até a Praça da República e tudo. Então, foi assim que eu embarquei, um pouco tardiamente, de alguma forma, já tinha, então, 22 anos.

Quanto ao coronel Luiz Arthur de Carvalho, eu não tenho muita dúvida não. O coronel Luiz Arthur de Carvalho é parte do time da tortura na Bahia. Esse negócio de sujar as mãos ou não, a mim pouco importa. Ele avisou a mim, era o chefe, Superintendente da Polícia Federal, que dali a pouco eu estaria na tortura. Não tem jeito. O capitão Gildo Ribeiro, que foi o cara que mais movia a maquininha, que mais porrada dava.

Então, o capitão Gildo Ribeiro apareceu, depois de dar tiros para o ar aqui no Campo Grande, ele era da PM. Chegou a dar aula no Central. Ele apareceu na Galeria F, chamou Natur de Assis Filho, num dia de semana e disse: tenho que falar com Emiliano. Nós reunimos o coletivo e dissemos: bom, nós não temos como impe-

dir um cara de entrar aqui no presídio. Então, Emiliano fala com ele. No dia da visita, ele apareceu. Sentou no banco grande que tinha para as visitas e começou a conversar comigo. “Eu vim aqui para lhe pedir perdão. Você estava vendado, você não sabe o que tinha de gente ali em torno” realmente eu não sabia. “Você foi o responsável (dizendo ele) pela minha conversão ao cristianismo. Eu me converti ao cristianismo.” Eu disse a ele “Olha. Eu não vou lhe perdoar. Você vá viver sua vida e provar que você mudou. Eu estou aqui por uma razão política, e eu vou lhe dizer uma coisa, nós vamos chegar ao poder e nós não vamos torturar ninguém. Vá provar que você mudou”.

Ele morreu há três, quatro anos, eu não sei. Recebi um email. Ele tentou de todos os modos, depois que eu saí da prisão, ele conversava com Rui Patterson, para que ele se encontrasse comigo. Eu digo: eu não me encontro com torturador. Disse que tinha revelações a fazer. Eu disse que arrumo um jornalista para ele fazer, mas eu não aceito. O filho dele me mandou um email quando ele morreu, dizendo:

Emiliano, eu sou fulano de tal, filho do capitão Gildo Ribeiro, que lhe fez tanto mal. Estou lhe pedindo perdão. O filho também.

O coronel Luiz Arthur de Carvalho, esse negócio de que ele não metia a mão direto na massa, a mim pouco importa. O caso do Adir Fiuza de Castro, ele é um dos mais cruéis e violentos torturadores da ditadura. Ele é um torturador cruel e consciente. Foi ele que disse assim: Bom, nós usamos o martelo pilão para matar a formiga. No nosso caso, nós éramos a formiga, e ele tinha alguma razão. Usaram mesmo.

O caso da igreja, ela apoiou o golpe.

“O caso da igreja, ela apoiou o golpe. A CNBB oficialmente apoiou o golpe e a ditadura com absoluta transparência. Quem quiser pegue os documentos da CNBB. Não houve grande problema para ela apoiar o golpe contra o comunismo. Todos. Depois, ela foi vendo o que era a ditadura. E de repente, a ditadura voltou-se também contra a Igreja”.

A CNBB oficialmente apoiou o golpe e a ditadura com absoluta transparência. Quem quiser pegue os documentos da CNBB. Não houve grande problema para ela apoiar o golpe contra o comunismo. Todos. Depois, ela foi vendo o que era a ditadura. E de repente, a ditadura voltou-se também contra a Igreja. E, para ser justo, depois disso, ela foi vendo, percebendo. A partir de 1970, que é a linha divisória, ela entrou, CNBB inclusive, firme na luta contra a ditadura e foi assim até o final. Porque aí, a parte mais progressista da igreja já havia ganhado consistência e alguns tinham mudado muito. D. Helder Câmara entre eles. Mas não só ele, não. Houve uma consciência muito grande. A partir dali ela jogou bastante firme para acolher os perseguidos e acolheu mesmo, salvou vidas, e foi, tem muitas vítima da Igreja Católica também. Eu falei aqui em Madre Maurina.

Emiliano José - (Lê em silêncio uma pergunta) – Não, veja Diva, eu corri muito, é verdade, eu contei aqui mas não contei detalhe, eu corri muito, como eu contei, se eu tivesse armado eu teria atirado, mas eu não andava armado, eu corri pra burro, pulei uma casa, pulei outra, eles foram

atrás e me pegaram, mas eles tinham uma equipe lá, é verdade, mas eu não contei os detalhes.

Em Santa Catarina também, o Batista, que era o Fleury de lá, eu estava num comício em Florianópolis, de um movimento secundarista, tinha um segurança, um menino secundarista muito forte e eu saio do comício, com o segurança, aí quando eu saio do comício, Batista, conhecido, me pegou e o segurança saiu correndo e eu, que não era tão forte assim, troquei porrada com o Batista, escapei e ele disse, vou atirar, errou todos os tiros, eu subi a ladeira de Florianópolis caí na Escola Técnica depois saí no carro de um médico que estava me abrigoando lá. E nesse caso é verdade isso, se relataram é verdade, eu caí não foi exatamente na hora do Ônibus, eu caí foi correndo, pulando mas acabei caindo porque eles tinham uma equipe lá. (Dirigindo-se a Jackson Azevêdo) Podemos terminar? Eu quero agradecer profundamente a oportunidade de falar aqui, de dar esse depoimento e só lembro, para finalizar mesmo, o poema genial que é “Aos que vão nascer”, de Brecht, mas eu não vou ler o poema todo não, só final dele:

Entretanto sabemos:
Também o ódio à baixeza
Deforma as feições.
Também a ira pela injustiça
Torna a voz rouca. Ah, e nós
Que queríamos preparar o chão para o amor
Não pudemos nós mesmos ser amigos.
Mas vocês, quando chegar o momento
Do homem ser parceiro do homem
Pensem em nós
Com simpatia.

Um grande abraço.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
04 de dezembro de 2013 - Reitoria da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia



DEPOENTE: MARIVAL NOGUEIRA CALDAS

Marival Nogueira Caldas nasceu em Ilhéus, Bahia. Ingressou na Petrobrás em dezembro de 1957, através de concurso. Na militância político-sindical, fez parte de organizações em defesa da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo. Participou do comando do MUNOP – Movimento de Unidade Operária em defesa das reformas de base do governo de João Goulart. Foi Secretário Geral e Presidente do Sindipetro - Bahia e da FINAP – Federação Nacional dos Petroleiros. Foi cassado e preso em 18/10/1968, e, em Salvador, passou pela Casa de Detenção, Quartel General, Quartel do Barbalho e Penitenciária Lemos de Brito. Em 1985 foi anistiado.

**Texto não revisado pelo depoente.*

*** Marival Nogueira Caldas**

Walter Pinheiro - Nós teremos agora a oportunidade de ouvir o depoimento de Marival Nogueira Caldas. Quando me pediram para fazer esta nobre missão, em minha memória veio imediatamente a figura, a imagem de Mário Lima. Eu convivi muito tempo com Mário Lima e, enfim, perdemos ele em 2009, mas a admiração, ela sempre foi crescente. E em mim os testemunhos que prestavam aqueles que não só fundaram o SINDIPETRO, como também lutaram todo aquele momento por essa instituição que ... recentemente eu li um comentário na Internet que essa instituição é considerada como um dos exemplos e um dos passos definitivos para a implantação dos sindicatos no nosso país, especialmente na região Norte e Nordeste. Tivemos esta fase muito triste que aqui estamos a recuperar, porque é um direito à memória que todos nós temos e que deverá se tornar, inclusive, cadeira da universidade mais adiante. Então, agradeço a presença e a disposição de Marival Nogueira Caldas em aqui vir prestar este depoimento.

Marival Caldas - Quero saudar os membros da Comissão e dizer aos presentes que vou tentar ser objetivo por causa do calor e do adiantado da hora. Quero agradecer a citação do nome de Mário Lima porque seria o primeiro a eu registrar neste evento como o fundador dos sindicatos de petróleo no Brasil e um dos mestres da anistia que todos nós nos beneficiamos de 79 a 85. Então, o saudoso Mário Lima é uma lembrança que vai se perpetuar no movimento sindical, apesar de situações políticas naturais na vida democrática.

Eu entrei na Petrobras em 1957, ainda era de menor, saí em 1958 para servir ao Exército; voltei pra Petrobras e logo em 1960 nos conhecemos - o companheiro Mário Lima e alguns companheiros - e resolvemos discutir a fundação de sindicato de petróleo, porque não existia. No momento, a lei só permitia a fundação de dois tipos de sindicato: de extração e um de refino e, por incrível que pareça, nós, trabalhadores da Petrobras na Bahia, tínhamos os salários e vantagens menores que os de São Paulo. Então, o movimento tomou corpo justamente com esse argumento de que nós teríamos que equiparar os nossos salários e vantagens.

Em 1962, ocorreu a primeira greve de petróleo no Brasil que fizemos para uma equiparação salarial. Daí é que o movimento começou realmente e politizar os trabalhadores. Porque naquela época – era bom que, inclusive, estivesse... eu realmente sinto muito que nesta casa, neste mesmo local, aqui mesmo sentado com essa casa cheia de estudantes, seria imprescindível que os estudantes estivessem aqui presentes para ouvir a verdade, a história, o que se passou realmente aqui no Brasil e na Bahia. (Aplausos).

Nós fundamos os sindicatos e lutamos pela reivindicação salarial e aproveitamos o nível de politização que na época os trabalhadores tinham para então começar um movimento nacionalista e aí, posso dizer hoje, com tranquilidade, de que o PCB – Partido Comunista Brasileiro nos ajudou muito nessa época e tínhamos companheiros mais idosos que trabalhavam, militavam no partido.

Tenho um esclarecimento a dar, porque é histórico isso: nem eu nem o companheiro

Mário Lima nunca fomos do PCB. Agora, nós ajudamos o PCB a fazer tudo o que ele precisava na época, utilizando, inclusive, recursos e equipamentos do sindicato. Isso é verdade. Eles descobriram isso indo aos episódios de prisões; em inquéritos isso apareceu. Eles perguntavam isso: “você é comunista?” Nós respondíamos: “eu não, mas não discordo do comunismo”. Aí tinha as famosas pancadas.

Vamos voltar a uma época imprescindível do que significou 1962 até Jango, 63, aonde nós tínhamos equívocos que, inclusive, a militância não gosta de lembrar, mas que esta juventude de hoje deveria saber para não cometer novos equívocos como estão ocorrendo. Nós exageramos numa época sem

saber o que iríamos enfrentar, nem de que forma e com que armas íamos enfrentar. Era uma luta nacionalista. Tudo de petróleo para a Petrobrás, do monopólio do poço à bomba de petróleo. Essa era a nossa luta, o resto não valia mais nada. Então, isso aí... começou a criar um corpo; inclusive os intelectuais, começou a participação, porque havia realmente uma ameaça da famosa 'Direitona' desse país, que mandava no país, de, inclusive, acabar com a Petrobras. Eles achavam que nós não tínhamos óleo e nós tínhamos um relatório de um americano que dizia que nós não tínhamos, que era interessante acabar com a Petrobras.

Foi aí que esse movimento nacionalista com a participação do PCB, começou a se infiltrar no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas... A imprensa teve um papel extraordinário. Inclusive na época o Jornal da Bahia era fantástico! Nos ajudava muito! Então, nós tivemos apoio nacional e que foi criando um problema sério para aqueles que eram favoráveis à

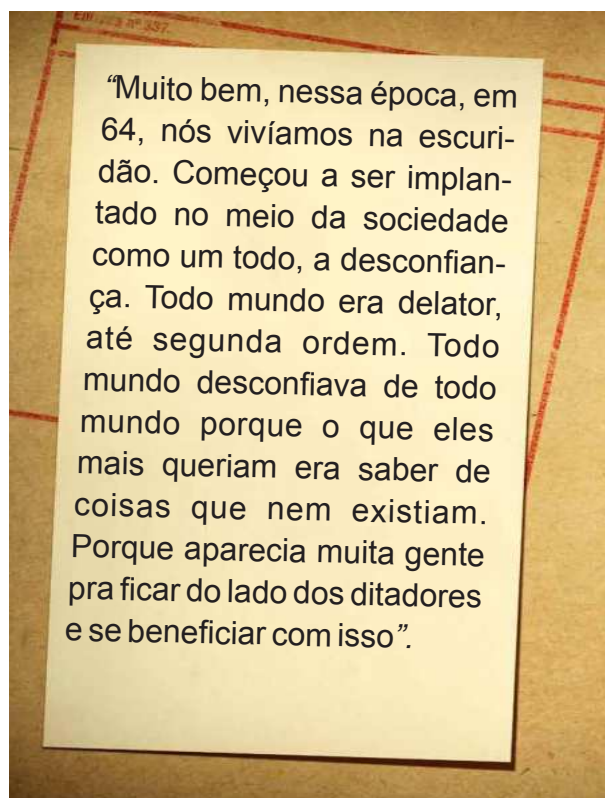
“Nós exageramos numa época sem saber o que iríamos enfrentar, nem de que forma e com que armas íamos enfrentar. Era uma luta nacionalista. Tudo de petróleo para a Petrobrás, do monopólio do poço à bomba de petróleo. Essa era a nossa luta, o resto não valia mais nada”.

extinção da Petrobrás. Nesse momento, nós tínhamos a participação naquele famoso comício de março aonde tivemos reunidos na sala, inclusive com Jango, uma hora antes do comício... Dando sustentação. A gente não enxergava, não tínhamos noção, não tínhamos ninguém experiente para fazer uma avaliação.

Os intelectuais participavam do movimento nacionalista, mas tinha um general chamado Assis Brasil, e isso eu assisti... porque eu vi, garoto ainda, ele dizer a Jango: “não anuncie as reformas de base no comício senão o governo cai.” Caíram em cima de “pau” no general Assis e: “não! Vai...”. O comunismo estava bem fortalecido junto ao governo, é verdade. E foi lá e começou a anunciar e vimos que foi março, 31 de março, a ditadura se implantou no país com o golpe e nós vimos invasões na refinaria; companheiros presos, levados pra navios; companheiros da diretoria do sindicato; militantes detidos, inclusive eu como militante na época, e houve notícias de espancamentos dentro de uma corveta da Marinha, aqui em Madre de Deus. Então, a desorganização do movimento foi total.

Muito bem, nessa época, em 64, nós vivíamos na escuridão. Começou a ser implantado no meio da sociedade como um todo, a desconfiança. Todo mundo era delator, até segunda ordem. Todo mundo desconfiava de todo mundo porque o que eles mais queriam era saber de coisas que nem existiam. Porque aparecia muita gente pra ficar do lado dos ditadores e se beneficiar com isso. Então, todo o ano de 64, final de 64, se começou a ter uma discussão no governo de Castelo Branco de uma abertura democrática. Se falava nisso em plena ditadura. Eles liberaram os sindicatos para eleições... Eu me candidatei e fui eleito em 65, até 67 fui presidente do SINDIPETRO-BA e em 67 fui expulso da Petrobras. Não fui demitido, eu fui expulso.

Agora, de 65 a 68, ocorreram coisas, episódios muito interessantes. Por exemplo, eu



ouvi falar aqui do chefe da tortura, do coronel Luiz Arthur. O coronel Luiz Arthur era um militarista profissional. Se dissesse: tem que torturar, ele torturava; tem que matar, ele matava. Ele levou muito tempo atrás de mim pra me prender, pra fazer, inclusive, perguntas mais absurdas do mundo. Agora, as perguntas, qual eram as perguntas? 66, 67: “você faz parte de alguma organização política?” Não. Aí ele dava um tapa: “não faz o que, rapaz?” Eu não faço. “Muito bem, além de ser de petróleo, você tá querendo mais agora fazer o quê?”

Nós estávamos numa campanha, prestem atenção a isso, incrível. Hoje que nós produzimos dois milhões e duzentos mil barris de petróleo por dia, nós iniciamos uma campanha para atingir 150 mil barris para evitar que a Petrobras fosse destruída, fechada, acabada, extinta. Nós fomos pro campo... e no campo nós fizemos um movimento de mobilização com os companheiros na Bahia que era o maior campo produtor de petróleo com Sergipe e fomos, brigamos, lutamos. Fomos proibidos de entrar na área pra fazer discurso. Recebemos do Consulado

Americano na Bahia, eu recebi, passagem para estudar nos Estados Unidos com minha família. A Federação Internacional dos Trabalhadores Petroleiros e Químicos existia no Rio, já tinha feito isso nos outros sindicatos que se ofereceram, se venderam e eu tive que denunciar isso numa assembleia. Chamei a imprensa, mostrei as passagens, os dólares e eles queriam me tirar daqui para evitar que a campanha dos 150 mil barris tivesse êxito. Então, houve um escândalo nacional, que inclusive, o Congresso Nacional com o pessoal, a nossa famosa, o partidão, como sempre ... o MDB reagiram e essa federação foi até fechada e deixou de fazer o trabalho dela no Brasil.

Muito bem, nosso superintendente era um general do Exército da cavalaria. Interventor, superintendente de uma refinaria. Era um homem que só tirava proveito por ser superintendente. O general Gandal da Fonseca presidente... Nós vivíamos numa Petrobras fechada e aí resolvemos abrir. Vamos lutar, vamos pras ruas e vamos combater a ditadura.

Agora, combater a ditadura com discurso... o povo brasileiro e a Igreja – que Emiliano, que é um historiador, Emiliano é muito inteligente, ele *en passant* falou sobre a igreja de uma maneira suave, inteligente, como os intelectuais costumam se pronunciar, eu vou dizer, inclusive, pra ficar de bem de tudo quanto é lado. Eu não. A Igreja ajudou a ditadura até seu último minuto. Elementos da Igreja: padres, bispos, entendeu? Alguns defenderam, nos ajudaram muito. Inclusive o sobrinho de Marighella estava aí, quando nós nos escondemos na Candelária foram eles que nos acolheram por uma semana, senão a gente tinha morrido numa passeata no Rio de Janeiro.

A confusão toda se formou quando, mais

uma vez digo aos presentes que me perdoem, a coisa pior do mundo é quando em 70, em plena Copa do Mundo, se soube que nos porões da ditadura estavam morrendo brasileiros. 70, 71, 72, entendeu? Enquanto o povo vibrava com a Copa do Mundo em 70 (viva Pelé!) nego apanhava feito cachorro, como disse Emiliano aqui. Sofria, morria.

Por que eles fizeram isso? Eles queriam destruir a possibilidade de se aparecer

núcleos que arregimentassem uma parte substancial da população para enfrentar em praça pública os militares, coisa que nós pensávamos que era possível, mas não é, porque o povo brasileiro continua frouxo. Até hoje, pra sair na rua é muita dificuldade ou sai por interesse próprio. Passei alguns anos na cadeia, vi meus filhos andando de um buraco de uma... da Lemos de Brito, no ambulatório, entendeu? Sofri! Nós

temos a história da tortura, os que morreram na tortura. É impossível, como foi dito aqui, se mostrar o que é a dor da tortura. A tortura física ou se suporta ou se não suporta, mas a tortura moral é terrível. É terrível. Muitas vezes, a gente lá no Rio de Janeiro, no Santos Dumont, por exemplo, minha esposa ia me visitar, eles fizeram a seguinte proposta: “você dorme comigo à noite e eu no outro dia deixo você visitar ele”. Desse tipo. Depois de muitos anos no Equador, numa festa de Natal, eu me encontro com esse indivíduo, coronel da Aeronáutica, assumindo cargos importantes no governo.

Então, eu quero dizer aos senhores, pra não entrar em detalhes, muitos detalhes, que a história, é bom que seja contada, pra que quem ler entender. Nos não queremos passar por sofredor. Eu fui cassado, torturado, perdi emprego, sofri com a

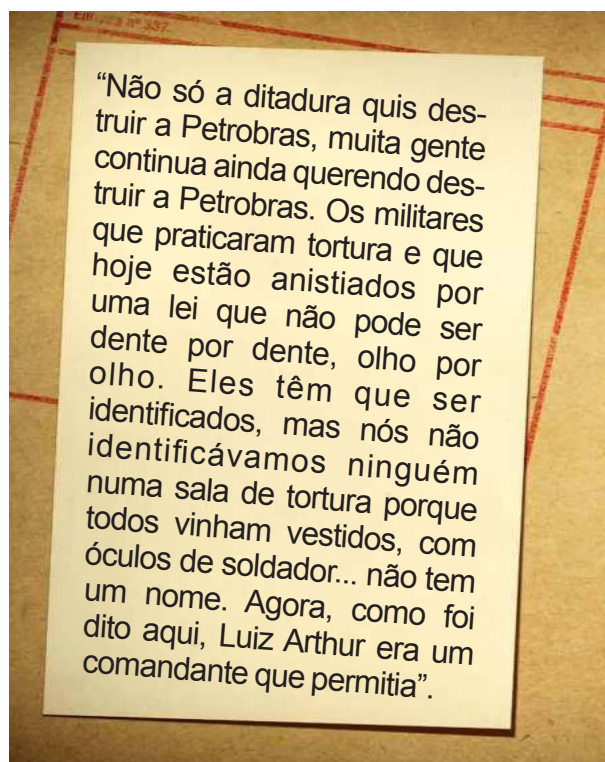
“...a coisa pior do mundo é quando em 70, em plena Copa do Mundo, se soube que nos porões da ditadura estavam morrendo brasileiros. 70, 71, 72, entendeu? Enquanto o povo vibrava com a Copa do Mundo em 70 viva Pelé! nego apanhava feito cachorro, como disse Emiliano aqui. Sofria, morria”.

família. Por quê? É preciso dizer: por que eu queria derrubar a ditadura, eu queria enfrentar um Exército brasileiro e o poder econômico sem ter armas nem retaguarda. Não façam isso mais. Primeiro arranje os financeiros, alguém que banque o Exército e enfrente.

Todo mundo fala de Fidel Castro. Olha aí Fidel Castro, qual foi? Então nós não temos um povo nacionalista, nós não temos um movimento estudantil no Brasil. O movimento operário está totalmente atrelado ao poder e nós estamos num caminho que me preocupa: a insegurança, a falta de politização do movimento estudantil. Politização que eu digo não é partidária, é analisar a política, conhecer, viver o ambiente. Temos aqui uma pessoa que saiu daqui nesse instante, um grande brasileiro, Sérgio Gabrielli, mas que teve que se moldar há pouco tempo a uma situação política contra minha empresa que é a Petrobras. Isso tem que ser dito.

A ditadura, ela não deve ser esquecida... não deve ser apagada. Os brasileiros que morreram nos porões da ditadura, eles não devem ser vingados, mas eles não podem ser desconsiderados pelo que eles lutavam. É preciso saber, eu lutava por isso. Se eu lutava errado me perdoe, mas se eu lutava certo, que alguém pegue essa luta e leve em frente.

A Petrobras hoje, eu digo minha empresa que continua sendo. Porque um ex-petroleiro saiu da Petrobras, saiu da empresa, mas a Petrobras não saiu do coração nem da cabeça dele, porque nós fomos pioneiros. Não só a ditadura quis destruir a Petrobras, muita gente continua ainda querendo destruir a Petrobras. Os militares que praticaram tortura e que hoje estão anistiados por uma lei que não pode ser dente por dente, olho por olho. Eles têm que ser identificados, mas nós não identificávamos ninguém numa sala de tortura porque todos vinham vestidos, com óculos de soldador... não tem um nome. Agora, como foi dito aqui, Luiz Arthur era um comandante que permitia. É um



torturador mesmo. Ele sabia que estava havendo tortura. Luiz Arthur, é bom que vocês saibam, era meu vizinho. A gente jogava basquete, ele cansava e quem entrava no lugar dele era eu quando a gente era menino. Só ele me prendeu onze vezes, inclusive quando parei uma usina de açúcar apanhando do sindicato da zona rural em 1967, como também no Porto, na cara dele, porque nós paramos o Porto de Salvador também com o nosso apoio.

Eu vou encerrar, porque se eu for contar a história demora muito... detalhes, não há necessidades disso. A tortura, ela tem que ser olhada. Hoje existe tortura.

Hoje nós temos tortura, minha gente. Quando vejo o Tortura Nunca Mais, hoje nós estamos tendo tortura. E esse cara bandido, assassino, ou mata esse cara, pena de morte, que eu sou favorável – o dia em que nós tivermos um poder judiciário honesto – eu sou a favor da pena de morte. Agora, eu não sou a favor do que está acontecendo nas barbas do poder, é a tortura desses seres humanos que estão aí. São uns animais? São, mas não merecem ser torturados como estão sendo. Enquanto outros estão me fazendo

exigências; corretas, eu não discordo.

Então, a Comissão da Verdade é uma das melhores coisas que aconteceram, que mesmo um pouco atrasada, saiu aqui na Bahia... é muito importante. Agora, eu sugiro à Comissão da Verdade que nos próximos depoimentos, se tiverem, que perguntem aos interrogados: “qual eram as perguntas feitas pelos torturadores?” Porque a mim quando disseram que eu tomei um tapa, o cara vai dizer: “se não aguentar, diga o que ele quer...” O que é que ele queria: “você faz parte da AP?” Não. Ajudei a AP a fazer panfleto. Inocente. Eu não tinha essa visão política disso... no sindicato eu dava papel. Haroldo Lima sabe disso, muita gente sabe disso. O sobrinho de Marighella tava aqui, veio me cumprimentar, estivemos juntos no Rio.

Então, essas coisas precisam que, a Comissão, só como sugestão... a Comissão da Verdade pergunte: “o que é que eles perguntavam a vocês pra ser torturado? Qual foi a pergunta que o torturador fez ao torturado?” Eu não sei se alguém aqui ouviu isso, as respostas disso. Uma vez me perguntaram e eu disse: “vou apanhar”. Ai perguntaram: “você faz parte de uma célula de não sei de quê?” Eu disse: faço. Tinham me ensinado. “Aonde?” Em São Luís do Maranhão, Rua São Francisco, 15, é o aparelho... levava 15 dias, o telefone, não se lembram, não? Levava 15 dias para dar um telefonema para o Piauí, São Luís, pra descobrir. A gente apanhava, descansava e quando eles descobriam que era mentira e viam perguntar, nós já estávamos mais alimentados, mais fortes. Isso acontecia direto no meio dos que eram torturados.

Meu companheiro Emiliano aqui, convivemos na Galeria F por muito tempo... Pessoa boa, pessoa que está contando essa

história, faz muito bem. Eu sou anistiado, vivo ainda lembrando e até sendo convidado para voltar a participar do movimento contra o que está lá dentro, a Petrobras chapa branca, entendeu? Mas infelizmente eu já estou cansado, cardíaco, velho e não posso mais ir pras ruas como gostaria e um dia ver, como eu vi, essa casa cheia. Saía daqui carregado por eles... voltar às ruas para defender os reais interesses do Brasil. Muito obrigado. (Aplausos)

Walter Pinheiro - Eu gostaria de indagar o seguinte, aproveitando a sugestão do nosso depoente. Além das perguntas que foram aqui salientadas, que outras perguntas os torturadores faziam àqueles que estavam detidos?

Marival Caldas - Eu, no final de 70, 71, 72... já em 69 com o AI-5, também na hora em que fui casado, algumas vezes eu fui detido. Em São Paulo, no Rio, aqui em Salvador..., eu via perguntas sobre reorganização de movimento que já tinha

sido esfacelado. Então, tinham algumas pessoas, eu inclusive... tinha gente do Piauí. Tinha gente até que tinha apelido. Emiliano conheceu bem. Eram perguntas sobre se havia ainda sinais de se reorganizar e as outras, que a gente não participava, não via. Eu nunca participei, eu nunca vi ninguém no pau-de-arara nem nunca vi ninguém morrer torturado.

Eu vi torturados, cuidei na cela de torturados. Sei que foram torturados, acho que Luiz Arthur é um dos responsáveis pela tortura na Bahia porque era o chefe e conhecia. Mas as outras perguntas eu também, inclusive, gostaria de saber. Eu conheço, apesar de viver esse tempo todo, até hoje eu não consigo entender, até hoje é preciso que esclareça mais isso aí. Eu não posso entrar numa sala, como já aconteceu

“Eu vi torturados, cuidei na cela de torturados. Sei que foram torturados, acho que Luiz Arthur é um dos responsáveis pela tortura na Bahia porque era o chefe e conhecia. Mas as outras perguntas eu também, inclusive, gostaria de saber”.

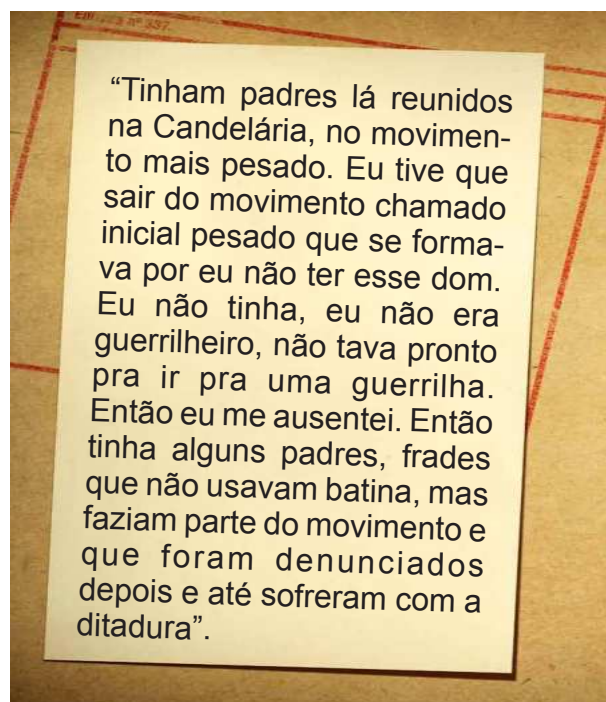
comigo, uma vez... eu fumava, eu fumei 55 anos e bebi tudo o que o álcool produziu por 55 anos. Já deixei tem seis anos. Eu fumava muito e o meu - vamos chamar torturador, porque era mesmo - perguntava: "o senhor fuma?" Eu dizia: "fumava..." doido pra fumar - botava o cigarro aqui (na frente) e dizia "se o senhor responder o que eu perguntar, o senhor pode fumar". Eles sabiam que eu era fumante e que eu estava sem fumar há algum tempo. Me perguntava assim: "qual é a sua participação no Partido Comunista?" Eu digo: "nenhuma, nunca fui". "É mentira". Achavam que eu era comunista. Ou em 71, 72... achava que eu fazia parte porque eu disse uma vez que eu ajudava a AP com máquina Gestetner e papel para fazer panfleto. Agora as outras perguntas, o que é que perguntavam aos outros? Não sei. "O senhor é contra a ditadura?" "Sou". "Não tem medo de morrer, não?" "Não, eu não sei se vou sair daqui". Eu nunca tive medo dele, mas aí... "O senhor é contra a ditadura?" "Sou. Sou contra todo tipo de ditadura: de direita, de esquerda... não havia espancamento. Talvez, a minha participação contra eles devia ser insignificante".

Walter Pinheiro - Bom, eu não me contento de lembrar que... uma história que se contava muito sobre um general que diante de uma autoridade constituída naquela época perguntou: "o senhor fuma?" Ele disse: "não, mas se o senhor quiser eu fumo. Era uma questão de... (Risos)

Marival Caldas - Questão de salvaguarda... foi perguntado a Lomanto Júnior.

Walter Pinheiro - Então tá dito. São identificados religiosos que atuaram muito procurando defender ou procurando proteger perseguidos e pessoas também que estavam envolvidos com o movimento à época. O senhor aqui falou seriamente em relação ao papel da Igreja avalizando, convalidando toda essa ação do sistema militar. O senhor teria nomes da Igreja para serem mencionados?

Marival Caldas - O nome do nosso maior



defensor da Igreja aqui no São Bento, Mosteiro de São Bento ... isso inclusive, Anísio Félix, sabe quem é, não sabe? Anísio Félix ia entrevistar a gente no porão do São Bento e ele, eu me esqueço o nome, foi citado aqui... Dom Timóteo. Esse homem tem que ter uma estátua, porque todos os presos políticos da Bahia esse homem defendeu. Todos, todos, todos... Inclusive, a Polícia Federal quis entrar no mosteiro e ele não permitiu. Nós somos testemunha. Os outros não. Tinham padres lá reunidos na Candelária no movimento mais pesado. Eu tive que sair do movimento chamado inicial pesado que se formava por eu não ter esse dom. Eu não tinha, eu não era guerrilheiro, não tava pronto pra ir pra uma guerrilha. Então eu me ausentei. Então tinha alguns padres, frades que não usavam batina, mas faziam parte do movimento e que foram denunciados depois e até sofreram com a ditadura.

Walter Pinheiro - O senhor foi preso 32 vezes. Ao todo, quanto tempo ficou preso?

Marival Caldas - Olha, dá 11... 7... 1 ano, 8 meses e 18 dias. Dois anos. Era preso, saía, voltava, condenado, se não apresentar julga à revelia, se for à revelia pode morrer. Sai da clandestinidade, se

apresenta, prende. Um entra e sai terrível.

Walter Pinheiro - Esteve preso no Galeão?

Marival Caldas - Galeão e no Santos Dumont.

Walter Pinheiro - Bom, é uma... Só pra terminar, o senhor se lembraria de algum sindicalista ou de alguns sindicalistas que também sofreram o processo da ditadura e que não estão aqui nominados, além do Mário Lima?

Marival Caldas – Olha, tem muitos que já morreram. Dutra... Tem até o companheiro Valença, que foi convidado mas não pôde vir. Tá doente. Era deputado. Ele foi cassa-do

como deputado. Tinha Alberto Vieira, era presidente do sindicato. Minha atuação era mais na área... tinha o Manoel Barbosa que era portuário no Rio de Janeiro que eu não sei se morreu, não sei como tá. Mas aqui na Bahia é mais na área de petróleo... mais fechado com a gente. Nós é que liderávamos a área rural, a área do açúcar e do porto, nós é que fizemos movimento. Mas eu não me lembro, por exemplo, de nenhum dirigente sindical ser preso comigo na Galeria F que o Emiliano vai contar a história.

Walter Pinheiro - Bom, não havendo perguntas a serem dirigidas, nós vamos encerrar essa tomada de depoimento. Eu reitero os agradecimentos ao nosso Marival Nogueira Caldas.

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

18 de março de 2014

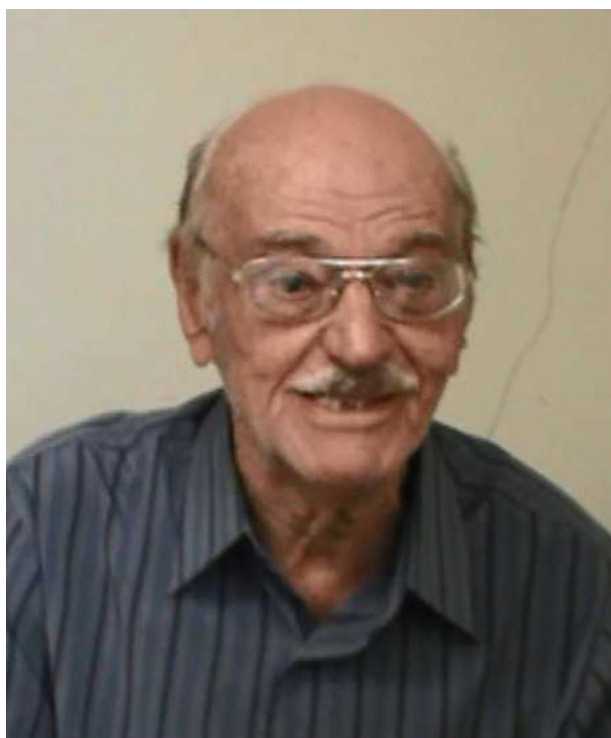
Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia

Subseção de Feira de Santana





AUDIÊNCIA PÚBLICA
18 de março de 2014 - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia
Subseção Feira de Santana



DEPOENTE: TEÓDULO PEREIRA PORTUGAL

Teódulo Portugal, conhecido como Teté, trabalhava como alfaiate e era empresário da área de confecções, na época do golpe militar. Idealista, foi preso três vezes, acusado de receber dinheiro de todas as potências socialistas, e chamado algumas vezes para prestar esclarecimentos. Chegou a ser levado para o 19º BC e também para a Matriz. Sofreu muitos constrangimentos na prisão. Nunca foi ouvido, mas também não foi vítima de tortura física. Foi prejudicado financeiramente e economicamente e, depois de ter sido preso, não conseguiu mais exercer a função de alfaiate. Sua família também sofreu. Seus filhos eram excluídos e muitas vezes “xingados” de comunistas.

**Texto não revisado pelo depoente.*

Teódulo Pereira Portugal*

Eu trabalhava na época de alfaiate. E sempre o operário é visado. E eu vestia a burguesia de Feira de Santana, mas mesmo vestindo eles, cobrando muito bem deles – eu era o alfaiate deles – cobrava muito bem, porque aprendi a profissão e executava e eles mostravam assim me querer até bem. Porque eu, como alfaiate, correspondia. Mas na hora que veio a ditadura, até alguns compadres se tornaram inimigos meus; o que tinha de calúnia... se eles me devolvessem o que disseram de mim... Fui acusado de receber dinheiro de todas as potências socialistas; Teódulo Portugal era acusado de desrespeitar as autoridades constituídas pela revolução; Teódulo Portugal era acusado de receber dinheiro de Cuba, eu digo: coitado de Fidel, tá até precisando de a gente ajudar nisso... e essas coisas. E eu ia pro Café São Paulo e discutia e falava e fui levado à prisão, fui preso. E a última vez que fui preso, falei...

Celso Pereira – Está lembrado da data?

Teódulo Portugal – Mais ou menos... falei com o cara da Interpol. Chegaram três elementos – dois eram da Interpol e um era da Prefeitura. Eu logo maldei, não posso provar isso, mas acho que foi mandado por Amorim. Porque tem a Prefeitura e minha alfaiataria é na outra rua. O cara dizia: “entra ali, Teté está ali”. Por isso que muita gente [pergunta] por que Juvenal, fulano, fulano, tão conhecido, nunca foi perseguido como Teté? Porque eu estava do lado da Prefeitura. Era fácil dizer “olha um comu-

nista aqui”. Qualquer coisa pra procurar um comunista, mandavam lá. Muito bem, me levaram. Agora, quem me levou era elemento ligado a Getúlio, foi Arnaldo Saback, viu? São os caras que fazem política dessa maneira, essa tal política – esquerda, direita e centro – ele é mais centro.

Na hora que o cara ganhou o poder... Eram donos de charqueada, vendiam carne à Petrobras, nem pesava. Quando dizia “deputado Hamilton” “pode entrar”. E eu sou um cara que sei dessas coisas, por isso me perseguiram. Gozado, que nunca eu fui ouvido. Tive três prisões e nunca me perguntaram coisa nenhuma. Porque eu queria que me perguntassem. Só ia dizer o que eles eram: sem vergonhas, traidores, falsos, falsos, porque meu processo é uma falsidade, eu nunca recebi dinheiro, garanto a vocês. Eu queria até receber esse dinheiro, sabia? Eu estaria bem e eles estariam todos me adulando. Me lembro que Wilson Falcão, que era do outro lado, me encontrou: “Oh, Teté, disseram que você recebeu dinheiro de todas as potências”. “Foi, doutor”. “Ah, meu filho! Se tu recebesse esse pessoal todo te prendia?! Eles te prenderam porque não tinha um tostão e ainda falava deles”. E falava mesmo. Falava.

Celso Pereira – Teté, fale de suas prisões. Você lembra quando foi, pra que quartel você foi recolhido?

Teódulo Portugal – Ah! Uma das coisas que eu fiz, em vez de correr pra casa de um civil, eu corri para casa de um primo, que eu posso falar, morreu no ano passado (antes eu não falava, não, que podia ele se prejudicar no Exército), capitão Manoel

Portugal, que me abraçou, apesar de ele ser fascista, mas gostava de mim, fazia tudo pra mim, e eu fui pra casa dele. Mas depois, eu precisava voltar. Eu era casado, oito filhos, precisava voltar! Podia, Humberto, essa turma toda podia ficar até hoje por lá. Mas eu precisava voltar. Voltei, veio capitão Arlindo, veio Arnaldo Saback, sargento Campos. E a mulher de Arlindo é criatura que fiquei com pena dela. Porque ele ia me levando, puxou-se a conversa. Capitão Arlindo sempre me tratou bem. Tratou bem porque quando estava perto de receber dinheiro, trocava um chequezinho pra ele, ele me tratava bem. Então, no caminho, puxou-se a conversa, eu disse assim: “Arlindo, pelo amor de Deus, não prenda mais pai de família que eu não aguento isso”; e eu “minha senhora, tenha calma, não tem nada não.

Enquanto isso, eu tenho um primo que tá nessa passeata com Deus pela família, isso é assim mesmo”. Aí, foi a primeira vez que fui preso. Aí, chegando lá, encontrei doutor Celso, Chico Pinto, a turma toda. Chico Pinto disse: “Oh, Portugal, nós estamos fazendo história, hein?”; e eu: “Oh! O senhor, doutor, está fazendo história. Porque eu, operário, semianalfabeto...” Adianto o seguinte: idealista, eu sou. Idealista. Eu nasci assim, não foi meu pai, não foi minha mãe, não foi ninguém, nasci assim. Tenho aquela coisa assim, aquela preocupação: “vão matar um em tal lugar”, “oh, minha mulher, já falaram com o Papa, já pediram ao Papa?” Nunca vi esse homem, mas nasci com essa natureza de defender. Se eu estivesse na era de Cristo, na hora que foram crucificar Cristo, eu saltava na frente e [dizia] “esse homem é inocente!”. No entanto, os religiosos se omitiram, ficaram calados, com medo do rei. Mas isso não tem nada a ver com nossa

“Na hora que veio a ditadura, até alguns compadres se tornaram inimigos meus; o que tinha de calúnia... se eles me devolvessem o que disseram de mim... Fui acusado de receber dinheiro de todas as potências socialistas; Teódulo Portugal era acusado de desrespeitar as autoridades constituídas pela revolução; Teódulo Portugal era acusado de receber dinheiro de Cuba, eu digo: coitado de Fidel, tá até precisando de a gente ajudar nisso... e essas coisas. E eu ia pro Café São Paulo e discutia e falava e fui levado à prisão, fui preso”.

história.

Celso Pereira – O senhor lembra o quartel?

Teódulo Portugal – Lembro sim, o 19º BC, o cascão. O meu advogado Raul Chaves assim falava: “Portugal está no cascão”.

Celso Pereira – Lembra quem mais daqui estava por lá?

Teódulo Portugal – Eu, você, Chico Pinto e, de gente conhecida assim era... Antoniel já foi preso no outro quartel.

Celso Pereira – Não, saiu com a gente. Antoniel Queiroz.

Teódulo Portugal – Nós alugamos uma Kombi.

Celso Pereira – Saímos de noite.

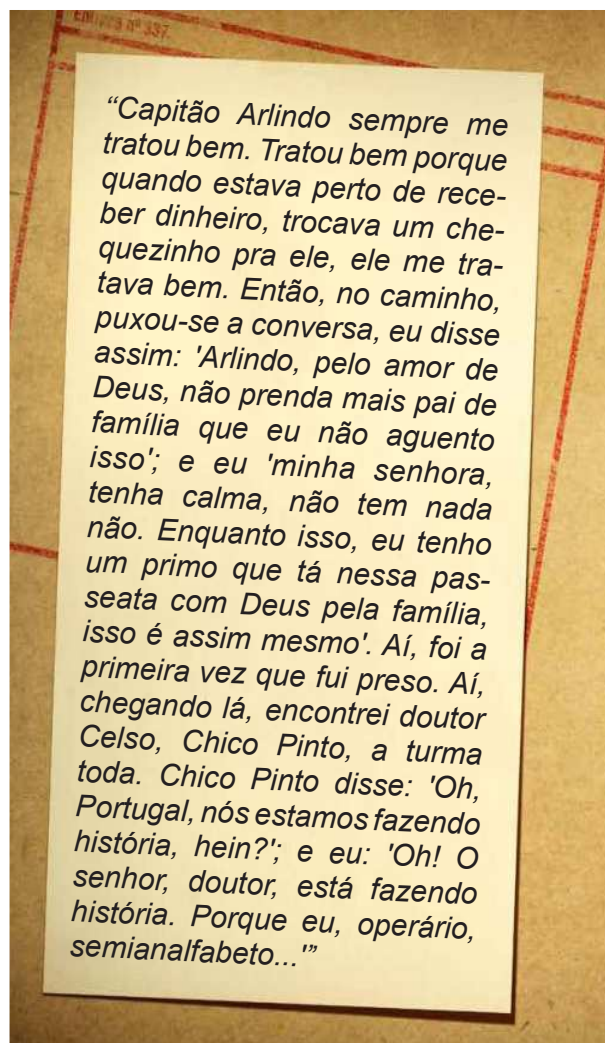
Teódulo Portugal – Largaram a gente na rodoviária. A gente ficou assim...

Celso Pereira – Agora, o senhor lembra de ter sofrido, além do constrangimento da prisão, algum outro maltrato físico, violência física?

Teódulo Portugal – Exatamente isso. Porque eu pertencia à maçonaria e a maçonaria não teve coragem de dizer “Portugal não é isso. Não peguem nele.” Nessa hora, você não quer se comprometer. Aí, Joir Brasileiro, que era o presidente da maçonaria na Bahia, quando eu fui julgado em Salvador, aí ele sentou e disse “senhores generais, venho dizer a vocês que nós não temos nada contra Teódulo Portugal”. Essas coisas são boas. Porque já tomam como parceiro... Aí, essa prisão foi com denúncia. Aí, eu voltei e disse: “Fulano, fulano aí, roubou, e matou, está aí mandando”.

Celso Pereira – Você falou que teve mais de uma prisão...

Teódulo Portugal – Foi, teve mais duas,



foram três.

Celso Pereira – Foram todas para o mesmo lugar?

Teódulo Portugal – Primeira foi pra esse quartel velho, que agora está caindo na Matriz.

Celso Pereira – Da polícia.

Teódulo Portugal – É, da polícia. Aí, me levaram pro 19º BC. E libertaram toda turma numa véspera de São João, menos eu. Depois, quando saí tinha no muro assim “Teódulo Portugal deixou de ser libertado para a tranquilidade de Feira”. O perigo era de eu sair e dizer: “olha os ladrões aí” Eles sabiam e pediam sempre para eu não ser ouvido. Eu passei tudo isso e nunca fui ouvido. Tinha alguém da Petrobras ia lá, suado, o outro manchado de sangue e eu

“O que há, companheiro? Não me chamaram.”

Celso Pereira – Eu queria pedir desculpas, porque tenho que me ausentar por um breve espaço de tempo, mas é absolutamente inegociável, e aí gostaria de ser substituído nesse momento pelo nosso companheiro Hosannah Leite, que conduzirá o resto do depoimento e eu retorno mais tarde. Os senhores me desculpem, tenho um compromisso profissional.

Hosannah Leite – Bom dia. Dando sequência ao que o representante da OAB, Dr. Celso Pereira estava conduzindo a reunião, gostaria de perguntar a Teté – me permita chamar assim carinhosamente.

Teódulo Portugal – Ah, quando chama Teté, já sei que é amigo. Quando me chamam Teódulo Portugal... eu sou Teté da Feira.

Hosannah Leite – Nessas suas prisões, claro que sempre tinham adversários que procuravam inculcar sobre você uma série de acusações. Você poderia relatar alguns nomes dessas pessoas em Feira de Santana que tinham sobre aqueles que trabalhavam com identificação a nível de esquerda, quais eram essas pessoas em Feira de Santana e como desenvolviam suas atividades?

Teódulo Portugal – Eu ouvia falar. Mas não vi, pra dizer assim: “é fulano ali”. Era jovem, estava com 30 e poucos anos, forte. Cadê meu filho, Sílvio está aí? Olhe ele lá, mais forte que ele. Agora estou com 87 anos, não posso nem correr, quanto mais bater. Mas naquele tempo, eles não vinham de frente, nenhum deles veio de frente. Eles me prenderam, mas sempre correndo com medo de mim. Eles ainda hoje têm medo de mim...

Hosannah Leite – Esses perseguidores seus, você tem como nomeá-los? (se assim achar conveniente) Alguns, você já declinou o nome. Tem outras pessoas que você poderia fazer referência?

Teódulo Portugal – Tinha um que hoje é finado, até compadre do meu tio, Arnold Silva. Arnold Silva me conhecia, porque sou da família de Feira de Santana, Portugal, Mascarenhas, Arnold era compadre de meu tio e até me conhecia. Mas, como eu notei

que Arnold era um tipo assim do outro lado, fascista, caluniador e tudo o mais, eu andei dizendo “Arnold Silva foi um cara que chegou em Feira de Santana de jaleco, atrás de uma moça rica e achou pouco. Casou com duas moças milionárias”. Aí eu botei o apelido nele de “caça dotês”, e ele não podia gostar de mim – a verdade dói.

Hosannah Leite – Teté, os efeitos que você teve ou sua família, já que você era o arrimo da família, o chefe, aquele

que conduzia e dava o sustento material; que consequências, nessa época, na sua visão, as perseguições que você sofreu recaíram sobre sua família?

Teódulo Portugal – Primeiro. Meus filhos, na escola, parecia que tinham uma doença que pegava nos outros. Chegou a professora chamar minha mulher e disse “Olha, eu peço pra você retirar os meninos da escola porque os pais estão reclamando dos filhos dos comunistas aqui”. Parecia que eles tinham uma doença. E eu, analfabeto, comia *figo* de criança, não era fígado, não. Era *figo*.

Hosannah Leite – Você inicialmente declinou que basicamente trabalhava para a

“Porque eu pertencia à maçonaria e a maçonaria não teve coragem de dizer 'Portugal não é isso. Não peguem nele.' Nessa hora, você não quer se comprometer. Aí, Joir Brasileiro, que era o presidente da maçonaria na Bahia, quando eu fui julgado em Salvador, aí ele sentou e disse 'senhores generais, venho dizer a vocês que nós não temos nada contra Teódulo Portugal'. Essas coisas são boas. Porque já tomam como parceiro... Aí, essa prisão foi com denúncia. Aí, eu voltei e disse: 'Fulano, fulano aí, roubou, e matou, está aí mandando'”.

burguesia de Feira de Santana...

Teódulo Portugal – Trabalhava. E eles gostavam muito. Quando souberam que eu era comunista, eles me fecharam a porta.

Hosannah Leite – Como foi sua retomada da vida profissional depois desse período de detenções e perseguições?

Teódulo Portugal – Jamais, não podia ser mais alfaiate. Eles não me deram mais roupa, fizeram uma campanha... tinha um Mantini, que tinha casa de louça, da família Mantini, não sei se conhece...

Hosannah Leite – Na Rua Marechal Deodoro...

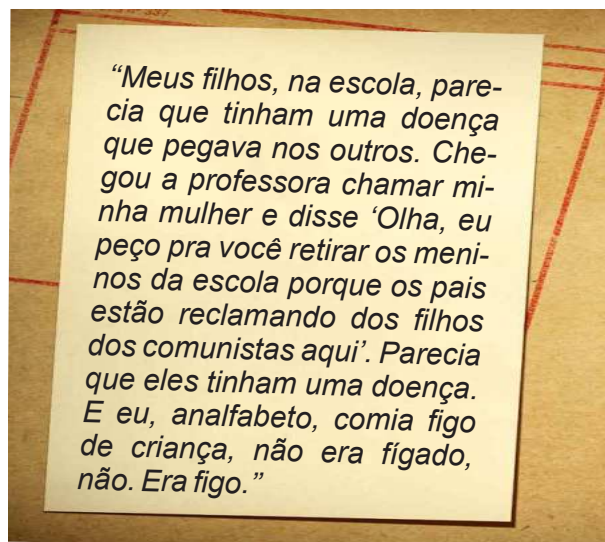
Teódulo Portugal – É, Rua Marechal Deodoro. Quando eu estava fazendo uma roupa para um amigo dele, ele foi chegando e falou assim “Você está armando o homem, hein?”. Eu tomei um choque assim. “Armando o homem?”. “Você trabalha com arma”. Ouvi aquilo tudo, mas outro dia, quando ele estava com dois meses de morrer, eu entrei lá, na casa de comércio dele e disse assim: “*Mantini*, que ironia da vida! Você foi meu algoz de 64, canalha, moleque e hoje seu bisneto é meu bisneto (que é o neto de Sílvio ali)”.

Hosannah Leite – Você tem alguma coisa mais a acrescentar sobre esse período, ou mesmo depois do período da ditadura? Alguma coisa que você lembre e queira dar ênfase...

Teódulo Portugal – Eu não parei, continuei xingando eles pelo seguinte: não falaram a verdade sobre mim, se tivessem falado a verdade, eu aceitava... mentiram, disseram que eu tinha recebido dinheiro de todas as potências...

Hosannah Leite – Eu queria agora, abrir pelo menos para os companheiros da Comissão...você teria alguma coisa a acrescentar, Sílvio? Sílvio é o filho de Teté.

Teódulo Portugal – Um dos filhos! 21



netos, 14 bisnetos...

Hosannah Leite – O filho caçula de Teté já está com 60 anos.

Sílvio Portugal – Eu tenho quatro filhos e oito netos já. Eu tinha 10 anos nesse período e meu pai teria muito a contar. Mas a memória dele está traindo ele em alguns momentos, né? Meu batizado foi uma festa enorme do Partido Comunista Brasileiro em Feira de Santana, em 25 de março de 1962. Então, Galeão estava presente lá, Celso Pereira, Celso Daltro, Luciano Ribeiro, com 19 anos (na época eu estava com 20), Chico Pinto, Colbert... Na época era a cúpula e os operários, trabalhadores... os idealistas estavam presentes, eu, com 10 anos de idade já tinha noção das questões, estudava sobre essa questão. E, na verdade, meu pai foi preso várias vezes, outras foi chamado; eu o visitei no quartel, com 10 anos, depois com 12; visitei no quartel da polícia militar ali próximo à Matriz, depois da Santa Casa de Misericórdia, atrás. Você rodeava o quartel, era uma coisa de cimento, com 1,30m de altura, você tinha de entrar abaixado, e tinha uma cama de cimento, com capim. Eu fiquei com ele e minha mãe conversando, logo depois ele foi para o quartel da Mouraria. Minha mãe sempre levava os filhos pro 19º Bcno Cabula. Quando chegava lá, às vezes estava jogando bola, batendo baba, a gente levava uma carne boa, pra ele, um charque, requeijão, um queijo. Porque meu pai,

apesar de ser um alfaiate, era também um empresário da área de confecções, ele tinha condições financeiras. Ele contratou um dos melhores advogados da Bahia, que foi Raul Chaves, que o defendeu.

Alguns companheiros tomaram tapa, foram torturados, muitas vezes injustamente, mas também porque não tinham condições de pagar um advogado e porque também a OAB declinou, muitas pessoas da OAB declinaram em defender, tiveram medo, e poucos tiveram essa coragem de defender comunista na época. Para completar, a família sofreu consequência, eu passei no concurso da Coelba, depois não fui chamado por ser comunista; na empresa privada, fui fazer um trabalho e fizeram uma coisa ao perceber que eu era comunista. Então, houve todo um *bullying* que sofremos na escola. As pessoas me “xingavam” de comunista, mas alguns tinham medo, outros xingavam, e eu dizia “meu pai é comunista o seu é ladrão!” E eu era do tipo temperamental e sou temperamental, igual a meu pai. Sou do tipo que respeita todo mundo, mas sou cagado e cuspidor (desculpem a expressão) meu pai aqui, só que um pouco mais polido, mas o temperamento, a tempera minha é pior que a dele.

Eu sou acostumado nesse processo de discussão política, enveredei pela área da cultura, trabalho na secretaria e com o Ministério da Cultura, inclusive, vim de uma reunião, agora, quinta, sexta e sábado, na Secretaria de Cultura do estado e a presidente da Fundação Pedro Calmon nos convidou a comparecer hoje à noite no Fórum do Pensamento Crítico a respeito da demo-

cracia, repressão e tal, 50 anos do golpe militar de 64, e eu falei que meu pai ia estar presente aqui hoje na terça-feira perante a Coordenação da Comissão da Verdade, comentei, falei com as pessoas, que muitas pessoas não sabem disso, não têm memória. Meus colegas são mais jovens que eu, mas uma boa parte sabe bem sobre isso. Então, a verdade é que as perse-

guições não foram só as prisões que ele sofreu. Ele teve as condições de pagar um bom advogado.

Meu pai foi julgado em Brasília, por sorte entrou na Justiça contra o governo, e por sorte, um amigo nosso substituiu o comandante da área militar de Brasília durante um mês, e minha irmã falou com ele, e ele mexeu na documentação que pegou o documento de Teté lá embaixo e jogou na frente. Teté foi uma das primeiras pessoas de Feira de Santana a ser ressarcido financeiramente pelo governo federal. Isso foi o reconhecimento de que ele passou por todo esse processo. No Partido Comunista, algumas

pessoas diziam que ele não foi preso, tinha toda essa picuinha também, essa coisa natural que existe em todos os lugares. Então, a gente sofreu uma série de consequências, a família sofreu uma série de consequências, mas não foi por isso que todos os 8/7 filhos dele não são formados por universidade. Só um, que é contador, deixou de fazer faculdade, e meu pai não concluiu o primário, mas todos os filhos dele fizeram sua graduação, mestrado, um está fazendo doutorado na Argentina, duas irmãs, Soane e Mary. Era só isso.

‘Meu pai foi preso várias vezes, outras foi chamado; eu o visitei no quartel, com 10 anos, depois com 12; visitei no quartel da polícia militar ali próximo à Matriz, depois da Santa Casa de Misericórdia, atrás. Você rodeava o quartel, era uma coisa de cimento, com 1,30m de altura, você tinha de entrar abaixado, e tinha uma cama de cimento, com capim. Eu fiquei com ele e minha mãe conversando, logo depois ele foi para o quartel da Mouraria. Minha mãe sempre levava os filhos pro 19º BC no Cabula. Quando chegava lá, às vezes estava jogando bola, batendo baba, a gente levava uma carne boa, pra ele, um charque, requeijão, um queijo. Porque meu pai, apesar de ser um alfaiate, era também um empresário da área de confecções, ele tinha condições financeiras’.

Hosannah Leite – Eu queria aproveitar a oportunidade, anunciar a presença de Albertino Carneiro, *[aplausos]*, que é um dos membros da Comissão da Verdade, representando a sociedade civil organizada de Feira de Santana. Entre os sete componentes, nós temos a honra de tê-lo ao lado nessa Comissão apurando a verdade do que ocorreu durante o período da ditadura de 64 a 85.

Albertino Carneiro – Eu vim em atenção ao tema, que pra mim é muito importante, mas fui proibido pelo médico de ficar fora de casa.

Hosannah Leite – Com muita honra, e tem absoluta liberdade de sair, quando quiser se retirar, por favor...

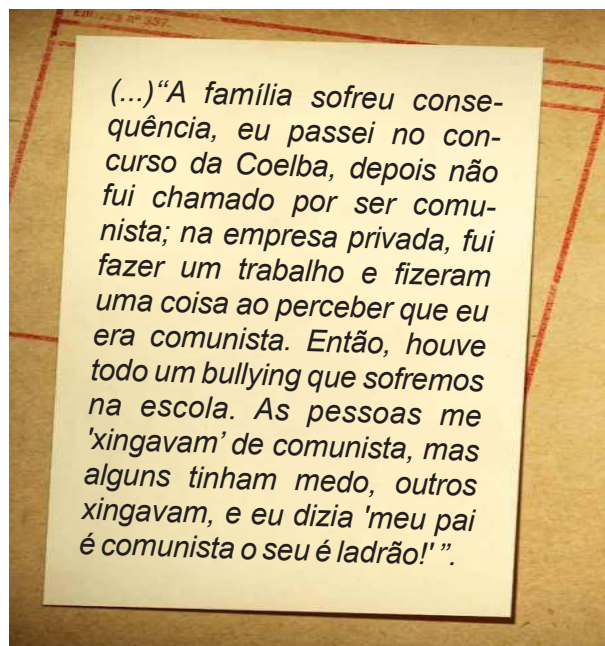
Albertino Carneiro – Mas a honra não é só de vocês, que merecem, mas é do tema que nós devemos dar todo apoio.

Hosannah Leite – Um dos segmentos que são ditatoriais nesse País é esse da medicina. Médico quando diz “tem de fazer isso”, por favor, e você tem que obedecer, afinal de contas...

Albertino Carneiro – Por três meses ainda. Eu dando apoio a esse ato de hoje, estou dando apoio a você e estou dando apoio a todos aqueles injustiçados que a própria imprensa hoje, até a imprensa de hoje não lembra, quanto mais a de antes. Então, nós temos que resgatar essa memória.

Hosannah Leite – Aproveitando sua intervenção, você tem alguma pergunta? Vamos agora abrir para aqueles membros da Comissão da Verdade procederem algum tipo de pergunta a Teódulo Portugal. Você tem alguma pergunta para ele, já que você ficaria livre para poder se retirar?

Albertino Carneiro – Eu respeito tanto o depoente que eu não tinha naquele tempo tanta aproximação com ele. Por conta disso tenho respeito à personalidade e atitude dele e aos demais também. Estive aqui em



homenagem a eles porque a atitude daquele tempo, por sinal era pouca gente. Se hoje ainda está assim, avalie naquele tempo. E esse é o gesto de eu estar aqui. Até hoje, quando a gente faz um ato desse, da dificuldade de a gente encontrar... os alunos silenciaram naquela época. Até hoje, por assim dizer, a sociedade brasileira silencia. Por exemplo, quem diria inclusive aqui uma ex-reitora da universidade! A universidade pouco aparece. Os alunos de hoje não sabem o que se passa, porque até hoje se silencia. Porque nós temos leis mentirosas: a Anistia pra calar a boca, não Anistia pra falar, não entendo. Eu acho que, até nesse ponto, nós temos que suscitar o conhecimento da história. Os nossos alunos de universidade ignoram isso. Então, porque não têm nem a oportunidade. Eu achava que, embora estando a favor do pessoal, mas [...] eu acho que devia também fazer um ato na universidade porque eles desconhecem esta história. Convidando, não sei se para depor uma segunda vez ou para dizer: olha, são esses os nossos amigos.

Hosannah Leite – A Comissão resolveu adotar um procedimento organizacional; abrimos aquela solenidade no final do ano passado, no auditório do Colégio Modelo. Como temos um representante da OAB na nossa Comissão, este ato, ele está sendo

feito na OAB. O próximo ato, provavelmente, deverá ser realizado na universidade, já que nós temos representação oficial da UEFS aqui na Comissão, que é o professor Eurelino Coelho. Provavelmente, depois iremos discutir com nosso membro Luiz Rodrigues, Monsenhor junto da Arquidiocese, para fazermos também um ato no auditório da Arquidiocese ou em algum lugar que eles possam indicar. E assim sucessivamente, com os evangélicos também um ato, para que a gente possa fazer esse itinerário, contemplando toda sociedade civil, religiosa, para que a gente não possa ficar tão somente fechado no gueto, somente bitolados em uma determinada localidade. Todos os segmentos da sociedade serão contemplados com a participação de eventos dessa Comissão. Eu queria agora, agradecendo a participação do professor Albertino Carneiro, desejar, além de pronto restabelecimento – sua falta está sendo sentida na Comissão – esperamos que esse pronto restabelecimento possa trazer de volta suas contribuições às reuniões. E queria abrir, agora, para os demais membros. Monsenhor Luiz Rodrigues, alguma pergunta, alguma colocação com relação ao depoimento do nosso amigo Teté Portugal?

Monsenhor Luiz Rodrigues – Bom dia. É uma mera curiosidade do universo que ele milita, o dos alfaiates – conheço a sua história. Uma mera curiosidade de criança: eu era criança ali na Rua do Fogo, e ali havia um senhor (eu acho que isso não contribui para nosso objetivo – uma mera curiosidade), um alfaiate chamado Trajano. Ele foi preso, apanhou naquele período. O senhor pode falar alguma coisa, que fim teve esse homem? Eu não o conheço, eu o via passando de bicicleta, e nunca mais ouvi falar nada sobre ele, sei que foi preso.

Teódulo Portugal – Tem um alfaiate, o Batata, que bateram muito, mataram, todo mundo sabe. Agora eu não. Eu fui tratado assim como burguês, porque eu tinha carro, tinha meus filhos estudando, morávamos no centro da cidade, emprestava dinheiro ao capitão Arlindo, cujo esse foi me prender... Tipo assim, eu sou um liberal, chegaram a me perguntar assim: “Você admitia o capitalismo, Portugal?”, e eu digo: “Admito o capitalismo, com o capitalismo que haja divisão de renda, que atenda o trabalhador”. E eu tenho raízes no trabalhador. Deixei de ser alfaiate há mais de trinta anos,

mas tenho raiz – defendo o trabalhador fortemente. Trabalhador sim, o homem que produz, que trabalha, não só para o trabalhador, tem de ser um homem honrado.

Hosannah Leite – Esse segmento de alfaiates era muito combativo em Feira de Santana. Além de Teté, Luizinho Alfaiate, além de Trajano, você tinha também Raimundo, no antigo beco do ginásio, perto de você [Teté]. Era muito combativo, além de

vários outros segmentos do operariado em Feira de Santana.

Teódulo Portugal – E outro que também era calado, você não sabia o que ele pensava, mas sei, Ângelo Fernandes, por exemplo, que trabalhava na casa Armano, que era cunhado do deputado Áureo, que era um dos membros da UDN e por isso o rapaz era obrigado a ficar caladinho. Mas eu sabia, inclusive, ele homenageou Luis Carlos Prestes com o nome... Eu também tenho um filho chamado Luiz Carlos, não é Prestes, mas é Portugal!

Hosannah Leite – (respondendo pergunta da plateia) Não, está reservado esse

(...)“Até hoje, quando a gente faz um ato desse, da dificuldade de a gente encontrar... os alunos silenciaram naquela época. Até hoje, por assim dizer, a sociedade brasileira silencia. Por exemplo, quem diria inclusive aqui uma ex-reitora da universidade! A universidade pouco aparece. Os alunos de hoje não sabem o que se passa, porque até hoje se silencia. Porque nós temos leis mentirosas: a Anistia pra calar a boca, não Anistia pra falar, não entendo. Eu acho que, até nesse ponto, nós temos que suscitar o conhecimento da história”. (...).

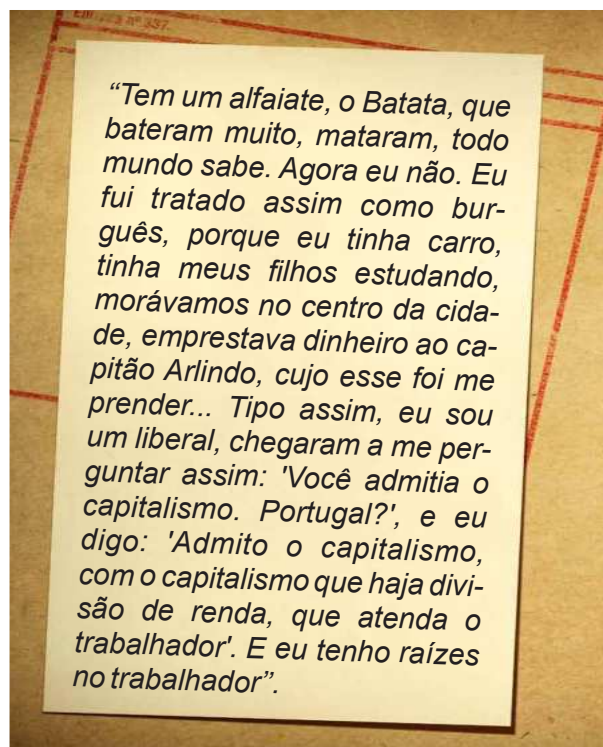
momento tão somente para os membros da Comissão da Verdade. Infelizmente são as normas estabelecidas. Logo depois, se você quiser fazer um comentário com ele aqui, a gente não pode abrir pra plenária, senão não terminamos hoje essa reunião. A imprensa depois pode fazer suas entrevistas com aqueles depoentes, mas é um precedente muito perigoso abrir a possibilidade para pessoas do auditório porque isso termina a gente ficando num sem fim, até porque a história dessas pessoas é uma história sem fim – é uma história muito rica e muito prolixa. Eurelino, alguma pergunta?

Eurelino Coelho – Eu gostaria de perguntar como é que o senhor vê esta iniciativa de nós, através dessa Comissão, procurarmos as pessoas que foram agredidas, violentadas, perseguidas pela ditadura militar, para pedir que elas deponham para ouvir o que elas têm a dizer. Gostaria de saber o que o Sr. pensa a respeito dessa iniciativa.

Teódulo Portugal – Bem, necessária porque nesse caso a gente sofria tudo isso e ficaria calado – quem cala consente. Vou reclamar eternamente, meus netos vão reclamar, estão preparados para reclamar. Essa semana mesmo, teve a semana da poesia, meus netos recitaram poesias que eu fiz para minha mulher na cadeia, poesia que ela respondeu. Então, eu perpetuei, dentro da espécie humana, os meus ideais. Toda a minha família continua pelo meu procedimento. Os meus netos não acreditam o que eles dizem de mim. Acreditam, sim, que eles têm despeito de mim.

Eurelino Coelho – Uma segunda pergunta é se de tudo que o senhor viveu, se o senhor avalia que há alguma coisa de que se arrepender.

Teódulo Portugal – Ah, jamais! Eu me arrependo daquilo que eu não fiz, mas do que fiz, não me arrependo nunca! Eu sou um homem idealista, não foi padre, não foi freira, não foi crente, não foi espiritista, vovó, não foi papai, não foi mamãe. Eu nasci um cara socialista. Sou tipo assim:



“Minha filha, querem condenar o homem lá na China, o que ele fez, vamos saber...”. Se eu pudesse, eu ia lá, reclamar. Nasci assim, vou morrer assim. Agora só acredito que nossos ideais só terão um progresso e chegar a contento daqui a 50 anos. Tem que morrer toda essa turma, inclusive eu, que sou um velho decrépito, para se renovar, porque a cabeça da maioria, nossa imprensa é fascista – só publica o que interessa a eles. A maioria da verdade eles escondem.

Hosannah Leite – Mais alguma pergunta? Sinval Galeão, nosso coordenador também quer fazer uma colocação.

Sinval Galeão – Teté, você no início disse que não sofreu nenhuma pressão física. Mas, eu gostaria de saber as pressões psicológicas.

Teódulo Portugal – Ah, foram muitas.

Sinval Galeão – Pois é, nós sabemos que, muitas vezes, a pressão psicológica é pior que a física.

Teódulo Portugal – Fui prejudicado financeiramente, economicamente...

Sinval Galeão – Aquela ameaça de que já matou alguém, vai matar alguém, outro, vai fazer isso, vai fazer aquilo, pressão contra a família, isso é uma pressão psicológica que, principalmente para um pai de família, é pior do que a pressão física. Porque você, eu acho que você suportaria uma pressão física, mas não queria suportar uma pressão à sua família.

Teódulo Portugal – Minha família está em primeiro lugar em todos os sentidos da vida, para o cidadão. Então, eu acho que todo homem, todas as pessoas devem amar a família porque a família é que nos conduz à sociedade. Daí vem o respeito, a sociedade, a família, e vem o resto das coisas, os ideais, tudo tem como base a família. Sem família, nada.

Hosannah Leite – Ao agradecer o depoimento de Teódulo Portugal, reiterar que ele autoriza qualquer utilização em

nível de publicação, junto aos anais da Comissão da Verdade, não somente da Bahia, mas do Brasil. Agradecemos a você, a sua presença nessa comissão, externamos também, se tiver algum acréscimo mais que queira fazer, por escrito, encaminhar à comissão, que será muito bem-vindo, além de documentos que tenha, até porque essa oitiva que está se processando aqui é uma forma de tornar público, não somente às pessoas que vivenciaram, viveram, construíram parte da história de nossa terra naquela época. Mas sabemos que o tempo, por ser escasso, muita coisa deixa de ser colocada. Há o esquecimento, afinal de contas, estamos chegando próximo à senilidade, os neurônios já começam a fraquejar, mas fica aberta. Se você quiser depois enviar qualquer documento, não somente sobre seu depoimento complementar, mas também outros documentos que você possa ter. Muito obrigado, Teté Portugal.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
18 de março de 2014 - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia
Subseção Feira de Santana



DEPOENTE: YARA MARIA CUNHA PIRES

Yara Maria Cunha Pires era professora do Instituto de Educação Gastão Guimarães e militante política, em Feira de Santana, quando foi acusada de incitamento a greves e passeatas. Seu processo – que incluía outros militantes – teve início em dezembro de 1968. Foram várias sessões de auditoria, em que ela prestava depoimento para os militares. Foi julgada e condenada à prisão pela Justiça Militar em maio de 1971 e cumpriu pena na Casa de Detenção, onde permaneceu por 7 meses e 15 dias. Professora aposentada do Departamento de Educação da UEFS, Yara Maria Cunha Pires, foi a primeira reitora eleita, após a ditadura, em 1987.

**Texto não revisado pela depoente.*

*** Yara Maria Cunha Pires**

Quando recebi, na semana passada, o material, eu olhei, analisei e me fiz muitos questionamentos. O que teria eu a dizer aqui? O que eu passei? O que eu sofri? Então, eu fiz uma relação de questões aqui: homicídios, desaparecimentos, tortura, ocultação de cadáver, sequestro, violência sexual. E eu me perguntava onde eu me enquadro? Onde eu estou aqui? Porque diante de tantas questões, de tanto problema, de tanta violência, o que teria sido a minha? Então, eu me lembrava de Hosannah e eu me lembrava muito de Celso. Eram dois garotos de 18 anos. Celso acho que nem tinha 18 ainda, quando eles sofreram aquela violência em 64. Mas depois eu mesma me respondi. Tem coisas que não podem ser caladas [pausa, emocionada]...

Hosannah Leite – É um período muito difícil, que quando nós nos relembramos, a emoção sempre aflora. E é compreensível esse comportamento de Yara.

Yara Cunha – É muito duro voltar a reviver. Essa noite eu não dormi. Porque as lembranças voltam. E diante de sequestro, de violência sexual, de homicídio, a gente minimiza, mas tem coisas que precisam ser ditas. As pessoas vêm e falam muito da prisão, dos tempos de prisão, da restrição da liberdade, as humilhações sofridas, porque em todas as prisões, humilhações havia. Mas eu me lembro, muito ruim também – tanto quanto a prisão – é o período do processo. E as pessoas sempre esquecem disso. Isso me dá uma aflição muito grande.

Eu comecei a fazer algumas contas e me dei conta que o tempo não apaga. São 50 anos que faz o golpe, portanto, são 50 anos que a gente começou a sofrer com a desilusão de um sonho que não se concretizou. Mas não ficou somente nisso. No meu caso particular, acho que o sofrimento veio em 68. Eu me recordei, o meu primeiro momento em que recebi a intimação para prestar depoimento no 35º Batalhão de Infantaria aqui de Feira de Santana. O que nos assaltava na época? O que nos assaltava era o medo. O que eu iria sofrer ali naquele quartel? Este foi o primeiro momento, o primeiro impacto. Neste primeiro momento, eu tive um apoio muito grande de Chico Pinto. Ele foi para minha casa 8h da manhã e só saiu meio-dia – meu depoimento era à hora. Ele sentou comigo e ele me preparou para o depoimento. Ele me disse provavelmente como seriam as perguntas; que eu ficasse atenta, principalmente com as perguntas afirmativas – era uma coisa que se ele não tivesse me advertido, teria passado batido durante o depoimento. Então, durante quatro horas ele ficou na minha casa sugerindo eu tomar um tranquilizante para estar bem na hora. Como ele já tinha experiência anterior, ele me explicou como eram as questões postas e que eu me preparasse para não cair em contradição e não fazer afirmativas que não eram minhas, pelo tipo de formulação das perguntas, e me foi muito útil. Primeiro, pelo apoio afetivo dado àquela companheira, enfim... E aí, o primeiro embate.

Hosannah Leite – Gostaria de convidar o membro estadual da Comissão Estadual da Verdade, Walter Pinheiro, para também compor esta mesa.

Yara Cunha – Então, acho que o primeiro

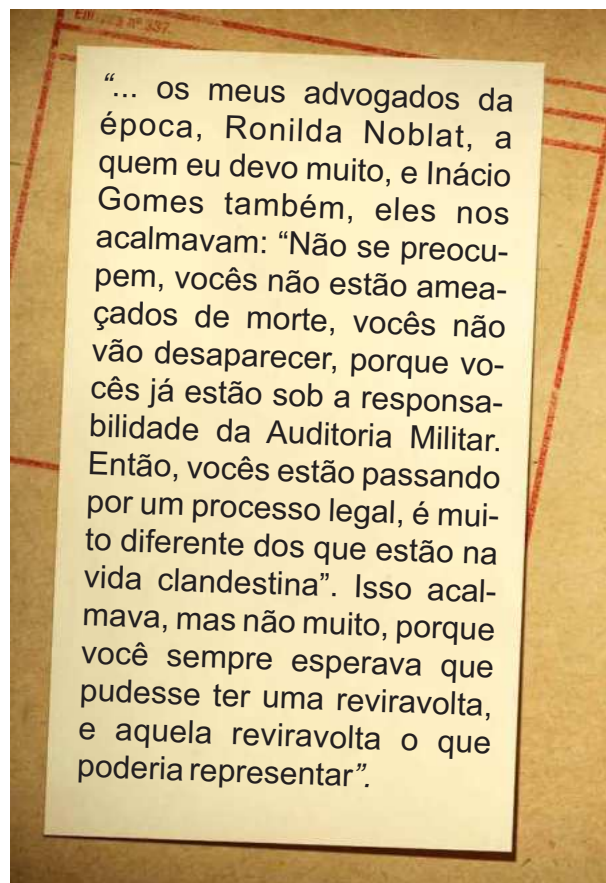
grande impacto é o do depoimento ainda na fase do inquérito militar, que as pessoas sempre se esquecem de contar isso, reduzem todo o processo de sofrimento ao período da prisão. Hosannah sabe muito bem o que é isso. Passada essa fase, ela não se encerra aí. Acho que foi a primeira enxaqueca que eu tive na minha vida foi exatamente, eu tinha 26 anos, eu nunca tinha tido enxaqueca, e tive a primeira, ao voltar do meu depoimento no 35º Batalhão de Infantaria. Daí, dois anos se passaram, até a finalização do processo, com o julgamento. E não foram dois anos fáceis. Foram dois anos muito complicados. Neuza Estrela está ali balançando a cabeça porque passou pela mesma coisa com o seu companheiro, José Coutinho Estrela, que não está mais entre nós. O período do processo também é um período muito duro, foi um período de muita insegurança. A cada depoimento, você não sabia como era que você retornava para casa.

“Então, acho que o primeiro grande impacto é o do depoimento ainda na fase do inquérito militar, que as pessoas sempre se esquecem de contar isso, reduzem todo o processo de sofrimento ao período da prisão. Hosannah sabe muito bem o que é isso. Passada essa fase, ela não se encerra aí. Acho que foi a primeira enxaqueca que eu tive na minha vida foi exatamente, eu tinha 26 anos, eu nunca tinha tido enxaqueca, e tive a primeira, ao voltar do meu depoimento no 35º Batalhão de Infantaria.”

Depois, vem a denúncia. Aí, já tudo legalizado, dentro da Justiça Militar, mas a cada ida à Auditoria Militar era um sofrimento muito grande – eu sempre voltava doente – e a enxaqueca retornava. A cada sessão da auditoria era uma enxaqueca de dois dias, pelo menos, porque aquilo era muito assustador. A minha advogada, os meus advogados da época, Ronilda Noblat, a quem eu devo muito, e Inácio Gomes também, eles nos acalmavam: “Não se preocupem, vocês não estão ameaçados de morte, vocês não vão desaparecer, porque vocês já estão sob a responsabilidade da Auditoria Militar. Então, vocês estão passando por um processo legal, é muito diferente dos que estão na vida clandestina”. Isso acalmava, mas não muito,

porque você sempre esperava que pudesse ter uma reviravolta, e aquela reviravolta o que poderia representar. Vem, então, o julgamento, a condenação e a prisão. É muito tempo de sofrimento para aquele desenlace, porque nós esperávamos, já que no processo não havia provas daquelas denúncias – era tudo por ouvir dizer – havia esperança de que fôssemos absolvidos. Mas as circunstâncias eram muito complicadas, porque não se condenava na Auditoria Militar, na Justiça Militar, pelas provas, condenava-se pelas circunstâncias do momento. Na semana em que nós fomos julgados foi a semana da morte de um industrial em São Paulo, morto pela repressão. Então, quando eu fui pro julgamento, eu já sabia: ia ter condenação. Porque eles sempre davam essas respostas arbitrárias, contrariando os autos do processo para servir de exemplo. Alguns escaparam porque não havia nenhum morto, nenhuma eventualidade. Então, era esse quadro de insegurança institucional, de justiça nenhuma, de insegurança jurídica, porque não era o que estava nos autos que determinava a condenação ou não – eram as circunstâncias externas, o bom humor ou não do juiz responsável; era a simpatia ou não dos militares que compunham o tribunal. Então, essas circunstâncias determinavam muito mais a condenação ou absolvição. Alguns escaparam. [para Hosannah]: no seu processo mesmo, você foi absolvido. Mas no nosso processo, quase todos foram condenados. Além do mais, no nosso processo estava o Antônio Santa Bárbara que, já àquela altura, se conhecia que ele estava na clandestinidade, já se sabia que ele estava com Lamarca, então, nosso processo tomava uma conotação não daqueles jovens idealistas que estavam lutando pela liberdade, pela democracia, mas daqueles que já estavam envolvidos em ações armadas. E assim veio a condenação.

Eu não passei por uma prisão militar, que eram as piores. Quando nós fomos julgados, nós já fomos cumprir a pena numa prisão civil, eu fui para a Casa de Detenção,



que ficava ali no Largo de Santo Antônio. Era uma prisão civil, e como tal, mais flexível, mas não menos ameaçadora. As condições, eu não posso dizer que eram as ideais, mas conseguíamos sobreviver ali. Tínhamos até algumas regalias, facilitavam muito a presença de nossos parentes nas visitas, mas havia uma ameaça não explícita. Tudo porque ali estava à vista das pessoas, o processo era público, a condenação era pública e o conhecimento da prisão era público. Então, as pessoas podiam ter acesso à prisão, se quisessem, nós recebíamos até muitas visitas, mas havia veladamente a presença constante de ameaças. A ameaça que nos faziam sempre era de transferir para as prisões militares. Qualquer coisa que desagradasse, qualquer movimento, qualquer risadinha que se ouvia lá no nosso pavimento, a ameaça de transferir-nos para prisões militares, que eram muito mais duras, muito mais complicadas, muito mais restritivas.

O que mais posso dizer? O afastamento da família – eu tinha um filho com

dois anos e nove meses; meu marido, que eu não permiti que aqui viesse hoje, porque ele sofre muito mais do que eu sofri e as pessoas pensam no sofrimento da gente, mas eu acho que o sofrimento dos parentes é maior. O sofrimento da família é maior do que daquele que está privado da liberdade. Essas coisas também não são ditas, não são apreciadas. Por isso, eu aceitei vir aqui hoje, dizer desse sentimento, dessas coisas que são imponderáveis.

Eu não vou aqui contar de torturas, porque não sofri torturas – a psicológica sim. Nós tivemos um período muito duro na Casa de Detenção, com um diretor muito arbitrário, muito complicado. Até tivemos um período ruim, porque os presos anteriores a nós pegaram um período bom, o diretor bem camarada, que não ameaçava nem nada. Eu peguei um período ruim, porque tinha um diretor muito cruel. Para dizer também que aqueles que não foram vítimas de sequestro, aqueles que não foram vítimas de tortura, aqueles que não desapareceram também sofreram, também penaram. Penaram durante o processo, penaram durante a prisão e penaram depois de sair da prisão. E assim: durante a prisão, coisas incríveis. Nós tínhamos duas companheiras que tinham vindo de prisões militares e estavam na clandestinidade há algum tempo e estavam com problemas dentários, alguns até graves, dor de dente, dente cariado. E então, a nossa advogada, Ronilda, conseguiu uma autorização para que nós todas que estávamos com algum problema – o meu era pequeno – fôssemos a um hospital que fica ali em Nazaré, já não me lembro, um hospital militar, o Hospital Naval, sim. Tinha um dentista que conseguiu que todas nós fôssemos, as quatro fossem fazer algum trabalho dentário. Vou dizer a vocês

“Eu peguei um período ruim, porque tinha um diretor muito cruel. Para dizer também que aqueles que não foram vítimas de sequestro, aqueles que não foram vítimas de tortura, aqueles que não desapareceram também sofreram, também penaram. Penaram durante o processo, penaram durante a prisão e penaram depois de sair da prisão”.

uma coisa: eu tinha uma obturação caída, eu fui também. Só digo a vocês que quando retornei a Feira, o trabalho que tinha sido feito, não tinha sido para recuperar a obturação, tinha sido para destruir o dente. Quando comecei a sentir dor e que fui o meu dentista disse “mas essa substância não podia ter sido colocada aqui”. Então, aquilo que parecia ter sido um benefício, não foi.

Eu me lembro também da hepatite de Luciano, Luciano estava na prisão conosco. Nós tivemos de cuidar dele, nossas famílias é que faziam os exames, levavam escondido nos bolsos as seringas e as coisas para coletar o exame. Assistência quase nenhuma. E ainda tínhamos que fazer tudo de forma camuflada para poder conseguir ter esse acompanhamento médico. Então, mesmo com isso, eu diria, não posso me queixar. Diante do sofrimento dos outros, diante dos desaparecimentos, diante de todas as torturas passadas por inúmeras pessoas, pelos companheiros, eu não poderia me queixar do que me coube. Mas também não posso dizer que o que me coube foi pouco – o que me coube também teve a sua dimensão, grande, de sofrimento, de consequências.

Hosannah Leite – Oh Yara, você poderia declinar pra gente, se assim você puder lembrar, quais foram os outros companheiros que estiveram com você frequentando aquela tão famosa Casa de Detenção? Eu estive, na época, visitando vocês, sempre se perguntava, aos homens se queriam cigarro e às mulheres se queriam uma maçã ou alguma coisa assim.

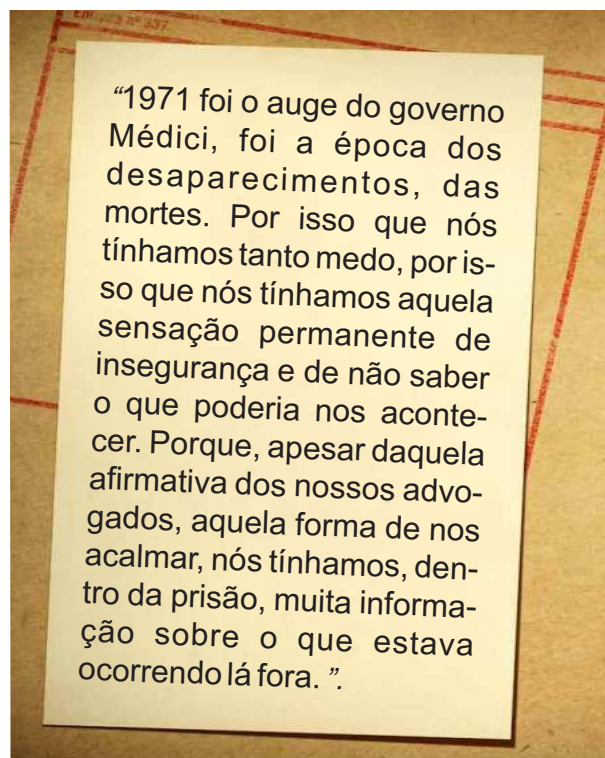
Yara Cunha – Sim, verdade, eram sempre frutas que nós queríamos.

Hosannah Leite – Quem eram as pessoas?

Yara Cunha – Meus companheiros de condenação foram Luciano Ribeiro, José Coutinho Estrela, Juvenal da Conceição Gonzaga, Moura, Jonicael Cedraz de Oliveira (felizmente conseguiu sair, foi questionada a menoridade dele na época dos fatos e 15 dias depois ele conseguiu ser liberado). Só foram esses. Apesar de ter muitos nomes nos processos, os condenados foram esses que me acompanharam. Mas lá nós encontramos outro grupo, um outro grupo entrou, mais ou menos 15 dias depois de nós, um grupo também muito numeroso: João Almeida, Mário Filho... E lá já estavam, quando nós fomos presos: Mário Lima... era um número muito grande. Quando cheguei à prisão, nós tínhamos 16 companheiros. Era até bom, viu? Tinha um bocado de gente ali, amiga, tinha um momento de papo também, porque tínhamos essa liberdade de conversar, estar próximo... tinha um operário dirigente (do Sindicato) da Petrobras (não me lembro já o nome); tínhamos um operário também, já muito idoso, de Sergipe, seu Manoel; Marie Helene Russi, aquela suíça, que foi depois deportada por Geisel, Marie Helene, que era nossa companheira; Olívia, uma jornalista carioca que cumpriu pena aqui, foi presa em Salvador, cumpriu pena aqui na Bahia durante dois anos e oito meses; Josefa Roriz, uma advogada de Sergipe, que foi presa no Sul da Bahia, na região do cacau. Ainda tinha também outros companheiros do grupo de João Almeida, que preciso forçar um pouco a memória para lembrar.

Hosannah Leite – Você saberia precisar essa época, Yara?

Yara Cunha – Bom, o nosso processo foi julgado e a condenação se deu no dia 3 ou 4 de maio de 1971. Então, foi um período muito difícil, porque foi o período mais repressor e o mais cruel de todo o período ditatorial. 1971 foi o auge do governo Médici, foi a época dos desaparecimentos,



das mortes. Por isso que nós tínhamos tanto medo, por isso que nós tínhamos aquela sensação permanente de insegurança e de não saber o que poderia nos acontecer. Porque, apesar daquela afirmativa dos nossos advogados, aquela forma de nos acalmar, nós tínhamos, dentro da prisão, muita informação sobre o que estava ocorrendo lá fora. E foi um momento de embate dentro daquele grupo que dominava o País. Havia um embate entre os militares. Havia uma luta entre aqueles que estavam no poder e os que queriam mais do que aquilo, que chamávamos, na época, a linha dura. Então, aquela ameaça que pairava no ar, da qual nós tínhamos conhecimento, de que a qualquer momento a coisa podia piorar muito, e aí não sabíamos se nós sairíamos dali, estava sempre presente no ar. E é incrível. Eu acho que nós tínhamos mais informação lá dentro da prisão do que os que estavam lá fora. Primeiro, porque Chico era um cara muitíssimo informado e ele circulava naquele meio. Ele vinha sistematicamente, não levava mais de três semanas sem nos visitar no presídio.

Eu sou muito grata àquele apoio que Chico Pinto nos deu. Tanto antes, durante o

processo, quanto depois, durante a prisão. Ele ia religiosamente. Ele, às vezes, ia do aeroporto para a prisão no Santo Antônio nos ver. Porque ele morava numa pensão, e ele ia sempre, antes de passar em casa ele passava lá, e depois ele ia pra pensão. O fato de ele estar envolvido lá em Brasília, e ter conhecimento dos fatos, pra nós era muito ameaçador porque a gente ficava sabendo do que poderia nos acontecer. Tínhamos uma ideia mais ou menos vaga, mas não tão vaga assim, de que, se aquele segmento que se chamava linha dura tivesse derrubado e assumido o poder, não tinha ficado nenhum de nós para contar história. Poderíamos chegar àqueles limites a que chegaram a Argentina e o Uruguai.

Hosannah Leite – Quanto tempo você passou na prisão?

Yara Cunha – Sete meses e 15 dias, exatamente.

Hosannah Leite – Você tem documentos daquele processo, que possa ceder depois à comissão?

Yara Cunha – Pelo que conversei com Sinval, os documentos que tenho foram os depoimentos da fase do processo militar, que nos incriminavam, eu tenho, mas vocês já têm.

Hosannah Leite – Algum documento a mais que você tenha e queira... Yara, vou abrir agora para algumas perguntas...

Yara Cunha – Peço perdão pela emoção, mas é muito difícil ainda. Eu fiz umas contas aqui antes de me sentar. Foi a única anotação que eu fiz: 50 anos dos primeiros sofrimentos, que foi assim a perda do sonho, o sonho sendo mutilado. Depois, eu fiz uma outra conta: 46 anos, que foi o início do processo, 1968. Meu processo iniciou

em dezembro de 1968, logo após a edição do AI-5, que foi outra coisa muito ameaçadora pra nós, porque agora nós sabemos que a coisa era mesmo para valer. Tenho um outro dado: 43 anos, então eu me dei conta, meio século que a gente perde um sonho, e 43 anos que eu estive na prisão. É muito tempo, mas a emoção é a mesma.

Hosannah Leite – Yara, você podia declinar pra gente qual o motivo que eles alegaram para sua prisão?

Yara Cunha – O que consta no processo é incitamento a greves e passeatas. Mas a peça, se vocês lerem o introdutório (não sei juridicamente como se chama isso – vocês aí advogados me corrijam), quando eles descrevem os fatos para fazer a denúncia, tem uma leitura que é

uma peça de ficção. Acredito que nem Garcia Márquez faz uma coisa tão surreal. Parecia, pela descrição, que Feira de Santana era uma cidade poderosíssima, perigosíssima e aquelas pobres pessoas, nós, os 12 denunciados – implicitamente não aparece, mas era aquele que eles queriam pegar que era Chico Pinto – estávamos prontos para marchar para Brasília e tomar o poder. Era uma peça de ficção. Eu gostaria até de tirar cópia, pois quando vi na época era motivo de gozação. Porque o que eles nos atribuíam era um poder tão extraordinário que nós íamos marchar sobre Brasília e tomar o poder. Era assim que estava descrito no processo. Então, hoje, deve servir assim só de ficção mesmo. Porque, na realidade, eles preparam tudo muito para pegar Chico Pinto. Mas eu acho que todos os 17 ou 18 que foram ouvidos, ninguém falou no nome de Chico Pinto durante o depoimento. Então, não puderam, por ali, chegar até ele.

Hosannah Leite – Yara, outra coisa que eu

“Parecia, pela descrição (do processo), que Feira de Santana era uma cidade poderosíssima, perigosíssima e aquelas pobres pessoas, nós, os 12 denunciados – implicitamente não aparece, mas era aquele que eles queriam pegar que era Chico Pinto – estávamos prontos para marchar para Brasília e tomar o poder”.

quero, antes de passar às perguntas dos nossos companheiros... você, como todos sabem em Feira de Santana, sempre foi de uma família com lastros econômicos e relação com a sociedade de Feira de Santana, dentro de uma camada das privilegiadas de Feira de Santana. Como isso refletiu na relação de amizade que sua família tinha e como refletiu dentro da sua família essa situação, tendo uma filha que estava sendo presa por uma questão de militância de combate à ditadura.

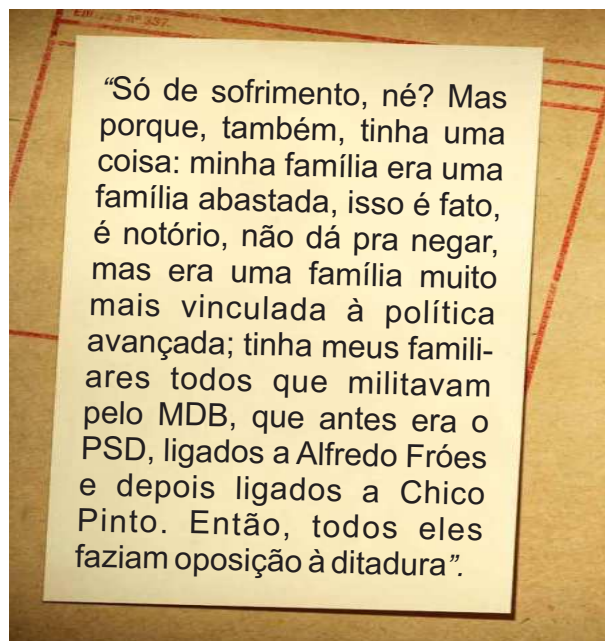
Yara Cunha – Só de sofrimento, né? Mas porque, também, tinha uma coisa: minha família era uma família abastada, isso é fato, é notório, não dá pra negar, mas era uma família muito mais vinculada à política avançada; tinha meus familiares todos que militavam pelo MDB, que antes era o PSD, ligados a Alfredo Fróes e depois ligados a Chico Pinto. Então, todos eles faziam oposição à ditadura.

Hosannah Leite – Poucas famílias daquela situação naquela época faziam...

Yara Cunha – Acho que nós éramos os únicos, éramos muito poucos. Tinha a família de Chico Pinto, a sua família, eram as poucas famílias abastadas que assumiram politicamente a posição de condenação à ditadura. Então, apesar de ser filha de família abastada, minha família mantinha uma posição contrária à ditadura e vinculada politicamente ao MDB. E a Chico Pinto. Então, na minha família, ninguém, eu acredito que, depois da condenação, ninguém mais foi capaz de dizer “por que você se meteu nessa coisa?”. Não, não havia esse tipo de condenação. E, por incrível que pareça, houve assim manifestações de solidariedade mesmo daqueles que não compartilhavam da nossa posição de combate à ditadura. É aquela solidariedade de amizade, como havia também aqueles poucos...

Hosannah Leite – Uma solidariedade temerosa.

Yara Cunha – Temerosa. Sim, mas devo



reconhecer que muitas pessoas tiveram a coragem de ir à Casa de Detenção nos visitar. Muitas pessoas. Cito aqui um exemplo interessante: o prefeito de Feira de Santana, senhor Nilton Falcão, da Arena, mas sofria as perseguições de Antônio Carlos – todos nós conhecemos – e ele foi à prisão corajosamente, brigou na portaria, porque ele não sabia como eram as coisas. Quando pediram a identidade e ele disse “sou prefeito de Feira de Santana e eu vou ver, e eu não trouxe identidade, porque não preciso, eu sou prefeito!”. E brigou na portaria e subiu para nos visitar. Eu diria que ele teve uma postura de destemor, Nilton era um homem destemido. Ele achava aquilo muito injusto e foi e me visitou e enfrentou, e disse “subo”. Não teve quem contivesse ele lá embaixo na portaria, subiu as escadinhas, com a esposa e com a filha.

Hosannah Leite – Ele tinha irmãos que tinham velha militância no PCB, o João, Manoelzinho...

Yara Cunha – Mas ele era o prefeito de Feira de Santana e não teve medo... e teve muita gente que nós só recebemos um bilhetezinho, pedindo perdão, que não poderiam ir lá, estavam solidários, mas que não poderiam ir lá nos ver, porque se Antônio Carlos soubesse, as reprimendas vinham. Era Antônio Carlos Magalhães, que era governador.

Hosannah Leite – Queria abrir agora aos membros da Comissão que quisessem dirigir algumas perguntas que pudessem elucidar ou complementar o depoimento de professora Yara Cunha. Por favor, professor Monsenhor Luiz Rodrigues.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Professora, eu me permito render uma homenagem. Para além de quaisquer observações em contrário, a senhora é um ícone da história feirense, da mulher de Feira de Santana. Eu sou, sem lhe conhecer de perto, seu admirador. Gostaria de saber – isso é secundário, mas faz parte dessa história que estamos reconstruindo – qual era a sua militância nesses anos 60-70; o que pesa-va sobre si, na questão do processo, a gente sabe que era a ditadura, a subversiva. Mas qual era sua militância, qual a sua história com a militância política, vínculo com o MDB, com esses partidos políticos etc., a sua trajetória nesse período.

Yara Cunha – A militância era dentro do âmbito da minha vida profissional, como professora. Daí, o que me diziam “Mas, para quê você faz isso?” Eu nunca, em nenhum momento da minha vida de professora, deixei de falar aos meus alunos o que eu pensava, tanto que paguei mais por delito de opinião. Nossa ação era muito restrita, não era?

Hosannah Leite – Sim.

Yara Cunha – Eu acho que nossa ação em Feira era muito restrita. O que nós fazíamos mesmo era falar com os alunos. Depois, naqueles anos de 67-68, quando eu retornei pra Feira, porque eu morava em Salvador, então, eu, Estrela, Juvenal, Luciano, nós tínhamos uma atuação muito grande nos nossos colégios. O meu, o Instituto de Educação Gastão Guimarães;

Estrela e Juvenal no Colégio Estadual. Nós fazíamos sim. Nós não nos furtávamos, nós emitíamos nossas opiniões, sempre.

E naquelas passeatas, toda aquela movimentação... eu me lembro que a movimentação maior, que foi a que aparece no processo mais, foi aquela movimentação que os estudantes fizeram contra a Lei Orgânica do Estado. O que havia de mais grave na lei contra a qual nos opúnhamos era a retirada da gratuidade para ensino de 2º grau, ensino médio. Então, o que se previa na lei era a não obrigatoriedade do Estado – Amábilia que é a todo-poderosa nesse contexto de conhecimento aí – retirada da gratuidade, desobrigar o Estado do ensino médio. E foi contra isso foi que nós mais nos manifesta-

mos. Então, aquelas passeatas, aquelas manifestações, o falar, eu era muito impulsiva mesmo, eu tinha 24 anos quando voltei pra Feira e comecei a trabalhar no Instituto de Educação Gastão Guimarães. Me lembro que em torno daquela grande jaqueira, tinha uns bancos de madeira. Eu falava aos estudantes e subia naquele banco de madeira.

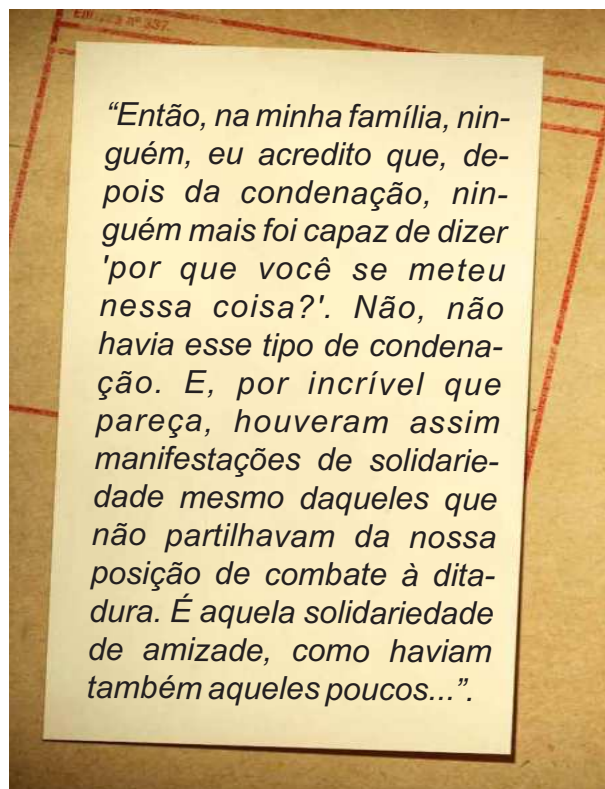
Monsenhor Luiz Rodrigues – A gente chamava a pracinha de Ronnie Von. Eu estudei ali em 66. Naquele tempo, Ronnie Von tinha cantado na praça.

Yara Cunha – Pois era na pracinha de Ronnie Von que eu subia naquele banco e falava: “o problema era esse...”, “vai ter a passeata?” “Vai” “A gente deve ir?” “Deve” Então, naquele período, primeiro teve a passeata de Edson Luís Souto, quando morreu no Calabouço; depois, era tudo em torno dessa decisão, da defesa da educação gratuita, e nós acabamos ganhando, porque não aprovou na Lei Orgânica. Quer dizer, a movimentação teve consequência

positiva, porque aquele artigo foi suprimido, foi publicada alteração, já não me lembro mais, mas foi modificada sua redação e não se retirou mais aquilo para o qual os professores e os estudantes mais se mobilizaram. E o resto, era opinião mesmo com relação à ditadura. Era aquela coisa da juventude mesmo, destemida. E talvez até nem pensássemos, não sei nem se avaliávamos que aquela ação poderia ter aquelas consequências. Nos advertiam sempre: “Olha, cuidado, cuidado, tem gente ouvindo”.

Hosannah Leite – E como tinha! [risos] Monsenhor Luiz, mais alguma pergunta? Walter, por favor.

Walter Pinheiro – Primeiramente, bom dia a todos. Perdoem o meu atraso, mas é que a nossa rodovia está sob manutenção, e ao invés de agilizar, está atrapalhando um pouco o trabalho, mas creio que com a presença da professora Amábilia, os trabalhos aqui funcionam muito bem, acompanhados pelos companheiros Hosannah Leite e Sinval Galeão, que estão sempre juntos nesse trabalho altamente meritório, em busca da verdade. Eu não poderia também deixar de prestar minha homenagem à professora Yara, pela oportunidade que tive aqui de ouvir seu depoimento, assim como o Monsenhor falou, porque para fazer isso é preciso ter coragem, é preciso ter disposição de contribuir com essa história que está se rebuscando, se revisitando, procurando com isso fortalecer a democracia e desestimular que novos atos totalitários, arbitrários possam retornar e atingir as outras gerações que nos seguem. Então, este seu depoimento se integra a isso. Sabemos o que está sendo necessário para aqui estar e falar, sofrendo novamente o que se passou, mas dando essa contribuição que é altamente meritória e elogiosa. Eu gostaria de indagar apenas – perguntei até a Amábilia se no decorrer do depoimento – já tinha começado antes de eu chegar – se o assunto tinha sido tocado, quero reiterar também seu direito de não responder, mas se possível fosse, a senhora tem lembrança desses torturadores, ou desse



comando de torturadores; que figuras participaram, comandaram esse processo, que tanto vitimou irmãos feirenses, como também baianos e também brasileiros? A senhora tem alguma lembrança, algum nome que poderia ser mencionado?

Yara Cunha – Olha, tem de fato. Quando as coisas aconteceram – o golpe de 64 – eu não residia em Feira. Eu morava em Salvador. Então, aquele pior período de Feira de Santana, que acho que é caracterizado, de uma forma até um pouco grotesca, na figura daquele Capelão, eu aqui não estava. Nesse período eu morava em Salvador, porque eu estudava lá, na Faculdade de Filosofia e morava lá. Quando eu retornei a Feira, já retornei em 1967, então, minha lembrança se restringe muito à presença desse Capelão e, no caso do meu processo, os nossos denunciantes, os responsáveis diretos pelo nosso processo. Ele foi gerado pelo depoimento de quatro pessoas: o capitão Arlindo, que não mais está entre nós; a professora Laura Foly, Adesil Guimarães, que era líder estudantil na época e depois foi vereador; e o rapaz que trabalhava com o capitão, que também já morreu, Rossini Souza. Foram esses

quatro denunciante. Eu não faria aqui uma carga a mais com relação a essas pessoas, porque elas foram tão punidas quanto nós.

Eu posso, com toda honestidade, eu me sinto na obrigação de dizer isso. Porque a condição de dedo-duro foi muito... eu diria assim, eles pagaram pela condição de dedo-duro. Eu posso me reportar: capitão Arlindo não levantou mais a cabeça, não foi mais o mesmo homem, não foi mais aquele cara que foi meu professor de Educação Física. Porque o problema é que no 35º Batalhão da Infantaria, onde foi montado o Inquérito Policial Militar, eles foram também enganados. Eles depuseram contra nós com a garantia do anonimato e não tiveram a garantia do anonimato! Os depoimentos fizeram parte do inquérito, todos nós tivemos acesso, então, toda cidade soube quem denunciou, o que eles disseram. Aquela garantia que eles pensaram ter e que lhes permitiu, na sua covardia, depor e dizer aquelas coisas se tornou público, que era o que eles não queriam. Então, acho que eles foram punidos em vida. Lembro da cabeça baixa do capitão Arlindo, eu me lembro também dos ombros curvados do Rossini e eu me lembro de um fato, que devo dizer aqui por uma questão de justiça e de verdade, que, quando o Adesil, que era, eu diria assim, um possível político – foi vereador, chefe de gabinete do prefeito – quando ele se arvorou candidatar-se a prefeito, a candidatura morreu na hora! Porque Estrela, Luciano, todos nós fomos aos jornais e chamamos de dedo-duro. A candidatura morreu. Então, pra mim ele foi punido já, ele não pôde mais ser o que ele mais almejou na vida que era ser prefeito. Então, essas pessoas não precisam de nenhuma punição.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Nessa lista

ai a senhora inclui Helder Alencar?

Yara Cunha – Não, não incluo. Ele é do processo de Hosannah de 64. Em 68, não. Então eu digo os quatro. A professora Laura foi embora de Feira de Santana. Pra mim, os denunciante foram punidos em vida. Essa é a minha percepção, quero ressaltar. É a forma como vejo.

Walter Pinheiro – No caso, o que eu percebo é que a senhora revela os denunciante. A partir daí, todo processo se desenrolou e evidente que esse processo tinha um comandante, fosse daqui, fosse de Salvador, seja no processo para inquirição, seja para tortura, seja para arrancar as informações. Desse pessoal que atuava, como executante, não lhe vem nenhum nome?

Yara Cunha – Eu não sei se tem alguma coisa de emocional nessa história. Eu não consigo me lembrar nem o nome do capitão que comandou o inquérito. Eu esqueci, apagou da memória há

muito tempo. Mas ele era a pessoa muito interessada em montar esse processo, tanto que ele foi logo promovido. Logo depois de encerrado o processo, quando a denúncia foi feita na Justiça Militar, ele foi promovido, mas eu absolutamente não me recordo. Mas é muito fácil de ver, porque ele está na peça. Agora, acho também que ele, quando montou o processo – e isso era a percepção de Pinto. Pinto acha que o nosso processo foi montado para apanhá-lo. Eles tinham como objetivo atingir Pinto de algum modo. Mas os 17 não falaram nada.

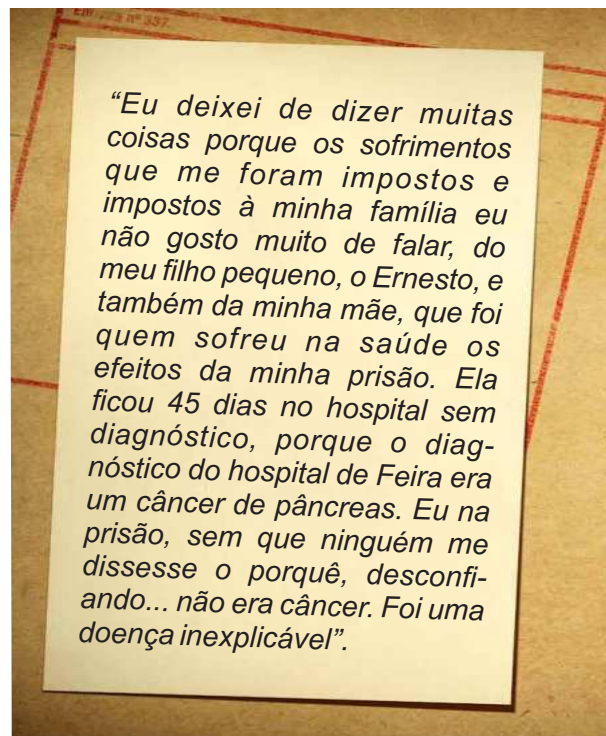
Hosannah Leite – Doutor Celso, você teria alguma pergunta que quisesse dirigir à professora?

Celso Pereira – Não vou fazer pergunta

porque eu posso repetir as que certamente já fizeram. Só registrar a satisfação de ver esse depoimento na Comissão da Verdade que nós compomos eu, pela OAB.

Amábíla Almeida – Eu quero dizer a você, Yara, que você começou seu depoimento de uma maneira que se emocionou e terminou emocionando a todos. Seu depoimento é brilhante, esclarecedor, corajoso e eu me sinto, assim, muito envaidecida, de conhecer pessoalmente você – já tinha esse desejo há muito tempo. Vejo o quanto você é uma cidadã brasileira verdadeira e que tem uma história muito importante para contar, e que essa história certamente poderá influenciar as novas gerações, se elas forem traduzir o que você passou com tantas outras pessoas que lhe acompanharam nessa trajetória, que conviveram naquele momento. Tem uma coisa, assim, que admiro muito em você. A sua lealdade com a memória antiga. E que esse ato, nós todos da Comissão Estadual da Verdade, do grupo de trabalho de Feira, dos feirenses, sentem a memória de Chico Pinto, devolvendo-lhe simbolicamente seu mandato de prefeito, possa ser entendido pela sociedade de Feira de Santana como um resgate dessa história, que todo povo de Feira possa nos acompanhar nessa nossa intenção de prestigiar este ato, eu tenho certeza, pela receptividade que foi encarado pela Câmara de Vereadores, pelo trabalho que tem sido competentemente desenvolvido pelo grupo de Feira, que nós possamos ter a legítima representação dos trabalhadores, dos que se lembram de Chico Pinto, nesse ato que nós certamente vamos tornar grandioso com a nossa vontade. Então, só quero congratular-me pela grande mulher que é você.

Yara Cunha – Quero dizer aqui, e prestar minha homenagem também a Amábíla. Eu vim muito também para encontrar Amábíla. Amábíla foi muito importante na minha vida. Ela não se lembrou, mas eu vou lembrar agora, publicamente, e agradecer. Num momento assim de crise na Universidade Estadual, quando era reitora, o



quanto Amábíla me ajudou. Tivemos os nossos funcionários celetistas demitidos; a universidade estava com um mínimo de funcionários; estávamos com prazo limite para aprovar um quadro e um pedido de concurso. Quando estão se aproximando as eleições, vocês sabem como é que é, as coisas, a atividade parlamentar sempre diminui - nós estamos tendo esse fenômeno - e um dia Amábíla, estava lá o nosso pedido para que criasse o quadro de funcionários e autorizasse o concurso. Os deputados saindo do plenário desesperados, e as pessoas a quem eu tinha pedido que, por favor, os segurasse, e Amábíla botou a mão numa porta: “não sei ninguém daqui enquanto não votar o quadro de Yara”. Ela está esquecida, talvez nem lembrasse disso. Lembra, Amábíla? Que você tomou a frente, não deixou ninguém sair do plenário enquanto não votasse a aprovação do quadro de funcionários da UEFS. Ela é minha amiga, nós temos amigas em comum, Iraci Picanço, eu conheço Amábíla desde 1964, quando ela e Iraci Picanço foram as únicas professoras sumariamente demitidas do quadro do Estado. Uma referência de grande educadora, acompanhei o trabalho da Escola Experimental, vibrando com o

sucesso que ela fazia e o que aquilo representou para a juventude baiana, para as crianças. Conheço Amábilia de muitos anos, não estamos próximas porque sabe que a vida não permite, quem está no mesmo ambiente profissional se encontra, quem não está não se encontra, mas reverencio esta mulher extraordinária e conheço muito bem a história. Não sei se alguém ainda tem perguntas... eu deixei de dizer muitas coisas porque os sofrimentos que me foram impostos e impostos à minha família eu não gosto muito de falar, do meu filho pequeno, o Ernesto, e também da minha mãe, que foi quem sofreu na saúde os efeitos da minha prisão. Ela ficou 45 dias no hospital sem diagnóstico, porque o diagnóstico do hospital de Feira era um câncer de pâncreas. Eu na prisão, sem que ninguém me dissesse o porquê, desconfiando... não era câncer. Foi uma doença inexplicável, apesar de todo o empenho de Fernando Filgueiras, que a acompanhava nesses 45 dias. Ela entrou e saiu do hospital sem diagnóstico. Então, isso foi muito esclarecedor de qual era a origem do problema, que era psicológico. Ela tem uma ligeira hepatite, que foi a única coisa que se detectou, mas que não explicava aquele quadro tão grave, e eu lá, sem ter as informações precisas. Só aguardei, achando estranho que uma pessoa ficasse 45 dias num hospital.

Hosannah Leite – Antes de passar e retornar a presidência para o doutor Celso Pereira, presidência essa na sede da OAB, onde tão bem representa a Comissão da Verdade, e antes de agradecer à professora Yara, gostaria de fazer um pequeno e breve comentário. Neuza Estrela está aqui presente, viúva do nosso companheiro e mili-

tante aguerrido José Coutinho Estrela. Queria dizer que aqueles familiares que ainda sobrevivem, aqueles perseguidos daquela época, provavelmente, a Comissão da Verdade também vai ouvir seus depoimentos para saber dos sofrimentos, das consequências e daqueles relatos que a família possa ter em razão de terem vivido aquele momento. Então, gostaria de antecipar isso e dizer também, Yara, naquele momento da sua intensa militância

no campo político de Feira de Santana, nesse movimento de organização social, que as mulheres eram extremamente aguerridas em Feira de Santana. Ao lado dos companheiros homens, isso entusiasmava muito aqueles que tinham militâncias mais profundas, de vínculos partidários clandestinos mais intensos. Mas as mulheres sempre estiveram ao lado, de forma respeitosa, de forma honrada, combativa na luta contra a ditadura. Para encerrar este momento, chegounos às mãos uma correspon-

dência que foi enviada a Sinval Galeão, coordenador do grupo...

Celso Pereira – Antes de você dar por encerrado, eu queria, me lembrei de fazer uma pergunta a Yara, que não sei se já foi feita. Se já foi feita, naturalmente ela dirá. Yara, você já militou em algum dos partidos clandestinos naquele período?

Yara Cunha – Não, eu tinha as simpatias bem claras, Hosannah sabe, vínculos não formais, vamos dizer assim, mas um alinhamento.

Celso Pereira – Mas não filiação?

Yara Cunha – Não filiação.

“... no caso do meu processo, os nossos denunciante, os responsáveis diretos pelo nosso processo, ele foi gerado pelo depoimento de quatro pessoas: o capitão Arlindo, que não mais está entre nós; a professora Laura Foly, Adesil Guimarães, que era líder estudantil na época e depois foi vereador; e o rapaz que trabalhava com o capitão, que também já morreu, Rossini Souza. Foram esses quatro denunciante. Eu não faria aqui uma carga a mais com relação a essas pessoas, porque elas foram tão punidas quanto nós”.

Hosannah Leite – Não era de carteirinha. *[risos]* era das simpatizantes aguerridas e muito fortes. Pois bem: “A Sinval Galeão, coordenador do grupo de trabalho de Feira de Santana da Comissão da Verdade. Ao cumprimentá-lo, informo que sinto não ter participado da reunião da Comissão da Verdade que se reunirá na data de hoje pelo fato de estar em Brasília e com votações importantes para o Brasil, como o marco civil da internet. Desejo que os trabalhos decorram e sejam produtivos e que possa trazer luz à história política de Feira de Santana. Atenciosamente, deputado federal Colbert Martins”.

Ao agradecer a Yara, não só pelo seu honrado passado, pela sua luta passada, não só especialmente por ter tido o privilégio de ter convivido naquela época

da política, na AFES, na área da luta educacional, apesar de a gente militar em outros segmentos do operariado... pois bem, nós queríamos agradecer profundamente a sua presença nessa Comissão, reiterar a todos os presentes a sua autorização para fazer uso das suas declarações para constar nos anais estadual e nacional; esperamos e queremos reiterar a você a informação que demos anteriormente: se você tiver e puder apresentar algo por escrito, complementar – até porque o tempo é exíguo – você pode encaminhar a essa Comissão da Verdade para que possamos anexar a todo dossiê que naturalmente será encaminhado não só pela Comissão Estadual da Verdade mas também à Comissão Nacional da Verdade.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
18 de março de 2014 - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia
Subseção Feira de Santana



DEPOENTE: RAIMUNDO ANTONIO ROCHA MARTINEZ FERNANDEZ

Raimundo Antônio Rocha Martinez Fernandes teve participação política em Santo Amaro, Feira de Santana e Salvador. Foi fundador do jornal “A Voz da Cultura” e membro do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Sua participação em Feira foi estudantil e uma parte operária. Também foi em Feira que conheceu Santa Bárbara. Em Salvador, sua militância foi principalmente de agitação e propaganda. Ingressou no Exército Brasileiro onde integrou a Companhia AG (Anti Guerrilha) de Feira de Santana. Foi preso algumas vezes. Chegou a ser sequestrado e levado para o Rio de Janeiro, onde foi torturado física e psicologicamente. Quando depôs à CEV-BA exercia a advocacia em Feira de Santana.

**Texto não revisado pelo depoente.*

Raimundo Antonio Rocha Martinez Fernandez*

Rocha Martinez – Bom dia senhor presidente, senhor membro, senhores participantes dessa reunião, meu nome é Raimundo Antônio Rocha Martinez Fernandez. Antes de adentrar aos fatos das minhas consequências políticas vividas, eu quero fazer um reparo que infelizmente carece da presença da professora Yara. É que o fato de Feira de Santana ser vista como um perigo era, inclusive, por decisão estratégica militar. Feira de Santana tem um quartel do Exército que foi criado para ser o centro operacional contra a guerrilha. Eu estou dizendo isso porque eu fui desse Centro de Operações Especiais Anti-Guerrilhas, fiz parte da Companhia AG, voei até de avião nos treinamentos e um plano de estender o quartel até ser um regimento pela sua localização estratégica. Feira de Santana tem mais de 40 saídas e ainda tem um entroncamento que vai para o Sudeste e para o Norte. Então, era vista dessa forma. Era um quartel muito bem provisionado de armas e munições, com imenso paiol, com armas automáticas, fuzil belga de 1954 criado pela OTAN para defender o Ocidente, e por aí vai. O outro fato era em relação aos traidores. Eu, sinceramente, não concordo com a professora Yara Cunha. Eu queria fazer essa pergunta: se Adesil foi realmente uma pessoa que a denunciou. Porque Luiz Antônio Santa Bárbara teria me dito, na época, que Chico Pinto falou com ele que Adesil foi um dos

traidores. Luiz Antônio Santa Bárbara não conseguiu ver o processo. Então, não sabia das acusações do inquérito. Entretanto, me disse que Chico Pinto falou com ele. Eu acho que esse pessoal não ficou de cabeça baixa. O sacana do capitão Arlindo morreu, está aí até com o nome dele no complexo policial que vai ser agora aí inaugurado, está com o neto que é Secretário de Segurança Pública, e o outro filho é contra-almirante. O Adesil, vocês vejam só, ele conseguiu ser nomeado por João Durval para ser procurador na Universidade Estadual de Feira de Santana, lá permaneceu até 1988, quando então ele já tinha completado cinco anos e as disposições transitórias da Constituição Federal o fizeram permanecer no cargo como efetivado. Quer dizer, um prêmio para essas pessoas. O Rossini ficava recolhendo os nacos que a ditadura dava; a professora Laura Foly que, de qualquer forma, tinha um cargo de representação bom, apesar de ser xingada... Esse pessoal, graças a essa anistia que foi feita por eles, pelos da ditadura, mormente o que planejou isso, foi feita ao jeito deles. Se esses elementos tivessem sofrido as sanções que torturadores e inquiridores e outras peças do mesmo naipe tivessem, como na Argentina, não estaria aí um Brilhante Ustra xingando a presidente, falando isso, que a presidente era criminosa, terrorista, isso e aquilo... um torturador consumado, reconhecido e tudo mais. Quer dizer, não teria um Bolsonaro se arrogando a botar o dedo em riste para certos companheiros com a arrogância dizendo isso de José Genoíno e outros. Não teria um outro aí, cabo Anselmo, vaidoso, safado a dizer essas coisas. Então, eu gostaria de fazer esse reparo. Professora Yara, a senhora falou que a repressão matou um industrial em São Paulo. Não foi a repressão. Ao contrário. Eu queria fazer esse reparo também. Aquele industrial tinha

“... Feira de Santana ser vista como um perigo era, inclusive, por decisão estratégica militar. Feira de Santana tem um quartel do Exército que foi criado para ser o centro operacional contra guerrilha. Eu estou dizendo isso porque eu fui desse Centro de Operações Especiais Anti-guerrilhas, fiz parte da Companhia AG”.

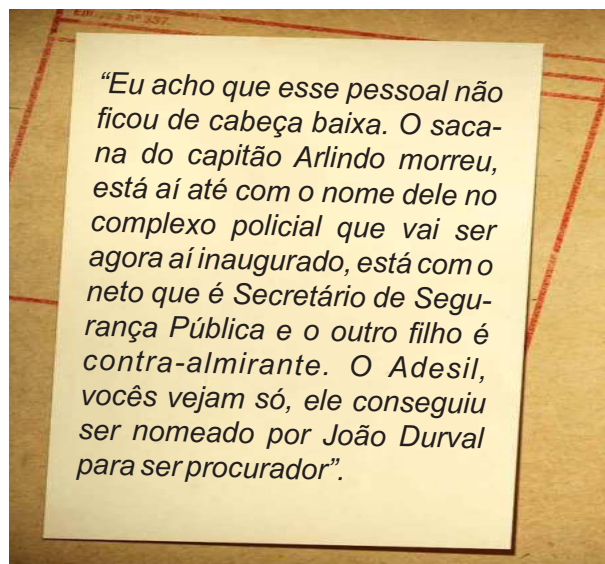
o nome de Boilesen, e não foi à toa que ele foi morto. Ele foi justificado porque ele trazia máquinas que torturavam nossos companheiros; ele era estreitamente ligado ao pessoal da OBAN (Operação Bandeirantes), Fleury e companhia. E o outro, o capitão Chandler, dos Estados Unidos, era um americano que vinha para aqui ensinar como é que torturava, fazendo aquelas coisas todas lá em São Paulo que era o centro de operações especiais para isso.

Dito isso, passo ao assunto que interessa, que são os relatos da minha participação política em Santo Amaro, Feira de Santana e Salvador. Eu, antes de vir para Feira de Santana, estudava em Santo Amaro da Purificação. Meu padasto tinha uma forte ligação com o pessoal da Leste Brasileiro. Ferroviários que eram getulistas antigos e eram também janguistas já à época, brizolistas etc, com diversas correntes. Eu ficava por lá e já conversava com o pessoal do Partido Comunista Brasileiro. Apesar de garoto, eu participava, ouvia e conversava, não oficialmente, nada de filiado, eu era uma espécie de atraído pela coisa, gostava de saber, me interessava pela história política do Brasil e acompanhava sempre ao lado do pessoal de João Goulart. Ingressei no ginásio e lá tiveram duas reuniões para tentar me expulsar. Teve um professor de Matemática que me chamou e me disse “O corpo docente já se reuniu duas vezes e analisou a possibilidade de você ser expulso”, porque um outro companheiro tinha sido expulso que se chamava Orlando. O sargento do Exército passou a ir lá em minha casa. A primeira vez que ele entrou sem avisar, sem nada, sem chamar, e uma cadelinha que nós tínhamos deu uma mordida como uma laranja na perna dele. Ele não se conteve, foi outra vez e quando chegou lá, a cadela deu outra mordida

nele... “Mas duas vezes que eu venho aqui!” Minha mãe “Mas que negócio danado! Entra na casa dos outros, não fala nada”. Ele chamou minha mãe e falou “Olha, seu filho anda conversando com um pessoal aí de política, o pessoal do Círculo Operário, pessoal da ferroviária e tal”. O fato é que minha mãe disse “Vocês não vão ficar aqui. Vocês vão embora para Feira”. E me mandou pra Feira inicialmente.

Cheguei aqui em Feira de Santana, fui estudar no Colégio São Francisco de Assis. Lá chegando, comecei a articular com os colegas e fiz o jornal chamado “A Voz da Cultura”. Nessa época, paralelo a esse jornal meu, tinha um jornal aqui, no Colégio Municipal, que Santa Bárbara estudava, e tinha “A Folha”. Eu tinha “A Voz da Cultura” e ele “A Folha”. Nós não nos conhecíamos. Vai que tem uma reunião e eu me lancei candidato ao grêmio do São Francisco. Ganhei a eleição, mas não levei, porque não me deram posse. Diz que eu não podia tomar posse. O dono do colégio “Você não vai tomar posse”. E depois, disse que não podia mais colocar aquele jornal em circulação. Depois, foi lá com um rapaz, falou com a pessoa com quem eu trabalhava, que era na fábrica de móveis, que eu estava dispensado do colégio e que não aparecesse mais no colégio e levou minha transferência. O dono da fábrica veio falar comigo “Mas rapaz, você... muito bonito pra você...” E eu estava expulso. “Você procure outro colégio aí, para ver o que a gente faz pra pagar e tal”. Foi minha primeira restrição política que eu tive, já começou aí.

Nessa época, quando teve o problema do jornal, principalmente, Luiz Antônio Santa Bárbara me procurou. Disse: “nós sabemos que seu jornal foi empastelado e nós estamos aqui para fazê-lo de qualquer forma, publicar”. Comecei a publicar o jornal sem autorização do colégio. Distribuía na porta, não distribuía lá dentro, e fomos fazendo isso e fui praticamente absolvido pela união dos colegas, com o qual participava. Participei de reunião na casa de Luiz Pereira – Geraldo que me levou –



conheci Linovita, participou comigo doutor Lamartine Mota, doutor Renato e inúmeras outras pessoas que se reuniram em minha casa. Luís Antônio ia muito em minha casa, almoçava, tomava café comigo, saía, começou a fazer um movimento maior, integrar as pessoas. Tinha vezes que tinha reunião na minha casa com 18, até 22 pessoas, inclusive de pessoas que não eram da nossa linha partidária. Vinham outras pessoas que queriam discutir isso, queriam discutir aquilo, aí, iam na minha casa, e nós sentávamos, e tal, discutíamos, tomávamos café, depois tomávamos um suco que minha mãe fazia.

E foi completando o tempo e eu tive de sair do colégio e fui para outro colégio, o estadual. Nesse ínterim, Santa Bárbara foi preso. E quando ele foi preso, ele estava com um calhamaço de papel, mais ou menos 10 a 12 folhas que estavam no corpo dele, dentro da camisa. Ele foi preso e foi para o 35º BI. Naquela época, foram muitas pessoas presas e que ficaram no 35º BI. Ele foi interrogado, capitão Lourival Alves Costa Filho que o inquiriu. Esse capitão veio a ser o meu capitão, nos próximos meses após essa prisão, que eu fui para o Exército, fui convocado para o Exército. Antes, o chefe do S2 aqui era o capitão Córdova. Depois, o capitão Lourival Alves Costa Filho assumiu o S2. Aí, Santa Bárbara me disse que o Costa Filho conversou com ele e disse “Você parece

que é dos que levam”. Quer dizer, dos que chamam, e não é dos que são levados. Antes de Santa Bárbara ser ouvido, o que foi feito de madrugada, não sei porque eles tinham esse negócio de fazer essas coisas de madrugada, Santa Bárbara comeu o papel todinho. Ele disse que não teve outro jeito, era muito papel mimeografado, ele mastigou, teve uma dor de barriga grande, toda hora ele ia. Fato é que, na hora que correram ele pra entrar pra fazer o depoimento, ele não tinha nada mais na mão, ele tinha comido e digerido o papel todo. [Mesa: em que ano foi?] Em 69. Passado isso, ele foi embora para Salvador. Minha mãe o encontrou na rodoviária e ele “Eu vou para Salvador” e ela “Vai, meu filho, fica escondidinho, cuidado”. Ela sabia que ele tinha sido preso.

“O sargento do Exército passou a ir lá em minha casa. (...). Ele chamou minha mãe e falou 'Olha, seu filho anda conversando com um pessoal aí de política, o pessoal do Círculo Operário, pessoal da ferroviária e tal'. O fato é que minha mãe disse 'Vocês não vão ficar aqui. Vocês vão embora para Feira'. E me mandou pra Feira inicialmente”.

Ele me falou isso depois, já em Salvador. E eu fui convocado para o Exército. No Exército, até então, não se sabia nada de participação minha. Eu me dava bem lá dentro, participando das coisas, eu gostava, fazia ali meu trabalho, tal e tal, e Lamartine ia lá no quartel, às vezes, mandava recado, trazia recado de Salvador, de Santa Bárbara, me dizia as coisas, como estava indo, etc. E eu ia continuando ali no quartel e tal, até que o capitão Costa Filho assumiu o S2 e ele era capitão da Engenharia antes de ser do S2. E quando ele chegou, disse “Olha, tenho que fazer muitas modificações aqui”. Deixou lá um relator, me proibiu, a mim e a outro rapaz de tirar a guarda do soldado. “Esses soldados não podem tirar guarda de quartel. Eles só podem tirar guarda de companhia. Não podem ficar nem no paiol, nem na frente dos flancos”. Aí me proibiu, tanto é que, quando fazia a chamada, ele dizia “Esse daqui não pode, esse daqui não pode”. Aí, o sargento dizia “Eu não posso botar o Rocha 943 nem nos flancos, nem em lugar nenhum do quartel.

Não pode porque está proibido, o S2 proibiu”. Foi aí que eu fui saber que já estavam sabendo alguma coisa minha, que eu já estava restrito, meus movimentos restritos. Me parece que talvez tenha sido um oficial de justiça, que tem aqui, que chama Marco Antônio, que peguei o manual de maneabilidade dele e passei para o pessoal de esquerda em Salvador, entreguei ao pessoal. Ele me procurou e eu disse que perdi. “Perdeu porra nenhuma.

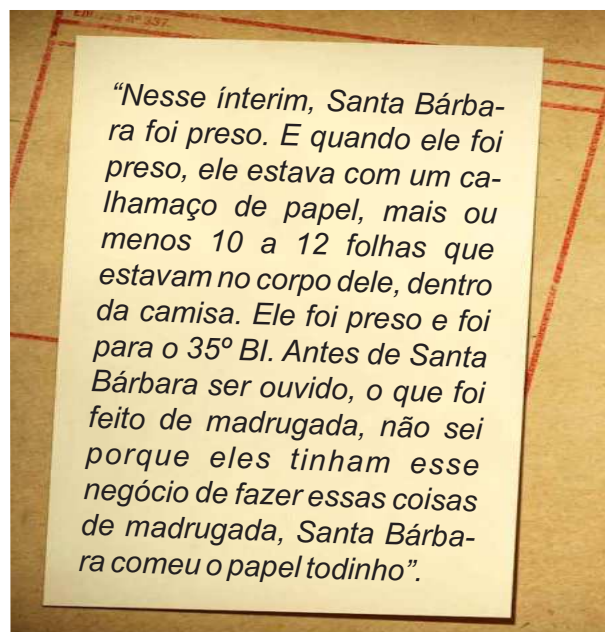
Você deu foi a seus contatos lá por Salvador, rapaz. Ou aqui em Feira, você tá pensando que eu sou idiota? Eu vou falar isso!”, mas não me pediu mais. Deu-se o esquecimento, e tal. E eu continuei. Quando chegou uma vez, um coronel me chamou, e ficou conversando comigo, o coronel era subcomandante do batalhão, José Ribeiro. Perguntou isso e aquilo, porque tinha tomado uma

punição, estava com uma altercação lá com um sargento, aí o sargento achou de me punir com quatro dias de detenção, ali mesmo na companhia. Aí ele me chamou “Você foi punido, ei vi aqui, deram uma punição a você e tal,” e ficou conversando e fazendo um bocado de ardeio, e no meio da conversa ele me perguntou “Você tem experiência com grupos?” E eu “Não senhor, com grupos não. Eu era estudante, tinha uma participação com o pessoal lá em Santo Amaro. Eu fazia participação com o grupo da professora Maria Isabel Veloso, irmã de Caetano Veloso, e tal”. E ele “Não, grupos assim que reivindicam as coisas, protestos, e tal”. E eu “Não senhor” e acabou.

Fui dispensado do Exército e rumei para Salvador no outro dia. No mesmo dia, dormi na casa de Santa Bárbara, nesse dia que eu saí do Exército, ele morava na descida do Nagé. Dormi aí, no mesmo quarto que o irmão dormia. Fui em-

bora no outro dia, peguei meus paninhos e me mandei para Salvador. Cheguei lá, já estava com uma pensão certa, fiquei na pensão e no terceiro dia encontrei com ele, e encontrava com José Pires Caldas, que foi pro Chile, voltou, e quando ele voltou, eu disse a ele “Quando quiser, tiver alguém, qualquer problema pode vir almoçar aqui na pensão que eu pago”. Santa Bárbara também ia lá, mas nunca mostrava o rosto, ele sempre ficava com a mão assim [cobrindo o rosto] e nunca entrava pra jantar, tomar um café, nada disso. Aí, continuamos fazendo o movimento e, por esse período, já tinha ocorrido o seguinte: quando eu cheguei, me encontrei com o pessoal do PCB. Esse pessoal do PCB se transformou na DI, que foi a dissidência nacional do PCB. Bom, dessa dissidência, ela incorporou o MR-8, que foi um grupo político praticamente, totalmente desarticulado pela repressão. Então, nós, de propósito, decidimos – nós que fizemos a comissão da DI – incorporar o MR-8 como nome para não dizer que perdeu. Ficamos com esse nome Movimento Revolucionário de 8 de Outubro, que foi a época da morte de Ernesto Che Guevara.

A continuação é que eu fui estudar no Colégio Central em Salvador e, com a ligação com Santa Bárbara, eu comecei a fazer recrutamento. Recrutei algumas pessoas, entre elas Evan Filipe de Souza e Josafá Costa Miranda, que foi meu ex-cunhado, fui noivo da irmã dele muito tempo, é meu sócio até hoje em loteamento de terra no interior e numas lanchonetes que tive aqui antes. E vou tocando o trabalho, e recebendo papel, passando papel pra isso, para aquilo, até que um belo dia, quando vinha da casa de uma namorada, de primeiro dia que tinha namorado, eu vinha andando, aí vieram em cima de mim. Eu nem sabia o que era, tentei me meter no meio do povo e os caras me puxaram por aqui assim [pelo cabelo da nuca] “Venha sacana, pra cá!”, e puxou uma arma. Eu tomei um susto, não imaginava, eu estava quase sem operacionalizar, quase sem nada, e eles me puxaram “Baixa



a cabeça desse porra”, botou assim, me meteu no carro e saiu ali no Tororó. Foi um grito de carnaval que teve ali no Tororó. E eu estava na casa da namorada, perto, estava lá com ela, na hora que eu saí vinha o pessoal do grupo, resquícios desse pessoal e eu fui pegado e colocado dentro do carro. E o carro saiu e pegou a Avenida Joana Angélica, atravessou a Avenida Sete, e desceu pelo Pau da Bandeira. Quando desceu pelo Pau da Bandeira, que chegou lá embaixo, eu imaginei Federal. Cheguei lá, já tinha um grupo de pessoas, de um lado e outro de policiais e fizeram uma espécie de corredorzinho polonês, me dando chute, mas não foram essas coisas tão fortes, mas foi chute, tapa “vai, sacana”, e pegaram um outro rapaz que se chama Carlos Orleans Figueiredo de Andrade. Tenho amargas recordações desse Carlos Orleans. Também foi preso junto comigo, e dividiu-se, botou ele numa sala e eu na outra. “Diga logo as coisas que você tem de dizer! Cadê Luiz Antônio Santa Bárbara?”. Eu dizia “Não sei onde ele está. Ele esteve lá em casa hoje”. Depois, “Não é possível! E você vai encontrar com ele onde?” “Não vou encontrar em lugar nenhum. Não tenho marcado nada com ele.” “E você não sabe onde ele mora?” e eu “Não sei, nem nunca imaginei em saber onde ele mora, sempre ele que aparecia aqui”. 26 de janeiro de 1971. A essa altura, o chefe da dissidência

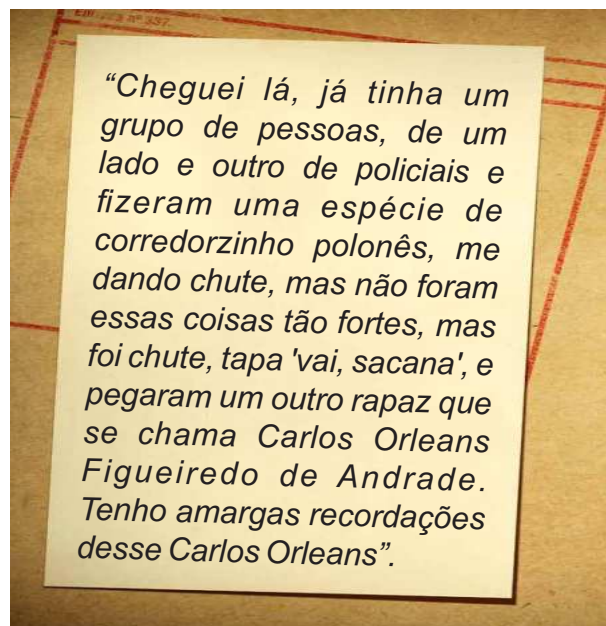
na Bahia, que era Juca Ferreira tinha sido preso e saiu em dezembro de 70. Ele tinha sido preso em outubro e saiu em dezembro. Eu fui preso em 26 de janeiro de 71, foi minha primeira prisão. E eles começaram a perguntar, depois fiquei sentado junto com um capitão. Eu também era jovem demais e não sabia a natureza do perigo que eu estava passando. Essa é a verdade. Não quero ser herói nem nada disso. Eu sei que estava sentado, e o camarada ia me fazendo pergunta, o capitão Márcio do DOI-CODI, me fazendo perguntas e eu respondendo bruscamente “é isso, é aquilo!”. E ele me deu um tapa no pescoço. Eu era espigado, fiquei meio assim, andava em pezinho, tinha saído há pouco tempo do Exército e eu aí disse “Mas rapaz, você me bateu. Você teve coragem de me bater. Você, um capitão, uma pessoa que a gente aprende que quer combater o inimigo e não uma pessoa que está sem poder oferecer resistência, você me bater!” e ele “Cala a boca!”. Aí me empurrou e saiu. Daqui a pouco, levou um tempo no silêncio, ele voltou, bateu no meu ombro “Olhe, garotão, não se importe não. Eu fiz aquilo porque fiquei retado com você, mas eu também sou combatente. Eu não faço isso não. Porque você ficou me irritando, falando essas coisas, você respondeu”. E aí perguntou mais algumas coisas, eu disse que não sabia. Me colocaram numa prisão, num quadrado, com uma grade, inclusive tinha uma janela que dava pro lado do mar. E aí eu fiquei 17 dias nesse quartel, sempre saía para interrogatórios, com a mesma roupa, sujo, imundo, e os camaradas ainda diziam “O cara não tem nem uma cueca pra vestir”. Meu tio foi lá cinco vezes e dizia “Ele está bem, não tem nada não, vai ser solto, até 60 dias, no máximo que a gente está aqui com ele, mas ele está bem.” Só me davam comi-

“Esse pessoal do PCB se transformou na DI, que foi a dissidência nacional do PCB. Bom, dessa dissidência, ela incorporou o MR-8, que foi um grupo político praticamente, totalmente desarticulado pela repressão. Então, nós, de propósito, decidimos – nós que fizemos a comissão da DI – incorporar o MR-8 como nome para não dizer que perdeu. Ficamos com esse nome Movimento Revolucionário de 8 de outubro, que foi a época da morte de Ernesto Che Guevara”.

da meio-dia, não tomava café nem jantava. Aroupa, a roupa de baixo, a calça, o sapato, tudo ali naquela mesma coisa. O outro rapaz, o Carlos Orleans Figueiredo de Andrade, o “Pacote”, também ficou comigo nessa cela. No segundo dia ficou sentado, e tal. Chegaram com 10 ou 12 dias, “Tem que ver o que arranja contra ele”. Foram na pensão que eu morava e vasculharam. No forro do telhado, no quarto estavam os papéis, jornais, coisa subversiva, e eles acharam isso. E aí vieram pra mais um interrogatório. O cara puxou e jogou os papéis todos assim. Eu sabia que aqueles papéis estavam ali, mas não fui eu que os coloquei. Foi um outro colega que eu tinha recrutado, chamava Josafá Costa Miranda. Aí, Josafá tinha colocado aquilo ali, eu não ia dizer que foi ele, que eles nem sabiam que Josafá tinha participação nenhuma. Eu olhei e disse “São meus”, abaixei a cabeça, contrito. “Pois, pois, o senhor está renitente em não dizer as coisas, nós vamos terminar pedindo a sua preventiva”. Aí eu

fiquei calado. No 15º dia, estranhamente, o Carlos Orleans Figueiredo de Andrade saiu da prisão, saiu da cela, foi ser interrogado, aí ficou lá. Quando voltou, voltou já dizendo que ia embora. Eu, “Por que esse cara vai embora?” eu pensei comigo. “Eu participei com ele lá em Feira de Santana dos diversos movimentos; fiquei aqui com ele, tenho pouco tempo de Salvador, ele ficou um tempo com Sérgio Landolfo Furtado, que foi assassinado – quando eu fui preso no Rio de Janeiro, me falaram “Vamos com ele” – ficou com outro pessoal da direção, todo tempo com Moreira Villanueva, um espanhol, ficou com Sérgio Furtado, ficou com Juca Ferreira, com o irmão de Juca, e esse camarada vai embora, 15 dias de prisão, só?” Ele voltou e disse “É Rocha,

você devia falar. Você não tem nada pra dizer, só tem aqueles negócios de Feira, besteira. Você fala e vai embora”. Eu não ia dizer que estava saindo com o grupo de Santa Bárbara, que ele não saía com esse grupo pra fazer propaganda nos Alagados. Nós tínhamos uma distribuição de jornais nos Alagados, chamava-se GAP (Grupo de Agitação e Propaganda). Santa Bárbara era quem chefiava esse grupo. Enquanto ele esteve chefiando, andou perfeitamente bem. Depois entrou um outro rapaz que não foi muito bom. Então, esse camarada saiu no 15º dia, foi embora e eu fiquei. Quando chegou no 17º dia, o coronel Luiz Arthur chegou e disse “Vamos, você se prepare, viu? Vou te meter na 3X4”. Eu não sabia o que era. Aí chegou um pessoal preso, que era filho de doutor Affonso Carvalho, que se chama Renato Affonso de Carvalho, Marco Antônio Affonso de Carvalho e Alberto Albergaria de Oliveira. Essas pessoas chegaram e, no mesmo dia, foram transferidas comigo para a 4ª Companhia de Guarda do Exército no Barbalho. Lá, era praticamente um catre. Todo aberto assim de grade, não tinha nada no fundo nem nos lados, e pra gente só tinha um balde pra a gente fazer xixi, se tivesse necessidade de ir ao sanitário tinha de chamar alguém pra ir com eles pra lá. Ficamos ali. O rapaz, o Renato chegou numa situação caótica. Estava com a boca toda arrebitada, teve uma sevícia com um cabo de vassoura, lá no quartel do Exército do Rio de Janeiro, onde ele apanhou muito. Quando ele estava exangue, acabado, quase não se aguentando em pé, chamaram a namorada dele, Glória, Maria da Glória, botaram ali “Tá vendo aí?” “Renatinho, diga meu filho, diga tudo”, e ele calado, sem dizer nada. Aí o camarada disse “Nós vamos comer ela aqui na sua vista, viu seu sacana?”. Aí ele suspendeu o braço – a resistência moral, porque ele não tinha nem mais resistência, foi suspender o braço, coitado, pra isso. Oxe! Chamaram outra pessoa, vieram dois camaradas fortes, botaram ele num quarto, espancaram barbaramente de socos e pontapés e trouxeram uma vassoura e introduziram nele. Eu tinha de dar pão a



Renato, molhar o pão de café com leite de manhã lá nesse quarto do quartel do Exército, pra ele ir sorvendo e comendo devagarzinho, porque ele não podia comer o pão duro com manteiga, tinha de molhar no café, às vezes até no nosso, porque acabava o dele. Três dias depois, eu, ele, Alberto Albergaria e o irmão, Marco Antônio fomos transferidos (e a roupa continuava a mesma, suja, 20 dias com a roupa da mesma forma), mandaram a gente para o quartel dos Dendezeiros, da Polícia Militar. Quando chegou lá, ficamos no fundo do quartel. Cinco ou sete dias depois, as coisas melhoraram para mim, porque me trouxeram as roupas que traziam para eles, me arranjaram uma roupa para vestir, trocar a minha roupa de baixo, a camisa, a calça, a meia, e traziam muita comida de fora, doutor Orlando levava. Foram 50 dias assim. Quando chegou, disseram que era para me liberar, aos 40 dias. Aí, liberaram a pessoa errada. “Libera o menino do MR. Aí, era MR8. Eles liberam o rapaz do MRT, que chamava Palmiro, que tinha sido preso. Depois que eu vim ver que este rapaz trabalhava no Fórum. Aí foram ver, “Houve um engano aqui. Era pra liberar o outro, o do MR8”. E foram buscar o rapaz lá no Fórum. Na primeira vez que tinham ido lá, os policiais federais voltaram falando que o juiz disse que ele não podia sair. E quando os policiais federais foram falar, estavam

junto do pessoal do DOI-CODI, que ficava sempre na Polícia Federal. Tinha um coronel lá, disse “Como foi? O juiz disse isso? Vão lá, vocês dois mesmo, pra pegar esse Palmiro e trazer aqui e na hora que esse juiz falar que não pode, traga ele também!”. Aí foram embora, acho que o tal juiz já tinha conversado sobre mais ou menos a situação e levaram. E 10 dias depois me chamaram pra me interrogar.

Bom. A essa altura, eu já poderia dizer alguma coisa pelo tempo que tinha lá. Porque nós tínhamos, às vezes, conversado sempre que tinha de manter reserva de pontos e lugares, outros aparelhos etc., até certo tempo. Depois disso, a pessoa podia falar. Então, falei de coisas que sabia de gente que não estava mais na organização. Falei que tinha um rapaz que ia lá, de outro, o Moreira, que sabia que já estava afastado e o outro, eu não disse, de Juca eu não falei. Mas, o

tal do Carlos Orleans Figueiredo de Andrade, o Pacote, chegou pra mim e disse “Rapaz, Luiz Arthur disse que descobriu depois que o Juca é muito perigoso. Que ele se enganou com ele”. Porque eles tinham feito umas anotações que era pra Juca ir lá todo mês se apresentar na Polícia Federal para assinar ponto. Só que ele não sabia que Juca era o chefe da Dissidência, não sabia que era o chefe do MR-8 na Bahia e que andava com Sérgio Landolfo Furtado etc. Ele descobriu depois. Como ele descobriu? Voltei, falei as coisas que tinha de falar, sabia que eles não teriam nenhuma referência maior e me mandaram embora. Eu fui pra casa e tempo depois continuei com um ou outro contato, muito sigiloso. Santa Bárbara, que eu tinha conhecido através de um cunhado dele à época, chamado Jarbas, um rapaz que mora aqui próximo, que morava com o irmão dele na época, me dava alguma notícia “está difícil

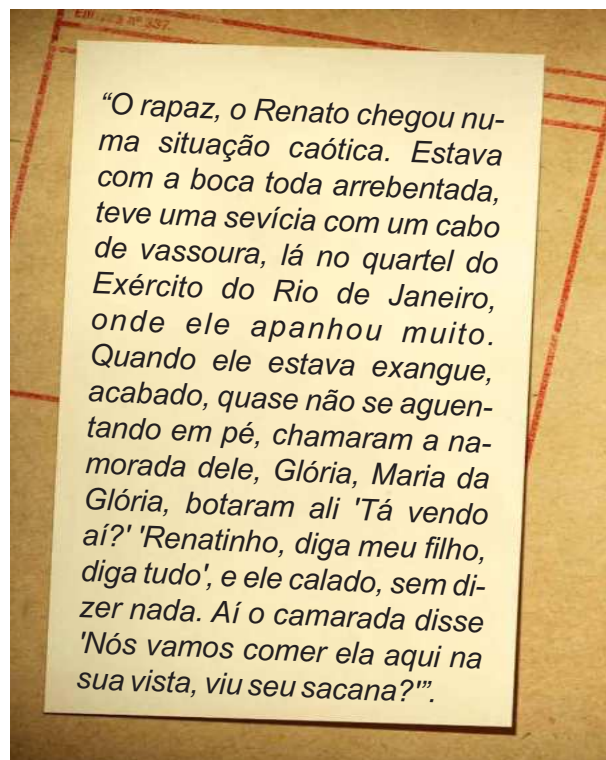
e tal”. Fui conversar com Chico Pinto, tempos depois, e aí Pinto me falou “Rocha, de certo que Santa Bárbara não está mais aqui em Salvador. Não sei onde ele está, mas eu posso lhe afiançar que ele não está mais aqui”. Também, quando eu fui preso, eles tinham me perguntado muito aquilo, sempre estavam procurando cercar Chico Pinto. Me perguntou o que eu tinha ido fazer lá. Disse “eu fui pedir a ele para fazer uma

carta para um deputado para me aceitar”. Porque, quando eu vim do Exército, cheguei lá atrasado no Central. Eu não conseguia recuperar as notas. E eu era burrinho, em Matemática, principalmente. Aí, Chico Pinto foi e fez a carta pra eu ficar no colégio. Eu aí disse isso “Eu fui lá fazer isso.” Passaram-se os tempos, contato aqui, falando as coisas com Josafá, com Evan. Aí, viajei para o Rio de Janeiro, mais ou menos de junho pra julho de 71. Fui para o Rio de

Janeiro. Quando cheguei no Rio, saltei do ônibus. Na hora que eu saltei do ônibus, peguei um outro ônibus pra ir até Botafogo, quando cheguei lá, não encontrei minha tia e fui procurar meu irmão. Disseram que meu irmão estava morando noutro bairro, aí eu fui, passei na Penha e na hora que saltei na Penha – e eu sempre andava na contramão – aí o pessoal não esperou mais. Me prendeu “vumbora!”, “por que isso?” “entra aqui, entra aqui!”. Me botou dentro do carro, tirou um telefone, um rádio “já está aqui”, “providenciem botar um capuz”, “não tem capuz” “providenciem uma camisa”, “estamos dando um jeito aqui”. Aí botaram uma camisa na minha cabeça, e pronto. Lá vai eu sequestrado. Lá no Rio, não sabia onde era, nunca tinha ido no Rio de Janeiro. Aí o carro vai pra um lugar, vai pra outro, vai, daqui a pouco entrou num lugar, parou, “salta, salta aqui, fica com a camisa na cabeça mesmo”. Aí saltei, com a camisa na

“Me colocaram numa prisão, num quadrado, com uma grade, inclusive tinha uma janela que dava pro lado do mar. E aí eu fiquei 17 dias nesse quartel, sempre saía para interrogatórios, com a mesma roupa, sujo, imundo, e os camaradas ainda diziam ‘O cara não tem nem uma cueca pra vestir’. Meu tio foi lá cinco vezes e dizia ‘Ele está bem, não tem nada não, vai ser solto, até 60 dias, no máximo que a gente está aqui com ele, mas ele está bem’”.

cabeça, com um medo danado e eles vieram com um capuz e colocou o capuz. E daqui a pouco, eu percebi uma sala bem iluminada, por baixo, e aí tiraram minha roupa. Eu estava com uma camisa de manga comprida, vermelha. E na hora que eles tiraram minha roupa, a cueca vermelha. “Porra, que sacana, comunista retado! Você está vendo? Até a cueca é vermelha!”. Que horrível coincidência. Aí chegou e “tira a roupa toda, tira a cueca, fica aí, não se move não!”. Começaram a me interrogar. E eram uns horríveis “telefones.” Eles chegavam assim na minha cabeça, faziam assim: ‘tá...’ [reproduz som de palmas/tapas] “fala, seu porra, onde está isso, onde está aquilo”. Me mostraram as fotos de Juca Ferreira, a ex-mulher dele, Elizabete, e Sérgio Landulfo. Eu já sabia que eles estavam foragidos, porque saiu no jornal. Eu era um leitor voraz de muitos jornais – tanto de Salvador, como do Rio e São Paulo. Eu sabia que eles estavam sendo acusados de ter praticado um assalto, acho que nem foram eles. E eles chegaram, me mostraram fotos deles, perguntaram se eu conhecia eles. Eu disse “conheço”. Ele disse: “Você conhece, não é?”. “Conheço, sim”. “Esse aqui é o Bacalhau”. Era o Juca. “Esse aqui é o Sérgio. Essa aqui é a puta dele”. Com a mulher. “Sérgio e Bacalhau” eles disseram “estão fodidos quando a gente pegar. Vamos matar. Eles vão ver!”. Eles tinham cantado isso. Juca conseguiu passar pra Suécia, mas Sérgio Landulfo foi assassinado lá no Rio de Janeiro. Aí me levaram para um lugar estreito, um catre assim, tinha um sanitário, tinha uma pia. No fim ainda me deu uma despedida, de chegar assim e dar um outro “telefone”, aí dei um grito outra vez e eles “cala boca, sacana!”. Me empurrou e puxou o capuz. Quando acordei, tinha uma cama que colocaram para mim, essas camas de campanha. Vale ressaltar também, quando eu fui, a primeira vez que fui preso, na Polícia Federal, Quartel do Exército, não tinha cama. Era um estrado de madeira que eu dormi nos 17 dias. E, no Quartel do Exército, fiquei com um problema seriíssimo de garganta, e Josafá tem esse proble-



ma, e o rapaz que foi preso posteriormente ficou com problema de amígdalas até hoje. Desde 72 até hoje ele ainda tem esse problema. Eu tinha de botar a mão assim [na orelha] pra conseguir fazer uma espécie de travesseiro para dormir, que não tinha nada pra colocar pra dormir a não ser isso. Era um lugar frio, aberto e não tinha jeito. Quando eu fiquei lá, nesse lugar, no Rio de Janeiro, eu reconheci apenas num talher que veio para mim, tinha uma faca que o emblema parecia da Aeronáutica. Peguei a cama, dobrei de tardinha, e consegui subir. Olhei pela janelinha e lá atrás vi uma pessoa com uma metralhadora, sem farda. Do outro lado do muro vi uma placa da Nestlé. Aí fiquei, minha roupa, tudo com eles, minha sacola com eles, aí fiquei muitos dias. Quando eles vinham me pegar, pra interrogar, vinham, mandavam eu dar as costas, eu ficava com medo, pensando que era alguma coisa, era o rapaz de serviço. “Me faz o favor, você pode colocar o capuz na minha frente mesmo. Pode colocar”. Aí me levavam para eu ser interrogado. Me pediram para eu escrever. Aí, eu escrevi em letra de forma. “Olha. Ele disse que não são idiotas não. Você é tirado a idiota, é? É pra escrever de mão! Escrever

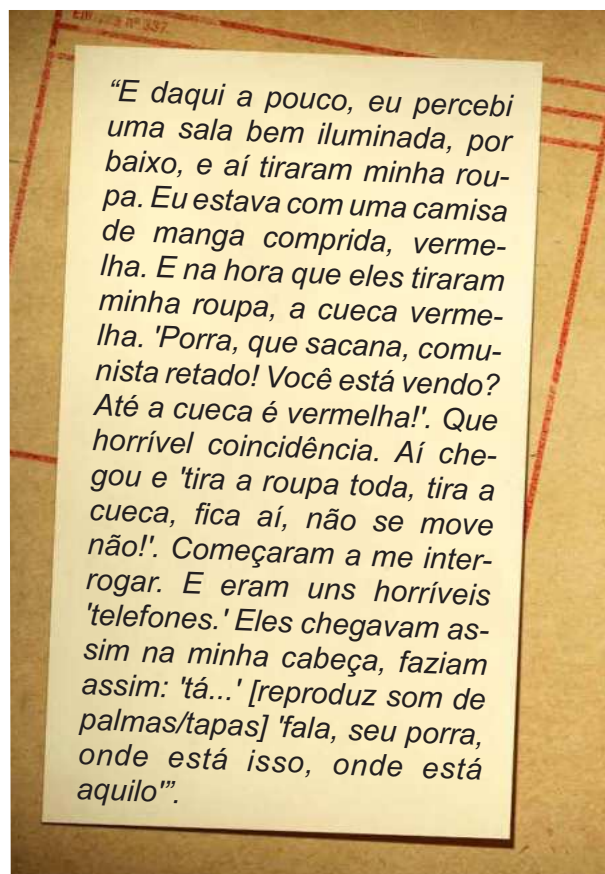
a história, como foi que ingressou, como foi que fez isso e aquilo, e tal”. Aí eu escrevi. Mas, teve um assunto interessante: quando eu estava tomando aquelas porradas, nu, ali, de um lado pro outro, os caras me estapeando de um lado para outro; parece que era um grupo assim [em círculo], me estapeando de um lado pro outro, me dando “telefone”, não sei se foi um tapa mais forte, sei que eu caí. Aí, na hora que eu caí, o camarada perguntou “E aí? Venha cá. E o Pivete? Onde é que você vai encontrar o Pivete?”. Eu tomei aquele susto. Só eu e outra pessoa sabíamos que o Pivete estava no Rio de Janeiro. E essa pessoa era nada mais nada menos que Carlos Orleans Figueiredo de Andrade, o tal do Pacote. E eu disse “Não, rapaz. Esse rapaz está aqui no Rio de Janeiro, mesmo. Mas eu não tenho o endereço dele não. Não peguei endereço nenhum dele, não”. Eu disse isso. Eles deveriam antes ter checado, provavelmente sabiam que eu não tinha pegado o endereço, porque eu falei com Carlos Orleans que eu não ia procurar o endereço do camarada não. Então, eles se aquietaram. Dois dias depois, disseram que eu ia embora. Vieram me trazer o meu dinheiro. Eu tinha 170 cruzeiros, eles me roubaram 80 cruzeiros. Eu tinha levado uns chocolates para uma tia minha e pro filho dela. Eles também roubaram. Aí comecei a chorar, dizer que roubaram meu dinheiro, meus chocolates. Aí, “Ah, rapaz, você está aqui num presídio, tinha que pagar sua comida”. Pra não dizer que os colegas dele roubaram. Aí, chamou um camarada, “Doutor, venha ver aqui, esse camarada está preso aqui, está falando que roubaram um dinheiro dele, que roubaram o chocolate, e tal. Está aí com fome, o pessoal deixou ele com fome, tem dois dias com fome”. “Não pode não. Dá comida ao homem. Oh, você, vá embora, procure ir embora. Esse negócio de dinheiro, vá

“Fui conversar com Chico Pinto, tempos depois, e aí Pinto me falou ‘Rocha, decerto que Santa Bárbara não está mais aqui em Salvador. Não sei onde ele está, mas eu posso lhe afiançar que ele não está mais aqui’. Também, quando eu fui preso, eles tinham me perguntado muito aquilo, sempre estavam procurando cercar Chico Pinto”.

embora”. Quer dizer, podia ser gente lá deles, podia ser até gente ruim, mas comigo, eu notei que o cara fez aquela presepada pra me favorecer. Como quem dissesse: “Esse camarada tem que ir embora, não tem nada aí, não tem nada a ver e tal”. O que tinha, eles nunca souberam o que é. Que era um gráfico com a extensão assim das cidades que eu ia, que era Santo Amaro, Ribeira do Pombal, Catu, eles não sabiam onde era aquilo. Aí, me pegaram, me botaram no carro, me abaixaram, andaram, andaram, chegou um momento, parou “levanta a cabeça”. Antes eles não botaram nem o capuz. Me deixaram de cabeça baixa. Eu não podia ver. Chegou num lugar ermo retado, saltou, saí, ia caindo “Pô, baiano, você está caindo?”. “Vocês me deixaram com a perna aí nessa posição tanto tempo, você queria o quê?”. Chegaram, “Olha, você vá andando aqui direto, de costas, não olhe pra trás não”. Não era pra ele que estava falando, que eu conhecia, era pra não ver os outros. Eu digo, “Esses caras vão me atirar”. Porque eu imaginei isso. “Vão me atirar”. Como eu não fui pegado com nada, “O que é isso, rapaz? Você me deixa me deixa num lugar desse, eu não sei, que lugar é esse, cara? Como é que eu vou a algum lugar assim?”. “Não. você vai andando aqui direto. Chega lá naquela mangueira, você entra, vai à direita e aí você vê um lugarejo, umas casas. Ali você pergunta onde é que vai o asfalto”. Fui andando, quando cheguei nesse lugarejo, tinha umas oito casas enfileiradas, e vinha uma mulher com uma lata d’água na cabeça e perguntei “Oh, minha senhora, onde é aqui?”. “Oh, meu filho” aí me deu o nome do lugar “Aqui, você está em tal lugar” “Porra, nunca vi tal lugar.” Continuei andando, passei por um campo de futebol, aí cheguei no posto de gasolina que estava do outro

lado da rua. Eu atravessassei, estava escrito Posto Covas. Aí eu perguntei a um rapaz, “Amigo, eu estou aqui aonde?” “Que é isso companheiro? Como é?” “É porque eu não sei que lugar é esse. Eu estava preso, os caras me levaram aí enganado e me deixaram aqui e me ensinaram pra eu vir aqui para o asfalto.” Ele disse “Rapaz, você está na cidade de Caxias.” “Sim. E agora? Eu quero ir para uma rua lá no centro do Rio de Janeiro, pra Botafogo. Como é que eu faço?” “Ah! Você atravessa esse asfalto, tem aquele abrigo, pega um ônibus que vai pra Praça Mauá. Quando chegar na Praça Mauá, você pega um que vai pro Botafogo e pronto. O caminho é esse”. “Está bom, muito obrigado”. Aí, fui embora. Voltei, atravessassei o asfalto, fiz a mesma coisa, cheguei lá, encontrei o meu pessoal e pronto. Esse foi o episódio. Infelizmente tive de voltar mais duas vezes para o Rio de Janeiro por questões particulares. E continuei a vida. Sempre vinculado ao MR-8.

Mas, a essa altura, eu vim desconfiado, e falei com os meninos “Olha rapazes, o Neto não foi uma pessoa boa, nem na época como companheiro de prisão. Vocês devem ter cuidado porque eu estava preso no Rio de Janeiro, embaixo de todo tipo de pancada, de tapa, o pessoal me perguntou pelo Pivete. E só quem sabia que o Pivete estava no Rio de Janeiro, do nosso grupo, era ele. Aí o Evan disse “É. Eu não posso deixar de ficar com ele por causa da minha militância política”. “Rapaz, isso pode ser uma coisa perigosa”. Mas ele não levou em consideração, continuou. Aí, já estávamos em outra pensão. Eu estava com Evan em uma pensão, Josafá estava em outra. Quando cheguei em casa, em meados de 72, estava me preparando para o vestibular, estava tomando curso, todos os dias, pré-vestibular, e quando eu cheguei em casa, “Rocha, Evan foi preso”. Eu recuei, na mesma hora saí de casa. Vai ser só um tempo. Tinha pouco tempo que ele tinha sido preso, vai ser só um tempo pra esse pessoal me identificar, que é na mesma casa que moro, que eu sou amigo de Evan. Saí ligeiro, fui pra estação rodoviária, fiquei



olhando (não tinha essa organização que tem agora) o rapaz ali tomando o bilhete das pessoas – não fui comprar bilhete porque já estava escaldado – quando ele olhou pro lado eu pulei a borboleta. Tinha duas borboletas ou três, era ali nas Sete Portas, pulei e eu me mandei pro ônibus. E lá, no ônibus, eu paguei, é claro. Não era o objetivo não pagar. Vim pra Feira, avisei a Zumba, que era o Neto. Eu avisei “Olha, se tiver alguma coisa de Evan, esconda, porque ele está preso”. E voltei no outro dia. Peguei uma carona, saltei na Cidade Baixa, ali perto do Moinho, peguei um ônibus pra saltar em Nazaré e voltei pra casa. Quando eu voltei, a rua já estava cercada. Eu entrei, o pessoal conversou comigo, eu disse “Olha. Provavelmente, vocês devem ficar certos que eu vou ser preso. Vocês fiquem quietos aí, não se envolvam muito pra nada, porque qualquer reação eu devo ser preso”. Não deu outra, em 10 ou 15 minutos o rapaz chegou na janela e disse “Oh seu Rocha. O coronel Luiz Arthur está pedindo para o senhor comparecer lá”. “Está certo”. Peguei um livro meu de História, grosso, desci, entrei no carro. “É, você já está acostumado”.

Cheio de metralhadora e disse que já tinha costume. Eu entrei, me levaram pra lá e fiquei mais oito dias preso. Ganhei o inquérito 2272 ou 2273, o número do inquérito, fiquei lá nesse período, na Polícia Federal um dia. Já fazia um ano que tinha sido preso. Eles me mandaram para o Quartel da Aeronáutica. Começaram a me fazer um bocado de pergunta, mas tinha certeza de que não tinham absolutamente mais nada para me segurar. Primeiro, porque o vínculo estava praticamente terminado, em questões de ficar cobrindo ponto, fazendo isso, fazendo aquilo. Eu conversava com o pessoal, com Hermes, mas sem ter essa vinculação partidária. Ainda com Pivete ainda ia a uma reunião, uma coisa, quando ele estava. Mas com o pessoal... [pergunta: como era o nome do Pivete?] Não sei, só o conhecia assim. Com Pivete eu ainda saía antes de ir para o Rio de Janeiro. Mas com os meninos eu não ia porque eu já estava desconfiado do Carlos Orleans. Me levaram para lá, começa-

ram a me perguntar, eu respondi e aí chegou Emanuel. Eu acho que vocês já ouviram falar desse famoso policial, chamado Emanuel. Quem lê alguma literatura sobre a ditadura, era um elemento altamente perigoso. [Emanuel Cerqueira Campos]. Ele era muito perigoso. Ele podia dar uma aula numa escola, ele podia servir de lavador de carro, ele podia estar num restaurante servindo, ele fazia qualquer coisa que mandassem. Ele era muito astuto, muito preparado, e andava com esse pessoal todo, olhando o movimento, se infiltrava no movimento estudantil. Quando tinha, aquele negócio, no vestibular, se lembra dos excedentes? Então, naquela época, tinha os excedentes e o pessoal

estava fazendo aquele movimento, ele ficava lá também, com os excedentes e tal. Cabeça raspada, tinha ele e um outro, não me lembro do nome. Esse camarada chegou, trazendo um que chamava Luiz, preso, aí trouxe Pedro “Olhe aqui, olhe, está vendo aí? E você” “Sim, e o que eu tenho com isso?” “Eu não estou dizendo que eu pego vocês todos?” “A mim vocês pegaram porque quiseram, eu não tenho nada para

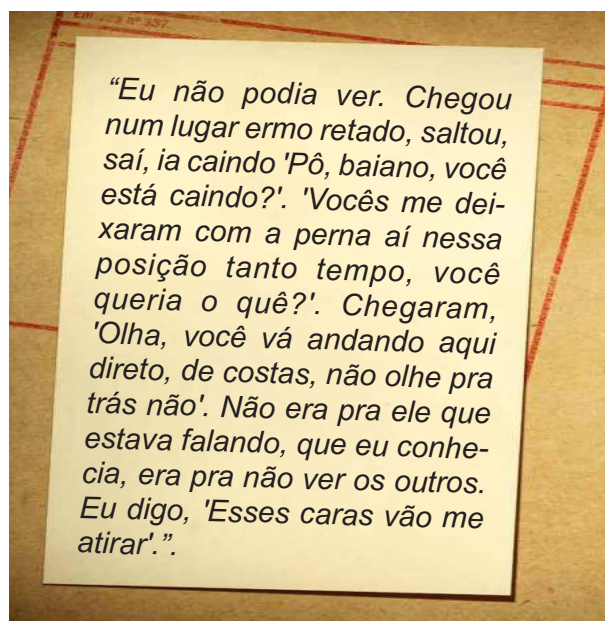
vocês pegarem”. Camarada alto, muito forte me chamou para ser interrogado. Quando chegou lá, começou a me fazer pergunta. Mas, àquela altura, eu já estava realmente experiente, com muitas respostas pra muitas coisas e respondia prontamente. Me recolocaram no xadrez. Quando chegou no outro dia, me levaram para a Aeronáutica. Chegando na Aeronáutica, eu dormi numa cama de campanha, fiquei sete ou oito dias. O coronel comandante da Aeronáutica veio, passou a mão na minha cabeça “Oh, meu filho, como é que mandam vocês pra cá, aqui não tem lugar pra

vocês, não sei porque esse pessoal fica mandando”. o Walder já tinha sido assassinado por lá. Eu sei que com sete a nove dias, mandaram me liberar. Um deles, um rapaz chegou pra mim “Olha, eu vou dizer uma coisa. Você está sendo solto, apesar de você estar indiciado aqui no inquérito, mas tem uma coisa que eu vou lhe dizer como policial: você está sendo solto porque eles querem, não é decisão minha. Agora, você deveria ficar aqui, porque tudo isso que tem acontecido aí com esse pessoal, quem jogou o óleo no chão e esse pessoal escorregou foi você”. Aí começou a me mostrar foto, de Júlio engraxate, que tinha alí no Líder, no Universo, que fui eu que tinha recrutado ele; me mostrou a foto de

(...) “Quando eu estava tomando aquelas porradas, nu, ali, de um lado pro outro, os caras me estapeando de um lado para outro; parece que era um grupo assim [em círculo], me estapeando de um lado pro outro, me dando ‘telefone’, não sei se foi um tapa mais forte, sei que eu caí. Aí, na hora que eu caí, o camarada perguntou ‘E aí? Venha cá. E o Pivete? Onde é que você vai encontrar o Pivete?’. Eu tomei aquele susto. Só eu e outra pessoa sabíamos que o Pivete estava no Rio de Janeiro. E essa pessoa era nada mais nada menos que Carlos Orleans Figueiredo de Andrade, o tal do Pacote”.

Josafá preso, me mostrou de Evan e de outras pessoas que eu tinha contatado. Ele disse “Tudo isso aqui, o culpado foi você. Você é que devia ficar aqui dentro. Como os outros estão aí e vão ficar. Você deveria ficar aqui também. O tempo, no mínimo 60 dias que nós temos direito”. Eu disse “Rapaz, não tem nada a ver. Isso aí é eu conversando com o pessoal. As pessoas que se entregam voluntariamente. Eu não coloquei ninguém, nem tomei ficha nem abonei ficha de ninguém pra entrar, não”. Bom. Essa foi minha história de participação política.

Depois disso eu ingressei na universidade, e cheguei lá eu participei dos movimentos, falava nas reuniões e tive um grande dissabor: quando Lamarca morreu, saiu no jornal como foi que pegaram Lamarca. O jornal colocou, diz que foi por indicação de um tal Rocha. Meu nome é Rocha, conhecido como Rocha desde a época do Exército. E aí, até algumas pessoas do Exército daqui e algumas pessoas daqui de Feira levaram isso avante para comentar que eu era o traidor de Lamarca. Tive de processar um colega, isso não é segredo, Beto Coelho. João Pinho foi falar isso com ele e veja porque. Porque um sargento do Exército, chamado Renato (com uma taboca de nariz assim, maior que o meu), era corneiteiro, e chegou lá em João Pinho e disse “Ah, o Rocha. Ele foi do Exército, era cabo, ele era do serviço de informação”. Eu conheci o cabo Rocha, que era também do serviço de informação, junto com os outros colegas dele, uns três ou quatro que faziam esse serviço auxiliar de estar seguindo as pessoas. Processei Beto Coelho, e um dia, voltei para Salvador, depois de vir pra cá, em 1988, mas vim aqui no Fórum e encontrei Osvaldo Brasileiro. Fiquei conversando com ele, e ele todo assim meio reticente. Depois eu soube que ele estava na COMAB. E Josafá trabalhou na COMAB muito tempo. E eu fui lá e encontrei ele e disse: “Oh, Osvaldo, eu estou precisando de um emprego, um trabalho, porque não tenho advocacia em Salvador, minha advocacia é baseada em Feira. Aqui



sempre fiquei trabalhando com meu pai ultimamente. Eu precisava ter um lugar aqui”. Ele “É, a gente vai ver.” Mas como ele sabia disso, falaram com ele, ele foi procurar, no SENAI, José Carlos Santa Bárbara pra conversar. Chamou Zé Carlos: “Que história é essa? Uma pessoa me disse que aquele rapaz era o traidor de Lamarca?” “Que rapaz?” “O doutor Rocha.” “Tá doido rapaz? Sei lá. Rocha foi tão vítima quanto nós”. Foi aí que ele me arranhou um trabalho na prefeitura, que eu declinei, no último dia já, que ele estava no telefone pra dizer que arranhou, depois de saber isso, conferir e conversar com Santa Bárbara e Santa Bárbara contar esmiuçadamente quem foi o Carlos Orleans Figueiredo de Andrade, ele me chamou, me telefonou, uma namorada minha de Salvador disse onde estava, aí disse “Venha pra cá que já arranhei um lugar pra você trabalhar, um serviço bom na prefeitura”. Disse “Oh, Osvaldo, eu agradeço muito, mas eu já estou aqui, a partir de hoje, trabalhando na Unilar. Eles me chamaram aqui para o departamento jurídico.” Foi por aí. Estou à disposição para passar às perguntas.

Hosannah Leite – Eu queria fazer uma pergunta, uma colocação com algumas perguntas. Primeiro, sobre a efetiva participação sua em Feira de Santana. De maneira sucinta, concretamente, o que teria da

sua atividade em Feira de Santana. Segundo, você participou de algum movimento de luta direta armada ou alguma articulação nesse sentido? E que organização, o MR-8 tinha alguma ligação com a organização de Lamarca e Santa Bárbara? Eram as três que gostaria de colocar.

Rocha Martinez – Efetivamente, a minha participação aqui em Feira foi estudantil e uma parte operária. Carlos Moreira Villanueva ficou encarregado pelo pessoal do interior, de fazer contatos operários, e como eu trabalhava numa fábrica, de 66 até 69, nós alugamos uma casa pequena bem longe, num bairro afastado, do outro lado e levávamos as pessoas para ele ir conversando com os operários. Não sei se ele não tinha linguagem com os operários, os operários não se sentiam atraídos porque não tinha sindicato, qualquer coisa assim. Do lado estudantil, participei ativamente do movimento estudantil, participei daquela...

Hosannah Leite – Quando você estava no estadual ou no São Francisco?

Rocha Martinez – No São Francisco.

Hosannah Leite – Isso você relatou.

Rocha Martinez – Quando teve aquele movimento contra o acordo MEC/USAID, nós fomos pra rua e tudo. Então, tinha uma facilidade de aderir as pessoas, integrar ao movimento. Então, fiz um movimento bom nesse sentido, muitas pessoas foram, por nós, conquistados para a luta. Antônio Freitas guardou o jarzel de lá do embaixador dos Estados Unidos, lá no Rio de Janeiro. Esse Carlos Orleans entrou também e ficou um tempo. Teve um tempo que ele foi até muito profícuo e depois que ele desviou, eu

acho que fizeram uma proposta a ele lá dentro, um pacto. E no colégio estadual, eu sempre conversava com Raimundo Luiz, com Hermes, com esse pessoal. Era um movimentozinho da esquerda. Eu participei de muitas reuniões, tanto aqui em Feira e com o pessoal de Feira indo pra Salvador. Para a ABES, que era o diretor da ABES, Mário, né? Então, nós íamos para lá, para

Salvador, com o pessoal, nos reuníamos no colégio, essas coisas, eu estava participando.

Hosannah Leite – Alguma ação armada?

Rocha Martinez – Não, eu já estava, quando eu saí aqui do Exército, eu já estava militarizado e fiz muitas críticas às formas de militarização que o pessoal do MR-8 propunha. Até como segurar a arma. Eu dizia “Não, não é assim”. E também fazia

críticas ao desdém que ele tinha “Ah, uns treinamentos fodidos retados que têm no Exército.” “Não, não é assim não. Eles ensinam até onde devem para os soldados não ficarem aptos a fazer outras coisas. Mas suas lideranças, ou seja, os sargentos e subtenentes, os oficiais intermediários, capitães, esse pessoal todo sabe manejar arma, sabe logística, sabe isso e aquilo, e vocês estão totalmente errados em referência a isso”.

Mas o movimento que eu fiz aqui foi essencialmente político, muita coisa de logística, de arranjar dinheiro, isso e aquilo, participava muito, e lá em Salvador foi muito de agitação e propaganda. Agora eu saía com bomba na mão, pronto pra jogar se viesse alguma coisa. Santa Bárbara saía com revólver. Outras pessoas saíam com bomba também, porque nós tínhamos receio de sermos parados.

Hosannah Leite – Que vinculação você

“Não deu outra, em 10 ou 15 minutos o rapaz chegou na janela e disse 'Oh seu Rocha. O coronel Luiz Arthur está pedindo para o senhor comparecer lá'. 'Está certo'. Peguei um livro meu de História, grosso, desci, entrei no carro. 'É, você já está acostumado'. Cheio de metralhadora e disse que já tinha costume. Eu entrei, me levaram pra lá e fiquei mais oito dias preso”.

tinha quando Santa Bárbara estava já com Lamarca no sertão da Bahia. Você tinha algum tipo de trabalho de apoio, de logística com relação a isso?

Rocha Martinez – Não. Ele saiu, Chico Pinto me disse “Ele já não está mais em Feira de Santana. Posso lhe garantir que Santa Bárbara não está mais aqui na terra”. E também porque não me teve pedido nesse sentido. Nem de Zé Carlos, nem de Jarbas, o cunhado dele. Também não sabiam onde ele estava.

Hosannah Leite – Está bom, fico satisfeito.

Walter Pinheiro – Tenho uma pergunta. Qual o tempo da sua integração no Exército?

Rocha Martinez – Fiquei um ano e dois meses.

Walter Pinheiro – De que ano a que ano?

Rocha Martinez – Entrei em 69 e saí em 70.

Walter Pinheiro – Foi serviço militar?

Rocha Martinez – Foi.

Walter Pinheiro – Ou seja, como a revolução foi em 64, aqui em Feira de Santana, o processo de repressão, ele foi mais incisivo quando? A partir de quando?

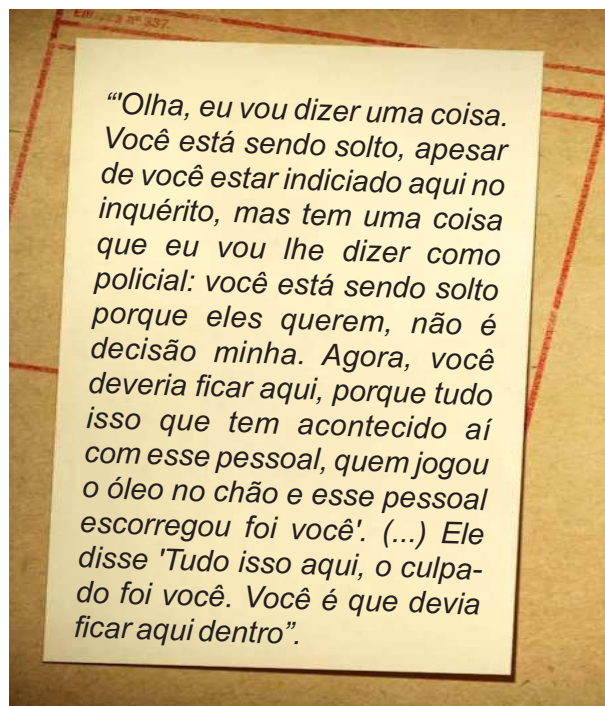
Rocha Martinez – A partir de 68, com o AI-5.

Walter Pinheiro – Então, nesse período, eles não conseguiram identificar a sua participação.

Rocha Martinez – Não, não.

Walter Pinheiro – A ponto de lhe integrar no Exército. Outro dado, sobre aquele triste episódio das sevícias, da tortura praticada por capitão Carvalho, foi na sua presença ou ouviu?

Rocha Martinez – Não, eu vi o estado em que ele chegava, com a boca toda estou-



rada de choques e nervoso demais, a ponto de, teve um dia que até brigou depois de uma discussão, teve um dia que ele me pediu desculpas. Quando ele saiu, ele me confessou que estava assim nervoso por causa da sevícia. Aqui em Feira, ele me contou isso, mas não foi na minha vista. Eu vi o estado que ele chegou. Agora, quando estava, inclusive, no Rio de Janeiro também, estava preso, e fui socado, e levei telefone, eu ouvia lamentos que pareciam coisa assim do inferno.

Os sons que eu ouvia, [reproduz gritos de dor] aquelas coisas horríveis de pessoas. Eu estava num lugar que era assim uma série de celas, cubículos que as pessoas estavam presas ali. E ali nos judiavam demais. Eles queriam que eu lavasse o chão, lavasse os pratos que eu comia. Eu pegava o prato, a água, abria a torneira e deixei aberta o tempo todo até esgotar a água. Quando eu queria beber água, eu botava a boca na torneira e sugava. Quando ele via “Mas rapaz, você não lavou o prato!” dizia “Olhe, aqui não tem água”. Abria assim na vista dele, que olhava e ia embora.

Walter Pinheiro – Que local de tortura era

esse?

Rocha Martinez – Eu não sei com certeza. Eu sei que era de junto da Nestlé, na Ilha do Governador. Eu ouvia as pessoas conversando “Aqui, na praia do governador”, os soldados que passavam. Não via gente de farda, só sem farda. Ouvia “Já morreu muita gente”. Com certeza, não sei definir, mas eu falando, parecia que era na Aeronáutica.

Walter Pinheiro – E as torturas foram maiores no Rio ou em Salvador?

Rocha Martinez – A pancadaria foi maior no Rio. Aqui em Salvador eu, nem mesmo o Renato Afonso, Marco Afonso, Roberto Albergaria não tiveram essas pancadas. E as outras pessoas também. Evan, Felipe de Souza, quando foi preso, o Josafá, Júlio. Nenhum deles foi torturado em Salvador. Os únicos relatos que eu tive de surra foi o de Theodomiro e Paulo Pontes. No caso de Paulo Pontes e Theodomiro, diz que todos os dias os camaradas iam de noite, diz que já tinham um horário pra dar uma surra nele. Luiz Arthur, que tinha fama de não bater, nem nada, disse que eles tinham se revoltado “O rapaz no Sudeste foi atirar no camarada pelas costas, um sargento, eu mesmo bati nele” e mostrava a mão.

Participante – Rochinha, você conheceu Lamarca?

Rocha Martinez – [Faz sinal que não].

Walter Pinheiro – Alguma pergunta?

Monsenhor Luiz Rodrigues – Doutor Rocha, o senhor comunga daquela linha de reflexão da professora Yara, no tocante a que Chico Pinto era o alvo do pessoal aqui de Feira de Santana?

Rocha Martinez – Eu lhe digo o seguinte: ele era uma pessoa emblemática. Então, na vontade de prendê-lo, podia ser que as pessoas quisessem circundar isso para ver se o prejudicava. Depois que ele saiu, estive lá na Polícia Federal, respondeu algumas coisas, eu conversei com ele lá na Rua Chile, num escritório do advogado Adelmo. Ele me disse “Rapaz, quando você

ficou preso, conheceu um tal de Humberto?” Eu digo “Conheci” “Aquele Humberto é a segunda pessoa de Luiz Arthur, e Luiz Arthur o indicou pra ser superintendente da Polícia Federal alhures” (não me lembro o estado). E Chico Pinto me disse que o camarada ficava só olhando pra ele, fazendo perguntas. “O cara ficava só me olhando. É cada uma!” Então, eu não sei. Pode ser que eles tivessem isso. Eu não posso dizer com

certeza, talvez fosse só uma coisa oportuna ou a maneira de, após sair daqueles interrogatórios, nós, ao encontrarmos com Chico Pinto, falávamos sobre isso. Olha o pessoal pergunta isso, e tal. Pode ser.

Walter Pinheiro – Doutor Rocha, concluindo os trabalhos, resta-me manifestar aqui não só os agradecimentos, como as homenagens daqueles que deram seu depoimento à Comissão da Verdade, seja estadual, seja a feirense, por este depoimento que aqui foi oferecido de forma tão detalhada e que vai contribuir para os trabalhos desta comissão. Nosso desejo é que tudo aquilo que foi vivido, todo esse sofrimento que foi passado, que ele não tenha sido em vão, ou seja, que ele sirva para que nossos filhos e netos não venham a ser novamente submetidos por esse tipo de humilhação, degradação que não é próprio do ser humano. Assim sendo, encerramos essa nossa audiência. Obrigado.

“A minha participação aqui em Feira foi estudantil e uma parte operária. Carlos Moreira Villanueva ficou encarregado pelo pessoal do interior, de fazer contatos operários, e como eu trabalhava numa fábrica, de 66 até 69, nós alugamos uma casa pequena bem longe, num bairro afastado, do outro lado e levávamos as pessoas para ele ir conversando com os operários”.

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

05 de maio de 2014

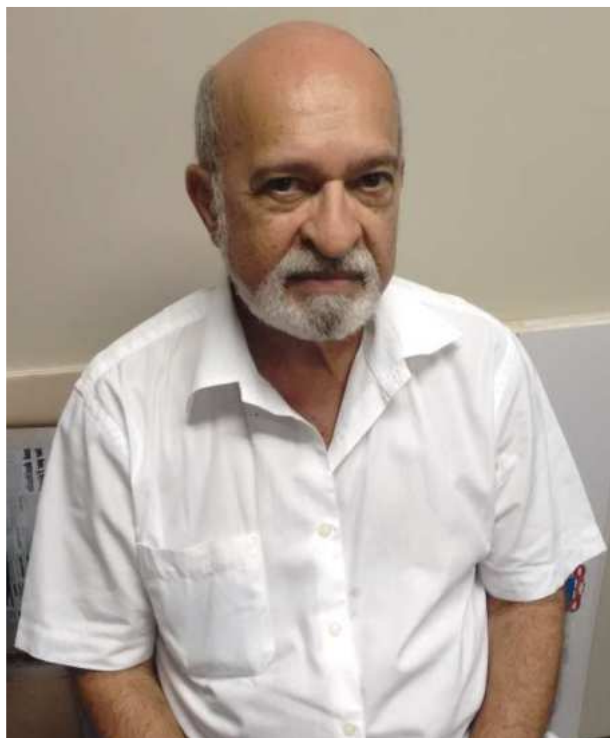
Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação

Salvador - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA
05 de maio de 2014 - Sede da CEV
Palácio da Aclamação, Salvador - Bahia



DEPOENTE: MARCO ANTÔNIO ROCHA MEDEIROS

Marco Antônio Rocha Medeiros é engenheiro civil e professor na Universidade Católica de Salvador. À época da prisão trabalhava como assessor do prefeito de Salvador, Jorge Hage, e era membro do Clube de Engenharia da Bahia. Preso em 05 de julho de 1975, um dia depois da grande operação para prender toda a direção estadual do Partido Comunista Brasileiro – PCB na Bahia. Foi conduzido para o 19º BC, onde trocou de roupa, e depois levado para a Fazendinha, em Alagoinhas. Lá sofreu inúmeras torturas físicas e psicológicas, até confessar que fazia parte do partido. De volta a Salvador, foi levado para o Quartel de Amaralina e depois para o Forte de Santo Antônio. Foi julgado e condenado a dois anos de prisão.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Marco Antônio Rocha Medeiros**

O depoente, ex-dirigente do PCB, na Bahia, entregou, inicialmente, documento sobre sua experiência que, assinado, está incluído em anexo. Entregou, também, cópia do blog, onde homônimo, preso e torturado, conta sua história. A seguir, apresentou verbalmente o relatório e respondeu as perguntas feitas pelos membros da CEV-BA, na perspectiva de esclarecer e aprofundar pontos do depoimento entregue.

Este é o documento, a seguir, transcrito, e que compõe uma unidade com o entregue.

Marco Antônio – Sou Marco Antônio Rocha Medeiros. Sou engenheiro civil, à época da prisão eu trabalhava como assessor do Prefeito Jorge Hage, e a prisão ocorreu em 05 de julho de 1975. Eu fui preso um dia depois da grande operação para prender toda a direção estadual do Partido Comunista Brasileiro – PCB na Bahia. A operação foi montada para que todos fossem presos no mesmo dia 04, que era uma sexta-feira, ao cair da tarde. Mas, ocorreu aí um equívoco dos policiais: quem nos delatou não deu meu endereço preciso, deu apenas o nome da rua e mais ou menos o trecho onde eu morava. Morava na Rua 08 de Dezembro, naquela parte mais baixa da rua. Os policiais federais, a paisana, que foram fazer a minha detenção tinham, parece, que só uma vaga indicação do endereço. Lá, na rua, em frente ao prédio em que eu morava, existia um depósito de bebidas e as pessoas, nas sextas-feiras, ali

bebiam cerveja, etc. Esses policiais, encaminharam-se para lá e perguntaram ao dono do depósito se conhecia o engenheiro Marco Antônio. Ele disse: “conheço! Daqui a pouco ele está aqui”. Ocorre que eu nunca tinha colocado os pés nesse depósito de bebidas. Até por uma questão de segurança, também no meu entorno, eu mantinha uma certa distância dos meus vizinhos. Mas, os policiais então pediram que indicasse o Marco Antônio assim que ele chegasse, pois eles precisavam falar uma coisa importante com urgência e tal... E o fato é que ficaram lá, algum tempo, e o Marco Antônio não chegava. Eles disseram, então, que precisavam encontrá-lo logo, e alguém que estava bebendo lá disse: “ah, ele mora naquele prédio ali, no apartamento tal”. E os policiais então foram e prenderam o Marco Antônio errado, que por sinal, nesse dia, estava (ele ressalta isso no seu blog), recebendo casais amigos no seu apartamento. Por isso, ficou todo mundo preso no apartamento e ele foi levado para a Fazendinha. E o fato é que ele passou essa noite do dia 04 na tortura. Ele era um engenheiro da Petrobrás...

Pergunta – Ele foi torturado?

Marco Antônio – Sim, chegou a ser torturado. Ele relata no seu blog que foi torturado sem saber o porquê o que estava acontecendo. Eu fui preso, sábado, dia 05, às 6 horas da manhã, quando eles descobriram que tinham prendido a pessoa errada. O traidor, que tinha nos entregue, estava acompanhando a operação e identificando as pessoas. Quando identificou que não era o Marco Antônio certo, eles então voltaram, agora já com uma precisão maior

do endereço, até porque levaram uma senha para não errar mais: era o nome do meu filho, Pablo. Meu filho, meu segundo filho, estava com um ano e pouco de idade. Inclusive, quando esse meu filho nasceu, o indivíduo traidor estava sendo assistente do Comitê Estadual do PCB aqui na Bahia. E ele foi na minha casa, comemorou comigo, etc.

Quando os policiais chegaram, no sábado, na minha casa, bateram na minha porta, a empregada abriu, e eles disseram que queriam falar comigo (eu estava ainda dormindo). A empregada bateu na porta do quarto e disse: “tem alguém aqui querendo falar com o Dr. Marco Antônio”. Quando eu saí do quarto vi que tinha “caído”. Já estavam seis indivíduos dentro da sala e me fizeram duas perguntas: “você é o engenheiro Marco Antônio?” Eu disse: “sou”. “Você tem um filho chamado Pablo?” (que era para não errar dessa vez). Eu

disse: “tenho”. Um deles disse: “então o senhor tem que me acompanhar para alguns esclarecimentos”. E, daí, quatro saíram comigo e dois permaneceram no apartamento. Eu fui levado para um local, suponho que tenha sido o 19º BC. Eu já fui encapuzado, algemado, no trajeto, ao sair da Rua 08 de Dezembro. E, no 19º BC, provavelmente tenha sido lá, tiraram minha roupa, me vestiram um macacão, continuei encapuzado, algemado, me colocaram no fundo de uma caminhonete, provavelmente, uma “veraneio”, ou algo assim. Eu percebi que tinha outras pessoas também deitadas no fundo do carro. E aí a caminhonete saiu numa velocidade bastante alta.

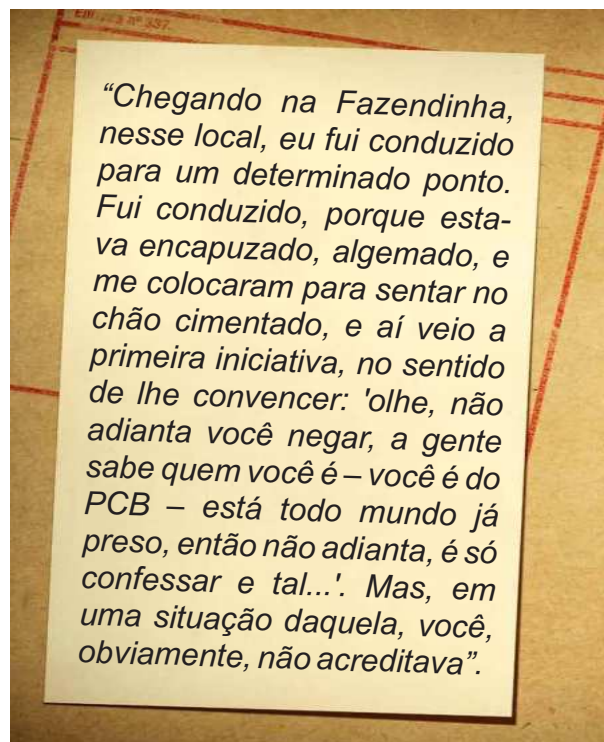
Pergunta – No 19º BC você não foi torturado?

Marco Antônio – Não. Foi só troca de

roupa, me colocaram o macacão... E, já no início do trajeto, um dos presos que estavam deitados no fundo da caminhonete reclamou da venda nos olhos, esse não estava com capuz, estava com aquele, “oclinhos de borracha”. Eles usavam também um capuz de borracha nos presos. O preso reclamou, disse: “meu olho está ardendo”. Pela voz eu reconheci quem era: o professor Roberto Argolo, que também era do Comitê Estadual do PCB. Então eu percebi que Argolo também tinha “caído”. Eles mandaram o preso calar a boca, que ninguém podia falar. Nesse trajeto eu percebi que a caminhonete passou por vários quebra-molas. Estava numa estrada asfaltada, numa velocidade que dava para sentir os quebra-molas. Como, nos dois últimos anos, eu tinha trabalhado na implantação do Polo de Camaçari, eu sabia que ali devia ser a BA-096 (Salvador - Litoral Norte), nós estávamos indo naquela direção. O que me passou pela cabeça foi: estão me levando para Recife. Porque, à época, Recife era um grande centro de tortura. Mas, como a viagem não demorou muito, eu percebi então que a gente, claro, não estaria indo à Recife. E aí chegamos na tal Fazendinha.

Pergunta – Quantos estavam na caminhonete?

Marco Antônio – Não tenho ideia, não sei. Além de mim tinham outras pessoas. Mas, um, com certeza, foi Argolo porque confirmei com ele depois. Ficamos espremidos lá, deitados no fundo de uma espécie de uma “veraneio”, ou algo assim. Chegando na Fazendinha, nesse local, eu fui conduzido para um determinado ponto. Fui conduzido, porque estava encapuzado, algemado, e me colocaram para sentar no chão cimentado, e aí veio a primeira iniciativa, no sentido de lhe convencer: “olhe, não adianta você negar, a gente sabe quem você é – você é do PCB – está todo mundo já preso, então não adianta, é só confessar e tal...”. Mas, em uma situação daquela, você, obviamente, não acreditava. Sabia, apenas, que Argolo fora preso, mas...



continuaram: “então é melhor você confessar, etc., nós não vamos fazer nada com você...”. Então eu disse: “não, eu não sou do PCB, não tenho nada a ver com isso, etc.”. Disseram: “ah, é assim?”. Aí então começaram com a sessão de porrada: “telefone”, socos, etc.. “Confessa?, não confessa é?”. Aí param um instante. Vem um indivíduo e diz: “olha, eu sou o Dr. Luiz Antônio, não estou querendo maltratar você...”, aí vem todo um jogo do “bom” e do “mau” torturador... “Mas, você é do PCB”... Ao negar novamente recomeça nova sessão de pancadaria: “telefone”, murros. Chega um determinado instante em que eles param, levantam meu capuz, e foi o primeiro momento em que eu vi a cara do Dr. Luiz Antônio, o Coronel Brilhante Ustra, na realidade. Eu vi a cara dele, então ele me disse: “tem alguém aqui que vai fazer você falar”. Aí trouxeram de lá o traidor: Venceslau de Oliveira Moraes, que acompanhava a comitiva, a equipe do DOI-CODI. Ele estava todo bem trajado, de manga comprida, branca.

Pergunta – Ele era do Comitê Estadual?

Marco Antônio – Ele era do partido – ele tinha passado quase dois anos aqui, na

Bahia, dando assistência ao Comitê Estadual. Tinha sido preso, certamente, lá no Rio. E aí trazem ele de lá. Trata-se de uma figura inconfundível, porque ele era e, é, certamente, se estiver vivo, muito parecido com Dorival Caymmi. Muito parecido com Dorival Caymmi. Ele veio de lá, e já veio dizendo, para o “Dr. Luiz Antônio”, o Brilhante Ustra: “É esse mesmo, o Marco Antônio é esse mesmo”. Aí começou nova sessão de pancadaria, eu caí. Veio o choque elétrico, muito choque elétrico. Primeiro prendendo um terminal no dedo do pé e o outro num dedo da mão: a descarga passa por aqui... se você resiste a isso, aí vem a sessão com choques elétricos: prendem um terminal na sua orelha e outro no dedo do pé. O choque é no corpo todo. Eu tentava resistir ao máximo. Eu só pensava nos dois filhos que eu tinha. Pensei: “eu tenho que me segurar por causa dos meus dois filhos. Se eu sair dessa aqui vivo, tenho de poder olhar na cara dos meus filhos com uma certa dignidade”. As sessões de tortura ocorreram, praticamente, durante todo o dia. O dia já estava avançado, quando eles levantaram meu capuz, num determinado instante... Agora um detalhe: é que em todas essas sessões, quando você já estava nos estertores, às vezes, você ouvia que alguém dizia: “chama o enfermeiro, chame o enfermeiro”. Aí o “enfermeiro” vinha de lá, certamente para ver sua condição, se você aguenta, se não aguenta mais, e aí pegava no pulso, e tal... Depois de alguns instantes, ele dizia: “podem continuar”. O “enfermeiro” dizia: “podem continuar” e a sessão continuava. Lá para as tantas, já, praticamente, acho que quase no final do dia, eles levantaram meu capuz e me trouxeram um dos presos, encapuzado, e levantaram também o capuz dele. Era o vereador, na época, Sér-

“Ele veio de lá, e já veio dizendo, para o ‘Dr. Luiz Antônio’, o Brilhante Ustra: ‘É esse mesmo, o Marco Antônio é esse mesmo’. Aí começou nova sessão de pancadaria, eu caí. Veio o choque elétrico, muito choque elétrico. Primeiro prendendo um terminal no dedo do pé e o outro num dedo da mão: a descarga passa por aqui... se você resiste a isso, aí vem a sessão com choques elétricos: prendem um terminal na sua orelha e outro no dedo do pé”.

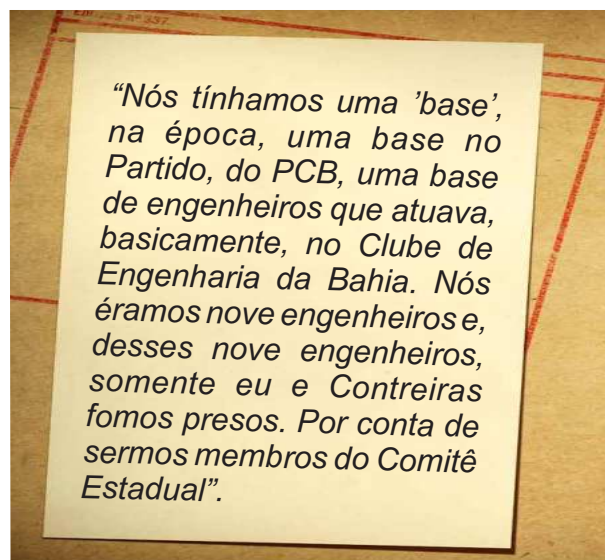
gio Santana. Que eu acho que também foi convidado para depor hoje aqui na Comissão da Verdade. Então, era Sérgio Santana, vereador em Salvador e que também fazia parte do Comitê Estadual. Aí ele disse: “olha Marco, caímos todos, toda a direção caiu. Não tem como negar. Não há como negar”. Nesse instante você, ainda, não acredita. Você ainda não acredita... e eu continuei ainda negando até que o Dr. “Luiz Antônio”, levanta meu capuz e diz: “venha ver aqui”. Neste instante eu vi que estava, na realidade, debaixo de uma certa cobertura, com chão cimentado, mato em volta, uma cobertura de uma instalação aberta, completamente aberta, tipo um galpão. Eles saem comigo – caminhamos um trecho, um pequeno trecho, e tinha, bem próximo dessa instalação, uma pequena casa e fora dessa casa, sentados no chão, algemados, amarrados um no outro por uma corda, tinha uma longa fila de pessoas presas, encapuzadas.

Então, ele foi levantando o capuz de cada um e dizendo: “olha, esse aqui é o Luiz Contreiras, você não conhece o Luiz Contreiras? Esse aqui é o Sebastião, esse aqui é o Marcelo Santana, já viu que está todo mundo preso? Então não adianta negar”. E, feito isso, me amarraram também na corda e fiquei também algemado lá. A partir daí ficamos todos algemados, presos numa longa corda, e vigiados permanentemente e, a cada instante, um de nós era retirado e levado para o local onde se praticava a tortura que era no tal galpão. Pelo menos lá foi para onde eu fui levado várias vezes. Você, quando amarrado junto aos outros, apenas ouvia de lá os gritos, etc. E daí, você era levado, faziam você escrever, e tal. “Conte sua história no PCB”... e a partir daí, sua história, você vai construindo com mentiras, você vai ter que

mentir. Inventando como é que você entrou no Partido Comunista, quem foi que te levou para o partido, etc., ou seja, citar nomes somente daqueles que já estavam ali, presos. Eu coloco isso também no relatório escrito que entreguei agora à Comissão: nós tínhamos uma “base”, na época, uma base no Partido, do PCB, uma base de engenheiros que atuava, basicamente, no Clube de Engenharia da Bahia. Nós éramos nove engenheiros e, desses nove engenheiros, somente eu e Contreiras fomos presos. Por conta de sermos membros do Comitê Estadual. Posteriormente, um outro engenheiro foi preso: o engenheiro Marcos José Alves Rocha, que era outro engenheiro da Petrobras. Mas, esse porque, sendo engenheiro da Petrobras, a Petrobras tinha uma base do PCB e ele pertencia a essa base e o Venceslau de Oliveira Moraes, o traidor, é quem dava assistência a essa base da Petrobras. Por isso o engenheiro Marcos José também foi preso. Mas, todo o restante da base dos engenheiros foi preservado. Deu para a gente segurar e citar somente nossa atuação (minha e de Contreiras) no Clube de Engenharia. Na época, éramos diretores do Clube de Engenharia. Deu para contar uma história de que éramos só nós dois, os “perigosíssimos agitadores” do PCB que existiam, na época, naquele Clube de Engenharia. Um outro ponto que eu destaco, para fechar a questão da Fazendinha, é a “despedida”, a “despedida” do Dr. Luiz Antônio. Em um determinado instante estávamos todos nós amarrados, dentro da casinha ...

Pergunta – Aí, sem venda e sem capuz?

Marco Antônio – Não. O tempo todo com venda, algema e com capuz. Todos os dias que permanecemos, na “Fazendinha”, só nos foi retirada a venda no momento em que a gente tinha alguma necessidade fisiológica e era levado, escoltado, para o meio do mato. Você chamava e tal e era levado para o meio do mato. Então, nessa hora, levantavam o capuz. Mas, o tempo todo permanecemos encapuzados...



Pergunta – Pode reconhecer o local da Fazendinha?

Marco Antônio – Não. Não, porque estávamos vigiados permanentemente. Aliás, eles, na realidade, colocaram rapazes que estavam servindo no CPOR, naturalmente sem farda, para fazer essa tarefa, para tomarem conta da gente. Eu digo isso porque, saindo da prisão, eu fui trabalhar numa empresa de montagem, a SETAL. Na montagem da Central de Matérias Primas do Polo de Camaçari, pela SETAL. Eu era engenheiro da SETAL. E, no primeiro dia de trabalho (encontrei lá já uma equipe contratada) eu estava almoçando na obra, lá na minha mesa, quando se dirigiu para mim alguém que usava uma bota do Exército. Veio e disse: “olha eu trouxe essa Coca-Cola para o senhor, o senhor está bem?”. Quando eu olhei reconheci que era um dos rapazes que me levaram, lá na Fazendinha, para fazer necessidade fisiológica. E ele me encontrava agora, naquele instante, como engenheiro da SETAL e seu chefe. Então era uma prova de que eles colocavam o pessoal jovem para fazer este tipo de vigilância permanente na Fazendinha.

Mas, voltando à “despedida” do Dr. Luiz Antônio, num certo instante, naquela sala na Fazendinha, levantaram todos os nossos capuzes e o Dr. “Luiz Antônio” fez uma “preleção” para nós. Não dizia que

estava se despedindo, mas o tom era como se estivesse, felizmente, se despedindo. Disse que nós não tivéssemos ilusão, que todas as nossas penas já estavam estabelecidas. Quanto tempo cada um ia pegar de cadeia – que isso era definido na realidade por ele, pela equipe do DOI-CODI. E foi dizendo: “você, Luiz Contreiras, vai pegar dois anos de prisão; você Marco Antônio, 2 anos; você, Paulino Vieira, 5 anos; você...”. E aí deu as penas de todo mundo. E essas penas foram confirmadas... foram as penas que nós tivemos, no dia do julgamento, em 16 de março de 76. Confirmando tudo que ele tinha colocado. Ao fazer essa preleção, dizia: “olha, vocês são comunistas, vocês são patriotas equivocados, respeito vocês, porém fiz aqui o meu trabalho... Eu fui inclusive treinado para isso pela KGB” (com ironia e sarcasmo). “Todas as técnicas que utilizei com vocês aqui, eu aprendi na Rússia, com a KGB” (tripudiando da gente). “É..., mas eu quero o seguinte: certamente, lá na frente, no futuro, vocês vão ser soltos, e quem sabe a gente vai se encontrar numa rua. E, se isso acontecer, eu não quero que vocês saiam da calçada e nem se desviem... venham falar comigo. Porque, quem sabe, a gente vai tomar uma cerveja junto, um café junto. Eu tô fazendo meu trabalho, respeito vocês...”

Eu imagino que foi exatamente isso o que aconteceu com ele, quando anos depois, estava como adido militar, do governo brasileiro, lá no Uruguai. Na comitiva que o presidente Sarney levou ao Uruguai, estava Beth Mendes (deputada na época) e ele se dirigiu, como adido militar, para cumprimentar Beth Mendes que ele havia torturado. E a Beth Mendes então abriu a boca e fez aquele escândalo que, saiu nas revistas e nos jornais e ele foi

reconhecido como torturador. A fotografia dele, o rosto dele foi divulgado. Todo mundo viu, todos nós vimos: era o Dr. Luiz Antônio. Quer dizer, não há como ter qualquer dúvida que o Dr. Luiz Antônio era o Coronel Brilhante Ustra.

Para fechar meu depoimento, o senhor (dirige-se à fala inicial do Coordenador da CEV) perguntou também, sobre possível identificação de outros torturadores. Tem o

“enfermeiro”. Aí tem o episódio do nosso julgamento. O dia do nosso julgamento. Estávamos no corredor, sentados, esperando para entrar na sala de julgamento, quando o Conselho de Sentença dirigindo-se para a sala do julgamento, passou pela nossa frente, em fila, o juiz auditor e os três militares do Exército. E, o último militar, quando passou, deliberadamente, diminuiu o passo, e quando eu olhei, eu reconheci o “enfermeiro”. Porque

quando a gente foi removido da Fazendinha, nós fomos trazidos para o CIREX, presumimos que tenha sido o CIREX. Pela zoada do mar e pela zoada de praia...

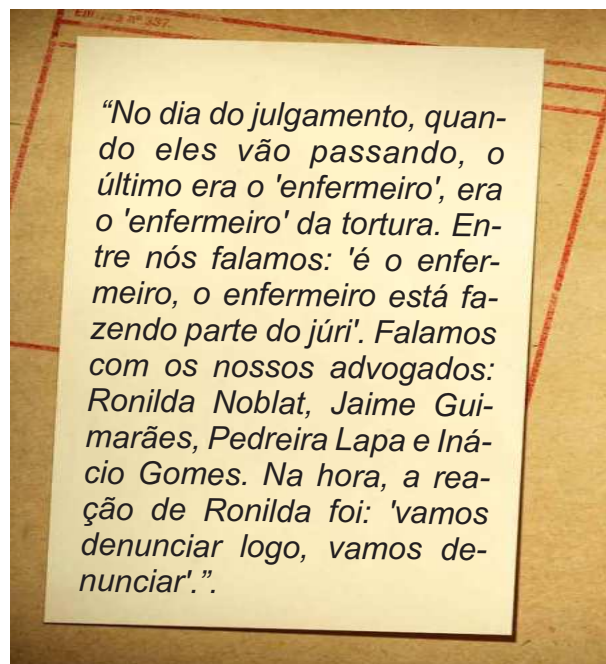
Pergunta – Como pode saber que era o CIREX?

Marco Antônio – Por causa do ruído da praia, você lá ouvia que tinha gente numa praia... Ao sermos retirados da Fazendinha nós passamos uma noite, nesse Quartel, nessa dependência. Inclusive, tinham colocado o tal do óculos de borracha que esmagava meu olho, feria meu olho, e eu reclamei e aí, foi trazido o “enfermeiro” e, na hora em que ele veio passar uma pomada, ele tirou o tal óculos dos meus olhos e eu vi o rosto dele. Eu vi e gravei (eu tenho boa memória visual) a fisionomia do “enfermeiro”. E aí, no dia do julgamento, quando eles

“Dr. 'Luiz Antônio' fez uma 'preleção' para nós. Não dizia que estava se despedindo, mas o tom era como se estivesse, felizmente, se despedindo. Disse que nós não tivéssemos ilusão, que todas as nossas penas já estavam estabelecidas. Quanto tempo cada um ia pegar de cadeia – que isso era definido na realidade por ele, pela equipe do DOI-CODI”.

vão passando, o último era o “enfermeiro”, era o “enfermeiro” da tortura. Entre nós falamos: “é o enfermeiro, o enfermeiro está fazendo parte do júri”. Falamos com os nossos advogados: Ronilda Noblat, Jaime Guimarães, Pedreira Lapa e Inácio Gomes. Na hora, a reação de Ronilda foi: “vamos denunciar logo, vamos denunciar”. E Jaime com aquela experiência dele, aquela sabedoria que ele tinha disse: “não. É isso que eles querem. Eles querem que a gente faça essa denúncia, é uma isca que jogaram.... Porque eles vão provar que esse indivíduo, esse militar, não é daqui da Bahia, “chegou” ontem aqui na Bahia e, portanto, será uma denúncia “falsa”. Eles vão chegar com uma comprovação que vai desmentir a denúncia. Deixem comigo!” E na hora da defesa de Jaime Guimarães, ele pediu licença ao juiz auditor, o juiz Alzir Cavalhaes, – que era uma pessoa bem jovem (era primeiro processo que ele atuava como juiz auditor) – Jaime pediu licença ao juiz auditor e aos outros militares para fazer a defesa dirigindo-se somente para o capitão médico Anibal Sidnei Pessoa Reis. Era capitão médico e atuou como “enfermeiro” na tortura. Então, ele se dirigiu, o tempo todo, ao capitão médico invocando a condição dele, de médico..., que ele, tendo feito juramento pela defesa da vida na hora em que se formou, tinha uma grande responsabilidade no Exército, no sentido de não mais permitir, ou trabalhar para que não mais ocorressem torturas como, efetivamente, ocorreram as nossas torturas e, principalmente, colaborasse na identificação de quem era aquele tal daquele “enfermeiro” da tortura. Naquele instante, as famílias presentes no julgamento já estavam sabendo, já tinham sido informadas pelos advogados. A reação do capitão médico foi tirar os óculos que tinha, botou um óculos escuro, baixou a cabeça e durante todo o julgamento assim permaneceu: de óculos escuros e cabeça baixa. Então, eu acho que é isso que destaco diante do que o senhor (presidente da Comissão da Verdade) levantou sobre a Fazendinha e possíveis torturadores.

Pergunta – Como soube que era o CIREX.



Marco Antônio – Bem, eu respondo... Porque nós dormimos só uma noite no CIREX. E pela manhã, de manhã, bem cedo, nos colocaram com um óculos de borracha por baixo de um óculos de sol e, também, pelo ruído, era o ruído do Porto da Barra. E, naquela manhã, de lá, nós fomos levados para o Quartel de Amaralina. (Obs. O CIREX, no Forte São Diogo, se localiza numa das extremidades do Porto da Barra).

Pergunta – O barulho era diferente?

Marco Antônio – Era de praia cheia. Praia. Muita gente na praia.

Pergunta – Retiraram as vendas, aí no CIREX?

Marco Antônio – Não. Nós saímos do CIREX e fomos levados para o Quartel de Amaralina. Chegando lá, nos tiraram as vendas e nos disseram que estávamos no Quartel de Amaralina. Então foi um pequeno trajeto por conta da distância.

Pergunta – O CIREX, é exatamente onde?

Marco Antônio – É no Forte São Diogo. Que é era um Clube, um clube do Exército.

Pergunta – Você recebeu algum trata-

mento cruel ou degradante no Quartel de Amaralina?

Marco Antônio – Tortura física, não. Só a pressão psicológica. Nenhuma agressão física, nem no CIREX, nem no Quartel de Amaralina e nem no Forte de Santo Antônio. No Forte e no Quartel de Amaralina, muitas ameaças. Principalmente na fase em que eles estavam montando o inquérito formal. Em que nós tínhamos que dar o depoimento (dentro do Quartel de Amaralina) na presença do promotor da Auditoria Militar, que era o Kleber Coelho (não foi apresentado para nós naquele momento como promotor). E a gente denunciando a tortura, e o major (não me lembro o nome dele agora) que presidia o inquérito, dizia: “se não assinar e continuar insistindo nisso (a tortura), volta para a mão do Dr. “Luiz Antônio”. Ameaçava na frente do promotor!. O promotor simplesmente assistindo, calado, para dar “legalidade” ao que havia sido escrito por cada preso na fase da tortura. Portanto, apresentavam o depoimento extraído na tortura para que fosse assinado embaixo. O que tinha sido escrito, na tortura, transformaram na nossa “confissão” na fase do inquérito.

Pergunta – Poderia detalhar as ameaças?

Marco Antônio – Teve ameaça exatamente nesse momento em que a gente estava respondendo ao inquérito no Quartel de Amaralina. No Forte Santo Antônio, as ameaças eram mandadas por terceiros. Alguns companheiros foram presos quando nos estávamos no Quartel de Amaralina, principalmente Luiz Carlos – filho de Paulino Vieira, preso junto conosco. Ele era preso e logo depois solto e vinha com os “recados”: “vá lá no Quartel e diga a eles

que se eles não retirarem as denúncias de tortura (feitas posteriormente perante o juiz Auditor) aqueles que estão respondendo ao processo em liberdade, vão ser presos e condenados também. Como, de fato, foram. Porque, a gente, inclusive, consultou aqueles companheiros. Tínhamos que tomar uma decisão e a decisão foi de manter a denúncia, dizer, realmente, o que aconteceu. Os companheiros que estavam

respondendo ao processo em liberdade, eram quatro companheiros: Lúcia Carvalho, Winston Carvalho, Alberico Bouzon e Iêda Santana. Os quatro disseram: “não retirem, a gente vai preso também, mas tem que manter as denúncias”. As pressões foram nesse sentido. Prendiam um companheiro, depois soltavam só para nos ameaçar com os “recados”: “fui preso para dizer isso aí.... trazer esse recado aqui para vocês”. Então era pressão, pressão psicológica, o tempo todo.

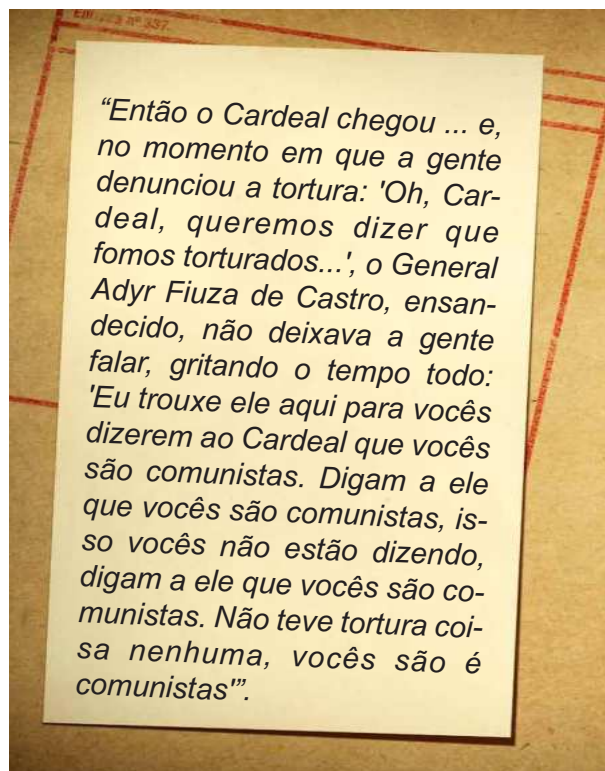
Pergunta – No texto, do depoimento, você fala da denúncia de tortura para Dom Avelar.

Marco Antônio – Dom Avelar, esse momento foi um momento importante porque, num determinado instante, era o segundo ou terceiro dia provavelmente, em que nós estávamos no Quartel de Amaralina, quando mandaram a gente tomar um banho de sol, tomar um banho. Então alguma coisa aí ia acontecer ... Tomar banho, cortar cabelo, raspar a barba de quem tinha barba, etc. Deixou todo mundo “brilhando”, a gente não sabia o que ia acontecer. A gente não sabia o que era, mas era a visita do Cardeal. Então o Cardeal chegou, eu digo até no meu depoimento que trouxe escrito, ele parecia mais um preso, escoltado pelo General que comandava a Região Militar,

Adyr Fiuza de Castro e todo seu corpo de oficiais. Então ele chega na porta da nossa cela (foi conduzido à porta das nossas celas), eram duas celas grandes e, no momento em que a gente denunciou a tortura: “Oh, Cardeal, queremos dizer que fomos torturados...”, o General Adyr Fiuza de Castro, ensandecido, não deixava a gente falar, gritando o tempo todo: “Eu trouxe ele aqui para vocês dizerem ao Cardeal que vocês são comunistas. Digam a ele que vocês são comunistas, isso vocês não estão dizendo, digam a ele que vocês são comunistas. Não teve tortura coisa nenhuma, vocês são é comunistas”. Lá, a reação do Cardeal, era de visível constrangimento diante daquele “show” que o general fazia. Ele depois confessou, quando esteve nos visitando lá no Forte Santo Antônio, que aquele foi um dia extrema pressão sobre ele. Ele disse: “até eu chegar ali, a pressão que eu recebi foi violenta...”. Mas ele teve, obviamente, um papel extremamente importante na medida em que nós sabíamos das tratativas dele, até junto à própria igreja, no sentido de nos dar apoio e aí, fundamentalmente, Padre Renzo cumpriu um papel extraordinário junto a nós. E eu sempre dizia ao Padre Renzo que, para mim, ele (Renzo) era um “Cardeal”, tal a influência que ele tinha na Igreja, tal como ele era respeitado na Igreja. Porque ele tinha que ser um “Cardeal”, ele devia ser um dos cardeais *“in pectore”* do Papa. Porque tem essa história da Igreja ter os chamados Cardeais *“in pectore”* só conhecidos pelo Papa. Então Padre Renzo para mim era um Cardeal *“in pectore”*. Aí ele dava risadas. Mas, o papel do Cardeal D. Avelar foi importante, ele foi nos ver lá no Forte de Santo Antônio, algumas vezes.

Pergunta – Você, pelo trajeto, identificou que era Alagoinhas?

Marco Antônio – Bem, a gente tem que ir por suposição, porque em nenhum instante desse trajeto, a gente viu nada. Quando nos foi tirada a venda dos olhos lá, como eu disse antes, no galpão, no meio do mato, não se ouvia ruído de nada, ou seja, se era



Alagoinhas, como depois se afirmou, deveria ser algum local longe da cidade de Alagoinhas, distante de qualquer vizinhança muito próxima.

Pergunta – Vocês sabiam que era em Alagoinhas?

Marco Antônio – Não. Não sabia. Tempos depois é que vieram nos dizer. Não sei se foi o próprio Padre Renzo, que num determinado instante nos disse: “as informações que se tem é que vocês foram levados para um espaço militar em Alagoinhas”. Mas, a única coisa que, pelo menos, me confirma que foi Alagoinhas, como disse a vocês, foi o trajeto, o tempo de viagem. Foi uma estrada que eu conhecia. Porque durante dois anos: 73 e 74, eu trabalhei na implantação do Pólo Petroquímico. Então, diariamente eu fazia aquele trajeto. Então eu sabia – contava até os quebra-molas. Porque tinham vários quebra-molas. Porque era uma estrada, naquele momento, extremamente perigosa, muitos acidentes, então nela foram colocados muitos quebra-molas. E, durante o trajeto eu pensava: “nós estamos na BA 096”. Daí eu ter imaginado que estavam nos levando para o

Norte, para Recife. Mas o tempo de viagem deve conferir com uma viagem até Alagoinhas.

Pergunta – Quando entrou no PCB?

Marco Antônio – Eu entrei no PCB em 1966. Depois do golpe. Sou menino... Foi quando entrei na Universidade. Antes, 64/65, eu fazia parte da JEC – Juventude Estudantil Católica. Sou egresso do Colégio Salesiano.

Joviniano Neto – Quanto tempo você passou no Comitê Estadual?

Marco Antônio – No Comitê Estadual, naquele instante deveria ser uns três anos mais ou menos. Aproximadamente. Até o instante da prisão.

Interrupção – Passou rápido ao Comitê Estadual...

Marco Antônio – Aí não sei explicar se foi rápido. Essa pergunta é para o Dr. Contreiras. Rsrss (Obs: Luiz Contreiras era o militante mais antigo e estava presente no depoimento perante a CEV).

Marco Antônio – (Dirigindo-se ao Dr. Contreiras): Eu disse que entrei no partido em 66, efetivamente. E que devia ter sido em 72, mais ou menos por aí, que me colocaram no Comitê Estadual. Joviniano está dizendo que eu tive uma ascensão muito rápida para entrar no Comitê Estadual. Isso eu não sei explicar ... Quem sabe explicar esse tempo aí é o Dr. Contreiras. E se eu cheguei lá, no Comitê Estadual, provavelmente foi por indicação do Dr. Contreiras.

Pergunta – Alguma vez você participou ou apoiou a luta armada?

Marco Antônio – Apoio à luta armada, não.

Pergunta – Jorge Hage, na época, era

prefeito nomeado de Roberto Santos da ARENA?

Marco Antônio – Isso, correto.

Pergunta – Isso não impediu que ele o convidasse.

Marco Antônio – Não. E muito mais do que isto. Ele teve uma atitude extremamente corajosa, altiva... Não me demitiu. Eu fui preso e ele me manteve no cargo. E mais, no momento em que ele foi bombardeado pela imprensa, já que queriam a demissão dele como, de fato, conseguiram, teve discurso na Câmara de Vereadores inclusive, o acusando de acobertar comunista, ter assessor comunista, e o assessor comunista era eu. Chegaram, inclusive, até a publicar no jornal A Tarde que um determinado vereador, não sei se foi Castelo Branco, citou meu nome, meu salário, num discurso na Câmara,

dizendo que o prefeito tinha assessor comunista, estava acobertando e me dando proteção. Jorge Hage não cedeu e no dia em que ele foi demitido da prefeitura, 29 de março de 77, eu tinha saído da prisão poucos dias antes, é que então eu fui demitido da prefeitura. Eu fui desligado. E, mais, eu sou, por conta do prefeito Jorge Hage, o primeiro preso político que recebeu auxílio-prisão da Previdência Municipal, do IPS – Instituto de Previdência Municipal. Porque, na época, não havia, nos Estatutos do IPS, essa figura de Auxílio-Reclusão. Eu entrei com recurso, e Jorge Hage deu todo apoio no sentido da aplicação do princípio da isonomia, ou seja, se o INSS tem Auxílio-Reclusão, o IPS teria que ter também. Então ele teve atitudes corajosas.

Pergunta – A denúncia contra você saiu no Jornal?

Marco Antônio – Saiu no jornal A Tarde.

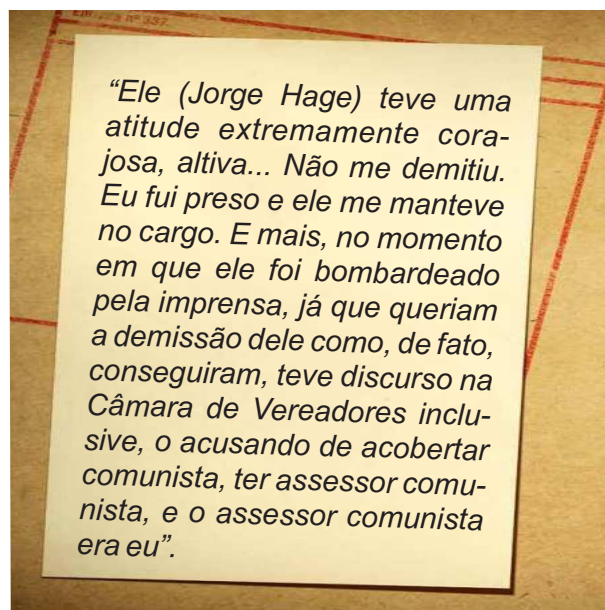
“Padre Renzo cumpriu um papel extraordinário junto a nós. E eu sempre dizia ao Padre Renzo que, para mim, ele (Renzo) era um 'Cardeal', tal a influência que ele tinha na Igreja, tal como ele era respeitado na Igreja. Porque ele tinha que ser um 'Cardeal', ele devia ser um dos cardeais 'in pectore' do Papa”.

Vejam aí nesse período entre 11 e 29 de março de 1975. Deve ter o registro disso.

Pergunta – Você afirmou que, até a anistia, houve intervenções dos Órgãos de Segurança, na sua vida profissional. Pode nos dar exemplos?

Marco Antônio – Sim. Depois da prisão passei a trabalhar na SETAL, SETAL Instalações Industriais. É uma grande empresa. Quando terminamos a obra da Central de Matérias Primas, no Polo, eu fui deslocado para a obra da então COBAF, que iria ser iniciada. A Companhia Baiana de Fibras. No Polo também. Obra do Polo. E quando a SETAL me indicou para essa obra meu nome foi vetado. Foi vetado e eu fui perguntado pela SETAL se eu sabia o porquê. Aliás, eu quando fui admitido na SETAL, saindo da cadeia, eu fiz questão de registrar na SETAL que eu estava em liberdade condicional. Até porque eu atendi um anúncio de jornal que estava selecionando engenheiro e que isso poderia ter alguma implicação. Então, na hora da entrevista, eu fiz questão de dizer: “eu estou em liberdade condicional. Se isso for impedimento, não sei como nem onde é que vocês querem que eu vá trabalhar, mas se for algum impedimento, é bom a empresa saber”. Então eles me contrataram sabendo disso. Inclusive, na época, eu recebi um recado do dono da empresa, lá de São Paulo. O recado foi o seguinte: “eu quero comunista trabalhando para mim e não contra mim”. Eu lembro dele, era uma grande figura: Geraldo José Ferreira.

Mas, para a obra da COBAF, quando a SETAL foi informada do veto, veio me comunicar: “seu nome está vetado. Está vetado por alguém lá na direção da COBAF, na matriz, no Rio de Janeiro. Você já trabalhou no Rio de Janeiro?” Eu disse: “não, eu nunca trabalhei no Rio de Janeiro”. Ao vetarem meu nome acrescentaram ainda: “a SETAL pode botar qualquer engenheiro nessa obra aí, menos esse Marco Antônio...”. Passados alguns dias, num determinado instante, um engenheiro, que era suí-



ço, foi designado pela COBAF como chefe da obra, e ele quando soube que o motivo do veto era uma questão política, decidiu aceitar minha indicação pela SETAL. O veto se devia a um engenheiro da COBAF, Emanuel Coutinho, que era sobrinho do então Ministro da Guerra. Aquele Coutinho que teve um ataque cardíaco e morreu como Ministro...

Pergunta – Dale Coutinho?

Marco Antônio – Isso. General Dale Coutinho. O tal Emanuel era sobrinho do Ministro e era engenheiro pela COBAF. E aí, os órgãos de segurança, é claro, varriam toda a nossa movimentação. Mas o engenheiro suíço ficou indignado e disse: “não. Eu quero ele na obra”. E me colocou como assessor direto dele durante toda a obra da COBAF. E o engenheiro Emanuel Coutinho que veio depois para a obra, foi demitido (ainda durante a obra) por corrupção. Uma empresa fornecedora da COBAF tinha construído uma casa para ele no Rio de Janeiro. Esses são os fatos. A partir de 1980, além da engenharia, eu segui carreira como professor na Universidade Católica de Salvador...

Pergunta do membro da CEV que se integrou à arguição – Naquele momento houve uma van, um ônibus, que saía daqui

para Recife, levando um grupo de presos, de subversivos... Houve isso?

Marco Antônio – Não. O que eu já estava falando, no momento em que o senhor entrou aqui na sala, foi sobre como fomos conduzidos para a Fazendinha. Antes, teria sido no 19º BC, tiraram nossa roupa e botaram macacão e eu já estava encapuzado. Fui colocado no fundo de uma caminhonete. Creio que não existia nem van naquela época. Foi, provavelmente, uma caminhonete e, ao ser colocado lá, deitado, vi que tinha outras pessoas também na mesma posição. E, quando esse carro sai em alta velocidade é que eu percebi que nós estávamos na BA 096. Daí eu imaginei que estaríamos sendo levados para Recife. Eu imaginei. Mas não foi isso o que ocorreu porque o tempo de viagem não foi longo, e assim é que fomos levados para a Fazendinha.

“Eu quando fui admitido na SETAL, saindo da cadeia, eu fiz questão de registrar que eu estava em liberdade condicional. ... Então eles me contrataram sabendo disso. Inclusive, na época, eu recebi um recado do dono da empresa, lá de São Paulo. O recado foi o seguinte: 'eu quero comunista trabalhando para mim e não contra mim'. Eu lembro dele, era uma grande figura: Geraldo José Ferreira”.

Pergunta – Você foi preso e foi levado para o 19º BC, teve alguma tortura?

Marco Antônio – Não. No 19º BC foi só para colocarem macacão, tomarem todos os meus pertences. Era o “apoio logístico”, a plataforma para mandarem os presos para a Fazendinha, só isso.

Pergunta – Quais foram os presos?

Marco Antônio – Bem, vamos lá... Muitas pessoas foram presas, inclusive levadas também para a Fazendinha e depois libertadas. Eu tenho aqui os nomes dos presos do Comitê Estadual, titulares e suplentes, além de quatro outros condenados: Paulino Vieira, Luiz Contreiras, Heitor Casaes, Carlos Marighella Filho, Sérgio Santana, Marcelo Santana, Sebastião Couto, Ivan Pugliesi, Roberto Argolo, Albérico Bouzon,

Winston Carvalho, Iêda Santana, Lúcia Carvalho. Todos esses cumpriram penas.

Pergunta – Todos em Amaralina?

Marco Antônio – Não. Fomos presos, passamos pela Fazendinha, fomos levados para Amaralina e, daí, para o Forte de Santo Antônio e depois julgados e condenados. Agora, passar por Amaralina, muita gente passou. Porque foram presos e depois foram soltos na grande operação que eles fizeram. Eles prenderam, numa estimativa feita, mais de 80 pessoas. O engenheiro que eu citei, Marcos José Alves Rocha, que era engenheiro da Petrobras e que foi denunciado pelo traidor, passou também pelo quartel de Amaralina. Inclusive ficou num determinado instante numa cela junto comigo. Agora, foram muitas pessoas que foram presas e que passaram pelo quartel de Amaralina.

No momento em que ficamos no quartel de Amaralina, nós tínhamos naquelas duas celas mais de 40 pessoas.

Pergunta – E no Quartel de Amaralina, praticavam tortura?

Marco Antônio – Não. Não. Eu já disse que não. Lá foi só pressão, pressão, ameaça... quando até o General Adyr Fiuza de Castro foi para a porta da cela nos ameaçar ...

Pergunta – A professora Dulce Aquino (membro da CEV) está querendo saber quantos ficaram em sua casa?

Marco Antônio – A professora Dulce conhece Laura, minha mulher na época em que fui preso. Ficaram dois policiais. Eles permaneceram vigiando o apartamento. Não deixavam a empregada abrir a porta

para ninguém. Quando alguém batia na porta, a empregada ia e dizia que não tinha ninguém. Até que, segundo Laura, em torno do meio dia chegou uma equipe do DOI-CODI para fazer uma varredura da casa. Aí jogaram tudo em baixo. Tudo em baixo. Meus livros, etc. Minha mulher teve uma coragem muito grande. Porque eu tinha jornais do partido, do PCB, Voz Operaria, eu tinha documentos do partido e que estavam dentro do guarda-roupa, numa certa gaveta. Mas, embora com receio, ela agiu bem.

O que é que ela fez? Pablo era muito pequeno, um ano e pouco. Com Pablo no braço ela ia até o quarto, e foi tirando o material, botava embaixo de Pablo e levava para o banheiro, para um cesto de roupa suja, de fraldas sujas. Jogava lá dentro e cobria com fraldas. Ela tirou todo o material “subversivo”. E foi o único local que eles só fizeram destampar a cesta e, assustados com o cheiro, não fizeram varredura ali. Então, a prova que obtiveram de que eu era perigoso comunista foram dois livros que foram apreendidos e fizeram parte do processo. Um de Paulo Freire: *Pedagogia do Oprimido* e o outro o *Coronel e o Lobisomem* de José Cândido. Quando foi lido isso no processo, no dia do julgamento, todo mundo riu. Porque era uma prova de que eu tinha um livro subversivo contra o Exército: *O Coronel e o Lobisomem* de José Cândido.

Pergunta – Não descobriram a participação de sua mulher?

Marco Antônio – Não. Inclusive eu fui por isso, depois, ameaçado, lá na Fazendinha. No dia seguinte à minha prisão, alguém deles fez um “discurso” na frente de todos nós. Dizendo que eu era realmente um “bandido”, um cara sem “ética” (!!??), “desalmado”, etc... “porque, esse cara, nem a mulher dele sabia que ele era comunista”. Aí foi que aliviei. Quando ele disse isso pensei: “meu

Deus do céu, não sei o que foi que aconteceu com ela. Mas ou ela negou até a morte ou ela, de fato, convenceu que não sabia de nada”. Ela mostrou-se “indignada” com a minha prisão e negou o tempo todo. E o cara foi lá me ameaçar dizendo que eu merecia apanhar mais ainda, por não compartilhar minha condição de comunista com a minha mulher.

Pergunta – E sobre Brilhante Ustra?

Marco Antônio – Ele se identificava como “Dr. Luiz Antônio”. O codinome dele era Dr. Luiz Antônio.

Pergunta – Luís Antônio não era o médico?

Marco Antônio – Não, o médico era Aníbal Sidnei Pessoa Reis. Capitão médico, à época, do Exército. Aníbal Sidnei Pessoa Reis. Fez parte do Conselho de Sentença. Era o verdadeiro nome dele.

Pergunta – Qual o papel de Brilhante Ustra?

Marco Antônio – Se apresentava como Dr. Luiz Antônio e era o chefe da operação.

Pergunta – O delegado Sérgio Fleury participou?

Marco Antônio – Se o Fleury esteve uma das sessões de tortura comigo, eu não sei (eu estava sempre encapuzado). Con treiras é quem o viu na Fazendinha.....

Pergunta – Tem mais alguma coisa a apresentar?

Marco Antônio – Emiliano José, no último livro dele, *Galeria F – Lembranças do Mar Cinzento (IV)*, resgata os dois depoimentos sobre minha prisão (obs: o do depoente e do engenheiro Marcos Antônio, preso por engano pela repressão).

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

09 de junho de 2014

Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação

Salvador - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA
09 de junho de 2014 - Palácio da Aclamação
Salvador - Bahia



DEPOENTE: AURÉLIO MIGUEL PINTO DÓREA

Nascido em Feira de Santana, Aurélio Miguel Pinto Dórea desde a adolescência militava em movimentos estudantis. Foi originalmente estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Espírito Santo, transferiu-se para a Faculdade de Direito da UFBA em 1966. Em 1968, liderou importantes manifestações. Membro da UNE, atuou também em outros estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul. Quando retornou para Feira, em 1972, foi um dos líderes da campanha da cidade baiana contra Geisel e, consequentemente, contra a ditadura. Também participou de movimentos sindicais. Foi preso diversas vezes. Em 1971, pediu transferência para a Universidade Católica de Salvador, onde concluiu o curso de Direito.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Aurélio Miguel Pinto Dórea**

Inicialmente, gostaria de estar falando para o meu País agora. Minha imagem pode ser utilizada, bem como tudo que eu disser. Se eu tivesse prestando depoimento a um órgão do poder judiciário e precisasse ser compromissado eu diria que, afora os equívocos de memória, o que eu afirmar aqui se reveste da mais pura verdade. Eu esperava isso há muito tempo. Há muito tempo que eu esperava essa oportunidade de partilhar com as pessoas aquilo que vivi. Eu não sou aquela vítima típica da ditadura, aquela pessoa que foi encarcerada durante anos; aquela pessoa que foi torturada estupidamente... eu diria até que ajudei a ser um algoz da ditadura. Como é isso, Aurélio? Eu vou contar.

Nasci numa cidade chamada Feira de Santana, na Rua de Aurora, que em plena ditadura militar a Arena ia negociar conosco se nós permitiríamos a realização do comício ou não. Eu comecei a me interessar por política no colo da minha avó, escutava a rádio Mayrink Veiga, escutava as pregações de Leonel de Moura Brizola... Com 13, 14 ou 15 anos eu já integrava o Grupo dos 11; militava no movimento estudantil, no meu colégio, público, chamado Colégio Estadual de Feira de Santana; atuei na direção desse colégio, como secretário-geral a vice-presidente, uma coisa dessa ordem; integrei uma organização estudantil chamada AFES (Associação Feirense dos Estudantes Secundários).

Chegou a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Aqui, as forças políticas da época organizavam o trote geral dos calouros, não só para dar boas-vindas aos calouros, mas também para fazer manifestações públicas contra a ditadura – já no ano de 66. Na porta do Palácio Rio Branco, na lateral, nossa passeata foi contida por um cabra muito famoso pela sua crueldade, chamado major Etienne. Quando ele começou a dispersar, não sei porque razão, a rua ficou vazia e eu caí na bobagem de correr sozinho, pegar um cartaz e levantar. Eu olhei para um lado e para o outro e estava absolutamente só. Aí veio um soldado me pegar. Imaginei o soldado do meu tope, do meu tamanho, aí bati no soldado. Quando bati no soldado, veio major Etienne e vários outros soldados, então, pulei a janela do Palácio do Rio Branco e comecei a gritar: “Abaixo a ditadura, liberdade”. Acabei preso, é claro. Para minha fortuna, minha sorte, fui preso com uma pessoa muito pouco ilustre, pouco conhecida, não por ele, pelo pai – fui preso com João Jorge Amado, que vem a ser o filho de Jorge Amado. Fomos levados para a Secretaria de Segurança Pública e foi uma loucura. Telefonemas de todo canto pedindo a soltura não minha, mas de João Jorge Amado. Claro, ele foi solto, e eu também. Foi a minha primeira prisão.

Quando saí da prisão, obviamente, as chamadas forças políticas da Universidade queriam nos recrutar. Eram interessantes essas forças. Quem primeiro me abordou foi um partido chamado Política Operária, se lembram? A Polop, depois veio o pessoal do Partidão, e por fim o pessoal do PCdoB. Achava o pessoal do Partidão muito charmoso, divertidos, eles tinham uma vida muito lúdica e tinham pessoas

brilhantes, fascinantes, tipo, assim, Eduardo Safira. O fato é que eu acabei indo pro PCdoB.

Joviniano Neto – Que não era de Safira.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – O PCdoB era de pessoas simples do interior. A diferença... o PCdoB não tinha uma visão teórica que a Polop tinha; não tinha o charme e o brilho intelectual do Partidão, mas tinha pessoas profundamente empenhadas. Tem um companheiro, não sei se

vai se zangar por entregá-lo [risos] Vitor Hugo Soares era da minha base, Amálio Couto, Dermeval. Então, eram pessoas extremamente empenhadas. Como a gente diria assim, nós éramos pé de boi. Aquelas pessoas, assim, da luta. Logo nós nos transformamos no grupo hegemônico da Universidade; fui eleito presidente do DCE em 68 e fui eleito presidente do DCE porque fui candidato a presidente da OAB e ganhamos na Universi-

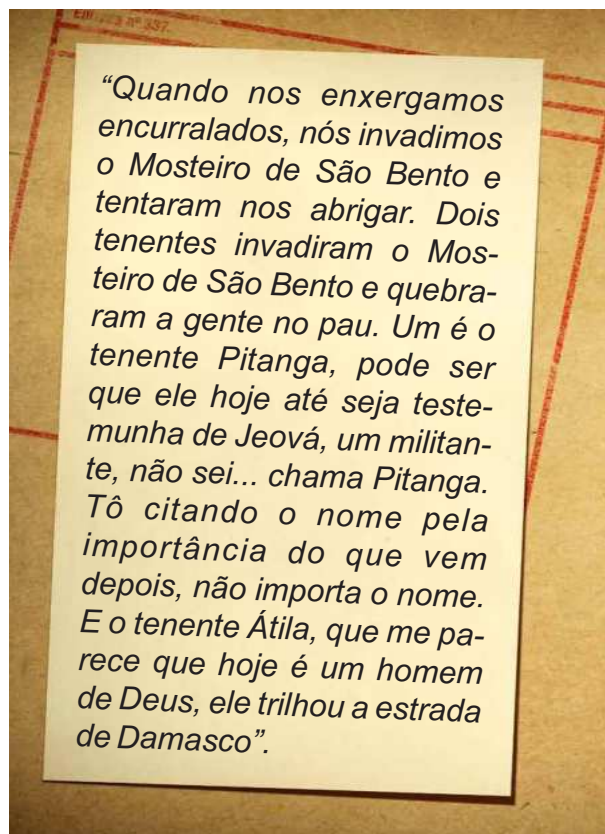
dade Federal. E perdemos a eleição na Bahiana porque cometemos um equívoco de colocar um calouro na chapa – companheiro ótimo, vocês conhecem, Celso Cotrim, mas era calouro na Faculdade de Medicina, e nós perdemos a eleição.

Quando fui eleito, era final de 68. O importante foi o que rolou em 68. Olívia, você imagine uma coisa: nas primeiras grandes manifestações que realizamos após a morte de Edson Lima Souto. Fizemos manifestações fantásticas. E numa delas (anotem isso que é importante, para que vocês não esqueçam) fomos duramente reprimidos na Ladeira de São Bento. Quando nos enxergamos encurralados, nós invadimos o Mosteiro de São Bento e tentaram nos abrigar. Dois tenentes invadiram o Mosteiro de São Bento e que-

braram a gente no pau. Vocês sabem o nome, não sabe? Um é o tenente Pitanga, pode ser que ele hoje até seja testemunha de Jeová, um militante, não sei... chama Pitanga. Tô citando o nome pela importância do que vem depois, não importa o nome. E o tenente Átila, que me parece que hoje é um homem de Deus, ele trilhou a estrada de Damasco.

Joviniano Neto – Átila Brandão.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Átila Brandão. Agora, meus companheiros, ouçam o que fizemos, nós, o conjunto de estudantes da Faculdade de Direito – Vera era caloura na época, se não estou equivocado. Nós julgamos, em plena ditadura militar, e expulsamos da Faculdade Átila e Pitanga. E nossa decisão foi cumprida. E de quebra, professor, nós expulsamos outro policial, chamado Rodolfo Barros Baqueiro Buenavita. Os dois tenentes estudavam à noite. Rodolfo estudava de dia. Na Assembleia que decidiu pela expulsão se elegeu duas pessoas para fazer a expulsão. Um virou juiz, jogador de futebol, não vou citar o nome, e o outro era eu. Eu pesava 52 quilos, e o outro cara era grandão. Carregamos o delegado, imobilizamos e levamos à porta da faculdade, jogamos para fora, literalmente. Foi um escândalo, professor Orlando Gomes ficou indignado e a Faculdade ficou fechada quase durante todo o ano letivo de 1968. Só que no final, Verinha, se inverteu; depois do AI-5, eles voltaram e nós fomos expulsos. E aí, gente? As lutas travadas aqui em 68 foram exemplo daquilo que nós éramos. Talvez a gente não estivesse preparado para vencer, mas a gente testemunhava com a nossa vida, nossa vontade de vencer. E vocês lembram do que foi essa cidade em 68, principalmente a partir do dia 28 de abril de 68, quando houve a morte no Calabouço até nossa volta do Congresso de Ibiúna. Lembram do congresso de Ibiúna? Um fato interessante que é preciso ser dito sobre o congresso de Ibiúna: se confrontavam duas posições antagônicas – uma a nossa, de fazer o congresso na USP e a outra posição



conduzida pela UEE de São Paulo, que queria fazer o congresso clandestino. Imagine você esconder 1.200 jovens no interior de São Paulo. Fala-se que aquela opção foi um acordo que teria havido entre a UEE e o governador de São Paulo Abreu Sodré (gravem isso, pois há outra história vinculada a isso). Pois bem, nós fomos presos, ficamos no presídio Tiradentes, uns estudantes foram libertados – a maioria – e nossa grande liderança ficou presa: Dirceu, Travassos, Jean Marc, ou seja, nossa liderança ficou encarcerada no presídio Tiradentes. Depois, eles saíram naquele sequestro que vocês lembram também.

Aí vem uma coisa interessante. Meninos entrando na clandestinidade. No final do ano fui recrutado pela *Tribuna da Bahia* – não sei se vocês se recordam, a *Tribuna* começou a recrutar jovens da Universidade para trabalhar. Comecei a trabalhar na *Tribuna da Bahia*, Quintino gostava dos textos e dizia que eu podia ser um bom jornalista. E no dia 13 de dezembro bati na porta de Quintino, que morava ali na Graça, e disse: “estou indo embora, vou

para a clandestinidade”. Esse cara usou os argumentos mais sólidos, mais consistentes, aquela coisa de dobrar vergalhão de aço. Digo “não, não, vou à luta”. E fui. Minha primeira tarefa foi indo como presidente do DCE da Bahia, a serviço da UNE. Imaginem, é uma coisa que inventaram. No primeiro conselho que se realizou após o congresso de Ibiúna, eu e José Genoíno Neto fomos eleitos vice-presidentes da UNE com o seguinte critério. Ele tinha o mandato eletivo, que era o presidente do DCE do Ceará e eu o mandato eletivo do presidente do DCE da UFBA. Você imagine o que significaram aqueles anos de 69 e 70 nesse país... o terror individual é você individualmente ser alvo da violência. Outro é aquela coisa tenebrosa de você se sentir ameaçado por tudo. De você dizer assim cada dia que eu viver, cada dia que eu retornar pra casa foi um dia de vitória. Minha primeira tarefa no movimento estudantil (olha só a pretensão do PCdoB na época) era reconstruir o movimento estudantil de São Paulo. Imaginem quem era o movimento estudantil de São Paulo: uma moça chamada Ryoko, que depois veio a ser mulher de José Genoíno; uma moça da Filosofia chamada Cibele e outra moça da Filosofia Nair Kobashi que morreu no Araguaia. Nair Kobashi era uma japonesa de 1,50m...

Diva Santana – Era Suely.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Daqui a pouco vemos isso. Talvez sejam as mesmas pessoas com nomes diferenciados. Ela está certa, eu estou errado. Era Suely Kana-yama, uma baixinha japonesa – não era Nair Kobashi – morreu no Araguaia. Nós éramos o movimento estudantil de São Paulo.

Aí veio a FEI – Faculdade de Engenharia Industrial – não sei como nem porque razão conseguimos eleger o diretório acadêmico da FEI. E aí a coisa começou a fluir. Vejam as condições que a gente trabalhava: eu cobria distâncias enormes com sapatos com quatro furos de cada lado e com fome. O final de semana a gente passava a cafézinho cheio de açúcar para aguentar o tranco até segunda-feira, quando retomávamos o contato. Nesse período, em São Paulo, o ano de 70, eu estava a cerca de 300 metros do metros do local onde Marighela foi assassinado. Um dia marcante pra quem gosta de futebol: foi o dia em que o Corinthians ganhou do Santos depois de mais de não sei quantos anos: 2 x 0, gol de Paulo Borges. Foi o dia em que Marighela foi assassinado, ali nos Jardins.

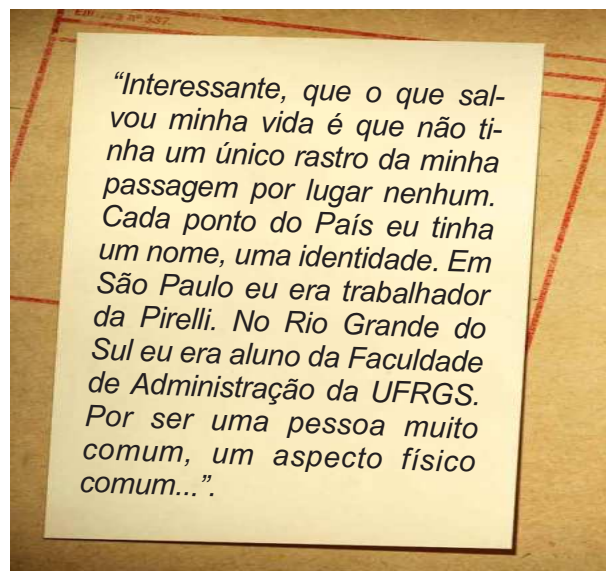
Quando o trabalho de São Paulo começou a fluir, começou a crescer, a se estruturar, começou a se articular, criou-se um problema de segurança para Genoíno no Rio Grande do Sul e nós tivemos de trocar, porque eu já estava há um mês em São Paulo, enraizado, o trabalho fluía. Já havia alguns contatos com o movimento operário, e eu tive de largar tudo e correr para o Rio Grande do Sul. Na ida, aconteceu um incidente: o ônibus em que íamos foi cercado por um grupo que estava combatendo no Vale da Ribeira. A partir desse momento, eu não me recordo do que aconteceu, eu imagino determinadas situações, mas nunca tive consciência do que estava vivendo.

Eu me recordo quando... minha memória voltou eu estava em Vacaria, uma cidade do Planalto do Rio Grande do Sul. Fui para Porto Alegre retomar o trabalho de

“Você imagine o que significaram aqueles anos de 69 e 70 nesse país... o terror individual é você individualmente ser alvo da violência. Outro é aquela coisa tenebrosa de você se sentir ameaçado por tudo. De você dizer assim cada dia que eu viver, cada dia que eu retornar pra casa foi um dia de vitória. Minha primeira tarefa no movimento estudantil (olha só a pretensão do PC do B na época) era reconstruir o movimento estudantil de São Paulo”.

Genoíno e as mesmas dificuldades que a gente vivia, só que tinha um componente diferente. Porto Alegre era muito menor que São Paulo, e no âmbito de Porto Alegre rolava o trabalho de todas as forças políticas. Um dia, estava na esquina e um cidadão bateu no meu ombro. Eu viro e era um companheiro da Bahia que me disse: “companheiro, amanhã realizaremos uma ação que vai comover esse país, vai abalar o país”. Olhei para ele – era um trapalhão, um poeta, uma alma de Deus, uma figura que poderia ser tudo menos o comandante de uma ação que iria comover o país. Sabe qual foi a ação? A tentativa de sequestro daquele bendito cônsul, que vinha a ser um agente da CIA. E essa tentativa de sequestro redundou num grande fracasso com a queda de muitos e muitos companheiros e o que sobrou pra mim foi que um cara que escapou chamava “Baiano”... e “Baiano” vinha a ser o meu apelido. O Rio Grande do Sul se mostrou inviável, tive de voltar pra Bahia, organizar um conselho, o último conselho da UNE aqui na Bahia. E na saída do conselho, eu teria que ir para um ponto encontrar uma pessoa, o ponto era na Domingos de Moraes, 1410, na Vila Mariana em São Paulo. E certamente desse ponto, eu seria, como se dizia na época, deslocado para a produção. Ou seja, Araguaia.

Aconteceu uma coisa terrível comigo: tive que ir para o lugar mais improvável que uma pessoa foragida poderia ir, a casa do próprio pai. Pulei o muro da casa do meu pai, que quase teve um infarto, e o fato é que eu fui descoberto. E eu não dancei feio graças a uma grande figura chamada Jaime Guimarães, vocês conhecem? *[plateia anui]* Interessante, que o que salvou minha vida é que não tinha um único rastro da minha passagem por lugar nenhum. Cada ponto do País eu tinha um nome, uma identidade. Em São Paulo eu era trabalhador da Pirelli. No Rio Grande do Sul eu era aluno da Faculdade de Administração da UFRGS. Por ser uma pessoa muito comum, um aspecto físico comum... toda a repressão sabia que eu tava



fazendo algo, mas ninguém sabia onde, como, nem o que. Na Auditoria da Bahia eu tinha cinco ou seis processos, mas por passeata, quebra da Faculdade de Odontologia, incêndio da *Brasil - Estados Unidos*, ou coisa dessa ordem, perto da Reitoria, que nós tocamos fogo... não era bem um consulado, era desse tipo de intercâmbio... eu tinha uns oito a dez processos, mas nenhum assim, por assalto a banco, nada dessa ordem. Fiquei em Feira, Jaime Guimarães conseguiu que eu respondesse processo em casa.

Aí veio algo que fiquei fascinado e que já notava no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul a gente passava por uma cidade, tentava articular um grupo... distribuía tarefas, e quando a gente retornava, Vera, o grupo se dissolvia. Ocorria aquele fenômeno chamado, na época, do desbunde. Lembram dessa expressão? O desbunde geral, as pessoas perderam a fé na luta; o movimento estudantil se desmobilizou. Aí no interior do Rio Grande do Sul tive contato pela primeira vez com o MDB, coordenando uma luta dos pequenos produtores de leite que não queriam entregar o seu produto no frigorífico que estabelecia um preço vil. Eles queriam continuar vendendo o seu produto de casa em casa, como faziam. Então, comecei a ver, ia a reuniões com 500 pessoas, 1000 pessoas e discursos veementes contra a ditadura. Eu digo, meu Deus do céu, estou

arriscando minha vida e não estou conseguindo reunir 10 pessoas. E esses caras conseguem reunir 500 pessoas. Que história é essa? Aí comecei a refletir se o caminho que estávamos seguindo era o caminho mais consequente.

Aí fui parar em Feira, voltar pra casa, não podia sair, não podia fazer aquilo, e a gente não tá nem aí e começamos... aí voltei a ter contato com a figura chamada Francisco José Pinto dos Santos. Aí pintou nosso primeiro embate nas eleições de Feira de Santana de 1972. De 66 a 70, Feira foi governada por um cara da Arena chamado João Durval Carneiro, que fez um exelente governo. Depois, foi sucedido por Nilton da Costa Falcão, que exerceu o mandato por dois anos, que fez um governo mediano, mas o governador da Bahia era Antonio Carlos Magalhães.

Em 72, nós fomos para uma luta absolutamente desigual: tanto tempo fora do poder, ficamos no poder com Chico Pinto por dois anos, porque ele foi eleito e cassado. E fomos enfrentar a Arena. Pra vocês terem ideia da desigualdade da luta, a gente tinha quatro bocas de alto-falante corneta, uma bandinha com quatro integrantes, uma *rural* willys velha e uma caminhonete velha, pra isso, e um microfone e Chico Pinto para enfrentar a Arena em Feira de Santana. Um fato pitoresco: no sábado, penúltimo dia de apuração, a gente perdia a eleição por uns 400 votos. E tinha dois jornais aqui na Carlos Gomes, *Diário de Notícias* e *Estado da Bahia*. A manchete do sábado: “ACM vence em Feira de Santana”. Não era o candidato não que venceria, era “ACM vence” em Feira de Santana. Uma das maiores barrigadas da imprensa baiana.

Quando eram 8 horas da manhã do dia seguinte, nós tínhamos ganho a eleição por 172 votos.

Agora vem a parte do rapaz perseguido pela ditadura. Quando foi anunciado o secretariado, sem que tivesse me consultado, o prefeito me designa para ser secretário de Educação de Feira de Santana. Imagine... não tinha nenhum conhecimento, nem trabalho nessa área,

mas eu fiquei assim... como esse cidadão me atribui uma tarefa dessas. O nome do cidadão é José Falcão da Silva. E nós ganhamos uma eleição. Imagine ganhar uma eleição com esses equipamentos e todo dia não tinha dinheiro pra pagar a bandinha, e a bandinha ia pro meu escritório exigir o pagamento. Não tínhamos dinheiro. E a bandinha dizia que não tocava e eu “que pena”. Aí a gente descia para um bar e eu ficava dizendo: “mas rapaz, o comício hoje na Rua Nova vai dar bom,

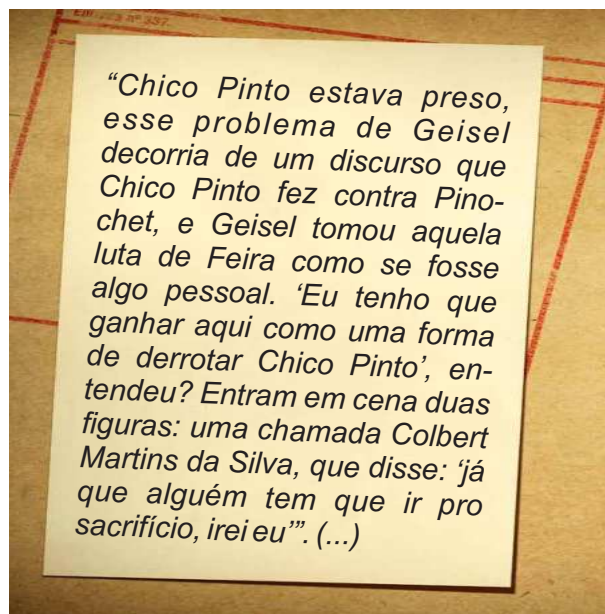
vai dar gente e vocês não vão tocar? Que pena...”. Aí o cara tomava a primeira pinga, a segunda, na terceira dizia: “é covardia, vamos tocar”. E tocamos a campanha dessa forma. Em Feira de Santana, pra ver o que é a máquina da ditadura, quando tinha eleição eram mobilizados Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica e as duas mais poderosas: a Receita Federal e a Receita Estadual. Todos os pequenos comerciantes, do tamanho que fossem, que sinalizassem uma reles simpatia por a gente, no outro dia eram fiscalizados. E impostas multas terríveis. Mesmo assim, nós ganhamos a eleição.

Agora chegou sua vez, dona Vera. Zé Falcão foi tão garroteado, tão perseguido que nos cinco meses antes das

“Em 72, nós fomos para uma luta absolutamente desigual: tanto tempo fora do poder, ficamos no poder com Chico Pinto por dois anos, porque ele foi eleito e cassado. E fomos enfrentar a Arena. (...). Um fato pitoresco: no sábado, penúltimo dia de apuração, a gente perdia a eleição por uns 400 votos. (...). Quando eram 8 horas da manhã do dia seguinte, nós tínhamos ganho a eleição por 172 votos”.

eleições ele não conseguia pagar o funcionalismo público. Vejam o cenário: na véspera da sucessão, o município não consegue pagar a folha salarial dos seus servidores. Então, era um cenário que desaconselhava o lançamento de qualquer candidatura. E para piorar o cenário, um cabra chamado Ernesto Geisel vai a Feira de Santana, segundo as pessoas, uma das raras vezes que ele subiu ao palanque, pegou um cidadão chamado Ângelo Mário Silva, levanta o braço e diz: “meu nome é Ernesto Geisel, eu sou um general, presidente do País, um homem de honra e palavra, e digo o seguinte: se esse cidadão for eleito, Feira terá...” isso, isso, – tudo aquilo que Feira sonhava: Pólo Metalomecânico, Faculdade de Engenharia... tudo aquilo que a pesquisa disse que Feira queria, ele assegurou: “minha palavra é essa”. E nós com cinco meses de salário atrasado, tínhamos que enfrentar essa máquina.

Chico Pinto estava preso, esse problema de Geisel decorria de um discurso que Chico Pinto fez contra Pinochet, e Geisel tomou aquela luta de Feira como se fosse algo pessoal. “Eu tenho que ganhar aqui como uma forma de derrotar Chico Pinto”, entendeu? Entram em cena duas figuras: uma chamada Colbert Martins da Silva, que disse: “já que alguém tem que ir pro sacrifício, irei eu”. E aí surge a figura de um publicitário, que começou a introduzir métodos modernos de campanha eleitoral, que introduziu em Feira o primeiro *jingle* feito por profissional. O nome desse publicitário é Domingos Leonelli. E ele compôs com Capinan e Zizi Possi gravou um dos mais bonitos *jingles* de campanha eleitoral que já vi, que colocava o seguinte: o nome de Colbert não tem a menor importância; importância tem Feira, que o Brasil conta com Feira. Então, a campanha de Feira se tornou plebiscitária. Ninguém mais queria saber se tinha cinco salários atrasados, ninguém queria saber mais de nada. O que Domingos e nossa campanha colocou na cabeça do povo era Feira contra Geisel, Feira contra a ditadura. Aí, gente, gosto de



me situar do lado das pessoas que ousaram lutar, tiveram competência para vencer. História de coitadinho mais uma vez da ditadura, o cacete. Fomos pra cima, a cada dia a gente mobilizava 50, 100 mulheres – é guerra, guerra – 100 mulheres paradas na porta de Ângelo Mário da Silva - quando ele saía as mulheres estavam com as contas de luz, receita médica, conta de água, menino chorando no braço, dizendo “doutor Ângelo, me socorra”. Nós tínhamos essa força de mobilização. Então, o cara praticamente não pôde fazer campanha. E no palanque Chico Pinto e toda uma galera de pessoas altamente comprometidas e com grande inserção popular se encarregaram de fazer o resto.

No último dia de campanha, se constatou que a eleição estava praticamente empatada, que nós ganhávamos na zona urbana e perdíamos na zona rural; e um distrito chamado Bonfim de Feira definiria a eleição. E no distrito tinha um coronel chamado Bastos. Ele arrebanhava as pessoas e levava as pessoas para votar já com a chapa totalmente preenchida. Então, a coordenação da campanha chamou os moleques da rua de Aurora e disse: “a responsabilidade é de vocês, vocês têm que ir lá impedir que o voto de cabresto funcione”. – “mas como, qual o plano?” – “nenhum! É ir e fazer”. Você contando isso

para retratar um episódio da época da ditadura parece inverossímil, mas aconteceu exatamente assim como vou contar. Pegamos a fina flor da molecagem da rua de Aurora, os meninos da rua de Aurora, liderados por dois caras: um era zagueiro do Fluminense de Feira e outro zagueiro do Bahia de Feira. E fomos lá impedir que o voto de cabresto funcionasse. Olha, a primeira providência que um cara chamado Hermilino Neves Simões Neto (está morrendo, infelizmente) fez foi pegar o chefe político Bastos na porta da casa dele, na frente dos filhos dele, ao lado dos capangas dele, levantar e dar um cascudo. E depois dar uma bofetada. Nunca vi tanto revólver na minha vida. Se alguém tivesse dado o primeiro tiro, teria sido uma carnificina, mas ninguém atirou. A partir daí, quando os eleitores arrebanhados viram aquilo foi um estouro. As pessoas disseram: “se esses homens são capazes de bater no Bastos, esses homens são loucos”. A abstenção de Bonfim foi mais de 65% e nós ganhamos a eleição por 6000 votos. Não precisava nem esse tipo de coisa.

Esse episódio é pra enfatizar que o povo brasileiro resistiu. E resistiu bravamente, utilizando tudo aquilo que era possível utilizar. Aí você pensa: poxa, Feira de Santana era assim? Era. Olívia, alguém tem um estudo sobre um cara chamado Capelão? Ele foi uma figura mítica. Uns diziam que ele tinha sido da SS nazista. Outros diziam que ele era um desertor polonês, mas que se vinculou aos nazistas no campo de concentração. Esse cara implantou um terror absoluto na cidade de Feira de Santana por quase dois anos. E ele não se limitava a perseguir políticos, ele perseguia quem ele queria perseguir. Vocês

imaginem um terror sem critério, ou seja: eu vou aterrorizar, eu vou praticar violência contra meus adversários. Mas ele não tinha esse tipo de critério, ele aterrorizava a cidade inteira. Se você era cabeludo hoje – ele botava na *jipa*, ele falava na *jipa*. Se amanhã tivesse cabeça raspada e ele quisesse, era na *jipa* também. Nesse cenário que esse Capelão implantou, nessa conjuntura que ele criou após a ditadura, que nós conseguimos vencer. Nós derrotamos isso.

“Pegamos a fina flor da molecagem da rua de Aurora (...) e fomos lá impedir que o voto de cabresto funcionasse. Olha, a primeira providência que um cara chamado Hermilino Neves Simões Neto (está morrendo, infelizmente) fez foi pegar o chefe político Bastos na porta da casa dele, na frente dos filhos dele, ao lado dos capangas dele, levantar e dar um cascudo. E depois dar uma bofetada. Nunca vi tanto revólver na minha vida. Se alguém tivesse dado o primeiro tiro, teria sido uma carnificina, mas ninguém atirou”.

Joviniano Neto – O Capelão atuou de 64 a 66?

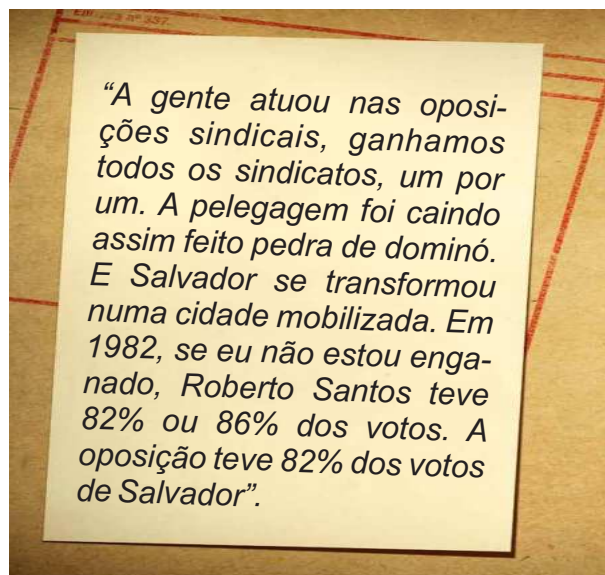
Aurélio Miguel Pinto Dórea – Ele atuou de 64 até o final de 66, até o episódio... é tão grotesco que não vou contar... ele tinha mania de sair na *jipa*, na *jipa*... procurando, um dia ele encontra um carro no mato com um casal e ele: na *jipa*. Prendeu o casal, uma das senhoras que entrou na *jipa* era mulher de um influente da Arena, líder da Arena. Início de 66, eu não tenho dados precisos com relação a isso.

Olha, veio 66, depois veio 78, e quando começo a falar de 78 tenho de homenagear assim, com muito entusiasmo, um dos mais extraordinários líderes que já vi na minha vida, embora a dimensão do trabalho dele não tenha se tornado tão pública. Vocês já se imaginaram sentados na mesma instância um grupo pró-Israel e um grupo pró-Palestina? Manoel José de Carvalho conseguiu fazer isso. Professor Joviniano participou dessa instância, Aranha também ali participou. Chamava o Trabalho Conjunto do Salvador. O Trabalho Conjunto do Salvador – não saberia como conceituar – diria que foi o exemplo mais expressivo de uma Frente Popular. A gente conseguiu esquecer... você é Bahia, ótimo,

continue sendo Bahia; você é Vitória, ótimo. Mas o que você tem em comum comigo? O que nos une, ao invés da gente cultivar o que nos separa. No Trabalho Conjunto de Salvador, cultivamos o que nos une. E o professor participou, pois ele coordenava o trabalho de anistia, e viu surgir dali toda uma mobilização popular que culminou com o “quebra-quebra de 82”.

Antes disso, obtivemos vitórias das quais esquecemos que fomos vencedores. Nós ganhamos a luta de Pituaçu; ganhamos a luta do Conjunto Habitacional Miguel Calmon; fizemos a primeira greve de motoristas e cobradores, sem ofender tanto os interesses da população, enfim, nós retomamos e ganhamos todos os sindicatos. A gente atuou nas oposições sindicais, ganhamos todos os sindicatos, um por um. A pelegagem foi caindo assim feito pedra de dominó. E Salvador se transformou numa cidade mobilizada. Em 1982, se eu não estou enganado, Roberto Santos teve 82% ou 86% dos votos. A oposição teve 82% dos votos de Salvador.

A luta de Pituaçu foi algo de fantástico, porque fomos enfrentar pessoas que aparentemente eram do nosso campo, mas não eram. E Pituaçu está lá. Como toda luta de ocupação, os pobres ganham a luta, depois os ricos compram os terrenos. Salvador, graças ao Trabalho Conjunto, liderado por Manoel José de Carvalho, se transformou numa cidade mobilizada contra a ditadura. Pois bem, para encerrar, eu fui para a roça. Até então, “nego” matava nossos companheiros e a gente escrevia manifesto – Jaquinho (Jackson Azevedo) atuou na Fetag se eu não tô enganado – e nos cabia fazer os manifestos lamentando as nossas perdas. Mataram Eugênio Lyra, expulsaram o pessoal de Boa Vista do Pixaim, o pessoal do Procópio, que vocês devem avaliar o que aconteceu no Procópio... aí aconteceu uma mudança em Barreiras. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras foi ganho por um grupo e o presidente chamava-se José Joaquim de Lima, chamado Tiquinho. Aí as coisas



mudaram. Ganhamos. Que pena que Silvia saiu.

O quilombo da Canabrava. Anotem, que é importante isso. No quilombo da Canabrava se tinha perdido em todas as instâncias judiciais. Não tinha mais jeito. Aí o juiz expediu mandado, requisitou força policial pra expulsar pessoas que estavam ali há mais de 300 anos. Era um lugar, na época tão ermo e tão remoto, que pra capitão do mato chegar ali daria muito trabalho. Eu fui conversar com o juiz e ele me disse o seguinte: “o mandado está com o oficial de Justiça; se você quiser, lhe dou um prazo de cinco dias para você retirar o pessoal sem violência”. Eu digo: “o senhor já expediu o mandado? Vai colocar o pessoal pra fora, quem vai colocar?” “Ah, uns vinte soldados”. Eu disse que era muito pouco. “O senhor vai na diligência?” “Não, não precisa”. “O senhor deveria ir, doutor, não vai voltar um soldado vivo”. Vera, lá na comunidade não tinha nem trinta bate-bucha. “Olhe, meu colega, vou esquecer do que você disse para não lhe dar voz de prisão”. “E eu vou repetir, não vai voltar um soldado vivo”. Ele parou, pensou, pegou os autos e disse: “meu colega, você já reparou que tem só uns 60 citados, quantos tem lá?” “Lá tem mais de 400”. “Entra com embargos de terceiro que eu defiro, vamos acabar com isso”. Aí eu entrei em nome daquelas pessoas que não integravam o processo e

ele concedeu o embargo, e a história parou na Justiça. Só que o cara que queria tomar a terra, chamado Felão, começou a colocar pistoleiros pra importunar as pessoas, pra inviabilizar. Então, matou uma pessoa que Sílvia conheceu, chamada Sinhô. Assumi a liderança uma pessoa chamada Dé, e a gente continuou resistindo.

Aí apareceu um pistoleiro chamado Luiz Alemão, era o cão. Um dia, por volta de meio-dia, calor infernal no Oeste da Bahia, eu chego na Canabrava e está Luiz bêbado no boteco. Vou estacionar, desço, ele me vê e parte: “é você o bonzão, e você vai morrer agora”. Vera, eu tinha deixado a arma na caminhonete e não tinha como voltar, aí veio a multidão e pulou na frente dele. Quando a multidão pulou, tentei voltar e pegar a arma, aí cheguei nessa liderança e disse “doutor, você é da caneta... o cravinote somos nós, aquiete e vá embora”. Juntaram duas pessoas para me tirar da comunidade... duas horas depois Luiz tinha... alguém tinha feito uma cirurgia na barriga dele – deram um tiro de cravinote tão desgraçado que pegou na frente, saiu assim, como se fosse um abridor de lata pela barriga do filho de Deus, Deus o tenha onde merecer.

O fato é que nós mudamos a história de morrer. Mudamos a história do coitadinho, do pobrezinho. A gente foi pra luta. Pensam que ficou por aí? Coisíssima nenhuma. Tinha em Santa Rita de Cássia – é tão longe que talvez vocês nem conheçam – duas comunidades bem remotas (pesquisem) - a Lagoa da Cerca e a Lagoa dos Ferrões. Não precisa nenhum laudo antropológico pra dizer que aquilo ali são remanescentes de quilombolas. E uma pessoa que não dava muito prestígio pro anjo de guarda dele caiu na besteira de tentar tomar essas duas comunidades. A última notícia que se tem desse cara é que

ele estaria no interior de São Paulo (o cara que tentou tomar essas terras), porque os quilombolas também resistiram. Aí veio o pessoal da Conquista, de Rio de Pedras, enfim, a partir daquele marco nunca mais fomos derrotados nesses confrontos. O último foi do Riacho de Sacutiaba – esse Luiz Alberto tomou conhecimento e o Incra já está querendo...

Joviniano Neto – Que ano?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Professor, lhe digo que foi após 78, não digo precisamente... quando foi, Silvinha, que fomos lá na Canabrava? Você lembra? E esse é o meu testemunho do que eu vi e vivi. Se a gente falar de tortura, para encerrar, tortura mais brutal que tenho conhecimento lá no Oeste da Bahia foi praticada por um sargento

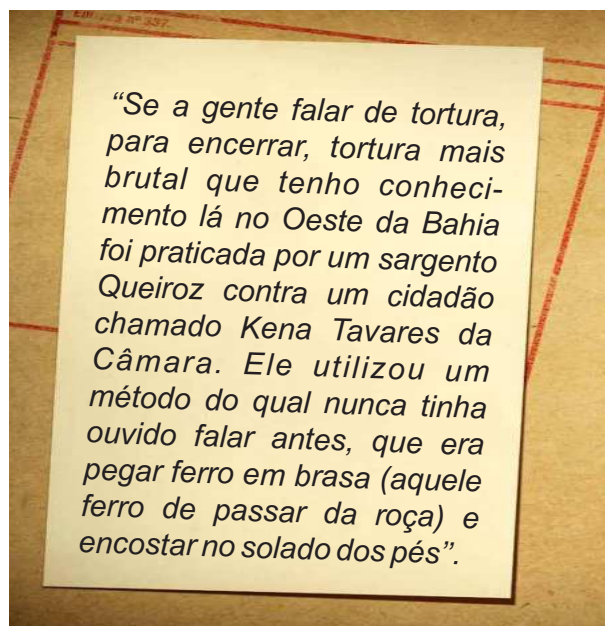
Queiroz contra um cidadão chamado Kena Tavares da Câmara. Ele utilizou um método do qual nunca tinha ouvido falar antes, que era pegar ferro em brasa (aquele ferro de passar da roça) e encostar no solado dos pés. Esse cidadão, se estiver vivo, está aleijado das duas pernas. O torturador foi sargento Queiroz, está morto. O outro, o primeiro nome não sei, mas posso descobrir e o sobrenome é Tavares da Câmara. Não sei, não vi isso no Tortura Nunca Mais, mas tem uma baiana que foi submetida talvez às mais brutais das torturas, porque eram torturas que eles concebiam como se fossem científicas: quebravam a resistência moral da pessoa, pra depois começar o interrogatório com a violência. Essa moça se chama Jandira Jitirana, ela foi estudante, aluna da Faculdade de Belas Artes, depois foi pro Rio de Janeiro e entrou naqueles grupos pequenos, menos expressivos, que faziam aqueles atos de assalto, coisas dessa ordem. Essa moça passou cinco anos presa no presídio Talavera Bruce, no Rio de Janeiro. Então, mais uma das tarefas que

“Aí apareceu um pistoleiro chamado Luiz Alemão, era o cão. Um dia, por volta de meio-dia, calor infernal no oeste da Bahia, eu chego na Canabrava e está Luiz bêbado no boteco. Vou estacionar, desço, ele me vê e parte: ‘é você o bonzão, e você vai morrer agora’”

eu tinha na UNE era levar para o Rio Grande Sul, e do Rio Grande do Sul ia para o Uruguai pra que fosse disseminar pelo mundo a sistematização das denúncias de tortura.

Vocês imaginem o que é uma pessoa com seus 20 e poucos anos, à noite se debruçar sobre aqueles relatos terríveis, e um dos que mais me impressionaram foi aquele relato da moça que foi colocada numa cela que tinha uma cobra e a moça tinha fobia a cobra e ela teve um ataque cardíaco. A tortura de Jandira foi uma das coisas mais brutais que se pode cometer contra uma mulher. Eram adicionados diarreicos na água e no café e colocavam ela num cubículo que mudava de temperatura e de ruídos; quando o remédio fazia efeito brutal, ela ficava imunda, eles tiravam dali e colocavam ela de quatro na frente do marido, que também estava preso. E diziam pra ele: “é essa daí, essa imunda, essa porca que você vai perder a vida pra defender?”. E ela era colocada de volta, e quando tiravam, alguém fazia um gesto de ataque, de agressão. Quando ela esboçava qualquer tipo de reação, qualquer que fosse, não estava pronta ainda – tinha que voltar até sair de lá sem que pudesse ter qualquer gesto de autodefesa.

Eu tive uma relação muito próxima com Jandira, foi uma pessoa que gostei muito. Quando Jandira saiu da prisão – eu não soube. E um dia eu estava no Congresso Nacional naquele período do início do governo de Sarney, aquela coisa toda, Tancredo tinha morrido... um amigo me disse: “Lelo, Lelo, vou lhe apresentar uma pessoa”. Veio, me trouxe uma pessoa, eu estendi a mão e disse “prazer, senhora”. A pessoa se desmontou, e quando vejo assim naquela pessoa totalmente degradada fisicamente, quando olho pros olhos, era Jandira Jitirana. É como se você promovesse um processo de envelhecimento que a cada dia você envelhecesse um ano. Tava diante de mim um ser humano absolutamente destruído. Eu não tinha mais como consertar a grosseria que tinha feito. E só



fiz perguntar: “Janda, o que foi isso?”. Ela olhou pra mim e disse “é a vida, companheiro, é a vida...” Voltou, sumiu, e nunca mais tive notícias se está viva ou morta. Encerrei, gente.

E se perguntarem: Aurélio, e suas prisões? Meu Deus do céu, umas bobagens. Fui preso com João Jorge; preso no Congresso de Ibiúna, que o pior foi a fome que a gente passou. Eu era preso toda sexta-feira, quando saía da aula – tinham dois policiais federais que me levavam pra lá na Polícia Federal. Eu perguntava no final da tarde: “me prenderam por quê?” eles diziam: “nós não sabemos, mas você sabe e nós vamos lhe pegar”. E eu estava metido numa furada na época, que era o lance do doutor Cláudio que o PCdoB vai ter que explicar um dia, que diabo era esse doutor Cláudio que tinha 5 mil homens mobilizados no Sul da Bahia. No primeiro pipoco não apareceu nem meio homem. Queria muito que o PCdoB esclarecesse o fato que me intriga até hoje, porque eu, José Olívio, Celso Cotrim, Rosinha, um monte de gente viveu um tempão mobilizado para prover esse doutor Cláudio de meios para fazer a luta armada no Sul da Bahia. Obrigado, gente.

E vocês... qual foi a pior violência que você sofreu? Foi você ter sido, ficar

uma noite em Pelotas dentro de uma caixa d'água de cimento porque a casa tava cercada? Foi o terror que você passava quando você saía de madrugada pela rua da Praia, uma rua antiga em Porto Alegre pra você ir pra fronteira do Uruguai? Foi quando você recebeu dezenas de ameaças de morte? Isso nunca me afetou. A pior violência que sofri na vida – eu esperava esse dia – que me destruiu completamente por um longo período foi o que passei em 1978. E não sofri da ditadura, não. Sofri dos meus próprios companheiros de esquerda quando fui candidato a deputado estadual: faltando 15 dias para as eleições, surgiram denúncias de que eu era grileiro. A maior violência que um ser humano que teve a trajetória de vida que tive passar por isso. Nesse período, logo depois, comecei a namorar com Silvinha. E Silvinha ia pro sertão comigo, e ela nunca me disse, mas o tempo todo esperava que alguém viesse com o dedo na minha cara: “saia daqui!”. E o que Silvinha via era eu participando de assembleia dos trabalhadores, participando da luta, da militância. Passadas as eleições, processei o cara que espalhou a notícia e o cara disse: “eu? Você é um grande cara...” Meu advogado foi Rui Herman, extraordinário militante de esquerda, eu cheguei a falar com você, Jaquinho, Renato, o pessoal... Lucia Lyra, antes das eleições se dispôs: “Aurélio, eu te dou uma declaração”, e eu não aceitei.

Mas essa violência que sofri já passou. A melhor forma da gente responder violências é com a nossa prática, é nosso dia-a-dia. Nossas opções que a gente faz a cada instante da nossa existência. Eu estar vivo... várias oportunidades eu escapei de tocaia por um nada. Duas oportunidades a arma mascou (puxa o gatilho e a arma não atira). Hoje tem um aliado do PT,

que era meu inimigo mortal na época não por questão pessoal... eu atuava em nome do governo brasileiro, no Incra, como diretor, e ele atuava como gerente de uma empresa que foi desapropriada. E a empresa achou, porque achou, que deveria me matar. E ele era a pessoa que tinha a tarefa de me matar. Hoje sou advogado dele, ele compõe a aliança com o PT e ele me disse várias vezes assim: “já vi um cabra de sorte, mas como você, não”.

Mas quem resolveu a história foi Silvinha, que tá ali. O que ela fez? Foi chorar nos pés de Waldir, que mandou que Ênio Mendes desse um jeito, e ele deu (da forma mais radical que se pode dar, mas deu). O fato é que estou vivo, e os caras que iam me matar não estão. Viva o povo brasileiro, obrigado, e que a gente reescreva a história do nosso País... perdoem, quem conhece aqui Trindade? Maria Trindade, alguém conhece? Mas padre Sérgio vocês

conhecem, né?

Joviniano Neto – Sérgio Berliini?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Sim. Conhece Maria Trindade? Ela foi uma extraordinária militante anônima dessa cidade do Salvador. A gente passava a noite carregando pote, escorregando naquela ladeira do conjunto habitacional Miguel Calmon. Eu nunca vi uma menção a esta moça. Maria Trindade. E quantas “Marias Trindades”, anônimas, construíram o que a gente vivenciando aqui. Tá bom, obrigado, gente.

Joviniano Neto – Nós ouvimos o depoimento emocionante. Como foi definido previamente, não se colocou limite de tempo, foi importante. A fala de Aurélio é um

“A pior violência que sofri na vida – eu esperava esse dia – que me destruiu completamente por um longo período foi o que passei em 1978. E não sofri da ditadura, não. Sofri dos meus próprios companheiros de esquerda quando fui candidato a deputado estadual: faltando 15 dias para as eleições, surgiram denúncias de que eu era grileiro. A maior violência que um ser humano que teve a trajetória de vida que tive passar por isso”.

texto emocionante, mas precisa ser precisado em algumas coisas, pois houve uns avanços pra lá e pra cá na fala dele. Primeiro, você falou que era do movimento estudantil da Associação Feirense de Estudantes Secundários. E o golpe em Feira de Santana?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Quando chegou o golpe, eu já estava na universidade, eu já estudava na Faculdade de Direito de Vitória no Espírito Santo. Não, eu não estava ainda na faculdade, eu estava no colégio estadual. Eu me lembro bem, no dia 31 de março eu estava no Porto de Vitória arrancando paralelepípedo pra fazer barricada. Agora veja que coisa mais besta do mundo: barricada de paralelepípedo... chega um jipe e derruba. Quando estávamos ali, um estivador chegou e disse: “tu é bobo, não está vendo que essa barricada de pedra vai valer nada. Vamos arranjar outra coisa”. Quando a gente estava tentando arranjar outra coisa, chegaram aqueles carros de combate e todo mundo caiu fora.

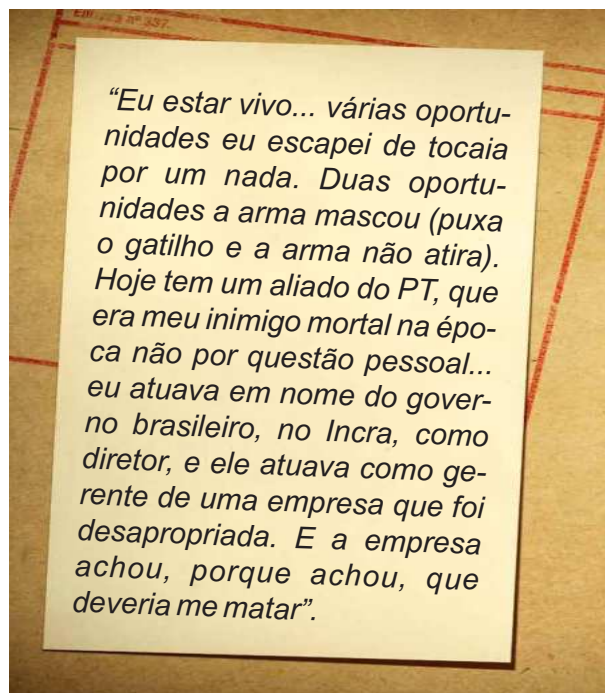
Joviniano Neto – Isso em Vitória, onde?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Vitória do Espírito Santo.

Joviniano Neto – O que você estava fazendo em Vitória do Espírito Santo?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Estudando. Sabe por quê? Meu pai me dizia que eu precisava me livrar das más influências de Feira de Santana, porque eu tinha participado, na semana anterior, da derrubada de um galpão que estava caindo na nossa cabeça. Eu era secretário-geral do Grêmio Arlindo Barbosa. E derrubamos o galpão, e meu pai achava que eu estava num péssimo caminho. Meu pai é uma pessoa conservadora, claro.

Joviniano Neto – Você falou na mobilização da Faculdade de Direito para expulsar o tenente Átila e Pitanga. Depois do AI-5, vocês foram expulsos e Átila e Pitanga voltaram. Vocês foram expulsos e



foram para onde?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Eu fui pra clandestinidade.

Joviniano Neto – Mas você se formou em Direito.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Eu formei em Direito dois anos depois na Faculdade da Universidade Católica da Bahia, quando o professor Manoel Ribeiro fez isso. Se você permitir, só mais uma coisa, 30 segundos, porque... no 5º ano...

Joviniano Neto – Você formou na UCSAL quando?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Escute, nesse período, fiquei na clandestinidade de 14 de dezembro de 1968 a setembro de 1970. Se não estou equivocado, 21 meses. Quando voltei para Faculdade de Direito, tinha uma aula, não sei se ouviram falar, de Avante Brasil – Estudos Brasileiros – era obrigatório para nós pra gente se formar. E a gente não tava nem um pouco a fim de fazer isso, mas o professor Manoel Ribeiro nos chamou e disse: “a cabeça é a minha, vocês somem no mundo e não têm a menor responsabilidade com nada; se acontecer

alguma coisa aqui, eu que seria responsabilizado, então, por favor, se aquietem. Isso é uma palhaçada, mas se aquietem”. Só que tinha uma freirinha (nunca vi uma freirinha tão terrível) que estava concluindo Serviço Social, e ela achou de organizar a resistência contra os Estudos Brasileiros, mas organizar como? Na bagunça.

O professor dá aula e ela começa a soltar trinados... aí o professor virava e dizia para ela se comportar: “freirinha se comporte, que trinados são esses?”. “Eu sou uirapuru – [ela dizia], estou fazendo uma homenagem à Transamazônica.”. Então, com essa safadeza, no final do dia que eu quase ia expulso... porque a freirinha disse “tome essa maçã e corre atrás de mim”. Aí eu saquei logo, comecei a correr atrás da freirinha; peguei-a, simulei uma gravata, peguei a maçã e “você vai provar o fruto do pecado...” aí aquela algazarra na sala... quando está essa história, prova ou não prova, professor Manoel Ribeiro entrou, bateu no meu ombro e disse: “como você me desapontou...”. Gostaria muito de saber o que essa freirinha fez da vida, porque certamente ela não continuou em ordem nenhuma.

Joviniano Neto – Você falou também que havia duas pessoas na realização do Congresso da UNE em Ibiúna... eu não entendi bem o grupo que defendia que fosse clandestino.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – O grupo vinculado à UEE (União dos Estudantes de São Paulo) defendia que fosse fazer clandestino.

Joviniano Neto – E quem defendia que não fosse?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Era a

aliança PCdoB – AP. Nossa liderança era chamada João de Paula, estudante de Fortaleza, de Medicina, brilhante, que seria o nosso vice-presidente na chapa, liderada por Jean Marc.

Joviniano Neto – Você disse que voltou pra Bahia e organizou um conselho...

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Como tarefa de UNE, não organizei o conselho, organizei a realização do conselho, porque o conselho foi organizado pela diretoria da UNE como um todo; cada Estado escolhia dois delegados. E esses dois delegados de cada Estado se reuniram aqui em Salvador. Foi a última participação que tive no movimento estudantil.

Joviniano Neto – Na sua fala, parecia que você tinha organizado esse conselho e a partir daí você tinha voltado pra Bahia.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não, vou esclarecer. A partir da realização desse conselho – é uma coisa que me constrange muito, mas vou falar... é bom falar. Estava muito doente, e minha doença consistia numa verminose muito agressiva, que corroía o meu intestino inteiro. Assim que o bolo fecal começava a se formar, eu sentia dores insuportáveis, de gritar onde eu estivesse. Não me lembro o nome dessa verminose, me parece que era *Necator americanus*, uma coisa dessa ordem... terrível. E quando o bolo fecal se formava, eu não conseguia resistir: no dia que estava saindo, aconteceu isso ali em Nazaré. Peguei um táxi e o cara queria me bater, assim que entrei. E eu pedi que ele me levasse onde estava, embora corresse um risco.

Quando voltei pra onde estava, o aparelho tinha caído. Ali à direita de onde

“Fiquei na clandestinidade de 14 de dezembro de 1968 a setembro de 1970. Se não estou equivocado, 21 meses. Quando voltei para a Faculdade de Direito, tinha uma aula, não sei se ouviram falar, de Avante Brasil – Estudos Brasileiros – era obrigatório para nós pra gente se formar. E a gente não tava nem um pouco a fim de fazer isso...”

estava, não sei se é Brotas ou Cosme de Farias, caí no mato... você se lembra que onde hoje são avenidas, antes havia um monte de vales naquela região, e eu me escondi. Não tinha como procurar ninguém, sob pena de expor as pessoas com quem eu militava, as pessoas com quem me articulava. Foi quando optei ir pra casa do meu pai. Fui descoberto lá e Jaime Guimarães que me livrou a cara, embora ficasse um monte de tempo sem poder fazer nada até que eu ingressei no MDB.

Joviniano Neto – Você disse que quando foi preso foi Jaime Guimarães que lhe salvou. O que ele fez?

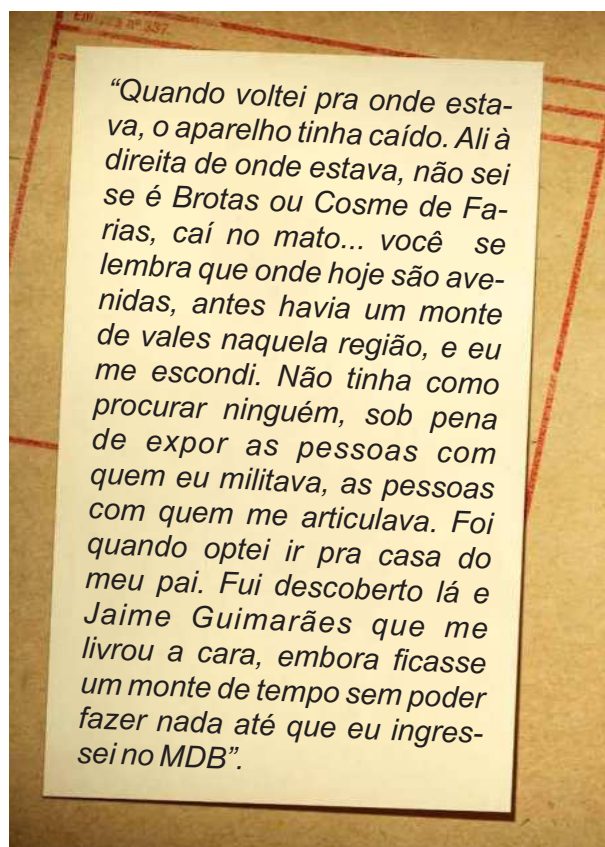
Aurélio Miguel Pinto Dórea – Disse: “esse menino é *hippie*, ele não tem participação política nenhuma, ele é filho lá da Gameleira, ele não tem nada a ver com isso...” e um monte de pessoas ligadas a Jaime Guimarães, ligadas ao esquema de repressão, confirmaram: “que nada, esse menino é um *hippie*, devia andar fumando maconha em Arembepe”. E ele nunca me explicou, o fato é que eu passei muito pouco tempo preso. E o restante fiquei em casa, com o compromisso de não botar a cara na rua. Quando comecei a sair, saí para o MDB.

Joviniano Neto – Você disse que quando José Falcão foi eleito prefeito, ele lhe designou para a Secretaria de Educação. Você exerceu o cargo?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Por uma hora e meia.

Joviniano Neto – *[risos]* E aí renunciou?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Aí chegou Luiz Arthur de Carvalho – todo mundo conhece –, chegou um pessoal da S2, do 35º BI, com a seguinte prosa com José Falcão: “saímos daqui com a demissão desse rapaz ou saímos com a sua renúncia, ou saímos com ele e você presos. Você vai escolher”. O PMDB fez uma reunião de urgência, eu queria resistir, Pinto dizia: “saia preso”. E eu estava a fim também de



sair preso, aí veio essa fala de José Falcão me ponderando que aquela conquista tão excepcional não poderia ser destruída simplesmente por um companheiro, que eu fizesse o sacrifício, e eu fiz.

Joviniano Neto – O próprio José Falcão que lhe contou a história?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não, os caras estavam na sala quando ele me chamou.

Joviniano Neto – Então, um fato testemunhado com José Falcão e os militares junto pressionando. Pronto.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não, os militares não disseram uma palavra a mim. Zé Falcão que disse: “esses senhores cavalheiros estão aqui e colocaram as seguintes alternativas, e a decisão é sua”. E os caras saíram, ficou aquele alvoroço, Chico Pinto disse para resistir, mas todos os demais companheiros disseram que eu deveria fazer o sacrifício e eu fiz, renunciei.

Joviniano Neto – Nessa eleição que Colbert ganhou, você falou que Chico Pinto estava no comício falando.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Chico Pinto no início estava preso, olha a história... Aranha talvez tenha vivenciado isso. Chico Pinto estava preso, aí ele foi solto perto do final da campanha eleitoral. Aí organizamos o maior comício que Feira de Santana já tinha visto na vida. E esse comício foi uma loucura. Vocês se lembram, Marcelo Cordeiro estava com a palavra, falando – foi a volta de Chico Pinto, a volta da cadeia. Marcelo estava fazendo a introdução do discurso dele. Quando Marcelo pronunciou a segunda frase, Chico Pinto apareceu, então, foi aquela comoção que não havia.. naquela época. Acho que 30% a 40% da população de Feira estava presente no comício. Tinha cerca de 80 mil pessoas na Getúlio Vargas. Nessa campanha de Colbert Martins da Silva em 76.

Joviniano Neto – Com referência ao Capelão, eu já coloquei no momento histórico adequado: 64 a 66, eu já coloquei.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não afirmo com precisão quando ele saiu. A certeza é que no pós 64 ele chegou e ele era o braço do terror. Aquela pessoa que se encontrasse um casal de namorados na rua – pro *jipa*; encontrava um jovem com cabelo maior – pro *jipa*, quer dizer, sobe no jeep que ele levava pra delegacia.

Joviniano Neto – Você falou também que em 82 Roberto Santos ganhou as eleições.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não ganhou não.

Joviniano Neto – Ganhou em Salvador. Aí você falou: “eu fui pra roça atuar como advogado”. Quando?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Fui para Barreiras quando começou a ter essa grande virada. Os fatos começaram em 79 e retomamos em 82, e aí...

Joviniano Neto – Você já tinha se formado como advogado?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Já, formei em 71.

Joviniano Neto – Você foi pra Barreiras, pra região em que ano mais ou menos?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Fui para Barreiras com a vontade de ficar em torno de 82/83. Olhe só, esse fato eu pulei. Quando foi...

Joviniano Neto – Desculpe perguntar, estou agora fechando o depoimento... você foi para Barreiras com alguma orientação partidária, política?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Eu tinha a orientação do MDB. O PCdoB mudou, teve determinado momento que... nesse tempo, tinha uma articulação mais próxima com Domingos Leonelli, tanto que na eleição de Waldir nós votamos lá em Domingos Leonelli nessa época. Tem um negócio que é importante: quando eu tava em Barreiras fui convidado para ser diretor de Assuntos Fundiários do Incra na Bahia. O superintendente era José Carlos Arruti.

Joviniano Neto – Arruti era superintendente, isso já foi depois da eleição de Waldir?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não, ele

“Chegou um pessoal da S2, do 35º BI, com a seguinte prosa com José Falcão: “saímos daqui com a demissão desse rapaz ou saímos com a sua renúncia, ou saímos com ele e você presos. Você vai escolher”. O PMDB fez uma reunião de urgência, eu queria resistir, Pinto dizia: “saia preso”. E eu estava a fim também de sair preso, aí veio essa fala de José Falcão me ponderando que aquela conquista tão excepcional não poderia ser destruída simplesmente por um companheiro, que eu fizesse o sacrifício, e eu fiz”.

começou antes da eleição de Waldir, que se elegeu no ano subsequente.

Joviniano Neto – Então foi em 85 que ele começou.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Foi no governo de Sarney. Waldir foi eleito um ano depois. Em 85, ministro da Previdência Social.

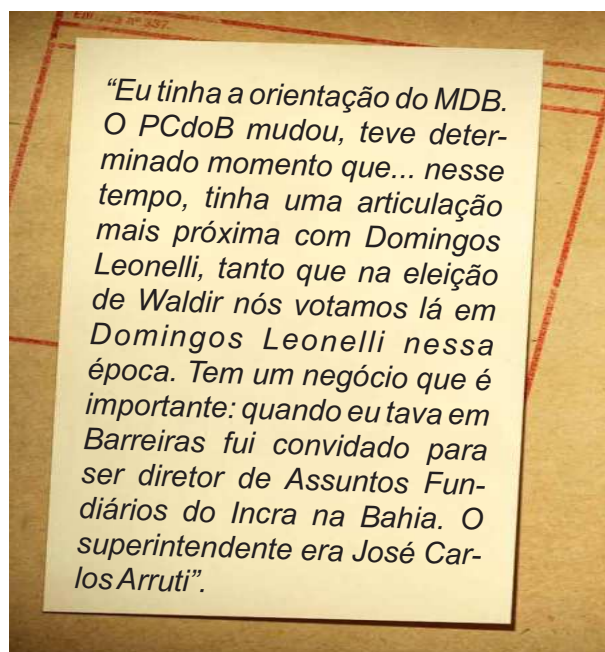
Joviniano Neto – Já foi depois do fim da ditadura, com Sarney. Quando você voltou a falar das suas tarefas de estudante, você disse que era preso toda sexta-feira, quando estudava na Católica.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Quando estudava na Católica, eu tinha duas aulas, uma aula de Medicina Legal, com doutor José Lima, e uma aula de Direito Civil com o professor Barachísio Lisboa. Quando terminava a aula, estavam – era uma sala no segundo andar, tinha uma escadinha – no alto da escada estavam postados os dois policiais.

Joviniano Neto – No tempo que você ficou na faculdade Católica, 70, 71, você era preso toda sexta-feira.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não, certeza absoluta, em 71, eu era estudante. Já era uma coisa como se fosse agenda. O cara que mandava me prender, se não me engano, chamava-se capitão Zito. E eu sentava naquele banco, no corredor, sem água, sem banheiro, sem nada. As pessoas olhavam, me mediam, mas não diziam uma palavra. Chegava 5:30, 6 horas, o tal capitão Zito em pessoa dizia: “o que o senhor está fazendo aqui, rapaz?”. “Capitão, o senhor mandou me prender”. “Rapaz, eu tinha esquecido, vá embora”. E eu pergunto: “o que está acontecendo?” “Nós não sabemos, mas você sabe, e nós vamos lhe pegar”.

No dia anterior a uma prisão minha, eu soube (aí já foi uma tarefa partidária) que um determinado grupo político tinha umas



armas. E nêgo inventou: “Aurélio, tu tem que expropriar essas armas, porque esse pessoal não é de dar tiro em ninguém, precisamos pra mandar para doutor Cláudio, lá no Sul da Bahia”. Vou lá, dou um jeito e pego essas armas, em 71. E meu parceiro nessa história (anotem o nome, ele já está morto, não tem problema, chamado João Leal, um grande Juiz de Direito). Nós saímos daqui com essas armas (ele é muito amigo de Orlando Sena) e vamos com elas dentro do fusca branco do doutor João Leal, e passa depois da Polícia Rodoviária Federal, logo após o viaduto de Simões Filho e João pára o carro e diz: “meu companheiro, não dou conta, me chame de covarde, me chame de tudo, mas meu limite de coragem acabou. Caia fora”. Eu desço do carro. As armas consistiam em cinco rifles Urko, uma porcaria. E botei debaixo do braço, esperei um ônibus da empresa Santana e entrei. Só que cinco rifles se você carregar dez minutos não cansa, mas depois de meia hora o suor começa a escorrer, você começa a dar sinais de cansaço. E uma senhora gentil queria porque queria que eu entregasse o pacote pra ela. Eu entreguei a uma pessoa (quem formou em Direito há mais tempo conhece), as armas foram entregues a Osvaldo Brasileiro Franco. Escondemos na casa de farinha da roça dele. E essas

armas foram para o Sul da Bahia e não sei o que doutor Cláudio fez com elas.

Joviniano Neto – Osvaldo Brasileiro Franco?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Osvaldo Brasileiro Franco, que foi presidente do MDB de Feira de Santana.

Joviniano Neto – Depois desse período de 78, que você foi candidato a deputado estadual, de 78 até 88, que é o período do foco dessa comissão, você tem mais alguma coisa a falar sobre vítimas da ditadura ou enfrentamento da ditadura?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – O enfrentamento que fizemos até 88 foi o enfrentamento quando a gente foi para o Incra. Eu fui para o Incra mediante indicação direta dos trabalhadores, através de vários sindicatos. Fui um representante direto. Era como se fosse um parceiro.

Joviniano Neto – Você foi do Incra de quando a quando?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – No Incra fiquei de 85 até 87, onde fui trabalhar com um grande cara, Eduardo Almeida, no Interba (é outra história que vai encomprar muito). Mas se tem de encurtar a história, com uma semana que eu tava no Incra...

Joviniano Neto – Entrou no Incra com que cargo?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Eu era Diretor de Assuntos Fundiários, eu era o cara que tinha que arrumar as terras para serem desapropriadas. Professor, na primeira semana no Incra estourou um tiroteio num

lugar chamado Poxim, no Sul da Bahia, 18 mortos. Estourou um tiroteio num lugar chamado Sarampo, nove mortos. Estourou um confronto em Paratinga, oito mortos. Eu digo “meu Deus, a gente não vai arranjar terra não, a gente vai ter que fundar uma funerária, pois nunca vi uma coisa tão estúpida...”. No Sul do Estado tem um componente que são os madeireiros, que são terríveis. Nesse confronto em que morreram nove, os madeireiros foram emboscados... os emboscados mataram cinco. Imagine se eles tivessem emboscados.

Joviniano Neto – Alguém mais tem alguma pergunta para completar o depoimento?

Jackson Azevedo – Muito obrigado por você ter aceito o convite para vir aqui. Foi uma contribuição muito boa para o nosso trabalho. Eu queria saber se você tem notícias de companheiros... em 68 eu já entrei na faculdade, Vera entrou em 67. Eu entrei em 68, no ano da greve, quando praticamente não teve aula, o ano da morte de Edson Luiz. Foi a greve, participei da assembleia e conheci Átila desde o curso pri-

mário. Ele foi colega da mesma escola Sátiro Dias, lá no Bonfim. Conheci Rodolfo desde o tempo do Central, ele era ligado ao grupo da UDN, da Ases, etc., mas você lembrou alguns colegas contemporâneos da universidade. Vitor Hugo; não falou em Rosalindo...

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Perdoe, eu ia falar de Rosalindo. Na minha sala o que aconteceu: Rosalindo morto, Dermeval morto, Sara presa e barbaramente torturada... agora tinha umas figuras interessantíssimas: *João Bafo-de-onça*, uma grande

“Já era uma coisa como se fosse agenda. O cara que mandava me prender, se não me engano, chamava-se capitão Zito. E eu sentava naquele banco, no corredor, sem água, sem banheiro, sem nada. As pessoas olhavam, me mediam, mas não diziam uma palavra. Chegava 5:30, 6 horas, o tal capitão Zito em pessoa dizia: ‘o que o senhor está fazendo aqui, rapaz?’. ‘Capitão, o senhor mandou me prender’. ‘Rapaz, eu tinha esquecido, vá embora’. E eu pergunto: ‘o que está acontecendo?’ ‘Nós não sabemos, mas você sabe, e nós vamos lhe pegar’”.

figura a quem Luiz Arthur devotava um ódio mortal, e dizia assim “você na verdade não é um comunista, você é um capadócio”. Não sei se se lembram dessa expressão de *João Bafo-de-onça*. Morreu também Abel Gotarra... Vitinho conhece todo mundo.

Jackson Azevedo – Então, Vitor Hugo, Rosalindo, Sara... mas não falou em Jane, em Lídice... Rui Herman você falou de *João Bafo-de-onça*.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Lídice é bem depois. Lídice diante da gente é uma gatinha. É bem depois.

Jackson Azevedo – E Jane era da época?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não, não... se vocês pegarem o Jornal da Bahia que cobriu a greve dos motoristas, vocês vão ver, estou em cima de uma mesa falando e quem está abaixo atenta é Lídice da Mata. Ela é bem mais nova do que a gente.

Jackson Azevedo – Você está dando uma notícia interessante, que Sara foi torturada...

Aurélio Miguel Pinto Dórea – A notícia que tenho é essa, ela nunca assumiu pra mim, nem nunca o partido me disse, mas tenho fontes – peço até desculpas de abrir algo que ela não quisesse, que ela foi torturada sim.

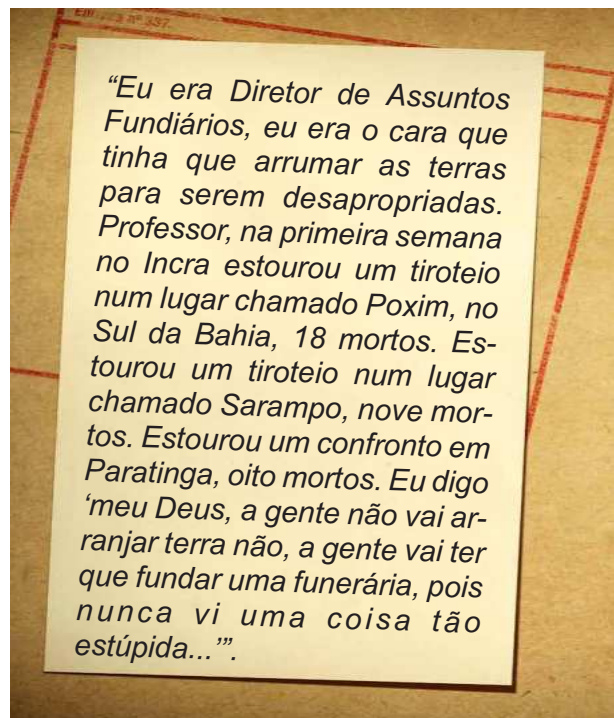
Jackson Azevedo – É uma informação que eu não tinha.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Essa informação eu tive há pouco tempo e ela teria sido presa no Sul da Bahia. Eu peço desculpas por ter me alongado. Desculpe, Diva.

Jackson Azevedo – Só para confirmar ou não. O Capelão era o padre Edmundo?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Acho que era padre Edmundo.

Jackson Azevedo – Ele era capelão do



Colégio Santa Bernadete e do quartel dos Dendezeiros. Era um meio polonês.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Exatamente. Sei que tinha uma lenda... todos nós fomos crianças uma vez e eu falando bicho-papão, era o que ele era.

Jackson Azevedo – Eu conheci ele.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – E a mãe falava assim: “já vem o Capelão”, e os meninos chispavam pra dentro de casa.

Jackson Azevedo – Eu queria saber assim: além de Sara, sabe se desses colegas, Vitor, Rosalindo morreu no Araguaia... Vitor está vivo?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Vitor está.

Jackson Azevedo – Sara, você falou. Amalio está vivo?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Amálio Couto Filho está vivo – a última conversa que estive com ele, ele estava numa postura de total aversão a qualquer tipo de participação. Amálio era um monge.

Jackson Azevedo – Rui está em Con-

quista. E *João Bafo de Onça*? [plateia diz: “está aí”]. Você sabe se algum deles foi também preso ou vítima de tortura, além de Sara?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Rui foi preso, não sei se foi torturado. Juraci Novato não sei se foi preso ou não... no livro *Araguaia* tem uma passagem, tem uma figura chamada Eduardo Monteiro. Esse foi preso, torturado...

Diva Santana – Irmão de Antônio Carlos Monteiro, desaparecido.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – E foi esse cara que me entregou.

Jackson Azevedo – Eduardo Monteiro, daqui da Bahia também?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Daqui da Bahia, irmão de Monteiro, Antonio Carlos Monteiro Teixeira.

Jackson Azevedo – Você tem ideia de onde a gente pode contatá-lo?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não, Diva tem.

Jackson Azevedo – Você sabe, até por ouvir dizer, de algum nome de outro torturador que você tenha ouvido falar? Você sabe do sargento Queiroz. O Tavares de Barreiras foi torturado ou torturador?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Foi torturado por... foi aplicado na sola dos pés dele...

Jackson Azevedo – A gente tem como encontrá-lo?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Esse tenho impressão que morreu. O Queiroz morreu com certeza absoluta. E o Tavares não tenho certeza.

Jackson Azevedo – Você tem notícia de nome de algum torturador aqui da Bahia ou

contra baiano?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Aqui na Bahia. Se lembra de um cara que era campeão nacional de karatê? Caribé?

Diva Santana – Evandro Caribé.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Esse era torturador.

Jackson Azevedo – Era ligado à Polícia Civil ou Militar?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não, era ligado ao Exército. Na Bahia não sei, mas em São Paulo aconteceu. Se fazia, pegavam pessoas de várias corporações e juntavam...

Jackson Azevedo – Ele era conhecido como sargento, capitão, tenente...

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Só Caribé. Caribé Karatê ou coisa dessa ordem.

Jackson Azevedo – Você não sabe se ele está vivo?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não sei.

Diva Santana – Está vivo, doutor Jackson, mora no Sul da Bahia. Ele dá aula num colégio em Itapoã, Evandro Caribé. Dalmar acho que morreu.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Outro que vocês deviam procurar é o tenente Calazans. Ele serviu no 4º Batalhão de Engenharia e Construção de Barreiras, torturador. Hoje ele é todo fagueiro ainda. Serviu no 4º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), entre 64, 70-71, 72. Em 72 tenho certeza que ele estava lá.

Walter Pinheiro – No início do seu depoimento, o senhor se considerou na realidade um algoz...

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Algoz, na verdade, no sentido de que eu não me sinto

um coitadinho, eu sou solidário à dor de todo o povo brasileiro e todas aquelas pessoas que foram presas, torturadas e mortas, mas como eu não passei por esse processo de tortura, sinto que bati mais do que apanhei. Não é bater fisicamente é bater politicamente.

Walter Pinheiro – Driblou também.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Eles me procuravam muito, correram muito atrás de mim. Um dos episódios que lembro com Aranha, Celso Cotrim vivenciou, que Luiz Arthur tem um ódio mortal, não sei se está vivo ou morto.

..

Walter Pinheiro – Morreu.

Aurélio Miguel Pinto Dórea - Eu estava telefonando ali na entrada da Residência do Universitário – tinha um telefone único, a gente falava dali. Quando acaba o telefonema, entrego ao Curió, que era o porteiro da Residência, chega Luiz Arthur de Carvalho em pessoa, com três ou quatro agentes. E ele foi com aquela imponência dele: “Aurélio Miguel está por aí?”. O Curió quase morre. Eu virei para ele e disse: “está. O senhor quer que vá chamá-lo?”. “Me faça o favor”. Eu fui, saí lá embaixo naquela escada e fui, eu e Celso Cotrim. Celso Cotrim vivenciou comigo isso e a maior lesão que levei foi das urtigas naquela ladeira ali, que me queimei muito. As pessoas do PCdoB não me achavam muito ortodoxo. Eu gostava de jogar bola, torcia pro Bahia, brincava muito, gostava de Carnaval e eles diziam que eu era mais próximo do PCB, do Partidão... porque eu não era uma pessoa ortodoxa, e me dava com todas as pessoas, não tinha essa. E tinha uma pessoa... Anfilóbio, que era um

cara tido como JERB (chamava Juventude Estudantil Revolucionária Brasileira), um órgão de direita... e o que é que eu falava com ele? Eu falava do Bahia, ele gostava do Bahia. E ele me tratava bem e eu tratava. Na UNE, mandado pra Bahia, para organizar o trote dos calouros... Eu digo: “gente, eu ir pra Bahia, vocês tão me dizendo assim: “Aurélio, vá preso”. É tarefa? Vou cumprir.

E quando entrei na faculdade, foi um escândalo. Porque todo mundo receoso de que eu pudesse ser preso. Quando estou na sala de aula, batendo, chamando as pessoas pra cantina ali embaixo, Anfilóbio encosta em mim e diz: “você tem pouco mais de 30 segundos pra escapar, porque a faculdade está sendo cercada”. Aí a história que Luiz Arthur tem raiva de mim. A Faculdade de Direito foi efetivamente cercada, só que nêgo não considerou o auditório que tinha no fundo, que tinha uma parede de vidro. Peguei um banco na cantina, botei na frente, vim correndo e *prááá*. Claro que o PCdoB amplificou... disse que eu tinha saltado do 10º andar... porque naquele tempo precisava de heróis, e mais uma vez Luiz Arthur me viu escapar, na hora em que ele estava já com... nesse episódio me cortei todo, fui pro Pronto Socorro, fui atendido, e depois fui me esconder num paraíso, na Escola de Enfermagem. Maravilha.

Walter Pinheiro – Teria conhecimento de casos do Átila Brandão como torturador?

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Não, seria uma leviandade minha, eu o vi com cassetete, a *fanta*, a *fanta* em riste, levantava e batendo nas pessoas...



AUDIÊNCIA PÚBLICA
09 de junho de 2014 - Palácio da Aclamação
Salvador - Bahia



DEPOENTE: DIVA SOARES SANTANA

Militante permanente da luta pelo esclarecimento dos crimes da ditadura militar, Diva Soares Santana integra a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça do Brasil; presidiu por vários anos o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), do qual hoje é vice-presidente. Atuando nessa área desde a década de 70, no Comitê Brasileiro de Anistia e Direitos Humanos e no GTNM, Diva Santana é uma das pessoas que, talvez, mais conheça as circunstâncias de mortes e desaparecimentos na Bahia. Irmã de Dinaelza Santana Coqueiro e cunhada de Vandick Reidner Pereira Coqueiro, ambos desaparecidos na guerrilha do Araguaia, Diva Santana foi e é testemunha de muitos sofrimentos.

**Texto não revisado pela depoente.*

***Diva Soares Santana**

Primeiro, quero fazer uma saudação a todos e todas e dizer da minha satisfação em estar aqui nessa Comissão da Verdade do Estado da Bahia; satisfação porque ao longo da nossa vida, a gente vem lutando por justiça, a gente vem lutando pela verdade. Quando eu digo a gente, nós, familiares de mortos e desaparecidos políticos e militantes também. Lutamos para que seja esclarecido o que ocorreu no período da ditadura militar no Brasil. Essa é uma oportunidade que a gente veio construindo ao longo desses anos para estar aqui e eu espero que avancemos muito mais no sentido da busca da verdade e da justiça. Na verdade, eu estou aqui, Diva Soares Santana... o que eu queria mesmo é que os torturadores do Brasil estivessem, fossem cumprir pena e pagar pelo que fizeram. Essa é a minha vontade, o meu desejo, mas continuo com os passos para ver se um dia a gente chega lá. Mesmo que todos estejam mortos, mas que todos sejam julgados como torturadores que tanto fizeram mal.

Hoje a gente vê que um lado pagou – o lado aguerrido, que o doutor Aurélio falou aqui, que enfrentou, que resistiu: ele pagou caro, com a prisão, com a tortura, com a clandestinidade terrível, com todo sofrimento. E não foi só ele, foi toda sua família. Pois hoje é muito fácil nós vivermos na democracia e sermos amigos de todos, mas a gente não pode esquecer que na época da clandestinidade, na militância, todos os amigos e até os parentes se afastavam da gente; as famílias viviam

isoladas. Tem a história de um *Batata* de Feira de Santana que eu convivi com essa família depois. Esse homem era um sapateiro, que morreu aqui no hospital de Irmã Dulce. E eu reviro tudo aqui nessa Bahia para que a comissão da qual sou conselheira se convencesse, para que o enquadrasse na lei 9140/95. De que ele foi morto por torturas sofridas na ditadura. Levei até o processo dele para um perito criminal para comprovar que a morte dele foi oriunda das torturas. Por que isso? Porque nenhum médico atestava que a morte seria porque foi torturado. Nenhum médico dizia as condições em que aquela pessoa adentrou. Na época não era hospital, porque nenhum hospital aceitava internar o *Batata*. Era o Albergue Irmã Dulce. Ele morreu lá. *Batata* é Inocêncio Alves Pereira, de Feira de Santana, um sapateiro, e *Batata* era seu apelido. Eu sinto satisfação e estou aqui para contribuir também para que avancemos nessa luta.

“... o que eu queria mesmo é que os torturadores do Brasil estivessem... fossem cumprir pena e pagar pelo que fizeram. Essa é a minha vontade, o meu desejo, mas continuo com os passos para ver se um dia a gente chega lá. Mesmo que todos estejam mortos, mas que todos sejam julgados como torturadores que tanto fizeram mal”.

A tortura é um crime hediondo de lesa-humanidade e não pode ser desconhecido de nenhuma nação do mundo. Então, temos de lutar contra a tortura e combatê-la, além de punir os torturadores. Então, meu nome é Diva Soares Santana, eu preenchi aqui uma inscrição para depoimento e tenho a condição do depoente: vítima, familiar de vítima e testemunha. Eu não me ponho na sociedade, como doutor Aurélio colocou, como vítima. Eu acho que faço parte daquele segmento social da década de 60/70 que enfrentou a ditadura, mas sou vítima. Sou familiar de uma desaparecida política, sou irmã de Dinaelza Santana Coqueiro e cunhada de Vandick Reidner Pereira Coqueiro, desaparecidos na guerrilha do Araguaia. E sou testemunha, como professor Joviniano diz.

Eu venho nessa luta desde o Comitê

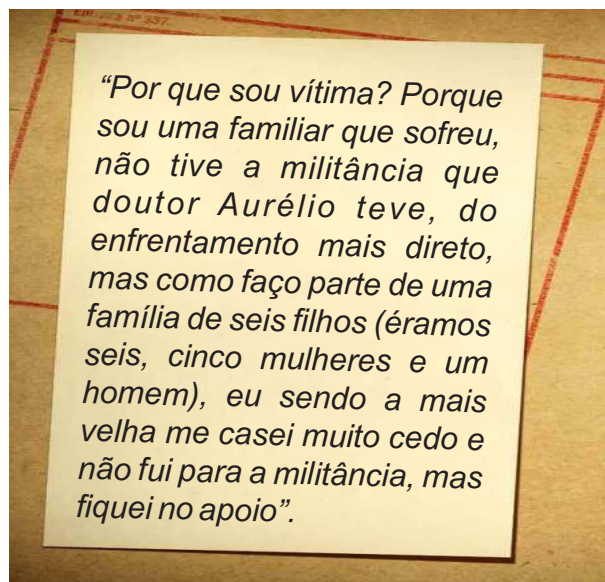
da Anistia e sou testemunha de muitos sofrimentos e nós somos procurados por diversas pessoas. Hoje é o Grupo Tortura Nunca Mais. E somos procurados por ex-presos que foram torturados, filhos que ficaram com sequelas, famílias inteiras sequeladas por perseguição e repressão da ditadura militar. Então, eu apresentei uma declaração, me identifico, aí tem um histórico sobre minha irmã Dinaelza Santana Coqueiro. Faço histórico da vida dela, porque depois eu entro na luta que vou começar a contar. *[integrante da CEV-BA interrompe consultando se aceita depor em público e se autoriza a gravação e uso da imagem e depoimento]* Aceito todas as condições da Comissão Estadual da Verdade, todas que se fizerem necessárias, aceito, para que seja publicado, gravado, denunciado. Eu acho que esse é meu papel aqui.

Eu começo, vou falar aqui como essas três coisas. Por que sou vítima? Porque sou uma familiar que sofreu, não tive a militância que doutor Aurélio teve, do enfrentamento mais direto, mas como faço parte de uma família de seis filhos (éramos seis, cinco mulheres e um homem), eu sendo a mais velha me casei muito cedo e não fui para a militância, mas fiquei no apoio. Naquela época se dizia “o apoio”. Sabia tudo que estava acontecendo, acompanhava, e quando as minhas irmãs Dinaelza e Dilma tiveram que entrar na clandestinidade... Dinaelza primeiro veio para Salvador pra trabalhar, estudar, fazer vestibular. Dilma terminou o pedagógico, foi ser professora, se esconder, na verdade, numa cidade onde ninguém ouvia falar o nome dessa cidade, porque não podia mais, não tinha condição de viver na cidade onde morava, que era Jequié. Eu sabia e acompanhava todos os passos: escondia

livro, enterrava livro em quintal; não podia ficar na casa de minha mãe e ia para minha casa, enterrava. E acompanhei todo processo de minhas irmãs na militância.

Então, Dinaelza vem para Salvador, minha outra irmã Dilma vai para uma cidadezinha que ninguém sabia. Aqui nós sabíamos de toda perseguição que Dinaelza sofria. Ela ia sempre a Jequié, contava pra gente e falava como estava e nossa casa era sempre vigiada. Um carro parado na porta da casa diuturnamente. De vez em quando, apareciam pessoas, a minha mãe era uma pessoa muito especial, muito sábia, apesar de não ter muita leitura. Batiam na porta, e quando ela abria, eles pediam pra fazer, se tinha serviço no quintal da casa. O quintal era o jardim, se tinha serviço de limpeza, minha mãe olhava pra mão deles e dizia: “mas vocês com essas mãos tão finas querem pegar numa enxada?”. Então, tínhamos a casa da gente vigiada, nunca tivemos a casa invadida. A do meu cunhado sim, casa invadida, colchão rasgado... ele era irmão do Wagner Coqueiro, que era do PCBR e a repressão à família dos pais de Vandick foi ferrenha.

Um irmão mais novo adquiriu uma esquizofrenia, em 1995 desaparece também. Mais adiante vou falar desses desaparecimentos, porque eu tenho algumas questões para a Comissão da Verdade do Estado da Bahia aprofundar, ver como é que faz para poder chegar perto. Nesse período, passa por todo esse constrangimento, família separa, afasta da gente, fica só. O nome de Dinaelza, quando ela sai de Salvador (me lembro bem), quando saíam aqueles cartazes “Procurados” na Rodoviária, Polícia Federal... a outra irmã que estudava aqui, Dinorá, comprou um casaco daqueles de napa parecendo pele, descosturou, encheu as cartas de Dinaelza dentro do casaco, costurou de novo e viajou com essas cartas lá dentro – ela se despedindo da família, dizendo que não tinha mais condições de viver na cidade de Salvador. Logo depois da inauguração da Fonte Nova, quando foram presas muitas



pessoas e tinha gente que tinha sido preso que certamente iria denunciá-los na tortura e iriam falar deles, porque atuavam juntos. Pessoas de outras organizações – eles eram do PCdoB e o PCdoB era muito precavido na segurança de seus militantes, mas havia pessoas que, como Vandick, meu cunhado, era da UEB, então, era uma diretoria colegiada, que tinha vários segmentos de militância partidária. Eles tiveram que sair, ele saiu primeiro, ela saiu com uma peruca loura, de óculos escuros... conheço a pessoa que saiu com ela. Estavam na Montanha, acho que estavam escondidos numa casa na Montanha, saíram de lá. Recebemos essas cartas, ela dizendo que não podia continuar em Salvador, porque estava inviável. Claro, que ela não escrevia detalhado, porque era uma irmã que estava levando essas cartas e ela se precaveu também com intuito de, se presa, se pegassem, não comprometesse tantas pessoas. Aí, foi um ano sem notícias.

Início de 1971, nós recebemos uma carta deles, jogada embaixo da porta. Minha mãe chegou, pegou a carta, eram notícias deles dizendo que estavam muito bem... logo de cara pedia para rasgar tudo, pra não deixar nada que evidenciasse essas cartas; diziam que ela estava bem, que ela tinha engordado (minha mãe se preocupava que ela era magra – e eu sou de uma geração em que filhos sadios são filhos

gordos). Então ela era muito magra e minha mãe ficava atrás dela com merenda, preocupada, “Dina-elza não comeu, não sei o que”. Então ela manda dizer a minha mãe pra não se preocupar porque ela está gorda. Aí minha mãe percebe que ela vive no campo, pois ela diz assim (a origem da família de minha mãe é do campo, na região de Vitória da Conquista): “vivo com pessoas simples, parece a sua família”. Minha mãe disse: “ela está morando no mato”, não sabia onde era. Isso em 71. Em 75 nada, nem notícia, nada.

Quando a gente falava nela... minha mãe proibia a gente de falar o nome dela dentro de casa. Ela dizia: “Não fale o nome, parede tem olhos e mato tem ouvido”. Minha mãe não deixava falar o nome dentro de casa. Então, a gente ficou assim sem pronunciar o nome, porque eram as duas famílias vigiadas dentro de Jequié: era a família de Wagner, com um militante do PCBR e Vandick do PCdoB, todos dois na clandestinidade. Wagner não foi morto porque... acho que Deus é jequieense. O capitão Evangelista (li depois o relatório na PF) sai atirando nele, correndo em zigue-zague, pula o muro, amanhece o dia e de lá desaparece, quando aparece é na Suécia, onde mora até hoje. Vandick foi para o Araguaia.

Em 79, eu já participando do Comitê da Anistia, meu irmão Getúlio colocou uma livraria ali na Carlos Gomes, a Literarte. E ele fez um acordo com as livrarias de que toda novidade (processo de abertura, política), tudo que saísse na Nova Fronteira, Vozes, de livros novos (não era proibido, não tinha literatura nas livrarias) que mandasse sem precisar pedir. Se ele não quisesse, devolveria. E essa livraria foi uma livraria feita com caixas de maçãs pelos estudantes de Economia, aí entram Lídice, Calucho, aquela turma toda... Aranha lem-

bra. Faziam feiras em Alagoinhas com os livros da Literarte, né? Então, nessa livraria trabalhavam eu e Getúlio, meu único irmão homem.

Então, na época das bombas recebíamos bilhetes com ameaças de bombas. Certa vez chamamos a imprensa e denunciávamos que nós estávamos recebendo os bilhetes de que iam estourar a livraria com bombas. Aí o secretário de Segurança Pública, ali na Piedade, se não me engano, Joalbo Figueiredo, nos intimou, eu e Getúlio. Eu sei que a Escola de Economia fez um cordão ali embaixo enquanto eu e Getúlio estávamos lá dentro prestando depoimento. A única pergunta que ele nos fez foi a seguinte: “por que vocês não nos procuraram e foram procurar a imprensa?”; Getúlio respondeu: “desde que prove o contrário, a Polícia não está fazendo nada com essas bombas que estão sendo estouradas aí”. Ele ficou assim olhando pra mim e pra ele e não disse mais nada, liberou a gente. Então, nessa livraria, eu no Comitê da Anistia, muito tímida, não conversava com ninguém, com medo, eu não conhecia as pessoas, eu conhecia aquela turma de estudantes, Fred Furacão, um bocado de advogado que estou tentando lembrar um aqui que foi muito meu amigo... aí minha relação é com aquele público da livraria. Chegava na reunião do Comitê da Anistia e aquele pessoal, expreso político, aquela coisa... eu muito tímida, com medo de falar que eu era irmã de uma pessoa que não estava, que não tinha voltado, que não estava voltando e que ninguém dava notícia. De vez em quando, na faculdade aparecia uma pessoa que dizia: “olhe, vou dar uma notícia aí, você espere e tal”. E o desespero da minha mãe e meu pai é porque não queriam que falasse. “Se eles estão calados é porque a gente não pode procurar”. Minha

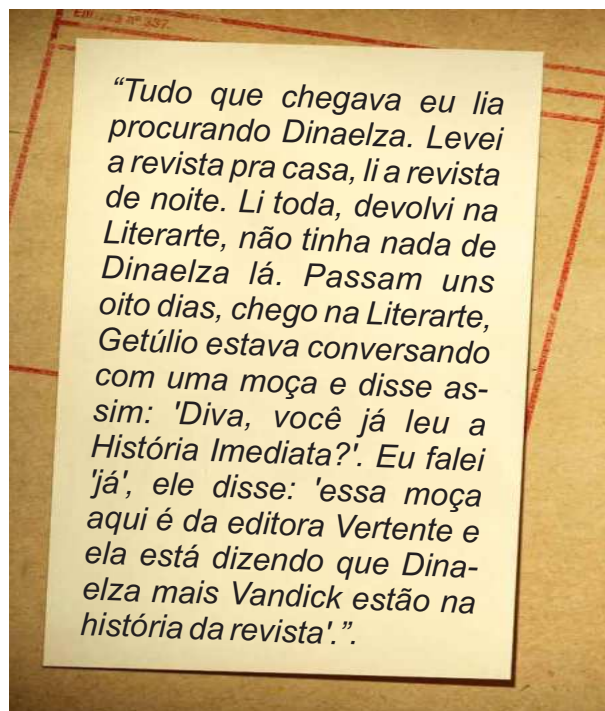
“E o desespero da minha mãe e meu pai é porque não queriam que falasse. 'Se eles estão calados é porque a gente não pode procurar'. Minha mãe era uma mulher sábia. Ela dizia assim: 'se eles estão em silêncio é porque a gente não pode procurar'”.

mãe era uma mulher sábia. Ela dizia assim: “se eles estão em silêncio é porque a gente não pode procurar”. E nisso minha luta pela anistia também, quando tem o primeiro ano no Vila Velha, o primeiro ano do Comitê Brasileiro de Anistia da Bahia, no Teatro Vila Velha. Eu sei que foi em abril.

Joviniano Neto – Resolvemos comemorar o dia da anistia de 45, que foi ampla e geral.

Diva Soares Santana – Lotou aqueles auditórios. Ali estavam Dilma Alves, a mulher de Mário Alves, um desaparecido político baiano; estavam Washington Souza, um ex-presos político que estava na clandestinidade... tinha várias pessoas naquela mesa. E ali a minha mãe leu uma carta onde ela pedia esclarecimentos sobre a filha dela. Nós não tínhamos nenhuma notícia de Araguaia. Ela pede, foi uma carta em que todo mundo ficou muito mobilizado, me lembro bem do padre Renzo, que nos acompanhou até em casa, eu morava no Politeama. Aí em agosto vem a Lei da Anistia, mas em Salvador se realiza o 2º Congresso Brasileiro pela Anistia, em novembro de 79. Joviniano presidia o Comitê da Anistia. E esse congresso, quando doutor Aurélio coloca a luta e a coragem, quando eu entendi o algoz que ele falou, o algoz da ditadura... porque aquele congresso já tinha existido, a anistia em 28 e 29 de agosto não era a anistia que nós queríamos, mas aquele congresso tinha gente. Me lembro que fui trabalhar na casa de Joviniano; Emiliano José era do Jornal do Brasil e eu ficava... Joviniano no mundo e eu ficava lá na casa dele ali no Chame-Chame atendendo telefone, passando as informações e esse congresso ele se realizou em vários pontos da cidade do Salvador por causa da repressão aqui na Bahia. Até naquele porão da Escola de Engenharia, digo, no Clube de Engenharia, a gente fez reunião com a mulher de Santo Dias.

Nesse congresso estavam presentes vários familiares de desaparecidos políticos. Foi aí que nós nos encontramos. O maior contingente de familiares ali era



dos desaparecidos, era daquelas pessoas que já se identificavam que estavam no Araguaia. Tem a ex-presos política Luzia Ribeiro que nos ajudou muito, de Jequié também, que era muito amiga da minha irmã e cunhado e nos ajudou muito a situar onde ela estava. É o tempo em que a livraria Literarte recebe uma revista, *História Imediata*. Tudo que chegava eu lia procurando Dinaelza. Levei a revista pra casa, li a revista de noite. Li toda, devolvi na Literarte, não tinha nada de Dinaelza lá. Passam uns oito dias, chego na Literarte, Getúlio estava conversando com uma moça e disse assim: 'Diva, você já leu a História Imediata?'. Eu falei 'já', ele disse: 'essa moça aqui é da editora Vertente e ela está dizendo que Dinaelza mais Vandick estão na história da revista'. Eu disse: 'não, já olhei a revista toda, não tem o nome deles não'. Ela: 'olhe, Genoíno foi que deu depoimento, ele está preso, não, já foi solto, e ele afirma...'. Quando peguei a revista e li: 'em janeiro chega Maria Dina, da Bahia, e o João, ela estudante de Geografia da Católica...'. Aí o chão abriu pra mim, ali foi a verdade. Ele, Economia na Federal e ela, Geografia na Católica. Eu fiquei desesperada, tem que ir pra Jequié. Fui eu e Getúlio pra Jequié, pra contar pra minha mãe. Foi preciso chamar médico, porque ela passou mal, foi um

horror, meu pai se sentiu mal também, foi um negócio, porque, diante do que a gente leu naquela revista, ali deixava claro que não tinha sobrado ninguém. Os vivos a gente já sabia, quem foram os presos que ficaram vivos. E a partir dessa data eu só tenho feito isso na minha vida *[pausa, emocionada]*.

Resgatar a história de luta de minha irmã, a memória dela, preservar a memória, a coragem que ela teve... e quero a verdade. Não sei como a minha irmã morreu. Nesse Congresso da Anistia foi aprovada uma caravana de familiares para a região do Araguaia, e eu participei aqui da Bahia, como era do Comitê da Anistia. Fizemos todo um movimento, tenho o “livro de ouro” assinado por vários deputados: Domingos Leonelli, que era na época parlamentar, deputado estadual; Filemon; Waldir Pires, que já tinha retornado, que assina o livro de ouro, dando dinheiro pra gente realizar essa caravana. Cada Estado ficou responsável por fazer arrecadação para essa caravana. A caravana saiu em outubro de 80. O padre Renzo, figura inesquecível, sem ele a caravana não teria acontecido, porque ele foi até o Papa. Eu tenho um bilhete do Papa pra Renzo. Porque se não fosse o apoio da Igreja Católica naquele momento, a caravana do Araguaia em 80 não teria acontecido. Claro, que outras organizações, a ABI, a OAB, que encaminhou um representante para nos acompanhar... mas foi o sustento dos familiares... foi dos presos e foi dos familiares também na realização dessa caravana. Qual era o objetivo da caravana? Como aí nós já sabíamos que aquelas pessoas tinham sido caçadas na região como assaltantes de banco, como cubanos, russos, filhos que os pais colocavam para fora, o objetivo maior dos pais e das mães era esclarecer àquela população que

“O padre Renzo, figura inesquecível, sem ele a caravana não teria acontecido, porque ele foi até o Papa. Eu tenho um bilhete do Papa pra Renzo. Porque se não fosse o apoio da Igreja Católica naquele momento, a caravana do Araguaia em 80 não teria acontecido”.

eles não eram isso – primeira coisa. A segunda coisa era a questão política mesmo; nós queremos saber o que foi feito dos nossos parentes.

Essa caravana foi realizada, eu fui ameaçada de morte várias vezes. Morava aqui no Politeama, vizinha da mãe de uma exilada política que retornou, que era Loreta Valadares e o Carlos. Eu não tinha telefone, mas a Sue-li, mãe da Loreta, tinha telefone. E ela recebia as ligações me ameaçando de morte. Eu saía, com a roupa que eu saía, eles ligavam dizendo como eu tinha saído... tinha uma vez que fui para o Comitê da Anistia, que estava funcionando na rua Chile... eu não fui pra reunião, eu descii da minha

casa, morava num prédio pequeno, de três andares e cada um tinha a chave que saía. Eu descii, e quando descii tinha um homem em frente ao Instituto Feminino, e eu andei e ele andou comigo. Vi bem que ele estava vestido, com uma roupa assim tipo safari: calça, camisa igual e tal. Não prestei atenção na fisionomia, que era de noite, eram 19 horas, ia para a reunião do Comitê da Anistia. Ele me seguiu, fui ali no Lanche Bahia da esquina, tinha um ponto de ônibus... eu parei, ele parou também. Eu entrei no ônibus, ele entrou também. Nesse dia, poderia estar desaparecida, porque ninguém me viu na reunião, eu não fui. Eu entrei no ônibus, ele entrou. Eu achei que ele estava me paquerando, comum, né? Só que ele não sentou de junto de mim no ônibus, aí pensei: “se estivesse paquerando, tinha sentado aqui do lado, eu sentei na cadeira vazia”. Aí ele não sentou, sentou atrás, e eu: “hum, não está me paquerando, está me seguindo”.

Eu entrei no cine Guarani. Me pergunte o que é que estava passando naquela tela que eu não sei. Eu só lembrava da

figura do homem. No cinema não tinham dez pessoas, quando olhava pra trás ele estava em pé na porta, eu pensava: “vai me prender, ninguém vai saber”. Não existia celular, eu não tinha como falar com as pessoas, eles estavam lá na reunião do Comitê de Anistia. Saí desse cinema quando o filme acabou, não sabia nada do filme e pensei: “vou atravessar a rua correndo e pedir uma carona”. Mas por sorte minha, naquele hotel tinha um ponto de táxi, o táxi foi descendo e eu dei a mão. Eu entrei nesse táxi louca, ele ficou em pé, não me seguiu. Falei para o cara do táxi... não tinha, no São Raimundo era tudo mato... disse “moço, desce aqui, dê uma volta aí por baixo, desce a Ladeira da Fonte...” Ele deve ter pensado: “essa mulher está procurando marido”, deve ter pensado”. Mas quando cheguei em casa, pedi a ele: “o senhor, quando acender aquela luz no terceiro andar o senhor vai embora. Eu vou entrar e esse homem vai estar aí para me pegar”. Felizmente, não teve nada. No dia seguinte, minha filha disse: “oh, minha mãe, quando você saiu veio um rapaz aqui parecendo um gari perguntar se você morava aqui”. E ali no Passeio Público embaixo tinha um posto da Limpurb.

Então, o que se deduziu? Que essa pessoa que me seguiu mandou alguém confirmar meu endereço. Lembro que Joviniano me chamou a atenção: “de hoje em diante, você não sai mais sozinha”. Eu ia pro PMDB, pra Assembleia Legislativa, mas eu não saía só. Mandeí buscar meu pai pra ficar em casa comigo. Nas vésperas à viagem do Araguaia eles montaram campina na minha porta. Um fusca cheio de gente, com aparelhagem, uma coisa aberta mesmo, sem esconder. Então, no dia da minha viagem para o Araguaia – fui eu e a

irmã do Uirassu Assis Batista, a Rosa (Uirassu também é desaparecido na Guerrilha do Araguaia), e Joviniano, um bocado de gente que foi me levar no aeroporto.

Quando cheguei no aeroporto, dei de cara logo com colegas meus do cursinho pré-vestibular, com rádio... o aeroporto estava tomado, e eu fui seguida, tinha certeza, porque eu saí de um avião do aeroporto aqui, fui até (não me lembro bem)

o Rio Grande do Norte, de lá, trocou para aqueles aviões pequenos que só foi nele pra Belém eu, a Rosa e esse homem. Eu falei “esse homem está seguindo a gente”. não falei nada para Rosa, fiquei na minha. Como estava recebendo ameaça de morte aqui, as famílias que já tinham chegado em Belém, junto com a CNBB, prepararam uma manifestação para me receber no aeroporto. Cheguei no aeroporto às 4 horas da manhã e estava todo mundo me esperando

com faixa, familiares e tal. Nós ficamos na CNBB, nossa hospedagem foi lá.

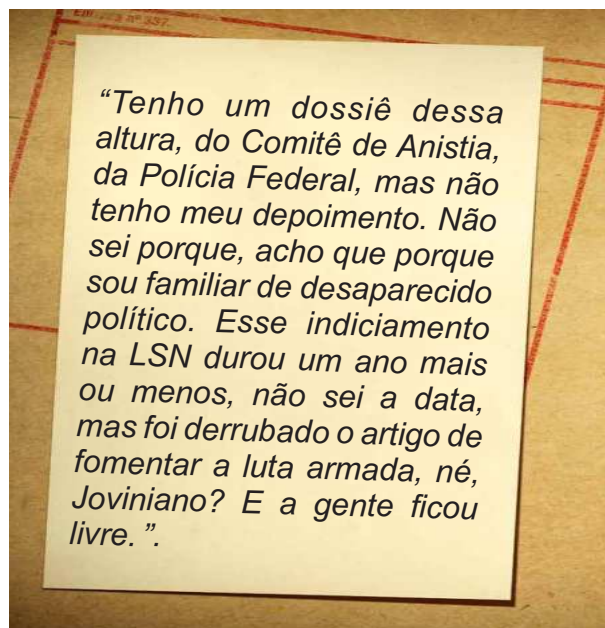
De Belém, teve um episódio no dia seguinte: nós fretamos um ônibus pra ir pra cidade de Marabá. Foram 22 famílias. Eu, Diva Santana, na época tinha 45, 46 anos; a Vitória Graboís, a irmã da Luzia, Noélia Ribeiro; uma baixinha do Ceará, que eu não sei o nome, baixinha; éramos consideradas as meninas da caravana. Imagine, porque só tinha pessoas idosas, mães de cabeças brancas e os pais também. E enfrentaram uma viagem... não é hoje, que está com asfalto em todo canto não... era carro de tração para entrar naquela região onde eles moraram. Mesmo assim, não pudemos percorrer toda a região como fazemos hoje. Fica no Estado do Pará, serra das Andorinhas, Tocantins, Xambioá, que divide com

“Na minha opinião, o fruto da caravana é isso que a gente tá vendo aqui hoje. Foi essa caravana também de coragem, muita coragem daqueles pais e mães ir para aquela região, porque ali estava recente o episódio. Foi naquela época, fala-se 75, mas temos notícias da limpeza geral dos ossos antes de chegarmos, dos locais onde foram enterradas as pessoas executadas. Então, eu me sinto como familiar de vítima, vítima e testemunha”.

o Pará. Então, essa caravana, tivemos todo tipo de perseguição. Foi fretado um ônibus leito para levar as famílias de Belém para Marabá. São cerca de oito horas de viagem. Esse ônibus foi fretado fechado. No meio do caminho o motorista parou e entrou um cara, cordão de ouro deste tamanho... e foi guiando o ônibus.

Chegamos lá, Dom Alano Pena, que era o bispo da região, cedeu o Centro de Treinamento de Líderes pra gente. No Centro de Treinamento de Líderes tinha a parte aberta (tem, até hoje está lá), com paredes baixas, os helicópteros passavam aqui, porque... Dom Alano preparou aquelas pessoas para ir dar depoimento. Pessoas que ele já conhecia, que contavam a história pra ele, acompanhavam, para prestar depoimento aos familiares. Esse homem que entrou no ônibus procurou Roberto Valadão, que era prefeito da cidade de Cachoeira de Itapemirim, depois foi deputado federal, ele tem irmão desaparecido também, o Ari Valadão, que é do Espírito Santo. Procurou o Roberto Valadão e disse que estaria ali à nossa disposição para fazer o que nós quiséssemos, a cabeça de quem a gente quisesse ele entregava pra gente. Por quê? Porque o “Curió”, quando soube que os familiares iriam para a região, o Curió mandou cartas pras pessoas dizendo que a repressão iria continuar. E uma dessas cartas/bilhete chegou na mão de Dom Alano. Então, Dom Alano, eu afirmo que se não fosse o apoio da Igreja Católica, essa caravana não teria acontecido.

Na minha opinião, o fruto da caravana é isso que a gente tá vendo aqui hoje. Foi essa cara-vana também de coragem, muita coragem daqueles pais e mães ir para aquela região, porque ali estava recente o episódio. Foi naquela época, fala-se 75, mas temos notícias da limpeza geral dos ossos antes de chegarmos, dos locais onde foram enterradas as pessoas executadas. Então, eu me sinto como familiar de vítima, vítima e testemunha. Por que testemunha? Testemunha porque a gente



realiza essa caravana, quando concluímos essa cara-vana a editora Anita Garibaldi edita um livro, *Guerrilha do Araguaia*, e nesse livro conta todo o trabalho da caravana da região do Araguaia. No dia do lançamento desse livro, a Associação dos Funcionários Públicos é invadida por mais de 50 homens e nos mantêm presos... você estava lá, Aranha? Você e Arthur. Umas 200 pessoas, né, Aranha, presos, com bombas estou-rando no mais alto nível. A gente ali achando que ninguém estava sabendo, mas efetuaram.. fecharam a Carlos Gomes. Isso em 81. Fecharam a Carlos Gomes e fizeram um terror naquela rua. Quem estava passando era preso, como Walter Ribeiro, Nilta Ribeiro, que estavam na rua, não estavam lá dentro – foram presos. E depois se conseguiu, não sei como foi, Javier estava na Escola de Economia, e a confusão... naquela época ninguém tinha celular para comunicar. Eu sei que mobilizaram deputados, Filemon... Joviniano chegou logo na porta e o terror estava instalado. Mesas, cadeiras quebradas, livros de Archimedes pelo mundo, a casa tava tomada.

Nessa sequência, 13 pessoas foram presas e do total, 18 foram indiciadas na Lei de Segurança Nacional e eu também fui indiciada na Lei de Segurança Nacional. Meu depoimento para o delegado Teixeira,

acompanhado, claro, da grande advogada e companheira, mulher, Ronilda Noblat, que me deu muita coragem. Fui com duas, uma ele expulsou, que foi Iara Moscoso, dizendo que não permitia, que ele estava fazendo uma cortesia à doutora Ronilda Noblat em deixá-la ficar comigo. A Iara saiu dizendo que ia levar ao conhecimento da OAB, e ele disse: “leve ao conhecimento de quem a senhora quiser, porque a Lei de Segurança Nacional me faculta eu pegar depoimento dela sem a presença de advogado”. Então, prestei meu depoimento e as perguntas que ele me fazia... sim, na Associação foram presos slides que fizemos na caravana e todos os livros que estavam para ser vendidos. Íamos vender esses livros para tirar fundos, pagar débitos da caravana. Não tinha apoio. Hoje se acha dificuldade para fazer as coisas, temos apoio do governo, do Ministério... naquela época não tinha dinheiro, não tinha nada. Era vendendo sanduíche na praia, cerveja, fazendo festa, livro de ouro, era com essa dificuldade... mimeógrafo a noite inteira rodando. Pichação, colagem... o momento era esse. Foi um momento muito bonito da minha vida que vivi, um momento de luta, tenho saudade da luta que eu vivi, não de enfrentamento assim com arma, ditadura, não sei o quê... não queria, não quero, mas a luta que participei pela redemocratização nesse país eu tenho saudade, que foi muito bonita. Foi luta mesmo.

Então, fui indiciada na Lei de Segurança Nacional (LSN), e a pergunta que ele me fazia: “então, dona Diva, a senhora afirma que não está fomentando a luta armada?”. Ele me fez várias perguntas,

no fim eu já danada da vida, a sala já um “bueiro”, eu apagava um cigarro, Ronilda acendia outro, e disse que ele detestava cigarro. Isso eram as manhas de Ronilda: “quando eu apagar o meu, você acenda o seu” [risos]. Então, ele estava furioso com o fumaceiro que estava na sala. Menino, estava insuportável, numa salinha apertadinha lá na Polícia Federal, no Mercado Modelo. Fui fotografada e tal... assinei, respondi a ele: “doutor Teixeira, se o senhor

está preocupado que eu estou fomentando a luta armada, o senhor tenha certeza que o senhor vai me ver muitas vezes, porque eu procuro minha irmã desaparecida e não vou deixar de fazer isso”. Eu termino esse depoimento, eu vi todos os inquéritos da Polícia Federal, inclusive essa história da Escola de Direito que vocês fizeram, do Átila Brandão, copiei, trouxe pra casa, e dei pra Emiliano agora. Vi toda movimentação que Rosalindo, Dermeval, Juraici Novato, vocês, Eduardo Leite fizeram.. Duda Collier, é que eu confundo com Bacuri.

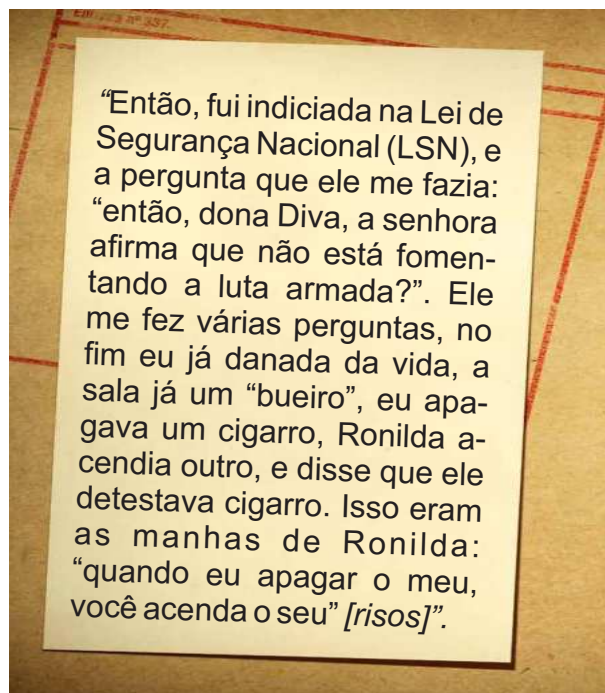
Eu não tenho meu depoimento, tenho o de todo mundo, mas não tenho o meu. Tenho um dossiê dessa altura do Comitê de Anistia, da Polícia Federal, mas não tenho meu depoimento. Não sei porque, acho que porque sou familiar de desaparecido político. Esse indiciamento na LSN durou um ano mais ou menos, não sei a data, mas foi derrubado o artigo de fomentar a luta armada, né, Jovini-ano? E a gente ficou livre. Tive meu nome... perco a carteira de identidade, vou tirar outra. Chego no Instituto Pedro Melo, normal... “aqui não tem nada da senhora, não... o diretor está chamando a senhora”. Lá vem o diretor lá: “a senhora gosta de

“Tive meu nome... perco a carteira de identidade, vou tirar outra. Chego no Instituto Pedro Melo, normal... 'aqui não tem nada da senhora, não... o diretor está chamando a senhora'. Lá vem o diretor lá: 'a senhora gosta de uma passeata, né, dona Diva?' [risos] Eu disse: 'gosto'. Quer dizer, ficamos fichados, com nossas fichas na diretoria do Instituto Pedro Melo, não estava naquele fichário. Isso fui eu, foi Ana Guedes, Fátima Gaudenzi, foi Carmilse... foi esse povo indiciado na Lei de Segurança Nacional, foi Antas... um bocado de gente, fora os presos”.

uma passeata, né, dona Diva?” [risos] Eu disse: “gosto”. Quer dizer, ficamos fichados, com nossas fichas na diretoria do Instituto Pedro Melo, não estava naquele fichário. Isso fui eu, foi Ana Guedes, Fátima Gaudenzi, foi *Carmilse*... foi esse povo indiciado na Lei de Segurança Nacional, foi Antas... um boca-do de gente, fora os presos.

Em 86... hoje sou conselheira da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da lei 9140 e já relatei processos lá que foram indeferidos por uma comissão que foi colocada quando a lei foi criada. Acho que as pessoas que não estavam inteiradas da situação, porque a família pede o reconhecimento da morte do marido na lei 9140 e o relator diz que em 79 não tinha mais nada não, que tinha tido a anistia. Eu pedi vista no processo e provei que tiveram várias mortes depois de 79, inclusive no campo, com os índios, feitos pela ditadura militar.

Em 86 eu fui para Argentina e eu não sei, tenho sentido, sou muito ligada nas coisas... eu falei com o companheiro meu: “nós estamos sendo seguidos...” E ele: “nada, besteira sua, você tem mania...”. Quando vou para a Polícia Federal, está lá no Arquivo Nacional, listagem dos viajantes para Argentina e meu nome assim, grifado... quando volto, a gente vinha de Montevideú, Porto Alegre, de Porto Alegre a gente ia pro Uruguai - passamos um mês viajando, passeando, de férias. Aí resolvemos fazer isso de ônibus, naquele ônibus que não tinha aqui ainda, de dois andares, chique, para conhecer os pampas gaúchos. Quando chega na divisa Brasil-Uruguai, fazem a fila, todos para olhar seus pertences e receber a carteira de identidade dentro do ônibus. Eu estava com uma coriza horrível. Quando (a alfândega ali e a gente aqui, no meio da rua, para se apresentar), quando um cidadão se dirigiu a mim: “dona Diva Soares, queira me acompanhar”. Cheguei lá, um balcão alto, um homem sentado do lado de lá, na parte do Brasil, com minha carteira de identidade na mão:



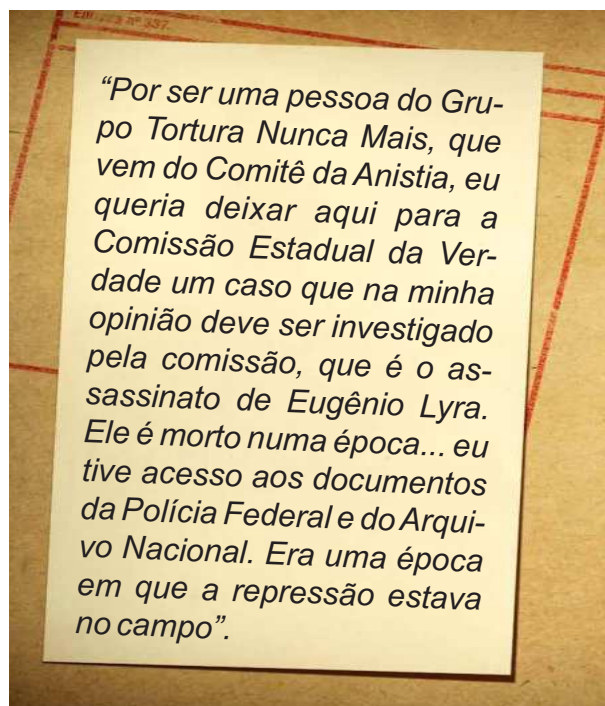
“está resfriada, não é?” “Estou”. A prova de que eles estavam seguindo, me monitorando. Eu sou testemunha desse período, dessas grandes ameaças.

Hoje eu moro em Brotas, tem 23 anos que moro no apartamento. Fui obrigada a tirar meu nome do catálogo telefônico, pedi para não colocar o nome, porque toda vez que saía uma entrevista minha no jornal eu era ameaçada de morte por telefonema. Hoje eu sei quem me ameaçava. Era o tal do Brant, estou com o nome dele anotado em algum lugar, que era daqui da Bahia, um general que mora em Brasília, tenho o nome dele completo e me lembro que certa vez fui procurada por um jornalista da revista *IstoÉ*, que faz uma entrevista comigo. Eu mostro o retrato de Dina, Dinalva Oliveira Teixeira Monteiro, desaparecida no Araguaia, e o marido Antônio Monteiro Teixeira. Mostrei pra ele um retrato dos dois tirados no campo, que a gente acredita ter sido no Araguaia. Aí ele me pediu uma cópia, se eu emprestava. Eu confiei, emprestei, ele foi leal, no dia seguinte trouxe o original pra mim e falou que ia entrevistar um general aqui na Bahia que atuou no Araguaia, e foi o Amauri. Eu disse: “Me conte”. E ele: “não posso, Diva, eu fiz um juramento”. Ele fala, só se eu não

revelar o nome dele. Aí hoje estou sabendo que esse cidadão era daqui mesmo, vivia na Bahia, morava aqui, e foi um dos torturadores lá e em outras prisões do Brasil. Então, vou deixar aqui uma declaração de todo esse histórico da minha luta, da minha militância, não é uma militância de tanto confronto, como teve o Aurélio, a felicidade de contar, porque acho que foi uma coragem que aquela juventude teve, de se despir de todo o conforto da casa, criados como pessoas de classe média, estudavam, se alimentavam bem, se vestiam bem, e abrir mão disso tudo para lutar por justiça, por liberdade e por verdade. Essa é minha luta e ela vai continuar porque eu não me concebo viver num mundo de injustiças. Sou uma pessoa, não perdi (porque dizem que a gente vai ficando mais velho e vai perdendo a dignidade), eu não, a cada dia que fico mais velha vou ficando mais indignada com certas coisas que acontecem.

Por ser uma pessoa do Grupo Tortura Nunca Mais, que vem do Comitê da Anistia, eu queria deixar aqui para a Comissão Estadual da Verdade um caso que na minha opinião deve ser investigado pela comissão, que é o assassinato de Eugênio Lyra. Ele é morto numa época... eu tive acesso aos documentos da Polícia Federal e do Arquivo Nacional. Era uma época em que a repressão estava no campo. Hoje a Secretaria de Direitos Humanos tem um trabalho de levantamento, Gilnei Viana faz um trabalho, e ele já está na casa de mil pessoas que foram assassinadas pela ditadura no campo. Eugênio Lyra, quem foi no Arquivo Nacional e pesquisar, você vai ver que eles tinham... que a 6ª Região Militar tinha comando naquela região de Santa Maria da Vitória. E os crimes, claro que não aconteciam como aconteceram em 68, 70, em 71. Aí já era crime de mando. Fui relatora de um processo... eles mandavam os pistoleiros.

Aurélio Miguel Pinto Dórea – Supostamente crime de mando. Eles faziam essa encenação.



Diva Soares Santana – A ditadura militar no Brasil, as Forças Armadas, essa “gloriosa”, entre aspas, Forças Armadas, ela utilizou Esquadrão da Morte para matar e torturar, ela utilizou pistoleiros, porque na região do Araguaia quem atirou em Genoíno foi um pistoleiro, quem matou a Maria Lúcia Petit foi um pistoleiro. Eu tenho um livro chamado *O Nome da Morte*, é um pistoleiro que mata 500 e tantas pessoas. Ele tem um nome fictício, Júlio Santana. É ele quem atira em Genoíno e é ele que dá o tiro que mata Maria Lúcia Petit, a primeira pessoa morta na região do Araguaia. Então, quem contratou? O sargento Marra do Exército, delegado em Xambioá. Contratou pistoleiro. Eu disse um dia ao comandante da 6ª Região Militar – eu vi lá uma revista *Gloriosa* e falei: “comandante, pra ter esse nome de *Gloriosa* tem que limpar o sangue que tem...”. E ele: “que sangue?”. E eu: “sangue, vocês contrataram pistoleiros, vocês contrataram Esquadrão da Morte; Manoel Quadros na Bahia era um cara do Esquadrão da Morte que fazia prisões; Fleury em São Paulo, Cláudio Guerra no Espírito Santo. Então, não vamos ficar com esse purismo das Forças Armadas, “a brilhante de Duque de Caxias” que não é isso não”. Na ditadura eles utilizaram... na

semana passada não tive meu depoimento porque tive uma torção e fiquei toda dura, e o médico me deu três dias de licença. Eu passei três dias lendo o depoimento do Malhães, é um horror. A ditadura utilizou de todos os meios para combater o que metia medo a eles, que era essa coragem e essa bravura do povo brasileiro. Outro caso: quando Waldir Pires foi ministro da Previdência (já falei isso pra Joviniano), que saiu, entrou Waldeck Ornelas... deixa eu contar, um jornalista...

Joviniano Neto – Está havendo um salto. Depois que Waldir Pires saiu, depois que FHC chegou..

Diva Soares Santana – Não, Waldir saiu, Waldeck Ornelas era deputado, substituiu Waldir. Não, houve mudança de governo.

Joviniano Neto – Já foi com outro presidente.

Diva Soares Santana – Certo, houve. Aí o jornal *O Globo* me liga... Waldir Pires foi ministro da Previdência. Quando ele saiu, quem assumiu o lugar dele foi Waldeck Ornelas, daqui da Bahia, deputado. Aí o jornalista do *O Globo* me liga “Diva, o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, vocês aí do Comitê da Anistia já ouviram falar que ele era membro do Comitê de Caça aos Comunistas?”. Eu: “não”. E ele: “é, na ladeira de São Bento, na escola, curso de...” (vou lembrar) de Carlos Santana, se reuniram, (não, não era Águia não, ladeira de São Bento), curso Andes, o proprietário era Carlos Santana – se reuniu em tal data o Comando de Caça aos Comunistas e Waldeck Ornelas entregou 100 estudantes do Central e tem um desses 100 que morreu na tortura”. Aí falei: “eu sou do Comitê de Anistia e nunca ouvi falar em pessoas que morreram aqui na tortura”. E

me deu o nome: Isabel Cotrim. Liguei pra um, pra outro, liguei até pra Joviniano pra saber se conhecia, ninguém sabia. Cotrim – tinha tido um professor em Vitória da Conquista, Cotrim, foi até preso. Cotrim não é uma família brasileira, não pode ter várias, não é da Silva. Aí liguei pra Celso Cotrim. Falei “oh, Celso, você tem alguma parente com o nome de Isabel Cotrim?” Ele disse: “tenho”. Eu falei: “essa moça morreu na tortura?” Ele disse: “não, ela foi presa junto com o pessoal do Central, foi muito torturada, mas não morreu, estava até grávida”.

Aí contei pra Celso e ele disse: “Diva, eu lhe aconselho a não conversar com ela. Ela foi casada com um juiz, recentemente o marido dela morreu e ela desde que saiu da prisão ela nunca mais ficou certa da “bola”, da cabeça. Com a morte do marido ela está muito mobilizada, acho bom não conversar com ela”. Aí no dia seguinte eu fui a Pedro Milton e disse: “Pedro, soube que você foi preso...” e ele: “fui, 100 pessoas foram presas”; aí falei: “Pedro, o jornalista quer falar com alguém que foi preso”; e ele: “não,

Diva, deixa isso pra lá...”. Ele que era vítima. O Waldeck entrega 100 pessoas do Central.

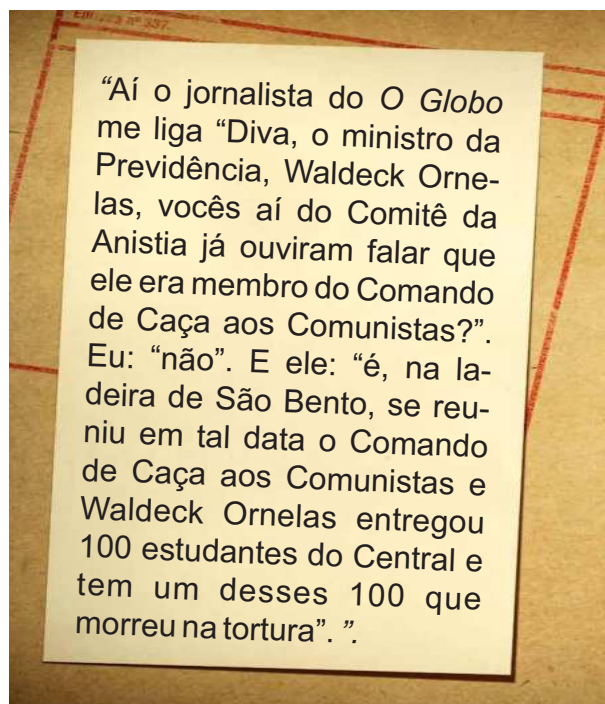
Eu gostaria que a Comissão Estadual da Verdade investigasse essa atuação do Comando de Caça aos Comunistas na Bahia, porque ele funcionou, esteve presente, entregou muita gente. Eu como sendo do Comitê da Anistia e depois do Grupo Tortura Nunca Mais, recebo várias... uma vez uma pessoa me ligou dizendo de um casal que ele viu ser morto na Base Aérea de Salvador, que o homem era um cara que foi expulso... me deu até o nome dele e o telefone, acertei com Augusto de Paula pra no dia me encontrar com ele, fui

“Eu disse um dia ao comandante da 6ª Região Militar – eu vi lá uma revista Gloriosa e falei: ‘comandante, pra ter esse nome de Gloriosa tem que limpar o sangue que tem...’. E ele: ‘que sangue?’. E eu: ‘sangue, vocês contrataram pistoleiros, vocês contrataram Esquadrão da Morte; Manoel Quadros na Bahia era um cara do Esquadrão da Morte que fazia prisões; Fleury em São Paulo, Cláudio Guerra no Espírito Santo. Então, não vamos ficar com esse purismo das Forças Armadas, ‘a brilhante de Duque de Caxias’ que não é isso não”.

mais Augusto e ele não foi, porque eu fiquei com medo de ir só. Ligou me dizendo que era cabo da Aeronáutica e que se lembrava de um casal que ele viu morto na Base Aérea de Salvador. Lá teve morto, envenenado, o Pedro Domiense; também passou na Base Aérea de Salvador a Nilda Cunha, que não se sabe se foi envenenada lá ou se foi no 19º BC, mas sabe-se que ela morreu com substâncias no organismo, envenenada. E eu perguntei: “como, esse casal era de onde?”; e ele: “a mulher não era daqui”. Envenenado, Pedro Domiense, ele era carteiro, presidente da Associação dos Carteiros da Bahia. Ele está na lista, tem um dossiê dele. Ele é preso nos Correios, é levado para os Dendezeiros, levam ele lá para o aeroporto, para a Base Aérea e de lá é envenenado, sai de lá, morto.

Sim, esse casal, esse homem que me ligou, que não se identificou, marcou comigo um encontro e não foi. Me disse até o nome dele, que era Péricles e que ele tinha sido expulso, porque no dia em que Theodomiro matou o sargento, era ele o motorista. E ele foi expulso porque ele teve a oportunidade de matar Theodomiro e não fez. Essa é a história que ele me conta. Ele dirigia o carro que levou Theodomiro preso [trecho inaudível]; ele era o motorista do carro. Foi expulso, porque não matou Theodomiro mais Paulo. Péricles, mas ele não apareceu, isso foi a ligação por telefone, e que o homem morava nos Mares. A mulher não era daqui, a que viu morta, mas o homem morava ali pelo Largo dos Mares, que ele conhecia. Isso são depoimentos que a gente pega de pessoas que foram vítimas, até hoje aparecem pessoas que me contam episódios.

Uma vez apareceu uma menina de Alagoinhas. Eu trabalhava no Sindicato dos Bancários. Quem me levou essa moça tremendo foi Pedro Barbosa. Pegou ela na porta do sindicato, ela muito nervosa, levou e disse “essa moça está aqui muito nervosa, querendo falar com você”. Aí mandei Barbosa, Pedro trouxe água, procuramos



acalmá-la e ela conversou comigo. Disse que o pai dela – moravam na roça – (você vê, o medo do pessoal é tão grande a esse nível) ia muita gente em reunião na casa dela, que era menina, não lembrava qual era o assunto. O pai um dia chegou em casa, vestiu a roupa e sumiu. Ela me deu o nome do pai dela, eu anotei, mas ela estava tão nervosa que eu fiquei, peguei o endereço dela, morava no IAPI, no conjunto Bahia, para eu ir lá no dia seguinte. No dia seguinte que fui, ela não estava lá, ela desapareceu e nunca mais eu vi essa menina. Quer dizer... tem pessoas desaparecidas e que a gente não sabe, porque o povo tem medo até hoje. Ela disse que a mãe dela criou elas com o maior medo de falar dessa história do pai. Pessoas de origem do campo, que têm as informações, que manipulam as informações, que ficam pra trás mesmo... Então, é essa a minha vivência...

Quero me colocar à disposição da Comissão Estadual da Verdade, porque tenho vontade, é meu desejo que essa Comissão avance e um dia tenhamos um país onde a tortura seja punida, seja a tortura de ontem, a tortura de hoje, porque o povo continua sendo torturado. Eu estou

trabalhando com um rapaz que no mês de fevereiro foi empalado pela Polícia Militar, ele está com bolsa de colostomia e perfuração no intestino. Então, a gente tem de pedir justiça e punição para que acabe com essa aberração que é a tortura no mundo.

Joviniano Neto – Queria falar três coisas. Primeiro, Diva falando desse rapaz que foi empalado, que é um dos casos que o Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento da Tortura está tentando encaminhar. Estava falando hoje com doutor Walter que hoje na *Tribuna da Bahia* saiu uma matéria pequena, mas foi o único jornal que deu, de um caso de uma moça que foi encontrada muito machucada, muito quebrada, e com o olho arrancado... com evidências de torturas. Pelo que diz a *Tribuna*, encontraram ela toda quebrada, e com o olho arrancado e o jornal coloca “mulher grávida de cinco meses”. Está agora no Hospital do Subúrbio. Então, a questão da tortura é uma coisa que continua existindo.

Uma outra informação é que enquanto estávamos aqui, foi aberta a correspondência que o Arquivo Nacional mandou. Nós tínhamos pedido o que existia sobre o DOPS da Bahia no Arquivo Nacional. Já tinham me dito que era pouca coisa, o que significa que vamos ter de continuar a procurar, mas chegou hoje a documentação, o resumo do que tem sobre o DOPS da Bahia no Arquivo Nacional. Nesse papel meu de precisar o depoimento, vou tentar rapidamente precisar algumas coisas. Quando Diva fala da inauguração da Fonte Nova, é a reinauguração que ocorreu em 1971, em 4 de março. Ela falou também de pessoas que eram vigiadas em Jequié e onde moram até hoje pessoas que são

vítimas da ditadura. Há uma proposta, inclusive, que essa Comissão vá a Jequié ouvir algumas pessoas e Diva tem um depoimento muito dramático de situações de vítimas da ditadura lá. Você poderia até falar rapidinho. No seu depoimento tem o nome das pessoas que estão em Jequié até hoje?

Diva Soares Santana – Tem que ir logo, porque senão estão pra morrer. Alguns já morreram. Tem Wesley, tem Ciro. Mas Juraci não foi preso.

“Quero me colocar à disposição da Comissão Estadual da Verdade, porque tenho vontade, é meu desejo que essa Comissão avance e um dia tenhamos um país onde a tortura seja punida, seja a tortura de ontem, a tortura de hoje, porque o povo continua sendo torturado. Eu estou trabalhando com um rapaz que no mês de fevereiro foi empalado pela Polícia Militar, ele está com bolsa de colostomia e perfuração no intestino.”

Joviniano Neto – Então você fornece. E a moça é Luzia Ribeiro, que é uma sobrevivente, das duas únicas sobreviventes, do Araguaia.

Diva Soares Santana – Em Jequié, Vera, esse País é um negócio... eu soube disso ano passado, dessa história. Luzia é prima das minhas filhas. E eu encontrei um primo das minhas filhas no Bradesco de Jequié o ano passado. E a família, o pai dele tinha saído lá pra região do Araguaia antes da guerrilha, naquela é-

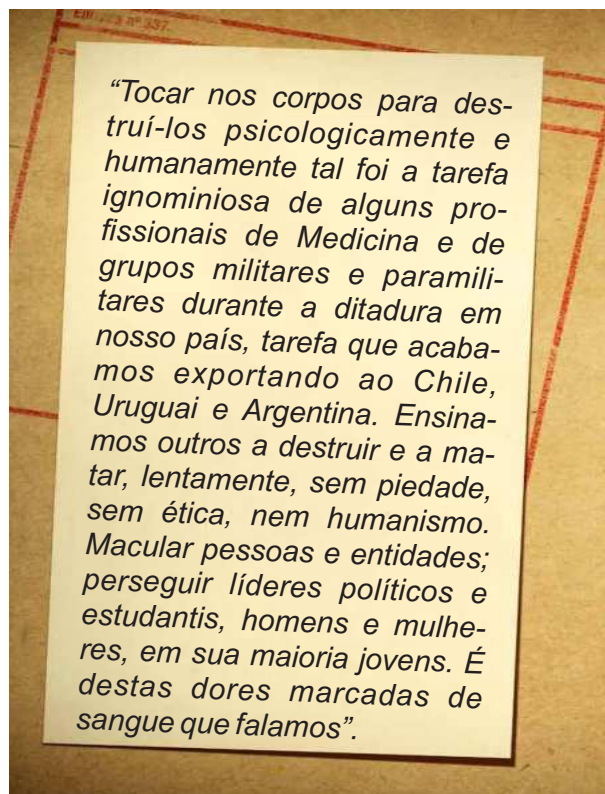
poca de pegar terra devoluta... muita gente foi, Alberto Ribeiro foi pra lá, levou os filhos. Aí estou no Bradesco ano passado e encontro Plínio, que me conta, abraça... diz: “Diva, tenho uma coisa pra lhe confessar: você se lembra que meu pai foi para o Pará... quando completei 19 anos fui servir na Aeronáutica. Estudava em Belém e fui servir. Eu era o motorista do comandante. Um belo dia, meus colegas disseram: “vamos embora ali, que está chegando caça no aeroporto, vamos pegar umas caças ali”. Ele falou com o comandante dele, pegou a Kombi e foi para o aeroporto, na Base Aérea em Belém. Ele era da Aeronáutica e estava na parte lá da Base Aérea, que guarda aviões... no hangar. Ele

disse que estava dentro do carro e um cara de lá jogando um saco no chão. Aí ele fez: “poxa, deixa eu ajudar meus colegas”. Saiu do volante e foi. Quando ele pega o saco, ele tá pensando que era caça que tinha no saco, quando pega e retorce o saco, ouve um gemido. Eu abri minha boca dentro do banco, eu chorei e ele chorava. Eu disse: “Plínio, você fala isso na Comissão da Verdade?”. Ele disse que fala, mora em Jequié hoje. Disse que ele não falou pra ninguém, não perguntou o que era, ele viu um corpo mexer e um gemido. Ele tremeu, nunca esqueceu isso.

Joviniano Neto – Tem um rapaz que ficou meio doente em Jequié...

Diva Soares Santana – Wesley. Agora eu acho que pra que isso aconteça eu teria que ir lá. Tem Wesley, que está muito doente, foi torturadíssimo no 19º BC e era um menino, 19 ou 20 anos. Walter, meu primo... Walter Ribeiro não, Walter Soares. Nilda Carvalho que foi torturada lá, Jaileno que está morto hoje... no 19º BC. Conversei com Jaileno. Ela foi pra Base Aérea. Os presos iam para várias prisões. Jaileno, namorado dela, só que ele está morto.

Diva Soares Santana – Terminei meu texto dizendo assim: “entendo que as famílias tenham o sagrado direito de enterrar seus mortos. A tirania não pode prevalecer. Ainda há muito que fazer para que toda verdade venha à tona”. Aí tem um trequinho que Dom Paulo Evaristo Arns escreve no primeiro livro que fizemos do dossiê dos mortos e desaparecidos, que está aí o livro, hoje grande, lançado pelo presidente da República, mas quem fez o primeiro fomos nós, né, Joviniano? Familiares e Comitês da Anistia. Tudo começa por ali, então Dom Paulo Evaristo Arns diz: “tocar nos corpos para machucá-los e matar, tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários do Estado em nossa pátria brasileira após o golpe militar de 64. Tocar nos corpos para destruí-los psicologicamente e humanamente tal foi a tarefa ignominiosa de alguns profissionais de medicina e de grupos



militares e paramilitares durante a ditadura em nosso país, tarefa que acabamos exportando ao Chile, Uruguai e Argentina. Ensinamos outros a destruir e a matar, lentamente, sem piedade, sem ética, nem humanismo. Macular pessoas e entidades; perseguir líderes políticos e estudantis, homens e mulheres, em sua maioria jovens. É destas dores marcadas de sangue que falamos”.

Joviniano Neto – Vou completar algumas informações do depoimento de Diva. Só quero... Não, já concluiu, ela assina esse documento que ela trouxe, nós transcrevemos a fala dela, transformamos em depoimento e ela assina. Estou completando o depoimento com mais informações, mais complementações do que inquirições. Primeiro, sublinhar a importância da Literarte como ponto de encontro e atuação cultural e de esquerda na Bahia. Uma coisa para Sandra, que é nossa coordenadora do texto, por exemplo, você vai verificar que foi a Literarte que ofereceu emprego para garantir, preencher os requisitos da liberdade condicional de Theodomiro Romeiro dos Santos, que preencheu todos, o Conselho Penitenciário aprovou, e não conse-

guiu, e levou à fuga dele. Quando Diva fala na época das bombas, eu estou datando o período em 80/81, não é isso?

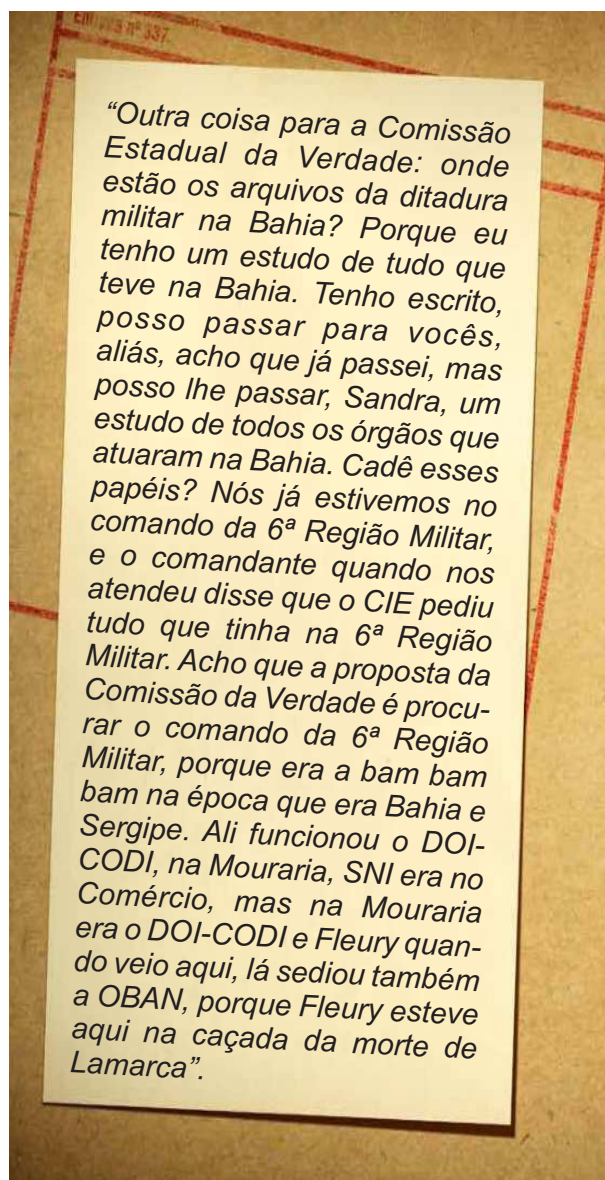
Diva Soares Santana – É, por aí.

Joviniano Neto – Quando ela falou em Washington Souza, rapidamente da presença de Washington Souza, que foi o antigo presidente do Sindicato dos Eletricistas, não é eletricitários, e foi destruído após 64 e nunca foi reconstruído. Ele passou boa parte da vida dele denunciando o fim do sindicato dele e a luta pra tentar reconstruir o sindicato dos eletricitistas que existia antes de 64. Sobre porque o Congresso da Anistia se realizou em diversos lugares em Salvador, depois a gente passa a informação. Luzia Ribeiro, ela já falou, se comprometeu a trazê-la a depor. Uma coisa onde Diva não disse a verdade. Ela disse que “a partir daí só fiz isso da minha vida”. Pode ter sido o motivo principal da luta dela, mas ela tem feito muito mais coisa na vida, inclusive não só pra esclarecer a situação dos mortos e desaparecidos do Araguaia, como na luta de defesa dos direitos humanos na Bahia. Com a participação no comitê e na presidência do grupo Tortura Nunca Mais. Ela falou, isso tenho de complementar: outubro de 1980, “padre Renzo foi até o Papa. Eu tenho o bilhete do Papa para padre Renzo”.

Diva Soares Santana – Para padre Renzo não, para Dom Avelar.

Joviniano Neto – Esse bilhete do Papa para Dom Avelar é um documento importante que nós gostaríamos de tirar cópia, para na hora que formos escrever o relatório da atuação aqui na Bahia.

Diva Soares Santana – Joviniano, gostaria que você complementasse aí na hora que eu não falei, mas é sobre o atestado de óbito dos desaparecidos políticos: acrescentar na minha falação que quem cria o direito de a gente ter o atestado de óbito é a lei 9140, mas essa lei é sepultada quando



diz local de sepultamento: lei 9140. É o atestado de óbito que nós temos.

Joviniano Neto – O Comitê Baiano pela Verdade lançou um cartaz de grande repercussão, viu Sandra, que pode ser juntado como cópia no nosso relatório. É um cartaz de ampla repercussão que diz: “vamos retirar as reticências”, que transcreve, reproduz a certidão de óbito de um desaparecido político, por sinal, a irmã de Diva. Diva, inclusive, autorizou a divulgação.

Diva Soares Santana – Mas foram todos assim.

Joviniano Neto – Uma observação aqui: eu sei que Diva, muito antes até da lei de

acesso às informações, ela teve acesso ao documento do SNI sobre ela, que são dezenas de páginas.

Diva Soares Santana – Seis mil folhas de papel.

Joviniano Neto – Esse documento reproduz o que fiscalizaram da vida dela. Na época não permitiam colocar o nome das pessoas com quem ela entrava em contato, e ficava com abreviaturas, agora já pode colocar o nome inteiro. Esse documento, que ela conseguiu do SNI, dos arquivos, mostrando como acompanharam a vida dela é um documento importante também para nós conhecermos.

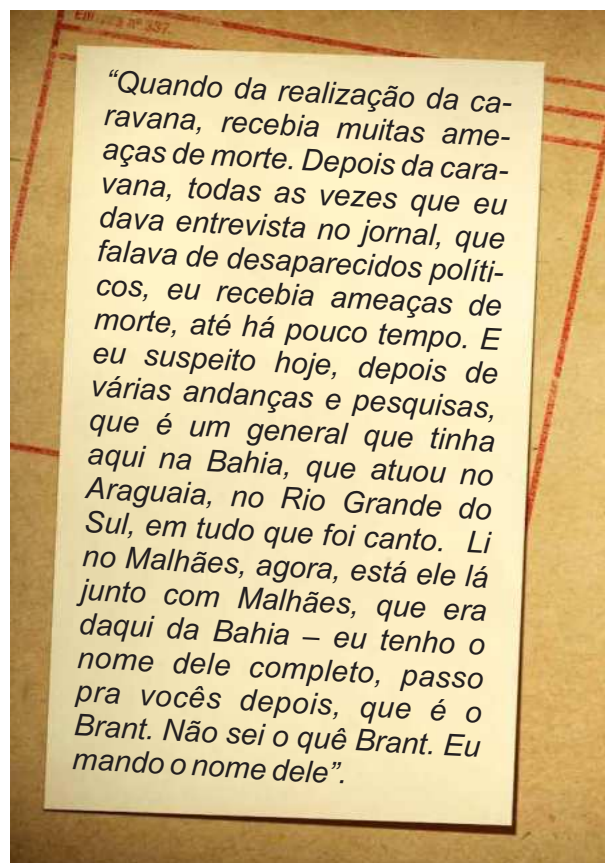
Diva Soares Santana – Eu tenho o disquete.

Joviniano Neto – É isso que estou falando com a moça... ela disse que tem um dossiê do Comitê Brasileiro pela Anistia na Bahia, é também um documento importante, mais para mostrar resistência do que a perseguição. Ela diz, só ela pode responder: quem ameaçava ela, nos telefonemas de ameaça de morte, era um tal de Brant...

Diva Soares Santana – Não, não. Quando da realização da caravana, recebia muitas ameaças de morte. Depois da caravana, todas as vezes que eu dava entrevista no jornal, que falava de desaparecidos políticos, eu recebia ameaças de morte, até há pouco tempo. E eu suspeito hoje, depois de várias andanças e pesquisas, que é um general que tinha aqui na Bahia, que atuou no Araguaia, no Rio Grande do Sul, em tudo que foi canto. Li no Malhães, agora, está ele lá junto com Malhães, que era daqui da Bahia – eu tenho o nome dele completo, passo pra vocês depois, que é o Brant. Não sei o quê Brant. Eu mando o nome dele.

Joviniano Neto – A pergunta é a seguinte: você disse que suspeitava que era um tal de Brant. Por que você suspeitava disso?

Diva Soares Santana – Por que eu contei



que o jornalista da *Isto É* vem fazer uma matéria comigo sobre desaparecidos e vai entrevistar um general que atuou na guerrilha do Araguaia. Hoje, com as coisas que eu vou lendo, montando as pecinhas... eu tenho quase certeza, não tenho certeza que é ele. Mas um general na Bahia que atuou no Araguaia... hoje ele mora em Brasília, estou com o retrato dele aqui, está na outra pasta no meu carro. Retrato dele aqui, morou na Bahia... hoje está em Brasília. Então, são coisas a investigar. Isso os arquivos nos dirão, mas cadê? Outra coisa para a Comissão Estadual da Verdade: onde estão os arquivos da ditadura militar na Bahia? Porque eu tenho um estudo de tudo que teve na Bahia. Tenho escrito, posso passar para vocês, aliás, acho que já passei, mas posso lhe passar, Sandra, um estudo de todos os órgãos que atuaram na Bahia. Cadê esses papéis? Nós já estivemos no comando da 6ª Região Militar, e o comandante quando nos atendeu disse que o CIE pediu tudo que tinha na 6ª Região Militar. Acho que a proposta da Comissão da Verdade é procurar o comando da 6ª Região Militar,

porque era a bam bam bam na época que era Bahia e Sergipe. Ali funcionou o DOI-CODI, na Mouraria., SNI era no Comércio, mas na Mouraria era o DOI-CODI e Fleury quando veio aqui, lá sediou também a OBAN, porque Fleury esteve aqui na caçada da morte de Lamarca.

Joviniano Neto – Pronto, acho que em termos de informações, as outras coisas a gente complementa no relatório.

Diva Soares Santana – Estou à disposição da Comissão da Verdade para a gente trabalhar essas coisas.

Joviniano Neto – Com a palavra, Aurélio Miguel.

Aurélio Miguel Pinto Dórea - Diva falou aqui da realização do 2º Congresso de Anistia e uma figura que veio aqui foi a de Teotônio Vilela. Eu fiquei com a responsabilidade de ciceronear o senador, fazer as honras da casa. Saímos, uma jornalista bonita do A Tarde chamada Lina, não sei se lembro; um deputado federal chamado Airton Soares...

Diva Soares Santana – Airton foi advogado de presos políticos...

Aurélio Miguel Pinto Dórea – ...O senador Teotônio Vilela e eu. A noite toda fiquei ouvindo o senador, Airton Soares tentando seduzir Lina. Acaba o senador ficando extremamente bêbado. *[risos]* E ele estava hospedado na casa do irmão, que era o cardeal Dom Avelar, no palácio. Muito bem, sabe o que aconteceu? Com medo de levar esporro do irmão, Teotônio Vilela pulou o muro. Imagine eu fazendo *cama de gato* e ele pulando o muro, Senador da República, quase 80 anos, com medo do irmão.

Joviniano Neto – Porque o irmão era padre, Cardeal...

Diva Soares Santana – Mas ele contou uma história pitoresca, eu vou contar outra também. Vem na Bahia Domitília Barrios pra lançar o livro *Se me Deixam Falar*. Repressão na Bahia, Comitê de Anistia, Literarte também entra. Lembra, Aranha? O PCdoB, sempre precavido, monta um esquema para proteger esta mulher. Essa mulher vai ficar na casa de quem? Pedro Milton, na Pituba, a casa toda de vidro. Pedro Milton no uísque e nós acordados ali, meu Deus, com medo. Walter Ribeiro era o único homem que tinha, ficava do lado de fora, vigiando a casa e a gente dentro da casa. Essa é uma história da Domitília, aquele livro que lançou na Literarte, *Se me deixam falar*.

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA
10 de junho de 2014
Módulo 7 da Universidade Estadual de
Feira de Santana - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA

10 de junho de 2014 - Módulo 7 da Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - Bahia



José Virgínio dos Santos*

DEPOENTE: JOSÉ VIRGÍNIO DOS SANTOS

José Virgínio dos Santos fez parte do departamento de distribuição e propaganda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Feira de Santana e foi o menos perseguido entre os seus companheiros. Distribuía o jornal 'Voz Operária'. Também trabalhava na Gazeta do Povo. Foi preso em Feira de Santana e levado para Salvador, onde ficou na sede da Polícia Federal, momento em que, segundo seu relato, foi bastante constrangido. Durante a detenção, enquanto tomavam o seu depoimento, ele recebia várias ameaças, mas mesmo assim, contornou diversas situações, indicando, principalmente, nomes de pessoas que já tinham morrido. José Virgínio respondeu a processo e foi absolvido em maio de 1975.

Eu fui do Partido Comunista Brasileiro. E nos anos 60 começou a perseguição, e eu estava trabalhando aqui em Salvador, eu já estava aqui em Salvador e ficou aquele... me deram o cargo em um jornal, que era do partido, que eles chamavam agitação e propaganda, como eu fiquei naquele corre pra lá, corre pra cá, não conseguiram botar meu nome, me salvei até 72 mais ou menos, e até 72 começou a aparecer sempre lá no meu comércio, um pessoal da... secreto, do Exército, Federal, então, que ia lá. Eu notava que era uma coisa estranha, um perguntava: "Você tem esse material assim para vender?". " Não". "Você tem isso?" De vez em quando aparecia um filmando, e tal. E foi assim que eu notei, porque uma pessoa que estava em Recife, trazia o jornal *Voz Operária*, *Tribuna Popular* e outros jornais. E em uma certa época ele foi preso em 72, mais ou menos, nós fomos detidos. Ele foi detido primeiro e me delatou, me pegaram e me levaram para Salvador, eu fiquei lá detido uns cinco dias. Eu fiquei lá fui muito constrangido, né, a gente tava em um sossego, apesar de estar preso, daqui a pouco chegava um: "você agora vai ali, nós vamos jogar você ali" e tudo dentro do rio e tal, dentro do mar, aliás.

Mas eu fui menos perseguido, dessa parte eu fui menos perseguido do que os meus companheiros; os outros levaram para Amaralina, e eu fiquei na sede da Federal, como tinha lá um coronel o nome dele era Arthur de Carvalho, parece, então

*Texto não revisado pelo depoente.

ele aliviou e tinha um outro que eu não lembro o nome, que depois encontrei com ele em uma firma no Polo, ele aliviou mais a barra, ele foi mais sensível comigo, sabia que eu já conhecia Arthur de Carvalho, me aliviou.

Mas eu fui bastante constrangido, toda noite quando a gente tava lá, meia-noite, levavam lá para um quarto, para uma sala lá e tomavam um depoimento, e diversas coisas, todo mundo já sabe mais ou menos, e ameaçando, né. Como aquilo, eu nunca tinha passado por aquilo, eu fiquei bastante nervoso, às vezes a gente fala coisa que até na hora que não era nem pra falar, mas no aperto que nós passamos, foi difícil para não entregar os companheiros, mas eu sempre envolvi aquele que já tinha sido falecido, porque falecido não fala. Então a gente jogava. “E isso aqui? Foi fulano de tal, esse aqui?”. “Foi tal fulano”. Aí ele: “mas, por que você me fala dos mortos e não dos vivos?”. “Então, rapaz, é porque eu tinha mais ligações com ele, os outros eu conheço, mas não sei o nome e tal”. “Agora aqui ó, esse já falou sobre você”, aí eu não tinha meios como esconder, aí a gente, rapaz eu já fui, sempre teve um respeito muito grande pela minha família e eu estava sem saber onde estava, sem saber também quantos dias ia passar naquele momento, muito difícil, para a minha família.

Eurelino Coelho – O senhor então esteve preso em 72, aconteceu esse episódio que o senhor delatou. Seguiu-se a essa prisão algum processo? O senhor respondeu processo?

José Virgínio dos Santos – Respondi por

diversas vezes pela Polícia Federal, isso depende de onde a gente ia e vinha, só que nós fomos absolvidos em 73 parece, em 75 nós fomos absolvidos, sempre tinha, chamava, vinha precatório aqui pra Feira e tomava depoimento na delegacia, prestava aquele depoimento. Aldo, parece, o delegado da época e o escrivão aliviavam mais as coisas, tinha conhecimento e tal, eu não posso dizer que fui tão perseguido, mas sofri muito e tal, aquele negócio de toda hora vir de Salvador e voltar, que a gente não sabia o que é que ia acontecer com a gente.

Eurelino Coelho – Ainda nos dias de prisão, senhor José Virgínio, o senhor relatou constrangimentos, ser chamado à noite para depoimento, o senhor foi vítima ou presenciou práticas de torturas?

José Virgínio dos Santos Não, eu sempre fiquei isolado, a sala que eu cheguei a estar pegava um cidadão, que eu não me lembro o nome. Naquele tempo se entregava mensagem, mas não podia e nem eu tinha o interesse em saber quem era, porque sabe que

você vai falar, então o que foi que eu disse. Me entregaram um documento, um cidadão veio aqui... “ah, mas ele chegou no carro tal”, eu digo “eu não vi que carro foi, ele parou, me entregou, que carro era, eu não sei e tal”, sempre que eu procurei aliviar dessa maneira que eu pude.

Eurelino Coelho – O senhor disse que era militante do Partido Comunista Brasileiro, o senhor, dentro da estrutura do partido, ocupava alguma função?

José Virgínio dos Santos – Eu era da parte de distribuição e propaganda, eu e o companheiro Sinval Galeão sempre com a missão.

Eurelino Coelho – Sua área de atuação era Feira de Santana?

José Virgínio dos Santos – Feira de Santana.

Eurelino Coelho – O contato do senhor no partido era Sinval Galeão?

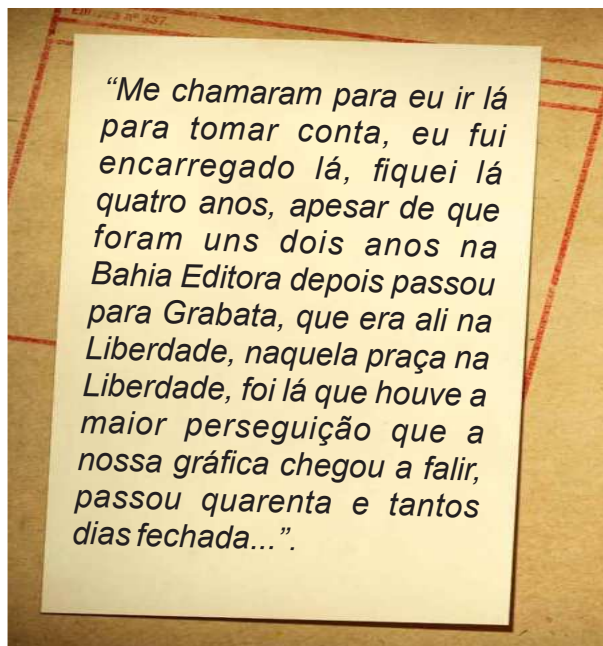
José Virgínio dos Santos – Não, era com todos, era Sinval, eram todos do partido que eu fazia uma comunicação nas nossas reuniões, fizemos diversas, fizemos uma na casa do pai dele ali, de Nilton, fizemos na casa de Zé Mota e outros né, na época.

Eurelino Coelho – Além desse trabalho de distribuição de jornais, o partido em Feira de Santana nessa época privilegiava outras atividades, tinha outras frentes de trabalho do partido?

José Virgínio dos Santos – Tinha diversas, o partido nunca deixou, sempre veio com esse trabalho partidário, sempre ele tava atuando, apesar de ser secreto. Quando era uma coisa mais secreta era particular, quando não era, era mais praticamente aberta na casa dos irmãos, na casa de fulano, mas isso já foi uma época que tava mais ou menos aberto, a ditadura já não estava com tanto rigor como era antigamente.

Amábilia Almeida – O senhor trabalhava em Salvador?

José Virgínio dos Santos – Não, eu trabalhava em Feira na Gazeta do Povo, trabalhei na Folha do Norte e houve um problema lá na nossa gráfica no *Momento*, em Salvador, ali na ladeira da Conceição, que me chamaram para eu ir lá para tomar conta, eu fui encarregado lá, fiquei lá quatro anos, apesar de que foram uns dois anos na *Bahia Editora* depois passou para *Grabata*, que era ali na Liberdade, naquela praça na Liberdade, foi lá que houve a maior perseguição que a nossa gráfica chegou a falir, passou quarenta e tantos dias fechada,



chegou um pessoal do partido dentro da gráfica, me chamaram e disseram: “você, a partir de hoje, vai ter que sair daqui porque que eu quero aliviar logo a barra sua e de fulano e tal tal, os que mais concentraram, o restante, que não faz parte do partido, nós vamos ver o que vamos fazer”. Nós fizemos um acordo lá, eu vim embora para Feira e de lá a gráfica terminou fechando.

Amábilia Almeida – E como senhor sobreviveu depois de sair de Salvador e se deslocar para Feira de Santana?

José Virgínio dos Santos – Eu já tinha um comércio aqui, um depósito de reciclagem e tava uma época que eu peguei, era uma época muito difícil, que foi um dos primeiros do estado da Bahia, com muita dificuldade, dinheiro quase que nada, eu sei que foi difícil, mas quando a gente tem coragem, começa a botar o pé no chão e ir até adiante.

Eurelino Coelho – Senhor José Virgínio, o tempo que senhor ficou preso em Salvador, o senhor se lembra de pessoas que participaram desses interrogatórios, o senhor relata constrangimento, o senhor se lembra de pessoas que estivessem envolvidas nesse constrangimento de que o senhor foi vítima?

José Virgínio dos Santos – Eu lembro que

eu fiquei... o coronel, que ele trabalhou em uma firma lá no polo e ficou até muito meu amigo já depois, já uns dez anos depois, foi um dos que, ele era mais o que levava, chegava “ô Virgínio, vamos aqui”, aí eu ia, mas lá eram diversos, então eu não lembro assim o nome deles, sei que um era coronel não sei o que, não lembro. Tinha um alto meio capenga, os que ficavam lá e tomavam depoimento eram outros, chegava, entregava e saía, aí você tinha que falar às vezes o que queria e o que não queria, porque ninguém ia se acusar tanto e acusar demais os outros também.

Eurelino Coelho – O senhor disse que a sua estratégia era sempre que possível atribuir aos que já tinham morrido, não é isso? O senhor esteve preso com outros companheiros?

José Virgínio dos Santos – Não, só um, esse que trazia os jornais, quando eu cheguei, eu fiquei ainda um espaço de pouco tempo e o camarada conversou comigo mais rapidamente, aí quando chegou esse cidadão: “você vai levar ele lá para Mataripe”, aí não tive mais notícias dele.

Eurelino Coelho – Esse companheiro o senhor já conhecia de antes?

José Virgínio dos Santos – Não, ele chegava lá, eu sabia quem era e trazia o jornal, mas não tinha nenhuma ligação com ele, uma porque eu não queria ter ligação, porque aconteceu o que aconteceu em cima da pessoa, só que ele já estava preso há dias lá, né? Tinha uma sala lá na Polícia Federal, no Mercado Modelo, aí você ficava lá dentro, quando chegava um novo, aí tirava dali e levava lá para Amaralina, que eu não sei se Galeão ou algum outro ficaram ali, chegou a ficar?

Sinval Galeão – Não, eu fiquei no 19º BC.

José Virgínio dos Santos – Tinha um cidadão que era muito educado, seu João, um velhinho, baixinho, era funcionário da Polícia Federal, era um cara 100% nessa parte, chegava conversando com a gente e tal. Mas conversava um pouco para colher ou não, ele era muito sensível.

Eurelino Coelho – Esse período de prisão, depois do processo que o senhor teve que responder, teve consequências na sua vida, o senhor percebe que isso alterou de algum modo, trouxe consequências, prejuízos?

José Virgínio dos Santos – Prejuízo trouxe, mas não em repercussão por causa que eu fui detido, porque foi um caso muito rápido, eu na época aqui, tava trabalhando em Salvador, tava um pouco esquecido, quando eu saí da Folha do Norte que eu fui pra

Salvador, eu fiquei assim um pouco isolado e tinha um perigo, o maior perigo que eu tinha lá dentro na Folha do Norte era um tal conhecido como Rossini Souza, que ele era da fanfarra, então eu ficava correndo de não me encontrar lá com ele, porque era um delator, eu conhecia ele lá dentro, muito perigoso, eu sabia de tudo que ele praticava e do que ele conversava lá dentro, e eu procurava me isolar para não ter contato com ele, eu fugia muito lá dentro e eu não tendo o contato ele não ia nem lembrar de mim porque eu já estava com dois anos fora.

Eurelino Coelho – Então o senhor não sofreu consequências diretas desse período da prisão e do período posterior do processo, na sua avaliação não lhe acarretou nenhum prejuízo maior, é isso?

José Virgínio dos Santos – Não. Houve prejuízo, mas não assim de, de financeiro houve, agora de perseguição assim não,

“Eu já tinha um comércio aqui, um depósito de reciclagem e tava uma época que eu peguei, era uma época muito difícil, que foi um dos primeiros do estado da Bahia, com muita dificuldade, dinheiro quase que nada, eu sei que foi difícil, mas quando a gente tem coragem, começa a botar o pé no chão e ir até adiante”.

porque eu procurava sempre desviar, eu tinha acabado de voltar de Salvador, eu ficava mais ou menos isolado para não ter contato com aquele setor que todos já sabiam aqui que eles estavam.

Eurelino Coelho – Do ponto de vista financeiro, o senhor teve prejuízo?

José Virgínio dos Santos – Bastante prejuízo, mas eu estava em uma época muito boa que eu estava começando e tava com os contratos com Minas Gerais e Espírito Santo e eu tava começando a desenvolver isso, houve um atraso, agora não houve um problema que acarretasse lá em Minas a minha firma porque eu digo quem trabalhava comigo não sabia o que aconteceu, só os daqui de Feira que sabiam mais ou menos.

Eurelino Coelho – O senhor acha que a sua família de algum modo foi atingida?

José Virgínio dos Santos – Foi, foi porque a pessoa tá lá por trás, não saber onde você tá, filho pequeno e você saindo sem destino, nem souberam e nem eu sabia para aonde estava indo, eu sentia toda hora que iria morrer, quando o cara dizia: “você agora vai ali”, eu sentia aquele remorso, aquela coisa, agora dessa vez eu vou, eu já estava esperando onde eu iria cair ali, “então você vai para o navio agora se você não falar”, então era um negócio difícil.

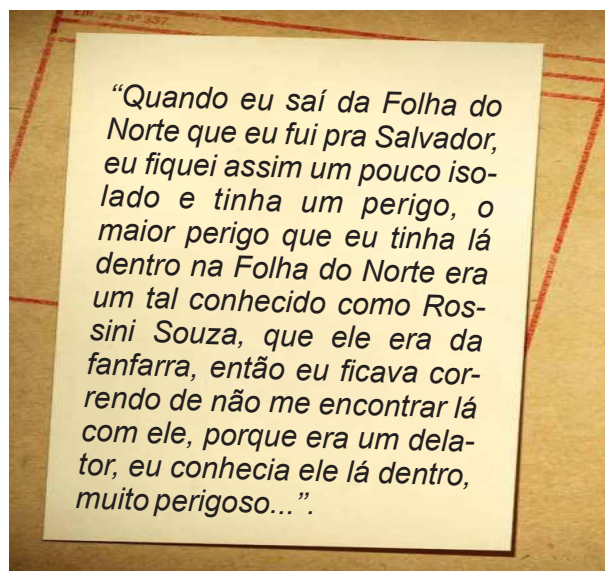
Eurelino Coelho – O senhor tinha filhos pequenos?

José Virgínio dos Santos – Tinha. Um ano ou dois, né?

Ressi de Souza Santos – Um ano, Maria Virgínia tinha um ano.

Participante não identificado – Esses seus inquisidores, eles lhe perguntavam o quê? Basicamente o quê? E eles tinham um foco de determinadas pessoas?

José Virgínio dos Santos – Da Federa?



Não, eles queriam saber quem era, eles chegavam aqui e digamos um, Galeão era o que do partido? Eu dizia: “rapaz, não sei não”, eu me botava assim meio molóide: “rapaz, não sei não, era do partido, mas eu não sei que cargo”. “Otoniel era o quê? Zé Pereira era o que, fulano de tal”, aí começava a perguntar de todo mundo, eu sempre tirei de Zé Mané, pra não chegar e delatar os companheiros assim direto. “Mas aqui, tá vendo, aqui você conhece?” “Rapaz, eu conheço e a função não sei”, não ia dizer a função, não sei, eu pouco, não faço parte, “mas você ficava com o jornal”, eu chegava lá e entregava, o pessoal chegava lá e eu entregava, não sabia nem onde era, com isso até que me salvei mais ou menos.

Participante não identificado – Sobre Chico Pinto você tem lembrado alguma coisa?

José Virgínio dos Santos – Rapaz, eu não tenho lembranças de Chico Pinto, e acho que perguntaram, eu não sei que às vezes eu sabia que tava lá, eu não sei e tal, eu sou novo aqui no partido e tal, mas pode ser e tal. “O senhor já era comunista?”. “Eu não era comunista, só trabalhava no setor de distribuição de revista e jornal, tava lá, era minha sobrevivência, eu trabalhei lá no Itabuna, me deram esse cargo eu precisando sobreviver, não tinha outra coisa, pois eu tive que fazer, eu não sabia nem o que era”,

tirava o carro da tangente para poder não me atingir tanto e nem os outros companheiros. “E quem era lá do Itabuna?”. “Eu só conheço um que era lá que me deu a cobertura, foi fulano de tal, já tinha morrido”.

Eurelino Coelho – Sinval Galeão, que é presidente da nossa Comissão, tem uma pergunta.

Sinval Galeão – Eu queria que você falasse o seguinte: você trabalhou na Gazeta do Povo?

José Virgínio dos Santos – Trabalhei.

Sinval Galeão – E se você viu ou se você teve no local e acompanhou aquela questão do empastelamento da Gazeta feito por políticos ligados ao pessoal da ditadura?

José Virgínio dos Santos – Acompanhei naquela época, foi Itamar, Itamar Silva, filho de Raul Silva, com o tempo eu fui em Jequié e encontrei ele lá, ele tava fugido, foi em 1970, ele tava fugido, já estava em Jequié, porque tiraram ele do setor e jogaram lá para Jequié, eu conversei com ele e ele conversou comigo, enfim, apesar que ele, o Itamar não fazia nada, o Itamar só era *barco seco* tomador de cana e chegava lá na Rua do Meio esculhambando, mas nessa parte eu tinha um contato com ele lá, ele não fazia nada, só que o pessoal deram a ele um... “olhe, você vai pra Jequié e fica lá, faz o que quer e fica lá”, um processo, qualquer coisa, com medo de matá-lo, isso eu encontrei diversas vezes.

Eurelino Coelho – Sim, Hosannah tem uma questão.

Hosannah Leite – Você era membro da direção municipal do Partido Comunista Brasileiro em Feira de Santana?

José Virgínio dos Santos – Era.

Hosannah Leite – Era só essa pergunta, que ficou meio vaga.

Eurelino Coelho – É, bom, eu tenho ainda uma questão, se o senhor puder. José Virgínio, o senhor conhece pessoas que foram igualmente perseguidas e vítimas da ditadura militar em Feira de Santana?

José Virgínio dos Santos – Rapaz, foi quase todo mundo do partido, quem escapou foi alguns, os que não puderam, teve alguém que escapou, mas a maioria tudo foi perseguido, teve alguns que conseguiram. Teve Zé Pereira parece, foi Humberto na época, depois pegaram, junto, no dia que eles pegaram Humberto, quando eu cheguei no 35º BI, Humberto já estava, eu desci mais ele no carro da Polícia Federal para

Salvador.

Eurelino Coelho – O senhor desceu junto com ele?

José Virgínio dos Santos – Foi, quer dizer, pegaram Humberto e botaram no 35º BI, aí vieram me colocar no 35º BI, não, aliás eu entrei no jipe, foram lá em casa, procuraram arma e tal, que por sinal eu tinha até um revólver lá dentro, não conseguiram achar, essa foi a minha sorte, que eles não conseguiram encontrar, porque senão eu estava complicado. Aí me levaram, eu cheguei lá a primeira cara que eu vi foi Humberto, aí nós descemos juntos, quando nós chegamos na estrada falaram, ligaram lá para o coronel: “a mercadoria tá aqui”.

Eurelino Coelho – Será que temos algum outro membro da Comissão que deseja

“Eles queriam saber quem era, eles chegavam aqui e digamos um, Galeão era o que do partido? Eu dizia: 'rapaz, não sei não', eu me botava assim meio molóide: 'rapaz, não sei não, era do partido, mas eu não sei que cargo'. 'Otoniel era o quê? Zé Pereira era o que, fulano de tal', aí começava a perguntar de todo mundo, eu sempre tirei de Zé Mané, pra não chegar e delatar os companheiros assim direto”.

fazer alguma questão ao senhor José Virgínio? Não. Senhor José Virgínio, alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar ao seu depoimento, sobre o trabalho que estamos fazendo aqui na Comissão da Verdade, algo que do lugar de onde o senhor está, tendo vivido o que o senhor viveu, passado pelo que o senhor passou, algo que o senhor gostaria que ficasse registrado para que as futuras gerações soubessem, tem alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar?

José Virgínio dos Santos – Rapaz, que eu tinha uma documentação muito boa, inclusive quando eu vi meus companheiros serem detidos, eu consegui a envelopar, inclusive que eu fui fotógrafo, quando realizei a chegada de Luis Carlos Prestes que foi ali naquele prédio, junto da prefeitura, aquele o prédio onde esse doutor Roque Aras... então ali eu tinha, eu fotografei tudo e tal, muita documentação dele, e peguei mais outros, inclusive eu tinha um acervo muito bom, aqueles livros do partido e jornais e revista e tal, aí foi quando eu ouvi dizer “foi preso”, aí eu fui, peguei e enterrei, enterrei e eu acredito se não buliram deve tá lá ainda, agora eu não sei mais.

Eurelino Coelho – O senhor nunca desen-terrou?

José Virgínio dos Santos – Nunca, que eu vendi a casa.

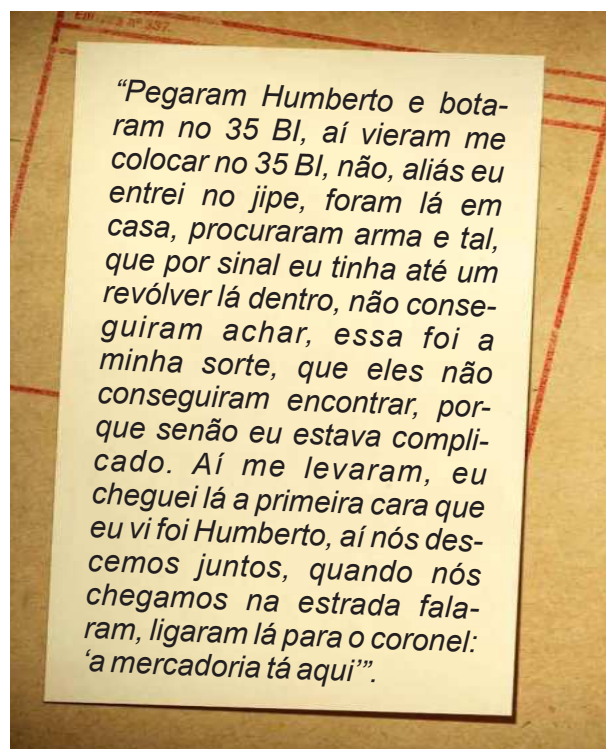
Eurelino Coelho – Vendeu a casa com tudo enterrado?

José Virgínio dos Santos – Tudo enter-rado.

Amábíla Almeida – Botou dentro de saco plástico?

José Virgínio dos Santos – Foi, botei bem reservado, tudo direitinho, eu pensei em não ir lá, mas depois.

Participante não identificado – Nós vamos ter que fazer essa escavação, des-cobrir uma forma de fazer essa escavação.



José Virgínio dos Santos – O que é que nós vamos fazer, eu até pequei, eu devia ter alugado a casa, que se eu alugasse a casa, eu ia cavar, ficou lá fechada, depois foi que Wilson foi lá conversou, eu digo “eu vou fazer o que agora?”

Eurelino Coelho – O dono da casa mora em Feira?

José Virgínio dos Santos – O dono da casa morreu, aí deixou essa casa lá, foi lá na época da Queimadinha, aí ficou lá enter-rado e não sei se ainda, eu acredito que...

Hosannah Leite – Tem que fazer a exumação.

José Virgínio dos Santos – E eu pequei de não alugar, eu podia ter alugado a casa, ficou lá largado um bocado de tempo, eu alugava para nada, só para ver depois, pagava algumas despesas, olhe, tome a sua.

Amábíla Almeida – E agora a casa tá com quem?

José Virgínio dos Santos – Eu não sei, só

vendo isso aí, correr atrás disso aí.

Amábília Almeida – Na casa mora alguém, caiu?

José Virgínio dos Santos – Sim, está morando alguém, porque a casa da frente tinha dois quartos, o fundo também tinha dois quartos.

Participante não identificado – Foi no quintal da residência?

José Virgínio dos Santos – Não, foi dentro, tem duas divisões nos dois quartos do fundo, entre eles coloquei lá no lugar.

Eurelino Coelho – Pois muito bem, seu José Virgínio, se o senhor não tem nada a acrescentar ao seu depoimento ainda, se tiver fique à vontade.

José Virgínio dos Santos – Deixe eu ver assim, se eu lembrar de outra coisa, passa muito tempo e às vezes a gente esquece. Que eu lembre, mais nada.

Eurelino Coelho – Assim, em nome da Comissão da Verdade, gostaria de agradecer ao seu depoimento, senhor José Virgínio, e a sua disposição de colaborar com o nosso trabalho.

José Virgínio dos Santos – Eu vou inclusive ver dessa casa, ver alguém.

Eurelino Coelho – A esposa dele quer falar. A senhora gostaria de falar? Sim, por favor, diga o seu nome.

Ressi de Souza Santos – Meu nome é Ressi de Souza Santos. Eu me lembro, a gente tava com pouco tempo de casado, chegaram aqueles homens, pegaram ele,

eu disse: “oxente, vocês vão levar meu marido pra onde? Ele: “não tem conversa”. E ali, meu Deus, o que foi que eu fiz, naquela hora o que eu tinha de fazer era conversar com Deus, que é o único que nos ouve nas horas mais precisa, então eu digo: “meu Deus, para aonde vai levar meu marido?”. Eles não me responderam, aí entrei, fiquei naquele silêncio, agoniada com minha filha pequeninha, digo “e agora?”.

No outro dia é que eu saí e fui procurar Oscar Marques, Oscar Tabaréu, eu disse: “Oscar, me ajude por favor, porque eu não entendi nada, não sei o que é que houve, levaram meu marido. Aí ele disse: “tenha calma”, como é que tem calma? Você está dentro de casa, rapidamente como se fosse um ladrão, entrar, carregar, não tem coração que aguente. Hoje eu tenho problema de nervos causado por isso, que dizer, o único que eu poderia naquela época, naquele sofrimento, era implorar à *dona das águas*, eu disse: “*dona das águas*, me diga pra onde levaram meu marido?”. Eu

via tudo em sonho e eu recebi a mensagem, confia no Senhor que ele tudo fará e graças a Deus eu conhecia poucas pessoas; Galeão, tava começando a conhecer, Hosannah Leite, seu Raimundo, Zé Pereira, seu Humberto Mascarenhas que me ajudou muito.

O leite da minha filha precisava, não tinha mais dinheiro, o dinheiro, a feira que eu fiz era pouca de leite para ela, então eu procurei seu Humberto Mascarenhas, que hoje deve estar na eternidade, que o Senhor Deus perdoe as falhas dele aqui na terra, que era um homem bom, eu chamei seu Humberto, tinha a Livraria Jacuípe, eu digo:

“Meu nome é Ressi de Souza Santos. Eu me lembro, a gente tava com pouco tempo de casado, chegaram aqueles homens, pegaram ele, eu disse: “oxente, vocês vão levar meu marido pra onde? Ele: “não tem conversa”. E ali, meu Deus, o que foi que eu fiz, naquela hora o que eu tinha de fazer era conversar com Deus, que é o único que nós ouve nas horas mais precisa, então eu digo: “meu Deus, para aonde vai levar meu marido?”. Eles não me responderam, aí entrei, fiquei naquele silêncio, agoniada com minha filha pequeninha, digo “e agora?”.

“seu Humberto, levaram José, eu não sei o que é que eu faço e a menina tá precisando de leite”; aí ele disse: “não tem problema”, aí seu Humberto me deu um dinheiro, eu fui comprei três latas de leite, foi que sustentei ela até a volta dele, aí eu não tenho mais lembrança porque de tanto sofrimento, em seguida depois disso tudo, eu sei que tinha pessoas, ele era um homem calado, não conversava comigo, não falava o que estava se passando, que se ele dissesse “Ressi, estou no partido e tal”, aí ia ter segurança, né, porque hoje eu observo muito as pessoas quando começam fazer muita pergunta a mim, eu “oh, minha mãe me ensi-

nou, ver, ouvir e calar é o melhor remédio do mundo”, aí não sei mais explicar, eu sei que demorou para ele voltar para casa e a *dona das águas* em quem eu tenho muita fé, muita, muita, foi quem tirou ele de lá, somente.

Eurelino Coelho – Muito obrigado, dona Ressi. Seu depoimento também será reunido ao de seu José e constará no relatório da Comissão da Verdade. Agradeço à senhora por essa intervenção. Então, em nome da Comissão da Verdade, seu José Virgínio, fica aqui o nosso agradecimento pela sua contribuição.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

10 de junho de 2014 - Módulo 7 da Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - Bahia



Neuza Berhmann Estrela*

DEPOENTE: NEUZA BERHMANN ESTRELA

Neuza Behrmann Estrela é professora e viúva do professor José Coutinho Estrela, denunciado como 'subversivo' por promover uma Feira de Conhecimentos no Colégio Estadual de Feira de Santana, além de discutir com os alunos problemas relativos à Educação. José Estrela foi preso em abril de 1969 e solto em dezembro de 1971. Ficou preso na Casa de Detenção, em Salvador, e depois foi transferido para a Penitenciária Lemos Brito, onde foi mantido junto a criminosos considerados de alta periculosidade. Ele foi condenado a 16 meses de prisão e depois de liberto, passou por diversas dificuldades, principalmente para encontrar um emprego. Sua anistia chegou junto com a de outros baianos, perseguidos pela ditadura militar.

*Texto não revisado pela depoente.

Eu sou Neuza Berhmann Estrela, viúva do professor José Coutinho Estrela e assim penso colocar, claro que com muita emoção, o que nos tocou muito, diante da injustiça que todos aqueles que fizeram parte daquele grupo sofreu. Eu estava em Belo Horizonte, em 1969, quando recebi uma carta dele, datada do dia 23 de abril, onde me contava que estava preso, ali, no 35º Bl. Dizia que estava sendo acusado de subversão, porque tinha feito a feira de conhecimentos; porque se reuniu com os alunos para discutir os problemas da escola; porque, nas aulas, ele sempre deixava cinco minutos para socialização, tinha sido isso interpretado como atividades sexuais. Então, ele se sentia, na prisão. E dizia, através da carta, que estava sendo sacrificado, crucificado, melhor dizendo, me dava razão, quando eu dizia a ele, em nossas conversas, que ele deixasse essas coisas de administração de colégio malfeita, e que fizesse apenas o trabalho dele, como eu fazia no Gastão Guimarães. Mas, a visão dele era outra. Ele estava encontrando um colégio desorganizado, bagunçado, com a denominação, até, de cabaré de tia Laura, onde os professores não podiam dar aula, onde ele tinha uma metodologia de dinâmica de grupo, favorecendo o contato entre alunos, o estudo, a leitura dos grupos, em casa e na escola, as discussões dos assuntos, dos conteúdos de ciências biológicas, o interesse em dar o máximo de habilidade aos alunos para sozinhos estudarem, e poderem fazer vesti-

bular, progredir na vida, ensinar a estudar, era essa a metodologia, através das dinâmicas de grupo, e das discussões coletivas. Então, isso foi tomado como subversão.

Então, quando eu criticava ele “faça o seu trabalho, e deixe as coisas da escola, não se mistura com isso”. Claro, um tipo de trabalho, uma metodologia dessas, não pode deixar de ter o apoio da escola, a aceitação da comunidade e a convivência com os alunos.

Ainda nessa carta, ele me disse que estava sendo sacrificado, mas que não se arrependia de ter feito o que fez, porque tinha cumprido o dever dele, e tinha sido reconhecido pelos alunos, e que isso é o que interessava a ele. Estava se sentindo como, fez referência ao livro de ficção kafkiana em que, no livro de Kafka, os presos eram condenados, ficavam detidos aguardando o processo, e lá, envelheciam, morriam, esquecidos. Mas que ele esperava que viesse uma resposta imediata, porque aquilo era uma situação anedótica na cidade de Feira de Santana. Ele não entendia o porquê, a não ser por entender que, na comunidade, aquela comunidade, não tinha ainda pessoas civilizadas, e que parecia, até, uma piada de mau gosto.

Ele estava respondendo inquérito, sendo inquirido pelo 35º Batalhão de Infantaria de Feira de Santana, porque tinha feito um trabalho digno, produtivo para os alunos, no colégio em que ele estava trabalhando. O texto, aliás, a ficha que nos foi apresentada, pede para dizer lugares onde aconteciam as violações. As violações que ocorreram, na minha opinião, dentro da minha sensibilidade, foi, primeiro, no Batalhão de Infantaria. Porque: preso, porque estava

trabalhando? Preso, porque fazia um trabalho honesto? Isso é uma violência.

Preso, respondeu inquérito, foi para a Casa de Detenção, em Santo Antônio, e lá, no dia que iríamos visitar, eu e Valrina, esposa do professor Luciano Ribeiro, como era de costume visitarmos, não estava mais. Meu Deus! Parecia o santo sepulcro,

que levava o Cristo. Para onde foi? Soubemos, através, das colegas, que o grupo feminino ficou na Casa da Detenção, mas o grupo masculino foi todo para a Penitenciária Lemos de Brito. Então, nos sentimos violentadas ao saber que nossos maridos, os nossos companheiros tinham sido arrebatados para outro lugar. No momento em que, no ambiente, pelo que a gente ouvia, o que diziam, era de desaparecer o preso, era de torturar o

preso, era de fazer sumir. Então, essa violência, a gente sofreu, naquele momento, naquele ato de desespero.

Saímos e fomos atrás deles, na Casa de Detenção, e lá, infelizmente, não era o dia de visita. Nós ficamos, então, sem nenhum contato, sem sabermos o que estava acontecendo com eles. Íamos, dávamos toda a assistência, buscávamos dinheiro nas listas ou no EGG, onde eu trabalhava, nossos colegas faziam listinhas para a gente ajudar a pagar aos advogados, que iriam fazer o processo: Ronilda Noblat e Joaquim Inácio Gomes, eles teriam que ter remuneração, alguma ajuda, para elaborar o processo, documentação etc., e ir, inclusive, a Brasília. Com que recurso? Eu era apenas uma professora. Uma professora que estava ali, nomeada para o Colégio Gastão Guimarães, como professora de Didática, dava aulas, tive que dar aulas suplementares de manhã, de tarde e de noite para arranjar esse dinheiro, para

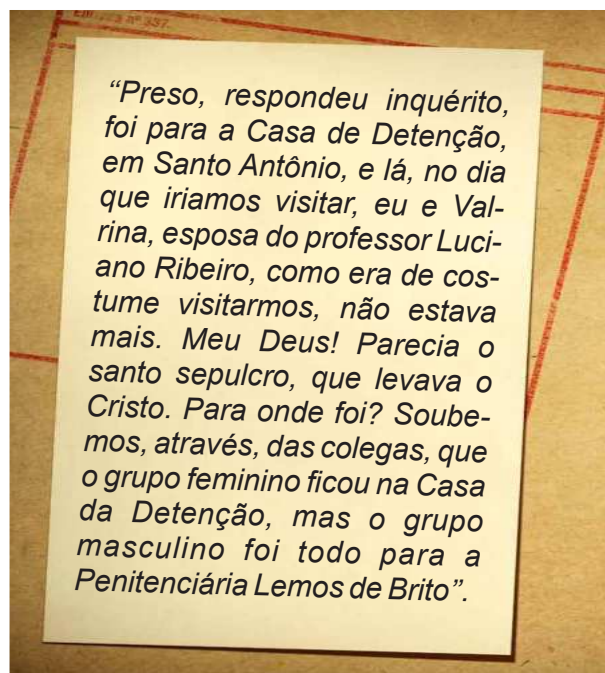
“Eu estava em Belo Horizonte, em 1969, quando recebi uma carta dele, datada do dia 23 de abril, onde me contava que estava preso, ali, no 35º Bl. Dizia que estava sendo acusado de subversão, porque tinha feito a feira de conhecimentos; porque se reuniu com os alunos para discutir os problemas da escola; porque, nas aulas, ele sempre deixava cinco minutos para socialização, tinha sido isso interpretado como atividades sexuais”.

ajudar. Porque nós contribuíamos com muito pouco em relação ao que necessitava, aos custos do processo, mas contribuíamos assim, com o nosso salário, com a ajuda de listas que o pessoal fazia, outras pessoas nem queriam assinar, davam o dinheiro sem assinar, para que a gente pudesse ajudar os advogados a ir a Brasília, defender os nossos maridos.

Aí, eu estou me referindo já ao momento em que eles já estavam presos. Porque, eu tenho aqui telegrama – Estrela guardava muita coisa – em que o 35º BI, aliás não é o 35º BI. É assinado por Mário Gomes Filho, auditor substituto da Auditoria da VI Região Militar, marcando o julgamento para o dia 3 de maio do ano de 71, onde, nessa audiência, eles foram condenados. Estrela foi condenado, juntamente com todo o grupo, o grupo que fazia parte desse processo. Nós temos aqui: Luciano Ribeiro Santos foi condenado a dois anos de detenção; José Coutinho Estrela foi condenado a 16 meses; Juvenal Gonzaga e Yara Maria Cunha Pires, 12 meses; Jonicael Cedraz de Oliveira, oito meses; José da Silva Moura Filho, um ano e dois meses.

Então, dessa vez, eles foram condenados e já não voltaram para casa. Foi aí, a nossa necessidade de buscar recursos para advogado dar assistência, ver o que precisava e sofrer. Quando da prisão deles, os alunos da escola enviaram cartas, cartinhas – com, aqui está, o carimbo da detenção, só entrava com o carimbo – onde diziam do desespero, da falta dele, da esperança que ele voltasse um dia. É o caso do segundo ano C, é o caso do segundo ano B, turmas onde ele trabalhou, e fazia esse trabalho, com essa metodologia. Então, buscávamos recursos, para tentar libertá-los.

O aniversário da nossa primeira filha. Nós pedimos autorização, na Casa de Detenção, para levar um bolinho, e cantarmos os parabéns. Conseguimos. Mas era muito doloroso isso. Que a sua família tenha que comemorar um aniversário em



um ambiente horrível daqueles. Mas a família exigiu, insistiu, e nós fizemos. Tenho até uma fotografia onde ele está com a criança no colo, já, lá na Casa de Detenção.

Então, essa busca foi incessante. Essa ida à cadeia foi demais. E mesmo depois de liberto, a comunidade, os caminhos que ele buscava para trabalhar estavam fechados. Porque fazia concurso, apresentava currículo na universidade para ser professor, e nem era levado em conta.

Tínhamos a vontade de cursar o mestrado no Rio Grande do Sul, porque eu já era professora da UEFS. Eu fui chamada para ser contratada para trabalhar com estágio supervisionado. Levar os alunos à comunidade, às escolas, para exercer o magistério. No departamento de educação, aliás, nem tinha departamento de educação ainda, era o curso de licenciatura e língua portuguesa. Então, eu levava os alunos de língua portuguesa para os estágios. Mas, todo professor que está na universidade precisa fazer carreira, inclusive estudar, para dar melhor assistência, fazer um trabalho mais competente com os seus alunos. O caminho é o mestrado. Para você estudar a metodologia, para você pesquisar e se tornar um professor pes-

quisador. A universidade precisa levar à comunidade resultados científicos, e dentro da educação, nós também precisávamos fazer isso. Então, o mestrado é um dos caminhos que a gente inicia.

Havia, no Rio Grande do Sul, um chamado para os professores que quisessem fazer o mestrado. Eu, casada com ele, fui à reitoria, solicitar que me liberassem, e que também o indicassem para me acompanhar e fazer o mestrado em Ciências Biológicas. Não nos foi permitido. As palavras do reitor eram “Agora não. Talvez, depois, mais tarde. A senhora sim, mas ele não”. Então, são discriminações que doem. São impedimentos violentos. Estávamos querendo o melhor. Estávamos querendo colaborar. Estávamos querendo fazer o bem, estávamos querendo ser bons profissionais na comunidade de Feira de Santana. Isso não foi possível, isso era crime, isso foi um crime.

A ficha também faz referência a se tomávamos posição, se denunciávamos? A resposta é o medo e o terror não nos deixavam abrir a boca. Se já tínhamos sido maltratados, violentados porque trabalhávamos bem, quanto mais se fosse falar mal do algoz. Quanto mais se a gente fosse reclamar. Então, não era momento de liberdade, de fazer isso.

A minha maior alegria, uma das alegrias que me apareceu foi quando saiu no jornal um texto dizendo: “Baianos poderão ser libertados, baianos poderão ser absolvidos”, Jornal da Bahia, JB de 08/10/71. Aqui comecei a sentir uma esperança, aqui respirei, aqui agradei milhões de vezes a Deus. E a anistia chegou, graças a Deus, e ao trabalho incessante de gente

que se sensibilizava, de políticos inclusive que se sensibilizavam com a situação horrorosa em que vivíamos, e que brigavam contra isso.

A pergunta da ficha diz: “Tomou alguma providência”? Não, porque não podia. Com a anistia, então, foi possível que se fizesse, eu tenho aqui, dele mesmo, um texto, que é um requerimento que ele fez ao senhor Ministro da Justiça. Não sei se já havia a anistia nessa época, porque não atinei para as datas. Me permitam ler, para

mim é melhor eu colocar na íntegra o que está aqui: “Qualificando o requerente. Fundamentado no projeto de lei 86995 – depois foi da anistia – venho requerer indenização, em decorrência de ter sofrido prisão, pelo Exército brasileiro, após a ocorrência da revolução de 31 de março de 64, pelos motivos que passo a expor. Primeiro: por ter coordenado e idealizado duas feiras de conhecimento, no Colégio Estadual de Feira de Santana, mobilizando os alunos do curso científico”, me desculpem, “mobilizando os alunos,

científica e culturalmente, fora denunciado como subversivo, pela então diretora, e pelo capitão Arlindo Barbosa, “dizendo-se do SNI”, e em 1969, foi intimado pelo 35º batalhão de infantaria de Feira, Bahia, para depor, ficando, durante três dias, detido e incomunicável”, é violência, “para responder o Inquérito Policial Militar, cujo interrogatório tinha início às oito horas, interrupção às 12, recomeçando às 13 e terminado às 18, durante os três dias. Foram feitas torturas de ordem psicológicas, querendo o major Ribeiro que eu delatasse alguém, e dizendo, que meu colega Juvenal da Conceição Gonzaga, com quem morava, já

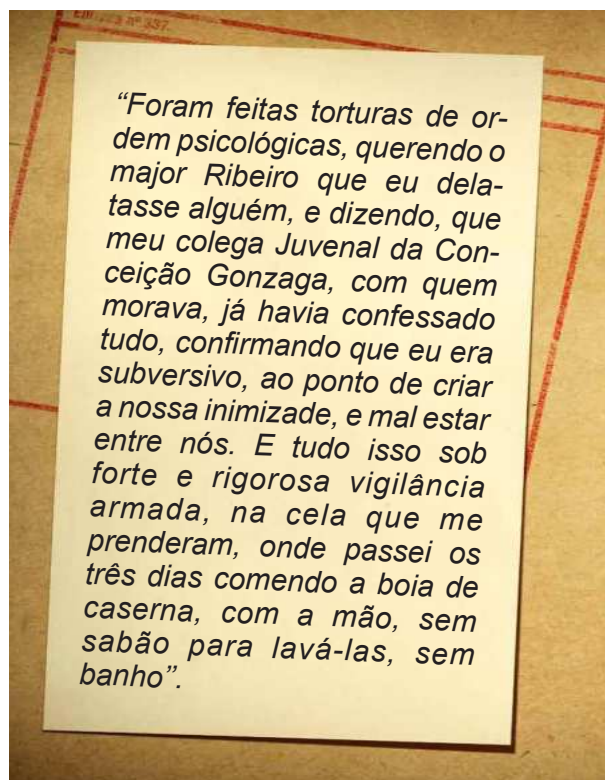
“Estrela foi condenado, juntamente com todo o grupo, o grupo que fazia parte desse processo. Nós temos aqui: Luciano Ribeiro Santos foi condenado a dois anos de detenção; José Coutinho Estrela foi condenado a 16 meses; Juvenal Gonzaga e Yara Maria Cunha Pires, 12 meses; Jonicael Cedraz de Oliveira, oito meses; José da Silva Moura Filho, um ano e dois meses. Então, dessa vez, eles foram condenados e já não voltaram para casa. Foi aí, a nossa necessidade de buscar recursos para advogado dar assistência, ver o que precisava e sofrer”.

havia confessado tudo, confirmando que eu era subversivo, ao ponto de criar a nossa inimizade, e mal estar entre nós. E tudo isso sob forte e rigorosa vigilância armada, na cela que me prenderam, onde passei os três dias comendo a boia de caserna, com a mão, sem sabão para lavá-las, sem banho.

Dois: durante quase dois anos, éramos intimados a ir de Feira de Santana, para responder a intimação da auditoria na VI circunscrição judiciária militar, exército, marinha e aeronáutica, sediada no forte São Joaquim, na Avenida Jiquitaia, Salvador, pelo menos uma vez ao mês, para ouvir depoimentos dos delatores.

Três: no dia 2 de maio de 71, fomos intimados, o julgamento, com início às oito horas, terminou às três horas do dia três, quando foi lida a sentença, onde, Luciano Ribeiro dos Santos, foi condenado a 24 meses...”, conforme, eu já li a lista aí, “já éramos presos, da Casa de Detenção, num salão, com senhoras e senhores juntos”, homem e mulher, tudo junto, “Após, dois meses, algemaram-nos e puseram-nos num camburão, depois em celas na Penitenciária Lemos de Brito, subúrbio de Salvador, submetidos a vigilância ostensiva e máxima, quando somente tínhamos, duas horas de sol, às quintas-feiras.

Vale lembrar, exceto o detento José Moura Filho, não tinha curso superior, e pela lei, todos os demais tinham direito a prisão especial, se realmente fossem criminosos. Entretanto, fomos misturados a criminosos comuns, de alta periculosidade e delinquentes. Nossa alimentação era torturante, era a mesma todos os dias, jabá frita e farinha, e pela manhã, um pão com margarina, e a noite os restos de meio dia, até que o doutor Inácio Gomes e doutora Ronilda Noblat conseguiram a permissão para que nossos familiares levassem alguns víveres, para suprir a carência alimentar, que já alguns começavam a sofrer gastrites e deficiência orgânica. Enquanto isso, nossos advogados recorreram ao Egrégio Superior Tribunal



Militar no Rio de Janeiro. E como fazer face às despesas de idas e vindas, passagens de avião, etc.? Vendemos alguns pertences e de nossos familiares, recorremos a contribuição de amigos e parentes, muitos se negaram com medo de serem taxados também de subversivos e serem também perseguidos. Durante todo esse tempo, não tivemos acesso a nenhuma bebida, nem direito a relações conjugais, nossas esposas só dispunham de uma hora para visita, ao ponto de ter visto minha filha nascer e quando fui libertado, no dia 17/12/71, às nove horas, ela estranhou-me, desconheceu-me. Esse processo militar só veio extinguir, parte dos seus efeitos malévolos, após a anistia. Desde 1969, fomos discriminados em escolas, universidades, as pessoas afastavam-se de nós, com medo de também ser vítimas, como nós.

Quando foi fundada a faculdade de educação de Feira de Santana, foi publicado um edital para concurso de títulos, para professor de Biologia. Eu, candidato único, preenchendo todos os requisitos, inclusive o de residir em Feira, após o senhor reitor consultar o 35º BI, lá estava ex-preso político, e fui impedido.

Convidaram gente de Salvador, para assumir a vaga. Para o reconhecimento dos cursos da UEFS, atendendo outro edital, tornei a redigir meu currículo vitae, e novamente fui preterido. A universidade de Campos no Rio Grande do Sul ofereceu curso de mestrado, sem seleção. Candidatei-me, eu e a minha esposa, ela foi aprovada, e eu, após nova consulta ao 35º BI, nova preterição. E sempre sendo discriminados, o que nos causou grande prejuízo de ordens econômica, financeira, especialmente danos morais, e perda da liberdade, sem que tivéssemos cometido quaisquer crimes, nem contra a ordem, nem contra as instituições financeiras, nem à ordem moral. Tão somente leviandade dos delatores e desrespeito aos direitos humanos. Esses fatos nos causaram incontáveis prejuízos de ordem econômica, financeira e especialmente moral”. Ele repete isso aqui e pede deferimento, para enviar esse ofício ao Ministro da Justiça, baseado, então, na Lei da Anistia.

Então, segundo o que a Comissão pede no questionário, a ação de procurar a justiça, só depois da anistia. Que documentos tenho para provar isso? O inquérito policial militar, eu fui saber, porque tanta coisa? Fui lá, tirei xerox para saber. Por que Estrela? Será que ele era tão ruim assim? A verdade está toda lá, tudo que ele fez no colégio estadual, fotos, jornais etc., está tudo lá.

A acusação é que ele tinha ideias marxistas. Por isso é que ele era criminoso. Então, são esses os documentos, e ele fala que no 35º BI comia de mão, de dedo sem lavar, sem banho, sem nada. Um dos prepostos que tomavam conta dele tinha sido aluno dele. Foi quem emprestou um

garfo meio sujo para ele comer a comida. Então, se buscar na história quem era esse rapaz, ele comprova, confirma, naquele horário, quem era a pessoa, naqueles dias que estava lá, que presenciou, forneceu esse garfo para o professor, para ele não comer de mão.

Os documentos que eu tenho são essas pastas, os relatos orais que ele me fazia, e esse documento que ele fez para a Comissão de Anistia. Quero dizer que estou disponível para qualquer questão que eu não tenha conseguido expressar corretamente. Mas antes, dizer que foi muito doloroso, traumático, foi muito traumático, foi muito doído. E a gente, até hoje, se sente injustiçado. Porque não é um parecer do Ato 5, segurando, derrubando congresso, impedindo a democracia, impedindo reuniões de três pessoas em qualquer lugar. Isso é violência. Isso é tortura. Isso é esmagar a população, isso é desrespeito, isso é realmente a ditadura. E o esmagamento de toda e qualquer liberdade, e a implantação do terror nas famílias, principalmente nos jovens que estavam, no meu caso, constituindo o seu lar, sua família e foram agredidos tão violentamente. Acho que é isso.

Eurelino Coelho – Consulto os companheiros da Comissão da Verdade, se há alguém, que deseja dirigir alguma questão.

José Virgínio dos Santos – Olha, inclusive ouvindo esse caso dela, eu acredito que foi um dos delatores da gente, foi esse Porcino, que ele chamava a gente para o trabalho de base: “Aqui na comunidade tem

“Formos misturados a criminosos comuns, de alta periculosidade e delinquentes. Nossa alimentação era torturante, era a mesma todos os dias, jabá frita e farinha, e pela manhã, um pão com margarina, e a noite os restos de meio dia, até que o doutor Inácio Gomes e doutora Ronilda Noblat conseguiram a permissão para que nossos familiares levassem alguns víveres, para suprir a carência alimentar, que já alguns começavam a sofrer gastrites e deficiência orgânica. Enquanto isso, nossos advogados recorreram ao Egrégio Superior Tribunal Militar no Rio de Janeiro”.

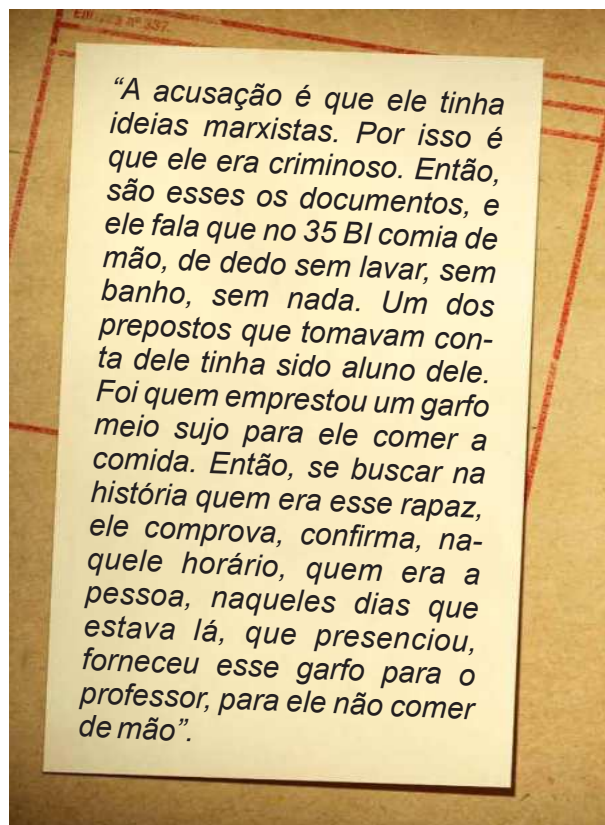
um comunista safado”. Cansou de chegar lá em Doutor Onofre e falar isso. E, outra parte, que eu tinha me esquecido de falar, mas agora me lembrei: um dos que me levava, era capitão Ribeiro.

Sinval Galeão – Queria apenas fazer um apelo à professora Neuza, que além dos formulários que nós pedimos para ela preencher, esses documentos que ela tenha, ela possa nos passar para tirar uma cópia e depois nós devolveremos a ela, para que, acompanhe o relatório da comissão da verdade.

Paulo Soares da Silva – Eu queria somente dar um testemunho rápido, aproveitando a oportunidade com a professora Neuza. Eu fui detido nesse processo do Estrela, e passei uma semana no BI. E o que eles indagavam a mim, era a minha participação, que eu estava em Salvador. Eu fui detido em Salvador, na porta do colégio Carneiro Ribeiro onde estudava, quando fui expulso aqui, do colégio estadual. Fui estudar lá. E eles focaram sempre no Estrela, o que eu sabia do Estrela, e no Santa Bárbara. Eu não perguntava. Depois que eu fui saber que tinham outras pessoas no processo, como Yara, Luciano; Moura eu sabia, ele tinha me dito, tinha me falado.

Mas eu fui um desses detidos lá, e eles fizeram muita carga sobre Estrela. Eu ficava, inclusive, naquela época, meio tonto lá no depoimento, na história, porque eu nunca tinha visto, realmente, nenhuma ação de Estrela, a não ser isso que a senhora colocou. Eu não fui aluno de Estrela, eu fui aluno do estadual, mas não fui aluno de Estrela. Outros amigos meus tinham sido alunos dele, e o foco das perguntas que me fizeram na época era somente sobre Estrela e Santa Bárbara.

Eu realmente, agora com o depoimento da professora Neuza, me confortou mais, porque eu, embora não tenha sido aluno de Estrela, a gente tinha uma relação bastante estreita, em virtude do movimento que a gente fazia dentro do colégio esta-



dual. Eu vim somente confirmar, isso aí.

Eurelino Coelho – Eu tenho, uma pergunta, professora Neuza. A senhora relata a violência perpetrada contra o professor José Coutinho Estrela, que simplesmente exercia o seu ofício, nada mais que isso. Nós sabemos que a ditadura cometeu atos similares contra muitos cidadãos no Brasil, isto é, gente que teve que enfrentar o estado repressor, enfrentar o aparelho de estado, porque caiu em desgraça com alguém, porque foi denunciado por alguém, nós vemos muitos casos desses.

O caso do professor José Coutinho Estrela, parece que a popularidade dele como professor no colégio estadual pode ter predisposto a visão de que ele seria alguém com um determinado perfil político que a ditadura elegia como sendo seus adversários, como sendo aqueles a quem perseguia, aqueles a quem dar cabo. Mas a minha pergunta é a respeito do perfil político do professor José Coutinho Estrela. O professor fazia parte de alguma organização, fazia parte, tinha militância partidária, estava envolvido com alguma coleti-

vidade política, dessas que a ditadura identificava como sendo subversiva, como sendo criminosa, como sendo do campo da esquerda? O professor José Coutinho Estrela tinha este perfil de militância, de envolvimento partidário?

Neuza Estrela – Que eu saiba não. Possa ser, sei lá, tem coisas que o marido faz que a gente não sabe né. Então, em casa, a gente não percebia isso.

Celso Pereira – Com esse requerimento, que Estrela fez ao Ministério da Justiça, ele foi declarado, anistiado?

Neuza Estrela – Vou dizer como está. Hoje a internet é para todo mundo. Eu não sei, sou analfabeta nisso, mas uma amiga minha disse: “Bote seu nome para ver se não saem coisas sobre você na internet”. Então eu visitei, e lá estava, professora da UEFS, e tal, e processo José Coutinho Estrela, aprovado, valor de 60 mil, se herdeiros tiver. Nós então, sabemos que existe esse processo. Mas nunca recebemos nenhum dinheiro, nada. Não sei para onde foi isso aí. Depois, quando ele foi liberto, nós demos entrada, com a doutora Ronilda, demos uma procuração para ela providenciar as coisas né? Depois, acompanhar o processo. Demos a procuração, pagamos uma taxa de 200 reais, mas isso ficou lá, nunca mais tive notícias. Por último, um colega nosso, um colega do nosso filho, o Doutor Elder Barros, hoje ele é procurador lá em Brasília, nos procura querendo uma procuração, dizendo que estava com os processos de Ronilda, e que precisava dessa procuração. Nós fornecemos. Depois, recebemos uma carta de alguém desse escritório, dizendo que declinava de acompanhar o processo

por questões éticas. Então, estou sem saber, o que é, o que foi. O fato é que está lá na internet que existe um processo que dá a condição de anistia, aquela coisa toda. Eu estou então fazendo isso, porque eu não sei por onde vou para conseguir chegar à verdade nisso.

“Eu fui detido em Salvador, na porta do colégio Carneiro Ribeiro onde estudava, quando fui expulso aqui, do colégio estadual. Fui estudar lá. E eles focaram sempre no Estrela, o que eu sabia do Estrela, e no Santa Bárbara. Eu não perguntava. Depois que eu fui saber que tinham outras pessoas no processo, como Yara, Luciano; Moura eu sabia, ele tinha me dito, tinha me falado. Mas eu fui um desses detidos lá, e eles fizeram muita carga sobre Estrela. Eu ficava, inclusive, naquela época, meio tonto lá no depoimento, na história, porque eu nunca tinha visto, realmente, nenhuma ação de Estrela, a não ser isso que a senhora colocou”.

Celso Pereira – Mas posso te dar, depois, indicações. O de Humberto saiu agora.

Sinval Galeão – Eu queria agora, até dar uma informação. Quando foi julgado o processo de Estrela, eu fui, pessoalmente, eu e Claudio Soares, te procurar. Nos indicaram, não sabíamos onde você morava, nos indicaram lá o edifício Savália.

Neuza Estrela – Savália, onde minha filha tem consultório.

Sinval Galeão – Eu cheguei lá, deixei por escrito, que tinha sido julgado,

que vocês precisavam procurar o Ministério da Justiça, e deixei meu telefone. Vocês nunca me ligaram, eu disse: “Já devem ter resolvido isso”. Porque no dia, no dia não, no dia que foi colocado na página que tinha sido julgado favorável, eu fui lá te procurar, e estive no consultório de sua filha. E pedi à menina que estava lá, sua filha não estava, que passasse a informação para ela, para você, e para vocês me procurarem. E até hoje, eu não recebi essa ligação.

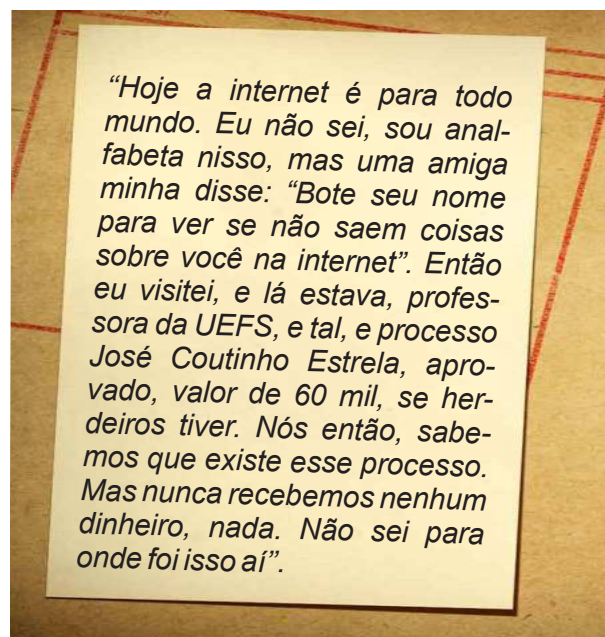
Neuza Estrela – Aconteceu o seguinte: eu recebi um ofício 6890/2005 c.a diligência, requerimento de anistia número 20010802165, citar em resposta isso né, de Brasília, ao senhor Agamenon Vieira de Andrade, não sei quem é.

Sinval Galeão – Agamenon foi meu advo-

gado, era casado com a filha de Peninha, companheiro nosso, mas Agamenon foi embora para o Sul e nunca mais apareceu. Eu mesmo fui cuidar do meu processo pessoalmente. Mas no caso de Estrela foi julgado, vocês têm direito, não sei como está agora. Eu acho que não tem prescrição, é questão de ver. Foi julgado, que eu fui lá, inclusive, no escritório de sua filha levar a notícia, que eu peguei pela internet. Eu acompanhava todos os processos do pessoal de Feira, e eu todo dia entrava para saber quem foi julgado, quem não foi.

Albertino – Talvez você descobrisse, pudesse pedir ajuda a Moura. Porque Moura foi preso junto com Estrela. É hoje, parece que é juiz, lá em Brasília, ele trabalha por dentro dessa comissão. Já foi, eu acho, indenizado, então, talvez adiante. Ele foi prisioneiro, a mesma coisa com vocês.

Eu acho que o caso dele, como o de Estrela e o de professora Yara, eu acho que foi um caso, muito mais de ciúmes de professores, do que propriamente político, pra mim. Esses professores, como Laura Foly, usou muito os alunos, tinham 12 lá. Vocês falaram em Rossini, mas tinha também Adesil, era igualzinho a Rossini, dentro do colégio estadual, quando eu dava aula de religião lá. Era simplesmente porque esses professores se destacavam diante dos outros. Os alunos gostavam deles. E quando os alunos gostavam, eles já interpretavam que era aliciamento político, para uma organização clandestina, me pareceu que foi muito mais isso. Minha irmã é que foi testemunha dele e também de Yara, como professora do colégio estadual, mas eu não acompanhava nada disso aí. Visitei, realmente, quando achei que era um dever meu de padre visitar esse pessoal que era daqui, mas não tinha muita aproximação com nenhum deles. Mas eu acho que essa questão é bem próxima de uma coisa que eu queria deixar bem claro. A direção daquele tempo usava certos alunos como espões, porque eles não enquadravam na política estudantil dominante, em Feira, na época, que era da AFES. Eles eram opo-



sição e, por isso, eram amigos da diretoria do colégio. Mas eu acho que em relação à anistia, caberia, me sugeriram que eu fizesse, eu não queria, eu não perdi emprego por causa da minha vida, eu não fui preso porque era padre, o bispo daqui dizia assim: “Não bulam com meus padres”. Como ele era da direita, ninguém bulia. Eu tinha um escudo, que era por causa de ser padre, não que ele gostasse de mim, mas porque ele me queria como padre, aqui.

Então essas coisas foram o inverso, ele era um professor querido dos alunos, então deveria ser subversivo, me parece que era muito mais isso do que qualquer fato concreto de crime.

Neuza Estrela – Em relação a isso, a feira de conhecimento que ele fez, ele fez três feiras de conhecimento. A primeira foram selecionados trabalhos, a comissão julgadora era de pessoas da comunidade, foram selecionados os trabalhos que apresentaram em Salvador, no Teatro Castro Alves.

Homem não identificado – Na Biblioteca Central da Bahia, nos Barris.

Neuza Estrela – Dalí, alguns trabalhos foram selecionados para ir ao Rio de

Janeiro. Então, isso faz inveja, isso faz ciúmes. Além disso, quando ele foi preso, os alunos enviaram três, quatro bilhetes, que ele lia na detenção com carinho. “Caro professor Estrela, saúde e pesar. Sentimos bastante, após saber a notícia do resultado do julgamento, seu e do pessoal, a fossa aqui na sala é tremenda. Ninguém tem ou teve condições psicológicas para assistir as aulas. A falta de vocês nos traz um vazio, que só será preenchido, com a volta de vocês, o que esperamos que seja o mais breve possível. Sabemos que, como a justiça é cega, a injustiça tem olhos que veem, e procura atingir aqueles, a quem”... abaixo tem, “pô caras, sinceramente, parece que o colégio desabou. O Frei Felix reuniu o pessoal e relatou o que aconteceu com vocês. O chororô foi tremendo, principalmente entre as mulheres, que é normal. A gente só ...o conforto espiritual, e a certeza de que você não é um preso para nós e sim, um mestre, um ser humano, um homem, uma pessoa que fez também parte de nós. Bicho. Estamos te esperando, com suas calças folgadas e sua careca meiga. Um abraço de solidariedade, nossa segundo C. Observação: as meninas, queriam mandar beijos, mas sabemos que você é casado”.

Então, todas elas estão aqui, demonstrando a falta, esperando que volte, porque ele era realmente, muito querido pelos alunos, não porque era bonito e tinha calça folgada, mas era porque tinha um trabalho sério com os alunos. A turma que fez com vestibular, que estudou com ele, a primeira turma do terceiro ano científico, todos foram aprovados, menos dois. Esse grupo buscou, junto à prefeitura, eram clas-

se média, pobres, coitados, a formação da RUF (Residência dos Universitários Feirense), em Salvador. Então, eram fatos que o trabalho dele produzia, produzia alguma coisa entre os jovens que buscavam, que deslanchavam para o mundo, já também, tentando fazer alguma coisa séria.

Eurelino Coelho – A professora Amábília pediu a palavra.

Amábília Almeida – Sim, para retomar a questão que acabara de ser colocada, sobre essa reparação, que ele foi contemplado, pela lei da anistia. Todavia, não chegou a, se perdeu pelos caminhos. Doutor Celso, pelo que percebi, se colocou a sua disposição, eu acho que o caminho é reunir toda essa documentação para uma retomada disso, que já está concedido, o tempo não apaga, o recurso deve estar lá. Então, através do que é de direito, retomar essa situação. Que, se for uma coisa que vá precisar, certamente vai precisar da ajuda do grupo de Feira, através do doutor Celso, nosso advogado; também temos pessoas na Comissão Estadual; também

temos uma baiana, muito corajosa, que tem sido assim, uma pessoa muito combativa, na comissão da anistia, que é a doutora Ana Guedes. Além disso, temos outras pessoas, na esfera federal, que podem acompanhar de perto, e nos dar, através do que for encaminhado para doutor Celso, as informações precisas, do Ministério do Planejamento, onde está a doutora Eva Dal Chiavon.

Então, não perca as esperanças, e batalhe, junto aos órgãos competentes, às pessoas que podem lhe ajudar, que é um

“Eu acho que o caso dele, como o de Estrela e o de professora Yara, eu acho que foi um caso, muito mais de ciúmes de professores, do que propriamente político, pra mim. Esses professores, como Laura Foly, usou muito os alunos, tinham 12 lá. Vocês falaram em Rossini, mas tinha também Adesil, era igualzinho a Rossini, dentro do colégio estadual, quando eu dava aula de religião lá. Era simplesmente porque esses professores se destacavam diante dos outros. Os alunos gostavam deles. E quando os alunos gostavam, eles já interpretavam que era aliciamento político, para uma organização clandestina”.

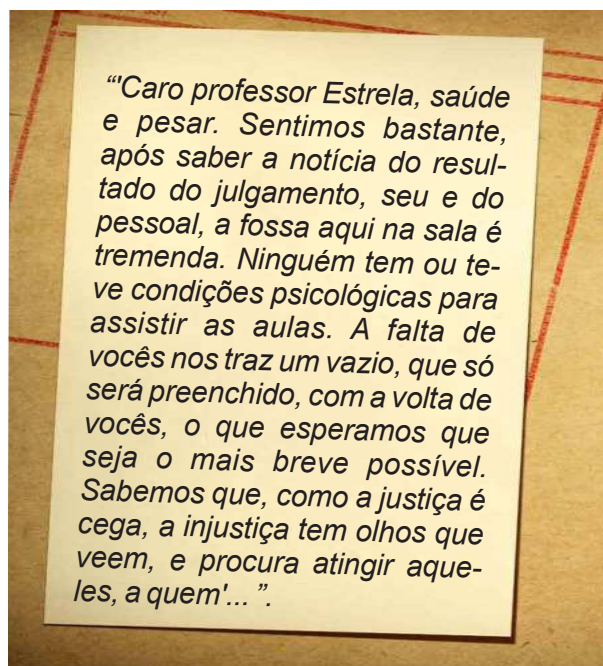
direito que a senhora tem, de pelo menos, ter isso, e seus filhos, da injustiça terrível que sua família passou por causa da situação do seu marido.

Eurelino Coelho – Eu pergunto à professora Neuza Estrela, se ela deseja complementar o seu depoimento, se há algo ainda, professora, que a senhora deseja nos dizer, deseje registrar para os relatórios, para os anais da comissão da verdade, a senhora tem a palavra, para fazer dela o que julgar apropriado.

Neuza Estrela – Eu acho que consegui colocar muita coisa e eu vou apresentar a documentação, para que a comissão analise, veja o que é fundamental e aproveite.

Eurelino Coelho – Em nome da Comissão da Verdade, eu queria agradecer, a coragem, o desprendimento da Professora Neuza Estrela, que comparece aqui, para falar do seu esposo, que já é falecido. Eu queria aproveitar para contar a todos a experiência pessoal que eu tive com o professor José Coutinho Estrela. Pude conhecê-lo nos últimos anos de vida dele, nós estávamos em greve nessa universidade, o professor José Coutinho Estrela participava ativamente do comando de greve e eu militava naquela ocasião, na associação docente, e foi quando recebemos a notícia da morte do professor José Coutinho Estrela. Num evento, dias antes da sua morte, ele tinha, com o microfone de um carro de som na mão, tinha feito uma intervenção dessas que a gente faz em greve, tem o carro de som e a gente fala com o público, o professor José Coutinho Estrela rebatia um discurso, uma propaganda do governo que falava da compra de materiais, da compra de cadeiras, da compra de equipamentos para a universidade, como se fosse um grande feito do governo, enquanto nós lutávamos porque tínhamos um dos piores salários do Brasil.

E o professor José Coutinho Estrela pronunciou uma frase, que foi depois imortalizada em uma placa que pusemos



em homenagem a ele, em homenagem à sua memória, no anfiteatro do módulo dois dessa universidade. Disse ele: “Paredes não dão aula, o governo deveria saber disso”. O que há de essencial em uma universidade não são móveis, não é cadeira, não são prateleiras, são pessoas. Os equipamentos não são o que há de mais importante, as pessoas são o que há de mais importante.

O que acabamos de ouvir no depoimento da professora Neuza Estrela nos põe em contato com uma dimensão das mais terríveis da ditadura militar. A ditadura militar proclamava como seus inimigos aqueles a quem ela definia como subversivos. Só aí já há uma ignominia, já há um gesto de autoritarismo incomensurável. Mas nem somente aqueles que estavam vinculados a organizações ou a práticas políticas que a própria ditadura reconhecia como subversivos, foram vítimas da ditadura militar. Pessoas que não estavam ligadas a essas organizações, mas por circunstâncias, como essas vividas pelo professor José Coutinho Estrela, podiam ser denunciadas, sofrerem as consequências de termos o governo que tivemos no Brasil, de termos que lidar, no Brasil, com um Estado com as características que tínhamos que lidar, no período do autoritarismo.

Por tanto, a história do professor José Coutinho Estrela, aqui contada, corajosamente, pela professora Neuza, nos dá acesso a mais uma faceta da ditadura militar, aquela que se desdobra com injustiças perpetradas contra pessoas que, nem de longe, se assemelham àqueles que a própria ditadura definia como sendo seus inimigos. O que prova que uma ditadura é inimiga de todos, uma ditadura não tem aliados, não tem, a sustentação da ditadura acaba sendo responsável por situações como essas. Ouvirmos histórias de quem arcou com consequências sobre sua própria vida, com prejuízos, sofreu com os efeitos da ditadura, sofreu, mesmo não estando perfilado aos inimigos que a própria

ditadura identificava.

Professora Neuza, em nome da Comissão da Verdade, receba os nossos agradecimentos, nós vamos, se a senhora permitir, providenciar, a cópia dessa documentação, e quanto ao assunto referente ao andamento do processo de anistia do professor, vamos ver com Celso, com os recursos que a comissão dispuser, o que é que conseguimos obter de informação, para que ao menos, essa reparação, não passe de uma reparação, o mal não pode ser consertado, mas alguma reparação, alguma, ainda pode ser feita, se ao menos essa de algum modo conseguirmos, terá sido de algum modo um gesto. Muito obrigado pela sua presença na manhã de hoje.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

10 de junho de 2014 - Módulo 7 da Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: PAULO SOARES DA SILVA

O Economista e Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia, Paulo Soares da Silva, participou de movimentos estudantis na época da ditadura. Foi presidente da Associação da Universidade de Feira de Santana, que administrava a RUF - a Residência Universitária de Feira, onde morou por um tempo e onde diversos outros militantes viveram ou frequentaram para fazer refeições. Foi preso uma única vez, não chegou a ser torturado fisicamente, mas sofreu tortura psicológica. Foi impedido de assumir um cargo em banco, por causa de sua militância e, posteriormente, assumiu um cargo na Copene, atual Braskem. Também foi professor da UEFS e da Universidade Católica do Salvador.

*Texto não revisado pelo depoente.

*Paulo Soares da Silva

Bom. Prazer. Meu nome é Paulo Soares da Silva, eu sou líder comunista, fui professor dez anos aqui dessa casa, tem aqui um ex-aluno, aluno da primeira turma Hosannah Leite. E estou de acordo, concordo com a gravação do depoimento oficial, eu gostaria que realmente fosse gravado.

Bom, gente. Eu tive início na minha atividade, eu cheguei em Feira de Santana em 64, vindo da Chapada Diamantina, da cidade de Ruy Barbosa. Meu pai era matador de boi e fazia carne do sol em Ruy Barbosa, a famosa carne de sol de Ruy Barbosa. Meu pai era João Raimundo, exatamente, ele fazia carne do sol e depois em 64 ele trouxe a família e nós viemos morar aqui. Meu primeiro colégio aqui foi o Colégio Santanópolis, estudei no Santanópolis em 64, vindo lá do Colégio Anísio Teixeira de Ruy Barbosa que era da Igreja Católica, colégio particular também, aliás era da Igreja Católica. Eu precisei trabalhar, tive que sair do Colégio Santanópolis, o colégio era da elite, foi o maior aperto para papai pagar um ano desse colégio, fui estudar em um colégio municipal de Feira de Santana, um bom colégio, na época excelente colégio e lá conheci Sinval Galeão dos Santos. E Sinval começou a desenvolver algumas atividades políticas dentro do colégio, que eu acompanhava com outras pessoas, no turno noturno.

Estudava até então pela manhã, pela manhã no Santanópolis, fui estudar no municipal no noturno. E rapidamente fizemos

amizade e ele me convidou para integrar um grupo de estudo, um grupo de estudo aqui em Feira de Santana. Os quais, nesse grupo de estudo, além de mim, tinha um cara chamado Vagner, Zé Vagner, trabalhava na livraria de Humberto Mascarenhas – que alguém um dia lá entrou para comprar na mão dele um manual do motorista e saiu com a Dialética da Natureza. Para você ver como o cara era – Renato Pires, médico amigo, Rocha Martinez, Lamartine, Jaime Cunha, Edlauro e Santa Bárbara.

Eu conheci Santa Bárbara nesse grupo, entrando nesse grupo, que às vezes era coordenado, esse grupo de estudo, por Moura. Moura que já era uma peça mais evoluída dentro da organização, do partido, que era o Partidão. Viemos saber disso lá, e foi nos dado uma tarefa enorme. Para você, naquela época, entrar no partido político, no Partidão, se tinha que desenvolver habilidades e realmente adquirir alguma cultura.

Então, eu trouxe até, somente para referência, não para colocar para vocês, alguns livros que nós fomos obrigados a ler – obrigados, mas em um bom sentido – “A mãe” do Gorky, um clássico que era o primeiro livro, “História da Riqueza do Homem” do Léo Huberman, excelente livro, tenho esse livro até hoje guardado em casa, “História Econômica” do Caio Prado, “Formação Econômica” de Celso Furtado, “Filosofia da História” de Hegel, que eu tenho também até hoje, o “Manifesto do Partido Comunista” do Marx. Foi aí que eu conheci, tive o primeiro contato com Marx, e estudar também as encíclicas, algumas das encíclicas da época. Rerum Novarum e Populorum Progressio eram duas encíclicas, gente, que nós tivemos que estudar, principalmente a Rerum Novarum, foi uma

“Para você, naquela época, entrar no partido político, no Partidão, se tinha que desenvolver habilidades e realmente adquirir alguma cultura. Então, eu trouxe até, somente para referência, não para colocar para vocês, alguns livros que nós fomos obrigados a ler – obrigados, mas em um bom sentido – ‘A mãe’ do Gorky, um clássico que era o primeiro livro, ‘História da Riqueza do Homem’ do Léo Huberman...”

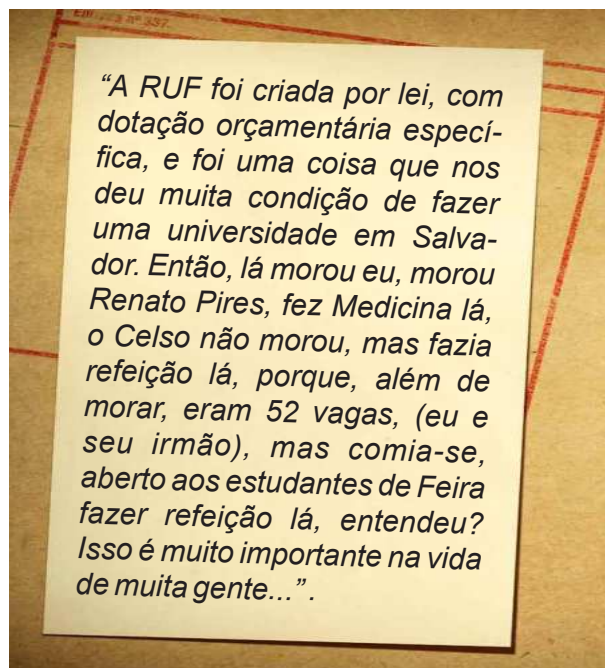
espécie de manifesto da igreja Católica que é interessante, muito interessante, de Leão XIII, publicado em 1891. Bom, e aí, fomos seguindo, o pessoal foi desenvolvendo um relato, a gente estudava bastante, e fomos integrar o movimento estudantil. A gente passou a integrar o movimento estudantil de Feira de Santana da época, Santa Bárbara já surgindo aí como uma liderança, porque ele tinha mais tempo, e 66 teve uma eleição municipal aqui em Feira de Santana, do Durval e o Emanuel Araújo. E nós fomos cobrados nessa eleição. Emanuel o candidato que o partido apoiou na época, Emanuel Araújo, ele perdeu a eleição. Mas fomos cobrados para eleger um vereador que era Luciano Ribeiro. Até então, esse grupo não conhecia Luciano Ribeiro. Depois, nós fizemos um contato com

ele, eu me lembro que ele era caixa do Banco Econômico, ali naquela esquina, vizinha ao Banco do Brasil, Luciano Ribeiro novinho, simpático, bonitinho, teve uma votação, né? Bastante interessante [segundo mais votado].

Eu quero destacar uma pessoa, um líder estudantil aqui que, na verdade, ele não trabalhou conosco, mas foi uma pessoa muito importante na minha vida, ele é um velho conhecido meu, pelo menos, e de Celso, chama-se José Pires Caldas. Pires Caldas, ele poderia estar aqui, mas ele está com um problema de doença e tal. Mas Pires Caldas, na época, foi ao João Durval Carneiro sobre o compromisso de João Durval de criar a RUF, Residência Universitária de Feira de Santana em Salvador, para os estudantes pobres, universitário pobre, do qual eu morei na RUF durante cinco anos, Celso Pereira aqui é testemunha. Fui presidente da RUF, fui presidente do Centro do Estudante Universi-

tário de Feira de Santana em 73, o CEUFS, que era o que mantinha a RUF, a Residência Universitária. Foi uma época extremamente complicada para mim, porque foi Zé Falcão o eleito e nós tínhamos apoiado João Durval, em razão histórica, desse histórico que foi João Durval e Raimundo Pinto, conhecido por todos nós, um jovem secretário de Educação que, com um ano, implantou permanente a RUF, a Residência Universitária. E a RUF foi criada por lei, com dotação orçamentária específica, e foi uma coisa que nos deu muita condição de fazer uma universidade em Salvador. Então, lá morou eu, morou Renato Pires, fez Medicina lá, o Celso não morou, mas fazia refeição lá, porque, além de morar, eram 52 vagas, (eu e seu irmão), mas comia-se, aberto aos estudantes de Feira fazer refeição lá, entendeu? Isso é muito importante na vida de muita gente...”.

Essa RUF faz parte dessa história, entendeu. Eu faço questão de registrar, até porque eu não poderia me negar isso, porque eu fui seu presidente. Foi invadida duas vezes, uma para prender Jaime Cunha, e a outra eu não me lembro muito bem para quê. Essa depois da prisão de Jaime Cunha, eu já era o presidente, quando eu cheguei já à tarde tava uma confusão ainda. Jaime Cunha se mandou, desapareceu de Feira nessa época e voltou depois. Então, o Centro do Estudante Universitário de Feira de Santana existiu, ele tem uma certa atuação em Feira de Santana, revelou e protegeu muita gente e era mantenedora da RUF, Residência Universitária de Feira de Santana. Então, como diz o poeta popular Catatau, que vocês conhecem, quem mora na RUF é Rufião e continua. Ele tem uma música muito bonita, inclusive você sabe, Catatau é um compositor de mão cheia, ele tem uma música interessantíssima sobre essa nossa vida na



RUF. Nós éramos vizinhos da elite de Salvador, de Josapha Marinho, Cícero Bahia Dantas, do ex-ministro lá de Getúlio Vargas e pessoal sempre. ali nos Barris na Rua Comendador Gomes Costa Nº 28.

Bom, mas voltando aqui a Feira de Santana, em 66, eu e Galeão em 65, 66 fizemos terceiro e quarto ano ginásio municipal. O municipal naquela época só tinha o ginásio chamado, que esses jovens hoje talvez não saibam que existe isso, hoje é o primeiro grau. E fomos estudar no Estadual, eu não me lembro se Galeão foi, (Galeão: eu também passei), pronto, exatamente, fomos estudar, inclusive Santa Bárbara também e foi uma turma. Lá, já estudava Renato, essa turma que lá encontrou com Estrela. Estrela, na verdade, era um grande educador e ele estava, e ele sempre esteve presente nas nossas reuniões, criando e indicando metodologia, eu via muito ele. Ele fazia umas rodas lá.

Eu estudava à noite, que o curso de Contabilidade era à noite, mas eu participava, rodava o colégio durante o dia todo. É, depois, hoje é que eu vim receber uma notícia do Wilson, do relatório falando sobre mim lá, está aqui o relatório pela primeira vez da secretaria, não tinha conhecimento, estou tomando conhecimento dis-

so hoje. É um ofício ao major encarregado do IPM, do inquérito: Jaime Cunha, Edlauro, Paulo Soares, que por aparecer frequentemente em vários turnos do colégio, nos causava preocupações que pode ser considerado como um aluno não se situava dentro das normas de segurança desse colégio, sendo o que se apresenta para o momento, assinado Laura Foly. Aqui, tá?

Então eu estou tomando conhecimento desse documento agora, nesse momento, quando eu cheguei aqui. Eu tenho procurado muito documento sobre um inquérito meu, não, assim como Celso Pereira, ele revelou a nós no primeiro dia, não encontro, não encontrei. Agora, alguma coisa surgiu aqui. Bom, em razão disso, porque eu fui candidato, Santa Bárbara encabeçou uma chapa para o grêmio do estadual, eu fazia parte. Eu não me lembro que cargo era, não sei se era vice-presidente ou era uma daquelas secretarias, e perdemos a eleição feio para Adesil. Adesil dominava, dominava as eleições do estadual, ele foi lá presidente durante muitos anos e depois criou a casa dos estudantes. Porque durante isso ou após essa eleição, nós fizemos a eleição na AFES (Associação Feirense de Estudantes Secundários) que era ligada à ABES que eu fui eleito vice-presidente nessa chapa, e Santa Bárbara presidente. Era uma entidade proscrita, ele tinha uma filiação à ABES e a ABES tinha à UNE. A ABES, eu mesmo quando ia a Salvador quando estudava em Salvador, eles tinham um restaurante ali, (pergunta da mesa: essa eleição foi em quando?) rapaz essa eleição foi 67, 68 por aí. E abre-se um restaurante que dava comida à gente ali na Barroquinha, na Igreja na Barro-

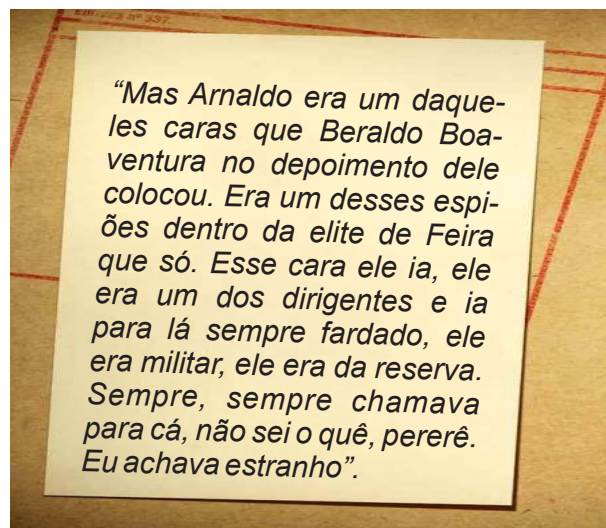
quinha, descendo ali. (Era ligado não à UNE, à UBS. A UNE era área universitária e a UBS da área secundária), aqui era ABES (Associação Baiana de Estudantes Secundários aqui em Salvador), (tinha uma sede na Rua Chile e um restaurante na Barroquinha), na Barroquinha. Eu comi muito ali, exatamente. E nós perdemos para Adesil.

Em 67, eu servi o Tiro de Guerra em Feira de Santana, foram os últimos anos de Tiro de Guerra aqui. Eu fiz tudo para me livrar, mas eu não fui liberado. Chegava lá, no primeiro dia, quem é que quer sair? Não, você não. Bom, no Tiro de Guerra, eu tive contato com duas figuras, uma já era conhecida de vocês já saiu aqui nos Anais, que é [...]. Mas o outro até agora não saiu, mas o nome desse cara, que era muito perigoso, chamado Arnaldo Saback, (Coin). Eu não sei se ele tinha Coin. Ele era casado com uma mulher que tinha Coin, ele chamava Coin porque a esposa dele era irmã do deputado, (ele é irmão de Hamilton Coin), não, ele era cunhado, (que foi cassado na primeira lista, mas Hamilton por outra questão que não política).

Eu estou falando Arnaldo, que até agora não tinha saído aqui nesses Anais. Mas Arnaldo era um daqueles caras que Beraldo Boaventura no depoimento dele colocou. Era um desses espiões dentro da elite de Feira que ó. Esse cara ele ia, ele era um dos dirigentes e ia para lá sempre fardado, ele era militar, ele era da reserva. Sempre, sempre chamava para cá, não sei o quê, pererê. Eu achava estranho. Eu me lembro que no dia da invasão de uma Bienal que nós fizemos aqui em Feira de Santana, na Euterpe Feirense, que foi invadida, eu

“Hoje é que eu vim receber uma notícia do Wilson, do relatório falando sobre mim lá, está aqui o relatório pela primeira vez da secretaria, não tinha conhecimento disso hoje. É um ofício ao major encarregado do IPM, do inquérito: “Jaime Cunha, Edlauro, Paulo Soares, que por aparecer frequentemente em vários turnos do colégio, nos causava preocupações que pode ser considerado como um aluno que não se situava dentro das normas de segurança desse colégio, sendo o que se apresenta para o momento, assinado Laura Foly”.

estava... Pessoal! Todo mês, quando tinha um movimento, o que é que eles faziam? Soares, que era meu nome de guerra, você vai ter que dar plantão aqui e nesse dia, quando no outro dia que eu cheguei: Você não soube das coisas não? Você não apareceu? Eu estava lá, detido lá, diziam que era para eu dar plantão. Invadiram aqui a Bienal que nós tínhamos feito. Feira de Santana tinha um movimento cultural muito bom, nem se compara o que tem hoje, que é zero. Fizemos uma Bienal, inclusive teve um jogral lindíssimo, dirigido por Deolindo Checcucci! Você vê o nível. E Deolindo começou teatro aqui em Feira de Santana e era um dos admiradores do partido, ele nunca foi assim demais, ele sabia né, tanto ele quanto Juracy Dórea. E teve essa Bienal. Pessoal, eu quero tocar nisso nessa Comissão, porque essa Bienal foi invadida, foi na Euterpe. Zé Falcão nos cedeu o espaço lá da Euterpe e na entrada tinha um cartaz enorme, que era um gorila, e os caras se incomodaram. Se eu não me engano, esse gorila, inclusive, quem pintou foi Wagner. Wagner era metido, além de vendedor de tudo, ele era metido a pintor, a artista plástico. Era um cara sensacional. Quem conheceu ele, um cara aberto assim, gostava muito dele, um cara assim sensacional. E uma vez, ele esculhambou, me desculpe a expressão, com uma exposição de Artes Plásticas em Feira, que tinha essas coisas aqui. Antigamente em Feira tinha essas coisas. No Colégio, no Gastão Guimarães, que Dival Pitombo fazia muito esses movimentos e ele brigou com Dival Pitombo, eu não sei, ele protestou, chegou e fez um quadro, quadro interessante e tal. Ele fez, sabe o quê? Ele fez cocô no quadro. Isso é verdade, começou a feder lá dentro, começou a feder lá dentro foi um fuzuê, tiraram esse quadro dele e descobriram e tal. Então, veja só: no final do ano, o Tiro de Guerra, eu recebi, na comemoração que a gente servia um ano, de janeiro a dezembro, aí eu recebi uma informação de um sargento cheio de cachaça, “é rapaz. A gente passou o ano todo tentando lhe pegar e você foi muito esperto, não pegamos você, a gente ia botar para quebrar em cima



de você.” Eu disse “tá bom.”

As reuniões da gente, as reuniões em casa da gente, eu quero dizer, fazer aqui, só a título de fazer, a gente fazia reuniões nos lugares mais insólitos em Feira de Santana. Muitas reuniões nós fizemos no bar do pai de Santa Bárbara. O pai de Santa Bárbara teve um bar no brega de Feira, no Minadouro. Vocês sabiam? No Brega, (Rua São José), cansamos de fazer reunião do partido dentro de um puteiro lá, no Minadouro em Feira de Santana. E lá ele já cozinhava um feijão, meia noite, 1 hora, 2 horas, por quê? Para se esconder, poxa. A gente já estava começando a ser visado. E ele tinha um bar lá dentro. Todo mundo novo.

Bom, no final de 1968, houve a caça às bruxas no Colégio Estadual. Eu fui expulso, Santa Bárbara foi expulso, vários foram expulsos. Como é que eles expulsaram? Teve aquele artigo famigerado 477, nós chegamos lá, fomos renovar a matrícula e recebemos um envelope amarelo, “tá aqui a sua matrícula, procure outro colégio” Fomos expulsos, a transferência. E eu, Santa Bárbara já estava querendo ir embora e eu fiquei em uma situação extremamente delicada porque eu não tinha condições, único colégio público que ensinava contabilidade era o Colégio Estadual. O outro, tinha o Santanópolis (me confirmou aqui agora), eu não me lembro que o Santanópolis tinha secundário, eu me

lembro que o São Francisco tinha, o Colégio São Francisco tinha o secundário, precário, mas tinha.

Nesse momento, eu fazia parte também do movimento de teatro, aqui, eu fiz um racha dentro do SCAFS na época. Aí, criamos o META, trouxemos um cara de Salvador. SCAFS era Sociedade de Cultura Artística de Feira de Santana, Luciano militava na época, Antônio, Margarida. Nós criamos um outro, o META, foi dado a gente, pra gente colocar o META, que é o Movimento de Estudos Teatrais e Artísticos de Feira de Santana, no sótão daquele prédio velho, ali em frente à Igreja de Senhor dos Passos, ali em cima, que aquilo era do [...], ele era admirador, e a gente conseguiu gratuitamente e o META foi pra lá. Depois, o META e o SCAFS novamente se juntaram lá na frente.

“No final de 1968, houve a caça às bruxas no Colégio Estadual. Eu fui expulso, Santa Bárbara foi expulso, vários foram expulsos. Como é que eles expulsaram? Teve aquele artigo famigerado 477, nós chegamos lá, fomos renovar a matrícula e recebemos um envelope amarelo, “tá aqui a sua matrícula, procure outro colégio” Fomos expulsos, a transferência”.

Bom, e aí, , em 68 nós fomos, eu fui expulso e fiquei no mato sem cachorro. Nesse momento, estava chegando em Feira de Santana uma figura muito interessante, conhecido de todos, conhecidíssimo, que ele veio aqui dirigir teatro, mas na verdade ele veio fundar um núcleo aqui do Comando da época, que era o Di Bahia, foi Nemésio Garcia. Nemésio Garcia, ele vivia com uma suíça Marie, que foi expulsa também da Bahia. E ele disse “Oh, Paulo, não há problema nenhum. Vai pra lá e tal, você vai ter que morar nos aparelhos.” Eu fui embora para Salvador e fiquei, durante o ano de 69 todo, morando em aparelhos, em três aparelhos lá em Salvador, um em Campinas de Brotas, ali que só tinha um cemitério na frente e umas casinhas lá atrás. Depois, deu problema, aí tive, fui para um aparelho na Rua do Tijolo, que é Rua chamada 28 de Setembro, naquela casa número 23, foi um dos aparelhos também como eles, no sótão, lá em cima. Depois,

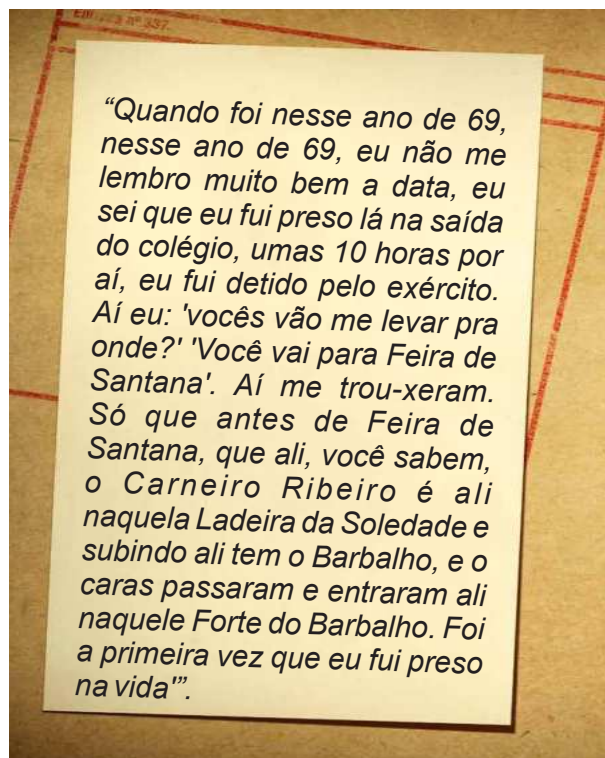
um problema sério e terminei em um aparelho em Pirajá junto da Gruta de São Bartolomeu, o banheiro da gente para tomar banho, escovar os dentes na gruta. Aquilo era uma mata. Só íamos até a estátua do Panteão do Labatut. Só ia ônibus até ali. Dali você ia a pé. De vez em quando eu passo ali para ver se identifico o lugar. Que nada, aquilo ali é casa.

Bom, nesses aparelhos eu conheci bastante gente, muita gente que todos tinham seu nome de guerra, mas que me chamou muito atenção foi um desses caras, desses rapazes, era um cara que era 10, 20 anos mais velho que eu na época e tava ali porque tinha participado da operação que mata-ram o capitão americano, que era tido como chefe do CCC aqui no Brasil, ligado aos comunistas, e ele contou a história. Mas eu fui estudar. Em 69, fui

expulso daqui em 68, 69 consegui uma matrícula na Escola Carneiro Ribeiro, lá em Salvador, porque Nemésio me levou, “olha, você se matricula para a gente continuar nesse movimento, enquanto eu arranjo um emprego. Eu desempregado, não tinha um emprego aqui, mas aí deu problema, esses problemas todos e eu não consegui mais realmente emprego, e fiquei lá. Filho de pai pobre, não tive mais condições de fazer nada. Bom, então, quando foi nesse ano de 69, nesse ano de 69, eu não me lembro muito bem a data, eu sei que eu fui preso lá na saída do colégio, umas 10 horas por aí, eu fui detido pelo Exército. Aí eu: “vocês vão me levar pra onde?” “Você vai para Feira de Santana.” Aí me trouxeram. Só que antes de Feira de Santana, que ali, você sabem, o Carneiro Ribeiro é ali naquela Ladeira da Soledade e subindo ali tem o Barbalho, e os caras passaram e entraram ali naquele Forte do Barbalho. Foi a primeira vez que eu fui preso na vida, felizmente eu confesso

a vocês. O Barbalho, aquele forte tinha uma fama muito ruim. Aí eles entraram lá, eu fiquei lá dentro, um jipão enorme. Aí saiu, “não. Vamos embora.”

Chegando aqui, eu fiquei uma semana aqui no 35º BI aqui e o depoimento era tentar me localizar o que eu estava fazendo em Salvador, aonde é que eu morava, que não tinha morada fixa, e aí depois, no outro dia, era “Quem é Estrela? O que é que Estrela faz?” Por isso que eu fiz aquela intervenção e eles batiam muito em cima de Estrela. “Estrela é o quê? Um agente infiltrado no meio de vocês?” Depois a terceira etapa foi sobre Santa Bárbara, “Onde é que anda Santa Bárbara?” Santa Bárbara era um dos contatos dessa turma toda aí, era eu, de Santa Bárbara. Desde que a gente se conheceu, nós ficamos muito ligados, bastante próximos e continuamos em Salvador. Ele entrou na clandestinidade em Salvador, então a gente sempre periodicamente estava se encontrando. E eu passei sete dias lá só isso, perguntando isso, eu segurei, não sabia de Santa Bárbara, não sabia de Estrela, pra mim foi uma surpresa, como o padre ali tava falando que Estrela apenas conversava com a gente, fazia aquelas reuniões educativas com a gente, debaixo daquelas mangueiras no Estadual, ele nunca fez nem dentro da sala de aula, é um grande educador, um cara que tinha uma *interface* com turma de jovem muito boa, interessantíssimo. E eu fiquei, tanto é que eu nem sabia que naquele processo tinha outras pessoas, como Luciano, sabia que Moura estava. Depois que vim saber que Jonicael estava, Edlauro tava, Yara, entendeu? Luciano Ribeiro. Não sabia. Porque nas minhas indagações, eles só me indagavam sobre Estrela e Santa Bárbara. E passei sete dias lá e vou dizer a vocês o que é que aconteceu lá. Eu não fui realmente torturado não. Mas teve muita tortura mental, psicológica: “Olhe, o pessoal que está aí já disse quem é você, você é um agitador.” Eu não sabia disso aqui, “você é um agitador”, tá aqui [no documento] exatamente 69. E aí rapaz, até que chegou roupa para mim.



“Quando foi nesse ano de 69, nesse ano de 69, eu não me lembro muito bem a data, eu sei que eu fui preso lá na saída do colégio, umas 10 horas por aí, eu fui detido pelo exército. Aí eu: ‘vocês vão me levar pra onde?’ ‘Você vai para Feira de Santana’. Aí me trou-xeram. Só que antes de Feira de Santana, que ali, você sabem, o Carneiro Ribeiro é ali naquela Ladeira da Soledade e subindo ali tem o Barbalho, e o caras passaram e entraram ali naquele Forte do Barbalho. Foi a primeira vez que eu fui preso na vida”.

Eu era questionado por duas pessoas normalmente, um oficial tenente, que esse, eu tinha servido, sabia definir aquelas dragonas, eu sabia como era, tenente jovem e o outro era um sargento, já na casa de uns 40 e tantos anos, um sargentão gordo, cheio de tira aqui, eu sabia que era um sargento. E entrava na sala e tal, aí eles me arranjaram uma sala ao lado para eu dormir, com uma poltrona de madeira, na primeira noite. Quando chegou no terceiro dia, chegou um material para mim, chegou roupa, “é mandaram isso aí para você.” Quando eu vim saber o que é que era, meu pai como vendedor de carne do sol aqui, fornecia carne do sol para muita gente da elite de Feira, inclusive Capitão Arlindo. Pai tinha uma certa proximidade com ele. Foi quando eu soube que meu pai tinha me dito que conversou para me liberar e ele disse “Não, o senhor deixe seu filho lá, a gente vai educar ele.” Aí quando eu saí, eu perguntei, “e aí?” “Conversei com capitão Arlindo.” Por isso que eu fui relativamente bem tratado. E aí ele disse “Não. Eu falei com capitão Arlindo e ele foi e intercedeu lá, aí nós conseguimos mandar suas coisas.” Aí eu vim descobrir o porquê. Bom, a partir daí, final de 69, aí veio o golpe de 68, foi do AI-5, um pandemônio, assim como aquele ali, eu

tinha também uma biblioteca interessante.

É que tinha já nessa época o livro de Mao, aquele livro de Ho Chi Min, o livro de Lênin, o livro de Giap, General Giap, “Guerras e Guerrilhas”, e eu enterrei esse negócio lá no quintal mesmo, assim como [...]. Rapaz eu fui desenterrar, um ano depois não tinha mais. Eu desconfio que minha mãe desenterrou, tocou fogo e jogou no lixo. Eu não quis perguntar a ela na época, mãe ainda era viva. Fui desenterrar, botei em vários sacos, acho que minha mãe chegou, minha mãe acompanhava muito essas reuniões que tinha no fundo da casa, ela já deixava uma panela com carne, feijão, porque depois a turma estava faminta. Bom, eu quero também colocar aqui para vocês, chamar a atenção de uma figura que fez parte dessa história. É uma figura que pouca gente conhece, [...] conhece, não sei se Hosannah conheceu. É um cara que era frentista de posto de gasolina, chamado Tonho Grande. Esse cara foi recrutado aí, era um cara semi-analfabeto, nós é que disponibilizávamos uns livros pra ele e tal. Ele era enorme, maior do que eu, atleta, veio da roça.

Esse cara, um dia, nós recebemos, eu particularmente, recebi um aviso: “estamos precisando de alguém aqui para ir trabalhar em uma mansão no Rio de Janeiro”. Ele tinha assim uma verdadeira, queria porque queria ir embora para o Rio ou São Paulo. E aí falei com o pessoal: “Vê esse negocio aí, o pessoal está querendo, recebi um recado, não sei de quem, não me pergunte, não sei quem foi”. O menino ali me fez uma pergunta, eu não sei, eu sei que ele acabou indo. Vim saber qual foi a missão dele. Ele, com certeza, foi daqui

sem saber. Vim saber depois do sequestro do embaixador americano e o pessoal que foi embora foi o primeiro que foi preso, o jardineiro. Era para jardineiro mesmo, mas era para o aparelho que eu ia. Saiu na primeira folha do Globo. Quando olhei assim, o quem foi que foi fazer lá, ninguém sabia, se Santa Bárbara sabia, eu não sei, me disse também que fez uma pergunta a Santa Bárbara na época, Santa Bárbara disse que não sabia, eu não sabia e ele também não sabia com certeza.

Tempos depois ele saiu, ele sustentou que era jardineiro, a salvação dele, eu li lá o inquérito, ele sustentou e acabou se libertando um tempo depois e veio embora, retornou para aqui, ele retornou para aqui. Quem me dava notícia dele era o primo dele que tinha aqui, Dadá alfaiate ali, que você conhece muito, da esquina ali da Igreja da Rua do Cruzeiro e me disse há um ano e pouco, acho, que ele teve um AVC e estava em estado vegetativo lá no Rio de

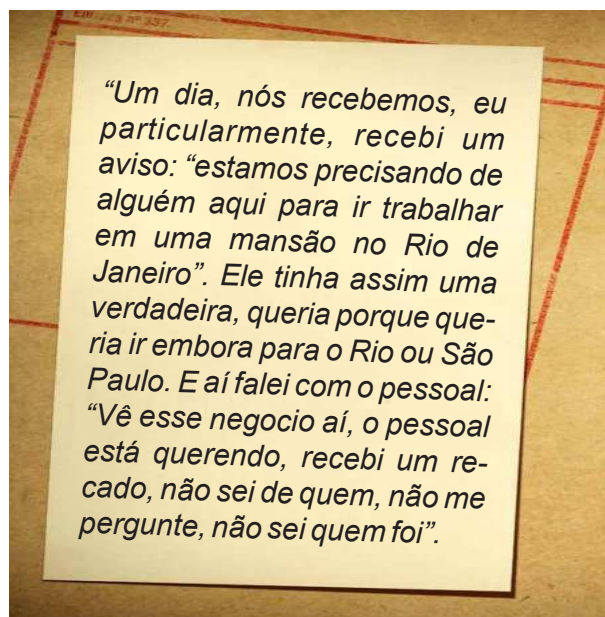
Janeiro (tem dois anos que morreu), e disse “Oh Paulo, eu não sei mais.” Eu sempre perguntava por ele, ele teve um AVC e quem estava cuidando dele foi uma filha dele lá no Rio de Janeiro, eu soube. Gabeira ficou com ele quando ele retornou aqui, e aí ele me perguntou “Venha cá Paulo, o pessoal não procurou por ele não?” Eu disse “Não que eu já estava em Salvador.” E ele disse “O pessoal teve lá em casa, e eu saí da prisão, fui libertado por isso, eles vieram aqui, foram na minha casa, foram lá na roça, procuram e não me encontraram, e constataram que eu era da roça mesmo, roceiro e tal, dali não tinha perigo de sair nenhum comunista.” Isso é a palavra dele para mim. Depois retornou lá e você sabe, mas foi um grande, grande amigo, um cara

“Eu não fui realmente torturado não. Mas teve muita tortura mental, psicológica: “Olhe, o pessoal que está aí já disse quem é você, você é um agitador.” Eu não sabia disso aqui,” você é um agitador”, tá aqui [no documento] exatamente 69. E aí rapaz, até que chegou roupa para mim. Eu era questionado por duas pessoas normalmente, um oficial tenente, que esse, eu tinha servido, sabia definir aquelas dragonas, eu sabia como era, tenente jovem e o outro era um sargento, já na casa de uns 40 e tantos anos, um sargentão gordo, cheio de tira aqui, eu sabia que era um sargento”.

excepcional, semi-analfabeto, um cara que pegou realmente essa questão do movimento, a gente até protegeu muito ele, porque ele queria porque queria.

Bom, o Santa Bárbara, eu tive com o Santa Bárbara, eu não sei precisar bem a data em 69, por aí o último contato que nós tivemos aqui com ele, ali atrás do jornal antigo A TARDE, no cine Guarani naquela Rua 24 de Maio, em dezembro de 69. Eu consegui passar em um concurso de banco, Banco da Lavoura de Minas Gerais. Esses três anos que eu passei na minha casa, realmente foi um negócio patético. Aqui em Feira eu não arranjava nada e lá em Salvador, eu passei, durante esse período, inclusive eu era relativamente bonzinho em Matemática, o Galeão é testemunha disso. Eu passei em primeiro lugar no concurso do BANE, e você tinha o direito de indicar o lugar, eu indiquei Feira de Santana, aqui no entorno, quando eu fui lá, me chamaram, eu fui recebido por um cara que fazia a ficha. “Não dá. Com o seu prontuário aí, seu prontuário aí tá sujo, não dá nem pra gente fazer nada, vai procurar outro lugar”. Quando foi em dezembro de 69, eu recebi um chamado do Banco da Lavoura, tinha feito um concurso pra lá também, aí comecei e, dezembro de 69, quando eu voltei à atividade, porque estava com três anos desempregado em face das perseguições. Eu não tinha nem roupa para me apresentar, nem roupa. Quem me deu a roupa, você deve conhecer muito ele, para ir ao primeiro dia de trabalho no banco, foi Jair Pinto, sindicalista. Jair Pinto, mora ali perto de você. Ele me deu um paletó, duas camisas de manga, uma gravata preta, eu tinha um sapato, porque tem que trabalhar de paletó e gravata no banco, ali na Padre Vieira, dezembro de 69.

Em 71 entrei na UFBA em Economia, fiz Economia. Lá na UFBA, nós reabrimos o diretório acadêmico, que não tinha, depois de abrir, perdi até as eleições para Miguel Kertzman, fomos eu e Miguel Kertzman que disputamos as eleições. Miguel ganhou, que é do Partidão, apoiado pelo Partidão, e



eu estava no racha do Partidão, com a turma do PCdoB, perdemos a eleição. Quando foi em 71, eu já estava na universidade, um dia, chegou uma figura lá na RUF, dizendo que, eu posso citar o nome, acho que desse cara só Celso Pereira podia lembrar dele, que é Antônio Cerqueira, também conhecido como *Antônio Bufinha*, advogado em Feira, que nêgo falava muito que ele era dedo duro. Foi embora para Suíça, ele fez Direito, era um desses tipos assim, ele não morava na RUF, mas fazia refeição lá, ele ia para lá, a gente sabia que ele estava e ele foi o que chegou com a primeira notícia de que Santa Bárbara estava morto. E aí, disse: “Oh, Paulo. Como você está aqui, você quer ir lá para identificar?” Eu fui. E o Instituto Médico Legal era ali na Praça da Sé, antiga Escola de Medicina, aí embaixo, eu estava fazendo disciplinas ali. Porque quando eu entrei na universidade, foi naquela reforma que você não entrava no curso, você entrava na área. Renato Pires e Colbert também foram desse mesmo ano e nós, e eu tinha as aulas da área de Ciências Humanas eram lá: Sociologia, Filosofia, História. Aí, eu sei que nós, eu não entrei, e ele me levou de malandragem, porque como eu conhecia a turma dele, eu entrei pela portaria, e desci aquelas escadas, e pá!

Fui lá no médico. Aí, vi. Tem até uma

foto na mão dele. Foi aquela foto, aquele jeito que eu vi Santa Bárbara em cima da maca. Depois, surgiu essa história de que tinha sido suicídio, que ele tinha se matado e tal. Começaram a me fazer pergunta, se eu tinha visto isso. Eu disse: “olha, eu não vi”. Inclusive, aquela foto demonstra: ele estava com o rosto perfeito. Perguntaram se eu era da família, “eu não sou da família, sou amigo dele”. E ele tinha marcas. Não sei se eram de tiros, marcas pretas, algumas no corpo, outras no braço. Eu até pensei que ele tinha se entregado assim: pá! [representa estar de mãos ao alto] Eu, inclusive no depoimento dei para ele disse isso. E eu fui lá e vi Santa Bárbara, entendeu? Eu me emociono até hoje, cheguei lá com uma turma, tinha Renatinho. E, dias depois, recebemos um recado lá na RUF de que ninguém fosse no enterro dele. Você perguntou isso na primeira sessão aqui, e nós não fomos, nós fomos proibidos. de que não era permitida a presença da gente da RUF lá no enterro. Depois que eu fiquei sabendo que parece que nem a família viu o corpo dele. É isso?

Albertino – A família negociou com o exército e se chamasse alguém para o enterro, eles não entregavam o corpo.

Paulo Soares da Silva – Exato. Esse recado nós recebemos, eu tinha dito a vocês. Eu recebi um recado lá que não fosse ao sepulta-mento dele. Não seria permitido. Nós não fomos, eu mesmo não fui, ninguém topou ir. Aí eu soube depois, conversando, que nem a família parece.

Albertino – Com essa pressão, eu fui consultado pelo irmão dele se eu tinha coragem de celebrar a missa de 30º dia dele. Porque estava proibido também cele-

brar missa no enterro dele. E não celebraram. Celebraram com 30 dias e fui eu que celebrei.

Paulo Soares da Silva – Pois é. Eu continuei mantendo contato com José Carlos, o irmão dele muito amigo também e tal. Até eu nem sabia, vim saber, na primeira reunião daqui, que Zé Carlos tinha morrido há dois anos, infarto também. Eu sempre me encontrava com ele porque eu morava ali na Pituba e me batia com ele fazendo *cooper* ali no Jardim de Alah e a gente

sempre conversava. “E aí Zé, como é que você está?” “Eu estou aqui na resistência pacífica”. Ele tinha essa expressão. “Ah, Zé! Resistência pacífica não leva ninguém para lugar nenhum. Isso aí só Gandhi conseguiu alguma coisa, mas de lá pra cá ninguém conseguiu coisa nenhuma”.

Aí, na primeira reunião eu soube, Luís falou. Uma pena. O Zé Carlos foi quem realmente me dava notícias, porque os encontros que eu tive

com o Santa Bárbara – hoje percebo isso – naquele momento, não. Ele estava assim, bastante depressivo e ele falava muito da irmã. Até perguntei a Luís como é que está a irmã dele, ele falava tanto dessa irmã, que era uma menininha, adorava essa irmã. Mas, “Você sabe. Não dá mais para mim.” Como se dissesse que estava condenado. Ele não falou essa palavra. “Então, só tem uma alternativa para mim. A gente não se encontra mais não. Qual-quer coisa, eu te mando um aviso, um contato, mas eu vou subir a serra.” Foi isso que ele me falou: “Vou subir a serra.” Aí, desapareceu. E eu vim ver Santa Bárbara... eu tive uns dois ou três con-tatos de notícia dele, então, veja só, depois vim vê-lo morto, infelizmente.

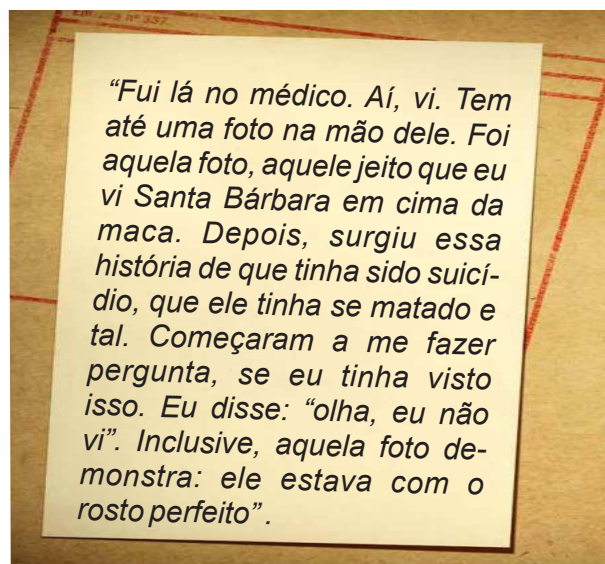
“Aqui em Feira eu não arranjava nada e lá em Salvador, eu passei, durante esse período, inclusive eu era relativamente bonzinho em Matemática, o Galeão é testemunha disso. Eu passei em primeiro lugar no concurso do BANEb, e você tinha o direito de indicar o lugar, eu indiquei Feira de Santana, aqui no entorno, quando eu fui lá, me chamaram, eu fui recebido por um cara que fazia a ficha. 'Não dá. Com o seu prontuário aí, seu prontuário aí tá sujo, não dá nem pra gente fazer nada, vai procurar outro lugar'”.

Participante não identificado – Você sabia que ele estava em Brotas de Macaúbas?

Paulo Soares da Silva – Não, não sabia. Eu nem sabia que ele estava com Lamarca, entendeu? Eu nem sabia que ele estava com Lamarca, eu não tinha entendido isso. Ele disse que ia subir a serra, eu não sabia, que para mim foi uma surpresa.

Bom, gente. E aí, eu passei pela univer-sidade, em 73 eu fui eleito presidente da Associação da Universidade de Feira de Santana que administrava a RUF, a Residência Universitária de Feira. Reabrimos lá o diretório de economia e terminei, fiz o mestrado em Economia, terminei aqui na UEFS, ensinando, dez anos aqui. Recebi o convite honroso da Professora Yara para ser o seu pró-reitor, eu até hoje me arrependo disso, falei hoje isso com ela, me arrependo de não ter aceito, porque na época eu trabalhava no Polo Petroquímico, tinha diferença salarial e tal. Mas quando eu cheguei aqui, primeira vez que ensinei na universidade, foi em um curso de férias, no qual essa peça aqui *[indica alguém]* era um dos alunos. E aí, eles fizeram a avaliação e me indicaram para eu continuar. E aí, eu assinei contrato e tudo. Quando eu chego na secretaria, quem eu encontro de cara? Arlindo Pitombo. Você lembra que ele foi coordenador aqui? Ele chegou, cruzou os braços assim pra mim: “E aí, o que é que você está fazendo aqui?” Ele tinha me expulsado lá no Estadual. Ele foi quem me entregou a minha transferência. Eu disse: “Ensinando”. “Ensinando, você ensinando?” Eu digo “É”. “Aqui?” “É”. Ele balançou a cabeça assim: “Fazer o quê?” Eu já tinha assinado o contrato, a carteira já estava assinada.

Aí, fui para o cara que tinha me trazido para aqui por indicação de professores lá de Salvador, que foi José Onofre. Onofre, meu amigo, né? Eu disse: “Zé, tem um cara lá...” “Ele já veio conversar comigo, mas eu disse que esqueça de você, esqueça de você, você vai ficar como pro-



fessor da UEFS”. E fiquei dez anos aqui e tive que sair para assumir uma diretoria de empresa lá em Salvador e por isso que não estou até hoje triste e frustrado, porque não aceitei, porque não fui o pró-reitor da professora Yara.

Bom gente, é esse o meu depoimento, é bastante rápido e o que eu questiono é o seguinte: “Valeu a pena?” Aí, voltamos ao poeta Fernando Pessoa, “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”. Eu questiono muito, assim como Beraldo Boaventura, no depoimento dele, está questionando se valeu a pena. Haja vista o que nós estamos vivendo aí, essa corrupção terrível, inclusive com os riscos institucionais, não de golpe, mas de se transformar em uma coisa pior. Porque eu acho que está em marcha batida, essa é a minha percepção como um estudioso do direito, em marcha batida para um neofacismo, em que as instituições estão sendo questionadas, a ponto do nosso Joaquim Barbosa se sentir tão pressionado que vai cair fora. Eu não vou entrar na questão do mérito, mas a questão do processo. Isso que aconteceu com Prisco – eu não sou advogado dele, nunca defendi ele – eu acho um risco; que ele não foi condenado, foi amarrado e algemado numa cama de hospital, fotografado e botaram lá um treco na perna dele; ele nem condenado foi. E outros movimentos que houve aí, a questão de mérito, é outra história. Sou contra, realmente, a greve de policiais. Sou. Não

estou dizendo que eu sou favorável, mas o que estão fazendo aí é um risco. Porque ele não está atrelado ao estado de golpe que está aí implantado. Porque nós tivemos a greve da polícia no Rio de Janeiro, os 400 bombeiros anistiados, nós tivemos os rodoviários há pouco tempo aqui em Salvador, a maior agressão às pessoas, detonando um movimento, que eu acho que tem todo o direito, mas tem que seguir o que a norma estabelece, tivemos agora em São Paulo, quer dizer, as pessoas tão contestando decisões judiciais em um estado de direito. E aí, como é que fica isso? Eu estou questionando, assim como Beraldo, a questão de se valeu a pena.

Hosannah Leite – Eu queria voltar exatamente à época da sua participação política aqui nesse processo. O momento político e jurídico, de cada qual com suas identificações políticas. Veja você o seguinte, Paulo: que resultados, além de você passar 10 anos naquela penúria, que resultados psicológicos, materiais recaiu sobre a sua família?

Paulo Soares da Silva – Olhe, veja só. Foi pesado porque eu sou o filho mais velho, era o filho mais velho, meu pai e minha mãe tinham, assim eu, como a salvação da família. E eles sempre lutaram para eu chegar a cursar uma universidade, e eu cheguei a alcançar mestrado Federal. Na época só tinha Federal e Católica e, realmente, o curso de economia era um curso bastante concorrido e eu passei de primeira, era jovem. Tanto é, que isso me impediu, essa pergunta que você faz, me impediu de eu dar certa continuidade. Tanto é que eu, quando entrei no banco, e entrei na universidade, o Sinval Galeão me deu uma indicação para que eu entrasse no movimento, tivemos ainda algumas reuniões, tive

contato com o pessoal, mas o pessoal do Partidão estava meio contrariado comigo, já contei até essa história particular a Galeão. Uma vez uma reunião lá, pequena, pra eu discutir posições fundamentais do partido, eu fui expulso por Sérgio, que era meu colega. Então, veja só: o resultado para a minha família foi desastroso, foi pesado. Eu protelei a proteção à minha filha, tive que renunciar muita coisa.

“Quando eu chego na secretaria, quem eu encontro de cara? Arlindo Pitombo. Você lembra que ele foi coordenador aqui? Ele chegou, cruzou os braços assim pra mim: “E aí, o que é que você está fazendo aqui?” Ele tinha me expulsado lá no Estadual. Ele foi quem me entregou a minha transferência. Eu disse: “Ensinando”. “Ensinando, você ensinando?” Eu digo “É”. “Aqui?” “É”. Ele balançou a cabeça assim: “Fazer o quê?”

Hosannah Leite – A segunda pergunta: você disse que quando disputou uma chapa, você estava aliado ao PC-doB, numa chapa contra o PCB. Isso foi em 73. Nessa época, você estava alinhado a que movimento político?

Paulo Soares da Silva – Rapaz, nessa época, eu estava igual a cortiça na água. O pessoal tinha uma certa resistência comigo, Galeão sempre via na escola, eu tinha o

Sergio aqui de Feira de Santana que não ia com minha cara, mas tinha o Marcelo. Marcelo é um cara elegante e tal, é até sócio meu hoje. Naquela época ele estava em outra chapa e do outro lado tinha a irmã dele, Ângela. Ângela era minha companheira de chapa. Nesse momento, o alinhamento político, eu estava como lhe falei: estava meio solto.

Hosannah Leite – Aí, decretou seu afastamento do PCB?

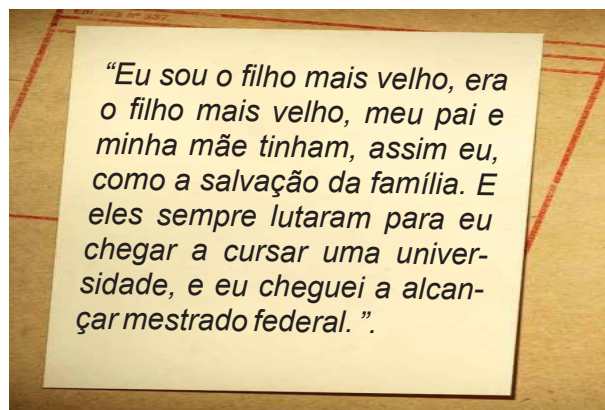
Paulo Soares da Silva – Não, Não. Aí, logo depois que eu vim me realinhar. Quando eu fui trabalhar no Polo Petroquímico, eu me realinhei. Foi aí que retornei o meu contato com Gurgel, que estava chegando aí. Nunca deixei de manter meus contatos com Galeão. Eu e Galeão sempre estivemos juntos. Porque, quando eu trabalhava no polo petroquímico – isso é interessante – eu trabalhava em uma empresa do polo

petroquímico, a Copene, que hoje é a Braskem. E o que é que aconteceu? Eu passei, três meses depois, “ao setor de recursos humanos, por favor” Eu ganhava 40 salários mínimos na época. Eu ganhava bem. Já como economista, tinha feito o curso de pós-graduação pelo Cedin. Aliás, eu trabalhei no Cedin. Esse curso da pós-graduação em consultoria industrial, eu fiz pelo Cedin. E foi isso que me levou ao polo.

Fui para lá implantar o sistema de custos, no qual eu me especializei, custo e orçamento empresarial. E foi a causa de eu vir ensinar aqui na UEFS, e lá também, lá na Católica. Bom. Três meses depois, eu recebo um memorando: comparecer ao serviço de informação da Petrobras. Rapaz! Aí eu tremi. O presidente da Petroquímica, na época, era Geisel. Petroquímica, que era quem comandava a Copene. O presidente da Petrobras era outro, foi na inauguração da Copene em 71, era um japonês, foi mais ou menos em 78. Aí, eu fui chamado.

Meu chefe “quando o cara é chamado, já vem demitido...” Aí, eu fui. O serviço de informação da Petrobras ficava ali, na Rua Miguel Calmon, logo no início, vizinho, quando você desce ali o Mercado Modelo, você entra ali, tinha a Caixa Econômica e tinha um edifício lá, muito conhecido aquele edifício, não estou lembrado, no penúltimo andar.

Quando eu entrei, no andar inteiro, só tinha gente fardada. Aí, fui recebido por um coronel. Aí, ele me olhou, tirou uma ficha lá, disse: “você já andou bastante por aí, né? Fiquei até surpreso com sua ficha aqui, não é por nada, é para lembrar que você teve esse passado aqui. Mas você não vai mais continuar seu trabalho, vai continuar trabalhando”, que o presidente Geisel era o presidente da Petroquímica. Que tem o presidente da Petrobras e tem o da Petroquímica, que comandava o braço petroquímico da Petrobras. Aí, que ele saiu de lá, pra ser presidente da República. Depois que ele voltou. Aí, ele disse ninguém tem inte-



resse nesse negócio, que estava passando, e tal. Aí foi que fui entender que era o momento deles, dos militares, que chama a distensão. Volto mas não volto, mas não entro no movimento. Aconselho você a não entrar no movimento sindical do polo, um movimento forte. Estava surgindo nessa época lá, tinha outras lideranças, mas tinha [...], jovem na época. Aí, me liberou e tal, e eu fiquei realmente, trabalhei dez anos lá no polo. Mas sempre ligado, voltei.

Hosannah Leite – Você estava ali no movimento sindical no polo?

Paulo Soares da Silva – Não, não. Estava indiretamente. Porque o seguinte: eu fui, ao eu chegar lá, eu assumi logo uma gerência e então o que aconteceu? Eu fui ser gerente na administração do financeiro que era o que Dra. Yara queria que eu fosse aqui com ela, o gerente financeiro administrativo dela. E aí, o que foi que fizeram? Me botaram na Comissão de negociação salarial pelo patronato. E 80 e 82, nós fomos treinados. O Lula questionava muito na época os patrões, porque não treinavam os seus executivos para fazer negociação, para lidar com as relações sindicais. E o polo investia bastante nisso. Eu fui um desses caras que, no primeiro treinamento em 81, o Lula participou do treinamento do qual eu fui treinar.

A empresa contratava um ano inteiro de consultoria e eles ficavam encarregados de contratar a parte prática. E a parte prática normalmente era o sindicato. Eles sempre contratavam o sindicato de São Bernardo, entendeu? Então, eu conheci na

mesa de negociação, sendo treinado, Lula no primeiro ano de treinamento, o Jair, me lembro que Vicentino era novinho na época, bem novinho lá, o Alemão e eu peguei bastante treinamento nesse negócio de negociação, tanto é que eu uso até hoje, na advocacia, eu faço negociação empresarial, principalmente nas cisões, fusões, brigas de sócios no trabalho.

Hosannah Leite – Nessa época que você estava no polo, você tinha alguma atividade política partidária?

Paulo Soares da Silva – Tinha, eu tinha. Mas muito pouco. Meu contato era Jair, esse Jair Pinto. Jair dizia assim, tanto é que o Wagner, o Wagner sabia da minha história através de Jair, Wagner, Rui Costa. E depois eu participei, quando eu saí do polo, eu participei de uma campanha do Rui Costa, no primeiro mandato dele de vereador, que ele não foi eleito, acho que ele assumiu como uma suplência. Depois eu briguei com ele lá, com Jaques Wagner. Eu tinha agora não tanto. Eu era devagar, realmente, pé no freio, porque eu tinha minha atividade empresarial, era muito bem remunerado, mas fazia lá minhas contribuições. Foi nesse momento que eu conheci George, comecei a conhecer nessas coisas aí. Depois que eu saí, eu saí do polo, saí de atividade empresarial, aí fiz logo no início do ano letivo, fiz direito, eu já mudei plena carga a minha atividade política.

Monsenhor Luiz – A mim interessa coisas aqui, que ano foi do municipal?

Paulo Soares da Silva – Foi 65, 66.

Monsenhor Luiz – Eu sou da primeira turma do municipal 66. Eu comentava há pouco com algumas pessoas do presente que parece que não sabem nada do passa-do, falava de Laura Foly a Adesil Guimarães.

Paulo Soares da Silva – Eu soube que Laura Foly é viva? (É viva), Laura Foly, ela era perigosíssima porque essa turminha que ela expulsou, ela chamava para a casa dela. Almocei muito na casa dela, eu, Santa Bárbara, Renatinho,” meus filhinhos vamos lá pra casa”, que ela morava em frente.

Monsenhor Luiz – Agora aonde anda Edlauro?

Paulo Soares da Silva – Edlauro nunca mais eu vi. O Wagner, eu soube que morreu, Edlauro nunca mais eu vi também. Edlauro que sumiu, esse Roberto Messias também.

Hosannah Leite – Messias, atual secretário de comunicação social de ACM Neto.

Paulo Soares da Silva – Jaime Cunha tá aí. O que tá realmente aqui no pedaço, sou eu e Jaime, advogando, Roberto Messias nunca mais eu vi, esse Eulálio Pinto.

Hosannah Leite – faleceu em São Paulo, economista.

Monsenhor Luiz – O nível de educação aqui é interessante. Eu vou me permitir, educadores que estão aqui, em arquivamento as informações oferecidas a vossa senhoria, portanto ela já houvera passado algumas informações, em nosso ofício nessa data esclarecemos que foram negadas as matrículas, aí diz o nome que por aparecer frequentemente em vários turnos do colégio nos causaram preocupações que podem ser considerados como alunos que não se situaram dentro das normas disciplinares do colégio. Gente! Isso é fantástico: apareceram frequentemente é uma terra, um terreno proibido. Um documento oficial, deixa isso registrado. Mais alguma pergunta? Então o turno está encerrado. Nosso agradecimento ao Dr. Paulo Soares.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

10 de junho de 2014 - Módulo 7 da Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: WILSON MÁRIO SILVA

O jornalista Wilson Mário Pinheiro Silva é filho do tabelião Walter Livramento Silva – já falecido – que teve uma militância política e jornalística em Feira de Santana antes e depois do golpe de 64. Entre 1964 e 1965, Walter Livramento dirigiu o jornal 'Gazeta do Povo'. Ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o jornal foi 'empastelado' duas vezes pelos militares. Submetido a rigorosa censura, o 'Gazeta do Povo' publicava a imagem de Senhora Santana no lugar de cada reportagem proibida, usando-a como uma senha para indicar que aquele espaço tinha sido censurado. Walter Livramento também foi dirigente do Partido Social Progressista (PSP) que adotou posições de confronto à ditadura militar.

*Texto não revisado pelo depoente.

*Wilson Mário Silva

Boa tarde aos integrantes da Comissão Estadual da Verdade da Bahia e ao Grupo de Feira de Santana, aos estudantes do mestrado da UEFS, da graduação da UEFS. Eu sou Wilson Mário Silva, sou feirense, sou bacharel em Comunicação Social, integro o grupo de estudos da Universidade Federal da Bahia: Memória, Ditadura e Contemporaneidade, coordenado pela professora Lucileide Cardoso, e estou falando hoje, não como Wilson Mário Pinheiro Silva mas, representando aqui o meu pai, Walter Livramento Silva, já falecido, uma pessoa que teve uma militância política e teve uma militância jornalística em Feira de Santana, participou ativamente contra o golpe de 64 e, posterior a 64, de forma que, em determinado momento, eu fui muito duro com meu pai. Ele já estava com 85 anos de idade e eu disse a ele: o senhor já sepultou dois filhos, meu pai, eu não acredito que o senhor vai me sepultar.

Eu gostaria de gravar a sua participação na política de Feira de Santana. Foram oito dias, mas a parte que está relacionada à política de 64 foram três fitas. Foi muito emocionante fazer essa declaração. Levei muito tempo, eu me perguntava, porque eu já não tinha colocado como jornalista na mídia, mas o momento mais adequado é esse, na Comissão da Verdade. Isto porque vai absorver uma série de informações e até documentos, inclusive inéditos, que eu vou apresentar aqui, e até mesmo, eu era questionado pela professora Lucileide da questão da resistência, e as

pessoas entendiam que a resistência política e a resistência ao golpe de 64 em Feira de Santana não aconteceram, porque não houve confronto armado, porque não ocorreram mortes. Mas, essa resistência sim, ocorreu. Ela foi uma resistência ideológica, ela foi uma resistência política e ela também foi uma resistência armada.

Ocorre que, antes mesmo do dia 1º de abril, se armou em Feira de Santana toda uma situação para desarmar aqueles que tinham militância política ou aqueles que poderiam resistir. Chegou na cidade um cidadão chamado - todos o conheciam como *Capelão* - era um policial, que começou a desarmar os políticos de Feira de Santana.

A partir daí, no dia 31 de março, essa data eu não esqueço, porque ela marca o aniversário de um irmão meu, já falecido, e 31 de março de 64, uma terça-feira. E o meu pai ficava entre a residência dele, aniversário do meu irmão, e a prefeitura municipal, onde ali acontecia uma reunião com Francisco Pinto e algumas lideranças políticas, dentre elas: Oscar Marques, Jacques Amaury, Colbert Martins, e outras pessoas, adotando providências em função daquele golpe que estava sendo apresentado ao povo brasileiro, e naquele momento Chico Pinto considerava que Feira deveria resistir. E essa resistência se daria de uma forma até direta. A prefeitura poderia utilizar para montagem de barricadas. E utilizar também um sistema de produzir rapidamente bombas. E Colbert Martins tinha uma ideia de detonar, primeiro, a ponte que ligava Feira a Salvador, para inviabilizar a entrada das forças militares em Feira de Santana. E, com todo esse debate, meu pai se mostrou contrário à posição de Chico Pinto e de Colbert considerando que a resistência não teria um efeito, naquele momento. E foram

mais de 80 sacos de areia, que serviram para montar uma barricada, e esses sacos de areia foram levados para nossa residência. Eu tinha exatamente 14 anos de idade, quando eu e mais três irmãos, e a jovem filha de Torquato deve lembrar, da nossa história, jogando futebol, derrubou-se o fundo do muro da nossa residência para a entrada das caçambas trazendo os sacos de areia. E isso aí era um momento de pensar a resistência.

Mas, efetivamente, o confronto dos militares com as lideranças políticas de Feira de Santana ocorreu ainda no diálogo. Chico Pinto estava reunido na casa de Zé Moraes acertando o que poderia no dia imediato ocorrer, e foi colocado um carro de som anunciando a resistência, convocando o povo para apoiar aquele movimento, e os militares, foram à noite a essa residência e Chico Pinto recebeu eles, as pessoas ficaram, e Chico Pinto abriu a porta e comuni-

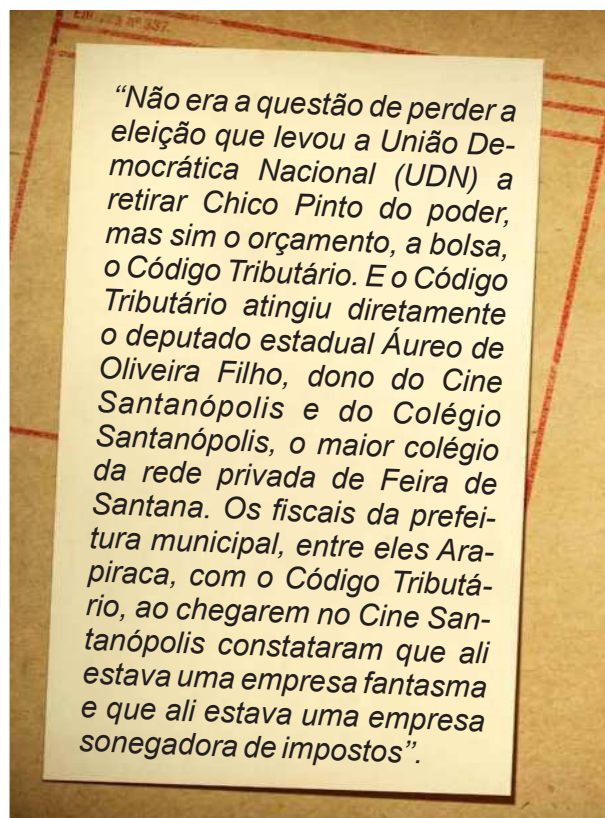
cou que não havia nada daquilo, que um outro carro de som já tinha ido para as ruas, e eles disseram: “não resistam, porque nem hoje, nem amanhã, nós não estaremos com a força militar em Feira, mas vocês não vão resistir à força militar”.

Nessas gravações, meu pai deixou quatro pontos específicos que levaram à queda de Francisco Pinto. Primeiro, porque ele recebeu um apoio estratégico de Virgildásio Senna, prefeito de Salvador, para que fosse elaborado um Código Tributário para a cidade. E, em menos de dois meses, um técnico veio a Feira de Santana e esse Código Tributário foi aprovado, para que a prefeitura tivesse condições de arrecadar os recursos dos impostos que eram sonegados pela classe empresarial, comercial de Feira de Santana.

“... Chico Pinto considerava que Feira deveria resistir. E essa resistência se daria de uma forma até direta. A prefeitura poderia utilizar para montagem de barricadas. E utilizar também um sistema de produzir rapidamente bombas. E Colbert Martins tinha uma ideia de detonar, primeiro, a ponte que ligava Feira a Salvador, para inviabilizar a entrada das forças militares em Feira de Santana”.

O outro ponto que ele apresenta é a ação que o governo teve diante de uma lei que já existia, pela criação de um ginásio municipal desde o governo anterior. E Chico Pinto, então, apresentou um orçamento, um projeto de orçamento, e esse orçamento não foi votado. Esse orçamento previa o Colégio Santanópolis, que ficava com praticamente 80% a 90%, dos recursos da área de educação, esses recursos pagavam as bolsas dos estudantes do Colégio Santanópolis, que era de propriedade do professor e deputado estadual Áureo de Oliveira Filho. E quando o projeto do orçamento foi colocado para a votação ocorreu uma reação popular, porque quem estava presidindo a sessão encerrou rapidamente a sessão, sem dar continuidade. Na época, Sinval era estudante e sabe o que ocorreu. Ocorreu um quebra-quebra na Câmara Municipal, um conflito, a Polícia Militar chegou, os vereadores ficaram na secretaria, os estudantes estavam irritados com aquela situação, a desmoralização. E Chico Pinto virou para aquelas pessoas que estavam, 3 ou 4 mil pessoas e disse: “a Câmara de Vereadores, a partir de hoje, são vocês”. E, nisso, alguns desses vereadores, a lista está aqui, mas a comissão vai passar para vocês, foram à Justiça denunciar os vereadores, sindicalistas e pessoas que ameaçaram a integridade física deles. Os outros vereadores convictos deram sustentação a Francisco Pinto. Então, esse é um dos pontos que levaram à queda de Francisco Pinto.

Os outros pontos: não era a questão de perder a eleição que levou a União Democrática Nacional (UDN) a retirar Chico Pinto do poder, mas sim o orçamento, a bolsa, o Código Tributário. E o Código Tributário atingiu diretamente o deputado estadual Áureo de Oliveira Filho, dono do Cine Santanópolis e do Colégio Santanópolis, o maior colégio da rede privada de Feira de Santana. Os fiscais da prefeitura municipal, entre eles Arapiraca, com o Código Tributário, ao chegarem no Cine Santanópolis constataram que ali estava uma empresa fantasma e que ali estava



uma empresa sonegadora de impostos. E o Código Tributário permitia que o prefeito elevasse até 5% do valor da autuação que o fiscal aplicasse à empresa que fatura.

E Áureo, como deputado, buscou o apoio da família do ex-prefeito João Marinho Falcão, e, não contente somente com esse apoio, foi buscar o apoio de um ex-interventor do governo da Bahia, Juracy Magalhães, que naquele momento era uma pessoa de uma influência muito forte, no Sul do País. E eles consideraram que aquilo era um confronto político, um confronto econômico do governo de Francisco Pinto com a classe empresarial de Feira de Santana.

Quando ocorre a chegada das tropas do Exército de Alagoas, sob o comando do major Elvio Moreira, em Feira de Santana, uma das primeiras atitudes tomadas era de mandar prender o fotógrafo Nogueira. Por que o fotógrafo Nogueira? Porque ele foi o homem que fotografou a vinda de Luiz Carlos Prestes a Feira de Santana, para ser homenageado na Câmara de Vereadores, uma proposta de

um militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Humberto Mascarenhas.

Mas, naquele momento, prestava apoio ao prefeito Arnold Silva, e essas fotos, com o golpe de 64, eram um perigo. Porque iria mostrar quem foram as pessoas que abraçaram e festejaram Luiz Carlos Prestes em Feira de Santana. Foi uma das primeiras pessoas que tiveram a prisão denunciada pelas forças da UDN em Feira de Santana. Ele foi preso, apanhou muito, só que os negativos já não estavam mais em poder de Nogueira. Essas fotos estavam já sob o controle das lideranças ligadas a Francisco Pinto. E, a partir daí, eles começaram então a prender os estudantes, Sinval Galeão, Celso Ribeiro Daltro, Celso Pereira, como uma forma de mostrar de que forma eles tinham o poder e o controle sobre a situação.

O capitão Arlindo Barbosa, apresentado aqui, dentre outras pessoas que me antecederam, foi uma pessoa que chegou para exercer a função de delegado da 9ª delegacia militar em Feira de Santana, ainda no governo do professor Almachio Boaventura, e quem recebeu ele foi meu pai, e levou ele até o prefeito Almachio. E ele participou do golpe de 64, de todas as situações de armar barricadas e de tudo. Mas, quando foi anunciado que Jango tinha deixado o país, ele disse que a partir daquele momento ele seria leal ao novo governo.

Então, ele tinha todas as informações possíveis de quem estava envolvido na resistência e de quem estava dando sustentação política a Francisco Pinto. Então, esse é o capitão Arlindo, que participou de toda a resistência inicial à chegada das tropas militares em Feira de Santana.

E, no dia 2 de maio, Francisco Pinto estava em sua residência, e despachou para prefeitura o seu irmão, Antônio Pinto, que era vereador, “vá, e fique lá na prefeitura”. Porque eles passavam noites, madrugadas, para que as pessoas não sintam um vazio na administração. Então, nesse momento, a casa de Francisco Pinto é cercada, quando o irmão dele sai, entra um tenente do Exército, e lá encontra: Francisco Pinto, a mãe de Francisco Pinto, dona Pombinha (Inácia Pinto dos Santos), meu pai, José Pinto, irmão de Francisco Pinto e algumas pessoas que trabalhavam na residência.

Chico Pinto estava saindo do banheiro quando o oficial diz que precisava conversar com ele, que ele precisava deixar a residência. E sair com ele. Francisco Pinto pede um momento a ele para ir se compor. Vai colocar paletó e gravata e o militar acena que sim, mas quando Chico Pinto se dirige ao quarto, o militar então segue Chico Pinto, e nesse momento existiu uma reação imediata de dona Pombinha, dizendo: “pare aí, nem mais

um passo. Meu filho não vai fugir, ele só vai trocar de roupa e vai se apresentar”. Ele troca de roupa, beija a mão da mãe, pede a benção dela, e sai preso, acompanhando o tenente. Mas, ele sabia que a partir dali ele estava preso, e quando chega no armazém de fumo ele recebe a voz de prisão do major Elvio Moreira, que comandava as tropas que vieram de Alagoas, sob determinação de Juracy Magalhães, que naquele momento já era um homem forte junto ao governo militar.

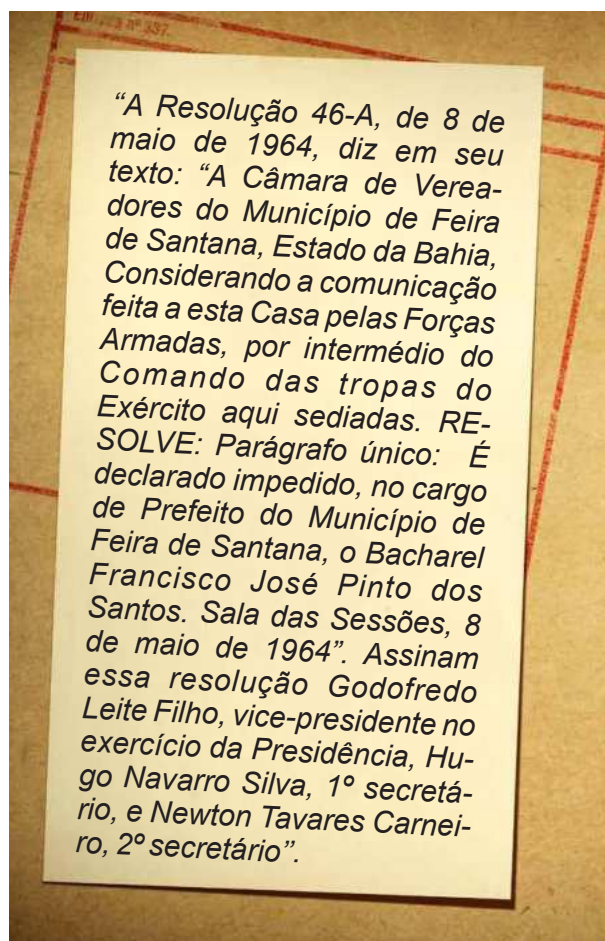
E, o que fazer diante dessa situação? O prefeito estava preso e os militares queriam cassá-lo. Foram realizadas as pri-

“o fotógrafo Nogueira. (...). Foi uma das primeiras pessoas que tiveram a prisão denunciada pelas forças da UDN em Feira de Santana. Ele foi preso, apanhou muito, só que os negativos já não estavam mais em poder de Nogueira. Essas fotos estavam já sob o controle das lideranças ligadas a Francisco Pinto. E, a partir daí, eles começaram então a prender os estudantes, Sinval Galeão, Celso Ribeiro Daltro, Celso Pereira, como uma forma de mostrar de que forma eles tinham o poder e o controle sobre a situação”.

meiras sessões, onde os militares exigiam a retirada de Chico Pinto do poder político.

A Resolução 46-A, de 8 de maio de 1964, diz em seu texto: “A Câmara de Vereadores do Município de Feira de Santana, Estado da Bahia, Considerando a comunicação feita a esta Casa pelas Forças Armadas, por intermédio do Comando das tropas do Exército aqui sediadas. RESOLVE: Parágrafo único: É declarado impedido, no cargo de Prefeito do Município de Feira de Santana, o Bacharel Francisco José Pinto dos Santos. Sala das Sessões, 8 de maio de 1964”. Assinam essa resolução Godofredo Leite Filho, vice-presidente no exercício da Presidência, Hugo Navarro Silva, 1º secretário, e Newton Tavares Carneiro, 2º secretário. Para algumas das pessoas que não conheçam esses personagens, o Godofredo é tio de Hosannah Leite, foi uma das pessoas a denunciar Hosannah também. O Hugo Navarro Silva é jornalista, bacharel em Direito, e era vereador pela UDN e Newton Tavares Carneiro, 2º secretário, é primo, do atual senador e ex-prefeito e ex-governador da Bahia, João Durval Carneiro.

Mas, o presidente da Câmara de Vereadores era Joselito Falcão de Amorim, por que que ele não assinou esse ato? No dia 2, Pinto é preso, ocorreram diversas sessões. Ocorre que Leopoldo Cabral era um suplente de vereador e liderava partido político na cidade. Ele procurou meu pai para informar que a maior liderança do PSD em Feira de Santana, o chamado, e aí eu continuo chamando de coronel Eduardo Fróes da Motta, tinha negociado com as forças militares, um acordo para que Francisco Pinto fosse cassado. E, diante da gravidade da situação, Cabral e meu pai, Walter Livramento da Silva, saem em busca de José Falcão da Silva, bacharel em Direito, e do outro bacharel, Demóstenes de Brito, e todos dois eram funcionários do Banco do Brasil. E eles levam um esboço de uma posição política naquele momento, mas que, na visão e opinião dos dois bacharéis, era muito agressiva. O Partido



Liberador (PL), Partido de Representação Popular (PSP) e o Partido Democrata Cristão (PDC), que apoiaram a candidatura de Francisco José Pinto dos Santos, “tomando conhecimento do entendimento havido entre o respeitável presidente do PSD e as Forças Armadas”, e aí começam então a desmontar a possibilidade daquele acordo.

Mas, muito astuto, o presidente do PSD, o Eduardo Fróes da Motta, fez circular uma comunicação convocando os seus liderados e aqueles que apoiaram Francisco Pinto para reunião na residência dele. Isso, no dia 8 de maio de 1964, para explicar a posição e nesse encontro esses partidos, esse Cabral, eu vou dar uma referência para vocês, ele é filho de Muniz Sodré, professor, dirigiu a Biblioteca Nacional. E esses quatro presidentes de partido, neste documento aqui, colocam o coronel da Motta na parede, dizendo que não aceitavam aquela negociação, aquele acordo e usaram essa frase: “nem debaixo da baioneta vamos cassar Chico Pinto”.

E quando o Fróes, astutamente, disse: “e o que é que eu vou dizer para os militares?”, e aí, um documento que pressionava ele, conseguiu retirar dele uma frase de efeito, uma frase que o colocava realmente como uma pessoa que tinha feito um acordo. Que o acordo era do PSD, através do presidente do partido, Fróes da Motta, apresentar dois nomes e desses dois nomes seria escolhido o prefeito de Feira de Santana.

Ora, se a Câmara de Vereadores já tinha resistido às votações, essa seria a última votação. Nessa última votação, esse documento aqui mostra que essa Resolução que tira Francisco Pinto do poder municipal, foi aprovada por maioria simples. Quando, para casar ou para qualquer aprovação na Câmara dos Vereadores, seriam necessários 2/3 da votação daquela câmara. Um desses textos, no final do texto, destaca que seria covardia e um escárnio que ultraja o povo de Feira de Santana aceitar aquele acordo.

E Fróes da Motta, então, chama o Demóstenes, o mais habilidoso naquele momento, o bacharel, que tinha maior experiência do que o José Falcão da Silva, a elaborar um novo documento e que ele levaria para as Forças Armadas. E aí Demóstenes vai para a sala reservada do coronel e lá elabora um documento, e Fróes da Motta fica com a responsabilidade de fazer a entrega.

Mas, os vereadores tinham uma posição muito certa, muito definida, muito radical. E eles receavam que aquele documento se transformasse na possibilidade de um acordo efetivo de Fróes da Motta com os militares e lá não comparecem em sua maioria para votação, que tirou do poder político de Feira de Santana

Francisco Pinto. E por que isso? Porque, na ata da sessão do dia 8 de maio estavam presentes: Godofredo Filho, Hugo Navarro, Newton Carneiro, Paulo Cordeiro, João Catapano, José Freitas, José Ferreira Pinto, Odilon Diogo de Santana, todos esses aqui citados, vereadores de sustentação à UDN e apenas os vereadores ligados a Francisco Pinto, Theódulo Bastos Júnior e Antonio Manuel de Araújo. E, presente também, o deputado Eliotério de Amorim

Damasceno, que veio pressionar os vereadores da UDN a dar quorum e a votar também no impeachment de Francisco Pinto.

E, mais do que isso, naquela sessão da câmara estava presente o tenente Nadir Figueiredo Trincha, e como militar fazia pressão da força contra os vereadores. Mas, aquela votação não tinha legalidade, e isso meu pai conseguiu comprovar, porque estavam ali

suplentes de vereadores que não foram para câmara, para assumir o compromisso de posse, e aí sabe-se que qualquer parlamentar, para assumir uma votação, tem que ir com um mandato, tem que comparecer à sua casa legislativa e assumir o compromisso de posse, um compromisso perante a presidência.

Então, eles conseguiram colocar três ou quatro vereadores suplentes de suplentes. Então meu pai pede à Câmara de Vereadores a relação de quem seriam os suplentes. E os suplentes, isso vocês podem acessar o portal da câmara que vocês vão encontrar quem estava nessa sessão dessa resolução.

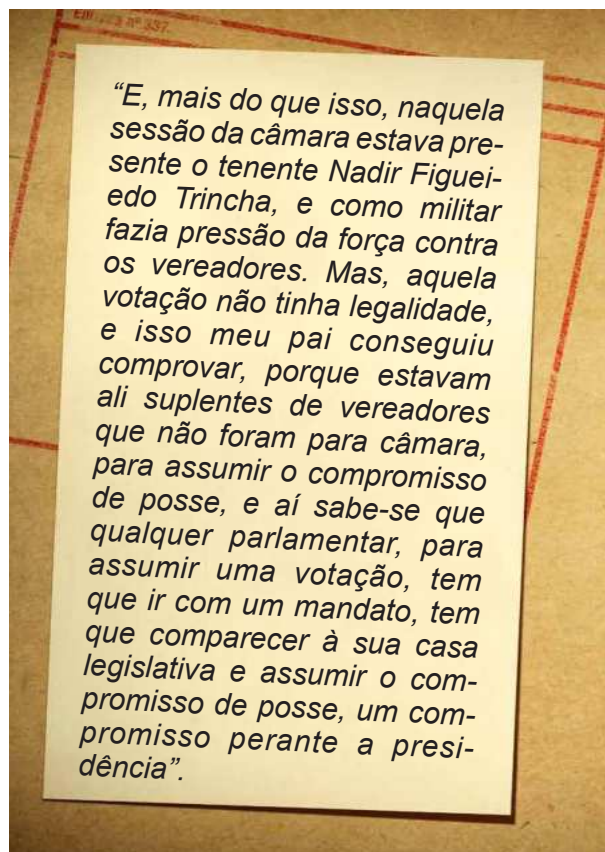
Então, essa mesa diretiva com os suplentes era: Humberto Cerqueira Mascarenhas, que seria suplente de José Manuel

“E quando o Fróes, astutamente, disse: “e o que é que eu vou dizer para os militares?”, e aí, um documento que pressionava ele, conseguiu retirar dele uma frase de efeito, uma frase que o colocava realmente como uma pessoa que tinha feito um acordo. Que o acordo era do PSD, através do presidente do partido, Fróes da Motta, apresentar dois nomes e desses dois nomes seria escolhido o prefeito de Feira de Santana”.

de Araújo Freitas, sim ele poderia, mas ele teria que assumir o compromisso anterior. E os outros todos não poderiam ter votado essa Resolução. E a partir daí, então, começou um processo de prender e de torturar. Outros primeiros presos, além de Nogueira, foi o Inocêncio Pereira Alves, militante do Partido Comunista, que no ano de 1945 fundou em Feira de Santana o sindicato dos alfaiates. Esse homem foi preso, levado para o 1º Batalhão da Polícia Militar de Feira de Santana. Ele foi tão torturado que os militares resolveram não devolvê-lo à família e abandonaram ele em Salvador, em uma unidade militar, e lá ele continuou sendo torturado. E aí quando dizem que em Feira de Santana apenas algumas pessoas foram presas, não é a verdade. E, em seguida, prenderam o sapateiro Torquato Brito, que tinha uma militância política e era membro do Partido Comunista.

E nesse processo de prender, prender, algumas figuras estavam envolvidas, entre essas figuras envolvidas, com as prisões de Torquato Brito, de Raimundo Alfaiate, de Inocêncio Pereira Alves, o Batata, de Antoniel Queiroz, que era membro do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana, o fotógrafo Nogueira e Celso Pereira, Sinval e de outros, a população e a sociedade começaram a ficar em pânico.

E, como denunciar? E o jornal que dava sustentação a Francisco Pinto, que era a Gazeta do Povo. O seu diretor e o seu redator chefe eram militares, mas eram comunistas, era o major Jandiroba. E quando Jandiroba chega no 1º Batalhão da Polícia Militar, um colega dele pega um ofício, põe do lado e ele consegue ler: “prender Jandiroba e trazê-lo vivo ou morto”. E aí, quando se fala de Roberto Messias, que é o pai de Roberto Messias, dá fuga ao major Jandiroba levando ele para Sergipe. Este homem jamais retornou a Feira de Santana, jamais botou os pés em Feira de Santana. Da forma como as forças militares estavam torturando, ele receava que ele seria o próximo militante a ser torturado. E aí, com a saída do major Jandiroba de cena, o



redator-chefe da Gazeta do Povo, o jornal, os redatores, então, ficaram em uma situação complicada e a única pessoa que poderia assumir efetivamente o jornal, naquele momento, era Antonio Lopes, poeta, jornalista. Mas, existia uma situação delicada. O irmão dele, Altamir Lopes, era vereador.

E naquele momento era aliado da UDN. Então, ele procura meu pai e diz que a partir daquele momento ele não podia mais continuar como redator-chefe do jornal. Aí meu pai procura Fróes da Motta e diz que o jornal precisava continuar a circular. Então Fróes da Motta apresenta a seguinte situação ao meu pai: “eu não vou botar mais dinheiro no jornal. Como vocês vão rodar o jornal?”. Aí, ele é informado que os outros redatores iriam assumir os custos da produção do jornal e redação. E esse jornal, que já tinha sido empastelado duas vezes, por forças militares e por um membro de uma família que controlava o outro jornal, a Folha do Norte, era preciso tomar uma posição. Então, eles se dirigem ao juiz Manuel Curvelo e conseguem um mandado

de segurança para assegurar a circulação efetiva do jornal.

E em plena madrugada o jornal é impresso, e por volta das seis horas da manhã, José Falcão da Silva, ex-prefeito de Feira de Santana em três gestões, juntamente com meu pai, se dirigem à 6ª Região Militar para levar o jornal, com o mandado de segurança impresso no jornal e lá, quando chegam, encontram o coronel Manuel Mendes Pereira com dois exemplares do jornal.

Ele recebe os dois. Eles dizem que foram levar o jornal com o mandado de segurança que o juiz deu, e ele diz: “eu já vi o jornal”. Abriu a gaveta e mostrou o jornal.

Infelizmente, dentro do jornal tinha um informante, que conseguiu dois exemplares e levou à 6ª Região Militar. E o coronel disse que eles poderiam rodar o jornal, mas que o Exército iria continuar empastelando o jornal.

Esse jornal, *Gazeta do Povo*, foi um jornal que conseguiu revelar, aqui eu me dirijo, como referência na área jornalística, ao meu ex-colega de jornal, Francisco Ribeiro, que está aqui, foi meu editor. Deolindo Checcucci era um dos redatores do jornal, mas eram jovens estudantes. Deolindo Checcucci, hoje, tem até doutorado na área do teatro. José Carlos Teixeira, jornalista, que hoje está na França, em viagem, foi editor da *Tribuna da Bahia*, foi editor do jornal *Feira Hoje*, trabalhou em diversos meios de comunicação na Bahia. Geraldo Lima era um gráfico e Luís Antonio Santa Bárbara era outro gráfico, do jornal *Gazeta do Povo*.

Então, para compor esse jornal, as pessoas, apenas alguns nomes eu não vou

citar, que meu pai disse que preferia omitir, pela covardia. Eles pediram para retirar o nome deles do expediente do jornal e a cada matéria censurada pelas forças militares, como senha, estrategicamente, o professor Aguiar, meu pai, e as outras pessoas que assumiram a direção do jornal decidiram, nesse espaço censurado, colocar a imagem de Senhora de Santana, aquilo era uma senha.

“E em plena madrugada o jornal é impresso, e por volta das seis horas da manhã, José Falcão da Silva, ex-prefeito de Feira de Santana em três gestões, juntamente com meu pai, se dirigem à 6ª Região Militar para levar o jornal, com o mandado de segurança impresso no jornal e lá, quando chegam, encontram o coronel Manuel Mendes Pereira com dois exemplares do jornal. Ele recebe os dois. Eles dizem que foram levar o jornal com o mandado de segurança que o juiz deu, e ele diz: “eu já vi o jornal”. Abriu a gaveta e mostrou o jornal”.

Então, as pessoas perguntavam sobre as imagens, porque nunca se foi utilizado, em termos de censura, a imagem de uma santa. Mas, aquilo era uma forma de “senhar” que aquele espaço foi censurado. Não era possível que em uma só edição tivessem cinco ou seis imagens de Santana. Essa era uma situação muito delicada, porque o instrumento de força era o jornal, e o instrumento de força também era a emissora de rádio, a *Rádio Cultura* de Feira de Santana.

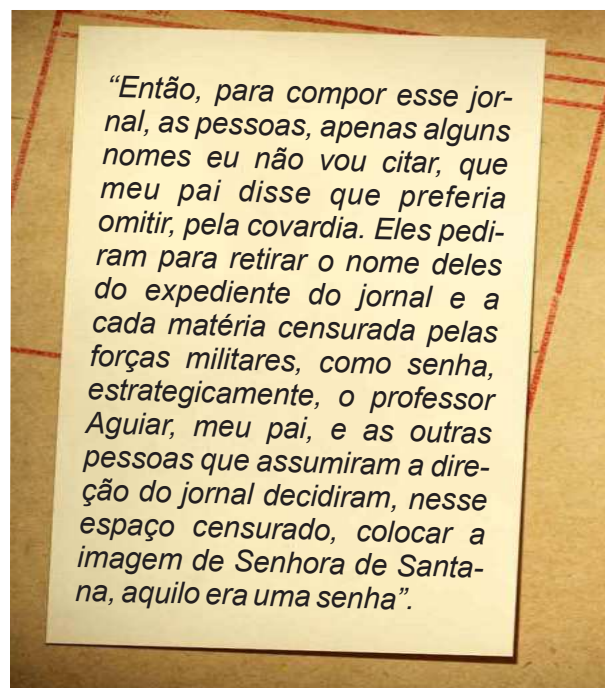
Então, em uma certa manhã, meu pai é surpreendido com a informação de que prenderam, na esquina da Rua Carlos Gomes com a praça Dom Pedro II, Osvaldo Galeão, pai de Sinval Galeão, Oscar Marques e Genésio Moreira. Mas, essa articulação do meu pai de ir e de vir, é que um militar, o major Eutíquio, que veio para Feira de Santana, assumiu o comando do 1º Batalhão da Polícia Militar, ele veio com um cartão para meu pai. Porque minha mãe era sobrinha de um deputado, e o deputado disse para ele: “quando você chegar em Feira de Santana, use esse cartão e procure Walter, para mim”.

Então, como ele ingenuamente, às vezes apresentava para meu pai a relação dos que seriam presos. “Eu estou com a

relação”; aí meu pai: “deixe eu ver aí”, meu pai olhava as informações e passava para as pessoas e mandava que elas fugissem da cidade. Então, meu pai vai nesse dia que é preso o Oscar Marques, era o diretor e proprietário da *Rádio Cultura*. Com o diretor preso, a rádio praticamente iria sair do ar. Porque funcionário não iria assumir nenhuma posição de manter uma rádio, com o seu diretor preso e a Polícia Militar na frente. Meu pai chega e diz: “rapaz, você é maluco? A UDN vai colocar você no inferno”. Ele disse: “por que, Walter?”. “Como é que você prende Osvaldo Galeão, um integralista, o homem nunca foi comunista? Como é que você prende um latifundiário, Genésio Moreira, tem terra a perder de vista? Como é que você prende Oscar Marques, um tubarão milionário? Esse homem é comunista nada”. “E, aí, Walter, o que é que eu faço?” “Como é que você vai explicar a prisão dos três? Os três não são comunistas”. Aí ele resolve levar meu pai até a sala onde estavam os três e os três saem acompanhados do meu pai.

Ora, então vocês percebiam que o que a UDN queria era provocar uma situação de medo, de pânico, entre as pessoas, e essas pessoas denunciadas ficarem com a situação muito delicada. Então, vejam só, por que aquilo estava acontecendo? Porque Francisco venceu a eleição e era o prefeito? Não. É como as situações que eu coloquei: o Código Tributário, a área de educação que usou as verbas, a fiscalização e a identificação de empresa fantasma. Para que você tenha uma ideia, o Cine Santanópolis, de propriedade do deputado Áureo de Oliveira Filho, entra lá no portal, entra no Blog Demais, que vocês vão encontrar que esse cinema foi inaugurado no ano de 1958.

De 1958 a 1964, era empresa fantasma, e era uma empresa sonegadora de impostos. Mas como? Francisco Pinto deixa isso muito claro em uma longa entrevista que concedeu ao jornal da OAB, em 5 de setembro de 1998. Ele diz: “foi sob o signo permanente da luta popular contra as



forças economicamente poderosas que governei o município até o golpe de 64. Refiro-me a um município onde não havia Código Tributário, nem o fiscal de rendas. Comerciantes, indústrias pagavam impostos como queriam. Existiam casas comerciais, vizinhas à prefeitura, que nem licença de funcionamento tinham. Donos de cinema embolsavam impunemente a taxa de diversão embutida no preço do ingresso. A sonegação era monstruosa. Há subversão enxergar que existia no passado uma reação legítima de um governo popular em busca dos recursos financeiros para manter uma administração?”

Isso que Chico Pinto sustenta estão nessas gravações, com o nome inclusive, do fiscal, Arapiraca, que chegou com o seu colega para autuar o Cine Santanópolis, de propriedade do deputado Áureo de Oliveira Filho, da UDN. Então, isso causou uma situação de mais reação, porque essa reação levou, além do capitão Arlindo, um militar da ativa, mais três outros de patente curta, vestissem a farda do Exército ou pecuarista, mas tinha servido o NPOR, Vicente Quezado Leite e Gileno Araújo Lima, com Arnaldo Sabac, e saíssem com os outros militares apontando quem deveria ser preso e quem deveria ser ouvido.

Bem, mas, se vocês imaginam que essas pessoas estavam ali simplesmente por uma situação. Entre esses que lideravam as delações, estavam: Cícero Carvalho, Jonatas Teles de Carvalho, Álvaro Barbosa e mais outros. Esses eram os grandes empresários de Feira de Santana, Paulo Cordeiro, que se juntavam aos militares, para delatar.

Então, o Antoniel Queiroz, no meio do sindicato, foi preso, torturado e por efeitos das torturas morreu. A família entrou com pedido de reparação, mas o governo decidiu não reconhecer, considerando que ele morreu já na residência. Ou seja, que as situações, vindas das torturas, ele não morreu em uma unidade hospitalar.

Ora, existem situações que mostram que esse acordo para retirar Chico Pinto do governo, das classes dominantes com as forças militares tinha um preço. No dia em que as tropas do Exército de Alagoas, sob o comando do major Élvio Moreira, deixaram Feira de Santana, houve um pagamento. O maior e melhor brilhante de Feira de Santana quem o tinha era o senhor Lopes, dono de uma pensão. O coronel Fróes da Motta tentou comprar e não conseguiu.

A pensão do senhor Lopes ficava em frente à Praça Bernardino Bahia e ele foi procurado por Cícero Carvalho, por Álvaro Barbosa, por Jonatas Carvalho e outros, que compraram a pedra e na festa de despedida deram de presente à esposa do major. E ela disse: “a esposa de um major não pode botar no dedo um brilhante desse. Mas, quando chegar no Rio de Janeiro vou vender esse brilhante e vou montar uma boutique em Copacabana”.

Meu pai foi um dia procurado pelo

capitão Arlindo, no edifício Pires, e lá ficava o escritório dele e no térreo a Loja Pires, com a seguinte informação: “o comando da 6ª Região Militar quer lhe ouvir”. Meu pai então disse: “então, eu preciso receber a intimação”. Ele tornou a transmitir: “o comando da 6ª Região Militar quer lhe ouvir”. Aí meu pai disse: “mas que dia e que horas?” Ele disse: “você vai comigo agora”. Aí, meu pai disse: “olha, hoje eu não vou, porque estou indo a um velório. (Tinha morrido a esposa de Juca Dias). Amanhã, estou no sepultamento”. Então, ele disse: “amanhã, quando terminar o sepultamento, eu fico lhe esperando”. “Se é para prender, você me prende e me leva agora. Agora, se é um convite, eu vou no dia em que eu achar que eu devo ir”. Ele disse: “não, é um convite”.

Meu pai foi, e foi recebido pelo coronel Manoel Mendes Pereira. E o coronel queria saber do meu pai sobre um caminhão com uns caixotes de mais de dois metros. Ele foi muito franco com meu pai e disse: “eu tenho conhecimento desse caminhão, e tenho conhecimento dos caixotes”. “As armas que estavam naqueles caixotes estão onde?”. Meu pai disse: “não existiam armas e os caixotes são luminárias que seriam colocadas nas avenidas e ruas de Feira de Santana”. “E onde estão esses caixotes?”. “Esses caixotes foram comprados pela administração pública, pelo prefeito Francisco Pinto, e agora estão sob o controle da atual administração”.

Ele virou para meu pai e disse: “você é uma pessoa muito informada, como é que você não sabe dos caixotes? E você está junto do governo”. Meu pai disse: “eu não faço parte do governo, não sou funcionário do governo. Sou presidente de um partido e não tenho maiores informações de equi-

“Ora, existem situações que mostram que esse acordo para retirar Chico Pinto do governo, das classes dominantes com as forças militares tinha um preço. No dia em que as tropas do Exército de Alagoas, sob o comando do major Élvio Moreira, deixaram Feira de Santana, houve um pagamento. O maior e melhor brilhante de Feira de Santana quem o tinha era o senhor Lopes, dono de uma pensão. O coronel Fróes da Motta tentou comprar e não conseguiu”.

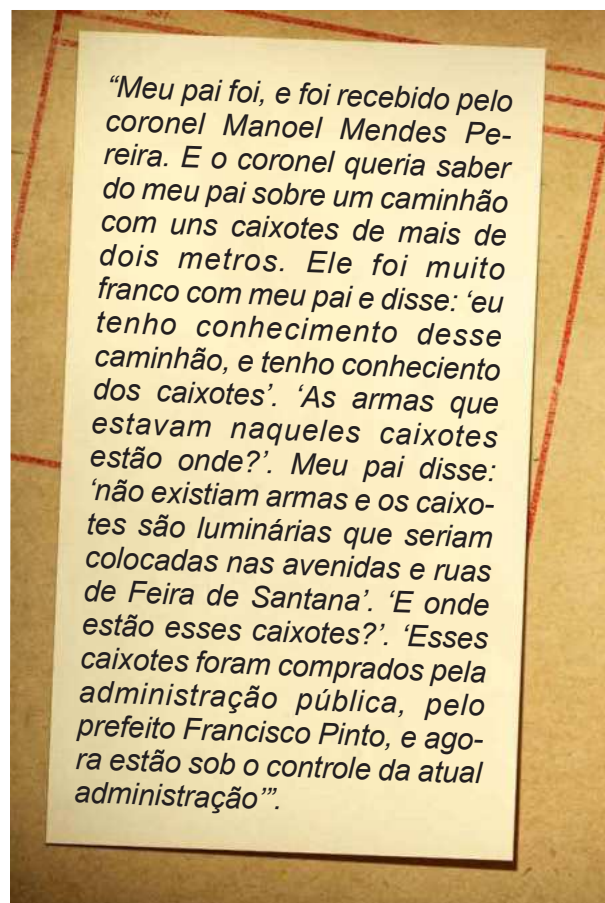
pamentos que são de controle da prefeitura”. E, nisso, meu pai chegou pela manhã e já se alongava até às 17 horas e as perguntas se repetiam sucessivamente, que era o processo de irritar e de mentalmente provocar uma situação de pânico na pessoa. “Como é que eu estou aqui e as pessoas me perguntam as mesmas coisas e eu respondo as mesmas coisas, e vão repetindo as mesmas coisas”.

Meu pai disse: “olha, eu só tenho essas informações; agora, se eu vou ficar retido, tudo bem”. Só que meu pai, quando Oscar foi preso e outras pessoas foram presas em Feira de Santana, ou levadas para Salvador, as forças militares costumam ficar com os veículos. Meu pai foi com o veículo dele, mas, levou outra pessoa, porque se ele não sáísse da 6ª Região, essa pessoa retornaria para Feira de Santana. E ele pediu que minha mãe separasse uma sacola, uma mala com tudo aquilo que ele necessitasse na prisão.

Ele, então, em um certo intervalo de tempo, entre esses interrogatórios, deixaram ele na sala. Disseram: “olhe, vamos lhe deixar à vontade e vamos voltar para conversar com você”. Aí, meu pai teve a curiosidade de abrir uma das janelas e quem passava pelo pátio da 6ª Região Militar era Joselito Falcão de Amorim, prefeito de Feira de Santana e inimigo pessoal do meu pai. E a escolha de Joselito Falcão de Amorim, questiono aqui por que é que ele não assinou esse documento quando ele era presidente da câmara? Joselito era oficial da reserva do Exército, frequentador rotineiro da 6ª Região Militar.

Paulo Soares – Ainda é, não é? Ainda é.

Wilson Mário – E meu pai, então, percebe que ali também, naquela unidade militar, estava Antônio Santiago, mas que poucos conhecem por esse nome, era *Amorzinho*, guarda municipal. Estava preso na 6ª Região Militar. E ele, desesperado, fazendo sinais para meu pai; meu pai, então, repete alguns outros sinais para ele. Foi o único



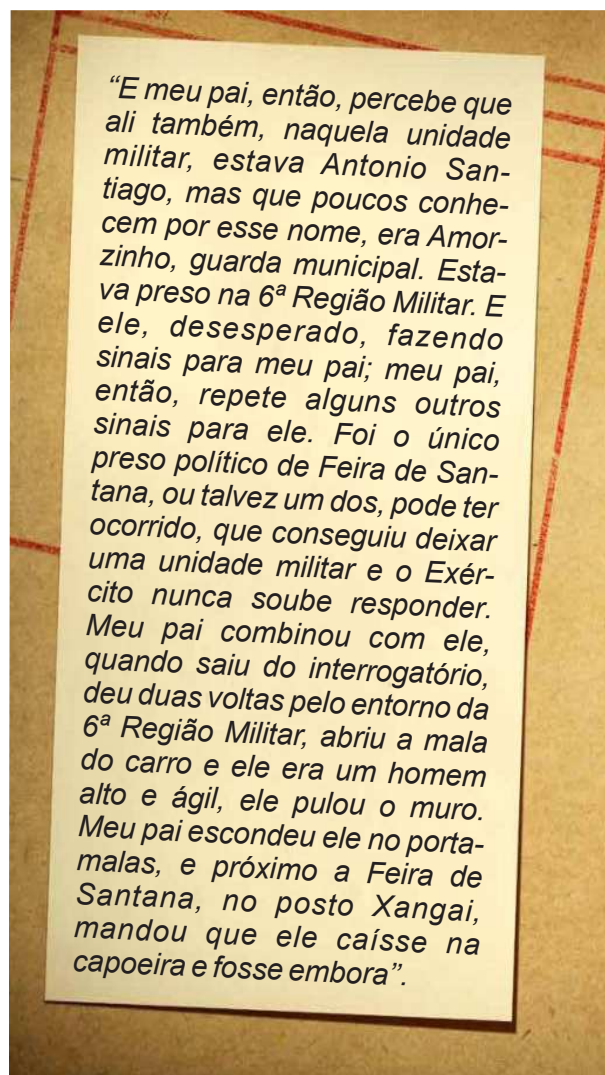
preso político de Feira de Santana, ou talvez um dos, pode ter ocorrido, que conseguiu deixar uma unidade militar e o Exército nunca soube responder. Meu pai combinou com ele, quando saiu do interrogatório, deu duas voltas pelo entorno da 6ª Região Militar, abriu a mala do carro e ele era um homem alto e ágil, ele pulou o muro. Meu pai escondeu ele no porta-malas, e próximo a Feira de Santana, no posto Xangai, mandou que ele caísse na capoeira e fosse embora.

As forças militares jamais procuraram por Antonio Santiago, o guarda *Amorzinho*, um fiel partidário e aliado de Francisco Pinto, e que a maioria dos finais de reuniões ou de encontros da política de Feira de Santana sempre acabavam na residência de *Amorzinho*. A situação era muito delicada naquele momento, com essas prisões, com essa situação de pânico.

Um dia meu pai recebe Antoniel Queiroz, preso político, que o Partido Comunista precisava fazer uma reunião em

Feira de Santana e se era possível que essa reunião ocorresse na propriedade do meu pai. Meu pai disse: “podemos fazer”. Só que, essa propriedade do meu pai ficava a menos de 1 km do 35º BI – Batalhão de Infantaria. Meu pai disse: “olha, é melhor que se façam os encontros bem próximo deles, porque eles nunca vão imaginar da nossa coragem, da reunião do Partido Comunista no fundo do Exército”. E, nessa reunião, que teve a participação de Walter Livramento, Hosannah Leite, Humberto Mascarenhas, Antoniel, José Virgínio, Zé do Papel, que esteve aqui, Theódulo Portugal, Teté, Raimundo Alfaiate, Valdemar – Bigodeiro, Juvenal Carvalho, Beraldo Boaventura, Dalvinha (filha de Melquiades, um sargento da reserva da Polícia Militar). Onde, todas as pessoas que para lá foram, embora se conhecessem, era uma reunião preparatória para a reunião estadual do Partido Comunista na Bahia. E vieram duas pessoas do Sul do país, ligadas a Carlos Marighella e a João Amazonas. E eles não poderiam saber o nome de Sinval, saber o meu nome. Então, cada um tinha um nome diferente. Para que as pessoas, em caso de prisão, os que vieram e teriam que retornar, não informassem o nome das pessoas e sim codinomes. E essa reunião, segundo informações do meu pai, durou dois dias e quais foram as deliberações tomadas nesse encontro do Partido Comunista no ano de 1967, para a preparatória da estadual? Eram que essas ações não despertassem nos adversários ações abertas, e se tomassem como exemplo as ações de Francisco Pinto.

Que a militância deveria procurar a classe estudantil e a classe operária, para sustentar uma posição de resistência àquele governo que ali estava, ao governo municipal, ao governo do estado e às forças militares diante daquela situação. Bem, e foi muito difícil. Porque, para um homem que foi tabelião da cidade, que tinha a condição de ir e vir, e de dar sustentação a sua família, depois de ter exercido a função de tabelião, meu pai se tornou um especialista em terras, documentações. Só que toda



documentação de terras obrigatoriamente passa pelo crivo da administração municipal, e toda a documentação de meu pai tinha que passar pelo crivo do prefeito, Joselito Falcão de Amorim. Aí, é quando meu pai procura João Pires e disse que estava entregando as instalações, em função de que já não tinha mais condições de exercer a sua função. Foi uma situação muito dura, porque sete irmãos e cinco eram homens. Nós fomos morar distante de Feira de Santana cerca de 12 km. Meu pai vendeu a propriedade que tínhamos na rua Castro Alves, botou uma parte na poupança e a outra parte preparou a residência na chácara para que pudéssemos ocupar. Nós fomos então sobreviver do que a terra desse. Plantar, regar a terra, criar animais, para poder sobreviver. Eu estudava distante de Feira de Santana 12 km, ia e voltava, em um colégio estadual, com chuva ou com sol.

Em função das chuvas, um irmão meu adquiriu pneumonia, quase ficou tuberculoso. E, mesmo assim, invariavelmente, a nossa residência sempre estava sendo visitada por militares. Para saber quem estava, o que meu pai fazia e o que não fazia. Mesmo assim, meu pai não se acovardou. Infelizmente, muitas pessoas se arvoram e dizem que fez isso ou que fez aquilo. Mas, em 1966, quando foi permitida a efetiva participação política, e a política partidária, José Falcão, Oscar Marques, meu pai e uma juventude aliada foram às ruas para que se formasse um novo partido político, o PMDB. Foram 36 pessoas que subscreveram o termo de abertura de fundação do Partido Democrático Brasileiro. E muitos aliados não assinaram, e alguns só resolveram assinar quando as listas estavam praticamente com o número legal e necessário.

Paulo Soares – Nesse momento não era a criação do MDB?

Wilson Mário – Meu pai chama a atenção de que o juiz não atentou para esse detalhe. (Lê): “Contém este livro as folhas numeradas de filiação partidária do Partido do Movimento Democrático Brasileiro”. É o único livro de filiação para fundação do partido com o nome de partido. E o juiz aceitou, embora fosse MDB, mas no termo de abertura era Partido Democrático Brasileiro. E aí fizemos uma mobilização rápida, legal para...para que vocês tenham uma ideia, quando ocorreu a prisão de Francisco Pinto, o irmão dele, Antônio Pinto, que estava na prefeitura, era preciso evitar que vazassem as informações. Antônio Pinto recebeu a informação de que o irmão dele estava preso com um bilhete dentro de uma caixa de fósforo.

“Infelizmente, muitas pessoas se arvoram e dizem que fez isso ou que fez aquilo. Mas, em 1966, quando foi permitida a efetiva participação política, e a política partidária, José Falcão, Oscar Marques, meu pai e uma juventude aliada foram às ruas para que se formasse um novo partido político, o PMDB. Foram 36 pessoas que subscreveram o termo de abertura de fundação do Partido Democrático Brasileiro. E muitos aliados não assinaram, e alguns só resolveram assinar quando as listas estavam praticamente com o número legal e necessário”.

Eu fui levar esse documento da negociação entre Eduardo Fróes da Motta e as forças militares, recentemente para Antônio Pinto. Ele disse que ele apresentou depois de Francisco Pinto preso, que veio para o partido, o nome de José Falcão como candidato, para Fróes da Motta, e este abraça o Antônio Pinto e diz assim: “mas, esse não é de nossa confiança não. O candidato é Manuel Araújo”. Por que? Porque aquelas lideranças se colocavam contra a liderança maior, que era a liderança do coronel. E, assim, eu coloco essas situações porque o militante político era o meu pai, eu apenas era um estudante.

Eu era um menino de 14 anos e não foi meu pai, mas foi minha mãe que me falou: “vocês precisam ajudar o seu pai”. E com as facas, os homens derubaram o fundo da nossa residência, para que as caçambas entrassem, suspenderam os tampões de três fossas, porque eram três residências, meu pai morava em uma delas, para que ali fossem jogados os sacos de areia usados nas barricadas.

A situação hilária é que no outro dia eu tinha um irmão, ele já é falecido. Sem saber que colocava meu pai em perigo, ele pegou todos os sacos e vendeu para comprar bola e camisa de futebol. Para vocês perceberem como nessa situação de risco, é uma situação muito complicada a chegada em nossa residência da documentação de companheiros que iria ser destruída. De pessoas como o senhor Gavaza, diretor da Ecozama, órgão estadual, que invadiram a residência, deram tapa, jogaram ele pelo chão, e a esposa chega desesperada para comunicar ao meu pai que Gavaza estava preso. E quando ela sai da

residência, chega o vigilante que ficava a poucos metros da nossa residência. As forças militares disseram que ele estava preso, que não deixasse ninguém entrar ali, a não ser militares. Aí meu pai pergunta a ele: “você tem coragem para fugir?”. E, ele diz: “tenho”. Aí meu pai dá uma certa importância a ele e diz: “passa em casa, deixa uma parte lá e pega o mundo”. E, a cada momento, essas prisões ocorriam de forma, vamos dizer assim, até mesmo acintosa, e de uma forma radical a posição.

O Antônio Carlos Coelho Daltro, quando foi preso, o pai dele deci-diu, o senhor Antônio Coelho, retirá-lo de Feira de Santana e levar para Minas. A professora Laura Foly se recusou a dar a transferência dele. Sabe por quê? Porque o diretor do Colégio Estadual de Feira de Santana, até o golpe de 64, era o professor Edilberto Costa. E no dia imediato ele já não era mais diretor do colégio estadual. E o nome apresentado foi da professora Laura Foly. E se passava como uma professora e uma diretora excelente, muito amiga do alunado, muito cortês, muito agradável. Mas, que era uma delatora e uma pessoa que na 6ª Região Militar apresentava contra estudantes e professores. Mas, no entanto, aos estudantes, que foram lhe pedir atestado de bons antecedentes, como ela fez com Santa Bárbara ela fez com outros.

Eu já coloquei para a Comissão da Verdade documentações, processos, o processo 22/69, que eu fui buscar na UNICAMP e que já passei as cópias para o presidente, coordenador do grupo de Feira de Santana, que integra a Comissão da Verdade. E agora estou também com um processo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desses companheiros, que hoje pela

manhã também falaram, que foram presos em 1973. Mas, eu gostaria apenas, de, como eu falei, de Inocêncio Pereira Alves. Existiram três pessoas que morreram por consequência do golpe de 64. O Otoniel Queiroz, o Luís Antônio Santa Bárbara, Inocêncio e mais um quarto que viveu em Feira de Santana e que produziu o filme *Manhã Cinzenta*, que é o cineasta Olney São Paulo, que morreu em consequência das torturas sofridas.

Inocêncio Pereira Alves, o *Batata*, foi preso nos primeiros dias de abril de 64, levado para o 1º Batalhão da Polícia Militar de Feira de Santana, foi torturado. Ele foi abandonado nas ruas, foi recolhido por Irmã Dulce e morreu no Hospital Santo Antônio, em Salvador, em 1967. Nenhum hospital em Salvador o aceitou, porque ele era um ex-presos político.

Agora, no dia 28 de maio de 2012, o governo reconheceu que Inocêncio Pereira Alves morreu por consequência das torturas sofridas, e esse ato foi assinado pela Presidente Dilma Rousseff no dia 28 de maio de 2012. Eu disse para o ex-deputado federal Nilmário Miranda que ele precisa refazer o texto do livro que escreveu “Dos filhos deste solo”, porque não continha essa situação. Francisco Pinto disse que a maior violência que ele sofreu na prisão talvez não tenha sido dormir no chão, talvez não tenha sido estar naquelas condições, ali, naquela masmorra. Mas foi a violência de lhe rasparem a cabeça a navalha. Isso está contido no material de Chico Pinto, onde ele fala: “Pinto nunca fez nada por Feira de Santana”, que foi usado numa campanha política de 1986, com Francisco Pinto apresentando um balanço da sua posição de prefeito e de parlamentar.

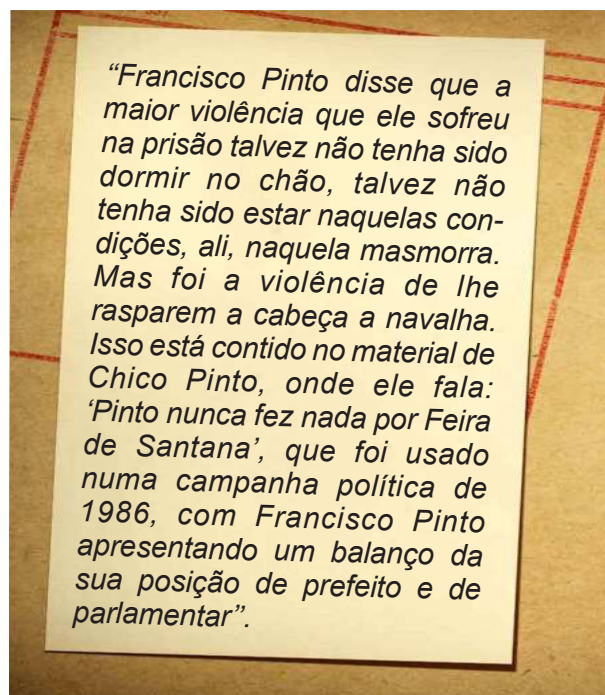
“De pessoas como o senhor Gavaza, diretor da Ecozama, órgão estadual, que invadiram a residência, deram tapa, jogaram ele pelo chão, e a esposa chega desesperada para comunicar ao meu pai que Gavaza estava preso. E quando ela sai da residência, chega o vigilante que ficava a poucos metros da nossa residência. As forças militares disseram que ele estava preso, que não deixasse ninguém entrar ali, a não ser militares”.

E eu então me coloco à disposição da comissão para os questionamentos.

Sinval Galeão – Queria fazer, mais uma vez, um apelo a você. Você tem contribuído muito para a Comissão da Verdade, tem nos dado apoio logístico na parte da imprensa, mas é o apelo para que você nos passe depois o restante do material para a gente fazer aquele mesmo procedimento.

Wilson Mário – Eu até quero pedir a vocês que me desculpem, mas hoje eu preferi homenagear o meu pai. Meu pai sempre andava de paletó e gravata e um chapéu na cabeça, eu preferi vir assim também, é uma forma de homenageá-lo. Era muito duro, no dia de sexta-feira quando minha mãe virava e dizia assim: “Walter, o dinheiro da feira?”. E ele dizia: “não tenho. O dinheiro todo que eu tinha, eu paguei aos trabalhadores da Gazeta do Povo”. Eu sei também que foi muito difícil para minha esposa, a minha função de jornalista, a minha participação, o meu investimento juntamente com o companheiro que está presente, Jânio Rêgo, sofrer. Vocês estão pensando que isso aconteceu somente no ano de 1964? Eu deixei de ter veículo de comunicação, nenhum veículo de comunicação de Feira de Santana me quer como profissional, porque eu sou um perigo para eles.

Até o dia 3 desse mês eu fui diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Bahia. Me afastei, estou me afastando, para poder desenvolver um outro projeto da minha atividade. Aos que não conhecem meu pai. Essa foto aí é interessante. Meu pai tinha muitas virtudes, mas tinha um grande defeito: meu pai dava muitos documentos que iam e não voltavam; essa aqui é uma série de fotos que reuniam o coronel Graça Melo, que veio para Feira de Santana, que era presidente do Partido Social Progressista (PSP). E o meu pai dirigiu o PSP, para que fossem adotadas as posições de confronto aos militares. E o coronel Graça Melo veio a Feira de Santana. Dessa reunião participaram: Roque Aras, José Falcão e outras



lideranças, e esse encontro aí, me permita aqui deputada, foi na escola do tenente Aranha, do Exército que foi preso porque se recusou a votar o impeachment de Chico Pinto, mas que ele abriu a escola para receber o coronel Graça Melo, presidente do PSP da Bahia, para que ações fossem executadas.

Hosannah Leite – É, o seguinte, eu cheguei um pouco atrasado, peço desculpas, tive atendimento médico, mas eu gostaria de, pessoalmente, dar meu testemunho. Wilson, eu convivi com seu pai, Walter Livramento, e não só com o seu pai, como também, por extensão, com a sua senhora mãe. Eram pessoas corajosas, eram pessoas que serviam à causa da liberdade e da justiça. Foram pessoas que, em momentos de dificuldades, souberam até abrigar encontros e reuniões clandestinas em seu lar, e principalmente uma chácara que tinha ao fundo ali da Pneus Tropical e lá nós fizemos uma convenção, uma conferência municipal do Partido Comunista Brasileiro, você já deve ter tratado, mas eu estou dando esse testemunho como reconhecimento, como uma pessoa que eu sou, que eu convivi, e que eu gostaria, não só pessoalmente, mas prestar essa homenagem daqueles que militaram na vida dos movimentos de esquerda, pela

luta e pela liberdade em Feira de Santana.

A você, Wilson, não sei se a sua senhora mãe é viva (Wilson: é viva, mas tem Alzheimer. Há cinco anos, ela já não reconhece mais as pessoas); por favor, fica a você a homenagem para seu pai e sua mãe, aquele passado que eles souberam honrar, sempre ao lado da liberdade com dignidade e com honradez, combatendo a ditadura.

Amábíla Almeida – Wilson, desde o primeiro momento que eu cheguei aqui em Feira de Santana, para mim, juntar os companheiros, na fase de organização, do Grupo de Trabalho de Feira da Comissão Estadual da Verdade, você foi uma figura que me impressionou. Porque eu gosto muito, até mesmo pela idade que tenho e por um projeto de vida que desenvolvi, eu gosto muito das pessoas verdadeiras e das pessoas que se insinuam, porque essas pessoas me parecem corajosas e que elas têm a contribuir com o processo.

Então, você tem sido, Wilson, um companheiro da comissão de Feira de Santana e conseqüentemente tem dado uma contribuição enorme à Comissão Estadual da Verdade, por tudo que você fez chegar à comissão, seja em forma de depoimentos, de conversas pessoais, de levantamentos de questões, de documentos. Isso tudo tem uma importância enorme para essa nossa caminhada em busca da verdade. Vi agora o retrato do seu pai, que está circulando aí no auditório. Assim que eu olhei seu pai, a figura do seu pai, eu imaginei um homem, humilde, simples, mas que ostentava uma grandeza extraordinária. Foi essa grandeza, Wilson,

que fez com que seu pai fosse esta figura tão reconhecida como Hosannah acabou de falar, e por toda uma sociedade que o conheceu. Este homem corajoso, combatido, que sem ser filiado a nenhum partido, digamos, clandestino, ou de esquerda, mas que mostrou uma coisa extraordinária que é a solidariedade humana, porque ele, a princípio desenvolveu, é, nesta sociedade feirense, o sentido de apoiar, de ser solidário com as pessoas, é de um valor extraordinário.

Eu acho que você não nega a sua herança. Eu quero parabenizar a sua família, você, especialmente, pela pessoa que você tem sido junto à comissão e pelo amigo que a gente terminou se tornando. Eu gosto muito de você, acho você um cara extraordinário.

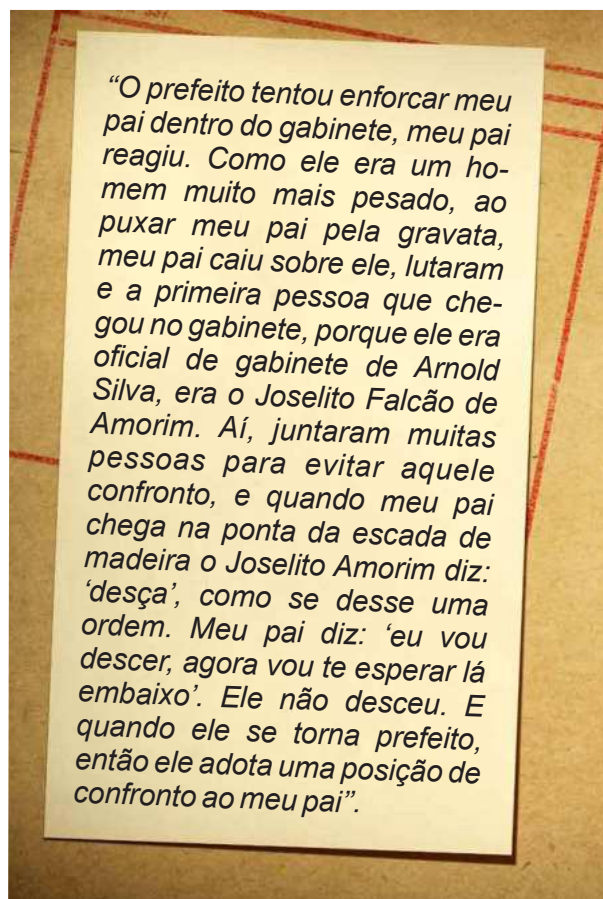
Wilson Mário – Eu só queria apenas fechar essa situação para que não se coloque assim: por que ele não foi preso? Ocorre que meu pai era inimigo pessoal de Joselito Amorim. E isso ocorreu no confronto entre, naquela década de 60, o coronel Arnold Silva, dono do jornal Folha do Norte, a quem Hosannah hoje fez uma referência aqui do jornal, porque ainda não aceita a devolução simbólica. E o meu pai não aceitou um ato arbitrário do prefeito. O prefeito tentou enforcar meu pai dentro do gabinete, meu pai reagiu. Como ele era um homem muito mais pesado, ao puxar meu pai pela gravata, meu pai caiu sobre ele, lutaram e a primeira pessoa que chegou no gabinete, porque ele era oficial de gabinete de Arnold Silva, era o Joselito Falcão de Amorim. Aí, juntaram muitas pessoas para evitar aquele confronto, e quando meu pai chega na ponta da escada de madeira o Joselito Amorim diz: “desça”, como se desse uma ordem. Meu pai diz: “eu vou des-

“E o meu pai dirigiu o PSP, para que fossem adotadas as posições de confronto aos militares. E o coronel Graça Melo veio a Feira de Santana. Dessa reunião participaram: Roque Aras, José Falcão e outras lideranças, e esse encontro aí, me permita aqui deputada, foi na escola do tenente Aranha, do Exército, que foi preso porque se recusou a votar o impeachment de Chico Pinto, mas que ele abriu a escola para receber o coronel Graça Melo, presidente do PSP da Bahia, para que ações fossem executadas”.

cer, agora vou te esperar lá embaixo". Ele não desceu. E quando ele se torna prefeito, então ele adota uma posição de confronto ao meu pai. Só que eles sabiam que meu pai tinha trunfo contra eles, meu pai tinha sido tabelião da cidade.

Então, a cada ação deles corresponderia uma reação. E aí, estrategicamente, às vezes um recuo estratégico é bom. Mas, eu volto a colocar, e hoje eu falei isso para os estudantes da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), que essa situação de que em Feira de Santana não existiu resistência, não é verdadeira. Porque as pessoas só acreditam que é resistência se tivesse ocorrido um confronto armado, tiro, mortes. Então, existiu uma resistência política, existiu uma resistência ideológica, existiu uma resistência de ação de trabalho, de força, e existia reação constante. De uma juventude, representada aqui no momento nas figuras de Hosannah e de Sinval, e existiu depois uma reação por parte de Paulo Soares, de outros, de outros... mas, que eu já passei para a Comissão da Verdade, e aí, eu gostaria até que pegassem aquela pasta ali, as pessoas que eram as deladoras dos estudantes. Rossini trabalhava na Câmara de Vereadores, mas era funcionário público municipal à disposição do prefeito João Durval Carneiro. Adessil Guimarães, lotado no gabinete do prefeito João Durval Carneiro. Professora Laura Foly, nomeada diretora do Colégio Estadual, indicada pelo prefeito e por lideranças, de que fazia parte João Durval Carneiro. O capitão Arlindo Barbosa, que foi mantido na posição de delegado da 17ª circunscrição, onde se faziam os registros de alistamento militar para o Exército ele, Arnaldo Saback e esses outros da área empresarial: Cícero Carvalho, Jonas Carvalho, Álvaro Barbosa, e que foram denunciando e ocorreram as prisões dos estudantes e professores.

Aqui nessa pasta que tem, são mais de 900 páginas. O capitão Arlindo terminou não sendo mais aceito como testemunha de acusação, porque ele já tinha se tornado



suspeito. Então, de todos os estabelecimentos, da Faculdade de Educação, foram solicitados antecedentes dos estudantes e professores. A única que dava antecedentes negativos era Laura Foly. Está viva, mora em Salvador, era casada com um francês, e eu quero apenas colocar uma situação que aqui não foi esclarecida naquele momento, mas o professor Estrela não foi o meu professor. Estudei em Feira de Santana até o ano de 1968, Renato Piso e outros estudantes fizeram no colégio estadual uma feira do conhecimento, uma cidade moderna, uma cidade do futuro.

E outros que ali estavam não aceitaram aquela cidade, porque aquela cidade não tinha Polícia e nem tinha Exército. E aquilo chocou os militares: "o que é que estava na cabeça daqueles estudantes?" E, por incrível que pareça, foi aquele estudo, foi aquele projeto, foi um dos projetos que deixou o colégio estadual e foi exposto na Biblioteca Central dos Barris. Então, aquilo era um confronto. Era uma situação, tinha um festival de música, eu participei, ganhei

o festival, mas a minha professora me abraçou e disse: “cuidado”. Essa mulher, o nome eu não vou revelar, é esposa de um médico. Seu vizinho vestiu farda e acompanhou outros para prendê-lo. Ela disse que uma das maiores mágoas da vida dela, ela morava na Rua Castro Alves. Então, vocês identificam quem é pelo vizinho fardado. Ele foi lá prendê-lo e ela sofreu, e hoje eu sou jornalista, agradeço a essa professora. Me levou a gostar do português. Foram inúmeras famílias em Feira de Santana que sofreram, eu digo, muito difícil.

Quando eu cheguei no Colégio Central da Bahia para estudar, eu comecei a ter uma militância, eu era encarregado com o estudante João Glaugio, hoje geólogo, a minha função dentro do Colégio Central da Bahia, era. Eu morava no Campo da Pólvora, era chegar exatamente às 12:30 para panfletar em salas e sanitários, e saía do colégio e só retornava depois. Quando me convidaram para ações militares armadas, e aí eu já estava ingressando no *Jornal da Bahia*. Me afastei da militância estudantil de ação.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

10 de junho de 2014 - Módulo 7 da Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: MARIA NATALICE JUNQUEIRA BRITO

Maria Natalice Junqueira Brito é filha do sapateiro Torquato Brito, líder sindical, criador e presidente da Sociedade dos Sapateiros. Militante ativo do Partido Comunista Brasileiro. Chegou a ser nomeado diretor do Código de Ética da Prefeitura de Feira de Santana. Foi preso duas vezes após o golpe militar. Na primeira, os militares destruíram a sede da entidade e ele ficou cerca de uma semana detido em uma delegacia. Neste mesmo período, a sociedade acabou. Na segunda, foi levado para Salvador e ao retornar não fez nenhum comentário sobre o que aconteceu no local onde ficou preso.

Maria Natalice Junqueira Brito*

Bem gente, eu sou Maria Natalice, também feirense, estudei aqui em Feira, inclusive, as duas professoras aí sabem, pois foram minhas professoras de História e Geografia.

Sou do Magistério, não exerço a função. Atualmente eu trabalho, sou professora, mas sou funcionária pública, e eu quero pedir a vocês aqui desculpas, porque eu não tenho o dom da fala, não sou igual a Wilson. Realmente, fomos vizinhos, lembro muito bem do pai dele, e eu gosto de só fazer um pequeno relato sobre o que ocorreu com o meu pai, mesmo porque eu não lembro de muita coisa. Eu era criança, criança assim, estava na minha adolescência, e não me aprofundi como Wilson. E é só um pequeno relato. Eu mesma fico nervosa, não tenho esse costume de estar falando pra plateia, eu peço desculpas a vocês.

É o seguinte: meu pai, ele era sapateiro, foi um grande sapateiro, aqui, em Feira de Santana, amigo do pai dele, e, eu lembro muito bem que, na época, justamente por ser criança, a gente não sabia muito bem o que ocorria. A gente não sabia o que estava acontecendo, a gente via aquele tumulto. Na minha rua, Wilson, ali na Clóvis Bevilacqua, aquela rua pequena, onde a gente tinha muitas crianças, adolescentes, jovens, e que brincávamos muito, inclusive o *Valcides*, também morava em minha rua. A irmã de *Valcides*, uma amiga

*Texto não revisado pelo depoente.

minha, com certeza não sabia também o que acontecia. Não sei assim se o próprio *Valcides* não temeria que ela me perguntasse alguma coisa, e eu, até sem saber, eu deveria passar alguma coisa em relação ao meu pai. Porque foi ele o apontador, porque existia, tinha esse nome, o apontador, para quem apontava as pessoas para eles prenderem.

E, eu lembro que meu pai, era muito inteligente, ele era, inclusive, bom orador, ninguém lá em casa puxou a ele, muito bom

em Português, gostava de ler, bom leitor, lembro muito bem disso, e meu pai era revoltado com o sistema, revoltado com as injustiças, lembro muito bem disso, e ele se preocupava, também, com os sapateiros. Na época, não existiam essas lojas, o comércio de sapatos, sapataria, aquelas ruas ali da Conselheiro, Marechal, era tudo, não existiam nem casas. Eu não lembro muito, porque eu não ia muito na rua. Então, eles, os sapateiros, é que eram os bambambãs da época. E meu pai, por ser muito dedicado, as pessoas procuravam muito ele. Ele fazia sapatos, bons sapatos. Então o que

acontece? Meu pai preocupado com os sapateiros, os sapateiros não tinham sindicato, não tinham médicos, não tinham advogados, e ele, preocupado com isso, ele criou uma sociedade de sapateiros. Lembro bem que ele colocou esse nome, “Sociedade dos Sapateiros”, onde ele foi escolhido para ser o presidente dessa sociedade. Meu pai conseguiu, com os associados, eles deveriam pagar alguma coisa ao menos, construir uma sede. Essa sede é uma casa boa, na Castro Alves, essa casa existe, ela está transformada em

uma casa de andar, muito bonita, não sei como foi parar nas mãos desse pessoal. E, quando começou essa revolução, foi a primeira coisa. Fecharam essa sociedade e, eu lembro o que falavam para eles: “Se vocês continuarem, com essa sociedade, vão todos presos”. Então a sociedade acabou.

E, o que eu lembro, é que na rua ali, onde nós brincávamos, esse tal do Capelão, que a gente não sabia o que era, é como se fosse a polícia hoje. E o pessoal,

na nossa rua não passava carro, era uma rua simples, cheia de buracos, não passava carro, e quando a gente avistava uma bicicleta, alguém gritava, “Lá vem o Capelão”. Sem a gente saber o que era. E corria todo mundo. O que acontece? Nossas mães chegavam para a gente e diziam: “Vocês, não vão ficar mais na rua”. Porque, o que falavam para a gente é que as crianças não eram para ficar na rua. É como se fosse hoje, que tem o toque de recolher, em alguns lugares. “Não vão ficar na rua, têm que ficar todos dentro de casa”. Quer dizer, a gente brincava de roda, de berrou, de baleado. Fomos proibidos.

E isso, também, trouxe consequências para a gente. Porque nós vivíamos em conflito, todo mundo enterrado dentro de casa, sem poder brincar. Algumas crianças teimavam e iam para a rua brincar, alguém gritava “lá vem o Capelão” e aquilo até já virou gozação.

Pronto. Passado o tempo, foi passando o tempo, meu pai participava de algumas reuniões, que a gente, também, não sabia, ele não fala para a gente. Nem pra minha mãe, muito menos para a gente,

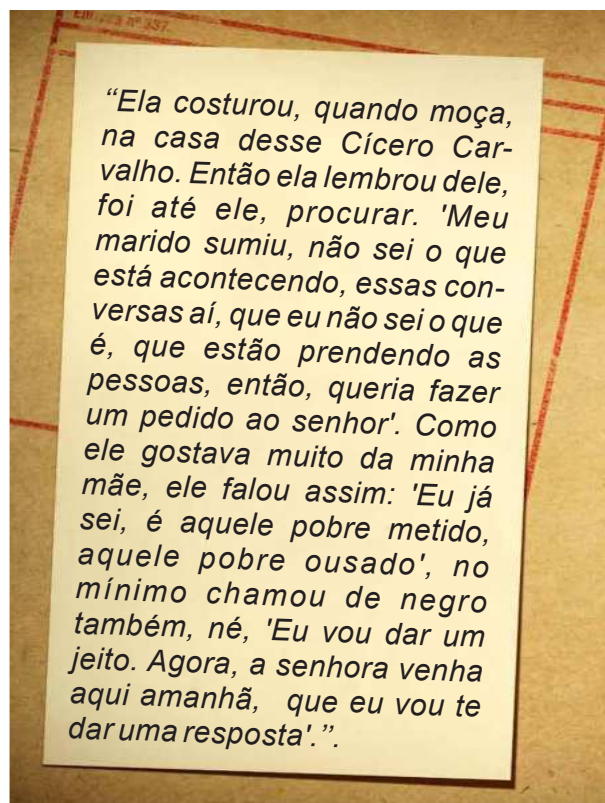
“Meu pai preocupado com os sapateiros, os sapateiros não tinham sindicato, não tinham médicos, não tinham advogados, e ele, preocupado com isso, ele criou uma sociedade de sapateiros. Lembro bem que ele colocou esse nome, ‘Sociedade dos Sapateiros’, onde ele foi escolhido para ser o presidente dessa sociedade. Meu pai conseguiu, com os associados, eles deveriam pagar alguma coisa ao menos, construir uma sede. E, quando começou essa revolução, foi a primeira coisa. Fecharam essa sociedade e, eu lembro o que falavam para eles: ‘Se vocês continuarem, com essa sociedade, vão todos presos’. Então a sociedade acabou”.

que era criança. Eu sou a mais velha, somos oito, em número de oito, os outros mais novos ainda, que não sabem mesmo falar nada.

E aí, eu lembro que essas reuniões, minha mãe se aborrecia muito. Porque ela não sabia nem o que ele ia fazer nessas reuniões. Eu sei que chegava tarde, eu lembro que ela, se preocupava, eu também como criança, era criança, mas me preocupava, porque não sabia o que estava acontecendo. Sei que ele se arrumava, vestia paletó, porque ele gostava de andar arrumado.

E, tudo bem. Continuação foi quando chegou essa confusão toda, um primo meu que andava muito com Navarro, Aloísio, não sei, se você sabe quem é, chegou para minha mãe e disse: “Olhe (...), fale para tio Torquato, que ele não me ouve, que é para ele acabar com essas reuniões. Porque está vindo aí uma conversa que vai prender todo mundo que anda nessa reuniões”. Minha mãe “o que são essas reuniões?” e ele disse “eu não sei, só sei, que eu estou sabendo disso aí”. Aí, ela falou para meu pai, e ele não deu ouvido. É claro que não ia deixar mesmo. E foi isso. A tenda dele era na Senhor dos Passos, no Mercado. Aí foi quando começaram as prisões, eu sei que ele não chegou em casa, minha mãe procurou meu primo, procurou meu tio, irmão dela também, “vamos procurar Torquato, o que aconteceu, o que aconteceu”, e nada dele aparecer.

Ela costurou, quando moça, na casa desse Cícero Carvalho. Então ela lembrou dele, foi até ele, procurar. “Meu marido sumiu, não sei o que está acontecendo, essas conversas aí, que eu não sei o que é, que estão prendendo as pessoas, então, queria fazer um pedido ao senhor”. Como ele gostava muito da minha mãe, ele falou assim: “Eu já sei, é aquele pobre metido, aquele pobre ousado”, no mínimo chamou de negro também, né, “Eu vou dar um jeito. Agora, a senhora venha aqui amanhã, que eu vou te dar uma resposta”. Minha mãe



voltou. “Eu já sei onde seu marido está, ele vai sair, mas ele vai ficar uns dias lá para ele aprender, mas não vai acontecer nada”. Se aconteceu, ou não, Wilson, é como você falou aí, dizer que foi somente preso é conversa. Eu não sei o que aconteceu, porque não passaram para a gente.

Eu sei que ele passou mais ou menos uma semana, na delegacia, onde hoje é o Palácio do Menor. E foi proibida, inclusive, a visita da minha mãe e dos filhos. Mas, por causa de Cícero Carvalho, autorizou ela fazer uma visita, duas, eu sei que ela levou umas merendas, eu lembro disso e, determinado dia, ela me levou. Fui lá, pedi a bênção, conversei um pouquinho com ele, aquele ar tranquilo dele, não sei, e vim embora. Com poucos dias, realmente, ele saiu. Mas ele disse: “Olhe, dê o recado. Diga a ele, aquele pobre ousado, se ele continuar, ele vai preso de novo”. E aí Deus sabe o que aconteceu. Passado o tempo...

Aí, meu primo voltou a meu pai pra conversar com ele: “Olhe, Torquato, acho melhor você não estar indo para Feira por esses dias. Se afaste um pouco”. Aí, o que

aconteceu? Já estava o general, tivemos que sair, fui para casa da minha avó, meus avós, minha mãe com todos os filhos, e meu pai foi para a casa da minha tia, que era irmã dele, e lá, ele ficou um bom tempo. Quando ele achou, pensou que a coisa esfriou, voltamos, e ele continuou trabalhando. Aí, determinado dia, ele foi passando pela Castro Alves, eu, também, não sei quem foi, foi um empresário, só sei que foi um empresário: “Oi Torquato, como vai o senhor, me ajude aqui, que eu lhe dou uma carona”. Ele estava colocando alguma coisa no carro, aí meu pai ajudou, entrou no carro, e foi embora para Salvador. A segunda prisão. E aí, de novo, meu pai sumiu.

Minha mãe retorna a esse tal de doutor Cícero, e conversou com ele, ele resolveu. Meu pai não ficou muito tempo em Salvador, não. Então, o que eu sei, é somente isso. Quando meu pai retornou, não falou nada pra gente, nunca comentou, nunca fez um comentário. Inclusive, pediu, a gente já crescendo, estudando, minha irmã entrou na Telebahia, ele pediu para a gente: “Eu não quero vocês participando de manifesto nenhum”. Nunca conversou com a gente, morreu com 86 anos e nunca comentou nada.

Então, eu não sei falar muito, por isso. Porque ele omitiu, ele não quis. Eu acho assim que ele se preocupou com a gente, e o que ele passou, não queria que a gente passasse. Então, eu não tenho muito o que falar, por isso. Só lembro dessas coisas, mesmo.

Hosannah Leite – Maria, eu também queria dar um testemunho, porque eu convivi com seu pai. Antes de 64 e depois de 64. Mesmo depois de preso, em 64, ele nunca abandonou suas convicções polí-

ticas, nunca deixou de ter uma ação proativa, direta, de combate à ditadura. Morreu, ainda, com esse sentimento, durante todo esse tempo. Era um companheiro, era um militante ativo do Partidão, coisa que muitos familiares não sabiam, inclusive, que se diga também em relação ao professor Estrela, porque era uma orientação do partido, de que nenhum familiar, também, soubesse. Até por uma questão de segurança. Porque, uma das primeiras pessoas que se tentaria pressionar seriam os familiares. Por conta disso, sempre era reco-

mandado que não se fizesse qualquer tipo de comentário com filhos, com esposas, etc. por uma questão de resguardo. Quanto menos se soubesse, menos se passaria para os órgãos de informação. E, o que eles queriam, era exatamente essa cadeia, para que pudessem destruir todo o arcabouço da resistência que havia no país.

Seu pai foi uma das pessoas que souberam, com dignidade, humilha-

de, com honradez, com decência, com honestidade, durante a sua vida, ser um dos representantes dos trabalhadores. Havia uma virtude em Feira de Santana, que nós tínhamos muitos trabalhadores militando no movimento de esquerda em Feira de Santana: Raimundo, Zé Pereira, Zé Virgínio, seu pai e muitos outros. E eles todos sempre souberam, com dignidade, com honradez, defender as posturas e as posições.

Torquato era uma pessoa que defendia os princípios do socialismo, morreu defendendo esses princípios. E eu dou esse testemunho que, apesar de você ter sido criancinha na época que começaram as perseguições, eu já era, mesmo jovem, eu também naquela época, ao lado deles, estava militando na mesma agremiação,

“Eu sei que ele passou mais ou menos uma semana, na delegacia, onde hoje é o Palácio do Menor. E foi proibida, inclusive, a visita da minha mãe e dos filhos. Mas, por causa de Cícero Carvalho, autorizou ela fazer uma visita, duas, eu sei que ela levou umas merendas, eu lembro disso e, determinado dia, ela me levou. Fui lá, pedi a bênção, conversei um pouquinho com ele, aquele ar tranquilo dele, não sei, e vim embora. Com poucos dias, realmente, ele saiu”.

mesmo clandestinamente, mas nós Sabíamos. Seu pai foi uma das pessoas que, com honradez, dignificaram o cidadão político de Feira de Santana.

Maria Nataliece – Eu lembro bem de Estevão, também.

Hosannah Leite – Estevão Moreira, ainda é vivo, mora em Salvador. Deu seu depoimento na primeira Audiência Pública.

Sinval Galeão – Eu queria, complementando as palavras de Hosannah, como eu convivi muito tempo com Torquato. Torquato foi líder sindical. Logo no início, ele era presidente do Sindicato dos Sapateiros, foi líder sindical, foi uma pessoa de uma honradez ímpar, uma pessoa muito direita, muito sério, e soube defender os princípios que nós tanto defendíamos, e soube criar sua família dentro de uma linha, hoje, você não vê ninguém da família de Torquato em abuso, família toda direita, seguindo aquilo que o pai ensinou. Eu fui testemunha, vivi muito tempo com Torquato. Além da liderança política, ainda tinha a militância da folha. Logo depois que ele deixou de ser sapateiro, montou um barzinho, e a gente ia para lá, conversar política, fazer política, e beber, degustar uma folhazinha.

Maria Nataliece – É que o sapato, na verdade, o sapato caiu. Todo mundo saiu para as lojas, e ele mudou de ramo. Ele dizia assim que ali era um ponto de encontro de pessoas, iam muitos universitários.

Homem não identificado – Era uma pessoa de uma humildade muito grande. Pobre, mas que não se dobrava diante das situações, mesmo sendo uma pessoa pobre. Mas ele sabia defender, e lutar contra a burguesia em Feira de Santana, e não media esforços, para qualificá-los de reacionários. Sempre foi uma pessoa que tinha esses qualificativos.

Sinval Galeão – Ele foi nomeado, como Diretor do Código de Ética da prefeitura, que naquela época tinha, hoje não tem, hoje tem código de bagunça. E Colbert Martins nomeou ele diretor. Esse código era justa-mente para ver a arrumação da cidade. Eu nunca vi Torquato cometer uma arbitrariedade. Quando tinha alguma coisa errada, ele ia ao comerciante, ia à pessoa, cha-mava, conversava, mostrava o erro, que estava prejudicando a cidade, mas nunca utilizou da caneta para emitir uma multa, ou fazer uma arbitrariedade.

Maria Nataliece – Esse ponto aí mostra que nós temos muito orgulho, porque realmente era uma pessoa direita, muito direita, procurou criar a gente, também, no mesmo ritmo. Às vezes, assim até prejudica um pouco, porque hoje, do jeito que a gente vê as coisas, todo mundo é na base do pedir. Hoje, eu trabalho no Fórum, porque eu fui e fiz o concurso, eu estudei. Foi isso que ele ensinou a gente. Você não pedir nada a ninguém. “Apesar de estar no meio político, mas não vou pedir, vocês que quiserem ser alguém, o que eu pude fazer foi dar o estudo, até vocês concluírem o segundo grau”. Alguns têm o nível superior. Mas ele não pediu. Quem quiser alguma coisa, vai ter que estudar. Então, essa dificuldade, nós temos também. Digamos, eu tenho sobrinhas, sobrinhos, tenho irmão que não conseguiu alguma coisa, mas nós sentimos essa dificuldade em pedir. Lá mesmo onde eu trabalho, eu vejo pessoas que entram através do Reda, de um contrato, mas eu não consigo chegar. Isso até de uma forma prejudicou, mas eu prefiro assim. Eu acho que foi uma boa criação, e não tenho muito o que falar.

Pastor Jorge Nery – Mais alguém gostaria de colocar uma questão? Então, queremos agradecer em nome da Comissão da Verdade, o depoimento de Maria Nataliece.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
10 de junho de 2014 - Módulo 7 da Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTES: JOSÉ ÁLVARO FRANÇA RIOS E EDIVALDO DE OLIVEIRA RIOS

Edivaldo de Oliveira Rios e José Álvaro França Rios são filhos de José Martins Rios, desaparecido político. O pai deles era membro do PSD, onde conheceu Chico Pinto. Sua atuação foi em Feira de Santana. Foi um dos fundadores da Sociedade Beneficente Protetora Alto do Cruzeiro Rua Nova (SBPACRN), criada em 1958, que acompanhou a chamada Sociedade Brasileira de Getúlio Vargas e onde fazia um trabalho de alfabetização pelo Método Paulo Freire. Também ajudou a fundar a Associação dos Moradores de Rua Nova. Foi vítima de tortura. Os filhos também foram atuantes na época da ditadura e ajudaram a criar a Comissão Municipal de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana.

Sinval Galeão – O último depoimento dessa tarde será da família de José Martins Rios, companheiro nosso, criou a Associação do bairro da Rua Nova, teve um trabalho político junto com a gente [...] e hoje tem seus filhos aqui também trabalhando, lutando e continuando aquela luta que nós tivemos. Vocês dois vão falar, ou só um? Edivaldo. Se quiser, José Álvaro, sentar aqui.

Edivaldo Rios – Boa tarde para vocês. Meu nome é Edivaldo de Oliveira Rios e esse aqui é meu irmão José Álvaro França Rios. Somos filhos de José Martins Rios desaparecido, também minha mãe também faleceu com 53 anos, Maria de Oliveira Rios. Nasci em Ipirá, meu pai nos criou num meio muito alegre, a família Rios é grande.

*Texto não revisado pelos depoentes.

Desde o ano de 1957 que eu vou falar um pouco mais de meu pai e eu já peguei o bonde das coisas a partir dos anos praticamente de 64, mas como criança não entendia bem as coisas. Os fatos que foram falados por Wilson são reais, acho que eu não vou aprofundar muito, mas acrescentar, reforçando os nomes que foram contra a revolução. O nosso amigo aqui [Sinval Galeão] que a gente já se conhece, né, desde o ano de 62, eu tinha 16 anos; o Torquato que a gente conhecia assim de ouvir falar, mas meu pai conhecia mais; nós temos o Hosannah, são pessoas que militavam contra a ditadura. Tinha o Zé Pereira, que morava na Rua Góes Calmon, depois na Rua Nova depois passou para a Hugo Maia, ele era uma das pessoas do trio elétrico da Feira. Na época, ele militou contra a questão da chamada ditadura militar. Ele participava conosco. O senhor João Albuquerque, que era uma pessoa que lidava com linhagem e também o meu pai, José Rios. Meu pai, a partir dos anos de 58, ele sempre foi do PSD. E era fiel, ele conheceu Chico Pinto quando chegou em Feira de Santana e se integrou com o PSD, Chico Pinto, Colbert Martins, Oscar Marques, que eu acho que é um homem que fortaleceu o PSD no passado. Acho que o nome de Oscar Marques, apesar de não ter muita aproximação, não sei qual a posição política dele em relação à ditadura, mas acho que ele era favorável a Chico Pinto. Pelo que eu percebi como criança.

Foi fundada no decorrer da história dessas lutas... Aliás, só para dizer, em 1957, a gente morava na Rua Nova, eu tinha a idade de cinco anos. Quando meu pai veio pra Feira de Santana, eu tinha oito meses de nascido, a gente veio morar nas Baraúnas e depois passamos para a Rua

Nova. E, a partir disso daí, além de conhecer Chico Pinto e Colbert, passou a conhecer Antônio Albertino Carneiro, que era padre da Igreja do Senhor do Bonfim, que também foi uma das pessoas que lutou muito contra a ditadura militar, e é um nome que não pode ser esquecido e faz parte da Comissão.

O meu pai, junto com Antônio Albertino Carneiro, a Igreja, José Pereira, João Albuquerque, eles fundaram a chamada associação, que tinha o nome de Sociedade

de Beneficente Protetora Alto do Cruzeiro Rua Nova, SBPACRN, fundada nos anos 1958, que acompanhou a chamada Sociedade Brasileira de Getúlio Vargas, fundada no Rio de Janeiro por uma pessoa, não me lembro o nome agora, mas era pessoa ligada ao MDB também. Então, a associação funcionava na Praça da Fraternidade, vizinho a nossa casa, no bairro da Rua Nova. Meu pai e essas outras pessoas que organizavam as questões da comunidade. A Rua Nova era um bairro que passou

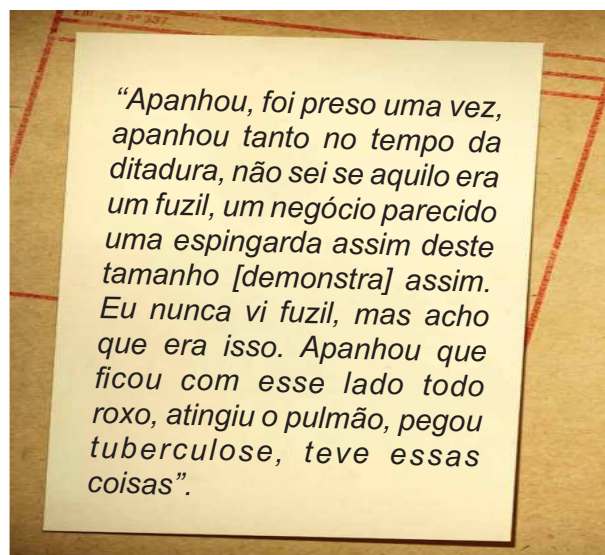
a ser um bairro de oposição e isso, até hoje, esse bairro é tido como um dos bairros em Feira de Santana como se fosse de marginalidade, de violência e aquele monte de coisa. Porque onde morava o pessoal do campo que foi mais para esses bairros, era tido como se fosse bairro de marginalizados. E esta associação, além de capoeira que desenvolvia, tinha alfabetização pelo método Paulo Freire, naquele tempo, com o projetor deles, de slides, se não me engano, antigamente se usava, que hoje já são outros, data-show e que era professor para adultos com mais de 30 anos, da comunidade, que não sabiam ler, era um projeto do governo de Francisco Pinto. O professor era Celso Daltro uma pessoa que

“O meu pai, junto com Antonio Albertino Carneiro, a Igreja, José Pereira, João Albuquerque, eles fundaram a chamada associação, que tinha o nome de Sociedade Beneficente Protetora Alto do Cruzeiro Rua Nova, SBPACRN, fundada nos anos 1958, que acompanhou a chamada Sociedade Brasileira de Getúlio Vargas, fundada no Rio de Janeiro por uma pessoa, não me lembro o nome agora, mas era pessoa ligada ao MDB também. Então, a associação funcionava na Praça da Fraternidade, vizinho a nossa casa, no bairro da Rua Nova”.

lutava pelos direitos humanos e também contra ditadura e Celso Daltro, a gente lembra, que eu era criança e ouvia zoadas, tinha uns 11 anos, e crianças com 11 anos, no passado, não tinham o desenvolvimento total de hoje que tem a tecnologia, enfim toda essa coisa. Então, a gente ouvia os gritos de Celso Daltro, ele foi levado pelos militares, a associação foi invadida e quebraram todas as coisas e queriam que Celso Daltro denunciasse quem eram as pessoas, e a gente ouvia. Ele não denunciava pessoas. Ele foi uma pessoa, nesse sentido, muito responsável. Apanhou mas não denunciou as pessoas.

É certo que, no decorrer da história, os homens foram aparecendo, a associação foi quebrada e foi levado tudo. E nós temos aqui o Carneiro que também acompanhava essa associação, e o método Paulo Freire era um método de educação para as pessoas que era muito bom, e até hoje, em alguns lugares, ainda tem e a educação tinha uma qualidade. E isso ajudou a comunidade a juntos, depois, a comunidade sempre participou contra a ditadura. E não aceitava, meu pai como José Pereira e outros que estiveram inclusive diversas vezes, com Torquato lá em casa, amigo do meu pai. Eu era criança, via isso, eu tinha meus 12, 13 anos. Conversavam mas não dava pra pegar bem, eu sabia, sempre tentava ouvir assim “Olha, estão querendo pegar a gente”. Mas nós não éramos avisados pela segurança da família, mas eles juntos batalharam contra a isso.

Com o decorrer da história, fundou-se outra associação que hoje é conhecida em Feira de Santana, em 68, 20 de Setembro de 68, que é a Associação dos Moradores de Rua Nova que, a partir daí, também junto com Galeão e outras pessoas, a gente começou a reivindicar coisas e meu pai continuou também nesta questão. Apanhou, foi preso uma vez, apanhou tanto no tempo da ditadura, não sei se aquilo era um fuzil, um negócio parecido uma espingarda assim deste tamanho [demonstra] assim. Eu nunca vi fuzil, mas



acho que era isso. Apanhou que ficou com esse lado todo roxo, atingiu o pulmão, pegou tuberculose, teve essas coisas. E ele sentiu na pele que ia... (*choro e emoção*) Eu tenho raiva do militarismo até hoje eu tenho ódio, do regime militar. (*mais choro e aplausos*).

Mas é isso mesmo. Depois, a gente soube de prisões de diversas pessoas também que Hosannah, Sinval, Celso Daltro, Celso Pereira, Chico Pinto foi, a gente soube que a questão de Joselito Amorim, houve informações para ser prefeito, foi tudo maracutaia. A situação era tão grande em Feira de Santana, de opressão, que o chamado Capelão, ele chegava ao nosso bairro, até criança e eu mesmo me lembro de uma vez, ele “menino, você vai pra onde?” Então a gente ficava com medo e se escondia. Então, era essa a ideia em Feira de Santana. O Capelão era tido como, exatamente, o chamado para implantar “ordem” entre aspas, que a gente sabia que, no período da ditadura, não conhecia bem, pelo fato ainda da nossa infância de 11, 12 anos e adolescência, mas a gente sabia do terror que eles faziam. E os grandes, eles pegavam, botavam com a mão pra cima e tal: “você está fazendo o quê?”, as perseguições. Eles tentavam descobrir, na verdade, quem eram os aliados de Chico Pinto, de Colbert, eram pessoas que realmente teriam que ser punidas. Não só, era mais Chico Pinto, Colbert também, mas era

mais Chico Pinto.

Nós tivemos em nossa casa, algumas vezes a gente guardou algumas pessoas que foram lá para casa dar uma fugidinha; nosso pai dava uma fugidinha de vez em quando né; a gente, às vezes, nem sabia onde estava, eu acho que iam pra casa de outros. Não sei, a gente... ele não dizia. Mas a gente, no decorrer da história, quando passou a conhecer o que era o regime da ditadura é que a gente começou ver exatamente a opressão que esse regime fazia.

Nós vivemos isso nessa história. O Sinval junto conosco fundamos a Comissão Municipal de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana. Lembra? Lutava-se exatamente para combater a ditadura em Feira de Santana e implantar em Feira de Santana, no Brasil, aliás, o chamado regime democrático contra o regime militar. Esse Comitê de Defesa dos Direitos Humanos foi fundado em 1971, mais ou menos nessa faixa aí. Eu já tinha 19 anos, quer dizer, já comecei a participar mais das coisas. Só que a gente começou a participar de sindicato, organização de greves e tudo mais. Eu sei que a história da Rua Nova, com essa questão da ditadura militar, e o sofrimento lá, o bairro era tido como um bairro de marginal, e até hoje esse bairro, apesar de não ser essa violência toda, a gente sabe do processo histórico que nós vivemos, mas a gente sabe muito bem que não era essas coisas. Então, a imprensa, que estava a serviço da UDN, ela fazia isso com os bairros mais pobres.

Presenciamos, em 66, eu tinha 14 anos ainda, na eleição de João Durval que foi candidato a prefeito em Feira de Santana, as nossas casas, especialmente das

pessoas que eram mais Chico Pinto, no bairro, eles chegavam lá o grupo comandado pelo soldado chamado Beißola, o pessoal mais antigo deve conhecer né Sinval? Beißola, lembra? Ele chegava assim e pregava as propagandas de João Durval. “Olha, não pode pregar isso aqui, nós somos do MDB”, e o candidato do mês que vem parece que era Antônio Manoel de Araújo, não me lembro bem, eu tinha meus 14 anos, era o candidato do PMDB no tempo, e ele dizia assim para nós: “Olha, é o seguinte: tá pregado, tá pregado. Que fique

em segredo vocês, que quem manda em Feira de Santana somos nós”. Eram as respostas para nós. Então, a ditadura era de forma real. Não era simplesmente por questão de eles quererem implantar a ordem, como dizia o Capelão. Era uma mentira grande.

No meu caso, nos anos 70, estava uma vez pregando cartaz, era até candidato a prefeito pelo MDB, não lembro se era do PSD, José Falcão da Silva, e eu tinha mais três, tava Humberto Mas-

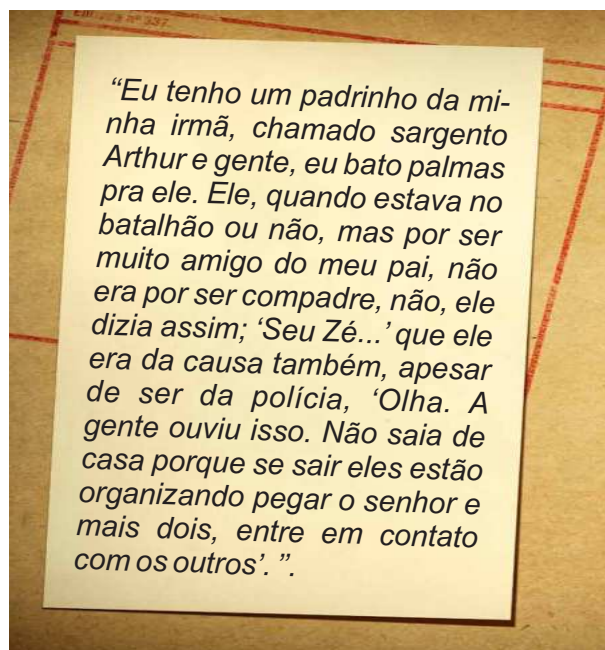
carenhas também, que foi outro baluarte da luta, e percebemos na esquina um carro do Exército, um camburão, e quando a gente... Humberto viu e conseguiu sair, e a gente não conseguiu. Eles nos encontraram e gritaram para nós: “Ou vocês param ou vão ser fuzilados, vão morrer”. Tinha eu, Chico e mais três pessoas que eu não me lembro do nome. Não sei quem mais estava, não lembro agora, e nós tivemos que ir para o presídio de Feira. Primeiro, botamos as mãos pra cima e tal, e nós passamos de uma hora até às seis horas da manhã, fomos liberados. Eu perdi sandália, os outros perderam outras coisas e, de vez em quando, chegavam uns até mesmo procurando informações: “E vocês são comunistas?” Dizendo que a gente estava fazendo

“Nós tivemos em nossa casa, algumas vezes a gente guardou algumas pessoas que foram lá para casa dar uma fugidinha; nosso pai dava uma fugidinha de vez em quando né; a gente, às vezes, nem sabia onde estava, eu acho que iam pra casa de outros. Não sei, a gente... ele não dizia. Mas a gente, no decorrer da história, quando passou a conhecer o que era o regime da ditadura é que a gente começou ver exatamente a opressão que esse regime fazia”.

bagunça e que éramos comunistas. E depois nos colocavam em salas separadas e perguntavam e a gente respondia as mesmas coisas, porque de fato estávamos fazendo campanha, naquele tempo para o José Falcão. Eu, com os meus 17 anos, ainda não tinha conhecimento do comunismo. Não tinha. Passei a ter no decorrer dos tempos e até gostei da ideia. Não sei se hoje, não. E realmente, além dessas pessoas com quem convivi alguns anos, o senhor João Albuquerque que também passou um tempo fora, Albertino, se não me engano, passou um tempo fora porque era perseguido também e depois Albertino fundou o MOC e com isso reconstruiu diversas associações em Feira de Santana, que se começou a lutar por direitos humanos.

Não dá pra gente aprofundar muito porque todos vocês já conhecem a história da ditadura militar no Brasil. Porque, por mais que queiram falar e depois quererem implantar ordem no país, a gente sabe que foi o contrário. Preferiram implantar a bagunça, e foi a partir da ditadura militar que a pobreza aumentou, as desigualdades sociais tornaram-se grandes, e a opressão tornou-se maior ainda, a desordem tornou-se maior ainda.

Então, a gente foi perseguido, meu irmão né, embora seja mais novo era perseguido também, nossa família, andávamos com receios, nosso pai dizia: “Não sai”. Tínhamos, ah, só pra dizer a vocês, a Polícia Militar, não sei se eles sabem disso, ela, não sei se era mandada pelo Exército ou não, mas também perseguia, pelo Capeão, as pessoas. Eu tenho um padrinho da minha irmã, chamado sargento Arthur e gente, eu bato palmas pra ele. Ele, quando estava no batalhão ou não, mas por ser muito amigo do meu pai, não era por ser compadre, não, ele dizia assim; “Seu Zé...” que ele era da causa também, apesar de ser da polícia, “Olha. A gente ouviu isso. Não saia de casa porque se sair eles estão organizando pegar o senhor e mais dois, entre em contato com os outros’.”.



com José Pereira e os outros para que não saíssem. E foi o caso também do batalhão, porque se saísse iria ser pego. E não deixe seus filhos na rua, porque a gente sabia que as crianças desapareciam, os sequestros que eram feitos no tempo da ditadura militar. Muitas coisas em Feira de Santana aconteceram. Ele já colocou muito da história, a gente não vai continuar mais, e agradecer a vocês e lembrem-se de nomes Hosannah, Humberto Mascarenhas, Sinval Galeão, deixa eu ver se tem mais, Albertino Carneiro, José Pereira, João Albuquerque.

Rua Nova cresceu e tem sido um dos bairros que tem lutado pelas condições de vida apesar de que essa juventude de hoje infelizmente não pensa tanto no Brasil, mas tem muita gente que tem lutado ainda. E, graças a Deus, a ditadura caiu, mas eles querem fazer de tudo para que isso, se pudesse, viesse a acontecer de novo.

Porque eu não sei se o senhor sabe, com a própria ditadura militar se construiu muito hospitais particulares em Feira de Santana e no Brasil principalmente com recursos públicos do setor, o INSS que repassava, que dizia assim: empréstimo para comprar insumo, fazer prédios, tudo isso aí a fundo perdido. Como é que se empresta dinheiro público a fundo perdido

para empresas privadas constituídas? Por isso que a saúde tornou-se pior no decorrer da ditadura militar. E a gente lutava por educação, saúde e tudo mais. Obrigado! Eu não sei se José Álvaro tem alguma coisa a acrescentar.

José Álvaro – Só dizer que eu já comecei sabendo quando minha mãe pariu, em 19 de fevereiro de 64, e, naquele período, quase que morre porque via meu pai e outros homens de bem serem perseguidos. Chico Pinto, como o nosso amigo ali falou, um dos maiores sofrimentos para todos nós foi Chico Pinto. Não que ele quisesse, mas porque ele era o líder nato. Ele era aquele líder, desculpe a expressão, com todo respeito a Colbert e a outros, mas o homem era Chico Pinto. Que dava guarda-chuva para o PCB, para outros partidos. E ele socorreu os bairros pobres, com o que hoje eles chamam de Cesta do Povo, ele tinha um caminhão que ia vender barato, aquilo mexeu com os capitalistas, alimento a preço de custo para os pobres. Era Chico Pinto o homem que ia organizar Feira. Mas tiraram ele do cenário e botaram outro. Na verdade, eu ainda militei no Partidão. Hoje não sou do Partidão, estou de fora, tenho bons amigos, mas tenho uma história boa. Apesar de ter apoiado algumas tendências, mas essa é minha história...

Agora, uma coisa que eu quero deixar em alerta aqui, uma interrogação. Todas as pessoas mais velhas na política como Sinval, como Hosannah, não previam estar no poder, mas nós não nos articulamos. Eu tentei, tentei, ainda tento. Eu sou um cara persistente, mesmo sabendo que não tem grupo nem estrutura econômica. Mas eu continuo. Nosso sistema ainda

continua contra a gente. Não pense que isso aí que veio, os traumas, eu não tenho trauma no sentido de viver traumatizado. Porque eu continuo, minha luta continua, a história só vai se completar um dia... Eu vejo um homem como Sinval, posso dizer como referência dos que aqui estão. Por várias vezes lutou, mas não logrou. Porque não é um capitalista. Mas a verdade é essa: esse mal já passou, mas ainda existem resquícios. Eu nasci no dia 19 de fevereiro.

Quando veio a revolução, minha mãe quase que morre [emoção] porque meu pai corria risco, era ligado a Chico Pinto, mas não morreu. Um pobre.

A única riqueza que deixou foi a mesma que Torquato deixou: um bom conselho, um bom caminho. Nossa família até hoje, ninguém se desvirtuou para aquilo que não seja honesto. Então, eu quero agradecer! Nós temos um depoimento pequeno. Dizer que a luta continua como diz Chico Pinto. Resistir avançando, não existe derrota

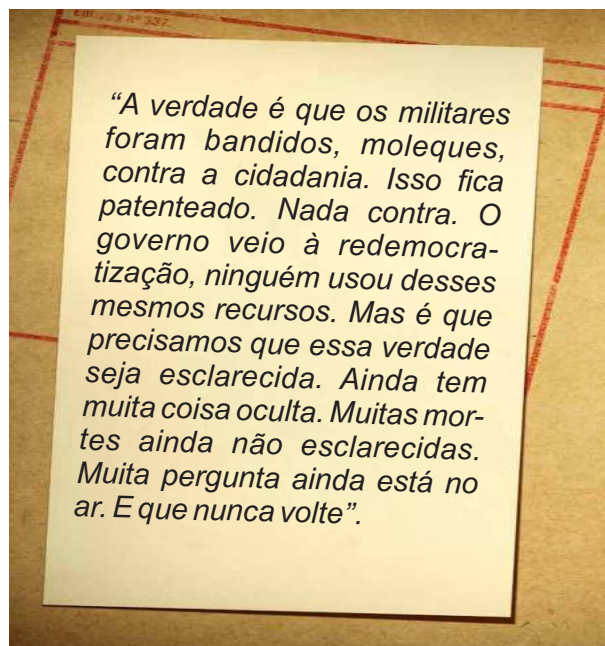
para lamentar. Chico foi o que todos nós fizemos o possível, enfim! Mas ele tinha um sonho ainda e combateu não só pra Feira, combateu a favor do Brasil: denunciando Pinochet, denunciando tudo o que era ruim. Então para mim, com todo o respeito aos líderes que existem e que existiram, mas Chico Pinto, esse era líder. Ele nunca deixava a linha. Eu só lhe digo, companheiro, mas nós sabemos que foi galardoado, participou, mas não tinha altivez que você, meu amigo [Sinval], Humberto Mascarenhas, como Hosannah, Celso Pereira, Celso Daltro e outros. Minha irmã Torquato, filha de Torquato [dirige-se a Maria Natalice], eu quero dizer o seguinte: sua história é... eu considero a minha história um pedaço da sua história. É menor que

“Chico Pinto, como o nosso amigo ali falou, um dos maiores sofrimentos para todos nós foi Chico Pinto. Não que ele quisesse, mas porque ele era o líder nato. Ele era aquele líder, desculpe a expressão, com todo respeito a Colbert e a outros, mas o homem era Chico Pinto. Que dava guarda-chuva para o PCB, para outros partidos. E ele socorreu os bairros pobres, com o que hoje eles chamam de Cesta do Povo, ele tinha um caminhão que ia vender barato, aquilo mexeu com os capitalistas, alimento a preço de custo para os pobres”.

sua história, mas o meu sofrimento, talvez, tenha sido o mesmo sofrimento, porque nós vivemos os mesmos problemas. A verdade é que os militares foram bandidos, moleques, contra a cidadania. Isso fica patenteado. Nada contra. O governo veio à redemocratização, ninguém usou desses mesmos recursos. Mas é que precisamos que essa verdade seja esclarecida. Ainda tem muita coisa oculta. Muitas mortes ainda não esclarecidas. Muita pergunta ainda está no ar. E que nunca volte. Aqueles momentos, eles, na escola e às vezes, quando vinha aquela merenda, não pode merendar porque era filho de comunista. “Vá lavar prato. Vá!! Você é um malandro, vá lá!”. Mas mesmo assim a gente concorreu ao Centro Cívico. A gente ia lutar e ganhar o Centro Cívico. Ficava a gente sempre disputando, tinha uma visão diferenciada.

Parabéns à Comissão! Você sofreu, meu amigo, porque você foi, eu não fui preso. Eu tive o privilégio de ter sido mais moço. Só sofri. Tem Salvador, que trabalhou no Centro de Abastecimento, eu gostaria que constasse no Relatório. Salvador era uma pessoa pequena no tamanho, mas de uma cabeça boa. Não sei, Emanuel de Sá Moraes, foram meus instrutores, a gente escondido, eu não tomava caipirinha, alguns tomavam caipirinha, caipirosca e eu ficava só comendo pipoca na época da clandestinidade. Hoje estou com 50 e poucos anos, não vou dizer minha idade, não, mas quase chegando à idade dele (*Edivaldo Rios*) que é 60. E dizer o seguinte: eu não me arrependo de ter participado da banda livre desse país! Ter acompanhado a luta pela liberdade! Mesmo sendo tocado que não fazia parte do *métier* da esquerda atual, mas, dentro do meu íntimo, a minha ideologia ainda continua a mesma e, dizer o seguinte: eu admiro muito você, Galeão, e admiro muito o Hosannah apesar de não estarmos juntos nos últimos momentos porque pessoas até mais influentes que nós tomaram a frente, mas vocês dois são guardiães. Permita eu fazer essa menção, o meu amigo, advogado, doutor.

Gente! O mais belo é lutar pela



liberdade, pela cidadania! Quero agradecer porque o tempo já está avantajado e depois, ouvi uma aula, um depoimento como o seu. Tudo que eu tivesse para falar aqui, nesta tarde, não representaria tanto. As histórias, os fatos que nós fomos registrando, ontem, nós vamos trazer umas coisas, nós vamos tentar trazer e passar pra suas mãos depois. Alguma coisa que nós possamos trazer. Muito obrigado! Hoje ele é um administrador, eu sou pastor, pastor diferente! Até na igreja fui perseguido. Eu era diferente, era de esquerda, tá ligado?! Ele conhece um pouco! Eu não sou mais acomodado. Eu não sou como Sinval, nem tão pouco como professor Hosannah, que tem suas razões, fortes! Parabéns, muito obrigado por nos ter convidado.

(Aplausos)

Edivaldo Rios – Contar uma história, um pedacinho de nada, Chico Pinto começou, em Feira de Santana, nos anos 63, depois que foi eleito, tomado posse, essa rede parceira de águas que a gente tem com a Embasa, primeiro começou em Feira de Santana, na Rua Nova, e ia passar pra outros bairros, porque nós temos um lençol freático muito grande. Quando entrou Joselito Amorim, fechou tudo. Depois, veio a Embasa. Obrigado gente!

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

14 de junho de 2014

**Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação, Campo Grande,
Salvador - Bahia**





AUDIÊNCIA PÚBLICA

14 de junho de 2014 , Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação,
Campo Grande, Salvador - Bahia



DEPOENTE: JOSÉ CARLOS ZANETTI

O então estudante de Arquitetura, filho de classe média conservadora, José Carlos Zanetti, participou da intensa vida estudantil do Paraná e foi eleito, em 67, para uma das vice-presidências da União Paranaense de Estudantes foi então que se afastou de vez da escola para se dedicar à luta contra a ditadura. Ingressou na Ação Popular e, um pouco antes do AI-5, entrou na clandestinidade. Em cumprimento a deliberações da AP mudou-se para a Bahia onde foi preso, torturado e cumpriu pena na Lemos de Brito. Depois que saiu da cadeia, trabalhou por pouco tempo na Tribuna da Bahia. Formou-se em Economia na Universidade Federal da Bahia. Passou a trabalhar na Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE e continuou atuando em defesa da democracia e dos direitos humanos. Integra o Grupo Tortura Nunca Mais. Foi anistiado no dia 25 de março de 2014, no 3º Fórum do Pensamento Crítico.

*Texto revisado pelo depoente.

*José Carlos Zanetti

Eu, na verdade, comentei depois com alguns pares da Comissão da Verdade que já dei vários depoimentos e não sei se teria coisas mais importantes a dar, senão o fato de que estou oficializando o que venho dizendo e falando. Estou deixando aqui, em mãos, um depoimento que acho talvez o mais completo que já fiz, que foi o projeto Memórias Reveladas, em fevereiro, para a Secretaria de Cultura, para a Fundação Pedro Calmon. Então, tem muitos elementos aqui que vocês podem aproveitar; e também um depoimento que fiz quando fui anistiado, no dia 25 de março de 2014, no 3º Fórum do Pensamento Crítico em que teve uma caravana da anistia e aí eu e uma pessoa de Ilhéus fomos anistiados. Lá fiz um depoimento, declaração, que eu assino e entrego a vocês, como mais uma contribuição.

Bom, vou ser um pouco sucinto. A vida de muitos de nós, aconteceu, no meu caso, estudante, filho de classe média, muito marcada por uma atitude de pietismo, solidário, incomodado com uma situação de violência e pobreza na periferia de Curitiba onde me criei, mas com uma leitura da sociedade muito conservadora. E assim comecei a atuar, a me manifestar, justamente de uma forma incomodada com o nervosismo em ebulição de 64. Me lembro que o lacerdismo era muito forte e eu estava num momento de Igreja, conservador. Em todo caso, subia as favelas para atender as

peessoas, numa visão bastante de reconforto e tal. Mas nesse embate vamos descobrindo. Me lembro que entrei para a JEC - Juventude Estudantil Católica, uma pastoral ligada aos secundaristas e já era uma posição bastante crítica, de esquerda, aquelas pastorais renovadas da Igreja. E eu era meio contraponto, não me conformava muito. Lembro, no golpe de 64 tinha 16 para 17 anos, não tinha entendido bem as coisas e estava muito marcado ainda por essa visão conservadora e eu me lembro que um grande amigo meu chamado Paulo Esmalnho, dizia “você não está entendendo nada, a situação está muito grave, o que nós estamos vivendo”.

Ficava com aquilo na cabeça, e muito rapidamente eu mudei, porque os embates, os problemas... eu sou de Curitiba, uma cidade média, grande, muito importante, mas muito conservadora também. E comecei a me envolver com o lance da cultura, acho que a questão cultural que foi me modificando. Fiquei brincando aqui, lendo o depoimento, que fui muito ligado à Igreja Católica e, assim como vários religiosos, muito marcado por uma visão anti-comunista, como foram Dom Evaristo Arns e Dom Helder Câmara, e, aos poucos, o embate, a realidade da vida foi mostrando o que estava acontecendo. A cultura do cineclubismo, por exemplo, foi me ajudando, os festivais de canção, essas coisas todas foram me revolucionando e em um ano, um ano e pouco já estava outra pessoa, já não me conformava com as contradições que via... comecei a estudar Belas-Artes e lá participei de greves. Já no último ano da minha escola, que era franciscana, participei de greves, e assim comecei a me indispor com o que estava acontecendo. Os anos de 67/68 foram muito efervescentes e

rapidamente estava participando das greves estudantis; entrei pra escola de arquitetura (fiz Belas-Artes e depois entrei em Arquitetura) já com uma estratégia de entrar numa escola de médio porte, porque politicamente era importante. Não só porque gostava de Arquitetura, mas porque ela era uma escola de referência e tal.

Rapidamente me aproximei da Ação Popular, que é uma organização política de conhecimento de vocês, de origem religiosa, ligada à Juventude Universitária Católica

– a JUC e rapidamente nos envolvemos num processo de se ligar a uma organização clandestina, como era a Ação Popular. Já assumia nome de guerra e tal, e começou um processo bem mais radicalizado. O que a gente vê, os filmes que passam na nossa cabeça ontem e hoje é que as reformas de base, que mobilizavam o governo de Jango eram muito importantes, e temos de fazer uma leitura obrigatória dos nexos, nem sempre tão fáceis, entre as contradições e mazelas que vivemos

hoje, aquelas que foram frustradas pelo golpe de 64. A começar pela Reforma Agrária, não é?

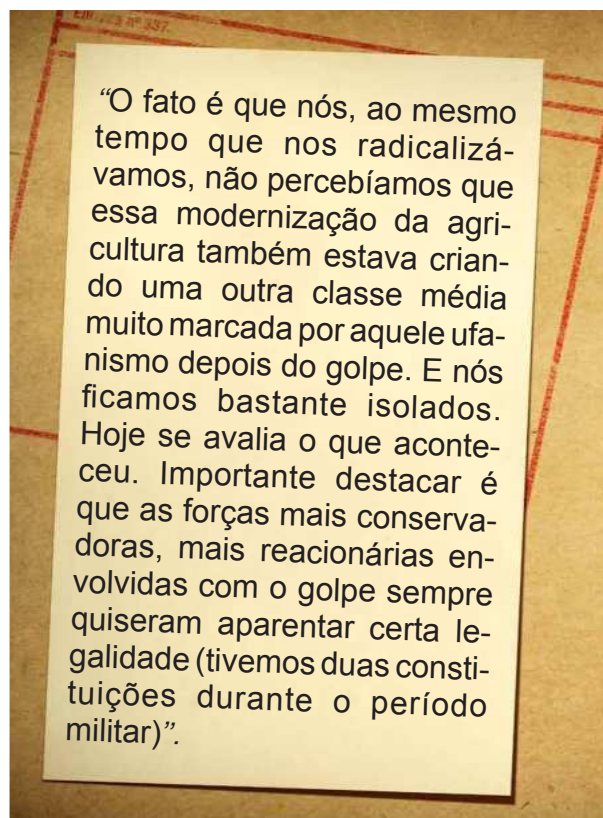
O Brasil é um País que tem 10%, 12% de população urbana e países centenários como França, Itália, Espanha, têm 25% a 30% da sua população ainda no campo. E a gente viveu essa transformação, essa modernização conservadora e acelerada da agricultura. Como éramos ligados ao maoismo de maneira ortodoxa, acabávamos por adaptar a realidade à teoria. Quando abarcamos uma teoria que foi a da Guerra Popular e da compreensão de que a luta passava por uma revolução burguesa (quando ela já tinha acontecido

“Como éramos ligados ao maoismo de maneira ortodoxa, acabávamos por adaptar a realidade à teoria. Quando abarcamos uma teoria que foi a da Guerra Popular e da compreensão de que a luta passava por uma revolução burguesa (quando ela já tinha acontecido nos anos 30), estávamos preocupados com a urbanização do país, porque ela estava indicando uma outra dinâmica que não a centralidade da luta agrária nos moldes clássicos da luta camponesa”.

nos anos 30), estávamos preocupados com a urbanização do país, porque ela estava indicando uma outra dinâmica que não a centralidade da luta agrária nos moldes clássicos da luta camponesa. A luta democrático-popular serviria para cumprir tarefas que se imaginavam próprias de uma revolução burguesa, que, no entanto, já tinha acontecido.

Isso, claro que nos acalorava muito, nas tendências, posições sobre as reformas, mas sem dúvida a Reforma Agrária foi uma das que mais seriam fundamentais para que o país tivesse outra cara da que tem hoje. Na verdade, o que se propunha na época era a desapropriação de áreas em torno das estradas federais e estaduais para os trabalhadores camponeses e a ideia é que não só traria mais trabalho ao campo como melhoraria a cesta básica da população. Era essa a motivação na época de Jango. E assim também na reforma urbana se tinham preocupações, não só as da luta com a moradia, como se tinha um programa de se favorecer os inquilinos, para que eles pudessem ter suas casas. E assim também a reforma tributária, em relação a créditos para a população. Na verdade, Jango tinha a percepção de um projeto nacional, democrático, popular, mas extremamente incômodo porque transgredia a lógica da geopolítica dos Estados Unidos que incidia fortemente na América Latina, como até hoje essas polarizações pós-guerra fria continuam acontecendo.

O fato é que nós, ao mesmo tempo que nos radicalizávamos, não percebíamos que essa modernização da agricultura também estava criando uma outra classe média muito marcada por aquele ufanismo depois do golpe. E nós ficamos bastante isolados. Hoje se avalia o que aconteceu. Importante destacar é que as forças mais conservadoras, mais reacionárias envolvidas com o golpe sempre quiseram aparentar certa legalidade (tivemos duas constituições durante o período militar). O fato é que prevaleceu o aguçamento da violência na correlação de forças dentro da



elite civil-militar que gestou o golpe. Estas forças foram francamente predominando, cada vez mais reacionárias e já se apropriando dos mecanismos de tortura e violência que dominaram todo o período, principalmente depois de 68.

Sempre fica aquela discussão se o agravamento das violações foi decorrência da resistência armada ou não. E sempre é bom lembrar que quem primeiro violou, quem primeiro pegou em armas contra a democracia foram as próprias forças armadas. Então, isso criou, no contraponto dos movimentos, das organizações, várias maneiras de ler a realidade e resistir àquele processo. O fato é que a minha organização também aderiu à luta armada e eu vivi uma parte da minha radicalização política como estudante, líder universitário, fui candidato à presidente da União Paranaense dos Estudantes, mas nem estive em Ibiúna. Logo depois, com o AI-5, em fins de 68 todos nós entramos na clandestinidade e acabou essa opção de vida legal. Minha vida política institucional terminou ali.

Outro dia estávamos fazendo depoi-

mento no Conselho Regional de Psicologia pra pegar um pouco as implicações emocionais do enfrentamento... me lembro de uma das coisas, parece até banal, muito pessoal, que é o fato de você romper com sua família, sem poder dizer para onde vai, porque não era uma ruptura, ou rebeldia estudantil, uma ruptura juvenil - era uma opção de vida sem horizontes para a família. Então, era muito difícil responder "para onde você vai?" - sem poder dizer, e também toda dureza que a vida clandestina impõe: sacrifícios pessoais, materiais, afetivos, de toda ordem. É um caminho sem volta.

Foi importante termos tido a coragem de fazer isso, porque acreditávamos plenamente nessa necessidade de resistir. Existia um movimento contra a ditadura, - o MCD e a Ação Popular era uma das forças que estava organizando isso. Estávamos muito engajados na compreensão de que era necessário fortalecer as forças dirigentes e revolucionárias, que operam realmente a transformação, que são os trabalhadores.

Como é sabido, o golpe militar atingiu mais duramente o movimento sindical, os trabalhadores, depois, os estudantes. Claro que, historicamente, os estudantes sempre tem tido um papel muito importante nesses processos de rebelião – vide Nicarágua, Vietnã, mas sabíamos, também, que essas forças dirigentes é quem podiam operar a transformação. Os trabalhadores, com a aliança operária e camponesa e isso levou, muitos de nós, a nos integrar na produção. Era um movimento ousado que a Ação Popular fez de mobilizar 1.000 quadros, aproximadamente. Assim foi a história: mobilizar setores médios, estudantes, profissionais liberais, para trabalhar nas fábricas e nos

campos. Era uma maneira de acelerar o processo de compreensão política e a necessidade de transformação. E tinha um setor importante, como tem em toda resistência, que é o setor de serviços, e eu fui trabalhar no setor de transporte em São Paulo para favorecer o deslocamento de documentos, armas, o que fosse necessário, pelo sistema de transporte. Aí fui trabalhar como carregador de caminhão. Foi uma época muito dura, fim de 69, Mari-ghela tinha acabado de ser assassinado, a cidade estava totalmente sitiada, e eu

estava trabalhando lá como ajudante de caminhão, e num desses encontros clandestinos estava com a companheira Derlei Catarina de Luca, (que hoje é uma das animadoras da Rede Memória- Verdade -Justiça). Estávamos discutindo alguma coisa no bar quando a polícia apareceu e parecia... até peço desculpas, fiz a comparação a Lampião, porque a polícia estava tão armada que andava com aqueles cinturões de balas transpassadas em "X" no corpo. Bom, desconfiaram de nós, e

aí foi meu primeiro cerco, minha primeira possibilidade de prisão em São Paulo, mas eu consegui escapar.

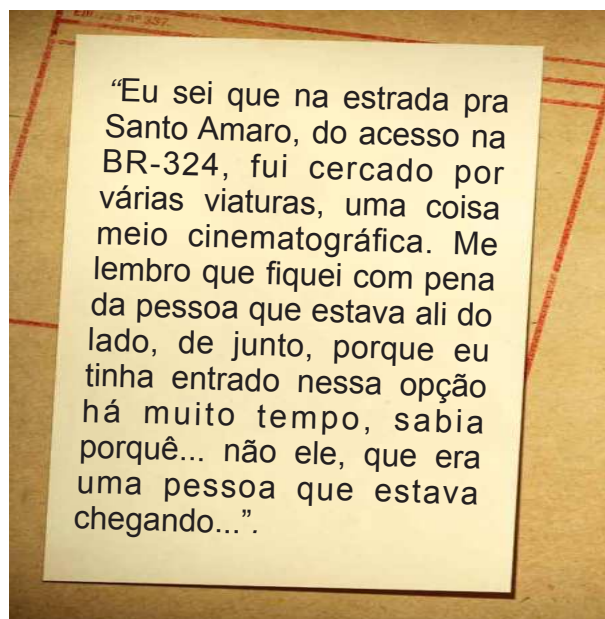
A Derlei foi presa e barbaramente torturada, ficou bastante sequelada, depois conseguiu fugir, foi pra Cuba e eu consegui escapar, num cochilo deles. Fiz que não tinha nada a ver com isso, que não a conhecia, tinha minha carteira de trabalho, que trabalhava na transportadora e eles me deixaram afastado mais um pouco e foi a oportunidade que tive de correr e escapar. Mas dali tive de sair para a Bahia, por definição da organização, vim trabalhar aqui na Bahia. Então, minha vida política se encerrou – institucionalmente – no Paraná;

"...me lembro de uma das coisas, parece até banal, muito pessoal, que é o fato de você romper com sua família, sem poder dizer para onde vai, porque não era uma ruptura, ou rebeldia estudantil, uma ruptura juvenil - era uma opção de vida sem horizontes para a família. Então, era muito difícil responder "para onde você vai?" - sem poder dizer, e também toda dureza que a vida clandestina impõe: sacrifícios pessoais, materiais, afetivos, de toda ordem. É um caminho sem volta".

tive essa inserção, ainda com nome verdadeiro em São Paulo, e a partir daí vivi completamente clandestino aqui na Bahia, nos anos 70. Fiquei um pouco em Feira de Santana, nesse setor de serviços, um pouco em Salvador, dando suporte para uma reunião do comando regional da R-6, (que era assim designada a Ação Popular na Bahia), nas proximidades de Santo Amaro.

la para Cabuçu, lá no fundo da Baía de Todos os Santos, hoje município de Saubara, na época, Santo Amaro. E lá a direção estadual já havia sido presa na noite anterior. Na verdade, foi uma “infiltração”, que o movimento estudantil ingenuamente trouxe – um provocador que se infiltrou na organização e ele estava lá ajudando (a raposa e o galinheiro) na infraestrutura. Na verdade, estava lá preparando o cerco. Eu sei que na estrada pra Santo Amaro, do acesso na BR-324, fui cercado por várias viaturas, uma coisa meio cinematográfica. Me lembro que fiquei com pena da pessoa que estava ali do lado, de junto, porque eu tinha entrado nessa opção há muito tempo, sabia porquê... não ele, que era uma pessoa que estava chegando... Nunca mais vi o Orlando, certamente um nome falso... aí fui pego com uma arma e um lençol. Primeiro, não podia dizer onde eu morava – outras pessoas usavam minha casa de dois vãos lá em Feira de Santana. Aí tinha aquela orientação do camarada Dmitrov, da Bulgária, sobre a resistência, que você tinha que tentar segurar por algum tempo para não comprometer... são os períodos que todos sofrem, os mais duros.

Eu fui diretamente para o Forte do Barbalho e fiquei uma noite toda com os braços tensionados num galho de árvore – não dependurado, mas tensionado, e estava chovendo muito. Já foi uma forma de abater a moral da gente, que é você ficar naquela situação... na sequência entrei em toda uma sucessão de choques elétricos... o forte do Barbalho tinha uma dependência que agora no 1º de Abril fomos revisitar aquele processo. Tinha a alfaiataria, que



fica de junto daquelas 9 prisões. A alfaiataria de noite era a sala de tortura. Depois viemos a saber que havia outras salas de tortura, a própria sala do comando geral. O Edson Argolo – igualmente prisioneiro político – falou da enfermaria que também era um local de tortura. Me lembro muito da alfaiataria, que tinha 2 cavaletes, por isso fizemos aquela reprodução nas atividades dos 50 Anos do Golpe, tentando ambientar um pouco o que foi a alfaiataria, um espaço de tortura.

Eu não me lembro quantas vezes eu fui para o pau-de-arara, eu sei que fui várias vezes. Eu sei que numa delas eu fiquei amarrado, algemado nas mãos envolvendo uma das pernas, não pendurado, mas ainda no chão, e levando choques elétricos. E claro que a pior situação é o pau de arara. Você fica nu e aquele suor do corpo, mais a água que jogavam produziam um ambiente mais favorável à descarga elétrica, uma eletrólise. Assim, amarravam num extremo um fio e corriam o corpo... sempre digo que é o momento mais dilacerante, mais difícil e duro, porque tudo você suporta: pancadas, a própria posição do pau de arara... [pausa, emociona-se] não devia me emocionar - já disse isso tantas vezes... mas é como se estivesse dilacerando o corpo, arrancando com uma alicate... então, a gente inclusive preferia levar outros tipos de porrada, ou

simulava um pouco que ia colaborar para ganhar um tempo, ou para mudar a guarda de torturadores... e depois tentava enrolar, sempre com a ideia de não revelar outros companheiros.

Bom, eu não sei se de alguma forma colaborei para que alguém fosse preso. Não me lembro diretamente, não tenho notícias. Mas sei que é muito difícil se julgar o limite, a capacidade de resistência das pessoas... algumas são tão corajosas que até enfrentam, provocam seus torturadores. Outros, ao primeiro tapa, desandam, só pela expectativa, pela possibilidade de sofrer essa covardia. Outros só pelo ambiente já se desestruturam. Eu acho que consegui manter alguma dignidade e fui levando e mantendo meu nome clandestino (já tinha um) e eles por um bom tempo não descobriram qual era minha identidade. E eu nutria uma ilusão de que podia sair dali, porque meu verdadeiro “falso nome” – porque eu tinha um nome verdadeiro, embora falso.

Numa época eleitoral eu consegui documento, construí uma nova genealogia da minha família, lá em Feira de Santana, a partir dali tirei identidade, tirei certidão de nascimento, jurei a bandeira na Fonte Nova, tudo com o nome de Antônio Cesario dos Santos, que foi mais uma ingenuidade, porque me fiz de mineiro, e nos momentos mais duros de violência ou numa discussão animada, ou quando se está ofendido, qualquer situação mais nervosa, teu sotaque vem com toda força. Quer dizer, meu sotaque é claramente sulista e eles diziam que eu não era mineiro. Aí eu botava uns 'uai' no meio pra tentar iludir, mas era muito diferente a fala. Eles diziam: “esse filho da puta é gaúcho...”; e eu “opa, não desco-

briram ainda que eu sou paranaense”. Aí batiam, batiam... não sei se uns 3 meses depois que fui preso, estava com essa ilusão de que com aquele nome poderia ser solto, quando chegou um dos inquisidores do Senimar (Serviço Nacional da Marinha), um dos responsáveis pelo processo da Ação Popular, chamava-se “Doutor”. Atualmente talvez já se saiba o nome dele, chamavam de Doutor, usava suspensório... aí ele mandou contar minha história mais

uma vez e eu contei minha história montada. Ele começou a insinuar coisas de que ele estava sabendo algo mais. E eu sustentando, que meu nome era aquele, que tinha trabalhado como ajudante de caminhão... aí você já começa a misturar um pouco do mundo real... perguntou se já tinha estado pelo sul e eu disse que sim. Aí ele mencionou São Paulo e Vila Zaira. Vila Zaira era onde minha irmã, também clandestina, Bernardete Zanetti morava. Ela entrou comigo na Ação

Popular, ela e meu cunhado, Paulo Sá Brito... eles trabalhavam na produção, ela trabalhava na Frigidaire, e ele na Cofap, aquela dos amortecedores. E aí quando falou em Vila Zaira [pensei] “esses caras sabem alguma coisa a mais...”. Depois “Porto Alegre, Curitiba... Ei, Zanetti, o teatrinho acabou!”

É, já sabiam quem eu era, conseguiram lá no DOPS do Paraná, com o Cury, que era um investigador e me deram o seguinte conselho, pro militar que no momento estava lá responsável pelo quartel do Barbalho, porque eu acho que ele não era o comandante... Outro dia relembrei o nome de um outro oficial, de um tenente, aliás era uma pessoa que vocês precisavam chamar para ouvir. Ele foi juiz de futebol. Futucando, me lembrei, mas

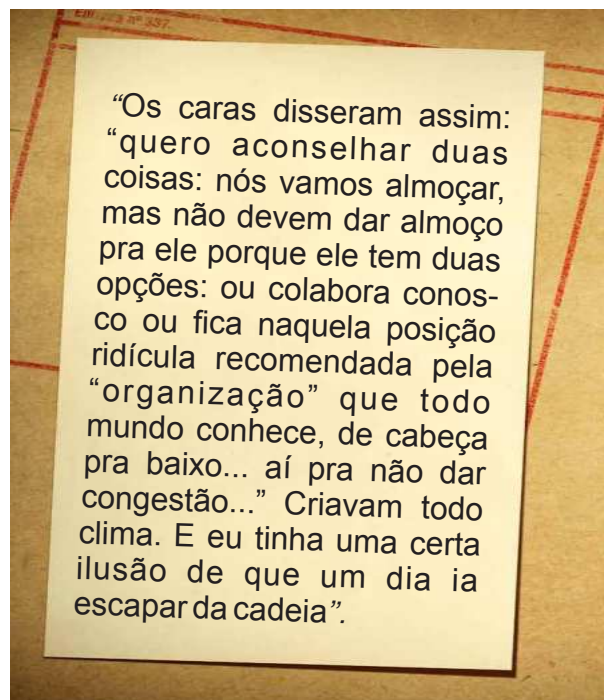
“... construí uma nova genealogia da minha família, lá em Feira de Santana, a partir dali tirei identidade, tirei certidão de nascimento, jurei a bandeira na Fonte Nova, tudo com o nome de Antônio Cesario dos Santos, que foi mais uma ingenuidade, porque me fiz de mineiro, e nos momentos mais duros de violência ou numa discussão animada, ou quando se está ofendido, qualquer situação mais nervosa, teu sotaque vem com toda força”.

agora não me recordo... Eu o vi no Shopping Barra uma vez, e o abordei. E ele não era comandante, não fazia parte do esquema, mas ele disse que aquilo era uma maluquice... ele foi contemporâneo de Lamarca lá no Rio Grande do Sul. Era um cara muito interessante de se ouvir. Eu perguntei se ele queria dar o depoimento, mas ele não topou. Acho que ele mora aqui, é uma pessoa a ser ouvida, porque ele não era do aparato, ele é testemunha também, viu Emiliano todo arrebitado, acho que ele chegou a ler o livro do Lamarca do Emiliano e fez o maior elogio ao Lamarca, que era um homem que todo mundo ficou embasbacado quando saiu do Exército para tomar a opção guerrilheira, que ele era um exemplo e tal. O fio da meada perdi.

Jackson Azevedo - Deram um conselho a você quando descobriram a identidade.

José Carlos Zanetti - Sim, o comandante interino estava lá, mas acho que não era esse tenente, e ele lembrava vagamente de mim. Os caras disseram assim: “quero aconselhar duas coisas: nós vamos almoçar, mas não devem dar almoço pra ele porque ele tem duas opções: ou colabora conosco ou fica naquela posição ridícula recomendada pela “organização” que todo mundo conhece, de cabeça pra baixo... aí pra não dar congestão...” Criavam todo clima. E eu tinha uma certa ilusão de que um dia ia escapar da cadeia.

E eu gostava de correr, jogar bola quando menino, e quando fui torturado, fiquei muito machucado na parte posterior do joelho, por causa da fricção do cano do pau de arara, criou ferida, fiquei mancando por um tempo. Então, uma coisa que já sabem: a solitária do Barbalho era uma coisa muito dura, além de muito úmida, não tinha as instalações sanitárias. Deixavam uma lata grande, dessas de tinta pra você fazer suas necessidades e de semana em semana você levava essa lata para o banheiro dos soldados. As larvas subiam (larvas que vinham da exposição do excremento) e eu levava aquele material,



lavava, trazia. Uma vez encontrei uma gilete e recolhi, guardei na bacinha da calça, na expectativa de não querer passar por um novo processo de tortura e me cortar, me suicidar, alguma coisa. O fato é que ia e voltava com essa lata e mancando. Mas na verdade já estava ficando bom, simulando que estava ferido porque tinha uma expectativa de tentar fugir já que ninguém ia dar bola de um manco tentar fugir. Aí, de noite eu fazia exercício, capoeira, tudo, e quando chegava alguém ficava quieto...

Quando teve esse interrogatório, que iria começar à tarde, eu disse agora tenho de fazer alguma coisa, é a hora. Aí fui novamente mancando e indo pra sala de interrogatório, no 2º andar, perto do comando, na parte frontal do Forte do Barbalho, subi uma daquelas rampas, um pouco mais rápido que o soldadinho que me acompanhava com uma metralhadora e quando cheguei na curva pra entrar na sala fiquei num ponto cego: nem ele me via e o investigador já tinha entrado. Aí eu disse: é agora, e pulei numa daquelas ameias do Barbalho, só que não conhecendo muito a geografia de um quartel medieval, caí numa espécie de fosso. Eram dois muros, na verdade e que hoje está até sem saída. E aquele caminho dava numa torre de vigia. É muito

alto, nem imaginava que fosse tão alto, mas na hora o temor e o medo te fazem corajosos. Eu pulei aquilo tinha 6 ou 7 metros, mas por sorte tinha um telhado acoplado ao paredão a meio caminho, depois saltei ao chão e fui até a rua. E cheguei na rua, mas daí o soldadinho engatou um mosquetão, ou sei lá o quê, outros chegaram e não deu certo. Isso provocou de um lado a raiva neles e ao mesmo tempo uma certa admiração pela ousadia.

Aí, claro, tiraram colchão, me maltrataram e me fizeram um interrogatório que na verdade era o reconhecimento de fotos (uma coisa bem idiota) de lideranças estudantis, Jean Marc, Travassos, enfim, todas as lideranças que são conhecidas e notórias. “Claro, conheço, como líder estudantil, trabalhei com ele...”. Então, não foi uma coisa tão mais dura e violenta como imaginei que ia acontecer. Em represália por ter feito essa tentativa, eles me trataram por mais uns dias dormindo no chão, essas coisas.

Bom, do forte do Barbalho fui para o dos Fuzileiros Navais. Fiquei 3 ou 4 meses, nunca consegui precisar exatamente, em solitária também. Acho que passei, desde que fui preso no dia 5 de maio de 71 até o final do ano em solitária, ou no Barbalho ou nos Fuzileiros Navais. Isso significa sem banho de sol, sem nada, solitária. Nos Fuzileiros Navais dependia muito da guarda, uma respeitava mais alguns direitos, outros eram mais truculentos. Denunciamos isso lá na Auditoria Militar. O cabo Pinho, que era um truculento, que acho que fez parte do mesmo grupo daquela operação que cercou Lamarca, a Operação Pajuçara. Bom, alguns militares participaram e esse cabo Pinho fez parte do

apoio e era duro e cruel com a gente, tipo botar sal na sopa, jogar água na gente... quando você ia fazer uma necessidade fisiológica (também lá não tinha banheiro), ele ficava com a porta aberta te olhando, que é uma maneira de atingir sua privacidade, ficar inibindo... ou quando a gente entrava na cela, empurrava a porta bruscamente por trás. Fez várias barbaridades. Fizemos uma greve de fome, me lembro que o Renatinho Silveira estava lá comigo; Denilson Vasconcelos, Renato Godinho... Renato da Silveira, que é artista plástico e

já deve ter dado depoimentos é uma figura excelente para se ouvir. Renato Godinho Navarro, arquiteto e mora em Ouro Preto hoje. E Denilson Vasconcelos, jornalista, acho que trabalhou na Tribuna. Bom, fizemos uma greve de fome para tirar esse cara e conseguimos, ele foi afastado.

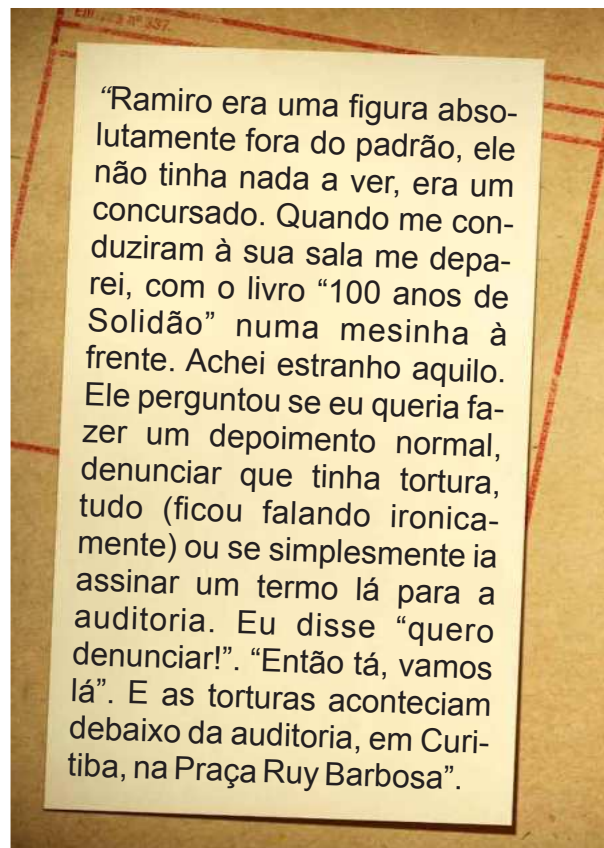
Depois dali fui recambiado para Curitiba, responder um processo lá, passei graciosamente no Rio de Janeiro, nunca tive uma ação no RJ, sei que fui encapuzado e fui

levado para o quartel – tenho a impressão que devia ser a Polícia do Exército lá ou hospital do Exército, pelo que descrevem hoje. Era um espaço branco, de difícil identificação, só se ouvia o grito de torturas, tanto de presos quanto de soldados. Acho que alguns porque devem ter colaborado, já tinha desaparecimento de armas. Eu sei que fiquei 2 ou 3 dias ali. Acho que na verdade foi uma interrupção por necessidade operacional, fui num avião pequeno, da Aeronáutica, um C-3. Parou em Caravelas, foi pro RJ e de lá para Curitiba.

Bom, em Curitiba estive preso em delegacias, com presos comuns, também respondendo inquérito. Claro que foi muito

“Como éramos ligados ao maoísmo de maneira ortodoxa, acabávamos por adaptar a realidade à teoria. Quando abarcamos uma teoria que foi a da Guerra Popular e da compreensão de que a luta passava por uma revolução burguesa (quando ela já tinha acontecido nos anos 30), estávamos preocupados com a urbanização do país, porque ela estava indicando uma outra dinâmica que não a centralidade da luta agrária nos moldes clássicos da luta camponesa”.

mais ameno do que o período do Barbalho. Tudo isso são coisas que a gente valoriza. Fato curioso é que lá me reencontrei com vários militantes de Ação Popular nessa delegacia e fiquei muito alegre de ver os companheiros, de qualquer forma, ver gente e já mais veterano de cadeia, passando alguma segurança e tal. Lembro que ganhei tal camaradagem com o carcereiro que ele me dava a chave para fechar a turma, porque tinha a porta principal e tinha as chaves pequenas das celas. Aí faziam uma zona lá, claro, depois chegava uma hora que todo mundo tinha de ir para suas celas. Lá respondi o inquérito, lá conheci o auditor Ramiro (não lembro o sobrenome), depois foi recambiado, deslocado para a auditoria da Bahia. Ramiro era uma figura absolutamente fora do padrão, ele não tinha nada a ver, era um concursado. Quando me conduziram à sua sala me deparei, com o livro “100 anos de Solidão” numa mesinha à frente. Achei estranho aquilo. Ele perguntou se eu queria fazer um depoimento normal, denunciar que tinha tortura, tudo (ficou falando ironicamente) ou se simplesmente ia assinar um termo lá para a auditoria. Eu disse “quero denunciar!”. [ele] “Então tá, vamos lá”. E as torturas aconteciam debaixo da auditoria, em Curitiba, na Praça Ruy Barbosa. Era mesmo uma ironia... em Curitiba o lugar onde se torturava era num quartel debaixo da Auditoria Militar. Lá eu não fui torturado, só fui encarcerado, maltratado de outro jeito... a ironia era que o auditor sabia disso. Agora me lembro que um dos guardinhas que nos vigiava era um negro, baiano, mas com sotaque parana-ense...surreal. Depois o Ramiro veio pra Bahia. Coisa curiosa é que fui duas vezes para Curitiba e numa delas ele autorizou sair com minha mulher, Cleusa Zanetti durante um dia. Saí da cadeia acompanhado por um escrivão que me deixou numa praça – solto, junto ao Passeio Público, onde encontrei Cleusa e minha mãe. Fiquei besta. Pela tardinha me apresentei lá na Penitenciária do AHÚ. Fui para responder outro inquérito, depois voltei pra Salvador para a Penitenciária Lemos de Brito. Depois também cumpri um



“Ramiro era uma figura absolutamente fora do padrão, ele não tinha nada a ver, era um concursado. Quando me conduziram à sua sala me deparei, com o livro “100 anos de Solidão” numa mesinha à frente. Achei estranho aquilo. Ele perguntou se eu queria fazer um depoimento normal, denunciar que tinha tortura, tudo (ficou falando ironicamente) ou se simplesmente ia assinar um termo lá para a auditoria. Eu disse “quero denunciar!”. “Então tá, vamos lá”. E as torturas aconteciam debaixo da auditoria, em Curitiba, na Praça Ruy Barbosa”.

tempo na penitenciária de Curitiba. Numa dessas idas foi que ele autorizou a saída de um dia, lá em Curitiba. Quando voltei e contei o fato, ninguém acreditava, achavam uma coisa tão louca... mas ele era uma figura fora de série. Voltei e aqui cumpri o resto da pena na Lemos de Brito. Como sabem, sempre é um momento de extremo conforto ser acolhido por um grupo de companheiros, 20, 30 que te saúdam com um hino. Foi aquele hino da cadeia, que vocês ouviram, quem foi no 1º de abril lá no Forte do Barbalho. Sempre fortalece muito. Você vem muito depauperado e vem aquela exaltação, te faz um bem danado. E claro, na Lemos de Brito nós tentamos ter uma vida social. É uma história que precisa ser contada ainda, se é que alguém ainda não contou. Nós tínhamos muitas atividades de artesanato, para também ajudar os companheiros que tinham uma situação mais precária, para pagar advogados e também para passar o tempo, produzir algum recurso. Artesanato de couro, miçanga, de tudo... e também tínhamos almoços coletivos. Aos poucos fomos transformando. No começo eram cozinhas

meio privilegiadas, havia uma certa divisão de classes na cadeia e com o tempo fomos nos aproximando. Tinham os mais pobres, camponeses e filhos de operários, e tinham os filhos de classe média bem abastados que recebiam visitas, guloseimas e tudo. Tudo isso fomos administrando para tornar cada vez mais suportável e equânime a vida na cadeia. Foi uma experiência muito rica, fazíamos eventos, no 1º de Maio, no Carnaval... Para tudo inventávamos alguma coisa, fazíamos script, e andávamos por aquele meio andar da Galeria F, que ficava o dia todo aberta, fazendo coisas. E tínhamos também o futebol, o babinha, e jogávamos inclusive dentro do campeonato da cadeia. Éramos mais respeitados por nossa origem do que pela habilidade futebolística. Até que tínhamos ótimos jogadores, Renato Afonso, Silveira, Itajaci, João Henrique - eram ótimos jogadores. Eu era meio tranqueira. Paulo Pontes, nem se fala. Enfim, com o Colorado chegamos até a ser vice-campeões, e tínhamos uma relação com os presos comuns (a cadeia nos aproxima muito) de até uma certa cumplicidade. Livros que entravam clandestinamente... na época das batidas, eles guardavam para nós. E eles também quando sofriam batidas, oferecíamos certa proteção, escondendo uma serrinha, um chucho..., Eles recambiavam por um elevadorzinho, e assim a gente ia suportando, levando a vida. Eles respeitavam muito a gente.

Fizemos uma constituição na cadeia. Não sei se estou me alongando, já estou começando a contar casos, mas Emiliano José foi o principal redator da constituição, já mostrava sua vocação parlamentar. E tínhamos um coletivo que julgava casos de indisciplina também. O Paulo Pontes era muito indisciplinado no futebol e uma vez

“Fizemos uma constituição na cadeia... Emiliano José foi o principal redator da constituição, já mostrava sua vocação parlamentar. E tínhamos um coletivo que julgava casos de indisciplina também. O Paulo Pontes era muito indisciplinado no futebol e uma vez demos uma punição severa de 6 meses de proibição dele jogar bola. Aí veio uma comissão de presos comuns interceder para diminuir a pena.”

demos uma punição severa de 6 meses de proibição dele jogar bola. Aí veio uma comissão de presos comuns interceder para diminuir a pena. São essas coisas da vida social que ia vai nos aproximando. Tinham jogadores presos comuns exímios, tinha um Dias lá que matava uma bola como Ademir da Guia. Era um desperdício mesmo. Importante que... não creio que em mim tenham ficado muitas sequelas. Quando saí da cadeia havia cumprido 2 anos e meio. Fui condenado a 3 e tive cassado os direitos políticos por 10 anos.

Jackson Azevedo - Três anos em Salvador?

José Carlos Zanetti - Não, no total, somando as penas. Esqueci de fazer menção também à minha advogada, Ronilda Noblat, mulher corajosa, acho que ela não tinha 30 anos, era muito jovem. Eu não sei se ela trabalhou com Jaime Guimarães no início...

Jackson Azevedo - Trabalhou. Ela começa pelas mãos de Jaime. Em

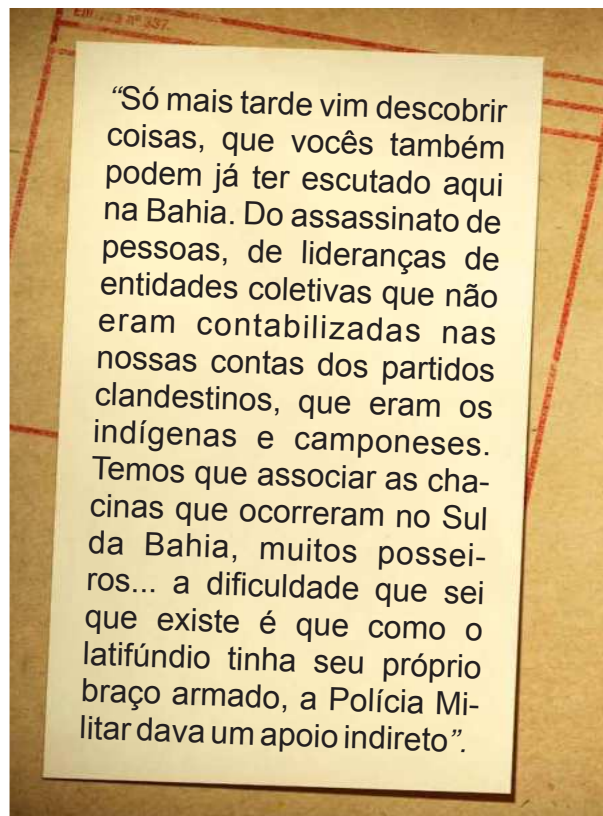
71 ela tinha 30 anos.

José Carlos Zanetti - Então, estava nessa faixa. Ela era uma jovem advogada, corajosa e foi muito importante nisso. O fato é que a gente saiu aparentemente bem. De perto, como se diz, “ninguém é normal”. À meia distância as coisas aparentam ser mais ou menos normais. Mas eu fiquei por alguns anos com repuxões no corpo, estirões no pé, supostamente por conta das descargas. Depois não fiquei sentindo mais nada. Sei de várias pessoas que ficaram, claro... O Antônio Rabelo ficou meio surdo de levar “telefones” (tapas simultâneos nos ouvidos), era uma pessoa cardíaca, ele já é falecido e era dirigente da Ação Popular, asado com a Anete Rabelo, que hoje ainda vive em Goiânia. Ele esteve preso junto

com ela na Aeronáutica e com 3 filhos pequenos. Ele se desesperou quando ameaçaram maltratar, torturar as crianças.

Bom, eu convivi na clandestinidade com Gildo Lacerda. Não sei bem a época, se 73/74 quando foi preso, sequestrado, não sei bem. Conheci também o Zé Carlos Mata Machado, que também foi da UNE... os dois foram sequestrados, o Gildo aqui da Bahia. Ele e o Zé foram mortos em Recife. Não sei, do meu tempo, do pessoal do Partidão deve ter tido mortes aqui na Bahia, mas da nossa turma, da AP, não me lembro. Preso, soube do Lamarca, e claro, do Zequinha. Mas no cerco à nossa organização, Ação Popular, o Gildo e o Zé Carlos foram mortos. Também convivi com Paulo Wright, que esteve preso em São Paulo e lá foi assassinado.

Logo que saí, em fins de 73, depois de breve sobrevivência com artesanato de couro, tive o privilégio de trabalhar na Tribuna e no Jornal da Bahia em 74/75... depois vim trabalhar por muitos anos, até hoje, numa organização chamada CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), onde pude continuar a desempenhar muito bem as minhas utopias de transformação social, apoiando trabalhadores, indígenas, a lutar contra o racismo, por direitos humanos... é uma organização excelente, que tem um papel importantíssimo, já apoiou mais de 10 mil projetos e já beneficiou mais de 10 milhões de pessoas. E eu faço parte dessa assessoria há mais de 20 anos, bem mais... Só mais tarde vim descobrir coisas, que vocês também podem já ter escutado aqui na Bahia. Do assassinato de pessoas, de lideranças de entidades coletivas que não eram contabilizadas nas nossas contas dos partidos clandestinos, que eram os indígenas e camponeses. Temos que associar as chacinas que ocorreram no Sul da Bahia, muitos posseiros... a dificuldade que sei que existe é que como o latifúndio tinha seu próprio braço armado, a Polícia Militar dava um apoio indireto. Há quem sustente, por exemplo, caso da Diva Santana, sobre Eugênio Lyra, que foi assassi-



nado, no mínimo, com a cumplicidade da PM. Em relação aos indígenas, não tenho muito que dizer, mas talvez se pudesse ouvir alguém do CIMI Nacional, eu soube que aqui em Rodelas teve violências contra indígenas na época da ditadura. Bem, os indígenas continuam sendo violentados a vida toda, os Tupinambá agora, um horror! Ainda ontem estivemos ouvindo a irmã mais nova do cacique Babau, sobre a violência lá, e no instante em que ela estava depondo, um trabalhador e um índio tinham sido assassinados. Um índio de 60 anos. Essa situação continua. São casos terríveis. Os Waimiri Atroari, lá na Amazônia. Se tem notícia de que 2 mil indígenas foram assassinados durante a ditadura militar. E também os indígenas de Minas Gerais sofreram inominável violência. Havia uma polícia indígena contra os próprios índios, andavam com índios carregados em pau de arara nos desfiles de 7 de Setembro no interior de Minas... têm coisas horrorosas pra escutar. Aqui na Bahia não sei. Acho que uma coisa mais significativa foram os posseiros da Bahia. Seria proveitoso a CEV ouvir a CPT. É preciso dar uma investigada para saber em

que medida se pode associar com a repressão na época, já que o mandato da Comissão da Verdade pegou o espectro das duas constituições, a de 46 e a de 68, então, tem muita coisa grave que aconteceu fora do interregno da ditadura.

Jackson Azevedo - Quem poderia estar associado? Você falou...

José Carlos Zanetti - Refiro-me aos posseiros, especialmente na região do Cacau. Destaco que não conheci meus algozes, sempre fui torturado com os olhos vendados e depois sempre vinha a turma boazinha, sempre tem a turma que dá porrada e a turma que vem depois dizer que é contra aquilo, que “era melhor colaborar”... eles faziam esse teatro, de maneira que não conheci quem me torturou... só sei que o major Leopoldino era um cara violento, truculento, lá do Quartel de Amaralina. Estive lá também, no Quartel de Amaralina.

Jackson Azevedo - Quando?

José Carlos Zanetti - Não sei, foi uma ida rápida, o QG era o Forte do Barbalho. Sabia da fama do que o Leopoldino, que além das violências de ameaças, praticava empurrões, safanões, batidas com cassetetes...mas não conheci meus torturadores, de maneira que não posso colaborar muito com vocês. [pausa] Acho que é isso, obrigado.

Jackson Azevedo - De nada. Zanetti, inicialmente, queremos muito agradecer a você, à sua colaboração, sua vinda, sua presença e também lhe pedindo desculpas pela emoção que é inevitável. Quero pedir a você uns esclarecimentos. Você falou dos fuzileiros navais, além do Forte do Barbalho. Você pode dizer em que lugar de

Salvador? Pra que possamos registrar o local?

José Carlos Zanetti - É conhecido, fica ali em frente ao cais, até hoje, passo lá e vejo: tem o hospital e depois tem dois pequenos prédios longitudinais em primeiro plano onde fica ou ficava a carceragem.

Não identificado - Perto da Igreja da Conceição?

José Carlos Zanetti - Não, fica na Cidade Baixa, em frente ao cais.

“Destaco que não conheci meus algozes, sempre fui torturado com os olhos vendados e depois sempre vinha a turma boazinha, sempre tem a turma que dá porrada e a turma que vem depois dizer que é contra aquilo, que “era melhor colaborar”... eles faziam esse teatro, de maneira que não conheci quem me torturou... só sei que o major Leopoldino era um cara violento, truculento, lá do Quartel de Amaralina. Estive lá também, no Quartel de Amaralina”.

Jackson Azevedo - Mas o cais é muito grande.

José Carlos Zanetti - No começo do cais.

Jackson Azevedo - Do armazém nº1 pra cá?

José Carlos Zanetti - Por ali...

Jackson Azevedo - Onde tem a Marinha? Tem o moinho, tem o quartel... pronto.

José Carlos Zanetti - E aqui está a saída para ir pro túnel, aqui está o quartel.

Jackson Azevedo - Pronto.

José Carlos Zanetti - Aqui está o hospital e aqui as duas casinhas, aqui tinha um portão, onde via minha mulher entrando e saindo. De maneira que ficava por aqui, e no fundo eu via o plano inclinado em direção ao Carmo, na Cidade Alta...

Jackson Azevedo - Em frente àquela estação portuária que está sendo desativada, de passageiros de navio.

José Carlos Zanetti - É um dos primeiros...

Jackson Azevedo - É só para ficar registrado, não é...

José Carlos Zanetti - Nós temos que fazer um mapa da repressão e da resistência. No

Comitê Baiano pela Verdade nós temos já essa proposta de mapear todos os pontos de repressão na Bahia. Tem o Quartel dos Aflitos, tem vários lugares. Mariluce Moura, por exemplo, esteve aqui no Forte São Lourenço...

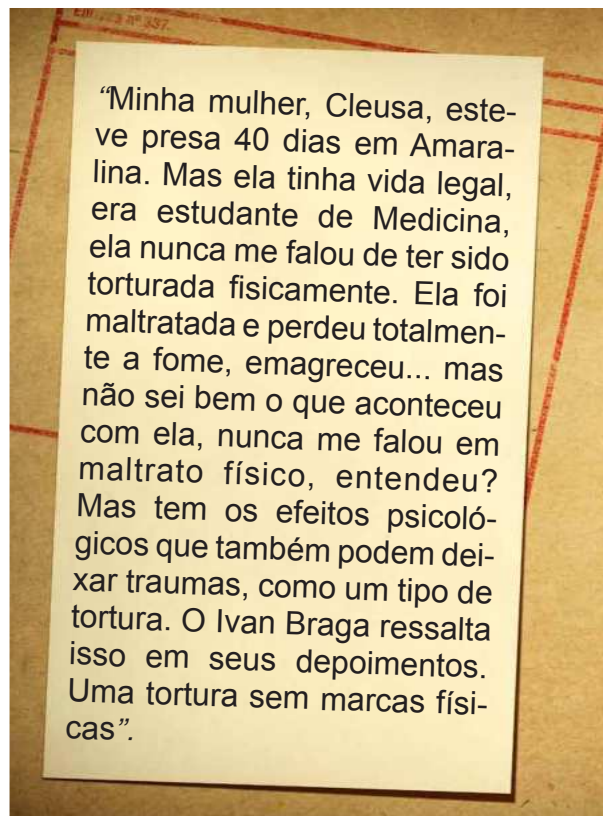
Jackson Azevedo - Você no seu texto da Caravana da Anistia, há um momento em que você se refere aos Fuzileiros Navais e Lemos de Brito como lenitivos cicatrizantes. Você poderia explicar isso ou eu entendi errado...

José Carlos Zanetti - Não, é isso mesmo. Você negocia com você mesmo suas possibilidades de resistência, mas o fato de você não levar mais porrada, o fato de ter respeitadas algumas coisas, por exemplo, quando fui para os Fuzileiros Navais, fiquei em solitária, mas a depender do comandante, do plantão do dia, ele tinha a sensibilidade de abrir todas as portas ao mesmo tempo, em vez de abrir cada uma, para você pegar comida e tal. Era a hora que você entrava, conversava um pouquinho na cela.

Quer dizer, era uma atitude... inclusive alguns dos guardas nos admiravam, vinham conversar com a gente e tal, o que tornava mais humano e suportável a vida. Então, um lenitivo nesse sentido. Até você fazer um mutirão para lavar toda a cadeia, com a música de Reginaldo Rossi ao fundo, aquela música bem brega, até hoje me vem aquela música agradável de ouvir, porque, todo mundo na esfregação do chão, ficávamos conversando, brincando, jogava água no outro, uma coisa assim, uma busca de convivência. Também minha mulher levava livros que pudesse ler, alguma guloseima... e na Lemos Brito ainda mais, porque você tinha uma vida social.

Jackson Azevedo - No Quartel de Amaralina, onde você situou o major Leopoldino, você também esteve preso lá, passou dias lá?

José Carlos Zanetti - Não passei dias lá, passei horas só.



Jackson Azevedo - Você tem notícia se houve tortura no Quartel de Amaralina?

José Carlos Zanetti - Tenho notícias de maus tratos. Quem pode falar melhor, creio, é o Ivan Braga. Minha mulher, Cleusa, esteve presa 40 dias em Amaralina. Mas ela tinha vida legal, era estudante de Medicina, ela nunca me falou de ter sido torturada fisicamente. Ela foi maltratada e perdeu totalmente a fome, emagreceu... mas não sei bem o que aconteceu com ela, nunca me falou em maltrato físico, entendeu? Mas tem os efeitos psicológicos que também podem deixar traumas, como um tipo de tortura. O Ivan Braga ressalta isso em seus depoimentos. Uma tortura sem marcas físicas. Sei das cenas de violência e tortura explícitas lá no Forte do Barbalho.

Jackson Azevedo - Embora você não tenha conhecido seus torturadores, você ouviu de alguma forma algum nome, alguma identificação, algum dado, alguém disse quem era, falou quem seria?

José Carlos Zanetti - Pois é, não consigo me lembrar. Acho que devia ter futucado na

época, acho que faltou esta determinação... esqueci que a história continua...

Jackson Azevedo - Se lembrou do nome do tenente que foi juiz de futebol?

José Carlos Zanetti - Ah! [risos] Isso não é difícil, eu recomponho, se não agora, recomponho. Ah, Saul Mendes. Ele até mencionou um fato, que hoje parece folclórico: ao acompanhar Paulo Pontes e Theodormiro Romeiro dos Santos para uma audiência na Auditoria Militar, ali em frente ao São Joaquim, disse a eles: “vou deixá-los sem alge-mas, mas não me apron-tem”. Posteriormente, esta atitude custou-lhe uma repreensão de algum superior...

Jackson Azevedo - E o auditor Ramiro, tem ideia de onde possa estar; o nome dele completo...

José Carlos Zanetti - Ramiro veio de Curitiba para Salvador, e daqui para o Mato Grosso. Comenta-se que foi sendo “escanteado” por ser muito liberal.

Jackson Azevedo - Ele era juiz?

José Carlos Zanetti - Juiz-auditor civil, integrando o Conselho da Justiça Militar. Tenho a impressão que era concursado... era uma figura fora do padrão. Quando nos visita, tomava um cafezinho com a gente.

Jackson Azevedo - Nem lembra o sobrenome dele nem nada...

José Carlos Zanetti - Não, mas não é difícil de achar, posso me comprometer a levantar o nome de Ramiro.

Jackson Azevedo - Do tenente e do Ramiro.

José Carlos Zanetti - Levanto. O tenente,

já comentei, era Saul Mendes. E o juiz auditor era Ramiro Costa.

Jackson Azevedo - E, por último, digo antes de Joviniano, Vera, Walter chegou... queríamos muito, Walter, que você tivesse conduzido essa entrevista. Uma pergunta: você falou uma coisa assim: no Rio de Janeiro (embora não seja no contexto da Bahia, mas nos interessa em tese) tanto presos quanto soldados eram torturados, que você ouvia gritos, não identificava o prédio, mas ouvia gritos de soldados. Como que você relaciona que eram gritos de soldados?

“Aí são os insondáveis caminhos da direção nacional da AP, eu não sei. Eu realmente não sei... nós éramos muito leais e cumpridores. Tem que ir pra Bahia, eu vou, não discordo. Eram razões de partido. Aliás, quero dizer que uma das primeiras pessoas que conheci foi Joviniano. Não sei se é indiscrição, mas Joviniano era um católico e aliado de várias organizações e supostamente próximo, católico que era, da Ação Popular”.

José Carlos Zanetti - Alguém comentou comigo. Eu não vi, porque na verdade ficávamos sem roupa nenhuma, apenas uma pequena bermuda, sem cordão, pra pessoa não se suicidar. E de meia em meia hora sempre passava alguém que abria uma janelinha, controlando, de maneira que não vi. Mas no caminho ou depois alguém me falou, porque do Rio fui recambiado no mesmo avião com uma menina

chamada Ruth Lima, que era uma liderança estu-dantil lá do Paraná também. Não sei se foi ela que comentou, sei que tinha essa coisa de que não eram só presos políticos.

Jackson Azevedo - Mais uma coisa: por que vir para a Bahia em 70? Se você puder contar.

José Carlos Zanetti - Aí são os insondáveis caminhos da direção nacional da AP, eu não sei. Eu realmente não sei... nós éramos muito leais e cumpridores. Tem que ir pra Bahia, eu vou, não discordo. Eram razões de partido. Aliás, quero dizer que uma das primeiras pessoas que conheci foi Joviniano. Não sei se é indiscrição, mas Joviniano era um católico e aliado de várias organizações e supostamente próximo,

católico que era, da Ação Popular. Me lembro que certa vez encontrei-me com ele na igreja do Tororó.

Joviniano Neto - E o que é que eu fiz lá? [risos]

José Carlos Zanetti - Foi abrir o “aparelho” pra lá, certamente.

Joviniano Neto - Tenho algumas perguntas aqui, algumas parecem bobas e outras que não são tão bobas. Você foi apresentado como economista. Quando e onde você se formou?

José Carlos Zanetti - Na verdade, fazia Arquitetura 1 ou 2 anos, mas já naquela vida intensa estudantil, fui mau aluno, já não era muito assíduo às aulas...depois, em 67, fui eleito para uma das vice-presidências da União Paranaense de Estudantes – aí que me afastei de vez da escola. Um pouco antes do AI-5, entrei na clandestinidade. Depois que saí da cadeia, fui trabalhar, em jornal, em 75 entrei na Faculdade de Economia da UFBA, na Piedade. Também interessante que na UFBA teve o movimento estudantil, aquela efervescência, já não era minha época, só fazia olhar, acompanhar um pouco as passeatas e uma lembrança terrível: ouvia gritos de tortura de presos comuns em uma delegacia que existia atrás da escola...

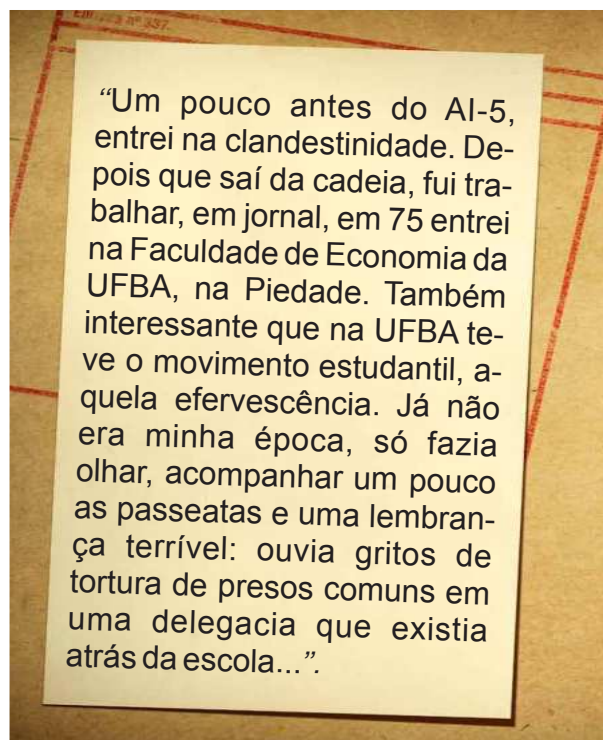
Joviniano Neto - Da Secretaria de Segurança Pública.

José Carlos Zanetti - Tinha a SSP e tinha uma delegacia. Próxima ao Banco do Brasil. E era colada à escola. Pela janelinha da escada via a delegacia e ouvia gritos. Pra mim que tinha ouvido tantos gritos e vivido a tortura, era uma desgraça aquilo.

Joviniano Neto - Entrou em 75 e saiu quando?

José Carlos Zanetti - Em 80/81.

Joviniano Neto - Você encaminhou à Comissão assinada a sua fala pra Comissão da Anistia quando foi anistiado. Você



tem cópia do relatório da Comissão da Anistia sobre você?

José Carlos Zanetti - Não, porque eles fizeram o próprio relatório. A Ana Guedes tem acesso. É, o parecer, até pedi, mas nunca me deram.

Joviniano Neto - No parecer, tem o relatório de todas as atividades compiladas, que foram comprovadas pela comissão, para dar o caráter de anistiado. Alguns têm a cópia do relatório. Quando você entrou na AP, qual era a posição dela em relação à luta armada? Já tinha aceito a luta armada, como foi? Quando você entrou, quando você foi preso, qual era a posição da AP quanto à luta armada?

José Carlos Zanetti - Um fato curioso para contar. Quando trabalhava como ajudante de caminhão, tinha um companheiro, militante como eu, que trabalhava numa indústria química, de um chinês lá, uma indústria pequena e eles produziam um líquido que era glicerina. Ela em si é uma substância inofensiva, só que é componente de um explosivo.

Joviniano Neto - Da nitroglicerina, e da dinamite... [risos]

José Carlos Zanetti - Aí, toda vez que me encontrava ele me dava um pouquinho, uma sobrinha da glicerina. Eu sei que eu já tinha no meu quarto um garrafão desses bojudos, de uns 80 centímetros de altura, de glicerina que eu ia passar para a comissão militar. E quando escapei, eles pegaram minha carteira de trabalho, e descobriram onde trabalhava e meu endereço e aí se depararam com aquele garrafão. Aí o cara da repressão que foi lá disse que eu era um terrorista e a primeira notícia que tivessem, que, por favor, entregassem, falassem, porque eu “poderia explodir aquele quarteirão”.

Joviniano Neto - A AP já havia feito a opção pela luta armada?

José Carlos Zanetti - Isso é um indicativo de que sim... havia já uma comissão militar, eu nunca participei, mas existia. E dentro das lutas de AP existia um programa, uma sigla, que era Preparação Ativa e Imediata da Guerra Popular (PAIGP). Era uma cópia romanceada do maoísmo, porque se tinha presunção de fazer a luta do campo, da cidade, principalmente. Não sei se tinha um misto, uma proposta de luta urbana armada. Tínhamos uma grande referência que era a Região Nordeste, os camponeses do Nordeste, o líder Manoel da Conceição, com quem Oldack Miranda, aqui presente conviveu. Certa feita, os companheiros o tiraram da cadeia, ele havia perdido uma perna pela violência policial, então tudo isso foi criando um mito, uma coisa forte de Manoel da Conceição. Era isso, acho que a AP já tinha optado. Não sei daquele caso do aeroporto de Recife. Não sei se teve alguma coisa a ver, se foi uma ação comprovadamente da AP, mas de fato já havia essa opção. Eu intuo, (Oldack talvez tenha mais informação que eu) que era muito incipiente. Alguns companheiros nossos já tinham ido para a China fazer cursos e tal, acho que para Cuba também.

Joviniano Neto - Das suas duas condenações deram 3 anos, você falou, não é isso? A condenação era por que acusação?

José Carlos Zanetti - Eram os arts. 43 e 45 da Lei da Segurança Nacional. Uma delas certamente era a de formação de organização clandestina e a outra tinha a ver com agitação, coisa assim. Posso fornecer também, tenho o processo. Não sei se tinha mais algum artigo. Por acaso lembrei des-ses dois.

Jackson Azevedo - Quem lhe acusou foi Cléber Coelho?

José Carlos Zanetti - O Cléber estava no meio, conheci depois, que ele ficava buscando camaradagem com a esquerda, mas são vagas lembranças...

Joviniano Neto - Você fala da dureza da vida clandestina, que implica inclusive na relação com familiares. Você pode detalhar um pouco mais o que significa dureza da vida clandestina?

José Carlos Zanetti - É você, primeiro, mandar de tempo em tempo, de algum lugar do país, uma carta pra sua mãe dizendo que está vivo, está bem e tal. É muito duro, você não falar mais com as irmãs, com ninguém, com os parentes. Enfim, é uma história que você corta completamente. Ademais, não poder viver socialmente com outras, porque você, as pessoas também clandestinas, cujos nomes você não sabe. Não sabia o nome da minha mulher, vim saber depois. Carolina era o nome de guerra dela, depois ficou o nome da minha filha. E depois a precariedade material. Morei um tempo em Pernambués, numa daquelas ladeiras, onde ia buscar água lá no poço, e pegava

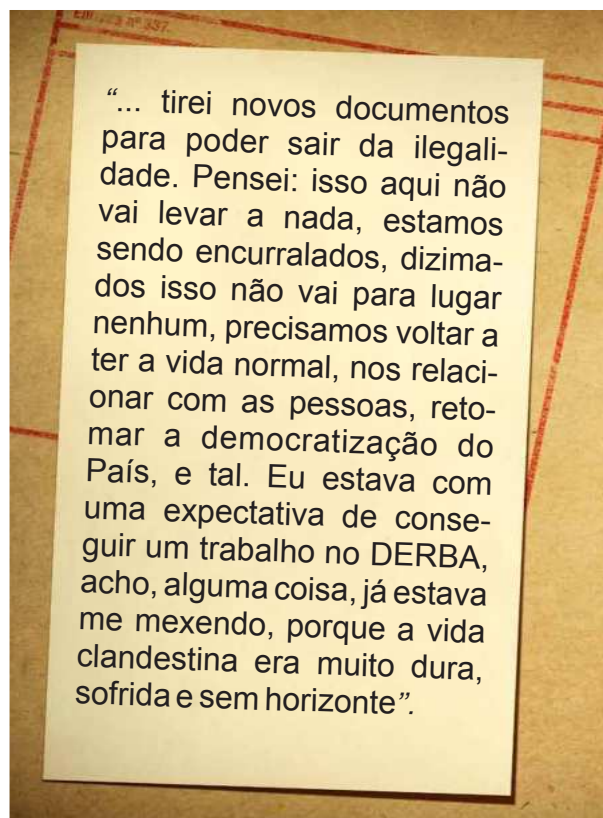
água pra vizinha também, pra fazer amizade com a vizinhança... e você não sabia o que ia comer no dia seguinte. Eu tinha que ir na venda, empenhava o relógio, comprava farinha, arroz, alguma coisa, e depois sobrevivia alguns dias, até que alguém do setor de serviço fosse nos reabastecer lá pra poder pegar e tirar o relógio penhorado. Então, era uma vida muito difícil, você não tinha a menor regalia pessoal nem nada, acesso a leitura, nada, a não ser coisas clandestinas. Então, acho que é uma privação muito dura... tanto assim que estava convencido e, já não me lembro se foi de moto próprio ou em acordo com a organização, tirei novos documentos para poder sair da ilegalidade. Pensei: isso aqui não vai levar a nada, estamos sendo encurralados, dizimados isso não vai para lugar nenhum, precisamos voltar a ter a vida normal, nos relacionar com as pessoas, retomar a democratização do País, e tal. Eu estava com uma expectativa de conseguir um trabalho no DERBA, acho, alguma coisa, já estava me mexendo, porque a vida clandestina era muito dura, sofrida e sem horizonte.

Não identificado - Você falou na direção toda da AP ter sido presa, você lembra o nome da direção, ou pode pegar depois...

José Carlos Zanetti - Acho que sim, Tibério Canuto Portela... Antônio Rabelo e Renato Godinho Navarro. Zé Carlos Arruti, que também era da direção não estava lá, ou estava fora viajando, mas acho que eram quatro da direção, sendo que esses três foram presos.

Joviniano Neto - Arruti está vivo e disposto a falar, é outro depoimento. Você disse que sua irmã Bernadete e seu cunhado eram clandestinos. Foram presos, torturados, aconteceu alguma coisa com eles?

José Carlos Zanetti - Também, foram presos e torturados. Lá no Paraná. Tenho a impressão que pegaram menos tempo de cadeia, mas foram presos e torturados, inclusive ficaram muitos anos proibidos de trabalhar na cidade, tiveram de sair de



Curitiba, foram para Florianópolis, onde reconstruíram suas vidas.

Joviniano Neto - Isso teve algum impacto mais pesado na sua mãe, nos seus parentes?

José Carlos Zanetti - Na minha mãe, com certeza. Minha mãe passou maus bocados. E ela foi se transformando também, ela era reacionária, era eleitora de Plínio Salgado, mas uma pessoa boníssima, corretíssima, franciscana... tinha até "nome de guerra" franciscana: Irmã Isabel. E ela foi se transformando, foi cumprir ponto clandestino comigo... foi obrigada a fazer coisa que só mãe faz. E depois foi muito curioso – já na época da redemocratização – o Beto Richa é o atual governador, mas tem o pai dele foi o primeiro daquela leva do PMDB que foi, ganhou vários governos em 74, né? O José Richa, o Montoro, aquela leva.

Joviniano Neto - Governador é em 82.

José Carlos Zanetti - É, 74 foram os senadores, é 82. E eu me lembro que minha irmã e o cunhados eram muito radicais

ainda, eram contra participação pelo voto e tal... e minha mãe e eu defendendo participação do voto... dizia “você têm que conversar com a mãe, estão muito atrasados...” [risos] Até minha mãe tinha alcançado algo mais arejado, progressista.

Joviniano Neto - Você foi trabalhar no Jornal da Bahia e na Tribuna, depois que saiu da cadeia. Como você foi pra lá?

José Carlos Zanetti - Eu fui pra lá, acredito que puxado por Tibério e Emiliano. Eu não sei bem como era a política da Tribuna...o João Ubaldo acho que era chefe de redação e o diretor-geral, como era o nome dele, ah, sim, era o pai da Marúzia... Brito, Milton Cayres de Brito. Jairo Simões foi meu professor, inclusive, fazia composição de samba, gente finíssima ele. Tenho impressão que essa turma da direção da Tribuna era bem arejada e várias pessoas perseguidas por lá passaram... o Luiz Alberto Manfredini, que foi também contemporâneo no movimento estudantil e hoje dirigente do PCdoB também trabalhou um pouquinho na Tribuna da Bahia, era jornalista. Eu trabalhei um pouco lá e depois fui para o Jornal da Bahia.

Joviniano Neto - Como você foi, chamaram também?

José Carlos Zanetti - Tenho a impressão que... não sei se Tibério se deslocou, alguém me chamou...

Joviniano Neto - Depois você foi pra CESE, como você foi?

José Carlos Zanetti - Fui pra CESE por conta, acho, do padre Cláudio Perani, porque ele nos visitava na cadeia. Tanto que a mulher de Renato Gondim Navarro, Maria

Helena, trabalhou no CEAS – Centro de Estudos e Ação Social, lá nos jesuítas, e eu acredito que como eles conheciam a CESE, que é uma instituição ecumênica, das igrejas e tal, acabou me indicando pra lá.

Joviniano Neto - Bom, o negócio dos índios... aí já é uma sugestão minha: como nosso período é 46 a 88, é interessante lembrar, nem que seja pegando na Faculdade de Filosofia, a história da rebelião e repressão dos índios Pataxó em 51, que expulsou os índios até Minas Gerais. Eles correram, eles tentaram uma rebelião, a polícia destruiu... é só uma informação para nosso uso.

José Carlos Zanetti - Eu sei que um dos fundadores do CIMI, Egydio Schwade em um dos encontros da rede brasileira Memória, Verdade e Justiça, ele comentou a situação dos índios em Rodelas. Então, de qualquer forma, se tiver interesse, talvez tenha mais informações e posso colocar aqui também como questão...

Joviniano Neto - Como você é um militante puro, você não lembra o nome dos malvados, dos algozes. E você lembra o nome de algum bonzinho?

José Carlos Zanetti - [risos] O juiz-auditor, Ramiro Costa. Tinha um auditor aqui, Amilcar, acho, que era um canalha. Já o Ramiro, como comentei, um liberal que nos respeitava.

Joviniano Neto - Dos que estavam lhe torturando, os algozes, eram encapuzados, depois apareciam os bonzinhos que diziam “não somos a favor, colabore...” é parte da técnica mundial da polícia. Você lembra de alguns dos bonzinhos?

José Carlos Zanetti - Pois é, uma vez topei

“Eu não sei bem como era a política da Tribuna...o João Ubaldo acho que era chefe de redação e o diretor-geral, como era o nome dele, ah, sim, era o pai da Marúzia... Brito, Milton Cayres de Brito. Jairo Simões foi meu professor, inclusive, fazia composição de samba, gente finíssima ele. Tenho impressão que essa turma da direção da Tribuna era bem arejada e várias pessoas perseguidas por lá passaram...”

com um desses, num elevador aí, parece que era um capitão, mas faz tantos anos...

Não identificado - Não lembra... por mim está bom.

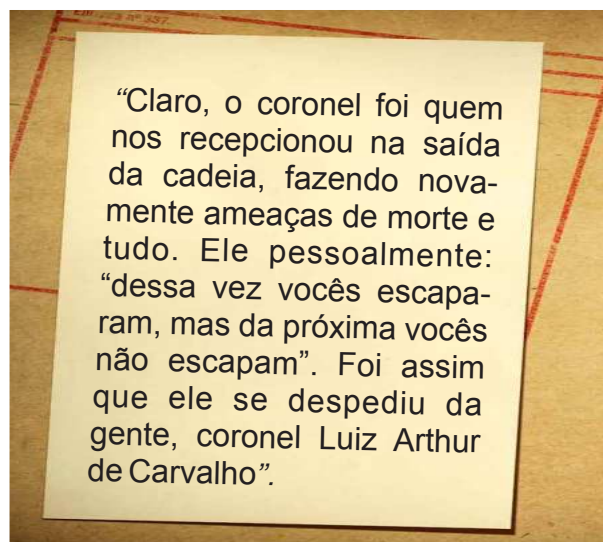
José Carlos Zanetti - Major Nilton Cerqueira, torturador aqui, nacionalmente temido, participou da operação Pajuçara.

Walter Pinheiro - Primeiro quero dizer que sua passagem pela Tribuna se caracterizou num privilégio para a Tribuna, já que ali foram reunidos vários nomes, vários companheiros que tanto lutaram pelo restabelecimento da plenitude democrática nesse País. Muitos deles sofreram também, e até foram processados, Milton Cayres, o Jairo também foi, e depois até João Ubaldo, que na época também sofreu processos, Emiliano... enfim, uma série de companheiros. No nosso trabalho, existe uma área temática também com relação à imprensa. Embora sua passagem não tenha sido tão longa assim, lhe ocorre algum fato que tenha caracterizado essa repressão do regime à imprensa aqui na Bahia, tanto na Tribuna, como no Jornal da Bahia.

José Carlos Zanetti - Não sei, talvez por ser meio “foca”, pegar matérias menores, não me lembro de ter sofrido qualquer tipo de censura. Me lembro da conversa dos jornalistas (não sei se na Tribuna ou Jornal da Bahia)) com Juscelino Kubitschek, lá nesse grande hotel do Carmo. Tiveram homens estranhos à paisana que depois desapareceram, não sei se na mesma época... mas havia os jornalistas mais especializados, escalados para isso. Do que eu fiz foi muito matéria de cidade, de situações do cotidiano, não me lembro de ter sido censurado.

Walter Pinheiro - O coronel Luiz Arthur lhe diz alguma coisa?

José Carlos Zanetti - Claro, o coronel foi quem nos recepcionou na saída da cadeia, fazendo novamente ameaças de morte e tudo. Ele pessoalmente : “dessa vez vocês escaparam, mas da próxima vocês não escapam”. Foi assim que ele se despediu



da gente, coronel Luiz Arthur de Carvalho.

Walter Pinheiro - Obrigado.

José Carlos Zanetti - Quando a gente sai da cadeia, a gente passa por um último “sabão”. A Polícia Federal era ainda na Praça Cayru, prédio já destruído que ficava ao lado do Mercado Modelo.

Jackson Azevedo - E você ouviu falar do major Cerqueira?

José Carlos Zanetti - O major Nilton Cerqueira, claro que ouvi falar. Bom, acho que ele participou da operação Pajuçara, ele é um homem truculento, extremamente violento, com muitas mortes nas costas, e ironicamente se tornou secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, na época daquele governador Alencar, acho, um absurdo, mas ele conseguiu ainda – já na época da redemocratização – se tornar um secretário de Segurança. Um homem com tantas violações nas costas. E hoje eu soube que ele é cercado por parentes, ninguém deixa ele falar nada. É uma história pesada e eu sei que ele disputava na vaidade a autoria da morte de Lamarca.

Jackson Azevedo - Zanetti, entre os nomes que citou estava o de Enilson Rocha Souza, eu anotei aqui. Esse nome lhe diz alguma coisa?

José Carlos Zanetti - Enilson Rocha

Souza foi meu chefe na CESE.

Jackson Azevedo - Você tem alguma coisa de especial a falar, que ache interessante sobre Enilson Rocha Souza?

José Carlos Zanetti - Tenho, porque ele foi o arquiteto, um cara talhado dentro de uma vontade política das igrejas, de 4 ou 5 igrejas evangélicas, e a igreja católica... que é algo aparentemente estranho, dificilmente você vê esse arranjo, de católicos e evangélicos juntos, mas a CESE nasce assim em 73, fruto de uma opção política. Existia uma confederação evangélica muito progressista, que inclusive, antes do golpe, esteve com o pessoal de Jango, com Celso Furtado, num debate sobre um outro Nordeste possível, e esse grupo de evangélicos junto com católicos progressistas discutindo alternativas de movimento. Mais tarde, essa mesma turma, entre os quais o reverendo Celso Dourado, o reverendo João Dias - presbiterianos, Dom Timóteo... sob o apanágio de Dom Avelar, e mais a CNBB, e igreja luterana, metodistas e a igreja anglicana, resolveram fundar a CESE. Então, o secretário-executivo Enilson, que foi uma pessoa ligada ao Conselho Mundial de Igrejas, foi quem arquitetou a construção da CESE com agências ecumênicas de cooperação, durante mais de 20 anos. Depois, ele teve um câncer e infelizmente morreu em 2001. Era um apaixonado pela questão agrária também.

Joviniano Neto - Uma pergunta que não é pra responder agora. Eu sei que você mantém uma relação com os ex-presos políticos do forte do Barbalho; sei que há um levantamento, que inclusive colocamos na placa, você tem condições de passar essa lista pra comissão, oficialmente?

José Carlos Zanetti - Com o maior prazer e incomodado porque tem dezenas de pessoas que precisavam ser chamadas. Não sei se todos topariam vir, mas tem várias pessoas aqui na Bahia, que estão meio invisibilizadas, e que precisam ser ouvidas. De cara: o Carlos Moreira Villanueva, o Diogo Assunção de Santana, Peri Falcon, inúmeras mulheres que lutaram, sofreram, foram presas e não aparecem. O escritor Emiliano José está até preocupado em fazer um resgate das mulheres, que são muito invisibilizadas nesse processo todo. A Jurema Valença, certamente.

“... essa mesma turma, entre os quais o reverendo Celso Dourado, o reverendo João Dias - presbiterianos, Dom Timóteo... sob o apanágio de Dom Avelar, e mais a CNBB, e igreja luterana, metodistas e a igreja anglicana, resolveram fundar a CESE. Então, o secretário-executivo Enilson, que foi uma pessoa ligada ao Conselho Mundial de Igrejas, foi quem arquitetou a construção da CESE com agências ecumênicas de cooperação, durante mais de 20 anos. Depois, ele teve um câncer e infelizmente morreu em 2001.”

Joviniano Neto - Os homens presos iam para o Forte do Barbalho, e as mulheres presas iam para o Santo Antônio, é isso?

José Carlos Zanetti - É isso. Não sei se houve só essa divisão, porque também teve a Casa de Detenção Feminina... ah, é a mesma? Mas também teve lá na Aeronáutica... não sei quanto tempo a Anete Scotti Rabelo, mulher de Antônio Rabelo, ela esteve presa com seus filhos. Anete, tenho até o telefone dela

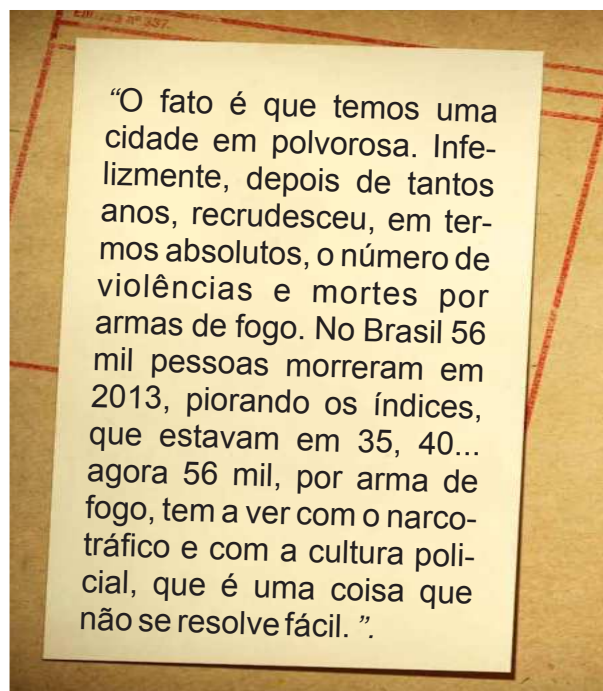
aqui. Bom, Zé Carlos Souza, um historiador conhecido, vocês já devem ter anotado; Dirceu Régis, acho que ele mora hoje nas bordas do Sobradinho, mas ele esteve aqui no 1º de abril; o irmão do Juca Ferreira, Aírton Ferreira... pra começar, tem a lista dos que foram presos no Barbalho, mas tem outros que não foram presos no Barbalho e foram perseguidos. Mando a lista, tem uma porção. Tem também o Otton Jambeiro, do pessoal mais antigo, do Partidão, ele que nos deu o nome de pessoas que passaram lá pelo Barbalho. Aí tem todo o pessoal de Alagoinhas pra vocês verem. Tem o Baiardi também já fez depoimentos importantes no Rio de

Janeiro, mas aqui também ele esteve preso... tem uma pessoa extremamente recolhida, que poderia dizer alguma coisa, que é o Vitor Hugo Soares, jornalista, que fez Direito, mas ele não está muito a fim de falar, mas vocês poderiam tentar através da Olívia, sua irmã e militante conhecida para ver se conseguem. Ele tem muitas histórias, muitas crônicas pra contar, era importante ouvi-lo. Mas posso mapear - Arthur de Paula ligado ao PCdoB. Carlos Sarno, Renatinho da Silveira, Rui Paterson...

Jackson Azevedo - Vera Leonelli.

Vera Leonelli - Não quero fazer nenhuma pergunta relacionada a fatos da sua história, porque você já contou o suficiente. Considerando que você não arrefeceu na sua luta pelos direitos humanos com toda dureza que sofreu, com a tortura, prisão, e continua militando nessa área e continua enfrentando, de certa forma, as violências que são cometidas hoje ainda. Não mais contra presos políticos, por motivos de consciência, de manifestação, mas por outras razões. Então, eu queria saber de você o que você pensa e acha que é possível se fazer atualmente, o que as comissões da verdade também podem fazer em relação a isso?

José Carlos Zanetti - Quando analisamos os textos, artigos sobre os ecos da ditadura, sempre se fala das coisas que deixaram de acontecer, pelos rumos que tomou a história do Brasil, né? As várias reformas e tudo, mas também tem outros legados. Um deles é o da cultura da repressão. As coisas mudaram muito no País por causa da urbanização, que também é responsabilidade do modelo equivocado que vivemos hoje. O fato é que temos uma cidade em polvorosa. Infelizmente, depois de tantos anos, recrudescer, em termos absolutos, o número de violências e mortes por armas de fogo. No Brasil 56 mil pessoas morreram em 2013, piorando os índices, que estavam em 35, 40... agora 56 mil, por arma de fogo, tem a ver com o narcotráfico e com a cultura policial, que é uma coisa que não se resolve fácil. Muitos teóricos tem se debruçado



sobre como desconstruir essa situação. A Vera sabe, acompanha várias situações dos movimentos juvenis, e esta violência que se comete diariamente, principalmente contra os jovens negros... Eu participei de um encontro recente lá no Complexo da Maré no Rio de Janeiro, e vi um trabalho social enorme do pessoal do Observatório de Favelas, e como eles conseguem se virar, aqueles jovens, enfrentando 3 facções de traficantes, a polícia e a milícia. Só aí são 5 organismos do mal. Além disso, tem a zorra das igrejas pentecostais, enchendo o saco lá... e eles ainda são capazes de fazer uma grande manifestação pela livre orientação sexual... uma das coisas que se enfrenta pra se desconstruir isso é a descriminalização das drogas leves. Para se defender da arbitrariedade policial eles têm um selo grande que colocam nas portas que diz: "não entre, só com ordem judicial e isso é uma casa de família...". A polícia arranca esse selo e eles colam novamente pra tentar se defender da polícia. Quer dizer, é uma herança inominável, quer dizer, não sei, fico impotente. Minha mulher tem uma banca de revista na Boca do Rio, em frente ao Aeroclube, dentro do supermercado Bompreço e ali tem o menino, a menina, o rapaz que é o principal da revistaria, e tem uma menina que faz a limpeza, e tem a menina da frente

de uma lanchonete. Essa menina, que trabalha num turno, já teve um sobrinho e irmão assassinados, sabendo quem é, deixaram o corpo e tal. Essa que faz a limpeza já teve um sobrinho morto agora. E essa menina da frente também. Quer dizer, são histórias da sua vizinhança, ali, cada um tem uma história pra contar, é um genocídio, um negócio horroroso. Aí, quando me perguntam em palestras sobre a juventude do meu tempo, como é que éramos, nossos valores e tal, digo a eles que estão numa situação bem pior que a nossa. Os meninos de classe média, meu neto, não tem segurança pra nada, não vai pra lugar nenhum, só ficam em shoppings jogando um joguinho lá, é uma vida virtual, não tem a vida real que tivemos. Nós discutíamos nas esquinas, até duas, três horas da manhã, depois de voltar do cineclube, do cinema, tomar um chocolate, ficar com sono até ficar assim... ia pra casa do outro e voltava. Ninguém se preocupava, só tinha o ladrão de roupa de varal. E hoje é essa coisa horrorosa, essa insegurança urbana total. Se é pra dizer... as coisas estão de outra ordem, outra grandeza, outro problema. Ficamos meio impotentes e fico indignado com tudo isso.

Não identificado - E o que Vera perguntou...

Vera Leonelli - Se você acha que é possível as comissões da verdade poderem ajudar nessas questões.

José Carlos Zanetti - Acho que são as recomendações possíveis em relação ao aparato policial, como a gente avançar na inteligência, não sei o que... tudo aquilo que os grandes teóricos falam sobre a reforma da polícia... pra tentar enfrentar pelo menos uma parte do problema. Sei que não é o

todo. Inclusive, quando tive um processo lá no Paraná, no Grupo Tortura Nunca Mais, no processo de indenização, eu disse... e os presos comuns, como está o dia a dia das cadeias? Indaguei nesse sentido, do modus operandi. Apesar de hoje a tortura estar tipificada como um crime inafiançável, mas sabemos que a violência continua. Ou então, os autos de apreensão, autos de resistência...

Vera Leonelli - Agora, se argumenta que não é uma política de Estado, não é uma política assumida pelo Estado. Mas nem na ditadura a tortura foi. A tortura não era legalizada também... hoje não é assumida pelo Estado, mas é tolerada...

José Carlos Zanetti - Nunca foi, pois a tortura só é legalizada em dois países: Estados Unidos e Israel.

Vera Leonelli - No Brasil nunca foi legalizada, sempre foi clandestina.

José Carlos Zanetti - Nos Estados e Israel, em certos casos, a lei prevê, aqui não.

Vera Leonelli - Nós discutimos antes dessa sessão de hoje sobre a conveniência ou não de convidarmos as pessoas que já foram ouvidas em outras comissões. Para a Comissão Estadual da Verdade, acho importantíssimo ouvir, ainda que tenham sido ouvidas, porque imagino que nem sempre sejam absolutamente iguais os depoimentos. Mas para quem foi ouvido, como é que fica?

José Carlos Zanetti - Teve um momento que me emocionei muito aqui. Tem vezes que passo batido, tem vezes que fico uma água. Acho que é um compromisso, acho que está certo, não é uma exploração gratuita e acho que depende muito da

condução, da formulação das perguntas também.

Jackson Azevedo - Posso fazer a última pergunta? Zanetti você conhece nem que seja por ouvir dizer sobre a queima ou descarte dos documentos da repressão, especialmente na Base Aérea em Salvador?

José Carlos Zanetti - Tenho, porque também componho o Grupo Tortura Nunca Mais e sei de todo o esforço dos militantes, principalmente Zé Carvalho e Diva Santana, tentando colher aquele material. Eu não sei porque vivemos esse dilema que várias vezes, tanto em relação a esse material, quanto em relação aos arquivos que tinha na Polícia Federal, sempre há a justificativa de que foram remanejados para outros lugares, pra Brasília, que já não tem mais nada ali... teve o incêndio lá no Santos Dumont. Há suspeita de que também lá tinha esse interesse em danificar documentos. Esse da Base Aérea foi flagrado. A partir dali, cadê o resto? Nem sei se o conteúdo do que se conseguiu salvar permitiu um dossiê importante. Onde está esse material? Infelizmente há uma couraça, os militares continuam absolutamente fechados e de forma quase cínica, em relação à corporação... é impressionante como muitos oficiais, que hoje já não têm mais nada a ver com a turma antiga, com os

golpistas de pijama... mas o espírito de corpo da corporação é tanto que eles se fecham em copas e não admitem nada. Precisou agora o vice-presidente dos EUA falar alguma coisa, admitir que tinham alguns problemas e responsabilidade de alto escalão, para os caras abrirem, dizerem que vão colaborar... então, não sei, pra mim continua sendo uma coisa sem saída, essa coisa da resistência. Como recomendação, acho fundamental, e urgente, a revisão do currículo das escolas de formação militar do Brasil – isso é uma coisa absolutamente intacta, absurda! Como é que continuam ensinando antigas lições aos meninos, passados 50 anos? É um mundo à parte...

Jackson Azevedo - Você quer dizer mais alguma coisa para encerrar? Você fica livre aí.

José Carlos Zanetti - Está bem, agradeço. É devia até ter pensado, mas não me lembro não.

Jackson Azevedo - Está bom, então, reiteramos o agradecimento a Zanetti, e vamos então encerrar essa parte da reunião, mas eu solicito... e vamos fazer uma pequena reunião da comissão ordinária, ainda temos uma meia hora para a gente conversar. Então, muito obrigado a todos, e fica encerrada essa sessão.

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

29 de julho de 2014

**Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação, Campo Grande,
Salvador - Bahia**





AUDIÊNCIA PÚBLICA
29 de julho de 2014 - Palácio da Aclamação
Salvador - Bahia



***Sara Silva de Brito**

DEPOENTE: SARA SILVA DE BRITO

A Juíza Sara Brito foi uma das mais atuantes líderes do movimento estudantil. Começou a se interessar por política quando morava em Alagoinhas. Já em Salvador, ingressou no curso de Direito, na UFBA, e participou ativamente nos quatro anos em que esteve na Universidade, até ser expulsa. Foi para o Rio de Janeiro e concluiu o curso de Direito, em 1969, na Faculdade Cândido Mendes. Voltou a Salvador, onde foi presa e condenada a quatro anos de prisão. Cumpriu um pouco mais que a metade da pena (de janeiro de 72 a setembro de 74). Foi solta por meio de habeas corpus impetrado no Superior Tribunal Militar (STM) por Pedro Milton de Brito, com quem se casou.

**Texto não revisado pela depoente.*

A minha participação, em relação aos fatos ocorridos na ditadura militar, durou nove anos, desde 1965, quando ingressei na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui aprovada no vestibular, ingressei na faculdade no ano de 65, logo após a ocorrência do golpe militar, que foi em 1964. Assim que ingressei, tivemos conhecimento de todas as prisões que ocorreram, inclusive em relação a alunos da Faculdade de Direito. Vários deles ficaram presos durante meses, inclusive o estudante Pedro Milton de Brito, que ingressou na faculdade em 1964 e ficou preso mais ou menos oito meses no Forte do Monte Serrat. Ele ficou preso e os professores, de modo muito humano e de maneira muito elogiável, permitiram que ele fizesse todas as provas que perdera. O professor Nelson Sampaio, professor Nestor Duarte, permitiram que ele fizesse todas as provas quando saiu da prisão, em 1964.

Eu ingressei na faculdade, como disse em 1965, e já tivemos logo conhecimento da prisão de vários estudantes. Eu não me recordo o nome dos outros, mas o de Pedro Milton me recordo muito bem da prisão dele. Começamos participando de passeatas contra a ditadura militar. Eram passeatas em que não havia tanta repressão, a não ser a partir de 67/68. A partir de então, começaram as repressões às passeatas, inclusive com espancamento, correrias e muitas prisões. Cheguei a ser

presa algumas vezes, umas três ou quatro vezes, quando o professor Roberto Santos era reitor da Universidade Federal da Bahia, e nós éramos transportados aqui para o prédio da Polícia Militar. Dormimos uma ou duas noites na prisão, depois éramos liberados todos.

No final de 1968, depois que foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), vários estudantes foram expulsos da Faculdade de Direito. Pedro Milton de Brito foi expulso em 1968, só que quando ocorreu o ato de expulsão ele já havia terminado o curso de Direito. Eu iria cursar o último ano da faculdade juntamente com vários colegas e fomos expulsos por decreto presidencial, logo após o AI-5. Vários colegas de turma também foram expulsos da Faculdade de Direito em dezembro de 1968, como, por exemplo: Vitor Hugo Soares, Dermeval da Silva Pereira, Aurélio Miguel... foram mais ou menos uns dez estudantes. Pedro Milton foi expulso, mas já havia colado grau. Vários estudantes foram expulsos: Rosalindo Souza, que morreu posteriormente na guerrilha do Araguaia, assim como Dermeval da Silva Pereira, que também faleceu na guerrilha do Araguaia.

Elquisson Soares, à época, era presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. E ele conseguiu, como presidente do diretório, a minha transferência e a de Rosalindo Souza para a Faculdade Cândido Mendes no Rio de Janeiro. Eu tenho uma dívida de gratidão com o professor Raul Chaves, que era diretor à época da faculdade, que permitiu e concedeu a minha transferência e a de Rosalindo Souza. E nós cursamos o último ano de Direito em 1969 na Faculdade Cândido Mendes, onde

colamos grau. Os demais colegas perderam o ano e somente em 1970 conseguiram colar grau, como Vitor Hugo, Dermeval, Amálio Couto, Aurélio Miguel e outros que não me recordo agora. Como eu e Rosalindo conseguimos a transferência, terminamos o curso em 1969.

Eu terminei o curso e, como era membro do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, que àquela época era um partido muito atuante e muito ético e correto (isso não significa que atualmente não seja, mas era um partido de muita respeitabilidade), ingressei na clandestinidade no Rio de Janeiro. Foi uma época de muito sofrimento, de bastante sofrimento, porque viver na clandestinidade não é fácil, é muito difícil, correndo de um lugar para outro, usando nomes fictícios... não me recordo bem, não sei se foi em 70 ou 71 que fui condenada pela Justiça Militar, juntamente com vários colegas: Sérgio Passarinho, Aurélio Miguel, Vitor Hugo, Dermeval da Silva Pereira. Houve a condenação pela Justiça Militar, fui condenada a quatro anos de prisão.

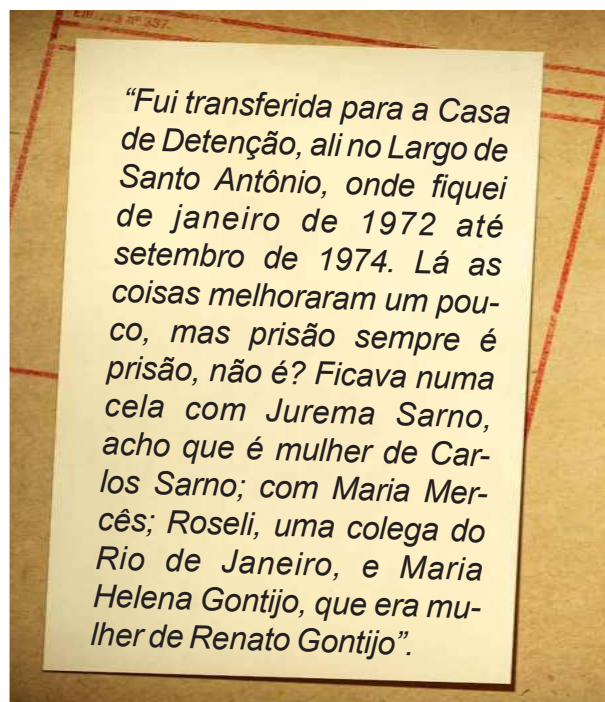
Em janeiro de 72 retornei a Salvador, porque era insuportável continuar vivendo na clandestinidade como vivia no Rio de Janeiro, era muito sofrimento. Uns cinco dias depois que voltei, fui presa na casa de minha mãe e fui levada para a Polícia Federal, que funcionava ali perto do Mercado Modelo. Lá fiquei oito dias e era horrível, porque era uma cela em que a luz ficava acesa noite e dia, não tinha nenhum tipo de vedação. Fiquei exposta durante oito dias horríveis, é uma recordação terrível desses dias que fiquei na Polícia Federal. Depois, fui transferida para a Casa de Detenção, ali no Largo de Santo Antônio,

“No final de 1968, depois que foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), vários estudantes foram expulsos da Faculdade de Direito. Pedro Milton de Brito foi expulso em 1968, só que quando ocorreu o ato de expulsão ele já havia terminado o curso de Direito. (...) Vários colegas de turma também foram expulsos da Faculdade de Direito em dezembro de 1968, como, por exemplo: Vitor Hugo Soares, Dermeval da Silva Pereira, Aurélio Miguel... foram mais ou menos uns dez estudantes”.

onde fiquei de janeiro de 1972 até setembro de 1974. Lá as coisas melhoraram um pouco, mas prisão sempre é prisão, não é? Ficava numa cela com Jurema Sarno, acho que é mulher de Carlos Sarno; com Maria Mercês; Roseli, uma colega do Rio de Janeiro, e Maria Helena Gontijo, que era mulher de Renato Gontijo. Depois, ele preso na penitenciária. Tempos depois, acho que tem uns 15 anos, mais ou menos, recebi um telefonema de Helena Gontijo, convidando-me para a posse de Renato como reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, o que é uma coisa muito significativa. Ele ficou muitos anos preso na penitenciária, a mulher dele lá na Casa de Detenção (ficávamos na mesma cela) e anos depois receber esse convite para a posse dele como reitor da UFMG é uma coisa muito significativa.

A prisão lá no Forte do Santo Antônio não me traz muito trauma, não houve muita perturbação, porque era um ambiente bom com as colegas; nós recebíamos visitas em dias determinados, e as visitas eram muitas. Eu me lembro do meu primo aqui, Jorge Ramos, que me visitava, escreveu até uma crônica a respeito das visitas que me fazia na Casa de Detenção. Quer dizer, os primos me visitavam, não era, Jorginho? Mas minha mãe nunca foi me visitar, nem minhas tias; só faziam rezar, como Jorginho falou em sua crônica. Rezavam muito, porque pra formação que elas tiveram, dos tempos de antigamente, ter uma filha ou sobrinha presa era uma coisa que envergonhava. E eu nunca recebi a visita de minha mãe, mas os primos iam e vários colegas e também recebi a visita do professor Thomas Baccellar, que me visitava e de Pedro Milton que me visitava todos os sábados pela manhã. Mas não tenho grandes traumas dessa época, porque não havia, assim, nem tortura física, nem psicológica.

Falando um pouco de Pedro Milton, gostaria de dizer que ele foi preso em 68, passou vários meses na prisão, como já disse, e foi expulso também pelo AI-5, e mais ou menos no ano de 70 ele fez



concurso para Procurador da República, foi aprovado nos primeiros lugares e foi impedido de tomar posse. Eu gostaria de deixar bem clara essa violência, como ele já faleceu e não pode depor, essa violência que foi cometida contra ele. Foi aprovado num dos primeiros lugares de um concurso bastante difícil e ele sempre teve essa revolta, porque foi impedido de tomar posse, juntamente com um colega do Rio Grande do Sul, também impedido de tomar posse como procurador da República.

A minha liberdade ocorreu através de um *habeas corpus*, não cheguei a cumprir os quatro anos de prisão. Inicialmente, quem impetrava os *habeas corpus* era o advogado Humberto Agle, que chegou a impetrar uns três *habeas corpus*, mas não teve sucesso. O último foi impetrado por Pedro Milton de Brito, que obteve sucesso e conseguiu minha liberdade, em setembro de 1974. Ele impetrou um *habeas corpus* em Brasília, no Superior Tribunal Militar (STM). É mais ou menos isso a história, curta, mas muito significativa, porque participei tanto do movimento estudantil, durante os quatro anos de faculdade (porque o 5º ano foi feito na Faculdade Cândido Mendes), participei

ativamente do movimento estudantil em Salvador e depois o período de prisão que ocorreu de janeiro de 72 a setembro de 74.

Eu gostaria de dizer também que foram meus colegas de turma, Rosalindo de Souza (os livros colocam o nome dele assim, mas na verdade é Rosalindo Souza), terminamos o curso juntos no Rio de Janeiro – Elquisson Soares conseguiu nossa transferência. E Rosalindo morreu posteriormente na Guerrilha do Araguaia. Dermeval da Silva Pereira, também colega da faculdade, colega de turma – tenho a impressão de que o último baiano que Dermeval teve contato foi comigo no Rio de Janeiro. Eu morava na clandestinidade, ele conseguiu descobrir meu endereço e ele ia se deslocar para o Araguaia. Me recordo, porque, como disse que iria regressar para Salvador, ele mandou uma encomenda para a mãe dele, as roupas que ele não precisaria mais fui eu que trouxe e entreguei para a mãe dele. Me recordo que quando nos despedimos (estava no apartamento de uma pessoa indicada pelo partido), e a última palavra que ele me disse foi “cuide de você, Sara”.

Dos mortos da época da ditadura, dos baianos, eu conheci Jorge Leal Gonçalves Pereira, marido de uma professora minha, Ana Nery, lá do colégio Santíssimo Sacramento, em Alagoinhas; conheci Dermeval, como disse; conheci muito Rosalindo Souza, um grande amigo (coincidência, minha filha mais velha nasceu no mesmo dia do aniversário dele, 2 de janeiro), um colega muito querido por mim; conheci Uirassu Assis Batista, conterrâneo de Itapicuru, também faleceu na Guerrilha

do Araguaia, conheci criança; conheci muito Dinalva, a Dina Teixeira e seu marido Antônio Monteiro também; conheci bastante também João Leonardo da Silva Rocha, que foi meu professor de latim no Colégio Santíssimo Sacramento em Alagoinhas, era muito meu amigo, isso no ano de 60/61 ele foi meu professor. Então, é muito emocionante quando você começa, tem contato com um livro desse com a história e biografia dos baianos mortos e você constata que conheceu muitos deles, foram seus amigos, e infelizmente deram sua vida pelo término da ditadura militar e para que o Brasil vivesse num Estado Democrático de Direito.

Amábilia Almeida – OK. Seu depoimento, doutora Sara, é muito claro, muito lúcido, e traz muitas informações muito importantes para a Comissão Estadual da Verdade, porque se reporta a outros companheiros da mesma luta, e nos faz também retroceder o nosso pensamento, àqueles anos terríveis, que muitos de nós não gostamos de recordar, mas somos, por força da nossa participação na Comissão da Verdade, no resgate dessa memória,

temos que ouvir e compreender a importância do seu depoimento, o quanto que ele acrescenta às nossas buscas; dizer-lhe que estou satisfeita com o que escutei, com a solidariedade que sempre lhe foi prestada durante toda sua saga, e de alguma maneira me solidarizar com sua família. Entendo perfeitamente a postura familiar, a falta da visita da sua mãe, tem que ser respeitada a postura, a posição dos familiares e dizer que me emociona também muito por ter passado não por prisão, mas por ter acompanhado bem de perto e sei o quanto é traumático e doloroso

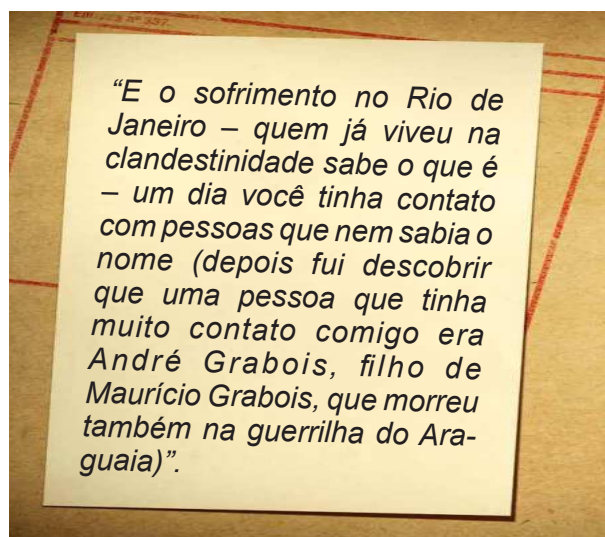
“Dos mortos da época da ditadura, dos baianos, eu conheci Jorge Leal Gonçalves Pereira, marido de uma professora minha, Ana Nery, lá do colégio Santíssimo Sacramento, em Alagoinhas; conheci Dermeval, como disse; conheci muito Rosalindo Souza, um grande amigo (...), um colega muito querido por mim; conheci Uirassu Assis Batista, conterrâneo de Itapicuru, também faleceu na Guerrilha do Araguaia, conheci criança; conheci muito Dinalva, a Dina Teixeira e seu marido Antônio Monteiro também; conheci bastante também João Leonardo da Silva Rocha, que foi meu professor de latim”.

ter um parente numa situação como a sua. Eu lhe agradeço e nesse momento, em que tantas pessoas amigas estão solidárias, nesse momento poderão fazer as perguntas, acrescentar aquilo que achar importante como esclarecedoras do seu depoimento. Muito obrigada.

Jackson Azevedo – Sara, você falou em sofrimento no Rio de Janeiro e falou do processo judicial que você respondeu aqui, que resultou na sua condenação. Você poderia (todas as perguntas, é claro, você tem absoluta liberdade pra não responder) esclarecer em que consistiu o sofrimento no Rio de Janeiro, a dificuldade de viver na clandestinidade, como se manifestava, materializava essa dificuldade e esse sofrimento? E ainda, qual o conteúdo do processo? Por que você foi processada, qual era o objeto do processo, quais eram os fatos que motivaram a instauração do processo?

Sara Brito – A condenação ocorreu, como todas as outras, simplesmente por participação no movimento estudantil. Não havia outra acusação. Simplesmente, participar de passeatas. Era a única acusação que havia, na realidade, de participação no movimento estudantil – não havia outra acusação. E o sofrimento no Rio de Janeiro – quem já viveu na clandestinidade sabe o que é – um dia você tinha contato com pessoas que nem sabia o nome (depois fui descobrir que uma pessoa que tinha muito contato comigo era André Grabois, filho de Maurício Grabois, que morreu também na guerrilha do Araguaia).

O sofrimento consistia em ficar de uma casa pra outra, dormia um dia num lugar, depois passava uma semana em outro. Até no interior do Rio de Janeiro estive, na casa de um casal; também na zona Norte do Rio de Janeiro estive, dormia naqueles apartamentos minúsculos, que não se dormia, porque o calor era insuportável, 40 graus, mesmo tomando banho de chuveiro frio não adiantava. Então, o sofrimento consistia nisso, em viver levada de um lugar para outro, sob a perspectiva, an-



siedade de ser presa a qualquer momento por policiais do Rio de Janeiro, que se eu tivesse sido presa não estaria aqui contando a história – tenho certeza disso.

Me recordo uma vez que cheguei no apartamento em Copacabana de umas amigas e policiais haviam estado lá procurando por mim e eles procuravam realmente pelas pessoas onde sabiam que poderiam estar... eles estiveram até na casa de um tio meu em Vitória do Espírito Santo e revistaram a casa, e foram mais duas ou três vezes lá. Meu tio pegou o carro e foi ao Rio de Janeiro, encontrou-se comigo somente pra me falar isso, recordo bem disso. Ele se chamava João Esteves Malaquias da Anunciação.

Se eu me recordo, foi por esse motivo que voltei para Salvador, quando meu tio me disse que estavam à minha procura até em Vitória, no Espírito Santo – eu fiquei apavorada e retornei para Salvador, porque vi que realmente estava sendo perseguida, se fosse localizada acho que não estaria aqui hoje contando minha história, porque era a época em que você abria os jornais e via que pessoas morriam constantemente. Havia essa notícia. Esse livro aqui fala que André Grabois morreu. Eu cheguei até a ir pra São Paulo para de lá ir para o Araguaia, mas não sei porque o Partido desistiu e não me mandou pro Araguaia. Se tivesse ido, também não estaria

aqui contando essa história. Me recordo disso perfeitamente.

Jackson Azevedo – Mais uma questão: durante esse período, você teve notícia de alguém ou da prática de tortura em algum lugar ou alguma pessoa que tenha sofrido, você tem alguma informação, inclusive, de possíveis torturadores, além de pessoas torturadas, locais?

Sara Brito – Sobre de tortura no Rio de Janeiro, isso era comum, né, todo mundo sabia...

Jackson Azevedo – Eu falo que você tenha contado concretamente com alguém que tenha... ouvido ou presenciado, alguma coisa assim.

Sara Brito – Aqui em Salvador, com Genebaldo, né, não sei se ele já prestou depoimento, foi um colega de faculdade. Genebaldo Queiroz, ele é advogado em Serrinha atualmente, e ele foi bastante torturado. No momento, só me recordo dele. Agora, no Rio as notícias de torturas eram uma constante. E aqui em Salvador também. Especificamente, tenho conhecimento de Genebaldo, um colega de faculdade que foi bastante torturado.

Jackson Azevedo – Sabe o nome de algum torturador? Militar ou civil...

Sara Brito – Não. Na Polícia Federal não fui torturada não, de jeito nenhum. Já havia condenação...

Jackson Azevedo – Pedro Milton sofreu alguma tortura, sabe dizer?

Sara Brito – Não, ele nunca me falou...

Jackson Azevedo – E no Forte Monte Serrat, você sabe de alguém, além dele,

que tenha sido recolhido lá?

Sara Brito – Rui Patterson. Várias pessoas conhecidas ficaram com ele no Monte Serrat, mas eu não me recordo dos nomes.

Jackson Azevedo – Lembra quem foi o procurador militar que conduziu a acusação do seu processo?

Sara Brito – Foi um colega de turma de Pedro Milton...

Jackson Azevedo – Foi Cléber Coelho?

Sara Brito – Foi.

Jackson Azevedo – E quem foi seu advogado no seu processo, você lembra?

Sara Brito – Foi um defensor dativo, não sei quem foi, não tive conhecimento desse fato. Mas as moças que estiveram presas comigo na Casa de Detenção, a advogada delas era Ronilda

Noblat, que ia constantemente lá, visitava muito, era advogada de Maria Helena Gontijo e de outras. E Humberto Agle também. Eram poucos os advogados naquela época que enfrentavam, que assumiam essa missão de ser advogado de presos políticos, muito poucos.

Dulce Aquino – Só quero registrar como é importante esse depoimento para os dias de hoje, porque pergunta assim: qual era o seu sofrimento no Rio? Mas pensar uma jovem que estava lá vivendo como ela coloca; se a gente se coloca no lugar dessa jovem, a gente sabe que possível sofrimento é esse. Mais ainda quando o coordenador perguntou qual foi o crime, qual foi o pecado. Esse é o ideário da juventude, de mudança, de acreditar num País mais justo, igualitário – era esse o pecado, e é esse

“Se eu me recordo, foi por esse motivo que voltei para Salvador, quando meu tio me disse que estavam à minha procura até em Vitória, no Espírito Santo – eu fiquei apavorada e retornei para Salvador, porque vi que realmente estava sendo perseguida, se fosse localizada acho que não estaria aqui hoje contando minha história, porque era a época em que você abria os jornais e via que pessoas morriam constantemente”.

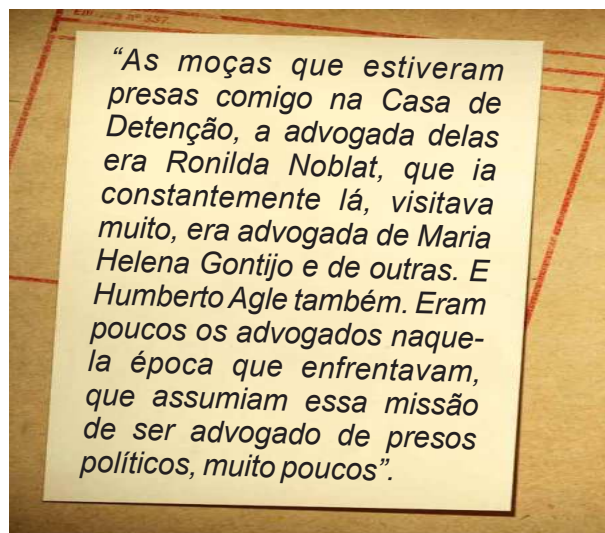
também hoje o pecado da intolerância com a juventude, quando ela vai pra rua. Devemos pegar como lição, Sara, e que bom que está aqui nos colocando, podendo contar sua história e também pensar hoje como isso se reflete. Porque não era mais do que o ideário de uma juventude que queria um país melhor, só isso.

Sara Brito – Eu me lembro que eu comecei a me interessar por política ainda estudante em Alagoinhas no último ano, quando conseguimos realizar uma excursão para o Rio de Janeiro. Naquele tempo você estudante, com 18 anos, em Alagoinhas, nós fomos conhecer o Rio de Janeiro e foi doutor Waldir Pires que conseguiu nossa hospedagem no Rio de Janeiro.

O amor que tenho por Waldir Pires é desde aquela época. Conseguiu nossa hospedagem no Instituto dos Cegos no Rio, lembra disso, Waldir? Não lembra não... o último ano da Escola Normal, fizemos uma excursão de ônibus para o Rio de Janeiro, as freiras nos acompanharam: madre Santíssima Sacramento era diretora e a hospedagem foi do Instituto dos Cegos e foi Waldir, que na época era Consultor Geral da República, em 63 quando estive em Alagoinhas e nós pedimos e você conseguiu. Aliás, eu pedi, que fui oradora da minha turma, e você conseguiu essa hospedagem para nós.

Waldir Pires – Eu me lembro do episódio. Foi a primeira vez que me fizeram um pedido dessa natureza, para atender à juventude que estava ameaçada etc., e então, que instituição? Eu tinha acabado de me por à disposição do pessoal do Instituto dos Cegos, uma série de conquistas para procedimentos deles, etc. Tinha segurado isso um pouco, estava com uma relação muito boa com a direção do instituto.

Sara Brito – Nós ficamos lá hospedados no Instituto dos Cegos e foi meu primeiro contato com um político, que foi você. Depois, quando ingressei na faculdade, em 65, aí eu voltei a Alagoinhas e fiz um discurs-



so num comício para Marcelo Duarte. Murilo Cavalcanti candidato a prefeito e Marcelo Duarte candidato a deputado.

E eu fui, não sei quem me chamou, juntamente com João Ribeiro Souza Dantas, também foi um colega que participou ativamente do movimento estudantil... Rui Hermann, João Dantas, Aurélio Miguel, Amálio Couto... vários colegas participavam muito do movimento estudantil e eu fui a Alagoinhas fazer esse comício – foi o segundo contato que tive com política, logo depois que entrei, no início da criação do MDB.

Jackson Azevedo – João Dantas é João-bafo-de-onça?

Sara Brito – É.

Jackson Azevedo – Ele também se engajou depois em algum movimento pós-movimento estudantil?

Sara Brito – Não, ele foi vereador, acho que por dois mandatos, aqui em Salvador, mas depois não sei se ele se integrou a outro movimento. Eu sei que ele foi vereador, mas João Ribeiro Souza Dantas também teve uma participação muito ativa. Rui Hermann, que mora em Conquista, atualmente advogado. Aurélio Miguel.

Jackson Azevedo – Eduardo Collier era seu contemporâneo?

Sara Brito – Sim, foi muito meu amigo, também foi morto pela ditadura.

Jackson Azevedo – Ele foi pro Araguaia na mesma época de Rosalindo, sabe se foi antes ou depois?

Sara Brito – Eu não sei...

Jackson Azevedo – Porque nos interessa investigar a trajetória de Eduardo.

Sara Brito – Eduardo Collier estudou lá na faculdade, mas não chegou a concluir o curso, acho que ele também entrou na clandestinidade e tinha uma participação muito ativa no movimento estudantil, era um revolucionário, discursava muito bem, era muito querido. Me recordo muito bem dele, era meu amigo.

“Uirassu morreu na Guerrilha do Araguaia com 22 anos, ele era primo carnal, filho de um tio de Osvaldo Barreto, que é o atual Secretário de Educação lá de Itapicuru – uma pessoa que poderia muito bem falar sobre Uirassu”.

Jackson Azevedo – Depois que Rosalindo foi para o Araguaia, você chegou a ter algum contato com ele, mesmo por carta?

Sara Brito – Não. Eu não soube da ida de Rosalindo para o Araguaia, só soube, tive conhecimento logo depois da morte dele, no início de 75.

Jackson Azevedo – O corpo dele foi localizado, identificado ou...

Sara Brito – Não, não. Rosalindo Souza foi presidente do Diretório da Faculdade de Direito, mas eu não tive contato com ele. Tive contato com Dermeval da Silva Pereira, que me procurou no Rio de Janeiro, e fui a pessoa com quem ele teve o último contato, tenho certeza que foi comigo.

Jackson Azevedo – Quando você esteve recolhida na Polícia Federal era Luiz Arthur o superintendente?

Sara Brito – Era.

Jackson Azevedo – Você teve notícia do

envolvimento pessoal e direto de Luiz Arthur com alguma prática de tortura, alguma notícia, informação?

Sara Brito – Tinha conhecimento, né, mas...

Jackson Azevedo – De que ele participava pessoal e diretamente...

Sara Brito – Tinha conhecimento. Todo mundo tinha conhecimento, todo mundo que atuava no movimento tinha conhecimento disso, de que ele obrigava inclusive as pessoas que iam depor a fazer confissões, inclusive Amálio Couto – ele obrigava a fazer as denúncias por escrito contra as pessoas. Isso todos tinham conhecimento. Uirassu morreu na Guerrilha do Araguaia

com 22 anos, ele era primo carnal, filho de um tio de Osvaldo Barreto, que é o atual Secretário de Educação lá de Itapicuru – uma pessoa que poderia muito bem falar sobre Uirassu.

Jackson Azevedo – Durante o período em que esteve presa, você chegou a ter notícia ou algum contato ou informação da presença na Bahia do Brilhante Ustra? Soube do episódio da Fazendinha em Alagoinhas?

Sara Brito – Não.

Jackson Azevedo – E ouviu falar do general Ustra? E o Fleury, andou por aqui na sua época?

Sara Brito – Não tenho conhecimento não.

Joviniano Neto – Preliminarmente, eu queria dizer que está presente no plenário o relator da Comissão da Verdade da Faculdade de Direito, Carlos Freitas, e algumas perguntas vão ajudar na questão da Faculdade de Direito. Como ele chegou um pou-

co depois, vou relembrar duas coisas que a senhora disse: que os professores da Faculdade de Direito permitiram a Pedro Milton fazer as provas mesmo depois de oito meses de cadeia (as provas que tinha perdido) e que (aí vem a primeira pergunta) Raul Chaves permitiu a sua transferência e a de Rosalindo.

A que você atribui que ele tenha permitido essa transferência? Agora os outros só foram transferidos no ano seguinte, se não me engano para a UCSAL. Por que permitiu sua transferência e os outros terminaram... ou não pediram ou só pediram depois, o que aconteceu?

Sara Brito – Eu não me recordo bem... Elquisson Soares era presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Cândido Mendes. Eu não sei porque... eu sei que só eu e Rosalindo tivemos interesse em terminar o curso. Acho que os outros não tiveram interesse de terminar o curso. Elquisson Soares conseguiu com a diretoria da Faculdade Cândido Mendes, o que foi até um ato de coragem, tanto da Faculdade Cândido Mendes, como do professor Raul Chaves, porque foi um ato realmente de coragem ele conceder a transferência, que é um ato formal de transferência de alunos que haviam sido expulsos para que terminássemos o curso na Faculdade Cândido Mendes.

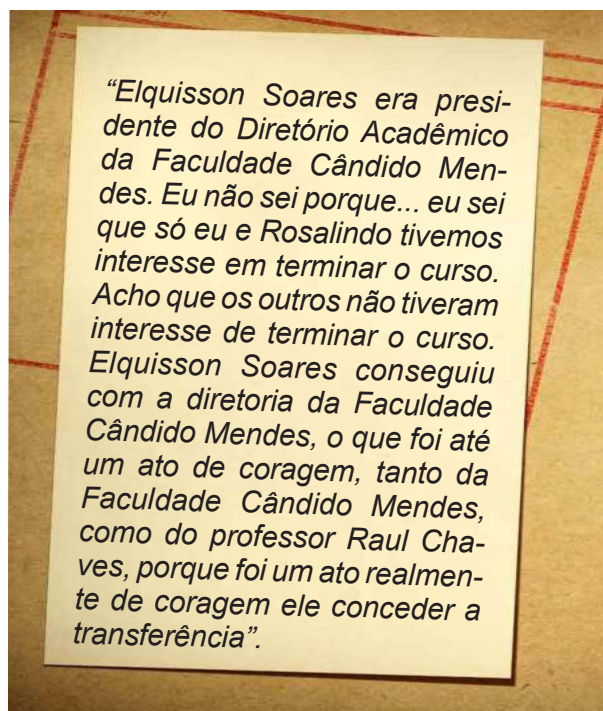
Joviniano Neto – Os outros negociaram e no ano seguinte foram para a UCSAL.

Sara Brito – Acho que os outros não tiveram interesse. Aurélio Miguel, Vitor Hugo Soares, Dermeval Pereira, João Ribeiro Souza Dantas, Rui Hermann... todos esses não tiveram interesse em ser transferidos...

Joviniano Neto – Para o Rio...

Sara Brito – Deve ter sido isso.

Joviniano Neto – Houve uma greve dos estudantes contra Átila Brandão, os te-



nentes que estavam na faculdade que eram acusados de reprimir os estudantes fora dela. A senhora tem algum conhecimento?

Sara Brito – Tenho, participei dessa passeata e nós fizemos greve na Faculdade de Direito. O ano letivo quase foi perdido, porque nós não permitíamos a entrada desses policiais na Faculdade de Direito. Acampamos na Faculdade de Direito, dormimos lá vários meses e não deixávamos que eles regressassem à faculdade. Pelo menos nesse ano... aliás, pelo que me recordo, parece que eles não retornaram à Faculdade, terminaram o curso em outras faculdades.

Joviniano Neto – Outra pergunta: a senhora ficou na clandestinidade no Rio. Naquela época, o PCdoB tinha o sistema de integração na produção. Que tipo de trabalho, atividade, ou política, a senhora teve na clandestinidade?

Sara Brito – Não trabalhei. Rosalindo Souza trabalhou na Mesbla, em alguns lugares. Agora eu vivia assim, só encontrando com as pessoas nos pontos que marcavam, nós íamos e recebíamos orientações, mas eu não cheguei a trabalhar no Rio de Janeiro.

Joviniano Neto – De 74 a 85/88, que é o fim do período de atuação da ditadura, que tipo de atuação política de enfrentamento à ditadura ou de sofrimento e perseguições em relação à senhora teve? Pedro Milton fez o concurso para procurador e não tomou posse, não deixaram. De 74 a 85 a senhora sofreu, ou soube de quem sofreu alguma represália? E também como participou enfrentando a ditadura.

Sara Brito – Não. Eu saí da prisão em setembro de 74 e em dezembro casei-me com Pedro Milton e aí não tive mais nenhum tipo de participação, a não ser através dele, porque ele começou com aquela luta de enfrentar, foi um advogado que enfrentou, resistiu muito, advogou para todos os políticos que enfrentavam Antônio Carlos Magalhães e a minha participação daí por diante foi como companheira dele – não tive nenhuma participação, assim, direta, especial no movimento que prosseguiu a partir de 74.

Joviniano Neto – Quando a senhora entrou no Judiciário?

Sara Brito – Em 81.

Joviniano Neto – Ainda na ditadura.

Sara Brito – Mas não tive nenhum tipo de obstáculo, objeção. Tanto em relação ao concurso como ao ingresso na magistratura. Como naquele tempo era o governador que nomeava, claro que Antônio Carlos nomeou-me para o lugar mais distante, né? *[risos]* Uma comarca bem distante, que foi Barra da Estiva. *[pergunta inaudível]* Rodolfo Magnavita também foi da repressão. Eu me recordo de alguma coisa vagamente sobre ele, mas não sei detalhar. Só sei que ele foi da repressão.

Walter Pinheiro – Doutora Sara, quero me

unir às palavras da nossa companheira Dulce Aquino, em especial quando ela menciona que o seu exemplo se casa muito com aquilo que a Comissão da Verdade, seja a comissão nacional ou estadual, e as demais comissões visam, que é definir essa verdade para que esse triste passado não venha a se tornar um futuro mais adiante.

Eu tive o privilégio de conhecer o casal Pedro Milton e Sara Brito. A essa altura vejo que – não digo recém-casados, mas casados há pouco tempo... me lembro que a senhora morava ali pela rua Nova de São Bento, próximo à Joana Angélica, e uma vez eu estive lá na casa, e nosso saudoso e querido Pedro Milton, que não dispensava um vinhozinho do Porto, enfim, era uma figura maravilhosa e que teve uma atuação brilhante. Ele, juntamente com Ronilda Noblat, na defesa dos perseguidos pelo sistema. E os exemplos aí ficaram. Eu tive a oportunidade de acompanhar todo esse desenvolvimento, já em 81, com seu ingresso na

magistratura e chegando ao nível que chegou já nos dias atuais. Então, isso é uma demonstração muito clara de que aqueles ideais defendidos àquela época, em 64 e anos seguintes, o que é que objetivavam. Como hoje também acontece, muitas vezes eles são mal interpretados pelos que estão no poder e, enfim, muitas vezes bloqueiam os sonhos da juventude. E são esses sonhos que fazem com que a humanidade evolua em busca de uma humanidade melhor e de um País melhor.

Eu tinha listado algumas questões a colocar, mas meus companheiros de comissão, eles já foram se antecipando. Mas um ponto que gostaria de elucidar: em

“Eu saí da prisão em setembro de 74 e em dezembro casei-me com Pedro Milton e aí não tive mais nenhum tipo de participação, a não ser através dele, porque ele começou com aquela luta de enfrentar, foi um advogado que enfrentou, resistiu muito, advogou para todos os políticos que enfrentavam Antônio Carlos Magalhães e a minha participação daí por diante foi como companheira dele – não tive nenhuma participação, assim, direta, especial no movimento que prosseguiu a partir de 74”.

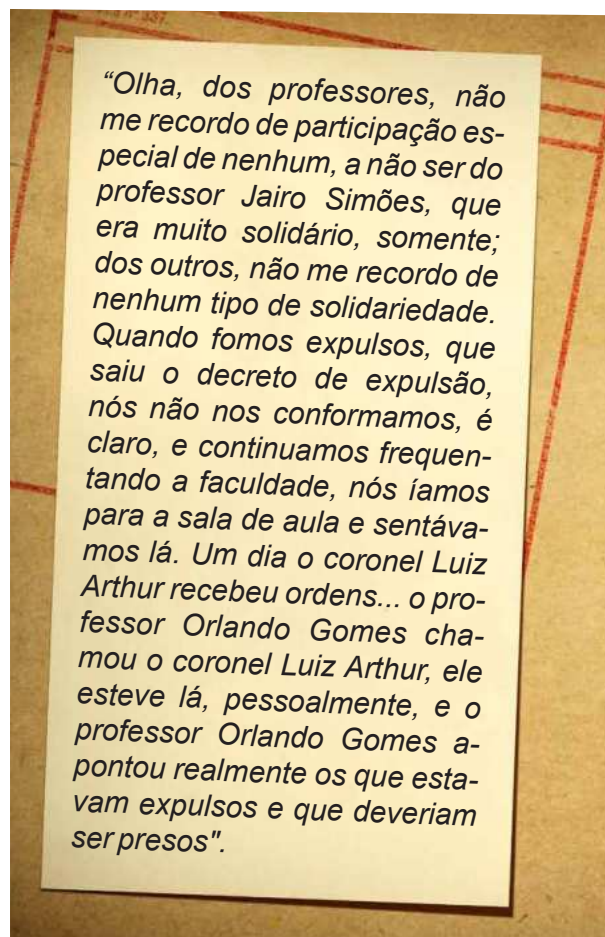
relação à Universidade, a senhora estava aqui na Faculdade de Direito, e quando pela interferência de Elquisson Soares, conseguiu a transferência lá para a Cândido Mendes, para o Rio. Essa transferência foi em decorrência de um *status quo* aqui que não era favorável, todo aquele episódio que acontecia na universidade. Tanto eu quanto a companheira Dulce participamos de um dos segmentos da comissão que trata da repressão militar à cultura e à imprensa. Na sua visão, como é que se portavam as autoridades, seja da Reitoria ou da Faculdade, diante daqueles fatos, diante dessa ação do regime sobre a faculdade; como era visto isso, havia uma solidariedade com o alunado ou uma convivência com aquilo que vinha acontecendo de mal para toda a sociedade?

Sara Brito – Olha, dos professores, não me recordo de participação especial de nenhum, a não ser do professor Jairo Simões, que era muito solidário, somente; dos outros, não me recordo de nenhum tipo de solidariedade. Quando fomos expulsos, que saiu o decreto de expulsão, nós não nos conformamos, é claro, e continuamos frequentando a faculdade, nós íamos para a sala de aula e sentávamos lá. Um dia o coronel Luiz Arthur recebeu ordens... o professor Orlando Gomes chamou o coronel Luiz Arthur, ele esteve lá, pessoalmente, e o professor Orlando Gomes apontou realmente os que estavam expulsos e que deveriam ser presos.

Jackson Azevedo – Dez de março de 69...

Sara Brito – Em 69. E nesse dia, vários colegas foram presos. O professor Orlando Gomes apontou um a um na sala de aula. Vítor Hugo Soares, Dermeval, Aurélio Miguel, Genebaldo, Rui Hermann... todos foram presos e levados para o 19º BC. Eu me atrasei um pouco nesse dia e me lembro, quando ia descendo a ladeira os colegas vieram me avisar pra correr, que Luiz Arthur estava prendendo todo mundo. Eu corri e nesse dia eu não fui presa.

Mas me recordo dessa participação



negativa do professor Orlando Gomes. Isso é de conhecimento público, que ele apontou os alunos que deveriam ser presos. E dos professores, eu só me recordo de solidariedade e de participação do professor Jairo Simões, que era uma pessoa muito avançada para aquele tempo. Professor Jairo Simões, que era um amigo muito querido, foi padrinho do meu casamento, inclusive.

Jackson Azevedo – Nesse dia, vale, para efeito de registro, o professor Jenner Barreto Bastos não permitiu que Luiz Arthur ingressasse na sala do primeiro ano, não permitiu. Foi também um professor que ninguém esperava... e disse a ele: “o senhor está numa universidade, respeite a autonomia universitária e eu estou dando minha aula. O senhor tem que aguardar que eu termine minha aula”. Foi o que permitiu que alguns alunos inclusive pulassem... se refugiaram da sala do segundo ano para sala do primeiro e pularam a janela e fugiram antes que a Polícia os

cercasse.

Sara Brito – É, muitos fugiram. Professor Jenner era professor de Direito Romano, substituiu o professor Adalício Nogueira. Agora os professores foram muitos corajosos em relação a Pedro Milton, porque permitiram que ele fizesse as provas, o Sampaio, inclusive, que era tido como um, assim, de índole não muito avançada. Professor Adalício Nogueira e outros permitiram que ele fizesse as provas. Isso eu me recordo. Nestor Duarte, inclusive. Esse fato com o professor Orlando Gomes foi realmente muito lamentável.

Carlos Freitas – Agradeço o espaço e a oportunidade, saúdo a todos da Comissão Estadual da Verdade, governador, doutora Sara, estamos fazendo um esforço lá com documentos para resgatar a história da Faculdade no período da ditadura. Nos chama a atenção um fato específico que parece que foi, digamos assim (se do ponto de vista jornalístico tivesse que dizer um fato), a greve dos estudantes que a senhora mencionou.

Agora teve um processo de repressão muito sutil e agressivo lá. Mas o sutil que eu falo é que as expulsões... a senhora falou em decreto de expulsão. Agora teve situações também de indeferimento de matrícula por parte do diretor, sem que houvesse processo. Eu queria saber da senhora sobre isso, porque uma coisa é o estudante ter sido processado, e por conta disso ter sido expulso. Outra coisa é simplesmente o não deferimento da matrícula. O que nos documentos que estão no memorial da faculdade, o que eles apontam até agora é que as matrículas foram indeferidas. Eu queria que a senhora comentasse, se a memória permitir, da

atuação da Congregação; que houve uma comissão que analisou os fatos... se a senhora se lembrar disso...

Sara Brito – Porque na verdade houve um decreto de expulsão, realmente, né, que atingiu vários alunos do Brasil todo e da Faculdade de Direito, se não me engano foram 13 alunos que foram expulsos. Eu não tenho conhecimento desse fato, de que houve indeferimento das matrículas para o

ano de 69. Não me recordo de ter feito pedido de matrícula e ter sido indeferido. Me recordo que professor Raul Chaves concedeu a minha transferência e de Rosalindo. Dos outros colegas não tenho conhecimento de que eles pediram... mas deve ter sido isso que ocorreu: eles pediram que fosse feita a matrícula e foi negado o pedido, deve ter sido isso que ocorreu. Agora, se houve alguma decisão da congregação eu também não tenho conhecimento, só sei que

houve o decreto de expulsão.

Carlos Freitas – Mas teve um processo, a pedido, assinado por Rosalindo, que foi apreciado pela Congregação. Teve uma comissão que professores... Calmon de Passos, José Martins Catharino e João Oliveira participaram.

Sara Brito – Ele fez um pedido para ser matriculado no último ano?

Carlos Freitas – Não, teve um pedido da entidade estudantil nesse sentido. Queria saber se a senhora se recorda. Isso foi em 68.

Sara Brito – Não, porque o decreto foi depois do AI-5, em dezembro de 68. Então, fomos impedidos de cursar o ano de 69. Como o nome de Pedro Milton estava na

“Professor Jenner era professor de Direito Romano, substituiu o professor Adalício Nogueira. Agora os professores foram muito corajosos em relação a Pedro Milton, porque permitiram que ele fizesse as provas, o Sampaio, inclusive, que era tido como um, assim, de índole não muito avançada. Professor Adalício Nogueira e outros permitiram que ele fizesse as provas. Isso eu me recordo. Nestor Duarte, inclusive. Esse fato com o professor Orlando Gomes foi realmente muito lamentável”.

lista, mas ele havia colado grau, terminado o curso, então, ele não foi atingido. Mas Rosalindo nessa época não era mais presidente do Diretório não. Era, ainda, em 69? Em 69 ele cursou na Cândido Mendes, então, ele foi eleito em 68. Ele fez como presidente do Diretório? Isso aí não tenho conhecimento, que foram negadas as matrículas? Indeferidas?

Carlos Freitas – Existem documentos. Estão lá. A Congregação... o que existe de registro de ata da Congregação é que os estudantes insistiam na greve e a Congregação não podia fazer nada sobre isso, a não ser que... constam nas atas pedidos insistentes de Rosalindo no sentido de expulsar os três estudantes.

Sara Brito – O senhor está falando dos policiais.

Carlos Freitas – Isso.

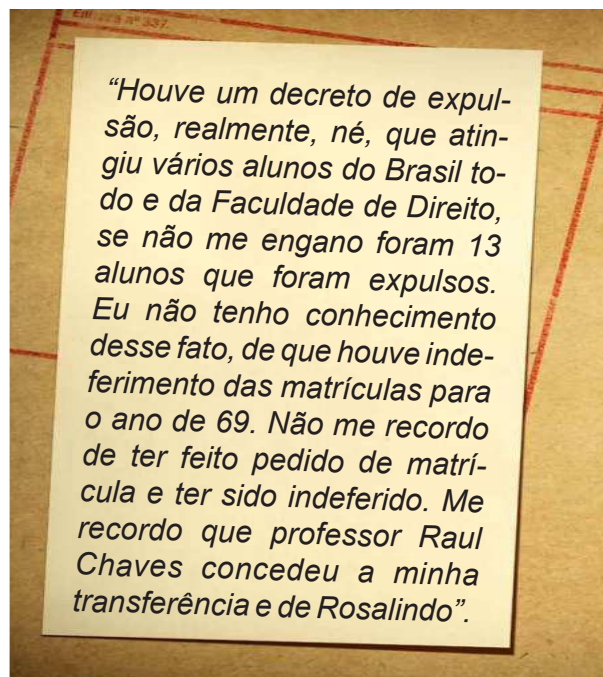
Sara Brito – Eu pensei que fosse em relação a nossas expulsões.

Carlos Freitas – Não.

Sara Brito – Porque nós fomos expulsos através de decreto, expulsos da faculdade. Isso aí dos estudantes ocorreu em 68, que ele era presidente do Diretório realmente. Nós acampamos na faculdade e não deixamos que eles frequentassem o curso. E foi um ano letivo quase que completamente perdido. Nesse ano a Faculdade de Direito praticamente... não deixamos que eles frequentassem as aulas e eles realmente não frequentaram, os três policiais.

Joviniano Neto – E foi o ano da invasão do Mosteiro de São Bento. Dessas passeatas a senhora participou?

Sara Brito – Participei de todas.



Joviniano Neto – Mas não ficou homiziada no Mosteiro de São Bento.

Sara Brito – Não, não. Nós participávamos de todas passeatas. O professor Auto de Castro também foi muito solidário com os estudantes, inclusive íamos constantemente à casa dele. Ele morava no Rio Vermelho. Uma grande figura.

Jackson Azevedo – Então, vamos reiterando todos os agradecimentos a Sara Brito por ter aceitado nosso convite para prestar seu depoimento. Agradecemos também a presença de jornalistas, do professor Geraldo Sobral, que é vice-presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e foi presidente da OAB nesse período tumultuado; a presença do governador Waldir Pires (eu não consigo chamá-lo de outra forma, porque muito nos honra pelo ícone que representa, de integridade, de coerência, de defesa dos direitos da cidadania). Agradecer, portanto, a todos e damos por encerrado esse primeiro depoimento, mas convocando a comissão para aqui continuar, porque ouviremos o jornalista Nelson Cerqueira na sequência.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
29 de julho de 2014 - Palácio da Aclamação
Salvador - Bahia



DEPOENTE: NELSON CERQUEIRA

*** Nelson Cerqueira**

Claro, aceito os termos, não vejo nenhuma dificuldade em falar publicamente, nem em utilizar meu nome e imagem naquilo que eu vou me referir aqui. Quanto a outras perguntas além do que vou falar, eu me restrinjo, quero me limitar a aquilo que vou falar. Eu não quero especular coisas ou tentar me lembrar de coisas que eu não me lembre mais. Eu quero falar daquilo que eu me lembro e que vivi. O que eu não vivi, eu não vivi. Eu até sei histórias, conheço histórias, ouvi histórias, mas eu não vivi a história. Eu vou falar aquilo que eu vivi. Essa é a minha única limitação. E minha limitação é especificamente aquilo que vivi como jornalista no período de 64 a 1975, quando deixei o jornalismo por questões superiores até da própria Polícia Federal.

Quero me limitar a esse período que vivi. Depois, já não estava nem mais no Brasil. Nesse período de 64 a 75 fiquei também um período na França, participava do movimento de anistia em Paris. O governador aqui (*Waldir Pires*) estava lá na época também, Julião... eu quero falar do meu testemunho, sobre a minha experiência, do que vivi da ditadura como jornalista.

Falar da imprensa e falar do golpe militar é sempre uma coisa meio dolorosa. Dolorosa porque ela afeta as pessoas envolvidas, sobretudo do ponto de vista intelectual, do ponto de vista cerebral. E como o cérebro comanda todas as nossas

Nascido em Irará, interior da Bahia, o jornalista e professor Nelson Cerqueira, embora não tenha sido preso, foi vítima de tortura psicológica. Na madrugada de 1º de abril de 1964, quando era diagramador e “foca”, estava de plantão no Jornal da Bahia e presenciou o que veio a ser a primeira censura do regime militar a um periódico. Enquanto exerceu a função de jornalista, em vários momentos assistiu não só a censura física, como também a influência de censura. Do Jornal da Bahia se transferiu para o Diário de Notícias, onde teve sua carreira findada. Deixou o país para viver na França e na Alemanha e ao retornar ao Diário de Notícias, foi demitido após publicar a notícia da morte de Lamarca.

*Texto não revisado pelo depoente.

funções, o cérebro termina espraçando essa ansiedade, essa memória para as outras partes do corpo, até para os olhos; e a gente termina às vezes chorando sem necessidade, ou chorando porque o cérebro está ferido e mandou que o olho chore também, aí o olho chora, o olho não tem comando, o olho é resultado.

Eu entrei no *Jornal da Bahia* em 1962. Eu vou falar primeiro do *Jornal da Bahia*, que é onde comecei e tem um ponto central da minha fala. Eu comecei em 1962 como estudante do Central, e quem me levou pra lá foi um outro colega, um rapaz que morreu já: Frederico Simões de Santana. Eu fui para o *Jornal da Bahia* para ser revisor de jornal – entrei na revisão do jornal. Fiz um estágio, nem sabia revisar coisa nenhuma, não sei nem se sabia português suficiente, mas naquela época, pelo menos, a gramática ainda era normativa. A gramática hoje é flexiva, você pode dizer qualquer coisa que vale, desde que comunique. Não tem mais padrão gramatical. Pra mim, isso é um acinte, um absurdo que não tem nem tamanho. Mas a gramática era normativa e a gente aprendia a conjugar os verbos... hoje ninguém mais conjuga, não existe mais nem voz, a não ser na Assembleia Legislativa ou no Senado, onde o cara ainda usa errado, mas não vem ao caso.

Então, comecei e passei da redação do jornal para a área de diagramação de jornal, que é arte, que você faz o *layout* do jornal. E escrevi alguns artigos, era interessado em algumas coisas da época, como um músico espanhol chamado Pablo Casals (fiz uns artigos sobre ele). A coisa da juventude, aquela curiosidade. Claro,

participava dos movimentos estudantis, porque era estudante do Central. Quem é que era do Central e não participava do movimento estudantil? Participei da chamada Juventude Comunista Católica, embora não seja católico, mas era uma alternativa.

Em 1964, eu ainda era diagramador e trabalhava como “foca” na redação do jornal (era repórter). Estava migrando da diagramação para a redação. Aí no jornal tinha um redator-chefe, Nelson Araújo; o

secretário de redação era João Carlos Teixeira Gomes – essas eram as figuras centrais... João Carlos Teixeira Gomes está vivo, mas Nelson Araújo morreu. Joca está aí atuante, com a boca do inferno dele meio Gregório de Matos. Uma pessoa maravilhosa, ele era o secretário de redação. Quando no dia 31, de madrugada, já 1º de abril, naquele dia, eu houvera sido designado para ser o plantonista, porque o que acontecia... o jornal era matutino. Antigamente você tinha o *A Tarde*, que era vespertino; o *Jornal da Bahia* era matutino; o *Diário de Notícias* era matutino; o

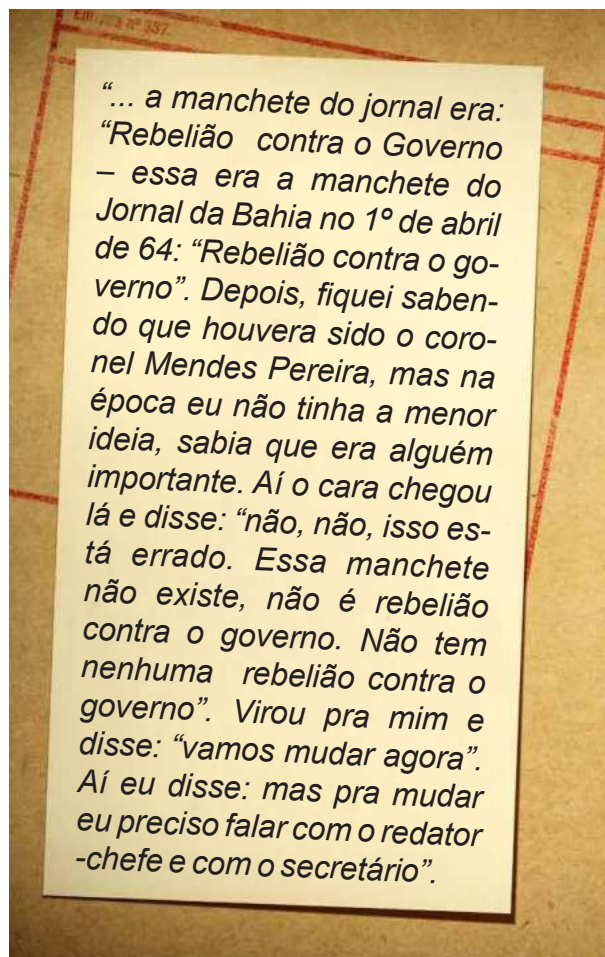
Estado da Bahia era vespertino. Então, você tinha jornal matutino e vespertino. Hoje a gente não tem mais, mas tem jornal *online*. Então, tinha sido designado para ser o plantonista do jornal. O que o plantonista fazia? O plantonista do jornal era o cara que tinha de entender um pouco de redação, por isso um “foca” poderia ser plantonista. O redator-chefe e o secretário, eles deixavam uns tijolinhos (matérias que antigamente eram preparadas no linotipo, em chumbo). Deixavam aqueles bloquinhos de chumbo com as notícias. Vários tamanhos diferentes.

“Falar da imprensa e falar do golpe militar é sempre uma coisa meio dolorosa. Dolorosa porque ela afeta as pessoas envolvidas, sobretudo do ponto de vista intelectual, do ponto de vista cerebral. E como o cérebro comanda todas as nossas funções, o cérebro termina espraçando essa ansiedade, essa memória para as outras partes do corpo, até para os olhos; e a gente termina às vezes chorando sem necessidade, ou chorando porque o cérebro está ferido e mandou que o olho chore também, aí o olho chora, o olho não tem comando, o olho é resultado”.

Por que esses negócios? O jornal, o diagramador... naquela época, o cálculo não era tão bom quanto hoje (hoje faz tudo no computador, online, está tudo feito). Antigamente, não, você calculava, se dava alguma coisa errada, dava um buraco na página. Que página era? Ninguém sabia. Então, o plantonista já tinha aquele conjunto de matérias: uma da página internacional, uma da página local, para na hora que desse o buraco, ele chegava lá e botava o bloquinho no lugar, o calhau. Só que o bloquinho, se não desse, você espaçava as letras um pouquinho... no outro dia o leitor não tinha a menor ideia de que aquilo tinha sido um calhau.

Naquele dia, tinha sido designado para ser o plantonista. Lá para umas 3:30 da madrugada, estava no jornal, quando chegou a 6ª Região Militar: uma porção de homens armados. Eu não servi o Exército, então, não sabia o que era coronel, capitão, major... pra mim era tudo a mesma coisa o cara estar vestido de verde, cheio de medalhinha... era autoridade. Entraram lá, com fuzil, o diabo a quatro, e foram vasculhando tudo. Aí procuraram saber qual era a manchete do jornal. Eles sabiam o que era manchete, me lembro que ele perguntou: “qual é a manchete do jornal?”. Confesso, me lembro bem que estava tremendo... só não tremia feito vara verde porque eu não estava mais no interior. Se estivesse no interior, eu tremeria como vara verde. Aí eu disse: “a manchete do jornal...”

Levei a página pronta, não tinha rodado ainda. O jornal rodava umas 4:30, 5 horas, porque a gente ficava esperando alguma coisa acontecer de última hora que pudesse mudar e a gente era o primeiro a sair ali à frente do Diário de Notícias com alguma coisa espetacular, o que a gente chamava na época de furo. Levei, quando mostrei ao cara, ele caiu de costas, porque a manchete do jornal era: “Rebelião contra o Governo – essa era a manchete do Jornal da Bahia no 1º de abril de 64: “Rebelião contra o governo”. Depois, fiquei sabendo que houvera sido o coronel Mendes Pe-



reira, mas na época eu não tinha a menor ideia, sabia que era alguém importante.

Aí o cara chegou lá e disse: “não, não, isso está errado. Essa manchete não existe, não é rebelião contra o governo. Não tem nenhuma rebelião contra o governo”. Virou pra mim e disse: “vamos mudar agora”. Aí eu disse: “mas pra mudar eu preciso falar com o redator-chefe e com o secretário”. [ele] “Chama o redator-chefe!”. Nelson Araújo já tinha evaporado de tudo quanto é lugar. Não existia. Aí não tem Nelson Araújo. [ele] “Chama o secretário de redação, então”. Joca? Coisa nenhuma, não tinha, não existia, não tinha ninguém.

Então ele disse pra chamar o dono do jornal. O dono do jornal, João Falcão, imagina, aquela hora da manhã não estaria lá em hipótese nenhuma, nem iria, que ninguém é maluco. Aí, não tinha ninguém. Ele fez: “então, vamos mudar, o título vai

ser: 'A nação que se salvou a si mesmo do jugo comunista'. Isso eu me lembro cristalino e jamais minha memória esquecerá: 'A nação que se salvou a si mesmo do jugo comunista'. Aí virei pra ele e disse: "olha, infelizmente, esse título não vai ser possível porque aqui na manchete só vai ter três palavras: rebelião contra o governo. E não vai caber tudo isso - 'A nação que se salvou a si mesmo do jugo comunista' - no mesmo espaço". Aí ele falou com alguém lá: "Tem que caber...". [eu] "Não tem como caber, não cabe. Tem outra coisa. Independente disso, não tem nem o linotipista pra digitar isso, transformar em chumbo pra colocar no lugar".

Não tinha, todo mundo já tinha ido embora. Eu só tinha lá calhau: coisas para botar no lugar... se tivesse alguma coisa, como "o papa morreu", bom aí liga pra todo mundo, alguém vem, aparece, vai buscar o linotipista de carro na casa dele, faz qualquer coisa, resolve o negócio. Mas o papa não tinha morrido, não era notícia. Aí ele disse: "não pode", ficou aquele impasse, como fazer. O coronel, se não o substituto dele, não sei, depois me disseram que foi o coronel, mas não posso afirmar, como disse, não servi ao Exército nem conhecia patente, nem sabia quem era Mendes Pereira. Então, ele disse: "não, não vai ter. Não pode mudar, então, tira isso daí". Mandou tirar.

Então, ele leu a primeira página do jornal, leu as matérias, e tinha outra mais pra baixo que era uma entrevista com o governador Lomanto Júnior. Nessa entrevista, Lomanto Júnior defendia a legalidade do poder de Jango. Ele disse: "isso aqui não é verdade, o governador Lomanto Júnior não disse isso. Vamos tirar". E tirou as

frases em que Lomanto Júnior teria dito que o governo era legal. Bom, tirou, e o que fica no lugar? Nada, um buraco. No outro dia, o jornal rodou, e quando o jornal saiu de manhã, aquele título grandão em cima, em letras garrafais "Rebelião contra o Governo" saiu em branco. Saiu o espaço em branco. E na matéria do governador saiu o pedaço em branco, que foi o que tirou da afirmação dele. O resto do jornal ele não olhou, porque ele veio com a missão da manchete. Essa coisa do em branco no dia 1º de abril de 64 é, sem sombra de dúvida, historicamente, o primeiro registro de censura física do governo militar. Nenhum jornal do Brasil naquele dia saiu em branco. Depois, isso virou rotina, a gente saía em branco muitas vezes.

O *Jornal da Bahia* teve tanta coisa em branco depois que a gente decidiu uma outra estratégia que também foi adotada pelo Estado de São Paulo: toda vez que censuravam, a gente botava um pedaço dos *Lusíadas* no lugar. Então, você tinha página de polícia, foi censurado, *Lusíadas* nele. O negócio era não deixar em branco mais, chegaram a essa conclusão,

então, tinha que colocar um troço. Então, esse momento acho que vale a pena realmente os historiadores, as pessoas resgatarem, porque é o primeiro registro de censura física, material, na imprensa brasileira.

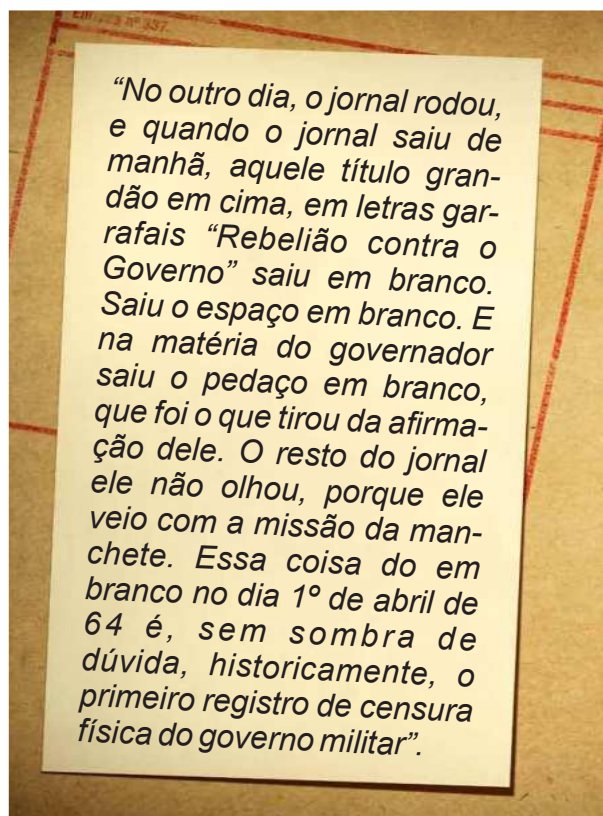
O *Última Hora*, depois, talvez 20 dias depois, foi censurado também, saiu em branco também. O *Estado de São Paulo* também. Mas em 1º de abril esse é o único caso que existe. O jornal, consulte há alguns anos atrás na Biblioteca Central da Bahia. Deve ter ainda. Eu não tenho porque pra mim aquilo era irrelevante, já passou,

"Chama o redator chefe!". Nelson Araújo já tinha evaporado de tudo quanto é lugar. Não existia. Aí não tem Nelson Araújo. [ele] "Chama o secretário de redação, então". Joca? Coisa nenhuma, não tinha, não existia, não tinha ninguém. Então ele disse pra chamar o dono do jornal. O dono do jornal, João Falcão, imagina, aquela hora da manhã não estaria lá em hipótese nenhuma, nem iria, que ninguém é maluco. Aí, não tinha ninguém. Ele fez: "então, vamos mudar, o título vai ser: 'A nação que se salvou a si mesmo do jugo comunista'".

eu já tinha ido embora. Na época, eu jovem, não tinha nenhum interesse em guardar um jornal pra viver comigo o resto da minha vida. Eu não guardei as entrevistas que dei, coisa de televisão; entrevista que dei em vários lugares do mundo, no Canadá, na França, na Alemanha, imagina guardar um jornal que eu estava naquele dia. Mas, o fato existe, e o jornal deve estar na Biblioteca Central, nos Barris.

Depois desse fato, a censura, o coronel designou... teve um detalhe interessante: naquele dia, 1º de abril, a 6ª RM, com a Polícia Federal, distribuiu um negócio chamado salvo conduto – havia toque de recolher às 18 horas. Imagine você, jornalista, saindo de madrugada do jornal: está frito. Então, criaram um salvo conduto e os jornalistas das redações de jornais recebiam um salvo conduto e davam a eles para irem para casa de noite. Todo mundo recebeu, menos o *Jornal da Bahia*. O *Jornal da Bahia* não teve direito a salvo conduto. Então, especula-se, todo mundo imagina que foi devido àquele ato de rebeldia de não ter colocado aquele título “A nação que se salvou a si mesmo do jugo comunista”. À época, o *Jornal da Bahia* criou um mecanismo de pegar uma caminhonete de entregar jornal para levar as pessoas em casa. Então, íamos na caminhonete, onde tinha escrito *Jornal da Bahia* no carro. Mas não havia segurança, porque nem o carro nem os jornalistas tinham salvo conduto. Eu me lembro que nesse período era uma dificuldade para conseguir plantonista. Ninguém queria ser plantonista, diziam: “eu vou sair de madrugada, nego me mata... minha família nem vai saber que eu morri...”. Ninguém queria se arriscar a ser plantonista no jornal. Então, esse é um item interessante também, a ausência do salvo conduto.

Uma semana depois, ou menos, não me recordo perfeitamente, recebemos um capitão do Exército que era o nosso censor físico – havia censura física. Não era só censura depois que a coisa tinha sido publicada não. Havia um censor, um



sujeito chamado censor, que ficava na redação com a gente. E ele censurava as matérias antes de elas irem para o linotipista; antes de ser datilografado no linotipo, o censor já tinha feito a limpeza dele. Eu me lembro dessa cara, mas não me lembro do nome dele – é uma pena. Toda vez que penso no nome, me vem a palavra Valadares, mas eu não sei se é esse o nome. Esse cara era um sujeito simpático, super simpático, como se fosse um bonachão: falava com todo mundo, abraçava todo mundo, cheio de alegria, mas duro de queda. Censura era com ele mesmo, entendia de jornal, talvez até fosse jornalista, não sei, mas sei que ele entendia de jornal, censurava bem, limpava tudo. Me lembro que o sujeito que trabalhava no telex (não sei se já ouviram falar dessa palavra), que era um aparelho que você botava um fone no ouvido e ele ficava “tic tic tic...” e aquele “tic tic” era um código com letrinhas que o cara ia transcrevendo. Havia um funcionário, que a única coisa que fazia era transcrever o tic-tac em palavras. E o editor internacional, o cara que tomava conta da página internacional na época (está vivo também), era Muniz

Sodré. Esse censor censurava até as matérias da página internacional. Ele ia lá e “não, não, a guerra do Vietnã não matou não...”. O cara chegava lá e limpava a zorra da página internacional também. Limpava tudo, não sobrava nada.

Tem um episódio desse período do censor que é interessante que foi... alguém fez uma matéria na época sobre os Alagados. Não tenho a data, mas alguém fez uma matéria sobre a miséria nos Alagados. Hoje os Alagados é um bairro comunitário, decente, cresceu. A população fez o bairro, não foi o governo. Governo não faz zorra nenhuma, quem faz é a população. A população fez o bairro. Se não deixou rua, não deixou, fez beco. O cara vai pelo beco e tudo bem. Mas até tem algumas ruas lá que depois virou o Uruguai e não sei o que. Esse sujeito (não lembro qual foi o jornalista) fez uma matéria espetacular mostrando a miséria da vida dos Alagados: fezes boiando, uma miséria realmente. E o censor veio e limpou a matéria: “não, essa matéria não existe, o governo federal está resolvendo tudo isso; criou o programa de limpeza...”. Os militares tinham feito tudo para limpar tudo. Aí mudou a matéria, redigiu com o jornalista, modificou... e a matéria veio pra mim. Na época, eu era o diagramador daquela página, que era mais local. Só que quando o jornalista fez a matéria, fomos para os arquivos de fotografia e levantamos uma porrada de fotos para ilustrar a matéria. As fotos eram miséria absoluta, translúcida. Ele censurou a matéria, mas as fotografias ele não censurou. Aí, meti as fotografias todas lá dentro. No outro dia, a página era uma desgraça pura. Você sabe, uma imagem fala mais do que mil palavras – diz a história. E ali não tinha uma imagem, tinham muitas imagens de miséria. Então,

“...teve um detalhe interessante: naquele dia, 1º de abril, a 6ª RM, com a Polícia Federal, distribuiu um negócio chamado salvo conduto – havia toque de recolher às 18 horas. Imagine você, jornalista, saindo de madrugada do jornal: está frito. Então, criaram um salvo conduto e os jornalistas das redações de jornais recebiam um salvo conduto e davam a eles para irem para casa de noite. Todo mundo recebeu, menos o Jornal da Bahia”.

essas imagens apareceram todas. Então, o censor, dias depois, veio se queixar, porque ele tinha censurado a matéria e aquelas fotos ali tinham prejudicado o trabalho dele. Aí o redator virou pra ele e disse : “você tinha o material todo na sua mão. Se você não tirou as fotos, foi porque achou que as fotos eram boas. As fotos saíram”. O cara ficou uma arara, mas não podia fazer nada, porque ele aceitou as fotografias. Então, a vida no jornal era uma vida de guerra; era uma vida de permanente embate intelectual. Você tinha que permanentemente estar arranjando fórmulas, artifícios, alguma coisa pra dizer aquilo que estava acontecendo. Era quase uma coisa de mago, porque a censura era grave. E ela atingia todos os setores do jornal.

Fiquei no *Jornal da Bahia* até 1968 – não mudou nada, só piorou, porque houve um período em que houve uma certa – não chamaria de leveza, mas menos pressão. O jornal passou a fazer algumas coisas; tinha uma revista nacional chamada *Revista da Civilização Brasileira*, que foi permitida circular com artigos progressistas... teve um momento em que a coisa ficou (como eles já tinham controle de tudo) um pouquinho mais leve – o nível de censura era menor. Mas a censura permanecia em todas as instâncias. Depois, em 68, aí o pau comeu. Com o AI-5, Segurança Nacional... essa palavra, tenho um medo enorme dela, é a palavra que mais atacava a gente. Sempre que você fala de Segurança Nacional alguma coisa está errada. No governo entrou aquele triunvirato, depois o governo do Costa e Silva e depois o cara que mais matou no mundo talvez tenha sido o Médici. Aí a coisa piorou mesmo. Me transferi do *Jornal da Bahia* para o *Diário de Notícias*.

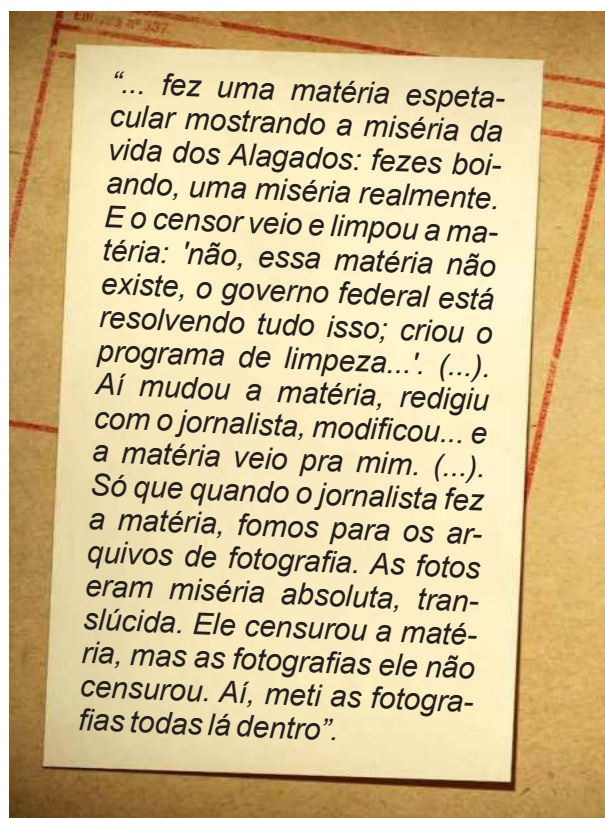
Quando teve o movimento dos estu-

dantes em 1968, eu estava no *Diário de Notícias*. Novamente, eu sou problema, porque o *Diário de Notícias* era supostamente de direita; todo mundo dizia que era de direita, mas naquela época, mesmo quem era de direita, que era jornalista, não era militar. Então, não existia esse negócio. Existia uma trincheira, a mídia era uma trincheira. Existia a mídia mais pra esquerda, menos pra esquerda, mais pro centro... mas não tinha... a não ser talvez um jornal que fosse fascista mesmo. O *Diário de Notícias* não era fascista.

Aí teve um movimento na Praça da Sé e “nêgo” quebrou a cabeça dos estudantes. Não sei se alguém se lembra desse negócio, passaram um pau e quebraram a cabeça dos estudantes, sangue jorrou e era Cavalcante o fotógrafo do jornal. Ele chegou na redação com uma porrada de fotografia incrível.

O redator chefe do *Diário de Notícias* era Clementino Heitor de Carvalho, está vivo, mora para o lado de Paulo Afonso e escreveu no *A Tarde* até recentemente. As matérias chegaram lá – cada matéria explosiva contra o massacre aos estudantes – e eu diamei a primeira página do *Diário de Notícias* daquele dia. Meu irmão, o que eu botei de fotografia com gente sangrando... você pode pegar o *Diário de Notícias* da época. Botei tudo. O coronel Luiz Arthur (não sei se era coronel não época) entrou lá, gerou problema, a 6ª Região Militar veio, me acusaram porque tinha botado as fotografias... [eu] “Não, eu só fiz diagramar...”. Porque você tem que jogar um pouco de inocência nesse negócio. Se você não joga de inocência, você vai preso rápido.

Aí comecei a ser acompanhado diariamente por dois sujeitos: todo lugar que eu ia, os caras iam atrás de mim. Eu já conhecia os caras, que eram minha sombra. Não sei se alguém viu um filme chamado *Mente Brilhante*, que o cara tem esquizofrenia e tem a sombra que vai atrás dele o tempo todo. Pois é. Eu tinha essa



esquizofrenia aí. Eu ia tomar café e os dois estavam lá atrás de mim. Lembro que fui visitar Edson Argolo, o pai de Edson tinha sido preso, ele tinha sido preso. Eu fui visitar Edson Argolo na Base Naval, onde ele era prisioneiro político. Fui visitar e os caras foram atrás de mim. Eu visitando o prisioneiro lá... isso deve ter contado ponto como o diabo a meu favor... [risos]

Eu estava sentindo que não tinha espaço, estava literalmente vigiado. Aí eu concorri a uma bolsa da Aliança Francesa e ganhei. Adivinha o que eu fiz? Fui para a França, me piquei do Brasil. Na época havia aquele negócio “*Brasil: ame-o ou deixe-o*”, que era uma cópia deslavada do negócio dos americanos de Nixon “*America: love it or leave it*”. O Brasil copiou literalmente. Me lembro que estava no aeroporto do Galeão no Rio para ir para Paris e no sanitário havia uma frase grande: “o último a sair apague a luz”. Essa frase correu em vários outros espaços e virou uma frase comum, mas me lembro da frase. Fui para a França e fui estudar na Faculdade de Nanterre. Fui aluno de um cara espetacular: Pierre Salamar, um economista de

terceiro mundo, um cara maravilhoso. Aí fiquei lá, me abrigando, fiquei dois anos na França, de 1968 a 1970. Em 1970 saí da França e fui para a Alemanha – ganhei uma bolsa do Goethe Institut (estudava alemão na época), e fui para Munique de 70 a 72. Aí em 73 voltei para o Brasil. Fiquei fora do jornalismo.

Vale dizer uma coisa: quando estava na França e Alemanha, tive um padrinho exótico, que foi o diretor do Diário de Notícias, que era Odorico Tavares. Ele pagou meu salário de jornalista na Bahia (fiquei recebendo meu salário de jornalista) enquanto estava na Europa. E toda matéria que vinha da França e depois da Alemanha aparecia “do correspondente Nelson Cerqueira”. Eu nunca mandei uma linha. Nunca escrevi nada, nunca mandei uma linha, mas aquelas matérias internacionais que vinham no bip-bip-bip do telex... por discricção, como tinha um cara lá, botavam “do correspondente Nelson Cerqueira”. Então, virei jornalista correspondente sem nunca ter escrito uma linha.

Durante meu período na Alemanha, trabalhei num jornal alemão chamado *Zie Deutsche Zeitung* como assessor para assuntos latino-americanos. Era ótimo, não precisava aparecer, dava todas as informações, o jornal publicava, mas estava livre porque de repente os caras podiam... [pergunta da plateia: Alemanha Ocidental ou Oriental?] Munique é Ocidental. Estive na Alemanha Oriental duas vezes quando estava na Alemanha, porque fui com... estudei na faculdade de Munique, na *Ludwig Maximilians Universität*, estudei filosofia, com um cara chamado Curtis Johansen.

Esse cara era um pensador marxista

que era apaixonado por Glauber Rocha e ele ia dar um curso livre na Universidade de Berlim. Ele me chamou, “você não quer ser meu assistente nesse curso, não?”. Eu disse claro. Fui ser assistente dele na Universidade Livre de Berlim. E cheguei lá na Universidade, e isso é uma coisa curiosa, e dei um curso sobre o Nordeste do Brasil. Eu nordestino, nascido no Irará... só pode falar de sertão. Fui dar um curso sobre sertão. Como o Curtis Johansen gostava muito de Glauber Rocha, eu desenhei meu curso sobre o sertão com um filme de Glauber Rocha. Eu mostrava o filme e gerava a discussão com os alunos a partir do filme de Glauber Rocha. Só que um fenômeno interessante: na Alemanha, os filmes são todos dublados, não têm legenda. Então, os cangaceiros do Glauber Rocha falavam alemão melhor do que eu. Um alemão bonito danado, o meu é arranhado.

Em 73 voltei para o Brasil, fiquei fora esse hiato de tempo. Quando voltei, em 73 pouca coisa tinha mudado no país. O país continuava sob pressão, os militares continuavam aí, as pessoas continuavam sendo perseguidas e morrendo... eu cheguei por Recife na volta. Na hora que saltei do avião, a Polícia Federal me pegou. Quer dizer, os caras já sabiam que eu ia chegar naquele avião, naquela hora, rapaz.

O cara me pegou no aeroporto e abriu minha mala. Eu tinha uns cartazes... os alemães tinham muito aquele negócio chamado plakát, um negócio de uns cartazes. E tinham cartazes de Rosa Luxemburgo, imagina... o cara pegou aquela parafernália de material e dis-se: “você está voltando pela porta errada!”. Me lembro da frase. Aí confiscou meus cartazes. Aquilo me deu uma tristeza...

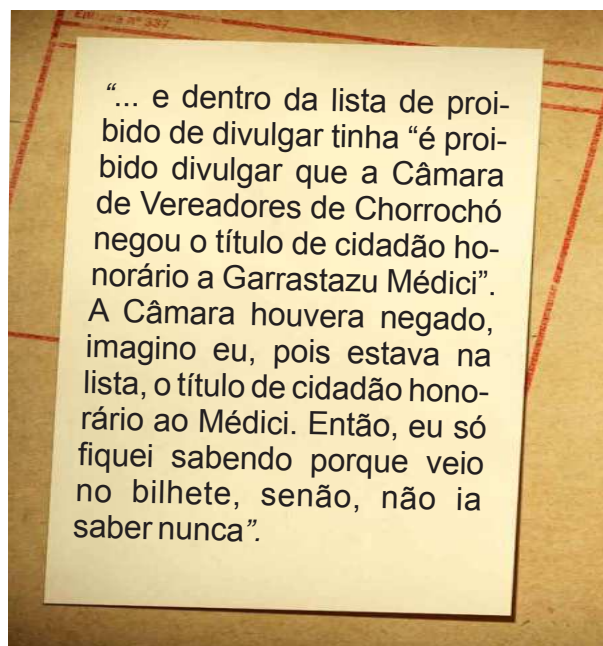
“Depois, em 68, aí o pau comeu. Com o AI-5, Segurança Nacional... essa palavra, tenho um medo enorme dela, é a palavra que mais atacava a gente. Sempre que você fala de Segurança Nacional alguma coisa está errada. No governo entrou aquele triunvirato, depois o governo do Costa e Silva e depois o cara que mais matou no mundo talvez tenha sido o Médici. Aí a coisa piorou mesmo. Me transferi do Jornal da Bahia para o Diário de Notícias”.

coletei aqueles cartazes com tanto amor e o cara levou, fiquei muito triste. Voltei para o *Diário de Notícias*, fui para a reportagem.

Aí teve um fenômeno interessante. O Heraldo Matos (Clementino tinha saído do jornal, não me lembro a razão) tinha sido nomeado editor-chefe do jornal, continua vivo também, irmão do Florisvaldo Matos. Heraldo muito jovem e fiquei com Heraldo na secretaria. Voltou toda a carga. Nessa época, em 73 (antes deveria ser igual, mas estou narrando aquilo que vivi), recebíamos todo dia de noite, da Polícia Federal, uma lista de tópicos que eram proibidos divulgar. Recebíamos a lista num bilhetezinho com tudo que era proibido divulgar.

Aí fiquei esse tempo como secretário, depois Heraldo, por coincidência, ganhou a bolsa pra estudar na França e foi embora. Como eu era o secretário da Redação me promoveram a redator-chefe. Era Paulo Nacif o diretor do jornal, que fez o memorando me nomeando redator-chefe e botou no mural. Tinha um cara lá chamado Valfrido Gerard Reis (que a memória e Deus o ajudem), mas esse cara não era muito confiável, parece que ele era ligado ao governo de Antônio Carlos Magalhães, era o olheiro de ACM lá dentro, tinha um lance assim. Me lembro que quando virei redator-chefe passei a viver um outro lado do jornalismo que nunca imaginei que existia. Que era esse lado de você receber o bilhete da censura. Não podia nada. Quase nada podia publicar.

Me lembro que desses tem um curioso, que gostaria de narrar pra vocês, e dentro da lista de proibido de divulgar tinha “é proibido divulgar que a Câmara de Vereadores de Chorrochó negou o título de cidadão honorário a Garrastazu Médici”. A Câmara houvera negado, imagino eu, pois estava na lista, o título de cidadão honorário ao Médici. Então, eu só fiquei sabendo porque veio no bilhete, senão, não ia saber nunca. Então, o redator-chefe do jornal era um sujeito sacrificado, ele sabia de tudo: morreram 4, morreram 10, mataram Vladi-



mir Herzog... o cara sabia de tudo, mas não podia divulgar. Então, isso, você há de convir, é Mente Brilhante, é esquizofrenia. Você fica naquele lugar meio louco.

Eu fiquei na redação até 1975, dois anos. Em 1975 concorri a uma bolsa da Fullbright para estudar nos Estados Unidos. E ganhei a bolsa. Tinham 280 candidatos e 10 bolsas. Eu disse “uma é minha, as outras nove não quero saber de quem é, mas uma é minha”. E eu briguei por essa bolsa, mesmo. E por incrível que pareça, os americanos, apesar do meu passado, das minhas coisas estranhas, me deram a bolsa e fui estudar nos Estados Unidos. Pra vocês terem uma ideia, o que é mais curioso ainda é que em 64 estudava russo no CEAO, e o curso de russo foi fechado pelos militares. Quando cheguei nos Estados Unidos, estudei russo. No verão, tinham um programa que eles fechavam um prédio todo, esse prédio era a Rússia, só se falava russo no prédio. Eu estudei russo sete anos seguidos pago pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. E aqui não podia ter um curso de russo. Quer dizer, o Brasil era mais anticomunista que o próprio Estados Unidos. É uma piada.

Bom, mas eu fiquei... concorri à bolsa dos Estados Unidos e fui embora, mas no período em que estava aqui teve um

fato que gostaria de narrar. Em 75, saí do Diário de Notícias. Fiquei nos Estados Unidos de 1975 a 1986, 11 anos. Eu fiz mestrado e doutorado na Universidade de Indiana nos Estados Unidos. O que interessa aqui é mais esse fato dos meus momentos finais no jornalismo baiano e meus momentos finais de relacionamento com a censura. O coronel... Estive na PF várias vezes. Além do bilhetezinho, tinham as chamadas visitas. Você era chamado lá para explicar alguma coisa. Eu sempre falei mais ou menos bem, jeitoso, ia lá. Mas eu também fui chamado na governadoria por ACM duas vezes, porque ele tinha pedido para o *Diário de Notícias* dar matéria sobre ele na primeira página. Ele queria estar na primeira página todos os dias. E eu fui conversar com ele para convencê-lo de que ele estar na primeira página era ruim pra ele, porque a imagem ficava desgastada, tal... eu queria preservar meu espaço.

Ele disse “não, cabeloira (eu tinha o cabelo grande), tudo bem, você tem razão, vou rever isso aqui”. Aqui está minha foto da época, com esse cabelo longo, essa barba de Rasputin... era o próprio terrorista ambulante. Aí “não, não, tudo bem...”, mas aí mandou dizer a Paulo Nacif, mandou o recado de que eu tinha que dar a matéria. E esse cara, Gerard Reis, ele supervisionava, se tinha ou não a matéria para informar ao governador antes de o jornal sair. Então, você tinha uma segunda influência de censura no *Diário de Notícias*.

Bom, quando foi (não me lembro a data da morte), mas no dia da morte de Lamarca (eu estava no jornal ainda, era redator-chefe) eu recebi o comunicado, o bilhete da PF dizendo o título padrão, para todos os jornais: “Lamarca morre em tiroteio”. Todos os jornais deram o mesmo

título, podem consultar. Mas aconteceu que essa notícia chegou primeiro pro jornal *A Tarde* devido ao horário; saiu primeiro a manchete grandona lá em cima. Porque eles ainda diziam o seguinte: “Lamarca morre em tiroteio (título de oito colunas – ainda dizia como devia sair publicado. Antigamente tinham as coluninhas, diziam que era na página toda)”. Aí o *A Tarde* publicou, foi o primeiro, e o *Estado da Bahia*: “Lamarca morre em tiroteio”, manchete em cima. Só que em jornalismo, quando alguém já deu a matéria, a matéria é fria. Geralmente você dá a mesma matéria, mas não dá o mesmo destaque. Isso é uma técnica de jornalismo.

“Na hora que saltei do avião, a Polícia Federal me pegou. Quer dizer, os caras já sabiam que eu ia chegar naquele avião, naquela hora, rapaz. O cara me pegou no aeroporto e abriu minha mala. Eu tinha uns cartazes... os alemães tinham muito aquele negócio chamado plakat, um negócio de uns cartazes. E tinham cartazes de Rosa Luxemburgo, imagina... o cara pegou aquela parafernália de material e disse: ‘você está voltando pela porta errada!’”.

Pra mim, dar o título “Lamarca morre em tiroteio” já era uma ferida enorme. Mas como *A Tarde* e o *Estado da Bahia* já tinham dado em cima, eu não precisava dar em cima. Meu raciocínio de jornalista. Aconteceu que nessa noite, pro outro dia de manhã quando o jornal ia sair, teve um outro fenômeno: Aldo Moro, primeiro ministro da Itália, pediu o fim do bloqueio a Cuba naquela noite. Fim do bloqueio a Cuba era uma matéria

espetacular, era uma matéria bombástica. Aí dei em cima: “Fim do bloqueio a Cuba”. E na dobra do jornal, embaixo, onde não aparece logo tinha: “Lamarca morre em tiroteio” (oito colunas). Tchau, Nelson Cerqueira. O coronel mandou me demitir da chefia do jornal.

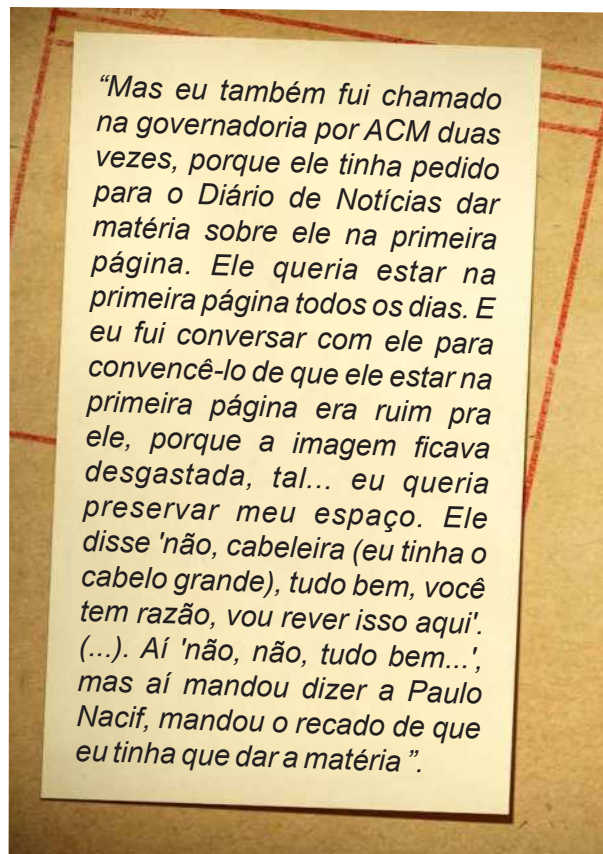
Walter Pinheiro – Sabe que coronel?

Nelson Cerqueira – Coronel Luiz Arthur mandou me demitir. O Paulo Nacif veio e disse: “Nelson, você tem de pedir sua demissão da chefia de redação (aí me mostrou tudo)...”. Eu disse: “doutor Paulo, eu não preciso me demitir. Quando o senhor

me nomeou, o senhor fez o memorando e botou no mural. O senhor faz o memorando e bota no mural me tirando da chefia de redação". Naturalmente, não demorou muito e ele fez o memorando, botou no mural e eu não era mais redator-chefe. Fiquei dois meses ainda no jornal, voltei pra diagramação. Fiquei uns dois meses lá de molho. Claro que eu estava saindo, porque eles queriam que eu me demitisse. Eu, me demitir, você é louco, cara pálida? Aí o jornal me demitiu, pagou meu FGTS e acabou minha vida de jornalista.

Então, minha saída para os Estados Unidos foi providencial, eu não tinha mais espaço, eu era jornalista. Era formado em Letras pela UFBA, me formei em Filosofia antes, mas eu não tinha nenhum espaço pra mim em lugar nenhum. Aí fui embora e esse é meu último capítulo da censura que eu vivi no jornalismo. Saí com a morte de Lamarca – o jornal existe, na dobra do jornal, para o meu orgulho e minha vitória. Posso ter sido derrotado numa porrada de coisas, mas em algumas coisas saí vitorioso, dentro da minha perspectiva, cada um tem a sua perspectiva. Às vezes você está até derrotado, mas você acha que ganhou. Então, meus amigos, esse é meu relato.

Walter Pinheiro – Companheiro Nelson Cerqueira, em nome da nossa Comissão Estadual da Verdade, me cabe, nesse momento, agradecer os seus esclarecimentos. Com absoluta certeza, eles serão muito úteis ao trabalho da nossa comissão, até pelos aspectos inéditos que se registraram sob suas mãos, sob seu acompanhamento na noite de 31 de março de 64 para o 1º de abril, dando ao *Jornal da Bahia* essa condição de sair sem título - algo que deveremos incorporar ao acervo, e será também muito útil à CNV. O que me cabe, nesse momento, seria indagar o seguinte: nesse período, tanto no *Jornal da Bahia*, (64 a 68), depois disso já no *Diário de Notícias* (de 73 a 75), independentemente de presenciar e acompanhar ou sofrer essa censura, que não deixa de ser uma tortura



psicológica também, primeiro, sofreu algum processo? Chegou a ser preso, ou teve convivência com companheiros que tenham sido processados ou presos pelo regime militar?

Nelson Cerqueira – Eu não fui preso. Como disse, eu fui vigiado, mas não fui preso, não tive nenhuma prisão. Só estive em prisão visitando amigos, como narrei aqui, a visita a Edson Argolo e o pai dele – pessoa mais próxima por laços afetivos que fui visitar na prisão. Claro que vi muitos outros amigos em prisão: Vander Prata, que era um colega meu do Engenho Velho de Brotas (que a gente fazia a educação Paulo Freire na época), foi morto. Vários amigos meus sofreram, mas eu não fui preso, nem participei de nenhum ato físico... não vi ninguém sendo preso na minha frente. O único sujeito que vi ser preso foi Edson Argolo. Ele trabalhava na Editora do Brasil na Mouraria e eu dava um curso de inglês para os representantes da editora na Bahia. E um dia ele saiu de kombi para entregar um negócio dos livros e ele foi preso, junto com Denilson, por transportar armas. A pri-

são dele foi por isso. Não sei se ele estava transportando armas, só ele pode dizer isso – não posso dizer, porque não estava lá, não estava dentro da kombi. Sabia que a kombi levava livro para entregar nas livrarias, mas não sei como isso se processava. Então, não tenho nenhum ato de prisão me envolvendo, nem ninguém nunca me disse “você vai ser preso amanhã”. Não, nunca me disseram isso, não. Me prenderam intelectualmente, isso muitas vezes, mas prisão física não sofri, nem sofri nenhuma tortura, a não ser tortura psicológica.

Walter Pinheiro – Além do coronel Mendes Pereira e do coronel Luiz Arthur, lhe ocorre algum outro nome, agente público, que tenha agido contra os jornalistas?

Nelson Cerqueira – Não, eu não sei, não me ocorre o nome de ninguém. E para te ser sincero mesmo, eu tentei até obliterar esse negócio da minha mente, porque uma mente torturada é terrível. O *Jornal da Bahia* não era um jornal comunista, não. Vamos ser francos, sinceros e honestos. Você não vai imaginar que o jornal de um latifundiário é um jornal comunista; era um jornal que tinha algumas ideias progressistas. Talvez até o não ter botado a manchete e o jornal não ter o salvo conduto, levou o jornal mais para a esquerda do que ele era – muito mais.

O jornal virou comunista talvez por isso. E você tinha pessoas progressistas lá dentro: Glauber Rocha era do jornal; Orlando Sena; Sóstrates Gentil... esse povo todo era do *Jornal da Bahia*, mas não tenho certeza... me lembro de João Falcão no auditório do jornal, lá em cima, na Barroquinha, dizendo sem poder dar aumento à

gente (não sei se era o caso), mas não tinha aumento e dizia o seguinte: “olha, não tem aumento, porque o jornal está tirando o chocolate da boca dos meus filhos”. Eu me lembro dessa frase cristalina. Quer dizer, você dizer que essa pessoa é comunista no sentido estrito da palavra, acho que é um pouco de exagero, forçar a barra um pouco. Mas às vezes você não é comunista porque quer, não, mas porque a circunstância lhe

empurra nessa direção. Ou você é ativista de direita ou de esquerda... não é porque você quer ser ativista, não, as circunstâncias te empurram em outra direção, e você tem algumas ideias e elas te levam nessa direção. Então, não tenho nenhum relato. Vi gente ser presa na rua, como jornalista, de chegar assim, prender, botar todo mundo no camburão e levar – muita gente. Até em manifestação do Teatro Vila Velha eu vi gente sendo presa.

Walter Pinheiro – Isso faz lembrar... essas dificuldades são inerentes a todos, mas no prédio lá, não sei se era da Noite, não sei bem... mas

o Chateaubriand, ele que era um tradicional mau pagador, ia subindo no elevador quando encontra um velho companheiro da redação, que ele não encontrava há algum tempo, embora estivessem no mesmo prédio, e aí ele abraçou: “você está fazendo o quê?”; [outro] “eu estou aqui, agora eu sou copy desk...”; [ele] “está ganhando quanto?”; [outro] “ganho mais ou menos mil”; [ele] “ah, é muito pouco. Vou mandar aumentar para 2 mil”; [outro] “não faça isso, porque com mil já tenho três meses que não recebo, você passar pra 2 mil...” [risos]

Nelson Cerqueira – É a mesma coisa. Me-

“Pra mim, dar o título ‘Lamarca morre em tiroteio’ já era uma ferida enorme. Mas como A Tarde e o Estado da Bahia já tinham dado em cima, eu não precisava dar em cima. Meu raciocínio de jornalista. Aconteceu que nessa noite, pro outro dia de manhã quando o jornal ia sair, teve um outro fenômeno: Aldo Moro, primeiro ministro da Itália, pediu o fim do bloqueio a Cuba naquela noite. Fim do bloqueio a Cuba era uma matéria espetacular, era uma matéria bombástica. Aí dei em cima: ‘Fim do bloqueio a Cuba’. E na dobra do jornal, embaixo, onde não aparece logo tinha: ‘Lamarca morre em tiroteio’ (oito colunas). Tchau, Nelson Cerqueira. O coronel mandou me demitir da chefia do jornal”.

lhor deixar mil do que me dar 2 mil, já não estou recebendo mil... é parecido com “o jornal está tirando o chocolate dos meus filhos”.

Walter Pinheiro – Da minha parte está bem. Alguma pergunta?

Joviniano Neto – Uma é uma correção, talvez você tenha feito por ironia. Você falou que participou no Central da Juventude Comunista Católica. Deve ser Juventude Estudantil Católica.

Nelson Cerqueira – Deve ser isso aí, um movimento... que era o pessoal de esquerda. Depois, eu fui do CPC.

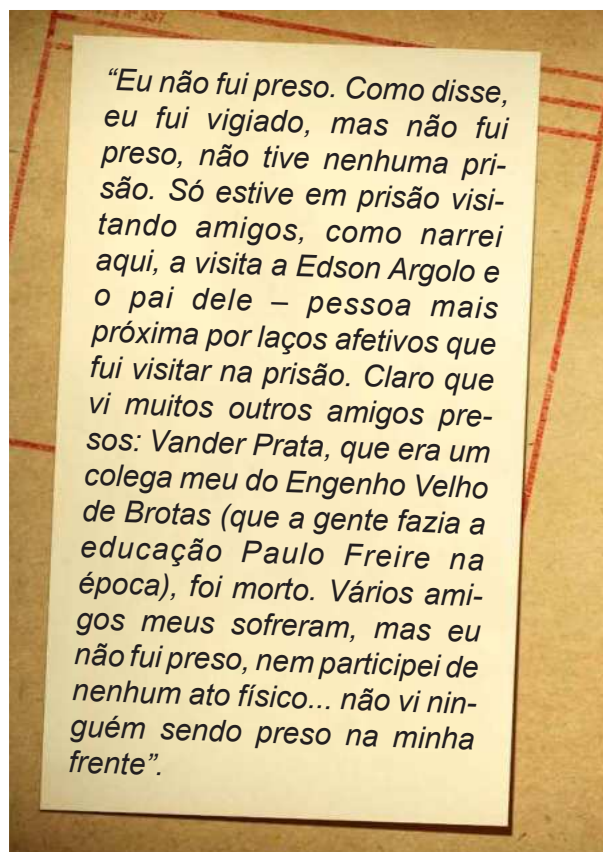
Joviniano Neto – Uma outra coisa é uma pergunta concreta: várias vezes aparece na sua visita a Argolo... você foi alguma vez vinculado ao Partido Comunista, ao Partido?

Nelson Cerqueira – Eu fui membro do Partido.

Joviniano Neto – Isso dava pra sentir. Desde quando mais ou menos?

Nelson Cerqueira – Fui do Partido Comunista, e toda minha produção acadêmica (você pode ler, acabei de escrever um livro sobre Jorge Amado; escrevi um livro sobre Kafka; escrevi um livro sobre Agostinho Neto, grande líder revolucionário do Partido Comunista de Angola...), todos meus livros têm como substrato teórico a filosofia marxista.

Joviniano Neto – Só pra confirmar, porque estava dando para sentir. Uma outra questão é em relação ao Diário de Notícias. A informação que temos é que o Diário de Notícias (inclusive já usei uma vez o título, que o Diário de Notícias se considerava como diário oficioso da revolução) e antes era vinculado explicitamente à UDN, apoiava Rui Santos como candidato, ACM, era o próprio jornal ligado à UDN. ACM inclusive foi jornalista do Estado da Bahia. Então,



quando você falou aqui que o Diário de Notícias era supostamente de direita... que ele era ligado à UDN, era. Qual o peso que a UDN tinha lá?

Nelson Cerqueira – Veja bem, as instituições, meu irmão, não existem. Quem existem são as pessoas. O Diário de Notícias foi da UDN, sei lá, nem sei de quem que foi, não interessa. Naquele momento histórico, as pessoas que estavam na UDN fizeram uma outra coisa. Então, a UDN virou uma outra coisa naquele período, porque, como eu digo, as instituições não existem. Quem existem são as pessoas, nós fazemos as instituições. Quando você deu o título “fim do bloqueio a Cuba”, quem deu foi a UDN, procura no jornal brasileiro quem deu o fim do bloqueio a Cuba.

Joviniano Neto – Não foi a UDN, mas foi exatamente por isso que você saiu do jornal...

Nelson Cerqueira – Sim, claro, mas o jornal veiculou. O jornal veiculou, porque ele me aceitou na chefia de redação num

determinado período. Talvez, o Diário de Notícias jamais deveria ter me aceito na chefia de redação do jornal. Vamos analisar friamente: se era realmente tudo isso, não deveria, porque podia imaginar que alguma coisa daria errado. [risos] Aliás, deu errado. Deu errado pra mim também, porque eu acabei terminando minha vida de jornalista – não sei se pro bem ou pro mal, mas o fato é que aquilo ali mudou...

Joviniano Neto – No *Diário de Notícias*, conviveu com Luiz Sampaio?

Nelson Cerqueira –

Quem era do *Diário de Notícias* na época? Heitor Castro não era do *Diário de Notícias*. Heitor Castro era do *Estado da Bahia*, editor-chefe. ACM não foi da minha época, foi muito antes. Na minha época, não tinha ninguém que eu saiba... o único sujeito que tinha era Heraldo Matos, que depois foi nomeado para ser diretor do BNH (SFH – Sistema Financeiro de Habitação da época) pelo governo. Tenho dúvidas se Heraldo era tão de direita assim quanto possam imaginar, apesar de ele ter sido nomeado.

Joviniano Neto – Uma pergunta, talvez tenha condições de responder, talvez não: o Diário de Notícias terminou entre 75 e 79. Você tem ideia de quando ele terminou?

Nelson Cerqueira – Não. Eu já não estava no Brasil. Quando fui embora para os Estados Unidos em 75, minha notícia sobre o Brasil era de jornais que lia na biblioteca da Universidade de Indiana, porque não tinha nada acontecendo no Brasil a não ser a morte dos amigos que me interessasse. Quando estava na França, eu era um exilado ativista. Eu participava de Anistia, de movimento, tocava até samba no final da

anistia, da reunião, tocávamos até tambor no final do evento. Mas nos Estados Unidos eu passei a trabalhar exclusivamente com estudos literários e filosóficos. Me dediquei a uma outra vida, entendeu? Então, não sei quando fechou, mas posso dizer o seguinte: quando deixei a chefia de redação, foi nomeado para o meu lugar Valfrido Gerard Reis – o sujeito que ficava olhando o que estava sendo publicado foi nomeado redator-chefe do jornal. Talvez ele devesse ter sido nomeado redator-chefe do jornal lá atrás em 74 quando entrei (fiquei pouco tempo, Heraldo ainda ficou um período lá).

Se o jornal queria manter sua linha de direita mesmo, devia ter nomeado o cara logo, por que nomear Heraldo, depois me nomear pra oxigenar a redação do jornal? Não precisava, podia ter feito lá o negócio deles. Esse é um fato histórico, o jornal existe, você pode chegar na Biblioteca Central, pegar o *Diário de Notícias* desse período e ver que tem uma outra linha editorial.

Se a linha editorial era a linha do fundador ou não, eu lhe confesso

nem sei, porque o cara não virou pra mim e disse: “aqui você só pode publicar isso...”. Não me pediu. Eu publiquei o que achava que era notícia, que era razoável do ponto de vista jornalístico e lógico, pelo amor de Deus, não vamos ser inocentes, transmitindo um pouco o meu viés ideológico. Quem não transmitir seu viés ideológico é no mínimo esquizofrênico ou louco. Se você tem um viés, ele tem que aparecer em algum lugar.

Jackson Azevedo – Eu queria exatamente lhe perguntar sobre o que professor Joviniano disse que foi um erro (eu não sei se foi um erro): existiu uma Juventude Comunista Católica? Porque pra mim não surpreende

“Mas às vezes você não é comunista porque quer, não, mas porque a circunstância lhe empurra nessa direção. Ou você é ativista de direita ou de esquerda... não é porque você quer ser ativista, não, as circunstâncias te empurram em outra direção, e você tem algumas ideias e elas te levam nessa direção. Então, não tenho nenhum relato. Vi gente ser presa na rua, como jornalista, de chegar assim, prender, botar todo mundo no camburão e levar – muita gente”.

que tenha existido. Que existia JEC, todo mundo sabe, mas não tem nada a ver, a JEC não era confessadamente um movimento comunista. E havia na Igreja quem sempre defendeu uma concepção de integração, achando que o cristianismo nunca foi anticomunista e que o comunismo nunca foi anticristão. Há vários teólogos, vários pensadores e católicos que pensam assim. Então, lhe pergunto assim: você se lembra se houve um movimento assim? Porque a mim interessaria muito, com esse nome (Juventude Comunista Católica). Porque que havia uma Juventude Comunista Católica havia, foi o que conheci na Igreja a vida inteira, da qual me aproximei. Agora existia como um movimento?

Nelson Cerqueira – Existia como movimento, porque existia um grupo, pessoas que trabalhavam com isso. Me lembro que a gente, com a educação Paulo Freire, o lugar que dávamos aula para alfabetização de jovens era na igreja do fim de linha do Engenho Velho de Brotas. E o padre lá participava com a gente desse negócio, da educação Paulo Freire. Não sei quais eram...

Jackson Azevedo – O primeiro curso que fiz sobre marxismo foi proporcionado pela Igreja, através da Regional Nordeste III da CNBB e da Arquidiocese de Salvador. Estudava-se a teoria marxista no contexto de um curso mais amplo ministrado no Instituto Superior de Pastoral Catequética (ISPAC).

Joviniano Neto – Estudar o marxismo é

uma coisa, criar uma Juventude Comunista Católica... acho que a Igreja nunca criou não... como instituição não.

Jackson Azevedo – Eu acho até que criou; se não criou, fez muito mal em não ter criado. Mas eu acho que criou, ou deveria ter criado. Eu acho que criou, porque vários movimentos existiram, confessadamente comunistas.

Nelson Cerqueira – Talvez eu tenha usado a expressão mais como sentimento do que como organização, porque como eu disse antes, as organizações não existem, quem existem são as pessoas. Eu continuo coerente com meu princípio. E como as pessoas eram assim, então assim o era.

Joviniano Neto – Não vamos discutir isso não, naquela época eu era dirigente da Ação Católica, da JUC, que trabalhava junto com a JEC... então, fomos no Central fazer política.

Jackson Azevedo – Nelson, agradecendo a presença de todos, registrando mais uma vez a presença do governador Waldir Pires, reiterando o agradecimento por você ter aceitado e agradecemos muito a colaboração significativa que você prestou à Comissão Estadual da Verdade. Muito obrigado.

Nelson Cerqueira – Obrigado a você, obrigado a todos, por ouvirem essa história toda.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
29 de julho de 2014 - Sede da Comissão Estadual da Verdade
Salvador - Bahia



*** Oldack de Miranda**

DEPOENTE: OLDACK DE MIRANDA

Nascido em Teófilo Otoni em 13 de maio de 1945, o jornalista Oldack de Miranda foi preso e torturado diversas vezes e viu muitos de seus amigos serem mortos durante a ditadura. Viveu muito tempo na clandestinidade. Preso, foi torturado em Salvador e em Recife. Em Minas Gerais, embora tenha cumprido pena, não foi vítima de tortura. Participou política e jornalisticamente do desenrolar da luta contra a ditadura, pela anistia, e mais tarde pela verdade, memória e julgamento dos torturadores. É autor, juntamente com Emiliano José, do livro “Lamarca: o capitão da guerrilha”, escrito em 1980.

Eu não tenho a verve de Sara Brito e outros depoentes, e nem a memória, então, eu escrevi, que é a única coisa que sei fazer com um pouco mais de confiança. O conteúdo desse depoimento é muito semelhante e mais ou menos equivalente ao conteúdo do requerimento que eu apresentei à Comissão de Anistia e Reparação do Ministério da Justiça, com alguns acréscimos, porque muda o foco, mas a história é a mesma. Eu começo no dia 22 de outubro de 1973. Me lembro, saía do apartamento da família, na avenida Dendzeiros, na Baixa do Bonfim, aqui em Salvador, e na calçada fui barrado por policiais à paisana. Me deram voz de prisão, me levaram para a Superintendência da Polícia Federal no Comércio. Antes, subiram ao apartamento no 1º andar, ensaiaram uma busca, assustaram meus irmãos menores de idade, foram direto ao meu guarda-roupa e descobriram um envelope com textos políticos da Ação Popular.

Foi como se eles soubessem de antemão da existência do envelope. Havia mais pessoas presas na sala. Lá estavam as jornalistas Nádia Magalhães Miranda, Mariluce Moura, a nutricionista Odívia Rosa Oliveira e Gildo Macedo Lacerda. Ofereceram almoço, e pressentindo dias difíceis, aceitei. O agente ainda fez uma observação: “você está muito calmo, normalmente, os presos não aceitam o almoço”. Minha aparência era de calmo, mas a angústia, o medo do que poderia vir, um horrível sentimento de culpa por me

*Texto revisado pelo depoente.

deixar prender, envolver a família, o coração saindo pela boca – uma tristeza imensa. Difícil precisar as horas. Na parte da tarde, um elemento policial levantou ligeiramente a venda e pude enxergar uma farda verde oliva. Era a sede da Polícia Federal, mas eu estava nas mãos do Exército Brasileiro. Passados anos, soube que era o coronel Luiz Arthur de Carvalho, superintendente da PF na Bahia. Na verdade, estava nas mãos do CIE da 6ª Região Militar, a repressão. Respondi formalidades e preenchi papéis. Já era noite quando fui levado para o Quartel do Barbalho, uma construção secular, com celas de paredes úmidas e grades com grossas barras de ferro, uma cama, colchão, e no canto uma lata de querosene como vaso sanitário.

Deram-me papéis e queriam que eu escrevesse nomes, locais, informações de pessoas que eu havia convivido em 1969, 1970, 1971. Foi uma longa noite. Pela manhã, me fizeram atravessar o pátio do quartel, encapuzado, me empurravam. Eu subi uma rampa e passei a ser interrogado numa sala. Um soldado depois me disse que era o refeitório dos oficiais. E o rádio em volume alto era para abafar os gritos dos torturados, já que havia uma rua vizinha ao quartel. Foi um dia de terror: pontapés, socos, e me fizeram subir naquelas latinhas que cortavam os pés. O primeiro interrogatório não durou muito tempo, logo me trouxeram de volta à cela de estética medieval. Foi então que vi Gildo Lacerda sendo empurrado, encapuzado, com muita violência, em direção ao pátio. Tinha uma ferida no pé muito inchado, que o fazia mancar, e o empurravam brutalmente, para que sentisse dor.

“Deram-me papéis e queriam que eu escrevesse nomes, locais, informações de pessoas que eu havia convivido em 1969, 1970, 1971. Foi uma longa noite. Pela manhã, me fizeram atravessar o pátio do quartel, encapuzado, me empurravam. Eu subi uma rampa e passei a ser interrogado numa sala. Um soldado depois me disse que era o refeitório dos oficiais. E o rádio em volume alto era para abafar os gritos dos torturados, já que havia uma rua vizinha ao quartel. Foi um dia de terror: pontapés, socos, e me fizeram subir naquelas latinhas que cortavam os pés”.

Eu acho que não vou conseguir levar isso nem lendo... [emociona-se] Negócio difícil, né? Já era tortura a maneira como empurravam. Reconheci Gildo Lacerda porque havia me encontrado com ele em Salvador. Ele próprio tinha me passado os textos da Ação Popular: os dois sentados num banco de jardim, no Largo de Roma. Com o tempo, a memória se turva. Não sei mais com exatidão quantos dias fiquei

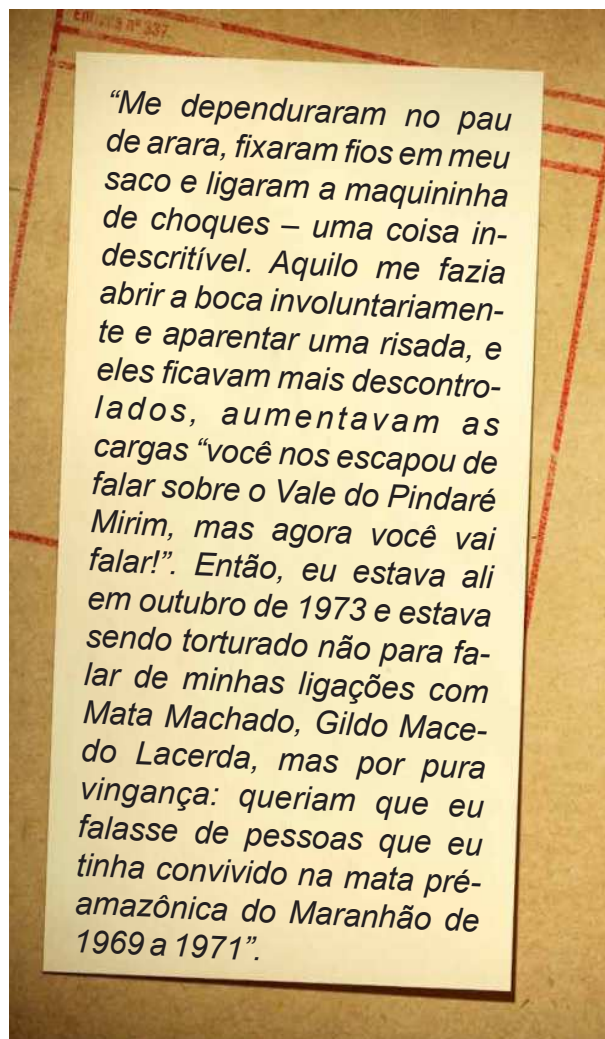
naquela cela do Quartel do Barbalho. Sei que um dia me deixaram tomar banho, vestir roupas limpas e me obrigaram a entrar num camburão para a Base Aérea da Aeronáutica, integrada ao Aeroporto Internacional 2 de Julho, algemado, com uma blusa cobrindo as algemas, porque havia civis no pequeno avião da FAB. Fui levado para Recife. Do aeroporto de Recife, encapuzado, fui transportado no chão de uma rural willys para uma dependência militar, mantido incomunicável, até que começaram os interrogatórios sob tortura: me dependuraram no pau de arara, fixaram fios em meu saco e ligaram a maquininha

de choques – uma coisa indescritível. Aquilo me fazia abrir a boca involuntariamente e aparentar uma risada, e eles ficavam mais descontrolados, aumentavam as cargas “você nos escapou de falar sobre o Vale do Pindaré Mirim, mas agora você vai falar!”. Então, eu estava ali em outubro de 1973 e estava sendo torturado não para falar de minhas ligações com Mata Machado, Gildo Macedo Lacerda, mas por pura vingança: queriam que eu falasse de pessoas que eu tinha convivido na mata pré-amazônica do Maranhão de 1969 a 1971. Nem se eu quisesse falar, me lembraria. Passei muito tempo fazendo um

esforço brutal para esquecer nomes e locais. Em novembro de 1971, depois de dois surtos de malária e de atendimento médico-hospitalar na área de indigente, tendo chegado aos limites da minha resistência pessoal, deixei o trabalho camponês do Vale do Pindaré Mirim, desci para Salvador, onde reencontrei meus pais.

Eu me mantive na clandestinidade por solidariedade de familiares baianos: tios e primos, até que decidi em 1972 me apresentar para cumprir os seis meses de prisão a que fora condenado à revelia em Minas Gerais, no mesmo processo que Gildo Lacerda também havia sido denunciado. Minha mãe havia feito um acordo com um general que tinha sido colega dela de escola em Barbacena. Pelo acordo, eu me apresentaria para cumprir a pena e iria direto para a penitenciária de Linhares, Juiz de Fora, sem passar pelo DOPS mineiro, que era a antessala da tortura em Minas Gerais. E assim foi feito. Cumpri parte da pena na penitenciária e parte em domicílio dos tios em Barbacena, com obrigação de me apresentar semanalmente na delegacia de polícia. Mas como estávamos no auge da ditadura militar, governo do general Médici, havia sempre o risco de me levarem a interrogatório. Então, fui exercitando a memória ao contrário, não para lembrar, e sim para esquecer nomes e locais. Funcionou, porque no desespero da tortura em Recife, não conseguindo me lembrar do nome de militantes camponeses, passei desesperadamente a inventar, a descrever pessoas que não existiam com nomes que não existiam, em locais ermos da mata do Pindaré Mirim. Somente não consegui, e não seria possível, esquecer o nome do Manoel da Conceição, o líder camponês do Maranhão, com quem convivíamos, eu e minha companheira Solange Soares Nobre.

As minhas datas não são precisas. Sei que fui preso em Salvador no dia 22 de outubro de 1973, e sei que ainda nos interrogatórios do Quartel do Barbalho um dos torturadores me chegou aos ouvidos e



disse sorrindo “Zé Carlos e Gildo, já era”. Isso aconteceu no dia 29 de outubro, portanto, revendo as datas, quando fui levado de avião da FAB para a tortura em Recife, já não queriam saber nada de José Carlos da Mata Machado e Gildo Lacerda, que tinham sido assassinados no dia 28 de outubro. Queriam vingança mórbida, por eu ter escapado do IPM de Minas Gerais, por saberem que eu estive no trabalho camponês da Mata do Jaíba e do interrogatório sobre o Vale do Pindaré Mirim, no tempo da repressão no Maranhão.

Por que depois de passar pelo risco da tortura, me apresentar, cumprir pena, me legalizar, voltei a manter contato com a Ação Popular? Logo que saí da prisão, recuperei meus documentos pessoais, senti a necessidade de visitar o irmão Nilmário Miranda, que cumpria pena de 4 anos em São Paulo. Para ter acesso ao

presídio Tiradentes, recorri aos velhos companheiros e colegas da Faculdade de Direito da UFMG, dos advogados Joaquim Martins e Anatólio Aranha. Eles me facilitaram o acesso ao irmão e me passaram um recado: “Zé Carlos precisava da minha ajuda”. Estava no Nordeste e sempre passava pela Bahia.

Em 1973 eu o recebi em meu apartamento em Salvador, na Baixa do Bonfim. As notícias não eram boas, o cerco da repressão era visível. Havia evidências de que estava sendo vigiado, ele precisava de ajuda e o ajudei. Ao reencontrar Zé Carlos, antigo companheiro de militância na Faculdade de Direito, reencontrei Gildo Lacerda. Minha história de militância está ligada a Gildo e Zé Carlos, ambos assassinados naquele outubro sangrento. Fomos às ruas juntos, nas passeatas estudantis contra a ditadura.

“Como estávamos no auge da ditadura militar, governo do general Médici, havia sempre o risco de me levarem a interrogatório. Então, fui exercitando a memória ao contrário, não para lembrar, e sim para esquecer nomes e locais. Funcionou, porque no desespero da tortura em Recife, não conseguindo me lembrar do nome de militantes camponeses, passei desesperadamente a inventar, a descrever pessoas que não existiam com nomes que não existiam, em locais ermos da mata do Pindaré Mirim”.

Eu e Gildo fomos denunciados e incorporados ao IPM dos 37 militantes da Ação Popular, em 1969, famoso em Minas Gerais pela violência extrema das torturas nos interrogatórios, principalmente, contra as mulheres. Nós três escapamos do cerco, e entramos na clandestinidade. Eu, Solange Soares Nobre (minha companheira) e Gildo Macedo Lacerda. Ocupamos em momentos diferentes, mas bem próximos, o mesmo aparelho da rua Osvaldo Cruz, 611, no bairro Gameleira, Belo Horizonte.

Nós três fomos condenados na farsa do Tribunal da Justiça Militar da 4ª CJM, sediado em Juiz de Fora. Condenados à revelia, portanto, sem direito de defesa, e com base em depoimentos de terceiros, tomados na tortura. O processo, rude e simplório, com uma ideologia militarista chegou ao fim em abril de 1972.

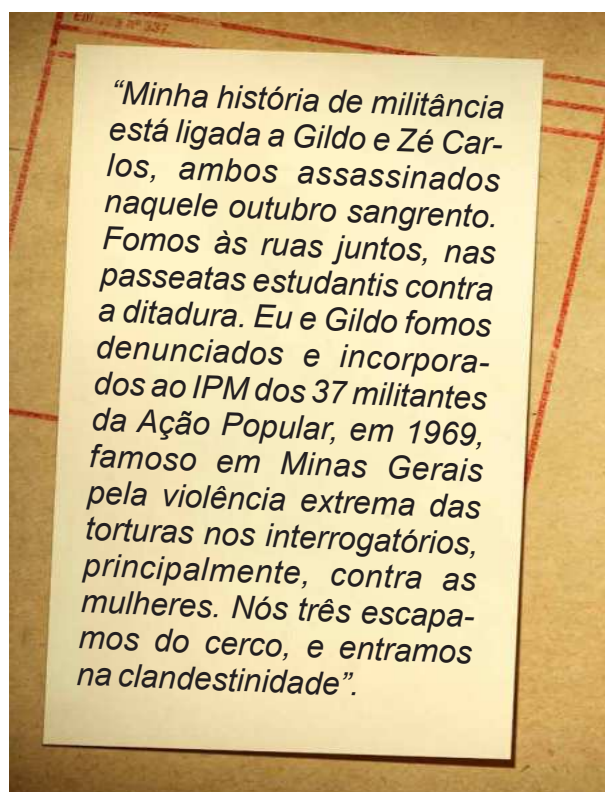
Estão nos registros: Gildo Macedo Lacerda, 21 anos, codinome Frederico (Fred), foragido, foi o 17º denunciado como dirigente regional da Ação Popular, responsável pelo movimento estudantil; Oldack de Miranda, 24 anos, codinome Vicente, denunciado por tentar sublevar os camponeses da Mata do Jaíba, Norte de Minas. Nesse mesmo processo, foram condenados, depois de barbaramente torturados, o casal [pausa, emociona-se] Loreta Valadares e Carlos Antônio Melgaço Valadares. Moramos juntos, no mesmo aparelho, trabalhamos juntos na tarefa de organizar os posseiros da Mata do Jaíba, no Norte de Minas. Eles foram condenados a mais três anos de prisão. Cumpriram a pena e tiveram que se exilar para garantir a própria vida e só regressaram ao País com a lei da Anistia. As bárbaras torturas e as penas impostas pelo tribunal militar justificavam o mergulho na clandestinidade.

Uma questão de sobrevivência, com tais ligações políticas, foi natural receber em minha casa outro velho amigo de militância em Belo Horizonte: Gilberto Prata, a pedido de sua irmã, Madalena Prata Soares, mulher e mãe dos filhos de Zé Carlos. Ela também na clandestinidade. Acreditei na conversa dele, Pratinha, assim o chamávamos. Morava em Salvador, porque supostamente tinha tido problemas no casamento e queria se afastar de Goiânia. Morava na ladeira da Independência, 54, e passávamos juntos alguns fins de semana. Com minha prisão em 1973, perdemos contato. Somente em 1984, 10 anos depois, quando em plena crise de depressão ele decidiu confessar à irmã sua participação como agente da repressão à caça de Zé Carlos e Gildo. Aí é

que fui descobrir a extensão da tragédia. Por solidariedade, acolhera em minha casa um traidor, um sujeito que entregara para a morte seu próprio cunhado. E como fez com seu cunhado Zé Carlos, entregara para a morte Gildo. E ele próprio achava que contribuía para a captura e morte de muitos outros militantes revolucionários: Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho, Humberto Câmara, Fernando Santa Cruz, Honestino Guimarães.

Em 1993, estes fatos tornaram-se públicos, depois que Gilberto Prata prestou depoimento na Comissão Externa de Mortos e Desaparecidos na Câmara Federal. Passei a conviver com esse sentimento de pesar e ódio, por ter sido envolvido pessoalmente na trama. Dentro de uma correspondência familiar, chegada pelos Correios, estava um pedaço de papel fazendo referência a um número 54, casarão da ladeira da Independência, endereço de Gilberto Prata. Na época, dei o alarme, percebi que todos estavam sendo vigiados, mas logo em seguida veio a operação policial no dia 22 de outubro, com as prisões em São Paulo, Bahia e Pernambuco.

Senti muito ódio, mais ódio que medo. Nunca consegui me libertar desse baixo sentimento. Nunca alcancei a grandeza espiritual do professor Edgar Mata Machado, meu professor, pai de Zé Carlos, que dissera haver perdoado os assassinos de seu filho. Eu nunca os perdooarei. Nunca perdooarei a traição de Gilberto Prata, sempre me lembrarei do professor Edgar em cuja residência a rua Alagoas, bairro de Funcionários, em Belo Horizonte, eu e Zé Carlos fazíamos reunião do núcleo da Ação Popular da Faculdade de Direito da UFMG, planejando a campanha do voto nulo, do movimento contra a ditadura. Isso na casa do deputado federal pelo MDB, Edgar da Mata Machado, eleito em 1966, como um chute na cara da ditadura, tanto que acabou cassado pelo AI-5 em janeiro de 1969. Eu me emocionei ao ler sua mensagem bíblica, de despedida ao filho, tendo vivido pouco, cumpriu a tarefa de uma longa existência.



O mesmo podemos dizer de Gildo Lacerda. Passados 40 anos, na sessão da Comissão da Verdade Rubens Paiva, em 25 de outubro de 2013, sob a presidência do deputado estadual Adriano Diogo (PT), da Assembleia Legislativa de São Paulo, novamente recorri a uma epígrafe do escritor francês *Léon Bloy*, feita pelo mestre Edgar, em entrevista concedida à revista Vozes em 1981, em homenagem aos inesquecíveis companheiros Zé Carlos e Gildo podemos dizer: *“souffrir passe, avoir souffert ne passe jamais”* - sofrer passa, ter sofrido não passa nunca.

Desde 1964, quando do golpe militar, passei a ser perseguido pelos militares que tomaram o poder. Desde jovem, aos 15 anos de idade, participava do movimento estudantil secundarista em Teófilo Otoni, cidade situada no Nordeste de Minas, integrado à Juventude Estudantil Católica, a JEC. Poucos dias após o golpe, meu pai Oldack Caetano de Miranda, comerciante, foi preso e detido em Governador Valadares, por cerca de 15 dias. O clima de terror, deduração, medo, se instalou em Teófilo Otoni. Assim, optei permanecer na cidade

por dois motivos: precisava ajudar no funcionamento da casa *Miveste*, a loja da qual dependia a sobrevivência da família, e também por estar cumprindo serviço militar, no tiro de guerra 102, pois poderia ser considerado desertor. Fiquei e me vi obrigado a ouvir discursos anticomunistas e agressões verbais de parte do sar-gento do Tiro de Guerra. Ele fazia suas preleções militaristas e os colegas olhavam para mim.

Meu pai havia sido denunciado porque ouvia a rádio Mayrink Veiga, de Leonel Brizola, que encorajava os brasileiros a se organizarem no Grupo dos Onze. Ele respondeu ao inquérito policial militar e perguntado se ele pertencia ao Grupo dos Onze, ele respondeu “sim, e sou o chefe. São meus 9 filhos, minha mulher e eu”. Está no IPM. A piada ganhou notoriedade, quando foi publicada em coluna do *Jornal do Brasil* anos depois. Meu pai, ao retornar para casa, desfilou-se da Associação Comercial em protesto, porque a entidade não se manifestara contra a prisão dele.

O ano de 1965 tornou-se irrespirável em Teófilo Otoni. O medo instalou-se nas escolas e grêmios estudantis; prisões de líderes políticos municipais e de simples cidadãos dedurados tornaram o debate de ideias políticas impossível. Toda minha turma do 2º ano clássico do Colégio Estadual Alfredo Sá decidiu se mudar para Belo Horizonte, cursar o 3º ano e ao mesmo tempo preparar-se para o vestibular. Em 1965, não houve 3º ano clássico no Colégio Estadual. Dispersamo-nos pelas escolas em Belo Horizonte. Eu me matriculei num colégio estadual no bairro Santo Antônio. No final do ano, passei no vestibular da Faculdade de Direito da UFMG. Deixei a direção regional da Juventude Estudantil

Católica e me filiei à Ação Popular na faculdade.

Então, vem a radicalização da luta contra a ditadura. Fomos às ruas. Logo os órgãos da repressão me identificaram como integrante da AP, uma organização de orientação socialista, cujo documento base tinha sido redigido pelo padre, filósofo, teólogo Henrique Vaz. Em 1967, por segurança pessoal, fui morar em favelas, numa semiclandestinidade diante do risco de prisão. Estávamos certos, passada a ditadura militar, foram encontradas fotos minhas numa ação de grande repercussão à época. Diante de uma repressão violenta a uma passeata, os estudantes se refugiaram no prédio da Faculdade de Direito da UFMG.

Em 1998, 30 anos do AI-5, a foto do jovem sem camisa, com pedras na mão, no mezanino do prédio em construção virou cartaz da calourada e ilustração para a carteira da UNE. Depois, ilustrou um cartaz sobre Justiça de Transição. As fotos tinham sido encontradas nos arquivos do DOPS de Minas Gerais. Eram fotos minhas, eu estava identificado. Com a orientação política de deslocamento para o campo, eu e minha companheira Solange Soares Nobre, Loreta Kiefer Valadares, Carlos Antônio Melgaço Valadares... por volta de janeiro de 1968, fomos organizar os posseiros da Mata do Jaíba, no Norte de Minas. O objetivo era organizar primeiro os posseiros em sindicatos, com vistas à futura luta armada, uma referência da presença da AP na Mata do Jaíba está descrita no livro *As Moças de Minas*, do jornalista Luiz Manfredini, pp. 29 e 32. Em 22 de janeiro de 1969, estávamos na Mata do Jaíba. O AI-5 nos pegou, portanto, no campo.

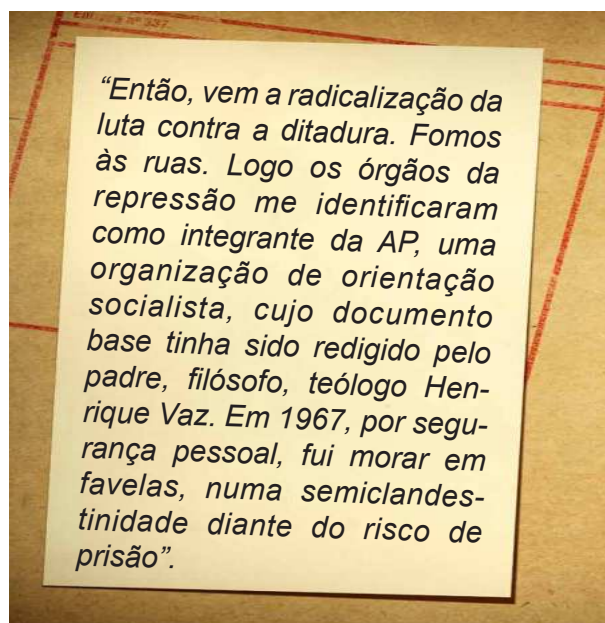
Em Belo Horizonte, as perseguições

“Meu pai havia sido denunciado porque ouvia a rádio Mayrink Veiga, de Leonel Brizola, que encorajava os brasileiros a se organizarem no Grupo dos Onze. Ele respondeu ao inquérito policial militar e perguntado se ele pertencia ao Grupo dos Onze, ele respondeu “sim, e sou o chefe. São meus 9 filhos, minha mulher e eu”. Está no IPM. A piada ganhou notoriedade, quando foi publicada em coluna do Jornal do Brasil anos depois”.

políticas recrudesceram, a repressão se organizou. Dois motivos nos fizeram encerrar o trabalho na região do Jaíba: a AP fez a autocrítica de sua linha foquista, inspirada no modelo cubano, e adotou outra linha, a da Guerra Popular, inspirada no modelo chinês. E já havia sinais evidentes do cerco da repressão. Nossa casa, em Belo Horizonte, já com outros ocupantes, havia sido invadida. Militantes presos e barbaramente torturados – estávamos localizados. A direção nacional da AP decidiu nos enviar (eu e Solange) para o Vale do Pindaré Mirim, região de mata pré-amazônica, no Maranhão. Viajamos de ônibus para São Paulo, passamos pelo cerco policial rodoviário por puro acaso, e de SP viajamos três dias de ônibus, com parada em Teresina, no Piauí.

Vivi essa experiência de dormir numa casa de palha, em redes, trabalhar na roça, colhendo arroz com faca de mão, caçando na mata, pescando no rio Pindaré Mirim e reunindo os posseiros durante o resto de 1969, o ano de 1970, até setembro de 1971. No início de 1971, o limite de minha companhia chegou ao teto e ela se retirou para a França, somente retornando com a Lei da Anistia. Em setembro de 1971, meu limite pessoal chegou, viajei para a Bahia. Solange Soares Nobre, em 1995, obteve anistia e reparação na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Já em Salvador, ainda sem documentos legais, tomei conhecimento do final do processo da AP iniciado em 1969. Tinha sido condenado à revelia a seis meses de prisão, com base em indiciamento do IPM instaurado pela 4ª RM, o que provocou a decretação de minha prisão preventiva em março de 1971. Tomada a decisão em maio de 1972, viajei para Belo Horizonte, e no dia 6 de junho de 1972, dei entrada na Penitenciária de Linhares. Foram no total mais de quatro anos de clandestinidade forçada, três meses de prisão em Linhares, três meses de prisão domiciliar e três meses em prisões e aparelhos de tortura de Salvador e Recife. Documento da ABIN comprovou minha



prisão de 22/10/1973 a 11/01/1974. Da sede da PF naquele 22 de outubro de 73, quando fui preso pelo CIE/DOI 6ª RM, fui levado para o forte do Barbalho. Daí para o DOI-CODI do Recife. Em 1998, soube que era a sede do DOI-CODI, onde muitas mortes na tortura foram comprovadas.

O escritor Samaroni Lima, em seu livro intitulado Zé, descreveu com detalhes as instalações do DOI-CODI do Recife, onde o Zé Carlos Mata Machado e Gildo Lacerda foram martirizados. Era a sucursal do inferno, eu estava lá. Nunca vi os rostos dos torturadores – usavam capuzes. Do Recife, fui reconduzido a Salvador, onde me encarceraram por dois dias no Quartel de Amaralina. Daí para a sede da PF, quando fui libertado.

Em 11 de janeiro de 1974, fui denunciado como incurso na Lei de Segurança Nacional, pelo procurador militar da auditoria da 6ª RM, em 09/08/74, levado a julgamento, fui absolvido pelo conselho permanente de Justiça do Exército. Minha defesa coube ao advogado Inácio Gomes, por indicação de Isabel Santana, amiga de minha família e reconhecida por sua corajosa atuação na luta pela anistia. Os processos estão arquivados na ABIN, sucessora do SNI. O resultado do julgamento está documentado na certidão do Superior

Tribunal Militar.

Ao todo, fui espionado de 1968 a 1986. Apesar de participar política e jornalisticamente do desenrolar da luta pela anistia, e mais tarde pela verdade, memória e julgamento dos torturadores, durante anos não tomei a iniciativa de requerer meu próprio direito de anistia e reparação. Alguma coisa estava fora do lugar. Comecei a fazer terapia em 2011 e somente em 2012 obtive ânimo. Em 24 de outubro de 2013, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça deferiu meu requerimento de anistia e reparação, sendo o relator o conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho, na 74ª Caravana da Anistia, realizada no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, situada no Largo São Francisco, a USP. Eu só consegui chegar até aí. As certidões, os documentos comprovando esse roteiro estão aqui anexos, as cópias.

Jackson Azevedo – Quer continuar? É sempre doloroso... não só para os companheiros que vem colaborar com a comissão, mas pra todos nós, não é? Que ouvimos, que sofremos com isso também a cada vez repetidamente. Mas se nós queremos que a memória não se apague, que possa ajudar na consolidação de um futuro melhor, esse é um ônus que temos de suportar, né? Então, a gente volta a agradecer a Oldack, por estar, ter de suportar tudo isso de novo, mas vamos então... queria, Oldack, se você puder, responder algumas curiosidades. Você lembra, além de Gildo (que foi marido de Mariluce), no Barbalho, quem mais estava com você nessa época preso lá, você lembra de outras pessoas?

Oldack de Miranda – Se estavam lá, não

tive acesso não. Eu só vi o Gildo porque estava numa cela, tinha uma vazia, e ele estava na outra. Hoje, a cela que eu fiquei virou um patrimônio...

Jackson Azevedo – É aquela do 1º de abril... você viu aquela relação daquela placa? Não sei se você leu aquela relação...
Oldack de Miranda – Vi a relação.

Jackson Azevedo – Alguns nomes você chegou a conhecer lá ou alguma coisa?

Oldack de Miranda – Lá eu só... todos aqueles nomes são anteriores. Nomes que vem de 69, 70, 71... e eu e Gildo fomos para lá em outubro de 73. Todo o pessoal que já tinha passado por lá e torturado, já estava na penitenciária cumprindo pena.

Jackson Azevedo – Ok. Estou perguntando porque à gente interessa identificar nomes de pessoas que a gente possa eventualmente convidar. Outra pergunta: você

sofreu torturas em Recife e em Minas, pelo que entendi?

Oldack de Miranda – Não, Minas, não. Minas eu entrei direto para a penitenciária, no acordo familiar...

Jackson Azevedo – Da sua mãe com o general.

Oldack de Miranda – É.

Jackson Azevedo – Em Recife sim.

Oldack de Miranda – Aqui e em Recife. Aqui, no Forte do Barbalho e depois fui levado de avião da FAB para essa (não

“No início de 1971, o limite de minha companheira chegou ao teto e ela se retirou para a França, somente retornando com a Lei da Anistia. Em setembro de 1971, meu limite pessoal chegou, viajei para a Bahia. Solange Soares Nobre, em 1995, obteve anistia e reparação na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Já em Salvador, ainda sem documentos legais, tomei conhecimento do final do processo da AP iniciado em 1969. Tinha sido condenado à revelia a seis meses de prisão, com base em indiciamento do IPM instaurado pela 4ª RM, o que provocou a decretação de minha prisão preventiva em março de 1971”.

sabia o que era, que eu fui deitado numa Rural Willys) dependência militar, mas não vi do lado de fora nem consegui ver do lado de dentro – uma carceragem.

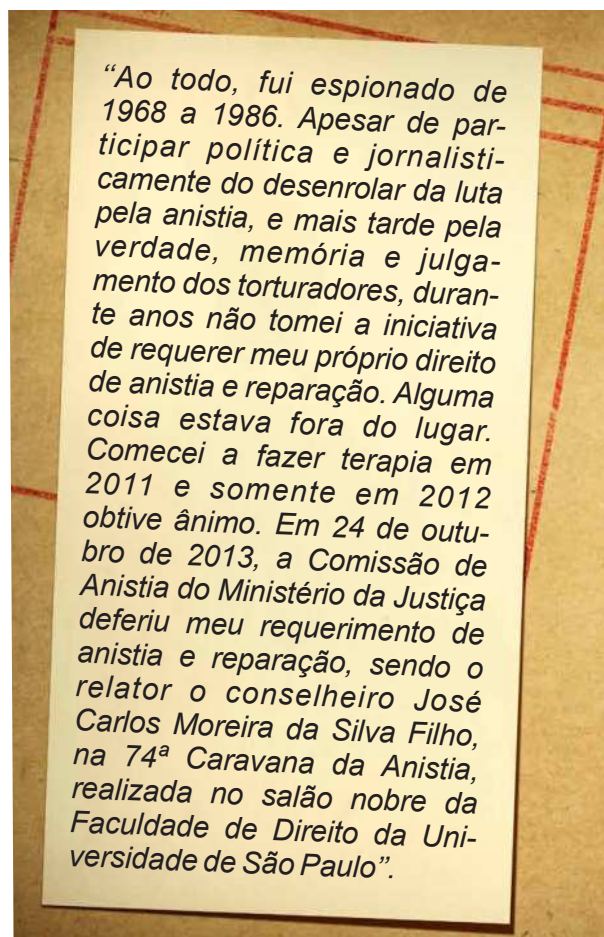
Jackson Azevedo – E na PF, onde você esteve, ali você também sofreu torturas? Era aquele armazém nº 1...

Oldack de Miranda – Ali não teve torturas, pelo menos que eu presenciasse. Ali foi o local da operação de prisão. Eles me pegaram no Dendezeiros, pegaram o Gildo e a Mariluce na Boa Viagem; pegaram Nádia Magalhães Miranda, professora da universidade, hoje aposentada, porque alguém falou, ou estavam seguindo as pessoas, acho que ela estava guardando uma mala de documentos... Odívia era amiga, andava comigo, passeava comigo, então, eles pegaram, porque ela ia lá em casa, dava aula para uma irmã minha pequena, menor. Então, são essas pessoas que me lembro.

Alguém me dizia que tinha mais gente, mas eu não consegui identificar. Essas pessoas eu conhecia e identifiquei, sei que estavam numa salinha, espécie de pequeno auditório e foram sendo identificados. Era o Luiz Arthur de Carvalho que dava as instruções, essas coisas. E eu fui depois retirado da salinha e me vendaram, aí devia ser a hora que eles determinaram pra me transferir, porque aí eu presumo que o comando levantou a venda pra eu ver a farda verde oliva.

Jackson Azevedo – E o Prata, tem notícias dele?

Oldack de Miranda – O Prata, em 1984, ele estava como assessor da CUT em Natal. E aí deu uma depressão, que ele era alcoólatra, chamou a irmã, gravou, deu o depoimento. Alguns anos depois, Nilmário Miranda era da Comissão de Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal e aí conseguiu levá-lo, oficializar esse depoimento lá. Então, ele foi lá, deu umas duas páginas imensas do Jornal do Brasil na época, já na



década de 90, me parece. Ele morreu, há 2 ou 3 anos...

Jackson Azevedo – Sabe em que circunstâncias?

Oldack de Miranda – Não. Muito isolado da família, isolado de todo mundo...

Jackson Azevedo – Morreu lá no Rio Grande do Norte?

Oldack de Miranda – Eu acho que ele voltou pra Goiás, onde ele tinha ex-mulher, tinha ligações familiares...

Jackson Azevedo – E esse depoimento...

Oldack de Miranda – Tem na Câmara Federal, faz parte dos anais da Câmara Federal, é muito bem detalhado, documentado.

Jackson Azevedo – Você poderia contribuir por informação, ciência própria, informações de terceiros, pra identificar algum

torturador, civil ou militar, nome de torturador ou notícias mais recentes deles, onde estariam, quem são; tem alguma informação?

Oldack de Miranda – Nada, eu não consegui, em nenhum momento, nem em Salvador, nem em Recife. Ou eles estavam encapuzados e eu sem capuz, ou vice-versa, não conseguia enxergar nada.

Jackson Azevedo – Não ouviu nomes, que um chamasse o outro...

Oldack de Miranda – Nada. Nem aqueles nomes feios. Só ouvia a palavra dr.

Jackson Azevedo – O dr. era um só, mesmo com toda dificuldade... se era um tratamento generalizado, ou dava pra perceber que era uma determinada pessoa que era chamada de dr.?

Oldack de Miranda – Eu acho que eles usaram aquilo, pelo menos no meu caso, pra padronizar uma apresentação, porque não chamavam nem pela patente militar, tenente, coronel.

Jackson Azevedo – É porque é uma recorrência, pelo menos na Bahia, um certo torturador que era chamado de “Dr.” Mas só ele era chamado de dr., por isso estou perguntando.

Oldack de Miranda – É, mas no Recife também usaram essa expressão lá na dependência do DOI-CODI. *[fala fora do microfone]* Ela está dizendo que nunca viu Luiz Arthur de farda. Pode nem ter sido ele que me fez uma sugestão como se estivesse “agora você está conosco, com o Exército”. Pode nem ter sido ele.

Jackson Azevedo – Esse período de 69 a

71 no Maranhão, você pode falar um pouco sobre ele ou não? Pode contar alguma coisa desse período, você quem sabe, o que era feito...

Oldack de Miranda – É muito... aquilo foi tão traumático e envolveu uma violência tão grande e eu não me sinto à vontade não, porque eu me retirei em 71, correndo um risco, porque poderia cair na mão da repressão, da tortura, do interrogatório e poderia abrir nomes e falar. Por uma circunstância da vida não aconteceu, porque o general lá resolveu cumprir o trato. Foi um risco muito grande, porque eu estava preso e poucos meses depois que eu saí em 72, o trabalho foi invadido pela repressão.

O Manoel da Conceição foi preso, barbaramente torturado, foi massacrado, pregaram o cara numa cruz, ele foi objeto de uma campanha da Anistia Internacional, com cartazes na Europa inteira, foi uma movimentação e tanto que salvou a vida dele. E muitos camponeses... só o sindicato dos camponeses de Santa Luzia tinha 5 mil pessoas, então, deve ter sido uma operação de guerra pra dispersar aquele trabalho e prender aqueles militantes todos. Houve mortes, houve muita prisão, muita tortura. Eu não me sinto muito à vontade pra falar não, porque foi quase um pacto estabelecido. Se alguém tiver que falar, que seja o líder do trabalho, Manoel da Conceição, que ainda está vivo.

Jackson Azevedo – Ok. Você sabe dizer se havia ainda lá nesse período algum baiano, alguém ligado à Bahia nesse mesmo período lá? Porque nosso objeto de atuação são vítimas baianas ou casos ocorridos na Bahia. Baianos aqui ou fora daqui, além de casos ocorridos na Bahia. Então, se tiver-

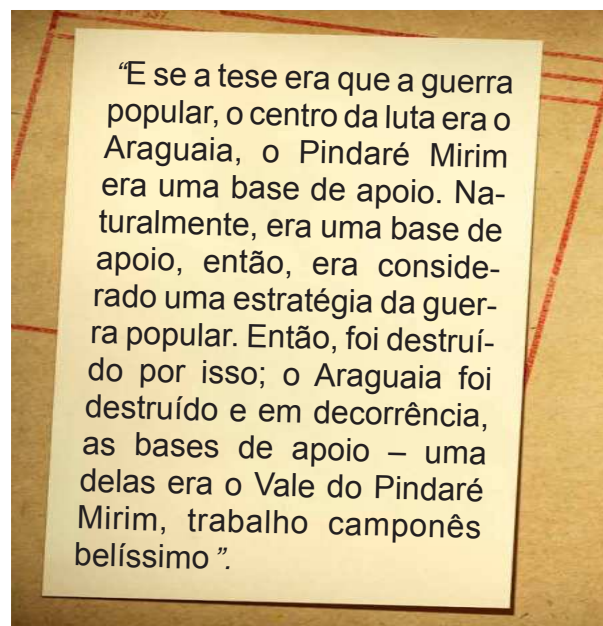
“Eles me pegaram no Dendzeiros, pegaram o Gildo e a Mariluce na Boa Viagem; pegaram Nádia Magalhães Miranda, professora da universidade, hoje aposentada, porque alguém falou, ou estavam seguindo as pessoas, acho que ela estava guardando uma mala de documentos... Odívia era amiga, andava comigo, passeava comigo, então, eles pegaram, porque ela ia lá em casa, dava aula para uma irmã minha pequena, menor. Então, são essas pessoas que me lembro”.

mos informações de baianos que mesmo fora da Bahia foram também alvo da repressão, nos interessa conhecer.

Oldack de Miranda – Não, não tenho não. Eu sabia que Osvaldo Rocha, um cirurgião dentista de São Paulo estava em Santa Luzia, no mesmo povoado que eu estava nas imediações – ele também foi retornado para SP, depois foi preso, torturado, cumpriu pena de prisão e é bem identificado no trabalho. O trabalho no campo, num vale como Pindaré Mirim, é muito extenso e disperso. Tem um município que se chama Pindaré Mirim, um nome indígena, e povoados ao redor, que depois se tornaram municípios. Era mata, hoje é pasto, é outra geografia. A derrubada da mata atravessou a Belém-Brasília e passou de Imperatriz e foi embora. A região até geográfica e geologicamente já é outra. Não tenho como colaborar com isso; os nomes eram muito frios. Eles não sabiam meu nome...

Manoel da Conceição foi saber que eu me chamava Oldack muito tempo depois... eu para ele era Raimundo. Quando se passaram anos, ele voltou da Bélgica, da Europa, veio ser da Coordenação Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e foi então que passou aqui na Bahia para fazer reunião com a CESE, com Eliana Rolemberg, com esse pessoal. Eu me encontrei com ele e ele me identificou com o meu nome.

Aqueles nomes todos eram difíceis de lembrar... na verdade, o Vale do Pindaré Mirim, depois que (é uma interpretação minha, porque depois eu já não participei quando a AP foi virando PCdoB)... se olha o mapa, a geografia, o Araguaia está lá adiante. E se a tese era que a guerra popular, o centro da luta era o Araguaia, o Pindaré Mirim era uma base de apoio. Naturalmente, era uma base de apoio, então, era considerado uma estratégia da guerra popular. Então, foi destruído por isso; o Araguaia foi destruído e em decorrência, as bases de apoio – uma delas era o Vale do Pindaré Mirim, trabalho camponês belíssimo.



Jackson Azevedo – Se eu for muito invasivo, você não precisa nem responder nada. Mas quando você fala não quero, não gosto de falar desse período, porque foi muita violência, só uma coisa: essa violência que você fala é uma violência contra os camponeses e os militantes políticos ou era uma violência da militância política contra um outro alvo?

Oldack de Miranda – Você está querendo falar... é o seguinte: eu não me sinto autorizado a falar porque quando a repressão baixou no vale, eu estava preso na penitenciária de Linhares, e de qualquer forma, correndo um risco muito de eles descobrirem lá, alguém falar meu nome e eu ser localizado, preso em Linhares, e cair na tortura e expor, porque naquele momento eu ainda tinha lembrança de alguma coisa e podia colocar pessoas em risco. Não aconteceu, por acaso, por alguma deficiência da repressão de comunicação. E também, pela violência do trabalho camponês, que não é tão pacífico assim.

Jackson Azevedo – Certo. Esse episódio de Recife, quero dizer, Zé Carlos e Gildo foram presos aqui e levados pra lá. Ou foram presos lá?

Oldack de Miranda – Gildo foi preso aqui e Zé Carlos, quando percebeu em Recife que

ele estava descoberto, ficou evidente, ele desceu, passou por aqui, foi pra SP, articulou-se com a família, que tentou ainda uma operação de retirada dele de SP – a ideia era um debate na família para tirar ele do País, ou escondê-lo numa clandestinidade total... mas ele estava entregue, já tinha caído, porque o cunhado já tinha entregue. Ele estava morto e não sabia. Nós estávamos presos e não sabíamos que o cara tinha entregue todo o roteiro, sabia quem eram os advogados, contatos, tudo, porque eram as mesmas pessoas.

Então, o trabalho desse Prata foi acachapante, o estrago foi total, tanto que prenderam Zé Carlos na estrada, com advogado, com família, com irmão do Edgar Mata Machado, já conduzindo de São Paulo para um local, um sítio fora de Belo Horizonte para deixá-lo em segurança. Operação deslocamento e eles aceleraram a operação para prendê-lo e na prisão, na tortura mataram. Foi em Recife, levaram para Recife no DOI-CODI, onde estive. O Gildo também, foi tirado do Forte do Barbalho, foi levado pra lá e assassinado lá no DOI-CODI do Recife.

Jackson Azevedo – Oldack, você sabe, ou deve saber, não sei, de um episódio em Recife muito trágico, que envolveu a participação do famoso cabo Anselmo, que até entregou uma companheira dele, que na época poderia até estar grávida dele e ele, como Prata fez com a AP, o cabo Anselmo também fez isso, teria feito, porque ele já admitiu que fez... esse episódio de Recife, Guararapes, que envolve cabo Anselmo, foi contemporâneo, foi mais ou menos próximo...

Oldack de Miranda – Não, não teve

nenhuma relação com o meu roteiro de vida.

Jackson Azevedo – Bom, então, eu estou satisfeito. Professora Dulce...

Dulce Aquino – Não é só a exposição que você fez, com tanta clareza e emoção que toca, mas alguns links me prendem também à sua história, pois temos em comum uma grande amiga minha, Loreta Valadares, que desde pequena... quando fui chamada para essa comissão, eu só senti muito que ela não estivesse mais viva... *[emociona-se]* Bom, o que quero, é só curiosidade mesmo, eu não sei se perdi no seu relato, mas Loreta foi barbaramente torturada com Carlos e a história... é nesse momento que vocês estavam juntos quando ela foi presa, foi isso? Eu perdi um pouco isso.

Oldack de Miranda – Nós morávamos no mesmo aparelho. Nós morávamos os quatro, dois casais. Por uma

questão de segurança mesmo, porque tínhamos o projeto da Mata do Jaíba. E fomos. Mas numa determinada altura, de 69, a AP reviu os critérios do trabalho camponês. Aquela região servia para o foco de guerrilha, mas não tinha densidade populacional, não tinha gente para os critérios da guerra popular, então, foi fechada por uma decisão política da AP.

Eles dois vieram na frente, e como eram dirigentes, passaram a fazer reuniões com a área operária, com outras áreas e foram presos nessa movimentação. Ela primeiro e ele depois. E eu fiquei atrás, fechando, encerrando o trabalho, dando explicações para as pessoas que já

“Eu não me sinto autorizado a falar porque quando a repressão baixou no vale, eu estava preso na penitenciária de Linhares, e de qualquer forma, correndo um risco muito de eles descobrirem lá, alguém falar meu nome e eu ser localizado, preso em Linhares, e cair na tortura e expor, porque naquele momento eu ainda tinha lembrança de alguma coisa e podia colocar pessoas em risco. Não aconteceu, por acaso, por alguma deficiência da repressão de comunicação. E também, pela violência do trabalho camponês, que não é tão pacífico assim”.

reuníamos na região. Tinham outras pessoas também na região e eu tinha que reconduzir, em locais diferentes, chegar aos seus destinos.

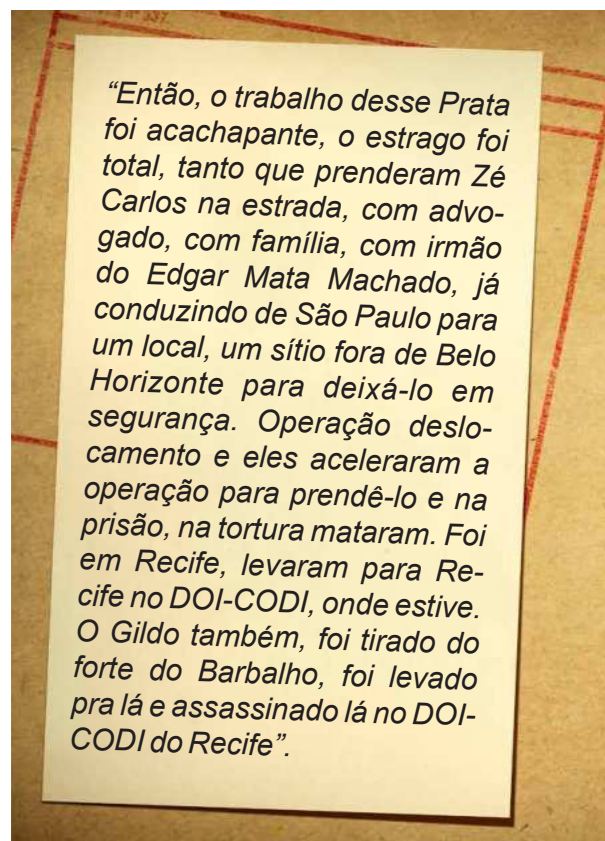
Quando eu cheguei em Belo Horizonte (eu e Solange), eles já tinham caído. E a casa nossa, minha e deles, era uma arapuca. A polícia estava lá dentro. Quem chegava era preso e destruído, porque era uma violência muito grande o que eles fizeram com aquelas cinco moças de Minas... *[falas fora do microfone]* Eles foram presos, eles caíram... quem poderia cair mais era eu e Solange. E nós resistimos. É uma tentação absurda que passa, porque a pessoa está sem contato, em prisão preventiva.

Estava com um fuzil embrulhado num saco de estopa, eu tinha de me desfazer daquelas coisas. Passamos defronte, do outro lado da rua, muito perto. Por um tino, uma coisa qualquer, falamos... é um segundo. “não vamos entrar”. Procuramos pessoas que não tinham absolutamente nada a ver com o trabalho, com a organização. Amigos despolitizados. Foi aí que consegui arrumar roupa comum, normal, de cidade, me desfazer das coisas e ir embora para São Paulo, aí escapamos. Mas eles ficaram presos. Nós passamos perto, aquilo ali foi uma loucura de terror. Você sabe.

Dulce Aquino – Quando ela saiu de lá que fugiram, vieram para Salvador. Daí para a Argentina.

Jackson Azevedo – Então, Oldack, nós voltamos a agradecer a você, dizer que estaremos sempre às ordens e à disposição do que pudermos ajudar. Muito obrigado mesmo pela valiosa colaboração.

Oldack de Miranda – Eu é que agradeço, acho importante o registro. Eu queria aproveitar a oportunidade de vocês transmitirem para a comissão, eu acho fabuloso e fascinante o trabalho que vocês fazem e a importância. Sempre critiquei muito Nilmário, porque ele consumia a vida dele e os



momentos dele nesse trabalho. E aquela coisa ia deixando a pessoa doente, porque ele na Comissão de Mortos da Câmara Federal ia descobrindo ossos de pessoas que tinham morado com ele... é uma coisa que vai adoecendo a pessoa. São cadáveres que vão sendo encontrados e a pessoa insistindo naquilo. Ele fez esse trabalho e nunca saiu. Então, eu depois de muito tempo entendo o valor do trabalho dele, porque se ele não tivesse feito aquilo, 20 anos atrás, não teríamos esse estágio da luta que se encontra. Eu sei que é duro, é o Estado, é Wagner, o secretário... mas isso é de fundamental importância para que lá adiante tenhamos um painel disso com mais clareza – é um trabalho muito importante. E pode ser um estágio, como o dele foi um estágio inicial, para uma coisa mais científica e completa do registro da história. Por isso acho fascinante o trabalho que vocês fazem, dou a maior força e encorajo para que continue.

Jackson Azevedo – Então, muito obrigado, e aguardaremos o próximo encontro, obrigado.

CONFIDENCIAL

TOMADA DE DEPOIMENTO INDIVIDUAL

30 de julho de 2014

Residência das Sras. Maria de Jesus e

Alaíde de Jesus

Feira de Santana, Bahia





TOMADA DE DEPOIMENTO

30 de julho de 2014 - depoimentos tomados na residência das depoentes
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTES: MARIA DE JESUS SANTOS



ALAÍDE DE JESUS SANTOS

Maria de Jesus e Alaíde de Jesus são viúva e filha, respectivamente, de José Pereira dos Santos, operário que militava no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que fugiu de Feira de Santana assim que aconteceu o golpe, mas que acabou sendo preso em Teófilo Otoni (MG). A primeira fuga dele tinha sido para Senhor do Bonfim e, com sua ida, começaram as dificuldades da família. Sofreram represálias e, tanto elas, quanto os outros filhos do casal foram vítimas de tortura psicológica. Quando foi visitar José em Minas, Maria o encontrou em pé, em um quarto, dentro d'água. Um advogado conseguiu a transferência dele para a Penitenciária Lemos Brito, em Salvador. Foi solto, mas nunca falou sobre o que passou no cárcere. Morreu vítima de diabetes.

*Texto não revisado pelas depoentes.

Amábíla Almeida – Eu estou aqui junto com os companheiros de Feira de Santana Sinval Galeão, Wilson Mário, que é jornalista, Celso Pereira, Hosannah Oliveira, o professor Eurelino Leal, da UEFS, o padre Albertino Carneiro do MOC, o Monsenhor Luiz Rodrigues, da Arquidiocese, e tem também um representante da Igreja Evangélica, pastor Jorge Nery, porque o pastor João Dias faleceu, e hoje o pastor Jorge Nery é o seu substituto na Comissão Estadual da Verdade.

O que nós queremos é que as pessoas falem a verdadeira história. Então, eu pergunto a você, Alaíde de Jesus, se o que você vai falar – que quem mais

conhece a história de seu pai é Galeão e o povo de Feira de Santana. Eu, de ouvir falar. Mas é minha obrigação lhe perguntar se o que você vai falar é uma coisa que a Comissão pode usar para documentos, para o Relatório Final, para que todo o povo brasileiro, no final, saiba o que aconteceu de verdadeiro nesse país e o sofrimento que os familiares também passaram, porque foram vítimas também dessa época terrível da ditadura militar. Então, você concorda que o que você disser pode ser usado para tomar algumas informações?

Alaíde de Jesus – Concordo plenamente.

Amábíla Almeida – Como é seu nome mesmo?

Alaíde de Jesus – Alaíde de Jesus Santos. Quem vai falar? Minha mãe não vai falar não?

Amábíla Almeida – Sua mãe falará o que ela se lembrar.

Alaíde de Jesus – Porque eu também estou nessa situação. Eu não sei data de nada. Nem data nem nome.

Sinval Galeão – Mas fala o que lembrar.

Amábíla Almeida – Fala o que você se lembrar. O que lhe contaram, porque você era criança, e a sua mãe, na hora que, se ela se lembrar de fatos, ela também vai nos ajudar.

Sinval Galeão – Como é o nome completo da sua mãe?

Alaíde de Jesus – Maria de Jesus Santos.

Amábíla Almeida – Vocês sempre moraram aqui em Feira de Santana?

Alaíde de Jesus – Sempre morou. Não. Moramos algum tempo fora. Essa consequência mesmo levou a gente para fora daqui de Feira [Galeão – depois do golpe?] Sim.

Amábíla Almeida – Depois do golpe vocês tiveram que sair.

Alaíde de Jesus – Saímos duas vezes.

Maria de Jesus – Mas ele foi preso. Foi preso em Minas Gerais.

Amábíla Almeida – Muito bem. A senhora já começou a falar, D. Maria de Jesus. Então continue: quem foi preso em Minas Gerais?

Maria de Jesus – José Pereira dos Santos.

Amábíla Almeida – José Pereira dos Santos era o seu esposo?

Maria de Jesus – Era o meu esposo.

Amábíla Almeida – E porque prenderam o Sr. José Pereira dos Santos?

Maria de Jesus – O meu irmão aí (Galeão) sabe mais ou menos, porque eles viviam no partido.

Amábíla Almeida – Sim. E ele fazia parte de um partido político? Juntamente com outros companheiros aqui de Feira? E quando veio o golpe militar, então houve uma perseguição desenfreada e aí o Sr. José Pereira foi preso. A senhora se lembra em que lugar ele foi preso?

Maria de Jesus – Ele foi preso em uma oficina. Mas eu não estava lá. Eu estava aqui.

Amábíla Almeida – Sim. A senhora estava em casa

Maria de Jesus – Eu estava aqui e ele estava lá em Minas. Ele tinha ido para lá por causa da perseguição, ele foi pra lá, pra Minas Gerais.

Amábíla Almeida – Ah. Ele foi preso em Minas Gerais.

Sinval Galeão – Ele primeiro foi pra Senhor do Bonfim e depois para Minas. Senhor do

Bonfim, fui eu que levei até perto. Três horas da manhã saímos daqui debaixo de um temporal enorme...

D. Maria de Jesus – Aí ele sabe dessa história mais do que eu.

Alaíde de Jesus – Foi isso mesmo. Aí, depois voltou. Um tempo. Data eu não sei. Aí voltou para aqui para Feira, ficou aqui em Feira, aí começou de novo a perseguição, aí fugiu para Teófilo Otoni, ficou um tempo lá, depois a família foi. Aí foi quando minha mãe estava aqui, que ela ficava indo e voltando. Aí quando teve a notícia que ele tinha sido preso. Ela estava aqui, ela teve a notícia aqui, mas ele estava lá em Minas.

Amábíla Almeida – Ah, que ele tinha sido preso.

Alaíde de Jesus – Ele foi preso lá [em Teófilo Otoni]. Mãe, lembra o ano que pai foi preso?

D. Maria de Jesus – Ah, o ano eu não lembro não.

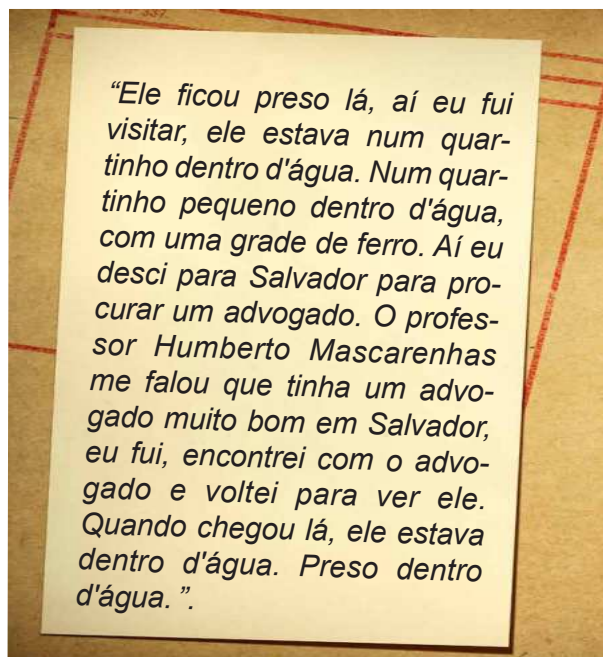
Amábíla Almeida – E ele foi preso em Teófilo Otoni e ficou lá em Teófilo Otoni?

Alaíde de Jesus – Não. Ele estava sendo...

Maria de Jesus – Ele ficou preso lá, aí eu fui visitar, ele estava num quartinho dentro d'água. Num quartinho pequeno dentro d'água, com uma grade de ferro. Aí eu desci para Salvador para procurar um advogado. O professor Humberto Mascarenhas me falou que tinha um advogado muito bom em Salvador, eu fui, encontrei com o advogado e voltei para ver ele. Quando chegou lá, ele estava dentro d'água. Preso dentro d'água. Agora, quantos dias eu não me lembro mais. Quantos dias ele levou preso dentro d'água.

Alaíde de Jesus – Mas assim, depois que ela arrumou advogado, ele foi transferido imediatamente. O advogado era muito bom.

Maria de Jesus – Eu falei com o advogado



que ele estava sentindo muita dor e preso dentro d'água. Aí o advogado foi, deu jeito lá. Foram dois policiais daqui de Salvador buscar ele em Minas. Apanhou ele em Minas e levou para Salvador. Lá eles deixaram ele lá preso. Aí não estava dentro d'água mais não.

Alaíde de Jesus – Aí ficou em liberdade, que a gente podia visitar ele na Lemos de Brito. Agora, também não sei o tempo que ele ficou aí, mas eu lembro que a gente ia visitar.

Amábíla Almeida – Na Lemos de Brito. Lembra quanto tempo ele levou preso?

D. Maria de Jesus – Eu não me lembro.

Alaíde de Jesus – Eu só sei que também quando ele saiu da Lemos que voltou para casa, ele ficou doente e a gente ficou, descobriu uma diabetes e aí ficou o resto dos anos só foi doente. Só foi tentar sobreviver.

Amábíla Almeida – Depois da prisão.

Maria de Jesus – Depois da prisão.

Alaíde de Jesus – Que até antes da prisão, se ele tinha algum problema, a gente não sabia. Nunca se queixou de nada. Mas eu

só sei que essa prisão, foi daí que surgiu, que quando a gente voltou para casa pai ficou doente, apareceu uma diabetes e morreu de diabetes.

Amábília Almeida – Quantos filhos ele tinha?

Alaíde de Jesus – Tinha sete filhos. Não era sete, mãe, vivos? Tinha sete vivos porque quando ele foi para Bonfim, de lá logo a minha mãe estava grávida, mas com o decorrer do sofrimento e tudo também a criança só nasceu e morreu.

Amábília Almeida – Foi um período de muita dificuldade para todos.

Maria de Jesus – Muito sacrifício.

Alaíde de Jesus – Muita dificuldade. Apesar de minha mãe ser muito lutadora, muito batalhadora, mas foi difícil porque pai conseguiu sair, mas a gente, menino e ela, na situação que estava, era muito perseguido. A gente, às vezes, eles ficavam a noite toda (chora) vigiando.

Amábília Almeida – E a situação financeira?

Alaíde de Jesus – Foi terrível.

Maria de Jesus – Foi terrível. Os meninos estavam pequenos.

Alaíde de Jesus – Às vezes a gente também fugia para dormir na casa dos outros. Das pessoas que acolhiam, porque muita gente não acolhia. A gente era filho disso, daquilo, daquilo outro. Às vezes até as parentes eram contra. Os parentes de pai tudo era contra ele e contra até minha mãe porque apoiava ele, porque aceitava, porque estava com ele. E todo mundo reclamava. Dava uma beliscada, ofendia a gente. Os

irmãos do meu pai não quiseram saber dele, achavam que ele era um... que não achava certo o que ele fazia. Só que ele sabia. E eu também sei. Eu sou analfabeta, minha mãe também é, mas eu sabia que meu pai estava lutando por algo que valia a pena, por uma igualdade que até hoje quase não existe. E

meu pai nunca matou ninguém, nunca roubou, não fez nada do que eu vejo às vezes fazerem por aí. Ele era um cara trabalhador, muito trabalhador, muito lutador também. Outro: ele aprendeu ler eu já era nascida. Então ele foi uma pessoa de luta.

Sinval Galeão – Era mecânico, marceneiro, muito bom.

Maria de Jesus – Era carpinteiro e marceneiro.

“Os irmãos do meu pai não quiseram saber dele, achavam que ele era um... que não achava certo o que ele fazia. Só que ele sabia. E eu também sei. Eu sou analfabeta, minha mãe também é, mas eu sabia que meu pai estava lutando por algo que valia a pena, por uma igualdade que até hoje quase não existe. E meu pai nunca matou ninguém, nunca roubou, não fez nada do que eu vejo às vezes fazerem por aí. Ele era um cara trabalhador, muito trabalhador, muito lutador também”.

Alaíde de Jesus – Eu também perdi, eu estou com problema de memória também, mas eu acho que eu também deixei, esse problema de memória aconteceu depois de tudo isso. Porque a gente ainda tinha mãe.

Maria de Jesus – Eu sofri muito.

Alaíde de Jesus – E eu não conseguia aprender mais nada. Tanto eu quanto meus irmãos.

Maria de Jesus – Quando ele saiu a primeira vez que foi para Bonfim, eu vendia, eu trabalhava, lutava, eu dava mamona, eu vendia porco. Aí eu vendi uns porcos e tinha vendido umas mamonas, aí quando ele saiu, ficou com um dinheirinho e me deu um cheque. Aí, o Capelão chegou, tava o menino, o Jorge tava pequenininho desse tamanho assim, ele chegou, tirou o revólver e disse “Cadê teu pai?”. Meteu o revólver assim na boca do menino [Sinval Galeão – do menino, qual a idade era?] de Jorge [Sinval Galeão – quantos anos? Cinco, seis anos?] “cadê seu pai?”

Alaíde de Jesus – Não. Ele tinha três pra quatro anos.

Amábíla Almeida – Que loucura!

Maria de Jesus – Mas o Jorge era muito fechado, não respondeu nada a ele. Se é hoje em dia os meninos da forma que é tudo conversador. Ele ficou calado. (Alaíde de Jesus – a minha irmã também fizeram a mesma coisa) E ele perguntava: “Cadê ele?” Com o revólver. “Cadê ele?”

Alaíde de Jesus – A minha irmã ainda está viva.

Sinval Galeão – O Zé Pereira, ele saiu daqui, eu levei até Serrinha. De Serrinha, ele foi para Bonfim. Porque nós sabíamos se ele fosse preso, ele seria morto (Maria de Jesus – Era. Com certeza) ele e Demerval, amigo dele, eram os mais odiados daqui pela reação. Depois eu fui a Bonfim dizer a ele que descobriram que ele estava lá. Foi aí que ele foi para Minas.

Alaíde de Jesus – ele voltou para aqui. Para aqui para Feira, ficou um tempo.

Sinval Galeão – Sim. Mas desceu para Minas depois.

Alaíde de Jesus – Foi.

Maria de Jesus – Depois disso, a coisa piorou de novo e ele foi para Minas.

Sinval Galeão – Mas ele saiu de Bonfim, passou um tempo fora de Bonfim, porque descobriram aqui que ele estava em Bonfim. [Foi] E eu fui lá, me lembro, tirei licença na loja onde eu trabalhava, fui a Bonfim, tive lá numa fábrica de móveis que ele trabalhava, uma serraria, e conversei com ele, ele aí saiu de Bonfim. Não sei bem ali para onde foi. Depois ele veio para aqui e depois foi para Teófilo Otoni. [Foi]

Amábíla Almeida – Ele, em Teófilo Otoni, tinha algum parente?

Maria de Jesus – Não tinha ninguém.

Amábíla Almeida – Não tinha ninguém. Chegou assim só para aventurar.

Alaíde de Jesus – Não sei como foi.

Sinval Galeão – Trabalhar em quê, lá?

Alaíde de Jesus – Ele trabalhou em oficina. Que ele já sabia fazer alguma coisa, ele trabalhou na oficina do povo dali da retífica. [Maria de Jesus – Antônio Nascimento] Eles tinham uma oficina lá, eu acho que conhecia ele.

Sinval Galeão – Nascimento aqui de Feira, não é? Chiquinho Nascimento [não sei]. Ele trabalhou também na retificadora de Chiquinho.

Alaíde de Jesus – Certo. Falar nisso, nunca mais, mesmo não saí porque mãe não anda e eu fico dentro de casa com ela. Eu não ando muito bem de saúde e não posso deixar ela sozinha.

Maria de Jesus – Foi um sofrimento.

Alaíde de Jesus – Os meus irmãos, eles ficaram todos também contra meu pai. Porque eles ficaram tudo revoltados. Eram tudo crianças, né? Só que também eles não aceitaram, não entendiam.

Maria de Jesus – Sofreram demais.

Alaíde de Jesus – E morreram todos revoltados. O último que morreu, morreu no ano passado. Ele morreu assim todo idiotizado, falando besteira. Só falava no passado, naquelas coisas que passou.

Amábíla Almeida – Ficaram traumatizados. [Quantos vivos, hoje?]

Alaíde de Jesus – Só tem três. Eu, uma menina que também botaram revolta nela e o Jorge também que foi o caçula, que botaram também nele.

Maria de Jesus – Eu estava.

Alaíde de Jesus – O resto morreu tudo.

Deu pra beber, fumar...

Maria de Jesus – O dinheiro que eu tinha, ele fez um cheque, deixou...

Alaíde de Jesus – O capelão rasgou o cheque. Aí, nós ficamos numa situação difícil. E sempre acontecia alguma coisa. Eu mesmo fiquei doente, não sei, eu tinha eu acho uns 12 anos, fiquei doente assim de cama mesmo. Caí assim e como mãe me pegou foi no chão lá e foi atrás de Wilson Falcão, que era o médico [Maria de Jesus – não] Não foi Dr. Wilson não? [Maria de Jesus – não foi Dr. Wilson, não. Foi Jaques] [Jaques Amauri] Jaques era outro cara que ajudava muito a gente. Então, mãe não podia me levar que eu já era pesada. Aí ela foi, ele passou o remédio, aí ela voltou para casa, ele também não cobrou nada. Falou “vá cuidar da sua filha”. Ela chegou foi para casa, não.

Maria de Jesus – Eu vendi a casa que morava, nossa casa...

Alaíde de Jesus – Pra poder comprar alimentação e os remédios.

Amábíla Almeida – Alaíde de Jesus, seu pai era um homem trabalhador [era] e que vivia da profissão dele. [era] Então, em consequência dessa perseguição política que ele sofreu, ele ficou doente. E quando ele ficou doente, incapacitado de trabalhar, porque aí só foi cuidar da doença e a família passar privação. Vocês chegaram a contar algum advogado para entrar na... para requerer a anistia por conta dessa perseguição?

Alaíde de Jesus e Maria de Jesus – Não.

Amábíla Almeida – Alguma reparação em

dinheiro para superar essas dificuldades?

Maria de Jesus – Não.

Amábíla Almeida – Vocês nunca tiveram assim...

Maria de Jesus – Procurei advogado pra soltar ele.

Amábíla Almeida – Vocês procuraram advogado para soltá-lo, mas não para requerer. Mas vocês não procuraram porque não tinham conhecimento, ou porque...

Alaíde de Jesus – Não. Não tinha conhecimento. Nem conhecimento nem capacidade de andar com isso. E a mãe a mesma coisa. Ontem mesmo eu falei com ela: “Galeão vai vir aqui. A senhora quer conversar com ele?” Porque ela falou: “Ah, é passado. Deixa para lá”.

Aí depois ela resolveu, falou: “Vou conversar com ele”. Eu nem esperava que ela fosse conversar. Porque eu estou assim: eu estou muito depressiva, eu não estou lembrando das coisas.

Às vezes, ela mesmo dorme muito, não sei se é o remédio, o dia todo, mas não quer ficar na cama, mas ela se lembra das coisas mais do que eu. Até minhas coisas, mesmo, eu tenho que perguntar para ela: “Mãe o que foi que aconteceu e tal?” Ela, aí, lembra das coisas comigo mesma, ela lembra. E eu não. Eu esqueço tudo. Mal, mal, graças a Deus, a única coisa que eu faço direito é dar o remédio, mas não sou eu não. É Deus que ajuda. O remédio de mãe. Mas eu estou em uma lerdeza. Para terminar de acertar, tenho duas filhas, uma não tem filho; outra, tem dois filhos, chegou aí, largou.

Sinval Galeão – A senhora lembra o que ele

falava, do que ele falava? O que o esposo da senhora falava dessas prisões, nessas torturas, o que ele falou assim para a senhora? A senhora tem ainda na memória se ele foi torturado?

Maria de Jesus – Ficou dentro d'água como eu estou lhe dizendo. Se bateram, ele não me falou, não sabe? Mas prenderam dentro d'água. É do problema dele [Galeão – Muitas vezes não fala para não aumentar a dor da família]. (...). Se bateram, eu não sei não. Se fizeram alguma malvadeza, ele não falava. (...). Agora. Eu é que vi ele dentro d'água. Foi preso, num quartinho, em pé, seguro na grade e dentro d'água. Não tinha nada para ajudar, a sentar, para descansar nem nada".

Maria de Jesus – Ele estava dentro d'água. [a senhora...] Os dias que levou preso, ficou dentro d'água. Teve até câimbra em pé.

Amábíla Almeida – Em consequência disso, ele adoeceu seriamente. Já era diabético?

Alaíde de Jesus – Ele passou a comer muito, doente, ele inchava as pernas, nascia enfisema, eu ficava lavando com folha, no hospital também.

Maria de Jesus – Se bateram, eu não sei não. Se fizeram alguma malvadeza, ele não falava.

Alaíde de Jesus – Ele nunca comentou nada, não.

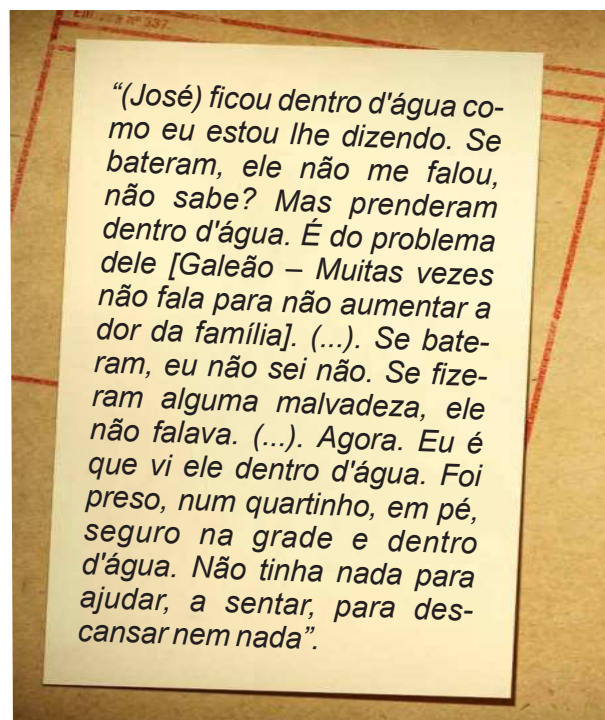
D. Maria de Jesus – Agora. Eu é que vi ele dentro d'água. Foi preso, num quartinho, em pé, seguro na grade e dentro d'água. Não tinha nada para ajudar, a sentar, para descansar nem nada. Dentro d'água.

Alaíde de Jesus – Quem conversava mais com ele era eu. Mas quando a gente podia viver, foi a época que ele foi embora. Quem podia ficar sabendo de alguma coisa, descobrindo alguma coisa.

Amábíla Almeida – Você ainda tem, conserva ainda os documentos dele, Alaíde de Jesus?

Alaíde de Jesus – Eu acho que sim.

Maria de Jesus – Eu tinha até o recibo que



o doutor, o advogado me deu. Mas quando ele morreu, apanharam tudo, "ah, não tem mais importância", jogaram fora. Mas eu tinha o recibo.

Alaíde de Jesus – E também a gente tem andado, na verdade essas trocas de casa, mudança e tudo, vai perdendo as coisas. Esses dias, mãe só tem a pensão de pai. E essa pensão esses dias estava cancelada e eu precisava do atestado de óbito, e eu não achei. Achei de meu irmão e não achava de pai, mexendo nos papéis. E também peguei. O pior é que achei de meu irmão, mas como não estou enxergando, aí eu peguei e guardei achando que era de pai. Aí, quando a minha filha chegou que ela foi olhar, "Ah, essa é de meu tio". Aí é que eu fui andar, fui no INSS, a menina me deu ao dados foi que a gente conseguiu.

Amábíla Almeida – Vocês têm o atestado de óbito dele?

Alaíde de Jesus – Tem. Esse tem agora, porque eu consegui.

Sinval Galeão – Quando foi que seu pai faleceu?

Alaíde de Jesus – Faleceu... eu vou pegar

a data ali. Eu não gravo nada, nada. Mas eu tenho a data.

Sinval Galeão – E as pessoas, como é que tratavam a senhora? As pessoas daqui da comunidade, da cidade depois da prisão do esposo da senhora? Como era essa convivência com o povo de Feira, nesse período que ele esteve preso e que sofreu as perseguições?

Maria de Jesus – O pessoal ficava todo revoltado, não quer saber, parente de comunista, é coisa do cão.

Sinval Galeão – Falavam assim para senhora, na cidade.

Maria de Jesus – Ninguém queria conta com a gente não. Quem eu tinha contato era com esse abençoado aí, [Galeão] mas o mais não queria. Era uma revolta.

Alaíde de Jesus – Nas cidades que a gente

estive, a gente não falava nada com ninguém quem era a gente [o que se passou aqui]. A gente nem sabia de que se tratava, o que significava aquilo. Até hoje eu não sei. Quanto mais minha mãe que era analfabeta. Mãe não teve conhecimento de nada. E aqui mesmo em Feira as pessoas que sabiam eram todos contra a gente. Só maltratavam. Quando eu era pequena me lembro que as pessoas xingavam e falavam, até os pequenos que passava para a escola, qualquer coisa, “você é filho desse, filho daquele”.

Amábilia Almeida – Alaíde de Jesus nasceu aqui?

Maria de Jesus – Nasceu na roça.

Amábilia Almeida – Em que lugar? Mas aqui perto de Feira?

Maria de Jesus – Perto de São José, num lugar que chama Canto do Muro.

CONFIDENC

TOMADA DE DEPOIMENTO INDIVIDUAL

30 de julho de 2014

Residência da Sra. Valdeís Daltro Ribeiro

Feira de Santana, Bahia





TOMADA DE DEPOIMENTO
30 de julho de 2014 - Residência da Sra. Valdeís Daltro Ribeiro
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: VALDEIS DALTRO RIBEIRO

Valdeís Daltro Ribeiro, conhecida como Dona Pombinha, era presidente da Associação de Bairro da Galileia, no município de Feira de Santana, e fez campanha para Francisco Pinto – advogado e político que não chegou a exercer um ano de mandato como prefeito de Feira, buscando melhorias para o bairro em que ela mora. Além dele, ela conviveu com importantes militantes políticos como Celso Daltro, Galeão, Celso Pereira, Hosannah Leite e, embora não tenha visto, soube da prisão de muitos deles. Por medo, fechou a associação pouco tempo depois do golpe militar de 1964, que depôs Francisco Pinto do cargo. Assistiu ao sofrimento do povo após a saída do prefeito, bem como soube do terror que o Capelão impôs ao povo de sua região assim que aconteceu o golpe.

**Texto não revisado pela depoente.*

***Valdeís Daltro Ribeiro - Dona Pombinha**

Boa tarde a todos. E eu era presidente de uma associação de bairro, quando eu conheci o saudoso Francisco Pinto. Então, ele foi candidato, na época que eu conheci era candidato a prefeito e junto com Colbert Martins da Silva, ele autorizou que nós abrissemos uma associação de bairro para trabalhar e ele, sendo eleito, trazer benefício para o bairro.

Então, o que eu fiz? Convidei, ali a casa número 28 aqui no bairro, nessa mesma rua, o endereço é 28, e eu convidei o povo e nós abrimos uma associação de bairro. Com o apoio, o aval deles. Então nós convidamos, Doutor Celso veio aqui, Galeão, Celso Pereira e José – que os nomes estão aí.

Aí, nós convidamos todos e começamos a abrir e que tinha as reuniões no mês, e Pinto vinha, e era aquela alegria toda e nós abraçávamos ele, Colbert Martins vinha também. E aí a gente fez a associação, né? Então, apareceu a história que Pinto era comunista. Eu, ignorante no assunto, e o povo ficou com medo de ser preso. Porque tinha a notícia que vinha um Capelão fechar a associação e prender o povo. Mas nós fechamos a associação, mas nós ficamos comunicando com eles: Celso Daltro, Galeão, Celso Pereira, Hosannah, Luciano. E nós ficamos comunicando com eles. Nós não perdemos o contato, nem aquela verdade e sabendo que aquilo era uma perseguição.

Então, Pinto foi eleito. Governou pouco. Se não me falha a memória, de 9 a 11 meses. Ele governou pouco. Tiraram o homem da prefeitura à força! Prenderam o homem, tiraram o homem da prefeitura, e até Colbert, que andava com ele, foi preso também. Correu, todo mundo correu. Olha! Corria aqui para a Galiléia, seu Wilson. Aqui era mato. Corria Galeão para aqui, Celso Pereira, Hosannah Leite, Luciano Ribeiro. Sim, tem seu Nemésio, também, correu para Iará, que ele era... (Trecho perdido na troca da fita).

“Comecei a trabalhar pedindo voto pra Pinto, só pela água. Só pela água. E a melhoria do bairro. Bom. Ele foi eleito. Quando ele foi eleito, foi aquela festona aqui na Galileia, todo mundo alegre, as pessoas da época. E os novos não sabem nem da história. Às vezes me perguntam”.

Depois de muitos anos fechado o prédio, e foi passando para outras coisas, e não abriram mais aquela rádio. O que eu sei é isso. Mas ele foi eleito, e o povo todo com aquela euforia, alegre, “Pinto, Pinto, Pinto!” comício e mais comício, aquela alegria toda. E, para dizer à senhora uma coisa. Que até hoje eu fico pensando. Quando ele foi eleito, eu disse: “Oh, Pinto” Eu tinha uma intimidade assim. Com respeito! De não chamar Doutor José, Aí, é, dizia assim: “Oh, Pinto, a gente mora aqui na lama, meu filho. Não tem água. Não tem calçamento”. A senhora vê, a senhora não sabe, mas esse sabe.

A Queimadinha aqui, a gente acordava de madrugada pra ir buscar uma lata d'água na cabeça, aqui na Queimadinha. Aí, Pinto me abraçou e vinha e sentava aqui e disse “Oh, D. Pomba, oi, Pomba, se eu for eleito eu vou botar água na Galileia”. “Oh, Pinto, tu bota?”. “Boto água na Galileia”.

Minha senhora, comecei a trabalhar pedindo voto pra Pinto, só pela água. Só pela água. E a melhoria do bairro. Bom. Ele foi eleito. Quando ele foi eleito, foi aquela festona aqui na Galileia, todo mundo alegre, as pessoas da época. E os novos não sabem nem da história. Às vezes me perguntam.

Então, ele veio mais Colbert. Na associação, um dia de domingo de tarde, e eu convidei a comunidade, ficou todo mundo. Aí ele disse: O que é que vocês... Aí, uns diziam assim: “Oh, Doutor Francisco Pinto, eu quero calçamento. A gente anda dentro da lama”. Outros diziam: “Doutor Francisco Pinto, eu quero água”. Aí, ele já tinha sido eleito. Mas veio dar satisfação a essa comunidade pobre, sofrida. Olhou, minha senhora, Francisco Pinto olhou para aqui. Colbert também. Aí ele disse: “O que eu faço?” Uns querem calçamento, outros querem água. Ele fez: “Vamos fazer o seguinte: vamos fazer uma eleição”.

Aí, Francisco Pinto ficou na porta da associação, e o povo todo em frente dele. Aí ele disse assim: “Quem quer água vá pra esse lado, quem quer calçamento vá para esse”. No fim, contou, o calçamento ganhou. Eu fiquei triste. Porque eu queria água e não queria carregar mais lata d'água. Eu não aguentava mais. Acordar de madrugada para ir pegar água. Já tinham botado um chafariz aqui depois. Aí ele disse: “Não tem nada não. Eu vou fazer calçamento, porque foi a maioria, e a água vem depois”. Aí, bateram palma, aquela alegria toda, e entrou no carro, e cantando Pinto, Pinto, a música da campanha, a gente cantando nesse dia. Minha senhora, isso foi um dia de domingo. Segunda-feira, acredite. Que homem! Que homem é aquele! Que homem era aquele! Ele deixou na memória, ele era um grande homem. E é até hoje no coração das pessoas que ama e amava.

Amanheceu, eu estou aqui, quando ouvi a zoadá do carro, as caçambas botando pedra. Eita, Pinto ligeiro. Calçou. Foi. Foi. Calçou a Galileia. Poucos dias, arrancaram o homem do poder. Choramos. Cho-

ramos a falta dele. E aí, a senhora sabe. Passado o tempo, Colbert veio e eu pedi a ele: “Oh, Doutor Colbert, e água?” Ele disse: “Oh Pomba, se eu for eleito, eu boto água”. Aqui não tinha água não, aqui não tinha calçamento, não.

Quando vem um político aqui, eu digo: “Olha, você está vendo este resto de pedra? Foi Francisco Pinto. Aí, Colbert disse botar água, minha filha de Deus, foi uma luta, Assufeira, com a Embasa, porque era de muita pedra, uma pedreira, mas conseguiu. Botou uma torneira na minha porta, e foi água para todo mundo e nós temos água até hoje. A senhora está satisfeita?

Amábília Almeida – Estou sim. Uma história muito verdadeira...

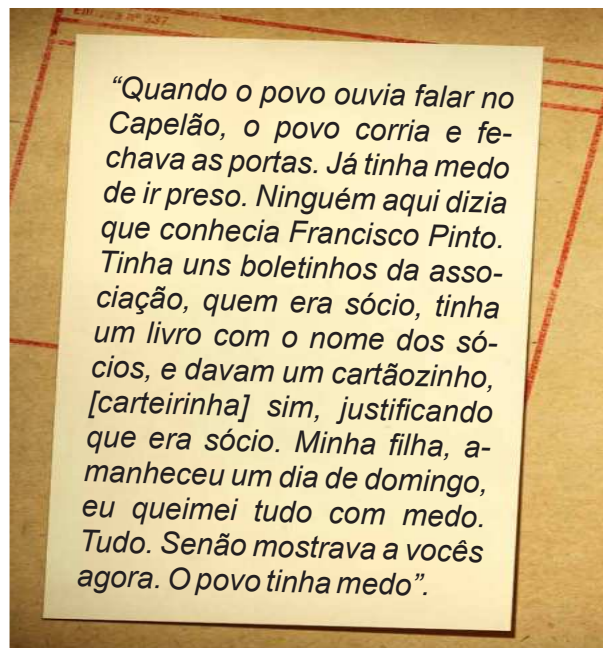
Dona Pombinha – Verdadeira, limpa. E te digo mais. Quando a rádio fechou, a gente chorava. Aquele tempo eu não tinha televisão, acho que nem podia comprar uma televisão e a história dando no rádio, Francisco Pinto foi preso, fechou a rádio, porque falou – eu me lembrei – de Augusto Pinochet. Não foi assim? A minha história está certa?

Sinval Galeão – Amábília, eu gostaria de fazer algumas perguntas a Dona Pombinha, porque...

Dona Pombinha – ainda tem mais, é? Corria pra se esconder. Eles todos desciam de lá pra esconder em minha casa.

Sinval Galeão – porque vivi essa época, vivia muito aqui. É apenas para complementar isso e juntar uma coisa a outra, depois, você também... O Capelão, naquela época, mais Exército, polícia, esteve aqui, invadiu a casa de alguém, ou intimidou alguém aqui?

Dona Pombinha – O Capelão, quando o povo ouvia falar no Capelão, o povo corria e fechava as portas. Já tinha medo de ir preso. Ninguém aqui dizia que conhecia Fran-



cisco Pinto. Tinha uns boletinhos da associação, quem era sócio, tinha um livro com o nome dos sócios, e davam um cartãozinho, [carteirinha] sim, justificando que era sócio. Minha filha, amanheceu um dia de domingo, eu queimei tudo com medo. Tudo. Senão mostrava a vocês agora. O povo tinha medo. E o povo rasgando os bilhetinhos, tudo com medo. Quando dizia Capelão tá em Feira e vai pra Galileia, o povo corria, fechava as portas. Teve um homem que chamava Batata, morreu, não foi?

Galeão – Vamos ouvir a família dele também.

Dona Pombinha – Morreu de medo.

Sinval Galeão – Dona Pombinha, eu queria saber também, Dona Pombinha, Zé Pereira Filho, Pinho e Seu Nemésio, eles foram presos? Deixaram aqui a cidade? Fugiram?

Dona Pombinha – Olhe. Seu Nemésio, ele correu para Irará. Ele adoeceu, ele quase morre, ele ficou em Irará muito tempo, que a família dele, ele era filho de lá. Ficou muito tempo doente lá e ele morreu. Pinho adoeceu e morreu também. Zé Pereira Filho, o do Trio, não sei. Mas o de cá, foi. O pai de Alaíde. Ela vai lhe contar. Acho que ele correu para Minas. Morava tudo aqui. Eu digo as casas deles todas. O marido de Dona Ivone, a casa

de Dona Maria.

Sinval Galeão – Outra coisa que eu queria saber, a senhora, que conhecia eles todos, se essas pessoas trabalhavam, se eram pessoas de bem.

Dona Pombinha – Pessoas de bem, pessoas direitas, não eram de vandalismo e não acompanhavam o Doutor José Francisco Pinto por interesse de nada. Era por simpatia e por notar nele uma honestidade, um homem honesto, um homem querendo trabalhar.

Olha, Zé Pereira proprietário, dono de Trio, o outro Zé Pereira trabalhador, mecânico e marceneiro, a família toda, o outro um proprietário, tá ali a propriedade, mas não é mais dele por questão de herança. Quem vendeu fui eu. A esposa, a viúva me autorizou, ela mora em Santos, São Paulo, me mandava os documentos e eu vendi. Deste que morreu também. Morreu de coração. Deu uma dor no coração que nunca ficou bom.

Sinval Galeão – Essas pessoas prestavam serviço aqui à comunidade, participavam da associação?

Dona Pombinha – Participavam.

Galeão – Prestavam serviço à comunidade?

Dona Pombinha – Prestavam, prestavam. Eram todos amigos, aqui.

Sinval Galeão – A senhora falou aí um pouco, mas eu queria saber o seguinte: logo após o golpe militar que depôs Chico Pinto, a associação comunitária daqui continuou a funcionar ou passou um período sem funcionar?

Dona Pombinha – Não funcionou não. Ele ficou com medo, Galeão.

Sinval Galeão – Isso é para a gente ter

conhecimento das coisas. Porque o golpe foi muito duro.

Dona Pombinha – Muito duro, muito grande.

Sinval Galeão – E muita gente tinha medo de tudo.

Dona Pombinha – de tudo, de tudo.

Sinval Galeão – Nós enfrentamos ainda e coisa, mas tinha muita gente que não tinha a disposição que a senhora, que eu

Dona Pombinha – A disposição e também o conhecimento da verdade, não é?.

Sinval Galeão – Bem. Essas as perguntas que eu queria saber. Wilson, você tem alguma

pergunta a fazer?

Wilson Mário – Se ela sabe informar de prisões que ela pode ter assistido, ou do exército, ou da polícia, do Capelão, chegando aqui, se fez prisões de pessoas aqui na rua?

Dona Pombinha – Não. Eu não presenciei aqui na rua. Eu acho que um dia estava na rua e o povo fechando as porta das lojas. Teu pai estava? Desculpe eu perguntar, teu pai estava. O povo fechando as portas das lojas, e comércios, porque o Capelão chegou com a polícia, com o exército. Então, quem ia ficar esperando ver? Eu ia ficar o quê? Esperando. Chegaram no bar de Batata, ali na esquina do Mercado. Não era ali, meu filho? Você era uma criança. [Batata, o fogueteiro] A verdade, né?

Wilson Mário – E essas pessoas todas que moravam aqui na rua, qual foi a consequência do fechamento da associação e dessas perseguições contra elas?

Dona Pombinha – Olha. As pessoas, o

“Pessoas de bem, pessoas direitas, não eram de vandalismo e não acompanhavam o Doutor José Francisco Pinto por interesse de nada. Era por simpatia e por notar nele uma honestidade, um homem honesto, um homem querendo trabalhar”.

fechamento da associação, elas, muitas se saíram com medo. Não frequentaram mais. A casa era uma casa – é até hoje – que a dona da casa cedeu a sala para a gente se reunir. Ficou todo mundo com medo e pronto. Aí, acabou a associação.

Sinval Galeão – Eu queria fazer uma pergunta que é mais uma constatação do que foi o período de Pinto, de Colbert e o de hoje. Nós sabemos aqui que a água e esse calçamento vieram em decorrência do trabalho da associação, da senhora aqui com a comunidade que solicitou e eles atenderam. Depois da ditadura para cá, qual foi o benefício que foi feito aqui na rua?

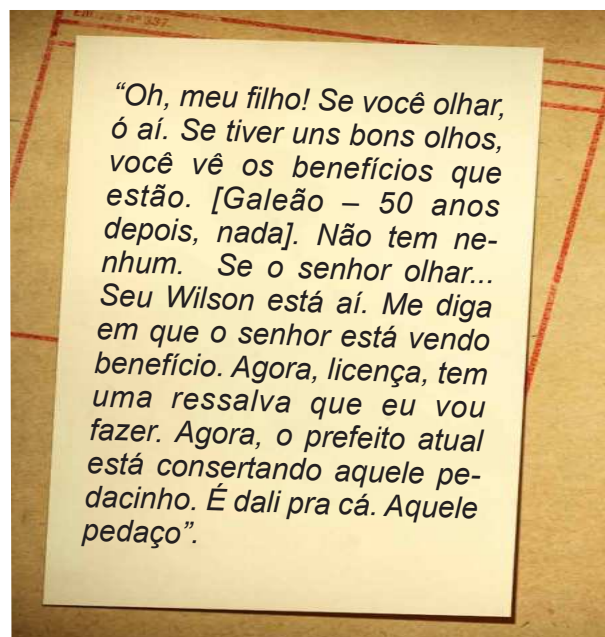
Dona Pombinha – Oh, meu filho! Se você olhar, ó aí. Se tiver uns bons olhos, você vê os benefícios que estão.

Sinval Galeão – 50 anos depois, nada.

Dona Pombinha – Não tem nenhum. Se o senhor olhar... Seu Wilson está aí. Me diga em que o senhor está vendo benefício. Agora, licença, tem uma ressalva que eu vou fazer. Agora, o prefeito atual está consertando aquele pedacinho. É dali pra cá. Aquele pedaço. Agora, com uma ressalva do calçamento. Colbert, quando prefeito, Colbert mandou calçar as transversais, que Pinto não deu tempo. Essas transversais.

Se a cara amiga vê, e seu Wilson, foi Colbert que completou depois muito. Porque depois que Pinto foi preso, foi Zelito Amorim. Mas não fez nada aqui. Colbert, quando foi eleito, candidato, ele esteve, ele sentou ali daquele lado, eu disse: “Oh, Doutor Colbert, e agora, o que eu faço? Eu não aguento mais, Doutor Colbert, apanhar água”, até brincando com ele. “Então eu vou botar água”. Oh, minha filha, que Deus tenha... Botou água, água à vontade. Água, água, água à vontade.

Ele lutou muito, Doutor Colbert, com a Embasa. Porque a prefeitura queria botar e a Embasa não queria quebrar as pedras. O negócio assim: na época, Luiz Alvim, ele era da Assufeira. Aí, eu ia na prefeitura,



Doutor Colbert disse assim: “Dona Pomba, leve este bilhetinho a Luiz Alvim.” Chegava Luiz Alvim: “Eu vou mandar, Dona Pomba. É com a Embasa, é com a Embasa” Meu irmão, eu andei, andei que a prefeitura conseguiu quebrar as pedras para passar o encanamento para botar água na Galileia. Doutor Colbert.

Sinval Galeão – Aquele período dessas perseguições e dessa luta toda, a senhora estimava em quantos moradores aqui na Galileia naquele período de Pinto. Quantas famílias?

Dona Pombinha – Não tinha muitas famílias, não. (a Galileia estava se formando).

Sinval Galeão – A senhora lembra o nome da associação?

Dona Pombinha – Associação de Bairro da Galileia. A gente não botou nome de político nenhum. Botamos associação do bairro.

Amábíia Almeida – Dona Pombinha, isso que aconteceu com Francisco Pinto, a prisão, a deposição dele da prefeitura, e, mais tarde, por causa daquele discurso que ele fez contra Pinochet, então tudo isso foi perseguição da ditadura. [da ditadura] à figura de Chico Pinto. Mas a senhora e todo o povo da Galileia, de Feira de Santana sabe

quem era a figura de Francisco Pinto [de verdade].

A senhora soube que a Câmara de Vereadores, por interferência e solicitação desta Comissão, de Galeão, de Wilson, de Celso, daqui de Feira, essa Comissão da Verdade foi à Câmara de Vereadores solicitar dos vereadores a devolução simbólica do mandato de Chico Pinto. A senhora soube disso? [não] Pois foi uma sessão solene muito importante que aconteceu na Câmara de Vereadores [não me convidaram]. Foi no dia 8 de maio. [eu não sabia] A senhora não foi porque não sabia.

Wilson Mário – Antônio Pinto, o irmão dele, recebeu, por Francisco Pinto, a devolução simbólica do mandato.

Dona Pombinha –foi?! Menino! foi devolvido, foi?

Amábília Almeida – Simbolicamente. Numa sessão muito importante. Tão importante que lá estavam as representações políticas de Feira de Santana, de fora também.

Sinval Galeão – Até o pessoal do acarajé de Salvador.

Amábília Almeida – Até o prefeito daqui, o atual, se achou no dever de comparecer para homenagear Feira de Santana. Porque, homenageando Chico Pinto, estava homenageando Feira de Santana. Então eu pergunto à senhora: Tudo isso que aconteceu com Francisco Pinto traumatizou muito o povo de Feira?

Dona Pombinha – Muito. Muito. Gente chorando, minha filha. Gente chorava, gente chorava. Só era ouvindo nos cantos: “Francisco Pinto foi preso, Francisco Pinto deixou a prefeitura”. E o povo chorava. As pessoas humildes choravam, mas tudo

calado, com medo de ir preso também.

Amábília Almeida – E esse Capelão, era um tirano?

Dona Pombinha – Não sei. Devia ser. Porque na hora que falava o nome dele, o povo corria.

Amábília Almeida – Estabeleceu o terror.

Dona Pombinha – Na cidade. Muito bem. A gente lembra dessa época como... Olha!

Foi uma época triste. Foi uma coisa horrível que se deu no nosso país. Principalmente na nossa cidade, onde Doutor Francisco Pinto é preso. Apavorados. Não disse à senhora que as lojas, desculpa, as partes de comércio fechavam as portas, o povo correndo? O povo ficou amedrontado, medroso. Foi terror. A palavra certa é terror.

Amábília Almeida – Vocês sabiam que aconteceram as prisões? Você teve conhecimento que esse daqui (Galeão) e

Celso, foram esse Capelão e os militares que espremeram eles na prensa de fumo para eles denunciarem os nomes de companheiros da luta que eram seguidores de Chico Pinto? Isso aconteceu aqui.

Dona Pombinha – A senhora está me perguntando se eu tive conhecimento. Não assim. Porque a verdade escondiam. Não diziam que espremeu ele nem nada. Dizia Hosannah foi preso. Galeão foi preso. Celso Daltro foi preso. O Capelão, prenderam e maltrataram, e torturaram. Mas não diziam toda a verdade. Eu não sei. Diz que teve um que jogaram dentro de uma cisterna, quem foi? Foi doutor Colbert?

Sinval Galeão – Não. Quem ficou escondido,

“Não sei. Devia ser. Porque na hora que falava o nome dele (Capelão), o povo corria... A gente lembra dessa época como... Olha! Foi uma época triste. Foi uma coisa horrível que se deu no nosso país. Principalmente na nossa cidade, onde Doutor Francisco Pinto é preso. Apavorados. Não disse à senhora que as lojas, desculpa, as partes de comércio fechavam as portas, o povo correndo? O povo ficou amedrontado, medroso. Foi terror. A palavra certa é terror”.

dido foi Teté. A família botou escondido porque o Exército chegou ali na JJ Seabra para prender ele. Ele morava num prédio. Como não podia sair, aí amarraram as pernas dele e botaram ele cabeça a baixo.

Dona Pombinha – Na cisterna?

Sinval Galeão – Na cisterna.

Dona Pombinha – A senhora está vendo

como eu sei? Eu posso não saber detalhes da cisterna. Mas eu sei assim não que jogaram ele, mas de qualquer forma a família jogou na parte de dentro e sustentando para não matarem ele. Porque morria. Morria mesmo.

Amábíla Almeida – Pois é, Dona Valdeis, Dona Pomba, vou concluir aqui a nossa entrevista dizendo à senhora que o que a senhora falou ficou tudo registrado e vai ser muito importante.

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA
06 de agosto de 2014
Centro Paroquial Senhora Sant'Ana
Feira de Santana, Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA
06 de agosto de 2014 - Centro Paroquial Senhora Sant'Ana
Feira de Santana - Bahia



***Moacir
Costa Cerqueira**

DEPOENTE: MOACIR COSTA CERQUEIRA

O comerciante Moacir Cerqueira era militante político, situado no grupo dos nacionalistas. Também foi filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Feira de Santana e foi vice-presidente da Federação das Associações de Bairro. Sofreu muitas restrições no comércio e até na Maçonaria, “que no princípio apoiou o golpe militar”. Além disso, sofreu muitas pressões e discriminação. Não foi preso, não foi torturado, foi apenas chamado a ser ouvido para declarar qual era o seu posicionamento, ou seja, se era comunista. Diante do clima de terror em Feira de Santana, chegou a fugir para Salvador com a esposa, deixando seu comércio nas mãos de terceiros, mas acabou retornando pouco tempo depois.

Meu bom dia para todos, naturalmente que autorizo, sim, não tem problema. Quero dizer da minha satisfação em estar aqui, neste momento. Tive oportunidade de assistir, de estar presente e assistir a primeira conferência, realizada lá, no Luiz Eduardo, quando alguns companheiros daquela

época deram o seu depoimento a exemplo de Hosannah Leite, Celso Pereira, os que me lembro nesse momento. E, senti bastante emoção naquele momento, porque eu vivi todo aquele momento. Eu vivi toda essa história, na minha juventude aqui nessa terra. Para aqui cheguei em 1959, para botar aqui um pequeno comércio, viver a minha vida, depois fui fazer um curso de contabilidade no Colégio Santanópolis. Eu estudava à noite. Lá, eu convivi com companheiros, colegas, que fizeram despertar em mim uma consciência política e eu cito aqui Raimundo Moraes, o meu colega do curso. Osmar Ferreira e, tinha o grêmio lá no colégio. Com essa minha participação no curso de contabilidade, eu me credenciei a ser também, dirigente da AFES (Associação Feirense de Estudantes Secundários).

*Texto não revisado pelo depoente.

Bom, vou falar a partir de 1962, na

campanha para prefeito aqui de Feira de Santana, com as candidaturas de Chico Pinto, pelo PSD e de João Durval, pela UDN e PTB. Foi uma campanha intensa, marcada pelo conteúdo ideológico, que era acentuado naquela época, naquele ano de 1962. O Brasil passou pela crise de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, a tentativa de golpe já naquela oportunidade, a reação do governador Leonel Brizola, lá no Rio Grande do Sul, a Cadeia da Legalidade, a posse de Jango com o parlamentarismo, depois a derrubada do parlamentarismo em 1963, e o governo de Jango, com suas reformas de base.

E, aqui em Feira de Santana, vivíamos esse clima político. Que era na luta política, na luta ideológica entre esquerda e direita. A direita naturalmente representada pela UDN e a esquerda pelos partidos, o PSD que era um partido conservador, mas no seu bojo, várias personalidades eram progressistas, digamos assim. E aí, os comunistas, os nacionalistas, todos formavam o colégio progressista. Eu me situei no grupo dos nacionalistas e não cheguei a ingressar no partido comunista, naquela ocasião, apesar da convivência com muitos companheiros e amigos do partido, e que eu faço questão de citar aqui: Sinval Galeão, Raimundo Alves de Jesus, Antoniel Queiroz, Humberto Mascarenhas. Todos nós participamos daquela campanha eleitoral de 1962 que elegeu Francisco Pinto prefeito de Feira de Santana. Depois da eleição de Pinto, aqui, o movimento político continuou intenso, porque Pinto deu uma dinâmica no seu governo, e governo popular, nacionalista, progressista, e, participávamos desse governo. Muitas ações foram formuladas, a farmácia popular, central de abastecimento popular etc., uma série de ações desenvolvidas na administração de Chico Pinto. E

“Todos nós participamos daquela campanha eleitoral de 1962 que elegeu Francisco Pinto prefeito de Feira de Santana. Depois da eleição de Pinto, aqui, o movimento político continuou intenso, porque Pinto deu uma dinâmica no seu governo, e governo popular, nacionalista, progressista, e, participávamos desse governo”.

foram criadas, aqui em Feira de Santana, as chamadas associações de bairro, e, como se criaram muitas associações de bairro, resolvemos criar, também, a Federação das Associações de Bairro, que nós participamos, eu, Sinval, Humberto Mascarenhas foi eleito o presidente dessa federação, eu fiquei na vice-presidência, Sinval participava da diretoria, e era um instrumento de mobilização popular. A nível nacional

foi criada a frente de mobilização popular, através da frente parlamentar nacionalista, que era um organismo na Câmara Federal que congregava todos os parlamentares progressistas, nacionalistas, enfim, o pessoal de esquerda congregava na frente parlamentar nacionalista.

E como o movimento político se intensificava, a luta política se intensificava pelas reformas de base, contra a ditadura,

contra o imperialismo, a mobilização popular se difundiu pelo país. Então, essa Federação das Associações de Bairro aqui foi criada, acima de tudo, com a intenção de promover a mobilização popular, também de Feira de Santana. Sendo que os trabalhadores cuidavam dos seus sindicatos, da mobilização popular, os estudantes dos colégios, enfim, cada setor, cada categoria que formava e participava daquele movimento, nos seus respectivos setores se encarregava de mobilizar para os encontros, para os comícios, para as conferências, e uma série de movimentos que aconteciam aqui em Feira de Santana e nas redondezas, na capital, em Salvador, e que se fazia esse trabalho de mobilização popular.

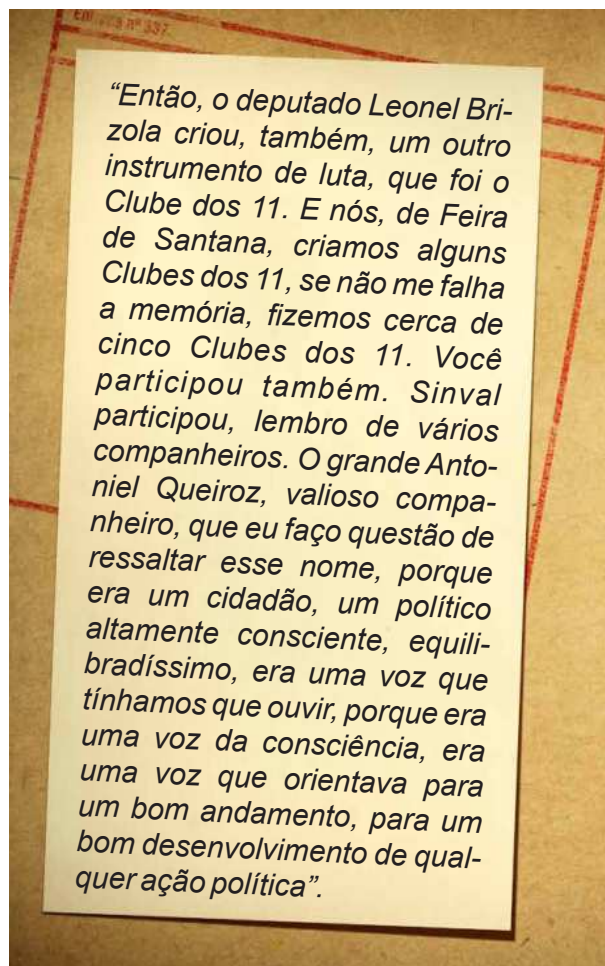
Mais adiante, e eu, me permitam dizer, eu participava de tudo. Eu estava em todos e convivia, repito, com todos aqueles companheiros. Que eram nacionalistas,

que eram simplesmente políticos, que eram simplesmente simpatizantes de Chico Pinto, ou do Dr. Eduardo Froes da Mota e, com aqueles outros que tinham o pensamento político mais avançado. Que eram os socialistas, os comunistas, havia e vivemos esse tempo desta forma, com essa convivência. Porque, afinal, tínhamos convergência de ideais, convergência de interesses políticos na defesa dos interesses nacionais, acima de tudo, Defendíamos um governo, popular, nacionalista e democrático, para o país. E, toda essa luta, todo esse direcionamento político, nós procurávamos de toda forma aqui desenvolver uma mobilização e uma divulgação do nosso pensamento político.

Depois, o então deputado Leonel Brizola que saiu do Rio Grande do Sul, deixou o governo do Rio Grande do Sul, veio para o Rio de Janeiro, onde se candidatou a deputado federal. Onde, ele dizia que iria combater o inimigo maior da democracia brasileira, o inimigo maior da nação, naquela oportunidade, que era Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro. Ele veio para cá, se candidatou a deputado federal, teve naquela oportunidade uma votação extraordinária com mais de 360 mil votos, e foi um dos deputados mais votados.

Então, ele se estabeleceu no Rio de Janeiro, criou uma rede de comunicação com a rádio Mayrink Veiga, e passou a divulgar todo esse pensamento político, nacionalista, das reformas de base, da luta pela defesa dos interesses nacionais, e isso ganhou todo território, toda nação. Pessoas que se interessavam, que tinham uma certa consciência política, que passaram a ouvir aquelas transmissões, a ler toda literatura política que chegava às nossas mãos, os artigos, comentários através dos muitos parlamentares nacionalistas que eram membro da frente parlamentar. Todo movimento político que envolvia, e que despertava um senso, principalmente da juventude, dos colégios, os estudantes acima de tudo.

Então, o deputado Leonel Brizola



criou, também, um outro instrumento de luta, que foi o Clube dos 11. E nós, de Feira de Santana, criamos alguns Clubes dos 11, se não me falha a memória, fizemos cerca de cinco Clubes dos 11. Você participou também. Sinval participou, lembro de vários companheiros. O grande Antoniel Queiroz, valioso companheiro, que eu faço questão de ressaltar esse nome, porque era um cidadão, um político altamente consciente, equilibradíssimo, era uma voz que tínhamos que ouvir, porque era uma voz da consciência, era uma voz que orientava para um bom andamento, para um bom desenvolvimento de qualquer ação política. E, Antoniel Queiroz foi esse cidadão. Foi esse grande companheiro, que eu faço questão de ressaltar, claro que ao lado de outros naturalmente que aqui despontavam na vida política local, como Hosannah, Celso, enfim, muitos outros. Então, todos os outros foram, também, instrumentos de luta política daquele tempo, e, quando veio o golpe em 1964, isso caiu naturalmente

sobre todos nós, com um grande efeito esmagador do nosso pensamento, da nossa consciência.

Mas, permitam-me falar da minha participação nisso, o que foi que eu passei com o golpe, quando chegou o golpe de 1964. Em 1º de abril de 1964. Vejam só. Eu passei dificuldades imensas, porque, a direita, a reação, os conservadores consideravam todos nós, não queriam saber se eram nacionalistas, todos nós éramos comunistas. Todos eram comunistas, tratados como comunistas. Então, quando veio o golpe, eu tinha, eu me casei no dia 31 de janeiro de 1964, o golpe veio em abril. E eu vivi aqui, nessa cidade, momentos difíceis.

Primeiro, pelo choque da ação de direita, tomando o poder do país, caçando mandatos, prendendo gente, escorraçando gente. Os companheiros daqui começaram, aqueles que conseguiram, sair da cidade, se ausentar de alguma maneira, desaparecer do convívio, do relacionamento. Os outros que foram presos, e os jornais começaram a publicar aqueles que tinham sido cassados, os que tinham sido presos, e diziam, os jornais locais aqui diziam: os traidores que fugiram da raia, os traidores. Aí, diziam, relacionavam os nomes dos companheiros que tinham se evadido, caído fora, no popularmente falando. Conseguiram se exilar em algum lugar, se ausentar em algum lugar. Mas os outros eram presos, e eu, meu pequeno comércio era no centro da cidade. Nós tínhamos ali, em frente à minha casa comercial, o chamado senadinho. Era um encontro dessa turma da esquerda, quase que diariamente. No fim da tarde, havia um encontro pra conversas, pra trocas de ideias, ali se

“Os companheiros daqui começaram, aqueles que conseguiram, sair da cidade, se ausentar de alguma maneira, desaparecer do convívio, do relacionamento. Os outros que foram presos, e os jornais começaram a publicar aqueles que tinham sido caçados, os que tinham sido presos, e diziam, os jornais locais aqui diziam: os traidores que fugiram da raia, os traidores. Aí, diziam, relacionavam os nomes dos companheiros que tinham se evadido, caído fora, no popularmente falando. Conseguiram se exilar em algum lugar, se ausentar em algum lugar”.

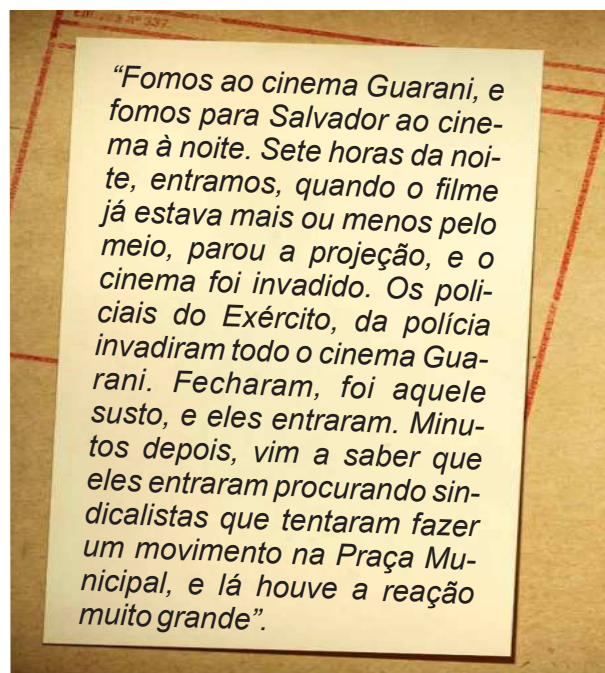
passava em revista todo panorama político municipal, estadual, nacional e internacional. E, portanto, minha pessoa passou a ser uma pessoa visada. Eu vivi momentos angustiantes, terríveis. Porque, qualquer carro que parava na porta da minha casa à noite, eu esperava ser, está na hora, vieram me buscar. Como havia muito movimento de militares, de carros, de jipes do Exército carregados por soldados armados, e patrulhas do Exército, da polícia, na Avenida Senhor dos Passos, ali nas proximidades da prefeitura, quando paravam, estacionavam ali na frente. Certa feita, mesmo, eu cheguei, tinha um jipe do Exército, vários soldados no passeio ali da minha loja, e eu disse: “Acho que dessa vez eu não vou escapar”. E foi um sobresalto muito grande. Passei pelo meio deles e fiquei aguardando, não aconteceu nada. Em uma outra oportunidade, eu também passei um choque muito grande. É que eu estava, quando entraram vários militares na minha loja. Uns dois ou três coronéis, aqui da

Polícia Militar, e eu tomei um susto e fiquei me perguntando, será que os coronéis? Não é possível. Será que vieram me prender, vieram me buscar? Mas, também não foi, era apenas um coronel lá que foi comprar um isqueiro, informaram ele que lá na minha loja tinha isqueiro, e ele veio comprar um isqueiro. Mas, eu passei pelo choque. Mas a pressão aumentava, os dias iam passando e a pressão ia aumentando, com prisões de companheiros, com torturas anunciadas, com as cassações. Era realmente um martírio muito grande para... os companheiros que desapareceram, não se encontrava mais companheiro nenhum para trocar uma ideia, para se saber de notícia.

Tudo que se sabia era o que a imprensa dava, a imprensa que ficou, a imprensa tradicional que ficou ali. Publicavam o que a revolução queria, o que golpe queria que eles publicassem, tudo sob censura. Então, vivia, essa era uma angústia muito grande naquele momento. E, num dado momento, eu disse, “Eu vou me embora daqui. Não vou ficar aqui”. Preparei o meu esquema comercial, acertei com os meus funcionários, e fui para casa de um parente que eu tinha aqui, e, no dia seguinte, cinco horas, eu e minha mulher, nós fomos para Salvador, porque os pais dela moravam por lá, e eu fui para Salvador. Fui viver em um bairro distante do centro. Fui morar lá, me abrigar em um bairro distante do centro, com os pais da minha esposa. E fiquei lá.

Fizemos também [...] mas, parece distante, não sei. Podia ser que eu pudesse fugir naquele momento, não sei. Mas, uma semana se passou, eu resolvi sair com ela. “Vamos ao cinema?”. Fomos ao cinema Guarani, e fomos para Salvador ao cinema à noite. Sete horas da noite, entramos, quando o filme já estava mais ou menos pelo meio, parou a projeção, e o cinema foi invadido. Os policiais do Exército, da polícia invadiram todo o cinema Guarani. Fecharam, foi aquele susto, e eles entraram. Minutos depois, vim a saber que eles entraram procurando sindicalistas que tentaram fazer um movimento na Praça Municipal, e lá houve a reação muito grande. Eles tinham, também, invadido o Sindicato dos Bancários, que era na Piedade, e destruíram todo o sindicato em que estava a reunião, e todos fugiram em direção à Praça Castro Alves, tanto da Praça Municipal, quanto de lá da Praça Castro Alves.

Então, o cinema acabou ali, suspenderam a projeção, foi aquela agonia, os militares saíram procurando dois ou três sindicalistas, militantes, eu não sei bem o que era. Procurando pelo cinema, levaram dois ou três presos, aí, depois veio o aviso pelo som do cinema, que a projeção poderia continuar. Mas, eu creio que o cinema foi



esvaziando, todo mundo ficou muito assustado e o cinema foi esvaziando e quase ninguém ficou, e eu fui embora. E, eu tive que ir para casa de uma pessoa que morava próximo ao Campo Grande, e eu subi, não tinha transporte, não tinha nada aquela hora da noite, e nós saímos caminhando entre policiais armados, do Exército, da Marinha, da polícia. Então, saí caminhando entre eles na Avenida Sete, e foi um grande susto que vivi, naquela oportunidade. Resultado, eu disse: “Sabe de uma coisa? Eu vou voltar para casa. Se eu tiver de ser preso, eu serei, e fim de papo, haja o que houver”. Eu não suportei ficar distante, primeiro do meu comércio, da nossa casa e tal. Aí, resolvemos voltar. Procurei informações, não tinha havido nada, ninguém me procurou e eu vim para cá. Vim para cá, mas não deixei de viver assustado. Mas, o tempo foi passando, não fui preso, não fui torturado, fui apenas convocado.

Um certo dia, fui convocado para se ouvido pelo capitão Arlindo da Silva, que era o chefe do setor de recrutamento aqui do Exército. Eu, e outros companheiros, outras pessoas, fomos ouvidos para falar a respeito do Clube dos 11, em Feira de Santana. Mas, o depoimento foi fácil com o capitão Arlindo. Ele que era uma pessoa integrada à sociedade, era professor de

Educação Física dos colégios, enfim. Era esportista, nós tínhamos uma certa amizade pessoal, um relacionamento pessoal. Eu confesso que ele me ajudou muito no depoimento a que fui submetido lá, a respeito do Clube dos 11. Inclusive, alguma coisa que eu respondia, ele dizia, não, essa resposta não vamos fazer assim, não. Vamos fazer de outra maneira. Então, ele me ajudou nesse particular, e eu fiz o meu depoimento a esse respeito. E, que não resultou em nada, porque em relação a essa questão, também, ninguém nunca me procurou, a esse respeito. E o tempo foi passando, e depois veio a luta que fomos conquistando, passo a passo. Uma luta contra a ditadura. As nossas reuniões, que fazíamos, de certa forma, secretas, escondidas, para sabermos, o que é que estava ocorrendo, o que é que estava se passando. Aqueles companheiros começaram a voltar, depois, outras prisões que foram efetuadas arbitrariamente. Prenderam Yara Cunha, Luciano Ribeiro, Estrela. Depois teve um outro golpe de prisões que aconteceram aqui também, que assustou todo mundo, a gente, e foi quando prenderam Juvenal Carvalho, Raimundo de Jesus, também Helder. A Polícia Federal veio aqui e prendeu todo mundo, isso foi... assustou muito e nos deixou bastante apreensivos.

Então, vivemos essa situação, daquele período da ditadura de 1964. Eu creio que todos aqui conhecem o caminho que lutamos dali para cá, até conseguir a redemocratização, e, mas o que eu particularmente vivi, naquele tempo, é o que eu estou expondo para todos aqui. Foi realmente uma situação vexatória, momentos angustiantes, momentos de muita preocupação,

não sabíamos se iríamos ou não ser presos. Foram momentos difíceis, mas que, felizmente, para todos nós. Tiveram aqueles que lutaram, que se sacrificaram, que morreram, que desapareceram, e que nós, hoje, temos apenas que reverenciá-los, que rememorá-los como exemplo de luta, como exemplo de persistência. O ideal de todos nós aqui que militamos, que passa-mos aquilo, que vivemos aquele momento e ainda sustentamos o ideal da democracia.

É, o nacionalismo, e aqueles ainda que têm o ideal socialista. Enfim, essa luta chamada luta de esquerda, que nós ainda não nos afastamos. Eu me sinto gratificado por tudo isso, quando eu olho para mim mesmo e vejo os que bandearam, os que desistiram, outros que deixaram para lá. Eu não consegui me desvencilhar desse ideal. Esse ideal de brasileiro, de patriota, de nacionalista, ideal de esquerda.

Então, estamos aí. É isso que queríamos dizer, é isso que tínhamos a declarar nessa Comissão. E, se eu falei de

alguma forma o testemunho da história, está aqui posto para todos, eu agradeço pela atenção.

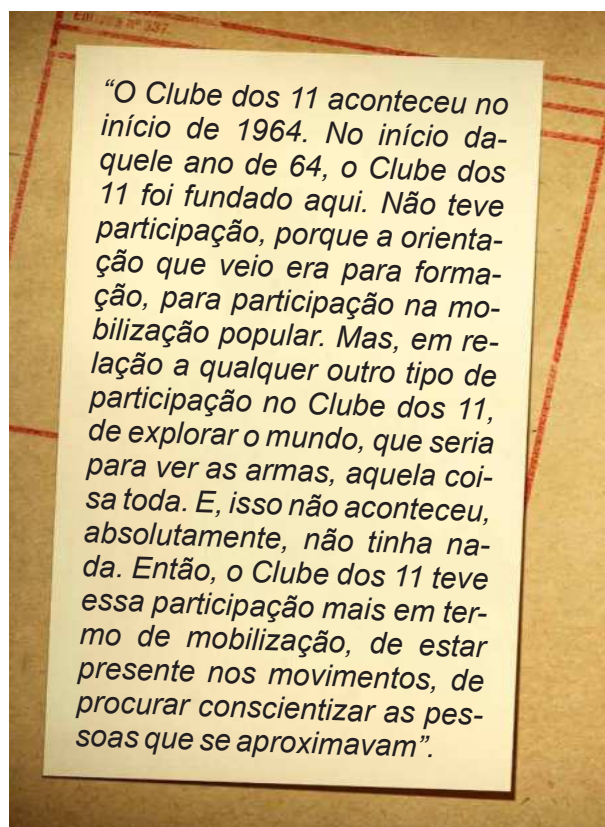
Monsenhor Luiz Rodrigues – Nós agradecemos inicialmente e abrimos agora espaço para comissão fazer algumas perguntas. E, eu começo inicialmente lhe perguntando sobre a atuação do senhor efetivamente na atuação do Clube dos 11, aqui em Feira de Santana?

Moacir Costa Cerqueira – O Clube dos 11 aconteceu no início de 1964. No início daquele ano de 64, o Clube dos 11 foi fundado aqui. Não teve participação, por-

“Um certo dia, fui convocado para ser ouvido pelo capitão Arlindo da Silva, que era o chefe do setor de recrutamento aqui do Exército. Eu, e outros companheiros, outras pessoas, fomos ouvidos para falar a respeito do Clube dos 11, em Feira de Santana. Mas, o depoimento foi fácil com o capitão Arlindo. Ele que era uma pessoa integrada à sociedade, era professor de Educação Física dos colégios, enfim. Era esportista, nós tínhamos uma certa amizade pessoal, um relacionamento pessoal. Eu confesso que ele me ajudou muito no depoimento a que fui submetido...”

que a orientação que veio era para formação, para participação na mobilização popular. Mas, em relação a qualquer outro tipo de participação no Clube dos 11, de explorar o mundo, que seria para ver as armas, aquela coisa toda. E, isso não aconteceu, absolutamente, não tinha nada. Então, o Clube dos 11 teve essa participação mais em termo de mobilização, de estar presente nos movimentos, de procurar conscientizar as pessoas que se aproximavam.

Hosannah Leite – Eu gostaria uma das perguntas, que dirijo na direção ao Grupo dos 11, bem verdade não era bem um clube, era mais um grupo. Um grupo realmente formado. Grupo dos 11. Moacir, olha, realmente a sua passagem, a nível de engajamento nos movimentos nacionais reconhecidos em Feira de Santana foram marcantes, os encontros sempre na esquina na Casa das Canetas. Mas, você tinha um convívio de vizinhança com a Livraria Guanabara, aonde você deixou de relatar, mas o Gileno Araújo, era um dos daqueles que se jactavam com pessoas alinhadas ao golpe militar, usava até uma farda do CPOR, e saía, juntamente com os repressores, a buscar se identificar com o movimento de 64. Você deve ter sofrido algum tipo de influência, não muito positiva, da existência do cidadão na sua vizinhança. Uma coisa que eu gostaria de saber de você também: Você sofreu algum tipo de perseguição específica, por parte daqueles que lideravam o golpe de 64 em Feira de Santana? A exemplo de pessoas já citadas nessa comissão, como: major Diógenes, como o prefeito Joselito Amorim, o ex-prefeito, enfim, aquelas pessoas que sempre se identificavam com a repressão em Feira de Santana. Era bom o seu testemunho, até porque, você tinha um palanque privilegiado. Você ficava ao lado da prefeitura, sentia e via os movimentos constantes, existentes naquela redondeza, e você, como uma pessoa que vivia aqueles momentos de uma tortura psicológica, que por vezes é muito pior do que a tortura física. É aquele dormir e acordar sempre na expec-



tativa que no dia posterior, ou durante o transcurso do dia, alguma coisa de anomalia vai acontecer. Eu gostaria de saber de você, se você tem algumas pessoas que podiam ser identificadas como repressores daquela época, além do seu vizinho de comércio, e saber, sobretudo de você, a sua participação diretamente no movimento sindical. Como você se alinhava nesse movimento sindical? Como você sentia o movimento sindical, naquela época, além das informações que você prestou?

Moacir Costa Cerqueira – Hosannah, eu lhe agradeço a sua pergunta, me fez até lembrar, aguçou um pouco a minha memória. Eu realmente vivi ali, ao lado de Gileno, da Livraria Guanabara. Mas eu digo a você que ele não exerceu influência nenhuma sobre mim. Ele, nós mantínhamos um certo relacionamento um tanto distante, eu sabendo da função dele e ele também sabendo da minha função. Nós convivíamos de certa forma, mas não tínhamos muita intimidade. Nos cumprimentávamos, havia uma certa reserva. Em função de eu querer, acima de tudo, por causa do posicionamento

político dele, diferente do meu, ele era direitista, se revelou terrível, tirou a farda, enfim. Olha, perseguição, dessas pessoas que você falou, diretamente, não. Mas eu digo a você, que no meu pequeno comércio eu senti, sofri uma série de restrições.

No convívio, por exemplo, na minha loja maçom que eu participava, eu sofri. Porque a maçonaria, a princípio, ela apoiou o golpe militar. Ela foi para as ruas, apoiou o golpe militar, e só depois, com o passar do tempo, a reação que foi acontecendo dentro da ordem, daquelas pessoas que tinham um compromisso com a democracia, enfim, foram reagindo dentro da ordem e, no fim, a maçonaria se posicionou pela redemocratização, enfim, mudou o seu posicionamento, eu sou testemunha disso. Mas, lá dentro eu sofri. Sofri muitas pressões, muita discriminação. Fui chamado a ser ouvido, a declarar qual era o meu posicionamento, se eu era comunista, se eu tinha pegado em arma, uma série de imprecisões, fui vítima, realmente. E, com o movimento sindical, Hosannah, apenas eu digo a você, que eu convivia com aquele pessoal do movimento sindical, Zé Pereira, Lourival, todas aquelas figuras que militavam pelo movimento sindical. Eu convivia com o pessoal nas nossas reuniões, partidárias, enfim. Eu convivia com esse pessoal, e tinha uma participação discreta. Apoiava o movimento, ajudava na maneira que eu podia ajudar o movimento. Sempre que me solicitaram eu contribuí, em várias oportunidades no movimento sindical. Então, se limitou somente a esse relato.

Sinval Galeão – Moacir, eu queria saber de você, apenas o seguinte. Qual é a lembrança que você tem, o que você conseguiu captar naquela época, sobre dois pontos: o Capelão e o Exército de Alagoas. Qual a

informação que você tem com a convivência desse pessoal. O que eles fizeram. Você que trabalhou no centro, no caldeirão. Eu queria saber a sua recordação, sua versão.

Moacir Costa Cerqueira – Olha, o Capelão e o do Exército de Alagoas que baixou aqui, foram momentos de medo, de terror, de apreensão. Aquelas prisões efetuadas,

aquela pressão que o capelão exercia sobre as pessoas. Principalmente na noite, foram momentos angustiantes, muito angustiantes para nós que não estávamos presos, não estávamos fugidos, não estávamos sendo perseguidos, mas que vivíamos, e continuamos vivendo na cidade aquele clima difícil para nós. Eu quero até, ainda em relação à pergunta feita por Hosannah. Viu, Hosannah, eu me lembro muito bem que na campanha de Luciano Ribeiro para prefeito,

eu dei o patrocínio para um jornal, onde tinha uma matéria. E, um cidadão aqui da cidade veio me mostrou o jornal “Estou vendo aqui, ó! Você está na relação”. E outra, foi quando eu assinei a filiação com o MDB, um outro cidadão, esse eu posso até dizer, terminou até meu amigo, posteriormente, a família toda é de gente amiga, que foi José Pinto. Que veio para cá me dizer “Rapaz!” e me deu um cartão, “Você já se filiou ao MDB né?”. Uma advertência pela minha filiação ao MDB. E a você, Sinval, eu já falei. Eu digo que foi, e repito, um momento de medo, de terror que se plantou na cidade. Com a participação do Capelão e daquele batalhão de Alagoas, que terminou com a prisão de Chico Pinto, Colbert, enfim, com a deposição de Chico Pinto, com aquele movimento do quebra-quebra da

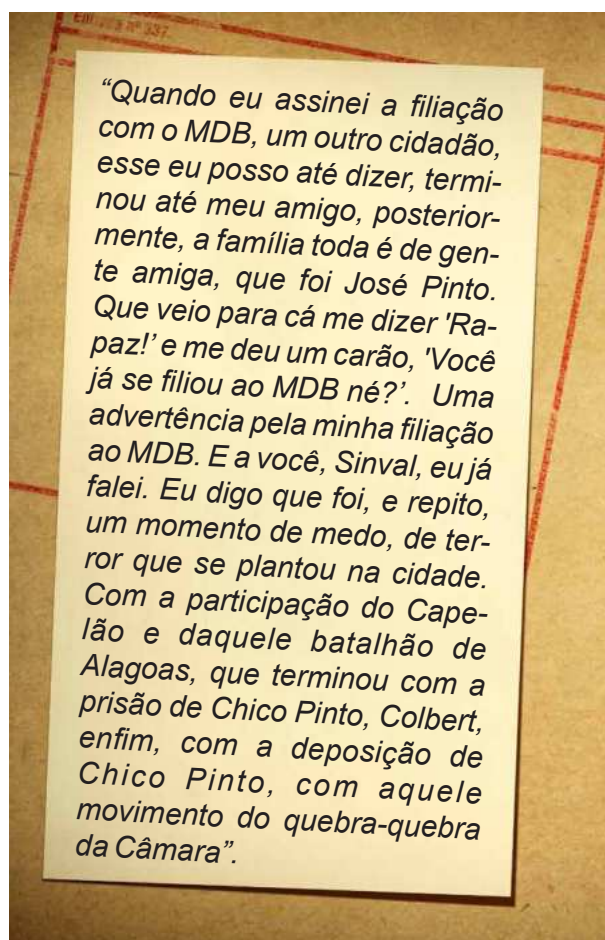
“Sofri muitas pressões, muita discriminação. Fui chamado a ser ouvido, a declarar qual era o meu posicionamento, se eu era comunista, se eu tinha pegado em arma, uma série de imprecisões, fui vítima, realmente. E, com o movimento sindical, Hosannah, apenas eu digo a você, que eu convivia com aquele pessoal do movimento sindical, Zé Pereira, Lourival, todas aquelas figuras que militavam pelo movimento sindical. Eu convivia com o pessoal nas nossas reuniões, partidárias, enfim. Eu convivia com esse pessoal, e tinha uma participação discreta”.

Câmara. Foram momentos muito difíceis, muito aterrorizantes mesmo.

Professora Amábíla – Senhor Moacir. Eu sou Amábíla Almeida, membro da Comissão Estadual da Verdade. Esta comissão foi feita em dezembro de 2012, e só no ano passado, conseguiu realmente se instituir oficialmente. Optei por realizar o meu trabalho aqui em Feira de Santana, cidade onde minha família, meu pai, e alguns familiares moraram durante alguns anos. Não sei Sinval e outros, mas, meu pai era Estêvão da Barra. Estêvão Pinho, conhecido como Estêvão da Barra.

Morávamos em Jacobina, e meu pai se deslocou para cá, para ficar mais perto das filhas que tinham se casado e moravam em Salvador. Então, nessa época, minha família morava aqui, e Feira de Santana era um lugar que eu vinha sempre, visitar. E meus irmãos adolescentes também viveram esse momento difícil que Feira de Santana passou. Então, não é uma opção qualquer de vir para Feira de Santana, mesmo porque, sabia o que aqui iria encontrar cidadãos verdadeiros como o senhor. Que deram depoimentos politizados, honestos, corajoso, trazendo a nossa lembrança esses fatos que, há 50 anos, foram tão terríveis, tão marcantes, para toda a sociedade brasileira. E particularmente aqui em Feira, isto se deu de uma maneira muito ostensiva, aterrorizante, justamente porque o prefeito que comungava com os ideais populares e que recebeu de tantos segmentos da sociedade, dos bairros populares, dos sindicatos, das associações, inspirando inclusive a criação desse Clube interessante, chamado Clube dos 11, o qual o senhor fazia parte, então, Grupo dos 11.

Eu quero congratular-me com o seu depoimento. Acho que o seu depoimento trouxe, mais uma vez, luzes para a história que nós haveremos de transformar, no relatório estadual. Posteriormente, será encaminhado à Comissão Nacional da Verdade, para que se produza um documento único, que seja capaz de resgatar



toda essa história. E, lembrar, a todos, a memória de uma época, que nós não queremos que jamais aconteça. Porque, sabemos das apreensões, do sofrimento, do terrorismo, dos mortos, dos que desapareceram, dos que sumiram, e até hoje as famílias buscam alguma luz, alguma verdade, algum esclarecimento, para onde foram seus familiares. Então, seu depoimento é muito seguro, é muito verdadeiro, e é de muita importância para a Comissão Estadual da Verdade. Quero parabenizá-lo.

Moacir Costa Cerqueira – Agradeço à professora Amábíla, para mim, é um prazer participar...

Pastor Jorge Nery – É sempre um privilégio ouvir relatos de pessoas que viveram um momento histórico, tenso, angustiante... que não chegou às torturas, nem às prisões, são extremamente importantes para relatar o clima geral que se vivia na cidade. Especialmente algumas pessoas. Mas, tem uma questão que me interessa particular-

mente, é saber a relação e a reação religiosa, na época que envolvia discursos, pessoas, presença e ações concretas organizadas ou não, com figuras eminentes ou não, que estavam envolvidos no meio religioso. Como cristão, me preocupa especialmente, a atitude dos cristãos, tanto se havia uma figura favorável, ou se haviam aquelas figuras repressoras bem características, que usavam para o lado da bandeira da paz, de Jesus Cristo, e em nome de uma luta, da ditadura repressora. Me interessa especialmente, alguma questão de movimento religioso.

Moacir Costa Cerqueira – Pelo que eu me lembro, alguns religiosos daquela época, aqui, eram extremamente reacionários. Reacionários de direita mesmo. Eu conheci frei Aureliano de Frota Mota, *Hermenegildo de Castro*, o padre Aderbal, era uma figura pacífica, e, quem me lembro mais, Sinval? O pessoal religioso, não me chega assim. O Capelão, na verdade, não sei que aqui entra como... Albertino surgiu no movimento político, como uma figura progressista, que veio dar a sua contribuição ao movimento político, como participação de um religioso desse movimento progressista do país

chamado Padre Albertino. Albertino Carneiro, essa figura que me lembro, que teve essa participação de apoio à movimentação política da época.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Nós temos pouco tempo. O outro depoente já chegou, Doutor Daltro. Parece que temos que fechar por aqui essa parte. Nós agradecemos muito ao Senhor Moacir Cerqueira essa lúcida exposição nessa manhã. Daqui a pouco nós voltaremos.

Moacir Costa Cerqueira – Bom, estar aqui ao lado da professora Amábíla, do Monsenhor, do companheiro Sinval Galeão, que lembra sempre do meu nome em todas essas reuniões e participações em seminários, sempre lembrando de mim. Dizer que foi uma satisfação, um prazer. Estou à disposição. Tenho acompanhado o trabalho da Comissão da Verdade em todo o país. Acho absolutamente válido, importante, ver o país. O Brasil precisa desse trabalho, desse depoimento. De tudo que for apurado, no futuro, nós conhecermos e sabermos melhor. Os nossos filhos, os nossos netos saberem melhor se conduzir no país.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

06 de agosto de 2014 , Centro Paroquial Senhora Sant'Ana,
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE:
ANTÔNIO CARLOS DALTRO COELHO

Diretor da Fundação Egberto Costa e ex-vereador por oito mandatos, Antônio Carlos Daltro Coelho, hoje, é professor lotado na Secretaria de Educação do Estado. em 1964 era Oficial de Gabinete do Secretário de Educação Milton Marinho, no governo Francisco Pinto. Participou ativamente do movimento estudantil, e foi dirigente do Grêmio do Colégio Estadual de Feira de Santana. Fez parte da vida política de Feira de Santana desde então. Foi preso, processado e submetido a muitos constrangimentos.

***Antônio Carlos Daltro Coelho**

Antes eu quero cumprimentar esta Comissão nesta manhã. Cumprimentar Amábilia Almeida, Galeão também que compõem a mesa. Sou Antônio Carlos Daltro Coelho. Autorizo que meu depoimento seja gravado, fotografado e registrado em ata. Bem. Eu vou me ater aos fatos do que eu passei durante o período do golpe de 64, do que eu testemunhei e do que eu soube que alguns companheiros passaram. Eu, na época do golpe, eu era oficial de gabinete de um dos secretários do então prefeito Francisco Pinto. Participava do movimento estudantil, juntamente com Hosannah Leite, Normando Leão, Celso Pereira, Sinval e tantos outros.

Dois fatos que eu me lembro bem. O Colégio Estadual de Feira de Santana, hoje o CUCA, estava muito abandonado e o galpão ameaçava cair na cabeça dos alunos. Então, eu era presidente do grêmio, ou era vice-presidente ou era Celso Daltro o presidente. Não importa. Eu sei que eu fazia parte do grêmio. O grêmio Arlindo Barbosa, de triste memória. Quando os estudantes se revoltaram e pediram apoio ao grêmio e meteram o galpão no chão. Não é verdade?! E nós contamos naquela época com o apoio do padre Albertino, que está aqui conosco.

Bem. Mas vamos nos ater ao golpe. Eu era oficial de gabinete do Secretário de

*Texto não revisado pelo depoente.

Educação Milton Marinho, no governo Francisco Pinto. Tínhamos, como estudantes, tínhamos apoiado a candidatura de Pinto a prefeito. Um grupo de jovens, Hosannah, Celso Pereira, Celso Daltro, Normando Leão, Galeão, enfim, inúmeros contemporâneos da época apoiamos Chico Pinto pra prefeito, que derrotou o candidato da União Democrática Nacional. Pinto era do PSD e foi também apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro, na época em que tinha o secretário geral, o saudoso e querido amigo Humberto Mascarenhas. Valdemar Matos que também ocupou o governo de Pinto, Secretário de Agricultura, e que foi muito perseguido também na revolução. Como foi Humberto, que teve que sair de Feira de Santana por muitos anos e viver na clandestinidade. E Humberto terminou se candidatando a vereador pelo PMDB, na época eu era o presidente da Câmara.

E Humberto, com a eleição de Roque Aras, deputado estadual, ele era o primeiro suplente do PMDB. Eu convoquei Humberto pra tomar posse. A sessão da Câmara era à noite, por volta das 20 horas, ainda no sexto e sétimo andar do edifício da antiga Previdência Social, se chamava INPS, de Previdência da Bahia. Convoquei Humberto pra tomar posse, normalmente, mas, cinco horas da tarde, eu fui intimado pelo 35º BI.

O comandante, esqueço o nome dele hoje, mas como foi governador de Fernando de Noronha depois, general. E disse que estava me convidando para eu confirmar se Humberto Mascarenhas ia tomar posse, como vereador. Eu confirmei que sim, que tinha sido convocado por mim de acordo com o regimento da Câmara, em

razão da eleição do doutor Roque Aras a deputado estadual. Ele disse: “o senhor Humberto não pode tomar posse. Tem ordem aqui da 6ª Região, que se o Humberto tomar posse ele pode sair preso da Câmara. E se o senhor empossar ele também vou prendê-lo.” Eu disse: “Então eu vou preso logo aqui, porque eu vou ter que empossar Humberto”. Mas Humberto terminou não comparecendo à sessão da Câmara. A mãe muito velha, ouve o apelo dos irmãos pra que Humberto... era um momento muito delicado, muito duro da revolução, do golpe, do movimento. Humberto não tomou posse. Não foi empossado vereador, que foi eleito pelo povo de Feira de Santana. São os fatos.

Em 64, no final maio, eu fui intimado pra comparecer a um prédio onde funcionava uma fábrica de charuto. Um galpão ali numa das travessas da Castro Alves. Perto já do Armazém de Galindo Fraga. E compareci, fui logo detido, levado assim pra uma área do galpão. Depois chegou Celso Pereira, preso. E chegou também o advogado Theopisto Machado. Passamos ali a

tarde toda sentados. Sentados! Tinha umas três ou quatro camas. Uma ordem de não nos comunicarmos. Depois, Celso Pereira foi ser ouvido. Theopisto também foi ser ouvido... não, antes de sermos, depois chegou Galeão. Por último.

Aí, fomos levados para uma prensa. Eu acho que na prensa, ficou eu e Celso Pereira. Com Theopisto é... e ameaçavam de apertar a prensa. Vinha um sujeito que fumava e jogava fumaça na prensa. Furava com a paleta né. Tudo isso nós passamos ali. Depois houve a trégua. Ficamos até

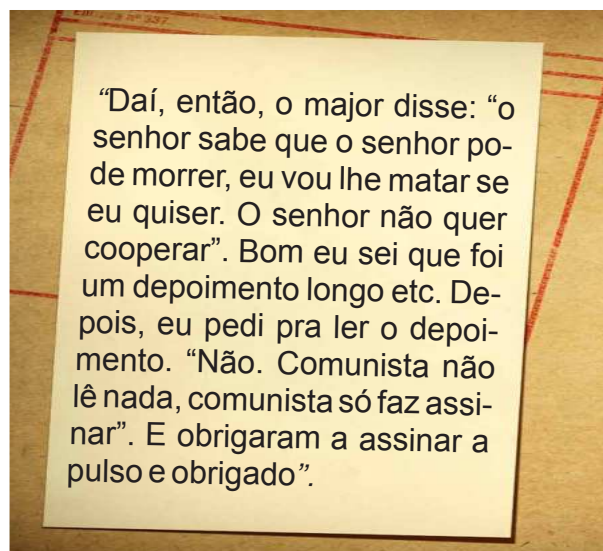
“O comandante, esqueço o nome dele hoje ... disse que estava me convidando para eu confirmar se Humberto Mascarenhas ia tomar posse, como vereador. Eu confirmei que sim, que tinha sido convocado por mim de acordo com o regimento da Câmara, em razão da eleição do doutor Roque Aras a deputado estadual. Ele disse: “o senhor Humberto não pode tomar posse. Tem ordem aqui da 6ª Região, que se o Humberto tomar posse ele pode sair preso da Câmara. E se o senhor empossar ele também vou prendê-lo.” Eu disse: “Então eu vou preso logo aqui, porque eu vou ter que empossar Humberto”.

mais tarde, depois Galeão foi ouvido, Celso, Theopisto. Eu tenho a impressão que eu fui o último a ser ouvido naquela noite. Era um major de nome Elvio que também já faleceu, nove anos depois que Pinto namorou a filha dele (risos). Esse caso eu não vou contar, que é feio, é feio eu contar isso aqui.

Bom, mas, vamos pro major Elvio. Queria saber das armas que Chico Pinto tinha numa construção que ia ser uma fonte luminosa, onde hoje nós temos a biblioteca na Getúlio Vargas, o monumento da Maria Quitéria, né. E queriam saber sobre as armas de Cuba e tudo, uma série de perguntas e muita, muita coisa queriam saber. Se Chico Pinto botou saco de areia na prefeitura pra nós resistirmos ao golpe, né. Se eu e Celso Daltro fomos tomar o Tiro de Guerra no carro com os guardas municipais! Foi verdade. Foi loucura, mas foi verdade...rsrs... foi loucura mas foi verdade.

Bom. Até aí, eu não recebi nenhuma pancada, nada. Era o major me ouvindo, um que estava na maquina e os militares deitavam assim, como é que chama, nos beliches. Daí, então, o major disse: “o senhor sabe que o senhor pode morrer, eu vou lhe matar se eu quiser. O senhor não quer cooperar”. Bom eu sei que foi um depoimento longo etc. Depois, eu pedi pra ler o depoimento. “Não. Comunista não lê nada, comunista só faz assinar”. E obrigaram a assinar a pulso e obrigado.

Daí, eu fui levado pra volta pra ficar com Galeão, Celso e o advogado, de novo. Aí, passei num corredor polonês. Não sei se cada um passou por ali. Onde eu tomei muita porrada, foi nesse corredor polonês. Até que um sargento, sujeito truculento, parecendo um gorila, um forte, mandou eu soltar as pernas e os braços... eu tinha 18 anos de idade, 19 anos. Pra ele me dar um murro na boca do estômago. Eu tenho certeza que se eu tomasse aquele murro, eu ia morrer. Eu era franzinozinho, magrinho... 18, 19 anos de idade, eu não ia suportar um murro da boca do estômago daquele homem enorme. Eu disse “eu vou morrer.”



Mas, no instinto da defesa, eu levantei a perna e ele socou o meu joelho. Quando este homem deu socos do meu joelho, este homem deu urros terríveis de dor. Ele quebrou a mão. Aí, o tal major Elvio apareceu e disse: “O que é isso aí?”... tinha uma presepada. “Não tá me conhecendo? Nunca tinha visto isso”. Mas tudo era comandado pelo tal tenente Rubião. Que se intitulava como se fosse o general Falcon. Ele que comandava. Um mulato, estatura mediana, forte, alagoano. Ele comandava tudo isso.

Daí, me levaram pra cela. De madrugada, um soldado me chamou disse: “Olha, se você quiser fugir, saia por aquela porta que na frente não tem sentinela”. Que me deu vontade de fugir, me deu mesmo. Mas depois, outro soldado, que estava de fuzil tomando conta da gente, esperou o colega sair e disse: “Branquinho! novinho!” Encostou em mim assim e disse: “Olha, não caia na besteira de sair por aquela porta. Porque naquela porta, na frente tem dois soldados de fuzil. Se você cruzar aquilo ali, você vai levar tiro, porque a ordem que eu tenho é se você cruzar aquela porta ali, eu meter no tiro”.

Eu me acomodei, no outro dia, fui levado pra Salvador com o Celso Pereira. Nos algemaram, tiraram nosso sapato; o general Falcon disse que comunista não usava sapato e nós fomos levados pro

Quartel General. Chovia muito, nesse dia. Imaginem vocês quem nos levou para o Quartel General. O sargento que quebrou a mão. Eu fui apavorado durante a viagem toda. Eu pensei ele vai nos matar aqui, ele estava com uma raiva danada. E constantemente ele gesticulava como se dissesse “aguarde”. Eu fui até lá. Chegamos de noite em Salvador, muita chuva, fomos para o Quartel General, um oficial nos recebeu e nos mandou pra uma sala, pro refeitório. Tiraram a algema de mim e de Celso Pereira. Eu estava com o olho roxo, desse tamanho inchado. Aí, não sei se era tenente ou capitão, não sei bem, sei que ele disse: “e esse olho, rapaz?”. Eu disse: “Foi um murro que levei”. E disse: “Eu vou lhe arranjar Água Maravilha”. Era um remédio antigo né. Que muita gente passa em pancada. Ele trouxe um bolo de algodão com essa Água Maravilha eu comecei a colocar no meu olho. Aquele negócio começou a aliviar, é tipo um anti-inflamatório.

Aí, esse mesmo oficial nos trouxe dois pares de sapato. Deu um a mim e outro a Celso Pereira. Não sei o nome do oficial, não tinha identificação. Aí, jantamos, entramos no carro de novo e rodamos Salvador chovendo muito, ninguém ia saber onde estava. Deixaram o Celso Pereira no 19º BC, eu fui para o Monte Serrat. Que era uma Companhia de Engenharia do Exército. Quando eu cheguei lá, fui recebido por um tenente, chamado, tenente Bitá. Que depois participou, como capitão, do julgamento de Chico Pinto na Auditoria Militar.

E o Bitá era um moço afável, um homem assim bem educado, entendeu. Disse “fica aí jovem, paciência”, eu muito

nervoso, apavorado. Ele dizia: “Tenha calma, você está em casa, você está em casa”. Como é que eu estou em casa! Aí, me mandou dar um leite um café, e me levou pro Galpão onde estavam os demais presos. Eu sei que transformaram esse galpão numa prisão, abriram umas portas, quebraram as paredes, colocaram uns vasos sanitários e os colchões eram no chão.

Eu fui recebido pelo doutor Rui Espinheira, advogado de Poções. Eu tinha um tio que morou em Poções, era coletor federal lá, Bernardo. Foi candidato a prefeito de Poções. E o Rui Espinheira perguntou meu nome, né? E eu disse que era Antônio Carlos Coelho. “O que você é de Bernardo?” “Sou sobrinho.” “Você vai ficar comigo.” Aí, puxou um colchão e botou do lado dele, e um cidadão de nome Raul, que ele era espírita, ele sempre fazia uma reunião espírita no presídio, e me deu um copo de leite. Aí, que eu já estava mais calmo. O jeito era ficar mais calmo né... rrsrs... se sentindo em casa... rrsrsrs. Mas

depois eu vim descobrir porque (eu não posso deixar de contar isso) porque o tenente disse que eu estava em casa.

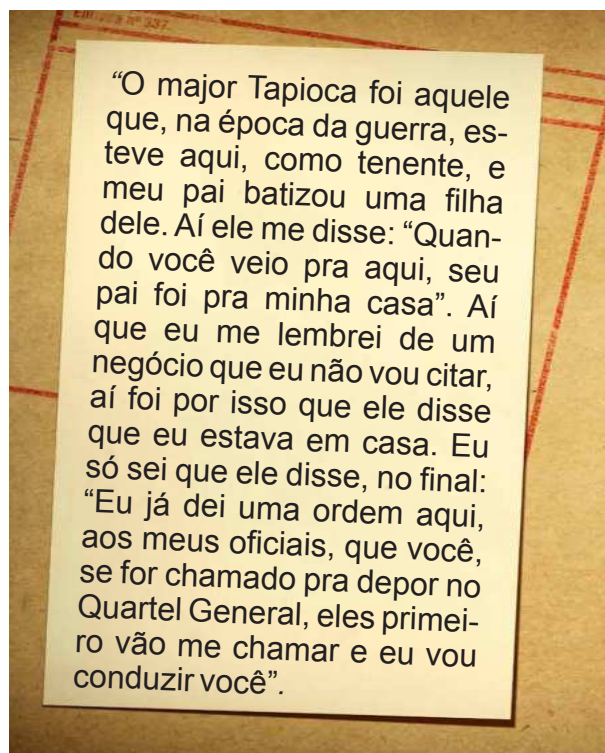
De manhã, eu fui levado pra... tinha um sargento, fortão: “Eu sou o cara que vai levar pra falar com o comandante.” Eu: “Eita pau. Vai voltar a porradeira. Agora que eu sei que vou apanhar aqui.” Foi somente eu. Quando eu entrei na sala do comandante, eu olhei assim pro camarada, olhei, e eu comecei a reconhecer. Era uma pessoa que eu tinha visto muito pouco em minha vida. Mas eu tinha visto essa pessoa de algum lugar. Eu pensei “eu conheço esse sujeito.” Ele disse: “Venha cá, Antônio Carlos, sente aqui.” Estavam dois oficiais. “Calma. Você

““Eu sou o cara que vai levar pra falar com o comandante.” Eu: “Eita pau. Vai voltar a porradeira. Agora que eu sei que vou apanhar aqui.” Foi somente eu. Quando eu entrei na sala do comandante, eu olhei assim pro camarada, olhei, e eu comecei a reconhecer. Era uma pessoa que eu tinha visto muito pouco em minha vida. Mas eu tinha visto essa pessoa de algum lugar. Eu pensei “eu conheço esse sujeito.” Ele disse: “Venha cá, Antônio Carlos, sente aqui”.

tá me reconhecendo?” Eu disse “Não senhor. Eu acho que já vi o senhor em algum lugar em minha vida, mas não estou lhe reconhecendo, na verdade.” Ele disse, “Eu sou o major Tapioca”. Aí foi que eu vim saber o que foi que houve. O major Tapioca foi aquele que, na época da guerra, esteve aqui, como tenente, e meu pai batizou uma filha dele. Aí ele me disse: “Quando você veio pra aqui, seu pai foi pra minha casa”. Aí que eu me lembrei de um negócio que eu não vou citar, aí foi por isso que ele disse que eu estava em casa. Eu só sei que ele disse, no final: “Eu já dei uma ordem aqui, aos meus oficiais, que você, se for chamado pra depor no Quartel General, eles primeiro vão me chamar e eu vou conduzir você.” E de noite era todo mundo ali, eram três, quatro, cinco e eu sabia que eram chamados pra depor no quartel general. E quando chegavam, chegavam bem ruim, porrada pra todo lado. Muita gente machucada. O deputado Diógenes, que era um petroleiro, o deputado chegou um dia tão machucado. E era um momento de terror que eles passavam quando diziam o “senhor vai pro Quartel General”. E vinha a tropa, e era um momento de agonia.

Bom, com 45 dias eu fui liberado por força da lei Taurino, lembra isso?! O Taurino...rsrs... era o nome do general que baixou uma portaria, uma daquela que valia tudinho. Ele era assistente geral do [...] do Brasil. Baixou uma portaria, que todo preso que não tivesse sido ouvido, ainda, nos quartéis gerais, dentro de 45 dias, seriam liberados. Como eu nunca fui ouvido no Quartel General, eu fui liberado, véspera de São João. Meu pai foi me buscar, me levou pra casa, me trouxe pra casa. E durante os 45 dias que passei, meu pai me visitou algumas vezes...

Eu tenho um amigo, José Mendes Caldas, meu amigo de infância. Ele ia toda a tarde ao Quartel General, e o sargento me dizia: “Sente. Olhe pra ali, olhe pra ali que seu amigo chegou.” Cinco horas da tarde, ele vinha. Sacudia um lenço branco. Zé Carlos hoje está muito doente, mas isso foi



um fato que me emocionou muito. José Carlos estava no Exército, ele era paraquedista, mas vinha todo dia cinco horas da tarde me ver.

Bem, sofrimento de mãe, minha casa foi invadida por militares, minha casa era a casa de meus pais, foi invadida por 10 ou 15 militares, chefiados, na época, pelo capitão e tenente Diógenes. Eles queriam conhecer a minha estante, minha mãe levou até minha estante. Aqueles livros antigos. Mexeram tudo, papel, e depois, quando desceram, bagunçaram, remexeram tudo, na parte de cima, levantaram colchões, subiram na laje pra ver se tinha algo escondido. Passaram a manhã revistando a nossa casa. Meu pai estava ausente, estava viajando, minha mãe e os meus irmãos assistiram isso. Por último, o tenente Diógenes pediu que minha mãe abrisse as peças que ela guardava pratos, cristais, cristais Fratelli Vita. Aí, minha mãe disse, “cuidado pra o senhor não quebrar isso aqui. Isso aqui vale dinheiro”. Ele disse: “minha senhora não fique com medo de mim, não”. Aí ela disse: “Medo de soldado? O senhor fique certo que eu não estou com um pinga de medo do senhor. Porque eu sou filha de soldado. Vivi grande parte de

minha vida na casa de um soldado. Como que posso ter medo de soldado? Não tenho medo de soldado, não”.

Bem. Eu tenho notícias do doutor Colbert Martins da Silva, foi preso também, era Secretário de Viação e Obras Públicas no governo Pinto. Foi levado pro porão do 1º Batalhão da Polícia Militar, onde funcionava, onde funcionou o antigo D. Pedro de Alcântara, o hospital. Inúmeras outras prisões. Durante a trajetória toda do estado de exceção, eu me lembro da prisão de Hosannah Leite, ali pela Praça da Bandeira. Me lembro da prisão de Luciano Ribeiro, inclusive visitei na casa de detenção. Tinha sido preso ele, Yara e muitas outras pessoas. Estrela, professor Estrela. Me lembro também de Moura Filho, preso no meio da rua numa manifestação estudantil. Celso Daltro que fugiu, foi obrigado, correu, foi embora e fugiu pro colégio das freiras lá em Santa Bárbara. Naturalmente a mulher dele não sabia das freiras. Normando foi embora pra São Paulo e só voltou aqui anos depois. Não é verdade? Tenho notícias também que Francisco Pinto, depois que ganhou o mandado de segurança deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado, foi impedido de entrar na cidade em determinado local também da BR 324. Foi impedido de tomar posse. Assisti ao julgamento de Chico Pinto todo.

Não fui julgado pelo Tribunal Militar porque o doutor Demóstenes Alves de Brito, muitos aqui o conheceram. Que era gerente, não, que era advogado aqui no Banco do Brasil e militante advogado do Fórum Filinto Bastos, da Comarca de Feira. Tinha sido transferido para o Rio de Janeiro, levaram sua família pro Rio de Janeiro, em razão de um desentendimento com um advogado de Feira de Santana. Doutor Demóstenes,

sempre meu pai contava, eram amigos particulares. Também era amigo de Chico Pinto. Pinto advogava com ele, naquele prédio ali, em frente à igreja do Senhor dos Passos. Era o escritório de Pinto e dele. E de um Agnaldo que foi morar no Paraná. E doutor Demóstenes disse a meu pai: “Eu vou fazer uma surpresa a vocês. Eu só quero que vocês me mandem pelo correio uma procuração de seu filho”. E meu pai: “Pra quê essa procuração?” “Pra surpresa”.

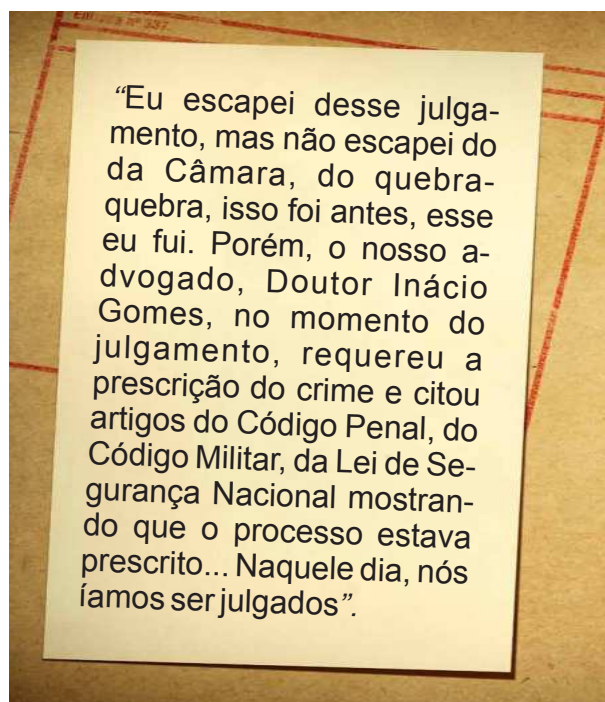
E mandei pelo correio essa procuração. O correio demorava muito. Eu sei que, um dia, eu recebi um telegrama de Demóstenes Brito dizendo o seguinte: “Requeri Habeas Corpus em seu favor, no Superior Tribunal Militar. Requeri por falta de justa causa para a ação penal, mas concedeu por inépcia da denúncia. O promotor militar poderá oferecer nova denúncia”. Eu fui a Inácio Gomes, advogado de todos nós, mostrei a Inácio. Inácio disse

“Eu fui a Inácio Gomes, advogado de todos nós, mostrei a Inácio. Inácio disse “Não vai resolver nada. Agora que esses milicos vão retar com você”. O promotor era o Doutor Brandão. Eu disse: “Inácio, eu vou procurar esse promotor.” Ele disse: “Rapaz, não faça uma besteira dessa. Não caia nessa loucura de procurar este homem”. Eu disse: “Eu vou.” Fui à Polícia Militar.”

“Não vai resolver nada. Agora que esses milicos vão retar com você”. O promotor era o Doutor Brandão. Eu disse: “Inácio, eu vou procurar esse promotor.” Ele disse: “Rapaz, não faça uma besteira dessa. Não caia nessa loucura de procurar este homem”. Eu disse: “Eu vou.” Fui à Polícia Militar, quem me recebeu foi Vítor Hugo, aquele escrivão gordão. Ele disse: “Vou botar você na sala dele.” Estava num julgamento de soldado, lá, que terminou oito horas da noite. Ele entrou na sala e me olhou assim: “O que o senhor deseja?” Eu disse: “Dr. Brandão, meu advogado, o professor doutor Demóstenes Brito requereu um Habeas Corpus pra mim no Tribunal Superior Militar, pedindo que a denúncia fosse arquivada por falta de justa causa penal. Concederam por inépcia de denúncia e Vossa Excelência poderá, naturalmente, conceder nova denúncia”. Então ele olhou assim, me olhou e disse: “Vitor Hugo,

pega esses autos aí pra mim, pega esses autos aí de Feira de Santana”. Abriu os autos, estava o telegrama do STM anexado. Ele olhou, olhou, passou uns dez minutos olhando, olhava pra minha cara, olhava para o processo e disse: “Prossiga o processo com os demais réus, e archive-se, este, acato a decisão do Supremo Tribunal de Militar, em favor de Antônio Carlos Daltro. Pronto. Pode ir embora”.

Eu escapei desse julgamento, mas não escapei do da Câmara, do quebra-quebra, isso foi antes, esse eu fui. Porém, o nosso advogado, Doutor Inácio Gomes, no momento do julgamento, requereu a prescrição do crime e citou artigos do Código Penal, do Código Militar, da Lei de Segurança Nacional mostrando que o processo estava prescrito. Contra mim, Celso Daltro, Normando, Zé Pereira, Bigodudo, Bigodão..., rsrs, Estêvão Moura, quem mais aí... Dermeval e uma série de pessoas. Então, no momento, o Auditor Militar, que não é militar, é civil, apreciou a petição do Doutor Inácio, abriu o código, conferiu e decretou a extinção do processo. Naquele dia, nós íamos ser julgados. Mas, as minhas idas, como de outros amigos, à Justiça Militar, foram várias e várias, testemunhas, professor Joselito Amorim nos acusou muito, fortemente. Chegou ao ponto do procurador militar, que não era o Brandão, era o Cléber Coelho, disse: “o senhor conhece aquele acusado ali?” E apontou pra mim. Ele disse: “Conheço. Comunista”. “O senhor conhece aquele ali?” “Conheço, fulano de tal. Comunista.” O senhor afirma? “Afirmo. Já vi vários casos do acusado”. O frei Hermenegildo Castorano, esse nos acusou muito. Nos acusou muito né. Ele não gostava de mim, porque nós tínhamos um jornalzinho. Nós tínhamos um jornalzinho eu, Beto e Celso Daltro. No escritório do Beto, imprimia em Salvador, um semanário que vinha para Feira de Santana, a gente pegava e distribuía o Feira Jornal. E um dia surgiu uma conversa que o Frederico matou um ladrão que tinha aqui em Feira de Santana nos Capuchinhos. Eu fiz um artigo, “Pistoleiro no Asfalto”, enca-



puzado de vestes religiosas. Ah, ele tomou pavor a mim. Me acusou muito. Mas, todos esses fatos, eu sei que muito e muito mais já passou ao longo de todos esses anos.

Ah sim! Eu tive outro constrangimento muito grande que eu sofri, muito grande. Eu já presidente da Câmara por volta de 73, 74. Falcão prefeito né. Não, não. Falcão tinha perdido a eleição pra Hilton Falcão. Isso era aquele mandato de dois anos, 71, 72. Eu era vereador. Eu cheguei à noite, na Câmara, na sessão, tinha uma Tribuna da Bahia com a manchete “Dom Hélder Câmara, indicado para o prêmio Nobel da Paz”. Eu fiz uma moção de congratulações e a Tribuna da Bahia publicou. Dias depois, fomos todos ouvidos no quartel. Era o major José Ribeiro de Carvalho. No quartel do 35º BI, todos vereadores foram ouvidos, a lei era bem assim e eu estava com a moção. Tinha lá assim, está aqui escrito: o major José Ribeiro Carvalho. Na sala da segunda sessão, então me perguntaram porque eu fiz a moção. Eu disse que, membro do prelado brasileiro, eu me senti regozijado em saber que ele estava indicado para Nobel da Paz. “Você sabia que Dom Hélder é comunista?” “Difícil acreditar. Porque um padre comunista não tem. São dogmas totalmente diferentes”

“Tu sabia que ele viaja o exterior todo, atacando o sistema, inimigo público número um da revolução. O senhor tem que retirar essa moção”. Eu disse: “Mas major, não se retira moção regimentalmente. Moção, pra ela ser inválida ou não ter os seus efeitos legais, é preciso um projeto de resolução pra tornar a moção sem efeito. Isso, de acordo com o regimento da Câmara.” Ele disse: “O senhor entra com um projeto de resolução”. Eu disse: “Mas depende de uma justificativa, o porquê da revogação daquela moção. E eu só posso justificar de que, ouvindo aquele acontecido mais cedo, tomei conhecimento de logo, através do senhor e dos senhores, que Dom Hélder era comunista, que é inimigo público número um da chamada revolução brasileira”. Ele disse: “Não, não. Aí você quer me jogar contra a Igreja”. Eu disse: “Oh! O que o senhor quer que eu faça?” Também encerraram o depoimento e acabou a conversa na mesma hora né.

Depois, eu já presidente da Câmara, o prefeito Zé Falcão viajou pro Nordeste, foi atrás do Banco do Nordeste, pra tomar o empréstimo pra construção do centro de abastecimento. E me deixou na prefeitura. Eu era muito jo-ven, de 26 anos de idade, e não tinha vice-prefeito na época. E lá, Celso Daltro era meu suplente do MDB, assumiu a vaga e entrou com uma indicação do prefeito, pe-dindo que fosse denominada a Avenida do Contorno, avenida Deputado Francisco Pinto. Eu recebi a petição de Celso, cheguei a pedir a Clóvis para preparar o decreto, naquela época o prefeito decretava. Mas depois eu disse não, Falcão vai ter a satisfação de fazer isso. Eu sou prefeito interino, oito dias só aqui, vou aguardar, vou deixar isso pra Falcão. Aí, Clóvis disse é, é bem pensado. Falcão tomou posse na segunda-feira, eu

“Eu cheguei à noite, na Câmara, na sessão, tinha uma Tribuna da Bahia com a manchete “Dom Hélder Câmara, indicado para o prêmio Nobel da Paz”. Eu fiz uma moção de congratulações e a Tribuna da Bahia publicou. Dias depois, fomos todos ouvidos no quartel. Era o major José Ribeiro de Carvalho... “Você sabia que Dom Hélder é comunista?” ... “O senhor tem que retirar essa moção”.”.

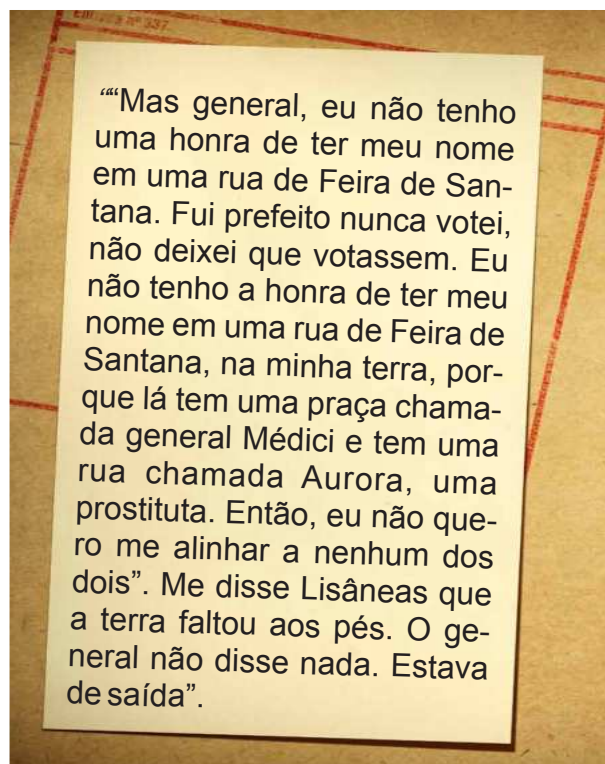
participei do governo dele e mostrei a moção. Falcão disse vamos decretar. De noite, Falcão me telefonou dizendo que “eu fui convidado pra tomar um café com o general, comandante do IV Exército, que passa amanhã aqui pela 'Pousada de Feira' e quer conversar comigo e com você presidente da Câmara”. Eu disse: “O que é isso Falcão?” Ele disse: “Eu não sei”. Eu disse: “Então, não vou, não”. Falcão: “Vamos, pelo amor de Deus, não deixa eu ir sozinho.” Lá fomos. Lá, o general nos tratou muito bem, serviu café, quando acabou

o café, o general: “Bem, senhor prefeito, nós sabemos que o senhor vai decretar a avenida de Francisco Pinto”. [O general do 4º Exército]. “O senhor vai decretar a rua, a avenida deputado Francisco Pinto”. O prefeito disse: “É. Recebi a indicação, o presidente da Câmara estava em meu lugar, eu viajei, ele, muito gentil, deixou para eu preparar o decreto, mas, eu estou esperando o Deputado Francisco Pinto chegar em Feira

de Santana, para fazer uma solenidade com a presença dele” Ele disse: “Não senhor. O senhor não vai fazer solenidade nenhuma aqui.” Virou para o comandante daqui “Oh, coronel! Se ele baixar esse decreto, pode prender ele e ele, todos dois. Não é brincadeira o que eu estou falando não, pode meter na cadeia os dois”. Bom, passado os dias, Chico Pinto vem a Feira e Celso Daltro contou a história a Chico Pinto. E Chico Pinto me perguntou se era verdade, pediu pra confirmar e eu relatei e contei a história. Falcão também procurou ele, relatou a história toda. Um mês depois, o deputado Lisâneas Maciel, do Rio de Janeiro. Eu fui a Brasília e o Lisâneas me contou que Chico Pinto, uma tarde, disse “Deputado Lisâneas, o senhor me acompanha até ali no Ministério da Guerra?” Aí, Lisâneas disse: “Eu estou estranhando.

Você no Ministério da Guerra?” “Não, eu tenho audiência com o Ministro da Guerra”, que era o Orlando Geisel, irmão de Ernesto Geisel. Aí Lisâneas disse: “Eu vou”. E foram. Chegando lá, o general, o chefe de gabinete disse que “o ministro manda pedir desculpas ao senhor, mas teve que ir ao Rio de Janeiro com urgência. Mas, não deixou eu ligar pro senhor, cancelando a audiência não. Preferiu que o senhor viesse, pra o senhor, com seu próprio punho, marcar a data que o senhor quiser aqui no livro.” Aí o Pinto disse: “Não, obrigado. Eu não venho mais incomodar o ministro. Mesmo porque, o que eu tenho que dizer a ele, o que eu vim dizer a ele, o senhor pode transmitir. Me faça o favor!” Aí, aquela história: “Fui prefeito de Feira, fui ameaçado, fui cassado, estive preso”, bla, blá, blá. Aí, disse “Mas general, eu não tenho uma honra de ter meu nome em uma rua de Feira de Santana. Fui prefeito nunca votei, não deixei que votassem. Eu não tenho a honra de ter meu nome em uma rua de Feira de Santana, na minha terra, porque lá tem uma praça chamada general Médici e tem uma rua chamada Aurora, uma prostituta. Então, eu não quero me alinhar a nenhum dos dois”. Me disse Lisâneas que a terra faltou aos pés. O general não disse nada. Estava de saída.

Bom. É o resumo do que eu tinha pra narrar aos senhores. Muita coisa que havia talvez tenha falhado, muito tempo que já passou. Mas eu gostaria também de deixar registrado aqui uma passagem que eu tive participação. Certa vez, Chico Pinto chegou em Feira e me pediu pra eu ir no 35º BI procurar o capitão, eu não tenho mais o nome. A memória não guardou, era um sergipano. Eu disse “Mas Pinto, esse capitão foi o que me ouviu lá com o tal do major no negócio da moção de Dom Hélder. Como é que eu vou procurar esse homem?” “Não. Você diga a ele que eu quero falar com ele”. Eu “Oh Pinto, você perdeu o juízo, foi?” Ele disse: “Pode ir rapaz! Pode ir. Você, quando entrar, você diga a ele que o deputado Francisco Pinto deseja uma conversa com ele. Um entendimento. Aí ele vai dizer onde ele quer ir”.



Terminou sendo na casa de meu pai. Esses dois cidadãos conversaram de oito da noite até três, quatro horas da manhã, numa sala reservada. Quando eu disse que o deputado Francisco Pinto queria falar com o homem, o homem deu um salto na cadeira. Aí eu disse “Bom. Ele mandou eu lhe transmitir isso assim a seguinte senha: “Brasil acima de tudo; capitão Nolasco”. Aí ele se abriu, riu. “Onde será o encontro?” “Olhe, ele não me disse, não sei se na casa dele”. Ele disse “Na casa dele não, é muito visto.” Eu disse “Então, na casa de meu pai.” Aí, ele disse “Bom, coloca o endereço aí.” E foi.

Isso foi um grupo de militares nacionalistas que queriam derrubar o sistema. Hosannah sabe disso. Liderado pelo general Albuquerque Lima. E que não derrubaram o Médici porque o Primeiro Exército, no Rio de Janeiro, estava certo aderir ao movimento, falhou de última hora. E Chico Pinto passou pela minha casa e disse a meu pai: “Compadre, você me disse que se um dia tivesse um movimento armado nesse país, você topava”. Meu pai muito magoado, disse: “Pronto, deputado.”. “Então pegue o revólver.” Minha mãe ficou assim parada, e eu disse, “Então, eu também quero ir”. Meu

pai disse: “Não, você não vai.” E foram embora. Meu pai chegou em casa no outro dia seis horas da manhã. Passamos a noite aflitos, sem saber o que estava acontecendo. Aí, quando o velho chegou, tomou café com Chico Pinto na casa dele, de meus pais. Aí, nos contou que o Rio de Janeiro afroxou, [...] concorrentes e que Rio Grande do Sul também, São Paulo... E um dos que participaram deste movimento – eu não me lembro bem quem me disse – Coronel Luís Arthur de Carvalho. Esse fato quero deixar registrado, porque Pinto infelizmente faleceu e não deixou as suas memórias, a sua memória escrita. Já falei isso com Hosannah Leite várias vezes. Vamos ver se a gente levanta tudo isso para deixar. Eu vou começar a escrever as minhas memórias porque enquanto a cabeça ainda está no lugar, já vou fazer 70 anos, a gente começa daqui pra frente a coisa é complicada e eu não esqueço de meu amigo Fidelmário, que um dia eu estava com ele no batalhão da guarda, ele me deu peteleco e vumbora o carro está ali, naquele colégio Luís Eduardo Magalhães. Eu vou pegar meu carro vumbora. “Estou com uma dor no pé terrível. Não aguento mesmo, não sei se vou aguentar dirigir esse carro.” Ele disse: “Olha, quantos anos você tem, rapaz?” Eu disse: “Eu tenho 52.” “Olhe, não se queixe de dor, porque, depois que a gente faz 50, quando a gente tiver uma dor, a gente põe as mãos pro céu e diz obrigado meu Deus, obrigado Nossa Senhora. Reze um terço de agradecimento.” “Mas rapaz, um terço, pra quem está com dor no pé?” “Porque quem não... porque depois dos 50, se você não sentir uma dor é porque já foi, meu amigo.” risos. Meus senhores e minhas senhoras, era isso que eu tinha para falar, obrigado.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Eu quero só

uma curiosidade aqui porque, se eu morrer hoje, eu não vou levar essa comigo. Quando do quebra-quebra da Câmara, eu estava lá, eu participei... (risos), houve um grito, como aquele grito de alerta Um grito “quebra!” E nós quebramos. E até hoje eu não sei quem deu aquele grito. Já fiz uma série de perguntas e me disseram que foi Coelhozinho. E isso eu queria que ele tirasse essa dúvida aqui hoje. Minha pergunta é muito breve, só isso! Quem deu o grito Quebra na Câmara?

Antônio Carlos Daltro Coelho – Olhe padre. Aquele quebra-quebra ocorreu porque o deputado Francisco Pinto criou o Colégio Municipal de Feira de Santana e contrariava os interesses do Colégio Santanópolis, que pertencia à família de Áureo Filho. E o professor Almir, que era o presidente da Câmara, votava o orçamento do município que Chico Pinto mandou e tinha ali uma rubrica para a criação do colégio. Votação orçamentária. Não é? Votação orçamentária. E os estudantes começaram a fazer

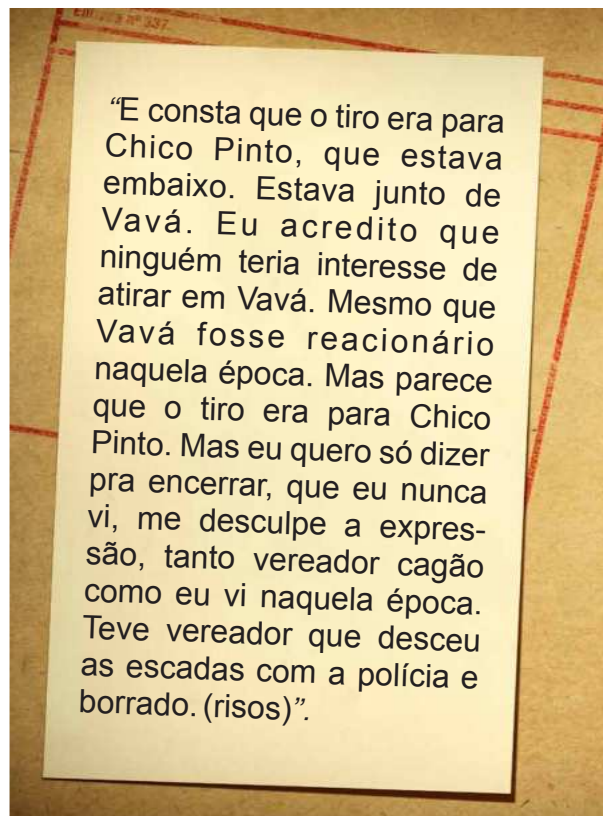
aquele protesto, começaram a gritar, falar Colégio do Municipal, aquele momento de jovem. E o professor Almir, pra evitar que aprovasse o orçamento e fosse criada essa dotação, ele encerrou a sessão. Pronto, era o último dia do ano que votava o orçamento. Tanto que Pinto governou, dias e meses depois com o orçamento anterior. E foi logo deposto. E a estudantada estava... eu não me recordo perfeitamente se foi eu que dei o grito, eu não duvido que tenha sido eu não (risos). Eu não lembro!! Eu sei que houve o disparo de uma arma depois, essa arma que estava disparada atingiu a perna do rapaz chamado Vavá, que já faleceu. Era guarda rodoviário. Que disseram que quiseram atribuir um sentido a isso. Não foi verdade, o tiro veio de cima, o disparo, que

“Quando eu disse que o deputado Francisco Pinto queria falar com o homem, o homem deu um salto na cadeira. Aí eu disse ‘Bom. Ele mandou eu lhe transmitir isso assim a seguinte senha: ‘Brasil acima de tudo; capitão Nolasco’. Aí ele se abriu, riu. ‘Onde será o encontro?’ ‘Olhe, ele não me disse, não sei se na casa dele’. Ele disse ‘Na casa dele não, é muito visto.’ Eu disse ‘Então, na casa de meu pai.’ Aí, ele disse ‘Bom, coloca o endereço aí.’ E foi.”

exatamente Chico Pinto estava embaixo. E consta que o tiro era para Chico Pinto, que estava embaixo. Estava junto de Vavá. Eu acredito que ninguém teria interesse de atirar em Vavá. Mesmo que Vavá fosse reacionário naquela época. Mas parece que o tiro era para Chico Pinto. Mas eu quero só dizer pra encerrar, que eu nunca vi, me desculpe a expressão, tanto vereador cagão como eu vi naquela época. Teve vereador que desceu as escadas com a polícia e borrado. (risos).

Monsenhor Luiz Rodrigues – Fizem jus ao momento. Pronto. Eu era aluno já matriculado no Chico Pinto, sou da primeira turma do Chico Pinto, triste do Colégio Joselito Amorim. Incrível. Ontem ele foi o apóstolo do colégio, hoje ele empresta o nome. Isso tudo que Hosannah falou, que Coelho falou, foi assim mesmo. Literalmente assim, eu estava lá como aluno da primeira turma.

Hosannah Leite: Monsenhor, me permita a minha irreverência. Mais uma vez iniciar, como membro da Comissão da Verdade, alguns tipos de perguntas para elucidar ou recompor a verdade, em momentos que a gente perde as informações para a História, algumas coisas passam despercebidas. Eu me lembro daquele dia, Coelho, que teve o quebra-quebra na Câmara, lá pra quem estava. E, no roubo da juventude, achava que quebrar era um rito, cheguei a ser ferido em uma ponta né. Mas, eu me lembro bem, naquele momento, a sessão estava suspensa. Uma reunião de vereadores atrás da mesa diretiva, com o recinto fechado, quando o vereador Joselito Amorim retornou e disse, “a sessão está reaberta e está encerrada”. Foram as palavras últimas daquele momento. Normando Leão, que estava junto à primeira fila, foi que deu esse grito de Quebra. [causou indignação] Todo mundo começou, aí começou a quebrar fileiras de cadeiras, naquele primeiro andar que tinha lá na atual Prefeitura, no primeiro andar e iniciou-se o quebra-quebra. Janelas se arrancavam e jogavam lá em baixo, e aí a confusão. Você falava num lote de



medrosos, naquele momento. A história conta, não. Eu vi: vereador entrou no carro e sentou em colo de vereador. Pra poder sair. Saiu sentado no colo de vereador. Não queria deixar para esperar o outro carro chegar não. E foi garantido sobretudo, Chico Pinto fez um pronunciamento, garantindo a integridade física. Foi feito um corredor, naquela porta lateral que fica em frente à lateral da Igreja Senhor dos Passos. [Coelho – Chico Pinto desceu com eles], e desceu com eles, garantindo a integridade física. É mas, muitas são as perguntas que se a gente for começar a mexer no [...] histórico daquela época, começam a vir à cabeça muitos momentos que, às vezes, nos nossos depoimentos, a gente deixa de registrar. Mas o episódio que ficou famoso em Feira de Santana e repetido por muitos, da existência de uma tal reunião no pontilhão, que seria, você deve ter participado dessa reunião, e gostaria que você registrasse porque, se realmente, Feira de Santana, naquele momento, o pessoal de Salvador recuou pra Feira de Santana, pra aqui se estabelecer uma cabeça de resistência. Se houvesse efetivamente uma resistência nacional. E algumas medidas aqui foram

tomadas. Você deixou de relatar também que o momento que você participou, eu também participei, que foi a Campanha da Alfabetização de Paulo Freire, aqui em Feira de Santana. E foi uma campanha muito importante e séria, e que tiraria o analfabetismo de Feira de Santana com curto prazo, dois anos. Ao final da administração de Francisco Pinto não se teria analfabetismo. Mas esse fato da reunião do pontilhão é interessante. Até porque eu quero também tentar, apesar de elogiá-lo por sua memória de gravar tantos nomes, que não me é de facilidade fazer isso. Mas eu queria que você também falasse uma coisa do hoje oficial do Fórum Filinto Bastos, Marco Antônio. Que naquela época era estudante, infiltrado no meio estudantil. Mas que você também já que está na oportunidade de relacionar alguns momentos daquela época, que esses dois episódios: do pontilhão e a trágica figura do Marco Antônio infiltrado no meio estudantil. Outras coisas teria mas isso principalmente.

‘Você tenha cuidado que o Marco Antônio está armado, e disse que vai matar duas pessoas em Feira de Santana: você e Celso Daltro. E eu comecei a notar que ele passou muito a andar no passeio da casa de meu pai. Eu avisei a Celso. Celso: “Coelho, ele não sai da Praça Tiradentes.” Aquela praça ali no Gastão Guimarães. Bom, aí, eu não vou contar o resto aqui não porque até já morreu, o doutor José Coelho. Saudosa memória. Pegou ele na porta da prefeitura, tomou o revólver, deu-lhe muita bofetada e ele acomodou.”’

Antônio Carlos Daltro

Coelho – Exatamente. Esta reunião no pontilhão foi tudo isso que Hosannah disse. Foi o momento que todos nós pensávamos que houvesse uma resistência ao golpe e que aqui, Feira de Santana ajudasse a resistir. Mas, no dia seguinte, o presidente João Goulart vai voar pro Uruguai. Não topou o que Brizola disse no Rio de Janeiro; e houve essa reunião mesmo, eu me lembro. Muita gente, Celso Daltro, eu, Normando, Fidelmário, Raimundo Moraes, Estêvão Moraes e este sujeito que você acabou de falar. Que participou de tudo isso. E participou de todas as lutas estudantis que nós tivemos na época.

Hosannah Leite – Ele era um agente

infiltrado.

Antônio Carlos Daltro Coelho – Era um agente infiltrado. Ele só... das reuniões do Partido Comunista Brasileiro em Feira, da qual eu participava, foi a única que ele não participou. Mas de outros meios ele participava. Inclusive no quebra-quebra do galpão do Colégio Estadual ele foi um grande algoz. [troca de informações na plateia] E na Câmara ele também participou. [troca de informações na plateia] É vivo? Nunca mais eu vi. Inclusive, eu depois que retornei de

Belo Horizonte, eu passei morando uns três anos e tanto, e voltei pra Feira de Santana justamente pra responder esses processos aí. Que eu tinha que estar aqui presente. Eu tava bem lá, ele... um amigo me procurou. Eu vou reservar o nome desse amigo. Me disse: “Olhe não dê... não insista no sujeito, não”. Como é o nome do sujeito?

Plateia – Marco Antônio.

Antônio Carlos Daltro Coelho – Marco Antônio.

Você tenha cuidado que o Marco Antônio está armado, e disse que vai matar duas pessoas em Feira de Santana: você e Celso Daltro. E eu comecei a notar que ele passou muito a andar no passeio da casa de meu pai. Eu avisei a Celso. Celso: “Coelho, ele não sai da Praça Tiradentes.” Aquela praça ali no Gastão Guimarães. Bom, aí, eu não vou contar o resto aqui não porque até já morreu, o doutor José Coelho. Saudosa memória. Pegou ele na porta da prefeitura, tomou o revólver, deu-lhe muita bofetada e ele acomodou. Mas aconteceu isso também. Queria matar eu e Celso Daltro. Eu me lembro. Olhe, eu vou dizer aqui padre, Deus me perdoe. Mas ele era filho de uma pessoa de Feira de Santana, que a família de

Silvanil, os filhos, as filhas, não queriam conversa com ele. Não reconheciam ele como irmão. Ele passava fome. Não passava muita fome, porque eu e Celso Daltro levávamos pra almoçar em minha casa e na casa de Celso Daltro. Era onde ele almoçava e jantava. Se ele não almoçava em minha casa, almoçava na casa de Celso. Se ele não jantasse em minha casa, jantava na casa de Celso. Isso por muitos e muitos anos. Mas [tem pessoas que cospem no prato] É isso mesmo. Eu nunca mais vi, nem quero ver. Está bom, obrigado!

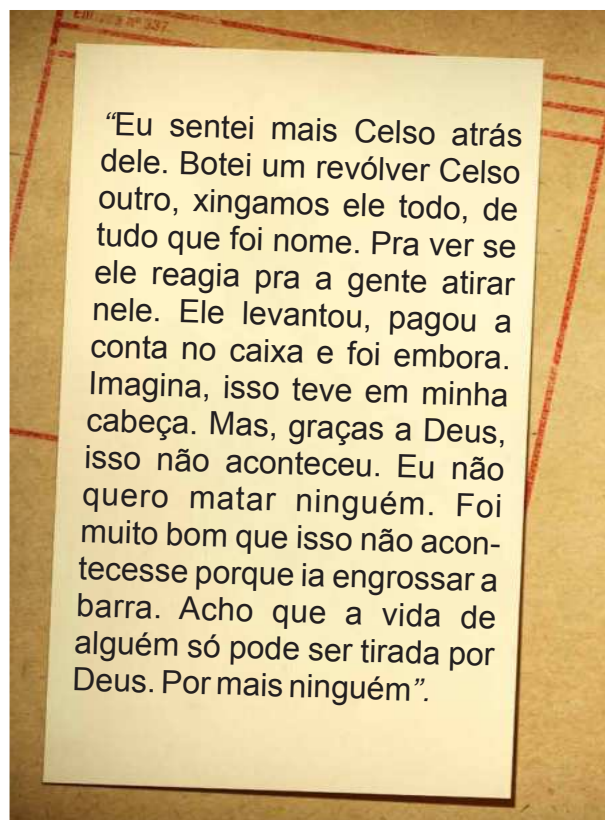
Platéia – Quando você foi pra Minas Gerais, a então diretora do Colégio Estadual de Feira de Santana, professora Laura Foly negou a transferência. O meu pai tinha feito uma interferência, que o diretor anterior era o professor [...] e houve uma decisão pra que ela concedesse a transferência do estudante.

Antônio Carlos Daltro Coelho – Por interferência de seu pai. Um ano depois deram a transferência.

Platéia – Além de delatora, ela estava tentando impedir que os estudantes continuassem seus estudos. Ele, em outro Estado. professora Laura Foly.

Antônio Carlos Daltro Coelho – Laura Foly. Uma pessoa que também nunca mais eu vi.

Amábília Almeida – Doutor Celso. A Comissão Estadual da Verdade sente-se honrada de contar com a sua participação nessa audiência pública. Principalmente pelos detalhes tão lúcidos que o senhor trás ao contar essa verdade de Feira de Santana. Me emociona quando o senhor trás que a biografia, a vida de Chico Pinto. Se é um pensamento seu, eu digo prossiga, porque vale a pena. Lhe digo também que eu acho que, diante de tudo que nós podemos colher aqui em Feira de Santana, nós já temos e ainda teremos, quando completarmos nosso trabalho, um acervo



muito rico para completar o trabalho que o senhor pretende fazer, com a colaboração desses companheiros tão verdadeiros como o senhor tem aqui em Feira de Santana. Hosannah, Celso Daltro, Celso Pereira, Sinval, os outros companheiros da Comissão da Verdade, Monsenhor Luis Rodrigues, Jorge Neri, que substitui o pastor que já se foi, pastor João Dias, a figura maravilhosa, encantadora de Albertino. Então, é um acervo rico e que poderá complementar. Que eu vou concluir dizendo uma coisa que está na minha cabeça há muito tempo. Quando eu entro aqui em Feira de Santana, depois que começou esse trabalho, que eu vejo assim: “Portal do Sertão”, eu falo assim: já vou entrar no Portal da Verdade, que aqui em Feira de Santana fala-se a verdade do passado que aconteceu, que nós vamos ter, certamente, uma memória que jamais será esquecida e que vai contribuir para contar a história desse país e dessa cidade.

Antônio Carlos Daltro Coelho – Muito obrigado deputada. A senhora me chamou de Celso (risos). Muita honra né! Antônio

Carlos, muita honra. Também porque eu e Celso Pereira temos assim uma afinidade muito grande. Porque nós fomos algemados juntos, com sapato, sem sapato, fomos colegas vereador. Disputamos eleição, ele ganhou pra mim... eu ganhei por um voto, acabei até na abertura. Ele me derrubou por cinco votos mas, nunca ficamos inimigos. Mas, Celso, eu tinha um irmão também chamado Celso, médico. Faleceu no dia 28 de fevereiro. Neurocirurgião. Com 66 anos de idade, vítima de um câncer. Que eu quero também registrar em ata, que Eduardo Celso Daltro Coelho foi preso na porta dos [...] pelo Capelão, porque era meu irmão. Levado para o batalhão, 1º Batalhão de Polícia... como se fosse eu. E lá disseram: não, Capelão, o senhor está errado, esse aqui é meu irmão, com nomes parecidos. Só que ele era um pouco mais alto do que eu. Quero prestar, quero fazer isso, também registrar isso, nesta ata. Mas eu, deputada, o tempo vai passando, a gente começa a aprender a perdoar. Eu já perdi muita gente... meus opositos né!? Não tenho mais, não quero levar pro céu tanta magoa de ninguém. Não quero. Mas, minha mãe sofreu muito. A senhora imagina, minha mãe era uma senhora que pesava, na época, 90 e tantos quilos. Durante os 45

dias que eu tive preso, ela passou a pesar 50 e poucos quilos. Quase morre, minha mãe, não é! E eu confesso que eu e Celso Daltro tivemos vontade matar umas pessoas. Até isso chegou na minha cabeça e de Celso. E um dia quase a gente matava. Foi Deus! Nós entramos no antigo restaurante Espeto de Ouro. Não sei se recordam, onde encontramos o tal sujeito almoçando, jantando. Eu sentei mais Celso atrás dele. Botei um revólver Celso outro, xingamos ele todo, de tudo que foi nome. Pra ver se ele reagia pra a gente atirar nele. Ele levantou, pagou a conta no caixa e foi embora. Imagina, isso teve em minha cabeça. Mas, graças a Deus, isso não aconteceu. Eu não quero matar ninguém. Foi muito bom que isso não acontecesse porque ia engrossar a barra. Acho que a vida de alguém só pode ser tirada por Deus. Por mais ninguém. Não sei... foi um mistério muito grande! A morte, a gente não se conforma quando perde uma pessoa próxima, e perto a mim. Os desígnios de Deus. Nós sabemos que nascemos pra morrer na hora certa, que vamos morrer, e vamos procurar não causar o mal ao próximo. Pra poder conseguir a salvação. É assim que eu penso hoje. Obrigado!



AUDIÊNCIA PÚBLICA

06 de agosto de 2014 , Centro Paroquial Senhora Sant'Ana,
Feira de Santana - Bahia



*Jaime Almeida da Cunha

Bom dia. Eu quero inicialmente pedir desculpas porque eu recebi o comunicado pelo companheiro Galeão, que eu estaria sentado aqui, anteontem. E eu tinha outros compromissos, inclusive compromissos hoje de manhã, eu disse a ele que chegaria aqui por volta de meio dia, ele disse que não tinha problema até para negociar, mas telefonei, ele me disse pode vir, e a gente agenda você pra depois de meio dia, então vai lhe dar o tempo necessário. E, felizmente, estou aqui.

Eu sou Jaime Almeida da Cunha. Sou daqui de Feira. Aliás, como muitos, sou um filho adotado de Feira de Santana. E hoje exerço... quer dizer, eu sou advogado. E estou morando em Salvador, mas, como filho de Feira de Santana, estou sempre por aqui. E venho dar essa contribuição à história. Eu acho com esses depoimentos da gente aqui, nessa Comissão que tem um valor histórico muito grande. Muito rico pra que a gente deixe claro, pra as novas gerações, o momento histórico que viveu o país. E que essas gerações têm uma responsabilidade muito grande em prevenir e fazer com que essa história seja lida.

Eu queria fazer um certo histórico da minha passagem pelo movimento nesses anos que nós chamamos dos anos de chumbo. E que hoje estão sendo aqui relatados. Na verdade, eu tive a felicidade de conhecer pessoas que me deram uma visão de mundo diferente daquela que

DEPOENTE: JAIME ALMEIDA DA CUNHA

O advogado Jaime Almeida da Cunha exerceu militância cotidiana no movimento estudantil, inicialmente em Feira de Santana, no Grêmio do Colégio Estadual, desde os 12 anos de idade. Aos 13 anos começou a trabalhar e frequentar o curso noturno, mas continuou ativo no movimento estudantil. Em 1968 foi estudar e trabalhar em Salvador. Inicialmente atuou na Ação Popular e depois na Política Operária. Queria estudar Teatro, mas, por determinação do movimento fez Economia na UFBA. Em risco de ser preso mudou-se para São Paulo e passou a atuar no movimento operário. Foi processado e condenado mas não chegou a cumprir pena. Ajudou a criar o Partido dos Trabalhadores onde ainda atuava até a data do depoimento.

*Texto revisado pelo depoente.

muitos dos meus colegas e contemporâneos não conseguiram. Eu, em 1962, entrei no Colégio Estadual pra fazer a 1ª série de ginásio, depois de ter passado no exame de admissão. Naquela época, era como se fosse um vestibular. Então, nós estudávamos até a 5ª série primária e fazíamos um vestibular e era uma coisa rigorosa.

Antônio Carlos Daltro Coelho – Como eu tenho que me retirar, por compromisso de ordem funcional, estão me chamando para assinar umas comunicações, eu não vou poder assistir o depoimento do ilustre advogado. Mas eu quero dizer à Comissão que a próxima reunião que for realizada, nós teremos o prazer de receber no Museu Parque do Saber, onde funciona a Fundação Municipal de Tecnologia e Cultura, da qual eu sou o presidente. Tenho muita satisfação de receber a Comissão na Fundação Parque do Saber. Muito obrigado.

Jaime Cunha – Então, em 1962, eu ingresso no Estadual. Esse ano e esses anos eram anos de uma efervescência política muito grande. Eu era muito novo e não entendia muito o que se passava. Porém, eu já vinha lendo muito. A revista “O Cruzeiro”, alguns jornais. Eu já lia antes de ingressar no colégio, até porque tinha um vizinho que tinha a assinatura dessas revistas e eu gostava muito. E ele gostava muito de me ver chegar na casa dele pedindo pra ler.

Então eu tinha uma informação razoável do que se passava em termos de política e lia aquelas colunas, David Nasser, Heitor Cony, aquele pessoal todo. E, quando eu cheguei no colégio estadual, eu comecei a ter contatos com pessoas que participavam da política. E, por não me

lembrar e por não exercitar muito a memória nesse momento, eu tive a felicidade de conhecer naquele momento, eu conheci Normando, Normando Leão, eu conheci Hosannah. E conversei por muitas vezes com Hosannah, que Hosannah passava na minha rua e às vezes eu cercava e a gente conversava. E conheci uma outra pessoa que, na verdade, me influenciou bastante, chamava-se Pércles Cunha. E suponho que era, era membro do Partido Comunista naquela época. Mas, não me foi apresentado assim ninguém como de tal partido ou coisa semelhante.

“E, no colégio estadual, antes de começar as aulas, tinha que todo mundo se perfilar, cantar o hino nacional, fazer sentido, descansar e tal. Isso eu não gostava! Eu disse que não fazia. Era o capitão Arlindo quem fazia isso. E o capitão Arlindo veio de lá: “moço porque você não faz?” “Porque eu não faço, eu não sou militar!” Eu só tinha 12 anos, moleque malcriado. Isso criou uma celeuma, e aí, os colegas começaram a me chamar de Fidel Castro”.

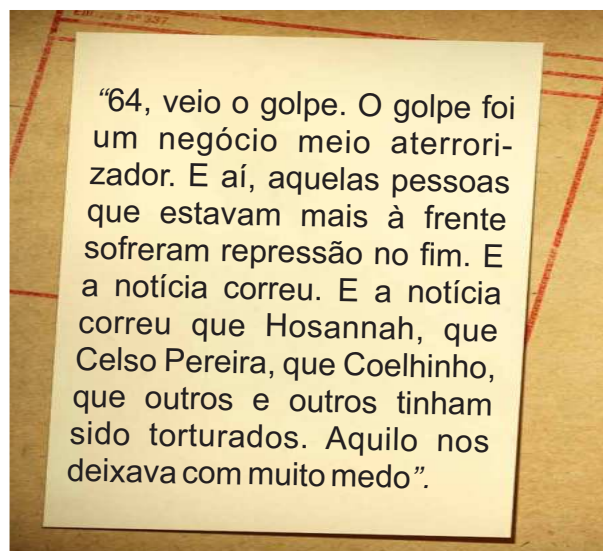
Havia então, naquele movimento estudantil, uma influência muito grande do fervor revolucionário que se passava em Cuba. E, pra mim, era uma confusão. Porque, ao mesmo tempo em que se falava muito bem e até me deram algum material pra ler, livro e tudo mais, e me estimulava aquele fervor revolucionário, eu lia as revistas onde se falava muito era dos justicamentos, os fuzilamentos dos padres e etc. lá em Cuba. E eu era muito católico, era muito

católico. Eu era, eu rezei tanto, que tenho o saldo de reza até hoje, se eu morrer com 100 anos de idade, eu ainda tenho saldo de oração. Acho que não tem problemas mais. Então, veja só. Naquele momento, eu, no Colégio Estadual, eu não sei porque ou talvez por uma forma como eu fui criado, eu me rebelei por algumas coisas. E, no colégio estadual, antes de começar as aulas, tinha que todo mundo se perfilar, cantar o hino nacional, fazer sentido, descansar e tal. Isso eu não gostava! Eu disse que não fazia. Era o capitão Arlindo quem fazia isso. E o capitão Arlindo veio de lá: “moço porque você não faz?” “Porque eu não faço, eu não sou militar!” Eu só tinha 12 anos, moleque malcriado. Isso criou uma

celeuma, e aí, os colegas começaram a me chamar de Fidel Castro. Oh, não tem nada a ver!

Bom, aí surgiu a eleição para o grêmio. E o grêmio era parlamentarista. Tinha um parlamento no grêmio. E eu fui candidato ao parlamento. Porque, diante daquela celeuma, aquela polêmica toda, por conta das minhas atitudes, eu fui descoberto por Péricles, que me procurou e disse: “Rapaz você vai se candidatar” e tal. Eu disse: “Tudo bem. Mas rapaz eu nunca fiz!” Ele disse “Não, você vai”, e me candidatou. Eu entrei para o parlamento do grêmio. Mas o grêmio era uma confusão, uma briga terrível. E lá acho que quem era o coordenador, o presidente era um estudante chamado José Leão. Que foi deputado estadual depois, que é daqui de Riachão do Jacuípe etc. E participava Adesil e participavam diversos outros estudantes na época. E imediatamente assim, a memória não me traz. E eu participei daqueles debates. Inclusive, o grêmio a sala, a sala era muito bonita. E uma sala com um aspecto revolucionário. Inclusive tinha um painel muito bonito de Juraci Dórea. Não sei o fim que teve esse painel, era a coisa mais linda era o que eu mais admirava era esse painel. Que é que acontece? Esses movimentos todos eu participava, mas participava um tanto sem entender muito. Porque ainda eu estava começando a ler. Essa é a verdade.

64, veio o golpe. O golpe foi um negócio meio aterrorizador. E aí, aquelas pessoas que estavam mais à frente sofreram repressão no fim. E a notícia correu. E a notícia correu que Hosannah, que Celso Pereira, que Coelhinho, que outros e outros tinham sido torturados. Aquilo nos deixava com muito medo. E a mim então, que era inclusive mais novo o medo era muito grande. Tinha notícias, porque Galeão, Galeão na minha cabeça era um diabo. Galeão era assim o chefe do negócio, estava por trás. Galeão não aparecia, mas, o nome sempre foi citado. Comunista. Então veja só, Hosannah também me parece que era o chefe do movimento estudantil



e eu estava na periferia. Mas aquilo tudo passava pra mim como uma coisa muito séria. E na verdade era, na verdade era. Com isso, eu me integrei cada vez mais no movimento estudantil. E o movimento estudantil passou pra mim a ser uma militância cotidiana. Na verdade, não só eu, como diversos outros eu via ali numa devoção, numa participação de muita fé de que a gente podia mudar o mundo. E era essa a intenção, era isso que nos movia. E, eu, desde novo, já com 12 anos, eu trabalhei. Na primeira série, eu estava num curso diurno. Mas aí, no ano seguinte, eu tive que trabalhar, com 13 anos de idade. Então, eu fui pro curso noturno. Mas eu, de manhã, saía pro trabalho, antes de chegar no trabalho, eu passava no Colégio Estadual que era ali na Conselheiro Franco, e eu morava na rua da Piedade, lá na rua do Cemitério. Passava ali pra fazer a agitação. Meio dia, eu tinha duas horas de almoço, eu vinha pra casa, passava pra fazer agitação na turma da tarde e entrava uma hora. E de noite, eu ia pro colégio, e aí agitava mesmo. Então eu levei uma vida de agitação política. O tempo inteiro, de manhã, de tarde e de noite. Eu trabalhava porque tinha que trabalhar, que na família todo mundo trabalhava. Era menino trabalhava nas lojas e tal, mas, trabalhava. E nós começamos a mover esse movimento estudantil de Feira. Essa já, essa nova geração. E essa nova geração eu posso lembrar de diversos nomes como foi Edlauro, Edlauro Santos,

um militante do Movimento Estudantil em Feira de Santana. Negro. Que por isso... (uma pausa, depoente muito emocionado). Me desculpem, eu não esperava isso... mas Edlauro sofreu muita discriminação. O professor Hugo Navarro, que era um dos comandantes da reação anti-comunista de Feira de Santana, que foi candidato a vereador e punha um cartaz com um tremendo verdugo com um chicote imenso batendo nas costas dos operários. Na sala de aula, ele sofreu, porque ele chamou Edlauro, ele chamava Edlauro de tucano. E era um apelido também inclusive até entre os meninos. Eu disse a Edlauro que, por ele por ser preto, ele não devia estar passando aquilo. Isso gerou uma discussão. E nessa discussão, foi uma discussão quente na sala de aula. E isso me marcou muito. E Edlauro é um amigo que foi companheiro irmão. E nós estivemos presentes, inclusive, no movimento operário de São Paulo. Me desculpem mais uma vez, porque tem pessoas que tem uma história muito difícil e que comove muita gente. E Edlauro é uma dessas pessoas. Eu acho que a comissão se não tiver o nome dele, convide-o aqui. Eu tentei falar com ele.

Mesa – Eu estou com o nome dele na lista, eu estou precisando contato.

Jaime Cunha – Então, eu tenho o e-mail dele e tentei falar com ele. Então, nós vivíamos isso. Ao mesmo tempo em que fazíamos o movimento, nós travávamos uma luta não só pela visão que nós tínhamos de querer um mundo melhor em termos de mudanças na educação, ou nos moldes em que a sociedade era gerida. Mas também contra determinados preconceitos que naquele momento eram os preconceitos mais visíveis. E neste caso, que eu assisti,

participei de uma discussão muito séria com Edlauro. Foi um caso que me marcou muito naquele momento.

Bom, dali nós conseguimos fazer uma movimentação grande no movimento estudantil em Feira de Santana. Travávamos uma luta, inclusive, dentro do colégio pelas melhorias e travávamos uma luta pelas melhorias na educação do país inteiro. E aquele momento que eu ingressei no colégio, foi um momento em que a educação piorava. A educação piorava. Mas nós fizemos aqui um congresso estudantil, nós fizemos aqui um congresso de cultura. Nós fizemos aqui diversos eventos que chamavam a atenção pra essa nova consciência que os estudantes tomavam.

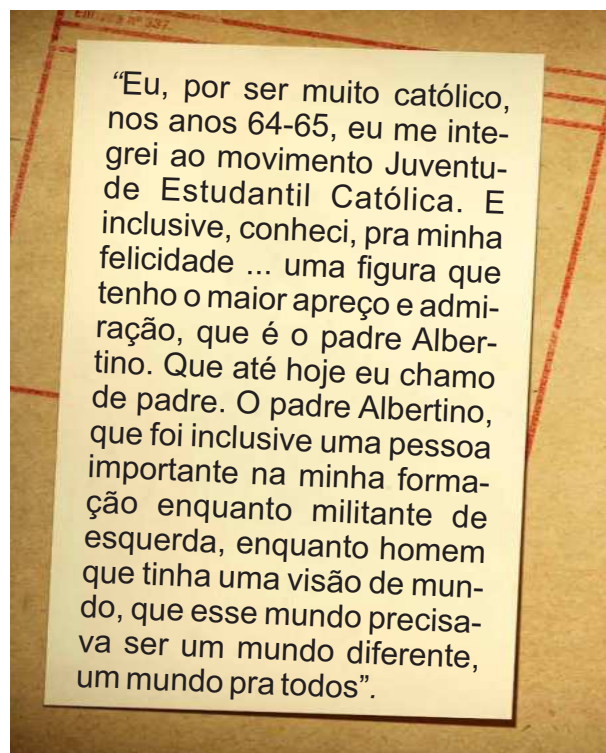
A gente tem que lembrar que Luís Pereira, tinha Jonicael Cedraz, até Jairo Cedraz que aqui estava, era ainda criança, mas já acompanhava o movimento, estava com a gente. Tinha a companheira Linovita que aqui não está, está na França. E Linovita foi uma companheira inclusive que esteve militando comigo em São Paulo, no movimento operário. E lá foi presa e torturada, saiu de uma forma desgraçada da prisão, quando nós retiramos ela do país. Ela foi pro Chile, ao chegar no Chile, ela se deparou com o golpe militar e teve que transpor os obstáculos daquele momento do golpe militar, coisa que já se tinha vivido no Brasil. E teve depressão até conseguir um asilo na França. Mas lá no Chile, em solo chileno, ficou seu companheiro, que foi preso e morto.

Bom, o governo militar estabelecido fez um acordo com a USAID, uma entidade norte americana, através do MEC, que

“Ao mesmo tempo em que fazíamos o movimento, nós travávamos uma luta não só pela visão que nós tínhamos de querer um mundo melhor em termos de mudanças na educação, ou nos moldes em que a sociedade era gerida. Mas também contra determinados preconceitos que naquele momento eram os preconceitos mais visíveis. E neste caso, que eu assisti, participei de uma discussão muito séria com Edlauro. Foi um caso que me marcou muito naquele momento.”

mudava, mudava toda a natureza, toda a educação brasileira. Inclusive, iniciava a privatização do ensino. E os colégios públicos, segundo a proposta, viriam a cobrar mensalidades nos lugares. E nós fizemos um grande movimento contra isso. Esse movimento inclusive em Salvador teve passeatas imensas e em Feira de Santana também nós conseguimos mobilizar os estudantes. Conseguimos mobilizar estudantes. Nesse momento, a gente tinha toda uma luta, aqui em Feira de Santana, contra a direita também que começava a emergir na escola através de algumas lideranças estudantis protegidas pelos diretores, assim como a professora Laura Foly que, na época, era diretora do Colégio Estadual. E nós fazíamos essa luta. Essa direita, ela emergia na pessoa de Adesil Marins, que hoje acho que é advogado aqui em Feira de Santana. De Helder de Alencar e de outros que o nome me passa nesse momento. E nós levamos esse movimento. Foi fundada pela direita “A Casa do Estudante”, enquanto foi fechada a Associação Feirense dos Estudantes Secundaristas, a AFES. E nós trabalhávamos pela reconstrução da AFES, assim como trabalhávamos pela reconstrução da ABES, Associação Baiana dos Estudantes Secundários.

Eu, por ser muito católico, nos anos 64-65, eu me integrei ao movimento Juventude Estudantil Católica. E inclusive, conheci, pra minha felicidade, eu também conhecia essas outras lideranças estudantis. Conheci uma figura que tenho o maior apreço e admiração, que é o padre Albertino. Que até hoje eu chamo de padre. O padre Albertino, que foi inclusive uma pessoa importante na minha formação enquanto militante de esquerda, enquanto homem que tinha uma visão de mundo, que esse mundo precisava ser um mundo diferente, um mundo pra todos. E nesses contatos através da JEC - Juventude Estudantil Católica, logo depois da ditadura militar, da implantação da ditadura militar, o golpe militar de 64, eu vim a ter contato com um militante de esquerda que veio do sul, que inclusive esteve no congresso da OLAS, da



Organização Latino Americana, em Cuba, e que trazia o movimento chamado MCD, Movimento Contra a Ditadura. Eu, garotinho junto com uma pessoa... eu vou citar o nome, não tem problema, já passou e tal, não tenho autorização, mas... Gildarte Ramos que era, era radialista e que era também ligado ao movimento religioso. Pessoa que eu tenho maior consideração, um amigo. Uma pessoa muito boa. Foi através dessas relações que tínhamos com o movimento católico, inclusive o padre Albertino, esse sim subversivo (risos). Então esse pessoal nos trouxe inclusive um manifesto do movimento contra a ditadura. Que era um manifesto originado inclusive da Ação Popular, organização que nascia da Igreja. E nós fomos distribuir esse manifesto e eu fui distribuir esse manifesto clandestinamente, à noite, embaixo das portas e tudo mais. E depois Gildarte me falou “Olhe, eu estou saindo fora disso e tal e tal” e eu continuei. Tive contato com esse pessoal e tal e estive aqui em Feira com discussões, da assistência que me davam, militante da Ação Popular era um cidadão que tenho o maior respeito por ele. É uma das grandes personalidades da República. Um profissional competentíssimo que se chama José Sérgio Gabrielli. Que hoje a

direita quer porque quer enxovalhar a sua pessoa.

E então, quando foi em 1968, eu saí de Feira de Santana pra estudar em Salvador. E minha família não tinha condição de me manter em Salvador. Eu saí e arranjei um emprego em Salvador, aqui eu já trabalhava. Para mim, era militar e trabalhar a mesma coisa. Eu não podia estar assumindo as coisas à frente, diretor disso e tal, mas, era um militante constante. E, em Salvador, eu consegui um emprego numa loja de chapalaria baiana, eu me lembro! E lá eu continuei o movimento, e no movimento estudantil secundarista, nós lutávamos contra o vestibular unificado que estava se colocando, nós lutávamos contra o nível de ensino. Coisas que teve aqui em Feira de Santana, as passeatas que nós fizemos e tudo, essas passeatas decorreram disso. Os professores faltosos, a falta de recursos dos colégios, entendeu? Nosso movimento aqui era ligado à educação. Claro que a gente combatia a ditadura, mas, isso pra nós era uma coisa um tanto distante, pelo menos pra esses companheiros que aqui estavam, estavam comigo e tudo mais. E nós tínhamos um discurso assim, nossos panfletos eram assim, nós dávamos combate. Dávamos combate, inclusive, ao que achávamos que era uma representação do imperialismo aqui.

Aqui, inclusive, vou contar um caso... (risos), um tanto folclórico. Tinha aqui dois representantes dos Voluntários da Paz. Um chamava-se de Jaime, era Jimmy, mas que era Jaime, e outro chamava-se Jerry, alguma coisa assim. Esses dois rapazes trabalhavam na rua Nova e a Igreja tinha alguma amizade. Albertino conheceu bem. E nesse momento, eu não estava mais na Ação

Popular. Eu já tinha sido seduzido pela Política Operária, uma outra organização clandestina que já me apresentava um programa um tanto adiante, que falava em socialismo, que falava da organização do proletariado, dos operários como classe revolucionária. Que se diferenciava um pouco da Ação Popular, inclusive porque, naquele momento, a Ação Popular começava a transitar em direção ao Partido Comunista do Brasil. Talvez essas informações

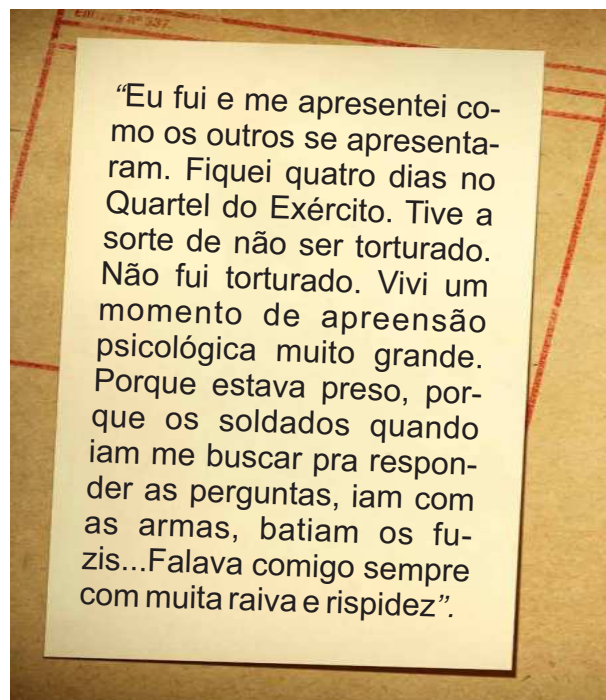
não interessassem muito, mas é porque eu estou colocando as transições que a gente passa. As políticas eram diferenciadas. Pra mim era mais avançado estar numa política que já falava em socialismo, já dizia que os trabalhadores estavam organizados, capacitados a tomar o poder para implantar o socialismo. E não organizações que falavam que nós íamos fazer uma revolução burguesa, que nós íamos passar por essa outra fase etc. e tal.

Talvez a minha juventude me levasse a um radicalismo maior. Em Salvador, integrava o movimento, nós fazíamos o movimento estudantil assim.

Em 69, já em Salvador, estava estudando o último ano de colégio, e me preparando pro vestibular. Em 69... uma denúncia de movimento subversivo em Feira de Santana, trouxe pra um Inquérito Policial Militar diversos jovens de Feira. Naquele ano Luciano Ribeiro, Jonicael Cedraz, José de Moura Filho. Inclusive durante as nossas passeatas, o Moura foi preso aqui. E Moura, acho que o Edlauro, um número um pouco maior. Umas oito ou dez pessoas, Margarida Ribeiro que era irmã do Luciano. Acho que o próprio Celso Pereira. Me desculpem aqueles que eu não informo o nome, porque não me lembro agora. E nós fomos... Luís Pereira... Então

“Nosso movimento aqui era ligado à educação. Claro que a gente combatia a ditadura, mas, isso pra nós era uma coisa um tanto distante, pelo menos pra esses companheiros que aqui estavam, estavam comigo e tudo mais. E nós tínhamos um discurso assim, nossos panfletos eram assim, nós dávamos combate. Dávamos combate, inclusive, ao que achávamos que era uma representação do imperialismo aqui.”

nós fomos indiciados nesse processo e o Exército nos intimou. Nos intimou a ir até lá responder. Os companheiros daqui de Feira foram e eu me reuni com a Organização na qual eu militava, e coloquei: “A situação é essa, estou sendo convocado. Vou ou não vou?” Eu fazia o que a Organização dizia. Se eu ia fazer vestibular pra alguma coisa e a organização “Não faça vestibular pra isso, faça vestibular pra...” Eu era um militante, eu era um soldado da revolução. Era assim que nós víamos. E aí, a Organização “Você vá, você vai”. E reunimos e me foram dadas algumas orientações. “O que você vê que é evidência não negue, pra não criar uma confusão maior. E aí você vai ser mais... O que não for evidência, e que lhe perguntarem, você negue, você diga que desconhece. Dê uma versão diferente”. Normal! Era minha orientação. “E se apresente, porque, se não se apresentar, você vai ter que entrar na clandestinidade, e não é sua hora de clandestinidade”. Eu fui e me apresentei como os outros se apresentaram. Fiquei quatro dias no Quartel do Exército. Tive a sorte de não ser torturado. Não fui torturado. Vivi um momento de apreensão psicológica muito grande. Porque estava preso, porque os soldados quando iam me buscar pra responder as perguntas, iam com as armas, batiam os fuzis. Falava comigo sempre com muita raiva e rispidez. A minha sensação era que a qualquer momento eu ia tomar uns “telefones”, ia tomar uns tapas, umas porradas e tudo mais. Eu ia até pro pau-de-arara. Mas felizmente nada disso aconteceu. Na realidade, não fui tratado com beijinho, com carinho. O interrogatório, me parece que era um interrogatório feito por uma pessoa sem muita prática, ou conhecimento, ou intenção de levantar qualquer coisa mais profunda. O que me perguntaram? Perguntaram “conhece fulano?” Eu conhecia o sujeito. “Com quem é que você discute política?” Eu discutia política e tudo mais com as pessoas e os professores que eu tinha um apreço. E que eram pessoas que felizmente participaram também da minha formação enquanto



cidadão. A minha formação política. Um professor, um professor negro da maior respeitabilidade. Professor Juvenal, não sei onde anda, mas tive sempre a maior admiração. Professor Estrela que foi uma das pessoas da maior importância na formação das consciências do movimento estudantil em Feira de Santana, naquele momento.

Então, esses professores que eu tinha relação... “Você conhece o professor, não venha com desculpa”. Eu disse, eu não. Nunca discuti nada, nunca discuti nada de política com eles. “Com quem é que você conversa política?” “Não, eu conversava política com o professor Luís Navarro”. “O professor Luís Navarro?” “Sim. Eu conversava política com o professor Navarro”. “Mas você não é de esquerda?” “Olhe eu não sei”. “Ideologicamente qual é sua posição?” “Eu não sei nem o que o senhor está tratando. Eu não sei. A gente conversa sobre governo e assim”. “Mas com Navarro a gente discute muita política lá”. “Com o professor Navarro?”. “Mas professor Navarro é a pessoa que você discute política?” “É, professor Navarro é a única pessoa que eu discuto política na escola”. Bom, eram essas as respostas. E meu interrogatório, eu acho que foi um dos

interrogatórios mais tranquilos possíveis, entendeu? Felizmente, a orientação que me foi dada, foi uma orientação que eu ia todo dia pra ser interrogado. Acho que foi umas... três sessões de interrogatórios.

Foram quatro ou cinco dias que eu passei lá e todos os dias a pergunta circulava. “E aí, você participou do Congresso estudantil?” Eu dizia: “Eu participei”. “O que é que se discutia lá?” “Ah sobre as condições do colégio, e tal e tal. Era isso que a gente discutia”. “E discutia alguma coisa sobre o governo?” “Não se tratava do governo. Nós tratávamos lá sobre as condições do colégio”. Eu acho que foi muito bom isso! E se bem que eu acho que não foi isso que impediu que me maltratasse e eu morrer. Na verdade, eu não via naquele tenente que ali estava, o capitão também, interrogando, não via nenhuma, nenhuma preparação em termos de buscar maiores ligações e tal. Estavam ali porque tinha que fazer. Mas, dali eu saí, tudo bem.

Um ano depois, eu participava em Salvador do movimento estudantil e a essa época nós estávamos fazendo o movimento... eu estava fazendo assistência. Eu já tinha entrado na universidade, passei no vestibular, entrei na Escola de Economia. Na verdade, eu queria fazer Teatro, mas teatro não era interessante para o movimento. Tinha que ser uma escola aguerrida numa escola de participação e tal. Faça Economia! Fiz economia na primeira opção, na segunda opção coloquei Teatro. Doido pra perder Economia eu terminei passando. E frequentando Economia.

Trabalhava, estudava. Saí do lugar onde eu trabalhava, pra trabalhar como vendedor pra me dar tempo de assistir aulas. E lá, eu fazia uma militância na

faculdade, mas, o meu principal papel era de Assistente do movimento estudantil secundarista. Inclusive, trabalhei na formação de quadros. Foi quando nós preparávamos o Primeiro de Maio... Sim! Um episódio que talvez marque mais adiante... A organização que eu participava, ela terminou se integrando a outras organizações de nível nacional, e formou o Partido Operário Comunista, POC naquela época. O POC em Feira de Santana teve a maior repercussão, porque fez uma grande pichação de publicidade da fundação do

POC. Inclusive, no voluntarismo de nós jovens, nós pichamos a Igreja dos Capuchinhos e deu (risos) e deu crônicas no rádio, no jornal e tudo mais. Foi uma loucura em Feira de Santana, por causa dessa pichação. Eu acho que nessa pichação, era menininho novo mas, até Jairo Cedraz participou. Porque o irmão era militante e Jairo sempre participava das coisas. Então, nós pichamos a cidade toda “Partido

Operário Comunista”, “pela ditadura do proletariado”, assim. E eu me lembrei disso, foi bom citar, lá adiante talvez tenha tido uma repercussão em alguns fatos.

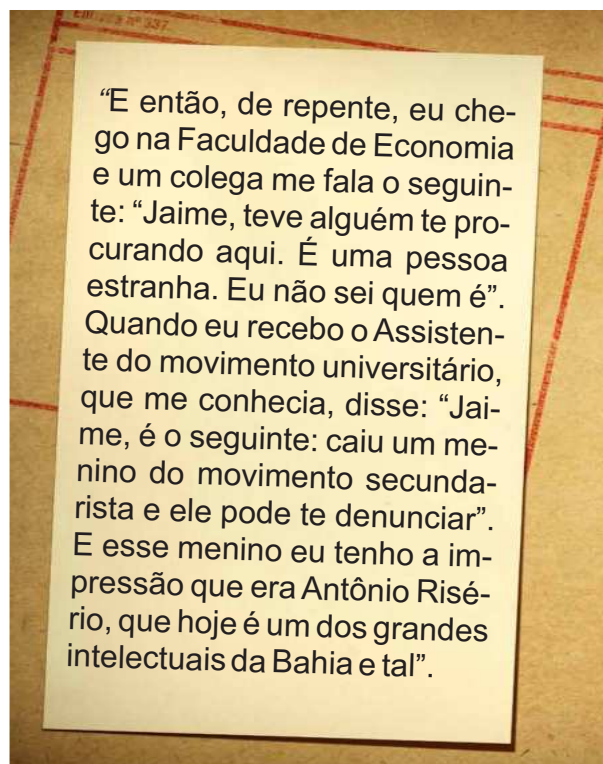
E nós, no movimento estudantil em Salvador, nós trabalhávamos, pichávamos, fazíamos as agitações. Quantas vezes, a gente, à noite, saía pra pichar e saía pra distribuir panfletos.

Depois do AI-5, a coisa ficou muito extremada, era muito difícil. Ocorriam, às vezes, prisões, até que nós começamos a discutir a possibilidade... Sim, aí, o POC também cindiu. Juntava, separava e nós fomos pra outra organização que também tinha origem na Política Operária. Era a Organização Comunista Marxista Leninista (PO), juntou uma na outra, mas

“Eu já tinha entrado na universidade, passei no vestibular, entrei na Escola de Economia. Na verdade, eu queria fazer Teatro, mas Teatro não era interessante para o movimento. Tinha que ser uma escola aguerrida numa escola de participação e tal. Faça Economia! Fiz economia na primeira opção, na segunda opção coloquei Teatro. Doido pra perder Economia eu terminei passando. E frequentando Economia”.

acrescentou mais alguma coisa. E aí nós discutíamos entrar ou não entrar na luta armada. Esse momento de entrar ou não na luta armada que discutíamos, foi um momento inclusive, em que nós partimos pra algumas ações, que já eram ações militares, mas que nós não tínhamos entrado ainda. E nós nas células, numa célula estudantil que eu dava assistência, nós discutíamos algumas ações. Entre essas ações, era a desapropriação, ou seja, pegar de alguém que tinha uma arma. Que era um rifle de repetição. E isso ficou discutido e acertado como nós faríamos essa desapropriação toda. Já era pra futuras ações armadas. Nós... eu tinha um amigo em Feira de Santana que era meu cunhado, que era professor de Jiu-jitsu e eu consegui trazer para a Organização esse nosso amigo. E nós começamos a fazer treinamento de lutas em Salvador. Ora, treinamento de luta clandestino era feito na praia. Pelo amor de Deus! Mas, era feito isso. E, aí, quando foi no 1º de maio de 1970, nós nos preparávamos para a grande ação de propaganda contra a Ditadura. O que é que nós vamos fazer? Nós preparamos tudo, os panfletos que nós íamos botar álcool nos panfletos, e botar nas janelas do comércio, de prédio lá em cima, e lá deixava pra quando o vento vai secando o álcool, os panfletos vão caindo, caindo pela rua. E vamos botar uma bandeira lá em cima da lança do Caboclo, no Campo Grande, a bandeira vermelha, porque era o primeiro de maio!

A repressão era terrível, mas nós do movimento estudantil secundarista programamos essas ações. Nisso, antes do 1º de Maio, então, desencadeou-se uma grande repressão na faculdade contra o movimento estudantil secundarista. Inclusive, porque um dos meninos dessa célula era filho de um Juiz Militar, e que desconfiou e chamou o filho de tal e mandou prender os outros. Eu por sorte, eu era Assistente da Célula e ninguém me conhecia como Jaime Cunha, ou onde eu morava ou trabalhava. Me conhecia pelo nome de guerra que era Guido, esses estudantes secundaristas.



Quem me conhecia eram os outros que andavam na universidade e poucos sabiam que eu era um militante de esquerda que vinha de Feira de Santana, e tal e tal. Uma notícia assim. Mas naquela época, nós não usávamos um nome legal e mesmo quando todo mundo se conhecia, quando nos reuníamos clandestinamente – uma Célula chamada – nós nos tratávamos assim: Guido, Jonas, Artur, os nomes não eram estes. Nós sabíamos, mas nós nos tratávamos como se não soubéssemos os nomes. Era assim. E então, de repente, eu chego na Faculdade de Economia e um colega me fala o seguinte: “Jaime, teve alguém te procurando aqui. É uma pessoa estranha. Eu não sei quem é”. Quando eu recebo o Assistente do movimento universitário, que me conhecia, disse: “Jaime, é o seguinte: caiu um menino do movimento secundarista e ele pode te denunciar”. E esse menino eu tenho a impressão que era Antônio Risério, que hoje é um dos grandes intelectuais da Bahia e tal. Nessas células, nós formamos um movimento estudantil chamado MOL, Movimento de Organização de Lutas lá em Salvador. E nessa célula tinha mais uns quatro rapazes, eu não me lembro o nome deles todos. Eduardo, mais

Paulo, mais Gustavo Falcon que é professor da Universidade Federal. E esses todos estavam nessa célula que caiu esse rapaz, e que depois, foram presos mais dois ou três da célula e do movimento estudantil secundarista. E alguém denunciou o meu nome e o nome de Caetano Burgos que era do movimento, um dos Assistentes do movimento universitário. E nós nos evadimos.

Quando eu estava na Residência Universitária, chegou um cidadão que eu nunca vi e que procurou saber se eu era Jaime Cunha, na residência. Eu disse: “Eu sou Jaime Cunha”. Ele disse: “Olha, você, uma pessoa da Escola de Arquitetura mandou lhe procurar”. “Quem foi? “Fulano de tal, que é da Escola de Arquitetura”. O nome quente da pessoa, e que eu conhecia, mas fazia que não conhecia porque ele era do movimento universitário, eu era do movimento secundarista e não sabia nem o nome de guerra dele. Ele falava fulano de tal no migué. Ninguém me dizia no migué... “E porque nós vamos fazer uma reunião e tal e tal”. Eu já entrei e já procurei Moura que estava na Residência na época. Eu falei “Moura, eu estou embaixo da cama, com as caixas cheias de panfletos, de documentos e tal. Você tira, limpa?” Moura disse: “Rapaz, esse pessoal é da polícia”. Aí, Moura disse; “Você tira isso daí e leva pra algum lugar. Pois é, que eu vou sair”. Então quando eu decidi sair da Residência Universitária, na frente da Residência tinha um grupo estranho. Eu decidi não sair! Quando esse grupo se afastou, eu saí acompanhado de um grupo de estudantes. Daí, eu fui embora. Fui embora e fui pra casa de uma namorada minha, que depois se tornou minha esposa e tal. Eu vivi 12 anos com ela. Delza Santiago. E mandei entrar em contato com Doutora Ronilda

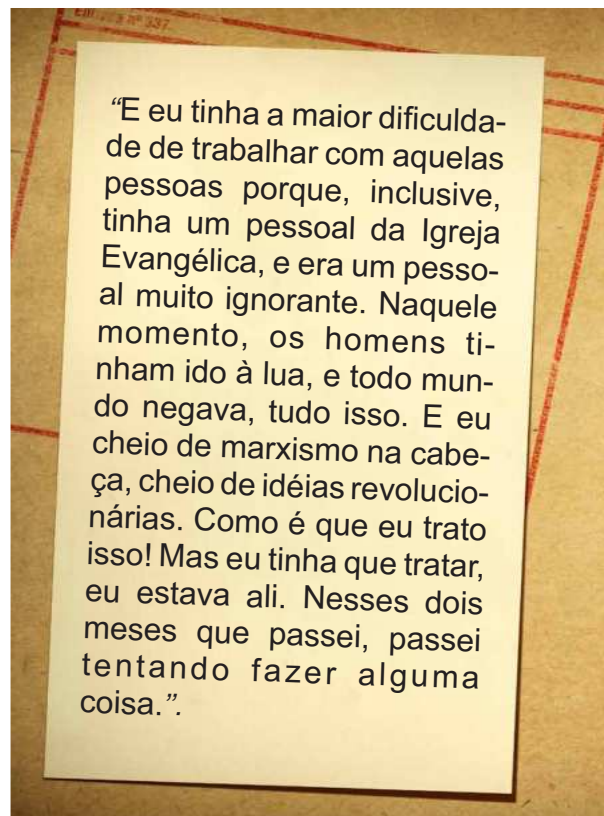
Noblat, que foi minha advogada. E estava advogando, inclusive, pra os estudantes secundaristas, que naquele momento, já tinham me dado a informação de que tinham sido presos. Ronilda Noblat então mandou o recado, que eu não aparecesse até que Médici, que era o presidente da República, fosse embora, porque ele estaria chegando em Salvador, e provavelmente essas prisões eram repressão para prevenir qualquer movimento com a chegada de Médici. Mas aí, Médici foi embora, e eu já estava em Feira de Santana escondido aqui

(risos) numa casa, que quem me conseguiu foi o Padre Albertino. Eu fiquei lá escondido (risos) e o pessoal me levando, eu fiquei sozinho nessa casa. Um bairro onde ali, hoje ali é Mochila, onde possivelmente estava sendo estranho, as pessoas indo levar comida e tudo mais, pra uma pessoa escondida. Ronilda mandou dizer: “Olhe, depois desapareça porque a ordem é lhe justificar”. Eu disse “Pelo amor de Deus, por que me justificar? Eu só sou da militância do movimento estu-

“E aí, Ronilda mandou me dizer: “Desapareça! Não volte tão cedo, porque a ordem é justificar”. No contato com o pessoal da Organização, o pessoal: “Jaime, não tem jeito. Toda a informação que a gente tem é que você e Caetano, se forem encontrados, serão mortos”. Pra mim aquilo era a coisa mais estranha. Por que aquele ódio todo, aquela coisa? Por que era possível? Eu não me achava com esse significado todo.”.

dantil”. Porque tinha havido, inclusive, um assalto em Salvador, naquela época. Tinha havido já alguns movimentos armados. E aí, Ronilda mandou me dizer: “Desapareça! Não volte tão cedo, porque a ordem é justificar”. No contato com o pessoal da Organização, o pessoal: “Jaime, não tem jeito. Toda a informação que a gente tem é que você e Caetano, se forem encontrados, serão mortos”. Pra mim aquilo era a coisa mais estranha. Por que aquele ódio todo, aquela coisa? Por que era possível? Eu não me achava com esse significado todo. Eu vou encerrar. Mas aí eu vim pra Feira de Santana e aqui fiquei escondido até o dia em que minha mãe me disse: “Olha, vou te levar pro interior, porque já vieram, te procurar aqui em casa”. Todo mundo no meio e

tal, meu pai me dava força. Minha mãe saiu comigo daqui, coitada, com juntamente... era minha mãe, eu e tinha uma outra pessoa, que não me lembro mais. Foi me levar na roça, tinha uma rocinha que tinha meu tio lá em Baixa Grande. Interessante, nós saímos por aqui, por Capim Grosso, pra ir pra Baixa Grande, uma estrada miserável, saímos num caminhão, quando chegamos lá, tinha que pegar um carro, não tinha carro. Alugamos um carro, o carro caía as portas pelo meio da estrada. Nas condições mais precárias, lá chegamos. Aí, fiquei até o mês de julho, lá nessa roça. Lá, eu achava como qualquer lugar que um comunista estivesse era pra fazer revolução. E aí, eu conversava com os trabalhadores rurais, e aí, eu queria que os trabalhadores rurais fizessem comigo fossas, porque o pessoal fazia cocô no chão. E o pessoal dizia não, não vamos fazer fossa. A gente faz cocô no chão, mas a galinha come, o porco come, e a gente não tem nada pra comer. E pelo menos o que a gente come, não tem pra dar ao porco, ele aproveita, a galinha aproveita. E pra mim era a maior dificuldade, aquilo ali, porque eu uma pessoa pobre aqui no interior, mas eu conhecia um pouco de higiene, um pouco de... pelo amor de Deus. Foi a maior dificuldade. E eu tinha a maior dificuldade de trabalhar com aquelas pessoas porque, inclusive, tinha um pessoal da Igreja Evangélica, e era um pessoal muito ignorante. Naquele momento, os homens tinham ido à lua, e todo mundo negava, tudo isso. E eu cheio de marxismo na cabeça, cheio de idéias revolucionárias. Como é que eu trato isso! Mas eu tinha que tratar, eu estava ali. Nesses dois meses que passei, passei tentando fazer alguma coisa. Até que minha namorada, na época, minha ex-mulher tinha uma amiga... me desculpem! Essas coisas parecem folclóricas, mas acho interessante, porque esse momento que a gente vive. Muitas vezes, as pessoas falam com tanto heroísmo e eu tal, tal. Eu não sou muito Gabeira não, do "O que é isso companheiro!", mas acho que tem uma coisa que nós tínhamos uma paixão muito grande. Mas são coisas interessantes, porque vivia-se sob uma pressão constante.



Um medo constante, era uma coisa. Eu fico pensando: como era tanto assim? Era coisa que parece que tinha olhos nos vendo a todo momento. Todo lugar que você ia, tinha um clima de insegurança. Tinha um soldado, tinha um policial, tinha alguém lhe olhando. Não era só por paranoia não, porque era verdade. Era assim. Será que a população era tão menor que era possível acontecer isso? Mas era assim. Era assim que acontecia. E aí vejam só: minha ex-mulher, ela tinha uma amiga, ela era do interior, era havaiana, americana. E que estava no Brasil como Voluntária da Paz. Como partícipe desse programa dos Estados Unidos. Programa que nós éramos contra, que fizemos aqui em Feira pichações e fizemos panfletagens contra o Jimmy e Jerry, que eram os americanos que aqui estavam. E fomos agressivos com eles. Inclusive o Jimmy, às vezes, porque fazia Teatro aqui, a Hildete estava e tudo mais. E o Jimmy acompanhava esses movimentos todos, era uma pessoa um tanto aberto pra isso. Uma certa vez, ele me parou e falou assim: "Por que você tem tanto ódio de mim?" (risos). Eu disse "Não, não tenho ódio de você." Ele disse: "Não,

porque eu sei que você é um desses que falam de mim, que botam aqueles papéis". Eu disse assim: "Rapaz, você não sabe porque eu nunca lhe disse, nem nunca lhe disse quem eu era". Ele disse: "Não, porque eu acho que a gente precisa conversar". Aí eu desconversei, eu não queria conversa com ele. Eu achava que ele era o representante do imperialismo que aqui estava e, naquele momento, a minha postura era de vencer. De afastá-lo de mim e dos outros. E se possível a gente ia até julgá-lo e condená-lo, e até fazer... e até tomar uma posição mais radical. Era essa a minha visão naquele momento. Porque para mim, os Estados Unidos, o imperialismo estava aqui e estava mesmo subjugando o povo brasileiro. Aquela miséria toda que o povo passava.

Bom, essa amiga, com minha ex-mulher, de repente minha ex-mulher disse: "Olhe, vamos lhe pegar aí e vamos lhe levar pra São Paulo. Porque a coisa não está boa aqui. Só se fala em que vão lhe encontrar". Eu disse "Como?" Ela disse "Não se preocupe não, nós vamos chegar aí." Quando chegaram lá, chegaram num carro do consulado americano, junto com essa mulher. Eu disse: "Eu estou preso. Não é possível. Eu vou morrer." Porque se essa está aí, um espião americano. Aí, como eu também conhecia essa moça, Joice, que era amiga de minha mulher, conhecia e tal, a minha mulher era de Gandu, era lá que ela trabalhava, mas nunca fui de dar proximidade, porque minha mulher não conversa. Mas ela fez isso, e lá me pegaram. Nós vamos pra São Paulo. Tudo bem! Chegamos em Jequié, a cidade toda pichada. "Fora", o nome do americano que lá era dos Voluntários da Paz. Toda pichada. Quando o carro para, para na frente da casa desse americano. E lá, nós

"Aí, estou com medo. Vocês não imaginam, eu nesse negócio, o tanto de medo, o tanto de adrenalina, o tanto que meu estômago sofria. Porque eu achava que eu estava indo pro cadafalso. Mas aí fui pra essa tal casa, o americano fechou a casa dele e veio embora pra trazer o carro pro consulado. ... Quando eu descobri, a casa era de um delegado de polícia. Eu disse "Pô! Aqui, o negócio está feio pra mim". ... Eu aí me mandei, fui embora".

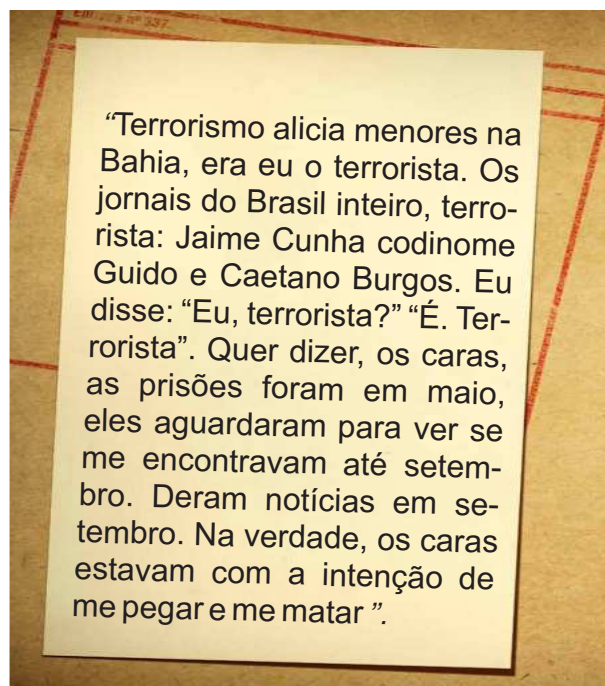
ficamos. O americano disse: "Olhe, eu vou levar o carro pro consulado, vocês ficam aí. Daqui vocês vão pra casa de fulana, uma cidadã lá". Tudo bem! Não sabia quem eu era. Aí, estou com medo. Vocês não imaginam, eu nesse negócio, o tanto de medo, o tanto de adrenalina, o tanto que meu estômago sofria. Porque eu achava que eu estava indo pro cadafalso. Mas aí fui pra essa tal casa, o americano fechou a casa dele e veio embora pra trazer o carro pro consulado. Nessa casa, a americana decidiu, com a amiga que se chamava Ana Maria,

que hoje é casada com um menino aqui de Feira de Santana, Moacir, e que estudava no Colégio Estadual, na época. E aí elas decidiram ir em outra cidade, fazer alguma coisa e me deixaram nessa casa. Quando eu descobri, a casa era de um delegado de polícia. Eu disse "Pô! Aqui, o negócio está feio pra mim". Eu não sabia quem era, mas quando alguém entrou e tal, eu puxei conversa, me falaram que era de um delegado de polícia. Eu aí me mandei, fui embora. Saí, fiquei na rodoviária por trás das

pilastras. Quando elas chegaram do ônibus que foram na cidade vizinha, eu cheguei e perguntei: "Como é? vocês me deixam na casa de um delegado de polícia? O que é que realmente está acontecendo?" Aí elas passaram, inclusive Ana Maria que era minha amiga, e disse "Não tem problema algum, a gente sabe o que está acontecendo e tal, e tal. Nós não vamos pra São Paulo agora. Nós vamos pro Rio primeiro. A passagem está comprada, nós vamos pro Rio de Janeiro".

Não teve problema nenhum, nós fomos pro Rio de Janeiro. E no Rio de Janeiro, lá, foram me levar pra casa de um militante, que morava em Santa Tereza. No

bairro Santa Tereza, olhe o bairro Santa Tereza quando chegamos lá, vamos embora daqui. Porque aqui teve o problema do sequestro do embaixador americano, aqui não dá pra ficar, vamos embora. Ir pra onde?! Aí eu fui de lá do Rio de Janeiro, pra São Paulo, pra Santos, pra casa de meu cunhado, irmão da minha namorada que depois passou a ser minha esposa. E lá eu fiquei, do mês de julho até o mês de setembro. Em setembro, ela morava aqui em Salvador, a minha namorada, a minha mulher que era namorada, ela. Eu estava num belo dia em casa, eu ficava muito dentro de casa, não podia sair. Tava tentando contato, chega meu cunhado apavorado com os jornais, Folha de São Paulo não sei o quê, com uma... a manchete dos jornais que ele pegou um jornal do Rio Grande do Sul tal, tal, que ele pegou tudo, era assim: "Terrorismo alicia menores na Bahia". Terrorismo alicia menores... Meu cunhado chegou "Rapaz, a situação está difícil. Você não vai poder ficar aqui". Terrorismo alicia menores na Bahia, era eu o terrorista. Os jornais do Brasil inteiro, terrorista! Jaime Cunha codinome Guido e Caetano Burgos. Eu disse: "Eu, terrorista?" "É. Terrorista". Quer dizer, os caras, as prisões foram em maio, eles aguardaram para ver se me encontravam até setembro. Deram notícias em setembro. Na verdade, os caras estavam com a intenção de me pegar e me matar. Bom, então o que fazer? Meu cunhado então conseguiu que eu fosse pra um exílio no Chile. Exilado no Chile. Aí conseguiu o pessoal de Brasília que veio me buscar. Só que eu também estava tentando contato com a Organização em São Paulo. E aí, consegui. E quem foi ... (muita emoção, intenção de choro). Quem me conhecia era Edlauro ... (pausa pra choro). Edlauro está vivo, Edlauro está vivo pra alegria nossa. Aí, um companheiro firme. E Edlauro foi com os companheiros lá de São Paulo, que ele também tinha ido pra São Paulo, pra me reconhecer. Foi dado. Eu procurei através de uma pessoa que era da universidade da USP, que meu cunhado conhecia, que era também POLOP e tal. E aí eu fui. Nessa reunião, o companheiro foi claro, disse:



"Terrorismo alicia menores na Bahia, era eu o terrorista. Os jornais do Brasil inteiro, terrorista: Jaime Cunha codinome Guido e Caetano Burgos. Eu disse: "Eu, terrorista?" "É. Terrorista". Quer dizer, os caras, as prisões foram em maio, eles aguardaram para ver se me encontravam até setembro. Deram notícias em setembro. Na verdade, os caras estavam com a intenção de me pegar e me matar".

"Nós não temos condições de manter todos os militantes no Brasil. Nós estamos procurando jeito de tirar. Mas, nós achamos que nós devemos ficar com alguns companheiros aqui. Se você acha que deve sair, saia. Se você acha que deve ficar, nós temos que manter uma chama da luta aqui". E o pessoal tinha chegado de Brasília pra me levar. Iam me levar num carro do consulado do Chile a Brasília, e lá eu ficaria pra depois sair. E eu tinha 20 anos. E eu era o terrorista que aliciava menores na Bahia. Eu então achei, naquele momento, pelo romantismo. Não foi, eu não era herói, não era nada, era somente por romantismo, que a gente tinha que fazer revolução nesse país. A gente tinha de ter um mundo novo! E se eu fosse embora, a gente não ia conseguir fazer. Quem era eu! Mas, eu achava que precisavam da minha contribuição. Eu disse: "Eu não vou, eu vou com vocês, vou sair daqui e vou ficar com vocês. Vou participar desse momento revolucionário". Aí eu cheguei em casa, estava lá o representante do consulado chileno, até meu cunhado. Eu disse: "Não vou. Vou ficar". "Vai ficar?" "Vou ficar. Eu encontrei o pessoal da Organização e vou ficar". "Mas não é possível!" "Vou ficar". E aí meu cunhado ficou chateado e tal. O pessoal veio de Brasília, estava tudo certo. Como é que eu fazia uma coisa dessa. Não dava,

“Eu vou ficar porque eu sou comunista e revolucionário”. Pra mim tem que fazer a revolução nesse lugar. Aquele momento de romantismo, aquele fervor adolescente. Aquela coisa toda que eu não condeno nenhum adolescente. Pelo contrário, acho uma coisa linda. Embora eu hoje tenha uma mentalidade mais flexível e tal. Ainda acho que a gente não pode fazer um mundo novo, um mundo diferente. E quando um filho meu se embrenha numa luta e chega a determinados radicalismos, eu dou todo apoio. Entendeu? Porque eu acho que é aquele momento. Depois, você pode ficar um pouco mais maleável.

Mas a gente tem que mudar o mundo. Aí, eu não fui, fiquei. Fiquei. E aí já tinha um segundo processo. E, nesses dois processos, houve duas condenações. Uma condenação junto com o pessoal de Feira de Santana, uma outra condenação com o pessoal de Salvador. E eu fiquei na clandestinidade em São Paulo. E em São Paulo, eu obedecia a proposta da Organização naquele momento, que era de proletarianização dos quadros. Ou seja, os quadros que não vinham do movimento

operário deveriam ir para o movimento operário, tornarem-se operários, para trabalharem a consciência do movimento operário. Porque a nossa proposta não era de enfrentamento armado na ditadura. Porque a gente achava que não tínhamos a força suficiente e não teríamos o apoio da sociedade. Que nós pensávamos numa força revolucionária, capaz de fazer revolução e assumir o poder e dar uma destinação revolucionária ao país. E só os trabalhadores, os operários eram quem podiam fazer isso. Como ganhar os operários? Os operários estavam em um momento de consciência muito baixa. Nós precisávamos estar dentro do movimento operário e estarmos como operários. A gente tinha que

absorver essa ideologia operária pela vivência, pela prática. Como precisávamos passar para o operário, para o trabalhador, a consciência revolucionária, científica do marxismo. Era essa nossa crença. E assim que nós fazíamos. E eu fui para o movimento operário. Fui ser operário. Trabalhei nas fábricas em São Paulo e tal e tal. Em 74, começaram, estivemos fazendo o movimento operário. Participei com Edlauro da Comissão Sindical Metalúrgica em São Paulo. Participei da comissão organizadora da Oposição Sindical Metalúrgica da região Sul de São Paulo, Santo Amaro. Era da comissão organizadora. E

participamos desses e eu, em São Paulo, a organização tinha grandes dificuldades. Nós éramos um grupo pequeno. Nós achávamos que estávamos ali mudando o mundo. Nós éramos tão precários, que eu fiquei num lugar, num aparelho como a gente chamava, num certo tempo, onde nós fazíamos o trabalho de mudança de identidade dos militantes. E eu tinha que mudar minha identidade, pois, eu já estava condenado, já tinha saído meu nome no

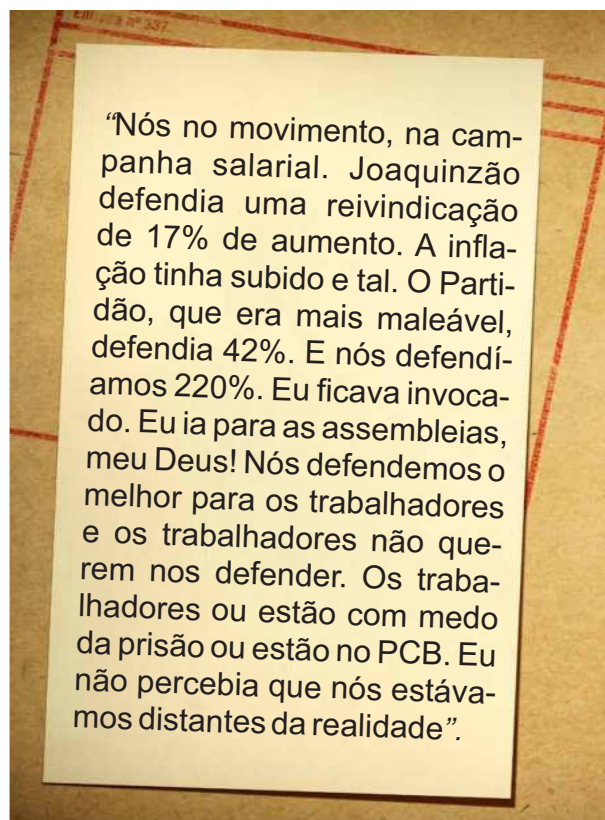
jornal e tudo mais. Mas, como eu estava naquele aparelho, e ali eles tinham que fazer e era tão precário, eu disse “Não. Não quero. Eu vou continuar com a minha identidade. Se eu for preso (risos) essa identidade é melhor do que essa que a gente faz aqui”. E aí, o pessoal foi de acordo que era isso. E eu fui trabalhar como operário. Só mudei o nome para o público. Eu tinha um apelido. Que não tem nada a ver com meu nome, mas todo mundo me chamava assim. Porque onde eu chegava, eu me apresentava assim. Fiz movimentos de bairro em São Paulo. Organizei associação de bairro. Organizei movimento de bairro. Organizei grupos de teatro, organizei festival de bairro de teatro. Eu fazia teatro,

“Porque a nossa proposta não era de enfrentamento armado na ditadura. Porque a gente achava que não tínhamos a força suficiente e não teríamos o apoio da sociedade. Que nós pensávamos numa força revolucionária, capaz de fazer revolução e assumir o poder e dar uma destinação revolucionária ao país. E só os trabalhadores, os operários eram quem podiam fazer isso. Como ganhar os operários? Os operários estavam em um momento de consciência muito baixa”.

sempre fiz, sempre gostei. E participei de peças de teatro, participei de peças justamente com operários que não sabiam nem ler. A gente fez peça até “O senhor Puntila” do nosso grande teatrólogo alemão... oh a memória do velhinho já não presta... Brecht! Então, veja só, fazíamos esquetes. A Hilde, lembro dela aqui. É um prazer. Então, nós fazíamos esse movimento.

Em 74, começaram a ter, a haver diversas prisões na área onde nós trabalhávamos que era na região Sul. E essas prisões se davam por conta da repressão contra o PCdoB na guerrilha do Araguaia. E desmantelou tanto o movimento que nós participávamos com o PCdoB, com o PCB, com as outras organizações que lá estavam e eu era ainda da PO e nós participávamos do movimento sindical.

E me desculpem, infelizmente a gente tem (risos). Vou contar uma historinha. Eu militante do PO, nós erámos os mais radicais do movimento. E Joaquinção era o velho pelego do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. E presidente até hoje. Naquele momento, 1973, eu acredito, já era Médici. Já era Médici? Eu acredito, era Médici. Nós no movimento, na campanha salarial. Joaquinção defendia uma reivindicação de 17% de aumento. A inflação tinha subido e tal. O Partidão, que era mais maleável, defendia 42%. E nós defendíamos 220%. Eu ficava invocado. Eu ia para as assembleias, meu Deus! Nós defendemos o melhor para os trabalhadores e os trabalhadores não querem nos defender. Os trabalhadores ou estão com medo da prisão ou estão no PCB. Eu não percebia que nós estávamos distantes da realidade. Que nós não tínhamos uma proposta que fosse a proposta mais real, mais possível. Quem estava com a razão, ou era o partido, o Partido Comunista Brasileiro, chamado o Partidão, ou era o pelego, que queria 17% e era possível obter. E por isso, os trabalhadores estavam mais com eles. Só pra contar isso. (risos) O que é que nós, com o romantismo, o



radicalismo, fazíamos. Mas nós estávamos nessa, né. Essa Organização acabou rachando, inclusive, por conta disso. Porque uma outra parte da Organização achava que estava errado o 220%, o mais certo seria 140%. Que absurdo!

Mas, passaram isso, em 74, começaram as repressões. E nós tivemos que nos mudar de diversos lugares. Por um tempo, eu morei junto com Edlauro. E Edlauro, negro, me apresentava como seu irmão. Meu irmão. Algumas pessoas riam dele, porque ele me apresentava como irmão. E às vezes, quantas vezes alguém disse, chegou pra mim: “Você é irmão dele? Você é irmão dele? Irmão? (risos) Como é que é irmão?!” Eu dizia: “Rapaz, nós somos irmãos, do mesmo pai ou não, nós somos irmãos. O importante é que nós somos irmãos”. Mas interessante é que nós militávamos no movimento operário. Eu, Edlauro, nestes tempos. Edlauro saiu de São Paulo antes de mim, justamente porque a Organização aconselhou que saísse. Edlauro era muito mais marcado por ser negro, todo mundo reconhecia. Eu não. Era

branco, parecia que era até de São Paulo. As pessoas ficavam admiradas. “Você é baiano? Baiano!” No lugar onde eu ia trabalhar. “Branco assim?” “Eu sou baiano” (risos). “Na Bahia não só tem negro”. Edlauro era muito reconhecido, aí saiu de lá antes. Eu fiquei em São Paulo ainda, durante mais um ano.

No final de 75, eu vim pra Bahia. E fiquei na Bahia ainda, durante mais ou menos um ano na clandestinidade. Até que a doutora Ronilda Noblat – foi a grande patrona de toda a esquerda e doutor Jaime Guimarães, doutor Inácio que deram uma grande contribuição para nos defender – ela conseguiu a prescrição das minhas penas, uma vez que eu era menor e já tinha o dobro do tempo passado. Eu fui condenado a oito meses em um processo, dois anos e um mês em outro processo. E eu era menor na época, menor de 21. A menoridade ia até 21 anos, e então ela conseguiu a prescrição. Aproveitei logo nesse ano, fiz vestibular novamente, entrei na Universidade Católica e novamente em Economia.

E daí pra cá, foi uma nova militância no Partido dos Trabalhadores. A construção do Partido dos Trabalhadores, a construção do Movimento Sindical, tanto no urbano quanto no movimento sindical rural. Naquele momento, eu saí novamente da Política Operária, da PO, achando que aquela política não era política que melhor

fluía. E, com um grupo de companheiros, reconstituímos, reconstruímos a Ação Popular, a velha Ação Popular que tinha também se desfeito toda, e se uniu com o PCdoB. Foi nesse momento que eu saí, lá atrás, e nós reconstruímos uma Organização chamada Organização Ação Popular Marxista Leninista, que veio até os primórdios do Partido dos Trabalhadores quando construímos esse partido na Bahia, em Feira de Santana, nacionalmente. E que estamos aí, de alguma forma, lutando junto com os companheiros da esquerda, dos outros partidos democráticos, para construir um mundo novo. Um Brasil diferente. Eu me lembro muito bem.

Pra encerrar, eu queria somente lembrar de alguns nomes, me desculpe outros que eu não consegui aqui à memória trazer. Mas, aqui está nosso companheiro, que, na “Casa das Canetas”, o Moacir era um dos pontos que a gente passava para ouvir experiências e posicionamentos políticos, Galeão, Luciano Ribeiro, Hosannah, Albertino que sempre foi uma referência pra mim, de maior respeito e os companheiros que vieram conosco e construíram o PT de Feira de Santana. Hoje, eu acho que nós pouco fizemos. Alguns fizeram muito mais, alguns deram a vida pela luta. Alguns não conseguiram chegar até aqui como o grande companheiro Santa Bárbara. (emoção) Mas nós estamos aqui e vamos construir um mundo novo. Muito obrigado!

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

25 de agosto de 2014

**Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação,
Campo Grande, Salvador - Bahia**





AUDIÊNCIA PÚBLICA

25 de agosto de 2014 , Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação,
Campo Grande, Salvador - Bahia



DEPOENTE: CARLOS MELGAÇO VALADARES

Natural de Sete lagoas, Minas Gerais, Carlos Melgaço Valadares, então estudante, militou, juntamente com sua esposa Loreta Valadares, em diversos estados do Brasil, inclusive na Bahia. Foram ambos barbaramente torturados. Após prisões e torturas conseguiram sair do Brasil para a Argentina, Chile e depois Suécia. No Karolinska Institutet, Suécia, Carlos Valadares concluiu o curso de Medicina iniciado no Brasil, em 1963. Pertenceu à JUC – Juventude Universitária Católica, à Ação Popular (AP) e hoje está no PCdoB.

*Texto não revisado pelo depoente.

* Carlos Antônio Melgaço Valadares

Dulce Aquino - Vou precisar de ajuda dos meus pares e os técnicos acompanhem, porque é uma emoção muito forte ouvir Carlos Valadares, que representa a minha geração, esposo de Loreta Valadares, aguerrida Loreta... e quando fui chamada para essa comissão, só pensava se ela estivesse aqui; pouco tempo que faleceu. É um casal importantíssimo para a resistência; a gente sair da ditadura, de um sofrimento extraordinário, de algo assim desumano o que eles passaram, tanto Loreta quanto Carlos, mas como pessoas admiráveis, cidadãos que realmente... um casal, tanto Carlos, que tem seu papel importante na luta como Loreta, eles são um contínuo de resistência importante para o País; e aquele casal, as palavras de Che Guevara cada vez que os ouvia, e quando vejo hoje Carlos Valadares, “há de ser forte, sem perder a ternura”, então, eles são ternos diante do mundo. Loreta foi uma pessoa que tinha muita força, mas ao mesmo tempo uma pulsão de vida, um amor à vida. E Carlos Valadares essa delicadeza diante da vida, sem deixar de ser forte e resistente. Então, vou passar a palavra a Carlos para nos botar a par da sua história e desse primeiro dia... foi antes que aconteceram coisas com ele, mas fato interessantíssimo foi quando conheceu Loreta, que foi fazer um contato com ele, ele foi pegar um copo d'água, se não me engano na cozinha, virou para a mãe lá em Minas e disse “essa vai ser minha mulher, eu

vou casar com essa moça”. [risos] Então, eu passo a palavra a Carlos Valadares.

Carlos Valadares - Essa emoção que você começa a demonstrar é muito forte. Pessoalmente, porque eu sabia que em algum momento - já prestei várias declarações, mas aqui tem um dado especial... basicamente... primeira vez que eu cheguei aqui foi em 66, preparando o Congresso da UNE, o primeiro congresso da UNE em 66, foi realizado em Minas. Eu tinha vindo para cá recordando uma série de coisas, vinha a pé (tenho andado muito a pé), aí fui lembrando das coisas que a gente conviveu, eu morei aqui na rua Banco dos Ingleses, na João das Botas, na Araújo Pinho, então, basicamente, nessa imediação. Fui me lembrando, tinha um restaurante aqui, um bar ali... então, desperta um conjunto de emoções do passado - o que foi a vida.

Jackson Azevêdo - 67 ou 66?

Carlos Valadares - 66. Muito importante que essa emoção às vezes dificulta a falar, mas eu comecei a militância em 63. Entrei para a Faculdade de Medicina com 17 anos em 1963 e vivi aquele período da luta pelas reformas, pouco antes do golpe. Isso já era assim uma coisa inusitada, descobri coisas que não pensava. Morava em Belo Horizonte há um ano (sou natural de Sete lagoas, Minas Gerais), aí você entra naquela discussão toda que era feita nas universidades, no movimento como um todo. Ingressei e logo já estava na JUC - Juventude Universitária Católica. No mesmo ano de 63, já militava com a Ação Popular (AP), que tinha sido fundada naquele ano e descobrindo tudo, entusiasmo com tudo. Aí veio o golpe, e aquilo me marcou muito porque colegas de turma começaram a ser presos, sem

“Ingressei e logo já estava na JUC - Juventude Universitária Católica. No mesmo ano de 63, já militava na Ação Popular (AP), que tinha sido fundada naquele ano e descobrindo tudo, entusiasmo com tudo. Aí veio o golpe, e aquilo me marcou muito porque colegas de turma começaram a ser presos, sem motivação, pois éramos paraticamente calouros. Então, começou aquela situação: cassaram presidente eleito democraticamente - uma ilegalidade...”

motivação, pois éramos paraticamente calouros. Então, começou aquela situação: cassaram presidente eleito democraticamente - uma ilegalidade - depois, intervenção a sindicatos, depois você vai vendo uma série de pessoas conhecidas sendo presas, sem algum tipo de atividade, e outra que não, por ter participado do processo democrático, um direito de se manifestar por posições diferentes, porque isso era possível fazer. Então, comecei a participar do movimento estudantil, participar ativamente de manifestações, passeatas... a JUC influenciou bastante, porque eu

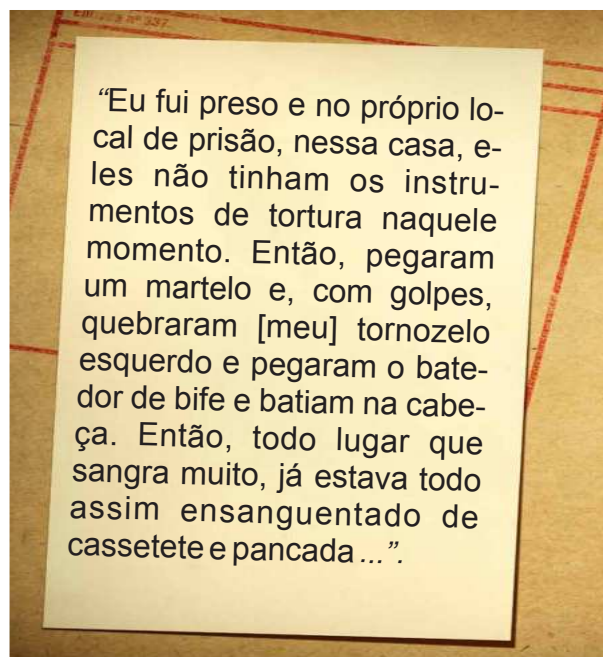
comecei a ler os chamados clássicos da Igreja: Monier, Teilhard Chardin - era novo o ecumenismo, junto às igrejas metodista, presbiteriana, com os setores de juventude... isso era uma descoberta de um outro mundo, que poderia ser solidário e ao mesmo tempo começava a sentir a influência de todos os outros pensadores: Sartre, Marcuse, Debret, Guevara. A guerra do Vietnã, que era um apelo grande, a luta de libertação das colônias no mundo todo do pós-guer-

ra - isso fazia com que o entusiasmo, as animosidades de toda uma geração, a gente se dispusesse a lutar. Eu passei a uma atividade junto à assessoria nacional da UNE, em 66, que tinha José Luiz Guedes, Renato Rabelo, acho que Peri participava aqui também dessa diretoria. A partir daí já tinha um nível de atividade pública grande, porque participava.

Em 68 já estava na direção estadual da AP. Tinha sido também da direção estadual da JUC e depois paraticamente a JUC foi sendo extinta nacionalmente, porque representava um avanço muito grande. E fiquei na AP, que foi se transformando: as ideias de Marx, Lênin,

Ho Chi Minh, Mao Tsé Tung, virou uma certa miscelânea, mas que possibilitava a ampliação da atividade. Participei enquanto direção com a implantação do trabalho camponês em Minas, que se dava basicamente nessa região do São Francisco, no norte de Minas, participando também do movimento operário. Tinha sido preso já no início do ano na greve dos metalúrgicos. Posteriormente, com atividades clandestinas, vivendo como clandestino, mas em Minas ainda, passei a ter atividade inclusive com algumas questões nacionais, porque era da direção da AP.

Quando minha mulher foi presa em junho de 69, já depois das primeiras ações armadas de várias organizações, eu estava em São Paulo, então, recebi um recado que haviam tido as primeiras prisões, inclusive dela, mas aí tinha a seguinte questão: eu sabia onde estava o trabalho do campo, a gráfica, a biblioteca... e tinha condições de tirar pessoas que estavam sendo perseguidas ali para fora. Então, viajei para Minas com esse objetivo. E daqui da Bahia foi lá para Minas para ajudar nesse trabalho Ricardo Gonçalves Angelin, que é um baiano que também foi preso. Consegui tirar o pessoal todo. O pessoal saiu, ia fazer a última reunião para poder sair de lá também, porque não tinha condições de atuar em Minas. Nessa reunião, a polícia localizou a casa, na cidade industrial e aí foi preso Mário Bento, que era diretor do Sindicato de Metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte; Ênio Seabra, que era o presidente que foi cassado em 64 e que tinha conseguido se reeleger de novo e de novo impediram sua posse, e que foi um dos que preparou e organizou a greve de metalúrgicos de Contagem e Belo Horizonte - os dois, através do sindicato, em abril de 69 e outubro de 69, foram as duas grandes primeiras greves que teve no País naquele período. Depois, tiveram outras. Eu fui preso e no próprio local de prisão, nessa casa, eles não tinham os instrumentos de tortura naquele momento. Então, pegaram um martelo e, com golpes, quebraram [meu] tornozelo esquerdo e pegaram o



batedor de bife e batiam na cabeça. Então, todo lugar que sangra muito, já estava todo assim ensanguentado de cassetete e pancada – foi um espancamento generalizado, particularmente comigo, porque eles já me identificaram como uma pessoa que era casada com Loreta, tínhamos nossos nomes, fui preso com toda documentação minha, então, houve esse espancamento generalizado.

Me levaram em seguida para o Quartel do 12º Regimento de Infantaria do Exército, e continuaram o espancamento. Nesse processo, tiraram Loreta da penitenciária de mulheres onde ela estava e já tinham ameaçado que iriam me pegar e que a partir daí queriam saber se ela ia falar alguma coisa ou não. E levaram para lá, eu já tinha sido espancado a noite toda, algemado, todas essas pessoas, mais um advogado que tinha sido preso na casa, José Afonso Alencar. E como ela não conseguia me identificar (estava tudo escuro no pátio), aí ligaram os faróis de jipe para me identificar. Mesmo assim, ela não conseguia, eu estava totalmente descomposto.

Quando identificou, eles falaram “agora você vai falar”; [ela] “agora é que eu não falo”. Isso é uma situação extremamente constrangedora, porque você está

numa situação sendo torturado violentamente, tem uma dor física intensa e aquele sentimento de perda - agora está interrompendo um processo de luta que estava sendo feito. Ao mesmo tempo, a pessoa que você gosta sendo torturada também de uma outra forma, que é a forma que ela considera (escreve num livro, depoimento Moças de Minas e depois saiu no livro dela Estilhaços) a pior tortura. Mais do que a dor física é sentir a dor do outro. Isso aí marca muito esse processo da tortura naquele momento. Eu preparei um texto escrito também, colocando mais detalhes, colocando os locais de tortura (não vou mencionar todos aqui) e também o nome dos torturadores, que poderia citar aqui também, mas está escrito. Se vocês acharem que é importante, eu posso citar todos os nomes. Fui levado então na madrugada desse dia, ao amanhecer, para uma prisão que não identifico. Penso que foi na Pampulha ou em Venda Nova, que é um bairro mais afastado. E lá continuaram a tortura. Dois dias depois, chegaram à conclusão de que estava muito mal e deveria ser le-

“Depois de dois meses, fui conduzido para o DOPS de Belo Horizonte. Havia mudado o chefe do IPM, pela violência nas torturas e o novo chefe do inquérito disse assim “olha, eu não vou te torturar, mas vou ser obrigado a mandar alguém te torturar”. Aí tinha um cara lá que todo mundo temia, de outros processos instaurados, que era um torturador, capitão Gomes Carneiro, que é um dos mais citados em Minas, atuou também no Rio e parece que em São Paulo”.

vado para um hospital de pronto socorro. Aí foi uma discussão, se deixa aqui não recupera – eu estava urinando e evacuando sem controle nenhum. Então, me levaram para o Pronto Socorro de Belo Horizonte e disseram que tinha sido atropelado por um caminhão, que era indigente e que não conseguiram minha identificação. O problema é que eles não sabiam que eu tinha estagiado naquele hospital, já estava prestes a concluir o curso de Medicina e tinha estagiado no pronto socorro e praticamente vários colegas de turma da faculdade, os médicos, todos que trabalhavam lá: “Esse aqui é Melgaço, nós o conhecemos muito bem, ele é daqui...” Aí queriam me transferir para o Hospital Militar ao lado. Então os

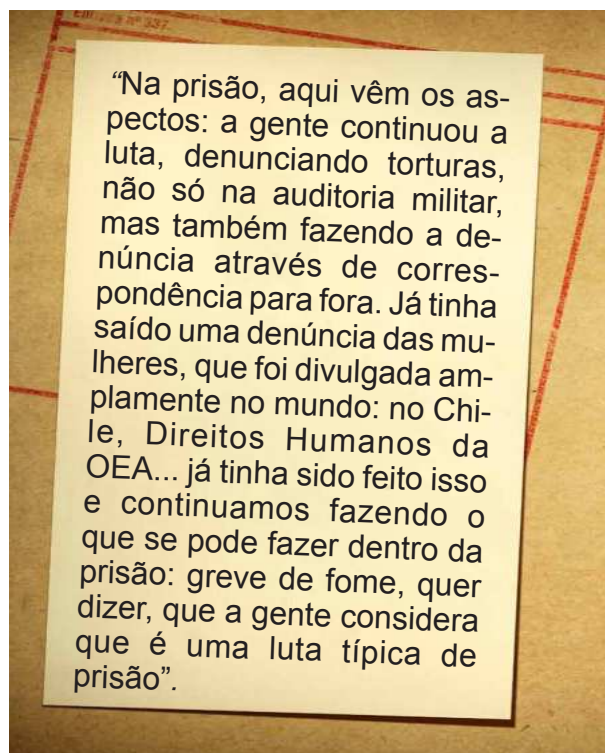
médicos [disseram] “ele não está em condições de ser transferido, há risco de morte, então, vai ficar aqui”. Fiquei lá uma semana e algumas coisas soube depois, porque no mesmo quarto havia outro preso, Irani que era funcionário da faculdade e que numa viagem do Rio para Minas, o ônibus caiu no viaduto das almas e ele ficou muito ruim, mas sobreviveu. Aí, ele contou o que diziam. Na época eu estava inconsciente, balbuciava coisas e eles me interrogando lá. Então, ele me disse assim “o que é isso, o que é isso?”. Eu respondia uma coisa

totalmente diferente, que não tinha nada a ver com nada, mas é uma coisa que marca muito, porque não tem nenhum tipo de respeito. Fui para o Hospital Militar, fiquei dois meses lá, aí nessa situação consegui inclusive mandar uma mensagem ao meu pai de que estava num Hospital Militar e ele conseguiu me visitar, mas com uma grande dificuldade para ter acesso – visita curta, mas ao mesmo tempo é uma coisa positiva. Depois de dois meses, fui conduzido para o DOPS de Belo Horizonte. Havia

mudado o chefe do IPM, pela violência nas torturas e o novo chefe do inquérito disse assim “olha, eu não vou te torturar, mas vou ser obrigado a mandar alguém te torturar”. Aí tinha um cara lá que todo mundo temia, de outros processos instaurados, que era um torturador, capitão Gomes Carneiro, que é um dos mais citados em Minas, atuou também no Rio e parece que em São Paulo. Fui levado para o colégio militar de Belo Horizonte, instituição de ensino, e lá passei uns dias sendo torturado: choque, afogamento, pancadas... lá encontrei, vi que estava lá, Peri Falcon, que é daqui da Bahia, que estava preso lá. Fiquei o período todo e continuei sendo ameaçado até o finalzinho... Tinha de encerrar o inquérito

por causa da pressão. Já tinha o primeiro processo, tinham mandado a denúncia para a Auditoria Militar de Juiz de Fora, que não foi aceita, porque não tinha provas. E com a minha já estava um parazo muito grande, praticamente tinham seis meses sem nenhum tipo de resultado mais concreto. Aí encerraram o inquérito, fui transferido com Ricardo Angelin no mesmo camburão para a penitenciária de Juiz de Fora, Penitenciária Agrícola de Linhares, onde fiquei cerca de dois anos. Interessante citar coisas mínimas: lá em Linhares estava numa área, Loreta na outra, a feminina e a gente não podia se ver nem se encontrar. Quer dizer, nem em dias de visita de família a gente ia juntos para encontrar a família. A gente ficou esse período todo sem poder ter contato, porque eles achavam que podia ter uma conspiração contra a Segurança Nacional.

Na prisão, aqui vêm os aspectos: a gente continuou a luta, denunciando torturas, não só na auditoria militar, mas também fazendo a denúncia através de correspondência para fora. Já tinha saído uma denúncia das mulheres, que foi divulgada amplamente no mundo: no Chile, Direitos Humanos da OEA... já tinha sido feito isso e continuamos fazendo o que se pode fazer dentro da prisão: greve de fome, quer dizer, que a gente considera que é uma luta típica de prisão. Você pode até usar em outras situações, mas é muito excepcional. Na prisão, a única forma que você tem de se manifestar é greve de fome, com conhecimento fora. E foi isso que fizemos, várias greves, e por coincidência a última, foram de 14 dias, e após a greve, eu, Gilnei Viana (que era dos direitos humanos) e tinha mais um que não sei quem, a gente foi conduzido para uma outra ala, sozinhos, os dois, e ameaçados de abrir inquérito policial para investigar tentativa de subversão como lideranças da greve. É um negócio assim, parece uma coisa ridícula, mas isso aí é a rotina, o dia a dia como eles colocam as coisas e violam direitos. Eu fui liberado e em seguida pude, depois de certo tempo, retomar o contato com Loreta, que já estava



clandestina. Ela foi liberada um ano antes, atuou clandestinamente, passou aqui na Bahia, atuou no Nordeste – Recife, João Pessoa. Depois de um tempo, ela passou a ter um problema cardíaco, que foi evoluindo muito rapidamente, então, consultou os melhores médicos em Pernambuco e eles falaram, assim (não conseguiram nem diagnosticar) “a única equipe capaz de diagnosticar é a equipe de Zerbini, em São Paulo”. Então, ela foi para São Paulo e eu estava sem contato, na época, e ela retomou esse contato comigo e fui para SP.

Passamos os anos de 71-73 ela clandestina em SP, fazendo o tratamento com o pessoal de Zerbini. A indicação que tinha para a doença era transplante e você não tinha condições de fazer transplante no Brasil. O pessoal de Zerbini falou assim “garantimos que ninguém bota a mão em vocês mas para nós não tem jeito, não vamos poder fazer isso aqui”. Aí o partido (tínhamos entrado em 73) falou para a gente ir para o Chile para poder fazer a divulgação da luta do povo brasileiro, denúncia de tortura e dizer o que estava acontecendo no País. Fomos para Buenos Aires de ônibus, saímos de São Paulo direto, e íamos direto para Buenos Aires, parando em Porto

Alegre. Só que em Porto Alegre decidimos ficar um pouco mais e depois pensamos “melhor ir agora, porque é um fim de semana com feriado prolongado, deve estar muita gente passando”. Fomos direto. Em Buenos Aires resolvemos descansar um pouco mais, porque foi uma viagem muito pesada. Então, comparamos a passagem para ir para o Chile exatamente no dia do golpe. Na hora em que saímos da loja, ouvimos o noticiário, já tinha o povo na rua chorando, porque Alende tinha caído, tinha sido assassinado. Suspendemos a viagem e ficamos na Argentina. Aí vem a situação: falávamos pouco Espanhol, nunca tínhamos tido curso de Espanhol no ginásio (naquele tempo tinha). Começamos a ir a todas as faculdades e em grupos: uruguaio, chileno, paraguaio... muita gente que estava exilada, na Argentina e no Chile, estava chegando e a gente ia para as faculdades, ia para as praças para fazer denúncia, organizando atos em relação à ditadura

brasileira. Dois grandes atos: um numa praça e outro na Federação de Boxe, com mais de quatro mil pessoas e que pessoas estavam sendo perseguidas, sem conseguir passaporte e estavam vivendo na Argentina; denunciando a situação e falando inclusive sobre a guerrilha no Araguaia – era uma coisa que boa parte do pessoal já estava entusiasmado. Havia todo aquele entusiasmo que a revolução estava chegando; tínhamos consciência de que a ditadura ia continuar por um longo tempo, mas não tínhamos consciência de que ia ser tão grave assim. Ficamos na Argentina com esse trabalho e com Boal que tinha outros contatos, a solidariedade muito grande; a Associação dos Psiquiatras da Argentina colocou a sede à disposição de um Comitê de Solidariedade aos Povos Latino Americanos (COSOLPA). Na época

“Ficamos na Argentina com esse trabalho e com Boal que tinha outros contatos, a solidariedade muito grande; a Associação dos Psiquiatras da Argentina colocou a sede à disposição de um Comitê de Solidariedade aos Povos Latino Americanos (COSOLPA). Na época estava Perón, depois ele faleceu e a situação ficou mais complicada. Em 75, entramos em contato com a embaixada da Suécia e solicitamos formalmente asilo lá.”

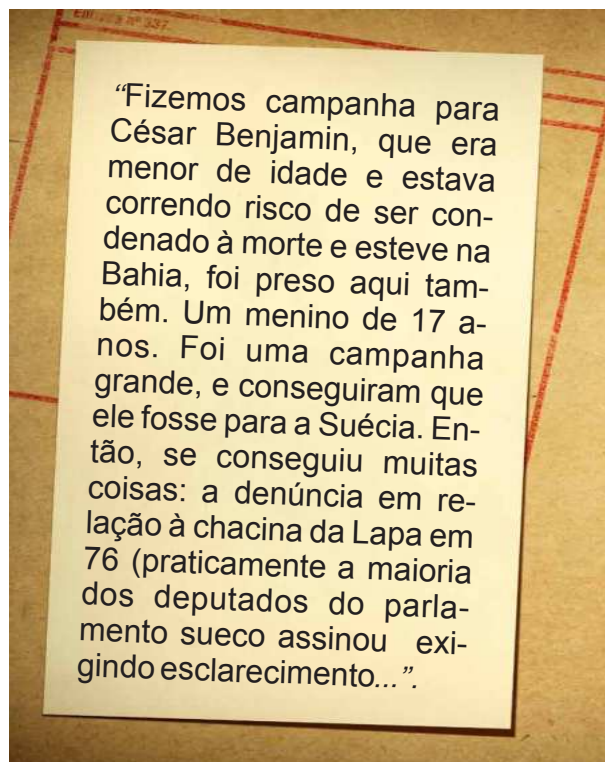
estava Perón, depois ele faleceu e a situação ficou mais complicada. Em 75, entramos em contato com a embaixada da Suécia e solicitamos formalmente asilo lá. Na Suécia também, toda uma solidariedade do governo e do povo sueco. Falo do governo porque estudei lá, Loreta estudou também, tomamos empréstimo estudantil, o mesmo que todo mundo tinha, que nos possibilitava alugar uma casa, um apartamento e viver. Não dava para as férias, mas também passei a trabalhar em hospital. Lá entramos em contato com todos os suecos que pudemos conhecer. Tinha um brasileiro lá que deu os contatos “olha, tem Birgitta Ek que esteve no Equador e escreveu um livro em Pernambuco, sobre a situação do estado, inclusive fala sobre a guerrilha do Araguaia; tem tal advogado que trabalha com direitos humanos e que já esteve no Brasil...”. A Anistia Internacional já estava começando uma campanha; entramos em contato e

participamos do grupo da Anistia Internacional Sueca e várias sessões locais de denúncia de prisões. Pegávamos aquele trabalho do pessoal de Itamaracá, pegávamos foto... por exemplo, tem uma foto da Penitenciária Lemos de Brito que reproduzíamos como se fosse cartão postal para mandar para as autoridades daqui. Então, são coisas assim entrando... fundamos diversos comitês na Suécia, em várias cidades tinham exilados (nas mais importantes) – não eram muitos brasileiros não, mas conseguimos fazer um trabalho de divulgação. A igreja sueca também deu apoio grande: chamava a gente para fazer palestras em vários lugares. Tivemos a oportunidade de levar Boal lá para o festival de teatro e que também entrava muito em contato com os artistas com denúncia; Boal também era uma pessoa que tinha sido preso e

torturado e fazia também denúncia pública e foi lá diversas vezes. Com isso ele também estabeleceu laços com outros setores.

E a gente, eu, Loreta e alguns brasileiros, tínhamos a ideia de que [para] viver num país tínhamos de aprender a língua, depois tínhamos de conhecer a cultura, mas ao mesmo tempo preservar nossa identidade brasileira. Por exemplo, a gente fundou um Comitê Brasil, na Suécia com os suecos (os brasileiros eram poucos, eram mais suecos). E teve vários comitês de outros brasileiros, que inclusive achavam que iam voltar logo e que não precisava nem de aprender sueco – era uma situação de acreditar que a ditadura estava caindo já, e que não era verdade, [pois] 73 era praticamente o auge, [depois] 74, 75, 76. A gente pegava as notícias.

Fizemos campanha para César Benjamin, que era menor de idade e estava correndo risco de ser condenado à morte e esteve na Bahia, foi preso aqui também. Um menino de 17 anos. Foi uma campanha grande, e conseguiram que ele fosse para a Suécia. Então, se conseguiu muitas coisas: a denúncia em relação à chacina da Lapa em 76 (praticamente a maioria dos deputados do parlamento sueco assinou, exigindo esclarecimento [sobre] onde estava o pessoal). Praticamente todos os deputados de Portugal assinaram, inclusive o Otelo de Carvalho. Quer dizer, conseguimos fazer um movimento internacional muito grande e isso tinha repercussão - a Anistia Internacional mais ou menos junto; a importância de você trabalhar nessa campanha contra a tortura. Na Suécia eu me formei em Medicina. Eu tinha feito aqui, faltava um ano e pouco para formar, fui excluído em 68 da Faculdade de Medicina e aí meu pai, por exemplo, a única coisa que ele queria é que eu estudasse. Então, se eu perguntasse “tem dinheiro para o cinema?”; [ele] “não tem”; se eu perguntasse “preciso comprar um livro”; [ele] “toma”. Então, o sonho dele era que eu estudasse Medicina, e ele sentia muito isso. Eu estudei na Argentina e fechei a faculdade lá, no período de transição.



Na Suécia consegui entrar a partir do 3º ano e me formei no Karolinska Institutet, na Suécia. E terminou exatamente em dezembro de 1979, e praticamente as malas já estavam prontas. Dia 31 de janeiro eu estava chegando aqui e no aeroporto estava Joviano Neto, Javier Alfaia, Alice Portugal, Dulce Aquino, o pessoal todo que na época participava da luta da Anistia. Foi em 31 de janeiro de 1980.

Aí entrou já a atividade aqui. Eu logo de imediato tive problemas, nós tínhamos problemas, não tinha carteira de identidade. Eu saí do País com outro passaporte. Loreta saiu com carteira de identidade verdadeira em nome de Helena Silva, que era totalmente legal, mas... e eu com passaporte que tinha conseguido. Carteira de identidade, “como vamos funcionar no Brasil sem carteira de identidade?”. Fomos tirar carteira e não conseguíamos, porque além de tudo descobri que tinha um Inquérito Policial Militar aqui. Para conseguir a carteira, a Ordem dos Advogados que lá, juntamente, para conseguir essa carteira, o mínimo, disseram “ele está anistiado, não tem nada contra ele, está aqui o documento da Anistia – Inquérito Policial Militar não exi-

ste”. E mesmo depois, tentava conseguir folha corrida para emprego, tinha de conversar lá dentro para conseguir, porque se não era obstaculizado, porque tinha lá o registro.

Joviniano Neto - Quem era o presidente da OAB, que o acompanhou lá?

Carlos Valadares - Quem acompanhou foi Saul Quadros. Na época era presidente da Caixa de Assistência dos Advogados. E chegando aqui era continuar a luta. Ao mesmo tempo sabia que ia ter de revalidar o diploma, conversei na Faculdade, no Hospital das Clínicas para fazer estágios e aí ontem eu fui ler, meu nome aparece no relatório da Comissão da Verdade da Universidade, querendo saber inclusive quem tinha me indicado para fazer estágio no Hospital das Clínicas. Consegui estágio, fiquei lá, já sabia que demorava um tempo para conseguir a revalidação. Tinha de fazer medicina legal e doenças tropicais. Aí o processo demorou muito, quase um ano. Quando falei “mas um ano?!”; disseram “aqui demora de 3 a 4 anos, aqui você está tendo sorte de conseguir tão rápido”. Tinha uma série de pessoas que deram todo um apoio dentro da universidade aqui e no Ministério da Educação. A gente sente o calor humano na hora que chega. Aquele desassossego que a gente tinha no aeroporto, como vai entrar, não sei o que, a hora que encontra pessoas lá você já começa a relaxar, e logo em seguida, dia 2 de fevereiro, Rio Vermelho, fui lá com o pessoal todo – é a entrada na própria baianidade, que eu já conhecia muita coisa.

Agora é interessante também que nesse processo eu pedi, para efeito da Anistia, o que tinha na ABIN (Agência

Brasileira de Informação). Até 88, eu e Loreta somos registrados nesse processo, nas atividades que a gente desenvolvia aqui, inclusive na universidade, era que eu era um dos agentes infiltrados na universidade. Isso porque eu ia para todo canto. Eu cheguei e tanto ia para o Alto do Peru, com os padres Paulo, Renzo, que trabalhavam lá; ia para o Trabalho Conjunto do Mosteiro de São Bento – já conhecia algumas pessoas... então, passei a participar da atividade política aqui. Passei a trabalhar no Sindiquímica em saúde do trabalhador,

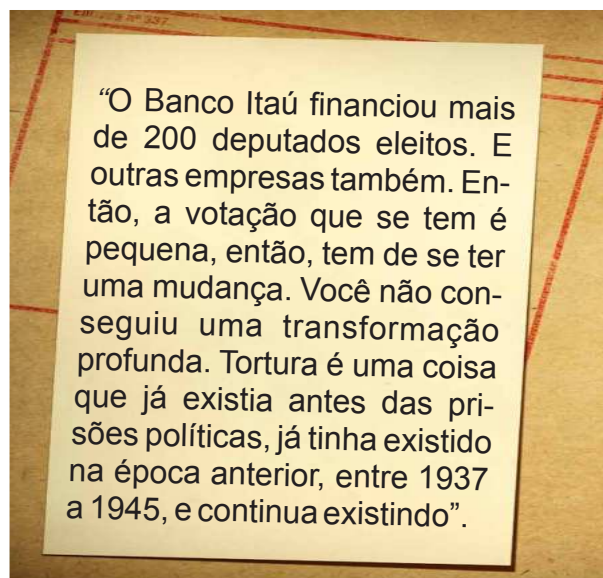
que era um sindicato que atuava muito na época, e enfrentando problemas concretos em relação às empresas do Pólo. Participava daquelas lutas pelo fim da ditadura, do comitê pela legalidade do Partido Comunista do Brasil e fizemos uma grande campanha para apoiar Tancredo após as Diretas Já. Quer dizer, achávamos que havia a possibilidade de acabar com a ditadura no colégio eleitoral, e conseguimos conversar com Tancredo

para ele poder ser candidato apoiado pelo partido. E fizemos um movimento grande aqui, reunimos vários setores do PMDB, prefeitos e tudo, fizemos um grande ato sindical dirigido por sindicalistas. Estávamos eu, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos; Salete, que participava pelos arquitetos... consegui-mos aglutinar muita gente. Evidentemente, logo em seguida, fui preso. Teve prisões no Brasil todo, aqui na Bahia teve várias; Loreta foi presa ali em Nazaré, em 84 e abriram novo processo policial, eu, Loreta, e várias pessoas. Eu fui preso em casa, eu perguntava para o pessoal “eu estou detido?”; eles “não, você não está detido”; eu “ah, então, eu estou preso”; eles “não, você não está preso”; eu “ah, então, vou ficar aqui”. Eles queriam me levar para a Polícia Federal

“... conseguimos aglutinar muita gente. Evidentemente, logo em seguida, fui preso. Teve prisões no Brasil todo, aqui na Bahia teve várias; Loreta foi presa ali em Nazaré, em 84 e abriram novo processo policial, eu, Loreta, e várias pessoas. Eu fui preso em casa, eu perguntava para o pessoal “eu estou detido?”; eles “não, você não está detido”; eu “ah, então, eu estou preso”; eles “não, você não está preso”; eu “ah, então, vou ficar aqui”.”.

(PF). A discussão era essa, eu não estava detido, nem preso... eu “tem algum mandado contra mim?”; eles “não”; eu “então, não saio daqui”. Aí eles na hora que viram que não ia sair mesmo, apontaram o revólver e disseram “você vai sair!”. E eu disse “já que é coação, vou sair”. Na hora que cheguei na porta, botei o berreiro para fora “estou sendo sequestrado pela PF, avise o Sindicato dos Médicos, avise a Associação Baiana de Medicina!”. Na frente morava Neto, jornalista, que hoje está na televisão, a partir daí diversas associações se mobilizaram e me levaram para a PF. Pegaram um monte de livros, eu disse “registrem os livros que vocês estão levando, podem colocar que são meus livros”. Levaram para a PF e ainda queriam que eu reconhecesse lá, “esse eu não sei, mas tenho esse livro em casa, vocês estão roubando meus livros”. Mais tarde da noite, toda a mobilização, todo mundo na campanha de Tancredo, foram para a Câmara de Vereadores num ato de desagravo, com a Assembleia Legislativa do Estado, deputados, vereadores, entidades foram todos. São coisas assim num período já de fim da ditadura, mas ela não tinha acabado.

Tem a eleição, Tancredo é eleito, e aí entra o problema. No Brasil, sempre acontece isso: o processo de transição sempre é muito difícil. Fazem o fim da escravidão, os ex-escravos não tinham direito; fazem a República, mas você não tem os direitos republicanos – sempre tem a transição; faz a revolução de 30, mas tem as classes dominantes em conciliação. Mesma coisa, o vice de Tancredo, que não era nenhum revolucionário, era Sarney, que era o cara da Arena, do governo. Como houve mudanças essenciais, os partidos foram legalizados, centrais sindicais podiam se organizar, mudanças significativas, convocada a Assembleia Nacional Constituinte que teve um grau de liberdade e participação popular importante nesse processo de consolidação da democracia, mesmo com todos os problemas ocorridos. Agora é um processo de transição difícil, tem a questão das liberdades: você não teve uma reforma



política. A política está ainda condicionada ao poder econômico, financiamento privado dos políticos. Mesmo o Congresso hoje que tem uma aparência democrática, só funciona sob pressão, e mesmo assim muito difícil, porque a pressão maior é de quem o elegeu. O Banco Itaú financiou mais de 200 deputados eleitos. E outras empresas também. Então, a votação que se tem é pequena, então, tem de se ter uma mudança. Você não conseguiu uma transformação profunda. Tortura é uma coisa que já existia antes das prisões políticas, já tinha existido na época anterior, entre 1937 a 1945, e continua existindo. Os primeiros presos políticos em Minas foram torturados na Delegacia de Furtos e Roubos, que era onde tinha pau de arara, choque elétrico... depois é que vem as torturas sistemáticas, uma escola de tortura, e os presos de Minas fizeram denúncia. Quer dizer, foram levados para o Rio para ser torturados e para os outros aprenderem a como torturar, como não deixar marca. Isso aí vem de muito tempo. Os franceses aprenderam a torturar na Guerra do Vietnã. Na guerra da Argélia, de 54 a 61, passaram a torturar e criar a figura do desaparecido político. Esse cara que era um comandante, um paraquedista na França (não lembro o nome dele aqui) foi para os Estados Unidos ensinar o pessoal a torturar. E Dan Mitrione, que era um dos professores de tortura, estava no Brasil e depois foi para Uruguai onde foi justificado, e participou do ensino de tortura no Panamá.

Então, a tortura é uma coisa assim de política de estado, e como hoje ainda continua a política das polícias. Quer dizer, já chega. Temos vários casos recentes em que a polícia já chega batendo e depois o preso desaparece. Quer dizer, quantos jovens hoje estão sendo assassinados na periferia? Existe toda uma situação que é necessário trazer à tona o que aconteceu naquele período, mas não somente dizer assim tal pessoa foi torturada, mas o significado que se tem para hoje, para a compreensão dos Direitos Humanos. Precisamos nos sentir capazes de nos indignar na hora que Giovani é filmado sendo abordado, descendo da moto e já entram batendo, sem perguntar nada. O vídeo é claro, o outro soldado vem e bate. Põe no camburão e desaparece, e a moto também. E o pai, desesperado, “onde está meu filho? Eu não quero nem justiça nem nada, o que eu estou querendo é meu filho para poder enterrar”. Esse tipo de crime, quantos desaparecidos durante a ditadura?

Tem Diva Santana, da Comissão Nacional de Desaparecidos e ver a angústia, não somente dela, mas de todos que passaram por isso. Hoje você já sabe que tem alguns torturadores, alguns desses elementos que passam a esclarecer: tantos foram queimados na usina de açúcar, começa a surgir isso, mas tem de surgir para a gente ter capacidade de entender Direitos Humanos, para a gente poder dizer que não precisa mais ter tortura. E a política ainda é de tortura, a polícia já chega batendo. Se eu estivesse com essa roupa, provavelmente poderiam até me pedir identificação, mas se for um negro e mal vestido, já chega batendo! É todo dia, em todo canto da cidade, é uma coisa presencial. Então, acho que é muito impor-

tante. Eu estou com dois documentos, um é depoimento da CEV - eu não pensei em ler, porque isso aqui é uma coisa que posso deixar aqui, com os dados dos torturadores, eu peguei o depoimento de Loreta no livro e introduzi aqui, porque é mais como sentir-se assim, e quantas mães tiveram seus filhos ameaçados. Aqui na Bahia mesmo, Jaci França, que foi professora, está aí na pós-graduação de Educação, de Psicopedagogia. Ela foi presa, ficou na Base Aérea, em Salvador, grávida, e com a filhinha pequena, sendo ameaçada de perder o filho.

Quer dizer, esse tipo de coisa assim... o que se sofre com isso, o sofrimento é muito mais que o simples ato de torturar uma pessoa. Não é só a tortura física. Muitas vezes o que pega é a ameaça de tortura e o problema do que isso provoca na pessoa. Já pensou, um filho pequeno, quantas pessoas, Gilce Avelar, que esteve presa com Loreta também, a filha dela estava com Henfil em outro lugar, e a ameaça era “vou pegar sua filha para ver se você vai falar ou não”. Esse tipo de coisa assim é para desmontar. A tortura não é só o plano da violência

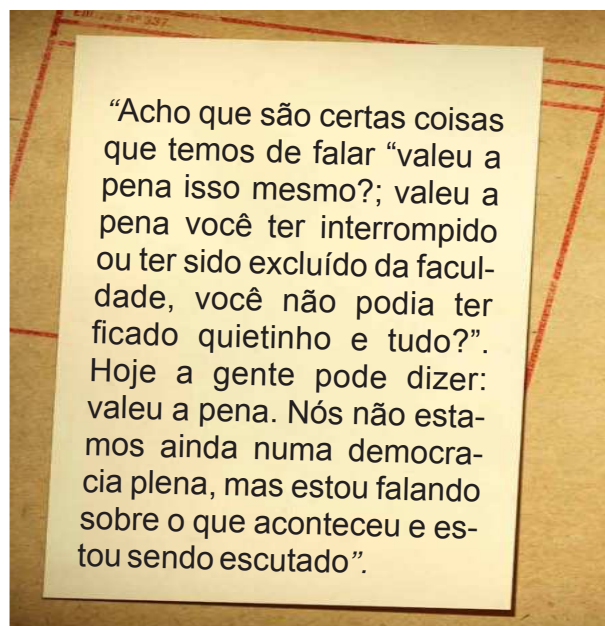
física, é a violência para destruir a identidade da pessoa. A gente não pode compactuar com situações dessas, temos de nos indignar com esse tipo de coisa. Tem esse documento, e um texto que fiz quando recebi o título de cidadão baiano, que coloquei como “Verdade, memória e justiça”, que coloca muitas coisas assim de pensamento em relação a essas questões do porquê da verdade. Eu cito inclusive Émile Zola no livro Eu Acuso, que fala assim “nada deterá a verdade”, quer dizer, não tem jeito, ela surge. Agora também surge de um processo consciente. Acho que as diversas comissões que surgiram, essa aqui, faz com que

“Então, a tortura é uma coisa assim de política de estado, e como hoje ainda continua a política das polícias. Quer dizer, já chega. Temos vários casos recentes em que a polícia já chega batendo e depois o preso desaparece. Quer dizer, quantos jovens hoje estão sendo assassinados na periferia? Existe toda uma situação que é necessário trazer à tona o que aconteceu naquele período, mas não somente dizer assim tal pessoa foi torturada, mas o significado que se tem para hoje, para a compreensão dos Direitos Humanos”.

possamos reconstruir fatos e acho importante também reconstruir essa coisa dos sentimentos. Sentimento em relação a não aceitar que isso continue, porque continua existindo a tortura.

E aí pode-se pensar, eu comecei antes de 64, já são praticamente mais de 50 anos, podem perguntar “mas você teve isso...”. Meu pai foi preso (mencionei isso), minha irmã foi presa para tentarem localizar onde eu estava. E não tinha nada de política. Esse tipo de coisa assim, o que isso gera para a família? Muitos na época falavam “não posso nem chegar perto, porque posso ser preso também”; o outro falava “eu dou o apoio”, mas o medo existe. Acho que são certas coisas que temos de falar “valeu a pena isso mesmo?; valeu a pena você ter interrompido ou ter sido excluído da faculdade, você não podia ter ficado quietinho e tudo?”. Hoje a gente pode dizer: valeu a pena. Nós não estamos ainda numa democracia plena, mas estou falando sobre o que aconteceu e estou sendo escutado. Outro dia, dei entrevista para a Rádio Sociedade sobre essas questões, agora também falei, quer dizer, vai ter divulgação. Isso é importante para formar uma consciência coletiva, não é uma consciência minha, nem de vocês aqui, porque vocês de tanto ouvir já tem um nível de consciência. O próprio fato de estar aqui já significa isso, mas temos de fazer a consciência coletiva do povo, e não de qualquer um.

Valeu a pena? Também é o entusiasmo com que fazíamos as coisas, fazíamos porque queríamos fazer! E não foi só eu, que era de AP, depois entrei no PCdoB, foram todos daquela juventude que largavam tudo para poder se dedicar ao processo de luta, com o entusiasmo que se tinha, a generosidade que se tinha, “ah mas tal pessoa errou” - todos nós erramos nesse processo de luta, muita coisa! Mas não se trata dos erros, mas do que isso representa para a sociedade, você ter a capacidade de resistir à opressão e também de considerar isso um direito! Direito de resistir a uma ile-



galidade, direito de falar e se manifestar. Então, acho que valeu a pena esse processo de luta. Poderiam perguntar “E as torturas, e você quer fazer o que com os torturadores?”. Nesse momento, quero que eles apareçam e digam o que foi feito, pois muita coisa não está esclarecida, queremos que os documentos do Exército, Marinha, Aeronáutica, DOPS, tudo, sejam colocados a público, porque pouco a pouco está surgindo a verdade. Queremos que essa verdade apareça!

A gente conhece uma parte da verdade: o que aconteceu com os guerrilheiros do Araguaia?; Vários deles tiveram a cabeça cortada, são coisas que se sabe por causa de certos depoimentos, mas precisamos saber exatamente o que aconteceu. Eram situações difíceis, período de São Paulo (estou colocando coisas mais fragmentadas)... São Paulo, por exemplo, eu e Loreta, apenas um dia, no período em que moramos lá, de quase 3 anos, saímos depois de 9h da noite. 9h da noite era dentro de casa, porque tinha batidas policiais frequentes em pontos de ônibus. Carregar e ler em ônibus “Estado de São Paulo”, “Folha de São Paulo”, “Jornal da Tarde”, na época não se fazia, comprava e levava para casa para ler, porque se você estivesse lendo esses jornais, eles eram considerados perigosos, “esse cara deve ter alguma

coisa, porque está lendo alguma coisa”. Já era considerado suspeito. É uma situação difícil. Loreta estava na Argentina quando o pai faleceu. Só ele que tinha o contato, o endereço dela. Demorou-se algum tempo, alguns meses para a família encontrar o endereço e poder mandar uma carta e comunicar que o pai tinha falecido. Ficamos nos perguntando “como é que existem certas situações?”. Acho que hoje temos de ter uma consciência grande disso e ver que precisamos ter confiança e esperança.

Eu não acredito que a luta pare, eu acho que a luta continua. Por exemplo, quando cheguei aqui, em 1980, tinha Comitê de Anistia que logo virou de Anistia e Direitos Humanos. Depois de um certo tempo, passou a ser o Grupo Tortura Nunca Mais, e que tem um papel de não só pegar os casos que estão acontecendo, mas entrar na prevenção da tortura. Temos de criar uma mentalidade de que tortura é crime inafiançável, imprescritível. O Conselho Federal de Medicina considerou que alguns médicos que participaram ativamente de tortura não podiam fazer isso, e cassaram o registro deles como médico. Quer dizer, chega a ser um absurdo o cara que tem de curar e que está escrito no Código de Ética, muito antes de qualquer coisa, não pode levar qualquer pessoa a sofrimento. São vários médicos que participaram de tortura. Então, temos de fazer com que cada vez mais vozes se levantem contra isso.

É mais para reafirmar esse processo de luta, não é, Joviniano? Estamos falando assim, mas já vejo pessoas que participaram de muitas atividades, e essenciais, quer dizer muitas vezes se diz “eu não entrei na militância política”. Mas o que é militância política? Dulce participou ativa-

mente! Estivemos aqui em 73, fomos lá para a Estrada do Côco para comer uma feijoada – estávamos para sair do Brasil. Era um risco. E ela não era uma militante que a gente possa dizer política. Joviniano foi PDT muito tempo. Não é uma coisa de militância, mas continua, porque é muito mais e não podemos discriminar pessoas, temos de fazer um processo unificado, para poder resgatar a verdade histórica e ao mesmo tempo continuar.

Joviniano não só participa ativamente disso como já me colocou no Comitê Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Tortura, porque continua existindo, [e tem de haver] prevenção. Você não pode ficar correndo atrás desses fatos, todo dia sai na televisão mostrando uma coisa. Não podemos ficar só correndo atrás disso. Temos de ver também que política de Estado vai ter de ter para prevenir a tortura.

Joviniano Neto - Na verdade, foi um pouco diferente. No Tortura

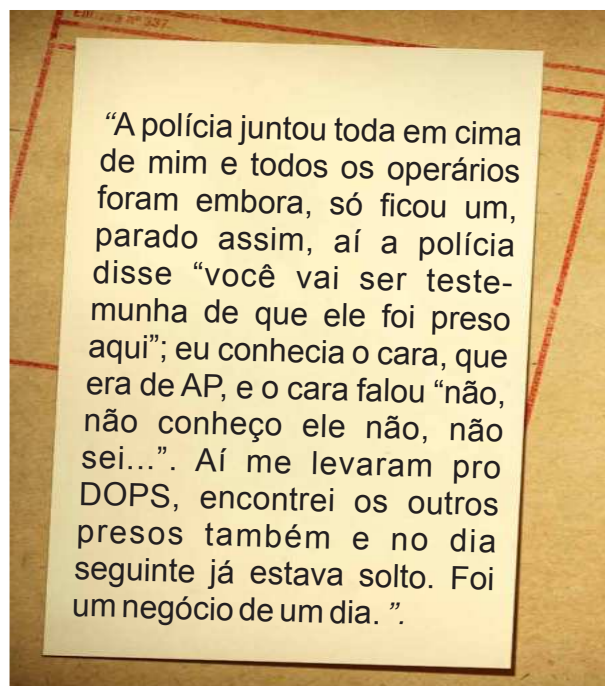
Nunca Mais, concorrendo ao cargo no Comitê Nacional de Prevenção à Tortura, tinha indicado para titular o Dr. Carlos Valadares. Ele, por uma série de motivos, só quis aceitar ser suplente, e por isso o Grupo Tortura Nunca Mais colocou ele na suplência e colocou o presidente em mais um encargo no Comitê Nacional. [risos]

Dulce Aquino - Você traz o passado com uma lição de futuro e eu tenho partilhado muito dessa atitude de a gente saber que a luta continua, que estamos avançando, e o passado para ensinar que precisamos corrigir certas coisas. Então, passo a ouvir você com ternura e agradeço muito, muito. Agora, umas coisas ficaram assim... Joviniano, você quer fazer suas perguntas

logo? Eu tinha umas coisinhas assim... Eu tenho colocado como a juventude hoje está do mesmo jeito... do mesmo jeito, é diferente, porque são 50 anos depois, mas a pulsão de transformação, a insatisfação continua a mesma, estamos vendo a juventude aí nas ruas etc. Você colocou que entrou em 63 com 17 anos e em 69, quando Loreta é presa e você está em São Paulo, já estava no movimento, na JUC... você disse que foi preso antes, mas você foi preso pelo movimento, alguma coisa específica?

Carlos Valadares - Eu fui preso durante a greve de metalúrgicos, porque eles tinham prendido algumas lideranças operárias e aí perguntaram quem poderia ir lá para reaglutinar o pessoal. Aí eu fui. Fui eu, Loreta e uma outra pessoa das chamadas Moças de Minas. Loreta e Delci Gonçalves de Paula ficaram afastadas, e eu fui encontrar com o pessoal, porque eu os conhecia das fábricas. Isso foi em 69, tinha 24 anos. Fui, e o pessoal tinha acabado de realizar uma assembleia de greve no Sindicato dos Metalúrgicos. Eu tinha percebido e vim andando em direção a eles. Quando cheguei, encontrei com eles, a polícia cercou todo mundo, e que era praticamente o pessoal todo do comando de greve. Quando isso aconteceu, um cara chega para mim e me pega, eu viro e dou um murro de todo tamanho [risos]; aí na hora que dou o murro, o pessoal todo voltou para cima de mim, pularam em cima, eu lá lutando e tal... Loreta e Delci, do outro lado da rua fazem um certo escândalo. A polícia juntou toda em cima de mim e todos os operários foram embora, só ficou um, parado assim, aí a polícia disse “você vai ser testemunha de que ele foi preso aqui”; eu conhecia o cara, que era de AP, e o cara falou “não, não conheço ele não, não sei...”. Aí me levaram pro DOPS, encontrei os outros presos também e no dia seguinte já estava solto. Foi um negócio de um dia.

Dulce Aquino - Quando você foi preso em 69, tinham seus documentos, sabiam que você era você? Queriam que Loreta confirmasse que era você?



Carlos Valadares - Não, queriam que ela presenciasse minha tortura, para poder falar. Sabiam que era minha mulher, porque tinham documentos e tudo. Fui preso com meus documentos pessoais.

Dulce Aquino - Você disse que quando veio em 1980, tinha um Inquérito Policial Militar aqui?

Carlos Valadares - Já tinha um inquérito de 71. Depois fui descobrindo que tinha um inquérito no Rio, que tinham me absolvido - pelo informe da ABIN. Descobri também que tinha um inquérito em Porto Alegre, que nem sabia ainda, porque nesse trabalho de UNE andei rodando o País também.

Jackson Azevêdo - Aproveitando a pergunta de Dulce, esse primeiro momento, essa primeira tortura, que usaram martelo, lhe quebraram tornozelo, lhe sangraram todo... você disse que foi na dependência de onde?

Carlos Valadares - Isso foi numa casa, eles localizaram a casa lá no bairro do Barreiro, em Minas, na cidade industrial.

Jackson Azevêdo - Depois você sofreu torturas em instalações oficiais?

Carlos Valadares - Eu saí de lá e fui transferido para o 12º Regimento da Infantaria do Exército em Belo Horizonte e lá que aconteceu a tortura a noite toda e levaram a Loreta. Em seguida, levaram para não sei se uma cadeia ou coisa assim, na periferia – identifiquei pelo rumo que seria Pampulha ou Venda Nova, no mesmo sentido. Depois do hospital, me levaram para ser torturado no Colégio Militar de Belo Horizonte, do Exército, com o capitão Gomes Carneiro e Tenente Marcelo.

Dulce Aquino - Na Bahia, você sofreu tortura?

Carlos Valadares - Na Bahia, fui preso essa vez e respondi inquérito na PF, mas parece que fizeram um processo nacional liga-do a São Paulo. Fui preso e tive o privilégio de ser acompanhado pela Dra. Ronilda Noblat, que foi minha advogada na PF. Para conseguir qualquer documento, folha corrida, ainda tinha, além daquele de 71, esse da PF, que dificultava obter a documentação.

Jackson Azevêdo - Na Bahia, você esteve preso na PF mesmo?

Carlos Valadares - Estive preso naquele prédio antigo da Alfândega.

Jackson Azevêdo - No armazém que foi demolido. Lá você não sofreu tortura?

Carlos Valadares - Não, porque já era uma situação diferente, todo mundo foi para lá, na porta.

Jackson Azevêdo - Agora você lá, você teve conhecimento de alguém que tenha sofrido tortura ali?

Carlos Valadares - Tirando o ato da prisão em si, não.

Jackson Azevêdo - Ouviu comentários?

Carlos Valadares - Não.

Jackson Azevêdo - Já era o coronel Luiz Arthur?

Carlos Valadares - Acho que não...

Jackson Azevêdo - Você sabe nome de

torturadores na Bahia? Locais e nomes?

Carlos Valadares - Na Base Aérea. Não tenho nome de torturador, Jaci esteve presa lá. Tem o Forte do Barbalho – vários foram torturados lá e cada dia está aparecendo gente que foi torturado lá e a gente nem sabia. Tem a relação e está aparecendo cada vez mais nomes.

Jackson Azevêdo - E nomes de torturadores, da Bahia, você tem algum? Por ouvir dizer?

Carlos Valadares - Tem Luiz Arthur; esse que está processando Emiliano José, que esqueço o nome dele, que também foi torturador. Esse período não estava aqui, então...

Jackson Azevêdo - E Loreta, na Bahia?

Carlos Valadares - Loreta não foi presa na Bahia, ela foi chamada uma vez para prestar esclarecimentos, logo depois de 64, mas não teve nenhuma consequência.

Dulce Aquino - Mas sofreu muita tortura em Minas.

Carlos Valadares - Em Minas sofreu. Lá ela foi bastante torturada. Eu não mencionei aqui, mas no livro Estilhaços, aí tem.

Dulce Aquino - Loreta é baiana, foi colega...

Joviniano Neto - Loreta nasceu por acaso no Rio Grande do Sul, veio pequena para a Bahia e cresceu e passou a atuar na Bahia.

Carlos Valadares - Loreta veio para cá com seis anos, estudou nas Mercês, e depois foi para o Instituto Feminino da Bahia e depois Faculdade de Direito.

Jackson Azevêdo - Loreta foi torturada em Minas.

Carlos Valadares - Foi torturada em Minas.

Jackson Azevêdo - Nessas dependências que você colocou?

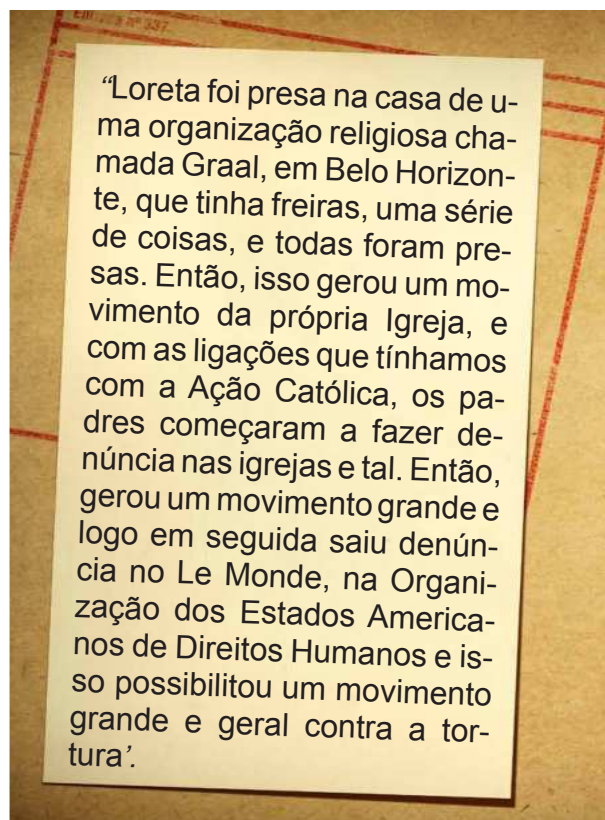
Carlos Valadares - Nessas e em outras dependências. Eu não peguei exatamente todos os locais em que foi. Fui preso em 69,

fiquei dois anos e pouco preso, saí em 71, ela saiu em 70 – ela ficou um ano e pouco presa.

Dulce Aquino - Como foi essa saída em 1973? Por um movimento internacional?

Carlos Valadares - Houve um movimento internacional contra tortura muito grande, porque Loreta foi presa na casa de uma organização religiosa chamada Graal, em Belo Horizonte, que tinha freiras, uma série de coisas, e todas foram presas. Então, isso gerou um movimento da própria Igreja, e com as ligações que tínhamos com a Ação Católica, os padres começaram a fazer denúncia nas igrejas e tal. Então, gerou um movimento grande e logo em seguida saiu denúncia no Le Monde, na Organização dos Estados Americanos de Direitos Humanos e isso possibilitou um movimento grande e geral contra a tortura. A saída foi basicamente o seguinte: ela estava há um ano presa sem nenhum tipo de denúncia – não conseguiram formular denúncias. Então, na própria legislação militar, se fica um ano sem a denúncia, pode ser relaxada a prisão. Então, ela teve a prisão preventiva relaxada porque não tinha sido apresentada denúncia. No meu caso, eu já estava ficando mais de dois anos preso e com o mesmo mecanismo. E o relator era um cara legalista e viu, por exemplo, que poderia ser condenado a três anos de prisão e já tinha cumprido dois anos. Com isso, houve relaxamento de prisão. Eu fui condenado a três anos de prisão posteriormente, e Loreta a mesma coisa, e perda de direitos políticos por cinco anos.

Vera Leonelli - Gostaria de agradecer, manifestar minha admiração e solidariedade. Eu pediria, Carlos, se você pudesse, dizer algo em relação a isso que você diagnostica como uma situação de transição, e do Estado não conseguir comandar uma política de prevenção e impedimento da tortura. A CEV não tem essa função, mas há de recomendar algumas medidas para o Estado nesse sentido da prevenção. Você teria alguma recomendação mais específica?



Carlos Valadares - Havia uma política de Estado que fazia com que na Região Militar a tortura fosse uma coisa necessária e de política de Estado. Era necessidade do Estado, daquele grupo de generais para se preservar e gerar o medo, o terror entre o povo. Esse processo de transição, por exemplo, se você analisar Portugal, Revolução dos Cravos. Primeira coisa que os militares que fizeram a Revolução dos Cravos colocaram foi criar o Tribunal Humberto Delgado para poder julgar os crimes de PID. E o Brasil anistiou os torturadores. E até hoje existe uma luta para punição daqueles que violaram os direitos fundamentais. No Chile, na Argentina, tem general, presidente da República preso, porque não houve essa impunidade. E ainda até hoje estão esclarecendo os fatos, na Argentina, no Chile, os desaparecidos, os filhos, os netos das Madres de Praça de Maio... então, isso é muito difícil de você mudar, a política. O que tem de ter, e aí eu acho que é um grande avanço, é um Ministério da Justiça e Direitos Humanos – a divulgação sobre Direitos Humanos, a difusão disso para a sociedade. O problema a-

gora da criação dessa comissão nacional: Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, com um grupo de técnicos para poder penetrar em presídios, nos presídios atuais, onde possa existir população que possa estar sofrendo tortura para eliminar aqueles casos e ao mesmo tempo ampliar isso para a sociedade. Acho que é necessário hoje a gente divulgar para sociedade brasileira os direitos humanos e a necessidade de divulgar que a tortura é um crime imprescritível, tem de ser punido. E foi assim com os nazistas, no Tribunal de Nuremberg. Então, temos de começar efetivamente a ser conscientes. Eu gostaria de agradecer, vou deixar aqui esse material, coloquei em papel, mas tem também eletrônico. Eu vou deixar também mais um livro Estilhaços e tem mais 2 livros de poesia. Eu gostaria de agradecer muito essa oportunidade de trazer à tona de forma dolorosa, mas também de forma indignada tudo que ocorreu nesse período.

Dulce Aquino - Obrigado.

Joviniano Neto - A maior parte é óbvia, eu saí para atender um rapaz... o que está escrito nos Estilhaços e do Moças de Minas, eu sei que você permite que incorpore ao seu depoimento?

Carlos Valadares - Sim, inclusive a parte de tortura de Loreta, a maior parte, tirei cópia e coloquei nesse documento que estou apresentando aqui.

Joviniano Neto - O material da ABIN que você encontrou, você tem cópia?

Carlos Valadares - Está aqui também, entregue agora.

Joviniano Neto - Agora uma pergunta a você como médico. Quando chegado ao

hospital, disseram que você tinha sido atropelado por um caminhão. A condição física e os ferimentos eram compatíveis a ser atropelado por um caminhão?

Carlos Valadares - Era difícil saber, porque eu estava praticamente todo cheio de hematomas no corpo todo, com sangue coagulado, que era difícil... podia ser compatível, mas não teve um laudo pericial. Se tivesse um laudo pericial, como é que quebrou um pouco só do tornozelo; como quebrou só algumas costelas? Um laudo pericial possibilitaria claramente ver que aquilo não era compatível com um atropelo.

Joviniano Neto - Vocês eram impossibilitados de se visitarem enquanto estavam na prisão. É uma coisa para se sublinhar e diferente de

outros casos, vocês eram formalmente casados. Como havia casamento formal e reconhecido, então, não poderia teoricamente ser proibida a visita.

Carlos Valadares - Então, isso a gente solicitou formalmente. Eu, Carlos e tal, e ela também, formalmente, casado, etc, mas mesmo assim, nem nas visitas comuns, que chegavam assim. Quando ia alguém para visitar ela, não podia ir, tinha de esperar ela sair da visita.

Joviniano Neto - Você disse que a viagem a Buenos Aires foi muito pesada. Por quê?

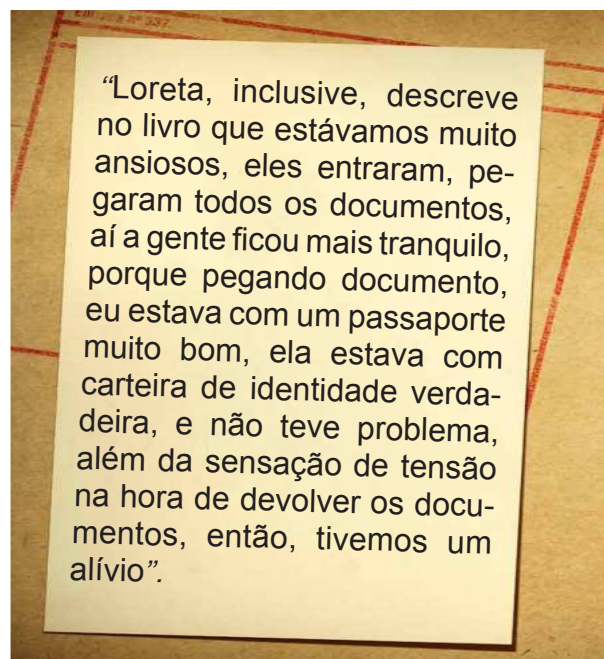
Carlos Valadares - Existia toda uma expectativa de passar pela fronteira, mas quando me referi a pesado aí, me referia às condições físicas de Loreta, porque saímos de São Paulo a Porto Alegre de ônibus, que é uma viagem extremamente extenuante para uma pessoa normal. Para uma pessoa que tem um problema cardíaco grave e está descompensada era muito grande. A via-

“Acho que é necessário hoje a gente divulgar para sociedade brasileira os direitos humanos e a necessidade de divulgar que a tortura é um crime imprescritível, tem de ser punido. E foi assim com os nazistas, no Tribunal de Nuremberg”.

gem era longa e depois ir para Buenos Aires; a gente foi praticamente no mesmo dia, chegou em Buenos Aires e à noite passamos na fronteira para ter melhores condições. É pesada do ponto de vista físico, mas a gente também estava muito preocupado. Loreta, inclusive, descreve no livro que estávamos muito ansiosos, eles entraram, pegaram todos os documentos, aí a gente ficou mais tranquilo, porque pegando documento, eu estava com um passaporte muito bom, ela estava com carteira de identidade verdadeira, e não teve problema, além da sensação de tensão na hora de devolver os documentos, então, tivemos um alívio. Sobre o problema da doença: é rara, que tanto a equipe de Zerbini, como os cardiologistas aqui da Bahia, atribuíam a condições extremamente difíceis. Era uma doença que tinha em alguns países da África em pessoas que estavam com péssima alimentação, pessoas que estavam submetidas a pressões grandes. A mesma coisa tinha ocorrido com prisioneiros japoneses na 2ª Guerra, era uma doença que aparecia em situações extremamente difíceis e tudo. Ela teve choque elétrico, uma pressão muito grande nas torturas, problema de alimentação muito precária, então, tudo isso configura um quadro que os médicos falam assim “não se pode afirmar, mas podemos dizer que a prisão e a tortura desencadearam o processo da doença”.

Ela era uma pessoa (Dulce sabe muito bem) que ganhou 1º lugar em corrida de 100m, ela jogava vôlei, participava de natação e com prêmios nas diversas áreas, fazia balé num determinado período, então, era uma pessoa extremamente ativa. Logo depois da saída da prisão, saiu bem debilitada...

Joviniano Neto - Seu pai e sua irmã, quando foram presos, sofreram alguma



violência além da prisão?

Carlos Valadares - Não, foram só presos. Meu pai ficou 14 dias preso, foi levado para a penitenciária de Neves, onde estavam os presos políticos das outras organizações. Quer dizer, tiraram os óculos dele, que era míope, eram 20 e tantos graus, tinha sido aposentado por cegueira, que é um tanto absurdo, mas...

Andrea (Equipe Técnica da CEV-Ba) - Posso fazer uma pergunta? O Senhor foi internado nesse hospital de BH. Eles fizeram algum registro de entrada dessas pessoas que chegavam torturadas, ou com graves ferimentos, que certamente teriam alguma suspeita de que não era aquilo... os hospitais tem este registro?

Carlos Valadares - Eu nunca estive internado no pronto-socorro de BH, nunca estive no hospital militar de BH, não tem nenhum registro, foi solicitado formalmente, não tem nenhum registro lá.

Jackson Azevêdo - Nós agradecemos a presença de Carlos Valadares



AUDIÊNCIA PÚBLICA
25 de agosto de 2014 - Sede da CEV, Palácio da Aclamação
Salvador - Bahia



Luiz Cayres Tunes*

É um prazer, uma honra estar aqui na CEV-BA, na realidade, esperava ser chamado. Gostaria de estar vivo ainda para divulgar. A divulgação é importante, acredito eu, de todos aqueles que foram perseguidos pela ditadura militar. Eu trouxe para esse depoimento, está aqui, tudo a meu respeito, que está consignado no Arquivo Nacional. São processos das minhas prisões, processo de Ibiúna, tem os processos de Vitória da Conquista, quando estive preso. Então, toda documentação, álbum de fotografias de todos os presos da Bahia que foram detidos no Congresso de Ibiúna e ficaram no presídio Tiradentes e vou colocar à disposição da CEV esses documentos.

Luiz Cayres Tunes é advogado. Foi militante político e respondeu processo na época da ditadura civil-militar de 64 a 85. Sua primeira prisão ocorreu em maio de 64, em Vitória da Conquista, quando tinha apenas 18 anos, por tentar resistir ao golpe militar. Entrou para a Faculdade de Direito em 1967, mesmo ano em que ingressou no PCdoB. Sua segunda prisão ocorreu durante o Congresso de Ibiúna, em São Paulo (julgado à revelia, pois estava na clandestinidade), e a terceira foi na porta da faculdade, onde foi vítima de constrangimento moral e físico. Foi cassado em 1969 e teve os direitos políticos suspensos por 10 anos. Ficou 13 anos afastado da faculdade, retornou em 1979, com a Anistia.

*Texto não revisado pelo depoente.

Realmente, a gente fica um pouco emocionado, porque não é fácil estar aqui, revendo e revisitando tudo aquilo que aconteceu de 64 para cá. São 50 anos que aconteceu o golpe em 64. Em 31 de março, eu morava em Vitória da Conquista. Para vocês terem uma ideia, Vitória da Conquista era uma cidade de 60 mil habitantes, na época, não tinha luz elétrica, a luz era gerada a motor. Meia noite encerrava a vida em Vitória da Conquista, as luzes se apagavam, todos tinham que dormir. É nesse contexto de 31 de março que eu tinha 18 anos de idade, era estudante secundarista, cursava o 2º ano científico e fazia parte da diretoria da União Conquistense de Estudantes Secundários. Não tinha vinculação a

nenhum tipo de partido político, era um jovem idealista, humanista, esportista (era diretor de esportes da União). E quando a gente ouviu pelas rádios a notícia do golpe militar de 64, o presidente da União Conquistense de Estudantes Secundários na época, era um primo meu, Paulo Demócrito de Sá Cayres. E nós tentamos fazer uma resistência ao golpe. Quando anunciado, eu e Paulo conseguimos um carro volante – não existiam movimentos estudantis organizados na época –, e de maneira voluntariosa percorremos toda a cidade com um manifesto da União Conquistense, conclamando o povo a ir às ruas, os estudantes à greve e fomos à sala de aula colocar os estudantes em greve. Isto no dia seguinte, em 1º de abril. À noite, 1º de abril já, fomos à casa das máquinas, onde tinha um grande gerador, onde gerava energia elétrica e luz para toda a cidade. Conseguimos, juntamente com outro colega, companheiro nosso, Antenor Rodrigues Lima, chamado de Badu, latas de piche, várias, e a partir daí passamos a pichar todas as ruas, muros da cidade.

No outro dia, Vitória da Conquista apareceu toda pichada, isso já 2 de abril. Nesse dia, o golpe militar já estava consolidado. Nós ainda tínhamos esperança de que houvesse manifestações populares – havia em nível nacional – que automaticamente se estendessem às cidades do interior, inclusive onde se foi tentado fazer “Grupos de Onze”, e outros movimentos desse tipo. Após o golpe consolidado, automaticamente vieram os boatos de que o Exército estava chegando à cidade. Nós nos retiramos, fugimos, passamos 15 dias escondidos. Serenou e voltamos.

Quando chega no início de maio,

dia 6, ninguém esperava mais que o Exército fosse chegar até Conquista, mas as forças reacionárias e retrógradas da cidade eram muito fortes, e eles fizeram com que o Exército chegasse até Vitória da Conquista, capitaneados pelo capitão Bendochi Alves. Chegaram no dia 6, estacionaram na Praça do Rio Branco e parecia até... eles assaltaram a cidade, essa é a verdade. Parecia o bando de Lampião assaltando a cidade. Eram mais ou menos 100 policiais militares, e automaticamente eles colocaram os ônibus de empresas

privadas (daí vemos que o empresariado já estava também comprometido com o golpe) e foram prendendo as pessoas que foram denunciadas pelas forças de direita local. Iniciaram essas prisões. A minha prisão ocorreu no dia 08/05/64, eu anotei. Numa sexta-feira, eles montaram uma operação de guerra. Eu estudava à noite, no Instituto Educacional Euclides Dantas. Eles montaram uma operação em que eles, além de cercar todo o colégio, eles desligaram as luzes do colégio, foi um blackout geral. Estava na sala de aula com mais

dois irmãos: Ermilton Cayres Tunes, que hoje é advogado em Santa Maria da Vitória, e Erivaldo Cayres Tunes, que é médico em Paramirim. Tudo escuro, estou eu vindo, não tinha acesso pelas laterais, e quando vejo uma lanterna lá no finalzinho do corredor. Quando eu vejo, é a figura do sargento Sales, que era o comandante do destacamento do Exército da cidade e o capitão Bendochi Alves, que passei a conhecer in loco, no dia, ali, pessoalmente. Sargento Sales, com a lanterninha, disse “o homem é este aqui”. Eles aí automaticamente me seguraram. Considero que eu fui sequestrado, de uma sala de aula, se caracteriza um sequestro, na medida em que ele me

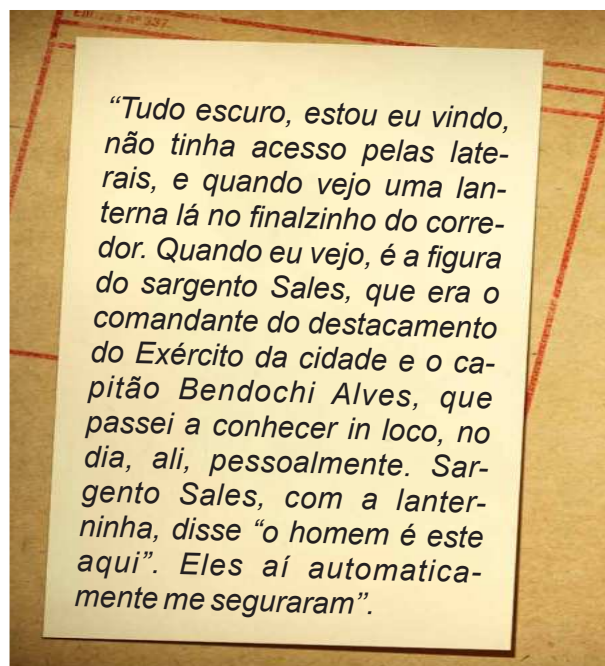
“No outro dia, Vitória da Conquista apareceu toda pichada, isso já 2 de abril. Nesse dia, o golpe militar já estava consolidado. Nós ainda tínhamos esperança de que houvesse manifestações populares – havia em nível nacional – que automaticamente se estendessem às cidades do interior, inclusive onde se foi tentado fazer ‘Grupos de Onze’, e outros movimentos desse tipo. Após o golpe consolidado, automaticamente vieram os boatos de que o Exército estava chegando à cidade. Nós nos retiramos, fugimos, passamos 15 dias escondidos”.

segura, me algema, eu tento esboçar reação, gritando “para onde estão me levando?”, e ainda no escuro os estudantes saem correndo pelas laterais. E fui para o destacamento da Polícia Militar.

Fui colocado numa cela onde já estavam mais seis presos. Era uma sala escura, eram mais ou menos 10h da noite, umas 11h da noite e eu pensando comigo, jovem, 18 anos de idade, o que vai acontecer? A gente não sabia, não existia, a ditadura passa a existir a partir daquele momento, 31 de março de 1964. Já estavam lá Vicente Quadros, que eu já conhecia, ele era um trabalhador, rádio técnico, que nós sempre ouvíamos a rádio Mayrink Veiga no estabelecimento dele; Gilson Moura, que era locutor; Jackson Fonseca; Raul Ferraz e Alcides Araújo. Esses seis já estavam nessa sala.

No outro dia que fiquei sabendo quais eram os métodos de interrogatório do Bendochi Alves – eram os métodos de interrogatório narrados por Vicente Quadros, que me deixaram mais temeroso ainda. Ele, além de fazer os interrogatórios com a arma na cabeça das pessoas; o Jackson sofreu esse tipo de constrangimento e de ameaça, o próprio Gilson Moura e o Vicente Quadros. O Vicente Quadros, quando foi interrogado, ele posteriormente, na mesma cela, ele falou “Luiz, ele está me aplicando o soro da verdade”, e mostrou, puxando a camisa, dizendo isso já pela manhã. E o braço dele estava realmente todo picado. Eu digo “como soro da verdade, Vicente?”. No segundo dia que eu fiquei sabendo que era uma injeção comum, de vitamina ou outra coisa semelhante. Foi o que informou depois o próprio cidadão que torturava ele. Para mim, isso era uma tortura. [membro confirma os nomes] Tinham outros, em outras celas, mas esses eram na cela em que eu fiquei.

Depois, fui transportado para outras celas. Aí, vem a morte, pra mim assassinato, de Péricles Gusmão, que era vereador, que estava numa cela com Paulo De-



mócrito de Sá Cayres. Os dois estavam na mesma cela. O interrogatório do Péricles foi no dia 10, salvo engano. Depois do interrogatório do Péricles Gusmão, que foi uma incógnita, porque depois que Péricles saiu do interrogatório, incontinentemente, levaram ele para uma outra cela isolada. Ele passou pela cela, cabisbaixo, onde Paulo estava (Paulo me informou isso depois) e pediu a ele uma garrafa de álcool e se dirigiu para a cela. Paulo não sabia para que. No dia 11, às 3h da tarde mais ou menos, eu ouço os gritos vindos do pátio. Era Paulo Demócrito gritando “assassinaram Péricles! Vocês mataram Péricles Gusmão”. E ele estava transtornado, já tiraram ele da cela onde ele estava vindo carregado, porque ele estava num estado emocional muito forte. Com todo esse tumulto criado, os soldados “o homem morreu, comandante!”, colocaram Paulo Demócrito veio para minha sala. O tumulto todo, ficou um clima de angústia, de desespero naqueles todos que estavam presos.

À noite, doutor Hugo de Castro Lima veio fazer o levantamento cadavérico. O doutor Hugo estava preso também conosco, era médico da cidade e estava preso. Digo isso porque me lembro muito bem quando o doutor Hugo foi chamado. Ele foi liberado da prisão e chamado depois para

fazer o levantamento cadavérico. Ele já tinha prestado a CPOR, era oficial inclusive do Exército, doutor Hugo. E fizeram o levantamento cadavérico, mas não se fez a autópsia. Até hoje, na minha memória, que Péricles foi assassinado, apesar de outros terem outras versões, de que foi suicídio, mas realmente, suicídio... um cidadão que depois de um interrogatório violentíssimo que eu soube que ele sofreu, ele não poderia se colocar numa cela isolada e tirar... numa situação, porque os interrogatórios do Bendochi Alves eram interrogatórios que desmontavam psicologicamente o cidadão, arrasava a pessoa, você saía dali rastejando. Então, após isso, vieram os interrogatórios daqueles que não tinham sido ainda interrogados.

Depois da morte de Péricles, eu fui interrogado, fui chamado. Já nesse interrogatório, acredito, por causa da grande comoção que criou a situação da morte do Péricles, ele foi mais ameno. Foi um interrogatório ameaçador, sempre dizendo que eu ia para Fernando de Noronha, ele tentava me desconstruir; ele me perguntava “você conhece faquir, você já deitou em cama de prego; o senhor já engoliu espada?”. Então, essas maneiras irônicas, maquiavélicas, de querer humilhar as pessoas. Depois desse interrogatório, foi feita uma triagem, porque em Conquista foram presos mais de, acredito eu, 60 pessoas, umas 80 pessoas, mais ou menos, detidas para averiguações – esse era o termo que eles usavam. Depois do interrogatório, eles fizeram a triagem e foram para Salvador eu e Raul Ferraz. Viajamos num jipe à noite. O cidadão quase bate o jipe no meio da estrada, porque viajar à noite num jipe... naquele tempo só tinha jipe, Vitória da Conquista não tinha estrada, era de barro. E escoltados. Inicialmente, nós ficamos no

Quartel da Mouraria, quando chegamos pela manhã, Quartel do Exército.

A triagem foi feita no Quartel do Exército. De lá eles nos enviaram para o Forte de Monte Serrat, na Ribeira. Boa Viagem? É um lugar inclusive encantador, fica no alto, entendeu? Na Ribeira. Já estavam lá no Forte Monte Serrat, tinham exatamente 101 pessoas presas num galpão, que dava no máximo 40 pessoas. Então, tinha uma grade externa, não tinha fundo. O fundo você não tinha acesso, nem

porta de fundo. No galpão, tinha uma metralhadora de pé, bem potente, ficava na frente das grades e lá dentro um vaso sanitário e um chuveiro para atender 101 pessoas. Recebemos uma manta verde oliva, um cobertor verde oliva e só. Isso aí era a cama e o lençol. As pessoas dormiam no chão. Já estavam lá, como falei, Paulo Demócrito, que estava preso; Hemetério Pereira da Silva; Camilo de Jesus Lima, poeta em Vitória da Conquista – de Vitória da Conquista, eram essas

pessoas. No 19º BC... E Saul Quadros, que nós considerávamos de Conquista, sempre ia passar as férias lá, já fazia Direito em Salvador.

Jackson Azevêdo – Desculpe, você pode repetir o nome das pessoas que disse ter identificado no Monte Serrat?

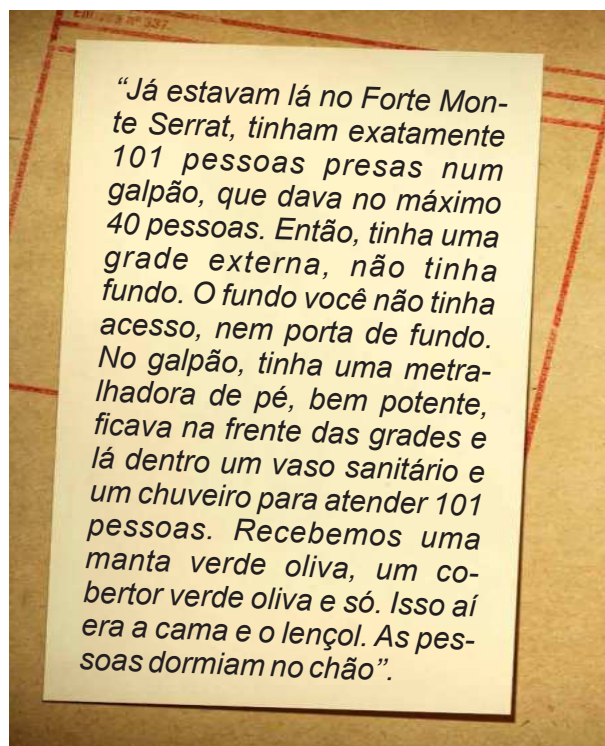
Luiz Tunes – Que já estavam lá: Paulo Demócrito de Sá Cayres, Hemetério Pereira da Silva e Camilo de Jesus Lima. E Saul Quadros, que já estava lá, que é advogado, foi presidente da OAB. No 19º BC, no quartel que fica em Pernambués, ficaram Pedral Sampaio, o prefeito; Anfilóbio Pedral; Miguel Arléu; Flávio Viana; Eve-

“No dia 11, às 3h da tarde mais ou menos, eu ouço os gritos vindos do pátio. Era Paulo Demócrito gritando “assassinaram Péricles! Vocês mataram Péricles Gusmão”. E ele estava transtornado, já tiraram ele da cela onde ele estava vindo carregado, porque ele estava num estado emocional muito forte. Com todo esse tumulto criado, os soldados “o homem morreu, comandante!”, colocaram Paulo Demócrito veio para minha sala. O tumulto todo, ficou um clima de angústia, de desespero naqueles todos que estavam presos”.

rardo Púbio de Castro, que era professor de História e o filho dele Nude Davi Castro. Essas pessoas de Conquista. Foram 11 pessoas de Conquista presas que ficaram detidas em Salvador. O Forte Monte Serrat, como já falei, era... filas para o almoço, para o banheiro... e para termos uma convivência melhor (101 pessoas, humanamente impossível, dormíamos entrelaçados uns aos outros), para divisão de tarefas, criamos comissões. Porque nós conseguimos livros, logicamente os que não eram censurados, como *E o Vento Levou* e outros romances.

Na comissão da cultura, era doutor Rui Alberto de Assis Espinheira, que é o pai do nosso jornalista, ele era de Jequié; Pedro Pondé, que era promotor de Poções. Nós fazíamos as sessões de literatura. Nos arrumávamos em volta dele e ele começava a ler aquele livro, né? Sempre as sessões, a gente procurava fazer revezamento para as sessões de leitura. Depois, também se discutia o romance, era uma maneira de se ocupar a mente. Tínhamos a comissão de comunicação, criada no sentido de termos algum tipo de relacionamento, comunicar com o mundo exterior, comunicar com os comandantes, quem levava nossas mensagens, formada por Saul Quadros, Raul Ferraz e Pedro Milton de Brito, que também era de Salvador, foi advogado, e estava lá também conosco. Limpeza e revezamento – todos. E tínhamos incluído a comissão de religião. Tinha pessoas, crentes, evangélicos, católicos... Tinha Alfredo Batista, de Jequié. O esporte: nós criamos a turma do baba, porque tirávamos todos os cobertores e final de semana a gente ia jogar uma bola de pano, que era eu e Paulo Demócrito que organizávamos.

Depois de todos os interrogatórios, depois de 44 dias, fomos liberados. Depois de 50, outros passavam 60, outros eram transferidos para outros locais, 19º BC... foi o período que... eu estou me detendo aqui às prisões, realmente, que eu passei, e como era a maneira de convivência nesses lugares. Fui para a Faculdade de Direito em



1967, fiz vestibular para a Católica, e ingressei no PCdoB, e fui fazer parte do Diretório Acadêmico, participei da chapa em 67, juntamente com Evandro Jacobina. Eu fui ser diretor de cultura, Evandro Jacobina o presidente. E nas manifestações de rua em 67 nós participamos. A Faculdade de Direito Católica logicamente passou a participar de todas essas manifestações estudantis. E a Praça da Sé era o centro, onde a Faculdade de Direito da Católica funcionava, e todas as manifestações saíam ali da Praça.

Em 68 fui presidente do CATEF, Diretório Acadêmico, criamos o DCE da Universidade Católica. E na época o PCdoB precisava de um lugar para dar aulas, orientações marxistas-leninistas para os seus militantes. Conseguimos uma sala lá mesmo na Faculdade de Direito da Católica, que funcionava à noite. Era professor Rui Hermann, Ruizinho, que é de Vitória da Conquista; Vandick também participava dessas aulas, era um dos mentores e professores; o Amálio, chamado monge, e o Dermeval de Souza, se não me engano. Mesmo antes de 68, fiz Faculdade de Jornalismo para morar na residência universitária, porque só tinha direito de morar

na residência universitária quem estudava na UFBA. Eu fiz jornalismo; criamos também uma célula lá do jornalismo do PCdoB, composta na época por Afridos Boaventura, Edivaldo Esquivel e Vera (não me lembro o sobrenome dela).

Vieram as manifestações de ruas, participamos de todas essas manifestações e em 68 vem o Congresso de Ibiúna na UNE, em São Paulo. Foram 56 congressistas da Bahia. Eu trouxe para deixar aqui na CEV o álbum com a foto e qualificação de todos os companheiros que participaram do congresso em 68. Era um congresso clandestino e fechado. Fechado porque foi a posição na época de POLOP, VAR-Palmares... os partidos que conseguiram maioria para que o congresso fosse fechado. Nós queríamos, o PCdoB, no caso, que o congresso fosse aberto, que abrangesse outros setores da sociedade, como o mosteiro, a faculdade, mas prevaleceu o congresso fechado. Muita lama, muita chuva em Ibiúna. O local era um local que parecia uma área de garimpo, terra arrasada.

Era uma lona que era o galpão onde aconteciam as plenárias e um alojamento, onde você tinha fila, um frio de 10, 12 graus em São Paulo. Eu mesmo tive de tomar soro glicosado, tinha estudantes de Medicina, então, tinha essa estrutura, porque eu fiquei muito debilitado, lá mesmo. Um alojamento que fazia revezamento: tinha fila para dormir. Uma turma começava a dormir 8h, aí 11h essa turma saía. Quer dizer tinha quase mil estudantes, 200 pessoas entravam e dormiam no chão, depois saía o pessoal, e entravam mais 200; e se fazia um revezamento até o dia clarear. Ficávamos nesse alojamento. As lideranças da UNE chegaram uma semana de-

pois. Quer dizer, depois de toda essa espera, essa ansiedade de se iniciar o congresso, a liderança da UNE chegou: Travassos, Vladimir, Dirceu, que estavam ainda em assembleia da USP em São Paulo e retardou uma semana.

Aí veio a chegada da repressão. 5h da manhã de 12/10/1968. Foram bombas por tudo quanto é lado, você só via um estouro de bombas e tiros, que eles atiravam

para cima. Eles cercaram todo o congresso e nós acordamos no meio do inferno. Aí o desespero total, porque você não tinha rota de fuga, não se pensou em fazer rota de fuga, você não tinha para onde fugir. O único caminho que existia é aquele que tínhamos de subir já presos, todos escoltados, a Polícia entrou por dentro do congresso... eu inclusive me lembro que até procurei Franco Martins para saber porque o congresso tinha caído, e ele disse "o congresso, tínhamos

feito um acordo com Abreu Sodré, governador de São Paulo, para que não houvesse repressão". Logicamente, que o governador não queria que se fizesse um congresso lá dentro da cidade dele, então, fazer o congresso recuar no meio do mato era mais fácil a repressão cercar. Quer dizer, fomos traídos, foi uma ingenuidade muito grande por parte daqueles (essa é a verdade) que organizaram um congresso fechado numa cidade como São Paulo. Todos recolhidos para o presídio de Tiradentes.

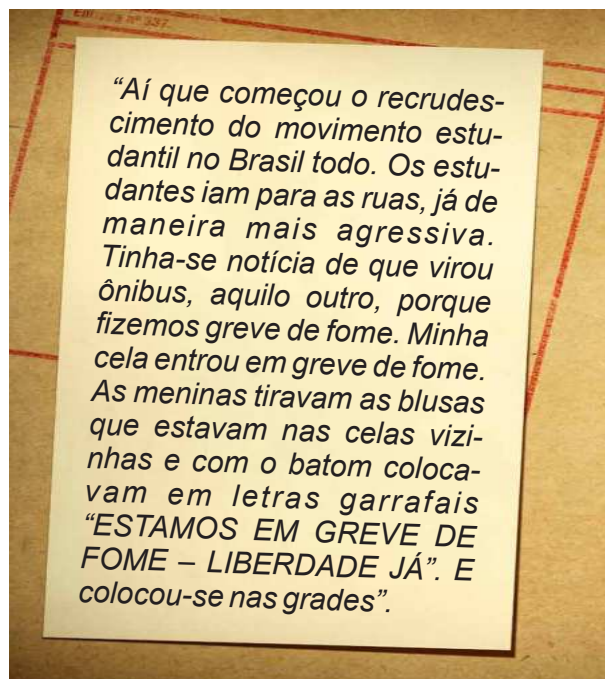
Aí que começou o recrudescimento do movimento estudantil no Brasil todo. Os estudantes iam para as ruas, já de maneira mais agressiva. Tinha-se notícia de que virou ônibus, aquilo outro, porque fizemos greve de fome. Minha cela entrou em greve

"Vieram as manifestações de ruas, participamos de todas essas manifestações e em 68 vem o Congresso de Ibiúna na UNE, em São Paulo. Foram 56 congressistas da Bahia. Eu trouxe para deixar aqui na CEV o álbum com a foto e qualificação de todos os companheiros que participaram do congresso em 68. Era um congresso clandestino e fechado. Fechado porque foi a posição na época de POLOP, VAR-Palmares... os partidos que conseguiram maioria para que o congresso fosse fechado".

de fome. As meninas tiravam as blusas que estavam nas celas vizinhas e com o batom colocavam em letras garrafais “ESTAMOS EM GREVE DE FOME – LIBERDADE JÁ”. E colocou-se nas grades. E por sinal a Veja, que não é a mesma Veja de hoje, daquela época, ela estampou a capa da revista “Greve de fome”. Não sei se vocês se lembram dessa edição da Veja, precisa até procurar. É bom para a CEV ter essa capa de Veja. Fez com que a pressão fosse tão grande que nós fomos automaticamente ouvidos, aí que eles fizeram o álbum de fotografia, qualificou todo mundo e as pessoas foram levadas para seus estados presos. Fomos cambiados presos e com escolta. Aí vem a empresa São Geraldo. Foram dois ônibus da empresa São Geraldo (estavam inaugurando a empresa) que nos transportou do presídio Tiradentes para Salvador. Aqui ficamos nos Dendzeiros, da PM, depois eles foram soltando gradualmente, faziam a checagem do seu endereço, mandavam uma pessoa na sua casa, batiam na sua porta “aqui que mora fulano de tal?”. E eles iam soltando as pessoas. Aí acaba o episódio do congresso de Ibiúna.

Em 1968, no final, quero deixar registrado que foi minha terceira prisão, quando fui preso que esperava que não ia sobreviver. Eu fui preso na porta da faculdade, com uma colega e amiga chamada Virgínia Mendonça, filha do juiz que já morreu, Adelino Mendonça. Eram umas 12:30 mais ou menos. Fui abordado por um cidadão que me convidou a ir para a PF. Eu digo “se é um convite, você me desculpe, mas eu vou amanhã, estou aqui com minha amiga...”; [ele] “você não entendeu, o senhor vai agora por bem ou por mal”. Abriu a pochete que ele trazia, uma arma, disse “o coronel Luiz Arthur quer conversar com você hoje e agora e o senhor vai agora!”. Eu, para ganhar tempo, eu disse “por favor, quero levar a colega até o ponto de ônibus”.

A faculdade era na Praça da Sé, ali tinha o ponto de ônibus Matatu, que ficava na Ladeira da Praça. Ele “eu vou ao seu



lado, se você tentar correr, eu atiro”. E eu fui calmamente ao lado dele e já preparando ela, disse “você fique tranquila, porque quando chegar naquela ladeira, eu vou correr em disparada, ele não vai ter condições de me acompanhar”. Na época eu magrinho, ele muito gordinho. Não é depreciando, mas... e baixinho, não tinha condições de me acompanhar. Ela ficou apreensiva. Quando chegou no semáforo que tem na Ladeira da Praça, e abriu o semáforo, aí ela me falou “Luiz, olhe o Clóvis Veiga, irmão do reitor, passando com Dirce, secretária da faculdade”. Eu aí corri por cima do carro, pedi “me dê carona aí que eu estou sendo preso, não sei para onde vão me levar”. Mas aí já vinham mais duas pessoas, tinha mais dois policiais. Ele não estava sozinho, estava com mais dois outros policiais. Um deu um tiro para cima, então ficou uma confusão toda no ponto de ônibus (em 68 tinha o ponto do Matatu, Brotas) – Viaduto da Sé. Aí foi uma polvorosa, todo mundo saiu correndo para um lado e para o outro, a Dirce saiu gritando “meu Deus do céu, em que mundo nós estamos? Socorro!”.

Levou todo mundo preso, liberou o Clóvis Veiga, inclusive eu falei que eles apenas estavam me dando carona. E me deixaram sentado em uma cadeira (isso

numa sexta-feira) algemado para aguardar o coronel Luiz Arthur para conversar comigo. Então, passou sexta-feira, chegou o major Teógenes Bulcão, isso na Polícia Federal, ele é ajudante de ordens do coronel Luiz Arthur. A PF funcionava em 1968 ali atrás da Praça da Sé, onde tinha o Cine Liceu, Cine Popular. Depois é que se modernizou e foi lá para a Cidade Baixa, mas funcionava ali precariamente. Chegando lá, fiquei algemado numa cadeira, Teógenes Bulcão apareceu quando me viu algemado e “ah, esse é o artista, esse aqui, eu formei pela Católica, criou caos na faculdade...”. O Teógenes Bulcão tinha formado pela Faculdade de Direito da Católica. Ele disse que eu tinha criado um caos, que a faculdade só andava em greve, só andava em manifestações, e “o senhor é um dos culpados. Deixa eu ver sua algema, deixa eu apertar mais aí por favor?”. E ele apertava mais a minha algema. Isso na sexta-feira. Fiquei sexta, sábado, domingo numa cadeira algemado. Eles tinham uma cama de campana que à noite eles me transportavam para a cama de campana, também algemado na cama, dormia algemado e durante o dia ficava na sala, as pessoas passavam, os policiais, agentes... até me lembro que o João Bafo de Onça me viu algemado, sentado, na hora que ele também tinha sido detido para fazer algum tipo de acareação.

Eu fiquei sexta, sábado, domingo, Segunda... cinco dias algemado numa cadeira. Meu braço ficou ferido. E o Teógenes Bulcão chegava na segunda e dizia “vamos apertar mais a algema do artista” - isso ele fazia segunda, terça, até quando eu fui ser ouvido pelo coronel Luiz Arthur, pois ele tinha me prendido para fazer uma acareação com o pessoal da POLOP, é um

“Eu fiquei sexta, sábado, domingo, segunda... cinco dias algemado numa cadeira. Meu braço ficou ferido. E o Teógenes Bulcão chegava na segunda e dizia “vamos apertar mais a algema do artista” - isso ele fazia segunda, terça, até quando eu fui ser ouvido pelo coronel Luiz Arthur, pois ele tinha me prendido para fazer uma acareação com o pessoal da POLOP, é um sapateiro, uns dois operários, para saber se era eu que dava aula de marxismo-leninismo, se estava dentro do movimento da política operária”.

sapateiro, uns dois operários, para saber se era eu que dava aula de marxismo-leninismo, se estava dentro do movimento da política operária. Após essa acareação, me fez interrogações sobre romaria das professoras, fotos mostravam a minha participação, outras, MEC-USAID, uma manifestação que houve de quase de 10 mil pessoas em 68, que culminou com a destruição da sede da MEC-USAID, que era o símbolo do imperialismo americano e símbolo da ditadura. No final, o movimento estudantil

todo, parte do movimento estudantil, porque o Partido recuou e nós recuamos até a sede da MEC-USAID para destruir a sede. A partir disso aí, dessas perguntas todas, ele me fez uma ameaça final: de que essa seria a última vez que ele queria me ver lá. Disse: “a próxima não tem volta”. Depois, fiquei visado, as prisões que tinham...

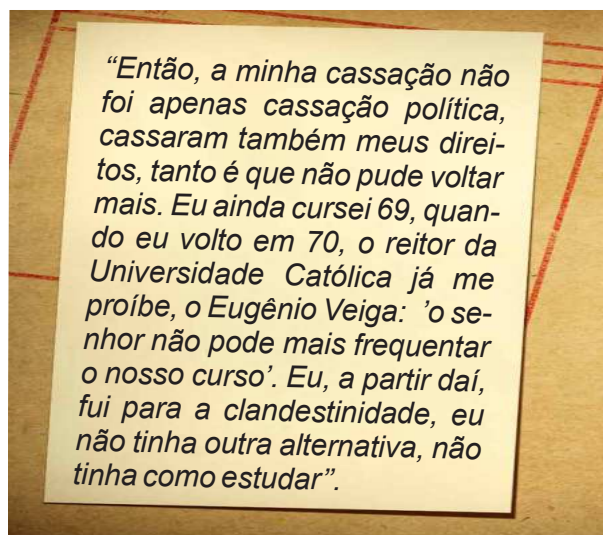
Em 1968, vem o AI-5, mas o meu enquadramento no AI-5 já começa a formar um processo em 1969, quando fui casado. Vou pedir licença a

vocês para ler o ato – não as alegações, mas só a conclusão, por causa da hora: “Despacho, depois de todo libelo-acusatório, depois da autuação: vistos e bem examinados esses autos de investigação, verifique-se a procedência das acusações constantes do libelo fl. 7, contra o Sr. Luiz Cayres Tunes, estudante de 23 anos (prontuário fls. 4/6), que melhor permite, entretanto qualificá-lo como agitador. Face a gravidade das acusações, essa comissão de parecer faz concordância com a parte conclusiva de fl. 8 para que o indiciado deva ter seus direitos políticos suspensos pelo prazo de 10 anos, art. 4º do AI-5, tendo em vista também a grande atividade subversiva e periculosidade contagiante (esse é o termo usado) do indiciado às fls. 4/5,

essa comissão sugere seja aplicado ao mesmo a medida de segurança, prevista na letra b do inciso IV, V do AI-5 no que diz respeito aos educandários de qualquer níveis, federais, estaduais ou municipais, também pelo prazo de 10 anos - Comissão de Investigação Sumária da Marinha.”

Então, a minha cassação não foi apenas cassação política, cassaram também meus direitos, tanto é que não pude voltar mais. Eu ainda cursei 69, quando eu volto em 70, o reitor da Universidade Católica já me proíbe, o Eugênio Veiga: “o senhor não pode mais frequentar o nosso curso”. Eu, a partir daí, fui para a clandestinidade, eu não tinha outra alternativa, não tinha como estudar. Eu já tinha um filho em 1970 de um ano. Em 71 já tinha outro filho e praticamente eu vivia como, para me manter? Eu tinha um irmão que vendia livros para a Editora Alelo Brasileiro e para a José Olímpio. Meu irmão era funcionário, vendedor de livros. E eu pegava esse prospecto e o talão de pedido e saía vendendo livros, por tudo quanto era lugar, pelos bairros, Pau Miúdo, São Caetano, fazia viagens pequenas, porque eu não podia aparecer no trabalho. Os pedidos, as vendas, eram todas colocadas em nome dele. Isso (vivi na clandestinidade) até 1974/75, quando começou a serenar, eu fui já trabalhar na Superzon, vender aparelhos despoluidores de água e alimentos. Foi inclusive quando conheci Vera Leonelli, que foi colega da minha filha, ali na Boca do Rio, onde eu estava morando. Já conhecia a Vera, mas ela não sabia da minha história.

Em 1979, quando veio a Anistia, eu consegui, com o professor Manoel Ribeiro, uma matrícula especial para voltar à faculdade. Eu fiquei 13 anos afastado da faculdade, cassado, sem condições de estudar. E Manoel Ribeiro foi uma figura, apesar de todos acharem, era um professor muito bom, que não era muito querido pelos alunos, mas era de uma generosidade muito grande, e de uma tolerância muito grande. Eu me lembro, vou contar esse episódio que quando a Faculdade de Direito Católica



foi invadida (e era invadida constantemente – os movimentos saíam da Praça da Sé), teve um episódio desse em que Manoel Ribeiro desceu, estava dando aula e foi lá para a porta da faculdade. O pessoal querendo invadir e o Exército querendo invadir e ele abriu os braços e ele falou “só entram aqui se passarem por cima do meu cadáver!”. Isso é um fato consumado, que muitos colegas da época... mas logicamente a repressão entrou de qualquer maneira, empurrou ele e entrou.

Tem alguns outros episódios, que eu espero que como o companheiro do interior falou que o crime de tortura é inafiançável e imprescritível. Eu espero que todos esses depoimentos prestados no Brasil todo sobre violação dos direitos humanos nas CEVs sirvam de instrumento para rever a Lei de Anistia e colocar os torturadores na cadeia. Esse tem que ser uma luta constante que a Diva iniciou. Me lembro quando a Diva esteve me procurando, mesmo lá na Superzon para saber notícia de Dinaelza, que foi minha companheira, amiga da Faculdade Católica (ela fazia Geografia), uma ativista, nos ajudou muito a organizar o movimento estudantil na época. O Dermalval Pereira, que foi morto no Araguaia, queria falar sobre ele, que nos víamos sempre, éramos do PCdoB, éramos uma família. Íamos sempre para a Fonte Nova, ele era Bahia doente, vestia a camisa do tricolor e eu vestia a camisa do Ipiranga, porque era ipiranguense. O Rosalindo Souza, que nós

fazíamos parceria sempre – ele era presidente do diretório da Federal, e eu da Católica; o Vandick Coqueiro que dava aulas lá na Faculdade de Direito Católica e Nôélia e Luzia Reis que é minha companheira de muita luta e Uiraçu Batista, que a mãe dele era minha comadre, dona Nalvinha (frequentei muito a casa dela). Era o que eu tinha para colocar, é o meu depoimento e me coloco à disposição da Comissão. Os documentos, tudo que falei estão aqui. Tudo que falei em termos institucionais, processo, está aqui, que encaminho à CEV; a lista de presos que ficaram em Monte Serrat; o Congresso de Ibiúna aqui também, a fotografia de todos, até nomeiei cada um do congresso; e aqui o processo do congresso de Ibiúna, em que eles fundamentam tudo, para identificar as prisões arbitrárias que eles fizeram.

Jackson Azevêdo – No período em que você esteve nas dependências oficiais, por exemplo, no Forte do Monte Serrat, você tem notícia se lá se praticou algum tipo de tortura?

Luiz Tunes – Não. Eu diria que o Forte de Monte Serrat, o que não existia eram acomodações, e um tratamento que todo mundo dormia no chão, um banheiro para 101 pessoas, mas torturas dentro desse Forte, não.

Jackson Azevêdo – E o 19º BC?

Luiz Tunes – De lá tive notícia de Miguel Arléu, que ele chegou a ficar em cadeira de rodas.

Membro da CEV – Você lembra a época?

Luiz Tunes – Mesma época, nesse mesmo período, 64.

Jackson Azevêdo – Você teve notícia

desse caso, no 19º BC?

Luiz Tunes – É.

Jackson Azevêdo – Na PM dos Dendzeiros, teve alguma notícia?

Luiz Tunes – A prisão nos Dendzeiros foi muito rápida. O que eles queriam saber, já sabiam. Nos Dendzeiros só fizeram a triagem e as pessoas...

Jackson Azevedo – Você, em algum momento, do ponto de vista do constrangimento moral e físico mais violento foi diante do capitão Bendochi, não é?

Luiz Tunes – E também o momento da prisão na porta da faculdade, quando escapei de morrer.

Jackson Azevêdo – O Bendochi, que pode ser até um dos responsáveis pela morte do Péricles, ele está vivo, sabe dizer?

Luiz Tunes – Eu não sei dizer, eu gostaria que estivesse vivo, ele vir aqui e respondesse à CEV.

Jackson Azevêdo – E com ele você sofreu algum tipo de constrangimento físico?

Luiz Tunes – Físico não, só verbal, de ameaças, só moral.

Jackson Azevêdo – No episódio de Ibiúna, você tem informação do cerco das forças repressivas de algum tratamento físico degradante com algum membro lá?

Luiz Tunes – Não, no congresso de Ibiúna não.

Vera Leonelli – Qual foi o local da primeira prisão que o senhor sofreu, em Conquista,

“Manoel Ribeiro ... não era muito querido pelos alunos, mas era de uma generosidade muito grande, e de uma tolerância muito grande. Eu me lembro, vou contar esse episódio que quando a Faculdade de Direito Católica foi invadida (e era invadida constantemente – os movimentos saíam da Praça da Sé), teve um episódio desse em que Manoel Ribeiro desceu, estava dando aula e foi lá para a porta da faculdade. O pessoal querendo invadir e o Exército querendo invadir e ele abriu os braços e ele falou ‘só entrem aqui se passarem por cima do meu cadáver!’”.

qual localidade específica?

Luiz Tunes – Foi no Batalhão da PM. Era o único que tinha lá. O Bendochi veio de Salvador designado em missão sigilosa, segundo outras notícias, só para fazer o abafa em Vitória da Conquista: prender os “subversivos”, porque quando eles chegam em Conquista é como se fossem um bando, porque do outro dia ele vai na Câmara de Vereadores, obriga-os a depor Pedral Sampaio, sob ordens do Capitão Bendochi Alves. Ele, além de prender alguns vereadores, obrigou a cassação do prefeito, foi um ato feito pela Câmara sob as ordens de Bendochi Alves. Tanto é que o Pedral foi preso e colocaram o Orlando Leite como prefeito, que era um grande reacionário de direita e foi um dos que me denunciou, o que caracteriza muito bem a figura do Bendochi Alves. Ele foi para assaltar a cidade de Vitória da Conquista, como foi realmente.

Vera Leonelli – Com o apoio do Exército?

Luiz Tunes – Sim, porque na época o Exército e todas as forças de segurança ficaram a serviço do golpe militar. Então, realmente, quem controlava tudo era o Exército.

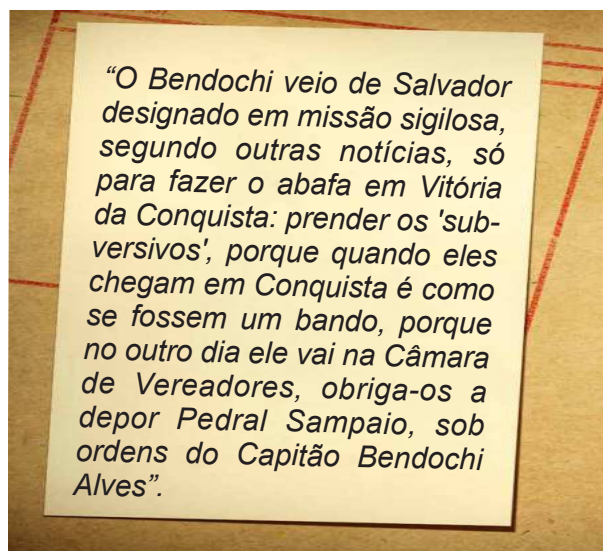
Dulce Aquino – Essas 101 pessoas de que fala, vieram aos poucos, tinham inquéritos sobre elas?

Luiz Tunes – Paulatinamente. Fui para São Paulo, no congresso de Ibiúna, indiciado em 64, tanto é que serviu de instrumento para eles depois do AI-5 para fazer minha cassação, dos meus direitos, não só políticos, como estudantis, fundamentado exatamente no inquérito policial de 64 e no inquérito policial de 68 de Ibiúna, em processo. Em São Paulo fui julgado à revelia, pois já estava na clandestinidade.

Jackson Azevêdo – Processo diante da Auditoria Militar teve, quem foi seu advogado?

Luiz Tunes – Não, não tive não.

Jackson Azevêdo – Defensor dativo?



Luiz Tunes – Em 64?

Jackson Azevêdo – Quem lhe defendeu nesses processos?

Luiz Tunes – Não houve defensor dativo, porque eu... não houve também Tribunal. Eu entrei para a clandestinidade logo depois.

Jackson Azevêdo – Então, você não respondeu...

Luiz Tunes – O processo foi à revelia, sumário. Foi todo sigiloso esse processo.

Jackson Azevêdo – Como à gente interessa a identificação física dos locais, além de onde você esteve, no Forte do Monte Serrat... estou tentando configurar mais ou menos (mostra mapa). Suponha que aqui seja a praia da Boa Viagem, aqui está o Forte do Monte Serrat, no alto, voltado para o mar, mas descendo para a Ponta de Humaitá, onde tem a igreja de Nossa Senhora do Humaitá, aqui tem a casa dos romeiros, aqui também tem um quartel, aqui também é uma instalação militar. A minha pergunta é: esses 101 presos ficaram presos no Forte do Monte Serrat, no alto, ou ficaram nesse Quartel do Exército, aqui embaixo?

Luiz Tunes – Ficamos no alto, pois inclusive quando você saía você vê todo o mar.

Jackson Azevêdo – Então, na praia de Boa Viagem.

Vera Leonelli – Eu queria saber o seguinte: quanto ao caso do sargento Sales, ele te prendeu em Vitória da Conquista, ele é vivo?

Luiz Tunes – Não sei se ele é vivo... ele era bem mais jovem que o Bendochi Alves. Eu não sei precisar realmente.

Vera Leonelli – E na sua prisão aqui, para responder [...] algum outro torturador?

Luiz Tunes – Na PF? Teve os agentes, mas eles não tiveram participação. O agente apenas lhe conduzia. Quem realmente... o ajudante de ordem do coronel Luiz Arthur era o Teógenes Bulcão e também o capitão Valdomiro. Não sei o sobrenome dele, que também participava dos interrogatórios. Mas fui interrogado por Luiz Arthur.

Jackson Azevêdo – O senhor ouviu comentários sobre se Luiz Arthur, ele mesmo praticou alguma tortura, ele diretamente?

Luiz Tunes – Não, no meu caso foi indireta, porque quem autorizou ficar algemado, ficar na cadeira o tempo todo e não apareceu foi ele. É uma tortura para mim... mas outros tipos de tortura, na realidade eu não me lembro.

Jackson Azevêdo – Mas no caso da sua

algema, preso na cadeira, na cama de campanha, durante 5 dias, foi ele que mandou?
Luiz Tunes – Foi ele que manteve.

Jackson Azevêdo – E Bulcão mandava apertar.

Luiz Tunes – Não, ele pessoalmente, dava risada, era sádico, foi diretor, me parece, da Penitenciária Lemos Brito, na época de Vera, Teógenes Bulcão.

Jackson Azevêdo – Então, agradecemos muito pela sua presença.

Luiz Tunes – Eu que agradeço, fiquei livre de um peso muito grande, porque realmente está na minha memória há tanto tempo... queria compartilhar com todos vocês, com o Brasil todo. Para mim, é um motivo de muito orgulho.

Jackson Azevêdo – Você bateu às portas da Comissão da Anistia?

Luiz Tunes – Ah, sim, bati.

Jackson Azevêdo – Foi tudo...

Luiz Tunes – Entrei, e fui logicamente, eu sou anistiado político. Comprovei, logicamente... a perseguição foi muito grande. Isso aqui (documentos)...



AUDIÊNCIA PÚBLICA
25 de agosto de 2014 - Sede da CEV, Palácio da Aclamação
Salvador - Bahia



DEPOENTE: LUZIA REIS RIBEIRO

***Luzia Reis Ribeiro**

Antes de mais nada, bom dia para vocês todos e gostaria de agradecer a oportunidade histórica de, junto a esta CEV, prestar o meu testemunho e para que de todo esse imenso esforço que essas comissões, tanto a estadual como a nacional têm feito, para lançar luzes no tenebroso período que existiu no Brasil, na nossa história. Eu quero colaborar, mas vocês me desculpem, eu sou muito emotiva.

Bom, antes de mais nada, quero começar, porque eu não posso falar do período mais forte sem falar de toda minha trajetória que fez com que eu chegasse até lá. Muitas vezes, o público não entende, às vezes nem eles os militares ou filhos de militares. Os pesquisadores chegam à minha casa: “Por quê? Por quê?”. Vai ver a história da pessoa e vê como tudo começou.

Em Jequié, minha família era de classe média, nada faltava-nos. E lá, depois de 64, a classe média foi muito atingida com prisões, inclusive, cito o professor Rui Espinheira, o velho. Ele até já morreu, foi um dos presos políticos. Lá em Jequié, por ser uma sociedade conservadora, também tinha um trabalho de conscientização, estudos, e eu era uma das quase 30, 40 jovens que participavam de grupos de estudos. Jequié deu até artistas, poetas, como Wally Salomão, que já morreu também... fazíamos peças teatrais, nós estudávamos a realidade brasileira, íamos Os Sertões, Cavaleiro da Esperança, que muito me entusiasmava, A Mãe, de Gorki e outros.

Desde os 17 anos, 65-66, Luzia Ribeiro participava, em sua cidade, Jequié, de grupos de estudo sobre política e economia, sob a influência do PCB. Militante do movimento estudantil, em Salvador, cursou Ciências Sociais na UFBA e era professora do Estado. Filiou-se ao PCdoB e foi enviada para São Paulo e Rio de Janeiro. Optou por participar da luta armada e em 1972 foi para o Araguaia, onde foi presa numa emboscada e torturada.

Quando foi libertada estudou Ciências Econômicas na UFBA. Fez concurso para Premen, foi aprovada e não deixaram tomar posse. Aprovada em concurso para o Baneb, trabalhou enfrentando perseguições. Anistiada, está aposentada como professora.

**Texto revisado pela depoente.*

Estudávamos as causas do golpe e estruturamos o grêmio estudantil do colégio, e todos nós participávamos. Desenvolvíamos aquele trabalho de formiguinha e de certa forma o estudo da filosofia marxista, o famoso Politzer, que era bem didático... então, essa quantidade de jovens que participavam desses grupos, tanto Dinaelza Santana, como Vandick Coqueiro, (morreram na resistência do Araguaia) além de serem colegas do colégio, eram também desse grupo – quase 40 jovens.

“.. não foi uma atitude impensada, foi devido à conjuntura política da época. Foi toda uma formação política - ideológica, uma escolha, porque é como diziam outros, podíamos nos fingir de morto por um tempo, muitos se fingiram de morto por um tempo e ficaram. Outros tantos lutaram com outras formas de luta, aqui mesmo, nas cidades, mas eu escolhi participar dessa vanguarda que foi para o campo preparar a Guerra Popular”.

Sem dúvida, a influência era do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Depois Jequié formou mais duas grandes bases: uma do PCdoB e outra do PCBR. Esses jovens se dividiram e muitos foram para Salvador, inclusive eu, em 1967. Então, minha vida praticamente desde os 17 anos, 65-66, era nesses estudos, indo para Salvador em fim de 67, já participando intensamente do movimento estudantil. Salvador foi muito atuante, não só o Rio, São Paulo, Minas e Ceará, mas aqui também já existiam muitas organizações de esquerda já em crescimento.

Em 68, tive uma imensa participação, e fiz vestibular para a faculdade de Ciências Sociais da UFBA. Houve influência daquelas dissidências, do PCB, onde companheiros como Sérgio Furtado - tive muita influência dele, inclusive ele foi assassinado no Rio – foi para o PCBR. Eu e minha irmã Noélia e outros, Dinaelza, Vandick, que vieram de Jequié, nos filiamos ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Então, a partir daí pudemos compreender que não é assim [faz sinal num estalar de dedos], é todo um processo de formação ideológica, política... nós líamos os documentos do partido, Guerra Popular; nós escolhemos a luta armada, como uma das

formas de luta.

Não quer dizer que era a única, tinham outras formas de luta, que muitos escolheram ficar, muitas vezes porque tinham filhos, como foi Cayres, outros porque eram filho único, outros tomavam conta da mãe... e o Partido não levava, faziam a triagem nesse caso, eu era solteira, só tinha namorado, tinha meus pais sim, mas era uma opção de vida que eu estava escolhendo pela forma de sacrifício que seria a luta armada, porque na verdade, tudo isso, eram os nossos sonhos de uma

sociedade mais justa democrática e socialista.

O Partido em Salvador, tinha na época quase 80 pessoas e apenas dez foram para o Araguaia, eu era estudante e professora do Estado, (Nelson Dourado empregado da Petrobras, seu irmão José Dourado - fotógrafo, Rosalindo Sousa - advogado, Dinalva Conceição e Antônio Carlos Monteiro - Geólogos, Dermerval Santos – advogado, Uirassu Assis – estudante, Dinaelza Santana e Wandick Coqueiro - estudantes.

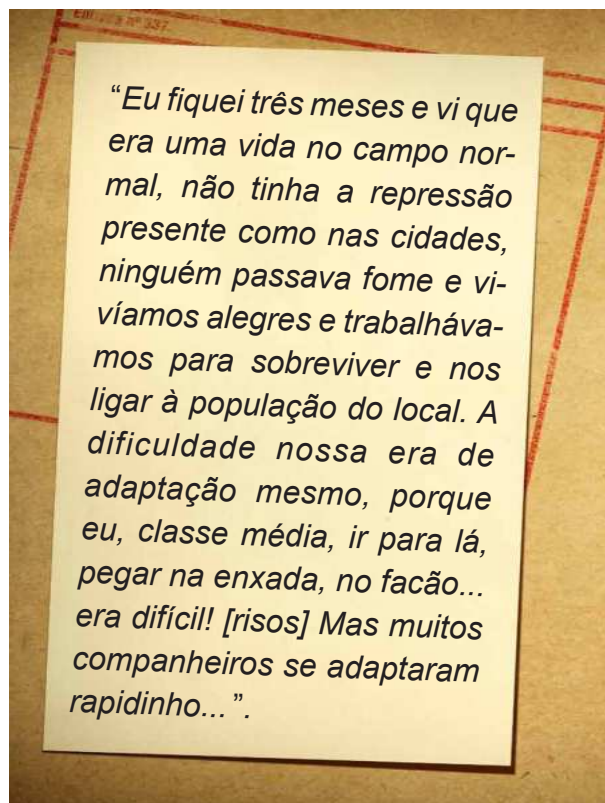
Então, não foi uma atitude impensada, foi devido à conjuntura política da época. Foi toda uma formação política - ideológica, uma escolha, porque é como diziam outros, podíamos nos fingir de morto por um tempo, muitos se fingiram de morto por um tempo e ficaram. Outros tantos lutaram com outras formas de luta, aqui mesmo, nas cidades, mas eu escolhi participar dessa vanguarda que foi para o campo preparar a Guerra Popular. Não quer dizer que eu sabia para onde iria. Não, a gente não sabia o local, mas a gente sabia que ia desenvolver um trabalho de formação militar e tudo, mesmo não sabendo o

local que poderíamos fazer isso, por questão de segurança.

Mas antes disso, em 69, era do grupo que, recém-chegada de Jequié e com pouco tempo de Partido, os antigos, como foi o pessoal de Direito, Rosalindo e outros... Eles tiveram que sair após o AI-5. Rosalindo, Antônio Carlos Monteiro, Dinalva. Dermeval e os outros saíram depois. A partir de 1969 os dez foram saindo aos poucos, à medida que a situação aqui ficava difícil.

Em 1968 o movimento estudantil era muito atuante, o Partido era forte aqui em Salvador, tinha muitas organizações de esquerda também. Eu até trouxe, para ilustrar, até para que a CEV tivesse facilidade de conhecer, peguei isso de um livro, os tipos de organizações. Dinalva (vou falar um pouco deles, porque homenageio em tudo que vou, que faço, aqueles que escolheram a forma de maior sacrifício de resistência e que morreram, deram a vida por isso, aí não posso deixar de falar, principalmente, desses nove companheiros que viveram lado a lado comigo, desde o início, era uma liderança na residência universitária. O Antônio Carlos Monteiro era presidente do diretório da escola de Geologia; Rosalindo era presidente do diretório de Direito da UFBA; Uirassu era da Diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas... eu até coloquei o nome do meu filho de Uirassu, em homenagem a ele, era o mais jovem, muito destemido, Dermeval, era do Comitê Regional, do PC do B, o grande Dedé. Vandick e Dinaelza, nem se fala, vieram de Jequié junto comigo e com minha irmã, Noélia.

Sendo objetiva. Antes de ir para a guerrilha do Araguaia, fiquei em São Paulo um tempo. A casa de meus pais em Jequié ficava sob observação – agentes federais iam lá, sempre à procura de mim e de minha irmã, e meu cunhado Carlos Augusto Diógenes, que era um clandestino político do Ceará. De qualquer forma, eu não podia



mais voltar para Jequié, eu tinha uma participação, mesmo depois de 1968, após o AI-5, muitos entraram para a clandestinidade, porque a repressão tinha se intensificado; as pessoas que estavam mais visadas, o partido tirou da cidade e colocou a gente para realizar a continuidade desse trabalho. Mas mesmo assim, ficamos “queimados”, como se dizia na época.

Eu tive de sair, também eu poderia ir para outro estado, ficar na clandestinidade, mas fiquei um tempo no Rio, sendo preparada pela direção central do PC do B, os companheiros que tiveram contatos comigo morreram depois, o Lincoln Oeste, o Carlos Danieli, foram assassinados. Fiquei algum tempo no Rio, São Paulo, depois fui encaminhada para o destacamento C da Guerrilha do Araguaia, já na preparação, quase que perto do início da luta. Cheguei fim de dezembro, início de janeiro de 1972, e passei pelo período de tranquilidade que foi janeiro, fevereiro e março.

Em abril, a repressão chega lá e descobre a região. Eu fiquei três meses e vi

que era uma vida no campo normal, não tinha a repressão presente como nas cidades, ninguém passava fome e vivíamos alegres e trabalhávamos para sobreviver e nos ligar à população do local. A dificuldade nossa era de adaptação mesmo, porque eu, classe média, ir para lá, pegar na enxada, no facão... era difícil! [risos] Mas muitos companheiros se adaptaram rapidinho e eu tinha certeza que também ia me adaptar. Só que veio a repressão em 12 abril, eles chegam na região, em 1972, e pegaram muitos de nós despreparados, ainda em formação.

O que ocorreu foi que eu e mais dois companheiros – trouxe documentos deles publicados no Jornal “O Globo” [pega papéis com fotos] – fomos pegos em uma emboscada. Primeiro foi pego o Dover, depois o Dagoberto – aqui para vocês verem. E essa sou eu presa – éramos assim no Araguaia – essa sou eu, também publicada naquele jornal. Eu, a Rosinha e o Tobias fomos juntos para o Araguaia. Nós éramos assim... A adaptação não foi fácil, mas... a classe média cheia de “mimos”, e depois a gente ter que fazer mutirões na roça.

A população, lá, percebia que a gente era diferente, sem dúvida, mas muitos ficaram junto a nós. Até quem ensinou à direção - Comissão Militar, como foi Pedro Onça, um morador de lá que ensinou muita coisa. O Pedro Onça era um dos poucos que se conversava politicamente. Continua vivo* (*morreu em 2015) está bem velhinho, mas ele sabia do trabalho político que ia se fazer na região, um companheiro até o fim da luta, também foi preso e muito torturado.

O Dover é preso, tínhamos ficado para preparar a refeição eu, Dover e Dagoberto, outros saíram para ter contato com a

população, pegar sal, fumo, arroz, já depois de uma grande caminhada chegamos nos Caianos, tínhamos saído da Esperancinha e ido para os Caianos, uma região muito bonita, chamada Água Bonita, no Cachimbeiro, quando o Exército, percebe movimentação nossa e chega no acampamento. Como não andávamos muito juntinhos, o Dover ia na frente, eu ia bem atrás, numa diferença que dentro da mata é grande. O Dover foi logo... a gente só ouviu os tiros, eu corri, para um lado, Dagoberto que tinha ficado e deve ter saído para o outro lado, sendo preso. Mas na verdade, eu fiquei na dúvida, se tinham matado Dover, ou se ele tinha

sido preso.

Como a gente já estava sabendo do “ponto de encontro”, caso ocorresse alguma intercorrência, e nós já tínhamos tido o conhecimento que o Exército encontrava-se próximo, porque veio um companheiro nos avisar que Bergson tinha sido morto, quando iam pegar alimento, que a gente não podia atirar para caçar, nem fazer fogo. Eu fiz o quê? Procurei o “ponto de encontro”, que seria na noite seguinte, fiquei uns três dias na mata, praticamente perdida, porque saí só com uma beretinha e meu facão. Minha espingarda tinha perdido na fuga.

Eu sabia ir para casa de um compadre nosso da população, que era compadre do Jorge (Bergson); eu, no 3º dia, me aproximo da casa de Raimundo, de noite, e falo com ele, que precisa chamar Pedro Onça, que o “ponto” que tinha, ninguém apareceu. O pessoal já estava sabendo das prisões, a de Dover, e que Dagoberto tinha sumido, que eu precisava me encontrar com Pedro Onça, que ia me devolver para o grupo. Era um destacamento de vinte e uma pessoas,

“Já de manhã cedo eu salto com eles em Xambioá, estava no acampamento das Forças Armadas, na beira do Rio Araguaia. Ali estavam não só o Exército, mais a Marinha e a Aeronáutica. Apesar de chamarem acampamento do Exército, estavam ali as três Forças. E nós éramos levados para ali. Eu fui a primeira mulher dentro da guerrilha a ser presa”.

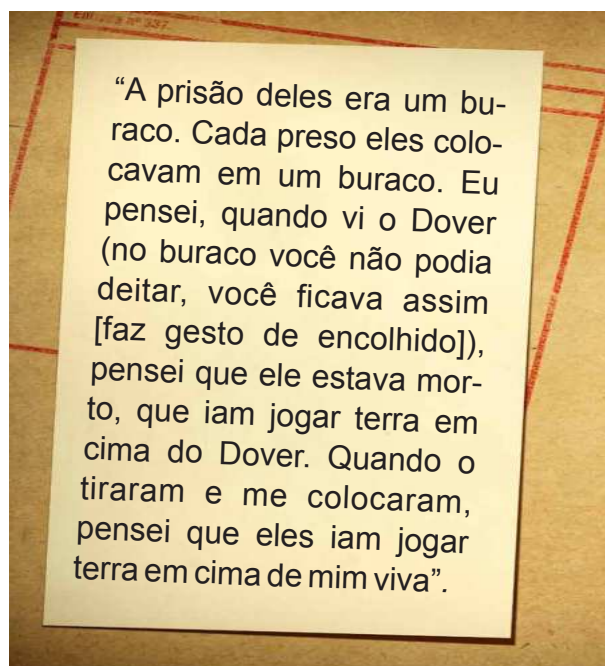
em grupos diferenciados de sete. Quando procuro Raimundo, ele prontamente me deu comida, água, e falou que eu voltasse no dia seguinte, no mesmo horário, à noite. Quando volto, pensando que ele ia chamar Pedro Onça, mas ao invés disso, ele chamou o Exército. Quando entro, sem muita preocupação, o Exército estava dentro da casa dele e fui presa. Quem me prendeu foi um grupo de oito mais ou menos, jovens que serviam ao Exército – eles não me maltrataram. Nesse momento eles não me tocaram. Eu fui amarrada e tomaram minha arma, apenas questionei Raimundo por que ele fez isso. E fomos até Xambioá. Estávamos no Cachimbeiro e fomos andando até Xambioá.

Jackson Azevêdo - O Raimundo respondeu alguma coisa?

Luzia Ribeiro - Eu não me lembro, Diva até teve contato com ele depois. Ele era muito amigo nosso, Jorge tinha batizado um filho, Dinalva, outro filho, entendem? Eu tinha total confiança nele. Eu só sei que tudo começou... quando eu salto, já no outro dia. Primeiro, eu dormi amarrada, com o Exército, em outro lugar. Já de manhã cedo eu salto com eles em Xambioá, estava no acampamento das Forças Armadas, na beira do Rio Araguaia. Ali estavam não só o Exército, mas a Marinha e a Aeronáutica. Apesar de chamarem acampamento do Exército, estavam ali as três Forças. E nós éramos levados para ali. Eu fui a primeira mulher dentro da guerrilha a ser presa. Foi logo no início: só tinha sido preso o Danilo Carneiro, o José Genoíno Neto, o Dower Cavalcanti e Dagoberto Alves. Outros dois que estavam entrando e não conseguiram entrar foram Eduardo Monteiro Teixeira, que até trouxe esses documentos [mostra papeis]. Até falei com ele se ele faria algum depoimento aqui, e se prontificou, porque ele foi barbaramente torturado, e a Rioko também.

Jackson Azevêdo - É do grupo da Bahia?

Luzia Ribeiro - Sim, da Bahia. Eduardo



Monteiro Teixeira, ele ia para a guerrilha, não conseguiu entrar, nem ele nem a outra companheira. Quando eu salto da canoa, que eles batem essa foto (mostra reportagem de jornal com foto). Já me recebem com bofetões e chutes. Essa foto foi nesse momento, porque depois eu só me vejo em um círculo de uns 40 militares. Só me lembro dos coturnos em cima de mim, eu no chão, eles rasgam toda minha roupa, eu misturada com lama, sangue, me jogavam para um lado e para o outro... eu só sei que eu perdi os sentidos ali, me chutavam, me machucaram muito. Eu só me lembro de eu dentro da água. Toda suja, eles me jogaram na água, e nua, eles tentaram me afogar. Eu nem sabia porque eles já me receberam assim, sem perguntar nada.

Depois é que eles só queriam saber onde estava a direção da Guerrilha, porque eles não sabiam muita coisa, não sabiam quem eu era, não sabiam quem era Maurício Grabois, chefe da Comissão Militar – nosso comandante.. Eles não sabiam ainda, pois tinham matado o Bergson Gurjão como falei quando iam buscar mantimentos Éramos os primeiros presos, dessa luta. Depois de muita coisa, muito maltrato, eu aparecia em cima de uma maca, eles me amarravam assim... e depois tirava, me jogava no rio, voltava,

aquele vai e vem... passei alguns dias lá, depois eles trocaram o Dover do buraco e me botaram, depois me tiraram do buraco e me botaram no caminhão.

A prisão deles era um buraco. Cada preso eles colocavam em um buraco. Eu pensei, quando vi o Dover (no buraco você não podia deitar, você ficava assim [faz gesto de encolhido]), pensei que ele estava morto, que iam jogar terra em cima do Dover. Quando o tiraram e me colocaram, pensei que eles iam jogar terra em cima de mim viva. Mas ali eram as prisões deles, tinham vários buracos. Eu acredito que Dover estava em um, Dagoberto em outro... eu fiquei um tempo no outro, e depois me tiraram dali, me botaram num caminhão. Ele muito machucado, seminu, todo rasgado, a cara dele era imensa, grande, inchada, tudo roxo. Eu achava que eu também devia estar parecida, porque a gente tomava muita pancada, eles batiam muito, davam choque elétrico em toda parte do corpo, com a gente amarrado... e tirava do rio molhado e fazia essa coisa. Tanta coisa que foi feita que eu não vou falar mais. Eu não gosto muito de falar disso.

Jackson Azevêdo - Quanto tempo você ficou no buraco?

Luzia Ribeiro - Eu não fiquei muito tempo, eu fiquei o dia inteiro. À noite me tiraram e colocaram Dover no meu lugar, no buraco que eu estava e eu fui para o caminhão, para a carroceria. Eu só sei que fiquei muito tempo assim... depois eu fui para Belém, depois de uns quatro ou cinco dias, com Dover. Dagoberto não foi, ficou lá. E num helicóptero eles tentaram jogar Dover para eu ver que ia nos jogar do avião, mas não

jogou, ameaçava, ficava fazendo... não sei, tanta coisa...

Só sei que chegando em Belém, fui para uma prisão de preso comum, não fui para prisão de preso político, apesar de ficar sozinha. Era uma cela aberta, com grade, assim, todo mundo via os outros. Eu toda rasgada, toda suja de lama e sangue. E depois fiquei ali um tempo, eles queriam que eu fosse para a televisão. Eu me neguei, eu, Dover, e Dagoberto. Eles queriam que a gente fizesse declarações, muita coisa botavam para a gente falar para a televisão, o rádio, mas não funcionou, ninguém conseguia falar. Eu mesma não falava nada, estava em estado de total...

Jackson Azevêdo - Isso já em Belém? Em Belém, você estava junto de Dover e Dagoberto. Você re-

encontra Dagoberto em Belém?

Luzia Ribeiro - Dagoberto, não. Eu encontro com Dover. Dagoberto eu encontro lá no Xambioá.

Jackson Azevêdo - Ah, tá.

Luzia Ribeiro - Em Belém, eu só encontrei com Dover, várias vezes. Eu só sei que depois eu fui para Brasília, para o Pelotão de Investigação Criminal (PIC) de Brasília, do Exército. Era lá que ficavam os presos da Guerrilha do Araguaia. Lá tinha inclusive, presos de outras Organizações, eles contaram que ficou lá o Zé Porfírio, aquele camponês de Goiás. Quando eu chego no PIC eu já estava totalmente desestruturada, eles tiram minha roupa na entrada... eu só fiquei sem saber onde eu estava, se era em Belém, se não era, se iam me colocar junto

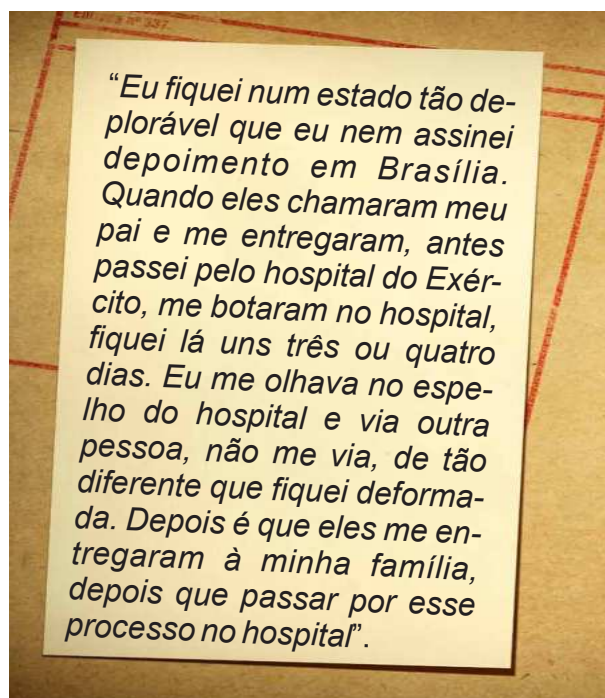
com pessoas criminosas, que falavam coisas horríveis na hora a gente entra, né? Mas não, eu recebi uma homenagem dos companheiros que estavam lá. O Paulo Fonteles e outros, Hecilda.

Aí me botaram em uma cela gelada, pequeninha, fiquei encolhida no chão, com muito frio. E fiquei lá um bom tempo. De madrugada, eles tiravam a gente para fazer tortura, dentro de Brasília, do PIC. De madrugada, eles tiravam as pessoas, botavam a gente vendo. Eles não me viam, mas eu via eles, sendo torturados, sem roupa, sentados numa cadeira elétrica...

Jackson Azevêdo - A “cadeira do dragão”?

Luzia Ribeiro - Não sei se era do dragão, o que era... era uma cadeira meio de ferro, meio de pau. E eu via fazerem isso com os companheiros. Tudo ainda sozinha. Fiquei muito tempo sozinha numa cela. Depois de algum tempo que eu fui para a cela de Hecilda, a mulher de Paulo Fonteles. Ela já tinha tido um bebê e ela trocou minha roupa, me deu pente, sabonete... eu não tomava banho há não sei quanto tempo... eu estava toda rasgada suja de sangue, de tudo – fedia, na certa. Ela pegou minha roupa, jogou no lixo, me deu outra... porque ela tinha assistência de advogados, da família. Porque é muito diferente você ser preso na cidade, com advogado e a família e você ser preso como indigente.

Eles diziam que iam matar a gente, que iam destruir o PCdoB, eles queriam saber da direção do PCdoB, onde estava o pessoal de São Paulo; diziam os nomes, o Carlos Danielli, João Amazonas queriam saber... já sabiam alguma coisa da cidade. Mas ninguém sabia, porque a gente ia todo tempo vendado, por segurança, ninguém sabia. Podiam me matar que eu não sabia. Tomei muita surra, muito choque elétrico pra dizer onde estava Carlos Augusto Diógenes e Noélia (minha irmã) e não sabia onde estavam. Eles tinham ido para o Acre! [risos] Nunca eu ia saber. Então, desestruturaram a gente totalmente. Eu fiquei em estado



de choque, porque depois... eu me lembro também... antes de falar da minha saída, eu digo que o Genoíno sempre teve um espírito de liderança. Ele levantava todos os companheiros. Eu caída, chegava de uma sessão de tortura, interrogatórios, que geralmente eram de madrugada, quando amanhecia o dia, 5 ou 6 horas, Genoíno gritava da cela dele: “Vamos levantar, vamos fazer ginástica, vamos, vamos, não podemos nos entregar ao inimigo!”. Você acredita que a gente se levantava? Eu me levantava [sorri], fazia minha ginástica que ele mandava, 1, 2, 3... foi uma experiência muito dura, de madrugada é que eles gostavam de levar a gente para os interrogatórios.

Vinha gente de fora, de São Paulo, do Rio... o PIC, quem administrava era o major Oto – e sabia das torturas. O general Bandeira, ele sabia das torturas, sabiam! Se vinha gente de São Paulo e do Rio para interrogar a gente, para saber onde estava a direção do PCdoB, se vinha gente dali mesmo para fazer acareação um com o outro; você via pelo vidro o companheiro sendo torturado, ameaçado, muitas vezes achávamos até que ia matar fulano, “ele não vai aguentar”, de tanta coisa que faziam com eles, com nós. Eu acredito que

faziam mesmo, botavam para eles verem, mostravam fotos em álbuns; mostrou a foto do Bergson Gurjão, pendurado de cabeça para baixo, todo deformado, inchado, morto numa árvore lá em Xambioá. Mostravam fotos de pessoas mortas, todas ensanguentadas, na cidade, em todo lado do Araguaia sempre tinha algo terrível, fotos de cabeça e mão cortada

Aqui na Bahia também, eles mostraram muito, mas eu não identifiquei. Diziam que eram da Bahia, mas eu não identificava ninguém. Praticamente, eu não tive nem depoimento. Eu fiquei num estado tão deplorável que eu nem assinei depoimento em Brasília. Quando eles chamaram meu pai e me entregaram, antes passei pelo hospital do Exército, me botaram no hospital, fiquei lá uns três ou quatro dias. Eu me olhava no espelho do hospital e via outra pessoa, não me via, de tão diferente que fiquei, deformada. Depois é que eles me entregaram à minha família, depois que passara por esse processo no hospital.

Quando eu vou para Jequié, volto para lá e fico quase dois anos lá, nesse período é que Luiz Arthur manda meu pai me trazer, em Salvador me chama (não sei se foi carta, como foi). Meu pai me traz aqui e ele me coage, me faz eu assinar um documento que ele diz que veio de Brasília pronto, que era minha regulamentação... eu estava sendo regularizada, porque eu não tive processo, não existe nada contra mim, eles diziam que a guerrilha não existiu. Só prenderam Dover e Genoíno por causa de coisas como o Congresso de Ibiúna. Eu não tinha ido para o Congresso de Ibiúna. O Congresso de Ibiúna era o divisor de águas. Quem foi, botavam cinco anos; quem não foi... nós todos fomos liberados depois de um tempo lá em Brasília. Pra você ver que nem meus depoimentos... os depoimentos

de lá meu, inexistiu, porque foi debaixo de tanta pancada e choque e isso e aquilo que acho, não prestou para nada. Eu fiquei sem documentação para eles.

É quando Luiz Arthur me chama. Tudo arrumadinho já, tudo prontinho de lá, na certa, coisas que eles organizaram que eu tinha que assinar aquilo porque ia regularizar. Ele falou para meu pai, regularizar minha situação. Que eu tinha pegado em armas e que tinha de assinar esse documento. É o documento que eu acho que tem de mim, mas em Brasília não tem nada! [Fala de Diva Santana intercalada, "Os presos do Araguaia Luzia, ninguém tem processo."] Nem eu nem Regilena

Carvalho. Depois chegou Regilena. Ficou eu, Regilena e Hecilda. Hecilda muito preparada e nos ajudou muito. E lá dentro do PIC tem umas testemunhas, todas essas pessoas ficaram no PIC, essas que botei no papel aí.

Aqui eu deixo para vocês (mostra papéis com fotos), aqui é um companheiro morto, Carlito, tudo saiu no Jornal O Globo. Aqui foi o companheiro na hora que foi preso, estava comigo, e esse também. E essa era eu. E aqui são os procurados. E aqui vou deixar com vocês, que eram os 10 da Bahia, porque eu acredito que eles têm de ficar nos arquivos da história do Brasil, não só da Bahia, mas de todas as organizações. Mas eu falo eles, porque foram bem ligados a mim. Mas todos de outras organizações também. Nunca me esqueço da morte de Sérgio Furtado, PCBR. Sérgio foi uma das pessoas que queriam que eu fosse para o PCBR, eu fiquei entre PCBR e PCdoB, e ele foi para o PCBR – ele foi assassinado.

E aqui é a Operação Papagaio, que

“O Dover se suicida, apesar da família ter outro motivo, ele estuda Medicina, se casa, tem três filhos, faz um livro... ele tem a formação militar, ele tem nomes (aponta para os relatórios). Dover morre, depois de anos ele mesmo se matou, era muito traumatizado foi demasiado torturado ...”.

tem meu nome, e a Operação Sucuri. Já que não tem nada a meu respeito, aqui tem os nomes da gente, é o relatório do Exército, chamado Operação Papagaio e Operação Sucuri, que são os primeiros. [...]

O Dover se suicida, apesar da família ter outro motivo, ele estuda Medicina, se casa, tem três filhos, faz um livro... ele tem a formação militar, ele tem nomes (aponta para os relatórios). Dover morre, depois de anos ele mesmo se matou, era muito traumatizado foi demasiado torturado é cearense, tinha muitos cearenses, nessa luta de resistência contra a ditadura militar.

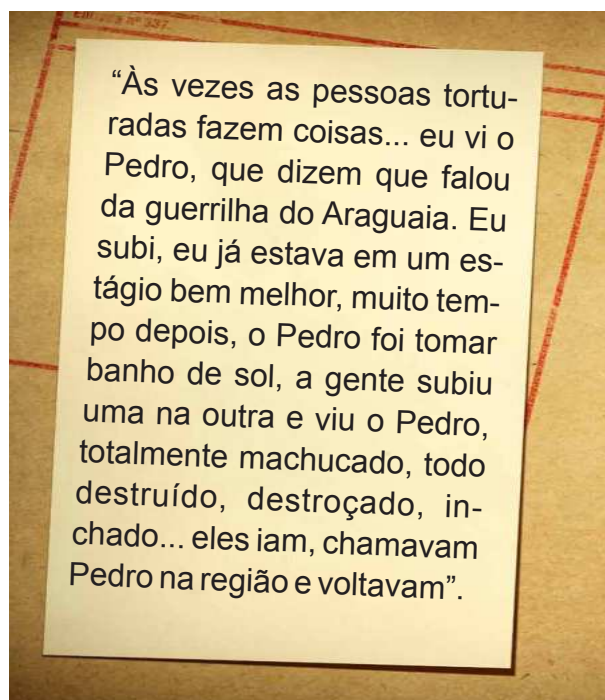
Ele era médico, estudou medicina, foi o primeiro que voltou ao Araguaia, antes mesmo de aparecer comissão para ir buscar a ossada de familiares. Ele foi sozinho, com dois colegas sanitaristas. Pediu autorização no Ministério da Saúde, em Brasília, e voltou na região como sanitarista, futucou aquele cemitério todo, ele queria achar a ossada das pessoas que primeiro... porque os primeiros eles enterravam. Como os primeiros, eles deixaram vivos, Eles não deixaram 12 vivos? Deixaram. O Dover foi lá atrás da ossada dos companheiros e ele adoeceu, ficou doente com depressão no Ceará e se mata.

Jackson Azevêdo - Dagoberto está vivo?

Luzia Ribeiro - Dagoberto está vivo, e Eduardo também, que é da Bahia. Dagoberto é de Pernambuco. Eu tenho o telefone de Eduardo, vou deixar aqui, pra vocês chamarem, vale a pena. Eduardo foi muito torturado, eu via pelo vidro Eduardo, totalmente ensanguentado...

Membro da CEV - Você lembra o nome de alguém que tenha lhe torturado?

Luzia Ribeiro - Eu lembro as pessoas que faziam interrogatório lá. Por exemplo, o major Oto Rego era o administrador do PIC e ele nos interrogava. Porque às vezes ele fica perguntando e tem mais duas pessoas, um lhe bate, outro lhe alivia, ele faz isso, faz



aquilo... lhe molha, tira sua roupa, lhe dá choque, deram choque no meu mamilo... e muitas coisas assim, dentro do PIC às vezes também estava presente uma pessoa que verificava a nossa pressão arterial.

Também tinha aqueles cabos a gente não esquece. [...] Pelotão de Investigação Criminal do Exército em Brasília. Então, dentro do organismo do Exército. Eu não lembro a cara, eu lembro que o major Oto era da administração, e lembro do cabo Vasconcelos, cabo Jamil... certo? Vou deixar aqui [relatórios]. Aqui tem muitos nomes dos militares que assinaram os documentos, por isso estou deixando para vocês. Tem muitos nomes. Eu acho que a Comissão Nacional (Diva deve saber), se tem esses documentos, eu não sei.

Membro da CEV - A sra. já terminou?

Luzia Ribeiro - Já, terminei. Aí voltei para Jequié, fiquei doente, em assistência médica, psicológica em Jequié, por mais de um ano, depois voltei para Salvador, fui estudar, fiz outro curso, Ciências Econômicas, passei no concurso... eu era professora, esqueci de dizer, do Estado, concursada. E eu abandonei por conta das perseguições

lá de Jequié e daqui, que começou a ter agente me procurando. Quando fui para São Paulo, para o Rio, eu abandonei.

Quando eu retorno, procuro resgatar a escola pra eu voltar a trabalhar e eu passo no concurso do Premen, aí o major Brito... uma vez eu passei, fui classificada e tudo. Só era chamando o pessoal depois de mim e não me chamavam. Até que um dia recebo uma carta me chamando até aqui em Salvador (morava em Jequié). Aí era o major Brito, ele simplesmente me disse que eu nunca mais fizesse nada ligado à área do magistério, que eu não iria ser chamada, e que se eu insistisse, não ia ser nada bom pra mim, que eu abandonasse o magistério. Pra dizer a verdade, eu abandonei o magistério, tanto que eu sou anistiada política no magistério, como professora.

Então, eu agradeço a oportunidade de poder colaborar para que esse período da história do Brasil seja resgatado e que se faça uma consciência nacional de que a tortura, a desintegração psicológica das pessoas, por mal que tenha feito, que eles acham que faz, mesmo os presos comuns, não é o caminho.

Às vezes as pessoas torturadas fazem coisas... eu vi o Pedro, que dizem que falou da guerrilha do Araguaia. Eu subi, eu já estava em um estágio bem melhor, muito tempo depois, o Pedro foi tomar banho de sol, a gente subiu uma na outra e viu o Pedro, totalmente machucado, todo destruído, destrozado, inchado... eles iam, chamavam Pedro na região e voltavam. Dover também foi muito na região e voltava. Eu não fui. Depois que eu saí de lá não voltei mais. Eles não me levavam mais. Eu fiquei num estado tão deplorável que eles devem ter falado “essa daí não presta mais

pra nada”. Eles me botaram foi no hospital deles.

Membro da CEV - Luzia, você aceitaria falar, ou descrever, por mais doloroso que seja... é que a descrição dos fatos ajuda também a você formar uma consciência de reprovação, mas a gente tem de respeitar o direito e o sentimento de cada um. Mas se você aceitar falar e puder falar, se você poderia descrever algumas formas de tortura as quais você mesma tenha sido submetida ou tenha visto outras pessoas. E

como temos muitos eixos temáticos aqui, em vista de dar ênfase ao tratamento da vítima mulher... você falou que foi a primeira mulher, talvez outras tenham sido também presas e tenham passado por experiências dolorosas.

Luzia Ribeiro - Falo a primeira mulher presa lá da guerrilha do Araguaia.

Membro da CEV - Eu não gosto nem de lembrar, porque Diva... estávamos

lá no Vila Velha, quando a gente ouviu o relato de mulheres que, só de lembrar já dá um nó. Mas se você puder, para efeitos de documentação e quiser aceitar descrever...

Luzia Ribeiro - Eu vou tentar, não garanto, mas vou procurar.

Membro da CEV - Mas se você quiser falar agora...

Luzia Ribeiro - Eu acho que o que tinha de falar no momento eu já dou por encerrado.

Membro da CEV - Então, Luzia, muito obrigado, nós estaremos sempre...

Luzia Ribeiro - Obrigada a vocês, espero que a CEV vá fortalecer essa consciência nacional e elucidar fatos.

“o major Brito, ele simplesmente me disse que eu nunca mais fizesse nada ligado à área do magistério, que eu não iria ser chamada, e que se eu insistisse, não ia ser nada bom pra mim, que eu abandonasse o magistério. Pra dizer a verdade, eu abandonei o magistério, tanto que eu sou anistiada política no magistério, como professora.”



AUDIÊNCIA PÚBLICA
25 de agosto de 2014 - Sede da Comissão Estadual da Verdade
Salvador - Bahia



DEPOENTE: ARAKEN PASSOS VAZ GALVÃO SAMPAIO

Araken Passos Vaz Galvão Sampaio nasceu em 1936, em um vilarejo chamado Pulga do Campo (BA). Mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, onde deu início à militância e à resistência ao golpe de 1964. Entrou para o Exército e foi servir à artilharia, sendo comandado pelo então coronel Ernesto Geisel. Entrou para a escola de sargentos, mas não se conformava com o que via. Participou da Guerrilha do Caparaó e foi preso e condenado em Minas Gerais. Transferido para o Rio de Janeiro, fugiu e foi para o Uruguai e para outros países, retornando ao Brasil apenas depois da anistia. Passou por vários estados e por fim resolveu voltar para Bahia, onde, segundo ele, é o local em que quer morrer. Mora em Valença há mais de duas décadas e é membro do Conselho Estadual de Cultura.

*** Araken Passos Vaz Galvão Sampaio**

Meu nome completo é Araken Passos Vaz Galvão Sampaio, eu tenho 78 anos e antes de continuar com a identificação, quero dizer que autorizo o uso público das minhas declarações, bem como da minha imagem, o vídeo etc., desde que naturalmente seja feito com fins à luta por se implantar e conseguir a verdade em relação ao período militar. Bom. Eu sou baiano, tenho 78 anos, nascido em 20 de maio de 1936, numa fazenda, próximo a um vilarejo chamado Pulga do Campo. A fazenda se chamava Santa Maria, pertencia ao meu avô, o coronel Antônio Augusto Vaz Sampaio, e esse vilarejo pertencia ao distrito de Aiquara (que hoje é município), do município de Jequié. Então, isso cria aquele problema, que as pessoas dizem: “então, você é de Aiquara”. Eu não posso nascer num município que não existia, embora eu ache que Aiquara é um povoado ainda muito simpático, e eu me lembro muitas coisas da infância. Mas eu me considero jequeense, devido justamente à formação da minha família.

Eu fiquei órfão de pai aos 5 anos, e fui criado na fazenda do meu avô, coronel Antônio Augusto Vaz Sampaio, que tinha nessa região três fazendas: tinha a Jacutinga, tinha a fazenda Veneza, que era a sede e tinha a Santa Maria. Eram fazendas que estavam unidas e tal. É uma região chamada Mata de Cipó, entende? Que esse termo só encontrei na Bahia. A fazenda Jacutinga, mais tarde, quando eu

*Texto não revisado pelo depoente.

fiz uma pesquisa sobre a presença do tupi no nosso falar diário, vim saber que é o nome de uma ave chamada jacu e tinga é branco. Então, seria jacu branco. Na realidade, esse jacu não é branco, ele tem uma mancha branca na asa. É uma ave grande, do tamanho quase de uma peru, é bem grande. Ainda existem alguns, inclusive esse jacu (se não estou abusando do ouvido de vocês) está relacionado (no Espírito Santo tem uma região que tem muito dele ainda), e ele engole o grão de café, como ocorre com uma espécie de sariguê que tem na Indonésia, e ao defecar esse café, esse café é caríssimo. Custa 15, 20 mil o quilo, porque é o máximo que se consegue juntar, que é um quilo ou dois.

Eu vim investigando sobre a origem do tupi... e tem um jogador de futebol que é negro e que se chama Tinga. Então, ele se chama branco [risos]. Quer dizer, a pessoa utiliza muito do tupi e não sabe bem a origem. O nome do livro, que está aí com a Secretaria, para ver se eles publicam, chama-se “O Tupi Nosso de Cada Dia”, porque nós temos uma gama de palavras tupi e nem sabemos que é tupi. Muito interessante.

E entre essas coisas, do tupi, tem a palavra samba, escrito exatamente como nós usamos, samba (digo isso por curiosidade histórica, para entrar depois no tema principal) e que era dançado por um grupo de homens que davam a mão e formavam uma grande roda. Se isso teve alguma influência no samba de roda atribuída à cultura afro-baiana... eu não estou fazendo essa afirmativa, estou dizendo que... por outro lado, a palavra samba, em línguas vindas da África, não existe. Existe zemba, samba, não. Outra palavra tupi: mingau, caruru, moqueca e as

mais curiosas, o quibebe. São palavras tupis. Eu não estou dizendo que a moqueca não tem lá a sua influência (aliás, é poqueca) afro-baiana ou afro-brasileira, mas estou falando da palavra e não da comida. Bom, esse meu contato com a língua tupi, depois, se houver interesse, eu posso falar.

Eu estou aqui para falar sobre a resistência nossa – digo nossa porque era um grupo de militares. E alguém aqui da Comissão da Verdade disse que “é a primeira vez que vamos tomar um depoimento de um militar”. Eu acho que não está aqui a pessoa...

Membro da CEV – Fui eu.

Araken Vaz – Ah, foi a senhora. Bom, resulta que a minha família era aquela que se chamava na esquerda a aristocracia agrária, que justamente quando eu fiquei adulto, ela estava em plena decadência. Basta ver o meu nome Araken Passos Vaz Galvão Sampaio [risos]. Segundo eu pude apurar, com os amigos do Gabinete Portu-

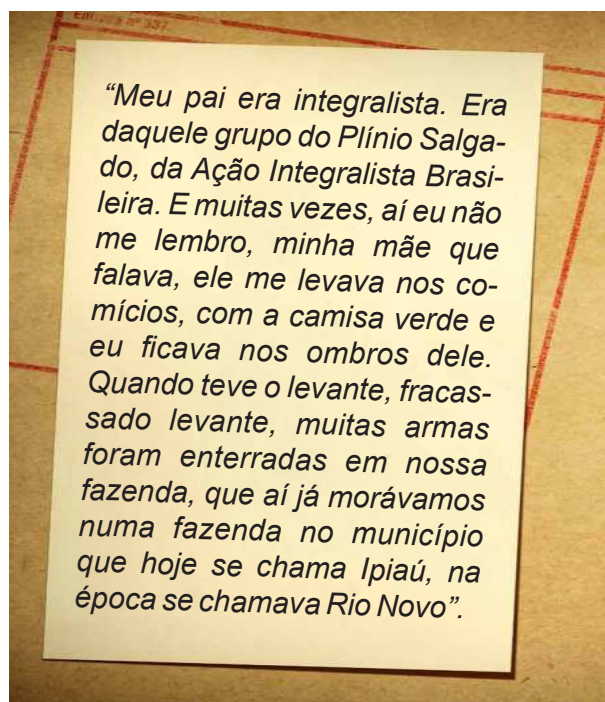
guês de Leitura, só tem nobreza lá em Portugal, todos já... inclusive, dois nomes que nos interessam muito: Pero Vaz Caminha, que é Vaz, e Luiz Vaz de Camões. Então, era uma família muito rica, que explorava agricultura e entrou em crise. Então, eu tive a má sorte de ter nascido na crise e não na opulência, que seria muito mais interessante. Então, aos 16, 17 anos, nós saímos da Bahia e fomos para o Rio de Janeiro.

Bom, a diferença do Brasil dos anos 50, da década de 40, que eu já comecei a compreender, 2ª Guerra Mundial etc., que acompanhei praticamente toda, pelo rádio, a BBC de Londres e tal... a Batalha de Stalingrado, aquilo foi uma coisa que

“Minha família era aquela que se chamava na esquerda a aristocracia agrária, que justamente quando eu fiquei adulto, ela estava em plena decadência. (...) Era uma família muito rica, que explorava agricultura e entrou em crise. Então, eu tive a má sorte de ter nascido na crise e não na opulência, que seria muito mais interessante. Então, aos 16, 17 anos, nós saímos da Bahia e fomos para o Rio de Janeiro”.

mexeu muito. O Brasil daquele tempo e o Brasil de hoje, há uma diferença abissal. Nós temos uma empregada que cuida da casa e tal, aquele nome que ninguém gosta de usar, mas é empregada doméstica. Naturalmente que nós assinamos a carteira há vinte anos. No meu tempo de criança, as filhas dela seriam empregadas domésticas, hoje as duas fazem faculdade. Então, essa transformação que o Brasil sofreu, aliás, teria de sofrer, teria que passar, foi muito importante. Só quem não enxerga esse detalhe é um grupo muito forte das chamadas redes sociais, que viu o Brasil numa situação horrível. Quando eu era criança, duas palavras, duas frases ficaram gravadas em mim. Uma era que o Brasil era um país essencialmente agrícola. E a outra ainda está em moda aí, que estamos à beira do abismo.

Anos mais tarde, vi uma entrevista de um sujeito estadunidense em que ele dizia que a grande diferença entre o Brasil e os Estados Unidos é que o estadunidense só via, ou dava preferência pra ver o lado positivo da sociedade que eles tinham criado. O brasileiro só via o negativo. Bom. Eu fui uma exceção. Eu era apaixonado pelo Brasil. E poderia dizer sou apaixonado pelo Brasil, mas como a velhice tem o poder de amortecer os ímpetos do amor, então esse amor, pelo menos, não está gritante quando foi na minha juventude. Como eu disse aos senhores, eu não peguei a opulência da família, fomos para o Rio, e era muito difícil estudar. Para os senhores e as senhoras terem uma ideia, quando eu fui registrado, eu devia ter uns 12 anos. Minha mãe pegou, botou o nome do meu pai, o nome dela e escreveu sete prenomes e mandou para o escrivão Francisco Moreira Rios de Aiquara. Ele aí escolheu um sobrenome para cada um. E, não sei por que, ele tinha preferência pelo Galvão. A maioria saiu Galvão. Eu fiquei Araken Vaz Galvão, sem o nome de minha mãe, que é Passos. Mais tarde, descobri que a pessoa pode agregar sobrenome, só não pode tirar. Então, entrei na justiça e foi colocado Passos e Sampaio para ficar com um nome



assim bem na ilusão de que ainda sou nobre [risos]. Era muito difícil estudar e tinha que trabalhar e estudar à noite.

Naquela época tinha exame de admissão, este tipo de coisa e tal. E eu, que já tinha acompanhado a 2ª Guerra Mundial. Ah – interessante – o meu pai era integralista. Era daquele grupo do Plínio Salgado, da Ação Integralista Brasileira. E muitas vezes, aí eu não me lembro, minha mãe que falava, ele me levava nos comícios, com a camisa verde e eu ficava nos ombros dele. Quando teve o levante, fracassado levante, muitas armas foram enterradas em nossa fazenda, que aí já morávamos numa fazenda no município que hoje se chama Ipiaú, na época se chamava Rio Novo. E uma característica do integralismo era o nacionalismo, o patriotismo e tal. Há uma confusão a respeito do conceito. Eu não estou aqui para dar aula pra ninguém, nem quero ser doutoral, mas há uma confusão a respeito do termo patriotismo do ponto de vista visto pelos europeus e na América Latina. Alguém disse, não me lembro, que o patriotismo era refúgio dos últimos canalhas. Eu creio que isso cabe perfeitamente à formação histórica da Europa. Mas, no caso nosso, eu não creio que tenha sido assim. E foi esse

patriotismo que me levou à esquerda. Eu, com dificuldade de estudar, falei que tinha visto – ouvido, né – a 2ª Guerra Mundial, grande parte dela e vi a ascensão e morte de Vargas. Quando Vargas se suicidou, eu era operário, trabalhava numa indústria, todo mundo foi dispensado para ir para casa. E aquela coisa me impressionou, que era a quantidade de gente na rua. Quebraram os órgãos da imprensa de direita, O Globo, a Tribuna da Imprensa, que era de Carlos Lacerda e tal... quando eu... na época que Getúlio morreu, eu deveria estar no Exército e não fui porque são convocados por ano. Então, eu nasci em 36, mas em maio, e é até, parece que, março/abril, então fiquei para o ano seguinte.

Eu entro no Exército e fui servir num subúrbio de Deodoro, que é a entrada da Vila Militar, onde estariam concentradas a maioria das tropas do Rio de Janeiro, tinha mais ou menos 35 mil homens aquartelados na vila militar. Eu fui servir na artilharia. E um dos meus comandantes era um coronel, que depois todos vocês conheceram, chamava Ernesto Geisel. E ele era um militar, como o pessoal diz, muito rígido, muito... e tinha suas veleidades nacionalistas de direita. Naquela época, dentro das Forças Armadas, você podia ser tudo, menos simpatizar com o comunismo. Muitas vezes, a pessoa simpatizava pelo comunismo por falta de opção. Um sujeito como Geisel, que tinha uma visão em defesa do petróleo etc., em função de querer combater a possível dominação do Brasil pelo comunismo, se aliava aos Estados Unidos. Ele tentou se aproximar da Alemanha, mas a Alemanha estava dominada pelos Estados Unidos. Bom, então, fui servir ao Exército e cheguei a cabo logo, no

primeiro ano. Aí ocorreram dois fatos em minha vida. Um, foi o chamado contragolpe dado para assegurar a posse de Juscelino, pelo Marechal Lott. Isso fez com que não houvesse licenciamento. Ao invés de chegar no fim do ano e todo mundo sair, ficamos mais seis meses. Como eu era o que a gente chama no Exército de enquadrado, o coronel Geisel disse um dia para mim “oh, cabo, por que você não fica no

Exército?”. Eu disse: “ah, coronel, sou pobre, tenho família, sou caçula, tenho que ajudar minha mãe, e tal.” Ele disse “Não, você é uma pessoa enquadrada, você peça para ficar que eu lhe mando para a escola de sargentos”. Ele foi indiretamente o responsável por minha opção em continuar no Exército.

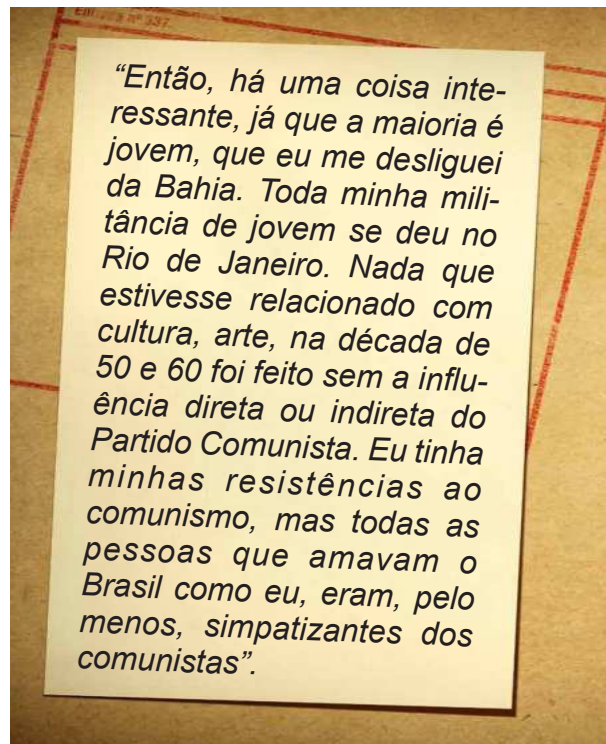
Então eu fui para a Escola de Sargentos, em 56 eu fui promovido, fiz o curso na escola... Mas tinha umas coisas que me incomodavam. A Missão Militar Brasil Estados Unidos. Um sargento do Exército dos

Estados Unidos, chamado Joy, era português. Lá eles aceitam a pessoa se naturaliza e tem que prestar serviço militar, de preferência, se tiver guerra, vai para ser bucha de canhão. E o Joy era muito brincalhão, falava um pouquinho português, com aquela forma gostosa que eles falam – o Joy fazia brincadeira com a gente, e o Joy comia com os oficiais. Os oficiais fazem suas refeições no cassino de oficiais; os sargentos no cassino de sargentos e os soldados no rancho. E o Joy comia, chamava os oficiais de você, e não de senhor e ainda dizia que nós éramos umas coisas. Por isso que eu fui para lá, porque eles mandam mesmo e quem está mandando e tal... E aquilo me doía muito. Como que falava tanto na Pátria e não tinha a menor dignidade?

“Eu entro no Exército e fui servir num subúrbio de Deodoro, que é a entrada da Vila Militar, onde estariam concentradas a maioria das tropas do Rio de Janeiro, tinha mais ou menos 35 mil homens aquartelados na Vila Militar.... Naquela época, dentro das Forças Armadas, você podia ser tudo, menos simpatizar com o comunismo. Muitas vezes, a pessoa simpatizava com o comunismo por falta de opção. Um sujeito como Geisel, que tinha uma visão em defesa do petróleo etc., em função de querer combater a possível dominação do Brasil pelo comunismo, se aliava aos Estados Unidos”.

Aliás, aquela famosa frase que o Vandré usou mais tarde “morrer pela pátria e viver sem razão”. Mas quando eu ouvi essa música, eu já estava na cadeia, preso [risos].

Então, há uma coisa interessante, já que a maioria é jovem, que eu me desliguei da Bahia. Toda minha militância de jovem se deu no Rio de Janeiro. Nada que estivesse relacionado com cultura, arte, na década de 50 e 60 foi feito sem a influência direta ou indireta do Partido Comunista. Eu tinha minhas resistências ao comunismo, mas todas as pessoas que amavam o Brasil como eu, eram, pelo menos, simpatizantes dos comunistas. Nessa época, criaram um instituto, também com influência dos comunistas, o ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Eles davam cursos, faziam seminários, sobre temas da cultura nacional e tal. E um grupo de sargentos, do qual eu fazia parte, nós íamos muito lá. Havia uma plêiade de intelectuais, Osny Duarte Pereira, que escreveu depois um livro sobre a rebelião dos marinheiros. Nelson Werneck Sodré, que era general, historiador... a gente assistia aquelas coisas. Tinha um jornal, muito interessante, um semanário, era por semana, chamava *O Semanário*, e eles falavam e tal. Por essa época também se editava a revista, chamada *Revista Brasileira*, da família Prado Júnior. Então, ouvindo as palestras, lendo o jornal, eu me fiz assinante da revista. E vários temas ligados à problemática nacional eu tomei conhecimento aí. O problema do petróleo já era muito popular. O problema do nióbio, um minério estratégico aí que até hoje há uma confusão em torno dele aí – somos praticamente o único produtor do mundo desse minério e tal, mas o preço dele é decidido em Londres; o problema da indústria farmacêutica e vários outros problemas. Teve o período de Juscelino, em que abriu o país à entrada de capital estrangeiro, de forma violenta. Não existia o termo neoliberalismo, mas poder-se-ia aplicá-lo perfeitamente. Foi aí que foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento, o S entrou depois. O presidente



desse Banco era o Roberto Campos. Então, era uma pessoa de direita, declarada e tal. Quando o Brasil entrou num período em que se dizia que o convite das multinacionais para construírem carros no Brasil, indústria de aço, como a Mannesmann, tubo de aço e outras, que isso criou, fortaleceu a classe operária numericamente falando.

Já existia Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional, depois foi vendida, existia a Companhia Vale do Rio Doce, que também foi vendida e tal. Que seriam as tais indústrias de base. E nós chegamos a um ponto em que se falava muito justamente nas Reformas de Base. Um dia desses me perguntaram: o que são as Reformas de Base? Eu digo, mais ou menos, mais menos do que mais, que algumas reformas que o Lula conseguiu implantar. Menos. Mas eram mais ou menos aquelas coisas. Naquela época o grande, digamos a vedete das Reformas de Base era a famosa Reforma Agrária, que hoje não estou muito bem convencido de que seria uma solução para o Brasil, a pequena propriedade rural e tal. Porque essas coisas também passam, é um período, mas não estou dizendo que sou

contra. O fortalecimento da agricultura familiar acho que tem feito uma espécie de reforma agrária mais exequível, mais realista. Visto de fora, já visto como velho.

E nós começamos a atuar como sargentos. Um colega nosso, chamado Manoel Raimundo Soares, que foi assassinado em Porto Alegre, foi amarrado e jogado no rio, famoso caso das mãos amarradas, ele criou um slogan: “Sargento também é povo”. Sargento seria a classe média das Forças Armadas. Então, nós nos reuníamos aos domingos, em casa de um e de outro, para discutir esses temas: nióbio, etc. Chegou um ponto que estávamos dentro dos quartéis, nós sentimos que estavam preparando um golpe. A nossa posição foi nos preparar para resistir. Como? Primeira coisa, arranjar um local isolado.

Nós fomos para a Serra dos Órgãos, aquela região de Magé, eu inclusive fui. E ali esconder material que a gente surrupiasse das Forças Armadas, naturalmente que armas e munição. Mas essa atitude foi acompanhada de uma grande movimentação que nós fazíamos no Clube dos subtenentes e sargentos do Exército. Naturalmente, que faltava experiência. A gente se expunha. “Você está se queimando”, o pessoal dizia. Porque botava as caras e falava, às vezes eu discutia com alguns oficiais. Eu dizia “não entendo como o senhor fala em pátria se os Estados Unidos estão mandando...”.

Eu partia do princípio que estava falando a verdade, que estava questionando com um assunto veemente. Era a verdade, não era mentira! Bom. Nesse período, nós passamos a estudar muito os chamados movimentos nativistas: a Revolução dos Alfaiates, a Cabanada, a Farrou-

pilha, a Sabinada etc. E chegávamos à conclusão que a maioria desses movimentos tinha um objetivo seccionista, e isso me incomodava muito, porque gostava do Brasil grandão, assim, e tal, ainda gosto, mas viramos isso pelo avesso. E continuávamos com esse trabalho de subtrair armas do Exército para levar. A Revolução Cubana tinha mexido com a juventude, um negócio incrível. Então, veio a teoria do foco, todo esse tipo de coisa. Ninguém ficou imune a isso.

Estou sintetizando, porque é um período longo, afinal estou com quase 80 anos. Quando veio o golpe, esse grupo politizado de sargentos do Rio de Janeiro, 90 sargentos tinham sido transferidos. Era uma técnica: pega o cara e manda para a frente. Ele fica sozinho lá, é

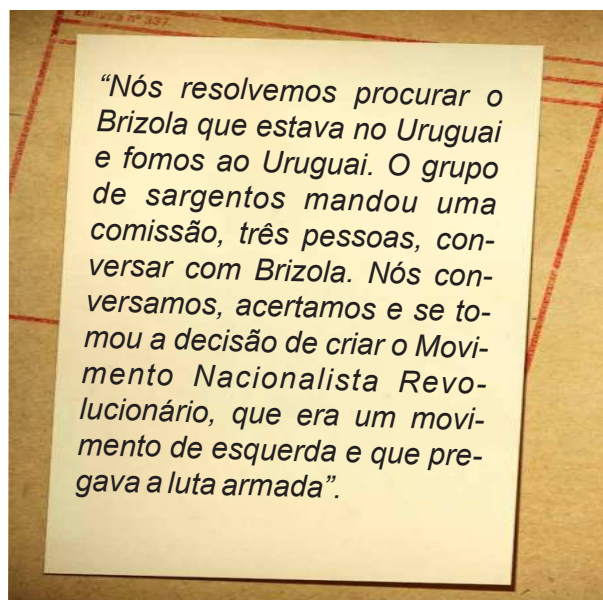
um ambiente bastante modesto, culturalmente falando e ele perde o contato com os outros colegas. Eu fui, numa viagem de cinco dias de trem para Campo Grande no Mato Grosso. Quando deu-se o golpe, eu estava em Campo Grande. Eu e o Soares, esse que foi assassinado. Nós sempre fomos muito amigos. Mas nós fomos pra lá, acidentalmente os dois para a mesma cidade, porque normalmente não ia. Como eu era técnico e ele trabalhava com administração, acho que passou lá no negócio. Então, nós discutimos, o golpe estava dado, todo mundo preso, e nós decidimos desertar. Fugimos, só tinha o trem. Uma noite a gente estava no hotel, morava no hotel, nós pegamos o trem e fomos para São Paulo. Assim que ele entrou no estado de São Paulo, de manhã, nós saltamos e pegamos outros meios de transporte, fomos parar em Minas, e depois descemos para o Rio de Janeiro. Nessa época, nós já tínhamos contato com Brizola e as pessoas que depois foram formar o Movimento Nacionalista Revolucionário. E

“Chegou um ponto que estávamos dentro dos quartéis, nós sentimos que estavam preparando um golpe. A nossa posição foi nos preparar para resistir. Como? Primeira coisa, arranjar um local isolado. Nós fomos para a Serra dos Órgãos, aquela região de Magé, eu inclusive fui. E ali esconder material que a gente surrupiasse das Forças Armadas, naturalmente que armas e munição”.

esse movimento, tinha como cabeça Leonel de Moura Brizola.

Tinha um político que na época a gente dizia, o partido, as pessoas ligadas diziam que era um político burguês, um burguês radicalizado – estou até usando a terminologia da época. Tinha o Neiva Moreira, que era deputado pelo Maranhão, era nacionalista, faleceu agora há pouco tempo, tenho ainda relação com a última esposa dele, Beatriz Bizo, professora no Rio, ela escreve sobre a cultura árabe. O coronel Dalberto Rodrigues, que era o diretor de correios e telégrafos, que era mais ou menos o ministro de comunicação do Jango, e o Paulo Schiling. Dalberto morreu logo quando voltou do exílio teve um problema do coração e morreu. O Paulo Schiling morreu agora, o último a morrer foi Neiva, mas morreu já senil, acho que com Alzheimer. O Paulo Schiling, a gente tinha muita amizade, o Schiling era marxista, era gaúcho. Nós resolvemos procurar o Brizola que estava no Uruguai e fomos ao Uruguai.

O grupo de sargentos mandou uma comissão, três pessoas, conversar com Brizola. Nós conversamos, acertamos e se tomou a decisão de criar o Movimento Nacionalista Revolucionário, que era um movimento de esquerda e que pregava a luta armada. O Partido Comunista não pregava a luta armada. Alguns membros do Partido Comunista, como Marighella e outros, romperam com o Partido e mais tarde, depois de nós, eles passaram a pregar a luta armada. Então, esse grupo de sargentos, com algum apoio logístico do Brizola, criou a primeira tentativa de guerrilha, ou seja, de resistência armada ao governo militar, que ficou conhecida como a Guerrilha do Caparaó. Caparaó, eu sempre brinco, quando sou convidado a fazer palestra, porque é no Caparaó que fica o Pico da Bandeira. E a gente na escola primária, “o ponto mais alto do Brasil é no Pico da Bandeira na serra do Caparaó, ou Serra da Chibata.” Então, eu brinco dizendo o seguinte: nós, da guerrilha do Caparaó, tiramos o Caparaó da geografia e colo-



camos na história [risos]. Foi um movimento, tinha a visão do foco etc. etc., com todas as críticas que hoje se faz ao foco, nós, através de Brizola, tínhamos contato e relação com vários movimentos rebeldes da América Hispânica. Nós tínhamos contato com o pessoal da Guatemala, León Souza, por exemplo; tínhamos com o pessoal da Venezuela, Douglas Bravo; com o pessoal da Bolívia, que depois Che Guevara esteve lá; tínhamos contato com os argentinos, com os tupamaros, etc. Existia uma ideia etérea de se fazer um movimento continental. Mas, por uma série de fatores que não cabe aqui estender, nós fomos presos e condenados.

O julgamento era feito na Auditoria Militar, ou seja, num Tribunal de primeira Instância. Fo-mos julgados em Juiz de Fora que era o mais terrí-vel. Mas o Superior Tribunal Militar, onde os juí-zes eram, tinha três civis e houve outros eram mili-tares, todos generais, almirantes ou briga-deiros, eles baixavam a pena, porque eles não estavam interessados, eram homens de forma-ção e cultura que (pelo menos uma cultura es-pecializada, militar) não queriam nos vestir com o manto de mártires, etc. Eram muito espertos. Então, eu fui condenado inicialmente a 13 anos.

Ah! Eu era o 2º subcomandante da

guerrilha. Tinha o comandante, o 1º subcomandante e o 2º subcomandante. Eu era o 2º subcomandante. Eles diminuíram a pena para três anos, mas eu tinha outra condenação em outros processos. Estávamos presos em Juiz de Fora. Minha família, minha mãe, no caso, a parte foi para o Rio, morava no Rio de Janeiro. Eles me pegaram, me levaram para o Rio para me transferir para Porto Alegre para responder a um processo lá. Eu fui, mas o processo foi adiado, a audiência com o juiz, voltei. Nesse ínterim, eu fiquei no Rio uns dias, na Barão de Mesquita, na PE, famosa como um centro de massacre de presos. E minha mãe conseguiu uma autorização, como minha família era do Rio, que eu fosse transferido para o presídio militar no Rio de Janeiro.

Esse presídio militar era instalado na Fortaleza de Santa Cruz, é uma coisa lindíssima de construção militar portuguesa, que começou a construção com a invasão dos franceses ao Rio de Janeiro – um ponto histórico interessante. Fica em Niterói. É uma coisa curiosa porque ela fica numa península, numa pedra. Depois a pedra rachou assim um metro e a água passa. Então, na prática, é uma ilha. Fica na entrada da Baía Guanabara. Quando eu cheguei, outros colegas, inclusive do Caparaó, estavam lá, inclusive o comandante Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Aí ele me perguntou assim “por que você pediu para vir para cá?”. Eu disse (Estou citando esse exemplo, não por bravata, é pra você ver o problema da juventude. A gente faz coisas que...) “Imagine. Aqui estiveram presos fulano, beltrano... bom, grandes nomes da história do Brasil estiveram presos aqui. Ah, eu queria ter a honra de pisar nesse chão, que esses heróis brasileiros (eu vivia estudando história) pisaram”. Aí ele disse ‘como você é idiota! Você nunca vai sair daqui!’. Bom, eu fugi dali”.

estudando história) pisaram”. Aí ele disse “como você é idiota! Você nunca vai sair daqui!”. Bom, eu fugi dali.

Os três anos e pouco que fiquei preso me levaram a meditar sobre foco, guerrilha, luta armada e eu então já achava que esse caminho não ia levar a nada. Aí, eu, tinha muita coisa que se falava nos meios que nós frequentávamos, que eu ouvia no ISEB. Eu digo, bom, eu tenho de estudar. Estava nesse ínterim todo, eu tinha terminado o ginásio. Quer dizer, eu tenho que estudar. Como eu fugi da prisão, eu fui para o Uruguai, que eu já conhecia. A ditadura me deixou um ano na embaixada do Uruguai, porque você só sai... quem dá o asilo é o país que você recorre, mas para você ser retirado desse país, é preciso que o país do qual você é nacional, dê um documento chamado salvo conduto. E ele é obrigado a dar, mas não tem prazo para dar. Então, veja bem, na Tchecoslováquia, um bispo

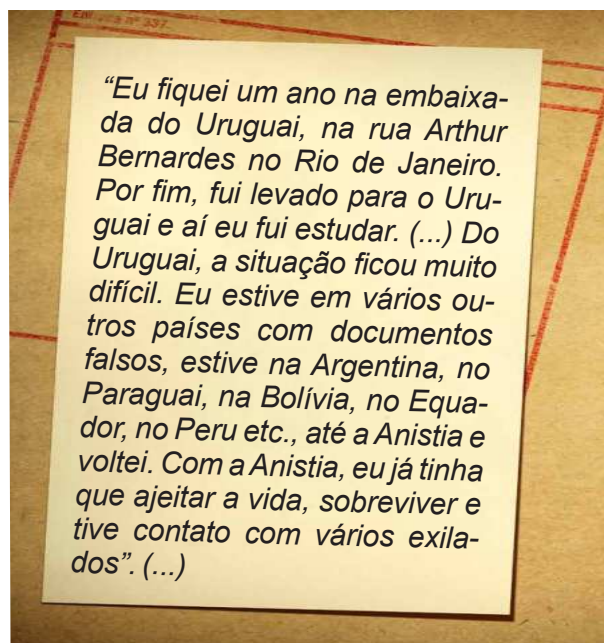
que lutava contra a União Soviética, ficou 15 anos na embaixada dos Estados Unidos. É o caso mais... 15 ou 8, não sei, é uma quantidade de anos bastante... Esse sujeito era direitista, então, o nome dele não ficou muito na história, porque ele era extrema direita. No Peru, teve um político, chamado Hayade la Torre, que era daquela geração dos nacionalistas de Perón, Brizola, Herrera, Ibarra, esses pan-americanos. Ele ficou oito anos na embaixada da Bolívia.

Depois disso, que eu saiba... eu fiquei um ano na embaixada do Uruguai, na rua Arthur Bernardes no Rio de Janeiro. Por fim, fui levado para o Uruguai e aí eu fui estudar. Nessa época já gostava, sempre gostei de ficção, literatura. Eu então me ma-

triculei para Letras, como a gente chama aqui no Brasil. Mas aí encontrei uma dificuldade muito grande em estudar Letras em espanhol, os barrocos, Quevedo, Gôngora, o próprio Cervantes etc. (que já era renascentista) – sem uma base em português, muito menos em espanhol. Então, eu troquei para História e fiz o curso de história no Uruguai. Então, indiretamente, a ditadura militar terminou me forçando a estudar. Se estivesse no Brasil, estava lutando, lutando, dando com a cabeça no muro de pedra.

Do Uruguai, a situação ficou muito difícil. Eu estive em vários outros países com documentos falsos, estive na Argentina, no Paraguai, na Bolívia, no Equador, no Peru etc., até a anistia e voltei. Com a anistia, eu já tinha que ajeitar a vida, sobreviver e tive contato com vários exilados. Um dos mais conhecidos está sempre está na mídia, é o assessor para assuntos internacionais da presidente da República, Marco Aurélio Garcia. Marco Aurélio era trotskista, e era uma pessoa muito culta. A mulher dele, que faleceu, depois que voltou do exílio num acidente de carro na Paraíba, ou no Rio Grande do Norte, onde tem aquele cajueiro imenso. Ela foi visitar e, quando voltou do cajueiro, o fusca virou lá e morreu. Eu gostava muito de Beth, muitíssimo. E Beth vivia dizendo: “você tem que perder essa mania de escrever conto, escrever romance. Escreva a sua história. Você passa aí na rua, um ônibus te atropela e vai uma página imensa da História do Brasil”. Mas sempre foi muito doloroso falar sobre isso.

Agora, com a Comissão da Verdade, como eu estive muito relacionado ao Rio Grande do Sul, eu fui convidado, fui considerado hóspede oficial do governo gaúcho, dei o depoimento no Palácio Piratini, que em outros tempos eu dizia “poxa, aqui, nome de Bento Gonçalves, a Farroupilha...”, mas aí já não me deu tanto elã. Vi foi o Ford T, o Ford Bigode, como se chamava no Brasil, que um dos presidentes do Rio Grande do Sul (chamava presidente na época) Borges Medeiros usava – está lá no palácio, eu tirei até uma foto. Depois, fui convidado



para dar um depoimento no Rio de Janeiro, porque morei lá e no Espírito Santo, porque a guerrilha se deu na região de Minas e Espírito Santo. Eu confesso que eu estranhei, porque sem querer diminuir o papel de ninguém nem aumentar o meu, do ponto de vista do rebuliço na história, eu acho que o segundo baiano que foi mais longe, fui eu. O primeiro naturalmente foi Marighella, que fez toda carreira política praticamente fora da Bahia. Eu estranhei que a Comissão da Verdade da Bahia não tivesse nenhum interesse em me chamar e tal. Na verdade, a Bahia me ignora completamente, quando não pergunta se sou estrangeiro ou se sou gaúcho, catarinense, etc.

Bom, este, em linhas gerais, é o meu trajeto. Escrevi mais tarde um livro que fala fundamentalmente da luta dos sargentos. Chama-se “O Sargento na História do Brasil”, mas não consegui publicar. Um livro desses teria de ter um mecenas, e o mecenato só o Estado, e o Estado da Bahia não está muito interessado nesse tipo de coisa. Eu já falei com Albino e tal... eu estou no Conselho porque, quando eu voltei do exílio, fiquei em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e aí eu disse “bom, está chegando a hora de morrer, e como um bom elefante, vou morrer na Bahia”.

Minha mulher disse: “não vou morrer

no sertão! Não vou levar você para morrer no sertão, eu quero ficar perto do mar”. Porque ela é capixaba, de Vitória. Por outro lado, ir para Jequié, que faz um calor dos infernos, aí eu fui para Valença. Estou há 22 anos em Valença e fui começando um movimento cultural, lá tem umas pessoas que escreviam... “ah, fulano escreve muito bem”, e eu disse “vamos juntar essa gente?”. Aí fizemos um almoço de escritores de Valença, depois fundamos uma academia, e quando o Márcio Meireles foi em Valença, ele tomou um susto, porque tinha 400 pessoas esperando o Secretário de Cultura, com uma série de exigências. Ele “poxa, mas eu vim de manga de camisa”; eu disse “azar teu”. Aí perguntaram o que precisava para ter uma pessoa do interior (numa tinha tido) no Conselho de Cultura. Ele “vocês indicam”. Aí o pessoal disse: “nós aqui podemos indicar agora?”; ele disse “sim”. O pessoal levantou e disse “indicamos Araken”. Então, eu vim parar no Conselho, devido a esse trabalho relacionado com literatura que nós fazemos lá, um

grupo de amigos.

De maneira que é isso que gostaria de declarar aos senhores. Não vim aqui para falar de tortura, não terei esse tipo de mau gosto, vocês sabem muito bem o que sucedeu no Brasil. Eu vim para dar um depoimento para a história. Em linhas gerais, eu o dei. Se vocês desejarem fazer alguma pergunta, estou às ordens. Se não, não vou tomar o tempo dos senhores e senhoras.

Jackson Azevêdo – Então, nós agradecemos muito a sua presença à nossa reunião e se não houver qualquer indagação, nós nos colocamos à sua disposição para dizer que a CEV está sempre pronta e disponível a cumprir essa sua finalidade e agradecer muito à sua contribuição. Bom, então, declaramos encerrada essa reunião da CEV para tomada do depoimento. Faremos agora uma pequena reunião administrativa e convocaremos novos depoimentos para a próxima sessão, então, está encerrada a sessão de hoje.

CONFIDENCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

27 de agosto de 2014

**CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte de
Feira de Santana - Bahia**





AUDIÊNCIA PÚBLICA
27/08/2014 Sede do CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte de
Feira de Santana - Bahia



***Ana Maria do Nascimento**

Bom dia a todos, o meu nome é Ana Maria do Nascimento, meu pai Francisco Nascimento que foi preso, exatamente no dia 31. Então, eu tinha 15 anos na época. Então, 15 anos, em 64, era uma menina. Estudava em Salvador, já estudava em Salvador. E lembro que eu fui praticamente obrigada a amadurecer em poucos dias. Eu tive que superar a minha infância, porque minha mãe ficou aqui em Feira de Santana, com os filhotes todos pequenos, perdida sem saber o que estava acontecendo.

Meu pai estava retornando de Salvador, onde tinha ido pegar o resultado de exame de um dos nossos irmãos e, na volta, ele foi avisado de que o nome dele já estava constando na lista como uma pessoa de alta periculosidade, que esta lista estava exatamente com um Capelão que tocou terror aqui na cidade. Então, meu pai não entrou, ele foi para um sítio de uma amiga, Dona Didira Boaventura, para se situar, para saber exatamente o que estava acontecendo e o que poderia acontecer e tal. Aí, ele disse: “Bom. Eu não sou nenhum criminoso, não tem porque fugir”, porque, a princípio, houve os conselhos “foge, sai da cidade”.

Ele disse “Não. Eu vou procurar uma pessoa da minha confiança e vou me entregar”. Essa pessoa foi capitão Arlindo Barbosa, que muitos de vocês conhecem. Ele era nosso professor de Educação Física, e era amigo porque, naquela época, os esportes era ele que coordenava no Co-

DEPOENTE: ANA MARIA DO NASCIMENTO

Filha de Francisco Nascimento, preso no dia 31 de março de 1964, Ana Maria do Nascimento, que à época do golpe tinha 15 anos, relatou à Comissão Estadual da Verdade a sua busca para localizar o seu pai. Comerciante em Feira de Santana, Francisco Nascimento foi preso sob acusação de possuir armas e rádio comunicador e ficou esquecido por quase dois meses no Quartel de Dendezeiros.

Ana Maria Nascimento foi quem conseguiu fazer com que seu pai fosse ouvido e liberado, sem que qualquer acusação fosse comprovada. As perseguições a si e à sua família, por causa da prisão, fizeram com que ele mudasse Vitória da Conquista e só voltasse a Feira de Santana muitos anos depois.

*Texto não revisado pelo depoente.

légio Santanópolis. Capitão Arlindo foi e meu pai se entregou. Ele trouxe para a cidade e, a partir daí, a gente não teve mais notícias dele. Então, foram cinco dias de desespero, porque era aquele terrorismo: mataram, jogaram o corpo fora, mandaram para Fernando de Noronha, enfim, foi um horror.

Minha mãe ligou para Salvador e pediu que eu voltasse, que eu retornasse, estavam suspensas as aulas. Eu voltei e, chegando aqui, vamos procurar, vamos fazer e tal. Aqui na cidade, as pessoas que participaram sabem o horror que estava, um horror, horror mesmo. Chegou um contingente do Exército de Maceió, me parece, e invadiu o sítio porque nós morávamos no sítio e como ia começar uma reforma, nós mudamos para Avenida Senhor dos Passos, estávamos residindo na Avenida Senhor dos Passos. Eles invadiram o sítio, reviraram tudo. Meu pai tinha um aviariozinho, entraram nos galinheiros, e reviraram procurando, porque disseram que meu pai tinha armas e munições e uma estação de rádio clandestina, que ele se comunicava com Moscou. Então, eles chegaram lá, reviraram tudo.

Tinha um depósito onde minha mãe tinha guardado material escolar, entraram, rasgaram tudo, fizeram um acabamento. Eu tinha uma coleção de discos de Juca Chaves, que um tio meu tinha me dado de presente. Naquela época, não havia LP ainda e como meu tio era muito fã de Juca Chaves, e ele era meu padrinho, e foi na época que Juca Chaves fez uma música usando o nome Ana Maria, então, ele me deu essa coleção de presente. Quebraram tudo, fizeram um acabamento. A moça que era nossa auxiliar, que ficou tomando conta

do sítio, essa, coitada, sofreu, porque pessoa ignorante do assunto, eles fizeram muita pressão para ela dizer onde estavam as coisas escondidas, e tal. Aí, foi quando eu fui chegando em Feira, me deu aquela coisa assim e eu disse “Olhe, a gente tem que proteger o sítio, porque, de repente, eles podem realmente colocar alguma coisa lá e dizer que achou, e aí vão ter realmente alguma coisa para mostrar que meu pai é terrível.” Pedi ao Capitão Arlindo, conversei com ele, eu disse: “Capitão, eu estou preocupada, porque eles já entraram no sítio, não encontraram nada, mas eles podem implantar alguma coisa.”

Ele disse: “Eu concordo com você.” Então, ele solicitou os meninos do Tiro de Guerra e mandou que ficassem tomando conta do sítio. Eles ficaram uns 20 dias revezando dia e noite e cuidando do sítio. Na porta da nossa casa, aqui na Senhor dos Passos, fizeram uma passeata e começaram a jogar coisas na casa e chamar e dizer “Morte aos comunistas”, e as pessoas que cuidaram da nossa família na época foram o Seu loiô Goleiro, Osvaldo Pereira Franco e Seu Aniceto Carvalho que era compadre, eles praticamente assumiram a nossa família e Seu loiô Goleiro chegou lá em casa e disse:

“Seu loiô Goleiro chegou lá em casa e disse: “Não. Vocês se arrumem e vão para a porta, porque seu pai não é um criminoso. Seu pai é um preso político, um homem digno. Vocês não têm porque se esconder.” Mas era muita a humilhação. A gente era apontada na rua, os meninos no colégio sofriam retaliações, menos no Santanópolis, porque Sr Áureo Filho, Evandro, na época, foi categórico: “Aqui eu não admito nenhum tipo de retaliação”.

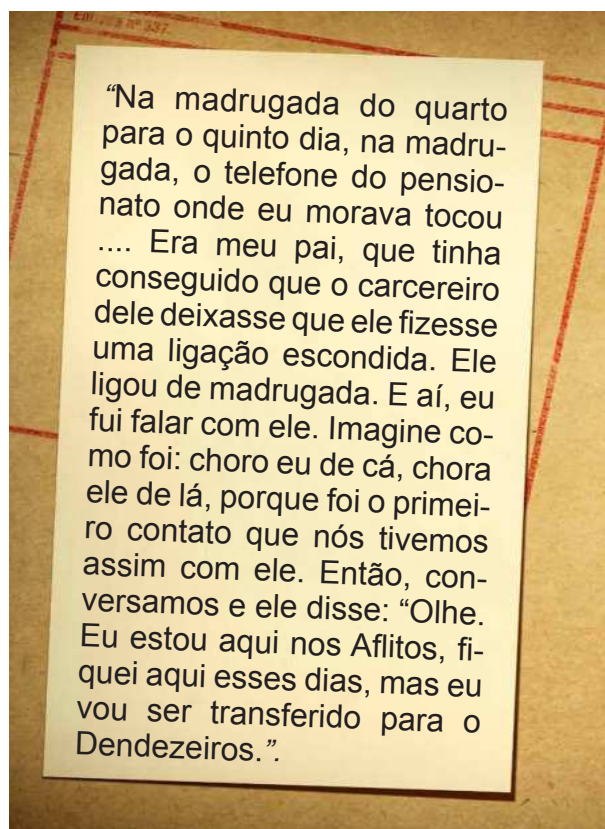
“Não. Vocês se arrumem e vão para a porta, porque seu pai não é um criminoso. Seu pai é um preso político, um homem digno. Vocês não têm porque se esconder.” Mas era muita a humilhação. A gente era apontada na rua, os meninos no colégio sofriam retaliações, menos no Santanópolis, porque Sr Áureo Filho, Evandro, na época, foi categórico: “Aqui eu não admito nenhum tipo de retaliação.”

Enfim. Passados uns quatro dias mais ou menos, eu voltei para Salvador, porque a gente tinha que procurar onde

meu pai estava, saber onde ele estava e tal. Eu voltei para Salvador, quem me levou foi Seu Ioiô. E lá, ele, com alguns conhecimentos, tentou achar, procurar onde é que estava, mas nada. Eu fiquei em Salvador e ele voltou para Feira. Na madrugada do quarto para o quinto dia, na madrugada, o telefone do pensionato onde eu morava tocou e a Dona Lourdes que era dona do pensionato, atendeu. Era meu pai, que tinha conseguido que o carcereiro dele deixasse que ele fizesse uma ligação escondida. Ele ligou de madrugada. E aí, eu fui falar com ele. Imagine como foi: choro eu de cá, chora ele de lá, porque foi o primeiro contato que nós tivemos assim com ele. Então, conversamos e ele disse: “Olhe. Eu estou aqui nos Aflitos, fiquei aqui esses dias, mas eu vou ser transferido para o Dendezeiros. Lá, vocês poderão ter acesso a mim, vão poder me visitar e tal, avisa a sua mãe”. Pronto.

Aí, amanheceu o dia, liguei para minha mãe e, coincidentemente, a dona do pensionato tinha um primo que era coronel dos Aflitos. Ela disse: “Ah! Eu tenho, eu vou fazer um bilhete para ele, você vai entregar e ele vê o que ele pode fazer”. Ela fez e no outro dia fui de manhã lá, falei com ele, era o coronel Vivaldo Lins. Aí, ele me disse: “Não. Seu pai já foi para o Dendezeiros, mas eu vou lhe dar uma autorização para você visitá-lo”. Eu fui lá para o Dendezeiros. Passou a ser minha trilha, porque eu ia todos os dias. Ele acabou me dando um passe permanente. Então, eu passei a ser o ponto de referência entre meu pai e o mundo exterior.

O primeiro dia que eu fui vê-lo, ele estava no quarto, um quarto que cabia mais ou menos umas 40 pessoas, havia 100 pessoas. Todos presos políticos, pessoas do interior, prefeito de Alagoinhas, de Irará, Vitória da Conquista. Então havia muitas pessoas. E pessoas que estavam, realmente, sem saber notícias da família, não tinham notícias da família. Pessoas, inclusive mais distantes, que naquela época, ir do interior para a capital era problemático.



Quando eu cheguei lá, de repente, eles me tiveram como a filha de todos. Foi uma festa. Eu saí com um monte de bilhetes, de telefones que pediram para eu ligar para as famílias e tal. A partir daí, eu passei a visitá-lo todos os dias. Eu e uma prima dele que morava aqui também, a gente passou a ir e era aquela festa, passou a ser uma festa. Todo dia eu ia e via o pessoal, levava recado, trazia recado.

Os dias foram se passando e as pessoas começaram a ser ouvidas e sendo liberadas, transferidas, foi esvaziando, esvaziando, chegou um ponto que praticamente não tinha quase mais ninguém lá. Aí, meu pai começou a ficar preocupado, porque disse: “Todo mundo está sendo ouvido, menos eu.” Aí eu cheguei lá um dia e ele disse: “Olhe. Eu consegui um nome, do Major Nilton Sá, e é ele que é o encarregado dos depoimentos de Feira de Santana. Você vai procurar ele para saber porque até agora ninguém apareceu aqui para me ouvir.”

Eu passei um dia inteirinho rodando

a cidade de Salvador atrás de Nilton Sá. Conheci tudo que foi quartel, prisão, Barbalho. No 19º BC, quando eu cheguei, encontrei com Francisco Pinto, com Fernando Santana, vários que estavam lá e aí me viram, perguntaram notícias e tal. Consegui localizar Nilton Sá nos Aflitos nesse mesmo dia, tipo umas sete horas da noite. Aí eu cheguei fui falar com ele, ele me recebeu muito bem e me disse... eu falei, “Sou filha de Chiquinho Nascimento, ele já está há 58 dias preso e até agora não foi ouvido.” Ele aí pegou a lista, olhou e fez: “Não. Seu pai aqui consta como foragido.” Eu disse: “Não. Mas ele não está foragido. Ele nunca esteve foragido em momento algum.” Aí ele disse: “Bom. Mas agora, vamos fazer o seguinte: você vai para casa que amanhã, logo pela manhã, eu vou ouvir seu pai.” Aí, eu estava me despedindo dele, quando ele bateu na mesa e fez: “Não. Eu vou é agora mesmo.” Depois que eu fui saber o porquê dele ter tido aquela coisa assim. Imediatamente, ele entendeu o quê? Meu pai era um preso que não existia. Ele não existindo, poderiam fazer qualquer coisa e dizer “Não. Ele não foi preso”, como muitos casos de pessoas que desapareceram e que, “Ah! Porque não chegou a ser preso.” Então, ele foi no mesmo dia, à noite ele foi ouvir meu pai. Daí para meu pai ser solto foram poucos dias. Ele ficou 68 dias preso.

Agora, é aquilo: as humilhações, o terrorismo psicológico; ele não sofreu nenhum tipo de violência física; mas, psicológica, muita. Meu pai, depois que foi solto, ele nunca mais foi o mesmo. Ele sempre tinha, ficou assim com uma psicose de tudo que aconteceu, das coisas que fizeram logo nos dias que ele estava preso incomunicável, os gritos das torturas que ele ouviu, as pessoas gritando e ele apavorado que fizesse alguma coisa com ele porque meu

pai era muito esquentado. Ele dizia “Se encostassem a mão em mim, eu estava morto, porque eu ia revidar.” E aí aquela coisa. Chegavam para ele diziam “Olhe, prendemos sua filha, já pegamos sua filha e ela já entregou tudo, já disse onde é que estava a estação de rádio.” Depois “já pegamos sua mulher já foi presa, levou uns dois tapas, ela já entregou tudo.” Esse tipo de coisa que faziam muito. Então é isso.

“Meu pai era um preso que não existia. Ele não existindo, poderiam fazer qualquer coisa e dizer “Não. Ele não foi preso”, como muitos casos de pessoas que desapareceram e que, “Ah! Porque não chegou a ser preso.” Então, ele foi no mesmo dia, à noite ele foi ouvir meu pai. Daí para meu pai ser solto foram poucos dias. Ele ficou 68 dias preso”.

Depois que ele foi solto, alguns dias depois, voltou para Feira. Minha mãe perdeu o bebê, porque ela estava grávida de dois meses, três, quando meu pai foi preso. A coitada ficou que era pele e osso, o bebê não resistiu. Ela teve uma contração normal de parto, ela estava do sexto para o sétimo mês e a parteira – que, naquela época, minha mãe

teve todos os filhos com a parteira – a parteira disse: “Olhe, não vai dar não, tá problemático. Acho que vai ter que ir para o hospital.” Ela foi para o Hospital Dom Pedro, e lá a bebê nasceu, mas nasceu com problemas, o coração estava grande demais, enfim não sobreviveu porque foi muito sofrimento para ela. Minha mãe não comia, o bebê sofreu porque não tinha nem alimento para ele. Ela estava pele e osso.

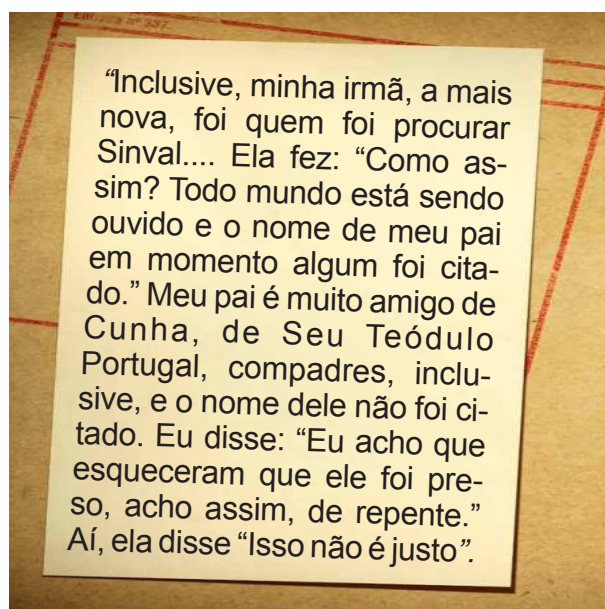
Ainda ontem eu estava recordando com ela, “Minha mãe, você estava tão engraçada só tinha um bolinho na barriga o resto era pele e osso”. Então foi isso, muito sofrimento, torturas psicológicas, meu irmão mesmo tem marcado na mente dele, na escola que ele estudava, professora que maltratou ele. E a gente ficou naquela situação de vergonha de sair, das pessoas apontarem, pessoas inclusive que a gente considerava amigos, em determinado momento, foi para porta da casa pra chamar “morte ao comunista”, “comunista tem que morrer”, esse tipo de situação. Então é isso.

Aí, existe uma parte daqui da cidade, de pessoas que realmente foram solidárias e que nos deram muito apoio. Eu já citei aqui alguns nomes. Inclusive João Durval, porque João Durval era amigo particular do meu pai. Meu pai sempre considerou ele um homem íntegro. E quando Francisco Pinto se candidatou para prefeito da cidade, meu pai se encantou porque eles tinham os mesmos ideais políticos, ele tinha muitas ideias – Francisco Pinto – boas para a cidade. Aí, meu pai chamou João Durval, que era candidato também, e disse: “Olha, João, você sabe que eu sou seu amigo, posso até te ajudar financeiramente na sua campanha, mas eu vou ser cabo eleitoral de Francisco Pinto.”

Ele foi super honesto, tanto que, depois que meu pai foi solto, João Durval fez uma carta para ACM que era prefeito de Salvador, eu acho. Fez uma carta para ACM e mandou meu pai ir em Salvador procurá-lo. Nessa carta, ele pedia apenas que houvesse uma transferência para aqui para Feira de Santana, para meu pai não ter que viajar, porque toda semana tinha que se apresentar e tal. Meu pai foi, e até ACM, aquela conversa demagógica, “Eu também fui jovem e eu também fiz política, mas você tome juízo e não se meta mais nas coisas”, enfim. E é isso.

Depois, como eu falei, meu pai não ficou mais legal, ele falava demais no assunto. A gente pedia “meu pai esqueça”, mas nada. Ele se sentava, toda vez ele começava a relatar tudo, porque acho que na cabeça dele jamais passou que em momento algum ele fosse ser preso. Preso político apenas por ideais, porque o que ele queria era o que todos nós queremos até hoje: uma sociedade igualitária, mais justa e era o sonho dele que não houvesse o rico, rico e o pobre miserável, que fosse uma coisa assim mais, o ideal que todos nós temos até hoje. Então é isso o que eu posso relatar, até porque, como eu falei, eu era muito menina.

Tem umas coisas que... e porque eu



não podia estar lá e aqui ao mesmo tempo. Eu acompanhei essa fase toda dele, a prisão, de ir todo dia vê-lo e ficar ouvindo aquele pessoal, levar recado e trazer recado, mas muitas coisas daqui, que aconteceram aqui na cidade, essas eu não tenho todas assim para relatar. Minha mãe teria, no caso, provavelmente ela vai fazer um depoimento escrito, porque alguns detalhezinhos aqui realmente eu não participei. Então é isso. Se vocês quiserem saber mais alguma coisa, me perguntar alguma coisa que vocês queiram saber, e tal.

Inclusive, minha irmã, a mais nova, foi quem foi procurar Sinval, porque ela achou assim que muitas pessoas da cidade que já fizeram depoimentos, e o nome de meu pai nunca tinha sido citado. Ela fez: “Como assim? Todo mundo está sendo ouvido e o nome de meu pai em momento algum foi citado.” Meu pai é muito amigo de da Cunha, de Seu Teódulo Portugal, compadres, inclusive, e o nome dele não foi citado. Eu disse: “Eu acho que esqueceu que ele foi preso, acho assim, de repente.” Aí, ela disse “Isso não é justo.” Ele foi inclusive o que foi preso, realmente, foi ele. Seu Teódulo foi só depois e saiu. Mas ele não. Ele foi realmente um preso político aqui da cidade de Feira Santana.

Sinval Galeão – Oh Ana, seu pai deixou

Feira e foi para Vitória da Conquista?

Ana Maria Nascimento – Ele foi, porque ficou um pouco difícil para ele aqui. Então, acho assim, ele não se sentiu muito bem e aí acabou indo para Conquista, abriu um negócio lá em Vitória da Conquista, uma retificadora também, e acabou, ficou lá um bom tempo, depois que ele voltou para cá. Meus irmãos ficaram lá, foi basicamente isso.

Inclusive, teve um fato que logo após, em 67, veio um grupo para pedir que deixasse eu me candidatar como Miss Feira, para ir pro Miss Bahia. Meu pai não queria, mas depois insisti, seu loiô, todo mundo “deixe, deixe”. Ele fez: “Se vocês se responsabilizarem por ela, eu deixo.” Aí, eu fui como representante da cidade para Salvador, para o Miss Bahia. Então, todo mundo “Não, ela é muito cotada, ela vai ganhar”, coisa e tal. Perto do dia do concurso, um militar que conhecia meu pai chegou pra ele e falou: “Olhe, a sua filha estava praticamente eleita, até o momento em que descobriram quem era o pai dela.” Até o momento que eu fui para a televisão perguntou o nome do meu pai, eu falei o nome do meu pai. E naquela época, ainda sob a ditadura, investigaram, e “Não. Filha de comunista sendo miss! Pelo amor de Deus.” Aí, disseram para ele: “Olhe, sua filha, chance agora é zero, porque a ordem já chegou. Ela vai continuar, mas nada.”

Ele se arrasou, ele ficou arrasado. Isso foi um golpe que ele sofreu por conta disso, então. Tanto que no dia do concurso mesmo, ainda aquelas coisas desconstruídas, as pessoas que estavam no júri não tinham sido orientadas totalmente não. Então, quando escolheram as cinco candidatas finalistas, o meu nome estava entre as cinco finalistas, quando não deveria estar. Então, quando começaram a

chamar as candidatas, eles me chamaram, eu já estava subindo uma escadinha, toda crente que estava abafando, quando, “Espera! Você não. Volta.” Aí, eu tive que voltar, era outra pessoa. Uma jurada daqui de Feira que estava na época ficou: “Meu Deus, eu não estou entendendo nada! Como é que pode isso, que mudança foi essa? Mas a realidade é essa. Era a ditadura mes-

mo, aparentemente tava tudo bem, mas por debaixo para trás dos bastidores, a coisa era opressão mesmo, repressão de todo jeito mesmo.

Então essas coisinhas assim foi, como ele falou que meu pai foi para Vitória da Conquista porque aqui na cidade algumas pessoas que eram clientes dele deixaram de fazer serviços na retificadora, por conta de achar assim: “Se eu for, eu vou ficar

marcado como comunista também.” Algumas pessoas se afastaram, com medo que a doença contagiosa pegasse, assim. Então, ele acabou ficando meio desgostoso, foi para Vitória da Conquista, lá ele abriu uma retificadora, ficou um tempo, acabou que ele voltou. Meus irmãos ficaram lá, enfim, mas é isso. Foram algumas sequelazinhas que ficaram e a verdade é essa. Até ele vai fazer até, daqui acho que quatro dias, vai fazer seis anos que ele faleceu. Minha mãe faz aniversário hoje, e ele faleceu tipo uns três, quatro dias depois do aniversário dela.

Ele morreu assim, com essa mágoa, essa coisa dentro dele, ele sempre falava. E por mais que a gente dissesse “besteira, isso.” Eu mesmo disse a ele: “meu pai, nem es quente por minha causa, não, que para mim isso não significava nada, absolutamente.” Eu não tinha aquela coisa. Eu fui praticamente induzida, “vá, vá”. Mas não me afetou em nada, absolutamente nada, não fiquei com complexo nenhum. Aliás,

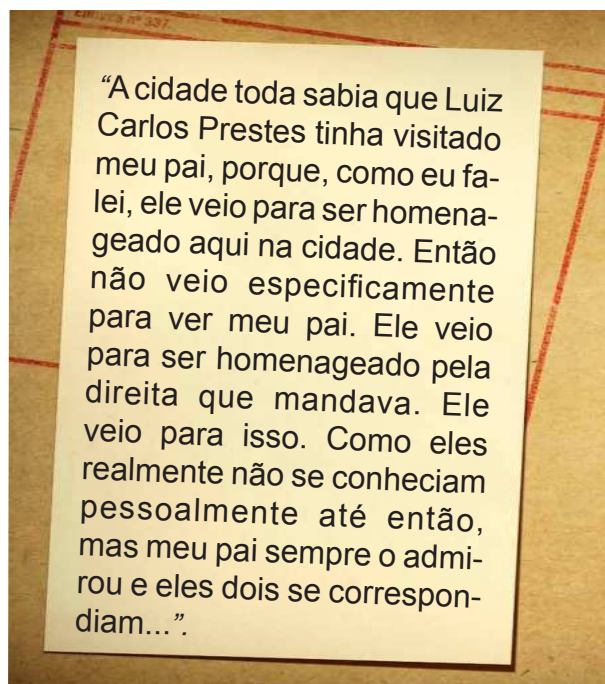
nós todos lá em casa, graças a Deus, nunca tivemos nenhum tipo de problema após o golpe militar, não. Ficamos todos muito bem resolvidos. Alguma coisa mais que vocês queiram saber, alguma pergunta, ou eu fui uma boa depoente, falei tudo direitinho? Na verdade, eu não tinha nem noção de que, em algum momento, eu faria esse depoimento.

Sinval Galeão – Eu queria saber, Ana, se você tem conhecimento que na firma de seu pai, a Retificadora Feirense, se alguém de lá foi preso?

Ana Maria Nascimento – Da retificadora, mesmo não, [funcionário?], não. Eu sei de Zé Pereira, que era muito amigo dele, mas não era funcionário dele, alguns amigos mais íntimos. Da retificadora mesmo, empregado mesmo dele assim, eu não tenho conhecimento. Eu acredito até que não.

Hosannah Leite – As fotos de seu pai com Carlos Prestes, este pode ter sido um dos motivos que ele tenha sido também denunciado?

Ana Maria Nascimento – Não, na verdade, não. Porque eram fotos particulares que ninguém tinha muito conhecimento. A cidade toda sabia que Luiz Carlos Prestes tinha visitado meu pai, porque, como eu falei, ele veio para ser homenageado aqui na cidade. Então não veio especificamente para ver meu pai. Ele veio para ser homenageado pela direita que mandava. Ele veio para isso. Como eles realmente não se conheciam pessoalmente até então, mas meu pai sempre o admirou e eles dois se correspondiam. Ele sabia que meu irmão tem o nome Luís Carlos que foi em homenagem a ele, ninguém nunca escondeu isso, mas realmente algumas pessoas que viram podem ter, né... Inclusive, surgiu na época a história de que meu pai ofereceu um almoço, um jantar particular para ele, quando não foi. Tem essas fotos que nós temos lá, todos, eu, ele, os filhos todos, um casal de amigos nossos, Dona Jacira, a filha de José Nicomedes também que este-



ve na visita. Inclusive, ele não foi nem sozinho. Ele foi com uma comitiva de vereadores, deputados, foi todo mundo para fazer essa visita. Então, não tem, mas de repente pode ter sido sim, também. Até porque, tinha um rapaz, eu não lembro agora o nome, que estudava em Moscou e mandava algumas coisas, mandou uma vez uns brochinhos, uns negocinhos de lá. Aí, quando meu pai foi preso, disseram que ele tinha uma filha que estudava em Moscou. Um dos boatos que surgiram foi que meu pai tinha mandado a filha estudar em Moscou, eu não estava em Moscou. Eu estava em Salvador, no Colégio da Bahia, estudando.

Sinval Galeão – Esse rapaz foi o Raimundo Dantas?

Ana Maria Nascimento – Raimundo Dantas. Exato. Ele estudava lá e mandava revistas de lá da União Soviética, revistas assim normal de paisagens. E é isso.

Sinval Galeão – O Dom Luiz quer fazer uma pergunta.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Bom dia. A senhora falou da relação – são duas questões – da relação do seu pai com João

Durval, depois dessa virada dele para Chico Pinto. A gente sabe que, nesses idos de 60, a polarização era muito grande, direita e esquerda. João Durval era da direita e Chico Pinto à esquerda. O fato de seu pai ter sido preso assim sem nenhum elemento material, factual, a senhora detectou se teria algum espírito aí de vingança da parte de alguém, não propriamente de João Durval, mas alguém ligado a esse grupo que se sentia traído? Segunda pergunta: dessas possíveis denúncias e acusações de que havia rádio na sua fazenda, havia etc., detectaram alguma coisa? Encontraram alguma coisa?

Ana Maria Nascimento

– Não, não. Não foi nada en-contrado. Inclusive, como eu falei. Eu pedi para o capitão Arlindo proteção para o sítio porque, depois que o Exército esteve lá, revirou tudo e não achou nada porque realmente não tinha, aí capitão Arlindo colocou o pessoal do Tiro de Guerra tomando conta do sítio por uns 20, 30 dias, até que as coisas ficassem mais calmas.

Outro fato também, que as coisas estão voltando à memória, foi um rapaz que apareceu aqui na cidade, era Gileno. Gileno Lima inaugurou uma livraria, livraria Guanabara. Gileno apareceu aqui, que ele não era da cidade, apareceu aqui, era jovem, todo bonitão, ele se aproximou da gente, fez amizade, fez amizade com meu pai e passou até frequentar lá em casa, que ele paquerou minhas irmãs. Então ele ia assim, mas ia de noite. Meu pai ficava na varanda de pijama e ele ficava conversando com meu pai e depois ele ia embora. Só que ele não ia embora. Ele ia, ficava escondido, porque a função dele aqui era vigiar

meu pai. Gileno veio vigiar. Tanto que, quando estourou e ele apareceu todo fardado, foi um choque. A gente jamais imaginava que ele fosse militar.

E, por outro lado, foi bom porque, durante o período todo que ele fez essa vigília, ele nunca viu nada suspeito, de reunião, como diziam que tinha reunião de partido, e realmente isso nunca aconteceu.

“Gileno apareceu aqui, que ele não era da cidade, apareceu aqui, era jovem, todo bonitão, ele se aproximou da gente, fez amizade, fez amizade com meu pai e passou até frequentar lá em casa, que ele paquerou minhas irmãs. Então ele ia assim, mas ia de noite. Meu pai ficava na varanda de pijama e ele ficava conversando com meu pai e depois ele ia embora. Só que ele não ia embora. Ele ficava escondido, porque a função dele aqui era vigiar meu pai”.

Aconteceu sim, quando do golpe mesmo, meu pai não estava nem aqui na cidade, quando a coisa pegou, Humberto Mascarenhas, Francisco Pinto, seu Zé Pereira, e tal e tal bateram lá em casa até para procurar meu pai e para saber. Aí, entraram lá, e minha mãe disse: “Não, Chiquinho não está não. Chiquinho já foi preso.” Então foi a única vez que o pessoal teve assim esse contato na minha casa, fora isso não tinha. Seu Humberto, por exemplo, frequentava minha casa em aniversário, que eram muito amigos. E a

questão também é essa. Houve muito, gente que denunciou ele mesmo aqui, que apontou, deu o nome dele como comunista perigoso. Posso citar nomes? O dedo duro mor foi Joselito Amorim. Esse foi o mor, que eu sei mesmo assim, que meu pai ficou com horror mortal dele depois, e outras pessoas. Até um rapaz que tinha uma banca de revista, Juarez, esse também foi lá dizer que ele é. Mas meu pai era muito conversador, então ele falava muito realmente. Tinha um, eu não lembro o nome, um bar e restaurante que o pessoal tomava um cafezinho, era aqui no Centro. Então, toda tarde ele ia para o Café São Paulo, e lá ficava, encontrava a turma e conversava muito. Falava muito e isso realmente abalou.

E o fato realmente de ele ter apoiado Francisco Pinto não abalou João Durval,

como eu falei. Ele foi a João Durval, disse “olhe João, eu sou seu amigo, sempre lhe apoiei, mas dessa vez não vou ficar com você não. Vou ficar com Chico Pinto, ele tem mais minhas ideias, mas eu lhe ajudo financeiramente”. Tanto que ele ajudou a campanha de João Durval. Ele botou até um carro, uma caminhonete à disposição dele. “Mas eu vou ser cabo eleitoral de Chico.” Tanto que João Durval não abalou a amizade, depois da revolução, como eu falei, fez uma carta pedindo para transferir os depoimentos dele para cá, para ele não ficar viajando e tal. Mas realmente houve muita gente naquela época que, eu realmente só me lembro deste, desse que apontou. Teve o próprio Raimundo Gama. Segundo minha mãe, foi um também que na hora “H” tirou o corpo fora e foi acusador também. Raimundo Gama também foi acusador ele se deu de santo que não, não sou nada. Esses nomes são os que eu sei assim. Porque provavelmente para ele ser

considerado o terror do terror aqui na cidade, porque várias pessoas, ninguém ia botar o nome dele lá assim em vão. Porque realmente deve ter havido muitas denúncias.

Agora, nunca foi comprovado nada. Tanto que depois, ele foi ouvido pouco, não ficou muito tempo, ficava sempre assim, aquele pós traumático, depois que você faz a cirurgia você fica com aquele trauma cirúrgico. Foi o caso de meu pai. Ele ficou e a gente também, porque a gente sempre tinha medo. Enquanto durou a revolução a gente tinha medo que a qualquer momento invadissem a casa de novo, que pegassem ele de novo, a gente ficava assim policiando ele: “meu pai, pelo amor de Deus, não conversa mais na rua, fique calado”, então essas coisas.

Pastor Jorge Nery – Não havendo mais questões, nós queremos agradecer a Ana Maria Nascimento.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

27 de agosto de 2014 - Sede do CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte de Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: LUIZ ROBERTO DE JESUS

Luiz Roberto de Jesus é filho de Raimundo Alves, mais conhecido por Raimundo Alfaiate, militante ativo na década de 1950 e dirigente do Partido Comunista em Feira de Santana. Fez parte da Associação dos Alfaiates e também foi ativista de movimentos sindicais da época. Foi perseguido em 1964 e em 1973 foi preso, levando um pouco mais de um mês detido. Não foi vítima de tortura física e, segundo Luiz Roberto, ele soube contornar as tentativas de tortura psicológica. Sua família passou por inúmeras dificuldades e recebeu ajuda de amigos e familiares, mas mesmo assim, a mulher e os filhos chegaram a passar fome. Os filhos eram perseguidos na escola por serem filho de comunista. Raimundo Alves faleceu em 1993.

*Texto não revisado pelo depoente.

*Luiz Roberto de Jesus

Jorge Nery – Estou querendo chamar o representante da família do Raimundo de Jesus, Raimundo Alfaiate para trazer também seu depoimento. Senhor Luiz Roberto de Jesus fará o depoimento nesse instante.

Luiz Roberto de Jesus – Bom dia a todos. Eu gostaria que vocês fizessem pergunta, de preferência, viu Sinval? Fizessem pergunta pra reativar a memória melhor.

Sinval Galeão – A gente vai lhe ajudando. Comece a falar sobre seu pai, o trabalho dele...

Luiz Roberto de Jesus – Como a maioria aqui sabe, eu sou filho de Raimundo Alves, falecido em 93. Foi perseguido em 64, em 73 foi preso e na época, tinha – deixa eu ver – eu e mais três filhos, e mais quatro, melhor dizendo. E aí teve que sair fora, houve muita perseguição e algumas coisas eu posso me lembrar se me perguntar. Algum assunto específico...

Hosannah Leite – Que idade você tinha na época?

Luiz Roberto de Jesus – Sete anos. Eu estudava, fazia o 1º grau. Não. 1º ano primário.

Hosannah Leite – Tinha irmão mais velho?

Luiz Roberto de Jesus – Mais velho, claro. Eu e mais quatro irmãos.

Hosannah Leite – Uma coisa que você podia nos relatar, é que, após 64, nós temos conhecimento, nós que convivemos com seu pai, nós que somos um pouco mais aquinhoados na idade, tá certo? Mais velho. Pois bem. Nós sabemos que a família passou grandes dificuldades porque Raimundo era a pessoa que chefiava a família, a fonte de renda principal. Era o arrimo de família, era a fonte de renda principal, provinha daquela pequena localidade que tinha ali no chamado Beco do Ginásio, onde ele tinha uma alfaiataria. Você se recorda algum relato de sua mãe ou mesmo pela sua vivência, o grau de dificuldades e de perseguições que vocês sofreram naquela época, depois do golpe?

Luiz Roberto de Jesus – Com certeza. Porque realmente pai teve que sair fora, certo? Porque nossa casa era invadida constantemente, toda tarde. Então, mãe ficou só. Era eu e mais quatro irmãos. A gente aí passava fome e tal, ia na casa dos parentes pegar alimentos, essa coisa todinha. No colégio, eu e meu irmão que já estudava no Colégio Eduardo Fróes da Mota, que eu até ia trazer a informação, infelizmente não forneceram. A gente pra entrar no colégio era perseguido, filho de comunista e tal. O vizinho lá também incomodava muito a gente. E aí, às vezes, a gente passava até fome realmente. Esse é um dos pequenos fatos, do colégio realmente. Mas a gente viveu em todo lugar, realmente complicado né?

Hosannah Leite – É compreensível, é tanto que eu tinha insistido com você, da gente poder ouvir aqui o depoimento da senhora sua mãe, pessoa que teve grandes agruras, grandes momentos de dificuldade naquele período. Até porque sabíamos da sua tenra idade naquela época. É... mas, a dificuldade que vocês passaram, as perse-

guições, fruto daquele momento, deve ter sido uma coisa vexatória.

Não somente daquele momento em 64, como também posteriormente. Sabe-se que Raimundo, como Teté que também era alfaiate, eram pessoas que costuravam para um bom segmento de classe média em Feira de Santana, por serem grandes e bons profissionais. Mas, sobretudo, Raimundo era uma pessoa muito aguerrida, muito lutadora, de uma consciência firme em nível de posicionamento e defesa do socialismo. Ele, como outras pessoas, eram da militância efetiva e dirigente do Partido Comunista em Feira de Santana.

Luiz Roberto de Jesus – Correto.

Hosannah Leite – Ele, pela época de convívio que eu tive com ele, e ele era bem mais velho do que eu. Mas, naquela época, eu, Celso Pereira éramos estudantes, Sinval já era comerciante

e outros tantos. A gente teve a oportunidade de conviver com Raimundo. Esse relato seu das dificuldades de sobrevivência material são, sobretudo, importantes porque isso aconteceu com muitos outros aqui em Feira de Santana: Zé Pereira, Zé Pereira Filho, do Trio, você teve essa questão, Teté que teve a clientela devastada, totalmente dispersada. A gente sabe que pessoas, e Ana me permita eu fazer uma referência aqui a seu pai, com quem tive o prazer de ter uma aproximação também naquela época, ligar o seu pai a outra pessoa que também teve um papel importante em Feira de Santana e que eu acho que essa Comissão deve ouvir seus familiares também. Foi Carlos Marques.

Ana Maria Nascimento – Sim, sim.

Hosannah Leite – Carlos Marques foi uma

“Nossa casa era invadida constantemente toda tarde. Então, mãe ficou só. Era eu e mais quatro irmãos. A gente aí passava fome e tal, ia na casa dos parentes pegar alimentos, essa coisa todinha. No colégio, eu e meu irmão que já estudava no Colégio Eduardo Fróes da Mota, que eu até ia trazer a informação, infelizmente não forneceram. A gente pra entrar no colégio era perseguido, filho de comunista e tal”.

pessoa em Feira de Santana, que teve como Chiquinho uma atuação e eram tidos assim como os irmãos ricos dos comunistas.

Ana Maria Nascimento – Isso.

Hosannah Leite – E normalmente o eram. Eram pessoas que normalmente auxiliavam sempre nas dificuldades que aquele pessoal de esquerda tinha. E eles desenvolveram um papel muito importante naquela fase pré 64, e no pós 64 também. Com mais reservas, com mais dificuldades, com dedos. Agora, nós sabemos que a sua casa foi por muitas vezes invadida.

Luiz Roberto de Jesus – Com certeza. Geralmente a tarde, não era fácil não. A gente podia esperar mais ou menos às 16 horas o exército tava entrando lá. Aí, entrava, vasculhava tudo, olhava debaixo da cama e aí a gente ficava sem ir pro colégio, eu tava chegando, se deparar com isso não era fácil não. Teve uma pessoa também que teve um papel aí, perseguiu a gente e enchia muito o saco, o nome dele era Gileno.

Hosannah Leite – É, Gileno Lima.

Luiz Roberto de Jesus – Fingia que era amigo e tudo. Aí, ficava olhando meu pai e seu Humberto, que era muito meu amigo.

Participante não identificado – Era irmão daquele rapaz ali da Livraria Aribirim.

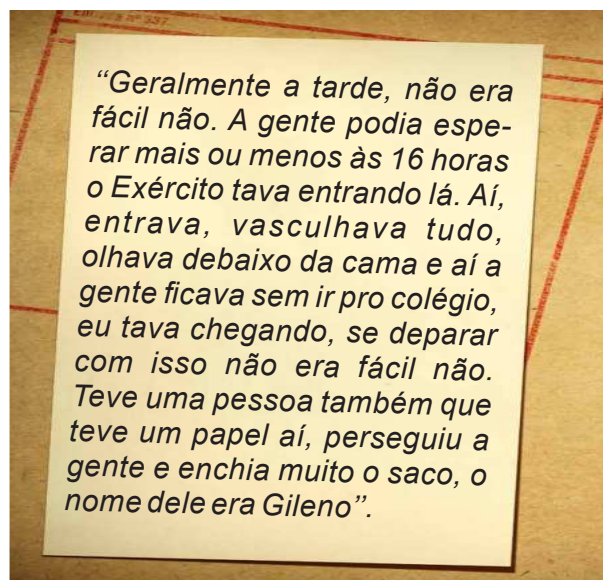
Luiz Roberto de Jesus – Seu Gerson né?

Participante não identificado – Gerson era o irmão.

Hosannah Leite – Porque Gerson, ele em 64, ainda o Monsenhor Luiz aqui me perguntou se ele se arvorou na condição de militar. Não, ele era do CPOR. Ele tinha terminado a reserva.

Participante não identificado – Ele era da reserva.

Hosannah Leite – Era da reserva, mas ele



passou a ser uma das pessoas atuantes a nível de perseguição. Ele foi um dos que liderou, a nível de comando, a invasão da AFES e ter arreventado totalmente lá no Edifício Pires a sede da AFES.

Participante não identificado – AFES era?

Participante não identificado – Associação Feirense dos Estudantes Secundários. Muito ativa, de um passado histórico muito honroso, tivemos oportunidade, eu e Celso de participar da diligência da direção naquela época e a gente sabe muito das agruras que esse rapaz provocou em muitas famílias. E ele se achava, se jactava como uma pessoa absolutamente alinhada com a ditadura.

Participante não identificado – O mesmo que Arnaldo Saback.

Participante não identificado – Arnaldo Saback também.

Luiz Roberto de Jesus – Inclusive, viu Hosannah? Inclusive, a gente cansava de ir lá na alfaiataria, a essa altura o pai já tinha caído fora – não era pra ficar – e encontrava Gileno lá, olhando, perguntando, cochinando uma coisa e outra, pra ver se o pai estava ali. Várias vezes encontrava ele lá, tanto que eu nem gostava de ir mais lá. Mãe: “Vai lá!”. Um funcionário ficou toman-

do conta da alfaiataria.

Hosannah Leite – Você era menininho, sete anos.

Luiz Roberto de Jesus – Sete anos, já estudava, como eu falei com você, no Colégio Eduardo Fróes da Mota.

Hosannah Leite – Isso lhe causou traumas?

Luiz Roberto de Jesus – Ah, causou bastante. E depois veio janeiro de 73, quando João Durval tomou posse, pai foi preso, eu vi tudo. Inclusive, teve até um agente que falou assim: “Esse aí vai também”, porque eu já era mais crescido um pouquinho. Aí, eu saí correndo pelo fundo da casa, fui parar na casa de meu primo lá. Eu falei “Que nada! Eu vou parar em pau de arara coisa nenhuma”. Isso já foi em janeiro de 73, acho que você tá lembrado né?

Hosannah Leite – Lembro, eu fui dessa mesma época também..

Luiz Roberto de Jesus – Foi mais ou menos um mês e pouco preso, se não me engano né?

Hosannah Leite – É, passou uns dias na Polícia Federal.

Luiz Roberto de Jesus – Tem uns fatos que aconteceram...

Ana Maria do Nascimento – A verdade é essa. No nosso caso, nós tivemos proteção, como eu falei, do senhor Ioiô Goleiro, que era amigo nosso, que nós éramos amigos de infância e de seu Aniceto Tavares, e de Capitão Arlindo também era amigo nosso, que era nosso professor. Porque, do con-

trário, tudo que aconteceu de invasão todo dia, seria a mesma coisa. Eles invadiam, eles chegavam invadindo e detonando tudo e na minha casa não invadiam porque Capitão Arlindo protegia, botou proteção. Porque do contrário, seria a mesma coisa.

Luiz Roberto de Jesus – Mas no caso, Capitão Arlindo não era de direita?

Ana Maria Nascimento – Hein?

Luiz Roberto de Jesus – Capitão Arlindo não era de direita?

“A verdade é essa. No nosso caso, nós tivemos proteção, como eu falei, do senhor Ioiô Goleiro, que era amigo nosso, que nós éramos amigos de infância e de seu Aniceto Tavares, e de Capitão Arlindo também era amigo nosso, que era nosso professor. Porque, do contrário, tudo que aconteceu de invasão todo dia, seria a mesma coisa. Eles invadiam, eles chegavam invadindo e detonando tudo e na minha casa não invadiam porque Capitão Arlindo protegia, botou proteção. Porque do contrário, seria a mesma coisa”.

Ana Maria Nascimento

– Era. Mas é como eu falei. Ele era um amigo pessoal. Ele era nosso professor de colégio. Ele frequentava a minha casa sempre. Porque meu pai só deixava a gente participar de torneios, de viagens, pra jogar vôlei-bol, porque ele tinha que ir lá pedir pra meu pai. Então, nessa coisa, foi feita essa amizade. Então, quando meu pai estava sendo procurado, mandou chamar ele e disse: “Olha, Arlindo, já que eu tenho que ser preso, eu me entrego pra

você, que é uma pessoa que eu confio”. Mas ele era militar sim, e tal, mas aquela coisa né? Você sabe que, às vezes, a amizade em determinados momentos vale alguma coisa, vale muito.

Luiz Roberto de Jesus – É... um caso assim semelhante, eu tipo Antônio Carlos Magalhães e Fernando Santana, não é? Que eram amigos, mas, politicamente falando, tinham as divergências deles.

Participante não identificado – Exatamente.

Sinval Galeão – Nesse período de prisão

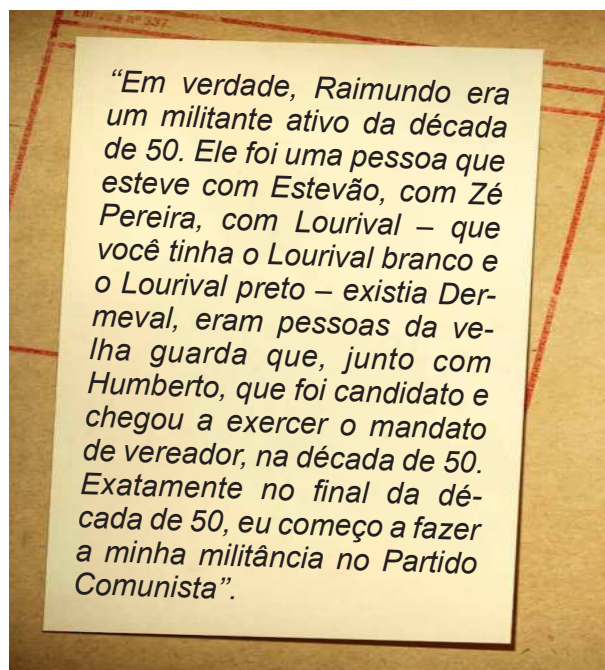
de seu pai, você soube se ele relatou com você alguma coisa? Se ele chegou a ser torturado, se apanhou, se teve tortura psicológica? Tortura psicológica nós sabemos que tem sim, mas o que ele contou pra você?

Luiz Roberto de Jesus – Olhe Sinval, que eu me lembre, tortura física não. A psicológica, tentaram fazer, mas pai sabia contornar a situação e ele dobrou realmente, conversou com um, com outro e tal.

Sinval Galeão – Quanto tempo ele passou preso?

Luiz Roberto de Jesus – Mais ou menos dois meses, hein Hosannah?

Hosannah Leite – Um pouco menos. Em verdade, Raimundo era um militante ativo da década de 50. Ele foi uma pessoa que esteve com Estevão, com Zé Pereira, com Lourival – que você tinha o Lourival branco e o Lourival preto – existia Dermeval, eram pessoas da velha guarda que, junto com Humberto, que foi candidato e chegou a exercer o mandato de vereador, na década de 50. Exatamente no final da década de 50, eu começo a fazer a minha militância no Partido Comunista. E tive em Raimundo e essas pessoas que eu citei: Zé Pereira, Humberto e outros tantos, aquelas referências, aquelas pessoas num determinado pedestal e que a gente via neles o exemplo que nós deveríamos, como combatentes nas lutas populares, seguir. Raimundo era um desses. Era uma pessoa que tinha uma consciência firme no posicionamento socialista dele. Era uma pessoa, durante a década de 50 principalmente e na fase pré-64, muito ativo politicamente, militante de movimentos sindicais na época. Existiu em Feira uma Associação de Alfaiate ou era Sindicato de Alfaiates, mas existia, sim, uma associação, em que ele participava. E, mesmo depois de 64, ele continuou mesmo na situação, se antes de 64 existia uma situação de semilegalidade do Partido Comunista, no pós 64, era total ilegalidade. Ele não titubeou para continuar sua mili-



tância de forma clandestina, não na sua vida clandestina, apesar de viver familiarmente e ele pessoalmente dentro do esquema legal, mas ele nunca deixou de, mesmo na clandestinidade da sua atividade, defender os interesses da população a nível de interesses de mudanças e combate direto à ditadura. Eu tenho por seu pai uma admiração, como pelos outros companheiros que já partiram, alguns dizem dessa pra melhor, né companheiro? Mas às vezes as pessoas que são materialistas...

Luiz Roberto de Jesus – Inclusive, seu Humberto Mascarenhas quando eu estava indo pra casa dele, o filho dele veio ao meu encontro falar que ele tinha falecido há uns dois anos atrás.

Hosannah Leite – É, faleceu de um infarto no meio da rua, foi uma coisa assim...

Luiz Roberto de Jesus – Não, na casa do irmão Humberto, do lado do irmão.

Hosannah Leite – Ele voltou, foi no meio da rua quando estava indo para a casa do irmão.

Luiz Roberto de Jesus – Quando tava indo?

Hosannah Leite – Quando estava indo.

Pois bem, essas pessoas e devo aqui reverenciar também: Batata, que é uma pessoa que devemos [foi muito antes de meu pai] muito amigo, nós devemos também ouvir familiar dele, tá certo? Ainda antes de terminar esse processo que é um dos velhos militantes que sofreram em decorrência das suas prisões, das torturas, perseguições. Pessoa que, com uma tuberculose intensa, naquela época era uma coisa difícil de ser curada, precisava ser isolada. Mas essas pessoas sempre nós gostamos de lembrar. Eu gosto sempre de fazer referência a essas pessoas. Porque Feira de Santana não pode esquecer, além desses que eu citei, de Antoniel Queirós, e de muitos outros militantes, que estiveram na luta em Feira de Santana que a história escrita pelas elites de Feira de Santana, a memória histórica que se deixou de lado em Feira de Santana, na verdade não foram... não são as heranças históricas escritas por aqueles que fizeram efetivamente a luta das causas populares, mas aquelas que a informação da elite de Feira de Santana passou para a nossa história e que hoje essa Comissão tenta resgatar.

Para deixar muito claro que não foi bem assim. Comunista não era aquele que colocava a criancinha num forno de fogão pra assar, não era aquele estuprador de velhinhas, comunistas eram aqueles que lutavam em defesa dos interesses populares. E, por conta disso, todos aqueles que militavam naquela época tiveram profundas sequelas não só a nível de situações psicológicas, mas de perseguições. Perseguições de oportunidades e tiveram que buscar outras alternativas de sobrevivência. Mas eu estou fazendo mais essas intervenções sobre seu pai porque eu tive o prazer e a honra de conviver com uma pessoa digna,

lutadora, uma pessoa que já que vocês estão me pedindo pra fazer perguntas pra despertar na sua memória...

Como você era um jovem de sete anos, naturalmente aflorar alguma coisa dessa época é um pouco difícil pela sua idade. Mas esse testemunho também que eu quero dar sobre Raimundo Alves de Jesus é um testemunho... Raimundo Alfaiate. Aliás, ninguém conhecia Raimundo Alves

de Jesus, era Raimundo Alfaiate. Quando Dermeval, digo Dermeval Bigodão. Enfim, eram pessoas eminentemente de origem do proletariado. Apesar de que eu tenho muito respeito pelas pessoas que evoluíram a nível de consciência e que tinham alguma situação financeira, nem todos tiveram a felicidade que Chiquinho teve de ter uma vida material relativamente confortável. E aqui eu quero fazer uma justiça, que uma das mais belas mulheres que Feira de Santana

viu, foi quando Ana foi representante de Miss em Feira de Santana. E hoje ainda continua mesmo na sua ainda jovialidade (risos) uma pessoa muito simpática. E eu acho que isso pra Feira orgulhou muito quando ela... ela orgulhou muito Feira de Santana, não só pela sua beleza, não só por conta da sua inserção dentro da comunidade de Feira de Santana, mas porque um companheiro de pensamentos evoluídos, de consciência proletária, como foi o pai dela e a família dela, pode ter rebentos da estirpe de Ana que muito orgulhou e honrou Feira de Santana.

Luiz Roberto de Jesus – Viu, Hosannah? Um detalhe aqui. O seguinte: o Colégio Eduardo Fróes da Mota, onde eu estudava na época, ele fazia muitas queixas lá,

“Comunista não era aquele que colocava a criancinha num forno de fogão pra assar, não era aquele estuprador de velhinhas, comunistas eram aqueles que lutavam em defesa dos interesses populares. E, por conta disso, todos aqueles que militavam naquela época tiveram profundas sequelas não só a nível de situações psicológicas, mas de perseguições. Perseguições de oportunidades e tiveram que buscar outras alternativas de sobrevivência”.

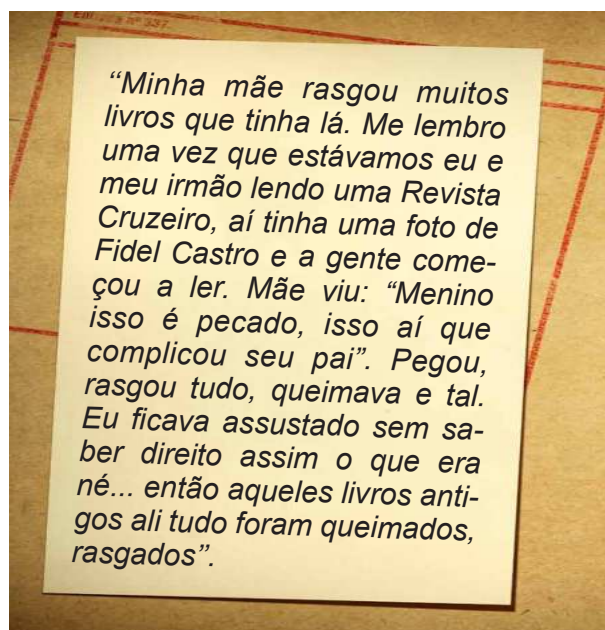
perseguições de alguns alunos e pais de outros alunos que falavam: “Oh, não ande com aqueles dois meninos, (eu e meu irmão Ivan, que você conhece né?) são filhos de comunistas” e tal. Então, eu chegava na diretoria e registrava a queixa. Eu gostaria de saber se isso está lá anotado. Eu estive lá, mas mandaram ir à tarde, depois eu fui lá e mandaram ir pela manhã.

Hosannah Leite – Normalmente eles não anotam, omitem essas situações de perseguições até por medo e outros por alinhamento ideológico mesmo: perseguindo, deixavam na omissão a perseguição, mas não deixavam testemunhalmente documentado situações de perseguições. Era isso que eu queria, a intenção em fazer minhas provocações, até por uma questão de resgate da história de Raimundo e dar o meu testemunho vivido por eles, como também do próprio Chiquinho Nascimento.

Participante não identificado – Hosannah, esse detalhe que você coloca aí do seu Francisco Nascimento, e que ela colocou entre os delatores do pai dela Joselito Amorim, é o Joselito Amorim quem vai coroar ela. Fotos, ele coroa ela como a escolhida, certo? E ao lado, Ioiô Goleiro. Então, isso está historicamente registrado. E o outro fato também que eu gostaria de registrar, é que na Polícia Federal, na prisão do Raimundo Alfaiate, eles colocaram e recolheram na alfaiataria dele no Edifício Fraga Mota, ali na Senhor dos Passos, um livro com as contribuições dos companheiros do Partido Comunista. Isso consta no depoimento. Agora, claro que no depoimento era a fidelidade do que o preso político falava, eles acrescentavam algumas coisas, mas consta na Polícia Federal no processo contra o Partido Comunista...

Luiz Roberto de Jesus – Mas, foi aonde companheiro?

Participante não identificado – Ali no Edifício Fraga Mota, seu pai tinha uma alfaiataria...



Luiz Roberto de Jesus – Não foi no Beco?

Participante não identificado – Aí já foi em 73, quando ele é preso, é recolhido.

Luiz Roberto de Jesus – Inclusive minha mãe rasgou muitos livros que tinha lá. Me lembro uma vez que estávamos eu e meu irmão lendo uma Revista Cruzeiro, aí tinha uma foto de Fidel Castro e a gente começou a ler. Mãe viu: “Menino isso é pecado, isso aí que complicou seu pai”. Pegou, rasgou tudo, queimava e tal. Eu ficava assustado sem saber direito assim o que era né... então aqueles livros antigos ali tudo foram queimados, rasgados. Tenho uma tia, que está em São Paulo agora, que ela disse que uma certa vez ela ia com um pacote de livro. Aí, o carro da polícia parou e ela entrou dentro do mato e ficou lá um tempão esperando e os caras pararam do lado – você conheceu minha tia, professora Ana. Ela recolheu pra enterrar, pra não jogar fora. Tem muitos livros enterrados lá ainda aí, onde a gente morava na época né?

Hosannah Leite – Tem algumas árvores que cresceram ideologicamente.

Participante não identificado – Roberto, percebe-se também que você era muito criança. Não coloco nem jovem, era criança, tinha sete anos.

Luiz Roberto de Jesus – Justamente, ia fazer sete.

Participante não identificado – Aí, muitas coisas que você sabe, é relatada pra outras pessoas. Mas assim, o que ficou de marcado enquanto você criança e hoje adulto, nesse momento, desestruturação na família, vocês eram perseguidos, essa questão da sociedade mesmo que você coloca que na escola vocês eram um pouco excluídos. Hoje, na tua vida adulta, reflete em quê? O que ficou assim de marcado, na época pra hoje?

Luiz Roberto de Jesus – Ficou um pouco de revolta viu? Como é seu nome?

Participante – Genildes.

Luiz Roberto de Jesus – Dona Genildes, uma revolta porque a gente vê assim pessoas que passavam de um lado pra outro, que traíram os ideais que tinham. Porque passamos por isso em 64, 69, 73, e cada ano era cada coisa pior. Até 85, a situação era essa. Então...

Genildes – Assim, a gente percebe também muitas falas né... assim, hoje falando tem muita coisa que é bonito, ficou de bonito, mas assim a família que sofre. E as pessoas que se diziam, que são amigos de seu pai da época apoiaram vocês também na época que seu pai se foi?

Luiz Roberto de Jesus – Me apoiaram. Os amigos todos chegaram lá realmente. Eu acho que se teve exceção uma ou duas pessoas né? Umas pessoas assim como Hosannah, seu Humberto e outros e outros amigos na época apoiaram bastante. Iam lá em casa pra saber como estava a situação e tal. Aqueles que tiveram que ficaram aqui. Os que caíram fora, já viu como é que era. Tinha um primo que inclusive me ajudou bastante. Parece que escondeu meu pai em vários lugares diferentes. Botava em um lugar, ia pra outro. É falecido agora. Faleceu lá em Goiânia, não conhecia. Alguma coisa mais?

Hosannah Leite – Eu não sei como agradecer pelo depoimento.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
27 de agosto de 2014 - Centro Universitário de Cultura e Arte
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE:
FIDELMÁRIO BARBERINO CERQUEIRA

Fidelmário Barberino Cerqueira era cabo da Polícia Militar na época do golpe militar e ligado a Chico Pinto. Ficou preso durante todo o ano de 1964, voltou a estudar em 1965, mas de 1966 a 71 ficou sem estudar porque não conseguia matrícula. Foi impedido de fazer qualquer concurso na PM, de onde só conseguiu sair em 1976, depois de ter sofrido muita pressão por ser comunista. Prestou vestibular para o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia e só conseguiu estudar graças ao atestado conseguido pelo filho do professor Josaphat Marinho, já que todos os outros pedidos foram negados. Foi preso e vítima de tortura psicológica. A única tortura física relatada por ele foi uma extração de dente feita sem anestesia e sem assepsia, provocando infecção.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Fidelmário Barberino Cerqueira**

Bom dia, companheiros de muito tempo! Tudo começou quando eu fui... aliás com a inauguração – eu quero registrar este fato – foi na inauguração do Colégio Municipal de Feira de Santana, no governo do ex-prefeito, depois deputado, que teve um papel muito importante na derrocada do governo militar, da ditadura militar. O deputado Francisco Pinto, na época prefeito, inaugurou em Feira de Santana o Colégio Municipal que hoje tem o nome de quem o tirou da prefeitura. É interessante.

Eu fui um dos inaugurantes desse colégio, estudante que inaugurou esse colégio, juntamente com o companheiro Celso Pereira que está aqui presente também. E nessa oportunidade, eu fui eleito presidente do Grêmio Francisco Pinto. O nome que se deu ao grêmio na época foi o nome do prefeito Francisco Pinto, em homenagem, ou por gratidão a ele ter inaugurado um colégio que fazia uma economia importante para o município de Feira de Santana, sem se falar no papel da educação. A economia, porque a maioria dos estudantes do Colégio Santanópolis, ou era aquele que podia pagar, ou tinha bolsa da prefeitura. E alguns prefeitos que até foram anteriores ao mandato do Chico Pinto tinham interesse em ser aliados do deputado que era dono do Colégio Santanópolis, de mandar para lá e conceder bolsas. O Francisco Pinto, ao invés de conceder bolsas, disse a mim pessoalmente, quando eu lhe fui pedir uma bolsa pra fazer matrícula no Colégio Santano-

pólis, que ele iria inaugurar o Colégio Municipal de Feira de Santana e que eu teria a matrícula, que até hoje sou agra-decido. Bom. Fiz a matrícula, fui eleito presidente do grêmio, foi dado ao grêmio o nome do prefeito Francisco Pinto, por essas razões e, em seguida, chegou o Celso Pereira, que foi um dos membros também da diretoria do grêmio. Esse grêmio teve uma participação na vida política de Feira de Santana, ativa. Na época, a vocação eram Reformas de Base e esse grêmio participou nessa linha. Por isso, ficou sendo visado muitas vezes, taxa-do disso ou daquilo.

Bom, essa ques-tão, a questão que eu abor-dei antes, de ter deixado o município de subvencionar bolsas, incomodou e se tentou então inviabilizar o funcionamento do colégio municipal. Nessa oportunidade, a Associação Feirense de Estudantes Secundários, na época era o companheiro Normando Leão que era o secretário ou presidente, eu era se-cretário-geral, acumulava com a função de presi-dente do grêmio, secre-tário-geral na vaga do companheiro Celso Pereira que tinha saído. E a Câmara de Vereadores resolveu então... se teve notícias que a Câmara de Vereadores iria inviabilizar, não ia votar o orçamento que o Colégio Municipal necessitava pra funcio-nar no ano de 64.

Isso ensejou a mobilização dos estudantes desse colégio, pelo grêmio e pela AFES, no sentido de pressionar a Câmara de Vereadores para que votasse o orçamento enviado pra Câmara pelo prefeito do município. Aborrecido com a pressão, o professor Joselito Amorim, que era na época, o que presidia a sessão da Câmara, lá umas 9 ou mais da noite, resolveu dizer que declarava aberta a

sessão e por não ter meios de continuar, encerrada. Então ficaria o colégio sem orçamento, inviabilizando o seu funciona-mento do ponto de vista legal.

As pessoas que estavam ali, muitos estudantes do colégio municipal, inclusive eu, Celso, Hosannah, outros companhei-ros, Sinval, muitos que estão aqui, se rebentou; não estou dizendo que essas pessoas que rebentaram a Câmara. A Câmara foi, na verdade, rebentada e as pessoas fizeram pressão à saída dos vereadores. Aliás, as pessoas se aglomeraram e, por conta disso, os vereadores ficaram com medo e pediram tropa, veio tropa da polícia, veio aquela história toda. Por acaso – pra encerrar essa história comprida – por ironia do destino, isso foi em novembro de 63, em março de 64 o golpe mili-tar. Vamos todos ser presos e passar aquela situação que todo mundo aqui conhece.

A prisão não era tran-quila, nós não conhecía-mos muito o que seria, aqui não tínhamos ideia do que poderia acontecer, todo mundo na época jovem, muito jovem. Prisões e tal. Eu era militar na época. E um militar preso como comunista era um negócio seriíssimo. Por conta des-sas coisas todas, fiquei o ano de 64 inteira-mente sem poder estudar, então eu conclui-ria o ginásio em 64. Não consegui concluir o ginásio em 64 porque, apesar dos outros companheiros que foram presos pelo Quartel do Exército, por outras, eu tinha que ser preso pelo Quartel da Polícia Militar, por ser militar, grupamento militar. Então, em nome de disciplina, eles não liberaram os outros por um ato, eles ficaram liberados parece por 50 dias ou 60 dias, não me lembro, mas como eles podiam utilizar o regulamento militar com referência a mim,

“A questão que eu abordei antes, de ter deixado o município de subvencionar bolsas, incomodou e se tentou então inviabilizar o funcionamento do colégio municipal. (...) Se teve notícias que a Câmara de Vereadores iria invia-bilizar, não ia votar o orçamento que o Colégio Municipal necessi-tava pra funcionar no ano de 64. Isso ensejou a mobilização dos estudantes desse colégio, pelo grêmio e pela AFES, no sentido de pressionar a Câmara de Ve-readores para que votasse o or-çamento enviado pra Câmara pelo prefeito do município”.

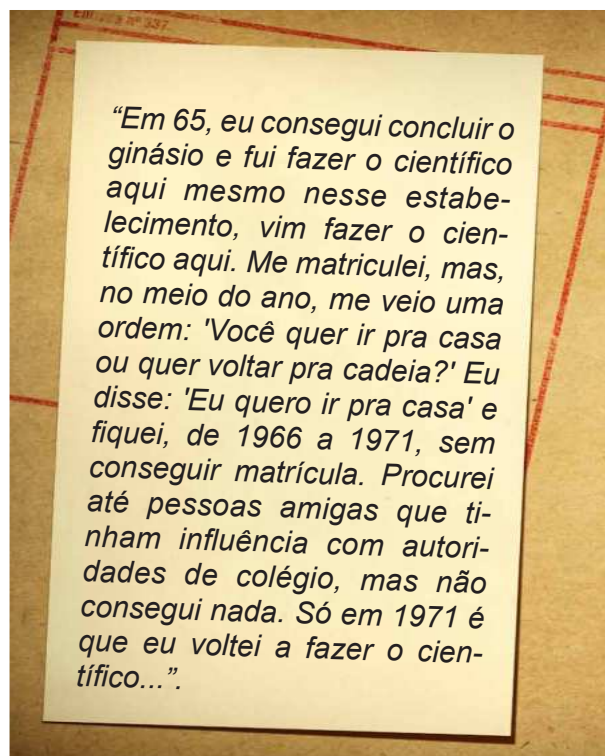
eu fiquei o ano de 64 todo preso.

Em 65, eu consegui concluir o ginásio e fui fazer o científico aqui mesmo nesse estabelecimento, vim fazer o científico aqui. Me matriculei, mas, no meio do ano, me veio uma ordem: “Você quer ir pra casa ou quer voltar pra cadeia?” Eu disse: “Eu quero ir pra casa” e fiquei, de 1966 a 1971, sem conseguir matrícula. Procurei até pessoas amigas que tinham influência com autoridades de colégio, mas não consegui nada. Só em 1971 é que eu voltei a fazer o científico, já no colégio estadual, neste colégio, mas já no outro prédio que seria o Colégio Industrial, terminou sendo... Não me lembro.

Foi que eu consegui, em 71, retornar à matrícula e estudar. Fiquei dois anos aqui. No segundo ano, em 72, veio um comandante da Polícia Militar pra aqui, que eu soube que esse cidadão, quando era aspirante, tinha sido preso como comunista. Mas quando ele chegou, ele já chegou me batendo, não no sentido físico, já chegou me castigando. Eu acho que ele imaginava que se não fizesse nada comigo, ele poderia ser visto como uma pessoa que estivesse ajudando, pelo seu passado.

Não me lembro o nome desse cidadão. Graças a Deus não me lembro do nome dele. Porque ele me ajudou. Me transferiu pra Salvador, e era na época que eu precisava, ia fazer um 3º ano científico e eu precisava vir pra Salvador e não tinha como. Ele me transferiu pra Salvador, e [...], me mandou pra Salvador e fui transferido pra Salvador, fiquei lá me batendo, não me bati mais porque tive companheiros que me abrigaram e ajudaram lá, que já tinham chegado antes de mim, foram estudar, foi o Celso que me botou lá no Pombal dos Inocentes, que era o nome que eles davam à República que eles fizeram, eu não tinha como pagar, fiquei por lá uma temporada.

Terminei ficando, ficando, me formei lá junto com eles. Deu essa fineza dos companheiros. E fiz um 3º ano científico



parte no Central, fiz o meu vestibular na Universidade Federal e, na hora da matrícula, foi um... eu cheguei lá na Secretaria de Segurança Pública pra tirar um atestado com a cabeça raspada e tal. Os policiais lá, as autoridades lá acharam interessante: “Você passou na Federal, parabéns e tal”, todo mundo alegre comigo, “espere aí um minutinho”, foi lá dentro quando voltou, voltou com a cara fechada comigo. “Não tem atestado pra você não.” Isso era o último dia da matrícula. “Não tem atestado pra você não.” Eu disse: “Por que não tenho atestado?”. “Você não sabe não?”. “Não, não tô sabendo porque eu não tenho atestado também, eu fiz alguma coisa, delegado?”. “Vocês comunistas nunca sabem de nada. Não tem atestado”. E eu saí dali desesperado. Minha oportunidade, passei num vestibular difícil de passar, eu não tomei cursinho, não tomei aula, eu estudei sozinho, aproveitando o livro dos outros e tudo mais.

Fiquei desesperado. Aí recorri ao irmão de Celso Pereira que fazia Medicina, Luiz Pereira, e esse rapaz saiu comigo, foi a um hospital porque podia dar também atestado, o professor da faculdade podia dar um atestado pra universidade e ele pediu a um e a outro, dizendo que eu era irmão dele. E

as pessoas negavam. Veja a época como é uma coisa. As pessoas negavam: “Não, não vou lhe dar atestado não, Luiz, porque eu conheço você, mas não conheço seu irmão” e passou, mas ele procurou vários, lá no Hospital Getúlio Vargas, no pronto-socorro, naquela época era no Campo Grande, aí fomos pra Reitoria. Na Reitoria, ele encontrou com um amigo aqui de Feira de Santana que hoje também é advogado em Salvador, Ari Moreira, e Ari disse: “Peraê que eu vou arranjar um atestado”. Recorreu ao filho do professor Josaphat Marinho, e esse rapaz deu o atestado. Eu fui correndo pra Federação, pro Instituto de Matemática, já ao apagar das luzes, chorando, e ainda me emocionando, porque era a oportunidade que eu tinha na minha vida e consegui a minha matrícula e fiz o meu curso na universidade. Fiz meu curso de Direito na Universidade Federal da Bahia.

Sim. Quanto ao meu período de prisão, na verdade, não houve nenhuma agressão física. Aliás, houve uma agressão física que eu estava me esquecendo. Depois de passado algum tempo, na minha ingenuidade na época, eu pedi pra extrair um dente, porque com um dente extraído você tinha uma dispensa pra ir pra casa, porque o quartel não tinha condições pra atender aos cuidados que... E eu fui extrair o dente, e eles me extraíram o dente sem anestesia e eu digo doeu. Mas eu suportei, porque imaginei que poderia acontecer coisa bem pior do que a extração de um dente sem anestesia. Pior ainda é que não fizeram assepsia e o meu rosto inchou todo, deu uma infecção terrível, eles fizeram, eles mesmo, o dentista também, eu me lembro da fisionomia dele, mas não sabia e nem sei o nome dele. Eles fizeram depois uma raspagem no meu ... pra tirar o tecido necrosado. A inflamação foi

muito pior do que a extração do dente.

Bom. Essas coisas e outras mais, eu não sei, pode ser que eu ainda me lembre. Então, esses fatos estão registrados. Quero registrar também que existiu um senhor que no meu interrogatório, na madrugada, um dia frio... é o Major não sei o que ele é hoje, era na época o Capitão Diógenes Cohin Moreira. Esse rapaz parece que tinha ódio de todo mundo que fosse à esquerda. Esse moço, todo tipo de perseguição fez comigo, dentro desse quartel, humilhação. No dia

do meu interrogatório, eu olhei pela janela – e meu pai estava sentado no jardim chorando, não podia fazer nada – e ele pegou, no interrogatório, não estava satisfeito com minhas respostas, e ele pegou um pedaço de pau, porrete, mas eu vi que ele não ia me rumar aquele negócio, porque seria na verdade um assassinato, matava qualquer um que recebesse uma porretada com aquele pau que ele pegou. E ele passou a noite lá. Eu me lembro disso e posso me lembrar de alguma coisa mais, fico à disposição de alguma...

“Quanto ao meu período de prisão, na verdade, não houve nenhuma agressão física. Aliás, houve uma agressão física que eu estava me esquecendo. Depois de passado algum tempo, na minha ingenuidade na época, eu pedi pra extrair um dente, porque com um dente extraído você tinha uma dispensa pra ir pra casa, porque o quartel não tinha condições pra atender aos cuidados que... E eu fui extrair o dente, e eles me extraíram o dente sem anestesia e eu digo doeu... não fizeram assepsia e o meu rosto inchou todo, deu uma infecção terrível.... A inflamação foi muito pior do que a extração do dente”.

Hosannah Leite – Fidelmário! A gente sabia, nós que convivemos com você, tivemos o prazer de conviver àquela época e ainda continuar convivendo... a gente sabia que você era a patente militar mais alta que a gente tinha das forças de esquerda em Feira de Santana. Era o cabo da Polícia Militar. E mais. O homem ligado à comunicação do batalhão. Eu estou lembrando disso um pouco, porque isso deve ter pesado, era radiotelegrafista, alguma coisa desse tipo. Era o encarregado da comunicação do batalhão de Polícia Militar. Umas perguntas que eu queria rápidas fazer: o que eu

gostaria de saber, quem era o nome do comandante de batalhão de polícia da época; segundo, quais as consequências, até porque você era ligado à área de comunicação da polícia. Como isso refletiu sobre você? E terceiro: a sua carreira militar sofreu algum percalço por conta daquela situação? Efetivamente, a gente sabe do seu envolvimento da política estudantil, do movimento de esquerda em Feira de Santana, sabe da sua participação como uma pessoa aguerrida, naquela época. Você teve durante também aquela época do colégio estadual você saiu em 64 só voltou a estudar em 75. Pelo menos foi o que me deixou...

Fidelmário Barberino – Não, eu saí em 66, 64 eu não estudei.

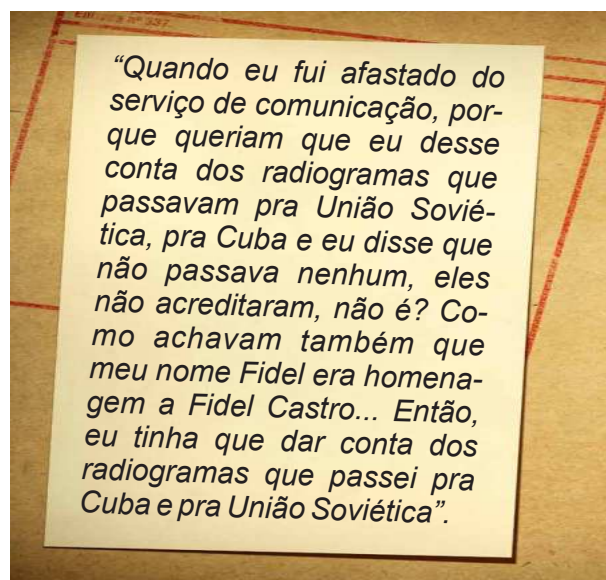
Hosannah Leite – A pergunta era: você teve algum convívio no Colégio Municipal com Santa Bárbara?

Fidelmário Barberino – Não, Santa Bárbara vem depois, bem depois da gente. Olha se eu me esquecer de responder alguma, você me lembra, porque você fez e eu não anotei nada aqui. Primeiro o nome do comandante: era Jorge, eu não sei o sobrenome, ele era um escurinho. Tinha o apelido de Jorge Macaquinha, porque ele era magrinho e escuro, era negro. Então eles, lá na Polícia Militar, chamavam de “Jorge Macaquinha”.

(plateia) – Fidel, mas em 64 era Valter Gago...

Fidelmário Barberino – Não, não. Escute, eu vou chegar lá. Jorge Macaquinha. Esse saiu e veio o coronel Valter Alves Guimarães, gago, bacharel em Direito por sinal. Mas esse cidadão, ele não foi algoz, ele foi um dos que gritou lá: olha [falha na gravação]...

Quando eu fui afastado do serviço de comunicação, porque queriam que eu desse conta dos radiogramas que passavam pra União Soviética, pra Cuba e eu disse que não passava nenhum, eles não



acreditaram, não é? Como achavam também que meu nome Fidel era homenagem a Fidel Castro. Fidel Castro apareceu em 59, eu... apareceu para alguns em 59, apesar dele ser mais velho do que eu, mas não tem nada a ver.

Então, eu tinha que dar conta dos radiogramas que passei pra Cuba e pra União Soviética. Eu não passei radiograma nenhum pra Cuba e nem pra União Soviética. Então, seria impossível aí, não sei. O meio de comunicação na época era rádio, não é? Era o radiograma, o rádio sem fio. A outra pergunta, a terceira...

Hosannah Leite – Como isso se refletiu em sua carreira militar?

Fidelmário Barberino – Ah, sim, sim rapaz, ah é. Eu fiquei... eu entrei na Polícia Militar porque fui pra Salvador e eu não tive à época, difícil pra burro, eu não tive meios de sobrevivência em Salvador, vindo do interior, procurei outro tipo de emprego, não achei, e entrei na Polícia Militar. Mas eu entrei na Polícia Militar pra fazer carreira, pra fazer o curso de oficial, mas me faltava... Na época você entrava com o ginásio, me faltava um ano de ginásio, eu era 3º ano, repeti, aliás, dois. Tive que repetir o ginásio e fazer mais um ano.

Como eu vim do interior, levei tempo

em Salvador. Levei quase três anos, mais um ano em Jacobina, então eu não tinha mais, pela legislação da época, como ser matriculado em colégio público. Eu tinha que ser matriculado no colégio particular, pra depois então transferir pra um público. Era o regulamento da época.

Então, meus pais moravam em Jacobina, por conta de eu ter ido pra Salvador, eles vieram morar em Feira de Santana. Eu, aí, vim pra Feira, me transferei pra Feira, pra fazer... concluir o ginásio e fazer o curso de oficial na polícia. Aqui, eu fui político, tive a minha vida política durante o tempo que eu estava aqui fazendo o ginásio. E terminei ficando, por conta disso, por conta do golpe militar, impedido de fazer qualquer concurso da Polícia Militar. Então, a minha carreira lá foi encerrada, eu não pude.

Eu fiz essas alegações lá na Comissão de Anistia, mas a Comissão não acolheu. Meu advogado foi, inclusive, o companheiro Celso Pereira. Não acolheu, as alegações, os argumentos, até foi a redação que nós fizemos juntos e ele deu os retoques. E eu fiquei... eu sou aposentado como advogado da prefeitura concursado. E, se quebrar a perna, eu vou ter que tomar dinheiro emprestado, não dá pra pagar o plano de saúde com o dinheiro que ganho da prefeitura. E se precisar, se tiver que adoecer, eu não sei como é que eu vou fazer pra sobreviver, não é?

Eu achava que ia ser, que a Comissão de Anistia iria acolher nosso argumento até pelo que a gente terminou sendo. Se eu passei no vestibular da Universidade Federal da Bahia, eu acho que eu passava com o 4º ano, que era só o que se exigia pra o curso de oficial. Quarto ano não é? Felizmente não foi, e eu, “casa de ferreiro, espeto de pau”, não recorri.

Estava até conversando com o Celso sobre isso. Mas tive, Hosannah. A minha vida mudou por completo.

Hosannah Leite – Sua carreira de militar encerrou quando?

Fidelmário Barberino – Minha carreira de militar encerrou em 1976. Tem mais outra coisa que você está me lembrando. Quando eu fui absolvido, aliás, não fomos nem absolvidos. Foi extinta da punibilidade, por conta disso não fomos julgados. Pelo mesmo tribunal que julgou a morte o... como era o nome dele? Teve um que foi condenado à morte...

Hosannah Leite – Theodomiromiro Romeiro dos Santos.

Fidelmário Barberino – É Theodomiromiro Romeiro, que hoje é juiz do trabalho. Esse mesmo tribunal reconheceu, é... pegou, o processo se

arrastou e reconheceu que havia prescrição da pena. E não houve julgamento, e por isso ficamos livres da Auditoria de Guerra que lhe dá um atestado. O Diógenes, entreguei o Diógenes Cosme Pedreira Moreira de Freitas e este capitão... com isso aí eu poderia sair da polícia, porque eu não suportava a pressão. A tortura psicológica era muito forte, mas o pior é que era com todos. Ninguém queria conversa comigo. Se eu encostasse numa turma e tal ali, ia dispersando, saía todo mundo porque ficavam com medo do que poderia acontecer com a minha companhia, com a minha participação na conversa. Ninguém queria saber. Me pergunte...

Hosannah Leite – Mais ou menos isso, só pra completar eu queria saber se o período que você teve de dificuldade de se matricular...

“Eu, aí, vim pra Feira, me transferei pra Feira, pra fazer... concluir o ginásio e fazer o curso de oficial na polícia. Aqui, eu fui político, tive a minha vida política durante o tempo que eu estava aqui fazendo o ginásio. E terminei ficando, por conta disso, por conta do golpe militar, impedido de fazer qualquer concurso da Polícia Militar. Então, a minha carreira lá foi encerrada, eu não pude.”

Fidelmário Barberino – Ah sim, sim... um minutinho. Então eu queria sair da polícia antes, logo que trouxe o atestado, mas esse atestado foi extraviado. Eu só consegui outro atestado em 74 quando entrei na Universidade Federal, porque outra coincidência: o escrivão do meu processo fez vestibular junto comigo e entrou na Federal na minha turma. E me deu... eu contei a história a ele, ele me deu o atestado, aí é que eu fui... Não foi em 74 não, em 76 ele entrou, em 76. Aí eu entrei em 74 e ele em 76 veio pra minha turma, naquela época as aulas eram, né? Não era a turma fechada e ele veio ser meu colega em algumas matérias e me deu esse atestado. Foi o que consegui sair da polícia, porque eu não aguentava a pressão. A pressão era violenta. Um militar comunista, naquela época, não sei hoje, mas naquela época, o militar comunista estava sujo de alguma coisa que fede.

Hosannah Leite – Não. Sem dúvida. Eu tentei fazer essa provocação na sua época mesmo...

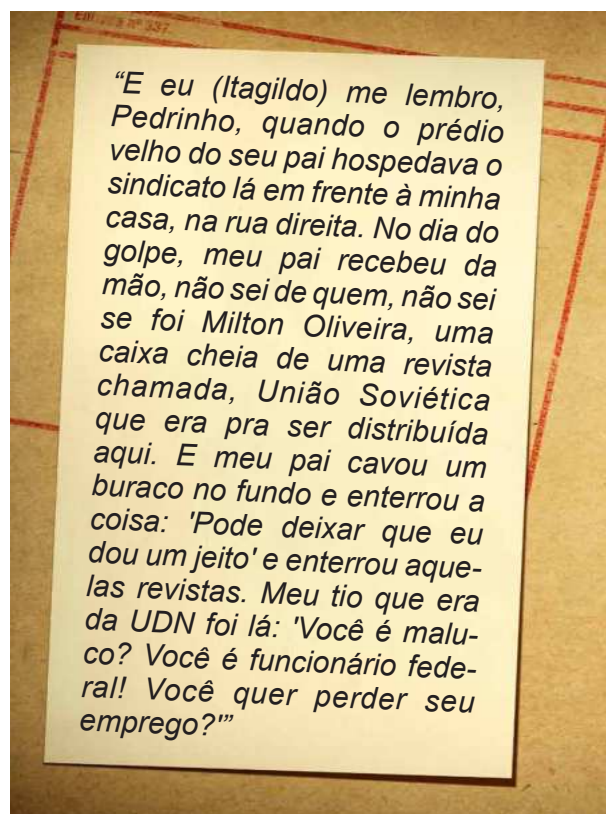
Fidelmário Barberino – Eu agradeço muito a...

Hosannah Leite – E eu vou chegar a outra situação. O período que você passou, de quatro, cinco anos sem poder estudar... você atribui isso a coisas da economia, da cozinha local, é... essas perseguições, ou alguma coisa a ver com o decreto-lei 477?

Fidelmário Barberino – Não, não foi com o decreto-lei 477. Interessante. Não foi. O decreto-lei 477, Hosannah, eu gostaria até de lembrar. Parece que, neste decreto, os presos políticos ficariam só 50 dias né?

Hosannah Leite – Não, não, não. Era aquele que proibia estudantes que participavam de atividade política se matricular em colégio público.

Fidelmário Barberino – Não. Oh, o negócio foi feito muito a grosso modo. Eu fui chamado pela professora Laura Flory que era a diretora deste colégio aqui, que na



época era o Colégio Estadual Feira de Santana e me disse: “Fidelmário, pegue seus livros e as suas coisas e você... é, vá pra casa. Você não vai estudar mais aqui”. E eu tive que pegar os livros e as coisas. Eu acho que ela deve ter obedecido à ordem do capitão Arlindo...

Hosannah Leite – Quem foi a diretora?

Fidelmário Barberino – Laura Flory. Do capitão Arlindo, capitão do Exército, que era o professor de Educação Física daqui... Arlindo Barbosa.

Participante – É secretário, avô do secretário...

Fidelmário Barberino – Pai do secretário...

Participante – Avô.

Fidelmário Barberino – É, Secretário de Segurança Pública. Mas muito bem eu... me ajudou muito, que a gente vai lembrando de coisas. Se alguém tiver mais alguma pergunta que possa me lembrar de alguma coisa...

Participante – Somente pra você lembrar aí, é... da tortura psicológica, das dores que a família passou nesse período. Sua família, Dona Fidelci [...]

Fidelmário Barberino – Ah. Foi traumático, traumático. Eu via minha mãe, é... é, eu não sei o que é. Ela não desmaiava, não é? Ela perdia os sentidos, ela não perdoa Marco Antônio, que ela sabe que foi Marco Antônio, hoje Oficial de Justiça...

Participante – A propósito, só um minutinho... falou-se aqui que Marco Antônio teria morrido. Em verdade tá vivo. Encontrei há poucos dias atrás...

Participante 2 – Eu e você lá no shopping. Estava na livraria comprando livro.

Participante – No shopping.

Fidelmário Barberino – Então, o Diógenes Cohin, esse minha mãe não perdoa, e o Marco Antônio também. Muitas vezes ela me dizia. Eu: “mas minha mãe”, pra poder até melhorar o estado dela, eu... eu queria que ela perdoasse, não por eles, mas por ela própria, porque o veneno que ela tava querendo pra eles tava era nela. Então, pra aliviar as dores da minha mãe... Ah, também tinha que, no meu depoimento, no meu interrogatório, meu pai estava sentado do lado de fora. O quartel era aqui na Matriz, nesse prédio velho da Santa Casa, e tem um jardim em frente, e a sala onde eu fui interrogado... eu fui interrogado na sala do comando com a janela aberta e do outro lado eu pude ver o meu pai lá fora, entendeu? Chorando porque não podia fazer nada. Se lembrasse de alguma coisa mais.

Participante – Fidelmário, veio uma curiosidade, uma pequena coisa. Estou tentando refrescar a memória. Aquele primeiro diretor do Ginásio Municipal de Feira de

Santana, em 63. O vice-diretor era Milton Melo, da noite [...]. E o diretor me parece que era militar, não tenho certeza. Esqueci o nome.

Fidelmário Barberino – Coronel Alfredo Coelho. Esse cidadão baixou um ato no colégio municipal, me depondo como comunista. Em função de ser comunista. Me depondo no crime [...]. Ele não tinha, não, não foi ele. Não foi ele, quem fez isso foi alguém, que por sinal hoje é meu colega, eu quero reservar, por questão ética, o nome desse colega. Mas foi um colega que assumiu a AFES em seguida, não é? A AFES foi invadida, e eu tinha tomado emprestado uma máquina do padre Albertino Carneiro pra fazer as

carteiras de estudante, e como a AFES foi invadida naquela época, a máquina de Albertino também foi no meio. E junto com isso, os documentos que eram assinados, sempre pelo presidente e pelo secretário-geral. Então, a história toda, levaram também as fotografias de Fidel que tava na parede, de Lenin, de quem tivesse mais... Continuo à disposição e agradeço a alguém que me lembre alguma coisa.

Albertino Carneiro – Eu perdi minha máquina que você levou pra lá.

Fidelmário Barberino – Foi. Albertino cobrou de mim algumas vezes, mas Albertino eu não posso... eu vou lá buscar sua máquina.

Participante – Fidelmário, eu acho que convém registrar, que apesar do Coronel Coelho, militar do velho PSD, ter sido diretor do ginásio municipal na época de Chico Pinto... mas a truculência no colégio, maior, foi com Zé Maria.

Fidelmário Barberino – Sim, sim. Eu tô

“Ah, também tinha que, no meu depoimento, no meu interrogatório, meu pai estava sentado do lado de fora. O quartel era aqui na Matriz, nesse prédio velho da Santa Casa, e tem um jardim em frente, e a sala onde eu fui interrogado... eu fui interrogado na sala do comando com a janela aberta e do outro lado eu pude ver o meu pai lá fora, entendeu? Chorando porque não podia fazer nada”.

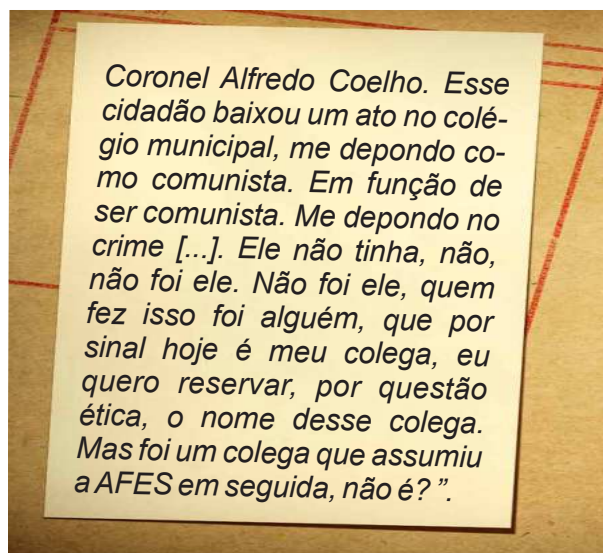
registrando essas histórias do coronel, porque ontem eu tava lendo um depoimento dele. Eu tenho em casa alguns depoimentos. Estava lendo o depoimento dele e ele faz menção a Coelho, Normando e eu. Mas sempre fizeram referência ao senhor Enésio, o alfaiate da Galiléia. É... dois guardas da prefeitura também e outros mais, Hosannah também está em todas. [...]. Lembra de alguma coisa aí, puxa uma conversinha aí, pra ver se eu me lembro.

Participante – Fidelmário, a professora Ana Maria Fontes, da UEFS, ela tem trabalhos sobre o ginásio municipal, onde ela fala nesse material dela, que as aulas eram ministradas com a presença de militares em sala de aula. Você chegou a passar por esse processo das aulas que eram ministradas na presença de militares após o golpe de 64?

Fidelmário Barberino – Não. Não me lembro disso, não.

Fidelmário Barberino – Nesse colégio aqui que, aliás, a turma da baderna pegava cigarro, botava numa bomba e... no sanitário. E aquela bomba chamava bomba relógio. A bomba explodia e a diretoria vinha a mim, dizendo que fui eu que botei a bomba. Uma vez, pegaram a minha pasta e botaram junto com a bomba atrás da porta. Quando eu fui pegar a minha pasta, a bomba explodiu, quase que me atinge. Aí eu fui pra secretaria de novo, porque eu não...

“Professora, a senhora acha que eu ia botar a bomba em mim próprio? A bomba botaram pra me atingir, mas não fui eu quem botou a bomba, essa bomba que estão botando aí, não sou eu, estão botando pra me atingir. Estão botando a bomba pra que eu sofra as consequências disso”. Em seguida, depois dessas bombas, desses negócios, dessas chamadas bomba relógio que explodiram no sanitário e explodiram atrás da porta da minha sala também, quase me atingiram... com a pasta escondida atrás da porta, depois disso é que eu fui chamado pra ir embora. Quer dizer, imagino que essas bombas tenham sido mesmo



colocadas propositadamente, pra que eu ficasse com a culpa de ato terrorista na época. Aqui nesse colégio.

Sinval Galeão – Você participou da derrubada do galpão daqui do colégio?

Fidelmário Barberino – Não, não. Isso foi antes. A derrubada do galpão foi quando eu era presidente do Grêmio Francisco Pinto, 63 foi. Eu estava no Grêmio Francisco Pinto. Mas o grande ginásio municipal participou de todos os movimentos políticos de bancários, operários, de tudo que existiu, que teve em Feira de Santana. O colégio municipal esteve presente dando apoio a todo movimento que visava justiça e propunha as Reformas de Base, ou melhor, em favor das Reformas de Base propostas pelo governo João Goulart.

Ana Maria Nascimento – Eu gostaria de saber se vocês ficavam presos aqui em Feira somente ou chegaram a ser presos em Salvador também?

Fidelmário Barberino – Eu fiquei preso aqui. Por ser militar, eu tinha, por regra militar, regra disciplinar militar, eu só podia ser preso na minha própria unidade. Por isso, eu dei mais sorte. Fiquei preso na minha unidade. Teve companheiros que ficaram presos na unidade que veio me parece de Alagoas, esses sofreram mais do que eu, porque esse pessoal né? Esse pessoal

abusou realmente, eu sei de caso de preso aqui, companheiro da gente, que foi pra Salvador com o olho pra fora de pancada. Quem foi preso lá foi Celso Pereira, foi Sinval Galeão, Coelhinho, né?

Ana Maria Nascimento – Não, é isso, porque meu pai foi pra lá.

Fidelmário Barberino – Seu pai?

Ana Maria Nascimento – Ele foi preso em Salvador, ele ficou preso o maior tempo lá ()

Fidelmário Barberino – A senhora é filha de?

Ana Maria Nascimento – Francisco Nascimento.

Fidelmário Barberino – Hein?

Sinval Galeão – Chiquinho Nascimento.

Fidelmário Barberino – Ah, Chiquinho da retificadora. É? Conheci o pai da senhora. Ele foi pra lá.

Ana Maria Nascimento – Ele contava o que estou ouvindo aqui...

Fidelmário Barberino – Mas deixa eu te falar uma coisa, eu fui preso depois. Eu não fui preso junto com Sinval, com Celso, com Hosannah. Eu fui preso dias depois, que eu fugi. É uma história interessante: uma amiga da minha mãe, vizinha da minha mãe da aldeia, na época era aldeia, o marido dela era prefeito em Retirolândia e ela, por amizade a minha mãe, me levou pra casa dela em Retirolândia. Eu fiquei escondido lá, uma temporada em Retirolândia. Depois, eu não aguentei, aí vim pra aqui, aí fiquei preso, fui logo preso.

Participante – Quem efetuou a sua prisão cabo Fidelmário?

Fidelmário Barberino – Foi o Coronel

Jorge, este que tinha o apelido de Macaquinha. Agora, o coronel Valter... Celso você lembrou o nome dele, ele mandou me tirar da prisão, mandou me tirar do quarto onde eu estava preso, mandou me tirar dali... eu ia voltar pra lá. Antes eu fui tirado porque chegaram Chico Pinto e Colbert presos, então eu não poderia ficar, porque era cabo, ficar preso com doutor Colbert e doutor Francisco Pinto. Então, me tiraram dali e me botaram no alojamento. Me aliviou, porque eu estava dormindo num lugar sem coberta sem nada, num quarto frio e não tinha porta, era grade. Botaram para dormir em cima do colchão. Botaram uma cama pra Colbert e pra Pinto e eles ficaram lá.

Celso Pereira – Mas o quartel aqui da polícia, na época quem fazia as grandes truculências era o Capelão e Diógenes.

Fidelmário Barberino – Sim, sim. Mas eu quero registrar também, antes de dar a resposta... Não,

não nunca fui religioso não. Sobre o coronel Valter. Quando eu fui voltar pra essa prisão, ele disse que eu não era comunista, ele falou: “Para com esse negócio de dizer que Fidelmário é comunista e graduado de imoral, não vai ser recolhido”. Aí não me recolheram novamente, por conta do Valter Guimarães, que tem uma história interessante dele sendo, dele dando patrulha... isso não tem nada a ver com, é outra coisa. Fazendo uma patrulha na Fonte Nova e teve lá uma briga lá na Fonte Nova, da torcida e ele resolveu retirar, retirar a tropa, aí deu uma ordem: Atenção patrulha, patrulha, correr! Tem nada a ver pessoal, isso é só... Sim Celso, como foi a outra pergunta que você fez?

Celso Pereira – Não, que era o Capelão...

Fidelmário Barberino – Ah, o Capelão era um terror. O Capelão era o terror. Cínico

“Professora, a senhora acha que eu ia botar a bomba em mim próprio? A bomba botaram pra me atingir, mas não fui eu quem botou a bomba, essa bomba que estão botando aí, não sou eu, estão botando pra me atingir. Estão botando a bomba pra que eu sofra as consequências disso’. Em seguida, depois dessas bombas, ... com a pasta escondida atrás da porta, depois disso é que eu fui chamado pra ir embora”.

como eu nunca vi na minha vida. Aquele homem era um terror. Se conta a história que ele chegava, não era só com presos políticos não, chegava lá no prostíbulo e pegava alguém que ele encontrava lá: Você é casado? Levava lá na casa do cidadão e entregava à mulher dele: “Seu marido tava lá no brega, tava no prostíbulo”. Tem um caso de um senhor, que tinha um carro de propaganda topa tudo e ele era conhecido pelo nome do seu carro, da sua instituição. Aí, ele abordou Topa Tudo: “Como é seu nome?”. Ele disse: “Topa Tudo”, quer dizer, como ele era conhecido. “Você não topa é porra de nada”. E aí, porrada no pobre do cara. Jogou na jipa, como ele dizia, “bota na

jipa”, e metia no fundo do jipe prata do ponto 4. O jipe dado por aquele programa do Ponto 4, do americano MEC-USAID.

Celso Pereira – E aí silenciou metade da imprensa de Feira nessa época.

Fidelmário Barberino – Bom eu... eu disse, quero agradecer aos senhores que estão nos tolerando e fazer votos de que não ocorra mais nunca em nosso país nenhum golpe, nem militar, nem civil. Porque golpe na verdade, ditadura de direita ou de esquerda, ou do Norte ou do Sul, Leste ou Oeste, não ... acho que não faz bem ao espírito de liberdade que é própria de todo ser.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
27 de agosto de 2014 CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte de
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE:
ANTÔNIO ALBERTINO CARNEIRO

Militante de política social e um dos fundadores do Movimento de Organização Comunitária (MOC), o ex-padre Antônio Albertino Carneiro, hoje é professor e advogado. Começou a participar sobretudo na Juventude Estudantil Católica e na Juventude Agrária Católica. Teve dificuldade de se posicionar em relação à ditadura. Era um padre amigo dos excluídos, mal visto pela ditadura militar, mas não arregimentava a massa. Estava na luta pela justiça, pela dignidade humana, mas não representava nenhum grupo armado ou aparelho político contra a ditadura. Nunca foi vítima de nenhuma tortura física, mas sempre foi vigiado e acompanhado de perto por pessoas contratadas para isso. Só foi interrogado duas vezes.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Antônio Albertino Carneiro**

Eu não sabia que você era daqueles que diziam que de qualquer maneira eu era perigoso. Se eu estivesse conversando com um grupo de rapazes, era porque eu queria levá-los ao comunismo; e se estivesse conversando com um grupo de moças, era porque eu queria namorar. Eu não sabia que você era desses não. O perigo não era meu, era do mundo. Pessoal me parece assim, vou fazer uma introdução-zinha sobre o que me representa, quer dizer, em minha mente, essa ânsia por tortura da ditadura. Para mim, a ditadura exatamente é, não só uma corrupção política, como é uma demência. É uma doença que está ainda hoje, sobretudo, na Polícia Militar.

Eles não querem, por exemplo, na minha história, me parece que eles não queriam me prender nem me torturar, porque dizer somente o que eles diziam de mim, já era uma tortura e para eles era o bastante. Eu não recebi nenhuma tortura física, mas fui sempre vigiado, fui sempre, não só vigiado, mas acompanhado de perto por pessoas contratadas para isso. Durante dois anos, uma pessoa assim parece que maluco que é daquele jeito que merecia ser, alugou um quarto vizinho à minha casa, para ficar lá, para ver quem entrava e quem saía na igreja ou na casa paroquial. Isso é uma demência. O pessoal não fazia questão de me pegar em um conflito, para me prender, porque eles faziam questão de ficar de bem com a igreja. É bom chamar a

atenção que a ditadura queria ficar de bem com a Igreja Católica. Não é em vão que eles trouxeram o Padre Peyton de lá dos Estados Unidos para fazer aqui a “marcha do terço pela família”, para tornar simpático à população o apego que eles tinham à religião. Não é em vão que eles não me maltrataram porque eu era padre. E mais. O meu Bispo, por mais reacionário que ele me parecia que era, ele dizia assim a eles, aos militares: “não bulam com os meus padres”. E eu não fui bulido sendo preso, não fui bulido sendo torturado, mas fui sempre vigiado, que o vigiar para eles já era o suficiente para mim. E foi.

E é nesse sentido, que eu quero dizer que eles tinham interesse em fazer com que a crueldade prevalecesse para amedrontar. Quando eu quero dizer a crueldade, (vou preferir ficar de pé. Acho que me acostumei fazer sermão em pé que eu não sei falar sentado).

Olhe. Amedrontar era o principal da ditadura. Vou dizer a vocês, por exemplo, porque eu quero dizer isso. Quando eles procuraram a linha da alfabetização pelo rádio, foram lá na sede da Rádio Sociedade, pediram, pediram para mim significa obrigaram, a dar todos os lugares onde tinha uma rádio cativa para eles assistirem. E pegaram esses rádios e quebraram todos na frente dos alunos. O que significa isso senão uma loucura de amedrontamento? Foi isso que fizeram com todos os rádios que eram cativos da Rádio Sociedade. Eu pensei, eu convidei uma delas para vir aqui hoje, da equipe que preparava o curso, e ela não pôde vir porque tinha outro compromisso. Como também convidei uma outra que depois eu vou falar sobre ela e também participou de defesa da vida de um dos prisioneiros. Pois bem. Esse amedrontamento, para mim, é o mesmo

“É bom chamar a atenção que a ditadura queria ficar de bem com a Igreja Católica. Não é em vão que eles trouxeram o Padre Peyton de lá dos Estados Unidos para fazer aqui a 'marcha do terço pela família', para tornar simpático à população o apego que eles tinham à religião. Não é em vão que eles não me maltrataram porque eu era padre. E mais. O meu Bispo, por mais reacionário que ele me parecia que era, ele dizia assim a eles, aos militares: 'não bulam com os meus padres'. E eu não fui bulido...”

gesto que fizeram com José Rios, lá na Rua Nova, Tesoureiro da Associação de Bairro da Rua Nova que, além de ficar três dias um pelotão do Exército ao redor da casa dele, ainda, e não entraram, e não pediram, e nem se identificaram, e nem pediram para ele se identificar, foram no salão da sede da Associação, que eles tinham comprado ainda fiado um resto, 36 cadeiras botaram na praça da Liberdade. Contraste: na Praça da Liberdade, lá em Rua Nova. E quebraram todas as cadeiras na frente do povo pra amedrontar. Isso era uma psicose, uma do-

ença que está aqui hoje no Brasil, com os militares. Eles não sabem ser autoridade, senão com a arrogância. Eles não sabem ser autoridade, senão com o amedrontamento. Não sabem ser autoridade, senão com a tortura. Continua presente ainda a ditadura militar no Brasil. Se não mais militar, policial, que é pior. Um pessoal mais carasco.

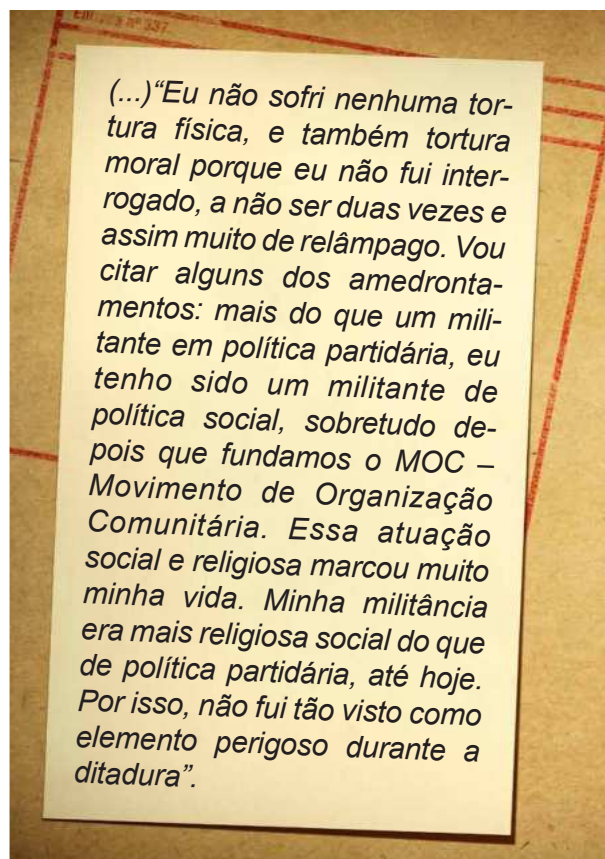
Pois bem, é isso que eu quero dizer. É nessa linha que eu fiz o meu depoimento. Fiz o meu

depoimento dizendo que eu não sofri nenhuma tortura física, e também tortura moral porque eu não fui interrogado, a não ser duas vezes e assim muito de relâmpago. Vou citar alguns dos amedrontamentos: mais do que um militante em política partidária, eu tenho sido um militante de política social, sobretudo depois que fundamos o MOC – Movimento de Organização Comunitária. Essa atuação social e religiosa marcou muito minha vida. Minha militância era mais religiosa social do que de política partidária, até hoje. Por isso, não fui tão visto como elemento perigoso durante a ditadura. Mas, por muito tempo, chamados tempos de chumbo, minha militância não dava ainda muito de ameaça, motivo de ameaça aos dirigentes militares, porém não

participava em nenhum aparelho – vocês sabem o que é. Tinha amigos que participavam e até me cobravam muito porque eu continuava padre. Fui, por duas etapas, interrogado por militantes da esquerda porque eu não me filiava a um grupo político de esquerda. Tanto o PCB, quanto o grupo de AP pareciam querer me conquistar, mas sempre me achei mais próximo dos movimentos sociais do que de grupos políticos partidários, sobretudo clandestinos. Minha opção por atuação social surgiu na Ação Católica, que é um movimento católico. Sobretudo, na JEC e na JAC, que dizer, Juventude Estudantil Católica, Juventude Agrária Católica. Esta última definiu minha vida social.

Todo fim de ano, com grupo de seis a oito colegas seminaristas, íamos a um encontro, [...] é um desses, íamos a um encontro da JAC em São Miguel das Matas, Diocese de Amargosa antes de entrar em férias e voltar para as suas casas. Com o Padre Gilberto Vaz Sampaio, Vigário de São Miguel das Matas, morreu há pouco tempo, menos de um ano, mais um grupo de seminarista de 8 a 10, passávamos três dias de estudo no encontro daquela Paróquia. Também Padre Gilberto foi denunciado como um comunista pelo trabalho que fazia através da JAC, sobretudo por ter ajudado a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, naquele município. Mas as denúncias não chegaram a levá-lo à prisão, por ser primo de um graduado na Polícia Militar que garantiu por ele. Só o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel passou três meses na prisão, por ter fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A denúncia partiu do prefeito local, que era tenente do Exército e prefeito. Em Feira de Santana, estranharam também minha atuação como padre novo, junto à juventude estudantil com grande influência dos jovens comunistas. Mas a JEC em Feira era quase só de moças e os rapazes eram mais chegados ao Partidão. Lembrome que o prefeito Chico Pinto chegou a con-



versar comigo nos seguintes termos: “Estão dizendo que eu só estou nomeando assessores comunistas. Me indique alguns jovens católicos para que eu nomeie em algumas secretarias”. Respondi: “Me desculpe senhor prefeito, mas eu não conheço bem a população de Feira, sou padre recém chegado e não conheço pessoas de confiança. Me desculpe, mas não posso atender ao seu pedido”. E Chico Pinto parece ter aceito a desculpa.

Não fiz isso com medo, e nem porque eu ia me ausentar de ajudar, mas por não poder garantir, e confesso, a confiança dos meus católicos e lealdade dessas pessoas católicas de Feira, eu não podia garantir por elas. Não tinha convicção do grupo, não tinha convicção da luta que estavam travando. A posição da Igreja Católica tradicional era mais próxima da direita. Eram católicos tradicionais. Um exemplo disso foi o envolvimento do meu nome na derrubada do galpão do colégio estadual. Eu tinha saído – alguns desses aqui participaram dessa derruba. No momento de derrubar o galpão do colégio estadual, eu vinha

saindo de uma sala de aula, onde tinha dado uma aula de religião. Quando cheguei na sala dos professores, não encontrei nenhum professor, fui à diretoria e não havia mais ninguém. Era mais ou menos uma cinco e meia da tarde. Havia um burburinho do lado de fora, no pátio. Os alunos haviam amarrado uma corda na cumeeira da cobertura do pátio, para derrubar o telhado que já estava estragado, correndo risco de provocar algum acidente caindo em cima dos alunos. A derrubada do telhado do pátio havia sido uma promessa de chapa vencedora da eleição de grêmio. Parece, se não me engano, Celso Daltro é um deles, alguns aí. Celso Pereira também. Se a diretoria não retirasse o telhado, eles iriam derrubar. Ganharam a eleição e esperaram três meses pela solução e a diretoria do colégio não resolveu o problema. Eu apenas orientei que buscassem uma corda mais comprida, porque a que estavam usando era muito curta, e corria o risco cair sobre algum deles.

No outro dia à noite, fui procurado pelo vice-diretor do colégio, professor Arlindo Pitombo, na sacristia da Igreja Matriz de Sant'Ana, quando terminei a missa. O pedido do professor Arlindo era para que eu fosse desmentir o que os estudantes espalharam: "Temos agora um padre católico do nosso lado, que nos orientou como deveríamos derrubar o galpão". Felizmente, o galpão não desabou em cima de algum estudante, como era previsível. Os estudantes ficaram tão eufóricos, que saíram em passeata até a Praça do Nordeste, parece, se não me engano. Em meio aos discursos, parece que eles foram ao presidente da AFES, entidade coordenadora dos grêmios estudantis de Feira, satisfeitos e eufóricos, "agora temos um padre católico ao nosso lado, padre Albertino que nos ajudou a

derrubar o galpão". O vice-diretor encarregado do turno da noite foi me procurar para que eu fosse à Rádio Sociedade desmentir o que foi dito pelo estudante na passeata.

Eu respondi ao professor Arlindo que não me achava convicto ou convencido em fazer este desmentido. Mas, como era recém-chegado na cidade, como padre novo, não iria tomar uma atitude dessa sozinha. Que eu iria contar a outros colegas do clero. O professor Arlindo aceitou. E no dia seguinte, eu daria a resposta. O primeiro padre que consultei foi Monsenhor Aderbal Miranda, pároco, até então, de toda cidade de Feira de Santana, que formava uma só paróquia. Para minha surpresa, Monsenhor Aderbal me respondeu: "Não vá a rádio não. Merda quanto mais se mexe mais fede".

Eu levei não mais minha opinião, mais também de um colega, que eu era auxiliar e, ao professor Arlindo, argumentei como isso demonstra a omissão da diretoria do colégio, já havia passado mais de dois meses depois da eleição. Professor Arlindo me disse que houve destruição de um patrimônio público e que eu colaborei. Eu respondi que estava apenas seguindo o Evangelho, onde Cristo ensina que a vida humana é mais importante que a lei. Eu defendi a vida dos estudantes. Por isso, minha posição era essa.

Não me defendi do que os estudantes disseram, e defendi o que de fato ocorreu. Suas vidas estavam sob ameaça. Senti que foi uma atitude simpática aos estudantes, foi por algum tempo comentada. A história é composta também de atitudes como essas. Os padres anteriores ficavam muito distantes da juventude, dos estudantes. Então, aquele gesto eu senti como algo

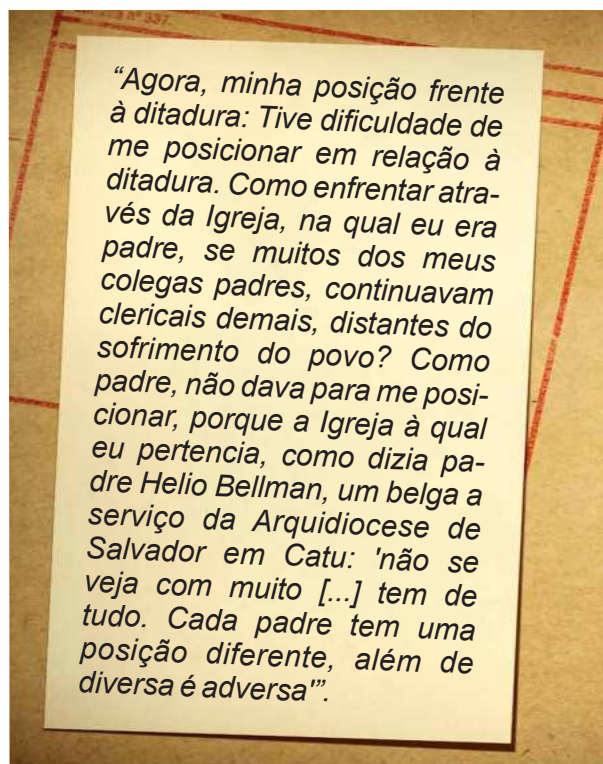
"Fui procurado pelo vice-diretor do colégio, professor Arlindo Pitombo, na sacristia da Igreja Matriz de Santana, quando terminei a missa. O pedido do professor Arlindo era para que eu fosse desmentir o que os estudantes espalharam: 'Temos agora um padre católico do nosso lado, que nos orientou como deveríamos derrubar o galpão'. Felizmente, o galpão não desabou em cima de algum estudante, como era previsível".

novo para eles.

Mais dois fatos aconteceram que provocaram certo atrito e repressão na década de 70. Foi a luta entre os posseiros da Fazenda Candéal, atrito entre minha pessoa e um advogado, por sinal cursilista católico, e de minha fé, que defendia um grileiro desta fazenda perto de Matinha. Na década de 80, foi com outro colega, Padre José Valdir, de Santo Estevão, que era meu amigo e colega de clero, e pedi a ele que ajudasse a população a aceitar a luta a favor dos atingidos da barragem Pedra do Cavalo que estavam perdendo suas terras e não foi pensado para onde essas pessoas iriam. Como era algo novo, a população achou estranho ir pedir ajuda ao Padre José Valdir, de Santo Estevão, que tratou os fatos nesses termos: “Eu nunca vi se enfrentar governo. Até um colega meu está metido nisso”. Foi o sermão dele na missa.

Agora, minha posição frente à ditadura: Tive dificuldade de me posicionar em relação à ditadura. Como enfrentar através da Igreja, na qual eu era padre, se muitos dos meus colegas padres, continuavam clericais demais, distantes do sofrimento do povo? Como padre, não dava para me posicionar, porque a Igreja à qual eu pertencia, como dizia padre *Helio Bellman*, um belga a serviço da Arquidiocese de Salvador em Catu: “não se veja com muito [...] tem de tudo.

Cada padre tem uma posição diferente, além de diversa é adversa”. No interior da Bahia, algumas dioceses já se posicionavam contra a ditadura como a de Amargosa, a de Juazeiro. Dom Itamar Navarro Muniz se posicionou contra um grileiro que era juiz em Salvador, e alguns bispos auxiliares que não podiam se distanciar do bispo titular. Não havia um distanciamento por aqui. Dom Helder Câmara dizia que, na ocasião do golpe de 64, tínhamos no Brasil 250 bispos. E só podíamos contar com apoio contra a ditadura de 25 (10%). Só depois de algum tempo, os bispos foram ficando mais convencidos de que a ditadura



era por demais dura com o povo e queria conquistar a autoridade do bispo em favor dela. Exemplo, eu estava recém empossado na Paróquia do Cruzeiro como pároco, fui ao batalhão de polícia pedir a Filarmônica da Polícia Militar para tocar retreta no coreto da Praça do Cruzeiro, depois do pedido, o Comandante, Coronel Valter, me interrogou: “Padre, o que é que você anda pregando em suas missas?” Respondi: “o Evangelho”. Ele disse: “Sim, mas você anda falando também em liberdade”. Respondi: “Sim. O Evangelho é dirigido ao homem e eu não entendo o homem sem liberdade”. E o Comandante da polícia insistiu: “Padre, padre vá celebrar suas missas pelas almas no purgatório e deixe a liberdade fora disso”. Eu respondi: “Desculpe Senhor Coronel, mas a orientação sobre a pregação eu busco é na Igreja não é na Polícia”. Não sei porque milagre ele não suspendeu a apresentação da Filarmônica. Ela foi tocar.

Em relação ao Capelão, é interessante ver a história dele. Esse Capelão, ele veio praticamente fugido de lá da Polônia, fugido do comunismo, foi torturado por ele e, por isso, trazia um ranço disso. Tive

posição cordial, perguntei certa vez: “Padre Edmundo como está minha ficha aí na Polícia?” Ele respondeu: “Há algumas queixas contra você, mas eu tenho usado a seguinte tática: isso que você está me dizendo mesmo dá para você me entregar por escrito e assinado? Ninguém até agora me entregou por escrito e você vai passando, mas cuidado!” Eu completei: “Ah! Porque se me perguntarem o que que eu ando pregando, eu vou responder que ando pregando o que aprendi com o senhor como professor de moral”. Padre Edmundo respondeu: “Você é um descarado.”

No meu aniversário, a equipe paroquial contou para o Padre Edmundo, o que iam fazer para me homenagear, e ele foi. Padre Edmundo que me via como aquele aluno que teve me ensinando moral no seminário. É possível que tenha alguma vez limpado minha barra, quando elogiei o trabalho dele.

Agora, é bom ver o que foi que aconteceu. Por que Padre Edmundo veio para cá? Ele veio para cá, não foi por nomeação nenhuma, de nenhum bispo. Ele veio expulso da Arquidiocese de Salvador, porque ele era muito amigo de Padre Oldegar que estava casando sem licença do Papa e a família da noiva dele não aceitava de jeito nenhum que eles fossem morar junto, sem a benção do padre. Aí, o padre Edmundo disse: “Tem nada não. Vocês vão, fiquem lá na frente que na hora que eu der a benção final, vocês tiram um retrato e levam para a família dela”. E foi isso que fizeram. Quando Dom Augusto soube disso, ficou tão revoltado, disse: “que história é essa? Você está infligindo um ato litúrgico. Você está suspenso. Não celebra mais aqui em minha Arquidiocese”. E ele era Capelão, o Capelão tinha o título de tenente, mas não

era para fazer serviço em rua. Era porque eles estavam querendo mostrar que eram católicos, que eram religiosos. Por isso, pagavam um tenente que era padre para celebrar a missa, por isso que ele veio para cá. Mas ele veio para cá como Capelão e não era para sair como saiu, fazendo, [ameaças, atrocidades] correndo na cidade, não era isso.

Agora, vou falar um pouco sobre a Fazenda Candeal, porque é interessante. Pouca gente entende e pouca gente sabe que Feira de Santana tinha conflito de terra. Então, em homenagem a você, Eduardo, que é um dos poucos agricultores que está aqui presente, vou dedicar esse trecho. Mais uma vez confrontei com aliados da ditadura, não por ideias, mas também com a minha atuação. Em Matinha, nos deparamos

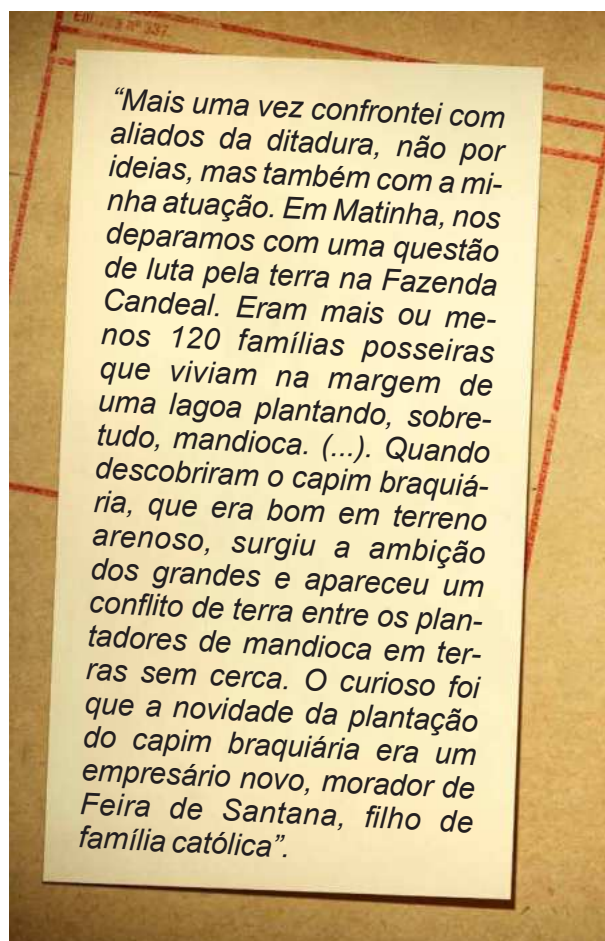
com uma questão de luta pela terra na Fazenda Candeal. Eram mais ou menos 120 famílias posseiras que viviam na margem de uma lagoa plantando, sobretudo, mandioca. Segundo o relato do estagiário do MOC, essas famílias eram oriundas, em boa parte, do distrito de Jaguará, que não dava mandioca, e começaram a plantar mandioca no chamado tabuleiro de São José. Não precisavam cercar o terreno, porque no tabuleiro só dava mandioca. Mas quando descobriram o capim braquiária, que era bom em terreno arenoso, surgiu a ambição dos grandes e apareceu um conflito de terra entre os plantadores de mandioca em terras sem cerca. O curioso foi que a novidade da plantação do capim braquiária era um empresário novo, morador de Feira de Santana, filho de família católica. Como antes os plantadores para acessarem a terra não pareciam caracterizar posse. Foi isso que o advogado me

“Em relação ao Capelão, é interessante ver a história dele. Esse Capelão, ele veio praticamente fugido de lá da Polônia, fugido do comunismo, foi torturado por ele e, por isso, trazia um ranço disso. Tive posição cordial, perguntei certa vez: 'Padre Edmundo como está minha ficha aí na Polícia?' Ele respondeu: 'Há algumas queixas contra você, mas eu tenho usado a seguinte tática: isso que você está me dizendo mesmo dá para você me entregar por escrito e assinado? Ninguém até agora me entregou por escrito e você vai passando, mas cuidado!'”.

disse dias antes. O velho proprietário contratou um advogado, meu conterrâneo de Riachão de Jacuípe, que ligou pressionando profissionalmente para a cidade de Feira e foi contratado por um possível grileiro, filho de família tradicional, como já falei. Como antes não havia casa construída neste local, nem cerca, havia plantio de mandioca. As casas eram recentes, pois foi a partir de 1958 que esses pequenos agricultores, morando no distrito de Jaguara, região de massapé, faziam farinha, plantando mandioca no tabuleiro de São José.

Eram mais ou menos 130 famílias, desprotegidas. Procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira que era dirigido por pelegos e não deram opção aos posseiros. O advogado também recém-chegado em Feira viu que haviam poucas casas construídas e as mesmas eram recentes. As outras, não havia sinal que caracterizasse posse. Procuraram também apoio, os posseiros, da FETAG, mas a FETAG, por ser federação, não queria entrar, senão com apoio da base deles que era o sindicato de Feira, que era de pelegos, não aceitou.

E então quiseram garantir segurança ao presidente. Inventaram uma história, por orientação possível do advogado. Eu digo possível, porque ele conversou comigo antes, o advogado. Montaram uma história de que a polícia foi a essa comunidade para limpar a área, pois havia rapazes comunistas que treinavam os adeptos comunistas. E precisavam garantir a segurança do presidente da República que viria no sábado para o comício do candidato da Arena. Joaquim estava em uma casa em construção, no final da casa que era de seu filho. Quando viu um vulto se aproximar da casa, deu um tiro de espingarda na direção de quem se aproximava e saiu correndo. O policial que, por sinal, era do grupo de jovens da minha paróquia, o policial atirou em Joaquim pelas costas e foi fatal. Seu Joaquim não era chefe, a não ser de sua família, e estava defendendo a propriedade de seu filho, uma casa em construção. Isso foi



no início da noite de sexta-feira. No sábado, a imprensa de Feira de Santana já noticiava a ocorrência dizendo que havia dedos de terceiros. No programa desse mesmo dia, havia um horário do MOC, às 14 horas, que confirmei: deveria haver mesmo dedo de terceiros e só podia ser de Deus. O advogado que foi procurado pelas pessoas, era ligado à Arena, Hugo Navarro. Avisem seus aliados agricultores da terra, que até há pouco só plantavam mandioca no aberto, sem cerca, porque não havia até o momento ninguém interessado nessa área até então. Quando descobriram que o capim braquiária daria certo em terreno arenoso, surgiu a usura pela área do tabuleiro de Feira que tinha mais mandioca.

Por coincidência, dias antes, em conversa com um grupo de cursilhistas, esse advogado me aconselhava que eu não se metesse com essa briga, porque o camponês tinha medo de polícia. Era só levar alguns policiais na área que estava sendo ocupada, que esses lavradores

todos fugiriam. A reação dos camponeses foi inesperada. A saída foi imediata. Procuraram o prefeito de Feira, José Falcão, e solicitaram que o prefeito recorresse ao Governo do Estado para dar o ticket de terra devoluta aos trabalhadores, o que foi feito com muita demora, mas o suficiente para que as poucas famílias desistissem da posse. Umas dez famílias somente desistiram.

Por outro lado, cresceu a coragem dos posseiros que tomaram a frente do Sindicato dos Trabalhadores de Feira, cuja diretoria, até então foi sempre ocupada pelos pelegos. Perdemos um único trabalhador rural, na luta pela terra em Feira de Santana. Não era um dirigente sindical, mas um pai de família que servia de vigia para um filho em uma casa em construção. O que valeu foi o encorajamento dos posseiros rurais que, na primeira disputa pela diretoria do sindicato, expulsaram os pelegos. Ou bem ou mal, aqueles amigos dos patrões perderam a eleição.

Por último, quero lembrar a maior dificuldade em me posicionar totalmente contra a ditadura. Eu era um padre amigo dos excluídos, mal visto pela ditadura militar, mas não arregimentava a massa. Não era dirigente de nenhum partido de esquerda, era um amigo da esquerda e permaneceria amigo da esquerda, e sempre me chamaram, porque estava na luta pela justiça, pela dignidade humana, mas não representava nenhum grupo armado ou aparelho político contra a ditadura. Minha visão era um tanto imediatista. Minha esperança me impedia de me fechar por completo a essas pessoas. Fui muito questionado pelos conhecidos do PCB, por ser padre, e na cabeça deles “a religião era o ópio do povo”, Karl Marx. A minha impressão é que às vezes, era verdade, mas não era para mim. Uma militante, uma vez, che-

gou a me chamar de oportunista, afirmando que parecia que eu me escondia atrás do altar, mas não acreditava na igreja. Respondi que não era bem assim, eu desafiava quem é mais fiel à causa popular que eu.

No outro grupo mais novo, composto por jovens que tiveram algum contato com o cristianismo através da Ação Católica, como eu, houve influência de um padre em Belo Horizonte, que procurava guias de estudos para esses jovens, sobre fé e política, ajudou a fundar a AP – Ação Popular. Mas alguns deles partiram para radicalizar, com muitos vendo que o caminho da revolução seria mais curto. Mas eu não vi assim e absorvi uma frase de São Tomás de Aquino, um dos maiores teólogos católicos, que dizia: “A fortaleza cristã não consiste só em atacar, mas em resistir”.

Mas preferi trilhar pela resistência e não atendi ao apelo que esse grupo fazia para radicalizar, sair da estrutura da Igreja para ser revolucionário. Eles percebiam que eu poderia ajudá-los a não morrer, e ser útil lutando contra a ditadura militar buscando ajudar a escapar da morte, escondendo, ajudando a não serem descobertos de imediato. Escondendo mais de 10 amigos que foram presos na ocasião.

Mesmo depois de sair da prisão, passaram a contar com alguém que os inserisse na vida. Há poucos dias, recebi de um paraibano, Hugo [...] já aposentado no Paraná me agradecendo esse favor, dizendo que eu o fiz escapar da morte, há quarenta anos passados, e só agora pôde me agradecer, pois estava aguardando e não podia agradecer antes. Essa minha presença de amor para com eles, esses heróis, é o que me leva a estar aqui com vocês hoje.

Várias vezes, tive de sair de casa, madrugada, porque fui avisado que naque-

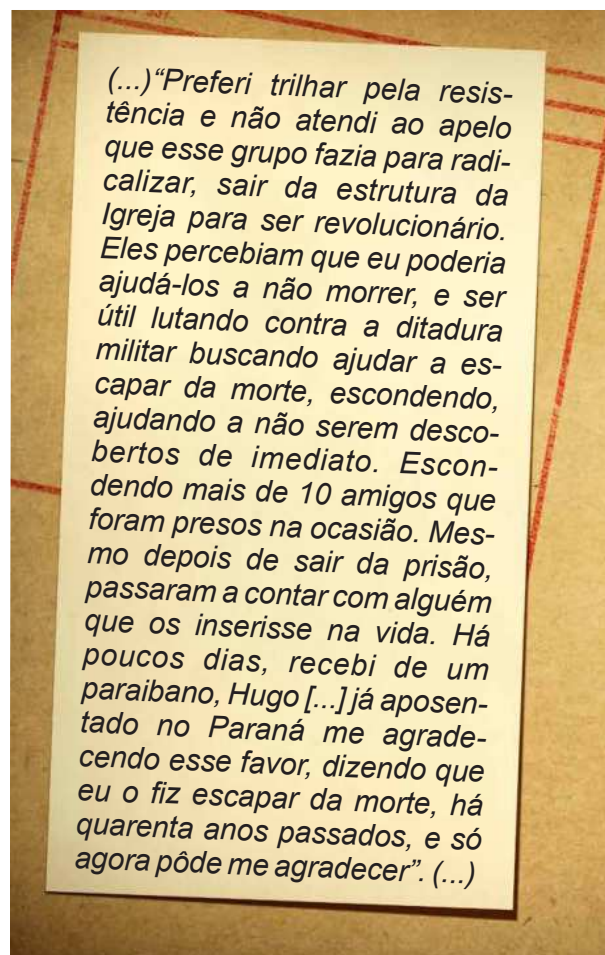
“Minha visão era um tanto imediatista. Minha esperança me impedia de me fechar por completo a essas pessoas. Fui muito questionado pelos conhecidos do PCB, por ser padre, e na cabeça deles ‘a religião era o ópio do povo’, Karl Marx. A minha impressão é que às vezes, era verdade, mas não era para mim”.

la noite, a segurança iria me buscar, dar batida em minha casa antes do dia amanhecer. Saí sim, algumas vezes, antes do dia amanhecer, deixando minha irmã sozinha em casa sem saber que dia eu poderia voltar. Lembro bem de uma dessas vezes, quando fui buscar abrigo em Serrinha, na casa de Padre Aldo onde passei uns três dias. No segundo dia, eu pedi para ele para ir visitar minha irmã, para saber que notícia dava dela e ela ter notícias minha. Felizmente, não cheguei a passar outros vexames.

Cada vez mais a visão foi me clareando de que a minha função seria de ser aliado e não participante de algum grupo clandestino. Mas a espionagem era uma tática muito usada durante a ditadura. Acho que, para eles, deixar a gente amedrontada, já cumpria o objetivo. Não precisava nem prender e nem perguntar nada. Sempre vigiado por saber quem entrava e saía da casa Paroquial e até da Igreja do Cruzeiro.

Houve um espião que, durante mais de dois anos, alugou um quarto de meu vizinho, e ficava o tempo todo na praça percebendo quem entrava e quem saía da Igreja Matriz e da casa Paroquial. Disse que estava fazendo o retrato da Igreja. Este malandro ficava o tempo todo desenhando a Igreja ou a Praça do Cruzeiro. Até que alguns jovens, coordenados por Sotero, expulsaram esse malandro da praça. Eram uns 20 jovens, com quem eu jogava futebol. Eles jovens, coordenados por Sotero, viraram para o rapaz, cercado pela turma que o interrogou e lhe mandou ir embora, mandou que saísse que já tinham falado com o superior dele.

Ele pediu para ficar mais alguns dias. Eles responderam: “se você voltar aqui, nós quebraremos na porrada. Já falamos com o seu superior e ele já sabe do que se trata. Você é um espião e nós não o aceitamos como um espião aqui. Vá embora, se quiser continuar vivo”. E ele desapareceu. Já era sinal que os dias da ditadura já estavam



contados. E não precisava mais de um homem tão incapaz como ele que só fazia... não fazia nada, só fazia anotar quem entrava e quem saía. Então, acho que foi uma coisa que a gente testemunhou, mas uma coisa que deixa a gente sempre alerta. O que eles querem? Eu acho que eles queriam nada mais do que me amedrontar.

Por isso, somente por duas vezes, eles me interrogaram. A primeira vez foi essa que eu já coloquei, com o capitão Valter dizendo que eu fosse celebrar a missa pelas almas do Purgatório, e na segunda vez, foi um pouco mais longo. Eu fui chamado para falar como é que eu estava trabalhando com uma entidade clandestina, MOC, Movimento Operário Comunista. Aí eu respondi: “não é clandestino e nem o nome é esse. O senhor está mal informado. O nome é Movimento Organização Comunitária, e não é clandestina, porque é o resultado de um convênio com uma entidade do Rio chamada [...],

aqui está o estatuto dela e o registro, e da Igreja Católica da Diocese de Feira de Santana. E o senhor deve saber que, quando o Papa cria uma Diocese, a Ata de criação já lhe dá o direito de entidade. E, então, entidade criada não precisa nem ir mais ao cartório registrar, então o senhor sabe disso. Ele disse: “Sim, mas, por que vocês não registram?” Eu disse: “A gente não registrou porque está tendo um impasse nosso com o Bispo”. “Que impasse é esse?” “É porque o Bispo quer que a gente bote no estatuto que o Bispo, seja ele qual for, é o presidente nato do MOC, e nós não estamos querendo isso. Nós queremos fazer um trabalho ecumênico, com as outras igrejas e fazer isso atrapalha.

Se o senhor puder, eu até lhe pediria, para o senhor ir conversar com ele”. Ele saiu de lá direto, porque logo, logo ele me ligou. “Pode registrar, que o Bispo já autorizou”. Eu fui ao Bispo, e ele disse “Autorizei mesmo”. Então, para vocês verem. O que eles querem, nada mais era do que me amedrontar. E tinha razão, minha menina de 10 anos, que disse “meu pai quando eu um vejo um policial, eu não me sinto encorajada como se ele tivesse me segurando, não me dando segurança, eu sinto é ameaça”. E é isso que continuo a dizer: ou se muda também, até o desenrolar do plebiscito, não traz isso, mas dá a consequência. Ou a gente muda uma formação diferente de policiais, ou a gente não sabe com quem está falando, se com um policial ou com um criminoso. E isso é um perigo para a Nação! Eu vou encerrar aqui dizendo que foi o que eu pensei, não sei se isso ajuda vocês. Quero ouvir a reação.

Participante da Audiência – Eu queria perguntar, você falou da natureza ecumênica

do MOC, se a sua militância social esteve acompanhada dessa sua militância ecumênica, também.

Albertino Carneiro – A minha militância social continua, continua rente como era antes, mas eu não dispenso que se acompanhe política. Fui presidente do PT de Feira seis anos, não me afastei dele e vou votar com ele, mas não sou mais um mili-

tante como eu era de esquerda, porque acho que não devo ser também, porque com a minha idade devo dar lugar a vocês que são mais jovens.

Participante da Audiência – Mas a minha dúvida é: você falou da natureza ecumênica do MOC. Eu queria saber quem eram esses companheiros ecumênicos do MOC, da sua trajetória?

Albertino Carneiro – Olhe, eu peguei no início, uns amigos que eram de uma entidade que eu fazia parte, chamada Conselho de Cristandade, que era uma espécie de curso de atualização, e aí pegamos

o pessoal, reuni todos e perguntei quem queria ser presidente do MOC. E levou mais de 5 minutos calados, ninguém disse, porque tinham medo. Aí, um disse: “eu aceito. Não disse que o cristão é para correr risco? Eu aceito correr esse risco”. Depois que eu soube. Eu sabia dele como médico e diretor do Hospital Dom Pedro de Alcântara. Mas depois eu soube que ele era também da Aeronáutica e que possivelmente fazia parte da Segurança Nacional, mas ele foi muito leal conosco, e nunca nos entregou em nada, ao contrário, defendeu as vezes que era preciso.

Participante da Audiência – Acho que você não entendeu, ele quer saber do

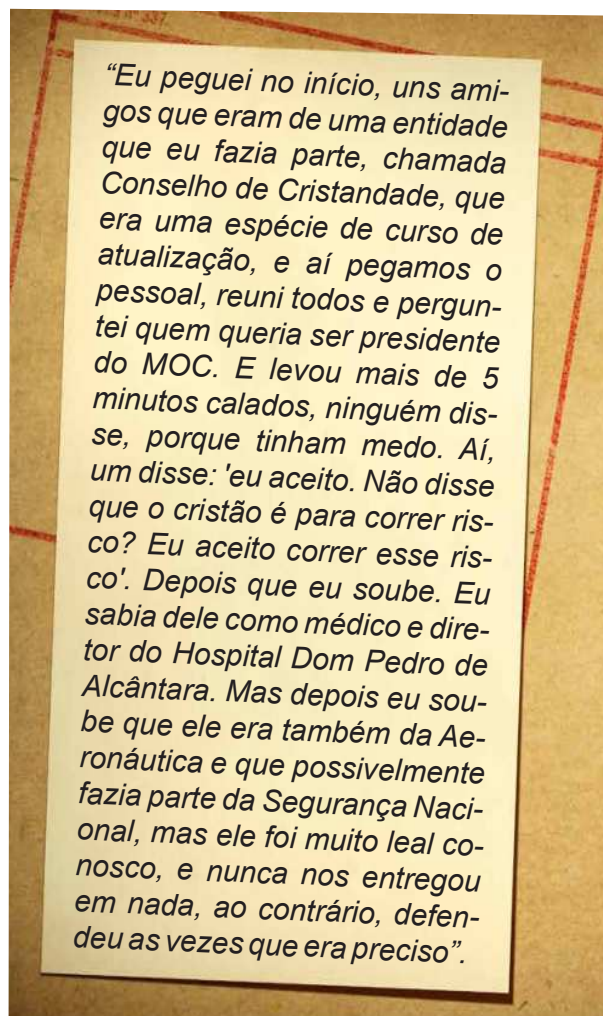
“Eu fui chamado para falar como é que eu estava trabalhando com uma entidade clandestina, MOC, Movimento Operário Comunista. Aí eu respondi: “não é clandestino e nem o nome é esse. O senhor está mal informado. O nome é Movimento Organização Comunitária, e não é clandestina, porque é o resultado de um convênio com uma entidade do Rio chamada [...], aqui está o estatuto dela e o registro, e da Igreja Católica da Diocese de Feira de Santana. E o senhor deve saber que, quando o Papa cria uma Diocese, a Ata de criação já lhe dá o direito de entidade. E, então, entidade criada não precisa nem ir mais ao cartório registrar”.

mundo ecumênico, quais as pessoas que trabalhavam junto com você? Pastores, de outras igrejas, além de católicos.

Albertino Carneiro – Nós tínhamos um trabalho e não era só de católicos, além das pessoas que eram católicos, nós tínhamos uma relação com outras pessoas, por exemplo, o pastor Josué, que na ocasião veio para cá com uma auréola de que era um jovem militante da esquerda evangélica, e que veio para cá para ter um trabalho e teve um trabalho conosco, e foi leal conosco enquanto esteve conosco. Embora depois, ele se entusiasmou mais pelo trabalho de universidade, do que pelo trabalho de base e mudou.

Além dele, eu quero, e a hora me parece até favorece, eu quero citar o nome de João Dias porque foi por muito tempo diretor do MOC e morreu diretor do MOC, e é uma pessoa muito honesta e muito séria que nós tivemos como companheiro e com muita dignidade. E quero realçar como o novo, que o pastor aqui também, num período em que a gente, antes da constituição nós tivemos um programa de preparar o pessoal para Constituinte e o nosso Pastor Nery foi coordenador deste grupo: a Ação para Cidadania para trabalhar a questão de preparar a Constituinte. Nery já estava conosco, no trabalho que fizemos, não só daqui da região de Feira, mas do Estado da Bahia todo, esteve presente, preparando as pessoas para o seminário e todo sindicato. O pessoal do sindicato sempre participou disso aí, preparando.

E sempre estive presente conosco, nesse ponto, um deputado federal chamado Jorge Hage, que hoje é um ministro da CGU, e ele é muito sério e foi ele quem conseguiu dar uma redação boa, porque primeiro ele pediu para as mulheres também se aposentarem no meio rural e foi negado. Depois, ele era segundo secretário da Constituinte e botou outra redação: os homens se aposentam aos 70 anos e as mulheres aos 65 e, do meio rural, cinco anos antes, porque eles trabalham sempre



em dois turnos – durante o dia na roça e à noite em casa. E aí passou, e somente o direito, por exemplo, da mulher poder ter aposentadoria etc. só passou com isso aí. Significa que demos um passo fortíssimo para o Brasil todo, não foi só para a região da Bahia não, para o Brasil todo, para poder a mulher se aposentar, a mulher da roça, que não podia.

Participante da Audiência – Eu acho que tem um, você falava em [...] Iguape, a ditadura amedrontava, eu acho que amedrontava e perseguia, no seu caso, quando você citou aquela parte que duas vezes você teve de fugir de madrugada, acho que tem um fato interessante. Em uma delas ou duas delas, aconteceu que eles de fato chegaram em casa, invadiram a casa, mexeram em toda a sua biblioteca inclusive levaram até aquele livro de Josué de Castro, “A fome no Brasil”, desarrumaram tudo, e nossa irmã estava lá, sozinha, mas eles olha-

ram em todas as estantes, e carregaram alguns papéis muito válidos. Eu acho que nesse aspecto de amedrontar e perseguir mesmo. Foi na mesma ocasião que tinham levado a máquina, e a gente tentou ir buscar e eles não entregaram. Várias vezes tentamos, fomos no Quartel dos Aflitos vendo se conseguíamos reaver essa máquina de datilografia e não conseguimos. Mas eles tinham levado muitos boletins, coisas da igreja mesmo, até cânticos que tinham sido mimeografados para a Igreja e eles carregaram tudo e deixaram a casa assim toda remexida.

Participante da Audiência

– E sem falar no trator do MOC que eu trabalhava. Na época, foram buscar o trator, ou então nós irmos com o trator para levar a chave, pra dar jeito nos tratores deles lá dentro do Exército, no batalhão. Passamos por isso, e passamos com Germano que me acompanhava na época, e ele disse o seguinte: “você não vão e se mandarem buscar vocês não vão lá com o trator e tampouco vão lá. E pode dizer que é do trabalho popular, só pode ir com autorização”. Passaram dias, chegaram caminhões para apanhar o trator para conserto e serviço no motor, aonde o trator não precisava.

Aí, liguei para o MOC, na época, estava com o telefone dele, ligamos para o MOC e a pessoa que atendeu também era da coordenação – Albertino não estava – não tô lembrado se foi Ivaldo na época, e disse que não e que não entregasse não, e esperasse qualquer solução que possa dar, que não entregasse o trator, que não era mecânico, que éramos nós que acompanhávamos, ou eu ou Vado. Aí, não tinha chegado essa ordem. Aí, mandamos o caminhão ir embora. E, de qualquer maneira, nós sabemos que trabalhávamos

na região de Feira, Serrinha e Araci e nós éramos tratados como comunistas, que nós fazíamos trabalho comunista, e o MOC levava o nome. O MOC era perseguido como nós também éramos perseguidos, mas pior perseguição era tomada pelo MOC que, de qualquer maneira, nos coordenava, e tal, nos ajudava, mesmo passando por todas as dificuldades.

Albertino Carneiro – Eu, quando eu digo que eles queriam mais me amedrontar do

que me prender, foi baseado mais ou menos no seguinte: eu soube que o Bispo – eu nem sabia, vim saber agora – o Bispo da época, que para mim era muito reacionário, mas ele era muito amigo do Bispo de Campos, que é do lado do pessoal do MOC, e ele dizia assim: “não mexam com os meus padres”. E ninguém nunca me mexeu. E também por outras razões assim, de... ele foi muito honesto comigo, apesar da posição dele de reação como político. Ele não me prejudicou em nada e nem reclamou em nada do trabalho da gente. Então, por isso que eu digo. E os outros deram. Vou dar a vocês três exemplos, do que é uma ameaça.

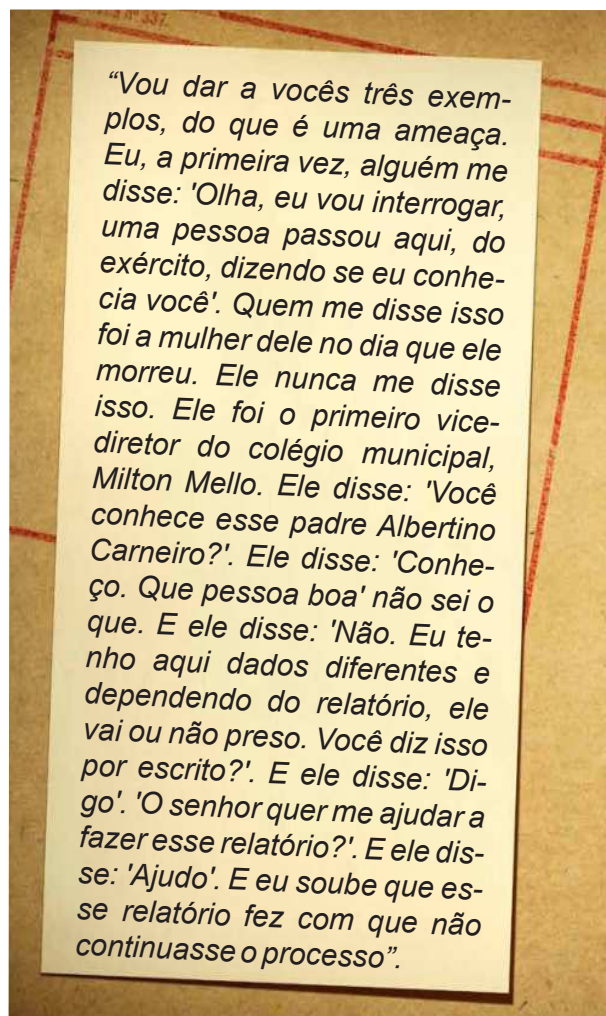
Eu, a primeira vez, alguém me disse: “Olha, eu vou interrogar, uma pessoa passou aqui, do Exército, dizendo se eu conhecia você”. Quem me disse isso foi a mulher dele no dia que ele morreu. Ele nunca me disse isso. Ele foi o primeiro vice-diretor do colégio municipal, Milton Mello. Ele disse: “Você conhece esse padre Albertino Carneiro?”. Ele disse: “Conheço. Que pessoa boa” não sei o que. E ele disse: “Não. Eu tenho aqui dados diferentes e dependendo do relatório, ele vai ou não preso. Você diz isso

“Ele (Jorge Hage) era segundo secretário da Constituinte e botou outra redação: os homens se aposentam aos 70 anos e as mulheres aos 65 e, do meio rural, cinco anos antes, porque eles trabalham sempre em dois turnos – durante o dia na roça e a noite em casa. E aí passou, e somente o direito, por exemplo, da mulher poder ter aposentadoria etc. só passou com isso aí. Significa que demos um passo fortíssimo para o Brasil todo, não foi só para a região da Bahia não, para o Brasil todo, para poder a mulher se aposentar, a mulher da roça, que não podia”.

por escrito?”. E ele disse: “Digo”. “O senhor quer me ajudar a fazer esse relatório?”. E ele disse: “Ajudo”. E eu soube que esse relatório fez com que não continuasse o processo. Eu vim saber no dia da morte, na sentinela dele, que a mulher dele me contou isso. E fatos como esses foram também feitos assim.

Então me parece que não estavam tão interessados em me prender não. Eles estavam mais interessados em me amedrontar, porque também, mais duas vezes eles me ameaçaram. A primeira vez, eu soube que um coronel tinha cinco dias de chegada em Feira, e recebeu um processo contra mim, bem volumoso de denúncia. Aí, ele disse: “eu não sei que esse moço”. Por coincidência de trabalho, nós fomos lá pedir para eles hospedarem um grupo de estudantes do Rio de Janeiro que vinham aqui para o lado de Irecê e que iam repousar uma noite só em Feira, e a gente foi ver, e eu fui lá com ele com o moço que coordenava as coisas – veio uns dias antes para preparar para ver se estava certo – e quando chegou na hora de eu falar com o chefe do 35 BI, e ele demorou e o coronel disse: diga a ele que quem está aqui é um colega dele. Aí, pegou o nome, mandou, aí, o chefe parou no instante e veio pra cá falar conosco e depois, dizem que comentou: “é incrível. Esse padre aqui muito acumulado uma denúncia dele, ele me aparece aqui com o chefe nacional. O que eu vou fazer?” E ficou ali parado, novamente, o processo. Por isso que eu digo que o motivo deles era muito mais me amedrontar do que me prender.

Hosannah Leite – Albertino, eu queria só fazer uma colocação. Vou fazer referência a um episódio que completa amanhã 43 anos, que é da morte de Santa Bárbara, e faço referência a essa data, porque você não se amedrontou em momento algum e deixou de fazer uma referência aí, que eu acho que é um marco de coragem, durante a sua trajetória de vida não só religiosa como de um homem respeitador dos movimentos sociais. Você, passados 30 dias da morte de Santa Bárbara, você foi o padre



que assumiu a responsabilidade de celebrar o ato ecumênico, por conta daquele momento dos 30 dias da morte de Santa Bárbara. Que se registre isso. E para dizer que apesar das tentativas de intimidação, você não se curvava. Você, durante toda essa época sempre soube atuar de cabeça erguida com a bandeira da religiosidade e sem esquecer o seu compromisso com as lutas populares e sociais. Era esse registro que eu queria colocar.

Albertino Carneiro – Eu fico muito satisfeito e quero dizer, com licença do nosso monsenhor da mesma comissão que eu sou, o irmão de Santa Bárbara me perguntou assim, Zé Carlos: “Albertino, você soube quem meu irmão morreu, não soube?” “Eu soube. E vocês não puderam nem enterrar na hora”. “Nós pudemos enterrar, mas não podíamos dizer em Feira que estávamos enterrando ele, para o pessoal não ir ao cemi-tério. E agora nós

quere-mos fazer a missa do trigé-simo dia. Você tem cora-gem de celebrar essa missa?” Eu disse: “Tenho e vou.” Ele disse: “Porque para mim, você, eu estou vendo aqui, dos padres que eu conheço é o único que eu tenho coragem de convidar. Porque sua vida parece com a de meu irmão”. E celebrei a missa, convidado por José Carlos, irmão de Santa Bárbara, dizendo isso que a vida da gente parece a mesma luta dele, só que era diferente. Isso para mim é uma coisa que até hoje me emociona.

Hosannah Leite –

Albertino, eu só queria fazer uma colocação a mais. Eu gostaria que Wilson Mario desse uma informação que para essa Comissão da Verdade é de importância, até porque é uma informação que tem sua base e sua origem num trabalho de Comissão da Verdade fora de Feira de Santana.

Wilson Mário da Silva –

Gostaria de informar para vocês, eu sou Wilson Mário da Silva, faço parte de um Grupo de Estudos na UFBA, e recentemente, ainda nesse mês de agosto, a Comissão da Verdade de São Paulo informou que tomou um depoimento, na época em 1971, ele era um capitão da Aeronáutica, era o capitão Lúcio Vario Barroso que assumiu, sendo ouvido pela Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, que estava no momento da execução de Luiz Antônio Santa Bárbara. Exibiu para duas pessoas do Buriti Cristalino, Olderico Barreto e Olival Barreto, que estavam na casa de Zé Barreto onde ocorreu a morte de Santa Bárbara, exibiu fotos. Inicialmente, o Olderico não reconheceu, passaram-se dez minutos, Olival reconhece como sendo o militar que entra na casa, dá um pontapé na porta, ocorre um disparo e Santa Bárbara

(...)“A Comissão da Verdade de São Paulo informou que tomou um depoimento, na época em 1971, ele era um capitão da Aeronáutica, era o capitão Lúcio Vario Barroso que assumiu, sendo ouvido pela Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, que estava no momento da execução de Luiz Antônio Santa Bárbara. Exibiu para duas pessoas do Buriti Cristalino, Olderico Barreto e Olival Barreto, que estavam na casa de Zé Barreto onde ocorreu a morte de Santa Bárbara, exibiu fotos. Inicialmente, o Olderico não reconheceu, passaram-se dez minutos, Olival reconhece como sendo o militar que entra na casa, dá um pontapé na porta”.

cai, e depois é reconhecido como Santa Bárbara por um outro militar que chega naquele exato momento. É preciso que a importância dessas comissões, que uma pessoa que levou 43 anos no silêncio decide assumir que estava no momento da execução. Ele hoje é um coronel reformado da Aeronáutica. É preciso reconhecer a importância disso, porque esse relatório da Operação Pajussara, elaborado pela 6ª Região Militar, e diz aqui na sua “Missão”, que a “missão dessa operação era de cap-

turar ou destruir o bando terrorista que estava na região de Brotas de Macaúbas”. Foram 215 homens, Exército, Aeronáutica, Marinha, Polícia Militar, Polícia Civil, agente do DOPS de São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro para prender Lamarca, Zequinha, João Lopes Salgado e Luiz Antônio Santa Bárbara. 215 homens, centenas de veículos, oito aeronaves, milhões em dinheiro aplicado, veículos da Petrobras, veículos da iniciativa privada que mataram no dia 28 de agosto de 1971, um estudante de Feira de Santana, que entrou para o movimento estudantil e entrou para a

vida clandestina, e depois foi fazer parte, com Lamarca, de um estudo para a formação de um grupo de guerrilha.

Eu acho que o importante de tudo isso é que foi uma Comissão da Verdade instalada neste país que está trazendo à tona informações que estiveram no anonimato. Eu requisitei ao assessor de imprensa e ao presidente da Comissão, Adriano, que é um deputado do PT, podia ser deputado de qualquer partido, que liberasse para a família e para a Comissão da Verdade da Bahia essas informações. Eu considerei

que Olival e Olderico deveriam buscar a Comissão da Verdade da Bahia, o que eles foram buscar lá no sul do país, que era a exumação da ossada dos familiares deles. Não entendi porque eles foram para Comissão da Verdade de São Paulo. Nesse dia, o presidente da Comissão coloca essa informação como a coisa mais importante que eles tinham apurado até o momento. Eu acho importantíssima essa questão de 43 anos da execução de um estudante de Feira de Santana.

Albertino Carneiro – Você não tem condições de dar uma cópia disso para a nossa Comissão?

Wilson Mário da Silva – Eu coloquei para o professor Eurelino, da UEFS, que tem um grupo de estudo também na UEFS, isso está em vídeo, eu tenho esse material, já passei este vídeo para a família. Mas é preciso solicitar, ao presidente, que ele libere este vídeo, porque o militar, quando ele é ouvido na Comissão da Verdade, assim como quando é ouvido aqui, ele é perguntado, você quer que grave, você quer ser filmado? O Nilton Cerqueira não aceitou ser filmado e eu busquei esse vídeo do hoje coronel reformado da Aeronáutica que estava na Operação, ele estava na equipe *Mike*. Duas equipes *Charles* e *Mike*, foram que cercaram a casa, que invadiram a casa e que lá ocorreram duas mortes, a de Otoniel e a da Santa Bárbara. Então, é preciso que seja uma coisa oficial. Eu pedi, na condição de jornalista e na condição de pesquisador. Acho que a Comissão da Verdade Bahia pode solicitar em ofício esse material, que não tenha sido gravado, que ele não aceitou ser gravado, seja transcrito daquilo que ele falou para que se junte esses documentos e as fotos dele, e que se resolva uma questão que ficou aí por 43 anos dado como um suicídio, que não foi.

Pastor Jorge Nery – Pessoal, são precisamente 12 horas e 33 minutos, não sei se mais alguém gostaria de se colocar.

Terezinha Menezes – Eu estava aqui falo,

não falo, mas eu acho que é importante falar. Porque o assassinato de Lamarca, este é o termo, mesmo, não terminou naquele momento. O 35º BI realizava na região de Ibotirama o que eles chamavam de ACISO, Ação Cívico Social. O que constava da Ação Cívico Social? Eles levavam os reservistas que estavam terminando o Serviço Militar, levavam para lá para a região e distribuíam cestas básicas, material escolar e faziam palestras com os moradores. A informação que eu tenho é que no final, todos eram levados para o lugar onde Lamarca foi assassinado, e todos deveriam dar um tiro, com compromisso de defender a Nação, defender a Bandeira como eles diziam e sempre perseguir os comunistas. Então, pensa aí, isso na cabeça de um jovem de 18 anos. O que isso pode representar, dessa intimidação, isso eu ouvi de um jovem que participou, e da mãe de um outro jovem também que me contou a mesma história. Portanto, deve ser bem verdadeira.

Wilson Mário da Silva – Mais do que isso. O Dalmar Caribé, que era um cabo da PE que é baiano, e infelizmente é dali de Santo Amaro, o dinheiro que estava no bolso de Lamarca e o dinheiro que estava no bolso de Zequinha Barreto. As pessoas eram chamadas. Se chutassem o rosto de Lamarca ou de Zequinha, podia tirar uma cédula do bolso. Isto é contado pelo homem que fez o caixão, ele contou para a gente. O homem que fez o caixão para botar Lamarca e Zequinha, só um caixão, era irmão do Juiz que servia aos agentes da repressão. Se vocês tiverem oportunidade de ir lá a Brotas de Macaúbas, vocês vão ouvir relatos, centenas de pessoas. Existiam mais de 100 famílias que moravam no entorno de Buriti e hoje não moram cinco famílias. A repressão aniquilou com a comunidade.

Maria de Fátima (participante) – Eu gostaria de testemunhar aqui, que eu trabalhei em Brotas de Macaúbas, no ano de 74. E lá chegando, eu estranhei que a população – eu trabalhei junto à Igreja – eu

estranhei que a população era assim meio assustada e fechada, super fechada. Era um pessoal dócil, mas era assustado, em Brotas de Macaúbas. Depois o pessoal me contou, me levou no lugar onde deixaram Lamarca, que trouxeram de lá do centro da cidade, da roça, da casa de Pintadas. Eu estava em Pintadas. E, no lugar que trouxeram ele do mato, e trouxeram ele como se traz uma cobra no pau, ele estava tão machucado, o estômago era um buraco que não tinha nada, era apenas uma pele e um rombo e colocaram ele num galho de umburana assim me mostraram eu vi tudo. E o pessoal ficou muito assustado com isso. Então, a pessoa que chegasse percebia logo, e eles também ficavam assustados com quem chegasse, com medo da repressão. Eu coloquei até, interessante, que eu levei o livro para ler e eu estava lendo o livro e magicamente o livro desapareceu. Eu não encontrei livro mais. Então, eu até imaginei que fosse isso e fiquei muito quietinha lá no meu canto. E a pessoa que denunciou, a senhora que denunciou a presença deles, de Zequinha que era conhecido, e ele era um animador de comunidade, a pessoa que denunciou, ela ficou meio louca. Então, ela frequentava a Igreja, porque eu era ligada à Igreja, [na audiência: Diolinda], não lembro o nome mais, e o pessoal me contou toda essa historinha mesmo, todos detalhes, e ela ficava como uma louquinha assim e ela não ficava ajustada a nada e nem a ninguém. Era só isso.

Albertino Carneiro – Eu quero fazer uma homenagem final a um amigo meu, estudante ainda de secundarista, Elenaldo Teixeira, quando era de JEC, que depois foi advogado que fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel das Matas, que depois partiu para a clandes-

tinidade e na clandestinidade, ele trabalhando como trabalhador da cana em Pernambuco, descobriram que a linguagem dele era de gente estudada, e descobriram que ele era advogado. Prenderam então, bateram tanto que quebrou nove costelas e não deram nenhuma assistência, depois que já estava bastante inflamada foi que alguém falou com Dom Hélder: “Dom Hélder, tem uma pessoa que tá perto de morrer na cadeia. O senhor vá lá visitar.” E Dom

Hélder chegou lá e disse: “Tem fulano de tal, Elenaldo Teixeira está aqui?” “Está” “Eu quero ver ele.” “Não, não pode ver não.” “Não. Eu quero ver. Eu só saio daqui depois que eu ver”. Aí, ele sentou na cadeira e resolveram deixar.

Quando ele chegou lá, as nove costelas quebradas, não tinha nada de curativo. Aí, Dom Helder disse: “Eu quero que vocês levem isso ao Hospital” “Nós não vamos levar não.” “Então, eu não saio daqui, eu só saio daqui com vocês levando

e eu vou ver o médico atender essa pessoa”. E somente através disso Elenaldo recuperou nove costelas, trabalhou no MOC depois disso, por ocasião da campanha, e morreu dentro do banheiro assim de vez, por causa das torturas que passou. Acho e tenho respeito, eu fui amigo dele desde o ginásio, eu acho que seria bom, se der para ver isso aí. Elenaldo Teixeira estava em Pernambuco na cana, quando foi preso e recebeu muita porrada dentro da prisão e perdeu, perdeu não, teve nove costelas que foram recuperadas.

Amábilia Almeida – Muito bem. Essa é uma das audiências assim muito esclarecedoras, que nós ouvimos atentamente os depoimentos que por aqui passaram. Mas o depoimento de Padre Albertino é, sem

“O Dalmir Caribé, que era um cabo da PE que é baiano, e infelizmente é dali de Santo Amaro, o dinheiro que estava no bolso de Lamarca e o dinheiro que estava no bolso de Zequinha Barreto. As pessoas eram chamadas. Se chutassem o rosto de Lamarca ou de Zequinha, podia tirar uma cédula do bolso. Isto é contado pelo homem que fez o caixão, ele contou para a gente. O homem que fez o caixão para botar Lamarca e Zequinha, só um caixão, era irmão do Juiz que servia aos agentes da repressão”.

dúvida, aquele assim dos mais esperados. Porque a gente sempre encontrou em Albertino, um legítimo representante da Igreja que fez a opção pelos oprimidos. A sua luta é tão grande, em defesa dos trabalhadores rurais, nesse movimento tão reconhecido, não só em Feira de Santana, mais reconhecido em todo o estado da Bahia e quem sabe em outros lugares. E é esse depoimento de Albertino, ele foi assim enriquecido pelas contribuições de outras pessoas que testemunharam o que aconteceu naquela época, e veio à tona a questão da morte de Santa Bárbara, a contribuição também de Wilson Mário que é um pesquisador permanente. E nós só temos a agradecer ao grupo de trabalho de Feira de Santana, que trabalha com tanta seriedade e com tanto empenho para que a gente possa produzir uma boa peça para o relatório final que será encaminhado à Comissão

Nacional da Verdade.

Solicitar ao padre Albertino que nos forneça uma cópia do seu depoimento para que nós possamos levar. Já está aqui com Galeão e ele será de grande utilidade, esclarecedora de fatos e da sua posição como religioso perante o trabalho que a Comissão faz, sobre o papel da Igreja durante a ditadura militar. Um abraço companheiro, você é uma das pessoas, que já tem lugar o reservado lá junto do Senhor, não preciso nem lhe dizer.

Pastor Jorge Nery – Então lembrando que no dia 5 de setembro o Albertino vai estar completando 80 anos, vai ter uma festança boa, não? Parabéns pelo depoimento, pela vida e pela trajetória. Gostaríamos de agradecer a todos os que fizeram depoimento, por mais uma Audiência Pública. Muito obrigado, Boa tarde!

CONFIDENCIAL

TOMADA DE DEPOIMENTO

07 de setembro de 2014

Residência de Raymundo Ramos dos Reis

Salvador - Bahia





TOMADA DE DEPOIMENTO

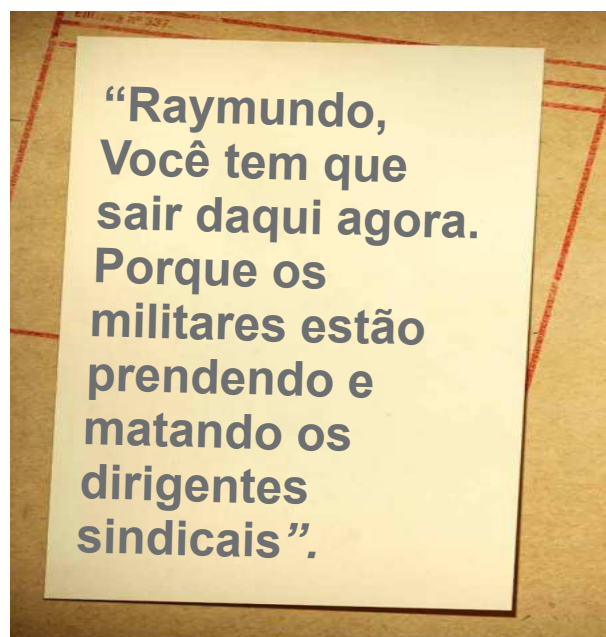
**07 de setembro de 2014 - Residência de Raymundo Ramos dos Reis
Salvador - Bahia**

***Raymundo Ramos dos Reis**

Realmente, no dia 1º [de abril de 1964], a gente não sabia o que estava acontecendo. No dia seguinte, eu sei que colegas me levaram: “Raymundo, você não pode ficar aqui no sindicato”. Porque até o dia 1º eu estava no sindicato, eu ia todo dia. Eu era o presidente do sindicato, não é? Minha função anterior era secretário geral. Teve a eleição, me candidatei e fui eleito. Fiquei na presidência sete meses só. Foi o que eu me lembro.

Bem. No dia 31 eu estava no sindicato. No dia 1º, eu estava no sindicato e os colegas me disseram “Raymundo. Você tem que sair daqui agora. Porque os militares estão prendendo e matando os dirigentes sindicais. Mortos. A notícia que nós temos é essa”. E aí eu disse “Mas eu preciso avisar a minha família, e tal” “Não. Nós vamos lhe levar, não sei pra onde. Nós não sabemos, e você não vai saber” Eu digo [aceitei]... como era gente, bancários, que nós tínhamos umas comissões do sindicato, que nós criamos. Eu me lembro bem.

Eram várias comissões de atividades para ajudar a diretoria no sindicato. Vários militantes que atuavam. Criamos comissões de atividades, comissões para visitar os banqueiros, visitar bancos, consultar os colegas, visitar os colegas do banco. Nós tínhamos acesso aos bancos.



Não impediam a nossa presença. Não impediam. Apesar de a lei permitir somente à diretoria dos sindicatos a entrada nos bancos, mas nós entrávamos com elementos da comissão, da nossa comissão, e os bancos abriam as portas e então nós conversávamos. Isso antes de 64.

Eu não me lembro quem foram esses colegas. Aí disseram: “Olha Raymundo, você não pode ficar, não pode ir nem para casa. Nós vamos lhe levar para algum lugar.” Eu sei que me levaram para uma casa, que eu passei a tarde, o resto da tarde, a noite, no dia seguinte vieram me levar para outro lugar. Eu fui a três lugares, assim. Não sei dizer nem em que lugar era essa casa, nem quem mora. Só sei que a notícia é “Raymundo nós temos que lhe levar, que livrar você de um assassinato” porque eles tinham raiva de minha pessoa mesmo. O sindicato dos bancários exercia muita atuação na massa trabalhadora, não é?

Porque o sindicalismo tinha os

*Texto não revisado pelo depoente.

** Não foi autorizado registrar imagens.

sindicatos atuantes, os que passaram a atuar. Até mesmo os bancários eram uma classe meio amortecida. Depois que houve algum movimento dos bancários, foi que mudou a diretoria. Aí elegeu a diretoria, essa diretoria foi atuando. Então, foi uma sequência dessas diretorias que modificaram o panorama do sindicato dos bancários aqui na Bahia.

Foi quando surgiu, na década de 60, a CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, [em 1958]. Abrangia bancários e securitários, das companhias de seguros. Os sindicatos, resultado da influência de Getúlio, o ditador [se acomodaram].

A CONTEC passou a orientar os sindicatos de cada estado para atuarem melhor nas reivindicações locais e organizava reuniões nacionais. Então, nós íamos, os diretores iam, e eles recomendavam que os diretores fossem com elementos eleitos pela classe. Então, cada sindicato mandava.

Eram cinco sindicatos que eram atuantes. Era o sindicato de petróleo, o sindicato dos bancários, o de petróleo tinha o sindicato de refinação e de extração e os portuários e ferroviários. Então, a direita tinha muita raiva dos petroleiros e dos bancários, quando havia movimentos reivindicatórios. Tinham muita raiva.

Os do porto tinham um pacto interno entre eles, e faziam parte também do Pacto Intersindical. Isso atuava muito. Porque quando os bancários faziam greve, os sindicatos ficavam mobilizados. Interessante que eles comunicavam ao sindicato dos bancários, como nós também comunicávamos ao sindicato dos petroleiros, que estávamos aguardando a palavra de ordem. Então, nós tínhamos o comando.

Foi daí que se criou a CGT nacional,

aí surgiu o estadual que não se chamava CGT estadual, era CPOSB (Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Bahia) e foi criada antes. E acontecia que o presidente da CPOSB era o presidente dos petroleiros da extração de petróleo, Wilton Valença, me lembro até do nome. Era o presidente. Mas como ele viajava muito, tinha cinco vice-presidentes, e o 1º vice-presidente era dos bancários. Como eu era o presidente – não era assim o presidente; era o síndico que ocupava o cargo – como eu estava na presidência, eu então passei a substituir Valença nos atos em geral. Quando ele estava aqui, atuava.

Quando ele viajava e tinha problemas, eu tinha que ter contato com os outros sindicatos para resolver greves dos outros sindicatos, digamos, pedreiros. Era um sindicato fraco. Então nós procurávamos formar comissão de entendimento com os empresários de construção civil.

A CPOSB funcionava p r o c u r a v a entendimentos, porque não era a pessoa sozinha. Sempre nós tínhamos assessores. Criávamos assessorias. A CPOSB acompanhou várias greves. Não só de bancários como de petroleiros, e de outras entidades. Dos marítimos. Porque os marítimos eram muito unidos entre si naquela área. Porém, com o resto, não tinha ligação. As centrais estimulavam. Por exemplo, bancários e securitários, os interesses não são iguais. Aparentemente são porque são chamados financeiros. Mas não são.

Os securitários não eram considerados bancários porque era definido. Securitários, eles tinham peculiaridades de atividade. Então deveria ter um sindicato deles somente. Eles tinham sindicato. Agora, não tinham central. No plano nacional, eles não eram organizados. Nem no plano estadual. Não havia federação. Porque na

“Eram cinco sindicatos que eram atuantes. Era o sindicato de petróleo, o sindicato dos bancários, o de petróleo tinha o sindicato de refinação e de extração e os portuários e ferroviários. Então, a direita tinha muita raiva dos petroleiros e dos bancários, quando havia movimentos reivindicatórios”.

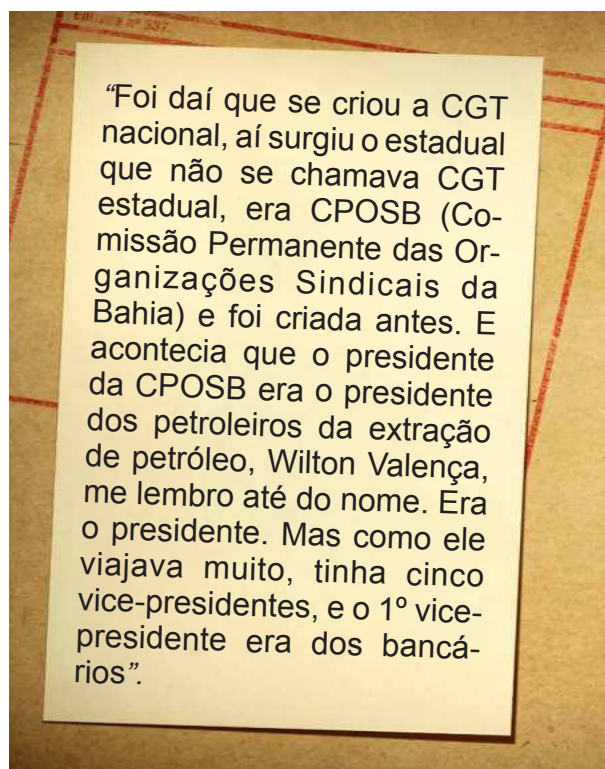
lei trabalhista havia sindicato, federação e confederação. Não havia estrutura. A massa trabalhadora, até hoje, não tem assim uma estrutura. Os petroleiros, eles tinham refinação e extração de petróleo, o Stiep e o Sindipetro.

Depois do golpe, eles, os militares, pegaram os arquivos, retiraram do sindicato e deram fim em muita coisa. Com a minha ausência, quando eu saí logo no dia 1º, aí eles nomearam. Não sei se eles foram antes. Eles nomearam um bancário como interventor. Era do Banco do Brasil. A gente chamava Meninão, o nome dele era Edilson. Nomearam Edilson como interventor e levaram os arquivos todos lá para o Quartel General. Depois dizem que devolveram alguma coisa, mas muita coisa desapareceu.

Tinha até um servente do sindicato, ele lutava boxe, depois veio até me visitar. Ele dizia: “Seu Raymundo, as coisas do sindicato, eles não sabem de nada.” Eu perguntei: “Venha cá. Tinha documentos pessoais de bancários que deixavam lá, e coisas assim” Eu sei que coisas pessoais minhas também, eu sei que deram fim em tudo. Considerado material subversivo.

Depois, eu acho que fui em duas casas, depois aí eu disse a esses colegas, “Bom, não vou mais a canto nenhum. Eu vou agora me apresentar ao Quartel General, aos militares, para não ser preso.” Para não ser preso, não. Para justificar a minha ausência do sindicato. Porque eles prendiam e desapareciam com as pessoas que eram presas. Essa era a notícia. “fulano foi preso e não se sabe para onde”.

Eu fui sozinho. Minha mulher trabalhava no Quartel General na Mouraria. Era funcionária do Ministério da Guerra. Eu então fui para lá, fui me apresentar. Eu não fui em casa, nem vi minha mulher. Só fiz dizer a ela, telefonei para ela do sindicato, “Olha. Eu vou sair daqui, os colegas vão me levar, não sei para onde. Você não se preocupe. Não procure me encontrar. Quando puder eu telefonei ou apareço. Não sei quando.” Também eu disse a ela. “Os militares estão



prendendo, segundo notícias, estão matando as pessoas que estão sendo presas. Mas fique você tranquila, que eu vou sair para depois resolver me apresentar.” Avisei. Aí ela ficou de espírito prevenido.

Aí eu passei dois ou três dias nessa maratona. Não sei como foi, não me lembro quais foram esses colegas, quatro ou cinco pessoas que me levaram, “olha você não pode ficar no sindicato, porque as notícias são que está ocorrendo no Rio de Janeiro e São Paulo já tem muita gente morta, em São Paulo, pelos militares, morta, assassinada no quartel, na rua, assim. Eles estão caçando dirigentes sindicais”.

Bom. Daí, eu me apresentei. Passou a fase crítica, então vou me apresentar. Vim na Mouraria. Não me maltrataram. Prestar depoimento. Que depoimento? Fizeram perguntas, sei lá! Perguntaram... não perguntaram por armas, nem nada; agitação, quem eram os agitadores. A palavra era agitação. E eu disse “toda classe bancária é agitadora porque reivindicava”.

Eu me lembro que eu disse “Olha os senhores militares estão recebendo salários aquém das suas necessidades, e o Mi-

nistério do Exército recebe verbas. Os senhores olhem o orçamento.” Eu me lembro que eu comentei isso, falei esse problema com eles, esse assunto “Os senhores militares também vão acabar um dia, por lei por fazer greve. A lei não permite. O militar é proibido de fazer greve. Mas vai chegar o momento que os senhores terão de fazer greve por aumento de salário, porque é obrigação do empregador pagar o justo salário. Jesus Cristo já falava isso.”

Isso eu disse a eles, sobre o justo salário. Pois bem, aí ouviram o depoimento, respeitosamente, depois disseram “Seu Raymundo, o senhor sabe que agora o senhor vai para uma prisão militar, não é?” “Estou imaginando. Não estou sabendo. Estou imaginando.” “E o senhor quer alguma coisa, quer telefonar para sua família, avisar sua família? Eu disse “Bom, se é que os senhores estão permitindo, eu desejo falar com a minha mulher. Aqui mesmo.” Ele chegou: “Aqui?” “Sim”. “Por que o senhor diz aqui?” “Porque minha mulher trabalha aqui com os senhores.” Aí, o oficial se espantou, porque ele não era do Quartel General. Ele era de outro quartel. Eu disse “É porque ela é funcionária aqui do Ministério da Guerra, trabalha aqui no Quartel General.”

Aí, eles se preocuparam, eu imagino, mas aí o superior mandou chamar. Aí eles mandaram chamá-la ela veio falar comigo e tudo mais, eles se afastaram para eu poder falar com ela, tiveram esse gesto. Quer dizer, eu, pessoalmente, não posso dizer o que se dizia deles. Eu perguntei porque me prendiam. “Porque o senhor é um dos agitadores. O senhor não é comunista mas o senhor é um agitador, que agita a sua classe, isso prejudica a sociedade brasileira. O senhor portanto está respon-

sabilizado. As suas greves não são naturais.” Foi falando sobre greves que eu disse a eles. Mas foi em conversa, não foi em agressividade que eles falaram. Eu também falei sem ser em agressividade. Eu cheguei e disse “Os senhores, haverá um momento de reconhecer que estão ganhando alguém de suas necessidades. Que o Exército tem condições de lhes pagar um salário justo, porque a arrecadação de impostos é muito grande. Por mais despesas que se tenha, que o estado tenha, ele tem a maior obrigação com seus servidores”.

Aí, eu fui para o Barbalho. Não. Eles queriam o Quartel do Barbalho que todo mundo que chegava era batizado. Apanhava. Eles queriam me mandar para o Barbalho. Mas um deles, aliás, quem queria me levar. Aliás, eu não me apresentei ao Exército, não.

Eu me apresentei foi à Polícia Civil. Era a polícia que prendia. O Exército

não aparecia, não. A polícia do estado. Quem prendia era a polícia. E quem estava lá prendendo era um policial chamado [não consegue lembrar o nome]. Que esse é que era habituado a bater em todos os presos. Ia primeiro na polícia, na Piedade, na Secretaria. Mas quando eu cheguei na polícia, quem me recebeu foi esse policial. Ele queria me levar para a cela dele. Esse policial, “Ah, seu Raymundo, o senhor já me conhece” Esse camarada era que batia em todos não só os presos comuns, como os presos da revolução. Ele era civil. Era agente, mas atuava, ele tinha a força de todos os militares. Os militares davam toda força a ele. Pois bem. Eu não cheguei a ir na cela dele, porque quando ele disse “você vai conhecer minha cela, o senhor conhece a minha cela? Já ouviu falar da minha cela. Eu trato muito bem todo mundo. O senhor

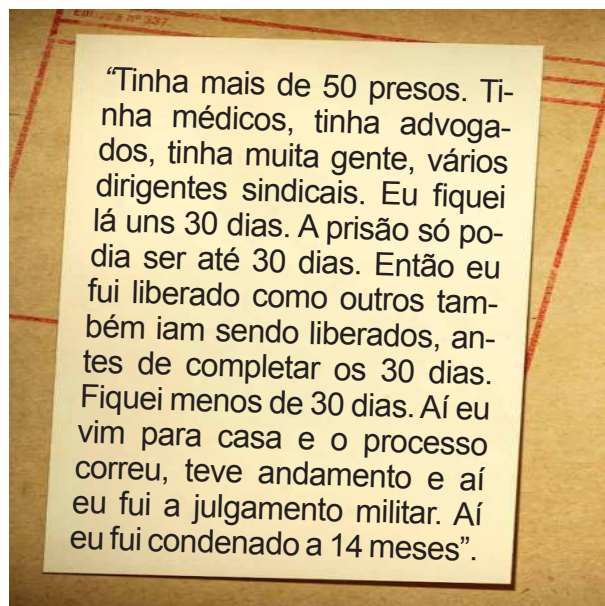
“Esse policial: “Ah, seu Raymundo, o senhor já me conhece” Esse camarada era que batia em todos, não só os presos comuns, como os presos da revolução. Ele era civil. Era agente, mas atuava, ele tinha a força de todos os militares. Os militares davam toda força a ele. Pois bem. Eu não cheguei a ir na cela dele, porque quando ele disse “você vai conhecer minha cela, o senhor conhece a minha cela? Já ouviu falar da minha cela. Eu trato muito bem todo mundo. O senhor sabe disso.”

sabe disso.”

Quando ele ia levar para a cela, chegou um militar, dizendo “Sr. Fulano! Nós já soubemos que o Sr Raymundo se apresentou aqui. Raymundo Reis.” Meu nome de guerra era Raymundo Reis. “Então. Nós queremos levá-lo agora para o quartel” Foi minha salvação. Minha sorte foi que esse camarada, esse policial militar, foi me buscar, fui para a Mouraria, dei depoimento. Aí o camarada da polícia civil, queria me levar para a cela dele para me levar para o Barbalho Era ele que queria me levar para o Barbalho, para continuar apanhando lá. Foi aí que chegou o soldado do Exército, souberam lá que eu tinha me apresentado. O civil queria me levar pessoalmente. Aí ele foi juntamente com o soldado. Também porque fiquei imaginando: vai me levar para lá e acaba me levando para outro lugar, mas me levaram para a Mouraria, lá o civil se afastou, e de lá me levaram direto para o 19º BC, onde o tratamento era outro.

Tinha mais de 50 presos. Tinha médicos, tinha advogados, tinha muita gente, vários dirigentes sindicais. Eu fiquei lá uns 30 dias. A prisão só podia ser até 30 dias. Então eu fui liberado como outros também iam sendo liberados, antes de completar os 30 dias. Fiquei menos de 30 dias. Aí eu vim para casa e o processo correu, teve andamento e aí eu fui a julgamento militar. Aí eu fui condenado a 14 meses. O julgamento foi demorado. Porque aí eu fui preso uma segunda vez, também preventiva. Enquanto esperava o julgamento trabalhava normal no banco. Trabalhei alguns meses, depois o banco me afastou antes do fim do ano, antes da condenação. Considerou aposentado.

O Banco do Brasil demitia sumariamente. Não oferecia argumento algum. O pai de Lídice da Mata, Aurélio, fundou o Sindicato dos Bancários de Alagoinhas, foi preso, esse o banco demitiu na hora, com a prisão dele. O banco não me demitiu. Ficou em julgamento. É o caso. Por lei, existia a estabilidade sindical. O banco teria que esperar dois anos depois de eu deixar de



ser presidente do sindicato. Se fosse eleito diretor, adquiria estabilidade novamente. Então, o banco me deixou trabalhando alguns meses.

Eu entrei no banco em 52, para 64, são 12 anos. O banco passou a me pagar o salário integral. Salário normal. Agora, como funcionário, a gente fazia extra, de vez em quando fazia um extraordinário. Aí não tinha direito a extra. Nesse tempo os funcionários do banco não eram liberados para trabalhar no sindicato. Ah, e outra coisa. A gente só tinha liberação para determinados atos. Então a gente tinha que dizer “Eu vou sair agora porque eu vou para uma atividade do sindicato.” Tinha que dizer qual era. Reunião, solenidade, ou qualquer coisa.

O julgamento foi no ano seguinte, em 65. Aí eu fui preso para completar. Fiquei preso aí digamos uns oito a 10 meses. Para completar, porque o tempo de prisão preventiva é contado. O outro tempo aí eu completei. Depois da condenação, me buscaram em casa. Eu fui preso para o julgamento, estava presente no julgamento, prestei depoimento, estava com o advogado, José Borba Pedreira Lapa, que era funcionário do Banco Econômico. Lapa foi advogado gratuito. Aí Lapa me recomendou: “Raymundo, você vai ter que recorrer ao Supremo Tribunal Federal.” Quem

condenou foi o Conselho Permanente da Justiça Militar. A 1ª instância. A 2ª instância, o Tribunal Militar Regional. E a última instância, o Superior. Não, eu não recorri ao Superior Tribunal Militar. Recorri ao Supremo Tribunal Federal. Foi uma arte de Pedreira Lapa com o advogado que atuava, o representante de Lapa lá no Rio de Janeiro, Sepúlveda Pertence. Aí Lapa me disse; “Olha Raymundo, você vai ter que pagar os honorários do advogado lá do Rio, Sepúlveda Pertence” Eu disse “Tá certo” Muito bem. “Eu não paguei seus honorários, nem vou pagar que seus salários são impagáveis, você é um excelente advogado, eu não vou ter dinheiro para lhe pagar, mas vou arranjar dinheiro para pagar Sepúlveda Pertence”. Aí o Sepúlveda Pertence me cobrou, mas cobrou preço simbólico, preço simbólico. Não me lembro quanto foi. Aí, o Supremo cancelou todo o processo por irregular, aliás, indevido. A decisão do Supremo foi demorada. Quando anulou o processo eu já tinha cumprido a pena, já tinha passado, já era história. Isso serviu de parâmetro para os casos idênticos. Todo mundo passou a recorrer ao Supremo, independente do Superior Militar. [mas foi só até o AI2 que tirou esta prerrogativa do Supremo].

Do pessoal que estava no 19º BC, lembro do meu amigo Washington José de Souza, presidente dos Eletricitários. Esse apanhou que não foi brincado. Ele apanhou daquele agente da civil. Teve gente emparedado no Quartel do Exército do Barbalho, mas isso é boato, não sei se é verdade.

Nas minhas prisões preventivas, eu não fui torturado, mas eu ouvia os gritos de pessoas torturadas. A família, filhos e a minha mulher, não sofreram retaliação, mas eu acredito, ela nunca me disse, mas eu acredito, porque eu sabia das informações

que as mulheres dos presos eram muito cantadas pelos militares, convidadas, procuravam levar para hotéis ou coisas assim, enganando, prometendo muita coisa. Eu imagino que o mesmo tenha acontecido com a minha, mas ela nunca me falou.

Washington quando chegou para ser entregue ao Exército, no 19º BC, ele tremia, foi preciso eu instituir plantão entre os presos daquele grupo, da primeira vez quem instituiu o plantão fui eu. Eu disse “olha, por favor, vamos ter que ficar um acordado, de vigília durante a noite porque ou pode morrer ou ser levado, porque alguém pode abrir a cela, levar Washington e dizer que fomos nós que matamos. Não lembro de nomes de militares mas eu sei que nós ouvíamos os gritos e Washington dizia “Ah, o pessoal da Petrobras apanhou como quê”, os diretores do sindicato da Petrobras, Mário Lima (refinação), Valença (era extração).

Antoniél Queiroz presidente do sindicato de Feira, apanhou muito. Os bancários do interior apanharam muito. Feira, o sindicato foi invadido, Ipiaú, Itabuna também foi invadido, Ilhéus, Alagoinhas que seu Aurélio foi preso, todos os sindicatos dos bancários foram invadidos e fechados. Nomeavam interventores. Como os de petróleo também, os petroleiros. Agora, tinha uns sindicatos assim que não atuavam, o dos marceneiros, alimentação.

Na época, quem comandava o sindicato era o pessoal do Banco do Brasil. Tinha os sindicatos fracos, os sindicatos que eram contra a CPOB e não sofreram nada. Eles [os militares] sabiam quem eram sindicatos que não atuavam, não eram perigo para a sociedade. Que danos o sindicato sofreu como entidade de classe? Tinha muita gente que foi prestar depoimento aos militares. Era gente visada pelo tal policial,

“Do pessoal que estava no 19º BC, lembro do meu amigo Washington José de Souza, presidente dos Eletricitários. Esse apanhou que não foi brincado. Ele apanhou daquele agente da civil. Teve gente emparedado no Quartel do Exército do Barbalho, mas isso é boato, não sei se é verdade”.

mas não teve prisão de outros da diretoria.

Dos outros sindicatos do CPOSB, muitos foram perseguidos e houve mortos. Veja eu era o primeiro secretário. Eu assinava os documentos da CPOSB assim: presidente em exercício. E tinha o segundo secretário, assinava como tesoureiro, ele era comunista, era estivador, ele foi preso várias vezes. A mulher dele, era comunista também, era mais radical do que o marido. João dos Passos foi dos metalúrgicos, foi torturado.

O sindicato era na ladeira de São Bento, em cima de uma lavanderia. O banco me afastou. Fui aposentado: "Aposentadoria por decreto na forma da lei nº 23.588 de 2 de julho de 1970." Estava afastado e a resolução de aposentadoria da diretoria do banco é de "março de 71, a partir de 1º de janeiro de 1970."

Como minha mulher, Maria José, era

prima de Fernando Santana e Fernando se dava muito com militares nacionalistas. Então, eu acredito – porque tinha muitos militares honestos, ideologicamente – que foi devido à ligação de Fernando com esses militares que eu não sofri, escapei.

O partidão atuava em todos os sindicatos na época. Tinha também gente do PTB, tinha da UDN. Eu estimulava outros sindicatos a também fazer reivindicações. Aí, foi escolha minha o nome da CEPOSB porque a CGT era muita apontada como uma atividade subversiva, que só queria agitação social e tal. Então vamos ver uma outra sigla para ver se cola melhor. Então a CEPOSB conseguiu. Eu era secretário geral na gestão de Genaro presidente no sindicato. Eu atuava e ele me recriminava. Eu dizia: "Genaro, a gente não pode abafar a voz da classe. A classe exige. A gente tem que atacar os bancos e tem que dizer porque ataca os bancos" Os bancos com lucros milionário.

CONFIDENCIAL

TOMADA DE DEPOIMENTO
09 de setembro de 2014
Residência de Celso Loula Dourado
Salvador - Bahia





TOMADA DE DEPOIMENTO
9 de setembro de 2014 - Residência de Celso Loula Dourado
Salvador - Bahia



***Celso Loula Dourado**

DEPOENTE: CELSO DOURADO

Eu sou quarta geração de presbiterianos, quer dizer, meu bisavô foi o primeiro da família. E tenho uma experiência muito íntima com essa igreja, nasci nela, fui batizado, criado na Escola Dominical, alfabetizado na igreja, não havia escola pública, e nem existia escola particular, era a igreja que assumia essa iniciativa de ir atrás de uma professora. Isso na década de 30, 40. Então, minha ligação é muito forte com essa igreja: fui alfabetizado lá, fiz ginásio, colégio, instituição presbiteriana, depois fui para Campinas, o seminário nosso e posteriormente fui fazer pós-graduação nos Estados Unidos, também na histórica universidade de Princeton, seminário também ligado à universidade. Então, minha experiência religiosa tem a ver com essa herança familiar e com essa trajetória dentro da própria igreja.

Celso Dourado tem uma longa trajetória dentro da Igreja Presbiteriana. Foi pastor e professor na escola da Igreja de 1958 a 1968, em Campo Formoso. Foi eleito vereador pelo PTB em 1962 e presidiu a Câmara. Anos depois, foi eleito Deputado Federal pelo PMDB. Enfrentou muitas dificuldades de repressão, interrogatórios e Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Em 68, mudou-se para Salvador, onde trabalhou no Colégio Dois de Julho, primeiro como capelão e depois como professor substituto de várias disciplinas. Ficou lá por 20 anos, onde chegou a ocupar o cargo de diretor. É um dos fundadores da CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços, instituição organizada em pleno período ditatorial, que passou a fazer frente ao regime, dando apoio aos perseguidos.

**Texto não revisado pelo depoente.*

Eu costumo dizer que na minha infância a instituição mais importante da minha região era a Igreja Presbiteriana no Brasil, não era a Católica, em que o padre só chegava de ano em ano, de 10 em 10 anos. E o pastor chegava lá a cavalo, passava tempo, dava cursos... eu e Neusa temos essa mesma experiência religiosa. E depois, é claro, tomamos a decisão consciente da fé cristã, com orientação ecumênica. Para mim, a igreja de Cristo é uma só e minha experiência da área religiosa é essa, é tanto que dentro da minha igreja, quando eu tive diálogo com aqueles que defendiam o sistema autoritário, eu disse: “mas sua experiência é igual à minha, nós somos da

mesma igreja, por que essa posição diferente?”. Naturalmente, que muita gente decidiu ficar do lado do sistema por comodismo, porque é mais fácil ficar do lado do sistema autoritário, que não só tinha vantagens, mas também era cômodo.

Joviniano Neto – Você fez um seminário nos Estados Unidos. Boa parte das igrejas evangélicas tinha uma forte influência da teologia e da formação norte-americana. Essa formação norte-americana não ajudou alguns dos seus companheiros evangélicos a serem mais conservadores, pró-americanos? Contra o comunismo...

Celso Dourado – Quanto a isso, temos de entender os dois lados. Nos Estados Unidos, a Igreja Presbiteriana é uma igreja que tem uma preocupação política forte, que tem um escritório em Washington para acompanhar os atos do governo. Então, dentro dessa igreja há posições diferentes. Eu, no seminário, a influência mais forte foi de um teólogo americano, Richard Charles Schall, que é americano, filho de ambiente rural nos Estados Unidos, mas que tem uma formação diferente, um estudo bíblico procurando relacionar a fé com a realidade do dia a dia. E ele exerceu uma influência muito forte. Todos no seminário, e a minha turma especialmente, porque desde o primeiro até o quinto ano nós fomos alunos dele. E tivemos experiências muito interessantes nessa fase estudantil. Isso foi de 1953 a 1957, cinco anos.

Joviniano Neto – Corresponde ao fim do governo de Getúlio, início de Juscelino.

Celso Dourado – Isso.

Joviniano Neto – Depois o Richard Schall

veio várias vezes ao Brasil...

Celso Dourado – Veio... com o golpe de 64, ele teve de voltar para os Estados Unidos. Ele estava aqui, devia estar no nosso chamado terceiro seminário, trabalhando em Governador Valadares, com quem eu trabalhei também. E no nosso período estu-

dantil, nós tivemos uma experiência muito boa, porque fizemos alguns encontros com operários e decidimos gastar nossas férias estudando Teologia, Medicina, Engenharia, todos cristãos evangélicos ou cristãos católicos... aproveitávamos as férias para trabalhar nas fábricas. Eu trabalhei em São Paulo, na Alpargatas, na Mooca, no Brás. Entrava 10 horas da noite e saía 6 horas da manhã. E pela manhã nós nos reuníamos para falar da nossa experiência no ambiente de fábrica. E aprendemos muito, especialmente quando nos intervalos nos reuníamos e conver-

sávamos, trocávamos ideias e muitas vezes líamos a Bíblia juntos e as perguntas eram fortes. Destaca-se nesse período ao nosso lado o Paulo Stuart Wright, irmão de Jaime Wright, que participou dessa experiência também.

Joviniano Neto – Que vai ser um dos desaparecidos políticos?

Celso Dourado – Isso. Foi morto na repressão. E eu estudo lá, e na nossa Igreja Presbiteriana nós vamos ter a formação teológica representando um pouco a sua região. Eu que fui criança para São Paulo, com 13 anos fui deportado para São Paulo para estudar, fiquei quatro anos sem voltar para minha casa, mas sempre tive uma ligação muito forte com a família, com a igreja e quando eu vou para o seminário, eu

“Nos Estados Unidos, a Igreja Presbiteriana é uma igreja que tem uma preocupação política forte, que tem um escritório em Washington para acompanhar os atos do governo. Então, dentro dessa igreja há posições diferentes. Eu, no seminário, a influência mais forte foi de um teólogo americano, Richard Charles Schall, que é americano, filho de ambiente rural nos Estados Unidos, mas que tem uma formação diferente, um estudo bíblico procurando relacionar a fé com a realidade do dia a dia”.

sou enviado através do Presbitério de Campo Formoso. Posteriormente, quando termino o curso teológico, eu vou para ser ordenado na igreja de Campo Formoso, e passo dez anos lá. Dez anos sou pastor, professor na escola da igreja...

Joviniano Neto – O senhor chegou lá em que ano?

Celso Dourado – Em janeiro de 1958, em Campo Formoso, e fiquei lá até janeiro de 1968. Dez anos.

Joviniano Neto – Pegou o fim do governo Juscelino, o governo Jânio, o governo Jango, reformas de base... como foi sua experiência nesse período?

Celso Dourado – Bom, eu era em 1962, em Campo Formoso, fui eleito vereador. E trabalhei muito com a Igreja Católica. Lá tinha uma experiência de um certo desencontro, falta de diálogo entre a comunidade Presbiteriana e Católica – algumas polêmicas foram realizadas, algumas discussões e tal. Quando eu cheguei, procurei dar ênfase ao diálogo. E em janeiro de 68, quando saí de lá, em dezembro comemoramos o Natal juntos em praça pública. Já tínhamos conseguido um diálogo. Então, nesse período, aparece também na Igreja Católica um jovem padre que, preocupado com a situação de famílias, dificuldades, nós trabalhamos juntos e passamos a organizar sindicatos rurais, orientando...

Joviniano Neto – O nome do padre?

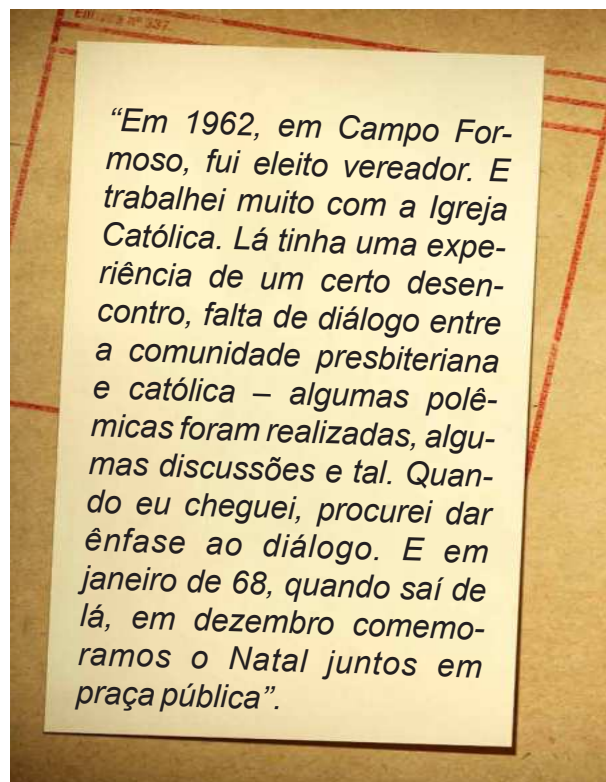
Celso Dourado – Frei Félix, jovem. Frei, não, que eu estou confundindo com frei Félix da igreja holandesa aqui em Salvador... padre Félix.

Joviniano Neto – Já que eu interrompi, o senhor foi eleito por que partido?

Celso Dourado – Pelo PTB.

Joviniano Neto – Que era o partido de Getúlio, de Jango...

Celso Dourado – Isso, e fiz a campanha



defendendo as reformas de base. Depois fui eleito presidente da Câmara e aí eu tenho que responder um IPM.

Joviniano Neto – Mas espera aí, para chegar um pouco antes... você começou a organizar com padre Félix sindicatos rurais.

Celso Dourado – Isso.

Joviniano Neto – Organizou vários?

Celso Dourado – Não, estávamos em fase de organização. Estávamos trabalhando com as comunidades. Mas isso tudo depois aparece no interrogatório militar.

Joviniano Neto – Por coincidência, foi na época em que andei pela região organizando sindicatos rurais.

Celso Dourado – O líder lá era esse padre católico. E havia os outros padres alemães, diferentes, mas ele era... com o golpe nunca mais o encontrei, porque logo depois do golpe ele desapareceu, soube que tinha ido para um mosteiro lá na Paraíba [risos], ele teve de se esconder, e eu tive de enfrentar, porque eu tomei uma

decisão, forte e pessoal. Eu e Neusa já tínhamos nos casado e tínhamos quatro filhos. Eu vou enfrentar a ditadura de frente, vou fazer oposição, não vou me conformar com o que está sendo realizado, mas não vou sair do País. Enfrentei muitas dificuldades de repressão, interrogatórios, dois IPMs...

Joviniano Neto – Como foi o impacto do golpe lá em Campo Formoso?

Celso Dourado – Olha, no outro dia, dois dias depois do golpe eu me sentia sozinho, porque as pessoas procuraram se ajustar, coisa e tal, tanto que fui chamado a atenção por um tio de Neusa que era líder: “cuidado, as pessoas estão achando que você tinha ficado um pouco revoltado...”. Porque no diálogo eu não fazia por menos a crítica ao golpe, não aceitava aquela revolução, não tinha aceitado que tinha sido 31 de março, mas sim 1º de abril. Isso foi... mas posteriormente, as pessoas começam a assumir posições. Perceberam que o golpe não era uma revolução, mas um golpe militar, autoritário e surgem os dois partidos...

Joviniano Neto – Na época você era presidente da Câmara. Ela se pronunciou em relação ao golpe?

Celso Dourado – Pronunciei. Como Câmara não, mas eu fiz um discurso e está lá, foi usado no interrogatório, mas é claro que fiz também com uma certa habilidade, para não permitir que me pegassem. Então, fiz um histórico da ação das Forças Armadas no País, destacando que o Exército Brasileiro sempre foi um exército ligado ao povo, que entrar nas Forças Armadas ou na Polícia era sempre um fator de crescimento

social e eu esperava que agora, de novo, as Forças Armadas ficassem ao lado do povo e não contra o povo. Isso é que está registrado como discurso pós-golpe. Anteriormente, tem vários discursos nossos defendendo as reformas de base, defendendo a posição do nosso partido...

Joviniano Neto – Chegou alguma tropa lá?

Celso Dourado – Chegou, em 64 mesmo, em setembro. O coronel que me interrogou

vou citar, ele já morreu, mas não tem segredo, mesmo que estivesse vivo, ele não ia se incomodar não, porque era um desses militares bem intencionados, achavam que eles iam salvar o Brasil. Ele chegou e no início do interrogatório chegaram ordens para me levar preso, 50 soldados, me senti rodeado de metralhadoras por todo canto, não podia virar nem para a direita e para a esquerda, e passei cinco horas sendo interrogado pelo coronel Moacir Pinto Coelho. Quando digo que ele é bem intencionado é que na certa altura do interrogatório meti a mão no bolso e disse “olha, coronel,

a razão da nossa luta é essa aqui: uma família só prejudica 200, que é essa questão de terra”. Ele deu um soco na mesa, disse que “professor, fizemos a revolução para acabar com isso. Dentro de 120 dias nós estaremos aqui para resolver isso”. Eu fiz de conta que ele tinha me atingido e disse “coronel, se os senhores estiverem aqui para resolver esse tipo de problema...”.

Joviniano Neto – Era uma família de latifundiários?

Celso Dourado – Isso, e aí quem me deu a cópia da questão foi o próprio promotor. E

“O líder lá era esse padre católico. E havia os outros padres alemães, diferentes, mas ele era... com o golpe nunca mais o encontrei, porque logo depois do golpe ele desapareceu, soube que tinha ido para um mosteiro lá na Paraíba [risos], ele teve de se esconder, e eu tive de enfrentar, porque eu tomei uma decisão, forte e pessoal. Eu e Neusa já tínhamos nos casado e tínhamos quatro filhos. Eu vou enfrentar a ditadura de frente, vou fazer oposição, não vou me conformar com o que está sendo realizado, mas não vou sair do País. Enfrentei muitas dificuldades de repressão, interrogatórios, dois IPMs”.

eu mostrei “é fato o que está ocorrendo”. Ele esbravejou, disse que iam resolver e eu fiz de conta que me atingiu e disse a ele “se os senhores vierem resolver, até gente igual a mim (aí levantei a voz na mesma altura que ele estava falando), que não tem nenhuma simpatia pelo golpe que os senhores deram, os senhores vão conquistar”. Bom, nunca aconteceu nada.

Joviniano Neto – Cinco horas de interrogatório, lhe prendeu, lhe trouxe para Salvador?

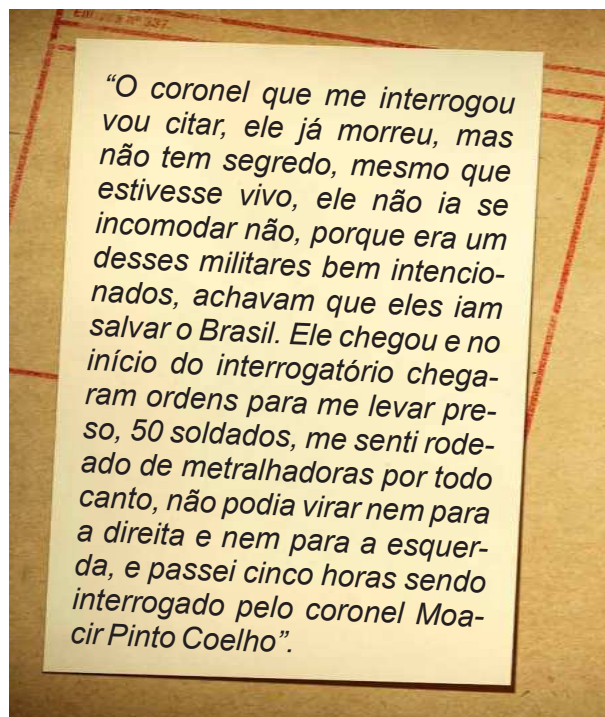
Celso Dourado – Não me prendeu, disse que tinha ordens, mas que ia me ouvir. E no final disse que não, não ia me levar preso.

Joviniano Neto – Prendeu mais alguém lá?

Celso Dourado – Prendeu um vereador, que não era do meu partido, mas isso não foi nessa data, nessa ida dele não, foi posteriormente, e não foi esse coronel, foi gente do Exército mesmo. O coronel era da PM.

Joviniano Neto – E Moacir era da PM?

Celso Dourado – Era. A outra deve ter sido em 65. Havia um vereador que era do Partido Libertador, oposição a nós do PTB, mas ele me conheceu e percebeu as posições que nós defendíamos, e quando veio a ordem, o Exército veio atrás dele, ele se escondeu nas matas de Campo Formoso e o Exército estava lá atrás, com todas as bandeiras. Como eu era presidente da Câmara, fui chamado para ser ouvido sobre isso e eu disse... [perguntaram] “por que ele passou a votar com vocês?”; [eu] “ele percebeu as nossas posições”. Eu tenho impressão que foi o próprio partido dele que o denunciou. Não posso afirmar categoricamente, mas pode ter sido. Campo Formoso, nesse período de inverno, chove 30 dias sem parar. Pelo menos chovia, chuva fina que não para... e ele, coitado, dentro das matas, sofrendo, a esposa dele chega na minha casa chorando e diz que não sabe o que fazer, eu disse: “olhe, o melhor é enfrentar, porque senão eles vão na serra e vão matar seu marido, eu sou presidente da



Câmara, vou tentar...”. Eles estavam em Senhor do Bonfim. Eu fui lá e conversei com o coronel, que eu nem sei o nome, nem ele me disse, nem eu perguntei. Disse: “estou co-mo presidente da Câmara e como é um vereador, quero saber qual é o...”; [ele] “temos ordens de levá-lo preso, e estamos atrás, porque sabemos que ele está escondido”; eu mandei chamá-lo, depois que estive com o coronel, voltei pra casa e mandei um aviso para que a esposa viesse falar comigo. Ele chegou à noite em casa, eu expliquei...

Joviniano Neto – Qual o nome dele?

Celso Dourado – Eu vou dizer o nome nestante...

Joviniano Neto – Ele veio conversar?

Celso Dourado – Ele disse “olha, você tem de ir comigo lá em Senhor do Bonfim”. Pela conversa que tive com o coronel, achei que ele seria ouvido e seria dispensado de imediato. O nome da esposa eu lembro, Mariana... José... daqui a pouco aparece.

Joviniano Neto – E ele era presbiteriano também?

Celso Dourado – Não, ele era ligado, teve

a denúncia porque era de um distritozinho chamado Socotó, onde diziam que tinha uma célula comunista. E como ele era de lá, eu acho que a denúncia tem a ver com isso aí e realmente correu um perigo muito grande. Eu o levei a Bonfim, fiquei, entrei quase numa crise, porque achei que ele seria ouvido e que eu voltaria com ele, mas o coronel disse que tinha de levá-lo preso. Ele vai ser ouvido em Salvador. Mas felizmente tomamos as providências e ele foi, trouxeram para Salvador, ele foi ouvido e no outro dia ele chegou lá em casa... porque em 64 ainda havia essas possibilidades. Eu, depois de ser ouvido por esse coronel, eu vim imediatamente a Salvador e procurei os velhos políticos do PSD para dizer: “olha, nós estamos sendo perseguidos em Campo Formoso, denunciados...”. Um dos políticos velhos, não lembro o nome, telefonou para a 6ª RM: “general, os senhores estão se deixando levar por fofoca, perseguindo nossos amigos em Campo Formoso, não existe aquilo...”

Joviniano Neto – O sr. se lembra quem foi o velho político?

Celso Dourado – Não me lembro, já fiz um esforço grande... vim, conversei com ele, era do PSD...

Joviniano Neto – Mas quem estaria denunciando. Lá em Campo Formoso era o pessoal da UDN?

Celso Dourado – O Partido Libertador denunciou o outro, UDN, os partidos que ficaram do lado do golpe, especialmente. O PSD lá era coligado com o PTB. Então era um PSD com posições melhores.

Joviniano Neto – Era o PSD que foi de Waldir Pires.

Celso Dourado – Isso. Nós apoiamos Waldir em 62. O PTB baiano não apoiou Lomanto...

Joviniano Neto – Apoiou Lomanto.

Celso Dourado – Mas nós apoiamos Waldir – a parte do PTB que não era coligada, vamos dizer, com a UDN...

Joviniano Neto – Os conservadores que apoiaram o golpe eram o PL e a UDN tinha lá?

Celso Dourado – UDN Tinha.

Joviniano Neto – O partido de Manoel Novaes, que era sempre aliado ao governo o governo lá não tinha, o PR?

Celso Dourado – Existia. Posteriormente, ficou do lado do golpe, mas até o golpe não era mais PR, era PTB, já tinha se aproximado de Jango, depois voltaram para o antigo PR.

Joviniano Neto – Então, você acha que o Exército chegou lá por causa da denúncia do próprio pessoal do PL e UDN?

Celso Dourado – Sem dúvida. Eu tive depois um diálogo muito forte com eles, chamei de dedo-duro e tal... nós aí temos, começa a aparecer em Campo Formoso uns grupos mais radicais, que me procuravam. Por que? Aí chega a figura de Paulo Stuart Wright, que era da AP. E Paulo sabia que eu estava em Campo Formoso e sabia do trabalho que eu realizava. Então, mandava esse grupo me procurar lá. Eu dei assistência. As coisas foram ficando difíceis em Campo Formoso. Quando eu e Neusa decidimos sair em 68, porque se eu permanesse lá eu ia ser preso mesmo.

Joviniano Neto – Quais os indícios que tinha disso?

Celso Dourado – Olha, nós continuamos lutando abaixo a ditadura, batalhando, e essa gente mais radical que me procurava recebia nosso apoio...tivemos um episódio muito interessante que foi... eu emprestei o carro para uma panfletagem. Nós estávamos numa situação um pouco indefinida, o golpe ainda não tinha tomado toda sua força em 64, 65. Então, esse grupo entra na prefeitura de Senhor do Bonfim por uma janela que estava aberta e picham a prefeitura toda “Abaixo a ditadura”. Isso deu uma confusão danada – em parte, a repressão foi para lá também por causa disso. Felizmente o carro quem emprestou fui eu, mas eu consegui pegar o carro, no outro dia estava lá em casa. Esse episódio não teve maiores consequências. Em 68, resolvemos vir para aqui, em Salvador.

Joviniano Neto – Em 64-68 você soube de outros tipos de repressão, violência que envolveu religiosos, políticos, no interior; ou pessoas conhecidas suas da Igreja Presbiteriana ou mesmo qualquer pessoa?

Celso Dourado – Infelizmente os nomes... mas nós tivemos vários casos. Em igrejas não clássicas, do presbiterianismo, nas igrejas Assembleia de Deus. Um dos líderes ali de Senhor do Bonfim, Carrapichel. Trouxeram aí para o quartel, não aguentou a repressão, terminou pulando de um muro lá, quase que se acaba, eu o visitei várias vezes. *Carrapichel* é o lugar, o nome da pessoa não lembro. Foi preso e trazido para aqui. Ele era presidente do sindicato rural.

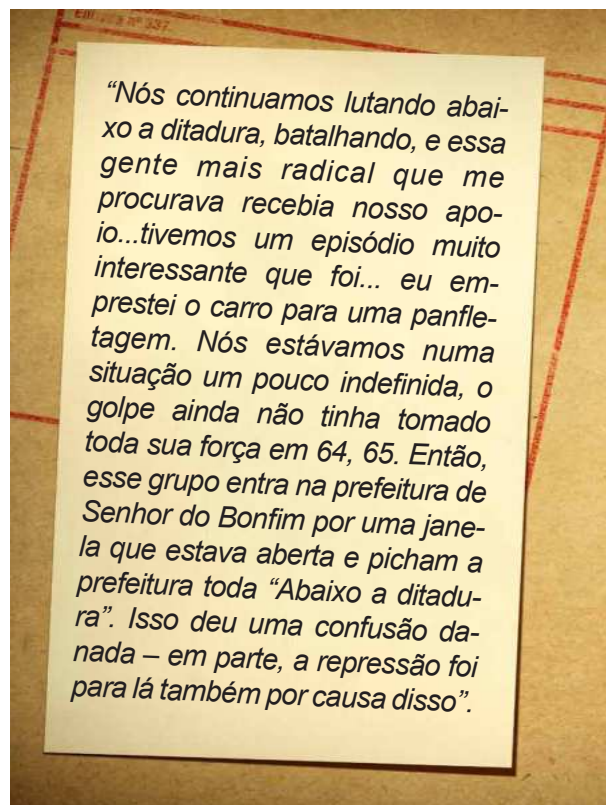
Joviniano Neto – E era pastor?

Celso Dourado – Não, membro da igreja.

Joviniano Neto – E esse foi machucado?

Celso Dourado – Foi, ele sofreu repressão aqui, terminou não aguentando muito, quase se acaba todo, mas acabou voltando para lá. Eu fui visitá-lo, já estava em recuperação...

Joviniano Neto – Ele pulou da janela... Agora só uma pergunta para fechar, você



disse que em Socotó diziam que tinha uma célula comunista, tinha mesmo?

Celso Dourado – Olha, eu conversei muitas vezes com os líderes lá e eles tinham posições mais avançadas e acho que talvez tivesse um certo relacionamento com lideranças do Partido Comunista, com o PCB.

Joviniano Neto – Que estava dentro do PTB, ou dentro do...

Celso Dourado – Eu me compadeci muito desse vereador, porque ele tinha uma família enorme: 5, 6, 7 filhos. Quis ir embora para São Paulo e eu disse: “se você for para lá, aí é que vão lhe pegar. São Paulo é pior. Melhor é você...” acabamos nos entendendo lá, saiu de Socotó por um tempo, compramos uma propriedade lá em rural para ele criar com a família, que ficou e até hoje a família está lá no mesmo local.

Joviniano Neto – Certo. Na eleição de 62, Fernando Santana teve voto lá?

Celso Dourado – Teve, Fernando foi lá.

Joviniano Neto – Teve voto em Socotó?

Celso Dourado – Deve ter tido. Foi a primeira vez que conheci Fernando, foi em 1962, na campanha daquele ano.

Joviniano Neto – Já dá para identificar um pouco quem aparece. E você veio em 68 para cá.

Celso Dourado – Vim para o Dois de Julho e continuei a minha batalha.

Joviniano Neto – No Colégio Dois de Julho, você chegou como professor de...

Celso Dourado – Eu entrei primeiro como capelão e depois professor substituto de várias disciplinas, inclusive para provocar Isadora, História...

Joviniano Neto - Como lhe indicaram para capelão no Dois de Julho? Você vindo lá do interior, de Campo Formoso?

Celso Dourado – Aí tem a figura de um pastor americano, Ricardo Abel, ele batalhou por isso e achou que eu deveria vir, ele precisou de eu estar aqui... eu fui indicado e aceito lá. E continuei o meu trabalho de resistência, dentro do próprio Colégio Dois de Julho.

Joviniano Neto – Era difícil?

Celso Dourado – Difícil, porque o Paulo Stuart Wright me encontrou ali, veio a Salvador só por causa disso, tinha alguns anos que não nos encontrávamos, só trocávamos correspondência e quando ele me viu, partiu para cima de mim e “como é que você faz uma loucura dessas, sai de um trabalho bonito lá no interior e vem para Salvador servir uma instituição burguesa!” [risos]. Depois ele reconheceu e lhe escondi algumas vezes lá, o próprio Paulo. Vários.

Joviniano Neto – Você chegou em 68 como capelão e ficou como capelão até quando?

Celso Dourado – Fiquei até 70 e pouco. Meu trabalho foi durante 20 anos no colégio. Diretor depois.

Joviniano Neto – Foi capelão, professor de História...

Celso Dourado – Professor de Inglês...

Joviniano Neto – Diretor quando?

Celso Dourado – A partir de 76 até 85.

Joviniano Neto – Então, foi na ditadura?

Celso Dourado – Foi. A anistia já foi uma realidade nesse período.

Joviniano Neto – Então você chegou num período mais ou menos um pouco antes, um pouco depois do AI-5.

Celso Dourado – Foi. Um pouco antes. Eu cheguei em janeiro de 68.

Joviniano Neto – O AI-5 é do fim de 68. Em Salvador tinha movimento de rua, manifestação...

Celso Dourado – Tinha.

Joviniano Neto – Eu estou perguntando demais...

Isadora Ribeiro – É verdade, está conduzindo, não está deixando...

Celso Dourado – Em 68, a ebulição era forte. Então, comecei a ter um diálogo com o Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo. Nós nos tornamos companheiros, irmãos e lutamos juntos. Um dos primeiros encontros que tivemos foi depois daquela repressão à passeata estudantil, que os estudantes correram para dentro do Mosteiro e foram agredidos dentro do próprio Mosteiro. No outro dia, Dom Timóteo me telefona e convi-

“Nós tivemos vários casos. Em igrejas não clássicas, do presbiterianismo, nas igrejas Assembleia de Deus. Um dos líderes ali de Senhor do Bonfim, Carrapichel. Trouxeram aí para o quartel, não aguentou a repressão, terminou pulando de um muro lá, quase que se acaba, eu o visitei várias vezes. Carrapichel é o lugar, o nome da pessoa não lembro. Foi preso e trazido para aqui. Ele era presidente do sindicato rural”.

da todos os religiosos que possam aceitar um encontro. Então, convidei vários colegas pastores: Adalto Matias Magalhães esteve à frente, Basílio Catalar de Castro... Adalto Matias Magalhães que continua pastor, é médico, é uma figura, Isadora conhece muito bem. Basílio, que tinha sido deputado da UDN, conservador, mas não era a favor do golpe, nem de repressão violenta, essa selvageria... então, ele aceitou, participou da reunião conosco. Enock Sena Souza também participou. E nós produzimos um documento que foi publicado na Tribuna da Bahia na época.

Joviniano Neto – Isso quando?

Celso Dourado – Em 68.

Joviniano Neto – A Tribuna da Bahia não existia ainda...

Celso Dourado – Isso já é posterior.

Joviniano Neto – A invasão do mosteiro foi em 68. Na época tinha A Tarde, Jornal da Bahia, Diário de Notícias e O Estado da Bahia.

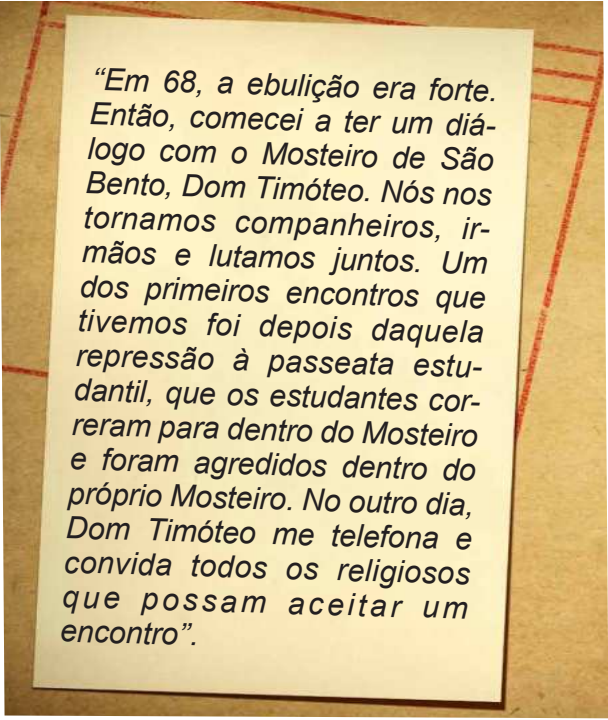
Isadora Ribeiro – Se foi publicado, tinha de ter sido no Jornal da Bahia, que era o único que publicaria.

Joviniano Neto – No A Tarde tinha uma coluna religiosa...

Celso Dourado – Aí Dom Timóteo chama todos os padres, todos assinaram o documento...

Joviniano Neto – Esse documento foi publicado no jornal e por outros padres também.

Celso Dourado – O grupo todo se reúne e produz o documento. Nos dirigimos, a liderança toda, à 6ª RM para evitar que usassem de violência contra os estudantes. Eles tinham anunciado que se os estudantes voltassem às ruas seriam metralhados. Nós tivemos ousadia de dizer: “olha, estamos chamando a atenção, queremos paz, bom



“Em 68, a ebulição era forte. Então, comecei a ter um diálogo com o Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo. Nós nos tornamos companheiros, irmãos e lutamos juntos. Um dos primeiros encontros que tivemos foi depois daquela repressão à passeata estudantil, que os estudantes correram para dentro do Mosteiro e foram agredidos dentro do próprio Mosteiro. No outro dia, Dom Timóteo me telefona e convida todos os religiosos que possam aceitar um encontro”.

entendimento, agora se os senhores metralharem, as primeiras vítimas seremos nós, pois estaremos à frente”. No outro dia, eles fizeram, a 6ª RM disse que não ia usar de violência, apenas garantiriam a paz, bom entendimento.

Joviniano Neto – Era um momento de grande tensão, estavam esperando nova invasão do mosteiro.

Isadora Ribeiro – Os soldados chegaram a ficar no teto dos prédios do início da Rua Chile para metralhar.

Celso Dourado – Essa interferência religiosa é que evitou boa parte disso.

Joviniano Neto – Interferência religiosa, mas que foi por um motivo bem diferente, que foi a morte súbita do cardeal, Dom Augusto...

Celso Dourado – ...que era um conservadorão brabo, anticomunista doente.

Joviniano Neto – E Dom Augusto morreu exatamente na véspera de outra manifestação que terminou não havendo... depois quem ficou foi Dom Eugênio.

Celso Dourado – E o secretário de Dom Eugênio era um frei da igreja holandesa, frei Félix Neefjes, de muito boa posição, ecumênico e se entendia muito com a gente. Desenvolvi o trabalho com Dom Eugênio, até que ele vai para o Rio de Janeiro. Dom Eugênio tinha uma posição um pouco conservadora, mas convinha, não era um Dom Augusto; era capaz de ouvir, os padres tinham uma certa influência. Nessa época vem um grupo de padres estrangeiros, italiano, padre Renzo que se integra ao grupo, os padres franceses, liderados lá por Dom Alfredo na igreja do Pilar, então, nosso diálogo passa a ser interreligioso, procurando expiar alguma culpa, que as igrejas deram apoio ao golpe em 1964 [risos], especialmente a Igreja Católica.

Joviniano Neto – Mas a evangélica também apoiava.

Celso Dourado – Também.

Joviniano Neto – Mas a Igreja Católica era bem mais.

Celso Dourado – É, tinha mais influência e as nossas eram mais divididas, tinham posições que não aceitavam... a Igreja Católica quando toma essa decisão, é a Igreja. A nossa é um pouco diferente, é uma parte que fala, porque há as divisões.

Amábilia Almeida – Nessa época, surge a figura de Ebenézer Cavalcanti? Ele era pastor?

Celso Dourado – Surge, era, da Igreja 2 de Julho, que também tinha sido deputado, junto com Basílio, mas não tinha uma posição, não se reunia conosco.

Joviniano Neto – Ele apoiava claramente a repressão, o golpe?

Celso Dourado – Eu tenho impressão que não, ele ficava mais escondido um pouco. Eu não tive muito relacionamento com ele.

Joviniano Neto – Ouviu denúncias sobre ele?

Celso Dourado – Não.

Isadora Ribeiro – E quem era o pastor de São?

Celso Dourado – Pastor Valdivio Coelho, que tinha uma formação militar.

Isadora Ribeiro – Valdívio Coelho? Ele publicou manifestos a favor do golpe...

Celso Dourado – Tinha uma posição incoerente, porque o cristão você sabe, se assume o regime autoritário fica numa posição incômoda danada, porque prega uma palavra libertadora e ao mesmo tempo se curva diante...

Joviniano Neto – Eu fui aluno do irmão dele, que era professor de Educação Física.

Celso Dourado – Isso, Coelhão.

Joviniano Neto – Nesse período, você sofreu alguma repressão? De 68 a 78.

Celso Dourado – Nesse período é que meu relacionamento com os grupos se torna mais profundos, mais fortes. Então, a turma da AP me procura, como procurava Dom Timóteo. Dávamos aquele apoio assim que garante a sobrevivência. Muita gente. Tivemos de arrecadar dinheiro para fazer feira para grupos que estavam aí sem condição nenhuma. Às vezes me encarregava de levar, entregar em determinados

“O grupo todo se reúne e produz o documento. Nos dirigimos, a liderança toda, à 6ª RM para evitar que usassem de violência contra os estudantes. Eles tinham anunciado que se os estudantes voltassem às ruas seriam metralhados. Nós tivemos ousadia de dizer: “olha, estamos chamando a atenção, queremos paz, bom entendimento, agora se os senhores metralharem, as primeiras vítimas seremos nós, pois estaremos à frente”. No outro dia, eles fizeram, a 6ª RM disse que não ia usar de violência, apenas garantiriam a paz, bom entendimento”.

locais... muitos deles me procuraram lá na minha casa, onde foram guardadas malas na minha casa: louça, panela etc.

Nesse período, a turma de AP se reuniu várias vezes no 2 de Julho comigo, liderados pelo comunista, deputado, Haroldo Lima, que termina indo pro PCdoB, porque eu acho que ele não se ajustava muito no PCB. Ele recebeu nosso apoio, nós o escondemos várias vezes... e Jorge Leal. Enfim, digo assim que meu envolvimento foi esse de resistência, mas das pessoas que tomavam refeição na minha casa, uns quatro ou cinco foram mortos. Eudaldo Gomes da Silva, que era filho de João Gomes da Silva [...]; Jorge e a turma da Escola de Geologia. Meu irmão fazia geologia e muitas vezes se reuniam na minha casa: Monteiro, Dinalva, que foram mortos já no Araguaia.

Joviniano Neto – Você ouvia muita denúncia de prisão, repressão, tortura?

Celso Dourado – Eu visitei os presos políticos: Haroldo foi um deles.

Amábíla Almeida – Os irmãos Dourado, que foram assassinados no Araguaia...

Celso Dourado – É da família.

Amábíla Almeida – Eles passaram pelo 2 de Julho?

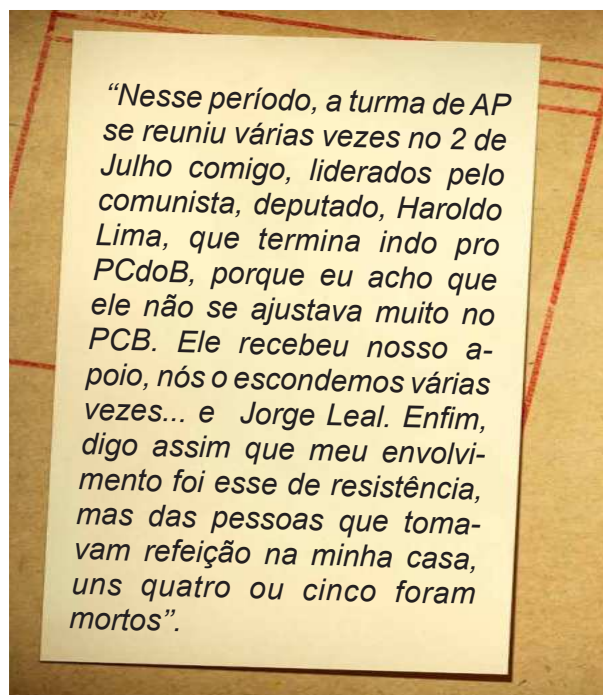
Celso Dourado – Não.

Amábíla Almeida – A família morava em Salvador?

Celso Dourado – Não, em Barreiras. Ao mesmo tempo que dois estavam na Guerrilha, um primo carnal deles era membro da Casa Militar do ditador de plantão... Os Dourados são assim mesmo, não funcionam como uma oligarquia, têm diferentes posições.

Joviniano Neto – Da Casa Militar do ACM?

Celso Dourado – Não. Do João Figueiredo



[...] A menina foi nossa aluna, irmã de Adília, excelente aluna de Matemática, fez Engenharia Civil...

Joviniano Neto – Nesse período, você não sofreu a repressão, nem pressões nem ameaças?

Celso Dourado – Recebi repressão em Campo Formoso, e em Salvador mais ameaças, cartas. Logo após o Congresso da Anistia, no Dois de Julho...

Joviniano Neto – Isso eu já sei... O Congresso da Anistia foi em 79. Foi realizado no Colégio Dois de Julho, depois de se procurar vários locais, porque ninguém queria conceder. Aquele foi o espaço maior que se conseguiu achar. Houve dificuldade?

Celso Dourado – Eu assumi a responsabilidade. O Conselho disse: “abertura, tudo bem, mas é bom que comprometa outros também...”. Porque como nós atuávamos, como tinha instituição católica, poderia partilhar um pouco a responsabilidade de nome. O congresso vai ter sua abertura no Dois de Julho, mas o seminário que vai continuar posteriormente, eles farão em diferentes lugares. Foi a maneira que eu achei para poder ter a licença do Conselho do Colégio Dois de Julho. E assim mesmo

recebi cartas violentas, me chamando de comunista, seu vermelho, nós vamos passar com a jamanta no seu corpo, as partes maiores serão pegadas de pinça...

Joviniano Neto – Você ainda tem essas cartas?

Celso Dourado – Eu tinha essas cartas até pouco tempo, depois lasquei, joguei fora...

Joviniano Neto – Por quê?

Celso Dourado – Mudança para Irecê, fazenda, enfim. Esse tipo de ameaça sempre recebi.

Joviniano Neto – Isso em 79, antes de 79 tinha recebido ameaça de alguma...?

Celso Dourado – Já. Sempre, desde Campo Formoso.

Joviniano Neto – Em Salvador? Alguma específica?

Celso Dourado – Aqui em Salvador também. Além dessas, a pressão sobre o colégio para que eu fosse demitido. Aí, Enock cumpriu um papel importante. Ele tinha diálogo na 6ª RM, e ele foi ouvido pelo general lá e assumiu a responsabilidade. Eu não podia ir, senão seria preso.

Joviniano Neto – Pastor Enock era quem?

Celso Dourado – Enock era o diretor do Colégio Dois de Julho.

Joviniano Neto – Mas você já era o diretor?

Celso Dourado – Eu era na época do congresso. Anteriormente não. Botaram um agente no meu rastro, mas como eu nunca... minha posição sempre foi muito clara,

como eu disse que faria tudo para enfrentar a ditadura, mas não sairia do País, eu tinha bons amigos comunistas. Alguns deles até me mandavam correspondência secreta para que eu me filiasse, mas eu nunca quis me filiar, disse que não, que eles contassem comigo para correr perigo junto, quando tivesse qualquer problema, pudesse me procurar, e sempre me procuraram. Me lembro de um episódio, nesse período... eu

fiquei em dúvida quem era, uma jovem senhora, amiga não sei se de Ana Guedes, o marido dela estava preso, não sei e a liderança do PCdoB me procurou e disse que estava com um problema sério: “precisamos botar fulana dentro do avião para ir ver se encontra o marido...”. A ditadura tem um poder de fazer com que a gente se reprima, então, como os nomes nunca eram os verdadeiros, a gente nunca conseguia saber exatamente... eram João, Antônio, fulano, mas não sei quem é... o fato é que fui no aparelho, peguei a senhora, levei para o aeroporto, fui na Varig e disse “estou com uma pessoa doente, sem condi-

ção nenhuma e tal e gostaria que os senhores fossem...”. Ela já estava com as passagens e eles foram lá, botaram na cadeira de rodas para poder entrar no avião e ir embora [risos]. Porque o pessoal do partido disse “qualquer um de nós que vá vai ser preso”. Como eles sabiam que eu estava pronto para estar do lado, mas não tinha compromisso, nunca assinei papel nenhum, nunca me filiei ao Partido Comunista, cumpri esse papel em muitas oportunidades.

Joviniano Neto – O senhor percebeu ameaças antes do Congresso da Anistia e principalmente depois?

“Eu assumi a responsabilidade. O Conselho disse: ‘abertura, tudo bem, mas é bom que comprometa outros também...’. Porque como nós atuávamos, como tinha instituição católica, poderia partilhar um pouco a responsabilidade de nome. O congresso vai ter sua abertura no Dois de Julho, mas o seminário que vai continuar posteriormente, eles farão em diferentes lugares. Foi a maneira que eu achei para poder ter a licença do Conselho do Colégio Dois de Julho. E assim mesmo recebi cartas violentas, me chamando de comunista, seu vermelho, nós vamos passar com a jamanta no seu corpo, as partes maiores serão pegadas de pinça...”

Celso Dourado – Antes e depois.

Joviniano Neto – Houve reações dentro da igreja? Dentro do colégio sei que teve...

Celso Dourado – Houve. Minha igreja se dividiu fortemente. Quem ficou à frente da igreja era uma pessoa autoritária, que ficou do lado do regime. O colégio onde estudei em São Paulo, que era um colégio fundado por um educador americano extraordinário, chamado William Waddell, fundou o Mackenzie, ele era um Engenheiro Civil, depois fundou esse colégio lá. Eu terminei de estudar, passei sete anos interno. Depois do golpe, o presidente que assumiu a direção da igreja vendeu tudo isso, inclusive doou uma parte da propriedade, que era enorme, mais de 100 hectares de terra, doou para o Exército fazer uma fábrica de armamento e era o presidente da minha igreja, a figura de Boanerges Ribeiro. Era famoso autoritariamente. Ele perseguiu nossas instituições aqui, nosso presbitério foi dissolvido...

Joviniano Neto – Espera aí... O presbitério de Salvador foi dissolvido, sabe em que ano foi?

Celso Dourado – Já na década de 70... acho que 77-78.

Joviniano Neto – E o que mais?

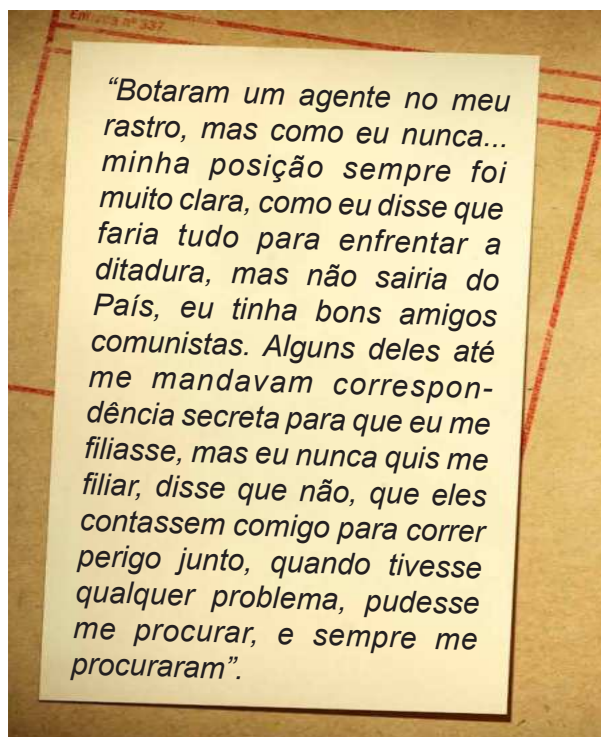
Celso Dourado – O Sínodo Bahia e Sergipe foi dissolvido, depois voltaram atrás... e eu fui colocado fora do pastorado. Exonerado do pastorado, mas eu disse a eles: “eu sou pastor por vocação” e continuei. Essa documentação toda eu tenho.

Joviniano Neto – Pode nos conseguir? Teve fundamentação?

Celso Dourado – Não, aparece uma notinha no jornal: “exonerado, demitido do pastorado por rebeldia”. Essa expressão que usavam.

Joviniano Neto – Em que ano?

Celso Dourado – 78.



Joviniano Neto – O presbitério foi dissolvido...

Celso Dourado – Entre aqueles mortos, que citei, eu não citei Paulo Stuart Wright. Paulo quando vinha a Salvador ficava conosco, se escondia. Uma figura extraordinária, não fizeram justiça. Tenho uma diferença, Haroldo Lima é meu amigo, mas sempre reclamo dele, ele me convidou para o lançamento do livro dele, Itinerário... eu fui e cheguei lá, peguei o livro e pensei: com certeza tem um capítulo aqui só sobre Paulo Wright, e não cita em nenhum momento o nome dele. Eu li rapidamente. Aí corri atrás dele, na hora do lançamento mesmo: “oh, Haroldo, que história é essa? Eu lhe conheci através de Paulo Stuart Wright e você sempre me disse que Paulo era uma figura extraordinária, como é que você não cita aqui?”; [ele] “Ah, Celso, Paulo é uma figura tão importante que tenho de escrever um livro só sobre ele...”. Não saiu o livro até hoje. [risos] Então, sei o problema da morte de Paulo, que é morto em São Paulo pela repressão, logo depois de uma divisão dentro do grupo dele, o grupo que se dizia que se decidia pela linha maoísta e o grupo que estava mais no PCB e tal... então, Paulo tinha se convencido, porque Paulo anterior-

mente também era mais radical, mas nós nos reunimos muitas vezes em Salvador e eu disse “Paulo, não tem outro caminho, você tem de voltar à legalidade”, porque Paulo tinha sido deputado em Santa Catarina, foi cassado, era presbítero da igreja, foi cassado na igreja também... a igreja de Paulo, aliás, fez um *mea culpa* depois do golpe, depois da Anistia e pós-morte restituiu o cargo a ele. Então, Paulo tinha se convencido de que precisava... ele era presbítero e perdeu o cargo.

Joviniano Neto – Você falou dessa intervenção toda do presbitério em Salvador... dissolveu o Sínodo, isso que levou à criação da divisão, a IPU?

Celso Dourado – São muitas razões, essa é uma das. A questão ecumênica que pesou fortemente, mais a posição política, que não é a mesma. Há conservadores dentro da igreja, mas gente com outra atitude. Aí a IPU, a Igreja Presbiteriana Unida, é formada nesse período. A questão maior é a questão ecumênica, o diálogo com todos.

Joviniano Neto – A outra?

Celso Dourado – A Igreja Presbiteriana do Brasil, que é a igreja grande, forte. A nossa ficou, nós marcamos espaço, não crescemos, mas temos uma posição, somos considerados, respeitados.

Joviniano Neto – A divisão foi por uma questão ecumênica?

Celso Dourado – Sim. Especialmente, mas pesou a questão política também. Alguns dos conservadores diziam que comunismo e ecumenismo é tudo a mesma coisa.

Joviniano Neto – Como surgiu a IPU?

Celso Dourado – Primeiro fomos dissolvidos, nos afastamos e ficamos funcionando como igrejas isoladas, uma federação de igrejas. E só na década de 80 organizamos a IPU.

Joviniano Neto – Você não sabe quando foi a IPU? Foi antes ou depois da ditadura?

Isadora Ribeiro – Tem de ver a atuação de Celso na ditadura...

Joviniano Neto – É, nessa época ele já tinha sido exonerado da pastoral, era diretor da escola... a igreja dele tinha saído da Presbiteriana do Brasil...

Celso Dourado – Um fato histórico importante nesse período é a organização da CESE. Isso também pesou na nossa exoneração. Eu sou um dos fundadores da CESE. Aliás, não sei se Frei Félix está vivo, mas até há algum tempo era só eu e ele que estávamos...

quem recorda é ele, estamos aí no final da jornada, mas fundamos a CESE que teve um papel muito importante na luta contra a ditadura, na publicação...nos direitos humanos.

Isadora Ribeiro – Isso, a luta contra a ditadura.

Joviniano Neto – Essa parte da exoneração, da divisão da igreja, é a repressão que ele e a igreja sofreram. Não é só a luta contra a ditadura, não.

Celso Dourado – Uma experiência terrível, você ser expulso de um partido político chateia, mas da igreja é um caso muito sério porque a igreja dá ênfase à relação eu e tu, à relação pessoal, a gente cria um liame, uma força muito grande...

Amália Almeida – Celso, você enfrentou

“... o fato é que fui ao aparelho, peguei a senhora, levei para o aeroporto, fui na Varig e disse 'estou com uma pessoa doente, sem condição nenhuma e tal e gostaria que os senhores fossem...'. Ela já estava com as passagens e eles foram lá, botaram na cadeira de rodas para poder entrar no avião ir embora [risos]. Porque o pessoal do partido disse 'qualquer um de nós que vá vai ser preso'. Como eles sabiam que eu estava pronto para estar do lado, mas não tinha compromisso, nunca assinei papel nenhum, nunca me filiei ao Partido Comunista, cumpri esse papel em muitas oportunidades”.

essa situação toda como a gente sabe, está percebendo... como isso se refletiu em Neusa, na família, sua apreensão em relação ao conjunto familiar?

Celso Dourado – Eu e Neusa tínhamos um compromisso de andar juntos. Ela era de uma família tradicional, presbiteriana. Muita coisa que fiz aí Neusa só tomou conhecimento posteriormente. Era clandestinamente. Mas ela nunca me interrogou nem deixou de me dar apoio em tudo. Aí os filhos também foram criados dessa maneira.

Joviniano Neto – Ela ou algum filho seu sofreu alguma repressão, alguma violência?

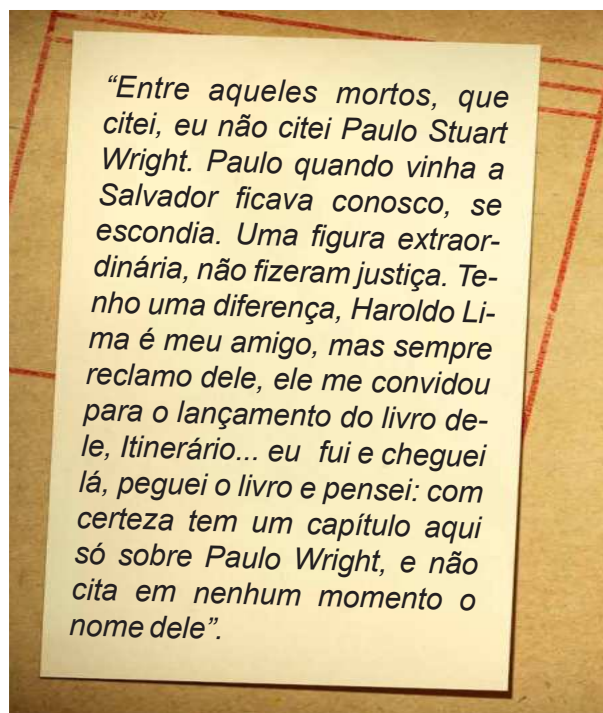
Celso Dourado – Não, nós não sofremos pessoalmente, não. Os meus filhos ficavam criando fantasmas, “por que esse negócio no sótão? por que essas malas aí?”. Então, faziam um teatro, dramatizando essas coisas...

Joviniano Neto – Fantasma como, para se assustar ou como criança?

Celso Dourado – Criança... especulando, eles davam as respostas que queriam, porque eu não dava resposta a nada mesmo. A ditadura tem o poder de reprimir a gente. Quero dizer, Joviniano, que quando estudante em Campinas escrevia nos jornais e sempre fui bem aceito e não tenho nada escrito sobre esse período, porque teria aquele adágio latino “*verba volant scripta manent*” – as palavras voam, mas a escrita permanece. Então, a gente fazia tudo sem perguntar quem é fulano, quem é beltrano... é a pessoa humana, temos compromisso de estar do lado daqueles que são perseguidos.

Isadora Ribeiro – Celso, eu acho que você precisa falar mais sobre a condição da CESE. A atuação da CESE. Acho superimportante.

Celso Dourado – Isso. Importante mesmo. A CESE, Coordenadoria Ecumênica de Serviço, comemorou agora 30 anos.



Amábilia Almeida – Surgiu em que local?

Celso Dourado – Em Salvador.

Amábilia Almeida – E surgiu outra CESE em outro local?

Celso Dourado – Eu vou explicar. O Enilson tem um papel muito importante na organização da CESE. Acontece que as agências internacionais evangélicas sempre mandaram dinheiro para as igrejas... a Igreja Católica tem a Misereor; a Diagoni, que era evangélica, e outros. Mas esses recursos, 85% ficava no sul do País. No Rio Grande do Sul, a Igreja Luterana muito forte... e nós, nordestinos, começamos a questionar isso: “se as agências mandam recursos para desenvolvimento humano, tem de mandar é para o Nordeste. O Nordeste é que precisa”. Essa ideia foi crescendo, por isso ela foi organizada em Salvador, no Nordeste, com essa preocupação de realmente cumprir esse papel muito importante. É organizada em pleno período ditatorial.

Joviniano Neto – 30 ou 40 anos? Porque em 84 já era fim da ditadura...

Celso Dourado – 30...

Isadora Ribeiro – Isso é fácil checar, não tem necessidade de se preocupar com isso agora.

Joviniano Neto – Enilson tinha uma experiência muito grande...

Celso Dourado – Isso, porque tinha experiência junto às agências internacionais, andava muito pela Europa, então, convenceu a turma da Igreja luterana, da Igreja holandesa, da Igreja Reformada da Suíça. Quando organizamos aqui, essas igrejas estavam todas presentes e gostaram muito da ideia. Então, ela foi organizada para que os recursos venham para o Nordeste, que é carente e precisa de recurso para desenvolvimento. Como ela é organizada em pleno período ditatorial, e de forma democrática, ela passa também a fazer frente ao regime, não só dando apoio aos perseguidos – muita gente que foi colocada fora recebeu o apoio lá fora do Conselho Mundial de Igrejas – a CESE é fortemente ligada ao Conselho Mundial de Igrejas. Essas agências todas faziam parte do Conselho.

Enilson é Economista, Administrador, tinha uma experiência grande na Itália.

Joviniano Neto – Ele tinha uma formação religiosa?

Celso Dourado – Tinha. Presbiteriano, mas no período da organização, ele passou para a Igreja Pentecostal, porque a Pentecostal foi convidada a fazer parte e veio. Manoel de Melo participou da fundação, que era líder da Igreja Pentecostal.

Joviniano Neto – Lembra de alguma repressão que a CESE sofreu?

Celso Dourado – A CESE teve algumas

ameaças, mas nesse período já Pré-Anistia... havia uma publicação importantíssima sobre direitos humanos, que você conhece... e todos os projetos de desenvolvimento tinham essa realidade humana de promover... por isso, ficou marcada e muitos achavam que era uma agência revolucionária...

Joviniano Neto – Você disse que o fato de você organizar a CESE foi o motivo de sofrer essa pressão da igreja...

Celso Dourado – Isso.

Joviniano Neto – Disseram, explicando?

Celso Dourado – Não, saía nos jornais da igreja, as críticas.

Joviniano Neto – Eles estão onde?

Celso Dourado – Tem não. Brasil Presbiteriano. Acho que nem existe mais...

Joviniano Neto – E acusavam porque era ecumênica.

Celso Dourado – Nunca ousariam dizer que era comunista. Como disse, alguns faziam confusão e diziam que ecumenismo e comunismo é a mesma coisa.

Joviniano Neto – Da Igreja Católica, quem participava da CESE na época?

Celso Dourado – Não, a Igreja Católica deu um apoio mais ou menos informal, porque como ela tinha as agências, a Misereor e outros... mas posteriormente se aproximou mais e foi aceita como membro. Na fundação, frei Félix representa a Igreja Católica, inicialmente como observadora, e depois fazendo parte. E ele já sai na história da CESE como fundador da CESE.

“A ditadura tem o poder de reprimir a gente. Quero dizer, Joviniano, que quando estudante em Campinas escrevia nos jornais e sempre fui bem aceito e não tenho nada escrito sobre esse período, porque teria aquele adágio latino ‘verba volant scripta manent’ – as palavras voam, mas a escrita permanece. Então, a gente fazia tudo sem perguntar quem é fulano, quem é beltrano... é a pessoa humana, temos compromisso de estar do lado daqueles que são perseguidos”.

Joviniano Neto – Você teve alguma relação com o CEAS, Centro de Estudos e Ação Social?

Celso Dourado – Sempre nos reunimos.

Joviniano Neto – Foi do Grupo de Moisés?

Celso Dourado – Não.

Joviniano Neto – Você lembra de alguma repressão contra os padres que tenha sabido?

Celso Dourado – Tomei conhecimento de várias, sempre estávamos protestando e muitas vezes, com Dom Avelar, padre Renzo, faziam questão que eu estivesse presente, porque o que eles gostariam de dizer eles diziam: “Celso, agora é você para falar”. E Dom Avelar pacientemente ouvia, fazia diferente, mas ouvia. Usavam essa tática.

Joviniano Neto – E no caso do Padre do Pilar?

Celso Dourado – Eu soube que depois eles foram expulsos do Brasil. Padre Alfredo, padre francês...

Joviniano Neto – Tinha um acordo para eles saírem do Brasil e não serem presos, não é isso?

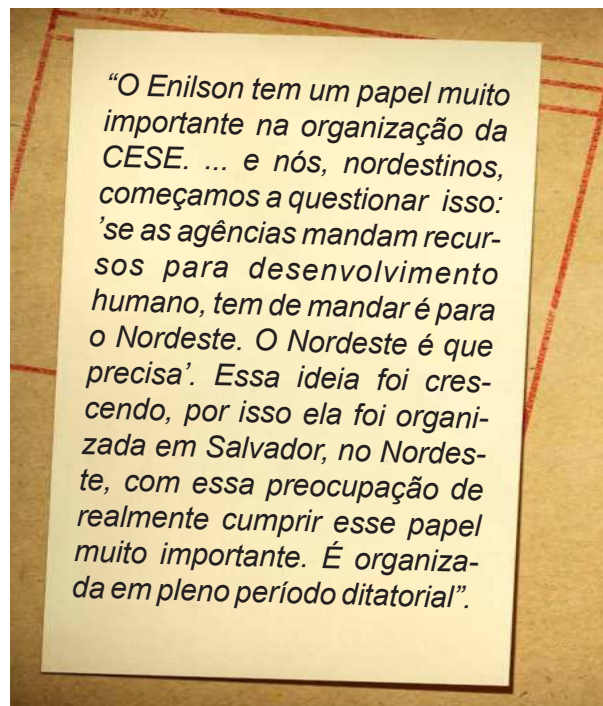
Celso Dourado – Foi.

Joviniano Neto – Conhece mais detalhes do que teria acontecido?

Celso Dourado – Não, porque nossos encontros eram eventuais. Quando surgia algum problema, apertava lá no Pilar, eles corriam para Dom Timóteo e a gente se reunia e tomava atitude.

Isadora Ribeiro – Eu gostaria que Celso falasse... antes de parlamentar, o diretor do Colégio Dois de Julho, que, inclusive, a relação com as famílias, aquele negócio dos pais [...].

Celso Dourado – Era um colégio tradicio-



nal, muito cuidadoso com a qualidade do ensino, mas conservador, tradicional. Nós iniciamos e Isadora participou muito comigo, dentro do Colégio Dois de Julho, uma renovação dentro dessa área pedagógica também, em função de tudo que acreditávamos, fizemos uma verdadeira mudança. Eu lamentavelmente sofri depois, quando percebi que as pessoas que substituíram não foram capazes de dar prosseguimento e perceber que tínhamos conquistado uma clientela que nos apoiava extraordinariamente. De uma hora para outra essa gente é demitida do colégio depois da minha saída e o colégio passa a perder clientela. Nós já tínhamos perdido com a saída de diretores que era gente muito importante, influente: Enock; Robson; Jane, esposa de Enock, prima de Neusa. Foi uma crise forte. Em 75. Então, tivemos liberdade para organizar e reformular a orientação pedagógica do colégio. Conquistamos quase todos, num período que Amália conhece bem, porque a escola dela era nossa parceira.

Isadora Ribeiro – Mas ainda nesse período de final de ditadura, você ainda vai enfrentar alguns pais recalcitrantes... vai ter que sustentar a própria ação do colégio, vai ter problema com resultado de gincana...

Joviniano Neto – Quais eram os problemas? Pais reclamando?

Isadora Ribeiro – Isso, pais conservadores pressionando, ameaçando levar...

Celso Dourado – A gente conquista uma clientela forte de filhos de professores da universidade, mas ao mesmo tempo perde esse alunado mais conservador. Esses são os detalhes.

Joviniano Neto – Recebeu ameaça mais concreta?

Celso Dourado – Ameaça assim, não, só atitudes mais críticas.

Joviniano Neto – Porque ela falou resultado de gincana...

Isadora Ribeiro – Isso, porque você faz... com Celso, fizemos gincanas que duravam dois dias que eram uma verdadeira catarse. Era o momento em que os meninos extravasavam, brigavam, *desbrigavam*, reclamavam, os meninos diziam que os professores tavam roubando, a gente levando numa boa...

Celso Dourado – ...e esses alunos até hoje reconhecem que aquele foi um período que determinou a formação deles...

Isadora Ribeiro – ...e na segunda-feira feira o colégio voltava a funcionar, mas aquele sábado e domingo era a válvula de escape.

Joviniano Neto – O que faziam nesse período?

Isadora Ribeiro – Todas as tarefas eram variadas e tinham tarefas em que os meninos discutiam o valor, o peso “por que você deu maior peso a esse, tinha que dar

para aquele, por que não era possível, roubou pra esse...”

Celso Dourado – Trazer a viúva de Corisco, Dadá foi ao auditório do Dois de Julho. E eu conversei com ela bastante, porque eu era criança lá no interior quando a Força Volante passou lá no meu povoado de Canal e tinham acabado de matar Corisco lá no município de...

Isadora Ribeiro – As gincanas não eram políticas, mas eram educacionais, eram lúdicas, principalmente, e isso fazia com que famílias... era até filantrópica, mas não era nem o forte. As famílias tradicionais que queriam que os filhos andassem na linha, se comportassem como meninos educados.

Joviniano Neto – A vinda da viúva de Corisco tem um significado político. Se lembra como foi?

Celso Dourado – Oitenta. Eu terminei, num diálogo com ela, perguntando... ela depois se casou, teve filhos, e eu dei bolsa ao filho dela lá, que acabou estudando no Dois de Julho.

Joviniano Neto – Tinha alguma outra tarefa com efeito simbólico ou político importante, para fazer os pais reagirem? Além da efervescência estudantil, estão fazendo coisas perigosas...

Isadora Ribeiro – Em 82, Fábio Paes e eu propusemos a Celso Dourado que fizéssemos uma unidade no 2º ano do 2º grau com a leitura de Lamarca – Capitão da guerrilha, do livro de Emiliano. E Celso Dourado topou, e isso foi uma revolução, pois tivemos pais que proibiram os filhos de ler e que era para tirar zero, mas não encostavam naquele negócio. Tivemos meninos que leram escondido.

“A CESE teve algumas ameaças, mas nesse período já Pré-Anistia... havia uma publicação importantíssima sobre direitos humanos, que você conhece... e todos os projetos de desenvolvimento tinham essa realidade humana de promover... por isso, ficou marcada e muitos achavam que era uma agência revolucionária... (...). Nunca ousariam dizer que era comunista. Como disse, alguns faziam confusão e diziam que ecumenismo e comunismo é a mesma coisa”.

Celso recebeu muita família lá para conversar e para completar, ainda levamos Emiliano para falar com o auditório cheio de menino discutindo. Então, isso foi em 81, né, Celso? Em 82 foi a eleição. Foi em 81 e a repercussão foi muito grande, foi muito importante.

Amábíla Almeida – Você pensou que com a Anistia já estava em plena liberdade?

Isadora Ribeiro – Em tese...

Joviniano Neto – Livro de Lamarca, viúva de Corisco, alguma outra coisa que tenha marcado?

Celso Dourado – Orientação mesmo, era uma pedagogia libertadora...

Isadora Ribeiro – Você tinha o Japiassu, que era professor de Português, que fez durante muito tempo um trabalho fantástico com o 2º grau; os meninos teatralizavam obras de literatura brasileira, encenaram O Cortiço...

Celso Dourado – Os filmes que eram produzidos no festival de cinema; as músicas do festival eram excelentes...

Isadora Ribeiro – Festival de Música e Cinema. Os meninos tinham muita coisa política...

Joviniano Neto – Os alunos participavam de política estudantil?

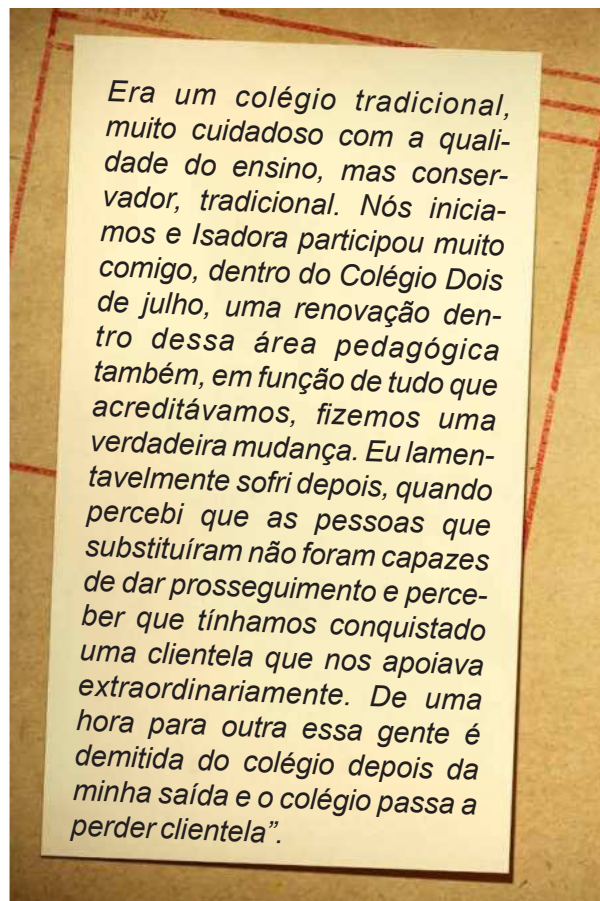
Celso Dourado – Alguns se tornaram deputados.

Joviniano Neto – Qual? Marcelo Cordeiro?

Celso Dourado – Não, Marcelo era professor.

Joviniano Neto – Quais se tornaram deputados?

Celso Dourado – Uns conservadores, outros com posição mais definida, porque lá o diálogo sempre foi muito forte... tinha uma posição e em outra. Na época das eleições,



convidávamos todos os candidatos, de oposição e da situação, isto é, da Arena e do MDB. Em geral, a turma da Arena não comparecia, porque tinha receio do interrogatório depois, dos professores e de alunos, mas a atitude da instituição era “se vocês querem fazer, tem de chamar os dois lados”.

Joviniano Neto – Aí a ditadura acabou formalmente e você foi candidato a deputado, pelo PSB?

Celso Dourado – No MDB. Depois do PTB, fui para o MDB. Eu fui eleito deputado federal pelo PMDB.

Joviniano Neto – Entrou no MDB quando?

Celso Dourado – Com a organização do PMDB, já na década de 81...

Isadora Ribeiro – Mas você foi candidato a estadual antes, em 78, pelo MDB

Joviniano Neto – Mas não ganhou.

Isadora Ribeiro – Mas foi uma bela campanha, viu? Fugimos muito da polícia.

Joviniano Neto – Enfrentaram a repressão policial, quando ia colar cartaz...

Celso Dourado – Qualquer ação. Me lembro quando ia sair na rua com o serviço de som com posições bem definidas, o rapaz que gravou disse: “o senhor deixa eu ir embora, porque eu sei que os senhores vão ser presos aqui na frente, na esquina”. Felizmente, naquele período a ditadura já estava enfraquecida. Na realidade, o que eu gostaria de concluir é o seguinte: o golpe militar de 64 é fruto do conservadorismo da nossa sociedade. A sociedade brasileira é conservadora e recebeu apoio dos civis, militares, das igrejas ... hoje, a Comissão da Verdade tem uma missão importantíssima que é o que a gente deve fazer para evitar a repetição dessa história?

Pois precisamos estar conscientes de que os conservadores estão aí e qualquer descuido, podemos ao invés de dar um passo à frente, dar três passos atrás. Então, eu dou parabéns ao trabalho que a Comissão tem realizado a nível nacional e estadual, e até às vezes municipal também, nessa luta para contribuir para a luta democrática no nosso País. Então, eu tenho acompanhado o trabalho da Comissão, acho importante, me sinto honrado em ser chamado para ser ouvido por vocês da Comissão da Verdade. Lamento que eu esteja, não me preparei devidamente... estou há um ano sem ir a minha casa, há um ano estou cuidando da minha saúde...

Isadora Ribeiro – Você tem o conteúdo desse processo que você respondeu lá em

Campo Formoso?

Celso Dourado – Não tenho cópia não.

Joviniano Neto – Tem documentos em sua casa, da sua família, que possa selecionar para a gente?

Celso Dourado – Eu tenho alguns documentos importantes, na área religiosa tenho muitos e na área política também. Se puder, encaminho.

Joviniano Neto – Importante, a gente já levanta a orelha. [risos]

Celso Dourado – Dentro disso que eu falei, que comprova objetivamente.

Joviniano Neto – Tem ideia de quando alguém poderia ir lá, selecionar...

Celso Dourado – Eu estou planejando chegar lá em outubro.

Joviniano Neto – É quando estamos fechando a primeira fase do relatório, mas isso aqui já serve, para enquadrar o tipo da reação que teve. Você falou da reação em Campo Formoso, da experiência em Salvador, você tem experiência de repressão ou resistência

da Igreja Presbiteriana em outros lugares da Bahia?

Celso Dourado – De notícia. A partir do momento que assumi essa posição, até 1970 eu comparecia às reuniões da igreja, a nível nacional. A partir daí, tive um diálogo muito forte com o presidente, que eu pensei que ele ia aceitar todas nossas observações, mas depois de quatro horas de diálogo, pergunto qual a atitude dele e ele diz: “vocês aceitem ser interrogados e apreciados pela

“Em 82, Fábio Paes e eu propusemos a Celso Dourado que fizéssemos uma unidade no 2º ano do 2º grau com a leitura de Lamarca – Capitão da guerrilha, do livro de Emiliano. E Celso Dourado topou, e isso foi uma revolução, pois tivemos pais que proibiram os filhos de ler e que era para tirar zero, mas não encostavam naquele negócio. Tivemos meninos que leram escondido. Celso recebeu muita família lá para conversar e para completar, ainda levamos Emiliano para falar com o auditório cheio de menino discutindo. Então, isso foi em 81, né, Celso? Em 82 foi a eleição. Foi em 81 e a repercussão foi muito grande, foi muito importante”.

comissão executiva do Sínodo de Pernambuco”, que era o conservadorismo maior da igreja. Aí eu disse: “muito obrigado, é a última vez que vamos nos encontrar”, e foi a última vez que o encontrei.

Joviniano Neto – E era na linha da representação do Boanerges.

Celso Dourado – Ele era o presidente. O diálogo foi com ele, porque ele tinha acabado de... eu voltei dessa reunião com uma liminar na mão, fui na Justiça exigir que o presbitério votasse, que já tinha sido dissolvido.

Joviniano Neto – E ele tinha dissolvido o presbitério quando?

Celso Dourado – É na década de 70 ainda.

Joviniano Neto – Você foi exonerado do pastorado em 78, o presbitério foi dissolvido em 70, 71, não foi isso? Você sempre ia nas reuniões em 70, então, foi logo após a dissolução do presbitério. Não permitiram votar onde?

Celso Dourado – Na Assembleia Geral do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, e eu representava o presbitério. A ditadura influenciou tanto que o orador, pregador, pegou um texto do Velho Testamento, onde falava na morte dos adversários e pregou isso. Não tenho o nome completo do pregador.

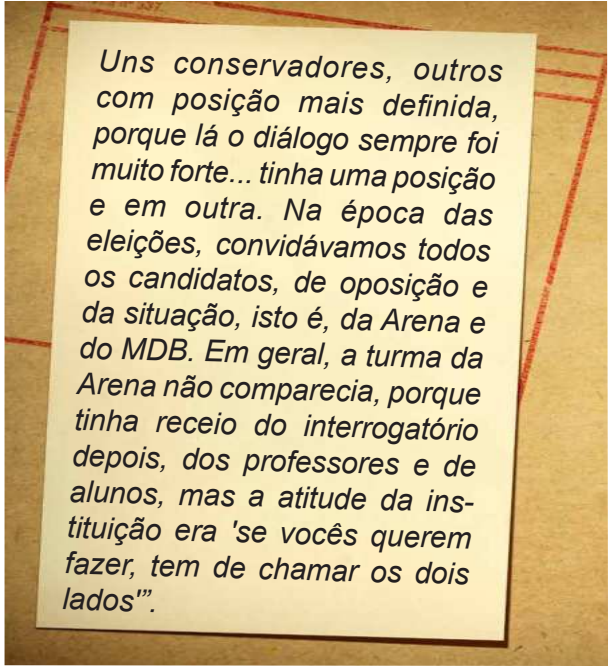
Joviniano Neto – Você tem o trecho?

Celso Dourado – Só pegando a Bíblia.

Joviniano Neto – Porque tem uma diferença muito grande entre o cristianismo do velho testamento e do novo.

Celso Dourado – Nós dependemos muito do Velho, mas a interpretação que se dá ao Velho, se for ao pé da letra...

Joviniano Neto – Jesus faz uma leitura do Velho selecionando o que ele acha importante numa linha... tem coisas que ele arqui-



Uns conservadores, outros com posição mais definida, porque lá o diálogo sempre foi muito forte... tinha uma posição e em outra. Na época das eleições, convidávamos todos os candidatos, de oposição e da situação, isto é, da Arena e do MDB. Em geral, a turma da Arena não comparecia, porque tinha receio do interrogatório depois, dos professores e de alunos, mas a atitude da instituição era 'se vocês querem fazer, tem de chamar os dois lados'".

va do Velho Testamento.

Celso Dourado – Está difícil achar...

Joviniano Neto – Você pode dizer depois. Você foi ouvido nessas quatro horas e ele questionava o quê?

Celso Dourado – Primeiro, os colegas de São Paulo diziam: “não vá, ele vai lhe humilhar”. Eu disse: “olha, ele é pastor da nossa igreja e presidente do Concílio. Sou pastor também, ele tem de me tratar de igual para igual”. Boa parte nós dialogamos conferindo nossas posições teológicas, porque eu disse a ele: “você estudou no mesmo seminário que eu estudei, você fez pós-graduação em Princeton e eu também, então quero conferir o conceito que você tem de igreja, o conceito que eu tenho” e fomos dialogando e conversando amistosamente.

Ele me recebeu muito bem, por sinal. E me veio a ilusão de que ele estaria disposto a revisar a posição que ele tinha assumido sobre a dissolução do nosso... quando ele disse que deveríamos atender à convocação do Sínodo de Pernambuco, o máximo do conservadorismo presbiteriano, eu disse: “até logo, infelizmente nunca mais vamos nos encontrar”. Felizmente, nunca mais o encontrei.

Joviniano Neto – Houve uma discussão sobre o Conselho de Igrejas.

Celso Dourado – Sobre Conselho de Igrejas, questões eclesiásticas, governo da igreja, a tradição, que tem um governo representativo, que é o Concílio. Uma igreja congregacional é a congregação; a episcopal são os bispos, como a Católica, a Metodista... e a nossa é uma igreja conciliar, de Concílio, é o concílio local, regional, nacional e o universal, a união de todos os cristãos. Nós sempre elegemos representantes.

Então, o presbítero fala em nome da igreja, porque foi eleito pela comunidade; o pastor fala em nome do presbitério porque ele foi eleito para ser representante. Então, nosso sistema de governo é de concílio representativo. A Igreja Presbiteriana é tida historicamente como uma das responsáveis pelo sistema democrático no mundo. Fomos chamados presbiterianos pela primeira vez na Escócia, que é o único país no mundo em que a maioria é presbiteriana.

Joviniano Neto – Estavam discutindo questão de igreja, uma igreja que tem uma estrutura democrática... o que dividia tanto vocês em termos políticos?

Celso Dourado – O que dividia muito é que ele transformou esse sistema representativo em um sistema autoritário, em um presidencialismo autoritário, que o Brasil copiou isso muito tempo antes, desde a proclamação da República, surgiu desse presidencialismo autoritário, que até hoje é assim. E eu defendia uma igreja representativa e democrática, conciliar.

Joviniano Neto – Defendendo um sistema representativo, mais democrático, existia

uma conversa por trás, explicitada, uma discordância da posição da igreja em relação à ditadura?

Celso Dourado – Sem dúvida.

Joviniano Neto – Como explicou isso?

Celso Dourado – Nós explicamos, ele tinha a posição dele. Me lembro que numa reunião em Recife, ele estava presente e me chamaram para um almoço, e ele estava presente também. E começaram a contar piadas sobre o golpe, e que a esquerda botou o rabo entre as pernas e fugiu, não teve coragem, covarde etc. E eu fui aguentando aquilo e me aborrecendo... “mas vocês estão contando coisas interessantes, mas eu vou contar agora o outro lado da

moeda: você Boanerges sabe qual é o uísque dos generais? (era tudo na base da piada, então). O general chega no restaurante e pede o uísque dos generais”. O cara traz aquele uísque Passport. E por que esse uísque, pergunta o general? Responde: é porque é verde, quadrado e cheio de medalha. [risos]. E eles deram risadinha, que nem quando eu estava dando antes e eu soltei uma gargalhada bem grande.

Joviniano Neto – Na conversa de quatro horas ele colocou alguma divergência, de que a igreja deveria apoiar a ditadura...

Celso Dourado – Não, ele não ousava falar isso. Sabia a nossa posição.

Joviniano Neto – Criticou a ousadia de vocês...

Celso Dourado – Outra figura que não citei e estava presente era Reverendo João Dias

“Na realidade, o que eu gostaria de concluir é o seguinte: o golpe militar de 64 é fruto do conservadorismo da nossa sociedade. A sociedade brasileira é conservadora e recebeu apoio dos civis, militares, das igrejas... hoje, a Comissão da Verdade tem uma missão importantíssima que é o que a gente deve fazer para evitar a repetição dessa história? Pois precisamos estar conscientes de que os conservadores estão aí e qualquer descuido, podemos ao invés de dar um passo à frente, dar três passos atrás”.

de Araújo. Esteve presente naquela reunião do mosteiro de São Bento.

Amábíla Almeida – João Dias era presbiteriano?

Celso Dourado – Era de Recife, professor do seminário. Foi uma figura que a igreja preparou para ser professor, ele era, sobretudo professor, com uma didática extraordinária, organizado. Depois a igreja o expulsou.

Joviniano Neto – Por quê? Tenho uma tese sobre isso.

Celso Dourado – Essencialmente questão política. Áureo Bispo também, companheiro de João Dias, também expulso, ambos da Igreja Presbiteriana de Recife. [...] Eudaldo faleceu em Brasília, ele saiu daqui na década de 60... [...] a viúva vive em Brasília, hoje tem 90 e tantos anos. Eudaldo Silva Lima foi pastor aqui...

Joviniano Neto – E esse foi expulso de Recife?

Celso Dourado – Não, não foi expulso. Ele assumiu posições duras, sempre estava do nosso lado, foi solidário na criação da IPU, mas ele permaneceu na IPB até o final.

Joviniano Neto – Áureo Bispo e João Dias de Araújo saíram de Recife, vieram para Feira e fizeram...

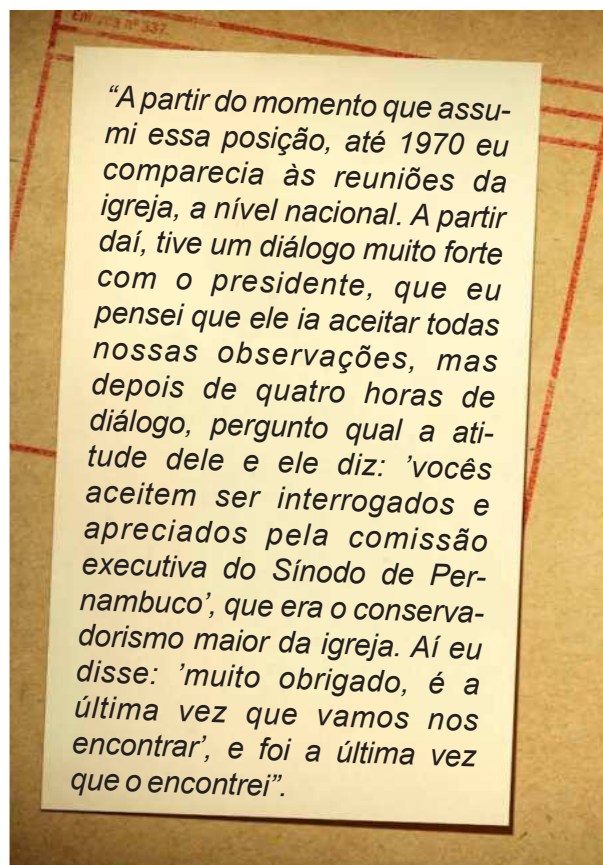
Celso Dourado – João Dias para Feira e Áureo aqui. [...]

Joviniano Neto – Com histórias bem diferentes...

Isadora Ribeiro – João esteve aqui antes de ir para Feira.

Celso Dourado – Esteve no Dois de Julho. [...] João é novo, um pouco mais velho que eu, morreu com 83 anos. Áureo era mais silencioso, mas nos apoiava também.

Joviniano Neto – Você não quer falar do



tempo de constituinte? Você foi nota 10, tenho os dados.

Celso Dourado – Tudo que eu falar é repetido. Eu fiz a campanha prometendo votar sempre do lado dos marginalizados e minha votação lá foi coerente com isso. O partido nem tanto, o PMDB mudou de posição, eu já votei na Constituinte refletindo mais na posição do PT, e de outros partidos de esquerda.

Cumpri meu papel, botei na cabeça que poderia renunciar ao poder, mas não renunciaria nunca aos meus princípios. Fiz uma campanha fortíssima para ser eleito, mas não tive condição de repetir a mesma campanha para ser reeleito. Até em condições materiais. Se você vir, o deputado fazendo campanha rica não vem de salário, vem de outro canto.

Joviniano Neto – Na Constituinte você fez alguma coisa que remeteu à sua experiência com a ditadura militar?

Celso Dourado – O meu primeiro discurso

no grande expediente na Câmara foi sobre a Guerra Fria, desarmamento das duas potências e sempre nos discursos que fiz sempre tive a mesma posição. Saímos daqui até orientados até pelo nosso governador para dar apoio a José Sarney. Assumimos, mas tive o cuidado no dia de assumir a posição de apoio ao presidente, dizer a ele “presidente, nós sempre tivemos posições diferentes, o sr. era da UDN Bossa Nova e eu do PTB. O senhor, depois do golpe, da Arena e eu do MDB; depois, o senhor no PDS e eu PMDB e atualmente o senhor está no nosso partido PMDB e estamos aqui para apoiar sua administração”.

Eu acho que por causa disso ele não reclamou quando depois de quatro anos não votei com ele. Mas votei consciente de que era um desastre eleitoral para mim, porque eu representava uma região conservadora e tradicional e sabia que eles iam me atacar violentamente, tanto que disse ao

governador Waldir Pires “vou votar de acordo com a nossa orientação, de acordo com o partido, de acordo com nosso princípio, mas sei que custa o meu mandato”. E custou.

Joviniano Neto – Mas foi uma conclusão muito bonita do depoimento.

Amábilia Almeida – Ok, Lembremos que ele está convalescente ainda.

Joviniano Neto – Eu vou dizer que nem senti, porque ele está tão melhor...

Celso Dourado – Quero dizer que devagar com o andor que o santo é de barro.

Joviniano Neto – Eu estou achando bem mais forte, corado... Alguma pergunta a mais, Amábilia?

Amábilia Almeida – Não.

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA
22 de setembro de 2014
Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação
Campo Grande, Salvador - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA
22 de setembro de 2014 - Sede da Comissão Estadual da Verdade
Salvador - Bahia



João Gomes Barroso Neto

Inicialmente, quero dar bom dia a todos aqui presentes e agradecer esta oportunidade que a Comissão da Verdade da Bahia está me oferecendo para relatar alguns fatos que ocorreram no golpe de 1964. Quero dizer que já tive a oportunidade de depor em outras comissões, inclusive a de São Paulo, esteve aqui o Paulo Cunha, não sei se vocês conhecem, ele é da USP, lá em São Paulo, veio documentar a respeito da nossa participação não só a minha, mas de outros colegas que estão aqui na Bahia e que estiveram lá no Movimento de 1964.

Aqui na Bahia a gente, para se manter unidos, vigilantes a qualquer situação, fundou a NAMAPS - Núcleo de Apoio aos Militares e Anistiados Políticos, sediado na Bahia. A sede do NAMAPS fica lá no Garcia ao lado da nossa casa, onde fica o Restaurante Aconchego da Zuzu.

Digamos que é uma grande satisfação poder revelar um pouco a nossa história, da nossa convivência, nos momentos cruciais em que vivemos nos idos de 64. O convite que me foi feito fala em “revelar situações que ocorreram aqui na Bahia”, mas eu quero deixar bem claro que, na época do golpe militar, eu estava no Rio de Janeiro; de modo que minha situação, a minha história está toda vinculada ao Rio de Janeiro.

No momento do golpe de 1964, eu era integrante do quadro da Marinha do Brasil. Como aprendiz de marinheiro nos

DEPOENTE: JOÃO GOMES BARROSO NETO

Baiano, fundador do NAMAPS - Núcleo de Apoio aos Militares e Anistiados Políticos, sediado na Bahia, João Barroso era integrante – no Rio de Janeiro – do quadro da Marinha do Brasil, como aprendiz de marinheiro, no momento do golpe de 1964. Participou da Revolta dos Marinheiros, movimento que tinha como objetivo reivindicar melhorias dentro da Marinha. Lutou, junto com os companheiros, por melhores condições de vida e de trabalho, já que naquela época, embora já não existisse a chibata, a situação ainda era desigual. Não foi preso, mas sofreu torturas psicológicas. Foi excluído da Marinha em dezembro 1964. Permaneceu no Rio de Janeiro até que retornou à Bahia em 1968 e voltou a estudar no Colégio Central, onde ainda havia a resistência.

*Texto não revisado pelo depoente.

anos 60, fiz cursos, depois fui para o Rio de Janeiro como era de praxe para dar continuidade ao curso de especialização.

Todos nós começamos a sentir a falta de reconhecimento, de valores humanos. Ainda persistia o reflexo daquela grande Revolta da Chibata, que acabou em 1910, quando João Cândido tomou posição e ameaçou derrubar o Palácio do Catete, dizendo 'ou acaba com o regime da Chibata ou derrubo o Palácio do Catete'. Inclusive eu trouxe um livro para deixar aqui com vocês, não sei se conhecem a história de João Cândido, um marinheiro negro, gaúcho que entrou na Marinha e começou a conviver com a situação de desigualdade, pois por menor que fosse a falta cometida, estávamos sujeitos a levar um determinado número de chibatadas. João Cândido teve uma oportunidade de sair daqui do Brasil, passou algum tempo na Inglaterra e em outras nações. Conversou muito com os marinheiros lá de fora conseguindo captar alguns ensinamentos e experiências do que havia ocorrido lá na Inglaterra, e ao retornar, ele aumentou a possibilidade de reagir com estratégia a forma desumana como eram punidos os marinheiros. De volta ao Brasil reuniu os colegas, fazendo vários treinamentos sem que a oficialidade percebesse, e, por várias vezes, em momentos diferentes, eles determinaram o dia em que iam fazer esta revolta.

Mas acontece que sempre havia uma situação que não permitia a realização da revolta. Ocorre que, um determinado dia, um marinheiro cometeu uma falta qualquer e o oficial mandou que desse neste marinheiro 250 chibatadas; as costas deste

marinheiro ficaram em carne viva de tanta violência, sendo esse o momento perfeito para acontecer a revolta. Assim o herói João Cândido comandou a esquadra prendendo os oficiais que estavam a bordo e posicionou o navio numa posição que dava para derrubar o Palácio do Catete e alguns prédios importantes do Rio de Janeiro; condicionou o governo a determinar que a partir daquela data, a chibata estava extinta e o governo acatou suas ordens. Em seguida ele pediu que todos fossem anistiados. Eles anistiarão, mas pró forma, porque depois da revolução mataram a maior parte dos que participaram da Revolta. Só não mataram o João Cândido porque a imprensa estrangeira estava de olho, procurando saber em que situação ele se encontrava, mas, mesmo assim, ele sofreu muitos castigos. Foi preso e colocado junto com mais dezoito presos em um cubículo onde só cabiam, talvez, duas pessoas.

Ficaram vários dias sem banheiro, tendo que fazer suas necessidades ali mesmo, sem poder recorrer a quem quer que fosse. Conclusão disso, como o lugar ficava muito fétido, sem condições, jogavam cal no recinto em que eles estavam e aquele pó começou a sufocar junto com o mau cheiro, o que causou a morte de dezesseis presos. E João Cândido conseguiu, mais uma vez, sair de lá vivo, continuando a sofrer com outros tipos de maldades e punições.

Na época, no Congresso houve um debate muito grande sobre o fato de total desumanidade em que o nosso Ruy Barbosa se destacou defendendo a anistia a favor dos marinheiros. Mais tarde João Cândido foi solto, porém começou a viver em condições de dificuldade, trabalhando

“No momento do golpe de 1964, eu era integrante do quadro da Marinha do Brasil. Como aprendiz de marinheiro nos anos 60, fiz cursos, depois fui para o Rio de Janeiro como era de praxe para dar continuidade ao curso de especialização. Todos nós começamos a sentir a falta de reconhecimento, de valores humanos. Ainda persistia o reflexo daquela grande Revolta da Chibata, que acabou em 1910, quando João Cândido tomou posição e ameaçou derrubar o Palácio do Catete, dizendo 'ou acaba com o regime da Chibata ou derrubo o Palácio do Catete'”.

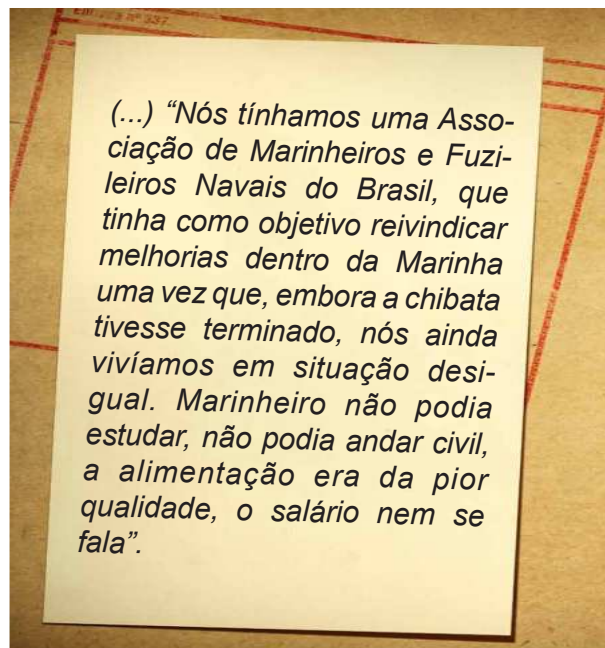
de peixeiro na Praça 15, no Rio de Janeiro. Morreu em 06 de dezembro de 1969. No local foi erguida uma estátua em sua homenagem, cuja solenidade contou com a presença do então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, entre outras personalidades políticas brasileiras.

Inclusive há um fato interessante na nossa Assembleia, lá no Rio de Janeiro em 25 de março de 1964, que foi ali um chamariz para que o Golpe acontecesse. Nós tínhamos uma Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que tinha como objetivo reivindicar melhorias dentro da Marinha uma vez que, embora a chibata tivesse terminado, nós ainda vivíamos em situação desigual.

Marinheiro não podia estudar, não podia andar civil, a alimentação era da pior qualidade, o salário nem se fala. E além de tudo isso a grande maioria dos marinheiros vinha de Escola de Aprendizes de Marinheiros localizadas no Norte e Nordeste do Brasil. E aí estas pessoas eram levadas para o Rio de Janeiro, uma cidade grande, onde eles ficavam totalmente desamparados, ou eles ficavam no navio ou iam se juntar à marginalidade. E nós começamos a sentir que isso não era possível: saímos do seio da nossa família, para ficarmos sujeitos a essa situação.

Não podíamos casar, os direitos normais de um cidadão a Marinha impedia, acontece, por conta disso a fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, com o objetivo de chegar à oficialidade, na época, o Conselho de Almirantados, fazer ver que tínhamos que mudar o rumo, a cidadania e ao cumprimento de uma forma de governo que se dizia República Democrática.

Várias reuniões foram programadas, pelo comando da Marinha, Conselho de Almirantados, no sentido de que eles reconhecessem a nossa Associação de forma diplomática, garantindo os nossos direitos. Mas eles não nos davam a menor



atenção e tudo continuava o mesmo. Todas as tentativas de diálogo foram em vão.

E chegou o dia 25 de março, que era aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, e aí foi programada uma grande assembleia, tendo como pauta comemorar o aniversário e discutir os problemas que ainda estavam sem solução. Quando o comando da Marinha tomou conhecimento de que esta assembleia estava marcada, determinou ao CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), um serviço secreto que prendesse a diretoria da Associação para que esse evento não se realizasse; alguns companheiros foram presos, mas mesmo assim, outros conseguiram fugir, se disfarçaram se vestindo de frades e a assembleia se realizou, com a presença maciça dos marinheiros, fuzileiros navais do Brasil, inclusive também segmentos da sociedade civil, sindicatos e etc...

Esse encontro se deu no Palácio dos Metalúrgicos, que era um dos grandes Sindicatos lá do Rio de Janeiro em São Cristóvão. E durante a assembleia, muitas discussões aconteceram. Foram colocadas três propostas que deveriam nortear a assembleia: o que deveríamos fazer contra as prisões que estavam sendo determinadas pelo Ministro da Marinha. Dentre as

propostas apresentadas foi aprovada a assembleia permanente. Assim deveríamos ficar em assembleia permanente lá no Sindicato dos Metalúrgicos até que os marinheiros que estavam presos fossem soltos.

Por causa desta decisão, as Forças Armadas entraram em regime de prontidão, todos os militares das Forças Armadas foram convocados, diante da possibilidade da convocação do regime de Estado de Sítio, com a colocação de tanques na rua e armas pesadas nas ruas do Rio de Janeiro. Francisco Pacheco, que era Presidente da Federação dos Trabalhadores, deu uma declaração ao nosso favor, dizendo se algo viesse a acontecer aos marinheiros que estavam na assembleia geral, o Brasil pararia no dia seguinte. As negociações continuaram, a Marinha determinou que um grupo de soldados fuzileiros navais se deslocassem até o Sindicato onde nós estávamos com o objetivo de nos tirar de lá de qualquer forma. Para se fazer uma ideia da missão, esse pelotão foi comandado pelo Almirante Sinai que só tinha soldados profissionais, da elite da Marinha, da Ilha do Bananal, onde fica um dos quartéis dos Fuzileiros Navais. Cercaram o Sindicato, todos ficaram apavorados lá dentro, imaginando o que ia acontecer naquele momento.

O cabo Anselmo, figura controversa, determinou que colocassem os alto-falantes voltados para o lado de fora, de maneira que a tropa que estava lá para nos prender, ouvisse sua fala. Fez um discurso mostrando o efeito daquela assembleia e no final ele disse: “Companheiros que estão aí do lado de fora, a luta que

estamos travando é nossa, deponham as armas e entrem”, isso é muito histórico, é muito importante, que a história não conta, porque não tem interesse de divulgar a verdade.

Os Fuzileiros Navais passaram para o nosso lado, entraram no sindicato, houve uma vibração tremenda e ao Almirante que estava no comando coube apenas recolher as armas, colocar nos carros que estavam conduzindo a tropa e ir embora. Ele saiu chorando, isso foi um ato de muita força, coragem e determinação, pois ninguém sabia depois o que de fato iria acontecer.

Os companheiros estão ainda vivos e fazem parte de uma grande Associação que nós temos no Rio de Janeiro. E de vez em quando nós nos encontramos, pelo menos uma vez ao ano, a gente promove um encontro numa determinada cidade do Brasil. Este ano aconteceu em Maceió e deste modo conseguimos reunir a turma toda, criar uma assembleia importante, onde houve depoimentos, cada um contando a sua história.

Conseguimos a demissão do Comando da Marinha, o Ministro renunciou, sendo designado um novo Ministro, cuja indicação teve o apoio do Cabo Anselmo. O Ministro assumiu e um dos atos dele foi determinar a nossa Anistia, e foi aí que nós nos retiramos, mesmo assim ainda não liberados e fomos levados até um Quartel do Exército, localizado em São Cristóvão, onde fomos identificados. Isso serviu para que a Marinha mais tarde tomasse conhecimento de todos que participaram daquela assembleia. Em seguida nós saímos em passeata e buscamos nossos pares, o

(...) “o que deveríamos fazer contra as prisões que estavam sendo determinadas pelo Ministro da Marinha. Dentre as propostas apresentadas foi aprovada a assembleia permanente. Assim deveríamos ficar em assembleia permanente lá no Sindicato dos Metalúrgicos até que os marinheiros que estavam presos fossem soltos. Por causa desta decisão, as Forças Armadas entraram em regime de prontidão, todos os militares das Forças Armadas foram convocados, diante da possibilidade da convocação do regime de estado de sítio, com a colocação de tanques na rua e armas pesadas nas ruas do Rio de Janeiro”.

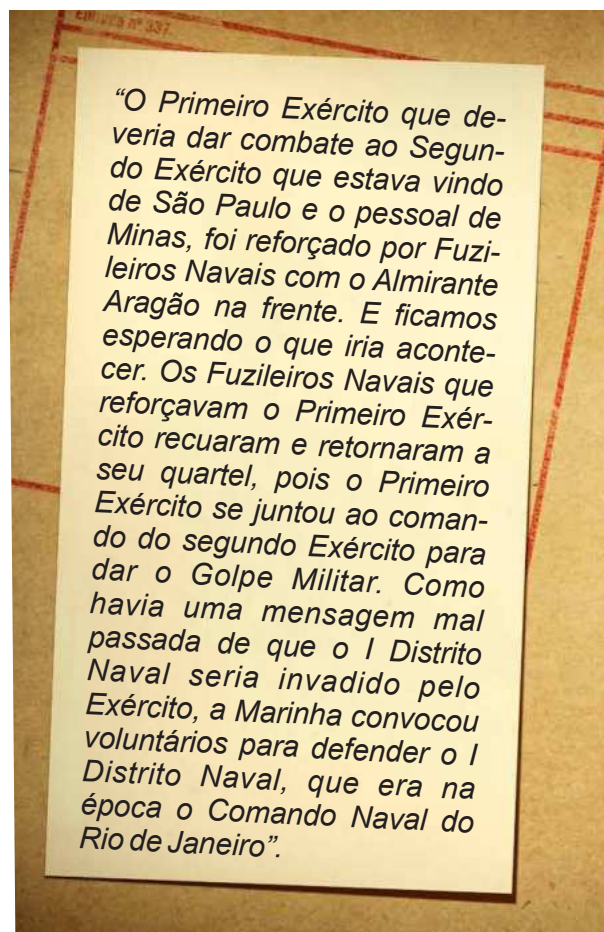
Almirante Aragão que estava do nosso lado e Janusio, Capitão de Mar e Guerra, que foi comandante do porta-aviões. Naquela euforia, isso já era dia 27 de março, acho que era um domingo se não me falhe a memória, e dia 27, 28 nós retornamos a bordo, naquele ambiente de desconfiança e quando chega dia 31 de março rompe a revolução.

A essa altura algumas tentativas no sentido de que o golpe não acontecesse, no nosso caso da Marinha, os oficiais na sua grande maioria eram a favor do golpe, mas se sentiram enfraquecidos em um determinado momento e abandonaram seus postos. Só ficaram aqueles que eram a favor da legalidade. Aí ficamos sem um norte definido sem saber o que íamos fazer e etc..

E eu estava servindo no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, uma ilha que fica defronte ao Aeroporto Santos Dumont. O Primeiro Exército, que deveria dar combate ao Segundo Exército que estava vindo de São Paulo e o pessoal de Minas, foi reforçado por Fuzileiros Navais com o Almirante Aragão na frente. E ficamos esperando o que iria acontecer. Os Fuzileiros Navais que reforçavam o Primeiro Exército recuaram e retornaram a seu quartel, pois o Primeiro Exército se juntou ao comando do segundo Exército para dar o Golpe Militar. Como havia uma mensagem mal passada de que o I Distrito Naval seria invadido pelo Exército, a Marinha convocou voluntários para defender o I Distrito Naval, que era na época o Comando Naval do Rio de Janeiro.

E eu, por exemplo, fui um dos voluntários e formamos barricadas e etc, no sentido de defender a Marinha do Exército, mas na verdade, o que aconteceu é que quem estava voltando era o pessoal dos fuzileiros navais, que deixou de acompanhar o Primeiro Exército, em função de o Primeiro Exército ter aderido ao Segundo Exército e a favor do golpe.

E naquela confusão, a gente não



sabia exatamente o que estava acontecendo e o pessoal fardado, mas sendo fardas camufladas, sem definir bem em que lado eles estavam ou não. E todo mundo se preparou, mas felizmente, dado à tranquilidade de alguns oficiais que pediam 'calma, calma gente!' o pior não aconteceu, senão seria um desastre muito grande, pois naquele momento iríamos matar o próprio colega. Felizmente isso não aconteceu, por muito pouco mesmo, senão teria acontecido uma carnificina. Mas anterior a isso, quando estávamos reunidos, lá no Sindicato dos Metalúrgicos, os marinheiros que ficaram a bordo resolveram ir, em solidariedade aos que estavam lá e foram se juntando em blocos. Aí quando chegou ali próximo ao I Distrito Naval os oficiais começaram a metralhar o pessoal, lá do último andar. Dizem que uns morreram, outros saíram feridos e alguns conseguiram sair e chegaram lá nos sindicatos, aumentando tranquilamente o número de marinheiros e fuzileiros navais que já estavam lá.

Vale destacar como fato importante, lá no Sindicato dos Metalúrgicos, as presenças do então Ministro da Justiça, políticos de renome, oficiais da Marinha solidários à causa, que lá compareceram para nos apoiar, com objetivo de estabelecer negociação. O discurso que o Cabo Anselmo pronunciou lá no sindicato foi redigido com a colaboração de Marighella. Em que pese sermos militares, não somos destituídos da essência política na luta dos nossos interesses e do nosso país. Nós estávamos vivendo um momento em que nos posicionávamos a favor das reformas e a favor de um grande comício que houve lá no Rio de Janeiro, organizado pelo governo e trabalhadores, mas que não interessava à oposição, nem às elites cujo porta-voz era o Sr. Carlos Lacerda.

Nós não estivemos presentes ao vivo, mas acompanhamos através da televisão e nossos contatos, os poucos recursos eram conseguidos através da contribuição das esposas, que procuravam vender alguma coisa, bananas, laranjas, no sentido de que a nossa associação crescesse com as pessoas da legalidade, aqueles que estavam a favor da reforma, que lutaram por uma democracia plena. Aquela democracia que estivesse em todos os lugares, que não fosse apenas para alguns, mas para todos os segmentos da sociedade, essa foi a nossa contribuição.

Depois do golpe começaram a acontecer as famigeradas punições; no final, a soma de prisões decretadas pelo Governo, pelo número de pessoas envolvidas, foi de uns mil e trezentos anos de prisões somadas. Só que muitos romperam, fugiram, buscaram seus caminhos. Mas foi uma grande dificuldade, para que voltássemos a

ser cidadãos plenos de seus direitos. Porque todo lugar que se ia, era profundamente investigado; não podia se procurar um emprego; fazer um curso, pois pediam o documento e perguntavam onde você esteve, servia onde. E muitos eram postos para fora quando descobriam que tinham sido da Marinha, e foi contra o golpe de 64. Foi uma luta até chegarmos em 1979, quando a anistia contemplou, politicamente, a todos.

A partir daí nós começamos uma nova luta que era a anistia daqueles que tiveram sua participação direta na luta contra o golpe militar. Foram inúmeras caminhadas até Brasília, não tínhamos dinheiro, de modo que conseguíssemos dinheiro para contratar ônibus para chegarmos a

Brasília, no sentido de fazer pressão para que na Constituinte de 1988 já pudessemos ser anistiados.

E por pouco, lamentavelmente, não fomos anistiados por conta de parlamentares que tínhamos certeza absoluta de que estariam do nosso lado, mas que na hora “H” foram pressionados pelas Forças Armadas e deram seu voto contra. Como foi o caso de Ulisses Guimarães, Mário Covas, os quais foram chamados e ameaçados pelos Ministros das Forças Armadas, dizendo: “se vocês quiserem aprovar a Constituição, não aprovem a anistia dos marinheiros”. E aí não foi aprovada, mas nós não desistimos, continuamos na luta, porque pela primeira vez na história do Brasil, conseguiu-se, com a Lei 10.559/2002, anistiar o pessoal subalterno da armada, a nível de cabo para baixo, pois nunca houve anistia desse nível, só os oficiais eram anistiados. Às vezes até sargento mas, de cabo para baixo não era anistiado; brigávamos com deputados, íamos a gabinetes

(...) “Lá no Sindicato dos Metalúrgicos, as presenças do então Ministro da Justiça, políticos de renome, oficiais da Marinha solidários à causa, que lá compareceram para nos apoiar, com objetivo de estabelecer negociação. O discurso que o Cabo Anselmo pronunciou lá no sindicato foi redigido com a colaboração de Marighella. Em que pese sermos militares, não somos destituídos da essência política na luta dos nossos interesses e do nosso país”.

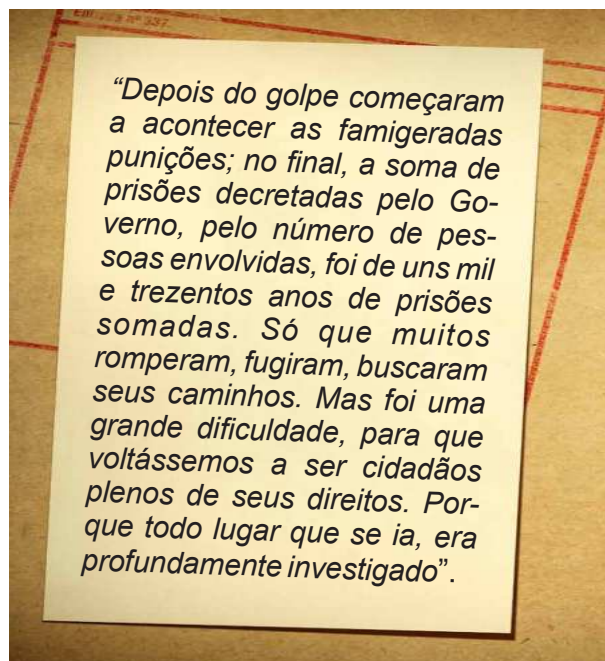
e finalmente em 31 de maio de 2001 saiu a primeira medida provisória, que foi assinada por Fernando Henrique Cardoso.

Depois a materialização da anistia se deu no governo de Lula, embora já existisse uma Comissão da Anistia, onde nós requeremos os nossos direitos, promoções e etc. Mas ainda assim as injustiças perduram no confronto Justiça com o Executivo. É uma situação pessoal minha, mas que vale a pena revelar eu, por exemplo, entrei na Justiça e meu processo que foi até o Supremo Tribunal transitou julgado e eu tive direito a promoção de Capitão de Fragata.

O processo desceu, foi executado, foi publicado, a minha promoção saiu no Diário Oficial e etc.. Entrei em folha e cheguei a re-ceiver como Capitão de Fragata. Acontece que a União entrou com um agravo de instrumento, a juíza resistiu, mas por lei ela não podia infringir e o processo foi para o Tribunal, mas quando chegou lá no Tribunal derubaram a promoção que eu tinha recebido.

Continuamos na luta, mas em contrapartida, eu ainda estava recebendo a indenização que fazia jus por conta da anistia que a comissão de Anistia nos concedeu, e aí foi quando a Marinha suspendeu o pagamento desse, alegando que eu tinha rompido a Lei 11.354, porque estava dito na lei que quem estivesse na Justiça não podia assinar o termo de adesão, que é o acordo firmado para receber em cinco, dez anos os direitos da indenização.

Só que na lei ele dizia o seguinte: somente estava impedido de assinar o termo quem tivesse entrado na Justiça reclamando a portaria que anistiou e indenizou; se você estivesse na justiça por outros motivos, por exemplo: pedidos de promoção que não foram dados, não teria nada a ver com a portaria, entretanto eles assim consideravam. Além de suspenderem a minha promoção, suspenderam também o pagamento e quando me retornaram à folha de pagamento na con-



dição que eu estava anteriormente, resolveram diminuir uma gratificação que eu tinha de 19% para 8%, sem nenhuma razão, dizendo que fazia parte do processo. Uma resposta que não explica, nem justifica. Mas eu continuei lutando etc...

Só que isso foi em 2010, já estamos em 2014, daqui a pouco 2015 e até agora nenhuma solução. Resolvi desistir do processo para que eu pudesse receber a indenização que foi dada pela Comissão de Anistia. Espero que me paguem, pois é um direito meu e justo.

Então, essa tem sido a nossa luta, nós nos reunimos aqui na Bahia, uma vez por mês, ali no Garcia, onde temos a nossa sede, para discutir os problemas. Praticamente é como se nós fôssemos um aliado da UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia, lá no Rio de Janeiro, esta nossa sociedade maior, que congrega centenas de anistiados vivos, principalmente militares; que promove congressos e estudos a respeito; tem sede própria na Cinelândia e nos cede departamento jurídico e o apoio necessário nas nossas lutas.

Nós continuamos vivos em alerta aos acontecimentos. Digamos que hoje nós não somos nem mais da reserva, somos

reformados. E reformados não têm direito a determinadas formalidades. Estamos atentos a favor da legalidade, da democracia, daquilo que é um direito do ser humano e deve ser respeitado. Essa é a nossa luta, esse é o nosso objetivo. Creio que transmiti para vocês, razoavelmente, o que aconteceu há cinquenta anos.

Nós tivemos a honra de ter ao nosso lado João Cândido, que foi o homem da revolta de 1910. Ele compareceu lá no Sindicato dos Metalúrgicos levando a sua solidariedade, a sua força e nos disse assim: “meus filhos, não tenham medo, lutem que a vitória é nossa”. Então são essas coisas que realmente nos levam ao grande sentimento de um brasileiro, querer um Brasil melhor. Muito obrigado. Se os senhores tiverem alguma pergunta, estou à disposição.

Dulce Aquino – Muito obrigada, eu só tenho algumas perguntinhas, o senhor falou no início que tinha outros baianos com vocês lá no RJ...

João Barroso – Veja só, a minha turma era composta de 250 marinheiros, e na mesma época saíram prontos da Escola de Aprendizagem da Bahia e também chegou uma nova turma de Pernambuco e uma nova geração estava chegando à Marinha, que na verdade tinha uma visão diferente, que aquele processo que acontecia, não podia mais continuar.

Há inclusive historiadores, que consagram a revolta de 1910 comandada por João Cândido, verdadeira abolição da escravidão, porque o que acontece, a escravidão tinha acabado, mas lá na Marinha continuava. A grande maioria dos marinheiros era negra, inclusive João Cândido; os oficiais eram brancos e surravam os marinheiros. Poucos negros

eram oficiais na Marinha.

Walter Pinheiro – O senhor falou que 13 marinheiros foram presos e submetidos àquele ambiente fétido e horrível.

João Barroso – Isso na Revolta da Chibata em 1910 e não em 1964, porque as histórias estão ligadas, pois você vê a consequência. A Marinha sempre foi assim, poucos negros serviram a Marinha como oficiais, há uma história toda aí. Em 1910 nós tomávamos chibatadas e em 1964 nós não tomávamos chibatadas, mas não tínhamos direito de casar, estudar... E então tem as consequências. São outras formas de opressão e repressão.

Walter Pinheiro – No período que antecedeu toda aquela movimentação em março de 1964, o Senhor estava participando lá no Rio de Janeiro?

João Barroso – Na época eu estive no porta-aviões Minas Gerais, depois eu saí do porta-aviões Minas Gerais,

como eu falei aqui e fui cursar no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, onde, por coincidência, o Cabo Anselmo servia lá.

Walter Pinheiro – Mais adiante quando houve o golpe, numa determinada instância o Senhor fala que permaneceram apenas aqueles que estavam com a legalidade, e dentro da legalidade seria a constituição vigente, seria isso?

João Barroso – Sim, aqueles que estavam a favor de João Goulart, defendendo a posição do Presidente. A revolta dos marinheiros quebrava a hierarquia militar... Veja só, a hierarquia, na verdade, teríamos que cumprir etc., nós tentamos um diálogo tentando mostrar os nossos objetivos, mas é aquele negócio você não vai ficar

“Nós continuamos vivos em alerta aos acontecimentos. Digamos que hoje nós não somos nem mais da reserva, somos reformados. E reformados não têm direito a determinadas formalidades. Estamos atentos a favor da legalidade, da democracia, daquilo que é um direito do ser humano e deve ser respeitado. Essa é a nossa luta, esse é o nosso objetivo”. (...)

apanhando todo o tempo, sem tomar uma posição, ninguém aguenta isso. Basta lhe dizer também o seguinte, nós e os nossos movimentos fomos reconhecidos pelo comandante e chefe das Forças Armadas, naquele momento ainda era João Goulart, o Presidente, chefe maior, que em nenhum momento determinou que tomasse qualquer posição contra os marinheiros.

Walter Pinheiro – No pós-golpe, nesse período de 64 em diante, em algum momento o senhor chegou a ser preso?

João Barroso – Eu não cheguei, porque realmente driblamos; ninguém se apresenta para ser preso, mas pela vontade deles todos nós teríamos sido presos. Nós ficamos, mas alguns infelizmente foram presos, como por exemplo, o nosso presidente do NAMAPS - Núcleo de Apoio aos Militares Anistiados Políticos Sediados na Bahia.

Hoje, graças a sua determinação, ele é desembargador aposentado. Ele ficou preso 9 meses; nós servimos juntos a bordo do porta aviões Minas Gerais. Pereira, outro marinheiro baiano, ficou preso na Ilha das flores e Mello ficou preso aqui na Bahia.

Walter Pinheiro – Perseguição até hoje você sofre, mas tortura você sofreu?

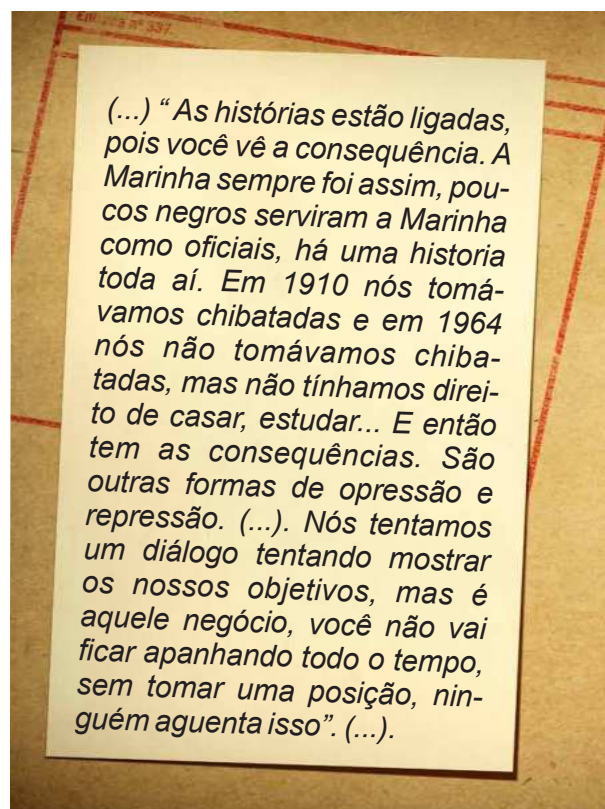
João Barroso – Sofremos mais torturas psicológicas que nos amedrontavam, para que fizéssemos revelações de interesse dos golpistas ou delações de companheiros.

Dulce Aquino – Você era adolescente na época?

João Barroso – Praticamente nós tínhamos 19 a 20 anos, no golpe de 64.

Walter Pinheiro – O senhor chegou a se aliar a algum desses movimentos, que existia no momento?

João Barroso – Eu confesso que não me aliei, mas acompanhava, eu gostava de



conversar com o pessoal. Por uma questão de oportunidade, sempre eu estive presente nas coisas políticas, talvez algo que veio do meu pai, que estava sempre presente nos acontecimentos políticos. Lembro que na campanha de Jânio Quadros aqui, discursou a favor de Jânio Quadros. Foi presidente do Palmeira da Barra, que era um grande clube; recebeu o presidente Getúlio Vargas, na época em que Régis Pacheco era governador da Bahia. Getúlio mandou um telegrama dizendo que viria visitar a Bahia; visitar clubes proletários, frequentados por trabalhadores e o Palmeira da Barra foi um dos escolhidos, e na época o meu pai era o presidente. O fato de meu pai ter tido uma relação com políticos e ter sido uma pessoa participante de história me influenciou.

Walter Pinheiro – Quando o senhor retornou a Bahia?

João Barroso – Quando eu retornei à Bahia, trabalhei escondido, foi em 70.

Walter Pinheiro – O senhor chegou a presenciar alguma tortura, foi testemunha

de algum fato desse praticado pelo regime?

João Barroso – Bom, quando eu retornei, acho que mais ou menos em 68, eu voltei a estudar no Colégio Central e lá ainda havia a resistência. Quando havia movimentação a polícia chegava lá, atirando no muro etc. Eles invadiram o colégio, havia um cenário muito forte de resistência contra o golpe, mas infelizmente nós não tínhamos nos preparado muito bem para resistir, de forma mais competente. Eu ouvia umas conversas lá no Rio, que havia armas, essas armas que seriam usadas nos momentos oportunos, Brizola falou isso, na hora, mas não existia nada disso. Quem tentou prender Carlos Lacerda lá no Rio foi Anselmo, cabo Anselmo. Meteu uma metralhadora do lado mais uns cinco, pegou um jipão e foi lá para o Palácio. Como também o cabo Anselmo, na Revolução, tomou a rádio Mayrink Veiga e de lá da rádio Mayrink Veiga ele comandou a Marinha. Me lembro da mensagem, “Marinheiros fuzileiros navais se porventura estiverem fora dos seus quartéis ou dos seus navios, se dirijam para o mesmo e de lá só aceitem ordem dos oficiais da legalidade, ordem contrária, prendam-se”.

Isadora Ribeiro (Equipe Técnica) – Eu estava aqui pensando uma coisa, em 64 o golpe aí vocês foram todos inclusive registrados e tudo, como é que foi essa situação logo posterior, o senhor foi afastado da Marinha? Excluído? Ou como é que foi isso? E como que ficou sua situação? Porque o senhor disse que foi para o Rio e a Marinha fazia essas restrições todas, não podia estar sem farda, não tinha como se familiarizar com a cidade no final das contas. Como é que foi sua situação?

João Barroso – No caso da Marinha foi que teve maior envolvimento e atuação contra o

golpe de 64, sobretudo, o pessoal subalterno da Marinha. Então a Marinha não teve condições de chegar e eliminar todo mundo de uma vez só, acabava a Marinha. Então eles foram fazendo isso aos poucos, de acordo com a gravidade, por exemplo, aqueles que depuseram as armas, esses foram postos para fora, a toque de caixa. E foi chegando a vez de cada um, entendeu, por exemplo, eu ainda me apresentei a bordo, ainda continuei cursando, mas um belo dia pensei que iam me jogar dentro do mar, porque me levaram para um quartel que fica na Avenida Brasil, quartel de marinheiro, mas não por terra fui por mar, um itinerário que nunca tinha sido feito. Então lá colocaram a gente para fazer faxina. Um oficial que estava de serviço, com uma metralhadora do lado, disse: “pode ser até que a razão esteja com vocês, mas as armas estão com a gente. Então façam tudo que a gente está mandando”.

Isadora Ribeiro (Equipe Técnica) – Isso ficou quanto tempo?

João Barroso – Nós saímos final do ano de 64. De março até quase dezembro de 64.

Isadora Ribeiro (Equipe Técnica) – Esse sair foi como? Ser excluído?

João Barroso – Excluído, eles chamam e botam para fora sem direito a nada.

Walter Pinheiro – Estou entendendo que o senhor deixou a Marinha no final de 64, foi isso?

João Barroso – Foi.

Walter Pinheiro – E permaneceu no Rio?

João Barroso – Permaneci no Rio e depois retornei.

CONFIDENCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

09 de outubro de 2014

**Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Bahia
Seccional Feira de Santana**





AUDIÊNCIA PÚBLICA

09 de outubro de 2014 - Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Bahia
Seccional Feira de Santana



DEPOENTE: OSVALDO VENTURA DE CERQUEIRA

Bacharel em Direito e ex-bancário do Banco do Nordeste em Feira de Santana, Osvaldo Ventura de Cerqueira foi um dos fundadores do PSDB na cidade baiana, onde também exerceu o mandato de vereador pelo partido. Segundo seus relatos, nunca foi preso ou torturado, mas foi vítima de constrangimentos e restrições durante a ditadura. É autor do livro "Sombras do passado: a dor nos tempos da ditadura", romance que traz pequenos lances da História do Brasil de 68 até a eleição de Collor e pequenas histórias de bancários de Feira de Santana que foram discriminados e massacrados. Criador, junto com outros comunistas, do Grupo dos Onze - cujo objetivo era ser uma entidade guerrilheira - mas que não chegou a funcionar, devido ao golpe.

*Texto não revisado pelo depoente.

*Osvaldo Ventura de Cerqueira

Bom, pessoal. Eu sou Osvaldo Ventura, ex-funcionário do Banco do Nordeste, hoje aposentado, e advoguei um pouco aqui em Feira, mas hoje, na verdade, sou mais bacharel em Direito. Pelos idos de 1961, houve a grande greve dos bancários. Não foi em 61. O movimento primeiro foi com a renúncia de Jânio Quadros. Em 62, veio a primeira grande greve nacional de bancários. Eu estava na agência do Banco do Nordeste em Salvador e servi de pombo correio entre o sindicato dos bancários de Salvador e o sindicato de Feira. Embora com um pouco de discrição, porque, na verdade, eu estava, eu tinha acabado de ingressar no banco praticamente. Então não tinha ainda certa militância para me envolver na diretoria, nas decisões. Eu não tinha poder decisório nenhum. Fiquei no Banco do Nordeste em Salvador até 62. Em 62, eu fui transferido para Feira. Aliás, permutei com um colega daqui de Feira. Vim para Feira. Encontrei, eu diria, para minha felicidade, para minha satisfação, encontrei o companheiro Antoniel Queiroz na agência de Feira de Santana.

Como eu sempre fui curioso, e gostava de ser bem informado, e tal, comecei a me aproximar de Antoniel Queiroz, que era um comunista histórico, e um cidadão de bem, um cidadão despretenso com relação ao poder, mas um cidadão que sabia como deveria encarar a luta em favor dos trabalhadores. Devagar e sempre ele foi me tornando e tornando a

outros colegas conscientes do nosso papel na sociedade. A partir daí, eu comecei a me envolver com a política ideológica. Porque a política partidária e a política em geral, eu tinha uma participação, embora não familiar. Mas eu tinha uma participação – modéstia a parte – interessante. Porque, na época da morte de Getúlio Vargas, do suicídio que fizeram com Getúlio, eu já tinha participação, já estava na rua, e tal. Me lembro quando Getúlio teve em Feira, em 1951, então eu sempre tive esta participação. Com Antoniel Queiroz, a participação aumentou. E de repente eu estava, sem saber, participando de uma célula bancária do Partido Comunista Brasileiro, o Pecebão. Sem saber. Mas o importante era isso. Eu estava participando, e tal, envolvido. E aí começou minha vida política e meio clandestina. Como eu disse aqui para os companheiros, de há muito, eu não fui torturado, não fui preso, mas sofri constrangimentos os mais diversos na agência como funcionário. Praticamente as pessoas não encostavam em mim. Teve um colega que me disse até: “Rapaz, você é leproso?” “Por que?” “Todo mundo está proibido de passar perto de sua carteira. Seu bureau.” “E daí? O que eu vou fazer?” E fiquei nessa militância aí na clandestinidade.

Depois me veio o conhecimento do que Stalin fez na União Soviética. O tal do Relatório Krushev. E, a partir daí, eu fui contatado pelo PCdoB. Então, eu achei que o PCdoB tinha mais condições objetivas de fazer a revolução no Brasil. Com o PCdoB, eu me tornei aqui um fornecedor de remédios, por exemplo, para o pessoal da guerrilha do Araguaia, de valores em dinheiro e tinha essa aproximação direta com um

militante de lá da guerrilha. Inclusive teve um fato lá da guerrilha, que esse fato é notório. Uma militante foi atingida e, de repente, quando o tenente foi ver se estava morta, ela atirou na testa do tenente, o tenente caiu por cima dela. Esse fato me foi contado antes da guerrilha ser destruída. Pelo pessoal de lá, da região. Então nós soube disso aqui em Feira. Então eu estava bem por dentro da situação.

(...) “E de repente eu estava, sem saber, participando de uma célula bancária do Partido Comunista Brasileiro, o Pecebão. Sem saber. Mas o importante era isso. Eu estava participando, e tal, envolvido. E aí começou minha vida política e meio clandestina. Como eu disse aqui para os companheiros, de há muito, eu não fui torturado, não fui preso, mas sofri constrangimentos os mais diversos na agência como funcionário. Praticamente as pessoas não encostavam em mim. Teve um colega que me disse até: ‘Rapaz, você é leproso?’ ‘Por que?’ ‘Todo mundo está proibido de passar perto de sua carteira. Seu bureau’”.

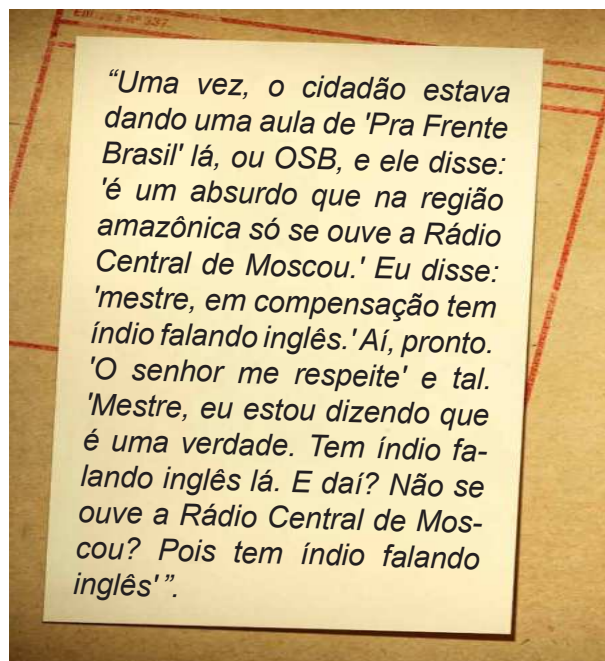
Em 1973, eu fiz vestibular para a Universidade Católica de Salvador e fui fazer o curso de Direito. Aí foi que a coisa apertou um pouco. Porque eu tinha como colega o Rui Paterson, que foi preso junto com Marie Helene Russi, uma suíça que foi expulsa daqui da Bahia, do Brasil. Foi presa junto com Rui Paterson. E eu comecei a me entrosar com Rui Paterson e tal, discutindo política, conversávamos. E tinha um colega que era do antigo Baneb. Ele era caixa do Baneb. Era colega nosso lá. Esse cidadão, ele me tirou praticamente de ser preso duas vezes. Ele era caixa e o

pessoal tinha informações lá no Baneb – era um banco estadual – tinha informação de quando eles iam dar batida lá na Faculdade de Direito. E duas vezes eu tive que perder aulas porque o pessoal foi realmente dar batidas lá. Ele me disse que tinha um barbudinho – eu usava barba na época – um barbudinho que os caras estavam falando que iam pegar. Eu não sei se isso é verdade ou não. O fato é que eu me ausentei realmente da faculdade durante dois dias. E fiquei meio marcado lá porque foi a época do Geisel, eu tinha um professor de ‘Pra Frente Brasil’ e era um militar. Eu, inocentemente, nem sabia que o camarada era militar. Então, uma vez – eu estou con-

tando isso pra chegar até como eu fui perseguido. Uma vez, o cidadão estava dando uma aula de “Pra Frente Brasil” lá, ou OSB, e ele disse: “é um absurdo que na região amazônica só se ouve a Rádio Central de Moscou.” Eu disse: “mestre, em compensação tem índio falando inglês.” Aí, pronto. “O senhor me respeite” e tal. “Mestre, eu estou dizendo que é uma verdade. Tem índio falando inglês lá. E daí? Não se ouve a Rádio Central de Moscou? Pois tem índio falando inglês.” Eu sei que esse cara me marcou e, no final, um professor de economia, que eu também discutia com ele, ele me chamou e disse: “rapaz, esse cara é do SNI. Não discuta com ele não.” Aí, eu tive que me calar. Aí, essas restrições que eu digo. Foram restrições e constrangimentos. Eu tive que ficar, a partir daquele dia, eu tive que ficar na aula sem questionar o professor. Não é questionar por questionar, não. É questionar para entender a matéria. Mas não me permitiram mais. Me cercearam.

Na agência do Banco do Nordeste, eu cheguei e escrevia no jornal interno do Banco do Nordeste, o jornalzinho de lá. Eu sei que um cidadão chegou pra mim e disse: “olha, o gerente está engolindo o que você está escrevendo. Mas eu não estou engolindo não. Eu estou vendo o que acontece nas entrelinhas.” Eu disse: “não, rapaz. Eu estou conversando em termos altos. Não sou partidário de coisa nenhuma. Apenas estou descrevendo – diria assim – filosoficamente alta política, não estou fazendo política partidária.” “Não, mas eu estou sentindo o que você quer.”

Quinze dias depois, o gerente me proibiu de escrever no jornal de lá do banco. Bom. Eu encontrei, também sem saber, um companheiro do PCdoB no Banco do Nordeste. E ele, mais corajoso do que eu, diga-se de passagem, ele interceptou uma vez uma correspondência da segurança interna do banco. Era coisa de dar dó, viu? Nós estávamos cercados de espiões, de dedo-duro e a gente nem sabia. Pessoas que a gente pensava que eram pessoas neutras e que não abriam a boca, mas a



maioria era toda da segurança interna do banco. Bom. A partir daí eu concluí o curso e voltei para Feira de Santana.

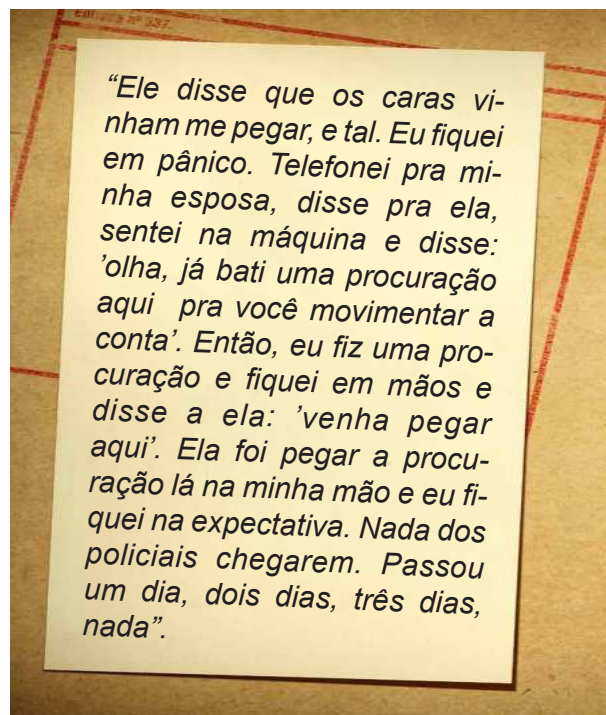
Luciano Ribeiro – Com licença, eu vou ter que me retirar. Mas eu quero, antes de sair, atestar a veracidade do que você está dizendo. Não sei se você lembra, você era bancário e eu arrecadava dinheiro para as famílias dos presos. Hosannah não podia que era muito queimado, não podia aparecer, eu era membro, então, várias vezes eu peguei em sua mão. E, digo a você, muita alegria de estar com você hoje. Muitas famílias, nós levamos às famílias o que você colaborava. E Marie foi presa política. Um abraço, tchau.

Osvaldo Ventura – Obrigado. Bom. Eu vim para Feira e, em Feira de Santana eu fui mais discriminado ainda. Porque, agência menor, todo mundo tinha medo de comunista, comunista devorava criancinhas. Então, eu fiquei praticamente isolado. Mas, surgiu a oportunidade daquela ideia de Brizola. Brizola era filiado a um partido legal. Surgiu a ideia de Brizola de criar grupos de 11 pessoas, semelhante a um time de futebol. Era o chamado *Grupo dos Onze*. E eu criei um *Grupo dos Onze*, inclusive o companheiro Moacir participava, tem mais três ou quatro vivos ainda. Nós criamos o *Grupo*

dos Onze. Isso atendendo àquela solicitação de Brizola que era para poder este grupo ser transformado posteriormente numa entidade guerrilheira. Cada grupo seria formado com condições mesmo de pegar em armas e enfrentar o suposto, provável golpe que já estava a caminho. Bom. Foi uma ideia, nós discutimos muito nesse *Grupo dos Onze*, mas acontece que nem chegou a ser escolhido o técnico. Porque antes do time se formar, um técnico botar o time em campo para treinar, adveio o golpe e esfacelou tudo. E nós ficamos numa situação difícilíssima. Porque nossos nomes estavam lá na Rádio Mayrink Veiga. A Rádio Mayrink Veiga era uma rádio progressista, não sei, era dos Mayrink Veiga, que era uma família tradicional do Rio de Janeiro.

Mas o fato é que a Rádio Mayrink Veiga era uma rádio que dava todo espaço à esquerda brasileira, e nós ficamos com medo na época do golpe. Bom. O golpe aconteceu, mas – eu digo inclusive nesse livro meu aqui *Sombras do passado: a dor nos tempos da ditadura*. Eu digo aqui que, na verdade, disseram que foram os militares vitoriosos que queimaram a Rádio Mayrink Veiga. Mas, na minha concepção, quem tocou fogo na Rádio Mayrink Veiga foi Brizola. Brizola tocou fogo na Rádio Mayrink Veiga e nos salvou a todos. Minha concepção é essa. Porque, num instante, a Rádio Mayrink Veiga desapareceu com todos os nomes, com todo o material, toda a documentação – melhor dizendo – que estava lá em mãos de Brizola na Rádio Mayrink Veiga. Eu fiz este salto porque no início eu tinha esquecido disso aí.

Bom, e fiquei militando na esquerda aqui em Feira de Santana, na clandestinidade. Surgiu a criação do MDB, eu me filiei ao MDB como todos nós aqui da esquerda. Era a maneira de nós mostrarmos nossas caras, nossos rostos, nossa resistência discreta. Era num partido legalizado. Então me filiei também, com Colbert, com o companheiro Hosannah, Chico Pinto, que está aqui imortalizado no meu livro, se é que



eu immortalizei alguém, mas mais tarde, daqui a uns 50 anos podem encontrar o livro numa lata de lixo e dizer: “pôxa, aconteceu isso em Feira de Santana. Tá registrado aqui”.

Eu sei que eu fiquei na clandestinidade. Já nos anos 70, anos 80, ainda estava a ditadura ainda, a Polícia Federal baixou aqui em Feira de Santana, levou Beraldo, Raimundo Alfaiate, [72, lembra Hosannah] Pois é. Então, eu fiquei temeroso com isso. Fiquei temeroso. De repente, quer dizer, uma ou duas semanas depois, Beraldo aparece lá na agência do banco e me disse: “olhe. Se prepare que o pessoal vem lhe pegar aqui.” Eu disse: “por que, Beraldo, o que foi que houve?” “O que houve é que essa gente não brinca, né? Teve que abrir o bico”. Eu disse: “sobre o quê?” “Ah, eu fui perguntado sobre uma rifa que foi feita aqui para beneficiar um comunista”.

E a história dessa rifa, na verdade, existiu, não como rifa. Foi a loto. Apareceu um cidadão aqui em Feira que disse que fecharia os 12 pontos, eram 12 pontos na loto. Então era a oportunidade que nós tínhamos de arrecadar dinheiro para levar o companheiro Antoniel Queiroz até São Paulo para fazer, estava no início, um transplante de [cirurgia abdominal, lembra

Hosannah], não, foi safena. Tinha que fazer ponte de safena. Então, para isso, nós idealizamos isso. O cidadão disse que fechava o jogo da loto, então nós mobilizamos Feira de Santana toda. Foi gente me telefonando, eu quero uma cota, eu quero uma cota. As cotas eram vendidas. E arrecadamos realmente o dinheiro e Antoniel Queiroz foi fazer essa cirurgia de safena, que estava no início, lá no Rio e terminou falecendo na mesa de cirurgia. Então Beraldo me veio com essa conversa: “não rapaz, a tal da rifa”. “Mas não foi rifa. Aquilo foi um sorteio da loto que não deu certo. Fizemos, parece que, 11 pontos, ou 10 pontos”. Mas o dinheiro foi arrecadado e Antoniel foi para lá. “Vão lhe pegar porque diz que você foi o cabeça da rifa para salvar um comunista” (está aqui também no livro. É romanceado mas está tudo aqui).

Eu tenho uma História do Brasil – modéstia a parte – pequena, como romance. Mas tenho desde 68 até a redemocratização com Collor de Melo, que não deu em nada. Bom. Então, Beraldo me falou isso. Eu fiquei em pânico. Claro. Ele disse que os caras vinham me pegar, e tal. Eu fiquei em pânico. Telefonei pra minha esposa, disse pra ela, sentei na máquina e disse: “olha, já bati uma procuração aqui pra você movimentar a conta.” Então, eu fiz uma procuração e fiquei em mãos e disse a ela: “venha pegar aqui”. Ela foi pegar a procuração lá na minha mão e eu fiquei na expectativa. Nada dos policiais chegarem. Passou um dia, dois dias, três dias, nada. Depois, quando todos foram soltos, Raimundo Alfaiate chegou para mim, disse: “oh, salvei sua pele.” Eu disse: “como assim, rapaz?” “É que eles me perguntaram sobre uma rifa que um tal de Osvaldo Boaventura tinha feito e eu aí

disse: ‘foi realmente, foi Osvaldo Boaventura que fez’”. Resultado: os caras chegaram aqui em Feira, foram atrás do pai de Edivaldo Boaventura, que chamava Osvaldo Boaventura. Eles se confundiram e com isso eu escapei. Um caso quase que folclórico. Quem me contou foi Raimundo Alfaiate. Estou contando porque ele me disse: “salvei sua pele.” São esses os fatos. Por fim, fiquei aí na agência como se fosse

mesmo um hanseniano na agência de Feira de Santana. E aí, parti para as lutas depois da redemocratização. Parti para lutas junto a Chico Pinto, o companheiro aqui (Hosannah) que sempre arregaçaram as mangas para isso. Então, eu estive junto com todos eles.

Agora, tem um fato, que eu considero uma nódoa em minha vida política, mas eu posso explicar. Vejam bem. Com a queda do muro de Berlim, a socialdemocracia na Europa era a única que estava se firmando, e a socialdemocracia foi criada

para quê? Para combater o avanço do comunismo na Europa. A social-democracia é o chamado Estado do Bem Estar Social. Estado do Bem Estar Social é a social-democracia. Como o PMDB tinha se desmilinguido em São Paulo com Quéricia, no Rio com Miro Teixeira e tudo, então eu disse: “bom, o PMDB não tem mais futuro”.

Eu queria militar na legalidade. De repente o que surge? O PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira. Eu disse: bom, a social democracia pelo menos é o estado do bem estar social. A pobreza, o menos favorecido tem amparo do Estado. Pelo menos na Europa, que tem até hoje. Diga-se de passagem. Se fala em bolsa

“Surgiu a ideia de Brizola de criar grupos de 11 pessoas, semelhante a um time de futebol. Era o chamado Grupo dos Onze... Isso atendendo àquela solicitação de Brizola que era para poder este grupo ser transformado posteriormente numa entidade guerrilheira. Cada grupo seria formado com condições mesmo de pegar em armas e enfrentar o suposto, provável golpe que já estava a caminho. Bom. Foi uma ideia, nós discutimos muito nesse Grupo dos Onze, mas acontece que nem chegou a ser escolhido o técnico. Porque antes do time se formar, um técnico botar o time em campo para treinar, adveio o golpe e esfacelou tudo”.

família aqui dizendo que é esmola. Mas ninguém sabe que na França – eu tenho uma sobrinha na França que ela tem dois filhos. Os filhos, até os 18 anos, estudam por conta do Estado. Aqui, se for fazer um negócio desse, ah, porque está dando esmola. Não que eu seja adepto eterno da social-democracia. Eu acho que o socialismo democrático é que o mundo vai chegar lá. Mas a social democracia era a opção melhor que eu tinha aqui. Porque os partidos de esquerda se encolheram.

Eu fui para a social democracia, acreditando em Mário Covas. Vejam bem. Mário Covas realmente era aquele cara que queria um Brasil melhor, era um resistente à ditadura, foi um resistente ao fechamento do Congresso pelo AI5. Então, eu achei que seria uma boa. Entrei no PSDB. Fui um dos fundadores do PSDB aqui em Feira de Santana. Fundamos o PSDB crente que seria um passo adiante do PMDB, a social-democracia. Caminhou muito bem. Quando Collor se elegeu, houve uma discussão que amanheceu o dia na cúpula do PSDB, porque Fernando Henrique Cardoso queria ser chanceler de Collor. E brigou para ser o chanceler de Collor. Mário Covas bateu o pé e disse não, não e não. Se for, eu saio do partido. Ora, Mário Covas era a cabeça pensante do partido. Então o Fernando Henrique Cardoso se acalmou, desistiu de ser chanceler de Collor. Seria a melhor coisa que o Brasil teria, porque ele ia se apagar junto com Collor. Não estaria hoje aí dando pitaco aí e ameaçando os nordestinos.

Mas eu estava no PSDB porque acreditei na social democracia. Resultado: me candidatei a vereador e me elegi vere-

ador pelo PSDB de Feira de Santana. Logo depois, vem Fernando Henrique Cardoso, na Cúpula Ibero Americana em Salvador, se junta a Antônio Carlos Magalhães. Saíram, foram conversar juntos e tal. Aí, má notícia. Não dá bem. De repente, está Fernando Henrique Cardoso apoiado pelo PFL. Na mesma hora eu disse “não sou mais PSDB”. Tanto que, da Tribuna da Câmara, eu fazia discursos contra Fernando Henrique Cardoso. E o pessoal dizia “Mas você é do PSDB” “Não sou mais do PSDB. Só falta agora eu me desfiliar.” Mas bati o que pude, dentro das minhas limitações, bati o que pude em Fernando Henrique Cardoso. Terminou ele se aliando ao que tinha de mais retrógrado, mais reacionário, mais desumano aqui no Brasil, que era o PFL, ACM, e terminou ganhando as eleições e hoje ele está como expressão máxima da direita no Brasil. Ele é o líder da direita no Brasil hoje, Fernando Henrique Cardoso. Então, é isso o que aconteceu.

Foi isso que eu vivi no dia a dia aqui, e confesso que não tive, não fui preso, não fui torturado nem coisa nenhuma. Mas tive também meus constrangimentos, minhas restrições. E para mostrar ainda a vocês, o papel está caindo aqui, está velhinho aqui, mas recebi na época: (lê) “Do Comando de Caça aos Comunistas, secção de Feira de Santana. Ao comunista Osvaldo Ventura. Comunicamos ao senhor a instalação oficial do nosso comando nesta cidade. Sabemos com detalhes de sua militância junto a uma facção das esquerdas em Feira de Santana. O senhor será sequestrado para tomar uma grande surra. Se depois da surra continuar na militância, será eliminado sumaria-

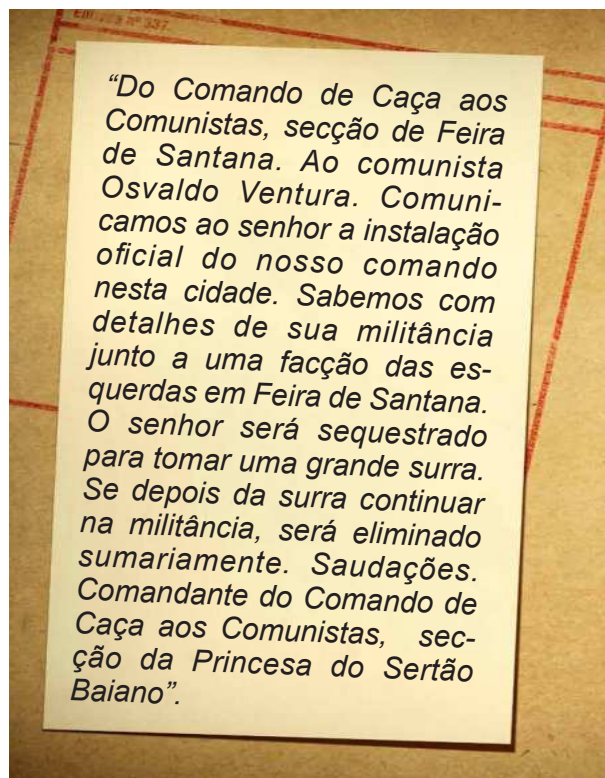
mente. Saudações. Comandante do Comando de Caça aos Comunistas, secção da Princesa do Sertão Baiano.”

Então, eu agradeço aí a vocês que tiveram a paciência de me ouvir e o que eu tenho é isso. E, como eu disse, tenho esse livro que é uma história do Brasil, pequenos lances da história do Brasil de 68 até a eleição de Collor e pequenas estórias do acontecido aqui em Feira, de como os bancários, por exemplo, foram discriminados, foram massacrados. Está tudo nesse livro. Não estou fazendo propaganda não, porque não estou vendendo.

Hosannah Leite – Pessoal, antes de passar às perguntas, quero registrar a presença do membro da Comissão da Verdade daqui de Feira de Santana, Albertino Carneiro, que já se encontra no plenário aqui, e convidá-lo, se possível sentar à mesa para nos dar a honra da sua presença. Osvaldo, nós vamos abrir agora para o plenário, para aqueles que desejarem fazer alguma pergunta. Primeiro, que isso é reservado muito somente aos membros da Comissão da Verdade. Mas, devido ao número diminuto de pessoas aqui presentes, a gente pode, numa deferência toda especial, abrir para que cada um possa fazer uma pergunta se assim desejar. Eu vou iniciar fazendo uma pergunta a Osvaldo. Primeiro, para ele declinar a que época ele se filiou ao PCB, quando ele sai do PCB e inicia a sua militância no PCdoB. E às vezes, quando fala de uma vida clandestina, o termo mais usual seria semiclandestina, não é? Era bancário, mas tinha sua atividade política, a nível de militância, de forma clandestina. Osvaldo, quando foi o seu início no PCB e quando no PC do B?

Osvaldo Ventura – No PCB foi em 1963. No PC do B, foi em 1971.

Hosannah Leite – Uma outra coisa. O fato real que o levou a afastar-se do PCB que você declinou teria sido a questão do Relatório Krushev, que foi em 58. Mas você



veio só tomar conhecimento na década de 60, não foi?

Osvaldo Ventura – Foi. Porque o Relatório Krushev tinha ainda e ainda tem hoje. Há muitas divergências sobre o Relatório Krushev. Tem gente que acha que a mídia exagerou, tem gente que acha que não, que a verdade é aquela mesmo. Mas quando eu tomei conhecimento, como muita gente, você sabe o que aconteceu com muitos militantes do PCB.

Participante não identificado – A proximidade com outros partidos, na militância com outros partidos. O senhor mencionou isso. E a minha curiosidade é saber se você conhecia alguns militantes de partidos clandestinos que existiam, outros, POLOP, aqui na Bahia e se tinha algum tipo de proximidade.

Osvaldo Ventura – Bom. Eu tinha proximidade com Gileno, que era do PCdoB, não me lembro o sobrenome, e com um cidadão que vinha do Rio, inclusive ele foi metralhado, dois dias depois do golpe, foi metralhado nas ruas de Copacabana. Ele era irmão de Gerson do Banco do Brasil

(Hosannah – Gerson Castro?) Gerson Castro. E tinha também um colega do Banco do Nordeste, irmão dele, era Vidal da Silva Castro. Então conheci esse cidadão. O contato nosso era com esse cidadão. Ele era do PCdoB. E, com um cidadão, um velhinho, da terceira idade. O contato direto com esse velhinho, o contato dele era com a guerrilha do Araguaia. Uma vez ele pegou um sa-co de remédios – eu tinha um colega que morava num pensionato. E nesse pensionato ali, tinha muitos propagandistas, como chamava na época, os representantes de laboratório hoje. E os caras iam deixando remédios lá. Aí, uma vez, o colega me disse: “rapaz, os camaradas deixaram tanto remédio lá, um saco de remédio. O que é que eu faço? Estou preocupado.” Eu disse: “não rapaz, me dê”. Pois ele apareceu lá no banco com um saco desta altura cheio de medicamentos. E tudo na validade, amostra grátis e tal. Resultado: quando veio nosso contato da guerrilha do Araguaia, eu peguei esse saco de remédio e entreguei para ele. Era um cidadão já na terceira idade já, mas muito firme.

Isadora Browne – Bom dia. Eu sou da Equipe Técnica da Comissão da Verdade e eu trabalho exatamente com essa área de trabalhadores. Então eu queria perguntar ao senhor, um pouco mais; o que o senhor poderia nos dizer mais sobre essa situação do Sindicato dos Bancários, que informações o senhor teria para passar para a gente? Inclusive como foi em 64.

Oswaldo Ventura – Bom. O Sindicato dos Bancários foi depredado. Jogaram até máquinas, máquinas de escrever, que o sindicato era no primeiro andar; jogaram

máquinas pra rua. Máquinas, mesa, totalmente depredado. Acabaram com o sindicato. E esse sindicato sofreu de imediato uma intervenção. Que foi Viana, o interventor. Funcionário do Banco do Brasil, foi nomeado interventor.

Resultado: o sindicato, por alguns meses, ficou acéfalo. Depois foi que eles indicaram o funcionário do Banco do Brasil como presidente do sindicato. Francisco Viana. Muito tempo depois, o Viana tinha muitas atividades, a coisa foi arranhando, resultado é que continua acéfalo e Elieser, que nunca esteve envolvido em nada e tal, fizeram essa concessão de Elieser ser o presidente do sindicato, ele pegou o sindicato e realmente colocou o sindicato [Hosannah – já foi numa etapa posterior [...]] realmente, a classe bancária foi uma das mais atingidas. Porque teve Wagner, foi posto pra rua, Osmar Ferreira do Banco da Bahia, pleiteando indenização. Agora, a indenização que ele está pleiteando com o aval daquele

coronel da época do DOPS, coronel do Exército que ficou como Secretário de Segurança de Lomanto Júnior [Hosannah – Osmar Ferreira era funcionário do Banco do Brasil, à época tinha uma militância no movimento estudantil, também, e aí] com aval de Luiz Arthur que é amigo dele, ele vai conseguir uma indenização aí. E aqui rolava a conversa de que ele foi dedo-duro. O Osmar. Rolava essa conversa nos bastidores. Me lembro como hoje que logo depois do golpe nós nos reunimos com ele. Ele disse “Não, agora só tem uma saída. Vamos pegar em armas. Vamos pegar em armas”. Não pegou em armas coisa nenhuma, e depois se conciliou com o

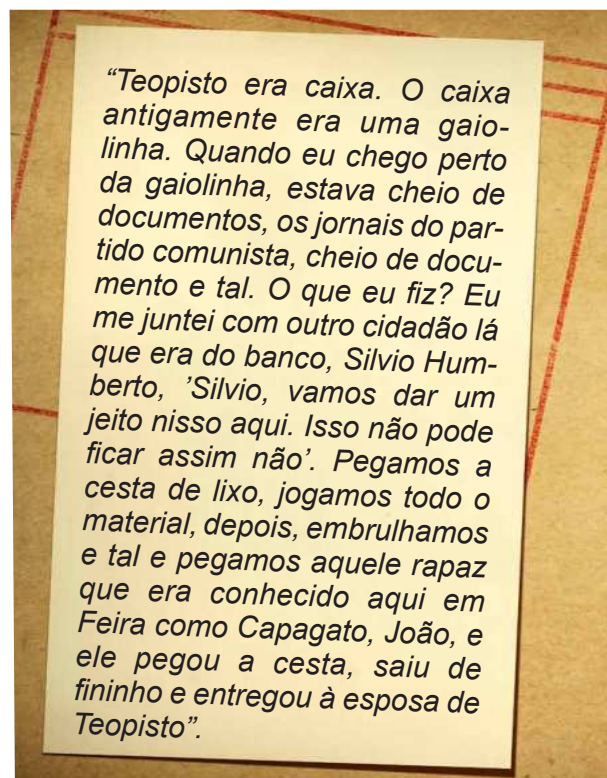
“Nesse pensionato ali, tinha muitos propagandistas, como chamava na época, os representantes de laboratório hoje. E os caras iam deixando remédios lá. Aí, uma vez, o colega me disse: ‘rapaz, os camaradas deixaram tanto remédio lá, um saco de remédio. O que é que eu faço? Estou preocupado’. Eu disse: ‘não rapaz, me dê’. Pois ele apareceu lá no banco com um saco desta altura cheio de medicamentos. E tudo na validade, amostra grátis e tal. Resultado: quando veio nosso contato da guerrilha do Araguaia, eu peguei esse saco de remédio e entreguei para ele. Era um cidadão já na terceira idade já, mas muito firme”.

Banco da Bahia, mas o Banco da Bahia o demitiu. Resultado: hoje ele está com uma ação. Ele disse, veio até aqui no sindicato para eu ir lá, para mostrar. Eu disse “rapaz, estou adoentado, não posso ir”. Eu não ia coonestar um negócio desse com aval de Luiz Arthur. [Hosannah – ele já recebeu uma parcela de indenização da Comissão da Anistia, mas está em fase de recurso, pleiteando situações mais elevadas, inclusive envolvendo diretamente o Banco da Bahia e seus sucessores. Mais alguma coisa?]

Isadora Browne – E teve gente presa, com o sindicato invadido?

Osvaldo Ventura – Teve. O Antoniel Queiroz, [era o presidente?] era o vice-presidente da época. O presidente era Antônio Walter. Antoniel Queiroz, logo na 2ª feira após o golpe, parece que o golpe foi em um dia de 6ª feira, na 2ª feira o Antoniel Queiroz já não foi trabalhar. Também Teopisto não foi trabalhar. Resultado: o Teopisto, ele era da célula também bancária, mas ele era dirigente. Eu não era dirigente. Era da célula. Resultado: o Teopisto era caixa. O caixa antigamente era uma gaiolinha. Quando eu chego perto, “Teopisto não veio também”. Quando eu chego perto da gaiolinha, estava cheio de documentos, os jornais do partido comunista, cheio de documento e tal. O que eu fiz? Eu me juntei com outro cidadão lá que era do banco, Silvio Humberto, “Silvio, vamos dar um jeito nisso aqui. Isso não pode ficar assim não.” Pegamos a cesta de lixo, jogamos todo o material, depois, embrulhamos e tal e pegamos aquele rapaz que era conhecido aqui em Feira como Capagato, João, e ele pegou a cesta, saiu de fininho e entregou à esposa de Teopisto. Teopisto foi suspenso por 30 dias e Antoniel Queiroz foi demitido. Teopisto já faleceu. Era advogado, funcionário do banco, ex-seminarista, um sujeito preparado, com cultura enorme, faleceu em Salvador.

Hosannah Leite – Só a bem da verdade, agora que você falou de Sílvio, eu me recordei. 1968, ao mesmo tempo que se faz



a eleição do sindicato dos comerciários, se faz a primeira eleição, durante a ditadura, do Sindicato dos Bancários. Presidente, Sílvio Pedra Cruz; vice-presidente, Beraldo Boaventura; tesoureiro, Darlan Souza. Todos eles do Banco do Brasil, que reabriu nessa época. O... como é o nome dele? Que é atual presidente do PCdoB, referência à época, tinha uma posição muito à direita, Eliezer, uma posição muito à direita, era funcionário do Banco do Estado da Bahia, evoluiu para uma posição eminentemente progressista, hoje é militante do PCdoB. É só a bem do registro da história para o relatório, se necessário.

Mas para ser sincero a você, só para complementar a sua pergunta, já que na época eu era bancário, Osvaldo era também bancário de banco particular. Muitas foram as perseguições aos bancários em Feira. Bancos públicos e bancos privados também. Teve um banco privado, Luciano Ribeiro que era caixa do Banco Econômico, todo dia quase parava uma viatura da Polícia Militar, na porta, ou do Exército deslocado de Alagoas, para levá-lo, simplesmente numa tática de ação terrorista psicológica, para funcionar como uma medida de

exemplo para os demais que pudessem tentar reagir. Bom. Além de Luciano, tinha outras pessoas também em bancos particulares que militavam no movimento dos bancários, Osmar Ferreira também era do Banco da Bahia, mas a repressão maior recaiu sobre os bancos públicos. Banco do Brasil e Banco do Nordeste especialmente.

A Caixa Econômica era muito fechada, não era nem banco ainda, era uma instituição muito fechada, tida como uma instituição meio elitista, servia somente para o processo de determinadas ações, e o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil sofreram a repressão maior em nível de militância porque também era no Banco do Nordeste e no Banco do Brasil o local onde tinha o celeiro maior de trabalhadores ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Você (*dirige-se a interlocutor não identificado*) perguntou sobre POLOP, sobre ALN, outros partidos. Isso vem se formar, essa militância desses partidos, POLOP sim, logo, desde antes do golpe de 64, você tinha um ou outro militante em Feira de Santana. Mas somente a partir de 68, com o racha do PCB no congresso de 67, é que começam a fazer-se aqui em Feira de Santana algumas secções. Inclusive a própria militância do PCdoB era muito diminuta em Feira de Santana. Eram poucas pessoas que militavam no PCdoB. O domínio quase que total e absoluto era do PCB. Eu faço somente esses registros, porque o fato da diáspora veio ocorrer mais dentro do meio de esquerda a partir do congresso de 67, e o racha maior que foi Marighella saindo para fundar a Aliança Libertadora Nacional, e aqui você tem também a saída do PCB de Luiz Antônio Santa Bárbara e que vai também para a militância junto com Lamarca. Bom. Pequenos dados somente para

registro que é para a reconstituição dos fatos.

Participante não identificado – Só a título de informação, vocês começaram falando sobre essa trajetória dos bancários da Bahia, e suponho que vocês fizeram também, ajudaram na fundação de sindicatos, entre os quais o Sindicato dos Comerciários de Feira de Santana. Eu queria que falassem um pouco dessa relação, da militância política, da militância sindical, da criação de outros órgãos de representação de classe.

Osvaldo Ventura – Na verdade, a minha militância sindical, ela ficou restrita ao Sindicato dos Bancários. Inclusive, eu participei... porque antes era assim: tinha que ser associação por alguns anos, era totalmente atrelado ao governo, ao Ministério do Trabalho. Então, criava-se uma associação, depois de alguns anos ela seria transfor-

mada em sindicato. Com relação a outros sindicatos, eu realmente não tenho essas informações. Companheiro Hosannah deve ter.

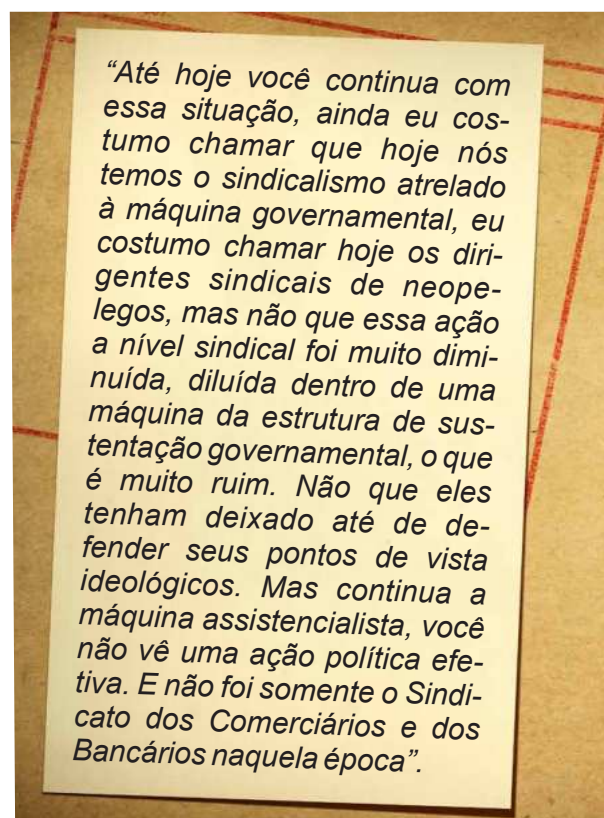
Hosannah Leite – Olha, eu posso passar algumas informações, até porque eu comecei a militância bem antes, já no final da década de 50, início de 60, e tive participação em alguns casos desses. O Sindicato dos Comerciários, ele surge bem antes. Na década de 50, ele existia como Associação dos Comerciários, tinha sua sede ali vizinho, onde é hoje a Caixa Econômica. Tinha um prédio, ali onde era a Praça dos Remédios. Tinha até um salão grande onde se fazia festas e mais algumas coisas. Depois de 64, ele fecha, o Sindicato dos Comerciários, e vem a ser reaberto por uma iniciativa dos militantes do Partido Comunista Brasileiro, que estavam na luta e tinham assim uma orien-

“Muitas foram as perseguições aos bancários em Feira. Bancos públicos e bancos privados também. Teve um banco privado, Luciano Ribeiro que era caixa do Banco Econômico, todo dia quase parava uma viatura da Polícia Militar, na porta, ou do Exército deslocado de Alagoas, para levá-lo, simplesmente numa tática de ação terrorista psicológica, para funcionar como uma medida de exemplo para os demais que pudessem tentar reagir”.

tação política do partido, o trabalho de alargamento das suas atividades no meio sindical e no meio estudantil. No meio bancário, eu já falei que foi estimulado Sílvio Pedra Cruz, tinha como vice-presidente um militante do PCB, que era Beraldo Boaventura, e, no Sindicato dos Comerciantes, eu peço – Sinval não está aqui presente – mas eu e Sinval temos a responsabilidade de ter construído um eterno e permanente pelego que até hoje está à frente do Sindicato dos Comerciantes, que foi Délcio. Nós estivemos, ele trabalhava na Lojas Valério, estive eu e Sinval Galeão conversando com ele. Ele não queria, relutava, mas relutava muito para poder ser candidato, e foi candidato, ganhou a eleição, até porque não tinha outras candidaturas, medo da ditadura.

Hoje ele briga para não sair. Passou a ser um presidente eterno, *ad infinitum* e, na verdade, o Délcio, a princípio, construiu um trabalho muito tímido, depois, evoluiu o trabalho do sindicato para o assistencialismo, buscando fazer aquilo que a ditadura incentivava, transferir a ação social que era prestada por órgãos governamentais para o sindicato que passou a ser mais um órgão assistencialista do que um órgão de classe.

Até hoje você continua com essa situação, ainda eu costumo chamar que hoje nós temos o sindicalismo atrelado à máquina governamental, eu costumo chamar hoje os dirigentes sindicais de neo-pelegos, mas não que essa ação a nível sindical foi muito diminuída, diluída dentro de uma máquina da estrutura de sustentação governamental, o que é muito ruim. Não que eles tenham deixado até de defender seus pontos de vista ideológicos. Mas continua a máquina assistencialista, você não vê uma ação política efetiva. E não foi somente o Sindicato dos Comerciantes e dos Bancários naquela época. Já existia o Sindicato dos Fumageiros, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, existia uma série de sindicatos que funcionavam com suas sedes onde hoje você tem em frente à Igreja do Senhor dos Passos tem um prédio antigo que era sede da fazenda de João Pedreira.



Funcionava ali o sindicato e tinha Chico Pinto como advogado deles em ações constantes. E eram sindicatos ativos, sindicato dos arrumadores de feiras livres, enfim, tinha outros.

Terezinha Menezes – Pegando um pouco a questão de gênero. Na atuação nos sindicatos só tinha homens? Não havia mulheres?

Osvaldo Ventura – Olha, Terezinha. Na verdade, não havia. Como exceção da regra, já bem posterior, entrou Vilma Lira do Banco do Nordeste na diretoria do Sindicato dos Bancários.

Hosannah Leite – Eu posso complementar? Olha. Em verdade, era proibido mulher entrar no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste, não era permitido fazer concurso. Mulheres não eram admitidas. Tá certo? Bancos particulares, só veio ser admitido isso lá para os idos da década de 80, final de 70. Perdoe-me que eu não tenho precisão, mas mulher não era... [Osvaldo – foi antes, foi antes] Não tenho essa data precisa.

Osvaldo Ventura – Porque houve concurso do Banco do Nordeste aqui em Feira que passaram quatro ou cinco mulheres. Em 1961. Quatro mulheres: Vilma Lira, Ivone, Josefa e Maria José Mamona.

Hosannah Leite – É. Banco do Brasil não tinha. Mulheres não trabalhavam, somente, o Banco do Brasil era fechado, mais conservador. Pois bem. Mulheres no sindicalismo, muito poucas. Muito poucas. Apesar de que, durante a década de 70, começaram algumas, em outros sindicatos, mas de forma muito tímida. Às vezes mais em associações. Associação dos Contadores de Feira de Santana, que existia na época. Mas, de militância política, existiram muitas mulheres em Feira de Santana, mas não ligadas ao sindicalismo especialmente, durante a fase do período mais duro da ditadura.

Osvaldo Ventura – O que hoje se comprova é que a presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo é uma mulher, uma ativista do PCdoB, muito ativista.

Participante não identificado – Ainda falando sobre Sindicato dos Comerciários de Feira de Santana, eu queria saber se vocês se lembram de alguma corrente que tentou disputar o sindicato de alguma forma du-

rante o período.

Hosannah Leite – Durante o período da ditadura, somente o PCB que se arvorava, pelo menos, no movimento sindical. Até um determinado momento, década de 70, na época dos Anos de Chumbo, que se destruiu o Comitê Municipal de Feira de Santana, 31 de janeiro de 1972, todo o Comitê Municipal de Feira de Santana foi preso, na certa por conta de uma queda de uma gráfica no Ceará, onde tinha, se entregava jornais aqui; já esteve aqui, fazendo seu depoimento, José Virgínio dos Santos e a partir dali, eles conseguiram pegar o fio da meada e se reprimiu abertamente o Comitê Municipal. Eu falo porque eu estava com a coordenação política do Comitê Municipal, na direção do PCB aqui em Feira de Santana, era membro do comitê estadual do PCB e fomos todos presos, está certo? E eles não passaram dos limites dos membros do Comitê Municipal. Porque foi pegando um, um foi abrindo outro, o outro foi abrindo outro, enfim, foram todos ao mesmo tempo, todos os membros do Comitê Municipal. E alguns suplentes que foram presos. A partir daí...

Osvaldo Ventura – Eu quero agradecer a paciência de vocês e dizer: companheiros, a luta continua.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
09 de outubro de 2014 - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia
Seccional Feira de Santana



***Alfeu Gonçalves Costa Sobrinho**

Hosannah Leite – Por favor, Alfeu Gonçalves Sobrinho é o nosso próximo depoente, a quem convidamos a participar aqui da mesa. Alfeu, uma pessoa que, no período da ditadura sofreu muitas perseguições, ele oferecerá e nos brindará com seu depoimento sobre fatos ocorridos com ele e da sua participação em atividade política àquela época. Por favor, Alfeu, você pode perfeitamente fazer, prestar o seu depoimento.

DEPOENTE:
ALFEU GONÇALVES COSTA SOBRINHO

Natural do interior de São Paulo, Alfeu Gonçalves Costa Sobrinho filho de um ferroviário da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (afastado das funções por questões políticas) viu sua vida e a de sua família mudar com a morte do pai. As dificuldades financeiras, separaram a família, parte dela mudou-se para a casa de parentes em Feira de Santana, na Bahia. Sobrinho de um membro do Partido Comunista Brasileiro, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), onde integrou a Comissão Executiva com o cargo de Secretário de Imprensa.

Eu começo falando o período que ainda [**Hosannah** – decline primeiro, por favor, seu nome completo, se você autoriza a publicação de seu depoimento] autorizo. Mas o que eu começo a narrar aqui, na época eu ainda não era militante porque eu era muito novo. Eu tinha 15 anos. E tinha um irmão meu, quatro anos mais velho, que é gêmeo de uma irmã minha, que ele saía, na época tinha 19 anos, com as fichas telefônicas, telefonando, passando trote. Aí então, isso em 1977, aí então minha mãe, que hoje ela tem 86 anos, foi convidada a prestar um depoimento no Batalhão da PM que na época ficava onde hoje é o Palácio do Menor. Aí, minha mãe foi. Lá trataram ela muito bem e tal, e depois eu, apenas com 15 anos, também recebi essa intimação. “Eu tenho lá alguma coisa com a polícia?” menino meio arredoio, “Não, vou não”. O pessoal da Mangabeira, ali da favela, “Você sempre foi”. Era muito tímido, “Foi um menino obediente, que faz tudo que sua mãe manda. Vai, vai, vai”. Aí, fui, com aquela

*Texto não revisado pelo depoente.

intimaçãozinha, lá. E o comandante da PM era Dermival Ribeiro Frutuoso que hoje mora na Chácara São Cosme, junto com um policial que um dia eu fiz questão de me apresentar a ele, que chama Xavier, e que também fica muito na Matriz. É um negro cafuzo, diferente de mim que ele é negro mais com índio. Encontrei com ele. “Ah, você ainda é vivo?” “Sou. Eu vi inclusive um amigo seu que toma cachaça comigo”. Esse é amigo mesmo! Que se chama Prisco e mora na Mangabeira. Ele disse “Sua mãe é viva?” “É. Minha mãe é. Mora no Rio”.

Mas voltando ao que aconteceu lá no Batalhão, ele falou “Quero que você fale sobre seu irmão”. “Falar o quê?” E ele não sei o que, e coisa e tal, “Rapaz! É melhor você falar aqui (isso eu com 15 anos) porque senão a gente leva você para a Polícia Civil. Lá eles vão colocar agulha debaixo das suas unhas, vai botar você no pau de arara e você vai ter que falar”. “Mas falar o quê, afinal de contas?” “Você não vai falar não?” Aí minha mãe “Fale” Aí na máquina de escrever o policial, que para mim era policial civil. Depois que eu vim descobrir que ele era policial militar, porque vi ele na Tertuliano Carneiro fardado. E “Eu sei que ele sai com a ficha telefônica e pronto”. Ele é mais velho do que eu, quatro anos, então um tipo de vida diferente de um menino para outro.

Aí, falou assim: “E seu Davi?” Seu Davi era o outro soldado. Mas o Seu Davi que ele queria era meu tio Ovídio. Porque meu tio Ovídio, ele veio do PCdoB, ele se filiou ao PCB, o Partidão, aliás, em 62 em São Paulo. E nos anos, porque eu não sou filho natural daqui de Feira de Santana. Eu nasci no interior de São Paulo. Mas meu pai faleceu em Araraquara, que ele foi fazer

operação da úlcera, ele muito novo, e ficamos órfãos. Então, o que fizeram? Na época meu pai era funcionário da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Aí, o que fizeram? Ele estava suspenso, questão política mesmo. A minha mãe só teve direito a receber o seguro de vida. Então, o que fizeram meus tios? As meninas mais velhas passaram a trabalhar de doméstica até uma de 11 anos que é gêmea desse irmão meu. E minha mãe, eu e minha irmãzinha, que essa aí ficou com 18 dias, aí viemos, chegamos aqui em setembro. Aí, nesse período

do aí, em 67, minha mãe falou que ela era viúva, batalhando coisa e tal, que meu pai era funcionário da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, não estava demitido, estava afastado, tinha pagado INSS durante quase 13 anos, portanto ele tinha direito a pensão. Daí, conseguiram a pensão para minha mãe. Um salário mínimo, que deveria ser mais. Porque ele era ferroviário. Agora, a gente vai viver em paz.

Mas acontece, isso, quando eu depus, que falei isso, eu pensei que a gente estava liberado. Tá

liberado o quê? Quando era de noite, chegava. Eu sabia que era a polícia, “Manoel, Manoel, Manoel!” Que tio Ovídio tinha arranjado um dinheiro para que meu irmão fosse para o Mato Grosso. Quando foi um dia, eu sei que naquele tempo não tinha essas liberdades, menino tinha que trabalhar mesmo. Aí eu fui comprar carvão, nesse dia eu não fui trabalhar e minha mãe estava na roça. Albertino conhece o sítio de meus parentes. Que está lá até hoje sem fazer inventário. Aí eu fui comprar carvão e trouxe o saco de aniagem, parou aquele carro: “Você tem que me dizer onde está seu irmão”. Eu disse, “aí, não tem jeito”. Meu tio

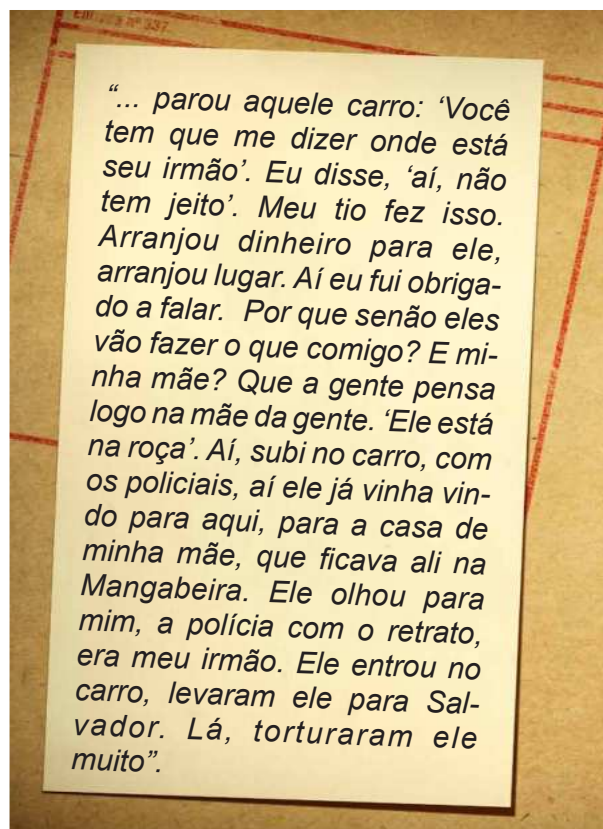
"Ele falou 'Quero que você fale sobre seu irmão'. 'Falar o quê?' E ele não sei o que, e coisa e tal, 'Rapaz! É melhor você falar aqui (isso eu com 15 anos) porque senão a gente leva você para a polícia civil. Lá eles vão colocar agulha debaixo das suas unhas, vai botar você no pau de arara e você vai ter que falar'. 'Mas falar o quê, afinal de contas?' 'Você não vai falar não?' Aí minha mãe 'Fale' Aí na máquina de escrever o policial, que para mim era policial civil. Depois que eu vim descobrir que ele era policial militar, porque vi ele na Tertuliano Carneiro fardado. E 'Eu sei o que ele sai com a ficha telefônica e pronto'".

fez isso. Arranjou dinheiro para ele, arranhou lugar. Aí eu fui obrigado a falar. Por que senão eles vão fazer o que comigo? E minha mãe? Que a gente pensa logo na mãe da gente. “Ele está na roça”. Aí, subi no carro, com os policiais, aí ele já vinha vindo para aqui, para a casa de minha mãe, que ficava ali na Mangabeira. Ele olhou para mim, a polícia com o retrato, era meu irmão. Ele entrou no carro, levaram ele para Salvador. Lá, torturaram ele muito. Ele voltou. Mas voltou normal (meu irmão é Manoel José Costa).

A felicidade foi boa. Porque primeiro veio uma carta de lá de Araraquara que minha mãe não tinha direito a pensão. Nessa época, minhas irmãs moravam em São Paulo, a gente pegava a carta em uma mercearia que tinha perto do mercado de artes, de D. Elíase. Aí veio aquela carta do INSS dizendo que foi concedido a pensão para minha mãe. “Olha, minha mãe, coisa boa que aconteceu pra senhora”. Passou a receber o salariozinho dela, minhas irmãs mandavam um pouco de dinheiro, ela lavava roupa de ganho no bairro da Cidade Nova.

Meu irmão se enfureceu e passou a quebrar tudo dentro de casa. Com ódio de mim. Então, a casa, que ela fez com o dinheiro que recebeu da indenização de meu pai, era composta de dois quartos e eu passei a dormir na sala. Com medo. Naquela cama de campanha. Aí tirava o pescoço pro lado e pro outro pra não ser morto. Insanidade mental numa pessoa é brincadeira? E quebrando as coisas mesmo. Chegou ao ponto que eu tive que sair de casa e ficar na casa da minha tia. E o tempo foi passando, foi passando, passando, a gente sofrendo esse tormento todo.

Depois, tio Ovídio tinha um carro, mas tio Ovídio conseguiu se esconder. Não ele não. Porque ele era acostumado com a vida clandestina. E depois, foi no que o senhor falou a respeito do racha do Partidão, ele foi para a luta armada. E participou da



VAR-Palmares. Pode dizer mesmo que foi a mesma organização de Dilma. Ela era da VAR-Palmares. No período que a gente chegou aqui em Feira, tio Ovídio esteve no Maranhão, passou seis meses sem a gente saber onde ele estava. Teve que se amigar com uma prima dele para chegar lá no lugar como pai de família, deixar a esposa e dois filhos. O mais velho foi para São Paulo e o casal ficou aqui.

E depois disso tudo, a gente suportando aquele tormento todo, ele foi internado várias vezes. A gente tinha que levar ele para a Colônia Lopes Rodrigues. E depois foi assinada a Lei da Anistia, aquele negócio todo, veio a reforma partidária, tio Ovídio entrou no PT, eu entrei com ele já menino, e quando ele derrubou a casa, minha mãe teve que fugir para o Rio onde estavam minhas irmãs. E depois ele sumiu. Internado na Colônia. Aí então foram essas coisas todinhas. Eu passei a beber muito, sempre a pensar naquilo, entregar meu irmão para os algozes, que é muito duro. Só aquele velho ditado que pimenta nos olhos dos outros, no da gente arde; no dos outros é refresco. Tem muita gente dizendo que é

isso e aquilo, tenho profundo respeito, por essas pessoas como o senhor (Hosannah), por dona Amábilia que estou conhecendo pessoalmente, Albertino, tenho muito respeito, admiro muito. Porque, para mim, esses são os verdadeiros brasileiros.

E assim as duas referências que eu tenho são Seu Arnaldo e meu tio Ovídio. Porque eu acompanhei eles, participei da fundação do PT. Muito novo fiz parte da Comissão Executiva. Meu cargo era de Secretário de Imprensa. E digo francamente. Não arrependo de nada que eu fiz. E estou aqui, em meio de vocês com orgulho, mesmo, de cabeça em pé. Será que eu vou aguentar contar essas coisas? Aguentei. E participando dessa luta. Só tiveram dois votos que eu me considero que foi errado. Abri o precedente uma vez para não ser secretário. Votei em José Ronaldo uma vez para senador. Porque eu vejo muita fofoca no meio da esquerda dizendo que fulano está à direita, essas picuinhas que existem no meio da esquerda. Para senador porque era o candidato de Feira. E votei no segundo turno para José Falcão quando ele disputou para Josué Melo. Mas tudo isso se passou.

Eu estou aqui com o dinheiro que eu ganhei, vou lá ver minha mãe que ela mora lá no Rio com minhas irmãs. E vou procurar o registro dele, porque a Colônia vai ter que dar conta. Como é que eu vou ficar com um irmão sem ter um atestado de óbito? Não posso ficar. Mas minhas irmãs, eu falei para a mais velha. Tem uma, a que mais se destacou, que estudou, se formou em Economia, ela teve hemodiálise, ela indo para a faculdade, estupraram ela, sofreu muito. Ela é toda quieta. Eu quero o contato para a gente ter pelo menos o atestado de óbito

desse irmão meu. E se vocês quiserem fazer uma pergunta [Hosannah explica procedimentos para perguntas ao depoente]

Aliás, tenho ainda uma coisa a acrescentar. É que tio Ovídio tinha um trabalho ali na Mangabeira. Inclusive, tio Ovídio foi o primeiro candidato a vice-prefeito pelo PT, em 82, ao lado de Dr. Antonio Ozzetti que era clínico geral no Cruzeiro. E ele morreu em Goiás. Depois das eleições de 82, ele foi para Goiás, fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itumbiara e morreu de ataque cardíaco aos 55 anos. Fizemos uma homenagem bonita na Mangabeira. E o local onde ele fazia o trabalho dele, essa invasão, hoje é um conjunto que se chama Cordeirópolis. E na época de Tarcízio Pimenta, recentemente, colocaram o nome de um colégio, lá nesse conjunto com o nome de Oscar Damião. A atual presidente da Associação fez um abaixo assinado para que o nome do colégio fosse de Ovídio, com muitas assinaturas. O reconhecimento

do povo ao trabalho dele. Mas Tarcízio Pimenta não se sensibilizou e José Ronaldo também. Depois de 25 anos, uma pessoa que pouco conviveu com ele, era conhecida, e por sinal não é eleitora de Dilma, que era próxima a Alberto Cedraz. Veja como são as coisas. Para que a gente... eu escrevi até para Tarcízio Pimenta já que não colocou o nome no colégio, colocasse na praça. Para ver se a gente presta uma homenagem a este grande feirense, a este grande baiano. Que inclusive lá em Itumbiara tem uma rua com o nome dele. É só isso que eu tenho a declarar.

“Eu estou aqui com o dinheiro que eu ganhei, vou lá ver minha mãe que ela mora lá no Rio com minhas irmãs. E vou procurar o registro dele, porque a Colônia vai ter que dar conta. Como é que eu vou ficar com um irmão sem ter um atestado de óbito? Não posso ficar. Mas minhas irmãs, eu falei para a mais velha. Tem uma, a que mais se destacou, que estudou, se formou em Economia, ela teve hemodiálise, ela indo para a faculdade, estupraram ela, sofreu muito. Ela é toda quieta. Eu quero o contato para a gente ter pelo menos o atestado de óbito desse irmão meu”.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
09 de outubro de 2014 - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia
Seccional Feira de Santana



DEPOENTE: JAIRO CEDRAZ

Jairo Cedraz de Oliveira é engenheiro. Começou sua militância política aos 13 anos. Em Feira de Santana, fez parte da Política Operária (Polop). Nessa época, não foi preso porque era menor. Mudou-se para Salvador, onde passou a militar no movimento estudantil universitário, depois de aprovado na UFBA, e entrou para o movimento Nova Ação. Junto com os colegas, realizou a primeira passeata do Brasil no tempo da ditadura. Foi vítima de repressão. Perdeu o direito à residência universitária, o emprego, a bolsa do Estado e a bolsa de trabalho, retornando para Feira de Santana, onde encontrou outro clima hostil. Foi beneficiado pela anistia política no dia 6 de dezembro de 2011, em Salvador, durante a Caravana da Cidadania.

***Jairo Cedraz**

Hosannah Leite – Jairo, primeiro perguntar a você se você autoriza a publicidade das suas declarações a nível de gravações que estão sendo feitas, e gostaríamos de passar a você a palavra para que você pudesse prestar o seu depoimento, as suas informações, inicialmente declarando seu nome completo.

Jairo Cedraz – Bom dia. Meu nome é Jairo Cedraz de Oliveira. Eu fui beneficiado pela anistia política, no dia 6 de dezembro de 2011, em Salvador, durante a Caravana da Cidadania. Junto com Carlos Marighella e mais atingidos pela ditadura militar. Eu começo meu depoimento falando que eu comecei minha militância política aos 13 anos de idade. Por volta de 1966/67, passei a integrar as fileiras da POLOP, a Política Operária, uma organização revolucionária marxista leninista, a ORM. As reuniões eram realizadas lá em casa, no largo de São Francisco. Participavam da organização Antônio Carlos Cedraz, meu irmão, José da Silva Moura Filho, Jaime Almeida Cunha, Leonardo Pinto, Linovita e Edlauro Santos. Linovita foi barbaramente perseguida, e quem conhece a história dela é Nilmário Miranda, que foi Secretário Nacional de Direitos Humanos. José da Silva Moura Filho foi condenado a quatro anos de prisão, ficou preso durante quase três anos na Penitenciária Lemos de Brito. Jaime Almeida da Cunha e Edilauro Santos foram julgados a revelia, tiveram que ir para São

*Texto enviado pelo depoente.

Paulo para escapar do julgamento. Leonardo Pinto, ele morreu em São Paulo há poucos anos atrás, 2010 ou 2011. Eu fui julgado, meu julgamento na Comissão de Anistia aconteceu por causa dos 50 anos da POLOP. Em homenagem à POLOP, a Comissão resolveu fazer o julgamento de todas as pessoas que foram atingidas pela ditadura militar. E eu estava na lista.

A POLOP aqui em Feira de Santana, depois ela teve seus integrantes, depois do racha, a maioria de seus integrantes entrou no Partido Operário Comunista, eu e a turma toda. Moura, Cunha. Então, a POLOP, ela teve uma série de ações aqui. Uma delas foi uma pichação. Pela primeira vez se empregou pichação com spray no Brasil. Essa pichação provocou reação de raiva da igreja e da Rádio Sociedade de Feira de Santana, a direita da Rádio Sociedade de Feira de Santana. Edval Souza, que era da Rádio Sociedade, chegou a fazer um comentário na Rádio Sociedade, condenando as ações da gente. Uma outra ação que fizemos foi distribuir panfletos na Rua Nova, denunciando a Aliança para o Progresso. E desenvolvemos uma série de atividades do movimento estudantil. Participávamos da AFES, Associação Feirense de Estudantes Secundaristas. E, inclusive, José da Silva Moura Filho chegou a ser presidente da ABES, Associação Baiana de Estudantes Secundaristas. E Luis Carlos Cedraz foi secretário também. Moura hoje reside em Brasília, também é anistiado político. Jaime Cunha também é anistiado, Edlauro. Só Linovita. Linovita não aceita nenhuma menção ao

que aconteceu no passado, traumatizada que ela está até hoje. Inclusive ela se retirou, foi morar na França. Hoje contam que ela está perto de Feira de Santana.

Quem testemunhou as atividades da gente foi Albertino Carneiro. Albertino deu uma ajuda muito grande, inclusive cedeu o local para a reunião da gente, da POLOP. A gente esperava terminar a missa lá na igreja, terminar a missa para ter o local. Que era difícil na época a gente desenvolver uma militância aqui. A pressão da polícia federal era frequente, tinha também o Tiro de Guerra, capitão Arlindo Barbosa. O capitão Arlindo Barbosa acompanhava tudo, contava com a ajuda da Casa do Estudante de Feira de Santana. A Casa do Estudante fez o congresso de fundação, Adesil Guimarães, Manoel, me esqueci o nome. Era A Casa do Estudante fez um congresso lá, não tinha ninguém. A gente foi lá para protestar e a polícia militar foi convocada por Arlindo Barbosa para seguir a gente no dia. Jaime Cunha chegou a ser preso nas manifestações contra a ditadura militar, porque a gente desenvolvia um protesto contra a privatização do ensino público. O governador era Luiz Vianna Filho. O Luiz Vianna queria privatizar as escolas públicas estaduais. Várias manifestações em Feira de Santana e as manifestações foram reprimidas. Quando eu estudei no colégio estadual, estudava no colégio, por conta daquele triunvirato militar que assumiu o país depois do AI5, militares começaram a aparecer lá no colégio. Meu professor foi preso, professor Estrela foi preso, ficamos meses e meses sem aula, por causa da prisão de Estrela. Moura foi

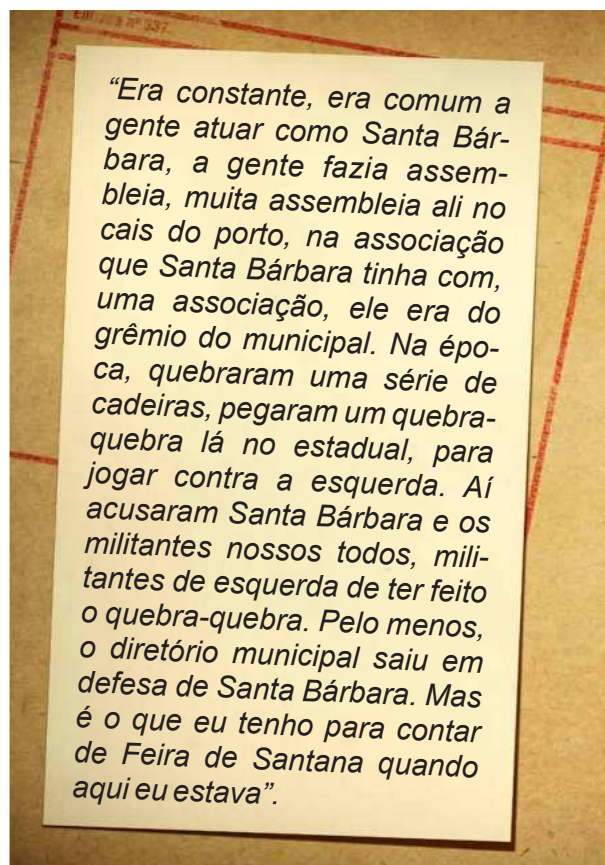
“A gente foi lá para protestar e a polícia militar foi convocada por Arlindo Barbosa para seguir a gente no dia. Jaime Cunha chegou a ser preso nas manifestações contra a ditadura militar, porque a gente desenvolvia um protesto contra a privatização do ensino público. O governador era Luiz Vianna Filho. O Luiz Vianna queria privatizar as escolas públicas estaduais. Várias manifestações em Feira de Santana e as manifestações foram reprimidas. Quando eu estudei no colégio estadual, estudava no colégio, por conta daquele triunvirato militar que assumiu o país depois do AI5, militares começaram a aparecer lá no colégio. Meu professor foi preso, professor Estrela foi preso, ficamos meses e meses sem aula, por causa da prisão de Estrela”.

testo contra a privatização do ensino público. O governador era Luiz Vianna Filho. O Luiz Vianna queria privatizar as escolas públicas estaduais. Várias manifestações em Feira de Santana e as manifestações foram reprimidas. Quando eu estudei no colégio estadual, estudava no colégio, por conta daquele triunvirato militar que assumiu o país depois do AI5, militares começaram a aparecer lá no colégio. Meu professor foi preso, professor Estrela foi preso, ficamos meses e meses sem aula, por causa da prisão de Estrela. Moura foi

preso, foi para Salvador, Moura. Aí, começaram a aparecer lá militares. Capitão Córdoba passou a ensinar no colégio, a mulher do militar, uma série de militares começaram a se tornar presentes no colégio estadual. O Estado é responsável, o Estado da Bahia, o governo da Bahia na época é o responsável, porque propiciou toda aquela onda de perseguição aos militantes políticos. Inclusive, tinha acompanhamento constante na direção do colégio, toda trabalhando a favor da ditadura militar. O arsenal repressivo aqui era tão forte que utilizavam inclusive até a TFP. A TFP cansava de aparecer lá na porta de casa com o estandarte, falando de ódio contra o comunismo, contra [...], ele.

Depois que o triunvirato apareceu, tomou posse, três generais, depois do AI5, panfletos e panfletos eram distribuídos falando de Chico Buarque, que era subversivo, e era comum a gente ver cartazes e mais cartazes nessa rodoviária com fotografias de perseguidos políticos. Aí “Procura-se”. Foi uma época muito difícil aquela, tinha que esconder todo o material que tinha. Eu não fui preso – toda a minha célula foi presa, sofreu perseguição, todos da POLOP-POC. Só não foram presos eu, porque era menor e Leonardo, porque Leonardo não tinha uma militância mais ativa. Eu era de menor, aí não fui preso. Então, vocês vão ver uma calamidade. Era constante, era comum a gente atuar como Santa Bárbara, a gente fazia assembleia, muita assembleia ali no cais do porto, na associação que Santa Bárbara tinha com, uma associação, ele era do grêmio do municipal. Na época, quebraram uma série de cadeiras, pegaram um quebra-quebra lá no estadual, para jogar contra a esquerda. Aí acusaram Santa Bárbara e os militantes nossos todos, militantes de esquerda de ter feito o quebra-quebra. Pelo menos, o diretório municipal saiu em defesa de Santa Bárbara. Mas é o que eu tenho para contar de Feira de Santana quando aqui eu estava.

Fui para Salvador, passei a militar no movimento estudantil universitário, depois



de aprovado. Eu fiz vestibular na UFBA, no curso de arquitetura. A maior militância foi no Restaurante Universitário. Até agora, ninguém tratou do restaurante, o RU da UFBA. Lá foi onde que aconteceram as maiores perseguições. Tivemos que fazer três passeatas, a universidade criou uma guarda só para reprimir os estudantes. Fechou a Escola de Enfermagem para espancar o povo da guarda, e as correspondências eram constantemente violadas lá onde eu morava. Me ameaçava constantemente, que eu ia ser preso, perdi duas bolsas de trabalho, duas bolsas. Fui posto para fora da sala do reitor, fui reclamar com o reitor por causa do corte das bolsas, que eu precisava delas para sobreviver. Perdi a residência universitária três vezes, na terceira perdi também o restaurante. Vários companheiros nossos da residência universitária perderam benefícios, os que estavam mais à frente do movimento estudantil no RU e que integravam a Comissão de Assistência. A Comissão de Assistência, ela se reunia clandestinamente por causa do clima de repressão. O restaurante universitário foi fechado depois da apresentação de

uma peça de teatro, “Mil Ratos Me Mordam”, quando o reitor foi, estava fazendo uma cena, em que o reitor aparecia com braços abertos, e a gente, e essa foto dele com os braços abertos apareceu no jornal A Tarde.

O restaurante chegou a ser fechado, a gente teve que fazer pedágio para recolher dinheiro nas ruas, com os carros que passavam. Porque milhares e milhares de estudantes ficaram sem as refeições. Então, foi terrível aquela época. Passamos uma repressão que era tão grande que a gente teve que retomar o movimento via residências universitárias do interior. Cidades do interior. Então, lá em Salvador, a minha atividade era mais ligada a agitação e propaganda. Eu que fazia praticamente todas as faixas e cartazes. Cartazes eram arrancados lá do RU, a gente pregava convocando para assembleia, a gente colava os cartazes, eu fazia os cartazes lá no DCE da UFBA, cartazes enormes de papel metro eram colados lá convocando para assembleia, aí rasgavam, eu fazia outro cartaz, até as 02 horas da tarde. Só num horário de meio dia a 02 horas, eu fiz mais de 20 cartazes lá. Arrancavam um, fazia outro. A galera ia lá no DCE recolher outro cartaz para colocar. Eles ameaçavam toda hora. Sempre ameaçavam com ofício para o reitor. O próprio reitor ameaçava se a gente fizesse assembleia lá. Depois de uma repressão violenta que teve, quando praticamente todo mundo, eu tive que retomar o movimento e numa reunião não apareceu ninguém. Só eu e Valdélío. Mas, de qualquer maneira, convocamos uma assembleia para o RU. Só que nessa assembleia não estaria presente nem eu nem Valdélío, porque estávamos muito marcados. A assembleia

foi realizada no restaurante universitário. Eles apagaram as luzes. Mais de 100 pessoas. Me surpreendeu. Apagaram as luzes, o pessoal foi na rua, comprou vela, fez a assembleia à base de vela, convocando uma assembleia. Nessa assembleia foi terrível. Partiram para agressões mesmo. Os cabras entravam, deitavam, o restaurante universitário, buzinaavam, faziam um buzinaço para atrapalhar as falas da gente. Foi por causa dessa

“A assembleia foi realizada no restaurante universitário. Eles apagaram as luzes. Mais de 100 pessoas. Me surpreendeu. Apagaram as luzes, o pessoal foi na rua, comprou vela, fez a assembleia à base de vela, convocando uma assembleia. Nessa assembleia foi terrível. Partiram para agressões mesmo. Os cabras entravam, deitavam, o restaurante universitário, buzinaavam, faziam um buzinaço para atrapalhar as falas da gente. Foi por causa dessa repressão violenta por parte da própria UFBA, através de seus guardas, é que fizemos a primeira passeata no Brasil. E saiu, está lá no jornal Diário de Notícias”.

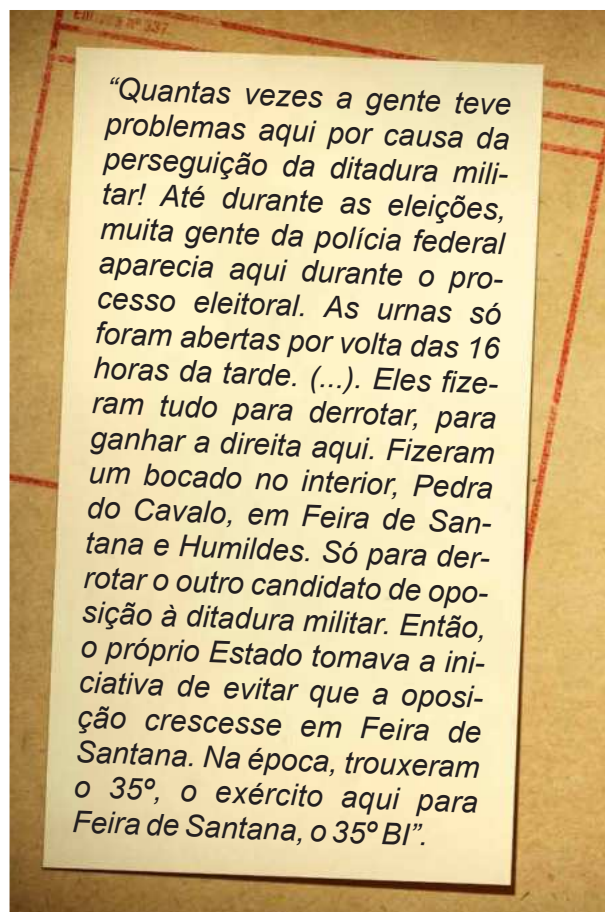
repressão violenta por parte da própria UFBA, através de seus guardas, é que fizemos a primeira passeata no Brasil. E saiu, está lá no jornal Diário de Notícias. Estou atrás dessa foto, não consegui ainda. Fui na biblioteca e nada. A gente ia até a Praça da Sé. Eu aconselhei não ir, não fazer isso, para não provocar a repressão. Mas fizemos a primeira passeata do Brasil no tempo da ditadura. Depois, a passeata em São Paulo, a “Quem cala consente”, aquela provocada, conduzida pelo MEP - Movimento de

Emancipação do Proletariado. São as informações que eu tenho de Salvador.

Se me perguntar quem foi mais perseguido, foi Jorge Almeida. Jorge Almeida, até agora, Jorge Almeida passou dois anos preso. Foi um militante do movimento estudantil mais perseguido. Estudava medicina na UFBA. Ele tinha um jornal, chamado Química, passou dois anos preso. Fora ele, foram presos Valdélío e Frederico que é hoje professor de economia da UEFS. Foram presos lá em Minas Gerais na ida para o Congresso da UBES. Então, a perseguição mais dos três, aí a minha, basicamente, que eu perdi a residência universitária, perdi um emprego,

bolsa do Estado, perdi bolsa de trabalho duas vezes. E aí, quando Santa Bárbara foi morto, foi assassinado pela ditadura, um cara da polícia federal andava lá na porta do restaurante me seguindo. No dia que Santa Bárbara morreu estava na porta lá de casa. Era um chamado Português. Andava muito com o irmão de Santa Bárbara. Quando eu estava em Salvador, eu era integrante do movimento Nova Ação. Trabalhava no DCE, no movimento Nova Ação. Fui candidato a secretário de imprensa na chapa Nova Ação para o DCE. Quase ganhamos. Perdemos por 18 votos. Nós é que liderávamos as manifestações todas, os movimentos praticamente. A gente fez um jornal e a gente lutava pelas liberdades democráticas, que era a palavra de ordem do movimento Nova Ação. Lá em Salvador, participava do movimento Nova Ação, era do movimento comunista. Primeiro, da AP, a Ação Popular, o Movimento Comunista Revolucionário MCR e, depois, entrando no PT, integrava a corrente Força Socialista.

Por causa da perda do emprego em Salvador, fui para Feira de Santana. Aqui, encontramos outro clima hostil. Quantas vezes a gente teve problemas aqui por causa da perseguição da ditadura militar! Até durante as eleições, muita gente da polícia federal aparecia aqui durante o processo eleitoral. As urnas só foram abertas por volta das 16 horas da tarde. Ele aqui (Hosannah) foi testemunha. Não foi? Filas enormes, nada de abrir as seções. Não foi isso mesmo? Eles fizeram tudo para derrotar, para ganhar a direita aqui. Fizeram um bocado no interior, Pedra do Cavalo, em Feira de Santana e Humildes. Só para derrotar o outro candidato de oposição à ditadura militar. Então, o próprio Estado tomava a iniciativa de evitar que a oposição crescesse em Feira de Santana. Na época, trouxeram o 35º, o exército aqui para Feira de Santana, o 35º BI. Então, era estratégico em Feira de Santana. Castelo Branco fez questão. Castelo Branco esteve aqui, fez questão: não. Vai ter o exército aqui. E abriu o 35º BI. Lá, eles acompanhavam, monitoravam tudo. Desde ouvir falar de pessoas



que iam lá passar informação. Tinha muita gente passando informação. Eram empresários, militantes de sindicatos, diretor de sindicato pelego, passavam informações de estudantes, vários estudantes de direita iam para lá para o exército, era comum ir lá passar informação. E monitoravam todos os espaços. A maior perseguição aqui foi a provocada por [...]. Albertino foi vítima. Toda a direção da Associação de Funcionários Públicos foi demitida, cortado o salário. Entramos na Justiça do Trabalho, em 1993, pedindo anistia política. Pela primeira vez no Brasil, pedindo anistia política. Tivemos que recorrer à Justiça do Trabalho. Aí, fomos parcialmente reintegrados. Albertino, Regina Daltro, Zeca Torres, eu, Mabel Ramalho, Enilda Moura. Agora, só quem foi realmente reintegrado foi Zeca Torres. Recebeu tudo que tinha direito, que era relativo aos 11 anos que ficamos fora. Nós não recebemos. O juiz foi afastado. Foi assim: o primeiro julgamento foi de Zeca Torres. E aí, por unanimidade, concederam a ele o direito de receber tudo aquilo que ele tinha direito durante 11 anos que estava

afastado. Recebeu há poucos anos atrás, porque a Justiça do Trabalho ameaçou José Ronaldo de intervenção na Prefeitura, aí teve que fazer um acordo, aí Zeca Torres recebeu tudo. Mas, o próximo julgamento foi o meu. Eles pegaram e substituíram o juiz. O juiz era Raimundo Pinto. Aí, tiraram o juiz e afastaram o juiz, para colocar outro para aí eu não tive. Eu convidei Zeca Torres para entrar na Justiça, con-videi Albertino, convidei a turma toda. Eu comecei o movimento pela anistia atra-vés da OAB lá em Salvador. A OAB destacou um advogado até. O advogado me aconselhou a ir na Justiça do Trabalho. Aí passei a noite toda chamando as pessoas para ir lá, na Justiça, para estar na porta da Justiça do Trabalho às oito horas da manhã. Todo mundo foi. Com-binei com Galeão, mas Galeão não entendeu direito, ele não aceitou, Sinval Galeão. Convidei várias pessoas. Foi a primeira vez que se pediu anistia política. Eu recorri, agora sou anistiado. Agora, tenho um recurso lá, por causa de um emprego que eu perdi no Estado, no governo Antonio Carlos Magalhães. Antonio Carlos Magalhães fechou a FUNDESCO, eu trava-lhava na FUNDESCO, que foi para a Secretaria do Trabalho, passou para o Estado, aí foi fechado, aí ACM tirou a Secretaria de Esportes na SUDESB. Então, então é isso.

Na plateia – Curiosa com essa trajetória de Jairo, eu queria saber, como ele entrou muito cedo na POLOP, 13 anos, e aí eu queria saber primeiro como foi esse processo de aproximação e ingresso na organização, e se a organização, aqui na Bahia, sobre a participação na ABES, na AEFS também. Eu queria saber se existia atuação

da POLOP em sindicatos, em quais sindicatos foram. E uma outra coisa é: você falou no movimento estudantil, que era muito forte. Mas fiquei curiosa em saber se a POLOP atuou também em outros espaços: sindicatos, em outros movimentos. E uma coisa também que eu fiquei curiosa é: a POLOP tinha um Comitê Nacional, não é isso? Aí eu fiquei curiosa em saber como era a relação dessa célula aqui na Bahia, em Feira de Santana, diante e com o nível nacional. Se existia uma relação de conflito, como é que as pro-postas vinham de lá, como é que era esse diálogo entre a nacional e a célula aqui em Feira de Santana e na Bahia.

Jairo Cedraz – Olha. Movimento sindical, na época da ditadura, era quase nenhum por causa da repressão. Mas aqui em Feira de Santana começamos a tentativa de pene-tração no movimento sindical. Tinha um material que vinha da nacional. Tivemos contato com o pessoal das oficinas. Feira de Santana tem muitas oficinas. É a cidade que tem mais oficinas no Brasil historicamente. Oficinas automotivas. Nós tentamos. A gente queria construir uma estrutura sindical. Mas houve a repressão depois. A informação que eu tenho é essa. Mas a gente tinha o contato direto frequente com a direção nacional, um intercâmbio constante da direção nacional da POLOP com o pessoal daqui de Feira.

Na plateia – Alguma pessoa local fez parte do comitê nacional?

Jairo Cedraz – Não. Quem teve mais contato com Nilmário Miranda foi Linovita. Mas ela...

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

15 de outubro de 2014

**Módulo 7 da UEFS - Universidade Estadual de
Feira de Santana - Bahia**





AUDIÊNCIA PÚBLICA
15 de outubro de 2014 - Módulo 7 da UEFS - Universidade Estadual de
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: MONSENHOR LUIZ RODRIGUES

Monsenhor Luiz Rodrigues*

Bom dia a todos, eu saúdo a Comissão, da qual eu faço parte, a Comissão da Verdade núcleo Feira de Santana. Eu sou o Monsenhor Luiz Rodrigues, sou padre da paróquia de Senhor dos Passos, e estou na Comissão representando a Arquidiocese de Feira de Santana por indicação do senhor arcebispo D. Itamar Vian. Quero saudar os presentes, especialmente o professor Luciano Ribeiro, vice-prefeito de Feira de Santana e um dos membros desta história que nós estamos recontando ou reescrevendo, não sei bem qual seria o termo. O meu depoimento aqui não se insere no rol daqueles muitos que nós já escutamos, partilhamos das agruras dessas pessoas, sofrimentos etc., porque eu não fui preso nem torturado. Eu sou um testemunho da história.

Monsenhor Luiz Rodrigues é professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e da Universidade Católica do Salvador (Ucsal) e padre da Paróquia de Senhor dos Passos. Prestou depoimento representando a Arquidiocese de Feira de Santana por indicação do Arcebispo D. Itamar Vian. Não foi preso, tampouco torturado fisicamente, mas é um testemunho da história. Presenciou inúmeras prisões no período em que estudava na Ucsal e trabalhava na Universidade Federal da Bahia. Sempre trabalhou com educação e “ganhou” a ficha suja de subversivo e agitador contumaz, segundo ele, por ordem do então governador do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães.

Quando no período da ditadura mesmo, quando ela começou em 64, eu era adolescente, aqui em Feira de Santana, residindo ali na Kalilândia, e formando na primeira turma do ginásio municipal recém-criado pelo então prefeito Francisco Pinto. E sou, assim, testemunha dessa história, desse sentir. Fatos relevantes da história política de Feira de Santana, nesse período da ditadura, ocorreram no período Chico Pinto 63-64. 62, aquela campanha memorável, nós éramos a... formávamos fila com o eleitorado Francisco Pinto. Diziam os críticos na época que Chico Pinto não ganharia, porque menino não vota. Nós não

*Texto não revisado pelo depoente.

votávamos, nós fazíamos barulho. Em 63, quando naquele episódio do orçamento, que o Chico Pinto houvera encaminhado à Câmara, para fazer funcionar o ginásio municipal, e que, no último dia do ano legislativo, o então presidente da Câmara, na última sessão, Joselito Amorim, dera por encerrada aquela sessão histórica, eu estava ali naquelas primeiras filas daqueles meninos e adolescentes e jovens, e quebramos a Câmara de Vereadores.

Eu participei daquela história, naquele momento que eu era também interessado, haja vista que eu estava estudando no ginásio municipal, graças ao trabalho, à decisão política de Chico Pinto, que criara aquele colégio.

Acompanhei todas aquelas batalhas, a movimentação, inclusive, estava bem pertinho ali na frente, naquela sessão, reunião importante para a criação do ginásio municipal, em duas bandas de música praticamente. Uma comandada pela professora *Laura Foly* e a outra comandada pelo pessoal de Chico Pinto. Para o então secretário de educação do Estado, Padre Luiz Palmeira, dar a palavra final sobre o ginásio municipal.

Porquanto o ginásio municipal deveria funcionar numa escola municipal, numa escola estadual, que existia ali onde hoje é o Museu. E depois de toda aquela parafernália, aquele discurso todo, nós, os estudantes marcados ali gritando “queremos estudar” e a professora *Laura Foly* comandando – ela com *Hélder Alencar*, [...] *Souza*, esse pessoal, *Adesil Guimarães*, *Hugo Navarro* – esse povo todo aí, fazendo corda com o povo da UDN, discursando baseado na premissa de que primeiro o ensino primário depois o ensino secundário, portanto a escola era mais importante do que o ginásio, esse era o grande argumento, e, ao

final, o Padre Luiz Palmeira, que era dessa turma também, da turma do atraso como hoje se chama, era dessa turma, o Padre Palmeira tomou uma decisão inopinada e disse: “o ginásio vai funcionar”.

Nós então vibramos com aquilo e o pessoal da turma do atraso saiu de cabeça baixa etc. Depois o Padre Palmeira se deu mal no governo... e vem a Revolução e foi cassado também, e esse pessoal todo foi preso. Esses são alguns fatos que eu testemunhei, como protagonista mesmo, seja dentro da batalha pra criar o ginásio municipal, como aquele outro do quebra-quebra da Câmara de Vereadores. Nós que estávamos ali pelo ginásio municipal, e essas são memórias que eu estou trazendo aqui para a história.

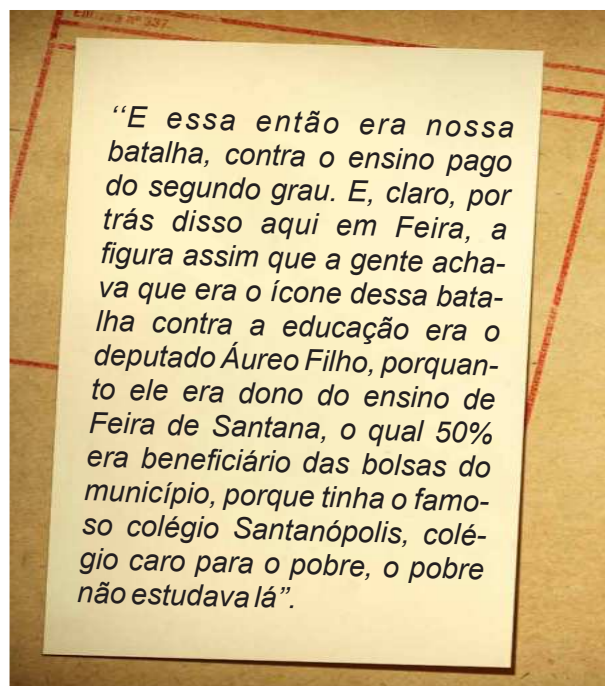
“Quantas vezes, à meia noite, nós íamos correndo para casa porque, segundo a ordem fantasiosa dos ditadores, já sob comando do Capitão Capelão Edmundo Juskewsky, não podia ficar ninguém nas ruas depois das 10 horas. E as aulas terminavam às 10 horas. E ele dava uma tolerância mínima pra gente chegar em casa. Nós saíamos do ginásio correndo para estar em casa antes da rádio patrulha passar”.

Quantas vezes, à meia noite, nós íamos correndo para casa porque, segundo a ordem fantasiosa dos ditadores, já sob comando do Capitão Capelão Edmundo Juskewsky, não podia ficar ninguém nas ruas depois das 10 horas. E as aulas terminavam às 10 horas. E ele dava uma tolerância mínima pra gente chegar em casa. Nós saíamos do ginásio correndo para estar em casa antes da rádio patrulha passar. Era aquele jipão, o capitão Edmundo chamava 'jipa'. Pegava e botava na 'jipa' quem estivesse na rua fazendo o que estivesse, porque pra ele tudo era agitação, era comunismo, era etc. Nós passamos muito tempo assim sob essa tortura.

Quando veio o governo de Luiz Viana, houve uma grande movimentação aqui em Feira. Eu participei também muito na cidade, pra criação, pra combater a chamada Lei Orgânica do Ensino. Aquela reforma no ensino orientada, insuflada pelo acordo MEC-USAID, que estava em vigor

Brasil neste momento, e que, no governo Luiz Viana então, se propusera a reformar a Lei Orgânica do Estado pra criar uma forma, mitigada talvez, de ensino pago. E essa então era nossa batalha, contra o ensino pago do segundo grau. E, claro, por trás disso aqui em Feira, a figura assim que a gente achava que era o ícone dessa batalha contra a educação era o deputado Áureo Filho, porquanto ele era dono do ensino de Feira de Santana, o qual 50% era beneficiário das bolsas do município, porque tinha o famoso colégio Santanópolis, colégio caro para o pobre, o pobre não estudava lá. Então todos aqueles pobres que queriam estudar, e que não conseguiam vaga no único colégio estadual de Feira, iam se curvar aos pés de Dr. Áureo e Dr. Áureo dava bolsa, e os pais davam voto. Para eleger Dr. Áureo. É o sistema do Brasil que não mudou muito de lá pra cá, mas que foi muito forte nessa época. O ginásio municipal, portanto, quebrou, mudou muito esse paradigma do ensino de Feira de Santana. Então, uma lembrança boa que eu trago aqui.

Depois disso, nós passamos a Salvador, viver em Salvador, lá acompanhei fortemente as grandes passeatas ali em Salvador, na Rua Chile inclusive, uma época que fui pisoteado pelos cavalos de... já era Luiz Viana, já era Antônio Carlos Magalhães, esse pessoal aí todo de ACM. E aquela batalha toda agora... Aqui em Feira tinha sido pelo ginásio municipal, depois nós perfilhávamos também pela criação da Faculdade de Filosofia de Feira de Santana. Naqueles anos, em Feira de Santana, não tinha nem uma faculdade. Nos anos 60. Depois foi criada a primeira faculdade de Feira, depois gerou a Universidade Estadual. Bom, essa turma nossa da minha geração foi pra Salvador, e lá passou a batalha pra entrar na UFBA. Era um tempo da ditadura forte. Eu me lembro muito bem o que o Ministro Euro Brandão da Educação, uma vez, nós fazíamos vestibular e não entrávamos, passávamos no vestibular, mas não tinha vaga. Era chamado os residuais. Ficava todo mundo esperando surgir uma vaga



na primeira, na segunda chamada, terceira chamada, quarta chamada e não tinha vaga. A Bahia só contava naquela época, tinha se iniciado 61, minimamente, a Universidade Católica que era particular, comunitária, particular. E lá pelo Sul da Bahia que tinha a faculdade de Ilhéus, Itabuna, CEPLAC, etc. e tal. Bom, tinha alguns cursos bons, Direito etc. lá no Sul. Aqui no Nordeste todo, no Norte da Bahia, Recôncavo, só tinha a Universidade Federal da Bahia. E, até os anos 70, eram apenas 3030 vagas de ensino superior na Bahia. Isso é bom se registrar na história porque talvez a memória do brasileiro não capte bem isso, não marque isso. O Ministro Euro Brandão veio à Bahia para discutir. Estávamos em greve, todo mundo em passeatas ali pelo Campus do Canela, e teve uma monumental reunião ali no auditório da Reitoria, para justamente alcançar o aumento de vagas. Pleiteávamos o todo de vagas para o pessoal que estava no segundo grau querendo entrar na Universidade. 3030 vagas. E o Ministro, depois de uma longa explanação, ele concluiu que por 10 anos não seria aberta nenhuma vaga para a Bahia no ensino superior. 10 anos. Isso foi um desastre, houve paralisações, e greve, e polícia e cavalos nas ruas e tal.

O mais escandaloso, eu vou

terminando minha reflexão aqui, meu depoimento com uma reflexão, é que, por mais de 20 anos, a UFBA ofereceu apenas 3030 vagas. Somente agora, pode-se dizer, no século XXI, é que a UFBA duplicou o número de oferta de vagas, não só isso como foram criadas outras Universidades na Bahia, universidades públicas. Mas, por muitos anos, por décadas, a Bahia contava com um ensino superior com 3030 vagas da UFBA. E eu passei inclusive nesse período, a estudar e a trabalhar na UFBA, e na UFBA eu fui testemunho de toda a repressão que existia dentro dos corpos docente, discente e administrativo da UFBA. E eu fazia parte de ambos, como estudante e funcionário ao mesmo tempo. Eu já estu-

dava na Católica e trabalhava na UFBA, e vi as prisões a todo instante. Aquele miserável do decreto 477 que deixava a gente no clima de tensão. Ninguém sabia o que era quem. O funcionário tinha medo um do outro, o estudante tinha medo do funcionário. Nós funcionários éramos vistos como delatores diante dos estudantes, e nós como estudantes também éramos vistos um como delator do outro. Os professores entre si era uma desagregação intestina dentro da Universidade.

O Instituto Geociências ao lado da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, eram os três polos da subversão como eles chamavam. Era onde tinha a maior concentração política. As pessoas mais à esquerda estavam nesses cursos: Geologia, que era um curso considerado do mato. Eles achavam que os geólogos iam pro mato, não quebrar pedra, mas fazer a cabeça dos trabalhadores rurais. Eu acho que foi dessa turma aí o professor José Carlos Barreto, foi reitor desta Universidade. Esse Paulo Souto era

professor dessa época, e outros aí que eu tenho assim bem na memória, pessoas que tornaram-se grandes, importantes. Só pra...

Como o debate da televisão tem momentos hilários né? Então, só pra colocar um pouco do hilário da história, quando Dr. Roberto Santos foi nomeado governador, ele teve a nomeação, ele agregou muitos funcionários, técnicos da UFBA no seu governo, e um desses foi o Paulo Souto. Nós então brincávamos com Paulo Souto dizendo: “daqui a pouco vai virar deputado, vai virar político”. E por mais de uma vez eu vi escarrar e dizer: “eu sinto asco pela política partidária e por essa raça, essa gente. Eu tenho

asco”. E escarrou. Paulo Ganem Souto, professor de Geologia Econômica da Universidade Federal da Bahia. Não precisa contar o resto não é? Que o asco virou paixão e orgasmo. A história é interessante. Essa é a parte hilária do meu depoimento. Eu fico olhando as pessoas que sentem asco, às vezes, é o contrário.

Mas eu vi o professor [...] ser preso, eu vi o professor Arno Brichta ter os dentes quebrados, foto, ele foi preso no Barbalho, me parece, ele ficou vários [...] Moço, ele é pai desse artista da Globo, desse Brichta, Vladimir Brichta. Arno Brichta era um paulista jovem, muito dinâmico, professor de geologia. Ele ficou 50 dias sumido e ninguém sabia nada. Ninguém falava nada, era tudo assim: um professor desaparecia e ninguém sabia nada. E nem podia comentar nada, nem funcionário, nem aluno, nada. Outro sumia, “sumiu o professor tal”. “Cadê o professor tal?”, “ele tá viajando”. Ninguém informava nada. O Arno Brichta quando apareceu depois de uns 50 dias tava com todos os dentes quebrados, com a

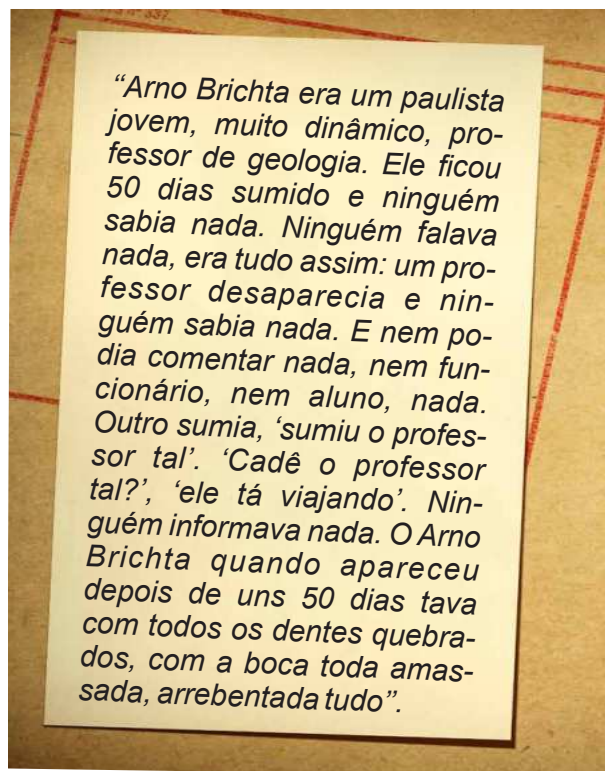
“Eu já estudava na Católica e trabalhava na UFBA, e vi as prisões a todo instante. Aquele miserável do decreto 477 que deixava a gente no clima de tensão. Ninguém sabia o que era quem. O funcionário tinha medo um do outro, o estudante tinha medo do funcionário. Nós funcionários éramos vistos como delatores diante dos estudantes, e nós como estudantes também éramos vistos um como delator do outro. Os professores entre si era uma desagregação intestina dentro da Universidade”.

boca toda amassada, arreventada tudo. Vi várias coisas assim. Bom, isso é um pouco do que eu acompanhei, do que eu vi, ao longo desse tempo seja na Universidade, seja no Ginásio, desde o Ginásio Municipal, até a Universidade.

Agora aqui a minha... Talvez o que interesse para a Comissão da Verdade é a participação da Igreja Católica, da qual eu faço parte e estou representando aqui nesta Comissão. Qual era o papel, qual foi o papel da Igreja Católica? É muito sucinto isso. Nós poderíamos fazer uma prévia prolegômena aqui a respeito da Igreja, da sua doutrina e da sua marcha histórica. A Igreja Católica nasceu de um projeto de fé de um pequeno grupo de pessoas simples na Palestina. Que, seguindo a esteira do judaísmo, teve Jesus Cristo, um judeu, nascido judeu, nascido de mulher como diz a Bíblia, homem nascido de mulher ali em Nazaré, e que se auto revelou como sendo Deus.

Bom, e, em sendo Deus, ele vinha cumprir uma missão de salvação da humanidade. Essa é a teologia. Isso se deu nos anos 7 do Império de César Augusto. Está na história. E, nem a história de Israel através do seu maior historiador Flávio Josefo, nem a história romana, com [...] o filho de Alexandria e outros grandes historiadores, negam isso. Jesus nasceu no ano 7 do Império César e morreu por volta dos anos 40, quarenta e pouco, talvez com 33 anos de idade. É um personagem da história, é histórica a sua realidade, agora para nós, o problema que supera a história, não nega, mas transcende a história, é a questão teológica.

Ele teria, segundo a nossa fé, e assim o fizera, ele convocara doze homens para com ele começarem uma nova caminhada à luz do judaísmo, na esteira do judaísmo, mas dando uma nova dimensão à lei judaica, a Torá, a lei de Moisés. Bom. Aquela lei que prescrevia tais e tais preceitos, ele agora aperfeiçoa, colocando Deus e o homem numa relação simétrica. Deus está próximo ao homem, o homem está próxi-



mo de Deus, Deus se fez homem, no caso, na pessoa de Jesus. E ele teria dado a São Pedro, um dos apóstolos pescador, o poder de conduzir esse grupo após a sua morte. E o fato é que assim nasceu a Igreja Católica, a Igreja Cristã. Que, no princípio, proibida e perseguida como seita revolucionária pelo Império Romano, pelo século II em diante, III e etc., se transformou num sincretismo político, religioso sem fim, se transformou num apêndice do Império Romano, e houve sincretismo da Igreja com o Império Romano. E a Igreja então se expandiu graças ao braço secular do Estado Romano, do Império Romano que dominava uma parte do mundo, do mundo Ocidental.

Bom. Essa história vem se alongando por aí, tem altos e baixos, quem estuda história conhece, quem tem boa fé entende, quem não tem boa fé não entende, e a gente vai caminhando. São dois mil anos de história, uma doutrina firmada no evangelho e enriquecida pela cultura, inculturada portanto, mas se tem pontos interessantes que a gente poderia analisar se tempo houvesse. Não cabe aqui. Essa é a questão da Igreja. Em todos os países a Igreja não só procurou inculturar a fé, mas a

Igreja também realizou um certo casamento com as realidades temporais, governos, Estado, política. Até o ponto em que a Igreja, ela mesma, se transformou num Estado político juridicamente organizado, que é chamado o Estado do Vaticano. Uma coisa é a Igreja, outra coisa é o Vaticano. A Igreja é um evento de salvação, um evento de fé. O Estado do Vaticano é um Estado político organizado como todas as nações do mundo. O que difere a nossa estrutura da de outros é que o nosso chefe de fé, é o mesmo chefe do Estado do Vaticano. Assim como a Igreja Anglicana da Inglaterra, a chefe é a Rainha da Inglaterra, a chefe da Igreja Anglicana, que governa através dos seus representantes, seus bispos etc. O papa governa a Igreja e o Estado do Vaticano, e o faz através dos bispos e dos padres espalhados pelo mundo inteiro. Então, em cada lugar do mundo ela vai se adaptando e fazendo talvez sincretismos indevidos certamente. Outros, necessários. Outros, esdrúxulos. Mas o fato é que existem esses casamentos da Igreja como Estado e da Igreja como realidade de fé com os Estados onde ela está atuando.

Aqui no Brasil, por exemplo, ela viveu sob podemos dizer, num casamento perfeito, melhor dizendo. O Estado brasileiro já nasceu sob o signo do cristianismo, e da cruz católica. Durante todo o tempo, até a Proclamação da República, houve mesmo um acasalamento, uma unidade perfeita entre a Igreja e o Estado, o chamado Estado praticamente Autocrático ou Teocrático, quase que era assim. As religiões outras não tinham espaço, o Estado não era laico, o Estado era religioso e pode-se dizer se não positivamente, mas era um Estado Confessional Católico. Nunca foi na lei, no

direito consuetudinário talvez. Aqui, a Igreja viveu mancomunada com o poder. Os padres, os párocos eram nomeados pelo Imperador. Daí, recebiam salário do Estado como funcionário público, era a chamada Lei do Padroado Régio. E com a República, e a República foi marcada pelo positivismo, que era uma tendência pombalina e outras, e que renegavam a Igreja, inclusive expulsaram daqui os Jesuítas, etc. etc. Então o Estado brasileiro passou a um Estado laico e um Estado positivista praticamente. Bom, mas ficou o costume. O direito positivo é uma coisa e o direito consuetudinário é outra. Então prevaleceu e ainda prevalece sutilmente o direito consuetudinário na relação Igreja-Estado no Brasil. A gente sabe que o padre pelo interior dessa Bahia, tantas cidades, pequenas e grandes, e hoje estou em Feira de Santana, que não sei se é interior ou não, Feira de Santana. Feira de Santana é a capital mais "tabaroa" que eu conheço do mundo [riso da plateia]. Feira de Santana tem de tudo.

“Em todos os países a Igreja não só procurou inculturar a fé, mas a Igreja também realizou um certo casamento com as realidades temporais, governos, Estado, política. Até o ponto em que a Igreja, ela mesma, se transformou num Estado político juridicamente organizado, que é chamado o Estado do Vaticano. Uma coisa é a Igreja, outra coisa é o Vaticano. A Igreja é um evento de salvação, um evento de fé. O Estado do Vaticano é um Estado político organizado como todas as nações do mundo. O que difere a nossa estrutura da de outros é que o nosso chefe de fé, é o mesmo chefe do Estado do Vaticano”.

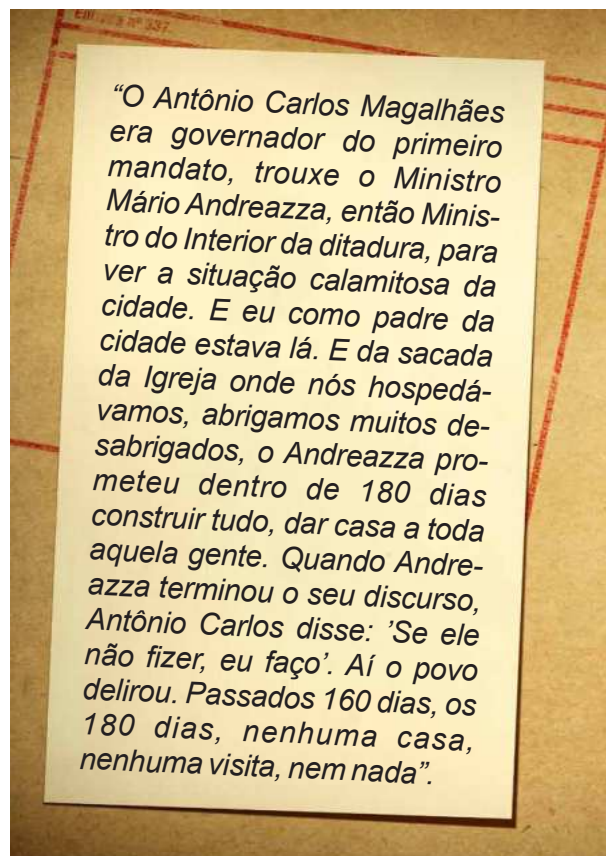
Há uma filosofia que se diz lá em Salvador 'que na Bahia tudo se mistura'. Então, em Feira de Santana tudo se encontra. É nas encruzilhadas, como na Feira de Caruaru. Aqui tem tudo. Então, em Feira de Santana também é assim. O padre, pra fazer o seu trabalho numa cidade do interior, o primeiro aliado dele é o prefeito. Se se opõe ao prefeito...

Bom, do meu tempo pra cá, todo o meu tempo desse período, estou falando desse período, então é comunista. Eu sempre fui comunista pelas cidades que passei. Eu nunca vi nenhum documento do Partido Comunista, eu nunca estive num

grupo do Partido Comunista, não sei de nada de comunismo. Mas sempre fui comunista em todas as cidades de onde passei e eu sei que em São Félix, uma cidade que eu trabalhei, quando dá enchente, a história tem esses nuances, umas coisas interessantes, a gente leva... Minha mãe dizia, leva a fama sem ter proveito, você tá fazendo uma coisa, o outro tá fazendo e diz que é você e você paga por aquilo a vida inteira. Teve uma enchente, que levou a cidade de São Félix quase toda em Cachoeira, naquela época, antes da barragem da Pedra do Cavalo. O Antônio Carlos Magalhães era governador do primeiro mandato, trouxe o Ministro Mário Andreazza, então Ministro do Interior da ditadura, para ver a situação calamitosa da cidade. E eu como padre da cidade estava lá. E da sacada da Igreja onde nós hospedávamos, abrigamos muitos desabrigados, o Andreazza prometeu dentro de 180 dias construir tudo, dar casa a toda aquela gente. Quando Andreazza terminou o seu discurso, Antônio Carlos disse: "Se ele não fizer, eu faço." Aí o povo delirou. Passados 160 dias, os 180 dias, nenhuma casa, nenhuma visita, nem nada.

Eu então comecei, todas as missas do domingo eu contava os dias, "olhe 181 dias, 185, 190 dias, o Ministro não apareceu, as casas não começaram", comecei, comecei, até que um dia eu disse, "Agora vamos esquecer o Ministro, agora vamos chamar o Governador". Tá. Dom Avelar então me chamou, a queixa já tinha chegado lá, Dom Avelar me chamou pra contemporizar e para não fazer essas coisas e tal, aquela conversa de Bispo né. E eu digo "Mas e vai ficar assim, como?", ele disse "Não, nós vamos resolver. Eu já consegui uma verba com a Cáritas Nacional e nós vamos fazer algumas casas. Você movimente lá o povo, faça um mutirão e a gente vai dar uma ajuda".

E realmente ele deu, e nós construímos várias casas, nós compramos o material com o dinheiro da Cáritas e o povo fez suas casas. Fizemos algumas casas. Bom,



passado algum tempo, não sei o que eu fui tirar um documento... Ah! Eu fui tirar o passaporte, eu estava indo pra Roma. Eu fui tirar o passaporte, quando chego na Polícia Federal, meu nome estava lá no fichário do SNI e foi uma confusão pra limpar esse meu nome, que até hoje eu não sei se foi limpo, em todo canto que eu vou, e quem me quebrou a barra pra limpar meu nome lá no SNI foi o prefeito de São Félix, a pedido de Antônio Carlos, me enquadrrou. Eu estava enquadrado como subversivo, agitador etc. e tal. O promotor José Brito que me acompanhou em toda essa história, promotor José Brito, enfim foi ele quem conseguiu liberar lá a coisa.

Quando eu fui trabalhar na outra cidade, a mesma coisa. Quando cheguei, eu peguei uma correspondência truncada, veio para a paróquia e eu abri. Mas não era minha, mas eu era o padre. Se veio para a paróquia, o padre é o titular, eu abri a correspondência. Não era para mim. Era falando de mim pra outra pessoa. E quando eu fui que eu estava fichado no SNI assim: que o padre de tal cidade, o padre que foi

para tal cidade é um agitador contumaz, que ele é comunista e fichado, etc. etc. etc.

Nunca fui fichado em partido nenhum! Eu tive uma participação clandestina com o PT em Cachoeira, eu ajudava o pessoal a formar grupo lá pelo interior, levava, botava no carro, dava carona a eles não tinham carro, etc. Mas eu nunca fui filiado, nem PT, nem PCB, nem PCdoB, nem partido nenhum. Bom. Mas a história é essa, a gente é fichado sem saber o porquê. Mas era o clima de 64. Toda essa minha vida seguiu aqui como professor. Sempre fui professor do Estado, da Universidade do Estado da Bahia também etc. e tal, e da Universidade Católica. Eu sempre trabalhei com educação, e minha vida é essa, e eu não tenho nenhuma ficha suja em lugar nenhum, mas Antônio Carlos Magalhães me deu este presente, há muitos anos e eu não sabia que tinha essa ficha de agitador contumaz. Hoje deve ter outros títulos por aí.

“Até 1968, 70, 70, por exemplo, foi o marco decisório. 68 foi o AI-5. O AI-5 estabeleceu pena de morte. Todos já conhecem a história de Theodomiro Romeiro. Em 70, o então Cardeal de São Paulo que era o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Agnelo Rossi, ele aplaudiu a pena de morte. Isso foi uma benção para nós, para a Igreja e para o Brasil. Porque aquela declaração infeliz dele, no aeroporto, serviu de reação para, dentro de uma semana, o Papa Paulo VI o demitir da Arquidiocese de São Paulo e transferi-lo para lá”.

O fato é que, a Igreja viveu assim, na penumbra do Estado. O que nos interessa aqui é dizer isso. Até 1968, 70, 70, por exemplo, foi o marco decisório. 68 foi o AI-5. O AI-5 estabeleceu pena de morte. Todos já conhecem a história de Theodomiro Romeiro. Em 70, o então Cardeal de São Paulo que era o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Agnelo Rossi, ele aplaudiu a pena de morte. Isso foi uma benção para nós, para a Igreja e para o Brasil. Porque aquela declaração infeliz dele, no aeroporto, serviu de reação para, dentro de uma semana, o Papa Paulo VI o demitir da Arquidiocese de São Paulo e transferi-lo para lá. Isto foi uma grande luz. Porque o peso que tinha de Cardeal de São Paulo, presidente da Conferência dos Bispos do Brasil, a maior autoridade da Igreja

do Brasil fazer uma declaração dessa, significava dizer que a Igreja toda, que o Brasil todo estava de acordo com a pena de morte. E sobre pena de morte por questão ideológica, por questão política. E o Papa escutou isso. Alguém levou isso ao Papa, imediatamente Paulo VI o transferiu para Roma, e nomeou o seu Bispo Auxiliar, o Frei Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo.

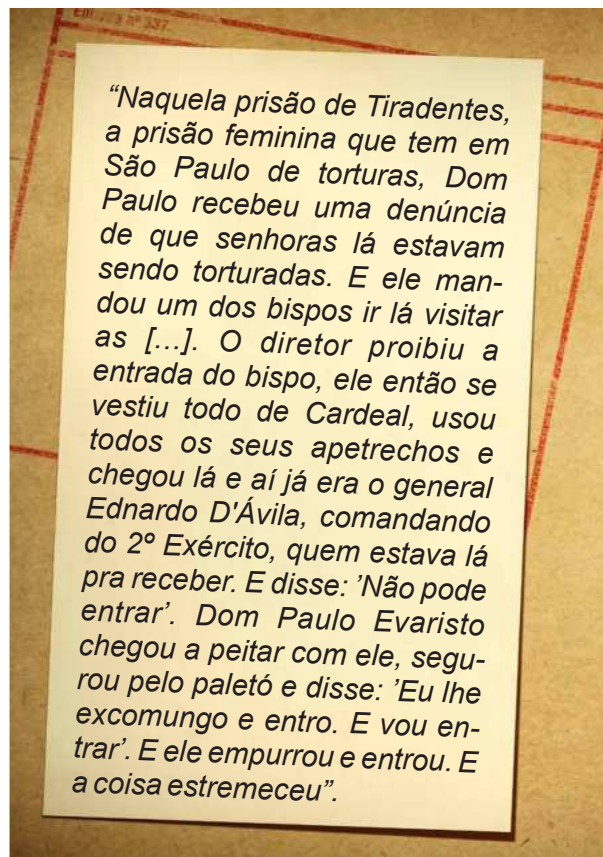
E aí foi a grande guinada que a Igreja deu, graças a Deus, que já Dom Helder em Recife estava começando, desenvolvendo um trabalho de enfrentamento à ditadura, mas agora com o apoio do Cardeal de São Paulo. São Paulo é muito mais do que o Nordeste né? O Cardeal de São Paulo, Evaristo não temia mesmo, abria boca, falava, foi aos quartéis, foi às masmorras, aqueles documentos... Eu em Roma, quando eu estudava em Roma, tive acesso aos documentos que Dom Paulo deixava lá, e levava pra Paulo VI, e tirava cópia e dava pra

gente. Naquela prisão de Tiradentes, a prisão feminina que tem em São Paulo de torturas, Dom Paulo recebeu uma denúncia de que senhoras lá estavam sendo torturadas. E ele mandou um dos bispos ir lá visitar as [...]. O diretor proibiu a entrada do bispo, ele então se vestiu todo de Cardeal, usou todos os seus apetrechos e chegou lá e aí já era o general Ednardo D'Ávila, comandando do 2º Exército, quem estava lá pra receber. E disse: “Não pode entrar”. Dom Paulo Evaristo chegou a peitar com ele, segurou pelo paletó e disse: “Eu lhe excomungo e entro. E vou entrar”. E ele empurrou e entrou. E a coisa estremeceu. O Dom Paulo conseguiu ver, ele tem foto disso ele mostrou lá em Roma, ele levou pra Paulo VI. As mulheres torturadas com prego na vagina. Coisa desse tipo. Ele

levou a Paulo VI. Isso foi talvez o grande grito que a Igreja deu no Brasil. Documentos de Dom Paulo Evaristo entregues a Paulo VI em Roma. E Dom Paulo a partir daí passou a ser o inimigo número um, não era mais Dom Helder, era Dom Paulo Evaristo. Depois é com aquela associação dele com o pastor Wright, o rabino Sobel e outros que fizeram aquele grande documento "Tortura Nunca Mais". Foi o grande documento que o mundo inteiro até hoje lê e conhece. E aí tá um dos grandes momentos da história da Igreja no Brasil, e da história do Brasil.

A Igreja, o que é que a gente pode dizer? Ela sempre teve uma práxis ambígua, uma doutrina reta, uma ortodoxia perfeita, mas uma práxis ambígua. Por que que eu estou dizendo isso como professor também de teologia? Uma coisa é a doutrina. O Leonardo Boff tem um texto interessante: "Nós devemos estabelecer o primado da ortopraxis sobre a ortodoxia". O básico no nosso caminhar seria esse: o primado da ortopraxis sobre a ortodoxia. A ortodoxia é a doutrina perfeita, correta. A ortopraxis é a ação cristã. Ortodoxia e ortopraxis. Ortodoxia é pensar corretamente, ortopraxis é agir cristãmente. Não corretamente com a lógica dos homens apenas, mas cristãmente. E agindo como Cristo age, a gente não comete injustiça, não faz bobagem.

Então, a Igreja peca por isso. Porque tem uma ortodoxia, mas não tem uma ortopraxis cristã, às vezes. No momento eu estou aqui, na cidade "X", cujo prefeito é do partido "Y", e eu me associo a ele, não obstante ele estar contrário aos interesses do povo. Mas por conveniências minhas, do meu trabalho, eu acho por bem. Numa cidade onde eu trabalhei uma vez, só pra eu dar um exemplo que a nossa ortodoxia é uma coisa e a ortopraxis é outra, havia quebradores de pedra e eu fui visitar esse trabalho de perto, o pessoal quebrando pedra. E conversando, eu perguntei quanto era um metro de pedra, vendia por metro. Ele disse que a base por ali no mercado, na região, era 180 o metro. E eu digo: "E o senhor vende por quanto? Por esse preço o



metro", ele disse: "Não, não, o nosso é diferente, porque nós vendemos tudo pra prefeitura", eu disse: "E quanto é que a prefeitura paga, é mais do que isso?", ele ficou escamoteando, outro interveio, por fim chegaram à verdade, o primeiro isso: "Nós vendemos a 200, a prefeitura compra a 200", que é o preço de mercado da região né, de 160 a 180, ele disse: "Não, mas o prefeito paga 200". Aí o outro chegou, foram conversar, disse: "Não mente pro padre não que é pecado". [...] "Aqui padre", aí mostrou. "Nós assinamos o recibo de 200, mas o prefeito paga 40, 50, depende do..."

Eu falei isso ao promotor, mais um processo de agitador contumaz. Eu fui ao promotor pra fazer essa denúncia, o promotor começou a investigar, uma certa feita o delegado fez lá uma sujeira também, eu tomei conhecimento, de tortura, um negócio lá com alguém, fui ao promotor, o promotor foi investigar, o delegado ameaçou matar o promotor, e aquela história toda, e eu me meti, e eu fui embora. E por aí vai e outras coisas todas. Então essa é a dificuldade. E o que é que tem? Aí vem o

Bispo e me diz – não sei que Bispo foi, de qualquer lugar: "Olhe", uma vez na Universidade Católica eu tava num debate sobre essas questões e eu participei, e até estudante de mestrado fazendo tese com... Me envolvendo com essas coisas aí do sertão, eu achei engraçado que outro dia eu estava na UFBA e tinha um professor procurando e orientando uma tese de mestrado sobre a atuação de um padre numa região e tal. Eu procurei saber e o infeliz era eu. E esse professor que estava orientando tinha sido meu professor de História, e ele estava tentando identificar quem era esse padre que era protagonista da tese de mestrado que ele estava orientando, então ele me pediu informações. Eu me interessei: "mas, esse sou eu, o artista sou eu". Então assim... Mas sempre nessa linha de subversivo, agitador, etc. e tal. Aí, a gente vai caminhando e vem.

O Bispo – não sei de que lugar foi, não estou falando do Bispo aqui de Feira, estou falando do Bispo de qualquer época, de qualquer lugar é assim.

"Olhe, preciso conviver com todos, bom relacionamento etc.". Posso fazer confissões da Quinta Eclésia aqui pra vocês. Não interessa muito. Talvez para alguns interesse como folclore, como curiosidade. Eu sou consultor, na Arquidiocese, da Nunciatura, recebo muitas consultas pra bispo. Um dos itens que vem lá nas perguntas, questionário que a Nunciatura manda pra saber se o padre pode ser Bispo ou não, é se tem bom relacionamento com as autoridades locais. Então, aí já diz alguma coisa. E às vezes esse item é decisivo. Por isso que eu nunca fui Bispo, nem servi. Esse item é decisivo: bom relacionamento com as autoridades locais.

Aí vai uma dificuldade para a Igreja: o

que importa é a ortodoxia ou a ortopraxis? A ortodoxia é pensar corretamente; a doutrina da Igreja é correta, mas a práxis é ambígua, porque a práxis deixa a desejar numa linha de coerência com aquilo que Jesus ensinou. E o que Jesus ensinou, pra mim, está explícito no evangelho de São Lucas 12:49: "Eu vim trazer fogo à Terra", e como gostaria que o fogo já estivesse aceso. A práxis pra mim é essa. Foi essa que me norteou

por toda a vida, e eu pretendo não me afastar daí. Gostaria que o fogo já estivesse aceso, não ser bombeiro, apagador de fogo, mas não aticador de lenha na fogueira. Mas, fazer queimar a lenha podre mesmo que isso custe a própria vida, a própria existência. Nós vivemos, como diz São Francisco, quando morremos; e São Paulo diz que "Pra mim, viver é Cristo e morrer é lucro." Portanto, eu não me incomodo. Foi assim que eu vivi esses anos todos e vejo hoje com grande alegria essa ação, esse trabalho da Comissão da Verdade, tentando reescrever com depoimentos

de pessoas vivas, pessoas que viveram isso, essa história que nem sempre foi uma história verdadeira, nem sempre foi assim como nós contamos.

A nossa Igreja tem pecados através de pronunciamentos e práticas equivocadas, mas tem muita colaboração, muita virtude, no anúncio, na busca de alguma coisa mais séria, mais verdadeira. Eu lamento que Dom Helder Câmara, Dom Paulo Evaristo, Dom José Rodrigues, esses homens não tenham se reencarnado. Os espíritas que gostam disso. Seria bom se tivesse reencarnação, eu não acredito em reencarnação, mas respeito. Se tivesse reencarnação, Dom José Rodrigues, Dom Paulo

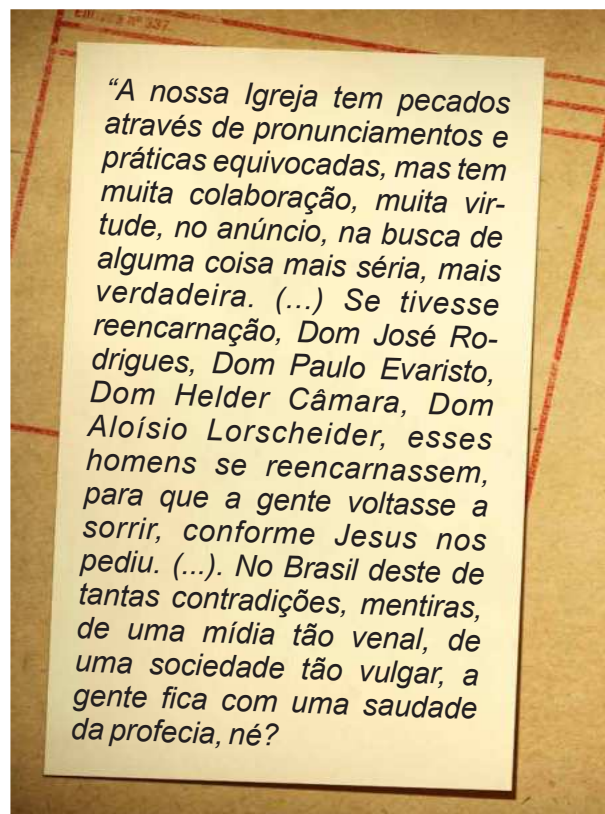
"... eu fui visitar esse trabalho de perto, o pessoal quebrando pedra. E conversando, eu perguntei quanto era um metro de pedra, vendia por metro. Ele disse que a base por ali no mercado, na região, era 180 o metro. E eu digo: 'E o senhor vende por quanto? Por esse preço o metro', ele disse: 'Não, não, o nosso é diferente, porque nós vendemos tudo pra prefeitura', eu disse: 'E quanto é que a prefeitura paga, é mais do que isso?', ele ficou escamoteando, outro interveio.... 'Não mente pro padre não que é pecado'. 'Aqui padre', aí mostrou". "Nós assinamos o recibo de 200, mas o prefeito paga 40, 50, depende do...".

Evaristo, Dom Helder Câmara, Dom Aloísio Lorscheider, esses homens se reencarnassem, para que a gente voltasse a sorrir, conforme Jesus nos pediu. Um pouco assim.

No Brasil deste de tantas contradições, mentiras, de uma mídia tão venal, de uma sociedade tão vulgar, a gente fica com uma saudade da profecia, né? O que é que acontece? O que nós vemos em todas as instituições, é um carreirismo predominante. Onde o carreirismo, a idolatria, o carreirismo essas coisas crescem, a profecia fenece, não tenha dúvida. Nós não temos profetas hoje, nem nas Igrejas, com respeito ao Pastor Jorge, nem nas Igrejas, nem nas instituições. A gente está assim como Diógenes, com uma lanterna procurando homens, homens neste país.

Conversava há pouco com o professor Luciano, estou acabando de ler a trilogia “Getúlio” de Lira Neto, como a gente sente que o Brasil cresceu pouco. Sessenta anos da ditadura de Getúlio, da morte de Getúlio, e os hábitos, as práticas, as bandalheiras, as CPIs, são as mesmas. Mudam-se os nomes, mas as práticas são as mesmas. Mudam-se os cachorros, as coleiras continuam as mesmas. Não tem muita diferença não. A gente precisa restabelecer a verdade, e esta Comissão tem esse papel importante. Eu peço desculpas se desviei o foco da questão, mas é um pouco da minha vivência, da minha experiência, e do meu sentir, sentir Igreja, sentir Brasil, sentir a verdade. Muito obrigado.

Jorge Nery – Depoimento preciosíssimo, não é? Pela biografia e trajetória de Monsenhor Luiz. Eu tive a sorte, quando pastor em Valente, de conhecê-lo e conviver um pouco com ele, quando ele era pároco em Conceição de Coité, e era de fato um pároco absolutamente subversivo, comunista e todos os títulos que davam a ele, mas era uma voz profética naquela região do Semiárido, o Monsenhor Luiz, que eu tive a alegria, a satisfação, e ainda é, pra mim, uma inspiração de vida, como homem do interior, do campo religioso, com uma



coragem profética. A gente agradece, o Brasil agradece por sua biografia, e sua coragem, que continua, né? Na força moral, no testemunho, dessa dimensão profética, dessa ortopraxia que o senhor muito bem anota, e que traduz muito bem na sua vida e na sua trajetória.

Mas queremos abrir espaço pra que outros possam fazer perguntas ao Monsenhor, desde já gostaria de colocar uma questão. Você colocou de Dom Helder. Eu tive uma felicidade muito pontual de ver o Dom Helder em uma de suas visitas aqui a Feira de Santana, e a força de Dom Helder no Nordeste, e no Brasil de forma geral, seja lá no Rio de Janeiro, mas especialmente aqui no Nordeste, é – e pro Vaticano II – Dom Helder é uma figura importantíssima dos bastidores do Vaticano II, segundo o historiador da Igreja da América Latina, Eduardo Hoornaert, aborda muito bem isso nos seus escritos, recentemente foram publicadas cartas de Dom Helder, os testemunhos de Dom Helder e ele tinha uma força muito grande nessa Igreja mais popular, nessa Igreja que passa a construir uma resistência, mesmo com essas ambigui-

dades, que no interior das Igrejas tem sempre aqueles que foram cúmplices do golpe e aqueles que construíram resistência no interior delas. Como era a recepção, a imagem de Dom Helder aqui em Feira de Santana ou nessas andanças no período em que você atuou como pároco, na época da ditadura? Seria uma questão. Se outras, Luciano, vice-prefeito:

Luciano Ribeiro – Por uma questão de ordem, falar logo com o senhor, porque eu tenho uma outra reunião agora e já estou atrasado. Gostaria de ouvi-lo mais, uma parte histórica, acompanhei muita coisa do senhor fez.

Jorge Nery – Alguém gostaria de fazer alguma questão ao Monsenhor? Pode ir respondendo a esta, se outra pessoa poder fazer.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Dizer ao professor Luciano que ele saiba que votei na sua primeira eleição pra vereador, 763 votos, não foi? Vereador mais votado de Feira de Santana, com meu voto também. Depois votei pra deputado estadual, cento e tantos. E pra senador, foi quase senador. Votei no Rui Bacelar, cujo primeiro suplente era Luciano Ribeiro, até tenho a linha. Pode ir embora. Só queria dizer isso. [risos da plateia] Não é mais candidato, a gente pode falar agora o voto. Bom, o pastor me pergunta sobre as andanças de Dom Helder, as influências de Dom Helder etc., etc. Quando do golpe militar, Dom Helder estava chegando a Recife, em 64. Dom Helder tem uma história aparentemente paradoxal, contraditória, porque ele foi integralista, chegou a ser integralista no Rio de Janeiro. Ele é cearense, cearense daquela devoção de Padre Cícero, daquela religiosidade popular centrada no simples, popular, na

pobreza, etc. e tal. E um pouco meio fanático. Assim ele abraçou o integralismo no Rio de Janeiro. Ele teve todos os apoios do Cardeal Câmara lá do Rio, ele foi líder disso, daquilo, e depois foi feito Bispo Auxiliar muito novo ainda, e depois criou a CNBB. Ele é tão, tão interessante Dom Helder que a CNBB era só de bispos, e ele não sendo bispo na época já era Secretário

Geral da CNBB. Depois, por causa disso, o fizeram Bispo imediatamente. Mas ele era o padre Helder ainda, Secretário da Conferência Nacional dos Bispos. Ele foi praticamente quem fundou a CNBB. Depois ele foi feito Bispo Auxiliar do Rio, e aí ele enveredou muito lá por aquelas favelas do Rio de Janeiro.

Conta-se que Dom Helder, um fato interessante, que quando o Cardeal Montini, Secretário do Estado do Vaticano, vem ao Brasil, em missão do Papa Pio XII, o cardeal Montini esteve em Salvador inclusive, nos Alaga-

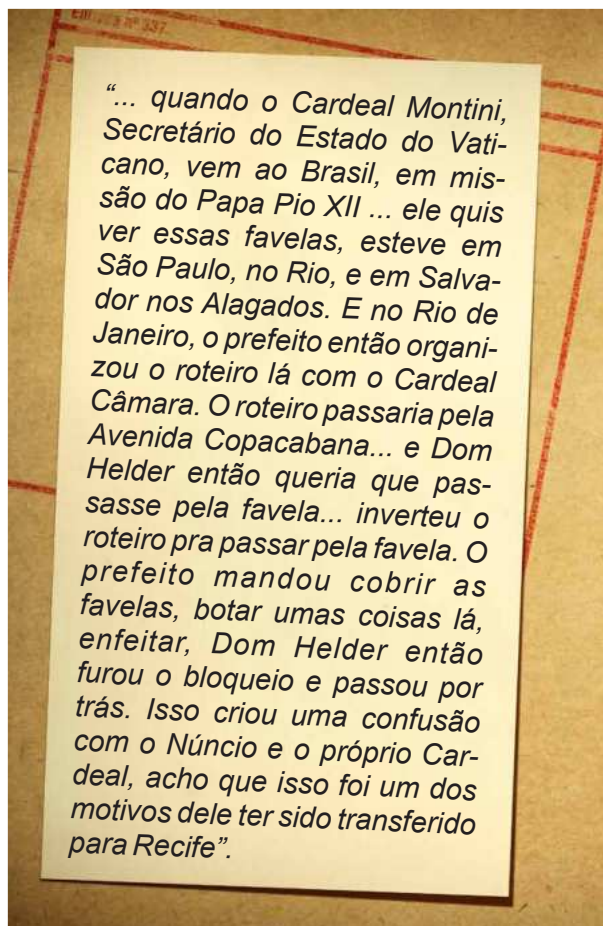
dos, ele era muito sensível à questão da pobreza. Naquele tempo não tinha muito ainda a teologia da libertação, mas ele era muito sensível a isso. E ele quis ver essas favelas, esteve em São Paulo, no Rio, e em Salvador nos Alagados. E no Rio de Janeiro, o prefeito então organizou o roteiro lá com o Cardeal Câmara. O roteiro passaria pela Avenida Copacabana, não sei o que lá, essas coisas assim que eu não conheço o Rio, e Dom Helder então queria que passasse pela favela. Na hora "H" Dom Helder voltou no quarto lá, e uma confusão, e pronto, inverteu o roteiro pra passar pela favela. O prefeito mandou cobrir as favelas, botar umas coisas lá, enfeitar, Dom Helder então furou o bloqueio e passou por trás. Isso criou uma confusão com o Núncio e o próprio Cardeal, acho que isso foi um dos mo-

“Quando do golpe militar, Dom Helder estava chegando a Recife, em 64. Dom Helder tem uma história aparentemente paradoxal, contraditória, porque ele foi integralista, chegou a ser integralista no Rio de Janeiro... Ele teve todos os apoios do Cardeal Câmara lá do Rio, ele foi líder disso, daquilo, e depois foi feito Bispo Auxiliar muito novo ainda, e depois criou a CNBB. Ele é tão, tão interessante Dom Helder que a CNBB era só de bispos, e ele não sendo bispo na época já era Secretário Geral da CNBB. Depois, por causa disso, o fizeram bispo imediatamente”.

tivos dele ter sido transferido para Recife.

Esse Cardeal Montini era muito poderoso na época, veio logo em seguida a ser o Papa Paulo VI, por isso a importância. Estava aqui em missão diplomática do Papa, e era Secretário de Estado. Em Recife, Dom Helder chegou lá e se deparou com o quê? Com a história dos canaveiros, os usineiros, essa história toda. E ele começou a sua marcha aí. Estourou a revolução, tinha um aliado muito bom no Nordeste, nessa época, que era o então administrador de Natal, Dom Eugênio Sales, que estava no Vaticano com ele, no Concílio com ele, lá se tornaram muito amigos e aliados, e Dom Eugênio era revolucionário na época, Igreja Popular dos Leigos. Dom Eugênio queria trabalhar com os leigos, tanto é que ele veio pra Bahia e deu esse grande impulso. E Dom Helder em Recife, Dom Eugênio em Natal, eles lideraram inclusive Dom Avelar em Teresina, eles lideraram inclusive uma campanha pra SUDENE. Juscelino Kubitschek deu esse testemunho, inclusive, da criação da SUDENE em Campina Grande na Paraíba, do conjunto do trabalho desses homens, ainda antes de ter esse estágio lá, mas eles já estavam envolvidos com a história, sobretudo Dom Eugênio, em Mossoró na época, ele estava em Mossoró, Dom Avelar em Teresina. Depois Dom Helder passou a ser a figura mais representativa do Nordeste. Mas os pioneiros aí foram Dom Avelar em Teresina e Dom Eugênio em Mossoró, depois em Natal. Bom, e outros aí na Paraíba também.

Agora aqui, como foi que Dom Helder influenciou? Dom Helder, aqui, não teve muita presença aqui na Bahia. Até pela sombra de Dom Avelar. Dom Avelar era aquele tipo "cheguei". Onde Dom Avelar estava, aparecia. Ele era a estrela em todos os sentidos. Convivia com tudo e com todos, não era da direita nem da esquerda, não era de ninguém, era ele. Então, estilo baiano, só sabia falar, falava como ninguém, empolgava as massas, igual a Getúlio, e todo mundo ficava à sombra de Dom Avelar, e ninguém sabia pra onde estava indo a coi-



sa, mas estava indo.

Dom Helder aqui respeitava muito Dom Avelar, era muito amigo, ele não interveio em nada aqui. A única coisa que a gente aponta assim de Dom Helder, que é uma influência muito forte aqui, foi da iniciativa dele, firmada por ele em primeiro lugar, foi o documento que Médici, deixou Médici doído, cassou títulos por aí a fora, o Arcebispo de Maceió teve o título cassado, Dom Avelar teve o título cassado aqui de cidadão, na época etc. e tal. Foi aquele documento chamado "Eu ouvi os clamores do meu povo". Um documento quase secreto, que nenhuma gráfica do Brasil imprimiu, e Dom Timóteo Amoroso Anastácio ordenou a publicação na gráfica do Mosteiro de São Bento. E daqui da Bahia, só Dom Timóteo assinou. Dom Avelar não assinou, os bispos da Bahia não assinaram, mas alguns bispos do Nordeste, Dom Helder, Dom José Maria Pinto, Dom José Cavalcinha assinaram esse documento, e esse documento foi o documento mais subversivo que a Igreja emitiu em toda sua história nesses 500 anos de

Brasil. "Eu ouvi os clamores do meu povo". Na época, era proibido, você não podia pegar nesse documento. Pegaram aquela frase do livro do Êxodo, em que Deus diz a Moisés "Eu ouvi os clamores do meu povo e quero libertá-lo." [...] e com isso eles falavam da miséria do Nordeste. Era o período Médici, falava-se do "Milagre brasileiro", e Dom Helder dizia no documento que "enquanto o Brasil vai bem, o povo vai mal, o povo está muito mal".

A influência de Dom Helder era assim, nós éramos seminaristas, ou então padres novos e etc., nós fazíamos assim verdadeiras romarias. Era aquela grande curiosidade, ir a Recife, falar com Dom Helder, ouvir Dom Helder em algum lugar. O difícil era achar Dom Helder em Recife. Porque Dom Helder morava no avião. Ele só vivia na Europa. Todo dia ele estava na Europa. Eu tive mais contato com Dom Helder em Roma do que aqui. Porque Dom Helder estava na Suíça, na França, fazendo Conferência. Em Roma, eu fui a umas duas Conferências de Dom Helder, que fazia o mundo vir abaixo, né? A Europa tinha um fanatismo por Dom Helder. Na Itália, na França, na Suíça, na Alemanha, era uma popularidade enorme.

Aqui, a gente tinha também a censura que proibia, a imprensa foi proibida de falar até mal de Dom Helder. Até falar mal. Dom Helder não podia aparecer. Eu via o fenômeno aqui como aquele de Roma com a cruz. A cruz era proibida de ser falada, vista ou ouvida. Marco Túlio Cícero, um grande orador romano, disse assim: "A cruz é tão ignominiosa, que um cidadão romano não pode ver o símbolo, ouvir a palavra ou

pronunciar a palavra. Porque é uma ignomínia para o cidadão romano".

Então Dom Helder era, para a ditadura, uma ignomínia. Falar o nome "Dom Helder" indignificava qualquer brasileiro.

Então, era proibido falar mal, não era nem pra falar mal de Dom Helder. Então Dom Helder aqui teve essa influência assim, a gente tinha uma miragem. A gente queria ver Dom Helder, ler Dom Helder, citava Dom Helder, mas nem conheci Dom Helder. Poucas vezes que ele veio aqui foi uma vez no Teatro Castro Alves, um negócio que quase que vem abaixo o Teatro Castro Alves, e tinha mais polícia ali, SNI do que os religiosos para ouvi-lo.

Outra vez foi na festa do tricentenário da Arquidiocese, em que ele foi o orador do encerramento, e o presidente Médici mandou o seu representante, o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, colega de Celso Pereira, fo-

ram colegas de escola, e companheiro de Teologia de Hosannah, Alfredo Buzaid. Alfredo Buzaid foi o pior fascista né, eu acho, que o Brasil já produziu, Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça e Antônio Carlos Magalhães, e esse povo todo estava na tribuna de honra, e Médici estava no auge.

Então, foi anunciado presidente Médici no estádio pelo seu representante Ministro Alfredo Buzaid. Estádio em silêncio, todo mundo reprimido. O estádio estava lotado, a Fonte Nova estava lotada. Então Dom Helder começou saudando a todo mundo. Começava de baixo pra cima né, o povo, não sei quem, os operários, as

"A única coisa que a gente aponta assim de Dom Helder, que é uma influência muito forte aqui, foi da iniciativa dele, firmada por ele em primeiro lugar, foi o documento que Médici, deixou Médici doido... 'Eu ouvi os clamores do meu povo'. Um documento quase secreto, que nenhuma gráfica do Brasil imprimiu, e Dom Timóteo Amoroso Anastácio ordenou a impressão na gráfica do Mosteiro de São Bento. E daqui da Bahia, só Dom Timóteo assinou. Dom Avelar não assinou, os bispos da Bahia não assinaram, mas alguns bispos do Nordeste, Dom Helder, Dom José Maria Pinto, Dom José Cavaleira assinaram esse documento, e esse documento foi o documento mais subversivo que a Igreja emitiu em toda sua história nesses 500 anos de Brasil".

trabalhadoras, os não sei quem, os estudantes, os jovens, os ministros disso, animadores de comunidade, saudava todo mundo depois o Cardeal, depois saudava a maior autoridade deste país. "Com todo respeito. Todos em pé. Vamos saudar o governante máximo desse país. Que está aqui!" Claro, Alfredo Buzaid foi às nuvens, né? "A maior autoridade deste país está aqui na Bahia agora, é o Senhor do Bonfim". [risos da plateia] O estádio veio abaixo né? e Médici foi pra baixo da mesa, com Alfredo Buzaid e todo mundo. Ele saudou todo mundo e não falou em Alfredo Buzaid, nem Médici, nem ninguém. Saudou todo mundo, começou desde as lavadeiras, não sei quem, não sei quem, terminou em Senhor do Bonfim e nem sequer falou sobre Alfredo Buzaid. São essas as lembranças boas que a gente tem de Dom Helder a respeito de [...].

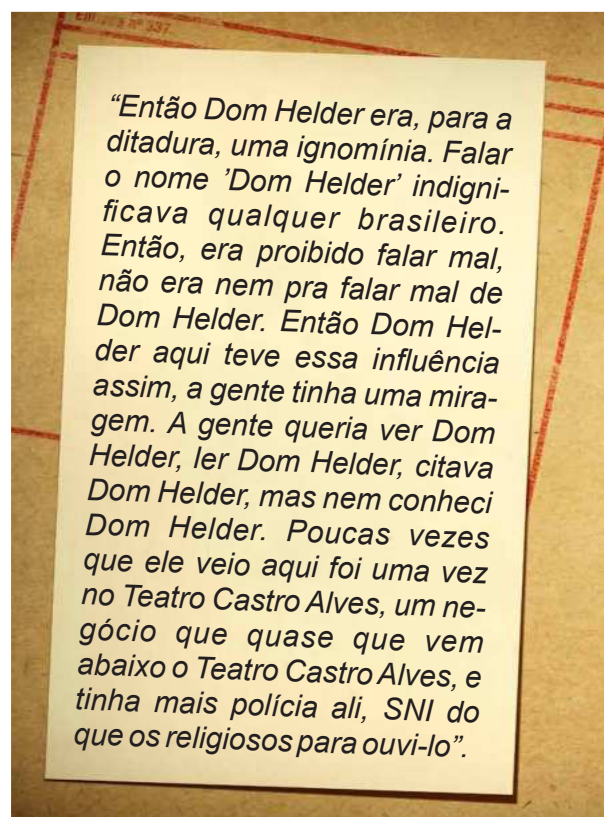
Hosannah Leite – Monsenhor, desculpe-me ter chegado muito atrasado, eu quero pedir penhoradamente seu perdão por essa falta, mas a situação de questão de saúde...

Monsenhor Luiz Rodrigues – É. Se Alfredo Buzaid estivesse aqui, você teria chegado cedo. [risos da plateia]

Hosannah Leite – É verdade. É que Alfredo Buzaid, a uma altura dessas, pegou o caminho do inferno, deve estar sofrendo ao lado de Médici...

Monsenhor Luiz Rodrigues – Você está com medo.

Hosannah Leite – Eu estou com medo. Porque ele pode resolver sair de lá e impedir meu caminho via os céus. Mas me permita, me desculpe não ter ouvido a sua não só histórica, mas profundamente abalizada explanação aqui nessa casa, que traz, sem dúvida nenhuma, importância muito grande pra essa Comissão da Verdade. Mas eu gostaria, desculpe porque eu não ouvi a sua palestra, mas eu gostaria de ouvir alguma coisa de sua parte em relação a Dom Paulo Evaristo Arns. Dom Paulo tem se revelado



uma pessoa que deixou uma trajetória, um marco impressionante, não só no combate à ditadura, não só na situação de apoio àqueles que careciam, naquele período, de um amparo, não só espiritual, mas material também, ao lado do pastor Wright, Jaime Wright, que teve um irmão que foi assassinado na ditadura. Sem dúvida nenhuma eu tenho acompanhado de perto um pouco os desdobramentos daquele momento em que, no Brasil, se instalou uma comissão capaz de buscar informações, referências e o combate, o apoio aos militantes também, o combate àqueles apoiadores que defendiam a Operação Condor.

Essa Operação, até hoje ela se desdobra. Agora mesmo na Itália, algumas dezenas de membros da Operação Condor vão ser julgados por perseguição a cidadãos italianos. Gostaria que o Monsenhor pudesse fazer uma referência à atividade do Wright, à atividade de Arns, durante aquele período e juntamente com a jornalista que me falha aqui a memória, criaram uma, dentro da Arquidiocese, montaram um escritório capaz de buscar o apoio aos perseguidos da ditadura latino ame-

ricana. Por favor, era essa... Desculpe se o Monsenhor já fez alguma referência a esse assunto, mas eu peço perdão e volto novamente a levantar essa questão.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Segundo a colocação do professor Luciano, aos velhos se perdoa quase tudo. E estamos todos no mesmo barco, na mesma idade, todos velhos, um apoiado no outro. Eu já falei sobre isso, mas podemos falar mais alguma coisa. O documento "Tortura Nunca Mais" teve um apoio muito grande inclusive de agências internacionais, lá na Bélgica e tudo, Dom Helder e o pastor Wright, Henri Sobel, e aquela jornalista etc. etc., que fizeram [...] Muita coisa vinha do exterior pra cá. Há um adágio que se conta lá em Roma, "o que de Roma vem, do Brasil saiu". As focas da Igreja, né, falando do nosso mundo de Igreja. Muita coisa se sabe em Roma, mas no Brasil não tem isso, na Igreja do Brasil não tem isso, mas em Roma se sabe mais do que aqui. Aí quando chega aqui, já veio de Roma. Então, no exterior, mutates mutantes, se sabia mais coisa da ditadura do Brasil do que aqui no Brasil. Porque muita coisa foi contada lá, Dom Helder levava coisas daqui pra lá, documentos, e lá se começava a fazer as pesquisas, e conseguir verba, ajudas etc. É muito interessante esse período. E aqui no Brasil teve todo apoio, inclusive criou-se na Arquidiocese de São Paulo aquela "Comissão Justiça e Paz". Ainda tem aqui em Feira, não tem, Professor Celso?

Não identificado – Eu inclusive sou associado.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Não é o presidente não?

Não identificado – Foi instalada aqui na

época da campanha do desarmamento.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Sim.

Não identificado – E o que motivou e trouxe todo o material foi Roberto. Depois da campanha do desarmamento se excluiu.

Monsenhor Luiz Rodrigues – A Comissão Justiça e Paz foi criada por Dom Helder que

acompanhou Dom Paulo, e se irradiou por várias arquidioceses do Brasil, Comissão Justiça e Paz, aqui a Igreja subsidiava isso, ajudava, captava pessoas, advogados, pra formar essa comissão etc. Foi muito interessante isso. Bom...

Não identificado – Existe ainda a Comissão Nacional. [...]

Monsenhor Luiz Rodrigues – Sim. No site da CNBB existe. Bom, quando se faz essas indica-

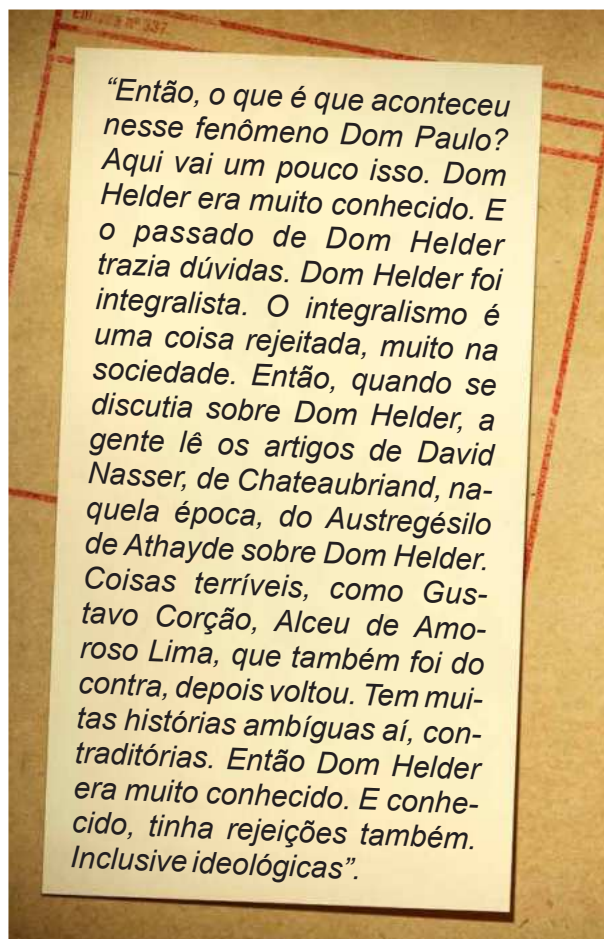
ções políticas, todo mundo na seara, né? Não sou desses partidos, dessa seara, mas estou num ambiente que só tem político aqui, quase todos políticos, candidato, ex candidatos etc. e tal. Vocês fazem muito isso. Dizem que – aí são os pesquisadores, os observadores – que é bom, é melhor se trabalhar com um candidato desconhecido porque ele não tem rejeição, do que se trabalhar com um conhecido. A turma do atraso, por exemplo, um dos motivos foi esse. Era tão conhecido que a rejeição... [risos da plateia] É como a turma do atraso.

Então, o que é que aconteceu nesse fenômeno Dom Paulo? Aqui vai um pouco disso. Dom Helder era muito conhecido. E o passado de Dom Helder trazia dúvidas. Dom Helder foi integralista. O integralismo é uma coisa rejeitada, muito na sociedade. Então, quando se discutia sobre Dom Helder, a gente lê os artigos de David Nasser,

de Chateaubriand, naquela época, do Austregésilo de Athayde sobre Dom Helder. Coisas terríveis, como Gustavo Corção, Alceu de Amoroso Lima, que também foi do contra, depois voltou. Tem muitas histórias ambíguas aí, contraditórias. Então Dom Helder era muito conhecido. E conhecido, tinha rejeições também. Inclusive ideológicas.

O Frei Evaristo Arns não era conhecido por ninguém senão meia dúzia de pobres lá na favela do Rio de Janeiro. Ele era padre lá no Rio de Janeiro, professor do Instituto de Teologia de Petrópolis e assistia uma favela lá no Rio de Janeiro. Então tinha um grupinho de pessoas que conhecia ele, subindo ladeiras ali, naquelas favelas, se infiltrando naquelas favelas. Mas um padre inexpressivo. Professor de Teologia lá do Instituto Teológico, mas não no contexto da Igreja, não tinha nenhuma influência. O Cardeal Agnelo Rossi, não sei por uma dessas, ele nomeou dois bispos auxiliares religiosos. O Frei Lucas Moreira Neves, era um estudioso, estava em Paris, inclusive, dominicano, e o Frei Evaristo Arns, franciscano, professor de Teologia de Petrópolis. Lá, o Frei Evaristo ficou trabalhando como Bispo Auxiliar, sem nenhuma repercussão. Nesse período já da ditadura, eles estavam lá abafados pelo Cardeal Rossi.

Não sei como, e por quem, de repente Paulo VI o escolheu para o sucessor de Rossi. Ele deu uma guinada, aquele fra-dezinho lá de Petrópolis virou Cardeal Arcebispo de São Paulo, de uma hora pra outra. Foi uma virada. E aí onde ele não tinha rejeições históricas, de filiação em partido de direita e coisa e tal, tudo que Dom Paulo falava agora, Dom Paulo era.... O pessoal tinha uma aceitação, uma empatia, criou uma empatia com a esquerda brasileira, com as lideranças, com a imprensa, com tudo, impressionante. Muito mais do que Dom Helder. Dom Helder era um mito, mas Dom Paulo era um ícone dentro dessa coisa, um ativo, e ele passou a ser o Cardeal dos Direitos Humanos, o Cardeal do povo etc. e tal. Fazendo contraponto à



popularidade de Dom Avelar, que criou uma popularidade, mas sem consistência ideológica, e contraponto mais ainda a antipatia ao Cardeal do Rio de Janeiro, o Cardeal de Porto Alegre, Cardeal Vicente Scherer que era da extrema direita né, etc. Então ele despontou, ele despontou, e ele se infiltrou bem nesse trabalho e foi longe. E foi realmente a maior pedra de tropeço para a ditadura. O Médici, o Médici não, o outro, o Geisel, não o suportava. Ele botou Geisel na parede naquela questão do Ednardo D'Ávila, Comandante do 2º Exército, mas ele ligava pro Geisel assim permanentemente. Teve um dia que Geisel chegou a ameaçar o diretor do SNI, que era o Figueiredo, porque Dom Helder já tinha dito a ele o crime que tinha acontecido na Amazônia e o SNI não tinha detectado. Dom Helder, Dom Paulo, aliás, conseguiu formar uma rede de informantes em todo o Brasil, que estava acontecendo uma coisa agora lá no Araguaia, lá na Amazônia, lá em não sei onde, Dom Paulo já sabia. Pegava o telefone e ligava pra Geisel. Ele dizia "o antipático

do Cardeal de São Paulo já tá"... Ele chamou Médici, Figueiredo um dia, e deu uma reprimida em Figueiredo, Figueiredo como chefe do SNI, não tava passando a ele os casos de tortura que estavam acontecendo no Brasil, e o antipático do Cardeal de São Paulo já lhe passava tudo na hora, ele sabia tudo. Ele criou realmente essa rede, eu não sei quem lhe deu tanta expertise, que ele conseguiu infiltrar-se em tudo e influenciou muito e mexeu e incomodou demais a ditadura. Dom Paulo Evaristo...

Não identificado – Não só aqui, como na América Latina.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Na América toda. Aquele cardeal de, que também foi vítima, Cardeal Pironio da Argentina que foi ameaçado de morte, e o Papa transferiu pra Roma né, o Cardeal Pironio. Ele e o Cardeal Pironio em Buenos Aires influenciaram demais a coisa.

O cardeal Pironio, infelizmente, que a Argentina era muito conservadora também, ainda está na sombra de Aramburu, Aramburu era um Cardeal de uma família mais nobre da Argentina e que era líder da extrema direita que apoiou o golpe lá fortemente. A renúncia, a aposentadoria de Aramburu, o Pironio foi nomeado Cardeal de Buenos Aires. E o Pironio foi o mesmo que Dom Helder, entrou nessa linha aí, mas ficou pouco tempo, foi afastado. Ameaçaram matar ele, botaram ele na lista negra dos assassinatos né, dos presos desaparecidos, aí o Papa tirou [...] e a Argentina voltou a acalmar um pouco. Mas Dom Helder, Dom Helder, Dom Paulo Evaristo é uma influência enorme. Se teve alguém que contribuiu para amolecer a Ditadura, foi Dom Paulo Evaristo.

Não identificado – E salvar muitas vidas.

Monsenhor Luiz Rodrigues – E salvar muitas vidas. Nesse caso das mulheres da prisão de Tiradentes mesmo, um caso escandaloso. Eu me lembro quando ele chegou em São Paulo, né. Essas coisas são simbólicas, são bonitas de ver com os olhos da esperança. Vocês que não tem fé, eu digo da esperança, é melhor, é mais político. [risos da plateia] Com os olhos da esperança. Ele, aquele homem simples, aquele frade simples etc. Foi a Roma receber a fantasia de Cardeal, aquelas indumentárias todas. Quando ele chegou no aeroporto de São Paulo, o repórter, a imprensa sempre contra, né? "Mas Dom Paulo, o senhor se diz do povo, tão pobre e tão popular etc., defendendo a pobreza, o pobre, pra quê é que o senhor quer essas roupas, essas indumentárias tão bonitas, tão luxuosas?" Ele disse: "O senhor vai usar isso aqui em São Paulo? Em meio aos operários, em meio às periferias?". Ele disse: "Quando for necessário vou usar todas para defender os pobres, os operários. Vou usar tudo pra defender os pobres, os operários, vou usar tudo, não terei receio nenhum em vestir tudo isso". E no dia que ele foi à prisão, bater peito lá com o general Ednardo, ele foi fantasiado, botou todas as indumentárias, "Aqui quem está falando é o Cardeal de São Paulo, e eu lhe excomungo". Foi assim. Ele engrossou de vez, perdeu as estribeiras. "É o Cardeal de São Paulo", com todo o sacrifício de Cardeal. Não foi um padrezinho, um fradezinho, foi o Cardeal de São Paulo que foi.

Não identificado – Aqui, segundo Celso Pereira, aqui na Bahia, nós chamaríamos de "rodar a baiana".

Monsenhor Luiz Rodrigues – Está bom, de história já chega né. A Comissão da Verdade tem outras coisas, não quer mais folclore nem brincadeira.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
15 de outubro de 2014 - Módulo 7 da Universidade Estadual de
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: JOSÉ CASSIANO PEREIRA DA SILVA

José Cassiano Pereira da Silva, é ex dirigente sindical, trabalhador de Feira de Santana, fundador da Associação Comunitária de Maria Quitéria, na década de 1970. Também foi fundador da Associação dos Pequenos Agricultores Municipais de Feira de Santana (Apaeb), no fim da mesma década, e um dos líderes da Associação dos Trabalhadores da Lagoa Grande. Foi um dos que lutaram em prol dos trabalhadores rurais na cidade de Feira de Santana na época da ditadura, desafiando governos, fazendeiros que queriam tomar terras devolutas (pertencentes à igreja) e também grileiros da região.

***José Cassiano Pereira da Silva**

Pastor Jorge Nery – Nesse momento nós iremos ouvir Cassiano, trabalhador rural, que vai dar o seu depoimento.

José Cassiano – Bom dia a todos. Meu nome é José Cassiano Pereira da Silva, popular Zé Capenga, né? Conhecido como Zé Capenga. E hoje... Bom eu sou ex-dirigente sindical né, trabalhador de Feira de Santana, morador da Lagoa Grande, distrito Maria Quitéria, fundador da Associação Comunitária de Maria Quitéria, na década de 70 – 72, 73, foi registrada em 74, fundador da APAEB, movimento dos agricultores daquela década, 79 foi nascida a APAEB. Depois do sindicato, depois da luta que registramos o sindicato, a gente fundou a APAEB. É conhecida hoje, ela funciona muito mais forte em Valente do que aqui em Feira. Nessa década aí... falar um pouco assim da Comissão da Verdade. Não estou dominando tanto o que ela queria falar, mas parece que ela veio falar sobre o povo do passado, né, da década, como foi a época, como viveu a época da ditadura, né. Então, assim, naquela década, a gente não sabia o que era ditadura. A gente, de verdade, não sabia, na década de 70, de 1969 até 1973, o que é ditadura pra mim, se eu falar, eu estava mentindo, o que é a ditadura. Eu não sabia o que era. A gente só sabia que era assim, ordenado e dominado por alguém que orientava o que a gente fazia, e era pra fazer. Depois fui saber que uma igreja que

*Texto não revisado pelo depoente.

não participava, não caminhava muito naquela década, né. O padre ali de Tanquinho, o padre celebrava na nossa comunidade, então a gente não tinha assim um trabalho. Na década aí vem, de 1971, 1972, crescia o MOC, Movimento de Organização Comunitária, e conhecemos, já tem um trabalho de jovem na igreja. Aí, onde a gente começou a conversar e ver comunidade, trabalhar o que é viver em comunidade, e nessa década de 72, 73, a gente começou já a descobrir que nós de verdade não éramos escravos mais, mas éramos alienados, uma palavra assim mais certa de falar hoje é alienado. Nós morávamos numas terras, não sabíamos de verdade, compramos, mas não sabíamos que a terra era da igreja. Aí, descobrimos, nessa década de 72 pra frente. 73 mesmo a gente descobriu na fazenda Candéal, a família da gente, que nós era de São José dos Corité e Matinha, porque São José tinha um bocado de povoado: *Pé de Serra, Matinha, Jacu*. Nessa área aí, nós tínhamos os nossos avós nasceram e foram transferidos para a área de São José. Aí, nessa década, a gente descobriu também que as nossas terras lá na Fazenda Candéal, onde as famílias da gente moravam, era terra devoluta. Já sabia como era falar que era devoluta, já começar a separar o que era terra de fazendeiro, o que era terra nossa, que comprou, e uma terra que era do Estado que era conhecido como... Descobrimos que era terra devoluta. Como é que descobrimos? Com a vinda de uns padres jesuítas lá pro distrito de Maria Quitéria, e aí começou a fazer um trabalho com nós, com reuniões com a comunidade, e foi levantar quais foram as terras que nós já tínhamos comprado, que não tínhamos comprado, que não tinha documento, e que, na verdade, nós morá-

“Nessa descoberta do sindicato, aí foi onde a gente começou diretamente a descobrir que nós éramos vigiados mas não sabíamos. Pessoas que fiscalizavam a gente, mas a gente não sabia. E aí começou ‘rapaz você está sendo acompanhado por uns comunistas’ na década de 75, 74 pra 75. Aí, a gente já começou a ser taxado que era acompanhado pelos comunistas e era pra gente ter cuidado porque nós aí, agora ia começar: e comunista comia criança, comia gente, então era pra ter muito cuidado com nós”.

vamos em cima que nós éramos posseiros. A palavra posseiro. Aí, começamos a entrar no sindicato, descobrimos em 73, 74, através do MOC, descobrimos o sindicato que era quem defendia os trabalhadores rurais.

Nessa descoberta do sindicato, aí foi onde a gente começou diretamente a descobrir que nós éramos vigiados mas não sabíamos. Pessoas que fiscalizavam a gente, mas a gente não sabia. E aí começou "rapaz você está sendo acompanhado por uns comunistas" na década de 75, 74

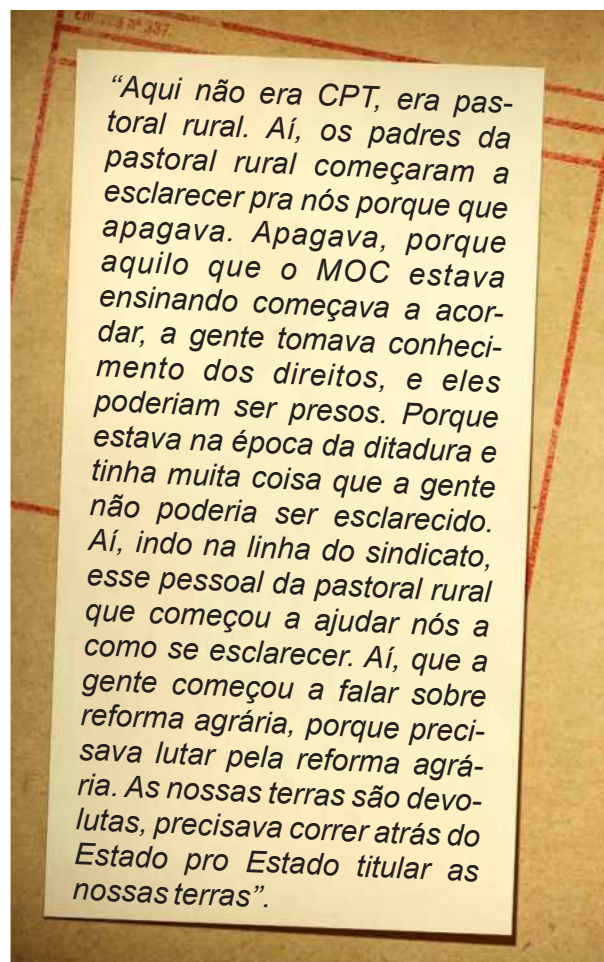
pra 75. Aí, a gente já começou a ser taxado que era acompanhado pelos comunistas e era pra gente ter cuidado porque nós aí, agora ia começar: e comunista comia criança, comia gente, então era pra ter muito cuidado com nós. Aí nós já estávamos com várias comunidades já criadas com o trabalho de Lagoa Grande, com conhecimento da Matinha, descobriu Lagoa Grande, aí descobriu *Gogó da Ema, Saco do Capitão*. Esse pessoal, a gente já começava a fazer reunião com esse povo. E esse

povo queria reunião com a gente, porque não existia esse negócio de reunião. O que é que descobrimos? Com esse trabalho aí, a gente começou a vir pro Centro Diocesano. Descobrimos o Centro Diocesano pra começar a nos trazer pra fazer reuniões. E nessas reuniões, a gente começou o MOC passar algumas informações pra gente. Mas se chegasse, tivesse trabalhando com o MOC e chegasse algum carro, tinha que apagar o que estava escrito no quadro. Aí, depois de passado que a gente ia descobrir porque que apagava. Pra o tudo que o MOC tava orientando a gente, não sair dizendo que nós, de verdade, estávamos aprendendo o que o MOC estava nos ensinando as coisas. Aí, começamos a ir pra igreja, pastoral rural.

Aqui não era CPT, era pastoral rural. Aí, os padres da pastoral rural começaram a esclarecer pra nós porque que apagava. Apagava, porque aquilo que o MOC estava ensinando começava a acordar, a gente tomava conhecimento dos direitos, e eles poderiam ser presos. Porque estava na época da ditadura e tinha muita coisa que a gente não poderia ser esclarecido. Aí, indo na linha do sindicato, esse pessoal da pastoral rural que começou a ajudar nós a como se esclarecer. Aí, que a gente começou a falar sobre reforma agrária, porque precisava lutar pela reforma agrária. As nossas terras são devolutas, precisava correr atrás do Estado pro Estado titular as nossas terras.

Então, é... O que foi mais. Aí dessa luta, do movimento sindical. Aí, a gente começou ver que a polícia era contra nós, a gente começou a ver que tinha muita gente do governo que era contra, a gente não conhecia, não sabia isso. Aí, começamos a ver que tinha ACM, e ACM não aceitava outras reivindicações. Aí, nós conseguimos fazer a audiência, aí coordenado pelo prefeito de Feira, aí eu não tem a data de conversa com o prefeito, e Honorato, secretário de agricultura na época. Aí, foi quando a gente começou a achar apoio da prefeitura, através do secretário de agricultura. Aí, o secretário de agricultura começou a ajudar nós a conhecer mais como viver no campo, como trabalhar no campo.

Aí, foi engrossando mais as informações, e a gente correndo atrás da luta da terra, pra manter Lagoa Grande. A gente descobria a terra que de verdade era da igreja, e a terra da Fazenda Candéal que a família de Portugal, uma família rica aqui de Feira de Santana, que queria nos pôr pra fora da Fazenda. A gente não sabia que ele era o dono da terra. Então, quando descobrimos que esse pessoal era dono da terra, aí foi a luta nossa em 74 - 75, pra nos botar pra fora da terra. Aí foi que engrossou a luta pra gente enfrentar esse... Aí, o pessoal entendeu o que era ditadura, quem fazia parte da ditadura, quem não. Aí, a gente



teve que começar a se acordar, sabia que podia morrer, mas pra defender a terra a gente não poderia se acomodar. Aí foi a luta. Descobrimos o sindicato, quem tava no sindicato era o filho do fazendeiro. Toda essa em luta em busca da terra. Descobrir a terra de São José, e descobrir a terra da fazenda Candéal. Nessa descoberta, aí que a terra de verdade era uma parte, uma légua em quadro, a terra era da igreja. Outras áreas eram terra e fazenda que não tinha dono. Foi terra devoluta, e muitos da gente moravam em cima como arrendatário. Nessa descoberta aí, nessas lutas e vindas, foi um enfrentamento maior quando a gente chegou na direção do sindicato. Porque aí foi, de verdade. a gente começar a saber que quem fosse do sindicato, e fosse lutar o direito dos trabalhadores poderia ser morto. E aí, nós descobrimos a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado. Aí, a gente começou ver quanto de pessoas tinham enfrentado as terras do Estado, e quem são os grileiros. Aí

descobrimos essa outra palavra, grileiros da região. Ao descobrir, a gente começou a se encontrar com a FETAG-Bahia, e aí a gente começou a descobrir que, de verdade, ou a gente enfrentava os problemas que estavam dentro aqui, ou a gente era posto pra fora da terra. Ir morar onde? Aí, foi aonde nós conseguimos, através do sindicato, através da federação, começar a tomar consciência, que a palavra mais certa é essa, foi tomar consciência e, de verdade, a gente estava assustado pelo número, que a gente não sabia quem poderia nos defender. Um número de padre defendia, o outro número de padre contra, e nós só encontrou liberdade na luta no movimento sindical que a gente tinha que enfrentar.

Nessa luta pelo movimento sindical, aí veio a luta pela reforma agrária, e aí a gente foi marcado aqui em Feira de Santana pela UDR. Isso aí foi em 79-78. Em 75, pra mudar pra 79-78, foi assassinado, aí pra gente enfrentar o problema da terra, foi assassinado Joaquim, na Fazenda Candeal. Aí pegou fogo. Na década de 74-75, aí nós perdemos o medo, sabíamos que íamos morrer, eu fui um. Eu, José Barbosa, olha os nomes: José Barbosa, José Ferreira Sales, já faleceu, José Barbosa, Pedro Pio, Cassiano, Dionísio, esses eram os caras que foram marcados aqui em Feira de Santana. Aí fala ditadura né, aí marcaram de verdade pelo policial, pelo um bocado de coisa, que nós éramos comunistas. "Esse pessoal do sindicato aí tem que ter cuidado, bastante cuidado, que esse pessoal é comunista, aprendeu no MOC e agora vai ter que enfrentar os problemas". E aí nós tivemos que, de verdade, conhecer como enfrentar o problema. E aí, foi pegar a direção do sindicato, tirar o presidente do sindicato, foi uma luta

muito grande, 75 até 79, trocar a presidente. E a primeira vez em Brasília, no Congresso Nacional, tivemos que enviar José Barbosa, poderia não voltar, podia morrer, o medo é esse, pode morrer, mas vai ter que ir e o mais corajoso, José Barbosa na época.

Depois disso, que Barbosa foi a Brasília, voltamos com muita informação, o próprio SNI mostrando que essa questão da reforma agrária, mostrando que era contra a luta da reforma agrária, e aí a CONTAG nos ensinou, ajudou com a federação na Bahia, a gente enfrentar. Aí, a gente aprendeu o que era MOC, o que era a igreja, mas a direção nossa maior foi o movimento sindical a nível de Estado, o nacional. E aí, desbandeizamos aí junto com essa questão do conhecer, pra saber o que era a ditadura pesada, quem era o grupo que nos enfrentava, quem a gente tinha que enfrentar, porque a gente defendia a reforma agrária, passamos a defender a reforma agrária, lutamos pela Fazenda Candeal, a desapropriação da Fazenda Candeal.

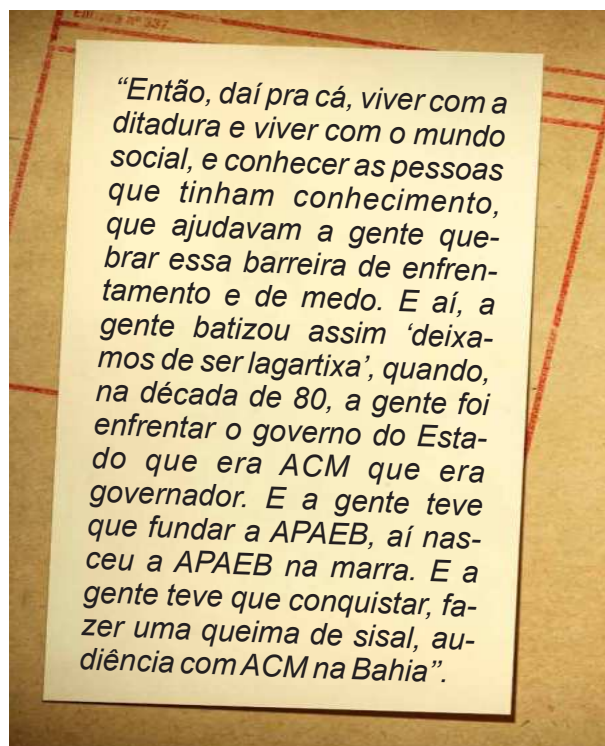
Conseguimos levantar o número de fazendas nas regiões que nós morávamos em cima, que já tinha comprado, que foram compradas de novo, pra não comprar mais, que até hoje não conseguiu fazer a titulação de muitas terras ainda, e as pessoas não conseguiram mais comprar na mão dos fazendeiros, comprar uma, duas vezes pra poder ser dono da terra. Conseguimos, com a morte de Joaquim, garantir e conquistamos a Fazenda Candeal. Aí, começamos a enfrentar a polícia aqui, aí se descobriu que foi a polícia quem matou Joaquim, o

"Depois disso, que Barbosa foi a Brasília, voltamos com muita informação, o próprio SNI mostrando que essa questão da reforma agrária, mostrando que era contra a luta da reforma agrária, e aí a CONTAG nos ensinou, ajudou com a federação na Bahia, a gente enfrentar. Aí, a gente aprendeu o que era MOC, o que era a igreja, mas a direção nossa maior foi o movimento sindical a nível de Estado, o nacional. E aí, desbandeizamos aí junto com essa questão do conhecer, pra saber o que era a ditadura pesada, quem era o grupo que nos enfrentava".

batalhão foi quem mandou o camburão pra Fazenda Candeal, onde assassinou um dos parentes, meu primo, que eu chamava de tio, mas é primo da nossa família. Com essa descoberta aí, aí ganhamos, conquistamos o sindicato para nossa mão, conquistamos a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia, aí os nomes de Feira, Barbosa, Cassiano, Dionísio, foram os nomes assim que foram muito cogitados. E a gente aprendeu a conhecer e a enfrentar os problemas.

Então, daí pra cá, viver com a ditadura e viver com o mundo social, e conhecer as pessoas que tinham conhecimento, que ajudavam a gente quebrar essa barreira de enfrentamento e de medo. E aí, a gente batizou assim "deixamos de ser lagartixa", quando, na década de 80, a gente foi enfrentar o governo do Estado que era ACM que era governador. E a gente teve que fundar a APAEB, aí nasceu a APAEB na marra. E a gente teve que conquistar, fazer uma queima de sisal, audiência com ACM na Bahia. Fomos com a Kombi e de carro, sabendo que poderíamos ficar presos, um ônibus e uma Kombi. E a Kombi levou comida, pra que, se a gente ficasse preso, não morrer de fome.

Então, teve tudo isso, e aonde a gente veio descobrir que hoje, a gente hoje, em 80 fundou a APAEB, fundamos a CUT, e o nosso sindicato se filiou a nível da luta nacional. A gente se sentiu hoje, a gente hoje se sente cidadão. A partir de 80, nós deixamos de ser aquelas pessoas assim interrogadas com medo de comunista, assumimos o papel de ser comunista, depois nós não éramos comunistas, nós éramos um povo chamado "construção de um projeto social". Hoje, nós temos inúmeras entidades falando disso aí, e fundamos a APAEB. Conquistamos o sindicato, conquistamos a FETAG na Bahia, conseguimos colocar diretor na direção nacional, conseguimos fundar a CUT, conseguimos fundar várias associações na área rural, e conseguimos, hoje, eu sou presidente de uma cooperativa.



Então, falar assim da ditadura não é fácil pra nós que não estudamos. Vim conhecer a universidade depois de 80, consegui fazer filho da gente vir pra Universidade, hoje... Ah, esqueci uma das coisas aqui também que foi uma da luta do deputado Alcides Modesto. Não sei se alguém ainda lembra do ex-padre Alcides Modesto. Foi quem nos ajudou muito nesse conhecimento, na construção da federação do sindicato, foi a gente conhecer a comunidade quilombola e ele dizia que nós éramos uma comunidade remanescente de quilombo. "Matinha dos pretos". Ajudamos aqui na Universidade com o conhecimento de pessoas na Universidade para estudos. Aqui dentro tem estudo da "Matinha dos pretos" da década de 80, oitenta e pouco. Essa professora conseguiu, através do MOC, esse pessoal da Universidade ajudou o pessoal a ir conhecer a nossa história, escrever, hoje tem na Universidade e aí, a partir daí, nós começamos a entrar na Universidade. Hoje nós já temos filhos, é sobrinho meu, mas são filhos de sobrinhos, na Universidade Federal do Recôncavo, na UEFS, primo, parente, uma turma aqui dentro já da Universidade. E aí, hoje, a gente já se sente assim como cidadão. Hoje já se enquadra como cidadão. Mas da

década de 73, que foi quando a gente começou a descobrir, a 80, foi uma década assim pra gente conseguir aprender a conviver. Que aí Colbert Martins, Hosannah está aqui, que falaram do próprio Pinto e tal. Foram essas pessoas que ajudaram, através deles, com a prefeitura e o entrosamento com o MOC, ajudou muito o trabalho nosso, o trabalho social da gente.

Intervenção inaudível

José Cassiano Pereira da Silva

– Não. Eu acho que o que tem mais assim, não dá nem pra poder saber contar. Porque vamos dizer assim, a gente chama pai mais de ousadia, vamos dizer assim. A gente como negro, a discriminação que passamos, a ousadia daí de 80 pra cá, tudo isso eu falo agora de 80 né? Tudo que eu for falar aqui agora, pulou alguma coisa eu acho né, do enfrentamento da lagoa, a lagoa virou praia, a gente não aceitava, tem um bocado de coisa assim. Mas por exemplo, descobri quem era o pai. O prefeito era o professor Amorim. Quem lembra de professor Amorim, né? As terras que a gente tinha na beira da lagoa, né, foram tomadas, trocadas por arame...

Plateia – O professor Amorim que você fala é o interventor da ditadura, Joselito Amorim.

José Cassiano Pereira da Silva – Pois é. Eu não conhecia ele. Então o professor Amorim foi o prefeito que nós enfrentamos na época que, quando foi criar a praia lá na roça que nós morávamos, que era uma lagoa, a grande Lagoa Grande, é uma lagoa de história. Ainda hoje eu estava reunido com os alunos nossos lá da Universidade Federal do Recôncavo, e a gente priorizou já pra eles, que eles têm que estudar essa questão ambiental, a questão da revitali-

zação da lagoa, e a questão do enfrentamento do êxodo rural. Os alunos nossos que estão na Universidade Federal do Recôncavo e na UEFS aqui, a mudança de ontem pra hoje, é essa a grande novidade dos alunos nossos que vieram pra aqui, a gente vai trabalhar a escola e a comunidade nessa linha, que vai se um grande enfrentamento. Quer dizer, isso naquela década não se podia falar assim. Se falasse, era preso. Tiveram vários da gente que foram

presos, que foram ameaçados. Então, hoje a gente já está dizendo que estamos lá na comunidade fazendo, e já dizendo que vamos enfrentar quem do governo do município, do governo do estado, e a gente já deu tranquilidade, nós temos Feira de Santana como um todo mobilizado. A cooperativa abrange Feira de Santana. Então, essa parte de desafio, a gente está chamando de desafio hoje pra conviver nessa realidade, vai precisar

de muita pergunta, não diminuindo o que nós já conhecemos. Agora, uma das coisas que é bem mais forte hoje, que a gente não tinha, é assim, padre comprometido com a gente, bispo comprometido com nós não tinha, Dom Pedro Casaldáliga, eu conheci no Pará, na luta pra fazer reforma agrária, conheço de perto Dom Pedro Casaldáliga, conheço de perto a luta de Dom Itamar aqui. Nós estávamos na direção da FETAG e Dom Itamar foi ameaçado por defender a reforma agrária no Oeste da Bahia. A gente desceu pra lá pra defender Dom Itamar Vian. Então, tem algumas coisas assim que se você perguntar o que é que nós podemos fazer e estamos fazendo, tem muito enfrentamento que, às vezes, em Feira, nós conseguimos enfrentar, nós conseguimos, mas às vezes não aparece nós. Vamos dizer, muito enfrentamento que, às vezes,

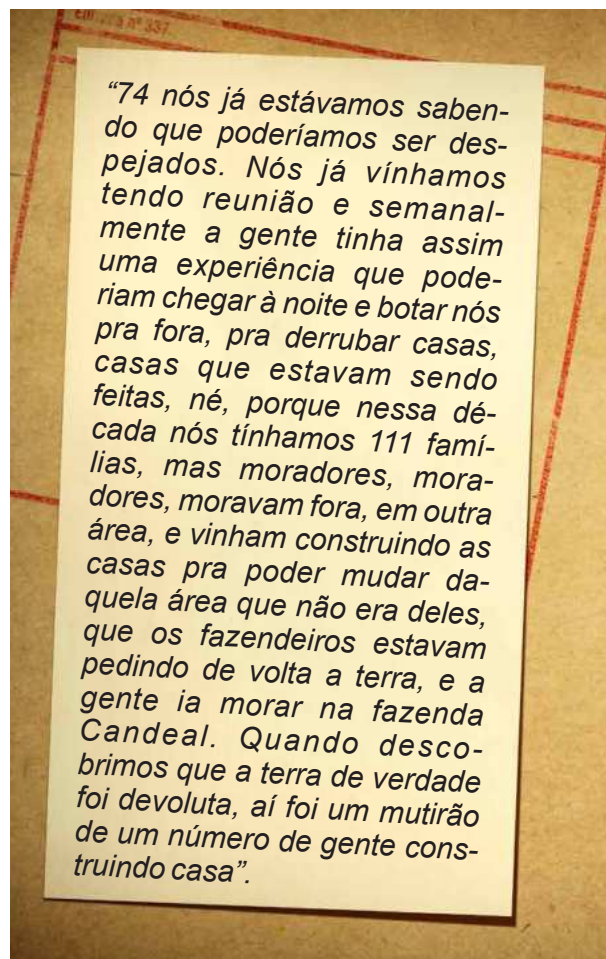
“Então o professor Amorim foi o prefeito que nós enfrentamos na época que, quando foi criar a praia lá na roça que nós morávamos, que era uma lagoa, a grande Lagoa Grande, é uma lagoa de história. Ainda hoje eu estava reunido com os alunos nossos lá da Universidade Federal do Recôncavo, e a gente priorizou já pra eles, que eles têm que estudar essa questão ambiental, a questão da revitalização da lagoa, e a questão do enfrentamento do êxodo rural”.

a gente descobre que é necessário, mas a gente não tem o conhecimento de pessoas que pudessem mostrar que a comunidade rural está enfrentando. Mas nós temos várias cenas de enfrentamento aqui com o município, que nós estamos se organizando a nível de secretarias que a gente precisa agora definir como enfrentar. Isso é enfrentamento. Isso é a mesma coisa que um copo d'água para nós, a gente tem clareza disso. Agora, a gente tem mais segurança porque temos essas pessoas – como eu disse – que estão do nosso lado, e tem pessoas nossas que estão estudando, que podem descobrir na escola essas coisas e podem levar pra comunidade.

Jorge Nery – Albertino e depois Hosannah. Por uma questão de ordem.

Albertino Carneiro – Eu queria pedir para Cassiano que colocasse a sua visão da morte de Joaquim, que é seu primo. Teve relação com esta luta, teve relação com a ditadura? Porque quem matou o seu primo foi um soldado da polícia que, inclusive, era da minha paróquia e participava de um grupo de jovens da minha paróquia. Foi pra lá dizendo que disseram a ele que havia lá na Matinha, na Matinha não, na Fazenda Candéal, era um local que a esquerda tinha pra treinar gente pra guerrilha. Você sabe isso? É por isso que, quando Geisel veio falar num Comício do candidato da ARENA em Feira, na véspera, eles foram lá. Eles chamam de limpar. Fazer a limpeza da área. Essa é a visão que eu tive. Eu tenho uma outra. Qual é a sua?

José Cassiano Pereira da Silva – A minha visão é a seguinte: Nesse período, era o período de “fazeção” de farinha. [celular toca e interrompe a fala] Então, é o seguinte: essa década aí era a década de “desmanchação” de farinha. Então nós temos o período de plantio, e o período onde todos nós na vivência, só fazendo farinha. Então, nessa década aí, nós estávamos já ameaçados, na década de 74, acho que é 74, isso aí. Então, nós já estávamos sabendo... 75 né? 74, então



pronto. 74 nós já estávamos sabendo que poderíamos ser despejados. Nós já vínhamos tendo reunião e semanalmente a gente tinha assim uma experiência que poderiam chegar à noite e botar nós pra fora, pra derrubar casas, casas que estavam sendo feitas, né, porque nessa década nós tínhamos 111 famílias, mas moradores, moradores, moravam fora, em outra área, e vinham construindo as casas pra poder mudar daquela área que não era deles, que os fazendeiros estavam pedindo de volta a terra, e a gente ia morar na fazenda Candéal. Quando descobrimos que a terra de verdade foi devoluta, aí foi um mutirão de um número de gente construindo casa. Nesse trabalho que a gente estava nesses mutirões, nessa luta construindo as casas, foi ameaçado que nós íamos, poderíamos ser despejados. Então, nós estávamos nesse período fazendo farinha, uma turma dormia de noite, uma turma ficava sempre mais acordada, pra poder ficar de vigília. Nesse dia de tarde, nós tínhamos tido uma

reunião do sindicato na segunda-feira, numa assembleia, e chamando atenção que poderíamos, qualquer momento, ser despejados daquela fazenda. Nós nessa retaguarda estávamos torrando farinha e Gavião que era o tesoureiro do sindicato, e tio Joaquim e mais uma outra turma, estava na “fazeção” de farinha. Então, nessa semana da “fazeção” de farinha, de tarde, chegou um caminhão de policial na fazenda tentando descobrir onde estava um lote de ladrão que estava escondido lá naquela fazenda, que era ladrão, dizendo que nós éramos ladrões, que tava tentando tomar terra do fazendeiro. Então tinha que botar pra fora aqueles ladrões. No que estava nesse embalo aí, o número de gente, quando ouviu falar, atirou foguete. Tinha essa experiência na cidade. Quando tivesse, estava todo mundo atendo. Qualquer notícia que tivesse, era um foguete que tinha que estourar. Quando atirou foguete, aí pronto. De repente, uma multidão de gente veio pra encontrar, a polícia já foi dando tiro. Nesse dar tiro da polícia, Joaquim já foi pegar a espingarda, quando ouviu dar tiro, ele picou fogo, foi fogo na polícia. A polícia não contou história, detonou. E Gavião e mais o outro foi arrastado, embarcado e trazido pra Feira de Santana.

Aí foi quando a gente esquentou de verdade, para entender, e aí foi a primeira vez que foi feita a manifestação em Feira de Santana. A morte de Joaquim, não enteramos calados. A gente fez uma manifestação na frente da casa do fazendeiro, e fizemos uma carreata em Feira de Santana. Então isso aí ficou claro. O primeiro enfrentamento que a gente teve, aí descobriu quem era da ditadura, quem era perseguido. Aí, dessa hora em diante que

“A morte de Joaquim, não enteramos calados. A gente fez uma manifestação na frente da casa do fazendeiro, e fizemos uma carreata em Feira de Santana. Então isso aí ficou claro. O primeiro enfrentamento que a gente teve, aí descobriu quem era da ditadura, quem era perseguido. Aí, dessa hora em diante que começamos a entender que, de verdade, nós tínhamos que ter muito cuidado, que de verdade os fazendeiros estavam indo lá com a polícia pra poder nos botar pra fora da fazenda Candéal”.

começamos a entender que, de verdade, nós tínhamos que ter muito cuidado, que de verdade os fazendeiros estavam indo lá com a polícia pra poder nos botar pra fora da fazenda Candéal. Pois é. Aí, foi que ajudou a nós entendermos o que era ditadura, o quê que queria dizer ser do grupo de fazendeiros que se ligava e fazia grilagem, e botava gado na roça da gente, que aconteceu muito isso na fazenda Candéal. Quem morava na beira da fazenda Candéal todo mundo foi ameaçado, as roças foram

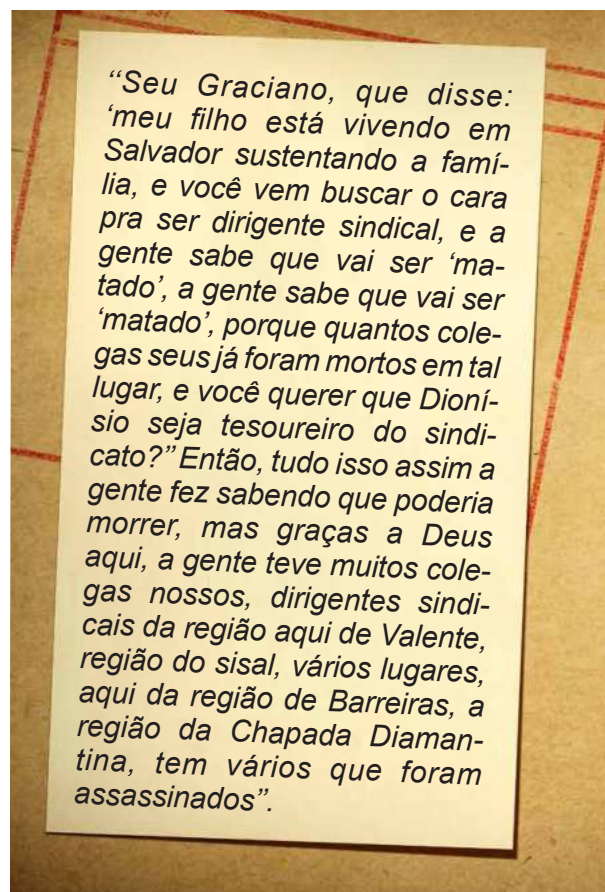
perdidas, várias roças nós entramos na justiça pra poder receber. Botava o gado na roça da gente pra poder comer as mandioca da gente. Então isso pra gente ficou claro.

Hosannah Leite – Casiano, eu tenho, eu tenho grandes lembranças da sua luta passada e da continuidade da sua luta no presente, ainda ligado ao movimento associativista, já que você era um dos líderes da associação dos trabalhadores da Lagoa Grande. Me recordo muito que ali, vizinho à sua casa, onde tinha a sede, aquele terreiro que

você fazia eventos, não somente sociais, mas eventos também sindicais e políticos. Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta já que você fez uma referência de que muitos companheiros lutaram. Você poderia deixar documentado o nome de pessoas que, durante aquele período, não somente desse despertar de consciência na luta contra a ditadura, mas outros companheiros que estiveram ao seu lado, e que fizeram história do movimento sindical rural, e que você podia deixar aqui o seu testemunho com o nome dessas pessoas para que nós possamos fazer, futuramente ou presentemente, a justiça devida àqueles que foram escondidos pela história oficial de Feira de Santana.

José Cassiano Pereira da Silva – E o vereador, nem lembra do vereador que teve, né. *[Duas falas ao mesmo tempo]* O vereador que teve, foi que roubou, quer dizer não vou falar essa palavra pesada, que desviou o dinheiro do feijão, lembra disso? Que a gente no sindicato denunciava né, os vereadores e deputados não acreditavam, depois a gente teve que ser ameaçado. O cara teve que ser escondido, Zé Barbosa. Zé Barbosa foi ameaçado de morte não foi uma vez só, os fazendeiros, por causa da reforma agrária, eram cinco fazendas que nós reivindicamos aqui da região de Feira pra reforma agrária. Nós tivemos Zé Barbosa, Dionísio, Pedro Pinho, José Ferreira Sales já é falecido. Mais. Dona Tereza, Dona Pureza, essas foram as mães da gente, Clotildes. Então essas pessoas todas foram as guardas de honra da gente, que quando a gente tinha dificuldade, a gente corria pegava elas, botava na frente do movimento pra poder apaziguar e dava força a nós não é. É... aí, depois dessa luta veio Conceição, veio Ninha né, mas essas aí já foram depois do enfrentamento. O sindicato já mais velho, né.

Agora, a nível de pessoas assim que nos ajudaram a tomar essa coragem, a tomar consciência, várias vezes assim o Colbert Martins. Pra nós, foi um dos que ajudou o MOC. Entre MOC e Albertino né, entre Colbert Martins e Albertino, foram os dois nomes assim, que nós tivemos forte pra ajudar. Colbert Martins, o pai, Colbert velho. Então, Luciano Ribeiro, outro nome também, aí veio [...], daquela época, até isso a gente já sabia fazer, reunião pra poder fazer esses enfrentamentos. A questão do Doutor Celso, aqui, que eu conheci foi através dessa luta né. Quem foram essas pessoas? Essas pessoas, nós tínhamos grande dificuldade de enfrentamento, essas pessoas apareciam pra nos ajudar, dar força e mostrar quais são as saídas que nós precisávamos. Quem era de apoio que nós contávamos. O apoio de Dom Silvestre. Quantas reuniões nós tivemos com Dom Silvestre que Albertino articulou. Aquele padre que já faleceu, padre Galvão, foi um



outro que ele ficava, ele não sabia se ficava a favor da gente ou e ficava contra nós. Padre Nelson, um ex-padre que veio pra aqui e nos ajudou, veio morar aqui no Centro Diocesano. Está vivo ainda hoje né. Nelson, através de Dom Epaminondas, ajudou muito nós nesse trabalho.

Então, acho que pessoas assim, se você perguntar, acho que mais ou menos assim deve ter um outro, mas de nome mais direto, que enfrentou de nós, agricultor que enfrentou, que sabia que podia morrer, né. Sábado agora foi enterrado o pai de Dionísio, Seu Graciano, que disse: “meu filho está vivendo em Salvador sustentando a família, e você vem buscar o cara pra ser dirigente sindical, e a gente sabe que vai ser ‘matado’, a gente sabe que vai ser ‘matado’, porque quantos colegas seus já foram mortos em tal lugar, e você quer que Dionísio seja tesoureiro do sindicato?” Então, tudo isso assim a gente fez sabendo que poderia morrer, mas graças a Deus aqui, a gente teve muitos colegas nossos, dirigentes sindicais da região aqui de

Valente, região do sisal, vários lugares, aqui da região de Barreiras, a região da Chapada Diamantina, tem vários que foram assassinados.

Albertino Carneiro – Eu não sei se eu vou fazer uma pergunta, ou se é um depoimento. Mas aconteceu o seguinte: eu estava numa reunião do partido, da plenária que eu fazia parte, e um colega meu que era também advogado e era o meu conterrâneo lá de Riachão, já morreu, ele me disse, quando eu coloquei pra o... que tava havendo essa dificuldade lá, eu não sabia que ele era o advogado do grileiro. Ele disse: "Olha, Albertino, saia dessa porque trabalhador rural tem medo de polícia. É só a gente levar a polícia lá, eles correm pro outro lado." Eu disse "Não é bem assim não, cuidado", bom, isso ele me disse, e não disse que era o advogado de lá. No encontro de cursilho, eu estava falando sobre fé, e quando eu dizia "Eu creio em Deus pai", eu digo "eu creio na vida". Pai é ligado à vida. Quando eu digo "eu creio em Deus filho", pra mim, é ligado à verdade. Quando eu digo "eu creio em Deus, no Espírito Santo", pra mim, está ligado à solidariedade, à comunidade. E então, a gente, quando a gente recita isso, será que a gente pensa no que está dizendo? Por exemplo, eu to vivendo um caso, (aí, vem o caso de vocês) eu to vivendo um caso onde tem um cursilhista que está defendendo um grileiro, pra botar pra fora 120 famílias mais ou menos, e há um outro advogado, que é ateu, que ta defendendo a... esse grupo, porque. pra eles, se terminar a terra, pra onde eles vão? Eles vivem da terra Então, quem é que crê mais na vida? É esse cursilhista ou é esse ateu? Aí eu concluía que há o ateísmo dos cristãos e há o cris-

tianismo nos ateus.

Bom, mas nessa coisa aí, passaram poucos dias, o Geisel vinha para aqui. Eles aproveitaram. Só que foi burrice deles porque eles aproveitaram, mas não prepararam o terreno pra ele. Aproveitaram a vinda de Geisel e falaram com o comandante, e levaram lá na tardezinha. O Geisel vinha, parece que num sábado ou num domingo, na sexta-feira de tarde, é que esse pessoal foi pra lá. E aí quando eu

disse, eu me lembrei do que ele falou comigo, "saia de baixo dessa. Saia de baixo porque esse pessoal quando vê policial, foge." Eu disse "pode não ser bem assim", porque eu já conhecia o pessoal. E eles terminaram indo lá, e no que foram tinha uma pessoa que estava dentro de uma casa que estava sendo construída. Aí, quando ele viu o pessoal, os policiais chegando lá fardados, ele] atirou na direção e correu. E era o pai do menino dono da casa que forjou aquilo. Aí o rapaz, não sei se foi ordem do comandante ou

não, correu atrás dele e atirou pelas costas e matou.

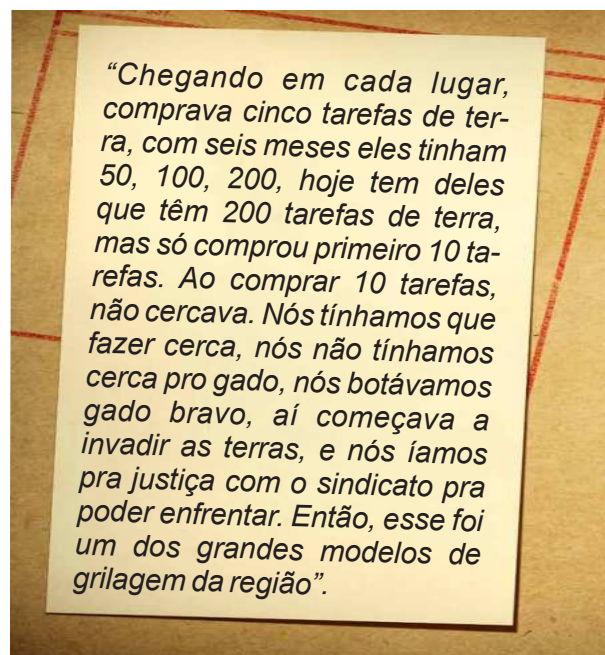
Hosannah Leite – Cassiano, eu queria somente completar essa colocação de Albertino, pra que quando você fizesse a sua intervenção... Fala-se muito aqui de grileiros, grileiros, grileiros que existiam. Sabe-se que aquela luta foi uma das lutas fortes que o movimento de trabalhadores rurais enfrentou em Feira de Santana. Você poderia declinar nomes de pessoas que eram tidas como grileiros, naquela época? Quem eram as pessoas que resistiam à existência dessa comunidade? Até pra que a gente possa, não só de um lado registrar aqueles que heroicamente souberam lutar, defen-

der os princípios dos trabalhadores rurais, mas também deixar registrado na história quem foram as pessoas que adotam postura de grilagem, posturas de buscar dissolver aquilo que era sublime para o trabalhador, que era sua organização.

José Cassiano Pereira da Silva – É, e estava tentando botar aqui pra ver se eu me lembrava de uns nomes. Portugal tinha fazenda do lado, Noel. Noel Portugal, ele que é parente, é primo né? Noel Portugal foi o grileiro forte da fazenda Candéal. Assumiu. Não era ele, mas assumiu da família a linha de frente, né? Parece que ele era dono da fazenda e fazenda Carioca. Mas a fazenda Candéal, esse entorno...

Plateia – Ele cercou, inclusive, a água que tinha lá, proibindo que o pessoal tivesse acesso. E foi quem chamou a polícia.

José Cassiano Pereira da Silva – Isso. O fazendeiro foi esse, o primeiro, né? Da fazenda Candéal foi esse. Nesse aí, porque a fazenda Portugal era grande, né? Então, vamos dizer assim, Artur lá em São José, né? A fazenda que Artur Moraes tinha, e Carlito, então Carlito era herdeiro de Arthur. Então Arthur não enfrentou tanto assim. Ele ameaçava, porque era delegado, todo mundo tinha medo dele. Albertino falou isso aqui, confirmado. Todo mundo tinha medo do delegado, quando ia buscar a polícia pior ainda né. Mas esse era o período de 70 pra trás. De 70 pra frente, foram tomando consciência e foi mudando isso aí. Aí, não só Artur enfrentou o problema, aí Carlito. Aí, na mesma fazenda que tinha em São José, que tem a fazenda Portugal, Carlito veio da marinha, Carlito era marinheiro, aí veio embora e veio herdar essa parte da grilagem. Então, teve esse Portugal, teve o Noel, Carlito, e na mesma família também, na mesma herança da terra, que foi em quatro que eles herdaram, aí veio também Hermenegildo. Tem também o filho de Hermenegildo querendo enfrentar. Quando ele já veio, já tinha uma resistência, e eles viram que não era mais como era antes. Aí, se aquietou mais, porque o



sindicato começou a enfrentar o problema. Aí, eles decidiram que, com a fazenda Candéal ganha, eles não tinham mais fogo pra poder conseguir crescer mais. Mas o número de fazendeiros, mandados por eles, que soltava, botava gado. Chegando em cada lugar, comprava cinco tarefas de terra, com seis meses eles tinham 50, 100, 200, hoje tem deles que têm 200 tarefas de terra, mas só comprou primeiro 10 tarefas. Ao comprar 10 tarefas, não cercava. Nós tínhamos que fazer cerca, nós não tínhamos cerca pro gado, nós botávamos gado bravo, aí começava a invadir as terras, e nós íamos pra justiça com o sindicato pra poder enfrentar. Então, esse foi um dos grandes modelos de grilagem da região. Só que em outros lugares, Jaguará. Jaguará foi a área mais assim... que o sindicato não entrava, né? Porque Jaguará era só fazendeiro mesmo, e o pessoal era empregado pra tirar leite. Pra nós conseguirmos entrar lá, pra fazer sócio mesmo em Jaguará, foi de 86 pra frente. De 86 pra trás, o pessoal vinha se filiar no sindicato, mas nós não podíamos fazer reunião na comunidade. Era uma área muito cercada, então, todo mundo era de medo. Mas as terras que nós indicamos pra reforma agrária foram tudo na área de Jaguará. E aí, os cabras botaram testa e o pessoal não tinha coragem de conseguir enfrentar. Mesmo morando em

cima da fazenda, mas não tinham coragem de conseguir segurar o pedaço dele que tinha direito como posse.

Hosannah Leite – Oh Cassiano, existia naquela região de Bonfim, fronteira com Anguera, existia uma associação que tinha como um dos dirigentes, ainda é vivo, Cloves. E eu gostaria de saber, eles criaram associação ali, tiveram movimento também efetivo no meio dos trabalhadores rurais. Você poderia fazer alguma referência à luta daqueles trabalhadores? E falo isso, e me desculpe tornar a dizer, eu sou filho de Bonfim de Feira, conheço aquela luta de resistência daquele pessoal que mora naquela zona rural de trabalhadores locais, e é uma luta também, ao lado da sua luta, e do pessoal da Matinha, pessoal de Maria Quitéria, é uma luta também que deve ser registrada.

José Cassiano Pereira da Silva – É rapaz. Esqueci, viu? Falei só da minha área e esqueci. Na hora que nós tomamos o sindicato, cresceu no município todo. Então, de verdade, Cloves, Carmosino, hoje é até um dirigente sindical, que na época não estava aqui, estava em São Paulo, mas está no sindicato agora, veio embora e era um trabalhador rural. Seu Edilné, que é vizinho de sua fazenda lá. Então, o que é que acontece? Em Bonfim de Feira, depois da fazenda Candéal, foi o outro marco nas serras, aquela serra ali do Caboronga. Estou lembrando aqui o nome dos fazendeiros que nós enfrentamos ali em Anguera, e a terra era divisa, Bonfim - Anhanguera, aquela região ali. Então aquelas serras todas, subi caminhando pra medir mais Zé Barbosa e Nelson. E nós tínhamos um medidor de terra de todo o conflito, me esqueço nome daquele senhor,

que já morreu, pai de... Então ele era medidor de terra e nós conseguimos, o sindicato, com essa pessoa, pra gente descobrir toda essa área de posse que o pessoal morava lá, e os fazendeiros queriam botar pra fora, e encontramos essa Caboronga ali, aquela serra toda foi dividida com as famílias que moravam e o fazendeiro não conseguiu pôr pra fora aquelas famílias. Alguns venderam, alguns que não queriam se meter com grana, ação e achavam que com grito não se ganhava questão, alguns venderam as terras para os

fazendeiros. E outros não aceitaram e tiveram que dividir aquelas terras todas de Caboronga. Na área de Bonfim, Terra Nova, que é divisa até que o pessoal chegou lá e descobriu que teu pai, família sua lá do Bonfim, então ali teve muita área daquela que o pessoal regularizou a terra, e não teve briga o fazendeiro não quis botar pra fora. Alguns já tinham cercado, já tinham negociado, mas tiveram outros que ficaram à vontade, e a gente teve que documentar a terra. Então, Bonfim, Jaguará, Tiquaruçu, todos esses distritos, o próprio Humil-

des também, nós tivemos vários enfrentamentos, eu não tenho hoje na mão, mas no sindicato tem tudo arquivado. Todas as áreas onde tiveram enfrentamento e tiveram alguns lugares que os grileiros não foram tão fortes.

Plateia – Eu quero fazer uma ligação aqui, Cassiano. E se eu não tiver razão, você me conserta. Mas, essas lutas sociais, especialmente essa de vocês, na zona rural, e outras tantas, tiveram, em Feira de Santana, uma espécie de alicerce, de colunas muito fortes que foram as eleições para prefeito a partir de 1973, quando o MDB retomou a prefeitura com Zé Falcão, e

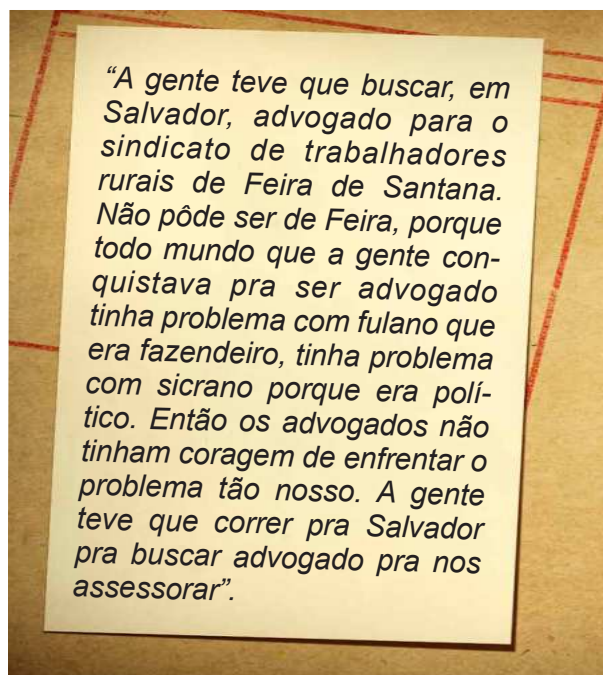
“Teve muita área daquela que o pessoal regularizou a terra, e não teve briga o fazendeiro não quis botar pra fora. Alguns já tinham cercado, já tinham negociado, mas tiveram outros que ficaram à vontade, e a gente teve que documentar a terra. Então, Bonfim, Jaguará, Tiquaruçu, todos esses distritos, o próprio Humil- des também, nós tivemos vários enfrentamentos, eu não tenho hoje na mão, mas no sindicato tem tudo arquivado. Todas as áreas onde tiveram enfrentamento e tiveram alguns lugares que os grileiros não foram tão fortes”.

colocou lá algumas pessoas sensíveis e comprometidas com esses movimentos. Em 1973, 1975, eu inclusive entrei na procuradoria e foi seguido em 76, com eleição de Colbert, que assumiu em 77 com muito mais arrojo, também, claro, a abertura já, da ditadura já permitia um pouco mais. Então o governo de Colbert já foi um pouco mais avançado. Então, esse momento político de Feira de Santana refletia muito apoio, muito combustível pra esses movimentos sociais, especialmente na zona rural. Eu queria que você falasse sobre isso, se é verdade essa minha reflexão.

José Cassiano Pereira da Silva – É verdade. Tanto que eu tinha muita coisa, mas a gente não conseguiu, não deu tempo da gente fazer um caderno. Sinval me convidou, e não tive tempo de verdade de sentar com Eduardo ou com outra pessoa, com Barbosa, pra gente poder arrumar assim mais ou menos as décadas de caminhas, de luta, não foi possível encontrar eles. E eu vim mesmo assim sem nada porque não deu tempo. Mas você lembrou de verdade um dos nomes, que o senhor lembrou aí, Osvaldo Brasileiro. Não é? O enfrentamento com o próprio prefeito [Aurélio Miguel], isso, pois é, nós já tivemos essa ousadia de reunir com o prefeito e já querendo indicar quem é que tinha que ser o prefeito.

Então teve isso. Zé Falcão como prefeito, Zé Falcão foi advogado da nossa família, nem lembrei de falar isso. Zé Falcão foi um dos que o cara queria tomar, o Noel Portugal, queria, na herança dos meus... pai da minha esposa lá, teve que procurar doutor Zé Falcão pra ser advogado, que era do Banco do Brasil, e teve que procurar ele pra ser o advogado da família porque a gente não tinha confiança. Até isso a gente descobriu, quem eram as pessoas que poderiam ser advogado pra nós, aqui, em Feira de Santana.

Foi difícil falar isso, o senhor lembrou bem, muito difícil pra gente conseguir advogado de confiança em Feira, porque de



verdade, rapaz... Não dá pra falar assim não, tinha que ter anotado mesmo. O bojo de advogado, quando chegava na Justiça, o senhor era um dos advogados, que pra gente indicar quem é que pode ser um advogado nosso pra Feira de Santana. Nós tivemos o enfrentamento com João Durval, na barragem de Pedra do Cavalo. Está vendo que ele está lembrando aí? Coisas que avançaram, que eu não estava lembrando. A gente teve que buscar, em Salvador, advogado para o sindicato de trabalhadores rurais de Feira de Santana. Não pôde ser de Feira, porque todo mundo que a gente conquistava pra ser advogado tinha problema com fulano que era fazendeiro, tinha problema com sicrano porque era político. Então os advogados não tinham coragem de enfrentar o problema tão nosso. A gente teve que correr pra Salvador pra buscar advogado pra nos assessorar.

Na área política, com Colbert Martins, aí sim, aí eu digo, nós tão cedo não vamos ter outro prefeito em Feira, eu acho que tão cedo nós não vamos ter uma outra pessoa com o perfil de Colbert Martins teve, e o pouco de José Falcão, que Colbert foi muito mas, mas José Falcão Colbert trouxe, a gente confiou e apostou em José Falcão e José Falcão foi uma administração boa, e Colbert, além de administrador, servia de

pai pra orientar e até dizer quem era o advogado que podia ser nosso advogado. Colbert Martins fez muito isso com a gente, formava uma equipe.

Hosannah Leite – Oh Cassiano, eu participei dessa época, como secretário de Colbert, me lembro de reuniões que eu fiz lá na associação, eu era contador e fui secretário da área agrícola em Feira de Santana. Me recordo que foi uma dificuldade muito grande pra poder tentar fazer serviços agrícolas por parte da prefeitura, partindo de movimentos ligados às comunidades.

Eles reivindicavam que serviço queriam fazer e a gente em decorrência disso efetivava. Olhe, então eu só quero fazer uma referência, e também mais para falar agora, da importância que tem dessas lutas sociais nessa época, como forma de combate aos princípios da ditadura de então, que a gente vivenciava. Era uma ditadura ligada às elites, ligada aos segmentos ruralistas, e os trabalhadores sempre eram colocados em segundo plano.

Por conta disso é que fiz referência, em algumas perguntas a você, Cassiano, quem foram pessoas que tiveram posição de algoz naquela época, e quem foram aqueles que marcaram com suas presenças o movimento de resistência através das suas atividades, como forma de inserção numa luta ao combate da ditadura, que era uma luta de combate classista, uma luta a partir de posições eminentemente ideológicas, que caracterizavam como os trabalhadores faziam as suas lutas na cidade, no campo e como os profissionais também liberais se inseriam nesse processo. Eu pessoalmente quero enaltecer você, Cassiano, que teve uma trajetória de luta nessa época, Dionísio, a tantos outros

que também naquela época, pra não citar mais nomes, e dizer que, por serem trabalhadores rurais, muitas vezes a sociedade urbana desconhecia seus movimentos. E era uma dificuldade naquela época, porque imprensa falada, escrita – nós não tínhamos internet naquela época – não documentava a luta desses trabalhadores, e esse seu depoimento, e essas intervenções aqui feitas, servem para que fique registrado na Comissão da Verdade, verdades que aconteceram naquela época.

“Era uma ditadura ligada às elites, ligada aos segmentos ruralistas, e os trabalhadores sempre eram colocados em segundo plano. Por conta disso é que fiz referência, em algumas perguntas a você, Cassiano, quem foram pessoas que tiveram posição de algoz naquela época, e quem foram aqueles que marcaram com suas presenças o movimento de resistência através das suas atividades, como forma de inserção numa luta ao combate da ditadura, que era uma luta de combate classista, uma luta a partir de posições eminentemente ideológicas”.

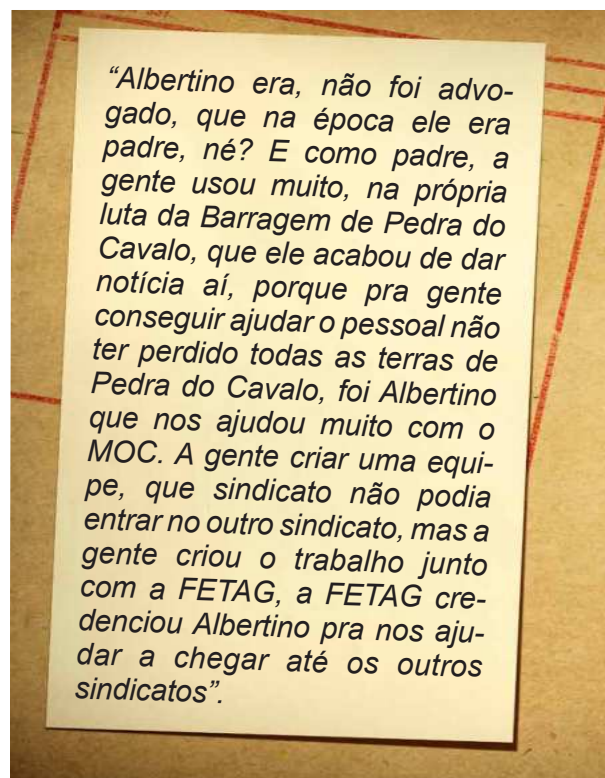
José Cassiano Pereira da Silva –

Me permita a palavra, que a gente vai se lembrando. Sabe o que aconteceu? O que tinha naquela época era jornal. Nossa matéria não podia sair no jornal, não saía no jornal. O rádio, a Sociedade, só às vezes, mas que assunto, nós tínhamos que falar primeiro pra sair na rádio, não deixava a gente chegar na rádio hoje e fazer entrevista, tinha que falar primeiro o que é que queria pra poder saber se podia ou não falar aquilo. A Rádio outra não recebia nós. A Rádio Cultura, Rádio Carioca, a gente não tinha. Tanto é que a gente

se viciou na Rádio Sociedade porque foi abrindo devagarzinho, um pouquinho, e as outras não abriam. Quando as outras vieram abrir, a gente perguntava vale a pena a gente ir lá? Se elas não ouviam a gente? De que serve a gente ir lá falar, se ninguém está ouvindo na roça, ou então se ouvia dizia que era mentira? Então isso que você lembrou aí, me lembrou essa questão que de verdade no jornal, muita coisa da gente no jornal não “materiava”, só “materiava” contra. Quando a gente ia defender, a gente, todo dia, Zadir Marques Porto foi o único jornalista que, às vezes, quando a gente ia... aquela matéria não foi, quando

ele ia ler a matéria, de verdade o jornalista tinha acrescentado, mentido na nossa matéria. Aí, fazia outra matéria, só Zadir Marques Porto que a gente pedia, até pagar a matéria pra fazer no jornal, pra poder “desdizer” o que nós não dissemos e no jornal que tava escrito.

Albertino Carneiro – Eu queria fazer uma situação, não sei como é que chama isso. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira foi fundado pelos patrões rurais. Para não permitir que o trabalhador estivesse à frente. E havia um político, que era vereador por muito tempo, no Distrito de Ipuacu, Vavá Machado, que era quem dominava a diretoria do sindicato, desde quando foi fundado em 71, até 75. Eles botavam e tiravam os presidentes do sindicato. Só depois dessa morte de Joaquim, depois dessa luta lá, que se fez um trabalho ligado aos trabalhadores rurais, é que eles tiveram coragem de fazer uma chapa contra. E não era isso só não. Claro que não era Osvaldo Machado só, Osvaldo Machado era o representante dos políticos que queriam continuar aquele estilo de sindicato, quando foi fundado no governo de Médici para substituir o INSS. O sindicato não era pra fazer defesa da classe. O sindicato era pra dar receita, era pra preparar, pra contratar dentista e médicos para o povo e óbito. Somente, só. Então não se tinha uma luta de classe, não se tinha uma organização de classe, e quando acontecia isso que os políticos vinham, vinham também como políticos, não vinham como gente representante da classe. Esse período, vocês podem ver, foi fundado o sindicato no Brasil do meio rural foi fundado em 71, para substituir o Funrural. Pra ajudar, pra fazer a vez do Funrural. Um exemplo disso, você deve lembrar, foi lá na Pedra do Cavalo, no município de Santo Estevão, o mesmo agente do Funrural, era o presidente do sindicato. E, por isso, o pessoal não sabia se ali era sindicato ou se era Funrural. E foi difícil, e nós tivemos dificuldade exatamente. Lá em Santo Estevão foi um dos lugares piores que a gente encontrou para enfrentar a substituição de moradia do



pessoal que foi desalojado. Por que? Porque pra gente conseguir alguma coisa foi preciso botar um outro companheiro dele na chapa dele, pra tirá-lo sem ele sentir que estava saindo. Mas não era fácil. Então, eu acho que está nesse ponto aí também, que a gente não tinha e vocês só vieram ter um sindicato de trabalhadores, uma diretoria de trabalhadores no sindicato de 75 em diante. Exatamente coincidiu, foi logo depois da luta de lá da morte de Joaquim que vocês criaram coragem, porque a gente também não teve apoio da FETAG, que o secretário da FETAG era daqui e era um desses do lado dos patrões, não do lado dos trabalhadores rurais.

José Cassiano Pereira da Silva – Isso é verdade, eu queria até dizer isso que Albertino... Poderia até me ajudar mais a fazer a exposição, se eu tivesse me lembrado de ontem ter batido um papo com ele, eu anotava mais coisa. Que ele está bem lembrado. Mas é o seguinte: Albertino era, não foi advogado, que na época ele era padre, né? E como padre, a gente usou muito, na própria luta da Barragem de Pedra do Cavalo, que ele acabou de dar notícia aí, porque pra gente conseguir

ajudar o pessoal não ter perdido todas as terras de Pedra do Cavalo, foi Albertino que nos ajudou muito com o MOC. A gente criar uma equipe, que sindicato não podia entrar no outro sindicato, mas a gente criou o trabalho junto com a FETAG, a FETAG credenciou Albertino pra nos ajudar a chegar até os outros sindicatos. Ainda completando isso que Albertino falou aí, a compreensão da gente deixar de acreditar no Funrural e começar a acreditar no sindicato, foi a partir de 72, 73, 74, que a gente conseguiu separar o que era do sindicato e o que era Funrural. Então aí, nós conseguimos esse trabalho de conscientização e o número de sindicatos, de pessoas do município que tinham na comunidade. Vamos dizer assim, olhe: tiveram pessoas nossas que fundaram o sindicato e eram contra a gente. Pessoas com carteira número 5, número 10, número 12. Pra gente fazer esse pessoal acreditar em nós do sindicato, foi depois de 75, depois da morte de Joaquim, que também era parente.

As pessoas foram pro sindicato, mas foram pelo punho do político. O camarada levou o trabalhador rural pro sindicato pra receber semente. Pro cara deixar de acreditar no cara que dá uma sementinha, que todo ano distribuía semente, pra acreditar em nós com a luta da organização do trabalho, foi muito difícil pra acreditar isso. Então hoje nós ainda temos vivas pessoas que fundaram o sindicato na época, mas pra vir acreditar no sindicato foi depois de 75, depois da morte de Joaquim, depois das vitórias que conquistamos no sindicato e aí mostrar o que era Funrural, e o que é que o Funrural deve fazer, e o que era que sindicato deve fazer. Começamos a acreditar mais e ficar forte

mais no sindicato. Então acho que é isso. Com essa ajuda que Albertino mais professor Clóvis e Hosannah, professor Clóvis não, professor Celso Pereira, nos ajudou muito. E um outro cara veio ajudar nós bastante, foi vereador também com você, e que foi do Banco do Brasil, que viveu demais com nós, foi Doutor Clóvis Lima, né? Foi um homem assim, que nós na área rural, ficou. Era Zé Falcão, Colbert, Clóvis Lima, Hosannah, Albertino e professor doutor Celso Pereira, Celso Daltro e Celso Pereira, os dois. Pois é, é isso aí.

“As pessoas foram pro sindicato, mas foram pelo punho do político. O camarada levou o trabalhador rural pro sindicato pra receber semente. Pro cara deixar de acreditar no cara que dá uma sementinha, que todo ano distribuía semente, pra acreditar em nós com a luta da organização do trabalho, foi muito difícil pra acreditar isso. Então hoje nós ainda temos vivas pessoas que fundaram o sindicato na época, mas pra vir acreditar no sindicato foi depois de 75, depois da morte de Joaquim, depois das vitórias que conquistamos no sindicato e aí mostrar o que era Funrural”.

Jorge Nery – Queremos agradecer Cassiano pelo precioso depoimento, aliás hoje, precioso depoimento do Monsenhor Luiz Rodrigues, do Cassiano nos oferecendo aí informações e análises extremamente importantes. Agradecer a ele e agradecer pela sua coragem e por sua biografia, como trabalhador, negro, num país que é racista, classista, que perseguiu os trabalhadores, e que marcou também por violência discriminação o povo negro. Pela sua biografia, pela sua coragem, e pela sua luta, viu? Nós agradecemos muito seu testemu-

nho.

Sinval Galeão – Eu queria passar aqui a fala pra Cassiano, o formulário que você pode preencher e depois passar pra gente. Que vai daqui até o 27 (mostra o documento), como testemunho desse trabalho seu e do sindicato. Tem até... você leva e preenche com calma, e depois deixa lá comigo. E queria fazer também um pedido a José Cassiano, que ele junto ao sindicato rural, consiga levantar os documentos que ele disse que o sindicato dispõe, tirar cópia e nos enviar pro Memorial da Verdade, ficando como prova

da luta do trabalhador rural aqui na nossa região. Obrigado.

José Cassiano Pereira da Silva – Eu queria... eu lembrei aqui do Dom Luiz Rodrigues, no sentido que pegava o depoimento dele né, que tinha algumas coisas que quando Dom Itamar tava nos últimos dias, eu fiz questão de ligar pra Dom Itamar pra agradecer a força que ele deu no nosso trabalho, não é, quando tava vivo, quando tava forte, com o bispo Dom Silvestre. Aí Dom Luis, quando ele chegou em Feira de Santana ainda, eu tava lembrando aqui que eu conhecia muito da história dele aqui em Feira de Santana, e eu senti muito de não ter acompanhado o depoimento dele, até pra poder ter me enriquecido mais de algumas coisas que ele lembrasse, que dava pra poder ter lembrado na passagem da luta.

Mas dizer a todos vocês, que esse trabalho da verdade pra gente, acho que pra nós em Feira de Santana, está enriquecendo muito, enriqueceu muito, esse trabalho da Comissão da Verdade. Quando eu ouvi falar da Comissão da Verdade, teve uma reunião que eu perdi, teve uma outra em Salvador que teve, lutei pra estar presente, que era até pra estar me memorizando mais toda essa história da gente. E a gente pudesse deixar registrado esses dados, porque com o passo que a gente está vendo agora, com a renovação que a gente está vendo na própria Igreja, não é?

Assim muitas coisas que eu digo assim, que aconteceram com nós, não foi "ah, é porque é a cabeça", a cabeça da gente vai a cada dia modificando né, e a gente vai se renovando. Tem muita coisa assim hoje, eu vejo hoje, dentro da Igreja hoje, de renovação, de novos passos que a Igreja está dando, junto com a comunidade, junto a nós, como pessoa, como cidadão. Aí, eu queria também citar isso, aqui junto à Comissão da Verdade, porque a Igreja pôde assim, pedir perdão a nós que houve de muitas coisas que a Igreja, era cometido, mas se não, quer dizer, quando ele veio descobrir que estava contra o ser humano, que tava contra pessoas, já tinha acontecido fatos. Aqui em Feira houve isso, não é? Então eu vejo que a nova ação que a Igreja está, pelo novo papa que a gente tem, pelo novo passo que a Igreja ta dando, eu também queria desejar essa palavra assim, de fortificação a Dom Luiz, e com essa mudança do Dom Itamar vai fazer em Feira de Santana, eu acho que é um marco que eu queria deixar registrado aqui, um marco pra quem, os padres novos que estão chegando, e quem está ficando com essa responsabilidade na mão como Dom Luiz, como outros padres que eu estou acompanhando, eu não perco o programa. Então dizer assim que é de grande satisfação nessa marcação da verdade, dessa mudança que nós temos, que todos nós como ser humano e cidadão assumindo nisso, é um comprometimento muito comprometido com nós mesmo cidadãos. Obrigado.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
15 de outubro de 2014 - Módulo 7 da Universidade Estadual de
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE:
HILDETE GALEÃO DOS SANTOS

Hildete Galeão dos Santos, filha de Oswaldo Galeão, que era integralista sofreu junto com a família a prisão, tortura e exílio do irmão comunista Sinval Galeão. Passou um tempo em casa de tios, no Rio Grande do Sul, onde estudou dança e ao retornar para Feira de Santana abriu uma escola de dança e trabalhou no teatro. Também trabalhou no jornal Gazeta do Povo, fundado por seu pai e na Secretaria da Fazenda do Estado. Nunca foi militante política, foi testemunha e vítima das consequências da ditadura.

*Texto não revisado pela depoente.

***Hildete Galeão dos Santos**

Gente, meu bom dia e, pela primeira vez, eu ouvi coisas que minhas filhas ouviam, que os comunistas comiam crianças. [riso] Comiam gente! Isso é uma coisa que eu ouvi pela primeira vez aí do companheiro. E outra coisa, presente aqui o Monsenhor, um padre, um pastor, pra não dizer a religião, entendeu? Eu queria saber se eu podia começar assim, lendo uma poesia minha. Pode ser? Que a minha filha fez, pra Sinval Galeão. E quanto aos artistas, eu quero dizer que Hosannah Leite fazia teatro, era artista. Eu trabalhei com o irmão de Celso, entendeu? Eu não sei porque a falta dos artistas, aqui na Comissão da Verdade. Está faltando os artistas!

Plateia – Não, o Luciano Ribeiro...

Hildete Galeão dos Santos – Luciano Ribeiro foi um companheiro, estava aqui, ele veio pra me ouvir. Mas eu teria que ter tempo pra levantar o que eu teria que falar da revolução. Porque eu tinha que falar de mim, de meu irmão, do meu pai que era integralista, e da minha mãe, o que a minha mãe sofreu. Então eu vou declamar pra o padre ali, pro pessoal, o que a minha filha fala do comunista. Ela diz assim:

*"Dizem que tenho ideias subversivas,
e que fujo das regras democráticas.*

*O anticomum por ser comunista,
por ser comunista com base nas
práticas.*

*Dizem também, que sou ateu, um anti
social, sem religião.*

*Que sou o avesso do meu próprio eu,
encarnado no verbo da inspiração.*

Vejamos juntos, quem sou realmente:

*E se vale a soberba de tal ironia,
pois trago no peito,*

*a viva semente da razão que hoje
brota.*

Em poesia.

*Que bom seria se a chibata abstrata,
Não ferisse o corpo do trabalhador,
e na cela, a fome resgatada,
morresse faminta do nosso suor.*

*Que bom seria a minha morada,
se nela habitasse a comunhão.*

*A igualdade não mais sufocada,
a pobreza sem repartição.*

*Ser comunista é ser comum a todos,
sem haver interesses recíprocos.*

*É estender a mão em sentido
verdadeiro,*

*na consciência dos momentos mais
críticos.*

*Sim, tenho um Deus sublime,
triste daquele que me chama ateu.*

O meu Deus ama, não oprime.

O meu Deus é comunista como eu."

Essa poesia foi feita pela minha filha, uma garota, Suzete Galeano. Ana Montenegro voltou aqui várias vezes, me pediu pra recitar na Câmara de Vereadores, quando tinha qualquer sessão:

"Linda cor, das auroras rosadas,
das bromélias do meu sertão.
Até Deus quando disse: 'a luz seja feita!'
De vermelho pintou o sertão»

Isso aqui é pra quebrar o problema do cotidiano da Comissão da Verdade, foi feita dedicada a mim, entendeu? Agora, eu realmente não vim com... Eu teria que ter pelo menos quatro ou cinco dias, e ele anteontem chegou... Mas o que tiver que falar eu estou aqui, entendeu? E eu sou... Meu nome é Hildete Galeão dos Santos, filha de Oswaldo Galeão, que era integralista, e eu tinha um irmão que era comunista. Tenho. Então, eu fui criada assim, à base do voto de cabresto. Então, eu tinha, nós, os filhos de Oswaldo Galeão, nós íamos, na época de eleição, na casa dele: "meu pai, cadê o meu papel?" Meu papel era pra ir votar né. Eu acho que isso aconteceu bastante.

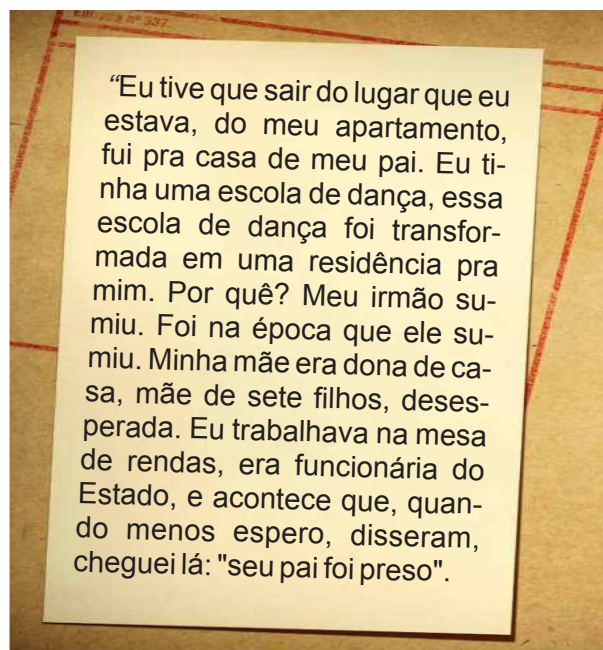
E eu vim do Rio Grande do Sul, passei um tempo lá com meu tio, que meu pai era funcionário público, e teve que mandar dois filhos, eu e meu outro irmão mais velho, por falta de dinheiro realmente pra estudo. Eu, aí, fiz curso de dança, e vim como uma pessoa disposta a tudo pra Feira de Santana, quando eu voltei. Então, eu trabalhava com meu pai na Gazeta do Povo, eu fundava associações, eu fundei a Associação Gastão Guimarães, ele morreu eu estava em Caxias do Sul, em 1954. Eu era uma pessoa que vivia tirando fotos daquelas mulheres com as tetas de fora, com as crianças desnutridas, tudo isso para o jornal né. E acompanhava Sinval também nas reuniões. Não assim, militante de conhecer tudo, mas fazia teatro, fazia dança, seu Hosannah deixou o teatro mas foi um grande ator em Feira de Santana, Celso tinha um irmão que era meu colega de teatro, Feira de Santana era um reduto, o

Luciano Ribeiro, Antônia Veloso. Eu sinto falta de não estarem aqui os artistas. Geraldo Lima, César Ubaldo... Gente! Foi muita gente.

Então, eu estou dizendo, nós sofremos muito. Muito mesmo, na época da revolução. A revolução estourou pra mim, assim, desesperadora. Porque eu tinha me casado, eu tinha uma filha, e o médico disse: "Olhe, depois de um ano você pode ter outro filho". Só que sete meses eu engravidei, está entendendo? Eu tive uma em 1963, em 1964, quando estourou a revolução, eu estava com dois meses de grávida dessa outra filha que fez a poesia. Então... aí começa a minha história, né. Eu tive que sair do lugar que eu estava, do meu apartamento, fui pra casa de meu pai. Eu tinha uma escola de dança, essa escola de dança foi transformada em uma residência pra mim. Por que? Meu irmão sumiu. Foi na época que ele sumiu. Minha mãe era dona de casa, mãe de sete filhos, desesperada. Eu trabalhava na mesa de rendas, era funcionária do Estado, e acontece que, quando menos espero, disseram, cheguei lá: "seu pai foi preso". Meu pai preso? Meu pai era a favor da revolução. Depois é que ele foi sabendo né, o que tava acontecendo, e meu pai começou a passar para o lado do pessoal né, contra.

Aí, prenderam meu pai. Eu tirei o sapato, fui da mesa de renda até lá, cheguei na Matriz, desci, fui lá, era o antigo Tiro de Guerra, me parece, Batalhão da Polícia Militar, e meu pai estava lá sentado. Pergunte porque, eu não sei. Porque meu pai era um homem calado, era uma pessoa que sofria pra ele, não dizia nada, não falava nada com ninguém. E eu fiquei lá, passou a hora do almoço, e nós voltamos, e ele foi trabalhar. Porque lá dentro da repartição, nós tínhamos os traidores né. Tinha a nossa turma, pai de comunista, né, eu vivia encantada com ele [Sinval], irmã de comunista. Eu gostava do meu teatro, da minha dança, era a turma que era ligada ao comunismo, ao pessoal do comunismo.

E assim foi. Eu sei que eu fui a pri-



meira rádio amadora, da classe juvenil, de Feira de Santana, em 1956. Eu fiz concurso na LABRE, passei, fui prefixada como PY-6 ID, peguei assim o título assim de Índia Diacuí. Foi quando, vocês podem não saber mais ou menos a história da Índia Diacuí, que casou-se e, com esse negócio, nós tínhamos a estação de rádio amador, a gente prestava muito serviço a todo Brasil.

A gente falava com todo Brasil, e através do Morse a gente falava com o exterior também. Resultado. Foi quando ele veio, ele apareceu, e levaram Sinval preso. Levaram Sinval preso, ninguém sabia onde Sinval estava. Só que pouco tempo que apareceu o tal do Capelão aqui, o Capelão mandou me buscar. Eu não sabia porque, mandou me buscar dentro da casa de meu pai, eu grávida com dois meses, e meia noite mais ou menos três camburões pararam lá. Porque eu fazia teatro, mas eu fazia serviços também, trabalhos assim de alfabetização que hoje tem, hoje isso é trabalho aberto, antigamente era subversão.

Eu era subversiva porque eu pegava as pessoas ignorantes, que não sabiam ler, estudava na casa de Alda, entendeu? Então tudo que eu fazia era subversão, porque eu era irmã do comunista, né? Aí, me levaram. "Minha mãe tenha calma, meu

pai tenha calma", eu mantinha eles calmos, "A gente tem que saber o que é que eu fiz, eu não fiz nada!". Só que chegaram lá no Quartel General, me jogaram e eu fiquei numa sala e perguntei. "Não, seu caso é com Capelão". Eu nem conhecia quem era o Capelão, só ouvia falar do Capelão. Eu não tinha nada com a política. Eu participava por participar, por causa dele. Eu fui pensar, fiquei pensando, "Meu Deus, porque eu estou aqui?" Mas, como eu trabalhava no jornal, na Gazeta do Povo, fazendo reportagens, eu disse "Vou ver o que é que vai acontecer comigo". Eu não matei, não roubei. Aí, chamei um dos soldados lá e perguntei se conheciam Everton Valadares, e se conheciam Davi Rosas, que eram dois colegas meus, rádio amadores. Ai... "Conhecemos". Eu disse "Você pode dizer a eles que a colega deles Hildete Galeão, de Feira de Santana, está presa aqui no Quartel General?" "A senhora é colega da Davi?" Eu digo "Sou". Quer dizer, dois rádio amadores foram a minha salvação. Eu hoje agradeço eu estar livre e ter conseguido localizar, porque ele [Sinval] ia ser apagado. Ele estava no local que nem a Comissão da Verdade colocou. Eu me esqueci de trazer aquele prospecto. Aquela coisa que vocês deram, dizendo todos os locais de tortura, de prisões. Não tem o CPOR. E ele estava no CPOR, e ninguém sabia.

Foi que Davi veio, mais o Everton Valadares, conversaram comigo. Aí, eu tive refrigerante, sanduíche, fumava naquela época, cigarro, pra esperar o Capelão. Então o Capelão me botou numa mesa sentada com eles, "Ah! Você é a moça da peruca." Que chamavam Galega da peruca porque eu usava uma peruca, né? "É." "Onde estão as fotos que você tira?" Eu disse "Eu tiro foto de aniversário, trabalho com a

sociedade de Feira de Santana para o jornal." "Mas você sabe onde estão as armas que Chico Pinto guardou?", "Está perto da sua casa". Ele sabia da minha vida toda! Eu disse "Ali não é arma não, ali são as lâmpadas pra iluminar Feira de Santana", que nós não tínhamos iluminação na época né? Vocês sabem que era precária a iluminação, e... eu disse "Não, ali não tem", "Mas você faz trabalho com as pessoas ignorantes pra aprender a ler?", eu digo "Faço" Não ia negar que fazia né? "Mas eu faço porque me pedem."

"Meu Deus, porque eu estou aqui? Mas, como eu trabalhava no jornal, na Gazeta do Povo, fazendo reportagens, eu disse 'Vou ver o que é que vai acontecer comigo'. Eu não matei, não roubei. Aí, chamei um dos soldados lá e perguntei se conheciam Everton Valadares, e se conheciam Davi Rosas, que eram dois colegas meus, rádio amadores. Ai... 'Conhecemos'. Eu disse 'Você pode dizer a eles que a colega deles Hildete Galeão, de Feira de Santana, está presa aqui no Quartel General?'"

Eu fazia até parto na minha rua. Tenho dois afilhados de parto que eu fiz. Porque eu morava com Tio Beto, e ajudava ele, novinha mas fazia tudo né. "E sua intenção agora qual é?" Eu disse "Quero encontrar o meu irmão Sinval Galeão, que foi detido e nós não sabemos onde está, meu pai está sofrendo, minha mãe está sofrendo, minha família, meus irmãos." Nós éramos cinco, sete, então tinha cinco em casa, enfim, eu sei que eles mandaram me botar na casa de minha avó de madru-

gada, e foi pegado o Everton Valadares, através dele....

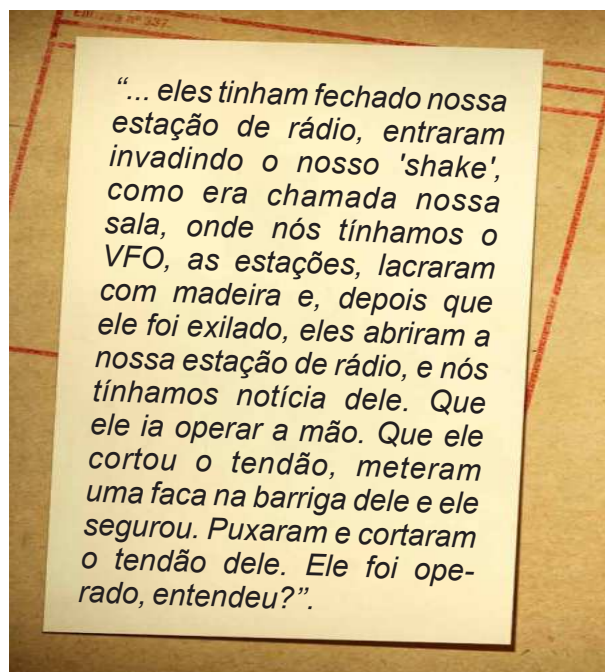
Não. Me levaram primeiro para o CPOR. Numa ala, eles perguntaram "O preso Sinval Galeão?" Não tinha ninguém, não tinha no registro Sinval Galeão. Aí, me levaram pra outra ala. Na outra ala, tudo aberto assim, aí eles perguntaram "Tem algum preso aí chamado Sinval Galeão?" Ele de lá levantou a mãozinha e fez "Aqui!". Estava com a roupa do filho de Luiz Avena, porque tava todo lascado, molhado, todo queimado, entendeu? Queimando de febre, e Luiz Avena era médico. Falou comigo "Tenha calma. Ele está fazendo gargarejo com sal." Porque não davam remédio. Meu

irmão estava queimando de febre lá no CPOR. E não tinha registro de que meu irmão estava lá. O quê que iam fazer com ele? É isso que eu pergunto. Não tem o CPOR na lista dos locais que ficavam os presos. Quê que iam fazer com meu irmão? Então eu sei que o rumo dele foi ser exilado.

Eu fui pra casa da minha avó, me botaram lá, libertaram ele e essa liberdade dele foi pra ir pra Europa. Aí foi uma tortura. Porque o meu pai não tinha coragem, minha mãe era, vamos dizer, doméstica mesmo, e meu pai disse "Filha, você é que vai comprar a mala dele". Não sei se alguém lembra, na Senhor dos Passos, depois do primeiro cabeleireiro, tinha uma casa grande de malas, que eu comprei a mala pro meu irmão ser exilado. Que a gente não sabia o que ia acontecer com ele. Porque o que a gente estava vendo o que estava acontecendo aqui, era um absurdo. Todo mundo sabe, duas pessoas podiam estar juntas, mas três já era reunião. Não podiam três pessoas estarem juntas, e eu comprei mala, comprei roupa de frio, Sinval foi e passou três anos exilado.

Bom e nisso eles tinham fechado nossa estação de rádio, entraram invadindo o nosso 'shake', como era chamada nossa sala onde nós tínhamos o VFO, as estações, lacraram com madeira e, depois que ele foi exilado, eles abriram a nossa estação de rádio, e nós tínhamos notícia dele. Que ele ia operar a mão. Que ele cortou o tendão, meteram uma faca na barriga dele e ele segurou. Puxaram e cortaram o tendão dele. Ele foi operado, entendeu? E daí, até 74, foi muito sofrimento, porque eu tive a minha filha, tive um problema pós-parto, perdi a memória, e, como eu era funcionária do Estado, trabalhava na mesa de rendas, eu fui...

Começaram, foi no governo de Antônio Carlos Magalhães, a jogar pra fora os funcionários. Meu pai disse: "Filha, você vai ser posta pra fora. Nós vamos ter que fazer inquéritos administrativos". Eu passei sete anos, com três filhas, fazendo inquérito ad-



ministrativo. Eu vinha pra Feira de Santana, eu fui para Alcobaça, Canavieiras, Caravelas, eu sofri horrores nessa Bahia toda, trabalhando como secretária de inquérito, entendeu?

Na revolução de 1964, meu pai fez seguro de vida pra mim e pra ele [Sinval], porque eu tinha três filhas, e foi isso que eu passei. Minha mãe chorava muito, minha mãe foi uma pessoa que 10 anos dentro.... a gente não vai dizer que foi por causa da revolução, mas minha mãe era uma mulher com 54 anos, nova, gostava de cantar, de sorrir, 10 anos depois, minha mãe morreu. Ela faleceu em 1974. Então, não estou dizendo que foi por causa da revolução. Não sei. Mas sei que ela foi uma pessoa muito sofrida e, meu pai, um homem muito calado. Eu tive problemas mentais, entendeu?

Fiz choques elétricos pra recuperar o problema do nascimento da minha filha, da minha segunda filha, e fiz quatro choques elétricos, e quase que eu perco o meu emprego. Em 30 anos de serviço, só consegui trabalhar 17 anos. Agradeço à revolução de 64. Mas estou aposentada com 17 anos de serviço, e depois vieram... Eu não me preparei pra falar. Isso foi o que nós passamos. Aí, teve a vinda dele pra aqui, que continuou os trabalhos, e eu continuei acompanhando

ele e acompanho até hoje onde ele for. Eu infelizmente eu não me preparei, mas se vocês quiserem perguntar alguma coisa, eu estou pronta.

Quanto ao teatro, eu tenho que dizer o seguinte: nós éramos ousados. Não pense que não éramos não. Albertino aí deve ter assistido peças de teatro lá da Escola Normal, entendeu? E eu participava dessas peças de teatro. A gente falava sobre Hitler, a gente falava sobre satanás, a gente enfrentava mesmo, entendeu? Eu lutei pela vinda dessa Universidade aqui para Feira de Santana, pegava ônibus com o pessoal, ia pra Salvador, levava “fantada”, eles tinham uma “fanta” né, que batiam na gente. Tomei muita pancada na frente da prefeitura. Tem uma pessoa que me ajudava muito assim, “Saia Detinha! Corra! Vai embora que o pessoal do Exército está vindo”, que era capitão Arlindo. Eu saía com um bocado de colegas e faixas pedindo Universidade pra Feira de Santana. Eu fui uma batalhadora por essa Universidade, a gente se escondia embaixo do colégio o “Pequeno Príncipe”, ali embaixo da escada, com Deda, professor de História, pra dar aula a gente, pra gente fazer.. estudar pro vestibular, esperando a Universidade de Direito. Não veio. Veio Pedagogia. Que eu queria ser advogada.

E meu pai dizia “Filha, funcionário público não pode ter filho em Salvador pra ser advogado, não”. Minha carreira foi cortada por causa disso, porque realmente meu pai não tinha condição. Eu, felizmente, formei uma filha em médica, entendeu? Sendo funcionária pública pela metade. Mas consegui, né? E qualquer coisa que vocês queiram saber...

Eu só sinto que a classe do teatro

não esteja aqui. Pra contar o que nós passávamos. Nós montamos uma peça chamada “Greta Garbor, quem diria, acabou no Irajá”. Eu fiz o papel de uma prostituta, e como tinha o homossexualismo né, que tinha o Rui Barcelos, que hoje vive encantado aí com o prefeito de Feira de Santana, entendeu? E é contra a Comissão da Verdade, ele fez o papel de Greta Garbor, e Alvaceli. O marido de Alvaceli, Gildarte Ramos, Gildarte na época era quem comandava a censura, e a nossa peça foi censurada. Nós não apresentamos porque eu estava vestida com um vestido curtinho vermelho, vermelho era comunismo, né? E eu estava com um vestido assim, de alcinha, e por causa do problema, quando Gildarte veio, “Não vai ser apresentada”. Não apresentamos a peça. Agora, apresentamos muitas outras que eles não souberam, entendeu? Ai está minha história.... Eu peço desculpa de não estar preparada porque teria

muita coisa. Se alguém tiver alguma pergunta, estou à disposição.

Sinval Galeão – Hildete, eu me lembro que você e meu pai presidiram uma comissão de inquérito contra um parente do general Juracy Magalhães. E que houve ameaça, houve intervenções. Qual foi o fim dessa apuração?

Hildete Galeão dos Santos – Foi o maior inquérito já feito na Bahia. Esse inquérito, eu era secretária, meu pai era membro, tinha o presidente, e foi na zona de Serrinha. Começou em Serrinha. E desceu pra mais cinco cidades de Serrinha. Nós levamos seis meses fazendo esse inquérito. Ele tomava o dinheiro do banco, naquela época eu não sei que banco era, se era Caixa Econômica, se era Banco do Brasil, pra em-

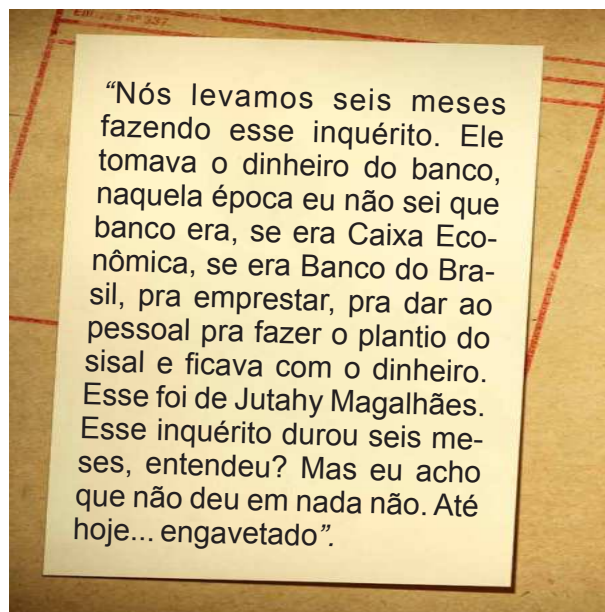
prestar, pra dar ao pessoal pra fazer o plantio do sisal e ficava com o dinheiro. Esse foi de Jutahy Magalhães. Esse inquérito durou seis meses, entendeu? Mas eu acho que não deu em nada não. Até hoje... engavetado.

Desse, nós fomos pra Alcobaça, Canavieiras, Caravelas, Belmonte. E foi sete anos de luta, mas não adiantava nada, era só mesmo pra... A gente fazia, fazia tudo né. Eu tinha porte de arma, andava armada, pra não me tirarem da mesa de renda, como era chamada e me jogarem. Nós fomos até Barreiras, pense aí? Eu, com três filhas, morar em Barreiras? Era dose esse inquérito de Jutahy. Até hoje, lá. Mais alguma coisa? Vá lembrando aí, porque foram 20 anos, gente, não foram 20 dias!

Monsenhor Luiz Rodrigues – Eu estou com uma curiosidade, que pouco se sabe sobre tudo isso que se falou, e a senhora me lembra hoje, eu gostaria também que Galeão, quem pudesse me esclarecer um pouco. A Gazeta do Povo foi empastelada etc. e tal. A Gazeta do Povo era assim, porta-voz das esquerdas aqui etc. Como foi a história da Gazeta do Povo até o seu fechamento, e que fim teve o Major Jandiroba. Quem era Jandiroba, ele era mesmo militar, ele era filiado a quê...

Hildete Galeão dos Santos – Era Major, Major Jandoriba. A Gazeta do Povo, na realidade, foi fundada por meu pai, Oswaldo Galeão, Jandiroba e Doutor Eduardo Fróes da Mota. E essa Gazeta, nós tínhamos aqui, assim, tinha a Folha do Norte, né? Você sabe que era totalmente contra a Gazeta do Povo. Na Gazeta do Povo, eu comecei falando de política, disso e daquilo, depois caiu para society. Aí eu me debatia com Eme Portugal, né, que era do lado de lá, que Hugo Navarro era terror pra gente. Nós éramos da direita e ele da esquerda, né. Ao contrário! Pelo amor de Deus, me perdoe!

Eu me lembro bem que fizemos uma reportagem muito grande – foi antes da



revolução – da vinda de Prestes pra aqui, né? Prestes desfilou, passou pela Gazeta do Povo, mas ninguém saiu nem fez nada, só registrou. E eu ia pra Salvador, eu ia pros lugares que eles mandavam fazer reportagem, e Jandiroba era amigo de meu pai. Era uma pessoa muito boa, eu fui com ele e com a filha dele, ela foi eleita rainha da micareta na época, acho que em 1958 parece. Ela foi rainha da micareta, eu fui princesa, porque era voto comprado, ele tinha dinheiro. Eu não tinha pra comprar, fiquei em segundo lugar. Então Jandoriba, eu me lembro bem de Jandoriba. Eu tenho, é a única pessoa que tem a Gazeta do Povo primeiro e segundo número guardado.

Meu pai conseguiu mandar encadernar os números da Gazeta do Povo, já serviu muito para os colégios daqui. Eu levava pra fazerem pesquisas, pra ganharem nota, entendeu? Existe a Gazeta do Povo, está sendo recuperada, pra eu conseguir, quero ver se antes de morrer eu faço uma doação pra Universidade de Feira de Santana, né? Está sendo recuperada a Gazeta do Povo. E o fim de Jandiroba sinceramente eu não me lembro. Porque com o problema dele sabe, eu fiquei doente, realmente doente, mas era uma pessoa boa e era militar né? Nós tivemos vários amigos militares, nós tivemos Davi, que a filha dele era minha aluna de balé. Eu fazia balé clássico, tinha escola de dança, entendeu?

Plateia – Eu era leitor assíduo da Gazeta do Povo.

Hildete Galeão dos Santos – Da Gazeta do Povo. Eu assinava como Índia Diacuí. É, teve o empastelamento, que foi o filho do prefeito de Feira. Era Juninho né, o nome dele era Itamar, Itamar empastelou. Foi um horror, né, o empastelamento da Gazeta do Povo.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Qual era o alinhamento, qual é a função, eu sei que ele escrevia crônicas no rádio. Aquele Ângelo Pedra Branca, ele tinha algum alinhamento político...

Hildete Galeão dos Santos – Não, não tinha. Nem ele, nem aquele pessoal de Dorival Oliveira, eu mesmo que fui... Eu fui entregue ao Estado, ouviu? Por Dorival Oliveira. Ele mandou para o Secretário da Fazenda – depois é que eu vim saber que foi ele – dizendo que eu estava doente pra trabalhar, mas não estava doente pra fazer teatro. Mas só que ele mandou anônimo, né? Eles não tinham postura de botar o nome né? A gente, pelo menos, se apresentava. Mas aquele pessoal de Pedra

Branca, de Dorival Oliveira, todo mundo era... Joselito Amorim foi meu professor, mas como prefeito daqui a gente sabe o que ele pintou com Áureo Filho e companhia limitada, né? Era a turma que ficava na esquina falando, ouviu? Essa foi a minha história, o que eu tenho lembrança. Eu tenho lembrança de muita coisa mais, mas passa pela cabeça da gente né? Fica gravado aquilo.

Houve um caso interessante, eu fui criada com uma velha que nasceu na época da escravidão. Então minha tia chamava de "vovó Mimi", E várias vezes o Exército invadiu a minha casa. Não foi uma vez só não, não foi uma vez só não. Foram várias vezes. E uma vez, a primeira vez, eu não ia falar. Ela já velha mesmo, filha de escravos. Ela veio da cozinha "O que é que vocês querem aí?", com uma faca na mão, uma peixeira, que ela tava fazendo a comida. Meu pai: "Calma, calma, não repare, vocês estão vendo, ela...". "Eu nunca fui escrava não!". Ela enfrentou o pessoal do Exército, eles ficavam assim, parados dentro de casa. Eles invadiram minha casa umas três vezes. Já era comum né, a gente já nem ligava mais.

CONFIDENCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

29 de outubro de 2014

**CUCA- Centro Universitário de Cultura e Arte
de Feira de Santana - Bahia**





AUDIÊNCIA PÚBLICA

29 de outubro de 2014 - CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte de Feira de Santana - Bahia



*** Zélia Alves Mattos**

DEPOENTE: ZÉLIA ALVES MATTOS

Zélia Alves Mattos é a terceira das sete filhas de Inocêncio Pereira Alves, mais conhecido como Batata. Batata era alfaiate, comunista e militante do PCB desde 1941. Ele foi o primeiro a ser preso em Feira de Santana em 4 de abril de 1964, poucos dias após o golpe militar. Levado para Salvador, foi vítima de inúmeras torturas físicas e psicológicas. Ficou preso no 19º BC e também na Penitenciária Lemos Brito. Foi solto mais ou menos seis meses após, debilitado e com problema pulmonar. Só foi aceito no Hospital Irmã Dulce. Faleceu aos 67 anos. Sua família sobreviveu graças à ajuda de amigos e ao grande esforço da viúva e das filhas mais velhas, mas ainda assim, com muitas dificuldades.

Bom dia pessoal, eu sou filha de Inocêncio Pereira Alves, ninguém conhece ele por esse nome, mais conhecido como Batata. Eu sou uma das sete filhas dele, eu sou a terceira, Zélia, e é muito triste, embora seja uma coisa que a gente tem que passar novamente, né, como se estivesse revendo o passado. E Batata era uma pessoa de origem humilde. Ele era militante do PCB desde 1941 e ele sempre defendeu uma bandeira, sempre lutava. Então, foi uma pessoa que procurou defender uma luta, uma causa na justiça por uma democracia melhor. Foi uma pessoa que trabalhou juntamente como senhor Sinval falou, e gostava muito de Carlos Prestes. Inclusive, ele homenageou até o nome com um irmão da gente, chama Luís Carlos em homenagem a ele. Era fanático e gostava muito do PCB, ele defendia. E foi um tempo muito difícil. Minha irmã também se chama Olga por causa de Olga Prestes. E minha mãe, ela se chamava Ana Regina, e ele colocou, pra ele, todo mundo conhecia como Anita. Tudo em homenagem à família que ele tinha muito amor.

E, naquela época, foi um momento muito difícil. Porque já era uma pessoa idosa, já era um senhor de idade, ele abraçava aquela causa, e foi no momento de muita turbulência. Inclusive, ele, na época, foi o primeiro a ser preso aqui em Feira de Santana. E eu me lembro – eu era criança na época – que o pessoal chegou a nossa

*Texto não revisado pela depoente.

residência, era o sargento Altino, juntamente com, naquela época chamava o Capelão, que era conhecido como seu Edmundo, polônês que era foragido, assim como os companheiros Francisco Pinto, que eu sempre estive com ele, com esse pessoal, sempre colocando a família a par.

Naquela época nós éramos crianças e minha mãe ficava com medo de falar. Eles

invadiram a nossa mercearia, bateram na porta e disseram: “Queremos comprar cigarros”. Mas, na realidade, eles invadiram a nossa casa, procurando, “Queremos o foragido Seu Batata.” E ele estava escondido, e eles invadiram, empurrando, me lembro, bateram na gente e na minha mãe, e queriam saber o paradeiro, e descobriram onde ele estava, e já foram espancando, “Você é comunista. Vamos ver onde estão as armas”, procurando documentação. Então foi uma coisa triste, na época, pra gente. Eles não quiseram nem ver, porque tinha criança naquela residência.

Não se importaram com isso. Pegaram meu pai e o espaçaram, jogaram dentro do jipe do Capelão e foi um fato muito lamentável. E a gente ficou sem saber a quem recorrer e como, naquela época, o comunismo era uma coisa assim muito escondida então nós sofremos muito com isso. Porque ele estava defendendo uma causa por um Brasil melhor. E o que aconteceu? Levaram ele, nós, a família, ficamos sem saber o paradeiro, e foi depois de buscas dos colegas, eles retornaram, ameaçando a família para que nós mostrássemos onde estavam as evidências para mostrar realmente que ele se travava de um comunista.

“Eles não quiseram nem ver, porque tinha criança naquela residência. Não se importaram com isso. Pegaram meu pai e o espaçaram, jogaram dentro do jipe do Capelão e foi um fato muito lamentável. E a gente ficou sem saber a quem recorrer e como, naquela época, o comunismo era uma coisa assim muito escondida então nós sofremos muito com isso. Porque ele estava defendendo uma causa por um Brasil melhor. E o que aconteceu? Levaram ele, nós, a família, ficamos sem saber o paradeiro”.

E, depois de alguns dias, nós ficamos sabendo que ele tinha sido levado para um batalhão, não tinha [...] nenhum. Aí, ficou incomunicável. E passado um tempo, ele foi recambiado para Salvador. Sofreu muitas torturas, porque ele dizia e levantava a bandeira “Eu sou comunista, podem me matar, mas eu sou comunista.” Ele sempre defendeu essa bandeira.

Foi uma vida muito sofrida, porque nós ficamos sem o nosso pai, passamos por muitas dificuldades e foi uma luta. E se não fossem os amigos daquela época, eu nem sei o que seria da gente. Foi muito triste. E depois, nós fomos para Salvador e ficamos sabendo que o estado dele e ficamos sabendo que ele tinha sido muito mal tratado. Uma pessoa já idosa, eles obrigavam a ficar comendo gordura, colocavam ele fazendo as piores torturas do tipo. Foi uma luta. Uma pessoa muito debilitada. [muita emoção] Porque já se tratava de uma pessoa

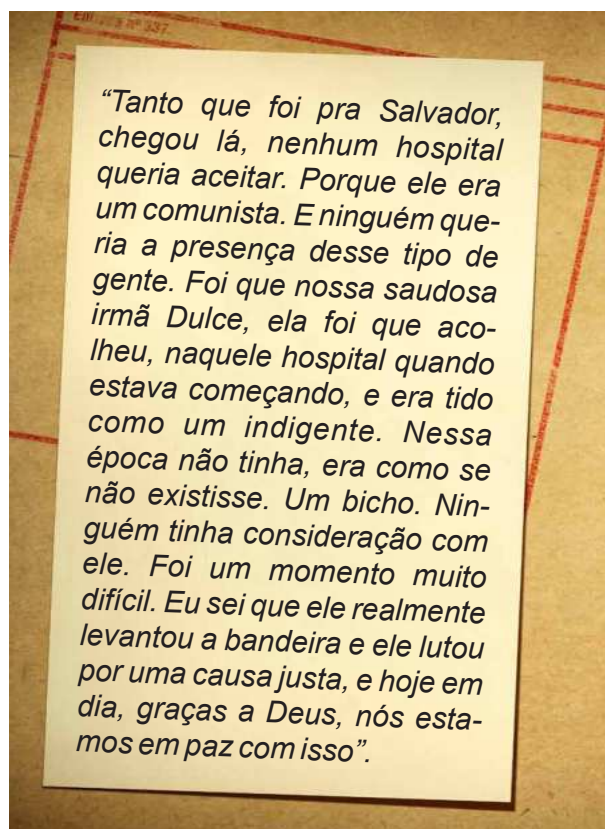
idosa, mas ele era forte, resistente, e estava lutando ali, ele sabia que estava lutando por uma causa justa.

Ele sabia que aquilo ali não ia ser em vão. Que um dia, tudo viria à tona. E a família da gente passou por muitas dificuldades, uma mulher sozinha, minha mãe, com seus sete filhos menores. Se não fosse o apoio dos amigos, os companheiros na época, que muitos foram embora, e ficaram também passando por esses momentos difíceis. Eu não sei precisar, assim, quanto tempo ele ficou preso, porque nós tivemos muitas dificuldades para encontrar documentação. Ninguém sabia, não tinha ideia, enfim, fomos atrás de documentos que comprovassem o local e a data exata da prisão. Foi muito difícil. Se não fosse à luta

da nossa companheira Diva Santana, que ajudou muito a gente – ela faz parte do Grupo Tortura Nunca Mais – e ajudou muito. Os amigos dele, na época. Como o senhor Sinval falou, ele foi muito amigo de Humberto Mascarenhas que foi quem ajudou muito a gente, e muitos e muitos amigos daquela época. Sei que depois disso, ele passou um período, já veio um homem totalmente debilitado. Ele não morreu nas dependências, mas ele foi preparado para a morte. Porque, quando ele saiu de lá, saiu um homem totalmente inutilizado. Lembro-me como hoje. Ele chegou em casa num carrinho de mão, todo sujo, todo quebrado, algum órgão dele tinha rebentado. Foram os amigos que levaram ele, deram banho. Depois disso, ele nunca mais foi a mesma pessoa. Foi ficando debilitado, debilitado.

Tanto que foi pra Salvador, chegou lá, nenhum hospital queria aceitar. Porque ele era um comunista. E ninguém queria a presença desse tipo de gente. Foi que nossa saudosa irmã Dulce, ela foi que acolheu, naquele hospital quando estava começando, e era tido como um indigente. Nessa época não tinha, era como se não existisse. Um bicho. Ninguém tinha consideração com ele. Foi um momento muito difícil. Eu sei que ele realmente levantou a bandeira e ele lutou por uma causa justa, e hoje em dia, graças a Deus, nós estamos em paz com isso. Não que vá apagar o que aconteceu na época. Muitas torturas, principalmente por se tratar de uma pessoa que foi logo pego de primeira. Foi o que sofreu muito. Lembro como hoje que Francisco Pinto se encontrou na época também que ele estava na prisão, no Quartel do Barbalho, em Salvador, também foi transferido para o 19 BC e para o Batalhão dos Dendzeiros, ele viu o meu pai. Ele relatou o sofrimento que ele passou, as torturas que faziam com ele para que ele dissesse a verdade, entregasse seus amigos, mas ele não fez. Não delatou ninguém.

Não fez nada disso. Ele enfrentou tudo, e ele dizia: “Eu sou comunista, sempre serei comunista.” E Batata era uma pessoa



que amava, que lutava com empenho por uma causa, causa nobre. Então isso foi o que levou a causa da morte dele. Os maus tratos, as torturas. Foi uma luta difícil. Tem várias pessoas que tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Celso Pereira, Sinval, e outros amigos que já se foram. Foi uma luta amarga, muito triste. Ele morreu, ele estava com 67 anos na época, já era uma pessoa idosa.

Ele foi preso no dia 4 de abril de 1964. Foi o primeiro a ser preso, e ainda eles colocaram no jornal “O agitador Batata foi o primeiro a ser preso em Feira de Santana”. Imagine vocês o que foi que aconteceu com ele.

Sinval Galeão – Zélia, nós vamos agora passar para alguns companheiros fazerem algumas perguntas que considerem. Posso passar para as perguntas?

Zélia Alves Mattos – Porque eu poderia assim... porque, na época, eu era criança, eu tenho mais assim informações através de pesquisa das pessoas, eu procurei, eu fui várias vezes na casa do Francisco Pinto,

seu Sinval, Celso, uma pessoa que me ajudou na época do processo na época para encaminhar pra comissão da lei nº 9.140. Sei que dinheiro nenhum vai pagar. Não tem dinheiro que pague o que a nossa família sofreu. Nenhum. Nem que eles dessem à gente um milhão, nada disso faria voltar, o sofrimento que nós passamos.

Amábíla Almeida – Eu percebo em seu depoimento, como foi difícil pra essa família de sete filhos sobreviver numa situação tão difícil, não é? É mesmo uma situação assim de heroísmo da mãe de vocês. Eu queria te perguntar como foi que vocês conseguiram sobreviver, se o seu pai era o provedor da família e ele ficou preso, e depois que ele saiu não teve mais condições, em consequência das barbáries pelas quais passou, chegou a falecer. Como que vocês conseguiram diante de tanta dificuldade manter esta família, e hoje vocês demonstram, assim, esta serenidade, e você relata tudo que vocês passaram. Onde que seu pai ficou em Salvador?

Zélia Alves Mattos – Meu pai ficou muito tempo internado no hospital Irmã Dulce.

Amábíla Almeida – você falou. Mas na prisão?

Zélia Alves Mattos - Na prisão, ele ficou no Quartel dos Dendezeiros. Passou também pela Lemos de Brito. E nesse período, nós contamos com a ajuda dos amigos. Porque, uma mulher sozinha. Meu pai era alfaiate, a profissão dele era alfaiate. E também gostava muito de fogos. E foi uma luta muito grande, porque nós não tínhamos condição mesmo. Nós chegamos a passar fome, não tínhamos comida, não tínhamos nada. Se

não fossem alguns amigos da gente, de meu pai na época, eles davam comida pra gente. Foi difícil. [Emoção e choro] Muito difícil. Minha mãe saía de porta em porta, pedindo. [choro] Ela foi uma heroína.

Amábíla Almeida – Zélia, eu conheço pouco a realidade, mas aqui nós temos na Comissão e outras pessoas aqui de Feira de Santana que poderão fazer algumas perguntas para que nós possamos ficar mais por dentro da situação. Tem aí os companheiros da comissão, e outras pessoas.

Hosannah Leite – Bom dia, eu queria só dar um testemunho. Eu convivi com Batata. Eu tive a oportunidade de conviver pelo menos durante um período de sua vida. Conheci um pouco o sofrimento da família de vocês, da humildade, moravam no Olho D'Água, e sei dessa terrível tragédia que se abateu sobre a família de vocês. Eu queria só dar um testemunho vivencial, já que eu convivi com ele, pude, por dele-

gação do partido, também para dar um pouco de assistência a ele, eu era, à época, funcionário do Banco do Brasil, quando ele veio a falecer. Eu acompanhei o dia em que ele foi transportado da rua até em casa, sujo. Me desculpe só dar o testemunho, que não foi num carro de mão, foi numa carroça, que ele foi transportado até os Olhos D'água. E o testemunho que eu quero dar é da dificuldade que vocês tinham, material, para sobreviver. Queria realçar um fato que vem ocorrendo nesta Comissão: como os companheiros alfaiates eram combativos em Feira. Era Luisinho, era Raimundo, era ele, Teté Portugal, eram pessoas que tinham uma consciência de classe e que eram bem estruturadas em Feira de

“Meu pai ficou muito tempo internado no hospital Irmã Dulce. (...). Na prisão, ele ficou no quartel dos Dendezeiros. Passou também pela Lemos de Brito. E nesse período, nós contamos com a ajuda dos amigos. Porque, uma mulher sozinha. Meu pai era alfaiate, a profissão dele era alfaiate. E também gostava muito de fogos. E foi uma luta muito grande, porque nós não tínhamos condição mesmo. Nós chegamos a passar fome, não tínhamos comida, não tínhamos nada. Se não fossem alguns amigos da gente, de meu pai na época, eles davam comida pra gente. Foi difícil”.

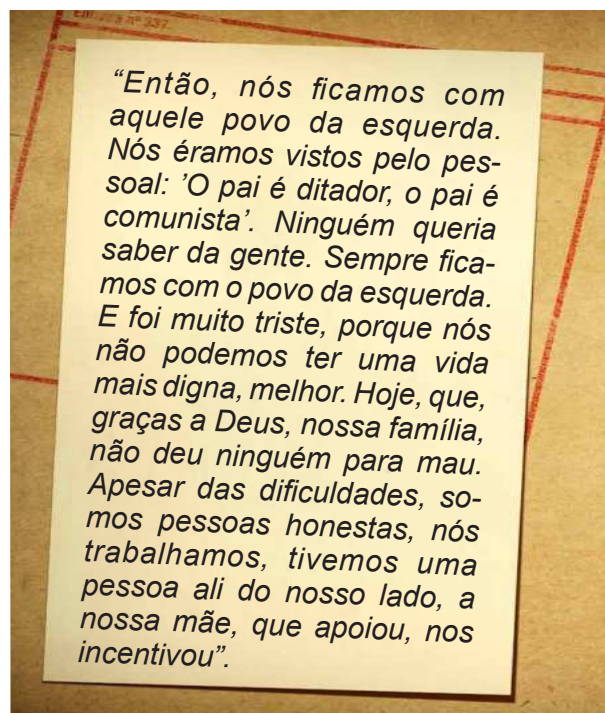
Santana.

Para mim, seu pai era uma dessas pessoas que participavam desse agrupamento, dessa elite consciente de Feira de Santana. Eu sei que foram momentos muito difíceis, ele teve um problema muito forte de saúde pulmonar, a verdade foi essa. Ele muito enfraquecido, realmente aqui os médicos, os poucos que tinham que davam assistência a pessoas que pensavam como ele, não tinham como apresentar uma alternativa.

Até porque, era uma doença que, normalmente, quando a pessoa contraía, era praticamente fadada à morte. E isso veio a acontecer. Especialmente na condição dele, que estava com a família, uma prole muito grande, sem condições materiais. Enfim, era um companheiro aguerrido, era um companheiro valoroso, era um companheiro que deixou àquela época, muito conquistados todos aqueles que faziam militância de esquerda em Feira de Santana.

Celso Pereira – Eu só queria registrar um fato, tenho a impressão que no meu depoimento já está. A última prisão que eu sofri, foi em 64, eu fui pro 19º BC, no Cabula. E, inicialmente, eu fiquei numa prisão onde ficavam os chamados operários. Depois, me transferiram para o pavilhão dos estudantes. E lá estavam três feridos, três trabalhadores: Antoniel Queiroz, Teté Portugal e Batata. Eu não me lembro de quando Batata saiu. Eu passei sessenta e poucos dias e sei que saí antes dele. Ele estava lá. Era uma das pessoas bastante abatidas pelas torturas e maus tratos lá no 19º BC, em no Cabula, Salvador.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Nós sabemos que havia uma discriminação muito grande para com os familiares destas pessoas militantes, sobretudo aqueles que assumiram, publicamente, ser comunistas. Depois da prisão dele, mais ainda depois de sua morte, seu desaparecimento físico, vocês, jovens, estudantes, meninos e meni-



nas, vocês foram discriminados em escolas, em trabalhos? Que tipos de discriminação vocês sofreram em Feira de Santana? Que parecia assim eram leprosos, não é?

Zélia Alves Mattos – Exatamente. Inclusive eu lembro como hoje, que eu estudei no colégio General Osório e, naquela época, era um colégio que tinha pessoas abastadas. E nós estudávamos lá. Mas ninguém queria. Deixavam, sempre ficávamos sozinhos: “A família é comunista.” Ninguém queria. Praticamente nós andávamos sós.

Monsenhor Luiz Rodrigues – Isso é uma tortura não é? Sobre tudo na adolescência. Tortura psicológica e moral.

Zélia Alves Mattos – Então, nós ficamos com aquele povo da esquerda. Nós éramos vistos pelo pessoal: “O pai é ditador, o pai é comunista”. Ninguém queria saber da gente. Sempre ficamos com o povo da esquerda. E foi muito triste, porque nós não podemos ter uma vida mais digna, melhor. Hoje, que, graças a Deus, nossa família, não deu ninguém para mau. Apesar das dificuldades, somos pessoas honestas, nós trabalhamos, tivemos uma pessoa ali do

nosso lado, a nossa mãe, que apoiou, nos incentivou.

Amabilia Almeida – Zélia, vocês conseguiram junto à Comissão de Anistia algum tipo de reparação?

Zélia Alves Mattos – Nós ficamos, como eu falei, foi muito difícil. Porque, primeiro, a gente não conseguia ter acesso, até o hospital, mesmo, de Irmã Dulce, naquela época não tinha um controle. Então, não se achou muita coisa que provasse. Aí, foi através, como eu disse, através dos amigos dos depoimentos, das pessoas que aqui estão presentes também, e de Diva Santa-na que se empenhou e faz parte do Grupo Tortura Nunca Mais, que se empenhou em defender que era uma pessoa que merecia.

Então, nós recebemos. Mas, é como eu digo: foi um valor tão irrisório que nada isso vai pagar o que nós passamos. As coisas que nós deixamos de fazer, de ser. Nós poderíamos ter uma condição de vida melhor. Mas, infelizmente, foi muito triste.

Hosannah Leite – Até quando vocês contaram com a presença da mãe de vocês na família?

Zélia Alves Mattos – Minha mãe, ela morreu jovem, ela tinha 48 anos, depois de muita luta e sofrimento. (Emoção)

Hosannah Leite – E vocês, depois disso, como sobreviveram? Eu me lembro que vocês eram todas uma escadinha.

Zélia Alves Mattos – Exatamente, todo ano um filho, era uma escadinha. E depois também que ele retornou da prisão ainda fez mais um (risos) Aí, começamos, eu mesma comecei a trabalhar muito jovem, tive

que escolher entre o estudo e o trabalho.

Celso Pereira – Essas sequelas da ditadura é que marcam a vida de uma família, e de seus familiares, são essas consequências que, às vezes, o fato de morte do pai ou da mãe traz para a família um impacto naquele momento e fica a lembrança, mas o que daí decorre, a nível psicológico, a nível familiar, em decorrência da sobrevivência é muito terrível.

Zélia Alves Mattos – Porque, naquela época, eu falei “Não posso continuar”. Poderia fazer um estudo, uma universidade, uma faculdade, mas eu tinha que trabalhar pra poder ajudar meus irmãos. Eu comecei a trabalhar nova, logo. E eu fui ser um arrimo de família. Eu é que comecei a comprar uma cama, que nem cama nós tínhamos, eu dormia numa cadeira. Então, começamos a ter, através disso, maior dificuldade, começar a trabalhar, assim nova, o

“Eu comecei a trabalhar nova, logo. E eu fui ser um arrimo de família. Eu é que comecei a comprar uma cama, que nem cama nós tínhamos, eu dormia numa cadeira. Então, começamos a ter, através disso, maior dificuldade, começar a trabalhar, assim nova, o povo não queria, pagava de três vezes, quatro vezes. Mas mesmo assim... e aí, com o tempo, fomos passando aquelas dificuldades. Depois, minha mãe também conseguiu um emprego de faxineira numa escola”.

povo não queria, pagava de três vezes, quatro vezes. Mas mesmo assim... e aí, com o tempo, fomos passando aquelas dificuldades. Depois, minha mãe também conseguiu um emprego de faxineira numa escola, que na época meu pai tinha uma casinha ali próxima à igreja, e teve um problema lá e na época era José Falcão da Silva o advogado. Então, tinha que fazer atestado de pobreza, para ter um advogado para acompanhar o trabalho, e aí, a minha mãe, ele sabendo da nossa situação, e ele conseguiu um emprego pra ela numa escola. E eu comecei a trabalhar, ajudar também, e aí as coisas foram amenizando.

Não identificado – Aí, José Falcão já era prefeito?

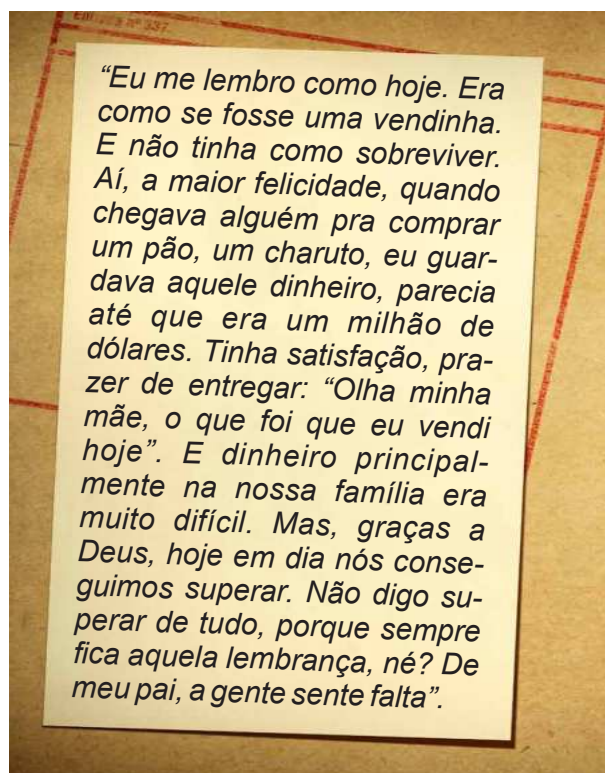
Zélia Alves Motta – Não, ele foi depois de

muito tempo. Ele era funcionário do Banco do Brasil. Aí que ela começou “Eu não posso ficar nessa vida”. Ela saía e ia sobrevivendo de esmola, né? De pedir a um amigo, a um colega, um quilo de carne, dava arroz, todo dia era assim em busca de alimento para gente. Quando chegou um determinado momento, que já estávamos adolescentes, então ela tinha que tomar uma atitude. Foi aí que o doutor José Falcão, na época, era advogado, ele conseguiu este emprego, aí foi que amenizou a situação.

Amabília Almeida – Você, que é irmã dela, eu vejo que você está querendo falar também. Você quer acrescentar alguma coisa ao depoimento de sua irmã?

Elenita, Irmã de Zélia – Eu, quando meu pai morreu, eu era muito menina, mas eu lembro de várias coisas. Eu sou uma das caçulas, não lembro muita coisa do meu pai, eu lembro que éramos muito pobres mesmo [choro]. Minha mãe saía e pedia alimento pra gente. Eu estudava com a roupa dos outros, porque não tinha condições de comprar farda pra gente. Com roupas das nossas madrinhas, não é, Zélia? E a gente pedia a minha madrinha pra ajudar, porque minha mãe não tinha condições. Mãe trabalhava, coitada, tinha uma vendinha, vendia coisas básicas: fósforo, pão. E Zélia que sempre ajudou minha mãe, sempre. Lembro muito dela, que foi a irmã assim que ajudou minha mãe muito. É que tomava conta da gente, é que dava banho, cuidava, porque minha mãe não podia, não tinha como. Porque mãe já saía, pra ver as coisas, não condição nenhuma pra ajeitar, pra nada, nada. E minha irmã eu tenho como referência porque foi uma pessoa que ajudou muito a minha mãe. [choro] Só a gente sabe o que a gente passou, né, Zélia? Muito triste, e depois decorrente disso também, pelo sofrimento da minha mãe, passou por tudo, morreu muito jovem. Quando a gente podia dar condição melhor a ela, veio a doença, e é muito triste mesmo.

Sinval Galeão – Sua mãe faleceu em 84?



Elenita, Irmã de Zélia – 22 de junho de 84. Minha mãe sofreu demais, ela sofreu muito mesmo. [...] tudo que meu pai passou, criar a gente sozinha, uma mulher criar sete filhos naquela época sozinha, não foi nada fácil né, e aí minha irmã foi crescendo começou a trabalhar e ajudar minha mãe, entregava o ordenado todo a mãe, né Zélia?

Zélia Alves Mattos – Eu me lembro como hoje. Era como se fosse uma vendinha. E não tinha como sobreviver. Aí, a maior felicidade, quando chegava alguém pra comprar um pão, um charuto, eu guardava aquele dinheiro, parecia até que era um milhão de dólares. Tinha satisfação, prazer de entregar: “Olha minha mãe, o que foi que eu vendi hoje”. E dinheiro principalmente na nossa família era muito difícil. Mas, graças a Deus, hoje em dia nós conseguimos superar. Não digo superar de tudo, porque sempre fica aquela lembrança, né? De meu pai, a gente sente falta.

Wilson Mário – Além do Capelão e do sargento Altino, outras pessoas ou militares ou da polícia civil estiveram na residência de vocês, têm lembranças dessas pessoas?

Zélia Alves Mattos – Estiveram lá procurando alguma coisa que comprovasse. Mas minha mãe era uma pessoa que ficava com muito medo. Na época, eu me lembro que ela pegou aquelas coisas que tinham comprometido e eu lembro que ela jogou tudo na fonte, que lá em casa nós tínhamos uma fonte, que não tinha água encanada na época, e ela jogou e escondeu tudo. Mas foram lá policiais militares pra verificar realmente e eles não queriam saber de nada, empurravam, nem se importavam que tinha criança, mulher, eles queria saber a veracidade dos fatos realmente. Mas minha mãe escondeu, jogou tudo na fonte.

Não identificado – Tinham os nomes dos militares?

Zélia Alves Mattos – Lembro que era o sargento Altino. Lembro bem dele. Tinha um soldado, um policial, ele até faleceu, mas eu não me recordo bem o nome dele.

Não identificado – Polícia Civil?

Zélia Alves Mattos – Era polícia militar. Que minha mãe tinha muito medo de passar as coisas pra gente né? Se bem que nós éramos crianças, e mesmo assim depois, ela tinha muito medo de falar sobre isso. Medo de sofrer represália, muito sofrimento mesmo.

Amábília Almeida – Alguém mais?

Sinval Galeão – Amábília, eu queria fazer também um depoimento, não seria bem uma pergunta. É que naquela época, quando eu já estava solto, voltei a trabalhar, eu, o companheiro Juvenal, e os outros companheiros do partido, nós formamos tipo uma comissão justamente para ajudar as famílias dos companheiros que estavam passando necessidade. Não podíamos dar

muita coisa, porque eram várias famílias. Tinha a família de Lourival Preto, tinha Batata, tinha Demerval, vários companheiros. Mas a gente, toda semana, arrecadava alguma coisa e levava. No caso de Batata, não me lembro o nome do médico que era da SUCAM que chegou a atender ele e chegou a dar remédios. Doutor Jackson também ajudou, mas era outro médico. Doutor Solon também nos ajudou

muito no caso de Batata, foi o que me deu logo o diagnóstico e nós fazíamos esse tipo de ajuda, mas sei que era muito pequeno. Mas foi feito com muito trabalho. Eu me lembro também um caso do Lourival Preto – que a gente tinha o Lourival Preto e o Branco. O Lourival Preto, o juiz deu o despejo da família, ele morava numa casa de aluguel, não podia pagar, e nós conseguimos, através do Doutor Noide Cerqueira, naquela época, uma prorrogação de 30 dias do prazo para entregar a casa.

O juiz concedeu, ele mostrou os motivos, e nós fizemos um mutirão com vários companheiros, Lourival tinha um terreno aqui do lado da MAFRISA, não sei se tem alguém aqui, hoje. Em 30 dias, conseguimos construir dois quartos e a família mudou. Mas isso tudo na base do companheirismo, da luta, de um ajudando o outro, da solidariedade. Muita gente de Feira ajudou nesse processo... não era muita gente, mas eram aquelas pessoas mais comprometidas com a luta.

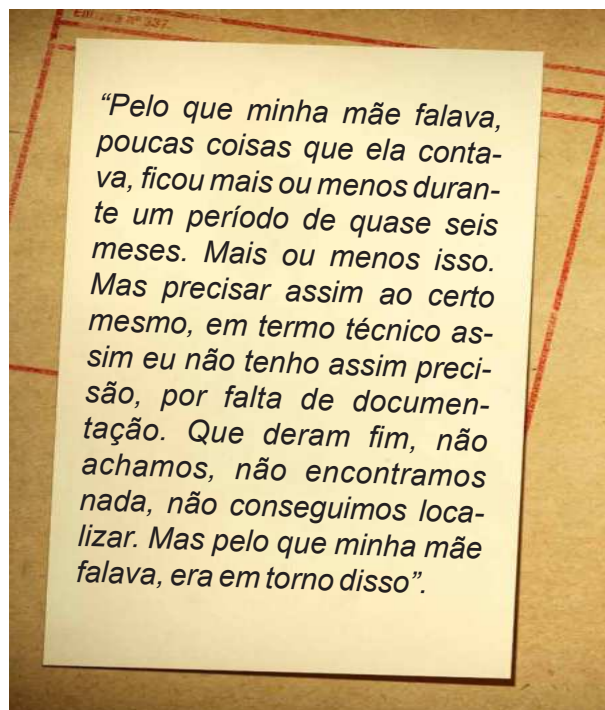
Não identificado – Eu queria fazer uma pergunta. Todas as pessoas que foram presas aqui da Bahia e de Feira de Santana, Celso Daltro, Hosannah e outros que eu não conheço sofreram torturas terríveis.

“Estiveram lá procurando alguma coisa que comprovasse. Mas minha mãe era uma pessoa que ficava com muito medo. Na época, eu me lembro que ela pegou aquelas coisas que tinham comprometido e eu lembro que ela jogou tudo na fonte, que lá em casa nós tínhamos uma fonte, que não tinha água encanada na época, e ela jogou e escondeu tudo. Mas foram lá policiais militares pra verificar realmente e eles não queriam saber de nada, empurravam, nem se importavam que tinha criança, mulher, eles queria saber a veracidade dos fatos realmente. Mas minha mãe escondeu, jogou tudo na fonte”.

E dessas pessoas de Feira de Santana, eu considero três nomes que, pra mim, chegaram ao fundo do poço, em termos de torturas, violência por parte dos militares: Batata, Nilda Soares Cunha, que a família ficou toda destrocada, passaram por sofrimentos terríveis, Luís Antonio Santa Bárbara. Foram três famílias destrocadas do início ao fim. Só pra finalizar minha intervenção, seu pai ficou preso quanto tempo? Porque eu cheguei no final e não consegui.

Zélia Alves Mattos – É como eu te falei. Nós não sabemos assim precisar as datas. Porque nós fomos buscar em termo de documentação. Pelo que minha mãe falava, poucas coisas que ela contava, ficou mais ou menos durante um período de quase seis meses. Mais ou menos isso. Mas precisar assim ao certo mesmo, em termo técnico assim eu não tenho assim precisão, por falta de documentação. Que deram fim, não achamos, não encontramos nada, não conseguimos localizar. Mas pelo que minha mãe falava, era em torno disso.

Albertino Carneiro – Não sei se cabe, mas era uma consideração. Não era uma pergunta. Eu acho que a gente era muito cruel uns com os outros. Por exemplo, o pessoal comunista era totalmente separado dos católicos. Os católicos viam os comunistas como não sei se uns monstros, uma coisa dessa assim. Isso facilitou a ditadura. O modo de fazer. A gente tem que tomar como lição histórica isso. Não dá pra gente olhar as pessoas assim: não pensam como eu, são meus inimigos. Ainda mais agora, me parece, neste momento, isso é muito sério com relação ao Brasil. O Brasil, depois desse segundo governo de Dilma, vai ter de aprender, e mudar essa convivência porque senão, não vai mudar. Eu tenho a impressão, eu cheguei padre novo aqui, eu não sabia nada dessa história de vocês. Porque isso ficava, até por questão de segurança, não se conversava muito isso. De alguma maneira, eu acho que a nossa



Comissão, embora frágil, mas pra nós, pelo menos, que participamos, mais de perto, a consciência que, antes de tudo, a gente é filho de um irmão só, de uma irmandade só que é o ser humano. E a gente precisa fazer isso. Precisa tomar consciência de como trabalhar com pessoas que são diferentes de nós, pensam diferente de nós, mas que são tão humanos como nós. Só uma consideração que eu queria fazer.

Zélia Alves Mattos – realmente naquela época nós não tínhamos religião e nós só viemos conhecer a igreja depois de todo mundo grande, tanto que na nossa casa até hoje não são batizadas, justamente por causa dessa dificuldade da época, porque éramos excluídos em todos os sentidos.

Amábilia Almeida – Bem, nós temos outras pessoas que serão ouvidas e que tem compromissos de horários, e vamos dar por encerrado o depoimento de Zélia, agradeço a colaboração de vocês e pelas verdades importantes para vocês e para a comissão. E sua irmã Elenita. A comissão agradece a participação de vocês.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

29 de outubro de 2014 - CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte de Feira de Santana - Bahia



***Celso Ribeiro Daltro**

DEPOENTE: CELSO RIBEIRO DALTRO

O advogado Celso Ribeiro Daltro era ativo participante do movimento estudantil e ajudou a fundar a Associação dos Estudantes Secundários de Feira de Santana, da qual foi presidente. Participou, em 62, da campanha para eleição do prefeito Francisco Pinto e foi nomeado Oficial de Gabinete. Com o Golpe de 1964, foi processado, perseguido, proibido de matricular-se nas escolas públicas do município. Denunciado, conseguiu fugir para Cícero Dantas onde passou um ano e depois mudou-se para Alagoinhas. Retornou a Feira ao concluir o Ginásio e conseguiu fazer o curso técnico em contabilidade. Foi vereador, secretário municipal e teve forte participação, no município, na Campanha das Diretas Já.

*Texto não revisado pelo depoente.

Queria inicialmente cumprimentar a mesa, na pessoa da Deputada Amábíla, e aos companheiros do auditório para tecer algumas considerações em relação à ditadura militar que se abateu sobre o país. Na verdade, Feira de Santana sofreu muitas represarias durante o período da ditadura. E isso se deve à participação efetiva de uma juventude que despontou assumindo à frente de movimentos estudantis e movimentos políticos. A exemplo da participação de muitos, aqui tem alguns, como Celso Pereira, Hosannah, na vida pública estudantil, organizando grêmio de colégio estadual onde fui um dos fundadores, cheguei a ser presidente, Associação Feirense de Estudantes Secundários, e realmente foi uma entidade que transformou totalmente a vida estudantil de Feira de Santana.

Não são as minhas considerações, talvez até, não sei o tempo que a gente tem, mas em tese é importante para a gente chegar às causas que realmente evidenciaram a repressão em Feira de Santana. Então, a entidade, ela tinha uma participação efetiva na vida de Feira de Santana e, a partir de 62, com a candidatura do Francisco Pinto a prefeito de Feira, nós tivemos os estudantes coordenando a campanha. Aqui está o Celso Pereira que fez parte também, inclusive eu era presidente da comissão em prol da candidatura de Francisco Pinto. Celso Pereira e outros companheiros, Sinval também participou.

A campanha vitoriosa levou a representação estudantil – não é Celso? – ao governo municipal. Nós fomos oficiais de gabinete, eu, ele e tantos outros, a participar do governo de Francisco Pinto. E foi um governo que sacudiu as raízes da administração pública de Feira de Santana, com a participação popular. Um governo participativo, um governo que tinha programa de governo. Eu até trouxe aqui o programa de governo daquela época. Programa administrativo onde aqui estabelece os setores da administração com a participação popular. E vários avanços nós tivemos na administração, não só na área de educação, como também na área de abastecimento (com a criação de um posto de abastecimento) primeiro, acho, no Brasil a se pensar na venda de mercadorias de gênero alimentício com o preço de custo para ajudar a população pobre; a farmácia municipal da mesma forma, parece que era coordenada pelo gabinete de Saúde da prefeitura, o Doutor Jackson, era o secretário. Um governo que periodicamente ia aos bairros, conversar com o povo, para escolherem as obras para aquele bairros. As obras eram escolhidas pela população.

Francisco Pinto, com uma grande visão, elaborou um projeto de construção da Avenida Contorno de Feira de Santana e foi a Brasília. Passou, parece, três ou quatro dias para chegar em Brasília, não tinha asfalto. E lá chegando em Brasília, numa audiência com o presidente da República, o João Goulart, a assessoria lá disse: “O senhor só tem cinco minutos para conversar com o presidente da República”. Chega João Goulart, em pé, para receber Francisco Pinto e a equipe de secretários municipais que ele levou, inclusive Dr. Amorim que era o arquiteto, e aí ele disse “Eu sou prefeito de Feira de Santana, cidade que fica localizada no maior encontro rodoviário

do Norte e Nordeste do Brasil e trago projeto pra transformar Feira de Santana em uma região metropolitana”. E aí quando João Goulart o convidou a entrar passaram quarenta minutos para discutir, ele (o presidente) autorizou e quando foi preso, a Avenida Contorno já estava circulando.

Então com essa importância do governo de Feira de Santana, onde nós tivemos aqui a Caravana da Cultura, que o mundo cultural daquela época era centralizado no Rio de Janeiro. A Caravana da Cultura se apresentou no Feira Tênis Clube, na Cidade Nova, na Rádio Cultura, na Rua Nova; com a implantação que não era só Feira, mas Feira é pioneira também do projeto Paulo Freire para educação de adulto, onde os monitores, não sei se Sinval foi monitor e Celso Pereira também, eu fui da Rua Nova. Hossannah também. Com esses avanços de uma administração popular, Feira de Santana passou a ser olhada como núcleo de resistência à ditadura. Como uma cidade de oposição à ditadura. E aí, aos primeiros momentos da ditadura houve realmente uma ação em Feira de Santana, se trouxe até um quartel que ficou no armazém de fumo para perseguir e prender todo mundo.

Eu me lembro que, no dia 31, eu estava na prefeitura e houve realmente uma movimentação no país todo para resistir à ditadura. E algumas medidas foram tomadas para um caso de enfrentamento à ditadura, como se providenciou, inclusive, alguns sacos de areia para resistência. Eu mesmo fui com a guarda municipal até o Tiro de Guerra, para pegar as armas do Tiro de Guerra, e nós chegamos na porta. Na hora que nós chegamos na porta pra entrar, no carro mortuário, os guardas começaram a tremer. Daqui a pouco chega uma ordem dizendo que a ditadura já tinha tomado o

“Com esses avanços de uma administração popular, Feira de Santana passou a ser olhada como núcleo de resistência à ditadura. Como uma cidade de oposição à ditadura. E aí, aos primeiros momentos da ditadura houve realmente uma ação em Feira de Santana, se trouxe até um quartel que ficou no armazém de fumo para perseguir e prender todo mundo”.

poder e João Goulart já teria fugido e aí, desfez a ação. Daí em diante, a maratona de organizações. Eu me lembro bem que, nessa noite – eu não lembro se Galeão estava – nós passamos a noite em claro na Galileia.

Não identificado - Onde funcionava uma Escola Paulo Freire, junto à casa de Dona Pombinha.

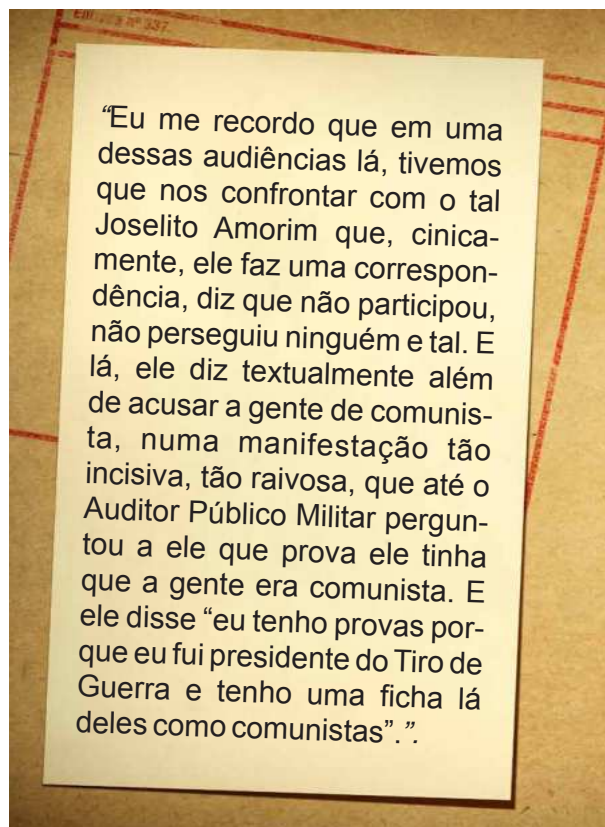
Celso Daltro - No dia seguinte, nós fizemos uma reunião no chamado pontilhão, que era aquela Avenida José Falcão, que estava o governo federal construindo a avenida e ali estava a ponte. Estávamos reunidos no pontilhão, onde fomos cercados pela Polícia Militar, porque tinha um dedo-duro infiltrado que avisou a polícia e aí a gente saiu naquele lamaçal com lama até o joelho.

Não identificado - Você se lembra do nome deste infiltrado?

Celso Daltro - Eu me lembro. É um Oficial de Justiça, Marco Antônio, mas é tão ruim que ele tem uma ponta do nariz tirado. Eu nunca o cumprimentei e nunca nem permiti que ele recebesse mandado meu pra cumprir. Um elemento daquele que se infiltrou, se infiltrou, e a gente lá dentro. Quase todo mundo era preso. Fomos ficar na casa de Renan, Renan tocando violão, no Jardim Cruzeiro.

No dia seguinte, já configurada a crise, o pessoal conversou comigo, eu saí daqui andando. Peguei uma carona, a irmã Maria José me pegou ali e me levou pra Santa Bárbara (lá no convento) aí viajei para Cícero Dantas onde passei um ano lá. De lá, eu fui para Alagoinhas, estudei e entrei no movimento estudantil. Navarro está aqui e se lembra, conheci ele lá em Alagoinhas. Ele era Oficial de Gabinete de Militão Barbosa.

De volta para Feira, a primeira coisa que nós chegamos, passamos até 67 fora de Feira de Santana. Quando chegamos aqui, já enfrentamos de testa o primeiro processo. O quebr-quebra da Câmara onde



houve dois réus, eu e Galeão. Mas, era tão importante a movimentação estudantil, que até as reivindicações a gente participava.

Me lembro aqui, que o Albertino está ali. Houve a derrubada do galpão. O galpão ia cair e nós ficamos até uma hora da tarde e derrubamos o galpão do colégio estadual. Fizemos então uma passeata até a Rádio Cultura. Lá, ocupamos, o balcão da Casa Civil pelo lado de fora, inclusive o Albertino fez um discurso também. E, realmente o estudante era participativo. Então, os primeiros processos. Esse famoso processo do “quebra-quebra da Câmara”. A gente saiu, nós tivemos o apoio efetivo de Francisco Pinto que conseguiu advogados pra gente, o Doutor Inácio e a Doutora Ronilda Noblat – a doutora Ronilda já faleceu – de Salvador. E constantemente a gente alugava uma kombi aqui e descia para Salvador, para ser ouvido.

Eu me recordo que em uma dessas audiências lá, tivemos que nos confrontar com o tal Joselito Amorim que lá, cinicamente, ele faz uma correspondência, diz que não participou, não perseguiu ninguém

e tal. E lá, ele diz textualmente além de acusar a gente de comunista, numa manifestação tão incisiva, tão raivosa, que até o Auditor Público Militar perguntou a ele que prova ele tinha que a gente era comunista. E ele disse “eu tenho provas porque eu fui presidente do Tiro de Guerra e tenho uma ficha lá deles como comunistas”.

Então, em 69, depois de várias audiências em Salvador, o processo foi a julgamento, tenho aqui até hoje um ofício. Eu respondi a dois processos, prescrevendo. Houve a prescrição. Acabou a prescrição desse processo, aí, nós enfrentamos outra batalha. Que foi esse inquérito no 35º BI, onde várias pessoas foram presas.

Eu me recordo que, sete horas da manhã, meu pai me chama para entregar uma intimação. E eu recebi a intimação. “É oito horas, oito horas eu estou lá.” Aí, o oficial que estava “Não. Você vai agora.” Eu disse “Nesse estado eu não vou não.” Entrei, e fui trocar de roupa. Elegante como eu era, não ia de pijama. É por isso que não me visto de pijama, nunca mais vesti pijama. Quando saí... (não visto pijama) Como também não como margarina, nem ensopado de boi. No quartel, era pão com margarina e meio-dia ensopado de boi com caldo coalhado. Aí, prefiro ficar com fome.

Quando saí, parecia que estavam prendendo um terrorista. Toda a rua cheia de militar com carros, e quando a gente saiu que arroteou por trás, até a Getúlio Vargas pensando que talvez fossemos pular alguma janela, algum muro, o quarteirão todo. E aí se dirigiram atrás de Luiz Santa Bárbara. “Queremos saber o endereço de Luiz Santa Bárbara.” “Não sei.” “O senhor, um comunista como ele, como é que não sabe?”

“Não sei endereço, não.” Rodaram, rodaram, atrás da casa de Santa Bárbara, não conseguiram localizar e me levaram para o quartel. Chegou lá, me botaram numa sala, eu acho que inaugurei uma daquelas salas, e fiquei lá nove dias. Fiquei nove dias.

Esses nove dias, nós, depois que fomos liberados, nós passamos a enfrentar uma verdadeira repressão dentro da cidade. Me lembro que a gente passava na rua:

“lá vai o comunista” Era mesmo uma discriminação muito grande, Concurso, fiz um concurso do Banco do Nordeste passei, não fui nomeado. Porque precisava um atestado do Exército. Até no Banco da Bahia que eu fiz, que passei, também não fui porque precisava do atestado.

Esse período foi um período de muita repressão psicológica. Quando a gente parava ali em frente da porta da prefeitura pra conversar ali era proibido reunião com mais de duas pessoas. A proibição era realmente total. E, não ficava somente aqui em Feira de

Santana não.

Nós que tivemos, eu não consegui me matricular no colégio estadual, foi suspensão. Com muito custo, consegui a transferência para Alagoinhas. Foi aí que eu fui estudar em Alagoinhas. Depois que voltei de Alagoinhas, foi que eu consegui a matrícula, já tendo concluído o científico em Alagoinhas, consegui a matrícula no curso de contabilidade, para fazer os dois últimos anos, porque como já tinha vindo do científico, é o que precisava cursar.

Na formatura, uma coisa curiosa, houve a proibição, no caso AI5, de reuniões, de manifestações. Então, proibiu-se

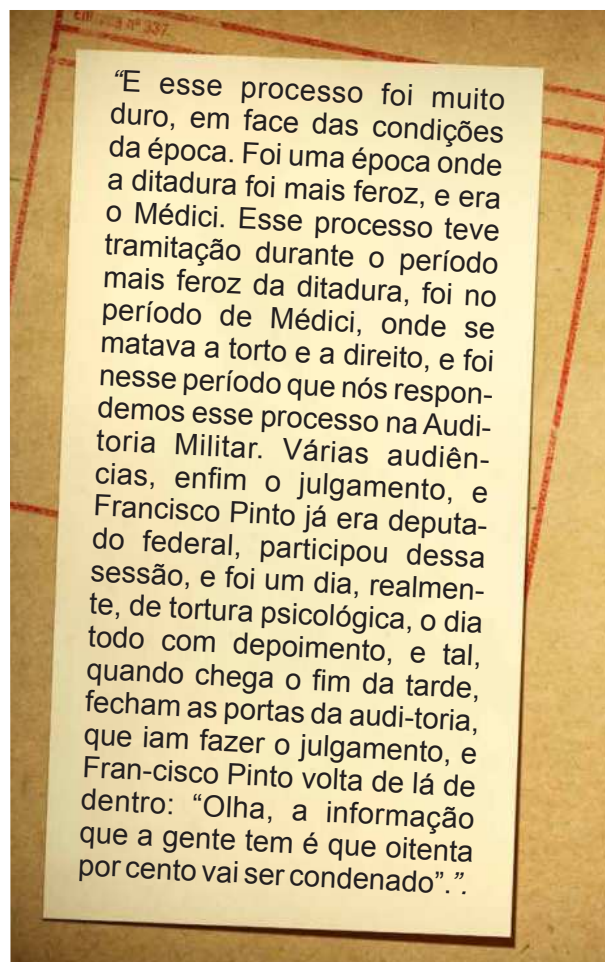
“Na formatura, uma coisa curiosa, houve a proibição, no caso AI5, de reuniões, de manifestações. Então, proibiu-se as festas de formatura, as solenidades de formatura foram proibidas. E eu me lembro que era apenas para entregar o diploma, não tinha que ter discurso, só pegava, entregava. E eu disse que não iria receber na solenidade de formatura e fui cinco dias depois, fui lá na secretaria. Eu e mais cinco colegas também. Foi motivo até, eu estava olhando alguns depoimentos, dizendo, que eu me rebeleei contra a colação de grau”.

as festas de formatura, as solenidades de formatura foram proibidas. E eu me lembro que era apenas para entregar o diploma, não tinha que ter discurso, só pegava, entregava. E eu disse que não iria receber na solenidade de formatura e fui cinco dias depois, fui lá na secretaria. Eu e mais cinco colegas também. Foi motivo até, eu estava olhando alguns depoimentos, dizendo, que eu me rebelei contra a colação de grau. Não vi motivo para me acusarem disso.

Mas nós tivemos a partir daí, houve, realmente uma mobilização, nunca ninguém, ficou parado aqui. Francisco Pinto, ele, também, foi julgado pela Auditoria Militar. Quando ele passou a vir a Feira de Santana, a vinda dele aqui servia de motivação para a gente se manifestar contra a ditadura. Sempre a gente inventava de recebê-lo nos Capuchinhos, e fazer a missa na Matriz. A missa da Matriz servia para depois a gente sair, reunia o grupo todo, saía em passeata até a casa dele. Era uma maneira de se manifestar.

Nós tivemos a partir daí, quer dizer, já em 70, e nós estávamos respondendo – Francisco Pinto já tinha sido absolvido, foi candidato a deputado, e nós participamos da campanha em Salvador – outro processo. Nesse processo, as figuras maiores eram os professores. Professora Yara Cunha, professor Juvenal, professor Estrela, professor Luciano que era vereador, eu e outros, nós enfrentamos. Luís Pereira, irmão de Celso Pereira, e tantos outros.

E esse processo foi muito duro, em face das condições da época. Foi uma época onde a ditadura foi mais feroz, e era o Médici. Esse processo teve tramitação durante o período mais feroz da ditadura, foi no período de Médici, onde se matava a torto e a direito, e foi nesse período que nós respondemos esse processo na Auditoria Militar. Várias audiências, enfim o julgamento, e Francisco Pinto já era deputado federal, participou dessa sessão, e foi um dia, realmente, de tortura psicológica, o dia todo com depoimento, e tal, quando chega o fim da tarde, fecham as portas da auditoria, que iam fazer o julgamento, e Francisco Pinto volta de lá de dentro: “Olha, a informação que a gente tem é que oitenta por cento vai ser condenado”.



toria, que iam fazer o julgamento, e Francisco Pinto volta de lá de dentro: “Olha, a informação que a gente tem é que oitenta por cento vai ser condenado”. Só três horas da tarde eles abrem os portões e, quando abre os portões, já estava a Polícia do Exército com as algemas. E começa a sessão, e começa a ler as condenações e tal, apenas dois foram absolvidos; um, porque comprovou – foi Luís Pereira – que no dia das manifestações aqui contra as coisas aqui também, não só os professores, mas nós outros, é que tínhamos participado da missa em protesto pela morte de Edson Luís. Em Feira de Santana, nós não poderíamos deixar de fazer, nós fizemos a missa na Catedral, na Igreja Matriz, e depois saímos em passeata pelas ruas de Feira. O pau quebrou desde a matriz, até o Feira Tênis Clube, quando a manifestação dispersou. Mas aí um participante, gritou abaixo a ditadura, e foi um inferno as ruas de Feira nesse dia. A missa foi (...), Então, os professores, eles acusavam os professores

pregavam ideais contra a ditadura, chegaram a acusar até a professora Yara Cunha de ter orientado os alunos a não cantar o hino nacional. Até isso disseram. E já outros, essa participação nessa manifestação de Edson Luís Souto.

Só que, o inquérito, que foi feito aqui no 35º BI e também na instrução, em relação a mim, eles estavam focando só em uma coisa que já tinha sido julgada, que era o quebra-quebra da Câmara, que já tinha sido julgado. Então, também eu fui absolvido, por falta de provas para a acusação de participar da passeata.

Não identificado - Um foi você, e o outro? Luís Pereira foi porque era menor. Mas os fatos que alegavam, na época, é que ele não tinha feito dezoito anos, ele era menor, mas o fato maior, excludente, é que ele não era maior de idade.

Celso Daltro - Então, aquele julgamento foi muito doloroso, o resultado do julgamento foi muito doloroso. A gente via, nenhum dos réus na época, ninguém chorou. Só a plateia chorava. Até eu, que disseram que fui absolvido, eu não enxerguei que tinha sido absolvido, e eu fiquei. Quem tinha sido absolvido saiu. Eu fiquei no meio. Pensei, também, que tinha sido condenado. E daí saiu (...) e finalmente o processo não houve recurso.

Mas a luta continua em Feira de Santana, e ninguém recuou. A luta continuou e nós impusemos a primeira derrota à ditadura em 1972, com a eleição de Zé Falcão, eleição disputada. Depois em setenta, primeira derrota a gente impôs foi a eleição de Francisco Pinto, para deputado federal. Inclusive, quando ele foi candidato a deputado federal, disse: “eu só estou para ajudar o partido, pois só elege dois deputados no

máximo”, que seria Ney Ferreira e o outro seria João Borges. E acabou elegendo três: Ney Ferreira, Chico Pinto e Valson Lopes, que entrou aí na cadeira de rodas. Então, foi a primeira derrota, Chico Pinto teve uma votação extraordinária em Feira de Santana, acabou sendo eleito deputado federal. Daí em diante foi José Falcão, Colbert, na representação de Feira, e Feira era chamada “A capital da resistência democrática” na Bahia, era Feira de Santana.

Então, nós tivemos um período onde Feira de Santana honrou a luta contra a ditadura, participou efetivamente. Aqui, nós passamos, também, a comandar – anotei algumas coisas aqui – a eleição, eu também fui vereador, e na eleição de oitenta e dois, a ditadura já estava em decadência, mas mesmo assim eles estavam vigilantes. Inclusive no dia da posse, Zé Ronaldo foi vereador

também eleito. Aí, o presidente da Câmara passou a palavra a Zé Ronaldo para falar em nome da Câmara. Quando ele terminou de falar, eu disse: “Presidente, uma questão de ordem. Zé Ronaldo, não pode falar em nome da Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal tem situação, mas também tem oposição. Ele representa a ARENA, jamais pode representar a Câmara, quando tem o MDB aqui e vai falar”.

Eu fiz um discurso, relatando as noites negras (plateia: Quem era o presidente? O presidente era [...] o único que não votou fui eu. Teve uma reunião de bancada para votar o nome dele, mas eu não votei), Então, ele me deu a palavra e eu falei. Relatei os dias negros que passaram na Câmara, os dias negros também que passaram com a ditadura, com as armas apontadas para caçar Francisco Pinto lá dentro. Depois que eu fiz o pronunciamento, falou mais dois vereadores, um foi Messias, a sessão encer-

“Então, aquele julgamento foi muito doloroso, o resultado do julgamento foi muito doloroso. A gente via, nenhum dos réus na época, ninguém chorou. Só a plateia chorava. Até eu, que disseram que fui absolvido, eu não enxerguei que tinha sido absolvido, e eu fiquei. Quem tinha sido absolvido saiu. Eu fiquei no meio. Pensei, também, que tinha sido condenado”.

rou, e os militares se recusaram a nos cumprimentar, os comandantes do 35 BI e da polícia. Outro fato curioso é que meu discurso foi gravado na íntegra para ser cassado. E esse discurso meu foi para o ministério do exército. Mas como já estava no fim, acabou não sendo cassado.

Celso Pereira, você se lembra o nome daquele funcionário da Câmara, aquele assessor, como é o nome dele? Zezito Freitas

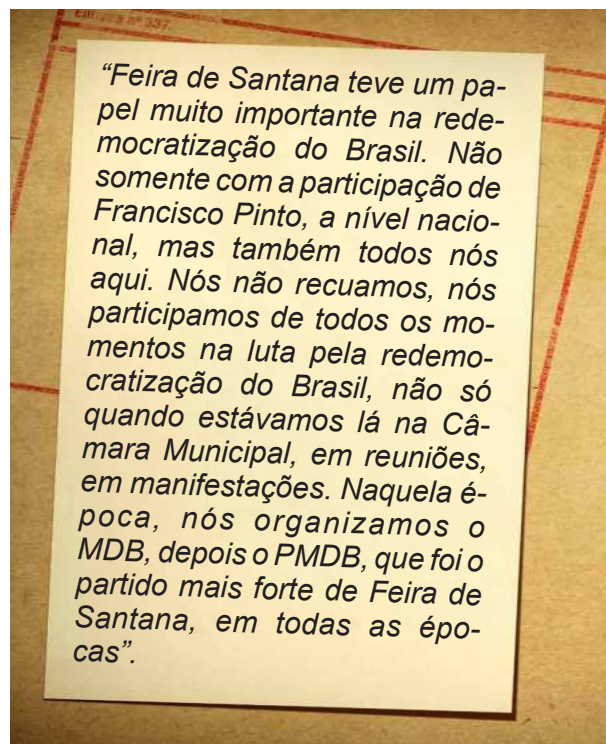
Celso Pereira - Zezito Freitas, José Manoel de Araújo Freitas, ele chegou a ser vereador.

Celso Daltro - Mandou lavrar na ata, na íntegra o meu discurso, que era pra me cassar. E quando eu fiz o discurso, eu tinha convicção que podia sofrer sanções. Mas eu não estava nem aí, era contra mesmo, então fiz meu discurso altamente agressivo na solenidade da Câmara. Então meu discurso foi para Brasília, para ser cassado. Inclusive, está nos anais da câmara. Isso foi em 82, na minha eleição de 82.

Não identificado - Isso já foi em plena campanha para as diretas.

Celso Daltro - Mas, nessa época, já de 82 em diante 83, era uma época em que a ditadura estava em decadência, e me recordo que nós fomos a um congresso em Fortaleza, e tinha mais de três mil vereadores. E lá, o presidente da República era João Figueiredo mandou Ibraim Abi Ackel como representante. Foi um dos grandes oradores do Brasil. De noite, na abertura, ele não conseguiu falar, porque não deixamos ele falar. Eram três mil vereadores gritando “abaixo a ditadura.” Gonzaga Mota era o governador do estado. Quando é no outro dia, meio dia, fecha. O Centro de Convenções de Fortaleza foi cercado pela Polícia Militar, para não dar acesso, porque a diretoria antiga da União dos Vereadores do Brasil era pelega, e realmente, combinou lá, para fechar, para acabar o congresso.

E os vereadores todos na porta,



entra não entra, foi uma confusão, e acabou o governador mandando a Polícia Militar negociar a reabertura, que também pra eles estava naquele processo de reabertura democrática. E aí, formaram uma comissão de cinco, eu fiz parte da comissão de cinco, assumimos a direção da UVB, e assumi ali, nós cinco fizemos a eleição, e dali em diante, o congresso, a mesa diretora, tudo de vereadores da esquerda, vereadores avançados naquela época, porque, até aqui em Salvador, fez parte da mesa Ney Campelo, que fez parte da mesa como secretário.

Mas eu não queria mais me alongar, porque acho que me alonguei muito. Mas achei interessante algumas considerações, para dizer o seguinte: Feira de Santana teve um papel muito importante na redemocratização do Brasil. Não somente com a participação de Francisco Pinto, a nível nacional, mas também todos nós aqui. Nós não recuamos, nós participamos de todos os momentos na luta pela redemocratização do Brasil, não só quando estávamos lá na Câmara Municipal, em reuniões, em manifestações. Naquela época, nós organizamos o MDB, depois o PMDB, que foi o partido mais forte de Feira de Santana, em todas as épocas.

As eleições naquela época, todo mundo já sabia quem perdia. Porque o povo de Feira sustentava a bandeira da redemocratização, o povo de Feira era avançado, porque tinha uma juventude que se preparou para isso. Hoje, nós tivemos vinte anos de ditadura, foram vinte anos que atrofiou a juventude. A juventude naquela época pensava, a juventude naquela época participava não só dos movimentos estudantis – que acabou, nem hoje, tem mais – e participava, também, da vida pública. Depois disso, depois de vinte anos onde foi proibido até de se respirar, nos colégios, nas faculdades, Celso Pereira, deve ter enfrentado isso também, a gente não podia nem se reunir, qualquer reunião era chamado, eu fui chamado algumas vezes no Quartel Militar. Eu estudava ali, na Joana Angélica, era perto, qualquer coisa.

Então, a juventude ficou desmobilizada. A juventude parou de pensar. E nós temos um país onde uma geração se formou dessa maneira, sem pensar. E nós estamos aí com os reflexos aí. São 20 anos. Tem que se passar 20 anos a mais, para poder se preparar a juventude, como nós tivemos na época. Nós honramos a juventude da nossa época. A juventude da nossa época foi uma juventude participativa, uma juventude consciente, uma juventude que honrou o seu passado. Hoje, nós temos um povo totalmente pacato. Essas coisas, se a gente contar no meio da rua a qualquer pessoa, ou dentro de um colégio, acham que é mentira, que não houve essa perseguição toda, mas eu queria encerrar...

Não identificado - Eu queria reforçar o que você disse sobre o papel de Feira de Santana nessa luta pela redemocratização, e o peso que ela teve, não só no conceito do estado, mas até do país. Em 1978, logo em

seguida da posse de Colbert Martins, que era o segundo prefeito de Feira do MDB, veio Zé Falcão e logo depois Colbert. Só que, com Zé Falcão, ele ainda teve algumas restrições para indicar secretários. Eu me lembro que Aurélio Miguel foi indicado secretário pelas esquerdas, Falcão tentou nomear, e o 35º BI mandou retirar. Quando Colbert se elegeu, em 76, tomou posse em 77, as coisas já estavam um pouco mais –

vamos dizer – já tínhamos empurrado um pouco mais a cerca, com o pé. Aí, eu fui ser secretário, você, e outros companheiros.

O MDB fez, em Joinville, o grande encontro das cidades de oposição de médio porte. E quem foi de Feira de Santana, fui eu. Chegando lá, compusemos a comissão que escreveu a carta de Joinville, junto com Chico Amaral de Campinas, Wellington Franco de Niterói, Luiz Henrique de Joinville e Feira de San-

tana, não, tinha um outro de Volta Redonda, um rapaz, também, até bem jovem, foi quem compôs a comissão para escrever a Carta de Joinville, no combate à ditadura e pedindo aberturas democráticas. Então, Feira de Santana, sempre esteve presente.

Celso Daltro - Esse pessoal veio depois a Feira de Santana

Não identificado - Vieram todos aqui, inclusive, no encontro que fizemos de prefeitos aqui, que quem abriu foi o senador Vilela. A prefeitura foi quem organizou, e foi um momento forte de reunir as oposições, e as grandes figuras da oposição.

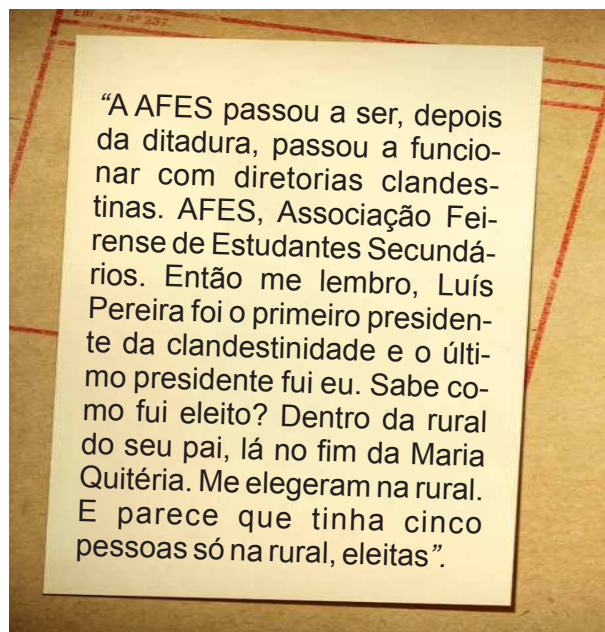
Celso Daltro - Inclusive, a gente tem que ressaltar que Feira de Santana era sempre visitada aqui, por Ulisses Guimarães. Qual a campanha eleitoral que Ulisses Guimarães não veio aqui? Orestes Quércia, quan-

do estava no MDB, e várias lideranças nacionais. No congresso nacional, quando Chico Pinto chegou, foi criado o grupo dos autênticos e, nas campanhas, esse grupo dos autênticos vinha tudo para Feira, vários comícios, vinha um grupo, vinha outro, houve a participação do grupo dos autênticos, muito importante, em todo o país, na redemocratização do país.

Mas para exemplificar, aqui, o que foi o período duro da ditadura, eu vou me referir à AFES. AAFES passou a ser depois da ditadura, passou a funcionar com diretorias clandestinas. AFES, Associação Feirense de Estudantes Secundários. Então me lembro, Luís Pereira foi o primeiro presidente da clandestinidade e o último presidente fui eu. Sabe como fui eleito? Dentro da rural do seu pai, lá no fim da Maria Quitéria. Me elegeram na rural. E parece que tinha cinco pessoas só na rural, eleitas. Eu tinha o estatuto da AFES, mas Moura Filho chega lá em casa, pra me dizer que iria copiar o estatuto da AFES, e até hoje não devolveu.

Hosannah Leite - Só pra complementar ainda uma fase que vocês estão falando. Em 78, eu tive o privilégio de conviver com vocês, no governo de Colbert Martins, e me recordo bem que, aí pelo mês de novembro de 78, Colbert e Chico Pinto me comunicam que eu seria alçado à secretaria de Gestão Econômica, que seria convidado. Mas que era preciso – se falava muito na queda do AI5 – e que se tinha a expectativa de esperar a queda do AI5 para poder ser oficializada a condução. Era um período ainda da década de setenta, e que você tinha uma série de resquícios dos anos de chumbo, ainda. E realmente se esperou em dezembro de 78 a queda do AI5, para só em janeiro de 79 ser oficializado o convite, para que nós assumíssemos, a secretaria que você passou, interinamente, e que a vacância se deu pelo afastamento de Dorinha.

Só para complementar, para sentir como era o quadro de autopoliciamento. Era uma questão de autocensura, de autopoliciamento, em que até – veja bem –



aquela situação de Aurélio, eu acho que Colbert, até com uma certa maturidade, disse: “Olha vamos deixar um pouquinho, abrandar um pouco”. Até porque Luciano não foi secretário por causa disso.

Celso Daltro - Eu me recordo que no primeiro governo de José Falcão, houve muitos vetos. Inclusive, eu fui indicado pra o ginásio municipal, mas o (...) me vetou, não participei do governo de José Falcão. Só vim a participar no primeiro governo de Colbert, que aí eu até pensava que haveria veto, acabou não havendo e tal. Mas no governo de José Falcão eu tive veto, pelo menos, José Falcão disse que recebeu o veto.

Nesse primeiro governo de José Falcão, houve um episódio, que eu estava como suplente, assumi a Câmara, José Falcão viajou para Recife, e eu combinei com ele, “eu vou apresentar aqui um projeto, uma indicação para denominar de Deputado Francisco Pinto a Contorno.” Eu fiz, ele assumiu e eu fui levar lá para ele assinar o decreto, ele não assinou. Quando José Falcão, chega na segunda-feira, me diz: “Celso, olhe, tem essa indicação aqui, com esse negócio de Chico Pinto, mas o Exército me chamou, na Pousada da Feira e disse que se eu assinar esse decreto, me destitui.” Esse decreto acabou virando...

Não identificado - Acabou virando Edu-

ardo Froes da Mota. Chegou a ser anunciado, inclusive, na imprensa.

Celso Daltro - Ai, eu liguei para Chico Pinto, e ele, diz que foi com uma comissão lá para o Ministério do Exército, eu acho que vocês já sabem disso, aqui, que ele já contou. Aí, ele disse que chegou lá queria falar com o ministro, não estava o ministro, mas se não está, mas o senhor mesmo recebe o recado. Diga ao ministro que eu nunca pretendi ter rua em Feira de Santana com o meu nome. Apresentaram um projeto lá e tal, e o Exército vetou meu nome em Feira de Santana. Mesmo porque, lá em Feira, tem, para não ficar mal acompanhado, tem general Médici, tem marechal Castelo Branco, e tem até uma puta da rua chamada Aurora, então não quero estar nessas companhias.

Sinval Galeão - Tem mais alguma coisa Celso?

Celso Daltro - Não. Se tiverem alguma pergunta...

Não identificado - Eu queria fazer uma pergunta: capitão Arlindo Barbosa, Rocindo de Souza e Laura Fleury, Aldeci Paim tiveram alguma participação na sua prisão?

Celso Daltro - Vou te responder primeiro, o capitão Arlindo Barbosa, que o inferno já levou, foi lá em casa, foi me procurar até embaixo da cama. Na época eu não estava, já estava foragido. O capitão Arlindo Barbosa, foi me procurar em casa, e em todos os cômodos da casa, e até embaixo da cama, ele foi vasculhar. Em relação a Rocindo, eu vi os depoimentos dele, também ele acusa. Laura Fleury também, sabia que eu não estava mais no colégio estadual, mas sabia que eu tinha feito o quebra-quebra da derrubada do galpão do Paranhos. Então, são pessoas, que foram guiadas pela ditadura,

para prestar depoimento. Os depoimentos deles estão aí, felizmente muitas partes já estão aqui, quem trouxe foi ele, da universidade de Campinas...

Não identificado - Eu fiz essa colocação, porque nós gravamos (...) de Souza, acho que foi até um dos fundadores da AFES, aqui em Feira de Santana.

“... o capitão Arlindo Barbosa, que o inferno já levou, foi lá em casa, foi me procurar até embaixo da cama. Na época eu não estava, já estava foragido. O capitão Arlindo Barbosa, foi me procurar em casa, e em todos os cômodos da casa, e até embaixo da cama, ele foi vasculhar. Em relação a Rocindo, eu vi os depoimentos dele, também ele acusa. Laura Fleury também, sabia que eu não estava mais no colégio estadual, mas sabia que eu tinha feito o quebra-quebra da derrubada do galpão do Paranhos. Então, são pessoas, que foram guiadas pela ditadura, para prestar depoimento”.

Celso Daltro - Deixa eu te dizer o que era Feira de Santana, naquela época. Foi antes de 59 para 60, nós organizamos o grêmio Arlindo Barbosa. E lá, eleitor como tantos outros. Quanto mais que a gente não tinha a avaliação da ideologia de ninguém. Essa ideologia política veio ocorrer na campanha de 62, onde um grupo foi formar o comitê de Chico Pinto, e o outro foi com João Durval. Então, a gente nem sabia, ele foi para um lado, que era dito radicalmente de extrema direita, e ele representava essa extrema direita raivosa. Inclusive, não sei se você se lembra,

que existia uma coluna na Folha do Norte, eram jornais que eram semanais, toda semana era em cima de Francisco Pinto, até Hugo Navarro me fez ter até uma briga de jornal com meu pai. Meu pai tinha uma coluna, escrevia (...) da coluna do meu pai, e ele do outro lado respondia, ele estava acusando Eduardo Fróes da Mota, aí meu pai fez um artigo dizendo que “Navarro, vários erros de português”. E aí, vou admitir que foi uma briga tão grande, que resultou, uma vez meu pai encontrou ele, ali na Senhor dos Passos, quebrou um guarda-chuva nas costas dele, aí não houve mais artigos, não fez mais artigos, mas foram vários meses com artigos.

O Amorim foi prestar um depoimento

raivoso, lá em Salvador, na auditoria militar – Galeão se lembra disso – raivoso, inclusive, repreendendo até a presença de Fidelmário, porque Fidelmario era cabo da polícia, e não estava fardado, foi aí que tomou uma repreensão do próprio Auditor Militar, que não cabia a ele, fazer uma crítica daquela, pra você ver, que até aí, como é que um militar, o cabo da polícia, chega aqui, sem a farda.

Amábíla Almeida - Muito bem. Esse depoimento tão esclarecedor de Dr. Celso, e eu acho assim, muito interessante. De repente, ele se torna participativo, pelas intervenções dos que viveram aquela época, e eu chego à conclusão de que vocês adolescentes, e jovens aqui de Feira de Santana, também aprontaram um bocadinho. Muita coragem

Celso Daltro - Deputada, até hoje, na minha época, eu nem ia a cinema, na minha cachaça naquela época não era futebol, era coisa de política estudantil, raramente eu vou ao cinema, é muito raro eu ir ao cinema, eu não ia ao cinema não, era fazer política. Inclusive, nós saímos aqui, não me lembro se Galeão foi, também, naquela época dura da ditadura, nós saímos daqui uma vez, pegamos um ônibus, e chegamos na rodoviária, para uma reunião do partido comunista em Salvador, eu não sei aonde foi, da rodoviária, a gente saiu com os olhos vendados e tentaram prender, a gente saiu de madrugada, pois tentaram prender a gente.

Amábíla Almeida - Muito obrigado Dr. Celso Daltro, por sua contribuição.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
29 de outubro de 2014 - CUCA - Centro Universitário de Cultura e Arte de
Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: TEREZINHA DANTAS MENEZES

Nascida em Coaraci, no Sul da Bahia, Terezinha Dantas de Menezes, conhecida como Terezinha do MOC, foi morar em São Paulo quando ainda era adolescente. Lá conheceu o Partido Socialista Brasileiro. Quando voltou para o Nordeste, foi trabalhar com pesquisa de opinião na Bahia e em Sergipe com o intuito de identificar a percepção que o povo tinha das Reformas de Base pregadas pela equipe de Jango. Segundo seu relato, foi vítima de tortura psicológica, por ver companheiros que foram vítimas de tortura física e por saber de atrocidades praticadas pelos agentes da repressão. Trabalhou na Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), na Pastoral da Terra e no MOC - Movimento de Organização Comunitária.

**Texto não revisado pela depoente.*

***Terezinha Dantas Menezes**

Terezinha Dantas de Menezes – Eu fui avisada por Sinval para falar alguma coisa hoje. É dar um depoimento histórico, como muitos que foram apresentados aqui, mas eu vou tentar rememorar algumas coisas. E eu me lembrei, ontem, de três passagens bem interessantes. Uma é de Chico Xavier, diz assim: “tudo passa”; outra é uma cantora argentina, Mercedes Sosa, que tem uma música chamada “Cambia”, em que ela fala: “Todo cambia”, tudo muda, tudo passa; uma outra amiga, que também já se foi, chamada Ana Montenegro, quando ia contar os problemas que teve com os seus filhos, ela falava assim: “As crianças nascem para serem felizes”. As pessoas nascem para serem felizes. Então, pensando nessas pessoas, eu me lembrei: por isso que alguns depoimentos aqui, que a gente sabe que foram muito mais sofridos, as pessoas já não retratam com o peso que a gente sabe que teve para elas naquele momento.

Eu queria lembrar que você precisa lembrar, para justamente fazer história. Mas, às vezes, precisa, também, esquecer, pelo menos em parte, para não sofrer muito, não voltar a sofrer. Então, eu sei que cada pessoa que vem, ela tem essa ambivalência. Ela sabe do compromisso dela na reconstrução dessa história, mas ela sabe também, que é uma preservação

pessoal, e às vezes não rememorar o sofrimento.

Eu queria dizer que eu não sofri diretamente, assim, em termo de ser presa, ser torturada, eu não passei por esses momentos diretamente. Mas eu passei muito pela tortura psicológica, de ver companheiros que foram, saber das coisas que circulavam. Então, não era em mim diretamente, mas era. Eu acabava sofrendo muito, por eles.

Eu tentarei lembrar um pouco da história, mesmo, da gente. Adolescente, eu fui para São Paulo porque, na cidade onde eu morava, não tinha condição de estudar, e nem de trabalhar. Eu sou de Coaraci, no Sul da Bahia. Então, eu migrei para São Paulo e, lá em São Paulo, eu vivi sete anos. E, nesses sete anos, eu percebia muito um pouco o desprezo que os paulistas tinham pelos nordestinos. Isso me feria muito. Até que eu me envolvi em alguns movimentos. Eu me lembro que um dia estava estudando, e olhei da janela onde eu estudava, eu via uma casa, onde muita gente entrava e saía, e, eu falava: “O que é que aquele povo tanto entra e sai?” Aí, me falaram: “É a sede do Partido Socialista Brasileiro”. Aí eu disse: “Lá eu vou”.

Aí, eu fui para a sede do Partido Socialista Brasileiro, e lá, tive a oportunidade de aprender muita coisa. Era Julião, era Padre Alípio, da época, era Miguel Arraes, eram tantos outros que passavam por lá, que estava na época de preparação do congresso em defesa de Cuba. Então, essas coisas foram me influenciando. Lá, também, tinha muitos jovens, que faziam

parte da UNE, onde tinha o CPC (Centro Popular de Cultura), e eu ia para as peças de Teatro.

E aí, eu resolvi que lugar de nordestino era no Nordeste, uma decisão, assim, muito forte para mim. Aí, eu vim para Pernambuco. Como eu tinha pouco dinheiro, então eu vim contratada, eu trabalhava em pesquisa de opinião, naquele tempo. Eu vim para fazer uma pesquisa na Bahia e em Sergipe. Imagine o que era a pesquisa: a pesquisa era ver a percepção que o povo

tinha das Reformas de Base pregadas pela equipe de Jango. E a gente tinha um menino que, depois, veio a ser o presidente da UNE, Roberto Kinjo, e ele ia, e quando o povo estava despolitizado, que falava mal da reforma, que falava mal do governo, ele ia explicar o que era. E eu era a supervisora. E eu falava: “Kinjo, não me ponha em má situação. Porque, quando eu volto para falar com as pessoas, elas me dizem o contrário do que está em sua entrevista. E isso me complica, como supervisora”. Então, eu percebia que, mesmo em Pernambuco, onde ha-

via uma politização muito grande, ainda havia uma divisão, também grande, de pessoas que não tinham a dimensão daquele momento histórico que estava acontecendo.

E aí, eu decidi – já tinha feito essa decisão quando eu vim para Pernambuco, de São Paulo – ir trabalhar com Paulo Freire. Mas eu queria trabalhar com ele, mesmo que fosse de graça, mas eu queria trabalhar com Paulo Freire. Aí, eu fui lá à Casa Amarela, consegui falar com a equipe dele, e consegui que eles me contratasse para trabalhar com a equipe. Eu ia pesquisar as danças e o folclore de Pernambuco para o

“Eu me lembro que um dia estava estudando, e olhei da janela onde eu estudava, eu via uma casa, onde muita gente entrava e saía, e, eu falava: ‘O que é que aquele povo tanto entra e sai?’ Aí, me falaram: ‘É a sede do Partido Socialista Brasileiro’. Aí eu disse: ‘Lá eu vou’. Aí, eu fui para a sede do Partido Socialista Brasileiro, e lá, tive a oportunidade de aprender muita coisa. Era Julião, era Padre Alípio, da época, era Miguel Arraes, eram tantos outros que passavam por lá, que estava na época de preparação do congresso em defesa de Cuba. Então, essas coisas foram me influenciando”.

trabalho de alfabetização.

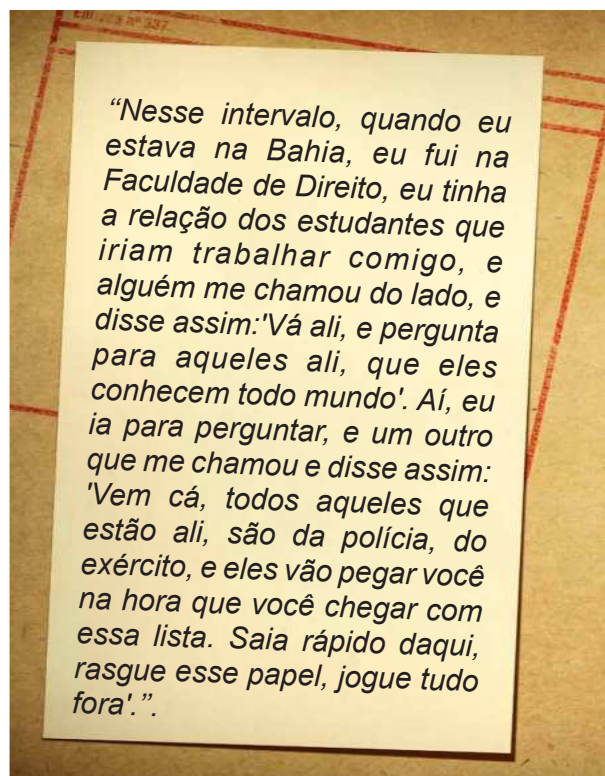
Então, vim para a Bahia para terminar a minha pesquisa, e quando eu voltei para Pernambuco... Nesse intervalo, quando eu estava na Bahia, eu fui na Faculdade de Direito, eu tinha a relação dos estudantes que iriam trabalhar comigo, e alguém me chamou do lado, e disse assim: "Vá ali, e pergunta para aqueles ali, que eles conhecem todo mundo". Aí, eu ia para perguntar, e um outro que me chamou e disse assim: "Vem cá, todos aqueles que estão ali, são da polícia, do Exército, e eles vão pegar você na hora que você chegar com essa lista. Saia rápido daqui, rasgue esse papel, jogue tudo fora".

Eu sei que eu rasguei o papel, mentira, eu guardei, que eram nomes que eu queria conhecer depois. E, eu fui, terminei o trabalho, muito mal feito, porque não achava mais as pessoas que tinham capacidade para me ajudar, e voltei para Pernambuco. Quando cheguei, não achei mais nada, era uma tristeza na cidade, os meus referenciais todos, tudo desolado, quem não estava preso, tinha desaparecido.

Então, ainda fiquei um tempo em Pernambuco, depois o dinheiro acabou e tive que voltar para São Paulo. Na volta pra São Paulo, trabalhei mais dois anos, depois, voltei para a Bahia. Quando cheguei aqui, eu fui trabalhar, vou pegar três momentos, assim, sempre ligados ao campo, fui trabalhar em uma entidade chamada ANCARBA.

Não identificado – A transversal sai na matriz pra Rua Marechal Deodoro. A sede era ali. Onde eu tive o prazer de te conhecer.

Terezinha Dantas de Menezes – Pois é. Então, eu fui trabalhar na ANCARBA e visitei várias cidades, e trabalhei em várias cidades, mas a que mais me impressionou, na questão política, antes de Feira de Santana, foi Alagoinhas. Em Alagoinhas, existia um lugar, onde a gente levava a pro-



posta desenvolvimentista, de modernização do campo, o pessoal chegava pra gente e dizia: "A gente não quer isso, não, a gente não quer semente, a gente não quer adubo, a gente quer terra".

Não identificado – Que ano foi isso?

Terezinha Dantas de Menezes – 67, 68, mais ou menos, "A gente não quer adubo, a gente não quer semente selecionada, a gente quer terra". Então, eu procurei saber o que estava por trás disso. É que ali tinha existido uma liga camponesa. Que era um lugar chamado Cangula, e que ficava perto de Boa União. E eu me senti, realmente, eu me senti muito mal, porque eu via como aqueles camponeses estavam na minha frente, que posição que eles tinham. Na verdade, eu estava prestando um serviço para o governo, e eles estavam me dizendo qual era o meu papel.

Então, essa experiência, depois eu vim para Feira de Santana, e aqui em Feira de Santana, não preciso repetir, porque, né, já foi declarado muito aqui. Eu vinha com Carminha agora, a gente vinha pra cá, a gente passou na Queimadinha, ali no

Cruzeirinho. Eu me lembro que quando a gente ia lá, fazer reunião, no Cruzeiroirinho, muitas vezes elas falavam assim pra gente: “Hoje não tem reunião não. Se quiserem pregar bandeirola com a gente na rua, vamos embora, que hoje é dia de comício de Chico Pinto”. E pronto. Não adiantava querer fazer reunião, querer fazer nada, porque era o dia que Chico Pinto ia para lá.

Nesse dia, estava a comunidade toda, todo mundo trabalhando, para enfeitar a rua, para catar coqueiro, para fazer palanque, para fazer tudo. Então, foi uma experiência, assim, como o povo estava, ainda, com todas essas raízes e, ao mesmo tempo, como a gente, que trabalhava no estado, era reprimido.

Eu me lembro de um comício em que Chico Pinto disse que as dez perguntas que a ditadura não tinha condição de receber, de responder. E a gente foi proibido de ir ao comício. E a energia foi cortada, e a resposta de Chico Pinto não foi dada à população. Mas, no outro dia, os panfletos estavam nas ruas, explicando tudo que ele não conseguiu falar para o povo, na rádio, através da rádio. Então, Feira de Santana foi uma experiência muito boa.

Depois eu fui trabalhar na FETAG, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, que era uma federação com todo o movimento sindical, naquela época, muito pelega, muito subordinada ao governo, e que tinha uma equipe, a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) tinha nomeado uma pessoa para vir à Bahia, para tentar melhorar a situação da atuação sindical na Bahia. Eu fui convidada para fazer parte dessa equipe. Era Antônio Dias, Jackson Chaves de Azevêdo, Paraguaçu, não lembro quem era o outro. Então, nós

formamos uma equipe e, nessa equipe, nós tentamos eleger direções sindicais comprometidas com a luta dos trabalhadores. Não era fácil. Principalmente na área de conflito, no Oeste da Bahia, que existia muita invasão de terra, na zona canavieira, a gente nem entrava aqui, porque não existia sindicato, naquela época. Então, eu sei que foi uma luta, assim, que a gente pode começar a reorganizar o movimento sindical e, nessa reorganização, foi que morreu um advogado, que foi muito querido, que fazia parte da equipe da gente, que foi Eugênio Lyra, que foi assassinado em Santa Maria da Vitória. Isso, ao invés de enfraquecer a gente, fez com que a gente tivesse mais força.

E os advogados criaram uma entidade, que se chamava AATR (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais), que se especializava na formação política, e na assistência jurídica dos trabalhadores rurais e da direção aos que estavam procurando título. Eu trabalhei

um tempo nisso, novamente, foi um processo de crescimento, muito bom.

E, posteriormente, eu fui trabalhar na Pastoral da Terra. Estava se organizando, aqui, uma ala mais progressista dentro da Igreja Católica, seguindo a linha da Teologia da Libertação, que, você tinha Dom Helder Câmara, lá em Pernambuco, mas você tinha Dom José Rodrigues, aqui na Bahia, você tinha Zé Brandão, em Sergipe, enfim, vários que estavam começando a se organizar para dar uma nova direção na Igreja Católica, comprometer mais com a luta dos trabalhadores.

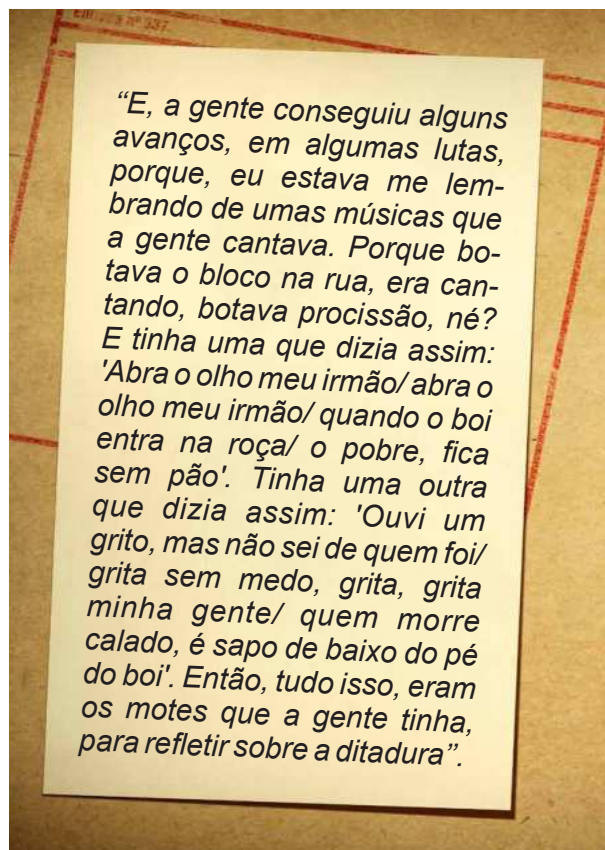
Essa CPT, quando ela nasceu, quando ela começou, foi no Paraná. E lá no Pa-

“Eu me lembro de um comício em que Chico Pinto disse que as dez perguntas que a ditadura não tinha condição de receber, de responder. E a gente foi proibido de ir ao comício. E a energia foi cortada, e a resposta de Chico Pinto não foi dada à população. Mas, no outro dia, os panfletos estavam nas ruas, explicando tudo que ele não conseguiu falar para o povo, na rádio, através da rádio. Então, Feira de Santana foi uma experiência muito boa”.

raná, quem estava na frente eram os luteranos, quem estava na frente eram os evangélicos. Aqui na Bahia, a gente não conseguiu fazer uma comissão ecumênica. A gente fez uma comissão católica. Posteriormente, os evangélicos criaram uma outra comissão, chamada CEDITER (Comissão Ecumênica do Direito da Terra), do Reverendo João Dias.

E, a gente conseguiu alguns avanços, em algumas lutas, porque, eu estava me lembrando de umas músicas que a gente cantava. Porque botava o bloco na rua, era cantando, botava procissão, né? E tinha uma que dizia assim: “Abra o olho meu irmão/ abra o olho meu irmão/ quando o boi entra na roça/ o pobre, fica sem pão”. Tinha uma outra que dizia assim: “Ouvi um grito, mas não sei de quem foi/ grita sem medo, grita, grita minha gente/ quem morre calado, é sapo de baixo do pé do boi”. Então, tudo isso, eram os motes que a gente tinha, para refletir sobre a ditadura: quem morre calado é sapo, gente é gente, a gente não é sapo para morrer calado, vamos gritar, vamos denunciar as coisas, vamos dizer o que está errado.

Então, era todo esse processo de organização dessas três instituições que eu trabalhei, que a gente via que havia um grupo que tinha ido para a luta armada, havia um outro que trabalhava pela organização. E a gente optou para trabalhar pela organização. Então, era organização, para se juntar, porque o povo tinha medo de se juntar. Você ia fazer reunião, iam dois, três, no começo, para você vencer o medo de se reunir, você vencer o medo de dizer as coisas, de falar, de se manifestar, e à medida que isso foi avançando, então, de fazer as denúncias, de ir para as caminhadas, de ir para as passeatas, de ir para as romarias. Foi criada a Romaria da Terra, porque a romaria de Bom Jesus da Lapa era uma romaria de rezar. Mas então a gente criou a Romaria da Terra, que era a romaria que a gente passava uma semana em Bom Jesus da Lapa, as dioceses preparavam, a gente tinha uma temática para discutir, e era



assim, sempre em cima da luta pela terra.

Carminha – Em Monte Santo, a romaria também em Monte Santo.

Terezinha Dantas de Menezes – Então, a gente foi conseguindo, usando os instrumentos que eram possíveis, dentro daquelas limitações que a gente tinha. Posteriormente, apareceram as CPIs. Lembro de duas CPIs que a gente teve uma participação boa, de movimentar o interior para participar, que foi a CPI das enchentes do São Francisco, que era Leão Teles, quem estava na frente, e a CPI da terra, da grilagem, que era Elquison Soares, quem estava na frente. Então na CPI da grilagem, que a gente teve a oportunidade de trabalhar, que a gente tinha todo um trabalho no interior, de arranjar depoentes para vir, inclusive, de comprometer bispos para ir depor. Não só trabalhadores, não só dirigentes sindicais, mas bispos. Na época, foi o bispo Dom José Rodrigues, que era bispo de Juazeiro, Dom José Brandão, que era bispo de Propriá, não me lembro qual foi o outro bispo também. Então, eu acho, que

meu papel na...

Carminha – Antônio Fragoso.

Terezinha Dantas de Menezes – Antônio Fragoso, lá do Ceará, também. Então, eu fico pensando, de alguns depoimentos que eu tenho acompanhado aqui, ao mesmo tempo me faz reportar tudo isso, me dá um pouco de tristeza. Nós que fomos na universidade, aqueles depoimentos na universidade tinha tão poucos estudantes, e tão poucos professores também. E eu fico vendo, a grande preocupação que eu tenho, e que faz parte dos que estão aqui, como é que a gente vai envolver mais pessoas, grupos, especialmente jovens, que pouco sabem dessa história. Eu acho que estudos acadêmicos, tenho dúvida, ficam fechados lá para os alunos, enfim como é que a gente vai fazer para que isso apareça, para que isso fique como memória mesmo, não só para consulta, como um dicionário?

Sinval tem falado muito do memorial. De ser criado um memorial aqui. Eu acho que Feira de Santana, como a cidade mais invadida no interior da Bahia, tem esse papel. Eu acho que a gente, que está aqui, tem de ver como fazer isso. Eu estava conversando com Rui, a questão de Santa Bárbara. Quantos jovens, hoje, conhecem Santa Bárbara? Albertino mesmo disse: “Quem é Batata, quem conhecia Batata?” Só esse grupinho, o pessoal que participou aqui. Como é que a gente vai fazer para que isso se torne oficial. Eu acho que existe, ao lado disso, uma outra, um pouco maior.

Quando teve a ditadura no Brasil, não foi só no Brasil. Foi na Argentina, foi no Uruguai, em vários outros países da América Latina, que era ligado pela operação

CONDOR. Então, assim como eles fizeram a ditadura, raciocinaram em termos latino-americanos, também a gente tem que, cada vez mais, raciocinar em termos latino-americanos. O MERCOSUL está aí, muitos países latino-americanos estão com governos democráticos. Então, como fazer para que a gente amplie essa articulação da América Latina. Por sinal, eu li uma nota que saiu agora, que eu gostaria de passar para vocês, que é assim: “Acusados por crimes, ocorridos durante a ditadura, são condenados na Argentina”. Então, “A Argentina condenou 15 pessoas, entre elas militares aposentados e civis, à prisão perpétua, por crimes cometidos na última ditadura de 76 a 83”. Então, se a Argentina conseguiu isso, será que a gente não consegue modificar essa Lei da Anistia, para que, também aqui, isso seja feito? Eu acho que é isso. Ampliar e fortalecer, não só a divulgação, crescimento, registro do que está sendo feito, mas, sempre que

“Quando teve a ditadura no Brasil, não foi só no Brasil. Foi na Argentina, foi no Uruguai, em vários outros países da América Latina, que era ligado pela operação CONDOR. Então, assim como eles fizeram a ditadura, raciocinaram em termos latino-americanos, também a gente tem que, cada vez mais, raciocinar em termos latino-americanos. O MERCOSUL está aí, muitos países latino-americanos estão com governos democráticos. Então, como fazer para que a gente amplie essa articulação da América Latina”.

possível, ampliar isso para toda América Latina. E, eu peguei uma poesia de Ana Montenegro, que o livro é “Tempo do Exílio”, que é o tempo em que ela estava exilada, que são só cartas, e quando ela soube da morte de Marighella, ela fez uma poesia para ele:

“Em seu enterro, não havia velas/ como acendê-las, sem a luz do dia?/ em seu enterro, não havia flores/ onde colhê-las nessa manhã fria?/ em seu enterro, não havia povo/ como encontrá-lo, nessa rua vazia?/ em seu enterro, não havia gestos:/ parada, inerte, a mão jazia/ em seu enterro, não havia vozes:/ sob censura estavam as salmodias./ paz, luz, flor, povo, gesto e canto/ responderão presente, chegada a primavera,/ mesmo que tardia.

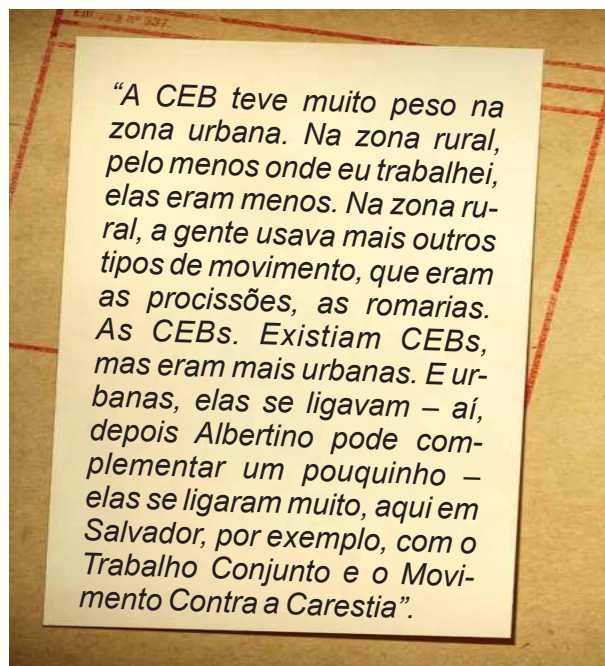
Monsenhor Luiz Rodrigues – Colocando uma questão para Terezinha. Você falou sobre a Teologia da Libertação, da CPT. Você deve ter participado e acompanhado também o papel da CEBs. Eu queria que você falasse um pouquinho mais sobre essa articulação da CEBs, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que tinham uma forte presença. Eu estive, recentemente, quer dizer, no ano passado, num evento, em Itabuna, no Nordeste das CEBs, e percebi a força ainda muito grande da CEB, hoje uma composição, como sempre, de maioria rural, camponesa, lutando por essa questão da terra. E, eu queria ouvir um pouco mais de você, nessas suas andanças neste período, a importância das CEBs nessas resistências à ditadura, o seu testemunho.

Terezinha Dantas de Menezes – A CEB teve muito peso na zona urbana. Na zona rural, pelo menos onde eu trabalhei, elas eram menos. Na zona rural, a gente usava mais outros tipos de movimento, que eram as procissões, as romarias. As CEBs. Existiam CEBs, mas eram mais urbanas. E urbanas, elas se ligavam – aí, depois Albertino pode complementar um pouquinho – elas se ligaram muito, aqui em Salvador, por exemplo, com o Trabalho Conjunto e o Movimento Contra a Carestia. Então, tinha um papel grande das CEBs. Agora, atualmente, com essa crise que teve na igreja, esses movimentos, também, sofreram um descenso.

Monsenhor Luís Rodrigues – Se bem que nesse evento do Nordeste, eu percebi, muito mais, quer dizer hoje a CEB com a cara mais camponesa, aparece com lideranças camponesas, e com o passado mais urbano.

Terezinha Dantas de Menezes – Na zona urbana, ela teve um peso muito grande, porque se ligou com esses outros movimentos, mais políticos.

Wilson Mário – Eu quero aproveitar esse relato da senhora, quando a senhora coloca



e lê essa poesia da Ana Montenegro. Eu tenho uma colega na UFBA que, inclusive, foi professora do colégio da professora Amábíla, é a Fernanda Flores, que conseguiu manter, durante os dias 14 e 16 desse mês, mais de 30 alunos do colégio COC no primeiro encontro de pesquisadores da ditadura, que ocorreu em Salvador. A importância desse trabalho dela, o fato da Ana Montenegro ser a primeira mulher que foi para o exílio depois de 64. E é um trabalho muito aprofundado, ela vai fazer uma pesquisa do mestrado e ela fez uma apresentação do programa dela, onde houve uma grande repercussão. E, chegando aqui logo cedo, eu parabeneizei a deputada pelo fato de que essa pessoa manteve esses estudantes de um colégio privado, para assistir todas as palestras, todos os debates. E nesse relato da senhora, a senhora menciona uma região na Bahia, Cangula, em Alagoinhas, que foi área de campo do MR-8. Era onde ficava o Cesar Benjamim, que foi candidato a vice-presidente da república pelo Partido Verde, e o militante do partido, do MR-8 (Movimento Revolucionário oito de outubro) Félix Escobar. Um militante do partido comunista que depois vai militar no MR-8, e que executam, lá em Cangula, um mutirão para as pessoas, que habitavam naquela área. E é essa pessoa, o Felix Escobar, que

ficava em Feira de Santana, na Queimadinha, e que abrigou a lara Iavelberg, companheira de Lamarca. Nessa fase, a senhora teve algum conhecimento da participação de Felix Escobar, em Feira? E teve, posteriormente, alguma informação do local onde ele ficou, aqui, no bairro da Queimadinha? Bem. A importância, e eu concordo plenamente com a senhora, quando a senhora coloca o fato de que nós estamos discutindo muito as questões da repressão, das perseguições, das prisões, das torturas, das mortes, e essa coisa está ficando muito entre nós, e essa juventude não está muito preocupada em saber, e em entender o porquê dessas questões, e as agressões que muitas vezes são feitas, e foram feitas. Porque, não é misturar a política atual com a política do passado, mas o presidenciável Aécio Neves, no último debate, disse: “A história, não se reescreve”. Neste mesmo momento, eu fui para internet, e coloquei que a história se reescreve, rebatendo aquela situação. E houve uma intensidade de participações em função disso. Quando a senhora cita Eugênio Lyra, ele teve uma participação em Feira De Santana, numa grilagem de terra, em 1973, no distrito da Matinha, veio advogar, veio defender os trabalhadores rurais, inclusive, um trabalhador foi executado com um tiro de fuzil nesse período, e eu acho da maior importância esse fato.

Mas eu, também, coloco a importância dessas questões das pesquisas, porque a doutora Lina Maria Brandão Aras, a filha de Roque Aras, foi uma das palestrantes, ela puxou, ela é doutora da UFBA, e ela fez um trabalho desenvolvido a partir de um acervo, que ela teve acesso, que monitorou diversos militantes políticos de

Feira de Santana, a partir de 64 até 85. Entre essas pessoas, estava o pai dela, o ex-deputado Roque Aras. É um trabalho, que eu conversei com ela, para que ela disponibilize esse material para a Comissão da Verdade, grupo de Feira de Santana, em função de que esse monitoramento liga Roque Aras a Chico Pinto e liga diversas outras pessoas que militaram, e que tiveram participação neste período, do golpe de

64 até o ano de 1985. Por que é importante? Inclusive ela colocou o fato de que ele desenvolveu um trabalho para o José Falcão na zona rural, e ele esperava que naquela eleição José Falcão conseguisse chegar ao poder com esse trabalho de campo, e não conseguiu. Mas, só que José Falcão continuou com esse trabalho. Foi isso que eu mostrei a ela no debate, essa importância, porque até hoje, a zona rural de Feira de Santana vem sendo utilizada, como o confronto político de votação. Ele não ganhou na primeira eleição, na zona rural, mas desenvolveu,

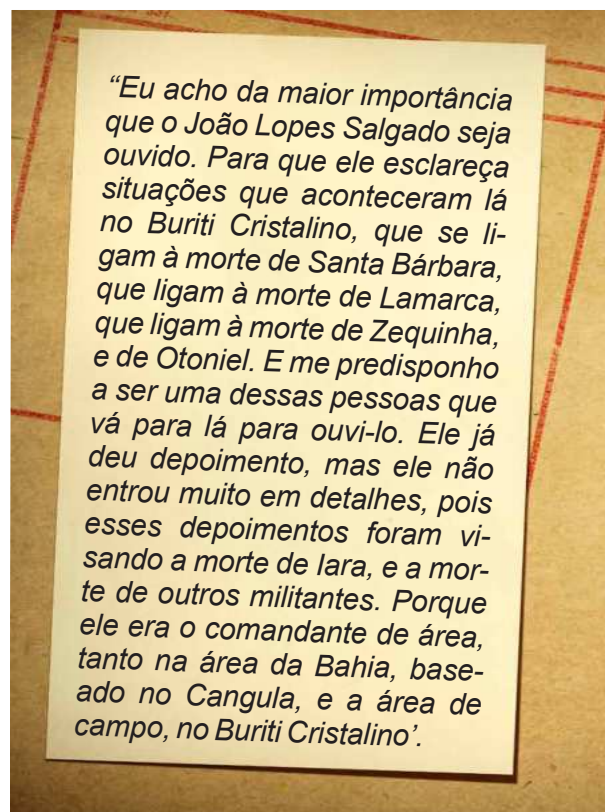
acobertou-se desse trabalho de campo, e de pesquisa.

Bem, mas hoje, aqui também, aproveitei a presença do Navarro, que compõe a diretoria da Comissão da Verdade do estado da Bahia, para alertar o seguinte. Nós vimos hoje o relato, dois relatos dramáticos das filhas de Batata, mostrando fatos e situações que nós não tínhamos conhecimento, a não ser dos militantes da época, Hosannah, Sinval, Celso Pereira. Mas aqui, uma pessoa que teve uma importância, e que precisa ser ouvido, porque comandou uma área de campo, uma área de ação política de Feira de Santana, que foi o João Lopes Salgado, e ele disse que a Comissão não tem os recursos financeiros, mas que

“... Cangula, em Alagoinhas, que foi área de campo do MR-8. Era onde ficava o Cesar Benjamim, que foi candidato a vice-presidente da República pelo Partido Verde, e o militante do partido, do MR-8 (Movimento Revolucionário oito de outubro) Félix Escobar. Um militante do Partido Comunista que depois vai militar no MR-8, e que executam, lá em Cangula, um mutirão para as pessoas, que habitavam naquela área. E é essa pessoa, o Felix Escobar, que ficava em Feira de Santana, na Queimadinha, e que abrigou a lara Iavelberg, companheira de Lamarca”.

esse pleito pode ser estudado, e tentar viabilizar, pelo fato, de que era um militante político de Feira de Santana, que era o Luís Antônio Santa Bárbara, que é meu objeto de estudo, que morreu lá em Buriti Cristalino. Eu acho da maior importância que o João Lopes Salgado seja ouvido. Para que ele esclareça situações que aconteceram lá no Buriti Cristalino, que se ligam à morte de Santa Bárbara, que ligam à morte de Lamarca, que ligam à morte de Zequinha, e de Otoniel. E me predisponho a ser uma dessas pessoas que vá para lá para ouvi-lo. Ele já deu depoimento, mas ele não entrou muito em detalhes, pois esses depoimentos foram visando a morte de Iara, e a morte de outros militantes. Porque ele era o comandante de área, tanto na área da Bahia, baseado no Cangula, e a área de campo, no Buriti Cristalino.

E, quando nós colocamos essa situação, e essa ideia de Sinval Galeão, do memorial, o prefeito atual colocou a baixo um imóvel em Feira de Santana, que era uma referência histórica, que era casa da família de Santa Bárbara. Ali, naquele local, nada foi construído, lá está o tanque que servia para a família se abastecer de água, lá está o piso da casa, lá estão os alicerces daquela casa. Eu acho que teremos que fazer uma movimentação – não é agora – para que alguém apresente um projeto de lei, transformando aquela área para a construção do centro de referência de estudos, e que ali, como é uma área central, nós possamos utilizar para colocar tudo aquilo que venha a ser levantado e documentado disponível para esses estudantes de Feira de Santana. Nós temos uma Universidade em Feira de Santana, mas a maioria dos estudantes da Universidade de Feira de Santana, 70 ou 80%, não é de Feira de Santana. O objeto de pesquisa não é Feira de Santana. Somos nós. E somos nós que estamos chegando a uma certa idade, então, nós temos que despertar nessa juventude o interesse do estudo e da pesquisa sobre isso que é objeto da responsabilidade dessa Comissão da Verdade e do grupo de Feira de Santana,



que hoje recebeu elogios do jornalista Navarro, pelo fato de ter superado todas as outras cidades, e até mesmo ter feito um levantamento, que surpreende a Comissão da Verdade da Bahia. Eu acho que temos que ter essa percepção, de que nós conseguimos avançar, e trazer informações que não seriam possíveis se não fosse a luta desses companheiros e dessas pessoas que se dedicaram a esse trabalho.

Não identificado – Eu queria fazer uma colocação. Ainda em cima disso que ele citou aí, tem a casa onde foi velado o corpo de Luís Antônio Santa Bárbara, na Rua de Aurora, casa verde. Não sei se já foi vendida. A Comissão poderia consultar o prefeito, ou as entidades competentes para desapropriar a casa, transformar em um centro de memória de Luís Antônio com documentos, diversos documentos de pessoas que foram presas pela ditadura militar, com Hosannah, Celso Pereira, Albertino Carneiro, essas pessoas. Está ali a placa na Rua de Aurora. Eu estive visitando, não me permitiram, na época, nem chegar perto do portão para tirar fotografia da casa. Então, se não já foi derrubada, inclusive tinha

que ter sido até derrubada.

Hosannah Leite – No fundo da Madeireira Daniel. A casa resistirá. A casa é da família. Do espólio dos (...).

Não identificado – Mas pode desapropriar.

Hosannah Leite – Mas quem desapropria é o poder público. O poder público não vai de jeito nenhum.

Não identificado – Eu sei Hosannah. Eu sei que quem desapropria é o poder público. Isso aí, eu sei. A Comissão poderia fazer um esforço para conseguir isso. Preservar uma memória, Hosannah.

Hosannah Leite – Eu não estou discordando.

Não identificado – Você não gosta de Luiz Antônio! Você não gosta de Luiz Antônio.

Hosannah Leite – Eu não gosto? Espera aí. Olha a agressão, companheiro. Eu fui militante na mesma organização que Santa Bárbara foi, que foi o Partido Comunista. Tinha por ele tremenda estima, amizade e, esse fato de você dizer que não gosta, você está criando – desculpe-me – uma questão de animosidade que nunca existiu. Talvez, somente na sua mente. Mas, por favor, Terezinha, queria somente levantar uma questão.

Eu tenho nos últimos meses, neste ano de 2014, eu tenho proferido uma série de palestras, em diversos colégios, umas junto com Sinval e outros, a gente tem feito. E normalmente a gente é visto, assim, como um espécime raro, um animal em extinção, e a gente nota porque, depois que termina, sempre, e hoje com essa história de *selfie*, essa história de celular fazer tudo menos

falar, aí, chamam a gente para tirar fotografia, porque eu quero levar para meu pai, para minha mãe. Como se a gente fosse, assim, uma coisa. Como antigamente o comunista era um espécime raro, aquele que comia criancinha assada, ou coisa que o valha, agora, você tem assim como um espécime raro, que é preciso que, pelo menos, se documente para saber, preserve, pelo menos, para o pai ver, que existiu. Esse é o papel que a Comissão da Verdade está desempenhando nacionalmente, está

despertando, em vários segmentos da sociedade, não somente a curiosidade, mas a importância do resgate, da documentação dos fatos históricos deste país.

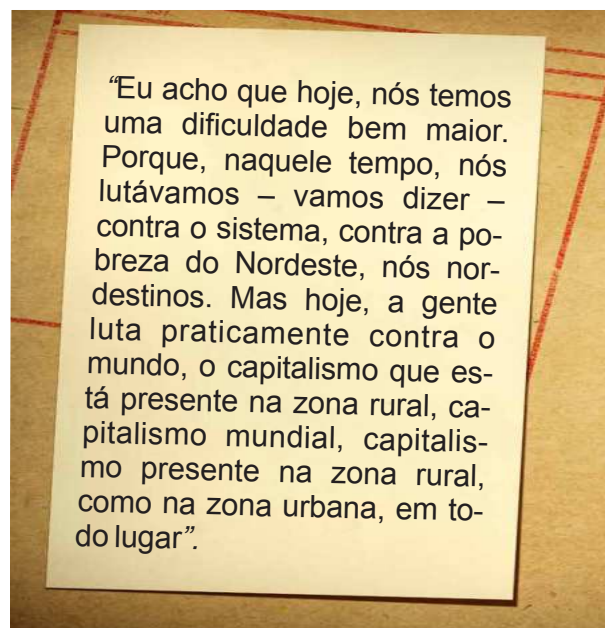
Eu acho que nós estamos, não somente nós sobreviventes de uma época, ou partícipes de uma época, nós herdamos – vamos dizer assim. Temos, não é o privilégio, mas temos, pelo menos, o papel histórico de ter que servir de intermediação entre fatos reais da história, para que se passe para uma juven-

tude, que se passe para um grupo de pessoas, trabalhadores, profissionais liberais, o que aconteceu numa época, não como simples fato histórico, mas como a necessidade de que aqueles fatos sejam resgatados, para servir de continuidade na luta dos trabalhadores, dos estudantes, como você bem caracterizou. Eu acho que o papel da Comissão da Verdade está sendo de uma importância especial neste tipo de condução. Qualquer desdobramento de luta que nós possamos ter, de uso desse trabalho da Comissão da Verdade que possa se dar, a partir do encerramento dos seus trabalhos que é logo agora, brevemente, nós temos que dar consequência nisso. Eu acho que é um segundo momento, que nós temos que nos reunir, ver como

“Como antigamente o comunista era um espécime raro, aquele que comia criancinha assada, ou coisa que o valha, agora, você tem assim como um espécime raro, que é preciso que, pelo menos, se documente para saber, preserve, pelo menos, para o pai ver, que existiu. Esse é o papel que a Comissão da Verdade está desempenhando nacionalmente, está despertando, em vários segmentos da sociedade, não somente a curiosidade, mas a importância do resgate, da documentação dos fatos históricos deste país”.

continuar, e dar consequência a isso que aqui foi criado, a essa expectativa que a Comissão da Verdade criou. Não somente através da documentação que possa se fazer, a nível do que essa Comissão de Feira de Santana levantou, como você consolidar e, a partir disso, como você alargar, alastrar para a juventude, para os trabalhadores, para a sociedade organizada o resgate desse trabalho dessa Comissão da Verdade. Para que não sirva, pura e simplesmente, para parar em uma biblioteca municipal, como um simples compêndio para que alguém preocupado em alguma pesquisa, no presente ou no futuro, vá lá se amealhar a algumas coisas que aqui foram dadas. Não, nós temos que dar consequência nisso. Pelo menos, aquilo que nos resta a nível de vida, afinal de contas, a gente está descendo a ladeira do embira, sem freio, numa carreta desgovernada, vamos lá a largos passos, em direção à eternidade. Pois bem. E que a gente possa se eternizar, não a nível da história futura, mas, pelo menos, que contribuiu para que essa história tenha um desdobramento. Eu acho que a gente tem que sentar e discutir isso, sem dúvida nenhuma.

Carminha – Eu acho que hoje, nós temos uma dificuldade bem maior. Porque, naquele tempo, nós lutávamos – vamos dizer – contra o sistema, contra a pobreza do Nordeste, nós nordestinos. Mas hoje, a gente luta praticamente contra o mundo, o capitalismo que está presente na zona rural, capitalismo mundial, capitalismo presente na zona rural, como na zona urbana, em todo lugar, através do telefone celular e outros meios de comunicação. Para isso que estou falando é no sentido da linguagem. Eu tenho uma convivência com Tereza, algumas pessoas sabem, desde que cheguei aqui. Eu vim de Valente, cheguei cega, muda e surda em relação a política. Por conta disso, eu cometi muitos erros, talvez até injustos, fui injusta. Nesse sentido, de comunicação, foi uma graça ter convivido com Tereza, que foi a minha primeira amiga aqui, e que, eu dei muito trabalho a ela, mas a linguagem, o que me en-



cantou, foi ela falar exatamente o meu sentimento. Eu já tinha 30 anos, e não entendia muito as coisas, estava meio “baratinada” com uma série de dificuldades, inclusive políticas, e eu não sabia entender. Eu demorei para entender a linguagem, a compreensão do momento, como que aquela mensagem para uma pessoa de 30 anos, já com a mente formada, cheia de vícios, cheia de entendimentos, como é que bateu certinho assim. E eu me encantei com isso. E, através disso, dessa mensagem, eu vou participar sem entender muito, vou até a ter uma contribuição, ou uma participação, que a contribuição mesmo, foi minha, na Matinha.

Aí, nós estamos lá, e vamos, através daqueles órgãos que atuávamos, aqueles órgãos que estavam mais ou menos próximos ou as pessoas, que não fossem os órgãos, as pessoas, e a ANCARBA. E a gente, o grupo, ouvindo a expectativa da comunidade, então, se pensou em fazer um trabalho, dar uma resposta imediata à comunidade. E, me arrumaram, me ajeitaram, e eu fiquei indo, e fazendo o trabalho lá, e passei o período de férias, que eu ainda estudava, passei um período de férias na Matinha.

Então, essa mensagem encantou, também, os jovens da Matinha que, hoje,

são pessoas já formadas, que é Ninha, Loira, Roxa. E, eu recebi, naqueles momentos, muitos bilhetinhos, elas aproveitavam para mandar. Como eu estava naquele estado, encantada, então eu guardei todos, até hoje, e tem umas duas cartas que eu acho interessante. Vou pegar e mostrar só pra ver como a mensagem bem passada, ela toca o jovem. Essa daqui é de uma menina que se chama Loira, que é Marcelina. “Fazenda Candéal, no distrito de Maria Quitéria, 05/11/1963, Carminha, em primeiro lugar, felicidade. Carminha, como foi de estágio, foi bem? Tudo ocorreu bem, para você, durante o seu estágio? Espero que você tenha um ótimo resultado...” mas eu quero ver aqui: “Olhe, a festa do encerramento do MOBREAL foi bacana. Foi uma festa pequena, mas superlotada de gente e todos ficaram satisfeitos”. Essa festa do encerramento do MOBREAL, fomos nós que encerramos o MOBREAL. Com esses três meses que nós fizemos, aproveitamos, foi o MOBREAL, um pouco de comunidade, e de orientação de agricultura, mais no sentido de entender, de gerar expectativa, para fazer um trabalho de qualidade junto ao MOC.

No final, teve o encerramento, uma festa, uma missa, no final do ano. Então ela disse: “Foi uma festa pequena, mas superlotada de gente, e todos ficaram satisfeitos”. “Carminha, Lá, cheia de entusiasmo, durante o mês de aula, todos já aproveitaram muita coisa que não sabíamos. Carminha, nós não fomos fazer o plano de aula ainda, porque não pudemos ainda...”. Acho que peguei a carta errada. Conclusão: ela estava preocupada com a expectativa da esperança do povo, que o povo estava mais animado, estava participando mais, isso

porque, anteriormente, ela me disse, estava sem participação, parece que não estavam querendo buscar a esperança.

Então, essa coisa tão simples, tão limitada mostra como a palavra, a mensagem correta desperta no jovem, e desperta em uma comunidade todo o interesse para o seu futuro. E aí, nós vimos o resultado de um trabalho na Matinha, onde as pessoas se reuniram e foram buscar os seus direitos e resolver aquelas dificuldades que eles tinham.

“Aí, nós estamos lá, e vamos, através daqueles órgãos que atuávamos, aqueles órgãos que estavam mais ou menos próximos ou as pessoas, que não fossem os órgãos, as pessoas, e a ANCARBA. E a gente, o grupo, ouvindo a expectativa da comunidade, então, se pensou em fazer um trabalho, dar uma resposta imediata à comunidade. E, me arrumaram, me ajeitaram, e eu fiquei indo, e fazendo o trabalho lá, e passei o período de férias, que eu ainda estudava, passei um período de férias na Matinha”.

Terezinha Dantas de Menezes – Eu queria só completar uma coisa que está dentro do que Wilson falou. É o seguinte, eu tinha pego, ontem, estava mexendo alguns papéis meus e encontrei “Itaipu, política e a corrupção”. Então, a gente tem trabalhado muito a questão da violência da ditadura, mas pensar também esses outros braços. Por exemplo, aqui mostra como o Brasil – devidamente assessorado por todos os bancos interamericanos – explorou o Paraguai e

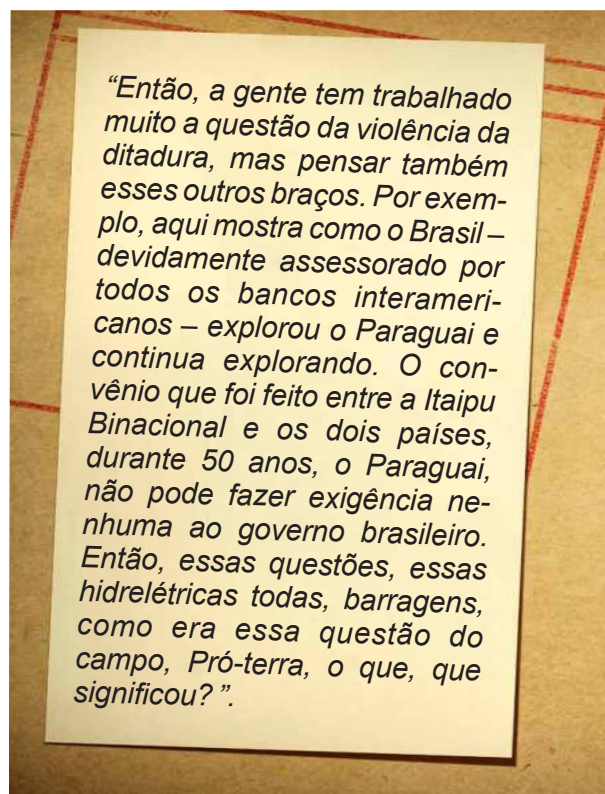
continua explorando.

O convênio que foi feito entre a Itaipu Binacional e os dois países, durante 50 anos, o Paraguai, não pode fazer exigência nenhuma ao governo brasileiro. Então, essas questões, essas hidrelétricas todas, barragens, como era essa questão do campo, Pró-terra, o que, que significou? Enfim, essas outras dimensões. A nível da educação, o que significou o MEC, MEC-USAID a nível das universidades, o que significou o MOBREAL? Carminha falou do MOBREAL. A gente pegava o material do MOBREAL, mas a gente mudava a discussão. A gente levava o material e, lá na área, discutia com Carminha, e Carminha mudava a discussão com o grupo, o que fez o

grupo crescer. E um dos focos do movimento sindical de Feira de Santana é a Matinha. Matinha e fazenda Candéal, está Dionísio aí, e era nessas áreas onde nós trabalhamos, alguns meses junto ao MOC. Então, eu acho que esse estudo, essa Comissão da Verdade, ela prioriza isso, mas tem de ver quem é que estuda essas outras dimensões.

Albertino Carneiro – Olha, eu não sei se eu posso fazer, ou se deveria fazer isso agora, mas eu lembrei, por causa da memória que você levantou de Eugênio Lyra, e por causa da presença de Dionísio aqui. Eu vou retomar essa coisa. E é um problema meu. Eu ia responder um inquérito, por causa de uma palestra que eu fiz, com um grupo de cristãos, dizendo que há o cristianismo dos ateus e há o ateísmo dos cristãos. E por conta disso, quiseram me levar. Não me levaram para o inquérito do 35º BI, mas me levaram para o inquérito de um dos representantes da comissão de segurança, que foi com o senhor Reinaldo Galvão. Eu respondi o inquérito com Reinaldo Galvão, por conta de Eugênio Lyra. Eu quero, você falou aí em Eugênio Lyra, eu me lembrei que, talvez, a gente precise retomar um pouco essas coisas. Eugênio Lyra foi muito bom para Dionísio, foi muito bom para gente...

Dionísio – Para mais de 100 famílias, mais de 100 famílias, em 1978. Essas 100 famílias, e perdeu um companheiro e deixou dez filhos, lá mesmo na Matinha. E, eu lembro de uma frase, você falando aí, de uma frase que você usou em uma reunião, no encontro onde essas mais de 100 famílias não tinham para onde ir. E por questão de grilagem em Feira de Santana, que pra mim, desde a minha idade, 68 anos, foi a primeira no estado da Bahia, a primeira de início no estado da Bahia. Aí, o que aconteceu? Nesta reunião, onde queriam empurrar a nós, e alguns líderes que defendiam, quer dizer, como advogado defendia a grilagem, o grileiro, então se dizia que ele era cristão. Que você disse, entre o que Eugênio dizia, que era o advogado da época, a



frase foi essa. Você dizia que entre um cristão querendo matar mais de 100 famílias, que correspondia a mais de 600 pessoas, naquela época, você disse que ficaria com o comunista que estava defendendo essas 600 vítimas.

Talvez isso lhe levasse, realmente, então traz essa expectativa desse depoimento aqui hoje, e dessa organização, aonde, realmente, não se priorizava vida, mas, sim, interesses outros. Era só essa intervenção que eu fico realmente, então, analisando, e vivendo, e hoje, quando a Carminha fala aqui, realmente, é claro que é essa conversa que precisa chegar realmente. É essa coisa que precisa reviver. Porque hoje, praticamente, no meu pequeno saber, as memórias vão.

Houve uma invasão de, eu não posso dizer, eu não sou assim estudado, houve uma invasão das mentes, que mesmo nas faculdades, parece que a mente vai se apagando para as grandes memórias, e é nas grandes memórias que nasce, realmente, o espírito de luta. Em resumo, em tese, seria isso aí, me desculpe aí, a minha intervenção.

Albertino Carneiro – O meu fato foi esse. Eu estava falando para um grupo cristão sobre fé. E eu disse: quando eu digo creio em Deus pai, eu digo eu creio na vida, porque pai está ligado à vida; quando eu digo eu creio em Deus filho, tá ligado à verdade porque, para nós cristãos, Jesus Cristo veio para revelar o pai, a verdade; quando eu digo creio no Espírito Santo, está ligado à igreja, está ligado à comunidade.

Quem tem uma religião que não ajuda a vida, quem tem uma religião que não ajuda a verdade, e quem tem uma religião que não ajuda a união, é mais ateu, do que quem é ateu. Aí, eu dei o exemplo do que estava acontecendo, que estou vivendo essa semana esse drama, que eu tenho um homem que diz que é cristão, que diz que é cursilista, que está expulsando 130 famílias, tirando delas a sua vida, o meio de vida deles que era o campo, que eles eram do campo, e o outro. E esse diz que é cristão, e até cursilista, e o outro, que diz que é ateu, mas estava defendendo a vida desse pessoal. Quem é que é mais cristão?

Antes de sair de lá, isso, eu devo ter feito no sábado, no domingo logo, já o Monsenhor reuniu um grupo aqui para me perguntar “Vocês querem o quê? Me expulsar do grupo de cursilho? Não faço questão.

Porque ele, pra mim, é mais um peso, do que uma ajuda. O que é que vocês querem?” A verdade é essa mesmo. E estava lá o Monsenhor com o advogado, eu disse “Olhe, o advogado ateu, que está ligado à nossa realidade aqui” Eugênio Lyra só saiu de Feira depois que conseguiu acomodar o pessoal lá. Antes disso, ele não saiu.

Eu já estava querendo sair. Ele saiu de Feira quando acomodou o pessoal da Matinha. E lá, ele foi morto por jagunços em Santa Maria da Vitória. E ele era um poeta, que sempre foi bom. Quero lembrar que Eugênio Lyra está dentro dessa luta que, às vezes, a gente não compara, porque não foi um militar que matou, mas foi um jagunço.

Terezinha Dantas de Menezes – Que era problema da terra, que era dentro de um programa de governo, de concentração fundiária.

Albertino Carneiro – Pegou essa coisa aí. E até hoje, não se sabe quem foi, e, ninguém foi preso com a morte de Eugênio Lyra. Os advogados, também, não se puseram a favor, do companheiro advogado. Então, essa coisa, quero dizer que a gente tem que reformar nossas crenças, nossas descrenças e reformar também nossa ideia de democracia, e de solidariedade. Eugênio Lyra defendia o pessoal, diante do juiz, em poesia, lindo.

Terezinha Dantas de Menezes – Ele e Lúcia, quando a luta estava muito

séria...

Albertino Carneiro – E nem a OAB, e nem ninguém se incomodou com a morte de Eugênio Lyra. Eu estou lembrando aqui que o dia de hoje, dá pra lembrar essa história.

Carminha – Pelo menos, não repercutiu. Não teve a mesma repercussão nos meios organizados.

Albertino Carneiro – Eu dou graças a Deus, porque pelo menos isso, a OAB, talvez através de Celso Ribeiro, pelo menos isso, ele fez, foi nos dar abrigo para fazermos aqui a maioria das nossas reuniões. Mas o que eu quero dizer é que essa

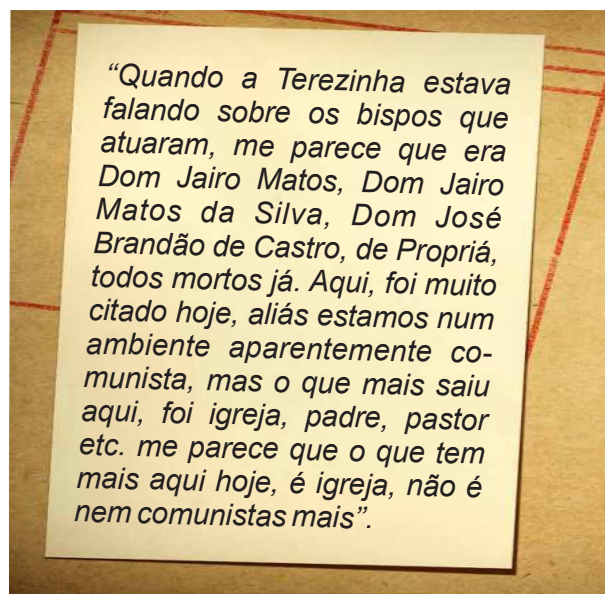
história de vida é interessante.

Monsenhor Luis Rodrigues – Eu gostaria só de fazer um depoimento, um pouco assim seguindo a memória. Nesta manhã, nós tivemos a oportunidade de nos colocar um pouco nessa memória que, eu diria quase assim uma nostalgia. Quando a Terezinha estava falando sobre os bispos que atuaram, me parece que era Dom Jairo Matos, Dom Jairo Matos da Silva, Dom José Brandão de Castro, de Propriá, todos mortos já. Aqui, foi muito citado hoje, aliás estamos num ambiente aparentemente comunista, mas o que mais saiu aqui, foi igreja, padre, pastor etc. me parece que o que tem mais aqui hoje, é igreja, não é nem comunistas mais.

Nós vamos insistir um pouco mais nessa memória. Foi muito bom ter ouvido esses depoimentos, inclusive aquela citação das moças, aquelas senhoras de Batata. Essas memórias que nos fazem refletir bastante, na linha do que padre Albertino está falando. Do ser cristão, do ser solidário etc., as discriminações e as atitudes que a gente tem tomado, ao longo da história. Foi bom ter ouvido o depoimento delas, em dois sentidos, sobretudo naquele da acolhida que a irmã Dulce, num hospital precaríssimo, naquele tempo não tinha a estrutura que tem hoje, foi quem atendeu o Batata, quem ancorou o Batata etc. Coisas desse tipo.

Mas eu quero me referir um pouco aqui ao que Hosannah está falando, a importância desses dinossauros, um pouquinho carinhoso assim chamá-lo de dinossauro. A importância disso, minha gente, não sei aonde a gente vai chegar com essa “desmemorialização” que nós estamos processando em Feira de Santana. A Feira de Santana é a cidade sem memória. Aquilo que Celso Daltro disse hoje aqui, e já foi dito por Wilson Mário etc., a importância de Feira de Santana no cenário político, social do Brasil.

Chico Pinto foi o ícone. E essa plêia-



de de jovens que Chico Pinto agregou em torno de si, e de seu projeto de governo, isso foi uma referência que Feira de Santana não pode jogar no lixo, não pode jogar na vala comum dos “Geddeis” e dos “Neis Ferreiras” da vida. Eu tenho aqui, muito presente, hoje, essa memória. Quando Celso falava ali do PMDB autêntico, do MDB autêntico etc. e tal. A gente via Chico Pinto ser o ícone dessa história, aqui em Feira de Santana e no Brasil.

Ney Ferreira, era o contraponto, na Bahia, desse adesismo que ele chamava de oposição a favor. E hoje, a gente vê Feira de Santana sem nenhuma liderança política. Essa escola de política que foi Feira de Santana, do Celso Daltro, de Celso Pereira, Hosannah, Luciano etc., numa verdadeira escola, onde eu, um pouco menos, me espelhei, me mirei, e hoje a gente vê, reescrevendo a história, ali, o MDB que tinha Ney Ferreira comandando o adesismo, a corrupção e a malandragem, e aqui, Chico Pinto fazendo o contraponto, formando essa escola e, dessa escola surgem determinadas pessoas.

E hoje, a gente vê, quase essa história, sendo reescrita com Colbert, o filho de Colbert, segura essa bandeira de Chico Pinto, Colbert etc. da minha imagem, não sai da minha cabeça como ícone. E hoje, Colbert conduzindo Ney Ferreira segundo

que é Geddel Vieira Lima, em Feira de Santana, a gente tem quase uma repulsa, ver a história sendo refeita assim, remontada. E eu, aí, me volto para os nossos particulares, as coisas que nos dizem respeito.

Essa Igreja que Terezinha falou de Dom José Brandão de Castro, Dom José Rodrigues, Dom Jairo Ruy Matos da Silva, de Dom Helder Câmara, de Dom Frágoso, essa memória de irmã Dulce, essa memória de Albertino etc. e a gente se lembra, também, de José de Araújo Freitas, de frei Alberto de Mutuípe no microfone da rádio Sociedade de Feira de Santana, foi, isso que não me sai da memória, até hoje: “O marechal Tito, o monstro da lugoslávia; o Fidel Castro, o comedor de crianças da ilha de Cuba”, essas frases de efeito, essas afirmações ideológicas, doentias, patológicas que formaram a consciência de Feira de Santana, de Adesil Guimarães, de Zadir Marques Porto, Rossini de Souza, de Hugo Navarro, Joselito Amorim, dessa gente toda, uma plêiade. Pode-se citar assim os nomes de Laura Foly, de Carlinhos Barbosa, capitão Capelão “Edmundo Juskeswks”, da jipa. Então, a gente fica olhando, assim: “Meu Deus do céu, essa história precisa ser reescrita, revista, reescrita”. Fazer selfie desses dinossauros, eu acho que é importantíssimo, Hosannah. Nós precisamos.

Tirar a universidade, botar a universidade no campo, meu Deus do céu. As nossas pesquisas, eu lamento aqui o professor Eurelino não estar aqui. Cadê o centro de pesquisa de Feira de Santana? A memória de Feira de Santana? A igreja não tem memória, a igreja de Feira de Santana está sem memória nenhuma, não tem nada,

não temos nada escrito, documentado, mesmo com toda aquela atividade, de Galvão, não temos nada na memória de Feira.

Eu diria, não sei se é uma crítica, ou uma imodéstia, eu pareço ser um pouco esse meio dinossauro que ainda tem alguma coisa a contar de Feira de Santana. Porque no clero de Feira de Santana, você não encontra nada. Albertino é do clero, já fora do clero, na ordem, tem poder de ordem, mas não tem o poder de jurisdição, então Albertino não pode falar pelo clero, mas é do clero, mas não pode falar. Mas, não se tem nada do clero de Feira de Santana, que se faça uma memória da igreja, da vida política de Feira de Santana, como a universidade também, como outras instituições, como os partidos políticos que se dissolveram todos, e que todos viraram esse balaio de gato que está aí, e a gente vê aquelas memórias frágeis, conduzindo bandeiras, tipo Geddel Vieira Lima e assemelhados. A gente fica, realmente, quase numa de-

pressão, Continua, Hosannah, fazendo selfie, nós estamos precisando.

Wilson Mário – Eu sei que nós temos um horário para esvaziarmos aqui. Eu não ia, mas diante de tantas dessas discussões, de colocações do companheiro Hosannah, eu digo o seguinte: foi um desafio, mas foi importantíssimo. Eu fui participar como ouvinte e, lá chegando, a minha orientadora, a professora Lucileide Cardoso, me fez um desafio: faltaram dois palestrantes, e você vai ter que substituir um deles. Eu fui para casa, fiquei até uma hora da madrugada, porque eu fui apenas com papéis, e eu tive que preparar, noite e madrugada, um trabalho para ser apresentado. E é isso que o Hosannah tem colocado. Ter ido para vários colégios, ter ido para todos os lugares possíveis falar. E, eu apresentei esse trabalho

sobre o MR-8, a guerrilha do MR-8 contra a ditadura, a resistência, lutas revolucionárias e mortes. Foi importante, porque chamou a atenção de diversos pesquisadores do Brasil, que não tinham o conhecimento de fatos que aconteceram na Bahia, em Feira, e na região da Chapada.

Há um detalhe, importantíssimo desse trabalho que eu falei de Lina Brandão Aras, a filha de Roque Aras, porque ela colocou que o que mais chocou, na pesquisa que ela desenvolveu, e nas fichas dos agentes de repressão era: Roque Aras não dorme com a mulher em casa. E eu me inscrevi para debater com ela, e eu disse: eu vou concordar, professora, com a senhora, em diversas questões que os agentes da repressão fizeram, mas vou discordar da senhora. Realmente, o Roque Aras não dormia em casa. Porque ficava tramando com os companheiros, articulando a fundação do MDB. Por isso é que os agentes colocaram que ele não dormia em casa.

Então, essas coisas, são da mais alta importância. E ela disse que a pessoa que ela teve mais dificuldade para ouvir, foi ele. Por relutar, por não querer rememorar, por não querer sofrer. E eu acho que hoje nós tivemos aqui uma verdadeira lição de coragem, de determinação, de emoção, nessas duas jovens que falaram sobre as torturas psicológicas, sobre a fome, e sobre a resistência, para estarem de pé, hoje, para nos revelar, tudo que a família passou.

Sinval Galeão – Eu queria lembrar que esse trabalho nosso está indo além das reuniões que estamos tendo aqui, Hosannah já relatou, era o que eu ia relatar, também. Hoje já são quase trinta colégios visitados, debates, toda hora recebo grupos de estudantes lá na gráfica para fazer gravações para levar para os colégios, está havendo um desdobramento. Mas, concordo com Hosannah que não devemos ficar por aqui.

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA
05 de novembro de 2014
Módulo 7 da Universidade Estadual de
Feira de Santana - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA
05 de novembro de 2014 - Módulo 7 da UEFS - Universidade Estadual de
Feira de Santana - Bahia



***Jorge Luis Nery de Santana**

DEPOENTE:
JORGE LUIS NERY DE SANTANA

Natural de Valente, Jorge Luis Nery de Santana é pastor da Comunidade de Jesus e pertence à Igreja Batista de Nazaré. Passou pela ditadura ainda muito jovem e sua vivência foi muito marcada pelas experiências enquanto estudante e não na condição de pastor. Não foi vítima de torturas físicas, mas estudou em uma escola cuja característica era a educação extremamente repressora e que tinha a esposa de um delegado como diretora, reproduzindo a cultura da ditadura civil-militar. Quando prestou depoimento integrava o Grupo de Trabalho de Feira de Santana da Comissão Estadual da Verdade.

Bom dia a todos e todas, meu nome é Jorge Luis Nery de Santana. Atualmente sou Pastor da comunidade de Jesus e pertenço à Igreja Batista de Nazaré, fundada na década de setenta com uma característica peculiar de ser, entre as igrejas batistas, a única na Bahia a oferecer resistência ao golpe militar, aliás nasce de um grupo de jovens saídos da Igreja Batista Dois de Julho em Salvador oferecendo resistência ao regime, mas sou de Valente morando em Feira de Santana desde o final dos anos oitenta.

A minha condição de pastor e atuação é a partir dos anos noventa, como eu nasci em sessenta e oito, a minha vivência foi muito marcada com as experiências enquanto estudante e não com a minha condição de pastor. Então quando organizamos esta mesa, e aqui estou representando o CONIC (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs) que é um organismo ecumênico ligado ao Conselho Latino-Americano de Igrejas, que por sua vez é ligado ao Conselho Mundial de Igrejas. Esses organismos tiveram e têm, no mundo, um papel de defesa da liberdade e afirmação do diálogo entre as religiões e do ecumenismo nas tradições cristãs. Estou representando também o CEBIC (Conselho Estadual de Igrejas Cristãs da Bahia), incluindo católicos e protestantes.

Substituir o reverendo João Dias foi,

*Texto não revisado pelo depoente.

infelizmente pelo falecimento dele, mas é uma honra pra minha vida poder substituir o reverendo João Dias a quem pude conhecer e conviver um pouco na minha vida. A biografia do reverendo João Dias como presbiteriano na década de setenta é, à semelhança de hoje, dos presbiterianos, como aquele Pastor Jaime Wright, que ao lado do Bispo Dom Paulo Evaristo Arns, fez a comissão que deu origem ao livro *Brasil Nunca Mais*. Aliás o Jaime Wright que também teve um irmão que foi assassinado na ditadura, o Paulo Wright, ambos protestantes que militavam na resistência à ditadura.

O reverendo João Dias também faz parte dessa mesma linha no interior do protestantismo, que é uma linha que a professora Elizete, que vai estar mais tarde com a gente conversando, chama de Protestantismo Ecumênico Progressista. É uma linha que tem toda uma trajetória dentro do protestantismo brasileiro, é uma minoria que ofereceu resistência à ditadura civil militar do Brasil.

O reverendo João Dias é um dos fundadores da Igreja Presbiteriana Unida, a Igreja Presbiteriana tem vários ramos entre estes a Presbiteriana Unida que nasce com esse caráter de resistência ao golpe militar. Então o reverendo João Dias traz na sua biografia, não só uma teologia e uma prática que buscam a libertação e o empoderamento dos empobrecidos, ele também não só era teólogo e pastor e tinha sua formação no campo do Direito.

Militou junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, criou a comissão estadual a CEDITERRA (Comissão Estadual dos Direitos da Terra) que era, aqui na Bahia, e até mesmo no Brasil, expressão de uma Pastoral da Terra protestante e o reverendo

morou na Chapada Diamantina, militou junto aos movimentos sociais, não só pela CEDITERRA, mas também pelo MOC (Movimento de Organização Comunitária) uma organização ecumênica aqui em Feira de Santana e que atingia várias regiões.

Então o reverendo tem uma longa biografia, e foi expulso do Seminário Presbiteriano em Recife em pleno golpe. Lá tinha missionários norte-americanos, anti-comunistas ou que tinha uma cumplicidade com o golpe militar, contrários às ideias e às

posturas do reverendo João Dias que já na época, em Recife, era muito amigo e companheiro de Dom Helder Câmara. Vários programas de Rádio, o reverendo mesmo me confessava que fazia ao lado de Dom Helder Câmara discutindo os problemas da cidade do Recife.

Então a biografia do reverendo é a biografia daquele que vai perdendo também os seus espaços neste protestantismo conservador, tradi-

cional que o Rubens Alves, que também era companheiro do reverendo João Dias, e também foi exilado, chamava de protestantismo da reta doutrina. Protestantismo conservador e que tinha portanto uma orientação muito reacionária a qualquer movimento que lutasse por transformações sociais ou engajamento político mais contundente.

A biografia do Reverendo João Dias, é uma biografia que vai inspirar a minha vida. Ele foi expulso do seminário presbiteriano, vem pra Salvador e aí constrói a sua trajetória aqui na Bahia com a Igreja Presbiteriana Unida. A biografia dele vai marcar a minha vida porque, enquanto estudante do seminário no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, eu vou

“A biografia do reverendo João Dias como presbiteriano na década de setenta é, à semelhança de hoje, dos presbiterianos, como aquele Pastor Jaime Wright, que ao lado do Bispo Dom Paulo Evaristo Arns, fez a comissão que deu origem ao livro Brasil Nunca Mais. Aliás o Jaime Wright que também teve um irmão que foi assassinado na ditadura, o Paulo Wright, ambos protestantes que militavam na resistência à ditadura”.

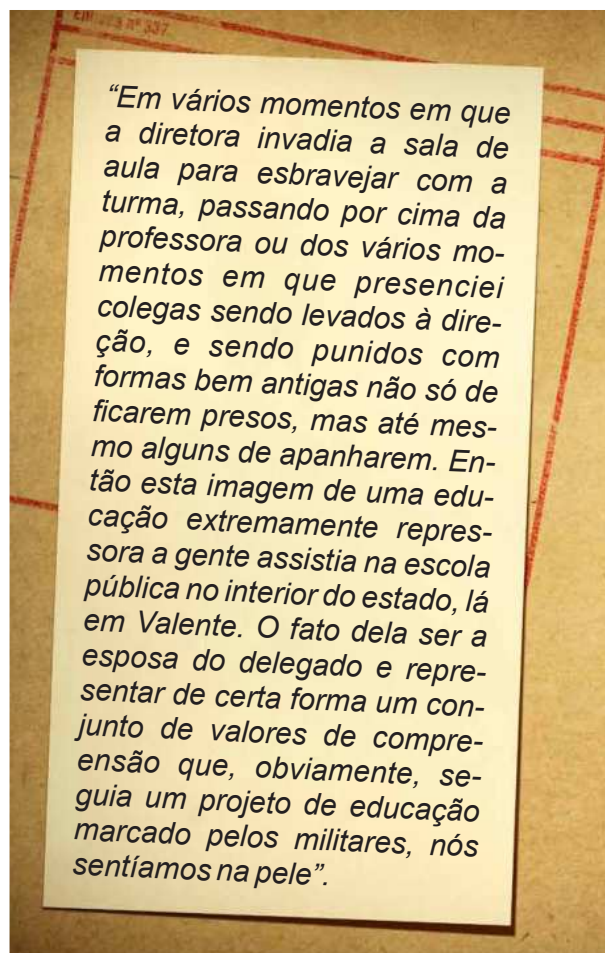
conhecer essa biografia do reverendo João Dias. E a minha vida, depois no pastorado Batista, vai ser marcada e inspirada fortemente por essa biografia do reverendo João Dias.

O que me recordo da ditadura quando estudante era sempre conviver em escolas e aí vem a minha experiência em escolas do ensino das séries iniciais, do ensino fundamental e até mesmo no ensino médio, especialmente do ensino fundamental nos anos setenta, é ter uma diretora que era esposa de um delegado. Então era muito característico no interior.

Na minha cidade de Valente, a diretora da minha escola era esposa do delegado e ela era tão ou mais autoritária quanto o marido, a maneira que o marido conduzia a sua vigilância da cidade e o acompanhamento das atividades na cidade, era também especialmente a postura dessa diretora que assumia mesmo uma postura que reproduzia toda a repressão da época. Toda aquela disciplina, as punições, as falas, enfim isso ficou muito marcado na minha experiência como estudante neste período.

Em vários momentos em que a diretora invadia a sala de aula para esbravejar com a turma, passando por cima da professora ou dos vários momentos em que presenciei colegas sendo levados à direção, e sendo punidos com formas bem antigas não só de ficarem presos, mas até mesmo alguns de apanharem. Então esta imagem de uma educação extremamente repressora a gente assistia na escola pública no interior do estado, lá em Valente.

O fato dela ser a esposa do delegado e representar de certa forma um conjunto de valores de compreensão que, obviamente, seguia um projeto de educação marcado pelos militares, nós sentíamos na pele. Os desfiles de Sete de Setembro e toda a ostentação, todo ordenamento e toda disciplina que esses desfiles representavam na cidade, marcava um tipo de edu-



cação que nos inibia e onde a figura autoritária dos professores ou da direção modelava o que deveria ser um bom cidadão brasileiro, que deveria amar e honrar a pátria.

A outra experiência que tive, ainda muito adolescente, jovem, era da Igreja Católica da minha região em Valente, que teve padres italianos mais ligados à Teologia da Libertação e que nos anos setenta vão ajudar os camponeses da região a tomar o sindicato, a direção do sindicato, da mão dos patrões. Então os padres vão fazer isso com as comunidades rurais, aliás é a semente que vai dar origem à APAEB, que tem aqui em Feira de Santana e em outros lugares, em Valente ela vai emergir e vai estar lá a figura do Albertino e de outras personagens que também criaram o MOC, que também vão estar dando apoio.

Mas eu lembro do padre Luciano e outros padres que vão fazer esse trabalho de base de resistência em pleno golpe,

tanto nos anos setenta, quanto nos anos oitenta o movimento da Igreja Católica movido por estes padres vai dar origem a organizações camponesas que vão fazer com que esses camponeses construam a sua autonomia, de vida política, de organização social, econômica de enfrentamento e resistência e isso vai marcar a minha história de vida.

A minha irmã era uma das colaboradoras de um desses padres nessas militâncias, e isso vai marcar um pouco a minha vida nesse período da ditadura, isso vai refletir mais adiante. Quando eu me torno protestante ainda adolescente quero dizer, da adolescência para a juventude, eu vou carregar um pouco essa experiência e quando venho me tornar pastor nos anos noventa isso entra para as escolhas que

vou fazer na minha prática pastoral.

Me espelhando em figuras como o Reverendo João Dias e outras pessoas que resistiram à ditadura militar e desenvolveram uma pastoral e uma atitude junto à comunidade participando dos movimentos sociais, tão logo eu me tornei pastor nos anos 90 eu vou estar me envolvendo com os movimentos sociais da cidade, inclusive esses que já estavam bem organizados e ativos na minha cidade, em Valente.

Esse é meu depoimento breve, até porque ainda muito jovem, adolescente, passei pela ditadura. O que me interessa muito nessa mesa é ouvir os depoimentos de pessoas que têm a biografia mais longa, com maior inserção e que viveram de perto as dores deste período.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

05 de novembro de 2014 - Módulo 7 da UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia



DEPOENTE: ELIABE ALVES BARBOSA

O Pastor Eliabe Barbosa, pernambucano, veio para a Bahia, onde se torna Pastor Batista, em Salvador, e vive de perto as tensões entre igreja e ditadura. Foi Professor na Universidade Estadual do Sudoeste Baiano e depois mudou para Feira de Santana onde foi Professor na UESF.

Hoje está aposentado e desenvolve trabalho pastoral junto aos moradores de rua.

*Texto não revisado pelo depoente.

***Eliabe Alves Barbosa Gomes**

Bom dia a todos e todas, eu me chamo Eliabe Barbosa Gomes. Corrigindo Nery quando ele disse que eu fui para Nazaré e depois eu fui para a Universidade, foi antes de Nazaré que eu me tornei professor na UESB e depois eu vim para Feira de Santana e tive o privilégio de trabalhar como professor na UESF.

Bem, eu quero agradecer e dizer o seguinte: eu vou falar tranquilamente da minha experiência, do que eu vivi. Antes de começar a palavra, a apresentação, eu gostaria de indicar um livro “O que resta da ditadura” é um livro escrito por muitas mãos, pessoas de várias experiências e eu recomendo este livro que é da Boitempo, uma editora que merece da gente todo nosso respeito.

Eu sou de origem protestante, meus pais eram cristãos protestantes e eu recebi desde a minha infância a orientação protestante, meu pai era um militar da linha dura, mas eu tenho o privilégio do testemunho dos meus colegas universitários que diziam que meu pai era um ficha limpa, nunca denunciou ninguém. Isso pra mim era uma grande honra, saber que o cara era anticomunista, mas que viveu no tempo dele.

Uma experiência que marcou a minha vida foi o convite do Exército em sessenta e quatro para que ele voltasse às fileiras e ele disse não, três vezes ele disse não, e na última ele disse: “eu já servi à pátria”, e não voltou, ele poderia estar realmente engajado nesse projeto.

Eu fui ao seminário com vinte e quatro ou vinte e cinco anos, eu não sou

muito de data não, eu não tenho a cabeça de Jorge Nery não. Então eu fui para o seminário, fazer o curso de Teologia em seminário Batista do Norte do Brasil, naquele período era considerado o melhor seminário da América Latina. Então fomos pra lá, começamos logo quando o golpe aconteceu e nós vivemos dentro do seminário sob a égide da repressão do golpe.

Eu vou contar algumas experiências, nós tínhamos no corpo docente dois professores que eram, além do reitor que era um americano, eram dois professores profundamente colaboradores com a repressão. E vou dizer o nome dos dois, não tenho negócio de... Um se apresentava com dois nomes na igreja que eu fazia parte, era Manoel Barbosa - o nome não era esse - o nome desse Manoel Barbosa era Isaac Aragão lá fora, realmente por aí vocês vêm. Esse cidadão foi um cidadão muito colaborador com a repressão, ele não fazia, não era do esquema do chicote, mas era ele quem fazia a interpretação dos documentos, portanto um intelectual, entre aspas, e o outro era Raimundo de Frota Sá Nogueira, esse camarada levou a minha turma de seminaristas, e aí nós temos Hélio Lenzo e uma série de outros professores, Thomaz... levou-nos a queimar os nossos livros.

Eu tinha muitos livros, eu chorando e queimando os livros, por exemplo, “O Capital” de Marx, então nós fomos obrigados a fazer isso sob pena de sermos expulsos do seminário, nós fomos obrigados a fazer isso, essa fogueira. Esse cidadão era um excelente colaborador e ele vivia dentro do seminário a nos perseguir, repare bem, a coisa era tão paranóica, não sei se é esse nome que se dá, que tinha um colega meu que fazia reuniões de oração no seu quarto,

Pastor Erivaldo Carneiro, esse rapaz foi expulso do dormitório do Seminário, do internato, digo melhor, porque ele fazia essa reunião de oração, veja que processo esquizofrênico.

Então nós fizemos um movimento, nós fizemos a primeira greve de Seminário no Brasil, primeira greve, nós só iríamos somente, tão somente ao refeitório, não frequentamos aulas durante uma semana o negócio foi tenso. Até que o reitor nos chamou e a gente conseguiu trazer esse rapaz para o apartamento dos casados que era próximo do seminário, mas ele não pôde mais frequentar, não pôde ser mais internado porque fazia reunião de oração, quer dizer, a coisa era esquizofrênica mesmo.

Bom, além desse episódio eu depois fui consagrado pastor na Igreja Batista do Moreno e lá eu visitei os presos políticos, visitei as grandes figuras que estavam lá presas e para minha surpresa quando eu estava fazendo o mestrado, Gregório tinha uma barba grande, Gregório disse: “você é aquele rapaz que visitava a gente, né?”. Nesse período meu pai que era militar me chamou e disse: “você está correndo riscos, porque você está visitando presos políticos”, aí eu fui dei uma de filho e ao mesmo tempo disse: meu pai o senhor é soldado da pátria e eu sou soldado do Cristo e eu vou continuar visitando os presos políticos.

Na minha igreja nós tínhamos lá, nesse período do protestantismo, houve uma perseguição muito grande à juventude e nós tínhamos pessoas ilustres como Gerson Maciel Neto, que era um advogado brilhante, esse rapaz foi preso e foi

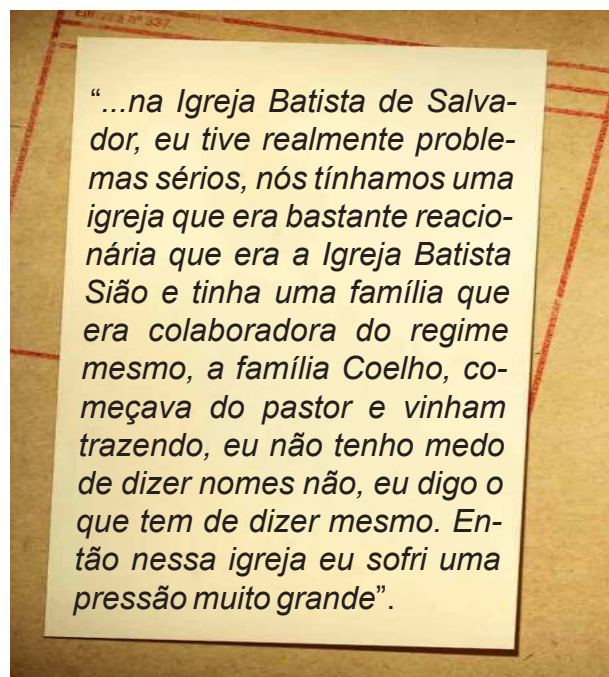
“Eu tinha muitos livros, eu chorando e queimando os livros, por exemplo, “O capital” de Marx, então nós fomos obrigados a fazer isso sob pena de sermos expulsos do seminário, nós fomos obrigados a fazer isso, essa fogueira. Esse cidadão era um excelente colaborador e ele vivia dentro do seminário a nos perseguir...”.

torturado e era da minha igreja, da igreja Batista da Torre, ele foi preso, foi torturado, além dele outros também, Gabriel Perruci, uma série de outros rapazes foram presos. Aí vocês perguntam: “Por que você não foi?”. Eu dei uma de sabido, eu disse o seguinte, pensei comigo, meu pai é o arrimo da família, ele quem sustenta a família, então eu fazia minhas coisas bem na surdina não me expunha, não tinha aquele negócio de sair, fazia na surdina. Bom, aí na igreja do Moreno nós viemos, era o tempo de eu sair do seminário e vim para a igreja Batista de Salvador.

Aí, na igreja Batista de Salvador, eu tive realmente problemas sérios, nós tínhamos uma igreja que era bastante reacionária que era a igreja Batista Sião e tinha uma família que era colaboradora do regime mesmo, a família Coelho, começava do pastor e vinham trazendo, eu não tenho medo de dizer nomes não, eu digo o que tem de dizer mesmo. Então nessa igreja eu sofri uma pressão muito grande dessa igreja, minha igreja era pequena e sofri uma pressão, e lá na igreja nós tínhamos um cara que era agente também da polícia secreta, ele trabalhava na Petrobras, ele fazia trabalhos para a Petrobras e ele sempre dizia pra mim: “Pastor hoje teve um cara aí, mas não se importe não que a gente está aqui pra lhe garantir”. Esse rapaz tenho um respeito muito grande por ele, porque ele foi realmente o que me deu suporte na igreja pra eu dizer as coisas que eu gostaria de dizer.

Daí a minha trajetória toda foi uma trajetória de resistência e eu não me conformo de forma alguma como um país como o nosso onde existe miséria. Não há razão de ser para o Brasil que a miséria seja uma presença que deixa a gente bastante chocado e eu sempre me dediquei a um trabalho com as pessoas menos, inaptas, de menor poder aquisitivo ou de poder aquisitivo nenhum.

Eu sempre trabalhei na igreja de Salvador era uma igreja com uma presença



muito grande de membros da classe pobre, para vocês terem uma ideia a igreja era composta de diaristas da prefeitura, serventes da prefeitura e vendedoras de acarajé, gente mesmo lá da periferia de Pero Vaz. E a gente trabalhou ali, foi uma experiência muito boa, abri mão do meu salário, fui ensinar nos colégios de Salvador, morei no barracão da construção. Tudo isso eu fazia não era pra outra coisa não, fazia porque era realmente o espírito que eu achava que era espírito do Cristo, eu não admito de forma alguma que quem é religioso mantenha o luxo dessa sociedade que a gente vive, eu não admito isso, eu acho que não é a miséria, defender a miséria, mas eu acho que pelo que o Cristo deixou para a gente a vida dele é um exemplo. Hoje, infelizmente, a gente tem os religiosos com carrão pregando a prosperidade.

Bom, então, eu diria a vocês o seguinte: o que ficou pra mim disso tudo? Ficou pra mim disso tudo é o seguinte, nós ainda vivemos sob a égide da Casa Grande e Senzala. Na casa grande pode acontecer tudo, na senzala o que acontece, baixa a repressão, basta você ver como é que a polícia pacificadora faz hoje nas favelas do Rio de Janeiro, como é que pacifica. Como é que você pode pegar um indivíduo que

tem toda sua formação militar, onde ele vê do outro lado o inimigo que precisa ser eliminado, como é que você pode trazer esse camarada que recebe toda uma orientação desse tipo, uma das grandes desgraças que a repressão deixou pra gente, foi a militarização da polícia. Meu pai dizia: “Meu filho, quando nós vamos para o enfrentamento, quem está do outro lado é nosso inimigo e o que a gente tem que fazer é eliminá-lo”. É essa filosofia que fundamenta as ações da polícia no Brasil, portanto nós ainda estamos vivendo a repressão, enquanto a gente não mudar essa mentalidade, nós vamos ter resquícios da ditadura em nosso meio.

Como é que se concebe que na Argentina nós tenhamos generais presos e no Brasil, quando a Comissão da Verdade convoca um sujeito desse ele debocha? O país não é sério, a gente precisa mudar isso, eu acho que a Comissão da Verdade precisa continuar por muito tempo no Brasil, por muito tempo, para que a gente possa contar a essa juventude o que aconteceu e não permitir mais que isso aconteça no Brasil. O deboche que esses caras fazem é uma coisa assim que eu fico profundamente entristecido e a gente pergunta assim: que democracia é essa? No Chile o neto de Pinochet sofreu punição. No Chile, na Argentina tem generais presos, aqui no Brasil o torturador passa por a gente e debocha com a gente, debocha.

Então no meio protestante, foi um meio assim que realmente, religiosamente, a gente mais sentiu a presença do golpe, a Igreja Católica também. Mas a igreja Católica tinha pelo menos as suas defesas, a igreja tinha suas pastorais, nós, João

Dias, Eliabe Barbosa Gomes, Djalma Torres, esse grupo e outros tantos, os do missionário que Jorge Nery citou, esses, essas pessoas não tinham o respaldo, o apoio, pelo contrário, o apoio era para que realmente nós sofrêssemos a punição, porque nós estávamos contra as autoridades constituídas no País.

“... Então, esse período foi assim um período para o protestantismo que a gente poderia dizer que o protestantismo colaborou e muito com a repressão, nós tínhamos, nós temos, hoje, notícia de torturadores que eram evangélicos que torturavam durante a noite e durante o dia distribuía evangelhos, o cara torturava durante a noite e depois saía distribuindo textos do Evangelho para os presos. Então, nós temos a notícia de elementos da igreja que eram, realmente, não só colaboradores, eles eram torturadores”.

É uma maldição que a gente tem uma interpretação que diz: “Nós devemos ser sujeitos a todas as autoridades” é a palavra quem diz, sendo boas ou más. Eu não tenho obrigação nenhuma porque isso está na Bíblia e eu tenho que obedecer, se a autoridade é uma autoridade repressiva que não respeita os Direitos Humanos, eu não tenho, como representante religioso, compromisso em defender essa autoridade, pelo contrário, tenho que fazer frente, tenho que brigar com essa autoridade para que ela mude.

Então, esse período foi assim um período para o protestantismo que a gente poderia dizer que o protestantismo colaborou e muito com a repressão, nós tínhamos, nós temos, hoje, notícia de torturadores que eram evangélicos que torturavam durante a noite e durante o dia distribuía Evangelhos, o cara torturava durante a noite e depois saía distribuindo textos do Evangelho para os presos. Então, nós temos a notícia de elementos da igreja que eram, realmente, não só colaboradores, eles eram torturadores. E é uma coisa, Jorge Nery, que a gente precisa descobrir esses caras e denunciar esses caras, fazer um trabalho investigativo e denunciar mesmo, é um dever da gente denunciar.

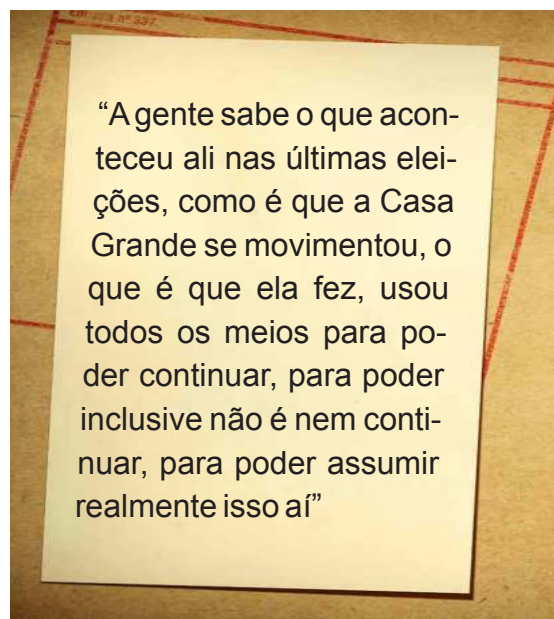
Esse Manoel Barbosa, ou Isaac Aragão, esse cara, esse cidadão só para

você ter uma ideia de como era a coisa, eu fiz o mestrado em Recife em sociologia e fiz o teste e eu pedi aos professores que me dessem a notícia logo que eu precisava pedir minha liberação, aí a coordenadora, uma figura, disse pra mim: “Não se importe Eliabe, nós daremos a notícia a você assim que tivermos o resultado, no máximo segunda-feira essa notícia está chegando”. Veio segunda nada, veio terça, nada, veio quarta, nada, aí eu fiquei angustiado, fui reprovado, porque não tem coisa pior para um professor universitário do que ser reprovado em um curso de pós graduação, isso depõe contra.

Aí eu peguei o telefone e telefonei para o mestrado, aí a coordenadora me parabenizou: “Você foi aprovado em um bom lugar, o terceiro da turma e prepare seus documentos”. Aí eu fiquei com uma alegria muito grande, peguei o telefone e telefonei para o meu pai e disse: Meu pai eu quero comunicar que eu fui aprovado no mestrado. Ele disse: “Desde segunda-feira que eu sabia, Isaac Aragão telefonou pra mim”. Sabe o que acontecia? Todos nós que fazíamos os cursos lá em Recife, os cursos na área de humanas, nosso nome ia para o serviço secreto.

Então, vocês vêm, uma coisa simples, mas é realmente significativo, como nós éramos vigiados, controle muito grande sobre a gente. Então veja bem, eu, hoje, digo sempre assim: Você é pastor? Eu sou pastor da rua, eu trabalho com os moradores de rua de Feira de Santana, estamos até fazendo uma pesquisa com a Universidade sobre a situação socioeconômica, o perfil desses moradores, e eu faço porque eu considero um grupo específico. Se vocês puderem leiam o livro “Cama de cimento”, vocês vão ver a experiência de um professor da USP que se travestiu de morador de rua e trabalhou no lixão, pegando lixão na universidade. Como os colegas passavam por ele, esquecido, invisibilidade, o cara no curso de doutorado invisível pelos colegas.

Então, realmente hoje, digo o



seguinte: Eu trabalho na rua, trabalho com morador de rua e já sofri também com o morador de rua. Eu por exemplo estava em Salvador e tive que ser deportado, porque o morador de rua me ameaçou de morte, depois de fazer umas besteiras, e eu tentar ajudar ele, e ele disse que iria meter o revólver em minha cara e iria arrebentar a minha cara, eu aí caí fora, eu já sabia onde ele vivia, saía comigo, ia para as malocas.

Então hoje eu me dedico a este trabalho, e me dedico porque tenho todo o respaldo de uma visão de protestantismo que não é essa visão burguesa, essa visão de que você trabalha na igreja para poder usufruir dinheiro ou preparar pessoas para poder ganhar dinheiro, não é esse o meu ideal.

Então veja bem, eu diria a vocês o seguinte: que para mim foi muito bom mesmo, sendo filho de militar de linha dura, mesmo sendo protestante, ter o privilégio do espírito de Deus colocar no meu coração e eu me dedicar às pessoas que são menos favorecidas pelo sistema da gente. A gente sabe o que aconteceu ali nas últimas eleições, como é que a Casa Grande se movimentou, o que é que ela fez, usou todos os meios para poder continuar, para poder inclusive não é nem continuar, para poder assumir realmente isso aí.

Então, há uma coisa que pra mim o

protestantismo esqueceu, que homens como Rubens Alves, como João Dias, esses homens lutaram. Rubens Alves tem um livro fantástico, pra mim um dos melhores trabalhos sobre protestantismo, Protestantismo e Repressão, é um livro que recomendo para qualquer pessoa ler. Esses homens, eles me deram não só inspiração, mas suporte para ver um outro tipo de evangelho que realmente não se dobra à injustiça e o que acontece, como eu ia contando, eu vejo o seguinte, vejo um desconhecimento por parte dos religiosos que não é o caso do Jorge Nery, e de outros pastores que nós temos, jovens, mas um desconhecimento do que é sociedade, do que é a sociologia, que é a análise da sociedade, do que é a sociedade brasileira. Por conta disso, nós estamos sempre ao lado dos poderosos, nós sempre estamos dispostos a dizer amém àqueles que nos dirigem.

Então eu poderia dizer mais coisas, mas eu sei que tem um tempo para todo mundo usar a palavra, a grande professora Elizete que eu considero a maior autoridade do Brasil em estudo do protestantismo, a maior autoridade que a gente tem no Brasil sobre o protestantismo é a professora Elizete.

Pastor Jorge Luís Nery de Santana - Vou abrir para os membros da Comissão da Verdade, se quiserem fazer mais alguma pergunta ao professor Eliabe.

Não identificado - Só uma, o senhor no caso atua, com a população de rua de Feira ou Salvador?

Pastor Eliabe Barbosa

Eu posso dizer que atuo aqui e atuo em Salvador, passo três dias lá.

Não identificado - Eu não sei se o senhor

viu, mas semana passada foi aprovado em Feira um estatuto que versa sobre a população de rua. Aí, dentro de mim, perguntava assim, porque eu já trabalhei com políticas públicas, a gente sabe da dificuldade do que é isso em Feira. Porque assim, existe uma diferença entre mendigo e pessoa em situação de rua, ele não é mendigo porque escolheu, enfim uma definição tênue. Eu me perguntava: “Meu Deus”, me desculpe o termo chulo, “que miséria não vem de lá pra cá?”. Porque assim, não se faz um estudo, não se dialoga

com os movimentos sociais, vários (...) de fato uma cidade que é fria e cada dia fica mais asfalto, onde a desigualdade social ela se consolida. Assim, uma das coisas que inclusive a gente discutia em média de quatro anos atrás era, justamente, a criação de um albergue por conta do fluxo de pessoas, justamente por Feira ser um entroncamento rodoviário e o fluxo de pessoas que aqui desatracam por

dia e muitas delas resolvem ficar. Então assim, é extremamente triste como determinadas políticas que desrespeitam toda a comunidade, são elaboradas sem levar em consideração a realidade local.

Pastor Eliabe Barbosa – Concordo com você.

Pastor Jorge Nery - Gostaria de pedir ao professor Eliabe, ainda falando sobre a sua trajetória na ditadura, seja atuando como pastor e esses depoimentos, se ele pudesse conversar conosco também sobre a sua atuação como docente nas universidades neste período, como também você percebia essa questão da ditadura.

Pastor Eliabe Barbosa - Bom, eu vou citar um exemplo primeiro, que foi a experiência em Conquista. Em Conquista eu fui diretor da escola de menores, morei na escola de

menores, comia a comida que os meninos comiam, bom que se diga isso.

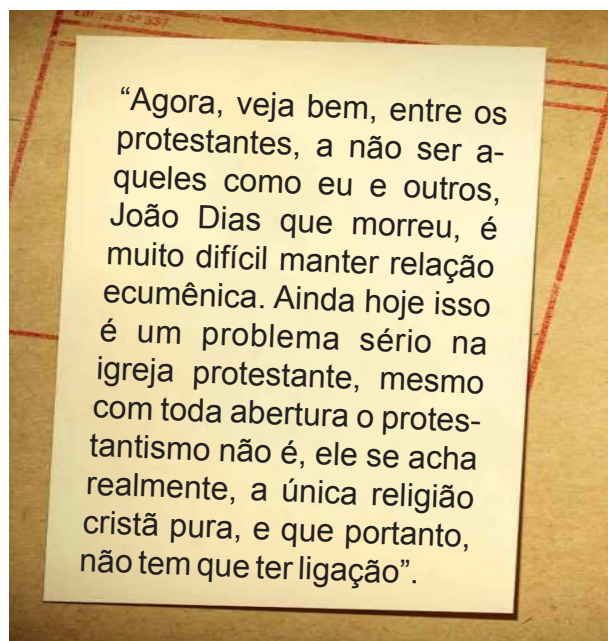
Eu tive experiências, assim, muito tristes, muito tristes, uma das experiências foi que eu resolvi colocar os alunos nas escolas, ao invés de ter uma escola central, para a socialização dos meninos coloquei os meninos nas escolas. E eu visitava, todo dia pegava meu carrinho e minha comidinha e saía visitando quando, para minha surpresa, um dia a Maçonaria começou, se tiver algum maçom aqui me desculpe mas tenho que dizer, a Maçonaria começou a retirar o apoio às escolas. E as mães, que eram mães pobres, estavam dizendo que eu estava trabalhando para corromper os filhos delas e eu não tive apoio da igreja.

Eu fui na casa de um pastor e ele, disse pra mim: “Olha, queria dizer que você sabe que está na escola, limpa os pés aí que você sabe que...”. Era besteira assim desse tipo.

Bom, com relação à minha experiência como professor, eu sempre fiz parte da resistência, fiz parte sem ser vedete, fiz parte da resistência. E, na verdade, a gente era discriminado nesse período, discriminado pelas reitorias, por aqueles que estavam no poder estando em Conquista. Em Feira não foi nem tanto, em Conquista principalmente.

Então a experiência, era uma experiência assim, em que a gente pedia determinado material e se eu era cara da esquerda, os caras seguravam, a gente precisava brigar, fazer reunião na ADUSB, eu cheguei a ser presidente da ADUSB, Então a experiência da gente, era uma experiência assim nesse período da ditadura, quem foi professor universitário sofreu muito mais do que os outros, nós éramos considerados aqueles que pensavam e não interessava à repressão, não interessava aos militares, que a gente fizesse análise.

Para vocês terem uma ideia, quem introduziu, Darci Ribeiro na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia fui eu, peguei um livro de Teoria do Brasil, aí um colega me chamou, militar: “olha, não é



possível que você esteja colocando esse autor aqui”. E eu disse: E daí, ele vai ficar no programa. Fizemos um estudo em cima da Teoria do Brasil, que é um livro muito bom, excelente livro, não sei se hoje ainda as pessoas de antropologia e sociologia ainda usam ou já esqueceram, é muito bom.

Então, nós éramos, realmente assim, éramos vigiados, se eu fui vigiado no seminário e na igreja Batista de Salvador, muito mais na universidade, muito mais na universidade, não somente eu, não, os colegas todos, os colegas todos foram vigiados. Teve colegas lá no Sudoeste que foram presos, uma série de histórias lá com o pessoal.

Então, na verdade eram todos os espaços onde realmente você podia discutir, podia colocar alguma coisa que fosse contra o regime, esses espaços eram vigiados. Então, a experiência, agora, por outro lado, a gente tinha alunos que eram brilhantes, que realmente fizeram frente a essa panaceia que se chamou revolução brasileira, revolução militar.

Então, essa é a experiência que eu tive, experiência que eu tive lá como professor, nós éramos também vigiados, tão vigiados como eu era vigiado na igreja, tem outras coisitas que a gente poderia

dizer, mas ...

Não identificado - Eu queria fazer uma pergunta, que me deixa sobretudo curioso. Qual era a relação que existia do senhor, a igreja que o senhor participava, das relações dos protestantes com a Igreja Católica e com as organizações políticas clandestinas existentes na época, existia algum entrosamento, existia alguma ação conjunta comum, que pudesse fazer frente à unicidade da ditadura?

Pastor Eliabe Barbosa - Nós tínhamos aqui uma reunião, trabalho conjunto, não era Elizete? Nós tínhamos uma reunião em Salvador, onde nós tínhamos evangélicos, nós tínhamos católicos, e nós tínhamos também pessoas que faziam resistência à ditadura, nos reuníamos pra discutir inclusive para dar suporte, proteção àqueles que eram perseguidos, um trabalho muito bom.

Agora, veja bem, entre os protestantes, a não ser aqueles como eu e outros, João Dias que morreu, é muito difícil manter relação ecumênica. Ainda hoje isso é um problema sério na igreja protestante, mesmo com toda abertura o protestantismo não é, ele se acha realmente, a única religião cristã pura, e que portanto, não tem que ter ligação. Então, primeiro começava por aí, e, além do mais, não existia, por parte daqueles que eram da liderança, da confiança de que esses espaços eram, realmente, espaços que deveriam ser utilizados e de certo medo de que poderia ter alguém que dedurasse. Mas, na verdade que eu conheço na Bahia, que eu participei, eu, Djalma Torres, o grupo da igreja Dois de Julho, da igreja Dois de Julho saí para fundar a Nazaré, éramos nós, muito poucos.

Não era realmente uma representação da igreja protestante, certo, como a Igreja Católica tinha, a Igreja Católica tinha. Por exemplo, você pega “Brasil Nunca Mais”, “Olho por Olho”, livro que descreve a história, você fica encantado de ver como a igreja agiu em São Paulo, como a igreja se organizou em São Paulo e produziu “Brasil Nunca Mais” um livro realmente fantástico, um livro realmente muito bom, que denuncia, e foi feito em plena ditadura, em plena ditadura, é bom que se diga, que em plena ditadura esse livro foi elaborado, quer dizer, quando a gente lê assim, a gente fica feliz em ver o depoimento no livro em que as pessoas, eles tinham um sistema, eles se organizavam em determinado lugar, quando eles descobriam algum perigo, eles iam para outro lugar, quer dizer eles ficavam assim. E depois

desarmavam, armavam coisas assim, geniais, o fato que o Exército diz, por exemplo, dos advogados ficarem com os documentos no fim de semana, e fazerem cópias dos documentos da repressão e outros e outros tantos fatos.

Então, a resistência do missionário, a resistência do Jaime Wright e o bispo Dom Paulo Evaristo Arns, era coisa extraordinária, ali são documentos, que é a história, de pessoas que colocaram em risco a sua própria vida, até o irmão dele foi torturado. Então, eu não vejo assim, não tenho notícias de que a gente tinha grupos assim, tinha grupos clandestinos, que a gente se reunia, sabe?! Para a gente discutir de como fazer resistência, é muito sério. Não sei se respondi sua pergunta.

Não identificado - Quanto a propósito do grupo formado em São Paulo, com a participação da Arquidiocese de São Paulo,

“Eu posso dizer um negócio a vocês e vocês podem até me jogar pedra, eu tenho direito de falar disso aí, eu também sou religioso, Josué Melo é um oportunista, o que quero dizer a vocês é isso. Naquele momento a esquerda, realmente, dava a ele a condição de ser representado, logo que ele viu, que realmente, não era isso ele foi para o outro lado. Eu não posso comparar Josué Melo com João Dias”.

Pastor Wright é uma jornalista para discorrer sobre o trabalho do senhor em relação à Bahia.

Pastor Eliabe - É que a Bahia, é uma coisa, a Bahia tem uma coisa que os bispos que comandavam aqui eram bastante conservadores e isso realmente, não quero entrar na seara dos outros.

Não identificado - Mas os beneditinos,

Pastor Eliabe – beneditinos não, aí não...

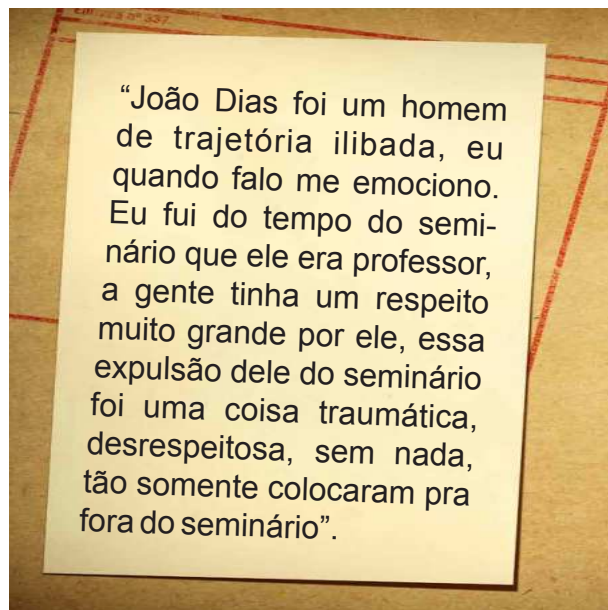
Não identificado - Estimularam vários movimentos, na época eu estudei no Colégio Central da Bahia e nós fomos para as ruas, os estudantes, e passei uma semana lá dentro do convento. Com Dom Timóteo Anastácio. Então nós temos na Bahia, o grosso da igreja católica era pródiga e existia alguns focos de resistência e um deles, que não vinha até o interior, era muito aberto e muito procurado.

Não identificado - Agora, aqui em Feira de Santana, em especial, tinha uma figura no quartel do Exército que era terrível, dizem que ele invadia casa noturna, pegava marido, casados que passavam de dez horas pelo braço para levar pra casa para sua mulher.

Pastor Eliabe Barbosa - Esse era famoso, mas não foi do meu tempo não. Quando eu cheguei, ele já tinha morrido ou ido embora.

Não identificado - Ele voltou para Salvador.

Sinval Galeão - Eu gostaria de reportar aqui uma figura que viveu em Feira e ainda é vivo, que chegou em Feira com um trabalho social bom, teve um início de sua carreira em Feira numa ação progressista, era protestante, inclusive eu participei de uma reunião ecumênica que nós tivemos aqui, nessa reunião eu estive presente, Albertino, o menino que representava o Centro Espírita, eu esqueço o nome dele que era o do correio e o pastor Josué Melo,



que foi candidato a prefeito. Ele teve aqui, cansei de levar, a pedido dele, todas as publicações que nós tínhamos, o jornal Movimento do partido comunista, outros documentos e ele fez aquele trabalho do SIM, que eu achei importante. Logo depois o pastor Josué Melo vira a casaca quando entra na história, só que hoje ele volta, parece que para a direção do Dois de Julho. Eu queria, justamente, saber essa trajetória dele.

Não identificado - Ele chegou em Feira de Santana procurou Chico Pinto, com uma carta de Lisâneas Maciel que era um deputado do grupo Autêntico, que Chico Pinto compunha e Lisâneas era da linha de frente que parece até que era também protestante e ele chegou com uma carta de apresentação a Chico Pinto, eu me lembro do registro desses fatos. Ele veio para aqui como um progressista, como um, né, avançado, um faz tudo ligado a esta linha.

Pastor Eliabe Barbosa - Eu posso dizer um negócio a vocês e vocês podem até me jogar pedra, eu tenho direito de falar disso aí, eu também sou religioso, Josué Melo é um oportunista, o que quero dizer a vocês é isso. Naquele momento a esquerda, realmente, dava a ele a condição de ser representado, logo que ele viu, que realmente, não era isso ele foi para o outro lado. Eu não posso comparar Josué Melo

com João Dias.

João Dias foi um homem de trajetória ilibada, eu quando falo me emociono. Eu fui do tempo do seminário que ele era professor, a gente tinha um respeito muito grande por ele, essa expulsão dele do seminário foi uma coisa traumática, desrespeitosa, sem nada, tão somente colocaram pra fora do seminário. Agora eu não posso comparar João Dias, colocar João Dias no mesmo diapasão, me desculpe Josué Melo se não estiver aqui presente, mas eu diria a ele isso, tranquilamente, com a maior tranquilidade, com a maior cara de pau, diria pra ele: você é um oportunista.

Não identificado - Só uma dúvida, assim. Eu não acompanhei essa segunda audiência, a última que eu fui foi lá no Módulo 1 de História, para a galera do mestrado. Uma das coisas que se discute hoje dentro do Labelu, é justamente assim, a Comissão da Verdade, o foco dela é justamente ouvir os relatos e identificar os torturadores da cidade, coisa e tal.

Mas assim, numa outra perspectiva, como anda, a discussão sobre por exemplo, como a classe empresarial se estabeleceu pós ditadura, onde foram parar esses torturadores, quais os espaços de poder que eles hoje ocupam e como os mesmos ainda exercem o controle dentro da sociedade? Uma crítica no ponto de vista construtivo, acho, que é extremamente importante, principalmente para identificar para que a gente consiga trazer justiça, trazer a verdade à tona e através disso, quem sabe, se conseguir justiça no sentido de punição para esses torturadores.

Mas, muito mais além, a elite tem todo um projeto de uma burguesia empre-

sarial que se estabeleceu e se consolidou, que hoje ocupa espaços de poder e que acima de tudo exerce um controle ainda hoje e simplesmente passa despercebido. Por exemplo, em Feira de Santana, a família Falcão foi uma das famílias que ajudou a estruturar a hegemonia do poder dentro da cidade. Como é que, assim, dentro dessa perspectiva, anda a Comissão da Verdade nesse sentido?

“... levando essa luta aos colégios, às universidades, às igrejas, à sociedade, para de fato a gente dar uma resposta com segurança e conseguir da sociedade que faça pressão a esse congresso que está aí, cada dia mais conservador, para que a gente consiga mudar a Lei da Anistia. E aí sim, nós teremos força para punir aqueles que de fato foram os algozes, foram os torturadores, foram os assassinos deste período”.

Sinval Galeão - Olhe, nós de fato estamos tentando resgatar a verdade da época. E estamos chegando agora, com o prazo de dezembro para o primeiro relatório parcial, mas na última reunião estive conosco o jornalista Carlos Navarro, que preside, que está na coordenação estadual e ele nos trouxe a seguinte informação: “Os nossos trabalhos não acabarão agora em

dezembro”. Como nós pensávamos que iria acabar, nós temos na Bahia um prazo até agosto e está vindo aí uma proposta, parece que está praticamente, vai ser aprovada, da extensão também da Comissão Nacional da Verdade até o ano de dois mil e dezesseis.

O grande trabalho, nesse pós-depoimentos, exceto se aparecerem outros nós iríamos tomar para refazer, já que esse é parcial, para acrescentar ao relatório final. Mas o grande trabalho que se propõe agora para a Comissão da Verdade, a partir do próximo ano, é uma luta nacional sistemática para mudar a Lei da Anistia, para dar força à Comissão da Verdade e à sociedade brasileira, para de fato apurar e punir todos esses oportunistas, todos os torturadores, todos os assassinos, teve torturadores e tiveram assassinos também.

Nós vimos, na televisão alguns

depoimentos, provocados pela Comissão da Verdade em depoimentos que alguns militares prestaram à Comissão da Verdade. Como também aqui em Feira, não conseguimos ouvir nenhum desses delatores, dedos-duros e participantes da ditadura civil-militar, mas nós convidamos os vivos que estão aí, por cartas, só recebemos uma resposta, mas continuaremos nessa luta.

Eu acho que o próximo passo não vai ser tanto da gente estar fazendo essas Audiências Públicas, mas eu acho que o próximo passo, a gente vai estar fazendo o levantamento e levando essa luta aos colégios, às universidades, às igrejas, à sociedade, para de fato a gente dar uma resposta com segurança e conseguir da sociedade que faça pressão a esse congresso que está aí, cada dia mais conservador, para que a gente consiga mudar a Lei da Anistia. E aí sim, nós teremos força para punir aqueles que de fato foram os algozes, foram os torturadores, foram os assassinos deste período.

Não identificado - Aproveitando essa colocação do Sinval Galeão, de que ouvi o senhor informar que assistiu na imprensa, pessoas que tiveram participação como delatores e que até mesmo foram ouvidos em inquéritos militares. Eu me dediquei na segunda-feira a fazer uma leitura do jornal Folha do Norte do período de mil novecentos e sessenta e quatro e um dos primeiros atos do Joselito Falcão de Amorim ao assumir o governo de Feira de Santana, foi constituir uma comissão para apurar desvios financeiros do governo de Francisco Pinto, que se esse desvio também de verbas federais tivesse sido constatado, eles fariam denúncias. Para Feira de Santana veio uma comissão, que estava integrada pelo coronel Luís Arthur de Carvalho, constatou que não havia nenhum ato de desvio de recursos financeiros. Mais recentemente, o então vereador Hugo Navarro concedeu uma entrevista na Rádio Sociedade, no programa Linha Direta, do jornalista Dilson Barbosa, afirmando que tinha

em seu poder, documentação retirada do cofre da prefeitura de Feira de Santana, que comprometia a figura de Francisco Pinto.

Ora, no momento em que uma pessoa, que fazia parte do Legislativo se apodera de documentos do Poder Executivo e ele diz estar sob sua guarda. Eu acho que a Comissão da Verdade deveria buscar ouvi-lo e em caso de omissão dele, denunciá-lo de ter se apropriado de documentação municipal e tê-la sob sua guarda.

Os atos, quando o estudante coloca aqui, o secretário Valdemar Matos que era Secretário de Agricultura, a pessoa que foi nomeada a substituí-lo é Valter Falcão, que integra a família Falcão. A análise detalhada dos primeiros atos, a convocação do jornal Folha do Norte, para a marcha da família feirense e outros atos que constam no Jornal Folha do Norte são gravíssimos.

Eu estive fazendo uma análise dessa situação, na última segunda-feira, e nós todos sabemos que a Comissão da Verdade não tem esse poder de polícia, não tem esse poder de punição, mas eu considero da maior importância. Os atos que estão ali dos primeiros dias da administração de Joselito Falcão, que se recusou a comparecer, mas alegou uma situação de saúde.

Não identificado - Mas assim, só salientando assim, que o senhor é até advogado aqui. Independente da gente não ter poder de polícia, a ação popular está aí para evitar o lesivo ao patrimônio público, histórico, cultural e meio ambiente. Acho que nesse caso aí, caberia entrar com uma ação popular.

Sinval Galeão - Bom, quero agradecer ao pastor Eliabe e professor Jorge Nery por seu depoimento e por sua biografia que muito nos honra e pela luta que você continua fazendo junto aos moradores de rua, muito obrigado.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
05 de novembro de 2014 - Módulo 7 da UEFS - Universidade Estadual de
Feira de Santana - Bahia



***Elizete da Silva**

DEPOENTE: ELIZETE DA SILVA

Neste momento, nos honra a presença da Dra° Elizete, que tem uma biografia, não só como grande pesquisadora que é, que já referendou o pastor Eliabe, como uma das maiores pesquisadoras, se não a maior pesquisadora sobre protestantismo no Brasil. Mas também ela tem, ela tem uma biografia, o pai dela foi pastor Batista.

Então, ela tem uma biografia dentro desse protestantismo, que ela vai conversar conosco, a partir, também, dessa sua trajetória, não só como pesquisadora, sobre o protestantismo brasileiro, especialmente

**Texto não revisado pelo depoente.*

Bom dia, a todos e a todas, fico muito feliz em estar aqui, e honrada pelo convite da Comissão da Verdade e quero apenas pedir desculpas, inicialmente, porque eu sou uma dinossaura e sou muito rigorosa também, Carneiro minha aluna também. Então eu tive que dar aula no primeiro horário, eu fiz um acordo com meus alunos para sair mais cedo, mas essa uma hora será reposta no próximo dia.

Então, eu perdi o depoimento rico do professor Eliabe, mas eu terei a honra de ouvi-lo, também, gostaria de convidar a todos já, para um seminário que o centro de pesquisa da religião da UEFS está organizando, nos próximos dias vinte e seis e vinte e sete de novembro, sobre religião e ditadura no Brasil. Nós vamos ouvir relatos, depoimentos, e quem sabe o professor Gerônimo Moraes que vai estar lá conosco, vai poder responder a sua pergunta de forma muito viva, porque viveu intensamente esse momento, e o professor Eliabe, também, estará lá fazendo o seu depoimento e outros jovens pesquisadores da história, da política e da religião no Brasil.

É muito difícil, Jorge, você me dar três temas para eu falar em meia hora. Eu sou conhecida na UEFS como a professora que dá muita aula, fala muito e manda ler muito. Então, eu tentei resumir essa minha palestra aqui, em dois grandes tópicos.

Primeiro eu quero dizer que gostaria de dedicar esta minha palestra ao reverendo João Dias de Araújo, que estaria aqui, se estivesse entre nós, mas tenho certeza que a vida de João Dias de Araújo continua sendo um testemunho muito denso e muito forte da presença dos protestantes na resistência contra a ditadura. Então, eu gostaria de dedicar essa minha fala ao reverendo, que inclusive, participou da Comissão da Verdade em Feira de Santana.

Bom, então eu dividi essa minha fala em dois momentos. Eu vou rapidamente falar de memórias pessoais e depois vou entrar na pesquisa propriamente dita, que eu tenho feito sobre o protestantismo e a ditadura militar do Brasil.

Bom, eu não fui torturada, eu não fui presa, eu não participei de nenhuma organização. Eu era uma menina de dez anos, quando estourou o movimento, morava em Muritiba, Bahia, aqui, subindo a serra ali e meus colegas e eu, tínhamos muito pois ouvíamos notícias de que tinha uma guerra em Salvador, tinha uma guerra no Brasil.

Em sessenta e oito, eu já morava em Salvador e era aluna da quarta série do ginásio no colégio Anísio Teixeira. O colégio Anísio Teixeira, era o Centro Integrado Anísio Teixeira (CIAT), acho que ainda é, esse colégio foi fundado exatamente nesse período e os novos alunos formados na UFBA, na Católica, foram contratados para esse colégio, e a diretora desse colégio a professora Maria Augusta Rosa Rocha, chegou a ser Secretária de Educação do governo Waldir Pires, depois eu e o professor Eliabe nos batemos com ela eu na ADUSF e o professor Eliabe na ADUSB e ela ficou muito feliz porque a sua aluna tinha virado uma líder sindical, foi o que ela nos disse.

São lembranças do colégio Anísio Teixeira, eu era aluna da quarta série, participei de passeatas do movimento estudantil nesse período, e em grandes passeatas gritei: abaixo a ditadura e abaixo o MEC USAID. O MEC USAID foi um grande acordo que o

Brasil, o Ministério da Educação, fez com os Estados Unidos, para fazer uma Reforma Universitária. Enfim, diziam os meus professores para arrasar, com o resto do que sobrou da universidade brasileira, e eu não sei o que diriam eles, o que Maria Augusta Rosa Rocha diria hoje, ou a própria Marli Geraldo Teixeira, que eu também, citarei aqui que foi a minha orientadora e que além de professora de História, grande educadora, também de família Batista.

“...e nós entramos na Reitoria, nós os estudantes, os secundaristas, eu ainda era secundarista e os universitários liderados por Vladimir Palmeira, da UNE. E quando os estudantes entraram, evidente que a polícia quis entrar para encurralar os estudantes, dentro do prédio da Reitoria, e o reitor na época o professor Roberto Santos, se postou na porta da reitoria e disse: “Voltem, aqui só se entra com vestibular””.

E nessas andanças do movimento estudantil, me lembro de uma grande passeata, que a polícia cercou todo o campus universitário que fica ao redor da reitoria da UFBA, jogou gás lacrimogênio, claro, depois todo mundo teve que lavar o rosto e nós entramos na Reitoria, nós os estudantes, os secundaristas, eu ainda era secundarista e os universitários liderados por Vladimir Palmeira, da Une. E quando os estudantes entraram, evidente que a polícia quis entrar para encurralar os estudantes, dentro do prédio da reitoria, e o reitor na época o professor Roberto Santos, se postou na porta da reitoria e disse: “Voltem, aqui só se entra com vestibular”. Então, pra mim foi uma grande lição, o professor Roberto Santos, ainda está vivo, pode confirmar esse meu depoimento e não é só meu, mas de milhares de estudantes que estavam ali naquela passeata.

E me lembro que ficamos lá na Reitoria, até que foi negociada a saída dos militares do campus, porque tinha, tem,

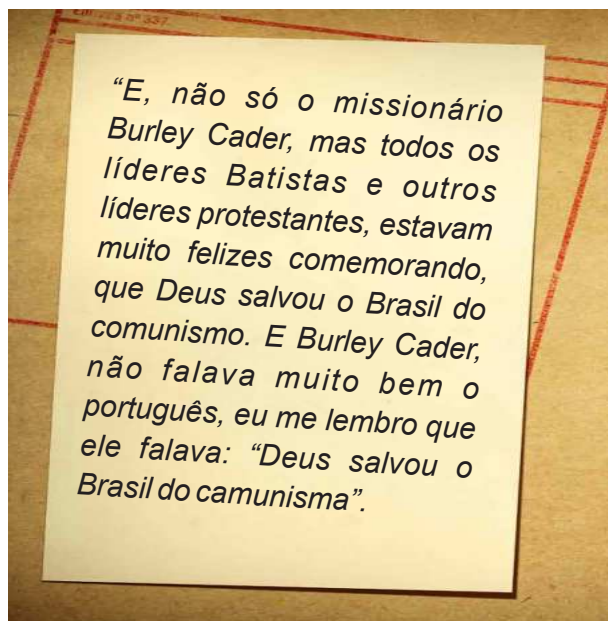
uma tradição acadêmica, que a polícia não entra na universidade a não ser por chamado da administração da universidade, como já aconteceu na UEFS, não neste reitorado, evidente, estou falando de outros reitorados já citados aqui pelo professor Eliabe Barbosa.

Então, esperávamos que a polícia fosse evacuada, e o Exército, e os cães de guarda que estavam todos em nosso encalço, enquanto isso faríamos as assembleias, fazíamos tudo que tínhamos pra fazer. E o reitor mandou nos servir pãezinhos e refrigerantes, como um bom reitor preocupado com seus alunos. Bom, só assim, algumas lembranças do movimento estudantil.

Em relação à Igreja Batista e aos protestantes em geral, eu penso, que eu posso dar uma melhor contribuição, me lembro do Missionário Burley Cader, missionário norte-americano que trabalhou aqui em Feira de Santana, por longos anos, foi um dos fundadores do seminário Batista do Sobradinho. E, não só o missionário Burley Cader, mas todos os líderes Batistas e outros líderes protestantes, estavam muito felizes comemorando, que Deus salvou o Brasil do comunismo. E Burley Cader, não falava muito bem o português, eu me lembro que ele falava: “Deus salvou o Brasil do camunisma”. E, enquanto isso, o governo norte-americano, estava providenciando proteção para os cidadãos norte-americanos que estavam aqui.

Eu vou falar, logo, do que todos já sabem, da presença dos norte-americanos no golpe. O governo de Washington teve uma participação extremamente ativa, não só no golpe, mas ao longo da ditadura, eu não vou falar disso, porque senão, não tem tempo.

E, participei, também, do culto em ação de graças, que foi organizado pelo pastor Valdir Coelho, pastor da igreja Batista Sião, uma das igrejas da elite Batista em Salvador, e ele era capelão do Exército e fez um culto de Ação de Graça no teatro Castro Alves, e juntou todos os



protestantes no teatro Castro Alves, para dar graças a Deus, porque os militares tinham feito o golpe e livrado o Brasil do comunismo.

Então, são algumas lembranças. Lembro também de Átila Brandão, que hoje, recentemente foi candidato ao governo da Bahia, “O governo justo”, lembram que era o slogan dele? Ele era também coronel do Exército e tá processando Emiliano José, o deputado, porque Emiliano o acusou de torturador e ele disse que não era verdade. Ele era membro da Igreja Batista, também, e estive em algumas palestras que ele fez, e ele tinha o biótipo dos comunistas, então os jovens batistas deveriam fugir desses jovens que ele traçava o biótipo, no geral, barbudos, sanguíneos, muito altos, enfim. Esse Átila Brandão, continua na ativa, e já é Bispo, os Batistas não têm Bispo, ele fundou um grupo, dissidente, dentro da convenção Batista.

Bom, são algumas lembranças, são algumas memórias que eu tenho da minha vida quando adolescente, entrando na adolescência, aos onze anos, do golpe e do governo militar.

Quanto às minhas pesquisas, eu quero agradecer a Eliabe dizer que eu sou... a grande pesquisadora é a professora Marli Geralda Teixeira, eu sou

apenas uma iniciante nas minhas pesquisas, a grande pesquisadora é a professora Marli Geralda Teixeira, que é a pioneira nos estudos sobre a História do protestantismo no Brasil, na Bahia, tirando um francês Emílio Leonard.

Bom, estão aqui, também, outros pesquisadores do protestantismo, Zózimo Trabuco está ali, Jorge está aqui, para os que quiserem ler, tem uma dissertação de mestrado de uma moça chamada Luciane Almeida, ela fez o mestrado dela na UEFS, e seu tema de pesquisa é exatamente a ditadura, o comunismo e os Batistas na Bahia e atualmente ela está fazendo doutorado na UFMG e ampliou o espectro de Batista e outros protestantes, discutindo a ditadura militar, Lu deveria estar aqui, mas agora ela só fica lá em Minas, não está mais aqui em Feira de Santana.

Bom, então, é um pouco isso. Quanto às pesquisas, de fato, as pesquisas sobre o protestantismo no Brasil, ainda são muito pequenas, há uma bibliografia muito restrita, e vincular o protestantismo à ditadura militar, é quase inédito nessas pesquisas, que Luciane Almeida fez e que eu venho fazendo, tem um professor da UFPE que está trabalhando nessa temática, o professor Márcio Ananias que deve estar aqui para fazer uma conferência, desse evento que eu convidei vocês, nos dias vinte e seis e vinte e sete.

Então, esses estudos são muito restritos, porque são muito restritos os estudos sobre essa linha de pesquisa, eu diria, da historiografia mais marginal, que é a história das religiões. Hoje a minha colega Ione, estava reclamando que o povo não

fala de História da Educação, eu digo, ué, também não falam da História da Religião, mas a gente continua na resistência. Enfim, são poucas as pesquisas, há um outro professor da Federal do Maranhão Lindon Santos, que também vem fazendo pesquisa sobre a ditadura no Maranhão e os

protestantes, no Rio tem uma moça, também, que está tentando fazer o seu trabalho com muitas dificuldades, e aqui na UEFS nós temos dentro do nosso grupo de pesquisa, alguns jovens pesquisadores, que estão fazendo a sua iniciação científica nessa área.

Bom, primeiro, é preciso dizer que não existe a Igreja Protestante, existem protestantismos no plural. Para mim, essa é a primeira coisa que devemos deixar claro, “limpar a área”, como dizem meus alunos. Então, nós temos esses grupos, como acabei de falar, os Batistas, os Presbiterianos, temos a Assem-

bleia de Deus, temos a Igreja Episcopal Americana, a igreja Luterana, a igreja Metodista, agora temos os Neopentecostais, que são os novos pentecostais que têm crescido assustadoramente, no Brasil, na Bahia e em Feira de Santana. Se vocês quiserem eu posso contar nos dedos, só as congregações que existem na minha rua, no bairro da Conceição, só no meu bairro e da minha rua e não vou falar de toda a Feira de Santana. Então, esse é um grupo que cresce muito, e é um grupo que tem vínculos com Igreja Universal do Reino de Deus, que é considerada a igreja Neopentecostal mais antiga, que foi fundada no final dos anos setenta. Então, há vários grupos protestantes.

Diante do golpe de sessenta e quatro da ditadura civil-militar, que é a melhor

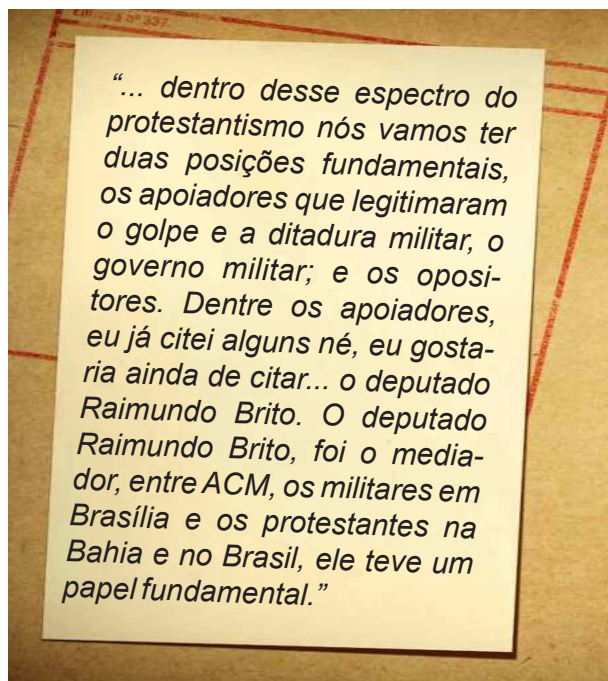
“... Átila Brandão ... ele era também coronel do Exército e tá processando Emiliano José, o deputado, porque Emiliano o acusou de torturador e ele disse que não era verdade. Ele era membro da Igreja Batista, também, e estive em algumas palestras que ele fez, e ele tinha o biótipo dos comunistas, então os jovens batistas deveriam fugir desses jovens que ele traçava o biótipo, no geral, barbudos, sanguíneos, muito altos, enfim. Esse Átila Brandão, continua na ativa, e já é Bispo, os Batistas não têm Bispo, ele fundou um grupo, dissidente, dentro da convenção Batista”.

forma de falar, a ditadura não foi só militar, cadê o rapaz? Saiu. Muitos civis apoiaram a ditadura, então os historiadores, hoje, os politicólogos, estão se reportando à ditadura civil-militar, porque ela não foi apenas militar. Muitos civis, muitos empresários, enfim aqueles que sempre estiveram na elite dominante, apoiaram o golpe e deram a sua colaboração.

Então, primeiro, dentro desse espectro do protestantismo nós vamos ter duas posições fundamentais, os apoiadores que legitimaram o golpe e a ditadura militar, o governo militar, e os opositores. Dentre os apoiadores, eu já citei alguns né, eu gostaria ainda de citar, dentro da convenção Batista, da denominação Batista em nível nacional e da Bahia, o deputado Raimundo Brito. O deputado Raimundo Brito, foi o mediador, entre ACM, os militares em Brasília e os protestantes na Bahia e no Brasil, ele teve um papel fundamental.

Quem era Raimundo Brito? Era um jovem, professor da UFBA, que nunca exerceu, foi político profissional a vida toda, casado com uma senhora, dona Alzira Coelho, vulgo Alzirão, porque ela tinha dois metros, dona Alzira coelho, que nós conhecemos, por isso que ele está rindo, e era casado com ela, que vem a ser a irmã do pastor Valdir Coelho. Essa família Coelho, era, também, chamada de “a coelhada”. A família coelho, não só, eles eram líderes dentro dessa denominação Batista, e essa dona Alzira era poderosa, se vocês quiserem ler um pouco sobre ela, leiam a dissertação de mestrado de Bianca Daebis e Bianca estudou as mulheres Batis-tas e dentre essas mulheres, o perfil de dona Alzira, dona Alzira Coelho, porque era Coelho Brito, Brito do marido dela, o deputado.

Então, a rede de intriga se estabelecia dentro das famílias e dentro da igreja, e esses Coelho além de serem líderes na denominação Batista baiana e nacional, eles eram militares, por isso o reverendo Valdir Coelho era capelão do Exército, porque ele tinha uma carreira mili-



tar no Exército, também.

Então, através do deputado Raimundo Brito, fizeram relações, eu diria, muito íntimas no âmago do poder da ditadura em Brasília e na Bahia, e Raimundo Brito era o homem de confiança de ACM para as relações com os evangélicos em geral. Eu escrevi, alguns artigos sobre isso, e estão espalhados, estão espalhados, eu consegui reunir alguma coisa hoje aqui e vou falar para vocês, mas tem alguns artigos em que eu trato disso.

Ninguém menos do que o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para restabelecer as alianças e a rede de intrigas com os evangélicos. Veio inaugurar, jogar a pedra fundamental, jogar ou lançar, do Hospital Evangélico da Bahia, que está até hoje lá em Brotas, na rua Dom João VI, do que o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e veio ciceroneado por Raimundo Brito e dona Alzira Brito e toda a “Coelhada” da Igreja Batista Sião. Então, havia uma relação muito densa, muito próxima de troca de favores, de barganhas, de poder simbólico, não só favores, eu diria do ponto de vista político, mas de barganhas simbólicas, tratando um pouco de Bourdieu.

Então, o Marechal veio, foi glorio-

samente recebido pelos irmãos, há vários documentos que comprovam essa presença do Marechal aqui. Enfim, havia uma relação densa, e não posso deixar de citar, também, o pastor Ebenézer Cavalcanti da Igreja Batista Dois de Julho, que Eliabe já se reportou, que chamava os jovens, não precisava ser nem do partido comunista, nem de nenhuma organização política, mas bastava ser um pouco crítico, ou ecumênico, e aí eu, vou tentar responder a sua pergunta, para ser designado pelo pastor Ebenezer, que foi um grande pastor, líder Batista, advogado e foi deputado, também. Então, ele não confundia ecumenismo, com comunismo, por falta de leituras, ele confundia numa postura ideológica, para negatizar esses jovens progressistas, ecumênicos, que nós iremos falar mais na frente.

Então, ele chamava esses jovens de cor de rosa, não eram vermelhos, mas eram cor de rosa ou melancia, verde por fora e vermelho por dentro. E aí, nós podemos citar vários desses jovens e gostaria de citar aqui, o Agostinho Muniz, jornalista, o pastor Djalma Torres, já citado por aí, que depois, esse grupo é eliminado da Igreja Batista Dois de Julho, vai fundar a Igreja Batista de Nazaré e será a primeira Igreja Ecumênica entre as Igrejas Batistas aqui na Bahia, Paulo Torres, nosso colega lá da UEFS, que de tão ecumênico, que trabalhava na CPT Católica, na Comissão Pastoral da Terra. Bom, essas seriam assim, tentativas de ver como pessoas, também, fizeram oposição aos militares, os cor de rosa.

O pastor João Dias de Araújo, ele teve uma militância, em Pernambuco, muito forte, inclusive, trabalhando no grupo dos Católicos, no grupo ecumênico de Dom Helder. Começa a sua militância lá, junto com Dom Helder, e é a partir de lá, que ele vai responder processo, que vai ser con-

fundido com comunista, porque ele escreveu um pequeno livreto “O jovem evangélico e o jovem comunista”. Então, os militares diziam que ele estava ensinando o comunismo, ensinando os jovens a serem comunistas e tem um dos reverendos, presbiteriano, da família Gueiros, aliás, era membro da família presbiteriana Gueiros que fazem os atos institucionais os AI 1, 2, 3, 4 e 5, um deles é um reverendo presbiteriano, Gueiros, da família presbiteriana de Recife, era um colaborador da ditadura militar.

Então, o reverendo João Dias, foi acusado de comunista, por um outro Gueiros, nesse momento em Recife, foi pra rádio e foi processado. E, sobre o reverendo João Dias, vocês podem ler alguma coisa, nesse texto aqui chamado, o azulzinho, “O protestantismo ecumênico e a realidade brasileira, um olhar sobre Feira de Santana”, é uma pesquisa que a gente fez, lá no centro de pesquisa da religião. E além

desse, e além desse texto, vocês podem ler a tese de Márcio Ananias, que é uma excelente tese, eu estive na banca dele na Universidade Federal de Pernambuco, em História, na universidade de Pernambuco.

Bom, nós tivemos o deputado Celso Dourado, que todos conhecem, que todos lembram. Celso era um MBDB autêntico, e foi um dos organizadores do Comitê de Anistia aqui na Bahia, dos comitês, no plural.

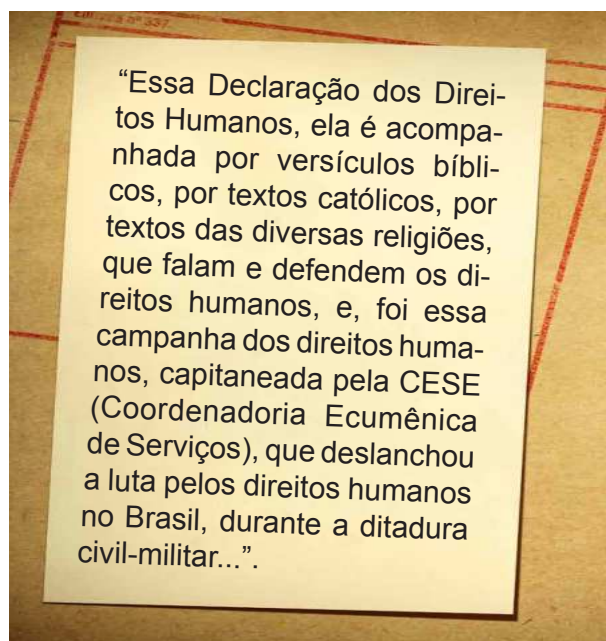
O Jaime Wright, já foi citado aqui, como um dos coordenadores de uma grande campanha dos direitos humanos, que foi organizada a partir da CESE, eu não digo do, para o povo não confundir com Hugo Cese. A CESE é a Coordenadoria Ecumênica de Serviços, ela foi organizada em setenta e três, e a pré-consulta para organizar a CESE, foi aqui em Feira de Santana. Vocês foram? Albertino estava lá, Albertino

“Ebenezer, que foi um grande pastor, líder Batista, advogado e foi deputado, também. Então, ele não confundia ecumenismo, com comunismo, por falta de leituras, ele confundia numa postura ideológica, para negatizar esses jovens progressistas, ecumênicos, que nós iremos falar mais na frente.”

estava representando a Igreja Católica, e essa pré-consulta foi organizada aqui em Faria de Santana, não por acaso, porque aqui em Faria de Santana, tinha um foco desses protestantes ecumênicos progressistas, em torno de Josué Melo, em torno do reverendo João Dias e outros tantos, da professora Itamar Bueno, que vem a ser a esposa do reverendo João Dias, da professora Tecla, da organização do SIM (Serviço de Integração do Imigrante), da organização da CEDITER (Comissão Ecumênica de Direitos da Terra), organizada pelo reverendo João Dias e que teve uma interlocução fortíssima com a CPT Católica, eles trabalhavam em conjunto.

O reverendo Jaime Wright, também, é um dos fundadores dessa CESE, e ela foi fundada em setenta e três, eu já disse até, a consulta foi aqui, em Faria de Santana. E essa cartilha, contém a declaração universal, essa é uma edição nova, não é a primeira edição, a primeira edição está lá na CESE, essa eu tenho, que eu trabalhei com ela. Essa Declaração dos Direitos Humanos, ela é acompanhada por versículos bíblicos, por textos católicos, por textos das diversas religiões, que falam e defendem os direitos humanos, e, foi essa campanha dos direitos humanos, capitaneada pela CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços), que deslançou a luta pelos direitos humanos no Brasil, durante a ditadura civil-militar, que nós vivemos. E o projeto “Brasil Nunca Mais”, também, passa pela CESE, junto com o reverendo Jaime Wright, o pessoal da Igreja Católica, O reverendo Arns, mas eu vou falar dele mais na frente, falar um pouco.

Bom, já que falei dos cor de rosa, tenho que falar de um jovem, da igreja Batista Dois de Julho, ele era do Partido Comunista. Eu, não sei se vocês lembram dele, vocês que estudaram no Colégio Central, o jovem é irmão da professora Helen Melo, ele era do grupo comunista do Colégio Central, ele era da Igreja Batista Dois de Julho. E antes que o reverendo Ebenézer Cavalcanti lhe eliminasse da Igreja, ele sai e foi morto pela repressão, é um dos mortos pro-



testantes. E esse depoimento, eu colhi junto à professora Helen Melo, sua irmã de sangue, que é professora da Universidade Federal da Bahia. Eu vou lembrar, o sobrenome dele está nesse livrinho azul, Norberto Melo, não sei se foi colega de vocês lá no Colégio Central, ou ele era mais velho que vocês, talvez, porque Helen é mais velha do que eu, então ele era mais velho do que vocês. E era da igreja Batista Dois de Julho, também, e fazia parte, junto com Agostinho, do grupo ecumênico que se reunia, com Dom Timóteo lá no Mosteiro de São Bento e o Padre Renzo. Não podemos esquecer que Emiliano escreveu um belo texto, Emiliano José, “As Asas Invisíveis do Padre Renzo” e agora tem um filme, também, sobre ele.

Então, dando continuidade, acho que já estou falando demais. Posso citar o reverendo Áureo Dias, a professora Itamar, já citei, Rubens Alves, Valdo César, Nivaldo Padilha, metodista, que vem a ser o pai do Padilha, que perdeu a eleição em São Paulo, mas ele foi um grande militante, preso, ouvi um depoimento dele, alguns anos atrás que comemorou os cinquenta anos da Conferência do Nordeste, um depoimento assim, dilacerante do Nivaldo Padilha. Eu vou falar da Conferência do Nordeste.

O projeto “Brasil Nunca Mais”, foi um

projeto que nasceu na CESE , junto com esses católicos ecumênicos, judeus ecumênicos e outros grupos religiosos, inclusive de matrizes africanas. O reverendo Jaime Wright e o bispo católico Dom Evaristo Arns, o Arcebispo, eles ficaram mais conhecidos, por conta dos seus contatos internacionais, mas era uma equipe, que eu diria, ecumênica, interreligiosa e multidisciplinar, com vários profissionais, inclusive o grande advogado, que foi advogado desses presos políticos que virou deputado do PT, lembra o nome dele João Washington? Greenhalgh (plateia) Greenhalgh perfeito, Greenhalgh fez parte do projeto Brasil Nunca Mais.

Bom, o que foi esse projeto “Brasil Nunca Mais”, que lutou pelos Direitos Humanos. Essa declaração ela, no final, tem várias sugestões de atuação, de como aproveitar melhor, este livro, em outras palavras. Onde houver violação dos Direitos Humanos, perseguição e tortura é preciso ser denunciado.

Então, nas várias comunidades religiosas, protestantes ecumênicas, claro, nem na Igreja Batista São, nem na Igreja Batista Dois de Julho, fundaram vários comitês de apoio aos torturados, e de denúncia, inclusive no Colégio Dois de Julho, que é um colégio presbiteriano, na época dirigido por Celso Dourado, e outras pessoas, estou falando de Celso, assim, como uma pessoa que se destacava. E muitas das reuniões e dos grandes eventos, da resistência contra a ditadura na Bahia, aconteceu no auditório do Colégio Dois de Julho, eu mesma, participei de algumas.

O reverendo Jaime Wright perdeu o seu irmão, Paulo Wright, que era um militante da AP, aquela entidade, às vezes o

pessoal dizia que era uma entidade Católica, mas não, era uma entidade ecumênica e política, tinha vários grupos, de várias religiões, de várias tendências. Paulo Wright foi professor de Sociologia, sociólogo, e teve uma militância muito densa, ele deixa de ser professor e vira pescador, ele

vai se misturar com os pescadores, com o povo, como ele dizia. E vai participar ativamente da oposição ao regime militar, e Paulo Wright foi sumido, até hoje o seu corpo não foi devolvido a sua família.

Tem um lindo livro, que vocês podem ler, de uma sobrinha dele, Lenora Wright, escreveu um depoimento sobre a vida de Paulo Wright, e como ele foi perseguido, torturado e sumido pela ditadura militar. O título do livro é “O coronel tem um segredo, Paulo Wright não está em Cuba”, porque na

época da repressão mais densa, ele foge para Cuba e se auto-exila em Cuba, ele recebe apoio lá, depois ele volta, ele volta como clandestino, aí foi a tragédia da morte mesmo, e do sumiço pela ditadura.

Esse projeto “Brasil Nunca Mais”, foi bancado pelo Conselho Mundial de Igrejas, pelo CMI, que é um conselho ecumênico, também fundado pelos protestantes, por católicos, que são observadores e da Igreja Ortodoxa, logo após a segunda guerra, a ideia era que ele fosse fundado antes da guerra, mas veio a guerra e os protestantes alemães mataram os protestantes anglicanos, e os católicos, também, mataram seus irmãos católicos, na segunda guerra mundial.

Bom, cessada a guerra, voltaram e reorganizaram o Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra. E este conselho, foi, de fato, o grande apoio para este

“Esse projeto “Brasil Nunca Mais”, foi bancado pelo Conselho Mundial de Igrejas, pelo CMI, que é um conselho ecumênico, também fundado pelos protestantes, por católicos, que são observadores e da Igreja Ortodoxa, logo após a segunda guerra, a ideia era que ele fosse fundado antes da guerra, mas veio a guerra e os protestantes alemães mataram os protestantes anglicanos, e os católicos, também, mataram seus irmãos católicos, na segunda guerra mundial”.

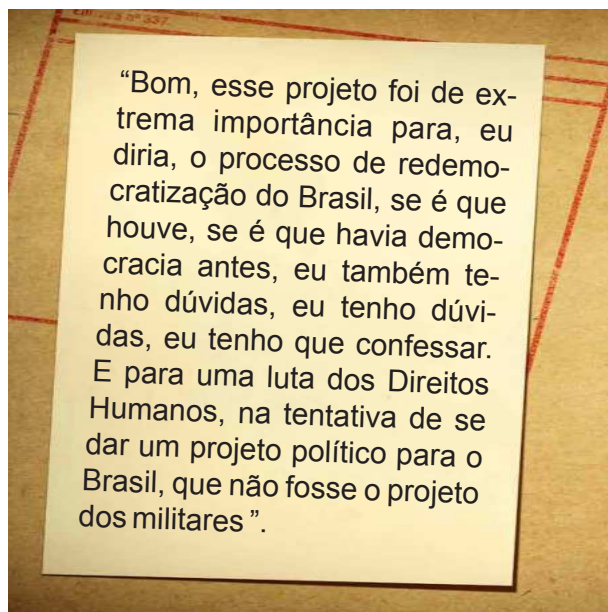
projeto “Brasil Nunca Mais”, não só do ponto de vista financeiro, porque eles bancaram financeiramente o projeto, mas apoiaram politicamente o projeto “Brasil Nunca Mais”. E junto com a Arquidiocese de São Paulo, a CESE, vários setores da Igreja Católica, setores ecumênicos, progressistas, e outros religiosos, e não religiosos, também.

Recentemente, o Conselho Mundial de Igrejas, devolveu ao Brasil, os processos que estavam lá. Zózimo está ali e eu digo isso, para ele, todos os dias: está em busca do seu historiador. Os documentos que o Conselho Mundial de Igrejas, devolveu para o Brasil, estão já no Brasil, não estão mais em Genebra, nem em Cuba.

Então, esse projeto, eles conseguiram juntar, milhares de processos, fazendo todo um levantamento da situação de cada preso e mandavam cópias para os Estados Unidos, para grupos de ecumênicos, também, militantes de Direitos Humanos, e também para Genebra, era uma forma de preservar essa documentação.

Bom, esse projeto foi de extrema importância para, eu diria, o processo de redemocratização do Brasil, se é que houve, se é que havia democracia antes, eu também tenho dúvidas, eu tenho dúvidas, eu tenho que confessar. E para uma luta dos Direitos Humanos, na tentativa de se dar um projeto político para o Brasil, que não fosse o projeto dos militares.

Quero citar Eliana Rolemberg, que foi durante muito tempo a secretária da CESE, e que foi presa política, e recebeu o apoio do Conselho Mundial de Igrejas. Existia um escritório, específico para refugiados, imigrantes e torturados em toda a América Latina. Recentemente, eu descobri um pesquisador uruguaio que, também, trabalha com a participação do Conselho Mundial de Igrejas na ditadura do Cone Sul, o mesmo projeto que foi apoiado no Brasil. E eu fiquei muito feliz, porque eu tenho tão poucos parceiros para trocar figurinha, e descobri esse uruguaio, que está



estudando, também, a participação desse conselho, do Conselho Mundial de Igrejas, no processo de oposição às ditaduras no Cone Sul.

Quero citar, também, o culto ecumênico que foi feito quanto da morte de Wladimir Herzog, que foi feito na igreja Católica, na catedral de São Paulo, com a presença do reverendo Jaime Wright, de um rabino, que foi depois, arrasado, Henry Sobel, Sobel, e esse rabino também foi um grande religioso, e Wladimir era judeu, por isso o culto foi ecumênico, com um rabino. E esse culto ecumênico, na morte de Herzog, foi considerado a grande manifestação pública contra a ditadura em São Paulo. E claro, que enquanto o culto acontecia, do lado de fora, o Exército estava aguardando os militantes. E foi o reverendo Wright, quem fez o sermão, por parte dos evangélicos.

Quero citar, também, Paulo Freire, que foi exilado na época da ditadura, e recebeu, também, o refúgio, no Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, e eu tenho quase certeza, que a obra e o pensamento freiriano, foram mais difundidos, na Europa, no resto do terceiro mundo, do que aqui no Brasil, exatamente, pela sua vinculação ao Conselho Mundial de Igrejas. E, Paulo Freire só retorna, claro, quando há o primeiro retorno dos anistiados, ditos anistiados, porque acho que tem uma discussão que a

gente precisa fazer, e quem foi buscá-lo no aeroporto, foram o reverendo Arns e o reverendo Wright, ele conta assim, de uma forma bem interessante.

Então, a Comissão Igreja e Sociedade, da Confederação Evangélica do Brasil, essa que eu falei dos cinquenta anos da reunião que aconteceu em Recife, da conferência em Recife. Esses jovens evangélicos ecumênicos, em sessenta e dois organizaram a Terceira Conferência Nacional para discutir os problemas brasileiros, não ficavam orando, batendo palma e dando glória a Deus, não. Eles estavam fazendo política, para a glória de DEUS, estavam fazendo política. E, organizaram quatro conferências, e essa de sessenta e dois, o título foi “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, isso era as vésperas do golpe de sessenta e quatro, você estava lá, não é, pois é. E vários conferencistas a nível nacional, entre eles o reverendo João Dias de Araújo, que fez uma belíssima conferência sobre “A revolução e o reino de Deus”. Se vocês quiserem ler, eu tenho elas todas, como documentos das minhas pesquisas.

E, eu escrevi, recentemente, já tive tempo, para dar a ele, para ele ler, um artigo que saiu na Federal do Maranhão, cujo título é “O reino de Deus e a revolução brasileira, um olhar protestante”. E nesse artigo eu faço uma análise comparativa, entre as concepções de revolução, a partir de Florestan Fernandes, que, também, esteve nessas conferências, não só Florestan, como Paul Singer, Sérgio Buarque, todos esses, Celso Furtado, todos esses grandes pensadores brasileiros, que pensaram o Brasil, estavam nessas conferências organizadas pela Confederação Evangélica do Brasil. E, um cavalheiro, que eu, também,

não posso esquecer, Richard Shaull, eu falei de um missionário que era pró ditadura, agora vou falar de um que era contra a ditadura.

O Richard Shaull, ele era presbiteriano, e foi, no meu entendimento, o grande mentor, intelectual, desses jovens presbiterianos, que se contrapuseram à ditadura. E Richard Shaull, foi proibido de voltar ao Brasil, ele saiu e disseram que ele era persona non grata, ele só volta ao Brasil, também, depois da reabertura política.

Bom, eu estou terminando, porque eu já falei demais, não é? Foi fechada a Comissão Igreja e Sociedade da Confederação Evangélica, os seus líderes foram presos, quero citar o nome de Valdo César, que era um jornalista e sociólogo do Rio de Janeiro, já citei outros tantos, não é? Vários jovens desapareceram, foram mortos, quero citar Maurício Dias, irmão do reverendo Zwinglio Mota Dias, que é professor na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Enfim, para concluir, eu diria que, há aproximações, muito fortes, entre esse setor protestante, que se opôs à ditadura militar, com os setores da Teologia da Libertação, que, também, se opuseram à ditadura militar. Então, há aproximações, muito fortes, muito densas, e eles, corroboraram, trabalharam juntos, tanto aqui na Bahia, quanto em nível nacional. Em Minas o Shaull, participava de vários estudos bíblicos, junto com o reverendo Josafá, que não é o presbiteriano, é o católico, que foi estudado, por aquele, Wellington Dias, lá da PUC de Minas.

Bom, eu diria que é isso, eu tenho

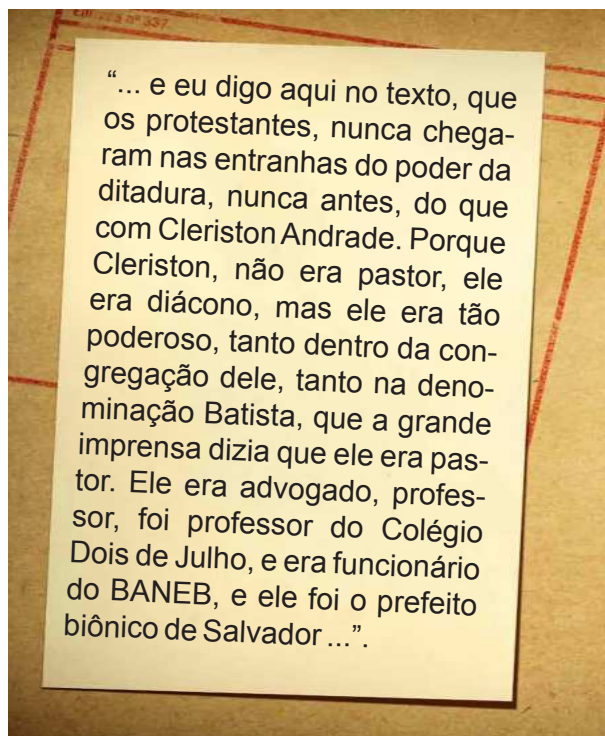
muito o que falar, mas já chega, eu já falei demais. Isso aqui é um livro, uma biografia de Jaime Wright, não fui eu quem escrevi, foi Derval Dasílio, “O pastor dos torturados”. É uma biografia, muito bem escrita, circunstanciada, que eu lhes recomendo e esse livro aqui, como eu falei, ele tem vários trechos, inclusive sobre a Igreja Católica e a ditadura na Bahia, os protestantes e a ditadura na Bahia, e os sindicalistas e a ditadura na Bahia, foi organizado pela EDUFBA e com organização de um jovem chamado Zachariadhes.

Não identificado - Professora, está sendo relançado agora. Esse mês ocorre o relançamento.

Elizete da Silva - Nós iremos fazer o relançamento, com um outro, esse relançamento que tem texto do Zozi, que tem texto de Charlene Brito, que é uma outra jovem pesquisadora, sobre os projetos desses presbiterianos ecumênicos, aqui em Feira. Grimaldo Zachariadhes, nós estamos contactando ele, para relançar, nesse evento que estamos organizando, lá na UEFS. E esse da CESE, é um relato denso dos quarenta anos da CESE “Ecumenismo e Cidadania”, que foi resultante de uma pesquisa, da professora Edilece Couto, do professor Muniz Ferreira e da professora Elizete, e deu nesse livro que é, uma produção da CESE, com o apoio de umas quinhentas pessoas, com o Governo da Bahia e do Conselho Mundial de Igrejas. Bom, é isso, e eu acho que já falei demais, e eu estou disponível para uma pergunta, de algo que não ficou claro, muito obrigada.

Pastor José Nery - Agradecemos a professora Elizete, pelo fantástico depoimento, e por suas pesquisas, porque muito contribui, aqui, para a Comissão da Verdade, mas ainda com ela, alguém gostaria de colocar questões, ou para a comissão.

Professor Mário - Professora, neste livro que está sendo relançado, agora, há um destaque na figura que substituiu Raimundo Brito, por ACM, é a figura do Pastor Cleriston Andrade, ele é a pessoa que vai



substituir na ascensão política, que depois é indicado ao BANEb, escolhido por ACM a ser candidato a governador da Bahia, mas morre tragicamente.

Elizete da Silva - É, é que a gente fala muito, e às vezes esquece. Cleriston Andrade, foi escolhido por ACM, para ser o prefeito biônico, e eu digo aqui no texto, que os protestantes, nunca chegaram nas entranhas do poder da ditadura, nunca antes, do que com Cleriston Andrade. Porque Cleriston, não era pastor, ele era diácono, mas ele era tão poderoso, tanto dentro da congregação dele, tanto na denominação Batista, que a grande imprensa dizia que ele era pastor. Ele era advogado, professor, foi professor do Colégio Dois de Julho, e era funcionário do BANEb, e ele foi o prefeito biônico de Salvador e depois, iria ser o candidato de ACM ao governo, quando ele morre, em um acidente, que ninguém entendeu até hoje, e que ACM disse que elegeu o poste, elegeu. Eu não vou dizer quem é o poste.

Pastor Eliabe - Queria dizer o seguinte, Cleriston, ele tem coisas positivas, por exemplo: O apoio que ele deu, aos jovens que romperam com a Igreja Dois de Julho, e fundaram a Igreja Batista da Graça, é um

exemplo, de que realmente ele deu apoio aos jovens que romperam com o pastor Ebenezer. E, além disso, ele, também, apoiava, muito, as igrejas menores, eu mesmo, por exemplo, sou testemunha do apoio que ele deu à Igreja Batista do Salvador, nós estávamos para perder os documentos, eu fui, o procurei e ele conseguiu o registro, não era toda igreja que tinha seus documentos. Eu acredito o seguinte, que ele tem esse aspecto, foi ele apresentado por Antônio Carlos, mas a gente não pode esquecer, também, os aspectos de apoio dele às pessoas que eram dissidentes no meio protestante. Eu estou falando no campo religioso, não coloquei o político.

Não identificado - Mas só no campo religioso.

Estudante de Direito da UEFS - Olá a todos, meu colega e eu, somos estudantes de Direito da UEFS, e nós estamos fazendo um artigo, fazendo uma comparação da ditadura militar no Brasil, e as Comissões da Verdade e o regime do Apartheid, na África do Sul. E as Comissões da Verdade na África do Sul, muitas delas até finalizam o trabalho, elaborando uma proposta de terceira via. Mas o que eu quero chamar a atenção aqui, foi o que a senhora nos trouxe, foi o apoio da igreja protestante, tanto há em alguns pontos, apoio e outros, apoiando os militantes contra a ditadura. e, a gente observou isso, também, na África do Sul, primeiro com a (...), do lado dos bois, eles fazendo votos contrários e do outro lado a Igreja Metodista a Igreja Anglicana, a Igreja Anglicana na África culminando com a presença do PRC (...) sendo presidida pelo bispo da Cidade do Cabo, da igreja Anglicana. Eu gostaria de saber, no final das contas, se existiu do mesmo modo, que aqui no Brasil, um apoio internacional dos grupos protestantes, tanto na

África do Sul, tanto na ditadura militar no Brasil? Essa é a nossa pergunta.

Elizete da Silva - Bom, o apoio internacional básico foi o Conselho Mundial de Igreja, em Genebra, e dos Estados Unidos. O reverendo Jaime Wright ele tinha ligações muito fortes, não só entre os presbiterianos, mas com grupos de Direitos Humanos. E Jimmy Carter, na época, um dos ativistas dos direitos humanos, chega a vir ao Brasil, com embaixadores, enfim, com o pessoal da diplomacia norte-americana, também, em favor dos torturados. E, aí, estou me lembrando de Zuzu Angel, que o filho dela, que foi cantado, lindamente, e ela, “Quem é essa mulher”? vocês lembram dessa música, de Chico Buarque? “Chora sempre o mesmo pranto, o mesmo lamento, a mesma dor”. É porque vocês agora só ouvem aquelas músicas que não devem, mas eu não vou falar delas agora, não. Ouça Chico Buarque, cantando Zuzu Angel e seu filho morto pela ditadura.

Ele era filho de um cidadão norte-americano, marido dela, e ela vai atrás desse pessoal, que vem exatamente neste momento, dessa campanha que o “Brasil Nunca Mais”, esses grupos ecumênicos, estão fazendo nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo que o pentágono, Washington, vamos falar assim, deu apoio, mandou torturadores para ensinar aos brasileiros como torturar, não só ao Brasil, como ao Cone Sul, havia nos Estados Unidos, dentre as organizações civis, da sociedade civil, vários grupos de direitos humanos, que também estavam na campanha contra a ditadura no Brasil, e, aí, estou falando de Jimmy Carter.

Em relação à África do Sul, o bispo

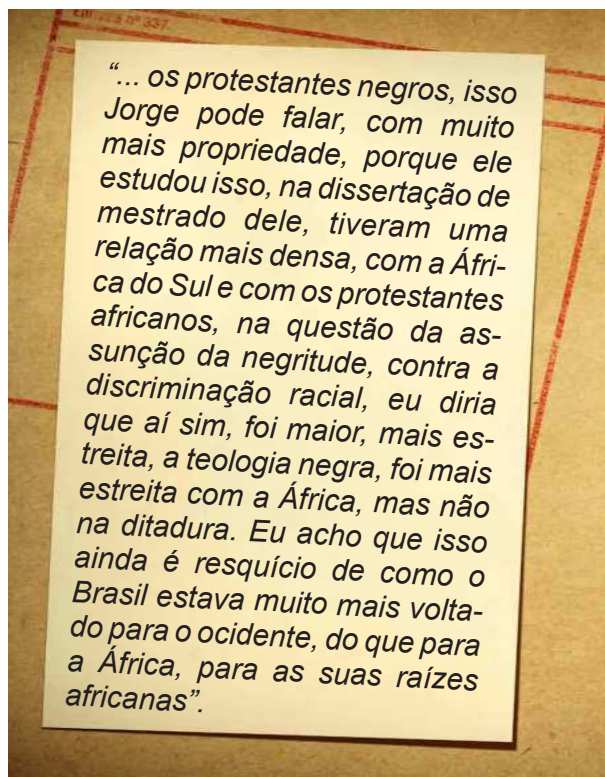
“... Ao mesmo tempo que o pentágono, Washington, vamos falar assim, deu apoio, mandou torturadores para ensinar aos brasileiros como torturar, não só ao Brasil, como ao Cone Sul, havia nos Estados Unidos, dentre as organizações civis, da sociedade civil, vários grupos de direitos humanos, que também estavam na campanha contra a ditadura no Brasil, e, aí, estou falando de Jimmy Carter”.

Tutu, Desmond Tutu, ele ficou gravado em uma música de Gilberto Gil, Salvei o Bispo Tutu, que as pessoas às vezes confundem, que é um reverendo Anglicano, da igreja Anglicana e um grande militante político. O reverendo Tutu, o Bispo Desmond Tutu, ele tem acesso aos grupos, mais vinculados à igreja Anglicana, episcopal Anglicana, aqui. Eu, diria, que a militância, o apoio que ele dá, é muito mais institucional, mas circula aqui, também, com o movimento negro.

Mas eu diria que, os protestantes brasileiros, se relacionam muito mais, com os protestantes europeus e norte-americanos, do que com os protestantes africanos. Mas há alguns estudos, isso posso te passar depois, inclusive de um rapaz, que fez, recentemente, uma tese de doutorado, e que foi Jaque vocês conheceram Jaque, na UEFS? Um professor de História, e foi Jaque, um dos tutores dele, de orientação. Então, os vínculos são mais, eu diria mais institucionais, mais simbólicos com a África, de fato efetivo, de luta política e de militância, mais com a Europa e com os Estados Unidos.

Agora, fico feliz, pelo trabalho de vocês, apareçam lá no seminário, vocês vão gostar. Tem muita coisa para se discutir, vocês são alunos de Darlington? De Ciência Política? É que Darlington tem uns alunos de Direito, de vez em quando, ele me fala dos alunos, fala bem. Darlington é o nosso colega, aqui, professor do CHF, que trabalha com Ciência Política.

Agora, os protestantes negros, isso Jorge pode falar, com muito mais propriedade, porque ele estudou isso, na dissertação de mestrado dele, tiveram uma relação mais densa, com a África do Sul e com os protestantes africanos, na questão da assunção da negritude, contra a discriminação racial, eu diria que aí sim, foi maior, mais estreita, a teologia negra, foi mais estreita com a África, mas não na ditadura. Eu acho que isso ainda é resquício de como o Brasil estava muito mais voltado para o ocidente, do que para a África, para as suas raízes africanas.



Não sei se lhe respondi, mas eu vou lhe passar, os textos do africano, depois.

Jairo Cedraz - Eu cheguei com um atrasinho, mas eu queria falar que, eu já fui integrante da igreja presbiteriana, na época da ditadura militar. Eu era da igreja Presbiteriana, entre as denominações evangélicas, da igreja tinha a Pentecostal, a Batista e a Presbiteriana. O embargo político era forte na Presbiteriana, tanto que eu saí, mas eu morava em Mairi, eu saí de lá - uma quantidade enorme de leite em pó, da Aliança para o progresso, a Aliança para o Progresso teve uma ação muito forte pelo Brasil, através das igrejas evangélicas, principalmente pela Presbiteriana - uma informação que deve ser levantada, quando cheguei, a Igreja Presbiteriana de Feira de Santana, a igreja estava abarrotada de caixas de leite em pó, aí eles pararam de fazer a distribuição, parece que estavam esperando uma orientação para fazer a distribuição. (...) e durante o culto, o pastor pedia para todos os membros votarem na ARENA, eu não aceitava isso não, tanto que fui afastado da igreja, fui expulso da igreja. Houve uma briga enorme lá, pelo controle do presbitério (...) o empresário

mais influente da Igreja Presbiteriana era Pedro Paulo, era meu parente, na época foi ele quem trouxe Josué Melo para Feira de Santana. (...) A igreja presbiteriana, na época da ditadura, era mais atuante aí quem conhece a história de Josué Melo, já sabe (...)

Agora, só para fazer a referência (...) lembro aqui, uma coisa que ocorreu também que não era somente esse vínculo com a Igreja Presbiteriana, na Aliança para o Progresso, a Igreja Católica, aqui, também, a igreja dos capuchinhos, distribuía quase que diariamente e os batistas também.

Elizete da Silva - Bom, Jairo é vivendo e aprendendo. Eu não sabia que você era da Igreja Presbiteriana não, você sempre dizia que era. Você vai se transformar, em meu sujeito de estudo, eu não sabia.

Jairo Cedraz - Josué Melo, estive lá em casa, eu fui e meus irmãos, todos, me acompanharam.

Elizete da Silva - Eu sabia de Marinalva Lopes, nossa colega lá na UEFS, que também saiu da igreja que era da época. Bom, em relação à Aliança para o Progresso, você tem toda a razão. Nas pesquisas que nós fizemos, tanto aqui em Feira, como na Bahia, em geral, e no resto do Brasil, os meus colegas, essa Aliança para o Progresso, era um programa dos Estados Unidos na guerra fria, sim. Para diminuir, o que eles diziam a miséria que se vivia, aqui, nas camadas mais empobrecidas da sociedade, para não virar Cuba, era um projeto do governo dos Estados Unidos. Na área de educação também. Eu falei, na primeira fala que eu fiz

Não identificado - Esse programa do leite, ele vem, anterior à ditadura, anterior a

sessenta e quatro, ele já existia, o programa. Com esse objetivo.

Amábilia Almeida - Talvez eu quisesse até dar um depoimento. Quando eu decidi, que queria vir trabalhar pela Comissão da Verdade, junto a Feira de Santana, meu pensa-

mento inicial, é que eu deveria ter uma solidariedade, foi o meu primeiro pensamento, com os companheiros de militância política, do meu marido que eu, já uns, Sinval eu já conhecia, mas de nome assim, eu já conhecia, por ele citar tanto; Hosannah e Celso Pereira, falava também, esse nome não me era familiar, lides. Mas ao vir a Feira de Santana, eu quero dizer a vocês, que conheci, além desses companheiros, aprofundi o conhecimento, além desses companheiros, umas figuras assim extraordinárias,

conheci muito pouco, na comissão, o pastor João Dias de Araújo, ele logo se foi, o padre Albertino, eu já o conhecia, mas foi muito bom, aprofundar mais esse conhecimento. Wilson Mário foi uma figura, assim, que eu não conhecia, mas me surpreendeu, bastante, pelas contribuições que sempre trouxe à comissão, ao grupo de trabalho de Feira de Santana, sempre presente, sempre muito investigativo, sempre trazendo coisas novas e querendo que esta comissão, aprofunde mais o seu trabalho, porque isso corresponde a este anseio do jornalista.

Depois vem essa figura aqui, Jorge Nery, para ficar no lugar do pastor João Dias. Mas umas das coisas mais gratificantes para mim, além de toda essa história que eu passei a conhecer, dessas figuras que foram, todas, aqui, citadas, e que prestaram depoimentos em Feira de Santana, sem dúvida alguma, eu não sei se é porque Feira

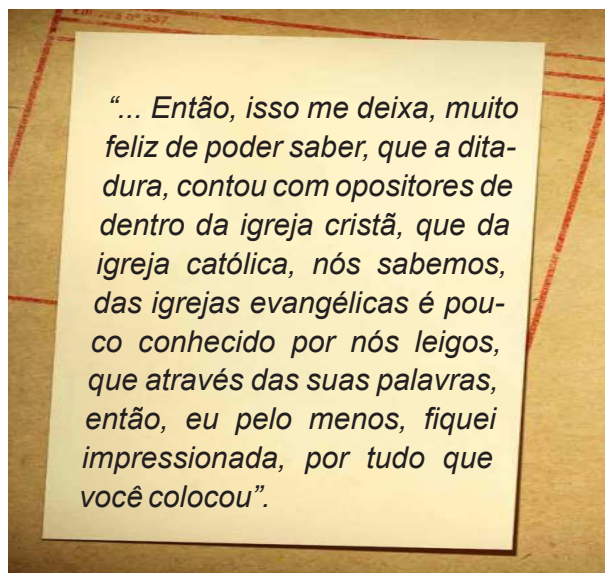
“Nas pesquisas que nós fizemos, tanto aqui em Feira, como na Bahia, em geral, e no resto do Brasil, os meus colegas, essa Aliança para o Progresso, era um programa dos Estados Unidos na Guerra Fria, sim. Para diminuir, o que eles diziam a miséria que se vivia, aqui, nas camadas mais empobrecidas da sociedade, para não virar Cuba, era um projeto do governo dos Estados Unidos”.

de Santana teve realmente, uma história assim, muito localizada, em virtude da resistência, de tudo que se sofreu aqui, em função da prefeitura de Chico Pinto. Mas foi muita gente, que nós ouvimos e que nós, então, pudemos perceber o envolvimento e a participação.

Eu conhecia, eu conhecia não, eu conheço Celso Dourado, da nossa trajetória dessa luta pela Anistia, que era o que eu sempre dizia assim, olha Celso, o Colégio Dois de Julho, foi, assim, um ponto de resistência à ditadura militar, pelo espaço que você pôde abrir para que a gente pudesse trilhar o caminho da luta pela anistia. E ele sempre retrucava: “E você também, na Escola Experimental, o Congresso da Anistia foi realizado, uma parte no Colégio Dois de Julho e uma parte na Escola Experimental.

Mas eu só conhecia da resistência da igreja cristã, através desse conhecimento de Celso. Mas hoje, ouvindo a professora Elizete, que traz essa palavra, tão esclarecedora, baseada nos seus estudos, nas suas pesquisas, a fala também, do Jorge Nery, que trouxe esclarecimentos, do outro representante da igreja.

Então, isso me deixa, muito feliz de poder saber, que a ditadura, contou com opositores de dentro da igreja cristã, que da igreja católica, nós sabemos, das igrejas evangélicas é pouco conhecido por nós leigos, que através das suas palavras, então, eu pelo menos, fiquei impressionada, por tudo que você colocou tanto que eu anotei e estou levando para a Comissão da Verdade, desta biografia que você trouxe, para que seja adquirida e sirva para o trabalho da comissão técnica, que está junto à Comissão da Verdade, a sua fala foi muito boa, muito esclarecedora, principalmente para mim, que sou tão leiga deste assunto, mas que agora passo a ver os evangélicos que lutaram e participaram, principalmente os que participaram, como você que vem trazendo o conhecimento de toda essa luta, de toda essa história. Então, eu passo a respeitar muito mais, e admirar, as igrejas



evangélicas, principalmente o que elas têm, o seu trabalho pela luta e defesa dos Direitos Humanos, que é isso que nós queremos e é essa verdade que nós buscamos, parabéns professora.

Elizete da Silva - Eu sou do tipo que acha que livros tem que ser dados a todos, não deveria ser propriedade privada, desde que eu era menina eu penso isso. Estes livros, eles já estão bem riscados, são coisas das minhas leituras, mas eu acho que a CESE deveria doar, ela deve ter esse material, a EDUFBA também, e esse aqui é do Rio, o rapaz eu posso contactar, só que esse daqui acabou, não tem mais, estão querendo fazer uma segunda edição, eu já autorizei, mas o dinheiro não chegou ainda do (...) só em março, mas a gente vai tentar ver, eu posso fazer essa bibliografia e passo para Jorge, para ele passar para vocês.

Mas só queria dizer que tem jovens, outros na UEFS estão estudando, o menino perguntou pelo Capelão, eu chamo ele de menino porque o conheço desde pequeno. Tem um na UEFS, o Diego, que está estudando essa figura do Capelão. Acho que brevemente nós vamos ter acesso a mais conhecimento e no meu entendimento, a Comissão da Verdade, ele é muito importante, professora, eu me lembro da senhora jovem atuante, e fico muito honrada de estar aqui hoje com a senhora. E Sinval, eu, também, lembro dele, desde

menina quando eu era da UEFS, e sei da luta deles, de vocês todos, que foram daqui, da resistência em Feira de Santana e dizer que, a UEFS enquanto universidade, tem obrigação de fazer isso, eu não estou fazendo nada, além da minha obrigação, muito obrigada.

Não identificado - Queria aproveitar, para fazer um registro, que ontem dia quatro, completou quarenta e cinco anos da execução de Carlos Marighella. A morte de Carlos Marighella é importante, de um militante político, que se opôs ao golpe, que lutou, que resistiu, mas que, infelizmente foi executado, para que os jovens possam pesquisar e conhecer o trabalho e a ação desse militante político.

Terezinha Menezes - São três pontuações bem rápidas. Uma é que eu tenho cópia do teu livro e acho que ela é importante para mim, mas acho que é muito mais importante para a Comissão da Verdade. O outro é que agora, dia seis, vai ser realizado, lá no teatro Castro Alves, um show em benefício da CESE e dos projetos sociais que ela desenvolve, então se alguém daqui estiver indo para Salvador, dia seis, às vinte e uma horas, os ingressos já estão à venda, e era bom contribuir com uma entidade que tanto contribuiu pela nossa liberdade, pela nossa organização, pela nossa realização enquanto políticos, sobretudo enquanto cidadãos. E o terceiro, em relação a Elizete, você falou desse uruguaio, que está fazendo alguns trabalhos, a gente sabe, da articulação toda, que foi feita na época da operação CONDOR, a gente sabe da Comissão da Verdade, também, buscando a questão da revisão, da Lei da Anistia, talvez fosse bom, você que tem essa relação acadê-

mica lá, ver esses outros estudos que existem, inclusive, de como foi feito, nesses outros países para revisão dessa anistia, dessa Lei da Anistia que temos aí, uma articulação, não especifica Lei da Anistia, quando você falava aí, eu lembrava de uma música que tem dedicada a Camilo Torres,

um revolucionário que foi morto, uma pessoa que muito influenciou, também, na minha formação. Mas enfim, como é essa articulação a nível Latino-americano, para que a gente, também, não só conheça, mas veja as formas de contribuir para os avanços com os avanços que eles conseguiram.

Amábíla Almeida - Eu quero dizer, professora que o papel das igrejas, na ditadura militar, é um

dos temas do relatório, eu acho que o relatório agora, ele vai se enriquecer mais, porque nós vamos pegar essa fita gravada e juntar com os depoimentos que tivemos em Salvador, mas eu posso lhe dizer que seu depoimento é, realmente, muito enriquecedor. O nosso capítulo, que é o professor Joviniano quem está responsável, por este capítulo, a igreja, certamente vai ser um capítulo muito rico, em função do que acabamos de ouvir e do material que você, então, está oferecendo.

Pastor Jorge Nery - Então, eu quero agradecer a professora, Doutora Elizete, pela valiosíssima contribuição que traz aqui à Comissão da Verdade, por sua biografia, por sua condição de docente, que fez resistência também, e principalmente pelas pesquisas, que tem nos ajudado muito, a perceber, em se tratando do golpe civil-miliár, as relações ambíguas do protestantismo nesse momento histórico.

“... mas enfim, como é essa articulação (para revisão da Lei da Anistia em outros países) a nível Latino-americano, para que a gente, também, não só conheça, mas veja as formas de contribuir para os avanços com os avanços que eles conseguiram.”.

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

09 de fevereiro de 2015

Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação

Campo Grande, Salvador - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA
09 de fevereiro de 2015 - Sede da CEV-BA, Palácio da Aclamação
Salvador - Bahia



DEPOENTE:
JOSÉ ANTÔNIO DE CARVALHO

***José Antônio de Carvalho**

Joviniano Neto – O que se tem comprovação é que documentos públicos foram queimados em um espaço público. Onde documentos ligados à ditadura foram queimados dentro de espaço público: esse que é o ponto de controvérsia e é o ponto de interesse. Nós sabemos que Diva Santana e que você tiveram papel importante na localização e na recuperação de alguns desses papéis. Esse que seria o depoimento. Como é que você soube? Você pode falar à vontade, contar a história toda. E depois lhe faço algumas perguntas daquelas minhas chatas. Como é que você entrou nessa história? Como é que você soube da existência desses papéis?

O baiano José Carvalho foi militante estudantil em São Paulo, onde ficou entre os anos de 1976 e 1982, não chegou a ser preso, mas era vigiado. De volta à Bahia, em julho de 1982, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi membro do diretório estadual e da executiva por dois mandatos. Já era membro do Grupo Tortura Nunca Mais, quando recebeu uma denúncia de que alguns documentos que contavam um pouco da história do período do regime militar e que continham o carimbo com a sigla DOPS estavam sendo queimados na Base Aérea de Salvador. A denúncia tornou-se pública por meio de uma matéria de televisão, levando o Congresso a constituir uma Comissão Parlamentar para apurar o ocorrido.

**Texto não revisado pelo depoente.*

José Carvalho – Bom, é preciso fazer um resgate da época para poder trazer a verdadeira situação de como a gente ficou sabendo da ação de queima dos papéis lá na Base Aérea. Na época eu trabalhava como assessor parlamentar do deputado federal Daniel Almeida e era membro, era não, era e sou membro do Grupo Tortura Nunca Mais até hoje. Em 2004, um pessoal procurou o deputado Daniel Almeida com um envelope contendo alguns papéis que eram alusivos à época do regime militar. Esse pessoal estava trabalhando no desmanche de uns hangares lá na Base Aérea. Ele chegou com esse envelope e procurou o deputado...

Joviniano Neto – Você falou ele. Era uma pessoa?

José Carvalho – Não, eram duas pessoas. Chegaram com esse envelope, procuraram o deputado lá na sede do partido e dizendo que eles estavam trabalhando no desmonte desses hangares e que tinham percebido várias vezes um trator passava carregado de caixas e jogavam lá numa rampa que é usada para troca de óleo, reparos de automóveis, e tocavam fogo. Eles foram até lá e colheram alguns papéis desses e trouxeram.

O deputado olhou e pediu que me procurasse: “procure José Carvalho lá no meu escritório porque ele é do Tortura, porque eu acho que o Tortura tem interesse nesses papéis aí porque é relativo ao período da ditadura”. Bom, eles chegaram lá no escritório com esse envelope. Eu manuseei alguns dos papéis, percebi que tinham um carimbo com a sigla DOPS. Nos papéis que eles trouxeram não consegui identificar ninguém conhecido, mas parecia que era identificação de pessoas.

Aí eu disse a ele que a gente tinha interesse sim. E que a gente podia fazer uma denúncia pra dizer que estavam sendo queimados papéis que contavam um pouco da história do período do regime militar. Só que eu disse a eles que precisava ter uma comprovação de como era, se era mesmo lá e como é que esses papéis chegaram nas mãos deles. E eles disseram o seguinte: “tudo bem, a gente tá lá trabalhando e se você quiser ir com a gente, a gente entra na Base, entra e sai, eles não estão mais fazendo a revista, você pode ir como uma pessoa que tá no grupo de trabalho nosso”.

Eu combinei com eles e depois marcamos e nos encontramos e seguimos nesse dia pra Base. Passamos pela portaria, e eu dentro do carro como se fosse um trabalhador deles, entramos lá, eles foram pro local

do trabalho deles e indicaram mais ou menos onde era o local que estavam queimando; aí disfarçadamente saímos caminhando e chegamos lá na rampa. E na rampa, dessas conhecidas normais que o carro sobe e fica em cima, lá no final da rampa tinha um canto que inclusive ainda estava saindo fumaça de papéis que estavam sendo queimados. Eu futuquei, tinha na época um celular Nokia, ainda tirei umas duas ou três fotos deles, dos papéis queimados, peguei alguns exemplares, que até hoje eu guardo, dos papéis queimados e botei dentro do saco e disse que

eu precisava sair com eles. Aí o pessoal botou no carro deles e, em seguida, a gente saiu como se fossemos na rua e eu saí com um saco plástico com esses papéis dentro.

Logo em seguida, fizemos uma reunião do Tortura Nunca Mais pra eu apresentar os papéis e dizer como eles tinham chegado até a gente e pra saber o que é que a gente poderia fazer... Isso, depois de muita discussão, a companheira Diva Santana fez o contato com Washington que trabalhava na TV Cultura, na TVE. E nós fomos até Washington apresentar esses papéis. A gente tinha dificuldade de fazer uma denúncia aqui

porque as televisões, a imprensa, eles iriam querer saber de muita informação e não ia dar a repercussão que a gente queria que houvesse. Então Washington se comprometeu a fazer um contato com um colega dele. Fez esse contato. Esse colega dele eu não vou dizer o nome...

Joviniano Neto – Diva falou já (risos).

José Carvalho – Diva falou? Se já falou... (risos). Pediu que a gente enviasse uma mostra dos papéis. Nós tiramos xerox e mandamos. Passado um tempo ele fez um novo contato com o rapaz da TV Cultura e disse que a Globo tinha se interessado. Só

“Chegaram com esse envelope, procuraram o deputado lá na sede do partido e dizendo que eles estavam trabalhando no desmonte desses hangares e que tinham percebido várias vezes um trator passava carregado de caixas e jogavam lá numa rampa que é usada para troca de óleo, reparos de automóveis, e tocavam fogo. Eles foram até lá e colheram alguns papéis desses e trouxeram. O deputado olhou e pediu que me procurasse: ‘procure José Carvalho lá no meu escritório porque ele é do Tortura, porque eu acho que o Tortura tem interesse nesses papéis aí porque é relativo ao período da ditadura’”.

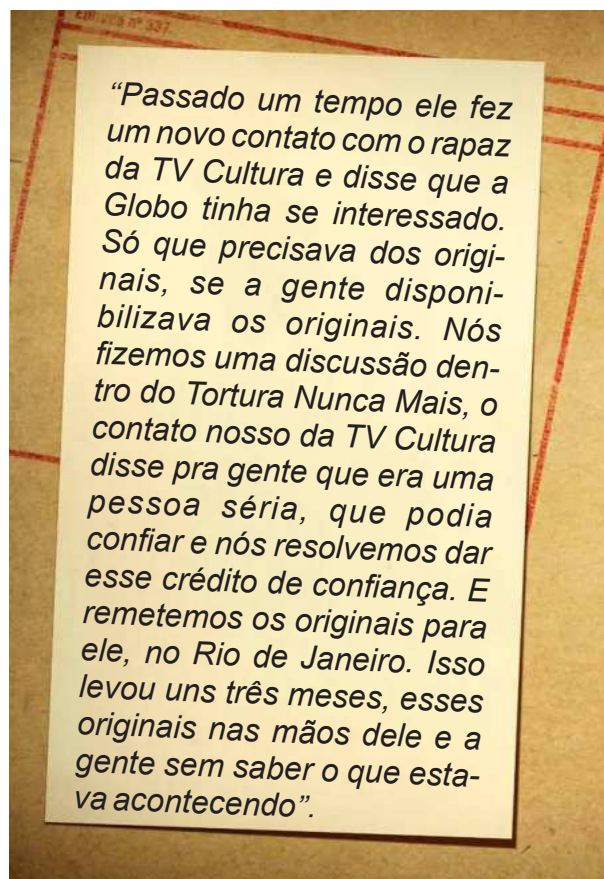
que precisava dos originais, se a gente disponibilizava os originais. Nós fizemos uma discussão dentro do Tortura Nunca Mais, o contato nosso da TV Cultura disse pra gente que era uma pessoa séria, que podia confiar e nós resolvemos dar esse crédito de confiança. E remetemos os originais para ele, no Rio de Janeiro. Isso levou uns três meses, esses originais nas mãos dele e a gente sem saber o que estava acontecendo. Não saía denúncia, não saía nada e a gente sempre perguntando... A gente sempre perguntando ao nosso contato aqui na Bahia o que é que aconteceu? Depois desse período, mais ou menos três meses, eles devolveram os papéis que nós tínhamos remetido e disseram que a emissora iria fazer a denúncia e que ia mandar uma pessoa aqui na Bahia. E que essa pessoa também ia tentar entrar na Base Aérea. Essa pessoa veio e nos procurou. Nós dissemos mais ou menos a ele o que era que estava acontecendo de onde aqueles papéis foram tirados. Eu desenhei um mapa da Base Aérea, mais ou menos depois que ele entrava na Base Aérea como ele fazia para chegar nessa rampa e aí ele tomou as providências de entrar na Base. Nesse mesmo período a gente chegou a marcar uma audiência com o comandante da Base, senhor Narcélio, para tratar de outros assuntos, mas o objetivo principal era que a pessoa ia entrar. A gente se dirigiu para a audiência com o comandante...

Joviniano Neto – Você lembra o nome dele?

José Carvalho – De quem?

Joviniano Neto – Do comandante da Base.

José Carvalho – Narcélio. Inclusive, quando nós chegamos a ele, ele disse que era baiano da cidade de Jequié, nos atendeu. Disse que estava buscando informações ainda de algumas pessoas da Bahia que eram desaparecidas ou que foram perseguidos. E esse rapaz da Globo, ao chegar lá na Base, entrou na Base, seguiu outro caminho e a gente foi para essa audiência com o comandante. Uma audiência que levou mais ou menos uma hora, uma hora e meia de conversa. Nós saímos da Base e depois ele confirmou que tinha conseguido chegar, que fez as filmagens todas, tal e que a gente aguardasse. Foi outro



período de espera, ficamos lá por volta de dois meses até sair a denúncia no Fantástico. Não disse a data precisa quando foi no, se não me engano, foi no início de dezembro...

Chico Ribeiro – Dezembro de que ano?

Joviniano Neto – Não é 2004?

José Carvalho – Dezembro de 2004. Aí saiu a matéria no Fantástico, inclusive com as filmagens, com a filmagem da rampa, dos papéis queimados...

Joviniano Neto – Como é que tava? Ainda tinha papel queimado ou ele levou pra lá?

José Carvalho – Quando ele teve lá ainda tinha indícios de que ali foi queimado papel, não tinha mais papel queimado nas filmagens. Bom, a repercussão foi a nível nacional, os meios de comunicação todos começaram a procurar informação. Imediatamente após a denúncia, o Congresso constituiu uma Comissão Parlamentar para vir à Base pra ir ao local que saiu na reportagem. E logo na semana seguinte à denúncia do Fantástico,

acho que na sexta-feira, a denúncia saiu no domingo, na sexta-feira chegou aqui à Bahia uma comissão composta pelo deputado Daniel Almeida, deputado Luiz Alberto e o deputado, que não é mais deputado hoje, é ex-deputado, João Almeida.

Joviniano Neto – E Nilmário Miranda não veio também não?

José Carvalho – Nilmário não veio. Nilmário foi só informado. É, nessa vinda da Comissão Parlamentar na Base, a Base deu acesso aos parlamentares e não queria dar acesso nem à imprensa e nem a outras pessoas. Inclusive eu estava lá acompanhando eles. Foi negociado e terminamos entrando também na Base. Depois de conversar com o comandante, os deputados foram levados até ao local, essa rampa. Ao chegar novamente na rampa, não tinha mais fragmento de papel queimado, tinham limpado a rampa, estava toda limpa. Tinham jogado as cinzas ao lado da rampa, bem, tinha muita cinza, papéis assim esturricados, pretos, mas não tinha mais papéis queimados. E distante da rampa, para a nossa surpresa, foi identificado um monte de papel, uma pilha de papel mais ou menos da altura de um metro que estavam com uns pedaços de madeira em cima, acho que pro vento não levar. Que acho que estavam prontos ali para serem incinerados também. Só que aqueles papéis que estavam queimados ou que estavam ali pra serem queimados, a gente olhou, investigou, já eram papéis que não tinham muito a ver com os que a gente tinha pego antes, mas tava lá uma pilha de papéis

Joviniano Neto – O que é que tinha nesses papéis?

José Carvalho – Tinha muito operações deles, ocorrência de trabalho, escala de

trabalho, essas coisas todas. A gente não pode mexer porque eles não permitiram, mas como eles estavam empilhados você ficava olhando. Se tinha alguma coisa, estava por baixo e nós não pudemos mexer. A comissão isolou a área e requisitou que esses papéis fossem recolhidos pela Polícia Federal para ser levado a Brasília. A partir daí, a gente ficou acompanhando o trabalho da comissão, notificamos inclusive na época o ministro Nilmário Miranda para acompanhar essa leva de papéis e pedindo apuração por parte dos órgãos competentes para que apurassem a queima dos documentos.

A Base Aérea negou que houvesse queima de papéis. Havia uma investigação para apurar que não sei qual foi o resultado, pela imprensa fiquei sabendo que ela disse que aqueles papéis não foram queimados lá. O resultado da Comissão Parlamentar também nunca se chegou ao conhecimento, não sei qual foi o resultado.

E os papéis que foram recolhidos foram isolados com a fita e tal e foram recolhidos esses papéis também a gente nunca soube o paradeiro deles, onde estão, o que foi feito, e o que realmente tinha naqueles papéis. Nós temos até hoje ainda alguns fragmentos dos que foram queimados. Nesses fragmentos dá pra identificar algumas pessoas que eram perseguidas, que foram perseguidas pela ditadura. A gente cobra até hoje uma conclusão disso porque é a história do país que tá ali, pode até ajudar em alguns esclarecimentos de pessoas que permanecem desaparecidas.

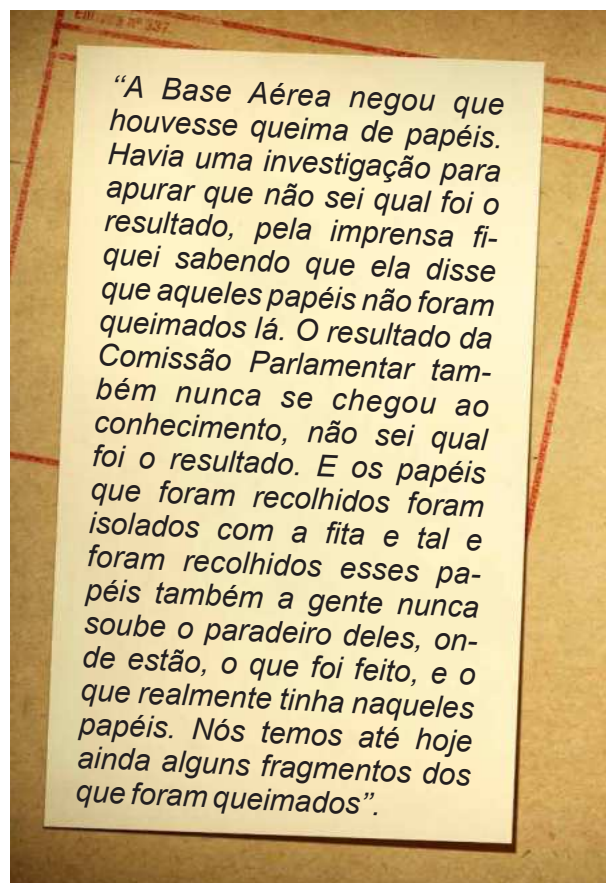
E o que sei é que, logo após esse episódio, o comandante daqui foi transferido. E a partir daí as pessoas que levaram esses documentos pra gente se sentiram perseguidas, seguidas. Inclusive a pessoa que estava

trabalhando no desmanche do hangar nos procurou por diversas vezes, dizendo que tinham ido na casa da mãe dele, na casa dele, que tinha um carro que ficava fazendo campana na porta da casa dele, chegou a mudar de Estado. Pediu proteção à gente, enfim, é um pouco da história desses papéis queimados e a minha participação. Eu estive lá duas vezes. Entrei antes da denúncia e entrei depois da denúncia pra poder acompanhar de perto e também ajudar eles nos esclarecimentos.

Joviniano Neto – Agora vem as perguntinhas... a primeira coisa que você trouxe que ainda nós não tínhamos ainda a ideia que é a questão do lapso temporal, o tempo que aconteceram as coisas, que foi bem maior do que eu estava pensando. Uma informação também que eles tinham percebido um trator que passava carregado de caixas, é possível que esse trator tenha levado muitos documentos. Essa é a primeira coisa. Esse é um dado novo. O tempo de espera entre uma coisa e outra, a primeira ida de você lá e a ida do pessoal da Globo passou de dois a três meses?

José Carvalho – Passou mais. Nós recebemos esse pessoal mais ou menos no início do ano de 2004, no fim de janeiro, não sei precisar praticamente. Basicamente no mês de março que chegou ao nosso conhecimento a queima daqueles papéis. Entre a chegada desses papéis na nossa mão e a minha ida lá pra checar de onde saíram aqueles papéis e comprovar a queima, foi o mês de março inteiro. Depois disso, a gente levou um tempo aqui, o Tortura discutindo e debatendo e como fazer a denúncia e proteger as fontes foi também um período de uns 30 dias que a gente ficou buscando uma forma de fazer a denúncia e que não comprometesse as pessoas que trouxeram até a gente essas informações, foi quando entrou o nosso contato aqui na Bahia, que era da TV Cultura, que também não foi uma coisa rápida, não. Ele fez o contato com o colega dele, jornalista, que pediu que a gente remetesse os documentos.

Então esse período aí, decidir mandar os documentos pra lá pro Rio e devolver, levou aí uns 90 dias. E depois a gente viu que na



reportagem do Fantástico eles consultaram especialistas, historiadores, pessoas que trabalham com preservação para ver a autenticidade dos documentos e só fizeram a denúncia quando tiveram certeza que aqueles documentos eram autênticos. Saíram os depoimentos dessas pessoas que fizeram esse trabalho de identificação dos papéis, para comprovar a autenticidade, e depois que eles devolveram os documentos levou aí uns 60 dias para poder chegar a pessoa aqui pra entrar na Base novamente e aí fez o trajeto todo, filmou a rampa, não tinha mais papéis queimados, mas filmou como a gente tinha detalhado, como foi que a gente tinha conseguido pegar esses papéis.

Joviniano Neto – Isso significa que de março a dezembro, como saiu no noticiário, demorou...

José Carvalho – Foram uns oito meses, mais ou menos.

Grimaldo Carneiro – A documentação que está preservada lá no Tortura Nunca Mais é aquela que vocês mandaram pro Fantástico e

que eles depois devolveram?

José Carvalho – É, sim.

Chico Ribeiro – Você falou que alguns fragmentos contêm alguns nomes. Você lembra de alguns nomes?

José Carvalho – Assim agora, aqui não.

Joviniano Neto – Tem aquela moça que era do Sindicato dos Bancários...

José Carvalho – Tem alguns nomes conhecidos, tem uma matéria sobre Dom Timóteo, tem algumas pessoas do movimento contra a carestia, pessoal de sindicatos. Dom Avelar Brandão Vilela está naqueles papéis, citam ele também.

Joviniano Neto – Você diz que tirou fotos, pegou alguns exemplares e tirou fotos pelo celular; essas fotos ainda existem?

José Carvalho – Não, na época os celulares que tiravam fotos não tinham a tecnologia que tem hoje. Vinha muito pequena no celular. Tirei do monte que estava saindo fumaça, duas ou três fotos.

Joviniano Neto – Mas você não teve como preservar?

José Carvalho – Não.

Joviniano Neto – Depois disso, nós soube-mos que houve um parecer dizendo que os papéis queimados não tinham sido queimados na Base Aérea e outro parecer dizendo que tinham sido queimados lá. Você tem ciência desses dois?

José Carvalho – Tive conhecimento pela imprensa, oficialmente nenhuma. Inclusive, o Tortura oficiou aos órgãos pedindo informação, mas a gente não recebeu resposta.

Agora, pela imprensa foi divulgado pela Base Aérea que aqueles papéis não foram queimados lá. Que alguém queimou fora e levou pra lá. É uma história um pouco controversa. Depois a gente soube pela mesma imprensa que tem um que atesta que os papéis foram queimados lá. Oficialmente, a gente não tem resposta de nenhuma desses dois pareceres.

Joviniano Neto – Teria que localizar quem deu esses dois pareceres na documentação. A primeira coisa é que pode ter havido muito mais papéis queimados, já que era um trator que levava.

José Carvalho – Era uma carrocinha puxada por um trator, segundo relato deles. Eu não cheguei a ver, mas o pessoal que trouxe o documento disse pra gente que eles perceberam foi pelo movimento de queima, toda vez que a carrocinha passava eles viam a fumaça.

Joviniano Neto – Muitas vezes que ela passou? É possível localizar alguns desses depoentes da época?

José Carvalho – Olha, é possível. A gente pode tentar localizar.

Joviniano Neto – Talvez nós estejamos conseguindo encontrar o que aconteceu com os arquivos do DOPS da Bahia que ninguém acha.

José Carvalho – Uma coisa que tem que se buscar é o seguinte: essa Comissão Parlamentar que veio, que teve acesso, e entrou lá logo após a denúncia. A denúncia saiu no domingo, na sexta-feira a comissão chegou aqui.

Joviniano Neto – Teve uma semana então para limparem tudo, arrumar tudo.

José Carvalho – Por isso que logo após a

“Então esse período aí, decidir mandar os documentos pra lá pro Rio e devolver, levou aí uns 90 dias. E depois a gente viu que na reportagem do Fantástico eles consultaram especialistas, historiadores, pessoas que trabalham com preservação para ver a autenticidade dos documentos e só fizeram a denúncia quando tiveram certeza que aqueles documentos eram autênticos. Saíram os depoimentos dessas pessoas que fizeram esse trabalho de identificação dos papéis, para comprovar a autenticidade”.

rampa, afastada assim uns 20 metros tinha essa pilha de papel.

Joviniano Neto – Podia ser uma simulação para dizer que eram papéis inócuos.

José Carvalho – É, podia ser. Eles justificaram que estavam se desfazendo de muita coisa que não tinha mais necessidade e nessa pilha de mais de um metro, era dessa altura a pilha com umas toras de madeira em cima, a gente não podia manusear, mas não deu pra perceber.

Joviniano Neto – A comissão de inquérito não meteu o peito: vou levar.

José Carvalho – Não, só pegou aquela fita preta e amarela, isolou a área e requisitou que a Polícia Federal...

Joviniano Neto – Tinha alguém da Polícia Federal acompanhando?

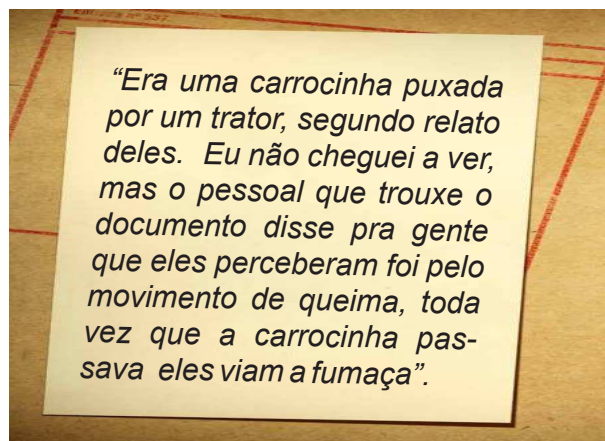
José Carvalho – Tinha.

Grimaldo Carneiro – Onde ficava aqui a sede do DOPS em Salvador?

José Carvalho – Rapaz, a sede... eu cheguei aqui na Bahia, eu morei em São Paulo de 76 a 82, cheguei na Bahia em 82, em julho de 82. Quando eu cheguei aqui não existia mais a sede do DOPS, mas segundo Diva há relatos que a sede do DOPS ficava no Centro Histórico, naquela região do Centro Histórico.

Joviniano Neto – Então a comissão de inquérito foi acompanhada pela Polícia Federal. Além desse caso específico para o qual você foi chamado você tem algum depoimento, alguma contribuição sobre perseguições que baianos tenham sofrido na Bahia ou fora da Bahia?

José Carvalho – Não, porque aquilo que eu disse: eu saí da Bahia em 75, eu sou baiano, mas saí em 75. Fui pra São Paulo e voltei em 82. Fui militante lá estudantil, participei inclusive da luta pela anistia, era membro desse Comitê de Anistia. Como estudante militante, fizemos várias manifestações contra a ditadura: passeatas, atos. Sabia dos baianos que foram presos e perseguidos, os



que foram pra região lá do Araguaia a gente acompanhava esta história de perto, tanto que quando eu voltei para a Bahia, uma das primeiras inicia-tivas...

Eu voltei aqui pra Bahia para fortalecer a criação do PT, que estava se iniciando. Sou fundador do PT estadual, fui membro do diretório estadual e da executiva por dois mandatos, eu vim pra trabalhar, eu voltei transferido pelo trabalho, mas vim também para ajudar a criar o PT, eu saí dos partidos de esquerda clandestinos em 78. O movimento estudantil começou a discutir a criação do Partido Operário, nem defendia a ideia da criação do PT, a gente queria um partido operário.

Com a reforma política, que abriu para a possibilidade de criação de novos partidos, no primeiro momento o movimento estudantil defendia a criação do PP, que se chamava Partido Popular. Era o partido que a gente queria fundar, só que Tancredo fez uma manobra e criou o Partido Popular. Então a gente fez uma nova avaliação de que o Partido Popular de Tancredo não era o partido que a gente defendia. Aí foi quando a gente entrou na construção do PT, tanto que lembro do episódio que Lula não era convencido ainda de que era necessário criar um partido político. Chegamos a fazer uma comissão de estudantes, liderada pela atriz italiana, naturalizada brasileira, Leila Brandt. Ela disse a Lula que ele abraçasse a ideia de criação do Partido dos Trabalhadores e foi a partir daí que a gente viu crescer esse movimento. Em 1981 o PT é criado e um ano depois eu saí de São Paulo pra vir pra Bahia ajudar, porque a legislação fazia uma série de exigências, você

tinha que ter o mínimo de diretórios nos Estados para poder o partido ser legalizado. A gente precisava na Bahia ter 68 municípios. Eu vim pra aqui e depois fui ser candidato a prefeito na minha cidade para cumprir a determinação da Justiça Eleitoral, porque senão o partido não conseguia se registrar. Foi uma história assim bonita

Joviniano Neto – Aqui não houve muita perseguição da ditadura, o que você enfrentou a ditadura foi mais em São Paulo.

Jose Carvalho – Em São Paulo, não cheguei a ser preso, mas era vigiado, perseguido, cheguei a ser alertado no trabalho.

Joviniano Neto – Em que trabalho?

José Carvalho – Na época eu trabalhava como assessor de uma empresa têxtil, uma empresa que os donos eram gregos e eu era assessor do departamento de marketing. Era um grego, engenheiro inclusive, que era o diretor dessa empresa e eu era o assessor dele. Diversas vezes ele dizia “olha, cuidado”, porque eu era estudante, militante, nessa época inclusive já fazia campanha de filiação para criar o PT na fábrica, dentro da fábrica, então por diversas vezes eles me alertaram pra poder eu manejar.

Joviniano Neto – Mas nunca lhe chamaram pra prestar depoimento nem nunca lhe prenderam?

José Carvalho – Não.

Joviniano Neto – Bom, tem um baiano que

sofreu alguma perseguição fora, mas voltou a tempo. Alguém tem mais perguntas sobre os papéis queimados? No depoimento de Diva...

José Carvalho – O deputado Daniel Almeida, depois da denúncia ele inclusive gravou pro Fantástico, depois da ida lá na Base ele fez uma gravação pro Fantástico, buscar junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que tomou conhecimento e acompanhou a apuração sobre o paradeiro dos papéis que foram recolhidos e localizar esses arquivos, porque além desses papéis queimados, tem a história das 22 caixas na Polícia Federal...

Joviniano Neto – Aí são outros quinhentos... São as caixas dos inquéritos que estavam na Polícia Federal daqui que foram identificadas marcadas por uma equipe daqui do Grupo Tortura Nunca Mais, as fichas que compõem esses inquéritos, se tem cópia para identificar o paradeiro dessas caixas dos inquéritos.

José Carvalho – Nessas caixas lá da Polícia Federal a gente identificou inclusive algumas missões da Polícia Federal, a Operação Pajussara tem todinha, tem desde a época que culminou na prisão de Emiliano, a prisão de Benjamim, com a prisão de Benjamim localizou o paradeiro de Emiliano, naqueles documentos que a gente separou na Polícia Federal e botou esses papéis em 22 caixas arquivos e lacrou.

Joviniano Neto – Tá bom, doutor. Pronto, grande homem.

“Aí foi quando a gente entrou na construção do PT, tanto que lembro do episódio que Lula não era convencido ainda de que era necessário criar um partido político. Chegamos a fazer uma comissão de estudantes, liderada pela atriz italiana, naturalizada brasileira, Leila Brandt. Ela disse a Lula que ele abraçasse a ideia de criação do Partido dos Trabalhadores e foi a partir daí que a gente viu crescer esse movimento. Em 1981 o PT é criado e um ano depois eu saí de São Paulo pra vir pra Bahia ajudar, porque a legislação fazia uma série de exigências, você tinha que ter o mínimo de diretórios nos Estados para poder o partido ser legalizado. A gente precisava na Bahia ter

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

15 de maio de 2015

Ginásio do Colégio Estadual Teodoro Sampaio

Santo Amaro da Purificação - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA
15 de maio de 2015 - Centro Educacional Teodoro Sampaio
Santo Amaro - Bahia



DEPOENTE: CARLOS AUGUSTO DA SILVA

Carlos Augusto da Silva é nascido e domiciliado em Santo Amaro da Purificação. Membro do Sindicato dos Metalúrgicos, foi um dos fundadores do jornal local 'Tribuna dos Moços'. Foi preso na noite do dia 11 de abril de 1964, dias após o golpe militar. Chamado de comunista, sem, no entanto, estar inscrito no partido, ficou detido na delegacia da cidade até ser transferido para o Forte do Barbalho, em Salvador. Durante o período em que lá esteve, sofreu o que chamou de 'torturas morais'. Não foi vítima de tortura física, mas ouvia presos sendo torturados. Foi lá também que vivenciou o comunismo, dividindo o espaço com outros presos políticos. Foi transferido em 31 de maio de 64 para o Quartel do 19º BC e liberado em 16 de junho. Não chegou a ser julgado, tampouco condenado.

*Texto não revisado pelo depoente.

***Carlos Augusto da Silva**

Com espírito cívico e da consciência da missão cidadã sempre voltada para o encontro com a esperança do nosso país humano e de todos, agradeço, desta maneira, a esta digna Comissão que ora visita nossa cidade, com o intuito de propagar a pureza do regime democrático, o convite a mim dirigido para tomar parte desta cultural e histórica maneira de praticar eventos e nele prestar um depoimento sobre uma indigna fase da vida brasileira, a que fui submetido.

A mensagem pede uma análise da profanação dos direitos consagrados ao ser humano entre 1946 e 1988. Talvez, possa não atingir o tudo deste infausto e infeliz período da vida brasileira. Destaco ainda pleno agradecimento – o nobre papel da aludida Comissão pela valiosíssima tentativa de incutir na mente dos brasileiros que tortura é ato abusivo, em qualquer circunstância, deve ser repellido, de qualquer forma abolido, que é despotismo e que foi compreendido, entre nós, e glorificado no verso do poeta como “Nunca mais despotismo regerá nossas ações...” Tomara que, no universo das nações, a tortura seja assim concebida!

Então. Sou Carlos Augusto da Silva, nascido e domiciliado nesta tão nobre e ilustre cidade de Santo Amaro da Purificação, Bahia. Fui, em virtude da abrupta, insolente e repentina suspensão da ordem

constitucional, um preso político do Golpe Militar de 1964. O que, afinal, fiz? Não concordava com programas e políticas de cunho direitista. Debatia publicamente ideias contrárias ao atraso do nosso país. Era, por isso mesmo, chamado de comunista, sem, no entanto, estar inscrito no partido.

Participei da presidência do Grêmio João Dórea Gomes, como vice-presidente contra a vontade da direita, em especial padre Antenor Celino, que era diretor do Ginásio Teodoro Sampaio, para quem o grêmio não poderia ser uma entidade independente. E, havia também aqui um dos seus instrutores, chamado sargento Garcia, instrutor de Educação Física do mesmo colégio. Defendia os direitos do trabalhador brasileiro, especialmente apoiava as políticas postas em práticas pelo nosso Sindicato dos Metalúrgicos e conseguimos eleger o seu presidente, Vivaldo Lopes, pela primeira vez na história de Santo Amaro havia agora um vereador operário. Fizemos também, na mesma ocasião, um suplente de vereador, que foi o nosso amigo, perseguido também pela revolução, que foi Valter Antônio Nascimento, que é também conhecido como Bacalhau. Participei do grupo de jovens que pretendeu alijar, do poder municipal, os representantes da burguesia que dominava a chefia do município. Com esse mesmo espírito, fundamos o noticioso para oferecer severa resistência aos desmandos que se queriam perpetuar em Santo Amaro, no Brasil e no mundo. O referido noticioso era denominado Tribuna dos Moços, incomodou bastante às elites brasileiras. Tudo o que nossa geração imaginava de desenvolvimento para a terra e o povo, grande parte da nossa comunidade dotada dos mesmos sentimentos de defesa daquela elite direitista e escrava, logo exprimia a reação e rotulava:

“Na noite do dia 11 de abril, o sargento Garcia, o delegado de Polícia Civil, Alcione, um adjunto de delegado por nome Antonio Cesar prenderam-me. Conduziram-me à Delegacia de Polícia, em nome do Golpe. Lá, forjaram, num jogo de cena, um interrogatório para me incriminar como um comunista”.

comunista.

Pois bem. Na noite do dia 11 de abril, o sargento Garcia, o delegado de polícia civil, Alcione, um adjunto de delegado por nome Antonio Cesar prenderam-me. Conduziram-me à Delegacia de Polícia, em nome do Golpe. Lá, forjaram, num jogo de cena, um interrogatório para me incriminar como um comunista. A acusação apoiava-se na ideia de que era um dos que frequentavam as reuniões na casa do Plínio para tramar a implantação do regime comunista no Brasil. Ante minha negativa, afastavam-se da dita delegacia e iam à sede do Tiro de Guerra buscar as provas, estas que não apareceram até hoje. Decidiram, em miúdas conversas, manter-me preso em um cubículo sujo e fétido daquela delegacia, onde no dia seguinte, logo ao amanhecer, recebi por várias

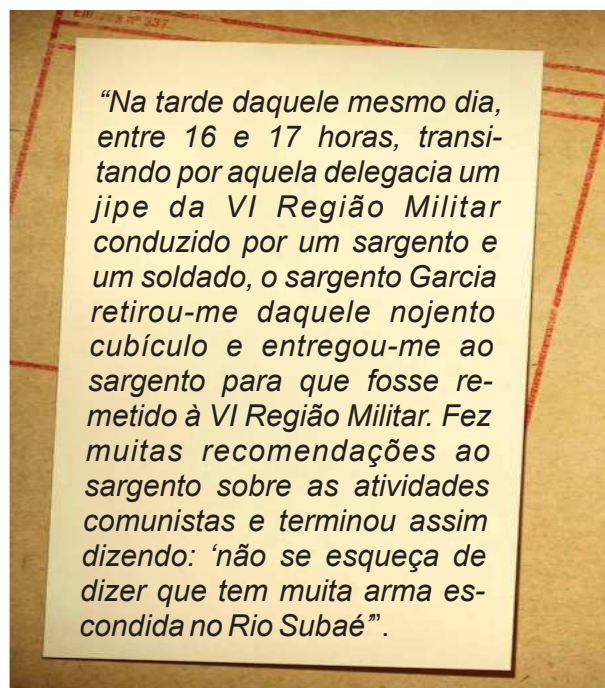
vezes a visita do sargento Barreto, do Tiro de Guerra, que me fazia várias provocações, estas que eram rechaçadas por mim. E ele, cheio de empáfia, encostou os dedos da mão em meu peito, dizendo: “É, Carlos. Eu queria que houvesse Tribunal de Exceção para eu matar comunistas iguais a você”. Encontrei amparo emocional, naqueles momentos tensos em que redarguia os insultos do asqueroso sargento, em Maru – o mais ativo companheiro, homem corajoso, paciente, comunista convicto (homem que não se seduzia por nada).

Conto-lhes uma história: o Dr. Antonito, prestando seus serviços como médico no Instituto do Álcool e Açúcar, em vendo a situação por que passava Maru, adoentado, vivendo apenas de cortar cabelo, falou com o gerente para sondar a possibilidade de empregá-lo como um porteiro daquela empresa federal. O gerente aquiesceu o pedido do Dr. Antonito e convidou Maru para uma conversa e disse:

“Sr. Maru, o lugar é seu. Só tem uma coisa: basta o senhor escrever uma carta declarando que abandona essa ideia comunista”. A resposta dele foi educadamente de grande agradecimento pelo emprego, mas não aceitava abonar a ideia de ser um comunista. Desta forma, esperançoso sempre da vitória do comunismo para “o conserto natural”, uma vez mais exibia conselhos a mim, ali, naquela ocasião, quase cochichando, falando para não responder às provocações daquela bestializada gente

A minha saudosa mãe, ao ter conhecimento da minha prisão, compareceu, pela manhã, naquela delegacia, para questionar junto ao sargento Garcia, e o militar tentou acalmá-la informando-lhe que poderia ir pra casa, que nada havia contra o seu filho e que logo mais estaria em casa. Na tarde daquele mesmo dia, entre 16 e 17 horas, transitando por aquela delegacia um jipe da VI Região Militar conduzido por um sargento e um soldado, o sargento Garcia retirou-me daquele nojento cubículo e entregou-me ao sargento para que fosse remetido à VI Região Militar. Fez muitas recomendações ao sargento sobre as atividades comunistas e terminou assim dizendo: “não se esqueça de dizer que tem muita arma escondida no Rio Subaé”. Até a presente data, não tenho notícia de nenhuma arma encontrada no rio. O militar que me levou, sentado ao lado do motorista, pôs o seu 38 ao colo, como se estivesse diante do maior criminoso do mundo. E levou-me à capital. Lá chegando, conduziu-me ao balcão de recepção da VI Região Militar.

Era preciso que se cumprisse o ritual dos golpistas. A mesma filosofia nazifacista da qual, em 1935, sob a orientação de Getúlio Vargas, o deputado Adalberto Correia, nomeado presidente do organismo inquisitorial, segundo o escritor Lira Filho em sua obra “Getúlio”, declarou: “As medidas de repressão ao comunismo não podem estar sujeitas a delongas que, em geral, se verificam nos processos judi-



ciários, destinados a garantir a defesa de acusados... Era melhor fazer uma ou mais prisões injustas do que permitir que se ensanguente o Brasil”.

Com base nesta ideia comum às ditaduras é que o militar motorizado apresentou-me a recepção da VI Região Militar, onde fui recebido aos gritos: “Quem é você? Onde estão os outros comunistas? Quem é o Baru? Onde estão as armas?”. Diante do meu sossego, do meu silêncio, chamou um outro militar para me encaminhar à sala de identificação a fim da tirada de fotos em várias posições, logo a seguir, a tomada de impressão digital, hora em que recolheram o dinheiro que possuía (nunca mais o vi). Só deixaram que levasse uma carteira com cigarros e o isqueiro que escondi num bolso da calça. Um outro grupo de militares, por volta de 21 horas, foi encarregado de me transportar até o Quartel do Barbalho. Os ditos militares, no portão daquela unidade militar, convidaram-me a descer e fizeram a solicitação pedida, a entrega.

Já sob o domínio dos militares do referido quartel, dirigiram-me a uma das improvisadas celas, um compartimento térreo daquele imóvel construído na época colonial. Era, a referida cela, uma sala

aproveitada para guardar utensílios como jipes da Polícia Militar ali sediada. A dita cela tinha um portão gradeado de mais ou menos 1,5 m de largura, um comprimento de mais ou menos 2 m. Abriam o cadeado e pediram que eu entrasse. Ao entrar, forneceram-me uma daquelas capas de soldado, que era para colocar no chão cimentado e nela dormir. Nesta dependência, acomodava um contingente composto de mais ou menos 20 pessoas, por aí, entre as quais encontrei os fraternais amigos santo-amarenses: Heitor Santos, Lazinho, “None”, Luiz Borges de Queiroz. Fui apresentado aos demais e para se ter uma ideia do funcionamento das pessoas naquele lugar, seria como imaginar duas pessoas deitadas em lados opostos, dormindo ou não, as pernas se entrelaçavam. Assim, arranjavam-se as pessoas naquele chão para dormir sobre aquela aludida capa de soldado. Asseverado ficou que ali não havia janela, sanitário, pia, nem outros compartimentos.

As necessidades fisiológicas eram feitas conforme o tempo desocupado dos militares. Uma vez por dia, comparecia na porta da cela uma guarnição composta de soldados devidamente armados com metralhadoras, fuzis, mandava os prisioneiros colocarem-se em fila de duas pessoas, assim circundavam a fila, como nos campos de concentração, e conduzia ao banheiro, pedindo pressa. Às vezes, quando ocorria uma demora a mais, algum soldado fazia advertência usando um fuzil na porta do sanitário. Acabada aquela função, na mesma disposição, as pessoas, enquanto estive no Barbalho, eram recolhidas à cela. Um dia, no entanto, um dos prisioneiros solicitou aos soldados uma lata velha de biscoito, lavou-a numa das idas ao banheiro e colocou no nosso aposento para

que fizéssemos as nossas necessidades, ali, até a vinda de um militar para nos conduzir outra vez ao banheiro.

Se o tema de hoje sugere o conhecimento da agonia, do sofrimento, do suplício, contínuo na minha narração da minha vida e de tantos presos políticos que estavam comigo naquela cela, debaixo do regime dos militares que nos ofereciam às sete horas um caneco de café e um pão;

entre o meio dia e às 13 horas, uma bandeja de alumínio por debaixo da porta, contendo o almoço que geralmente continha arroz, feijão cozido – o feijão cozido com muitas pedras, as pedrinhas que vêm no feijão eles não tratavam e nos davam assim. Este “cardápio” era repetido todas as noites.

Essa rotina só era modificada com o chamado meu ou de alguns amigos para prestar declarações. E lá, queriam saber: “que livros vocês lêem?” “Onde está o Cavaleiro da Esperança?” Questionavam coisas do tipo: “vocês depreciam os Estados Unidos. Há país mais interessante que nos ajuda e a tantas nações do que eles?”. E a uma alusão ou outra que se colocava como alusão ao papa João XXIII, eles diziam: “este é um comunista igual a vocês”.

Fora essas torturas que chamo morais, não conheci, até 31 de maio, quando colocaram todos os prisioneiros em um caminhão, transferindo-os para o Quartel do 19º BC, torturas físicas, desaparecimento de pessoas ou mortes, salvo, em algumas noites, no entanto, que nós ouvíamos, na cela, gritos horrorosos que não identificávamos o local e de quem lá saía. Suspeitávamos de que se tratava de presos comuns, pegos na rua pela polícia do

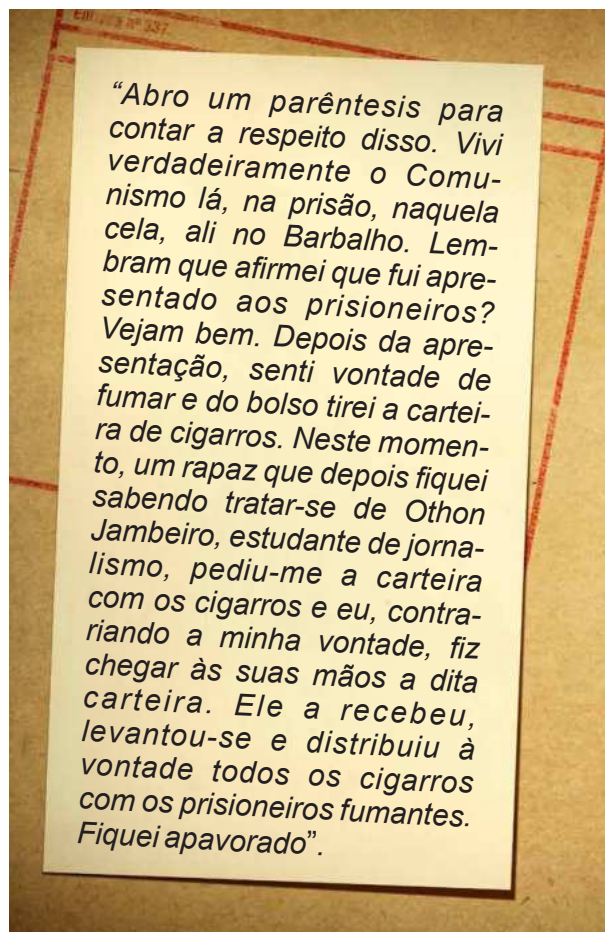
“A dita cela tinha um portão gradeado de mais ou menos 1,5m de largura, um comprimento de mais ou menos 2m. (...). Forneceram-me uma daquelas capas de soldado, que era para colocar no chão cimentado e nela dormir. Nesta dependência, acomodava um contingente composto de mais ou menos 20 pessoas, por aí, entre as quais encontrei os fraternais amigos santoamarenses: Heitor Santos, Lazinho, “None”, Luiz Borges de Queiroz”.

Exército e que levavam para exemplificá-los. Torturá-los.

Cabe também, neste depoimento, lembrar que a essência do golpe dos militares, ajudado por muitos civis, foi a não proliferação em nosso país do Comunismo, um sistema de “formação econômica e social caracterizado pelo uso em comum dos meios de produção segundo as necessidades de cada um...”. Abro um parêntesis para contar a respeito disso. Vivi verdadeiramente o Comunismo lá, na prisão, naquela cela, ali no Barbalho. Lembram que afirmei que fui apresentado aos prisioneiros? Vejam bem. Depois da apresentação, senti vontade de fumar e do bolso tirei a carteira de cigarros. Neste momento, um rapaz que depois fiquei sabendo tratar-se de Othon Jambeiro, estudante de jornalismo, pediu-me a carteira com os cigarros e eu, contrariando a minha vontade, fiz chegar às suas mãos a dita carteira. Ele a recebeu, levantou-se e distribuiu à vontade todos os cigarros com os prisioneiros fumantes. Fiquei apavorado.

Lamentava comigo mesmo: e agora? Depois, quando se sentia nova vontade de fumar, o jovem estudante munificentemente se encaminhava para a reserva existente e repartia com todos a reserva, segundo as necessidades de cada um. Assim se procedeu até não haver mais nenhum. Ele já havia utilizado uma técnica para se ter cigarro. Era aproveitado o resto de todo cigarro aceso. Aquilo que nós chamamos “baga”. Terminava-se de fumar e guardava-se num saco aquele resto. Foi assim que quando não havia mais cigarros, recorria-se ao saco e improvisava-se cigarros com um pedaço de papel ou de folhas secas que aquele outono nos beneficiava.

Um outro vibrante exemplo de “formação econômica e social” para o uso de todos foi, a partir do momento em que as famílias tiveram o contato com os prisioneiros, o recebimento de jornais e alguns mantimentos. Um bolo, um lombo, um peixe assado, uma lata de doce, por exemplo,



endereçado a qualquer prisioneiro, era colocado ali no centro daquela prisão e repartido com absoluta equidade para todos. Cumpria esta forçada rotina no Barbalho, quando, sem nenhum aviso, fui transferido na tarde/noite do dia 31 de maio para o Quartel do 19º BC. Lá, em outras acomodações, no primeiro pavimento do prédio, podia tomar sol pela manhã livremente, desobrigar-se das necessidades fisiológicas. Assim vivi até o início da noite do dia 16 de junho, momento em que chamaram: quem é Carlos Augusto da Silva? Apresentei-me e recebi a ordem: “vá arrumar suas coisas para ser liberado”. Tomado de todas as emoções que uma notícia desta pode envolver, não sabia o que fazer. Ali, não havia uma mala, nem uma sacola. Espichei na cama dois lençóis e neles coloquei tudo o que tinha, fazendo uma arredondada trouxa e os militares me levaram à portaria. Pediram para assinar um documento e eu o fiz. Prometeram-me levar até a Rodoviária. Mas me levaram apenas para a Polícia Federal. Ali ficou o

homem, trouxa na cabeça, sem um tostão nos bolsos, sem nenhum documento, pessoa que o Exército, por força do golpe, retirou de sua casa, prendeu, acusou de muitas coisas, mas não levou a nenhum tribunal nem o condenou a anos de prisão até hoje.

Quero acreditar que não havia clima para a implantação do regime comunista. Havia, sim, um agitado clima, por todo o país, de insatisfação, sobretudo pela Reforma Agrária prometida por muitos presidentes, mas que naquele momento, sob a presidência de Jango Goulart, político que parecia proteger a classe trabalhadora, a reforma prometida seria implantada. Essa coisa que os militares, ligados a alguns civis, abominavam.

A justificativa dos golpistas pareceu-me clara no livro de Jorge Ferreira, intitulado “João Goulart – Uma Biografia”. O autor assim descreve: “Os militares e seus aliados civis, vitoriosos com o golpe de Estado, passaram a afirmar que tudo antes de março de 1964 era corrupção, demagogia, caos econômico e subversão da ordem”. No meu entender, o presidente Jango, na sua incerteza de governar, mas fazendo política no meio dos trabalhadores, um ex-ministro do trabalho, se entendesse mudar o regime seria por uma República Sindicalista. Não o fez e as forças do atraso? fizeram sua deposição, introduzindo o país na incerteza,

na desassossego, na aflição, no suplício, tudo isso arma das ações desenvolvidas pelas ditaduras de direita.

O pensar de Gorki, em sua obra “Mãe”, leva ao raciocínio de muitas ideias expressivas. Numa delas, ele parece nos encorajar a continuação da luta, diz assim: “O sacrifício agiganta as almas”. À Comissão, desejo feliz caminhar. O trabalho que desenvolve é meritório e é o mesmo Gorki que parece nos ensinar que coisas assim são “como a chuva, que cada pinga alimenta a semente”.

Sou, afinal, de opinião de que toda luta em busca da permanente paz é sempre válida. O trabalho com afincos pelo arquivamento da tortura, mas precisa urgentemente ser observado no regime democrático, pois estão fazendo o desaparecimento de pessoas. Estão deixando o povo construir encostas. Estão negando o direito de nascer em maternidade. Estão negando o sagrado direito de ter saúde. Estão desaparecendo os empregos. Estão violentando o direito dos professores ao protesto e chamam a polícia para retirá-los da Casa do Povo. Estão negando ao líder sindical da Polícia o direito de protestar. Estão encarecendo o direito do poder ter água e energia elétrica à vontade. É alarmante o distanciamento entre os salários, pra ficar somente nisso. Muito Obrigado!

“Apresentei-me e recebi a ordem: ‘vá arrumar suas coisas para ser liberado’. Tomado de todas as emoções que uma notícia desta pode envolver, não sabia o que fazer. Ali, não havia uma mala, nem uma sacola. Espichei na cama dois lençóis e neles coloquei tudo o que tinha, fazendo uma arredondada trouxa e os militares me levaram à portaria”.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
15 de maio de 2015 - Centro Educacional Teodoro Sampaio
Santo Amaro - Bahia



DEPOENTE:
ANTÔNIO GOMES TRIGUEIROS

Antônio Gomes Trigueiros foi professor de Matemática e de Ciências no Centro Educacional Teodoro Sampaio, em Santo Amaro, onde também foi diretor do jornal 'Tribuna dos Moços'. Em 1963, foi trabalhar como auxiliar técnico de manutenção da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe. Lá coordenou a campanha de alfabetização dos operários, com o método Paulo Freire. Quando exercia essa função, em abril de 64, foi preso e transferido para Salvador. Solto em dezembro do mesmo ano, foi para a universidade, formou-se em Geologia. Em 1966 deixou o país e só retornou 20 anos depois, com Mestrado e Doutorado em Física Atômica. Trabalhou na Universidade de São Paulo, por 14 anos. Depois trabalhou no Rio de Janeiro até aposentar-se.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Antônio Gomes Trigueiros**

Bem, eu dei um pouco de azar que a chuva agora vai prejudicar. Eu vou ser muito breve porque o meu amigo, companheiro Carlos Augusto fez um relato realmente muito bem feito e mais ou menos foi isso que se passou com todos nós que fomos presos, tá entendendo? Antes de eu começar o meu relato, eu desejaria fazer uma homenagem a quatro pessoas daqui de Santo Amaro que foram presas naquela época e que já não se encontram entre a gente: Maurílio da Boa Morte, que ele citou, que é o Maru, Luiz Borges de Queiroz que era chamado LBQ, o Salvador que era o motorista da refinaria de Mataripe e Heitor, que foi um grande pintor e que nós estamos fazendo um trabalho de coleta dos quadros que ele pintou naquela época – eu mesmo já tenho, eu sou possuidor de quatro quadros dele – para a gente fazer uma exposição e deixar esses quadros em algum local no futuro.

O golpe de 64, ele foi interessante porque, talvez eu vou responder um pouco a pergunta que você fez ao Carlos. Quer dizer, existia um momento de uma Guerra Fria. Naquela época tinha a União Soviética de um lado e os Estados Unidos de outro, não é? E havia necessidade de que toda América Latina, América do Sul principalmente, acompanhasse a política dos Estados Unidos. E o Brasil é o país mais potente, o país mais importante, jogava um papel importante. Nós tínhamos um governo progressista, o governo do João Goulart, podemos criticá-lo no que for, mas João Goulart era um democrata. Tanto é

que, no último momento, quando o comandante do Exército Amaury Krueel telefonou para ele e disse: "Jango, feche a UNE, o Comando Geral dos Trabalhadores e o Pacto de Unidade e Ação dos Trabalhadores que eu estarei do seu lado", ele não aceitou. Ele não aceitou porque esses organismos faziam parte realmente do esquema democrático daquela época. Ele não poderia cometer esse erro. Então, Jango não aceitou essa coisa.

O golpe foi em abril de 64 e nós tínhamos eleição marcada para outubro de 65. Quer dizer, era só esperar um pouquinho e havia as eleições para Presidente da República, onde já estavam na rua os candidatos Magalhães Pinto – que era o governador de Minas Gerais – possivelmente, a direita ia lançar Carlos Lacerda – que era o governador do estado da Guanabara, Jango poderia se candidatar porque ele assumiu como vice, então ele tinha direito de se candidatar novamente, e tinha uma candidatura muito forte que era de Juscelino Kubitschek. Era só esperar um ano e pouco pra ter eleição, não precisava o golpe. Então, a gente vê que o golpe pertencia a um esquema mais profundo de começar a coisa pelo Brasil. Tanto é que se nós olharmos daí em diante, de 64 para a frente, toda a América do Sul caiu em ditadura. Veio o golpe na Argentina, ditadura na Argentina, o Uruguai, que era um exemplo de democracia, golpe no Uruguai, no Chile, derrubaram o governo de Salvador Allende - um governo democrata eleito num ano com eleições limpas e toda a América do Sul praticamente ficou sob ditaduras militares.

Eu vou relembrar alguns fatos aqui,

quer dizer eu desejaria me apresentar porque tem muita gente nova aqui. Eu pertenci à primeira turma desse estabelecimento de ensino, que foi fundado em 54. Ele foi fundado em fevereiro de 54, foi quando eu fiz o exame de admissão – eu pertenci à primeira turma – eu tinha 12 anos. Então, eu fiz os quatro anos aqui do ginásio, depois de três anos eu retornei como professor de Matemática. Então, eu fui professor de matemática aqui em 61 e 62, e também complementava como professor de Ciências, naquela época que era uma disciplina do curso pedagógico.

“Nós tínhamos um governo progressista, o governo do João Goulart, podemos criticá-lo no que for, mas João Goulart era um democrata. Tanto é que, no último momento, quando o comandante do Exército Amaury Krueel telefonou para ele e disse: "Jango, feche a UNE, o Comando Geral dos Trabalhadores e o Pacto de Unidade e Ação dos Trabalhadores que eu estarei do seu lado", ele não aceitou. Ele não aceitou porque esses organismos faziam parte realmente do esquema democrático daquela época. Ele não poderia cometer esse erro. Então, Jango não aceitou essa coisa”.

Em 63, eu fui embora para a Refinaria de Mata-ripe, na Petrobrás, como Auxiliar Técnico de Manutenção, mas eu fui requisitado para coordenar uma Campanha de Alfabetização porque, naquela época, a Refinaria de Mataripe tinha 350 operários analfabetos. Então, o superintendente juntamente com o sindicato fez um plano de alfabetização, pelo método Paulo Freire, e eu fui primeiramente me alfabetizar, vamos dizer... aprender o plano em

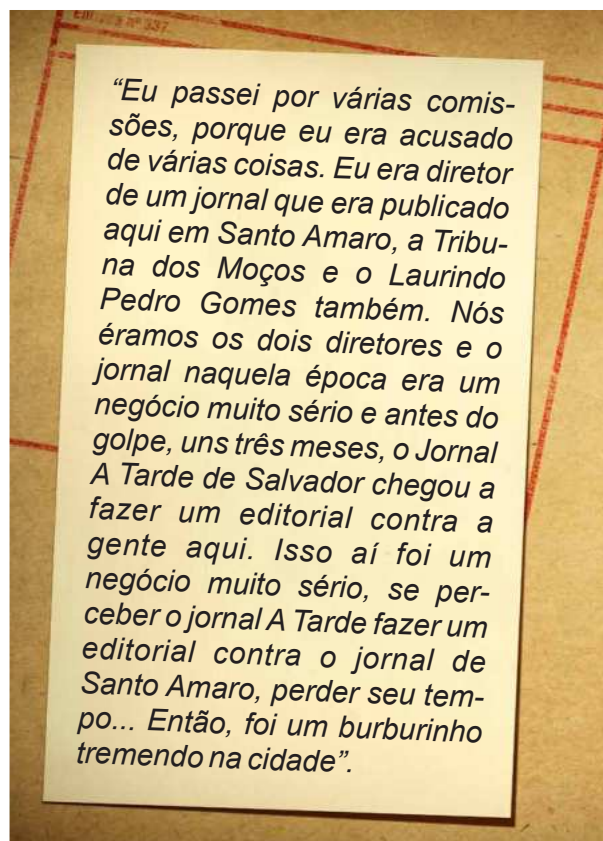
Salvador, depois eu voltei para coordenar. Tinha uma professora, que fazia esse papel, mas eles acharam que eu sendo mais jovem – naquela época eu tinha 22 anos – eu poderia facilmente me deslocar pela refinaria que tinha uma área muito grande e trazer esses operários para a sala de aula, porque eles eram operários originários da cana-de-açúcar. Então, eles subiram de nível, estavam ganhando já salários bons, não estavam interessados, não tinham interesse nenhum em se alfabetizar. Então, eu tinha que falar com o chefe da oficina, dizer "vamos trazer". Eu cansei de ter caso do cidadão vir comigo e

dizer assim: "peraê que eu vou ao sanitário", ele sair pelo fundo e fugir, eu esperando ele na frente, quando batia na porta "Cadê?, cadê?", ele tinha saído pelo fundo e tinha ido embora. Quer dizer, foi um trabalho muito difícil.

Eu vou falar muito pouco e contar alguns casos assim que são verdadeiros, mas que hoje vocês vão dar risada... quando eu estava... eu passei por várias comissões, porque eu era acusado de várias coisas. Eu era diretor de um jornal que era publicado aqui em Santo Amaro, a *Tribuna dos Moços* e o Laurindo Pedro Gomes também. Nós éramos os dois diretores e o jornal naquela época era um negócio muito sério e antes do golpe, uns três meses, o *Jornal A Tarde* de Salvador chegou a fazer um editorial contra a gente aqui. Isso aí foi um negócio muito sério, se perceber o jornal *A Tarde* fazer um editorial contra o jornal de Santo Amaro, perder seu tempo... Então, foi um burburinho tremendo na cidade.

Porque a refinaria entrou em greve no dia 31 e no dia 1º cedo eu vim, juntamente com o companheiro Rafael Trame, que até hoje está trabalhando na Petrobras e mais um outro companheiro. Nós viemos num Jipe que eu vim comunicar aqui a Santo Amaro, ao sindicato que nós estávamos em greve na refinaria e que nós deveríamos fazer greve também aqui em Santo Amaro e ficar esperando o que iria acontecer no Sul do país. Nós esperávamos um movimento semelhante ao que tinha acontecido há uns dois anos, na posse do Jango. Vocês estão lembrando que quando Jânio Quadros renunciou, o Jango estava na China. Então, os setores de direita quiseram impedir a posse do Jango, então o Exército naquela época se dividiu. Então, nós esperávamos que acontecesse o mesmo, porque a gente acreditava muito no esquema militar que o Jango dizia... sob o comando do general Assis Brasil, que era o chefe da Casa Militar do Jango.

Então, eu vim para aqui, e quando eu



já ia saindo da cidade, ali naquele prédio que hoje está caindo, *O Uirapuru*, estava o pessoal da Leste Brasileira de greve, e eles me viram: "Oh, Trigueiros, Trigueiros!". Eu parei e fiquei conversando com eles e quando eu me dei conta, eu já tava cercado, metralhadoras, fuzil, revólver, tudo isso, eu não pude nem me mover. Daí eu fui levado ao caminhão, à semelhança do Carlos, só que eu só levei meia hora na prisão ainda em Santo Amaro e fui levado pra Salvador diretamente e fui para o mesmo quartel do Barbalho e fiquei lá quase um ano. Eu entrei 01 de abril, saí no dia 22 de dezembro. Quase um ano. Mas durante esse problema, daqui a pouco, chegava lá no quartel e dizia "Trigueiros, vamos ser ouvidos no Quartel General". Quando eu cheguei um dia no Quartel General, eu entrei na sala, era um processo comandado por um major do Exército, que agora eu não estou lembrado o nome. Então, tinha uma quantidade de livros enorme – Celso Furtado, tinha livro de escritor, até de Jorge Amado estava lá que ele tinha pegado esses livros na casa das pessoas. Mas me chamou atenção que, em cima de todos esses livros, tinha

uma tábua de logaritmos. Naquela época não existia máquina de calcular. Então, quem estudou logaritmos aqui? Eu acho que vocês já estudaram. Então, se você queria um logaritmo, você ia lá, logaritmo de 2, você ia lá e estava lá na tábua. Eu falei com o major: "Major, que esses livros daqui de Celso Furtado, de Lênin e companhia sejam subversivos, eu até aceito. Mas uma tábua de logaritmos?" Ele aí respondeu pra mim "Depende do autor". Pra você ver como a situação naquele momento era difícil, né?

Teve um outro fato que eu vou contar, interessante. No processo da Petrobras, a acusação para mim era uma das mais fortes, porque eu era acusado como o homem do dinheiro, o homem que era responsável pelas finanças. Então, "onde tá o dinheiro?", "como foi?", "mas você recebe o dinheiro de Moscou, os rublos de Moscou" - o dinheiro russo é o rublo, vocês sabem né? "Você recebe os rublos de Moscou", "Você vai falar ou não vai? Onde está o dinheiro?, onde então os rublos?" Eu fiquei tranquilo... Isso era um tenente-coronel, pra você ver o nível daquela época, do terrorismo. Eu aqui falei: "Tenente-coronel, eu resolvi falar. Eu sou responsável pelos rublos de Moscou. Agora, eu pergunto ao senhor o seguinte, eu quero que o senhor me responda". Ele aí ficou contente e disse "Sargento..." - era o sargento que ia datilografando as respostas. "Sargento, ele vai responder aí, resolveu falar". Aí o sargento ficou de posse pra começar a escrever as minhas respostas, eu perguntei: "Agora, tenente-coronel, eu pergunto ao senhor: eu vou entregar ao senhor uma mala cheia de rublos, uma parte que eu recebi de Moscou. Agora eu pergunto: o senhor de posse desse dinheiro, rublos, o que é que o senhor

vai fazer?" Se essa moeda não é convertível. Porque se você tem dólar, você vai e troca no banco. Você tem euro, você troca até outras moedas, mas o rublo não era moeda convertível, não valia pra nada. Então eu falei "Eu entrego a mala de rublos pro senhor. Agora, eu pergunto: o que é que o senhor vai fazer com os rublos?" Ele aí se deu conta do erro que ele havia cometido, e falou "Para, para, para. Você por hoje está dispensado".

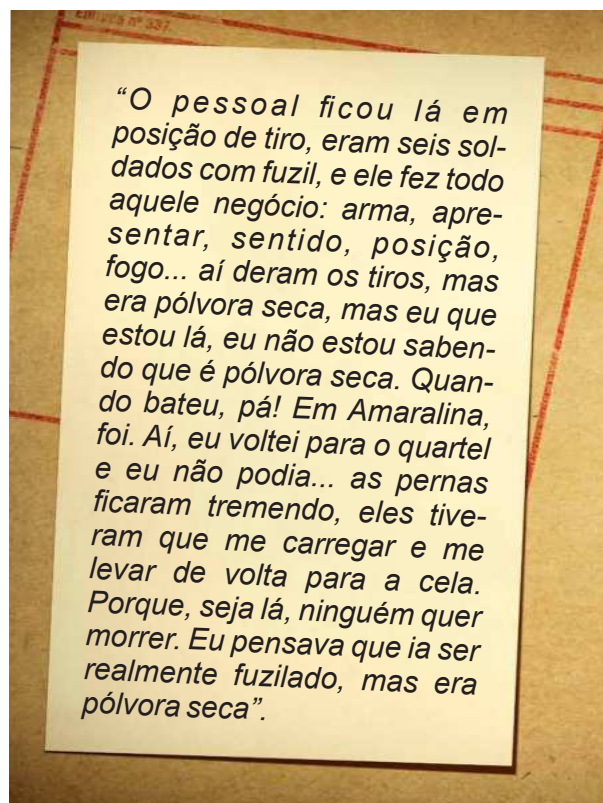
"No processo da Petrobras, a acusação para mim era uma das mais fortes, porque eu era acusado como o homem do dinheiro, o homem que era responsável pelas finanças. Então, 'onde tá o dinheiro?', 'como foi?', 'mas você recebe o dinheiro de Moscou, os rublos de Moscou' - o dinheiro russo é o rublo, vocês sabem né? 'Você recebe os rublos de Moscou', 'Você vai falar ou não vai? Onde está o dinheiro?, onde então os rublos?' Eu fiquei tranquilo... Isso era um tenente-coronel, pra você ver o nível daquela época, do terrorismo".

Quer dizer, eu estou citando essas coisas pra você ver o clima de terror que se instalou em 64. Era um clima terrível. Um dia eu fui levado para o quartel de Amaralina. Esse quartel existe até hoje. Parece que ele mudou de nome. Naquela época era Artilharia de Costa que foi um quartel feito na época ainda do Império, para defesa da cidade. Ou seja, se houvesse uma invasão pelo oceano, você jogava o canhão lá contra os invasores. Esse quartel eu conhecia muito bem,

porque quando eu servi ao Exército eu dava serviço lá na bateria, na Artilharia de Costa. E aí "Como é seu Trigueiros? você tem a última chance porque agora vai ser o pelotão de fuzilamento. Eu sinto muito a sua juventude, aquele negócio todo, mas prepara o negócio". Me levaram, colocaram lá, tudo isso, veio um cidadão com um pano para colocar nos olhos. Eu disse que não precisava. Tá entendendo? O pessoal ficou lá em posição de tiro, eram seis soldados com fuzil, e ele fez todo aquele negócio: arma, apresentar, sentido, posição, fogo... aí deram os tiros, mas era pólvora seca, mas eu que estou lá, eu não estou sabendo que é pólvora seca. Quando bateu, pá! Em Amaralina, foi. Aí, eu voltei para o quartel e eu não podia... as pernas ficaram tremendo, eles tiveram que me carregar e me levar

de volta para a cela. Porque, seja lá, ninguém quer morrer. Eu pensava que ia ser realmente fuzilado, mas era pólvora seca.

Também naquela época, com esses problemas todos, você vê que quando foi concluído o processo da refinaria, eles colocaram assim, tiravam dez que eles julgavam os mais importantes, e eu estava nesses dez, onde o responsável pelo Inquérito Policial Militar pedia a pena máxima. Eu estava nesses dez. E um fato interessante é que depois eu fui solto, eu... era difícil você encontrar trabalho. Naquela época, a Bahia o nível de industrialização nem se compara com hoje, era muito... tirando a Petrobras, praticamente você não tinha... tinha uma indústriazinha aqui, uma outra ali e você dizer que saiu da Petrobras, você já era um suspeito né? Eu me lembro que eu fui conseguir um trabalho numa firma americana que vinha para aqui para distribuir remédios para animais, não é? Eu fiz o teste, passei, mas depois de uma semana, ele disse que não podia não porque eu já constava na lista do DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, eu era um cara subversivo. Então eu não tinha o que fazer, eu já tinha terminado muito antes o 2º grau que vocês estão fazendo, no Colégio Central. Resolvi fazer o vestibular para Geologia. Naquela época era uma carreira – ainda é, mas naquela época era muito mais. Eu tinha 45 dias para estudar, mas acontece que o Exército já estava me procurando para me prender novamente. Então, eu encontrei um amigo que me escondeu na Barra e eu fiquei na Barra estudando 45 dias dentro de um apartamento, tá entendendo? No dia 16 de fevereiro era a primeira prova, eu saí para fazer, era Química, Física, Matemática (de 66), não, de 65, um ano depois do golpe, logo depois do golpe. Eu saí em dezembro, fiz o vestibular em fevereiro. E eu fiz o vestibular e passei, fui aprovado e aí inclusive Matemática eu tirei 1º lugar no vestibular. E aí, eu resolvi sair da ilegalidade, me apresentar. Lá, eu encontrei um tenente do Exército que era interessante. Esse tenen-



te, ele frequentava as universidades incitando a gente pegar em arma: "Vocês têm que pegar em arma, não vai deixar essa coisa assim". Era tudo isso, então eu falava com ele: "Tenente, faça o seguinte: nós estamos preparados e nós sabemos que nós sofremos uma derrota porque não tínhamos armas. Vocês tomem uma iniciativa e que nós acompanharemos. Vocês primeiro, rebele os quartéis que a gente vai acompanhar vocês". Ele sumiu, nunca mais apareceu lá no quartel.

Daí, eu fui embora, eu estudei um ano Geologia, fui embora para a Europa, já em dezembro de 66 e passei 20 anos lá na Europa e só retornei... estudei Física Atômica. Fiz o Bacharelado, Mestrado, depois fiz Doutorado, tudo isso. Retornei direto para trabalhar na Universidade de São Paulo, em janeiro de 86. Eu trabalhei lá durante 14 anos e depois trabalhei no Rio de Janeiro, quando me aposentei.

Mas uma coisa interessante pra você ver como trabalhavam esses elementos na surdina, que eu pedi ao SNI,

que já tinha mudado de nome de nome e chamava ABIN - Associação Brasileira de Informações, um negócio assim. Foi aprovado pelo Con-gresso que cada pessoa tinha o direito de pedir através de uma petição o que constava lá. Então eu pedi. Eles mandaram um catatau enorme com 10 páginas (infelizmente eu não trouxe). Nessa coisa, tinha minha vida desde Santo Amaro, que eu estava no exterior, seguindo... muitas verdades e muitas mentiras. E eles concluíam – o que era uma coisa perigosíssima, eu vou mostrar a vocês – que eu pertencia a uma relação de banidos. Ora, a questão da luta armada contra a ditadura começou depois de 68, quando houve o fechamento que foi o golpe, começou em 70 a luta armada. Eu já estava lá terminando meu curso na Europa, terminando o Bacharelado. Então, o cara colocou que eu tinha sido banido e a ordem naquela época era que todo banido quando retornasse, seria morto. E assim foi.

“E eles concluíam – o que era uma coisa perigosíssima, eu vou mostrar a vocês – que eu pertencia a uma relação de banidos. Ora, a questão da luta armada contra a ditadura começou depois de 68, quando houve o fechamento que foi o golpe, começou em 70 a luta armada. Eu já estava lá terminando meu curso na Europa, terminando o Bacharelado. Então, o cara colocou que eu tinha sido banido e a ordem naquela época era que todo banido quando retornasse, seria morto”.

Nessa lista de desaparecidos, muita gente, muita não, teve uns cinco que foram banidos, retornaram e foram mortos, e até hoje não se sabe o cadáver onde está, está desaparecido. Então, se eu retorno, eu seria preso no aeroporto e seria morto e depois se veria que foi um erro, porque eu tinha saído do país em 66, inclusive até com o passaporte legal, tudo isso.

Então, você vê o esquema que existia naquela época, como eles trabalhavam, eles montavam coisa que não era verdade, muitas mentiras e depois muita gente desapareceu. Até, talvez alguns eles não quisessem nem matar, mas a tortura foi tão grande que depois o cidadão morreu, como o deputado Rubens Paiva. Deputado Rubens Paiva, a gente sabia que ele era um

engenheiro que trabalhava no Rio de Janeiro onde tinha seu escritório de engenharia normalmente legal e tudo isso. Ele recebeu um convite, um dia, é preso, e até hoje ninguém sabe onde está o deputado Rubens Paiva. Foi morto, e o cadáver ninguém sabe. E muitos outros.

Eu queria terminar dizendo a vocês que não adianta eu repetir o que o companheiro Carlos falou, vou deixar pro outro companheiro e mostrar que valeu a pena e esse momento, inclusive, me vem as lágrimas [emocionado] de todos aqueles companheiros que eu não estava de acordo, eu achava que pegar em arma não ia derrotar a ditadura. Ela ia cair com um grande movimento de massa como ela caiu. Inclusive naquela época mesmo, o Partido Comunista trabalhou muito no MDB, o Movimento Democrático Brasileiro e ela foi se desgastando mesmo, porque ela criou inimizade com todos os setores da sociedade. Até o Juscelino,

que era um político burguês progressista, mas também foi perseguido pela ditadura. Então, ela caiu por aquelas grandes manifestações de rua pelas Diretas Já. Mas a gente não deixa de homenagear aqueles que pegaram em armas, lutando pelos seus ideais.

Jackson Azevedo – Bom pessoal... é sempre difícil também pra nós vivermos esses momentos porque o companheiro lembra, e sofre de novo, e nós sofremos muitas vezes porque são muitos depoimentos que a gente colhe, além das nossas lembranças, da nossa história, das pessoas que nos são próximas e vemos isso e compreendemos enormemente o sofrimento e compartilhamos, viu companheiro? Compartilhamos. Agora, Trigueiros, eu

queria pedir a você umas três coisinhas pra esclarecer pra mim, em função do nosso relatório.

Primeiro: Você tem as dez folhas da ABIN sobre você. Você pode nos fornecer uma cópia? Pode. Então Sandra, vê... a gente tem essa pesquisa toda em Brasília e no Rio e tendo a dela já aqui que ele pediu, a gente pode copiar e ter. Primeira providência. Segundo esclarecimento: Você foi preso, você sai, você conclui seu Ensino Médio em 64 é? Seu vestibular é 65?

Antônio Trigueiros – Não, eu fiz os quatro anos de ginásio antigo aqui: 54, 55, 56, e 57. 58, 59 e 60 eu fiz o Científico no Central à noite. 61 e 62, eu fui professor aqui de Matemática. 63 e 64, eu estava na Petrobras. 65 eu estudei Geologia e, em fim de 66, eu fui para a Europa com a bolsa para a Bulgária onde eu fiz o bacharelado e mestrado e depois eu fui para a Suécia e fiz o doutoramento.

Jackson Azevedo – Seu ensino médio é concluído no Central à noite, bem antes do golpe?

Antônio Trigueiros – É. Bem antes do golpe.

Jackson Azevedo – 64, você já estava na Petrobras?

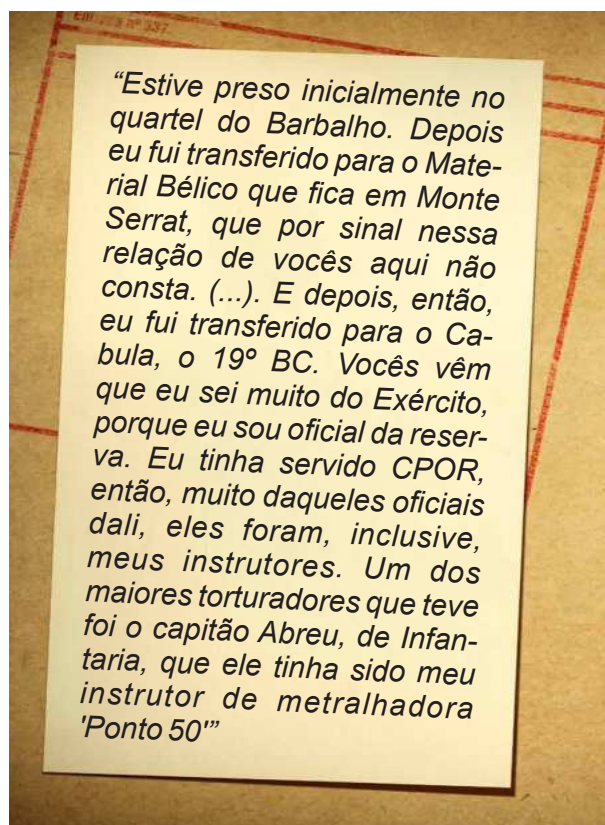
Antônio Trigueiros – Eu estava na Petrobras. Eu fui preso sendo funcionário da Refinaria de Mataripe, da Petrobras.

Jackson Azevedo – Quando você foi preso, você tinha que idade? Você lembra?

Antônio Trigueiros – É... eu nasci em 41, com 20 em 61, 22 anos. Eu tinha feito 22 anos em dezembro e fui preso em abril, 22 anos. Foi.

Jackson Azevedo – A outra questão é assim: a simulação do fuzilamento foi na Amaralina?

Antônio Trigueiros – Foi no Quartel de



Amaralina.

Jackson Azevedo – Não, porque é o primeiro relato que nós temos de uma tortura psicológica em Amaralina. De qualquer tortura no quartel de Amaralina, ainda que psicológica. É o primeiro relato que nós temos. Até então, todo mundo que passou por Amaralina e que depois mencionava que não tinha ouvido falar, nem tinha sofrido de qualquer tortura. Esse é o primeiro registro em Amaralina.

Isadora Browne – Ele esteve preso lá, ou foi lá para esse ato?

Antônio Trigueiros – Não, eu estive preso inicialmente no quartel do Barbalho. Depois eu fui transferido para o Material Bélico que fica em Monte Serrat, que por sinal nessa relação de vocês aqui não consta. Eu falei com ela aqui, falta colocar aqui nesse mapa o Monte Serrat. Ali era o Material Bélico. E depois, então, eu fui transferido para o Cabula, o 19º BC. Vocês vêm que eu sei muito do Exército, porque eu sou oficial da reserva. Eu tinha servido CPOR, então, muito daqueles oficiais dali, eles foram,

inclusive, meus instrutores. Um dos maiores torturadores que teve foi o capitão Abreu, de Infantaria, que ele tinha sido meu instrutor de metralhadora “Ponto 50”, aquela metralhadora...

Jackson Azevedo – Capitão Abreu?

Antônio Trigueiros – Capitão Abreu da Infantaria que foi meu instrutor no CPOR de metralhadora “Ponto 50”. Quando veio o golpe, ele já não estava no CPOR. Ele servia no 19 BC. Mas ele torturou não a mim, torturou muitos amigos meus da refinaria, barbaramente.

Jackson Azevedo – Você fez CPOR e ele foi seu instrutor enquanto ele serviu? Depois você o reencontra como torturador?

Antônio Trigueiros – Eu não. Ele torturou amigos meus.

Jackson Azevedo – Ok. Capitão Abreu. Lembra o prenome dele?

Antônio Trigueiros – Não, porque no Exército, geralmente, a gente conhece assim tenente Trigueiros, capitão Abreu, capitão...

Jackson Azevedo – Ele era lotado no 19º BC?

Antônio Trigueiros – Quando veio o golpe ele já estava lotado no 19º BC.

Jackson Azevedo – E antes no CPOR?

Antônio Trigueiros – Antes no CPOR.

Jackson Azevedo – São dados pra gente tentar localizar, ver se ainda tá vivo, não é? Trigueiros me diga uma coisa, alguém quer fazer...

Isadora Browne – Aí o senhor ficou no 19º

BC?

Antônio Trigueiros – Eu fiquei no 19º BC até o dia 22 de dezembro, quando fui libertado.

Isadora Browne – E o senhor foi para Amaralina?

Antônio Trigueiros – Não, não, sim. Eu fui levado para Amaralina quando eu ainda estava preso no Barbalho. Mas eu fui levado somente para o “fuzilamento” e retornei para o Barbalho novamente.

Jackson Azevedo – Não se hospedou, não foi hóspede em Amaralina.

Antônio Trigueiros – Agora. O comandante do Barbalho, ele não chegou a torturar. Porque existem dois tipos de tortura, aquela física e a psíquica. Às vezes, a psíquica é pior do que a física, tá entendendo? O comandante do Barbalho, ele tinha sido meu contemporâneo no CPOR, Capitão Hermes. Capitão Hermes da Arma

de Infantaria. Quando eu cheguei lá, ele baixou a cabeça, ele não teve coragem de olhar pra mim.

Um dia não sei por que razão apareceu lá o Capitão Tapioca, que era o comandante de Monte Serrat e, vendo a gente dormindo no chão – porque a gente dormia no chão né? A gente tirava toda roupa e botava, dormia em cima da roupa, tá entendendo? E depois de manhã, vestia a roupa novamente, era assim, né? Aí, o Capitão Tapioca vendo aquela cena, a gente todo preto, parecendo aqueles mineiros da Inglaterra, daqueles filmes, porque o sujo do chão com o tempo passou pra nosso corpo, aí o Capitão Tapioca falou: “Hermes, eu tenho uns colchões lá, eu

“O comandante do Barbalho, ele não chegou a torturar. Porque existem dois tipos de tortura, aquela física e a psíquica. Às vezes, a psíquica é pior do que a física, tá entendendo? O comandante do Barbalho, ele tinha sido meu contemporâneo no CPOR, Capitão Hermes. Capitão Hermes da Arma de Infantaria. Quando eu cheguei lá, ele baixou a cabeça, ele não teve coragem de olhar pra mim”.

posso mandar pra você dar pro pessoal". Aí o Hermes falou: "Não, comigo preso é preso!" E, nós ficamos lá uns três ou quatro meses e, se ficássemos mais, muita gente não ia resistir. Foi por isso que eu acho que o Tapioca, naquela época ainda tinha alguns oficiais, ele foi um cara que se portou muito bem com a gente, quando nós chegamos no Monte Serrat, todos nós dormíamos em colchões, facilitava visitas, tudo isso. Eu não sei qual era do Capitão Tapioca, que ele não era um torturador, não era um cara radical, não era. Foi o melhor momento pra gente. Capitão Tapioca de Infantaria, uma boa referência. Agora no Barbalho, a tortura foi dura mesmo.

Jackson Azevedo – Lembra o nome de algum torturador no Barbalho?

Antônio Trigueiros – Não, o torturador no Barbalho não foi tortura física, era psíquica, era o capitão Hermes de Infantaria.

Jackson Azevedo – Mas no Barbalho teve afogamento, teve....

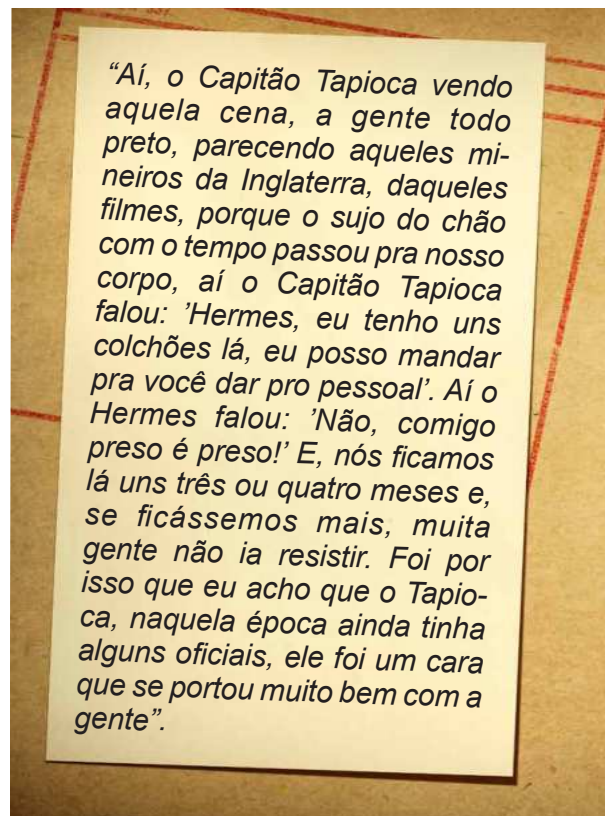
Antônio Trigueiros – Eu não sei por que eu depois saí pra Monte Serrat, talvez teve depois, tá entendendo?

Jackson Azevedo – Em Monte Serrat você ouviu informação de alguém que tenha sofrido algum tipo de tortura?

Antônio Trigueiros – Não, no Monte Serrat não. A situação foi muito dura, foi no 19º BC. Aí foi muita tortura, muitos companheiros foram torturados. Eu sei o companheiro Milton Oliveira, o companheiro Vivaldo Fernandes das Neves, o companheiro Emanuel do Rego. Todos três estão vivos até hoje. Eles eram da Refinaria. Esses três foram barbaramente torturados.

Jackson Azevedo – Você chegou a ser processado?

Antônio Trigueiros – Cheguei sim, eu fui processado na... Eu vou contar um caso interessante pra vocês que eu esqueci.



Quando eu terminei o mestrado na Bulgária, eu aí disse: "o que é que eu faço?". Eu viajei para a Itália, porque eu dividia o quarto na Bulgária com um italiano e ele me disse: "Meu pai é senador do Partido Comunista Italiano, então nós vamos lá que ele pode lhe ajudar". Aí eu fui para a Itália já com o diploma para ficar na Itália, mas quando eu cheguei na Itália eu dei azar, porque ele estava querendo quebrar o galho de uma brasileira que chegou com a filhinha dela. Ele disse: "Olha eu não posso porque já estou tentando quebrar o galho dessa brasileira para ficar". Ele aí me orientou, me deu o dinheiro e mandou que eu fosse para a Suécia.

Eu peguei um trem em Milano, à noite, cheguei de manhã em Copenhague, aí passei para a Suécia. Foi por isso que eu fiquei na Suécia. E quando cheguei na Suécia, teve um fato interessante. Esses fatos são interessante contar, não é? Aí eu cheguei na Estação Central e peguei um táxi para ir para o lugar do barco para fazer a travessia de Copenhague para o Sul da Suécia. E eu tava com duas malas cheias de livros, pesava porque só tinha livro

mesmo, todos meus livros estavam lá.

O taxista botou as malas, eu fui, cheguei, botei as malas no barco e quando o barco tava para sair, eu sei que chega dois cidadãos, bem fortes – eu tava muito cansado, não tinha dormido a noite inteira de Milano viajando para lá, o trem em pé, que vinha cheio de imigrantes – tudo isso. Aí, ele mostrava um negócio para mim, eu pensei que ele tava me vendendo alguma coisa, eu dizia: "Não, obrigado", até que ele fez assim, eu só ouvi o nome "Polícia", aí levantei, perguntei: "O que é?", ele perguntou: "Cadê suas malas?" Aí eu falei: "Minhas malas estão lá embaixo", que eu tinha deixado lá embaixo que era pesada. Foi lá e disse: "Abra essas malas". Aí, eu começo a procurar a chave menino e não encontro a chave, mas o policial tinha aqueles negócios, ele meteu e abriu as duas malas. Quando ele abriu, foi livro esparramado para todo lado. Só tinha livro e aí junto tinha um grupo, era o tempo dos *hippies*, tava na moda o negócio dos *hippies*, dos *Beatles*. Esse grupo dos *hippies* caiu em cima da polícia, xingou a polícia, gritou, os policiais foram embora. Eles, pra me ajudar, os *hippies* botaram livros, eles tiraram os cordões que eles tinham de *hippie* e amarraram a mala e tudo isso, deixaram lá, eu agradeci e viajei.

Aí no outro dia, eu fui me apresentar na polícia pra dar o depoimento. Eu tô dando o depoimento, quando eu cheguei na Suécia, aí um sueco me falou: "Mas venha cá, essa história que passou com você vai lhe ajudar". Eu perguntei: "Como?" Ele falou: "Cadê seu passaporte?" Eu falei: "Tá aqui". Então ele falou: "Me dê seu passaporte, vamos pra polícia". Aí, nós fomos pra polícia, levamos um tradutor brasileiro,

quando chega lá o inspetor começou a fazer as perguntas, aí eu falei: "Eu não tenho nada", contei o caso que passou e falei: "Nessa confusão, meu passaporte sumiu. Eu não sei se eles ficaram", aí o inspetor falou: "Não, eu vou me comunicar com a polícia dinamarquesa" e foi na Dinamarca, Copenhague pra saber.

Ele se comunicou, quando eu voltei três dias depois ele disse: "Não, a polícia confirmou o fato realmente, mas disse que não viu seu passaporte". Eu falei: "Eu também não sei. Na confusão, com certeza perdeu." E como eu não tinha passaporte, ele disse: "Você não pode pedir passaporte à Embaixada?" Eu disse: "Eu vou tentar". Aí, como eu comuniquei com a Embaixada, a Embaixada falou: "Não, a gente dá um passaporte pra você viajar de Estocolmo pro Rio de Janeiro direto". Eu não vinha pra ser preso né? Pronto, Então, nessa confusão, o único jeito foi eu ficar na Suécia. Eles não podiam me mandar pra lugar nenhum. Por isso eu fiquei na Suécia não é?! Aí eu recebi o asilo da Suécia.

Jackson Azevedo – Você foi processado na Auditoria Militar aqui em Salvador?

Antônio Trigueiros – Aqui em Salvador.

Jackson Azevedo – Quem foi seu advogado?

Antônio Trigueiros – Não, ah sim. Eu já ia esquecendo. Eu não tive advogado porque em 64 eles fecharam os processos. Depois, quando começou aqueles já, os movimentos e tudo isso, eles reabriram o processo, em 72, e o pessoal foi julgado, foi julgado todo mundo, inclusive eu fui julgado

"E como eu não tinha passaporte, ele disse: 'Você não pode pedir passaporte à Embaixada?' Eu disse: 'Eu vou tentar'. Aí, como eu comuniquei com a Embaixada, a Embaixada falou: 'Não, a gente dá um passaporte pra você viajar de Estocolmo pro Rio de Janeiro direto'. Eu não vinha pra ser preso né? Pronto, Então, nessa confusão, o único jeito foi eu ficar na Suécia. Eles não podiam me mandar pra lugar nenhum. Por isso eu fiquei na Suécia não é?! Aí eu recebi o asilo da Suécia".

à revelia, fui julgado à revelia e fui condenado a seis meses, mas um amigo meu me escreveu toda história do processo e disse que eu tinha sido condenado a seis anos. Ele, em vez de seis meses, colocou seis anos. Aí, eu disse "Eu não vou pra lá, fazer o quê? Se eu fui condenado a seis anos". Depois de muito tempo que ele esclareceu que não eram seis anos e sim seis meses.

Jackson Azevedo – Mesmo à revelia, você não sabe quem representou você na defesa?

Antônio Trigueiros – Não, não sei não, mas isso não é difícil, porque foi o grupo todo da refinaria que foi julgado no mesmo tempo. Eu me lembro do sindicalista Mário

Lima porque ele foi condenado aí e depois ele foi condenado no processo do Terminal Marítimo, que ele pegou um ano e meio. Eu sei que Mário Lima ficou quase dois anos na prisão.

Jackson Azevedo – Você saiu do país em 66?

Antônio Trigueiros – Em 66.

Jackson Azevedo – E voltou?

Antônio Trigueiros – Em 86. Eu passei 20 anos, foi.

Jackson Azevedo – Ok, tá joia. E virou físico nuclear? Doutor em Física Nuclear. Muito obrigado!



AUDIÊNCIA PÚBLICA
15 de maio de 2015 - Centro Educacional Teodoro Sampaio
Santo Amaro - Bahia



DEPOENTE:
SIGNALDO DA COSTA VIGAS

Siginaldo da Costa Vigas é santoamarense. Foi preso aos 22 anos, ao retornar do trabalho na Petrobras, alguns dias após o golpe militar, em abril de 1964. Ficou alguns dias na cadeia da cidade e de Santo Amaro foi levado para Salvador, onde ficou 45 dias no Forte do Barbalho. Ao ser liberado, retornou à cidade e ao seu emprego. Lá permaneceu até o fim de outubro de 1964, quando foi demitido, segundo ele, pelo fato de ser comunista. Foi anistiado, assim que foi promulgada a lei nº 6.683, conhecida como Lei da Anistia, no dia 28 de agosto de 1979.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Siginaldo da Costa Vigas**

Louvado seja o nosso Senhor Jesus, o Cristo! Nós estamos aqui hoje reunidos pela Comissão da Verdade para explanar os fatos que ocorreram naquele nefasto dia do golpe militar, que eles apelidaram de revolução. De revolução, não tinha nada.

Eu apenas tinha 22 anos quando ocorreu o fato. E pouco tenho assim a relatar a respeito do acontecido, porque eu estava em casa, depois de mais ou menos três dias, ou quatro dias, lá pelo dia cinco, mais ou menos ou seis, quando chegou na minha porta o sargento Barreto, o delegado de polícia Alcione e o major Garcia e me convidaram para que eu adentrasse a um jipe que estava ali com eles, e me recambiaram para a delegacia. Eu tinha acabado de chegar do trabalho, eu estava trabalhando, tinha acabado de chegar, chegando em casa aí recebi essa rebordosa. E lá eu passei uns dias na cadeia aqui em Santo Amaro, depois fui recambiado pra Salvador lá pro Barbalho, passamos no Quartel General e lá foi feita a triagem da gente, dos elementos, nome e tal, impressão digital e depois eu fui levado pra o Barbalho.

Lá no Barbalho, tinha dentro de uma cela, a qual eu fiquei, eram mais ou menos 19 pessoas ali dentro. A bem da verdade, porque nós estamos aqui pra falar a verdade, a verdade acima de tudo. Eu não vi lá, não presenciei nenhuma tortura, nem psicológica ou outra qualquer, de jeito nenhum. Na cela em que eu estava, e nas outras celas subsequentes, não via nada.

Um dia ou outro assim, eu não sei por que, havia uma pessoa longe assim, gritando “uai, uai, uai!”, parecendo que tava apanhando, mas eu não cheguei a ver e nem ninguém que estava conosco na cela chegou a presenciar esses fatos que fossem espancamento, só ouvíamos esses gritos.

Então nós ficamos aí e eu, quando foi no dia, mais ou menos, com um mês e 15 dias, 45 dias após a minha prisão, eu fui convidado na cela, por um oficial que chegou, e eu saí com o oficial, e ele disse: “você está sendo liberado.” Eu dei graças e saí.

Então, isso foi o que me aconteceu. Retornei ao trabalho, trabalhei até o dia 31 de outubro, quando foi no dia 01 de novembro, veio uma ordem de desligamento da empresa, que eu trabalhava nessa época na Petrobras. Então, nós ficamos... fiquei desligado da empresa e consequentemente perdi o emprego e ficou... ficamos aí até quando eles... o Congresso Nacional, as forças políticas do país trouxeram a Anistia, fizeram a Anistia e eu fui anistiado graças a Deus, fui anistiado.

Quero dizer que isso, eles acham que ser comunista é crime, e não é. Pelo

que eu sei, pelo que eu conheço da História, o primeiro comunista militante que teve aqui na terra foi Jesus Cristo. É... o primeiro comunista militante é Jesus Cristo. Quem conhece a história de Cristo e vê o que ele pregou e o que ele fez e o que ele quer... é... ações de pessoas que tenham o conceito voltado pra o comunismo.

Então foi isso que se passou comigo. Graças a Deus eu estou aqui, agora, vendo essa luta que nós estamos empreendendo todos os dias pra modificar esse estado de coisa que aí está. E todos nós que nos empenhamos nessa luta, não somos olhados com bons olhos.

Que na verdade, na verdade, esse país tá mergulhado num mar de lama, onde o crime assola a nação de ponta a ponta nas suas mais variadas modalidades. É isso que nós queremos acabar: é com a miséria, é com a fome, é com o mau trato ao trabalhador.

Essas coisas que nós temos que procurar fazer e eu vou estar aqui com todas as minhas forças, com todo o meu idealismo que é isso, não vejo crime nenhum em eu querer o bem-estar das pessoas. É isso que eu tenho a dizer. Muito obrigado!



AUDIÊNCIA PÚBLICA
15 de maio de 2015 - Centro Educacional Teodoro Sampaio
Santo Amaro - Bahia



DEPOENTE: LAURINDO PEDRO GOMES

Laurindo Pedro Gomes, santoamarense, tinha 24 anos, era casado e trabalhava na Petrobras quando ocorreu o golpe de 64. Sua participação no Grêmio do Colégio Teodoro Sampaio e no Jornal 'Tribuna dos Moços', o colocou na mira da polícia. Nos primeiros dias de abril recebeu aviso que seria preso e fugiu da cidade. Com articulações políticas conseguiu se livrar da prisão, mas foi demitido da Petrobras e foi morar na vizinha São Sebastião do Passé. Em 74 formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Em 75 foi aprovado no concurso pra Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho, onde ficou até 1988. Anistiado, retornou à Petrobras, trabalhou dois anos e em 1990 aposentou-se.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Laurindo Pedro Gomes**

Meu nome é Laurindo Pedro Gomes, sou santoamarense, aqui convivi até 1964, estou residindo fora do município, no município aqui próximo, São Sebastião do Passé há 51 anos, que coincide com a minha saída em razão do golpe militar de 64.

Aqui, nós tínhamos um grupo de jovens que tínhamos uma consciência política e esse grupo era constituído, entre outros, por Antônio Trigueiros, Carlos, Antônio Rocha, Adelmário, e que nós chegamos a fazer um jornal, o jornal A Tribuna dos Moços. Os diretores... eram três diretores. O jornal registrado em cartório, todo legalizado, jornal que nós tínhamos criado em 1963. A direção era nossa, Antônio Trigueiros e Antônio Ramos Rocha. E no jornal, nós veiculávamos nossas ideias, nossos pensamentos. Nós tínhamos uma visão progressista e a gente às vezes fazia denúncias no jornal. Algumas dessas denúncias estão ligadas ao que resultou depois com a gente.

Me lembro bem, que uma das nossas matérias foi denunciando no jornal, que o delegado de polícia da época - que era o Uzêda, que foi relatado - ele fornecia carteiras às prostitutas de Santo Amaro, lá de Bodassa, e cobrava um valor pra fornecer essas carteiras e obrigava que elas tivessem essas carteiras de prostituta, e cobrava um valor. O nosso jornal conseguiu depoimento, fizemos facsímile da carteira, colocamos no jornal e fizemos a denúncia.

Então, o nosso jornal, era um jornal de

jovens, isso em 1963. Eu tinha 23 anos, Trigueiros é um ano mais velho que eu, porque ele nasceu em 1941 – até isso eu me lembro – tinha 22. Antônio Rocha era mais ou menos da mesma idade. Heitor, saudoso à memória, que era quem cuidava da parte artística do jornal, já é falecido, uma pessoa muito inteligente, muito culta e de muito bom senso, minhas homenagens à memória de Heitor.

Então esse jornal criava certas dificuldades para nós. Como nós estávamos expressando a verdade, eles não tinham o que fazer. E Trigueiros lembrou aqui um fato que ainda em 63, uma matéria que nós fizemos a respeito do A Tarde, falando que A Tarde havia compromissos com a direita e compromissos com o capital internacional, sobretudo o capital americano, e motivou um editorial de A Tarde. Me lembro bem do título, até um título um tanto expressivo porque dizia assim: “Sarampo”. O articulista desenvolveu e chegou um momento que ele concluiu o seguinte: que em Santo Amaro estava havendo uma onda de jovens vermelhos, daí o nome Sarampo, e concluía no final do editorial dizendo o seguinte: “Palmadinhas nela”. Eu nunca me esqueci desse final, “Palmadinhas nela”. Já aquele momento, em 63, eles já induziam a força física contra a gente. Isso em 1963.

E, quando foi em 64, eu já trabalhava na Refinaria desde 1960, comecei aos 20 anos. Do grupo, a maior parte era desocupada. Desocupada porque não tinha emprego, a não ser eu e Antônio Rocha. Antônio Rocha era da Secretaria da Fazenda, era funcionário da Secretaria da Fazenda. Os outros ainda não estavam trabalhando. Trigueiros mesmo não estava trabalhando, ainda nessa época do jornal, não estava, e

a gente segurava mais a barra do jornal. Quando faltava o dinheiro, a gente tinha que estar dando uma cobertura e a gente fazia aquilo por amor, por dedicação.

Quando foi em 64 e antes nós já tínhamos um movimento político, nós vivíamos uma intervenção política numa campanha de candidato a prefeito. Nosso grupo apresentou um candidato a prefeito, Mário Valadares. Mário Valadares não se elegeu, mas teve uma votação expressiva. Nós conseguimos... saíram dois candidatos a vereador do grupo pelo PTB, Bacalhau, esse que a gente conhece popularmente como Bacalhau e eu também saí pelo PTB. Foram dois, que era pra gente dar apoio à candidatura de Mário Valadares. Embora o pleito nosso não era uma eleição mesmo pra gente, vereador, mas mesmo assim tivemos uma votação expressiva pelo PTB. Bacalhau ficou como 1º suplente, eu fiquei como 2º suplente.

“Veio o golpe militar em 64, 31 de março, porque eles não querem que chame 01 de abril, mas foi no início, no final da tarde de 31 de março e a coisa começou chegando pra 01 de abril. E já no dia 02 de Abril, eles tentaram me prender e chegaram à nossa residência pela frente, eu consegui sair pelo fundo da casa, tive a colaboração de moradores da localidade, que ficaram olhando se o ambiente estava propício”.

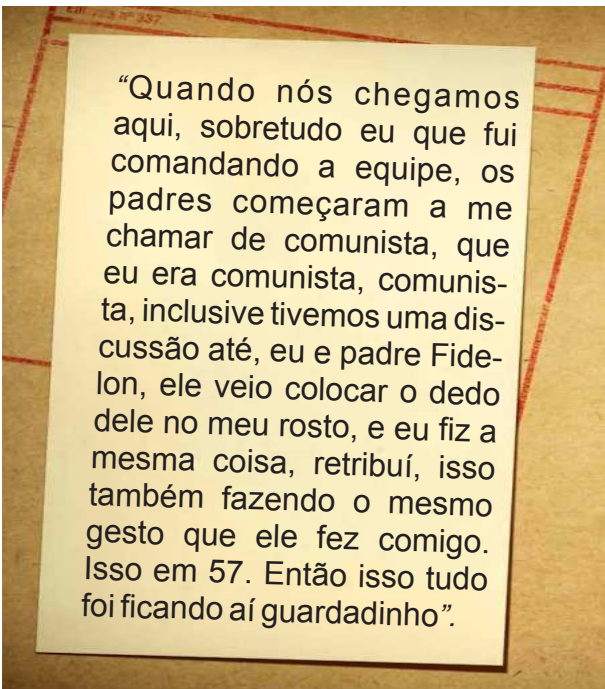
Veio o golpe militar em 64, 31 de março, porque eles não querem que chame 01 de abril, mas foi no início, no final da tarde de 31 de março e a coisa começou chegando pra 01 de abril. E já no dia 02 de Abril, eles tentaram me prender e chegaram à nossa residência pela frente, eu consegui sair pelo fundo da casa, tive a colaboração de moradores da localidade, que ficaram olhando se o ambiente estava propício. Eu saí pelos fundos da padaria de Monteirinho, ganhei o Rio Subaé, atravessei o rio, ganhei os canaviais. Eu conhecia muito o município de Santo Amaro, porque eu era moleque catador de araçá, de goiaba, e aí eu saí por essa região, Ladeira das Virgens e aí acompanhei a linha do trem e fui terminar em Maracangalha. Mas eu estava jovem nessa época, estava com 23, ia fazer 24 anos

ainda. Saí nessa direção, indo pro lado da Usina Passagem, depois segui caminho e já à noite eu cheguei em Maracangalha porque havia um parente que morava por lá, era fazendeiro e eu já tinha calculado a ideia dele me colocar numa fazenda, porque a turma me avisava logo que eu não poderia ser preso que eu era marcado, muito marcado.

Eu tinha, nós tínhamos dois problemas pessoais, logo de frente e dois perigosos. Um, com o Garcia, o tenente Garcia que era o do Exército, porque eu, quando da diretoria do Grêmio, da vice-presidência do Grêmio eu, estudante, 17 anos na época, eu fazia o curso pedagógico, e ele era o professor de Educação Física e tinha o hábito de aqueles alunos que não tinham muito jeito pra ginástica, ele às vezes usava uma corrente, dava umas correntadzinhas nos meninos, nos colegas. E uma vez ele fez isso junto de um colega. Se eu não me engano, acho que era Roberto Bolão, que era colega de turma, inclusive Roberto Veloso era colega de turma no ginásio ainda.

Eu protestei. Disse pro Garcia: “Olha, o senhor não devia fazer isso, o rapaz não tem jeito pra ginástica” – que ele era todo gordão, todo pesado – ele não gostou, e me disse: “O senhor é um tolo.” Eu disse: “Imbecil é o senhor!”. E isso foi terminar, (que ele era muito ditador), foi terminar no Tiro de Guerra. Ele me trancou com ele pra discutir, até que trouxeram Benedito Barbosa, que era escrivão do Juiz. Benedito Barbosa veio, ficou batendo na porta, eu trancado lá com ele no Tiro de Guerra, discutindo, até que ele resolveu abrir, porque os colegas também estavam na porta do Tiro de Guerra, batendo pra ele abrir a porta. Então isso foi um momento anterior, isso eu tava com 17 anos.

Eu... talvez seja o único caso que eu tenho conhecimento. Nesse mesmo ano, em 57, aqui no Teodoro Sampaio onde eu estudava, e era o vice-presidente do grêmio estudantil. Houve um congresso em Salvador da ABES, aquela disputa pela



“Quando nós chegamos aqui, sobretudo eu que fui comandando a equipe, os padres começaram a me chamar de comunista, que eu era comunista, comunista, inclusive tivemos uma discussão até, eu e padre Fidelon, ele veio colocar o dedo dele no meu rosto, e eu fiz a mesma coisa, retribuí, isso também fazendo o mesmo gesto que ele fez comigo. Isso em 57. Então isso tudo foi ficando aí guardadinho”.

direção da ABES, pelo controle da ABES, da direita e a esquerda. E nós ficamos com a parte progressista, ficamos com a esquerda e a esquerda ganhou, nós não votamos. Eles fizeram de tudo para pesquisar a nossa inclinação, a votação da bancada nossa que foi pra lá. E a gente não tinha certa malícia, não tinha experiência ainda. Eles ficaram colocando colegas, e nós ficamos hospedados no Antônio Vieira, que era colégio de padre, ficamos lá hospedados e eles ficavam olhando nossa tendência, com quem a gente ia marchar. E nós marchamos com a esquerda.

Quando nós chegamos aqui, sobretudo eu que fui comandando a equipe, os padres começaram a me chamar de comunista, que eu era comunista, comunista, inclusive tivemos uma discussão até, eu e padre Fidelon, ele veio colocar o dedo dele no meu rosto, e eu fiz a mesma coisa, retribuí, isso também fazendo o mesmo gesto que ele fez comigo. Isso em 57. Então isso tudo foi ficando aí guardadinho. Qual foi a conclusão? Eu tive que, armaram um Inquérito Administrativo contra o aluno aqui, armaram um Inquérito Administrativo com o objetivo de me expulsar do colégio. Tivemos que colocar advogado, tivemos que conversar com o doutor Arivaldo

Andrade de Oliveira que era juiz na época aqui em Santo Amaro, chegou até à presidência do Tribunal, doutor Arivaldo, e doutor Péricles me acompanharam aqui, nessa empreitada e aí a conclusão foi a seguinte: houve uma negociação, como eu já estava, isso aconteceu já no final do ano, então havia Garcia contra mim porque tinha o negócio do tiro de guerra, e tinha o problema da eleição da ABES em Salvador. Juntaram tudo, nós tivemos que fazer um acordo. Eu já estava praticamente passado, fiz as provas finais, com o compromisso de não concluir o 3º ano aqui. Eu fui obrigado a sair e concluir em Salvador o 3º ano.

Então isso tudo ficou guardadinho aí. Quando veio 64, 02 de abril, eu tinha trabalhado de 4 a meia-noite, estava em casa descansando, chegava mais ou menos 2 horas em casa, e quando é de manhã, estava o movimento pra me prender. Eu fui beneficiado. Até hoje eu não sei de quem partiu essa coisa, mas era gente que estava no grupo, alguém que estava no grupo, que quando eu estava em casa, aí chega uma mocinha e diz: “Oh, diz que é pro senhor sair, porque senão vai ser preso”, eu disse “Isso é brincadeira, brincadeira de mau gosto”. Eu não saí.

Quem mandava informação percebeu que não viu movimento nenhum. Aí já mandou uma pessoa crescida, veio uma moça e disse: “Olha, já foi avisado, já mandou aviso, é o seu segundo aviso. Se o senhor não sair, vai ser preso”. Eu digo: “A coisa é pra valer mesmo”. Aí foi que eu corri, saltei pra o fundo da padaria de Monteirinho e daí eu ganhei o Rio Subaé, atravessei, ganhei os canaviais, fui terminar em Maracangalha.

Mas isso eu já pagava de 57 e do jornal em 63, porque saiu matéria contra o

Uzêda, saiu o artigo, o editorial de A Tarde, “Sarampo”, tanto que os mais visados erámos eu e Trigueiros. Inclusive, o pessoal que foi preso, eles não conseguiram me pegar, porque eles rondavam, botavam gente circulando. Eu tinha informação de gente ligada ao próprio Garcia. Eu sempre, sempre gostei de raciocinar um pouquinho. O que ele ia fazer, eu recebia os avisos. Eu estava numa região, “eles vão mandar gente pra tal lugar”. Eu digo “olha, não posso mais ficar aqui, vou pra tal lugar”. Aí, eu circulava, ficava em fazendas e fiquei nisso um certo período.

Um dia, me ocorreu uma ideia. Eu digo, eu tinha 23 anos, tinha feito 24, em 27 de abril eu completei 24 anos, já era casado. Minha esposa passou por duas situações difíceis em casa, que eles entraram depois que não me encontraram, reviraram a casa toda, me procuraram, não encontraram. Como minha esposa era originária de um distrito, Jacuípe – pertence ao município de São Sebastião do Passé – e a ligação de Jacuípe era com Santo Amaro na época, que inclusive havia um trem que ligava Teodoro Sampaio até Santo Amaro – que a bendita revolução, uma das primeiras medidas que ela fez, (o golpe militar), foi tirar esse trem que ligava de Teodoro Sampaio – hoje Teodoro Sampaio, que era Bom Jardim, Catuissara, na época – até Santo Amaro e era diário. Ligava diariamente, chegava aqui de manhã cedo, 8 horas já tinha chegado aqui, e quando era 4 horas da tarde, esse trem voltava.

Então, eu estou contando esse detalhe pra perceber: o que foi que aconteceu? Eles calcularam “A esposa dele é de Jacuípe, ele deve ter ido pra casa dos pais dela.” E aí, quando foi de madrugada, minha esposa, que estava grávida de oito meses, tomou outro choque. Teve um, logo

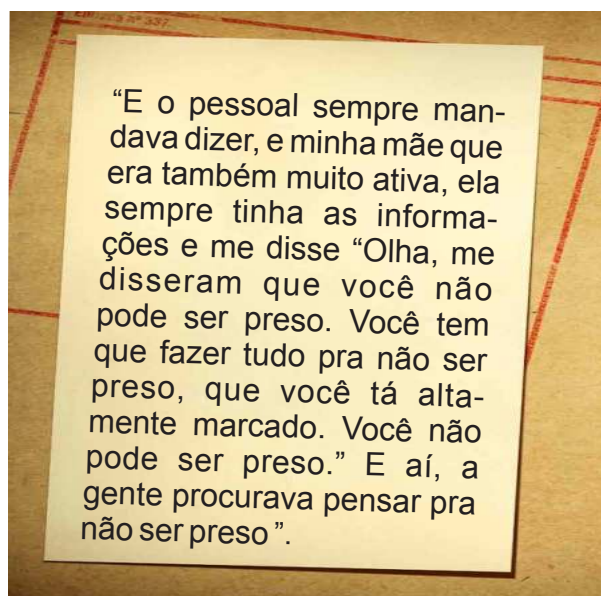
“Até hoje eu não sei de quem partiu essa coisa, mas era gente que estava no grupo, alguém que estava no grupo, que quando eu estava em casa, aí chega uma mocinha e diz: “Oh, diz que é pro senhor sair, porque senão vai ser preso”, eu disse “Isso é brincadeira, brincadeira de mau gosto”. Eu não saí”.

de manhã, mais ou menos às 10 horas, e outro à noite. Chegaram lá, invadem a casa de madrugada. Ela tomou dois choques. Tanto que minha filha nasceu com um problema de distúrbio na visão, ela ficou com uma sequelazinha na visão. Ela nasceu em 14 de maio de 64, um mês e pouco após essa invasão na nossa residência aqui em Santo Amaro e a outra invasão que eles fizeram pela madrugada, lá no distrito de Jacuípe à minha procura.

Eu consegui que eles não me pegassem. E o pessoal sempre mandava dizer, e minha mãe que era também muito ativa, ela sempre tinha as informações e me disse “Olha, me disseram que você não pode ser preso. Você tem que fazer tudo pra não ser preso, que você tá altamente marcado. Você não pode ser preso.” E aí, a gente procurava pensar pra não ser preso.

E o que foi que aconteceu? Quando as coisas começaram a assentar mais, eu sabendo as informações dos outros companheiros, alguns já tinham saído, e tal, eu digo: “Eu tenho família.” Já tinha filho, já tinha casado. Minha mãe era viúva, quem segurava a barra era eu. A casa era cheia: avó, primos, tudo dentro de casa. Eu era o único que trabalhava que segurava a barra. “Eu tenho que me movimentar, não posso ficar nessa.” Aí, imaginei fazer o que? Vou usar as próprias armas deles. Eu tinha um relacionamento com uma pessoa, havia um chefe político da UDN aqui, que era, ele era fiscal de renda do Estado: Aderbal Cardoso. Aderbal Cardoso, eu sabia, que era muito amigo de Juracy Magalhães, ele era chefe da UDN daqui. Eu digo: “Aderbal Cardoso é torcedor do Botafogo, o time que eu jogava aqui, amador. É torcedor do Botafogo. Ele gosta de mim, eu sei que ele gosta de mim. Ele diz ao filho dele que eu era uma referência, que eu gostava de estudar e o filho dele, Moacir Careca não gostava” Eu sabia dessas conversas todas.

Eu digo: “Eu não vou ficar nessa, eu vou conversar com Aderbal.” Aí armei um esquema de ir à noite a Salvador procurar



Aderbal. E fui com uma ideia suicida, mas ele me garantiu, eu digo: “Vamos fazer isso”. Eu fui a ele, e propus o seguinte: “Aderbal, você é muito amigo de Juracy. Então, você sabe um pouco a minha história e tal. Aquele pessoal me persegue muito desde a época do ginásio, o tenente Garcia. Tem também o outro da polícia, porque o jornal, a gente tinha o jornal lá e saiu a matéria tal, eu era um dos diretores do jornal...”. Eu disse: “Eu quero me apresentar no Quartel General. Você me dá uma carta de Juracy Magalhães, que é seu compadre?” Eu sabia dessas histórias.

Ele disse “Não tem problema não, eu lhe dou essa carta”. Eu disse: “Eu posso me apresentar com garantia?”. Ele responde: “Pode rapaz, eu to dizendo a você, vá sem medo”. Ele me deu a carta, eu me apresentei lá no Quartel General, fiz meu depoimento, disse as coisas, disse o que eu fazia. Meu pensamento político é esse, esse, esse, ponto. Eu defendo isso, isso, isso. E tem o major nessa história, tem o Garcia e tem o major Uzêda. Quando relatei os episódios todos, que havia uma perseguição de ordem pessoal, e que eu que estava ali pra relatar tudo isso e queria me apresentar pra ser ouvido no Inquérito Policial Militar e tudo...

Eu sei que eles me ouviram, tudo isso e tal, disse: “Se precisar, você já tem o endereço

aí, eu entro e mando chamar você depois”. “Eu já posso ir a Santo Amaro?”. “Pode”.

Eu deixei passar uns dias, e eu não tinha carro, vim pegando transporte. Saltei no tradicional ponto ali do velho ginásio santoamarense que tá lá em ruína. Saltei ali, quando acabo de saltar, chega o Uzêda com o jipão e para em cima de mim. Eu digo: “Vai dar problema agora”. Quando ele para o veículo, ele me diz assim: “Como é que o senhor sai daqui pra ir pro Quartel General falar mal de mim e de Garcia?”. Eu digo: “Ah, ótimo! Eles já receberam alguma coisa aí, já receberam alguma coisa”. Eu disse: “Olhe, a informação que eu tenho é que qualquer coisa, pra vocês procurarem o Quartel General, qualquer coisa eles mandam me dizer. Então meu assunto agora é só com o Quartel General”. Eu sei que eles me deixaram em paz, entendeu? Porque não conseguiram fazer nada.

Então a minha experiência nesse golpe militar foi essa. Eu não fui... só passei por essa situação que foi essa que vinha de 57, da época que eu tava aqui no colégio, por causa do grêmio estudantil, isso e aquilo, depois a política que a gente entrou aqui lutando, contra as classes dominantes e a gente fez um bom trabalho que ia crescer. O jornal começou em 63.

Em 64, a gente tava em atividade, foi quando aconteceu. E era um grupo jovem, idealista, sonhador, todo mundo sonhador. Carlos, que a gente chama carinhosamente, ele não falou isso, Carlos Cueca, porque ele só gostava de jogar futebol aqui mesmo na quadra, aqui, só jogava de cueca, não vinha de calção, daí o nome Carlos Cueca. De modo que essa foi nossa experiência em Santo Amaro, da qual eu sinto muita falta [emocionado]

Acabou a graça. São 51 anos fora, de uma terra onde eu nasci que eu sempre reverenciei – e eu estava prevenido pra que isso [muito emocionado] não acontecesse, mas aconteceu, mas eu vou segurar isso. Então essa falta. Eu sinto a falta da minha terra, venho aqui aos quandos. Mas ficou em mim uma certa mágoa, ou decepção, não sei bem o quê. De que eu fui obrigado, por forças estranhas à terra, que não eram santoamarenses, duas pessoas estranhas à terra, eu fui obrigado a sair da minha terra, onde eu nasci, onde eu convivi, onde eu estudei aqui, meus ideais, meus sonhos, todos ligados à terra.

“Eu não fui... só passei por essa situação que foi essa que vinha de 57, da época que eu tava aqui no colégio, por causa do grêmio estudantil, isso e aquilo, depois a política que a gente entrou aqui lutando, contra as classes dominantes e a gente fez um bom trabalho que ia crescer. O jornal começou em 63”.

Aqui nesse auditório, a gente com o grêmio estudantil, a gente fazia aqui umas atividades: fazíamos uns shows, fazíamos encontros com cidades vizinhas, com Cachoeira, patrocinava os concursos: jogo de futebol e tudo, inclusive que terminava até com festa. Eu me lembro bem que encerrou uma festa aqui, com um grupo de Cachoeira, fazendo a festa aqui. E nas nossas atividades aqui, nós tínhamos Caetano cantando aqui, me lembro bem, Caetano gostava muito de cantar “Coimbra”, gostava muito de música portuguesa na época, de vez em quando ele cantava aqui nesse auditório mesmo, aqui nesse auditório. De modo que, quando eu entrei aqui, eu senti o auditório, e essas lembranças todas vieram, veio a quadra e quando Carlos falava, eu tava atento ao que ele tava falando, ao depoimento dele. Mas eu não conseguia me esquecer de Carlos Cueca, de Carlos jogando de cueca ali, no dia que ele ganhou o apelido de Carlos Cueca.

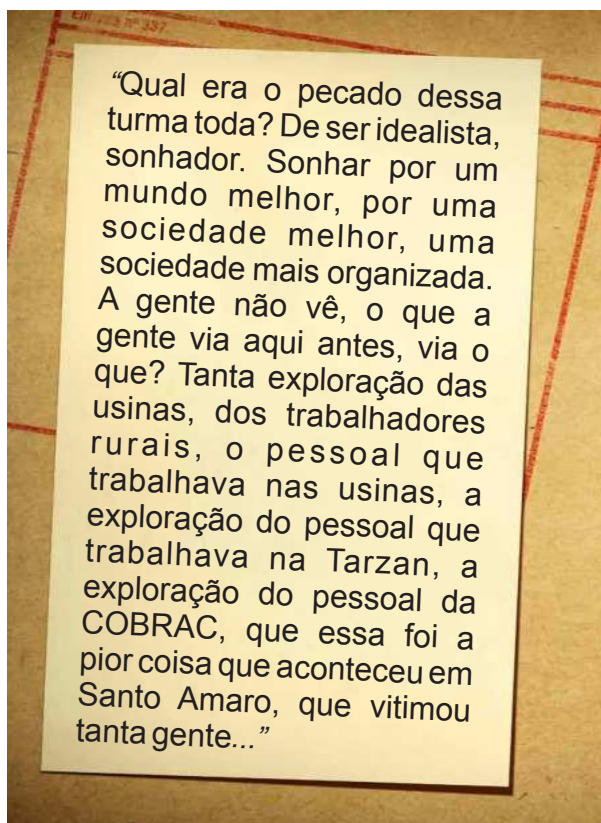
São essas lembranças... é isso que eu tenho a revelar. Eu não fui preso, fui depois... eu depois disso aqui, eu fiz... eu

voltei a estudar, eu... em 70 eu fiz vestibular pra Universidade Federal da Bahia, pra Direito, em 74 eu concluí o curso.

Em 75 eu fiz logo, assim que eu saí da faculdade, o concurso pra Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho, fui passando logo entre os primeiros, fui logo chamado pra trabalhar, trabalhei de 75 a 88 no Ministério do Trabalho, foi quando eu fui muitas vezes chamado, que tinha o problema da Anistia, o problema da Petrobras e tal. E eu me segurando que eu não queria sair de onde eu estava, e depois eu terminei saindo, pedindo a exoneração do Ministério do Trabalho, ainda trabalhei dois anos, voltei à Refinaria, trabalhei dois anos, em 90 eu me afastei.

Hoje eu tenho 75 anos, 51 anos fora de minha terra natal, em Santo Amaro e ligado ao município próximo aqui em São Sebastião do Passé. De modo que isso é o que eu tinha que dizer nesse depoimento, nesse encontro. E lembrar, por exemplo, o grande herói dessa história toda é Trigueiros, é Zorildo que não tá aqui, é Heitor que já foi embora, já morreu. O velho Marú, o velho Marú era um símbolo, sempre foi um símbolo pra gente aqui em Santo Amaro. Pessoa simples, um pobre, cabeleireiro, honrado, criou sua família, educou sua família em padrões dignos.

Qual era o pecado dessa turma toda? De ser idealista, sonhador. Sonhar por um mundo melhor, por uma sociedade melhor, uma sociedade mais organizada. A gente não vê, o que a gente via aqui antes, via o que? Tanta exploração das usinas, dos trabalhadores rurais, o pessoal que trabalhava nas usinas, a exploração do pessoal que trabalhava na Tarzan, a exploração do pessoal da COBRAC, que essa foi a pior coisa que aconteceu em Santo Amaro, que vitimou tanta gente, tanto operário e tanta gente que não tinha nada a ver com a COBRAC, que ainda padece de enfermidades aí, pela COBRAC. De modo que o que a gente tinha eram esses sonhos. Essa juventude toda acalentava esse



sonho, de ter uma sociedade melhor, uma sociedade mais organizada.

E hoje, na velhice, o que nós queremos também? Uma sociedade melhor, mais justa, mais organizada, sem terceirização. Um absurdo o que estão fazendo aí, um retrocesso, um retrocesso muito grande. Isso é um absurdo, um crime! Estão retrocedendo! Ao invés de o Brasil avançar, avançar na legislação trabalhista, na proteção ao trabalho, estão querendo o quê? Dar mais condição ao capital. Capital já tem muita oportunidade, os banqueiros estão aí fazendo o que querem! Não se penaliza e não se coloca nada em cima das grandes fortunas porque não quer melhorar o Brasil. Não quer tirar... É tirando da viúva que fica... que não vai mais receber o que recebia? É tirando do Seguro-Desemprego, é daí? Por que não tirar das grandes fortunas? Os banqueiros, que faturam a cada ano aí, bilhões... Outro dia eu tava aí ouvindo os do Itaú declarando, o lucro do Itaú mais de 5 bilhões no ano de 2014. Então é isso, a gente ainda guarda isso, e nunca vou deixar de manifestar meu pensamento, de defender os que são mais

prejudicados para ficar com o capitalismo. Se isso é ficar contra a pátria, eu serei sempre um anti pátria, porque preferirei ficar com os que estão esmagados, dos que são, tem a dificuldade aí na vida.

Dulce Tâmara - Muito obrigado, o sonho não acabou, estamos aqui vivos e eu acredito que a juventude vai avançar e o

Brasil por pior que esteja a crise, já se avançou bastante. Eu acho que já tivemos alguns ganhos e vamos ganhar mais. Eu estou com a sensação que eu estou pisando num espaço sagrado. Essa memória de vocês dá vontade de ficar aqui o dia inteiro ouvindo, e eu sei como é profunda e como é rica toda essa memória, mas vamos adiante.



AUDIÊNCIA PÚBLICA
15 de maio de 2015 - Centro Educacional Teodoro Sampaio
Santo Amaro - Bahia



DEPOENTE: ODYRCEO DA COSTA VIGAS

Santoamarense, Odyrceo da Costa Vidas foi preso no dia 06 de abril de 64, quando voltava da Refinaria Landulpho Alves, onde trabalhava como operador e era integrante do sindicato dos trabalhadores. De Santo Amaro foi levado para Salvador, onde ficou encarcerado no Barbalho sem direito a banho ou a colchão para dormir, depois em Monte Serrat. Ficou preso entre os meses de abril e junho, mas não sofreu tortura física. Em 1969 foi para São Paulo, mas acabou retornando para a Bahia, devido à falta de oportunidades no Sudeste. Já na Bahia, embora procurasse emprego e chegasse até a ser contratado, acabava demitido devido à sua prisão, sob a acusação de ser comunista. Até hoje vive em Santo Amaro e continua com o ideal de um país melhor.

**Texto não revisado pelo depoente.*

Odyrceo da Costa Vidas*

Boa tarde pessoal. Meu nome é Odyrceo da Costa Vidas, e muita gente aqui me conhece aqui, como Lazinho ou Vidas, que é o apelido da Refinaria. Eu hoje estou relembando aqui, depois das palavras de Carlos, Pedrinho, Trigueiros, e parece que um dos militares lá na 6ª Região, ele falou isso, eu estava colado lá na hora que eu estava preso também. Em um dado momento ele disse: “Aquela terra é um covil”, se referindo aos santoamarenses que estavam presos lá. E hoje, depois que Trigueiros lembrou tanta coisa aqui, o Carlos e o Pedrinho, eu queria Trigueiros ou vocês que têm mais memória do que eu: “É aqui que é a quadra do Teodoro Sampaio, do nosso colégio?” Eu estou perdido. Cheguei aqui hoje, joguei muita bola aqui junto com Carlos Cueca, com o Pedrinho, que no instante se lançou aí, como bom jogador de bola, que era um zagueirão do Botafogo. Eu jogava de ponta, comigo não dava um [...], eu driblava ele, fazia o que eu queria... se lembra Pedro? Bons tempos aquele, não é?

Bem pessoal, eu fui preso no dia 06 de abril de 64, quando voltava da Refinaria onde eu trabalhava. Naquele dia nós estávamos reativando a RELAM que tava parada, que o pessoal fez uma greve, tentando impedir o golpe e na hora que eu voltava do trabalho fui preso, e já sabia que ia ser preso, porque o Exército, através do tenente Garcia, com Barreto, Alcione (o delegado da época), já tinha prendido aqui

vários colegas, inclusive o meu irmão; e os colegas que foram entrar 4 horas chegaram lá foram correndo na minha unidade me avisar. Disseram: “Oh, não vá não porque estão prendendo gente lá e estão esperando você pra lhe prender”.

Mas eu achei que aquilo era um absurdo. Por que? O que é que eu pregava?

Pregava uma sociedade mais justa, mais humana, mais fraterna, mais irmã, a igualdade, desde lá de Mataripe, como aqui também em Santo Amaro. E não era escondido de ninguém. Participei de várias reuniões com o companheiro Trigueiros, com meu irmão ali, o Siginaldo que é meu irmão e outros colegas. A gente jovem naquela época, tinha 25 anos, a gente brigava por

isso, tava apoiando o governo de João Goulart com aquelas reformas de base que nunca foram feitas, inclusive a agrária que depois de 50 anos continua aí nesse marasmo, não foi feito nada.

Eu achei que não tinha motivo nenhum pra me prender, e vim, e não cheguei em casa, porque no caminho, o ônibus foi parado e eu desci preso, no outro dia fui pra Salvador, passamos no Quartel General onde foi feita a identificação, retrato de todas ordens e depois fui pro Barbalho, onde ficamos. Eu fiquei no Barbalho mais ou menos dois meses, onde o comandante, era um capitão Hermes, era um fascista, porque dentro de uma cela tinha mais de 20 pessoas dormindo no cimento frio. Naquela época, foi uma época chuvosa, como tá agora nesse período, o cimento chegava a minar. Tanto que muitos colegas ficaram doentes com aquele tratamento. Só depois de muito tempo é que a gente mandava comprar o jornal todo dia, a gente lia, acompanhava de dentro da cela a evolução do movimento e começava a fazer um colchão com jornais, você se lembra

disso aí, não é Carlos? Mas como a gente comprava somente alguns poucos jornais, não dava pra todo mundo, mas aos poucos a gente ia dando a outros colegas e dormia em cima do jornal. A comida chegava 2, 3 horas da tarde, fria, praticamente vinda de um congelador e a gente via as bandejas mal lavadas com resto de comida de outros, acho que dos soldados, uma tortura terrível.

“Disseram: “Oh, não vá não porque estão prendendo gente lá e estão esperando você pra lhe prender”. Mas eu achei que aquilo era um absurdo. Por que? O que é que eu pregava? Pregava uma sociedade mais justa, mais humana, mais fraterna, mais irmã, a igualdade, desde lá de Mataripe, como aqui também em Santo Amaro”.

E depois eu fui pra o Monte Serrat, onde lá o tratamento mudou completamente: o capitão Tapioca entrava no barracão onde a gente estava preso, sem nenhum soldado ao lado, e perguntava o quê que a gente queria almoçar naquele dia. Capitão Tapioca. Deixou uma quadra a nossa disposição pra gente jogar “baba”, fazer “baba”, en-

tendeu? E lá dispunha de banheiro aberto, porque a gente levou mais de 15 dias sem tomar banho lá no Barbalho.

Eu particularmente não fui torturado, não me tocaram em um dedo, mas eu vi colega chegar com o pé praticamente rachado de uma coronhada de fuzil no Barbalho. E ele contou que foi um soldado que arrumou o cabo do fuzil no pé dele e tava aberto, um problema, um negócio sério. E outros mais que disseram que foram torturados também, mas eu particularmente não sofri nenhuma tortura física. Física.

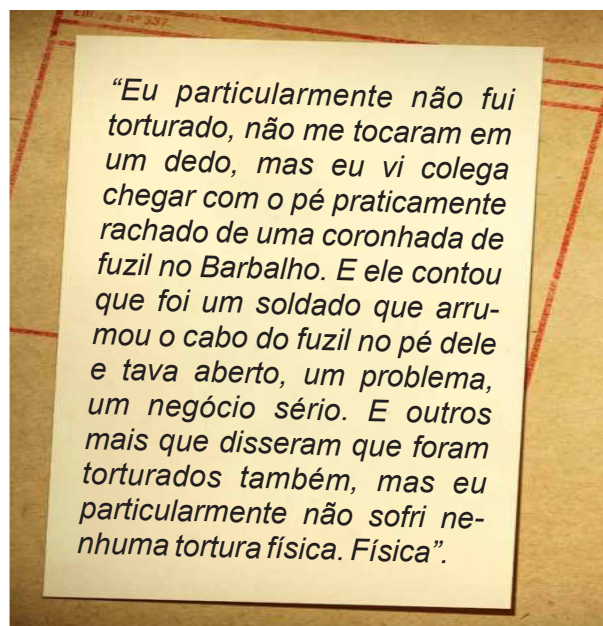
E pra muita gente que está aqui, eu estou vendo aqui muitos jovens que hoje ficam acreditando nesses jornais da burguesia. Vocês devem ficar de olho nos jornais tipo *A Tarde*, *O Estadão*, a *Rede Globo* que, desde 62, quando a *Globo* era uma organização pequena, já estava aliada com os americanos, praticamente os jornais da *Globo* traduziam os interesses americanos aqui no Brasil, inclusive, eles, contrariando o que as leis brasileiras determinavam, fizeram um acordo com *Time Life* e produziam

praticamente os interesses americanos aqui no Brasil. E isso é bom que se diga, porque essa juventude eu acho que não sabe disso. A gente vê também “*Estadão*”, é outro.

Então, vocês mais jovens que estão aqui me ouvindo, não acreditem nas informações dos jornais. A gente tem que ficar com o pé atrás. Porque, na verdade, eles não estão defendendo os interesses do povo brasileiro. O jornal *A Tarde*, que hoje posa aí de democrata, de liberal como outros jornais, escreveu editorial contra o sindicato nosso lá em Mataripe. Ele estampava na primeira página “O soviet de Mataripe está reunido”. O jornal *A Tarde*, um ano antes, quando a União Soviética existia, lançou o primeiro satélite artificial fora da terra, aquele *Sputnik*, ele fez um editorial falando misérias da União Soviética, não reconheceu aquele fato científico que todo mundo aplaudiu aqui. O jornal *A Tarde*, só é procurar nos anais lá e ver o que tá lá escrito.

Então vocês têm que ter muito cuidado quando lerem matéria desses jornais da burguesia... é sim, muito cuidado. Outra também: quando eles estiverem defendendo um ponto de vista, vocês desconfiem, desconfiem, que não presta pro povo. Quando eles estiverem defendendo um ponto de vista, desconfiem que pra o povo não presta. Podem pensar nisso, que no fundo eles estão com outros interesses.

E na Refinaria, outro detalhe que muita gente não fala, é que na ampliação da Refinaria, que foi feita pela empresa americana, a sabotagem para que a gente não se libertasse do jugo americano, no que se diz na fabricação de óleo diesel, de parafina e outros derivados do petróleo, foi sabotagem adoidado lá dentro. Eu mesmo, na minha unidade, presenciei várias vezes, em cada turma da nossa equipe, tinha um americano que acompanhava tudo, naquele período. Então eu fui destinado pra trabalhar na casa de força, que a casa de força significa o coração de qualquer indús-



tria, sem ela não funciona. Então, primeiro tinha que partir a casa de força pra liberar vapor e outras variáveis pras unidades. Toda vez que a gente começava a botar a caldeira em operação, fazendo já os testes finais, o americano que acompanhava a gente na turma vinha, olhando o movimento, a operação, a coisa.

Em dado momento, ele apertava no botão de desarme, e desarmava a casa de força. Os nossos técnicos à época – o Pernambuco, que hoje é falecido, o José Pacheco, o Santa Rosa – que eram meus amigos lá dentro – disseram: “O que aconteceu?”. Eles falavam inglês americano, a gente pouco falava, não entendia nada, ele ficava sem entender o que a gente tava dizendo, fingindo que não tava entendendo. Aí a gente chegou à conclusão e diz: “Olha, nós vamos partir amanhã na casa de força e na hora que ele chegar na porta, vai ficar um destacado colado com ele pra impedir que ele desligue a unidade”. E foi feito isso. Teve uma alteração forte com ele, porque ele falando inglês e desligava, isso pra poder a gente não poder colocar a unidade em operação e liberar as variáveis para as outras unidades, como foi feita na parafina, na planta com os lubrificantes.

Tem um livro escrito por um engenheiro da Petrobras que trabalhou co-

nosco lá, Dorodami Leitão, aparece o nome dele. Nem a Petrobras quis publicar esse livro, ele denunciando a sabotagem que os americanos faziam lá dentro da Refinaria. Tem um livro escrito por ele. Então, o que acontece? Em determinado momento nós impedimos que ele desligasse a unidade e daí a gente partiu a unidade, liberou vapor para as outras unidades, a Petrobras conseguiu finalmente produzir lubrificante, parafina e outros derivados... Então, é coisa que, o povo não sabe dessas coisas. É bom que a gente fale porque isso tudo faz parte de um contexto do movimento revolucionário de 64 e que, na minha opinião, o golpe de 64 não começou em 64. Agente tem que retroceder alguns anos, até a partir de 1950 com a eleição de Getúlio Vargas.

Em 50, eu tinha 12 anos, mas acompanhava muito política através das emissoras de rádio, que na época não tinha televisão, e telejornais. Já naquela época, as forças da direita diziam que Getúlio não podia ser candidato a presidente; e se fosse, não podia ganhar; e se ganhasse, não devia tomar posse.

Getúlio foi candidato, ganhou, tomou posse e começou a criar algumas indústrias importantes para o país: a Petrobras, a Volta Redonda, CSN e outras. Foi aquela avalanche terrível contra ele e terminou com o suicídio dele em 54. Mas no 11 de novembro de 55, Lott teve que intervir porque Café Filho, que assumiu o lugar de Getúlio, estava preparando um golpe contra o presidente eleito, que foi Juscelino.

Não sei se vocês acompanharam isso. Depois dessa tentativa de golpe em 55, no governo de Juscelino, tiveram duas tentativas comandadas pelo pessoal da

Aeronáutica – Jacareacanga e Aragarças – lá no interior de Goiás. Quer dizer que não foi em 64 que começou esse movimento. Quando Jânio Quadros renunciou, eles também tentaram impedir a posse de Jango (João Goulart), que estava na China. Mas, naquela época, o Exército reagiu e ele não conseguiu, o país se dividiu praticamente, eles com medo de uma guerra civil, que eles têm um medo do povo que se pela, eles recuaram.

“Getúlio foi candidato, ganhou, tomou posse e começou a criar algumas indústrias importantes para o país: a Petrobras, a Volta Redonda, CSN e outras. Foi aquela avalanche terrível contra ele e terminou com o suicídio dele em 54. Mas no 11 de novembro de 55, Lott teve que intervir porque Café Filho, que assumiu o lugar de Getúlio, estava preparando um golpe contra o presidente eleito, que foi Juscelino. Não sei se vocês acompanharam isso. Depois dessa tentativa de golpe em 55, no governo de Juscelino, tiveram duas tentativas comandadas pelo pessoal da Aeronáutica – Jacareacanga e Aragarças – lá no interior de Goiás. Quer dizer que não foi em 64 que começou esse movimento”.

Mas em 64 conseguiram, finalmente com a anuência de muitos militares, inclusive o companheiro Trigueiros falou aqui que o comandante Amaury Kruehl que era compadre de João Goulart, e tinha feito um apelo a João Goulart que abandonasse os esquerdistas, os comunistas da CGT, da época. Mas se fala que, ao lado disso, o Amaury Kruehl recebeu 5 milhões de dólares pra apoiar o golpe. Viu, companheiro Trigueiros? Ao lado disso se fala que o Amaury Kruehl recebeu 5 milhões de dólares pra apoiar o golpe. Então... Porque nas vezes passadas, geralmente o Exér-

cito sempre ficava neutro ou pendia pra legalidade, pra cumprir as leis do país. Mas em 64 não. Eles tomaram o poder. Eu até hoje fico pensando como é que tão poucos conseguem dominar uma maioria imensa, entendeu?

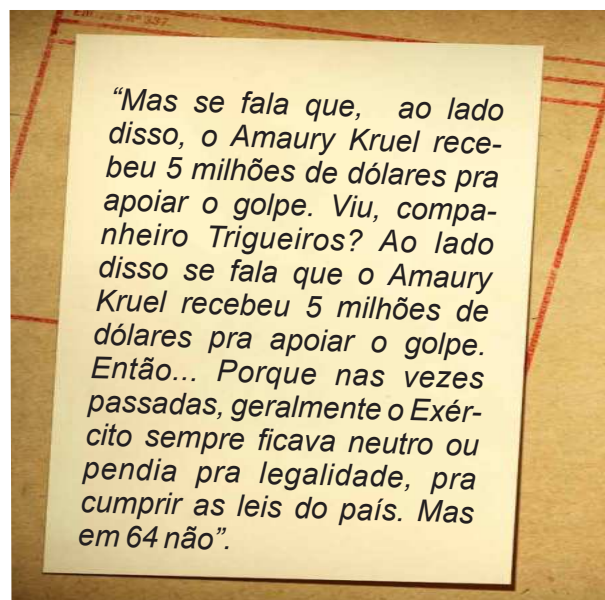
E só mudando de discurso: por que o povo é maioria e desagarrado de tudo, desafortunado, não tem uma assistência médica condizente, não tem colégio pra colocar seus filhos, salário ruim, tudo contra o povo. É uma maioria imensa e deixa que a minoria continue fazendo isso por anos a fio. De 64 pra cá, foram decorridos 50 anos.

Alguma coisa já mudou realmente, mas eu creio que ainda é muito pouco pra o que a gente quer. Desde aquela época, a gente brigava pela Reforma Agrária, reforma do ensino, Reforma de Base, novamente, e até hoje eu creio que o que mudou ainda é pouco.

Nós estamos passando agora por uma situação, que você liga o rádio, a televisão, só falam no lava-jato. É desen-canando o pau direto em Dilma e no PT, ou no pessoal mais progressista, vamos dizer assim, direto. Direto. Mas ninguém fala uma linha só contra a bandalheira da Receita Federal, onde estão envolvidas diversas empresas, inclusive estrangeiras Mitsubishi, os bancos. E o desfalque, vamos dizer assim, usar o nome antigo, segundo alguns estudiosos chega a atingir 700 bilhões. 700 bilhões. Não são 6 bilhões não, são 700 bilhões. Aquele negócio do desvio do imposto mancomunado com funcionários da Receita. Mas a imprensa não fala uma linha, parece que não tá existindo. Mas o lava-jato é direto. É direto.

Então, eu depois que fui preso, também contrariando aí a opinião de Trigueiros que na Bahia não tinha muito emprego. Não tinha, mas já tinha algumas indústrias, mas eu mesmo não me empreguei em indústria nenhuma porque o Exército não deixava.

Inclusive quem nos avisou isso foi o companheiro Mário Lima, que hoje é falecido, que reuniu um grupo em Salvador, eu não estava e avisou: "Procure viver de outra maneira, porque na indústria, emprego nenhum a gente fica". Porque o Exército ia lá e proibia, dava um ultimato aos empresários: "Esse cara aí não", como fez com Mário Lima. Mário Lima tinha um amigo que tinha uma empresa que trabalhava pra o Estado e arranhou uma vaga lá pra ele. Alguns meses depois, o Exército chamou o cara lá e disse a ele: "Olhe, demita o Mário Lima porque senão a gente vai fechar a sua empresa". O cara chamou Mário Lima, era amigo dele e disse: "Olhe Mário Lima...". Mário Lima compreendeu a situação e



mandou avisar aos outros.

Eu, em 69, fui pra São Paulo porque aqui não arranjava emprego nenhum, estava apadrinhado por um meu cunhado que era militar, tenente do Exército. Ele chegou em duas indústrias lá que ele tinha algumas amizades, os caras quando ele deu meu nome, os caras: "Rapaz, não dá pra empregar ele não". Em 69, cinco anos depois. E aqui na Bahia, no SEMAN, já em 76 por aí, eu tinha feito um curso de eletricidade na Escola Técnica, quando cheguei no SEMAN, trabalhei um mês, trinta dias exatos.

Um dia de manhã que eu chego lá na área, chegou um colega lá disse: "Oh, o engenheiro Pablo disse pra você ir lá conversar com ele". Eu cheguei na sala do engenheiro Pablo, ele disse: "Rapaz, sente aí" e disse: "Eu tenho uma ordem aqui pra lhe demitir sumariamente". Aí me mostrou, eu aí: "Tá bem". Ele aí me perguntou: "Vem cá rapaz, você teve alguma participação no movimento de 64, foi?". Eu disse a ele: "Não, não tive. Fui preso, acusado de comunismo que eu não me arrependo de nada do que fiz e só isso". Ele disse: "Olha rapaz, se você tivesse me dito isso, eu lhe aconselharia que você não entrasse aqui, porque aqui dentro, até eu sou espionado. Mas não sou somente eu não." Aí ele olhou, a gente ficava no primeiro andar e tinha um rapaz fazendo serviço de limpeza lá na

área, ele olhou “Aquele rapaz lá, tá vendo? Aquele servente ali, é espionado aqui dentro”. Eu digo: “Tá. Tá muito bem”. Aí, eles me demitiram.

Eu fui lá no Edifício Cidade do Aracaju, conversar com o coronel Sílvio Mendes, parece era o nome dele, que era o chefe da ABIN, que hoje é ABIN, antes era [...] Aí ele me perguntou lá várias coisas, olhou minha vida: “Ah, você esteve em São Paulo em 69? Eu digo: “Foi, não menti, nem nunca deixei de mencionar. Tá aí na minha ficha, eu coloco tudo aí”.

E quando eu saí de São Paulo, se a muito custo eu tinha entrado numa empresa lá em Santo André, na Swift, que hoje não existe mais. E no dia que eu pedi pra vir embora, que eu notei que aquilo em São Paulo era ilusão, pelo meu lado de social, eu vi logo a exploração dos trabalhadores, uma miséria. Eu digo: “Rapaz, eu vou embora daqui que isso não é coisa pra mim. Não dá não”. O funcionário lá da empresa colocou, errou a data de saída, eu na hora nem liguei, anterior ao dia que eu entrei, um erro do funcionário e eu não tinha prestado atenção a isso na carteira, porque nessa época aí eu já tava trabalhando como autônomo. Lá em São Paulo, comprava roupa, confecções e vendia aqui, porque não me empregava em lugar nenhum.

Ele aí veio me perguntar isso, eu aí me zanguiei: “O senhor não tá vendo que isso aí não fui eu que fiz? Foi alguém que errou?”. Ele me perguntou uma besteira dessa, ele disse “Não, o senhor...”, “Não porque o senhor tá vendo escrito aí nos meus documentos, escrito por um funcionário de uma empresa, não fui eu que fiz.

Ele errou, eu não prestei atenção, ficou errado”. Então, esses detalhes é pra vocês notarem a perseguição que eles impunham a todos aqueles que tiveram ousadia de pensar por um país melhor, mais humano, mais fraterno. Mas a luta continua.

Eu me casei, tive cinco filhos homens e duas moças, e minha mulher, achando que era pouco, ainda tomou uma criança abandonada pra criar. É a terceira filha nossa. Nunca passei pra eles, meninos, nenhum desses detalhes e, pra surpresa minha, os cinco viraram comunistas. Os cinco. Hoje, eles chegam lá, me dão instrução, porque na época eu não tive tempo, nem condição de ler nada sobre o comunismo, escritos de Marx, de Engels. Ele me instrui lá porque um é Engenheiro e Matemático, o outro é Advogado, aí me diz: “Oh meu pai, não é nada disso que tá acontecendo aí”. Tem um até que pegou uma polêmica um dia desses com aquele

tal de Sílvio Boccanera, da Rede Globo. Ele saiu, correu dele, disse que ele não escrevesse mais pra ele, que ele não ia responder.

Então, quer dizer cinco. Na minha casa, na época, só tinha eu e meu irmão. Hoje, só na minha casa tem cinco. Quer dizer que tá aumentando o número de... entendeu? E é essa coisa que vai modificar esse país. São esses jovens que estão chegando agora. Muito obrigada.

Dulce Tâmara – Muitíssimo obrigado. Realmente essa manhã é enriquecedora... a fala de vocês, e a gente aprende muito, e vê a coerência, é algo admirável. A coerência de pensamento e a postura diante de todas as injustiças. Me sinto irmã de vocês.

“Um dia de manhã que eu chego lá na área, chegou um colega lá disse: ‘Oh, o engenheiro Pablo disse pra você ir lá conversar com ele’. Eu cheguei na sala do engenheiro Pablo, ele disse: ‘Rapaz, sente aí’ e disse: ‘Eu tenho uma ordem aqui pra lhe demitir sumariamente’. Aí me mostrou, eu aí: ‘Tá bem’. Ele aí me perguntou: ‘Vem cá rapaz, você teve alguma participação no movimento de 64, foi?’. Eu disse a ele: ‘Não, não tive. Fui preso, acusado de comunismo que eu não me arrependo de nada do que fiz e só isso’.”



AUDIÊNCIA PÚBLICA
15 de maio de 2015 - Centro Educacional Teodoro Sampaio
Santo Amaro - Bahia



DEPOENTE: ALOÍSIO LAGO

Professor, diretor do jornal mensal 'O Trombone', que circula há 15 anos na cidade de Santo Amaro (BA), Aloísio Lago participou da Sociedade de Filhos e Amigos de Santo Amaro. Foi secretário da Prefeitura Municipal de Santo Amaro e, já em Salvador, foi duas vezes secretário-geral e uma vez presidente do diretório estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi o único do grupo de seus amigos – membros da Tribuna dos Moços – a não ser preso durante a ditadura, embora esperasse que isso acontecesse.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Aloísio Lago**

Eu sentei aqui à mesa por uma deferência da organizadora desse evento, a santamarense Sandra. Eu não estou aqui na qualidade de depoente. Eu estou aqui na qualidade de convidado especial da santamarense Sandra e vou aproveitar a oportunidade pra fazer um relato interessantíssimo que tem a ver com o golpe de 64. Todos que aqui estão, em comum têm: todos estudaram aqui no Teodoro Sampaio, todos são santamarenses, todos participaram do Clube de Futebol O Arroz, que reunia a juventude pensante de Santo Amaro.

Eu e Trigueiros participamos juntos da SOFASA, da Sociedade de Filhos e Amigos de Santo Amaro, então nós temos um papel político atuante na cidade. E, quando veio o golpe, Trigueiros, não saía lá de casa. Toda noite ele ia lá pra discutir a candidatura dele a vereador, posteriormente retira a candidatura, vai discutir a minha. Então, veio o golpe, Trigueiros é preso. O primeiro. Eu digo assim: “Bom, o segundo vai ser eu”. E não ocorreu o segundo eu. E aí lá vai Pedrinho, lá vai Nunes, lá vai Lazinho, lá vai LBQ, lá vai Milton Oliveira e eu sempre na expectativa de ser o próximo e nunca fui. Nunca fui.

Recentemente, conversando com Trigueiros, disse a ele: “Hein Trigueiros: até hoje eu não entendi porque razão eu não fui preso”. Ele fez: “Será rapaz?” – porque tem um ano mais ou menos, um ano e meio, lembra disso? – Eu disse assim: “O triunvirato que mandava prender, soltar eram: Aquiles Cardoso, Promotor de Justiça de

Santo Amaro, irmão da minha segunda mãe; o Delegado de Polícia era amicíssimo da família de meu pai, e o subdelegado de Polícia que também agia era o pai da minha cunhada”. Entendeu? Aí ficou claro porque razão eu não fui preso. Mas, enfrentamos juntos todas essas dificuldades aqui de Santo Amaro. E confesso a vocês que não é fácil você levar o tempo inteiro esperando ser preso. É uma tortura psicológica desgraçada. Fora a que minha mãe e meus irmãos passavam, porque o padre Fenelon Costa dizia pra ela assim: “Cuidado com seu filho, Netinha. Diga a ele que quem com porcos se mistura, farelos come”. E aí, vinham os comícios de Santo Amaro, especialmente no governo Figueiredo, que aí minha mãe: “Meu filho, não vá.” E aí, aquela conversa da mãe, e eu dizia: “Fica tranquila, eu não vou nem falar”. Quando eu chegava lá, sentava a borracha no Figueiredo, principalmente quando ele... na época da... dos cavalos dele, quando ele declarou que preferia o cheiro dos cavalos.

E aí fizemos essas lutas aqui, estimulados primeiro por Trigueiros, segundo que tive o privilégio de conviver politicamente e ser um liderado do deputado Chico Pinto, uma coisa que muito me orgulhou, tê-lo como um mentor político meu. E você, Vera, tem um detalhe que você não conhece. Quando Chico estava na cadeia, nesse período duro, recebemos dele uma mensagem: “Votem em Domingos Leonelli!”. Eu: “Quem é Domingos Leonelli?” Mas recebemos o recado, então vamos cumprir a missão e saímos na cidade fazendo a campanha de Leonelli. Não teve uma votação expressiva, mas foi votado, o tempo também foi curto.

E depois, ainda nessa expectativa da prisão, eu estava participando aqui da

prefeitura como secretário do governo Valter Figueiredo, quando chegou em fevereiro de 77, nós recebemos uma comitiva de dois coronéis do Exército. Bateram à porta, se apresentaram, procuraram por mim não pelo prefeito, que eu era o secretário dele. Disse: “Eu estou aqui trazendo uma carta de recomendação do professor Roberto Santos, governador da Bahia. Quero lhe dizer que o senhor já está com sinal verde. Viemos aqui recolher um apoio da prefeitura para a revista comemorativa da revolução de 64”. Eu

disse: “Olha, o prefeito não está. O senhor espera, que o senhor converse com ele”.

Eles sentaram no gabinete, eu mandei avisar ao prefeito que tinha essa delegação lá, que ele não aparecesse. Eles ficaram até a hora que o prefeito deu um cochilo e foi lá. Quando chegou lá, eles pegaram pelo pé e aí começou aquela conversa, conversa, conversa...

aí disseram pra Valter: “Oh seu prefeito, e então que solução o senhor dá? Qual é o caminho que nós vamos percorrer?” Ele fez assim: “Não, vamos conversar aí com o secretário e não sei que lá”. Eu disse: “Olhe, os senhores me permitam: o nosso discurso político aqui foi contra a revolução, então não se surpreendam saindo daqui sem o apoio da prefeitura de Santo Amaro. É uma incoerência. Nós não vamos participar dessa revista a menos que o prefeito queira”. Perguntei: “Você quer prefeito?”. O prefeito fez: “Não. O secretário falou, tá falado”, aí foram embora.

E fui pra Salvador a convite de Chico Pinto, quando renunciei aqui o cargo de prefeitura e aí foi que foi a pior vivência do aspecto psicológico que eu enfrentei. Eu fui secretário-geral duas vezes do PMDB, em nível estadual, e fui presidente do PMDB

“Confesso a vocês que não é fácil você levar o tempo inteiro esperando ser preso. É uma tortura psicológica desgraçada. Fora a que minha mãe e meus irmãos passavam, porque o padre Fenelon Costa dizia pra ela assim: ‘Cuidado com seu filho, Netinha. Diga a ele que quem com porcos se mistura, farelos come’”.

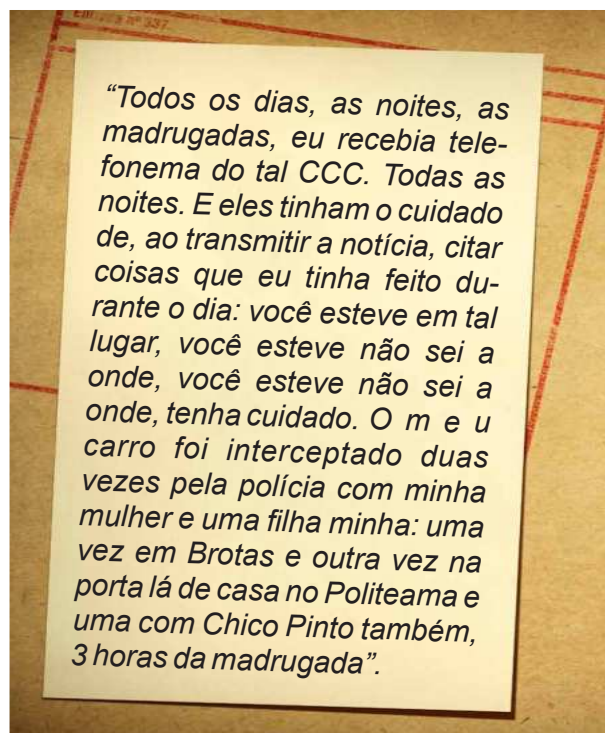
também em nível estadual. No exercício desses cargos, eu passei por torturas psicológicas extraordinárias. Todos os dias, as noites, as madrugadas, eu recebia telefonema do tal CCC. Todas as noites. E eles tinham o cuidado de, ao transmitir a notícia, citar coisas que eu tinha feito durante o dia: você esteve em tal lugar, você esteve não sei aonde, você esteve não sei aonde, tenha cuidado.

O meu carro foi interceptado duas vezes pela polícia com minha mulher e uma filha minha: uma vez em Brotas e outra vez na porta lá de casa no Politeama e uma com Chico Pinto também, 3 horas da madrugada. Então, eu vivia assim, eu saía, mas não sabia se voltava e não via nada concreto assim “eu vou ser preso”. Só a imaginação. Então, eu aproveitei essa oportunidade, não como depoente da Comissão da Verdade, mas como depoente pros meus amigos aqui de Santo Amaro, dizer porque que eu não fui preso. Trigueiros teve a... foi o único, foi o único que não foi preso de todos, fui eu. Único. E a explicação está dada: o primeiro foi você e o último foi Mário Valadares. E aí encerrou o ciclo de prisões de Santo Amaro.

Parabéns a vocês todos, principalmente a você Trigueiros que vem de longe, trazendo sempre essa mensagem de esperança, que a gente tem que plantar cada dia mais, aqui nessa cidade, nessa juventude. Trazer essa juventude pro debate político é a nossa responsabilidade, porque a sociedade brasileira está ficando muito distante da vida política brasileira. Muito obrigado!

Jackson Azevedo – Obrigado ao professor Aloísio. Eu queria saber da senhora Maria Mutti. Ah ela não veio, ah tá bom então. Então, eu antes de... eu acho que todos foram convidados, foram ouvidos, mas o professor...Doutor Itagildo... A senhora quer falar? Pois não. A senhora quer usar o microfone, por favor? Professora Neilza Amado.

Neilza Amado (platéia) – Eu estou aqui



extremamente emocionada com os relatos que nós ouvimos, comentando ali com a colega desse legado de cidadania que vocês estão passando pra nós essa manhã. E me ficou assim uma curiosidade muito grande... eu sei que a mulher até hoje, ela é muito limitada na sua capacidade de participação em todos os movimentos, seja no setor político, econômico, na nossa sociedade. Eu queria saber se nessa *Tribuna dos Moços* não havia participação feminina? Durante esse movimento, se houve prisão de mulheres e como foi essa participação, se ela de fato aconteceu?

Mas queria de antemão agradecer por essa manhã. Eu poderia ficar aqui um dia inteiro ouvindo vocês porque a riqueza que foi trazida hoje pra esse auditório, fez com que eu... com que mexesse comigo, como se eu lá estivesse. Eu acho que essa herança que vocês nos deixam de participação, de força, de ideologia, que é o que nós estamos precisando né? Reaquecer, reanimar, não só na juventude, mas em nós que somos relativamente jovens.

Antonio Trigueiros – Bem... respondendo à pergunta, em 64 foi interrompida uma série de projetos que nós tínhamos. Inclu-

da Guerrilha do Araguaia, inclusive, ela foi minha colega na Geologia, nós fizemos o 1º ano juntos. Eu fui embora, depois eu soube que ela foi pra Guerrilha com o marido, Monteiro, e os dois morreram na guerrilha. Ela morreu na guerrilha, Diná.

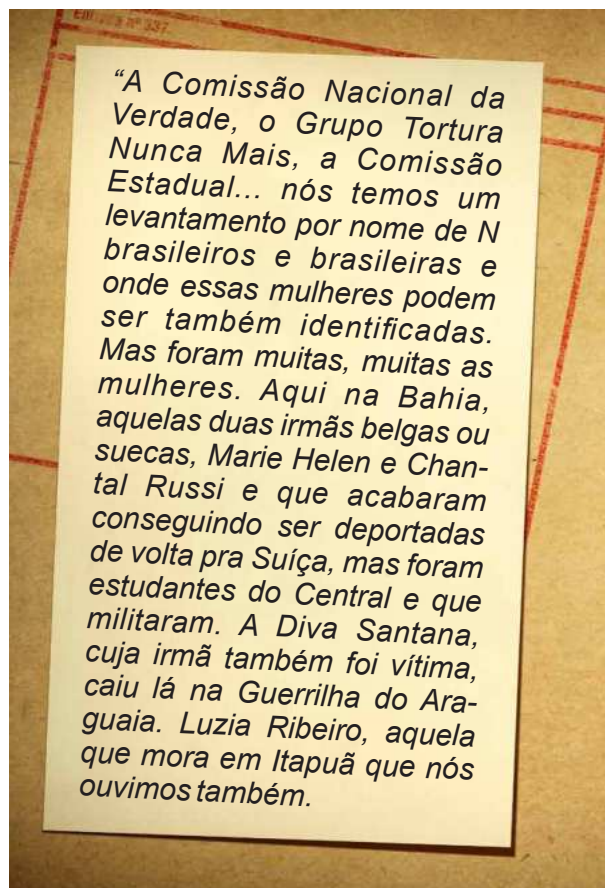
Jackson Azevedo – E freiras, algumas freiras que foram também estupradas, mortas, violentadas e que militavam politicamente, especialmente em São Paulo, na época de Marighela. São muitas as contribuições da mulher. Ah, Ana Montenegro que morreu relativamente também há pouco tempo, militante do Partidão durante anos e também sofreu muito.

Antônio Trigueiros – Morreu recentemente Armênio Guedes, morreu recentemente a ex-esposa do Armênio Guedes, também que foi membro do Comitê Central do PCB.

Jackson Azevedo – Olga, então que tá sendo lembrada aqui, Olga, mas enfim são muitas as mulheres. Excelente a intervenção da senhora, professora, porque nos permite fazer esse reparo... fazer esse reparo, não parecer que a mulher foi completamente ausente nesse processo, ao contrário. Muito bem, eu vou passar a palavra ao Professor Doutor Itagildo e depois nós encerramos.

Itagildo Mesquita – Somente pra agradecer o privilégio de hospedar vocês aqui nessa manhã, e dizer que é muito importante que isso tenha ocorrido no Teodoro Sampaio, porque é daqui que saiu todo movimento de resistência de Santo Amaro. E a partir do momento, eu tenho 38 anos de professor aqui, mais o tempo que eu passei de estudante, o Grêmio Estudantil João Dórea Gomes foi a grande semente disso.

Eu me lembro, eu fui vice-presidente do Grêmio Estudantil João Dórea Gomes, na gestão Amaro Sales, e nós recebíamos, naquela época, a visita de um jovem professor em Salvador, estudante, que vinha, e a gente arrecadava a Carteira de Estudante que a gente vendia. Era sepa-



rada uma parte, e a gente fazia festa aqui. E Raul Seixas cantou aqui em benefício do Grêmio e a gente arrecadava dinheiro e entregava a esse estudante-professor que vinha lá de Salvador. E tinha um sujeito na época meio incrédulo no grêmio João Dórea Gomes, e dizia: “Esse cara, quem é que garante que esse cara dá o dinheiro mesmo pra ACEB?” – que era Academia Cultural dos Estudantes da Bahia. E a gente tinha que confiar. Na clandestinidade, vai ter que confiar, a coisa era clandestina. E esse jovem professor-estudante chamava-se Marcelo Cordeiro, que era o presidente da ACEB.

E aí, o que aconteceu? Durante todo esse período, o João Dórea Gomes foi o grande centro formador, tanto à direita quanto à esquerda, das lideranças políticas de Santo Amaro. Do “João Dórea Gomes” saiu Genebaldo Correia; saiu João Melo, ex-prefeito; Raimundo Pimenta, ex-prefeito; eu, vereador; Siginaldo Vigas, ex-vereador comigo na Câmara de Santo Amaro. Então, era o centro formador de

sive, eu tinha procurado a professora Zilda Paim, que já faleceu, e nós tínhamos tido uma conversa de ela organizar o Comitê Feminino, Comitê das Mulheres de Santo Amaro, tá entendendo? Nós passamos a noite toda discutindo como seria organizado esse comitê.

Ela disse que não tinha experiência e eu disse: “Eu posso trazer uma pessoa de Salvador” – que agora eu esqueço o nome dela, ela está viva. Ela era irmã de um rapaz que foi capitão da polícia. Em 64, ele foi expulso da polícia, depois ele foi para o Rio de Janeiro e se tornou professor na Federal Fluminense. Ah, Iraci! Iraci Picanço. Eu disse: “Eu sei de uma pessoa que pode vir dar essa ajuda para você, dizer como organizar esse negócio.” Mas aí veio o golpe e Iraci nunca mais veio aqui. Eu vim encontrar Iraci já depois que eu tinha saído da prisão, quando ela tinha sido eleita para o Comitê Estadual do PCB.

Jackson Azevedo – Aqui na Bahia, professora, além de militantes mulheres que tiveram contribuição fundamental, algumas delas ainda vivas, como a professora Amábília Almeida que é membro da Comissão também, tivemos vítimas da crueldade da ditadura militar, Loreta Valadares, que sofreu muito. Nacionalmente, tivemos outras mulheres que foram verdadeiras mártires: a Inês Etienne, a única que sobreviveu à Casa da Morte em Petrópolis, a única que ainda pôde contar alguma coisa do que aconteceu lá, morta agora há cerca de 15, 20 dias. Mas muitas outras mulheres, tivemos aqui na Bahia. A própria Dilma, que foi objeto de tortura prolongada: dois anos presa, violentamente torturada e violentada sob vários aspectos e que hoje é a nossa presidenta. Tivemos... são várias... nós

temos vários, vários exemplos.

Mulheres que foram inclusive pra guerrilha, que foram... que optaram pela luta armada, que foram pro Araguaia. Temos aqui a atual desembargadora Sara Brito, que também foi presa e perseguida politicamente e hoje é desembargadora do TJ aqui. Foi juíza de Santo Amaro. Então, várias mulheres, várias mulheres que tivemos... mulheres que, além de serem perseguidas, perderam e até hoje não encontraram seus maridos, como, por exemplo, a do Aplicação, Mariluce... Gildo Lacerda. Gildo foi o marido de Mariluce da AP, que também foram violentamente perseguidos. Ele até hoje é um desaparecido político. Temos várias mulheres que sofreram, que militaram. Que sofreram como reflexo da luta são inúmeras... tantas mães, tantas filhas, tantas mulheres, namoradas e noivas. Militantes mulheres houve muitas, muitas mesmo.

Se a senhora, professora, tiver interesse específico em conhecer nomes, a Comissão Nacional da Verdade, o Grupo Tortura Nunca Mais, a Comissão Estadual... nós temos um levantamento por nome de N brasileiros e brasileiras e onde essas mulheres podem ser também identificadas. Mas foram muitas, muitas as mulheres. Aqui na Bahia, aquelas duas irmãs belgas ou suecas, Marie Helen e Chantal Russi e que acabaram conseguindo ser deportadas de volta pra Suíça, mas foram estudantes do Central e que militaram. A Diva Santana, cuja irmã também foi vítima, caiu lá na Guerrilha do Araguaia. Luzia Ribeiro, aquela que mora em Itapuã que nós ouvimos também.

Antônio Trigueiros – Diná, aquela heroína

“Além de militantes mulheres que tiveram contribuição fundamental, algumas delas ainda vivas, como a professora Amábília Almeida que é membro da Comissão também, tivemos vítimas da crueldade da ditadura militar, Loreta Valadares, que sofreu muito. Nacionalmente, tivemos outras mulheres que foram verdadeiras mártires: a Inês Etienne, a única que sobreviveu à Casa da Morte em Petrópolis, a única que ainda pôde contar alguma coisa do que aconteceu lá...”

opinião da estudantada em Santo Amaro. Tinha a bancada que ganhava todas as eleições, chamada Bancada Independente. Por que era Bancada Independente? Porque tinha outra bancada que era da Direção do Colégio, que nunca conseguiu ganhar. Nunca.

O professor Valter Antônio Nascimento Bulcão, que o codinome no Partido Comunista era Vanasbu, não sei se vocês se lembram disso, foi vereador aqui em Santo Amaro. Então, eu gostaria de fazer homenagem a essa pessoa jurídica que é o Grêmio Estudantil João Dórea Gomes que, há 10 anos, colega, eu tento reabrir aqui e não consigo. Consigo até arregimentar. Porque os alunos estão totalmente desmobilizados. Hoje eu trouxe uma sala minha, uma sala minha. Graças a Deus, eu tenho alguma liderança com os alunos:

“Vamos lá, vocês precisam tomar conhecimento.” Deixei de dar aula: “Vamos pra lá.” Mas aí, a outra sala que eu chamei: “Minha mãe ligou agora que a água tá entrando lá em casa.” E vai embora. Tem o pessoal que fica aqui, que saiu antes porque tem que pegar o transporte pra ir para o interior do município – e vem de ônibus, transporte escolar. Então, não posso mantê-los aqui. Mas gostaria que eles ficassem. Gostaria pra eles aprender, dizer, Clemenceau dizia, que política é o convívio harmônico dos contrários. Aqui se permite que os contrários sejam questionados. Tá entendendo?

Quando eu entrei aqui em 1964, a grande perda nossa foi perder o professor Antônio Gomes Trigueiros, que seria nosso professor de Matemática. E quando, 20 anos depois, que eu e o professor Jorge Portugal, que saiu daqui do Grêmio Estu-

dantil João Dórea Gomes, encontramos eles, no almoço lá na casa de Portugal, e Portugal disse assim: “Trigueiros, você é o herói da nossa cidade. É o herói da nossa cidade”. Porque eu fui vizinho do Trigueiros jovem dentro da minha casa, e eu posso dizer isso porque meu avô e meu tio, José Nery Mesquita eram da UDN e meu pai era petebista fanático, janguista, getulista.

“E tinha um sujeito na época meio incrédulo no grêmio João Dórea Gomes, e dizia: 'Esse cara, quem é que garante que esse cara dá o dinheiro mesmo pra ACEB?' – que era Academia Cultural dos Estudantes da Bahia. E a gente tinha que confiar. Na clandestinidade, vai ter que confiar, a coisa era clandestina. E esse jovem professor-estudante chamava-se Marcelo Cordeiro, que era o presidente da ACEB”.

E eu me lembro, Pedrinho, quando o prédio velho do seu pai hospedava o sindicato lá em frente à minha casa, na rua direita. No dia do golpe, meu pai recebeu da mão, não sei de quem, não sei se foi Milton Oliveira, uma caixa cheia de uma revista chamada, União Soviética que era pra ser distribuída aqui. E meu pai cavou um buraco no fundo e enterrou a coisa: “Pode deixar que eu dou um jeito” e enterrou aquelas revistas. Meu tio

que era da UDN foi lá: “Você é maluco? Você é funcionário federal! Você quer perder seu emprego?”.

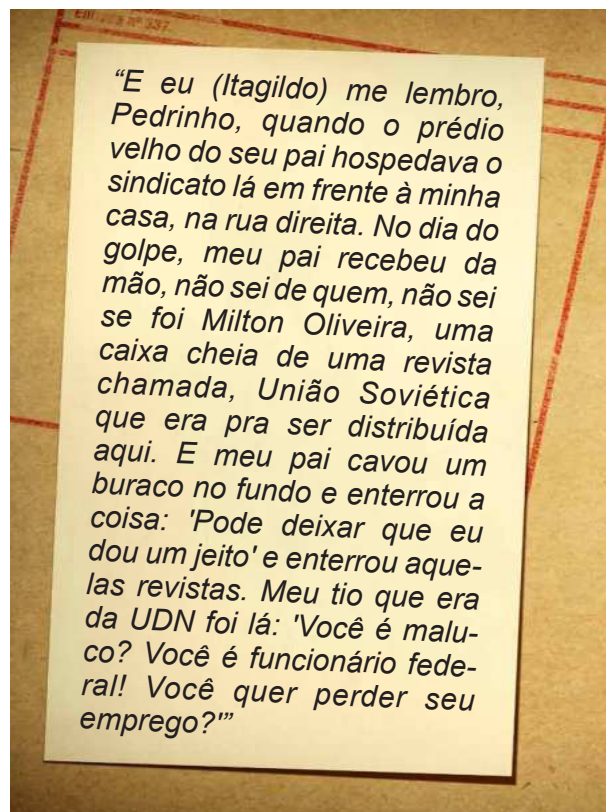
Mas também, ao mesmo tempo, eu gostaria de render homenagem a um homem da direita, que chamava, o chefe da direita em Santo Amaro, que se chamava Aderbal Mascarenhas Cardoso. Muita gente critica, eu já tive oportunidade de discutir isso, a posição do major Garcia. O major Garcia, em quatro meses saiu de tenente-sargento do Exército pra major, em quatro meses. Prendeu, mas ele preveniu muita gente. O camarada Maru, com quem eu mantive uma grande conversa, e temos um compromisso – eu, professor Trigueiros, já conversei com Virgildásio – de resgatar a famosa ata do Partido Comunista que foi assinada em Apolo em 1945.

Sim, nós estamos apurando isso.

Então, o que acontece? Eu vi Vivaldo Costa me dizer que Aderbal Cardoso mandava avisar, o Sargento Garcia mandou avisar Maru. Maru me disse isso e disse a Trigueiros. O Major Garcia mandou avisar a Francisco Paim, um comerciante que tinha aqui: “Diga a ele que eu vou prender ele amanhã. Só eu vou perguntar a ele: Você é comunista? Você negue, que ele negue, que ele não será preso”. Estava lá sentado, o padre Fenelon, todo mundo, quando o pessoal do Exército chegou, do Tiro de Guerra pra prendê-lo e perguntou a ele: “Você é comunista Maru?”. Ele disse: “Fui, sou e serei”. Ele disse isso ao major Garcia: “Então o senhor tá preso!”. Ele disse: “O senhor espera eu vestir uma roupa?”.

Ele só andava de paletó e gravata. Ele foi lá dentro, vestiu uma roupa, um paletó, a camisa vermelha e na gravata, a foice e o martelo, símbolo do Partido Comunista. Ele foi preso. E o padre Fenelon pediu, segundo Maru, pediu que ele não descesse pra Pedra Preta, que ele ficasse em Santo Amaro e ele realmente ficou preso em Santo Amaro.

Então, há casos emblemáticos nesse processo todo. Por exemplo: Zezinho Veloso, pai de Caetano Veloso, que era comunista, simpatizante pelo menos. E que Maru dizia que todo mês, ele mandava um envelope – ele era agente dos Correios –, ele postava uma carta com destino a Maru, com a contribuição financeira dele e não botava o remetente. Mas Caetano Veloso, o grande Caetano Veloso, escrevia no jornal *O Archote* que era o contraponto da direita do jornal *Tribuna dos Moços*. A gente não pode esconder a história. História não se esconde, tá entendendo? Era o contraponto. Mas por que era o contraponto? Porque era Genebaldo Correia, era Édio Souza que teria assinado a ata, que é ex-comunista, que seria ex-comunista na época. Então é uma mistura muito grande, se a gente olhar que Teotônio Vilela saiu da ARENA pra ir comandar junto com Tancredo e Ulisses a luta pela redemocratização, é uma grande, uma grande...



Jackson Azevedo – Professor só pra entender, Caetano era... ele se alinhava à direita, era?

Itagildo Mesquita – Não se alinhava. A questão não é alinhar à direita. Ele, ele escrevia...

Jackson Azevedo – Ele era um contraponto aos progressistas?

Itagildo Mesquita – Todo mundo, todo mundo que era da esquerda em Santo Amaro escrevia na *Tribuna dos Moços*.

Jackson Azevedo – Na *Tribuna dos Moços*?

Itagildo Mesquita – *Tribuna dos Moços*. Que era o jornal da esquerda, do Partido Comunista.

Jackson Azevedo – E Caetano era o contrário?

Itagildo Mesquita – E o outro lado estava... Caetano Veloso escrevia no jornal *O*

Archote, que era o jornal pretensamente da direita. Mas isso não fazia dele um antidemocrata porque ele, ele escrevia sobre cinema. Ele escrevia sobre cinema e quando ele chegou em Salvador, ele se alinhou logo, logo, logo com o pessoal do movimento Cinema Novo, Teatro dos Novos, à esquerda, totalmente à esquerda. Então não se pode falar isso.

Eu faço a homenagem a Aderbal de Mascarenhas Cardoso, porque eu me lembro, por exemplo, Antônio Rocha, era Auditor, era Guarda Fiscal da Secretaria da Fazenda, e estava no Extremo Sul do estado trabalhando na Coletoria. Ele mandou avisar, o Major Garcia avisou a ele, ele mandou avisar: “Não venha em Santo Amaro que eu vou lhe prender”. Antônio não veio e terminou subsecretário da Fazenda do Estado da Bahia.

Então se aproveitou pessoas muito importantes. A luta aqui foi renhida. Esse colégio aqui era um colégio que era o centro da juventude. Daqui saiu Antônio Trigueiros. Daqui saiu Luciano Lima, professor Luciano Lima, orientador de mestrado da UFBA. Daqui saiu Jorge Portugal, daqui saiu Roberto Mendes, daqui saiu Eduardo Tadeu, então nós... esse colégio... Emanuel Araújo, muito bem. Emanuel Araújo. Em 1961 – aqui foi o grande celeiro – teve a Semana de Arte Moderna de Santo Amaro: Caetano Veloso era pintor junto com Emanuel Araújo, e Maria Bethânia nem cantava, cantava no Conjunto Guarani. Esse colégio tem história...

Então, nós acolhemos vocês aqui com o maior prazer. Pena que a juventude foi desmobilizada. O grande prejuízo do golpe militar brasileiro, talvez tenha sido

justamente isso: ter liquidado a inteligência nacional, ou pelo menos tentado liquidar a inteligência nacional. Então, eu sinto muito prazer, o colégio agradece vocês terem escolhido vir pra cá, estamos sempre de portas abertas, viu Sandra? Se precisar, pode vir, para o que vocês precisarem, nós temos sala de áudio-vídeo, se quiserem fazer audiovisual, se quiserem fazer pregação junto com os estudantes, tá aberto inteiramente. É um prazer receber vocês.

Carlos Augusto da Silva – Olha, eu volto a falar rapidamente. Agradecer também a figura de Itagildo, que tá aqui nos oferecendo também – porque ele é membro do colégio – este auditório. Então, esta é a casa do povo, é nossa. Mas precisamos também muitas vezes da colaboração dele. Agora eu quero dizer que, quero contrariar algumas afirmações dele, mas basicamente uma: isso aqui, esse centro, maravilhoso de cabeça é... o Teodoro Sampaio. Agora que Genebaldo é da direita, é. Porque Genebaldo na revolução, tava lá na prefeitura e por muito tempo, então esteve contra os comunistas,

isso é uma realidade.

Jackson Azevedo – Ok. Professor Itagildo... Isso só mostra que o Centro Educacional Teodoro Sampaio é um espaço democrático, onde todos podem dizer o que querem e o que pensam. Claro. É por isso que o colégio é o que é. Agora, professor, em relação à história do movimento estudantil nessa época, o senhor mencionou a ACEB e Marcelo Cordeiro, que nunca foi da ACEB ao que me consta. Ele podia ser da ABES, num certo momento, mas da ACEB, não. Ah, não.

É porque a ACEB depois funcionou também na Barroquinha, na Rua Aristides Milton, número 11. Porque a ACEB foi, ao contrário. Foi com o movimento, a esquerda do movimento estudantil reprimida e repressada, a situação tentou criar também entidades estudantis. A ACEB surge com essa inspiração da direita, direitista, embora nela, como havia uma esquerda que não morreu... é, houve uma tentativa de colocar pessoas da esquerda lá, entendeu? Pra poder evitar que fosse totalmente tomado pela direita.

Então, a diretoria, a primeira diretoria da ACEB e a segunda já foram criadas assim: predominava a direita estudantil, mas havia um braço, tentáculos da esquerda pra fazer o contrapeso. Mais ou menos o que aconteceu com a Igreja Católica, com os remanescentes da Ação Católica e o Movimento do Cursílio da Cristandade. A Ação Católica percebendo a enorme alienação que representava os cursílios, infiltrava... é... mas enfim, colocava pessoas cristãs, católicas, politizadas, pra tentar fazer um contrabalanço. Então, trabalho de contra-espionagem mais ou menos. Agora, Marcelo Cordeiro foi líder estudantil, sem dúvida, um brilhante, uma inteligência brilhante e tal, mas muito bem...

Pessoal, nós queremos agradecer enormemente ao Centro Educacional Teo-

doro Sampaio que mais uma vez com essa atitude aqui, reafirma a sua vocação de um colégio público, democrata, voltado à formação de jovens e que tem, portanto, produzido frutos tão... frutos tão grandiosos, para a cultura, para a cultura baiana. Agradecer enormemente a Siginaldo, a Aloísio, ao Trigueiros, ao Odyrceo, ao Laurindo, a todos, todos que vieram aqui que... a diretora Naiara do colégio. Agradecer a todos a enorme receptividade, disponibilidade. Sem essa generosidade de vocês isso não teria sido possível. Então, é mais um serviço público que presta.

A Comissão da Verdade gostaria de fazer muito mais, mas, lamentavelmente criada pelo Governo do Estado, não tem recebido desse mesmo governo, a garantia, o aporte, o apoio operacional para a sua atuação. De forma que, mesmo essa audiência é feita com esforço pessoal, a ajuda é praticamente extraída a fórceps, da administração pública para que se possa ter um ônibus pra trazer o pessoal aqui. Mas enfim, nós estamos fazendo o possível, gostaríamos de fazer muito mais, mas vamos deixar tudo isso registrado... e professor, já que o senhor tem mecanismo de vídeo-aula aqui, se o senhor quiser, para os seus alunos, ter depois uma cópia da filmagem, da gravação, pra o senhor fazer uma exibição aí coletiva, estará à sua disposição.

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA
21 de maio de 2015
Associação Bahiana de Imprensa
Salvador - Bahia





AUDIÊNCIA PÚBLICA

21 de maio de 2015 - Associação Bahiana de Imprensa (ABI)
Salvador - Bahia



DEPOENTE:

JOÃO CARLOS TEIXEIRA GOMES

João Carlos Teixeira Gomes, Joca ou “pena de aço” nasceu em Salvador (BA) em 1936. Jornalista, ensaísta e poeta, ele também é professor de Literatura Brasileira na Universidade Federal da Bahia. Em 1985 publicou um livro sobre Gregório de Mattos e a tradição da sátira peninsular (“Gregório de Mattos, o Boca de Brasa”). Outro trabalho de sua autoria foi “Camões Contestador e Outros Ensaaios”. Também é o autor do polêmico “Memórias das Trevas - Uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães”. Foi redator-chefe do extinto Jornal da Bahia, um dos primeiros veículos de imprensa a sofrer sistematicamente e brutalmente a opressão militar, seguida da perseguição implacável de Antonio Carlos Magalhães, até 1976.

*Texto não revisado pelo depoente.

*João Carlos Teixeira Gomes

Walter Pinheiro – Temos não só a honra e o prazer de receber o nosso João Carlos Teixeira Gomes, o Joca, esse velho amigo, lutador, companheiro, que dispensa maiores apresentações, embora ainda pretenda colocar mais alguma coisa, mas acima de tudo registrar também a presença dos meus companheiros de trabalho, integrantes da Comissão Estadual da Verdade: professora Amábilia, professora Dulce Aquino, companheiro Carlos Navarro, nosso coordenador Jackson Azevedo e o nosso professor Joviniano Neto. Companheiros da ABI, que se fazem aqui presentes também e que são também anfitriões. Devo contar uma pequena... uma rápida historinha, aqui num dos nossos... numa das reuniões de diretoria, o Luiz Guilherme, que nesse instante goza férias em Machu Picchu, meditando um pouco mais sobre as coisas da vida, ele trouxe a informação que o nosso laureado Joca desejava aqui fazer um pronunciamento, enfim, ter uma participação que ficou, que nos ficou devendo quando no início de abril, fim de março, quando do registro pelo transcurso do cinquentenário do golpe militar de 64. Coincidentemente, o companheiro Agostinho havia feito um comunicado para a Comissão da Verdade, baseando-se no relatório parcial que a comissão fez para a entrega à saída do governador Jaques Wagner, que foi o criador da comissão, que achava, e com justa razão, que a parte envolvendo a imprensa ela estava ainda... ficou a desejar e que outras coisas que poderiam ser feitas, dentre elas seria... de

colher o depoimento de João Carlos Teixeira Gomes, por todo o envolvimento e toda a participação e sofrimento que recebeu naquele período trágico da vida brasileira.

Se atendo eu à honra de participar das duas entidades, juntei os eventos, combinei com os companheiros, de forma que hoje, 21 de maio de 2015, na ABI, teremos a oportunidade não só de ouvir Joca, como também ele prestar o seu depoimento para uso da Comissão Estadual da Verdade, enfim, dentro da praxe daquilo que está previsto nos acontecimentos, como esses fatos acontecem no desenrolar dos nossos trabalhos. É... Joca, nós estamos muito felizes, muito honrados, com a sua presença na casa. É um ensaísta, um poeta, um jornalista, professor de Literatura Brasileira da UFBA. É algo que, lógico, dispensa comentários por tudo aquilo que representou na luta pela manutenção das liberdades e, acima de tudo, pelo restabelecimento de uma plenitude democrática, como veio acontecer anos depois após aquele lamentável ato acontecido em 64. Como ainda era jornalista, redator do Jornal da Bahia, foi já o primeiro a sofrer essas consequências e aqui na Comissão da Verdade e aqui também na ABI, nós tivemos o depoimento de Nelson Cerqueira, que à época trabalhava como gráfico no jornal e pôde nos contar o acontecido por volta da meia-noite no jornal com a manchete pronta, essa manchete foi surrupiada e o Jornal da Bahia foi ao que se sabe, o único jornal a sair no dia seguinte sem manchete em razão dessa arbitrariedade, um fato que marca toda

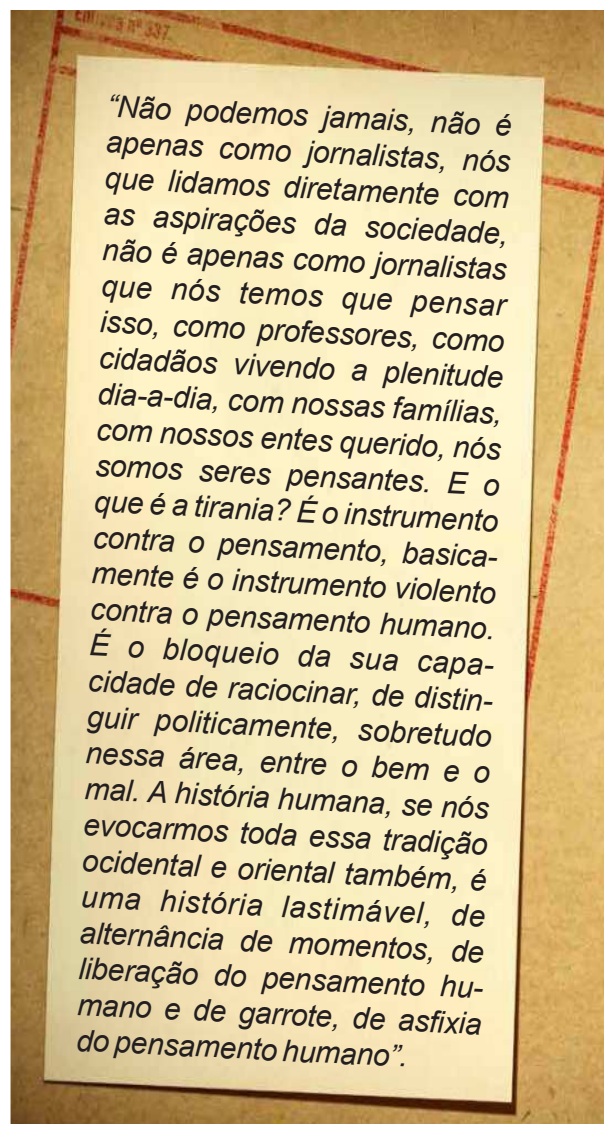
“Eu quero, em primeiro lugar, me congratular com os realizadores desse encontro e de coisas congêneres que se destinam a fixar para a posteridade, para épocas que não viveram os tempos dramáticos de março, abril de 64, até início da década de 80. As agruras, os sofrimentos, as perseguições brutais que toda a imprensa brasileira sofreu durante todo esse período. Gostaria inicialmente de destacar o fato de que entre todas as mazelas políticas e sociais que têm atormentado a humanidade, desde talvez em que o homem na face da Terra adquiriu a consciência do mundo, sem dúvida a mais cruel, a mais brutal de todas essas mazelas, e a mais inaceitável de todas as maneiras é a tirania”.

essa censura, todos esses maus tratos que o regime dispensou para a imprensa ou para aqueles que se rebelavam contra os seus atos. É... enfim, um escritor, autor de vários livros, amigo... a começar pela amizade que teve com Glauber Rocha... tenho certeza que lhe foi muito profícua, muito afetiva, mas vários livros, seja o “Gregório de Matos, o Boca de Brasa” seja o “Memórias das Trevas”, sobre essa história da passagem do ACM e mais recentemente “O Labirinto de Orfeu” em que são 146 poemas e sonetos que ele trata e antecedido por 92 páginas em que ele fala... enfim, duma ameaça, do extermínio do soneto, é muito rico e muito prestigiado. Bom, dito isso, fica registrado essa nossa... em nome da ABI e em parte também da CEV, desse prazer de tê-lo aqui e a certeza de que realizaremos uma sessão extremamente proveitosa pela memória da nossa terra em si, seja para os anais seja da ABI, seja da própria Comissão. Eu, nesse instante... acho que o nosso coordenador Jackson Azevedo deveria dar algumas palavrinhas a respeito ou então nosso próprio depoente. Então, feito assim, eu agradeço a todos a presença e sequenciando os nossos trabalhos, nosso depoente. Obrigado.

João Carlos Teixeira Gomes – Boa tarde a todos os presentes, muitos dos quais meus amigos, inclusive de luta jornalística. Eu quero, em primeiro lugar, me congratular com os realizadores desse encontro e de coisas congêneres que se destinam a fixar para a posteridade, para épocas que não viveram os tempos dramáticos de março, abril de 64, até início da década de 80. As agruras, os sofrimentos, as perseguições

brutais que toda a imprensa brasileira sofreu durante todo esse período. Gostaria inicialmente de destacar o fato de que entre todas as mazelas políticas e sociais que têm atormentado a humanidade, desde talvez em que o homem na face da Terra adquiriu a consciência do mundo, sem dúvida a mais cruel, a mais brutal de todas essas mazelas, e a mais inaceitável de todas as maneiras é a tirania. Nós nos distinguimos na perspectiva da evolução animal – porque essa é a nossa condição básica –, pelo funcionamento do corpo, por nossas reações instintivas. Nós nos distinguimos do resto do reino animal pela capacidade de pensar, pela capacidade de refletir e distinguir entre o bem e o mal, embora essa discussão possa ganhar uma dimensão filosófica sobre o que é o bem e o mal, e nós não chegemos nunca exatamente a um acordo completo e definitivo sobre a essência do bem e a essência do mal, tantas vezes essas duas categorias das condições, das reações humanas se misturam. Mas nós nos distinguimos basicamente porque somos inteligentes, raciocinamos e temos a capacidade de pensar, isso é que é uma coisa realmente notável. Não podemos jamais, não é apenas como jornalistas, nós que lidamos diretamente com as aspirações da sociedade, não é apenas como jornalistas que nós temos que pensar isso, como professores, como cidadãos vivendo a plenitude dia-a-dia, com nossas famílias, com nossos entes querido, nós somos seres pensantes. E o que é a tirania? É o instrumento contra o pensamento, basicamente é o instrumento violento contra o pensamento humano. É o bloqueio da sua capacidade de raciocinar, de distinguir politicamente, sobretudo nessa área, entre o bem e o mal. A história humana, se nós evocarmos toda essa tradição ocidental e oriental também, é uma história lastimável, de alternância de momentos, de liberação do pensamento humano e de garrote, de asfixia do pensamento humano.

Em 1964, mais uma vez nós tivemos aqui essa realidade constrangedora, e não



foi a primeira vez, que nós tivemos a brutal ditadura de Vargas, nós não podemos esquecer que a ditadura de Vargas esteve muito próxima do nazi-fascismo, das práticas hediondas criadas na Europa. Eu tenho dito sempre, gosto de fazer intercalações nas minhas exposições, que toda essa Europa que nós tanto admiramos, que é o berço da civilização humana com a notável civilização grega, sobretudo, que criou inclusive o respeito pelo corpo, pelo cultivo da beleza do corpo humano, pela filosofia, pela literatura, pela escultura, a música nós não conhecemos, mas pela arquitetura, tudo que nos veio da grandiosa Grécia, a poesia lírica, a poesia bucólica, a poesia épica que depois passou pra Roma. A Grécia nos levou à democracia, embora com restrições porque havia a escravidão – essa mancha brutal na humanidade

também havia na Grécia –, mas nos levou a esse bem precioso que é a democracia. E o que é que houve, minha amiga Dulce, em 64? O bloqueio da capacidade de você expressar seu pensamento, de um jornalista escrever as coisas de acordo com as suas convicções.

Eu pertenci a um jornal que desde as origens foi muito rico, porque era um reduto de ex-comunistas, era um valhacouto de ex-comunistas, todos eles egressos de uma luta incessante pela democracia como eles viam, embora tivéssemos aquele exemplo nefasto do stalinismo, brutal, cruel, que é uma página intolerável na história política da humanidade, mas que lutaram ardorosamente pela implantação da democracia no Brasil como eles viram e foram brutalmente perseguidos. Muitos desses comunistas fundaram, participaram de uma experiência pioneira aqui na Bahia, que foi O Momento, o jornal O Momento, foi brutalmente perseguido pela ditadura de Vargas, que tinha entre seus quadros a figura hedionda de Filinto Müller. O Brasil é

um país que considero muito curioso porque esse homem, durante um período longo da vida dele, esse homem morreu de um desastre de aviação em Orly e ele transitava pelas ruas impunemente, quando seria absolutamente admissível que alguém tivesse liquidado a vida desse canalha com um tiro na rua, porque foi um perseguidor, entregou Olga Benário ao nazismo, para ser torturada e morta com o beneplácito do grande Getúlio Vargas que abriu caminhos para a nossa emancipação econômica, mas foi um tirano cruel, um

ditador pequeno não só no tamanho, mas no comportamento, também Getúlio Vargas.

Essa coisa toda passou de uma maneira cruel para a ditadura em 64, houve aquele momento inicial em que as esquerdas assanhadas demasiadamente criaram condições pra que elas militassem sem que

e sentissem molestadas. Qual é o papel que o Jornal da Bahia desempenhou nesse processo? Era um jornal a favor das reformas de base, tinha um grupo de comunistas, mas eles estavam controlados. Já tinham passado a fase mais intensa da resistência comunista, do pensamento comunista, sabiam que o dono do jornal era um banqueiro, João Falcão era dono do Banco Bahiano da Produção, não se esqueçam disso, para depois compreenderem melhor a resistência do jornal. Então o jornal foi, desde o início, pessimamente visto pela comunidade militar aqui na Bahia. Explode o golpe em 64, ninguém sabia na noite de 31 de março pra que lado ia aquilo, nem os políticos sabiam. Quando aquele

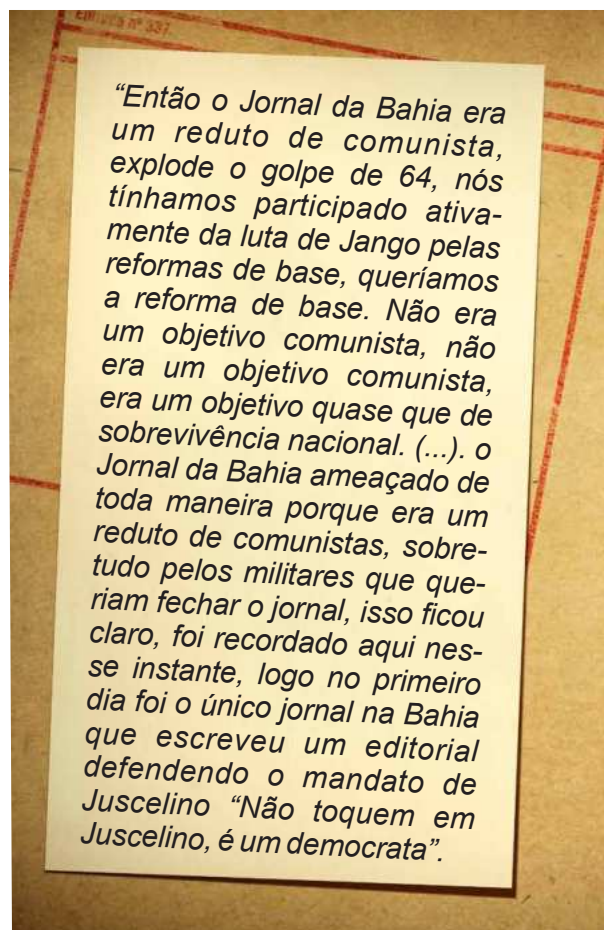
maluco, a vaca fardada de Minas Gerais, o general Mourão Filho pegando uns recrutas sem competência lá em Minas, botou uns tanques velhos na rua, chegou ao Rio de Janeiro e deflagrou um golpe vitorioso.

O que acontece em relação ao jornal, refúgio de comunistas brilhantes, alguns repórteres excepcionais? Como meu querido amigo Ariovaldo Matos, como o grande redator Flávio Costa (pai hoje do redator – chefe do Correio da Bahia, Sérgio Costa), é... José Gorender, o mais

“Eu pertenci a um jornal que desde as origens foi muito rico, porque era um reduto de ex-comunistas, era um valhacouto de ex-comunistas, todos eles egressos de uma luta incessante pela democracia como eles viam, embora tivéssemos aquele exemplo nefasto do stalinismo, brutal, cruel, que é uma página intolerável na história política da humanidade, mas que lutaram ardorosamente pela implantação da democracia no Brasil como eles viram e foram brutalmente perseguidos. Muitos desses comunistas fundaram, participaram de uma experiência pioneira aqui na Bahia, que foi O Momento, o jornal O Momento, foi brutalmente perseguido pela ditadura de Vargas, que tinha entre seus quadros a figura hedionda de Filinto Müller”.

extraordinário redator que eu conheci na vida, que tratava uma máquina de escrever – naquele tempo não havia computador –, como se fosse um piano, o dedilhar magnífico naquelas teclas, como escrevia rapidamente, absolutamente limpo o texto saía naquele teclado fascinante de José Gorender e quando o grande líder da esquerda revolucionário Jacob Gorender – não era Jacob?, – escreveu aquele livro magnífico das trevas, das lutas nas trevas, “Combate nas Trevas”. Então... o Flávio não chegou a ser comunista, aí foi o grande José Maria Rodrigues, meu Deus, não posso deixar de esquecer o grande José Maria Rodrigues, que tomou porrada como o diabo, nas ruas, dos militares da repressão de Getúlio contra os comunistas. José Maria Rodrigues tomava uma cachaça terrível, talvez em consequência desse... de ter sido massacrado durante longo tempo pela reação policlesca, o grande José Maria. E tantos outros. Eu aqui, com a emoção desse encontro maravilhoso, eu não vou me recordar de todos.

Então o Jornal da Bahia era um reduto de comunista, explode o golpe de 64, nós tínhamos participado ativamente da luta de Jango pelas reformas de base, queríamos a reforma de base. Não era um objetivo comunista, não era um objetivo comunista, era um objetivo quase que de sobrevivência nacional. A longa opressão dos Estados Unidos, o desinteresse capitalista, que não mudaram nunca seus objetivos, em 2008 tivemos aquela sangria mundial por causa dos bancos americanos emprestando dinheiro para a hipoteca, para a construção, para a aquisição de casas. Isso deflagrou um processo econômico que até hoje a Europa sente amargamente, a Grécia, quiseram acabar com a Grécia há pouco tempo porque estava com uma dívida grande. Eu estava agora em Lisboa quando aquele líder de esquerda ganhou as eleições, foi um tumulto na Europa, a Europa submissa até hoje, cegamente, a Europa que está retroagindo no pensamento humanístico, na luta pelas liberdades, ameaçada de todas as maneiras não



só pelo Estado Islâmico como pelas suas contradições internas, ficaram apavorados, e cederam aos interesses do capitalismo americano com a crise que até hoje se manifesta no mundo todo, tá chegando ao Brasil agora, porque o Brasil maquiou a sua economia durante muito tempo.

Então, o Jornal da Bahia apoiava as reformas de base, não era um apoio direto a Jango. Nós queríamos a reforma agrária, nós queríamos o controle da remessa de lucros para o exterior, Jovinião, era o que nós queríamos basicamente, e não há dúvida que o papel de João Falcão nesse processo foi importante. Quero, aliás, dar um depoimento, no final da vida do Jornal da Bahia, eu entrei em confronto com João Falcão, o fato que narro nesse livro meu, mas é preciso dizer que o editorial que foi publicado a favor de JK, que estava em determinado momento ameaçado pelos militares, foi um editorial que João Falcão me pediu e nós combinamos – eu escrevi o editorial – mas nós trocamos as ideias no

gabinete dele, foi um editorial que ele pediu. Quero que fique como testemunho dessa natureza. Porque o Jornal da Bahia ameaçado de toda maneira porque era um reduto de comunistas, sobretudo pelos militares que queriam fechar o jornal, isso ficou claro, foi recordado aqui nesse instante, logo no primeiro dia foi o único jornal na Bahia que escreveu um editorial defendendo o mandato de Juscelino “Não toquem em Juscelino, é um democrata”. O Jornal da Bahia no dia 31... eu tinha saído da redação sem saber pra que lado ia o golpe, se era a favor de Jango ou contra, porque havia duas possibilidades de golpe: uma com as esquerdas assanhadas com a rebelião dos militares que não devia ter ocorrido, porque não se dá murro em ponta de baioneta (depois eu quero falar sobre isso, particularmente, uma injustiça cometida por Emiliano José que vai lançar amanhã um livro sobre Lamarca. Eu tô fazendo propaganda do livro dele, ele não fez do meu), mas, repare, o Jornal da Bahia foi invadido na primeira hora do ... primeira hora de 1º de abril, porque não sei como, parece que já tava definido o golpe. Mourão já tinha saído?

Participante – Meia-noite.

João Carlos Teixeira Gomes – Eu já tinha saído do jornal, não, não foi 1 hora, foi mais ou menos 1:30. Eu saí do jornal e fui pra casa dormir, quando fui acordado por Moacir Ribeiro: “Joca, volte depressa que os militares invadiram o Jornal da Bahia”, porque o jornal era justamente o reduto dos comunistas históricos, já não históricos, mas históricos. O histerismo havia ainda em vários setores, mas eles eram comunistas já comportados, homens que trabalhavam com o banqueiro que era João Falcão. O

jornal foi invadido e a partir daí estabeleceu-se uma censura implacável e sistemática. Eu tomava cada susto horrível, quando apareciam aqueles militares de metralhadora, querendo saber o que tinha (e o jornal recolhido) sobre a Petrobras nos arquivos. Entravam em magotes com metralhadoras armadas e eu pensava que iam me prender porque naquela época eu já era o redator-chefe do jornal.

“Tomava cada susto desgraçado, quando os militares invadiram e outra: eu fui lá parlamentar com os militares, o que fizeram? Eu não tenho uma cópia disso, é uma coisa... Não deixem de pegar os documentos no calor da hora, porque se perderem nunca mais vão conseguir. O jornal saiu todo... eles disseram o seguinte: 'Ou os senhores apagam a notícia que tem na primeira página ou o jornal não sai!'. O que é que eu podia fazer? Mande raspar, antigamente havia aquelas telhas de chumbo, não havia ainda a offset”.

O redator-chefe tinha então, que era o meu querido intelectual brilhante Nelson Araújo, teve uma crise de nervos, ficou em casa através das janelas olhando se os militares iam prendê-lo, meu querido Nelson teve uma crise de nervos e não conseguiu mais ir ao jornal e eu, que era secretário, assumi naquele momento crucial, dramático, a redação. E tomava cada susto desgraçado, quando os militares invadiram e outra: eu fui lá parlamentar com os militares, o que fizeram?

Eu não tenho uma cópia disso, é uma coisa... Não deixem de pegar os documentos no calor da hora, porque se perderem nunca mais vão conseguir. O jornal saiu todo... eles disseram o seguinte: “Ou os senhores apagam a notícia que tem na primeira página ou o jornal não sai!”. O que é que eu podia fazer? Mande raspar, antigamente havia aquelas telhas de chumbo, não havia ainda a *offset*, que a Tribuna da Bahia foi a pioneira – eu agora fiz uma assinatura da Tribuna, que é o melhor jornal da Bahia, hein? A Tribuna da Bahia é hoje o melhor jornal da Bahia, devemos isso à uma equipe, mas à liderança do nosso diplomata do jornalismo, nosso grande Walter, devemos a ele sem dúvida. E fiz a

assinatura não foi, por favor, não, foi por devoção jornalística, considero o melhor jornal da Bahia.

Walter Pinheiro – É muita honra pra nós.

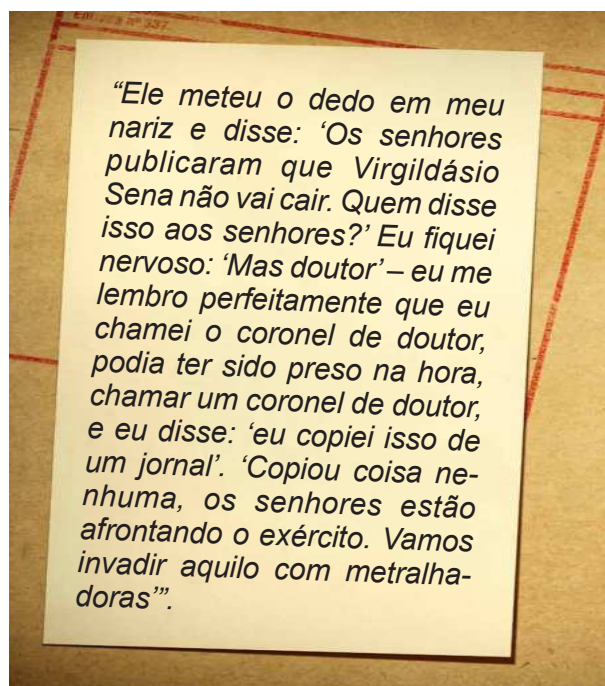
João Carlos Teixeira Gomes – Pois é, eu considero. Então eles invadiram o Jornal da Bahia e obrigaram o jornal a raspar a telha, o que era a telha? Era aquela coisa de chumbo, era tão gostoso aquilo, entrar numa oficina, com tipos móveis sendo colocados nas manchetes, os linotipistas aos quais João Falcão não dava o leite necessário. Era preciso dar leite, para preservar a saúde dos linotipistas, sabia disso?

Joviniano Neto – Eles trabalhavam com chumbo.

João Carlos Teixeira Gomes – Chumbo. Pois bem, João não dava, hein? João, comunista histórico sempre foi engraxate de prédio, não sei qual é a honra de ter sido engraxate de prédios. Bom, então mandaram apagar tudo e eu tive a obrigação de fazer isso, não teve um exemplar, se alguém teve.

Joviniano Neto – Nós temos fotografias.

João Carlos Teixeira Gomes – Mas fotografia não é a mesma coisa. Eu queria o exemplar, eu cheguei a guardar, não sei como que eu perdi isso, depois que eu me separei de algumas mulheres e na hora de transferir a mercadoria, eu perdi tanta coisa. Então esse foi o início de uma perseguição sistemática, eu tomava cada susto, até que eles resolveram instituir um censor diretamente. Eu me lembro de coisas incríveis, teve uma vez que copiando O Globo, que naquele tempo nós tínhamos a técnica, não sei se meu querido amigo Navarro, ele trabalhou no jornal tantos anos, se lembra: a *gilete press*. Como o serviço de linotipo só A Tarde tinha eficiente aqui na Bahia, nós cortávamos o recorte d'O Globo e cortamos um recorte d'O Globo dizendo que Virgildásio Sena não iria cair e demos no jornal. No dia seguinte, não sei por que eu, o



redator-chefe, devia ser o diretor do jornal, fui chamado ao quartel-general pela milicagem e fui recebido por um coronel chamado Mendonça, não foi o grande general da época, aquele... me esqueci o nome dele, aquele famoso que tava em cima do muro.

Valter Lessa – Manoel Mendes Pereira.

João Carlos Teixeira Gomes – É uma coisa dessa. Ele meteu o dedo em meu nariz e disse: “Os senhores publicaram que Virgildásio Sena não vai cair. Quem disse isso aos senhores?” Eu fiquei nervoso: “Mas doutor” – eu me lembro perfeitamente que eu chamei o coronel de doutor, podia ter sido preso na hora, chamar um coronel de doutor, e eu disse: “eu copiei isso de um jornal”. “Copiou coisa nenhuma, os senhores estão afrontando o exército. Vamos invadir aquilo com metralhadoras”. Voltei e disse ao diretor do jornal: “Vamos ser invadidos com metralhadoras”. Pois bem, essa perseguição foi sistemática, os militares no início acreditavam que nós éramos realmente um reduto comunista e queriam fechar o jornal.

Essa é que é a verdade dos fatos. Eu me lembro que houve aquelas Marchas de

Deus com a Família pela Liberdade, lembram disso? Lembra daquela Marcha de Deus com a Família pela Liberdade, saía as beatas rezando o terço na rua, muitas vezes no Rio de Janeiro, na Bahia também. Padre Peyton, vocês devem recordar.

Jackson Azevêdo – Família que reza unida permanece unida.

João Carlos Teixeira Gomes – Então o Padre Peyton veio à Bahia e eu me lembro de Milton Cayres de Brito apavorado. Ele teve que fugir, pra não ser preso, vestido de padre e também de mulher. Mas em outra época. E ele dizia: "vão todos pra rua, vão todos pra rua pra ver a marcha. Se vocês ficarem aqui vão dizer que é uma forma de protesto". Eu não saí não, viu? Eu não fui, eu não fui pra rua, não. Fiquei lá esperando ser preso. Mas não houve não, de fato os militares não chegaram lá. Então foi uma opressão sistemática, é aquilo que eu digo a vocês: o alvo predileto da ira militar era Dom Helder.

Naquela época assumiu uma função importante o coronel Arthur, Luiz Arthur de Carvalho. Ele era um homem gentil, jogador de basquete... Era um militar, era um milico. Mas não era um opressor. Ele dialogava muito comigo, porque eu não gostava muito. Ele ia sistematicamente ao jornal proibir a referência ao nome de Dom Helder. Outro alvo predileto era o Mosteiro de São Bento. Não gostavam também do rapaz Dom Timóteo e não gostavam de Dom Jerônimo de Sá Cavalcante. Porque eles reagiram inclusive à invasão das escadarias do Mosteiro pelos militares que estavam dando porrada nos estudantes. E

tinha realmente uma posição de esquerda, avançada, como Dom Evaristo Arns, aquela coisa toda.

Então, nesse panorama sombrio da ditadura militar na Bahia, aparece a figura de Antonio Carlos Magalhães, o *Toninho Malvadeza*, um apelido muito justo, porque foi um tirano cruel, quando eu ouço hoje os elogios que se fazem a Antônio Carlos Magalhães, agora o grande caminho hoje

na Bahia é dizer 'se ele estivesse vivo matava todos os criminosos', eu acho uma coisa esquisita elogiar um sujeito porque ia matar... Bandido tem que estar na cadeia, ainda não tem pena de morte no Brasil. O sujeito era bom porque ia matar bandido, eu acho meio esquisito. E ele começou sistematicamente a perseguir o Jornal da Bahia que tentou implantar uma rotativa nova, a nossa era um desastre. Dizem que trazida, quero dar um depoimento curioso, da resistência francesa contra os nazistas, teria sido enterada durante muito tempo na França, pelos maquis.

Não sei se isso é verdade, mas João Falcão espalhava isso e nós todos gostávamos de ouvir essa versão, de que nós usamos uma máquina que lutou contra os nazistas, que bonito, que emocionante.

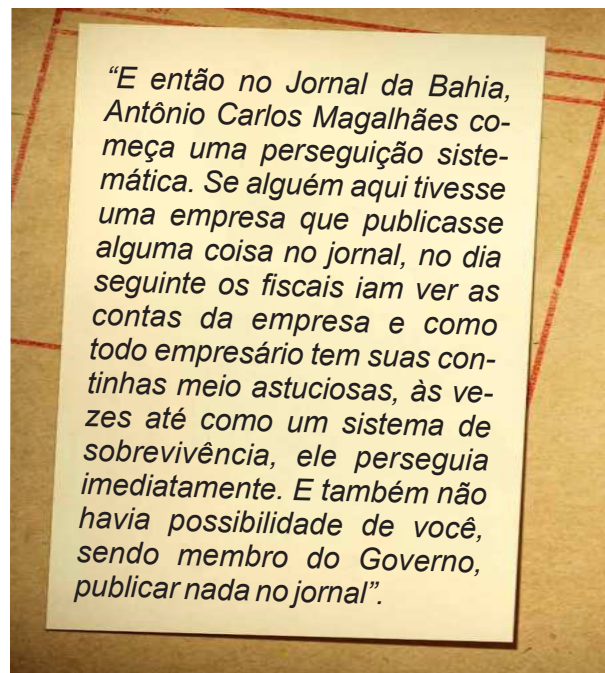
Pois bem, o Jornal queria ampliar, construir um galpão pra construir uma rotativa nova, maior. E Antônio Carlos tava namorando com João Falcão, aceitou que o Jornal fizesse a projeção no fundo, numa rua que passava ali atrás da Barroquinha. Não ia prejudicar ninguém, mas o Jornal da Bahia nesse ínterim, através do grande Newton Sobral, que devia estar aqui hoje pra falar também, publicou uma nota a mando de João Falcão dizendo que Antônio

"O Padre Peyton veio à Bahia e eu me lembro de Milton Cayres de Brito apavorado. Ele teve que fugir, pra não ser preso, vestido de padre e também de mulher. Mas em outra época. E ele dizia: 'vão todos pra rua, vão todos pra rua pra ver a marcha. Se vocês ficarem aqui vão dizer que é uma forma de protesto'. Eu não saí não, viu? Eu não fui, eu não fui pra rua, não. Fiquei lá esperando ser preso. Mas não houve não, de fato os militares não chegaram lá. Então foi uma opressão sistemática, é aquilo que eu digo a vocês: o alvo predileto da ira militar era Dom Helder."

Carlos estava fazendo a cizânia na Arena, porque queria ser governador da Bahia, e tava querendo passar Lomanto e Luiz Viana pra trás. João Falcão era mais ligado a Lomanto e sobretudo ao Luiz Viana. Pediu a Sobral que fizesse uma nota na Seção de Políticas e Eventos, atribuindo a Antônio Carlos Magalhães o desejo de cindir a Arena pra chegar ao Governo do Estado. Bom, com isso Antônio Carlos rompe com o Jornal da Bahia, não permite a instalação da rotativa, bloqueou, e durante todo o período de prefeito, até chegar a governador, brigou com João.

Quando entra no Governo, há uma trégua, logo desfeita. Numa dessas matérias, não me lembro qual, João Falcão tava viajando, quando Antônio Carlos vai a televisão a pretexto de fazer um pronunciamento sobre o primeiro ano de Governo dele, e como sempre se desmanda, porque era um incontrolável, diziam que ele era PhD de Política, eu não achava nada disso. Porque Antônio Carlos tinha na verdade, e eu já tinha um confronto com Antônio Carlos pessoal, devia na verdade tentar me afastar da direção do Jornal, eu acabei sendo, e digo isso com muito orgulho, o grande general da banda da luta fui eu. Porque se não houvesse a minha presença a luta não tinha ido até o estágio magnífico que foi. Eu tomei a pulso justamente em defesa da liberdade de pensamento, porque eu não tinha uma ideologia sectária, eu não era um comunista. Eu achava que as esquerdas erraram no início, mas queria que aquilo tudo acabasse pela Democracia.

E então no Jornal da Bahia, Antônio Carlos Magalhães começa uma perseguição sistemática. Se alguém aqui tivesse uma empresa que publicasse alguma coisa no jornal, no dia seguinte os fiscais iam ver as contas da empresa e como todo empresário tem suas continhas meio astuciosas, às vezes até como um sistema de sobrevivência, ele perseguia imediatamente. E também não havia possibilidade de você, sendo membro do Governo, publicar nada no jornal. Essa coisa foi



crescendo brutalmente e adquiriu uma projeção de uma verdadeira asfixia. Aí foi que a Redação do jornal reagiu com uma solidariedade uniforme, compacta, maravilhosa. Diziam na época que alguns empresários importantes como Paes Mendonça estavam ajudando Falcão por debaixo do pano, porque não podiam aparecer. Tô entrando em coisas que não lembro se publiquei no livro, mas são verdadeiras.

Jackson Azevêdo – Não deixe essa chama se apagar.

João Carlos Teixeira Gomes – Isso foi criado por Ponce de León, um publicitário paulista que vinha de vez em quando à Bahia, e João pediu a ele um slogan de resistência. E esse slogan maravilhoso foi criado e sustentou durante muito tempo a maravilhosa, a magnífica reação do Jornal da Bahia. "Não deixe essa chama se apagar". Houve uma campanha publicitária de adesão de assinaturas, vitoriosa. Resumindo: o jornal foi até o fim, mas eu paguei o pato. Particularmente eu paguei o pato porque em 1972, na época que Herzog foi assassinado, em que aquele operário foi assassinado, Manoel Filho, honra a Manoel Filho, Antônio Carlos Magalhães meteu um processo contra mim com base

na Lei de Segurança Nacional. A pena prevista por ofensa à autoridade governadora era de nove anos. Obviamente se eu fosse condenado a nove anos, morria na cadeia, até torturado. Tava morrendo todo mundo. Houve a reação contra as torturas, houve aquele episódio bonito no enterro de Herzog, aquele discurso magnífico de quem era na época presidente do sindicato dos jornalistas, da ABl, parece, contra. Aquilo teve uma repercussão imensa. A luta do Jornal da Bahia foi a pior coisa que podia ter ocorrido a um jornal estadual, por quê? Porque era estadual. Se um jornal de São Paulo, como o *Estado de São Paulo*, a *Folha* ou um jornal do Rio, como o *Jornal do Brasil*, a *Globo*, a *Globo* apoiou a ditadura o tempo todo, reagissem..

Joviniano Neto – O *Correio da Manhã*...

João Carlos Teixeira Gomes – O *Correio da Manhã* foi fechado...

Joviniano Neto – O *Correio da Manhã* foi asfixiado também...

João Carlos Teixeira Gomes – Com uma grande participação de Carlos Heitor Cony naquela época, eu me lembro de um detalhe que eu gostaria de frisar, ele já estava ameaçado quando ele escreveu um artigo, aqueles brilhantes artigos estão resumidos no livro "O Ato e o Fato", que ele disse a Costa e Silva: "general, o senhor está ameaçando um homem que tem uma obra, já o senhor tem uma farda que as traças hão de comer". Eu nunca esqueci essa frase: "já o senhor, general, tem uma farda que as traças hão de comer". Rapaz, era muita coragem. Você lembra disso, Agostinho? E eles foram presos todos,

"Antônio Carlos Magalhães meteu um processo contra mim com base na Lei de Segurança Nacional. A pena prevista por ofensa à autoridade governadora era de nove anos. Obviamente se eu fosse condenado a nove anos, morria na cadeia, até torturado. Tava morrendo todo mundo. Houve a reação contra as torturas, houve aquele episódio bonito no enterro de Herzog, aquele discurso magnífico de quem era na época presidente do sindicato dos jornalistas, da ABl, parece, contra. Aquilo teve uma repercussão imensa. A luta do Jornal da Bahia foi a pior coisa que podia ter ocorrido a um jornal estadual, por quê? Porque era estadual".

Glauber Rocha foi no meio. Esqueci de dizer que Glauber Rocha foi um dos fundadores do Jornal da Bahia, o Grande Glauber Rocha, ao lado de João Carlos Teixeira Gomes, Florisvaldo Mattos, Paulo Gil Soares, Fernando Rocha, meu querido Fernando Rocha. Todos eles jovens, focas, jovens jornalistas, Navarro veio depois. Então o Jornal da Bahia sofreu sistematicamente e brutalmente a opressão militar, e depois de Antonio Carlos Magalhães. Implacável até 1976.

Eu costumo dizer que o Jornal da Bahia resistiu o mesmo ano de duração da Segunda Guerra Mundial. Isso não é brincadeira, seis anos de resistência, de luta diuturna, então eu sei perfeitamente o que é a opressão. O que é o bloqueio da consciência jornalística, o desejo da tirania de reprimir a liberdade e de, como um instrumento de dominação da sociedade, instituir a tortura. Acho

que esse é um depoimento básico porque cheguei a esse ponto e eu gostaria de deixar em suspenso pra responder a perguntas.

Walter Pinheiro – Peço ao companheiro Jackson Azevêdo para a condução, enfim, pela Comissão, ver as questões que estão colocadas, evidente que quem aqui está tem toda a possibilidade de também fazer perguntas e as perguntas haverão de surgir. Mas eu lhe peço, pela nossa CEV, sigamos aqui aquele procedimento, é uma reunião conjunta e está sendo assim.

Jackson Azevêdo – Obrigado, Walter. Conquanto acho que você seria a pessoa mais bem indicada para conduzir a conversa com Joca. Mas de qualquer forma

então, se alguém desejar fazer alguma colocação, algum questionamento, alguma pergunta.

Valber Carvalho – Eu tenho uma pergunta.

Jackson Azevêdo – Só peço pra você, pra efeito de documentação, porque tudo nós degravamos e depois publicamos, que você se identifique. Se quiser. Não é obrigado.

Valber Carvalho – Claro, claro. Meu nome é Valber Carvalho, eu sou jornalista. Eu tenho uma pergunta pra Joca que eu não sei exatamente se ele sabe sobre isso, da prisão do médico Gérson Mascarenhas, que era o diretor-médico lá de Irmã Dulce, e que ela teria ido ao comandante Moraes Rêgo, para interceder por ele e dizendo: "Não importa se ele é comunista, o homem está fazendo o bem, eu quero que o senhor solte ele". Você sabe alguma coisa sobre isso?

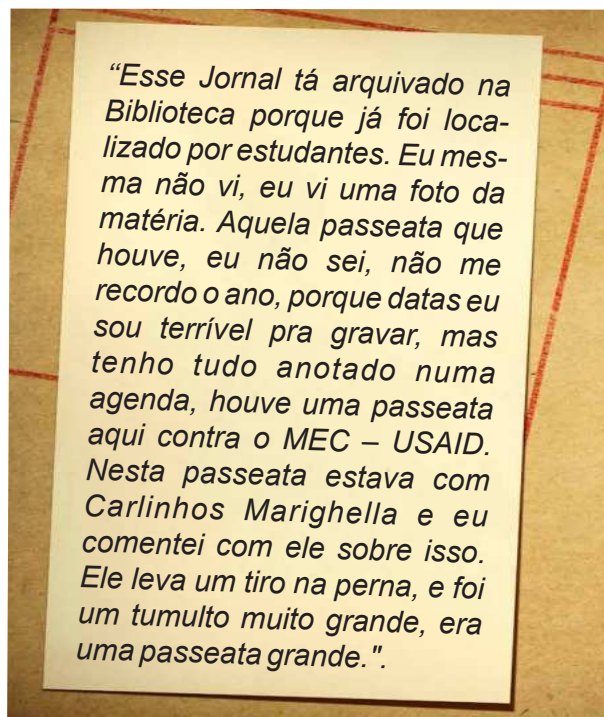
João Carlos Teixeira Gomes – Não, eu não conheço esse episódio.

Valber Carvalho – E, aproveitando, de quem foi a ideia do foguete no Jornal da Bahia com a contagem regressiva?

João Carlos Teixeira Gomes – Olhe, é difícil dizer a você que tenha sido exatamente de Newton Calmon. Não sei se foi ele, mas foi na coluna dele que saía, a contagem regressiva, o foguete, na página de Santelmo. Saudoso Newton Calmon.

Diva Santana – Eu quero fazer uma pergunta também. Pergunta não, quero fazer um comentário.

Jackson Azevêdo – Diva Santana, cuja presença também engrandece essa reunião, pela sua trajetória, sua militância de resistência à ditadura. É vítima quase direta, porque teve a sua irmã sacrificada pelo golpe militar, e até hoje é uma mulher que se dedica diuturnamente ao trabalho de preservação da memória, da história e da reparação das vítimas da ditadura militar.



Diva Santana – Muito obrigado, Doutor Jackson. Eu não poderia deixar de estar presente a esse depoimento do jornalista João Carlos, que foi do Jornal da Bahia, porque eu acho que o Doutor Jackson já fez a minha apresentação. Em 2003 a gente realizou no grupo Tortura Nunca Mais, e em 2003 fomos designados para ver os arquivos da Polícia Federal na Bahia, no início de 2003. Foi uma ação do ministro da Justiça, Paulo de Tarso, se não me engano. Foi anterior ao Governo FHC, e nós tivemos acesso a esses arquivos, e lá eu encontro o depoimento de um jornalista, um jornalista do Jornal da Bahia, e do Chefe da Redação, se não me engano, que eu tenho isso anotado no caderno, o jornalista seria Antônio Torres, e o Chefe da Redação, Ildásio Tavares.

João Carlos Teixeira Gomes – Do Jornal da Bahia?

Diva Santana – Sim.

João Carlos Teixeira Gomes – Não.

Diva Santana – Sim, *Jornal da Bahia*, veja bem: Esse Jornal tá arquivado na Biblioteca porque já foi localizado por estudantes. Eu mesma não vi, eu vi uma foto da matéria.

Aquela passeata que houve, eu não sei, não me lembro o ano, porque datas eu sou terrível pra gravar, mas tenho tudo anotado numa agenda, houve uma passeata aqui contra o MEC – USAID. Nesta passeata estava com Carlinhos Marighella e eu comentei com ele sobre isso. Ele leva um tiro na perna, e foi um tumulto muito grande, era uma passeata grande. Quando o jornalista Antônio Torres, dizem pra ele que no pronto-socorro tem cem pessoas machucadas sendo atendidas. E ele sai da Praça da Sé e vai ao pronto-socorro.

Chegando no pronto-socorro ele constata mesmo muita gente ferida sendo atendida, e o médico disse a ele que tinha um corpo no necrotério. Jornalista curioso, vocês sabem muito bem, muito mais do que eu, ele investe pra ir ver esse corpo, quando já estava sabendo que era uma estudante do ICEIA. Não deixaram, quando ele chega antes do necrotério, tava tomado pelos militares, e ele não chega a ver o corpo.

Ele vem embora, botado pra fora, ele sai. E essa matéria foi publicada no Jornal da Bahia. No dia seguinte, de madrugada, o jornal foi apreendido. Posteriormente, um estudante da UFBA, eu conto essa história pra ele, ele vai procurar na Biblioteca, localiza o jornal, fotografa e me mostra a fotografia. Esse jornal encontra-se na Biblioteca. Eu falei de Ildásio Tavares, mas eu acho que não é. Eu confundo com outro nome.

João Carlos Teixeira Gomes – Ildásio nunca foi do Jornal da Bahia, ele era colaborador eventual.

Diva Santana – Não, não, não. Não é

Ildásio, é outro. Não me lembro os nomes.

João Carlos Teixeira Gomes – Posso fazer uma observação?

Diva Santana – Mas veja bem, esse fato, se ele ocorreu, é uma denúncia que eu faço. Porque nós não temos na Bahia nenhum comprovante, nenhuma notícia, desse corpo e nem dessa estudante do ICEIA.

Nós não temos essa notícia, enquanto nós aqui que lutamos pela verdade, pelo resgate da memória, essa história toda. Então eu cheguei a ir aos dirigentes, eu e o companheiro lá do Grupo, chegamos a ir ao ICEIA, mas a diretora disse que não havia mais documentos daquela época e que era impossível localizar. A diretora atual 2003, né? E que ela nunca tinha ouvido falar dessa situação.

Mas é um fato que eu não me esqueço porque eu li o depoimento do jornalista e do chefe

de Redação. Eles foram chamados a depor, e os depoimentos dos dois lá na Polícia Federal. Esses arquivos encontram-se hoje no Arquivo Público lá em Brasília, que eram os inquéritos da Polícia Federal, que só o que tem aqui na Bahia que existe, que a gente teve acesso, nós nunca tivemos acesso aos arquivos do DOPS, é uma denúncia que eu faço, nem arquivos da 6ª Região Militar, onde funcionaram todos os órgãos de repressão da Bahia, como vocês devem saber. Funcionou o DOI – CODI, funcionou a Operação Bandeirantes, no caso Lamarca, foi a Operação Bandeirantes, aos prisioneiros daqui, na prisão dos militantes do PCB, Operação Bandeirantes que funcionou, SNI, e nós com os únicos documentos que demonstram que a ditadura militar atuou na Bahia, foram vinte

“Chegando no pronto-socorro ele constata mesmo muita gente ferida sendo atendida, e o médico disse a ele que tinha um corpo no necrotério. Jornalista curioso, vocês sabem muito bem, muito mais do que eu, ele investe pra ir ver esse corpo, quando já estava sabendo que era uma estudante do ICEIA. Não deixaram, quando ele chega antes do necrotério, tava tomado pelos militares, e ele não chega a ver o corpo. Ele vem embora, botado pra fora, ele sai. E essa matéria foi publicada no Jornal da Bahia. No dia seguinte, de madrugada, o jornal foi apreendido”.

e duas pastas que nós separamos, e deixamos enroladas e amarradas, apenas dos inquéritos feitos pela Polícia Federal. Eles deixaram bem claro, que lá só havia os Inquéritos, quando nós procuramos os documentos do DOPS, eles disseram que tinham mandado pra Brasília, pro CIE, não sei pra onde, né? Que termina com aquela queima de arquivos aqui da Base Aérea de Salvador, que na minha opinião ela é muito suspeita. Muito obrigada.

João Carlos Teixeira Gomes – Gostaria de fazer algumas observações. Eu imagino que em 1964 Antônio Torres não fosse mais do Jornal da Bahia.

Diva Santana – Não foi em 1964, posterior a 1964. Isso estava nessa passeata Juca Ferreira, que a gente conhece e tem aproximação, que eu já conversei com eles, Juca Ferreira, Carlinhos Marighela, que tomou um tiro na perna. Nessa manifestação.

João Carlos Teixeira Gomes – Mas a repressão contra o Jornal da Bahia pelos militares não se limitou a essas agressões a que eu me referi, no âmago das quais Antônio Carlos tentou se aproveitar para silenciar o jornal. Vários redatores do jornal foram presos.

Diva Santana – Mas no caso o jornal foi apreendido. Tá lá o relatório na Polícia Federal, eu vi os documentos.

João Carlos Teixeira Gomes – O jornal foi apreendido?

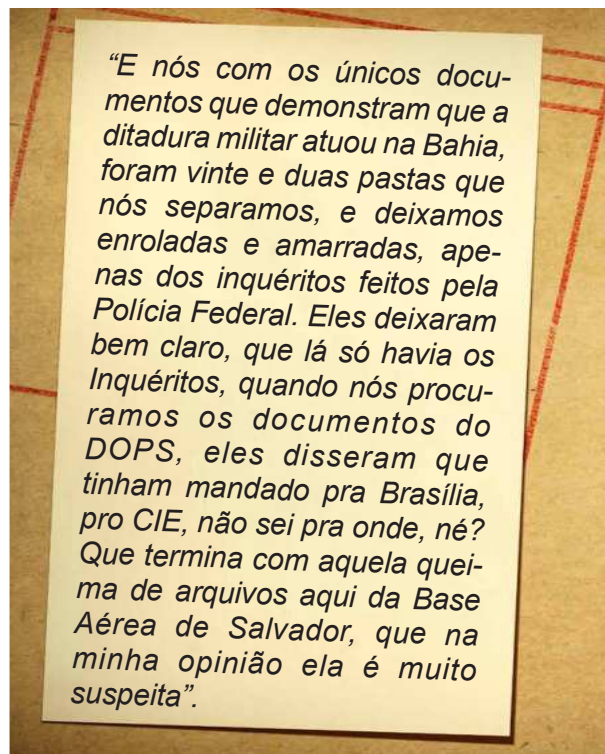
Diva Santana – O jornal foi apreendido.

João Carlos Teixeira Gomes – Ah, por publicar a morte da moça?

Diva Santana – A matéria...

João Carlos Teixeira Gomes – Isso é possível.

Diva Santana – Exatamente, o jornal foi apreendido por publicar essa matéria.



João Carlos Teixeira Gomes – Isso é possível. Eu me lembro...

Diva Santana – Porque o jornalista publicou, o Antônio Torres publicou a matéria. Se não me engano é 1976, por aí. Naquelas passeatas...

João Carlos Teixeira Gomes – Não deve ter sido Antônio Torres. Ele já era publicitário no Rio. Não era mais do jornal.

Diva Santana – É o jornalista Antônio Torres, aí eu não tenho dúvida. O chefe da Redação é uma pessoa conhecidíssima, mas agora eu só não me lembro o nome. São dois nomes próprios assim, como Ildásio...

João Carlos Teixeira Gomes – Assim, eu acredito que tenha havido alguma alteração qualquer num dado porque houve realmente esse problema aí, no pronto-socorro, de uma moça ter sido assassinada. Eu não me lembro se era exatamente uma moça, eu me lembro que a repercussão no jornal foi intensa, mas não ligada nem a Ildásio, nem a Antônio Torres. É bom verificar para que o registro do fato saia corretamente em alguma fonte.

Diva Santana – Veja bem, eu li o depoimento dele na Polícia Federal. Eu li o depoimento dos dois na Polícia Federal, o Antônio Torres...

João Carlos Teixeira Gomes – Ildásio não podia falar pelo Jornal da Bahia nunca.

Diva Santana – Antônio Torres eu tô.... Mas ele era o chefe de Redação. Era o chefe de Redação.

João Carlos Teixeira Gomes – Ildásio nunca.

Diva Santana – Não to falando em Ildásio, retiro o nome de Ildásio. Tinha um chefe de Redação que foi também chamado a depor.

João Carlos Teixeira Gomes – O Paulo chefiava [...], o chefe de Redação era eu.

Diva Santana – Não, mas depois de você. Não é seu nome. Tem dois depoimentos, agora eu queria complementar o seguinte.

João Carlos Teixeira Gomes – O fato existiu, agora os nomes estão precisando...

Diva Santana – O Antônio Torres, só pra complementar doutor Jackson. O Antônio Torres eu ainda tentei localizar. Eu cheguei a falar com a esposa dele, que trabalhava como assessora na Câmara de Vereadores, e cheguei a ir no escritório dele e não encontrei ele. Mais ou menos ali perto do hospital do Campo Santo. Eu fui conversar com ele, porque ele hoje é um advogado, foi o que ela me disse.

João Carlos Teixeira Gomes – Não, ele é publicitário.

Carlos Navarro – Você está confundindo

tudo. Antônio Torres que foi de lá é aquele escritor, da Academia de Letras...

Diva Santana – Não é Antônio Torres escritor, não é.

Carlos Navarro – E quem é?

Diva Santana – É Antônio Torres jornalista. Era jornalista na época. Eu proponho que vejam os arquivos.

Jackson Azevêdo – Eu acho que o fato está registrado, os dados estão colocados, depois se pesquisa, se investiga.

Dulce Aquino – A censura, como é que se dava a censura? Tinha uma pessoa lá da censura, a leitura dos textos no cotidiano?

João Carlos Teixeira Gomes – Teve um período, aliás, Paulo Marconi fala disso no livro dele, que levavam uma tira de papel com uma proibição. Você lembra disso, Agos-

tinho?

Agostinho Muniz – Eu até ia lembrar exatamente desse fato. E o seguinte, pedir pra você dar um depoimento mais exato sobre a questão de como funcionou a censura em diferentes períodos depois de 1964. Porque deixa eu me lembrar somente do seguinte: Inicialmente os jornais recebiam um ofício, uma documentação da Polícia Federal. Com timbre, todos os detalhes da censura, o que estava sendo censurado, específico sobre o comentário, alusão, e qualquer notícia referente a determinados fatos. A Redação recebia aquela proibição de publicação.

Depois, com o passar do tempo, usaram esses ofícios para espalhar o que

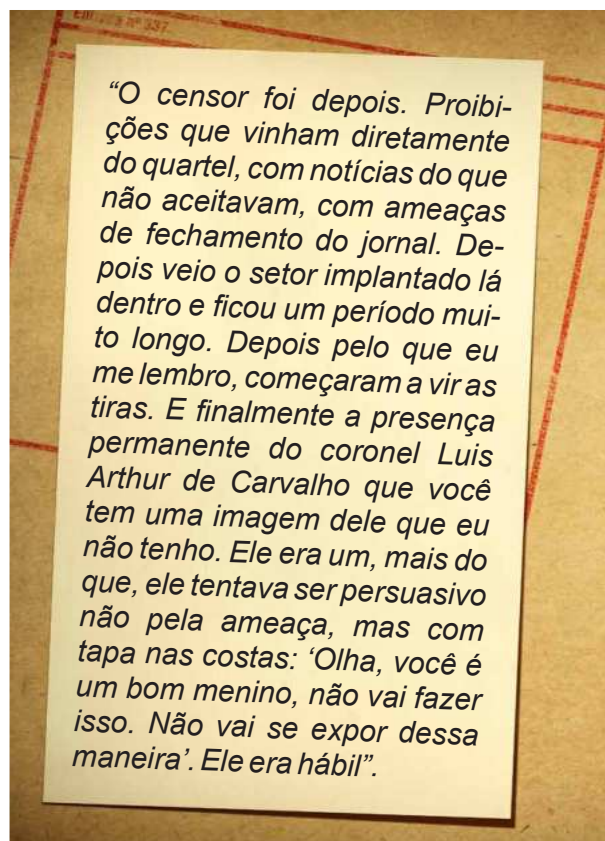
“Inicialmente os jornais recebiam um ofício, uma documentação da Polícia Federal. Com timbre, todos os detalhes da censura, o que estava sendo censurado, específico sobre o comentário, alusão, e qualquer notícia referente a determinados fatos. A Redação recebia aquela proibição de publicação. Depois, com o passar do tempo, usaram esses ofícios para espalhar o que estava sendo censurado. Depois passou a ser em tiras, agora, essa, por incrível que pareça, foi uma fase menos dura para os veículos de comunicação, para os jornais, do que a que veio depois”.

estava sendo censurado. Depois passou a ser em tiras, agora, essa, por incrível que pareça, foi uma fase menos dura para os veículos de comunicação, para os jornais, do que a que veio depois. Sobretudo em 1978, quando primeiro se colocou dentro das redações um censor que acompanhava tudo que o jornal ia publicar. Agora, uma fase ainda piorou muito. Você foi um pouco condescendente com o coronel Luiz Arthur, mas na verdade ele foi o pior censor da informação social na Bahia, após a ditadura de 1964. Quer dizer, após 1968. Ele proibia antecipadamente o fato que um jornal não podia divulgar, e ele fazia proibições locais que não tinham relação com as proibições nacionais, e fatos importantes nacionais, que ocorreram na Bahia, foram proibidos pelo coronel Luiz Arthur por telefone.

João Carlos Teixeira Gomes – Vamos estabelecer agora a evolução da censura no Jornal. Primeiro lugar foram as metralhadoras no dia 31. Essas foram eficientes porque cortaram várias matérias como eu expliquei, da telha. Em primeiro lugar foi isso, depois foi a instauração de um censor permanente, que era aquela figura engraçadíssima, que depois acabou vereador, que era, você lembra o nome? Era um militar gordinho que foi vereador. Isso pode ser apurado. Foi um censor que ficava lá dentro dia e noite no jornal.

Diva Santana – Não é Nilton José, não?

João Carlos Teixeira Gomes – Não. *Demostinho*.... Ele foi vereador baiano. Em terceiro lugar eram proibições que vinham do quartel. Como essa que eu falei do... Quer dizer, o censor foi depois. Proibições que vinham diretamente do quartel, com notícias do que não aceitavam, com ameaças de fechamento do jornal. Depois veio o setor implantado lá dentro e ficou um período muito longo. Depois pelo que eu me lembro, começaram a vir as tiras. E finalmente a presença permanente do coronel Luis Arthur de Carvalho que você tem uma imagem dele que eu não tenho. Ele era um, mais do que, ele tentava ser persuasivo não



pela ameaça, mas com tapa nas costas: "Olha, você é um bom menino, não vai fazer isso. Não vai se expor dessa maneira". Ele era hábil. Luiz Arthur de Carvalho foi secretário de Roberto Santos. Você lembra disso, né? Foi quem censurou a vinda de Ulisses Guimarães à Bahia, você lembra? Ele não era brincadeira, mas ele não era um sargento com uma metralhadora nas mãos, entende? É isso que eu quero dizer. Ele era duro. Por exemplo, ninguém podia falar em Dom Helder, era uma coisa brutal. Dom Helder foi o mais sistemático veto dos militares na Bahia.

Diva Santana – Luiz Arthur era um torturador, jornalista.

João Carlos Teixeira Gomes – Luiz Arthur?

Diva Santana – Luiz Arthur de Carvalho. Conheço pessoas torturadas por ele.

João Carlos Teixeira Gomes – É, olhe, agora nós estamos sabendo dessas coisas. Mas na época não. Ele não tratou mal o pessoal da Redação do Jornal da Bahia,

que o contato dele era comigo, tanto assim que ele acabou secretário de Estado. Isso está se sabendo agora com as pesquisas necessárias que foram feitas na linha do Tortura Nunca Mais. Muito boa pesquisa, louvável e necessária. Eu disse aqui desde o início que a pior miséria que pode assolar na sociedade humana é a tirania. Porque isso é uma expressão da tirania, eles são implacáveis. A partir de 1968 a coisa tornou-se muito pior do que era, e Luiz Arthur de Carvalho era um elemento da repressão. Sem nenhuma dúvida, um elemento da repressão.

Valber Carvalho – Eu soube através do jornalista Alberto Miranda, que era assessor da Polícia Federal.

João Carlos Teixeira Gomes – Isso, grande Miranda.

Valber Carvalho – Isso. Que quando Theodomiro foi preso, que um grupo de oficiais da Aeronáutica foi pra porta da Polícia Federal ameaçando invadir pra justicá-lo, e o Luiz Arthur levantou a arma e disse "aqui ninguém entra e ninguém pega em ninguém". Informação que foi me dada semana passada.

João Carlos Teixeira Gomes – Quer dizer que ele impediu a invasão pelos militares?

Valber Carvalho – Pelos oficiais da Aeronáutica que pretendiam, o nome dele é Alberto Miranda, que pretendiam justicar Theodomiro na noite que foi preso após a morte do soldado da Aeronáutica.

Jackson Azevedo – Alberto Miranda que foi do Jornal A TARDE?

Valber Carvalho – Isso, Alberto Miranda

que foi assessor do Luiz Arthur lá na Polícia Federal me contou isso semana passada.

Joviniano Neto – Depois eu falo sobre Luiz Arthur e Theodomiro. A operação que prendeu Theodomiro era uma operação comandada por Luiz Arthur. Theodomiro foi levado pra Polícia Federal, lá ele foi espancado, uma das argumentações pra ele não ter morrido foi o fato que desde o começo a operação ter sido toda oficializada. Tendo sido toda pública, foi incorporada dentro do esquema da Polícia Federal, depois o julgamento.

João Carlos Teixeira Gomes – Eu só quero fazer uma observação final sobre isso. O comportamento de Luiz Arthur em relação aos redatores chefes, secretários de jornal, isso não importa, não. Importa o que se apurou dele pelo sistema do Tortura Nunca Mais, aí é que aparece o homem. Ou não queria talvez passar a ideia de que estava apenas executando as ordens da Região Militar. Ele era o sargento agradável.

Diva Santana – Mas tinha esse papel.

João Carlos Teixeira

Gomes – Exato, então era pior ainda que os outros.

Joviniano Neto – Joca, pra completar as informações, eu tenho tido na Comissão um pouco o papel de inquiridor. Faço perguntas boas e ruins.

João Carlos Teixeira Gomes – Ótimo.

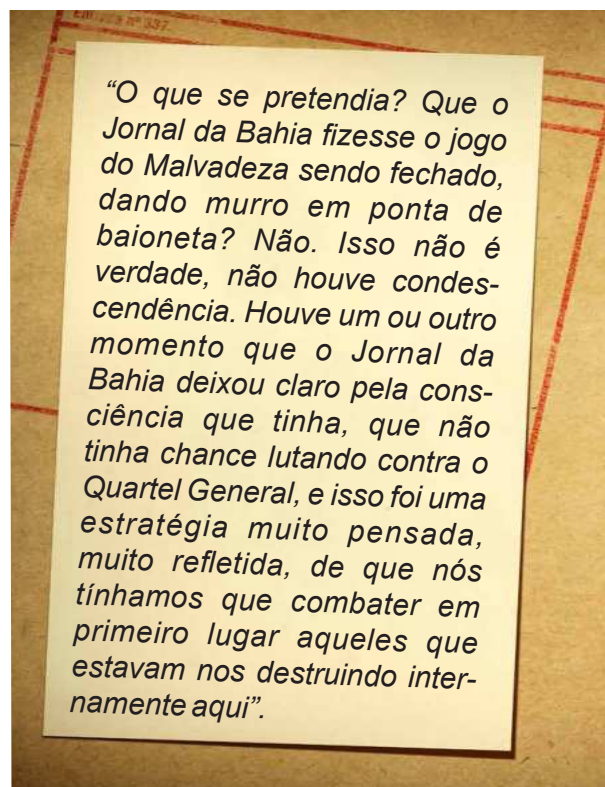
Joviniano Neto – A primeira questão é o seguinte: Uma vez você me deu um depoimento dizendo que não tinha como

"Ele (Luiz Arthur de Carvalho) não tratou mal o pessoal da redação do Jornal da Bahia, que o contato dele era comigo, tanto assim que ele acabou secretário de Estado. Isso está se sabendo agora com as pesquisas necessárias que foram feitas na linha do Tortura Nunca Mais. Muito boa pesquisa, louvável e necessária. Eu disse aqui desde o início que a pior miséria que pode assolar na sociedade humana é a tirania. Porque isso é uma expressão da tirania, eles são implacáveis. A partir de 1968 a coisa tornou-se muito pior do que era, e Luiz Arthur de Carvalho era um elemento da repressão. Sem nenhuma dúvida, um elemento da repressão".

lutar em duas frentes. E que o Jornal da Bahia preferiu concentrar a luta contra Antônio Carlos, que era um preposto da ditadura, que ameaçava a sobrevivência do jornal. E com isso não fazia ataques diretos ao presidente Médici, ao Governo Federal, uma vez inclusive colocou uma matéria, uma manchete dizendo que o Governo Federal era a favor da Democracia, coisas desse tipo. Esse jogo de concentrar a luta contra Antônio Carlos, e achar que não podia concentrar contra o Governo Federal, isso é uma estratégia de sobrevivência? Isso ocorreu como?

João Carlos Teixeira Gomes – Essa pergunta é essencial. Eu preciso desfazer esse mal entendido que foi lançado a público por Emiliano José, que passou a ser em determinado momento o Hércules da resistência na Bahia. Não é verdade isso. Vocês imaginem, nós estamos combatendo um homem que era o representante principal da ditadura não só na Bahia, nos Estados. Que teve longa vida até 1984, ocupando todos os cargos importantes nesse país indigno. Um homem que no Governo de Sarney ocupou o Ministério das Comunicações e estabeleceu o garrote do controle da consciência nacional através da concessão de rádios e TVs. Estão esquecidos disso? O que é que aconteceu? O Antônio Carlos, dileto representante da ditadura militar, queria fechar o Jornal da Bahia. Era uma agressão direta, a ditadura militar ela achava que o Jornal da Bahia era um reduto de comunistas perigosos. E de que forma se poderia dar murro em ponta de baioneta? Nós começamos a atacar aquele que era um civil, que queria fechar o Jornal da Bahia e com o qual nós tivemos que estabelecer um confronto direto sob o argumento vibrante da defesa da nossa sobrevivência jornalística. Se nós começássemos a atacar diretamente os militares, teríamos feito o jogo do inimigo principal.

O ditador local, representante da ditadura militar na Bahia. Não houve essa condescendência. Em alguns momentos, por iniciativa do diretor do jornal, na



chegada, por exemplo, de Médici à Bahia, nós lembramos num editorial, que a ditadura dizia desde o início que tinha compromisso com a restauração democrática. É preciso olhar a estratégia de luta, porque se luta contra a tirania não dando murro em ponta de baioneta, mas com inteligência. Quem dava murro em ponta de baioneta acabou nas balas da espingarda. Nós não fomos um movimento guerrilheiro. Nós não fomos pro Araguaia, nós estávamos em Salvador da Bahia, um estado onde a repercussão da luta foi intensa na continuidade, mas que diante do fechamento do Jornal da Bahia, um estado com um jornal local, regional, sem a dimensão da resistência que poderia haver. E não houve no plano nacional. Progressivamente, por exemplo, no caso do Riocentro, o Jornal do Brasil pode tomar uma atitude de desafio que desde o início tomou o Correio da Manhã e foi logo fechado.

O que se pretendia? Que o Jornal da Bahia fizesse o jogo do *Malvadeza* sendo fechado, dando murro em ponta de baioneta? Não. Isso não é verdade, não houve condescendência. Houve um ou outro momento que o Jornal da Bahia deixou

claro pela consciência que tinha, que não tinha chance lutando contra o Quartel General, e isso foi uma estratégia muito pensada, muito refletida, de que nós tínhamos que combater em primeiro lugar aqueles que estavam nos destruindo internamente aqui.

E que com o fechamento do Jornal da Bahia não poderia ter havido a luta que o jornal empreendeu, com habilidade nos editoriais, nas entrelinhas, falando dos compromissos democráticos da ditadura, essa coisa insistente, que sempre se fez no mundo todo. Fizeram os *partisans*, os *maquis* na França, e em todo lugar que houve resistência, nunca se enfrentou o Exército Alemão, a Gestapo, diretamente. Se usava a habilidade da resistência, isso é inteligente.

Então eu quero desfazer com toda eloquência, escrevi inclusive um artigo que eu quero recomendar a vocês: "Trincheira de Bravos do Jornal da Bahia". Não foi só eu não, o comandante da luta, Teixeira Gomes que está aqui presente dando esse depoimento com alma e com coração e verdade. Foi toda a redação do Jornal. Não sei se Navarrinho estava lá. Tava lá! Você via como a gente se reunia pra aceitar até o bloqueio salarial. O Jornal foi reduzido de tamanho. O Jornal perdeu...

Carlos Navarro – O Jornal foi reduzido a cinco repórteres. Eram trinta e cinco. Ficamos cinco.

João Carlos Teixeira Gomes – Sim, imagine só. Isso lutando contra Antônio Carlos, imagine se começássemos a atacar diretamente Costa e Silva, Castelo Branco,

Médici, aquela figura grotesca. Não aliamente essa ideia de que o jornal condescendeu com a Ditadura.

Joviniano Neto – Eu não tô falando...

João Carlos Teixeira Gomes – Emiliano disse isso no jornal e eu respondi a ele com "Trincheira de Bravos" e dei uma cacetada histórica. Eu sou pena de aço.

Joviniano Neto – Eu não tô dizendo que o Jornal condescendeu, eu tô dizendo que você me disse numa entrevista que teve comigo, que naquele momento você não podia assumir duas frentes de luta e preferiu assumir a trincheira de luta contra Antônio Carlos.

João Carlos Teixeira Gomes – É verdade, isso eu repito agora.

Joviniano Neto – É isso que eu queria só colocar.

João Carlos Teixeira Gomes – Eu não tava lutando diretamente com os militares, eu tava lutando contra o preposto da ditadura militar na Ba-

hia. É brincadeira, quase que eu vou pra cadeia.

Joviniano Neto – Uma pergunta complicada e agora uma pergunta boa pra complementar. Você falou de várias pessoas, vários jornalistas, Ariovaldo Matos, Flávio Costa, Costa, José Gorender, José Maria Rodrigues, Moacir Ribeiro, Newton Sobral. Você falou de vários grupos, e tem... Você falou de Glauber Rocha. Você tem depoimentos, exemplos de perseguições que algum deles sofreu?

João Carlos Teixeira Gomes – Óbvio que

*"E que com o fechamento do Jornal da Bahia não poderia ter havido a luta que o jornal empreendeu, com habilidade nos editoriais, nas entrelinhas, falando dos compromissos democráticos da ditadura, essa coisa insistente, que sempre se fez no mundo todo. Fizeram os *partisans*, os *maquis* na França, e em todo lugar que houve resistência, nunca se enfrentou o Exército Alemão, a Gestapo, diretamente. Se usava a habilidade da resistência, isso é inteligente. Então eu quero desfazer com toda eloquência, escrevi inclusive um artigo que eu quero recomendar a vocês: 'Trincheira de Bravos do Jornal da Bahia'".*

sim, até o fim. Newton Sobral foi perseguido até o fim.

Joviniano Neto – Perdeu o emprego?

João Carlos Teixeira Gomes – Eu não me lembro como foi o tipo de perseguição que ele sofreu, mas uma vez Antônio Carlos uma vez ligou pra Sobral pra dizer que ia botar o nome dele num mictório público. [...]

Carlos Navarro – Ele perdeu o emprego. Sobral tinha um trabalho, um emprego na Prefeitura e foi demitido.

João Carlos Teixeira Gomes – Pastore também foi ameaçado. Rafael Pastore Neto. Grande Rafael Pastore Neto. Todo mundo que tinha emprego no Estado.

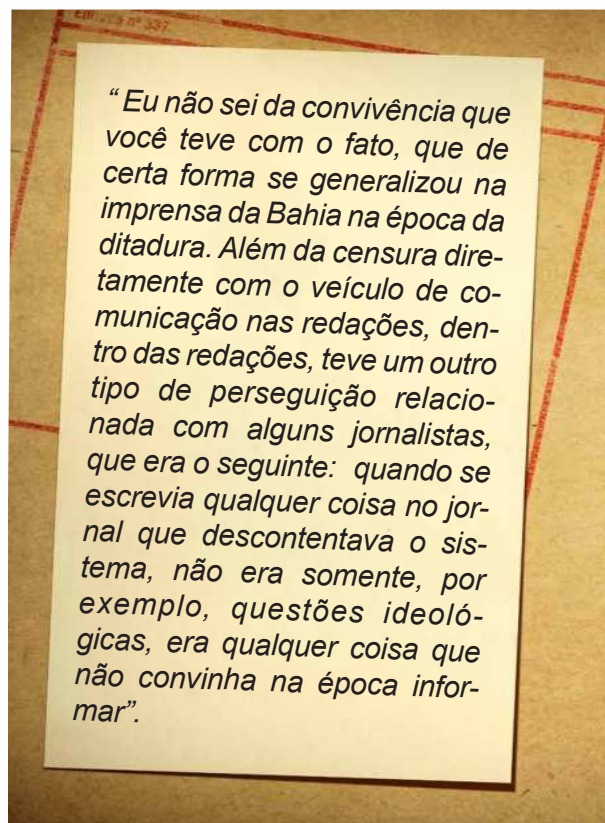
Joviniano Neto – Foi ameaçado como? Um foi demitido do emprego, e ele foi ameaçado como?

João Carlos Teixeira Gomes – Aí eu não me lembro também se ele foi demitido. Eu acho que ele não foi demitido, não. Mas recebia ameaças permanentes. Nas repartições, quem tinha o Jornal da Bahia na mão era perseguido também. Era uma perseguição sistemática e brutal. Infelizmente os arquivos do Jornal da Bahia se diluíram. Não existe mais arquivo do Jornal da Bahia.

Agostinho Muniz – Joca, eu vou lhe fazer uma pergunta que eu não sei muito da convivência que você teve com o fato.

Jackson Azevêdo – Você se importa de se identificar?

Agostinho Muniz – Agostinho Muniz, da diretoria da ABL. Eu não sei da convivência que você teve com o fato, que de certa forma se generalizou na imprensa da Bahia na época da ditadura. Além da censura diretamente com o veículo de comunicação nas redações, dentro das redações, teve um outro tipo de perseguição relacionada com alguns jornalistas, que era o seguinte: quando se escrevia qualquer coisa no jornal



que descontentava o sistema, não era somente, por exemplo, questões ideológicas, era qualquer coisa que não convinha na época informar.

João Carlos Teixeira Gomes – De fato, é verdade.

Agostinho Muniz – Qualquer coisa. Havia dentro das redações alguns profissionais, uns poucos, mas presentes em todas as redações, que funcionavam como "dedos-duro". Eles denunciavam sigilosamente aqueles jornalistas que estavam exercendo a sua profissão livremente, com alguma liberdade.

Carlos Navarro – Você sabe quem são essas pessoas, Agostinho? Isso é grave.

Agostinho Muniz – Eu sei, eu sei.

Carlos Navarro – Então diga.

Agostinho Muniz – Não sei se seria justo a essa altura, todos mortos. Não sei se seria justo a essa altura a gente citar, porque é coisa mesquinha.

Diva Santana – É a história, é a história...

Agostinho Muniz – A perseguição às vezes não era só ideológica, não, não eram só os reacionários não, eram pessoas mesquinhas que queriam se vingar dos outros. E aí iam à Região Militar, faziam denúncias.

Jackson Azevêdo – Enquanto fato, não tem porque ocultar enquanto ente de juízo de valor, o fato enquanto fato.

Agostinho Muniz – É, eu não sei, sabe? Eu apenas, por exemplo, eu desconfiava de dentro da Redação do jornal onde eu trabalhava, eu trabalhava no jornal *A Tarde*, das pessoas que faziam isso. Às vezes a gente conseguia até relacionar a informação que chegou à Região Militar com quem teria feito a denúncia. Eu não sei se isso ocorria no Jornal da Bahia. No jornal *A Tarde* ocorreu muito. E aí isso passou a ser uma coisa terrível. A gente trabalhando, desconfiado sempre que podia ser denunciado por qualquer mau caráter. E as consequências, e é esse ponto que eu quero perguntar a Joca. As consequências dessas denúncias, a Região Militar passava a perseguir os jornalistas pra tudo. Quando eu fui trabalhar na Universidade, tava lá uma ficha minha do SNI.

João Carlos Teixeira Gomes – Mas você era um esquerdista histórico.

Agostinho Muniz – Eu sofri as consequências disso, e esses "dedos-duros" né? Eu tenho até vontade de citar alguns. Velhos jornalistas que viveram muitos anos na profissão. Despreparados, quase todos de baixo nível profissional. Isso aconteceu.

Você conviveu com algum fato relacionado desse jeito?

João Carlos Teixeira Gomes – Nunca tive essa ideia.

Diva Santana – Muitos morreram porque foram dedurados.

João Carlos Teixeira Gomes – Isso é verdade.

Diva Santana – Muitos morreram, então faz parte da história esse processo.

“O Jornal da Bahia despontava como um grande jornal, tanto que a Tribuna levou tempos se preparando pra concorrer com o Jornal da Bahia e o A Tarde inclusive. Tinha uma equipe brilhante, não só essas lendas que Joca falou, que alguns eu conheci. José Maria, por exemplo, eu conheci muito, na Redação já chumbado de manhã lá, fazendo discurso e tal. E foi minguando com a história de Antonio Carlos. No fim nós ficamos em cinco repórteres, mais o pessoal do Segundo Caderno, ainda uns antigos que permaneceram lá, José Lopes da Cunha”.

João Carlos Teixeira Gomes – Certamente o *Jornal da Bahia* tava infiltrado, mas eu não tenho nenhuma indicação concreta.

Agostinho Muniz – Pra complementar, uma coisa, Joca. Tinha informações de fatos que eu escrevi no jornal *A Tarde* no Ministério da Educação. Anotações de coisas que eu fiz na Redação do jornal *A Tarde* no Ministério da Educação.

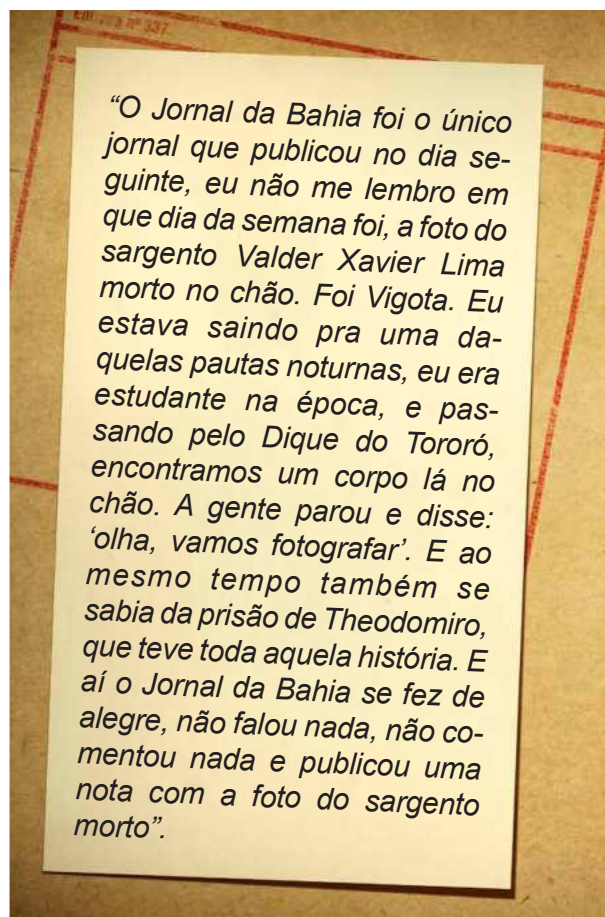
Carlos Navarro – Eu quero só fazer um registro que tudo isso que Joca estava falando aí eu vivi. Eu entrei no Jornal da Bahia em 1969, passei no vestibular em dezembro de 1968, fui pra lá levado pelo Orlando Garcia e vivi tudo isso. O Jornal da Bahia despontava como um grande jornal, tanto que a Tribuna levou tempos se preparando pra concorrer com o Jornal da Bahia e o *A Tarde* inclusive. Tinha uma equipe brilhante, não só essas lendas que Joca falou, que alguns eu conheci. José Maria, por exemplo, eu conheci muito, na redação já chumbado de manhã lá, fazendo discurso e tal. E foi minguando com a história de Antônio Carlos. No fim nós ficamos em cinco repórteres, mais o

pessoal do Segundo Caderno, ainda uns antigos que permaneceram lá, José Lopes da Cunha. E lembro até uma história interessante: toda vez que a gente ia pedir aumento a João Falcão, a gente saía para não emprestar dinheiro a ele porque ele contava tanta miséria, que era verdade, que a gente saía penalizado mesmo e desistia do aumento.

João Carlos Teixeira Gomes – Dizia que a gente estava tirando o queijo da boca dos filhos.

Carlos Navarro – E engraçado o fato, Joca, que das traquinagens que o jornal fazia, a propósito alguém falou em Theodomiro, o Jornal da Bahia foi o único jornal que publicou no dia seguinte, eu não me lembro em que dia da semana foi, a foto do sargento Valder Xavier Lima morto no chão. Foi Vigota. Eu estava saindo pra uma daquelas pautas noturnas, eu era estudante na época, e passando pelo Dique do Tororó, encontramos um corpo lá no chão. A gente parou e disse: "olha, vamos fotografar". E ao mesmo tempo também se sabia da prisão de Theodomiro, que teve toda aquela história. E aí o Jornal da Bahia se fez de alegre, não falou nada, não comentou nada e publicou uma nota com a foto do sargento morto. E no dia seguinte eu me lembro que a Aeronáutica chegou até a ir ministro ou o comandante da Aeronáutica pro enterro e tal. E fez ameaças, foi lá, o brigadeiro, e ameaçou muito, o jornal não voltou mais ao assunto. E quanto à censura, só pra concluir, eu via diariamente, isso eu vi anos, Luiz Arthur ou algum preposto dele entrar na redação, dizendo "Oi, tudo bem, não sei o quê", sorrindo e com os papeizinhos e chegava lá e entregava a Pastore lá dentro do aquário ou você quando estava lá. Esses papéis até a gente começou a juntar pra dar pro italiano, pra Paolo, pra publicar o livro. Era só isso.

João Carlos Teixeira Gomes – Eu queria fazer uma observação, que ele trouxe uma informação muito importante. Quando Lamarca morreu, o Jornal da Bahia foi o único



jornal talvez estadual que publicou a foto de Lamarca morto. No dia seguinte eu recebi...

Ernesto Marques – A foto é de Anízio Carvalho

João Carlos Teixeira Gomes – Não sei, não me lembro. Grande Anízio, você falou um nome notável agora.

Diva Santana – Ô jornalista João Carlos, só pra complementar sua falação. Tem uma declaração, tem uma falação de Antônio Carlos Magalhães, você falando aí, eu não sei se foi no seu livro, um dia desse vou comprar pra ler, ele fez um discurso, aguardando que daí logo em seguida chegaria a imprensa, mas ele deu todo apoio a ação, todo o apoio aos generais, à ação sobre a morte de Lamarca. Eu tenho isso escrito, já foi transcrito em alguns livros aí, mas eu tenho isso comigo.

João Carlos Teixeira Gomes – Mas é claro, é uma figura repugnante.

Diva Santana – Agora só pra complementar, que eu já vou sair. Sinto muito, mas já estão me esperando lá embaixo. Mas eu vou buscar no Arquivo Nacional, que você falou aí o nome de Ariovaldo Matos, eu acho que era ele o chefe de redação. Mas eu vou buscar essa matéria no Arquivo Nacional e vou passar pra Comissão da Verdade, viu? Vou pedir lá em Brasília e vou passar pra você.

João Carlos Teixeira Gomes – Mas eu queria completar essa informação que é importantíssima. O Jornal da Bahia publica, que você disse que o Jornal da Bahia condescendeu com a....

Joviniano Neto – Eu não falei que condescendeu hora nenhuma, você que [...].

João Carlos Teixeira Gomes – O Jornal da Bahia foi o único que publicou a foto de Lamarca morto, então eu fui chamado ao Quartel General, por um General delicadíssimo, educadíssimo. Ele disse: “os senhores estão jogando...” não meteu o dedo na minha cara não, “os senhores estão jogando a opinião pública contra o Exército. Como é que os senhores publicam a foto de Lamarca morto? Isso obviamente é falar que a opinião pública esteja contra a atitude que nós tomamos. É uma guerra”. Eu disse: “general, posso lhe dar uma explicação fácil”. Eu tinha que explicar alguma coisa, eu não podia ficar calado pra ser preso e acabar torturado. Eu disse: “o que aconteceu foi o seguinte, nós recebemos essa foto através do nosso sistema de radio-fotos”. Ele disse “ah, foi assim?” Eu disse: “sim, o senhor pode ver essa foto publicada nos jornais do Sul”. Alguns jornais publicaram. Ele aí disse: “bom, é, eu vou apurar esse fato”. E me liberou, não me ameaçou

de nada. Mas eu tive que ir ao Quartel General, e era eu, por que não João Falcão? Quem ia era eu, João Falcão era dono do jornal, eu era o editor chefe na época. Então foi isso, eu não posso nunca condescender com a ideia que Emiliano andou espalhando, de que nós pra brigar com *Malvadeza* passamos a mão na cabeça da ditadura. De nenhuma maneira, nós fomos hábeis na luta, e voltaria a fazer tudo o que eu fiz. Algumas coisas eu não concordava, mas eu também era um funcionário do Jornal. Eu podia ter sido defenestrado no

outro dia que começou a briga do jornal com Antônio Carlos, se Antônio Carlos ao invés xingar a família de João Falcão, fosse dizer que ia tirar o dinheiro do banco, o Banco Bahiano da Produção. Mas foi xingar a família toda de João Falcão.

Ernesto Marques – Joca, no ano passado, em ocasião do cinquentenário do golpe, debatemos muito aqui nessa sala, em reunião de diretoria, uma proposição minha que a ABL fizesse uma reflexão sobre o papel que a entidade jogou durante o pe-

ríodo. Quando havia censura, quando houve toda sorte de violência contra o exercício do jornalismo. Você que viveu e foi um personagem destacado desses fatos...

João Carlos Teixeira Gomes – Tristes fatos, tenebrosos...

Ernesto Marques – Eu te pergunto na condição hoje de dirigente da Associação Bahiana de Imprensa, uma entidade de mais de 80 anos que a gente pretende que sobreviva e atue muito tempo mais, mas é importante a gente preservar e conhecer o passado. Qual foi o papel que a ABL desempenhou no período da ditadura, na defesa ou se, por acaso, a entidade foi

“O Jornal da Bahia foi o único que publicou a foto de Lamarca morto, então eu fui chamado ao Quartel General, por um General delicadíssimo, educadíssimo. Ele disse: ‘os senhores estão jogando...’ não meteu o dedo na minha cara não, ‘os senhores estão jogando a opinião pública contra o Exército. Como é que os senhores publicam a foto de Lamarca morto? Isso obviamente é falar que a opinião pública esteja contra a atitude que nós tomamos. É uma guerra’. Eu disse: ‘general, posso lhe dar uma explicação fácil’”.

omissa, qual foi o papel que a ABI desempenhou frente a esses fatos que você estava narrando?

João Carlos Teixeira Gomes – Omissa. Absolutamente omissa. Em grande período omissa. AABI em plano nacional começou a reagir depois que a luta tomou uma dimensão nacional com o meu julgamento, a *Veja* deu cobertura, o grande *Estado de São Paulo* na época nos deu muita cobertura, porque um dos donos do Jornal era da Associação Interamericana de Imprensa. Eles nos deram uma ajuda excepcional, O *Estado de São Paulo*. A ABI na Bahia foi omissa, completamente omissa.

Dos outros jornais nós não tínhamos apoio nenhum. O meu julgamento inclusive na Justiça Militar, quando eu fui defendido pelo grande Heleno Fragoso, vocês imaginem isso, Joviniano. Eu recebi um processo com base na Lei de Segurança Nacional, você sabe o que era. Quem veio me defender foi o grande Heleno Fragoso. A ABI ficou completamente omissa no meio de tudo isso.

Ernesto Marques – Você, o próprio João Falcão ou os outros colegas de Redação, chegaram a procurar apoio, solidariedade?

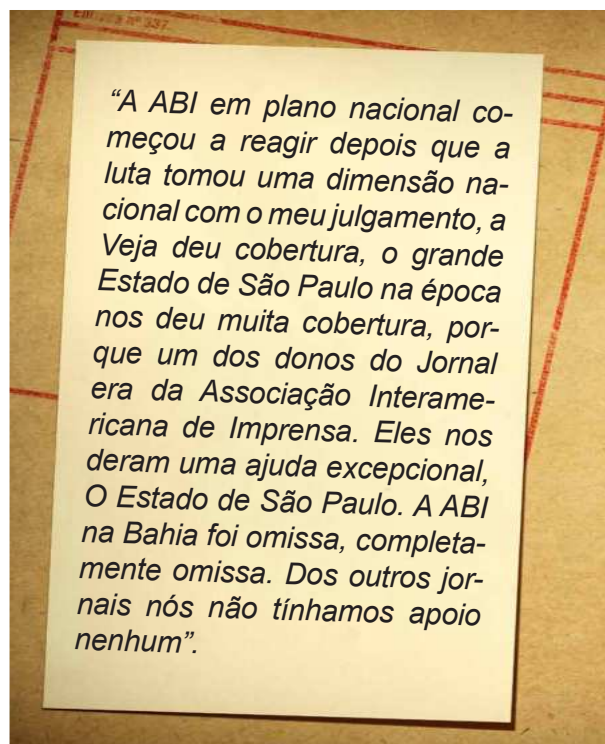
João Carlos Teixeira Gomes – Muitas vezes. Mas não tivemos apoio nenhum.

Ernesto Marques – A quem vocês se dirigiram na época?

João Carlos Teixeira Gomes – Eu não me lembro quem era, era Jorge Calmon?

Agostinho Muniz – Primeiro, Ranulfo Oliveira e logo depois, Afonso Maciel.

João Carlos Teixeira Gomes – Afonso Maciel não nos ajudou, não. Não nos ajudou não, e eu falei em alto e bom som: Nenhum presidente da ABI na época nos ajudou. Foram completamente omissos em relação à luta da sobrevivência. Nós estávamos lutando pela sobrevivência do jornal.



Valber Carvalho – Como é que era Joca, essa posição de João Falcão ao mesmo tempo banqueiro e comunista? Como é que ele defendia esse corpo de trincheira que você atribui que era a equipe da Redação, como é que ele defendia ou lavava as mãos. Explica aí pra gente.

João Carlos Teixeira Gomes – Essa mágica queria que você me explicasse. Mas inclusive, um detalhe curioso, dizem as coisas e eu tenho que passar aqui. Eu quero fazer o jogo completo da verdade em todos os níveis. Dizem que João Falcão, uma época da vida dele, andava pelas ruas protestando contra o aumento da carne verde e fazendo como todos os comunistas faziam, aqueles rabiscos na parede, grafites, “Abaixo a propriedade da carne”.

E que de noite ele defendia o aumento da carne, como dono de gado de Feira de Santana. Isso é o que dizem, eu acho que eu botei isso no livro, não me lembro. Então essa duplicidade, João era uma figura notável, porque eu nunca vou me esquecer do editorial do Jornal da Bahia a favor de JK, isso acabou publicado, ainda pode se... Num momento daquele, foi uma atitude extremamente..

João era um idealista. É preciso compreender. Um idealista à maneira dele. Ele era jovem, rico, a família dele muito rica de Feira de Santana, e era comuna. Ele teve participação, andou aí escrevendo um livro, eu acho muito curioso, ele tinha umas saídas fantásticas. Ele diz no livro que ele foi um soldado convocado da Segunda Guerra Mundial. Não existia isso. Ou vai na guerra ou não vai. Soldado convocado. Pra se valorizar ele disse que era um soldado convocado. Dá umas informações interessantes, era um homem que gostava naquela época de *jazz bands*, as bandas se exibiam, ele escreveu sobre isso. Era um homem interessante João. Mas o final da luta do Jornal foi muito deplorável, e registro tudo isso. E rompi com João Falcão.

Valber Carvalho – Mas ele defendia vocês?

João Carlos Teixeira Gomes – Não, olha, durante um período, depois que Antônio Carlos foi pra televisão dizer que a família de João era sonegadora de impostos, inclusive o velho João Marinho, ele estava viajando. Eu me sentei numa máquina, olha, eu fiz coisa... Eu tenho que dizer isso porque é a verdade dos fatos meus amigos, pena de aço. Eu me sentei numa máquina e escrevi o editorial sem um dado. A família de João não foi encontrada em Feira de Santana, eu disse 'verdade contra a calúnia'. Vocês podem pesquisar os jornais. Meti o cacete em Antônio Carlos. Desmentindo, sem um dado sequer, que a família de João Falcão fosse sonegadora de impostos. No dia seguinte foram todos incorporados me abraçar no Jornal da Bahia. E isso foi o divisor de águas da luta. Porque se você tem a sua família ofendida publicamente, o PhD que não era coisa nenhuma,

era um emocional tresloucado, que foi a televisão atacar a família de João, cindiu ali a possibilidade de haver uma pacificação pelo menos a longo prazo. Depois João tentou várias vezes, inclusive com a ABI do Rio, através de Adonias Filho, e eu temia porque eu achava que o único caminho do jornal era a resistência da luta até o fim. Eu consegui. Eu quero deixar claro que eu, João Carlos Teixeira Gomes, consegui levar a luta até o fim e isso está aqui no meu livro. Não é um livro de vingança, é um livro

sereno. Houve quem não gostasse achando que eu não bati na canela. Não, não era pra bater na canela, era pra dar um depoimento sereno. Levei quatro anos sem conseguir publicar pela covardia dos editores brasileiros. O Brasil em vários aspectos, não apenas na política, é uma vergonha total.

Joviniano Neto – Bom, em relação ao livro *Memórias das Trevas*, em primeiro lugar, eu quero publicamente dizer e espero que você concorde, que o livro é, para nós, parte anexa do seu depoimento complementar seu depoimento e nós podemos

utilizá-lo no Relatório.

João Carlos Teixeira Gomes – À vontade.

Joviniano Neto – Certo, essa era a primeira coisa. Uma outra coisa é o seguinte. Você não foi só jornalista. Você foi apresentado aqui como poeta, jornalista e professor da UFBA. Você tem algum depoimento em relação à repressão que ocorreu na UFBA, contra professores, alguma perseguição, algum problema nesse sentido?

João Carlos Teixeira Gomes – Sim, sim. Era sistemática a perseguição. Mas na

“Depois que Antonio Carlos foi pra televisão dizer que a família de João era sonegadora de impostos, inclusive o velho João Marinho, ele estava viajando. Eu me sentei numa máquina, olha, eu fiz coisa... Eu tenho que dizer isso porque é a verdade dos fatos meus amigos, pena de aço. Eu me sentei numa máquina e escrevi o editorial sem um dado. A família de João não foi encontrada em Feira de Santana, eu disse 'verdade contra a calúnia'. Vocês podem pesquisar os jornais. Meti o cacete em Antonio Carlos. Desmentindo, sem um dado sequer, que a família de João Falcão fosse sonegadora de impostos”.

Escola que eu ensinei, não foi direta, houve aquela perseguição de Nelson Rossi em Brasília, teve que voltar porque a Universidade foi fechada, mas a perseguição foi lá em Brasília.

Joviniano Neto – Você foi professor da Faculdade...

João Carlos Teixeira Gomes – Primeiro de Biblioteconomia e Comunicação.

Joviniano Neto – E depois...

João Carlos Teixeira Gomes – E depois Letras.

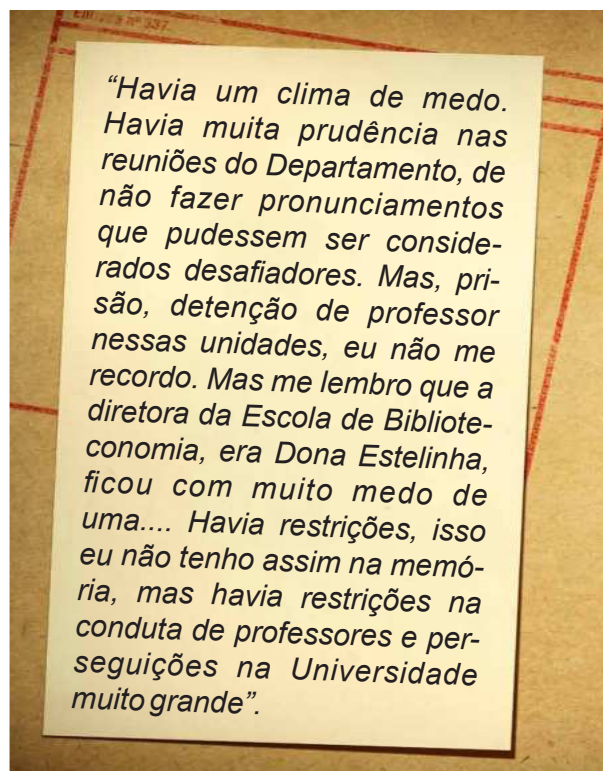
Joviniano Neto – Nem em Biblioteconomia nem em Comunicação, nem em Letras você viu você e alguns colegas sendo perseguidos ou criar um clima de vigilância, perseguição?

João Carlos Teixeira Gomes – Não, havia um clima de medo. Havia muita prudência nas reuniões do Departamento, de não fazer pronunciamentos que pudessem ser considerados desafiadores. Mas, prisão, detenção de professor nessas unidades, eu não me recordo. Mas me lembro que a diretora da Escola de Biblioteconomia, era Dona Estelinha, ficou com muito medo de uma.... Havia restrições, isso eu não tenho assim na memória, mas havia restrições na conduta de professores e perseguições na Universidade muito grande.

Agostinho Muniz – Meu amigo Joca.

João Carlos Teixeira Gomes – Todos os setores da vida nacional foram ameaçados.

Agostinho Muniz – Meu amigo Joca, de muitos anos, chegamos a trabalhar juntos na mesma sala na Universidade, eu quero dar uma contribuição pra você, até pra um possível, evitar uma possível necessidade de esclarecimento mais tarde. Que você fizesse uma correção na sua afirmativa de que a ABI, Associação Bahiana de Imprensa, durante a ditadura militar foi inteira-



mente omissa. Eu passei muitos anos, mais de vinte anos, fazendo oposição à diretoria da ABI. Até que Jairo Simões e o professor Milton Cayres de Brito foram candidatos, éramos oposição francamente à diretoria. Fizemos muitas críticas à ABI, sobretudo durante a ditadura militar, mas eu não diria que a ABI foi inteiramente omissa. Aí mesmo que você desconhecesse, mas tem que levar em consideração que a partir de 1964 em alguns momentos, a ABI divulgou notas públicas, reclamando a favor da liberdade de imprensa. Reclamando algumas prisões de jornalistas que ocorreram na época.

João Carlos Teixeira Gomes – Mas eu falo em relação ao Jornal da Bahia.

Agostinho Muniz – Mas era uma coisa não só frouxa, formal, talvez até pra contentar os profissionais que estavam sofrendo as consequências da ditadura. Mas havia uma coisa extremamente comprometedor da ABI que era durante o período de repressão, durante o período em que os profissionais de comunicação estavam sofrendo duramente, prestar homenagens a militares ao comandante da Região, ao comandante da Base Naval, dentro da ABI. Oferecer

almoço àqueles comandantes. Foi a coisa que eu mais reagi na época. E aí sim, havia uma coisa comprometedora. Não tinha sentido reclamar pela liberdade de imprensa e homenagear os militares. Uma coisa absurda. Então eu gostaria que Joca solicitasse a retirada da expressão "completamente omissa da ABI", porque houve alguém pra ponderar, Afonso Maciel está aí, ainda está vivo, e ele poderá solicitar um esclarecimento público do companheiro Joca.

Jackson Azevêdo – Eu entendi que ele havia se referido em relação ao problema do Jornal da Bahia.

João Carlos Teixeira Gomes – Pronto, Walter agora disse a mesma coisa.

Agostinho Muniz – Não, mas até o Jornal da Bahia tem nota pública defendendo o Jornal.

Jackson Azevêdo – Mas a omissão da ABI em relação ao problema do Jornal da Bahia.

Agostinho Muniz – Até em relação ao Jornal da Bahia, tem nota pública da ABI defendendo o Jornal da Bahia. Agora era uma defesa formal, não era real.

Jackson Azevedo – Mas se não houver mais qualquer pergunta, qualquer intervenção....

Valber Carvalho – Eu quero fazer uma intervenção, na verdade uma reparação para a Comissão da Verdade. Eu gostaria que constasse aí na Comissão a história de alguém que não vem sendo contada, uma pessoa muito importante, foi minha tia. O nome dela é Rosilda Carneiro Pereira, ela foi sogra de Emiliano. Emiliano foi casado com a minha prima, tem um filho chamado

Theo, Theodomiro, com a minha prima carnal. E nós, minha família, morou nos anos de 1968 na casa deles, e a gente dividiu a casa deles lá em Brotas, quando Emiliano e meu primo Aziel, que também foi torturado, frequentavam uma casa no fundo. O marido dessa tia Rosa, ele tinha sido ex-combatente, ele foi aquele cara que ia fazendo casas e casas, aquelas extensões, e lá no fundo moravam no aparelho meu primo Aziel, os amigos dele, e Emiliano. E a minha tia, Rosilda Carneiro Pereira, foi fundamental para a libertação de Emiliano no sentido de que ela ia até o DOPS em São Paulo, se mudou pra lá, era conhecida como "A Baiana", porque ela

rodava a baiana lá e provavelmente por essa posição dela, ele não foi silenciado, morto. Porque tanto ele, Emiliano, quanto meu primo Aziel, ela os defendia diariamente e eu gostaria que isso constasse nesses documentos da Comissão porque ela em nenhum momento foi citada por quem quer que tenha sido beneficiado. Eu gostaria que isso constasse.

Jackson Azevêdo – Nem o próprio Emiliano?

Valber Carvalho – Nunca houve quem citasse.

Jackson Azevêdo – Porque Emiliano foi ouvido pela Comissão da Verdade, ele poderia ter mencionado isso, nós é que não teríamos como ter conhecimento.

Valber Carvalho – Olha, Anízio Carvalho que era fotógrafo, que era vizinho da casa dela, conta o dia que Emiliano correu, passou por trás – só adicionando informações – desceu por um galinheiro, um terreiro de macumba pra poder sair lá em-

"O marido dessa tia Rosa, ele tinha sido ex-combatente, ele foi aquele cara que ia fazendo casas e casas, aquelas extensões, e lá no fundo moravam no aparelho meu primo Aziel, os amigos dele, e Emiliano. E a minha tia, Rosilda Carneiro Pereira, foi fundamental para a libertação de Emiliano no sentido de que ela ia até o DOPS em São Paulo, se mudou pra lá, era conhecida como "A Baiana", porque ela rodava a baiana lá e provavelmente por essa posição dela, ele não foi silenciado, morto".

baixo na Avenida ACM que estava em construção, abaixo da ladeira da Cruz da Redenção. Isso era o fim de linha de Brotas, num lugar chamado Alto do Saldanha. E ela teve uma defesa deles muito importante, a ponto dela ter largado família, outros filhos e marido, para se mudar pra São Paulo, para que tivesse lá diariamente defendendo eles.

Jackson Azevêdo – Perfeito. Desculpe, qual é o seu nome?

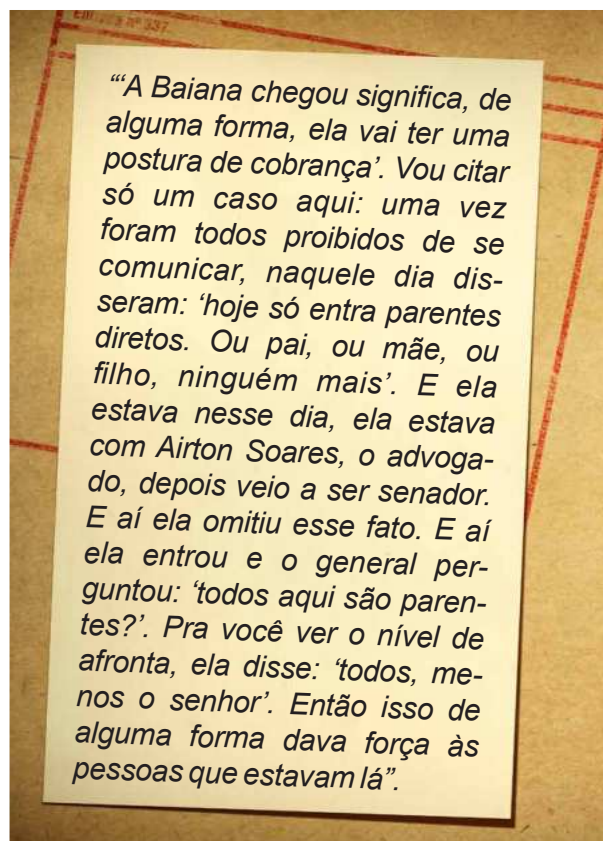
Valber Carvalho – Valber Carvalho.

Jackson Azevêdo – Isso interessa Valber à Comissão da Verdade, o registro de todas as pessoas em situações que refletem esse clima detestável, como disse Walter, que o Brasil viveu nesse período. Então é uma contribuição interessante. Tudo que está sendo dito aqui está sendo gravado, será transcrito, então isso vai ser atendido.

Valber Carvalho – Como é o teu nome?

Jackson Azevedo – Jackson.

Valber Carvalho – Eu tô fazendo esse comentário todo porque do mesmo jeito que aconteceram situações execráveis dos dois lados, até de quem traiu os companheiros, e eu cito isso pela demonstração de coragem que ela demonstrou naquele momento, a ponto de ser conhecida no DOPS como “a Baiana”. “A Baiana chegou significa, de alguma forma, ela vai ter uma postura de cobrança”. Vou citar só um caso aqui: uma vez foram todos proibidos de se comunicar, naquele dia disseram: “hoje só entra parentes diretos. Ou pai, ou mãe, ou filho, ninguém mais”. E ela estava nesse dia, ela estava com Airton Soares, o advogado, depois veio a ser senador. E aí ela omitiu esse fato. E aí ela entrou e o general perguntou: “todos aqui são parentes?”. Pra você ver o nível de afronta, ela disse: “todos, menos o senhor”. Então isso de alguma forma dava força às pessoas que estavam lá. E lá dentro descobriu-se depois que o advogado estava conversando com o preso, e aí chegou na frente dela e disse



que o filho dela, o Aziel, que depois veio a ser vereador pelo PT lá em Curitiba, o irmão de Mércia que teve o filho Theodomiro com Emiliano, disse: “olha, você deixou entrar o advogado aqui, você vai ver o que vai acontecer”. E ela foi atrás desse cidadão, fora do DOPS num outro dia, seguiu ele e disse: “olha”, chamou ele pelo codinome. Ele meio entreolhou, ela disse: “não, eu não sou essa pessoa não, eu sou essa, o senhor não está lembrado. Eu só vou dizer uma coisa, eu sou de um lugar no sertão onde homem não precisa disso que o senhor carrega pra ser homem, não. Agora, se o senhor tocar no meu filho, sua vida não vale nada”. Então uma pessoa dizer aquilo naquele momento tinha que ter realmente um nível de coragem muito elevado e eu tô fazendo essa defesa aqui da memória dela.

Jackson Azevêdo – A realidade sempre é muito maior do que o que a gente pode conhecer, e a realidade é sempre muito maior do que o que a gente pode apreender, portanto, e atuar. A Comissão da Verdade sofre de enormes limitações. Nesse momento, por exemplo, nós estamos sem

lugar para sentar. O nosso pessoal está sem trabalhar porque as salas foram alagadas. O Governo do Estado não oferece, não garante as condições que prometeu para que a Comissão funcione. Então nós estamos assim completamente à deriva. O nosso trabalho se deve ao esforço individual e pessoal de cada membro da Comissão porque não temos tido nenhum apoio, nenhum suporte, de quem nos criou e que tinha a obrigação de prover as condições para o nosso trabalho. Então muitas falhas, Valber, poderão acontecer no nosso trabalho. E você entenda que muitas serão devidas a essa falta de condições de operacionalização que nós não temos tido.

Valber Carvalho – Essa minha colocação eu não vejo como falha não, eu acho que a verdade é multifacetada e eu tô acrescentando informação aqui pra vocês, tá bom?

Jackson Azevêdo – Eu aproveitei pra poder ficar gravado isso. Ficar gravado essa denúncia que a gente tem que fazer com a falta de atenção que não se dá à Comissão da Verdade como deveria se dar.

Joviniano Neto – Joca, pra terminar minhas questões, é o seguinte: você é o maior especialista em Glauber Rocha, foi amigo dele e trabalhou com ele. Glauber foi anistiado, nós assistimos a Cerimônia de Anistia, nós temos o relatório que foi feito anistiando-o. Temos acesso a isso, temos uma visão razoável do que aconteceu e porque que ele foi anistiado. Você tem algum depoimento pessoal, concreto de perseguição, de sofrimento, que a ditadura provocou em Glauber Rocha?

João Carlos Teixeira Gomes – Sim, Glauber inclusive levou um grande tempo

na Europa por isso. Porque a ditadura queria prendê-lo. Ele foi preso naquela célebre manifestação no Hotel Glória. Lembra-se? Com Carlos Heitor Cony, com aquele diretor de teatro que já morreu, com muita gente.

Valber Carvalho – Boal?

João Carlos Teixeira Gomes – Não foi Boal não, esqueci agora o nome. Eu tô esquecido, mas foi uma lista grande de intelectuais expressiva do Rio. Glauber foi preso com Heitor Cony, que dá um depoimento no livro dele. Tem um livro recente de Cony que fala sobre Glauber na prisão. Então Glauber, ele era mal visto pelos militares como um cineasta de esquerda. E depois sofreu do outro lado porque quando ele, percebendo que a redemocratização tinha de vir através do apoio de um grupo de militares que estava cansado de exercitar a ditadura no Brasil,

ele começou a ser atacado pontualmente pelo que se chamava de esquerda na época no Brasil. Da esquerda intelectual. E em grande parte todo o sofrimento ulterior que o levou à morte, inclusive, foi causado pela decepção que ele teve com as críticas acérrimas, brutais e frequentes que ele recebeu porque disse que Golbery era um gênio da raça. Era uma tirada *glauberiana*, sem maior consequência. Tomaram aquilo muito a sério e pela defesa que ele fez de alguns militares que queriam redemocratizar. Glauber foi uma vítima de 1964 dos dois lados: pela perseguição dos militares e depois pela perseguição das esquerdas contrariadas com as declarações dele sobre militares e redemocratização do Brasil.

Joviniano Neto – Você conhece algum fato concreto, algum evento concreto que houve

“Glauber, ele era mal visto pelos militares como um cineasta de esquerda. E depois sofreu do outro lado porque quando ele, percebendo que a redemocratização tinha de vir através do apoio de um grupo de militares que estava cansado de exercitar a ditadura no Brasil, ele começou a ser atacado pontualmente pelo que se chamava de esquerda na época no Brasil. Da esquerda intelectual. E em grande parte todo o sofrimento ulterior que o levou à morte”.

perseguição contra ele, além do caso da Glória, onde ele foi preso, foi perseguido, foi expulso em algum lugar? O que levou ele a sair do Brasil foi a pressão contra ele, tem algum exemplo concreto?

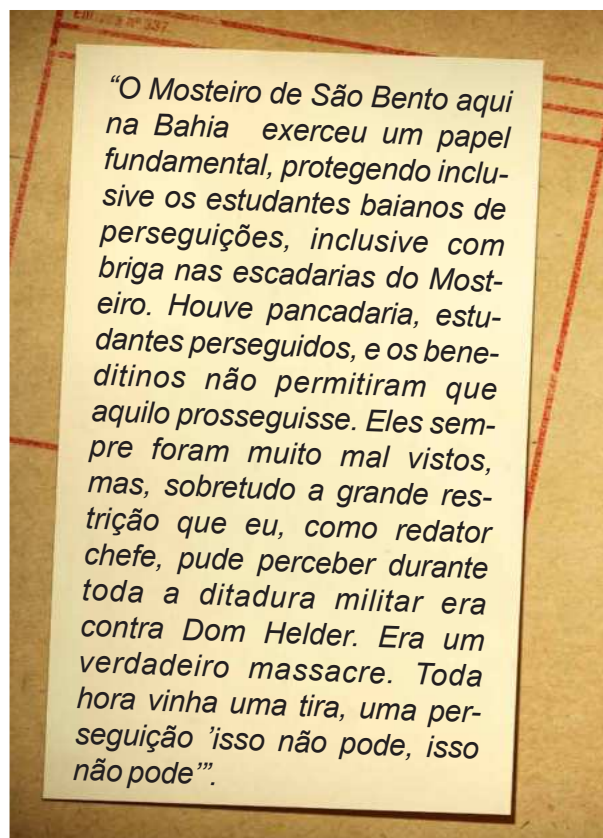
João Carlos Teixeira Gomes – Não, concreto não. Houve esses dois fatos que marcam a presença dele no rol dos perseguidos. Esse episódio do Hotel Glória como vocês já investigaram mais detidamente, teve repercussão intensa na época, embora com aquela coisa leviana do Rio de Janeiro, né? Agostinho bem conhece aquilo tudo, sempre acaba em Sapucaí. Mas houve de qualquer sorte a prisão de Glauber.

Walter Pinheiro – Uma curiosidade: no seu depoimento você mencionou a grande perseguição que foi desenvolvida inclusive pelo Luiz Arthur em relação a Dom Helder. Também mencionou o que aconteceu em relação ao Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo e Dom Jerônimo. A Comissão da Verdade, inclusive, abriu um capítulo que é “A Igreja e a Ditadura”. Então na sua visão, como se deu o papel da Igreja na ditadura ou a reação da ditadura em relação à Igreja?

João Carlos Teixeira Gomes – Houve um momento em que a Igreja foi condescendente e apoiou a ditadura, pela ação inclusive daquele padre degenerado que apareceu aqui no Brasil, conseguiu adesão das beatas em todo o Brasil.

Jackson Azevêdo – E muitos bispos brasileiros também.

João Carlos Teixeira Gomes – Eu ia falar nisso. E teve uma parte do clero que apoiou tudo aquilo porque tinha convicção de que o comunismo tava tomando conta do Brasil. Foi isso, aliás, que levou as nações aliadas a postergar um acordo com a Rússia, que acabou redundando naquela miséria universal que foi o pacto nazi-soviético. Então houve uma época em que a Igreja apoiava, mas depois os padres da Teologia da



Libertação começaram a reagir vigorosamente.

Jackson Azevêdo – A Igreja também é dialética.

João Carlos Teixeira Gomes – O Mosteiro de São Bento aqui na Bahia exerceu um papel fundamental, protegendo inclusive os estudantes baianos de perseguições, inclusive com briga nas escadarias do Mosteiro. Houve pancadaria, estudantes perseguidos, e os beneditinos não permitiram que aquilo prosseguisse. Eles sempre foram muito mal vistos, mas, sobretudo a grande restrição que eu, como redator chefe, pude perceber durante toda a ditadura militar era contra Dom Helder. Era um verdadeiro massacre. Toda hora vinha uma tira, uma perseguição “isso não pode, isso não pode”. Era terrível tudo isso porque ia contra aquilo que eu disse no início, a liberdade que o jornal tinha que ter de apoiar quem quisesse. Foi uma época trágica, uma época que a gente não pode esquecer nunca e pode se repetir no mundo todo. Há uma tradição, há um filme inclusive que mostra isso, sobre Trujillo na República

Dominicana, sobre todas essas coisas brutais, Mussolini, Hitler, Batista de Cuba, tudo isso aí é uma tradição monstruosa do homem oprimindo o homem e impedindo o homem de fazer o que ele mais deve fazer que é pensar.

Valber Carvalho – Eu tinha só mais uma perguntinha curta.

Walter Pinheiro – Espera só um minutinho. Professora Amábília, alguma coisa?

Amábília Almeida – Eu quero congratular-me com a realização deste evento, dessa tomada de depoimento, eu acho que o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade não estaria completo se faltasse o depoimento de João Carlos Teixeira Gomes, que é um legítimo representante da imprensa livre da Bahia através de todos os tempos, e o papel que ele tem desempenhado através de tudo que ele tem escrito, que nós somos assim admiradores e testemunhas e mais uma vez Joca explicitou com a sua maneira verdadeira de falar para todos nós o que aconteceu aqui na Bahia, e principalmente o episódio do Jornal da Bahia, que já é conhecido, mas que ele é a testemunha viva dessa história. Então eu quero parabenizar a todos pela realização e também aos companheiros que fizeram perguntas tão pertinentes.

Walter Pinheiro – Obrigado em nome da ABI, professora. Nosso vice-presidente quer colocar uma questão.

Ernesto Marques – Na hora que você estava falando de Lamarca, era pra te perguntar isso na hora. Uma vez, com Lessa, visitando Anízio Carvalho, ele contou a história dessa foto. Eu fiquei intrigado com uma coisa: por que o Jornal da Bahia,

especificamente, fora convidado para ir no avião, acho que um avião até providenciado pelo Governo pra cobrir a morte de Lamarca?

Carlos Navarro – Não, nós alugamos o avião. Eu tava no jornal. O jornal fez um *pool*, parece, com o Diário de Notícias, não sei o quê, e nós fomos pra lá de avião. E uma equipe ficou aqui, eu fiquei aqui, eu fui pro Nina cobrir a chegada do corpo de Lamarca. E outra equipe, Anísio Félix, não sei quem, foi pra Brotas de Macaúbas, com avião nosso.

“Nós alugamos o avião. Eu (Carlos Navarro) tava no jornal. O jornal fez um pool, parece, com o Diário de Notícias, não sei o quê, e nós fomos pra lá de avião. E uma equipe ficou aqui, eu fiquei aqui, eu fui pro Nina cobrir a chegada do corpo de Lamarca. E outra equipe, Anísio Félix, não sei quem, foi pra Brotas de Macaúbas, com avião nosso”.

Valter Lessa – Sobre Carlos Lamarca, observo o seguinte: eu lamento profundamente por trabalhar no Derba na época. Mas todo o apoio logístico para a morte de Lamarca, o Derba teve participação e a Mineração Boquira. Nós fornecemos combustível, viaturas, inclusive o avião também.

Ernesto Marques – Para a operação militar ou para a cobertura?

Valter Lessa – Para a operação, a operação militar.

Jackson Azevêdo – Para perseguir Lamarca.

Valter Lessa – Exatamente.

Jackson Azevêdo – O DERBA deu todo apoio pra perseguir Lamarca.

Valter Lessa – O Derba e a Mineração Boquira. Transporte, inclusive alimentação, combustível, tudo enfim. Até o avião também.

Dulce Aquino – Como mulher e, claro, primeiro faço minhas as palavras de Amábília em relação a João, meu antigo

companheiro que eu tenho profunda admiração. Fomos colegas no Conselho do Teatro Castro Alves, na Fundação do Teatro Castro Alves, só nós dois que nos retiramos por causa do governador usando o teatro indevidamente.

João Carlos Teixeira Gomes – Só nós dois num grupo de mais de vinte e cinco pessoas.

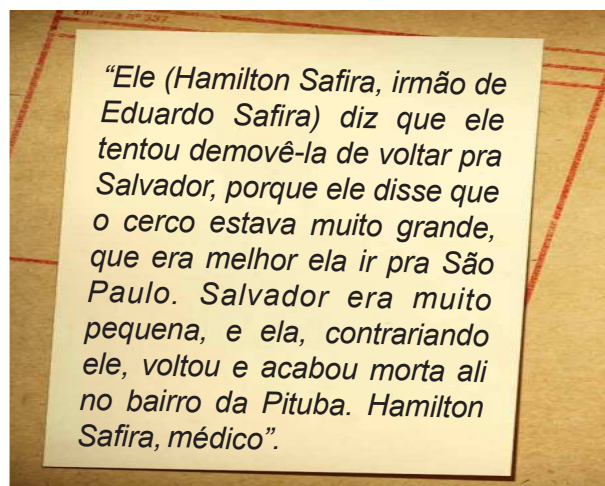
Dulce Aquino – Bom, mas, eu quero lamentar a fala do nosso presidente, lamentar o estado em que está essa Comissão, lamentável, e lamentar que a gente esteja nessa situação. Com a dificuldade que eu vejo a cada momento, que trabalho belíssimo nós poderíamos se tivéssemos o mínimo de condições pra funcionar. Inclusive o papel da mulher.

Por que que eu tô dizendo isso? Porque em Santo Amaro, no último dia que estivemos em Santo Amaro, uma professora perguntou “qual o papel da mulher, quais são as mulheres que eram importantes?”. De repente, a gente viu também em Feira de Santana aquela empregada, uma negra velha, que veio com uma faca atrás e botou na cabeça de um milico que queria levar o rapaz, o estudante de madrugada, vocês lembram desse fato?

E hoje é colocado aqui o papel da “Baiana”. Então a gente vai sentindo que nessas reuniões é que vão surgindo aquelas mulheres invisíveis, mas importantíssimas, em que a mulher sempre tem um papel fundamental, afinal a gestação é da mulher.

João Carlos Teixeira Gomes – E você deu uma grande demonstração de independência, saindo do Conselho porque não aceitava o que o governador queria, parabéns.

Valber Carvalho – Eu queria fazer uma última pergunta. Duas coisas. Uma pra Jackson, Joviniano e o pessoal da Comissão, não sei se vocês já ouviram Hamilton



Safira, irmão de Eduardo Safira, que foi quem abrigou lá em Serrinha Lara Lavelberg, e ele me contou numa entrevista que ele me deu. Que foi dado a ele, meses antes, uma nota de um cruzeiro dividida na metade dizendo: “um dia vai aparecer alguém aqui com a outra metade dessa nota e você abriga essa pessoa”.

Joviniano Neto – Em Serrinha?

Valber Carvalho – Em Serrinha, eu já ouvi ele pra uma outra coisa, e aí acabei capturando essa informação. Eu tenho comigo, também posso colocar à disposição de vocês. E ele diz que ele tentou demovê-la de voltar pra Salvador, porque ele disse que o cerco estava muito grande, que era melhor ela ir pra São Paulo. Salvador era muito pequena, e ela, contrariando ele, voltou e acabou morta ali no bairro da Pituba. Hamilton Safira, médico. Vocês ouviram o depoimento de Eduardo Safira, que é o irmão dele. Agora a minha pergunta pra Joca, viu Joca? Você falou de Dom Helder, eu queria saber, considerando que a Bahia teve o mais longo arcebispado que foi o de Dom Álvaro Augusto, o Cardeal da Silva, que é um homem decididamente de direita, e depois veio Dom Eugênio Sales que ficou pouquíssimo tempo, menos de dois anos, no máximo três anos.

O Cardeal da Silva morre em 1968. Ele fica quarenta anos de arcebispado. Dom Eugênio sai em 1971, e aí entra o cardeal Dom Avelar Brandão Vilela. Que

era um homem mais humanista, e segundo eu soube, era um homem bastante odiado pelos militares pelos pleitos que ele fazia lá. O que é que você sabe sobre a atuação de Dom Avelar naquele período em relação às pessoas torturadas, como é que o jornal via a figura dele naquele momento?

João Carlos Teixeira Gomes – Eu sei o que você acabou de dizer. Que ele era um homem liberal, os militares não gostavam dele, tomou atitude inclusive de defesa de presos, tentou dialogar com autoridades militares para preservar a integridade física de pessoas perseguidas, mas eu não tenho informação detalhada porque naquela época o Jornal da Bahia era considerado um órgão perigoso para certo tipo de articulação.

O jornal, como eu disse a vocês desde o início, foi identificado como um jornal de esquerda, um jornal de comunistas que apoiava as reformas de base, e ele nunca teve uma atuação mais próxima ao jornal. Mas era muito simpático a todos nós, eu sei que ele nos apoiava, uma vez eu participei de uma reunião religiosa em Itapuã, Jorge Calmon presente e outros jornalistas, e toda atitude dele era de um religioso liberal que não concordava com tortura e perseguição.

Walter Pinheiro – Bom, eu poderia, só a título de contribuição, lembrar o seguinte: ao tempo da infância de Dom Avelar – que era de Alagoas, mas enfim, isso era em todo o Brasil – as famílias tinham normalmente um dos filhos ligado à Igreja, pela importância que a Igreja tinha.

E no caso da família de Dom Avelar ele foi encaminhado a isso. Evidente que

teve também a sua vocação. Mas nós podemos por essa razão, se a lógica prevalece, tirar até pela postura do Teotônio, irmão dele que foi também, inclusive foi lembrado na semana passada quando na presença de Pedro Simon, porque os dois fizeram uma caminhada pelo Brasil lutando pela Anistia. E o Simon valorizou também muito isso, e consta também na biografia dele.

Então Dom Avelar era uma figura totalmente diferente do Cardeal da Silva.

Bom, mas se não há mais perguntas ou questionamentos a fazer, chegamos às dezessete horas desse dia que eu considero memorável para a nossa Associação Bahiana de Imprensa. E eu estou duplamente feliz, porque em relação à Comissão Estadual da Verdade, a qual eu tenho a honra também de integrar, nós agregamos essas informações a esse depoimento valioso que aqui nós tivemos.

Acrescentando mais elementos para o enriquecimento dessa memória que é necessário

que fique, que é o trabalho básico da Comissão, apurar tudo isso que aconteceu deste passado para prevenir o futuro. Para que não volte a acontecer.

E agradecendo a presença de todos que prestigiaram esse encontro, eu também, em nome da ABL e também em nome da CEV, quero manifestar novamente os meus agradecimentos ao nosso depoente. Esse velho amigo, esse exemplo de cidadão, jornalista, professor, ensaísta, poeta e por aí segue, João Carlos Teixeira Gomes, Joca ou “pena de aço”. Parabéns, muito obrigado.

[palmas]

CONFIDENC

AUDIÊNCIA PÚBLICA
03 de agosto de 2015
Auditório da ex-SUCAB,
Centro Administrativo da Bahia
Salvador - Bahia





TOMADA DE DEPOIMENTO

03 de agosto de 2015 - auditório da extinta Sucab (Centro Administrativo da Bahia)
Salvador - Bahia



DEPOENTE: WALDEMAR OLIVEIRA

Waldemar Almeida de Oliveira é coordenador executivo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca /Bahia) – uma organização sem fins lucrativos e de caráter público criada em 1991 com o objetivo de desenvolver um trabalho de proteção de crianças e adolescentes em situações como violências sexuais, crimes de homicídio, violência física e violação dos direitos. Foi preso quatro vezes na década de 80. Nascido e criado, até os 67 anos, no bairro soteropolitano da Fazenda Grande, ele já ouviu e presenciou diversas histórias de violência envolvendo meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social, muitas delas com a participação direta de policiais militares. Luta para que os culpados pelos crimes sejam investigados e punidos.

**Texto não revisado pelo depoente.*

***Waldemar Almeida de Oliveira**

Uma boa tarde para todos, e para todas, e dizer que, já estava esperando há algum tempo, porque tem uns fatos que considero significativos. Eu não sei se vale a pena registrar, mas tem alguns casos, que quando eu revelo isso nos bairros onde eu faço palestras o pessoal fica, assim, meio incrédulo. Na década de 80 eu fui preso umas quatro vezes, mas duas delas, que quero revelar, para mostrar como o aparelho do Estado age.

Quando ocorreu o quebra-quebra de ônibus aqui em Salvador, em 81, exatamente em 81, eu representava a FABS, quem liderava esse movimento contra a carestia, e a FABS tinha uma posição claramente contra o quebra-quebra. Então, na tarde em que houve a manifestação, que o Mário Kértész marcou uma audiência com os movimentos e lá não compareceu. Ao contrário, colocou as caçambas na frente, na entrada, isso revoltou muita gente, indignou, e eu senti que havia um clima para uma violência, tipo quebra-quebra, e eu tenho fotos até, pegando as madeiras que o pessoal estava tirando das faixas para quebrar os ônibus, e eu ia pegando e jogando em baixo da caçamba, tinham três caçambas na frente, e jogando essas madeiras embaixo, exatamente, eu achava que não era por ali. Eu sei que foi impossível conter, porque era eu mais uns dois ou três que estavam contrários, e o restante queria quebrar, porque estavam muito indignados com as coisas do Mário, isso aí foi que promoveu o quebra-quebra.

Logo depois, foram presos Haroldo Lima e Jairo dos Santos. Jairo dos Santos era do MR-8 e não tinha nenhuma participação, o MR-8 não botou os pés em nenhuma das nossas reuniões, eu fiquei temeroso que algo pudesse acontecer comigo. Tinha sabido que Jane Vasconcelos, que presidia o movimento, tinha saído da cidade, eu saí também, saí, e voltei cinco ou seis dias depois, quando José Lourenço, que era líder do governo na Assembleia, garantiu a Leonelli, que era deputado na época, que não haveria mais, que Antônio Carlos Magalhães tinha garantido que não haveria mais prisões, desde que não houvesse uma retomada do quebra-quebra.

Como não havia mais retomada do quebra-quebra, liguei para Leonelli e ele disse que Antônio Carlos garantiu que não haveria mais prisão. Eu voltei, era uma quarta-feira, cheguei em casa à noite, quatro horas da manhã a minha casa foi cercada por policias da Polícia Federal, que me prenderam, me levaram lá para o Beiru e recebi o comunicado que o companheiro Jovini-ano aqui, que meia-noite, uma hora da manhã eu estava ouvindo a voz dele, graças a Deus, fui conduzido para a Polícia Federal e fui liberado.

Para mostrar como, na época, o governador do Estado se dava ao trabalho de acertar com o seu líder para dizer a Leonelli que estava tudo certo, que eu podia voltar, eu era um líder comunitário na época, dirigente da Federação de Bairros, e ele armou essa jogada toda, articulado com José Lourenço, claro que eu não voltaria, se não tivesse esse aparente salvo-conduto, mas de como as coisas ocorrem.

Dias depois, dois ou três dias depois,

eu fui liberado, eu fui preso seis horas da manhã e fui liberado duas ou três horas da manhã do dia seguinte, e dois dias depois eu estava circulando na San Martin quando eu vi chegar um ônibus todo quebrado, parcialmente quebrado, aí eu parei o meu carro e fiquei olhando, de repente saltam várias pessoas, dentre as quais um garoto de uns 14 anos, com a marmita na mão, salta e fica no ponto de ônibus esperando. Veio um

grupo de adolescentes pela lateral e terminaram de quebrar os vidros do ônibus e correram, quebraram e correram.

Logo depois eu vejo os soldados conduzindo esse garoto que estava com a marmita para a viatura, conduziu ele, colocou o menino lá dentro, e eu fui intervir: “olhe, eu quero dar o testemunho que não foi esse menino que quebrou os vidros do ônibus, foram exatamente uns jovens que vieram por ali, e por ali mesmo fugiram”. “Mas o que é que o senhor

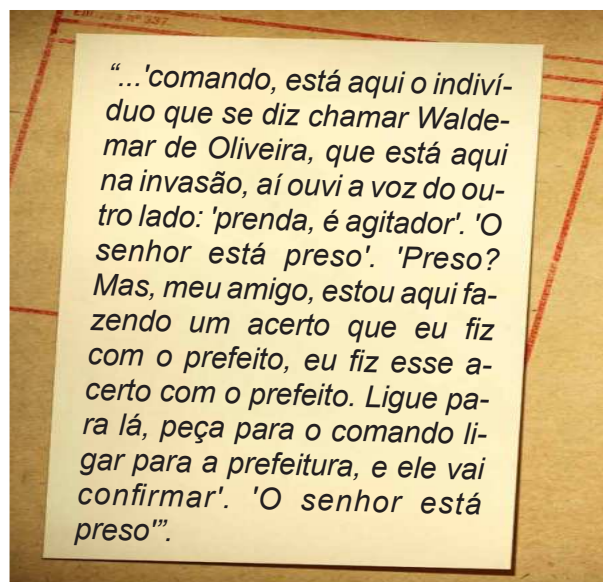
quer?”. “Eu quero que vocês liberem o menino, ele está aí inteiramente inocente, ele saltou do ônibus e permaneceu no ponto do ônibus, eu estava aqui do outro lado e vi todo o período que ele passou lá, então libere ele, uma situação constrangedora”. “Vamos ver, vamos ver”.

Aí saíram e eu anotei a placa da viatura, eles seguiram em frente logo depois eu segui, também, em direção ao meu carro. Não tinha dado uns dez passos quando vi aquela mãozada no meu ombro, voltei e eram os policiais: “quem mandou o senhor anotar a placa da viatura?” Eu disse: “ninguém, não é proibido anotar a placa de uma viatura da polícia”. “Mas quem autorizou o senhor?” “Já disse que ninguém me autorizou”. “E por que o senhor anotou a placa?” “Anotei porque vocês estão com um

“Eu quero que vocês liberem o menino, ele está aí inteiramente inocente, ele saltou do ônibus e permaneceu no ponto do ônibus, eu estava aqui do outro lado e vi todo o período que ele passou lá, então libere ele, uma situação constrangedora”. ‘Vamos ver, vamos ver’. Aí saíram e eu anotei a placa da viatura, eles seguiram em frente logo depois eu segui, também, em direção ao meu carro. Não tinha dado uns dez passos quando vi aquela mãozada no meu ombro, voltei e eram os policiais: ‘quem mandou o senhor anotar a placa da viatura?’”

adolescente no interior dessa viatura. Se os senhores forem obrigados a evadir-se daqui às pressas, forem atacados, eu tenho que ter uma referência da viatura". "O senhor está preso". "Mas preso por isso?" "Ninguém mandou o senhor anotar a placa da viatura, e o senhor está preso". "Eu disse: olhe, isso é um absurdo, uma arbitrariedade". Me lembro que ele colocou o dedo na minha cara e disse: "cale a boca, se você abrir a boca mais uma vez eu lhe arrebento todo". Evidentemente que eu não abri mais a boca e ele me levou para a delegacia.

Esse fato, pra ver como as coisas ocorriam, eu fui preso porque anotei a placa de uma viatura. Depois, já em, mais cedo, com a saída de Mário Kértész, assumiu um prefeito tampão, eu não me recordo o nome, não sei se Amábília recorda, um prefeito tampão, que assumiu, um bonachão, era um deputado estadual, e assumiu, não era Fernando, foi um outro prefeito que assumiu no lugar, não foi Fernando Magalhães, foi um outro que estou esquecido agora. E eu estava, de certa forma, dando apoio a uma invasão que havia ocorrido na Mata Escura, em frente à penitenciária, mas de fato é que era uma área de um declive muito acentuado e eu aconselhei ao pessoal: "você vão construir aqui, um declive muito acentuado?" E aí, ele toma posse e eu propus ao pessoal que fôssemos todos para a posse do prefeito, e lá fizemos, evidentemente foram mais de mil pessoas, e lá chegando, fim da solenidade de posse, eu pedi uma audiência e ele me concedeu. Concedeu a audiência e eu subi com mais uns quatro ou cinco líderes da ocupação, e ele disse: "olhe, Waldemar, ali é uma área inteiramente, desaconselhável. Além de estar na frente da penitenciária, que já soube, que é muito declive, muito acentuado, eu quero firmar com você um acordo, não deixe ninguém construir lá, faça uma relação do pessoal todo que está lá nesse processo, me traga aqui, vou mandar as assistentes sociais para fazerem um levantamento. Quem não tiver casas, eu vou dar um lote urbanizado, você me garante isso? Me faça essa



relação e me traga." "Garanto", achei que era vantajoso para o pessoal.

No outro dia, estou organizando a relação, a listagem do pessoal, o que colocava era praticamente nome, RG e residência, onde estava morando naquele período. Quando estou fazendo isso, chega um lá embaixo e diz que tem um policial te procurando aí, disse que quer falar com você, aí eu subi, aí: "é o senhor que está coordenando essa invasão?" "Não, senhor, de fato estou dando um apoio". "E o que é que o senhor está fazendo?" "Eu estou fazendo essa listagem aqui a mando do prefeito". "Como é o nome do senhor?" Aí eu disse: "Waldemar Oliveira", aí ele pegou o rádio e falou com o comandante: "comando, está aqui o indivíduo que se diz chamar Waldemar de Oliveira, que está aqui na invasão, aí ouvi a voz do outro lado: 'prenda, é agitador'. 'O senhor está preso'. 'Preso? Mas, meu amigo, estou aqui fazendo um acerto que eu fiz com o prefeito, eu fiz esse acerto com o prefeito. Ligue para lá, peça para o comando ligar para a prefeitura, e ele vai confirmar'. 'O senhor está preso'".

Como resultado, eu fui lá para o Beiru. Chegando lá no Beiru, não é no Beiru, delegacia de Pau da Lima. Quando chego em Pau da Lima, a delegada está lá, a delegada, que já foi vereadora, estava lá: "o que foi que ele fez?" "Ele estava organi-

zando uma invasão na Mata Escura”. Aí eu disse: “doutora, eu não estava organizando, estava tomando os nomes, a relação nominal das pessoas que estavam para ocupar aquela área dali, e estava fazendo isso fruto de um acerto com o prefeito”, aí ela disse: “eu não me envolvo com esse negócio de terra, o senhor vai ficar preso, à disposição do secretário”. Sexta-feira, de noite, sexta-feira fim de tarde, mas eu disse: “delegada, você tem um telefone aqui, ligue para o gabinete”, repeti a mesma coisa que disse para o policial: ligue para o gabinete do prefeito, ele vai confirmar que estou cumprindo um acerto”. “Não, senhor, eu não vou ligar para ninguém, porque isso é uma questão de terra, e isso fica com o Estado, então o senhor fica preso à disposição do secretário”. Só, que eu ao sair, escrevi rapidinho o número do telefone de Leonelli e joguei, e disse: “ligue para Leonelli e diga que estou sendo preso”. Quando estou nessa agonia, ele já mandando chamar o pessoal, aí eu ouvi ela atender o telefone e dizer: “sim, deputado, é, ele está aqui”. Logo depois, me liberou, mas veja, a coisa da delegada, que era Valquíria Barbosa, ela iria me manter preso na sexta, no sábado, no domingo, Valquíria Barbosa, sexta, sábado, domingo, possivelmente, eu só sairia na segunda-feira, que era quando o secretário viria, eu estava à disposição do secretário, ninguém poderia me soltar, a não ser o secretário. Tem outros lances das minhas atividades, resolvi citar basicamente essas duas, para entrar exatamente na questão do Cedeca.

Joviniano Neto – Eu queria colocar uma observação. Esses fatos que ele fala ainda ocorrem dentro da ditadura militar, então, é parte, óbvia, do tema da Comissão Estadual

da Verdade, mesmo numa visão mais restrita, e que, inclusive, nos cobraria a necessidade de fazer alguma coisa sobre os conflitos de terra ocorridos no período, onde a FABS participava, o MDF, o Movimento dos

Favelados, participava, onde Waldemar Oliveira atuava, padre Confa atuava, Agenor Oliveira atuava, pessoas que sofreram bastante repressão na época. Foi bom saber que eu tinha te tirado da cadeia uma vez.

Waldemar Oliveira – Foi um alívio, quando eu estava na cela, que descobri, uma barbaridade, eu não tive, eu tive posição contrária ao quebra-quebra, eu fui preso porque eles precisavam prender gente, porque a minha posição era contrária ao quebra-quebra, o pessoal da FABS não se envolveu no quebra-que-

bra, mas, enfim, precisava prender gente, e como eu era dirigente da FABS, entrei de gaiato.

Com referência aos assassinatos, nós, o Cedeca, temos dois advogados, um advogado que cuida da violência vinculada, à violência sexual envolvendo criança e adolescente, e outro, que é o doutor Maurício Freire, que fica responsável pelo acompanhamento dos casos de homicídio, também vitimando criança e adolescente.

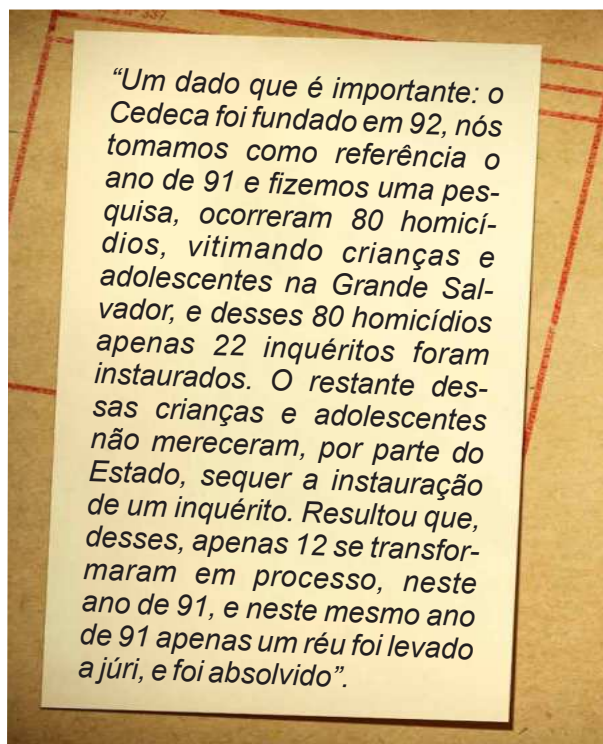
Eu trouxe aqui, e vou deixar aqui, com a comissão, uma relação de alguns homicídios, nós chamamos de casos exemplares, nós não temos estrutura, não temos profissional capaz de fazer frente a esse tipo de violência que ocorre, nós temos, a média, aliás, faço questão de registrar isso: que, para minha surpresa e decepção, encaminhei dois pedidos ao secretário de Segurança Pública sobre o número de

“Quando chego em Pau da Lima, a delegada está lá, a delegada, que já foi vereadora, estava lá: ‘o que foi que ele fez?’ ‘Ele estava organizando uma invasão na Mata Escura’. ... Sexta-feira, de noite, sexta-feira fim de tarde, mas eu disse: ‘delegada, você tem um telefone aqui, ligue para o gabinete’, repeti a mesma coisa que disse para o policial: ligue para o gabinete do prefeito, ele vai confirmar que estou cumprindo um acerto’. ‘Não, senhor, eu não vou ligar para ninguém, porque isso é uma questão de terra, e isso fica com o Estado, então o senhor fica preso à disposição do secretário’.”

crianças e adolescentes assassinadas no ano de 2013 e 2014. Pois bem, houve a maior dificuldade e esses dados até hoje não foram fornecidos, o que pra mim é uma coisa absurda, todo mundo sabe, e nós do Cedeca sempre tivemos isso, no DPT, Departamento de Polícia Técnica, quando buscamos, dessa feita, disse que não, só o gabinete do secretário poderia fornecer. E isso nós fizemos, encaminhamos para o gabinete do secretário, e ficaram numa jogada, é em delegacia tal, é delegacia tal, e até hoje não nos forneceram esse dado, e a coisa nesse particular se agravou.

Em 2012, se não me engano, chegou a ter 132 assassinatos. Um dado que é importante: o Cedeca foi fundado em 92, nós tomamos como referência o ano de 91 e fizemos uma pesquisa, ocorreram 80 homicídios, vitimando crianças e adolescentes na Grande Salvador, e desses 80 homicídios apenas 22 inquéritos foram instaurados. O restante dessas crianças e adolescentes não mereceram, por parte do Estado, sequer a instauração de um inquérito. Resultou que, desses, apenas 12 se transformaram em processo, neste ano de 91, e neste mesmo ano de 91 apenas um réu foi levado a júri, e foi absolvido. Então, isso caracterizava uma impunidade quase que absoluta: você começa com 80 lá, vai para 22, depois 18, vai para 12, vai para um, e nesse um, o réu é absolvido. Isso evidentemente foi um, levantou os delegados dizendo que era um absurdo, que o Cedeca estava sendo leviano, e nós os desafiamos a tirar um caso desses, e eles não conseguiram retirar um só caso, diziam que ao invés de 80 tinha sido 79, dizendo que eles tinham instaurado 30 inquéritos, nada, absolutamente nada.

Eu quero dizer que desde que fizemos essa denúncia, que divulgamos os dados da pesquisa, passaram a se instaurar os inquéritos, hoje se instaura todos os inquéritos. Posso afiançar aqui, com tranquilidade, que a esmagadora maioria dos inquéritos instaurados não merecem, por parte da polícia investigativa, a mínima



ação para descobrir quem foi o autor ou autores dos homicídios, tanto que nós estamos numa situação na Bahia, que acho no Brasil também, onde, de todos os homicidas, apenas nove por cento são identificados, oito por cento é no Brasil, aqui na Bahia é nove, no Brasil é oito, e 70 por cento desses são absolvidos, e apenas 30 por cento dos oito por cento, é menos de três por cento, quer dizer menos de três, de cada 100 homicidas, apenas três cumprem pena. De cada 100, com 97 não acontece absolutamente nada, e por isso nós estamos com esse, eu pra mim advogo que é um dos fatores desse aumento de violência, essa impunidade tão terrível, tão brutal, faz com que se perca o medo por uma punição de matar esse adolescente, e não dá nada, matou ali, livrou o flagrante, e acabou.

Então, no caso específico, nós sempre utilizamos selecionar em torno de dez casos de homicídios por ano, que a gente chama de casos exemplares, são aqueles que ocorrem com mais violência, com mais brutalidade, e que tem também o envolvimento de agentes públicos. Então nós temos aqui, estou deixando aqui alguns casos, vários casos com participação de policiais militares, principalmente, tem aqui

também alguns outros civis que foram selecionados, vou deixar só para conhecimento, mas praticados por agentes públicos, eu listei aqui todos.

Vou citar um caso, que para mim é terrível, foi um dos primeiros casos que nós pegamos quando o Cedeca foi fundado em 91, em 91 mesmo eu tomei conhecimento de que dois adolescentes que tinham sido assassinados eram moradores do Curuzu, Luís Cláudio e Jeová. Então eu procurei, localizei a casa da mãe de um deles, e fui à casa da mãe para que o Cedeca assumisse, foi o primeiro caso que nós assumimos no Cedeca. Para ter ideia, o caso tinha ocorrido em 91 e era 92, e o inquérito continuava arquivado lá em Brotas, acho que na Sexta Delegacia, sem conclusão. Aí foi o primeiro fato, fomos para cima, exigimos, e finalmente foi concluído o inquérito, apontando como autores policiais militares, e aí nós fomos ver com o pessoal.

Na verdade, Luís Cláudio era filho de dona Lurdes, que era diretora-presidente de uma creche que ficava na baixada do Curuzu, e ele ajudava a mãe na administração dessa casa, e a mãe saiu, voltou para casa no final da tarde, e ele ficou até mais tarde para fechar a creche. Ao subir, se defrontou com policiais que, de pronto, partiram para ele, pediram que se identificasse, e nos bairros, essa criançada não tem o hábito de estar com a carteira, sair dali para aqui com carteira, então ele estava sem a carteira de identidade, e disse: “eu estou sem a carteira de identidade, mas eu moro ali”. Eu fui ver o local onde ele foi sequestrado. “Minha carteira está ali, eu estava ali na creche com minha mãe”. Uma senhora que estava ao

lado disse: “eu conheço ele, ele é filho de dona Lurdes”. Eles colocaram o revólver, eles estavam à paisana e colocaram o revólver, e disseram: “feche a janela se não quer tomar tiro também”. E ela, evidentemente, fechou, e colocaram o menino em um automóvel particular.

Logo depois passa o Jeová, tinha 14 anos e tinha sido mordido por um cachorro, e tinha ido fazer o curativo, o pai chegou e o obrigou a fazer um curativo que ele não tinha feito. Voltando, perguntaram a ele o que tinha sido isso na perna. Jeová respondeu: “o cachorro que me mordeu, meu pai mandou eu fazer o curativo”. “Curativo o quê?”. Deu um tapa e colocou o menino na viatura, também. Então foram os dois, isso por volta das seis e meia, próximo ali tinha a delegacia do Curuzu, próximo à delegacia, quando foram colocados na viatura. A mãe ficou louca, saiu aflita, foi para a polícia, para hospital. Dez horas da noite, os corpos foram encontrados onde é hoje o Extra, ali no Largo do Abacaxi, era Superbox, inteiramente, com os testículos cortados, com unhas puxadas, tiros,

passaram por várias vezes com a viatura sobre os dois, mataram os dois meninos, policiais.

Por que mataram? Mataram porque dias antes eles tinham se confrontado com um grupo de jovens infratores que tinham a denominação de “Bebê a Bordo”, e eles trocaram tiros com esses meninos uns dois dias antes e aí voltaram para uma ação clandestina, que eles tinham feito esse confronto numa ação policial. Dois dias depois eles voltam, já à paisana, na operação

“Posso afiançar aqui, com tranquilidade, que a esmagadora maioria dos inquéritos instaurados não merecem, por parte da Polícia investigativa, a mínima ação para descobrir quem foi o autor ou autores dos homicídios, tanto que nós estamos numa situação na Bahia, que acho no Brasil também, onde, de todos os homicidas, apenas nove por cento são identificados, oito por cento é no Brasil, aqui na Bahia é nove, no Brasil é oito, e 70 por cento desses são absovidos, e apenas 30 por cento dos oito por cento, é menos de três por cento, quer dizer menos de três, de cada 100 homicidas, apenas três cumprem pena. De cada 100, com 97 não acontece absolutamente nada”.

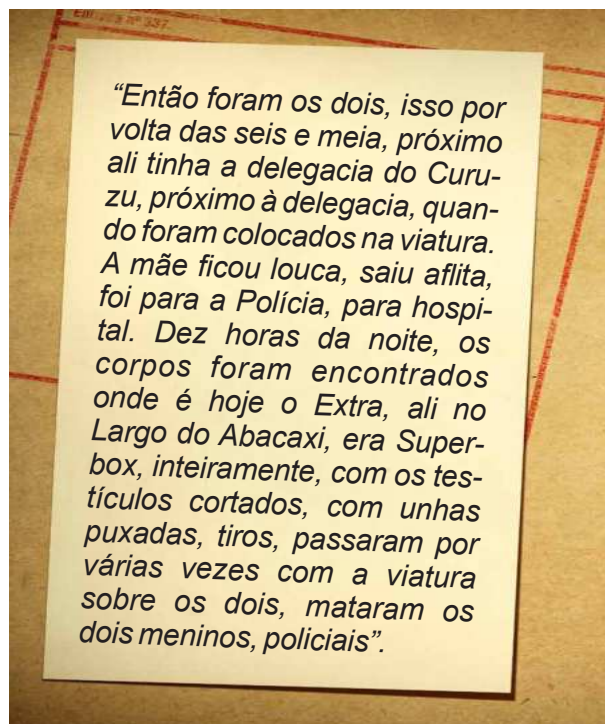
clandestina, na caça destes meninos, e quem liderava este grupo era um menino que se chamava Lula. Na hora que Luís Cláudio disse o nome deles, eles já ligaram “Lula”. E o Jeová foi também nessa, porque eles acharam que tinha sido um tiro de raspão que tinha pegado nele, não se deram ao trabalho de tirar o curativo. Se eles tivessem tirado o curativo, teriam visto que tinha sido uma mordida de cachorro e não uma bala, então, foram mortos, infelizmente.

Esse caso foi a júri depois de muitos anos, muito trabalhosa. Eles eram violentos, eram matadores, matadores mesmo, que a sensação que eu tive, quando eles foram absolvidos, que o jurado ficou amedrontado, porque as provas eram evidentes que tinham sido eles, relato, eles foram absolvidos, se não me engano, em 2008, de fato, saí arrasado, porque todos nós tínhamos certeza de que foram eles que mataram. Uma parte deles morreram, porque eram bandidos mesmo, terminaram morrendo, mas os dois principais que foram levados a júri foram absolvidos.

Outro caso que nos causou, teve também o caso que nós chamamos de Chacina do Lobato, onde três adolescentes e um jovem foram assassinados ali na passarela, por um policial militar e por um guarda ferroviário. Eles tinham um problema com um dos quatro, um dos meninos, e chamou esses meninos, e por descerto dos outros dois eles iam passando na hora em que os dois estavam subjugados, eles sentados e com as armas apontadas. Os dois foram passando, então eram testemunhas, esses dois morreram porque seriam testemunhas. Pegaram esses dois, colocaram juntos e mataram os quatro. Esse caso foi a júri, eles foram condenados, aí foi anulado o júri, e depois eles voltaram a ser julgados e foram, infelizmente absolvidos. Tem outros casos.

Joviniano Neto – Quando foi, você lembra?

Waldemar Oliveira – Quando eles foram



absolvidos, a chacina foi em 93, em 2002 eles foram inocentados, não sei como é que se inocenta isso? Um absurdo, outro absurdo terrível, terrível, as provas todas. Esse caso, tá lá no arquivo, vou falar bem rapidinho para dizer como se matava. Um menino foi assistir o ensaio do Ilê Aiyê no Curuzu e estava com seus amigos, três ou quatro amigos. Sobe um camarada, um indivíduo à paisana, com o rosto todo sangrando e pede a ele a camisa, ele diz: “não vou dar minha camisa, você vai sujar a minha camisa de sangue”. “Me dê a camisa”, insistiu. “Eu nem lhe conheço, como é que vou lhe dar minha camisa?”. Aí, ele desceu, quando sobe, já foi com um revólver, pegou esse menino para arrastar, o menino resistiu e ele deu um tiro na cabeça e matou, era um policial militar.

Outro caso: em Sete de Abril, saiu um grupo para jogar futebol em um domingo. Na volta, eles pedem carona a um motorista de ônibus, o motorista nega a carona e um deles joga uma pedra na lataria do ônibus. Incontinenti o motorista parou, saltaram três pessoas, uma delas saca arma e atira nas costas do menino, era um cabo da Polícia Militar. Quer dizer, o menino foi morto porque jogou uma pedra e machucou a viatura. Foi em 93, machucou

a lateral, não causando um maior dano, o policial militar que nem era, pra falar, a banalidade, de matar. Esse foi pior, porque o menino ficou lá esvaindo-se em sangue, passou a viatura e negou socorro, e depois ele foi levado ao Hospital Roberto Santos, e lá, como a polícia disse que era bandido, ele ficou em uma cadeira se esvaindo em sangue e morreu por não ter tido assistência.

Calabetão, eu não tenho este caso aqui, mas se quiser depois eu junto. No Calabetão, um menino de 14 anos, ele saiu, foi comprar um açúcar para a avó, isso foi em 96, em 98, mais ou menos. Ele foi comprar o açúcar, depois voltou pra casa, depois voltou e foi na casa de um amiguinho. O Calabetão tem uma entrada só. Quando ele volta da casa desse amigo, tem uma viatura parada, ele estava sem identidade. Temeroso de ser abordado sem identidade, ele pegou um desvio que dava na casa da avó, ele selou a morte dele ali, não fez nada a mais do que isso. Ele pegou o desvio e veio aqui por trás, na hora que os policiais que estavam parados aqui avistaram ele pegar este desvio, eles correram. Quando o menino foi chegando na porta da casa da avó, recebeu dois tiros nas costas, eles atiraram no menino por isso. Mataram o menino, depois pegaram e colocaram na viatura, seis e meia para sete horas, foram entregar o corpo, já nove e meia para dez horas, no Roberto Santos, dizendo que tinha tido um confronto, que o menino tinha atirado neles e tal.

Joviniano Neto – Teve inquérito, esse?

Waldemar Oliveira – Teve inquérito e foi a julgamento, e eles foram absolvidos por causa de testemunha, a vizinha que estava lá próximo ao local onde ele foi assas-

sinado. Eu consegui a muito custo, porque disseram que tinha sido um confronto e tal, eu fui e perguntei a ela quantos tiros foram. Ela disse: “dois tiros”. Eu disse: “tá bom, eu quero que a senhora vá lá na delegacia e diga que estava dentro de casa, e diga que não viu ninguém, não viu quem foi, que não viu nada, mas que a senhora ouviu apenas dois tiros”. Eu queria descaracterizar o confronto que eles alegaram. “Os dois tiros,

que foram apenas dois tiros, eu quero só que a senhora diga isso”. “Mas eu não vi, depois eu soube que era polícia, que foi polícia, o senhor sabe como são eles, eu não posso dizer”. “Não, mas eu não quero que a senhora diga que foi isso, eu só quero que a senhora diga que estava aqui em casa, seis e pouca da noite e que ouviu dois disparos e que depois, quando a senhora saiu, ficou sabendo que era seu vizinho que tinha sido alvejado, não precisa nem dizer que foi por policiais”. Ela combinou

comigo. No dia que fui pra lá pegar ela para depor, ela disse: “doutor, não vou porque meu marido me disse, para eu não me meter nisso, e ele tinha toda razão e não fui”.

Por último, preciso colocar o caso de dona, do Calabetão, também, do Calabetão de Baixo, onde dois jovens, já início de 2000, eu não me recordo, porque esse caso tem uma falha, mas eu posso fornecer detalhes deste caso, porque eu acho também outro absurdo: dois adolescentes foram torturados por policiais militares em sua própria casa. Eles esquentaram óleo quente, puxaram as unhas com alicate, eles pegaram óleo quente, esquentaram o óleo comestível e jogaram na cabeça desses meninos. Aí, a mãe deles me procurou dizendo isso, que gostaria de denunciar e tal, mas que ela estava com muito medo,

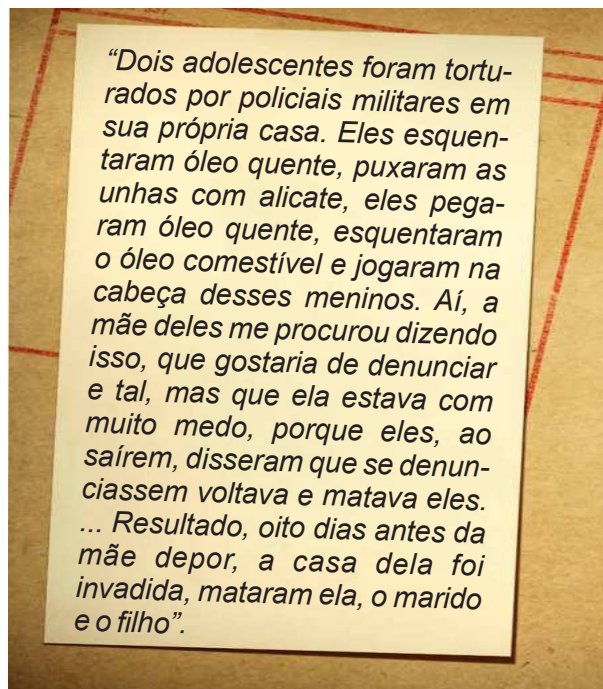
“... teve também o caso que nós chamamos de Chacina do Lobato, onde três adolescentes e um jovem foram assassinados ali na passarela, por um policial militar e por um guarda ferroviário. Eles tinham um problema com um dos quatro, um dos meninos, e chamou esses meninos, e por desacerto dos outros dois eles iam passando na hora em que os dois estavam subjugados, eles sentados e com as armas apontadas. Os dois foram passando, então eram testemunhas, esses dois morreram porque seriam testemunhas”.

porque eles, ao saírem, disseram que se denunciasses voltava e matava eles. Eu disse: “olha, o Cedeca tem anos nessa luta, que ocorreu violência dessa espécie e tal”. Fui lá no batalhão onde eles serviam, denunciemos. Resultado, oito dias antes da mãe depor, a casa dela foi invadida, mataram ela, o marido e o filho. Eu tenho certeza absoluta que foi a mando, não foram os policiais, mas foi a mando deles, tenho certeza absoluta.

E o que me convenceu disso foi que eu fui ao batalhão em que um deles servia, que era em Sussuarana, e chegando lá procurei ver qual era o dia de plantão que ele estava, ele estava de plantão, e o plantão dele terminava à meia-noite, e ele só saiu às cinco horas da manhã, porque o crime tinha ocorrido de três e meia para as quatro. Formou o alibi perfeito, que ele estava no quartel, ficou no quartel, quando ele soube, alguém ligou para ele avisando, e ele só saiu às cinco horas da manhã. Aí, eu perguntei ao comandante: “por que ele só saiu às cinco horas da manhã se à meia-noite ele foi liberado?”. “Porque ele tem uma conduta exemplar...”. Eu tenho certeza absoluta que foram eles que mandaram matar.

Joviniano Neto – E esse assassinato foi investigado?

Waldemar Oliveira – Foi investigado, mas como em todos não se chegou à autoria. A acusação deles era que os meninos traficavam, a menina que escapou, não morreu também, a menina que tinha sido antes torturada não morreu porque não estava no local, tinha ido dormir na casa do namorado. Nós tentamos colocar ela no Projeto de Proteção à Testemunha, mas ela resistiu, a família resistiu, terminou não nos procurando mais, e nós perdemos esse contato. Essa é uma das grandes frustrações que eu tenho, porque eu tenho a convicção plena de que eles pegaram alguns marginais e disseram “vão e matem, porque se não matarem, nós vamos prender vocês ou matar vocês” e os marginais, com medo, cumpriram essa tarefa terrível.



Bom, então, esses os casos, as violências continuam, eu quero só uma de menor vulto, mas que também diz bem como a nossa polícia continua agindo com um grau de violência terrível. Isso foi recente, agora no início do ano, eu vinha transitando pela Saúde quando vi um carro parou no meio da rua e saltaram dois elementos, policiais, estavam numa viatura particular. Saltaram e abordaram dois adolescentes que vinham com duas sacolas. Eles abordaram, eu fiquei parado, eles revistaram os meninos todo, pegaram as sacolas desses meninos, jogaram as coisas todas no chão, revistaram bolsos, tudo. Quando viram que não encontraram nada, eles esbofetearam os meninos no rosto “tá, tá, tá”. Quer dizer, é um negócio assim, chega me faltou chão, sinceramente me senti impotente, que a minha vontade era de ir para cima deles, mas estou sozinho aqui, esses caras vão voltar essa violência toda contra mim. Mas, assim, um desrespeito, eles tentavam encontrar alguma droga, alguma coisa, mas não encontraram, não tinha jeito de encontrar, eles tinham que sair com alguma coisa, então, o que eles acharam foi esbofetear esses meninos no rosto.

Então, eu continuo achando, e a coisa do Cedeca é essa tentativa de fazer uma críti-

ca, acho que nós temos uma polícia investigativa inteiramente despreparada para fazer frente a esse tipo de violência que nós estamos enfrentando, inteiramente despreparada, nenhuma condição, os crimes que ocorrem na Fazenda Grande, bairro em que eu nasci, me criei até os 67 anos, vários e vários homicídios ocorrem, e não há nenhuma apuração, e alguns deles que o autor é conhecido está lá, como se nada tivesse acontecido, sem sofrer absolutamente nada.

Um indivíduo que mora no IAPI separou da mulher, depois de muita violência. Depois de muito apanhar, coitada, ela separou-se dele. Um dia, voltando do trabalho, ele fez tocaia e matou a menina. Nada, esse cara não foi admoestado em nada, tem sete ou oito anos. Na Fazenda Grande tem uma infinidade de casos semelhantes a este, alguns a polícia não apura, e outros que sabe, se sabe e não sofre nenhuma coação, absolutamente nada.

Eu acho que essa inoperância, quero insistir, essa incapacidade da polícia investigativa de cumprir o seu papel tem jogado uma força significativa nesse aumento da violência, em função dessa impunidade tão assustadora. Quero deixar depois esses documentos e, se necessário, depois fornecer detalhes sobre algum caso, nós temos os dados, eu não trouxe aqui, mas eu exponho os dados.

Joviniano Neto – O relatório que ele traz, só pra realçar, é “Combate à impunidade nos crimes de homicídio, um desafio”. A ênfase é crimes de homicídios, depois vou voltar a essa questão.

Jackson Azevedo – Waldemar, você pode explicar, rapidamente, o que é o Cedeca, a

natureza jurídica, o que é que ele é, como é feito, rapidinho para poder ter efeito de ficar documentado.

Waldemar Oliveira – O Cedeca é uma ONG cujo objetivo principal é a garantia de direitos de crianças e adolescentes, foi fundado em 1991 e tem uma característica própria, que é a diretoria, o seu corpo consultivo, não ter pessoa física, ser formado só de pessoa jurídica. Então, é uma ONG que tem parcerias com o Governo do Estado, a

maioria das ações era executada anteriormente com financiamento de organizações internacionais, mas nos últimos anos, com essa situação do Brasil ter se tornado a sétima potência, houve um recuo por parte dessas organizações, e nós fazemos isso, e nos voltamos. A princípio, nós tínhamos como foco principal o enfrentamento aos homicídios, em 91, em 94 nós vimos também que a violência era muito avançada, violência sexual vitimando meninas principalmente, e aí nós nos voltamos e constituí-

mos um grupo de profissionais, de assistentes sociais, psicólogos, advogados e pedagogos que dão essa assistência psicossocial e jurídica gratuita.

Jackson Azevêdo – Você pode dizer quais são as parcerias com o Estado?

Waldemar Oliveira – Nós temos... a parceria mais contínua era com a antiga Sedes, Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, que agora, com sua fusão, nós estamos buscando agora o primeiro convênio com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, mas excepcionalmente já tivemos com a Secretaria de Turismo, já estamos concluindo o convênio agora, já tivemos também com a secretaria,

“Isso foi recente, agora no início do ano, eu vinha transitando pela Saúde quando vi um carro parou no meio da rua e saltaram dois elementos, policiais, estavam numa viatura particular. Saltaram e abordaram dois adolescentes que vinham com duas sacolas. Eles abordaram, eu fiquei parado, eles revistaram os meninos todo, pegaram as sacolas desses meninos, jogaram as coisas todas no chão, revistaram bolsos, tudo. Quando viram que não encontraram nada, eles esbofetearam os meninos no rosto ‘tá, tá, tá’”.

a Secopa.

Jackson Azevêdo – Quais são as pessoas jurídicas que estão na direção e gerência do Cedeca?

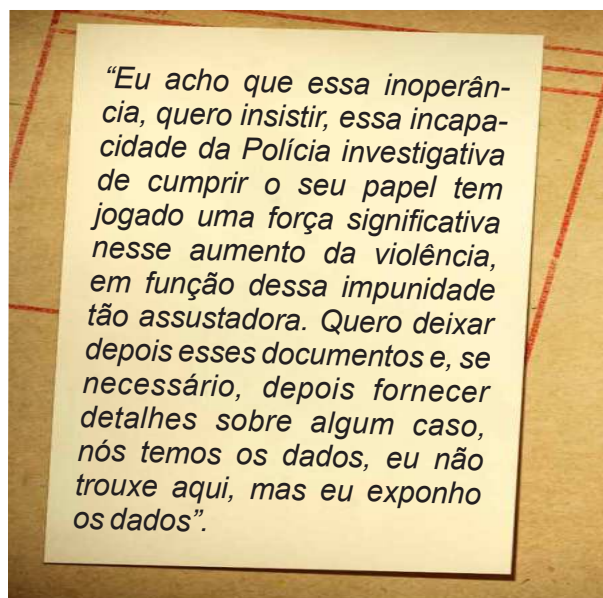
Waldemar Oliveira – As pessoas jurídicas, nós temos uma obrigatoriedade de termos associações de moradores, um percentual, então nós temos uma associação de moradores, temos a Federação de Bairros, a OAB não está, ela ficou dois anos, ficou dois mandatos, mas vencidos os dois mandatos não pôde ser reconduzida, não me recordo agora quais são, sei bem da FABS e de uma organização do Nordeste de Amaralina que fazem parte.

Joviniano Neto – Tem alguma pergunta?

Vera Leonelli – Eu queria que Waldemar, primeiramente cumprimentar, manifestar a admiração pela coerência, pela história, pela manutenção de sua atuação, assim, em favor da vida das pessoas, que ainda são hoje, não com a mesma notoriedade das vítimas da ditadura, mas que são hoje diariamente, você deu aqui muitos exemplos da década de 90, mas nós sabemos, e você milita nisso cotidianamente, que isso acontece em todos os bairros populares de Salvador. Todos os dias, muitos jovens, muitos adolescentes, quando não são mortos, torturados, perseguidos, são desrespeitados na sua dignidade, na sua mobilidade.

Agora, o que é que você, com essa experiência toda, com essa atuação em relação à segurança pública, na cobrança de uma política de segurança mais eficaz, e mais alinhada com os princípios dos direitos humanos, que são princípios que o Estado brasileiro formalmente assume, o que é que você nos indicaria como recomendação para o Estado da Bahia, para o sistema de segurança e justiça, com o objetivo de melhorar essa situação?

Waldemar Oliveira – Agora menos, mas toda vez, porque, além do Cedeca, eu



continuo militando na Federação de Bairros, então eu sou convidado com alguma assiduidade a participar de debates sobre violência, e no geral, agora menos um pouco, quando ia discutir violência, quem era que estava representando o Estado? O comandante do batalhão local e o delegado circunscricional, ausente educação, ausente saúde, assistência social, essa coisa de tratar a questão da violência sob a égide da segurança. É preciso que haja uma ação mais efetiva dos estados, eu vejo a ausência do Estado nos bairros mais periféricos, esses jovens, por exemplo, que estão no Nordeste de Amaralina. E quero aproveitar... o ano passado, no Nordeste de Amaralina, o Cedeca está desenvolvendo um debate em seis bairros na nossa cidade: Nordeste de Amaralina, Bairro da Paz, Plataforma, Sussuarana, Mata Escura e Fazenda Grande do Retiro. Eu quero dizer aqui aos senhores que eu nunca vi, eu tenho uns 50 anos nessa história, 25 só de Cedeca, eu nunca vi uma população tão amedrontada como está agora, eu nunca vi, nunca vi, medo dos bandidos e medo da polícia.

Eu tentei promover uma reunião no Colégio Carlos Santana, no Nordeste de Amaralina. Chamei diretor de escola, chamei lideranças comunitárias, e na hora “H” apareceram oito pessoas, eu fiquei surpreso, e recorri a Tânia Palma e perguntei o

que é que houve, que eu não consegui, gente, público para fazer a reunião. “Você fez essa reunião aonde, Vavá?”. “No Colégio Carlos Santana”. “Você chamou para o Carlos Santana, que fica próximo da sede da polícia, da Base Comunitária de Segurança, ninguém vai, Vavá, todo mundo tem medo”. No decorrer disso, que eu convoquei uma reunião para o outro dia de manhã e recebi uma ligação da diretora dizendo: “doutor Waldemar, não venha aqui, porque aqui a polícia invadiu aqui a escola, espancou meninos, ameaçou professor, já mataram dois meninos aqui, está um clima terrível”. Eu disse: “eu vou, pois tenho que dar uma satisfação a quem eu convidei”. “Não venha, doutor Waldemar”. Eu segui o conselho dela, nesse mesmo período mataram quatro, todos esses quatro casos nós acompanhamos, e nenhum caso até agora foi desvendado. Ninguém sabe, a polícia, apesar de a gente estar lá em cima da Correedoria,

Jackson Azevêdo – O caso do menino Joel teve algum desdobramento?

Waldemar Oliveira – Joel, nós acompanhamos esse caso. O caso Joel foi acompanhado pelo Cedeca, está esperando pelo júri popular. Além do caso Joel, logo depois, isso tem uns dois anos, teve o caso do primo dele que foi morto em circunstâncias semelhantes, pela Polícia também. Dos cinco casos novos que nós assumimos no ano passado, apenas um foi descoberto: foi um pedófilo que sequestrou o menino e matou, as pistas eram muito fáceis, aí a Polícia não teve maior trabalho, mas esses outros quatro casos, dos meninos que foram assassinados na porta de casa, nada, como se nada tivesse acontecido.

Joviniano Neto – Você colocou muito a parte negativa, a parte ruim. Nesse período, o que é que o Cedeca fez de positivo? Uma coisa eu sei, que foi aquela mudança no conceito de prostituição de menores, para menina deixar de ser prostituta, para ser “prostituídas”; a mudança de conceito em relação à prostituição de menores. Teve alguma outra coisa positiva que o Cedeca fez?

“Então eu sou convidado com alguma assiduidade a participar de debates sobre violência, e no geral, agora menos um pouco, quando ia discutir violência, quem era que estava representando o Estado? O comandante do batalhão local e o delegado circunscricional, ausente educação, ausente saúde, assistência social, essa coisa de tratar a questão da violência sob a égide da segurança. É preciso que haja uma ação mais efetiva dos estados, eu vejo a ausência do Estado nos bairros mais periféricos, esses jovens, por exemplo, que estão no Nordeste de Amaralina”.

Waldemar Oliveira – Eu acho que nós contribuímos para que essa questão da criança e adolescente saísse diante das páginas policiais. Nós, utilizando o Estatuto da Criança e do Adolescente, conseguimos fazer com que essa discussão, da questão criança e adolescente, fosse pro debate. Hoje, independente da página policial, está se discutindo a questão da criança. Nós temos realizado um papel muito mais de denúncia no que diz respeito ao adolescente autor de atos infracionais. Comete-se na Bahia um

absurdo, nós vivenciamos uma situação, o Cedeca tem denunciado duas situações que eu acho terríveis. Uma, é que nós temos uma Casa, que é o exemplo do que deve ser, que é a Casa Simões Filho, onde os adolescentes que fazem atos infracionais ficam ali, deve ter 70 pessoas, e outro, nós temos, a Casa Beiru, em Tancredo Neves, que está com 320 adolescentes quando o indicado, inclusive, pelo Conanda, é de 60 a 70, está com 320, numa instalação inteiramente desconselháveis, inteiramente inadequadas, e se mantém essa estrutura, apesar do Cedeca e outras organizações, do próprio Conselho Estadual ter dito que precisa tirar, do Conanda, Conselho Nacional, ter vindo à Bahia, ter vistoriado e ter dito “tem de desativar isso aqui”, e se mantém ativado.

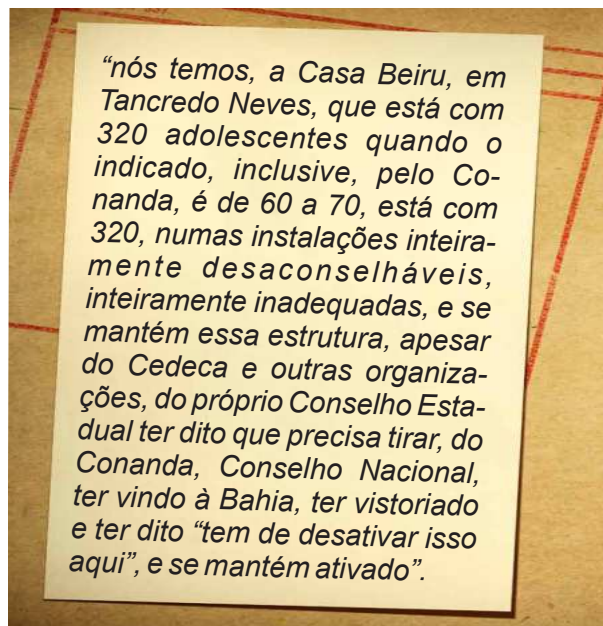
Também, nós fazemos muitas discussões nos bairros, nós temos levado essa questão da cidadania, da luta pelos direitos, nós fazemos muitos debates, muitas discussões, com associações de moradores, em igrejas, com sindicatos.

Jackson Azevêdo – E como é que o Cedeca vê a questão da redução da maioridade penal?

Waldemar Oliveira – Nós somos inteiramente contrários, isso é um logro. Eu estou convencido, Jackson, de que, pelo contrário, para mim vai aumentar a violência, porque se esses meninos que cometem atos infracionais e vão pra casa e conseguem ser 70 a 75 por cento deles ressocializados, e retomam o curso normal da vida ali, no sistema penitenciário só 25 por cento não reincidem, menos um pouco. Então já pensou, se esses meninos tirados da estrutura de casa e jogados em uma outra estrutura, eles vão reincidir muito mais, por isso estou convencido disso, afora todos os casos que conhecemos, dizendo que o Brasil é um dos poucos países que adotam 18 anos como a maioridade penal, isso é uma mentira deslavada. Além disso, aquelas questões que os psicólogos, nós somos advogados, mas os psicólogos são unânimes em afirmar que com 16 anos ele não está com a mentalidade formada, está ainda em formação.

Vera Leonelli – Eu queria, só para dar um encerramento disso, lembrar que o Cedeca, além de todas essas coisas que você relatou, tem feito o esforço, que outras organizações também têm, no sentido de contribuir com uma formação diferenciada para as polícias, uma formação mais compatível.

Waldemar Oliveira – Nós, ao constatarmos que os policiais declaravam na imprensa, principalmente na televisão, de que nada podia ser feito, de que o adolescente infrator, ao ser abordado, apresentava o estatuto e dizia “eu sou de menor, eu sou de menor”, e não podia ser preso, nós procuramos o Comando da Polícia Militar e fizemos ver a



eles a necessidade da gente capacitar esses soldados. Nós podemos vir, depois eu pessoalmente saí à rua, falando com os soldados, e constatei que nenhum deles tinha aberto o estatuto. Então, eles passavam a imagem que o estatuto era móvel da impunidade. Fomos para o interior da Polícia e fizemos várias capacitações, que muito nos estimulou. O fato de, a gente faz uma abordagem, pergunta a eles como é que veem essa questão do adolescente cometer os atos infracionais, e eles veem isso como pequenos bandidos, a imagem que eles têm do adolescente cometendo ato infracional e da menina explorada. A menina explorada é uma pequena prostituta, e o menino é um pequeno bandido. Depois do curso, a gente refaz essa pergunta e a resposta é muito diferente, nos sensibilizou, nos estimulou. Só não fizemos mais porque a polícia nunca reservou um centavo para essa capacitação, era sempre o Cedeca captando e jogando isso, a gente fazia isso, com recursos do exterior. Quando cessou esse recurso do exterior, nós voltamos a fazer. Depois de quase oito anos, voltamos a fazer ano passado, graças ao apoio financeiro da Unicef, que nos forneceu recursos, e capacitamos quase 500 policiais militares, e poderíamos fazer mais, fazer uns cinco mil, se o governo tivesse a sensibilidade de dotar o recurso para que a gente fizesse esse trabalho.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

03 de agosto de 2015 - Auditório da ex-Sucab, Centro Administrativo da Bahia
Salvador - Bahia



Keila Simpson*

DEPOENTE: KEILA SIMPSON

Keila Simpson, travesti militante dos direitos humanos LGBT, nasceu na cidade Pedreira, no estado do Maranhão, de onde saiu aos 16 anos. Foi para o Piauí e de lá se mudou para Salvador (BA) onde vive há mais de 30 anos. Já foi dirigente da Associação dos Travestis de Salvador (Atras) e atualmente é dirigente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e vice-presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Afirma que começou a sofrer agressões, por parte da Polícia, quando ainda morava no Piauí e que em Salvador também não ficou ilesa. Relata que foi presa, vítima de agressões físicas e humilhada diversas vezes por policiais militares e civis, na época em que trabalhou como prostituta nas ruas de Salvador.

*Texto não revisado pelo depoente.

Boa tarde, eu queria, inicialmente, agradecer a oportunidade de poder estar falando nesta comissão, eu acho que pela primeira vez, oficialmente, uma pessoa que, acho que pela segunda, porque M. Já esteve aqui antes de mim, de falar de um assunto que pra nós, muito embora ele traga muitas recordações ruins, é, a gente tem a noção de que esse foi o momento que passou, muito embora ele esteja muito ainda presente nas nossas vidas. É importante que quando a gente vem para uma comissão dessa natureza falar oficialmente desse fato que aconteceu em Salvador, mas não foi só em Salvador, a minha população, essa violência é inerente em todo o Brasil, ainda hoje é, eu vou me ater especialmente aos fatos acontecidos aqui, no início, quando eu cheguei nessa cidade, eu não sou daqui, eu nasci em uma cidade chamada Pedreira e vivo há mais de 30 anos em Salvador. Pedreira, no Estado do Maranhão.

Cheguei aqui ainda muito jovem e vivi toda minha vida, vivo ainda hoje na prostituição, porque é a única forma que eu tenho de tirar o meu sustento. Não tenho nenhuma formação, a vida não me deixou eu me formar, a violência sofrida por minha população, que é de travestis e de transexuais, ainda é muito limitada em vários espaços onde a gente transita e onde a gente vive. Portanto, cheguei em Salvador

em meados dos anos 80 e vinda já de duas outras cidades, e a minha primeira experiência de violência com a Polícia se deu muito jovem. Tinha 19 anos, 18 anos de idade, na cidade de Teresina, no Piauí, estava eu em uma praça onde todo mundo ficava à noite, eu não me recordo do mês e do ano, como o senhor Waldemar estava aqui muito bem relatando os fatos dele, eu me lembro de fatos que aconteceram nesse período, e eu queria pedir a compreensão de vocês, porque eu não sei detalhar meses, porque a violência era cotidiana e não dá para marcar qual é o dia que tinha violência e como era que acontecia, e eu vou pedir a compreensão de vocês.

Mas aí, estava na cidade de Teresina, uma cidade pequena, a capital do Piauí, e a gente tinha uma praça que ficava todo mundo à noite, nós que tínhamos essa condição, eu como travesti, me vestia com roupas femininas, para mim isso era muito natural, não tinha nenhum problema eu estar com aquelas roupas, porque eram roupas que eu me identificava, mas para a Polícia daquele período não, aquela roupa, ela me dava um aspecto quase de marginal. A Polícia veio violentamente na praça, pegou a gente e levou da Praça Pedro II, do centro de Teresina, para a Praça Saraiva, onde ficava o DOPS, que era a Polícia que onde a gente foi, e lá a gente foi preso. Eles não violentaram a gente, apenas levaram para a delegacia. Deixaram a gente em uma cela, eu e mais duas outras pessoas, e tiraram nossa roupa, e a gente ficou sem roupa na cela, e lá para a madrugada alta, a gente estava deitada no chão da cela, fomos despertados com um balde de água com gelo em cima da

gente, eu muito jovem, aquela experiência que eu tive, pela primeira vez, aquela violência gratuita, sem eu ter feito absolutamente nada, pra mim foi muito ruim.

Depois chego em Salvador, chego em Salvador nos meados dos anos 80, ainda tinha uma repressão muito grande por parte da Polícia. Eu fazia prostituição na

rua, no centro de Salvador, entre a Rua da Ajuda, na Avenida Sete de Setembro, ou no maior espaço, a Pituba, tinha um ponto de prostituição no Parque da Cidade, e tinha um mais específico, que era na Pituba, onde estava se instalando..., ficava nesse trânsito. Então rara era a noite em que não havia violência por parte da Polícia de Choque, da Polícia de Jogos e Costumes e da Polícia Militar. Nós tínhamos sempre essa menção de que a gente sairia à noite para trabalhar, era o nosso trabalho, nenhuma de nós tem nenhuma questão em relação a esse trabalho, a gente estava na rua, a gente estava se oferecendo para as pessoas, e a gente não estava chamando as pessoas

“Eu fazia prostituição na rua, no centro de Salvador, entre a Rua da Ajuda, na Avenida Sete de Setembro, ou no maior espaço, a Pituba, ... rara era a noite em que não havia violência por parte da Polícia de Choque, da Polícia de Jogos e Costumes e da Polícia Militar. Nós tínhamos sempre essa menção de que a gente sairia à noite para trabalhar, era o nosso trabalho, nenhuma de nós tem nenhuma questão em relação a esse trabalho, a gente estava na rua, a gente estava se oferecendo para as pessoas, e a gente não estava chamando as pessoas para saírem com a gente, a gente estava lá dispostas e as pessoas iam, todos eram adultos... e a Polícia vinha e violentava, prendia, batia, torturava, e eram as piores coisas possíveis”.

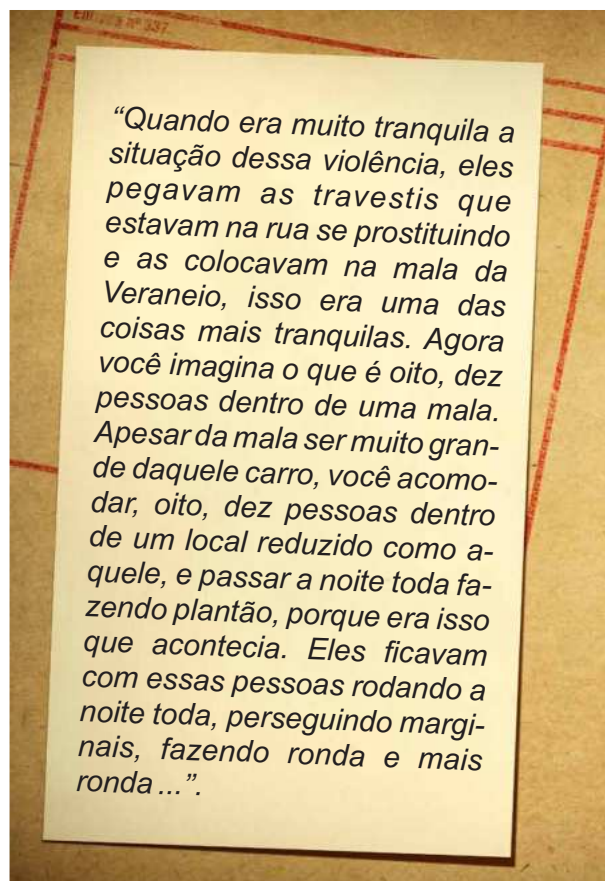
para saírem com a gente, a gente estava lá dispostas e as pessoas iam, todos eram adultos, não tinha nenhuma pessoa menor de idade para fazer esse trabalho, e a Polícia vinha e violentava, prendia, batia, torturava, e eram as piores coisas possíveis.

Para vocês terem ideia, por exemplo, nesse período tinha um carro, uma viatura que era Veraneio. Quando era muito tranquila a situação dessa violência, eles pegavam as travestis que estavam na rua se prostituindo e as colocavam na mala da Veraneio, isso era uma das coisas mais tranquilas. Agora você imagina o que é oito,

dez pessoas dentro de uma mala. Apesar da mala ser muito grande daquele carro, você acomodar, oito, dez pessoas dentro de um local reduzido como aquele, e passar a noite toda fazendo plantão, porque era isso que acontecia. Eles ficavam com essas pessoas rodando a noite toda, perseguindo marginais, fazendo ronda e mais ronda, e quando eles passavam nesses espaços que tinham quebra-molas, eles faziam de todo absurdo veloz, para que a gente pudesse lá dentro do carro, ficasse debatendo e eles lá na frente dando risada. E a gente tinha escolhas, porque a gente até queria que fosse a Polícia Militar, que viesse fazer isso, que não fosse a Polícia de Choque, porque a de Choque já usava outra estratégia.

A Polícia de Choque desse período pegava a gente e colocava nesses carros que ainda hoje eles utilizam, nessa época tinham dois bancos na frente, sentavam de um lado e do outro e ficava um vão no meio da viatura sem ninguém. A gente sentava ali, se ele pegasse travestis na Rua da Ajuda, por exemplo, que era o espaço que a gente estava trabalhando, ele saía da Rua da Ajuda até a Praia do Flamengo com esse grupo. Hoje não mais, nesse período se usava muitas perucas, muitas roupas glamourosas, a prostituição tinha um *glamour* que hoje não tem mais, hoje se naturalizou muito, hoje você encontra isso muito facilmente.

Então, o que é que a Polícia fazia, essa de Choque, quando pegava? Ela pegava os travestis, nesse trajeto do centro à praia do Flamengo, eles iam tirando as indumentárias, hora jogava uma bolsa na rua, hora jogava um sapato, hora jogava uma peruca. Então, eles iam despindo as pessoas até chegar na Praia do Flamengo. Nesse período todo, a forma que eles achavam de castigar, e eu passei por isso muitas vezes, era colocar a mão na cabeça de uma outra, e eles virem com uma ripa e darem palmatória na mão. Se você puxasse a mão nesse ínterim, consequentemente a ripada iria bater na cabeça daquela pessoa que



você tinha acabado de acrescentar a mão.

Muito antes de tudo isso, eu morei sempre na Rua São Francisco, ali no Centro Histórico, morava na Rua da Oração e depois na Rua São Francisco. Quando era período de festas, São João, Carnaval, a gente morava todo mundo naquela zona do Pelourinho ainda antes da reforma, e eles tinham um aspecto de fazer a chamada *operação pente fino* naquela redondeza. Essa operação consistia de pegar marginais que cometiam pequenos delitos, de roubos, assaltos, esses lanceiros que moravam naquela redondeza. Com a desculpa de que estavam fazendo uma operação para que não tivesse problema durante a festa, os prendiam preventivamente.

Hoje, acho que não faz mais isso, mas antigamente era muito comum a Polícia Civil já fornecer os lugares que esses rapazes moravam, e eles faziam essa operação para prender. Só que nessa prisão eles acabavam nos levando, as

travestis que moravam naquele espaço. Não tinha nenhum argumento forte para prender, mas eles prendiam porque podiam, eles eram a lei e a gente não era ninguém. Então a gente ia presa de uma forma muito vexatória, a gente passava era durante o dia. Então, eles pegavam cinco, seis travestis, e não tinham tantas algemas para levar todo mundo, tinha que ser algemado, é claro.

Então, eles amarravam pelo braço, como se fossem animais mesmo, então amarravam cinco, seis travestis ali na Rua São Francisco, e acabava levando para a delegacia que ficava na Rua Treze de Maio, não, na 13ª Delegacia, que ficava na Rua do Bispo. Então era para aquela delegacia que a gente ia pra lá ficar presa, lavar a viatura, lavar as celas, porque eles faziam sempre toda..., isso era comum, que a Polícia Civil fazia isso. A Militar era dividida entre a Polícia que prendia e botava na Veraneio que fazia a viatura, e a gente rodava a noite toda com eles, até de manhã, quando eles soltavam. Eles não batiam, eles só colocavam nessa questão. A Polícia Civil de Jogos e Costumes também prendia e levava para a delegacia, sob o argumento de que a gente estava praticando o lenocínio, que era a prostituição.

Joviniano Neto – O lenocínio é a exploração da prostituição.

Keila Simpson – Eles falavam isso.

Jackson Azevêdo – É o que eles diziam. Vá lá que tecnicamente fosse. Ela tá dizendo como eles chamavam.

Joviniano Neto – Como nós estamos gravando, eu estou colocando: o lenocínio é

a exploração da prostituição. Prostituição nunca foi crime.

Keila Simpson – E eles não davam esse argumento, era a prostituição. Então, qual era a prova que eles tinham de que nós estávamos praticando a prostituição? Quando de dia, que a gente ficava também trabalhando durante o dia ali na Rua São Francisco, naquelas casas chamadas *castelo*, a prova que ele levava de que a gente tinha praticado esse delito, esse crime, sei lá eu, era uma bacia que tinha com água e uma jarra de água que os clientes usavam para fazer a higiene, as próprias pessoas faziam. Então, essa era a prova do crime que a gente estava cometendo, e a pes-

soa, para sair da Rua São Francisco, que era onde a gente estava, do início da rua, até chegar na delegacia, lá na Rua do Bispo, a polícia fazia com que aquela bacia, com que aquela jarra de água fosse na cabeça, e tinha que subir na cabeça.

Então eles cometiam todo esse tipo de violências com a gente, e a gente acabava introjetando essa ação como uma ação natural, isso é muito ruim. Ainda hoje existe essa violência, essa violência não está distante, mesmo nesse período que a gente tinha acabado de sair da ditadura, nesse período antes de 88, mas a gente ainda sofre, ainda hoje, essa violência, que ela é tão presente na nossa população. E aí acaba que a população de travestis e transsexuais, eu falo em nome de um coletivo, apesar de eu estar dentro dessa situação, tem um coletivo que é muito maior, que ainda sofre essa violência.

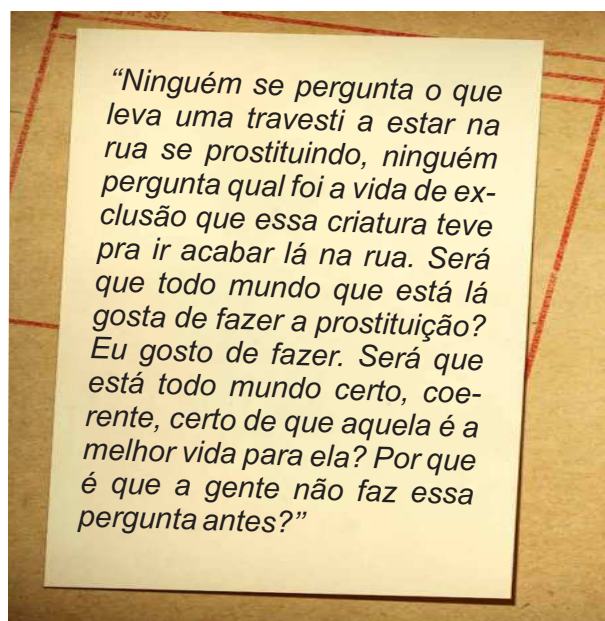
Por isso, quando eu recebi o convite aqui da comissão, eu coloquei no meu

“Não tinha nenhum argumento forte para prender, mas eles prendiam porque podiam, eles eram a lei e a gente não era ninguém. Então a gente ia presa de uma forma muito vexatória, a gente passava era durante o dia. Então, eles pegavam cinco, seis travestis, e não tinham tantas algemas para levar todo mundo, tinha que ser algemado, é claro. Então, eles amarravam pelo braço, como se fossem animais mesmo, então amarravam cinco, seis travestis ali na Rua São Francisco, e acabava levando para a delegacia...”

Facebook para mostrar para as pessoas que embora, muito embora, a gente não tenha passado pelo período da ditadura, presa pela Polícia Federal, porque a gente não se organizava em movimentos, os movimentos nossos eles nascem depois, quando a gente começa então, já no Estado Novo, a querer se organizar para discutir as políticas, é porque a gente não tinha direito a nada, a gente não tinha direito nem a viver dignamente, porque a gente era violentada a toda hora, nós já vínhamos de um serviço, de uma ocupação que muita gente não compreende, muita gente olha com vistas grossas pra quem tá na prostituição.

Ninguém se pergunta o que leva uma travesti a estar na rua se prostituindo, ninguém pergunta qual foi a vida de exclusão que essa criatura teve pra ir acabar lá na rua. Será que todo mundo que está lá gosta de fazer a prostituição? Eu gosto de fazer. Será que está todo mundo certo, coerente, certo de que aquela é a melhor vida para ela? Por que é que a gente não faz essa pergunta antes? Por que não tirá-las de lá, por que deixá-las somente? Então, as pessoas têm essa visão muito baseada mais em um padrão moral de quem está na prostituição do que naquele padrão de olhar para ela e compreender o que a levou para lá, e porque que ela permanece naquele espaço, e elas que estão lá, nós que estamos lá, acabamos introjetando essa violência de forma tão natural que a gente não tinha a quem recorrer, mas eu vou reclamar de quem? A Polícia me bate, me machuca e eu vou denunciar a quem?

Eu tive minhas dez unhas quebradas pela Polícia quando cheguei aqui em Salvador, eles faziam isso cotidianamente, foi uma vez só, meu cabelo nunca foi cortado, mas as unhas foram, e desse período para agora nunca mais tive coragem de pintar as minhas unhas com esmaltes de cores muito fortes, porque a primeira vez que fui presa, lá na Rua do Bispo, na primeira situação que eles pegaram a gente e que levaram, que eu não sabia para onde estava indo, porque eu nunca tinha pas-



sado por isso, isso não está registrado, tenho a absoluta certeza, em nenhum documento nessas delegacias que estão por aí, porque todas essas violências que eles faziam conosco, eu tenho absoluta certeza que não tem nenhum registro, a não ser a nossa denúncia, que a gente pode falar, a não ser a nossa memória viva que ninguém vai tirar da gente.

Mas todo mundo que entrava na cela, nesse dia tinha umas seis ou sete travestis, eles davam uma tampinha de garrafa, dessas que fecha garrafa de refrigerante, e quem sabia para que se tratava, que já havia sido preso alguma vez, começava a raspar o esmalte da unha. Eu tinha acabado de chegar aqui em Salvador, eu não sabia pra que significava aquela tampa, tampouco fui perguntar pra alguém, mas aí, dados uns dez a quinze minutos, eles voltam, volta um policial com alicate na mão, e pede para colocar as mãos para fora da cela, e aí todo mundo coloca. Aquelas que estão com a unha, mesmo que raspada de alguma forma, eles passam; aquelas como as minhas, que estavam limpinhas, eles viravam com o alicate.

Isso não está registrado em nenhum documento de delegacia, porque tenho a absoluta certeza que por mais que eles fizessem essa violência, e que era uma

violência muito forte, eles não iam registrar isso, essas nossas idas da Rua da Ajuda até a Praia do Flamengo, tirando as nossas roupas, deixando a gente, até chegar à Praia do Flamengo, completamente nuas, sem mais nenhuma roupa, e depois fazer dupla para que a gente brigasse uma com a outra, e aquela que apanhasse, na avaliação deles, ainda ia apanhar mais da polícia. Isso não está registrado nesses autos dessas delegacias, nessas ocorrências que eles fazem lá, porque eu tenho absoluta certeza de que eles faziam aquilo com a conivência de alguém e com a anuência de todos eles, porque eles davam risada, faziam aquilo se divertindo, era a forma de desestressar, por assim dizer. Então, vamos pegar travestis, porque elas estão pelas ruas, e a gente vai, pelo menos então, relaxar com essa violência que eles praticavam na gente.

“Aqueles que estão com a unha, mesmo que raspada de alguma forma, eles passam; aquelas como as minhas, que estavam limpinhas, eles viravam com o alicate. Isso não está registrado em nenhum documento de delegacia, porque tenho a absoluta certeza que por mais que eles fizessem essa violência, e que era uma violência muito forte, eles não iam registrar isso, essas nossas idas da Rua da Ajuda até a Praia do Flamengo, tirando as nossas roupas, deixando a gente, até chegar à Praia do Flamengo, completamente nuas...”

Isso durou um período muito grande, hoje provavelmente não exista mais esta situação, da Polícia fazer esses absurdos, de levar do Centro pra Praia do Flamengo, mas isoladamente, com essa crescente da violência que a gente tem, acontece. Nós não tínhamos, e eu estava discutindo outro dia em um seminário que eu fui participar, essa violência não está tão presente hoje, nesses relatos, que a gente pode contar, ela pode estar oculta, mas tem os assassinatos que estão por aí, e que nesse período não tinha tantos assassinatos. Não sei como é que a gente pode pensar em fazer um estudo pra tentar encontrar o que nesse período era a violência e a tortura que persistia, e não tinha o assassinato, hoje a violência diminuiu um pouco e essa tortura, e os assassinatos estão aí. Que comparação é essa que posso fazer, que avaliação é essa que eu posso fazer?

Pois bem, aí, quando a gente começa a se organizar já no início dos anos 90, com essas organizações da sociedade civil, é que a gente começa a ter um pouco mais de noção de que nós temos direitos que nos eram negados e a gente começa então a pensar, pelo menos, olha a inocência

nossa, de quem sofria essa violência no início dessa Salvador de quando eu cheguei, para esse período, nós pelo menos já tínhamos uma associação e que servia para que a gente fosse durante o dia, uma vez por semana, para se reunir naquele espaço pra contar das violências que a gente sofria.

Joviniano Neto – Quando foi criada a associação?

Keila Simpson – A associação, a Atras, foi criada em 95, registrada em 96, já com o Estado

Novo instituído...

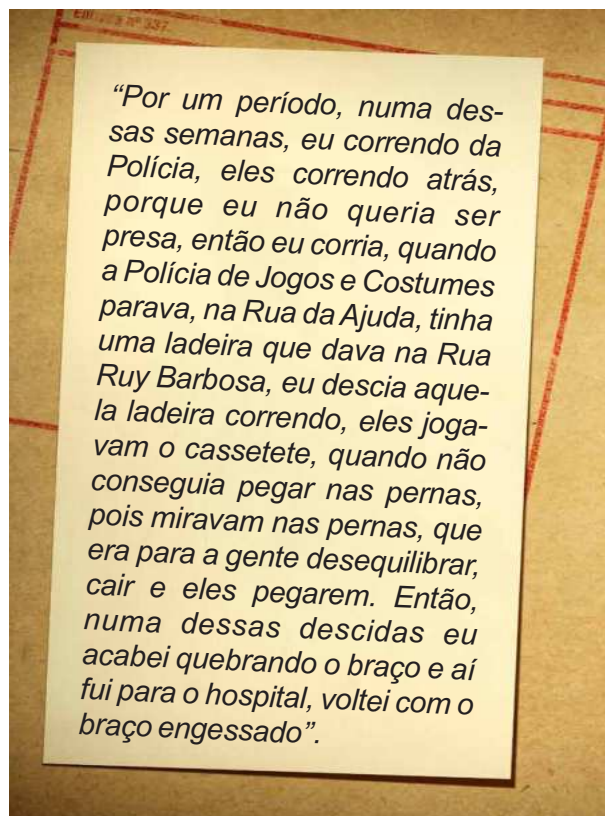
Jackson Azevêdo – O novo Estado, pra não confundir com o Estado Novo.

Keila Simpson – O novo Estado, nesse período, mas a nossa ação era muito incipiente, nós ainda muito receosas de dar essas, de fazer essas denúncias, a gente aproveitava o espaço pra contar das agruras sofridas na noite anterior. Por um período, numa dessas semanas, eu correndo da polícia, eles correndo atrás, porque eu não queria ser presa, então eu corria, quando a polícia de Jogos e Costumes parava, na Rua da Ajuda, tinha uma ladeira que dava na Rua Ruy Barbosa, eu descia aquela ladeira correndo, eles jogavam o cassetete, quando não conseguia pegar nas pernas, pois miravam nas pernas, que era para a gente desequilibrar, cair e eles pegarem. Então, numa dessas descidas eu acabei

quebrando o braço e aí fui para o hospital, voltei com o braço engessado.

Na semana seguinte eu estava na rua com o braço engessado, pois eu precisava estar na rua, porque eu estava precisando ganhar meu dinheiro, que era minha única forma que eu de sobreviver, e aí para a polícia de Choque, tinha uma loja chamada Baú da Felicidade, do Sílvio Santos, ali na esquina da Rua da Ajuda, e eu estava parada lá e eles pararam e não deu para correr, porque a ideia era: viu a polícia, você corre. Eles não atiravam, jogavam o cassete, então não consegui correr, eu fiquei parada, e a polícia parou e me perguntou: “você está fazendo o que aqui?”. Eu falei: “estou trabalhando”. “Isso é trabalho, que você faz?”. “É de onde vem o meu o meu sustento, eu acho que é trabalho”. E aí ele fez: “o que foi isso no braço?” Aí eu contei, com a maior inocência, que tinha corrido da polícia e tinha acabado de quebrar meu braço. Aí um desceu da viatura e disse assim: “é bem fácil quebrar o braço de uma pessoa como você”. Aí eu falei: “eu sei que é, mas eu vou fazer o quê?” Ele fez assim: “seu braço está quebrado aonde?”. Aí eu mostrei que tinha partido mais ou menos nessa parte, próximo da “junta”, aí ele fez assim: “mas é fácil fazer, é só isso”. E aí bateu com o cassete, foi a continha do outro braço ficar deslocado. Não quebrou, mas deslocou, eu tive que voltar para o hospital para depois engessar o outro braço. E isso eles faziam dando risada, faziam brincando, eles iam pra casa sem nenhum sentimento de culpa, e a gente precisava estar à noite na rua.

Agente desenvolvia estratégia para fugir da Polícia, nós morávamos na Rua da Oração e a gente tinha um combinado entre nós, ainda antes da associação ser fundada. Nós tínhamos uma casa que só tinha um corredor de quarto e tinha uma gambiarra na porta que ligava toda a luz da casa, e pra gente fugir da polícia, que a gente corria da Rua da Ajuda até a Rua da Oração, a gente corria da polícia, da Rua da Ajuda, a nossa meta era chegar em casa, e quando a



gente chegava em casa, a parede era de tabique, eles começavam a derrubar com chutes, e acabavam pegando a gente de alguma forma. E a gente tinha uma gambiarra que ligava a luz na porta, e a gente avisava pra todo mundo: a primeira que entrar puxa o fio. Então, quando a gente vinha correndo da Rua da Ajuda, que entrava em casa, na Rua da Oração, número 6, a primeira puxava o fio, a casa ficava completamente às escuras, e isso era mais fácil pra gente se livrar da polícia. Mas aí eles tiveram a ideia de vir com lanternas procurar a gente, e é claro que a lanterna deixou a nossa situação mais difícil.

Então, eu acho que era justamente, a M. deve ter vindo aqui e deve ter dado um pouco mais de detalhe, porque eu tenho 50 anos, eu ainda estou numa fase que tenho outras... tomara que essa ideia que a gente teve aqui comece a acontecer em outros estados do Brasil, nesses estados que têm travestis com 60, com 70 anos, porque se eu já sofri toda essa violência aqui, nesse período que a gente estava entrando já, nessa mudança no país, eu imagino quem estava antes de mim, as violências que não

sofreram, as que morreram sem poder estar nesses espaços contando, que vão levar consigo essas histórias que foram muito ruins, que foram torturadas e que morreram sem saber que foram torturadas, que foram violentadas e que morreram sem saber que foram violentadas. Eu sempre tive a certeza de que essa violência gratuita que a gente sofria, para pensar já no final da minha fala, ela era uma violência aplicada por agentes do Estado, que, com a absoluta certeza, tinham a noção de que aquela violência era uma violência gratuita com uma população que não conhecia os seus direitos, e aí eu fui justamente entrar em um espaço, que era o da associação, que me dava esse subsídio. Embora eu não tenha uma formação, a associação ia me dar esses subsídios legais, para eu poder então dizer: eu posso denunciar esses membros do Estado, que me violentaram, que me violentam, se continuar acontecendo.

Obviamente, que hoje a gente tem uma outra visão, que hoje eu estou na rua e não tenho mais medo quando passa uma viatura, não preciso mais sair correndo, mas com a absoluta certeza de que, se acontece algum ato criminoso nessas zonas em que estão as travestis trabalhando à noite na rua, provavelmente isso vai redundar numa retaliação daquela pessoa que está lá. Eles ainda têm muito essa ideia, que aqui o representante do Cedeca falou muito bem, essa ideia de bater pra perguntar. Eles não perguntam pra atacar, eles batem primeiro e depois perguntam. Isso é muito ruim da gente ver sempre, desses representantes do Estado que usam a arma que o Estado dá e a farda que o Estado dá para cometer esses absurdos com as pessoas. Então, eu acho que era isso que

eu queria contar, para não tomar muito mais o meu tempo.

Jackson Azevêdo – Você não é obrigada a responder a qualquer pergunta, mas eu tenho duas perguntas de ordem pessoal, essas menos ainda, não se sinta obrigada a responder, e uma em relação à atividade. Primeira, você saiu do Maranhão com qual idade?

Keila Simpson – Com dezesseis anos.

Jackson Azevêdo – Qual a sua escolaridade, foi lá, fora de lá ou só foi lá, e qual foi ela?

Keila Simpson – Eu estudei um pouco no Maranhão, mas quando saí de lá eu consegui estudar, eu fiz até o primeiro ano do segundo grau, acabei de chegar e a escola se fecha justamente quando estou concluindo o primeiro ano do segundo grau, acabo de concluir, para depois não

dar mais, por essa minha condição.

Jackson Azevêdo – Você saiu do Maranhão com o primeiro grau concluído. É só pra destacar o padrão de linguagem do maranhense, que realmente é o melhor Português do Brasil, é quem fala Português bem, quem sabe falar Português é o maranhense.

Keila Simpson – Eu me orgulho muito disso.

Jackson Azevêdo – E é impressionante, porque o seu Português é escoreito, e quando você falou no Maranhão, daí minha preocupação, eu digo “é maranhense, não tem jeito”. Ninguém no Brasil fala Português igual ao Maranhão.

Vinícius Alves – Os paraenses também

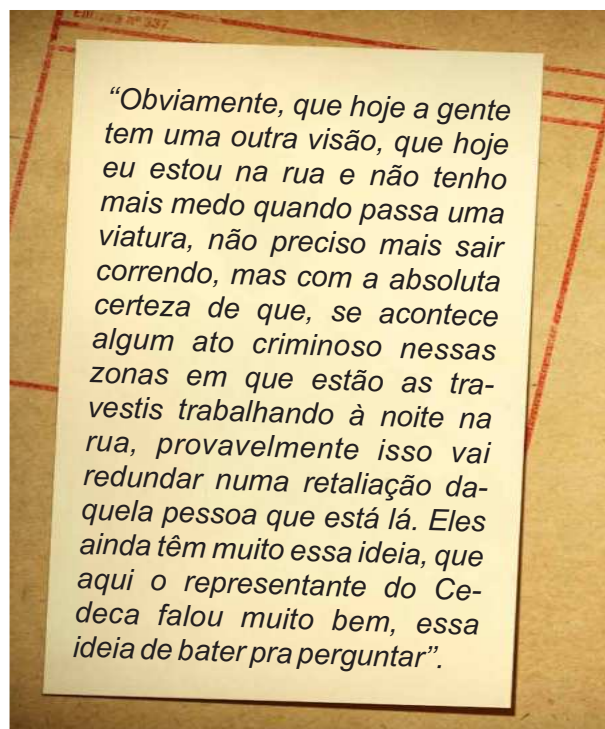
falam bem.

Jackson Azevêdo – Olha, o Maranhão é categoria, com todo o respeito.

Vinícius Alves – Eu acho que pela proximidade.

Jackson Azevêdo – Eu tenho duas curiosidades: uma é se a violência também era praticada por pessoas particulares, não somente agentes públicos, mas se também a clientela, verdadeira ou falsa, da atividade de vocês, se também infligia a violência contra vocês? E a segunda pergunta é: se os agentes públicos, alguma vez, também tentaram extorquir algum dinheiro, a renda que vocês auferiam, se tinha essa prática também? E a terceira e última, já me antecipando a Verinha, o que é que você sugeria que a Comissão da Verdade tivesse de formular como recomendação para uma definição de uma política em relação à prostituição, ao travesti, enfim, ao transgênero, a estes segmentos sociais que continuam sofrendo a violência da sociedade? São essas três coisas.

Keila Simpson – Essa questão da prostituição, de viver nessa clandestinidade, apesar de não ser crime, mas ela não é oficial, ela é algo que lida com os tabus, com as fantasias de diferentes pessoas em diferentes espaços. Obviamente que há, sim, essa violência praticada por clientes, por diversas razões. Bem, eu vim embora do Recife para cá porque nesse período que eu estava em Recife, antes de chegar em Salvador, tinha um homem que semanalmente assassinava travestis lá em Recife. Chego aqui em Salvador, com esse ponto no Parque da Cidade, tinha um, também cliente de travestis, e tem relatos nos jornais, não me recordo agora, mas já li, lá no Grupo Gay da Bahia, já vi isso, de um cliente que vinha, fazia programa com as travestis e que acabava dando um tiro na cabeça e levava o sapato do pé esquerdo. Então, essas coisas eram muito corriqueiras acontecer, brigas por falta de pagamento, isso sempre existiu e aí a gente não



tinha como denunciar, porque quando a gente chegava na delegacia para fazer essa denúncia a gente acabava de ser a vítima e acabava sendo a ré, sempre, sempre, dessa forma.

A situação da polícia, ainda hoje há, há de certa forma, porque na verdade quando eles não conseguem extorquir eles conseguem combinar, em alguns centros, isso é muito mais presente, de combinar com a travesti “X” que pegue o cliente e leve para aquele certo espaço. Eles chegam lá, fazendo como se tivesse uma abordagem, e acabam extorquindo dinheiro, porque a maioria das pessoas que saem com travestis não quer ser vista, e a primeira ameaça que eles fazem é: “se você não concordar, a gente vai botar sua cara no jornal amanhã”, e nenhuma pessoa vai querer a sua cara escancarada no jornal, e tem alguns relatos de pessoas que disseram: “sim pode me levar para o jornal, porque eu sou solteiro”, e aí a conversa mudava de figura, mas há sempre isso.

Eu acho que o que a comissão pode fazer pra gente, eu já vim aqui com o seguinte espírito: quando eu coloquei essa minha mensagem no *Facebook* vindo pra

cá, eu queria muito que algumas dessas histórias nossas conseguissem chegar na Comissão Nacional da Verdade, se ela pudesse chegar lá na Comissão Nacional da Verdade, e se a gente pudesse, então, perceber, que essa violência sofrida por nós, muito embora não seja na áurea época lá da ditadura, ela foi um pouco depois, e ainda hoje ela é presente.

Jackson Azevêdo – E é anterior também, não tem nada a ver com a ditadura. É anterior, é durante e é posterior. Não tem uma relação direta.

Vinícius Alves – Não começou na ditadura.

Keila Simpson – Mas ela tem todo esse ranço que vem de lá. Então é preciso fazer com que chegue lá, para que a gente possa ouvir, possa tomar depoimentos de pessoas de 60, de 70 anos, que também viveram isso; ir lá e dizer textualmente, oralmente, como é que elas sofreram neste período. Pois tenho realmente pensado muito nisso. Então, eu vim para cá com esse espírito, de achar que, pelo menos uma linha, um parágrafo do que a gente disse, do que eu disse, do que M. disse, possa chegar lá na Comissão Nacional da Verdade e reverberar pelo resto do Brasil. É esse o meu desejo.

Vinícius Alves – Sou Vinícius, estou coordenando a política LGBT da Secretaria de Justiça, pude militar ao lado de Keila, sendo dirigente da mesma entidade nacional, e agradecer à comissão, inclusive aos demais membros que não estavam na outra oitiva em que a gente pôde ter M., mas a gente está tentando fazer essa mediação com a comissão, justamente no sentido de resgatar essa história, essa memória, a partir das diversas lentes que nos permitem enxergar com mais nitidez esse período, compreendendo inclusive que as nossas

diferentes posições, do ponto de vista do espectro político, nos limitam mesmo, em virtude das lentes que nos são colocadas ou que nós dispomos para enxergar a realidade. Então, eu acho que é uma contribuição muito fundamental que as travestis trazem à comissão, justamente para que esse resgate da história seja mais fiel ao

trabalho, ao processo que a comissão se dispõe. A Comissão Nacional, que lançou na verdade no seu relatório final, e eu falei isso na última reunião da comissão onde M. foi ouvida, um capítulo específico sobre essa violação dos direitos, no caso da homossexualidade, que é como era compreendida na época, e foi elaborado pelo James Green e o Renan Quinalha. Eu até dispus para a companheira Vera Leonelli um dos textos da coletânea

que foi elaborada por eles, que foram os assessores da Comissão Nacional, que fazia justamente esse link de como a ideia da subversão ela era expressa muito justamente na relação homossexual. No caso das travestis, era a expressão que estava, como ela falou, mais na rua, portanto era a que estava mais visível, mais exposta e mais vulnerável à ação policial e à ação dos instrumentos de repressão da ditadura.

Fazendo inclusive um link com o texto que eu disponibilizei para Vera, que ela pode depois socializar com a comissão, o link era de que essa subversão servia ao projeto comunista.

Então, tinha tudo a ver com essa perseguição, tem um fundo ideológico, tem um fundo também de serviço a essa perseguição ideológica, a esse tanto de organizações tradicionais da esquerda, que até se perdeu ali nas siglas, de tanta sigla diferente, e é compreensivo também que

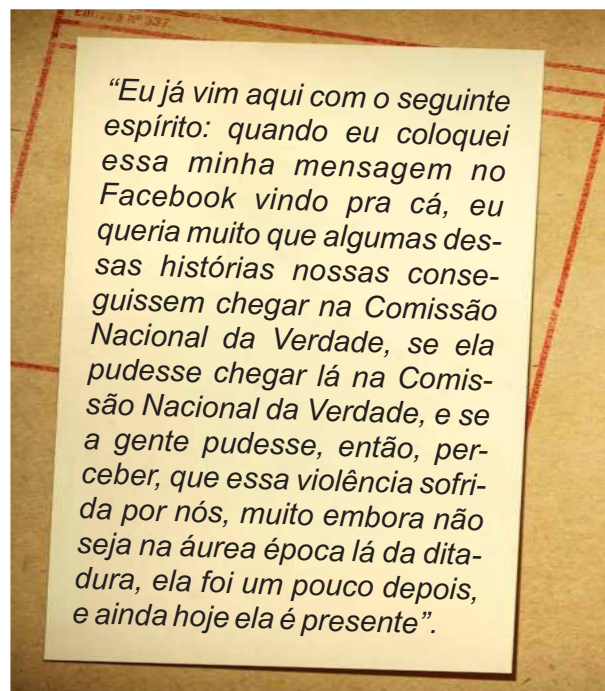
“... um cliente que vinha, fazia programa com as travestis e que acabava dando um tiro na cabeça e levava o sapato do pé esquerdo. Então, essas coisas eram muito corriqueiras acontecer, brigas por falta de pagamento, isso sempre existiu e aí a gente não tinha como denunciar, porque quando a gente chegava na delegacia para fazer essa denúncia a gente acabava de ser a vítima e acabava sendo a ré, sempre, sempre, dessa forma”.

seja dessa maneira, bem diferente dos relatos que a gente tem, tradicionalmente, dos militantes da esquerda, que a maneira como as travestis se coloquem, seja dessa maneira os relatos, porque, como ela falou, não existiam organizações nem do movimento gay muito menos do movimento dos travestis que, organizacionalmente falando, é posterior à organização de gays e de lésbicas, porque esses estavam em espaços privilegiados, já tinham saído do país, no geral eram filhos da classe média, ou da burguesia que puderam completar os estudos, acessar o ensino superior e tudo mais.

Mas o que eu queria fazer de pergunta, sem me alongar, me perdoe, quis só dar uma contextualização, era de como você enxergava justamente isso, Keila, nessas ações policiais, essa questão desse olhar do aparelho repressor do Estado, no caso da Polícia, das diferentes polícias, sobre a ideia que eles traziam da subversão, se isso aparecia, se isso não aparecia, se aparecia, como aparecia, em quais momentos aparecia? Porque eu acho que isso vai nos dar pistas justamente para fazer essa amarra que eu acho que estamos tentando fazer aqui na Comissão.

Keila Simpson – Então, aparecia, sim, mas era uma coisa que também era velada, não vai dizer que todos esses agentes repressores, eles não tinham lá as suas ideias e as suas taras para fazer, eu nunca tive nenhum problema com essa questão de me obrigarem a fazer sexo, mas existem muitos relatos pelo Brasil de policiais que, usando dessa farda, pegavam as travestis para fazer sexo, inclusive tem relatos de alguns, que ela falou, acabou matando. Mas a ideia que eles tinham dessa nossa vida na rua era a mais estapafúrdia possível, porque eles faziam todos os tipos, e era a qualquer hora.

Essas ações da polícia, que faziam a nossa *corda de caranguejo*, que levavam para a Rua do Bispo, era feita durante o dia, assistida por todo mundo que estava na Rua São Francisco, na janela das suas ca-



sas. Eles não tinham nenhum constrangimento, e isso estou falando da Polícia Civil, porque a Militar também fazia essas questões, quem fazia mais essas questões era a Polícia Civil, era chegar e pegar as pessoas e levar, dessa forma muito severa, você era amarrado, constrangido, e você chegava na delegacia, abriam uma cela, botavam você dentro, e você tinha a absoluta certeza que só sairia no dia seguinte se o delegado estivesse de bom humor. Você tinha que lavar a cela, você tinha que lavar latrina, você tinha que lavar a viatura.

Se você se recusasse, você ia ficar mais três dias. Eles não deixavam preso mais do que três dias. O limite era de três dias. Se em três dias você não viesse para casa em que você morava, já tinha uma, alguém procurando em outro lugar, no IML, hospitais, porque provavelmente vocês estava em um desses lugares. Mas eles usavam desses argumentos para cometer violência sem nenhum pudor contra essa população, nesse período.

Joviniano Neto – Eu queria colocar duas coisas, primeiro é aprofundando um pouco a fala dele. Na ditadura militar, havia uma ideia de que o grupo que se chamava MCI (Movimento Comunista Internacional) esta-

va infiltrado em todos os lugares e fazia todo o possível para quebrar a moral da sociedade. Era uma ditadura que, ao mesmo tempo, era modernizadora da área econômica, capitalista, e ao mesmo tempo mantinha uma visão da classe média tradicional moralista.

E como eles usaram a técnica do inimigo único, o comunismo era o inimigo único, e tudo que fosse, em relação a costume, a comportamento, que fosse enfraquecedor da moral da sociedade, podia ser atribuído ao comunismo, mais ou menos essa colocação, desde as moças que andavam de minissaia até comportamentos culturais diferentes, coisa desse tipo.

O que ele estava querendo colocar é que nesse período, dentro dessa visão, de tudo que era visto como contra moral, era também inspirado pelo comunismo, podia crescer e legitimar essa atuação. Como Jackson falou, a questão é anterior à ditadura, é posterior à ditadura, mas a ditadura cria um clima de legitimação, que permite manter e naturalizar essas coisas depois dela, essa é uma primeira questão, que é um gancho do que ele estava falando.

A segunda questão é que ela coloca, o objetivo, é que nós encaminhássemos à Comissão Nacional da Verdade, que já encerrou seus trabalhos. Tendo encerrado os trabalhos, nós temos de encaminhar para outras instituições, inclusive instituições permanentes de defesa dos direitos humanos, a nível local e nacional, que existem, essa que seria, no destino da recomendação da Comissão Estadual da Verdade, que se deve colocar, esses relatos que são importantes, vou falar daqui a pouco sobre isso, como fazer eles chegarem à popula-

ção, ao conjunto da sociedade.

Terceiro, uma pergunta pequena. Eu me lembro que na época, eu também agora estou que nem você, confuso em relação às datas, houve um setor da Igreja que implantou na Rua São Miguel uma Pastoral

da Mulher Marginalizada, que era exatamente para dar apoio, dar assistência às prostitutas, foi uma experiência que teve coisas positivas, encontrou resistência dentro da própria Igreja, que acabou modificando, fechou essa pastoral, depois se criou uma outra linha de atuação, com as pessoas que ainda atuavam. Você tem alguma notícia dessa Pastoral da Mulher Marginalizada que existia na Rua São Miguel?

“Aparecia, sim, mas era uma coisa que também era velada, não vai dizer que todos esses agentes repressores, eles não tinham lá as suas ideias e as suas taras para fazer, eu nunca tive nenhum problema com essa questão de me obrigarem a fazer sexo, existem muitos relatos pelo Brasil de policiais que, usando dessa farda, pegavam as travestis para fazer sexo, inclusive tem relatos de alguns, que ela falou, acabou matando”.

Keila Simpson – Enfim, então, dessa pastoral eu

não me recordo, me recordo algumas pessoas que trabalham, mas especialmente da pastoral não, posso até tentar resgatar e ver, deve estar dissolvida em alguma questão, tem umas mulheres que estão trabalhando mas...

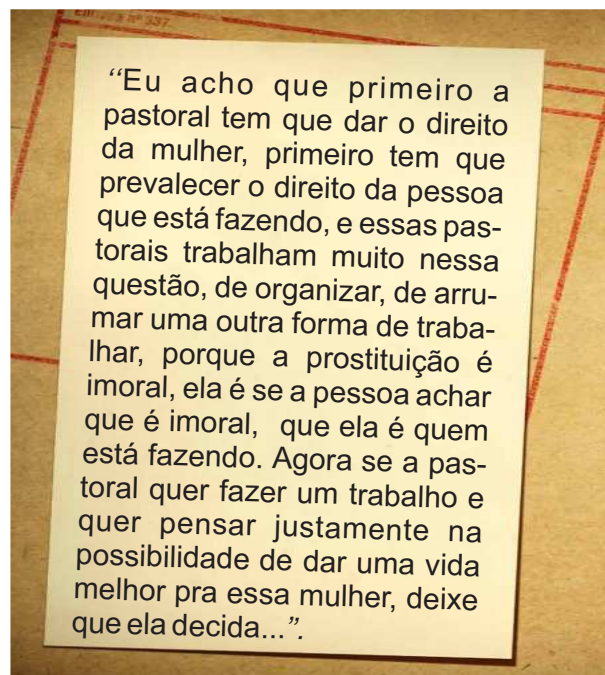
Jackson Azevêdo – Só para complementar, Dom Eugênio, Bispo de Salvador, Cardeal de Salvador na época, o planejamento da Pastoral Conjunta da Regional Nordeste III, da CNBB, da qual eu participava, havia a Pastoral da Prostituição. Eu estou dizendo que, independentemente dessa denominação que pode ter sido posterior, eu alcancei, do planejamento da Pastoral Conjunta da CNBB, Regional Nordeste III, quando foi feita aqui na Bahia, no CTL Itapoan, que eu participava, havia a Pastoral da Prostituição, não havia esse eufemismo da mulher marginalizada, havia a Pastoral da Prostituição, inclusive com um padre, que me lembro na ocasião, de uma freira, daquela congregação das irmãs, a

mesma congregação que era de irmã Dulce, da Ordem de Santa Bernadete, só para reforçar este fato, que havia uma preocupação da Igreja com essa questão, eu também queria saber se você teve conhecimento disso?

Keila Simpson – Dessa sim. Então, eu acho, que o problema que persistia, ainda dialogando um pouco com o que Vinícius falou, muito embora a polícia soubesse que estava cometendo atos arbitrários com a nossa população, e eles conversavam sobre muitas coisas, quando a gente estava nas viaturas dava para ouvir as conversas, mas eles nunca relataram o fato de estarem prendendo ou infligindo na gente uma forma arbitrária de deixar a gente trancafiado.

Eles não tocavam, em nenhum assunto, só falavam sobre mulher, sobre futebol, sobre ações que eles faziam com outros marginais, mas especialmente em nosso caso eles não tocavam, o que fariam com a gente, o que deixariam de fazer, mesmo nessa forma de tortura que eles saíam do centro da cidade até a Praia do Flamengo cometendo esses absurdos, eles faziam isso dando risada, se divertindo, mas nunca tocavam neste assunto. A questão nossa com essas pastorais, essa eu conheço, já ouvi falar, não conheço de trabalhar com elas, mas eu acho que essas pastorais trabalham muito com o padrão moral, e o que nós temos, não é que nós somos amoral, é que a gente precisa trabalhar na prostituição como ela é, e a pastoral ela vai trabalhar com essa coisa de querer colocar a mulher em outro lugar que não na prostituição. Não dá o direito da mulher.

Eu acho que primeiro a pastoral tem que dar o direito da mulher, primeiro tem que prevalecer o direito da pessoa que está fazendo, e essas pastorais trabalham muito nessa questão, de organizar, de arrumar uma outra forma de trabalhar, porque a prostituição é imoral, ela é se a pessoa achar que é imoral, que ela é quem está fazendo. Agora se a pastoral quer fazer um trabalho e quer pensar justamente na possibilidade de



dar uma vida melhor pra essa mulher, deixe que ela decida, e eles nunca ligam essa questão da pastoral à população de travestis para estes espaços, é sempre a mulher, é sempre olhando para a mulher, para a família, para aquela questão, que nós, a maioria das travestis que estão na rua, não temos família onde a gente mora.

Eu disse para vocês que eu cheguei aqui na década de 80 e minha família está lá no Maranhão, a família que tenho aqui agora é um companheiro de 20 anos, um cachorro e um gato, essa é a minha família. E muita gente ainda não compreende isso como uma família, mas é a minha família que tenho há 20 anos e quero que ela também tenha direito, que ela seja respeitada.

Essas pastorais, tanto que a gente tem hoje na prostituição, como essas carcerárias que têm aí pelos presídios, ainda vê muito essa família que a gente chama no movimento social de família de margarina, que é aquela que aparece na televisão, que todo mundo sabe que está lá, mas que quase ninguém vai se ver estampado naquela; que não é só aquele padrão, existem outras famílias hoje e elas não absorvem, a pastoral não absorve a prostituição como a prostituição deve ser absorvida, tem sempre esse padrão moral que é ruim para eles.



TOMADA DE DEPOIMENTO

**03 de agosto de 2015 - auditório da extinta Sucab (Centro Administrativo da Bahia)
Salvador - Bahia**



DEPOENTE: MAURÍCIO CORREIA SILVA

***Maurício Correia Silva**

Boa tarde a todos e todas, eu sou Maurício Correia, faço parte da coordenação da Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia. Portanto, a minha fala é uma fala institucional, exatamente não é um depoimento pessoal, até porque nasci no marco que é o fim da ditadura, formal, e destacar também assim um pouco da história da AATR, uma organização que tem 33 anos de história. Inclusive, teriam associados nessa organização que teriam muito mais qualificação para estar aqui neste espaço, e história, experiência. Tentamos até viabilizar, mas por questão de agenda venho aqui representar a organização para falar um pouco, também, desses casos mais atuais.

Maurício Correia Silva depôs em nome da Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR). A Associação foi fundada em 1982 em razão do recrudescimento dos conflitos no campo. Tinha, inicialmente, o sentido de autoproteção dos advogados que trabalhavam no interior, acompanhando conflitos agrários. Desde sua criação, AATR advoga em casos de violência contra pessoas que vivem em áreas rurais, em diversas cidades da Bahia, muitos deles com o envolvimento de agentes das polícias Militar e/ou Civil. Muitos dos associados foram mortos ou ameaçados ao longo dos anos e o depoente, diante de uma ameaça, saiu do interior onde trabalhava.

Mas a AATR surge também dentro do contexto, do crepúsculo da ditadura militar, ela é fundada em 1982 em razão do recrudescimento dos conflitos no campo. Em 1977, nós tínhamos um advogado, Eugênio Lyra, trabalhando, assessorando sindicatos e pastorais no Oeste da Bahia, mais precisamente em Santa Maria da Vitória, que foi uma região de expansão de fronteira agrícola, nos fim dos anos 70, meados dos anos 70, e o Eugênio Lyra, por sua atuação, ele foi assassinado por pistoleiros, com claro envolvimento também de agentes do Estado, exatamente um dia antes de depor na CPI que estava havendo na Assembleia Legislativa da Bahia sobre grilagem de terras. Um ano após, o advogado Hélio Hilarião, também assassinado em Senhor do Bonfim, também prestava assessoria jurídica

*Texto não revisado pelo depoente.

aos trabalhadores rurais, aos sindicatos e pastorais, e morreu em razão de um conflito que ele acompanhava na cidade de Jaguarari, no Norte do Estado.

Então, a partir desse contexto, já tinha se tornado, apesar de não ter uma visibilização, até pelo período, diversos assassinatos de trabalhadores rurais já estavam se tornando comum em razão do próprio modelo de desenvolvimento que a ditadura militar impôs para o campo. Acho que é de conhecimento que a questão agrária, especificamente, foi determinante para a existência do golpe de 64 e a imposição dessa modernização capitalista no campo precisava, ao mesmo tempo, de um aparelho repressor muito forte para impedir qualquer resistência a esse processo de modernização.

A própria Comissão da Verdade, para nossa geração, para minha geração, inclusive, tem sido muito importante para desvendar detalhes que são relevantes, como, por exemplo, as primeiras organizações a serem fechadas foram os sindicatos de trabalhadores rurais, a repressão imediata já em 64. Depois houve o recrudescimento, mas começou pela zona rural com o medo que havia, principalmente no Nordeste, de que houvesse um descontrole da situação a partir da organização das ligas camponesas. Então, essa foi uma questão que ficou premente durante todo o período da ditadura militar, e com o recrudescimento, e aqui na Bahia, especificamente, a partir da metade da década de 70, com o avanço na fronteira agrícola no Oeste, com o avanço da fronteira agrícola no Extremo Sul do Estado, com as primeiras compras de terras, violência nas comunidades indígenas, no que hoje se transformou, no

eucalipto, ali no Extremo Sul do Estado, a própria construção da Barragem de Sobradinho, e todas as violências que vieram em consequência daquilo.

Então, em todas as regiões do Estado nós vamos ter registros de violência, de assassinato, e desde já, se a Comissão também já não se debruçou sobre isso, a comissão de 1977 sobre a violência no campo existiu na Assembleia Legislativa, um documento que fala, existe um relatório dessa comissão, é uma fonte muito importante, tem vários registros ali de violência e de assassinatos dos trabalhadores rurais.

Isadora Browne – Já está no Relatório da Comissão da Verdade.

Maurício Correia – Maravilha. Então, em 1982, os advogados, percebendo que viraram alvo também, os padres, freiras, cada um tinha um preço. Advogado, freira e padre, talvez fosse um pouco mais caro a cabeça, mas a partir de algum momento a ousadia chegou a esse ponto, de assassinar pessoas que

estavam ali também trabalhando como apoio, na assessoria, e a AATR é fundada, inicialmente nesse sentido de autoproteção, de buscar formas, desses advogados que trabalhavam no interior, acompanhando conflitos agrários, que pudessem encontrar uma forma de organização e de autoproteção.

Desde esse período é possível notar, tanto nesse relatório quanto nas próprias descrições desses inquéritos, no desenrolar desses inquéritos, em todos eles praticamente, ou na maioria deles, nós vamos encontrar referências à participação de agentes de Estado, seja como apoio ou

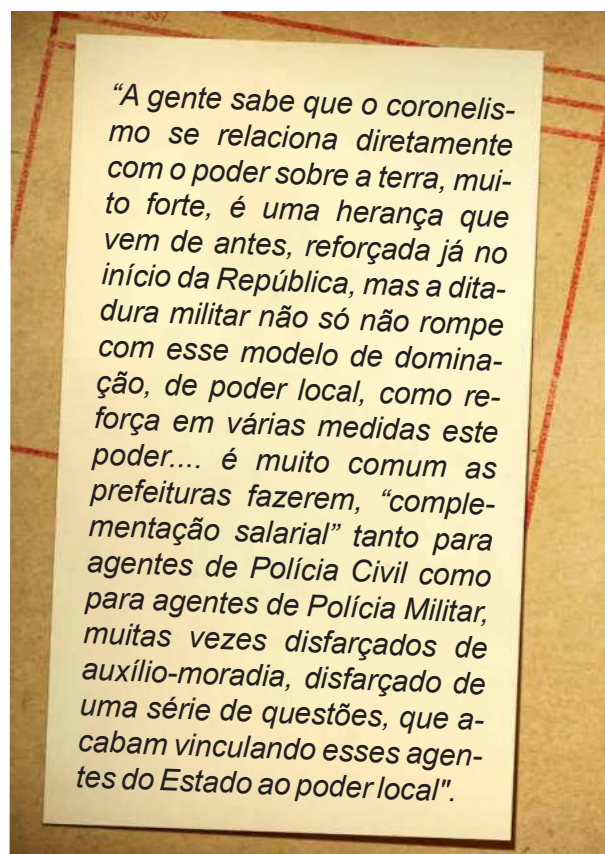
“Em 1982, os advogados, percebendo que viraram alvos também, os padres, freiras, cada um tinha um preço. Advogado, freira e padre, talvez fosse um pouco mais caro a cabeça, mas a partir de algum momento a ousadia chegou a esse ponto, de assassinar pessoas que estavam ali também trabalhando como apoio, na assessoria, e a AATR é fundada, inicialmente nesse sentido de autoproteção, de buscar formas, desses advogados que trabalhavam no interior, acompanhando conflitos agrários, que pudessem encontrar uma forma de organização e de autoproteção”.

seja executando diretamente. Então, o fenômeno da pistolagem não seria possível sem a conivência de agentes de Estado. Muitas vezes o pistoleiro executa, mas o que acontece no entorno, certamente, você vai ter envolvimento tanto de policiais militares como de policiais civis, seja na operacionalização, seja na omissão das investigações.

Jackson Azevêdo – Permite, só um aparte rápido. Inclusive, no processo de Eugênio é denunciado, desde o começo, o então delegado de Santa Maria, e posteriormente o delegado regional, o Einar. Dois delegados de Polícia figuram como réus lá no processo penal.

Maurício Correia – Esse é um padrão que se repete. A gente sabe que o coronelismo se relaciona diretamente com o poder sobre a terra, muito forte, é uma herança que vem de antes, reforçada já no início da República, mas a ditadura militar não só não rompe com esse modelo de dominação, de poder local, como reforça em várias medidas este poder. A gente pode recuperar aqui, se recordar da figura do *delegado calça curta*, que era aquela figura da polícia, e trazendo para a atualidade, isso vem durante os anos 80, anos 90, hoje já existe a exigência da graduação, ser bacharel em Direito. Mas a realidade dos municípios do interior da Bahia, mas isso pode ser colocado como exemplo em relação ao restante do interior do País, basicamente, em que esse poder de mando local é muito verticalizado.

Nós temos uma Polícia Política, em que é muito comum as prefeituras fazerem, entre aspas, “complementação salarial” tanto para agentes de Polícia Civil como para agentes de Polícia Militar, muitas vezes disfarçados de auxílio-moradia, disfarçado de uma série de questões, que acabam vinculando esses agentes do Estado ao poder local. No que se refere à violência, especificamente no campo, nós vamos ter um padrão, que dificilmente irá existir uma Câmara de Vereadores numa cidade pequena de dez, onze vereadores, onde dez



não sejam fazendeiros, porque a questão no interior, da terra, e o exercício do poder político, ela é muito interligada.

Então, eu acho que essa é uma questão que permanece se adaptando às novas realidades, mas é uma constatação que a gente pode, ainda hoje, em campo, nos casos que a gente acompanha, fazer. Por exemplo, em relação ao Oeste da Bahia, hoje, já é uma fronteira agrícola consolidada, em relação ao período do assassinato de Eugênio Lyra, hoje no Oeste da Bahia nós temos uma nova expansão da fronteira agrícola, nós estávamos ali, entre Barreiras, São Desidério, então assim, agora está descendo ali para Correntina, Jaborandi e Coutos, e o que está acontecendo, no meio daqueles Gerais ali, a gente não faz a menor ideia, do ponto de vista de arbítrio, em razão de empresas, inclusive empresas estrangeiras. Chineses comprando terras, grilando terras, todo o processo de grilagem sendo modernizado pelas mais diversas formas, desde conivência do próprio Estado na representação do órgão de terras até sentenças judiciais de

usuca-pião de terras públicas, que a gente sabe que a Constituição não permite.

Então, essas modalidades de grilagem, a grilagem nunca é apenas uma fraude documental, ela é resultado de uma fraude documental, mas de uma ação para limpar a área, que geralmente terra vazia não existe. Minimamente, você vai ter ali famílias de pos-seiros que herdaram ou permaneceram ali naque-las fazendas que se desfizeram. Então, hoje no município de Correntina, nós temos diversos relatos, não houve tempo de sistematizar o relato de todos os casos, mas a gente se compromete em encaminhar esses casos mais atuais, aqui para a comissão, mas, por exemplo, relatos de milícias, de policiais militares fora de serviço organizando empresas de segurança para prestar serviço para essas empresas, inclusive estrangeiras, que estão viabilizando a tomada de milhares de hectares de cerrado, de nascentes de água, se guiando ali, pela fronteira agrícola, em busca basicamente da água, desapossando comunidades tradicionais de frente de pasto, que estão lá, secularmente, perdendo acesso aos recursos naturais e sofrendo todo tipo de violência. Nós temos um caso de dois ou três meses atrás, de um jovem que teve um braço quebrado por um cabo da Polícia Militar depois que foi na delegacia prestar queixa de uma situação de violência, de arbítrio na sua comunidade. A gente tem alguns casos no Oeste que têm nos preocupado muito neste momento, e que a gente vai encaminhar aqui para a comissão, é importante que isso fique registrado.

Nós temos também no Norte do Estado algumas situações de extrema gra-

vidade, recentes. Nós temos, por exemplo, no município de Casa Nova, o caso Areia Grande, que é uma área de fundo de pasto também, que é um modo de apropriação coletiva da terra, típico de algumas regiões do interior do Estado, e que são alvos muito fáceis da grilagem, porque constituem terras devolutas, não são áreas cercadas, então são comunidades muito vulneráveis a esse processo de grilagem violenta de terras. Então, nós tivemos lá, por exemplo, a participação de um juiz invadindo a área. É muito comum, por exemplo, é como nesse caso, o fazendeiro fazer a intimidação dos posseiros, ou das comunidades. Eles vão na viatura da Polícia Militar, e essas polícias, Polícia da Caa-tinga, Polícia do Cerrado, a Caesb lá no Sudoeste, essas polícias são ponta de lança desse tipo de violência, já que elas são preparadas para exercer

o temor, elas são preparadas para o arbítrio, para a violência, para que elas sejam temidas. Então, esse tipo de Polícia é algo que o estado precisa repensar, para que essas polícias foram criadas? Acho que é uma questão que precisa ser colocada.

Joviniano Neto – Eles alegam que é ao combate, ao tráfico de drogas, de maconha, coisas desse tipo.

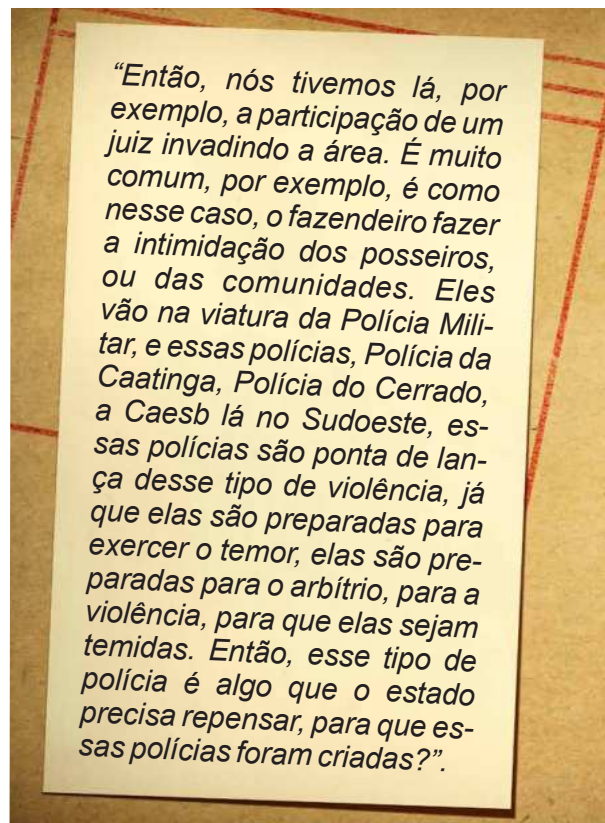
Maurício Correia – Em áreas rurais, quando na realidade, a gente sabe, que tem áreas rurais, o cerrado, por exemplo, nós sabemos, não faz parte de nenhuma rota internacional, sequer nacional, do tráfico. Então, reflete uma política de segurança ineficiente, que mira no varejo, mira aonde não ...

Joviniano Neto – Tem o discurso pra uma coisa, mas é usada pra outra.

Maurício Correia – Exatamente, ela acaba sendo utilizada para outra, e outra questão que tem agravado muito essas situações dos conflitos é que, como o tráfico tem chegado no interior de uma forma muito intensa, principalmente nos últimos dez anos, o tráfico, aliado com a corrupção de agentes de Estado, vinculada a esse mesmo tráfico, e prestando serviço de pistolagem com o intuito de grilagem de terras. Então, tem sido muito comum, que as mesmas armas que estão chegando mais fortemente no interior do Estado, em razão do tráfico, têm sido utilizadas pela pistolagem para limpar a área e regularizar a grilagem.

Então assim, nós temos esse caso de Casa Nova, por exemplo, que uma pessoa foi assassinada, um trabalhador dentro dessa área, e que existem indícios muito fortes, da participação da Polícia Militar. A Polícia Civil concluiu o inquérito sem indicar a autoria, foi uma investigação que só foi adiante diante da nossa pressão e, ainda assim, investigação, se você não começa a fazer logo depois, assim que o crime acontece, quanto mais o tempo passa, mais difícil fica para conseguir identificar a autoria, conseguir seguir as pistas e os rastros para identificação da autoria.

Então, é muito comum, por exemplo, como foi relatado aqui pelo representante do Cedeca, do delegado de Polícia Civil dizer que em relação a questão de terra “eu não mexo”, não mexe para registrar queixa, isso é atual, não mexe para registrar queixa relativa aos trabalhadores, mas a gente sabe que tem diversos agentes que são intrinsecamente envolvidos com essa questão, como por exemplo também no Norte do Estado, o caso de Monte Santo, que é um caso que chama a atenção também, primeiro, em razão do número de mortes envolvidas, é um município que tem diversos fundos de pasto, que é esse modelo que eu explanei, aqui, inicialmente, ameaçados de grilagem, e de 2008 até esse ano foram dez assassinatos, de lideranças comunitárias. Inaugurou essa sequência com um triplo homicídio, que evidentemente os indícios



apontavam para a participação da Polícia Militar dando cobertura.

Esse primeiro foi pistolagem, mas acobertado pela Polícia Militar, o segundo caso foi uma execução típica, e aí traz pra gente essa modernização da pistolagem, porque não houve mais uma terceirização, os próprios grupos de extermínio que atuam em Feira de Santana, que atuam aqui em Salvador, estão prestando serviços no interior para esse tipo de crime, para limpar a área. Então, em Monte Santo, isso é muito bem evidenciado. Foram dez homicídios, a gente conseguiu impulsionar, desses dez, quatro inquéritos, conseguimos inicialmente impulsionar, e quando o inquérito chegava perto de quem teria que chegar, ele simplesmente parava.

Nós temos o caso do assassinato de Leonardo de Jesus, que é militante do movimento CETA, um movimento de luta pela terra, que ele foi retirado às nove horas da noite de dentro de casa, na frente da família, foi posto ajoelhado na frente do terreiro de casa e recebeu um tiro de espingarda calibre 12 na cabeça. Uma típica

execução, não foi pistoleiro que fez. Uma execução claramente feita por milícia, por grupo de extermínio, e o próprio delegado regional na época, conseguimos que avocasse o caso para fazer as investigações, chegou a essa conclusão. Já era a investigação mais avançada que a gente conseguiu, quebrou sigilo telefônico, conseguiu placa de carro e estacionou, não passou de um determinado momento.

Quando chegou em determinado momento, o delegado não atendia mais telefone, logo depois ele foi destituído, nós tivemos três reuniões com o secretário de Segurança Pública, com o compromisso de que isso seria investigado e não foi investigado. Houve situações em que eu estive reunido, por exemplo, com o chefe de gabinete do secretário de Segurança Pública, em razão desses homicídios, e no outro dia as testemunhas começaram a receber ameaças, o que levou os próprios movimentos a dizerem que não iriam investigar mais nada, porque nós já perdemos muito nessa estratégia de tentar averiguar, porque o que o delegado vai dizer é: “não tenho como investigar se não tiver testemunha”, para dizer aquilo que tem que dizer, que foi o próprio sentido, que o programa de proteção foi criado para tentar elucidar os crimes, para manutenção, que a AATR veio até assumir, no ano de 1999, e no qual faz a gestão, até hoje, mas nem dentro, do Provida, conseguimos acolher, este tipo de caso.

O caso de Monte Santo ainda é *sui generis*, porque a partir dessas denúncias, inclusive junto ao Ministério Público Estadual, houve uma operação em que os dois delegados foram presos. O delegado do município foi preso, era traficante de arma para os pistoleiros, ele vendia armas, esta-

va envolvido com roubo de carros, envolvido com tráfico de drogas, o delegado de Monte Santo. Até queria que o pessoal do Cedeca estivesse aqui, porque, é a mesma situação: nesta mesma operação o delegado de Cansanção, que é o município vizinho, foi preso, nesta mesma operação, o motorista desse juiz Vitor, que está sendo processado em razão do tráfico de pessoas, tráfico de crianças, o motorista dele, que era um agente da Polícia Civil, foi preso. Esse delegado, em relação ao primeiro homicídio, ele conseguiu a façanha de conseguir mandado de prisão para dez testemunhas, então não poderia levar as testemunhas para depor, porque elas iriam ser presas. Então, uma situação, isso em 2008, 2009, 2010 e 2011, e de lá para cá se fala que tem uma lista com 20

pessoas pra morrer. Em relação a essa disputa pela terra, dez já foram assassinadas, eu trabalhava lá, na época, recebi ameaça, tive que sair também, não pude ficar porque um policial, coronel da Polícia Militar, disse para mim ainda: “você está envolvido, e seu nome está constando na lista, que está para cair”.

Então, é uma situação bastante grave que o Estado da Bahia não conseguiu resolver nas mais altas instâncias. É um caso, inclusive, que a gente vai apontar para a federalização e também para denúncias internacionais, porque não existe solução no Estado da Bahia. Depois de mais de três reuniões com o secretário de Segurança Pública, a polícia não conseguiu avançar nessas investigações.

O tempo é um pouco curto. Trazendo várias outras questões no interior do Estado da Bahia, tem a questão do Sul da Bahia, que cabe uma atenção especial em relação

“...o caso de Monte Santo, que é um caso que chama a atenção também, primeiro, em razão do número de mortes envolvidas, é um município que tem diversos fundos de pasto, que é esse modelo que eu explanei, aqui, inicialmente, ameaçados de grilagem, e de 2008 até esse ano foram dez assassinatos, de lideranças comunitárias. Inaugurou essa sequência com um triplo homicídio, que evidentemente os indícios apontavam para a participação da Polícia Militar dando cobertura”.

à questão indígena, da forma como o Exército ocupou, montou base, ao lado do território Tupinambá, a forma como a própria Polícia Federal organiza as suas operações ali na região, do território Tupinambá, em Buerarema, são situações que o próprio grupo Tortura acompanha, acredito que isso já deve ser bem documentado aqui para a comissão, algo que preocupa bastante a gente aqui na AATR.

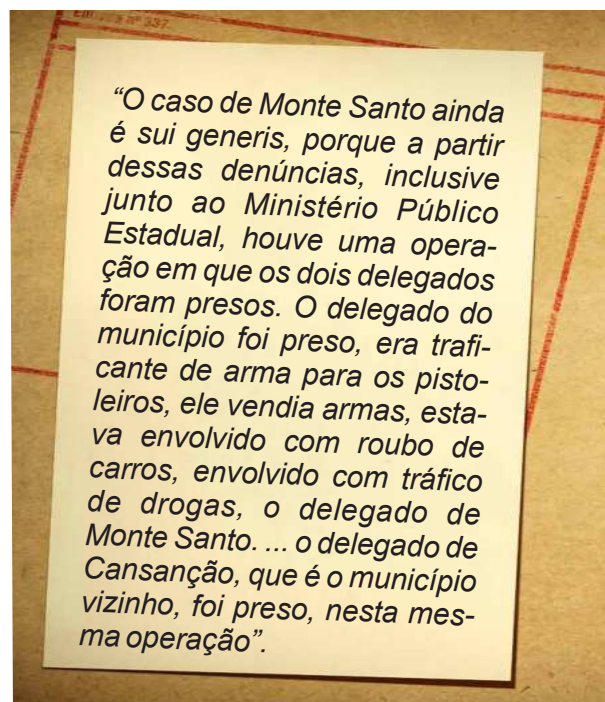
E trazendo um pouco mais aqui pra perto, o pessoal está até chegando aqui agora também. Tem a situação, que eu acredito, que foi uma situação que conseguiu ganhar uma visibilidade mais recentemente, que é a situação do quilombo Rio dos Macacos. É uma situação de uma comunidade negra rural que foi autodefinida como quilombola em 2011, uma comunidade que está ali documentalmente registrada, documentalmente se conseguiu registrar a presença dela ali desde o final do século 19, ali na região de Simões filho, na divisa ali, naquela região de Paripe, aonde tem uma área da SUDIC, uma região pela qual as empresas, as indústrias têm uma grande corrida, em razão da riqueza que tem aquela área, de água.

Jackson Azevêdo – É aquela região perto do presídio?

Maurício Correia – É um pouco mais próximo da Base Naval de Aratu.

Joviniano Neto – Na área, que a Marinha reivindica como sendo dela, na Base Naval de Aratu.

Maurício Correia – Na realidade, a Base Naval de Aratu fica um pouco mais para a frente, e eles construíram uma barragem no Rio dos Macacos, que é uma área de mata até hoje preservada, e construíram, nos anos 50, usaram mão de obra dessas pessoas que estavam ali, construíram a barragem, posteriormente na década de 70, em 1971, isso em plena ditadura militar, construíram a vila naval, que é uma vila que abriga suboficiais da Marinha, expulsaram



mais de cem famílias para a construção dessa vila. Já existia uma comunidade ali, existia uma vila ali naquele lugar e essa expulsão foi feita sem a garantia de nenhum direito, uma parte dessa comunidade ficou do lado de cá do rio, a Marinha murou essa área e não expulsou imediatamente essa comunidade. Ela permaneceu lá sem poder reformar essas casas. Se a família mora em casa de taipa, se a casa cair em relação das chuvas, as casas que iam caindo, a Marinha expulsava, não deixava reconstruir essas casas novamente, impediam o acesso à água, impedia acesso à energia elétrica.

As famílias relatam diversas violências, que vão desde entradas arbitrárias nas casas, desde violência contra mulheres, estupro contra mulheres, contra crianças, violência contra idosos. Então, impressiona, a quantidade de relatos, e isso nos anos 70, nos anos 80, nos anos 90, que aconteceram aqui do lado de Salvador. A gente não está falando mais de Santa Maria da Vitória, nem de Correntina, nem de Monte Santo, que a gente pode dizer, que fica lá, esquecido, e fica mesmo não é? A gente está falando de uma comunidade em Simões Filho, do lado de Salvador, que passou por tudo isso durante esse período e

vivia ali dentro como num campo de concentração, em que entra a hora que a Marinha quer, sai a hora que a Marinha quer, tem o direito de visita cerceado e não tem sequer o direito de reformar as suas casas, as famílias correndo sempre esse risco de, a cada período de chuva, essas casas desabarem.

A gente fica tentando imaginar, para concluir, tentando imaginar com qual razão que a Marinha, em 2009, eles entraram com uma ação afirmando que a comunidade era uma comunidade invasora, e aí o pessoal até fala assim: como é que as famílias, da forma como estão ali no Rio dos Macacos, conseguiram invadir uma área militar, construir dentro de uma área militar e formar uma comunidade dentro de uma área militar? Então, é sabido que eles usavam serviços, os mais velhos falam que as mulheres lavavam as roupas dos militares, até parteira da comunidade fez parto para filhos de militares, então parece que em algum momento foi conveniente para a Marinha ter a sua própria senzala, porque é a forma como esse pessoal vinha e vem sendo tratado até hoje. A Marinha reivindicou essa área. A partir daí, da luta da comunidade isso, ganhou uma visibilidade, eles fecharam pistas.

Joviniano Neto – Entrou com uma ação de reintegração de posse, ganhou na Justiça, que não considerou o laudo do Incra, não incorporou o laudo do Incra no processo, aí o processo, está havendo uma outra política de negociação para tentar resolver essa questão.

Maurício Correia – Há uma decisão judicial para a saída, mas a comunidade, a partir da

pressão, conseguiu fazer, inclusive em Brasília, na Secretária Geral da Presidência, em outros espaços, no âmbito das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, enfim, uma série de articulações, mas principalmente da sociedade civil, que sensibilizou, e todo mundo que vai a Rio dos Macacos sai assim, muito comovido, muito tocado com a situação, de imaginar que essas violações aconteceram reiteradamente durante todo esse período, e como a gente está centrado aqui, não tem como entrar nos meandros aí da ques-

tão mais territorial, e dessa disputa, durante todo esse período, e mesmo depois, principalmente depois, que a comunidade partiu para mobilizar a sociedade civil em favor dos seus direitos, o recrudescimento da violência aumentou, aumentaram as ameaças, derrubaram casas, eles entram lá com fuzis de guerra, então, são fuzileiros navais que fazem a linha de frente de ameaças, de repressões, então eles entram na comunidade, com crianças, idosos, com armamento pesado, uma vigilância pesada também, e uma série de

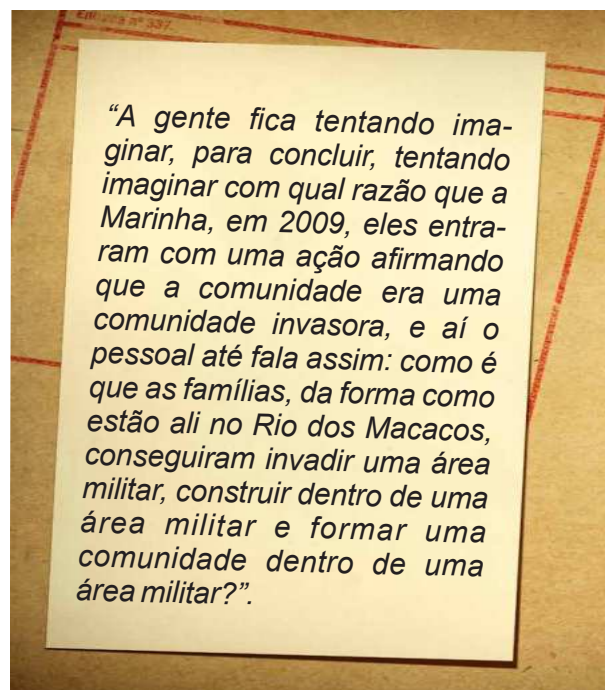
episódios de violência, talvez o mais grave, que a gente pode relatar, aconteceu, agora praticamente, a gente pode dizer, em 6 de janeiro de 2014, e Rosemeire está aqui, ela mesmo pode falar depois, em que Rosemeire e o irmão dela, Edinei, que está ali também, foram barbaramente torturados por militares fardados que estavam na guarita da Marinha. Inicialmente, a Marinha justificou a tortura alegando que Rosemeire tentou tomar a arma do militar. Rapidamente, a partir do momento em que você requereu a filmagem, deu para se ter noção da barbaridade que cometeram: arrancaram ela do carro junto com o irmão e espancaram de forma bárbara e botaram em cima

“Trazendo várias outras questões no interior do Estado da Bahia, tem a questão do Sul da Bahia, que cabe uma atenção especial em relação à questão indígena, da forma como o Exército ocupou, montou base, ao lado do território Tupinambá, a forma como a própria Polícia Federal organiza as suas operações ali na região, do território Tupinambá, em Buerarema, são situações que o próprio grupo Tortura acompanha, acredito que isso já deve ser bem documentado aqui para a comissão, algo que preocupa bastante a gente aqui na AATR”.

de uma caminhonete e levaram para a Base Naval, como já fizeram com vários outros, irmãos dela, primos, outros parentes, outras famílias também. Quase todas as famílias vão ter um relato de alguém que foi levado para a carceragem da Base Naval, botado nu, apanhado, até choque elétrico, a gente não tem relato de pau de arara, mas os relatos geralmente são muito fortes.

E aí, realmente para concluir, esse rapaz, que nesse sábado, sofreu linchamento, dentro da Vila Militar, dentro da Vila Naval da barragem, ele estava entrando com o pai, que está ali, com o tio que está ali também, estavam entrando, no caminho da residência, e um grupo de militares que mora na Vila Naval arregimentou e premeditou o linchamento desse rapaz. Foram mais de 20 pessoas, isso em um sábado, às nove horas da noite, esse sábado, então. Nós fomos na delegacia, eles chamaram a Polícia Militar para prendê-lo, ele foi algemado, entrou no camburão e foi levado para a Delegacia do Adolescente Infrator, porque supostamente havia mexido com a filha de um desses militares, e depois a menina esclareceu que foi uma situação absolutamente corriqueira, não houve nenhum tipo de abuso. A própria menina foi na delegacia e confirmou isso, nós percebemos que na medida em que a Marinha não busca uma forma de punir, de dar uma resposta institucional a essas violências que são corriqueiras, isso reforça a que outros venham cometer essa mesma violência. Lembrando que a Marinha, se diz, acho que vocês sabem melhor do que eu, diz ser a força mais elitista e aristocrata, acho que o elemento de racismo institucional que está impregnado nessa questão de Rio dos Macacos também é algo que precisa ser colocado, porque é um elemento fundamental para a gente compreender o porquê dessas violências.

Por ultimo, só uma sugestão para a comissão também. Diversos desses casos



que eu relatei aqui, nós, tantos, que fazemos denúncias nos mais diversos órgãos, Ministério Público Federal, Estadual, mas também utilizamos bastante o meio da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que é uma comissão vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Ela faz audiências em todo o Brasil, mas aqui na Bahia, pelo menos três ou quatro vezes no ano, essa comissão faz audiências.

Ela é uma comissão de mediação, tem limites do ponto de vista da resolução de conflitos, mas, no entanto, ela é um espaço de registro muito importante. Então, requerer as atas dessa comissão, em toda ata você vai ver registros, de situação, ou de grilagem, ou violência em despejo, quase sempre você vai ter a presença de agentes do Estado envolvidos, e questões bem atuais. A cada reunião, são 20 a 30 casos que são tratados, e a cada caso desses, ainda que não de forma pormenorizada, mas dão uma ideia ali um pouco do mapa dessa violência no interior do Estado, porque ela é bastante demandada pelos movimentos.



TOMADA DE DEPOIMENTO

03 de agosto de 2015 - auditório da extinta Sucab (Centro Administrativo da Bahia)
Salvador - Bahia



DEPOENTE: ROSE MEIRE DOS SANTOS SILVA

Trabalhadora rural e pescadora, Rose Meire dos Santos Silva foi vítima de espancamento praticado por militares da Marinha, em janeiro de 2014, ocasião em que seu irmão, Edinei dos Santos, também foi agredido. Moradora da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, entre Salvador e Simões Filho, Rose Meire presenciou várias agressões sofridas por outros membros da comunidade, praticadas por militares da Marinha, algumas resultando em morte. O quilombo – uma comunidade centenária de descendentes de africanos que, na luta contra a escravidão, fugiram e passaram a viver longe dos olhos dos capitães do mato no Rio dos Macacos – tem a sua propriedade disputada na Justiça Federal há mais de 40 anos entre moradores da comunidade e a Marinha.

*Texto não revisado pela depoente.

Rose Meire dos Santos Silva*

Agradeço a doutor Maurício por essa oportunidade, e ao senhor também (*Jovini-ano Neto*), mas, assim, que eu queria pedir, carinhosamente, se vocês pudessem visitar o nosso território a gente receberia de braços abertos.

Jackson Azevêdo – Você poderia dizer o seu nome todo?

Rose Meire Silva – Meu nome é Rose Meire dos Santos Silva. No dia primeiro de agosto, foi horrível, eu fui espancada no dia 6 de janeiro de 2014, mas não doeu tanto como no dia 1º de agosto, agora no sábado, que meu sobrinho tinha sumido, dentro da vila. Deram sumiço dele, e quando a gente saiu da comunidade eu fui chamada, através do meu irmão, pedindo socorro, que não estava vendo ele ali no momento. Aí quando a gente saiu, a gente viu várias armas, crianças, adolescentes com armas, os pais com arma, todo mundo apontando, em todo caminho que a gente teve na vila, e quando eu cheguei na portaria, meu sobrinho estava todo lavado de sangue, dentro da viatura algemado, se for uma queixa, que os militares teve, contra os membros da comunidade.

Segundo informação da Marinha, do militar que estava na viatura da Polícia Militar, foi que ele estava assaltando, dentro, os quatro quilombolas estavam assaltando dentro da vila e estavam tentando usar a menina. E naquele momento, o militar falou

assim: “Olha, Rose, eu não vi nada disso aqui, eu só vou levar ele, porque se eu deixasse o seu sobrinho aí, eles iam matar”. E aí, levou ele e chegando no Hospital do Subúrbio deram os primeiros socorros, deram banho nele, porque estava todo lavado de sangue, e levou pra delegacia, e em todo momento, eles falando com os militares, que ele não tinha família, que era para levar, e que era pra dar fim, que ele não tinha família.

Joviniano Neto – Quem dizia isso?

Rose Meire Silva – O sargento da Marinha Edielson. Então, assim, nós ficamos com muita preocupação, a partir do momento em que aquela viatura saiu dali, e aí a gente ficou a mil, e essa violência toda que doutor Maurício está falando, isso aconteceu, e acontece sim. Na minha família, morreram duas pessoas, duas crianças por falta de socorro, porque eles não deixaram entrar um carro para dar socorro, e a gente perdeu duas crianças, e várias outras crianças que já morreram. Políticas públicas, porque lá não tem nenhuma, eles querem fazer trocas, e ali em nosso quilombo não tem troca, o quilombo não vende, não troca e nem negocia, nosso território é nossa vida.

Joviniano Neto – Me explique o que é troca.

Rose Meire Silva – Eles já chegaram em mesa de reunião falando assim com a comunidade, que se a gente quer políticas públicas a gente vai ter que sair do território.

Maurício Correia – Ou ter que aceitar um pedacinho menor que eles estão oferecen-

do. “Vocês só vão ter políticas públicas, casa, energia, saúde, se vocês aceitarem”. É um processo de chantagem, na verdade.

Rose Meire Silva – Está no Diário Oficial, segundo informação da Secretaria da Presidência, a qualquer momento vai sair a portaria, só que essa de 114 o rio foi retirado da gente, a área coletiva da comunidade foi retirada, então, assim, o rio é um dos sustentos da comunidade, não tem como o rio ser fora, nossa comunidade era mais de 900, reduziu para 301, e a gente sendo 301, a gente não é nada porque são mais de 67 famílias, tem caso de 22 em um barraco só.

Joviniano Neto – Quantas famílias?

Rose Meire Silva – São mais de 67.

Joviniano Neto – Agora, fale bem explicado, para ser registrado.

Rose Meire Silva – São mais de 67 famílias, 22 pessoas em um barraquinho, em um quartinho, e assim, já teve assessor da presidente Dilma, assessor do chefe de Gabinete do ministro da Defesa, logo em seguida teve no território,

para prometer à comunidade que a estrada da comunidade iria sair naquele ano mesmo de 2014, até hoje não saiu a estrada. Então, assim, eles foram na comunidade para mentir, abafar mais, mais uma violência que aconteceu no dia 6, e até hoje a gente espera essa estrada e nada, tem filha minha que não está podendo ir para o colégio, porque está ameaçada de morte. Eu tenho duas escolhas: ou minha filha vai pro colégio e eu recebo ela no caixão, ou então eu retiro ela do colégio, eu tive que retirar.

Então, assim, a perseguição, tanto para nós, adulto e idoso, para as crianças também, é muito grande. Dentro da vila, essas crianças e outras iam ser linchadas ali dentro, porque iam usar o corpo das primas delas, uma das primas deles, é minha filha, e aí eles se colocaram, juntaram-se homens já velhos e adolescentes, que iam linchar eles porque eles defenderam a prima, todo mundo está sabendo disso aí, o Ministério Público, a Polícia Federal, os assessores da presidenta Dilma, chefe de Gabinete do ministro da Defesa, só que ninguém faz nada, a gente não entende. Que país é esse, na verdade?

Joviniano Neto – Nós ouvimos aqui antes Maurício dizer que o rapaz foi acusado de mexer na filha de um oficial. Você está dizendo agora que ele estava defendendo a prima dele, isso foi outra história?

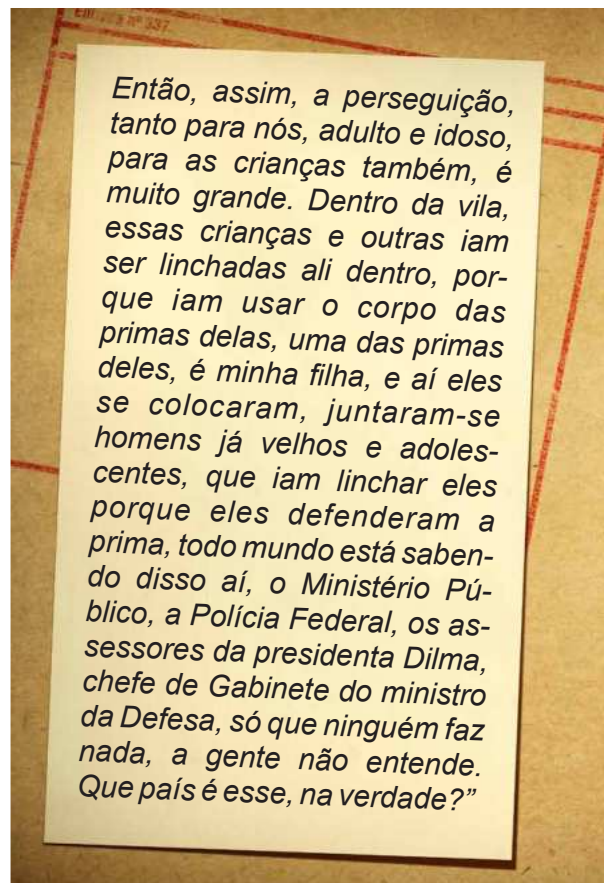
Rose Meire Silva – É outra, sim. No dia primeiro de agosto, no sábado, a Polícia Militar foi chamada para quatro quilombolas que estavam dentro da vila assaltando, e um dos quilombolas foi mexer em uma das filhas dele. Em nenhum momento teve isso aí, meus irmãos são trabalhadores rurais, pode investigar a vida deles, ele só estava tentando ir para casa. Então, estava o circo armado, eles se reuniram entre eles e deixaram o comunicado na portaria: assim que eles entrassem, era para avisar um ao outro, e fecharam o cerco, e aí começou a porradaria.

Maurício Correia – Foi premeditado.

Joviniano Neto – O negócio da defesa da prima, que você falou rapidamente.

Maurício Correia – É uma tensão permanente.

Rose Meire Silva – Um desses rapazes já mandou espancar o esposo da minha prima, Ele não fala nada e nem ela fala nada, com medo. E tentou usar ela, chegou na casa dela com um revólver e aí falou que se o esposo dela chegasse naquele mo-



mento, ele iria matar, e aí puxou a arma. Logo depois, tanto o esposo dela quanto meu irmão foram espancados, porque esse mesmo militar mandou o colega dele espancar, na frente do centro, tirou até sangue, e aí eles registraram queixa, e no dia antes da audiência invadiram a casa da mãe do rapaz e a casa da família dele, e ameaçaram, levaram homens com fuzil encapuzados, e aí ele não apareceu na audiência.

Joviniano Neto – Quando foi isso?

Rose Meire Silva – Olha, isso tem uns nove a dez anos, e o mesmo rapaz agrediu Evanildo e outros, e um dos rapazes, a gente viu, um dos rapazes estava no dia 6 de janeiro de 2014, tinha uns dois deles, um deles é o Daniel, está naquele grupo de sete, no dia das porradas. Foi tudo pensado, e a preocupação que a gente está é: a gente vai ter de retirar Evanildo de lá, porque a qualquer momento ele pode morrer mesmo para não testemunhar, e nós mais velhos vamos ficar, se a gente for apagado, fazer o

quê? Na roça, eu não posso ir para roça sozinha, ainda essa semana eu tive na roça e tive que descer correndo mais minha irmã, que é quase próximo da minha casa, que tinham três homens lá me vigiando, uma situação muito pesada.

Durante a noite, também, eles vão para lá e a farda deles no escuro a gente não enxerga, só enxerga o vulto. Quando a gente bota a lanterna em cima é que a gente vê: eles encapuzados e fardados com o fuzil. Então assim, é coisa de terror mesmo, e aí o que a gente pede, estamos pedindo a ajuda a vocês, que essa estrada saia o mais rápido possível, porque a gente não faz questão de passar por dentro da vila, apesar que ali era território nosso, a gente não faz questão de passar por dentro da vila, os nossos filhos também passar por dentro da vila, porque a qualquer momento um deles pode ser morto, como já aconteceu morte e não deu em nada.

Jackson Azevêdo – Rose Meire, eu estava no telefone, porque fiquei preocupado com a situação, fui ligar para uma pessoa que tem a ver com essas questões, para saber como é que está o problema do Quilombo dos Macacos e ela me informou que está sendo tratado diretamente na Presidência da República, porque a Marinha, como força armada, ocupou o direito sobre a área, e o Ministério do Planejamento não pode se envolver nessa história, porque tem essa barreira das Forças Armadas. Mas a pessoa me falou que era o Gilberto Carvalho que estava responsável, ela me informou agora, desculpa estar ligando, mas foi pra tratar desse assunto. Como Wagner, agora, é o titular, do Ministério, a pessoa me perguntou se de alguma forma a comunidade do

quilombo já tinha tentado algum contato direto com Wagner ou com a doutora Eva Chiavon, que é a secretária, que foi chefe da Casa Civil aqui, que seriam dois contatos interessantes para poder se colocar com a Marinha, e ver o problema, porque a coisa se agrava agora anteontem, não é? Tem a ver com a estrada, que o senhor me perguntou, se tinha a ver com a estrada. Aí, eu queria deixar isso aqui registrado, que está sendo, entendeu? Não sei como é que está institucionalmente, mas era só para colaborar.

Rose Meire Silva – A gente teve uma reunião com Jaques Wagner, que era o governador do Estado da Bahia, com muita luta a gente conseguiu.

Jackson Azevêdo – Antes dele ser ministro?

Rose Meire Silva – Antes.

Jackson Azevêdo – Agora, ele é o ministro da Defesa e a Marinha está subordinada a ele.

Joviniano Neto – Teoricamente.

Maurício Correia – O tratamento está sendo dado, há uma intermediação da Secretaria Geral da Presidência com o doutor Sílvio Albuquerque, que me parece que ele designou para cuidar dessa situação, agora o diálogo com o Ministério da Defesa é muito complicado, mesmo quando era o Celso Amorim, que é uma pessoa aberta, e assim ninguém está autorizado a falar, nem sequer a Seppir nem a Fundação Palmares, ninguém está autorizado a falar sobre o Quilombo dos Macacos no governo federal, ou seja, existe um bloqueio, uma censura interna, e muito disso assim Rose Meire poderá falar, e já

“Durante a noite, também, eles vão para lá e a farda deles no escuro a gente não enxerga, só enxerga o vulto. Quando a gente bota a lanterna em cima é que a gente vê: eles encapuzados e fardados com o fuzil. Então assim, é coisa de terror mesmo, e aí o que a gente pede, estamos pedindo a ajuda a vocês, que essa estrada saia o mais rápido possível, porque a gente não faz questão de passar por dentro da vila, apesar que ali era território nosso, a gente não faz questão de passar por dentro da vila, os nossos filhos também passar por dentro da vila, porque a qualquer momento um deles pode ser morto, como já aconteceu morte e não deu em nada”.

percebeu isso nas reuniões, que foram diversas de 2011 para cá, reuniões com dez, quinze ministérios, de nós percebermos como essa questão militar aparece em relação à questão civil, nós víamos 20 civis calados e um militar falando por todos eles.

Então, assim, a forma com que a Marinha se impôs nesse processo é uma forma que nos assustou muito, essa relação poder civil x poder militar, que Joviniano falou aqui, que tem a ver com a própria subordinação, o chefe de gabinete de doutor Celso Amorim, doutor Antônio Lessa, esteve em 2014, ano passado, na comunidade para traçar o projeto da estrada. E enquanto ele estava lá, o chefe de Gabinete, vendo o trajeto, os fuzileiros estavam derrubando a casa de um dos moradores. Então foi aquele alvoroço, ele foi lá e viu in loco, um militar, enquanto o comandante sabia que ele estava lá. É uma questão bem complexa.

Jackson Azevêdo – A presidenta amanhã está lá, amanhã ela chega na Bahia, e ela fica lá em Inema. Está chegando hoje de noite ou amanhã de manhã. Ela fica lá, é uma oportunidade.

Isadora Browne – Toda vez que ela vem, colocam faixa, sempre tem um evento anterior.

Maurício Correia – Ela é indagada pela imprensa, a própria Rose Meire já falou com ela umas três vezes.

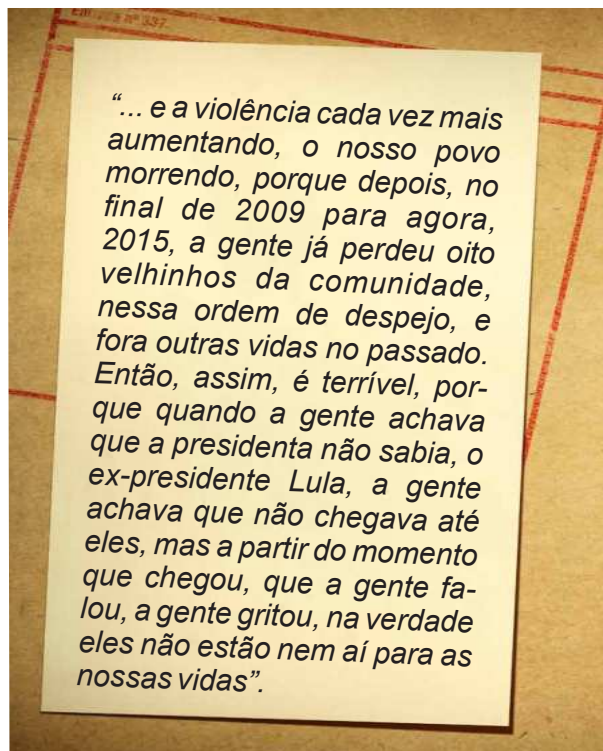
Edinei dos Santos – Em 2014 ela foi embora no dia 5, e no dia 6 aconteceu a violência comigo e Rose Meire.

Rose Meire Silva – Na presença de minhas duas filhas.

Edinei dos Santos – A gente tem até medo quando a presidenta vem.

Joviniano Neto – Rose Meire quer concluir, falar alguma coisa aqui agora.

Rose Meire Silva – Mas assim, a gente já



se ajoelhou diante de Jaques Wagner, da presidenta, do ex-presidente Lula. A gente não imagina, assim, ela é uma mulher, a partir do momento que ela manda os assessores dentro da comunidade para ver a realidade, ela poderia se colocar, e ela não se coloca na verdade. Mas é para enganar a comunidade, e a violência cada vez mais aumentando, o nosso povo morrendo, porque depois, no final de 2009 para agora, 2015, a gente já perdeu oito velhinhos da comunidade, nessa ordem de despejo, e fora outras vidas no passado. Então, assim, é terrível, porque quando a gente achava que a presidenta não sabia, o ex-presidente Lula, a gente achava que não chegava até eles, mas a partir do momento que chegou, que a gente falou, a gente gritou, na verdade eles não estão nem aí para as nossas vidas.

Maurício Correia – A coisa do território e da violência, obviamente elas estão imbrincadas. Agora, o que mais impressiona é em relação ao território. Eles primeiro queriam colocar para fora mesmo, depois ofereceram sete, depois 28, depois 86, hoje estão oferecendo 104 hectares. Não é suficiente, não atende, se percebe que, do ponto de vista territorial, o que essa comunidade fez,

a coisa avançou pouco, mas avançou. Agora, o que mais impressiona é que desde que esse fato se tornou conhecido, isso não só não contribuiu para que esse tipo de violência parasse de acontecer, como intensificou a violência, e é uma área totalmente controlada pelo Estado.

É compreensível dentro da lógica de um conflito agrário comum, dentro de algo que está visibilizado. A gente fica imaginando os que não estão aparecendo de vez em quando na imprensa, é uma área monitorada, e não acontece nada com esses agentes, nada acontece com esses agentes, porque a Marinha se fecha em copas e não aceita que nenhum agente dela seja responsabilizado, muito pelo contrário.

Eles já foram diversas vezes chamados na Justiça Militar para responder por desacato, para serem enquadrados em crimes do Código Penal Militar, não foi uma, nem duas, nem três vezes, que eles foram para a Justiça Militar na condição de réus, e de inquéritos em diversas situações.

Vera Leonelli – E vocês têm o controle desses processos?

Maurício Correia – A gente sabe que alguns deles foram arquivados, mas outros, até a dificuldade de acesso, é muito problemática, com a Justiça Militar, e mesmo o acesso à área. Nós tivemos que notificar a OAB para conseguir entrar na área, pois como advogados fomos barrados diversas vezes. Eu falei assim: “até em presídio a gente entra, e vocês estão impedindo a gente de entrar aqui”.

Então, é uma situação que para eles virou incômoda, porque estava ali, escondi-

dinho, de repente eles têm toda uma questão da imagem, de como dona Olinda, que é outra figura que mora lá e que fala assim: “eles vão mandar dentista pra Amazônia pra cuidar e aqui tá todo mundo desdentado”. Então, assim, eles se incomodaram bastante com a repercussão que houve, porque explicitou a forma como as Forças Armadas veem a questão da terra e a questão racial no país.

“Nós tivemos que notificar a OAB para conseguir entrar na área, pois como advogados fomos barrados diversas vezes. Eu falei assim: 'até em presídio a gente entra, e vocês estão impedindo a gente de entrar aqui'. Então, é uma situação que para eles virou incômoda, porque estava ali, escondidinho, de repente eles têm toda uma questão da imagem, de como dona Olinda, que é outra figura que mora lá e que fala assim: 'eles vão mandar dentista pra Amazônia pra cuidar e aqui tá todo mundo desdentado'.”

Joviniano Neto – Bom, olha, eu tenho algumas questões. A primeira questão é que ela falou, e é importante, nos convidou para visitar a área. Uma coisa que é interessante registrar: o Grupo Tortura Nunca Mais, até a pedido de outras organizações, já foi lá nessa área, e cada vez que visita a área tem que mandar o aviso antes para eles ligarem para o Ministério da Marinha em Brasília, para o Ministério da Marinha autorizar, e termina entrando com esse tipo de autorização, para você

ter uma ideia do cerco que tem. Uma coisa que ela falou, que eu acho que é uma visão simplista, que simplifica a questão, é que o governo não está interessado no assunto, que a presidente nem sabe, não está nem aí.

O que está acontecendo é: já houve reuniões em Brasília, com vários ministérios, Ministério da Defesa, o pessoal das Forças Armadas, vários ministérios, para tentar resolver a questão. A Marinha assumiu que aquilo é uma base naval de segurança estratégica, fundamental, e está há algum tempo fazendo um processo de estrangulamento da população, de cerco, de estrangulamento.

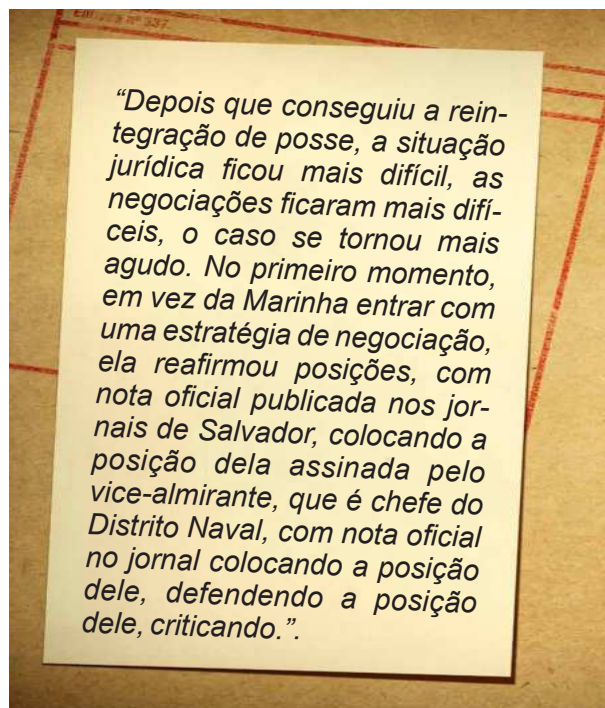
Maurício Correia – Estratégia militar.

Joviniano Neto – Depois que conseguiu a reintegração de posse, a situação jurídica ficou mais difícil, as negociações ficaram mais difíceis, o caso se tornou mais agudo. No primeiro momento, em vez da Marinha entrar com uma estratégia de negociação, ela reafirmou posições, com nota oficial publicada nos jornais de Salvador, colocando a posição dela assinada pelo vice-almirante, que é chefe do Distrito Naval, com nota oficial no jornal colocando a posição dele, defendendo a posição dele, criticando. É um quadro complicado porque é uma questão do jogo político. No próprio governo federal, você tem setores que defendem os direitos humanos, que tentam negociar, como a ouvidoria da questão agrária, que teve aqui várias vezes, com o movimento do trabalho dos movimentos sociais, e os militares batendo o pé, que é área de segurança nacional, é a segunda maior base de segurança militar que eles têm no Brasil, que precisa ser garantida, que precisa ser preservada, e se apoiando na decisão judicial que conseguiram numa época que houve pouca resistência, esse que é o tipo de problema.

O que eu vejo agora, estou olhando aqui pra Chico, ele é o jornalista que prepara a notícia da comissão, que pode até ver se negocia essa notícia o mais rápido possível. O que houve agora é que você tem duas coisas. Primeiro, o fato novo, que é o espancamento, a ameaça nova, que isso pode puxar de novo, mostrar às autoridades em Brasília e à opinião pública que a situação não só continua, mas aumentou. O segundo, estou falando para pessoa que não conhece a história antes.

Existe uma promessa não cumprida, que pode ser cobrada, que é a tal estrada. Nessas negociações todas que ocorreram, houve uma proposta do governo de fazer uma estrada que desse acesso à comunidade sem passar pela vila, é uma estrada de 800 metros.

Maurício Correia – São duas saídas, uma de 300, 400 e outra de 800, não é uma estrada, é uma rua.



Joviniano Neto – Duas ruas, uma de 300, outra de 800 metros, que foi prometida, foi desenhada, que teoricamente diminuiria o drama da situação, porque não passariam mais pelo controle diário de entrar e sair pelas guaritas militares, e que não sai do papel.

Jackson Azevêdo – Procede a informação de que essa estrada, para ser feita, dependeria da autorização do Ibama?

Maurício Correia – Essa informação, desde quando o doutor Antônio Lessa, que era o chefe de gabinete do Celso Amorim, ainda em janeiro de 2014, isso já era de conhecimento, que necessitaria de um processo simplificado, porque não é alto o impacto ambiental, tem uma área de mata atlântica, mas não chega nem a incidir direto nela, e ele ficou de encaminhar, já em janeiro, recentemente agora a secretária geral esteve na comunidade e afirmou que ainda iria fazer o pedido do licenciamento ambiental. Foi há um ano e meio, que essa era a primeira providência e não foi tomada, e agora mais uma vez estão dizendo que precisa desse licenciamento.

Jackson Azevêdo – Estaria dependendo dessa autorização do Ibama. Neste sentido,

mesmo respeitando a importância do poder militar da Marinha, eu reforçaria a sugestão, se eu puder ajudar, desse contato, especialmente com a secretária do Ministério e o doutor Célio, do Ibama, eu acho que isso poderia ser incrementado. Entendeu, Maurício? É uma via que eu acho que não afetaria.

Maurício Correia – Seria, a partir da secretária...

Joviniano Neto – Da secretária do ministro da Defesa, Eva Chiavon.

Maurício Correia – Ela é chefe de Gabinete.

Joviniano Neto – É possível, seria interessante, dar divulgação a esse último caso, da tentativa de linchamento, porque não saiu nas televisões, jornais.

Jackson Azevêdo – Acho que água mole em pedra dura também às vezes funciona. Com esse fato, da chegada dela aqui amanhã.

Joviniano Neto – Será que ela vai para lá? Ela vai inaugurar...

Jackson Azevêdo – Ela gosta de dormir lá.

Maurício Correia – Mas acho que ela fica mais lá, no período que vem descansar.

Jackson Azevêdo – É bom dar uma olhada.

Rose Meire Silva – Só para registrar, o Exército fez todo o trabalho em relação à estrada, a pessoa da equipe do Exército estava lá trabalhando falou que só precisa da autorização do ministro da Defesa e da Presidência, foi isso que eles falaram.

Joviniano Neto – Então é isso, você tem alguma pergunta, Vera?

Vera Leonelli – Propor que façamos uma visita, ainda que isso tenha uma importância limitada, mas é um reforço...

Jackson Azevêdo – E cria um fato jorna-

lístico.

Joviniano Neto – Vamos requerer a visita.

Maurício Correia – Tenho uma sugestão, para encaminhar à Base Naval, para o Ministério da Defesa, talvez, direto para o Ministério da Defesa.

Jackson Azevêdo – Eu acho que poderia ser, juntar tudo em uma coisa só.

Maurício Correia – Então é isso, ou pode tanto ser para os dois, para o comando da base aqui, mas com cópia para o Ministério da Defesa, ou então direto para o Ministério da Defesa.

Vera Leonelli – Fazer direto para o Ministério da Defesa eu acho mais interessante, até porque o nosso criador foi o atual ministro.

Jackson Azevêdo – Eu acho que isso poderia ser agilizado, ouviu Joviniano?

Joviniano Neto – Eu já estou até olhando quem já vai escrever o pedido, estou olhando pra quem vai fazer o ofício pedindo, doutor Jackson Azevêdo.

Vera Leonelli – Não só fazer o ofício pedindo, como reforçar o pedido junto à Chefia de Gabinete...

Jackson Azevêdo – Eu apostaria um pouco nesse contato com a secretária.

Joviniano Neto – Você faz um ofício e a gente assina amanhã.

Jackson Azevêdo – Fazemos hoje, era bom, só pegar os dados, no ofício se referir a quê? Para identificar o local, a comunidade, umas cinco linhas.

Joviniano Neto – Comunicamos ou solicitamos?

Vera Leonelli – Se é autorização, é solicitada.

Jackson Azevêdo – O nosso desejo de

visitar a comunidade do quilombo, e sendo informado que é necessário uma autorização prévia, estamos solicitando que seja dada essa autorização

Joviniano Neto – Coloque que diante de fatos novos ocorridos, diante de fatos que foram relatados na comissão.

Jackson Azevêdo – Isso a gente já redige agora.

Vera Leonelli – Porque isso tem que ser durante este mês ainda, porque nosso mandato termina no final de agosto, então nós teríamos que obter essa autorização pra fazer essa visita logo agora.

Jackson Azevêdo – E amanhã se tenta uma forma de mandar esse ofício, através de algum órgão local de representação...

Rose Meire Silva – É muito importante o apoio do ministro da Defesa.

Joviniano Neto – Ao mesmo tempo, solicita, inclusive, uma audiência com o ministro da Defesa para tratar do assunto.

Jackson Azevêdo – Mas, independente disso, a autorização...

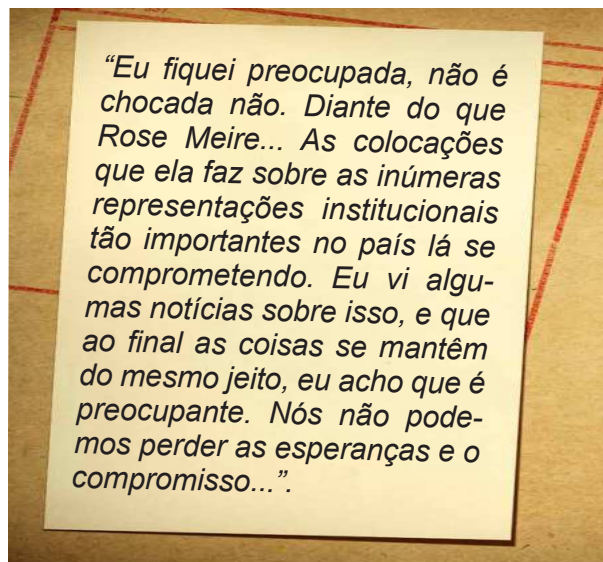
Joviniano Neto – Faz um ofício primeiro pedindo a autorização, depois outro pedindo a audiência.

Jackson Azevêdo – Maurício está com pressa hoje? A gente pode, quando acabar aqui, redigir esse ofício? Cinco linhas.

Maurício Correia – Com certeza.

Joviniano Neto – Pronto, doutor? Pronto, doutora? Alguma coisa a mais? Alguém tem alguma pergunta para Rosemeire? Vera ficou tão chocada, que...depois de você...

Vera Leonelli – Não, eu fiquei preocupada, não é chocada não. Diante do que Rose Meire... As colocações que ela faz sobre as inúmeras representações institucionais tão importantes no país lá se comprometendo. Eu vi algumas notícias sobre isso, e que ao



final as coisas se mantêm do mesmo jeito, eu acho que é preocupante. Nós não podemos perder as esperanças e o compromisso...

Vera Leonelli – Tem menos de 15 dias que foi um representante da Secretaria de Direitos Humanos não foi? 7 de julho, agora.

Isadora Browne – Em contrapartida, tem artigo do comandante da Marinha no *A Tarde* dizendo que a Marinha é o núcleo do bem e que estão todos contra ela.

Rose Meire Silva – Quando vocês forem visitar o quilombo, é muito importante vocês irem até a base, para vocês terem uma ideia onde fica o quilombo e onde fica a Base Naval.

Joviniano Neto – Eles dizem que o quilombo está na área da base, só que a concepção que eles têm da base é uma concepção muito ampliada. Envolve a barragem, a barragem é fruto do rio, a barragem é fundamental para mandar água para a base e envolve o resto. É como se tivesse alguém querendo tirar território da base, e os militares não gostam de perder território. Esse é o drama que está acontecendo.

Rose Meire Silva – Em todo momento a gente coloca que a água é coletiva, tanto para um lado, quanto para o outro. Existem

documentos registrados em cartório que aquela barragem foi feita para dar água no subúrbio, e não dá água no subúrbio. Só é à Base Naval.

Maurício Correia – A prefeitura doou em tese, a área foi arrecadada... então o compromisso de que aquela barragem seria não só para a base, mas também para abastecer o subúrbio de Paripe, não tinha rede na época, mas eles nunca fizeram isso. E agora, estão dizendo que a barragem é de segurança nacional. Falaram isso depois que o processo já tinha começado, porque antes isso não apareceu.

Vera Leonelli – É do município de Salvador,

não é?

Maurício Correia – Essa é bem na divisa. A vila é em Salvador, e depois do rio, que é questão de metros, 300 metros, é Simões Filho, que é onde eles estão.

Joviniano Neto – Pronto, doutores, nós estamos encerrando os trabalhos dessa audiência, foi fundamental para mostrar a importância de continuar a luta. Mostrar como o modelo de desenvolvimento econômico do Brasil tem ameaçado, atingindo e continua atingindo a vida exatamente dos mais pobres, os posseiros, os indígenas, os quilombolas, e que esse é um processo que quem defende os direitos humanos e as minorias tem que enfrentar.

CONFIDENCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

11 de agosto de 2015

**Auditório da extinta-SUCAB, Centro Administrativo da Bahia
Salvador - Bahia**





AUDIÊNCIA PÚBLICA

11 de agosto de 2015 - auditório da extinta Sucab (Centro Administrativo da Bahia)
Salvador - Bahia



*Florivaldo de Oliveira Mello

DEPOENTE: FLORIVALDO DE OLIVEIRA MELLO

Florivaldo de Oliveira Mello entrou na Marinha aos 17 anos, antes do golpe militar. Membro da Associação dos Fuzileiros Navais e da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, ele é um dos fundadores do Núcleo de Apoio aos Militares e Anistiados Políticos - NAMAPS. Afirmou que foi torturado física e psicologicamente mais de uma vez, no Rio de Janeiro e em Salvador. Segundo ele, foi uma das primeiras pessoas a ser torturadas pelo ex-presidente, João Figueiredo. Foi anistiado e é Sargento reformado da Marinha.

Entrei na Marinha, na Escola de Aprendizes-Marinheiros, mais ou menos com dezessete anos. Cursei dois anos, em 62 fui para o Rio terminar meu curso, fomos para o Rio, toda a minha turma, e lá fui servir no porta-aviões Minas Gerais. Na realidade, primeiro, fomos para o Quartel de Marinheiros, todos formados, estudamos muito, e lá fomos plantar capim, na realidade fazer campo de futebol, na época do militarismo isso era normal, e de lá, com quatro dias, fui designado para o porta-aviões *Minas Gerais*, o melhor navio da frota brasileira, hoje, é o alfa doze, que é o porta-aviões *São Paulo*.

E lá, no *Minas Gerais*, muitos colegas falavam que havia uma associação, que era a Associação de Fuzileiros Navais do Brasil, mas na época, eu estava com 18 anos, em 64 - de 19 para 20 anos eu fui posto para fora - e lá surgiu, nessa época, no porta-aviões, delegados sindicais associados, que faziam as carteirinhas para nos associarmos, que foi a primeira Associação dos Fuzileiros Navais do Brasil, ou melhor, primeira associação dos subordinados do Brasil, que eram marinheiros, cabos e fuzileiros navais, só ia até cabos, na verdade. Essa associação beneficiava a todos nós, porque ela ensinava no propedêutico, que na Marinha o militar só aprende o militarismo, e na Marinha a gente aprende as coisas técnicas, que é conduzir o navio, eu mesmo era MR, o MR faz tudo, ele que pega no leme, atraca o navio, e minha vida foi seguindo assim.

*Texto não revisado pelo depoente.

Então, fui ser sócio, era descontado, tinha um grupo de pessoas que ele delegava o pagamento, e pagava a associação. E a finalidade da associação era nos ensinar, curso, ajudar a estudar, cursos gerais, até a advocacia, ajudava a pagar a faculdade, era assim, o nosso objetivo naquela época na associação era esse, porque lá dentro não podíamos estudar, nós éramos proibidos de estudar, e se algum oficial descobrisse que o marinheiro se formou em advogado, era preso, se formou em médico, era preso, e não saía de bordo, se trabalhava em terra, era transferido para o navio, para poder não ficar mais estudando. Eu fazia administração de empresa nessa época, até que em 64, aquela famigerada data, abril, foram festejar na associação, aniversário da associação, e eu tinha passado quase um ano, nove meses no mar, só vendo água, e quando nós chegamos tivemos licença e como estava de licença, e tinha uma festa, com zero oitocentos naquela época, e eu fui para essa festa, não sabendo que iria acontecer o que aconteceu. Os oficiais, generais, em geral da Marinha, generais, almirantados e brigadeiros e não queriam essa festa, essa comemoração, porque achavam que estávamos infringindo o regulamento militar, que não tínhamos direito a isso, nós tínhamos direito a ser escravos mesmo. Nessa época de 1964, 62 a 64, batiam na gente com cipó de caboco ainda, não pense que foi João Cândido, ele terminou com a escravidão da Marinha, mas continuou, em 64 ainda existia isso. Eu encontrei com João Cândido, antes de morrer e mandou que eu aguentasse e eu aguentei.

Aí veio aquela confusão toda, aquela revolução toda, o Carlos Lacerda querendo matar todo mundo, como quer fazer esse deputado aí agora, o presidente da Câmara

de Deputados, querendo matar todo mundo, eu comparo ele com Carlos Lacerda na época, o pior que eu não entendia de política. Militar, grumete, nós entramos na Marinha pra aprender militarismo, tinha que estudar, tinha que estudar, continuar os seus estudos que já tinha, eu mesmo pensava em ser engenheiro, mas a Marinha não consentia, e o resultado disso, houve a revolução. Estávamos em uma assembleia lá nos metalúrgicos no Rio de Janeiro, perto do Maracanã, sindicato dos metalúrgicos, não estou lembrando a rua agora, o pessoal discursando, e de repente veio aquela con-

fusão lá fora, de um bocado de navais, helicóptero e tudo, com metralhadora, porque a ordem era fuzilar, metralhar todos nós, que eles davam aquilo como uma rebelião, e a gente não esperava, era uma festa, de repente virou aquele tumulto, ordem de prisão e tal.

Eu me lembro que até o Waldir Pires estava lá, tinha lá uns dois ministros, não estou lembrando, vou fazer 72 anos daqui a pouco, a cabeça não está boa, mas mesmo assim, tentaram invadir, a ordem era inva-

dir, só que muitos colegas navais depuseram as armas e passaram para o nosso lado, a ordem era fuzilar, o discurso de Anselmo fez com que eles virassem para o nosso lado, então depuseram as armas e passaram para o nosso lado. Foi aí que chegaram mais tropas, tropas do Exército, mas foram para pacificação mais ou menos, e nós fomos todos conduzidos, já de madrugada, para o quartel do Exército e lá fomos fichados tal, carteiras presas, depois devolveram, daqui a pouco o presidente da República mandou dar anistia, tudo isso, maravilha.

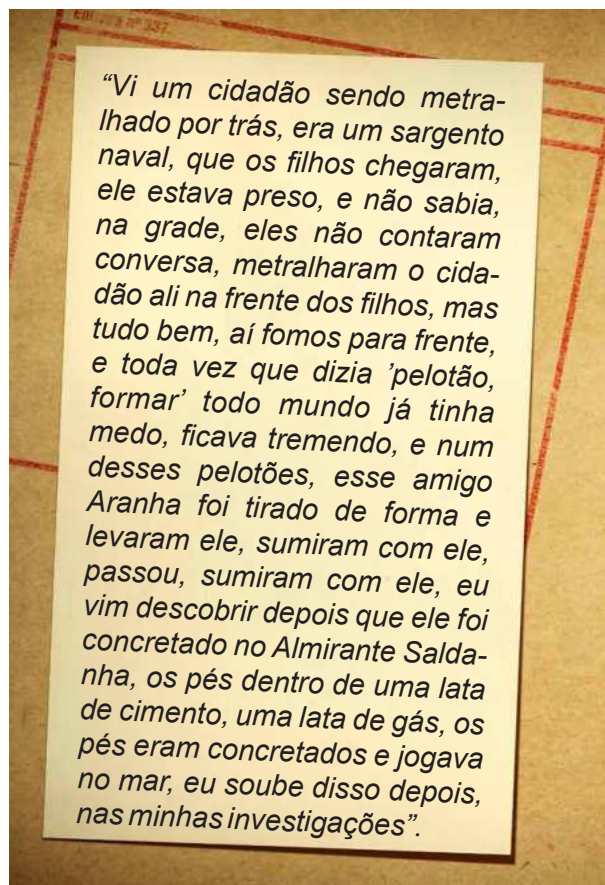
Como eu estava de licença, voltei

“A ordem era invadir, só que muitos colegas navais depuseram as armas e passaram para o nosso lado, a ordem era fuzilar, o discurso de Anselmo fez com que eles virassem para o nosso lado, então depuseram as armas e passaram para o nosso lado. Foi aí que chegaram mais tropas, tropas do Exército, mas foram para pacificação mais ou menos, e nós fomos todos conduzidos, já de madrugada, para o quartel do Exército e lá fomos fichados tal, carteiras presas, depois devolveram, daqui a pouco o presidente da República mandou dar anistia”.

após a minha licença, só que lá perto do navio o pau estava quebrando, eram oficiais atirando em marinheiros, marinheiros atirando em oficiais, aquela confusão toda, uma rebelião, e com essa rebelião o senhor Carlos Lacerda, com mais outros lá, aproveitou para dar o golpe, como estão tentando fazer agora, novamente, porque o único erro do presidente João Goulart foi fazer o que Lula fez, hoje eu compreendo isso, foi vender produto do Brasil para o Oriente Médio, o “eixo do mal” como era chamado pelos norte-americanos, nós éramos forçados a levar, o Brasil era obrigado a vender para os Estados Unidos e para Europa, para depois ser levado para lá, o João Goulart tentou fazer isso, por isso essa confusão toda, ele foi deposto, e nisso todo mundo sofreu.

Quando voltei para bordo, fui preso, eu e mais uns seis colegas, fomos para o quartel de marinheiros presos. Eu me lembro que tinha um amigo, muito amigo mesmo, que ele era professor de educação física, formado lá fora, e formado pela Marinha também, nós só nos conhecíamos lá dentro por apelidos, por exemplo, ele era chamado de Aranha, mas na realidade o nome dele era Aranha realmente, só que não sabia o nome dele todo, porque sabíamos o apelido, até colégio, faculdade era apelido, e fomos presos, no quartel de marinheiros, uns vinte colegas, porque me colocaram como delegado sindical, como se eu fosse um delegado sindical. Quando cheguei lá, encontrei um pelotão de gente presa, e lá no quartel de marinheiro a gente dormia no chão, comia um pedaço de pão, um gole de café, era a ração da gente, meio dia era aquela farofa de carne de sertão, carne seca, com uma farofa e água para gente tomar, e dormia por ali, quem tivesse uma redinha, dormia pendurado.

Passado (*corte no vídeo*), marinheiro, saí correndo para ver e quando cheguei lá, vi um cidadão sendo metralhado por trás, era um sargento naval, que os filhos chegaram, ele estava preso, e não sabia, na grade, eles não contaram conversa, metralharam o cidadão ali na frente dos



filhos, mas tudo bem, aí fomos para frente, e toda vez que dizia “pelotão, formar” todo mundo já tinha medo, ficava tremendo, e num desses pelotões, esse amigo Aranha foi tirado de forma e levaram ele, sumiram com ele, passou, sumiram com ele, eu vim descobrir depois que ele foi concretado no Almirante Saldanha, os pés dentro de uma lata de cimento, uma lata de gás, os pés eram concretados e jogava no mar, eu soube disso depois, nas minhas investigações.

Passado esse período, eu já sabia que todos que eram chamados iam embora, passou dois meses lá dentro, no mês de julho de 64, de julho para agosto, procurando minha caderneta, e minha caderneta ainda não tinha chegado, me mandaram para lá sem documentos, aí me devolveram para o porta-aviões novamente, feliz da vida eu estava, ainda não sabia o que tinha acontecido com meu colega, pensei que ele tinha vindo para bordo também, resultado disso, cheguei a bordo e não encontrei ele, e disseram que ele tinha sido transferido para outro navio, mas eu fiquei no navio, no porta-aviões, fiquei até chegar o De Gaulle,

Castelo Branco, eu fui guarda de honra do De Gaulle, aquele cara grandão, eu era ML e era quem conduzia as barquinhas de um navio para o outro, chalana como é chamada, e aí fiquei lá feliz da vida, não vai acontecer nada comigo.

Quando foi no mês de outubro, me mandaram de novo para o quartel de marinha, me mandaram com tudo também, e aí já me mandaram com toda a documentação, sem saber qual o motivo que estavam me mandando para lá, aí, disseram na minha caderneta, que eu já fui com a caderneta, e colocaram aqui que eu estava sendo mandado para o quartel de marinha, porque eu tinha ficado com a chave do rancho do porta-aviões Minas Gerais. Aí, que pergunto aos senhores e às senhoras, um marinheiro simples, que foi promovido e depois foi despromovido, como é que um marinheiro simples toma conta de um rancho, pode pegar a chave de um rancho, de duas mil e quinhentas pessoas que se alimentam, um rancho que tinha na frente um capitão de corveta, que era o intendente, dois primeiros tenentes, dois segundo tenentes, dois suboficiais e quatro sargentos, vários cabos, como é que a chave poderia estar na mão de um marinheiro simples, um absurdo isso, e a justificativa de me mandarem embora foi essa.

Lá no quartel de marinha, eu fiquei lá, quando eu fiz, novembro fiz 20 anos, um mês depois fui posto para fora, mas isso é irrelevante. Tudo bem, me mandaram embora, depois do meu aniversário, 23 de dezembro me mandaram embora, no Natal, meu presente, tudo bem, e aí eu fui pegar minhas malas, porque as coisas estavam quentes no Rio, pegar as minhas coisas

para poder vir embora para Bahia, só tem que o armário na frente do nosso, porque a gente não podia andar a paisana, andava a paisana na rua de teimoso, tinha que andar fardado, e se a senhora era uma oficial e estava do outro lado da rua e eu passando do lado de cá, e não parasse para bater continência, eu era preso, na rua. Aí, eu fui pegar a minha roupa, e uma grana que tinha guardado, eu tinha feito uma viagem dessa e passei um ano no mar, e aí, quando estou pegando, do lado de cá, tocaram fogo nos armários, como eu tinha outro armário, na

outra alfândega, onde eu guardava presente, coisas de maior valor, tinha cidadãos olhando para a gente, quando eu saí do quartel era mais ou menos, umas quatro e meia para cinco horas, do quartel de marinha lá para a alfândega era pertinho, rapidinho de ônibus, e dali ia para Estação Leopoldina para pegar o ônibus.

Quando estou me arrumando, apareceu um cidadão do lado de lá, aí o pessoal disse que aquele pessoal é do CENIMAR, e vão pegar a gente, um colega avisou, “vamos sair daqui”, eu coloquei as coisas no saco e saí para

estação. Quando estou na estação, aquele pessoal não estava mais, saiu da minha vista, era mais ou menos umas 18 horas, e eu conversando com o pessoal, tomando um cafezinho, aí chegou uma kombi, teve um tumulto do lado, eu não me importei, chegou uma kombi escura, era cinza, aí foi pegando, eu não sei se me pegaram aleatoriamente, ou me pegaram porque eu era militar, e me colocaram dentro da kombi. Eu lembro que me enrolaram com fio doze, aquele fio de eletricidade, não era algema, era fio doze, e me jogaram dentro da kombi, e aí eu fui conduzido por uns trinta a quarenta minutos nessa kombi sacolejando, a gente jogado de um lado para o outro, ela não

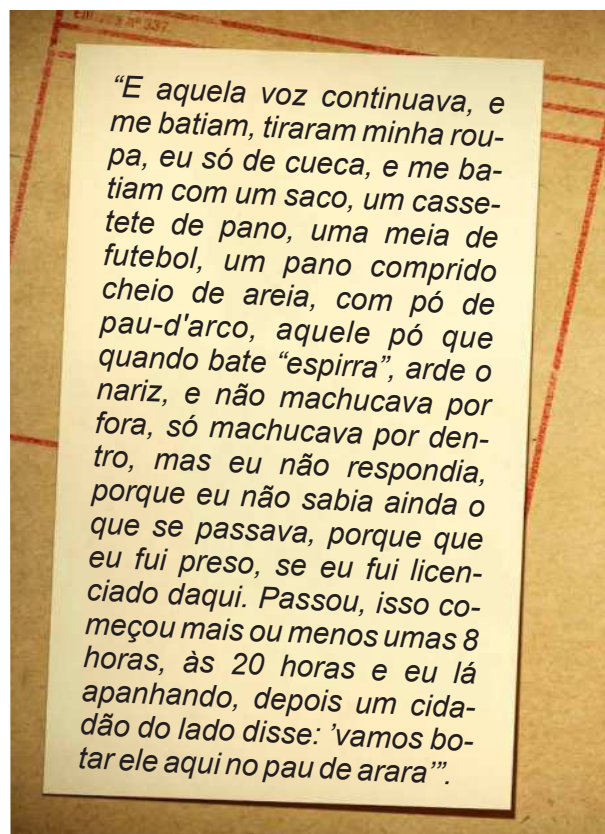
“Aí, que pergunto aos senhores e às senhoras, um marinheiro simples, que foi promovido e depois foi despromovido, como é que um marinheiro simples toma conta de um rancho, pode pegar a chave de um rancho, de duas mil e quinhentas pessoas que se alimentam, um rancho que tinha na frente um capitão de corveta, que era o intendente, dois primeiros tenentes, dois segundo tenentes, dois suboficiais e quatro sargentos, vários cabos, como é que a chave poderia estar na mão de um marinheiro simples, um absurdo isso, e a justificativa de me mandarem embora foi essa”.

tinha bancos, eu senti que ela subiu uma rampa, depois fez a manobra e ela entrou de ré, me pegaram, colocaram um capuz em minha cabeça e me levaram.

Fiquei amarrado em uma cadeira e acenderam uma lâmpada, aqui em minha cabeça, um negócio grande em minha cabeça, e do outro lado uma lâmpada em meu rosto, e um cidadão me perguntava onde estavam os meus comparsas, os subversivos, traidores da pátria, aquele negócio todo, eu não sabia nada disso, não tinha como responder, primeiro inexperiência, 20 anos ainda. E aquela voz continuava, e me batiam, tiraram minha roupa, eu só de cueca, e me batiam com um saco, um cassete de pano, uma meia de futebol, um pano comprido cheio de areia, com pó de pau-d'arco, aquele pó que quando bate "espirra", arde o nariz, e não machucava por fora, só machucava por dentro, mas eu não respondia, porque eu não sabia ainda o que se passava, porque eu fui preso, se eu fui licenciado daqui.

Passou, isso começou mais ou menos umas 8 horas, às 20 horas e eu lá apanhando, depois um cidadão do lado disse: "vamos botar ele aqui no pau de arara", a minha mão já amarrada, botaram minha perna aqui e me colocaram no pau de arara aqui e me colocaram no pau de arara, já estou de cueca, aí me levaram para um lugar lá, um cheiro de urina de animal, e aí não tinha onde colocar a estaca do pau de arara, aí jogaram uma corda e me penduraram de cabeça para baixo, e o cidadão da frente perguntava, eu não sabia responder e ele soltava a corda, eu batia a cabeça no chão, não respondia eles subiam e baixavam novamente, chamada força de pé.

Tudo bem, eu ali sofrendo de repente chegou um cidadão, fardado, apesar de eu estar de cabeça para baixo eu via que esse homem estava fardado de major brigadeiro do ar, era da Aeronáutica e estava amarrado do mesmo modo que eu estava amarrado, com um fio azul, no pulso, e ele dizia: "eu sou major brigadeiro do ar, eu quero falar com o seu comandante, ca-



pitão". Eu vim descobrir que o cara que estava conversado comigo era um capitão, aí o cidadão sai, eu de cabeça para baixo consigo ver, no peito dele, capitão Índio, aí ele chamou um cidadão lá, cabo Valter: "faz ele se ajoelhar aí", mandou o cabo empurrar o cara para ele se ajoelhar, o major começou a xingar, se era major de verdade eu não sei, eu sei que ele estava fardado, e nesse caso, o capitão Índio ainda não havia visto o outro cidadão, tinha visto o capitão Índio, e o cabo Valter.

Aí, nesse vai e vem, ele parou de me bater, e foi cuidar do cidadão, aí começou a xingar ele, "o comandante aqui sou eu", ele com uma Colt 45, o cara ajoelhado, ele vai, bater com a Colt 45 no rosto do cidadão, eu estou aqui de cabeça para baixo e o cidadão está aqui, quando ele vai fazer assim, e ele bate, a arma dispara, o miolo do homem espatifou-se em minha cara, aí ele diz "um acidente, disparou", eu estou lá, ele vai me matar, também, essa altura não vai ter mais testemunha, mas acontece, que eles queriam uma informação minha, e me guentaram ali. Aí, disse: "Igreja vamos limpar essa sujeira". Quem era a sujeira? O

morto. Eu vim descobrir que o sargento se chamava Igreja, aí vai e vem, eu fiquei lá pendurado, e lá com isso, eles se irritaram muito, já era lá para dez, onze horas, e o sargento Igreja disse: “espere aí que ele vai falar de qualquer jeito, onde é que anda esse Aranha?”, Aranha não, esse Osvaldo, o nome do cara era Osvaldo que eles queriam saber, e nesse vai e vem, eu já tremendo como o quê, e ele veio me xingar, e começou.

“Você viu alguma coisa?”, eu não vi nada, e ele aí, me chutou, ora, eu estava de cabeça para baixo, com a mão amarrada aqui na frente, e na hora que ele chutou, eu segurei na botina dele, foi aí que ele se balançou e bateu a cabeça nos meus pés que estavam balançando, sabe o que ele mandou fazer? Arrancar as minhas unhas, aí começaram a pegar com aquele alicate pra cortar pata de cavalo, foi aí que eu descobri que eu estava ali, no Veterinário, onde tratam de cavalo, ali em São Cristóvão, e começaram a arrancar as unhas, minhas unhas lascavam assim, com aquele alicate, eu gritava, mas eu já estava esperando a morte. “Mas você vai dizer onde esse Osvaldo está escondido”, eu não tinha conhecimento daquele nome, aí o Igreja vem e disse: “espere aí que ele vai falar”, aí pegou aquela faca de guerra, de esporte, que tem aqueles ganchos atrás, chegou aqui na minha cueca e... “eta, vão fazer o que comigo?”

Aí me tiraram dali e me botaram numa tina, me colocaram nu ali dentro, e jogaram dois fios, e eu fiquei lá. Eles chegaram com aquela bateria de carro que carrega tropa, aí fazia devagar na ponta, e dava

aquele choque elétrico, “você vai falar ou não vai, onde está o Osvaldo, você morava com o Osvaldo”, quando ele falou que morava com o Osvaldo, eu disse, realmente, eu mais Aranha morávamos juntos em uma quitinete que compramos em Copacabana, era dele, pois o pai dele tinha dinheiro, que ele era cabo já, ele tinha ido buscar o porta-aviões, e quando vai viajar para fora você recebia em dólar, e tinha essa possibilidade, e eu, como era mais novo, morávamos eu, ele e mais outro colega em Copacabana, aí

quando falou Osvaldo, que eu morava com ele, aí que eu me toquei, será que é Aranha? Eu disse “não conheço nenhum Osvaldo”, e quando viam que eu não falava, colocavam as duas de vez, quando colocou as duas na bateria aí eu balancei, com as mãos amarradas e sentado, quando balancei, eu caí, virou a tina, estava no chão e fiquei deitado. Simplesmente, o capitão Índio diz assim: “mete a mangueira nele que ele vai falar”, pegaram aquela mangueira, introduziram em mim e abriram a torneira, quando eu vi que minha barriga iria estourar eu disse assim: moro em Copacabana, no morro tal, não tô lembrado que agora tudo é favela ali, antigamente era aquele matinho leve, foi aí que eles me larga-

ram lá e foram ver se era verdade, com a mangueira introduzida em mim.

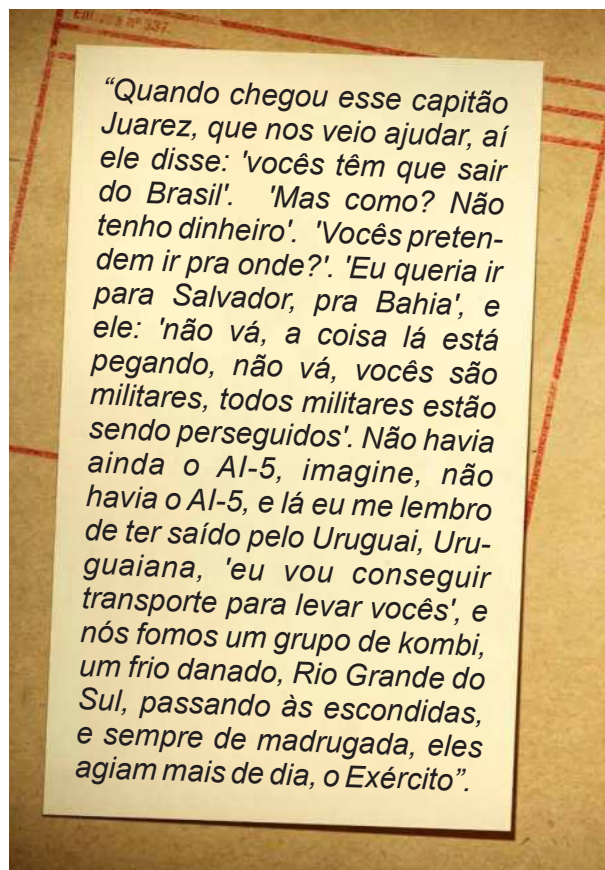
Apareceu o capitão Juarez, eu nu no chão, ele dizia assim: “esse Índio é um miserável, não é pra fazer isso, não tem ordem para fazer isso”, aí veio, me desamarrou, tirou a mangueira de mim, me deu uma bota grande, porque meu pé estava sangrando, me deu uma blusa branca e uma calça do Exército, aquela japona de frio, e

“Eu fiquei lá pendurado, e lá com isso, eles se irritaram muito, já era lá para dez, onze horas, e o sargento Igreja disse: 'espere aí que ele vai falar de qualquer jeito, onde é que anda esse Aranha?', Aranha não, esse Osvaldo, o nome do cara era Osvaldo que eles queriam saber, e nesse vai e vem, eu já tremendo como o quê, e ele veio me xingar, e começou. 'Você viu alguma coisa?'; eu não vi nada, e ele aí, me chutou, ora, eu estava de cabeça para baixo, com a mão amarrada aqui na frente, e na hora que ele chutou, eu segurei na botina dele, foi aí que ele se balançou e bateu a cabeça nos meus pés que estavam balançando, sabe o que ele mandou fazer? Arrancar as minhas unhas”.

me conduziu, ele mesmo, o capitão Juarez, para um buraco que saía no muro do quartel, o nome da rua, era rua São Salvador, para o lado do Maracanã, perto do quartel, não sei nem se existe hoje, porque já modificou tanta coisa, os quartéis hoje estão virando museu, e lá deve ter sido prisão de muita gente, e eu devo ter sido um dos primeiros a serem torturados na ditadura. E aí consegui fugir, ele me deu o nome de uma senhora, dona Izabel, e eu fui nessa rua, a senhora me tratou bem, me deu uma roupa, pena que eu só fiquei com a do Exército, porque estava fazendo frio, dezembro, e fui para Nilópolis, que tinha uns amigos lá.

Só que quando cheguei em Nilópolis, que era um sítio em Nilópolis, tinha um pessoal do Exército nessa casa, eu aí, me escondi no parque, porque todo subúrbio tem um parquezinho, namorava muito ali pelo parque, ia sempre ali naquele parque, fiquei reunido com uns amigos lá, depois fui embora, consegui pegar um dinheirinho que tinha escondido no quarto dos fundos, quando vou tirar a jaqueta do Exército, não iria ficar com aquilo na rua, encontrei um cartão e cinco cruzeiros na época, nesse cartão dizia para eu me encontrar às 19 horas na Avenida Brasil, ali onde, ali onde aquela escola de samba Mangueira Rosa pegou fogo, eu me lembro que foi ali. Aí, nós ficamos, quando chegou esse capitão Juarez, que nos veio ajudar, aí ele disse: “você têm que sair do Brasil”. “Mas como? Não tenho dinheiro”. “Vocês pretendem ir pra onde?”. “Eu queria ir para Salvador, pra Bahia”, e ele: “não vá, a coisa lá está pegando, não vá, vocês são militares, todos militares estão sendo perseguidos”. Não havia ainda o AI-5, imagine, não havia o AI-5, e lá eu me lembro de ter saído pelo Uruguai, Uruguiana, “eu vou conseguir transporte para levar vocês”, e nós fomos um grupo de kombi, um frio danado, Rio Grande do Sul, passando às escondidas, e sempre de madrugada, eles agiam mais de dia, o Exército.

Aí, eu fui para Uruguiana, de Uruguiana atravessei pela fronteira, lá não



fiquei, pois ainda havia confusão, e fui para a Argentina. Na Argentina, consegui embarcar em um navio de carga francês, sei que passei por uma cidade chamada Melo, até meu nome, um vilarejo, e de lá fomos embora, e lá embarquei naquele navio, pensei que já estava na França, mas o período era curto para estar na França, mas o navio era francês, de bandeira francesa, ficamos em um porto, eu acho que o porto era ali perto mesmo, porque eu não entendi do lado de lá nada, e eu ouvi um comentário de outros colegas a bordo do navio, no cais, que o Brizola estava convocando para formar uma resistência, eu disse bom, eu vim pra cá, não sei falar a língua de ninguém aqui, ficar aqui fazendo o quê? Eu vou voltar e vou lutar.

Aí, eu voltei para cá, fiquei lá em Montevideu, depois fomos conduzidos a uma fazenda onde estava o João Goulart, ele nunca aparecia também, diziam que ele estava naquela fazenda, Brizola quem aparecia, dizia algumas coisas, que ia nos dar armas, que iria formar um grupo de resistência, e perguntou quem tinha arma,

eu tinha um Castelo Brasil, um 38 Castelo Brasil, comprei na Argentina uma caixa de bala, porque resistência era isso, luta. Aí juntou aquele grupo, que era de umas 11 a 12 pessoas, tinha um cara que falava grosso e nos convenceu a ir para o lado do Araguaia, subir, aquele frio todo, que a resistência iria ser montada lá.

Eu sei que fiquei um ano e pouco, fui em 65, minha ida pra lá terminou logo, em dezembro terminou, em 66 que eu comecei voltando essa vida, de guerreiro camponês na verdade, uma liga camponesa, que praticamente não existia chefe, todo mundo queria ser chefe. Se monta uma luta armada e não tem uma liderança forte, não adianta você ir para lá, lutar com arco e flecha? Porque quando acabava a bala a gente não poderia dar tiro; para comer, tinha que comer o que o macaco comia, o que o pássaro comia, era mais batata; para não pegar malária, a gente tinha que beber a gosma do “sargão”, aquele lagarto grande, furava as articulações dele para beber aquele negócio, era o sororo para evitar a malária, e tinha que pegar uma batata que o teiú comia, machucava e passava no corpo, para a cobra não chegar perto da gente, eu aprendi muitas coisas assim, e a vida da gente foi essa. Eu passei quase seis meses ali, nesse suspense, ninguém tomava decisão de nada, tinha em um outro grupo, chamado, um negão forte, que não lembro o nome dele agora, fizeram até um filme com ele, o Araguaia, que é aquele rapaz que morreu do coração, que era da Globo, e ele estava em outro grupo, e esse grupo resolveu ir para uma ilha para aprender, para treinar, porque eu era marinheiro, não sabia atirar direito, ninguém sabia atirar direito, aquela arma comprei há pouco tempo, um trabuco daquele na mão, então a gente foi aprender, aí levaram, disseram que era uma ilha em

Cuba, não podia ser em Cuba, naquela época, com 20 anos a gente fica eufórico para lutar, no fim das contas percebi que era isso mesmo.

E chegaram uns caras falando “cambojiano”, para ensinar a gente, para mim eles eram uns mercenários, eu aprendi muitas coisas, só que eu não vi liderança ali, a guerra do Araguaia, que é famosa, falada, mas não tinha êxito, porque nós com fuzil, metralhadora velha, porque era o que tinha, Brizola ficou de mandar armamento e alimento, nunca chegava isso, então eu vi que estava passando fome, necessidade, e muita gente morrendo de malária, tuberculose, porque o grupo era assim, estavam 11 pessoas ou 12, chegou lá encontrou mais gente, juntou mais 30 a 60 pessoas. E armamento, como é que vai lutar? O Exército chegava lá, aquelas aldeias, bombardeava tudo aquilo, com todo mundo ali de que adianta

“Aí juntou aquele grupo, que era de umas 11 a 12 pessoas, tinha um cara que falava grosso e nos convenceu a ir para o lado do Araguaia, subir, aquele frio todo, que a resistência iria ser montada lá. Eu sei que fiquei um ano e pouco, fui em 65, minha ida pra lá terminou logo, em dezembro terminou, em 66 que eu comecei voltando essa vida, de guerreiro camponês na verdade, uma liga camponesa, que praticamente não existia chefe, todo mundo queria ser chefe. Se monta uma luta armada e não tem uma liderança forte, não adianta você ir para lá, lutar com arco e flecha?”

aquilo ali?

Dulce Aquino – Quando você foi preso a primeira vez, foi na festa que você estava?

Florivaldo Mello – Na festa. Disseram que o Exército veio nos proteger para não sermos fuzilados, e aí fomos levados para o Quartel do Exército, fomos codificados e depois nos devolveram, e disse que veio a anistia, o presidente da República nos tinha dado a anistia.

Einar Lima – Em que lugar foi isso?

Florivaldo Mello – O quartel, se não me engano, não estou lembrado, porque nos jogavam dentro do caminhão e só largavam

dentro do quartel.

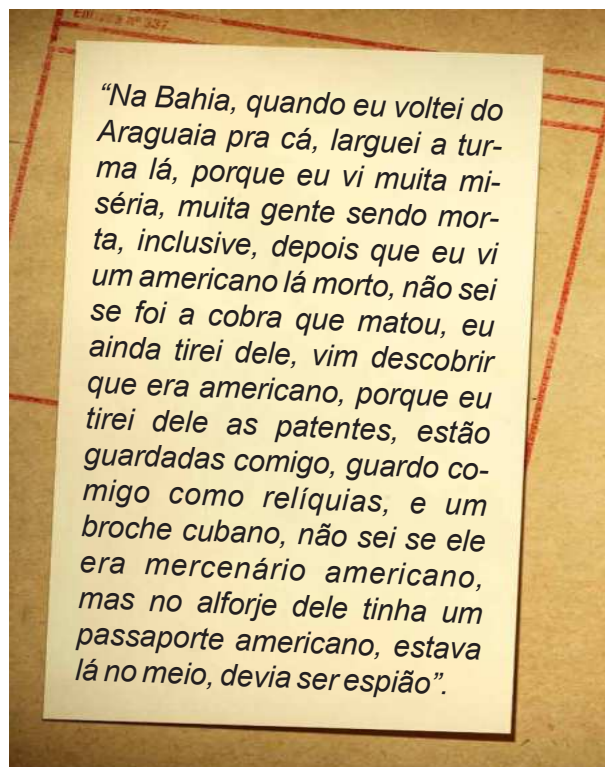
Einar Lima – Mas era aqui na Bahia?

Florivaldo Mello – Não, era no Rio, tudo se passava no Rio. Na Bahia, quando eu voltei do Araguaia pra cá, larguei a turma lá, porque eu vi muita miséria, muita gente sendo morta, inclusive, depois que eu vi um americano lá morto, não sei se foi a cobra que matou, eu ainda tirei dele, vim descobrir que era americano, porque eu tirei dele as patentes, estão guardadas comigo, guardo comigo como relíquias, e um broche cubano, não sei se ele era mercenário americano, mas no alforje dele tinha um passaporte americano, estava lá no meio, devia ser espião.

Dulce Aquino – O capitão Índio foi quem deu o tiro no Valter e que...

Florivaldo Mello – Foi, o capitão Índio, você até me perdoe no que vou dizer agora, o capitão Índio na realidade é o ex-presidente Figueiredo, é o ex-presidente Figueiredo, depois que eu vim descobrir que ele foi o ex-presidente, que era chamado de capitão Índio, ele tinha um cabelo comprido assim, mas ele trabalhava para o serviço secreto do Exército, porque depois de tudo eu fiquei atrás desse capitão para matar ele, mas depois vim embora.

Fugi do Araguaia e vim parar em Porto Seguro, de Porto Seguro vim para a Bahia, vim aqui para... Eu não tenho medo de falar nada, porque daqui a pouco eu morro mesmo, e aí fiquei no Araguaia, no Araguaia não vi nada que prestasse pra mim, aquela confusão toda, saí e vim embora, fugi e vim parar em Porto Seguro, no mato, andando, carroça e tal, de Porto Seguro vim pra Cachoeira, mas o povo em Cachoeira, meu irmão era juiz, era do outro lado também, aquele negócio todo, e ninguém concordava com o que eu era. Aí, eu me escondi na fazenda de doutor Pirinho, que era o pai de Raimundo Rocha Pires, não sei se vocês sabem quem era, que foi presidente do Vitória. Naquela época o governador já era nomeado, e o governador nomeava o



deputado naquela época, e assim sucessivamente, eu fiquei escondido na fazenda dele, e lá, ele era sempre do lado do João Goulart, então fiquei por lá um bocado de tempo, vendendo batata na feira, quiabo, e um dia, saiu no jornal, ele disse “olhe, você não quer ir para a Petrobras?” “Como é que eu vou para a Petrobras?” “A Petrobras está precisando de gente para trabalhar no Lloyd Brasileiro”. “Mas, rapaz, eu sou marinheiro militar, como é que vou trabalhar no Lloyd Brasileiro se eu não tenho a carteira marítima?”. Ele disse: “eu tenho um amigo lá dentro que vai te dar a carteira, gente boa, um capitão, está sabendo da sua situação, você só baixa a barba um pouquinho”, e ele me deu a carta e eu fui lá, levei minha carteira, a caderneta da Marinha embaixo do braço, e lá, ele me deu, entrei no serviço naval, me deu uma carteira, me lembro que era uma carteira cor de cenoura, caderneta para trabalhar em navio civil.

Quando saí, chegando no Mercado Modelo, tinha uma confusão, eu, simplesmente, quando vi a confusão fui passar pelo outro lado, e vinham duas meninas atrás de mim, eu não sabia o que era ainda, só sei que eu fui grampeado, as duas meninas e eu, e o DOPS era ali, no Mercado Modelo.

Me levaram para lá, quando viram a caderneta militar e a carteira de marinheiro civil, aí pronto, é subversivo, fui expulso, aquele negócio, eles nem leram a caderneta, que estava dizendo que fui licenciado, e as duas meninas, uma era estudante de Medicina, filha de um professor da Universidade Federal da Bahia, que estava sendo procurado, e a de Filosofia, se não me engano, o pai dela era capitão do Exército, e estava sendo procurado também. Nesse vai e vem, me levaram lá para o porão e me parafusaram, colocaram a braçadeira aqui, e de cueca e elas só de calcinha, colocaram nós três lá embaixo, que era pra falar, só tem que a maré estava alta, e quando a maré vinha eu puxava para cima, como eu tinha experiência dentro do mato, na selva e me livrava disso, e aí fui passando, só tem uma maneira, que aquela água, o siri vai cutucando a gente, e criando aquelas escoriações na face da gente, elas morreram afogadas, quando chegaram, umas três horas da manhã, e eu me lembro ouvi eles gritarem assim: “rapaz, esquecemos do pessoal aqui, era só pra torturar, era pra tirar cedo, não era para deixar a maré subir, mas o chefe não mandou a gente fazer aquilo lá fora?”. Eu me fingindo de morto. Disseram: “Esse aqui tá morto também”. Me desparafusaram, me jogaram para o lado das pedras, colocaram elas nos ombros e levaram lá para fora. “A água vai acabar de matar ele aí nas pedras, ele vai boiar aí e ninguém vai saber, vai morrer afogado”. Aí aproveitei, mergulhei por um buraco do Mercado Modelo, saí na rampa e fugi de cueca, fui parar em Mapele, se não me engano, não existia Suburbana ainda, fui pela linha do trem, fugindo de madrugada,

roubando roupas de ferroviários, porque ali era tudo casa de ferroviários, vestia aqui, tirava outra até que chegasse uma que coubesse mais em mim, e fui parar em Mapele, andando, peguei uma carona até Cova de Defunto, era uma estrada que vai para Cachoeira, e lá consegui um carro que tinha porco, carneiro, eu sentei na caçamba e fui até Santo Amaro, de lá fui andando até Muritiba.

A minha vida foi essa, essa labuta toda, só tem uma coisa, eu ainda lutei, porque depois que eu voltei para lá, o Raimundo Rocha Pires conseguiu me colocar dentro da Polícia Militar, agora imagine, como é que você conseguiu entrar na Polícia Militar? Política, tendo a janela, você entra em tudo, e eu consegui entrar para a Polícia Militar, só tem que depois eu fiz a Escola de Educação Física, hoje é faculdade, naquela época era João Guinhos, Capitão Paraíso, (...) me deram muita mão ali na Polícia Militar, e eles sabiam do meu caso, porque naquela época, os mesmos oficiais que eram formados nas Agulhas Negras, os da Polícia Militar eram formados no mesmo curso de Agulhas Negras, então esses homens que chegavam eram formados para serem coronéis com patente, e não queriam

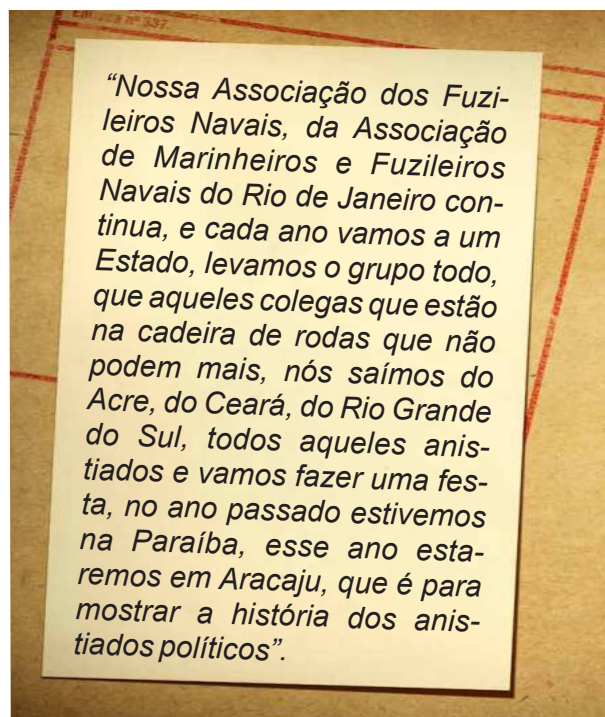
que o Exército comandasse a Polícia. E deu aquela guerra danada, o Exército sabia que ficaram muitas pessoas paráliticas naquele tiroteio com Etienne e tudo o mais, e eu fiquei por lá. Só que um dia me colocaram para apitar um pentatlo militar, e eu sofri um acidente, na Fonte Nova, um atleta jogou o disco, sem querer, aquele disco de bronze, na minha cabeça, eu passei 45 dias em coma, fiquei com um pouco de amnésia,

“Nesse vai e vem, me levaram lá para o porão e me parafusaram, colocaram a braçadeira aqui, e de cueca e elas só de calcinha, colocaram nós três lá embaixo, que era pra falar, só tem que a maré estava alta, e quando a maré vinha eu puxava para cima, como eu tinha experiência dentro do mato, na selva e me livrava disso, e aí fui passando, só tem uma maneira, que aquela água, o siri vai cutucando a gente, e criando aquelas escoriações na face da gente, elas morreram afogadas, quando chegaram, umas três horas da manhã, e eu me lembro ouvi eles gritarem assim: 'rapaz, esquecemos do pessoal aqui, era só pra torturar, era pra tirar cedo, não era para deixar a maré subir, mas o chefe não mandou a gente fazer aquilo lá fora?'”

depois fiz cirurgia e quando terminei, eles me refor-maram como sargento. E hoje eu sou da Polícia e sou anistiado por isso pela Mari-nha, minha história é mais ou menos isso.

Estou aqui com o livro da história de Cândido, João Cândido, é nossa vida, são três livros, que nós fizemos para pôr nas escolas, para as crianças saberem o que foi essa história dos marinheiros, porque tudo isso, nossa Associação dos Fuzileiros Navais, da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro continua, e cada ano vamos a um Estado, levamos o grupo todo, que aqueles colegas que estão na cadeira de rodas que não podem mais, nós saímos do Acre, do Ceará, do Rio Grande do Sul, todos aqueles anistiados e vamos fazer uma festa, no ano passado estivemos na Paraíba, esse ano estaremos em Aracaju, que é para mostrar a história dos anistiados políticos.

Eu fico no Rio, Brasília, eu faço parte de uma comissão para poder fazer com que as leis sejam cumpridas. Eu fui o primeiro na Bahia a me rebelar e ir aos jornais para denunciar, olhe aí (exibe fotocópia de jornal), infelizmente dois desses aí, já morreram um deles está passando por uma cirurgia no estômago, outro que teve coragem de sair. Nós fundamos uma associação aqui em Salvador, o NAMAPS (Núcleo de Apoio aos Militares e Anistiados Políticos), que Barroso é o vice-presidente, lá no Garcia. E aqui, estamos sempre em Brasília com os Senadores, eles convocam sempre Capi-baribe, o deputado Ariel de Sá, que estamos tentando descobrir os mortos do Soares Dutra, que eram cimentados, concretados e jogados no mar, eu quando tive na Paraíba descobri o meu... o Valter, está diabético, tem três anos que encontrei ele pela primeira vez, ele está diabético, o cabo



Valter, o que me torturou, me pediu perdão, disse que eu fui preso por engano, que não era eu, que era outro, e eu sofri tudo aquilo, e ele me pediu perdão, nessa altura ele deve estar bem ruim, se não morreu ainda deve estar bem ruim, e isso foi falado, lá na comissão em Brasília e o senador Capibaribe, que é do lado de lá, estava investigando se encontrava ele para confirmar e eu estou aí com o comandante Moreira e muitos outros labutando aí, porque ainda tem muitos colegas que não foram anistiados, esse daqui mesmo, esse aqui do meio, morreu e não ganhou nada até agora.

Einar Lima – E esse é quem?

Florivaldo Mello – Era o Sílvio, esse é Plácido, aqui é o da Mata, eu estou aqui no meio, aqui é o Plácido, está doente agora, coitado e nós estamos aí, cansado já estou.

Einar Lima – A fazenda que o senhor falou, de Pirinho, em que local fica?

Florivaldo Mello – Em Muritiba, já venderam, já acabou aquilo lá, não existe mais, eu já tentei falar lá, não encontro mais nada, mudou tudo, aquilo ali, Cachoeira está mudada, até a ponte tá caindo, digo assim, minha história, mas é a vida e eu estou na

labuta. Continuo em Brasília brigando, não vou deixar, temos uma associação muito forte que é a UMINA, no Rio de Janeiro, temos outra no Rio Grande do Sul, temos uma associação no Ceará também, e estamos tentando manter, muitos estão morrendo. Dessa turma toda, aqui na Bahia, eu consegui agrupar, pra fazer a associação, 108 colegas, desses só em uns 30 vivos, eu estou aqui de teimoso ainda, porque me cuido. *(corte no vídeo)*...

Supremo Tribunal Federal, estou levando, vou viver minha vida. Se precisar de mim em Brasília, como fui convocado aqui agora, estou à disposição, estou sempre lá, não posso deixar os colegas sozinhos, faço isso com o meu dinheiro, porque a associação não tem mais dinheiro, estamos ali de teimosos, ali no restaurante de Barroso, estamos mantendo aquela sede ali no sufoco, porque aquilo é aluguel, só para manter a tradição, mas a do Rio de Janeiro é a mais forte, a que tem o maior número de anistiados, ainda vivos e na labuta, e agora estão colocando as viúvas para poder manter a associação, para poder todo ano manter essa rotina de visitar os colegas que não podem mais, que estão aqui na Bahia e em outros estados.

Minha passagem é essa aí, não vou dizer que sofri mais que isso, eu só passei por isso. Isso aí eu trouxe para distribuir, deixar pra vocês se quiserem, os outros já distribuí para os colegas conhecerem a história de João Cândido, que é a nossa, tem vários livros, tem várias versões, tenho várias versões em casa, de vários colegas, apesar do filme Araguaia, que o Exército contou uma história, e quem passou por lá

conta outra. A história de João Cândido, na Marinha tem a história de João Cândido, mas não é a realidade da coisa.

Estive com João Cândido antes de morrer, ele fez parte dessa revolução dos marinheiros junto conosco, estava lá na associação, estava lá no quartel, na festa nossa, minha labuta continua, e ele me disse: “lute e continue lutando”. E realmente, para lhe ser sincero vou te dizer uma coisa, a Marinha hoje é duzentos por cento melhor do que era.

Vou contar uma simples história: assim que eu fui anistiado, eu fui na Marinha tratar de dente no Hospital Naval, com a minha identidade na mão, na ficha tinha assim: Florivaldo de Oliveira Mello anistiado político, não tinha meu posto, mesmo que eu não tenha graduação, eu tenho posto, sou tenente. Aí, eu me rebeleí, quando lá em Brasília, conheço nossos direitos, aí eu chamei a tenente e perguntei porque meu nome está assim, ‘porque são ordens’. “Ordem de quem, você tem um memorando, tem uma lei, um decreto, alguma coisa que diga que meu nome não pode estar com meu posto?” “Mas é ordem.” “Ordem de quem?” “Do comandante.” Então chame o comandante, eu quero ser preso agora.

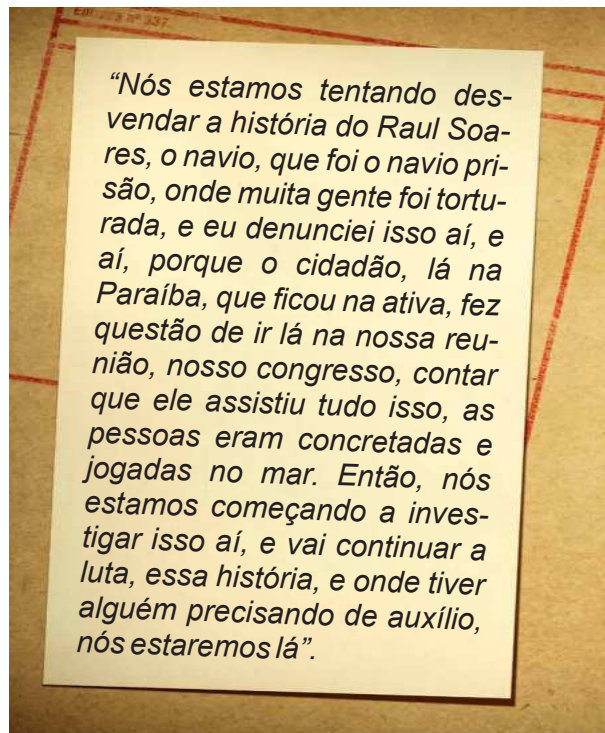
Eu disse: minha filha eu já invadi o Ministério da Defesa, o palácio em Brasília, pra lutar por nossos direitos, eu não tenho medo de nada, quer me prender, me prenda aqui, mas eu quero meu direito. Aí, veio o comandante, conversou comigo.

Eu fico feliz, de ver hoje, vocês mulheres com o posto de tenente, de sargento, de cabo e de marinheiro, graduação de marinheiro, porque mulher na minha época aqui, no meu tempo, era pra limpar fezes no

“Assim que eu fui anistiado, eu fui na Marinha tratar de dente no Hospital Naval, com a minha identidade na mão, na ficha tinha assim: Florivaldo de Oliveira Mello anistiado político, não tinha meu posto, mesmo que eu não tenha graduação, eu tenho posto, sou tenente. Aí, eu me rebeleí, quando lá em Brasília, conheço nossos direitos, aí eu chamei a tenente e perguntei porque meu nome está assim, ‘porque são ordens’. ‘Ordem de quem, você tem um memorando, tem uma lei, um decreto, alguma coisa que diga que meu nome não pode estar com meu posto?’ ‘Mas é ordem.’ ‘Ordem de quem?’ ‘Do comandante.’ Então chame o comandante, eu quero ser preso agora”.

hospital, hoje vocês estão aí. Vou dizer uma coisa a você, eu gritei, está gravado lá na Câmara de Deputados: “presidente Dilma, tá na hora de botar uma mulher almirante, tá na hora de dar uma graduação de general a mulheres aqui, não pode ser somente homens não, tem que ter mulher almirante, mulher general”, está lá gravado na Câmara de Deputados, quando o ministro... A Comissão não pode convocar, pode convidar, é uma comissão formada por 25 deputados, e infelizmente nem todos comparecem, e a gente tem que sair catando deputados do nono andar, do anexo 4, pedindo pelo amor de Deus, aqueles deputados que fazem parte da comissão, para irem lá, fazer uma ata, e foi convidado o Faria de Sá, o presidente era aquele do PCdoB, Daniel Almeida, e convidamos o Ministro da Defesa, ele não podia, foi o coronel Henrique no lugar dele, ele foi representando o ministro, ele era o ministro na época, e contei o que aconteceu comigo no Hospital Naval, e tinha outros lá, e sei que no fim das contas passaram umas portarias para nos tratar bem, então hoje somos bem tratados, antigamente era um perigo entrar no hospital.

Então, hoje a Marinha está duzentos por cento melhor, hoje o tratamento é outro, o hospital, o daqui pelo menos, é muito bom. Hoje eu vejo quem fez esse tratamento meu aqui foi uma cabo, emocionante isso, minha luta não foi em vão, não me maltrataram, pois graças a mim, anistiados políticos, hoje vocês têm posto e graduação, antigamente não, e estou sendo bem tratado lá. Porque vou lá, brigar mesmo, se é meu direito eu vou brigar. Eu, Barroso, a gente tá sempre em Brasília labutando, infelizmente tem coisa que a gente não pode fazer mais, porque hoje em dia, vocês me desculpem, muitos deputados não querem mais saber da gente, me lembro que me falavam quando começamos nossa luta: “olhem, vocês vão ficar iguais aos pracinhas da Segunda Guerra Mundial”, e isso está acontecendo realmente, os pracinhas foram degradados, só tem que nós temos uma associação muito forte no Rio Grande do Sul.



Nós estamos tentando desvendar a história do Raul Soares, o navio, que foi o navio prisão, onde muita gente foi torturada, e eu denunciei isso aí, e aí, porque o cidadão, lá na Paraíba, que ficou na ativa, fez questão de ir lá na nossa reunião, nosso congresso, contar que ele assistiu tudo isso, as pessoas eram concretadas e jogadas no mar. Então, nós estamos começando a investigar isso aí, e vai continuar a luta, essa história, e onde tiver alguém precisando de auxílio, nós estaremos lá.

Jackson Azevedo – Você tem ideia de onde eles jogavam esses corpos?

Florivaldo Mello – No fundo do mar, o que me contam, alguns colegas, que ficaram, esse Valter mesmo, esse cabo Valter mesmo, ele dizendo que esse povo era concretado e jogado ali na entrada da Baía de Guanabara. Não tem o Quartel do Exército, do lado de lá, aquele forte?

Jackson Azevêdo – E você sabe da origem, ouviu falar da origem desses corpos jogados no mar, eram presos políticos?

Florivaldo Mello – Eram militares, só militares. Vou te contar o que ele me disse. Eu

estava no restaurante do hotel, quando entrou esse cidadão dizendo quem era e me pedindo perdão, ele começou a contar a história dele, eu também esqueci que ele foi o meu torturador, quando ele começou a contar isso eu fiquei assim, e ele disse que ele foi nomeado, que foi escolhido, porque pro CENIMAR, não adianta dizer, porque eu quis ir, era, você vai para o CENIMAR, vai ser espião e era mesmo, se não, ou de um lado ou do outro. E ele era obrigado, ele foi convocado para formar uma equipe para passar 30 dias no navio, ele não tinha o nome do navio, não podia saber, então ele foi conduzido, a lancha levou ele até lá, ele foi levando dois sargentos de gola, que serve em navio, que é marinheiro mesmo, primeiro sargento, e um primeiro sargento naval, e foi levar esses caras, prisioneiros para este navio, lá na Baía de Guanabara, segundo ele contando. E ele achou estranho, quando chegou lá, viu na proa do navio sacos de areia, cimento, concreto, em um navio no mar, e que ele conduziu, o comandante ali conduziu, e os civis que estavam a bordo, a bordo de um navio militar, civil comandando, ele mandou que levasse os prisioneiros ao porão. Quando ele chegou lá, os prisioneiros amarrados, já estavam na corrente, eles tinham que descer, e quando abriu o porão, que olhou lá para baixo, ele viu mais ou menos umas 60 pessoas, aquela água branca e ali dentro da água tinha mais ou menos umas 60 pessoas, ele contando, e que quase chora, o torturador, e lá estava muita gente ali embaixo nu, dentro daquela água, presos ali, e aqueles que chegaram agora foram para lá também, em Alagoas, depois ele veio na Paraíba.

Jackson Azevêdo – Quando isso, que você teve contato com ele?

“Quando ele chegou lá, os prisioneiros amarrados, já estavam na corrente, eles tinham que descer, e quando abriu o porão, que olhou lá para baixo, ele viu mais ou menos umas 60 pessoas, aquela água branca e ali dentro da água tinha mais ou menos umas 60 pessoas, ele contando, e que quase chora, o torturador, e lá estava muita gente ali embaixo nu, dentro daquela água, presos ali, e aqueles que chegaram agora foram para lá também, em Alagoas, depois ele veio na Paraíba”.

Florivaldo Mello – Cada ano estivemos em um estado, em Alagoas, dois anos depois ele me contou esse caso. Ele me contou no ano de 2012.

Jackson Azevêdo – Ele disse quando isso ocorreu?

Florivaldo Mello – Ele disse que já foi na época da ditadura, já no AI-5 que já tinham esses prisioneiros lá, agora era militar.

Jackson Azevêdo – Eu tenho uma curiosidade, ele fala também em presos civis. Uma curiosidade, o senhor falou que estando em Montevideu, de lá tomou o rumo de Araguaia.

Florivaldo Mello – Sim, não, nós fomos para o Araguaia, fomos conduzidos lá para a fronteira do Rio Grande do Sul, e não fiquei lá, porque a confusão era grande também.

Jackson Azevêdo – O senhor falou que esteve na fazenda, que Brizola aparecia, que João Goulart não aparecia, e aí de lá o próprio Brizola teria dito a vocês, que estava organizando uma resistência no Araguaia.

Florivaldo Mello – Lá no Araguaia, para vir para o Brasil.

Jackson Azevêdo – O que é que o senhor chama de Araguaia?

Florivaldo Mello – O Araguaia, ou não, espera aí. Lá em Montevideu, ele estava falando para formar a resistência para o Brasil, este grupo que foi formado, preferiu ir lá para o Araguaia, pois já existia uma resistência lá no Araguaia.

Jackson Azevêdo – O senhor acom-

panhou?

Florivaldo Mello – Eu acompanhei este grupo.

Jackson Azevêdo – O senhor pode contar rapidinho como foi esse processo de Montevideu até o Araguaia, a caminhada até lá, a viagem até lá?

Florivaldo Mello – Foi no lombo de burro, lugares que a gente pegava transporte, kombi, saindo já do Rio Grande do Sul para cá, lá pela fronteira de lá, encostado na parte central do Brasil.

Jackson Azevêdo – O senhor não lembra o caminho até chegar ao Araguaia?

Florivaldo Mello – Sei que nós pegamos lombo de burro, depois, transporte de barcos.

Jackson Azevêdo – Mas, locais, a rota o senhor não lembra, do Rio Grande do Sul até o Araguaia?

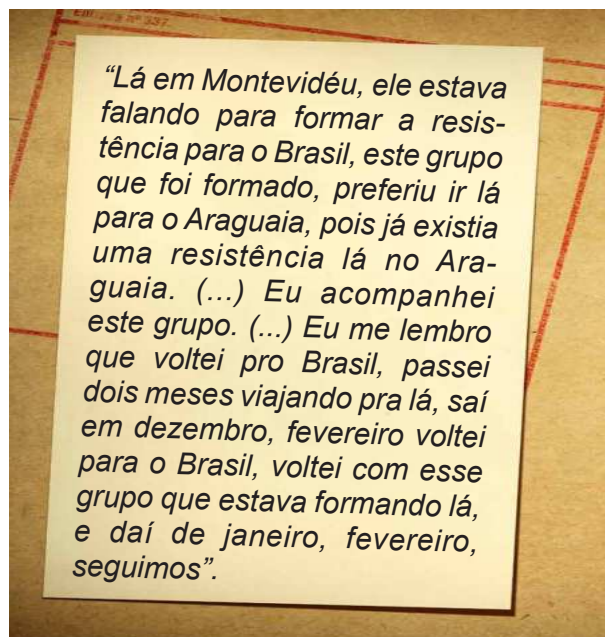
Florivaldo Mello – O Rio Grande do Sul estava fazendo muito frio nessa época, muito gelo, nós fomos para o lado de Santa Catarina, lá para o Sul, perto de Minas Gerais, que dá para o Paraguai, passando o rio Paraguai, aí seguimos pelo barco.

Jackson Azevêdo – O senhor lembra a época dessa caminhada para o Araguaia, a saída do Rio Grande do Sul para o Araguaia.

Florivaldo Mello – Eu me lembro que voltei pro Brasil, passei dois meses viajando pra lá, saí em dezembro, fevereiro voltei para o Brasil, voltei com esse grupo que estava formando lá, e daí de janeiro, fevereiro, seguimos.

Jackson Azevêdo – O senhor lembra o ano dessa caminhada do Rio Grande para o Araguaia?

Florivaldo Mello – 66, foi março para abril.



Jackson Azevêdo – O presidente da época era o Castelo Branco.

Florivaldo Mello – Ainda era, depois eles mataram o Castelo Branco.

Jackson Azevêdo – Pelo seu relato, em 66, ainda no governo de Castelo, já se organizava a resistência armada no Araguaia, já em 66?

Florivaldo Mello – Armada sem arma, metralhadora enferrujada, esse negócio.

Jackson Azevêdo – O grupo dos 11, sem dúvida. Eu queria saber se o Araguaia, a resistência no Araguaia, pelo que o senhor está me dizendo, em 66, o senhor já estava caminhando para o Araguaia, informava que lá já havia uma resistência armada.

Florivaldo Mello – E, se não me engano nesse grupo, tinha um cara que hoje é um senador, ele foi vice..., de Nunes, ele foi vice de Aécio, Aloizio Nunes, ele que me conheceu, eu não lembrava.

Jackson Azevêdo – Quando o senhor estava no Araguaia, o senhor falou que o Exército explodia os acampamentos, então já havia uma resistência ao combate do Exército. O senhor chegou a conhecer

pessoas, presos, pessoas que militaram no Araguaia, como militantes democráticos como a resistência.

Florivaldo Mello – Tinha o Zezinho do Araguaia, estamos juntos em Brasília sempre.

Jackson Azevêdo – Você conheceu algum baiano eventualmente?

Florivaldo Mello – Baiano, só tinha um, por sinal morreu por lá, era da minha turma, Hélio, ele tinha os olhos verdes, é como digo, nunca sabíamos o nome do colega, sabíamos o apelido, chamavam ele de *Olho Verde*, porque ele tinha os olhos verdes, da minha turma.

Jackson Azevêdo – O senhor sai do Rio Grande em meia, meia e fica no Araguaia até?

Florivaldo Mello – Fevereiro, março, por aí.

Jackson Azevêdo – E chega no Araguaia, em maio, junho? E fica no Araguaia até quando?

Florivaldo Mello – A gente ia de barco. Eu contei pra ela que a coisa lá não era boa, eu fiquei lá mais ou menos seis meses.

Jackson Azevêdo – Então em 66 o senhor deixa o Araguaia, e nessa época o senhor presenciou muitos combates, Exército explodindo acampamentos.

Florivaldo Mello – Inclusive eu contei pra ela aqui, que eu tirei do corpo de um americano...

Einar Lima – Eu tenho uma dúvida, senhor Florivaldo. O senhor disse que o Índio era o ex-presidente Figueiredo, em algum lugar ele ficou conhecido como Índio, além desse período que o senhor conheceu ele?

Florivaldo Mello – Olhe só, naquele período ele era o famoso capitão Índio, do Exército. Eu tenho um livro com os nomes de todos os torturadores do Brasil, eu tenho um livro com todos eles, inclusive com o relato de Figueiredo, já general.

Jackson Azevêdo – Quem conhecia Figueiredo como Capitão Índio, quem sabe além do senhor?

Florivaldo Mello – Eu não sei, porque eu fugi.

Jackson Azevêdo – Quem sabe, além do senhor, que ele era Figueiredo, sabe de alguém que saiba disso?

Florivaldo Mello – Eu vi falando, não sei dizer assim, posso não lembrar agora, mas, eu só vim saber que ele era o Capitão Índio foi lá em Brasília, quando esse livro saiu.

Jackson Azevêdo – E o capitão Índio praticou torturas?

Florivaldo Mello – Eu fui um dos primeiros.

Jackson Azevêdo – O senhor foi torturado pessoalmente por Figueiredo, em que local do Brasil?

Florivaldo Mello – Cavalaria de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.